00100.097371/2019-96

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV SUP. A AO Nº 97, TERÇA-FEIRA, 2 DE JULHO DE 2019

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4ª Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro
Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2019 6

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2019 41

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2019 83

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2019 110

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2019 157

Ata da 16ª Reunião, Ordinária, realizada em 22 de maio de 2019 182

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 29 de maio de 2019 258

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de junho de 2019 344

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de junho de 2019 394

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2019 510

1.3 – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de maio de 2019 535

Ata da 13ª Reunião, Ordinária, realizada em 14 de maio de 2019 576

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2019 615

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 21 de maio de 2019 617

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2019 653

Ata da 17ª Reunião, Ordinária, realizada em 28 de maio de 2019 655

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2019 686

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.097371/2019-96

Ata da 19ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de junho de 2019 718

Ata da 20ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de junho de 2019 720

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2019 776

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2019 778

1.4 – COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 9 de maio de 2019 833

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2019 835

Ata da 19ª Reunião, Ordinária, realizada em 4 de junho de 2019 837

Ata da 20ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2019 868

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2019 870

1.5 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 24 de abril de 2019 898

Ata da 14ª Reunião, Ordinária, realizada em 2 de maio de 2019 922

Ata da 15ª Reunião, Ordinária, realizada em 9 de maio de 2019 937

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de maio de 2019 965

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2019 994

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 23 de maio de 2019 1048

Ata da 19ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de maio de 2019 (realizada em conjunto com a 15ª reunião da Comissão de Meio Ambiente) 1057

Ata da 20ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de maio de 2019 (realizada em conjunto com a 17ª reunião da Comissão de Meio Ambiente.) 1122

Ata da 21ª Reunião, Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2019 1186

Ata da 22ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2019 1205

Ata da 23ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de junho de 2019 1239

Ata da 25ª Reunião, Extraordinária, realizada em 18 de junho de 2019 1259

1.6 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 11ª Reunião, Extraordinária, realizada em 21 de maio de 2019 1285

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 28 de maio de 2019 1321

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 4 de junho de 2019 1356

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de junho de 2019 1384

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 11 de junho de 2019 1439

1.7 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2019 1461

Ata da 17ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2019 1512

Ata da 18ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2019 1546

1.8 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2019 1556

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 12 de junho de 2019 1595

1.9 – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de maio de 2019 1626

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2019 1629

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 5 de junho de 2019 1649

1.10 – COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Ata da 3ª Reunião, realizada em 3 de abril de 2019 1677

Ata da 4ª Reunião, realizada em 24 de abril de 2019 1679

1.11 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 15ª Reunião, Conjunta, realizada em 28 de maio de 2019 (realizada em conjunto com a 19ª reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional) **(vide item 1.5)**

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 29 de maio de 2019 1681

Ata da 17ª Reunião, Conjunta, realizada em 30 de maio de 2019 (realizada em conjunto com a 20ª reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.) **(vide item 1.5)**

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, realizada em 5 de junho de 2019 1715

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e vinte e nove minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário, Styvenson Valentim e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Jayme Campos, Maria do Carmo Alves, Irajá, Eduardo Gomes, Rogério Carvalho, Flávio Arns, Marcelo Castro, Zenaide Maia, Eliziane Gama, Juíza Selma, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Jorge Kajuru, Soraya Thronicke, Paulo Paim, Zequinha Marinho, Fernando Bezerra Coelho, Chico Rodrigues, Paulo Rocha, Renilde Bulhões, Fabiano Contarato, Marcos do Val, Izalci Lucas, Major Olimpio, Oriovisto Guimarães, Arolde de Oliveira, Dário Berger e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Weverton, Renan Calheiros, Luis Carlos Heinze, Nelsinho Trad e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 130, de 2011** que: "Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Contrário às Emendas nº 1, 2 e 3 de Plenário. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restringir a cessação da percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheira de segurado com deficiência." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 703, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas." **Autoria:** Senador Romário. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 142, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário." **Autoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 205, de 2018 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reexame. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 19, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CAS. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 138, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior." **Autoria:** Senador Armando Monteiro. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com seis emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 184, de 2018 - Terminativo -** que: "Especifica as atribuições de Agente Indígena de Saúde e Agente Indígena de Saneamento dentre os quadros de Agente Comunitário de Saúde previstos na Lei n° 11.350, de 5 de outubro de 2006." **Autoria:** Senador Telmário Mota. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do Relator, para reexame. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2313, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem de alimentos embalados que contenham teores elevados de açúcares, sódio e gorduras." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, com a Emenda nº 1-CAS. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 685, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador para fomentar a abertura de micro e pequenas empresas." **Autoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 40, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário." **Autoria:** Senador Dário Berger. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Concedida vista à Senadora Leila Barros, nos termos regimentais. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 50, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para pôr em curso um ciclo virtuoso de atuações legislativas em prevenção e combate ao uso de drogas, contribuindo com a missão pública de promover a qualidade de vida, a saúde e o bem estar da população."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Zequinha Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 63, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2019 - CAS, que irá debater o tema "O enquadramento funcional dos trabalhadores nos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais", seja incluído mais um palestrante: ANDRÉ STEFANI BERTUOL, Procurador da República em Santa Catarina." **Autoria:** Senador Marcelo Castro. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 64, de 2019** que: "Requer nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 23 de 2019, desta Comissão de Assuntos Sociais, sejam incluídos como participantes da Audiência Pública, que irá debater sobre a relevância da instituição, por projeto de Lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa a ser comemorada na primeira semana de outubro (de 1° a 8 de outubro), os seguintes convidados: Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e Representante da Política Nacional da Saúde para a Pessoa Idosa do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Marcelo Castro. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Apresentação**. **Finalidade:** Apresentação à Comissão de Assuntos Sociais sobre o Programa Forças no Esporte (Profesp) e Projeto João do Pulo (PJP). Palestrante: General Jorge Antonio Smicelato, Diretor do Departamento de Desporto Militar do Ministério da Defesa. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/29

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente.

Ofício nº 256, de 2009, da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, o qual encaminha a moção de apelo para que se dê continuidade ao Programa Mais Médicos nos parâmetros anteriores aos estabelecidos, de forma a garantir maior participação dos Municípios.

Ofício nº 384, de 2019, da Câmara Municipal de Pompeia, São Paulo, o qual encaminha moção contra a graduação a distância na área da saúde.

Os expedientes encontram-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

Aproveito a oportunidade para divulgar a todos que as cúpulas do Palácio do Congresso Nacional se iluminarão de cor rosa, entre os dias 8 e 15 de junho, em comemoração ao Mês Mundial de Conscientização da Linfangioleiomiomatose, uma doença rara que afeta apenas mulheres, a qual se caracteriza por um tipo não usual de células musculares que invadem o tecido pulmonar impedindo os pulmões de proverem oxigênio para o resto do corpo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que a primeira parte da presente reunião destina-se à deliberação dos itens nºs 1 a 12, e a segunda parte destina-se à apresentação sobre o Programa Forças no Esporte (Profesp) e Projeto João do Pulo (PJP) por representante do Ministério da Defesa.

Passo a Presidência ao Senador Styvenson para que eu possa relatar a matéria. Por favor, Senador. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Item 9.

ITEM 9

PROJETO DE LEI Nº 2.313, de 2019

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para dispor sobre a rotulagem de alimentos embalados que contenham teores elevados de açúcares, sódio e gorduras.

Autoria: Senador Jorge Kajuru.

Relatoria: Senador Romário.

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, em decisão terminativa.

No dia de hoje, o Senador Romário apresenta o relatório formulado.

Concedo a palavra para o Senador Romário para proferir o relatório.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Presidente.

Vou direto à análise.

A Organização Mundial da Saúde aponta a obesidade como um dos maiores problemas de saúde pública no mundo. No Brasil, o excesso de peso atinge mais da metade da população. A obesidade, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua vez, atinge cerca de 18% dos adultos, e nos últimos anos, tem apresentado tendência de crescimento. Também se tem observado o crescimento da obesidade entre as crianças.

É preciso, portanto, intervir no problema e formular políticas públicas que contribuam para que a população atinja melhores níveis de saúde.

Com o passar do tempo, percebeu-se que as informações que constam das tabelas nutricionais não chamam a atenção, nem têm um significado claro. Para piorar a situação, muitas vezes as porções utilizadas na elaboração das tabelas nutricionais não condizem com a quantidade do alimento usualmente ingerida em uma refeição.

Assim, vários países têm buscado novos modelos de rotulagem.

Uma das experiências mais relevantes no plano internacional é a do Chile, onde foi empregado um modelo de rotulagem nutricional frontal, com alertas em formato de octógonos de fundo preto e cores brancas, que sinalizam alto teores de energia, açúcares, gorduras saturadas e sódio.

O Ministério da Saúde do Chile publicou estudo sobre a implementação, na qual 92,7% dos entrevistados afirmaram aprovar o modelo.

Concluímos, portanto, que o PL nº 2.313, de 2019, é meritório e merece ser aprovado. Ainda assim, julgamos necessário promover reparos no texto da propositura que aperfeiçoam o projeto.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.313, de 2019, com a seguinte emenda:

> EMENDA Nº –CAS
> Art. 1º Dê-se a seguinte redação ao art. 11-A adicionado ao Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 2.313, de 2019:
> "Art. 11-A. Os alimentos embalados na ausência do consumidor, inclusive bebidas, que contenham adoçantes ou gordura trans em qualquer quantidade ou teores elevados de açúcar, sódio ou gorduras deverão trazer alerta indicativo dessa composição nutricional.
> §1º O alerta a que se refere o *caput* será efetuado mediante a aposição de mensagens gráficas de advertência, de forma clara, destacada, legível e de fácil compreensão, na parte frontal da embalagem.
> §2º O conteúdo, a forma, o tamanho, a sinalização, os desenhos, as proporções, as cores e outras características das mensagens de advertência serão determinados pelo regulamento.
> §3º Os limites que determinam teores elevados de açúcar, sódio e gorduras nos produtos abrangidos por este artigo serão definidos pelo regulamento, de acordo com as evidências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

científicas ou por recomendação de organismos internacionais atuantes na área de nutrição e saúde.
§4º Para os efeitos do disposto neste artigo, outros nutrientes considerados de risco para a saúde pública poderão ter seus limites estabelecidos pelo regulamento.
§5º Excetuam-se para fins do disposto neste artigo os seguintes produtos, desde que os teores de sódio, açúcar e gorduras sejam intrínsecos ao alimento:
I – aditivos alimentares;
II – coadjuvantes de tecnologias;
III – frutas, verduras e legumes (hortaliças);
IV – sucos de frutas;
V – nozes, castanhas e sementes;
VI – carnes e pescados *in natura*, refrigerados e congelados;
VII – leites, iogurtes e queijos;
VIII – leguminosas;
IX – azeites, óleos vegetais e óleos de peixes."

Esse é o meu relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Coloco em discussão a matéria.

Senador Kajuru, com a palavra.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discutir.) – Bem, Presidente Styvenson, Presidente Romário, inicialmente um bom-dia aos meus amigos e amigas!

Sras. e Srs. Senadores, rapidamente digo que estou todo de preto hoje em homenagem póstuma à sessão de ontem no Senado, ao momento da votação do destaque sobre o Coaf para as mãos ou não do Ministro Sergio Moro. Então, hoje quero ficar de preto, principalmente quando me encontrar com o Presidente desta Casa, Davi Alcolumbre.

Vamos ao assunto.

Eu queria pedir permissão para clarear um pouco mais os motivos que me levaram a apresentar este projeto.

Primeiro, menciono a felicidade de ver a objetividade no relato do Senador Romário, além da propriedade e da riqueza em buscar os argumentos, inclusive até no Chile, justificando este meu projeto, que é motivado principalmente pela adequada rotulação dos alimentos, o que é da mais alta importância para a saúde dos consumidores. Sendo assim, este projeto, a par de aperfeiçoar a legislação sobre o assunto, funciona também como um processo educativo para a nossa população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certamente, o percentual de brasileiros que se preocupa em ler os rótulos é baixíssimo – o Senador Rogério deve ter consciência total disso. Senador Flávio, para que tenhamos uma ideia da importância deste assunto, eu cito aqui uma pesquisa feita no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes) para sentirmos a produção acadêmica sobre este assunto. Essa pesquisa foi feita há alguns anos e já indicava a existência de 49 trabalhos acadêmicos, entre mestrados e doutorados, sobre o assunto. Mais importante ainda, Senadora Selma, é percebermos os aspectos que predominam nesses trabalhos acadêmicos.

E aqui, Senador Contarato, eu destaco em percentual a adequação dos rótulos à legislação específica, que é de 57,2%; a compreensão dos rótulos de alimentos pelos consumidores é de 22,4%; a rotulagem de alimentos geneticamente especificados, modificados ou transgênicos é de 20,4%. Como diz o vulgo, a legislação no Brasil até que nós temos – o Senador Marcelo sabe disso –, só que o problema é o cumprimento das leis. Não é sem motivo, portanto, que a fiscalização ineficiente é apontada pela maioria dos estudos como principal fator para o descumprimento e a banalização das normas estabelecidas para a rotulagem de alimentos do Brasil.

Portanto, colegas, amigos, Sras. e Srs. Senadores, Pátria amada, o rótulo é a maneira mais segura de um consumidor saber o que está sendo consumido quando compra alguma coisa no supermercado. Ignorar esses dados pode levar o consumidor a comprar algo que não é tão saudável quanto parece.

Por isso, peço o apoio de todos em relação a mais este projeto apresentado prazerosamente, aqui na Comissão de Assuntos Sociais.

Agradecidíssimo.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ainda em discussão.

Senador Marcelo Castro com a palavra.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, quero parabenizar aqui o colega Senador Kajuru, que apresentou esse projeto, que, no meu entender, é muito meritório, porque trata de um assunto atual que está atraindo a atenção do mundo inteiro, que é a questão da alimentação saudável. Essa alimentação moderna, alimentação ocidentalizada, tem levado a um aumento muito grande da obesidade e de todas as enfermidades que vêm associadas a ela: hipertensão arterial, problema de glicose, diabetes, alteração das taxas de triglicerídios etc., e tudo isso trazendo graves danos à nossa saúde.

Então...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... os nutricionistas modernos querem que a alimentação saudável seja a alimentação antiga, a alimentação das nossas avós, a alimentação o mais natural possível, menos processada. E evidentemente que o consumidor – em boa hora o Senador Kajuru apresentou esse projeto – deve estar informado, de maneira clara, transparente, sobre aquilo que ele vai ingerir. Se ele quiser ingerir veneno ou, melhor dizendo, alguma alimentação que venha a trazer dano a sua saúde, ele tem que pelo menos estar consciente do ato que está praticando, e não ser ludibriado por rótulos que não tragam a devida informação.

Então, a minha intervenção é só no sentido de parabenizar e dizer que o projeto é oportuno e que é uma atenção que a gente deve ter no momento, porque virou uma verdadeira epidemia no mundo a questão da obesidade, trazendo tantos transtornos e diminuindo a qualidade de vida e a longevidade da população.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria, primeiro, pela ordem, Sr. Presidente, antes de discutir o tema, sugerir que fosse retirado de pauta o Projeto de Lei 205, de 2018, que tem um voto em separado da Senadora Selma. Como eu combinei com ela de incorporar a emenda que ela sugere, eu o traria na semana que vem, já com a incorporação da emenda ao relatório, para apreciação na próxima reunião. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Pode.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 205, de 2018

- Terminativo -

Acrescenta o art. 461-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a divulgação pelas empresas com mais de 250 (duzentos e cinquenta) empregados da diferença de salários entre trabalhadores homens e mulheres.

Autoria: Senadora Rose de Freitas.

Relatoria: Senador Rogério Carvalho.

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Em 22/05/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Em relação à discussão em relação ao tema, todas as pesquisas mais recentes mostram três variáveis que estão associadas à saúde pública e à qualidade de vida.

A primeira delas é a quantidade de sono, que hoje é muito comprometida pelo uso intensivo de tecnologia, o que interfere no sono e diminui a qualidade do sono das pessoas. Então, primeira questão: o sono. Dois, a alimentação, o tipo de alimento que você consome e a quantidade também estão associados ao nível de saúde da população e à longevidade. E, três, a atividade física.

Geralmente as pessoas acham que a atividade física é a prioridade, mas a prioridade são os aspectos mais naturais: dormir adequadamente, com qualidade; comer aquilo que é vivo, em outras palavras, quanto menos industrializado, quanto menos adição de açúcares, de gordura hidrogenada, quanto menos industrializados são os alimentos, melhor a qualidade e melhor o resultado na saúde pública da população; e, por fim, a atividade física.

Então, todas as medidas que nós pudermos aprovar aqui para estabelecer alguns limites no processo de industrialização ou mesmo de informação a quem vai consumir esses alimentos é fundamental para a gente dar uma contribuição. A gente costuma dizer que uma ação coletiva tem um impacto que é incalculável do ponto de vista da saúde pública. Ninguém afere, ninguém mede, porque é uma ação difusa. Imaginem os senhores: se não fosse a Agência de Vigilância Sanitária, se não fossem as vigilâncias sanitárias, nós teríamos uma mortandade muito mais elevada do que nós temos hoje, porque são ações silenciosas, mas que regulam a produção, a distribuição, o acondicionamento, a manipulação de alimentos, por exemplo, e de outros insumos.

Então, medidas dessa natureza que estabelecem regras são fundamentais para cuidar silenciosamente e efetivamente da saúde de toda a população. E a longevidade das populações está associada ao grau de civilidade que está presente nas regras de produção, comercialização de vários produtos, incluindo aí aqueles que são da maior necessidade, os que são de primeira necessidade: os alimentos.

Então, eu queria não só parabenizar o Presidente Romário por ter sido o Relator, como autor também do projeto, mas eu queria parabenizá-lo por estar tendo a sensibilidade de trazer para esta Comissão temas que têm relevância na vida das pessoas. A gente, no Congresso, acaba perdendo muito tempo com debates que não mudam a vida das pessoas, que não vão mexer com o cotidiano delas, que não vão impactar na qualidade nem na quantidade de vida delas. E aqui nesta Comissão V. Exa. tem tratado de temas da maior relevância, porque faz o que é mais importante, pelo menos, na saúde, que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

garantir condições para que a gente tenha esse patrimônio que é o mais importante, a vida, em mais quantidade e com maior qualidade.

Parabéns, Presidente, por todas as iniciativas que o senhor tem tomado nessa direção.

Muito obrigado.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O senhor ouviu, Senador Kajuru? A dica é do médico Dr. Rogério, do Exmo. Dr. Rogério: dormir bem, coisa que a gente não está fazendo...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. *Fora do microfone*.) – Eu não consigo...

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Casa de ferreiro, espeto de pau. Para nos alimentarmos, quase não temos tempo. O senhor vive passando mal aqui, reclamando que tem que votar na frente porque é diabético. E o pior: a gente só faz atividade física correndo de um lado para o outro, dentro das comissões.

Com a palavra a Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É bem isso, Presidente, bem isso.

Como não poderia deixar de ser, a minha fala também é no sentido de parabenizar tanto o autor do projeto quanto o relator pela iniciativa. Eu sempre tive comigo, Senador Kajuru, que o melhor caminho para que nós passemos a ser um País melhor é a conscientização. E constarem esses avisos, constarem essas informações para o consumidor nada mais é do que conscientizá-lo. Por que se diminuiu o consumo de tabaco no País? Porque começaram a obrigar as indústrias a colocarem avisos sobre os malefícios do tabaco. E nós precisamos começar a fazer isso.

Eu estou com um projeto, inclusive de iniciativa da Universidade Federal de Mato Grosso, em que se pretendem colocar nas embalagens, nas etiquetas de garrafas de bebida alcoólica, advertências sobre crimes sexuais contra vulneráveis, porque geralmente estão sob efeito de álcool.

Então, são coisas que, aos poucos, a gente vai fazendo e vai conscientizando as pessoas. São atitudes, mais do que tudo, educativas; mais do que tudo, preventivas. E eu tenho certeza de que isso tem um resultado muito melhor do que se correr atrás depois, quando a pessoa já perder a saúde, já tem que recorrer a médicos e principalmente a esses remédios alopáticos que têm tanta contraindicação, que têm tantos malefícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica aqui o meu apoio não só para esta iniciativa, mas para muitas outras que a CAS tem capitaneado.

Novamente, os meus elogios, Senador Kajuru, que é uma pessoa que nos dá um exemplo dessas questões de saúde, sofre com problemas de saúde e, por isso mesmo, procura agir no sentido de ajudar o seu próximo a não ter os mesmos problemas de que sofre. Os meus parabéns!

E parabéns também ao Relator!

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Obrigado, Senadora.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero só rapidamente enaltecer a iniciativa do projeto, Senador Kajuru, dos mais importantes, com relatório, como de costume, muito bom do Senador Romário, e dizer da importância para a saúde desse projeto. A Pastoral da Criança, com atuação reconhecida no Brasil e no mundo já pelos últimos 36 anos, vem, há algum tempo, discutindo essa situação com o Ministério da Saúde, com a Organização Mundial de Saúde, com os secretários... Inclusive, Senador Kajuru, tomei a liberdade de enviar este projeto para a Pastoral da Criança para, eventualmente, também colaborar, se for o caso, com a discussão que está acontecendo, porque ele ainda passará por outra comissão. Mas eu quero dizer que o que a Pastoral levanta é que anos atrás o problema era desnutrição, o que continua sendo um problema; hoje em dia, é a obesidade.

Aqui nós temos que avançar mais ainda para termos na Comissão de Educação – parece-me – um projeto dessa natureza, proibindo as cantinas escolares, se já não houver uma legislação nesse sentido, de venderem alimentos que prejudiquem a saúde da criança e do adolescente, particularmente em colégios particulares, porque, em colégios públicos, habitualmente, já existe essa preocupação; em alguns colégios particulares, também. Mas que seja regra geral para o Brasil.

Então, eu quero parabenizar o Senador Kajuru, o Senador Romário, e dizer que o projeto, sem dúvida, é muito importante.

Parabéns!

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero parabenizar o autor do projeto, Senador Kajuru, pela sensibilidade, e também fazer coro à voz do Senador Rogério, Senador Romário, que enalteceu seu relatório e a sua sensibilidade por trazer esses temas aqui. É muito bom quando a gente faz parte de uma comissão que tem esse olhar humanizador, de humanizar a dor, de se colocar na dor do outro.

Todo o mérito... Não vou ser repetitivo, mas quero convocar os amigos, porque assim os tenho, a fazer uma reflexão sobre um ponto que acho muito importante porque tem relevância aqui. Vou trazer alguns dados para os senhores: por ano, o Brasil autorizava a liberação de agrotóxicos em termos de 148. Só em 2018, essa liberação, Senador Rogério, chegou a 450! Agora, até o dia 14 de maio, nós temos 169 deferimentos de utilização de agrotóxicos, sendo alguns deles de extrema nocividade; outros, proibidos na União Europeia; outros, banidos! Nós temos utilização de herbicida na água portável, Senador Rogério, o que é de assustar! Então, o mérito do projeto... Agora, nós temos que estar vigilantes com relação a essas liberações.

Eu faço um apelo, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e aqui eu quero fazer um convite aos colegas: hoje haverá uma solenidade de entrega de um projeto de resolução que eu já protocolei, instituindo, aqui no Senado, o Junho Verde, que, não sendo compatível com a Cúpula Rosa, nós já protocolamos na Mesa para que seja a Cúpula Verde.

Enquanto eu estiver na Presidência da Comissão, nós teremos reuniões temáticas, independentemente das reuniões ordinárias, para debater aquecimento global, desertificação, liberação de agrotóxicos, desmatamento, porque infelizmente o que nós temos presenciado na área ambiental – que se reflete na saúde, como muito bem se falou, no sono, na alimentação, na atividade física – são essas práticas, essas políticas que vão na contramão, em retrocesso àquilo que é de interesse do mundo. Eu digo que o meio ambiente é o principal defensor da vida humana que está por vir. Proteger a vida humana é proteger as vidas humanas que virão. É uma garantia, é um direito humano essencial expresso no art. 225 que está sendo violado. E violado principalmente pelo Poder Público. E quem vai ser ofendido não é apenas a população brasileira, não, é o Planeta, e nós temos que lutar contra isso, porque todos somos responsáveis, porque todos somos parte da mesma sociedade.

Então, eu apelo aos colegas: vamos hoje, às 14h, em frente à Presidência do Senado. Vai ser um ato simbólico da entrega disso, nós vamos fazer sessões temáticas, audiências públicas, mas eu tenho fé em Deus – Platão já falava que a sabedoria está na repetição – que nós vamos mudar essa realidade, nós vamos ter qualidade de vida.

O projeto é meritório, eu aplaudo, assino embaixo e estou muito orgulhoso, mas nós temos que estar atentos à qualidade, porque 450 autorizações, em um ano, de agrotóxicos, isso é podre e cheira mal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, um aparte aqui. Eu sei que já acabou a manifestação do Senador Contarato, mas eu acho que nós poderíamos propor na CAS uma audiência pública para tratar desse assunto. Eu vou preparar o requerimento e pedir o apoiamento dos vários Senadores para a gente fazer...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Poderia ser até uma conjunta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Conjunta. Eu vou preparar o requerimento para que a gente faça.

E acho que a gente tem que ser mais audaz, mais ousado. Esta é uma Casa que define o regramento, e este é um tema que diz respeito à vida não só nossa, mas à vida de uma maneira geral. Como maior patrimônio que nós temos a preservar, a sugestão é que daqui saia alguma proposição de regulamentação, ou que a gente crie algum espaço no Senado para fazer a avaliação final do que vai ser liberado e do que não vai ser liberado, porque só pelo interesse do mercado, tanto pelo agronegócio como pelo mercado da indústria, nós seremos mortos lentamente com o excesso de agrotóxicos que estamos ingerindo diariamente sem sentir.

É isso aí, eu acho que é muito importante. Vou preparar o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Se não existe mais nenhum Senador ou Senadora que queira discutir, coloco em votação o relatório.

Os Senadores e Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Resultado: aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1 da CAS.

A matéria vai à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor.

Devolvo a presidência ao Senador Romário.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Obrigado, Senador Styvenson.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Solicito a retirada de pauta do item nº 8, projeto de lei do Senador Telmário Mota, que especifica as atribuições do agente indígena de saúde e agente indígena de saneamento dentro dos quadros de agente comunitário de saúde previsto na Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006.

Nós vamos fazer um reestudo do relatório e voto e voltamos novamente a pedir pauta para que seja votado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Retirado de pauta, Senador.

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 19, de 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para elevar para 24 anos o limite de idade para os filhos perceberem o benefício de pensão por morte.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 22/05/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Consulto os Srs. Senadores e Sras. Senadoras sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para suas considerações.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, esse é um projeto para algo que, na prática, a gente já verifica como uma condição quase corriqueira: garantir aos jovens que estão estudando ou que estão matriculados a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de estender até os 24 anos a possibilidade de receber o benefício por morte, principalmente, dos seus pais ou de responsáveis. Então, como nós já fizemos a leitura desse projeto e eu votei pela aprovação, pela condição meritória e pelo que representa para a nossa juventude, incluindo aí o tempo...

Esta semana eu vi uma manifestação da Senadora Rose de Freitas, que é a autora deste projeto, que pergunta o que nós vamos fazer durante a crise com a quantidade de pessoas desempregadas, de famílias inteiras desabonadas. Então, esse é um projeto que vem na linha de garantir que essa juventude não perca o estímulo para continuar os seus estudos.

Como nós já fizemos a leitura do relatório, eu me dou por satisfeito com essa explicação superficial, mas, em função de a gente já ter lido o relatório, na verdade, é para estender para até os 24 anos o benefício para os estudantes. Eu acho que é meritório, isso já acontece com muita regularidade para funcionários públicos, portanto eu sugiro e voto pela aprovação do projeto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Rogério.

Consulto se há algum outro Senador que ainda gostaria de discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o projeto e a emenda, nos termos do relatório apresentado.

A votação é nominal. É nominal, Senadores.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Todos votaram?

Vou encerrar a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Aprovado o projeto e a Emenda nº 1, da CAS.

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 685, de 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador para fomentar a abertura de micro e pequenas empresas.

Autoria: Senador Jorginho Mello

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim para proferir o relatório.

Por favor, Senador.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou sintetizar.

O projeto do nobre Senador Jorginho Mello permite a movimentação do FGTS, que é do trabalhador, para fomentar a abertura de micro e pequenas empresas.

Vou passar à análise e da análise para o voto.

A análise dos aspectos constitucionais da matéria compete à CAE, por receber o encargo de analisar terminativamente a matéria. Não obstante, não vislumbramos violação *prima facie* dos requisitos constitucionais quanto a reserva de iniciativa dos Poderes Executivo ou Judiciário ou de outra instância federativa.

Sob o aspecto de seu interesse social, o projeto merece acolhida.

O fundamento para a criação do FGTS foi o estabelecimento de um mecanismo compulsório de poupança para o trabalhador, inicialmente destinado fundamentalmente para o financiamento para aquisição da casa própria e para a cobertura de risco de desemprego (em algumas situações). Com o tempo, contudo, esse rol de motivos para a movimentação da conta foi se ampliando, em virtude do interesse popular em permitir maior flexibilidade para o trabalhador na utilização de seus recursos.

Nos termos da justificação do projeto, trata-se de dar relevo aos valores constitucionais do trabalho, da livre iniciativa e da proteção da micro e pequena empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A intenção apontada pelo autor é a de que os trabalhadores possam utilizar esses valores para investir em sua formação empresarial e empreendedorística, de forma a ampliar as chances de sobrevivência de sua empresa durante os períodos iniciais de sua formação – sabemos que a "mortalidade", entre aspas, de pequenas empresas é muito elevada.

Assim, entendemos que a inclusão dessa hipótese de movimentação pode representar uma ajuda ao empreendedor em formação – infelizmente pequena, é verdade, mas ainda assim uma ajuda.

Unicamente, sugerimos uma pequena modificação no projeto.

Primeiramente, por lapso de redação, o projeto busca introduzir o inciso XVIII ao art. 20 da Lei 8.036, de 1990, o qual, contudo, já existe desde 2015. Também o inciso XIX existe, tendo sido estabelecido em 2017.

Como não há evidência no texto de que a intenção do autor seja a de substituir esses dispositivos, temos que seja adequado renumerar o inciso em questão para o número XX.

Além disso, sugerimos a modificação da redação para incluir explicitamente a criação de empresa individual no dispositivo, ao lado das micro e pequenas empresas, a fim de impedir que eventual interpretação excessivamente restritiva desse dispositivo seja fonte de embaraço ao trabalhador.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do PL nº 685, de 2019, com a seguinte emenda de redação:

> EMENDA Nº - CAS
> Dê-se ao art. 1º do PL nº 685, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 1º O art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XX:
> 'Art. 20.....
> .....
> XX – após noventa (90) dias da abertura de micro ou pequena empresa de cujo quadro social participe o titular da conta vinculada, ou de empresa individual de que também seja o titular, comprovado o efetivo funcionamento do empreendimento, conforme regulamentação do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.' (NR)"

O voto é esse, favorável.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, com a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a V. Exa. que o Governo entende que esse projeto deve ser obviamente reestudado com mais detalhes, porque esses recursos, obviamente, todos sabem, têm a finalidade básica de atender os grandes programas do País, como saneamento básico, habitação, que têm demanda reprimida enorme. Então, às vezes você tira com uma mão e dá com a outra. Por uma questão de prudência, inclusive obedecendo ao alinhamento com a avaliação que cada um dos Srs. Senadores poderá fazer depois de uma ampla avaliação, mais aprofundada, desse projeto, eu gostaria de solicitar a V. Exa. que me concedesse vista.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concedida vista ao Senador Chico Rodrigues.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vista coletiva, pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista coletiva, Senadora Soraya.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Queria só deixar claro, Senador Romário, bem rápido, que é uma proteção governamental sobre o FGTS, o intocável FGTS. Nesse caso do projeto de Jorginho Mello, é para empreender, gerar economia, gerar emprego, gerar benefício. Concordo que o FGTS tem algumas finalidades, como o senhor mesmo citou. Infelizmente, nós não vemos as finalidades dele na prática. E dá o direito ao trabalhador de ter o que é dele, já que é retirado dele, esse fundo de garantia, nada mais justo que ele possa investir da forma que ele quiser. Acho que o Governo tem que fazer investimentos reais, que possamos enxergar. Então, deixa a população escolher o que faz com o FGTS.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. A avaliação do nobre Senador é procedente, nós entendemos, na verdade, que o cidadão precisa, quem contribui, quem tem direito a esses recursos obviamente tem o direito de aplicá-los da sua forma, mas a enxurrada de projetos que tratam exatamente dos recursos do FGTS praticamente vão desidratando os recursos, e o Governo ficaria impotente para fazer essas grandes obras nos Municípios, nos Estados, etc. Então, para uma avaliação mais apurada, mais detalhada, com intuito inclusive de garantir esses recursos para essas grandes obras que a sociedade reclama... Nós entendemos, Senador Valentim, a sua preocupação, mas eu diria que o Governo está também procurando fazer o melhor para a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na verdade a vista já foi concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Semana que vem a gente retorna com esse assunto.

Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Pela ordem, para tratar de um assunto bem simples: eu gostaria de solicitar a inversão de pauta para o item 12, por tratar de um requerimento bem simples, bem fácil de ser tratado, por favor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O senhor vai tratar do item 2 agora, Senador?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Item 12.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ah, pensei que fosse o 2, porque eu queria pedir que o item 2 – já que eu cochilei no ponto quanto ao item 6 – , que trata de mexer, Senador Chico, em dinheiro da previdência, não fosse terminativo aqui, que fosse para a CAE. Que fosse discutido o item 2 – o item 6 já foi votado –, no caso, que seja dada uma atenção a ele... Não que eu seja contra o projeto da Rose, pelo contrário... Não, o 2 é do Paulo Paim... É seu, Romário! É do senhor! Não que eu seja contra, mas temos que discutir isso na parte econômica.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Senador Romário, nobre Senador Styvenson, o Governo concorda que seja encaminhado para a CAE.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Esses requerimentos têm, obrigatoriamente, que ser formulados em Plenário.

Vamos ao item 11 e voltamos depois ao item 12, Senador.

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 40, de 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário.

Autoria: Senador Dário Berger

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

2- A votação pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto é realizada pelo processo simbólico, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 5, de 2015.

3- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues para proferir o relatório.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de ler a análise. Tenho o relatório, o detalhamento do relatório, mas lerei apenas a análise do referido projeto.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais deliberar sobre projetos de lei que versem sobre matérias atinentes às condições para o exercício de profissões, bem como proteção e defesa da saúde.

O Pronatec foi criado com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos profissionais técnicos de nível médio, bem como de cursos de formação inicial e continuada para trabalhadores. O programa é desenvolvido por meio das seguintes ações:

1) expansão do número de escolas técnicas que compõem a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica;

2) fomento à expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância;

3) fomento à ampliação de vagas e a expansão das redes estaduais de educação profissional; destinação de recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) à educação profissional e tecnológica, mediante a contratação de financiamento pelo estudante, em cursos de formação inicial e continuada ou em cursos profissionais técnicos de nível médio, pela empresa; e fomento à ampliação de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vagas em instituições públicas e privadas, inclusive nos serviços nacionais de aprendizagem e em estabelecimentos particulares de educação superior.

A principal estratégia para aumentar o número de vagas nas entidades envolvidas consiste na oferta de bolsa formação, nas modalidades:

a) de estudante, voltada para estudantes de cursos de educação profissional técnica de nível médio, nas formas concomitante, integrada ou subsequente, e para cursos de formação de professores em nível médio na modalidade normal;

b) do trabalhador, destinada aos trabalhadores em geral e aos beneficiários dos programas federais de transferência de renda, para cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional.

O art. 2º da Lei nº 12.513, de 2011, dispõe sobre o público prioritário de atendimento do programa. São listados os seguintes segmentos:

1) estudantes do ensino médio da rede pública, inclusive da educação de jovens e adultos (EJA);

2) trabalhadores;

3) beneficiários dos programas federais de transferência de renda;

4) estudante que tenha cursado o ensino médio completo em escola da rede pública ou em instituições privadas na condição de bolsista integral, nos termos do regulamento (sobreposição, em parte, com o primeiro segmento listado).

São, ainda, mencionados nos parágrafos do art. 2º: os agricultores familiares, silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores (incluídos entre os trabalhadores); pessoas com deficiência; povos indígenas, comunidades quilombolas e adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; e mulheres responsáveis pela unidade familiar beneficiárias de programas federais de transferência de renda.

Vê-se que a Lei nº 12.513, de 2011, busca focar segmentos sociais socialmente vulneráveis, além de destacar os trabalhadores em geral, o que revela a tendência universalizante do Pronatec. Não há, na lei que rege o Pronatec, destaque a nenhuma área de formação. Isso decorre da acertada concepção de que as necessidades da oferta de cursos devem ser ajustadas pelas demandas sociais e do mercado de trabalho. Setores de qualificação mais procurados tendem a ser objeto de aumento da oferta de cursos, enquanto áreas mais saturadas acabam por ver reduzida a disponibilidade de vagas. Eventuais distorções nessa matéria devem ser objeto da ação dos gestores do programa, por meio de normas infralegais. É nesse sentido que se deve entender o destaque conferido pela Portaria do Ministério da Educação nº 817, de 13 de agosto de 2015, à necessidade de articulação entre os parceiros demandantes e os parceiros ofertantes de vagas no âmbito do Pronatec.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sem dúvida alguma, ações como a formação e capacitação de agentes de educação sanitária vinculados ao Poder Público, quer seja no âmbito estadual, quer seja no âmbito municipal, são importantes para a promoção de hábitos higiênicos necessários à manutenção da saúde e do bem-estar da população da área rural.

Conferir, todavia, a forma de lei a essa matéria específica seria inapropriado, uma vez que o processo legislativo não responde com celeridade à dinâmica das oscilações do mercado de trabalho e da demanda social por acesso a qualificação profissional.

Ademais, destacar um segmento profissional abriria precedente para outras iniciativas desse teor, o que geraria risco de distorção na demanda e oferta de vagas, comprometendo os objetivos do programa, tão essencial para o atendimento das necessidades da economia e da população por qualificação profissional.

Desse modo, consideramos desnecessário o conteúdo do PLS nº 40, de 2016, ainda que sua apresentação tenha sido movida pela nobre intenção de valorizar a qualificação de um segmento profissional.

Voto, Sr. Presidente.

Pelo exposto, nosso voto é pela prejudicialidade do PLS 40, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Coloco em discussão a matéria.

Senadora Leila, por favor.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Vista concedida, Senadora.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – E gostaria de pedir para que já entre em pauta na próxima semana.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – O.k.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Item 12.

ITEM 12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 50, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 3 (três) membros titulares e igual número de suplentes, para pôr em curso um ciclo virtuoso de atuações legislativas em prevenção e combate ao uso de drogas, contribuindo com a missão pública de promover a qualidade de vida, a saúde e o bem estar da população.

Autoria: Senador Zequinha Marinho.

Passo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para a leitura do requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de subcomissão permanente, composta de três membros titulares e igual número de suplentes, para pôr em curso um círculo virtuoso de atuações legislativas em prevenção e combate ao uso de drogas, contribuindo com a missão pública de promover a qualidade de vida, a saúde e o bem-estar da população.

O uso e a dependência de drogas, Presidente, é um problema complexo e alarmante que atinge não só o Brasil, mas todo o mundo. Estatísticas oficiais demonstram que essa questão vem se estendendo a faixas etárias cada vez mais reduzidas e seu combate e prevenção dependem de ações conjugadas de diferentes setores da sociedade. Ciente da dificuldade em criar estratégias e ações de combate a este desafio, propomos a criação de uma subcomissão permanente que possa iniciar um círculo virtuoso de atuações de prevenção ao uso de drogas, bem como contribuir com a promoção da qualidade de vida do cidadão e de sua família.

Muito obrigado.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Posso fazer parte?

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Com certeza. Está convidado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu estou com a procuradoria de Girão, Romário, que também quer participar.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Quem?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O Senador Girão me mandou uma mensagem, uma procuradoria via WhatsApp, para inscrevê-lo nessa Subcomissão também de prevenção às drogas.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 64, de 2019, apresentado pelo Senador Marcelo Castro. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo a palavra ao Senador Marcelo Castro para leitura do requerimento.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, são dois requerimentos de minha autoria, para fazer dois aditamentos a duas audiências públicas que se realizarão aqui, nesta Comissão.

Vou ler o primeiro requerimento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do RQS 23/2019, sejam incluídos como participantes da audiência pública que debaterá sobre a relevância da instituição, por meio projeto de lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa a ser comemorada na primeira semana de outubro (de 1° a 8 de outubro), os seguintes convidados: um representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e um representante da Política Nacional da Saúde para a Pessoa Idosa do Ministério da Saúde.

Sala das Comissões, 24 de maio de 2019.

Esse é um dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – V. Exa. poderia ler o outro para que a gente possa votar em bloco, por favor?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para encaminhar.) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o segundo requerimento é relativo a uma audiência pública. O objeto desse requerimento – Requerimento nº 31, de 2019 – diz respeito a uma audiência pública em que será debatido o enquadramento funcional dos trabalhadores nos conselhos de fiscalização das atividades profissionais – é para a inclusão de mais um palestrante. Proponho para a audiência a inclusão do seguinte convidado: Sr. André Stefani Bertuol, Procurador da República em Santa Catarina.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2019, Marcelo Castro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Os Srs. Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos.

São os seguintes os requerimentos aprovados:

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 63, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 31/2019 - CAS, que irá debater o tema "O enquadramento funcional dos trabalhadores nos Conselhos de Fiscalização das Atividades Profissionais", seja incluído mais um palestrante: ANDRÉ STEFANI BERTUOL, Procurador da República em Santa Catarina.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

EXTRAPAUTA

ITEM 14

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 64, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, em aditamento ao Requerimento nº 23 de 2019, desta Comissão de Assuntos Sociais, sejam incluídos como participantes da Audiência Pública, que irá debater sobre a relevância da instituição, por projeto de Lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa a ser comemorada na primeira semana de outubro (de 1° a 8 de outubro), os seguintes convidados: Representante da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e Representante da Política Nacional da Saúde para a Pessoa Idosa do Ministério da Saúde.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

Senadora Leila, por favor, passo-lhe a Presidência neste momento. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Vamos passar agora à segunda parte da nossa reunião da Comissão de Assuntos Sociais, destinada à apresentação do Programa Forças no Esporte e do Projeto João do Pulo, a ser conduzida pelo Gen. Jorge Antonio Smicelato, representante do Ministério da Defesa.

Dando início à reunião, eu solicito ao Secretário da Comissão que acompanhe o convidado para que tome assento a esta Mesa, por favor. (*Pausa.*)

Vou falar um pouquinho da minha experiência pessoal e da minha admiração por esse programa que impacta tanto a vida dos nossos jovens de 6 a 18 anos mais ou menos.

É uma parceria incrível, com o apoio da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e dos Ministérios da Cidadania, da Mulher e da Família. Tive oportunidade, em anos anteriores, como Secretária de Esportes aqui do Distrito Federal, de acompanhar o trabalho de todos os envolvidos no programa.

Então, eu gostaria muito de, pessoalmente, General, não só como Senadora, cargo que ocupo hoje, mas, acima de tudo, como cidadã e como atleta – não existe ex-atleta, eu sempre falo isso para as pessoas –, agradecer a força e o trabalho do Ministério da Defesa nesse programa, que é exitoso, e que a gente sabe que tem um impacto muito grande na vida dos nossos jovens.

Então, entrego ao senhor a palavra para apresentar esse lindo programa do Ministério da Defesa.

Convido os jovens, os meninos, a virem aqui para frente, as nossas joias do projeto, do programa.

Sejam bem-vindos todos vocês!

Aproveito também para agradecer ao Senador Romário a oportunidade de estar aqui com o senhor nesta manhã apresentando esse programa.

O SR. JORGE ANTONIO SMICELATO – Sra. Senadora Leila Barros, muito obrigado pela recepção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em nome do Ministério da Defesa, das três Forças, agradeço ao Senador Romário por esta oportunidade de estarmos tratando deste importante programa, que, mais do que tudo, fortalece a nossa soberania nacional.

Eu pretendo, em pouco tempo, comentar o programa e explicar por que ele é tão importante para a Defesa, mas não somente para a Defesa: para todo o Brasil.

Nós iniciamos a nossa apresentação com esse eslaide.

Nós estamos num ano preliminar a Tóquio, preliminar aos Jogos Olímpicos, e ano de Jogos Mundiais Militares. Em outubro nós estaremos com cerca de 500 militares representando o Brasil, e a maioria deles são candidatos às equipes olímpicas que estarão em Tóquio, tanto que o nosso *marketing* é "VII Jogos Mundiais Militares, rumo a Tóquio 2020."

Nós abordaremos muito rapidamente o Departamento de Desporto Militar, do qual sou Diretor no Ministério da Defesa. É o departamento que cuida do desporto militar, particularmente do programa de alto rendimento das Forças Armadas, e que cuida também dos programas que são os mais importantes de cunho social conduzidos pelas Forças Armadas: o Programa Forças no Esporte e a sua vertente, uma vertente que tem os mesmos princípios do Programa Forças no Esporte, mas que trata particularmente de jovens com deficiência.

Apenas para nos localizarmos: o meu departamento, o Departamento de Desporto Militar, está na Secretaria-Geral, que cuida basicamente da parte de ensino, pessoal, saúde e também de desporto, além de outros assuntos, o que nós chamamos de atividade meio do Ministério da Defesa.

A nossa Divisão de Programas e Projetos Sociais cuida do Programa Forças no Esporte, cuja razão principal são as 28,4 mil crianças atendidas.

Temos uma parcela aqui dessas crianças, lindas crianças. Eu sempre digo que são as crianças mais bonitas do Brasil, mais educadas. Então, nós estamos hoje aqui para falar do trabalho que vocês fazem conosco.

Eu pediria a apresentação de um pequeno vídeo no qual apresentamos o programa.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. JORGE ANTONIO SMICELATO – É um videozinho apenas para ambientar o nosso programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós começamos, em 2003, com 400 jovens e iniciamos o ano de 2019 com 28,4 mil crianças atendidas. A base do nosso trabalho é o Programa Forças no Esporte e a sua vertente, o Projeto João do Pulo, que nós abordaremos também durante a nossa rápida apresentação.

Os objetivos do programa estão aqui apresentados: promover a valorização pessoal; fortalecer a inclusão e a integração social e a cidadania também, diretamente; reduzir riscos sociais por meio das ações que são apresentadas.

O programa, que começou como extensão do Programa Segundo Tempo, conduzido pelo então Ministério do Esporte, tinha inicialmente uma vertente mais esportiva, mas, com o passar do tempo, nós chegamos à conclusão de que a prática do esporte, Senadora, era muito pouco, nós poderíamos estender a outras atividades socialmente inclusivas, por conta até da nossa capilaridade. E, com o apoio dos nossos parceiros, em particular do Ministério da Cidadania, que englobou o Ministério do Desenvolvimento Social e o Ministério do Esporte e, agora, estendendo o apoio do Ministério da Educação e do Ministério da Família, da Mulher e dos Direitos Humanos, nós chegamos à conclusão de que o esporte estava sendo muito pouco.

Nós não abrimos mão da prática desportiva e da iniciação desportiva, mas inserimos outras atividades, como reforço escolar, atividades culturais, atividades de promoção da cidadania, atividades referentes à segurança alimentar, por meio de refeições que são fornecidas a todos os jovens – quando chegam, quando fazem o contraturno da manhã, quando retornam para o contraturno da tarde ou na sua chegada imediatamente; e sempre a gente inicia com uma refeição. Então, o nosso programa acaba sendo muito amplo e aborda a cidadania de forma muito ampla.

O nosso público são crianças, adolescentes e jovens na faixa de 6 a 18 anos de idade.

Acompanhando, ali da sala da Secretaria, alguns temas que estavam sendo debatidos pelos Srs. Senadores e Senadoras, nos chamou atenção – todos os temas muito importantes –, em particular, um que tratou da preocupação com a alimentação que esta Casa tem demonstrado e a preocupação também com a prevenção e o combate ao uso de substâncias ilícitas. O nosso programa tem tudo a ver com isso. Inclusive, na questão da segurança alimentar, há uma parceria nossa com o Ministério da Cidadania que permite que as refeições... Às vezes as crianças até reclamam que a comida tem pouco sal, tem pouco açúcar, mas a gente tem trabalhado no sentido de adaptar e corrigir erros, muitas vezes, do paladar das crianças. A gente sabe que tudo é um processo educativo, então a gente fica contente ao ver que esta Casa está preocupada com esses assuntos tão sensíveis para o futuro das nossas crianças.

A nossa abrangência é nacional, por conta até da capilaridade das Forças Armadas. Nós estamos presentes em 117 Municípios em todos os Estados da Federação, 184 quartéis das Forças Armadas apoiam o programa. Aqui em Brasília nós temos quatro, e já temos um quinto prometido pela Marinha a partir do segundo semestre. Estamos presentes em 14 pelotões especiais de fronteira, bem no interior da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia mesmo. Atendemos – não vou ler, mas temos ali expostas – todas as comunidades indígenas, onde o programa é conduzido pelas nossas tropas. Estamos em comunidades urbanas – no Rio de Janeiro, por exemplo, na Maré, no Alemão, no Chapadão. Enfim, atendemos crianças de todas aquelas áreas que merecem a nossa atenção, pelos riscos sociais dessas áreas.

O nosso programa não tem o cunho específico de trabalhar talento desportivo, mas, é lógico, Senadora – a senhora conhece melhor do que nós –, que, quando nós colocamos a iniciação desportiva para 28 mil crianças, é natural que consigamos despertar valores que vão, daqui a cinco ou dez anos, representar nossas seleções nacionais. Então, nesses anos o projeto vem crescendo, e nós já identificamos cerca de 20 atletas que, originários do programa, integram seleções de alto desempenho em modalidades olímpicas e em algumas não olímpicas. É um índice que nós consideramos muito bom.

Uma preocupação do programa é permitir que as crianças, quando cheguem na faixa dos seus 18 anos, e a partir da idade do jovem aprendiz, a partir dos 14 anos, tenham a possibilidade de frequentar algum curso de qualificação profissional, permitindo que esses jovens estejam em melhores condições de ingressar no mercado de trabalho.

A apresentação ficará aqui na Secretaria, mas ressalto que nós temos parceria com todos aqueles órgãos que estão apresentados ali com a intenção de complementar as atividades realizadas nos nossos quarteis. O programa basicamente trabalha no reforço escolar, na iniciação desportiva e, como eu disse, naquelas atividades de fortalecimento da pessoa humana, do cidadão.

É um programa com muita flexibilidade. Nós não temos como padronizar – nós temos um padrão mínimo –, mas nós temos flexibilidade para os comandantes de organização militar – nós temos aqui um dos comandantes, o Comandante da Estação Rádio da Marinha do Brasil aqui em Brasília –, e cada comandante realiza as atividades que pode realizar. A única coisa de que não abrimos mão é o nosso lema: carinho com disciplina. É um programa que, não abrindo mão de sua filosofia, permite que o regionalismo seja desenvolvido e fortalecido.

O Projeto João do Pulo, que é uma vertente do Programa Forças no Esporte, tem os mesmos objetivos. A única diferença, a diferença marcante do Projeto João do Pulo, é que ele visa inserir no nosso Programa Forças no Esporte jovens, crianças e adolescentes portadores de deficiências. Nós já temos atualmente cerca de 220 alunos em todo o Brasil atendidos, mas a nossa intenção, nessa ampliação que deverá ser implementada a partir do segundo semestre em quatro núcleos experimentais, é estender esse atendimento para os jovens com deficiência que, pelo atendimento especializado que muitas vezes eles demandam, não possam realizar as atividades em nossos núcleos nos quais trabalhamos com nossas crianças.

A senhora veja que, quando nós inserimos esses jovens nos nossos núcleos, nós acabamos tendo uma educação em duplo sentido: ao mesmo tempo em que nós fazemos a inclusão social dessas pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com deficiência, nós passamos a educar as nossas crianças para respeitar o diferente, trabalhar com aquilo que muitas vezes elas não estão acostumadas a conviver em seu dia a dia. Então, para nós, a inserção, a participação de pessoas com deficiência no nosso programa é muito importante.

Nós temos limitações, e aqui também nós pedimos o apoio dos nossos Congressistas, dos nossos Senadores. Nós deixaremos aqui na Secretaria um caderno informativo sobre o programa e também uma lista de cidades onde temos programas, porque, muitas vezes, um Senador ou mesmo um Deputado quer visitar um programa, quer pedir uma emenda parlamentar para uma organização militar para apoiar o programa. E a gente garante que esse recurso vai ser muito bem aplicado. Nós precisamos desse recurso para poder, inclusive, ampliar e dar as melhores condições para a prática desportiva e para as atividades das crianças.

Nós, que convivemos com o esporte, às vezes somos questionados: "Puxa, mas o quartel já tem uma quadra, já tem uma pista". Mas, quando nós lidamos com o recruta, um soldado, nós estamos lidando com uma pessoa com um grau de rusticidade e com um nível de preparo físico que são diferentes dos de uma criança.

Nós precisamos, sim, de apoio para realizar adaptações nos nossos aquartelamentos, para poder receber, com as melhores condições de segurança, as nossas crianças.

Então, nós temos limitações. Poderíamos chegar tranquilamente a 40 mil atendimentos, mas é lógico que esbarramos nessas limitações, até por conta de que os recursos do próprio Ministério da Defesa para um programa que não está diretamente relacionado à sua atividade fim acabam sendo escassos para nós os desviarmos da atividade fim para um programa de cunho social.

Essa é uma planilha, um eslaide, uma lâmina com vários números, mas o que interessa para a gente é aquele último número ali embaixo. Todas aquelas informações servem para a gente chegar à conclusão em torno do preço de cada criança para o programa: é de R$240 o custo de cada criança por mês no programa. Então, isso não é nada. A gente sempre brinca no Ministério da Defesa que uma viagem que a gente deixa de realizar ou uma diária a menos que a gente deixa de receber corresponde a uma criança que a gente sustenta no programa por um mês.

Há algumas ideias básicas no nosso programa.

O nosso lema é "Carinho com Disciplina". A gente procura com uma atividade simples... Numa visita que ontem fizemos na Ala 1, na Base Aérea... A gente sempre diz: quem está esperando um programa com muita tecnologia não vai encontrar isso aqui. As nossas atividades são simples, mas o mais importante é que a criança é recebida com um sorriso, a criança é alegre. Aqui, as crianças agora estão um pouco quietinhas, porque já estão cansadas de ficar sentadas, o que é natural. Mas, daqui a pouco, elas voltam lá para o programa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É um ambiente em que as pessoas não gritam, onde não se fala palavrão. É um ambiente num quartel onde tudo é limpo, onde tudo é organizado. Então, já nisso, nós temos o primeiro passo para a educação da nossa juventude, que nos vai substituir na condução do nosso País.

Muitas vezes, as pessoas perguntam: por que para o Ministério da Defesa esse é um programa importante? Para o Ministério da Defesa, cuja atividade fim é cuidar da soberania e da defesa nacional... Quando nós reunimos num programa atividades de educação e de inclusão social, o sentimento de pertencer a algo maior e o fortalecimento da autoestima, o somatório de tudo isso, estamos trabalhando no fortalecimento da soberania. Então, por isso, para o Ministério da Defesa, o programa é muito importante.

Pelo fato de o programa estar na Amazônia e nos grandes centros urbanos, nós acabamos competindo, na Amazônia, pela atenção das crianças, muitas vezes, com algumas organizações não governamentais que, muitas vezes, questionam, inclusive, a nossa soberania sobre a Amazônia. Então, por isso, na Amazônia, o programa é importante. E, nos grandes centros, como Rio de Janeiro e São Paulo, o programa também é importante, porque nós estamos competindo com o crime organizado pela atenção dessas crianças.

No eslaide, já apresentamos o valor do programa. A gente traz uma referência do valor de um presidiário para o Brasil. Nós entendemos que é responsabilidade, sim, do Estado cuidar do seu presidiário. Mas qual é a Nação que nós queremos para o futuro? Uma Nação de crianças como essas? A gente vê em cada uma delas o futuro do nosso País. Ou nós vamos continuar colocando o nosso recurso na manutenção de presidiários que, por um desvio no passado, deixaram de ser integrados à nossa sociedade?

Mostramos algumas fotos do nosso programa, que, como eu disse, é um programa muito simples, e a nossa visão de futuro, para, quem sabe, daqui a alguns anos, atletas paralímpicos oriundos do nosso programa participarem de competições esportivas. Neste ano, nos Jogos Mundiais Militares, há militares das Forças Armadas participando. Mas, quem sabe, nós não venhamos a ter também integrantes do programa participando das nossas seleções paralímpicas!

Senadora, muito obrigado pela possibilidade de falar do nosso programa aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Sr. General, o senhor me quebrou as pernas. A sua emoção me contagiou, porque a gente sabe... Quem é do esporte, quem teve a sua vida construída sobre esses pilares entende muito bem a contribuição não só do Ministério da Defesa, com as Forças Armadas, a Aeronáutica, o Exército e a Marinha, mas, acima de tudo, dos professores.

A gente sabe que esse programa... Quero deixar isso bem claro para as pessoas. Eu trabalhei muito com crianças que eram provenientes de áreas de vulnerabilidade. A gente sabe dessa realidade. E a gente sabe o quanto vocês são a extensão das famílias. Muitas vezes, vocês são os pais dessas crianças.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Certamente, todas essas crianças têm um envolvimento muito forte com todos vocês. Então, às vezes, eu me emociono justamente por isso.

A gente vê que, no sistema carcerário, há um investimento de R$2,4 mil, enquanto, na prevenção, são gastos R$240 por um jovem, por uma criança bem alimentada, protegida. E são passados diariamente a ela valores. Nós não estamos falando só de esporte. Nós estamos falando de reforço escolar, nós estamos falando de cultura, nós estamos falando de um programa exitoso, que promove, acima de tudo, não só a formação de atletas, como o senhor falou. Na verdade, isso é uma grande pirâmide, e poucos chegarão ao alto rendimento.

Eu tive a honra de disputar três Olimpíadas e comecei num projeto numa escola pública com várias meninas. E é o que eu falo: essa é minha missão aqui dentro do Senado. Eu posso discutir muitas políticas com relação ao alto rendimento, mas a falta de compreensão das pessoas que não entendem o esporte como formação, como cidadania, como valor... Nós estamos falando de militares e de atletas que entendem os valores importantes de foco, de resiliência, de disciplina. Como um jovem pode seguir sua vida sem disciplina, sem foco, sem resiliência?

Então, em programas como esse, o senhor pode ter a certeza de que o senhor tem em mim, certamente, e no Senador Romário, que promoveu este encontro maravilhoso aqui entre nós, parceiros. E também pode contar com esta Casa.

Certamente, devagar – é igual ao ditado "água mole em pedra dura tanto bate até que fura" –, as pessoas vão entender por que nós estamos aqui, por que queremos estar aqui para discutir isso. É para que as pessoas entendam que o esporte não é o alto rendimento apenas. O alto rendimento é uma vitrine, o alto rendimento é uma referência, mas, acima de tudo, o importante é a formação e a cidadania.

Então, eu queria deixar aqui, em nome desta Casa, os meus parabéns. Como brasileira, como cidadã, como atleta, dou os meus parabéns ao Ministério.

Quero dizer que, a partir de hoje, vocês têm em mim uma parceira. Eu não tenho emenda neste ano, mas, nos próximos anos, nos anos seguintes, certamente... Já tive a oportunidade... E convido os Parlamentares, os servidores, as pessoas a visitarem esse projeto, para verem como é bonito um jovem ou uma criança cantando o hino do País. Isso não é uma questão de ideologia. Não é esquerda nem direita! Isso é o País! Uma pessoa que não tem a cultura e o civismo de cantar o seu hino, de reverenciar a sua bandeira...

Se há uma coisa da qual tenho orgulho na minha vida como atleta... Eu falo para as pessoas que eu entro no Senado como uma atleta. Eu entro aqui com responsabilidade, eu estou defendendo o meu País, as bandeiras em que acredito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a gente aprende, desde jovem, a cantar o hino do País, sim, olhando para a bandeira. A gente acha que isso é uma coisa boba, mas não o é. É preciso reverenciar e ter senso de pertencimento, que é o que falta neste País. Temos de ter senso de pertencimento e entender que nós temos que proteger isto aqui, não para nós, não para o senhor, nem para mim, mas para essa geração que está vindo.

Então, desculpem-me! Este é um desabafo. A gente tem vivido momentos difíceis dentro desta Casa, mas a gente não pode desistir do País. E projetos assim a gente tem, sim, de valorizar, de apoiar e de divulgar aqui o tempo todo, porque no Brasil há muita gente que quer que este País dê certo. Não há gente que rema contra, não. Há muita gente querendo que este País dê certo.

Quero lhe dar os meus parabéns, em nome do Senado Federal, por esse exitoso programa, General. Obrigada.

O SR. JORGE ANTONIO SMICELATO – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Meninos, sejam bem-vindos! Parabéns!

Vocês são de onde, de quais regiões? Todo mundo aqui é de São Sebastião? Vocês moram onde?

O SR. JORGE ANTONIO SMICELATO – Você é de onde?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Todo mundo é do Varjão, ou a maioria?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Olha, nós temos gente de vários lugares aqui.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É isso aí! Mora no Brasil! Esse é o senso de pertencimento de que estou falando para vocês. É isso aí!

E vocês praticam futebol, vôlei, atletismo? Quem é do atletismo aqui? (*Pausa.*)

Temos dois. E do futebol?

(*Manifestação da plateia.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Olha, é isso aí!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE ANTONIO SMICELATO – E vôlei? Quem gosta de jogar vôlei?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Quem gosta de vôlei? (*Pausa.*)

Temos aqui três, quatro, cinco atletas. É isso aí!

Então, boa sorte para vocês! Que aproveitem muito!

Nós vamos estar aqui trabalhando para que esse projeto continue a beneficiar não só vocês, mas também os seus amigos nas regiões de vocês. Está bom?

Parabéns, General!

O SR. JORGE ANTONIO SMICELATO – Obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Temos aqui os ritos da Casa. Vou fazer o encerramento.

Lembro que, amanhã, dia 30 de maio, às 10 horas, teremos uma reunião extraordinária desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater sobre a relevância da instituição, por meio de projeto de lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa, em atendimento ao Requerimento nº 23, de 2019, da CAS, de autoria do Senador Marcelo Castro.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta audiência, mais uma vez reiterando os meus agradecimentos e os meus parabéns ao Ministério da Defesa e a todas as Forças.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. JORGE ANTONIO SMICELATO – Se a senhora permitir, eu acho que as crianças vão querer tirar uma foto com a senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Vamos lá, vamos tirar a foto!

(*Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 59 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e sete minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Marcelo Castro, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Jayme Campos, Eduardo Gomes, Zenaide Maia, Flávio Arns, Eliziane Gama, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Paulo Rocha, Eduardo Girão, Marcos do Val, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Major Olimpio e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Rogério Carvalho, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Leila Barros, Weverton, Renan Calheiros, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 23/2019 - CAS, de autoria do Senador Marcelo Castro, e REQ 64/2019 - CAS, de autoria do Senador Marcelo Castro. **Finalidade:** Debater sobre a relevância da instituição, por Projeto de Lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa. **Participantes:** Luiz Sinésio Silva Neto, Coordenador da Universidade da Maturidade; Lúcia Secoti, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Carlos André Uehara, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; Dalia Romero, Coordenadora-Geral do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso da Fiocruz; Antonio Costa, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Elizabete Ana Bonavigo, Coordenadora de Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde. Alberto Amaral, Defensor Público. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/30

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom-dia a todos! Muito obrigado pela presença.

Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos nºs 23 e 64, de 2019, da CAS, de autoria do Senador Marcelo Castro, para a realização de audiência pública destinada a debater sobre a relevância da instituição, por projeto de lei, da Semana Nacional da Pessoa Idosa.

Dando início à reunião, solicito ao secretário da Comissão que acompanhe os convidados para tomarem assento.

Sr. Luiz Sinésio Silva Neto, Coordenador da Universidade da Maturidade; Sr. Carlos André Uehara, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; Sra. Dalia Romero, Coordenadora-Geral do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso da Fiocruz; Sr. Antonio Costa, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Sra. Elizabete Ana Bonavigo, Coordenadora de Saúde da Pessoa Idosa, do Ministério da Saúde; Sra. Lúcia Secoti, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, sejam todos bem-vindos. Muito obrigado pela presença das senhoras e dos senhores. Tenho certeza de que nós aqui hoje faremos uma grande audiência pública.

Parabenizo, mais uma vez, o nosso Senador Marcelo Castro pela ideia. É do que realmente o nosso País precisa: respeitar um pouco mais e, principalmente, conhecer um pouco mais os direitos dos nosso idosos. Parabéns!

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, e contará com os serviços de interatividade com o cidadão: Alô Senado, através do telefone 0800-612211; e e-Cidadania, por meio do portal: www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Convido para presidir a reunião aqui o Senador e autor do requerimento, Marcelo Castro. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quero dar um bom-dia a todos os presentes, agradecer a todos os convidados que nos honram aqui com suas presenças, em especial essa turma do idoso que veio de Tocantins para esta audiência... (*Palmas.*)

... que nós julgamos da mais alta relevância, porque é uma preocupação mundial hoje de organismos como a ONU, o tratamento e a atenção que a gente precisa ter, de políticas públicas, para as pessoas idosas, porque, graças a Deus, nós estamos vivendo mais aqui e alhures. No mundo inteiro, registra-se uma taxa de idosos maior do que a que tínhamos antes.

Quero fazer inicialmente um pequeno pronunciamento para colocar os termos em que a gente gostaria que viesse a ocorrer essa instituição, que nós estamos propondo, da Semana do Idoso aqui no Brasil.

Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras, uma das prioridades do meu mandato como Senador é a proteção ao idoso. Precisamos, desde já, atuar no sentido de assegurar dignidade para essa parcela da população que, em futuro próximo, representará a maioria dos brasileiros. É por esse motivo que venho falar de proposta de minha autoria: a criação da Semana Nacional do Idoso.

A instituição de uma data para refletir sobre a condição do idoso no Brasil será o ponto de partida para a discussão de novas políticas públicas em relação à chamada terceira idade. O Poder Legislativo, a Administração Pública, o empresariado e a sociedade civil em geral terão uma oportunidade a mais de debater medidas de valorização da pessoa idosa.

Como já é costume, datas nacionais são ocasiões para reflexão, colocam no calendário temas relevantes no centro da pauta dos meios de comunicação e da discussão da sociedade como um todo. Por esse motivo, já temos transformadas em lei, por exemplo, a Semana Nacional do Estatuto da Juventude, a Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, a Semana Nacional pela não Violência contra a Mulher, dentre outras. A condição do idoso no Brasil, certamente, merece figurar entre essas datas.

Em minhas andanças pelo Estado do Piauí, meu Estado de origem, tenho a oportunidade de conversar com famílias de todos os setores da sociedade e constato a preocupação universal com a proteção ao idoso. Proporcionar aos entes mais idosos um envelhecimento digno é uma questão presente hoje em todas as famílias brasileiras.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, passamos por uma transição demográfica única e irreversível com a diminuição das taxas de fertilidade e aumento do envelhecimento populacional. Segundo dados da Organização das Nações Unidas, essa é uma tendência mundial. A população chegará ao marco de 9,8 bilhões em 2050, dos quais 2 bilhões serão idosos. No Brasil, essa camada representará 3,3% da população mundial. A estimativa é que tenhamos, nessa época, 66 milhões de idosos no nosso País.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil envelhece de forma intensa. Hoje, segundo os dados do IBGE, a população brasileira acima de 60 anos já representa 13,5% do total de habitantes. Dentro de duas décadas e meia, esse percentual saltará para 24,5% – praticamente dobrando em 25 anos.

Por volta de 2030, teremos, pela primeira vez, mais idosos do que crianças e adolescentes em toda a nossa história. Na metade deste século, os maiores de 60 anos representarão o grupo demográfico mais numeroso, ultrapassando aqueles da faixa de 40 a 59 anos. No Piauí, Estado que represento nesta Casa, projeções do IBGE apontam redução na população, que cairá, a partir de 2032, dos 3,2 milhões atuais para 3,1 até 2050.

Não se pode negar que esse envelhecimento da população é resultado de conquistas sociais, como a melhoria nos indicadores de saúde. Mas esse fenômeno exigirá de nossa sociedade muito investimento. Estou falando da ampliação do acesso a serviços de saúde e da proteção aos idosos, da melhoria da acessibilidade urbana e dos transportes em geral, da educação continuada, da oferta dos serviços de assistência social, de centros de convivência etc.

O Poder Legislativo tem colaborado com essa pauta. O Constituinte de 88, antecipando as tendências demográficas que acabo de resumir, preocupou-se em destinar proteção especial ao idoso nos arts. 229 e 230 da nossa Carta Magna. Segundo o art. 229, os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, na carência e na enfermidade. O art. 230 estabelece que é dever de todos – família, sociedade e do próprio Estado – amparar e assegurar a participação das pessoas idosas na comunidade, defender seu bem-estar e dignidade e garantir-lhe o direito à vida.

Em 1994, como regulamentação a esses artigos, foi instituída a Política Nacional do Idoso, por meio da Lei 8.842, que completou, em janeiro, 25 anos. A política traz condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade.

Em 2003, veio o Estatuto do Idoso, que representou um marco na garantia de direitos a esse grupo da população. O estatuto foi criado com o objetivo de garantir, de maneira mais específica, os direitos fundamentais da pessoa idosa. O regulamento abrange questões como o direito dos maiores de 60 anos à liberdade, ao respeito, à dignidade, à alimentação, à saúde e à convivência familiar e comunitária.

No cenário internacional, a discussão sobre o envelhecimento da população mundial teve como marco a aprovação do Plano Internacional para o Envelhecimento, conduzido em 2002 pela ONU. O plano pretende garantir, por meio de mudanças de atitudes políticas e práticas, o envelhecimento seguro e digno para todas as populações; também busca assegurar a essa camada a participação na sociedade como cidadãos plenos de direitos.

Outro importante incentivo da ONU foi a criação, em 1990, do Dia Internacional do Idoso, celebrado em 1º de outubro. No Brasil, a Lei 11.433 determinou que, nesse dia, fosse comemorado o Dia Nacional do Idoso. Não obstante os avanços, a realidade no que diz respeito à garantia dos direitos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fundamentais aos idosos ainda deixa muito a desejar. Cito como exemplo três questões previstas no Estatuto do Idoso: o acesso do idoso à educação, com adequação dos programas educacionais; o acesso ao mercado de trabalho, sem discriminação na busca de empregos; e o acesso aos serviços de saúde.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios feita pelo IBGE em 2016 mostrou que o analfabetismo é maior entre os idosos do que no restante da população. Chamo a atenção também para a exclusão dos idosos em todos os níveis de ensino e, em particular, no ensino superior. Facilitar o acesso à universidade é um dos nossos desafios. No mundo inteiro, cada vez mais se busca aproveitar a experiência e o conhecimento dessa população sênior, o que inclui o ingresso no ensino superior.

Aqui no Brasil registram-se iniciativas de ensino e extensão específicas para a terceira idade. É o caso da Universidade da Maturidade, implantada... (*Palmas.*)

... na Universidade Federal do Tocantins. Ideias como essa contarão com o nosso apoio entusiástico neste Senado Federal.

E eu quero aproveitar aqui para agradecer e parabenizar todos os idosos do Tocantins que fazem a UMA e dizer que estamos no processo para a criação e implantação também no Estado do Piauí. (*Palmas.*)

Quanto à inserção do idoso no mercado de trabalho, aponta-se um aumento de 8% no primeiro trimestre de 2018 em relação a 2017 na participação de pessoas com mais 60 anos. O dado é do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Ele aponta a necessidade de investimentos em capacitação e no ingresso facilitado de pessoas idosas nas universidades.

No tocante à saúde, o Ministério da Saúde aprovou a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, com a finalidade primordial de recuperar, manter e promover a autonomia e independência dos indivíduos idosos, direcionando medidas coletivas e individuais de saúde para esse fim. Sabemos, porém, que há muito a ser feito para que essa política seja plenamente exercida.

Por fim, neste ano em que comemoramos 25 anos da instituição da Política Nacional do Idoso, precisamos revisitar falhas e aprimorar acertos para bem avaliar os desafios presentes com vista a planejar e implementar ações para efetivação de direitos dos idoso, conforme determinam os diplomas constitucional e legal.

Frente ao novo cenário nacional de completa falta de planejamento de programas de governo, em todas as esferas competentes, capazes de atender às necessidades dos idosos, movidos pela Emenda Constitucional 95, torna-se também crucial estabelecer estratégias capazes de vencer barreiras impostas pela falta de recursos e pelo sensível aumento populacional dos idosos.

É com esse olhar que propomos a instituição da Semana Nacional do Idoso, de 1º a 8 de outubro, oportunidade para que o Estado e a sociedade possam estabelecer amplo debate, reflitam e proponham

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medidas e políticas públicas capazes de vencer o grande desafio de atender adequadamente às necessidades dos 66 milhões de idosos que habitarão o País a partir de 2050 – são as previsões.

Aproveito aqui também para parabenizar o Senador Eduardo Gomes pela importante medida de criar, no âmbito desta Comissão – assim como seu Presidente, o Senador Romário –, a Subcomissão Permanente de Proteção e Defesa da Pessoa Idosa. Trabalharemos juntos nessa pauta tão fundamental para todos os brasileiros.

Assim, Sras. e Srs. Senadores, a criação da Semana Nacional do Idoso, que venho aqui propor, é apenas um primeiro passo de um conjunto de medidas mais amplas no sentido de valorizar a experiência, a sabedoria e a vontade dos brasileiros maiores de 60 anos de contribuir para o progresso do nosso País. Conto com o apoio dos meus colegas nesta Casa e no Congresso para que a semana entre no calendário nacional e sirva de ponto de partida para uma reflexão que considero tão importante.

Por fim, antes de iniciarmos os nossos trabalhos, cumprimento e agradeço a participação aqui de Luiz Sinésio Silva Neto, Coordenador e Assessor Técnico da Universidade da Maturidade (Uma), Tocantins; Maria Lúcia Secoti Filizola, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa; Dalia Romero, Coordenadora-Geral do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso (Sisap-Idoso); Carlos André Uehara, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia; Elizabete Ana Bonavigo, Coordenadora de Saúde da Pessoa Idosa, do Ministério da Saúde; Alberto Amaral, Defensor Público do DF, especialista em direito do idoso; e Antonio Costa, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

É o que tínhamos a dizer inicialmente.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sr. Presidente, antes de V. Exa. começar a chamar os convidados para fazerem suas explanações – chegou aqui o nosso Senador Eduardo Gomes –, quero dizer que ontem fui comunicado pelo Senador que o primeiro evento da Subcomissão desta CAS será exatamente em Tocantins, no mês de agosto. (*Palmas.*)

Estamos esperando agora só a data para definir o dia dessa audiência pública e o formato em que será feita.

Então, antecipadamente quero agradecer aqui o convite do Senador Eduardo Gomes, Presidente da Subcomissão dos Idosos, e dizer que será uma honra e um prazer poder participar diretamente desse primeiro evento da Subcomissão fora de Brasília.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – ... Senador Romário, sua colaboração, sua presteza, sua gentileza e sua dedicação aqui na condução da CAS, o que, sem nenhuma dúvida, V. Exa. faz com grande brilhantismo.

Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Presidente Marcelo Castro...

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador, só um minuto.

Eu não sou e nem serei o anfitrião da festa, mas antecipadamente já estou convidando V. Exa., antes que ele o faça. (*Risos.*)

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Bom-dia a todos.

Quero cumprimentar todos que participarão desta importante e histórica reunião; Presidente, Senador Marcelo Castro; Sinésio Neto, em cujo nome cumprimento todos os convidados; todos os amigos da Universidade da Maturidade, da cidade de Palmas, e, em nome deles, cumprimento todos aqueles que assistem a esta reunião.

Um amigo meu, Presidente, de vez em quando, muito raramente, chegava atrasado aos treinos, mas, na hora de resolver o jogo, ele fazia os gols necessários e levou o Brasil ao campeonato mundial. Nós temos a felicidade de, na CAS, ter na sua Presidência um brasileiro com a sensibilidade, com o compromisso e com o sentimento público que fazem dele hoje um campeão na área social: o nosso Presidente Senador Romário. (*Palmas.*)

Então, ao cumprimentá-lo, quero dizer do meu esforço – cheguei um pouco atrasado na sessão – de compensar durante o jogo, mas dizer também da felicidade que tive ontem de ser informado pelo Senador Romário de que o primeiro evento externo desta Comissão, uma audiência pública da Subcomissão Especial da política para o idoso, será na cidade de Palmas. Teremos lá um verão e um sol radiantes esperando a todos, mas também as nossas belezas do lago, do Rio Tocantins e das nossas cachoeiras lá de Palmas.

Então, ao agradecer a todos e parabenizar V. Exa. por esse evento, quero dar uma notícia importante aos idosos do nosso País e àqueles que fazem a política pública nesse setor: pela primeira vez na história do Congresso Nacional, nós temos, ligados à causa e comandando a causa, nada mais nada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos do que o Presidente da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional. Portanto, vamos trabalhar com muito afinco, porque a sensibilidade do caixa agora, eu tenho certeza, será boa para os velhos do País. (*Risos.*)

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Vamos iniciar nossa audiência pública e estipular um tempo de 7 a 10 minutos para cada um dos expositores fazer sua palestra.

Vamos começar com o primeiro inscrito: o Dr. Luiz Sinésio Silva Neto, Coordenador e Assessor Técnico da Universidade da Maturidade (UMA – Tocantins). V. Exa. está com a palavra.

O SR. LUIZ SINÉSIO SILVA NETO – Meu muito bom-dia.

Inicialmente saúdo o Presidente da Comissão, o Senador Romário, e saúdo o Senador Marcelo Castro, autor do requerimento da audiência pública para discussão do PL da Semana Nacional da Pessoa Idosa. Com essa saudação, também saúdo todos os Senadores aqui presentes. Cumprimento ainda todos os debatedores.

Sinto-me honrado em poder dividir este momento com os colegas, importantes autoridades na área do envelhecimento humano. Isso para mim é muito honroso. Faço uma menção especial a todos os acadêmicos da Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins que saíram de Palmas para estar aqui no Senado Federal. A presença de cada um de vocês aqui representa o desejo da população brasileira por um envelhecimento digno e ativo.

Eu quero, neste momento, dedicar esta breve exposição a duas pessoas.

Primeiro, ao Sr. Manuel, aquele senhor ali sentado, um idoso de vida sofrida, ex-morador de rua; sofreu violência física intrafamiliar, mas nunca desistiu de viver uma vida com dignidade, nunca desistiu de ter esse sorriso no seu olhar. Por isso, o Manuel disse que encontrou, na Universidade da Maturidade... (*Palmas.*)

... aquilo que Cora Coralina disse que encontrou: ele encontrou na UMA um colo que acolhe. Então, Manuel, queria fazer essa menção a você. Você é um exemplo de dignidade e cidadania para todos os brasileiros.

A segunda dedicatória é uma homenagem ao Senador Eduardo Gomes, que sempre se empenhou em prol das realizações das tantas conquistas dos idosos no Tocantins. Ele tem sido um dedicado padrinho da Universidade da Maturidade. Registro aqui, meu amigo, grande amigo, a minha gratidão, o meu respeito e o meu carinho pelo tanto que você já fez no seu mandato e também a esperança de que, junto com todos os colegas do Senado Federal, ainda mais faça pela pessoa idosa neste Brasil. Então, o meu muito obrigado pela sua amizade, pela sua dedicação. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos aqui para debater o PL da proposta de criação da Semana Nacional da Pessoa Idosa. Eu penso que, mais do que debater o PL neste momento, estamos tendo a oportunidade de pautar o tema envelhecimento humano, pois, de fato, é um assunto que merece um lugar especial na agenda pública. E o PL da semana nacional é mais uma estratégia de oportunidade de darmos atenção ao tema, considerando o tamanho e a complexidade da política multidimensional da pessoa idosa.

Então, toda ação, todo projeto, toda política que vem estimular a sociedade a buscar melhoras acessíveis a todos os cidadãos, além de toda ação que estimula a participação dos atores sociais e políticos, além da participação de todos que envelhecem na construção da política pública, são bem-vindos e positivos, e nós, então, temos que fazer o apoio à criação da Semana Nacional da Pessoa Idosa.

São inúmeros os desdobramentos que podem acontecer a partir da criação da semana da pessoa idosa. Nós podemos estimular uma sociedade, uma cidadania mais consciente, ativa, solidária; melhorar a compreensão do próprio funcionamento do Senado Federal frente às políticas públicas de envelhecimento; identificar demandas sociais; e várias outras que podem surgir a partir do exercício de pautar o tema envelhecimento humano também na Semana Nacional da Pessoa Idosa.

Ora, justificativa para a criação da semana nós debatedores que estamos aqui temos inúmeras. A literatura científica traz inúmeros argumentos para a criação da semana da pessoa idosa, e o Senador Marcelo Castro já traçou muito bem esse cenário, trazendo indicadores de envelhecimento demográfico. Nós vivemos num país com mais de 30 milhões brasileiros acima de 60 anos, e as projeções demonstram um crescimento rápido, um crescimento dinâmico. Então, nós temos que estar preparados para essa realidade social. E isso repercute também no envelhecimento epidemiológico – provavelmente a Dra. Dalia vai trazer isso com maior firmeza para nós.

Uma questão importante também é a heterogeneidade da velhice – a gente reconhecer que o nosso País possui dimensões continentais – e, por isso, diferentes formas de envelhecer tanto em nível individual como coletivo, nos Municípios, nos Estados das Regiões brasileiras, são extremamente necessárias ao nosso País. Nós precisamos reconhecer, a sociedade brasileira precisa reconhecer, precisa celebrar o envelhecimento populacional, que é a maior conquista social do século XXI. Nós não devemos lamentar o envelhecimento da população: são novas oportunidades, novos olhares, novas demandas que surgem com o envelhecimento da população, e, com e isso, nós precisamos compreender e aproveitar essa realidade social.

É lógico que todas essas questões são fundamentadas em nossa legislação de direitos fundamentais e têm uma repercussão em diversas áreas da nossa sociedade, seja na saúde, na educação, na economia, no lazer, na alimentação, na moradia, no transporte, em vários desdobramentos que repercutem esse envelhecimento populacional. Mas, como docente universitário de uma universidade federal pública, eu não poderia deixar, neste momento, de refletir, de trazer um pouco do papel de como a universidade pública pode contribuir para as políticas públicas aqui no Senado. Então, eu acredito que o papel e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

responsabilidade social, sobretudo da universidade pública, se firmarão na produção de conhecimento para a formulação e para o debate crítico sobre as políticas de envelhecimento humano.

E aí eu quero fazer um destaque, um parêntese, dizendo que não só a universidade tem o papel de produzir conhecimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ SINÉSIO SILVA NETO – ... mas especialmente de também transferir esse conhecimento para toda a sociedade. Nós temos diversas experiências exitosas nas universidades brasileiras. Eu quero trazer aqui uma experiência exitosa que é a Universidade da Maturidade da Universidade Federal do Tocantins, que faz muito bem essa interlocução entre ensino, pesquisa e extensão, e essa interlocução também com os atores políticos para sua manutenção própria.

A UMA, brevemente, é uma tecnologia social criada pela Dra. Neila Barbosa Osório, cujo objetivo está embasado na educação para as pessoas mais velhas; o seu público-alvo são pessoas acima de 50 anos. Com essa tecnologia social, nós conseguimos atender dez Municípios no Estado do Tocantins – mais de 5 mil pessoas já foram beneficiadas com esse projeto –, e também, ao longo desses 13 anos, além do nosso Estado, o Distrito Federal e a Paraíba. Então, a interiorização é uma outra característica.

Nós, então, conseguimos com essa interlocução, com os atores políticos da sociedade, com os atores políticos do Congresso, ter uma infraestrutura física para a realização desse projeto, desse importante projeto. Aqui está nossa sede própria, que funciona dentro do *campus* de Palmas da Universidade Federal do Tocantins; são 400 metros de área construída e são dois pisos. Nós temos, além da parte administrativa, dentro da nossa sede, funcionando o laboratório de exercício físico e envelhecimento humano, o laboratório de inclusão digital.

É importante dizer que, na Universidade da Maturidade, o seu grande diferencial é o seu projeto pedagógico-político, projeto pedagógico diferenciado, qualificado, com o seu corpo docente qualificado, sua infraestrutura própria e a captação de recurso própria também. Também nós temos um auditório para 120 pessoas.

Mas, além da infraestrutura física, a gente também tem uma infraestrutura de pessoas, de seres humanos que fazem esse projeto dar certo. Ali um exemplo: a Dona Margarete, o Sr. Zé, o Sr. Edival, que se formaram na Universidade da Maturidade e hoje são contratados, com carteira assinada, pelo projeto – é uma política que nós temos de geração de emprego e renda.

E, para finalizar – porque eu acho que já estamos com tempo aí vencendo, pois já tocou a campainha, não é? –, eu só quero citar duas personalidades do Tocantins que expressam o sentimento neste momento de quão valoroso são no que se refere a políticas públicas. Primeiro, eu quero saudar um importante poeta Tocantinense, o Sr. José Gomes Sobrinho, que, com muita dedicação e trabalho, ajudou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na transformação e na cultura no meu Estado. Que possamos, unidos e afinados nesse trabalho de amor aos idosos, deixar o nosso legado de amor, assim como o Sr. Zé Gomes trouxe no *Fio de Prumo,* seu livro: que, "quando eu me for, para onde for, quero deixar muito vivo o meu recado de amor". Que todos nós que estamos nessa luta por um envelhecimento digno e ativo possamos estar juntos com essa intensidade de amor, para podermos deixar o nosso legado para as pessoas que estão envelhecendo!

Por último, para deixar uma frase, este aqui é o Sr. Manuel, aquele grande homem a que me referi no início. Quando perguntado sobre a UMA na vida dele, o Sr. Manoel respondeu assim: "Mudou da lama para o vinho, porque eu vivia na vida depressiva. Eu cheguei aqui e achei carinho de pai, de mãe e de irmão. E aprendi tudo que não sabia. Aprendi de tudo aqui, até escrever".

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. LUIZ SINÉSIO SILVA NETO – Então, que possamos ter outros discursos como esse do Sr. Manuel no envelhecimento digno e ativo.

O meu muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós é que agradecemos, Luiz Sinésio.

Passamos a palavra, então, para Maria Lúcia Secoti Filizola, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. V. Exa. está com a palavra.

A SRA. MARIA LÚCIA SECOTI FILIZOLA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Na pessoa do Senador Marcelo Castro, quero cumprimentar todos da Mesa e todos os presentes; quero cumprimentar o Presidente desta honrada Comissão, Senador Romário; o Senador Eduardo Gomes, pela iniciativa da Subcomissão, tão importante neste ano com todo o trabalho de conferências municipais, estaduais acontecendo no Brasil afora – e a nossa, se Deus quiser, será no fim do ano, em novembro, sendo que já estão todos convidados.

A criação da semana nacional com certeza é uma promoção, uma proteção e uma defesa da pessoa idosa. Eu fiz uma apresentação bem breve para a gente ter espaço e poder conversar sobre o assunto.

Não podia deixar de trazer o nosso grande mapa, para visualizarmos realmente o que é isso que se tem falado do vencimento populacional acelerado no Brasil: em 2014, ele era 13,7% da população; isso equivale a 27,8 milhões de pessoas. Em 2050, simplesmente nós vamos para a casa de 28,9%, o que quer dizer que, da população, serão 64 milhões. Então, olhem o salto que nós estamos dando nessa questão do envelhecimento populacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aqui, só para partilhar com vocês, um pouco do pensamento, da visão, da missão e dos valores do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, porque isso tem tudo a ver com que a gente vai discutir daqui a pouco, que é esse PL da semana nacional: contribuir para o envelhecimento humano digno, por meio da defesa e da articulação de políticas com setores da sociedade. Então, a gente vê também, na semana nacional, essa possibilidade de articulação, essa possibilidade dessa contribuição com o envelhecimento digno, que é o que a gente tem buscado, cada vez mais, na formulação das políticas públicas.

A visão do conselho: que nós sejamos referência na promoção, na defesa e na garantia dos direitos de todas as pessoas idosas. Esse é também um dado importante que a gente traz. Fazendo um paralelo com a semana, Senador, a gente vê também este sentimento de que a semana seja uma referência nacional, que ela não seja só uma semana no calendário nacional, mas que ela seja uma semana nacional voltada à pessoa idosa.

Ética, transparência, compromisso, proatividade, integração, efetividade e inovação, esses são os valores do Conselho Nacional. É claro que aí a gente pode colocar, com certeza, o protagonismo da pessoa idosa. Podemos colocar a questão também da visão de ampliarmos o olhar sobre o envelhecimento populacional.

Sobre o envelhecimento se discute muito, e muito se fala no envelhecimento ativo e saudável. E também, como missão de todos os brasileiros, o respeito à pessoa idosa. Então, esse é o grande mote que temos desenvolvido e em que temos atuado dentro do Conselho Nacional.

Não vou entrar em competência, nessas coisas, mas é importante a gente lembrar que, acima de tudo – e também como o Senador Marcelo Castro trouxe na sua exposição –, a PNI é a lei que cria o Conselho Nacional – estabeleceu a política nacional – e também cria o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa lá em 1994 como Conselho Nacional do Idoso; e o estatuto, em 2003. Por que esses dois documentos são importantes para nós conselheiros, seja ele nacional, seja estadual, seja municipal, seja distrital? É porque é nosso dever zelar pelo cumprimento dessas leis.

E aqui um marco importante que a gente sempre traz, que é a questão da nossa Constituição Cidadã, mas principalmente a questão de o que é que essa Constituição trouxe – também citado pelo Senador. Ela introduziu em suas disposições o conceito de seguridade social, fazendo com que a rede de proteção social alterasse o seu enfoque estritamente assistencialista, passando a ter uma conotação ampliada de cidadania. E aí também a gente faz um *link* com a Semana Nacional da Pessoa Idosa, porque, vamos dizer assim, esse exemplo que o Luiz Neto trouxe na fala do seu homenageado é o protagonismo, é a cidadania ampliada, é o direito aos seus direitos fundamentais – sendo redundante: seus direitos aos direitos fundamentais. E é isso que o Conselho Nacional tem buscado na atuação, no nosso trabalho cotidiano, nas nossas deliberações, nas nossas resoluções.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isto é importante – e aí eu já trago uma informação recente porque foi deliberação da última reunião ordinária nossa –: foi deliberado que todo edital do Fundo Nacional do Idoso vai ter sempre uma linha voltada para educação. Então, seja que edital for, ele sempre vai ter uma linha. (*Palmas.*)

Essa é uma deliberação em que a gente tem trabalhado muito tempo, não é, Bete? – a Bete também tem acompanhado essa discussão no GT da educação. Então, isso já é uma deliberação.

Agora a gente vai dar só os encaminhamentos.

Uma outra questão importante que eu trago é um desafio – como a gente sabe que envelhecer é uma conquista e a gente tem aí o nosso caminhar – que é o da...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIA LÚCIA SECOTI FILIZOLA – ... ratificação da convenção interamericana, que é a garantia, o primeiro tratado internacional vinculante, e isso é indispensável para nós brasileiros, principalmente porque o Brasil foi o primeiro signatário. Então, aqui, eu já quero pedir o apoio desta Casa, através dos Senadores presentes, para que a gente possa, até a primeira semana, se Deus quiser, no dia primeiro de outubro, ter esse documento ratificado. Ele já está para ser pautado na Casa, na Câmara, e depois virá para cá. Então, já peço aí esse olhar atencioso e respeitoso de vocês em relação às pessoas idosas e principalmente a esse importante tratado internacional.

Para finalizar, deixo aqui o meu contato e fico à disposição da Casa, fico à disposição do Plenário para a gente poder ampliar a discussão sobre a Semana Nacional da Pessoa Idosa.

Obrigada pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a explanação da Dra. Maria Lúcia, passamos então a palavra agora à Sra. Dalia Romero, Coordenadora-Geral do Sistema...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Pela ordem.) – É só para comunicar ao Plenário que alguns Senadores já estão vindo para a Comissão e nós vamos ter que nos alternar aqui por conta da votação nominal em Plenário. Todos fiquem tranquilos, porque nós vamos fazer esse movimento, que é natural na Casa. A audiência está sendo muito proveitosa, além de ser transmitida para todo o Brasil fazendo os registros devidos. Mas estou só mostrando a dinâmica da Casa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque as pessoas podem não entender o entrar e sair de Senadores, agora que ele vai ocorrer com mais frequência.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Então, vou passar a palavra para a Sra. Dalia Romero, Coordenadora-Geral do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso (Sisap-Idoso) da Fiocruz.

A SRA. DALIA ELENA ROMERO MONTILLA – Bom dia.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite.

Vou tratar de ser precisa no tempo. Na verdade, só ontem fiquei sabendo que eram dez minutos; assim, eu vou pular várias dos eslaides que eu trouxe.

Quando me convidaram, eu entendi também que o convite era para mostrar os trabalhos que o Brasil tem feito durante esse tempo, o que o Brasil fez durante o século XXI. E aí, na verdade, o trabalho que eu vou apresentar não são trabalhos da Fiocruz somente, mas um trabalho coletivo, com muita parceria com o Ministério da Saúde, estreita parceria com o Ministério da Saúde e com estreita parceria inclusive de vocês, referente ao idoso, que participaram com algo mais. É um produto coletivo.

Nós estamos num laboratório que se chama Laboratório de Informações em Saúde, da Fiocruz.

Essa é a nossa unidade. Não sei se alguém já visitou a Fiocruz, essa é a biblioteca principal.

Nós temos como missão trabalhar com informação científica da comunicação, da ciência e tecnologia, visando fortalecer a política de acesso livre ao conhecimento científico. Nesse sentido, nós criamos um grupo chamado Gise (Grupo de Informação em Saúde e Envelhecimento). Esse grupo, na verdade, é um grupo tão pequeno: uma servidora, que sou eu, temos sete colaboradores contratados e temos dois estudantes de Pibic – sempre temos estudantes, formando novas gerações comprometidas com área temática.

Eu posso deixar essa apresentação.

Essa é a nossa linha de pesquisa.

Eu queria apresentar alguns produtos que temos, porque, depois, tenho alguns comentários específicos sobre a temática de hoje. São diversos projetos que temos também, e eu apresentei aqui o que temos desde 2007 e vários projetos atuais.

Nós temos vários artigos publicados, e os artigos que publicamos estão muito na perspectiva da Fiocruz, de gerar conhecimento para intervenção na política pública. Então, quase todos os artigos que a gente tem é para embasar algumas decisões, algumas estratégias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estes são algum dos produtos de que eu gostaria de falar – não vou ter muito tempo – e que eu acho que podem ser interessantes para o desafio que temos atualmente. Nós temos o curso de formação em saúde para gestores, que alguns de vocês, provavelmente, já fizeram. A gente tem a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa. Temos um aplicativo também para a caderneta que ainda não inserimos na agenda do ministério, mas é uma proposta; temos o Sisap, que já indicaram; experiências exitosas.

Antes de falar de alguns produtos, eu quero lembrar que acho bastante importante que a gente se sinta orgulhoso, como brasileiro, de ter um País reconhecido internacionalmente pelas suas políticas, e muitas dessas políticas têm medidas que são vinculadas, isso quer dizer: medidas que têm que ser aplicadas na prática necessariamente. E eu coloquei em azul aquelas que são da ordem internacional.

A gente fala muito – já perdi o tempo aqui, estava com tempo bom, mas, enfim –, hoje em dia, dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Com a Agenda 2030 o Brasil está comprometido. Mas eu sempre lembro que temos compromissos com o envelhecimento, com o idoso, e que o Brasil é signatário desse compromisso. Acho que todos nós temos que ler, pelo menos, o Plano de Ação Internacional de Viena de 1982, que depois, em 2002, foi ratificado. Esse plano é fundamental que todo mundo leia. Eu acho que a gente deve, com a Constituição, aprender quais são nossos compromissos e o que o Brasil assinou em 2002.

Muito do que o Brasil assinou e com que se comprometeu já foi implantado. E muitas dessas políticas a gente pode ver agora. Por exemplo, Estatuto do Idoso, em 2003. No ano seguinte, nós tivemos o Pacto pela Saúde, que foi interessantíssimo, a primeira vez que, num pacto, se tinha – porque já nós não temos o pacto pela saúde – como eixo o envelhecimento. Temos a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Na Política Nacional de Atenção Básica, também se colocou o idoso como prioridade. E aí, no Ministério da Saúde, trabalhamos conjuntamente para inserir na atenção primária a questão do envelhecimento. Aliás, a caderneta é um dispositivo para isso.

Eu vou passar algumas telas e vou apresentar a cara do nosso sistema de indicadores. O que eu quero falar desse sistema de indicadores? Duas coisas principalmente. Primeiro, esse sistema de indicadores, como eu falei, é um produto coletivo, de muita discussão no País inteiro. Os objetivos dele são dois. Primeiro, ter indicadores em nível municipal: a gente saber o que está acontecendo nos 5.572, ou 5.570, Municípios. Então, de todos os Municípios do Brasil, durante todo o século XXI, temos dados. Isso já é importante, porque isso diz que o Brasil se preocupou em dar retorno para a sociedade.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DALIA ROMERO – Temos algumas preocupações para a continuidade desse sistema de indicadores, porque ele depende muito do Censo 2020. Estávamos preocupados porque o corte que estão propondo pode ameaçar o conhecimento sobre a situação do idoso no futuro, porque é a principal e quase que a única fonte de informação em nível municipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que a gente tem aqui indicadores de vários tipos. Nós colocamos outro dos objetivos dele: acompanhar as políticas públicas. Então, a gente tem, por exemplo, a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Você pode clicar na política e procurar o indicador que a gente sugere para ver, para avaliar se o Município está cumprindo ou não aquele objetivo. A gente sempre está aberto a modificar, sempre, sempre. Nós temos muita interação.

E eu quero mostrar para vocês – vou passar rapidamente para mostrar aqui –, por exemplo, o indicador de efetividade que a gente utiliza...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DALIA ROMERO – Ah, estou preocupada com o tempo. E eu sou caribenha. E caribenho fala muito rápido, não é? (*Risos.*)

Aí, se você não me desacelera, daqui a pouco estou pegando onda caribenha.

Aliás, eu queria falar sobre o meu sotaque. Eu estou há 25 anos morando no Brasil, mas, como eu costumo falar, ser brasileiro é muito bom: a gente nasce onde a gente quiser. Então, eu nasci na Venezuela, também sou venezuelana, mas sou brasileira também, até de carteirinha – porque podem se perguntar de onde é esse sotaque.

Bom, esses indicadores a gente utiliza muito. A gente gosta muito de utilizar com as equipes em nível municipal, nos trabalhos que a gente faz. Por quê? Porque esse indicador fala sobre a efetividade da atenção primária em saúde, o que é pouco visibilizado. Pouco se conhece disto: qual foi o impacto que teve a atenção primária em saúde na saúde do idoso brasileiro? Então, você vê essa curva descendo. Isso tudo está no Sisap: você pode clicar no seu Município e gerar esse gráfico – para todos os Municípios.

Então, é aquilo que você pode ver: como diminuiu no Brasil a taxa de internação pelas causas consideradas evitáveis – que deveriam ser resolvidas na atenção primária. Por exemplo, uma asma, uma diabetes não deveria chegar a internar, até porque todos sabemos quão complicado é internar depois de certa idade, as complicações. Então, a gente relaciona isso com o aumento da cobertura da atenção primária, e dá uma relação muito bonita. A gente já fez vários artigos. Então, essa é uma informação bonita, para a gente defender a atenção primária na localidade.

Aqui, por exemplo, são os acessos que a gente tem desde 2017. Nós temos, em média, 1.366 acessos mensais.

O curso... Eu vou passar para frente.

Eu vou fazer propaganda aqui da caderneta: a Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa eu acho que todos os idosos têm que reivindicar e utilizar em seus Municípios; chamar seus gestores, chamar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão, porque esse é um instrumento de empoderamento do idoso. Não é para pegar dados apenas. Eu vou colocar um exemplo aqui: nos dados antropométricos, o agente de saúde comunitário preenche...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DALIA ROMERO – ... e você pode ver se você está no vermelho, no amarelo ou no verde, em que estado de saúde você está. Eu sempre tenho aqui uma maneira de comunicar à atenção primária o caso de cada uma das pessoas. Fica mais fácil se comunicar.

Da premiação de boas práticas eu não sei se vai falar o Ministério da Saúde, mas eu não tenho tempo. A gente tem belíssimos exemplos no Brasil. Já estamos há seis anos trabalhando com o Ministério da Saúde sobre boas práticas que são desconhecidas – e por isso eu quero ter um minuto para falar da importância dessa proposta da Semana do Idoso. É desconhecido o trabalho em tantos Municípios do Brasil. É muito trabalho. Como exemplo, estamos colocando Tocantins. Então, as pessoas escrevem essa prática; essas práticas são premiadas; e a gente dá visibilidade a elas em um *site*, nesse *site* que está aqui, ou seja, todo mundo pode acessar. E é belíssimo o exemplo. Não tenho tempo de falar, mas isso mereceria a gente... Bom, há uma premiação e o ministério coordena.

E eu queria, para finalizar, falar justamente... Eu falei um pouquinho sobre a visibilidade. E eu quero parabenizar a proposta da Semana do Idoso.

Na verdade, ao passar de um dia para uma semana, a gente já está ganhando 700%, está aumentando muito. Mas por que não pensar e sonhar em um mês do idoso? Por que não sonhar logo em um ano do idoso? Eternamente, que todos os dias sejam dele.

Porque, quando a gente fala de saúde do idoso, na verdade – temos que repetir isso dia a dia, em todos os cantos –, não estamos falando das pessoas de 60 anos ou mais; estamos falando das pessoas que nascem hoje, porque não há envelhecimento saudável se não há uma saúde adequada durante a vida toda.

Mas aí, eu acho importante, Senador, pensar... Eu acho que é começar com essa Semana do Idoso, mas pensando com esse orgulho que eu falava de ser brasileiro: o Brasil é muito reconhecido, por exemplo, pelo impacto do BPC na diminuição da pobreza do idoso. Esse dado está aqui. Você vê: domicílios no ano de 2010. A pobreza nos Municípios era ao redor de 30% em qualquer domicílio. No domicílio em que havia um idoso, era ao redor de 19%, muito menos pobreza. Por quê? Graças ao impacto do BPC e da aposentadoria. Isso não ficava no bolso do idoso. Isso ia para cuidar dos seus netos, suas crianças. Então, disso há muita evidência. Eu acho que esse orgulho a gente tem que ter.

Outra ideia que eu queria deixar é que a gente não pode falar, não pode pensar em um envelhecimento saudável no Brasil sem um Estado de bem-estar, sem um SUS que proteja. A gente esteve em um seminário agora que mostrou isto: sem Estado de bem-estar, sem proteção social, não há envelhecimento saudável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por último, eu queria colocar que fico muito preocupada porque a gente ficou invisível – porque eu estou envelhecendo, todos estamos – por muito tempo. A gente vai dar visibilidade com a semana e eu acho importante; mas eu fico triste porque a mídia colocou a visibilidade do idoso, mas por algo ruim. Parece que nós temos a culpa de viver mais tempo e temos a culpa da pobreza. Não acreditem nisso. É mentira! O envelhecimento demográfico não se deve a que a gente tenha culpa por estar envelhecendo. O envelhecimento demográfico, como falou o Senador, é pela redução da fecundidade. E vai ser pior daqui para frente, porque a pessoa não vai querer ter filhos se não tem um Estado que os proteja. Então, a gente tem que defender a proteção social; tem que ter o direito de sonhar com ter família em que se cuide um do outro.

Eu me coloco à disposição, a Fiocruz se coloca à disposição, de braços abertos para o que vocês quiserem: pesquisar, trabalhar, militar, o que for, pela saúde do brasileiro.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo à Sra. Dalia, passamos a palavra ao Sr. Carlos André Uehara.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente, o senhor permitiria só um...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador, com imenso prazer.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Nós gostaríamos imensamente de estar aqui, mas hoje é um dia atípico aqui no Senado, atípico: a MP chegando em cima da hora, jabuti trepado nas árvores da MP, querendo dar aumento para procuradores... E nós temos que estar no Plenário a tempo para não deixar esses absurdos passarem. Eu quero pedir...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Não deixar os jabutis passarem.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu quero pedir desculpa a todos. Espero, se não justificar, pelo menos explicar por que nós não estaremos aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador, parabéns! Parabéns por esta audiência pública. Parabéns por trazer aqui para o Senado o que é importante para gente. A gente discute muito criança, discute muito criança: "Nosso futuro", "nosso futuro", mas a gente se esquece muitas vezes de falar por quem já fez muito por nós até chegarmos até aqui. (*Palmas.*)

E essa ideia...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não, eu falei para o Eduardo aqui, para o senhor agora eu vou falar: quem cuida bem do nosso passado é porque cuidou bem da nossa história. E quem tem essa afinidade com pessoas idosas é pessoa que realmente tem coração. São pessoas que precisam...

Eduardo, parabéns! Parabéns!

Sr. Luiz, estou esperando o senhor para a gente conversar. Eu quero implantar a universidade da terceira, quarta, quinta idade no meu Estado do Rio Grande do Norte. Vamos, me mostre esse caminho! (*Palmas.*)

Preciso fazer isso. Não é um trabalho de hoje que eu faço com as pessoas idosas, é um trabalho que eu sempre fiz. São pessoas muitas vezes esquecidas pelas famílias, abandonadas pelas próprias famílias. E não vamos fazer isso com eles, não. Pelo contrário: toda atenção para eles! Toda atenção, todo carinho e todo respeito por tudo que eles fizeram pela gente, por tudo que fizeram até aqui.

Uma coisa que eu aprendi desde criança, Eduardo e Senador Plínio, é que a gente respeita os idosos: que deve se levantar para dar o lugar a ele; que, se ele for atravessar, deve dar a mão para atravessar com ele. Então, isso eu aprendi. Acho que eu sou um dos Senadores mais jovens hoje aqui no Senado.

Então, é uma pena que a gente não possa ficar aqui, senão a gente vai levar mil rasteiras lá do outro lado, e isso vai influenciar na vida da população. Mas vocês estão muito bem acompanhados, muito bem conduzidos pelo Senador Marcelo Castro e por este irmão aqui que eu tenho, que é o Senador Eduardo, que já me disse que eu consigo levar lá para o meu Estado. E eu vou conseguir, sim, porque há idosos no meu Estado, muitos desassistidos, e temos que dar entretenimento, dar educação, dar conhecimento para eles. Depois que a pessoa fica velha, parece que não tem mais validade, não tem mais serventia e nem utilidade. Pelo contrário, tem, sim, e muita: só a experiência dele já conta!

Obrigado, Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço a participação aqui do Senador Styvenson e do Senador Plínio, que se mostraram solidários à nossa causa da defesa e valorização do idoso.

Passo a palavra ao Carlos André Uehara, Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.

O SR. CARLOS ANDRÉ UEHARA – Bom dia a todos.

Em nome do Senador Marcelo Castro, cumprimento todos da Mesa. Também gostaria de parabenizá-lo pela iniciativa, por essa discussão aqui nesta audiência pública para a criação da Semana do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Idoso. Cumprimento todos os demais Senadores, nossa audiência na internet e todos que estão aqui presentes também.

Sou o atual Presidente da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, uma entidade que foi fundada em 1961 – neste ano completamos 58 anos de funcionamento. E ela congrega profissionais que trabalham com idosos, não apenas da saúde, mas todos os outros profissionais que atuam com idosos também.

Dos marcos legais, é importante lembrar que, na Constituição Federal de 1988, a palavra "idoso" foi citada pelo menos nove vezes, então é, em termos de legislação, uma das primeiras em que nós encontramos a referência ao idoso. Em 1990, foi criado o Dia Internacional do Idoso pela ONU, que é uma data internacional. Só que no Brasil era comemorado no dia 27 de setembro. Como bem disse o Senador Marcelo Castro na sua introdução, há todo esse marco legal que eu estou falando aqui também – que foi muito bem explanado –: a Política Nacional do Idoso de 1994, o Estatuto do Idoso de 2003 e, em 2006, foi criado o Dia Nacional do Idoso, já mudando para a data do dia 1º de outubro a partir de 2006. Desde então, de maneira informal, em alguns locais do Brasil, a gente vinha comemorando e tendo atividades durante uma semana, entre o dia 27 de setembro até o início de outubro, mas agora, com a proposta da implementação, isso vai ser uma atividade oficial.

Como eu disse, a SBGG congrega profissionais de saúde e outros profissionais de nível superior. Somos uma entidade filiada à Associação Internacional de Geriatria e Gerontologia, que tem uma atuação internacional.

Estamos presentes em 19 unidades da Federação. O Tocantins está ali, mas ele tem uma representação local. Somos quase 2.400 profissionais associados à SBGG. Desses 2.400 profissionais, são cerca de 1.700 médicos geriatras – ainda há uma carência de médicos geriatras aqui no País –; e também temos cerca de 400 especialistas em gerontologia pela Sociedade Brasileira de Geriatria.

É importante a gente diferenciar alguns conceitos: o que é envelhecimento, velhice e envelhecer. Envelhecimento é um processo contínuo, para a vida toda, que começa quando nascemos. Então, todos nós envelhecemos. Nós não começamos a envelhecer a partir dos 60 anos. Por isso que é tão importante pensarmos em políticas de envelhecimento pensando desde a primeira infância e ao longo de toda a vida. Velhice hoje é determinada de acordo com o que foi um marco na década de 90: é considerado velho aquele acima de 60 anos no Brasil – nos países em desenvolvimento –, e acima 65 anos nos países desenvolvidos. Então, esse é um conceito social também, que pode ser revisto ao longo do tempo. E é um pouco disso que a gente vem discutindo na revisão da previdência. E envelhecer: se antes a gente perguntava para as crianças: "O que você quer ser quando crescer?", hoje temos que pensar: "O que queremos ser quando envelhecermos?", porque hoje a expectativa de vida aos 60 anos é de mais de 20 anos. E em 20 anos dá para se fazer muita coisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa e a pirâmide etária do Brasil em 1980. Por que 1980? Depois de 1980, foi quando o Brasil começou a envelhecer muito rapidamente. São cerca de 40 anos em um processo acelerado de envelhecimento populacional, sendo que a Europa, os Estados Unidos e o Japão passaram por esse processo ao longo de 100 anos. E a diferença entre nós, que é crucial: eles enriqueceram nesse período; nós não enriquecemos, não resolvemos vários problemas do passado. Por exemplo, em relação à educação, hoje a maior parte dos analfabetos no Brasil são idosos. E ainda há a questão do saneamento básico no Brasil, que é um problema que está no nosso dia a dia.

Essa é a pirâmide etária prevista para o próximo ano: com uma base larga e também seu ápice mais alargado. Ao longo do tempo, esse ápice vai ser mais alargado ainda.

Em relação à população brasileira do século passado para agora, esta é uma outra transição importante que aconteceu no Brasil: deixamos de ser um país rural e nos tornamos um país mais urbano. Em 1980, eram 119 milhões de brasileiros; hoje já são quase 210 milhões. São 90 milhões de brasileiros a mais em 40 anos. Isso traz um impacto grande no envelhecimento populacional, em desenho de serviços, em pensar em educação e todos os impactos do envelhecimento populacional na nossa sociedade.

A expectativa de vida ao nascer, na primeira metade do século passado, era ao redor de 50 anos. Então, para quem nasceu em 1950, a expectativa de vida média no Brasil era de 50 anos. Era muito difícil, muito raro ver uma pessoa com mais de 60 anos. Hoje a expectativa de vida no Brasil é de 76 anos, na média, sendo 79 para mulher e 74 anos para os homens.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ANDRÉ UEHARA – Sim. As mulheres vivem, em média, sete anos a mais do que os homens.

Em relação à população de mais de 60 anos: em 1980, 6,1% da população era de idosos, eram menos de 10 milhões de idosos no Brasil. De acordo com dados atuais do Pnad, já estamos ao redor dos 14% de população idosa no Brasil e já passamos dos 30 milhões de idosos aqui, de pessoas com mais de 60 anos no Brasil. E, nesse ano também, há mais idosos, mais pessoas de 60 anos, do que crianças abaixo de 5 anos. Essa inversão era esperada para o próximo ano. Então, já nesse ano, já fizemos essa inversão: temos mais avós do que netos. Nos últimos cinco anos, houve um incremento de 18% da população idosa; são 5 milhões a mais de idosos, como disse, 30 milhões. Até 2039, teremos uma pessoa com menos de 15 anos para uma pessoa acima de 60 anos. Isso nós chamamos de índice de envelhecimento. Então, temos uma criança com menos de 15 para uma pessoa com mais de 60 anos. E, até 2060, 25% dos brasileiros terão mais de 65 anos.

O País envelheceu; o velho também. A característica do velho, do idoso hoje é muito diferente de 20 anos atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o *Jornal do Comércio*, de Manaus, que foi publicado no dia 4 de agosto de 1960. Aqui embaixo, no quadrinho, está falando: "Ônibus entrou na casa humilde e foi apanhar a velhinha de 42 anos". (*Risos.*)

Quarenta e dois anos hoje não são nada. E isso muda. Como eu disse, é uma construção social. A classificação de idoso deve ser revista com periodicidade.

E quem é o idoso atual? Quando a gente vê na TV, muitas vezes mostram os extremos: o superidoso, que é o extremo da senescência, ou o extremo da senilidade, que são idosos frágeis. Lá em cima, são os idosos que correm ultramaratonas, pulam de paraquedas, são extremamente ativos; e aqui, no outro extremo, são os idosos frágeis, que ficam em casa, dependentes de terceiros. E a gente acaba não falando dos idosos que ficam no meio, que é a grande maioria, que são idosos independentes, com autonomia, que fazem suas coisas; têm alguma dificuldade, mas a gente acaba não olhando para eles. E muitas vezes as políticas públicas vão muito mais olhar para os mais frágeis.

Só um dado histórico sobre o limite de envelhecimento hoje: uma senhora, uma francesa, viveu até os 123 anos. Ela faleceu em 1997. Então, hoje, a gente acredita que o limite de idade é de 123 anos.

Estamos passando também por uma transição de gerações: no ano que vem, os primeiros integrantes da geração X, aqueles nascidos em 1960, estão chegando aos 60 anos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS ANDRÉ UEHARA – Aqui o Chico Buarque, 74 anos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ANDRÉ UEHARA – Obrigado, Senador.

O Chico Buarque, 74 anos, que é integrante dos *baby boomers*. A Madonna este ano completou 60 anos. E ela é muito criticada hoje porque chegou aos 60 anos, em vez de a louvarem, porque envelhecer é um privilégio. São poucas as pessoas que conseguem chegar aos 60 anos ou mais. E, como o Prof. Sinésio disse, a maior conquista do século XX é o envelhecimento da população. E a Xuxa, daqui a dois anos, vai chegar aos 60 anos.

Também, outra característica, outra transição são os novos arranjos familiares. Se antes as famílias eram numerosas, com vários filhos, com várias pessoas que poderiam cuidar dos seus pais e dos seus avós, hoje existem muitas pessoas que moram sozinhas. Há um dado recente: 13% das famílias no Brasil são unipessoais. Então, 13% das famílias são de uma pessoa só. E mais de 50% dessas famílias unipessoais são mulheres idosas. Isso porque, muitas vezes, o homem, quando viúvo ou quando está sozinho, constitui uma nova família, e a mulher acaba optando por ficar sozinha e também, às vezes, é isolada ou é segregada do restante dos seus familiares.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra transição por que a gente vem passando nos últimos anos é a transição epidemiológica. Se antes existia uma grande prevalência de doenças infecciosas que matavam as pessoas, hoje a maior causa de morte no Brasil é infarto e, em seguida, o derrame, causados por estas doenças crônicas não transmissíveis, que são pressão alta, doenças cardiovasculares, diabetes, alguns tipos de câncer que a gente considera como doença crônica e também doenças respiratórias.

Isso impacta muito no atendimento no SUS, porque o nosso modelo atual olha muito para tentar curar as doenças em intervenção. A gente atua muito pouco em prevenção. E, quanto mais a população envelhece, mais a gente tem que investir na prevenção de doenças. Hoje o nosso modelo de assistência é baseado muito no hospital, é muito baseado no médico.

Temos uma tripla carga de doenças no Brasil, temos doenças crônicas não transmissíveis, os traumas – as causas externas de morte impactam muito no nosso sistema de saúde – e também as doenças infecciosas, como febre amarela, chikungunya, gripe, pneumonia, que matam gente.

E o idoso é, muitas vezes, visto pelo lado negativo, é visto como uma pessoa doente, aquela pessoa que está encostada, que não tem função. A gente precisa mudar isso. Precisamos pensar em novos modelos. E esta Semana do Idoso é justamente uma semana para que a gente possa provocar e trazer esses temas para serem discutidos. Qual a situação atual do idoso no Brasil? Tivemos muita evolução, mas será que estamos dando o melhor cuidado, as melhores condições?

Também não é só pensar em saúde e doença. Acho que o envelhecimento populacional impacta em toda a sociedade. Tem que se pensar em transporte, educação, eventos culturais, em tudo isso. Será que o idoso ainda deve ser visto como essa pessoa que está ali, aquele pictograma, que é uma pessoa com bengala? Quem chega hoje aos 60 anos fala assim: "Eu não me considero velho". Por quê? Porque ainda o velho, o idoso é visto como aquela pessoa dependente, que é obsoleta, sem capacidade.

E temos que fazer uma transição do modelo de cuidado. O nosso modelo de cuidado hoje ainda é baseado no século passado, em doença aguda, que era uma consulta e um retorno. A gente tem que pensar que o envelhecimento é heterogêneo. Podemos pegar um grupo de idosos de 65 anos, teremos lá um idoso extremamente independente e teremos o idoso acamado. O tempo é igual para todos, mas ele passa de forma diferente para as pessoas.

O cuidado deve ser a longo prazo, deve ser multidisciplinar. Não deve ser só um médico, talvez passar numa consulta com o médico, depois uma avaliação com o fisioterapeuta, com o enfermeiro e vários acompanhamentos ao longo do tempo. E sobre controlar as doenças crônicas não transmissíveis, a gente não cura essas doenças, a gente controla para que elas não evoluam para um infarto ou um derrame. A equipe deve ser sempre multidisciplinar, quanto mais outros profissionais integrantes dessa equipe melhor para o cuidado do idoso. Então, temos que pensar no cuidado do idoso não só no hospital. Ele deve ser visto em sua comunidade, próximo ao seu domicílio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui é um triângulo que a gente usa. Mais para direita é o cuidado mais especializado, e mais para a esquerda é uma complexidade não tão alta. O idoso pode ser cuidado em casa, com telemedicina, com visitas domiciliares. Temos que pensar em centros comunitários, centros de convivência, ambulatórios, centros-dia, todos esses, e até discutir o papel das instituições de longa permanência para idosos, para aqueles que moram sozinhos e não têm um apoio, não têm uma rede social tão grande. Ele pode morar numa ILPI. Pode ser uma ILPI para totalmente dependente, mas também pode ser um residencial para idosos que são totalmente independentes.

O idoso sendo cuidado, esse acompanhamento deve ser periódico, com avaliação frequente, fazendo prevenção. A gente não acredita que conseguirá formar geriatras, especialistas em gerontologia na velocidade em que a gente vem envelhecendo. Então, temos que capacitar outros profissionais que possam cuidar desses idosos e pensar em atividades comunitárias – centros comunitários têm um papel importantíssimo e as UNATIs também. Temos que ter um plano de cuidados compartilhados, políticas públicas pensando no idoso. O SUS hoje atende mais de 75% dos idosos. Então, todos são usuários dependentes do SUS. E, no *ageing in place,* a gente tem que tentar ter um esforço de fazer com que o idoso seja cuidado na sua comunidade, na sua casa, não que ele... Não podemos deslocá-lo para outra região para cuidar desse idoso, porque perto de casa é o melhor local.

Esse é o Congresso Brasileiro de Geriatria e Gerontologia, que a gente vai fazer no ano que vem, de 2 a 4 de abril, em São Paulo.

Eu acho que é importantíssimo trazer isso à tona e discutirmos esse assunto. Bela iniciativa do Senador Marcelo Castro. Precisamos levar isso para frente.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecendo a palestra do Dr. Uehara, vamos à próxima, que é da Sra. Elizabete Ana Bonavigo, Coordenadora de Saúde da Pessoa Idosa do Ministério da Saúde.

A SRA. ELIZABETE ANA BONAVIGO – Bom dia a todos e a todas.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite do Senador Marcelo Castro para estar aqui e discutir esse tema e parabenizá-lo pela iniciativa, cumprimentar todos os Senadores presentes e, em nome do Senador Marcelo Castro, cumprimentar todos os colegas aqui da Mesa e todos os participantes.

Eu trabalho no Ministério da Saúde desde 2004, sou servidora do Ministério e estou na Coordenação de Saúde da Pessoa Idosa desde o final de 2015. Então, é a partir desse lugar que eu vou falar com vocês.

Essa coordenação tem a responsabilidade de implementar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa, que é de 2006. Há uma portaria específica que instituiu essa política. Mas é claro que as ações em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relação à saúde da pessoa idosa não estão restritas a essa coordenação, mas sim a diversas áreas do Ministério da Saúde, desde a atenção básica, a especializada, a assistência farmacêutica; enfim, todas essas políticas que são também para outras faixas etárias também incluem a pessoa idosa.

Em relação à questão da instituição da Semana Nacional da Pessoa Idosa, é, digamos assim, uma... A gente já tem o 1º de outubro, quando a gente já faz esse debate. No Ministério, a gente sempre promove essa discussão, esse debate com a rede de saúde ampliada, porque é uma oportunidade, estendendo agora para esta semana, de fazer esse debate com a sociedade, no sentido de toda essa discussão em relação à questão da discriminação etária, do estigma, enfim, e de muitas questões aqui.

O bom de falar depois é que os colegas já trouxeram um panorama bem completo, inclusive da saúde da pessoa idosa no Brasil. Acho que dar visibilidade ao tema traz esse debate para a sociedade e também internamente para as políticas públicas de Estado, no sentido de inserção na agenda, de inclusão na agenda das políticas públicas que ainda não têm esse segmento como prioridade e de ampliação daquelas políticas que já atuam como política para esse segmento populacional.

Em relação ao 1º de outubro, no ano passado, em 2018, em comemoração a esse dia e debate sobre a questão da saúde da pessoa idosa, houve o lançamento de uma pesquisa, que é o estudo ELSI-Brasil, um estudo longitudinal de saúde da pessoa idosa, que acontece em vários países; e, no Brasil, é um estudo coordenado pela Profa. Maria Fernanda, da Fiocruz de Minas Gerais, que trouxe muitos dados interessantes para a gente poder debater. E um deles era o que você já trazia no sentido de que 75% dos idosos no Brasil são usuários exclusivos do Sistema Único de Saúde. Então, sempre que a gente vai discutir o SUS, é importante discutir a pessoa idosa, é importante sempre lembrar que 75% das pessoas idosas usam exclusivamente o SUS.

Outro dado importante que a gente também precisa sempre ter em mente nessas discussões é que hoje envelhecemos, a longevidade está... Estamos envelhecendo, mas como estamos... Estamos vivendo mais, mas como estamos vivendo? Esses anos a mais que nós estamos ganhando, será que é com saúde, com qualidade de vida? Então, é um debate que a gente precisa fazer, porque essa pesquisa também mostrou que cada vez mais cedo a nossa população está apresentando doenças crônicas e limitações funcionais – cada vez mais cedo. Se ao mesmo tempo estamos vivendo mais, será que todos estamos conseguindo viver mais com saúde e com qualidade de vida? Então, esse debate precisa ser feito.

E essa pesquisa trouxe o dado de que 60% das pessoas acima de 50 anos já apresentam uma doença crônica. Então, não basta a gente discutir a questão da expectativa de vida, que está em 76 anos. A gente também precisa discutir como está esse envelhecimento e que o envelhecimento – já foi trazida aqui a questão da heterogeneidade do envelhecimento – não é igual para todos. Então, isso a gente precisa considerar. Se a expectativa de vida no Brasil é de 76 anos, no Maranhão é de 71 anos, no Rio Grande do Sul é de 78 anos. Então, além de termos essas iniquidades regionais, também temos o envelhecimento, que é heterogêneo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente fala de envelhecimento, é importante que a gente considere quais os fatores que implicam esse envelhecimento. Como o colega aqui trazia, nós não envelhecemos quando chegamos aos 60 anos. O nosso envelhecimento é determinado pela nossa trajetória de vida. E como ele é determinado nessa trajetória? Ele depende de vários fatores. Então, dependendo de como foi a nossa trajetória de vida, que implica fatores sociais, fatores econômicos, de hábitos de vida... Enfim, há uma série de fatores que vão, na verdade, determinar o meu processo de envelhecimento, porque envelhecimento é um processo.

Por isso, nós precisamos discutir. Na área da saúde, a gente discute muito como fazer essa ampliação do acesso aos serviços de saúde, e também não só ampliar o acesso, mas ampliar esse acesso com qualidade. E a ampliação desse acesso com qualidade implica essa relação da saúde com as demais políticas sociais, com a questão da importância da proteção social, que Dalia trouxe também. Como a gente articula as diferentes políticas para, de fato, poder garantir um acesso com qualidade? Se o envelhecimento é determinado por diversos fatores, a política de saúde sozinha não vai dar conta disso. Na verdade, se há diversos fatores que implicam esse envelhecimento, essa qualidade de vida no envelhecimento, nós precisamos pensar todas as políticas públicas, porque a saúde vai ser o reflexo. Se nós estamos apresentando muitas pessoas idosas cada vez mais cedo com limitações funcionais e doenças crônicas, existem determinantes sociais que produziram esse processo de envelhecimento, e isso vai vir para o atendimento na saúde. É preciso que haja políticas, que a gente pense políticas que possam, na verdade, melhorar essa qualidade de vida para que não haja também esse reflexo na saúde, na verdade, que é no tratamento da doença.

Nesse sentido, eu queria trazer essa questão para o debate, porque isso é importante quando a gente discute, tanto no Executivo quanto no Legislativo, as diversas pautas que estão em discussão aqui no Legislativo e que incidem na pessoa idosa.

E o que nós do Ministério da Saúde temos feito em relação a isso? O que nos guia na Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZABETE ANA BONAVIGO – Como é que nós temos trabalhado para atingir esse objetivo que a gente tanto coloca, essa meta do envelhecimento saudável para que cada vez mais a gente possa envelhecer mais saudavelmente?

A Organização Mundial da Saúde traz esse conceito de envelhecimento saudável não como apenas ausência de doença, mas sim como desenvolvimento da capacidade funcional. O que é isso na verdade? Que as pessoas possam viver mais, sim, mas o máximo de tempo possível com autonomia e independência. A política vem nesse sentido para que as pessoas possam fazer e viver da forma como elas queiram viver, de forma independente e autônoma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os dados vocês já trouxeram muitos. A partir desse panorama da saúde da pessoa idosa que vários trouxeram aqui, no caso da política e dessa relação com a rede – porque a gente trabalha com os Estados, e a nossa função é dar esse apoio aos Estados e Municípios, que, na verdade, é quem executa diretamente as políticas na ponta –, a gente diz que, para a gente poder fazer isso, num sistema que historicamente olhou sempre mais para a doença ou para um órgão doente e não para a pessoa de forma integral, é isso que a gente quer mudar. É uma mudança de paradigma para que, quando a pessoa idosa for atendida na rede, ela seja olhada de forma integral, com todas as suas necessidades. Por quê? Porque todos os aspectos da vida da pessoa idosa incidem sobre a sua saúde. Então, não adianta eu olhar e querer tratar a doença porque eu não vou resolver o problema. É preciso que a gente olhe para essa pessoa de forma integral.

Então, é preciso essa mudança de modelo de atenção e de investimento, como o colega trazia aqui, de um modelo historicamente hospitalocêntrico, focado mais no hospital. A gente quer desconstruir isso e poder investir cada vez mais. Primeiro, você precisa pensar a rede como um todo, desde a atenção básica, o posto de saúde, enfim, até a atenção especializada. E aí a gente vem trabalhando na perspectiva da qualificação dessa atenção, começando pela atenção básica, que é a porta de entrada, é onde se está perto das pessoas, onde as equipes de saúde da família ou as equipes da atenção básica estão mais próximas das residências das pessoas; poder qualificar essa atenção.

Nós temos o problema de que, se a questão das especificidades da saúde da pessoa idosa e as necessidades muitas vezes historicamente não foram incluídas como prioridade nas políticas públicas, a formação acadêmica nas universidades também muitas vezes não inclui essas particularidades. E aí acaba que muitas vezes os profissionais atendem a pessoa idosa como se fosse um adulto, só que há particularidades e especificidades que você precisa entender, precisa olhar, para que, de fato, você atenda aquela necessidade e seja um atendimento mais resolutivo.

Então, para isso, a gente tem investido na qualificação das equipes e temos parceria com a Fiocruz, parceria com a UNA-SUS, para poder desenvolver tanto cursos EaD quanto processos de formação mais presenciais para essa qualificação das equipes, para poder, desde o acolhimento na atenção básica, de fato, fazer uma avaliação integral, que a gente chama de avaliação multidimensional de saúde da pessoa idosa.

A Caderneta de Saúde da Pessoa Idosa, que a Dalia mostrou aqui, foi implementada nessa versão a partir de 2015. A gente vem... Essa caderneta é um instrumento de cidadania da pessoa idosa, que pode, à medida que ela vai aos serviços da rede, levar essa caderneta para que os profissionais possam ter ali as informações registradas e possam, à medida que atendem, saber o que o outro profissional... Se ela, de repente, precisou de uma urgência ou emergência, está registrado na caderneta o atendimento que foi feito, o que está sendo feito na atenção básica, e ele vai poder ter essa informação para poder também já fazer um atendimento mais qualificado em qualquer local da rede. E, além disso, também ela traz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações para o autocuidado da pessoa idosa. Por isso é que a gente diz que é instrumento de cidadania.

Então, pessoas idosas que estejam aqui, procurem seus gestores municipais. Nós temos, no Brasil... É por adesão dos Municípios. Então, dois mil, setecentos e tantos Municípios já aderiram, receberam a caderneta e a estão implementando. E a gente está tomando essa caderneta – que tem também uma ficha-espelho para poder ficar na unidade para o acompanhamento longitudinal das equipes de saúde da pessoa idosa – como instrumento que possibilita que essas equipes façam uma avaliação multidimensional da pessoa idosa lá na atenção básica, para poder rastrear aquilo que, de fato, precisa olhar, precisa ter atenção das equipes, para poder construir um projeto terapêutico, um plano de cuidado, como a gente fala, mais adequado para as necessidades daquela pessoa idosa.

Então, poder qualificar esse atendimento... A gente também oferece outros instrumentos além da caderneta, como as capacitações. E, no ano passado, publicamos um documento que se chama Orientações Técnicas para a Implementação de Linha de Cuidado, com atenção integral à saúde da pessoa idosa no SUS, que é para orientar Estados e Municípios, para que o Município possa, a partir dessas orientações, construir...

O que é uma linha de cuidado? Na verdade, a gente está, nessa linha de cuidado, dizendo: "A capacidade funcional da pessoa idosa é muito importante. Não olhe só a doença. Olhe para a pessoa idosa de forma integral", para, a partir disso, detectar exatamente aquelas pessoas que são autônomas e independentes para o autocuidado, aquelas que já têm uma limitação funcional e aquelas que são mais frágeis. Não olhar só para a fragilidade, mas olhar para essas nuances todas para poder, de fato, construir um plano de cuidado mais adequado e poder definir as competências. Nós, da equipe da atenção básica, podemos dar conta? E em quê a gente precisa de um apoio dos outros pontos de atenção da rede, do apoio da atenção especializada?

Com isso, a gente otimiza também os recursos da rede de atenção à saúde, porque hoje o que muitas vezes acontece? O idoso é atendido num serviço e, se você não tem uma organização na rede, de repente vai para a atenção especializada e é atendido lá, mas não se sabe o que os profissionais da atenção básica estão trabalhando, só se atende e dá o medicamento; de repente, ele vai para outro serviço. Se não há uma comunicação na rede, um fluxo estabelecido na rede, muitas das intervenções acabam sendo o que a gente chama de iatrogênicas, ou seja, ao invés de ajudar, acabam atrapalhando na saúde da pessoa idosa. Então, precisa-se dessa organização da rede, e a linha de cuidado vem para isto: para organizar todos os serviços da rede, para que haja comunicação nessa rede e, de fato, a pessoa idosa possa ser atendida na sua especificidade.

Como o tempo acabou, acho que a instituição da semana precisa estar acompanhada de ações concretas, de um esforço tanto do Executivo quanto do Legislativo nesse sentido da construção de ações concretas, dessa articulação, para que, no Executivo, haja a inclusão ou a ampliação desse segmento nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

políticas públicas – que a gente amplie esse acesso com qualidade –, e no Legislativo também. Além de todo esse debate que precisa ser feito, também nas ações do Legislativo poder se pensar nesse segmento populacional nas emendas parlamentares, nas discussões do orçamento, como o Deputado já falava aqui antes; incluir esse debate em todas as pautas que estejam em discussão no Congresso e que incidam diretamente na vida das pessoas idosas.

Então, era isso. Desculpe-me por passar do tempo.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quero comunicar que nós estamos sendo acompanhados pelo Portal e-Cidadania. O nosso endereço é www.senado.leg.br/ecidadania, e o telefone é 0800-612211.

Já temos uma manifestação aqui da Sra. Cristina Flores, do Distrito Federal, que nos mandou esta mensagem: "Que esta semana esteja voltada para ações de reverência a quem nos precede na cronologia. Chega de olhar a pessoa idosa como objeto!".

Temos também a manifestação de Luciano Souza, de Minas Gerais: "Se um dos objetivos for utilizar a semana para promover a conscientização das famílias sobre o Estatuto do Idoso, será demasiadamente útil".

Temos também a Simone Fontenelle, do Tocantins: "Parabéns pela [...] inserção nos currículos da temática do envelhecimento".

Esse povo do Tocantins não é fraco, não, viu?! (*Risos.*) (*Palmas.*)

Vamos, então, ao próximo inscrito, que é o Sr. Alberto Amaral, Defensor Público do DF, especialista em Direito do Idoso.

Com a palavra.

O SR. ALBERTO AMARAL – Bom dia a todos os presentes! Já peço licença, porque, pela disposição, eu vou ficar mais voltado para a Mesa, mas a minha fala é principalmente voltada para os senhores e as senhoras idosas que estão aqui, que representam os idosos do Brasil inteiro, e particularmente também os daqui do Distrito Federal, que eu represento.

Senador Marcelo Castro, eu agradeço a oportunidade e cumprimento o senhor em nome da Mesa. Eu venho aqui, porque, além de ser Defensor Público do Distrito Federal, hoje eu sou um dos coordenadores da Central Judicial do Idoso do Distrito Federal. Na condição de Coordenador da Central Judicial do Idoso, venho trazer a experiência que a gente está tentando fazer aqui no Distrito Federal – essa central já funciona há cerca de 12 anos –, que é oferecer um atendimento diferenciado para a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população idosa, e, nesse contexto, trazer a experiência da Defensoria Pública e principalmente ressaltar o que a gente espera e aguarda de uma semana voltada para os idosos e idosas do Brasil.

Apesar de ser do Distrito Federal e aqui usualmente a gente relacionar o Distrito Federal a um pedaço do Brasil ou a um determinado espaço com uma renda alta, o Distrito Federal é atravessado pelas características brasileiras. A gente tem aqui uma riqueza que é bem setorizada, mas também temos uma pobreza enorme: temos a maior favela da América Latina, localizada aqui no Distrito Federal, próxima ao poder central do Brasil. E essa pobreza não atinge somente as pessoas que estão relacionadas ao poder, mas atinge a todas as classes sociais, inclusive idosos.

O crescimento da população idosa no Distrito Federal é muito sensível, e uma das tentativas da Defensoria Pública, do Ministério Público do Distrito Federal e do Poder Judiciário do Distrito Federal foi criar um órgão, essa Central Judicial do Idoso, que seja voltado para oferecer um atendimento diferenciado para a população idosa do Distrito Federal. Então, o objetivo da Central Judicial do Idoso, que articula a atuação de promotores de Justiça, de defensores públicos e de juízes, é dar esse atendimento diferenciado à população idosa e suas demandas, fazer uma conexão com a rede, o que é importantíssimo, mas, para além disso, tentar viabilizar um acesso à Justiça, em sentido amplo, que não seja apenas acesso a processo judicial – que a gente tem visto e tem sido demonstrado cada vez mais que não é suficiente –, mas acesso a direitos, garantir direitos. Um dos papéis a que a Defensoria Pública se presta e que a gente quer concretizar em momentos em que somos demandados para atuar em prol desses grupos vulneráveis é esse papel de garantidor do acesso a direitos.

Ter conhecimento de que você possui direitos é talvez uma das grandes dificuldades iniciais da população brasileira. É uma dificuldade vivenciada no mundo inteiro, mas aqui no Brasil, esse país que, repito, é marcado pela desigualdade social, é função do defensor público e precisa ser a nossa chama interior alcançar essas populações vulneráveis, e uma parcela dessas populações que é muito relevante é a parcela dos nossos pais, dos nossos avós, que conseguiram viver para nos contar histórias, histórias recentes, mas que eventualmente acabamos deixando para trás ou mistificando.

Nesse contexto, não há como afastar, além do crescimento da população idosa, a violência a que essa população idosa é submetida, e esse é um trabalho que me toca diretamente como defensor público. O idoso sofre violências estruturais pela própria conformação social e dos seus vários níveis, mas sofre violências interpessoais e violências institucionais.

Temos que sensibilizar – e a minha fala não vai ser muito longa, então eu já antecipo – de que uma Semana Nacional do Idoso é muito benquista quando situa esse idoso e traz ao contexto medidas públicas necessárias, políticas públicas imprescindíveis para respeitar o idoso na sua condição peculiar e, além, além de respeitar o idoso, compreender esse idoso como uma parcela sensível da população analfabeta. Dos analfabetos, no Distrito Federal, 40% são idosos, e aí é indiscutível, é inafastável relembrar ações voltadas para a alfabetização de idoso, já ditas por Paulo Freire, mas que são trazidas, hoje, por tantos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros estudiosos. É imprescindível educar essa população idosa, porque não ter conhecimento básico da língua nos afasta demais da cultura, nos afasta demais da realidade.

Temos também que situar essas mulheres idosas que sofrem violência de gênero, o que é uma temática sensível demais. Estudos mostram que, em famílias mais pobres, temos, na figura dos idosos e principalmente da mulher idosa, aquela que vai cuidar das crianças quando a mãe está trabalhando, porque as pessoas precisam trabalhar para se manter. E, quando não há a mãe, nas famílias que podem e têm essa graça e a felicidade de ter os avós, a avó é muito presente. E, nesse contexto, a gente vê violências inúmeras, tanto violência de gênero quanto violência pela própria condição de ser idoso. E é uma demanda e uma necessidade que os órgãos públicos visualizem essas ocorrências e tratem-nas, além de com os instrumentos legais que nós temos, porque nós temos instrumentos relevantes, mas também com sensibilidade, posicionando essas pessoas nos seus devidos locais.

Finalizando a minha fala, que eu disse que seria breve, quero situar também os esforços que nós temos que ter, e eles não cessam, para diminuir as desigualdades sociais, que são marcantes na expectativa de vida dos idosos. Estudo recente mostra – o Mapa da Desigualdade de 2017 – que há uma diferença de expectativa de vida de 24 anos entre idosos que moram em bairros pobres e idosos que moram em bairros ricos. É cruel demais a gente visualizar que o fato de ter acesso a bens essenciais se faz a depender do acesso a condições materiais.

E uma das funções da defensoria pública e, nesse contexto, da própria Central Judicial do Idoso, e é o que eu gostaria de reforçar aqui, encerrando a minha fala, é que, nessa semana – caso venha a ser aprovada, e que venha para sensibilizar mais ainda os gestores públicos, sensibilizar a população e principalmente sensibilizar a necessidade de orçamento específico para essa causa –, nós não nos esqueçamos do nosso passado. Um povo que não se lembra do seu passado é um povo fadado a recorrer em erros e é um povo que dificilmente terá um futuro melhor.

Muito obrigado a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Quero agradecer a fala do Dr. Alberto Amaral, Defensor Público, e passar a palavra para o último palestrante desta manhã, o Dr. Antonio Costa, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

Com a palavra.

O SR. ANTONIO COSTA – Bom dia a todos e a todas! Quero cumprimentar o Senador Marcelo Castro pela feliz iniciativa e registrar com muito carinho a presença do nosso Senador Eduardo Gomes e de representantes da Universidade da Maturidade de Tocantins. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar a Sra. Lúcia, Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em nome de quem cumprimento todos os representantes da nossa Mesa.

Apesar de ser uma secretaria que tem um nome tão grande, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, quando nós assumimos, Senador Marcelo, nós encontramos a menor secretaria da Esplanada e o menor orçamento da Esplanada. Em 2017 e 2018, não foi possível colocar dentro dessa secretaria um orçamento que pudesse corresponder às expectativas da necessidade dessa política nacional de promoção e defesa da pessoa idosa.

Eu vou pular bastantes dados, até porque muitos palestrantes já falaram sobre eles, e eu gostaria de frisar um detalhe importante. Já na década de 80, Senadores, a Organização Mundial da Saúde despertava para o País, o Brasil, e para o mundo a necessidade de se criarem políticas públicas que viessem contemplar o que nós já estamos observando agora em 2019 e que, em 2020, será de forma redundante: o crescimento populacional da população idosa e o crescimento da expectativa de vida da população brasileira.

Do ponto de vista da expectativa de vida da população brasileira, é muito saudável, porque é melhor viver mais do que morrer cedo, mas existe agora um contraponto: nós precisamos – e estamos atrasados desde 2002 – criar políticas efetivas por parte do Governo Federal, dos Governos estaduais e municipais, políticas públicas que comecem a despertar esse enfrentamento.

O primeiro enfrentamento que tive quando assumi, no dia 15 de janeiro, na secretaria, convidado que fui pela Ministra Damares – de quem trago um abraço, Sr. Senador, parabenizando-o pela iniciativa, e também ao Senador Eduardo Gomes, a quem trago esse abraço carinhoso da Ministra, e a todos desta Comissão –, é que nós passamos agora a ter um desafio na Constituição. Se o art. 229 já determina que "os pais devem assistir, criar e educar os filhos", nós já deparamos com o primeiro embate, porque hoje as nossas crianças nas escolas não estão aprendendo o respeito à pessoa idosa. Eu sou do tempo, Senador – e me permita em todas as palestras citar –, em que papai e mamãe, quando serviam o almoço de domingo e colocavam o frango, o peito e a coxa eram do papai e da mamãe; hoje, se a gente não comer o pescoço, a gente não come mais nada. Então, é uma educação de base que tem que começar a mudar esse conceito. E esse conceito tem que começar lá na escola, com as crianças, porque as crianças, às vezes, não entendem e esses jovens também não entendem que serão velhos, até porque na gíria dos jovens hoje tudo é "veio", "véi", "veia"... Nem o português perfeito eles estão falando, como "velho", não é?

Então, nós precisamos mudar esse conceito e fazer cumprir a Constituição, porque, se deixarmos hoje essa geração que está vindo para cuidar da gente, a gente vai ter dificuldade. E eu tenho que defender esse segmento, Sr. Senador, porque eu sou o primeiro secretário idoso a ocupar essa secretaria; já tenho mais de 60.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre o Estatuto do Idoso, muito falado desde 2003, eu comecei a refletir quando assumi a secretaria. Há necessidade de fazer-se cumprir na íntegra esse estatuto. Eu não vou falar sobre isso, porque o ilustre professor da universidade já citou esses dados. Prefiro entrar agora no que a semana deveria conscientizar.

Primeiro, o fortalecimento dos vínculos familiares. Hoje, há uma cultura do abandono do idoso nas ILPIs, que são as Instituições de Longa Permanência. Hoje cada idoso custa para essa instituição cerca de R$1,5 mil, R$1,6 mil, e muitas vezes eles entram com um salário que já está até dominado por familiares nos tais consignados. Nós precisamos mudar essa lógica do abandono. Então, nós temos que ter políticas públicas que criam, sim, o lar dia, para que o idoso à noite possa voltar ao conceito e ao aconchego da sua família.

E o segundo ponto é a violência. Dentro desse tema da violência há um dado importante. Inclusive, aqui em Brasília, na parceria que nós temos com a Central Judicial do Idoso, através da Dra. Monize... É um espelho que deveria ser levado, Srs. Senadores, para todo o Brasil essa Central Judicial do Idoso, como também o filhote da Universidade de Tocantins, que é a UniSer. (*Palmas.*) Lá nós temos parceiros também que aprenderam com a Universidade de Tocantins esse modelo. As universidades têm que fazer parte desse contexto. A União, os Governos de Estados e Municípios não suportarão essa política que precisa ser implementada. Então, nós precisamos de parceiros – parceiros com os conselhos municipais, conselho nacional, com os Governos de Estados, Municípios, universidades, Fiesp, Fiemg – para tentar resgatar esse modelo, que está atrasado desde o ano 2000. A política brasileira está atrasada, então, nós precisamos ganhar tempo com isso.

E, finalmente, o grande mal do século: a educação financeira, os consignados. Trinta e cinco por cento da população idosa é envolvida nessa tentação do consignado. Algumas coisas já foram feitas, mas essa violência ocorre quando 30% desses consignados, Senador, fazem parte de consignados que são feitos pelas famílias; muitas vezes não é do idoso propriamente dito esse investimento. Isso gera a violência familiar, porque, quando ele vai cobrar, ele apanha em casa. Nós não vamos ver nenhum idoso apanhando na rua porque a população não vai deixar, mas estão abandonados e apanhando em casa.

Temos, então, agora, a modernidade, e, através de sugestão da nossa secretaria, modificamos todo um conceito: a partir de julho, estará funcionando o Disque 100, que vai trazer para nós dados reais da nova configuração do que nós queremos com a política pública; que, no Disque 100, sejam realmente relatados esses sentimentos, que precisam ser mudados.

Gostaríamos também que, nessa semana, fossem tratados os temas da exclusão, do abandono da sociedade, do mercado de trabalho – e neste domingo estaremos em São Paulo, na Fiesp, levando esse tema para a Fiesp, o dia todo –, da saúde, de que a nossa nobre colega Elizabete já tratou, e finalmente a informação de políticas públicas.

Principais desafios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A preparação para o envelhecimento. Muitas vezes, o Orçamento da União não contempla essa preparação, e eu faço aqui um apelo a este Senado para que já, a partir deste ano, haja uma modificação. O orçamento da nossa secretaria, Senador Eduardo, é de R$1,5 milhão; o orçamento da Juventude, mais de R$9 milhões. Então, nós precisamos mudar essa lógica, manter o orçamento da Juventude, mas também implementar recursos públicos para que possamos fazer políticas públicas. (*Palmas.*)

E, como eu disse, a universidade tem um papel importante. Aqui em Brasília, fizemos uma parceria magnífica, com a UniSer, no primeiro projeto que nós instalamos, do qual vou falar aqui, agora – já estou terminando a minha fala –, e também com a Central Judicial do Idoso. Não fizemos nada sozinhos, fomos buscar parceiros que já têm experiências nesse trabalho. Como eu disse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO COSTA – ... sem parceria, nós não vamos conseguir vencer os desafios.

Finalmente, Srs. Senadores, quando eu cheguei à secretaria, Senador Marcelo, o orçamento era pobre, o orçamento não tinha nenhuma perspectiva, porque não havia nenhum programa. Então, eu me reuni com a equipe econômica do Governo, de cuja transição eu fiz parte, e tentei buscar dele sugestões do que poderia ser feito para que pudéssemos mudar essa realidade. Aí, fui orientado de que o Governo deveria criar um programa. Então, nós criamos esse programa, que é o Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável. E já fizemos contrato – ouviu, Senador? – com Palmas, que também vai ser contemplada com esse Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável. (*Palmas.*)

Estamos acertando a primeira fase, porque, na segunda fase, assim que houver o aceite, vamos buscar a parceria. E aqui rogo ao professor que nos ajude nessa parceria, porque aqui em Brasília há um modelo com a UniSer e, lá em Tocantins, o modelo será com a universidade de vocês. Sem parceria, a gente não vence o desafio.

O que é o programa, Senador?

O programa traz para os Municípios parceiros uma rede de computadores que nós recebemos do Governo passado e que eram destinados, muitas vezes sem nenhuma possibilidade de aplicação, à população idosa. E aí nós instalamos, com as Prefeituras, um ponto de internet – ou num centro de convivência, ou num Cras, onde os idosos se reúnam –, uma rede de computadores, e a partir daí nós fazemos a inclusão da pessoa idosa na informática. Eu tenho um exemplo da cidade de Betim, Senador Eduardo: quando acabamos de inaugurar, eu voltei à sala, havia vários idosos já ocupando o computador, e uma senhora chorava copiosamente. Eu pensei que ela estava passando mal, e, quando eu cheguei até ela, ela falou: "Não, meu filho, eu estou chorando de emoção, porque estou abrindo um computador pela primeira vez na vida". E são idosos que estão invisíveis que nós temos que resgatar. Por que não eles terem o direito à inclusão digital? Então, nós estamos lançando o Programa Viver, cujo primeiro tópico é a inclusão digital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O segundo tópico é que nós vamos trabalhar a educação financeira para que esses idosos que vão participar tenham um esclarecimento sobre os consignados. Vamos trabalhar também a educação dos seus direitos através do estatuto. Nós temos pesquisa que mostra que, em cada dez idosos, somente três ou quatro têm conhecimento do Estatuto do Idoso. E essa política pública tem que chegar ao Município, porque lá é que começa essa semente, essa base.

E, finalmente, vamos trabalhar a mobilidade, em parceria com as universidades. A mobilidade trabalha com a questão da fisioterapia, pequenos exercícios, pequenos fundamentos de educação física, trabalha a questão da saúde, na prevenção, e trabalha com um programa com aquilo que o Município possa ofertar, seja cultura, aula de violão, qualquer tipo de atividade com que o Município venha a trabalhar. E implantamos, em fevereiro, dentro da perspectiva rápida que a Ministra nos cobrou de que se criasse um programa de Governo... Escolhemos cinco Municípios: dois em Minas Gerais; um aqui em Brasília; um no Rio Grande do Norte, em Parnamirim. Já inauguramos todos os cinco, e todos eles estão funcionando.

Criamos um sistema de informação e hoje nós já temos, Srs. Senadores, aproximadamente, cerca de 300 a 400 idosos na informática, trabalhando e tentando a inclusão digital já com outros programas, como é em Balneário Camboriú, como é em Parnamirim, que já desenvolve outras atividades. É uma semente que estamos plantando. E creio que, em breve, estaremos implantando também em Palmas. (*Palmas.*)

É um custo tão baixo, Senador – com aproximadamente R$71 mil, nós levamos alegria para os Municípios –, que nós estamos tentando, agora, com a Ministra e com o Presidente Bolsonaro, fazer com que o Programa Viver, que foi escolhido nos cem dias de Governo Bolsonaro, da Ministra Damares, como um programa especial, porque foi a secretaria que apresentou esse programa nos 200 dias também, e agora estamos levando a proposta para que seja um programa de Governo do Presidente Bolsonaro, para contrapor essas discussões da previdência. Os nossos idosos têm que parar de ser invisíveis; eles merecem visibilidade.

Finalmente, agora, no dia 12 de junho, nós estaremos lançando em mais 35 Municípios; em mais 35 Municípios em agosto, e eu espero que Palmas esteja já dentro desses 35; e em 25 Municípios em dezembro. Essa é a nossa meta. E, para 2020, com o auxílio do Senador Marcelo Castro, com o auxílio do Senador Eduardo e de todos os Senadores, nós podemos chegar a muitos mais Municípios.

Vamos modificar o orçamento, porque o orçamento tem que ser compatível com o crescimento dessa população, que é a população que vai comandar e já comanda este País, que é a população idosa. E aqui é uma questão de renda, Senador Marcelo. Lá nos pequenos Municípios, são os aposentados que estão sustentando a economia, que estão cuidando dos filhos, dos genros que estão desempregados. Então, essa população merece visibilidade no Parlamento brasileiro e também no Governo Federal. Então, é com essa proposta que nós assumimos a Secretaria Especial do Idoso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu dou uma notícia também Senador: nós estamos trabalhando o envelhecimento ativo e saudável, e agora, no mês passado, para ser um secretário que cumpre o envelhecimento ativo e saudável, eu fui papai. Hoje a minha filhinha completou dois meses. (*Palmas.*)

Então, eu quero essa proposta.

E, finalmente, trago Cora Coralina: "Não podemos acrescentar dias à nossa vida, mas podemos acrescentar vida aos nossos dias".

Eu trabalho também com dois poetas maravilhosas: Roberto Carlos, "É preciso saber viver"; e Milton Nascimento, "A política tem que ir aonde o povo está".

Muito obrigado, Senador. Até a próxima oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Anuncio aqui a presença do Senador Elmano Férrer, que foi eleito Senador da República pelo meu Estado, o Piauí, com o lema "o velhinho trabalhador". (*Risos.*) (*Palmas.*)

Esse *slogan* pegou, e ele faz jus a isso. Embora seja um jovem de espírito, de atitude, ele é tratado carinhosamente como "o velhinho trabalhador".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – "Veín".

Então, quero aqui agradecer a todos os palestrantes pela profundidade das análises, pelo conteúdo que trouxeram para a gente aqui, pelos esclarecimentos, sobretudo pela boa vontade de se deslocarem de cidades longínquas para virem aqui hoje tratar deste assunto da maior relevância dos dias atuais.

O Brasil era um país novo, de uma população nova. Graças a Deus, rapidamente nós estamos nos transformando num país de pessoas idosas e precisamos nos adaptar a esta nova realidade. Para isso, nós precisamos ter um olhar diferente, que nós nunca tivemos ao longo da nossa história, para inserir esse segmento das pessoas mais idosas em todo o contexto do estímulo, da preocupação, para que essas pessoas possam viver mais, mas especialmente viver com melhor qualidade de vida; pessoas ativas, como o nosso jovem aqui que acabou de falar, o Antonio Costa, que está com um filhinho de dois anos de idade...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Dois meses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é disso que nós precisamos: pessoas idosas inseridas na sociedade, ativas, com ocupações, inseridas no mercado de trabalho, inseridas na educação, inseridas na saúde, com autoestima elevada. Uma pessoa que fica em casa, ociosa, sem fazer nada, a tendência – eu sou psiquiatra – é essa pessoa diminuir sua autoestima, passar a se sentir inútil, dispensável, com uma baixa estima muito grande, que, muitas vezes, vem acompanhada de depressão, daí um número expressivo de suicídios nessa fase da vida. E nós não queremos nada disso.

Então, é preciso haver políticas públicas, uma conscientização da sociedade, dos empresários, de todos os segmentos da sociedade, de que nós precisamos ter uma atenção agora cada vez mais preocupada com esse segmento da sociedade. Graças a Deus – graças a Deus! –, nós estamos vivendo mais, aqui no Brasil e no mundo inteiro.

Dizendo isso aqui, quero falar especialmente ao Sr. Antonio Costa, que trouxe aqui uma palavra de muito entusiasmo, muita firmeza, muito otimismo. Quero dizer que V. Sª, com a Ministra Damares, contará com esta Casa, especialmente no que for alocação de recursos para a gente poder tratar desse segmento tão importante. (*Palmas.*)

Um agradecimento especialíssimo a esses belos idosos, que vieram de longe, de Palmas, no Tocantins, aqui abrilhantar esta audiência pública. (*Palmas.*) Sem nenhuma dúvida, ela vai ser um marco aqui no nosso Senado. Nós saímos hoje aqui muito mais fortalecidos, muito mais informados, muito mais enriquecidos. Esta audiência foi muito boa, muito enriquecedora e, evidentemente, será transformada em ações em favor da sociedade brasileira, especialmente em favor dos idosos.

Quero passar a palavra ao Senador Elmano Férrer, o "veín trabalhador".

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Envelhecimento ativo. Há uns dois ou três anos, eu estava no restaurante do Senado – é o Senac que fornece as alimentações –, e eu estava com um Senador de 81 anos, e o filho, Deputado Federal, de trinta e poucos anos. Aí o filho, meu querido e estimado Senador de... Aliás, era o João Alberto, lá no Maranhão, João Alberto, com oitenta e poucos anos. Terminei de almoçar, e aí o filho dele, o Marcelo – por sinal, coincidentemente...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – João Marcelo.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – ... é o nome do nosso querido Marcelo Castro, político ilustre lá no nosso Estado. O Marcelo disse: "Eu tenho que ir porque eu vou a uma reunião, aliás, a uma solenidade sobre um assunto interessante". Eu disse: "O que é, Marcelo?" Ele disse: "É sobre o tema envelhecimento ativo". Eu disse: "Vamos, João Alberto? Você está com oitenta e tantos anos". E o João Alberto disse: "Eu? De jeito nenhum!". E eu disse: "Pois o 'veín' vai". Aí eu fui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual o testemunho que eu dei lá? Eu me aposentei com quase 60 anos. Elegeram-me Vice-Prefeito de Teresina, e eu cheguei a ser Prefeito. Não é isso, Marcelo?

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Um bom Prefeito, por três anos.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – É, por três anos. Não fui Prefeito; eu fui um cuidador de gente, porque ser Prefeito é cuidar das pessoas, sobretudo das pessoas que mais precisam da ação do Poder Público. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem!

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Segundo: eu me aposentei como servidor público e me orgulho em ser servidor. Servi; pago pela sociedade para servir e não se servir do cargo ou da função pública. Ocupei muitos cargos públicos.

Pois bem: fui Prefeito de Teresina. Visitei todas as Instituições de Longa Permanência. O que é Instituição de Longa Permanência? São os abrigos dos velhinhos. Sempre vou lá. Estou colocando emenda. Há Instituições de Longa Permanência no Estado do Piauí, abrigo para velhos, idosos, digo melhor, e coloco emenda para três – e me orgulho disso. Eu me disponibilizei para colocar para as APAEs, mas, infelizmente, a maior parte não podia receber.

Enfim, nós somos hoje... Eu sou um "veín" – não é "velhinho", é "veín" – e não me entreguei. Já vou programar, daqui a quatro anos, e vou fazer, a partir dos 60 anos... O que eu vou fazer a partir dos 60 anos? A medicina avançou. Já fiz minha caminhada hoje, fiz a minha academia ao ar livre, na academia comunitária, e me sinto tinindo aqui. Amanhã, vou para dois médicos. Aliás, vou ao nutricionista mostrar o resultado, porque eu estou com a barriga grande, o abdômen, mas eu quero viver de forma saudável.

Então, eu queria – ouviu, Marcelo? – cumprimentá-lo pela iniciativa deste evento, pois é importante. A população idosa do Brasil está em torno hoje de 23 a 26 milhões mais ou menos. A tendência é crescer mais esse universo de pessoas. Precisamos de verdadeiras políticas públicas. Aliás, eu coloquei, no princípio do nosso mandato, uma emenda para a universidade da terceira idade lá na Universidade Estadual do Piauí. Procurei e procuro esse tipo de segmento da sociedade.

Aliás, todos nós... Ouviu, Marcelo? Você já está chegando lá. Agora, o "veín" aqui... Rapaz, ser Senador depois dos 70 anos? Eu vejo aqui: quem tem mais de 60 anos aqui? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Todo mundo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Todo mundo – é claro! Agora, quem recebe um benefício de prestação continuada? Quem recebe, de todos aqui? Ninguém recebe?

(*Manifestação da plateia.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Só uma – as demais não precisam; já acumularam sua riqueza, já têm as suas aposentadorias. A minha preocupação é com pessoas como a senhora, que recebe essa prestação continuada.

Eu conheci muitos velhinhos – ouviu, Marcelo? – e vi coisa de que eu não gosto de recordar, quando estava lá em seu Estado, em nosso Estado, numa seca em 1970, eu ainda jovem, técnico da Sudene, trabalhando numa emergência. Que Nordeste era aquele naquela época! Os pobres, sobretudo idosos, muitas vezes padeciam de fome. Fome! Eu testemunhei vários assaltos, saques, como a gente chamava naquela época, de pequenas quitandas – porque não havia supermercado, era no interior do Nordeste. Inclusive, era uma atividade nossa daquela época conduzir aquelas frentes de serviço; coisa dantesca.

Uma criança morreu em meus braços de fome, Marcelo, ali próximo a Campinas, em uma frente de serviço que havia entre Itainópolis e Campinas, na 020 – depois de 1958, eu andei lá, foi o primeiro carro que passou. Ali havia uma frente de serviço. Aquilo me comoveu. E hoje, quando eu vejo as pessoas idosas recebendo um benefício de prestação continuada, como as pessoas com uma deficiência física, o que eu vi muito... Quantas pessoas a gente via naquela época pedindo esmola, cegos? Acabou! Eu vejo hoje – eu contribuo mensalmente para a Associação dos Cegos do Piauí (Acep), contribuo para a Apae há mais de 40 anos – que a sociedade civil organizada, através sobretudo das igrejas, antecedeu o Estado brasileiro, antecedeu a ação do Estado.

Então, eu queria só, com esse rápido depoimento, parabenizá-lo, Marcelo, pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradeço.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Muitos estão engajados, muitas estão engajadas nesses movimentos da sociedade em defesa dos segmentos mais vulneráveis, mas quantos velhinhos não conseguiram um abrigo que os acolhesse? Lá, nós somos 276 em 5 abrigos de longa permanência – pouco! – ligados a instituições, como as igrejas, e um outro do Estado, Marcelo, que é a Vila do Ancião. São muito bem administradas etc., mas o universo é bem maior.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Com certeza!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Graças à concepção que vem desde o Governo Fernando Henrique Cardoso, criou-se uma política de transferência de renda e de amparo a esses segmentos vulneráveis da sociedade.

Então, eu queria me solidarizar e, inclusive, parabenizar o nosso Antonio Costa pela iniciativa desse seu programa. Eu acho que um programa dessa natureza dá uma dimensão, digamos, de âmbito nacional...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – É; chega ao Município.

E uma outra coisa importante – só para terminar, porque isso é fruto de preocupação nossa – é o Centro Dia. Eu vejo muitas filhas, pessoas que não têm com quem deixar o velhinho. Nós aprovamos aqui agora já a categoria profissional de cuidador – cuidador de idoso, cuidador infantil, cuidador de pessoas com doenças raras –, mas não é todo mundo que tem condições de pagar um cuidador. Daí a importância do Centro Dia.

O Centro Dia é uma instituição que acolhe, como uma creche acolhe uma criança, mas no caso é o idoso, cedo, às 7h ou 7h30. Ele vem com uma filha, com um filho ou uma pessoa da família, que não tem com quem deixar em casa e tem que ter um local para esse velhinho ficar ou velhinha. Então, o Centro Dia é exatamente isto: a pessoa chega, deixa, como se deixam as criancinhas – eu tenho neto, e a gente deixa cedo –, e, quando retorna do trabalho, recebe o velhinho, aquele idoso e vai para casa. Então, o Centro Dia é uma coisa que... Eu tentei ver em Florianópolis, conhecer um Centro Dia, mas não consegui. Criaram uma dificuldade lá e eu não pude conhecer. É por essas ideias, por essas coisas que nós temos que lutar, porque é um universo muito grande, que está crescendo cada vez mais no Brasil: eram 10%, agora está quase o dobro, numa população de 210 milhões de pessoas.

Então, parabenizo mais uma vez e cumprimento todos, especialmente os meus colegas, minhas colegas, idosos e idosas. Vamos saber viver com a nossa idade, com um envelhecimento ativo: entrem numa universidade, façam trabalho em casa, ou seja, não se entreguem. É como o "veín" aqui. Eu represento vocês nesta Casa! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Agradecemos mais uma vez a todos.

Antes de encerrar, passo a palavra – que pede aqui por um pequeno tempo – à Dra. Maria Lúcia Filizola, que é Presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

E agradeço a presença do Senador Eduardo Girão, que nos honra e nos abrilhanta aqui nesta manhã.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARIA LÚCIA SECOTI FILIZOLA – Obrigada pelo espaço. É só para pedir a gentileza, Senador, diante desse quadro que foi dito do conhecimento do estatuto... No biênio passado, o CNDI trabalhou justamente com esse objetivo, quando o estatuto completou 15 anos, e nós conseguimos, através de parceria, gravar 25 *spots* para que a gente possa divulgar nas rádios no Brasil todo sobre o estatuto. É de uma forma bem curta, bem palatável para que a população aprenda mais sobre o estatuto.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

A SRA. MARIA LÚCIA SECOTI FILIZOLA – Eu ia pedir através do senhor a esta Comissão que nos ajudasse a conseguir o acesso na comunicação do Senado para que a gente pudesse veicular esses *spots* no Brasil todo.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Perfeitamente.

A SRA. MARIA LÚCIA SECOTI FILIZOLA – A gente tem feito um trabalho, vamos dizer assim, pequeno, devagarinho, mas pediria essa ajuda do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Tudo bem. Nós agradecemos e...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Marcelo Castro...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Rapidamente, sem atrapalhar o encerramento...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – De maneira nenhuma. Pelo contrário; é uma honra ouvi V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito obrigado. O senhor está de parabéns pela iniciativa desta audiência pública, visando constituir a Semana Nacional do Idoso.

Eu queria dar o depoimento... Nós somos vizinhos, sou do Estado do Ceará, o Senador é do Estado do Piauí. Eu quero parabenizá-lo por essa iniciativa. Eu não pude – peço desculpa aos palestrantes – acompanhar, mas estava recebendo as informações lá no Plenário; depois eu vou pedir a fita para me debruçar um pouco, porque é um tema pelo qual eu tenho muito apreço. Eu acredito que é uma obrigação nossa, um país que respeita a vida, que ele respeite não apenas desde a concepção, mas respeite todas as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fases da vida. E eu saúdo a todos que estão aqui neste Plenário, que vieram; essa fase da vida é a fase da sabedoria, é a fase de alguém que produziu, que se dedicou para esta Nação e que precisa, cada vez mais, de acolhimento, de incentivo, de apoio, de atividades.

Quero saudar o meu irmão, o Senador Eduardo Gomes. Quando ele fala do projeto da Universidade da Maturidade (UMA)... (*Palmas.*)

... os olhos dele brilham. Então, é uma pessoa que tem um compromisso com a causa, que está atento aqui a bandeiras que mostram a coragem dele, como a questão contra as drogas. O Senador Elmano Férrer também é um Senador comprometido com essa causa da vida. Então, são Senadores que têm feito, juntamente com o Senador Marcelo, esse trabalho, esse bom combate aqui por causas do bem e da paz no nosso País.

Então, muito obrigado pela presença de vocês. Esta Casa é de vocês. Contem com a gente. Precisamos avançar muito – não é, Senador Marcelo? E nós estamos aqui para colaborar, com todas as nossas limitações e imperfeições.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Castro. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Muito bem.

Então, agradeço a todos mais uma vez.

Convoco, para o dia 5 de junho, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às nove horas e trinta e cinco minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Jayme Campos, Eduardo Gomes, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Zenaide Maia, Otto Alencar, Marcelo Castro, Flávio Arns, Juíza Selma, Carlos Viana, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Renilde Bulhões, Mailza Gomes, Dário Berger, Izalci Lucas, Jean Paul Prates, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Leila Barros, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Nelsinho Trad e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2183, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências" **Autoria:** Senador Rogério Carvalho (PT/SE). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-T. **Resultado:** Concedida vista coletiva, nos termos regimentais. **Observação:** Durante a Reunião, a Comissão de Assuntos Sociais aprova a apresentação ao Plenário do Senado do Requerimento nº 66, de 2019-CAS, de iniciativa do Senador Otto Alencar, para que sejam prestadas pelo Ministro de Estado da Economia informações relativas ao Projeto de Lei nº 2183, de 2019. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 209, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restringir a cessação da percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheira de segurado com deficiência." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 703, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 70, de 2019-CAS, de autoria do Senador Eduardo Gomes, para a realização de Audiência Pública para instrução da matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 142, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para favorecer os mais idosos no atendimento prioritário." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (PMDB/MS). **Relatoria:** Senador Eduardo Girão. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei do Senado n° 138, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empregadores para prestar serviços no exterior." **Autoria:** Senador Armando Monteiro (PTB/PE). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com seis emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e adiada a discussão e a votação. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 682, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Estabelece benefícios fiscais para o contribuinte do Imposto de Renda da Pessoa Física que possua dependente acometido por doença rara." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Relatoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta, e contrário à Emenda nº 1, apresentada por ocasião do pedido de vista. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Emenda(s) de Plenário ao Projeto de Lei da Câmara n° 130, de 2011** que: "Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Contrário às Emendas nº 1, 2 e 3 de Plenário. **Resultado:** Aprovado Parecer contrário às Emendas nº 1, 2 e 3 de Plenário. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Econômicos. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 685, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador para fomentar a abertura de micro e pequenas empresas." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PR/SC). **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta em virtude da aprovação do Requerimento nº 68, de 2019-CAS, de autoria do Senador Styvenson Valentim, para a realização de Audiência Pública para instrução da matéria. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 40, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário." **Autoria:** Senador Dário Berger (PMDB/SC). **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto. **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa. **ITEM 10 - Projeto de Lei da Câmara n° 29, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para modificar a exigência de habilitação para o exercício da atividade de instrução de trânsito." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mailza Gomes. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto. **ITEM 11 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 65, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 59/2019, sejam incluídos os seguintes convidados: Maria das Graças Costa, Secretária de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE; João Domingos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB; Paulo Spencer Uebel, Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; Ana Carla Abrão, PhD em Economia pela USP; Renata Vilhena, Ex-Secretária de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS), Senadora Juíza Selma (PSL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 67, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto da CCJ com a CAS, com o objetivo de instruir o PL 1712/2019, que altera a Lei nº 12.764,de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, e a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 13 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 68, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 685/2019, que acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador para fomentar a abertura de micro e pequenas empresas." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 14 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 70, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o PLS 703/2015, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas." **Autoria:** Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 15 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 66, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado de Economia, Paulo Guedes, informações com o objetivo dar maior transparência ao debate sobre o Projeto de Lei (PL) nº 2.183, de 2019, em tramitação no Senado Federal, sobre a criação de uma Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico (CIDE) incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucaradas." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/05

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia a todos. Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Comunico às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores o recebimento do seguinte expediente.

Aviso nº 246, de 2019, do Tribunal de Contas da União, o qual encaminha cópia do Acórdão nº 1187/2019, que trata de embargos de declaração interpostos contra decisão que, em solicitação do Congresso Nacional, proferiu orientações a respeito da celebração de contrato de gestão com organizações sociais na área de saúde e sobre o cômputo das despesas decorrentes desses contratos nos limites de despesa de pessoal previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O expediente encontra-se à disposição na Secretaria desta Comissão e fica consignado o prazo de 15 dias para a manifestação dos Senadores, a fim de que seja analisado pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, o documento será arquivado no final do prazo.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 12.

Item 1. Eu gostaria de passar a Presidência para o Senador Paulo Paim, para que eu possa fazer o relatório da matéria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Como o Presidente, o Senador Romário, é o Relator, eu assumo provisoriamente a Presidência para fazer a leitura e votarmos o item 1.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2183, DE 2019

- Não terminativo -

Institui Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a comercialização da produção e da importação de refrigerantes e bebidas açucarados (Cide-Refrigerantes), e dá outras providências

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Rogério Carvalho (PT/SE)

Relatoria: Senador Romário

Relatório: Favorável ao Projeto e contrário à Emenda nº 1-T.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Presidente.

Vou direto à análise.

De fato, a obesidade decorre da interação entre fatores genéticos e ambientais. Dentre os fatores ambientais, destacam-se as dietas hipercalóricas, ricas em açúcares. A obesidade é uma doença crônica bastante prevalente no Brasil e no mundo. No contexto clínico, sua relevância decorre do fato de se tratar de um importante fator de risco para várias doenças, também muito prevalentes, que se destacam por suas altas taxas de morbidade e de mortalidade.

Reconhecendo as proporções epidêmicas da obesidade no mundo, a OMS publicou o documento que aborda um conjunto de diretrizes a serem instituídas com o intuito de reduzir a incidência e a prevalência da obesidade. Uma dessas diretrizes é a instituição de política fiscal mediante a taxação de produtos hipercalóricos de modo a influenciar a forma de consumo e a estimular hábitos alimentares saudáveis.

Também concordamos com a criação de uma nova fonte de financiamento do SUS, que não deverá ser computada para fins do cumprimento da aplicação mínima de recursos em saúde. Nesse sentido, garante-se que todo o montante proveniente da arrecadação dessa contribuição seja, de fato, inteiramente destinado ao financiamento de ações e serviços públicos de saúde.

A Emenda nº 1–T determina que o montante arrecadado com a Cide-Refrigerantes seja distribuído entre os demais entes federados. A esse respeito, julgamos que o FNS já tem condições técnicas suficientes para gerir a repartição equânime dos recursos entre os entes da Federação, respeitando seus respectivos perfis epidemiológicos. Assim, julgamos desnecessário emendar o projeto.

Lembro ainda que, aqui, tratamos essencialmente dos aspectos humanitários de saúde e sociais do projeto. Este ainda irá para a Comissão de Assuntos Econômicos para tratar de aspectos que não cabem a esta Comissão.

Sendo assim, em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.183, de 2019, e pela rejeição da Emenda nº 1–T.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O relatório é dado como lido.

Ficam adiadas a discussão e a votação.

Volto a Presidência para o Presidente Senador Romário.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, se V. Exa. me permitir...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente ainda, Paulo Paim, eu só quero dizer que esse relatório que acabou de ser lido é fundamental para a saúde da população em geral: cuidar dos alimentos açucarados produzidos no Brasil e também daqueles importados de outros países. Já mandei aquele outro projeto de lei para um conjunto de entidades no Brasil que cuidam desse assunto, e estão preocupados com esse assunto. E vou mandar esse também, com o relatório, porque todos concordam com o pensamento do relatório.

Então, quero dar os parabéns pelo trabalho, pela conclusão apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Rogério Carvalho, autor do projeto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu queria só apresentar um dado da Universidade de Harvard que mostra que o consumo de açúcar uma vez por semana, o consumo excessivo de açúcar ou dessas bebidas uma única vez por semana aumenta o risco de morte por doenças cardiovasculares em 1%. De duas a seis vezes por semana, aumenta para 6%. De um a dois por dia o consumo de bebidas como refrigerantes ou bebidas açucaradas, o aumento passa para 14%. De duas ou mais vezes por dia, aumenta em 21%, segundo o cientista Vasanti Malik, pesquisador do departamento de nutrição de Harvard, principal autor do estudo, em um comunicado. Esse estudo foi feito acompanhando ao longo do tempo uma coorte, ou seja, é um estudo em que você acompanha um grupo de pessoas ao longo de um tempo. Foram acompanhados 37 mil homens e 80 mil mulheres ao longo de 30 anos para chegar a essa conclusão. Não dá para a gente refutar a associação entre o consumo excessivo de bebidas açucaradas e o aumento das doenças cardiovasculares.

A gente imaginava que isso tivesse uma relação com o aumento de doenças como diabetes, câncer. Mas não, aumenta as doenças cardiovasculares, porque o aumento do consumo de carboidrato ou dietas ricas em carboidrato tem uma associação grande com as doenças degenerativas coronarianas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é pertinente a matéria. Infelizmente nós vamos ter muitas dificuldades, porque estamos vivendo um tempo, Senador Paulo Paim, Senador Flávio Arns, em que as pessoas negam as evidências científicas para tomar decisões que tornam a vida mais longa e de melhor qualidade. Infelizmente. Mas cabe à gente, consciente e com acesso à informação, cumprir o nosso papel de apresentar propostas e projetos que possam dialogar com aquilo que a academia está produzindo de conhecimento e que pode trazer o que a gente chama de ganho real e mais relevante na sociedade, que é o ganho no tempo e na qualidade de vida.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Passo a palavra a V. Exa.

A matéria está em discussão.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu queria pedir vista desta matéria, porque traz grande repercussão inclusive para a Zona Franca de Manaus, para estudar melhor e na próxima reunião a gente votar...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – É regimental. Está concedida a vista coletiva ao Senador Marcelo Castro e ao Senador Rogério Carvalho.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Presidente, eu quero, se V. Exa. permitir – V. Exa. é um grande defensor das causas sociais, de pessoas que têm algum tipo de deficiência –, neste momento fazer um apelo a todos os Senadores, Senadoras, Deputados Federais e Deputadas, no sentido de que... O Congresso hoje vai apreciar vetos. Detalhe, Senador Marcelo Castro, um carinho especial com o item 11. É um projeto que foi aprovado por unanimidade nas duas Casas e simplesmente garante para o cidadão, homem ou mulher, que tiver HIV, Aids, o direito à aposentadoria. O projeto a que me refiro é aquele por meio do qual foi assegurada aposentadoria a todo aquele, homem ou mulher, que possui HIV, Aids. Essa é uma doença que não tem volta. Ela fica estagnada onde está, mas não tem volta. Eles fizeram um movimento belíssimo em nível nacional, fizeram um movimento belíssimo para incluir na pauta do Congresso e foi incluído como item 11, Senador Flávio Arns. Muitos deles inclusive estavam no hospital, saíram do hospital e vieram aqui numa comitiva fazer o corpo a corpo com o Presidente da Câmara, do Senado e com as pessoas, no sentido de garantir esse direito que está assegurado na Constituição. O veto infelizmente cortou o direito que foi regulamentado via projeto de lei. Eu fui o autor do projeto. Então faço um apelo para que a gente derrube esse veto para garantir aposentadoria a todo aquele que comprovadamente, passando por médico, por perito, for considerado incapacitado para aquela atividade. Por isso nós almejamos que esse veto seja

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

derrubado. Então fica o apelo para que o item nº 11 seja efetivamente derrubado na sessão que teremos do Congresso hoje à tarde.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Presidente.

Vamos ao item 7.

ITEM 7

EMENDA(S) DE PLENÁRIO AO

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 130, DE 2011

- Não terminativo -

Ementa do projeto: *Acrescenta § 3º ao art. 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres no Brasil.*

Autoria do projeto: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Marçal Filho (MDB/)

Relatoria da(s) Emenda(s): Senador Paulo Paim

Relatório: Contrário às Emendas nº 1, 2 e 3 de Plenário.

Observações:

1- Em 22/05/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Matéria a ser apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Submetendo a matéria à discussão, consulto os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Paim para suas considerações.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, a matéria foi amplamente discutida. Já foi discutido este projeto há 15 anos aqui na Casa. Eu não sou nem o autor. Eu sou somente o Relator. O projeto só diz que homem e mulher na mesma função têm que ter o mesmo salário. Foi para o Plenário, foi para a Comissão de Infraestrutura, foi até para a Comissão de Reforma Agrária – as invenções que fizeram nesse período para evitar o projeto que garante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o equilíbrio e nenhuma discriminação entre homem e mulher no mundo do trabalho. Enfim, foi emendado no Plenário. Eu, como Relator, naturalmente sei que era só para obstruir e dei o parecer pela rejeição das emendas. Nós estamos apreciando aqui só as emendas. Não tem volta. O projeto vai voltar a tramitar. Eu tenho muita esperança que no dia 8 de março do ano que vem a gente possa dizer que enfim o Congresso aprovou, e o Presidente da República é que vai decidir se vai vetar ou não a matéria. É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Consulto se algum Senador ainda gostaria de discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório pela rejeição das emendas.

Quem vota com o Relator vota "não".

Os Srs. Senadores que aprovam o relatório queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, contrário às Emendas 1, 2 e 3 do Plenário.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 65, DE 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 59/2019, sejam incluídos os seguintes convidados: Maria das Graças Costa, Secretária de Relações de Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT; Rudinei Marques, Presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE; João Domingos Gomes dos Santos, Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil - CSPB; Paulo Spencer Uebel, Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia; Ana Carla Abrão, PhD em Economia pela USP; Renata Vilhena, Ex-Secretária de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros.

Autoria: Senador Paulo Paim e Senadora Juíza Selma

Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para encaminhar.) – Este requerimento eu fiz junto com a Senadora Juíza Selma e chegamos a um acordo de que esses seriam os nomes. Ela não está presente, mas eu me comprometi com ela de fazer a defesa, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a gente aprofunde o debate sobre o tema, que trata, queiramos ou não, de flexibilizar a estabilidade do servidor público. Nada melhor do que uma audiência pública. É um tema delicadíssimo. Ouvindo todos os convidados... A indicação aqui foi de comum acordo.

Nós temos a visão de ter muito cuidado nessa questão para não permitir que cada Prefeito, cada Governador, cada Presidente da República eleito chame os seus para trabalhar, porque agora infelizmente pode terceirizar tudo neste País. Nós somos contra, mas perdemos. V. Exa. me acompanhou nessa votação. Bom, rei morto, rei posto. O rei de plantão chama os amigos do rei para serem servidores no Município, no Estado ou na União se flexibilizarmos a questão da estabilidade.

Já existe um estatuto que diz que o servidor relapso poderá ser afastado. Aqui avança mais na flexibilização. Mas é legítimo. Não estou questionando quem apresentou o projeto e quem o relatou. Eu quero é ouvir a sociedade. Nós queremos ouvir. Fizemos esse amplo acordo inclusive com a Juíza Selma, que tem naturalmente uma visão diferente da minha, mas concordou, e eu concordei também em relação a esta audiência pública aqui nesta Comissão, Presidente. É isso o requerimento.

O SR. ROMÁRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 138, DE 2017

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.

Autoria: Senador Armando Monteiro

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com seis emendas que apresenta.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

2- A matéria constou da pauta da Reunião de 22/05/2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

3- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para proferir o relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, em que pese ser um resumo, como a matéria é muito extensa, passo à leitura imediata do relatório.

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 138 de 2017, do Senador Armando Monteiro, que altera a Lei nº 7.064, de 6 de dezembro de 1982, para dispor sobre os trabalhadores contratados ou transferidos por seus empregadores para prestar serviços no exterior.

O projeto modifica a chamada Lei Mendes Júnior, atualizando-a e ampliando seu escopo de atuação, facilitando a transferência ou a contratação de brasileiros para missões ou trabalho fora do País.

O texto define que a legislação trabalhista aplicável a esses trabalhadores é a do local da prestação de serviço, como ocorre na maioria dos países, pelo chamado princípio da territorialidade, e busca atualizar a legislação vigente para desonerar a contratação desses funcionários.

Resguarda-se ainda a aplicabilidade da lei brasileira no tocante aos recolhimentos da Previdência Social, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o Programa de Integração Social.

Outro ponto relevante é o aumento do prazo de transferência provisória para o exterior para um ano sem que haja a aplicação do regime de leis e expatriação. Atualmente esse prazo é de 90 dias, período insuficiente tanto para adaptação do empregado quanto para prospecção comercial.

O projeto também inova ao possibilitar a conversão da transferência do empregado de transitória para definitiva após sua permanência no exterior pelo prazo superior a três anos.

A matéria já foi analisada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional desta Casa, tendo sido relatada pelo Senador Jorge Viana, que chegou a apresentar relatório perante esta Comissão de Assuntos Sociais, o qual não chegou a ser votado.

Análise.

Nos termos do art. 100, I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS manifestar-se sobre proposições atinentes às relações de trabalho.

O PLS nº 138, de 2017, é resultado da ação coordenada do Conselho Nacional de Imigração e representantes de empregados, empregadores, da comunidade científica...

A modernização da lei atual já passou por diversas discussões e atende de forma equilibrada às demandas de todas as categorias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O projeto modifica de maneira ampla a Lei nº 7.064 de 1982, que foi editada em um momento muito específico de expansão das atividades das empresas brasileiras de construção civil, com o consequente deslocamento de grande contingente de trabalhadores brasileiros para os canteiros de obras no exterior. Vários anos depois, passou a se aplicar à totalidade dos trabalhadores brasileiros contratados no Brasil para prestação de trabalho no exterior.

Não obstante, a referida lei termina por apresentar severos efeitos adversos sobre a contratação de trabalhadores brasileiros, contribuindo para a perda de postos de trabalho especializados, prejudicando a internacionalização das empresas nacionais e retirando oportunidade de cidadãos brasileiros que antes eram transferidos por suas próprias empresas para o exterior, o que já não ocorre atualmente, devido à ampliação dos custos, a contratação e a insegurança jurídica.

O Brasil é atualmente o único país que impõe a sua legislação em território de outros países. Fundamentalmente isso decorre de uma mentalidade que via a internacionalização da força de trabalho como um fenômeno de menor importância e que desconfiava da necessidade de ingresso de estrangeiros para compor a mão de obra nacional. Não por acaso, o fortemente restritivo Estatuto do Estrangeiro foi adotado mais ou menos na mesma época, qual seja 1980. Trata-se de uma concepção essencialmente nativista, que tenta evitar tanto a saída dos trabalhadores brasileiros quanto a entrada de trabalhadores estrangeiros.

Visando modernizar a posição brasileira no tratamento do tema, o projeto reintroduz primordialmente o critério da territorialidade como elemento de conexão fundamental da seleção do direito aplicável ao contrato de trabalho internacional.

Dessa forma, elimina-se o descompasso com as melhores práticas laborais internacionais. Sabemos que a definição da legislação trabalhista aplicável é uma das medidas mais importantes para o estímulo da transferência de brasileiros para o exterior.

A insegurança jurídica e a elevação dos custos diretos e indiretos envolvidos na contratação dificultam muito, senão vedam a possibilidade de contratação dos profissionais brasileiros no exterior.

Nesse sentido, o projeto abre o mercado de trabalho para os brasileiros nos demais países, confere segurança jurídica aos contratos firmados no estrangeiro e reduz os custos de transferência, tornando mais simples a contratação de brasileiro para trabalhar fora do Brasil. Nos seus termos, não se verifica uma redução ou eliminação dos direitos do trabalhador, pois não se suprime, a rigor, qualquer direito material, sendo inclusive garantido o recolhimento das contribuições para a Previdência Social, FGTS e PIS pelo empregador. Além disso, o projeto garante o direito de acesso à Justiça brasileira para pleitear qualquer vulneração do direito que se entenda aplicável, além de assegurar ao trabalhador a percepção de todos os incrementos salariais alcançados pela sua categoria profissional durante a transferência.

A matéria apresenta ainda importantes modificações no regime do trabalhador no estrangeiro no que concerne a alguns de seus interesses específicos, como o aumento de 25% do salário-base em razão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da transferência, a contratação de regime de saúde e o custeio de viagem de retorno ao Brasil (definitiva ou em férias) e a responsabilidade pela retirada do empregado e sua família em caso de evento catastrófico que torne impossível sua permanência.

As empresas brasileiras são igualmente beneficiadas na medida em que o novo regramento diminui os custos e encargos tributários incidentes sobre a sua expatriação, estimula a qualificação do empregado com a aquisição de conhecimentos estratégicos e permite a transferência de mão de obra qualificada para subsidiárias.

As emendas apresentadas pelo Senador Jorge Viana foram fruto de manifestações ponderadas e contribuem decisivamente para o aperfeiçoamento do texto da proposta. Em razão disso, aproveitamos seu texto e as apresentamos igualmente.

Além disso, incorporamos algumas modificações no sentido de tornar claro que a transferência de caráter permanente do empregado importa na suspensão do contrato de trabalho no Brasil e na passagem dos encargos para a empresa constituída no estrangeiro.

Voto.

Do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 138/2017, com nove emendas apresentadas.

Sr. Presidente, esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador Eduardo Gomes. O relatório é dado como lido. Ficam adiadas a discussão e a votação por falta de quórum.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Para discutir, Sr. Presidente. É possível? Enquanto isso... Já tem quórum?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na verdade, a gente vai começar a discutir, daqui a pouco a gente encerra a discussão. É melhor deixar para a próxima, para quarta-feira que vem.

ITEM 8

PROJETO DE LEI Nº 685, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador para fomentar a abertura de micro e pequenas empresas.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Favorável ao Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1 - Em 29/05/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais; 2 - Matéria a ser apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Colocando a matéria em discussão, consulto os Senadores e as Senadoras sobre eventual manifestação decorrente do pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Styvenson Valentim para fazer suas considerações finais.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Semana passada, quando eu estava relatando, o Senador Chico pediu vista e alegou que o FGTS teria função específica. E citou duas: saneamento e moradia. Neste caso aqui, o FGTS seria utilizado, Senador Romário, Presidente, e Senadores aqui presentes, para gerar a economia, para aquecer a economia, com o empreendedorismo, a geração de empregos. Não é para utilizar em outra atividade que não seja para criar novos empregos.

Se não me engano, o senhor também tem um projeto para utilização do FGTS para compra de remédios, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Essa utilização do FGTS está sendo muito questionada hoje e essa superproteção do Governo com ele, uma vez que é do trabalhador. Eu acho justo que o trabalhador possa sacar seu FGTS para pagar algumas contas, para comprar algum remédio, para fomentar a economia através de empreendedorismo, mas se o senhor achar interessante, a gente pode fazer uma audiência pública para falar sobre esse assunto. Senão, a gente coloca em votação agora.

Eu estou querendo compartilhar com o senhor, uma vez que o senhor tem esse projeto também na mesma linha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Concordo com V. Exa., podemos, sim, fazer uma audiência pública sobre esse assunto, que é um assunto de grande relevância para o nosso País. Temos só que fazer um requerimento aqui extrapauta, que será lido agora.

Requerimento extrapauta. Consulto as Sras. e os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Styvenson. Não havendo óbice, passo a palavra ao próprio Senador para leitura do requerimento.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, eu já estava com o requerimento pronto, subscrevo o do Senador Styvenson e empresto a redação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – O senhor já estava com ele na mão, né?

Aqui é rápido, viu. Aqui o cara pensa e já traz.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – E o requerimento é exclusivo para o item 8, Projeto de Lei nº 685, de 2019.

EXTRAPAUTA

ITEM 13

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 68, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 685/2019, que acrescenta inciso ao art. 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que "dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências", a fim de permitir a movimentação da conta vinculada do trabalhador para fomentar a abertura de micro e pequenas empresas.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN).

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Conforme... É outro? Ah, está bom. Eu pedi para fazer requerimento, mas já está feito pelo Eduardo.

Então, solicito a audiência pública, Senador Romário, para tratar desse tema do FGTS especificamente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Só um minuto, Senador.

1ª PARTE

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 703, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) quando ele ou qualquer de seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 22/05/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo de instruir o PLS 703/2015, que altera a Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço e dá outras providências, para conceder ao trabalhador o benefício de saque dos valores do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, quando ele ou qualquer dos seus dependentes for acometido por doença ou condição enquadrada nas categorias elencadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. representante da Caixa Econômica Federal;

2. representante do Ministério da Economia;

3. representante do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

Justificação.

O Governo está prestes a mudar regras para saque do fundo e para aumentar a rentabilidade do Fundo. Segundo anunciado em entrevista com o Secretário de Fazenda, Waldery Rodrigues Júnior, o Governo vai elevar a rentabilidade do FGTS e mudar as regras para acesso aos recursos depositados no fundo. Segundo ele, as medidas estão em fase de elaboração e devem ser anunciadas no futuro próximo.

"O FGTS vai sofrer reformatações, incluindo mudanças em sua governança, gestão e rentabilidade. Hoje, a rentabilidade é de 3% ao ano mais taxa referencial (que hoje está zerada). Logo, em termos reais, descontada a inflação, ela é negativa, funciona como um imposto sobre o cidadão", afirmou Rodrigues Júnior, durante o 31º Fórum Nacional na sede do BNDES.

"Certamente, [a rentabilidade] será acima do que é hoje e acima da inflação, para que o trabalhador tenha benefício a partir do recurso que a ele é devido".

Ele lembra, no entanto, que o FGTS é um fundo com mais de R$500 bilhões em estoque. "Então mudanças serão estudadas de forma super cautelosa", justificou.

"O recurso é do cidadão por toda a vida. A pessoa não terá prazo para sacar. Vamos fazer uma campanha para que esse dinheiro não fique parado. Essas medidas fazem parte de um pacote que visa a dar ao cidadão acesso aos seus recursos", ponderou Rodrigues Júnior.

Por isso, pedimos audiência pública para analisar as propostas do Governo frente às medidas legislativas que permitem o saque do FGTS.

Sala da Comissão, 5 de junho de 2019.

Senador Eduardo Gomes e Senador Styvenson.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Otto com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente, nobre Senador Romário, eu encaminhei um requerimento a esta Comissão, de nº 66/2019, que versa sobre o projeto que V. Exa. relatou sobre a nova Cide, contribuição incidente sobre a comercialização e importação de refrigerantes, apenas para ter informação do Ministério da Economia a respeito do impacto desse setor, em que é muito intensiva a absorção de mão de obra. Então, eu queria, se possível, com a anuência de V. Exa., que se pudesse colocar em votação.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Consulto os Senadores e Senadoras sobre a inclusão extrapauta do requerimento apresentado pelo Senador Otto.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, com a anuência do autor, eu gostaria de subscrever esse requerimento do nobre Líder, Senador Otto.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Subscrito também pelo Senador Eduardo Gomes.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) –

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 209, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, para restringir a cessação da percepção da pensão por morte do cônjuge ou companheira de segurado com deficiência.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Paulo Paim

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

1- Em 15/05/2019, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2- Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

Colocando a matéria em discussão, consulto as Sras. e os Srs. Senadores sobre eventual manifestação decorrente de pedido de vista.

Concedo a palavra ao Senador Paim para suas manifestações finais.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, já temos quórum para votar?

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na verdade, falta um.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Então, Presidente, como nós temos tempo, eu vou me debruçar um pouco sobre o relatório que apresentei.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Coloco em discussão a matéria.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Como Relator.) – Presidente, como sempre, é um projeto de V. Exa. que tem uma grandeza imensurável, principalmente no campo social. Por isso, eu me debrucei sobre o tema e dei o parecer favorável com muita convicção, porque entendo que ampliar em cinco anos a duração da pensão por morte, se o pensionista tiver sido cônjuge ou companheiro de pessoa com deficiência, é mais do que justo.

A matéria foi encaminhada à apreciação desta Comissão para decisão em caráter terminativo e foi objeto de relatório, no primeiro momento, do Senador Edison Lobão, o qual, contudo, não chegou a ser votado. A proposta permaneceu em tramitação com a mudança de legislatura, sendo a nós redistribuída para a elaboração do parecer. Não recebeu, até o momento, nenhuma emenda, o que demonstra que há concordância em relação à matéria. Mesmo com a vista coletiva concedida, não veio até este Relator nenhuma emenda.

É com satisfação, Sr. Presidente, que eu faço aqui, ao dar o parecer favorável, uma homenagem também ao ex-Senador Edison Lobão. Como no outro projeto lido aqui pelo Senador Eduardo Gomes – permita-me, Senador Eduardo Gomes –, é um projeto que trata dos trabalhadores no exterior, eu votarei favoravelmente também nesse caso, fazendo uma homenagem ao Senador Armando Monteiro.

O Senador Armando Monteiro foi um grande Senador nesta Casa, foi Presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), sempre aberto ao diálogo, à conversação, um grande defensor do Sistema S. Eu o acompanhava nessa caminhada, porque, para mim, foi fundamental ter tirado o curso técnico no Senai, foi talvez o curso mais importante da minha vida. Vou acompanhar o Senador Eduardo Gomes, acho que as emendas melhoraram muito o projeto, inclusive as emendas do Senador Jorge Viana,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o Relator acatou. O Senador Eduardo Gomes teve grandeza, a mesma grandeza que espero agora nesse outro projeto que vai na mesma linha, beneficiar aqueles que mais precisam.

Eu vou tratar aqui, enquanto esperamos o quórum presencial, Sr. Presidente, para aqueles que estão aqui presentes...

Se já houver quórum presencial... Posso continuar, Sr. Presidente? Se houver quórum presencial, eu encerro.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na verdade, faltam dois. Estamos indo atrás.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, eu queria só agradecer ao Senador Paulo Paim e também registrar aqui a grandeza, o desempenho e o esforço do grande Senador Armando Monteiro. Eu deveria ter deixado na leitura do relatório, mas esse relatório tem 29 vezes a palavra "territorialidade", aí eu quase não consigo ler o relatório, fica difícil! Mas ressalto aqui a importância do Senador Armando Monteiro, sua capacidade de diálogo e, evidentemente, a gentileza e o apoio sempre importantes ao projeto do Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu é que cumprimento V. Exa., Senador Eduardo Gomes, que teve a grandeza também de citar o Senador do PT Jorge Viana. Achei de muita elegância de V. Exa.

O seu relatório... Estou aqui com o parecer da bancada elogiando o seu relatório, elogiando, inclusive, o Senador Armando Monteiro, que foi o proponente à época. O Senador Armando Monteiro... Não vou dizer que nós votávamos sempre juntos, como vai acontecer entre nós aqui, mas, com certeza, todos querem o bem do País e, principalmente no caso dele, era e é um cidadão – não está aqui, mas continua labutando lá fora – muito preocupado com as indústrias e com os empregos.

Senador Romário, V. Exa. é que manda. Eu estou aqui falando...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Assim que V. Exa. terminar, vamos encerrar a discussão. Realmente não vamos ter como votar.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O relatório é este, Presidente. Eu espero que seja aprovado por unanimidade. Eu já li o relatório em outro momento e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo que percebi, como não houve nenhuma emenda no pedido de vista, há entendimento da Casa pela aprovação do seu projeto, que tem, como sempre, uma grandeza social imensurável.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito obrigado, Senador.

Encerro a discussão.

Passo agora ao item 10.

1ª PARTE

ITEM 10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 29, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.302, de 2 de agosto de 2010, para modificar a exigência de habilitação para o exercício da atividade de instrução de trânsito.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Esperidião Amin (PP/)

Relatoria: Senadora Mailza Gomes

Relatório: Favorável ao Projeto.

Concedo a palavra à Senadora Mailza Gomes para leitura do relatório.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Para proferir relatório.) – Bom dia, Srs. Senadores, bom dia, Sr. Presidente.

O presente projeto de lei tem por objetivo aprimorar o texto da Lei nº 12.302, de 2010, que regulamenta o exercício da profissão de instrutor de trânsito para dispensar a exigência de habilitação na categoria D como requisito para o exercício da atividade.

Análise.

Nos termos do art. 100, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Assuntos Sociais discutir e votar matérias relacionadas à organização do Sistema Nacional de Emprego e condição para o exercício de profissões.

O projeto em análise modifica a regulamentação de uma profissão e a norma alterada está ligada à segurança no trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposta encontra-se em conformidade com os incisos I e XI do art. 22 da Constituição Federal, que tratam da competência privativa da União para legislar sobre Direito do Trabalho e sobre trânsito.

Assim, entendemos que a matéria não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade, posto que atende também aos pressupostos relativos às atribuições do Congresso Nacional e iniciativa de leis.

Quanto ao mérito, não há reparos a fazer diante dos argumentos expostos pelo autor e a preocupação manifesta com o trabalho relevante e fundamental dos instrutores de trânsito para a integridade física e segurança dos cidadãos que circulam nas vias públicas.

Com efeito, a legislação em vigor tem se demonstrado demasiadamente rigorosa, com regras que limitam exageradamente o acesso e o espaço do exercício profissional dos instrutores de trânsito, contrariando o princípio constitucional da liberdade do exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.

Como bem adverte o autor, a exigência de que um instrutor que apenas irá ministrar aulas teóricas para candidatos à habilitação na categoria A, por exemplo, seja habilitado na categoria D é um requisito legal excessivo e sem sentido, e sua supressão não causaria nenhum prejuízo à qualidade do processo de formação de condutores ou à segurança do trânsito.

A proposta ajusta uma norma que hoje impõe um ônus desarrazoado e desproporcional aos instrutores de trânsito – uma habilitação específica desnecessária –, cuja exigência parece afrontar os princípios constitucionais da razoabilidade e da liberdade do exercício profissional a que aludimos.

A redução das restrições para o ingresso no mercado de trabalho de instrutor chega, portanto, em boa hora, pois se trata de providência adequada de forma a evitar reservas de mercado.

Nesse sentido, é louvável a abertura do mercado de trabalho para mais instrutores de trânsito e desnecessária a estipulação de habilitação na categoria D para o exercício dessa profissão.

Meu voto é favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 29, de 2018.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, para discutir, se possível.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Eu coloco a matéria em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Sr. Presidente, esse projeto vem da Câmara dos Deputados – já que estamos fazendo homenagem, vamos fazer homenagem a um Senador que está aqui presente –, é de autoria do hoje Senador Esperidião Amin, quando Deputado Federal. A nossa querida Senadora Mailza Gomes faz um relatório impecável, meus cumprimentos à Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero lembrar também que, durante a tramitação na Câmara dos Deputados, o meu colega e amigo de partido, o Deputado Luiz Couto, foi o Relator, e ele se posicionou totalmente a favor da matéria. Para o autor e o Relator na Câmara, de fato, como disse aqui a nossa Relatora, é uma exigência descabida. Por isso, o seu parecer foi pela aprovação do projeto.

Senadora Mailza Gomes, meus cumprimentos.

Os profissionais que atuam nas escolas de habilitação de carteira de motorista fizeram esse apelo muito tempo atrás já para outro projeto que aprovamos, mas a gente não conseguiu atendê-los porque houve um *lobby* contrário. Neste momento, virou unanimidade esse projeto que V. Exa. relata.

V. Exa., como sempre, faz um relatório qualificado, muito acima da altura do próprio Senado da República. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai a Plenário.

Lembro que agora, às 11h, teremos reunião... (*Pausa.*)

1ª PARTE

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 40, DE 2016

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011, que institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec); altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); e dá outras providências, para estimular a capacitação de agentes de educação sanitária para o setor agropecuário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pela recomendação da declaração de prejudicialidade do Projeto.

Observações:

1- Em 29/05/2019, foi concedida vista à Senadora Leila Barros, nos termos regimentais;

2 - A matéria foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

3 - Matéria a ser apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa.

Colocando a matéria em discussão, consulto a Senadora Leila... Não está presente.

Concedo a palavra ao Senador Chico Rodrigues para suas considerações finais.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Como Relator.) – Sr. Presidente, o relatório já foi lido e, obviamente, o parecer é pela rejeição, porque não pode ser priorizado, através do Pronatec, um programa específico como o desse caso aí, de agente de educação sanitária. Então, a recomendação foi pela rejeição.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sr. Presidente, eu ia pedir vista...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Já foi pedida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu ia pedir uma audiência pública, mas não o farei.

Senador, não vou pedir vista nem audiência pública, porque V. Exa. foi muito gentil, inclusive, com um projeto meu, que está sob sua jurisdição, eu diria, para gente tentar construir um entendimento.

Vou acompanhar V. Exa. no relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Sim, Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discutir.) – Eu queria indagar o ilustre Senador Chico Rodrigues sobre o projeto, de autoria do Senador Dário Berger, cujo Relator é S. Exa.

O que acontece? O autor do projeto teve as melhores intenções, pelo que eu entendi aqui, em relação a esse projeto, pelo fato de que ele quer, através do Pronatec – que naturalmente não é, como o senhor bem disse, o órgão adequado –, a capacitação do agente de educação sanitária.

Particularmente, eu acho que essa classe... Eu confesso que eu não conheço até agora, eu nunca vi: agente de educação sanitária. Para mim, é vinculado às agências de vigilâncias sanitárias dos Estados, ou seja, no meu Estado de Mato Grosso é o Indea, não é isso? Lá no seu Estado deve ter outra nomenclatura.

O ideal, naturalmente – para atender ao que o Senador Dário queria –, seria fazer a capacitação e o treinamento através do Senar, que é vinculado às federações de agricultura do Brasil. Imagino que haja federação nos Estados, como nós temos a Confederação Nacional da Agricultura.

Então, o entendimento de V. Exa. é de que o Pronatec não é o órgão ideal, ou o órgão competente, no financiamento, para fazer essa capacitação desse agente de educação sanitária.

Particularmente também quero cumprimentá-lo pelo relatório, porque V. Exa. tem toda razão. As intenções são das melhores, entretanto não cabe, constitucionalmente falando aqui, que o Pronatec venha financiar essa capacitação ou essa qualificação desses agentes de educação sanitária.

Cumprimento V. Exa. pela sua lucidez e, sobretudo, pela forma perfeita, zelosa em relação aos poucos, ou quase inexistentes, recursos que têm os PRONATECs no Brasil.

Parabéns, Senador Chico!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de dizer que o Pronatec já contempla esses cursos, mas, como acabou de falar o Senador, nós obviamente não podemos abrir uma janela para todos os cursos que são são solicitados, porque, em função da demanda reprimida por recursos, em função do atendimento já para vários segmentos que o Pronatec alcança, aí seria realmente abrir essa porta. E logicamente nós não poderíamos fazer com que o Pronatec pudesse ser um largo estuário para acomodação de todos os cursos que são solicitados. E, nesse caso específico aí, nós sabemos que os Estados já contemplam também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Muito bem, Senador.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu só gostaria de fazer alguns comentários sobre o projeto, em primeiro lugar, porque se trata de um projeto do Senador Dário Berger, grande Senador, uma pessoa altamente dedicada, competente, Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, e sempre preocupado com essa questão da educação.

De fato, o Pronatec tem por objetivo a profissionalização, como está colocado no relatório do Senador Chico Rodrigues, de uma forma concomitante, quer dizer, a pessoa está fazendo o curso de ensino médio e faz a profissionalização no contraturno, ou integrado dentro do próprio ensino médio, ou subsequente, depois do ensino médio. Se fosse um curso técnico subsequente ao ensino médio, haveria, sim, uma abertura para fazer isso, porque a pessoa termina o ensino médio e quer fazer uma profissionalização através de uma formação específica, técnica, e o Pronatec permitiria isso.

Há um pouco de, como o relatório demonstra, da parte do Senador Chico Rodrigues, dificuldade nesse sentido. Talvez a gente pudesse conversar com o... Já foi pedida a vista também, então já não é possível fazer isso, mas a gente poderia conversar com o Senador Dário Berger posteriormente para aproveitar a ideia e ver como encaminhar o assunto, porque agentes de saúde – não agentes sanitários, no caso, mas agentes de saúde –, conforme o Senador Jayme Campos colocou, têm um papel essencial no Brasil também.

Então, nesse sentido, eu também acompanho o relatório, mas nós poderíamos aprofundar o assunto depois para ver como fazer um encaminhamento mais adequado, de acordo com a intenção do autor, que representa tão bem o Estado de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Na verdade...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pela...

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Só um minuto, Senador.

Esse projeto ainda vai para a CE.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Isso, exatamente. Era essa a explicação que gostaria de fazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ah, está bem. Ótimo, então. Podemos, depois, fazer o debate.

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o relatório, pela recomendação da declaração de prejudicialidade, queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela recomendação da declaração de prejudicialidade do projeto.

A matéria vai à Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Lembro que, agora às 11h, teremos reunião extraordinária desta Comissão em forma de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 616, de 2019, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas, os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para dispor sobre a regulação ambiental de cosméticos, e dispõe sobre a proibição de protetores solares considerados tóxicos para os recifes de corais, em atendimento aos Requerimentos nºs 26, 29 e 49, de 2019, da CAE, de autoria da Senadora Zenaide Maia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 35 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às dez horas e cinquenta e um minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9, sob as Presidências dos Senadores Romário e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Leila Barros, Mara Gabrilli, Jayme Campos, Eduardo Gomes, Styvenson Valentim, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Marcelo Castro, Flávio Arns, Juíza Selma, Carlos Viana, Paulo Paim, Paulo Rocha, Chico Rodrigues, Lucas Barreto, Eduardo Girão, Renilde Bulhões, Mailza Gomes, Dário Berger, Angelo Coronel, Izalci Lucas, Arolde de Oliveira e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa, Weverton, Eliziane Gama, Renan Calheiros, Luiz do Carmo, Luis Carlos Heinze, Maria do Carmo Alves, Nelsinho Trad e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 26/2019 - CAS, de autoria da Senadora Zenaide Maia, REQ 29/2019 - CAS, de autoria da Senadora Zenaide Maia, e REQ 49/2019 - CAS, de autoria da Senadora Zenaide Maia. **Finalidade:** Instruir o Projeto de Lei nº 616, de 2019, que "dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas e os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos, para dispor sobre a regulação ambiental de cosméticos, e dispõe sobre a proibição de protetores solares considerados tóxicos para os recifes de corais". **Participantes:** Itamar de Falco Júnior, Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa; Karla Brandão, Diretora de Gestão da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; Jade Cury Martins, Coordenadora do Departamento de Oncologia da Sociedade Brasileira de Dermatologia; Miguel Mies, Pesquisador da Rede de Pesquisas do Coral Vivo e do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo. Werner Farkatt Tabosa, Diretor Técnico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Romário

Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/05

O SR. PRESIDENTE (Romário. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RJ) – Bom dia de novo a todos. Muito obrigado pela presença.

Havendo número regimental, declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião atende aos Requerimentos de nºs 26, 29 e 49, de 2019, da CAS, de autoria da Senadora Zenaide Maia, para a realização de audiência pública destinada a instruir o Projeto de Lei nº 616, de 2019, que dispõe sobre a vigilância sanitária a que ficam sujeitos os medicamentos, as drogas e os insumos farmacêuticos e correlatos, cosméticos, saneantes e outros produtos para dispor sobre a regulação ambiental de cosméticos e dispor sobre a proibição de protetores solares considerados tóxicos para os recifes de corais.

Dando início à reunião, solicito ao nosso Secretário da Comissão que acompanhe os convidados a tomarem assento:

Sr. Itamar de Falco Júnior, Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Sra. Jade Cury Martins, Coordenadora do Departamento de Oncologia da Sociedade Brasileira de Dermatologia.

Sr. Werner Farkatt Tabosa, Diretor Técnico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.

Sra. Karla Brandão, Diretora de Gestão da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

Sr. Miguel Mies, pesquisador da Rede de Pesquisas do Coral Vivo e do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado a todos os senhores e senhoras aqui pela presença nesta audiência pública de grande relevância para o nosso País, mais uma vez parabenizando a Senadora Zenaide pela ideia desta audiência pública. Como é de praxe, já passarei aqui a Presidência para V. Exa.

Informo que a audiência tem a cobertura da TV Senado, da Agência Senado, do Jornal do Senado, da Rádio Senado e contará com os serviços de interatividade com o cidadão Alô Senado, através do telefone 0800-612211, e e-Cidadania por meio do portal www.senado.leg.br/ecidadania, que transmitirá ao vivo a presente reunião e possibilitará o recebimento de perguntas e comentários aos expositores via internet.

Entrego aqui a Presidência desta audiência à Senadora Zenaide. Muito obrigado, parabéns e que tenhamos um grande evento aqui neste Senado hoje.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Bom dia a todos e a todas aqui presentes. Eu quero já agradecer a presença de cada um e falar o porquê: é um projeto de lei do Senador Lasier, que está aqui presente, e é um assunto bastante novo para a gente. Quando chegou para eu relatar, a gente sugeriu uma audiência em conjunto e chamamos todos os que entendem mais. Vocês vão ver que são poucos Senadores aqui, mas o Brasil todo está vendo isso, vai ser uma aula de conhecimento. Chamamos aqui a indústria farmacêutica, a dermatologia, quem entende de oceanos, o Idema, todos estão aqui presentes para nos esclarecer.

Eu já vou começar a chamar os palestrantes.

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O Ministério do Meio Ambiente não mandou representante aqui.

Os convidados Itamar de Falco Júnior, Gerente de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Olha, eu queria só...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente Zenaide.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma sugestão. Pela relevância da matéria que, certamente, é controvertida, eu queria cogitar da possibilidade de adotar como critério para os pronunciamentos o do cientista, o do pesquisador Miguel Mies, porque, se ele ficar por último, não haverá tempo de contestações. Ele é um especialista, provavelmente acontecerão polêmicas, e é uma pessoa que conhece muito profundamente o assunto dos corais porque é um estudioso do assunto.

É uma cogitação que eu faço com relação à ordem dos pronunciamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, tudo bem. Poderia ser ele, que eu chamei, e depois o representante que V. Exa. sugeriu.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Perfeito.

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos os presentes, Parlamentares, Anvisa, associações, a todos os presentes aqui.

Neste projeto de lei primeiro vamos nos manifestar um pouco sobre a posição da Anvisa, porque ela estabelece mais a avaliação em cima da saúde dos produtos protetores solares. A Anvisa, na Gerência de Cosméticos, Produtos de Higiene e Saneantes, faz uma avaliação de todos os produtos que lá chegam. Ela faz uma avaliação de, em média, 50 mil produtos que entram anualmente na Anvisa, desde xampu, cremes, protetores solares.

São produtos que necessitam que as empresas encaminhem estudos; há necessidade de que a empresa esteja regulada e é necessário que estejam estabelecidos alguns critérios e parâmetros que a Anvisa estabelece em seus regulamentos. Como exemplo, na RDC 7 a Anvisa estabelece quais os critérios vai colocar para que as empresas ou registrem ou notifiquem os produtos.

Dito isto, alguns produtos passam por uma avaliação prévia, a exemplo dos protetores solares. Os protetores solares têm uma avaliação prévia: avalia-se tanto a segurança quanto a eficácia desses produtos. Há uma harmonização em nível de Mercosul; quais são os produtos que, nas reuniões de Mercosul, têm uma lista positiva, é feita essa avaliação. Uma vez avaliado em nível de Mercosul os produtos que têm segurança para o ser humano e, comprovada a sua segurança, ele deve ser incorporado ao ordenamento nacional, do Brasil. No caso, a última foi a RDC 69, de 2016, onde estabelecemos 39 ingredientes utilizados como filtros solares. A Anvisa, avaliando aquilo que já está posto no mundo também, tanto na Europa, nos Estados Unidos como nos demais países do Mercosul, decidiu que, nesses 39, a avaliação de segurança deles para a saúde humana foi considerada segura dentro daqueles parâmetros e faixas de aceitação que estão dentro das normas da Anvisa.

Eu, a princípio, não fiz uma apresentação, porque foi de última hora que conseguimos a nossa aprovação para estar aqui falando diante dos senhores, mas eu tenho aqui trechos da nota técnica que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Anvisa estabeleceu para que se possa disponibilizar a todos os Senadores, a todas as pessoas, profissionais e pesquisadores que necessitam avaliar essa nota técnica.

Nós não iremos nos pautar em cima dos efeitos para o meio ambiente. A nossa fala é em cima daquilo que trata da proteção desses protetores para a saúde humana, da importância deles para a saúde humana e sobre o que a gente tem hoje no mercado pela avaliação interna da Anvisa, tudo bem?

Partes daqui eu já falei.

A Gerência de Produtos de Higiene, Perfumes, Cosméticos e Saneantes (GHCOS) ressalta que o benefício principal dos protetores solares é a prevenção do câncer de pele. Além disso, são produtos que geralmente hidratam e reduzem o envelhecimento da pele, dentre outros.

Atualmente está em vigor a RDC 69, de março de 2006, que dispõe sobre o Regulamento Técnico Mercosul sobre a Lista de Filtros Ultravioletas permitidos para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes. Esta lista apresenta 39 ingredientes que podem ser utilizados em produtos cosméticos como filtros solares, protetores, e foi harmonizada entre os Estados-membros do Mercosul.

Para a construção da lista de filtros ultravioletas permitidos em protetores solares, foram considerados dados de toxicidade, segurança e eficácia dos ingredientes disponíveis em várias partes do mundo, inclusive na Europa e nos Estados Unidos.

Informamos ainda que 39 filtros solares disponíveis da RDC 69 não são uniformes quanto à sua estrutura química: alguns são orgânicos; outros inorgânicos. Forma de proteção: em alguns a proteção é física; em outros a proteção vai ser química. Eficácia do nível de proteção: uns com maior ou menor proteção com determinada concentração. Características físicas: espalhabilidade, cheiro, cor, odor, permeabilidade da pele, miscibilidade, dentre outras, e também o custo. Tudo isso compõe a quantidade de produtos cosméticos de filtros que é submetida à avaliação da Anvisa. Sendo assim, a retirada, como proposto no PL nº 616, de quatro ingredientes dessa linha, não necessariamente significa que podem ser facilmente substituídos por outros.

É importante esclarecer também que protetores solares com maior nível de proteção UVA e UVB são conseguidos com combinação de vários ingredientes filtros solares, principalmente aqueles protetores que têm uma faixa de proteção maior. Normalmente é feita uma associação de mais de um filtro solar para se atingir aquela faixa adequada de proteção. Então, um protetor pode utilizar mais de uma substância.

Sendo assim, a retirada de quatro ingredientes, que já estão na RDC nº 69, reduziria as combinações possíveis para obtenção do FPS mais elevado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ingredientes propostos, como oxibenzona, metoxicinamato de octila, octocrileno e 4-metil benzilideno cânfora, que fazem parte da RDC nº 69, de 2006, são permitidos em boa parte do mundo, inclusive Europa e Estados Unidos.

Destacamos que a proibição dessas quatro substâncias protetoras solares impactaria no acordo do Mercosul.

Sobre substâncias conservantes... Da lista de substâncias que não se vão permitir, quatro delas são ingredientes, filtros solares, e outras são conservantes. Conservantes são substâncias utilizadas para preservar a formulação para que ela tenha um tempo de prateleira adequado com os estudos de estabilidade propostos e encaminhados para a Anvisa na hora do registro de um produto. Nessa lista, esses produtos ingredientes são considerados tóxicos para os recifes e corais. Os que foram considerados tóxicos, os conservantes, foram: triclosano, metilparabeno, etilparabeno, propilparabeno, butilparabeno, benzilparabeno e fenoxiparabeno.

A RDC nº 29, que é a nossa lista harmonizada no Mercosul que trata da lista de conservantes, está atualmente em discussão no Mercosul. Tivemos a última reunião agora, na Argentina, onde estabelecemos a restrição de alguns desses parabenos. Alguns deles, dos atuais níveis de concentração, 0,4, vão para 0,14. Exemplos desses são o butilparabeno e propilparabeno. Outros serão realmente excluídos. Seriam o isobutilparabeno, fenilparabeno, benzilparabeno, isopropilparabeno e pentaparabeno. Desculpem pelos nomes, mas são assim mesmo os nomes das substâncias.

No trabalho junto ao Mercosul, a gente já está caminhando na linha de restringir e até mesmo excluir algumas dessas substâncias do arcabouço presente nas formulações dos protetores solares.

Sendo assim, a retirada de ingredientes que são maléficos à saúde já é discutida tecnicamente e deverá ser harmonizada internacionalmente, não sendo nesse caso avaliada a questão do meio ambiente, que fica por conta dos órgãos de meio ambiente.

A Anvisa, quando foi chamada, fez uma avaliação dos últimos três anos da quantidade de pedidos de registro de protetores solares que entra para a Anvisa. Dessas, avaliamos quantos têm substâncias dessas cuja exclusão está proposta, desde filtros solares quanto conservantes. Foram solicitados 1.060 pedidos de registros de protetores solares na Anvisa nesse período, nos últimos três anos.

Desses, foi identificado que a substância benzofenona está presente em 15% desses pedidos. A substância etilhexil metoxicinamato em 41%...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – ... octocrileno, 61%; metilbenzeno, 10%. Então, octocrileno, que é um filtro solar, está em 61% dos pedidos de registro novos de produtos dos últimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

três anos. O metilbenzilideno, em 10%; metilparabeno em 18%; o etilparabeno em 18%; o propilparabeno em 18%; butilparabeno em 10%; fenoxietanol em 70%.

Essas substâncias foram citadas na justificativa do PLS como prejudiciais aos corais.

Eu tenho isso em nota técnica. A gente pode apresentar para os senhores com mais detalhes e calma, com o devido tempo.

Não foi identificado, nos novos produtos, o triclosan e o benzilparabeno, que são substâncias utilizadas como conservantes.

É importante destacar que, em qualquer alteração aprovada para que se tenha exclusão de algum produto, as empresas deverão solicitar na Anvisa um pedido de alteração de fórmula. Nessas alterações de fórmula teriam que apresentar novos testes, testes esses de eficácia, onde há exposição de voluntários, testes de estabilidade do produto final e segurança, conforme o outro novo filtro que eles devem substituir para compor o produto final.

Dito isso, entendemos que é importante, sim, consultar os órgãos relacionados ao meio ambiente para a avaliação desses ingredientes nos corais. Faz-se necessária, para isso, uma avaliação de uma análise de impacto regulatório, para gestão tanto dos riscos sanitários como ambientais e econômicos e verificar se a exclusão dessa substância seria a única alternativa para a redução da poluição dos corais.

Quanto ao impacto na saúde, observamos que a proibição dos ingredientes listados no PLS poderá ocasionar, sim, uma diminuição na oferta de protetores solares utilizados no mercado brasileiro, caso a empresa não consiga substituir os ingredientes por outros permitidos. Por exemplo, o fenoxietanol está presente em 70% dos pedidos dos novos registros de protetores solares.

As empresas terão dificuldades na substituição desses ingredientes. Porém, quem pode falar isso seriam as empresas. Eu não vou nem entrar nesse mérito; elas podem dizer se têm ou não têm. Enfim, nisso eu não quero entrar. O que eu quero dizer é que a Anvisa já trabalha em nível de Mercosul, e algumas dessas substâncias já estão sendo reduzidas, como o metilparabeno, o etilparabeno, o propilparabeno e o benzilparabeno, como eu já discuti. Quer dizer, essas estão sendo é banidas; não é nem restritas.

Reforçamos que a Anvisa vem sistematicamente atuando junto ao Mercosul na avaliação da segurança de diversos ingredientes de produtos cosméticos e resultará, no uso de alguns parabenos, o propilparabeno, de uma redução dos atuais 0,4% para 0,14%, e o banimento de outros parabenos e propilparabenos.

Sendo assim, em relação à parte da saúde, identifico que essa seria a posição da Anvisa. Com relação à parte da saúde, verificamos que estamos sendo avaliados junto ao Mercosul, avaliando toda a questão da segurança e da eficácia desses produtos, propondo redução e exclusão de níveis de segurança

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de alguns outros e, ao mesmo tempo, propondo também que seja sempre sistematicamente avaliado se há a necessidade de exclusão ou não de outro produto. Isso é feito por meio de listas e resoluções da Anvisa, talvez de uma forma um pouco mais ágil, para a gente conseguir fazer a atualização.

Sendo assim, quanto aos estudos, à motivação que leva à poluição nos corais, eu acho que o meio ambiente pode apresentar isso, que aí pode nos dar uma ideia da necessidade da aprovação desse projeto.

É isso que eu acho que eu tinha para falar. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Sr. Itamar de Falco Júnior. Está vendo como é esclarecedor? É importante, gente.

Portanto, agora eu convido o Sr. Miguel Mies, pesquisador da Rede de Pesquisas do Coral Vivo e do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo.

O SR. MIGUEL MIES (Para exposição de convidado.) – Obrigado pelo convite.

Eu sou oceanógrafo. Eu trabalho, minha linha de pesquisa é ecologia e mudanças climáticas em recifes de corais. Então, esse é um tema que faz bastante parte da minha atuação.

Eu li o projeto escrito. Eu gostei muito dele, eu achei que ele está muito bem fundamentado. Os números são precisos.

O que eu vou fazer é uma breve introdução sobre o que são recifes de corais, quais são os impactos que eles estão sofrendo e qual é o papel que os protetores solares e seus compostos têm nesse contexto todo.

Recifes de corais têm uma série de importâncias econômicas e biológicas para o Planeta. Primeiro, a questão da diversidade. Você tem 25% da diversidade marinha encontrada em recifes de corais. Recifes de corais ocupam apenas 0,2% da superfície do oceano. Ou seja, é muita diversidade em um espaço relativamente pequeno.

E por que se tem tanta diversidade? Porque os corais constroem um recife, que é uma estrutura dura de carbonato de cálcio, e isso tem uma série de pequenos hábitats; quando se têm muitos hábitats, têm-se muitas espécies que vão colonizando. Então, assim vai-se aumentando a diversidade. Então, se tem uma diversidade gritante lá.

Até disso, você tem a questão do turismo. Você tem recifes lindos na Região Nordeste do País, que atraem pessoas para mergulharem, para olharem aquela beleza natural. Você tem a questão da pesca de subsistência. Há muitos pescadores que dependem de peixes que são exclusivos de recifes de corais para se alimentarem. Você tem ainda a extração de compostos de valor farmacêutico. Você tem organismos que são comercializados na indústria *pet.* Além do mais, como os recifes são grandes barreiras

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

submersas, eles atenuam impactos climáticos relevantes. Se você tem uma tempestade mais forte, quando ela encontra uma barreira, ela é atenuada; isso não chega tão intensamente na costa.

Então, há um valor enorme. Há milhões de pessoas no mundo inteiro dependentes de recifes de corais, no Brasil inclusive.

Os recifes do Brasil são particularmente especiais. Por que eles são especiais? Primeiro, nós temos muitas espécies endêmicas. Endêmicas significa que elas ocorrem exclusivamente aqui. Então, são espécies que você não vai encontrar em nenhum outro local do mundo; só na costa brasileira.

Os recifes brasileiros são muito bem distribuídos, desde lá da Região Norte, lá do Amapá, até o sul, aqui em São Paulo.

Eu preciso explicar uma coisinha antes de a gente progredir, que é por que o recife é tão frágil. Porque ele depende de uma relação simbiótica. O que é uma relação simbiótica? É quando dois organismos diferentes interagem.

Nos corais, dentro deles, há uma alguinha. Vou usar termos bem simples aqui, para não atrapalhar muito. Essa alguinha dá energia para o coral. Ela vive de luz, ela faz fotossíntese e dá energia para o coral. Se o coral perde essa alguinha, ele morre. Então, é uma simbiose obrigatória. O coral depende dessa alguinha.

E o que tem acontecido no mundo moderno, em tempos de mudanças climáticas, com os recifes de corais no Brasil e no mundo inteiro? Primeiro a gente tem o aquecimento da superfície da coluna d'água. Isso gera um fenômeno muito famoso chamado branqueamento, que é a perda dessas algas. Então, gera mortalidade em massa. Segundo, a gente tem a acidificação dos oceanos. Isso deixa os esqueletos dos corais mais fracos ao longo do tempo. Terceiro, a gente tem a sobrepesca. Se a gente não tem uma pesca muito bem regulamentada nos recifes de corais, você remove espécies importantes para o ecossistema, você perde a diversidade como um todo.

Por fim, a gente tem a poluição. Essa questão dos protetores solares está dentro desse contexto de poluição. Esses impactos, como o aquecimento global, a poluição, em tudo isso você pode ter um plano de manejo local ou global. Em impactos de caráter global, como o aquecimento global, não adianta, tem que ser um conjunto de países, uma grande quantidade de países se comprometendo com certas diretrizes para evitar esse problema. Agora, questões como a poluição são de manejo local. Então, se a gente tem um problema de poluição em um recife de coral brasileiro, a gente consegue resolver dentro do nosso próprio território, se a gente colocar medidas de conservação adequadas.

Então, nesse projeto, eu vi que foram listados 11 diferentes compostos com potencial de impactos em recifes de corais. Eu fiz uma revisão da literatura científica a respeito de cada um deles. Quatro desses têm um impacto mais do que comprovado, um impacto bem negativo sobre os corais diretamente. São a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

oxibenzona, o MC, o MBC e o butilparabeno. Dentre os principais impactos que eles causam: o fenômeno do branqueamento, que é, no caso, a mortalidade em massa; disseminação de infecções virais; dano no DNA; disfunções endócrinas; desenvolvimento de formas jovens de maneira deformada, e, por fim, o mais importante, morte.

Os outros sete não foram investigados em corais especificamente. Não estou falando de recifes de corais, lembrando que recife é uma estrutura que abriga uma fauna grande. Em corais, apenas quatro foram investigados e têm impacto. Os outros sete não foram investigados para corais, mas foram investigados em outras espécies marinhas, e o impacto foi comprovado. Isso é fato científico.

É evidente que a gente tem que aliar dois interesses aqui. A gente precisa proteger a população, a gente não quer ninguém contraindo nenhum tipo de doença por não usar protetor solar, mas a gente também tem que proteger ambientes que estão extremamente ameaçados, que têm um valor econômico inestimável, inclusive para o Brasil. Então, precisamos aliar essas duas coisas. Certo?

Dando uma lida adicional, eu vi que há uma série de protetores solares que usam compostos que são *reef friendly*, como se fossem não nocivos aos recifes de corais, compostos comprovadamente que não são nocivos. Isso já está sendo utilizado em vários países diferentes. Então, eu acho que é algo que a gente pode investigar tranquilamente.

Essencialmente, era isso que eu tinha para dizer. Então, pessoalmente, eu sou a favor da proibição dessas 11 substâncias, em especial das quatro que têm impacto diretamente no coral. Por que o coral é tão importante, eu ressalto aqui? Lembra daquela estrutura toda, que abriga aquela diversidade toda? Aquilo quem faz é o coral. Se você perde o coral, você perde aquela estrutura, você perde a diversidade, não sobra nada. Os peixes sofrem, as estrelas, quem mais você quiser. Então, se você perde o coral, você perde essencialmente todo mundo.

Então, eu acho imperativo que as quatro que têm efeito comprovado em corais sejam reguladas, enquanto as outras sete eu recomendaria fortemente que fossem reguladas também.

É isso. Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Dr. Miguel.

Eu passo aqui imediatamente a palavra para a Karla Brandão, Diretora de Gestão da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos.

A SRA. KARLA BRANDÃO – Obrigada, Senadora. Senadores e Senadoras aqui presentes, senhoras e senhores, obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trago aqui um pouco da nossa posição em relação ao tema. Consideramos esse tema bastante complexo.

Quando o projeto surgiu, nossa ação foi: vamos nos reunir e tentar aprender mais sobre isso, porque, quando se fala e se discute sobre a segurança do uso de ingredientes para proteção solar, para a saúde humana e para os nossos consumidores, a gente já faz parte dessas discussões há algum tempo, mas essas questões relacionadas ao potencial impacto nos recifes de corais realmente nos levaram a abrir o campo de visão e buscar aprender um pouco sobre o assunto.

A Abihpec representa cerca de 400 empresas no setor de higiene pessoal, perfumaria e cosmético, numa realidade em que a gente está falando de cerca de 2.800 empresas no Brasil. É um setor que trabalha com uma crença muito objetiva e clara de que trabalhar com higiene pessoal, perfumaria e cosmético e cuidar da saúde da população e da sociedade. A gente está falando de prevenção a uma série de doenças, a gente está falando de cuidar da autoestima. Então, de verdade, a gente tem um compromisso de trabalhar com esses objetivos, pensando, sim, em um desenvolvimento da indústria de forma sustentável, numa relação equilibrada e duradoura com o meio ambiente e com a sociedade.

A geração de emprego da nossa indústria é de cerca de 5,4 milhões de oportunidades de trabalho, e a gente, num país que enfrenta tantos desafios, tem muito orgulho em falar: "Olha, mesmo em situações difíceis, é uma indústria que não esmorece, que segue proporcionando essas oportunidades de emprego".

Investimos muito em pesquisa e desenvolvimento. Somos um setor que coloca bastante inovação no mercado; forte na exportação, para mais de 160 países a indústria exporta. Mais importante do que tudo isso, a gente tem um comprometimento com a sustentabilidade que não é de hoje, não vem de hoje. Então, quando se fala, por exemplo, de responsabilidade pós-consumo de embalagens, somos uma indústria que já cumpre com os seus compromissos de forma pioneira, desde a criação da política de resíduos e tudo o mais. Também temos um engajamento enorme nas discussões relacionadas à utilização sustentável de ativos da biodiversidade brasileira.

Bom, nós mantemos, como País, diálogo com diversos organismos internacionais para discutir temas como esse, que está relacionado à segurança do uso de ingredientes de proteção solar e demais outros ingredientes aplicados na indústria de cosméticos. Essa é uma discussão complexa e contínua. Toda vez que surge um novo estudo científico, toda vez que a tecnologia avança, é preciso atualizar o conhecimento em relação a isso.

Então, aqui eu reúno um pouco dos fóruns todos acompanhados pela Abihpec, ao redor do mundo todo. Então, a gente participa de entidades regionais, entidades na Europa, nos Estados Unidos, das discussões que acontecem no âmbito da ISO, nas discussões no âmbito do Mercosul, que são essas discussões que depois promovem o embasamento para a internalização das normas aqui, no Brasil e nos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

outros Estados partes. Então, os temas relacionados à fotoproteção são temas permanentes nessas discussões, nesses fóruns.

A importância do protetor solar é outro ponto que a gente quer ressaltar. A gente acredita muito que o uso do protetor solar é uma ferramenta estratégica de prevenção do câncer de pele. No Brasil, pela característica geográfica do nosso País, a gente tem uma insolação altíssima. Então, é fundamental a utilização de protetores solares como uma ferramenta de prevenção de saúde mesmo.

Números do Inca (Instituto Nacional do Câncer) trazem estimativas de que a cada ano cerca de 170 mil novos casos de câncer de pele são diagnosticados, e a Organização Mundial da Saúde diz também que, para cada cinco casos, quatro poderiam ter sido evitados com o uso de proteção solar.

Então, a gente está tratando aqui de um tema sério e, para a indústria, é importante que a gente olhe com a mesma responsabilidade e o mesmo rigor e se preocupe da mesma forma com as questões de preservação da saúde e com as questões de respeito e preservação ambiental.

Acreditamos verdadeiramente no nosso compromisso de colocar produtos seguros no mercado. No final do dia, o que nos importa é o consumidor, o que nos importa é que o consumidor tenha alternativas de fotoproteção, acesso à fotoproteção. É um desafio o incentivo ao hábito do uso de protetor solar. Não é um hábito simples de se permear transversalmente na população; isso é um desafio. Quando você para para olhar o que existe, tipos diferentes de produtos oferecidos no mercado, vê que hoje a gente tem um leque mais abrangente. A restrição de ingredientes vai, certamente, diminuir esse leque. O colega especialista da Anvisa citou algo nesse sentido, e é importante a gente levar isso em consideração.

A prioridade da questão da segurança já foi reiterada; isso é, de verdade, muito importante para nós, e os regulamentos que a gente tem aqui no Brasil são harmonizados internacionalmente. Eles são internacionalizados no Mercosul? Sim, mas eles também estão em linha com as normativas que existem em outros mercados. Então, não existe diferenciação no nosso olhar para o consumidor de um lugar ou de outro lugar, a gente olha de forma inclusiva para esse consumidor como ser humano.

Sobre o branqueamento dos corais. Temos profundo respeito por uma vida dedicada ao estudo desse ecossistema, Dr. Miguel, e a nossa intenção aqui é apenas compartilhar um pouco do que nós concluímos com os estudos que fizemos. Então, olhando para os vários estudos disponíveis já publicados até o momento, o nosso entendimento é de que o conjunto de conclusões que esses estudos todos trazem não é suficiente para que se tome uma atitude de banimento ou de restrição neste momento. O assunto é extremamente complexo e, no nosso entendimento, é preciso seguir pesquisando, seguir desenvolvendo ciência e tecnologia acerca desse tema de forma conjunta, colaborativa: indústria, agente regulador, sociedade. E é dessa forma que a gente acredita que se vai evoluir.

Na maioria dos estudos, o que é realmente comum a todos eles é que a principal causa do branqueamento dos corais é o aquecimento das águas, consequência do aquecimento da atmosfera. Isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontece em várias regiões diferentes no mundo. Em muitas situações isso ocorreu – foi constatado e está em algumas publicações – em lugares onde não existe, por exemplo, uma frequência de turistas. Alguns estudos foram até a especificidade de criar uma relação direta para observar: existe uma relação aqui, onde eu tenho um número maior de banhistas, eu tenho um impacto maior? Aqui neste outro ponto eu tenho um impacto menor? E, de quatro áreas avaliadas na Austrália, não se provou essa relação direta.

Então, de novo: entendemos que precisamos seguir conversando sobre este tema, é um tema extremamente complexo e, realmente, uma restrição vai trazer prejuízo para a sociedade, que vai ter o seu acesso aos produtos de proteção solar diminuído. No final do dia, o nosso interesse é garantir esse acesso. E, de novo, trabalhar com responsabilidade e de forma conjunta, como a gente está fazendo aqui: ouvindo todo mundo que tem algo a dizer, que se dedica a observar esse assunto em prol da coletividade.

No Havaí e na República do Palau, os locais que primeiro vieram com medidas restritivas em relação ao assunto, alguns estudos muito específicos publicados... Por exemplo, o estudo do Havaí utilizou condições artificiais para simular a situação do ambiente marinho ali no coral e, quando se considera o nível de concentração das substâncias observadas, para se entender o impacto, as concentrações utilizadas em laboratório foram muito distintas daquelas que podem ser encontradas no meio.

Na República do Palau, alguns impactos foram observados em águas-vivas, na água, em sedimentos e na areia, e não objetivamente nos corais. Então, de novo: será que não temos espaço para seguir conversando, para seguirmos investindo em ciência em relação a esse tema?

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARLA BRANDÃO – Então, de forma genérica...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pode continuar, tem mais cinco minutos.

A SRA. KARLA BRANDÃO – Obrigada.

De forma genérica, esses são os pontos que queremos ressaltar. Acreditamos que os estudos não são conclusivos para tomarmos uma atitude restritiva de banimento desses ingredientes.

Fizemos com muito comprometimento esse olhar, sobretudo o que foi publicado. Estamos comprometidos em manter a conversa. Os filtros solares são fundamentais para a preservação da saúde humana. E, de novo, acreditamos muito no diálogo aberto e na construção conjunta de soluções.

Agradeço o espaço para colocarmos a nossa posição.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Dra. Karla.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra, imediatamente, para a Dra. Jade Cury Martins, Coordenadora do Departamento de Oncologia da Sociedade Brasileira de Dermatologia.

A SRA. JADE CURY MARTINS – Bom dia!

Queria, primeiro, agradecer a oportunidade de a Sociedade Brasileira de Dermatologia estar presente nesta discussão.

Como já foi amplamente colocado aqui, acho que esta é a chave: a discussão sobre os diferentes pontos de vista. Vou pôr um pouquinho o olhar dermatológico, o olhar de quem vai ver o câncer da pele e os problemas do não uso da proteção solar.

Não há nenhum conflito de interesse com essa apresentação, e a ideia é falar um pouquinho, então, dos malefícios da radiação ultravioleta. Já que não são todos dermatologistas, como a colega falou, também vou tentar usar termos mais gerais. Vou falar sobre o câncer de pele, a radiação ultravioleta e a carcinogênese, os fotoprotetores e o papel deles na prevenção do câncer de pele e um pouquinho sobre o branqueamento do coral – claro que isso já foi amplamente abordado por pessoas com muito mais expertise que eu.

A radiação ultravioleta tem, como malefícios agudos, o eritema, ou seja, a vermelhidão, a queimadura solar, a pigmentação ou o bronzeamento, e a imunossupressão da pele. Por exemplo, exposições prolongadas podem dar herpes ou outras infecções. Como malefícios crônicos, há a carcinogênese, o câncer de pele – veremos, mais à frente, a grande importância – e o envelhecimento da pele, entre outros. Estou apenas citando brevemente aqui.

O câncer da pele é o câncer mais comum em todo o mundo. Cinco milhões de novos casos foram estimados em uma estimativa americana em 2018, o que é mais do que a soma de todos os cânceres – de mama, próstata, pulmão e cólon – juntos, que são cânceres bastante frequentes. Isso tem um impacto em saúde pública sem nenhuma dúvida. É o câncer mais frequente, por isso é que temos o Dezembro Laranja para alertar sobre a importância da prevenção e, para isso, o protetor solar vai ter um papel importante, fundamental.

Ele é dividido em dois grupos: 90% são os carcinomas, basocelular e espinocelular, e 3% são os melanomas, que, apesar de raros, são cânceres que também têm uma relação com a radiação ultravioleta e que podem dar metástase, levar a óbito, inclusive em pacientes jovens, com 20, 30 anos de idade, que irão a óbito por metástase e ainda por tratamentos não muito bem estabelecidos quando pegos em estadios avançados.

A exposição solar é um dos principais fatores de risco e, na verdade, é o principal fato de risco ambiental, porque fatores genéticos eu não posso controlar, mas fatores ambientais eu posso prevenir. A radiação ultravioleta causa carcinogênese por danos ao DNA, estresse oxidativo, entre outros, tanto por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um efeito cumulativo da exposição crônica ao longo dos anos quanto por um efeito intermitente de queimaduras solares, episódios de queimaduras solares, principalmente na infância – isso já foi estabelecido –, o que aumenta o risco futuro de desenvolvimento do câncer da pele.

Os fotoprotetores são divididos em orgânicos ou químicos, que vão absorver a radiação ultravioleta, e inorgânicos ou físicos, que são compostos minerais que refletem e dispersam a radiação. Não tenho tempo para abordar em detalhes os prós e os contras, as diferenças, mas, como já foi abordado pelo colega da Anvisa, em geral, a combinação de substâncias diferentes vai dar uma maior proteção, maior cobertura contra diferentes tipos de raios ultravioleta, além de uma cosmética, espalhabilidade, custo e maior diversidade de produtos. As substâncias, então, terão veículos, custos e todos os itens que mencionei diferentes e, como falei, isso dará mais opções para o consumidor.

Em relação à prevenção do câncer da pele, há inúmeros estudos. Essa revisão de 2017, que está citada aqui, fala de vários deles. Coloquei alguns importantes. Esse Estudo Nambour avaliou mais de 1.300 pessoas, que foram seguidas por quatro anos e meio. Num grupo foi usado o protetor diariamente, o protetor era fornecido e a pessoa era orientada a usar todos os dias; enquanto isso, o outro grupo só fazia o uso habitual deles, o que, em geral, sabemos que não é regular. Houve uma redução significativa dos casos de câncer da pele não melanoma, em torno de 40%, no grupo que usou o filtro diariamente.

Houve também estudos em transplantados de órgãos sólidos – sabemos que têm um risco de carcinoma espinocelular extremamente aumentado, às vezes cem vezes maior do que o da população normal –, os quais foram divididos em dois grupos: um, que usou diariamente o protetor que foi fornecido; e outro, com uso eventual, que a gente sabe, de novo, que não é tão rigoroso assim. Houve uma diminuição significativa das queratoses actínicas, que são lesões já bem estabelecidas do dano solar crônico, lesões pré-cancerígenas que podem evoluir para o câncer, e dos carcinomas. Então, aqui a gente vê a importância da prevenção.

Também no grupo do melanoma, sabemos que um dos fatores de risco é o número de nevos ou pintas. Quanto mais pintas tiver, esse indivíduo tem um risco maior de desenvolver um melanoma.

Foi feito um estudo com 300 crianças, que, depois de 3 anos, também foram divididas entre as que faziam uso diário com protetor fornecido e as que faziam uso eventual. E foi visto que, após três anos, as crianças que usaram diariamente tinham um surgimento muito menor do número de nevos, do número de pintas.

Também segundo aquele Estudo Nambour que citei para vocês, depois de 10 anos de seguimento, o grupo que não usou protetor regularmente teve o dobro de casos de melanoma em relação ao grupo que usou regularmente, por isso a importância da prevenção. De novo: o câncer de pele é o mais frequente e tem um morbimortalidade muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou mostrar algumas imagens impactantes, mas é porque nós, que estamos na ponta, é que vamos ver o que o dano solar crônico vai causar.

Esse é um paciente meu do consultório, em uma das consultas depois de uns anos sem seguimento. Vemos um dano solar importante na pele desse paciente. Cada uma dessas setas era um câncer de pele. Um deles é melanoma, que pode dar metástase, que pode matar; e os outros, apesar de não darem metástase, vão dar mutilações, diversas cirurgias. A perna é um lugar que não cicatriza tão fácil, pode fazer uma úlcera crônica, então é um grande impacto. Há também casos mais extremos, como, por exemplo, esse doente com câncer de pele extremamente avançado.

Peço desculpas, mas a minha ideia era realmente mostrar a realidade, é o que a gente vê.

Esse carcinoma espinocelular, que também teve um crescimento rápido, na perna de um senhor, tem, provavelmente, uma grande chance de metástase, de evoluir a óbito ou de necessitar de um tratamento sistêmico.

Aqui era um câncer de pele que já evoluiu para uma metástase de gânglio, de linfonodo. Também, provavelmente, vai evoluir para óbito por causa dessa doença. Nessa paciente, você vê um dano solar importante, já houve a nucleação do bulbo ocular por causa de um câncer de pele e mais diversos outros – uns mais volumosos, outros menores.

Aqui, há a amputação de um membro por causa de um melanoma avançado, múltiplas metástases no braço desse doente. É um doente jovem, que não tem 40 anos, e que, provavelmente, vai a óbito por essa doença.

Metástases de gânglios por causa de melanomas que não foram detectados precocemente e que, também, provavelmente, levarão a óbito.

Antigamente, a sobrevida desses pacientes era em torno de 12 meses; hoje em dia, existem drogas novas, não disponíveis na saúde pública, que estão prolongando a sobrevida desses doentes com melanoma avançado, mas com custos de 40 mil, cem mil mensais para tratar essa doença. Então, isso também temos que pôr na balança.

Em relação ao branqueamento de corais, algo que já foi abordado pelos especialistas, é só para mostrar que os estudos são inúmeros – aqui, eu coloquei só alguns. Essa revisão aborda bastante os diferentes estudos, os diferentes pontos de vista, mas quero lembrar que é um problema mundial e multifatorial. Como já foi bem abordado pela colega, a mudança climática parece ser o principal fator causador. Em áreas que não têm uma densidade populacional tão grande, a gente vê que também o dano é importante.

Os estudos que foram realizados com filtro solar, primeiro – ela já colocou –, foram feitos, a maioria deles, *in vitro*, em que concentrações não são semelhantes às concentrações encontradas na vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

real e que, no ambiente em que se têm o coral e o filtro solar, não há outras coisas ambientais envolvidas. Então, nem sempre o estudo *in vitro* reflete a situação da vida real. Também é difícil graduarmos qual é a extensão do papel do filtro solar no branqueamento do coral ou no prejuízo da natureza, porque, de novo, no estudo *in vitro* tenho só o filtro solar fazendo aquele dano, enquanto, na vida real, isso é multicomponente, por isso é difícil avaliar qual porcentagem, qual malefício foi causado por quem. Então, de novo: estudo em laboratório é diferente do da vida real – as concentrações eram maiores.

A gente citou aqui algumas substâncias, mas, mesmo em outras substâncias que não estão citadas aqui, também há evidências, em estudos *in vitro,* de que fazem mal; e há outras que, em alguns estudos, ficou demonstrado que causam malefícios e que, em outros estudos, isso não ficou comprovado. Então, os resultados ainda são controversos, e eu acho que a gente tem que ver isso com bastante calma.

Revisando, então, os pontos.

A limitação das substâncias vai levar a um menor número de opções e a um menor acesso para o consumidor; isso, consequentemente, vai levar a um menor uso.

Nós, que trabalhamos em sistema público de saúde, em pacientes que não têm tanto acesso, vemos doentes com albinismo, com condições como lúpus, que têm uma necessidade fundamental de uso de protetor solar e que não têm condição de comprar um filtro solar. Quem já foi a algumas dessas áreas de preservação ambiental, onde só os biodegradáveis, que não fazem dano, são autorizados, sabe que o custo desses produtos é muito mais elevado. Então, com certeza, achamos que é válida a discussão, que é preciso se preocupar com o meio ambiente, mas também é preciso saber que o acesso ao filtro solar para a maior parte da população brasileira não é tão fácil, assim como o custo não é uma coisa fácil. Portanto, restringir o número de substâncias vai restringir também esse acesso.

Os dados do benefício da fotoproteção na prevenção do câncer de pele são consistentes. Vimos a grande frequência e morbimortalidade do câncer de pele, e há essa controvérsia sobre qual é a magnitude, o real impacto do filtro solar nos branqueadores quando comparados a outros fatores no ambiente.

Achamos que, sim, tem que ser discutido. Parabenizamos por essa abertura e por nos chamarem a participar e mostrar o nosso ponto de vista. Consideramos que ainda é precoce tomar alguma decisão que terá um impacto tão fundamental na saúde pública, principalmente dos nossos brasileiros, num País tropical, onde a exposição solar é muito intensa. Temos que seguir monitorando os estudos.

Essa é nossa posição.

Muito obrigada pelo convite.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Dra. Jade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra imediatamente ao Dr. Werner Tabosa, Diretor Técnico do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte.

O SR. WERNER FARKATT TABOSA – Bom dia a todos!

Inicialmente, eu quero agradecer o convite da Senadora Zenaide e agradecer também a todos os Senadores presentes e a todos os demais que aqui estão.

Eu venho aqui representando o órgão ambiental do Estado do Rio Grande do Norte e trago essa imagem porque mostra um dos parrachos que nós temos, o Parracho de Maracajaú, que é uma unidade de conservação e que, de alguma forma, está diretamente ligado à discussão que aqui está sendo apresentada.

Atualmente, eu estou como diretor técnico do órgão ambiental, mas sou professor e pesquisador do Centro Universitário do Rio Grande do Norte (UniRN), que é um centro universitário no nosso Estado. Também colaboro como pesquisador na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, no Departamento de Geologia.

Eu fiz várias leituras, mas, dentro de tudo o que eu li para amparar ou ajudar nessa discussão aqui, eu trouxe esse encarte desse artigo, que fala exatamente sobre o tema que está sendo discutido aqui hoje. Foi um dos que achei mais interessantes dentro de toda a discussão. Ele faz uma abordagem ampla, trazendo informações, como foi muito bem colocado pela Dra. Jade e por outros que já aqui falaram, tanto dos ensaios em ambiente natural, quanto de ensaios em laboratório.

Na grande maioria, todos os estudos apresentados nesse artigo, como também nos artigos que estavam atrelados ao tema, falam principalmente da oxibenzona, que foi identificada como sendo uma substância preocupante que, de alguma forma, tem afetado a vida dos corais.

Alguns desses produtos têm afetado não somente a vida dos corais, mas de todo o ecossistema marinho, de toda a biota aquática, envolvendo desde pequenos organismos até grupos de peixes, como foi colocado inicialmente pelo colega Prof. Miguel, que explanou, de forma muito clara, a importância da vida dos corais.

Ao mesmo tempo, uma coisa que me preocupa com relação a esses estudos, principalmente porque boa parte deles está voltada para o Hemisfério Norte, dentro de uma característica diferente... Nós temos algumas áreas, por exemplo, no Havaí, temos algumas áreas na América Central, por exemplo, na região do Caribe, em que já foram proibidos alguns desses produtos, mas eu acredito que a gente tem que ir com um pouco mais de cautela. Nesse caso, ratificando um pouco o que foi colocado pela Dra. Jade e inicialmente pela Sra. Karla, eu acredito que isso tem de ser visto com um pouco mais de cautela.

Quando a gente olha vários estudos apresentados, por exemplo Downs 2006, vê que se fala especificamente de como esses compostos que fazem parte dos protetores solares estão afetando a vida

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

marinha. Em grande parte dos estudos, todos os detalhes mostram, ou indicam, um prejuízo muito grande para a vida marinha, para a biótica aquática.

Esses estudos também trazem situações que devem ser levadas em consideração. Não somente esses produtos, mas a variação do nível médio dos mares, o aquecimento global, o aquecimento das águas dos oceanos e processos gerados por fatores climáticos adversos também têm provocado uma alteração nesses ecossistemas. Então, a gente também tem que levar em consideração esses elementos.

Este é um ensaio apresentado, um ensaio controlado, mostrando estudos, por exemplo, atrelados a vários produtos, tanto em ambientes diurnos quanto noturnos, também mostrando o problema atrelado a alguns desses componentes – nesse caso aí, principalmente ao branqueamento dos corais e a outras situações. Logicamente, pelo menos nesse estudo, a oxibenzona aparece como o maior vilão de todo o processo, mas eu gostaria de deixar claro que eu entendo que este momento é importante, mas que a gente precisa aprofundar esse estudo, porque isso pode gerar um problema muito maior de saúde pública.

Eu, como gestor de um órgão ambiental, num Estado costeiro... No Estado, nós temos unidades de conservação marinhas onde nós temos um conjunto de recifes de corais que estão sendo preservados, mas o uso às vezes indevido ou o adensamento, por exemplo, da atividade turística nessas áreas também pode ser um impacto – aí, nesse caso, atrelado à concentração dos protetores solares, ou seja, se há mais gente usando o protetor solar, acaba havendo um adensamento, uma presença maior desses componentes dissolvidos na água.

Eu trago aqui novamente a nossa unidade de conservação. Vocês vejam que há aí algumas embarcações. Essa unidade tem uma particularidade, e por isso eu a trago aqui: essa unidade é de mar aberto, e isso é uma coisa que também tem de ser levada em consideração. Quando você tem uma área como essa, de mar aberto, em que a troca de água, principalmente no Nordeste, é a que a gente chama de semidiurna, em que nós temos duas preamares e mais duas baixa-mares durante um ciclo de 24 horas, a diluição desse produto acaba sendo mais fácil. Então, se você ordena o uso desses espaços, ou seja, faz um ordenamento controlado de visitação de pessoas nessas áreas e, por exemplo, estimula o uso de bloqueadores físicos, como camisas que tenham proteção UV ou bonés e outros produtos de bloqueios físicos, não somente de bloqueio químico, como o protetor solar, esse poderia também ser um caminho.

Nós temos uma preocupação – não acontece no Estado do Rio Grande do Norte com grande propriedade, mas, por exemplo, no Estado vizinho, de Pernambuco – que são aquelas piscinas naturais ou aqueles recifes e bancos de corais, que têm um ambiente mais confinado, que formam aquelas piscinas, em que, aí sim, a troca de água acontece de forma mais lenta. Então, esses locais também são preocupantes e precisariam, realmente, de um ordenamento melhor.

Nós temos aqui exemplos das unidades marítimas e terrestres do nosso Estado, mas eu vou passar rapidamente, porque o objetivo maior...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, novamente, só para vocês terem ideia, nós temos uma visitação máxima, nessa comunidade de Maracajaú, de 882 visitantes/dia e, em Rio do Fogo e Perobas, que é uma outra unidade, de 200 visitantes/dia. Então, isso me dá um total de 138.470 visitantes, por exemplo, em 2016; 145 mil em 2017; 155 mil em 2018...

Então, isso tudo, eu acredito, tem que ser trabalhado dentro disso aí, dentro de uma proposta de um plano de manejo dessas unidades, desses ambientes recifais. De alguma forma, eu concordo com a fala de todos que aqui se apresentaram: existe um risco significativo. Agora, lembrando: dos estudos que foram apresentados, boa parte deles foi para o Hemisfério Norte; nós temos que estudar a realidade do nosso País, do Hemisfério Sul, as características das nossas águas oceânicas. Nós temos temperaturas diferentes, padrões de correntes diferentes, colunas de água com padrões também de correntes diferentes. Então, eu acredito que essa ideia, a proposição da retirada desses produtos, deve ser um pouco mais trabalhada, principalmente atrelada à pesquisa científica, para se ver realmente até que ponto esses produtos estão degradando toda biota aquática e se nós não poderíamos trabalhar com fontes alternativas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WERNER FARKATT TABOSA – Basicamente, é isso.

Essas são só algumas ilustrações para vocês terem ideia de como o ecossistema, de alguma forma, é frágil. Temos uma vida marinha extremamente significativa instalada nessas áreas.

Aí alguns corais representados, alguns ambientes do domínio coralino, as áreas de visitação, alguns outros exemplos que nós encontramos no litoral do nosso Estado, os corais ali representados. Esse ecossistema está sendo, de alguma forma, extremamente fragilizado.

E, aí, lembrando que, também atrelada a essa questão, nós temos outra atividade que é muito forte, que é atividade turística, com que o Nordeste, de alguma forma, trabalha. E as comunidades litorâneas do Nordeste do Brasil têm a sua sobrevida atrelada também a essa atividade econômica.

Então, basicamente era isso o que eu queria falar. Trouxe apenas alguns exemplos aqui para mostrar a vocês realmente que o ecossistema tem uma diversidade de fauna e flora fantástica, que precisa ser preservada, mas a vida humana também deve ser levada em consideração, como foi ressaltado com muita propriedade aqui, nesta discussão.

Obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Dr. Werner.

Eu queria deixar claro aqui que foi unânime: o Senador Lasier, que é o autor desse projeto de lei, e nós não temos dúvida. Primeiro é preciso deixar claro que a gente não questiona aqui a eficácia e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importância dos protetores solares, que evitam o câncer de pele, principalmente, mas não só o de pele, como ela já mostrou aí. E eu, como médica, sei que é um avanço grande. Esta audiência não foi para questionar o uso do protetor solar. Pelo contrário, isso aqui é unanimidade.

Este projeto chegou aqui tanto para mim como para o Senador Lasier... Para mim, foi para relatar, e a gente já fez um acordo. Como era novo, sinceramente, eu não tinha conhecimento desse branqueamento dos recifes de corais.

O Dr. Werner aqui fez uma propaganda do Rio Grande do Norte e mostrou isso aí, que são vidas. Mas vamos deixar claro aqui para o Brasil e para quem a nós está assistindo que aqui nós não estamos questionando a importância do protetor solar, que é a prevenção maior do câncer de pele, seja com proteção química ou física. Como ele falou aqui, a roupa é uma proteção física. Apesar do avanço dos protetores solares, nosso amigo Flávio Arns, também já tem proteção, aquele tipo básico já lhe protege também.

Não temos dúvida científica de que a radiação solar é cumulativa e é responsável pelo câncer de pele. Ou seja, nós temos um diagnóstico, temos um produto que previne. Então, o questionamento não é esse. Mas temos um estudo, e eu até achei interessante, porque tanto a Dra. Jade como... Tudo bem, a indústria de produtos, representada pela nossa Dra. Karla, já nos mostrou que ela também... Médica, parabéns por saber já do branqueamento e do trabalho sobre os corais, a vida dos corais. E o Dr. Miguel mostrou isso. Isso aqui, nós estamos... Foi aventado esse problema, e a gente jamais iria se negar a chamar quem entende, quem interessa à população brasileira como um todo.

A gente sabe da importância do protetor solar, que já é obrigatório por lei para os profissionais da saúde e para todos que se expõem ao Sol, mas também não poderíamos deixar de trazer para este debate a importância da vida marinha dos corais, que, como foi mostrado aqui, é o pescador, que, se não tiver... São outras vidas marinhas. Mas, afirmando mais uma vez... Lasier e todos concordam: aqui não estamos questionando a comprovação científica de que uma das únicas maneiras de se evitar o câncer de pele é justamente usando o protetor solar.

Eu vou passar a palavra imediatamente para o autor do projeto, o Senador Lasier, e, logo em seguida, para os outros Senadores aqui.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Muito obrigado, Senadora Zenaide.

Cumprimentos aos componentes da Mesa, que vêm aqui hoje prestar uma grande colaboração para o esclarecimento deste tema, a preservação dos corais.

A Doutora e Senadora Zenaide já disse o que eu pretendia dizer: nós não estamos aqui hoje querendo estabelecer uma equação entre preservação da saúde pública *versus* – ou de outro lado – a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preservação da vida marinha. Não é isso. Não temos a menor dúvida quanto à importância, à relevância do uso de filtros solares.

Por outro lado, quero lembrar que hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente e, até por isso, lastimar aqui o não comparecimento do Ministério do Meio Ambiente. Embora convidado, o Ministério do Meio Ambiente foi o único a não mandar representante, entre os tantos convidados que formulamos.

O Pesquisador Miguel Mies... A pronúncia é Mies ou Miês?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Mies. Alemão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Ele fez uma declaração que parece precisar de um pouquinho mais de avanço, de um pouquinho mais de detalhamento.

A certa altura da sua fala, o Sr. Miguel disse que temos no Brasil 11 produtos com diversos ingredientes, dos quais apenas quatro foram pesquisados, que sete não teriam sido pesquisados e que esses quatro pesquisados são negativos para os corais, os recifes de corais.

Então, eu vou lhe pedir que discorra mais sobre isto, se são apenas 11 que nós consumimos no Brasil, mas, na verdade, são apenas quatro pesquisados e fazem mal à vida marinha, aos corais.

E, na mesma linha, se a Presidente me permite, sem pretender provocar um debate, mas, sim, um esclarecimento, ouça o representante da Anvisa, se a Anvisa tem conhecimento disto, que de 11 apenas 4 foram pesquisados, e quem pesquisou, se a Anvisa sabe que são negativos e por que os outros sete produtos não foram pesquisados. Me parece que esse é um tema relevantíssimo para nós sabermos o que estamos consumindo.

Eu pergunto também ao Dr. Miguel em que proporção esses filtros solares fazem mal dentro de um contexto de inúmeros malefícios que foram apresentados aqui. Foi falado da temperatura da água, do aumento da temperatura da água; da poluição; do trânsito de navios; da urbanização de áreas costeiras; cargas de substâncias orgânicas, como esgotos etc. Então, realmente é um conjunto a fazer mal para os corais. E o filtro solar tem significado diante dessa verdadeira guerra contra os corais? Qual é a proporção? Onde é que se situa esse malefício?

E eu queria perguntar tanto ao Dr. Werner quanto ao Dr. Miguel que países têm proibido os protetores solares e se esses proibidos lá fora são utilizados aqui no Brasil e no Mercosul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, com essas duas perguntas, já teremos um bom desenrolar, sabendo que os demais colegas aqui do Senado também têm perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Então, em resumo...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Tudo bem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – É isso.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria perguntar aos Senadores se todos já fariam a pergunta e eles responderiam em bloco.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Aí, eu passaria a palavra aqui para o nosso Senador do Rio Grande do Norte, Jean Paul Prates...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidenta Zenaide...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Em seguida, para o Capitão Senador Styvenson e para o Flávio Arns.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pronto.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – No caso aqui, eu pedi para emendar a pergunta do Senador Lasier, porque, de fato, a resposta vai acabar incorporando os aspectos que eu quero levantar. Em primeiro lugar, também corroboro o lamento em relação à ausência do Ministério de Meio Ambiente. Acho que seria importante a presença do Ministério do Meio Ambiente aqui.

Saliento aqui que, no nosso trabalho, Senadora Zenaide, Senadores presentes aqui, às vezes, quando se lê uma ementa de uma audiência pública, parece uma questão menor, mas como ela é profunda e complexa, quando a gente abre, se debruça sobre o tema e ouve as pessoas envolvidas e a sociedade em geral! Como é importante os Ministérios, o Governo e nós mesmos, legisladores, ouvirmos as pessoas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que entendem do assunto, que vivem, convivem, pesquisam e defendem teses, e, nesse caso, todas teses positivas.

Nós não estamos falando aqui de um *Iobby*, de uma indústria que queira fazer alguma coisa especificamente para fazer o mal a alguém ou para ter lucro excessivo, maior ou menor; estamos falando aqui da proteção da nossa pele, do nosso processo humano de convivência com a insolação diária. Eu mesmo tenho essa experiência na minha vida pessoal.

Por outro lado, da convivência com o meio ambiente e com as atrações naturais que nós temos, recursos naturais que são importantes para a proliferação da vida marinha, para consolidação da vida marinha, mas que também acabam sendo usados como ativos turísticos, como ativos de desenvolvimento econômico local, como é o nosso caso lá nos parrachos, nos nossos parrachos, felizmente espalhados pelo nosso litoral, que é tão desprovido de ilhas, mas temos aí a quantidade de parrachos que são ambientes até bem mais frágeis, portanto, merecem ter pessoas como o Diretor Werner, que está aqui nos brindando com essa presença, e a equipe do Idema, às vezes um pouco incompreendida, mas que obviamente trabalha pela proteção e pela conciliação desses interesses.

O interesse econômico... E não é por outra razão que o Idema tem a parte econômica na sua sigla, e também o meio ambiente. Conciliar isso é uma dificuldade muito grande. E é disso que nós estamos falando aqui. Na verdade, pelo que eu compreendi, tentando resumir aqui para uma pessoa que estivesse passando e nos vendo agora, a discussão versa justamente sobre um não consenso. Determinados componentes dos nossos protetores solares, mundialmente produzidos, não é só no Brasil... Inclusive, normalmente são marcas estrangeiras. São formulações produzidas até fora do Brasil e que estariam sofrendo essa resistência, a partir de pesquisas que indicariam sua nocividade em relação à fauna ou à flora marinha, principalmente nessas áreas de grande afluxo, ou de convivência do ser humano com esses produtos nesses locais.

Pelo que percebi, não há um consenso em relação à tese em si. Também não há um consenso em relação aos próprios produtos: à mortalidade e à nocividade desses próprios produtos, desses dois principais aqui citados: oxibenzona e metoxicinamato de octila.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Esses hidrocarbonetos...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Esses nomes são sempre muito complicados. São aqueles nomes pequenininhos que nós vemos nos rótulos de todos os nossos produtos cosméticos e que causam sempre uma certa estranheza, aquela coisa que você lê quando está consumindo de fato.

Enfim, quanto a essa dúvida de restringir o número de substâncias, a minha principal dúvida, que vai ao encontro do que o Senador Lasier colocou, é se de fato nós temos capacidade de curto prazo para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar a restringir algumas dessas substâncias e ao mesmo tempo substituí-las. Se haveria substitutos que não tivessem o efeito danoso para a natureza, mas que fizessem o mesmo efeito na nossa proteção, na proteção da pele humana.

Por fim, corroborar essa situação que o Diretor Werner descreveu de que há outras maneiras também, que ajudam, com certeza, contribuirão. E o Prof. Miguel certamente tem também alguma coisa a nos acrescentar sobre isso, sobre essa questão da frequência, do uso de outros tipos de proteção que podem minimizar.

Vejam, nem tudo está no radicalismo de um lado ou de outro. Se você for consumir um ativo turístico, como o parracho de Maracajaú, for para lá e não tiver que se besuntar todo de protetor solar, pelo menos a face, a cabeça – digamos assim: proteger a cabeça com um protetor, e o resto do corpo tiver protegido com outro tipo de proteção, por exemplo com essas camisetas novas que há aí, que são anti raios solares, isso diminui tremendamente a superfície à exposição e a colocação desse produto na água.

O afluxo também. E a gente defende muito severamente isso. Fernando de Noronha começou com isso; vários locais do mundo restringem o acesso de turistas e de banhistas e impõem regras também quanto ao uso desses ativos turísticos – isso também contribui bastante –, de maneira que a gente pudesse compor uma transição, Senador Lasier, para um momento, dar o tempo para o cientista também se debruçar sobre o assunto e tentar buscar os substitutos ideais.

Era essa a colocação que eu queria fazer aqui, junto com o Senador Lasier, corroborar as suas perguntas e deixar aos palestrantes que, portanto, nos esclareçam sobre isso.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria aqui inclusive esclarecer que isso aqui não foi um tema de saúde na CAS. Na verdade, esse projeto vai ser avaliado nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente. A gente conseguiu... O Senador Romário nos botou aqui porque não deixa de ser um assunto de saúde, porque a saúde que se considera aqui é mais a saúde humana, essencial, mas esse assunto já tem relatoria na Comissão de Assuntos Econômicos e na Comissão de Meio Ambiente.

Só um minutinho, meu amigo Flávio Arns. Eu queria ler aqui as perguntas, que eu já vou passar, dos nossos internautas.

Nézio José, do Paraná: "Qual a tendência em incluir o sistema de logística reversa para o setor de cosméticos, que hoje é um grande gerador de resíduos?".

E Cléu Glória, do Rio de Janeiro: "Os cosméticos precisam ser naturais, para não gerar danos ambientais, e livres de toxinas que agridem o organismo humano".

Leandro Alves, do Distrito Federal: "O PLS 263/2018, da CDH/e-Cidadania, sobre os microplásticos dos cosméticos, que poluem o meio ambiente, também poderia estar sendo debatido aqui".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passo a palavra agora – obrigada pela paciência – ao meu colega, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Obrigado, Presidente Zenaide Maia.

É uma alegria estar participando da audiência pública. Quero dizer também que eu fiquei muito bem impressionado com a qualidade de todas as falas. Então, parabéns para todos os expositores.

A gente realmente lamenta, porque hoje é o Dia do Meio Ambiente, nós estamos discutindo justamente essa situação em função do meio ambiente, e deveríamos ter, de fato, como já foi ressaltado pelo Senador Lasier Martins, a presença do Ministério do Meio Ambiente, que também, certamente, deve se debruçar sobre o assunto.

Eu até perguntaria para o Dr. Itamar, que representa a Anvisa também, se esta... Eu penso que... Na verdade, parece-me que a Anvisa não se debruça sobre os impactos do medicamento sobre o meio ambiente. Parece-me. Porque, uma vez, discutindo com a Anvisa, as pessoas da Anvisa disseram: "Olhe, em termos bem populares, o que a gente faz é demonstrar, em primeiro lugar, se um determinado produto faz mal ao ser humano ou não. Se fizer mal, já está liquidado o assunto. Não se adota mais. Agora, se fizer bem, até não faz mal, a segunda pergunta é: se faz o bem que se apregoa que faz". Quer dizer, se faz esse efeito, de fato, que está escrito lá na bula. E eu disse: "Olha, é bem razoável pensar neste sentido: faz bem ou faz mal?" Se faz mal, então nem vamos prosseguir. Faz bem, não faz mal; então, se faz o bem que está lá escrito.

Eu queria perguntar para a Anvisa se, de fato, é isso, e como é que, diante desse debate, a gente faz essa interface, que é difícil de ser feita, eu acho. A gente fazer um trabalho interdepartamental já é complicado, intersecretarial; interministerial mais ainda. Basta ver que o Ministério do Meio Ambiente não está aqui presente no dia de hoje.

Agora, isso destaca, ao mesmo tempo, o papel fundamental das nossas universidades. Quando a gente fala: "Por que as universidades existem?" Existem para o ensino, para a pesquisa e para a extensão. E a gente está se baseando numa das universidades mais conceituadas do Brasil, que é a USP. Quer dizer, todo mundo acredita, no Brasil, que a USP seja uma referência, como eu acredito também. Eu sou da Federal do Paraná, mas nós sempre temos na USP um centro de pesquisa, de ensino, de preocupação, em todas as áreas, muito importante.

Então, quer dizer, essa pesquisa se debruçou no impacto desses quatro produtos mencionados, que deram negativo, e dos sete que não foram pesquisados; mas só em relação ao meio ambiente – em relação ao ser humano está tudo bem, no caso. A pergunta que a gente faria, para ver se, de fato, algum produto eventualmente faz mal para o meio ambiente, mas não faz mal para o ser humano também, porque eu fiquei pensando que a Anvisa e a USP poderiam, na verdade, discutir também essa situação, não discutindo a importância do uso do protetor solar – Deus me livre dar uma impressão aí de que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esteja... Porém, nós temos que ter sempre o princípio da precaução também bem claro. Quer dizer: será que o produto é bom, será que não é? Tem que se provar isso antes de... Em qualquer país, eu acho, do mundo desenvolvido esse princípio é levado em conta, só que o princípio da precaução também não nos deve levar a não fazer as coisas. A gente tem que equilibrar. Eu vou atravessar a rua: tem que ter faixa de pedestre, tem que ter semáforo, tem que ter educação para o trânsito, mas eu tenho que atravessar a rua, não é verdade? Mas a gente tem que ter a precaução.

Agora me impressionou muito o que a Dra. Jade mostrou visualmente. Eu digo: "Meu Deus do céu!". O objetivo dela era, de fato, impressionar pela imagem. Uma imagem fala mais do que mil palavras, não é verdade? Aí eu gostaria que a Dra. Jade, como Coordenadora do Departamento de Oncologia da Sociedade Brasileira de Dermatologia, entre especificamente na nossa área desta Comissão; assuntos sociais e de saúde estão aqui. A gente tem que pensar assim: como maximizar, potencializar os recursos. Obviamente, prevenir é mil vezes mais barato – além de humanamente muito melhor para o ser humano – do que remediar.

Então, o que deve ser feito? Eu até coloco isso porque eu já tive três episódios de melanoma. Lido com melanomas pelos últimos 20 anos, mas eu tenho amigos que tiveram melanoma e que morreram. A gente sabe disso. As drogas vêm melhorando, e tudo, até muita gente usa imunoterapia hoje em dia também, mas a gente tem que tomar muito cuidado. E não são coisas de hoje; são coisas de 30 anos atrás, 40 anos atrás, eventualmente, que se manifestam hoje. Então, as pessoas às vezes podem dizer: "Eu não tenho melanoma, não tenho carcinoma, isso, aquilo", mas, daqui a 20 anos, em função da exposição de hoje, podem vir a desenvolver alguma coisa negativa. Quer dizer, passa tudo por um processo de educação; mas não só de educação, porque as pessoas não têm acesso a um diagnóstico preciso e a um tratamento adequado na sequência, porque não adianta dizer: "Tome cuidado". Tomei cuidado, mas, se tiver um problema, vou procurar que médico, que remédio, que tratamento? Tem que ter a cadeia toda – a cadeia toda que eu falo é começo, meio e fim.

Então, como é que a Sociedade Brasileira de Dermatologia – Dra. Jade, parabéns pelo trabalho, uma área tão importante assim –, o que por exemplo poderia ser orientado para esta Comissão de medidas, já aproveitando a sua projeção? E parabenizo o pessoal todo. Eu acho que o Lasier Martins foi muito claro, o Jean Paul também, e é um tema fundamental. Mas eu achei bem interessante por causa dessas interfaces, porque a gente quer um ambiente sustentável, que significa economia boa, ser humano protegido, amparado, que se desenvolve, e o meio ambiente protegido; e a gente pode fazer isso, só que a gente tem que ter o conhecimento das universidades essencialmente, não vem de outro lugar. Por isso quando alguém fala: "Ah, as universidades não fazem nada", há uma campanha praticamente contra as instituições de ensino superior, e eu digo: "Deus me livre; aí, sim, aí a gente vai ficar escravo de outros países". Vamos valorizar a instituição de ensino superior, até no conhecimento, na ciência, na tecnologia, na inovação, na educação, para a gente ter um país mais desenvolvido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas quero parabenizar. Eu estou muito curioso para saber como é que essas coisas acontecem. Parabenizo a Mesa, muito boa, de muita qualidade. Fiquei muito feliz de ter participado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Passo a palavra agora para o Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Lasier, parabéns. Viu? O assunto parece simples, mas é muito complexo.

Neste minuto deve haver alguém tomando banho de mar lá na Austrália, lá no Havaí, com protetor solar. E uma pergunta para o Sr. Miguel e para o Sr. Werner é justamente esta: por ser substância química, hidrossolúvel, um hidrocarboneto, dificilmente consumida, como a senhora disse, biodegradável, passa quanto tempo na natureza para poder desaparecer?

O senhor falou muito de mar. A gente tem muitas lagoas. Esse produto, quando não é degradado, se reverte contra a própria natureza, proliferando bactérias nocivas que vão consumir o quê? O oxigênio das nossas lagoas e do nosso mar, matando, ainda mais, não só os corais, mas também os peixes, a vida que existe ali. Então, logo, logo, as nossas lagoas vão apodrecer sem oxigênio. A primeira pergunta é sobre a degradação causada por esses hidrocarbonetos que demoram isso tudo...

Da Anvisa, eu queria só saber, Sr. Itamar: a concentração dessas substâncias químicas é igual em todo o Planeta? No mesmo frasquinho que é vendido nos Estados Unidos, na Holanda, em todos os cantos em que há sol e as pessoas usam protetor solar, a concentração de oxibenzona ou de anel benzeno é a mesma concentração utilizada no nosso País em relação aos demais? São todas iguais?

E, para a Sra. Jade Cury Martins, pergunto algo que me interessa muito, já que eu falei com os outros dois. Eu passo na pele; daqui a duas horas, eu passo de novo; daqui a duas horas, eu passo de novo. Isso não vai sendo absorvido pela pele? Protege, de fato – vi que protege a pele. E os outros organismos? Como é a absorção de um produto químico pesado como esse? A endocrinologia fala o que sobre isso? Quais são as reações hormonais que existem? Tudo que é absorvido é expelido? Tudo que está sendo colocado na minha pele está sendo retirado, está sendo expelido pelos rins, pelo fígado, está sendo metabolizado?

Então, superficialmente, Lasier, está havendo proteção. E, de forma absorvida, será que eu não corrijo um câncer e posso criar outro câncer? Há estudos sobre isso? Pode falar sobre isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, Zenaide. Eu só tenho essas. Acho que já fui objetivo.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Então, eu vou passar imediatamente a palavra para o Prof. Miguel Mies, nosso estudioso.

O SR. MIGUEL MIES – Obrigado.

São muitas perguntas e temas diferentes. Quanto tempo eu tenho para eu me organizar aqui?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone*.) – Vai se organizando que a gente o deixa...

O SR. MIGUEL MIES – Está me dando a liberdade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – Não passando da hora do almoço, pode ir.

O SR. MIGUEL MIES – São muitos temas.

Em primeiro lugar, eu agradeço aos demais componentes da Mesa.

Eu devo dizer que tomei um susto com algumas coisas que foram ditas. Eu acho que algumas declarações que foram feitas precisam de um pouco mais de embasamento científico e eu vou chegar a elas.

A primeira coisa que eu queria falar é bem curta. O colega da Federal do Rio Grande do Norte falou que foi feito um estudo para espécies do hemisfério norte e que não foram avaliadas espécies do hemisfério sul. Bom, vejam só, 70% da fauna coralina do Caribe é idêntica à do Brasil e vice-versa, ou seja, é um *subset* do Caribe. Então, essa questão espacial a gente resolve facilmente.

Segundo, o Senador Lasier perguntou: qual é o papel exatamente dos protetores solares, sendo que há o aquecimento solar e outras coisas? Vamos lá. Como eu listei no início, há várias causas para o branqueamento. A mais importante delas, sem dúvida, é a questão do aquecimento global, mas há duas coisas que eu queria falar. Primeiro – é aí que eu acho que os colegas pecaram, talvez especialmente as minhas duas colegas –, os trabalhos de Craig Downs e Roberto Danovaro mostram o branqueamento direto causado pelo protetor solar, e não por alguma outra coisa; o protetor solar causou o branqueamento – número um.

Número dois: eles mostraram que, em tempos de mudanças climáticas, o protetor solar potencializa o efeito das mudanças climáticas. Se você tem um efeito desse tamanho com a mudança climática e adiciona um fator estressor com uma substância poluente, esse efeito fica maior. Então, ele potencializa e causa o branqueamento por si só também – número dois.

Agora, há outra coisa que eu acho que é mais importante aqui. O que eu estou demonstrando aqui é pautado em artigo científico, e as pessoas falaram aqui que existe controvérsia nesses artigos científicos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, vamos lá. Eu queria explicar para vocês como funciona para se publicar um artigo científico. Você não vai simplesmente lá e publica a sua opinião, como você faz num *blog* de internet ou numa revista. O que você faz? Você faz um experimento, conclui esse experimento e redige um manuscrito. Esse manuscrito você tem que apoiar sobre outras referências científicas para que cada coisinha que você fale tenha um suporte. Você manda para um periódico científico internacional isso, que vai ser recebido por um editor que é normalmente uma das maiores autoridades daquela área do mundo e que vai falar: "Bom, antes, eu vou ver se eu acho que seu artigo é minimamente aceitável para publicação". Se ele olhar e falar que o artigo já tem problemas, não é bem fundamentado e que há alguma coisa errada, ele nem aceita e diz: "Você não vai publicar". Se ele aceita nessa etapa, ele fala: "Ainda assim, eu vou passar por outros revisores, *experts* da sua área, que vão avaliar se o que você está falando é verdade". Passa por essas pessoas que veem como foi executado o experimento, se ele tem um contexto adequado, se os resultados são verdadeiros, se existe uma análise estatística que prova que os dados têm relevância, e daí eles devolvem o veredito: "A gente aceita ou a gente rejeita". Se eles aceitam, você passou pelo maior grau de rigor científico possível. É por isso que publicar artigos científicos hoje é uma coisa muito difícil e requer um grande grau de treinamento. Então, começa aí. Há um grau de rigor muito alto.

Aí os colegas falaram: "Ah, mas esses artigos não têm respostas conclusivas". Calma lá! O artigo do Craig Downs fala: "A gente determinou uma situação *in vitro* que replica a natureza, isolando um fator. O que isso significa? A gente imitou tudo o que está na natureza e adicionou, isoladamente, com réplicas, com controles e tratamentos, o efeito dos diferentes compostos do protetor solar". E ele chegou à conclusão, estatisticamente, de que isso tem impacto. Isso foi aceito por ele, pelos colegas dele, pelo editor do periódico de respeito internacional e pelos revisores. Não dá para ter mais prestígio aceitando esse tipo de trabalho.

Então, quando alguém fala que não há evidência conclusiva, com todo o respeito, isso é um absurdo! Isso é ignorar a produção científica! Vocês chamam o setor científico porque eles passam décadas estudando isso, eles produzem uma verdade científica. Eles apresentaram isso com o maior rigor possível. Se alguém fala que não é conclusivo, simplesmente ignora isso. Então, para que chamar a ciência? Para que investir em universidade se eles não serão ouvidos? Então, sinto muito!

Aí falam: "Ah, o impacto *in vitro*"... Impacto *in vitro* é como se testam todos os medicamentos em seres humanos. Você não vai soltar isso na natureza? Mas qual é a beleza desses artigos? Para eles serem aceitos, têm que replicar o ambiente natural. Ninguém aceita um artigo científico quando você coloca, como controle, uma situação que não é verdadeira. Então, número um, a questão *in vitro* não é um problema de maneira alguma. Muito pelo contrário. É assim que se faz ciência.

Número dois. Fala-se que as concentrações que foram utilizadas nos experimentos não correspondem ao que se encontra na natureza. Meu Deus, isso não é verdade! O artigo do Craig Downs eu vou ler aqui para vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A oxibenzona é o principal vilão, de fato, para as larvas, os filhotinhos dos corais. Assim como a gente – os jovens têm que substituir os velhos –, os animais também. A partir de 140 partes por bilhão, é tóxico. Sabe quantas encontrou nas Ilhas Virgens americanas, em ambiente natural? Encontrou 1.400, dez vezes mais. Não é verdade que, nos testes, não foram utilizadas concentrações que refletem a realidade. Simplesmente não é verdade! Basta ler o artigo.

Continuando, a questão da hidrodinâmica. Quando se fala que, numa região protegida, você vai ter o efeito potencializado e que, numa região com maior circulação hidrodinâmica, esse efeito vai ser diluído, isso é verdade. Quando mais retido, vai haver uma concentração maior e vai causar um problema maior. Mas aí eu vou corrigir um pouquinho o meu colega do Rio Grande do Norte. Ele apontou os recifes de Maracajaú, que eu acho um dos mais bonitos do Brasil, e falou que aquilo é mar aberto. Aquilo não é mar aberto. Aquilo está retido dentro da plataforma continental e tem um regime de circulação superfixo – a água troca muito pouco em relação ao que é verdadeiramente oceano aberto. Se as pessoas acham que a água que está em Maracajaú, daqui a dez dias, vai estar na costa africana, não é verdade. Essa água fica retida dentro da plataforma continental brasileira. Isso é oceanografia, hidrodinâmica, geografia física.

Então, eu posso dizer claramente para vocês que existe um consenso científico nisso. Não há controvérsia de que oxibenzona... O metilparabeno, o MBC e o OMC causam impactos diretos de branqueamento e mortalidade em corais. Isso é rigorosamente testado e passado por rigores maiores do que quase qualquer coisa. São os maiores cientistas do mundo que estão avaliando esses trabalhos. Então, simplesmente não é verdade isso.

Vamos lá. Agora respondendo a algumas das questões finais.

O Senador Lasier perguntou: "Testaram quatro. Por que não testaram onze?". Senador, talvez eu não tenha sido muito claro na minha fala inicial. Onze compostos foram incluídos no projeto do senhor, certo? Desses onze, apenas quatro foram investigados em corais, e esses quatro apresentaram impacto além de qualquer dúvida razoável. Os outros sete foram investigados não em corais, mas em outros seres vivos marinhos, e lá se comprovou o impacto.

Então, precisamos ver se nós estamos avaliando o problema para recifes de corais ou para a fauna marinha. Se for para recife de corais, para os corais propriamente ditos, a gente só pode falar, com propriedade, que existem impacto para quatro deles. Se você quiser falar de danos para a vida marinha, a gente pode falar, com conclusão, para os onze.

O Senador – não lembro qual dos Senadores, perdão – perguntou onde mais há...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MIGUEL MIES – Jean Paul perguntou onde há proibição desses compostos no resto do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MIGUEL MIES – Palau é um caso endêmico, um caso notável – está todo mundo falando disso. Nos Estados Unidos, há isso; há isso na Espanha e em vários países. Agora, se você perguntar sinceramente quais proibiram, não sei dizer ao certo, mas, se eu não me engano, quase todos produziram oxibenzona.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – O Havaí proibiu.

O SR. MIGUEL MIES – O Havaí, sim. O Governo americano...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – O Havaí, por lei, proibiu.

O SR. MIGUEL MIES – O Governo americano foi muito restrito...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MIGUEL MIES – Os territórios.

A última pergunta que eu anotei – se eu não me engano e se não me esqueci de nada aqui – é do Senador Styvenson: quanto tempo esses compostos ficam na coluna da água? Eu confesso que isso é algo que eu não sei. Eu acho que a gente tem que ter humildade para falar quando não sabe. Isso eu não sei lhe dizer, mas esse tipo de composto é um composto cuja degradação é muito demorada. Então, ele vai perdurar na natureza...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – São 68% de hidrossolubilidade. Cadeia grande de carbono ligada a benzeno, a hidroxila, faz ligação rápida, demora a ser consumido.

O SR. MIGUEL MIES – Muito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – São milhões de anos ali.

O SR. MIGUEL MIES – Eu não sei precisar se são 100 mil ou 1 milhão, mas o que eu posso lhe dizer é que é muito; não é algo que vai embora assim.

Então, o que eu acho importante é que nós temos um grupo de pesquisas muito grande, de pesquisadores extremamente conceituados no Brasil, que – eu falo com toda a humildade aqui – são exemplo no mundo lá fora no tema de recifes de corais; é uma rede de pesquisa que tem 30 a 40 pessoas que investigam esses assuntos. Há um consenso, que bate com o consenso que existe em toda a região do Pacífico, que é a mais preocupada com esse tipo de assunto, com a comunidade científica do Caribe, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

todos esses grupos avaliam ciência de um jeito muito claro, muito rigoroso, muito objetivo. E eles chegam a essa conclusão.

Então, falar que esses artigos... Imaginem: no artigo do Craig Downs, o último autor é o Yossi Loya, um israelense, uma das maiores autoridades em coral do mundo. Ele é um dos pelés da pesquisa de corais. Não se pode chegar a um artigo do Yossi Loya, que passou por todo esse rigor de vários colegas – um editor, dois ou três revisores – numa revista científica de extremo respeito em fator de impacto 2,5 – isso é alto –, para chegar e falar: "A gente não concorda com o que ele escreveu porque achamos controverso".

Se você ler os dados deles, as rigorosas análises estatísticas que ele fez e tudo o mais, o impacto é claro. Então, isto é fato: cientificamente, não há discussão. Esses quatro compostos apresentam danos severos aos corais, incluindo branqueamento, intensificação no branqueamento, infecções virais, dano ao DNA, desregulação endócrina, ossificação e morte.

Agora, o que eu gostaria de saber, e, de novo, com todo o respeito, é por que essa relutância de olhar para os compostos substitutos, sendo que eles existem. A gente não está num beco sem saída onde "olha, só existe isso; senão, as pessoas não vão ficar protegidas". Existem substitutos. Meu Deus, ninguém quer pessoas com câncer de pele! Eu já perdi familiar com câncer de pele, não quero isso, mas existem alternativas.

Então, a pergunta simples aqui é: nós estamos dispostos a ver essas alternativas e proteger o meio ambiente ou nós não queremos nem olhar, e que o meio ambiente vá para o inferno? Então, preto no branco, claro, é assim.

Então, essencialmente é isso.

E estou disposto, sim, para o debate e conversa.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Vou passar para o Itamar de Falco Júnior, que é da Anvisa, que já pega outras, que responde a outras perguntas.

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – Respondendo um pouco a fala do Senador Lasier, em que foi questionado se a Anvisa tem conhecimento dos 11 ingredientes e se, deles, 4 tiveram estudos e os demais não tiveram estudos.

Bem, a fala relacionada a isto, se houve estudos, eu imagino que foi uma fala voltada para o meio ambiente, de não haver ou não haver estudo. Os quatro avaliados, que têm estudos, são os quatro filtros solares, as substâncias utilizadas nos filtros solares. Os outros são substâncias mais usadas como conservantes. Eu acredito que, quando foi informado que não há estudos desses quatro, isso seria mais ligado ao meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu posso falar com relação aos filtros solares é que essas substâncias são avaliadas, sim. Elas são... Tanto os filtros solares quanto os conservantes são avaliados. Existem listas que são harmonizadas – no caso do Brasil, harmonizadas no Mercosul. Hoje, temos 39 substâncias, ingredientes aprovados na RDC 69, que trata dos filtros solares. Isso quer dizer que esses 39 foram avaliados quanto à segurança, e isso pode ser utilizado no mercado brasileiro, os produtos contendo essa substância nas concentrações que estão determinadas em lista, porque lá há a delimitação de lista referente a cada uma dessas.

Aí, fazendo gancho com essa resposta, respondendo já ao Senador Styvenson, que perguntou se a concentração é a mesma em cada país, se um registrado nos Estados Unidos é diferente de um do Brasil. Por exemplo, nós, na nossa lista, estabelecemos o limite máximo seguro de acordo com o que é avaliado, estudado e de acordo com que a Europa e os Estados Unidos também têm – os Estados Unidos representados principalmente pelo CIR, e a Europa pelo SCCS – e há lá autoridades reguladoras que fazem avaliação de segurança também. Junto com essas avaliações, nós estabelecemos os limites máximos que estão na lista, na RDC 69. Tendo essa lista de concentração máxima, as empresas têm a liberdade, a propriedade de fazer a sua formulação, porque podem misturar uma com a outra, ou misturar com uma outra substância; têm a sua fórmula, que normalmente patenteiam, eu não sei; e aí submetem ao registro da Anvisa.

O que nós avaliamos? Avaliamos se isso está dentro dos parâmetros, avaliamos o produto final, se o produto final é entregue no prazo estipulado – por exemplo, se é de três anos o prazo de validade dele, se até os três anos ele apresentou um estudo de estabilidade para saber se a eficácia dele vai até os três anos –, e se está de acordo com aquilo que está nas nossas normas, hoje a RDC 7, segundo a qual as empresas têm que apresentar tanto estudo de estabilidade como estudo de eficácia – se esse produto realmente vai fazer, promover aquilo que está sendo designado a fazer – e a segurança, sendo a segurança vista principalmente nessas avaliações de concentração máxima desses produtos dentro de uma formulação.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone*.) – Mas essa regra é global? Há limites máximos a que os a que os países vão se adequando...

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – Sim, quando você fala...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – ... essa fórmula que o senhor disse de mixar os produtos?

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – A harmonização é feita nessa linha. A harmonização é feita em cima de... Pode haver divergência de um país com outro, de uma legislação específica, de um Estado em relação a outro, pode haver variações; o que nós avaliamos é o que está nas autoridades reguladoras, o que eles têm de segurança, para tentar ter uma congruência em cima daquilo que a gente permite como seguro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E hoje, dessas substâncias, as quatros, a gente não está assim... Em termos de segurança de saúde, nenhuma delas extrapola limites, segundo o que é aceito mundialmente para a questão de proteção da pele e eficácia. É claro que, se um produto vai ser eficaz ou não, isso tem que ser uma avaliação de um todo, não é só uma avaliação de um requisito de segurança da substância. Você tem que avaliar tudo, tem que avaliar que substâncias utiliza...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Dr. Itamar, permita-me uma réplica, com a permissão da Presidente Zenaide?

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – Claro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – A rigor, nós não estamos discutindo a saúde pública; a nossa audiência pública é sobre os corais.

Eu fiquei com dúvida ainda na sua resposta, que foi bastante sucinta, mas o que disse aqui antes o pesquisador Miguel é que quatro produtos foram pesquisados e que foi encontrado impacto aos corais. A saúde pública parece que... Sobre a segurança, não tenho dúvida, o senhor já respondeu que não há problema, mas, como estamos aqui para discutir corais, sobre os corais o senhor não respondeu, ou, pelo jeito, não houve a pesquisa com relação ao impacto nos corais. E os outros sete produtos não foram pesquisados com relação ao efeito sobre os recifes de corais. O que nós precisamos tirar a limpo nesta audiência pública, e é um tema que vai prosseguir a outras Comissões, mas, pela relevância das presenças aqui hoje, terá muita importância no relatório final, que depois vai a Plenário para votação... E lá nós precisamos esclarecer bem os 81 Senadores que estarão presentes. Hoje nós temos aqui apenas quatro – e eu me congratulo com o Rio Grande do Norte, porque, dos quatro, três são do Rio Grande do Norte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Somos cinco aqui presentes. Perfeito, somos cinco. E, dos cinco, três são do Rio Grande do Norte – Dra. Zenaide, Jean Paul e Styvenson –, um paranaense e um gaúcho. No Rio Grande do Sul, praticamente não há corais; a água lá é muito fria e não há corais. Por isso, nós gaúchos subimos, e muitos de nós vamos lá para o Nordeste. Eu costumo muito ir para Alagoas, onde há muitos corais – muitos!

Agora, essa é a questão que me parece, Dr. Itamar, que não foi respondida. Talvez, a partir de hoje, com a sua presença, eu tenho impressão de que o senhor vai reunir a sua equipe: "Olha, o pessoal está reclamando. Nós precisamos também levar em conta o mal que estamos fazendo aos corais do Brasil e da América do Sul, do Mercosul." Então, se entendi bem, não houve pesquisa quanto ao impacto sobre os corais dessas 11 substâncias que são usadas.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Deixe-me só pegar um pouquinho da fala do senhor? Posso, Zenaide? É bem rápido. Será um minuto só.

Dos produtos que eu perguntei da concentração, são eles ou não que afetam os corais? Os produtos químicos que estão hoje no protetor solar, são eles que estão afetando os corais?

O SR. MIGUEL MIES – Sim. Os onze estão nos protetores solares. Desses onze, quatro afetam diretamente os corais.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Pronto. Eu citei um: a oxibenzona. Aí eu perguntei da concentração, porque quanto mais concentrado maior o dano – maior o dano para o meio ambiente e maior o dano possivelmente para a população. Por isso que eu perguntei se nossas concentrações estão no mesmo nível das de países como Austrália e Estados Unidos. Será que eles têm consciência ambiental e também populacional da defesa da pessoa igual a nós? Isso que eu quis dizer. Entendeu, Lasier? A concentração.

(*Interrupção do som.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Porque, na verdade, você ter uma substância com pouca concentração, que causa pouco dano. (*Fora do microfone.*)

Você tem pouco elemento químico ali na água. Muita concentração, mais dano. Foi isso que eu perguntei ao Sr. Itamar.

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – Posso, então, complementar?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sim.

O SR. ITAMAR DE FALCO JÚNIOR – Talvez não tenha ficado muito claro. A regulamentação da Anvisa... Quando é necessário fazer uma avaliação de um produto, soltar uma norma, existe hoje – até no *site* da Anvisa vocês podem consultar lá – que qualquer pessoa pode oficializar qualquer problema para quem Anvisa regulamente alguma norma. Na última agenda regulatória, tivemos mais de mil contribuições relacionadas a problemas – problemas diversos, de medicamentos, problemas de agrotóxicos, problemas de produtos de saúde em geral.

A Anvisa, avaliando a tendência, avaliando a periculosidade e avaliando a gravidade, tem que criar uma agenda. Criou-se essa agenda de 2018 até 2021, e nessa agenda existem várias pautas a serem tratadas de resolução. Dessas pautas de resolução, quando a Anvisa coloca uma resolução, foram selecionadas 290 pautas de resolução para que a casa trabalhe. Dessas pautas de resolução que ela faz, ela apresenta, ela abre uma consulta pública para a sociedade debater os pontos referentes àquilo. E aí, nos pontos, pode vir uma questão ambiental, pode vir uma questão que não é ambiental, que não foge da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

saúde, porque a Anvisa, se não tem competência... No corpo técnico da Anvisa, a especialidade principal é a saúde, mas, quando temos alguma dúvida com relação a algo do meio ambiente, algo que é iminente, pode ser feita uma consulta aos órgãos de meio ambiente, que é o Ibama, que é o Meio Ambiente mesmo, para ela se posicionar, com um parecer nosso, se uma norma nossa está atrapalhando algo, uma atividade do meio ambiente. Então, isso é praxe. Uma resolução vai a uma consulta pública; gerou uma dúvida, nós consultamos o meio ambiente.

Para o caso específico aqui, das 11 substâncias, a avaliação da Anvisa, quando vai ao Mercosul, é para o lado da saúde; nós não temos avaliação do meio ambiente. O meio ambiente teria que passar era pelo Meio Ambiente, porque não temos nós – na maioria médicos, farmacêuticos, biólogos – a *expertise* no momento, às vezes, para dar uma posição sobre um tema tão específico. Mas, quando a Anvisa produz uma norma que é necessária e afeta o meio ambiente, ela consulta o órgão do meio ambiente. Isso é fato. Tudo bem?

Quanto às substâncias, aos limites das substâncias que o Senador colocou, é isto: a gente estabelece a lista, temos os limites máximos, de acordo com as principais autoridades, e cobramos que não se passe desses limites. Passando desses limites, já é um caso que foge da alçada de regularidade. É um caso de fiscalização, investigação, mas, aí, foge um pouco da linha regular.

Há um outro país, por um tema específico, que regulamente diferente? Isso pode acontecer. Cada Estado tem a sua independência e seu poder para fazer da forma que queira.

Eu acho que essas foram as principais dúvidas.

E os principais impactos. Quando é avaliada uma norma, tem que ser feita uma análise de impacto regulatório, em que se avalia tudo: saúde, o impacto que ela vai trazer ao setor e, principalmente, também a opinião da sociedade – se a opinião da sociedade é contrária porque ela acha que vai também comprovadamente atuar em um ponto do meio ambiente. Tudo é feito da análise do impacto, porque, quando a Anvisa tem que decidir, ela tem na mão dados como o apresentado aqui pela dermatologista, de pessoas que estão morrendo com câncer, dados do meio ambiente, e tem que tomar a decisão: isso aqui pode ou não pode? Às vezes a decisão vai também de uma avaliação de todos os fatores; fatores esses sobre os quais a gente precisa se debruçar para tomar qualquer tipo de atitude.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Permita-me, Presidente?

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só gostaria...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Só uma frase, com sua licença.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Para ficar bem sublinhado – porque nós vamos levar o tema para discussão numa outra Comissão: pelo que estamos entendendo, pela palavra do Dr. Itamar, a pesquisa da Anvisa se dirige à saúde humana; não tem destino, não tem preocupação com a vida marinha, de modo que quando nós tratarmos de cosméticos, de protetores, filtros solares, nós, numa próxima audiência pública, vamos ter que trazer aqui representante do meio ambiente, do Ministério do Meio Ambiente, para perguntar: "A Anvisa disse aqui, no dia 6 de junho, na Comissão de Assuntos Sociais, que não examina substâncias que afetem a vida marinha. O senhor..." – aí a pergunta será feita para eles futuramente. O meio ambiente tem que se preocupar com isso porque, senão, nós teremos a confirmação aqui de que os filtros solares estão matando os corais.

É isso que eu queria deixar bem acentuado, Presidente. É o que deduzi do depoimento do representante da Anvisa, Dr. Itamar.

É o que eu queria colocar.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu passo a palavra agora...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sra. Presidente, só para colocar que eu concordo inteiramente com o que o Senador Lasier colocou.

Só que eu queria colocar para o Dr. Itamar que foi colocado um dilema: ou é o meio ambiente ou é a saúde. O que o Dr. Miguel falou, e eu concordo com ele também, é que você não precisa ter esse dilema porque há outras soluções para esse problema. Não precisa haver essa solução: "Ah, o ser humano...". E, daí, o ser humano não tem e vai ficar prejudicado. "O que você prefere: o meio ambiente ou o ser humano?". É claro que todo mundo vai dizer que a gente pode tratar bem os dois com o produto certo, não é? Então, é nesse sentido.

Eu queria só que depois o Dr. Miguel esclarecesse, porque, por exemplo, "vamos falar com o Meio Ambiente". Sabe que eu diria que não vai adiantar falar com o Meio Ambiente? Por isso a importância de instituições de pesquisa. Quer dizer, nós temos que nos servir de instituições de pesquisa, como a USP, que são profundamente conhecedoras desse assunto, porque é difícil encontrar pesquisadores. Nós não os temos às centenas: são 30, 40, 50 no mundo que estão altamente habilitados. E a USP está. Então, eu penso o seguinte... Mas eu pergunto à USP, porque há consulta pública: "Vocês, em algum momento, alertaram a Anvisa? Alertaram a Anvisa, dizendo: 'Olha, se isso for colocado..."?". Porque o Dr. Itamar falou "nós não temos esse *know-how*", mas há consulta pública sobre o produto, e na consulta pública...

Agora, eu colocaria, Sra. Presidente, como decorrência disso, que a gente tem de fazer por escrito um documento da Comissão de Assuntos Sociais para enviar ao Sr. Ministro da Saúde, à Anvisa, alertando sobre essas coisas todas. E eu acho que a gente tem que procurar construir essas *interfaces* entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Anvisa e as instituições de ensino superior, os órgãos de pesquisa, porque a gente tem isso no Brasil; o que falta, muitas vezes, é a turma conversar mais sobre esse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu passo aqui a palavra, agora, para a Dra. Jade Cury, para responder aos nossos Parlamentares.

A SRA. JADE CURY MARTINS – Primeiramente, eu queria fazer uma réplica ao que o colega Miguel colocou aqui.

Primeiro, em termos de minha formação, eu sou doutora em Medicina Baseada em Evidências. Então, em termos de pesquisa científica e impacto de publicações e revistas, eu tenho um vasto conhecimento. Eu sou orientadora da pós-graduação em Dermatologia da Universidade de São Paulo, que é a única pós-graduação em Dermatologia que tem nota Capes 5. Então, é a mais bem conceituada do País e da América Latina.

Talvez eu não tenha sido clara de que eu não estou questionando os estudos, eu não estou dizendo que ninguém está mentindo. É que, em Medicina Baseada em Evidências, a gente fala que a ausência de evidência não é evidência de ausência, ou seja, se eu tenho um estudo que mostra tal coisa, eu posso ter um outro estudo, feito em outro cenário semelhante, que mostra um resultado oposto.

E é por isso que, em Medicina Baseada em Evidências – eu não sei como é na área de ambiente –, a gente tem uma pirâmide de evidência, em que a revisão sistemática de ensaios clínicos randomizados, bem desenhados, seria o pico da pirâmide. Depois disso eu tenho os ensaios clínicos isolados, eu vou descendo para, lá embaixo, os estudos *in vitro*, os estudos em animais, que, claro, têm relação com o estudo em ser humano, mas não diretamente sobreponíveis. A mesma coisa eu digo pelos estudos *in vitro*.

Então, em momento nenhum eu questionei que os resultados colocados pelo colega ou pelos artigos de revistas de impacto são errados ou são mentirosos; não. Eu só disse que há evidências controversas. Por exemplo, numa revista ambiental, que é a *Science of the Total Environment*, que é uma revista de Fator de Impacto 4.9, superior, inclusive, ao que o colega citou, ele coloca um parágrafo falando que "os resultados de outros estudos" – e ele cita aqui, no mínimo, três – "sugerem que a exposição aos protetores solares, incluindo aqueles contendo oxibenzona e octinoxato, não negativamente afetam os corais, a população de corais." Por isto: uma revista de Fator de Impacto 4.9 também está colocando aqui que há estudos que mostram que sim, mas há estudos que mostram que não. Infelizmente, eu não tive possibilidade de acessar todos os estudos disponíveis, e eu peguei essas revisões de revistas de impacto, revistas conceituadas, para me basear na minha argumentação. E eu acho que por isso é importante a participação de todos aqui, com vasta experiência.

Então, essa é a primeira colocação: que eu não estou questionando a verdade ou não desses estudos, mas mostrando que existem outros; que, não sei na área de ambiental, mas na área de saúde a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente tem uma pirâmide de evidências; e que não ter a evidência não significa que aquilo seja verdade ou mentira, mas que mais estudos são necessários. É isso que a gente está colocando aqui.

Em relação às outras perguntas que foram... Só concluindo também, porque ele perguntou: "Qual é a relutância de olhar para substitutos?". A gente não está relutando, a gente está olhando. E é por isso que a gente está aqui discutindo. O meu único medo é porque realmente eu trabalho no Hospital das Clínicas, da Universidade de São Paulo, que atende um número de pacientes que eu acho que, na América Latina, não existe igual, sendo a maioria deles com uma condição socioeconômica bastante prejudicada, e eu vejo muitas vezes não só o câncer da pele, mas, como eu já coloquei aqui, outras dermatoses nas quais seria fundamental o uso do filtro solar, e o paciente não tem condição de comprar.

Então, se a gente restringir o número de produtos, ou mesmo, como colocado aqui, as roupas com filtro ultravioleta... No consultório privado, isso é mais fácil. Você consegue falar: "Olha, tem a marca 'tal', 'tal', 'tal'". Mas qual é o custo dessas roupas, não é? Tem gente que não tem roupa para frio. A gente fala da campanha de agasalho, quanto mais comprar uma roupa com filtro UV. Então, não é uma questão tão simples. Por isso o meu medo de a gente restringir diretamente, sem antes discutir um pouco mais a fundo. Ao restringir substâncias, eu tenho menos produtos no mercado, menos acessibilidade, sendo que hoje, com várias substâncias, essa acessibilidade já é difícil para muita gente, para a maioria dos pacientes com que eu trabalho diariamente.

Então, peço até desculpas pelas imagens chocantes. É que eu quis mostrar um pouquinho do que é a realidade. Eu entendo que aqui ninguém está discutindo o benefício do protetor solar. Eu só quis mostrar mais uma vez, reforçar a importância e o meu medo de talvez restringir o acesso a isso.

Então, isso foi a réplica ao que foi colocado para mim. E, agora, respondo às perguntas.

Primeiro ao colega Senador de Curitiba, que já teve experiência pessoal e com próximos de câncer de pele: "O que deve ser feito?". É uma pergunta difícil. Eu acho que: primeiro, discutir amplamente, avaliar. E, em termos de procurar quem – o senhor colocou: "Ah, sim, mas eu vou ter o diagnóstico, e quem eu vou procurar?" –, a Sociedade Brasileira de Dermatologia tem bastante preocupação com isso. Podemos até aproveitar aqui e colocar para o Senado, para nos ajudarem a divulgar: todo ano temos o Dezembro Laranja, onde é feito, em um dia, no Brasil inteiro, em mais de 120 serviços – eu acho que é até mais, agora eu não vou lembrar o número exato... Qualquer pessoa no Brasil inteiro pode procurar, nesse dia da Campanha Nacional do Câncer de Pele, do Dezembro Laranja, serviços em todo o Brasil, para receber um exame dermatológico completo: examinar a pele de todo o corpo para a detecção; e, uma vez detectado, esses pacientes já são encaminhados para o tratamento, para a retirada do câncer da pele. Então, a gente tem essa preocupação, a gente tem o Dezembro Laranja, a gente tem a campanha nacional – não tenho os números aqui hoje –, com milhares de casos diagnosticados e encaminhados. Então, isso é, sim, uma preocupação da Sociedade Brasileira de Dermatologia. Eu, este ano, como coordenadora do Departamento de Oncologia, vou fazer todo o meu esforço para essa campanha ser mais divulgada e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atingir cada vez mais e mais brasileiros, para que a gente consiga ter um diagnóstico precoce e encaminhar esses pacientes para o tratamento.

E, por fim, o colega Styvenson perguntou sobre a absorção, se isso não faz mal à pele: é um tema bastante em voga no momento, porque surgiu um estudo recente do FDA justamente sobre o risco de absorção dessas substâncias usadas em protetor solar. Para não me estender tanto, eu vou ler brevemente uma nota que foi publicada pelo colega, o Dr. Hélio Miot, que também é da Sociedade Brasileira de Dermatologia, sobre esse parecer do FDA, que eu acho que está bem ilustrativa, bem didática, sobre a posição sobre isso e que também mais estudos são necessários pelo contexto em que foram realizados os estudos.

> A pele é permeável a uma série de substâncias que atingem a corrente sanguínea. Inclusive, a via transdérmica é utilizada para administração de medicamentos como hormônios, analgésicos, anti-inflamatórios, anticoncepcionais, medicamentos psiquiátricos e para tratamento da doença de Alzheimer.
> A absorção de produtos aplicados sobre a pele depende de vários elementos ligados à substância, aos veículos associados, quantidade do produto utilizada, espessura da pele, idade, local de aplicação, oclusão, hidratação da pele, integridade da pele, frequência do uso e extensão da pele aplicada.
> Recentemente, um grupo de pesquisadores [...] [do FDA, que é a agência americana], investigou a absorção de quatro componentes de filtros solares (avobenzona, oxibenzona, ecamsule e octocrileno) aplicados sobre a pele em regime intenso de uso. Houve identificação de todos os componentes na corrente sanguínea [...], o que indica efetiva absorção através da pele.
> É importante ressaltar que o experimento foi realizado com aplicações de grandes quantidades de filtro solar, em 75% da superfície da pele, e reaplicado num regime de quatro vezes por dia, por quatro dias. Esses elementos certamente contribuem para uma maior absorção de qualquer substância testada, e não representam o uso cotidiano de filtros solares pela população. Entretanto, chamou atenção que muitos participantes atingiram concentrações no sangue maiores que as recomendadas [...].
> Essas substâncias estudadas estão presentes em inúmeros filtros solares comercializados em todo o mundo, há mais de 10 anos. No Brasil, [...] [a Anvisa tem uma rígida legislação] quanto às substâncias permitidas e suas concentrações [...]. Essa determinação se baseia em estudos de risco toxicológico, sensibilização, absorção, irritação e mutagenicidade. Até o momento, não há evidências que os componentes estudados, nas quantidades recomendadas, levem a algum risco específico para a saúde humana. Os autores da pesquisa também salientaram que tais concentrações encontradas no sangue não significam risco direto de câncer em órgãos internos, efeitos hormonais ou mesmo risco para gestação ou lactação. O FDA está conduzindo uma série de experimentos que devem complementar esses resultados e esclarecer sobre a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> segurança dessas substâncias a longo prazo, o efeito da associação com outros ativos, e – principalmente – em regimes regulares de uso: menores quantidades de filtro, menores extensões [...] e menos reaplicações.
> Finalmente, a Sociedade Brasileira de Dermatologia acompanha atentamente os resultados de estudos em filtros solares e, os resultados dessa pesquisa recente não modifica a recomendação do uso de filtros solares registrados na ANVISA.

Espero que tenha sido esclarecedor.

Estou à disposição para qualquer outra dúvida.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Espere, Zenaide.

É provado que então não faz mal? Porque, pela quantidade que a senhora disse – em 70% do corpo e usado em grande quantidade –, eu teria que tomar um banho de filtro solar.

A Senadora Zenaide me falou aqui... A Senadora Zenaide sabe lá no nosso Nordeste a quantidade de pessoas que vão à praia praticamente todo final de semana e de pessoas que trabalham expostas ao sol. É lei dar esse protetor solar, que precisa ser utilizado todos os dias. Eu lhe pergunto: do que a senhora leu, até onde eu vi, parece que não está definido ainda, mas lá no final está comprovado que não há nenhum problema com câncer nos órgãos internos. É isso, que eu entendi?

A SRA. JADE CURY MARTINS – De novo, ausência de evidência não evidência de ausência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Mas aí...

A SRA. JADE CURY MARTINS – Não há nada que comprove. E a questão toda é que o estudo foi feito com aplicação de quantidades muito maiores do que uma pessoa passa regularmente. Seriam 2g por – não vou lembrar a unidade – metro quadrado, em 75% da superfície corpórea. As pessoas trabalham no sol não trabalham sem roupa. Então, elas também não aplicam em 75% do corpo e, infelizmente, também não aplicam quatro vezes ao dia. Então, essa aplicação, na quantidade de produto aplicado, na extensão e na frequência, não representa o uso diário.

De novo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Esse estudo...

A SRA. JADE CURY MARTINS – ... é a diferença do estudo *in vitro*, em cenário laboratorial, de estudo e vida real. Há uma diferença grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, mesmo nesse estudo, o que o próprio FDA comenta é que também, apesar de haver evidência de que houve absorção, não há nenhum estudo que evidencie que essa absorção esteja relacionada ou não.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – Tudo que é absorvido é expelido?

A SRA. JADE CURY MARTINS – Não sei dar essa informação.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Passo a palavra para o colega Werner Tabosa, para responder as perguntas.

O SR. WERNER FARKATT TABOSA – Inicialmente, o Senador Lasier perguntou sobre a questão somente dos componentes ou se outros fatores podem colaborar.

Ratificando, entende-se que sim, as pesquisas têm mostrado que essa alteração no sistema dos corais, de uma forma geral, tem participação de outras variáveis que não somente os componentes químicos. Entretanto, como o colega bem colocou e no artigo que estava representado, todos os estudos que foram realizados, tanto em laboratório como na área, no oceano, indicavam a presença, até mesmo porque esses componentes são bioacumuladores – com o passar do tempo, sim, há acumulação –, que contribui, corrobora para a degradação dos corais. Certo?

Com relação... Eu só pediria um aparte no questionamento que foi apresentado pelo Prof. Miguel. O litoral do Rio Grande do Norte tem algumas particularidades. Eu sou geólogo marinho, com doutorado e pós-doutorado na área de Geologia e Geofísica Marinha.

E, assim, eu tenho vários trabalhos naquela área falando sobre a circulação oceânica e alguns modelos.

Quando eu falei mar aberto, foi tentando comparar a relação dos corais de Pernambuco, como por exemplo de Porto de Galinhas, em que você forma grandes piscinas onde essa circulação oceânica é menor. E, de alguma forma, corrobora com a pergunta do Senador Styvenson: "Como é que fica a questão das lagoas?". Também são ambientes fechados, ambientes confinados que, de alguma forma, esses produtos – e não só eles todos os outros que, de alguma forma, estão sendo identificados como produtos que apresentam um certo grau de contaminação para o ecossistema –, com o passar do tempo, por eles serem também permitidos a usar a bioacumulação, poderão degradar esses ecossistemas, mesmos os lagunares, principalmente por serem ambientes fechados. E, nesse momento, quando eu falei da questão do mar aberto, foi em função disso, em relação a esse domínio.

E quando eu falei que boa parte dos estudos estavam concentrados no Hemisfério Norte, obviamente, eu comentei da região do Caribe, em que você tem uma fase transicional, mas está praticamente na região do Caribe. E nós temos, por exemplo, características de substratos diferentes. Eu entendo como análogo, poderia ser usada a região do Caribe, até pela proximidade. Mas eu acho que, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento da minha fala, eu coloquei que é importante que esses estudos sejam aprofundados e, de alguma forma, voltados para a nossa realidade, a realidade do Hemisfério Sul, a realidade da costa brasileira, para ver até que forma todos esses componentes... Eu acho que é quase unanimidade, em todos os trabalhos que foram apresentados, que os óxidos benzenos, de uma forma geral, estão afetando os corais, acho que não muito como fugir. O que a gente precisa entender é como essa relação, qual o percentual... Por exemplo, eu vi numa leitura rápida aqui, que há uma estimativa de 14 mil toneladas/ano de componentes que vão ser dispostos nos oceanos a partir desses protetores solares.

Então, assim, o Havaí, por exemplo, está estendendo para 2021 a exclusão desses produtos nas praias da região. De todo jeito, um país que tem um histórico científico significativo deu uma pausa, deu um tempo para se adaptar, um tempo para se aprofundar os estudos. É nesse sentido que eu falo. Inclusive, eu entendo que academia é o caminho, as universidades são onde estão os pesquisadores, onde estão os grupos que podem corroborar com o aprofundamento dessa temática. Como o Prof. Miguel colocou, não só os corais são afetados, já há vários estudos que deixam muito claro que toda a cadeia da biota aquática pode ser afetada por essa questão da bioacumulação. Então, você tem dos organismos chegando aos peixes, como já foi colocado aqui.

E, por exemplo, no Nordeste do Brasil, onde você tem atividade pesqueira como também um carro-chefe, até mesmo para atividade de subsistência, porque muitos dos pescadores regionais lá sobrevivem dessa pesca, de alguma forma a presença desses produtos a longo prazo nos oceanos poderá, sim, provocar problemas maiores para a questão ambiental, porque eu acho que é o tema do que a gente está destacando aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Vou passar a palavra agora para Karla Brandão.

O SR. WERNER FARKATT TABOSA – A senhora me permite? É porque eu me lembrei de um pequeno detalhe que também foi lido em alguns documentos: fala-se muito dos compostos químicos, mas há os compostos minerais, que também poderiam ser uma alternativa. Estão se começando alguns estudos, como com o óxido de titânio, o óxido de zinco; alguns estudos estão sendo trabalhados também com esses elementos e não com os químicos propriamente ditos.

Era só isso.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu vou passar a palavra para Karla Brandão, para resposta.

A SRA. KARLA BRANDÃO (Para exposição de convidado.) – Obrigada.

Foram algumas perguntas que vieram, e uma delas do Sr. Nezio, do Paraná, perguntando por que a indústria de higiene pessoal, perfumaria e cosméticos não implementa sistema de logística reversa. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero reiterar que nós, sim, temos um projeto de logística reversa chamado "Dê a mão para o futuro", que já existe há 13 anos, tem uma abrangência nacional e é a maneira pela qual nós colocamos em prática a nossa responsabilidade de retirar do meio e encaminhar para a reciclagem as embalagens pós-consumo. Isso foi um advento trazido pela Política Nacional de Resíduos Sólidos junto com a inclusão social. A forma como a gente opera esse projeto engaja cooperativas de catadores de resíduos recicláveis no País todo, e temos também não só relatórios demonstrando quantidades, volumes, abrangência, assim como nossos planos de ação para os próximos anos à disposição na associação. Então, eu me coloco à disposição para depois também aprofundar um pouco mais, porque acho que o objeto aqui é a gente focar na questão que a gente está aqui falando, dos corais e dos filtros solares.

Sobre a outra pergunta, eu peço desculpas, pois eu não anotei o nome de quem fez a pergunta, mas também veio, pelo que entendi, das pessoas que participaram pela internet. Na verdade, é uma pergunta misturada com um comentário que fala que cosméticos deveriam todos ser naturais – e eu não peguei uma parte da pergunta –, pois as toxinas agridem o organismo humano. Enfim, foi uma colocação nesse sentido. A indústria hoje oferece produtos dos mais diversos perfis, sempre com base naquilo que é permitido e naquilo que é regulamentado. Existe uma legislação para se colocar um cosmético no mercado hoje em dia, não é uma legislação só para protetor solar, é para todo e qualquer produto cosmético e de higiene pessoal. Então, a gente leva isso muito a sério. Hoje o consumidor tem um leque ampliado de alternativas. Existem alternativas para todos os perfis relacionados a vontades, ideologias e disponibilidades financeiras, porque, enfim, o desembolso que cada um quer fazer quanto ao cosmético é uma decisão individual de cada um. Então, cabe-nos oferecer alternativas. Não temos nada contra, trabalhamos inclusive nas discussões sobre as regulamentações para produtos orgânicos, discutimos as questões do uso dos ativos da biodiversidade brasileira; enfim, muito pelo contrário, somos favoráveis a ampliar esse leque de ofertas. É dessa forma que a gente pensa.

Em relação às micropartículas, microesferas plásticas, também houve uma outra pergunta. Quero compartilhar com todos aqui que a indústria, há cerca de um ano, assinou um compromisso voluntário de deixar de usar microesferas plásticas de forma adicionada como ingrediente em seus produtos, porque, depois de um amplo debate, entendeu que, sim, o mundo mudou, o entendimento mudou e é necessária uma atitude nesse sentido. Esse é um exemplo da forma como a indústria atua. E é por isso que a gente está aqui hoje.

Gostaria só de reiterar o meu respeito a tudo o que já foi publicado. A forma como a gente interpreta tem a ver com o nosso olhar de necessidade de ampliação da discussão. Nós entendemos que essa não deve ser uma discussão a se encerrar aqui. É uma responsabilidade muito grande trabalhar com políticas públicas que envolvem duas coisas tão prioritárias. Aqui a gente não está, como o Senador Flávio colocou, para comparar a importância das coisas para fazer escolha entre uma e outra. Toda questão ambiental hoje em dia é transversal ao nosso dia a dia, à forma como a gente vive o mundo de hoje. E é dessa forma que a gente tem que olhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E um detalhe só, que eu acho que corrobora o quão complexa é a discussão, é: a restrição que foi discutida e aprovada no ano passado no Estado americano do Havaí...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KARLA BRANDÃO – ... levou a uma recomendação de banimento do uso, a partir de 2021, de oxibenzona no Estado do Havaí, mas a falta de consenso é tamanha que o país segue discutindo. Então, eu só queria compartilhar isso, porque ninguém aqui está se furtando a observar alternativas, a desenvolver tecnologia, a desenvolver ingrediente... O ponto não é esse. O ponto é ninguém partir para uma decisão precipitada num cenário tão complexo. Essa é a questão.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero aqui agradecer a presença de todos e aos nossos colegas Senadores que estão até agora, Lasier, Styvenson Valentim e Flávio Arns – que já sabe onde eu acho que ele deveria estar.

E eu quero dizer o seguinte: a que conclusão a gente chegou aqui? Que, realmente, cientificamente é provado que pelo menos quatro de algumas substâncias químicas que estão nos protetores solares são danosas aos recifes de corais, porque, além de haver outros fatores, eles também potencializam o branqueamento. A gente que é médica também sabe que existem medicamentos que potencializam a ação dos outros. E também deixamos clara a eficácia terapêutica na prevenção do câncer de pele dos protetores solares, mas isso foi o motivo que nos deixou feliz. E a gente já tem que começar a discutir, não é de uma hora para outra, por isso que a gente está debatendo aqui, tendo a certeza de que esse projeto vai para a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e também para a Comissão de Meio Ambiente.

Eu quero agradecer a presença da Profa. Dra. Vânia Leite, Presidente da Associação Brasileira de Cosmetologia, professora da Universidade Federal de São Paulo, que até entregou aqui a gente um dossiê sobre esse assunto.

Então, eu quero agradecer aqui, encerrando a reunião. Eu adquiri muitos conhecimentos, e esse é um assunto que chamou a atenção, Flávio, Styvenson e Lasier, da população brasileira, para cada um já ir fazendo o seu papel também. É um assunto para o qual a gente não iria fechar os olhos. Não podia chegar um projeto de lei desse... E a gente apresentou aqui, porque, como a gente sabia que mexia com a prevenção do câncer de pele, veio para cá, para a Comissão de Assuntos Sociais, porque, se não fosse isso, iria só para a Comissão de Meio Ambiente e para a Comissão de Assuntos Econômicos.

Agradeço a cada um cada pergunta que foi feita.

O Senador Styvenson parecia um médico, porque perguntou sobre nível de absorção, se não levaria... Isso é um assunto bem específico. Claro que é absorvido, porque a pele é usada, a pele é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vascularizada, é um dos nossos maiores sistemas. E, como você usa no calor, o sol dá uma vasodilatação e aí é que tudo é absorvido.

Mas é aquela história, por exemplo, da vacina contra a raiva, que é altamente tóxica. E aí eu perguntaria: e se você não usar ou não tiver a vacina da raiva? Esse quadro é praticamente de 100% de óbito. Então, não existe nenhum medicamento que não tenha efeito colateral, mas a gente tem que ver qual é o melhor efeito: evitar o câncer... O que não quer dizer que a gente não pode ir se atualizando; salvar os seres humanos e salvar também nossos corais, que também têm um efeito econômico grande no turismo, na vida dos pescadores.

Muito obrigada a cada um de vocês.

Encerro a reunião, convocando para o dia 12 de junho, quarta-feira, às 9h, reunião extraordinária desta Comissão destinada à deliberação de proposições.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muitíssimo obrigada a cada um de vocês.

(*Iniciada às 10 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às quinze horas e quatro minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Antonio Anastasia, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Dário Berger, Elmano Férrer, Juíza Selma, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Flávio Arns, Leila Barros, Renilde Bulhões, Telmário Mota, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Carlos Viana e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Izalci Lucas, Paulo Paim e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho, José Maranhão, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Randolfe Rodrigues, Alessandro Vieira, Weverton, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Angelo Coronel, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao RQJ 34/2018, de autoria do Senador Antonio Anastasia. Finalidade: Instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2015, que "Dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997". Participantes: FLÁVIO JAIME DE MORAES JARDIM, Advogado (representante de: FELIPE SANTA CRUZ, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); FELIPE ALBERTINI NANI VIARO, Juiz e Membro da Secretaria de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados Brasileiros (representante de: JAYME DE OLIVEIRA, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB); ANA CAROLINA ROMAN, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República (representante de: FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR); Sr. MAURÍCIO ZOCKUN, Advogado, Professor e Diretor Científico do Instituto de Direito Administrativo Paulista (IDAP); e Sr. MÁRCIO CAMMAROSANO, Advogado e Professor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Boa tarde.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 126, de 2015, que dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado e revoga dispositivo da Lei nº 9.494, de 10 de setembro de 1997, conforme Requerimento nº 34, de 2018, da CCJ, de minha iniciativa.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Eu tomo a liberdade de convidar para compor a Mesa os nossos convidados, a quem agradeço desde logo: o representante do Conselho Federal da OAB, Dr. Flávio Jaime de Moraes Jardim; o MM. Dr. Felipe Albertini Nani Viaro, juiz e membro da Secretaria de Assuntos Legislativos, representando a Associação dos Magistrados Brasileiros; a Sra. Dra. Ana Carolina Roman, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, representando o seu Presidente, Dr. Fábio George Cruz da Nóbrega; e o Dr. Maurício Zockun, advogado, professor e Diretor Científico do Instituto de Direito Administrativo Paulista.

Estamos aguardando a chegada do Prof. Márcio Cammarosano, que, quando chegar, vai fazer coro aqui conosco. (*Pausa.*)

Agradeço, mais uma vez, a presença das senhoras e dos senhores pela gentileza da participação. As audiências públicas têm uma participação muito importante na tramitação dos projetos, na medida em que fazem a instrução de todos os procedimentos dos projetos em votação.

Quero, portanto, agradecer mais uma vez a presença graciosa, voluntária e gentil de todos os convidados.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão as suas exposições, e, em seguida, abriremos a fase de interpelação.

A palavra aos indagantes será concedida na ordem de inscrição.

Cada interpelante disporá de até três minutos, com igual prazo para a resposta do interpelado, sendo vedado interpelar os membros da Comissão.

Inicialmente, como Relator da matéria e, ao mesmo tempo, como autor do requerimento, eu queria esclarecer àqueles que nos acompanham pela TV Senado, pelos meios de comunicação do Senado Federal, às senhoras e aos senhores, e especialmente aos nossos convidados, que nós estamos apreciando exatamente esse projeto de lei que dispõe sobre a responsabilidade civil do Estado, oriundo da Câmara dos Deputados, sendo o seu autor o Deputado Hugo Leal.

A matéria veio ao exame da CCJ, e, durante as discussões da apresentação do meu substitutivo, surgiu a necessidade – especialmente do Senador Randolfe Rodrigues – de a matéria ser objeto de uma audiência pública, para discutirmos alguns pontos que poderiam, eventualmente, suscitar alguma dúvida sobre o alcance exato e a pretensão de fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antecipo, se me permitem, esclarecer tão somente que o propósito do Deputado Hugo Leal, ao apresentar o projeto, e o nosso, ao ser seu Relator e apresentarmos um substitutivo, é exatamente modernizar a legislação que ainda está, no caso brasileiro, a nosso ver, um pouco defasada nesse aspecto, inclusive permitindo como se fosse uma verdadeira codificação com referência ao tema – evidentemente, como todo projeto de lei, sujeito ao seu aperfeiçoamento e à sua melhora.

Desse modo, eu gostaria de agradecer muito, mais uma vez, a presença das senhoras e dos senhores e, se me permitem, até por questão de deferência, começar pela Dra. Ana Carolina, representante, além da Associação Nacional dos Procuradores da República, das juristas como um todo.

Então, eu concedo a palavra à Sra. Ana Carolina Roman, Vice-Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República, para a sua exposição, e nós vamos definir um tempo de até 15 minutos para cada exposição, e depois nós teremos as indagações.

Eu pediria a todos... Temos ali em frente um cronômetro que vai marcar o tempo de modo retroativo.

E, Dra. Ana Carolina, agradeço também, em especial, a sua presença e, portanto, lhe passo, sem mais delongas, a palavra.

Muito obrigado à senhora.

A SRA. ANA CAROLINA ROMAN – Boa tarde a todos e todas.

Agradeço, em nome do Presidente Fábio George da Nóbrega, o convite para participar desta audiência pública. Ele, infelizmente, não pôde comparecer – a nova Diretoria da ANPR tomou posse agora, no dia 9 de maio; é recente a nossa investidura nesse biênio –, e ele me incumbiu desta tarefa de vir hoje aqui, tratar desse tema que, de fato, como o senhor mesmo disse, é de extrema importância para o Estado brasileiro, para a sociedade, para o cidadão e, em particular, para o Ministério Público também.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Eu vou interrompê-la por um segundo somente, para receber o Prof. Márcio Cammarosano, que acaba de chegar. Quero cumprimentá-lo e saudar a presença do caro amigo, agradecer a sua presença, e nós começamos exatamente neste momento. Então, V. Exa. chegou a tempo e a hora plenamente.

Desculpe, Dra. Ana Carolina. Eu lhe devolvo a palavra.

A SRA. ANA CAROLINA ROMAN – Então, eu agradeço o convite, agradeço a V. Exa. por se lembrar do Ministério Público Federal e da ANPR, em particular.

Eu também me sinto – digamos assim – até numa tarefa muito difícil, que é discutir esse assunto com dois grandes mestres, o Dr. Maurício e o Dr. Márcio Cammarosano também. É, de fato, uma prova de fogo, é algo bem desafiador fazer isso.

Sabendo que, com dois advogados aqui presentes do mais alto quilate, várias outras questões relacionadas à responsabilidade civil do Estado seriam muito mais bem – de forma muito mais didática, por serem professores – abordadas, eu resolvi fazer a minha exposição abordando as questões que são mais caras ao Ministério Público Federal. E, nesse aspecto, eu começaria pelo dano moral coletivo, porque, na grande maioria das vezes, é no que o Ministério Público Federal atua em juízo, quando se trata de responsabilidade civil do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o substitutivo que a gente está discutindo aqui fala do dano moral coletivo, mas não tece maiores detalhes sobre isso, e há uma oscilação na jurisprudência nacional com relação ao cabimento do dano moral coletivo, com relação a algumas questões relacionadas ao dano moral coletivo, em que, talvez, o substantivo pudesse avançar.

Eu digo isso por quê? O dano moral coletivo está previsto expressamente, no caso das relações de consumo, no art. 6º, *caput*, incisos VI e VII do CDC, e esses incisos falam que a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos é prevista expressamente, e o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção e reparação dos danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos.

Então, com relação ao direito do consumidor, isso está bem assentado, porque está previsto expressamente no Código de Defesa do Consumidor, mas, com relação a outras demandas que também têm um reflexo coletivo e difuso, essa questão ainda, só com bases jurisprudenciais, é muito forte na Justiça do Trabalho, mas, na Justiça Federal, pelo menos, que é a área de atuação do Ministério Público Federal, nem sempre é reconhecida.

Então, a despeito de haver decisões do STJ que falam do reconhecimento, em tese, da configuração do dano extrapatrimonial coletivo – há decisões nesse sentido –, há muita dificuldade em se reconhecer a ocorrência do dano moral coletivo. A gente tem decisões também no TRF da 1ª Região com relação a isso.

A maior dificuldade que o Ministério Público enfrenta, com relação ao dano moral coletivo, é a prova da dor do sofrimento para o reconhecimento do dano moral coletivo; ou seja, é como concretizar um dano em uma situação que é naturalmente difusa, ou seja, sentida por toda a sociedade, e sem que você consiga, por definição – por ser um direito difuso –, individualizar o dano. Mas ele existe.

Eu posso citar aqui vários casos em que eu já atuei de dano moral coletivo. Por exemplo, em casos de violação a normativos de comunicação social, quando um jornalista ou alguém da imprensa comete uma atitude racista, uma atitude contrária aos direitos fundamentais, por exemplo, de negros – que foi um caso efetivo em que trabalhei –, e esse dano moral é difuso por natureza: atinge a cada um e a todos na mesma proporção, e há grande dificuldade de a gente comprovar um dano concretamente individualizado.

Há jurisprudência no sentido de ser indispensável essa comprovação da dor e do sofrimento. No caso do STJ, a Relatora era a Ministra Eliana Calmon. Essa decisão é antiga, uma decisão de 2009, mas isso não é corrente; é algo que o Ministério Público precisa sempre e sempre discutir e levar essa questão ao Judiciário.

Se isso estivesse expresso num projeto de lei como esse – e a gente está tratando aqui de possibilidades –, seria muito mais fácil para o Ministério Público tratar dessas questões.

O projeto fala muito bem concretude de dano. Talvez nessa expressão pudesse haver uma identificação do dano moral coletivo, para que houvesse a dispensa dessa prova do dano em concreto, especialmente quando a gente trata de dano moral, porque realmente há concretude. Quando se trata da personalidade, é muito difícil de se comprovar, não é?

Enfim, acho que essas questões com relação a dano moral coletivo são as mais prementes para o Ministério Público Federal.

Eu fiz algumas anotações também aqui, porque dizem respeito à responsabilidade civil por ato de juízes e membros do Ministério Público. Vou fazer uma inversão de como está

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descrito no substitutivo: vou falar primeiro da responsabilidade civil por ato de juízes e depois eu volto com relação à ação, porque há alguns apontamentos também.

O substitutivo fala, no art. 9º, II, da responsabilidade civil por atos de juízes quando há recusa, omissão ou retardo, sem justo motivo, da providência que se deva adotar de ofício ou a requerimento da parte. No caso dos membros do Ministério Público, no art. 12, última parte, faz referência à utilização indevida de informações e documentos obtidos, inclusive nas hipóteses legais de sigilo.

A 5ª Câmara de Coordenação e Revisão, com relação a esse artigo, já se manifestou, porque, aparentemente, pela exegese que foi feita pelo Ministério Público, nessas hipóteses, prescindiria da comprovação da fraude ou do dolo. Nesses casos, a responsabilidade civil dos juízes e dos membros do Ministério Público, independentemente, seria uma responsabilidade em todas as outras hipóteses de dolo ou culpa e não só como é da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, em que esses entes políticos só responderiam nos casos de comprovação de dolo ou fraude.

E, com relação a isso, a própria manifestação daqui da Câmara de Coordenação e Revisão levanta a hipótese de receio ou de restrição da atuação do membro do Ministério Público Federal, com a possibilidade de responsabilidade civil perante algum ato, quando houver atuação, por exemplo, apenas com culpa.

A gente não está falando aqui dos casos de efetivo dolo, de violação do sigilo profissional. Nesses casos, sim, nesses casos há dolo claramente. Então, a responsabilidade, inclusive, já está reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal como sendo possível.

Bom, no caso do processo, das regras de processo que estão previstas no substitutivo, o substitutivo parece quebrar um pouco com a teoria do agente. Essa teoria fundamenta a responsabilidade do servidor público em razão dos seus atos. E, com base nessa teoria, o ato do servidor público é um ato do Poder Público, é um ato do Estado. Portanto, a ação que se questiona, o dano em razão dessa atuação de um agente do Estado, teria que ser intentada contra o Estado, e não contra o servidor público. E o substituto prevê que a ação possa ser proposta diretamente contra o servidor público, o agente público que praticou o ato.

Isso quebra um pouco com o paradigma atual de que a ação tem que ser proposta contra o Estado, e não contra o servidor público diretamente, e também prevê o substitutivo a possibilidade de denunciação à lide do servidor público, trazendo para a demanda uma questão de comprovação de dolo ou culpa do agente que praticou o ato, que é estranha à responsabilidade objetiva do Estado.

Então, esse ponto do substitutivo também acho que talvez pudesse ser melhor pensado, porque essa impossibilidade de trazer diretamente à responsabilidade do servidor público serve como uma garantia não só do jurisdicionado... Ou seja, para que o Estado não traga para dentro do processo uma discussão que é irrelevante para sua responsabilização civil, que é culpa ou dolo do agente... Essa discussão, pelo menos nos casos de ação, é irrelevante para a responsabilidade civil do Estado, e você dificulta o andamento do processo, mas ela é, principalmente, uma garantia para o servidor público de que ele não será acionado diretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que essa impossibilidade do acionamento direto do servidor serve como uma garantia, para que o servidor também possa atuar de forma mais livre – claro –, de forma responsável, dentro do que determina a lei, mas sabendo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ANA CAROLINA ROMAN – ... que teria essa garantia de não ser responsabilizado diretamente.

Esses foram os pontos. Eu quis pontuar exatamente as questões que seriam mais importantes para o Ministério Público Federal, porque eu tenho certeza de que os outros participantes da Mesa vão melhor falar sobre várias outras questões.

Então, eu agradeço a oportunidade. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Dra. Ana Carolina. Agradeço muito a participação de V. Exa., representando aqui o Ministério Público. Certamente, muito contribuiu e ainda muito contribuirá nesta audiência pública.

Dando sequência, portanto, à nossa audiência pública, eu concedo a palavra ao Dr. Felipe Albertini Nani Viaro, juiz e membro da Secretaria de Assuntos Legislativos da Associação dos Magistrados Brasileiros, para sua exposição, igualmente pelo prazo de 15 minutos.

Eu me esqueci de falar à Dra. Ana Carolina que, quando toca a campainha, não é para assustar não, é porque falta um minuto. As pessoas não estão acostumadas e muitas vezes se indagam.

Então, por gentileza, com a palavra o Dr. Felipe, a quem também agradeço muito a gentil presença.

O SR. FELIPE ALBERTINI NANI VIARO – Boa tarde.

Eu que tenho que agradecer o convite para uma oportunidade como esta, de compor a banca com juristas do mais alto calibre. Quero também agradecer ao Dr. Jayme, que me indicou. Ele não pôde estar presente.

Este é um debate muito interessante. Já foram gastos rios de tinta sobre o assunto na doutrina, mas ele permanece candente.

Eu acho que o projeto avança na tentativa de sistematizar a matéria, ele diferencia as hipóteses de responsabilidade por atos comissivos e omissivos, e eu gostaria de, aqui na minha contribuição, na verdade, trazer aspectos práticos, principalmente ligados ao dia a dia da jurisdição, sobretudo os problemas mais corriqueiros que se encontram nas varas de Fazenda Pública, nas varas cíveis e também nas varas únicas. Talvez seja um problema recorrente, são temas muito afetos.

Eu tive oportunidade de examinar tanto o projeto como veio da outra Casa e o substitutivo e noto que o substitutivo avança para esmiuçar algumas hipóteses de temas processuais relevantes.

A primeira consideração que eu queria fazer é que esse tema sofreu, recentemente, uma alteração – que eu tenho certeza de que os demais membros devem mencionar –, que foi trazida pela Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, no art. 28. Essa é uma resposta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a gente ainda não teve oportunidade de saber como a jurisprudência vai reagir a essa alteração que trata da responsabilidade civil por decisões e opiniões.

Examinando o processo e tendo em conta a experiência eminentemente prática, eu pensei em alguns casos que são recorrentes, e talvez a legislação pudesse avançar, para que a gente tivesse um enfrentamento da matéria. Que casos são esses? São casos muito ligados à responsabilidade de concessionárias de serviços públicos, de transporte, são temas que aparecem com certa frequência, e a jurisprudência ainda não está muito sedimentada sobre exatamente a natureza de responsabilidade, como os da ressolagem de caminhão, animais na pista... Um outro ponto muito que é muito comum nas grandes cidades é superlotação em coletivos, assédio de mulheres em vagões coletivos... É um tema que tem aparecido bastante nas varas cíveis, nas varas de fazenda, e é um tema que não está muito bem resolvido: a extensão dos limites da responsabilidade.

E, nesse ponto, eu observo que o projeto avança bastante na determinação do nexo causal, mas, pelo menos na minha limitação, eu não consegui achar uma resposta exata se o Poder Público responde subsidiariamente, diretamente, se há uma responsabilidade do concessionário nesse ponto, e esse é um ponto prático, esse é um ponto que aparece com bastante frequência, e eu faço uma sugestão aqui, para que esse seja um dos temas de debate.

Eu também queria agradecer à colega Ana Carolina as considerações. Eu também vi a questão do dano moral. Acrescento também questões a respeito de perda de chance e dano em ricochete.

Eu percebo que o projeto avança, no sentido de estabelecer expectativas, de que meras frustrações não seriam objeto de responsabilidade, e fala também da legítima expectativa. Talvez... Também coloco – claro, isso é um juízo de conveniência e oportunidade desta Casa – examinar se já é hora de se entrar em discussões a respeito de perda de uma chance, de uma teoria que tem sido replicada nas varas, e dano ricochete.

Dano ricochete é particularmente importante novamente em questões de transporte, porque, em acidentes de transporte envolvendo concessionárias públicas, o que se tem é: várias ações, ou uma ação, ou uma ação discutindo danos sofridos por diversos membros da família, em razão de falecimento de um familiar, de uma pessoa querida, e isso também não é uma questão resolvida. Acho que a gente poderia também pensar nisso.

Por outro lado, eu tenho uma preocupação, Sr. Presidente, a respeito da necessidade de que esse debate avance de maneira a não serem desprezados os anos de jurisprudência construídos. Então, eu me preocupo especialmente nos casos em que o Código de Defesa do Consumidor poderia fornecer uma proteção mais eficiente.

Então, eu reparei que foi colocada aplicação subsidiária do Código Civil e do Código de Processo Civil. Talvez valha a pena incluir algum dispositivo a respeito do Código de Defesa do Consumidor, a aplicação da teoria do diálogo das fontes, em que é ressalvada maior proteção para o consumidor nos casos em que a relação de consumo ficar efetivamente configurada.

Também aqui tive oportunidade de seguir uma excelente exposição, então, eu vou tentar fazer um diálogo com a doutora.

Eu concordo. Acho que a responsabilidade direta nos termos processuais – arts. 21 e 22 do substitutivo – é um mecanismo tanto de garantia para o jurisdicionado, para o cidadão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quanto é um mecanismo de proteção do servidor, para que isso evite indevidas pressões, tentativa de intimidação. Responder a um processo no Brasil – na verdade, em qualquer lugar do mundo – é sempre um desgaste, é sempre um desgaste emocional, físico e psíquico para qualquer pessoa. E, utilização indevida de processos para tentar, de qualquer forma, pressionar, eu acho que é um problema.

Parece-me que a ideia de responsabilização indireta, que é o que vem sendo aplicado pelo Supremo... A questão era bastante controvertida no âmbito do STJ (Superior Tribunal de Justiça), mas no Supremo me parece que se tem delineado para a hipótese de responsabilização indireta, que atende melhor, equilibra melhor essas forças. Parece-me que a responsabilidade indireta... E isso é objeto de uma das propostas de emenda. Aliás, eu gostaria também de mencioná-las, porque acho que elas também merecem atenção e consideração.

Em respeito especificamente à magistratura, que é um tema muito caro aos magistrados, esse é um tema muito sensível para nós, sempre relembrando a necessidade de respeitar uma opção do Constituinte a respeito de reserva de iniciativa em relação a alterações. Parece-me que o texto do substitutivo segue as hipóteses previstas na Lei Orgânica da Magistratura, muito embora no relatório encontre menções à culpa grave. Eu não consegui muito bem equacionar, porque elas aparecem no texto, e eu não vi ao menos em relação a isso, em relação a uma incorporação no texto.

Sempre nos preocupa muito a hipótese de crime de hermenêutica, que o juiz venha a ser responsabilizado por uma opinião jurídica válida que, por acaso, foi informada, porque acabou prevalecendo nos tribunais superiores uma outra posição jurídica. Parece-me que a legislação que existe hoje equaciona bem a questão e evita a extensão indevida de responsabilidade em cadeia. Ela estabelece responsabilidade na hipótese de dolo e fraude. Evita que, por exemplo, uma discussão a respeito do colegiado – quem deve responder por que adotou o voto vencido, se deve responder ou não deve responder... Parece-me que ela equaciona muito bem tanto a proteção quanto a necessidade de independência judicial, que é uma garantia essencial para o povo.

O juiz tem que se sentir confortável – digo, livre de pressão, não no sentido de irresponsável –, mas ele tem que se sentir livre de pressão para decidir tanto por uma absolvição, quando for necessário, quanto por uma condenação, quando os elementos de prova, na visão jurídica dele, assim indicarem. E isso gera uma preocupação muito grande a respeito da magistratura. É sempre um tema que reaparece e nos preocupa bastante.

Agora, voltando especificamente ao texto, eu tenho algumas considerações leves, menores, a respeito do art. 3º, §3º, questão de incluir, talvez pensar na questão da perda da chance, ou então impedir, ou limitar, incluir que não se considera dano o proveito meramente hipotético, fundado em causa de pedido incerto ou eventual.

No art. 5º, eu fiquei um pouco preocupado em relação ao inciso III. A minha preocupação é alargar em demasia hipótese de responsabilidade.

No art. 9º, preocupa-me bastante a hipótese da questão da prisão preventiva. Eu acho que esse é um tema de debate.

A jurisprudência do Supremo está sedimentada no sentido de que a absolvição posterior não implica indenização, porque os requisitos da prisão preventiva são distintos dos requisitos da condenação. Os requisitos da condenação são superiores aos requisitos da prisão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

preventiva. No momento da prisão preventiva, a prova ainda está – com o perdão da expressão – crua. Ela precisa ser examinada, ela precisa ser depurada, às vezes, por um extenso processo. A impressão que se tem, no momento da prisão preventiva, pode ou não corresponder à realidade.

Converter todo o caso de posterior absolvição em uma indenização ao Estado pode gerar um custo insuportável aos cofres públicos, e eu digo isso não porque acredito que os juízes decretem a prisão preventiva de maneira irresponsável. Eu digo isso porque a evolução da prova do processo penal leva a caminhos distintos; às vezes, a hipóteses de responsabilidade de classificação distintas de crimes. Então, preocupa-me um pouco. Lembrando que o juiz, o promotor e todos os agentes do processo já respondem na hipótese de dolo ou fraude hoje, que me parece uma proteção bastante adequada. Sei que o tema é polêmico, mas, de qualquer forma, não poderia me furtar.

Em relação também... Eu vou saltar aqui alguns pontos, sem prejuízo de qualquer outro questionamento a respeito.

No art. 14, novamente eu acho que vale a pena pensar em estabelecer uma limitação de o fato ser relacionado à natureza do serviço prestado ou não. E, no art. 22, a denunciação da lide. Eu faço minhas as considerações da eminente Dra. Ana Carolina, a respeito de que trazer essa discussão para o processo ajuizado pela parte contraria até a outra previsão contida no projeto a respeito da necessidade de um processo administrativo que o agente responda, que isso seja apurado.

Agora, um ponto que eu gostei bastante, do texto original, e eu acho que ele seria capaz de atenuar um cenário de intensa judicialização que o Brasil vive – eu acho que essa é uma preocupação de todos –, seria o retorno da previsão do prévio requerimento administrativo. E iria além, estabelecendo que o prévio requerimento administrativo fosse, inclusive, hipótese de configuração de interesse de agir, na ação, evitando o acionamento direto da Fazenda em um processo que, às vezes, é muito mais caro e muito mais custoso – vamos colocar dessa forma – para o Estado.

Eu acho que, talvez... Não digo o esgotamento das instâncias; esse é um tema superado pela jurisprudência do Supremo. Mas, por outro lado, a jurisprudência do Supremo também tem trazido considerações a respeito da necessidade de um prévio requerimento administrativo para se estabelecer o interesse.

E, por fim, um tema a que o Superior Tribunal de Justiça respondeu recentemente. No art. 25, pergunto-me – isso envolveria um debate um pouco mais amplo, também envolvendo o Código de Defesa do Consumidor – se não é hora de existir a unificação dos prazos de prescrição; se não é o momento... Se três anos já não são o suficiente para a pacificação das relações sociais. Se três anos não são o momento suficiente, ao menos nessas questões de responsabilidade extracontratual, em que, depois de três anos, a defesa do Estado, do concessionário, do prestador, pode ficar muito prejudicada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FELIPE ALBERTINI NANI VIARO – Então, eu me pergunto, dada a dinamicidade das nossas relações atuais, se a gente não deve se debruçar sobre isso também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu agradeço a oportunidade e coloco-me integralmente à disposição para qualquer outra consideração.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Agradeço muito ao eminente Dr. Felipe a gentileza da exposição. Eu vou, depois, solicitar, Dr. Felipe, tanto do senhor quanto da Dra. Ana Carolina, essas notas, porque estou aqui do lado e vendo ambas, muito ricas para nós. E, se puderem depois ser cedidas, eu também ficaria muito satisfeito.

Dando sequência aos nossos convidados, eu concedo a palavra ao representante do Conselho Federal da Ordem dos Advogados, Dr. Flávio Jaime de Moraes Jardim, que aqui representa S. Exa., Dr. Felipe Santa Cruz, que é o Presidente do Conselho Federal.

Dr. Flávio Jaime com a palavra.

E muito obrigado, igualmente, pela presença de V. Exa.

O SR. FLÁVIO JAIME DE MORAES JARDIM – Muito boa-tarde, eminente Presidente, Senador Antonio Anastasia, por quem tenho enorme respeito e admiração. Muito obrigado pelo convite.

À Dra. Ana Carolina e ao Dr. Felipe, também, que me antecederam, muito obrigado pela exposição.

Eu vou trazer algumas considerações. Em primeiro lugar, eu gostaria de elogiar o projeto e dizer que acho que é uma medida adequada imaginarem um estatuto sobre a responsabilidade civil. E, durante a minha exposição, eu vou até fazer umas considerações sobre por que acho adequada.

Em primeiro lugar, o que eu queria colocar é o seguinte: é interessante até avaliar a forma como nós tratamos essa matéria da responsabilidade civil por atos extracontratuais, pela responsabilização de atos extracontratuais, em comparação com o que ocorre no exterior.

Por exemplo, acho que todos sabem, mas, no exterior, nos países da Common Law, a tradição é a de que não há responsabilização. Na verdade, até na Inglaterra e, depois, nos Estados Unidos, mas nos países da Common Law em geral, sempre prevaleceu a ideia de que o Estado era soberano. Então, há aquele princípio que a gente chama de *sovereign immunity.* E na Constituição americana existe uma cláusula dessa, sabe? E isso vinha da própria ideia inglesa do *the king can do no wrong.*

E é interessante notar também que isso, obviamente, foi sendo superado no decorrer da história, mas o que é que ocorre hoje? O Estado só responde quando ele abre mão dessa soberania. Então, existe um ato, que é o Crown Proceedings Act 47, na Inglaterra, que é o que regula quando a coroa inglesa pode ser acionada por algum cidadão.

Nos Estados Unidos, o Governo Federal também... Existe uma cláusula da Constituição americana, que é a Sovereign Immunity Clause, e foi aprovado, em 83, o Federal Tort Claims Act, que abriu mão da soberania para que o cidadão pudesse acionar o Estado.

Então, às vezes, a gente imagina assim: "Nossa, o Estado brasileiro pratica atos ilegais o tempo inteiro, porque aqui a gente tem até que pagar por precatório, a gente não consegue pagar imediatamente". Mas não é bem assim. É porque, na verdade, as hipóteses em que esses países da Common Law – e eu vi que na Índia é assim também – admitem responder por atos ilícitos, às vezes, são limitadas, sabe?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até dou um exemplo para os senhores. Eu acho que a maioria já ouviu falar num caso, que é o caso clássico da jurisprudência da Suprema Corte Americana, o caso Brown v. Board of Education, decidido em 54, que diz que o critério de separação de escolas entre negros e brancos era inconstitucional, e é considerado o grande julgamento da Suprema Corte americana. Mas é de se imaginar o seguinte: se um cidadão negro que, em 53, tentou se matricular numa escola, numa universidade exclusiva para brancos, em 55 fosse ao Judiciário pedir, pleitear uma indenização por danos morais, a legislação americana não autorizaria essa ação. E aqui, no Brasil, a gente sabe que a nossa tradição foi justamente o oposto, até porque o art. 37, §6º, já resolveu essa questão, dizendo que o Estado responde pelos atos.

Nos Estados Unidos, por exemplo, essa ação, esses casos que envolvem, vamos dizer, os direitos civis, os direitos fundamentais dos cidadãos americanos, se V. Exas. notarem, eles são muito mais direcionados para provimentos declaratórios, e não condenatórios. E isso é em virtude justamente dessa restrição da Sovereign Immunity Clause, da Constituição.

Pois bem... Então, o que eu digo é que é importante o Congresso Nacional se debruçar sobre isso. Por quê? Porque a Constituição traz o texto: responderão pelos danos que seus agentes cometam nessa qualidade. O texto constitucional não diz, então, se o Estado responde objetiva ou subjetivamente; ele também não diz se é objetivo nos casos comissivos e subjetivo nos casos omissivos... Então, existem escolhas que este Congresso Nacional tem que implementar, e a forma como o Congresso Nacional implementa isso, nos termos do art. 5º inciso II, é via emissão de uma lei e nos outros dispositivos constitucionais que regulam a competência legislativa do Congresso.

Pois bem, é por óbvio também que existe uma doutrina da responsabilidade civil no Brasil. Essa doutrina precede o nosso Texto Constitucional. Ninguém vai se esquecer do antigo art. 159 do Código Civil, que a gente usou muito, estudou muito, ainda quando nós cursávamos a faculdade de Direito. E essa doutrina também foi desenvolvida a partir dos estudos de doutrinadores e também da jurisprudência. Então, foi ao que nós moralmente consideramos adequado que o Estado respondesse. E eu acho que essa jurisprudência bem construída antes e depois do Texto Constitucional está muito bem colocada no projeto.

A razão pela qual um estatuto desse assunto é importante, é bom que se diga, é pelo seguinte: é até pela forma como se regulam condutas. É engraçado... Um autor americano chamado Lon Fuller dizia que o Direito é a empreitada de submeter a conduta humana às normas.

Existem duas formas de você sujeitar as pessoas a determinadas normas. Uma é quando você edita uma legislação que seria *top-down*, seria de cima para baixo, e outra é quando você simplesmente decide regras a partir do caso a caso, que seria *bottom-up* – ela viria de baixo para cima.

Então, hoje, a nossa doutrina e jurisprudência vêm construindo o conteúdo do art. 37, §6º, a partir dos casos concretos. Claro que isso está muito consolidado. Hoje é possível extrair segurança jurídica do entendimento dos tribunais, mas há algumas questões.

Primeiro, talvez o Congresso Nacional precise repensá-las mesmo. O papel de legislar é do Congresso Nacional. Essa é uma questão que, embora envolva a concretização de um Texto Constitucional, o Congresso tem que ditar essas escolhas, como eu falei, a meu ver, sobre se a responsabilidade deve ser objetiva ou subjetiva, em casos comissivos ou omissivos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como está, para mim, muito bem colocado na linha do que os tribunais entendem e debateram exaustivamente, mas isso vai proporcionar segurança jurídica, a meu ver, para o agente público.

Então, eu acho que o projeto vem numa excelente hora. Eu parabenizo o Senador Antonio Anastasia.

A única questão para a qual eu queria chamar atenção e acho que seria talvez o meu grande ponto de preocupação é em torno da construção do conceito de culpa. O que eu acho, Senador, é que esta Casa legislativa fez um grande trabalho quando editou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, os dispositivos, a partir do art. 20. O Dr. Felipe até colocou isso aqui. Eu acho que esses dispositivos são fundamentais para construir a forma como a culpa deve ser avaliada, averiguada, nos casos de direito de regresso – a culpa e o dolo.

Nós sabemos, hoje, que existe uma grande preocupação do agente público. Já foi mencionada aqui a preocupação dos próprios magistrados, a importância da independência dos magistrados e dos membros do Ministério Público, mas essa é uma preocupação, na verdade, do servidor público. O servidor público tem, talvez, medo de ser responsabilizado e, muitas vezes, não por dolo ou por culpa, no sentido de uma imperícia jurídica. É o que o próprio Dr. Felipe colocou: é o problema do crime de hermenêutica mesmo, que é algo que está bem consolidado, existem bons precedentes do Supremo Tribunal Federal em relação a magistrados – eu já vi alguns também até em relação a Prefeitos –, mas é algo que preocupa mesmo. É o agente interpretando a norma e, depois, essa interpretação não ser aquela que prevalece.

O senhor imagine, Senador, às vezes... Por exemplo: um agente é processado, aí o juiz o absolve, aí vai para o tribunal, em apelação, e por três a dois ele é condenado. Então, dos seis magistrados que falaram nos autos, três falaram que o que ele fez está correto. E, às vezes, com uma discussão densa, profunda, que aquele determinado agente ou servidor público não poderia nem cogitar, no momento em que ele tem que tomar, às vezes, uma decisão rápida.

Então, eu acho que a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro foi um estatuto muito importante. E eu até sugeriria, talvez, que ela fosse referida em algum ponto do texto. E eu até ouso sugerir que fosse no art. 23, principalmente na parte... Que fosse acrescentado um parágrafo único na parte que diz que, quando o direito de regresso não puder ser discutido na ação de responsabilidade civil, deve o Estado... Este deve ajuizar ação própria contra o agente público. Ou seja, aqui está um dever do Estado de ajuizar ação ou promover apuração administrativa, nos termos do artigo – aí acho que é 17 –, sob pena de ser responsabilizado pela omissão.

Aqui eu sugeriria que, nessa apuração administrativa ou antes de o Estado definir se deve ajuizar ou não, fossem avaliadas as condições do art. 20, do art. 22, do art. 28, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Ou seja, se existe culpa na forma como a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro entende que deva haver.

Então, eu acho que isso daria uma segurança para que nós não ajuizemos ações... E aí, aqui, como é um dever, o Estado, as procuradorias, enfim, quem for o ente legitimado para ajuizar essa ação poderia se ver na obrigação de ajuizar, mesmo quando ele entende que não havia essa culpa definida, sabe? E nós sabemos como são as pessoas, porque aqui também pode ser responsabilidade por caso de omissão. Então, em última análise, o servidor até acaba

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensando: "Não, é melhor ajuizar, porque, senão, daqui a pouco eu vou ser responsabilizado, sabe?".

Sobre essa questão, eu até gostaria de trazer algumas poucas considerações. Por exemplo, nos Estados Unidos, os servidores públicos são ajuizados... As ações de responsabilidade civil... Como existe esse Federal Tort Claims Act, eles são responsabilizados pessoalmente. Só que existe uma doutrina construída, a partir de uma jurisprudência da Suprema Corte Americana, que confere o que eles chamam de imunidade qualificada aos servidores. E eles só respondem, então, quando há o que a Suprema Corte Americana chama de *clearty established law*, ou seja, um direito claramente determinado.

Eu até tive a oportunidade de escrever um artigo, na companhia do jurista Flávio Henrique Unes Pereira, sobre esse tema, sabe? E por que é que existe isso? É porque, na verdade, há uma preocupação muito grande em termos de política de Estado, de não provocar uma responsabilização em abstrato em situações em que a pessoa não pudesse ter ciência do que ela cometia, ou seja, que ela pudesse exercer o dolo, ou seja, ter a voluntariedade na conduta, e provocar o efeito de sua ação de condutas que, às vezes, o servidor acha que são constitucionais, mas ele acaba pensando: "Bom, se eu agir assim, mas alguém achar que não é, então é melhor eu não agir de antemão". E, com isso, quem perde é o serviço público e a eficiência do Estado, sabe? Muitas vezes, o servidor tem até uma confiança de que aquela deveria ser a melhor forma, mas ele sabe que essa questão pode ser um pouco controvertida. Pessoas com moral ordinária podem divergir sobre aquele determinado entendimento, e isso gera nele um efeito de dissuasão para adotar a postura que vai implicar menor responsabilidade para ele.

Então, essa é uma política pública que é uma preocupação nos Estados Unidos. Eu acho que foi...

Esse debate nos Estados Unidos é muito similar ao que se debateu nessa alteração da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, feliz alteração, a meu ver. Inclusive, alguns dispositivos que foram vetados, a meu ver, não deveriam ter sido. Eu até, na época, tive oportunidade de escrever um artigo sobre isso, defendendo a sanção integral da norma. Mas, enfim, são essas considerações que eu gostaria de tecer a esta Comissão.

Agradeço muito o convite e a atenção de todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Dr. Flávio, eu que agradeço a gentileza de V. Exa. pela contribuição, sem dúvida muito valiosa, e pelas ponderações feitas sobre o projeto de modificação da Lei de Introdução, também de nossa autoria. Eu queria, portanto, agradecer muito.

E, dando sequência, eu convido o Professor Maurício Zockun, eminente Diretor Científico do Instituto de Direito Administrativo Paulista, professor, advogado, para suas observações.

E também agradecendo, mais uma vez, a presença de V. Exa.

O SR. MAURÍCIO ZOCKUN – Eminentíssimo Senador, Professor Anastasia, a quem eu agradeço o gentil convite para participar desta audiência pública; todos os presentes, em nome de quem eu saúdo o Professor Flávio Lunes, aqui presente. Fica minha saudação a todos.

Ilustríssimos membros da Mesa, que eu cumprimento na pessoa do meu eminentíssimo Professor Márcio Cammarosano, meu colega de departamento inclusive na faculdade, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

certamente fechará com chave de ouro esta Mesa, razão pela qual o Prof. Anastasia adequadamente deixou o *gran finale* para V. Exa., no que acertou uma vez mais.

E eu aqui vou tomar a liberdade de fazer algumas observações, talvez começando com um aspecto que já foi abordado pela minha queridíssima amiga Carolina Roman, que se refere à questão da responsabilidade pessoal do agente. Não é esse o tema? Logo em seguida, eu seguirei uma sequência lógica, mas esse é um tema que eu, digamos...

A minha visão foi sendo modificada ao longo do tempo, porque, num primeiro momento, todas as considerações muito bem levantadas pelo Dr. Flávio são muito aplicáveis ao Direito norte-americano. A nossa realidade é muito distinta. A despeito de poder ser de alguma maneira apropriada, é um modelo jurídico totalmente diferente do nosso. E por que é que eu digo isso? Essa figura que o Dr. Flávio mencionou, da responsabilidade do agente, estava também prevista na Constituição do Império, de 1824, já estabelecendo algo absolutamente inovador entre nós.

Em rigor, muito bem salienta o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello que a responsabilização do Estado, em detrimento do agente, foi uma medida protetiva do cidadão. Por que foi uma medida protetiva do cidadão? Porque o servidor público que praticasse uma falta poderia não ter patrimônio para incorrer no pagamento da indenização. Então, a responsabilização do Estado, em detrimento do agente, foi uma medida protetiva não do agente, mas do cidadão, para que ele pudesse buscar responsabilização em quem teria presunção de solvibilidade universal. Então, imaginar que você não pode promover o agente porque ele apenas manifesta a vontade do Estado, em rigor, com todo o respeito, não é dar o peso certo às coisas certas.

É claro que se pode, a meu juízo, promover ação direta contra o agente público. A grande dificuldade que eu, ao longo do tempo... Embora eu não tenha nenhuma dificuldade, pelo ponto de vista jurídico, de imaginar que você possa promover ação diretamente contra agente, lamentavelmente, hoje, dadas as inúmeras responsabilizações, inclusive com todo respeito à Dra. Ana Carolina, a cargo do Ministério Público, a Administração, lamentavelmente, vem sendo composta por um conjunto de covardes, porque o agente público tem medo, em última análise, de tomar qualquer espécie de atitude, sob pena de responsabilização. O Ministério Público promove uma ação civil pública, promove uma ação de improbidade administrativa, e hoje é muito mais fácil para o agente público dizer "não" e socorrer ao juiz, para que ele diga "sim", porque ele afasta completamente a responsabilidade, do que ele dizer "sim".

Então, se por um lado, eu, pelo ponto de vista jurídico, entendo que haja possibilidade de você, sim, responsabilizar diretamente o agente público, por outro lado também reconheço que você solta o agente público aos leões, porque nem a defesa pública ele tem a seu favor. Quando pratica um ato, ele é obrigado a contratar advogado privado para defendê-lo! Isso é terrível!

Eu até concordaria com esse dispositivo, mas eu não acho que é o momento mais adequado para colocá-lo. Senão, é preciso botar uma outra coisa, dizendo o seguinte: "Olha, o Estado promoverá a defesa judicial, mediante advocacia pública, dos atos dos seus servidores públicos, inclusive nessa hipótese de ação de improbidade, se anteriormente se manifestou pela lisura do ato". Porque, aí, o agente público está tranquilo, não é? Ele vai receber a defesa da Advocacia Pública... E não é defesa de Governo; é defesa, de fato, de Estado. E aí, sim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

você pode colocar essa hipótese. O que não pode é colocar mais um ônus para o servidor público.

Se hoje nós temos um conjunto de servidores públicos que se acovardam diante do Estado, por força da responsabilização pessoal, isso aqui só vai incrementar essa covardia.

Então, eu, juridicamente, entendo que o dispositivo é válido, mas eu entendo que este não é o momento mais adequado. Por quê? Ele teria que vir casado com outra obrigação imposta geral e abstratamente, para a Advocacia Pública fornecer essa defesa, para ele... Como, por exemplo, ocorre no Banco Central, em relação a atos praticados pelos servidores do Banco Central. Só que isso tinha que ser uma cláusula geral.

Então, eu, com todo o respeito, Senador Anastasia, meu Professor Anastasia, eu concordo pelo ponto de vista jurídico, mas ele teria que vir acompanhado de uma outra garantia, porque é mais um ônus para o servidor público, sem uma correspondente garantia. Portanto, eu vejo com ressalvas o projeto de lei.

Nessa parte eu recomendaria, nesse ponto, a supressão, mas por essa razão, não pelo ponto de vista técnico. Realmente, é uma questão de conveniência. Não vamos tornar a Administração ainda mais engessada do que ela é.

Eu tinha feito umas observações aqui em relação ao projeto original, mas eu as tomo também em relação ao projeto que foi o substitutivo apresentado pelo senhor, Professor Anastasia, e que, em alguma medida, eu sigo adiante, porque eles casam muito bem.

O art. 1º do projeto faz referência – e essa é a dicção constitucional, a propósito disso – a que, na realidade, a Lei geral de Responsabilidade teria por destino atingir tanto o Estado quanto as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público. Essa é realmente a dicção. Só que é muito mais do que isso, não é? Qualquer espécie de atividade que os particulares desenvolvam numa função estatal é responsabilizada.

Então, aqui nesse dispositivo, parece que vai se restringindo o alcance dessa lei e da própria responsabilidade do Estado, só para prestação de serviço público, o que não é verdade. Qualquer espécie de ação estatal desenvolvida diretamente pelo Estado ou por particulares acarretam, por exemplo, poder de polícia, obra pública – que aparentemente não estão contemplados aqui.

Então, parece-me que há necessidade de ampliar um pouco, didaticamente, este preceito contido no art. 1º, na cabeça dele, para que, induvidosamente, se espante qualquer dúvida de que toda e qualquer espécie de atividade estatal estaria abrangida pela responsabilização.

E a propósito, inclusive, do julgamento do Recurso Extraordinário 842846, julgado em sede de repercussão geral pelo Supremo, eu acho que cabe aqui uma menção didática, no seguinte sentido: nesta figura de responsabilização... Inclusive, no objetivo de que trata a lei não está contida a pessoa natural que desempenha a atividade em nome do Estado. Então, permissionário.

A Lei 8.987, como muito bem registra o Prof. Márcio Cammarosano, que em breve nos brindará com a fala final... Ele muito bem salienta que o permissionário – diz isso a lei – pode ser uma atividade desempenhada tanto por pessoa jurídica ou por pessoa física. Pergunta: como responde a pessoa física? Resposta: não está no art. 37, §6º, da Constituição da República. Então, como é que responde? Não é objetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, convém – de novo, usando a expressão muito bem talhada pelo Prof. José Souto Maior Borges: convém lançar, nesta lei, um preceito didático, no sentido de que as pessoas naturais que desempenham atividade em nome do Estado não respondem objetivamente; respondem nos termos da legislação civil. E a legislação civil há de estabelecer se a responsabilidade é objetiva ou subjetiva. Há o caso do mesário, há o caso do jurado, outras tantas hipóteses... O permissionário, inclusive. São pessoas naturais que desempenham essas atividades, mas que, didaticamente, há que se assinalar, muito embora o Supremo tenha feito, *obiter dictum*, no meio do julgamento, que realmente elas não respondem com base neste preceito da responsabilização objetiva.

Ainda com relação ao art. 4º, seguindo mais adiante, eu elogio que finalmente se assinalou, induvidosamente, novamente o preceito didático de que os danos causados pelo denominado funcionário, de fato, não são imputáveis ao Estado – os danos eventualmente casados.

Traz-se aqui uma hipótese que eu também elogio, no art. 8º, do risco integral.

Aqui já estão passando... Não, é que há um descasamento... Não sou eu que estou passando, não é? (*Risos.*)

Não, porque aqui se faz referência ao dispositivo anterior, e eu deixei de lado, porque eu acabei contemplando, no substitutivo, todas as passagens. Então, podem ficar tranquilo, que eu vou aqui no gogó.

Então, o art. 8º eu elogio intensamente, porque, de fato, muito embora apregoe-se, com acerto, que o Estado não é segurador universal, o lesador pode estabelecer hipótese em que o Estado é o segurador universal.

Aqui estabelece algumas hipóteses, por exemplo: por determinação constitucional; acidente nuclear; por causa da Copa, o ato de terrorismo também era considerado como responsabilizador ou responsável integral...

Então, eu reconheço um avanço da legislação nesse aspecto, portanto louvo. É necessário, de fato, que se façam os elogios.

O art. 9º trata da responsabilidade do magistrado, e muito bem fez a lei para estabelecer a diferença entre o erro judicial e o erro judiciário – aquele praticado pela serventia do juízo –, mas eu acho que a lei foi tímida nesse aspecto – com todo o respeito ao membro da magistratura que está aqui presente, mas nós estamos aqui num debate republicano, aberto, democrático –, pela seguinte razão: hoje o magistrado pode muito, mas não pode tudo. E hoje não existe aquela ampla liberdade de decisão motivada, como existia no passado. A Emenda 45 restringiu essa amplíssima liberdade da magistratura nesse aspecto. Tanto é verdade, que editou a figura da súmula vinculante, pela qual o magistrado está impedido de decidir contrariamente a ela. Repercussão geral, em sede de recurso extraordinário...

É claro que o magistrado pode decidir contrariamente, mas justificando... Vou usar aqui uma expressão que foi muito pisada pelo advogado, da língua inglesa: *distinguish*. Tem que fazer a distinção. Tem que falar: "Olha, este caso aqui não se amolda exatamente àquele julgado. Por tal razão, decido de modo diferente".

O que hoje não é mais possível e se caracteriza uma conduta ilícita é o magistrado, sabendo de uma decisão proferida em sede de repercussão geral, em Adin e em súmula

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vinculante, decidir – porque o pensamento dele é diferente – contrariamente, até a Suprema Corte se manifestar a respeito dessa matéria, causando um dano!

Nesse caso, com todo o respeito, o magistrado é responsável além das hipóteses que a lei estabelece.

O Código de Processo Civil, inclusive, nesse ponto e em boa hora, trouxe hipóteses de responsabilização de magistrado. Quantas vezes o Prof. Márcio Cammarosano e eu chegamos a uma audiência distante, chegamos lá... Pegamos o avião – o Prof. Márcio, inclusive, foi de ônibus –, chegamos lá, na hora, alguém falou: "Olha... Então... O juiz desmarcou a audiência". O que é isso?

Espera-se da Administração Pública, inclusive na administração da Justiça, seriedade na sua conduta. É claro que um caso fortuito ou de força maior tudo bem, isso não se coloca. É caso, inclusive, de excludente de responsabilidade. Quanto a isso não se trata. Mas tanto é verdade, que o Código de Processo Civil estabelece que, nesse caso, a responsabilidade é do Estado.

Então, muito mais além daquelas hipóteses que a lei, a meu juízo, conservadoramente coloca, existe a possibilidade de responsabilização do magistrado. Então, acho que, nesse particular, deveriam ser ampliadas didaticamente essas hipóteses, porque elas já ocorrem; elas já se aperfeiçoam juridicamente. No entanto, parece-me que, de novo, fazendo coro aqui ao Prof. José Souto Maior Borges, há a necessidade de, didaticamente, apontar que essas também são hipóteses de responsabilização.

E vou mais adiante aqui, com relação à prisão preventiva do art. 10: eu acho que é, sim, o caso de começar a imputar essa responsabilização. Eu acho que é o caso. Porque há abuso. Há reiterados abusos... E não é o problema da prisão fixada em prazo lícito; é quando o Supremo Tribunal Federal, quando o STJ concede *habeas corpus* por excesso de prazo, porque já ultrapassou a medida do razoável.

Pergunta: admite-se que o Estado, no exercício das suas funções, possa praticar um ato fora dos estritos limites da ordem jurídica, inclusive um ato desarrazoado, desproporcional? A resposta é "não"! O que que se faz com isso? É um ilícito!

A prisão preventiva fora dessas hipóteses, extrapolando o prazo legal, é uma ilicitude! O Estado tem que ser responsabilizado, porque houve o reconhecimento jurídico de que houve excesso, e o reconhecimento jurídico do excesso causa para aquele atingido por aquele excesso um dano, um dano passível de reparação.

Então, eu louvo e digo: tem que ser mantido. Tem que ser mantido, fazendo uma ou outra hipótese aqui contra fato criminoso, eu não vou entrar nessa seara, mas o excesso tem que ser coartado, no meu ponto de vista, juridicamente.

Com relação ao art. 13, responsabilidade por atos legislativos, eu louvo, uma vez mais, o art. 13, inciso II, quando diz que a lei constitucional enseja responsabilização.

Mas, Prof. Anastasia, eu vou dar uma sugestão para o senhor: muitas vezes você edita uma lei constitucional, mas depois essa lei causa um dano, para depois ser reparado. Mas, antecipadamente, você reconhece a hipótese de que o dano será causado. Pergunta: o Estado pode deixar que primeiro o dano ocorra, para depois reparar, se ele sabe, antecipadamente, que o dano vai ser causado? A resposta é negativa. Não pode!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, vamos pensar o seguinte: é aprovada uma lei fixando, por exemplo, que não se pode ser mais desempenhada uma atividade comercial qualquer. Esta lei é aprovada e ela estabelece que, naquele minuto seguinte, aquelas atividades comerciais têm que ser automaticamente interrompidas e cessadas. O que que você faz? Segundo o dispositivo, o Estado responde, porque vai impondo um dano anormal, especial, àquele grupo determinado de pessoas, em prol de toda a coletividade. Exige a ideia da isonomia o quê? A repartição equânime do ônus entre os membros da sociedade. Só que, nesse caso, antecipadamente, você imputou o ônus a uma classe em benefício de todos. O Estado vai deixar para reparar depois? É isso? O Estado sabendo que o dano vai ocorrer? Ele espera para primeiro causar o dano para depois reparar? A meu juízo não, Professor.

A meu juízo, nesse caso, a responsabilização, quando for passível de dimensionamento, tem que ser prévia! Antes o Estado, sabendo que o dano ocorrerá, tem que indenizar previamente. E, depois, na parte em que ele não tiver condições de mensuração ou não souber o que for mensurável, aí é hipótese de responsabilização. Não se pode imaginar que o Estado primeiro cause o dano, sabendo que ele ocorrerá, só para depois reparar. Isso é antítese do Estado de direito!

E eu aqui já vou terminando, ouviu, Senador Anastasia?

Muito bem observado, tanto pelo Dr. Felipe quanto pelo Dr. Flávio, que, na realidade, a prévia instalação do processo administrativo, nesse particular, na hipótese de ação de regresso, não é uma faculdade; é uma obrigação. Porque, sem ele, você não tem pretensão resistida.

O Estado causa um dano. O particular pode promover ação diretamente? A meu juízo, não! Não por quê? Porque não tem pretensão resistida. Ninguém postulou para o Estado: "Olha, você me causou um dano. Paga!". Se o Estado disser "não pago", você não tem pretensão resistida. O Estado pode dizer: "Poxa, por que que ele não me procurou? Eu teria a maior condição de, com a atividade técnica, descobrir quem foi o causador do dano, mensurar o dano e pagar".

Então, a meu juízo, aqui se coloca que a possibilidade de formular o pedido administrativo... Eu não acho que é uma faculdade, viu? Eu acho que é uma obrigação. Porque, lá na frente, se eu fosse juiz – não sou –, eu diria: "Ué... Não há pretensão resistida...".

Então, sob esse aspecto, eu também sugiro uma modificação aqui, neste dispositivo, para evitar, depois, que haja uma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO ZOCKUN – Perfeito. Já vou terminando.

Senão, o sujeito vai promover uma ação inútil.

Só para terminar realmente, Senador Anastasia: a questão da coexistência de um processo administrativo ou judicial tratando da mesma matéria.

A lei diz que pode haver um processo administrativo para apuração de responsabilização, coisa e tal... O problema é quando dá também um processo judicial já a respeito disso, não é? Iria ganhar um grande problema: se você admitir a tramitação do processo administrativo e, no final, reconhecer a ocorrência do dano, mas o processo judicial não... Causa um problema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terrível! Então, a minha sugestão: no caso de ação judicial, suspende o transcurso do processo administrativo.

E mais: a ação de regresso, Senador – e eu acho que isso é muito importante ser colocado –, não pode ser ajuizada contra o agente público sem que, antes, o Estado seja condenado e pague! Porque, senão, ele vai custear o pagamento se valendo do quê? Do Erário do servidor. E mais: não adianta só ser condenado. No caso de condenação judicial, tem que emitir o precatório, viu? Porque aí é que surge para o Estado o dever de pagar, porque ele já efetivou o desembolso, e para o particular o direito à percepção. Então, essa ação de regresso, a meu juízo, não pode ser proposta, se não após o pagamento na esfera administrativa ou após a prévia emissão do ofício precatório.

Há outras coisas a serem ditas, mas certamente o Prof. Márcio, com muito mais propriedade do que eu, terá a condição de avançar muito mais profundamente no tema.

Uma vez mais, Prof. Anastasia, muitíssimo obrigado pelo convite. E me desculpe pela prolongada observação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Dr. Maurício, Prof. Maurício Zockun. Agradeço muito a participação de V. Exa., que, naturalmente, como os demais, enriqueceu muito e trouxe luzes sobre esse tema, que é um tema, de fato, como nós falamos aqui no início, bastante complexo.

Antes de passar a palavra ao Prof. Márcio Cammarosano, eu queria cumprimentar o Senador Rodrigo Cunha, aqui presente, saudá-lo, ele, que preside a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor do Senado da República.

Prof. Márcio, eu, antes de passar a palavra a V. Exa., na realidade, o Dr. Maurício tirou as palavras da minha boca... É que nós poupamos, não é, para usar a palavra mais coloquial, a "cereja do bolo", digamos assim, o *grand finale* das grandes óperas, das grandes peças artísticas, que é a palavra do nosso grande mestre, Prof. Márcio Cammarosano, que eu tenho a honra, o prazer e a grande satisfação de rever uma vez mais aqui no Senado.

Agradeço a V. Exa. a cooperação, que é extraordinária, é muito dedicada, que é, aliás, a característica de V. Exa., e os jovens, fora a minha pessoa, que estão aqui, participando, têm em V. Exa. uma inspiração, inclusive nessa participação sempre graciosa e de interesse público, que colabora na tramitação dos projetos no Senado Federal.

Desse modo, agradeço muito a presença de V. Exa. e o convido, para que V. Exa. nos ofereça aqui as suas sugestões sobre esse projeto de lei.

Muito obrigado.

O SR. MÁRCIO CAMMAROSANO – Boa tarde a todos.

Eu só posso agradecer penhoradamente o convite que me foi formulado por V. Exa. para comparecer hoje aqui, para tecer algumas rápidas considerações a respeito, especialmente, deste substitutivo de autoria de V. Exa.

Sei que há uma participação também nisto do Prof. Flávio Unes, a quem estendo os meus agradecimentos e que sempre tem me honrado com a melhor das atenções.

Fica difícil me referir a V. Exa., tendo que escolher, eventualmente – e, portanto, não escolho –, como um dos mais eminentes Senadores da República, como professor emérito de Direito Administrativo, que eu tive a honra de conhecer há algumas décadas, em Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, naquela oportunidade, V. Exa. produziu um texto pioneiro a respeito de regime jurídico único, e fiquei muito feliz, porque, numa época em que todos se indagavam a respeito da natureza do regime jurídico único, e eu via, à luz da Constituição, numa interpretação sistemática, que só poderia a Constituição estar fazendo referência ao regime estatutário, V. Exa., como jurista de primeira água, sustentou, desde o início, essa posição, que, afinal, anos após, veio a ser consagrada pelo próprio Supremo Tribunal Federal.

Portanto, eu tenho gratíssimas recordações das nossas participações naqueles congressos do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo, e, portanto, receba V. Exa. as minhas mais profundas homenagens, quer como Senador da República, reserva deste País, jurista emérito, e que tem dado uma demonstração inequívoca de como devem se comportar aqueles que se apresentam como representantes do povo brasileiro.

V. Exa. honra a política e honra a Administração Pública deste País para além de honrar o Direito e a memória, inclusive, daqueles que o antecederam nas hostes jurídicas das nossas belíssimas Minas Gerais.

Agradeço a todos os que estão aqui presentes, as observações generosas do meu amigo irmão Maurício Zockun, Prof. Maurício Zockun, e apenas quero registrar que a deferência de falar por último só se deve a duas razões, talvez conjugadas. A primeira delas é pelo fato de ter chegado atrasado, pelo que eu peço desculpas. A segunda é uma deferência, Senador – e quanto a isso eu não tenho dúvida –, aos meus cabelos brancos; jamais no que concerne a alguma distinção quanto ao conhecimento do Direito, mesmo porque aqui estão reunidos jovens – permitam-me referir a todos assim –, representantes maiores do pensamento jurídico nacional.

Pois bem, Senador. Fiquei com uma excelente impressão do substitutivo da lavra de V. Exa. e, ao percorrer os olhos, já de início me ocorreu registrar que é com muita felicidade que tomei conhecimento desta iniciativa de um Deputado, e agora me parece que aprimorada com o substitutivo de V. Exa., em boa hora se preocupando com a regulamentação do art. 37, §6º, da Constituição.

Eu me permito fazer rapidamente algumas observações absolutamente objetivas, creio eu, mesmo porque não há, digamos, tempo material para enveredarmos por considerações teóricas, digamos assim, mais aprofundadas.

Fiz uma observação geral, no sentido de que me causa uma excelente impressão, e devo registrar, desde logo, a minha adesão a uma série de disposições, e tenho algumas observações que podem, eventualmente, contribuir para algum possível aprimoramento deste substitutivo.

O art. 2º, que desde logo me chama atenção, é aquele que contempla, como pressuposto da responsabilização civil, a referência à culpa ou dolo, na hipótese de omissão. Permitam-me apenas fazer uma referência de ordem teórica. É que para mim omissão existe quando há uma inação ofensiva à ordem jurídica. E, portanto, falar em omissão é quando se deixa de agir, quando agir constituía ou constitui o imperativo jurídico. Então, é muito mais uma responsabilidade por comportamento ilícito do que uma responsabilidade subjetiva. Não obstante, nenhum reparo em rigor a fazer à opção por deixar registrado que, nas hipóteses de omissão, a responsabilidade não é objetiva, porque a responsabilidade objetiva se caracteriza,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes de tudo, por ser uma responsabilidade, mesmo em face de comportamentos lícitos da Administração.

Eu confesso que sempre tenho alguma resistência – talvez pela minha formação, confessadamente positivista, mas um positivismo, digamos, metodológico, eu diria metodologicamente moderado, mas *à la* Bobbio – quando eu leio expressões como a que consta no art. 3º, §1º, "O dano deve ser certo e injusto". Para mim basta que ele se apresente em rigor ofensivo à ordem jurídica, mas é, como consta do §2º, inciso II, ofensivo à ordem jurídica, aqui injusto, quando superior ao sacrifício que normalmente seria exigível de qualquer administrado.

Permito-me uma rápida observação a respeito do §4º. No §4º, nós temos que: "É indenizável o dano decorrente da quebra de legítimas expectativas, quando o Estado tenha induzido o particular de boa-fé a adotar determinado comportamento [...]". Considero perfeita a disposição, na mesma linha dos que me antecederam. Apenas me permito observar, talvez por falta de uma maior reflexão de minha parte, que seria dispensável a parte final: "a fim de obter vantagem lícita futura". Parece-me que a supressão dessa expressão final em nada prejudicaria; ao contrário, até ampliaria a possibilidade de responsabilização diante da quebra de legítimas expectativas.

Avançando um pouco mais, eu anotei a questão relacionada com o art. 5º, inciso III, que diz que o dano, e eu diria, imputa-se à responsabilidade do Estado, no caso de dano decorrente de omissão... No inciso III, está que, quando "for derivado de omissão atribuível ao mal funcionamento de serviço do Estado". Eu acrescentaria: ou inexistência do serviço, quando obrigatório, em face de exigência legal, ou, enfim, do ordenamento jurídico globalmente considerado.

No art. 7º, consta: "A responsabilidade civil do Estado por omissão depende da demonstração de culpa, ainda que de forma anônima.

§1º Há culpa anônima quando o serviço público ou de relevância pública não funcionou, ou funcionou mal ou atrasado".

A Constituição da República faz referência a atividades de relevância pública. Parece-me, salvo engano de minha parte, que são com relação a atividades na área de saúde e talvez também de educação. É que há atividades cometidas ou desenvolvidas por particulares que hão de ser reconhecidas como de relevância pública sem que, todavia, se submetam ao regime jurídico de serviço público no sentido estrito do termo. Então, talvez o §1º do art. 7º comportasse alguma maior reflexão.

Eu vou já para o art. 12, parágrafo único. Quando o parágrafo único diz que: " Aplica-se o disposto neste artigo [...]", que trata da responsabilidade por atos das funções essenciais à Justiça, e que eu considero, apesar de causador, nos órgãos e nos agentes encarregados de funções essenciais à Justiça, de uma certa apreensão, considero muito oportuno e já era a hora, me perdoem a expressão, de colocar o dedo na ferida. Mas, quando se diz: "Aplica-se o disposto neste artigo nos casos em que reconhecida a litigância de má-fé", eu sugeriria que se avançasse um pouco acrescentando "ou atuação de forma temerária", porque o processo – especialmente para aqueles que são honestos, que são descendentes, que se esmeram em cumprir adequadamente as suas obrigações – é sempre um ônus e, às vezes, um ônus insuportável, ainda que dele eventualmente não decorra, afinal, alguma sanção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também me parece oportuno fazer uma observação a respeito do art. 14, das causas excludentes de responsabilidade do Estado. Consta: "Exclui a responsabilidade civil do Estado a ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses". No inciso III, diz: "caso fortuito ou força maior, assim definidos na legislação civil.".

Escorando-me em lições vetustas de Celso Antônio Bandeira de Mello, me parece que, aqui, dever-se-ia fazer referência àquelas situações de risco criadas pelo Estado, como a instalação de um paiol ou um estabelecimento prisional em que essa situação de risco associada a um caso fortuito ou força maior venha a provocar dano a terceiros, mas, com a situação de risco criada pelo Estado, talvez fosse o caso de contemplar também a responsabilidade do Estado nessas oportunidades.

Vou para o art. 17, ou melhor, o art. 18, §2º. Talvez seja um preciosismo de minha parte, mas aqui, quando diz: "O agente poderá efetuar o pagamento de forma parcelada, inclusive autorizando o desconto mensal em folha de pagamento, de parcela da remuneração recebida [isto é, o agente público, pessoa física], para pagamento do débito com o erário, respeitados os limites fixados em regulamento". Fico na dúvida se não seria o caso de haver uma disciplina dessa matéria em lei ainda de cada pessoa jurídica de Direito Público com capacidade política legislando para si, além da União, Estados membros da Federação brasileira, Distrito Federal e Municípios. Não tenho segurança de quanto até que ponto o Chefe do Executivo poderia caminhar nessa matéria, baixando regulamento em face mesmo do preceito constitucional de que se presta a execução da lei. Nem sempre é fácil dizer quando caminhamos para além do estabelecimento de regras orgânicas e procedimentais para a fiel execução das leis ou não, mas talvez merecesse alguma atenção.

Eu não vejo, também do ponto de vista teórico, com maus olhos a possibilidade de ser acionado desde logo, no caso de dano causado a terceiro, quando se lhe imputa dolo ou culpa o agente público, porque situações há em que o agente público, de forma contumaz, ofende direito dos administrados e lhes causa dano. Não raras vezes, ele o faz se escondendo na responsabilidade civil objetiva do Estado, porque ele está certo, de acordo com uma dada orientação doutrinária e jurisprudencial, de que só responderia em ação regressiva depois do trânsito em julgado da ação condenatória do Estado pela responsabilidade objetiva.

Então, agentes há que, digamos, se me permitem a expressão, nadam de braçada, porque dizem: "Comigo nada pode acontecer, porque, se eventualmente, com o meu comportamento, eu causar dano a terceiro, esse terceiro primeiro vai ter que obter uma decisão condenatória em face do Estado". E ainda, na sugestão, que é oportuna, do Prof. Maurício, depois até de que o Estado viesse a pagar a indenização devida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MÁRCIO CAMMAROSANO – Portanto, há determinadas situações em que nós teríamos que pensar também nisto.

Mas, afinal, eu gostaria de deixar registrado, sem embargo de algumas outras sugestões que tenha e que faço questão de fazer chegar às mãos de V. Exa., que é preciso, em algum momento, voltar a definir, para efeito de responsabilização civil extracontratual por dolo ou culpa, redefinir dolo. Nós temos visto uma má compreensão e até determinados erros jurídicos no que diz respeito a dolo. Hoje em dia, com muita frequência, se tem confundido dolo com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mera voluntariedade da conduta, quando o conceito trabalhado, é claro, pelos penalistas, mas o Direito, como diria Geraldo Ataliba, é um só, implica a vontade livre e consciente de obter um dado resultado de cuja antijuridicidade se tenha a consciência. Então, não basta a mera voluntariedade do comportamento. E também, como já foi dito aqui, recuperar um pouco aquilo que veio, de certa forma, nas novas disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, do cuidado com o que tem havido ultimamente e com grande intensidade de responsabilizar agentes públicos especialmente exercentes da Advocacia Pública pelo denominado crime de hermenêutica. O órgão de controle não concorda com a opinião, com o parecer, com aquilo que sustenta o exercente de Advocacia Pública e depois, diante da sufragação de um entendimento contrário, sem que se possa dizer que não era sustentável a posição do agente exercente da Advocacia Pública, se promove a responsabilidade do agente, e mais, colocando-o, e de forma indiscriminada, como réu em ação civil pública de responsabilidade por improbidade, o que é um desastre total e absoluto para a reputação e o sentimento de amor próprio daqueles que se dedicam ao serviço público com honradez.

Mas parabenizo V. Exa. pelo substitutivo de grande alcance.

Cumprimento todos os meus colegas.

E espero que este substitutivo, Senador, prospere, porque ele realmente vem suprir uma lacuna e disso nós estamos padecendo há algum tempo, não obstante os sensíveis avanços da doutrina e da jurisprudência nessa matéria.

Meus parabéns, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Antonio Anastasia. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Prof. Márcio Cammarosano. Primeiro, naturalmente agradeço as palavras tão carinhosas que V. Exa. dirigiu a minha pessoa, muito mais fruto de seu coração vasto e simpático do que da realidade.

Eu me lembro muito bem, quando V. Exa. falava, dos meus primórdios, quando fiz meus estudos sobre o Regime Jurídico Único do Servidor Público, da obra de V. Exa., que muito me moldurou naquele momento e me permitiu, de fato, avançar naquela pesquisa. Então, agradeço, mais uma vez, muito a V. Exa., lembrando aqui do nosso amigo em comum, meu grande mestre, Prof. Paulo Neves de Carvalho, que tinha uma estima extraordinária e que tantas vezes nos recebeu na nossa querida Belo Horizonte.

Nós elaboramos, senhores eminentes convidados, algumas indagações, na realidade, foram cinco, mas todas elas foram respondidas pelos eminentes expositores. Nós indagamos aqui, por exemplo, se seria adequado fazer uma, digamos, entre aspas, "codificação do tema". Eu observei que há unanimidade favorável ao assunto.

Indagava sobre a questão da omissão. Também foram muito claros a respeito da posição também do caso da omissão que hoje gera controvérsias, mas que seria aqui resolvida.

O tema relativo ao item 3, seria a questão relativa exatamente à prisão preventiva. Entendi perfeitamente a posição da magistratura, a posição do Ministério Público e me pareceu que a posição do Dr. Maurício foi também muito clara, como também a do Dr. Flávio. Então, eu acho que, de fato, nós temos que fazer algo que não seja ao mesmo tempo uma espada de Dâmocles sobre o magistrado, mas que evite, de fato, algo que permaneça no tempo, uma matéria que é claramente antijurídica. Então, eu acho que foi bem esclarecedor aqui o nosso debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A outra indagação é exatamente, digamos, o que é o tema mais delicado desse projeto, que é questão da demanda direta ao agente causador. Entendi perfeitamente as ponderações, os alertas feitos pelos representantes da magistratura e do Ministério, com as ponderações da OAB, do Dr. Maurício e do Prof. Márcio.

Eu acho que aqui nós temos – o Prof. Flávio estava aqui, um segundo atrás; deve ter se ausentado rapidamente; tem nos ajudado tanto nesse tema – de buscar um texto que seja um equilíbrio, mas entendemos também perfeitamente.

E ainda tínhamos indagado sobre a denunciação da lide, que também foi objeto aqui das ponderações das senhoras e senhores.

Então, desse modo, eu queria agradecer muito a presença de todos; dizer, mais uma vez, que isso é fundamental para a instrução do projeto de lei. Nós levaremos aos nossos pares, já na reunião amanhã pela manhã, quando teremos reunião da CCJ, e darei ciência aos nossos pares da realização desse evento, da gentileza das senhoras e senhores de virem aqui, de apresentarem as ponderações, para que, conforme o alerta final feito pelo Prof. Márcio Cammarosano, o projeto possa avançar.

Sabemos que um projeto dessa dimensão e dessa natureza encontra sempre resistência. São naturais interpretações, ponderações de vários segmentos. Temos algumas emendas já apresentas pelo Senador Lasier. Depois, se vier a ser aprovado aqui, ele voltará à Câmara, porque ele veio da Câmara e deverá voltar para a Câmara escolher entre a proposta original que veio de lá e a nossa proposta. Mas acredito que, num prazo talvez de um ano e meio – seria até um pouco otimista nesse prazo, mas tenho de sê-lo –, nós teríamos uma aprovação de um novo estatuto sobre a responsabilidade civil. Na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, nós também fomos otimistas e conseguimos avançar a despeito dos vetos. Eu agradeço muito sempre o empenho de todos aqui a favor da sanção integral, não foi possível.

E há lembrança feita pelo Dr. Flávio, já anotamos, é muito bem-vinda a referência aqui, de fato, a sua abordagem da interpretação e da aplicação da responsabilidade civil também.

Desse modo, eu queria, mais uma vez, agradecer muito à Dra. Ana Carolina Roman, que representa aqui o Ministério Público, pela gentileza e pedir que leve ao Dr. Fábio George, novo Presidente da Associação Nacional, os meus agradecimentos; da mesma forma ao Dr. Felipe Albertini, Magistrado, que representa a Associação dos Magistrados Brasileiros, e pedir que leve ao Dr. Jayme de Oliveira, eminente Presidente, os meus agradecimentos, e agradeço pela sua presença; ao Dr. Flávio Jardim agradecer também e pedir para levar ao Dr. Felipe Santa Cruz os meus agradecimentos, da corporação à qual pertenço, que é a Ordem dos Advogados do Brasil; e agradecer igualmente aos nossos grandes professores que gentilmente aqui vieram de São Paulo, o Prof. Sr. Maurício Zockun e o Prof. Márcio Cammarosano, que trouxeram a colaboração, de fato, inexcedível aqui ao nosso debate.

Então, dessa maneira, cumprida a finalidade desta audiência pública, agradeço muito a presença das senhoras e dos senhores e declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 15 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e nove minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Simone Tebet e Jorginho Mello, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, José Maranhão, Esperidião Amin, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Rose de Freitas, Juíza Selma, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Marcos do Val, Leila Barros, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Flávio Arns, Irajá, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Paulo Paim e Chico Rodrigues. Usa da palavra o Senador Irajá. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jader Barbalho, Ciro Nogueira, Cid Gomes, Humberto Costa e Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 13ª Reunião Ordinária e da ata da 14ª Reunião Extraordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Ofício "S" nº 9, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em vaga destinada à representação do Ministério Público do Trabalho, no biênio 2019/2021." Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público. Relatoria: Senador Carlos Viana. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM 2 - Ofício "S" nº 10, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação da Senhora IVANA FARINA NAVARRETE PENA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministério Público estadual." Autoria: Procuradoria-Geral da República. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Adiado. ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado n° 26, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 - Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 26, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jorginho Mello. Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CI a 3-CI. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CI-CCJ a 3-CI-CCJ. Observação: Durante a discussão, o Senador Oriovisto Guimarães retira a Emenda nº 4. Aprovado requerimento de urgência para a matéria. ITEM 5 - Proposta de Emenda à Constituição n° 51, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 159 da Constituição para aumentar para 26% (vinte e seis por cento) a parcela do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências." Autoria: Senador Lucas Barreto e outros. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta. ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara n° 164, de 2015 - Não Terminativo - que: "Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ, de redação. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1161, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." Autoria: Senadora Leila Barros. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei da Câmara n° 109, de 2017 - Não Terminativo - que:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre transporte escolar e transporte remunerado não licenciado." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Observação: Aprovado Requerimento nº 21-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 9 - Projeto de Lei da Câmara n° 47, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator. ITEM 10 - Proposta de Emenda à Constituição n° 1, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 57 o §4°-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Projeto de Lei Complementar n° 21, de 2019 - Não Terminativo - que: "Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Kajuru. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 307, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1539, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 815 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir às partes e aos advogados consignar sua presença no Juízo, retirando-se da audiência, em caso de atraso na realização desta." Autoria: Senador Styvenson Valentim. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 14 - Projeto de Lei n° 672, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na referida legislação os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero." Autoria: Senador Weverton. Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar, nos termos do art. 282 do RISF. ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 491, de 2017 - Terminativo - que: "Acrescenta §11 ao art. 14 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), para dispensar autorização de residência prévia à emissão de visto temporário." Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 16 - Projeto de Lei do Senado n° 312, de 2016 - Terminativo - que: "Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária." Autoria: Senador José Aníbal. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Projeto de Lei do Senado n° 191, de 2017 - Terminativo - que: "Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero." Autoria: Senador Jorge Viana. Relatoria: Senadora Rose de Freitas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 18 - Proposta de Emenda à Constituição n° 36, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade." Autoria: Senador Romário e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 19 - Projeto de Lei da Câmara n° 48, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Cadastro Nacional de Pedófilos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei do Senado n° 518, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo serviço de telemarketing." Autoria: Senador Cidinho Santos. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 21 - Proposta de Emenda à Constituição n° 19, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o caput do art. 5° da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos." Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Projeto de Lei n° 600, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a substituição de pena dos crimes previstos no §3º do art. 302 e no §2º do art. 303." Autoria: Senador Fabiano Contarato. Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Vista concedida ao Senador Rodrigo Pacheco e à Senadora Juíza Selma, nos termos regimentais. ITEM 23 - Projeto de Lei n° 633, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, que “Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal”, para garantir a transparência e privilegiar o princípio da publicidade." Autoria: Senadora Leila Barros. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta. Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas nºs 1-CCJ e 2-CCJ. ITEM 24 - Projeto de Lei do Senado n° 453, de 2017 - Terminativo - que: "Altera o caput do art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a fim de tornar explícito que o consentimento familiar, no caso de doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para depois da morte, só se faz necessário quando o potencial doador não tenha, em vida, se manifestado expressa e validamente a respeito." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 25 - Projeto de Lei da Câmara n° 115, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 9º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), para proibir a exclusão de pessoas jurídicas adimplentes e de boa-fé do Refis nas condições que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista concedida ao Senador Sérgio Petecão, nos termos regimentais. ITEM 26 - Projeto de Lei do Senado n° 503, de 2017 - Terminativo - que: "Determina a gratuidade de inscrição em concursos públicos para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cargos federais a candidatos que sejam doadores de sangue." Autoria: Senadora Rose de Freitas. Relatoria: Senador Rogério Carvalho. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. ITEM 27 - Projeto de Lei da Câmara n° 79, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para disciplinar a concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar na ação direta de inconstitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Vista concedida ao Senador Rodrigo Pacheco, nos termos regimentais. ITEM 28 - Proposta de Emenda à Constituição n° 17, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o inciso XII-A, ao art. 5°, e o inciso XXX, ao art. 22, da Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos fundamentais do cidadão e fixar a competência privativa da União para legislar sobre a matéria." Autoria: Senador Eduardo Gomes e outros. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ, de redação. Observação: Durante a discussão, o Senador Rodrigo Pacheco apresenta sugestão de redação, acolhida pela Relatora como emenda de redação. ITEM EXTRAPAUTA 29 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 21, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 109, de 2017." Autoria: Senador Rodrigo Pacheco. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 30 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 22, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 26, de 2018." Autoria: Senador Jorginho Mello. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 13ª Reunião, Ordinária, e da Ata da 14ª Reunião, Extraordinária.

Os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 28.

Antes de iniciarmos a ordem da nossa pauta, esta Presidência comunica que, apesar do acordo de Líderes para inclusão extrapauta dos PDLs relacionados ao porte de armas, especificamente os PDLs 233, 235, 238 e 239, de 2019, esta Presidência está retirando de ofício a matéria, porque na manhã de hoje fomos informados da publicação no *Diário Oficial da União* de dois atos do Senhor Presidente da República, um retificando substancialmente na forma o decreto objeto dos PDLs em questão, e um segundo decreto, o Decreto 9.797, alterando no conteúdo também os decretos. Portanto, nós estamos retirando de ofício esses itens extrapauta, já dizendo que o Senador Marcos do Val está prevento nessa questão e que, se forem apresentados novos PDLs, na semana que vem, impreterivelmente, poderemos não só ler o relatório, mas também discutir e, se for o caso, votar os relatórios ou o relatório apresentado.

Na sequência da pauta, item 5.

ITEM 5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2019

- Não terminativo -

Altera o art. 159 da Constituição para aumentar para 26% (vinte e seis por cento) a parcela do produto da arrecadação dos impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados destinada ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.

Autoria: Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Alessandro Vieira

(CIDADANIA/SE), Senador Cid Gomes (PDT/CE), Senador Ciro Nogueira (PP/PI),

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PR/SC), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Luis Carlos Heinze (PP/RS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Weverton (PDT/MA)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável à Proposta

Observações:

- Em 15/05/2019, a Presidência concedeu vista ao Senador Angelo Coronel e à Senadora Juíza Selma nos termos regimentais.

O Senador Tasso Jereissati foi Relator *ad hoc*, na semana passada, favorável ao projeto. A Presidência, no dia 15 de maio, concedeu vista ao Senador Angelo Coronel e à Senadora Juíza Selma, que, até o momento, não se manifestaram.

Devolvo, neste momento, a relatoria ao Senador Rogério Carvalho. Pergunto se tem alguma consideração a fazer, antes de colocarmos a matéria em discussão.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sra. Presidente, a única consideração, como já foi lido e hoje é o dia do debate, é acerca de um dos questionamentos sobre a aprovação da PEC no dia de hoje, que é a não contemplação dos Municípios. Mas nós temos aqui a notícia e o fato de que tramita na Câmara a PEC 391, de 2017, de autoria do Senador Raimundo Lira, que acrescenta 1%, escalonando ao FPM da arrecadação de Imposto de Renda, e IPI de 1%, escalonado ao FPM na arrecadação do Imposto de Renda e IPI. É isso aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, diante disso e não tendo contribuições outras além desse tema, eu dou por encerrada a leitura e a manifestação sobre o relatório da PEC.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Queria pedir urgência, queria pedir urgência, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Há um pedido do Relator de urgência da matéria.

Eu coloco em discussão o pedido de urgência do Relator para urgência da PEC 51...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah! Desculpe. Então, nós estamos falando de uma PEC, o calendário é especial, mas no Plenário, com o acordo dos Líderes, numa assinatura...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Nós já temos as assinaturas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E parece-me que o autor já está colhendo a assinatura dos Relatores, e nós poderemos estar quebrando o interstício.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O item 6 da pauta, do Senador Antonio Anastasia, que acabou de chegar. O Senador Anastasia estava na Comissão de Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na ordem, item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 164, DE 2015

- Não terminativo -

Acresce art. 290-B à Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto com duas emendas de redação que apresenta

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo;

- Em 15/05/2019, a Presidência concedeu vista coletiva nos termos regimentais.

Autoria, Câmara dos Deputados.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, para as suas considerações.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para voto em separado.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, ainda ontem, tive um breve contato com o Senador Irajá, porque, como eu temia, este projeto, relatado pelo meu guru, amigo e preclaro Senador Antônio Anastasia, merece no mínimo um esclarecimento cautelar. Vou resumir a questão, Senador Rodrigo, referindo-me ao advogado.

Uma casa construída, uma edícula de um piso construída numa área de preservação permanente ou numa via pública, como eu já vi acontecer, que supostamente tenha cinco anos de leniência... Quero dizer que nós estamos no Brasil em que, nas nossas cidades, mais de 50% das edificações não são regulares. Vou repetir: mais de 50% das edificações no Brasil não tiveram nem o alvará de construção e muito menos o habite-se. Nem por isso os Municípios deixam de arrecadar IPTU. O IPTU é lançado sobre o fato. Agora, a base do IPTU é o território. Eu não posso ser dono de uma casa se essa casa não estiver edificada sobre um terreno.

Então, eu estou apresentando um voto que eu não gostaria de apresentar, que é o voto pela rejeição, porque o projeto que nasce de uma excelente intenção... Eu votei a favor da Reurb, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Rodrigo também votou, que é a reforma urbana. É uma concessão do antigo Ministério das Cidades a esse dado de realidade e contempla principalmente conjuntos habitacionais, porque no conjunto habitacional a questão territorial precisa ser resolvida!

A inscrição no registro de imóveis tem como único benefício... Ela não gera tributo. Nenhuma prefeitura é obrigada a ver a legalidade para cobrar o IPTU. E nem a cobrança de IPTU regulariza a situação do imóvel. Essa é que é a verdade brasileira legal. Então, eu repito, já que o Senador Irajá acaba de chegar. Acho o projeto meritório na sua intenção, mas ele cria a seguinte faculdade: esta edícula de um pavimento, construída sobre... Pode ser área de risco, pode ser área de preservação permanente, pode ser uma via pública. Eu tenho um caso desses – posso depois dizer até qual é o Município – em que a prefeitura permitiu, por omissão, a construção numa via pública.

Então, ao promover o registro do imóvel, nós não estaremos dando segurança jurídica, nós estaremos criando insegurança jurídica, porque a pessoa registra e não resolve nada. Não passa a ser dono do terreno, porque o usucapião não pode... Nem mesmo o usucapião urbano, do Estatuto da Cidade, do Reurb, vai beneficiá-lo.

Eu procurei, até por uma questão de critério, para não parecer que tenho animosidade em relação ao projeto... Fui Prefeito duas vezes; na minha casa, minha esposa foi Prefeita duas vezes também, numa cidade muito delicada sob esse aspecto, porque 50% da ilha de Santa Catarina é constituída por áreas de preservação permanente, mangue, encostas e terras da União. Então, a regularização é um drama. Se eu permitir que a casa seja inscrita no registro de imóveis, se ficar entre a opção de permitir a inscrição ou não permitir, eu votarei contra, porque a casa é edificada sobre o quê?

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quer dizer, é o registro do imóvel construído, é o registro da propriedade, porque a propriedade é territorial e predial, o próprio imposto é predial e territorial urbano.

Então, eu me vi na situação de apresentar esse voto contrário por essa razão, que nada de pessoal tem. Acho que o projeto vem na esteira dessa preocupação com a realidade brasileira – e não é só do Brasil – do grande número de construções clandestinas, da proliferação de áreas de risco, de invasão de áreas de preservação permanente, de mangues, de beira de rio, contrariando tudo que nós temos legislado. Se nós consideramos, para concluir, que nós legislamos no Código Florestal, que abrangeu e abrange as chamadas áreas consolidadas – nós já fizemos isso –, nós estamos dando um passo, na minha opinião, inseguro e de resultado duvidoso.

Como forma de conciliação da minha posição em relação àquela do meu querido amigo Anastasia e do nobre Senador Irajá, eu tenho também um requerimento para uma audiência pública do ministério que seria dividido, mas não foi, felizmente. O Ministério das Cidades foi que liderou, com o Sr.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Figueiredo, uma pessoa com grande experiência de São Paulo, da realidade de São Paulo, foi o Mistério das Cidades que liderou essa revolução urbana que é a Reurb, a lei que nós que éramos Deputados votamos e o Senado referendou.

Se nós ouvirmos a Confederação Nacional dos Municípios, que eu procurei, a Associação Brasileira de Municípios...

Eu não consegui receber, Senador Irajá, a manifestação.

Eu recorri ainda à Fecam (Federação Catarinense de Municípios).

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Senador Amin, está sendo impresso esse documento de apoiamento e já vai lhe chegar em mão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu, como sugestão conciliatória, proponho que nós ouçamos o ministério afeto ao assunto, que é o de Integração Nacional, não é? Ou é Desenvolvimento Regional?

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Desenvolvimento Regional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Desenvolvimento Regional, que é o ministério que absorveu o antigo Ministério das Cidades, que seria fatiado, mas felizmente parece que não vai ser, o que causaria um grande dano ético sobre o Congresso, porque teria sido uma barganha, da qual eu não participei.

Vamos ouvir essas entidades, duas organizações nacionais de Municípios e o ministério respectivo para consolidarmos uma posição. Se isso não for possível, eu não vou fazer uma rebelião aqui, eu vou dar o voto que a minha consciência determina – está expresso neste voto –, lastreado numa manifestação da Consultoria Legislativa do Senado – eu não – que elementarmente focaliza o seguinte: a competência para regularizar propriedade urbana é do Município, isso é competência constitucional, mesmo a Reurb, a Lei 13.465, manteve. Isso nós não podemos tirar do Município, isso é constitucional. No momento em que nós determinamos – porque é isso que a lei faz – o registro de um imóvel peremptoriamente... Presta atenção, eu registro um imóvel espacial, sem raiz, sem definir sobre qual ele se assenta, eu estarei, no mínimo, reinventando o Evangelho, que diz que quem edifica casa sobre a rocha tem um destino; quem edifica sobre outra... Esse não edifica sobre nada, porque não define, ele registra o imóvel... Eu acho que nós estaremos gerando insegurança jurídica e não a segurança almejada tanto pelo Relator, que inclusive substituiu o alvará de construção pelo habite-se, que é o final da história... O alvará de construção é o começo da história de uma casa, o habite-se seria o final feliz. Ao se prescindir do último, prescinde-se do primeiro; ao dispensar a averiguação da propriedade do bem territorial, nós não estaremos gerando segurança jurídica a meu ver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em vez de ler o voto, que já foi apresentado, essa é a digressão que eu faço, repetindo: eu vejo uma solução conciliatória, fazermos essa audiência com as organizações que podem iluminar o assunto – repito –, o Ministério do Desenvolvimento Regional e as duas associações nacionais. Caso contrário, eu vou me limitar a ser um voto divergente e não os incomodarei mais, até em homenagem ao Senador Otto Alencar, que voltou hoje a vestir-se de...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Relator da matéria, Senador Antonio Anastasia, para os devidos esclarecimentos.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, Sras. Senadoras e Srs. Senadores. Eu pediria a atenção dos eminentes Senadores, especialmente do Senador Esperidião Amin, porque eu ouvi com atenção explicações e, naturalmente, sempre com muito respeito por um Senador tão preparado, Prefeito, Governador, Deputado e Senador novamente.

Mas, Senador Amim, me permita, V. Exa., neste caso, comete um ligeiro equívoco. O projeto do Senador Irajá não trata de registro, o registro se refere à propriedade. Em nenhum momento o Senador Irajá pretendeu regularizar propriedade. Trata-se de habite-se. É bom lembrar então o bê-á-bá, o que é então.

Primeiro, nós temos a propriedade registrada no Cartório de Imóveis – eu sou o dono daquele terreno. Muito bem, eu quero construir um imóvel naquele terreno, o que é outra coisa. Ensina o Direito: o acessório segue o principal. Para construir uma obra naquele terreno que é meu e está registrado, nós temos de ter, primeiro, o alvará de construção; e, depois, o habite-se.

O projeto do Senador Irajá limita-se a dispensar o habite-se. Jamais, em nenhum momento, cogitou em dar propriedade ou mudar o registro, mas tão somente registrar o habite-se. Por quê? Porque é muito comum, no dia a dia – V. Exa. sabe disso muito bem, como acabou de falar e falou com razão –, que, nas cidades tanto grandes quanto pequenas, as pessoas proprietárias constroem irregularmente sobre o seu próprio terreno. Em nenhum momento, cogita-se em dar aqui uma – entre aspas – "anistia" ou usucapião ou desapropriação indireta a favor de terrenos públicos, de áreas invadidas... Em nenhum momento! É o habite-se tão somente, ou seja, um acessório para aquele que comprova já a sua propriedade.

Aliás, no voto em separado de V. Exa. há três pontos colocados: o primeiro é a competência, que está superado, porque não estamos discutindo aqui competência municipal; é a Lei de Registro, que é federal. O art. 60 do Reub já determinou exatamente a modificação da Lei de Registro também para dispensar o habite-se. Então, eventual mácula de constitucionalidade deveria também ter sido lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cogitada, o que jamais houve. Segundo, o temor de V. Exa., com o qual concordo, de dar habite-se em áreas de preservação ou de risco, nós fizemos a emenda exatamente para excluir, porque, mesmo que eu seja proprietário registrado em uma área considerada de risco, eu ali não posso construir. V. Exa. está coberto de razão. O terceiro temor que poderia regularizar, no seu voto, mansões em áreas de invasão, mesmo sendo proprietário eventualmente, não é o caso porque se trata de uma residência unifamiliar de um só pavimento, como V. Exa. aqui mesmo disse, uma edícula, ou seja, uma pequena construção, uma construção singela e modesta, com o objetivo de regularizar para os mais pobres e permitir que eles entrem no mercado.

Terceira observação: no seu voto, V. Exa. pondera que, a qualquer tempo, seria inócuo, porque o Poder Público poderia até destruir. Mas decorridos cinco anos... O Senador Rodrigo é até Relator de um projeto meu sobre o silêncio da Administração. Nós não podemos permitir que, decorridos cinco anos, uma área construída que não seja em uma área de preservação, que não seja em uma área de risco, ele é proprietário, e a prefeitura não toma nenhuma medida, eu acho que já seria adequado, como já foi feito o direito social, e V. Exa. foi até predecessor nisso, ousado e arrojado como me contava há pouco, quando fez a primeira desapropriação social como prefeito no regime da Constituição anterior, nós temos a possibilidade perfeita.

Então, sobre o temor colocado aqui – e eu quero esclarecer meus pares – sobre a questão do registro, eu seria o primeiro a concordar com o Senador Amin que não há cabimento, mas não se trata disso. O Senador Irajá cuidou tão somente do habite-se, ou seja, eu, proprietário construí irregularmente. É verdade, a construção não teve a autorização da municipalidade, mas é um fato social que ocorre pelo Brasil afora. Nós vamos punir pelo resto da vida muitas vezes por omissão da prefeitura? Então, não há que se tratar de registro, mas tão somente de habite-se.

Por isso, parece-me, salvo engano, é claro, sempre permitindo a opinião de todos os nobres pares, que nós poderíamos deliberar sobre a matéria porque me parece bem esclarecida.

É a minha posição, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Com a palavra o autor.

Como são muitos inscritos e a pauta está muito extensa, eu indago e consulto se, excepcionalmente, poderíamos dar três minutos para esta matéria e não cinco minutos. Obviamente que Relator e Relator de voto em separado têm o tempo necessário, mas, a partir de agora, três minutos, e, para as próximas pautas, nós voltaremos ao tempo regimental de cinco minutos.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – O autor também, Simone?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não...

O autor é interessado em aprovar. Então, fique à vontade, lembrando que nós temos...

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Claro. Muita celeridade.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra V. Exa., Senador Irajá, autor da proposição.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Primeiramente eu acolho, com muita humildade, Senador Espiridião Amin, a sua opinião, até pelo respeito e admiração que eu tenho por V. Exa., pela biografia, e principalmente por ser um Parlamentar experiente. E a minha educação sempre mostrou que a gente aprende muito com as pessoas mais experientes, e eu sempre aprendo muito com o senhor. Por isso, eu acolho com muita humildade as suas considerações, as suas preocupações e as suas ponderações.

E eu gostaria também de agradecer, aproveitando aqui o início da fala, a confiança do Senador Anastasia, por ter aceitado o desafio e também ter tido a coragem de poder assumir a relatoria desse projeto, que é um projeto, por um lado, controverso, como colocou, em algumas considerações aqui, o Senador Espiridião Amin, e tem um alcance popular nacional. E, por isso, eu fiquei bastante honrado com a posição do Senador Anastasia, que também é um Senador por quem eu tenho um profundo respeito e admiração, e quero lhe agradecer, de antemão, o ter aceitado essa relatoria e ter apresentado um voto, um parecer consistente, que trouxe dados que enriqueceram o projeto e que, inclusive, me permitiram fazer uma correção na redação desse conteúdo, quando ele troca o termo "alvará" pelo termo "habite-se", que realmente é o termo mais adequado e apropriado para o objetivo do projeto.

Mas, antes disso, eu gostaria de fazer aqui um breve resumo do histórico desse projeto.

Eu o apresentei em 2015 – nós já estamos fazendo quatro anos –, lá na Câmara dos Deputados, quando tive a oportunidade de desempenhar o mandato, e ele tramitou na Comissão de Desenvolvimento Urbano – sendo aprovado naquela Comissão –, depois seguiu para a CCJ – e lá também foi admitida a sua constitucionalidade –, sendo aprovado e remetido para o Senado Federal, onde estou agora tendo a honra, junto com vocês, de exercer o mandato.

Bom, o objetivo do projeto, Sras. e Srs. Senadores, é alcançar apenas as residências urbanas unifamiliares de um só pavimento, o pavimento térreo. Ou seja: não é admitido sobrado, não é admitido prédio, não são admitidos imóveis comerciais... Zero. Como disse muito bem aqui o Senador Anastasia: apenas pequenas moradias unifamiliares de pavimento térreo e que tenham mais de cinco anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguns questionam: "Mas como é que nós vamos saber, Irajá, se essa residência foi construída ou não há mais de cinco anos?" Simples: pelas imagens de satélite.

Os Municípios, hoje, inclusive utilizam dessa tecnologia para aferir o IPTU. Onde há terreno que tem construção que, muitas vezes, é ignorada, eles reconhecem através das imagens de satélite.

Então, hoje, com as imagens, que é uma tecnologia usual e comum, é perfeitamente possível você diagnosticar se a construção tem cinco anos ou não, se tem mais ou se tem menos.

Bom, o segundo objetivo é resolver, Presidente, um passivo de milhões de brasileiros.

Eu estou levantando com mais exatidão esse número, mas nós vamos alcançar aqui em torno de 7 milhões de moradias que se enquadram, que se classificam dentro desse objeto, aqui, do projeto apresentado.

Portanto, nós iremos tirar da informalidade milhões de brasileiros e trazê-los para a legalidade. É essa a intenção principal do projeto.

E essas pessoas hoje não têm condição de legalizar, porque, além das taxas exorbitantes, elas teriam que passar por um processo de reforma e de adaptações nessa construção que inviabilizam a sua legalização pelo rito normal, como é previsto hoje na legislação. Portanto, isso se torna incompatível com a realidade de milhões de brasileiros.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Além disso, você tem a possibilidade de trazer essas pessoas para um ambiente de negócios. Você pode permitir a esses milhões de brasileiros que eles possam tirar financiamento para reformar sua casa, que eles possam vender esses imóveis, enfim, nós vamos aquecer o mercado imobiliário, e isso é importante porque gera emprego, que é o que nós mais precisamos neste momento difícil que o Brasil atravessa.

Um segundo ponto importante, Presidente – quero agradecer-lhe a tolerância com o tema, dada a relevância dos argumentos –, é o apoio da CNM. Eu fiz questão de distribuir aos Parlamentares uma declaração da CNM, que é a Confederação Nacional dos Municípios, dos 5,5 mil Municípios que nós temos no Brasil, pequenos, médios e grandes, que apoiam o mérito do projeto. Eu confesso que fiz esse projeto, inclusive, inspirado, Senador Anastasia, na demanda dos Prefeitos, porque eles querem legalizar esses moradores, para que eles possam cobrar o IPTU compatível com o que está construído, porque não vai ser apenas sobre o lote, e também possam cobrar taxas de água, de luz, enfim, compatível com a nova realidade. Portanto, é uma demanda que atende aos Prefeitos do Brasil, e isso está expressado aqui através do manifesto da Confederação Nacional dos Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E há de se registrar que nós não estamos extrapolando a competência dos Municípios; pelo contrário. Como foi dito aqui pelo Senador Anastasia, nós estamos apenas legislando sobre atos de registro público, o que é competência da União, conforme previsto no art. 22 da nossa Constituição, no inciso XXV.

Para concluir, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa mesma dispensa do habite-se, embora não seja o caso do projeto, também está prevista, Senador Rodrigo Pacheco, na regularização fundiária, na Lei 13.465, de 2017, que dispensa habite-se para registro dos conjuntos habitacionais que comprovem regularização fundiária. Se isso já é admitido inclusive na regularização fundiária, por que não pode ser admitido para regularizar lá o pobre cidadão da casa popular que precisa sair da sua ilegalidade? Portanto, esse é um precedente importante que eu gostaria de destacar.

Para concluir, Sra. Presidente, nós temos que ter aqui sempre o senso de urgência. Nós não legislamos para exceções. Em nenhum momento nós estamos querendo ser coniventes com a legalização de moradias em áreas de encostas, de morros que tenham risco de deslizamento. Pelo contrário, nós estamos tentando aqui resolver um passivo. É claro que existem as exceções, mas as leis não são feitas para as exceções.

Por isso, eu quero agradecer o apoiamento do Senador Anastasia. Conto com o apoio dos meus colegas Senadores e peço a compreensão ao meu amigo, Senador Esperidião Amin. Peço que reconsidere, se for possível, se assim o senhor entender que os argumentos são factíveis, mas eu queria que o senhor ficasse despreocupado quanto ao mérito do projeto. Quando é levado ao cartório o pedido da dispensa do habite-se, o cartório só pode registrar na matrícula do imóvel se o cidadão for proprietário, se ele tiver legalidade com relação àquele terreno. Jamais o cartório vai averbar isso se for um terreno irregular, ou que não seja de domínio privado, ou que esteja em questionamento jurídico.

Portanto, quero, para encerrar as palavras, agradecer-lhe, Presidente, a tolerância. E conto com o apoio dos meus colegas Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Com a palavra, Senador Carlos Viana, por três minutos; em seguida, Senador Rogério Carvalho.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para discutir.) – Bom dia, Presidente, Senadora Simone Tebet!

Bom dia a todos!

Vou ser bem breve, porque temos uma pauta bem agitada – saudação aos Senadores presentes. Eu gostaria somente de, nessa questão, saudar o projeto do Senador Irajá no sentido de levantar, mais uma vez, nesta Casa, a discussão sobre um problema que nós temos e que é histórico, que vem, ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longo das gerações, se arrastando em nosso País que é a questão da ocupação irregular dos terrenos, as construções e naturalmente o desenrolar dessas construções, Senador Esperidião Amin – nosso khalifa, agora já aprendi essa expressão –, em que nós temos, por exemplo, vamos citar aqui, especificamente, a nossa Belo Horizonte...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... comunidades, como as Vilas do Papagaio, do Cafezal, em que nós temos perto de 85 mil pessoas que moram lá, que estão naquela localidade, naquela área de Belo Horizonte, já na quarta, quinta geração de pessoas que moram em favelas e vilas, e que não têm, ao longo desses anos todos, o direito à própria propriedade respeitado e as condições legais para que possam registrar o seu imóvel, obter seus financiamentos e por aí vai. Então, essa discussão do projeto sobre a dispensa de um habite-se em uma área que já foi construída, em que a pessoa já ocupou, em que já há uma realidade consolidada, é um passo a mais para que a gente possa entender e favorecer essas famílias que vivem nessa situação de insegurança.

Só para que os senhores tenham uma ideia, quando nós falamos em todo esse contexto de imóveis com famílias que vivem sem a regularização e até mesmo sem a possibilidade de serem donas, nós estamos falando, segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional, Censo de..., de 18 milhões de propriedades do Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Nós estamos falando em pelo menos 72 milhões de brasileiros que estão alijados de todos o seu direito.

Eu o saúdo, entendo que a proposta é interessante e terá o nosso apoio.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu queria, primeiro, parabenizar o Senador Irajá, porque esse é um problema que é muito grave na maioria, ou melhor, eu diria em todos os centros urbanos do Brasil. E o que ele está propondo aqui é de grande sensibilidade, porque vai atender aqueles que, por vários motivos, não tiveram condição de regularizar a sua construção, porque o que está em discussão aqui é a regularização de uma construção. E a possibilidade de a prefeitura, não tendo feito nada, passados cinco anos, poderem registrar ou regularizar a sua construção do imóvel. Com isso, abrem-se as portas para uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

série de possibilidades, inclusive de melhorias do seu próprio imóvel, para comercialização deste imóvel, ou seja, coloca-se este imóvel como verdadeiramente um imóvel existente do ponto de vista comercial e do ponto de vista formal.

Então, eu queria parabenizar você, Irajá, que tem tido essa sensibilidade neste campo e, mais uma vez, dizer da defesa e da relatoria, como é importante um Relator que estuda e que acompanha um determinado projeto de lei, consegue dar vida, consegue materializar, consegue traduzir a essência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E o senhor conseguiu aqui, Senador Anastasia, trazer, de forma clara, a importância e o papel social que esse projeto terá.

Muito obrigado, Srª Presidente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Antes de passar a palavra para o último orador inscrito, eu gostaria de pedir por favor aos nossos queridos assessores. Os Senadores não estão conseguindo ouvir os oradores. Eu peço, por favor, silêncio.

Com a palavra o último orador inscrito, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet; Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

Eu quase sempre concordo com o Senador Esperidião Amin, pela convivência que tivemos na Câmara dos Deputados. Inclusive, Senador Esperidião, uma empreitada que nos uniu na Câmara dos Deputados foi a proibição dos famosos jabutis nas medidas provisórias.

Eu, quando entrei na Câmara, nunca consegui entender por que toda medida provisória tinha lá uma emenda do então Deputado Eduardo Cunha para extinguir o exame de ordem da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil)? Isso foi uma medida que tomamos na ocasião, justamente para disciplinar, e a partir de então criamos um laço muito forte, eu e o Senador Esperidião Amin.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu sinto, eu lamento. Eu vou pedir pela última vez hoje, sob pena de retirar assessores, a pedido inclusive de Senadores, que estão me pedindo isso. Eu peço encarecidamente aos colegas, nossos colegas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assessores, tão fundamentais para o nosso trabalho, que permaneçam em silêncio enquanto seu Senador ou um Senador do Senado Federal estiver com a palavra. Por favor. Esta é a última vez hoje, porque hoje realmente o volume está um tom acima do que já não é normal.

Muito obrigada.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Eu peço para repor meu tempo, Presidente, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe-me. Vou repor mais um minuto.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Então, quase sempre concordo com os Senador Esperidião Amin nos temas, até por sua eloquência, sua inteligência, sua cultura e experiência, que são a ele peculiares.

Eu entendi a preocupação de S. Exa. em relação à perspectiva desse projeto de uma regularização, à guiza até de anistia de imóveis irregulares Brasil afora. Mas ao me deparar com o projeto, ficou muito claro que o que ele representa, no final das contas, é uma dispensabilidade, é uma simplificação, para que na averbação da construção residencial urbana unifamiliar seja dispensado, primeiro no projeto, o alvará de construção, e agora, com a alteração do Senador Anastasia, o chamado habite-se, outorgado pelas prefeituras.

Portanto, não é um atestado de regularidade e de adequação dos imóveis construídos nos diversos terrenos do Brasil, mas uma forma de tornar mais simples, menos burocrático o registro – até para fins de financiamento – desses imóveis construídos. E a alteração promovida pelo Senador Antonio Anastasia substituindo a expressão "alvará de construção" por "habite-se", acaba por sacramentar essa intenção do projeto que é simplesmente simplificar a vida de milhares de pessoas que têm imóveis, que não conseguem se adequar à luz daquela norma específica da prefeitura municipal, mas nem por isso deixam de ser os proprietários, possam registrar os seus imóveis e inclusive comercializá-los através de financiamentos imobiliários ou qualquer tipo de financiamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Então, cumpre uma função social importante o projeto. E parabenizo o Senador Irajá pela autoria e o Senador Anastasia pela relatoria.

Destaco apenas dois pontos que me ocorreram aqui. O primeiro trata da adesão da Confederação Nacional de Municípios, quando diz aqui que o texto vai ao encontro da simplificação recente da Lei Federal 13.465, que aprovamos na Câmara dos Deputados na Legislatura passada e que estabeleceu um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

novo marco regulatório para processos de regularização fundiária. Então, há uma adesão do municipalismo ao projeto, mas uma dúvida me ocorreu, Senador Anastasia e Senador Irajá: qual o motivo e qual o critério utilizado para se definirem obras ou imóveis de um pavimento apenas? É o critério de segurança? Portanto reconhece-se que o habite-se é importante para conferir segurança a determinadas obras, e aí é algo que poderia inclusive fragilizar o projeto depois, numa discussão sobre constitucionalidade, sobre invasão de competência municipal para disciplinar essa matéria. Pergunto se foi o critério da segurança que impôs a referência a imóveis de apenas um pavimento ou se há algum outro critério que explique essa referência do projeto.

É só uma dúvida, porque eventualmente se poderia imaginar que o projeto poderia permanecer como construção residencial urbana unifamiliar, suprimindo essa questão de um pavimento, se o critério não for o da segurança. É apenas uma ressalva para impedir que, uma vez aprovado o projeto, que é meritório, que é válido, que não regulariza construções irregulares, mas simplifica essas averbações, no futuro, numa discussão judicial, possa-se tornar inválida a lei por conta dessa referência.

É apenas essa ressalva. Quanto ao mais, vou divergir do Senador Esperidião Amin dessa vez e votar com o Relator, por entender o projeto meritório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador.

Para a última consideração, por um minuto, e encerraremos a discussão, o Relator da matéria, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Quinze segundos, Sra. Presidente, para esclarecer ao eminente Senador Rodrigo que a proposta do Senador Irajá colocou tão somente um pavimento por questões fundamentalmente sociais, normalmente são moradias de pessoas mais simples.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço o esclarecimento.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não há mais oradores inscritos. Encerrada a discussão.

Colocamos em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório apresentado pelo Senador Antonio Anastasia permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com o voto divergente, contrário do Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria, portanto, uma vez aprovada, vai...

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, de redação.

A matéria vai ao Plenário.

Item 8 da pauta.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Pela ordem.) – Por solicitação do Senador Alessandro Vieira e do Senador Major Olimpio, e eu entendi as razões que foram aqui colocadas, peço a possibilidade da retirada de pauta do item 9, para que seja realizada audiência pública. As argumentações me convenceram de que isso seria importante para se discutir com mais profundidade esse projeto que estou relatando aqui, na Comissão de Constituição e Justiça.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Deferida a solicitação de V. Exa., por ser Relator.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2018

- Não terminativo -

Altera dispositivo da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, para dispor sobre a destinação dos valores apreendidos em decorrência dos crimes nela tipificados.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Favorável ao Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 24/04/2019, foi recebido Voto em Separado do Senador Major Olímpio contrário ao Projeto;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 08/05/2019, a Presidência concedeu vista ao Senador Marcos Rogério e à Senadora Juíza Selma, nos termos regimentais.)

Agradeço, Senador Otto.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2017

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que "institui o Código de Trânsito Brasileiro", para dispor sobre transporte escolar e transporte remunerado não licenciado.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

- Em 15/05/2019, a Presidência concedeu vista ao Senador Marcos Rogério nos termos regimentais.

Já foi lido.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Para discutir, apenas para suas considerações e esclarecimentos, o Relator da matéria, Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Como foi lido na reunião passada, é um projeto singelo, mas de grande alcance, porque ele torna mais rígidas as regras contra transporte clandestino. Deixo claro que não afeta em nada o transporte por aplicativos, que é regulamentado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Antes de passar a palavra ao Senador Carlos Viana, apenas para esclarecer que a esse projeto também não cabe mais vista. Foi concedida vista coletiva na semana passada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, por favor, Senador.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Pois não.

Somente pela ordem, Presidente, para solicitar a inversão de pauta: o item 1, de relatoria da minha parte. Estou à disposição de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para fazer uma consideração. Nós não fazemos inversão de pauta, mas o que o Senador Carlos Viana está solicitando é algo que é pacífico em todas as Comissões, porque se trata de leitura de indicação de nomes de autoridades. Então, é apenas leitura, não tem discussão. Eu automaticamente tenho que dar vista coletiva.

Portanto, neste caso, realmente tem preferência.

Em seguida, o item 8, Senador.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação o relatório do Senador Antonio Anastasia.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer a Comissão de Constituição e Justiça, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Presidente, pode ser feito pedido de urgência em relação a este projeto?

EXTRAPAUTA

ITEM 29

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 109, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Rodrigo Pacheco

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Feito pedido de urgência pelo Senador Rodrigo Pacheco.

Coloco em votação o pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o pedido de urgência permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai ao Plenário.

Voltando, portanto, excepcionalmente ao item 1, porque se trata de um Ofício "S" não terminativo.

ITEM 1

OFICIO "S" Nº 9, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso II, da Constituição Federal, a indicação do Senhor SEBASTIÃO VIEIRA CAIXETA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, em vaga destinada à representação do Ministério Público do Trabalho, no biênio 2019/2021.

Autoria: Conselho Nacional do Ministério Público

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pronto para deliberação.

Nos termos regimentais, esta Presidência comunica que o processo de apreciação da escolha será feito em duas etapas. Nesta primeira, a leitura do relatório. Após apresentação e discussão do relatório na primeira etapa, será concedida coletiva automaticamente. Na segunda etapa, o indicado será submetido à arguição dos membros da Comissão, em seguida, será realizada a votação em escrutínio secreto.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana para proferir o seu relatório.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente Simone Tebet.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 130-A da Constituição Federal, compõe-se o Conselho Nacional do Ministério Público de quatorze membros, com mandato de dois anos, admitida uma recondução, dentre os quais um membro de cada ramo do Ministério Público da União, de onde decorre a presente vaga, destinada ao Ministério Público do Trabalho.

Dessa forma, vem a esta Comissão a análise das informações a respeito do indicado para o biênio 2019/2021, o Sr. Sebastião Vieira Caixeta, Procurador do Trabalho, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para mandato de dois anos, em recondução, nos termos do art. 130-A, *caput*, combinado com o inciso II, da Constituição Federal.

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal (RISF) e da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, o Sr. Sebastião Vieira Caixeta encaminhou o seu *curriculum vitae* que passamos a resumir.

O indicado é natural de Coromandel, Minas Gerais, nascido em 13 de fevereiro de 1966. É Bacharel em Direito pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (1997), Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2003) e Especialista em Direitos Humanos e Trabalho pela Escola Superior do Ministério Público (2016).

Procurador do Trabalho (desde 1999), ocupa desde 2016 o cargo de Procurador Regional do Trabalho da 3ª Região (Belo Horizonte), cumprindo destacar a sua atuação junto à Coordenadoria Nacional de Combate ao Trabalho Escravo, à Coordenadoria Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e Regularização do Trabalho Adolescente, à Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas e à Coordenadoria Nacional de Combate às Fraudes nas Relações de Emprego.

Foi também professor de Direito Processual do Trabalho na Universidade Paulista e no Centro de Ensino Universitário de Brasília, professor de Direito do Trabalho na União Educacional do Planalto Central e de Direito e Processo do Trabalho na pós-graduação da Universidade Gama Filho e do Centro de Ensino Tecnológico de Brasília.

Dentre suas publicações, destacam-se os artigos "O Assédio Moral nas Relações de Trabalho" (Revista do Ministério Público do Trabalho, 2003); "A Concentração da Jurisdição Constitucional na Reforma do Judiciário" (Boletim Científico da ESMPU, 2004); "O *Habeas Corpus* e a Competência da Justiça do Trabalho (Revista LTr, 2004); e "O Ministério Público do Trabalho em Perspectiva" (Revista Trabalhista – Direito e Processo, 2005).

Como membro do Conselho Nacional do Ministério Público no biênio 2017/2019, o Sr. Caixeta foi Presidente da Comissão de Planejamento Estratégico daquela Instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O indicado também ocupa a presidência do Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condições Análogas à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas, que tem por objetivo elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento da atuação do Ministério Público quanto ao tema.

Por fim, instruem a presente indicação todos os documentos e declarações requeridos pelo art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, pelo art. 5º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e pelo art. 1º do Ato nº 1, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em que ora estamos.

Sebastião Vieira Caixeta declarou que não é cônjuge e igualmente não tem parentes que exerçam a atividade pública ou privada relacionada à sua atividade profissional. Além disso, presta declaração no sentido de que não participa, bem como nunca participou na figura de sócio, proprietário ou gerente, de empresa ou entidades não governamentais. O *curriculum vitae* do indicado foi acompanhado também de declaração de regularidade fiscal, nos âmbitos federal, estadual e municipal, bem como das respectivas certidões emitidas pelos órgãos competentes.

Diante de todo o exposto, consideramos, Sra. Presidente, que os integrantes desta Comissão dispõem dos elementos informativos necessários e suficientes para deliberar a respeito da indicação do Sr. Sebastião Vieira Caixeta para exercer, por mais um período de dois anos, o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público.

Nosso desejo de muito boa sorte e profícuo trabalho em um novo mandato, sendo aprovado por esta Casa.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator e coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esta Presidência, de ofício, automaticamente, concede vista coletiva, ficando para reunião futura o processo de arguição da autoridade.

Próximo item da pauta, na presença dos Senadores, o item...

Temos presença e temos quórum para deliberar. Projeto da Senadora...

Item 17.

Seria o meu, mas eu estou invertendo para facilitar os trabalhos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 191, DE 2017

- Terminativo -

Altera a redação do art. 2º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha –, para assegurar à mulher as oportunidades e facilidades para viver sem violência, independentemente de sua identidade de gênero.

Autoria: Senador Jorge Viana (PT/AC)

Relatoria: Senadora Rose de Freitas

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Em 24/04/2019, a Presidência concedeu vistas à Senadora Juíza Selma e ao Senador Marcos Rogério nos termos regimentais;

- Votação nominal.

- Em 08/05/2019, foram recebidos os Votos em Separado da Senadora Juíza Selma e do Senador Marcos Rogério, pela rejeição do Projeto.

Trata-se de votação nominal e, neste momento, eu concedo a palavra à Senadora Rose, para as suas considerações finais, antes de abrirmos ao debate.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Como Relatora.) – Sra. Presidente, muito obrigada.

Agradeço a todos a oportunidade de defender este projeto.

Já falei sobre ele na reunião anterior, e nós somos pela conveniência total de se estender, dar oportunidade aos transgêneros de, exatamente, estender a lei, a proteção da Lei Maria da Penha.

Nós já temos jurisprudência de decisões, Sra. Presidente, e V. Exa. acompanha isso tanto quanto eu.

Efetivamente, chegou o momento em que nós temos que abrigar na lei os que são desprotegidos. É um alcance a toda essa violência que se acomete todo dia contra a mulher e os transgêneros, que não têm uma salvaguarda jurídica para tal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, equiparando-se os direitos, eu peço a extensão, através da sugerida alteração desse projeto na Lei Maria da Penha, aos transgêneros.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Relatora, e coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Sra. Presidente, obrigado pela palavra. Sra. Relatora...

Existe um mérito muito grande na iniciativa de estender a proteção aos transgêneros, sem sombra de dúvidas. Inclusive, a gente está numa luta e numa defesa da criminalização como um todo da LGBTfobia. Mas, especificamente, este texto de lei me parece que ultrapassa o que é mais consensual na nossa sociedade, ao incluir, naquilo que é uma legislação específica de proteção à mulher, a questão dos transgêneros, que merecem regulamentação e legislação específicas.

Então, nesse sentido, eu faço questão, em respeito a essa classe muito sofrida, em respeito à Relatora, de registrar o motivo do meu voto contrário. Eu entendo que essa situação específica não deveria ser tratada neste diploma legal, mas sim no diploma que trata da questão da LGBTfobia como geral. Eu não consigo adequar bem o texto daqui.

Mas a causa em si, o mérito, tem todo o meu apoio. Faço questão de deixar consignado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V. Exa. me permite...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A Relatora pode falar ao final. Fica mais fácil. Até agradeço.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois não.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, Senador Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu quero parabenizar a Senadora Rose de Freitas pelo seu brilhante voto, pela sua sensibilidade.

Nós temos que entender que nós estamos em pleno século XXI. A Constituição Federal é clara quando determina, no art. 3º, e eu faço questão de ler aqui... O art. 3º da Constituição Federal, Senadora Rose, estabelece que "Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

É preciso que a sociedade brasileira entenda que nós temos uma sociedade plúrima no que tange às relações familiares, no que tange às orientações. Nós temos que entender que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações e que essa é uma realidade que merece a proteção...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ...pela lei estabelecida ali, na Lei Maria da Penha.

Nós vamos fechar os olhos para essa realidade? Nós vamos fechar os olhos? Nós vamos fechar a porta...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... desta Casa, que é uma Casa destinada a corrigir as injustiças?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – É uma Casa destinada a corrigir qualquer forma de discriminação; é uma Casa que existe para falar a verdade para atender ao clamor da população. E essa população, a população transgênero, a população LGBTI merece total respeito porque está sendo violada em seus direitos há muito tempo. Passou da hora de se criminalizar a homofobia.

E aqui eu quero fazer o mea-culpa do Senado e do Congresso Nacional quando os colegas Senadores atribuem que o Judiciário está legislando. Ele não está legislando, porque o Judiciário não pode eximir-se de aplicar o direito, o *jus dicere*, de dizer o direito quando o Legislativo se omite. Passou da hora de nós legisladores entendermos que estamos aqui é para legislar, para enfrentar os problemas que estão aí, urgentes, da população. E é para enfrentar os problemas que se criminaliza a homofobia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós não precisaríamos estar tendo essa discussão no Supremo, que está agora, nesta semana, já com quatro votos para equiparar a LGBTfobia ao crime de racismo. Nós poderíamos ter feito isso lá, quando foi construída a lei de tortura, porque todos os tratados internacionais dizem isso. Constitui crime de tortura constranger alguém a sofrimento físico ou mental, "em razão de discriminação racial ou religiosa", mas todos os tratados internacionais falam que é em razão de discriminação de qualquer gênero.

Ora, minha gente, eu faço aqui um apelo citando um samba.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – "Deixa a máscara cair. Que eu quero ver você sorrindo. Bota fé no seu olhar. Que o amanhã será bem-vindo".

É preciso provocar a queda de máscaras das instituições e, principalmente, do Poder Legislativo. Nós temos que enfrentar as pautas de costume, olhar nos olhos e entender que essa é uma realidade e que, como muito bem apontou a Senadora Rose nesse projeto, essa população, essa população transgênero tem que ter a proteção inserida na lei de proteção à mulher, a Lei Maria da Penha.

Então, é como eu voto.

Quero parabenizar a Senadora Rose de Freitas e quero fazer um apelo à população. Nós não estamos fazendo nada, nada demais. Nós não estamos legislando de forma diferente nenhuma. Nós estamos dando a mesma garantia de proteção a essas pessoas que estão em extrema vulnerabilidade, que sofrem preconceito de toda espécie e que são violadas nos seus direitos mínimos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – ... nos seus direitos constitucionais, no seu direito de dignidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Senador Rogério Carvalho...

Permitam-me apenas uma leitura aqui, antes das discussões, para deixar claro que, independentemente de abranger, claro, todo o movimento, o art. 2º diz: "Toda mulher, independentemente de classe [...], identidade de gênero [...]". Só porque eu ouvi que surgiu algum ruído em relação à interpretação do texto.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para discutir.) – Sra. Presidente, na medida em que a ciência vai evoluindo, o obscurantismo vai cedendo espaço para uma visão mais objetiva dos fatos, e a questão de gênero deixou de ser somente uma questão ou um tema abordado pelo achismo. A questão de gênero é uma questão complexa, com um espectro muito amplo do que se pode definir como gênero. Não existe o gênero... Existem vários gêneros na compreensão que a ciência aponta neste momento.

Eu queria aqui parabenizar a Senadora Rose de Freitas, primeiro, pela pertinência e a generosidade desse projeto de lei, porque inclui aqueles que já se identificam e se autodenominam como de um determinado gênero, o que é um grande avanço para o indivíduo que consegue se definir neste ou naquele gênero.

Ao se definir, ao se autodenominar, não tem que haver discussão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E, portanto, é absolutamente pertinente a emenda que a Senadora propõe à Lei Maria da Penha, com a inclusão desse gênero específico, porque é um gênero específico, que ela inclui sob o manto, a cobertura e a proteção da Lei Maria da Penha.

Então, queria parabenizar a Senadora e parabenizar o Relator, Fabiano Contarato.

Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação, lembrando que se trata de matéria terminativa. Portanto, a votação é nominal. Peço a colaboração da Mesa para que possamos abrir o painel de votação. (*Pausa.*)

Está aberto o painel.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de pedir a compreensão dos senhores, existem três projetos terminativos na ordem. Agora, os três seguintes serão terminativos. Portanto, será apenas para que os Relatores possam tomar conhecimento. Teremos, assim que terminar, apenas para que os Senadores possam permanecer aqui, o item 23,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Veneziano, que é terminativo, será o próximo item da pauta; o item 24, Senador Rogério Carvalho, em seguida, terminativo. Apenas dois.

Obrigada. (*Pausa.*)

Estamos em processo de votação do item 17.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Presidente, qual a perspectiva de apreciação do item 25?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Depois dos terminativos, o próximo item é o 25.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Agradeço a V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Toda vez em que nós conseguimos alcançar o quórum, na ordem da pauta, eu coloco os terminativos para que possamos apreciar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, em relação ao item 14, pela ordem.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Marcos do Val, e, em seguida, o Senador Alessandro.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Pela ordem.) – O PL 600 também é terminativo, o item 22.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na ordem, nós temos o item... Eu só preciso verificar se o autor, o Relator está presente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Aqui estou.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, está incluso. Agradeço e peço desculpa pela omissão.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – O item 14 da pauta tem a presença, tem a prevalência de ordem?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, eu estou seguindo a ordem da primeira chamada da pauta terminativa, e voltaremos para finalizar.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – O.k. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Consulto o Plenário para saber se todas Sras. e Srs. Senadores já votaram e se podemos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Mais algum Senador? (*Pausa.*)

Aguardando apenas... Pronto! Todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras já votaram?

Apenas mais um. Vamos aguardar mais um Senador, que está... (*Pausa.*)

Estamos tendo um problema apenas na digital de um Senador e podemos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Bom, já conseguimos. Vinte Srs. Senadores já votaram. Encerro a votação.

Vamos à apuração do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 17 Sras. e Srs. Senadores. Votaram NÃO dois.

Portanto, o projeto está aprovado e a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis, lembrando que é terminativo e nesse caso vai a Câmara dos Deputados.

Item 22.

ITEM 22

PROJETO DE LEI Nº 600, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a substituição de pena dos crimes previstos no §3º do art. 302 e no §2º do art. 303.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- *Votação nominal.*

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val para proferir o seu relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Eu vou direto à análise.

O direito penal é matéria de competência exclusiva da União, e sujeita à plena disposição pelo Poder Legislativo, *ex vi* dos arts. 22, I, e 48, *caput,* da Constituição Federal, nos limites materiais constitucionais.

Não identificamos vícios de injuridicidade ou de inconstitucionalidade no Projeto. No mérito, a iniciativa revela-se extremamente importante e necessária.

Estamos de pleno acordo com o autor que identificou que a recente Lei nº 13.546, de 2017 – conquanto tenha elevado as penas dos crimes de homicídio culposo e de lesão corporal culposa no trânsito, quando o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa – em verdade, pode ter tornado mais leve a punição do infrator. De fato, os juízes vêm aplicando a lei nova que prevê condutas culposas, ao invés de impor a punição a título doloso, pelo chamado dolo eventual.

Somos sabedores de que o tema é complexo juridicamente, que há muita divergência entre a doutrina penalista e os próprios tribunais, contudo, somos da opinião de que referidos delitos são muito graves. A reprovabilidade social que recai sobre alguém que se embriaga e mata ou fere um inocente deve ser proporcional à dor que causa à vítima, se sobreviver, e à sua família.

Também sabemos que elevar penas, por si só, não resolverá o problema em epígrafe. Com efeito, a Lei nº 13.546, de 2017, já aumentou as reprimendas dos crimes citados, mas a modificação legislativa não impediu que os autores dos delitos tivessem suas penas privativas de liberdade substituídas por restritivas de direito, muito mais leves.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queremos que referidos autores passem ao menos um período mínimo na prisão, como um preso comum, ainda que no regime semiaberto ou aberto. A prisão tem um evidente potencial dissuasório e não vemos porque não a utilizar, quando necessário.

Assim, devemos elogiar o autor da presente proposição, o Senador Contarato, da minha terra, que pretende vedar o uso do inciso I, art. 44, do Código Penal – que prevê a substituição da pena privativa de liberdade sempre que o crime for culposo – para os crimes previstos no §3º do art. 302 e no §2º do art. 303 do Código de Trânsito Brasileiro, isto é, homicídio e lesão culposos no trânsito, quando o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa.

A iniciativa é extremamente meritória e não é inconstitucional. Com efeito, a Lei nº 11.340, de 2006 (Lei Maria da Penha) já prevê a vedação em abstrato de penas alternativas sem quaisquer questionamentos. Por essa razão, cremos que os tribunais serão sensíveis à presente alteração legislativa, mantendo-a vigente no ordenamento jurídico.

Voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei n° 600, de 2019.

Finalizo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão a matéria.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Peço vista, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida. Vista coletiva. Vista concedida para o Senador Rodrigo Pacheco, coletiva a pedido da Senadora Juíza Selma.

ITEM 23

PROJETO DE LEI Nº 633, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei n° 12.527, de 18 de novembro de 2011, que "Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5o, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal", para garantir a transparência e privilegiar o princípio da publicidade.

Autoria: Senadora Leila Barros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pela aprovação do Projeto com duas emendas que apresenta.

Observações:

- *Votação nominal*

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir o seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para proferir relatório.) – Pois não, Sra. Presidente. Meus cumprimentos! Bom dia à senhora, aos demais companheiros do Colegiado. Vou fazer uma rápida leitura do relatório, conquanto compreensível, obviamente, até para que os nossos companheiros e companheiras possam ater-se e identificar o objeto da matéria, cuja ementa foi lida por V. Exa.

Relatório.

Vem ao exame desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para decisão em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 633, de 2019, de autoria da Sra. Senadora Leila Barros, cujo intuito é alterar a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, doravante Lei de Acesso à Informação – LAI, para "garantir a transparência e privilegiar o princípio da publicidade".

A proposição é constituída por dois artigos. O primeiro aborda as alterações à LAI e o segundo traz a cláusula de vigência.

Inicialmente, propõe-se nova redação ao §2º do art. 27 da LAI, para inserir no texto legal o prazo de trinta dias para ratificação do grau de sigilo dado à informação.

Ainda, com o mesmo intuito, a proposição adiciona o §4º ao art. 27 da LAI. Assim, no caso de haver delegação da competência de classificação nos graus ultrassecreto e secreto, os delegantes também se sujeitariam aos mesmos trinta dias para ratificação. Esse prazo, hoje, já se aplica às informações classificadas como ultrassecretas, de acordo com o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, em seu art. 30, §5º.

Em seguida, a proposição traz a inclusão do art. 27-A à LAI, para versar sobre informações secretas e ultrassecretas que envolvam despesas públicas. Essas, na redação proposta, deverão ser informadas ao "Controlador Geral (sic) da União no prazo de 30 (trinta) dias, contado (sic) a partir da data de sua classificação".

Na justificação, a autora relata que, no contexto da edição do Decreto nº 9.960, de 23 de janeiro de 2019, pelo Presidente da República, e com o intuito de aprimorar a LAI – abro aspas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> "... a presente proposição busca disciplinar de forma mais adequada a delegação do poder de classificação de documentos ultrassecretos e secretos estabelecendo a necessidade de ratificação da decisão, em até 30 dias, pela autoridade delegante."

Ainda na justificação, "considerando a importância da transparência dos gastos públicos", enuncia que caberá ao Controlador-Geral da União encaminhar relatório anual destinado ao Presidente do Congresso Nacional e ao Procurador-Geral da República, acerca das informações secretas e ultrassecretas que envolvam despesas públicas.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Vamos à análise.

Nos termos do art. 101, incisos I e II, do Regimento Interno desta Casa, compete à CCJ apreciar a constitucionalidade, a juridicidade, a regimentalidade, a técnica legislativa e o mérito da presente proposição.

Não há óbices quanto à constitucionalidade. De acordo com o art. 37, *caput*, da Carta Magna, a Administração Pública obedece aos princípios da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da eficiência e, em estrita associação com a matéria em análise: ao princípio da publicidade. Ademais, quanto aos procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, destacamos o dever estatal de garantir o acesso à informação, em face também do previsto no inciso XXXIII do art. 5º e no §2º do art. 216, da Constituição Federal. A matéria não se sujeita à reserva de iniciativa, sendo admitida sua disciplina por lei de autoria parlamentar.

Quanto ao mérito, entendemos que a simples existência do projeto já autoriza sua apreciação, por trazer ao Senado Federal necessário debate rumo à efetiva aplicação da LAI. Em especial, reputamos oportuna a emergência dessa temática mesmo após a revogação dos controversos dispositivos do Decreto nº 9.690, de 2019, por meio do Decreto nº 9.716, de 26 de fevereiro de 2019.

No entanto, apesar do que se afirma na justificação da matéria, não consideramos que a proposição esteja, em sua redação atual, direcionada ao cerne do seguinte problema fático, delineado quando da vigência do Decreto nº 9.690, de 2019: a possibilidade de se ampliar, ilimitadamente, o rol de agentes públicos aptos a classificar informações como secretas e ultrassecretas.

Por esse motivo, ainda quanto ao mérito, e também quanto à técnica legislativa, vislumbramos oportunidade de aprimoramento redacional da matéria. Nesse paradigma, não bastaria trazer para o corpo da lei o prazo de ratificação de classificação das informações que já consta no decreto regulamentar. É necessário, no nosso entendimento, trazer também a vedação à possibilidade de aumentar o rol de agentes habilitados a classificar informações como secretas e ultrassecretas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por outro lado, em diálogo com os dispositivos da proposição, apesar de o dever de publicidade estar previsto no art. 37, a Constituição Federal promove, no próprio art. 5º, XXXIII, a exceção das informações "cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado".

Mormente, essas atividades implicam despesas com segurança nacional, incluída aí a segurança do Presidente da República, e com atividades de inteligência.

Isso não significa, contudo, que o Ministro de Estado da Transparência, que é o Controlador-Geral da União; ou que o Congresso Nacional, quando da apreciação das contas do Governo; ou até mesmo que os membros do Ministério Público, em procedimento investigativo, estejam alijados da possibilidade de conhecer as despesas de caráter sigiloso do Estado. Também não implica a necessidade de se burocratizar a relação entre esses agentes por meio da obrigação de encaminhar relatório que pode, ao contrário do que se propõe, expor ainda mais atividades, despesas e informações constitucionalmente resguardadas. Dessas informações, o que pode ser publicado já se encontra disponível no Portal da Transparência do Governo Federal e, por óbvio, na Prestação de Contas do Presidente da República.

Por isso, no que diz respeito a associar informações secretas e ultrassecretas às despesas públicas, a partir da data de classificação, remetemos ao atual tratamento orçamentário das despesas sigilosas da União. Essas ações de caráter sigiloso são despesas executadas, em sua maioria, pelo Ministério da Defesa. E são assim classificadas por autorização já contida na Lei Orçamentária Anual, aprovada por este Congresso, previamente à execução das despesas. No que diz respeito aos chamados "cartões corporativos", são meros suprimentos de fundos que também seguem os procedimentos normais de realização de despesa, configurando despesa sigilosa apenas se houver autorização legislativa para tanto, sem a possibilidade de se converterem em despesa secreta ou ultrassecreta.

Portanto, tendo em vista as considerações acima, entendemos que a proposição de um art. 27-A na LAI, com o intuito de dar conhecimento a agentes específicos das despesas de caráter sigiloso ou daquelas que derivem de informações classificadas como secretas ou ultrassecretas, é, salvo melhor juízo, inócua. Isso porque, essencialmente, não contribui para fortalecer a fiscalização de despesas públicas pelo Poder Legislativo, tampouco para a transparência e a publicidade, em sentido amplo.

Ao voto, companheiros.

Ante o exposto, opinamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PL nº 633, de 2019, e, no mérito, por sua aprovação, com as emendas a seguir:

EMENDA Nº – CCJ

Promovam-se as seguintes alterações no art. 27 da Lei nº 12.527, de 2011 – Lei de Acesso à Informação, na forma do art. 1º do Projeto de Lei nº 633, de 2019:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art. 27 .....
[Os parágrafos V. Exas. podem ler].

EMENDA Nº – CCJ
Suprima-se o art. 27-A da Lei nº 12.527, de 2011 – Lei de Acesso à Informação, acrescentado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 633, de 2019.

Eis o voto, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e consulto às Sras. e Srs. Senadores se podemos proceder à realização da votação e das emendas, nos termos do parecer. (*Pausa.*)

Deferido.

Abro o painel... Solicito à Secretaria que abra o painel para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Alessandro?

A palavra, pela ordem? Desculpe-me.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, nós já encerramos a discussão, infelizmente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É. Já estamos no processo de votação. (*Pausa.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Pela ordem.) – Por gentileza, a quantas andamos com o item 15?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos aqui nos adaptando, estamos ainda no primeiro semestre de reunião desta Comissão com os Senadores novos. Então, esta é a primeira vez que nós encontramos quórum para deliberar.

É de praxe – V. Exa. sabe melhor que eu –, de costume, quase jurisprudência já, nesta Comissão e nesta Casa, que, quando nós conseguimos quórum, nós colocamos na ordem todos os projetos que são terminativos.

Até quero aqui, neste momento, dizer que, se houver deferência do Relator, Senador Rogério, que não leu seus relatórios ainda, se nós pudéssemos, inclusive dos terminativos, colocar primeiro em votação aqueles cujos relatórios já foram lidos, que simplesmente abrimos o painel e votamos. Em seguida, iríamos para a leitura dos seus.

Agradeço a V. Exa. a deferência.

Então, respondendo ao Senador Lasier, nós temos aqui, se não chegarem outros Relatores de terminativos, seis terminativos. Lembrando...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – O 15 também é, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – E eu quero elogiar a sua dinâmica. Está muito bem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está na sequência.

Só explicando o seguinte: os terminativos, quando consigo quórum, eu começo do item que eu parei na pauta. Nós estamos nos términos. Agora voltamos aos terminativos da segunda chamada da pauta. Nós teríamos aí um, em seguida o de V. Exa. e o do Senador Alessandro. Treze, 14 e 15. Essa é a ordem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Perfeito. Está bom.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente, a senhora vai...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, eu pergunto às Sras. e aos Srs. Senadores se todos já votaram e se podemos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Apenas um Senador. Estamos aguardando.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu queria sugerir, não sei se vai ser bem aceito ou não, mas essa prática nós tivemos em outras comissões.

É que aqueles relatórios que já foram lidos, se nós podemos votá-los em bloco?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acabamos...

Os terminativos obrigam à votação nominal, mas nós conseguiremos avançar – com a anuência e a gentileza do Senador Rogério Carvalho, Relator dos dois itens próximos, mas que dependem de leitura de relatório – porque agora nós iremos para os projetos terminativos cujas relatorias já foram feitas, já foram lidas. Assim, nós teremos um dinamismo. Inclusive, já na segunda chamada, Senadores Lasier e Alessandro, deixaremos ao final a leitura dos dois itens do Senador Rogério Carvalho, a quem mais uma vez agradeço.

Estou aguardando apenas mais um Senador para encerrarmos a votação. (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação.

Vamos ao processo de apuração.

(Procede-se à apuração.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 18 Sras. e Srs. Senadores. Não tivemos nenhum voto contrário.

Portanto, está aprovado o projeto e as Emendas nºs 1 e 2, da CCJ.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Na ordem, portanto, já voltando ao início da pauta, item 13.

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 1539, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acrescenta os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 815 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir às partes e aos advogados consignar sua presença no Juízo, retirando-se da audiência, em caso de atraso na realização desta.

Autoria: Senador Styvenson Valentim

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- Em 15/05/2019, a Presidência concedeu vista aos Senadores Alessandro Vieira e Marcos Rogério nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Só para lembrar – V. Exa. me permite?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Relator.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Como Relator.) – O projeto é muito singelo. Na realidade, ele está colocando na regra da CLT o que já está no Código de Processo Civil. O Novo Código de Processo Civil já diz que a audiência será adiada "por atraso injustificado de seu início em tempo superior a 30 (trinta) minutos [...]". O mesmo critério o Senador Styvenson colocou em sua proposta, que me parece muito adequada.

Era só isso, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sr. Relator, é apenas para dar o retorno do pedido de vista que apresentamos, em conjunto com o Senador Marcos Rogério, para fazer uma análise mais aprofundada. É muito meritório e terá nossa aprovação. Nosso voto pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação.

Coloco, portanto, o projeto em votação e solicito à Secretaria que prepare o painel. (*Pausa.*)

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar. O painel está aberto.

(Procede-se à votação.)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadores, todos já votaram?

Aguardando apenas um Senador para encerrarmos a votação.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Aqui, não foi aberto ainda o meu...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço à assessoria da Secretaria...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Está chegando.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... para auxiliar o Senador Lasier Martins. (*Pausa.*)

Todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já votaram.

Declaro encerrada a votação.

Vamos ao processo de apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 16 Sras. e Srs. Senadores; não houve nenhum contrário. Portanto, está aprovado o projeto.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Houve 19 votos SIM, e não houve nenhum voto contrário.

Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 14 da pauta.

ITEM 14

PROJETO DE LEI Nº 672, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir na referida legislação os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero.

Autoria: Senador Weverton

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos da Emenda Substitutiva que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Em 15/05/2019, a Presidência concedeu vista ao Senador Marcos Rogério nos termos regimentais;

- Votação nominal.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Para esclarecimento, o Relator da proposição, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

É apenas para esclarecer aos colegas e lembrar aquele projeto que criminaliza a LGBTfobia que foi concebido dentro de um equilíbrio, respeitando a liberdade religiosa, respeitando o espaço dos templos, mas modernizando a nossa legislação e impedindo e evitando que outros Poderes, como é o caso do Poder Judiciário, sejam obrigados a legislar no nosso lugar. Supre uma omissão que já vai para duas décadas e é extremamente meritório o projeto apresentado por iniciativa do Senador Weverton.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para discutir.) – Na mesma linha do Senador que nos antecedeu, digo que esse é um tema importante. Acho que o Senado, em boa hora, vai se manifestar em caráter terminativo aqui na Comissão, fazendo com que o Senado atue naquilo que é a sua precípua função de legislador e fazendo assim, portanto... Inclusive, o Supremo tem essa matéria como pauta de votação no dia de hoje. Portanto, a votação é absolutamente pertinente e votaremos a favor da aprovação do parecer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para discutir.) – Eu queria só fazer aqui uma reflexão histórica, que, em 2018, nós fizemos, o Brasil fez 40 anos de ativismo e proteção aos direitos movimento LGBTI, 40 anos, Sras. e Srs. Senadores! Mas nenhuma lei foi aprovada que garantisse qualquer direito à população LGBTI.

Se nós fizermos uma retrospectiva, todos os direitos, direito à adoção, direito de adotar o nome social, direito de casamento de pessoas do mesmo sexo, todos esses direitos foram alcançados pela via do Poder Judiciário. Isso me deixa um tanto quanto envergonhado, quando vejo que o Congresso Nacional, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado Federal, furta-se a enfrentar o tema e a debater.

Nós temos que entender que existem dados alarmantes. Nós temos aqui a Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (Ilga). O Brasil ocupa o primeiro lugar em homicídios de LGBTs nas Américas! É também o País que mais mata travestis, mulheres transexuais e homens trans, do mundo. Então, nós precisamos entender que em 40 anos de ativismo, nenhuma lei foi aprovada. O reconhecimento ao direito previdenciário, reconhecimento ao Imposto de Renda foram avanços conquistados por processo de judicialização.

Eu quero parabenizar o Senador Alessandro Vieira pela sensibilidade. E o voto é pela aprovação do projeto, com louvor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigado, Senador.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos ao processo de votação, lembrando que é votação do substitutivo oferecido ao projeto pelo Relator, que segundo informou, adaptou o projeto atendendo inclusive o apelo de alguns Senadores.

A matéria é terminativa, portanto, a votação é nominal.

Eu solicito à Secretaria que abra o painel.

Já está aberto.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Consulto o Plenário para saber se as Sras. e os Srs. Senadores já votaram.

Aguardando apenas um voto de um Senador para encerrarmos a votação. (*Pausa.*)

Apenas aguardando o Senador, porque há um problema da digital no computador do Senador José Maranhão, nosso queridíssimo Presidente da Comissão de Constituição e Justiça. Os computadores hoje estão com problema, por isso a votação está mais lenta. (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação.

Vamos à apuração do resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 18 Sras. e Srs. Senadores; 01 voto NÃO.

Portanto, está aprovado o substitutivo.

O substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 491, DE 2017

- Terminativo -

Acrescenta §11 ao art. 14 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), para dispensar autorização de residência prévia à emissão de visto temporário.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

- Em 15/05/2019, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- Votação nominal.

Coloco em discussão a matéria, item 15 da pauta. (*Pausa.*)

Para os esclarecimentos devidos, com a palavra o Relator.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Como Relator.) – De fato, Sra. Presidente, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, a Lei de Migração foi muito discutida aqui na nossa Comissão em 2016 e 2017. Em 2017, nós aprovamos a Lei de Migração e, seis meses depois, veio o Decreto regulamentador nº 9.199, só que esse decreto regulamentador extrapolou a sua condição de regulamentador, criando uma restrição à concessão do visto temporário.

Só para esclarecimento maior, o visto temporário no Brasil cabe em que situações? Quando o imigrante vem para estudo, quando vem para tratamento de saúde, para trabalho, para férias, etc., e esse decreto regulamentador criou uma restrição no sentido de que houvesse autorização prévia de residência, daí a extrapolação. O nosso eminente Senador Fernando Bezerra apresenta esse projeto no sentido de dispensar a autorização de residência, porque isso não estava previsto na lei.

É, portanto, singelo o projeto, e com isso se corrige algo que é inconstitucional, isto é, o imigrante não precisa provar que tem uma autorização para residência nessas circunstâncias, para emissão do visto temporário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em resumo, é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Vamos à votação.

Solicito à Secretaria que abra o painel. (*Pausa.*)

Está aberto o painel.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) –

Continua em votação. Nós temos apenas mais dois projetos terminativos, dependem apenas de leitura do relatório do Senador Rogério Carvalho. Então, eu peço apenas a paciência das Sras. e dos Srs. Senadores.

Sei que estamos tendo outras Comissões: temos a Comissão de Relações Exteriores, estamos tendo, parece-me, audiência pública. Mas, se pudéssemos pelo menos encerrar os terminativos antes de irmos aos não terminativos na segunda chamada da pauta...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pergunto às Sras. e aos Srs. Senadores se todos já votaram.

Vamos aguardar. Falta apenas mais um voto para podermos encerrar a votação.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Só cumprimentar V. Exa. e pedir para registrar o nosso cumprimento ao Senador Alessandro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Votei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se V. Exa. me permitir, eu apenas gostaria de perguntar se todas as Sras. e Srs. Senadores já votaram – nós estamos num processo de votação – e dou a palavra pela ordem.

Senadora Juíza Selma já proferiu o seu... Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

Declaro encerrada a votação.

Vamos ao processo de apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 17 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto NÃO.

Portanto, está aprovado o Projeto de Lei do Senado 491, de 2017.

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Com a palavra, pela ordem, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Quero cumprimentar o Senador Alessandro. Eu estava na audiência pública, na Comissão de Turismo, tratando de um projeto de extrema importância para o turismo do País, que é a questão do nosso Parque Nacional dos Lençóis.

Cheguei, mas tive já a grata felicidade da informação de que o nosso projeto, que trata sobre a criminalização LGBTfobia, foi aprovado pela ampla maioria desta Comissão.

E fazer aqui um apelo a V. Exa., que fizesse esse contato, pedisse também ao nosso Presidente Davi Alcolumbre junto ao Supremo Tribunal Federal, para que, de repente, eles pudessem avaliar a possibilidade de tirar da pauta amanhã esse julgamento que está tratando o tema. Por que, como a Casa está fazendo o seu papel e nós temos certeza de que a Câmara também vai enfrentar esse problema, nós temos a oportunidade de tratar o assunto onde ele tem que ser tratado, que é aqui, na Casa Legislativa. É de extrema importância, não dá para a gente jogar para debaixo do tapete, são pessoas, são vidas que estão sendo perdidas, ceifadas ao longo das horas. A cada hora nós temos vários casos de agressão e de assassinatos que não podem mais ser permitidos e tolerados pela sociedade.

Então, a Casa avançou muito. Eu quero agradecer à Presidente Simone, que teve essa sensibilidade de ajudar a conduzir essa pauta, para que a gente pudesse chegar a esse resultado importante no dia de hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa., Senador Weverton. Na oportunidade, aproveito para parabenizá-lo pela iniciativa do projeto, a relatoria do Senador Alessandro, que teve a capacidade também de ouvir e, com muito equilíbrio, acatou algumas sugestões, para que pudéssemos ter, se não o texto ideal, mas um texto possível, para que pudéssemos avançar nessa questão.

Lembrando, portanto, apenas que ele é terminativo, mas é possível haver algum recurso para o Plenário.

Consequentemente, acatando e agradecendo a sugestão de V. Exa., esta Presidência vai entrar em contato com o Presidente Davi Alcolumbre, para deixar muito claro para o Presidente que foi terminativo e que, portanto, caberia um gesto do Presidente junto ao STF, para que pudesse aguardar o término deste projeto, seja na Câmara, seja no Senado, até para evitarmos aquilo que constantemente estamos dizendo, do ativismo judicial, que, numa democracia forte, não deve nunca se fazer presente. Uma coisa é a judicialização da política, levar questões em que todos nós temos conflito para o Supremo, e, numa interpretação até criativa, o Supremo poder deliberar; outra coisa é o ativismo judicial.

Nós agradecemos, portanto, ao autor e ao Relator.

E, antes de passar ao próximo item, com a palavra, pela ordem, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Sra. Presidente, só um esclarecimento no tocante ao decreto das armas, qual será o andamento que teremos na Comissão, porque veja: hoje foi editado um novo decreto, alterando aquele anterior, corrigindo vários problemas, mas é preciso esclarecer aqui à CCJ qual será a tramitação dos vários projetos de decreto legislativo que já estão na Casa, uma vez que o decreto original permanece, ainda que alterado.

E segundo ponto: reiterar para a senhora o requerimento que apresentamos para a realização de uma audiência pública para debater, de forma técnica e efetiva, a questão da posse, registro e porte de arma de fogo, convidando todos os técnicos e a sociedade civil envolvida no tema.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.

Assim que comecei, V. Exa. estava na outra Comissão... Esta Presidência já tirou, de ofício, os dois PDLs que estavam... Aliás, os quatro PDLs que estavam extrapauta, de acordo com o que foi deliberado na reunião de Líderes ontem, em função justamente da edição de dois decretos presidenciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não conheço o conteúdo, porque acabou de ser publicado no *Diário Oficial da União*, mas, pelo que me parece, um altera a forma e o outro o conteúdo dos decretos. Consequentemente, é dever de ofício tirar de pauta o PDL.

A dúvida que existe, e já passei para os autores dos PDLs, é se, em função de uma alteração do decreto, haveria necessidade de ainda hoje serem apresentados novos ou um, pelo menos, PDL, para que possamos, na semana que vem, já pautar. Mas o compromisso desta Presidência é, em havendo PDL, em havendo relatório, já está prevento o Senador Marcos do Val como o Relator.

Nós estaremos pautando na semana que vem, extrapauta, mesmo que o Relator só entregue na sexta-feira, na sequência do acordo da reunião de ontem do Colégio de Líderes.

Em relação ao requerimento, sempre que chega um requerimento eu sou obrigada a colocar na semana que vem. O meu compromisso é de ser o primeiro item – não precisa ser pautado. O primeiro requerimento a ser votado semana que vem vai ser o requerimento de V. Exa.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Pela ordem.) – Salvo engano, na reunião passada eu fiz um requerimento nesse sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não consta da mesa.

Eu vou verificar com a Secretaria. Se houver requerimento nesse sentido, nós estaremos colocando em votação, assim que terminarmos o item 24.

Agradeço a V. Exa.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E peço desculpa se tiver havido alguma omissão.

ITEM 24

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 453, DE 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o caput do art. 4º da Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, a fim de tornar explícito que o consentimento familiar, no caso de doação de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para depois da morte, só se faz necessário quando o potencial doador não tenha, em vida, se manifestado expressa e validamente a respeito.

Autoria: Senador Lasier Martins

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Votação nominal.

Concedo neste momento a palavra ao Relator, o Senador Rogério Carvalho, para proferir o seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – No que concerne ao mérito, consideramos louvável a medida inovadora abraçada pelo projeto em análise, pois está muito bem ajustada ao espírito do §4º do art. 199 da Constituição Federal, no qual já está prevista a disponibilidade de órgãos e tecidos humanos para fins de transplante e de acordo com o qual "a lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados, sendo vedado todo tipo de comercialização". Realmente, o princípio da proteção integral da vida, cujo marco constitucional está presente no *caput* do art. 5º da Carta Magna, encontra, inclusive, respaldo normativo no art. 2º do Código Civil, no qual se prevê que a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção os direitos do nascituro.

Acrescente-se que, recentemente, foi editado pelo Presidente da República o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que "regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento", ab-rogando o Decreto nº 2.268, de 30 de junho de 1997.

Quanto ao outro aspecto, se a Lei dos Transplantes, que foi editada em 1997 e posteriormente modificada em 2001, é anterior ao Código Civil, que é de 2002 e também disciplinou a mesma matéria, embora parcialmente, deve ser levado em conta que, sendo os dois corpos normativos editados por intermédio de lei ordinária, há de ser observado o disposto no §1º do art. 2º do Decreto-Lei nº 4.657, de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), segundo o qual a lei posterior revoga a anterior quando seja com ela incompatível.

O motivo dessa discussão é, na verdade, falta clareza no ordenamento jurídico sobre a matéria diante do fato de que apenas a Lei dos Transplantes impõe uma restrição, ao contrário do Código Civil.

Em realidade, essa lacuna ou obscuridade legislativa, que tem levado alguns a sustentarem a necessidade de sempre se indagar a família a respeito do seu consentimento quanto à doação de órgão e tecidos, se deve à falta de texto expresso que deixasse explícito o âmbito de aplicação das disposições normativas, de maneira que a Lei dos Transplantes deveria ser suficientemente clara quanto ao requisito do consentimento familiar, que deveria ser somente exigido nos casos em que o doador, em vida, não tivesse se manifestado a respeito, seja a favor ou contra a doação, em interpretação sistêmica do ordenamento jurídico que assim harmonizaria os citados arts 4º da Lei dos Transplantes e 14 do Código Civil.

Ora, a prática das equipes de transplantes não teria – e nunca terá – o condão de se sobrepor à lei, razão pela qual se mostra necessário que haja lei clara que expressamente autorize a retirada de partes de cadáver para efeito de doação, sem a necessidade do consentimento familiar, desde que possa ser constatada a manifestação válida do doador nesse sentido, como, por exemplo, em dizeres na sua carteira de identidade, desse modo facilitando a captação e distribuição de órgãos para mitigar os principais empecilhos no processo de doação e transplante de órgãos, que é justamente a falta do consentimento familiar.

Portanto, por meio dessa interpretação enviesada e contrária ao direito, "as famílias dos potenciais doadores passaram a ser as únicas responsáveis pelos órgãos do ente falecido", deixando-se de prestigiar "a vontade do potencial doador, mesmo que em vida este tivesse deixado clara sua intenção, seja por documento formal ou pessoal, seja por qualquer meio idôneo de manifestação". Tal sistemática leva ao alijamento do possível doador quanto à escolha fundamental do destino de seus órgãos, que acaba por privá-lo de completa autodeterminação.

Diante de todo o exposto, opinamos pela aprovação do projeto que considera a manifestação expressa do potencial doador acima de qualquer outra matéria relativa ao tema.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, encerro a discussão.

E vamos passar à votação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço à Secretaria que abra o painel para a votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência comunica que há apenas mais um projeto terminativo. O relatório do Senador Rogério Carvalho tem meia linha, não chega a uma linha inteira. E ele está pronto, inclusive, para, se precisar, nem ler, apenas explicar o projeto.

Nós estamos em processo de apuração do penúltimo. Pergunto às Sras. e Srs. Senadores se todos já votaram. (*Pausa.*)

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Todos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votado.

Está encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que abra o painel de apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votara SIM 14 Sras. e Srs. Senadores; não houve nenhum voto NÃO.

Portanto, está aprovado o Projeto de Lei do Senado 453, de 2017.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

O último item da pauta.

ITEM 26

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 503, DE 2017

- Terminativo -

Determina a gratuidade de inscrição em concursos públicos para cargos federais a candidatos que sejam doadores de sangue.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, para proferir o seu relatório.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores se enquanto, excepcionalmente, porque não é possível, mas excepcionalmente, enquanto há leitura do relatório... Já pergunto de antemão se haverá pedido de vista, porque senão nem podemos abrir. (*Pausa.*)

Não havendo pedido de vista, excepcionalmente, a pedido do Senador Esperidião Amin, que isso não vire praxe...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – O Senador Marcos Rogério está na reunião?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Rogério Carvalho virá como Relator...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Então não deve ter vista, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Rogério Carvalho irá rapidamente relatar, enquanto abrimos o painel para votação, excepcionalmente!

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Para proferir relatório.) – Projeto de Lei nº 503, de 2017, de autoria da Senadora Rose de Freitas, que determina a gratuidade de inscrição em concursos públicos para cargos federais a candidatos que sejam doadores de sangue.

Várias leis por todo o País conferem ao doador de sangue tratamento privilegiado em relação aos demais e muitas delas tiveram sua constitucionalidade averiguada nos tribunais estaduais e mesmo no Supremo Tribunal Federal. Essas vantagens vão desde gratuidade de inscrição em concurso público, passando pela preferência no atendimento (evitando filas) até a meia entrada em cinemas, teatros e congêneres. Em todos os casos, citadas normas foram consideradas constitucionais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como exemplos, e todos esses exemplos julgados após a edição da Lei nº 10.205, de 2005, trazemos o Recurso Extraordinário da Cármen Lúcia, o Recurso Extraordinário do Ministro Ricardo Lewandowski...

Não se desconhece o fato de que as Ações Diretas de Inconstitucionalidade têm por objeto verificar a adesão de norma infraconstitucional aos ditames da Carta Maior e não a juridicidade ou legalidade dela frente a normas de *status* inferior, entretanto, seria ingênuo imaginar que aspecto tão relevante escaparia ao crivo de tão balizadas opiniões como a de Desembargadores e Ministros da mais alta Corte do País.

Diante do exposto, concluímos não haver óbice de natureza regimental, legal ou constitucional à sequência da tramitação do PLS nº 503, de 2017.

Destarte, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 503, de 2017, e, no mérito, por sua aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator e coloco... Enquanto estamos no processo de votação, pergunto se algum Senador ou alguma Senadora gostaria de se pronunciar?

Não havendo, portanto...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Já está em votação, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a autora.

Estamos em votação.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não quero atrapalhar a votação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ainda falta um Senador.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Quero falar dessa crônica falta de doadores de sangue no Brasil; há falta de campanhas sensatas. Os bancos estão espalhados pelo País inteiro, os apelos... Só colocam em risco a oportunidade de vida, porque nós sabemos que são severas perdas de vida constantes, ao longo dos anos. Há falta de medidas, de campanhas para estimular doação. Então, esse projeto tem essa finalidade.

Eu quero agradecer a todos e sobretudo ao Relator Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço à Senadora.

Todas as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores já votaram?

Declaro encerrada a votação.

Vamos ao processo de apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Votaram SIM 15 Sras. e Srs. Senadores; nenhum voto NÃO.

Portanto, está aprovado o Projeto de Lei do Senado nº 503, de 2017.

A matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

Com a palavra, pela ordem...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Sra. Presidente, eu gostaria de solicitar urgência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Há um pedido de solicitação de urgência da Senadora...

Ah, é terminativo! Se não houver recurso, vai direto para a Câmara dos Deputados, Senadora Rose.

Voltando aos itens não terminativos da primeira chamada.

Item 25.

ITEM 25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 115, DE 2018

- Não terminativo -

Altera o art. 9º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), para proibir a exclusão de pessoas jurídicas adimplentes e de boa-fé do Refis nas condições que especifica.

Autoria: Deputado Jutahy Junior

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos

Concedo a palavra ao Senador Rodrigo Pacheco para proferir seu relatório.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, eu peço licença para ir direto à análise e ao voto em relação a esta matéria.

A competência da CCJ é prevista no art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal. No inciso I do referido dispositivo, extrai-se a atribuição desta Comissão para opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas à apreciação.

Com a finalidade de cumprir a atribuição regimental, é imperioso destacar, sob o aspecto formal, a competência do Congresso Nacional, nos termos do art. 48, inciso I, da Constituição Federal, para legislar sobre sistema tributário e arrecadação, o que envolve a instituição e a regulação de parcelamentos concedidos pela União. Além disso, a iniciativa parlamentar da matéria em análise é legítima, conforme estabelece o art. 61 do Texto Constitucional.

Em relação à parte material da proposição, há que se concordar com a aprovação de seu texto, na linha defendida pela Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa.

O objetivo do PLC nº 115, de 2018, é restabelecer a segurança jurídica para as empresas que aderiram ao Refis instituído pela Lei nº 9.964, de 2000, na esperança de poderem regularizar seus débitos perante a União e voltarem a garantir regularidade fiscal para o exercício de suas atividades.

O programa foi instituído para funcionar como parcelamento dessas dívidas com o cálculo de parcela mensal devida mediante a incidência de um percentual sobre a receita bruta da empresa, na forma do inciso II do §4º do art. 2º da Lei nº 9.964, de 2000.

Eventual constatação de que, em alguns casos, essa conformação jurídica não importa em parcela mensal interessante à Administração não pode gerar a exclusão arbitrária do programa das pessoas jurídicas adimplentes.

A arbitrariedade fere a segurança jurídica, valor protegido pela Constituição Federal. Por isso, textualmente destaca o parágrafo único a ser inserido pelo art. 2º da proposição no art. 9º da Lei nº 9.964, de 2000, que – aspas – "as pessoas jurídicas optantes, adimplentes e de boa-fé não poderão ser excluídas do Refis" – fecha aspas. Trata-se de evidência difícil de ser contraposta, razão pela qual esta Casa Legislativa tem o dever de aprovar este projeto assim como efetivado pela Câmara dos Deputados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2018, e, no mérito, por sua aprovação.

É como voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Coloco em discussão a matéria...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Eu gostaria de pedir vista do projeto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida ao Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Item 27 da pauta.

ITEM 27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2018

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para disciplinar a concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar na ação direta de inconstitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Autoria: Deputado Rubens Pereira Júnior

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Favorável ao Projeto

Concedo a palavra ao Senador para proferir o seu relatório.

Com a palavra o Senador Oriovisto Guimarães.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, de acordo com a dinâmica que a senhora está imprimindo a esta reunião, o que eu quero elogiar, vou procurar também ser muito rápido no meu relatório.

Assim, vou apenas esclarecer que o art. 1º do projeto enuncia seu objeto, que é disciplinar a concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar na ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e na arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF). Para tanto, altera as leis que regulam essas ações, típicas do controle concentrado de constitucionalidade, para restringir a possibilidade de decisão monocrática somente pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal no período de recesso. Nos demais casos, a cautelar dependerá da decisão da maioria absoluta dos membros do tribunal.

Efetivamente, o art. 2º do projeto altera a Lei nº 9.868, de 10 de novembro de 1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade e da ação declaratória de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal. É modificada a redação do *caput* do art. 10, para dispor que a concessão da cautelar se dará exclusivamente por decisão da maioria absoluta dos membros do tribunal, e é acrescido o §4º a esse dispositivo, para prever a possibilidade do Presidente do STF, em caso de excepcional urgência, no período do recesso, conceder a cautelar, *ad referendum* do Pleno, que deverá examinar a questão até a sua oitava sessão após a retomada das atividades.

O art. 3º do projeto altera a Lei nº 9.882, de 3 de dezembro de 1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, nos termos do §1º do art. 102 da Constituição Federal. É modificado o *caput* do art. 5º, para dispor que apenas por decisão da maioria absoluta de seus membros o STF poderá deferir pedido de medida liminar, e o §1º do mesmo artigo, para prever que, no período de recesso, em caso de excepcional urgência, o presidente do tribunal poderá conceder a cautelar, *ad referendum* do Pleno, que deverá examinar a questão até a sua oitava sessão após a retomada das atividades.

O art. 4º estabelece que a lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sra. Presidente, eu vou me permitir pular uma parte do relatório para ir direto à parte final da análise, que me parece ser a mais importante.

Parece-nos inadmissível que um ato normativo exaustivamente analisado, discutido e, finalmente, aprovado necessariamente por duas Casas do Congresso Nacional, contendo ao todo 594 Parlamentares, e posteriormente sancionado pelo Chefe de outro Poder, o Poder Executivo, encarnado pelo Presidente da República, possa repentinamente ter seus efeitos suspensos por medida cautelar, em decisão monocrática de um único ministro do STF. e assim permanecer durante longo período, sem que a decisão seja levada ao referendo do Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nas ações constitucionais, mais do que em quaisquer outras, a lógica deve ser a decisão colegiada, mesmo nas medidas cautelares. Não é isso, contudo, o que tem sido observado. Apesar de todas as críticas que são levantadas, tem sido crescente o número de decisões monocráticas em ações constitucionais. Segundo levantamento divulgado por sítio eletrônico especializado, foram 650 em 2018, 565 em 2017 e 323 em 2016. Parte dessas decisões talvez seja justificável pelo aumento da demanda do tribunal e por se tratarem de despachos corriqueiros, mas o que se verifica é que, assim como na atuação do STF como um todo, também nas ações constitucionais avulta o desprestígio da colegialidade, e o consequente incremento da atuação individual dos ministros.

O fato é que muitas dessas decisões monocráticas nas ações constitucionais têm elevado impacto jurídico, econômico e social, envolvendo temas de grande relevância. Basta lembrar alguns exemplos, como o tabelamento do frete rodoviário (ADI 5.956), a transferência de controle acionário de empresas públicas (ADI 5.624), a criação de tribunais regionais federais (ADI 5.017), a vinculação de receitas para gastos em saúde (ADI 5.595) e a distribuição de *royalties* de petróleo (ADI 4.917).

Ou seja, são vários e significativos os exemplos, assim como é de impressionar que, em temas de tal relevância, as decisões cautelares tenham perdurado durante meses, sem que tenham sido ratificadas ou não pelo Pleno.

A questão aqui não é somente a morosidade judicial, mas também a usurpação transitória da competência do Plenário, pois a decisão monocrática substitui, no tempo e no mérito, a decisão colegiada requerida pela Constituição. Esse problema se configura, enfim, como uma verdadeira disfuncionalidade do nosso sistema de controle de constitucionalidade, a afetar sua legitimidade e segurança.

É meritória, portanto, a solução veiculada pelo projeto, que se conjuga em três disposições. A primeira é deixar explícito nas leis que regulam a ADI e a ADPF que a medida cautelar somente poderá ser concedida por decisão da maioria dos ministros, em conformidade com o art. 97 da Constituição Federal. A segunda é excepcionar essa regra apenas durante o recesso, caso em que o presidente do STF poderá decidir sobre a cautelar, *ad referendum* do Plenário, em caso de excepcional urgência. E a terceira é estipular que, nesse último caso, o Pleno do Tribunal deverá examinar a questão até a sua oitava sessão após a retomada das atividades.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79, de 2018, e, no mérito, pela sua aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... não que eu seja contrário ao projeto, mas eu gostaria de fazer um exame a respeito do seu conteúdo. Portanto, pedindo vênia ao Senador Oriovisto, eu gostaria de pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista concedida ao Senador Rodrigo Pacheco.

Passemos ao último item da primeira chamada, que é o item 28, antes de voltarmos à pauta em segunda chamada. E, em seguida, será o item de V. Exa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Pela ordem.) – Aí temos os itens 3 e 4.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Voltaremos à segunda chamada na ordem, exatamente os itens 3 e 4.

Como sou Relatora do item 28, peço aqui ao Senador Jorginho Mello, nosso querido Vice, que assuma a Presidência. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Não com a capacidade e o ritmo da nossa Presidente, mas vou tentar.

ITEM 28

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 17, de 2019

- Não terminativo -

Acrescenta o inciso XII-A, ao art. 5º, e o inciso XXX, ao art. 22, da Constituição Federal para incluir a proteção de dados pessoais entre os direitos fundamentais do cidadão e fixar a competência privativa da União para legislar sobre a matéria.

Autoria: Senador Eduardo Gomes e outros.

Relatoria: Senadora Simone Tebet.

Relatório: Favorável à Proposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Simone para oferecer o seu relatório.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Em função do adiantado da hora, vou tentar sintetizar o nosso relatório, não sem antes agradecer ao Senador Eduardo Gomes por ter me escolhido como Relatora.

Agradeço a V. Exa.

A intenção do Senador Eduardo Gomes, já à p. 2, essencial da proposição, é incorporar à Constituição Federal um direito decorrente dos avanços tecnológicos do ambiente digital, assegurando ao cidadão brasileiro a inviolabilidade de seus dados pessoais, inclusive os que circulam na internet, ao mesmo tempo em que reconhece a importância da existência de legislação já existente, em especial a Lei Geral de Proteção de Dados.

Da análise.

Compete a esta Comissão a análise da admissibilidade em relação ao mérito, porque se trata de uma PEC.

Não vimos nenhum óbice de natureza constitucional, legal ou regimental. Inclusive, a matéria não foi objeto de outra proposição de emenda e não contém dispositivos que visam a abolir as cláusulas pétreas.

Portanto, entendemos inexistir qualquer reparo a ser feito.

Quanto ao mérito, é importante ressaltar que a proteção de dados pessoais se tornou um desafio, aliás, muito grande aos legisladores de todo o mundo, em especial nesses tempos de mudanças das relações sociais e de avanços tecnológicos, cuja velocidade seria inimaginável em outros tempos. Daí ser natural que a legislação tenha de se adequar a essa realidade em constante mutação.

Na p. 3, o assunto já vem sendo tratado com a devida profundidade em diversas partes do mundo, principalmente na União Europeia, que, há mais de 20 anos, trata da questão. Entre outros países do mundo, vale apenas citar os Estados Unidos, que optaram por uma abordagem setorial, baseando-se em várias legislações dispersas. É importante lembrar que também consta a garantia da proteção da privacidade na Quarta Emenda da Constituição americana. Na América Latina, o Chile foi pioneiro já em 1999.

Portanto, o Brasil, na contramão do mundo, enfrentou enormes dificuldades sobre o tema.

O direito à proteção de dados pessoais no País encontra-se tutelado de forma reflexa na nossa Constituição da República – repito: apenas de forma reflexa. Contudo, a doutrina e a jurisprudência já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecem que o direito à privacidade vai além da proteção à vida íntima do indivíduo. Daí a importância de o Congresso Nacional não medir esforços para solucionar o hiato existente entre a legislação e a realidade.

Na p. 4: em 2014, nós tivemos a aprovação da lei conhecida como Marco Civil da Internet, que preencheu, sim, uma lacuna na legislação brasileira, ao definir os direitos e deveres relativos à utilização dos meios digitais, mas a norma não tratou de forma efetiva a questão da proteção de dados pessoais.

Apenas no ano de 2018, o País passou a ter um diploma específico sobre a matéria.

Os escândalos envolvendo o vazamento de dados pessoais pelo Facebook, Uber, Banco Inter e lojas C&A, que atingiram milhares ou milhões de brasileiros, impulsionaram a aprovação, em 2018, da Lei Geral de Proteção de Dados, substancialmente influenciada pelo Regulamento Europeu e, posteriormente – é importante que se diga –, alterada pela MP 869, de 2018, que hoje está em tramitação no Congresso Nacional.

No entanto, apesar desse avanço nesse arcabouço – Código de Defesa do Consumidor, Marco Civil da Internet, Lei do Cadastro Positivo, Lei de Acesso à Informação, Decreto de Comércio Eletrônico, dentre outros –, é necessário prever tal garantia no Texto Constitucional.

É isso que faz, com muita pertinência, o autor da proposição.

Portanto, pode-se afirmar que questões efetivas e atuais dos direitos fundamentais, a proteção dos direitos da personalidade, principalmente a privacidade e intimidade, e o direito ao esquecimento, como atributo relativo ao direito da personalidade, trazem à baila a necessidade da proteção dos dados pessoais com enfoque constitucional.

Nesse sentido, a PEC 17, de 2019, recepciona não só o Marco Civil da Internet, mas todas as legislações aqui já nominadas. Da mesma forma, ampara as disposições trazidas nas referidas leis.

Já na última página, portanto...

Assim, a PEC garante não só a proteção e as garantias individuais, mas também garante a certeza jurídica que se faz premente em uma sociedade abarcada por conflitos sociodigitais e por uma legislação ainda incipiente sobre o tema.

O empenho na aprovação desta proposta reafirma o compromisso do Brasil no que se refere à proteção de dados pessoais, aproximando nosso País das melhores legislações internacionais sobre o tema.

Diante do exposto, opinamos pela admissibilidade da PEC 17, de 2019, e, no mérito, votamos por sua aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É o relatório que coloco à disposição da Comissão, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Em discussão a matéria.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Com a palavra o Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Bom, primeiramente, quero louvar a iniciativa do Senador Eduardo Gomes e de todos os que fizeram o apoiamento a essa proposta de emenda à Constituição.

O parecer foi muito bem fundamentado pela Senadora Simone Tebet, nossa Presidente da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, inclusive invocando o Direito Comparado para defender a pertinência dessa proposta de emenda à Constituição.

Eu faço apenas uma ponderação ao autor, que está aqui presente, e à Senadora Simone Tebet, que relata, que a PEC acaba por inaugurar essa figura do inciso com a letra "A". Então, é o inciso XII-A, do art. 5º, que elenca uma série de direitos fundamentais; e fundamentais mesmo, isso não é só no papel, e, por vezes, não observado na aplicação da lei e da Constituição no nosso País.

Quanto ao mérito do projeto, não há dúvida: ele é absolutamente meritório mesmo, como corolário do inciso X e do inciso XII. O inciso X diz que "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação". Então, é um artigo que guarda pertinência com a proposta de emenda à Constituição.

E o inciso XII, ao qual se pretende acrescentar o inciso XII-A, cuja redação é: "É inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas [é o primeiro item], de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal".

Então, as duas hipóteses de inviolabilidade, tanto do sigilo de correspondência de comunicações telegráficas, físicas, quanto do sigilo de dados telefônicos.

E esta proposta de emenda à Constituição é sobre a proteção e o tratamento de dados pessoais como uma nova forma, que é o serviço de dados digitais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, eu indago à Relatora, até como preservação da sistemática da Constituição Federal, se a melhor hipótese é inserir o inciso XII-A ou incluir, no inciso XII, uma terceira hipótese, emendada naturalmente com a redação própria da proposta de emenda à Constituição. Ou seja, preserva o inciso XII, da forma como ele está escrito, com um acréscimo do que foi e do que é objeto desta proposta de emenda à Constituição, assegurando, nos termos da lei, o direito à proteção de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, ou seja, criando uma terceira modalidade do próprio inciso XII, para não inaugurar essa forma de inciso XII-A, porque o meu receio é que, para cada modificação que fizermos sobre direitos fundamentais do art. 5º, amanhã, teremos um inciso que não é inciso, que é uma modalidade de... Incisos XII-A, XII-B, XII-C, XIV-A, XIV-B, enfim...

É apenas uma sugestão, uma ponderação para reflexão da Relatora e do autor, se não seria uma melhor forma de técnica redacional legislativa essa inclusão dentro do próprio inciso XII já existente.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a sugestão de V. Exa.

Se não houver prejuízo na votação de hoje, eu acataria como uma emenda de redação.

Acho que V. Exa., zeloso como sempre, tem total razão. Eu acredito que já votamos alguma coisa assim aqui, com os incisos em outros, mas não precisaríamos ser nós, principalmente V. Exa. e eu também, da área jurídica, a encampar essa nova forma de alteração.

V. Exa. tem toda razão, especialmente por se tratar de um artigo que todos nós prezamos, por ser cláusula pétrea e nós termos todo o cuidado em relação a esse artigo.

Se V. Exa. acatar, nós faríamos uma emenda de redação, que depois passamos a V. Exa., para que também tenhamos aí anuência.

Lembrando: nós já aprovamos projeto nesse sentido, de colocar alínea e letra nos incisos do art. 5º, mas o Senador Rodrigo tem toda razão: trata-se de um artigo que nós precisamos preservar ao máximo. Afinal, estamos falando de direitos e garantias fundamentais dos brasileiros.

Ficaria como uma emenda de redação, apenas para não prejudicar o término aqui do processo legislativo na Comissão de hoje.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – E, Senadora Simone, as alíneas até existem: alíneas "a","b" e "c", por exemplo...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, eu digo em matéria em tramitação. Na tramitação. Mas não foi aprovado. Não há nenhuma aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Exato, mas essa hipótese não é exatamente de alínea. Ele cria essa modalidade, que é até recente, do art. 168-A, do 168-B e assim sucessivamente. E aqui não há essa necessidade, porque o inteiro teor dessa proposta de emenda à Constituição pode ser incorporado ao inciso XII já existente, deixando claro...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem prejuízo do inciso XII. Inclusive, há relação, porque o inciso XII fala também do direito à inviolabilidade do direito à correspondência...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Telegráfica, telefônica, e agora digital...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem toda razão, e eu me penitencio em relação a isso.

Se houver então o acordo, eu acato como emenda de redação, e nós poderíamos continuar a votação, apenas porque eu acho que nós já estamos atrasados em, no mínimo, duas décadas em relação a essa questão.

Eu agradeço a contribuição do Senador.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – De fato.

Eu agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Em votação o relatório da Senadora Simone, com as sugestões do Senador Rogério Pacheco como emenda de redação.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Rodrigo Pacheco, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Rodrigo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Pacheco.

Perdão, perdão, perdão.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Nós temos Rodrigo Pacheco, Rogério Carvalho, Marcos Rogério e Rodrigo Cunha. Daqui a pouco teremos um Marcos Rodrigo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Aprovado, o relatório passa a constituir o parecer da Comissão favorável à proposta, com a emenda de redação.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, é apenas para registro...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Devolvo a Presidência à nossa Relatora dessa matéria e Presidente titular desta Comissão.

Com a palavra...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente, Senador Jorginho Mello, muito obrigado pela palavra.

É apenas para registrar a nossa gratidão e a importância do relatório da Senadora Simone Tebet sobre essa matéria, entendendo que essa matéria guarda uma coerência muito grande com tudo aquilo que a mudança tecnológica traz para a vida dos brasileiros e de todas as pessoas no mundo.

Esta PEC corre em paralelo com a aprovação da Medida Provisória 869, e as sugestões do Senador Rodrigo Pacheco aprimoram o texto, dão um avanço na capacidade de aplicação dessa lei, e eu quero agradecer aos Senadores e Senadoras, em especial à nossa Presidente, Senadora Simone Tebet.

Avançamos com qualidade pelo seu relatório e temos certeza de que, na tramitação no Plenário e na Câmara dos Deputados, essa Proposta de Emenda à Constituição vai ter, na sua essência, aquilo que toda boa lei deve ter: simplicidade e eficiência.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, mais uma vez, ao Senador Rodrigo Pacheco e ao autor, Senador Eduardo Gomes, pela confiança.

Encerrada a primeira chamada da pauta, vamos à segunda chamada da pauta. Temos apenas dois itens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 14/05/2019, foi recebida a Emenda nº 1 de autoria do Senador Angelo Coronel;

- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Com a palavra o Senador Lasier Martins para proferir o seu relatório.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes, porém, com a palavra, pela ordem, a Senadora Rose de Freitas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Presidente, a instituição do Colégio de Líderes é um anseio da maioria dos Senadores, pelo que nós temos sentido, e há muito tempo.

Já era para ter lido há mais tempo. Mas, aí, alguns colegas pediram para dar uma lida.

Nossa equipe conversou com a equipe do Senador Rodrigo Pacheco e conversou com a equipe da Senadora Eliziane. Fizemos modificações. Estávamos prontos para ler agora, mas a Senadora Rose pediu, encarecidamente, para dar uma lida também. Em respeito à sua história aqui no Senado, nós combinamos: vamos ler na próxima reunião, na semana que vem.

Esse projeto de resolução é muito importante. Ele altera, consideravelmente, o que funciona em termos de Regimento Interno e repercussão do Colégio de Líderes.

Pela importância que tem e também para que mais Senadores escutem a leitura, nós vamos deixar, então, para a semana que vem, com a sua concordância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E será pautado, com exceção dos ofícios, novamente, como primeiro item da pauta, a não ser que haja ofícios de leitura de autoridades.

V. Exa. continuará como item 3.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, de 2019

- Não terminativo -

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 14/05/2019, foi recebida a Emenda nº 1 de autoria do Senador Angelo Coronel;

- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – Presidente, antes de mais nada, eu queria agradecer ao Senador Lasier.

Na verdade existem, além de mim, alguns outros Senadores que estão um pouco desconfortáveis, sem conhecer a repercussão de todo o relatório, muito bem elaborado pelo Senador Lasier.

Eu consultei o Senador Rodrigo Pacheco, porque a senhora tinha colocado que eles haviam se entendido acerca do relatório. Se assim foi, ele disse que a assessoria dele o fez com a assessoria do Senador. E, muitas vezes, não chega em tempo às nossas mãos. Eu já passei por essa experiência. E, em respeito ao meu companheiro de partido, eu não gostaria de ele estar aqui lendo e, na próxima reunião,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

preparar para debater o projeto. Eu quero acordar com os meus colegas também, para que a gente possa chegar a bom termo, porque esse projeto é extremamente importante.

Portanto, Senador Lasier, eu agradeço a compreensão de V. Exa., da Presidente também, e gostaria de mais uma vez pedir ao Senador Rodrigo, que conheço, generoso como é em todas as suas atitudes – e outro dia salvou um projeto nosso em plenário, com a sua maneira de agir, sempre compartilhando as decisões com os companheiros –, que a gente possa fazer isso em conjunto. É extremamente importante para o papel do Colégio de Líderes, que nós achamos uma instância democrática, representativa e de grande importância na reunião e construção das pautas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senadora Rose. Agradeço ao Senador Lasier.

O mais importante é que tenhamos um texto que possamos, realmente, apresentar à Mesa Diretora. Obviamente, em se tratando de alteração do Regimento Interno, ainda mais uma questão dessa, envolvendo o Colégio de Líderes e as suas atribuições – e também interfere nas atribuições da Mesa Diretora –, que possamos ter um texto adequado, democrático, em que possamos, inclusive, também avançar na intenção, obviamente, sempre inicial da autora da proposição, que eu acredito ser a Senadora Eliziane Gama.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Eu quero só fazer um agradecimento ao Senador Lasier Martins pela sensibilidade, pela forma como tratou a nossa assessoria, reconhecendo as nossas ponderações.

A primeira delas, Senadora Rose, que me chamou a atenção e que me levou a fazer o pedido de vista reuniões atrás, era em relação ao direito à voz e voto dos Líderes partidários, e não só do Líder do Bloco.

Então, eu havia feito essa sugestão ao Relator, Senador Lasier, e outras sugestões da própria assessoria.

E agora nós temos que, realmente, em conversa com V. Exa., aprimorar o texto e, na próxima reunião, aprová-lo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Último item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 26, DE 2018

- Não terminativo -

Altera o art. 4º da Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre parcelamento do solo urbano, para assegurar o direito de permanência das edificações na reserva de faixa não edificável de 15 (quinze) metros de cada lado das rodovias federais, ferrovias e dutos.

Autoria: Deputado Onofre Santo Agostini.

Relatoria: Senador Jorginho Mello.

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CI a 3-CI.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura ;

- Em 08/05/2019, a Presidência concedeu vista ao Senador Fabiano Contarato, que até o momento não se manifestou; e

- Em 14/05/19, foi recebida a Emenda nº 4, de iniciativa do Senador Oriovisto Guimarães (dependendo de relatório).

Com a palavra, pela ordem, o autor da emenda, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Pela ordem.) – Eu queria pedir para retirar a emenda.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Retirada a emenda.

Portanto, não depende mais de relatório.

Eu vou colocar já em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ah... Desculpe-me.

Com a palavra, para discutir, o Senador Lasier Martins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Esse projeto é extremamente importante, Presidente, para centenas e centenas de moradores na faixa à beira de ferrovias, particularmente no Rio Grande o Sul. No Rio Grande do Sul eu conheço a situação.

Os Municípios de Cruz Alta, de Júlio de Castilhos, inúmeros, vivem essa situação, isto é, da construção de prédios anterior à ferrovia lá construída. Então, não é justo que agora se retire.

Então, a nossa proposta – e foi essa a proposta também na Comissão de Infraestrutura –, que o Senador Jorginho Mello acolheu por inteiro, é a de que essas pessoas, onde não haja risco à segurança, permaneçam nesses prédios, nesses que são anteriores à ferrovia. E, no caso daqueles que oferecerem algum risco, que sejam retirados, mas com a indenização dos moradores e proprietários.

Em resumo é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Lasier.

Continua em discussão.

Para suas considerações finais, o Relator, Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Como Relator.) – Muito bem. Eu quero agradecer, em primeiro lugar, ao Senador Oriovisto, pela gentileza de ter retirado a emenda, para não obstar a tramitação da matéria.

A matéria é de fundamental importância para resolver situações em que o próprio Dnit se encontra hoje, Senador Lasier, com demandas judiciais intermináveis, que não vão dar em absolutamente nada.

Então, eu agradeço a sua manifestação e agradeço de forma especial a retirada da emenda do Senador Oriovisto, facilitando, então, a aprovação da matéria.

Vamos aprovar a matéria, eu tenho certeza, com a permissão e o voto de todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras. Senadoras e Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a construir o parecer da Comissão favorável ao projeto, e com as Emendas de nºs 1 a 3 da CI/CCJ.

A matéria vai ao Plenário.

Não há mais nenhum item na pauta.

Quero agradecer....

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o nosso Vice-Presidente, Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Pela ordem.) – Por gentileza, eu solicito se haveria possibilidade de urgência para o Plenário dessa matéria.

EXTRAPAUTA

ITEM 30

REQUERIMENTO Nº 22, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o PLC nº 26, de 2018.

Autoria: Senador Jorginho Mello

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em votação o pedido de urgência para que a matéria vá ao Plenário.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai ao Plenário, solicitando urgência da matéria do último item, o item 28, relatado pelo Senador Jorginho Mello.

Com a palavra a Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Pela ordem.) – É que eu havia solicitado a V.Exa. que também fizesse o mesmo em relação à matéria votada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Foi. Aprovamos.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Já foi aprovado?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Um de V.Exa., que V.Exa. solicitou, nós colocamos à deliberação do Plenário e houve concordância.

Agradeço...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V.Exa. é um dínamo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a presença de todos...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – V.Exa. é um dínamo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... e parabenizo esta Comissão e os assessores.

Só hoje, acho que batemos um recorde, Senador Rodrigo: foram sete projetos terminativos.

Senadora Rose, houve um que parece que foi pedido de urgência; outro, não. Tem que verificar só com a Mesa. Vai constar da ata da reunião.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Um foi terminativo; vai direto para a Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência encerra a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 09 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 42 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e treze minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Leila Barros, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Lucas Barreto, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Zenaide Maia e Luiz do Carmo. Usa da palavra a Senadora Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Rose de Freitas, Cid Gomes e Humberto Costa. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 15ª Reunião Extraordinária e da ata da 16ª Reunião Ordinária, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Indicação de autoridades. ITEM 1 - Ofício "S" nº 3, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a recondução do Senhor LAURO MACHADO NOGUEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no Biênio 2019/2021." Autoria: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério-Público dos Estados e da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

União (CNPG). Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor LAURO MACHADO NOGUEIRA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 25 votos favoráveis. ITEM 2 - Ofício "S" n° 4, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RINALDO REIS LIMA, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no Biênio 2019/2021." Autoria: Conselho Nacional de Procuradores Gerais - CNPG. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor RINALDO REIS LIMA para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com votos 25 favoráveis. ITEM 3 - Ofício "S" n° 5, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso III, da Constituição Federal, a indicação do Senhor OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, no Biênio 2019/2021." Autoria: Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG). Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome do Senhor OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, por unanimidade, com 25 votos favoráveis. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 19, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, da Constituição, a indicação do Senhor EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Eduardo Gomes. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM 2 - Ofício "S" n° 10, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação da Senhora IVANA FARINA NAVARRETE PENA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público estadual." Autoria: Procuradoria-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Geral da República. Relatoria: Senador Marcos Rogério. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado n° 26, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Lido o relatório e a adiada a discussão da matéria. ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1829, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a modernização do turismo no Brasil; e revoga dispositivos da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao Projeto com oito emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 672, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir na referida legislação os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero." Autoria: Senador Weverton. Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1161, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." Autoria: Senadora Leila Barros. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Proposta de Emenda à Constituição n° 1, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 57 o §4°-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso." Autoria: Senadora Rose de Freitas e outros. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Projeto de Lei Complementar n° 21, de 2019 - Não Terminativo - que: "Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatoria: Senador Jorge Kajuru. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado nº 307, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves. Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016 - Terminativo - que: "Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária." Autoria: Senador José Aníbal. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 11 - Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade." Autoria: Senador Romário e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 12 - Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Cadastro Nacional de Pedófilos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing." Autoria: Senador Cidinho Santos. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 14 - Proposta de Emenda à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição n° 19, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o caput do art. 5° da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos." Autoria: Senador Paulo Paim e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Adiado. ITEM 15 - Projeto de Lei n° 600, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a substituição de pena dos crimes previstos no §3º do art. 302 e no §2º do art. 303." Autoria: Senador Fabiano Contarato. Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 16 - Projeto de Lei da Câmara n° 115, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 9º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), para proibir a exclusão de pessoas jurídicas adimplentes e de boa-fé do Refis nas condições que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Projeto de Lei da Câmara n° 79, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para disciplinar a concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar na ação direta de inconstitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM EXTRAPAUTA 18 - Projeto de Decreto Legislativo n° 233, de 2019 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 235, de 2019 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro. O registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Armas." Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 238, de 2019 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e Senador Fabiano Contarato. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 239, de 2019 - Não Terminativo - que: "Susta, nos termos nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre "a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas"." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 286, de 2019 - Não Terminativo - que: "Susta os Decretos nºs 9.785, de 07 de maio de 2019, e 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e Senador Fabiano Contarato. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 287, de 2019 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019 e o Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Contrário aos Projetos. Resultado: Lido o relatório e adiada a discussão da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bom dia.

Havendo número legal e regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 15º Reunião, Extraordinária, e da Ata da 16º Reunião, Ordinária.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário Oficial do Senado Federal*.

A presente reunião será realizada...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

A presente reunião será realizada em duas partes. A primeira parte destina-se à realização de sabatinas e a segunda parte destina-se à deliberação dos itens 1 a 17.

Nesta primeira parte, gostaria de esclarecer às Sras. e aos Srs. Senadores que procederemos à arguição dos indicados. (*Pausa.*)

Desculpem-me, mas eu não consigo concorrer com tantas vozes.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada. Obrigada, Senador Kajuru.

Gostaria de informar às Sras. e aos Srs. Senadores que nessa primeira parte nós procederemos à arguição dos indicados e à votação dos relatórios referentes à segunda etapa do processo de apreciação da escolha de autoridades no âmbito desta Comissão.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram participar, encaminhar seus comentários, fazer perguntas e questionamentos poderão fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Nesse momento, para darmos início a esta primeira etapa, eu convido os indicados que serão sabatinados a ocupar comigo aqui esta tribuna.

Primeiro, eu gostaria de convidar o Dr. Lauro Machado Nogueira – eu acho que poderão entrar os três juntos –, o Dr. Rinaldo Reis Lima e o Dr. Oswaldo d'Albuquerque Lima Neto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para esclarecer esta Comissão, o Dr. Lauro teve o seu relatório formulado pela Senadora Juíza Selma; o Dr. Rinaldo, pelo Senador Rodrigo Pacheco; e o Dr. Oswaldo, pelo Senador Sérgio Petecão.

Sejam bem-vindos!

Por favor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, enquanto eles se aproximam e a senhora os cumprimenta, eu queria fazer um convite público ao Senador Major Olímpio, diante da situação que o deixou um tanto quanto constrangido, a integrar a ala de centro-direita do Partido dos Trabalhadores a partir de hoje. (*Risos.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Mas é a centro-direita do PT. (*Risos.*)

Obrigado ao prezado amigo e um bom dia a todos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Rogério, e eu quero me colocar à disposição, junto com o Senador Kajuru, para defendê-lo no Conselho de Ética do PSL. (*Risos.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Não, eu quero que vocês me ajudem a trazê-lo para criarmos a ala de centro-direita do PT.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Essa foi forte! (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Que, aliás, é a ala que mais prospera.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Podemos começar agora, depois da brincadeira, os nossos trabalhos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não sem antes, Presidente, registrar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... a presença...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o luto fechado...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de agradecer a presença dos promotores e procuradores que aqui se encontram. Sejam muito bem-vindos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Peço desculpas. O prestígio dos nossos sabatinados é tanto que há mais procuradores e autoridades do que cadeiras nesta Comissão. Peço desculpas. Alguns estão tentando se acomodar, e estamos vendo cadeiras extras para podermos acomodar todas as autoridades. Mas sejam sempre muito bem-vindos!

Eu gostaria de comunicar às Sras. e aos Srs. Senadores que, ouvindo alguns colegas, nós deliberamos que, excepcionalmente, nesta reunião, em função inclusive do fato de termos neste semestre pelo menos mais quatro reuniões como esta de sabatinas de autoridades, daremos um prazo máximo de cinco minutos para a arguição dos nossos convidados.

Eu vou conceder neste momento, sem muitas delongas, já agradecendo a presença de todos – sejam muito bem-vindos –, a palavra, pela ordem de inscrição, aos nossos sabatinados pelo prazo entre cinco e oito minutos para fazerem as suas apresentações. Acho que é um prazo razoável. Se precisarem de mais tempo, será deferido.

Concedo a palavra, sem mais delongas, neste momento, ao Sr. Dr. Lauro Machado Nogueira para a sua exposição pelo prazo, a princípio, de cinco minutos.

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – Bom dia a todos!

Eu queria cumprimentar, inicialmente, a Senadora Simone Tebet, Presidente desta Comissão. Quero fazer um cumprimento especial à Senadora Selma, Relatora da minha indicação e, na pessoa dela, cumprimentar todos os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras.

Para mim é uma honra comparecer mais uma vez a esta Comissão para me submeter ao crivo dos Srs. Senadores.

Eu queria fazer um cumprimento especial à minha esposa, que não está presente aqui, a Luciana, e aos meus pais, o Sr. Nogueira e a D. Iolanda, que estão em Goiânia, vendo-nos pela TV Senado, pelo apoio que sempre me deram em todas as minhas iniciativas.

Quero cumprimentar, agradecendo-lhes a presença, todos os Procuradores-Gerais de Justiça, nas pessoas do Presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, o Procurador-Geral Paulo Cezar dos Passos, do Estado da Presidente Simone Tebet, e também do Procurador-Geral do meu Estado, o Dr. Aylton Vechi, que muito me honram com suas presenças. Nas pessoas deles, quero cumprimentar todos os Procuradores-Gerais. Quero agradecer, mais uma vez, a confiança e o apoio por me terem indicado para representar os Ministérios Públicos novamente, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar todos os Presidentes das Associações do Ministério Público, na pessoa do Presidente da Conamp, Victor Hugo Palmieri, e do Presidente da Associação Goiana do Ministério Público, José Carlos Miranda Nery.

Quero cumprimentar, agradecendo a presença, os meus colegas Conselheiros do CNMP. Estou vendo aqui o Corregedor Nacional, o Dr. Orlando Rochadel; o Dr. Sebastião Caixeta; o Dr. Dermeval. Quero dizer que me honram muito com a presença e com o apoio de sempre. Aprendi muito durante esse mandato nos debates, discutindo no Ministério Público brasileiro, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

Quero cumprimentar também os amigos e colegas Rinaldo e Oswaldo, que hoje também estão submetidos à sabatina e que representam o Ministério Público Estadual no âmbito do CNMP.

Rapidamente, eu gostaria de fazer uma breve apresentação pessoal e profissional aos Srs. e Sras. Senadores, para que possam ter um perfil acerca da minha indicação e do caminho que trilhei até aqui chegar.

Eu nasci em 26 de janeiro de 1970. Meu pai era bancário, e minha mãe, professora de Educação Física. Sou o mais novo de quatro irmãos. Desse casal, que está junto há 58 anos, tive como maior herança os valores da ética, da honestidade e da responsabilidade.

Cresci e estudei em Goiânia, tendo ingressado na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás em 1988 e tendo colado grau em janeiro de 1993. Na mesma faculdade, eu me especializei em Processo Penal no ano de 2004.

Já com a intenção de ingressar no Ministério Público, fiz o primeiro e único concurso da minha vida, sendo aprovado e tendo tomado posse no dia 3 de agosto de 1993, ainda muito jovem, com apenas 23 anos.

Sou de uma geração do Ministério Público que consolidou o novo perfil constitucional da instituição, aplicando, de maneira vanguardista, novos instrumentos legais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Código do Consumidor, a Lei de Improbidade Administrativa, a atuação em defesa do meio ambiente, bem como a Lei 9.099, de 1995, que implantou os Juizados Especiais Criminais e o instituto da transação penal. Naquela época, era muita inspiração e transpiração e pouca ou nenhuma estrutura, quase um exército de um homem só.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, eu queria pedir um pouco de silêncio às pessoas, para a gente ficar mais atento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Rogério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que, em respeito inclusive ao nosso convidado... Eu sei que ainda está havendo um certo barulho, em função de uma acomodação, nós estamos aí com a Casa cheia hoje, nós agradecemos, mas eu peço à assessoria, por favor, que haja o silêncio.

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – Minha carreira se desenvolveu em diversas comarcas no interior do Estado de Goiás, tendo sido titular das promotorias de Estrela do Norte, Varjão, Mara Rosa, Trindade, sendo promovido para Goiânia em abril do ano 2000, para atuar no tribunal do júri da capital.

Em 2001 e 2002, assessorei o Corregedor-Geral do Ministério Público e em 2003 assumi a promotoria da qual sou titular até hoje, a 41ª Promotoria de Justiça da capital, que atua perante a 9ª Vara Criminal de Goiânia, hoje...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – ... 4ª Vara, onde tramitam as ações penais de crimes apenados com reclusão.

Também nesse período, fui coordenador das promotorias eleitorais da capital, de 2003 a 2005.

Em 2004, iniciei minha atuação associativa, sendo tesoureiro da Associação Goiana do Ministério Público, tendo, em 2008, sido eleito presidente da entidade associativa e reeleito, em 2010, como candidato único.

Em 2010 também fui eleito vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público, Conamp, acompanhando cotidianamente as discussões deste Parlamento.

Em 2012, após o término do meu mandato associativo, assumi a chefia de gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, tendo, no final do ano, me candidatado a Procurador-Geral de Justiça, sendo o mais votado na lista tríplice e escolhido pelo Governador do Estado, assumindo em março de 2013, sendo reeleito em 2015, novamente como candidato único, tendo terminado meu mandato em março de 2017.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – No Conselho Nacional dos Procuradores Gerais, fui eleito presidente para um mandato em 2015 e 2016 e tive a honra de representar aquele colegiado na interlocução constante com o Parlamento e de receber, em algumas das nossas reuniões, alguns Senadores que aqui compunham esta Comissão na época, como o Senador Magno Malta, Ricardo Ferraço, Senador Randolfe Rodrigues – que ainda aqui permanece –, para debater matérias que aqui tramitavam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em abril de 2017, fui eleito pelos procuradores-gerais de Justiça dos Estados para compor o Conselho Nacional do Ministério Público, tendo passado por sabatina nesta Comissão, com aprovação posterior pelo Plenário deste Senado Federal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – Acredito que, em quase 26 anos de experiência profissional, consegui angariar os subsídios necessários para continuar a levar ao Conselho Nacional do Ministério Público as peculiaridades da carreira e da gestão dos ministérios públicos estaduais, bem como colaborar para que o órgão cumpra com eficiência suas fundamentais atribuições de controle das condutas dos membros e o controle administrativo e financeiro do Ministério Público brasileiro e zelar pela autonomia funcional e administrativa da instituição.

Tive por responsabilidade, nesse biênio, presidir a Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público, órgão responsável por coordenar, induzir e promover ações de capacitação e aperfeiçoamento de membros e servidores do MP e regulamentar os cursos oficiais de ingresso, formação inicial e vitaliciamento dos membros.

Inúmeras ações foram desenvolvidas nesse sentido, podendo destacar os encontros nacionais do Ministério Público no tribunal do júri, os encontros nacionais de defesa da probidade administrativa e os seminários nacionais de incentivo à autocomposição. E, inclusive, o terceiro terá início amanhã, no CNMP.

Também relatei importantes matérias no plenário, com destaque para a Resolução 183, que disciplina as normas do procedimento investigatório criminal.

Acompanho o CNMP desde a primeira composição, ora como membro, ora como representante de classe, ora como Procurador-Geral, e agora como Conselheiro, e vejo o quão importante esse órgão tem se tornado para o fortalecimento e a unidade do MP brasileiro e sou testemunha de sua evolução como órgão constitucional, que, apesar de sua composição plural, demonstra, a cada mandato, o compromisso dos Conselheiros, seja qual for a origem, em aprimorar a instituição do Ministério Público para que ela possa servir à sociedade, conforme preconizado na Constituição de 1988.

Enfim, coloco-me à disposição dos Srs. Senadores para os questionamentos que entenderem por bem e espero merecer mais uma vez o aval desta Comissão para continuar representando os Ministérios Públicos estaduais no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos ao Dr. Lauro, Procurador do Ministério Público do Estado de Goiás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passamos agora a palavra, também por cinco minutos, para suas considerações iniciais, seguindo a ordem, ao Dr. Rinaldo Reis Lima. Se houver necessidade de uns dois minutos a mais também, V. Exa. terá.

O SR. RINALDO REIS LIMA – Muito obrigado, Presidente.

Bom dia a todos!

Exma. Sra. Presidente desta CCJ, Senadora Simone Tebet; Exmo. Sr. Relator do meu processo, Senador Rodrigo Pacheco; Exmos. Srs. Senadores e Sras. Senadoras aqui presentes, quero cumprimentar também aqui meus colegas de Ministério Público de Estado que junto comigo estão sendo sabatinados nesta manhã, o Dr. Lauro Machado Nogueira, que é Promotor de Justiça em Goiás, e o Dr. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto, que é Procurador de Justiça no Acre.

Quero cumprimentar também todos os Conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público que estão aqui presentes – vejo alguns – e peço autorização para cumprimentá-los na pessoa do Conselheiro e Corregedor Nacional, Dr. Orlando Rochadel Moreira, atual Corregedor Nacional e também atualmente meu chefe, então preciso fazer esse cumprimento em especial, não é isso, meu chefe? Está registrado. (*Risos.*)

Trabalho lá na Corregedoria Nacional como Chefe de Gabinete do Dr. Rochadel.

Quero cumprimentar aqui todos os Procuradores-Gerais de Justiça de todos os Estados que vieram aqui para nos dar essa força, para nos prestigiar. Muito obrigado a todos os senhores.

Cumprimento todos os presidentes de associações – já vi alguns por aqui –, e o faço na pessoa do Dr. Victor Hugo Palmeiro, que é o Presidente da Associação Nacional do Ministério Público.

Quero cumprimentar também aqui todos os membros e servidores da Corregedoria Nacional, que é o órgão do Conselho Nacional do Ministério Público – vejo vários aqui. Muito obrigado pela força e pelo carinho de todos vocês.

E quero cumprimentar também, Sra. Presidente, todos os servidores do Senado e todos os que se fazem presentes nesta reunião.

Meu nome é Rinaldo Reis Lima. Nasci em 1963 na cidade de Tauá, no interior do Ceará. Sou casado, tenho três filhos, e me formei em Direito pela Universidade Federal da Paraíba, também num *campus* do interior, em Sousa, na Paraíba.

Fui bancário do Banco do Brasil entre 1981 e 1997. Exerci vários cargos no Banco do Brasil, em diversas cidades do interior da Paraíba e também em Natal, no Rio Grande do Norte, último local em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu permaneci no banco, onde eu exerci o cargo de Gerente de Administração da maior agência da capital naquela época.

Em 1997 ingressei, mediante concurso público, no Ministério Público do Rio Grande do Norte, no cargo de Promotor de Justiça. Passei alguns anos, como titular e também substituindo, em diversas cidades do interior do Rio Grande do Norte, mas fui depois transferido, removido para a cidade de Natal e sou titular da 46ª Promotoria de Justiça da capital potiguar desde então.

No Ministério Público eu também exerci diversos cargos, mas gostaria aqui de destacar que fui Presidente da Associação do Ministério Público do Rio Grande do Norte (Ampern) por dois biênios consecutivos, entre 2008 e 2012. Na sequência, eu fui Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Norte por dois mandatos consecutivos: 2013-2015 e 2015-2017. Nesse ínterim, eu tive também a honra de presidir o nosso Conselho Nacional de Procuradores-Gerais de Justiça de todo o Brasil, entre 2016 e 2017. Saí em 2017, pois recebi um convite do Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, o Dr. Orlando Rochadel, para vir trabalhar na Corregedoria Nacional do Ministério Público e, desde então, eu estou lá. Exerci lá o cargo de Coordenador-Geral da Corregedoria Nacional e atualmente sou o Chefe de Gabinete do Corregedor Nacional.

Em fevereiro deste ano, eu tive a grande alegria, a honra imensa de ser um dos três escolhidos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RINALDO REIS LIMA – ... para representar os Ministérios Públicos Estaduais no Conselho Nacional do Ministério Público, em uma das três vagas. As três vagas estão, inclusive, aqui já preenchidas com esses três nomes.

Por que eu quero ser Conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público? Respondo muito rapidamente. O Ministério Público é uma instituição que cresceu muito, é um novo Ministério Público desde 1988, mas eu costumo dizer que também houve um novo promotor de justiça que surgiu a partir de 1988. O Ministério Público do Brasil inteiro cresceu muito. Cresceu muito em número de membros, em número de servidores, em instalação e cresceu, principalmente, em atuação. Por isso, fez-se necessária – o tempo mostrou que se fez necessária, e o Congresso Nacional fez muito bem em aprová-la – a criação do Conselho Nacional do Ministério Público, como um órgão regulador, um órgão uniformizador, também como um órgão orientador e, ainda, através da sua corregedoria inicialmente e através do seu plenário, como um órgão para coibir excessos, para regular determinadas situações.

Eu acredito que a experiência toda que tenho nesses quase 22 anos – vou fazer agora no próximo mês – de Ministério Público pode ter me capacitado para exercer essa função.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estou aqui à disposição de V. Exas. para esta sabatina e depois, claro, também à disposição do Plenário, e, dando tudo certo, estarei à disposição também todo o tempo para a interlocução que seja necessária, Sra. Presidente.

Muito obrigado pela atenção.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos. Agradecemos ao Dr. Rinaldo, Procurador de Justiça do Rio Grande do Norte.

Passamos agora a palavra, para suas considerações iniciais, ao Dr. Oswaldo D´Albuquerque Lima Neto, que é Procurador de Justiça do Acre – com a palavra por cinco minutos.

O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO – Bom dia a todos!

Exma. Sra. Presidente Simone Tebet, Presidente desta honrada Comissão de Constituição e Justiça, inicialmente eu lhe passo um currículo resumido de minha atuação profissional e escolar.

Faço um agradecimento especial e um cumprimento especial ao Senador Sérgio Petecão pelo parecer favorável à minha indicação para compor tão honrado colegiado nacional, o Conselho Nacional do Ministério Público.

Peço licença, Sra. Presidente, para fazer uma saudação especial e agradecer meus pais, que estão nos acompanhando pela TV Senado, em Rio Branco, lá no Acre, alicerces do meu caráter; à Profa. Maria Antonieta, minha tia, também assistindo, que deu um contribuição especial ao meu gosto pelo conhecimento; ao meu filho Yan Odin; e aos meus filhos do coração Samylle, Rafik, Suky e Enzo.

Um agradecimento especial a você, Susie, minha esposa, aqui presente, companheira eterna de todas as lutas nesses 29 anos. Sem você, com toda certeza, o brilho do meu sol seria diferente.

Saúdo todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras, cumprimento todos os membros do Ministério Público brasileiro na pessoa do Exmo. Sr. Dr. Victor Hugo, Presidente da nossa Conamp.

Cumprimento todos os integrantes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), que me honrou com a escolha para a composição do colegiado nacional e para estar aqui submetido à honrosa sabatina de V. Exas., na pessoa do nosso Presidente e querido amigo Paulo Passos.

Quero cumprimentar, em especial, as nossas Procuradoras-Gerais componentes do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais: Dra. Ediene, da Bahia, Dra. Janaína, de Roraima, Dra. Fabiana, do MPDFT, Dra. Kátia, do Ministério Público do Acre, em cuja pessoa cumprimento todos os membros do Ministério Público do Estado do Acre.

Quero cumprimentar todos os servidores do Ministério Público do Estado do Acre, que também estão assistindo pela TV Senado a este ato tão honroso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Dr. Antônio Pereira Duarte, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público Militar, homenageando todos os membros do Ministério Público da União presentes a este ato.

Cumprimento todos os Srs. Conselheiros Nacionais – aqui vejo o nosso Conselheiro Nacional, Dr. Rochadel; nosso Conselheiro, Dr. Fábio Stica; nosso Conselheiro Caixeta.

Agradeço a Deus, inicialmente, por estar presente neste momento, por ter me agraciado com carreira tão valorosa e que pôde permitir que eu estivesse aqui junto com os senhores debatendo, discutindo o fortalecimento do Ministério Público brasileiro.

Inicialmente, faço um pequeno destaque da minha carreira profissional.

Sra. Presidente, sou natural de Cruzeiro do Sul, no Acre. Nasci no ano de 1963, ingressei e trabalhei no Tribunal de Justiça do Estado do Acre, na Justiça Federal, antes de ingressar no Ministério Público, no ano de 1994.

Exerci atribuições em praticamente todas as unidades do Ministério Público, em todas as promotorias, tendo sido promovido ao cargo de Procurador da Justiça no ano de 2002. De 2003 a 2005, fui Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado do Acre. Nesse período, tive a honra de ser eleito Vice-Presidente e também de presidir o Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO – ... do Ministério Público, dos Estados e da União.

Honra igual também tive ao compor o Colegiado Nacional do CNPG, do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, do qual fui Vice-Presidente para a Região Norte por dois anuênios, nos anos 2015-2016 e 2017-2018.

No período de 2014 a 2018, exerci o cargo de Procurador-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Acre.

Tentarei ser breve e fazer um breve relato das ações que procuramos desenvolver, através das quais, tenho certeza, fomos qualificados para sermos indicados pelo Colegiado Nacional para a composição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Remodelamos a estrutura funcional, as diretrizes do planejamento estratégico e envidamos esforços para a melhoria da estrutura organizacional do Ministério Público do Estado do Acre.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO – Conseguimos a aprovação da nova Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Acre em 2014, uma das poucas leis, Sra. Presidente, que não era atualizada segundo a Constituição Federal de 1988.

Aprovamos o novo plano, PCCR, a Lei 2.993, o novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Ministério Público do Estado do Acre. Instituímos, inclusive, o auxílio saúde para membros, para servidores.

Criamos o programa Viver para Servir, reconhecido pelo Banco de Projetos do Conselho Nacional do Ministério Público como uma iniciativa inovadora de qualidade de vida no trabalho. Criamos o Centro de Especialidades em Saúde do Ministério Público do Estado do Acre e implantamos o Observatório Criminal. Criamos, com recursos próprios, um sistema de inteligência para investigar integrantes de facções criminosas, intitulado Retina, que hoje é compartilhado com diversos Ministérios Públicos do Brasil.

O Conselho Nacional do Ministério Público tem cumprido uma função particularmente importante no fomento de fortalecer a missão constitucional da instituição, na medida em que tem buscado nivelar e atualizar membros e servidores sobre temas de alta relevância nacional, ao tempo em que dispõe de mecanismos para a produção de informações e conhecimentos, inclusive pautas internas subsidiadas por debates ampliados com a participação de todos os atores da vida nacional, instituições de Estados e Poderes constituídos.

Recebo, então, aqui que tenho um minuto. Sra. Presidente, eu não sei por que no Ministério Público do Acre criei a fama de que falava demais, Srs. Senadores. E aqui vejo que realmente assim continuo.

Mas, entendo que o Ministério Público hoje, o Conselho Nacional do Ministério Público é um grande catalisador de boas práticas, fomentador da uniformização de procedimentos e atuação ministerial, sendo, inclusive, um grande contribuinte como indutor de políticas públicas para os Ministérios Públicos de todo o País, contribuindo sobremaneira com o aperfeiçoamento da instituição em nível nacional e trabalhando concretamente para que tenhamos e façamos uma autocrítica institucional tão necessária para o aperfeiçoamento da instituição, para a melhor qualificação de todos os seus membros, para a melhor interlocução com os Poderes de Estado e para os poderes constituídos com as instituições de Estado.

A minha trajetória profissional relatada aqui resumidamente entendo que venha a me qualificar e que eu possa, com essa experiência de meio século de Ministério Público, contribuir para o desenvolvimento das ações do Conselho Nacional e para o debate das grandes questões de relevância para a sociedade e os cidadãos brasileiros.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico à disposição para debater.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sou eu que agradeço, Dr. Oswaldo.

Mais uma vez, agradecendo ao Dr. Lauro e ao Dr. Rinaldo, esta Presidência vai agora passar à fase de arguição, e eu gostaria de fazer alguns esclarecimentos a respeito dela.

Nós agora passaremos a palavra pelo prazo improrrogável de cinco minutos, num primeiro tempo, cabendo réplica e depois tréplica de dois minutos.

O Senador Esperidião Amin havia conversado comigo e acha que três minutos é o suficiente. Nós deixaríamos três minutos como regra, mas extensível a cinco minutos. Acho que é tempo suficiente para que todos os colegas possam fazer os seus questionamentos, lembrando que aqui, pela ordem, nós damos preferência aos relatores. Na ordem, primeiro, A Juíza Selma, que é a Relatora da sabatina da recondução do Dr. Lauro; em seguida, o Senador Rodrigo Pacheco, Relator da sabatina do nosso Dr. Rinaldo; e, em seguida, o Senador Sérgio Petecão, que também está presente e é o Relator da sabatina do Dr. Oswaldo.

São cinco minutos para cada um, e fecharíamos as respostas do sabatinados. Em seguida, em grupo de quatro – acho que dá para fazer até em grupo de cinco Senadores, já que são cinco minutos –, nós abriríamos a ordem inscrição.

Já temos inscritos: Senador Fabiano, Senador Esperidião Amin, Senador Rogério Carvalho, Senador Alessandro, Senador Anastasia, Senador Mecias, e Senador Angelo Coronel. Então, são esses.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente, não seria prudente deixar logo aberta a votação para os Senadores que quisessem, assim, fazer uso dela?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não vejo problema.

Vamos apenas só ouvir os relatores? Assim que os relatores fizerem as suas considerações e os nossos sabatinados, os nossos convidados estiverem respondendo aos questionamentos... Nós já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos autorizando, portanto, à Secretaria que abra o painel assim que os sabatinados começarem as respostas às perguntas formuladas pelos relatores.

Repetindo, portanto, na ordem agora, por cinco minutos, abrindo os três primeiros os nossos relatores.

Com a palavra, pela ordem, a Relatora do Ofício nº 3, de 2019, Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Bom dia, Sra. Presidente; bom dia, Srs. Senadores; bom dia, Dr. Lauro Machado Nogueira, Dr. Rinaldo Reis Lima e Dr. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto.

Eu quero dizer que foi uma honra relatar a indicação de V. Exa. e espero sinceramente que com isso eu tenha colaborado para o fortalecimento da instituição Ministério Público, que é tão importante e a cada dia mais requisitada pela realidade brasileira.

Hoje, tenho uma preocupação muito especial com a questão das organizações criminosas e com a sua atuação, que perpassa o Território brasileiro. Nós precisamos começar a pensar, Srs. Conselheiros, em soluções que não se cinjam à questão da territorialidade. O Direito Penal, principalmente voltado a esta questão do combate às organizações criminosas, não pode mais ficar cingido à perseguição de uma organização criminosa até onde acaba o Território nacional. Nós precisamos ter uma legislação extraterritorial ou mecanismos eficientes de verdade para o combate a essas organizações *on-line*, em tempo real. Nós não podemos depender de burocracia para combater aquilo que eles fazem com um clique hoje, porque a tecnologia, da mesma forma que veio para auxiliar o cidadão de bem a ter comunicação em tempo real, a abrir uma conta na Suíça ou, enfim, a fazer o que quiser com dois cliques no aparelho celular, também veio para ajudar a criminalidade.

Então, nós precisamos deixar de andar sempre um passo atrás dessa criminalidade. O Ministério Público precisa ser protagonista. A magistratura – eu me doo por isso, porque fui magistrada – sempre tem de ficar inerte, dependendo de provocações; o Ministério Público não, pois tem a prerrogativa, a função e a liberdade de estar um passo à frente, junto obviamente com as polícias investigativas. O Ministério Público tem, graças a Deus, também a prerrogativa de investigar. Então, em razão disso, vejo que nós precisamos que o Conselho do Ministério Público não seja apenas um órgão de fiscalização, de cobrança de metas e de resultados numéricos.

Eu sofri muito, quando titular da minha Vara de Combate ao Crime Organizado, porque era uma vara com processos muito complexos e não numerosos, e o CNJ não via isso e achava que eu tinha de cumprir as mesmas metas de uma vara onde os processos eram pequenos, simples. Então, eu era obrigada a fazer x sentenças por mês, a coisa simplesmente era numérica, e não se via ali a complexidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Espero que os senhores tenham essa sensibilidade com as promotorias, porque, ao fixar essas metas, é necessário que se veja a complexidade e a qualidade do trabalho que cada membro do Ministério Público executa.

Eu trabalhei com pessoas que fizeram trabalhos hercúleos, com GAECOs, com promotorias especializadas, todos fazendo trabalhos hercúleos porque o tamanho do serviço é muito grande. E todos se queixavam – todos! – das cobranças que as corregedorias e o Conselho do Ministério Público fazem, que são cegas para essas questões que são tão complexas, e é indispensável que a gente tenha olhos para elas hoje em dia.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Perdão, Sra. Presidente! Quero só fazer a finalização.

Então, eu desejo a todos os senhores, especialmente ao Dr. Lauro, muito sucesso na nova empreitada.

Desejo sinceramente que estejamos aqui caminhando *pari passu*, o Legislativo com os Conselhos, tanto o CNJ quanto o Conselho do Ministério Público, para criarmos soluções para esses problemas que nós vivemos. Não vamos nos cegar, não vamos nos preocupar apenas com problemas caseiros. Nós temos que abrir os olhos – é tarde já, é tarde, já passou da hora! – para esta questão da internacionalidade do crime organizado, para a questão de que as organizações criminosas estão muito à frente do que imagina a nossa vã filosofia. Só quem trabalha com isso é que sabe o perigo que a soberania do Estado brasileiro – e de vários outros Estados – está passando.

Então, conto com todos vocês para esse trabalho e agradeço por terem me ouvido.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecemos à Senadora Juíza Selma.

Com a palavra o Relator do Ofício 4, de 2019, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sra. Presidente Simone Tebet, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, cumprimento os membros do Ministério Público que aqui hoje estão a ser sabatinados, na escolha do Conselho Nacional do Ministério Público, em especial aquele a quem me incumbiu o relatório, o parecer de aprovação, Dr. Rinaldo Reis Lima.

Eu sou advogado, advogado militante há 20 anos. Integrei a Ordem dos Advogados do Brasil também durante cerca de dez anos, tendo sido conselheiro federal da entidade pelo meu Estado de Minas Gerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sempre compreendi que, no âmbito da OAB, nós deveríamos tratar a proteção dos advogados, a defesa de suas prerrogativas, mas nunca descuidando de apurar e de punir aqueles advogados que descumprissem o Estatuto da Advocacia e da OAB, o Código de Ética, editado pelo Conselho Federal, punindo exemplarmente aqueles que desvirtuam o exercício da profissão.

Evidentemente que a Ordem é composta, na sua grande maioria, por pessoas de boa-fé, bem-intencionadas e bons profissionais, e faço esse paralelo também em relação ao Ministério Público, com quem naturalmente convivi no meu exercício profissional e no meu exercício institucional, na Ordem, e como Deputado Federal e agora Senador da República.

Tenho um profundo e absoluto respeito pelo Ministério Público, reconhecendo-o como instituição fundamental ao Estado democrático de direito. Mas há questões que precisam ser enfrentadas, e, por isso, ao Dr. Rinaldo e especialmente a V. Exa. farei alguns questionamentos, em relação à sua compreensão quanto ao Ministério Público.

E começo indagando de V. Exa., e não se preocupe em anotar, porque eu vou lhe entregar por escrito, para o senhor ter aqui o roteiro dessas minhas ponderações e desses meus questionamentos, não sem antes dizer que fiz o parecer pela aprovação do nome de V. Exa. porque eu o reconheci como um profissional capacitado, gabaritado, com um excelente currículo, mesmo no ponto quanto à ação que o senhor, honesta e lealmente, informou a existência, uma ação civil pública em face de V. Exa.

Também cuidei de fazer a juntada subsequente da sentença que o absolveu desta ação que foi noticiada no meu parecer.

Então, V. Exa. está talhado, preparado para ocupar esta vaga no Conselho Nacional do Ministério Público, mas faço esses questionamentos, até para que, de público, V. Exa. possa externar o seu posicionamento inicial e meio que se comprometer com algumas teses, evidentemente, no seu exercício junto ao Conselho Nacional do Ministério Público, que certamente será aprovado.

A primeira indagação e ponderação que faço, Dr. Rinaldo, é quanto à sua opinião sobre o atual sistema de escolha do Procurador-Geral da República, se esse modelo institucional é adequado ou pode implicar algum tipo de subordinação do Ministério Público a interesses, ainda que legítimos, mas interesses do Poder Executivo.

Outro questionamento é se, na opinião de V. Exa., há medidas que poderiam ser tomadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público a fim de estimular a atuação integrada do MP com os demais atores do sistema de Justiça, de forma a viabilizar uma maior eficácia das políticas de segurança pública. Segurança pública é uma preocupação de nós todos, e a Senadora Juíza Selma bem pontuou, especialmente num segmento muito específico que é o da criminalidade organizada, que está cada vez mais organizada, e, se o Estado não se organizar no mesmo passo, vai perder essa guerra. Então a opinião de V. Exa. em relação à atuação e à posição do Ministério Público nesse combate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Na opinião de V. Exa. também, de que forma o CNMP pode contribuir para o aprimoramento da gestão do Ministério Público brasileiro e o fortalecimento do controle interno para a prevenção de irregularidades administrativas?

Outro ponto: de que forma o senhor acredita que pode ser aprimorado o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público e como o CNMP pode contribuir nesse sentido? Aqui faço um parêntese em relação ao poder de investigação do Ministério Público, que outrora foi questionado, mas hoje, pelo entendimento do Supremo, pela superação da PEC 37 e por propostas que definem essa investigação do Ministério Público, isso já está superado.

Outro ponto: na opinião de V. Exa., como o Ministério Público pode contribuir para a maior eficiência do Poder Judiciário e para o fortalecimento das formas consensuais, extrajudiciais e judiciais de solução de conflitos?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – A opinião de V. Exa. em relação a essas questões de acordos penais, *plea bargain*, transação penal, suspensão condicional do processo, *sursis*, substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, medidas despenalizadoras e que evitam o processo e evitam o cumprimento da pena em determinados casos.

E por último, Presidente, já para encerrar, e essa pergunta é muito importante, Dr. Rinaldo: qual a observância do CNMP, órgão de natureza administrativa, em relação a esse princípio da inércia? Ele deve agir espontaneamente, de ofício, ou deve ser provocado?

Dentre as suas atribuições, está a de realizar sindicâncias, inspeções, correições quando houver fatos graves ou relevantes que justifiquem. Nesse sentido, qual o seu entendimento quanto à postura a ser adotada e a atitude concreta do órgão quando se depara com membros do Ministério Público manifestando opiniões em casos concretos, em processos por vezes sob sigilo de justiça e às vezes questionando decisões judiciais em público através de redes sociais ou de qualquer outro mecanismo público de exposição da Justiça e do próprio caso concreto e de membros do Poder Judiciário, ou do Ministério Público, da advocacia e dos sujeitos do processo? Se isso é tolerável, se isso pode ser regulado, se isso deve ser combatido, qual a opinião de V. Exa. em relação a uma nova cultura que existe da interlocução com a sociedade? Se isso deve se dar em casos concretos sob a responsabilidade da Justiça, especialmente através das hoje já conhecidas e decantadas redes sociais.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada ao Senador Rodrigo Pacheco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Relator do Ofício 5, de 2019, Senador Sérgio Petecão, por cinco minutos.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Bom dia, Presidente Simone Tebet, e em sua pessoa quero saudar os demais colegas Senadores e Senadoras.

Saúdo os nossos sabatinados de hoje, Dr. Rinaldo e Dr. Lauro.

Com muito orgulho, tive o prazer de ser o Relator da indicação do Dr. Oswaldo D'Albuquerque, acriano de Cruzeiro do Sul, uma pessoa que tem toda uma experiência e um serviço prestado ao Ministério Público do nosso Estado.

Eu tive o prazer de, quando então Presidente da Assembleia, fazer um trabalho de parceria com o Ministério Público do nosso Estado.

Dr. Oswaldo, eu ouvi atentamente o senhor falando da sua carreira, como profissional, e isso nos orgulha muito. Espero que, com esse novo cargo que, se Deus quiser, o senhor vai assumir depois desta sabatina, como Conselheiro Nacional do Ministério Público (CNMP), nós possamos, principalmente neste momento de muita dificuldade que o nosso País passa no que se refere à violência, como foi dito aqui pela Senadora, nós possamos usar esse espaço como Conselheiro Nacional para que o Acre, um Estado tão pequeno, que já foi referência de paz, de tranquilidade, e hoje tem em Rio Branco uma das capitais mais violentas deste País... E o senhor conhece bem a situação do nosso Estado: vivemos em uma área de fronteira com o Peru e a Bolívia, os dois maiores produtores de cocaína do mundo. Que o senhor possa, nesse espaço que o senhor com certeza virá a ocupar, ajudar-nos no sentido de tentar sensibilizar as nossas autoridades federais – eu já disse isso ao Ministro Moro, eu já disse isso ao nosso Presidente Bolsonaro –, porque é muito mais fácil nós combatermos a entrada de drogas no nosso País lá na fronteira do que fazer o enfrentamento nos morros do Rio de Janeiro ou, então, nas favelas de São Paulo. Essa droga, quando chega ao nosso País, faz o empoderamento dessas facções, desse povo que hoje nos atormenta.

Ontem houve aquele episódio lá no Amazonas em que morreram mais de 50 detentos. Tomara que isso não tenha reflexos lá no nosso Estado, porque, no outro episódio que houve lá no Amazonas, nós tínhamos informações de que poderia haver. Graças a Deus, foram tomadas as providências cabíveis para que isso não acontecesse lá no Acre, porque nós temos um número... A nossa população carcerária no Acre é uma das maiores deste País, e a nossa estrutura é muito pouca.

Então, Dr. Oswaldo, eu queria aproveitar para...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – ... desejar-lhe boa sorte e que o senhor possa fazer aí um bom trabalho. Não tenho dúvida da sua competência, do seu empenho e do seu compromisso com o Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chega às minhas mãos, Dr. Oswaldo, uma pergunta do nosso e-Cidadania, e gostaria de lhe fazer aqui a pergunta.

A pergunta é do Sr. Luiz Claudio, de lá do Rio de Janeiro. A pergunta vai no seguinte sentido: "Aproximar o Ministério Público da população e fomentar a informação de seus atos para o público geral..." Eu queria saber se o senhor acha isto importante: divulgar as ações e os atos do Ministério Público. É que, às vezes, o Ministério Público só aparece em alguns atos no sentido de chamar atenção – entendeu? –, adora uma televisão. Seria importante que os atos do Ministério Público fossem divulgados, todos os atos do Ministério Público.

Então, Dr. Oswaldo, boa sorte, sucesso. Com certeza...

Eu queria, na pessoa da Procuradora-Geral do meu Estado, Dra. Kátia Rejane, fazer uma saudação especial a todos os Procuradores e a todos os servidores do Ministério Público lá do nosso Estado, que, com certeza, estão ligados e estão torcendo por V. Exa. neste momento.

Ao senhor, como bom acriano, eu, como bom acriano, queria desejar boa sorte. Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Petecão.

Nós vamos passar a palavra agora aos nossos sabatinados, na ordem, para fazerem seus esclarecimentos e responderem aos questionamentos formulados pelos Relatores, mas não sem antes comunicar a esta Comissão que nós estaremos neste momento, acatando solicitação de V. Exas., abrindo o painel de votação.

Solicito, portanto, à Secretaria que nos auxilie e que possa já abrir o painel para que possamos começar a votação.

As Sras. Senadores e os Srs. Senadores que se sentirem confortáveis já poderão estar conferindo seus votos.

Passaremos neste momento a palavra, por cinco minutos, ao Dr. Lauro e, em seguida, ao Dr. Rinaldo e, por fim, ao Dr. Oswaldo para responderem os questionamentos de seus Relatores.

Pela ordem, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu acho que... São quantos inscritos para indagar?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pelo Regimento... Nós só separamos os Relatores e vamos fazer grupos de cinco. Acredito que vá dar um grupo e meio. Se não chegar mais ninguém, nós fechamos em sete, abrimos para os sete.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu creio que haverá perguntas convergentes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, consulto V. Exa. se não seria o caso de eles anotarem e responderem ao final.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Acato a sugestão de V. Exa.

Assim que os nossos sabatinados responderem aos seus Relatores, se não houver mais nenhum inscrito, eu abro imediatamente a palavra para os sete inscritos, para que todos façam seus questionamentos. Se chegarem mais dois ou três, nós dividimos em dois grupos de cinco Senadores. Vamos estar aqui orientando da forma mais democrática e ágil possível para que esta Comissão possa ser eficiente.

Portanto, agora com a palavra, por favor, o Dr. Lauro, por cinco minutos.

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – Obrigado, Presidente.

Primeiro eu queria agradecer as palavras da Senadora Juíza Selma, pessoa que teve uma carreira brilhante na magistratura mato-grossense caracterizada pelo enfrentamento ao crime organizado.

Eu queria esclarecer à Juíza Selma que o Ministério Público brasileiro, há algum tempo, tem voltado os olhos para o combate às organizações criminosas.

Em quase todos, aliás, em todos os Ministérios Públicos brasileiros estaduais nós temos organismos especializados, que são os GAECOs, os Grupos de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado e, no âmbito nacional, nós temos o Grupo Nacional de Combate às Organizações Criminosas, o GNCOC, hoje presidido pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Alagoas, que têm enfrentado e avançado no combate ao crime organizado.

Mas eu tenho uma percepção de que isso tem que ser um pacto nacional de integração de todas as forças, não só do Ministério Público, mas da Polícia Federal, da Polícia Civil e do Poder Legislativo, na análise dos instrumentos processuais que venham combater essa chaga da sociedade brasileira, nós temos que estar sob exame do Parlamento agora. O pacote anticrime é especialmente voltado ao combate ao crime organizado, com novos instrumentos, como o confisco alargado, o *plea bargain*, que também vai ser debatido aqui.

E, no âmbito do Conselho Nacional do Ministério Público, eu queria destacar que nós temos uma preocupação muito grande em preservar, porque a atuação do Ministério Público no combate ao crime

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizado gera muitos atritos. Como o Conselho Nacional tem por obrigação constitucional zelar pela autonomia funcional dos seus membros, muitos questionamentos da atuação do Ministério Público chegam ao conhecimento do Plenário e nós temos lá cotidianamente analisado para garantir a atuação da instituição, a sua livre atuação no combate ao crime organizado.

E também, sob o aspecto regulamentar, eu até citei na minha apresentação inicial que eu fui o Relator da Resolução 183, que emendou a Resolução 181, que é a resolução que determina o procedimento para investigação criminal no âmbito do Ministério Público, que é de suma importância, é um instrumento de suma importância para os investigados, para os advogados e também para os membros do Ministério Público. Essa é uma contribuição fundamental que foi dada pelo Conselho Nacional do Ministério Público, porque ela veio na esteira dessa decisão do Supremo. Foi importante que um órgão constitucional da decisão do Supremo, que garantiu o poder investigatório do Ministério Público, que o órgão constitucional de controle da instituição regulamentasse a atuação do Ministério Público nessa área.

É uma preocupação de todas as gestões do Ministério Público – assim foi a minha como Procurador-Geral de Justiça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – ... na estruturação dos grupos, dos GAECOs, para que a gente possa enfrentar essa questão.

E também a gente vê hoje, lamentavelmente, essa tragédia que aconteceu agora, no presídio de Manaus...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – Não é a primeira, talvez não seja a última, mas, até por haver uma particularidade nesse caso, que foi uma briga interna numa própria facção criminosa que gerou essa tragédia absurda, isso demonstra que o Estado brasileiro tem que se organizar e tomar, pelo menos, posse efetiva do sistema carcerário, que hoje é dominado pelas facções criminosas.

Então, em suma, rapidamente, seriam esses os esclarecimentos.

Deixo a critério da Senadora a necessidade de maiores esclarecimentos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigado, Dr. Lauro.

Com a palavra o Dr. Rinaldo por cinco minutos, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RINALDO REIS LIMA – Muito obrigado, Presidente.

Primeiro, eu quero agradecer imensamente ao Senador Rodrigo Pacheco por ter aceitado a relatoria do meu processo e agradecer também as palavras elogiosas de V. Exa.

Como houve alguns questionamentos, vou tentar ser breve, mas, se for preciso alguma complementação, estou inteiramente à disposição em relação a quaisquer questionamentos. Alguns vão ser meras opiniões. V. Exa., inclusive, coloca desta forma: "Qual é a sua opinião...?" Até porque não é diretamente da minha área de atuação e nem da área de atuação do próprio Conselho Nacional do Ministério Público, como é o caso da primeira pergunta, que já passo a responder.

"Qual é a sua opinião sobre o atual sistema de escolha do Procurador-Geral da República? Esse modelo institucional pode implicar subordinação do Ministério Público aos interesses do Poder Executivo?" Eu acho que o atual sistema não é bom. Não sei por que a diferença, Senador, mas, nos Estados, o Constituinte colocou a necessidade de uma lista tríplice. O Procurador-Geral de Justiça é escolhido de uma lista tríplice – são processos de escolha; não é uma votação, na verdade, embora seja votação, mas não é direta. Essa lista é passada ao chefe do Executivo, que escolhe, dentre aqueles, o que ele achar que está mais capacitado.

No âmbito da Procuradoria-Geral da República, não é assim. Não sei por que essa escolha do Constituinte em não ter feito igual aos Estados. Eu acho que ela é imperfeita e pode ser melhorada, sim, pelo menos para uma lista tríplice para ficar igual aos Estados.

Na minha opinião, esse modelo atual realmente permite uma subordinação. Não estou dizendo, de maneira nenhuma, que haja, mas a pergunta de V. Exa. é se pode implicar, e pode implicar, sim, porque o Presidente pode escolher qualquer um dentro do Ministério Público da União. Atualmente, ele vem fazendo isso – que não sei se vai ser mantido – dentro de uma lista tríplice que é informal e feita por uma associação. É um modelo também, no meu entendimento, com todo o respeito, errado. Acho que precisa ser mudado isso.

Passo, então, ao segundo questionamento: "Na sua opinião, quais medidas poderiam ser tomadas pelo CNMP a fim de estimular a atuação integrada do Ministério Público com os demais atores do sistema de Justiça?" Aqui, eu entendo todos os atores do sistema de Justiça como sendo a OAB, como sendo os órgãos da segurança pública, como V. Exa. bem mencionou na sua fala. Eu entendo que muitas medidas já são tomadas. Hoje, a gente já trabalha de uma forma integrada, Senador. O Ministério Público nos Estados já trabalha – e na União também – de uma forma integrada, com órgãos de Polícia, da Receita Federal, mediante, claro, decisão judicial, quando é o caso de quebra de sigilo.

Então, já há uma integração, mas que precisa ser melhorada e precisa ser acelerada. A gente precisa tornar esse processo mais célere. Isso passa por aqui, pelo Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existem medidas propostas já aqui, Sra. Presidente, que podem ser resgatadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RINALDO REIS LIMA – ... dentro do pacote do próprio Ministro...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fora do microfone*.) – Eu peço desculpas, Dr. Rinaldo!

O SR. RINALDO REIS LIMA – Tudo bem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de pedir mais uma vez à Plenária silêncio, em respeito ao nosso indicado. O nosso indicado está tentando responder aos questionamentos formulados pelo seu Relator, e mesmo quem está à mesa, próximo dele, está tendo dificuldade de ouvi-lo.

Muito obrigada.

Por favor, pode continuar.

O SR. RINALDO REIS LIMA – Muito obrigado, Presidente.

E eu quero dizer, Senador, que o Ministério Público está sempre aqui, dentro do Congresso Nacional. Nos meus quatro anos como Procurador-Geral de Justiça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RINALDO REIS LIMA – ... e também nos meus quatro anos como Presidente da Associação, eu vim diversas vezes aqui, para a gente poder dialogar, para a gente poder conversar sobre medidas de combate à criminalidade, medidas que pudessem acelerar a própria tramitação processual. Nós estamos sempre à disposição para isso. E eu acho que o caminho é este: a gente dialogar e tentar integrar, cada vez mais, todos os órgãos que podem exercer um papel no combate à criminalidade, e são muitos esses órgãos.

Passo ao terceiro questionamento: "Na sua opinião, de que forma o CNMP pode contribuir para o aprimoramento da gestão do Ministério Público brasileiro e do fortalecimento interno para a prevenção de irregularidades administrativas na gestão do Ministério Público brasileiro? No que o CNMP pode contribuir?".

O CNMP, Senador, tem uma comissão permanente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RINALDO REIS LIMA – No Conselho Nacional, nós temos seis comissões permanentes. Podemos ter comissões provisórias também. E nós temos lá uma comissão permanente que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente a Comissão de Controle Administrativo e Financeiro. Essa comissão é sempre presidida por um conselheiro e faz o acompanhamento, em todos os Ministérios Públicos, da administração financeira, da administração orçamentária. Então, esse acompanhamento já é feito. Inclusive, hoje também existe o que a gente chama de "transparentômetro", que mede a transparência através da apuração de mais de 250 itens em todos os Ministérios Públicos e no próprio CNMP. O próprio CNMP se submete ao "transparentômetro". Então, é feita essa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RINALDO REIS LIMA – A gente analisa todos esses quesitos e dá uma nota. E, aí, a nota vai de ruim a excelente. Eu quero dizer para V. Exa. que, hoje, todos os Ministérios Públicos do Brasil, se não me engano, estão com a nota excelente. Confesso que não tenho esse dado aqui agora, mas estão todos com a nota entre bom e excelente. E há uma competição entre os Ministérios Públicos. Através do "transparentômetro", foi estimulada uma competição saudável entre os Ministérios Públicos, para que eles consigam tirar ali o primeiro lugar. Ali está a nota do primeiro ao último lugar, e ninguém quer ficar nos últimos lugares.

Então, a gente procura aperfeiçoar nos Estados cada vez mais essa transparência dos atos administrativos, principalmente no que diz respeito a finanças das gestões.

"De que forma o senhor acredita que pode ser aprimorado o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público? Como o CNMP pode contribuir nesse sentido?" Nós temos também, nesse mesmo tema, Senador, uma comissão permanente, uma comissão permanente, comissão de segurança pública, que é a Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública.

É também uma das comissões permanentes que existem no Conselho Nacional. É presidida por um conselheiro, outros conselheiros integram, e a gente tem feito, o Conselho Nacional tem feito, através dessa comissão, inspeções, tem feito visitas em todos os Estados. Nas unidades prisionais, por exemplo, no que diz respeito ao sistema prisional, nas unidades de polícia também, para a gente tentar melhorar esse controle externo da atividade policial.

Agora, é preciso que se cobre cada vez mais também nesse sentido, Senador.

"Em sua opinião, como o Ministério Público pode contribuir para maior eficiência do Poder Judiciário e para o fortalecimento das formas consensuais e extrajudiciais de solução de conflitos?"

Nós temos, Senador, também, é relativamente recente, nós aprovamos... Eu digo nós e, na verdade, eu não sou conselheiro ainda, mas o Conselho Nacional aprovou, através de seus conselheiros, a Resolução 181, que dispõe sobre a tramitação do procedimento investigatório criminal a cargo do Ministério Público, mas ela traz exatamente instrumentos de não persecução, para que a gente possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer acordos de não persecução em relação a determinados casos que não são de maior gravidade. Isso já tem funcionado. Por exemplo: nós estivemos agora em São Paulo, há pouco tempo...

Presidente, eu peço só mais um pouquinho, só porque eu estou com as respostas, e as respostas precisam da... Quer dizer...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu quero esclarecer, até por ser respostas ao Relator, que V. Exa., na realidade, regimentalmente, teria dez minutos. Por isso que eu estou concedendo esse prazo.

Nas respostas dos outros colegas nós seremos mais breves, mas V. Exa. pode concluir, porque está respondendo ao seu Relator.

O SR. RINALDO REIS LIMA – Muito obrigado por sua compreensão, Presidente. Muito obrigado.

Então, no Estado de São Paulo, onde estivemos recentemente, Senador, o Procurador-Geral de Justiça de lá nos relatou que, só no ano passado, ele fez mais de 200 acordos de não persecução penal. Esses acordos abrangem diversos delitos de menor potencial e, inclusive, alguns até em relação à Administração Pública, aquilo em que não se houve ali o administrador público, com dolo ou com uma grande culpa.

Então, esses acordos já têm funcionado, têm desafogado... A notícia que nós temos das varas judiciais de São Paulo é que já diminuiu em 30% o movimento desse tipo de processo, e isso faz com que os juízes possam ter mais tempo para se dedicar aos processos de maior complexidade e que tenham um impacto social maior.

Então, nós já temos essa resolução e temos aqui, claro, está no Congresso Nacional... Uma das medidas é o próprio *play bargain*, que está aqui para ser discutido, e, com certeza, isso aí, sim, vai dar uma acelerada grande nesse desafogamento, nessa possibilidade de os casos serem resolvidos com maior rapidez.

E, por último: "O CNMP é órgão de natureza administrativa. Não está jungido ao princípio da inércia. Tanto é, que, dentre as suas atribuições, está a de realizar sindicâncias, inspeções e correções quando houver fatos graves ou relevantes que as justifiquem. Nesse sentido, qual o seu entendimento quanto à postura a ser adotada e a atitude concreta do órgão, quando se depara com membros do MP manifestando opinião em desprestígio da Justiça, seus membros e tribunais, bem como da dignidade de suas funções, inequívocas violações à Lei Orgânica do Ministério Público?"

Senador, eu estou na Corregedoria Nacional, que é um órgão interno...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RINALDO REIS LIMA – Estou acabando, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Corregedoria é um órgão interno do Conselho Nacional, e eu estou nessa Corregedoria desde o início da gestão, do mandato como corregedor do atual conselheiro, do atual corregedor, Dr. Orlando Rochadel. Infelizmente – eu digo infelizmente porque eu acho que nós não deveríamos ter esse problema, ou pelo menos não na dimensão que tivemos –, a grande preocupação da Corregedoria foi exatamente a de coibir esse tipo de excesso, esse tipo de atuação danosa nas redes sociais, nas mídias, que não contribui em nada e que, pode ter certeza, Senador, no nosso entendimento e no entendimento do Conselho, são passíveis, sim, de punição, e estão sendo punidas. Nós temos, inclusive, alguns dados. Esses dados não se referem – confesso que não vim com os dados preparados – especificamente a manifestações em redes sociais, mas a maioria, infelizmente, volto a dizer, se refere a esse tipo de situação, em que a Corregedoria Nacional e o Conselho Nacional do Ministério Público têm atuado com bastante vigor, e têm havido punições.

Só para o senhor ter uma ideia, em 2018 foram instauradas... Só um instante, por favor... Tenho aqui: sindicâncias, quatro... Portarias de instauração... Eu tenho aqui as sindicâncias, pedidos de avocação, pedidos de revisão, reclamações disciplinares instauradas. Perdão, desculpem-me.

Reclamações em 2018: foram 568 reclamações disciplinares que nós autuamos. Isso aqui foi o que nós autuamos. Não significa que todas elas estejam sendo julgadas no Conselho Nacional, mas a gente instaura, porque muitas delas são julgadas na origem, porque a origem é que tem melhor condição de apurar e de punir, porque vai ouvir as testemunhas, vai ouvir o ofendido, que às vezes é da origem; mesmo assim, a gente instaura na Corregedoria Nacional para ficar acompanhando, para evitar que haja uma prescrição, por exemplo, por um andamento lento, e até para acompanhar o resultado. Se nós não nos satisfizermos com o resultado dessa reclamação disciplinar, desse processo administrativo disciplinar lá na origem, nós podemos avocar, e aí, então, podemos, inclusive, provocar um novo julgamento no Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu peço desculpas pela forma até apressada, Presidente, e por ter ultrapasso o prazo também, mas me coloco à disposição, Sr. Senador.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Dr. Oswaldo, para responder aos questionamentos de seu Relator, por cinco minutos, esclarecendo aos indicados que fiquem tranquilos, quando começarem os questionamentos dos Senadores, porque nós estaremos dando uma média de três minutos, com respostas também de três minutos, mas, se houver mais de uma pergunta, obviamente, os senhores terão um pouquinho mais de tempo.

Estamos dando até dez minutos neste primeiro momento, porque V. Exas. estão respondendo a questionamentos de seus Relatores. Depois seremos um pouco mais breves. Verão, inclusive, que as perguntas tendem a se assemelhar e, consequentemente, se não tiverem respondido num determinado momento, terão a oportunidade de responder em outros questionamentos que forem feitos a V. Exas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Dr. Oswaldo.

O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO – Eu quero agradecer, Sra. Presidente, mais uma vez, ao Senador Petecão as palavras elogiosas. Fizemos realmente um excelente trabalho em parceria. A Assembleia Legislativa do Acre sempre foi uma grande parceira do Ministério Público quando da realização de projetos e programas voltados para o atendimento ao cidadão.

E, respondendo à pergunta... Eu esqueci, Senador, o nome da pessoa que nos fez a pergunta...

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro.

O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO – ... Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro, através de V. Exa.

Eu quero dizer que, durante a nossa gestão, nós fomentamos por demais a aproximação do Ministério Público com o cidadão, porque não adianta termos uma instituição que não esteja, com aquele que nos paga, bastante aproximada e sendo conhecida.

Para tentar ser breve, eu vou procurar resumir algumas medidas concretas e resultados que adotamos que tornaram não só mais próximo do cidadão o Ministério Público do Estado do Acre, como por demais transparente também.

Na gestão de 2014 a 2018, nós criamos o canal digital de TV na internet e a Rádio MPAC, bem como o *Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Acre*, para divulgação dos seus atos e para melhorar a transparência. Remodelamos, Senador, o nosso sítio eletrônico e, consequentemente, o Portal da Transparência, em atenção às Resoluções 86 e 89, de 2012, e 115, de 2014, do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como de acordo com a Lei de Acesso ao Cidadão. Então, o quesito transparência, junto com o aperfeiçoamento funcional e a aproximação do cidadão, foi um dos três pilares com que nós trabalhamos na gestão de 2014 a 2018. Tanto, que passamos de uma situação apenas regular, no Transparentômetro do CNMP, para uma situação de qualidade excelente. Hoje, o Ministério Público do Acre está 100% em atendimento às resoluções e normas legais relativas à transparência dos seus atos.

Com relação à aproximação com o cidadão, V. Exa. sabe que nós temos alguns programas, alguns projetos. Alguns institucionalizamos e aumentamos o alcance, e alguns outros criamos.

Eu quero citar, por exemplo, o Ministério Público da Comunidade, que é um trabalho desenvolvido pelo Ministério Público do Estado do Acre, com parceria com as diversas instituições do Estado, com os poderes constituídos, com a sociedade civil organizada. Nós chegamos a ter em torno de 50 parceiros na realização desse projeto que nós institucionalizamos como programa, o MP da Comunidade. É o Ministério Público saindo do gabinete. O Ministério Público, o Promotor de Justiça, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procurador de Justiça saindo do gabinete e indo para o cidadão, indo para a zona rural, indo para as comunidades mais carentes.

Só do MP da Comunidade eu quero trazer dois dados.

Quando assumimos, nós tínhamos a realização de dois projetos. Transformamos esse projeto em um programa institucionalizado.

De 2013 a 2016, foram 30 edições – saímos de duas e fizemos 28, até 2016 –, com atendimento em torno de 28.826 pessoas das comunidades mais carentes, dos bairros mais afastados, dos Municípios mais afastados do nosso Acre.

Somente no ano de 2017, Senador, foram 32 edições...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO – ... com o atendimento de 15.124 pessoas.

Mas não ficamos nisso. Nós criamos o Prêmio Atitude, como forma de valorizar projetos sociais executados pela sociedade civil.

Fizemos a aquisição de um micro-ônibus para o projeto PGJ Itinerante, pelo qual o gabinete do Procurador-Geral de Justiça saía de sua sede, tanto na capital quanto no interior, para ouvir o clamor da população, para ouvir os demais membros e poder fazer um trabalho em parceria, um trabalho integrado – isso, no âmbito interno e no âmbito externo – com as demais, como eu sempre digo, instituições de Estado, poderes constituídos, sociedade civil organizada, com resultados fantásticos para o cidadão.

Baixamos um ato garantindo o pleno acesso, Senadora Juíza Selma...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO – ... aos moradores de rua.

Nós sabemos que a entrada em órgãos públicos, principalmente de pessoas mais humildes, é, muitas vezes, não dificultada pelo órgão, mas, para aquelas pessoas que não têm um conhecimento maior, ficam até... Elas tendem até a ter um receio de chegar à instituição. Nós baixamos um ato garantindo o acesso a essas pessoas.

Também baixamos uma resolução como garantia da utilização do nome social para a população LGBT.

Criamos o Centro de Atendimento à Vítima, através de lei, que foi instalado no ano de 2016. Atende a vítimas e coloca a vítima na centralidade do processo criminal. A vítima não fica apenas como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais um informante desqualificado, como uma testemunha não qualificada, mas a vítima ou os seus familiares recebe todo um atendimento, com toda uma equipe psicossocial para o seu acompanhamento. E acompanhamento, inclusive, do processo até o seu término.

Somente neste ano de instalação do nosso CAV, que é o Centro de Atendimento à Vítima, nós tivemos, de junho a dezembro de 2016, 515 pessoas atendidas.

Institucionalizamos o Prêmio de Jornalismo do Ministério Público do Estado do Acre, que é uma maneira não apenas de nós recebermos matérias que venham parabenizar, que venham elogiar a instituição. Muito pelo contrário: também recebemos matérias com críticas, que contribuem e contribuíram para o nosso aperfeiçoamento enquanto instituição, enquanto membros dessa instituição. Matérias que serviram para que nós estivéssemos nos aperfeiçoando profissionalmente, em busca de melhor servir àquele que de nós necessita, que é o cidadão.

Também temos o Natera, que é o Núcleo de Atendimento Terapêutico Psicossocial em Dependência Química.

Essas pessoas também são acolhidas no Ministério Público e encaminhadas para tratamento, em interação com os diversos organismos, estatais e não estatais, de recuperação de dependentes químicos.

Então, nós temos, como pilares da gestão do Ministério Público, a transparência e a proximidade com o cidadão, Senador Petecão, os dois dos pilares com que nós trabalhamos durante a gestão 2014-2018.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Dr. Oswaldo.

Passando aqui, pela ordem de inscrição, ao primeiro grupo.

Faremos dois grupos de Senadores. Temos nove oradores inscritos.

Então, do primeiro grupo, pela ordem, Senador Fabiano; em seguida, Esperidião Amin, Rogério Carvalho, Alessandro Vieira e Senador Anastasia.

Com a palavra por três minutos, para seus questionamentos, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sra. Presidente.

Inicialmente, quero parabenizar os três representantes do Ministério Público.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui, não como Senador, mas como delegado de Polícia há 27 anos – e eu ouso falar como o primeiro garantidor dos direitos fundamentais, que está lá na ponta, primando pela legalidade, pela impessoalidade –, falar que eu tenho muito orgulho do Ministério Público. Acho que, no atual cenário do Brasil, é a instituição principal como guardiã dos direitos e garantias fundamentais, dos direitos sociais expressos no art. 6º, por aqueles tratados que estão elencados, pelos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário. Eu tenho muito orgulho, enquanto cidadão, do Ministério Público, seja ele no âmbito estadual, seja ele no âmbito federal, seja o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar.

Eu quero especialmente fazer um elogio ao Promotor de Justiça Dr. Lauro, porque eu tive a grata surpresa de vê-lo, como membro, como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, em alguns eventos direcionados, empreendendo esforços para preservar, para lutar pelo meio ambiente, que é um direito humano essencial expresso no art. 225. Está sempre ali, engajado, seja na Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente, em diversos momentos, principalmente no atual momento, em que há um desmantelamento do Ministério do Meio Ambiente. E, aí, é de suma importância a participação do Ministério Público.

Aproveito o ensejo, até mesmo por uma questão ética – não é no sentido só de fazer a sabatina –, para aqui convidar – e faço esse apelo aos colegas... Hoje, eu vou fazer a entrega de um projeto de resolução, instituindo, aqui no Senado, o Junho Verde. Não vai ser o dia 5 de junho, que é o Dia Mundial de Preservação do Meio Ambiente, mas aqui, no Senado, se depender de mim, vai ser o mês de junho, o Junho Verde.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – A iluminação da cúpula vai ser verde, e nós teremos aqui uma participação melhor. E eu convido o Ministério Público a sempre ser mais proativo e atuante, como tem que ser.

Apenas vou fazer uma colocação, só para reflexão.

O CNMP instaurou, em abril, o processo administrativo disciplinar para apurar conduta do Procurador da República na Operação Lava Jato, em entrevista concedida à imprensa. Como V. Exas. avaliam a discussão sobre regulamentação das manifestações públicas dos membros do Ministério Público? Consideram haver excesso em postagens em redes sociais e coletivas à imprensa? E uma outra colocação é: qual a avaliação dos senhores com relação ao instituto da delação premiada, diante da legislação vigente, e a utilização dessa ferramenta com meio de investigação? Porque, se nós fizermos uma retrospectiva, o instituto da delação premiada foi importado da Itália, da Cosa Nostra, e entra aqui, inicialmente na Lei 8.072, como causa de diminuição de pena, para só depois, com a Lei de Proteção à Testemunhas e Réus Colaboradores, entrar como extinção da punibilidade. Essa ferramenta está aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, só uma ponderação, um esclarecimento.

E eu quero, mais uma vez, parabenizar os três membros, que muito vão dignificar o Ministério Público no Conselho Nacional do Ministério Público.

Parabéns! Que Deus abençoe a todos!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Fabiano, não só pelas perguntas, mas também por estar cumprindo o acordo do tempo que foi determinado em conjunto com os nossos colegas Sras. e Srs. Senadores.

Com a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores e dignos procuradores e promotores que estão aqui, sendo sabatinados e prestando esclarecimentos na Comissão de Justiça.

Em primeiro lugar, eu quero saudar, em nome do nosso ex-Procurador-Geral de Justiça de Santa Catarina Sandro Neis, aqui presente, o Ministério Público de Santa Catarina. E, relembrando o nosso Procurador-Chefe do Estado, Dr. Darlan, homenagear o Ministério Público pela excelente e sensata atuação na questão da reabilitação ambiental – viu, Senador Fabiano? –, especialmente na área minerada de Santa Catarina, que restou com grandes déficits ambientais e sociais e foi, de maneira muito sensata, conduzido um trabalho de reabilitação pelo Ministério Público, na pessoa do Dr. Darlan.

Eu vou na esteira do que outros falaram sobre transparência, indicadores...

Tanto a minha dissertação de mestrado quanto a tese de doutorado em Administração, Engenharia e Gestão do Conhecimento são baseadas em indicadores – a última, de sustentabilidade. De forma que, quando foi mencionada aqui a criação de índices que estimulam a atividade do Ministério Público, eu acho que nós estamos no caminho certo. Há que se aperfeiçoarem esses indicadores, na esteira também do que frisou a Senadora Juíza Selma de que o indicador não pode ser número só, porque tem que medir também o grau de complexidade da causa.

E eu concluo fazendo uma indagação e uma sugestão.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que os senhores têm o dever de contribuir para avaliar e, numa autocrítica, levar o Conselho Nacional do Ministério Público a se arejar. Todos nós precisamos nos arejar. Arejar significa ter ouvidos e percepção do que sensibiliza a sociedade. E, nesse sentido, se eu tivesse mais tempo, eu iria falar sobre o que se comenta em matéria de projeto de lei sobre abuso de autoridade – isso é muito comentado. Nem sempre sai na coluna social, mas é muito comentado –, sobre os TACs... Quero dizer que eu, como Governador, proibi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O servidor público que assinar TAC está demitido. Não que não tenha que corrigir, mas tem que primeiro confessar. É um princípio jesuíta: primeiro, você tem que confessar que errou, para depois ser penitenciado e, cumprida a penitência, perdoado.

Mas eu vou me deter em uma sugestão.

Neste ano ocorreu um caso gravíssimo que também aconteceu lá no Ministério Público da Lava Jato: a tentativa de apropriação... Vou repetir a palavra: de apropriação de mais de R$2 milhões de recursos, obtidos a partir de acordos que representam, em síntese, indenização ao patrimônio da Petrobras. E houve uma tentativa que, se fosse feita por um político, seria chamada de maracutaia, e provavelmente ele estaria com o mandato pendurado, provavelmente já condenado pela opinião pública. Eu desconheço – realmente desconheço – uma palavra que o Conselho Nacional do Ministério Público tenha dito sobre essa atitude e devo imaginar que esse silêncio seja um perigoso consentimento com o que foi praticado ou com o que se tentou praticar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Esperidião Amin, também agradecendo a disciplina em relação ao tempo.

Com a palavra o Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Primeiro, eu queria parabenizar os sabatinados aqui, na manhã de hoje.

Quero reconhecer que a Constituição de 1988 definiu um lugar de grande relevância para o Ministério Público e reconhecer também que os ocupantes dos cargos de promotores e de procuradores do Ministério Público souberam, ao longo dessas três décadas, dar um formato e conformar esse órgão, que ficou importante e relevante para o nosso País.

Fico feliz com o fato de que a posição externada aqui pelo Senador Esperidião Amin é também o meu questionamento. Nós sabemos que o Conselho Nacional do Ministério Público, assim como todos os conselhos, tem um caráter correcional, tem o caráter de corrigir e de estabelecer limites para a atuação dos membros do Ministério Público.

Na condição de médico fiscal concursado do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo, onde exerci essa função, eu tinha a função de ser um fiscal do exercício profissional, para que a atividade jurisdicional do conselho ou atividade judicante, como são chamadas essas atividades, pudesse avaliar o comportamento dos membros da corporação médica.

Entendo que o Conselho Nacional do Ministério Público veio para estabelecer limites para aquilo que extrapola o razoável da atuação dos indivíduos, bem como da organização em si, do ponto de vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

administrativo. Então, há os dois âmbitos aí como objeto central da atuação dos conselheiros e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Chama-me a atenção o mesmo fato, que não é um fato isolado, de um grupo de procuradores manterem...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... relações com o Departamento de Estado americano, à revelia dos órgãos que deveriam estabelecer a conexão, e isso motivou a demissão de procuradores e promotores suíços, porque fizeram esse mesmo tipo de atuação.

E, no Brasil, esses procuradores e promotores estão incólumes, sem nenhum tipo de processo – pelo menos que nós saibamos – de questionamento e de publicização de uma conduta que é vedada, como é vedada a conduta de trazer para si a possibilidade de fazer convênio, de criar organismo para executar uma montanha de dinheiro de R$2,6 bilhões, que é o caso da Petrobras, sem contar os mais de R$8 bilhões do acordo feito com a Odebrecht, nos mesmos moldes.

Então, eu queria concordar com a Juíza Selma, quando ela diz que o crime organizado vai além-fronteira e pode ter verniz de legalidade e legitimidade. E esse verniz de legalidade e legitimidade não pode intimidar aqueles que são nomeados para exercer não sob o crivo da imprensa ou das milícias eletrônicas, das *fake news*, mas para exercer sob o crivo da lei, sob o critério da lei, sob a relevância, para garantir, acima de tudo, que essa instituição seja preservada pelo que ela representa para a democracia, para o País e, acima de tudo, para garantir o direito difuso da sociedade brasileira.

Por isso, eu fico aqui, quero deixar este questionamento: quando vamos superar e enfrentar o debate, mesmo quando a ação criminosa vem debaixo de um verniz de legalidade e legitimidade pública?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada.

Com a palavra o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Bom dia, Sra. Presidente, senhores sabatinados.

Eu vou me restringir, até pelo tempo, a parabenizar o Dr. Rinaldo pelo poder de concisão ao responder às dezenas de perguntas do nobre Relator Rodrigo e referendar o nome que me foi passado pelo Procurador Geral de Justiça do Estado de Sergipe, Dr. Eduardo, que trouxe as melhores recomendações com relação aos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ao longo do nosso relacionamento, certamente faremos demandas no sentido da modernização, de uma atualização do Conselho, que é importante, mas que talvez tenha ultrapassado alguns pontos do que seria desejável na conduta, mas isso será objeto em um momento oportuno. No mais, agora parabéns pelo ingresso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Alessandro.

Em função das perguntas, que praticamente são duas ou três, eu vou continuar aqui com a ordem de inscrição, até o momento em que sentir que temos um número suficiente, que não vá também atrapalhar aqui a linha de raciocínio dos indicados.

Então, seguindo, quinto orador inscrito, com a palavra o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, eminentes membros do Ministério Público, promotor de Justiça, aqui indicados, procuradores, para a nova composição do CNMP.

Sra. Presidente, permita-me primeiro registrar e agradecer a presença, entre nós, do Dr. Antônio Tonet, Procurador Geral de Justiça do meu Estado de Minas Gerais, que está aqui prestigiando os seus pares nesta sabatina, e ele vem representando o Ministério Público de nosso Estado.

Mas eu também vou ser muito breve e conciso, em razão da solicitação da Sra. Presidente, e os senhores percebem, por aqueles que me antecederam, que há, de fato, um sentimento majoritário na Casa com referência a uma atuação vigorosa do Conselho Nacional do Ministério Público.

É um órgão que foi criado pelo Constituinte derivado com o objetivo de funcionar, e funcionar bem, coibindo excessos, coibindo desvios, coibindo ações como as que foram aqui mencionadas que são, evidentemente, equivocadas, irregulares, e, é claro, caberá ao Conselho averiguar o seu desdobramento e as suas consequências.

Então, eu faço só essa brevíssima introdução para mostrar que a posição do Senado é de fortalecimento do Conselho, para que o Conselho não se intimide, como disse muito bem o Senador Rogério, com o que seja de verniz e capa de algum tipo de ação e aja com rigor.

A minha indagação se refere basicamente a algo que me preocupa muito e que é objeto de uma comissão ora em funcionamento na Câmara dos Deputados, que é a revisão da Lei de Improbidade.

A Lei de Improbidade tem dado azo igualmente a abusos generalizados, e nós sabemos disso, especialmente através de notícias, entrevistas etc. A revisão dela me parece quase que hemorrágica, nós temos de rever a Lei de Improbidade. Mas, enquanto isso, nós percebemos lamentavelmente casos de abusos. Não estou dizendo aquelas pessoas que cometem equívocos ou irregularidades sob o ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de vista doloso, mas hoje o que acontece, Sra. Presidente, é que, pela interpretação dada, há praticamente uma responsabilidade objetiva entre a ação do gestor por uma mera irregularidade formal, a alegação de violação ao princípio e o resultado, a ação de improbidade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Se fosse só isso, ainda vá lá, mas aí tem um segundo passo: o noticiário, a probidade da pessoa que é jogada nas redes sociais de maneira negativa, por um tema que ainda vai ser averiguado. E o Conselho em relação a isso? Por isso é importante esse sentimento que se nota dos nossos pares para que o Conselho de fato atue, e atue de maneira a aprimorar o funcionamento da nossa democracia.

É a minha indagação.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Anastasia. Se me permite, até fazendo uma deferência a V. Exa. que é preciso que se faça, bem que V. Exa. tentou, na Lindb, Lei de Introdução às Normas de Direito Brasileiro, criar também uma proteção, não à classe política, mas aos servidores públicos de modo geral, principalmente nossos consultores, pareceristas, advogados, que ficam expostos, pelas suas opiniões, ideias, mesmo que sem nenhum dolo, nem caracterizando muitas vezes a omissão, a toda sorte de processos e indagações. Parabenizo V. Exa. pela pauta trazida.

Na sequência, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sra. Presidente, eu quero cumprimentar todos os membros desta Comissão, Senadoras e Senadores, na pessoa de V. Exa., cumprimentar todos os nossos sabatinados, indicados para o CNMP, e quero também pedir vênia, Sra. Presidente, para cumprimentar os membros do Ministério Público do meu Estado de Roraima que se encontram aqui, Dra. Janaína, que é Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Érika Michetti, Dr. Alessandro Tramujas e também o Dr. Fábio Stica, que é Procurador e membro titular do CNMP.

Sra. Presidente, eu ouvi atentamente aqui o que disseram todos os Senadores, ouvi o Senador Rogério Carvalho, o Senador Anastasia, mas há ainda uma coisa que eu gostaria...

Não é uma indagação aos senhores, Dr. Rinaldo, Dr. Lauro e Dr. Oswaldo, mas é apenas, diria eu, um entendimento que eu tenho de alguns casos que tenho visto em todo o Brasil. Alguns membros do Ministério Público às vezes agem como caçadores de honra. São fatos isolados, mas, em uma determinada investigação que eles tentam fazer, antes mesmo de qualquer prova, antes mesmo de qualquer fato, eles já procuram a imprensa, divulgam, e aí as pessoas têm famílias, filhos, pais, mães, irmãos, a sociedade, enfim, e depois de se manchar o nome de algumas pessoas, no final chega a prova

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de que aquela pessoa não tinha nenhuma culpa nisso. Eu sei que o CNMP pode muito trabalhar sobre isso, e tentar impedir o máximo possível que essas pessoas, em busca talvez de um canal de televisão, em busca talvez de notoriedade, terminem difamando e cassando a honra de pessoas de bem. É apenas um alerta e um pedido para que o CNMP tente evitar ao máximo possível esses casos.

Já cumpri minha obrigação, a pedido do meu ilustre amigo, o Procurador Fábio Stica, e dos membros do Ministério Público do meu Estado; depois de avalizado aqui pelos Relatores, já cumpri minha obrigação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – ... de votar favoravelmente à indicação dos três.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós é que agradecemos, Senador Mecias.

Com a palavra o Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Bom dia a todos...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Peço à Secretaria que restitua o som do Senador Angelo Coronel, por favor.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Som... Testando...

Bom dia a todos e a todas.

Sra. Presidente, eu queria cumprimentar os três promotores, coincidentemente de três regiões diferentes: um nordestino, Rinaldo, do Rio Grande do Norte, que eu sei que vai representar o nosso Nordeste, sofrido Nordeste, no CNMP; um do Centro-Oeste, o Dr. Lauro; e o outro do Norte, o Dr. Oswaldo. Então, eu sei que, assim, o nosso CNMP vai ficar bem representado, ecleticamente, regionalmente, no Brasil.

O Senador Mecias fez uma colocação muito pertinente a respeito dos minutos de fama que jovens promotores, ao adentrarem à carreira... Parece até que trabalham na mídia. Não sei se eles têm algum contrato paralelo com jornais ou blogues de interior. Isso porque, quando há qualquer problema, antes até de ele ir ao encontro do investigado, já vai a mídia junto com ele, se brincar até no mesmo carro. Então, eu acho que o CNMP poderia até ver de que maneira pode coibir essas ações, porque um membro do Ministério Público deve trabalhar com total isenção, no zelo até da própria instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro assunto que eu queria colocar diz respeito aos TACs. Existe muito Termo de Ajuste de Conduta, principalmente nas cidades pequenas do Brasil, no quesito lixo e no quesito frigorífico. Os senhores que me ouvem na Rádio Senado devem estar perguntando: por que este assunto lixo e frigorífico? É porque hoje é obrigatório que os Municípios tenham os seus abatedouros registrados no Ministério da Agricultura bem como na Secretaria de Agricultura dos seus respectivos Estados; e os lixos, os famosos "lixódromos", foram proibidos, e as cidades não têm condições de fazer aterro sanitário. Imaginem que um Município pequeno de 4 ou 5 mil habitantes não tem a menor condição de bancar um aterro sanitário, porque um aterro sanitário só dá viabilidade econômica acima de cem toneladas de lixo por dia, o que equivale a uma população de cem mil habitantes, ou seja, é uma situação em que é praticamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – ... impossível cumprir-se essa determinação legal.

Em cima disso, vários promotores abrem o TAC, o Termo de Ajuste de Conduta, e dão um prazo, que o Prefeito não cumpre, porque não tem como cumprir. Depois desse prazo, eles ainda dilatam o prazo. O Prefeito não tem como cumprir. Aí, depois, é aberta uma ação de improbidade administrativa. E o Prefeito responde a isso *ad aeternum*, quando não consegue, ao longo do processo, derrubar na Justiça, mas pagando despesas com advogado para poder segurar o processo ou até dar sequência ao processo.

Então, eu gostaria que o CNMP, com pessoas mais abalizadas, mais experientes... Eu vejo, na fisionomia de vocês, três pessoas experientes que não vão comungar com essa vontade, com essa sanha de querer condenar, de querer processar por processar.

Então, ficam aqui as minhas considerações a respeito disso. Na verdade, não é uma sabatina, é uma questão até de justiça para com os Municípios pequenos do Brasil.

Eu queria aproveitar também para abraçar aqui a nossa querida Ediene Lousado, Procuradora-Geral do Ministério Público da Bahia, uma batalhadora da Justiça da Bahia, uma mulher isenta, uma mulher que sabe trabalhar com discrição – isso é importante. O Ministério Público da Bahia, com seus procuradores e vários promotores, trabalha com discrição, apesar de também ter vários sensacionalistas, que, se estivessem em Hollywood, talvez fizessem mais sucesso do que no Ministério Público.

Fica aqui o meu abraço a vocês três.

Não vou votar ainda. Estou aguardando as respostas às minhas perguntas para que vocês sejam merecedores do meu voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Angelo Coronel.

Aproveito também para, mais uma vez, agradecer a presença dos nossos procuradores, promotores e corregedores, em nome do Procurador-Geral do meu Estado, o Procurador de Justiça Dr. Paulo Passos.

Nós temos mais quatro Senadores inscritos: Senador Randolfe, Senadora Zenaide, Senador Lasier, terminando com o Senador Weverton. Os três minutos estão abertos para cada um de V. Exas. e, ao Senador Randolfe, neste momento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Meus cumprimentos aos nossos sabatinados: Dr. Oswaldo, Dr. Lauro Machado, Dr. Rinaldo Reis. Estendo também meus cumprimentos à Procuradora-Geral de Justiça do meu Estado, Dra. Ivana Cei, ao passo em que cumprimento os demais procuradores-gerais de Justiça aqui presentes.

Na verdade, senhores, são duas questões bem diretas e objetivas.

A primeira diz respeito a uma decisão, parece-me, bem recente do Conselho Nacional do Ministério Público divulgada hoje. Essa notícia dá conta do seguinte: "Conselho Nacional do Ministério Público dá liminar para que só procuradores militares investiguem morte de civis em Guadalupe." Mais adiante, diz que foi deferida uma liminar para que a investigação sobre a ação de militares em Guadalupe, no Rio de Janeiro, fosse de competência unicamente da Justiça Militar, da Procuradoria Militar do Ministério Público Militar. Parece-me que isso fere, inclusive, convenções internacionais de direitos humanos das quais o Brasil é signatário. Parece-me não ter sido o encaminhamento mais adequado. Já tem causado espécie o primeiro julgamento em relação a esse caso, feito pela Justiça Militar, e, agora, há essa posição do Conselho Nacional do Ministério Público.

Eu gostaria de ouvir, sinceramente, a opinião dos três colegas em relação a esse tema.

O segundo tema é o seguinte: alguns Ministérios Públicos, entre os quais os que V. Exas. integram nos seus Estados, já consagraram, inclusive em seus ordenamentos constitucionais, a lista tríplice para indicação dos membros...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... para indicação do Procurador-Geral de Justiça. Parece-me que a ampla maioria dos Estados, salvo melhor juízo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Todos os Estados – obrigado, Dr. Oswaldo, pela correção – já consagraram isso. Isso não é consagrado à luz da Constituição Federal. Mais que isso: em várias constituições estaduais, inclusive, é possível concorrer à vaga de Procurador-Geral de Justiça os membros de carreira do Ministério Público, os promotores de primeira instância e os procuradores de Justiça membros do colegiado de segunda instância. No âmbito da Procuradoria-Geral da República, parece-me que se encontra inclusive um debate que possibilite somente a subprocuradores ascenderem à Procuradoria da República.

Eu queria ouvir a opinião dos senhores em relação a esse tema, notadamente, no momento em que o atual Presidente da República, na campanha – e dá cada vez mais sinais disso – anuncia e indica que não pretende cumprir uma tradição existente pelo menos desde 2002, em que o Procurador-Geral da República é designado por uma lista tríplice a partir do voto aberto da maioria dos membros do Ministério Público.

Eu acho que é importante ouvir a opinião de vocês, tendo em vista que nós estamos diante – repito, não está na Constituição, há proposta de emenda à Constituição no sentido de constitucionalizar isso – de um atual Presidente da República que claramente manifesta uma opinião não favorável à lista tríplice, que, ao que me parece, foi uma conquista institucional do Ministério Público, uma conquista democrática da República brasileira ao longo dos últimos anos.

Queria ouvir a opinião dos colegas sobre essas duas questões.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Randolfe.

Com a palavra o Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Obrigado, Presidente Simone e colegas.

Eu tenho duas perguntas a fazer aos eminentes procuradores que são indicados para o Conselho do Ministério Público – como disse bem lá no início da reunião a Senadora Selma, é um dos setores da vida social da vida brasileira mais requisitados do Brasil na atualidade. E, portanto, o Ministério Público é de enorme responsabilidade para corresponder às expectativas e esperanças dos brasileiros para que tenhamos um País mais limpo, mais livre de corrupção e mais próspero, em consequência.

Minha primeira pergunta é sobre a Lava Jato. Quando estourou a Operação Lava Jato, houve uma repercussão estrondosa neste País, como jamais havia acontecido. Eram imagens retratadas diariamente do que estava acontecendo, com a Polícia Federal nas ruas, prisões, entrevistas coletivas do Ministério Público, imagens que foram desenvolvidas não só pela televisão, até mesmo um filme faz grande sucesso, um filme seriado, O Mecanismo, pela perplexidade causada ao Brasil, porque estava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sendo presa gente do colarinho branco, gente que nunca tinha sido presa nem havia expectativa porque havia um conceito de que no Brasil só ladrão de galinha era preso. Então, foram empresários, empreiteiros, banqueiros, tudo aquilo que se sabe. Isso há coisa de três para quatro anos.

Entretanto, de alguns meses para cá parece que houve um arrefecimento, não mais tem havido qualquer coisa de repercussão. Será que o trabalho foi concluído? A limpeza foi feita?

(*Soa a campainha.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Não há mais nada por fazer?

Então, se forem para o Conselho, eu gostaria de saber se os eminentes procuradores aqui presentes pretendem tomar alguma iniciativa ou se acham que realmente o principal já foi realizado, em termos de depuração do Brasil. Essa é a primeira pergunta.

A segunda pergunta é sobre o dilema da falta de prisões no País. O Brasil tem delinquentes demais e prisões de menos. No meu Estado, por exemplo, na semana passada, os juízes das varas de execuções não mais expediram mandados de prisão porque não há onde botar. Estavam sendo presos em viaturas.

Estou concluindo.

Então, qual é a saída? Como fiscais da lei, os procuradores devem propor soluções. O que fazer? Há muita gente criminosa à solta por aí. Eu tenho um projeto aqui no Senado que agrava a situação para a progressão de regime, uma vez constatado que 60% dos criminosos de hoje estão em regime semiaberto. Eles dormem lá no albergue e de dia cometem crimes. Essa não é uma boa solução. Sobre esse impasse de criminalidade excessiva proliferante pelo País e falta de cadeia, qual é a solução? O que os procuradores propõem?

São essas duas perguntas que eu gostaria de ver respondidas pelos possíveis ocupantes do Conselho Nacional do Ministério Público.

Obrigado, Senadora Simone.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sou eu que agradeço, Senador Lasier.

O último orador inscrito...

Esta Presidência já informa aos colegas que, após o Senador Weverton, abriremos dez minutos para cada indicado fazer as suas considerações. Se V. Exas. acharem que não foram atendidos, têm direito à réplica e depois à tréplica, e abriremos o painel, lembrando que nós ainda temos a segunda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

parte desta reunião de hoje com pelo menos três projetos extremamente relevantes e importantes, mas dois em especial: nós teremos aqui a leitura do relatório do Senador Marcos do Val em relação aos PDLs que pretendem sustar o decreto presidencial em relação ao porte de armas. Também entendo extremamente relevante, a pedido do nosso Relator Senador Randolfe, a relatoria do Plano Nacional do Turismo.

Então, eu gostaria apenas de comunicar a V. Exas. que, em seguida a essas sabatinas, nós teremos leitura de todos os projetos cujos relatores estiverem presentes, mas estou apenas dizendo que temos duas relatorias extremamente importantes, Senador Lasier. V. Exa. jamais vai ser preterido enquanto eu for Presidente desta Comissão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Não é isso, é só para saber, porque há outro trabalho e hoje há o Colégio de Líderes.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Isso! É que havia uma combinação na reunião de líderes, e eu estou aqui apenas como liderada acatando a determinação dos nossos líderes no sentido de que esses dois projetos nós não deixaremos, no mínimo, de ler hoje.

Senador Weverton com a palavra por três minutos, por favor.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Sra. Presidente Simone Tebet, eu queria cumprimentar aqui os próximos conselheiros que, sem dúvida nenhuma, devem ser reconduzidos ou conduzidos, respectivamente, ao Conselho Nacional do Ministério Público.

Tive a oportunidade de ler sobre a atuação e trocar algumas impressões com os respectivos candidatos. Então, na verdade, eu não vou fazer pergunta; quero apenas fazer um comentário que já tive a oportunidade de fazer, mas quero deixar registrada aqui na nossa Comissão essa grande preocupação – e vocês já perceberam – dos membros do Congresso Nacional a respeito do fortalecimento dos conselhos e das nossas representações na República.

Nós sabemos o quanto hoje há esta cobrança real de se fazer a regulação de todas as funções. Isso é necessário. Há um ditado bem simples: quanto mais poderes você tem, mais deveres você deve ter. E hoje a gente sente a necessidade de haver, sim, essa regulação e essa cobrança em relação a esses abusos que acabam acontecendo na nossa República. Os senhores apontam vários exemplos. Quando a gente fala da importância de se regular o abuso não é para o agente público, mas sim para os agentes que abusam das suas tarefas. Hoje, em pleno século XXI, ainda há vários casos de abusos, como, por exemplo, a não possibilidade de receber um representante do Legislativo ou um representante do Executivo. Há vários casos no Brasil em que o promotor chega ao interior e é mais forte que o padre, o Prefeito que foi eleito e os Vereadores. O promotor, simplesmente, coloca na porta o dizer de que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai receber ninguém e não conversa! Ele coloca a sua arma na cintura e diz: "Não vou receber e acabou!". São vários casos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Então, não se pode e não é justo generalizar, é óbvio. Essa atividade que vocês têm é importante e de grande relevância. Agora, não podemos também deixar que esses casos que são uma exceção comecem a se tornar comuns.

Hoje nós temos uma legislação simplesmente impraticável, e aí, em muitos casos, a gente percebe que agentes do Ministério Público, por não estarem sintonizados com a realidade, acabam cobrando dos gestores e dos seus respectivos representantes nos Municípios obrigações que, infelizmente, não têm como acontecer. Por exemplo, na questão dos nossos lixões, nós sabemos que a legislação, infelizmente, não tem como ser cumprida. E hoje há casos de centenas de Prefeitos que estão recebendo processos de improbidade por não terem resolvido o problema do lixão na sua cidade, como se o gestor fosse simplesmente um grande irresponsável, como se ele não quisesse fazer. É óbvio que política pública só se executa com dinheiro, e, se não há dinheiro, ele não tem como fazer a regulamentação, não tem como corrigir o problema. Está aí a legislação mandando, e a gente está aqui resolvendo a questão da prorrogação desse prazo.

Há várias outras ações em que nós sabemos que há, sim, exageros, que há abusos. Nós precisamos, junto com vocês, construir essas soluções. Não se fala em amordaçar, não se fala em limitar, não é isso, mas em cada um saber qual é a sua função. Não dá para o Congresso Nacional amanhã se defrontar com uma matéria importante e vir o Sr. Dallagnol com um vídeo. Ele decide qual é a hora de mobilizar ou não os do bem contra os do mal, os do céu contra os do inferno. Ele diz qual é a hora de ir para a rua para se mobilizar. Então, é preciso que pessoas como ele sejam convidadas a sair das suas funções e a ir, de verdade, fazer o que outros fizeram. No meu Estado, o Governador do meu Estado, Flávio Dino, era juiz federal e saiu da magistratura para ser candidato, para ser político; isso é legítimo. Sergio Moro, apesar de todos os abusos que ele cometeu na magistratura, decidiu ser realmente um agente político, saiu da magistratura para ser ministro do grupo que ele ajudou. Então, isso é tranquilo! Mas, quando se fica na função para dar opinião política e tentar influenciar o jogo da política, isso é perigoso. Isso é perigoso não para o agente e para nós, mas sim para a democracia. A democracia – eu não sei se todos perceberam – está ameaçada não só por políticos, mas por todos, porque com as instituições fortes, o Congresso forte, as corporações fortes, a democracia fica forte; se enfraquece, enfraquece todos, e amanhã nós vamos estar abrindo a porta, não se sabe para quê, para concluir, mas se imagina... Por exemplo, faixas que nós já vemos nas ruas, pessoas que, hoje, têm coragem de dizer "fechem as instituições, fechem tudo", e vamos para o regime autoritário, radical,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

simplesmente fazendo aí de cima para baixo, com uma caneta só. Então, é preciso que a gente preserve essas instituições. Contem com o nosso apoio.

Nós sabemos que a maioria é séria, a maioria trabalha, mas não se pode deixar que a minoria aja com o fígado e simplesmente coloque a honra na lama, de forma inusitada.

E encerro, Presidente, de verdade, fazendo-lhe este apelo: é preciso que nós também ajamos, aqui dentro desta Casa, e possamos dar soluções concretas. Por exemplo: inquéritos. Não dá para agentes públicos responderem a inquéritos de 10, 15 anos, sem se ter uma resposta concreta, porque, na hora em que você é denunciado, o inquérito aberto, no outro dia você já está condenado pela sociedade e pela imprensa. Aí, daqui a 10, 15 anos, quando o inquérito é arquivado ou não se tem prova nenhuma, e o processo não nasce, já acabou, você já foi condenado lá atrás. É preciso que haja um prazo para os inquéritos, para que se tenha realmente uma resposta rápida, e você não deixe o cidadão, às vezes, de forma injusta, exposto, como muitas vezes acontece.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Weverton.

V. Exa., na mesma linha do Senador Anastasia, tem razão. Eu acho que vale, sim, a esta Comissão um trabalho de uma análise de atualização de algumas legislações. Atualizar para melhor, não é? É importante que se diga sempre isso, no sentido de se conseguir aquilo que, da Justiça, do mundo quer: apenas justiça. Dar a cada um o que é seu, nem mais, nem menos, e, obviamente, num Estado democrático de direito, a garantia não só ao devido processo legal, mas que, ao final e ao cabo, depois da forma, se tenha, na matéria e no conteúdo, a justiça de fato.

Parabenizo a todos e peço desculpa, porque temos mais um orador inscrito.

Por três minutos, Senador Rodrigo Cunha. Aí, estaremos encerrando... Já damos por encerradas as inscrições, para que possamos ouvir, por dez minutos, cada um dos nossos indicados e encerrarmos esta sabatina.

Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Boa tarde a todos.

Agradeço à Presidente por abrir este espaço e cumprimento a todos os sabatinados aqui presentes.

E a pergunta é para os três também.

É que há, hoje, um tema que tem suscitado cada vez mais um debate, no âmbito do Ministério Público, no que diz respeito aos membros da instituição poderem ou não exercer cargo político. Esse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tema já sendo debatido no STF, por intermédio de uma ação direta de inconstitucionalidade, e aqui no Parlamento é debatido através de uma PEC.

A minha pergunta é para os senhores, diretamente: qual é a opinião que os senhores têm sobre este tema, sobre os membros do Ministério Público entrarem na política? Existe um consenso interno do Ministério Público sobre isso? Pretendem debater isso dentro do Conselho?

Então, esta é uma pergunta bem direta e objetiva: se é debatido isso hoje no Conselho, e para os senhores, pessoalmente, qual é a opinião sobre a entrada, na política, dos membros atuais do Ministério Público.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Rodrigo.

Declaro encerrada a ordem de inscrição.

Passemos agora à resposta pelos indicados.

Na ordem, Dr. Lauro Machado Nogueira, pelo prazo de dez minutos.

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – Presidente, agradeço. Agradeço as perguntas dos Srs. Senadores, são várias, a gente vai tentar, por temas, enfrentar a questão de maneira que possa dar resposta a todas.

Inicialmente, sobre o tema manifestação e abusos nas manifestações, eu queria aí destacar que o Conselho Nacional do Ministério Público tem, especialmente nessa composição... E é bom lembrar que o Conselho Nacional do Ministério Público, por sua composição, é um órgão plural, com representantes do Senado, com representantes da Câmara, com representantes da sociedade, com representantes da OAB, do Judiciário e representantes do Ministério Público. Então, o debate é intenso, os argumentos, claro, cada um trazendo a sua experiência, geram debates intensos sobre esse assunto, e isso tem resultado em respostas efetivas no sentido de fazer uma... Aí já respondendo ao que o Senador Contarato levantou sobre regulamentação, é muito difícil regular manifestações num país onde vigora a liberdade de expressão no regime democrático. Contudo, o membro do Ministério Público está vinculado ao seu dever funcional, ao dever funcional previsto em suas respectivas leis, e é bom destacar que nós do Conselho Nacional do Ministério Público trabalhamos com 27 regimes disciplinares, porque a Constituição concedeu a cada Ministério Público estadual ser regulado por sua própria lei orgânica, e ainda temos a Lei Complementar 75, que regula o Ministério Público da União.

Nessa perspectiva, esse tema tem sido prioridade da Corregedoria Nacional nessa composição, e vários e vários procedimentos administrativos e disciplinares foram instaurados, penas aplicadas. Nós temos, da criação do Conselho até a última reunião, vamos dizer assim, 245 penalidades aplicadas, as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais variadas possíveis, e cerca de 50% delas nos últimos três anos, o que corresponde quase a esse crescimento também da questão das manifestações em redes sociais, etc.

Então, a gente tem enfrentado esse aspecto dando uma resposta nos casos concretos para que a gente possa balizar a conduta dos membros. É lógico que não há nenhuma... É algo em que tem que haver uma sintonia fina porque nós temos... E é lógico que há ofensas, agressões, e nessas não há como, é importante a resposta dura e imediata do Conselho, agora, a crítica já tramita numa zona cinzenta, porque muitas vezes no direito à crítica pode haver uma intenção maldosa por trás, e é nisso que nós temos, efetivamente – com dificuldade, porque não é simples –, atuado fortemente nesse sentido.

Sobre a questão do abuso de autoridade, que também foi levantada aqui, eu vejo com absoluta tranquilidade a questão da regulação do abuso de autoridade, porque de fato, como foi dito aqui, ao abuso de autoridade só tem temor aquele que abusa. Cabe a este Parlamento regular, porque é uma legislação que já passou por esta Comissão, inclusive, e está em discussão na Câmara; já foi aprovada pelo Senado Federal. Então, acho que é um instrumento importante para as instituições a regulação do abuso de autoridade, e o Conselho, pela sua esfera, não vê nenhum óbice nesse sentido.

Outra questão, que foi levantada pelo Senador Esperidião Amin, foi sobre os recursos da Lava Jato e um possível posicionamento do Conselho Nacional do Ministério Público. É bom que se diga que essa questão tramitou no âmbito do Ministério Público Federal, e inclusive o acordo questionado foi homologado pela Justiça Federal, ou seja, trata-se de um ato oficial, dentro das atribuições do Ministério Público Federal, e foi, é bom que se diga, questionado no Supremo Tribunal Federal, com liminar do Ministro Alexandre de Moraes que suspendeu esse acordo, questionado pela Procuradora-Geral da República, que, por imposição constitucional, é Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público. Evidentemente, o Conselho é um órgão administrativo, e o caso já está judicializado, então, muito provavelmente, caso haja alguma implicação no âmbito disciplinar, ele poderá chegar a ser analisado pelo Conselho.

Outra questão, que foi levantada pelo Senador Anastasia, foi sobre a ação da Lei de Improbidade. Acho fundamental a modernização da Lei de Improbidade. E esse uso, vamos dizer, acho que nenhum de nós... E, como procuradores-gerais, tivemos essas dificuldades; as mesmas reclamações que chegam ao Parlamento chegavam a nós, como procuradores-gerais. Temos trabalhado...

Até eu queria dizer que ontem ou anteontem fiz uma reunião, no âmbito da Unidade Nacional de Capacitação que presido, porque estamos formatando os cursos iniciais de formação, e coloquei como matéria obrigatória, Senador Weverton, nos cursos essa relação institucional para receber os novos Promotores, exatamente para tratar dessa questão, da necessidade de uma relação institucional equilibrada, porque a palavra que gera isso tudo chama-se equilíbrio. Equilíbrio e bom senso – infelizmente, como disse René Descartes, bom senso é a virtude mais bem distribuída do universo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

porque todo mundo pensa que tem o suficiente. Nós temos que buscar o equilíbrio dentro da questão da possibilidade do gestor.

Então, eu, particularmente, em relação às questões... Até expliquei isso para o Senador Angelo Coronel no dia em que estive com ele. Há dificuldade, porque isso também passa por uma... E aqui já foi dito que haverá uma resolução, por parte do Parlamento, nessa questão, porque ao Promotor é exigido também cumprir a lei, e nós temos que buscar esse equilíbrio. Muitas vezes o Promotor, sensível às dificuldades do gestor, Senadora, traz o arquivamento de inquérito civil que vai ser submetido a um órgão superior dentro da própria instituição, que, muitas vezes, pode responsabilizá-lo, eventualmente, por omissão.

Então, acho que não cabe... É uma preocupação nossa, como gestores, nossa, do Conselho Nacional do Ministério Público. É importante dizer que consta na resolução do inquérito civil por iniciativa do Ministério Público, e vai constar na mudança da Lei de Improbidade, a possibilidade de composição no âmbito da improbidade administrativa, que não podia... Hoje já é um clamor dos membros do Ministério Público...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – ... porque há a necessidade de muitas questões pequenas serem resolvidas por acordo, no âmbito do gestor com o Ministério Público, para que nós possamos avançar e evitar esse tipo de questionamento e de abuso que, eventualmente, possa surgir.

Outra questão importante que o Senador Randolfe levantou diz respeito à decisão no caso do Ministério Público Militar. É importante dizer que, ao Conselho Nacional do Ministério Público, além do controle, cabe zelar pela autonomia dos vários ramos do Ministério Público. Nesse caso especialmente, houve uma liminar – ainda não é uma decisão do Conselho, isso ainda vai ser examinado pelo plenário – diante de um pedido de preservação da autonomia do Ministério Público Militar, porque, se a questão... Aí se tem que analisar o caso concreto, não posso responder agora, de imediato. Mas, se a questão, constitucionalmente, é atribuição do Ministério Público Militar, esse paralelismo de investigações, de alguma forma, pode prejudicar, ou enfraquecer, um dos dois lados.

Então, acho que o Conselho, nesse aspecto, tem essa previsão regimental diante da reclamação para a preservação da autonomia, mas, como é uma decisão liminar, nós ainda vamos examiná-la a fundo. Mas há essa possibilidade para que o Ministério Público Estadual não seja invadido pelo Ministério Público Federal nem o Estadual invada as atribuições do Ministério Público Federal. Eventualmente, existem essas zonas de fricção na atuação dentro do Ministério Público, e o Conselho é o órgão para resolver e para dirimir essas questões.

Por último – no geral acho que já consegui abordar tudo – há a questão da lista tríplice. É importante dizer que a Constituição... Cabe ao Presidente da República a escolha do Procurador-Geral

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da República, é uma norma constitucional, mas ela não é uma norma constitucional... É uma escolha absolutamente individual, e há *checks and balances*, porque o nome é submetido, da mesma forma que no caso dos Ministros dos Tribunais Superiores, a esta Casa, à Comissão de Constituição e Justiça. Há que se ter uma opção... Como o Constituinte originário optou nos Estados por uma lista tríplice escolhida pela própria categoria e pela escolha pelo Governador vinculada a essa lista tríplice, na Procuradoria-Geral da República houve a indicação do Presidente submetida ao Senado Federal.

Como sou dos Estados e já temos um costume da lista tríplice, eu acho que é uma escolha que trouxe inúmeros benefícios para a gestão do Ministério Público, porque há uma possibilidade de se escolher uma liderança talhada para exercer esse cargo. Acredito que, se o Congresso Nacional optar, numa emenda à Constituição, por transformar isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LAURO MACHADO NOGUEIRA – ... talvez também possa melhorar e haver uma maior pacificação na escolha do Procurador-Geral da República. Mas, hoje, pela norma constitucional, o Presidente pode exercer o que está na Constituição, optando ou não por acatar os nomes indicados em lista informal pelo Ministério Público.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada ao Dr. Lauro. Peço desculpas, estamos sendo um pouco rigorosos em relação ao horário, mas, quanto àquilo que não puder ser esclarecido, dentro dos dez minutos, pelo Dr. Rinaldo, nós temos também o Dr. Oswaldo, que poderá fazer a sua complementação.

Com a palavra V. Exa. pelo prazo de dez minutos.

O SR. RINALDO REIS LIMA – Muito obrigado, Sra. Presidente. Eu tentarei ser breve e não ser repetitivo.

Eu adiro, *in totum,* aqui, ao que foi já explicado pelo Dr. Lauro e apenas acrescento algumas coisas em relação também a alguns assuntos que eu acho que merecem complementação. Houve um ponto aqui em que praticamente todos os Senadores que levantaram questionamentos tocaram: o abuso. Essa palavra "abuso" apareceu aqui várias vezes, como em: "abuso nas ações de improbidade", "abuso nos termos de ajustamento de conduta" e "abuso nas manifestações nas redes sociais".

Em relação aos abusos nas ações, na lei da ação da improbidade – que já reclama realmente, Presidente, uma atualização; reclama, inclusive, ser um pouquinho mais objetiva talvez –, já há um dispositivo que determina que o juiz, antes de receber a ação, a petição inicial, deve notificar o requerido para que ele apresente informações, para que ele junte documentos, e, assim, o juiz possa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exercer um juízo de prelibação, o juiz possa analisar se aquela petição deve ser recebida ou não. Então, já há um certo filtro que, claro, pode ser melhorado.

Em relação aos termos de ajustamento de conduta, que também vários Senadores aqui citaram – muitos até o caso do lixão, como o Senador Angelo Coronel citou, o Senador Weverton também e vários outros –, eles são normalmente instrumentos para a gente tentar resolver uma situação que, diante da lei, aparenta estar ilegal. Eles não podem ser impostos, inclusive. Nenhum Promotor de Justiça, nenhum Procurador da República, Procurador do trabalho pode impor que um determinado gestor assine um termo de ajustamento de conduta, mas esses termos são feitos para facilitar. Se estiver havendo excesso nesses termos de ajustamento de conduta, se os gestores públicos estiverem sendo compelidos, de alguma forma constrangedora até, a assinar esses termos – talvez sob ameaça de alguma coisa, nós não temos conhecimento –, isso pode ser apurado tanto pela corregedoria local, a corregedoria do próprio Estado ou do próprio órgão Ministério Público Federal, do Trabalho, por exemplo, Militar, do Distrito Federal, como também pela Corregedoria Nacional. É preciso só que nos chegue isso aí. Qualquer abuso a gente apura aqui na Corregedoria Nacional e também nas corregedorias locais.

E, quanto aos abusos nas redes sociais, porque isso também tem saído aqui – isso foi objeto também da minha fala anterior aqui nesta mesma Comissão –, isso infelizmente tem nos dado mais trabalho do que a gente acha que deveria ter, porque deveria haver realmente uma maior maturidade por parte de alguns membros do Ministério Público, que têm, até nas palavras do Senador Angelo Coronel, estrelismo, que agem com estrelismo. Nós somos radicalmente contra isso.

Mas eu quero dizer, Senador, que, talvez até devido – eu acredito piamente nisto – a uma ação mais contundente da Corregedoria Nacional na atuação gestão, eu participo, inclusive, dessa Corregedoria Nacional, por uma ação mais contundente, parece-nos, tem diminuído a incidência desses casos, desses abusos nas redes sociais, pelo menos em termos de quantidade.

E, também, a gente pode analisar sob o seguinte aspecto – inclusive, aqui mais de um Senador citou isto –: muitas vezes é um membro do Ministério Público que causa muito problema. E aí, então, ele vai incomodar aqui a todos: ele vai incomodar aos gestores de vários Estados, ele vai incomodar a Deputados, a Senadores. Então, muitas vezes, um membro faz isso. O que eu quero dizer com isso? Que nós somos uma instituição, o Ministério Público do Brasil é uma instituição que tem 13 mil membros. Entre esses 13 mil, infelizmente nós vamos ter um lá no Maranhão, ou dois lá no Maranhão; nós vamos ter um lá em Minas Gerais, ou dois em Minas Gerais; e assim vai. Lá na Bahia, vamos ter um ou dois. E aí eles fazem um barulho imenso. No final das contas, nós vamos ter 20 ou menos no Brasil, Senador, que estão causando esse problema; isso num universo de 13 mil membros.

Devemos, então, ficar calados por conta disso? Não tomar nenhuma providência, porque é uma porcentagem ínfima? De forma nenhuma. A Corregedoria tem tomado as providências. Quando a origem... Quando é lá na Bahia, Senador Angelo Coronel, que acontece isso e a corregedoria de lá já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instaura para apurar, mesmo assim a gente instaura... E eu disse este número aqui: nós instauramos mais de 500 RDs em 2018, Reclamações Disciplinares, a maioria delas de acompanhamento, porque a gente fica acompanhando. Então, a gente aqui acompanha para ver se a corregedoria local está apurando isso aí a contento. Se ela não apurar ou se ela não apurar satisfatoriamente, vai ser apurado no Conselho Nacional do Ministério Público.

Em relação – eu quero pular alguns aqui e peço permissão, se for possível, para não ter que abordar todos os assuntos – ao caso de Guadalupe, eu tenho a informação de que foi instaurado, sim... Desculpe, de Guadalupe eu tenho uma informação também: a informação é de que não é bem, Senador Randolfe Rodrigues, uma briga lá, vamos dizer assim, que aí o Conselho Nacional disse que deve ser Ministério Público Militar e não Ministério Público Federal. Na verdade, o Ministério Público Militar já tinha entrado com uma ação, porque entendeu ser de suas atribuições. Entrou com uma ação em relação a esse caso de Guadalupe; a petição foi recebida, a denúncia foi recebida – é uma ação penal –; e, posteriormente a isso, um membro do Ministério Público Federal entendeu que era inconstitucional a atuação do membro do Ministério Público Militar ou do Ministério Público Militar, e aí ele mesmo instaurou um PIC. E aí, é claro, nós não podemos – até porque seria um constrangimento muito grande para as próprias partes envolvidas – ter que responder a um PIC (Procedimento de Investigação Criminal) no Ministério Público Federal e já estar respondendo a uma ação pelo mesmo fato no Ministério Público Militar. Então, esse foi o caso resolvido lá.

Em relação ao caso da Petrobras, que foi citado aqui também por mais de um Senador, eu quero dizer que existe, sim, uma reclamação disciplinar em andamento. Nós estamos com isso sob acompanhamento, não é sob sigilo, qualquer um de V. Exas. pode ter acesso a todos os dados, e já está sendo apurado pelo próprio Ministério Público Federal, através de sua Corregedoria e sob o nosso acompanhamento também. Mais uma vez eu digo, é aquela RD ou reclamação disciplinar de acompanhamento. A Corregedoria Nacional, inclusive, está acompanhando a apuração que é feita na Corregedoria do Ministério Público.

Em relação à lista tríplice, Senador Randolfe, a Constituição Federal, como eu disse na minha primeira fala, não tratou da mesma forma o Procurador-Geral da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados. A própria Constituição Federal determina que haja lista tríplice em todos os Estados e que o Governador escolha, dentro daquela lista tríplice.

Em relação à Procuradoria-Geral da República, o Constituinte, no art. 128, §1º diz:

> Ar. 128.....
> §1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, além de a lista tríplice que eles fazem não ser o modelo adequado, porque é informal – e eu acho que isso demandaria, então, que o Senado, o Congresso Nacional a revissem, e também se é para ser qualquer membro do Ministério Público da União, e não apenas membro do Ministério Público Federal, segundo a Constituição Federal –, agora querem criar, como V. Exa. disse, mais uma barreira, dizendo que apenas membros de um determinado nível ou escalão poderão figurar nessa lista tríplice, que já é algo também que foge à constitucionalidade.

Então, eu pediria para ficar por aqui, Presidente, para não cansar a todos, mas me colocando à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Dr. Rinaldo.

Por dez minutos agora, para suas considerações e respostas aos Senadores, o Dr. Oswaldo.

O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO – Obrigado, Sra. Presidente Simone Tebet.

Para não ser repetitivo, dizendo desde já que adiro às manifestações e esclarecimentos prestados pelos meus eminentes colegas Dr. Rinaldo e Dr. Lauro, eu quero fazer apenas alguns acréscimos e algumas considerações. Eu entendo que a liberdade de expressão realmente não pode ser sinônimo de tirania da honra. Consequentemente – e como bem disse o Dr. Lauro –, só teme o abuso quem abusa; quem cumpre com suas obrigações, dentro da legalidade, dentro dos procedimentos legais, não há o que temer. E entendo que essa legislação deva ser aperfeiçoada, realmente – é uma legislação antiga –, e está em debate nesta Casa, com um debate sempre profícuo.

Com relação à delação premiada, entendo que é um instituto por demais importante no combate à criminalidade, que tem os seus limites definidos em lei e, consequentemente, deve ter lastro probatório para sua validade e também ser devidamente homologada pela Justiça. Também já foi esclarecido, com relação ao fundo da Lava Jato, Petrobras, inclusive complementado pelo Dr. Rinaldo, que já existe um procedimento e, havendo, evidentemente, responsabilidade disciplinar, que deve ser analisada mediante o caso concreto, é dever do Conselho cumprir com suas funções correcionais.

No tocante à Lei de Improbidade, Senador Anastasia, eu entendo que ela, talvez, já passou realmente do tempo de ser revista. Há um projeto de lei aqui tramitando. A lei atual tem muitos tipos abertos. Eu faço mestrado em Administração e tive aula com o Prof. Ministro Napoleão, em que foi bastante discutida a questão da Lei de Improbidade, e isso é um debate que só vai se encerrar a partir do momento em que esta Casa Legislativa, o Congresso Nacional, debatendo evidentemente com todos os atores, como sempre fez, em alto nível, elaborar um diploma atualizado, que seja realmente eficaz, preferencialmente evitando tipos abertos que possam levar ao cometimento de algum excesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, Senador Anastasia, parabenizar V. Exa. e dizer que, do muito que aqui foi debatido, a Lei 13.655, de 25 de abril de 2018, é um avanço legislativo fundamental para dirimir a maioria das questões que nós estamos debatendo aqui. Talvez, como muito acontece na legislação brasileira, exista muito aquela coisa da lei, entre aspas, com a devida vênia, "pegou" ou a lei "não pegou". Então, eu acho que nós precisamos aplicar essa legislação, que é originada de V. Exa. E aqui, o art. 1º, que acrescenta o art. 22 à Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é muito claro, muito objetivo, quando diz: "Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados".

Vivo num Estado em que temos situações díspares, Municípios completamente isolados, onde nós não temos Promotoria de Justiça instalada, mas instalamos escritórios de representação do Ministério Público para atendimento daquela população. Situações como essas acontecem. E, aplicando essa legislação, ela passando realmente a vivenciar no ordenamento jurídico, acredito que muito do que hoje nós podemos chamar de excesso ou de eventuais abusos possa ser evitado, com o aprimoramento da questão da Lei de Improbidade Administrativa.

No tocante à responsabilidade dos membros do Ministério Público, lembro que o próprio art. 181 do CPC traz a responsabilidade do membro do Ministério Público, com a devida previsão em caso de dolo, em caso de fraude. E isso é devidamente e deve ser devidamente apurado, tanto na origem dos Ministérios Públicos, seja o estadual ou nos ramos da União, como na própria Corregedoria Nacional.

Lembrando, não sei se o Dr. Rinaldo ressaltou isso, que hoje – o Dr. Rochadel está aqui e pode confirmar ou não –, nós temos no Conselho Nacional do Ministério Público um programa que acompanha diariamente os procedimentos de naturezas disciplinares que tramitam nos diversos ramos do Ministério Público e isso tem sido realmente muito eficaz. Evidentemente que nós vivenciamos essa questão das redes sociais e isso precisa de maturidade, precisa de aperfeiçoamento no tocante a nós estarmos saindo da livre manifestação do pensamento para denegrir a honra de alguém. Eu acho que o bom debate, o bom diálogo interinstitucional chegará a um denominador, com toda certeza, um denominador comum com relação a isso.

No tocante aos TACs de que o Senador Angelo falou, eu até tive oportunidade, espero que meu gabinete tenha encaminhado, falamos de lixões etc., e situações do interior, da possibilidade, no Ministério Público do Acre, nós temos o Programa Cidades Saneadas, que são estratégias integradas para a implementação de políticas de saneamento básico e de gestão integrada de resíduos sólidos, pelo Ministério Público do Estado do Acre, junto, principalmente, Sra. Presidente, às Prefeituras do interior com excelentes resultados. E tudo isso dentro de um trabalho intersetorial, interinstitucional, de muito diálogo, de muita conversa, entre os atores envolvidos e a sociedade civil organizada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à questão das prisões, de que o Senador Lasier falou, eu entendo que carece, Senador, de um grande investimento público dos Governos – está registrado aqui, para a minha resposta, Sra. Presidente, está registrado aqui – para que nós tenhamos as vagas necessárias.

Também concordo que nós devemos ter, sim, um debate melhor no tocante à questão da progressão de pena. Eu sou um crítico muito grande, realmente, da forma como é hoje. Hoje o sujeito, entre aspas, mata e com pouco tempo está fora da prisão. E também, junto a isso, para que nós tenhamos mais vagas para criminosos violentos, de alta periculosidade, trabalhando essa questão da progressão da pena, nós temos também que trabalhar a questão do menor potencial ofensivo e sou um defensor também ardoroso do acordo de não persecução penal, *plea bargain*. Por quê? Porque isso vai desafogar a Justiça brasileira. Procedimentos burocráticos, no final das contas, não vão trazer um resultado eficaz para a sociedade. É muito melhor uma Justiça negociada no tocante a essas questões, esses crimes de menor potencial ofensivo, em que aquele que cometeu algum delito de menor potencial pague uma multa, ressarça um prejuízo, contribua com um trabalho para a comunidade. Então, são ações que eu entendo que podem contribuir para o melhoramento do sistema prisional. Agora, com um amplo debate interinstitucional sobre isso.

Ainda no tocante à questão das manifestações, nós temos a Recomendação 01, de 2016, da Corregedoria Nacional, Senador, que não proíbe, não veda, não é censura, mas baliza os limites da manifestação. Acho que é um bom começo para um grande debate. E onde houver o abuso, não há que haver discussão. Onde houver o excesso, não há que se discutir.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO – Há que se exercer, plenamente, o exercício do direito de correção disciplinar quando for o caso.

No tocante à lista tríplice, Senador Randolfe, na minha opinião – os esclarecimentos todos legais foram prestados pelos colegas –, eu entendo que, no caso atual em que a nomeação é ato exclusivo do Senhor Presidente da República, é um ato complexo, como disse o Dr. Lauro. Então, também caberá a este honrado Colegiado confirmar ou não uma eventual escolha do Senhor Presidente da República. Agora, na minha opinião, a escolha poderia ser, realmente, aperfeiçoada. Eu não entendo o porquê da diferenciação entre a escolha do PGR e dos procuradores-gerais dos demais ramos do Ministério Público. Acho que será um grande avanço se esses debates forem levados a efeito e que também...

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO – ... a lista tríplice seja algo implantado para a escolha do PGR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No tocante à questão do exercício de cargos públicos e cargos políticos, Senador, há, sim, um debate entre os membros da instituição acerca do retorno da capacidade passiva eleitoral para os membros do Ministério Público, algo que foi retirado na Constituição de 1988, quando vivíamos um cenário bastante diferente. Entendo que muitos membros do Ministério Público podem contribuir com o Parlamento, estando aqui. Agora, evidentemente, isso depende de uma revisão constitucional, de uma mudança da legislação, num amplo debate desta Casa com as instituições envolvidas, porque acho que os casos devem ser equânimes na questão da simetria do Poder Judiciário com o Ministério Público. E dou o exemplo aqui, já a saudando, da nossa Deputada Dra. Vanda Denir, minha colega, Procuradora de Justiça do Ministério Público do Acre, aguerrida, que cumpre já um trabalho excelente como Deputada, que foi eleita Deputada Federal na última eleição.

Então, eu sou muito do diálogo e entendo que esse debate deve avançar e que nós devemos possibilitar, sim – aí é uma opinião minha, pessoal –, devemos debater, com mais calma, com mais tranquilidade, a capacidade passiva eleitoral, não só de membros do Ministério Público, como de membros da Magistratura. E isso com garantias e vedações, devidamente previstas, debatidas, a fim de que não se cometam equívocos com relação a isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. OSWALDO D'ALBUQUERQUE LIMA NETO – Não sei se faltou alguma, Sra. Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu indago às Sras. e aos Srs. Senadores se estão satisfeitos com as respostas dos indicados. (*Pausa.*)

Em caso positivo, eu agradeço, mais uma vez, ao Dr. Oswaldo, ao Dr. Lauro e ao Dr. Rinaldo pelos esclarecimentos.

Dou por encerrada a arguição e a votação, porque já atingimos o quórum. Declaro, portanto, encerrada a votação e peço à Secretaria...

Eu indago se há alguém ainda exercendo...

O Senador Kajuru é suplente ou titular da Comissão?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu acredito que no bloco do... Ele ainda preenche em função do bloco. Nós vamos aguardar apenas o Senador Kajuru exercer o seu direito ao voto para que declaremos encerrada a votação, agradecendo, inclusive, aos colegas Senadores e Senadoras.

Embora pareça ter sido extensa esta sabatina, eu quero informar aos nossos colegas que estão chegando ao Senado neste ano que, talvez, esta tenha sido uma das sabatinas mais rápidas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Normalmente, é dado o tempo de 10 minutos a cada Senador, e, aqui, houve um consenso de que três minutos seriam suficientes. E todos praticamente foram criteriosos com relação ao tempo, foram disciplinados e nós pudemos ouvir as indagações de 15 Sras. e Srs. Senadores. Penso que o tempo foi suficiente para que houvesse os esclarecimentos por parte dos indicados.

O Senador Kajuru já votou.

Portanto, neste momento, eu declaro encerrada a votação.

Peço à Secretaria que proceda à apuração para que possamos proclamar, individualmente, o resultado da sabatina.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Começando a apuração pelo Dr. Lauro Nogueira: foram 25 votos "sim"; nenhum voto "não".

Portanto, está confirmada a indicação, a escolha do nome do Sr. Lauro Machado Nogueira, que foi aprovado por esta Comissão. Assim, a matéria e o nome irão ao Plenário.

Dr. Oswaldo Lima Neto: 25 votos "sim"; nenhum voto "não".

Portanto, está confirmado o nome do Dr. Oswaldo Lima Neto.

Parabéns também a V. Exa.!

A escolha do nome, portanto, foi referendada por esta Comissão. Assim, a matéria e o nome vão ao Plenário.

Dr. Rinaldo Lima: 25 votos "sim"; nenhum voto "não".

Portanto, também está confirmado, pelo que parabenizo o Dr. Rinaldo.

A Comissão, portanto, aprova o nome dos três indicados. Os três nomes irão ao Plenário, para o que pediremos a urgência devida para que possamos ter a confirmação pelo Plenário o mais rápido possível.

Antes de suspender por dois minutos esta primeira parte da reunião, eu apenas informo aos colegas que nós temos dois Ofícios "S", com duas indicações de autoridades para serem lidas, e passaremos, em seguida, aos projetos e às matérias não terminativas.

Suspendo por dois minutos a presente reunião.

(*Suspensa às 12 horas e 58 minutos, a reunião é reaberta às 13 horas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Declaro reaberta a presente reunião.

2ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 19, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, da Constituição, a indicação do Senhor EVANDRO PEREIRA VALADÃO LOPES, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pronto para deliberação.

Nos termos regimentais, esta Presidência comunica às Sras. e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação de escolha de autoridade nesta Comissão será feita por duas etapas.

Nesta primeira, o Relator apresentará o seu relatório, com as recomendações, se for o caso, para que o indicado apresente informações adicionais, ocasião em que não será exigida a presença do indicado.

Após a apresentação e a discussão do relatório, será concedido vista coletiva automaticamente.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para proferir o seu relatório.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras.

PARECER Nº , DE 2019

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Mensagem (SF) nº 19, de 2019 (nº 156, de 2019, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, da Constituição, a indicação do Sr. Evandro Pereira Valadão Lopes, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga reservada a juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, decorrente da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relator: Senador Eduardo Gomes.

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania a Mensagem nº 19, de 2019 (nº 156, de 2019, na origem), do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que indica o Senhor Evandro Pereira Valadão Lopes para o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, nos termos do inciso II do art. 111-A da Constituição Federal.

A vaga, reservada a juízes oriundos de Tribunal Regional do Trabalho, decorre da aposentadoria da Ministra Maria de Assis Calsing.

Cabe a esta Comissão, nos termos da alínea "b" do inciso I do art. 383, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar, mediante voto secreto de seus membros, sobre a indicação citada, antes da votação no Plenário desta Casa.

Da leitura da Mensagem do Senado Federal nº 19, de 2019, verifica-se que o indicado é Juiz do TRT da 1ª Região. Ingressou na magistratura em 1989 e foi promovido ao segundo grau no ano de 2003. Antes disso, atuara como advogado. Seu nome foi o único da lista tríplice que obteve o voto e o apoio da maioria absoluta dos ministros do Tribunal Superior do Trabalho.

Graduado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, possui pós-graduação (MBA) em Administração Judiciária pela Fundação Getúlio Vargas. Frequentou, ainda, diversos cursos de aperfeiçoamento, inclusive em Barcelona, na Espanha, e em Roma, na Itália.

Foi, ademais, Presidente da Escola Judiciária Trabalhista do TRT da 1ª Região e examinador de concursos públicos para provimento de cargos de magistrado trabalhista.

Apresentou, ainda, a lista de documentos e declarações exigidos pelo inciso I do citado art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Ante o exposto, e atendendo à necessidade de resguardar o sigilo da manifestação dos Senadores, consideramos que V.Exas. têm elementos suficientes para deliberarem sobre a indicação do Sr. Evandro Pereira Valadão Lopes.

Sala da Comissão.

É esse o relatório, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Relator, o Senador Eduardo Gomes, eu coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E esta Presidência concede automaticamente vista coletiva, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e votação.

ITEM 2

OFICIO "S" Nº 10, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, a indicação da Senhora IVANA FARINA NAVARRETE PENA, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro do Ministério Público estadual.

Autoria: Procuradoria-Geral da República e outros

Relatoria: Senador Marcos Rogério

Relatório: Pronto para deliberação

Também nos termos regimentais, estaremos na primeira etapa neste momento, quando se dará a leitura do relatório.

Concedo a palavra ao Senador Marcos Rogério...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senadora, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... para proferir o seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, submete-se ao exame desta Comissão a indicação, pela Sra. Procuradora-Geral da República, da Sra. Ivana Farina Navarrete Pena, para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na vaga destinada a membro do Ministério Público estadual, nos termos do inciso XI do art. 103-B da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, a Reforma do Judiciário, e do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e da Resolução nº 7, de 27 de abril de 2005.

Na forma da Lei Maior, os membros do CNJ, a quem cabe o controle externo do Poder Judiciário, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda de acordo com a Carta Magna, integrará o CNJ um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual.

Segundo o expediente encaminhado pela eminente Chefe do *parquet* da União, a Senhora Ivana Farina Navarrete Pena é membro do Ministério Público do Estado de Goiás, escolhida em eleição e formação de listas tríplices realizadas por essa instituição e pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG).

Cabe a esta Comissão, de acordo com o Regimento Interno, com a citada Resolução nº 7, de 2005, e com o Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, proceder à sabatina dos indicados.

Bacharel em Economia e em Direito, respectivamente, pela Universidade Católica e pela Universidade Federal de Goiás, a Dra. Ivana Pena é, atualmente, Procuradora de Justiça na 4ª Procuradoria de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás.

S. Exa. ingressou na instituição em 8 de maio de 1989, tendo exercido a função de Promotora de Justiça nas Comarcas de Alexânia, Formoso, Sancrerlândia, Niquelândia, Morrinhos e Goiânia. Também atuou, por duas vezes, na Assessoria Parlamentar da instituição e integrou, também por duas vezes, o respectivo Conselho Superior.

Foi também Procuradora-Geral de Justiça do Estado de Goiás por dois mandatos, quando presidiu o Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça.

A indicada igualmente atuou no campo de representação profissional, tendo sido Presidente da Associação Goiana do Ministério Público por quatro anos e Primeira Vice-Presidente da Confederação Nacional do Ministério Público.

Merece destaque a atuação de S. Exa. na área de Direitos Humanos, tendo, por 15 anos, representado o Ministério Público junto ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, do qual foi Vice-Presidente e Presidente.

A Dra. Ivana Farina Navarrete Pena foi membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público por duas oportunidades, onde exerceu a função de Secretária de Direitos Humanos e Defesa Coletiva.

Finalmente, cabe registar que a indicada tem diversas comendas e honrarias, atribuídas por vários órgãos do *Parquet* e pelos Poderes de seu Estado natal, além de ter sido agraciada, por esta Casa, com o diploma “Mulher Cidadã Bertha Lutz”.

S. Exa. apresentou as declarações exigidas pela norma de regência interna, pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, e pelo Ato nº 1, de 2007.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A indicada anexou também certidões que demonstram regularidade fiscal no âmbito federal, estadual e municipal.

Encontram-se, assim, atendidas todas as exigências dos dois diplomas legais para a instrução do processo.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

É o relatório, Sra. Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Coloco em discussão a matéria.

Com a palavra, pela ordem, o Senador Kajuru.

Desculpe-me. É para discutir?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Não. Eu apenas queria fazer uma observação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, pela ordem, Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela ordem.) – Inicialmente, eu quero pedir a Deus e a Nossa Senhora Aparecida, de quem eu sou devoto, para que eu tenha calma e seja objetivo.

Primeiro, eu não me dirigi ao respeitoso Senador Marcos Rogério, Relator, em nenhum momento sobre essa Sra. Ivana Farina. Dirigi-me? Em nenhum momento. Não sabia do seu relatório. Esperei. Aguardei.

Aconselhei-me aqui com o meu Líder e meu amigo Senador Randolfe, e ele disse que eu deveria fazer uso da palavra agora.

O Senador Esperidião Amin veio perguntar a mim: "Kajuru eu sei disso, disso e disso. Quero saber de você: tudo isso procede?". Eu disse: pode checar em Goiás; é de domínio público no Estado de Goiás. Depois me parece que cheguei a falar com a Senadora Simone Tebet sobre o assunto. Não sei se cheguei a falar também com o Senador Anastasia sobre esse assunto. É um assunto muito pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero desde já, Presidente, dizer que não vou participar da sabatina. Vou ficar fora, ausente por uma questão de ser suspeito ao fazer uma análise dessa senhora que pretende uma vaga aqui, Ivana Farina.

Só pediria às Sras. e aos Srs. Senadores que buscassem as verdadeiras informações sobre essa senhora, malvista em todo o Ministério Público de Goiás, pela nefasta lembrança da presença dela como Procuradora-Geral no Governo de Marconi Perillo, por tudo o que ela fez, especialmente por corroborar, concordar e apoiar que uma emissora de rádio fosse cassada no ano de 2000 e que a esposa de um jornalista fosse violentada literalmente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – O jornalista é este que vos fala.

Eu não participarei da sabatina dela. Só ficarei muito triste se esta Casa aprovar o nome dela.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Kajuru.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para a próxima reunião a arguição e votação da indicada.

Item extrapauta.

Acatando determinação do Colégio de Líderes, da reunião de Líderes que ocorreu há 15 dias, nós estamos tramitando em conjunto os PDLs, Projetos de Decreto Legislativo, nºs 233, 235, 238, 239, 286 e 287, todos não terminativos.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 233, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 235, DE 2019

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro. O registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 238, DE 2019

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 239, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Susta, nos termos nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre "a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas".

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 286, DE 2019

- Não terminativo -

Susta os Decretos nºs 9.785, de 07 de maio de 2019, e 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 287, DE 2019

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019 e o Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

A autoria é dos Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato, da REDE, Senador Humberto Costa, Senadora Eliziana Gama. Portanto seis PDLs que estão apensados.

Relatoria: Senador Marcos do Val, cujo relatório é contrário aos projetos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: em 29 de maio de 2019, foi apresentado o voto em separado do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que é favorável aos projetos, mas, em função do adiantado da hora e já combinado com o Senador Veneziano, ele deixará para proferir o seu voto em separado na semana que vem.

Comunico a esta Comissão que, assim que for lido o voto do Senador Marcos do Val, não cabe discussão da matéria neste momento, por acordo, nós deixaremos a discussão para a semana que vem, numa combinação que fizemos também com os Líderes para que todos possam participar do debate.

Passamos a palavra neste momento ao Relator, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Boa tarde, Sras. e Srs. Senadores.

Hoje irei defender o direito do cidadão de proteger a sua vida e a da sua família no exercício da legítima defesa. Quero ressaltar que meu parecer é estritamente técnico, não tem achismo, foi elaborado a quatro mãos por um grupo de consultores do Senado Federal, especialistas na área penal e constitucional, bem como de profissionais da área jurídica, especialistas em segurança pública.

Presidente, eu posso passar diretamente para a análise?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com certeza. V. Exa. tem toda a autonomia e liberdade.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para proferir relatório.) – Obrigado.

Passo à análise dos PDLs, tanto sob o ponto de vista formal quanto material.

Do ponto de vista formal, a iniciativa parlamentar para os PDLs nºs 233, 235, 238, 239, 286 e 287, todos de 2019, está devidamente fundamentada no art. 49, V, da Constituição Federal, que atribui ao Congresso Nacional competência exclusiva para a sustação de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou de limites de delegação legislativa.

Na mesma linha, os PDLs em comento não possuem vícios de regimentalidade e vêm vazados em técnica legislativa adequada.

É importante assinalar que a utilização do decreto legislativo como instrumento para sustar atos do Poder Executivo, quando exorbitam do poder regulamentar, encontra amparo constitucional no art. 49, inciso V, da Lei Maior. Nesse sentido, podemos até mesmo afirmar que o Constituinte nos conferiu esse instrumento de preservação das competências e da autoridade do Congresso Nacional em consagração ao próprio princípio da soberania popular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, apesar dos pressupostos formais atendidos, materialmente os PDLs em análise não merecem prosperar pelos motivos que serão expostos a seguir.

Ressalte-se, preliminarmente, que, ao contrário do que foi trazido nos projetos em análise, a maioria do povo brasileiro é a favor da liberdade para se adquirir armas, mesmo que muitos cidadãos não queiram, necessariamente, possuí-las em sua casa. Em comprovação a essa afirmativa, devemos recordar que, no referendo realizado no ano de 2005, 63% dos brasileiros votaram a favor do comércio de armas. Notória e logicamente, a população brasileira se manifestou favorável à liberação da posse e do porte de armas no Brasil. Caso contrário, por via reflexa, não haveria sentido em liberar a comercialização de armas.

Ademais, hoje, o Portal e-Cidadania do Senado Federal demonstra que as modificações promovidas com o Decreto nº 9.785, de 2019, contaram com forte apoio popular. Com efeito, o referido portal registrou maciça oposição aos PDLs em análise. A pesquisa feita nos PDLs registrou, até o momento da elaboração deste relatório, um total de 43.241 votos contrários aos PDLs e apenas 1.624 votos a favor, ou seja, 96,38% das manifestações registradas no portal disseram não aos PDLs, em análise.

Da mesma forma, não custa lembrar que a nova regulamentação da posse e do porte de arma de fogo sempre foi uma das principais bandeiras políticas do Presidente da República Jair Bolsonaro, eleito, por conta disso também, por 60 milhões de votos.

Portanto, já num primeiro momento, não se pode agasalhar a justificativa de que os PDLs em foco convergiriam à vontade popular, supostamente apurada em pesquisas de opinião, haja vista que os instrumentos formais e objetivos a tanto destinados revelam exatamente o oposto, notadamente o específico referendo de 2005.

É de se observar, por outro viés, que o Decreto 9.785, de 2019, simplesmente estabeleceu critérios objetivos e exemplificativos para se aferir o requisito da efetiva necessidade, sem violação ao disposto no art. 10, §1º, inciso I, da Lei 10.826, de 2003. Essa lei sempre permitiu o porte de arma de fogo ao cidadão comum, desde que presente a sua efetiva necessidade e comprovados os requisitos de idoneidade, ocupação lícita e residência certa, bem como a capacidade técnica e de aptidão psicológica. E, quanto à efetiva necessidade, a própria lei a vinculou a dois parâmetros específicos: primeiro, atividade profissional de risco, e segundo, ameaça à integridade física do indivíduo.

Enfatizamos que a efetiva necessidade é apenas um dos requisitos exigidos, de modo que, inobservados os demais, o porte deverá ser recusado, mesmo que o interessado se inclua entre as categorias arroladas no art. 20 do novo regulamento. Ou seja, para as categorias listadas no aludido artigo, ao contrário do que ocorre com o elenco do art. 6º da Lei 10.826/03, o porte de arma não é uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prerrogativa, mas sim uma possibilidade, quando atendidos os demais requisitos estabelecidos pela lei atual.

Com efeito, para a nossa análise, no mérito, há de se recapitular brevemente o conceito de ato discricionário da Administração Pública. É aquele ato em que a lei permite juízo de valor. Nesse passo, o diploma legal em análise confere grau de liberdade ao administrador, que avalia critérios de conveniência e oportunidade para a prática de determinado ato.

Sob esse viés de análise, em relação à aquisição e à posse da arma de fogo, o art. 4º do Estatuto do Desarmamento determina que os interessados deverão, além de satisfazer determinados requisitos vinculados à idoneidade e capacitação, declarar a efetiva necessidade. O conceito de declaração é objetivo e delineado na lei, tendo em vista que uma declaração consiste em manifestação unilateral de vontade não sujeita a aceitação, ou seja, o indivíduo firma o documento e assume a responsabilidade legal pelo seu conteúdo.

Quanto a isso, o Decreto 9.785, com as alterações propostas pelo Decreto 9.797, não exorbitou do poder regulamentar. Ele somente ratifica que o aludido ato, por sua previsão objetiva na lei, não comporta mitigação discricionária, exclusiva razão para ali ter sido tratada como presumível, abre aspas: “a veracidade dos fatos e das circunstâncias afirmadas na declaração de efetiva necessidade”, fecha aspas.

Ainda assim, isso não retira do administrador público, no caso a Polícia Federal, a possibilidade de indeferimento do pedido, eis que este assim poderá o ser quando apresentados documentos que demonstrem:

i) não serem verdadeiros os fatos e as circunstâncias afirmadas pelo interessado;

ii) que o pedido foi instruído com declarações ou documentos falsos;

iii) o envolvimento do interessado com grupos criminosos; ou

iv) que o interessado age como interposta pessoa.

Desse modo, se evidencia que não se trata de presunção absoluta (que não admite prova em contrário), como denunciam os PDLs em comento, mas, sim, relativa.

Não é demais ressaltar, sobre esse tema, que a sistemática agora adotada, pelo Decreto 9.785/2019, corrige evidente lacuna que, esta sim, se estabelecia com o anterior Regulamento da Lei nº 10.826/03 (Decreto nº 5.123/04), por cujos termos, não obstante a expressa previsão legal de apenas se exigir uma “declaração” de efetiva necessidade, foi essa transformada em “demonstração” de efetiva necessidade, sujeita a uma análise discricionária não autorizada pelo texto legal (art. 12 do Decreto nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

5.123/04). Nesse aspecto, o Decreto nº 9.785/19 restabelece a clara intenção do Legislador ao fixar os critérios para acesso à posse de armas de fogo.

O decreto deixa claro, todavia, que a posse é permitida em moldes bastante restritos, pois, nos exatos termos da lei matriz, autoriza o proprietário a manter a arma de fogo exclusivamente no interior de sua residência ou nas dependências desta, ou, ainda, de seu local de trabalho, desde que seja ele o titular ou o responsável legal pelo estabelecimento ou pela empresa, tão somente estabelecendo conceitos rigorosamente técnicos a esse respeito.

Já quanto ao porte de arma de fogo, a Lei nº 10.826, embora proíba o porte como regra, autoriza-o em seu art. 6º para integrantes das Forças Armadas e agentes que atuam em órgãos de segurança pública (critério institucional), para aqueles com direito previsto em legislação própria e integrantes de determinadas carreiras (critério da prerrogativa de função); e para atiradores desportivos (critério da prerrogativa pessoal).

Além desses grupos, o Estatuto assegura o porte de arma de fogo de uso permitido a qualquer pessoa, nos termos do seu art. 10, desde que, entre outras condições, o requerente demonstre a efetiva necessidade, e isso por exercício de atividade profissional de risco ou de ameaça à sua integridade física.

Aqui se encontra o maior ponto de resistência das proposições em exame. De início, é importante frisar que a própria Lei 10.826 vincula a efetiva necessidade aos parâmetros de atividade profissional de risco e ameaça à integridade física, porém o faz sem conceituar tais elementos, criando clara lacuna regulatória para que assim seja feito em norma de inferior hierarquia.

Nesse ponto, é de se observar que o Decreto 9.785, notadamente na redação conferida pelo Decreto 9.797, simplesmente se amolda tecnicamente à sistemática expressamente adotada pela Lei 10.826, ou seja, traz os conceitos objetivos para as diretrizes que ali foram estabelecidas pelo Legislador.

Neste caso, a redação do art. 2º, inciso XV, do Decreto nº 9.785, apresenta redação muito clara acerca dessa conceituação, senão vejamos:

> Art. 2º .....
> (...)
> XV – atividade profissional de risco — atividade profissional em decorrência da qual o indivíduo esteja inserido em situação que ameace sua existência ou sua integridade física em razão da possibilidade de ser vítima de delito que envolva violência ou grave ameaça.

Prontamente, assim, nota-se que o Decreto se apresenta, justamente, para suprir a lacuna conceitual deixada pela norma de maior hierarquia (Lei).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observe-se que essa vertente conceitual é reforçada no art. 20 do questionado Decreto, onde simplesmente se estabeleceram critérios objetivos, não para que seja prontamente concedido o direito ao porte de arma, mas para se aferir o requisito da efetiva necessidade, do que não resulta qualquer violação ao disposto no art. 10, §1º, I, do Estatuto do Desarmamento, mas, ao contrário, mostra-se em perfeita harmonia para com a específica diretriz ali estabelecida, que, como registrado, vinculou essa efetiva necessidade a duas possibilidades de demonstração: atividade profissional de risco e ameaça à integridade física.

No particular, os §§ 3º e 4º do art. 20 do Decreto nº 9.785/19, com a redação conferida pelo Decreto nº 9.797/19, encerram qualquer dúvida a esse respeito:

> Art. 20. .....
> (...)
> § 3º São consideradas atividades profissionais de risco, para fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.826, de 2003, o exercício das seguintes profissões ou atividades: (Redação dada pelo Decreto nº 9.797, de 2019.)
> (...)
> § 4º Considera-se ameaça à integridade física, para fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 10 da Lei nº 10.826, de 2003, o fato de o requerente do porte de arma de fogo ser: (Redação dada pelo Decreto nº 9.797, de 2019.)

À evidência, desse modo, o que se estabelece na referida norma são os precisos conceitos necessários à aplicação da Lei nº 10.826/03, seguindo fielmente suas diretrizes, sempre tendo em foco que por ela se permitiu o porte de arma de fogo ao cidadão comum, desde que demonstrada a sua efetiva necessidade, justamente por critério profissional ou de ameaça, quando também comprovados os requisitos de idoneidade, ocupação lícita e residência certa, bem como a capacidade técnica e de aptidão psicológica.

Por se estabelecer no texto legal de forma genérica, a análise do que vem a ser "efetiva necessidade" demandaria a apreciação factual concreta em cada caso em que fosse invocada, o que, inevitavelmente, seria operado por um agente público vinculado ao Poder Executivo (nesse caso os Delegados da Polícia Federal). Logo, se seus critérios balizadores já estão expressamente fixados na Lei, torna-se natural que a Administração Pública julgue conveniente e oportuno constatar *a priori* e de forma objetiva, como nos casos de maior vulnerabilidade e de perigo acentuado. Isso é que deve ficar claro quando do exame do novo Decreto.

Nesse sentido, a nova norma regulamentar, especificamente a partir da redação conferida pelo Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, em nada avança para limites além daqueles estatuídos no art. 84, IV, da Constituição Federal, tendo em vista que por seus termos apenas se registra uma explicitação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de conceitos já trazidos na própria Lei (atividade profissional de risco e ameaça à integridade física) e absolutamente necessários à sua aplicação.

Não é demais registrar que a definição de tais conceitos tanto era necessária à aplicação da Lei que, durante todo o período de 2005 a 2018, era ela promovida pela Instrução Normativa nº 23/05, da própria Diretoria Geral da Polícia Federal, que trazia a seguinte redação no § 2º do seu art. 18 – isso dentro da instrução normativa da Polícia Federal:

> "Art. 18. Para obtenção do Porte de Arma de Fogo:
> (...)
> § 2º São consideradas atividade profissional de risco, nos termos do inciso I do § 1º, do art. 10 da Lei nº 10.826 de 2003, além de outras, a critério da autoridade concedente, aquelas realizadas por:
> I – servidor público que exerça cargo efetivo ou comissionado nas áreas de segurança, fiscalização, auditoria ou execução de ordens judiciais;
> II – sócio, gerente ou executivo, de empresa de segurança privada ou de transporte de valores; e
> III – funcionários de instituições financeiras, públicas e privadas, que direta ou indiretamente, exerçam a guarda de valores.

Assim, resta claro que durante 13 anos – vamos repetir: durante 13 anos – vigorou a instrução normativa da Polícia Federal que trazia expressamente a presunção de atividade profissional de risco para fim de concessão de porte de armas de fogo, logo fazendo-o de forma ampla a todos os profissionais supracitados.

Deste modo, não há que se falar sobre supressão na avaliação pela Polícia Federal, uma vez que a concessão ainda passa por sua apreciação, e o estabelecimento de critérios predefinidos já era utilizado.

É válido ressaltar que desde 2005, no Governo Lula, até o final de sua vigência em 2018, passando pelos Governos Dilma e Temer, a referida instrução normativa esteve em vigor aplicando a presunção da efetiva necessidade para determinadas categorias profissionais, justamente o que está sendo objeto de impugnação nos Projetos de Decreto Legislativo em análise.

Há de se observar, de outra maneira, que a prevalência da compreensão posta nos PDLs ora analisados nos conduziria ao entendimento de que o Diretor-Geral da Polícia Federal definiu, durante 13 anos, os requisitos necessários à aplicação da lei por mera Instrução Normativa, mas, hoje, o Presidente da República não o pode fazer por decreto?

Com todo o respeito, Senadoras e Senadores, isso não faz sentido e não deve prosperar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os decretos impugnados pelos PDLs, repito, não fazem nada além de conceituar diretrizes que já são previstas na própria lei, explicitando disposições imprescindíveis à sua aplicação, o que, no caso, se limita ao porte de arma previsto no art. 10, aplicável a todos os cidadãos, independentemente das disposições do art. 6º, ambos do Estatuto do Desarmamento – Lei 10.826.

Com efeito, é inegável que há aqueles que, pela profissão que exercem ou pelo local em que moram, se encaixam no grupo que entendemos como de maior vulnerabilidade, o que agora apenas se reconhece em norma de hierarquia superior aos atos administrativos concretos que já o faziam.

São os residentes em áreas rurais, os motoristas de empresas e os transportadores autônomos de cargas. Esses indivíduos ficam isolados em fazendas ou estradas e caso tenham sua vida, integridade física ou patrimônio ameaçados não têm como aguardar a chegada da polícia para protegê-los.

Aqui, ressalto, também, o caso dos caminhoneiros. Os profissionais dessa categoria frequentemente dirigem pelos rincões do Brasil, a centenas de quilômetros de qualquer posto policial. Um levantamento da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística (NTC) registrou, em 2018, mais de 22 mil roubos a motoristas em todo o Brasil, demonstrando que o roubo de cargas se tornou um modelo de negócio para criminosos. E a pergunta que se impõe é: nós desejamos mesmo deixar esses trabalhadores sujeitos a casuísmos na hora de protegerem sua integridade física e sua vida?

Há, ainda, aqueles indivíduos sujeitos a represálias. Aqui se encaixam agentes de segurança pública inativos e conselheiros tutelares e advogados, profissionais que trabalhavam ou trabalham, respectivamente, com a prisão de criminosos e com disputas judiciais que envolvem patrimônio e liberdade.

Um terceiro grupo é o dos que trabalham diretamente com armas ou de qualquer modo as utilizam e, por isso, estão sempre no radar dos criminosos, que buscarão formas de persuadir ou compelir tais profissionais a facilitar o acesso a armas de fogo. Para esse grupo há um risco iminente em razão da profissão ou da possibilidade de ameaça à integridade física, conforme o caso. É a situação, por exemplo, do instrutor de tiro, do colecionador, do proprietário de estabelecimento que comercialize armas de fogo.

Outro ponto central que deve ser analisado é se a presunção da efetiva necessidade prevista para pessoas de maior vulnerabilidade ou para aquelas sujeitas a represálias ou que trabalhem diretamente com armas de fogo se mostra razoável e proporcional. Entendemos que sim! É possível verificar, de modo objetivo, uma situação de perigo potencial que já demonstra que o porte de arma de fogo se faz necessário, sobretudo quando, repita-se, os parâmetros para tanto já estão fixados na lei. Como já assinalado, o direito ao exercício eficiente da legítima defesa é que deve ser prestigiado nessas situações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso se afirmar que não há desequilíbrio entre o direito à segurança coletiva, que recomendaria a restrição do porte de arma de fogo, e o direito à segurança individual daqueles que estão mais expostos a ataques e para os quais a autorização do porte é, não só necessária, como aconselhável, pois aqueles que conforme as normas adquirirem armas de fogo, tanto para a posse quanto para o porte, passam por um rigoroso procedimento de avaliação com requisitos previamente estabelecidos pela Lei em vigor.

Na forma como o Estatuto do Desarmamento estava regulamentado, a negativa a um pedido de aquisição, para posse ou porte de arma de fogo, fora da presunção adotada na Instrução Normativa nº 23, de 2005, era desprovida de transparência e segurança jurídica, pois os requisitos para o deferimento ou não de um pedido eram totalmente subjetivos, sobretudo a análise da "efetiva necessidade". O Decreto nº 9.785, de 2019, por sua vez, conferiu objetividade e clareza a esse requisito.

Entendemos, assim, que a presunção da "efetiva necessidade" proposta pelo Decreto nº 9.785, com os posteriores ajustes, confere maior segurança jurídica às regras estabelecidas para a obtenção do porte de arma de fogo. Isso porque, reitere-se, antes de editado o novo Regulamento, o deferimento do porte de arma de fogo estava sujeito à subjetividade por parte do delegado de Polícia Federal que analisava o requerimento de porte.

Com efeito, segundo a Instrução Normativa nº 131 da Diretoria Geral da Polícia Federal, de 14 de novembro de 2018 – abre aspas: "O chefe da delegacia, ou pessoa por ele designada, poderá entrevistar o requerente acerca das alegações formuladas, a fim de formar sua convicção" e "emitirá parecer preliminar acerca do pedido, sugerindo, motivadamente, a abrangência territorial e temporal para o caso de deferimento" – fecha aspas (art. 32). Isso permitiria que dois cidadãos em situações análogas de vulnerabilidade obtivessem decisões distintas da Administração Pública, a depender da autoridade policial responsável por essa análise dos respectivos requerimentos.

Aqui, dou exemplo do meu caso.

Assim que eu retornei dos Estados Unidos, eu fiz um pedido de posse e porte de arma no meu Estado, o Espírito Santo. O delegado que estava, então, à frente da delegacia simplesmente indeferiu o meu pedido, dizendo que, como ele não usa arma de fogo, não haveria necessidade de eu também estar usando arma de fogo. E indeferiu o meu pedido. Logo ele entrou de férias e entrou uma delegada. Eu fiz o pedido de reconsideração e ela, automaticamente, achou um absurdo a decisão do seu colega anterior e não só me deu o porte de arma para o meu Estado, como para todo o Território nacional – é um dos casos raros, pois sou um cidadão comum e posso andar com a minha arma em todo o Território nacional, e ainda com um prazo de validade muito maior, concedido pelo topo que está hoje no Estatuto do Desarmamento. Então, por essa subjetividade, eu passei; e aqui o decreto coloca bem de forma objetiva, acabando com esse tipo de injustiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, as alterações promovidas pelo Regulamento são voltadas ao cidadão que quer defender a si próprio e à sua família. Não se trata, dessa forma, de medidas voltadas ao incremento da violência. Com o novo regramento, buscam-se mecanismos para, a um só tempo, proteger o cidadão em sua casa e em seu local de trabalho e dissuadir criminosos de praticarem delitos nesses locais, protegendo, desse modo, a própria vida e a de seus entes.

De acordo com o Atlas da Violência de 2018, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no Brasil, em 2016, houve 62.517 homicídios. Já segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2018, o Brasil encerrou o ano de 2017 tendo 82.684 boletins de ocorrência registrando o desaparecimento de pessoas, sendo bem provável que muitas delas tenham sido vítimas de criminosos, ou seja, foram assassinadas.

Nesse quadro de violência e de verdadeira guerra em que vivemos no Brasil, superada a evidente constitucionalidade e a legalidade do decreto objeto de impugnação dos PDLs em análise, vemos a necessidade de possibilitar ao cidadão de bem, atendidos os requisitos estabelecidos, prover a própria defesa e de seus familiares, principalmente os profissionais elencados no decreto com a presunção de atividade profissional de risco.

Demais disso, ao lado do cumprimento dos requisitos enumerados na lei, o interessado cujo trabalho envolva risco ou que tenha sua integridade física ameaçada, ao adquirir uma arma de fogo, também trará para si uma série de responsabilidades – isso é importante, porque muita gente acha que, depois do porte, ele está liberado para agir de qualquer maneira –, que incluem o dever de somente utilizar o armamento em situações de defesa própria ou de terceiros, a obrigação de manter a arma longe do alcance de crianças, em local seguro, não estar ingerindo bebidas alcoólicas, não mostrar a arma de forma ostensiva, não portar em locais de grande aglomeração de pessoas, dentre outros.

Um ponto de fundamental importância e que deve ser frisado repetidas vezes é que o porte de arma de fogo possibilita àquelas pessoas com profissão de risco ou modo de vida mais arriscado o exercício da legítima defesa, direito desde sempre assegurado pela legislação penal brasileira. Se o ordenamento jurídico constitucional brasileiro assegura o direito à legítima defesa, devemos anuir com a utilização de instrumentos para o seu efetivo exercício.

Hoje, no Brasil, os criminosos agem à revelia da lei para a prática de crimes violentos, já possuem livre acesso às armas, deixando vulnerável o cidadão, que, mesmo atendendo os requisitos, tem visto seu direito à defesa da vida cerceado. O cidadão de bem armado preenche requisitos preestabelecidos e teme a lei – teme a lei! –, algo que não acontece com os criminosos.

A relevância dos bens envolvidos, como a vida, a liberdade e a propriedade, justifica o tratamento objetivo da aquisição, da posse e do porte de arma de fogo. A sociedade vive amedrontada, pois, mesmo dentro de casa ou no local de trabalho, todos estão à mercê de assaltantes, estupradores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assassinos. Os frequentes crimes de arrastão são prova disso. O Decreto 9.785, portanto, empodera o cidadão de bem, não havendo qualquer razão para sustá-lo.

Na nossa cultura brasileira, nós entendemos que todo mundo é culpado e todo mundo é bandido e a gente tem que provar o contrário. Então, precisamos mudar esse pensamento do brasileiro. Nós temos uma grande maioria de cidadãos de bem, honestos, que seguem as leis brasileiras.

Não se pode esquecer que esse crítico cenário de caos e insegurança se instaurou justamente sob o amparo de leis restritivas ao acesso do cidadão às armas de fogo, as quais se mostraram eficazes para desarmá-lo, mas absolutamente inócuas contra os criminosos, que seguiram agindo à margem da lei e, desde então, tendo aquele como vítima ainda mais fácil.

Prova cabal do fracasso das políticas desarmamentistas pode ser colhida por qualquer interessado junto ao Datasus, banco de dados oficial do Ministério da Saúde, que registra desde 1980 os homicídios praticados no Brasil e aponta aqueles em que foi empregada arma de fogo. De acordo com tais dados, o uso desses artefatos nos homicídios aumentou – repetindo: aumentou – depois do Estatuto do Desarmamento, desvelando, sem dúvida, que os assassinos não o deixaram de utilizar, simplesmente porque não respeitam a lei.

É utopia imaginarmos que em qualquer país deste planeta alguma lei restritiva de armas vá fazer com que os criminosos sigam a lei. Em nenhum país do mundo vocês vão conseguir ter esse resultado ou achar esse resultado. Isto é uma utopia que nós precisamos derrubar: que qualquer restrição de armas vai também restringir o acesso de criminosos a esse equipamento de proteção à vida.

Desse modo, a ideia de contenção criminal com foco nas armas de fogo mostra-se improdutiva, pois de nada adianta restringi-las num cenário em que o transgressor da lei atua com destemor e se vale da impunidade, esta, sim, a principal incentivadora do crime.

Sob essas circunstâncias, ao revés, a possibilidade de acesso do cidadão às armas, ainda que não se confunda com solução de segurança pública, funciona como relevante freio ao ímpeto criminoso, pela criação de um receio que até então não lhe era conhecido. E vale ressaltar que o cidadão honesto armado é uma força aliada da polícia.

O pesquisador Fabricio Rebelo expõe, com propriedade, o tema na obra *Articulando em Segurança: contrapontos ao Desarmamento Civil*:

> De outro lado, o grande fomento do crime é facilmente identificado: a impunidade. A média nacional de elucidação de homicídios é pífia (menos de 10% no último levantamento); os já quase 2 milhões de roubos apenas nas capitais, em boa parte não são sequer investigados. E, sem investigação e esclarecimento, os responsáveis por crimes não são punidos, deixando de temer a sanção do Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> É justamente aí, quando o receio da punição desaparece, que a possibilidade de defesa assume papel de relevo. Na ponderação entre riscos e benefícios de que resulta a opção pelo crime, a chance de autodefesa da vítima configura inegável fator de inibição ao agressor, refreando seu ímpeto delitivo. É o reequilíbrio de uma equação hoje plenamente favorável ao criminoso, que dá à vítima um mecanismo de proteção e incute naquele um maior receio das consequências de sua investida.

Por fim, lanço um olhar na obra de Flavio Quintela e Bene Barbosa, intitulada *Mentiram para mim sobre o Desarmamento*, e dela destaco – abro aspas:

> Quanto mais totalitário é um governo, maiores são as restrições ao armamento da população civil. Os regimes sanguinários da história foram também os mais eficientes em desarmar as pessoas, pois um povo desarmado é um povo incapaz de reagir contra um governo armado [e tirano].
> [...]
> Criminosos não entram em lojas para comprar armas, não preenchem fichas para registrá-las e nem as devolvem em campanhas de desarmamento.
> [...]
> As armas registradas raramente saem das mãos do cidadão de bem e vão parar nas mãos dos criminosos. A grande maioria das armas utilizadas em crimes são provenientes do mercado negro.
> [...]
> Dificultar o acesso das pessoas comuns às armas é facilitar a vida dos criminosos.

Fecho aspas.

Assim, fica evidente que, ao editar o Decreto 9.785 e prontamente aperfeiçoá-lo, em seguida, com a retificação promovida pelo Decreto 9.797, o Presidente da República, com fulcro no art. 84, IV, da Constituição Federal, tão somente estabeleceu critérios objetivos para se aferir o requisito da efetiva necessidade, sem violação ao disposto no art. 10, §1º, I, do Estatuto do Desarmamento, tendo em vista que, por seus termos, apenas se registra uma explicitação de conceitos já trazidos na própria lei (atividade profissional de risco e ameaça à integridade física) e absolutamente necessários à sua aplicação. E assim o fez, não só sob critérios de adequação constitucional, mas perfilhando-se com a vontade popular e a melhor técnica na área de segurança pública para a específica realidade brasileira.

Reforço, nobres Senadores e Senadoras, que a prerrogativa de sustar atos do Poder Executivo é essencial para nós preservarmos a autoridade do Poder Legislativo. Por outro lado, o que deve orientar a aplicação do art. 49, inciso V, da Constituição Federal, é um critério jurídico. Devemos nos perguntar: o regulamento se encontra dentro dos limites da lei editada pelo Congresso? Afirmo com total segurança que os regulamentos em questão se encontram dentro das balizas da Lei 10.826, de 2003.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós Senadores podemos, é claro, realizar um saudável debate legislativo em torno do próprio Estatuto. É juridicamente possível que Parlamentares, pela via de projeto de lei, queiram discutir conceitos presentes na Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e, consequentemente, estreitar ou ampliar as possibilidades de regulamentação. É claro que, se esse for o caso, lutaremos em nome das bandeiras em que cada um de nós acreditamos. Todavia, não é possível sustar um regulamento legítimo, apenas porque se é contra as possibilidades abertas pela própria lei.

Por tudo isso, as modificações promovidas, sobretudo a definição objetiva dos critérios para a aquisição e posse de arma de fogo e a especificação dos indivíduos de efetiva necessidade legitimada ao porte, concretizam uma política de segurança pública definida pelo Poder Executivo Federal, que buscou atender de modo eficaz às necessidades urgentes da sociedade, dentro das balizas previstas em lei.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição dos Projetos de Decreto Legislativo nºs 233, 235, 238, 239, 286 e 287, todos de 2019. Finalizo assim o meu parecer, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Marcos do Val.

Lido o relatório, fica adiada a discussão.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Queria pedir que fosse apensado ao projeto principal, Presidente, um projeto nosso. Na verdade, foi o nosso segundo projeto logo após a reedição pelo Presidente da República, que é o nº 332, de 2019.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência vai encaminhar à Mesa Diretora para as devidas providências e, se for apensado, deferido pela Mesa, que o relator, portanto, semana que vem, possa também no seu relatório se pronunciar a respeito do seu PDL.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – O voto divergente também será lido na discussão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na discussão. Semana que vem nós temos um voto em separado que será lido, do Senador Veneziano do Rêgo.

Antes de passar ao último item da pauta – temos mais dois itens, desculpem –, eu gostaria apenas de informar, de comunicar, que conforme já devidamente combinado com o autor do requerimento, nós estamos adiando a audiência pública desta quinta-feira para a próxima terça. Faremos uma única audiência, e não mais duas, a pedido do Senador Marcos do Val, autor do requerimento, para debater o PL nº 1.864, de 2019, que faz parte do pacote anticrime apresentado pela Senadora Eliziane Gama. Portanto, fica adiada para a próxima terça-feira, dia 4 de junho, às 10h da manhã.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Acerca do projeto dessa audiência, se não me foge à memória, ao todo são cerca de 16 convidados.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É justamente porque houve uma... A pedido do...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Uma desistência?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve a desistência de algumas autoridades, portanto, nós temos condições de, em uma única audiência, conseguir conversar com todas as autoridades.

Também antes de passar, comunico ao Plenário que nós vamos marcar a sabatina do Exmo. Sr. Evandro Pereira Valadão Lopes, o desembargador do TRT que está sendo indicado para uma vaga no Tribunal Superior do Trabalho, para o dia 19 de junho, portanto, daqui a 15 dias, mas às 9h da manhã, Senador Lasier. Às 10h fica muito tarde e a pauta fica comprometida. Então, peço inclusive às assessorias que comuniquem aos Parlamentares que, sempre que possível, nós anteciparemos por uma hora as sabatinas, para que nós possamos ter a pauta corrida. Hoje vimos que começamos a pauta praticamente às 13h.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 26, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 – Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes.

Autoria: Senadora Eliziane Gama

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 14/05/2019, foi recebida a Emenda nº 1 de autoria do Senador Angelo Coronel;

- A matéria será apreciada pela Comissão Diretora.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, para proferir o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Presidente Simone. Quero dizer que me sinto muito satisfeito em ser o Relator desse projeto de resolução porque pretendia também este ano apresentar esse projeto de resolução e, por uma questão de horas, a Senadora Eliziane o apresentou, mas me integro e me congratulo com a iniciativa dela, porque se trata de uma grande carência do Senado Federal há muitos anos, de um Colégio de Líderes que existe aqui no Senado apenas de forma informal e incompleta.

Dito isso, e dispensando os aspectos formais deste projeto, que não merece nenhuma restrição, passo de pronto para a análise, que é a criação do Colégio de Líderes no Senado.

Essa iniciativa reveste-se de grande relevância, pois dialoga com a necessidade de uma ampla reforma do nosso Regimento Interno, datado do distante ano de 1970, que, sem dúvida, carece de diversos aprimoramentos e atualizações, como forma de se adequar aos novos tempos da política e da necessária transparência no que diz respeito à boa prática legislativa no Senado.

Quanto à Emenda nº 1–CCJ, verificamos que ela propõe modificação na redação do novel art. 66-B, para que, em vez de “representante da bancada feminina”, o Colégio de Líderes seja integrado pela “Senadora ocupante do cargo de Procuradora Especial da Mulher no Senado”. Opinamos favoravelmente à emenda, concordando com os argumentos da autora no sentido de que a Procuradoria da Mulher já possui a necessária representatividade da bancada feminina, e sua menção expressa como membro do Colégio de Líderes fortalecerá ainda mais a sua atuação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, após receber valiosas contribuições de vários Senadores, vimos a necessidade de realizar mais alguns ajustes à matéria no sentido de aperfeiçoá-la, permitindo, assim, sua melhor aplicação à realidade dos nossos trabalhos.

Nesse sentido, optamos por suprimir a alteração do art. 25 sugerida pelo projeto de resolução, porque entendemos não ser próprio do Colégio de Líderes a decisão de representar contra determinado Senador por quebra de decoro parlamentar. Sabemos que este qualificado Colegiado terá como principal função a procura pelo consenso por parte das Lideranças do Parlamento, objetivando a realização de acordos e viabilização da atividade legislativa.

Em caso de violação da Constituição e do Regimento Interno por parte de Parlamentar, existem outros meios para que o ato seja apreciado e julgado, conforme o caso. É nesse sentido que a Resolução nº 20, de 1993, que instituiu o Conselho de Ética, conferiu competência para que qualquer Parlamentar ou pessoa, física ou jurídica, possa apresentar denúncias.

Ademais, poderão representar contra Senador diretamente no Conselho de Ética, caso o fato enseje perda do mandato, definitiva ou temporária, a Mesa ou partido político com representação no Congresso Nacional.

A redação original oferecida pelo Projeto de Resolução nº 26, de 2019, dispunha que o Líder de partido que integrasse bloco parlamentar teria apenas direito a voz no Colégio de Líderes. Entendemos, porém, que é fundamental a participação, inclusive por meio de votação, do Líder de partido político, para que ele possa representar adequadamente a posição de sua bancada. Evidentemente, nesse caso, o quantitativo de Senadores de sua bancada não poderá ser considerado no cômputo da expressão proporcional do bloco parlamentar no Plenário do Senado.

Além disso, entendemos importante estipular dia e hora determinados para a reunião de Líderes. Busca-se, com isso, trazer maior previsibilidade às reuniões, permitindo que os Líderes se planejem com maior antecedência.

De outro lado, não se pode olvidar a existência de ocasiões em que o Colegiado deve reunir-se em datas e horários diversos, razão pela qual se prevê a possibilidade de convocação extraordinária do Colegiado pelo Presidente do Senado ou de seus próprios membros, desde que representem a maioria das Sras. e Srs. Senadores.

Também optamos por suprimir as alterações previstas ao art. 48 do RISF, para que não haja invasão nas prerrogativas do Presidente do Senado no que diz respeito à formulação da Ordem do Dia. Entendemos mais adequado alterar o art. 163, prevendo que o Colégio de Líderes, observado o quórum necessário para deliberações do colegiado, poderá fazer ajustes na pauta estabelecida pelo Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para dar funcionalidade às modificações propostas nesse projeto, inserimos nas competências do Presidente do Senado a prerrogativa de presidir o Colégio de Líderes, discutir as matérias submetidas ao colegiado e desempatar votações, seguindo, neste segundo aspecto, a mesma dinâmica existente no Plenário do Senado Federal.

Por fim, aproveitando a oportunidade e a relevância desse projeto, também propomos a inserção no Regimento Interno do Senado Federal de dispositivo criando formalmente o chamado "calendário especial", hoje utilizado informalmente para conferir às propostas de emenda à Constituição (PEC) uma tramitação mais célere.

Tal requerimento se faz necessário quando o Plenário pretende conferir às PECs o rito sumário, suprimindo etapas, interstícios e prazos regimentais. Ocorre que tal requerimento não é previsto regimentalmente, sendo utilizado apenas quando há acordo de lideranças na tramitação expedita dessas matérias.

A nossa proposta supre tal lacuna, conferindo ao Colégio de Líderes competência exclusiva para analisar a necessidade de tramitação sumária e para apresentar requerimento de calendário especial de PEC para deliberação do Plenário.

Destaque-se que a iniciativa para apresentação do requerimento será do Colégio de Líderes, mas a aprovação deste requerimento ainda dependerá de deliberação do Plenário do Senado Federal. Ressalte-se que estará assegurado nesses casos, naquilo que for aplicável, a tramitação prevista no art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que busca incluir a proposta na segunda sessão deliberativa ordinária seguinte à aprovação do requerimento.

Voto.

Diante do exposto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, boa técnica legislativa, e no mérito, pela aprovação do Projeto de Resolução nº 26 de 2019 e da Emenda nº 1 – CCJ, na forma do seguinte substitutivo...

Aí o substitutivo, Senadora, eu fiz um resumo à parte, porque acho que é mais objetivo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria de... Se V. Exa. me permitir, até para colaborar, nós vamos ter que adiar a discussão. V. Exa. teria que fazer um breve resumo semana que vem. Então, V. Exa. poderia já, semana que vem, já começar pelo substitutivo, porque é uma forma inclusive de trazer ao debate os demais Senadores.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Ele é muito esclarecedor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Valeria a pena talvez até a leitura do substitutivo. Exatamente. Acho que assim nós poderemos otimizar os trabalhos, porque V. Exa. vai ter que voltar a falar sobre o substitutivo com certeza.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Claro. Com muito prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, eu agradeço a V. Exa., inclusive a paciência pelo tempo, pois ficou aguardando para que fosse lido o seu relatório.

Uma vez lido o relatório, fica adiada a discussão.

Não há mais itens sobre a mesa para serem deliberados.

Com a palavra, pela ordem, Senador Rodrigo Cunha.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Há sobre a mesa um requerimento de minha autoria pedindo uma audiência pública sobre um projeto que está na pauta de hoje para ser deliberado, um projeto de extrema importância que trata da alteração de várias leis relacionadas ao setor de turismo brasileiro. E para aprofundar esses estudos, com certeza, uma audiência pública será muito bem-vinda.

Conversei com o Relator também nesse sentido e deixo para a apreciação de V. Exa. esse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência vai colocar para deliberação o requerimento de V. Exa. na semana que vem como um dos primeiros itens da pauta.

Agradeço.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas fazendo uma retificação, na realidade a sabatina do Ministro para o TST se dará no dia 12 de junho, às 9h da manhã.

Nada mais havendo a tratar, esta Presidência declara encerrada a presente reunião. Está encerrada.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e treze minutos do dia quatro de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Cid Gomes, Jorge Kajuru, Leila Barros, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Nelsinho Trad, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes. Registram a presença os Senadores Zenaide Maia, Izalci Lucas, Paulo Paim, Eliziane Gama e Chico Rodrigues. Usam da palavra as Senadoras Zenaide Maia e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho, José Maranhão, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Otto Alencar e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao REQ 12/2019 - CCJ, de autoria do Senador Marcos do Val. Finalidade: Instruir o PL 1864/2019, que Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998, a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, a Lei nº 12.037, de 1º de outubro de 2009, a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, e a Lei nº 13.608, de 10 de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

janeiro de 2018, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência a pessoa. Participantes: Sr. BRUNO CALABRICH, Procurador Regional da República (representante de: DELTAN MARTINAZZO DALLAGNOL, Procurador da República); Sr. DOUGLAS FISCHER, Procurador Regional da República da 4ª Região; Sr. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO, Advogado (representante de: FELIPE SANTA CRUZ, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil); Sr. IVAN LIRA DE CARVALHO, Juiz Federal da 5ª Vara do Rio Grande do Norte e Professor de Direito Penal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Sra. RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO, Membro colaboradora da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora Regional da República (representante de: Conselho Nacional do Ministério Público); Sr. GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ, Doutor e Mestre em Direito Processual Penal pela USP.; Sr. ROGÉRIO GRECO, Professor, Jurista e Ex-Procurador de Justiça do Estado de Minas Gerais; Sr. JOSÉ DARCY SANTOS ARRUDA, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo. Sr. FÁBIO ALCEU MERTENS, Delegado de Polícia Federal (representante de: MAURÍCIO LEITE VALEIXO, Diretor-Geral do Departamento de Polícia Federal). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Bom dia. Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o PL nº 1.864/2019, que altera o Código Penal, o Código de Processo Penal, a Lei de Execução Penal e outras normas legais, para estabelecer medidas contra a corrupção, o crime organizado e os crimes praticados com grave violência à pessoa, conforme o Requerimento nº 12, de 2019 - CCJ, da minha própria iniciativa.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular e, dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar os comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211. Convidados: Bruno Calabrich, Procurador Regional da República, representante do Sr. Deltan Dallagnol, Procurador da República; Douglas Fischer, Procurador Regional da República da 4ª Região; Eduardo de Vilhena Toledo, advogado, representante do Sr. Felipe Santa Cruz, Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Raquel Branquinho Pimenta Nascimento, membro colaboradora da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora Regional da República, representante da Sra. Raquel Elias Ferreira Dodge, Presidente do CNMP; Gustavo Henrique Badaró, Doutor e Mestre em Direito Processual Penal pela USP; Rogério Greco, Professor, Jurista e ex-Procurador de Justiça do Estado de Minas Gerais; José Darcy Santos Arruda, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo; Ivan Lira de Carvalho, Juiz Federal da 5ª Vara do Rio Grande do Norte e professor de Direito Penal da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Justificaram a ausência: Antonio Vasconcellos e Benjamin, Ministro do Superior Tribunal de Justiça; José Antonio Dias Toffoli, Presidente do Conselho Nacional de Justiça; Raquel Dodge, Procuradora-Geral da República; Vladimir Barros Aras, Procurador Regional da República da 1ª Região; René Ariel Dotti, Professor Titular de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná e Advogado; Diógenes Lucca, Coronel da Reserva da Polícia Militar de São Paulo e especialista em segurança; Ilona de Carvalho, Diretora-Executiva do Instituto Igarapé; Raul Jungmann Pinto, ex-Ministro da Segurança Pública.

Não se manifestaram: Paulo Cesar de Freitas, Promotor de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais; Wilman Renê Gonçalves Alonso, Coronel da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Peço então aos convidados que tomem seus lugares à mesa, por favor. (*Pausa.*) De acordo com o art. 94, §§2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para resposta do interpelado, sendo-lhes vedado interpelar os membros da Comissão.

Concedo a palavra ao Bruno Calabrich, Procurador-Regional da República, para sua exposição, por dez minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BRUNO CALABRICH (Para exposição de convidado.) – Exmo. Senador Marcos do Val, Exmas. Sras. e Srs. Senadores aqui presentes, nobres colegas que também participam desta audiência pública, senhoras e senhores servidores, demais senhoras e senhores aqui presentes, inicialmente eu agradeço pela oportunidade de participar desta audiência pública.

Para nós, que trabalhamos com Direito Penal e Processo Penal é, sem dúvida, importantíssimo poder trazer alguns aportes, algumas contribuições para este debate. A minha ideia, nestes breves dez minutos, é tratar de um ponto específico que me é bastante caro e acredito que tenha sido objeto de algumas interpretações equivocadas, algumas confusões de compreensão por parte de críticos. Minha ideia é trazer informações que podem ajudar a esclarecer esses pontos. Vou falar especificamente sobre os acordos penais.

Como todos sabemos, os antecedentes desse pacote apresentado pelo Ministério da Justiça, mais próximos, são as medidas contra a corrupção, que foram rejeitadas em votação na Câmara dos Deputados, especialmente, e mais recentemente o pacote da Transparência Internacional, chamado de Novas Medidas contra a Corrupção. Essas medidas, a meu ver, são mais abrangentes do que o pacote apresentado hoje pelo Ministério da Justiça, mas eu compreendo que se trata de uma decisão política. Possivelmente se compreendeu que o pacote hoje apresentado é o pacote que pode ser aprovado, aquele que tem alguma possibilidade de ser aceito na atual conjuntura, então compreendo que não seja tão abrangente.

Há diversos pontos sobre os quais há diversas controvérsias. Não pretendo, como eu disse, abordar todos eles. Não concordo nem com todos eles. Acho que alguns pontos não são avanços. Outros merecem muitos ajustes, mas me parece que esse ponto especificamente do qual eu quero falar é bastante importante e merece a aprovação por esta Casa e pela Câmara dos Deputados. Quero falar, portanto, dos acordos penais na proposta do Ministério da Justiça. Eu passei vários eslaides porque são dez minutos apenas. Se eu tivesse um pouco mais de tempo, falaria um pouco do que eu compreendo ser hoje um chamado pseudogarantismo, que pode permear algumas críticas ao pacote. Como eu disse, o pacote tem pontos muito positivos, outros nem tanto, e outros merecem ajustes. Esse é um ponto que, ao meu ver, é bastante positivo, ainda que mereça alguns ajustes.

Vamos lá. No projeto, há proposta de três modalidades de acordo. A primeira modalidade é o acordo de não persecução penal. É a introdução do art. 28-A, no CPP, que é o acordo feito quando, encerrada a investigação e não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público não oferece denúncia e negocia com o investigado a aplicação imediata de sanções não privativas de liberdade. Não há pena de prisão nesse caso. Aplica-se para crimes sem violência ou grave ameaça, com pena máxima abstrata inferior a quatro anos. É assim que está escrito no projeto. Nesse caso, não há prisão. É a primeira modalidade do acordo, acordo de não persecução penal. Não há processo, não há acusação. O acordo é feito antes de se iniciar o processo.

A segunda modalidade é o acordo de admissão de culpa. Esse é que tem sido mais objeto de controvérsia, de crítica, porque muitos assemelham ao *plea bargain*, do direito norte-americano, mas não é bem *plea bargain*. Vou tentar falar brevemente sobre isso aqui. Aplica-se a qualquer crime, independentemente da pena máxima, para casos em que a denúncia já foi oferecida e recebida. É necessária a confissão e o acordo acarreta aplicação de pena privativa de liberdade ou não. Não necessariamente vai dar prisão esse acordo. Pode ser uma aplicação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da pena de prisão, convertida em pena não privativa de liberdade, ou outra sanção. Aplica-se para qualquer crime, não há limite. A diferença essencial do acordo de não persecução é que, neste caso, já há uma persecução penal deflagrada. Já existe denúncia recebida. O processo já começou. O juízo já avaliou e verificou que há justa causa para aquele processo. Não se trata de denúncia temerária, de denúncia leviana.

A terceira modalidade de acordo proposto no projeto do Ministério da Justiça são os acordos em matéria de improbidade administrativa. Quais são esses casos? Hoje, a Lei nº 8.429/1992 impede qualquer espécie de transação à improbidade. O projeto altera o art. 17 para permitir esses acordos em conjunto com acordos de colaboração premiada e eventualmente com acordos de não persecução penal, com acordos de admissão de culpa. Na prática – acho que essa informação é relevante –, esses acordos já estão sendo feitos. Inicialmente, no âmbito da Lava Jato, essas cláusulas referentes a ações de improbidade já constavam em acordos de colaboração premiada. Inicialmente, o STF homologou esses acordos. Depois de um tempo, passou a dizer que não é competência do STF fazê-lo e o MPF, nesses casos, para que haja controle sobre esses acordos, tem submetido a homologação às Câmaras de Coordenação e Revisão, porque o inquérito civil, diferentemente do inquérito policial, não é homologado em juízo. Então, esse acordo é homologado internamente no Ministério Público e há, eventualmente, uma revisão desses acordos.

Então, são as três propostas, muito resumidamente.

Eu quero trazer um aspecto aqui que tem sido objeto de certa confusão. O acordo de admissão de culpa não é exatamente o *plea bargain*. Boa parte das críticas ao acordo de admissão de culpa importa a crítica que é hoje feita ao instituto norte-americano. Lá existe, segundo alguns, um excesso de acordos, existe um constrangimento para investigados e réus para que façam esses acordos. É uma realidade completamente distinta. Lá, a alternativa ao não acordo é muito mais gravosa do que aqui. A alternativa, aqui no Brasil, via de regra, é a impunidade, é a prescrição. Além disso, o acordo, como proposto nesse projeto, é bem diferente do *plea bargain* norte-americano porque lá há ampla disposição pelas partes e mínima intervenção judicial. Aqui, não. A proposta prevê uma disposição entre as partes relativamente limitada e há uma ingerência muito forte, um controle muito forte do Judiciário. Vejam bem: as partes aqui sugerem a pena a ser aplicada, e o juiz é que vai determinar qual vai ser a pena aplicada. Então, há uma intervenção muito forte, muito intensa do Poder Judiciário sobre o controle – não só sobre a forma, não só sobre voluntariedade, ausência de coação, mas também sobre o conteúdo do acordo.

Parece-me bem saudável que haja isso, porque nós estamos ainda caminhando para um processo de feições mais adversariais, um modelo acusatório mais intenso do que hoje é. Parece-me bem saudável que nessa proposta haja um controle ainda maior, uma interferência, uma participação maior do Judiciário nesses acordos. Então não é exatamente o *plea bargain*. Parece mais com a saída abreviada do processo penal argentino do que com o *plea bargain* do direito anglo-saxão.

Nos Estados Unidos, a crítica é porque os processos lá, via de regra, são resolvidos por acordo – 95% a 99% dos casos são resolvidos por acordo –, mas é importante perceber que os mecanismos de saídas abreviadas, de soluções negociadas no processo penal são a regra hoje no mundo, são a tendência no mundo inteiro. O Conselho da Europa em 1987 tinha uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

recomendação para que todos os países da Comunidade Europeia adotassem mecanismos semelhantes – em 1987! São países com um sistema processual penal, um sistema penal com problemas muito menos agudos do que os nossos. Na Europa, só três países não têm hoje mecanismos semelhantes: Arzebaijão, Grécia e Turquia. Todos os demais têm mecanismos como esse que nós queremos introduzir no sistema brasileiro.

O processo penal arcaico é um processo penal em que não há espaço para negócios jurídicos, não há espaço para soluções negociadas. O processo penal moderno é um processo penal que se abre ao consenso, que se abre à participação das partes para a solução do processo. O processo penal moderno tenta superar o modelo litigioso. Tenta, sobretudo, conferir mais poderes ao réu na decisão sobre o seu destino no processo penal. E vejam que, no Brasil, isso não é novidade. No Brasil, nós já conhecemos soluções negociadas pelo menos desde 1995. A transação penal e a suspensão condicional do processo, que são institutos de 1995, já preveem soluções negociadas com aplicação de sanções penais. Além disso – e pouca gente cita isso –, a colaboração premiada, que nós hoje acompanhamos nos jornais sendo realizada, e os resultados...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BRUNO CALABRICH – Foi o meu tempo esse?

Bem, as soluções negociadas... (*Pausa.*)

Obrigado. Eu sei que são dez minutos, então, vou ser breve. Eu sei que estou correndo e peço desculpas se pular ou falar muito rápido, mas fico à disposição para, eventualmente, perguntas posteriores.

A colaboração premiada é um instituto de 1990 no nosso sistema. Só recentemente, com a Lei nº 12.850, é que houve a sistematização da sua aplicação, da previsão de direitos para as partes que negociam, e que se começou a aplicar com mais intensidade, com mais frequência, esse instituto. Mas não é um instituto novo. Soluções negociadas no processo penal não são institutos novos. O Brasil já os conhece há muito tempo.

O curioso é que – esse é outro ponto, vou falar rapidamente – hoje também há a Resolução nº 181 do CNP, que já prevê também a solução negociada, o acordo de não persecução para crimes com pena mínima inferior a quatro anos. Essa resolução é objeto de uma ADI no STF, movida pela AMB, e o argumento central dessa AMB é que não existe uma previsão legal específica para isso.

(*Soa a campainha.*) **O SR. BRUNO CALABRICH** – Como eu disse, a transação e a suspensão condicional do processo são institutos já conhecidos há mais de 20 anos no Brasil, mas eu lembro que, quando eu estava na faculdade, eu lia e ouvia essas críticas: a transação penal e a suspensão condicional do processo são inconstitucionais, porque violam o contraditório, violam a presunção de inocência, seria a aplicação da sanção penal sem o devido processo legal". As críticas que eu vejo hoje são idênticas, e assim como aquelas foram superadas naquela época e são improcedentes, são improcedentes as críticas hoje. Esses vetores, esses princípios constitucionais apontam para a proteção de direitos do réu ou do investigado. Na prática, o que se faz hoje é utilizar princípios que foram concebidos para proteger direitos do réu, do investigado, para prejudicá-lo. Invoca-se a proteção de direitos do réu, do investigado para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

impedir que ele possa fazer um acordo que lhe interessa, que lhe beneficia. Não tem sentido. É a apropriação de um discurso que não interessa ao réu investigado.

Eu, como garantista que sou – e tenho orgulho de professar isso, não pseudogarantista que se costuma encontrar no Brasil –, estudo, escrevo, ensino tentando ampliar o leque de direitos do réu, para permitir um processo penal mais democrático, mais equilibrado, e por isso mesmo eu defendo que seja ampliado o seu leque de direitos, para que ele possa fazer acordos de não persecução penal, acordos de admissão de culpa, sempre, claro, com rigoroso controle judicial e dentro das regras que forem aprovadas por este Parlamento.

Soluções negociadas prestigiam o papel do réu no processo penal e prestigiam também o seu direito fundamental a um julgamento célere. É direito do réu – não só da sociedade – que ele seja julgado conforme as suas responsabilidades, dentro das regras do jogo, de forma célere.

O Ministro Luís Roberto Barroso publicou um artigo, no final do ano passado, em que ele usou essa frase que eu tenho repetido algumas vezes. Acho muito inteligente e muito interessante. Ele afirmou nesse artigo que nós não somos atrasados por acaso. Somos atrasados porque no Brasil o atraso é muito bem defendido. Ser contra soluções negociadas no processo penal é o que eu chamo de terraplanismo processual penal. É ir na contramão do que todo mundo hoje defende. O processo penal deve prestigiar direitos do réu, deve ampliar seu leque de direitos, deve permitir soluções negociadas no interesse não só da sociedade, mas primeiro no interesse do réu, porque, no final das contas, é ele que vai dizer se lhe interessa o acordo ou não.

Eu tenho muita restrição com aqueles que aprioristicamente são contra acordos no processo penal, mas eu devo reconhecer que há pontos que podem ser, sim, aprimorados. O que não me convence é o repúdio apriorístico a qualquer solução negociada, tal como aconteceu no início da vigência da Lei nº 9.099. Esse repúdio apriorístico me parece que está baseado em premissas equivocadas, falsas, arcaicas, inspirado em um modelo processual penal também superado, que nós temos que superar no Brasil com a aprovação de um instituto como esse.

A possibilidade de firmar acordos deve ser um direito do réu. Quanto mais hipóteses de acordo, maior é o espectro de direitos dele. Negar essa possibilidade, na minha opinião, é uma postura antigarantista.

Para encerrar, fiz quatro sugestões bastante pontuais, bastante breves, que talvez possam inspirar algumas reflexões de V. Exas.

A primeira sugestão é avaliar a possibilidade de se fixar, no acordo de admissão de culpa, uma pena máxima para o crime que pode ser passível de acordo de admissão de culpa. A lei hoje não prevê. Em tese se aplica para qualquer crime. Não estou falando do acordo de não persecução penal; é o acordo de admissão de culpa. Pode ser previsto isso com a pena máxima de oito anos ou com a previsão de crimes específicos que seriam insuscetíveis desse acordo de admissão de culpa. Quais seriam eles? Por exemplo, racismo, estupro de vulneráveis, terrorismo. São crimes que constam na Constituição como crimes que merecem especial proteção e que talvez possam justificar uma limitação. Um acordo de admissão de culpa é um benefício para o réu. Então, talvez seja um passo muito grande hoje nós admitirmos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para qualquer crime. Nós estamos caminhando para construir essa tradição, mas hoje não é da nossa tradição. Temos que ampliar esse leque, de fato, mas talvez seja um passo muito grande admitir acordos de admissão de culpa para quaisquer crimes, inclusive graves.

Uma outra sugestão que eu faço para reflexão de V. Exas. é a previsão de aplicação do art. 28 do CPP no caso de recusa da proposta do acordo pelo Ministério Público. Isso já existe em relação à transação penal e à suspensão condicional do processo para os casos de recusa do MP em oferecer o acordo. Não consta no projeto. Talvez seja interessante constar. É uma construção jurisprudencial, mas se isso constar especificamente no projeto, parece-me uma saída técnica e adequada.

Outras duas sugestões bastante breves. Há uma crítica, por parte de alguns juízes, de que o juízo da execução para cumprimento do acordo seria delegado à vara de execuções penais. Talvez seja interessante manter essa competência para o próprio juiz do processo de conhecimento, assim como acontece na suspensão condicional do processo, assim como acontece na transação.

Uma outra última sugestão é a previsão de que o juiz que tenha participado, que tenha acompanhado o processo de negociação do acordo que não se confirma, que não se implementa, não possa participar depois do julgamento. Seria uma causa de impedimento, porque já que ele recebeu aquela informação da confissão por parte do acusado, ele pode ser sugestionado, pode ser inclinado a condenar aquele de quem ele já ouviu uma confissão. Então, talvez seja interessante se prever em um tópico específico do projeto que o juiz que participou de um acordo não confirmado não participe posteriormente do processo para julgamento.

Foram essas as minhas brevíssimas sugestões.

Peço desculpas, acho que avencei no tempo. Espero ter contribuído e fico à disposição para perguntas subsequentes, para debates subsequentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço o Sr. Bruno Calabrich pelas palavras. Como foram passados mais cinco minutos, eu posso também estender cinco minutos a todos os palestrantes. Então a gente passa a 15 minutos, se os Senadores não se opuserem. Ótimo.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. *Fora do microfone*.) – Presidente, as perguntas ao final?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – É, vamos fazer ao final, porque aí já anota.

Então, nós vamos passar 15 minutos para cada palestrante.

Concedo a palavra ao Sr. Douglas Fischer, Procurador Regional da República da 4ª Região, para sua exposição, por 15 minutos.

O SR. DOUGLAS FISCHER (Para exposição de convidado.) – Muito bom dia a todos! Sr. Senador Marcos do Val, é uma grande honra poder estar aqui, tentando contribuir com o Parlamento. Faço minha saudação a todos os integrantes da Mesa, especialmente aos amigos e professores Rogério Greco e Gustavo Badaró, colega Raquel Branquinho, colega Bruno Calabrich, aos demais integrantes. Minha saudação muito especial à Senadora Selma, que conheço desde a época da magistratura, e hoje está aqui representando seu Estado do Mato

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Grosso, em tão importante missão constitucional como Senadora. Minha admiração pelo seu trabalho.

Senhoras e senhores da imprensa, são muitos aspectos desse projeto que precisam ser destacados. Não terei condições de abordar todos, mas eu gostaria de enfatizar alguns que talvez possam ser coincidências trazidas por outros participantes. Todos eles estão relacionados – é importante dizer – com uma melhora da efetividade do sistema jurisdicional brasileiro, não só no momento da investigação como também do processamento criminal.

Eu gostaria de enfatizar que o Brasil é signatário de vários tratados e acordos internacionais, nos quais se comprometeu com o que está sendo denominado hoje – com uma expressão técnica jurídica, mas ela é compreensível – como as chamadas obrigações processuais penais positivas, que significam o quê? A necessidade de se fazer um processo penal respeitando os direitos fundamentais do investigado – sem sombra de dúvidas, essa é uma função do Ministério Público –, mas também agilizando e fazendo investigações e procedimentos céleres, eficazes e adequados para punir os responsáveis e absolver aqueles que não tenham cometido os fatos investigados.

É esse equilíbrio que nós precisamos buscar com o novo sistema processual penal. Dentro dessa ótica, eu vou enfatizar alguns aspectos. O primeiro deles é a necessidade de nós mudarmos o nosso sistema de prescrição. No sistema prescricional – e a Senadora Selma sabe bem disso, porque vivenciou na pena da magistratura os problemas enfrentados –, nós temos algumas particularidades que precisam ser expurgadas do ordenamento jurídico brasileiro.

A primeira delas, ainda em parte existente, é a chamada prescrição retroativa. Srs. Senadores e demais, especialmente senhores da imprensa, esse instituto não existe em lugar nenhum do mundo, e ele foi introduzido na legislação por uma rápida decisão proferida há muitos anos pelo Supremo Tribunal Federal, uma decisão inclusive bastante apertada e que acabou ensejando essa tal de prescrição retroativa. Há propostas de emendas. Eu li todas as emendas ao projeto, inclusive de aumentar os prazos prescricionais. Eu diria aos senhores que, nos prazos prescricionais que nós temos hoje, se forem feitas duas alterações simples, eles não precisam ser alterados, os prazos. Atrevo-me a dizer isso na presença sobretudo do Prof. Rogério Greco, que é um grande professor de todos nós.

A primeira delas: acabar com a prescrição retroativa, ou seja, a prescrição é pela pena em abstrato e qualquer decisão condenatória ou confirmatória da sentença condenatória será um novo marco interruptivo da prescrição. Eu não preciso passar dos 20 anos, que é o prazo máximo que nós temos hoje de prescrição para alterar, e podemos também incluir isto – está no projeto –, a suspensão do prazo prescricional quando houver a interposição de recursos para os tribunais superiores.

O processamento hoje, senhores, como regra, é bastante rápido, respeitando, vamos enfatizar, os direitos fundamentais dos investigados e dos processados. Entretanto, pelo acúmulo processual, há demora hoje dos processos em serem julgados pelas instâncias superiores, notadamente o Supremo Tribunal Federal que, por sua natureza, deveria ser uma corte constitucional, e os juízes da Suprema Corte brasileira hoje, em média, julgam para além de 100 mil processos/ano. Isso é inconcebível. E também o STJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso são as estruturas que foram criadas e, nesse ponto, é fundamental, ao menos na minha visão, que este Parlamento faça – e apenas uma sugestão, obviamente – alteração na legislação para se coadunar com o que o Supremo já vem decidindo, sobre a possibilidade da execução da pena, uma vez exaurido o recurso nas instâncias ordinárias, ou seja, com sentença de primeiro grau, com decisão do tribunal de apelação e com os recursos que existam dentro dos tribunais de apelação, inclusive o projeto trata disso, da possibilidade dos chamados embargos infringentes, quando houver a absolvição pelo menos por um voto numa decisão de tribunal.

As críticas são muitas, eu admito, sobre o tema do que alguns chamam de execução provisória de pena, mas eu gostaria de enfatizar aqui, Sr. Presidente e Sr. Relator, que, na minha ótica, malgrado a literalidade da disposição constitucional sobre isso, é preciso compreender por que o legislador constitucional colocou aquela necessidade do trânsito em julgado. Na minha visão, nós partimos de um sistema anterior em que a condenação em primeiro grau, sem direito a uma revisão dessa decisão, já implicava, como regra, o início do cumprimento da pena, e isso, sem dúvida nenhuma, viola um dos princípios do duplo grau de jurisdição, que é exatamente ter a finalidade de evitar o quê? A ocorrência de um erro, ou seja, a possibilidade de revisão por um tribunal superior.

É importante destacar que não há, em termos comparativos, nenhum sistema jurídico do mundo que exija quatro instâncias recursais – nenhum! Segundo: todas as decisões tomadas pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, todas, nenhuma delas exige – nem o pacto de que o Brasil é signatário – que tenha quatro instâncias recursais e, sim, apenas que se garanta o quê? O duplo grau de jurisdição.

Agora eu vou trazer um dado interessante. Primeiro, o Supremo Tribunal Federal, numa decisão do ano de 2009, passou a entender, no *Habeas Corpus* 84.078, que somente poderia haver a execução da pena após exauridos todos os recursos. Essa decisão foi desfeita primeiro pela decisão tomada no âmbito do *Habeas Corpus* 126.292 – isso aconteceu em 2016 –, depois em duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade, as ações 43 e 44, e depois em uma nova decisão do Supremo Tribunal Federal, que ainda está sob discussões, mas, na minha ótica, o Supremo Tribunal Federal exauriu a discussão na própria liminar dessas ações diretas de inconstitucionalidade. Portanto, nós tivemos, no Brasil, apenas sete anos dessa impossibilidade de execução da pena na pendência dos recursos extraordinários.

Em toda a história, sempre se admitiu essa execução, mas não é pela história que nós vamos manter. Se estivesse errado e pudesse causar algum dano ao investigado processado, talvez devêssemos manter essa situação. Entretanto, vejam apenas esta informação: hoje em dia, o STJ, em matéria penal, reforma decisões de juízes e de tribunais em apenas 1,6% dos casos que chegam até ele. E não estou dizendo que é para absolver; estou dizendo que era para reformar, para substituir uma pena, para dar um *habeas corpus* de prisão, para dar substituição de penas, para reconhecer a prescrição que existe, a tal da prescrição intercorrente, que é aquela que existe depois do trânsito e do Ministério Público, para os recursos pendentes nas instâncias superiores em apenas 1,6% dos casos.

Mais uma informação: desde o dia 3 de maio de 2007, quando instaurada a regra da repercussão geral, o Supremo Tribunal Federal reformou, em matéria penal para absolver alguém, um caso dos milhares que chegaram até ele. O Supremo não admite hoje mais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

recurso extraordinário para discutir o caso concreto se não demonstrado ali que aquela decisão que for tomada pelo Supremo impactará um sem número de pessoas em idêntica situação. Portanto, apenas em um caso o Supremo absolveu, para reconhecer especificamente a inconstitucionalidade do art. 19 da Lei das Contravenções Penais.

Mas existe um dado mais importante do que esses, que são estatísticos. Hoje em dia, nós temos um instrumento que todos conhecemos, que é o *habeas corpus*. Hoje em dia, o *habeas corpus* tem uma amplitude muito maior, mais eficaz, mais rápida, mais célere do que qualquer um dos recursos – especial para o STJ ou extraordinário para o Supremo –, de modo que, se houver uma possibilidade de algum dos condenados em segundo grau ter uma condenação injusta, existem duas formas de proteger o direito desse investigado ou processado – desse processado no caso concreto.

Primeiro, não é interpondo o recurso especial ou extraordinário que vai demorar anos com a prescrição em andamento. É por intermédio de um *habeas corpus* que ele tem que ser garantido para o fim de afastar aquela – como nós chamamos – coação que seja ilegal. Não preciso fazer o pré-questionamento dos recursos, que são questões muito mais formais, e o *habeas corpus*, repito, é muito mais célere.

Segunda hipótese: o projeto já prevê, e de uma forma melhor que, no caso concreto analisado pelo tribunal ou pelo próprio Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, diante do caso concreto, se a tese for plausível do recurso e não for um recurso procrastinatório, pode-se conceder, no caso concreto, o chamado efeito suspensivo ao recurso extraordinário. Na situação que nós temos hoje – faço minha saudação aqui ao Senador Lasier Martins, do meu Estado, Rio Grande do Sul, muito obrigado, é uma honra poder estar trazendo aqui essas informações, e prossigo –, não há possibilidade – repito: não há possibilidade – de ser mantida uma condenação de alguém que possa ser atacável por *habeas corpus* ou com recurso com efeito suspensivo, não existe outro recurso mais ágil que a utilização ou do *habeas corpus*, ou do recurso especial, ou do recurso extraordinário com efeito suspensivo de forma extraordinária.

Qual é a regra que nós temos hoje? Suspende-se e não se executa nenhum recurso. Ou seja, eu preciso aguardar, com os prazos prescricionais e com a demora recursal. E justiça tardia não é justiça na proteção dos interesses da coletividade também. Eu preciso aguardar para manter 1,6% dos casos, enquanto 98,2% dos casos serão, pela estatística de hoje, julgados improcedentes. Essa estatística pode aumentar? Pode, mas ela sempre terá protegido esse direito fundamental de alguém por intermédio de *habeas corpus.*

Ou seja, nós temos dentro do sistema, e o projeto, nessa parte, é suficiente, de proteção dos dois lados – de um lado, do investigado ou processado, e, do outro lado, do interesse da coletividade. Nós deixaremos de ter a vergonhosa situação de inúmeros casos prescrevendo ou demorando 15, 20 anos para ter o trânsito em julgado, com recursos, como recentemente julgado no Supremo Tribunal Federal. Repito: julgado no Supremo Tribunal Federal, dentro do Supremo Tribunal Federal, que foram 17 recursos entre embargos de declaração, agravos regimentais e agravos interpostos, paralisando o processo só no Supremo Tribunal Federal, por mais de seis anos – por mais de seis anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, senhores, nós temos um sistema que permite, nos moldes do projeto, que haja uma proteção de todos os direitos, sem desproteger, no caso concreto, os interesses da coletividade.

Destaco também algo extremamente importante, Srs. Senadores...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS FISCHER – ... e já vou prosseguindo aqui para encerrar, que é o chamado confisco alargado. Esse instrumento, que está previsto no projeto para permitir que sejam apreendidos os bens cometidos dentro de organizações criminosas, com desvios de recursos públicos e grandes organizações criminosas, esse instrumento, que é não utilizado ainda no Brasil nesses moldes, mas o Brasil se comprometeu internacionalmente a adotar essa tática, já inclusive implementada em vários países, no sentido de proteger, de tirar, de sufocar economicamente essas organizações criminosas.

Gostaria, evidentemente, de destacar mais alguns pontos, mas creio que esses, dentro do que dividimos os colegas aqui, até para propiciar que novas ideias e outras opiniões sejam trazidas, são os pontos, para mim, de destaque fundamental para uma melhor efetividade do sistema. Claro, a questão dos acordos de uma persecução penal, da minha ótica, é também fundamental. Precisa-se de alguns ajustes, como todo projeto, mas eu acredito sinceramente que esta Casa, dentro da sua tradição de buscar o aprimoramento... E é o que consta inclusive no relatório apresentado pelos autores do Projeto de Lei 1.864, que dizem inclusive que não concordam com muitos dos seus pontos, mas que querem trazer para um debate dentro desta Casa e depois, para levar à Câmara, a aprovação da necessária mudança, da imprescindível mudança para que nós possamos avançar e termos um pouco mais de efetividade dentro de um sistema de justiça que tem que ser de justiça para todos, não apenas para os investigados ou processados, mas também de justiça para a coletividade, sem que isso implique o que normalmente se diz utilitarismo para condenar as pessoas eventualmente, por condenar. Não é de nada disso que se trata aqui; a finalidade é estabelecer equilíbrio, no sentido de que é passada a hora de nós resolvermos esse problema para evitarmos a procrastinação de inúmeros casos, que nós vimos recentemente que demoraram 20 ou 25 anos para que nós pudéssemos ter o início da execução da pena.

Portanto, senhores, é essa a minha modesta e inicial contribuição: a ênfase para esses tópicos que merecem um olhar atento desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço o Procurador Douglas Fischer.

Até para esclarecimento e para tranquilizá-los, quando está faltando um minuto, automaticamente é tocado o sino, para que vocês possam ter uma ideia de tempo. Não sou eu que estou apertando aqui, pelo amor de Deus. (*Risos.*)

Automaticamente, um minuto passa e toca o sino.

Nós vamos, também para os Senadores presentes, depois que os nossos convidados concluírem as falas, abrir para as perguntas, três minutos de perguntas, e aí são concedidos cinco minutos para a resposta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agora eu concedo a palavra ao Sr. Eduardo Toledo, advogado, para exposição do seu raciocínio, por 15 minutos.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (Para exposição de convidado.) – Exmo. Sr. Senador Marcos do Val, ilustre Presidente desta sessão, Exmo. Srs. Senadores, ilustres colegas debatedores, gostaria de iniciar cumprimentando a iniciativa do Senado Federal para um tema tão sensível da sociedade brasileira.

Entendo que, dentro das discussões que se travaram no âmbito das Ordem dos Advogados do Brasil, seja nas suas seccionais, seja no conselho federal, talvez a maior crítica que se pudesse estabelecer ao presente projeto é que o projeto não foi objeto de discussão dentro da comunidade jurídica para que se pudesse aprimorá-lo, para que se pudesse aprimorar a prestação jurisdicional no Brasil. E para se aprimorar a prestação jurisdicional no Brasil é muito importante que tenhamos uma compreensão de que é necessário não só reformular o Código naquilo que é sensível aos interesses da acusação pública, como aquilo também que é sensível aos interesses da defesa e que, sendo da defesa, é da sociedade, porque possibilita um julgamento justo por parte do Poder Judiciário, dando aquilo que cada um merece, seja para absolver, seja para condenar, mas, acima de tudo, seja para proceder a um julgamento justo, dando adequadamente a pena necessária que cada condenado mereça sofrer.

Dentro desse contexto, é muito importante que a gente estabeleça algumas questões prioritárias. A primeira delas é que se pretende reformular um código de processo, pretende-se reformular um código penal e pretende-se reformular, nesse projeto, uma lei de execução penal. E quando nós falamos de reformulação das três leis que são o tripé básico da legislação penal brasileira – Código Penal, Código de Processo Penal e Lei de Execução Penal –, nós estamos obrigatoriamente falando de definição de uma política criminal que o Estado brasileiro pretende adotar. E, dentro de uma política criminal que o Estado brasileiro pretende adotar, e aqui, como um sistema democrático, compete exclusivamente ao Congresso Nacional, às suas Casas Legislativas definir o que é melhor para a sociedade brasileira, é muito importante analisarmos não só as consequências que gerarão as mudanças legislativas, mas os custos que gerarão essas mudanças legislativas e, sobretudo, quais os benefícios que advirão à sociedade brasileira em torno disso.

Dentro desse projeto, o que se nota, na essência da análise de todos os dispositivos legais, é evidentemente uma atuação mais repressora por parte do Estado, seja no que pertine à questão de fixação de regime, seja no que pertine, sobretudo, à abreviação do início de execução, ou seja, encarceramento provisório, sem culpa ainda definida e confirmada, com o trânsito em julgado, seja nos processos comuns, seja nos processos do júri, elevando, sem dúvida nenhuma, o número de encarceramento que teremos no País.

E aí, é necessário, Srs. Senadores, senhoras e senhores, senhores membros da imprensa, analisarmos, numa primeira mão, o nosso sistema de execução, o nosso sistema penitenciário brasileiro, para saber se esse sistema conseguiria absorver esse aumento que haverá de prisões e de permanência de tempo de prisão no Brasil, de condenados – e não só de organizações criminosas, mas condenados por vários crimes comuns previstos no Código Penal –, se conseguiria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje não é necessário fazer nenhuma análise de estatística. Hoje o sistema penitenciário brasileiro possui menos da metade de vagas do que já possui de detentos: nós temos 300 e poucas mil vagas, dentro de todo o sistema penitenciário, com mais de 700 mil presos. Nós temos – e aqui é o que eu gostaria de chamar para a grave questão da impunidade no sistema jurídico brasileiro – mais de, aproximadamente, quase 400 mil mandados de prisão expedidos e não cumpridos, Sr. Presidente. Isso significa que, se a polícia brasileira trabalhasse com efetividade, nós não teríamos hoje a menor condição de encarceramento das pessoas que já se encontram com mandado de prisão, dentro do atual sistema, que o Ministério da Justiça e parte significativa do Ministério Público consideram brando. Então, imaginem se a polícia trabalhasse efetivamente e determinasse todos os cumprimentos de mandado de prisão; certamente, nós teríamos presos acorrentados em poste, nós teríamos presos acorrentados dentro de camburões, como ocorreu recentemente no Estado do Rio Grande do Sul, e teríamos uma consequência muito grave, porque, antes de falar na necessidade de um encarceramento mais rigoroso, de uma política de tolerância zero, é importante que se dê condições para isso.

Nós sabemos que grande parte dos presídios brasileiros hoje não são mais administrados pelo Estado; são administrados pelo crime organizado. Temos exemplos claros de unidades da Federação em que o crime organizado é que efetivamente exerce a administração penitenciária do sistema carcerário brasileiro: Rio de Janeiro, São Paulo, é frequente hoje nessas unidades dos Estados – São Paulo, o Estado mais rico da Federação – alguém vir a ser encarcerado provisoriamente, e a primeira pergunta que se faz quando se ingressa no sistema provisório é: "Qual facção criminosa o senhor integra?", para evitar que ocorram massacres dentro do presídio. E aquele que não integra facção nenhuma está condenado a se habilitar imediatamente dentro de uma delas, porque, se falar que não integra nenhuma, fica isolado dentro do sistema provisório e, quando ingressa no sistema, é visto como inimigo, seja lá onde for posto: se for posto na organização A, é inimigo porque não estava reunido no sistema provisório com membros daquela organização; se for da B e da C, a mesma ideia se faz presente. E, hoje, encarcerar no Brasil significa: sem que haja inicialmente uma reforma do sistema penitenciário para que o Estado possa administrá-lo; significa, na essência da palavra, nós estarmos aumentando os poderes das organizações criminosas que pretendemos combater nesse projeto. Então, essa é a primeira reflexão que se coloca à hora que se pretende estabelecer execução provisória, à hora que se pretende retirar eficácias de recursos defensivos, tais como os embargos infringentes que o projeto pretende restringir apenas ao voto vencido quando resultar absolvição.

A questão de execução provisória: notem V. Exas. que o Dr. Fischer trouxe um número de um vírgula pouco por cento, e eu ouso discordar de S. Exa., mas não na questão do recurso especial: na análise conjunta dos recursos de índole extraordinária para o Superior Tribunal de Justiça e computando-se os *habeas corpus*. Pode ser verdadeira a afirmação no que pertine à questão de absolvição, até porque em *habeas corpus* não se reanalisa mais matéria de fato, mas eminentemente questões jurídicas, tal como ocorre com o recurso especial. Mas redução de pena hoje é o tema mais sensível no Superior Tribunal de Justiça, e é tão sensível e ocorre com tanta frequência que hoje matéria de redução de pena por irregularidade na fixação da pena – seja da pena base ou do critério trifásico do art. 68, considerando circunstâncias atenuantes e agravantes, causas de aumento de pena e diminuição – é decidida por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

despachos monocráticos dos Ministros do STJ. Não se leva mais nem ao Colegiado para discutir tamanho o número de casos em que se reconhece que houve excesso na dosimetria da pena.

E, quando se fala de excesso em dosimetria da pena, é muito importante que a gente tenha como parâmetro que o excesso, muitas das vezes, implica obrigatoriamente prisão ou não prisão do acusado. Um exemplo para V. Exas.: hoje, uma pena de oito anos reduzida para seis anos já pode estabelecer o regime semiaberto. Como em nenhum presídio brasileiro se conferem condições de trabalho ao preso, que é outro fator gravíssimo, porque a lei de execução penal até hoje não foi cumprida – lei essa de 1984, que jamais se cumpriu –, concede-se o trabalho externo. E o que representa o trabalho externo? A possibilidade de trabalhar e de se recolher no período noturno, feriados e finais de semana. Isso, evidentemente, evita o contágio degradante com o cárcere e modifica, e muito, a situação daquele que permanece submetido a uma sentença penal condenatória mais gravosa do que se necessita.

Qual a vantagem que o Estado brasileiro possui em manter pessoas presas desnecessariamente? – essa é a pergunta que o Senado deve analisar para fins de análise desse projeto. Essa é a grande questão: vamos encarcerar aquele que não precisaria estar encarcerado? Quando se fala em execução provisória, vamos pegar como parâmetro a Constituição Federal: a Constituição Federal estabelece uma hierarquia de bens, e eu acho que não há a menor dúvida de que, dentro dessa hierarquia, a vida, a liberdade e o patrimônio são bens, hierarquicamente, a vida, em primeiro lugar, a liberdade e o patrimônio. Dentro do sistema penitenciário brasileiro vida e liberdade já se confundem por si sós. Exemplo recente é a matança que houve agora, no Estado do Amazonas, que reiteradamente, anualmente, ocorre em cada Estado da Federação, pelo caráter degradante em que hoje se encontram os presídios brasileiros.

E patrimônio: se nós formos examinar o Código de Processo Civil, o Código de Processo Civil permite, sim, a execução provisória, mas desde que se estabeleçam inúmeras garantias em relação ao devedor. Então, notem V. Exas. que, para o patrimônio, um bem hierarquicamente inferior, se estabelece a exigência de inúmeras garantias para que a parte possa proceder à execução provisória. Por que não se fará no sistema penal, tendo em vista a impossibilidade de se conferir qualquer garantia prévia ou, o que é mais grave, uma reparação, para um dia, uma tarde, uma hora em que a pessoa se encontre dentro do sistema penitenciário brasileiro? Não é possível estabelecer garantias ou reparações, e se há lei processual – e aqui não há discussão nenhuma, mas absolutamente nenhuma, quanto à necessidade de garantias para fim de execução provisória de questões patrimoniais –, por que não estabelecermos nenhuma garantia, muito pelo contrário, uma presunção de culpabilidade, em relação a um bem maior, que é a liberdade, que, muitas vezes, se confunde com a vida?

O projeto tem questões que devem ser melhor apreciadas, tem questões boas e tem questões que são extremamente sensíveis para o direito de defesa e para a sociedade brasileira. Gostaria de falar, apenas pontuar – porque não vai ser possível, diante do tempo que nos fora conferido – das mudanças que existem hoje, no que pertine à legítima defesa de policiais e membros de segurança pública. Não nos parece – e aí a legislação não só brasileira, mas a internacional, que possa conferir – que possa existir legítima defesa, diferenciada do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cidadão comum, para o agente policial ou agente de segurança. É um conceito básico, é um conceito que evoluiu ao longo de séculos de estudo, que não se admite em lugar nenhum que possa ser diferente: a legítima defesa.

Há mais: esse projeto traz questões que são vagas, indeterminadas e indefinidas. O que significa, por exemplo, a expressão "iminente conflito armado"? Iminente conflito armado significa aquela pessoa que o policial vê que está portando uma arma num momento de uma abordagem ou no momento de um encontro?

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO – Para concluir, Senador. E o que é mais paradoxal é que o atual Governo incentiva o uso de arma: acabou de estabelecer agora, através de decreto, possibilidade de inúmeras categorias profissionais portarem arma. Então me parece que a solução, nesse caso, não seria a mudança de um conceito que, historicamente, é reconhecido como ideal e adequado à legislação penal não só brasileira, mas de todos os países, mas talvez nós estabelecermos varas especializadas, onde magistrados e promotores tenham conhecimento, que se exija por parte de magistrados e promotores um conhecimento melhor do que consiste o perigo e a atividade policial, seja ela de inteligência, seja ela de embate, seja ela dentro de uma comunidade, seja ela nas circunstâncias mais difíceis; porque esse magistrado, conhecedor da realidade de uma atividade profissional, poderá exercer conceitos e princípios que hoje já protegem a atividade policial, seja em exercício regular de direito, seja no que pertine à legítima defesa.

Há questões também extremamente sensíveis no que diz respeito a acordos de não persecução e a possibilidades de estabelecer acordo após o recebimento da denúncia. A Ordem em si é favorável; a Ordem em si entende que é necessário, Srs. Senadores, que a gente reduza o número de conflitos penais. Não é mais possível o Presidente do Supremo Tribunal, o Presidente do STJ, os tribunais de apelação e o juiz estarem submetidos a uma carga que torna humanamente impossível exercer a jurisdição com qualidade. Hoje o excesso de trabalho reduz a qualidade da jurisdição criminal, é importante que isso seja dito. Hoje o CNJ estabelece meta, estabelece número, exige que sejam julgados números determinados de processos, mas não se preocupa em absoluto com a qualidade dos julgados que estão sendo proferidos, e aí a gente gera uma distorção no sistema, porque, ao mesmo tempo que o magistrado está oprimido, por força de responder a processo administrativo no CNJ, a julgar um número indeterminado de ações, pouco importa a qualidade com que o faça. Então, é muito importante, mas muito importante, que – seja num, seja noutro – se estabeleçam normas de garantia para que a defesa possa atuar.

O inquérito policial brasileiro – e aqui é o grande cerne de qualquer possibilidade de mudança da legislação penal – ainda é um modelo anacrônico, ainda é um modelo de 1941, pautado no código fascista da Itália. É um modelo inquisitivo, é um modelo que se presta exclusivamente a colher elementos para a formação da *opinio delicti* do Ministério Público. Não há necessidade, não se permite – muito pouco – a participação, a atuação da defesa para a produção de prova e, via de regra, se presta exclusivamente para colher elementos para a formação da *opinio delicti*. Nessas circunstâncias, em que o Código de Processo Penal hoje vigente possa estabelecer qualquer possibilidade de acordo em crimes que prevejam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possibilidade de pena privativa de liberdade, é indispensável também que nós venhamos assegurar normas garantidoras à defesa, de plena atuação, de plena produção de provas no inquérito policial – que o inquérito policial jamais suprima ou sonegue informações que possam levar à absolvição ou ao benefício do investigado – e cláusulas que estabeleçam também normas de garantias no sentido de que, seja em acordo antes do oferecimento da denúncia, seja em acordo posterior ao oferecimento da denúncia, haja a obrigatoriedade de o Ministério Público abrir todas as provas que possui, para que a defesa possa aquilatar a vantagem ou a desvantagem de enfrentar um processo contencioso antes de fazer um acordo assumindo responsabilidade sobre aquele fato delituoso.

Embora, como o Dr. Bruno bem ressaltou, haja diferenças significativas entre os acordos propostos no texto e o *plea bargain* americano, é importante ressalvar que, nos Estados Unidos, há muitas críticas sobre o número de acordos que são realizados, tendo em vista que vale aquela máxima que é melhor um mau acordo do que uma boa contenda. Entre correr o risco de sofrer uma pena, uma apenação de 15, 16 anos, muitas vezes, até o inocente opta por escolher cinco anos de reprimenda.

Então, é fundamental uma participação maior dos jurisdicionados. É fundamental que esses conceitos venham, dentro desta Casa, a ser ampliados, para que se possibilite não apenas uma redução do número de processos, mas se possibilite, sim, uma redução, para que somente os processos efetivamente relevantes possam receber uma prestação jurisdicional mais demorada e mais efetiva, para que isso venha a melhorar a prestação jurisdicional brasileira e para que se possibilite ao acusado, seja no momento anterior ao oferecimento da denúncia, seja em momento posterior ao oferecimento da denúncia, ter pleno conhecimento de todos os elementos de prova que foram produzidos em seu desfavor, para que possa, sim, mensurar se um acordo lhe é conveniente ou se uma contenda judicial é mais apropriada para aquele momento.

Nós não podemos estabelecer uma justiça de acordos que resultem em condenações a penas privativas de liberdade. Daí por que ser muito importante que esta Casa Legislativa, ao analisar esses temas extremamente sensíveis, estabeleça parâmetros que possam dar igualdade de condições à acusação e à defesa para que possam transigir no processo.

E pensa o Conselho Federal e pensa a Ordem que a Lei nº 9095, que estabeleceu os juizados especiais com a transação e suspensão condicional do processo é o parâmetro básico para que a gente possa elevar os níveis, para que a gente possa gradualmente, como o Dr. Bruno bem salientou, irmos *pari passu* evoluindo, dentro de uma justiça transacional, para que possamos buscar uma plena e efetiva jurisdição, mas que se faça com justiça, seja para a sociedade, seja para o acusado, seja para a sociedade brasileira, porque eu entendo que um país ético – e um Estado democrático de direito é um país ético – paga um preço por ser ético. E este preço está justamente em criar normas garantidoras que impeçam que um inocente venha a ser condenado ou que um condenado venha a sofrer uma pena injusta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço as palavras do Eduardo Toledo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, eu concedo a palavra ao Sr. Igor Romário de Paula, Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado do Departamento da Polícia Federal, para a exposição por 15 minutos. (*Pausa.*)

Como ele ainda não chegou, concedo a palavra à Sra. Raquel Branquinho Pimenta, membro colaboradora da Presidência do Conselho Nacional do Ministério Público e Procuradora Regional da República, para a sua exposição por 15 minutos.

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Vou cumprimentar, na pessoa do Presidente, Senador Marcos do Val, todos que estão aqui na Mesa, os meus colegas do Ministério Público, os nobres advogados que já iniciaram um bom debate aqui sobre esse tema, outros juristas, nossos professores ilustres, representantes da magistratura.

Posso testemunhar que é uma alegria poder estar aqui hoje, debatendo, com o Parlamento, um tema que é tão importante para a sociedade, que é tão importante para o Ministério Público, que é tão importante para advocacia, que é a reforma de todo o sistema jurídico processual penal, que está sendo tratado nesta Casa e também na Câmara dos Deputados.

Estou há 22 anos no Ministério Público Federal e venho testemunhando a forma profissional, a forma consciente como a nossa sociedade e o Parlamento, por reflexo, têm debatido e encarado esse assunto de extrema relevância, que, em última análise, é a aplicação da democracia e da República, porque nós não podemos dizer, analisando os dados, analisando os números, verificando quem frequenta o sistema penitenciário e a Justiça Penal no nosso País, que, efetivamente, há uma aplicação democrática e efetiva do processo penal a todos que cometem crime.

Então, eu acho que esse amadurecimento da discussão e da análise das medidas são necessárias para reforçar um aspecto essencial do Direito Penal, que é o aspecto da prevenção. E a prevenção nós só temos a partir da efetividade.

Ninguém que tenha certeza da impunidade vai, minimamente, ter qualquer receio de um processo penal que lhe possa causar um dano, e a análise do custo benefício, essa análise que é feita de forma muito profissional, muito técnica, para crimes econômicos, para os crimes do colarinho branco, para os crimes contra a Administração Pública, que enriquecem particulares, que denigrem a nossa sociedade, que prejudicam a prestação dos serviços públicos, que desestruturam o Estado brasileiro, de nenhuma forma essa análise do custo benefício vai garantir a prevenção, que é, antes mesmo da reparação, uma das finalidades do Direito Penal.

Então, eu acho que há um consenso neste debate: nós não temos alcançado a efetividade no campo da punição e da prevenção de crimes que assolam a sociedade brasileira.

Há 30 anos, a Constituição Federal, uma Constituição com princípios muito claros, como já foi dito pelo nosso colega Dr. Eduardo, pelo colega Bruno Calabrich, estabelece valores, princípios, prioridades e regras fundamentais. E, nessas regras, está a efetividade da tutela do direito da coletividade, não só a efetividade da tutela do direito individual. É óbvio: o art. 5º é um artigo que está ali para garantir as liberdades civis e as liberdades individuais que têm que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ser efetivamente garantidas em qualquer Estado democrático, e o Brasil, sem sombra de dúvidas, garante isso na sua interpretação da Constituição, na sua aplicação da Constituição pelos tribunais superiores, e pela própria forma da constituição, divisão e separação dos Poderes e das funções do Estado.

Mas nós temos sido muito ineficientes, todos nós – Ministério Público, Judiciário e Advocacia –, em dar uma prestação jurisdicional penal certa, correta, efetiva e com resultados. Resultados de perseguição, de vingança? Não. Resultados de que cada um seja processado na medida da sua culpabilidade e tenha a possibilidade de, efetivamente, cumprir a pena. E isso nós não temos.

Até recentemente, a execução da pena para determinada camada da sociedade, que não é aquela que frequenta o cárcere, que frequenta o nosso sistema prisional, como foi bem retratado pelo Dr. Eduardo Toledo, está à margem, totalmente à margem de qualquer possibilidade de cumprimento, até recentemente.

E, aí, eu acho que tenho que fazer um aparte e parabenizar, mais uma vez, o Parlamento, porque, a partir principalmente do ano de 2010, foram editadas sucessivas normas pontuais, que, de forma mais abrangente, trouxeram a possibilidade de hoje nós estarmos aqui, discutindo, de forma muito refletida, muito amadurecida, esse tema, que se inicia com alterações pontuais das leis de organização criminosa, para garantir um processo com maior segurança para o Ministério Público e para o Judiciário, que atuam nesses processos de crimes violentos e de organizações que colocam em risco até a vida de quem está processando e investigando, para garantir uma maior efetividade nesse tipo de punição.

Depois, nós partimos para uma alteração da Lei de Lavagem de Dinheiro, da Lei 9.613, uma alteração que ocorreu em 2012, muito efetiva também.

Depois, vieram as duas leis essenciais ao que nós estamos tratando e que foram a causa de uma mudança de paradigma na nossa sociedade, na forma de enxergar os crimes que assolam o Estado brasileiro, os crimes contra a Administração, que são a Lei 12.846, e, posteriormente, a Lei 12.850. Uma sistematizou os crimes de corrupção das empresas e agentes na esfera cível, disciplinando o acordo de leniência, e a outra sistematizou os crimes das organizações criminosas. E ali há vários instrumentos de investigação, principalmente a colaboração premiada, que já vem prevista no nosso ordenamento jurídico, desde a década de 90, mas que, com a Lei 12.850, teve um avanço de efetividade sem precedentes.

Eu acho que ela é uma lei inovadora e que garantiu, realmente, um mínimo de efetividade, que a nossa sociedade conseguiu vislumbrar e da qual não quer abrir mão. Por isso que hoje nós estamos aqui, para discutir isso.

Na linha dos que me antecederam, eu já dei uma analisada nas propostas que foram apresentadas pelo Presidente da República perante a Câmara dos Deputados e, agora, neste Projeto 8.186, aqui no Senado Federal, e nós podemos separar alguns eixos temáticos nesse projeto, principalmente no que nós estamos debatendo hoje. Alguns vão garantir efetividade a pontos que já estão sendo discutidos e debatidos há algum tempo na nossa sociedade. E, aí, eles são alterações sistemáticas do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Lei de Execução Penal e de outras leis especiais que foram tratadas. Eu acho que é uma forma muito correta de fazer uma alteração em todo esse conjunto, para que não haja divergências pontuais ou normas que estão em confronto com outras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de se discutir que não houve um debate na sociedade antecipadamente... Há tempos que esses assuntos já são, de uma certa forma, discutidos em vários fóruns, em vários espaços. Então, eu acho que, realmente, o que se trouxe ao Parlamento é algo que já está sendo discutido, e aqui é o espaço onde nós vamos poder aprimorar isso, mas eu vejo que foi feita uma análise contextualizada muito feliz, de mudar a sistemática toda, para uma maior efetividade nos crimes patrimoniais e nos crimes de organização criminosa e também violentos, de forma conjunta, garantindo não só a efetividade na execução da pena, como também o desestímulo no aspecto patrimonial.

Isso é algo que nós nunca conseguimos alcançar até recentemente, porque o nosso ordenamento jurídico, principalmente do cível até a Lei de Improbidade Administrativa, garantir a efetiva reparação de dano é algo praticamente impossível, sob a linha da orientação jurisprudencial que foi se consolidando... E depois nós conseguimos mudar, pelo menos para garantir que a gente possa indisponibilizar bens e valores, quando se está no processo de investigação, porque, quando se aguarda a última ação de um processo criminal, obviamente, a reparação do Estado é praticamente impossível, pois era um processo muito custoso e difícil, com instrumentos jurídicos praticamente inexistentes.

Então, exceto a multa criminal, imposta como uma sanção pelo próprio juiz e que tem valores que não alcançam o patamar do dano que é causado à sociedade e que sempre foi executada de forma muito dificultosa... Vou até trazer um testemunho:

No caso das condenações do Mensalão, nós estamos tendo que, atualmente, nos manifestar favoravelmente ao indulto, porque foram todos alcançados pelo indulto do decreto de 2017. E são simplesmente valores altos, valores significativos, que não foram pagos de forma voluntária, apesar do esforço do Judiciário e do Relator, no Supremo, em fazer executar essa pena. Nós tivemos que ver todo esse esforço de trabalho conjunto da sociedade praticamente ser jogado fora, por conta dessa situação específica, que alcançou as penas mais graves aplicadas nesse caso.

Portanto, a pena de multa, no processo penal, nunca refletiu efetivamente a sanção, a reparação e a prevenção, que é um dos motes, e, por isso, esse projeto atua em todos estes aspectos: no aspecto da efetividade da sanção e também no aspecto patrimonial para crimes econômicos. Não só esses de que nós estamos falando, como corrupção e lavagem de dinheiro, mas crimes de organizações criminosas estruturadas, como roubos e, inclusive, tráfico, que lavam sistematicamente dinheiro em vultosas quantias. Esse projeto vem trazer instrumentos para que o Ministério Público, o Judiciário e a própria defesa possam atuar de forma mais efetiva.

Nós podemos discutir ponto a ponto. É óbvio que, para haver um aprimoramento e para um debate, vários artigos podem ser debatidos, para que se tragam enunciados mais precisos, para se evitar posteriores questionamentos judiciais sobre a aplicação ou não desses dispositivos, mas não se vislumbra, salvo alguma outra exceção a essa regra, algo que possa confrontar a Constituição Federal e confrontar princípios que impeçam essa aplicação. É um avanço sem precedentes.

Nós podemos garantir algumas situações já de certa forma consolidadas e avançar rumo a sociedades mais democráticas e eficazes na aplicação da lei penal e, portanto, na prevenção e na diminuição da criminalidade, porque essa análise de custo-benefício...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO – ... é muito relevante.

Eu vou trazer um aspecto, que é reforçar a necessidade de alteração do art. 283, do Código de Processo Penal, para conformar a lei penal ao entendimento atual da Suprema Corte, já consolidada em quatro julgamentos emblemáticos, inclusive em sede de repercussão geral. Portanto, para o Judiciário brasileiro, é plenamente possível a execução da pena após a condenação por juízes de apelação, em que se avalia, em grau recursal último, a questão probatória. Portanto, isso tem que ser realmente uma realidade eficaz em nossa sociedade e começou a ser.

Quando se começou a ter esse tipo de punição, efetivamente, o custo do crime, eu creio, passou a ser mais pensado, mais dificultoso e, obviamente, com essa consolidação pelo Parlamento brasileiro, nós vamos ter um resultado muito mais eficaz.

Portanto, toda essa sistemática que está prevista no Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal, em relação à execução da pena, a partir da condenação em segundo grau, é um avanço, é uma consolidação do que nós já temos, mas que precisa ser feita.

Nós também poderíamos pensar – e não está previsto na proposta que pude analisar – em um aumento da pena mínima para os crimes de corrupção e de peculato. Esses crimes são crimes extremamente graves, e, com uma pena mínima de dois anos, nós temos uma dificuldade muito grande de o juiz aplicar uma pena, sob a ótica do art. 59, do Código Penal, e dar uma punição que seja muito além desse mínimo. E, aí, nós não temos uma situação de realmente efetividade, já que o que está se vislumbrando aqui é uma política pública de combate a crimes que são considerados gravíssimos pela sociedade brasileira, dentre esses, a corrupção.

Portanto, corrupção, peculato, corrupções ativa e passiva poderiam ter uma pena mínima, no mínimo, passada para três ou quatro anos, porque eu acho estariam compatíveis com a gravidade desses crimes.

A prescrição retroativa é algo realmente impensável em qualquer sociedade avançada, porque nós não podemos simplesmente investir todo o aparato do Estado, durante anos, garantindo um devido processo legal e garantindo uma punição, e ela não poder ser aplicada sob o argumento de que se demorou entre determinados marcos. E hoje em dia ainda se discute a questão do trânsito em julgado para a acusação! Ou seja, o Ministério Público não pode mais recorrer, mas, a partir desse marco até a decisão que hoje em dia nós consideramos correta, que é a execução da pena após a condenação em segundo grau, estava ocorrendo a prescrição contra o Ministério Público. É como se amarrasse as pernas de alguém e falasse para ela: "Pode correr". Ou seja, não há a mínima condição. Então, nós temos situações até incoerentes em nosso sistema, totalmente incoerentes.

Então, eu acho que esses marcos, afora essa situação...

Eu acho que o colega Bruno marcou e discorreu aqui de forma muito clara sobre as situações de composição e de não persecução penal que alteram tanto o Código de Processo Penal, no seu art. 28 e no art. 395, como também a própria Lei de Improbidade Administrativa. É muito importante essa alteração do art. 17, para que o sistema seja totalmente coerente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A possibilidade de não aplicação da pena ou de não processamento penal, no caso do art. 395, ou até da negociação e da possibilidade do próprio Ministério Público, sob a ótica e a lógica do Judiciário, de analisar a questão de legalidade, de voluntariedade e até de aplicação da pena, é para evitar a quantidade de processos e trazer uma maior efetividade para esses crimes de menor potencial, até ofensivo, porque pela proposta, hoje, estão crimes de até quatro anos, se não me engano, no art. 28. E o colega até trouxe um parâmetro, no art. 395, de até oito anos, se não me engano.

Geral, não é? Geral.

Eu acho que essa análise é muito importante.

Então, eu acho que é uma possibilidade nós discutirmos e trazermos mais efetividade, sem violar qualquer garantia. Discussão junto com a OAB, discussão com outros atores, com professores, com a academia... Eu acho que é um consenso desse aprimoramento.

E, quanto a esse avanço que ocorreu a partir de 2012, eu acho que é o primeiro momento em que o Congresso está podendo discutir uma reforma realmente sistemática, que fecha todos os eixos: o Direito Penal, o processo penal, a execução da pena e as leis especiais que atuam e que fecham esse sistema, já considerando os avanços que nós tivemos.

Então, eu acho que é um momento muito importante e é uma contribuição que todos vão dar para um processo penal mais justo, mais eficaz e mais democrático, que hoje não é a realidade aqui no Brasil.

Agradeço a todos aqui, e nós estamos disponíveis, depois, para os debates.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço à Sra. Raquel.

Agora, eu concedo a palavra ao Sr. Gustavo Badaró, doutor e mestre em Direito Processual Penal pela USP, para sua exposição por 15 minutos.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Marcos do Val e, em nome dele, cumprimentar as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores presentes; gostaria de cumprimentar os meus companheiros de Mesa, os que já expuseram os seus pontos de vista e os que ainda irão falar; e gostaria de dizer que eu gostaria de tratar de três aspectos pontuais da reforma, de falar dos acordos de não persecução e da negociação sobre pena – que o Bruno já tratou bem –, falar de dois aspectos muito pontuais, mas, a meu ver, muito importantes, que são claramente inconstitucionais sob a minha visão. Um é a possibilidade de gravação de conversa entre advogado e seu cliente, quando o advogado está preso, e o outro é a execução imediata da pena logo após a condenação do Tribunal do Júri.

Mas antes eu queria fazer uma análise um pouco mais global, sobre a ideia do projeto, e aqui saudar esta Casa por este debate, por essas audiências públicas que têm sido realizadas. Qualquer projeto que venha para esta Casa, seja de iniciativa de membros do Parlamento, seja de iniciativa do Poder Executivo, este é o palco para discussões e debates.

Não houve um efetivo debate desse projeto antes da apresentação do projeto. Aliás, o projeto, tal qual apresentado inicialmente na Câmara dos Deputados, continha erros até técnicos, erros de redação. Por exemplo, os embargos que eram infringentes e de nulidade. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto acabava com os embargos de nulidade, porque só previa os embargos para absolvição, e continuava chamando embargos infringentes e de nulidade.

Então, essa pressa, esse açodamento, evita uma melhor discussão. E sempre, sempre, o Parlamento poderá melhorar e aprimorar qualquer projeto de lei. Esse é o papel do Parlamento.

Dito isso, eu gostaria de começar com algumas observações gerais. Primeiro, com relação a um aspecto em que eu discordo um pouco da visão da Raquel, que me antecedeu.

Este não é um projeto global. Ele se pretende global no seu nome. E o nome é inteligente: projeto anticrime. Óbvio: qualquer projeto que altera a legislação penal deve ser contrário ao crime; seria inimaginável que alguém propusesse um projeto de lei pró-crime, a favor dos delitos. Então, todo projeto é anticrime.

Mas um projeto que seja anticrime...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ – Um projeto que se propõe ser anticrime não pode se preocupar, como esse projeto se preocupa, em tratar basicamente do efeito do crime, que é a punição e punir mais.

Um projeto que se propõe a ser anticrime deve se preocupar com as causas do crime. E a linha que esse projeto segue, a meu ver, deixa de contemplar determinadas situações.

Nós temos – e foi mencionado aqui –, por exemplo, o agravamento da pena em relação ao delito de corrupção.

Dando um dado de evolução da população carcerária brasileira e do aumento da punição, em 1990 a população carcerária brasileira era de cerca de 90 mil presos; 10 anos depois, no ano de 2000, era de cerca de 250 mil presos. Em 2010, essa população carcerária era de 500 mil presos. Atualmente, é de 730 mil presos.

Portanto, nós temos uma evolução sensível do encarceramento, do número de condenados encarcerados, a despeito de mais de milhares, de centenas de milhares de mandados de prisão que ainda não são cumpridos. Então, nós temos um endurecimento da legislação penal e um aumento do encarceramento. Parece-me que esta situação, por si só, não resolveu o problema da criminalidade. Nós não temos uma curva descendente de criminalidade. Ao que parece, nós temos uma curva ascendente de criminalidade.

Se nós formos pensar no agravamento da pena, pura e simplesmente, como questão de combate à criminalidade, não me parece que essa também seja uma resposta que os dados justifiquem. Hoje nós temos, segundo os dados do Infopen, que 68% dos encarcerados brasileiros são encarcerados pelo crime de tráfico de drogas.

A pena do crime de tráfico de drogas não sofreu um aumento sensível nos últimos anos. Desde a Lei 6.368, de 1968, a pena pouco se alterou. A pena era de três a 15 anos, e a legislação atual prevê uma pena de cinco a 15 anos. Portanto, não houve um aumento sensível da pena, embora seja o delito em que há um maior número de encarcerados.

Por outro lado, em relação à corrupção, que a Dra. Raquel menciona, a pena da corrupção, no Código Penal, era uma pena de um a oito anos, foi aumentada de dois a 12 anos, e houve uma mudança também significativa, exigindo que os condenados por crimes contra a Administração Pública tivessem que pagar a pena de multa, para que pudessem progredir de regime. E nós não vimos, até pouco tempo, mesmo essa mudança sendo do ano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de 2003, uma mudança sensível, em termos de redução da quantidade de crimes por corrupção.

É claro que pode haver um contra-argumento. Poderia existir uma cifra negra de crimes que sequer eram investigados, processados e punidos, e que agora estão sendo investigados, e, portanto, mesmo com o aumento dos encarcerados, com o aumento da pena, essa sensação de que o crime aumenta pode não ser real. Mas, efetivamente, só aumentar penas e só aumentar o encarceramento não contribui para ser um projeto anticrime. Um projeto anticrime exige mais.

Concordo com mudanças, por exemplo, como foram ditas, em termos de prescrição penal.

Prescrição Penal é de novo combater a consequência. O que que o projeto apresenta, em termos de proposta, para acelerar o processo penal? O que que o projeto apresenta de propostas para terminar com os tempos mortos, isto é, os tempos em que o processo fica parado, sem que haja nenhum ato processual? Por que há prescrição intercorrente, Douglas? Porque o processo demora.

Então, o projeto, quando diz: "Vamos mudar a prescrição." Ele não se preocupa em falar: "Vamos mudar o processo."

Aliás, o que o projeto apresenta, com bem exposto pelo Bruno, é um antiprocesso.

O projeto anticrime não está preocupado em mudar o processo penal; o projeto anticrime está preocupado em apresentar alternativas não processuais para a punição.

Eu, particularmente, não sou contra o acordo sobre pena. Não acho que dê para chamar o processo tradicional de processo anacrônico, Bruno. Anacrônico é ser condenado só com base na confissão – isso estava na *Ordonnance Criminelle* de 1670. Nós evoluímos durante alguns séculos, para que a confissão não fosse a rainha das provas e as pessoas fossem condenadas só com base na confissão, mas concordo que, muitas vezes, o acordo sobre pena pode ser um instrumento de defesa e pode ser importante para o acusado e acho que é importante debater sobre o acordo sobre pena, mas ele precisa de aprimoramentos. O risco dos acordos sobre pena é que, hoje, por exemplo, os dados dos Estados Unidos demonstram que, nas justiças estaduais, 95% dos condenados são condenados por acordos sobre pena e 97% dos condenados, no sistema federal, são condenados com base em acordos sobre pena.

Portanto, o processo penal, nesse modelo – e este é um papel que esta Casa tem que debater –, serve para quê? Eu tenho que ter um processo prévio com produção de provas, debate, contraditório, duplo grau, para legitimar o poder de punir estatal – esse é um modelo, eu diria, clássico; o Bruno chama de anacrônico –; ou o processo penal pode ser buscado através de um acordo e ter uma finalidade de solução de conflitos. E, se as pessoas estão aceitando o acordo, diminuo a pena para o réu, corro o risco de condenar inocentes...

O *Innocence Project* demonstra casos, nos Estados Unidos, em que pessoas aceitaram acordos de condenação a penas de prisão perpétua sendo inocentes – depois fica provada a sua inocência –, com medo do risco de serem condenados à pena de morte.

Nos Estados Unidos, o Ministério Público tem mecanismos de controle, *accountability* de acordos, que geram condenações equivocadas.

Então, se eu quero mudar para um modelo de justiça baseado em um acordo, esse é um debate que é muito menos do jurista e muito mais da sociedade. A sociedade pode dizer: "Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quero ter um processo que puna mais, correndo o risco de punir pior?" Porque não há acordo bem celebrado sem conhecer os elementos que eu estou negociando e sem que haja partes, imposições minimamente isonômicas. A assimetria de partes desregula qualquer acordo. É mais ou menos como se eu falasse assim: "Senador, o senhor quer trocar o seu carro com o meu? Sim ou não?" E você fala: "Não sei. Não sei qual é o seu carro, não sei se o seu carro é novo ou é velho, se ele está batido, se está em boas condições...".

Então, o que o Eduardo falou sobre a necessidade de que haja um *disclosure* total, uma demonstração de todas as provas que o Ministério Público dispõe, quando ele se propõe a fazer um acordo, é absolutamente fundamental. E eu diria mais: é necessário, e esta Casa pode aprimorar o projeto nesse ponto, exigindo que haja um prévio controle jurisdicional apenas sobre o excesso inicial de acusação, porque, senão, nós corremos o risco – e esse excesso de acusação ocorre muito em sistemas que adotam a Justiça Consensual – de termos aqui, no acordo negocial, desculpem-me a ironia, uma Black Friday à brasileira. Como é que nós fazemos a Black Friday? Os comerciantes dobram o preço na véspera e depois dão 50% de desconto na Black Friday. Ou seja: dá na mesma.

Então, se eu não controlar o excesso acusatório, eu coloco uma agravante, eu coloco uma qualificadora, cuja existência não era tão segura na minha proposta, e depois digo que reduzo a pena pela metade. Por exemplo, em um homicídio, a pena é de 6 a 20 se for um homicídio simples, e a pena é de 12 a 30 se o homicídio for qualificado. Se não houver um controle sobre se essa qualificadora é minimamente viável ou não, eu digo: "Olha, posso te denunciar por homicídio qualificado, de 12 a 30, mas posso oferecer a redução da metade da sua pena.". A metade de 12 são 6. Só que, se aquela qualificadora fosse indevida, a pena mínima daquela pessoa seria de 6. Então, na verdade, você parece estar tendo uma vantagem quando, na verdade, você está tendo o que seria a pena mínima do seu acordo se você fosse processado.

Então, em relação aos acordos de não persecução, além de me parecer, como o Bruno expôs, que é necessário que este Parlamento discuta critérios, que não precisam ser necessariamente gravidade da pena, mas natureza do crime, espécies de crime, e não deixar genérico para toda e qualquer situação penal, como se está exposto, que haja uma necessidade de que o Ministério Público ofereça denúncia, apresentando todos os elementos de que dispõe. Que o réu seja citado para apresentar os seus elementos de resposta e que o juiz faça uma análise da viabilidade daquela acusação. Definida a viabilidade da acusação e eventuais excessos de acusação sendo eliminados, aí eu tenho uma pena minimamente factível, em termos de prognóstico caso haja um processo, para que haja uma negociação sobre aquela pena. Pode-se dizer que isso vai complicar um pouco acordo, porque vai exigir que eu tenha uma verificação judicial prévia do eventual excesso de acusação. Mas ganha-se em qualidade, e já que haverá liberação de juízes e de pauta em relação a uma série de processos por esses acordos... Por exemplo, recentemente, o Uruguai, há pouco mais de um ano, adotou um processo com forte modelo de acordo. O código uruguaio tem um ano e quatro meses. Oitenta por cento dos processos uruguaios são resolvidos através de juízo abreviado, que é acordo sob pena – 80%! Então, imaginem os senhores que nós digamos para os nossos juízes: "Pode, a cada 10 processos seus, julgar só 2, não julgue mais 8". Certamente, haverá tempo para ele fazer uma análise sobre viabilidade de acusação bastante adequada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o primeiro ponto, e, como meu tempo está se esgotando, eu gostaria rapidamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ – ... de falar de dois outros pontos que me parecem inconstitucionais. O primeiro: como lembrou o Douglas, as convenções internacionais asseguram o direito ao recurso, pelo menos o direito até o duplo grau. Isso é verdade, mas o projeto de lei anticrime, a meu ver, fazendo uma leitura deturpada da posição do Supremo Tribunal Federal, quando não disse que a condenação por órgão colegiado permite a execução da pena... O Supremo Tribunal Federal disse que a condenação em segundo grau, terminadas as instâncias ordinárias – e o segundo grau é colegiado –, permite a execução da pena. O projeto de lei propõe – no tribunal do júri, porque o júri é colegiado – que o réu que seja condenado em primeiro grau pelo tribunal do júri já possa ter a sua pena executada imediatamente. Isso me parece claramente inconstitucional e incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos, ainda mais no júri, onde os jurados decidem de forma não motivada, há um menor controle sobre o erro ou o acerto da decisão dos jurados.

Então, peço a esta Casa ou sugiro que analise essa questão e que elimine do projeto essa possibilidade, porque, pelo menos, modestamente na minha leitura, parece-me claramente Inconstitucional.

A segunda hipótese de inconstitucionalidade é a possibilidade prevista da gravação da conversa entre advogado e cliente. Obviamente, em todas as profissões existem bons e maus profissionais. Eu sou advogado e falo: há maus advogados, como há maus juízes, há maus promotores, há maus governadores, há maus políticos, há maus dentistas, há maus engenheiros. Em diversas profissões, as pessoas podem cometer crimes.

O Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil já tem uma previsão que afasta a incomunicabilidade, a inviolabilidade da incomunicabilidade entre advogado e cliente quando há indícios suficientes da prática de crimes por advogados.

Mas o que o projeto de lei prevê é uma regra geral, sem nenhuma limitação, de que o juiz da execução pode autorizar a gravação de conversa entre cliente e o advogado do preso sem nenhuma delimitação, sem a exigência de que haja o mínimo indício de que há prática de crime. E é claro que um advogado que funciona como um "leva e traz" de organização criminosa, de membros de uma organização criminosa não é advogado, é um bandido com carteira da Ordem dos Advogados do Brasil, e não é essa a profissão.

Mas eu não posso, por causa do erro de poucos, violar um direito que não é só do advogado, é um direito que protege o exercício da advocacia e que faz com que o cliente tenha no seu advogado alguém em quem que ele confia.

Então, havendo indícios da prática de crimes por advogados já é possível afastar a inviolabilidade. O que não me parece possível é que isso possa ser feito de forma indiscriminada, porque, senão, se houver dois ou três padres que cometam crimes, eu vou dizer: "Vamos acabar com a inviabilidade da confissão.". Se eu tiver alguns poucos médicos que cometem crimes com seus pacientes, eu vou dizer: "Vamos acabar com o sigilo médico e do advogado?" Essa não é a solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, há pontos de equilíbrio que me parece precisam ser mais debatidos e buscados por esta Casa.

Eu agradeço a atenção. Peço desculpas por ter excedido o meu tempo e me coloco à disposição para outros esclarecimentos ao final dos debates.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço a palavra do Sr. Gustavo Badaró.

Agora, eu concedo a palavra ao Sr. José Darcy de Arruda, Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo para sua exposição por 15 minutos.

O SR. JOSÉ DARCY SANTOS ARRUDA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar aqui o nosso Senador Marcos do Val, na Presidência desta audiência, e dizer que me sinto muito honrado de estar aqui com os Srs. Senadores, pessoas da sociedade civil, para debater um tema tão importante.

Serei breve.

O que eu quero e preciso dizer é que o crime é dinâmico, o crime evolui, e nós precisamos acompanhar essa evolução. Essa é a grande verdade.

O Direito Penal, por sua vez, também é um Direito Penal que, de certa forma, é estático, quando ele somente cria leis e estipula suas penas, mas ele também precisa ser dinâmico, ele também precisa acompanhar e trazer para si os princípios que o norteiam, como também o princípio da adequação social.

Em muitos casos, nós já observamos que o legislador originário, de certa forma, acompanha o proceder da sociedade e traz a lume o *abolitio criminis,* coisas que outros ramos no Direito podem resolver. Isso é fato. Posso trazer aqui, como exemplo, o crime de adultério. Por incrível que pareça, na minha carreira, Senador Major Olímpio, eu tive o prazer ou o desprazer, vamos dizer assim, de lavrar dois flagrante por adultério.

Enfim, então, chego à conclusão de que o Direito Civil hoje tem condições de dirimir esse conflito, o princípio da fragmentariedade, da subsidiariedade e também da intervenção mínima.

Agora, também temos que analisar e ponderar a preocupação do projeto no sentido de trazer condições para que possamos, de fato, debater causas importantes. Eu sou a favor do debate, eu sou a favor do amor ao debate. Sou Delegado de Polícia há 27 anos, Classe Especial, hoje Delegado-Geral da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, mas sou garantista também.

Eu acho que a democracia, o Estado democrático de direito se inicia em uma porta delegacia. Se você não der o direito a quem de direito, como dizia Ulpiano, não é democracia. Então, os profissionais que ali estão, os delegados de polícia, quando fazem a análise do fato típico material e aplicam o Direito, eles estão aplicando a democracia.

Acho que existem situações que nós temos que, de fato, rever, e o projeto tem esse condão. Obviamente, é uma questão de debate. Muitas situações podem não estar adequadamente como já foi colocado aqui, mas outras também estão.

Eu não tenho dúvida de que o tráfico de armas tem que receber um tratamento diferenciado, ou não? Fuzil... Eu estou lá e estou vendo. O fuzil já está chegando no meu Estado. Já temos mortes por fuzis, guerra de territórios com fuzis. O Rio de Janeiro vive uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guerra, ou não vive uma guerra? Vive uma guerra. E o porte de arma na mão daquele que não tem preparo, na mão daquele que não tem autorização?

Temos que analisar também a natureza jurídica do crime. Portar uma arma é crime de perigo abstrato comum. Ele expõe a perigo... Se eu estiver armado aqui agora – eu não estou armado –, eu estou expondo a perigo todos os senhores. A partir do momento em que eu usar a minha arma e causar um dano, aí, sim, o dano vai absorver o perigo.

Então, eu entendo, Sr. Senador, que o debate é muito importante. Acho que é hora de a gente começar a pensar nisso, começar a pensar em trazer situações sobre as quais o País precisa meditar.

Recentemente, agora, comandei uma operação policial em meu Estado em que prendi uma organização criminosa que tinha como *modus operandi* pegar o seu adversário, amarrá-lo, colocar fogo nele e, enquanto ele queimava, arrancavam-lhe a cabeça a golpes de facão e depois a expunham como um troféu. É o código do tráfico. Não podemos tratar essas pessoas com flores. Essa é a grande verdade.

É bem certo, Srs. Senadores, que existem pessoas que estão presas e que não deveriam estar presas; outras que não estão e que deveriam estar, não tenham dúvida disso.

Então, eu vou deixar aqui para que os Srs. Senadores possam fazer suas perguntas, que a gente possa debater, que a gente possa esclarecer.

A verdade é que nós precisamos rever alguns conceitos, sim. A última grande reforma do Código Penal foi na década de 80. Depois, foram algumas aqui, outras ali. Acho que precisamos ter, sim, um avanço nesse sentido. Rever, por exemplo, como eu acabei de dizer, no tráfico de armas, uma pena inferior ao de uma senhora que esteja fazendo saneantes na sua cozinha para vender para aumentar a sua renda. É crime contra a saúde pública, pena de 10 a 15 anos.

Então, é importante que nós tenhamos a consciência social de que nós estamos vivendo um momento em que a gente precisa dar um basta em muitas coisas. Não podemos deixar o Estado paralelo, o Estado criminoso prevalecer ao Estado formal. Eu sei porque eu vivo isso no dia a dia, vejo lá os meus policiais em confronto, e eles são revestidos dessa obrigatoriedade de prender quem quer que esteja à margem da lei e, às vezes, são recebidos a tiros e precisam se defender, não só eles como também o bem público e também a vida de outros, a vida de terceiros.

Eu quero aqui ser breve, agradecer e parabenizar a todos por esse momento, ao meu irmão e amigo Prof. Rogério Greco. É uma honra estar aqui ao lado de tamanhos nomes do Direito e dizer que estamos aqui abertos ao debate.

Muito obrigado por este momento, obrigado por estar aqui com os senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Obrigado pela sua explanação, Dr. Arruda, chefe da Polícia Civil do Espírito Santo.

Agora, concedo a palavra ao Sr. Rogério Greco, professor, jurista e ex-Procurador da Justiça do Estado de Minas Gerais, Procurador Regional da República, para exposição por 15 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO GRECO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, meu querido amigo Senador Marcos do Val, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes aqui da Mesa, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes desta audiência pública, faz 60 dias aproximadamente que eu me aposentei, depois de 30 anos de MP... (*Risos.*)

Saí, Senador. Não quis correr o risco.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Tchau, Previdência!

O SR. ROGÉRIO GRECO – Tchau, Previdência!

Com isso eu só quero dizer o seguinte: a violência mudou. Quando eu passei no concurso do MP em 1989, a violência era uma. Hoje, 30 anos depois, a violência é completamente diferente.

Então, eu tenho uma proximidade muito grande com a turma da Polícia, eu sou instrutor de muitas academias de Polícia, eu fui com o Bope do Rio... Eu tenho o privilégio de ser instrutor do Bope do Rio há 10 anos. Eu fui a muitas comunidades com o Bope, Senadora – pacificadas, não pacificadas – e eu sei o que é essa violência por dentro. Então, a gente precisa mudar? Precisa, claro que precisa mudar. São novos tempos, infelizmente, Professor.

Claro que a gente não quer desobedecer a Constituição, a gente não quer rasgar a Constituição, mas hoje a gente vive um garantismo hiperbólico que é insuportável. A coisa beira o ridículo, na verdade.

Então, a gente quando lê esse projeto... Claro que esse projeto tem erros, e nós já tivemos oportunidade de discutir isso, inclusive, com o Ministro Moro. O projeto precisa de alguns ajustes, mas o que tem acontecido, na verdade... Antes de participar desta audiência, desde que, na verdade, esse projeto foi publicado, eu comecei a ler vários artigos a respeito dele, e basicamente a turma rasga o projeto de ponta a ponta. Aí não, aí você está desconsiderando completamente um projeto, e não é assim que funciona. Há coisas boas aqui? Claro que há. Há muitos artigos aqui que já precisavam ter sido editados há muito tempo, há muito tempo. A sociedade clama por uma modificação rápida. A violência no Rio, por exemplo, é uma coisa insuportável.

Então, hoje, a gente vê, dentro do sistema prisional, decapitações, esquartejamento, crucificações, empalações... O tráfico de drogas faz isso. Então, é um momento diferente, e a gente tem que ter uma visão diferente.

É claro que o crime é diferente, as pessoas praticam crime de forma diferente. Hoje, por exemplo, a corrupção... Na minha opinião, o corrupto é um genocida. Ele é infinitamente pior do que o traficante, ele é infinitamente pior do que o latrocida, do que o estuprador, ele é um genocida, porque extermina as pessoas em massa, e todo mundo aplaude um cara desse! Então, sobre esse sujeito, tem que se ter uma visão diferente. Eu não posso tratar o crime de corrupção como eu trato um crime de roubo. São situações diferentes.

A lei, na minha opinião, veio para tentar agora mudar um pouco a seletividade do Direito Penal. Nós sempre punimos por baixo, sempre foi assim. No nosso sistema prisional, por exemplo, nós temos 1% de pessoas que compõem o sistema prisional que têm curso superior completo e 1% com curso superior incompleto. Será que o sujeito de classe média ou de classe média alta não pratica crime? Ou somos nós os que mais praticamos crimes?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é essa seletividade que ninguém suporta mais. Por que a gente tem um sistema prisional com 730 mil pessoas? Porque a gente só pune o pobre, a gente só pune o miserável. Enquanto você estiver nominando as pessoas de classe média, média alta que estão no sistema, o sistema é seletivo.

No Rio, infelizmente, para o infortúnio do meu Estado, da década de 80 para cá, os Governadores do Rio que não morreram estão presos ou já foram presos. Isso é um absurdo! Como é que você pode conviver com esse nível de corrupção? Então, o projeto precisa mudar em alguns pontos? É claro que precisa. Uma das críticas que eu anotei é que o projeto não tem uma visão sistêmica. Amigo, a gente só tem uma visão sistêmica, completa, quando você propõe um projeto inteiro. É um projeto de Código Penal, é um projeto de Código Processo Penal. Infelizmente, a gente está vivendo com retalhos, mas são retalhos necessários.

Houve um tempo, Senador, que se entendeu por bem fazer reformas pontuais nos códigos, e a gente sabe que isso não foi bom. Por quê? Porque cada um vai dando um toque diferente, o código vai perdendo o seu perfil... É importante que seja um todo completo, mas, no momento, é isso que a gente tem.

Eu ouvi também críticas dizendo que esse projeto era um projeto simbólico. Qual lei penal não é simbólica? Qual lei penal não é editada para atender a satisfação da sociedade? Como surgiu a Lei 8.072, em 1990? Ela surgiu por uma determinação da Constituição, mas ela surgiu principalmente por causa de dois sequestros que aconteceram no Rio. Aconteceram os sequestros do Roberto Medina e do Abílio Diniz. E aí veio Governo Federal, naquela época, com a boca boa: "Não, agora nós temos a Lei 8.072 e nós vamos diminuir a criminalidade...".

Amigo, eu te pergunto: de 1990 para cá, a criminalidade diminuiu por conta dos crimes elencados na 8.072? Não! Isso vai acontecer com esta lei? Vai. Mas a gente precisa de alguma modificação. O que a gente não pode é ficar inerte, a gente tem coisas interessantes. Por exemplo, eu ouvi todos vocês que me antecederam e é até difícil eu falar porque vocês já esgotaram o assunto, mas, por exemplo, Fischer, todo mundo falando: "Ah, isso aqui, quais são os dados estatísticos que vocês têm, qual vai ser o impacto disso no sistema prisional?". Pela minha leitura, se for bem aplicada a lei, o impacto vai ser nenhum, porque, no acordo de não persecução, há finalidade de privação de liberdade? Não. Qual o impacto que isso tem no sistema prisional? Nenhum.

Mais à frente um pouquinho, o outro acordo de composição... Nós temos a possibilidade de aplicação de pena não privativa de liberdade. Qual o impacto que isso tem no sistema prisional? Nenhum.

Ou seja, se a lei for bem aplicada, e é isso que a gente quer que ela seja, o impacto basicamente vai ser neutro. E agora nós vamos começar a aplicar institutos que já deviam ter sido aplicados há muito tempo. Por exemplo, qual é o problema hoje de um sujeito ser interrogado via videoconferência? Qual é o problema... Qual é o custo de trazer um Fernandinho Beira-Mar, de onde esse camarada estiver? Olha o custo que isso dá para o Estado? Por que que ele não pode ser ouvido via videoconferência? Qual é o grande... "Ah, o juiz vai perder a identidade física.". Amigo, eu tenho hoje HD – que eu estou me vendo feio daquele jeito... Eu estou me vendo melhor do que vocês aqui, no HD na televisão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO GRECO – Então, Senador, é isso. Nós temos que ser realistas e racionais. É isso que está acontecendo. Fora a segurança que envolve isso, fora o risco dos policiais que fazem a escolta desse camarada. Então, são novos tempos. Infelizmente, são novos tempos, e a gente tem que viver com isso.

A gente fala muito aqui do sistema prisional. Por exemplo: o acordo de não persecução penal até quatro anos. Isso é muito importante por quê? Porque o nosso Juizado Especial Criminal já tinha que ter sido ampliado para quatro anos há muito tempo, porque, no meu Estado, em Minas Gerais... O que aconteceu em Minas Gerais? Não sei se chegou ao conhecimento dos senhores aqui. Em Minas Gerais, um mendiga foi presa porque subtraiu um xarope em uma farmácia. Ficou dentro do sistema prisional. Olha que absurdo! Um ano depois que essa mulher tinha sido presa, o juiz a sentencia, e ela estava presa cautelarmente. Sabe o que o juiz faz? Ele aplica a essa mulher uma pena de um ano e substitui a pena. Amigo, não faz isso. Aí você arrebenta com o sistema. Não tem jeito, ele está brincando. Ou seja, por que que não concedeu a liberdade? "Não, mas espera, mas ele podia, hoje você tem...". Não tem nada. A Justiça, infelizmente, não funciona como tem que funcionar.

Então, quando você tem institutos que vão, na verdade, ao invés de prender, vocês vão evitar o encarceramento, isso tem que ser aplaudido. A gente tem, por exemplo, a legítima defesa hoje. Deve acontecer em tudo que é Estado isso, e aconteceu recentemente no meu Estado: uma policial militar, Fischer, estava chegando a sua casa e, de repente, dois sujeitos foram sequestrar essa menina, colocaram arma na cabeça dessa menina e, para a felicidade dela, Major, eles a colocaram no banco de trás, só que, para a maior felicidade dela ainda, a pistola dela estava debaixo do banco. Ela pegou a pistola e matou os dois. Essa policial militar foi presa! Qual é a lógica da prisão? Ela agiu, evidentemente, em legítima defesa. Por que que essa menina ficou presa?

E agora um novo projeto prevê isto: se a autoridade policial, se ela sentir... É claro que o Ministério Público não está preso à autoridade policial. O meu querido amigo Arruda aqui pode ter entendido que era legítima defesa e eu oferecer denúncia como promotor de Justiça. Agora, é uma providência imediata. Se eu tiver que liberar depois, eu libero. Então, são pontos no projeto que merecem uma atenção especial. Não é rasgar de ponta a ponta. A gente reclama do nosso sistema prisional porque nós não sabemos lidar com o sistema prisional.

A minha tese, Senadora, de doutorado, foi sobre o sistema prisional, e eu tive uma experiência mais próxima, Professor, na Espanha. Na Espanha, o índice de ressocialização, Fischer, é altíssimo. Sabe por quê? Porque eles sabem lidar com o sistema. Eu levava os meus alunos para poder fazer uma visita ao sistema prisional, antes de a gente começar a falar de princípio da insignificância – isso há 25 anos –, antes de ser xingado... Naquela época, os tribunais nem falavam de princípio da insignificância ainda. Eu falava: "Vamos conhecer a ponta, para vocês entenderem o que vocês vão estudar!". Aí chegava ao sistema, Major, estava lá o preso, na época, costurando bola. Antigamente, até costurava bola; hoje não existe nem mais costura de bola. Aí estava o outro preso, Senador, fazendo barquinho com picolé, com palitinho Kibon. Aí, os alunos falavam assim: "Oh! Que legal...".

Amigo, deixa eu te falar uma coisa: ele não vai sobreviver fora do sistema costurando bola. Ele não vai sobreviver fazendo barquinho com picolezinho Kibon. Não vai. Então, o que a gente tem que entender? A gente tem que tratar o sistema de forma profissional. É por isso que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está este caos! E vou dizer mais uma coisa e queria que vocês não me entendessem mal: o preso gosta do caos, ele se retroalimenta do caos. Sabe por quê? Pergunta o Fernandinho Beira-Mar se ele está gostando de ficar naquela penitenciária? Cumpre rigorosamente a LEP. Tem 22 horas de guardado, duas horas de banho de sol, cinco refeições ao dia... Pergunta se ele quer ficar lá? Não quer, porque o preso quer reproduzir – infelizmente, é uma triste realidade – no sistema aquilo que ele vive aqui fora. Ele quer a maconha, ele quer a cocaína, ele quer a prostituta, ele quer o crime organizado, ele quer comandar lá de dentro. É assim. Então, chegou o momento em que a gente tem que tratar o sistema com seriedade para a gente não ter mais esse tipo de discussão. Como é que seria essa seriedade aqui? O preso tem que trabalhar.

Eu me lembro, Prof. Gustavo, quando surgiu o monitoramento. E aí os garantistas hiperbólicos: "Oh, vai colocar uma pulseira! Vai colocar uma tornozeleira! Isso é ofensivo à dignidade...". Amigo, deixa de ser ridículo! Que ofensa à dignidade humana é essa? Você prefere deixar o cara guardado numa cela, que a gente chamava em Minas de Maracanã, com 500 pessoas lá dentro, com o cara dormindo em pé? Em Minas, infelizmente, Major, nós criamos um nome de um preso chamado de "preso morcego", que é aquele cara que, por falta de espaço, dorme amarrado no gradil.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Dorme agarrado no gradil.

O SR. ROGÉRIO GRECO – Então, isso acontece ainda hoje. Por quê? Nós temos 730 mil presos. Por que você não pega essa mão de obra... Será que a gente precisa de asfalto aqui? Precisa asfaltar estrada no Brasil? Por que não se coloca uma tornozeleira eletrônica nesses presos e eles vão trabalhar para o Estado? "Não, não pode...".

(*Intervenção fora do microfone*.)

O SR. ROGÉRIO GRECO – Mas aí é outro problema. O professor está dizendo que não pode porque não tem dinheiro para a tornozeleira.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – É só passar o meu projeto que obriga o preso a trabalhar e pagar a tornozeleira eletrônica.

O SR. ROGÉRIO GRECO – Sim, o preso tem que pagar pelo gasto que ele dá para o Estado.

Enfim, eu fico até um pouquinho exaltado, quando a gente vê que, em Minas, por exemplo, nós tínhamos 50 mil mandados de prisão expedidos e não cumpridos. Nunca na vida haverá penitenciária suficiente. Sabe qual é o nosso grande problema? O Brasil se transformou em um Estado penal, enquanto nós somos, na verdade, um Estado social. Se você não cumprir com as suas funções sociais, não tem jeito. Nós faremos esta reunião aqui todo ano.

Eu fui com o Bope a uma comunidade, Bruno, chamada Pavão Pavãozinho, na época em que estavam começando as pacificações no Rio. E o ex-comandante do BOPE, Coronel René, queria que eu falasse com a tropa a respeito de princípios, de dignidade da pessoa humana, porque tropa de operações especiais é tropa de última intervenção, ninguém dá bom dia, boa tarde, boa noite... Chega com o pau quebrando e volta para o batalhão. É assim. Só que o Bope tinha agora que ficar, porque ele tirava os traficantes... E é interessante... Vocês que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendem de facções criminosas... Se você olhar para o Comando Vermelho, por exemplo, uma das facções do Rio, e para o PCC, eles são completamente diferentes. Por quê? O Comando Vermelho é territorialista. Então, toda vez que aparecer na televisão, vai estar todo mundo com fuzil, tirando onda, baile funk, é assim...

Imagina o corpo humano. O Comando Vermelho seria um tumor evidente. O PCC, não; o PCC ele é uma metástase, ele está no corpo inteiro mas você não sabe exatamente onde ele está. É assim. São características diferentes. Então, quando o Bope chegou e tinha que retirar aqueles traficantes da comunidade, o Bope tinha que permanecer até que se instalasse, Fischer, até que se instalasse a UPP. E aí os policiais tiveram, a partir daquele momento, que ter relacionamento com a comunidade. Bacana. E tiveram que aprender a se relacionar com a comunidade. Uma coisa é uma polícia comunitária, outra coisa é uma tropa de operações especiais. É completamente diferente. O trato com a comunidade é completamente diferente. Não é que eles façam coisa errada, não é isso que eu quero que vocês entendam, não, mas é diferente, são guerreiros, vão lá, aos 45 do segundo tempo, quando ninguém está conseguindo fazer mais nada. É desse jeito.

E nós rodamos ali naquela comunidade, no Pavão Pavãozinho, rodamos tudo, tudo, tudo, porque o René queria me explicar como funcionava a pacificação. Beleza! E fomos literalmente, Senador, ao último barracão ali...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO GRECO – Já vou terminar. Ao último barracão.

Quando a gente chegou, Fischer, estavam lá o dono do barracão, um pedreiro, estava com a bacia quebrada, entrevado numa cama; a esposa dele, uma mulher com traços de uma pessoa com doença mental; duas filhas evidentemente doentes mentais; e dois meninos brincando no chão do barraco. Mas pense num lodo, naquela lama mole, os meninos brincando igual a porco no chiqueiro. Legal! Faz oito anos isso. Eles tinham, na época, sete. Só vou te fazer uma perguntinha: você sabia que criança cresce? Alguém já falou isso para você? Que criança cresce? Elas tinham 7, agora têm 15, 16, 17... E o Estado não fez nada por elas. Nada. Aí sabe o que acontece? Aí hoje a gente vive num mundo perverso. Esses camaradas, esses meninos de comunidade... Não estou defendendo, falando menino no sentido de que é bonzinho, não. Esses adolescentes de comunidade... Ninguém mais quer ser entregador de pizza, ninguém mais quer ser entregador de farmácia. Se ele não portar o fuzil, ele não pega nenhuma gatinha da comunidade. É assim. É isso que eu quero que vocês entendam. Não quero chocar ninguém, mas são novos tempos, novas realidades, e precisamos de novas soluções. Está bem? É isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço as palavras do Rogério Greco, professor jurista.

Agora concedo a palavra ao Sr. Ivan Lira de Carvalho, Juiz Federal da 5ª Vara do Rio Grande do Norte, para a sua exposição por 15 minutos.

O SR. IVAN LIRA DE CARVALHO (Para exposição de convidado.) – Senador Marcos do Val, na pessoa de quem cumprimento todos os integrantes desta bancada de debates, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, distinto público, eu gostaria de começar a minha exposição usando as palavras de um estudioso do Direito brasileiro, que, por sinal, estava até relacionado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para comparecer a este debate mas não pôde vir, o Ministro Herman Benjamin. Ele, escrevendo no Jornal *O Estado de S.Paulo*, já neste ano, acerca deste projeto que estamos a debater, disse assim:

> A Nação passa por momento de depuração ética e exige o enfrentamento da criminalidade, tanto a violenta, como a organizada de qualquer natureza, inclusive a mais organizada de todas, a corrupção. Tal sentimento popular legítimo, que nada apresenta de anticivilizatório, deve-se refletir nas leis que regem a sociedade, claro, sempre de maneira a evitar radicalismos e retrocessos, com os olhos bem atentos às garantias fundamentais, conquista inalienável de gerações da qual não se deve e nem se precisa abrir mão no combate ao crime violento e à corrupção.

Então, é com este espírito que eu chego a esta reunião, trazendo a opinião, moderada como deve ser, do segmento que eu integro, que é a magistratura brasileira. E também falo debaixo do título de professor de uma universidade nordestina, que tenho muito orgulho de sê-lo. Mas é necessário que o debate se estabeleça com esse espírito de temperança, onde as ideias mais aguerridas da advocacia, as ideias firmes de quem representa a sociedade nesse contexto, que é o Ministério Público, o ideário, o apanhado de quem representa o povo no Parlamento, que haja essa junção de informações respeitosas de cada lado para que se possa oferecer ao País uma ferramenta para o enfrentamento dessa realidade tão desgraçada, como disse aqui o Ministro Benjamin e como todos aqui se reportaram, notadamente o Prof. Greco.

O que poderemos encontrar nesse projeto? Algo perfeito e acabado? Não. Uma demonização? Também não. Então, é preciso que, pontualmente, nós possamos discutir no fórum mais qualificado, que é o Parlamento brasileiro, o que podemos extrair de melhor, de mais útil desse projeto que vem do Executivo, é acolhido no Legislativo e vai, depois, ser ofertado à sociedade.

Muitos dos expositores aqui escolheram temas. Eu pensava encontrar, pelo menos desta vez no debate, alguém que falasse sobre o que eu havia escolhido. Mas novamente se repete a minha sina de integrar o bloco da solidão. Então, recortei falar sobre *whistleblower*. Onde eu chego para falar sobre isso, quer seja numa sala de aula, quer seja num congresso, quer seja num debate, ninguém escolhe esse assunto para conversar comigo. Ele tende a passar, a ser aprovado...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Não conseguimos nem falar, não é? (*Risos*.)

O SR. IVAN LIRA DE CARVALHO – É isso, Senador Major.

Talvez, se depurássemos e oferecêssemos a ele um nome mais palatável pudesse haver uma comunicação, uma empatia da sociedade e da comunidade de trabalhadores jurídicos acerca de uma ferramenta importante nesse contexto.

Falou-se aqui em justiça consensuada, em aceitação da pena, em mecanismos novos que retiram a carga excessiva do Judiciário e dos demais trabalhadores jurídicos – porque não é só o juiz, é o representante do Ministério Público, é o advogado público, o defensor público, que tem uma carga enorme também, é o serventuário da Justiça, que tem que colocá-la para movimentar-se –, algo que poderia ser resolvido com o consenso, com a aceitação, com essas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ferramentas de que todos falaram. E poderia ser evitado se prestígio, na medida certa, houvesse para essa figura, que é recente.

Se você analisar essa questão... Vamos tratar aqui de colaborador ou de informante para evitarmos a antipatia que o Senador Olimpio levantou ali, a antipatia pelo nome. Realmente, não é uma coisa palatável. Imaginem que nós, que trabalhamos nessa área penal, oferecemos matéria-prima para a imprensa especializada, que aqui está presente, em assuntos penais... Imaginem num repórter de meio-dia, que é sintonizado nas comunidades mais simples, o jornalista ter que pronunciar essa palavra. Imediatamente o camarada lá da TV muda o canal para o outro que esteja falando uma linguagem mais palatável.

Além do mais, do ponto de vista técnico, o uso dessa expressão atenta conta o princípio da legalidade estrita, que tem sede constitucional, porque o subprincípio ou o primado da *lex clara* vai para o beleléu, fica algo obtuso, algo escuro dentro do contexto de um pacote, de um conjunto de medidas como essa, mas é necessário que se discuta. E o canto certo de discutir, primeiro, é o Parlamento, que está fazendo a lei.

Pois bem, nesse projeto há uma previsão de ampliação do espaço dessa figura que foi trazida para o Direito brasileiro por uma lei curtinha, do ano passado. Diga-se, de passagem, com o maior respeito a quem teve a iniciativa legislativa, de quem conduziu a lei para isso, uma lei que não tem muita expressivamente. É a chamada, popularmente, Lei Disque-Denúncia, que começa dizendo que os transportes coletivos deverão ostentar, em lugar visível, um número de telefone onde as pessoas possam comunicar a existência de crime. Então, resume-se a isso uma lei? É sobre essa lei que o projeto propõe a condução, a inserção, a ampliação da atividade disso que se chama, traduzindo aqui, denunciante do bem ou comunicador do bem ou informante do bem.

Eu acho que poderia o projeto ter procurado um caminho mais digno, um caminho mais forte, um caminho mais firme do que uma lei que fica meio escondida, meio esquecida, porque é uma lei quase com um *status* popular de portaria. Então, nós estamos tratando de uma coisa séria, nós estamos importando um instituto que tem dado certo no Reino Unido e nos Estados Unidos e que se traduz de maneira bem simples como a colaboração prestada por quem não é criminoso. Então, se nós falamos até agora de delação premiada, de colaboração premiada e de seus diversos prêmios, como o próprio nome já está dizendo, e que se pressupõe que seja alguém que integra a organização criminosa ou o grupo criminoso ou a quadrilha, o que seja, nós estamos a falar agora da contribuição do homem de boa-fé – vamos fugir também dessa dicotomia homem do mal e homem do bem –, da pessoa de boa-fé que quer colaborar com o seu País, que quer colaborar com o seu Estado, que quer colaborar com a sua comunidade ou com o seu próprio umbigo, que assim seja. Ela se sente no direito/dever de, sabendo da ocorrência de um determinado crime, ter um canal para contribuir.

Nada mais democrático e sério do que isso, porque passa pelo filtro da ética. Enquanto o colaborador premiado está ali negociando algo que vai beneficiar-lhe em razão de ele ter cometido um crime ou de estar sendo acusado de tê-lo feito, aqui, com o instituto desse colaborador, desse informante, desse reportante que se possa dizer, nós temos alguém do contexto da sociedade que não praticou crime e que vai trazer informação que seja relevante.

A experiência que se tem disso parte da chamada criminalidade intraempresarial. Então, os fatos acontecidos que poderiam ou que podem caracterizar crime ao olhar de alguém dentro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma empresa, são reportados a um canal que se estribe em segurança, em que haja uma confiança do reportante e, a partir dali, se deflagra um processo de apuração. Então, o reportante não traz uma prova pronta. *A priori*, ele traz um indício, e é dever de quem recebe dar instância àquilo, dar seguimento, dar procura.

E para se ter bons resultados, a exemplo do que se tem no Reino Unido e nos Estados Unidos, o sistema tem que se sustentar em duas grandes pilastras: a proteção integral do informante e a credibilidade no sistema de apuração dos fatos informados. Se não tivermos um microssistema montado sobre essas duas pilastras, corremos o risco de colocar, num projeto amplo, algo que vai ficar esquecido. E o contributo que esse instituto poderia trazer no enfrentamento da criminalidade pode ser zero e o descrédito pontual de um conjunto de medidas, como este que agora é discutido, poderá ser minado a partir do esquecimento disso. Então, boas ideias ou ideias passíveis de serem trabalhadas podem cair no descrédito pela contaminação de algo que, no popular se diz, não pegou. É preciso que se estabeleça, já que estamos trazendo isso para o nosso sistema, uma boa estrutura normativa e principiológica para ofertar segurança e credibilidade a esse novo microssistema.

A propósito do nome, alguns apelidos já começam a se esboçar. A própria exposição de motivos já age de maneira equivocada, com o devido respeito; fala em informante do bem. Discordo. Pois não deveria valorizar... Não se deve valorizar, num sistema, um eventual informante do mal. Então, como a lei não deve conter palavras vãs – a lei e o sistema –, bastava que fosse informante, não precisa dizer que é do bem ou que é do mal. Ademais, pela delicadeza moral da delação ou da informação, como queiram dizer, principalmente feita por um particular, deve aguardar-se a sua confirmação por meios probantes clássicos para saber se ela realmente é boa. Então, essa denominação apriorística de dizer "informante do bem" parece-me equivocada.

Como já disse aqui, o caminho que foi buscado agora é equivocado, o Parlamento pode corrigir isso colocando-o em uma senda melhor. Da forma como está redigida, eu discordo também. Tenho o maior respeito pelas pessoas envolvidas na construção desses tipos, mas ele se apresenta de uma maneira extensa e analítica. Tudo o que se escreve muito, em Direito Penal, corre o risco de não ter efetividade.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVAN LIRA DE CARVALHO – Estou ouvindo a campainha, Senador.

O dispositivo mais eficiente do sistema penal brasileiro se traduz em duas palavras que estão no art. 121 do Código Penal: "Matar alguém." Agora, quando eu chego a seis linhas em um artigo, como é o caso do art. 4º-A – "A União, o Distrito Federal [...] qualquer pessoa de direito de relatar informações..." –, acho um desnecessidade e um desserviço à eficiência.

Há outro ponto aqui que eu levanto. Diz respeito à retribuição. Vejam bem, existem, nas experiências do Reino Unido e americana, formas de se retribuir a pessoa que contribuiu. Algumas, na criminalidade intraempresarial, com acesso a novos postos etc e tal, o que é um pouco complicado porque pode implicar revelação de quem fez a informação. E o sistema se estrutura exatamente no segredo. Então, se uma pessoa, de repente, está aumentando, está crescendo no curso da empresa, pode colocá-la em situação de risco. Mas existe a forma de remuneração mesmo. Então, esses sistemas adotam isso. Se aquela colaboração foi eficiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a recuperação – imagina-se num contexto de corrupção – de valores, ela fará jus a um percentual.

O sistema proposto, aqui no projeto de lei que se analisa, diz que o informante será recompensado em até 5% do valor recuperado. Acho pouco. Acho que se deveria manter um paradigma com o que se trabalha com honorários advocatícios, por exemplo, até 20%. O próprio ente norte-americano que cuida disso já propõe uma modificação no sistema de lá para que haja uma escala de proporção com os valores que sejam recuperados. Então, diz a Comissão de Valores Mobiliários, que cuida disso nos Estados Unidos, que propõe alterações no sistema para US$30 milhões quando a recuperação for igual ou superior a US$100 milhões. E aí vai fazendo uma escala. Acho que 5% é desproporcional. E quando se fala em até 5% significa que, se aprovado for, o juiz pode conceder – ou o ente que faça a apuração disso –, sei lá, 0,3%, o que seria irrisório e poderia levar ao descrédito e ao desestímulo de as pessoas para fazerem essa modificação.

Então, com rápidas pinceladas é isso o que eu trago. Muito mais um alerta, muito mais um chamado ao Parlamento para que preste atenção nisso, porque pode passar despercebido e ser aprovado sem uma harmonização com a proposta geral. Então, são essas as opiniões. O bloco do eu sozinho falou aqui e continua à disposição, se necessário for, para maiores explicações.

Temos um conjunto de quatro artigos, mas que tem matéria-prima para muita discussão. Mas, como a nossa finalidade aqui é levantar a bola, acho que o fiz.

Agradeço bastante pela atenção que me foi dada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço ao Sr. Juiz Federal Ivan de Carvalho pelas palavras.

Por último, concedo a palavra ao Sr. Fábio Mertens, Delegado de Polícia Federal, para sua exposição, por 15 minutos.

O SR. FÁBIO ALCEU MERTENS (Para exposição de convidado.) – Bom dia!

Exmo. Senador Sr. Marcos do Val, na pessoa de quem cumprimento os demais integrantes da Mesa, demais Senadores, autoridades, cidadãos aqui presentes, do ponto de vista da Polícia Federal em relação ao projeto de lei que está sendo debatido nesta nobre Comissão de Constituição de Justiça no dia de hoje, o que ocorre, na verdade o que ocorreu foi que, a pedido do Exmo. Sr. Ministro Sergio Moro, a Polícia Federal, nos dias 17, 18 e 21 de janeiro deste ano, para ser bem preciso, exarou manifestações técnicas relacionadas a alguns artigos do projeto de lei. O Dr. Moro encaminhou para a nossa instituição um pedido de manifestação, como de resto encaminhou a outras instituições também, e a Polícia Federal, analisando o projeto de lei, enviou para o ministério três manifestações técnicas, conforme o que foi solicitado.

São manifestações técnicas, de certa forma, um pouco extensas, cujo tempo aqui disponível não me permitiria mais delongas em relação a elas. O que é importante colocar é que essas manifestações técnicas tratam, dentre outros temas, dos aspectos de captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos, coleta de material biológico, controle do fluxo de armas para repressão aos crimes de tráfico de armas e ao crime organizado, difusão vermelha internacional de mandados de prisão, infiltração policial e ações encobertas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre a importância estatal e mesmo internacional da Polícia Federal para o efetivo combate ao crime organizado transnacional. Como eu falei, são manifestações um pouco extensas. Eu gostaria neste momento de fazer remissão a essas manifestações. Elas instruem certamente o trâmite do projeto legislativo.

Encerro aqui a minha breve participação, apenas, em nome do nosso Diretor-Geral, Dr. Maurício Valeixo e em nome do nosso Diretor de Investigação e Combate ao Crime Organizado, Dr. Igor Romário de Paula, pedindo escusas. Eles tinham a pretensão de comparecer à Comissão para participarem dos importantes debates, porém, em função de uma impossibilidade inesperada de agenda, não foi possível que eles comparecessem.

Então, encerro apenas colocando que as nossas manifestações técnicas evidentemente tiveram total atenção ao ordenamento jurídico nacional, à Constituição Federal e foram feitas no sentido de colaborar com o projeto de lei e de aprimorar os debates para o aprimoramento e para o aperfeiçoamento do nosso ordenamento jurídico nacional e para a efetiva repressão e combate ao crime organizado transnacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço, delegado, pelas palavras e aproveito para reforçar que gostaria mesmo de receber as manifestações técnicas. Como Relator, vai ser muito importante para a gente poder, até agora neste mês de junho, finalizar a relatoria.

Os palestrantes encerram.

Agora, eu vou dar a palavra à Senadora Selma para ela poder, então, fazer as suas perguntas – vamos dar três minutos – e, em seguida, ao Senador Major Olimpio, também com três minutos para fazer as suas perguntas.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar convidado.) – Bom, senhores e senhoras, Sr. Presidente, senhores palestrantes, colega Major Olimpio, eu gostaria de, em primeiro lugar, ao cumprimentá-los, dizer da honra de estar aqui nesta manhã e começo de tarde ouvindo cada um dos senhores. Muitos dos senhores já foram meus professores, como é o caso do Douglas, como é o caso do Prof. Gustavo, então eu me sinto efetivamente muito honrada em estar aqui.

Eu fui juíza criminal durante 22 anos e, nos últimos anos da minha carreira, eu trabalhei numa vara especializada em combate a organizações criminosas e também em combate a crimes de lavagem de dinheiro, crimes contra a ordem econômica, contra a Administração Pública, contra a ordem tributária. Enfim, eu consegui aquilatar muito bem o que é aquela organização criminosa violenta, muitas vezes mais pobre, e aquela organização criminosa formada por Governadores, ou Vice-Governadores, ou ex-Governadores, ou, enfim, Vereadores, Prefeitos, secretários e etc. e tal, que não é tão violenta, mas, como disse um dos senhores – acho que o Prof. Rogério Greco, que também já foi meu professor –, crimes de genocídio mesmo. As pessoas causam muito mais mal do que talvez elas mesmas percebam. Então, senhores, é com essa bagagem profissional que eu gostaria de fazer algumas considerações e algumas perguntas.

Desde já, peço desculpa porque vai tocar a campainha, só um pouquinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. *Fora do microfone*.) – Já coloquei mais um minuto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Obrigada.

Então, com relação à afirmação do Dr. Douglas de que Justiça tardia não é justiça mesmo e para isso a gente precisa urgentemente de uma mudança no sistema de prescrição, eu concordo plenamente em gênero, número e grau. E aqui como juíza eu vou dizer para vocês: não há nada mais triste do que você olhar para um réu, cinco anos depois de ele ter cometido um crime, e perguntar para ele: o que foi que você fez? Se ele disser assim: "Doutora, eu vou falar para senhora que eu já me consertei, que eu já estou trabalhando, que eu já sou pai de família, eu já tenho filho e, se eu falar para senhora que o que eu fiz aqui eu sei que amanhã ou depois eu vou ter que voltar para a cadeia", isso é a maior injustiça que se faz com o ser humano, isso é a maior injustiça que se faz com o ser humano.

Então – e me perdoem os que pensam em sentido contrário –, muito mais eficiente, na prática, é o sujeito sentir que aquilo que ele fez tem que ser coibido ou é punível ou, falando em termos vulgares, resulta em cadeia, é muito mais didático, pedagógico você deixar esse sujeito preso muito mais próximo da prática do crime, porque ele associa muito mais o crime à punição e isso, sim, efetivamente combate a punição. Mas é evidente, Dr. Douglas, que nem todos pensam assim, porque, quando você vai falar de um corrupto, é difícil ele virar para você e falar: "Não, parei de cometer, agora eu sou pai de família". É difícil, não é? Quanto maior a família mais ele vai precisar do dinheiro do povo.

Então, é óbvio que esses aumentos e esses interstícios e a forma de se contar a prescrição são muito importantes. Eu tive caso, por exemplo, em que o processo ficou dormitando 12 anos, 15 anos no STJ. Quando o sujeito perdeu o foro privilegiado, desceu, e eu tive que declarar a prescrição em 70 processos. E adivinhem quem é que ficou de boazinha, de amiga de bandido? Óbvio, eu, que dei a sentença de prescrição. Não é? Então, é assim que funcionam as coisas. A gente não pode mais conviver com esse tipo de coisa. Acho que o fim do foro privilegiado vai ser um grande passo também com relação a isso, porque a gente sabe que o foro privilegiado só ajuda quem quer se beneficiar desses prazos prescricionais.

Eu gostaria de fazer uma outra colocação que é com relação a estes acordos. Eu tenho uma preocupação muito séria com relação a isso porque eu vivi essa questão. Várias operações foram deflagradas.

Lá, no meu Estado de Mato Grosso – na verdade, eu sou gaúcha, porém eu moro, trabalho e resido há trinta e poucos anos em Mato Grosso –, nós conseguimos desbaratar duas grandes organizações criminosas. Uma que era formada pelo ex-Presidente da Assembleia e pessoas do lado do Legislativo estadual; e outra formada pelo Governador e seus secretários. Não tinha acabado de esfriar a cadeira, e ele já estava preso preventivamente, porque os crimes foram cometidos para quem quisesse ver, para quem quisesse saber. Resultado: ele era o chefe da organização criminosa, mas resolveu fazer um acordo de colaboração premiada e resolveu indicar um ex-ministro como parte dessa organização. O que aconteceu com isso? Deslocou a competência para o STF. Lá no STF, o Ministério Público Federal e Ministros do STF acabaram concordando com a homologação de um acordo que foi a coisa mais absurda e foi um dos motivos que me fez sair da magistratura. Acusado de desviar em torno de R$1 bilhão, o sujeito conseguiu fazer um acordo de colaboração premiada para devolver R$63 milhões, sendo que 43 milhões em quinquilharia, fazenda invadida, avião velho, essa coisarada, e 20 milhões, em que ele ganhou dez anos de prazo para pagar, sendo que ele

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

havia sido imputado de desvio de 1 bilhão. "Não, mas eu não tenho mais, eu estou pobre, eu não tenho mais, eu não tenho mais". Parabéns, agora ele está lá dono de mais de 40 emissoras de rádio e televisão, fez o casamento da filha, em São Paulo, pagou passagem de avião para todos os convidados, festa e mais festas. Por quê? Porque o acordo de colaboração premiada foi celebrado, ele já cumpriu a parte dele em tempo recorde e hoje está nababescamente vivendo, olhando para a nossa cara e rindo da cara de cada um – perdão pela expressão "cara" –, rindo da falha da lei.

Por isso, eu acho, senhores, e esse é o motivo da minha preocupação, que precisa haver mais participação, sim, do Judiciário na celebração desses acordos, porque a gente precisa ter como dizer: "Isso aqui não está proporcional. Que acordo é esse?" O juiz não pode ser um mero homologador e perceber se tem legalidade, não foi forçado, está cumprindo os dispositivos. Não é assim que funciona. A gente precisa ter participação efetiva da magistratura nesses acordos. Então, eu devo tentar colaborar, Sr. Presidente, nesse sentido. Inclusive eu vou propor uma mudança na lei de colaboração premiada, para que isso não volte a acontecer mais.

Eu não vou mais me alongar, senão eu vou apanhar do Presidente, mas eu gostaria só de fazer uma pergunta que também faz parte da minha grande preocupação e que, talvez, um dos senhores, que são cabeças tão iluminadas e tão pensantes, possa me responder, não especificamente com relação aos termos deste projeto de lei, mas com relação a combate a organizações criminosas.

Nós sabemos que hoje em dia a atuação das organizações criminosas não se limita a limites territoriais, é óbvio. A gente não pode, portanto, fazer com que essa regra da territorialidade seja um empecilho para que a gente consiga efetivamente uma persecução. E não estou falando aqui de fazer convênio com não sei quem, que vai demorar seis meses para voltar a resposta. Não é isso, porque a organização criminosa, com dois cliques num celular, faz uma explosão mundial. Então, se vocês teriam ou já pensaram em alguma saída legal para que a gente consiga quebrar os limites da extraterritorialidade como limitante das organizações criminosas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Obrigada, Senadora.

Agora com a palavra o Senador Major Olimpio.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria só me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Já está anotado aqui, Senadora.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Senadores, a todos os convidados a colocarem o seu conhecimento à disposição do País os nossos agradecimentos e a toda a população que acompanha.

Em primeiro lugar, Senador Marcos do Val, meu amigo e Relator, cumprimento-o e à Comissão pela iniciativa. É mais do que fundamental termos todas as vertentes, correntes, a opinião, a prática de vida. Quero dizer que nós temos que avançar efetivamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vi colocações todas mais do que brilhantes e oportunas. Nós vimos, por exemplo, questionamentos do porquê da não evolução do Código Penal, o Código de Processo Penal muitas vezes tramitando com morosidade. Aí, Marcos do Val, todos os senhores, nós precisamos verdadeiramente nos despir de vaidades, algumas vezes, do corporativismo. Os códigos ficam parados por causa de uma palavra, muitas vezes, como está na Câmara. Nós ficamos, desculpe-me a expressão, com idiotices, discutindo se colocam autoridade policial ou delegado de polícia no código, e fica parado dois, três anos dormitando por causa disso.

A população brasileira tem que tomar conhecimento disso mesmo, porque acaba muitas vezes sendo vergonhoso. E há outras questões. "Ah, mas se for discutir aborto trava tudo, porque daí tem outra concepção".

Então, eu vejo que iniciativas como esta do Senado, num esforço da Senadora Eliziane – e eu sou um dos signatários disso, V. Exa. também, Selma e tantos outros Senadores – de tentar fazer andar... Não é porque é projeto do Governo Bolsonaro, anticrime... Foi dito pelo professor: "Nós vamos discutir aqui um projeto pró-crime". Alguns até gostariam, mas o povo brasileiro... Se é projeto do Moro, se não é, o importante é que nós temos que avançar efetivamente sobre isso.

E eu vejo com muita preocupação iniciativas que vão se pautando, como nós tivemos votado o Projeto 4.373, do Wadih Damous. Eu vi citações aqui de que ele cria um impacto orçamentário para a pena. Isso vem sendo dito como mantra por alguns, dizendo: "Precisamos fazer uma avaliação, Dr. Douglas. Se nós vamos fazer a lei e se se encarcerar, qual o impacto financeiro disso?", partindo do pressuposto de que nós temos de ter uma avaliação de recursos.

Se não tiver recurso para o encarceramento, deixa em convívio com a sociedade, a sociedade que se exploda. Então, foi dito aqui...

Realmente nós chegamos a ter no Rio Grande do Sul, devido a algemar um ou outro dentro de viatura, mas, antes que ele esteja fazendo mal para a sociedade, vem a minha visão de policial veterano, com 41 anos de serviço policial: entre barbarizar a população e se arrebentar no cumprimento indigno, eu vou dizer para vocês: "Ele que se dane". Ah, mas esse coitadismo que nós adotamos no Brasil, eu vejo claramente, nós fazemos audiência pública, é maravilhoso; quando se veem aqueles que operam diretamente e sentem na carne... O procurador, o promotor, o juiz, o policial têm uma visão: nós temos que ser implacáveis com o cumprimento da lei, nada mais do que a lei. Eu vejo muitas vezes o representante, a OAB, a organização de direitos humanos, a Defensoria, aí já partimos para o coitadismo.

Essa questão de presos no Brasil, eu estive agora de manhã com o Ministro Sergio Moro tratando de outras questões. Nós não sabemos quantos presos nós temos no Brasil. Se pegar os dados do Conselho Nacional de Justiça com o Conselho Nacional do Ministério Público com o Departamento Penitenciário Nacional dá uma diferença hoje de cem mil presos – cem mil!

Então, nós temos que evoluir de forma concreta em relação a isso, buscar harmonização, mas o ótimo é inimigo do bom. Nós temos uma oportunidade rara agora e o Senado está tomando essa iniciativa. Nós temos que avançar, ouvir exaustivamente os alertas que são colocados, colocar o posicionamento de cada, a possibilidade de a lei ser efetiva mesmo em cada momento, para gerar a sensação de segurança e ela se tornar um fato concreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu ouvi aqui, quase bati palmas quando disseram que o criminoso de colarinho branco, o criminoso político, o dinheiro da corrupção tem que se tornar realmente hediondo, é um crime que fede para a sociedade. O criminoso com um microfone e uma caneta na mão faz um mal muito maior para a sociedade do que o indivíduo com fuzil, que faz o mal setorizado.

O Dr. Greco falou da infelicidade do Rio, mas se o senhor observar, outros Estados, outros Governadores estão todos marchando no trilho em direção à cadeia, um mais ou menos se defendendo, mas o mal maior em que vai se dizendo... Muitas vezes a Selma, na experiência prática de vida, contribuiu aqui: o sujeito, em pouco tempo, faz um acordo em que ele dá risada da sociedade hoje, do que está acontecendo efetivamente.

Em relação aos itens propostos na audiência, logicamente, como policial, eu colocaria aberto aos senhores, àqueles que puderem dar a sua colaboração, principalmente quando fala, no 1.864, na excludente de ilicitude em relação à ação do agente na excludente de ilicitude em relação à ação do agente público, do policial, na iminência de confronto armado.

Eu vejo que a contribuição dos senhores de todas as áreas pode ser fundamental.

O Dr. Greco já tem até, na vivência como professor e educador de policiais, tem uma visão muito do que o policial sente, até por tantos anos de convívio. O policial também tem medo, a gente se envolve no confronto armado, depois o joelho fica tremendo e fazendo barulho sozinho, porque nós somos gente, temos medo. Então, quando se coloca no projeto essa consideração que, antes de tudo, o policial é um ser humano, a gente vê muitos segmentos se mostrarem contrários a isso.

Aproveitando essa Mesa, como está dentro do foco do projeto, se pudessem alguns dos senhores fazer considerações, acho que são muito bem-vindas a esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço ao Senador Major Olimpio.

Agora com a palavra a Senadora Eliziane. Após a pergunta da Senadora, nós passamos para os nossos convidados, com um prazo de três minutos.

Eliziane, por favor.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar convidado.) – Bom dia a todos os membros da Mesa.

Quero cumprimentar o Senador Marcos do Val. Inicialmente, fazer aqui uma colocação. Esse projeto de lei, na verdade, é fruto de uma iniciativa nossa com vários outros colegas Senadores, por entender que o pacote anticrime do Ministro Moro é muito importante ser debatido nesta Casa. Quando nós fizemos a apresentação dessa proposta, logo lá no início, nós apresentamos uma justificativa deixando claro que nós estávamos apresentando o projeto para um debate, muito embora divergíssemos de alguns pontos do projeto. Eu acho que o projeto teria que ser aprimorado para a gente poder chegar ao final com uma proposta mais importante e conclusiva para a sociedade brasileira. Dentre eles, o nosso colega Major Olimpio foi uma pessoa muito importante para que esse projeto viesse a tramitar nesta Casa.

No projeto, nós temos três projetos, na verdade. Um relatado pelo Senador Marcos do Val, que é este; pelo Senador Marcio Bittar e pelo Senador Rodrigo Pacheco; são os três relatores. E a esse projeto, que é o mais amplo – porque na verdade temos alteração em quatorze outras leis brasileiras – que vai trazer uma mudança significativa nessa política de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combate ao crime, ao narcotráfico, à corrupção no Brasil, eu fiz três emendas que considero pertinentes. Espero inclusive que o Senador Marcos do Val possa admiti-las.

Ao mesmo tempo, eu queria destacar a importância desta audiência pública. Um projeto dessa magnitude não poderia passar apenas no debate dentro do Congresso, mas num debate com pessoas como vocês, que têm um profundo conhecimento na causa e que trazem para nós contribuições importantes, dentre elas uma que acabou de ser defendida, o cumprimento imediato da pena, se não me foge à memória, pelo Dr. Gustavo, que eu vejo que cabe emenda nesse sentido. Ou seja, são essas audiências que nos aprimoram e que nos trazem elementos importantes para que a gente tenha ao final um projeto de lei melhor.

E aí nós apresentamos, dentre elas, duas questões.

Uma é a que faz alteração no ponto específico que trata da legítima defesa e que é referente à aplicação, se o excesso ocorrer, diante de escusável medo, surpresa ou violenta emoção, podendo o juiz, inclusive, fazer a redução ou até a eliminação, a não aplicação de determinada pena. Nós entendemos que a redação atual já é suficiente, ela já é importante e que não caberia, digamos assim, mais essa alteração. No nosso entendimento, haveria, inclusive, uma redundância da legislação.

Outra alteração também de supressão que nós pedimos é quando trata, por exemplo, da prevenção por parte do agente policial, do agente de segurança pública que previne agressão ou risco de agressão à vítima mantida refém durante a prática de crimes. Ele fala da questão da prevenção. No que nós já temos na legislação atual, ele fala da questão de repelir. No nosso entendimento, a questão da prevenção acaba sendo muito ampla, ao mesmo tempo também abrindo precedente: "Ele estava ali quietinho, eu imaginei que ele pudesse ter uma reação", acabando por promover homicídio.

Outra situação em que também nós fizemos alteração – eu queria ouvir os senhores sobre isto – é sobre a questão do fundo nacional de política sobre drogas. Nós tivemos o SUSP (Sistema Único de Segurança Pública), que fez uma alteração no Funpen (Fundo Penitenciário Nacional), e esse fundo acabou tendo algumas alterações, como a questão do não contingenciamento e do não remanejamento, coisa que não aconteceu com o fundo de políticas sobre drogas. Quando a gente faz um levantamento geral sobre as causas, sobre a relação de quem está dentro do sistema prisional, nós vamos ver que não é menos de 70% – alguém disse que é 80% – a relação direta com drogas. E, se você pegar bilhões no fundo penitenciário, algo em torno de 80 milhões, 90 milhões apenas no fundo de políticas sobre drogas, que nem são aplicados como deveriam ser... E a gente poderia utilizar esse fundo de uma forma muito mais consistente dentro da rede escolar, por exemplo, que é um trabalho de prevenção. No Estado do Maranhão, nós criamos os conselhos de políticas sobre drogas em mais de cem escolas, numa ação em várias escolas do Estado, o que acabou reduzindo a questão das drogas, tanto que São Luís, a nossa capital, era uma das 50 capitais mais violentas do mundo e, no prazo de oito anos, saiu dessas 50 capitais. O nosso Estado, que variava entre o 3º e o 2º, caiu para 13º, para 14º em casos de violência. Dentre as várias ações, no meu entendimento, houve essa também de política sobre drogas. Então, nós também pedimos aqui – e fazemos, na verdade, uma inclusão, até já conversei com o Senador Marcos do Val nesse sentido – que nós também não venhamos a contingenciar esse fundo, porque ele é pouco, ele até deveria ser muito mais. Vejo que até nós precisaríamos estudar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma forma de implementar mais recursos para poder ter um volume financeiro melhor e fazer aplicação melhor nessa área.

Tivemos agora um avanço importante, que foi a nova Lei de Drogas, de autoria do atual Ministro Osmar Terra, que passou, nesta Casa, dez anos. Agora, não adianta a gente pensar nada se a gente não tiver dinheiro para fazer as ações, se a gente não tiver orçamento para fazer as ações. E a gente faz isso, no meu entendimento, a partir de uma prioridade nessa questão orçamentária.

Eu queria cumprimentar a todos os senhores. Eu também queria pedir perdão, porque aqui no Senado você tem que ser onisciente e onipresente, quase tendo que fazer tudo ao mesmo tempo – e a assessoria nos ajuda muito para isso –, e eu talvez não fique até o final para ouvir os encaminhamentos. A minha assessoria estará aqui e fará as anotações necessárias, porque ainda preciso ir agora a outra Comissão.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Agradeço, Senadora Eliziane.

Antes de passar...

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, eu sei que eu não me inscrevi, não sou da Comissão, mas eu queria só comentar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Isso. Eu ia colocar agora... Antes de passar para os nossos convidados, a Senadora Zenaide gostaria de dar uma palavra.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu quero parabenizar a Comissão, porque isso dá uma visibilidade...

Eu quero cumprimentar o Senador Marcos do Val e Ivan Lira, lá do meu Estado, professor da universidade federal.

E algo me preocupa, mas me chama a atenção o que eu queria dizer ao Major Olimpio, que foi meu colega Deputado: me encheu de esperança o fato de ele dizer que não vai faltar recurso para o sistema penitenciário.

Eu queria dizer aos senhores – e peço o apoio – sobre, como ela falou, a criação do SUSP: eu tenho uma PEC tramitando, inclusive nesta Comissão, que determina repasses mínimos, começando com 1% da receita corrente líquida, aumentando 0,5% e chegando a 2,5%. Muitas vezes, dizem assim: "Senadora Zenaide, só isso?". Eu digo que, hoje, se olharem o Orçamento Geral da União de 2017, que é a base para 20 anos, com a Emenda 95, Senadora Juíza Selma, menos de 0,5% é aplicado na segurança pública. E a gente sabe que não se faz segurança pública sem recursos. No meu Estado, o Rio Grande do Norte, a gente vê isso, com os policiais com os salários atrasados, sem a mínima tecnologia, com os crimes levando anos para serem esclarecidos.

Eu perguntaria se o Ministério da Justiça possui alguma proposta cuja tendência seja a redução de homicídios, inclusive pelos agentes do Estado. É possível pensar numa proposta desta que não estimule a violência ao invés de incrementá-la? Aqui, a gente está falando sobre a liberação de armas. A pergunta seria aos representantes aí: como se pensa nisso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho um pensamento assim: a segurança do povo é obrigação do Estado brasileiro. Quando a gente mostra os Estados Unidos... E eu falo, Senadora, porque se mostra tudo como exemplo. Em um país que já é a maior potência econômica do mundo há muitos anos, como se explica ele ter a maior população carcerária do mundo?

E a gente vem aqui para educação de qualidade para todos, não só para um grupo privilegiado, porque hoje se sabe que só se diminui a violência com educação de tempo integral de qualidade. A gente pode formar um quartel, uma prisão, como a do Rio Grande do Norte – e há várias – para os crimes hediondos, mas a gente sabe que, mesmo só com a punição... E eu citarei aqui o exemplo da Lei Maria da Penha em que, em 2015, a gente transformou em crime hediondo o feminicídio, e é impressionante como não houve uma diminuição! Parece até que as pessoas que cometem crime não têm medo disso.

Eu sou médica de formação e confesso que não tenho a habilidade de ver tudo isso aqui, mas isso me chama atenção, porque eu quero que o Ministério da Justiça tenha uma proposta cuja tendência seja reduzir os homicídios. Há praticamente uma guerra civil. Em poucos países que têm guerra civil, assassinam tanta gente!

Era só isso.

Obrigada, Senador Presidente, por me dar esta oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Sou eu que agradeço à Senadora.

Agora, estão com a palavra os nossos convidados, que, de forma democrática, podem ligar o microfone e proferir as respostas.

O SR. DOUGLAS FISCHER (*Fora do microfone.*) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Por favor.

O SR. DOUGLAS FISCHER (Para exposição de convidado.) – Rapidamente, agradeço as palavras que foram dirigidas.

E, diante da pergunta que foi feita pela Senadora Selma, eu faria uma pequena colocação e, depois, um adendo, porque acho importante esclarecer.

Na minha ótica, Senadora, este projeto tem uma virtude muito importante, em que poucos tocaram ainda, que são as chamadas equipes conjuntas de investigação. Há muito tempo, fala-se disso no exterior, os chamados JITs. E me parece que esta proposta, nesses termos, deixa muito claro – e pode ser ampliada, não só porque aqui constam Ministério Público e a Polícia Federal – que podem constituir equipes conjuntas de investigação para apuração de crimes de terrorismo, crimes transnacionais ou crimes cometidos por organizações criminosas internacionais. O importante, Senadora, é que, para constituição dessas equipes – o §3º é explícito –, não será exigida a previsão em tratados, sendo que isso pode ser regulamentado pelo Poder Executivo Federal. Parece-me que seria um grande ponto de aprimoramento nós termos logo, o quanto antes, a regulamentação dessas equipes conjuntas de investigação, pois, hoje em dia, com as possibilidades que nós temos de cooperação internacional direta – e tem funcionado muito –, a efetividade se apresenta.

Se me permitem mais 30 segundos ou talvez um pouquinho mais, eu gostaria apenas de deixar algo claro. Eu me referi a alguns números antes, e os números são importantes, porque esta Casa trabalha com os dados técnicos e os dados da realidade. Eu citei antes os números,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o Dr. Eduardo contestou e está no direito de fazê-lo, mas eu gostaria de dizer que esses números não são meus. Eu fui à página do STJ, portanto, fui buscar os dados oficiais. E eu vou deixar claro aqui mais uma vez: tudo que é possível por intermédio dos recursos é melhor e mais possível ainda, numa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DOUGLAS FISCHER – ... linguagem coloquial, por intermédio de *habeas corpus*. Então, os dados oficiais são não meus, mas do STJ: absolvição, 0,62%; substituição de pena, 1,02%; prescrição, 0,76%; diminuição de pena, 6,44%; diminuição da pena de multa, 2,32%; e alteração no regime prisional, 4,57%. De absolvição, 0,62%! E repito: todos esses casos aqui são passíveis de proteção mediante *habeas corpus*. Disso não há dúvida.

Destaco mais uma coisa, se me permite, Major Olimpio. Os dados sobre a criminalidade são disformes, mas o senhor sabe qual é o número, segundo o Depen, de pessoas condenadas por delitos contra a administração, como muito bem dito pelo Prof. Rogério Greco, que são aqueles crimes de genocídio contra a população? O senhor tem ideia de quantos por cento dos crimes?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DOUGLAS FISCHER – É 0,023%! Eu não disse 0,1%, eu disse 0,023% das pessoas condenadas, ou seja, o impacto que esse tipo de criminalidade vai ter para fins de encarceramento é aproximadamente perto de zero. Ele não influencia.

Se são esses crimes com que estão preocupados, aí eu busco, Prof. Greco, as palavras que trazem o Prof. Luigi Ferrajoli, da teoria do garantismo... Eu vou ler o que diz o Prof. Ferrajoli, no seu livro *Democracia y garantismo*, na p. 254, que confere exatamente com o que foi dito aqui: "O Estado tem que preocupar-se, finalmente, com as infrações cometidas pelos senhores – corrupção, balanços falsos, valores sem origem e ilícitos, fraudes ou lavagem de dinheiro –, ao contrário do que normalmente se faz quanto à propaganda da necessária punição dos crimes que ocorrem nas ruas". É exatamente a realidade que nós temos no Brasil. Se nós não mudarmos isso, vão diminuir as nossas chances de nós mostrarmos que é possível combater esse tipo de criminalidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – O próximo convidado que queira falar, por três minutos.

O SR. GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ (Para exposição de convidado.) – Rapidamente, eu concordo com o Douglas, quando ele falou da importância dessas equipes de investigação conjuntas. Talvez o que se pudesse evoluir, em termos de proposta legislativa, seria se cogitar também a criação, que depende também de projeto de lei, de varas que não precisam nem ter uma área regional específica, porque, na medida em que eu passo a ter combates de crimes transnacionais, há uma certa especialidade na atuação desse crime. Então, seria possível criar... A Espanha, por exemplo, tem a Audiência Nacional, que cuida de todos os tipos de crime no território. Talvez pela nossa dimensão territorial, isso não fosse possível, mas seria possível, por lei, criar regionalizadas varas em Estados ou no âmbito federal, no âmbito de cada Tribunal Regional Federal, criando uma vara que seria específica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso eliminaria muita discussão sobre problema de competência territorial, ainda mais porque, nesse tipo de crime, há infrações conexas, e aí ficam discutindo qual é prevalecente, qual território que ganha, qual território que perde competência. Essa seria uma possibilidade.

Por outro lado, Douglas, vejo o reflexo no que foi dito tanto pela Senadora Eliziane quanto pela Senadora Zenaide da importância em relação ao tráfico de drogas... É verdade que é preciso subir o número de condenações, de investigação, processar e punir a corrupção, porque, certamente, nós não temos só esse percentual, mas, se nós temos hoje nos dados do Infopen de 2014 68% dos condenados por tráfico de drogas, sendo a maioria desses jovens, não é através só da punição que se vai acabar com esse dado. A educação é um dado fundamental. Como foi dito pelo Rogério Greco, se você for hoje ao local... Outro dia eu vi um documentário em que uma pessoa falava: "Aos 25 anos, ou eu vou estar morto ou eu vou estar na cadeia". Essa é a perspectiva de vida de um jovem dessa comunidade. Então, se você não der uma alternativa para ele escapar desse ciclo... É por isso que, quando eu falava do anticrime... Não se combate esse tipo de criminalidade somente aumentando a punição. Se fosse assim, a pena já é de oito a quinze anos, e nenhum jovem fala hoje: "Eu vou ser traficante, porque a pena é de oito a quinze. Ah, mas, se a pena passar para doze a trinta, eu deixo de ser traficante". Não! A opção dele não é pela pena, é uma falta de opção pela ausência...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO HENRIQUE RIGHI IVAHY BADARÓ – ... do que ele tem para fazer no futuro. Então, seja através de educação, não só preventiva, para o usuário, mas também oportunidade de educação e de trabalho para que essas pessoas consigam escapar desse tráfico... Concordo que a educação seja talvez a grande medida anticrime que nós podemos ter.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Passo a palavra agora para o Procurador Bruno. **O SR. BRUNO CALABRICH** (Para exposição de convidado.) – Eu queria fazer observações bem rápidas sobre a pergunta da Senadora Juíza Selma no que diz respeito ao acordo de não persecução e o acordo de admissão de culpa. A preocupação é muito pertinente, precisa. Há acordos que foram feitos em anos recentes que sofreram críticas, algumas das quais bem justas, mas o projeto me parece que teve essa preocupação também, porque ele prevê a participação do juiz no mérito do acordo. Ele prevê que o juiz pode não homologar o acordo se julgar que é desproporcional ao benefício oferecido, se julgar que o crime é muito grave para aqueles benefícios, e inclusive no acordo de admissão de culpa, o projeto prevê que quem vai determinar a pena – a sanção, que pode ser prisão, inclusive –, é o juiz, e não as partes que negociaram. Não é o Ministério Público e o acusado no processo. Eles, no máximo, sugerem essa aplicação.

Parece-me que isso, inclusive, afasta o modelo que está sendo proposto do *plea bargain*. Foi muito citado o *plea bargain*, mas, na verdade, o modelo, como eu já disse na minha exposição, não é *plea bargain*. O que está sendo proposto aqui se aproxima mais de um modelo romano-germânico, e não de um modelo anglo-saxão. Por quê? Porque prevê menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exposição das partes e mais interferência do juiz na homologação do acordo, não somente em questões de forma, mas também no conteúdo do acordo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Obrigado.

Agora eu passo a palavra ao jurista Rogério Greco.

O SR. ROGÉRIO GRECO (Para exposição de convidado.) – Senador Major Olímpio, quando foi publicado esse projeto, surgiu esse §2º dizendo o seguinte: "o juiz poderá reduzir a pena até a metade ou deixar de aplicá-la se o excesso decorrer de escusável medo, surpresa ou violenta emoção". Desses artigos todos que eu estive pesquisando, a maioria já começou a ir contra a polícia, dizendo: "se esse artigo foi criado para a polícia especificamente, é justamente na polícia que não pode ser aplicado, porque o policial não pode agir com medo, não pode agir com violenta emoção". São pessoas que, com certeza absoluta, desconhecem a atividade policial. E uma coisa, Senador, eu aprendi durante todo esse tempo convivendo com a polícia: que o medo faz parte da atividade policial; a covardia, não. Então, mesmo com medo, o policial vai agir. Então, esse artigo, se vingar, se aplica sim ao policial, porque todos nós temos medo.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, posso fazer só um comentário?

Com toda a vênia ao Sr. Gustavo, eu não vejo que se possa coibir crimes simplesmente tratando essas pessoas como vítimas ou dizer que só a educação resolve. Eu acho que, em um primeiro momento, o Estado vai ter sim que construir muita cadeia, muita cadeia, porque o que mais faz essas pessoas reiterarem, como o senhor disse, não é se a pena mínima é oito e aumenta para doze. Não é, não. É a certeza da impunidade. É saber que não vai acontecer nada. E essa certeza da impunidade é o maior impulsionador.

A gente era obrigada a fazer audiência de custódia. O CNJ é uma bênção, não é? Então, na audiência de custódia... Vou contar para vocês a última que eu fiz antes de aposentar. O preso, aqui na minha frente, virou para mim e falou assim: "juíza, será que eu não posso deixar o meu colega que está atrás de mim na fila passar na frente?" Eu falei: "uai, por quê?". Pensei que o cara devia estar passando mal. "Não, é porque ele tem uma festa para ir depois". Isso é a certeza da impunidade. O cara estava esperando para fazer uma audiência de custódia, tinha uma festa para ir e pede para furar a fila. É a certeza que ele tinha de que ele não ia ficar ali. Então, acho que é mais do que talvez aumentar a pena, diminuir a pena ou pensar em outras coisas. Eu penso que, de uma forma, ou pelo menos em um primeiro momento, vai ter sim que haver um encarceramento efetivo para que essas pessoas pensem duas vezes.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Vou passar agora a palavra ao advogado Eduardo Toledo. Em seguida, ao Juiz Federal Ivan Lira. E assim a gente segue para o encerramento...

Ah, então vamos colocar aqui também: após o Juiz Federal, vai falar o delegado da Polícia Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra, o advogado Eduardo Toledo.

O SR. EDUARDO DE VILHENA TOLEDO (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Sr. Presidente.

É apenas também para sugerir ao Senado Federal, nessa análise de problema tão sintomático da sociedade brasileira no que pertine à corrupção – e aqui ninguém defende a não punição da corrupção, ao contrário, mas defende dentro de uma sistemática viável e harmônica com o sistema jurídico brasileiro –, mas que esse combate à corrupção não se faça somente no âmbito da legislação criminal. Eu acho que a Lava Jato conseguiu fazer um raio-X muito preciso da corrupção brasileira. A corrupção brasileira reside muito na contratação e no pagamento. Eu acho que aí seria muito importante, por parte do Senado da República, que também fizesse uma reanálise da Lei de Licitações, fizesse uma reanálise de toda a relação público-privada, porque a gente vai enxugar gelo, combater só as consequências. A gente precisa evitar que o fato venha a ocorrer, e eu acho que é de suma importância que, junto com o processo do âmbito criminal, também se faça uma análise do estudo da legislação, sobretudo no que pertine à Lei de Licitações, Srs. Senadores.

Era só essa a conclusão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Obrigado ao advogado Dr. Eduardo Toledo.

Agora vou passar, então, para o Juiz Federal Ivan Lira, por três minutos, para a sua resposta.

O SR. IVAN LIRA DE CARVALHO (Para exposição de convidado.) – Obrigado. O som está...? (*Fora do microfone.*)

Estou com o poder do som?

Nota-se que o projeto, objetivando estimular um olhar diferenciado para a atividade dos agentes de segurança, focou muito no instituto da legítima defesa. Eu me dirijo especialmente ao Senador Major Olímpio, por saber da sua origem no âmbito do estamento da segurança e de militar, mas eu tenho a impressão que seria mais útil se estivesse focado no que realmente acontece quando um policial faz uma intervenção dita mais dura em termos dos efeitos, que é o estrito cumprimento do dever legal. Quando um policial se dirige a uma ocorrência e, dada a situação, ele tem que intervir de forma tão forte que possa levar, por exemplo, a uma lesão corporal ou à morte dos envolvidos, ele está representando a sociedade, ele está no estrito cumprimento do dever legal. Penso que seria mais útil trazer-se um esclarecimento para o corpo do próprio Código Penal, que cita as excludentes, fala depois detalhando, da legítima defesa, do estado de necessidade, e não detalha o que é estrito cumprimento do dever legal. Então, esse momento que o legislador de 1940 deixou de atender, esclarecendo o que é, poderia ser suprido agora, ao invés de se entrar em uma discussão sistemática do que é legítima defesa ou não é.

(*Soa a campainha.*)

O SR. IVAN LIRA DE CARVALHO – Aí sim, levanta-se o discurso de que é corporativista a emenda, de que foi feita sob encomenda para policiais, etc. Eu acho que, trabalhando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tecnicamente – já tocou, não é? – no que é o estrito cumprimento do dever legal, seria mais útil e atenderia mais ao sistema penal, inclusive às excludentes de ilicitude.

Era só isso, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Obrigado pelas palavras.

Por último, e após nós caminhamos para o encerramento, o delegado da Polícia Federal, Dr. Fábio.

O SR. FÁBIO ALCEU MERTENS (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador Marcos.

É apenas uma colocação com relação a um dos questionamentos apresentados pela Senadora Zenaide, vosso questionamento com relação à existência de um plano de redução de homicídios. É importante a gente ressaltar neste momento que, como uma das primeiras metas do Plano Nacional de Segurança Pública, já está sendo implementado, desde maio agora, em cinco diferentes Municípios de diferentes regiões do País, justamente o Plano Nacional de Redução de Homicídios do Ministério da Justiça. Esse plano está a cargo da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp), órgão diretamente ligado ao Ministério da Justiça, que desde já, Senadora, fica à disposição para lhe encaminhar, se for o caso, informações complementares.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Aproveito para agradecer a presença de todos, principalmente dos nossos convidados, e também para dizer que o meu gabinete, no 18º andar, Anexo I, está à disposição de vocês para agregar à relatoria.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 24 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e sete minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Simone Tebet, Jorginho Mello e Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, José Maranhão, Esperidião Amin, Eduardo Gomes, Marcelo Castro, Dário Berger, Daniella Ribeiro, Luis Carlos Heinze, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Elmano Férrer, Rose de Freitas, Juíza Selma, Rodrigo Cunha, Lasier Martins, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Veneziano Vital do Rêgo, Alessandro Vieira, Weverton, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Leila Barros, Humberto Costa, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Paulo Rocha, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Carlos Viana, Rodrigo Pacheco e Marcos Rogério. Registram a presença os Senadores Confúcio Moura, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Paulo Paim, Jayme Campos e Alvaro Dias. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Jader Barbalho, Ciro Nogueira, Cid Gomes e Fabiano Contarato. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 17ª Reunião Ordinária, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Ofício "S" nº 22, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil." Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil. Relatoria: Senador Otto Alencar. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM 2 - Ofício "S" nº 23, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

103-B, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro de Tribunal Regional Federal, no biênio 2019-2021." Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM 3 - Ofício "S" n° 24, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a juiz federal, no biênio 2019-2021." Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM 4 - Ofício "S" n° 25, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor LUCIANO NUNES MAIA FREIRE, para ser reconduzido ao cargo de conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2019-2021." Autoria: Superior Tribunal de Justiça. Relatoria: Senador Tasso Jereissati. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 233, de 2019 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 235, de 2019 - Não Terminativo - que: "Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro. O registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Ncional de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo n° 238, de 2019 - Não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo – que: "Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo nº 239, de 2019 – Não Terminativo – que: "Susta, nos termos nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre "a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas"." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo nº 286, de 2019 – Não Terminativo – que: "Susta os Decretos nºs 9.785, de 07 de maio de 2019, e 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo nº 287, de 2019 – Não Terminativo – que: "Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019 e o Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas." Autoria: Senador Humberto Costa e outros. Tramita em conjunto com o Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2019 – Não Terminativo – que: "Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, com redação dada pelo Decreto 9.797,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de 21 de maio de 2019, e as retificações no Diário Oficial da União, de 22 de maio de 2019 (edição 97, seção 1, pág.2)." Autoria: Senadora Eliziane Gama. Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Contrário aos Projetos. Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. Observação: Rejeitados os Requerimentos nºs 25 e 26, de 2019-CCJ, de Audiência Pública, de iniciativa do Senador Major Olímpio e da Senadora Juíza Selma. ITEM 6 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei n° 672, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989, para incluir na referida legislação os crimes de discriminação ou preconceito de orientação sexual e/ou identidade de gênero." Autoria: Senador Weverton (PDT/MA). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo. Resultado: Adiado. ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1161, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incentivar e desenvolver o desporto nos sistemas de ensino." Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF). Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 8 - Proposta de Emenda à Constituição n° 1, de 2019 - Não Terminativo - que: "Acrescenta o art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das mesas no congresso." Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES) e outros. Relatoria: Senadora Juíza Selma. Relatório: Favorável à Proposta com uma emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 9 - Projeto de Lei Complementar n° 21, de 2019 - Não Terminativo - que: "Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República." Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). Relatoria: Senador Jorge Kajuru. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, com a emenda de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 10 - Turno Suplementar do Substitutivo Oferecido ao Projeto de Lei do Senado n° 307, de 2018 - Terminativo - que: "Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu." Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). Relatoria: Senadora Simone Tebet. Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S. Resultado: Aprovado o Substitutivo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e a Emenda nº 2-S, em Turno Suplementar. ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2016 - Terminativo - que: "Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária." Autoria: Senador José Aníbal (PSDB/SP). Relatoria: Senador Antonio Anastasia. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Aprovado o Substitutivo, que será submetido a Turno Suplementar. ITEM 12 - Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2017 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 55 da Constituição Federal, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade." Autoria: Senador Romário (PODE/RJ) e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Marcos Rogério, Esperidião Amin e Rodrigo Pacheco, nos termos regimentais. ITEM 13 - Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui o Cadastro Nacional de Pedófilos." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Major Olimpio. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado nº 518, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing." Autoria: Senador Cidinho Santos (PR/MT). Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo. Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda que apresenta e pela prejudicialidade da emenda nº 1. Resultado: Vista concedida ao Senador Major Olímpio, nos termos regimentais. ITEM 15 - Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2014 - Não Terminativo - que: "Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos." Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável à Proposta. Resultado: Vista concedida aos Senadores Antonio Anastasia e Marcos Rogério, nos termos regimentais. ITEM 16 - Projeto de Lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nº 600, de 2019 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, para dispor sobre a substituição de pena dos crimes previstos no §3º do art. 302 e no §2º do art. 303." Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). Relatoria: Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 17 - Projeto de Lei da Câmara nº 115, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 9º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), para proibir a exclusão de pessoas jurídicas adimplentes e de boa-fé do Refis nas condições que especifica." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Votam vencidos os Senadores Major Olímpio, Flavio Bolsonaro, Eduardo Girão e a Senadora Juíza Selma. Observação: Em 05/06/19, foi apresentado Voto em Separado do Senador Major Olímpio, contrário ao Projeto. ITEM 18 - Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2018 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para disciplinar a concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar na ação direta de inconstitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Observação: Aprovado Requerimento nº 29, de 2019-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 19 - Projeto de Lei do Senado nº 35, de 2018 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, para estabelecer a contagem de prazos em dias úteis e sua suspensão no período de 20 de dezembro a 20 de janeiro." Autoria: Senador Airton Sandoval (PMDB/SP). Relatoria: Senador Roberto Rocha. Relatório: Pela aprovação do Projeto com três Emendas de redação que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 20 - Projeto de Lei nº 2479, de 2019 - Não Terminativo - que: "Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Kátia Abreu. Relatório: Favorável ao Projeto. Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto. Observação: Aprovado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento nº 30, de 2019-CCJ, de urgência para a matéria. ITEM 21 - Projeto de Resolução do Senado nº 26, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Resolução do Senado Federal nº 93, de 1970 - Regimento Interno do Senado Federal, para determinar a criação do Colégio de Líderes." Autoria: Senadora Eliziane Gama (PPS/MA). Relatoria: Senador Lasier Martins. Relatório: Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 22 - Projeto de Lei nº 1829, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera as Leis nºs 6.009, de 26 de dezembro de 1973; 7.565, de 19 de dezembro de 1986; 9.610, de 19 de fevereiro de 1998; 11.771, de 17 de setembro de 2008; 12.462, de 4 de agosto de 2011; 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.146, de 6 de julho de 2015, para promover a modernização do turismo no Brasil; e revoga dispositivos da Lei nº 12.974, de 15 de maio de 2014, e a Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues. Relatório: Favorável ao Projeto com oito emendas que apresenta. Resultado: Retirado de pauta para atender Requerimento nº 28, de 2019-CCJ, de audiência pública para instruir a matéria. ITEM 23 - Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015 - Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências." Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP). Relatoria: Senadora Leila Barros. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta; pela aprovação das Emendas nºs 2-CTFC-CAS, 4-CAS, 6-CAS; pela aprovação da Emenda nº 3-CAS, com a Subemenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 5-CAS, nos termos da Subemenda Substitutiva que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-CTFC-CAS. Resultado: Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 24 - Ofício "S" nº 29, de 2019 - Não Terminativo - que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil." Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil. Relatoria: Senador Sérgio Petecão. Relatório: Pronto para deliberação. Resultado: Vista coletiva concedida automaticamente nos termos regimentais. ITEM EXTRAPAUTA 25 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 23, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLC 80/2018, que altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Marco Buzzi - Ministro do Superior Tribunal de Justiça; 2. José Carlos Ferreira Alves - Desembargador do TJSP; 3. Ricardo Pereira Junior - Juiz de Direito; 4. Davi Depine Filho - Defensor Público-Geral do Estado de São Paulo; 5. Felipe Santa Cruz - Presidente Ordem dos Advogados do Brasil". Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 26 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 24, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 6 (seis) membros titulares e igual número de suplentes, para, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, estudar e propor medidas legislativas tendentes ao aperfeiçoamento, transparência e eficiência do denominado "Sistema S", que reúne serviços sociais autônomos ou entidades paraestatais destinatárias de contribuições compulsórias provenientes do respectivo segmento profissional, entre elas o SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEST, SENAT, SENAR, SEBRAE, SESCOOP, e outras." Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 27 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 25, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDL 286/2019, que susta os Decretos nºs 9.785, de 07 de maio de 2019, e 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Benedito Gomes Barbosa Junior – Especialista em Segurança Pública e Presidente da ONG Movimento Viva Brasil; 2. Jairo Paes de Lira – ex-Deputado Federal, Coronel da Reserva Polícia Militar do Estado de São Paulo e atual Presidente da Associação Brasileira Pela Legítima Defesa; 3. Adib Abdouni – Advogado, Doutor e Mestre em Direito Constitucional; 4. Flavio Pansieri – Advogado, fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional e pós-doutor em Direito; 5. Armando de Mesquita Neto – Advogado especialista em Direito Penal Econômico e Compliance; 6. Everton Moreira Seguro – Advogado criminalista; 7. Elias Miler da Silva – Advogado. Doutor e Mestre em Segurança e Ordem Pública. Coronel da Reserva da Policia Militar do Estado de São Paulo; 8. Fabricio Rebelo – Pesquisador em Segurança Pública e Coordenador do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (CEPEDES)." Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP). Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 28 – Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 26, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDL 287/2019, que susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019 e o Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Benedito Gomes Barbosa Junior – Especialista em Segurança Pública e Presidente da ONG Movimento Viva Brasil; 2. Jairo Paes de Lira – Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo, ex-deputado Federal e atual Presidente da Associação Brasileira Pela Legítima Defesa; 3. Adib Abdouni – Advogado, Doutor e Mestre em Direito Constitucional; 4. Flavio Pansieri – Advogado, fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional e pós-doutor em Direito; 5. Armando de Mesquita Neto – Advogado especialista em Direito Penal Econômico e Compliance; 6. Everton Moreira Seguro – Advogado criminalista." Autoria: Senadora Juíza Selma (PSL/MT). Resultado: Rejeitado. ITEM EXTRAPAUTA 29 –

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 27, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retificar e aditar o Requerimento nº 18 de 2019 - realização de reunião de Audiência Pública para instruir o PLC nº 175/2017, que “Regulamenta a profissão de leiloeiro público oficial. ” -, já aprovado por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos seguintes termos: Em aditamento, os seguintes convidados: um Representante do Ministério da Justiça; um Representante do Ministério da Economia. Em retificação: Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Presidente da ALEIBRAS - Associação da Leiloaria Oficial Brasileira; Fabiana Lopes Pinto Santello - Presidente da Associação Brasileira de Gestoras de Alienações Judiciais e Extrajudiciais - ABRAGES; Eronides Santos - Promotor de Justiça de Falências- Ministério Público do Estado de São Paulo; Paulo Maria Teles Antunes - Advogado e procurador da Associação Brasileira dos Leiloeiros e Entidades (ASBRALE); Larissa Maria de Moraes Leal - Advogada e procuradora da Associação dos Mutuários e Moradores de Minas Gerais (AMMMG); Dalton Luiz de Moraes Leal - Leiloeiro Público (matrícula: nº 05/06, Junta Comercial do Estado do Piauí - JUCEPI)." Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 30 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 28, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1829/2019. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério do Turismo; 2. Representante do Ministério da Economia; 3. Representante da Associação Brasileira de Resorts (ABR); 4. Representante da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Nacional (ABIH); 5. Representante do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB); 6. Representante do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD; 7. Silvana Cambiaghi, arquiteta especialista em acessibilidade e desenho universal; 8. Paula Mafra Lavigne, atriz, produtora e empresária do setor cultural; 9. Roberto Frejat, cantor, compositor e guitarrista brasileiro; 10. Nando Reis, baixista, cantor, violonista e compositor brasileiro". Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 31 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n°

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

29, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2018." Autoria: Senador Eduardo Girão (PODE/CE). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 32 - Requerimento da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania n° 30, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do artigo 338, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o Projeto de Lei nº 2479, de 2019." Autoria: Senadora Kátia Abreu (PDT/TO). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 17ª Reunião, Ordinária.

As Sras. e os Srs. Senadores que as aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário Oficial do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 23.

Antes de aprovar os requerimentos que estão sobre a mesa, eu preciso fazer a leitura dos Ofícios S de autoridades, de nºs 1 a 4.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sra. Presidente, peça para o Major Olimpio ler.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço ordem, por favor, para começarmos os nossos trabalhos.

1ª PARTE

ITEM 1

OFÍCIO "S" N° 22, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ANDRÉ LUIS GUIMARÃES GODINHO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil e outros

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos regimentais, esta Presidência comunica às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores que o processo de apreciação das autoridades nesta Comissão será feito em duas etapas: nesta primeira, será feita a leitura e a discussão do relatório, e, na segunda, o indicado será submetido à arguição pelos membros da Casa.

Concedo a palavra ao Senador Otto para proferir o seu relatório.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Senadora e Presidente Simone Tebet.

Vou fazer a leitura do relatório referente ao Ofício S nº 22, de 2019 (nº 69, de 2019, na origem), da Ordem dos Advogados do Brasil, que submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Sr. André Luis Guimarães Godinho, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil.

Vem a exame desta Comissão a indicação do advogado André Luis Guimarães Godinho para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A indicação foi formalizada pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil pelo Ofício nº 69, de 2019, datado de 21 de maio do ano em curso.

A instrução obedece ao que exige o art. 383 do Regimento Interno desta Casa, não havendo lacunas a suprir no que se refere à documentação acostada.

Cuida-se, nesta hipótese, de análise de indicado a compor, reconduzido, o Conselho Nacional de Justiça.

O Advogado André Luis Guimarães Godinho é inscrito na OAB pela Seccional do Estado da Bahia, possuindo, também, registro suplementar na Seccional do Distrito Federal.

É graduado em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), com titulação de especialização em Processo Civil, em pós-graduação, pela Fundação Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e em Direito Eleitoral, também em nível de pós-graduação, pela Fundação César Montes da Universidade Maurício de Nassau. Apresenta também mestrado em História do Direito pela Universidade de Lisboa.

Foi investido na condição de membro do Conselho Nacional de Justiça em 2017, para mandato no biênio que se encerra neste ano em curso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi, também, Conselheiro Federal da OAB nos biênios 2013-2015 e 2016-2018. Atuou como Presidente da Comissão Nacional das Sociedades de Advogados nos mesmos biênios referidos e como representante institucional do Conselho Federal da OAB perante o CNJ em 2015.

Entre outras funções, atuou como membro da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento do CNJ e, neste mesmo Conselho, como membro da Comissão de Tecnologia da Informação e Infraestrutura.

É autor de diversos artigos jurídicos, entre eles "OAB e sociedade em defesa do CNJ".

Foi acostada regularmente declaração de isenção de envolvimento com nepotismo; declaração de sócio de empresas, entre elas sociedade de advogados; a declaração de regularidade fiscal e as certidões exigidas pelo Regimento Interno desta Casa.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

Esse é o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Otto.

Coloco em discussão o relatório do Senador Otto Alencar. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e votação.

1ª PARTE

ITEM 2

OFÍCIO "S" N° 23, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VI, da Constituição Federal, a indicação do Senhor RUBENS DE MENDONÇA CANUTO NETO, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a membro de Tribunal Regional Federal, no biênio 2019-2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Superior Tribunal de Justiça e outros

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Pronto para deliberação.

Com a palavra o Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir o seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, nossos cumprimentos a V. Exa. e a todas e a todos os demais membros desta Comissão.

Feita a leitura da ementa, passamos ao relatório, Sra. Presidente.

O Exmo. Sr. Ministro João Otávio de Noronha, Presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), submete à apreciação do Senado Federal, por meio do Ofício S nº 23, de 2019, o nome de S. Exa. o Sr. Rubens de Mendonça Canuto Neto, Juiz do Tribunal Regional Federal (TRF) da 5ª Região, indicado ao cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em observância ao art. 383, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), o indicado encaminhou a esta Casa seu *curriculum vitae*, que será brevemente exposto.

Nascido em Alagoas, graduou-se em Direito pelo Centro de Estudos Superiores de Maceió em 1998, especializando-se em Direito Tributário pela Fundação Getúlio Vargas no ano seguinte.

À época da graduação, era servidor público no cargo de Técnico Judiciário, posteriormente ingressando, já formado, nas carreiras de Delegado da Polícia Federal e Advogado da União.

Ingressou na magistratura em 2002, no cargo de Juiz Federal substituto do TRF da 4ª Região. No ano de 2015 tomou posse no cargo de Juiz do TRF da 5ª Região, em decorrência de promoção por merecimento.

Durante sua carreira como juiz, participou de diversas atividades jurisdicionais e administrativas por designação e convocação do TRF da 5ª Região.

O indicado apresenta todos os documentos exigidos pela Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, inclusive declarando que jamais exerceu qualquer atividade de gerência ou de administração nas empresas das quais é sócio cotista e que indica nos documentos acostados ao processado.

Ademais, Sra. Presidente, declara que possui uma parente consanguínea de terceiro grau em linha colateral (a Sra. Fátima Canuto) que, nesta Legislatura, exerce pela primeira vez o mandato de Deputada Estadual na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas.

Eis o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Análise.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, nos termos do inciso VI do art. 103-B da Constituição Federal, um dos assentos do CNJ é reservado a juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Cabe a esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de acordo com o art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 7, de 2005, e art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), proceder à sabatina do indicado e emitir parecer sobre a indicação, por voto secreto, para orientar a manifestação definitiva do Plenário do Senado Federal.

No que se refere às suas atividades profissionais, o indicado tem larga e sobeja experiência em atividades jurídicas, não só na magistratura, mas também na advocacia pública, na atividade policial e como servidor do Poder Judiciário. Além disso, exame do seu currículo e dos demais documentos apresentados faz-nos concluir que possui afinidade intelectual e moral para o exercício da atividade para a qual foi indicado.

Por fim, quanto ao parentesco com titular de mandato eletivo, na Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas, devemos ressaltar que a vedação contida no §1º do art. 6º da Resolução nº 7, de 2005, qual seja, de que indicação não pode contemplar membro do Poder Legislativo ou parente até o terceiro grau, inclusive, recai apenas e tão somente sobre indicados à vaga cuja indicação for do Senado Federal – que não é o caso –, a teor do *caput* do mesmo artigo.

Diante do exposto, considerando tratar-se de deliberação por voto secreto, limitamo-nos a proferir este relatório e a presente análise, acreditando piamente estarmos fornecendo às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores integrantes desta Comissão os elementos suficientes para decidirmos sobre a indicação do Sr. Rubens de Mendonça Canuto Neto para o cargo de Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senador Veneziano.

Coloco em discussão o relatório do Senador Veneziano Vital do Rêgo. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura a arguição e votação do candidato.

Item...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Sra. Presidente, desculpe-me...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Pela ordem.) – ... apenas por força de termos mantido, ontem, contato para sabermos se, efetivamente, já está designada como data às sabatinas dos indicados o dia 19.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. A princípio, esta Presidência já comunicou, inclusive à Mesa, que, no dia 12, portanto próxima semana – agradeço até a V. Exa. –, nós teremos a sabatina do Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, às 9h da manhã, para não atrapalhar, depois, a segunda parte da reunião da CCJ com pauta deliberativa. E, no dia 19, os três indicados do CNJ, também às 19h. Mas estaremos comunicando oficialmente às 9h da manhã. Estaremos comunicando oficialmente aos gabinetes e às assessorias no momento oportuno.

Item 3.

1ª PARTE

ITEM 3

OFÍCIO "S" N° 24, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, a indicação da Senhora CANDICE LAVOCAT GALVÃO JOBIM, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada a juiz federal, no biênio 2019-2021.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao ilustre Senador para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, Sr. Vice-Presidente, Senador Jorginho Mello, Sras. Senadoras, Srs. Senadores.

É submetida ao exame do Senado Federal a indicação da Juíza Federal da 1ª Região, Dra. Candice Lavocat Galvão Jobim, escolhida pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça para compor o Conselho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Justiça, biênio 2019/2021, em conformidade com o disposto no art. 103-B, inciso VII, da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional 45, de 2004.

Estabelecem o *caput* e o §2º do citado art. 103-B que os membros daquela Corte, ao qual cabe o controle externo do Poder Judiciário, serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta dos membros desta Casa, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução.

Cabe a esta Comissão, de acordo com a Resolução do Senado Federal nº 7, proceder à sabatina da indicada ao CNJ, para o biênio 2019/2021.

Em obediência aos ditames desse diploma legal, S. Exa., a Sra. Juíza Federal Candice Lavocat Galvão Jobim, encaminhou o seu *curriculum vitae*, que passamos a resumir.

Nascida em 19 de setembro de 1974, na cidade de Rio Branco, capital do Acre, a indicada bacharelou-se em Direito, em 1996, no Centro Universitário de Brasília/DF (UniCeub).

Entre maio de 1997 e maio de 1998, concluiu Pós-Graduação Mestre em Direito (Master of Laws, LL.M) na University of Texas, School of Law, Austin, Texas, United States, sendo, nesse período, bolsista da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Durante o ano de 2004, fez Pós-Graduação na Escola Superior do Ministério Público, Curso Ordem Jurídica e Ministério Público.

Participou de diversos cursos de aperfeiçoamento, congressos, jornadas, conferências, simpósios, inclusive no exterior, em Austin, Texas, Estados Unidos, e, também, proferiu palestras.

Entre 2010 e 2012, publicou artigos jurídicos na Coleção Jornada de Estudos Esmaf, em razão de sua participação em jornadas temáticas.

Exerceu advocacia privada nos anos de 1996 a 2000 e, por alguns meses, entre 1999 e 2000, o cargo de analista processual do Ministério Público Federal do Gabinete do Procurador-Geral da República, sendo, em seguida, nomeada Procuradora do Estado da Bahia e Procuradora da Fazenda Nacional, nos anos 2000/2006.

Foi aprovada em cinco concursos públicos na área jurídica antes de se tornar Juíza Federal, por concurso igualmente, desde junho de 2006, lotada na 3ª Relatoria da 2ª Turma Recursal da Seção Judiciária de Goiás, exercendo, atualmente, a função de Juíza Auxiliar da Presidência do STJ.

Participou em comissões de estudo e grupos de trabalho, inclusive como coordenadora, no STJ, no CNJ, na Corregedoria Nacional de Justiça e na Corregedoria-Geral da Justiça Federal, inspeções pelo CNJ e, como expositora, em audiências públicas, seminários e cursos de capacitação de magistrados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É, ainda, professora licenciada de Direito Civil do UniCeub/DF.

Em atendimento ao art. 5º da mencionada Resolução nº 7, de 2005, e ao art. 383 do Regimento Interno desta Casa, a indicada declara: a) que não é membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem tem cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, como membros desses Poderes; b) em lista, os parentes que exercem ou exerceram atividades públicas vinculadas à sua atividade profissional; c) que nunca foi sócia-proprietária nem sócia-gerente de empresas ou entidades não governamentais; d) em comprovação anexa, sua regularidade fiscal no âmbito federal, estadual e municipal; e) em comprovação anexa, não existirem ações judiciais em que figura, como autora ou ré, em todo e qualquer grau de jurisdição, bem como que não responde a qualquer procedimento administrativo disciplinar; f) que é juíza federal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo atuado como juíza auxiliar do Ministro João Otávio de Noronha do CNJ, de agosto de 2016 a agosto de 2018, e no STJ, de agosto de 2018 até a presente data; g) em argumentação escrita, informando acreditar que a sua experiência profissional, adquirida ao longo de 20 anos de serviço público, dos quais, 14 anos como magistrada, poderá contribuir para a sua atuação no CNJ, caso seja aprovada pelo Senado Federal.

Diante do exposto, Sra. Presidente, entendemos que os Srs. Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a presente indicação para o Conselho Nacional de Justiça.

É o relatório, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Antonio Anastasia.

Coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura, portanto, o processo de arguição e votação do candidato.

O último Ofício S, item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

OFÍCIO "S" N° 25, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso IV, da Constituição Federal, a indicação do Senhor LUCIANO NUNES MAIA FREIRE, para ser reconduzido ao cargo de conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público, no biênio 2019-2021.

Autoria: Superior Tribunal de Justiça e outros

Relatoria: Senador Tasso Jereissati

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao ilustre Senador para proferir o seu relatório.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, submete-se a esta Comissão a indicação do Dr. Luciano Nunes Maia Freire, Juiz do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, para ser reconduzido ao cargo de conselheiro do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em mandato de dois anos, nos termos do art. 130-A, *caput* e inciso IV, da Constituição Federal.

A indicação em tela foi decidida pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e formalizada pelo seu Presidente, Ministro João Otávio de Noronha, por meio de ofício entregue em mãos ao Presidente desta Casa, Senador Davi Alcolumbre.

O Regimento Interno do Senado Federal estabelece, em seu art. 383, o processo de apreciação de indicações de autoridades, determinando que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania promova sabatina do indicado antes do encaminhamento da matéria ao Plenário da Casa para deliberação final. Além dessa disposição regimental, a deliberação sobre os nomes indicados para compor o CNMP deve obedecer também a disciplina específica firmada na Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal, e no Ato nº 1, de 17 de outubro de 2007, da CCJ.

A formação acadêmica do indicado inclui graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza e especializações em Direito Processual pela Universidade da Amazônia e Ciência Política pela Universidade de Lisboa.

Integrante do Poder Judiciário do Estado do Ceará, o indicado exerceu a judicatura em diversas Comarcas do interior, tais como Varjota, Reriutaba, Crateús, Tauá e Aracati, e também na capital, Fortaleza. Atuou, ao longo de sua carreira como Juiz, em varas cíveis e criminais, de tribunal do júri, de audiências de custódia, de família e de infância e juventude, bem como em mutirões jurisdicionais e na Justiça Eleitoral.

Ao tempo de sua nomeação para o CNMP, em 2017, exercia a titularidade da 1ª Vara de Tráfico de Drogas da Comarca de Fortaleza. No CNMP, o indicado tem exercido, em decorrência de eleição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

plenária, os cargos de Coordenador da Estratégia Nacional de Segurança Pública e de Presidente da Comissão de Meio Ambiente.

O Dr. Luciano Nunes Maia Freire apresentou todas as declarações exigidas pelo Regimento Interno do Senado Federal, pelo art. 5º da Resolução nº 7, de 2005, do Senado Federal e pelo Ato nº 1, de 2007, da CCJ, relativas à vedação de nepotismo, participação em empresas, ações judiciais em que figure como autor ou réu e procedimentos criminais ou administrativos-disciplinares.

Quanto à declaração sobre parentes que exerçam atividades públicas vinculadas à sua atividade profissional, o indicado esclarece que sua esposa é Juíza de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, e que o ilustre Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, do STJ, é seu parente na linha colateral em terceiro grau. O indicado assevera, contudo, que a existência dessas relações de parentesco não configura impedimento à sua nomeação, tendo em vista que é titular de cargo de provimento efetivo e não serve junto às autoridades apontadas, enquadrando-se, assim, na exceção prevista na parte final do inciso II do art. 5º da Resolução nº 7, de 2005.

Foram devidamente anexadas, ainda, as certidões de regularidade fiscal, nos âmbitos nacional, estadual e federal.

O indicado apresentou, por fim, argumentação escrita para demonstrar sua experiência profissional, formação técnica e afinidade intelectual e moral, da qual consta um relato de suas atividades como integrante do CNMP.

Verifica-se, ainda, o atendimento das exigências constantes do Regimento Interno do Senado Federal e dos dois diplomas normativos que orientam a apreciação das indicações para composição do CNMP.

Diante do exposto, Sra. Presidente, entendemos que os Srs. Senadores que integram esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem das informações necessárias para a deliberação sobre a presente indicação para o Conselho Nacional do Ministério Público.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Tasso Jereissati, coloco em discussão o relatório do ilustre Senador. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura a arguição e votação do candidato.

Antes de passarmos ao item 5, portanto, à pauta deliberativa, esta Presidência vai intercalando aqui para colocar em votação alguns requerimentos.

Em primeiro, o requerimento do Senador Major Olimpio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 25

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 23, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLC 80/2018, que altera a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que "Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)", para estabelecer a obrigatoriedade da participação do advogado na solução consensual de conflitos.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Marco Buzzi – Ministro do Superior Tribunal de Justiça

2. José Carlos Ferreira Alves - Desembargador do TJSP

3. Ricardo Pereira Junior – Juiz de Direito

4. Davi Depine Filho - Defensor Público-Geral do Estado de São Paulo

5. Felipe Santa Cruz - Presidente Ordem dos Advogados do Brasil

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Esta Presidência apenas comunica que, antes de colocar, inclusive, aqui à deliberação de V. Exas., comunicou o Relator que não se opõe, mas quer apenas fazer uma consideração a respeito do requerimento.

Com a palavra o Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sra. Presidente, Senadora Simone Tebet, muito brevemente. Eu sou Relator desse projeto que altera o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil. Oportunamente, o Senador Rodrigo Cunha havia oferecido uma emenda e, por consenso, nós retiramos de pauta para que pudéssemos construir um texto que seja absolutamente adequado e aceito pela Comissão de Constituição e Justiça.

Não me oponho ao requerimento de audiência pública, acho até que virá muito a calhar para nós esclarecermos as dúvidas inerentes a esse projeto. Recebi no meu gabinete o Ministro Marco Buzzi, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

STJ, externando sua preocupação em relação a alguns pontos; recebi uma comitiva da Ordem dos Advogados do Brasil também defendendo o projeto, mas absolutamente aberta a um diálogo que possa fazer construir um texto adequado.

Eu só sugeriria, se possível for regimentalmente, que pudesse ser acrescentado um nome a este requerimento do Senador Major Olimpio, que é do ex-Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Dr. Marcus Vinicius Furtado Coêlho, que, por ocasião da sua Presidência na OAB, dedicou-se muito a esse projeto. Então, seria muito bom ouvi-lo. Além do Presidente atual, Rodrigo Santa Cruz, ouvir o Presidente de então, quando esse projeto surgiu e se defendeu muito o teor dele.

Então, eu faria só esse requerimento em relação ao Dr. Marcus Vinicius.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Mais do que positivo; falha minha já não o ter colocado na relação. Concordo plenamente com o nosso Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nada como um bom diálogo para se chegar a um bom termo.

Eu coloco, portanto, em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Marcaremos data em conjunto com a assessoria do Senador Major Olimpio.

O segundo requerimento, antes de passarmos ao próximo item da pauta, é um requerimento do Senador Eduardo Braga, Líder do MDB.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 26

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 24, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Temporária, composta de 6 (seis) membros titulares e igual número de suplentes, para, no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prazo de 120 (cento e vinte) dias, estudar e propor medidas legislativas tendentes ao aperfeiçoamento, transparência e eficiência do denominado "Sistema S", que reúne serviços sociais autônomos ou entidades paraestatais destinatárias de contribuições compulsórias provenientes do respectivo segmento profissional, entre elas o SESI, SENAI, SESC, SENAC, SEST, SENAT, SENAR, SEBRAE, SESCOOP, e outras.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

A justificativa...

Eu coloco em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado, portanto, criada a subcomissão temporária.

Estaremos, depois, conversando com os Líderes e com os colegas para ver aqueles que querem compor essa subcomissão.

Passamos ao item 5 da pauta.

Trata-se de uma tramitação conjunta para a qual peço a atenção das Sras. e dos Srs. Senadores.

ITEM 5

TRAMITAÇÃO CONJUNTA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 233, DE 2019

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 235, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro. O registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 238, DE 2019

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.785, de 07 de Maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 239, DE 2019

- Não terminativo -

Susta, nos termos nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre "a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas".

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 286, DE 2019

- Não terminativo -

Susta os Decretos nºs 9.785, de 07 de maio de 2019, e 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 287, DE 2019

- Não terminativo -

Susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019 e o Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE) e outros

TRAMITA EM CONJUNTO

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N° 332, DE 2019

- Não terminativo -

Susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, com redação dada pelo Decreto 9.797, de 21 de maio de 2019, e as retificações no Diário Oficial da União, de 22 de maio de 2019 (edição 97, seção 1, pág.2).

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Contrário aos Projetos

Observações:

- Em 29/05/2019, foi recebido Voto em Separado do Senador Veneziano Vital do Rêgo favorável aos Projetos;

- Em 29/05/2019, foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria;

- Em 21/05/2019, foi apresentado Voto em Separado do Senador Fabiano Contarato favorável aos Projetos.

São vários os autores. Na ordem: Senador Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, outro da Rede, Eliziane Gama, mais um da Rede, Humberto Costa novamente e outro da Eliziane.

Observação: em 29 de maio foi lido o relatório e adiada a discussão da matéria. Ocorre que foi apresentado um novo PDL, que é esse último da Senadora Eliziane, e, em 4/6, apresentado voto em separado do Senador Veneziano e do Senador Rogério Carvalho, favoráveis aos projetos

Antes de passar aos votos em separado, passo a palavra ao Relator, Senador Marcos do Val, apenas para complementar seu relatório em relação ao último PDL que foi incluído, que é o PDL nº 332, de 2019. Ele vai sucintamente tratar desse assunto e, em seguida, passaremos a palavra aos Relatores para o voto em separado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, o voto do Senador Marcos do Val é para nos orientar. Ele aborda a versão de 23 ou 25 de maio do decreto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Houve uma tramitação conjunta. Ele está tratando, mas houve depois um PDL da Senadora Eliziane em relação ao porte de armas e agora ele vai fazer a complementação em relação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A última versão do porte de armas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A última versão do porte de armas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O.k.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Bom dia.

Presidente, foi-me informado pela Senadora e pelo Senador Major Olimpio que estão requerendo uma audiência pública para a próxima semana. Eu concordo com essa audiência pública. Ficaria melhor...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não vejo... Nós vamos fazer a audiência pública. Apenas para que possamos já avançar e ter um amplo debate na audiência pública, pode ler o voto. Em seguida... Nós vamos fazer a audiência pública na terça-feira e, na quarta-feira, votaremos, conforme combinado, Senador Major Olimpio.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, uma questão de ordem, Sra. Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Eu preciso que retire de pauta porque a complementação da audiência...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Claro que vai haver.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – É importante retirar de pauta porque a audiência pública vai auxiliar a minha complementação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Senão não vai ter como...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ou o acordo, ou o que se conversa com os Parlamentares vale ou não vale. Apenas para deixar claro: houve uma conversa antes com o autor do requerimento. O autor do requerimento, num primeiro momento, Senador Major Olimpio, aqui, agora, havia concordado, com a presença do nosso secretário, que nós leríamos o seu voto em separado e marcaríamos a audiência pública para terça-feira...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E votaríamos na quarta. Há alguma deliberação ou algum entendimento contrário ao que foi acordado com o autor do requerimento?

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sim.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – ... como autor, que ele possa se instrumentalizar com a própria audiência para eventualmente...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Para fazer a complementação do meu voto. É importante...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente...

Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A complementação na quarta-feira.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem. Pela ordem.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, Sra. Presidente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Terminou? Relator, para ficar claro, é isso?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Exatamente. Nós teríamos a audiência pública, depois eu faria a complementação do voto...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na quarta-feira.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Depois a votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Justamente, porque senão não teria sentido.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Marcos Rogério e, em seguida, o Senador Humberto Costa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É só para consignar, Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não vejo problema.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que a audiência pública pressupõe justamente instrumentalizar os Senadores de informações e o Relator, para que este, sendo convencido dos argumentos trazidos pelos componentes da Mesa da audiência, possa complementar o voto na direção que achar mais conveniente. Então, penso que a sugestão que ele dá, de retirada de pauta, é absolutamente coerente e tem o nosso apoio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidenta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que é exatamente o contrário. Ele tem que ler e depois complementar.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Fazendo soar a campainha*.) – Apenas para esclarecimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dê-me licença.

Eu acho que ele tem que ler e, havendo audiência pública, ele complementa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Não, não, não! Eu prefiro que, se for possível, Presidente, que se retire de pauta...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidenta...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Exatamente, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ontem, Senadora Juíza Selma, juntamente com o Senador... Estava presente o Senador... A nossa conversa em Plenário se deu com a presença de outro Senador.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com certeza.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós havíamos deliberado que nós leríamos o voto e marcaríamos audiência pública após a leitura.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com certeza, mas é o requerimento...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu apenas estou esclarecendo – vejam! – o porquê de eu pautar... Pautei primeiro e cheguei a ler o item primeiro do Plenário, o do PDL, o item 5. Eu li o item 5, porque os autores dos requerimentos concordaram, à época, ainda que não tenha sido na Comissão, mas numa conversa que tivemos. A Senadora Juíza Selma é autora de um dos requerimentos, o Senador Major Olimpio é autor de outro requerimento, e o Senador Alessandro Vieira é autor de um requerimento ainda mais amplo. Houve um acordo.

Eu gostaria apenas de ser ouvida, para que a gente possa chegar a um consenso. Estou aqui para deliberar conforme V. Exas. determinarem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, com todo o respeito, ele é o Relator! Ele tem o direito de pedir a retirada de pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria apenas de ser ouvida e de ouvir... Eu gostaria apenas de ser ouvida, e o que o Plenário deliberar está decidido. Eu apenas quero estabelecer aqui os fatos.

Ontem houve um acordo para que nós votássemos os requerimentos após a leitura do voto. Estou apenas justificando por que eu estou lendo e li aqui o preâmbulo do item 5.

O que eu agora acrescento – aí, só esclarecendo ao Senador Amin, antes de passar a palavra ao Senador Humberto – é que o Senador Marcos do Val, que é o Relator, está agora entendendo – e ele é o Relator da matéria – que, para complementar o seu voto, no sentido de discutir e deliberar sobre o último PDL, quer ouvir, em audiência pública, as autoridades. Consequentemente, diante desse fato novo, apenas para não se achar que a Presidência está atropelando alguma coisa... Houve um acordo com os autores do requerimento. Os três autores entenderam que ficaria a audiência pública para depois do voto. Agora, o próprio Relator está dizendo que prefere ouvir em audiência pública. E por isso é que agora eu passo, já que o Relator está pedindo esse prazo, à leitura dos requerimentos, já determinando à Mesa que, se forem aprovados os requerimentos... Vamos votar duas vezes. Vamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

votar os requerimentos em conjunto da Senadora Juíza Selma e do Senador Major Olimpio, que são relativos ao PDL, e vamos votar separadamente o do Senador Alessandro, que tem um escopo mais amplo. Havendo a deliberação e a aprovação do requerimento de audiência pública na terça-feira, nós faremos, portanto, na quarta-feira, a leitura do voto do Senador Marcos do Val.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não mudei, Senador Eduardo. Os Senadores é que concordaram. Eles haviam concordado, eles haviam deliberado.

Eu passo a palavra à Juíza Selma, para que possa fazer os esclarecimentos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, a senhora citou meu nome. Então, eu quero falar.

O Regimento é claro com relação à autonomia do Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sem dúvida.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – O Relator está pedindo a retirada do parecer dele, para que ele possa, após a audiência pública, se manifestar. Presidente, isso está claro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não vejo nenhum problema nisso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Aliás, isso é regimental!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Óbvio.

Eu apenas quis esclarecer, porque houve uma confusão anterior. Inclusive, o próprio Senador Major Olimpio veio me abordar em relação a isso.

Eu gostaria que fizesse os esclarecimentos a Senadora Juíza Selma, para deixar muito claro. Essa é uma questão sensível, e eu acho que não pode pairar qualquer dúvida em relação a esse assunto.

Com a palavra, Senadora Juíza Selma.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Senadora Simone, V. Exa... Senadora Simone, pela ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. deixou claro que invocou apenas um acordo.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Só um acordo.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Nada antirregimental...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nada.

E o acordo – diga-se de passagem –, não foi feito com o Relator, que agora, ouvindo seus colegas, entende que não está preparado. Ninguém discute.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Claro, V. Exa. tem razão. Ele pode retirar...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E anteriormente...

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – ... mas o que a Senadora Simone Tebet invocou é que havia um acordo para que isso não acontecesse. Só isso.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. *Fora do microfone*.) – Não envolvendo o Relator.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Marcos do Val foi comunicado antes, e agora entende de forma contrária. Claro! Não vejo a razão da discussão.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ele mudou de opinião.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Não há razão.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E mais que seu direito de mudar a sua opinião.

Está muito claro.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, Senadora Juíza Selma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É exatamente para endossar.

Eu estava no Plenário, a senhora nos procurou, fez essa proposição, eu concordei. Porém, hoje, o Senador Marcos do Val entendeu que a audiência pública poderia enriquecer o relatório. Só.

Então, não há nenhuma celeuma. Estamos todos...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Apenas para corroborar também a manifestação de V. Exa. diante do acordo construído para se votar na terça-feira...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Audiência pública na terça.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... a audiência pública na terça-feira.

O Relator disse: "Olha, se nós vamos ter uma audiência pública, então ela pode me dar subsídios para que eu possa fazer a complementação".

Eu acho que nada está ferindo. Ao contrário. O Senador Eduardo já deixou muito bem clara a autonomia do Relator para que ele possa retirar de pauta hoje e, após a audiência pública, ele apresentar a complementação. Eu acho que está perfeito.

E o acordo que a senhora construiu está sendo respeitado neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Até porque, antes de passar a palavra ao Senador Humberto, basta, para não ler o relatório hoje, o Relator sair do Plenário. Mas eu quero deixar as coisas muito claras, porque as questões mais sensíveis precisam de transparência, até para não parecer que esta Presidência – que é chamada a toda hora a resolver esses conflitos, algo que não é de praxe, mas eu não vou nunca me furtar a isso – de repente fique no sentido de estar tendenciosa a algo.

Aqui nós vamos deliberar, nós não vamos protelar nada, nem matéria com que a Presidência concorde ou não concorde. Não cabe a esta Presidência concordar ou discordar neste momento de nada, porque esta Presidência sequer vota. Apenas, para conduzir bem os trabalhos, muitas vezes sou chamada a essas questões conflituosas, e cada vez mais a CCJ é chamada a deliberar sobre essas questões, e não faz mais do que sua obrigação.

Com a palavra, Senador Humberto Costa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sra. Presidenta, em primeiro lugar, é lógico que é direito do Relator colocar e tirar de pauta, especialmente quando já está num processo em que ele apresentou uma primeira parte do seu relatório. Não vejo problema.

Agora, nós temos que ter a garantia de que, na próxima quarta-feira, nós vamos ter a apresentação desse relatório e a votação ou o pedido de vista – provavelmente vai haver pedido de vista.

O que eu quero dizer é que, muitas vezes, a gente conversa aqui sobre a questão protelatória – é um direito, é parte do jogo parlamentar –, só que, nesse caso, estão envolvidas coisas muito graves.

Esse decreto já está em vigor, está vigendo, e as pessoas estão comprando armas aí, a torto e a direito. A Taurus já tem uma lista de pedidos, já está...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Só para complementação aí, o decreto está em andamento, mas está...

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu estou falando, Senador. Eu estou falando. Depois V. Exa. conclui.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço desculpa, Senador.

Assim que terminar o Senador Humberto, na ordem, em seguida V. Exa. pode concluir, até como Relator. Poderia ser o último, porque eu acho que V. Exa. pode chegar a um consenso.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Então, esse ponto já está há muito tempo para poder ser votado. Então, a primeira coisa seria essa, que V. Exa., na condição de Presidente, porque é uma atribuição sua, marcar que, efetivamente, na quarta-feira, se faça isso.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se for aprovado o requerimento, terça-feira, audiência pública.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Segundo, que nessa audiência pública nós possamos construí-la com a participação igualitária de quem é contra e de quem é a favor desse decreto do Presidente da República.

Então, nós queremos solicitar que V. Exa. faça essa mediação, para que nós possamos – não só nós, aqui do PT, mas outras pessoas, que são várias. Graças a Deus, parece que a maioria nesta Comissão e acho que vai ser no Plenário – indicar pessoas que possam fazer o contraponto aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estamos ainda finalizando o item 5, antes de entrar no requerimento, e eu tenho os nomes das autoridades. Vou só aguardar o pronunciamento, a manifestação dos demais colegas, para colocar em votação o requerimento, e, aí, nós estaremos não só lendo o nome das autoridades, como também abertos a algum acréscimo.

Com a palavra o Senador Anastasia e, em seguida, Rogério Carvalho.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente.

São 100% de endosso ao que disse aqui o Senador Humberto Costa. Evidentemente, não há dúvida de que se deve fazer audiência, é correto, mas espero que votemos logo essa matéria, porque é algo que aflige a Nação.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência já se pronunciou em caráter definitivo. Se aprovado o requerimento – nós estamos diante de requerimentos que não foram aprovados. Eu acredito que não vá haver nenhum problema em relação à aprovação –, esta Presidência já vai marcar audiência pública para terça-feira da semana que vem, e, em seguida, o Senador Marcos do Val vai complementar o seu voto, com a leitura de votos em separado.

Nós vamos ver com as autoridades, com o próprio Relator. É fundamental que o Relator esteja presente.

Com a palavra, pela ordem de inscrição, Senador Rogério...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Presidente, pela ordem.

Só para... Veja, terça-feira nós temos...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – ... CAE, nós temos CI – está aqui o Presidente da CI...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Podemos marcar às 14h, horário que não vai atrapalhar as comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Isso, porque essa audiência pública é uma audiência pública que precisa da participação da Plenária da CCJ.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, na ordem de inscrição, o Senador Rogério Carvalho. Em seguida, Senador Eduardo Girão e Randolfe Rodrigues.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sra. Presidente, eu sei que nós estamos tratando de um tema, mas todos eles estão associados, e eu queria chamar a atenção dos Srs. Parlamentares aqui presentes e de todos que estão nos ouvindo pela TV Senado para o fato de que a Organização Mundial da Saúde mostra que o Brasil aparece em quinto lugar entre os países recordistas em mortes no trânsito, atrás somente da Índia, China, Estados Unidos e Rússia.

Segundo o Ministério da Saúde, quase 36 mil morreram no trânsito brasileiro em 2017. Embora tal número seja inferior ao de 2015 e de 2016, ainda morrem 37 mil pessoas por ano, longe dos 19 mil que esperávamos ter em 2020. Além disso, os acidentes de trânsito deixaram mais de 1,6 milhão de brasileiros, nos últimos dez anos, com deficiência e um custo de R$2,9 bilhões ao Sistema Único.

No entanto, o Presidente Bolsonaro quer aumentar essas trágicas estatísticas, com suas sábias decisões de inabilitar os pardais em rodovias e, recentemente, de duplicar os pontos necessários na carteira de habilitação para a sua suspensão.

O Governo Bolsonaro demonstra, mais uma vez, que está empenhado numa espécie de necropolítica, que, através da liberação de agrotóxico, da liberação das armas e, agora, da liberação da condução automobilística irresponsável...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... aumentará o número de mortes no Brasil. Faz sentido: com essa política necrófila, pouca gente chegará à idade de se aposentar a esta altura da vida e com essa política.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Eu não tinha como não me manifestar como médico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... e diante de tantas iniciativas que defendem e que encaminham o País para matar e para a morte.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Entendo a indignação de V. Exa., Senador Rogério Carvalho.

Apenas lembro aos colegas, às Sras. e aos Srs. Senadores, que nós estamos discutindo o PDL 233, de 2019. Então, eu peço, por favor, a gentileza dos colegas, para que, rapidamente, por dois minutos, se pronunciem em relação a esta questão, na ordem, para que nós possamos colocar os requerimentos em votação. Nós estamos tratando do PDL 233, sobre o porte de arma. Por favor, se puderem se atentar...

Depois os microfones, após a pauta, estarão abertos, para podermos discutir o que quisermos. Nós não temos hora para terminar os trabalhos da Comissão.

Com a palavra, Senador Eduardo Girão.

Por dois minutos, por favor, Senador.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente Simone Tebet, demais colegas Senadores, Senadoras, com muito respeito, eu abro aqui para V. Exa. a minha extrema preocupação com este momento que nós estamos vivendo com esse decreto do porte de armas de fogo. Como falou o Senador Rogério Carvalho... E eu tenho posições contrárias a ele em muitos pontos, ao PT, mas, nesse aspecto, eu concordo plenamente com o que ele falou. Essa questão da CNH... Pelo menos o Presidente está encaminhando para o Congresso Nacional, mas o decreto das armas não; já está acontecendo. As pessoas estão se amando. E isso é muito perigoso para a Nação, porque, literalmente, é um tiro no pé, Senadora Simone Tebet.

E, quanto a esse assunto, eu participei do acordo – V. Exa. estava no Plenário –, e eu me surpreendo por agora...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... se pedir essa audiência pública, porque tinha ficado acordado para depois, mas é direito, vai mudar, vai procrastinar. Mas eu queria dizer que esse assunto é de extrema relevância para o povo brasileiro.

A responsabilidade é de todos nós, aqui, pelas mortes que estão acontecendo. Setenta e três por cento dos brasileiros... Segundo a pesquisa do Ibope desta semana, 73% dos entrevistados são contrários à flexibilização do porte de arma de fogo para cidadãos; 73% da população estão extremamente preocupados com essa situação que a gente está vivendo, Senadora Simone.

Então, eu queria solicitar a V. Exa... Eu sempre sou uma pessoa extremamente favorável a debates, audiências públicas, é importante... Agora, esse assunto está sendo debatido nesta Casa não é de hoje; é de muito tempo. Eu acredito que, se houver audiência pública...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... que seja feita esta semana, para, na próxima semana, a gente já votar – se for possível isso, Senadora Simone Tebet.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Peço a palavra.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Antes de passar a palavra ao Relator, ainda há um orador inscrito.

Repetindo: esta Presidência, de ofício, se forem aprovados os requerimentos de audiência pública, já está deliberando que audiência pública ocorrerá na terça-feira. Por isso, seguindo uma sugestão dos Senadores Eduardo Braga e Marcos Rogério, será feita a partir das 14h, em função de deliberações importantes na CAE e na CI. Portanto, essa questão já está decidida, se os requerimentos forem aprovados.

Com a palavra o Senador Randolfe Rodrigues, por dois minutos.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, audiência pública se faz para matéria que está sob controle do Congresso. Essa matéria não está sob controle do Congresso. Já há um decreto do Executivo em pleno curso, cumprindo efeito já hoje. No dia de hoje, as pessoas já podem comprar munição; já podem ter arma. Membros de conselho tutelar, Vereadores, nas câmaras municipais, já podem fazer bang-bang nos debates internos. Já está possibilitados isso, porque um decreto, usurpando as atribuições do Congresso Nacional...

Aliás, é um decreto maior do que o período da ditadura, porque na ditadura havia o decreto-lei, o qual passava a vigorar após o decurso de prazo no Congresso. No caso atual, nós temos uma situação mais extravagante do que o decreto-lei. Nós temos um decreto que o Congresso não aprecia, que o Congresso não toma deliberação sobre ele, e o decreto está cumprindo efeito, Sra. Presidente! Isso é mais grave que decreto-lei da ditadura! Isso é mais grave que medida provisória!

Ou seja, a matéria, Sra. Presidente... Audiência pública...

Olha, eu sou Relator da Lei Geral do Turismo, que está sob a relatoria do Congresso. É controle do Congresso. O Congresso debate.

Eu concordo com o que foi dito aqui pelo Senador Rogério Carvalho. Inclusive, na autoridade de médico, cunhou uma palavra, uma expressão que define o Governo Bolsonaro: a necropolítica; a política da morte. Mas o segundo item da política da morte do Governo Bolsonaro, que é a alteração do Código de Trânsito, pelo menos é um projeto de lei que está sob o controle do Legislativo. Mas esse decreto,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sra. Presidente, está cumprindo efeito. E o Legislativo está omisso sobre deliberar. Se o Legislativo aqui quiser dizer "não: está liberado arma", que o Legislativo o faça.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Mas aqui não cabe audiência pública; aqui cabe deliberação do Legislativo, porque já há uma violência contra o Legislativo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, na ordem de inscrição, o Senador Marcos do Val; em seguida, os Senadores Marcos Rogério, Esperidião Amin e Major Olimpio.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe-me. Já estão inscritos Marcos do Val, Alessandro Vieira, Marcos Rogério, Esperidião Amin e Major Olimpio.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu pedi inscrição, Presidente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Presidente, é só para...

Como Relator, primeiro, eu preciso, dentro da Comissão de Constituição de Justiça, fazer uma justiça aqui, reforçando que realmente a Presidente pediu esse acordo, e foi feita audiência pública posteriormente aos votos, para que ganhássemos velocidade. Mas, reunindo-me com a equipe de assessoria, inclusive com alguns juristas, a gente hoje entendeu que seria melhor audiência pública primeiro, porque, exatamente, como é um assunto muito delicado, que envolve vidas, nós devemos ter muita prudência na complementação do voto. Eu não posso ser irresponsável, lidando com uma matéria tão delicada como essa.

Mas também vale ressaltar que o Executivo é que regulamenta a lei. O Legislativo não pode interferir no mérito do ato administrativo do Poder Executivo. Então, nós temos que deixar isso claro, porque é o Executivo que complementa a lei em vigor. E é isso que eles estão fazendo, e é isso que nós vamos votar na quarta-feira.

Sou favorável à audiência pública na terça-feira, às 14h, e à complementação do meu voto na quarta-feira, seguida dos votos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E é importante, só para deixar claro para vocês, o seguinte: o decreto já está em vigência há mais de 60 dias, e, até agora, a gente não soube ou não aconteceu de alguém que, em briga de trânsito, sacou da arma e matou alguém. Então vamos parar, porque nós estamos discutindo aqui ideologias. Nós não estamos discutindo as questões que cabem ao Legislativo. Nós estamos debatendo ideologias aqui nesta Casa, o que não é o mérito da Casa.

Então, na quarta-feira vai ser lido e vai ser entendido dessa forma, para que a gente possa dar o direito ao cidadão que segue a lei, que teme a lei, de poder defender a sua vida e a da sua família.

Eu tenho o porte há muitos anos nem por isso virei bandido, troquei tiro na rua e ameacei alguém na rua. O decreto simplesmente tira do subjetivo e traz para o objetivo situações que antes ficavam a cargo do próprio delegado de polícia. Ou seja, o delegado de polícia podia ter autoridade de decidir quem tinha e quem não tinha o direito de porte, mas o Presidente da República, via decreto, não pode?

Então, nós não podemos aqui ficar discutindo ideologias. Temos que discutir o que cabe à nossa Casa, que é a questão constitucional.

Então, reforçando aqui, deixar a Presidente numa situação confortável, porque, realmente, o que ela disse é a verdade, que foi acordado da forma como ela tinha relatado aí na frente – eu estou deixando claro –, mas eu mudei de opinião, devido a ter escutado toda a minha equipe, inclusive juristas e constitucionalistas, sobre essa situação.

Então, com a experiência que eu tenho há mais de 20 anos lidando com segurança pública e instrução, em várias partes do mundo, se hoje a gente não pode estar discutindo aqui se o Presidente liberou cem munições ou 5 mil munições, não cabe ao Legislativo isso; cabe ao Executivo.

E ainda: eu sou favorável, porque, hoje, um policial com 50 munições, em dez segundos acaba o seu treinamento.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – E ele precisa de mais capacidade para estar mais preparado para a proteção da vida das pessoas na rua.

Então, como é uma questão de proteção de vida, eu preciso ouvir a audiência pública, ouvir pessoas a favor, ouvir pessoas contra, para eu poder finalizar a minha relatoria com muita sabedoria e equilíbrio, porque nós estamos tratando de vidas aqui.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço apenas agora a gentileza dos colegas. Primeiro, que possam ouvir os demais. Houve um pedido... Acabou de ser pedido, inclusive, por quem estava falando, porque não estava conseguindo escutar a própria voz.

Nós temos aqui, como oradores inscritos – eu pediria apenas a brevidade que a pauta exige, sem prejuízo, no máximo por dois minutos –, Senador Alessandro, Marcos Rogério, Esperidião Amin, Major Olimpio e, para encerrar, Senador Veneziano.

Com a palavra V. Exa., Senador Alessandro.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente, eu pedi inscrição.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu vou ler ainda os requerimentos, para colocá-los em votação.

Desculpem-me. Eu vou dar a palavra a todos os que quiserem. Apenas eu peço a brevidade do tempo.

Senador Alessandro, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Obrigado, Sra. Presidente.

Eu pedi a inscrição não para retardar mais uma reunião e uma discussão que já se retardam um bocado, mas para tentar deixar claro algumas coisas e objetivar o que vamos fazer.

Em análise, neste momento, o relatório do colega do Partido Cidadania, Marcos do Val... E aí faço um parêntese: o Cidadania tem um Relator favorável ao decreto do Governo Bolsonaro, há a autora do decreto legislativo que quer sustar o decreto do Presidente Bolsonaro, e eu estou aqui no meio dos dois, tentando mediar aquilo que é o interesse do cidadão brasileiro.

A análise aqui é com relação a se existe um problema de constitucionalidade, de invasão de mérito legislativo por parte desse decreto emanado pelo Governo Bolsonaro. Nesse sentido, Sra. Presidente, eu já adianto, na condição de Vice-Líder, que o Cidadania vai encaminhar voto contrário à aprovação dos dois requerimentos que pretendem instruir essa análise do decreto, porque vejam...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – ... estamos tratando não do mérito de liberação ou não de porte de armas; estamos tratando se o instrumento legislativo adotado pelo Senhor Presidente da República é adequado para tanto. O requerimento que apresentei pedindo audiência pública é totalmente diverso disso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu apresentei um requerimento, chamando especialistas, para instruir a preparação, a elaboração de um projeto de lei que regulamente registro, posse e porte de arma de fogo, o que é necessário e indispensável no Brasil.

Então, eu gostaria de chamar – e pedir a compreensão dos colegas – para que, neste momento, a gente se restrinja a fazer uma análise disto: o decreto do Governo Bolsonaro ultrapassa ou não ultrapassa os limites dispostos ao Presidente da República? É simples e objetivo. Você não precisa fazer audiência pública para tratar desse ponto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sobre o mérito, sem dúvida, concordo que precisamos discutir muito. Talvez, se for o caso, até chamar um novo plebiscito, mas não cabe para este momento.

Neste momento, as audiências públicas representam protelação desnecessária para um debate que é simples e objetivo. Então, deixo já claro o posicionamento de voto contrário aos dois requerimentos, até em homenagem ao acordo que antes foi firmado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, a fala que eu gostaria de fazer neste momento é, na verdade, uma advertência, antes de a gente enfrentar o mérito desta matéria.

Não é de hoje que o Supremo Tribunal Federal vem substituindo o Parlamento brasileiro, através de decisões com o manifesto propósito e efeitos legislativos. Usurpação de competência clara! Audiência de custódia: foi o Parlamento que aprovou? Criação de tipo penal aberto no caso da homofobia: foi o Parlamento que aprovou? Não. Foi o Supremo.

Agora, o que nós estamos a fazer aqui, com todo o respeito, é escolher quem enfrentar. Se a usurpação de competência é do Presidente Bolsonaro, então enfrentamos; contra o Supremo, está tudo certo. Convenhamos!

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há muito tempo, nós estamos sendo constrangidos por invasão de competência, por desrespeito à separação de Poderes, pressuposto constitucional fundamental... Não dá para a gente fazer isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho preocupação com relação a alguns termos do decreto que nós vamos enfrentar aqui, mas eu estou fazendo este alerta aqui, apenas para advertir, Senador Eduardo Braga... Inclusive, no sentido, estou apresentando ao Senado Federal uma consulta, para assegurar as prerrogativas constitucionais do Congresso Nacional. Aliás, é a Constituição Federal, no art. 49, que vai dizer: "É da competência exclusiva do Congresso Nacional [no XI] zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes".

Ou nós vamos enfrentar de vez as invasões de competência, a intromissão, o ativismo judicial, ou, então, vamos deixar a coisa tocar.

O que eu estou conclamando aqui é para que a gente faça, Senador Rogério Carvalho, uma análise alargada, em razão do volume que tem se dado de invasão de competência do Congresso Nacional, incluindo aqui o Supremo Tribunal Federal, o Poder Judiciário. Perdoem-me...

Alguém vem dizer: "Ah, mas a Constituição não deu um elemento objetivo de controle da função jurisdicional". É óbvio que o legislador constituinte originário não previu tamanha ousadia daquela Corte que seria a guardiã da Constituição Federal. Ele não previu isso. A Constituição vai dizer: "Não há crime sem lei anterior que o defina".

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Supremo vai lá e diz: "Não. Há crime sem lei anterior que o defina", desde que seja o Supremo que diga.

Com todo o respeito, Sra. Presidente, estou fazendo esta advertência aqui apenas no sentido de antecipar uma preocupação que tenho, e penso que o Senado Federal deve ser a Casa a enfrentar esta matéria, resguardando seu papel constitucional, seja em relação ao Presidente da República, seja em relação às autarquias, seja em relação às empresas públicas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... seja em relação ao Supremo Tribunal Federal.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador Marcos Rogério.

Por favor, no limite do tempo.

O Senador Esperidião Amin com a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou procurar me ater aos dois minutos.

Primeiro, eu não preciso – e acho que a Comissão de Justiça não precisa – de audiência com ninguém para discutir se o decreto exorbitou ou não. Eu já tenho a minha posição, assim como o Senador Marcos do Val também tem. Por isso, eu vou na linha do pensamento do Senador Alessandro, para dizer o seguinte: vou votar contra o requerimento dessas audiências.

Acho que o voto do Senador Marcos do Val deve ser lido hoje, e, de minha parte, eu já tenho a minha convicção a respeito do que o decreto, na parte concernente a porte de armas, tem exorbitado ou não a competência do Executivo.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Major Olimpio.

E agradeço, Senador Esperidião Amin. Usou menos de 1min30.

Com a palavra o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, a questão de se realizar uma audiência pública para gerar conhecimento e não protelação...

Se nós fôssemos discutir a questão de efeitos, o próprio Relator já disse: nós já tivemos alterações em regulamentação do decreto que regulamentou o Estatuto do Desarmamento já desde fevereiro. A criminalidade vem diminuindo, o número de homicídios no País está diminuindo, e nós não temos registros de alguém de posse ou porte legal de armas que tenha se envolvido em delito.

Eu gostaria de lembrar também... Eu ouvi, com todo o respeito, o Senador Rogério falando, e fiquei imaginando se ele estava se referindo a Jair Schwarzenegger, o exterminador do futuro, no momento em que ele estava dizendo que as armas vêm para matar, que os agrotóxicos vêm para matar a população, que as alterações na legislação de trânsito vão exterminar a população.

Não se trata de nada disso. Vamos fazer o debate de cada coisa no seu tempo. São necessidades prementes da população.

Quero pedir o apoiamento de todos à audiência pública, para ela ser realizada já na próxima semana, para trazer subsídios concretos mesmo. Não dá para fugirmos do debate. A população brasileira quer soluções, alterações.

E aí repito: há desconhecimento em relação ao conteúdo do decreto presidencial. Chega-se ao ponto de dizer "decreto do porte de armas". O Presidente não está alterando questões em relação ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porte de armas e, sim, um dos itens do porte de armas, que é a efetiva necessidade para algumas categorias profissionais.

Então, em nome do bom senso, eu peço o apoiamento, para que realizemos, sim, a audiência pública, mais do que proveitosa. Se o próprio Relator está dizendo que carece de instrumentalização e de conhecimento para formar convicção no seu relatório, não vamos nós aqui, dentro do Legislativo, desprestigiar a pretensão do próprio Relator, nosso colega nomeado para relatar.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Teremos aqui pessoas que são contra e a favor e que são doutas, que conhecem a matéria, que têm posições diferentes, mas que podem não só instrumentalizar o Relator, como também, talvez, mudar o nosso convencimento.

Não sou intransigente, não vou dizer que tenho pensamento formado. No momento em que houver a audiência pública, novos posicionamentos... Por que não posso ter a humildade de me convencer de forma diferente?

Por isso, encareço aos pares, neste momento, que votemos favoravelmente à solicitação da audiência pública nos requerimentos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem de inscrição, o Senador Veneziano e, depois o Senador Weverton.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Sra. Presidente, eu fui citado. Sra. Presidente, eu fui citado pelo Major Olimpio e quero dizer que ele foi bem preciso ao dizer que é o Jair Bolsonaro Schwarzenegger, porque ele é o homem...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não cabe o art. 14, Senador Rogério. A citação foi sutil e delicada. (*Risos.*)

Não houve... Vindo do Senador Major Olimpio, não vi motivo para invocar o art. 14. Para descontrair um pouco e continuar...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Mas, Presidente, vindo do Major Olimpio...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vindo do Senador Major Olimpio, foi com toda a gentileza, não foi, Senador Major Olimpio?

Com a palavra, pela ordem, o Senador Veneziano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Presidente...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Sutil e delicado? Eu protesto! (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu queria apenas...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Presidente, eu invejei muito o seu reconhecimento ao Senador Amin, que, diferentemente de outros instantes em que nos traz os seus ensinamentos e as suas ponderações, ocupou menos de 30 segundos. Quem sabe pudesse eu conseguir...

Vai ser dada a condição de nós debatemos no requerimento com tempo ou não? Ou a senhora vai colocar já isso direto, sem discussão?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas... É importante...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Porque...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Desculpe.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – ... eu deixaria para discutir...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, não, eu vou orientar e vou deixar a palavra depois, vou restabelecer o seu tempo.

Eu acho que a pergunta do Senador Veneziano é fundamental para fazer alguns esclarecimentos. Diante do tema polêmico, sensível, eu estou abrindo essa discussão, antes de colocar o requerimento em votação. Por que, Senador Veneziano? Pelo Regimento, não cabe discussão do requerimento; só cabe encaminhamento por um membro de partido ou de bloco cada um. Então, cada bloco pode discutir aí por três, encaminhar por três minutos.

Como o tema é sensível e eu não quero tolher a palavra dos colegas, eu estou abrindo a discussão por dois minutos, antes de colocar em votação o requerimento. Nós ainda estamos no PDL, o item 5 da pauta. Por isso é que cabe essa discussão. Quando eu colocar o requerimento em votação, cabe apenas encaminhamento por Líder ou um membro de cada bloco. Por isso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – São normalmente três minutos. Eu acho que é um tempo...

Vamos só encerrar, só faltam dois oradores.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Por dois minutos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Pois bem, a senhora dirime essa dúvida e aí necessariamente eu tenho que me valer de alguns instantes para fazer alguns registros. Sem perdas do direito do Relator de poder pleitear, como bem salientou o Senador Eduardo Braga, mas, respeitando, fica muito evidenciado outro propósito que é o propósito de nós vermos mais dias sendo utilizados de uma forma extremamente perigosa. Existem decisões judiciais, Senador Girão, que já estão sendo tomadas por força da vigência desse decreto. Inclusive aquelas pessoas que foram condenadas por porte ilegal de arma, em razão de terem nas suas mãos armas restritivas, já passaram a se beneficiar desse decreto – desse decreto! Isso é fato, inclusive, publicizado. E acredito que V. Exas. bem o saibam.

Dizer que outros episódios – inclusive, o meu querido companheiro sabe do tratamento e do reconhecimento – não estejam acontecendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB) – Três, pelo menos, episódios graves que ganharam contornos jornalísticos aconteceram no Estado do Espírito Santo – no Espírito Santo! –, recentemente, há 15 dias.

Então, Presidente, apenas para reforçar, vi que V. Exa., há cerca de 20 ou 30 dias, tem tentado pautar uma matéria que poderia já ter sido enfrentada e deveria, por força das suas controvérsias, por força da delicada situação na qual nós nos encontramos, com os votos já preparados... O Senador Marcos do Val teve a oportunidade, porque, inclusive, já fez a leitura anterior, já se ateve à mudança tímida, quase que imperceptível de um decreto de início de maio para o dia 21. Absolutamente nada de novo, a não ser, me perdoem – me perdoem! –,respeitosamente, um propósito de postergar algo que está no dia a dia, em plena vigência.

Então, já me antecipo, falando aos meus companheiros de Bloco, para que nós rejeitemos a proposta do requerimento, que, a meu ver, é, única e exclusivamente, eminentemente postergatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito grato, Sra. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pela ordem, Senador Weverton, e, para finalizar, Senadora Rose de Freitas.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Sra. Presidente, serei bem rápido, é só para registrar que concordo com a maioria dos colegas aqui que já usaram da palavra. Nós não podemos postergar um debate, uma discussão de uma matéria que já está em vigor, já está funcionando. E nós aqui não vamos discutir ideologicamente ou discutir politicamente quais são as posições. A questão é clara: quem concorda ou não, acha constitucional ou não o decreto. É importante a gente ir para esse debate. Esta Casa não pode ficar postergando decisões importantes como esta, e a sociedade, claro que ela está aguardando.

Então, de já, nós vamos acompanhar a orientação do nosso bloco e também opinaremos na direção de que seja decidida e votada logo a matéria que trata da legalidade ou não do decreto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – A última oradora, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Presidente, ao longo do tempo, eu tenho prezado sempre pela instituição que nós representamos. Acidentes com armas de fogo e um instrumento que é usado... Desculpem, eu não tenho o hábito de me contrapor a colegas no seu voto, mas aconteceram muitos acidentes em vias públicas, sim, em que motoristas exaltados agrediram o outro com armas de fogo. Então, eu tenho muita preocupação em que a gente possa procrastinar este assunto e não decidi-lo logo. Portanto, eu quero me manifestar contrariamente ao requerimento de audiência pública.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigada, Senadora Rose.

Agora nós passaremos à leitura dos requerimentos – para novamente esclarecer, apenas os requerimentos relacionados aos PDLs. E, posteriormente, Senador Alessandro, o de V. Exa. porque ele é mais abrangente. Portanto, são dois requerimentos, inclusive com autoridades, parece-me...

O primeiro é totalmente contemplado nas autoridades, que é o da Senadora Juíza Selma, em relação ao requerimento do Senador Major Olimpio, só que o Senador Major Olimpio coloca mais algumas autoridades além das de V. Exa.

Os dois requerimentos que estão sobre a mesa são no seguinte teor... O da Senadora Juíza Selma:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 28

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 26, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDL 287/2019, que susta o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019 e o Decreto nº 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Benedito Gomes Barbosa Junior – Especialista em Segurança Pública e Presidente da ONG Movimento Viva Brasil;

2. Jairo Paes de Lira - Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo, ex-deputado Federal e atual Presidente da Associação Brasileira Pela Legítima Defesa;

3. Adib Abdouni - Advogado, Doutor e Mestre em Direito Constitucional;

4. Flavio Pansieri - Advogado, fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional e pós-doutor em Direito;

5. Armando de Mesquita Neto - Advogado especialista em Direito Penal Econômico e Compliance;

6. Everton Moreira Seguro - Advogado criminalista.

Autoria: Senadora Juíza Selma (PSL/MT)

São seis os convidados. Jairo Paes de Lima, Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo e ex-Deputado Federal.

No mesmo teor, requerendo, nos termos regimentais, audiência pública para instruir o PDL 286, exatamente igual, propõe o Senador Major Olimpio também:

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 27

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 25, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PDL 286/2019, que susta os Decretos nºs 9.785, de 07 de maio de 2019, e 9.797, de 21 de maio de 2019, que regulamentam a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre a aquisição, o cadastro, o registro, a posse, o porte e a comercialização de armas de fogo e de munição e sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema Nacional de Gerenciamento Militar de Armas. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Benedito Gomes Barbosa Junior – Especialista em Segurança Pública e Presidente da ONG Movimento Viva Brasil;

2. Jairo Paes de Lira - ex-Deputado Federal, Coronel da Reserva Polícia Militar do Estado de São Paulo e atual Presidente da Associação Brasileira Pela Legítima Defesa;

3. Adib Abdouni - Advogado, Doutor e Mestre em Direito Constitucional;

4. Flavio Pansieri - Advogado, fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional e pós-doutor em Direito;

5. Armando de Mesquita Neto - Advogado especialista em Direito Penal Econômico e Compliance;

6. Everton Moreira Seguro - Advogado criminalista.

7. Elias Miler da Silva – Advogado. Doutor e Mestre em Segurança e Ordem Pública. Coronel da Reserva da Policia Militar do Estado de São Paulo.

8. Fabricio Rebelo - Pesquisador em Segurança Pública e Coordenador do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança (CEPEDES).

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP)

Os quatro primeiros são idênticos. Aliás, os seis primeiros, repetindo: ONG Movimento Viva Brasil, coronel da reserva da Polícia Militar, advogado constitucionalista, um pós-doutor em Direito Constitucional, também um advogado em Direito Penal e um advogado criminalista, só que acrescenta mais duas autoridades:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– Elias Muller da Silva, advogado, Doutor e Mestre em Segurança da Ordem Pública, Coronel da Polícia Militar do Estado de São Paulo; e

– Fabrício Rebelo, pesquisador de segurança pública e Coordenador do Centro de Pesquisa em Direito e Segurança Pública.

Ambos os requerimentos são idênticos. Apenas o Senador Major Olimpio acrescenta mais três autoridades que acabei de nominar.

Portanto, em esclarecimento, não cabe discussão; cabe apenas encaminhamento por um de cada bloco.

Já está na ordem de inscrição do primeiro bloco o Senador Eduardo Braga, que falará, portanto, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, MDB/PRB/PP.

O tempo é de cinco minutos. Eu pediria três, mais dois, claro, de tolerância. Aí estaremos dentro dos limites regimentais dos cinco minutos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, primeiro, como ficou claro ainda há pouco no debate, reconheci o direito do Sr. Relator de poder tomar a decisão com relação à apresentação ou não do seu relatório. Isso é um direito regimental que o Relator tem.

Outro tema, Sra. Presidente, é com relação à questão levantada, inclusive, pelo Senador Randolfe Rodrigues, com a qual eu concordo, de que nós estamos tratando de um tema que não está sob a legislação do Congresso Nacional, o decreto do Senhor Presidente da República, aliás, os decretos, porque nós estamos falando de dois decretos: um de 7 de maio e outro de 21 de maio, portanto, os dois estão em vigência, além do decreto de janeiro que trata da questão da posse de armas...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... além do decreto de janeiro, que trata da questão da posse de arma. Portanto, nós estamos tratando de matéria que está em vigor.

Eu sempre defendi aqui o debate, sempre defendi a questão das audiências públicas. Mas, Sra. Presidente, eu sou obrigado a compreender que o prazo para fazermos essas audiências públicas e esse debate se exauriu. Há um consenso entre os Senadores daqueles que acham que... Como bem disse o Senador Alessandro, o que nós estamos discutindo aqui é se a competência do Senhor Presidente foi extrapolada ou não, se a competência do Senado da República e do Congresso Nacional foi ou não alcançada pelo decreto do Senhor Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse sentido, nós acreditamos que há já um convencimento dos Srs. Senadores, e por isso não há necessidade de que façamos novas audiências públicas.

Portanto, encaminho o voto "não".

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Obrigado, Senador Eduardo Braga.

Passo a palavra, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, PT/PROS, ao Senador Humberto Costa, também por cinco minutos impreterivelmente.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, eu também havia me convencido de que, do ponto de vista regimental, o Relator estaria coberto para devolver, para não colocar em votação, para solicitar uma audiência pública. No entanto, eu fui convencido pelo Senador Randolfe Rodrigues de que não é esse o caso em que a eventualidade de um adiamento da decisão esteja com os efeitos regulados pelo próprio Congresso Nacional. Neste caso, não.

Essa postura do Governo de ter passado por cima das competências do Congresso Nacional tem consequências graves que exatamente são a da continuidade desse processo de armamento acelerado que ocorre agora por conta da vigência desse decreto.

Nesse sentido, eu me convenço mais até, porque, do ponto de vista do mérito, nesta questão, não há meio-termo. E a gente já viu que dentro do Senado Federal, pelo menos, a maioria das pessoas têm uma posição muito clara sobre a questão de ser a favor ou de ser contra.

Assim, a realização dessa audiência pública seria uma coisa desnecessária, porque eu acho que os juízos já estão formados, o tema é urgente. O decreto – o primeiro deles – foi editado no dia 15 de janeiro, e nós já estamos agora no mês de junho; é muito tempo. E, a cada dia que passa, maior será o número de pessoas que vão ter acesso a essas armas; lógico, as que podem pagar R$2.450 pela arma mais barata. O pobre no Brasil não tem direito nem de matar, ele só pode morrer. Quer dizer, além de tudo, é um decreto que gera uma desigualdade. Então, vamos eliminar essa audiência pública e vamos hoje fazer a discussão e a votação se possível.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, Rede/PDT/Cidadania/PSB, o Senador Randolfe Rodrigues.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, as questões de mérito em relação ao decreto já foram diferentemente aqui apresentadas. E nós vamos ter a oportunidade de fazer isso no próprio debate de mérito.

V. Exa. pode perceber que há uma convicção já formada pelos Senadores. Aqueles que não acham uma exorbitância o decreto na parte do porte e da comercialização o acham em relação à posse. Então, é uma convicção da maioria dos Senadores.

Eu queria, Sra. Presidente, já que há um convencimento em relação ao mérito no sentido de que esse decreto exorbita as atribuições, fere a Constituição, fere normas infralegais, extrapola... Chegou, inclusive, uma das versões desse decreto a ameaçar a aviação comercial brasileira. Mas, como já um consenso estabelecido sobre isso, permita-me, Sra. Presidente, arguir uma questão regimental que eu poderia muito bem arguir posteriormente à apreciação desses decretos de audiência pública, mas eu vou tomar a liberdade de já argumentar com V. Exa. por economia processual de tempo.

Veja, o art. 118 do Regimento Interno diz o seguinte:

> Art. 118. O exame das comissões sobre as proposições, excetuadas as emendas e os casos em que este Regimento determine em contrário, obedecerá aos seguintes prazos:
> I – vinte dias úteis para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania;

Sigo adiante.

O art. 120 diz: "O relator tem, para apresentar o relatório, a metade do prazo atribuído à comissão".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ou seja, dez dias.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente. Fala o excepcional e brilhante Senador Esperidião Amin.

São dez dias úteis.

Do projeto de decreto legislativo que está em análise, o primeiro apresentado, tenho a honra de ser o autor. E ele foi protocolado no dia 8 de maio de 2018, o PDL 233. Portanto, já se expiraram os dez dias necessários para o parecer do Relator.

Eu poderia arguir essa questão regimental posteriormente à votação do requerimento das audiências públicas. Mas eu faço questão já de advertir, alertar esta Comissão da necessidade urgente e imediata, por força regimental, de fazermos a apreciação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para esclarecimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu gostaria apenas de esclarecer, fazendo aqui uma justiça ao Relator. Esta Presidência tem esse papel de moderar, dentro do possível, para tentarmos ao máximo chegar a um acordo. Primeiro, houve um acordo com vários Senadores, mas, mais do que isso, o relatório foi apresentado. Quer dizer, o Senador apresentou o relatório, ele leu o relatório na semana passada; houve depois, até com deliberação dos presentes, uma deferência à Senadora Eliziane, que apresentou um outro PDL.

Por conta disso, ele tinha que, necessariamente, dentro do prazo regimental, fazer uma complementação de voto em relação ao PDL exatamente no dia de hoje. Ele está dentro desse prazo. Nesse processo, havia sobre a mesa, como há, dois requerimentos.

Então, só fazendo uma... Eu acho que é importante nós restabelecermos aqui os acordos que foram feitos dentro da própria Comissão em relação a essa temática.

O Relator está dentro do prazo, Senador Randolfe, por mais que V. Exa. esteja correto na questão regimental.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas a Comissão não está.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, porque há um requerimento que nós estamos discutindo. Se, porventura, esse requerimento for deferido, o requerimento, em função do próprio Regimento e da vontade da maioria do Plenário, automaticamente se sobrepõe ao disposto no art. 120 mencionado por V. Exa.

Então, nós estamos aqui, por enquanto... Acho que o alerta do Senador Randolfe vale na medida do prazo do tempo em que nós estamos nos debruçando sobre essa matéria, mas o Relator está dentro do prazo e esta Comissão também, porque está discutindo um requerimento para ver se há deliberação da maioria no sentido de termos audiência pública ou não em relação à matéria. Daí por que V. Exa. tem razão quando me cobrou, corretamente, que se faça audiência pública antes da votação de quarta.

Se houver aprovação do requerimento, a audiência será realizada na terça, nós estaremos dentro do prazo regimental.

Mas agradeço a V. Exa.

Com a palavra, como último orador...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há mais algum orador que queira encaminhar? (*Pausa.*)

Apenas, para finalizar, então, o Senador Eduardo Girão – não há mais inscrição –, pelo Bloco Parlamentar PSDB, Podemos, PSL.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para encaminhar.) – Sra. Presidente Simone Tebet, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, pela urgência do assunto e por um assunto que a gente vem discutindo já há muito tempo aqui nesta Casa e na Comissão também, temos elementos suficientes para deliberar hoje sobre essa questão que está afligindo os brasileiros – isso eu quero repetir aqui.

Nós já estamos conscientes – todas as pesquisas mostram isso, aqui do Brasil e do exterior; inclusive, o Mapa da Violência foi muito claro – de que mais armas, mais violência, mais mortes. Inclusive, houve uma carta aberta, Senador Esperidião Amin, pelo controle de armas. Eu não vou ler...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Dê por lido, porque eu dou como visto.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Uma carta aberta pelo controle de armas que reúne, simplesmente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Olhem só a quantidade de ex-Ministros da Justiça e da Segurança Pública: Aloysio Nunes Ferreira, Eugênio Aragão, José Carlos Dias, José Eduardo Cardoso, José Gregório, Luiz Paulo Barreto, Miguel Reale Junior, Milton Seligman, Raul Jungmann, Tarso Genro, Torquato Jardim; ou seja, de várias correntes de pensamento, de vários partidos, técnicos.

É algo que está muito claro: já há um debate suficiente na nossa sociedade para deliberar. Então, eu queria encaminhar contra audiência pública, para a gente partir para definir esta situação que está preocupando o Brasil inteiro.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Não há mais oradores inscritos pelos blocos. Há apenas a palavra final, pelo Regimento, ao signatário. Eu perguntaria se seria o Senador Major Olimpio o signatário para poder ser pronunciar sobre o requerimento ou se dividiriam os prazos. Não há problema também em relação a isso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra a Senadora Juíza Selma, signatária do requerimento, nos termos regimentais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Caberiam os cinco... É que nós estamos... Ambos os signatários têm direito, é apenas pela brevidade que eu pediria...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Com certeza.

Sra. Presidente, Srs. Senadores, acho que, no debate aqui, os argumentos já foram bastante repisados. Eu só gostaria de fazer os colegas compreenderem que isso não vai prejudicar o prazo para votação. O prazo para votação é quarta-feira, e a audiência se realizaria na terça. Então, não há essa postergação que está sendo alegada aí.

E, como todos os colegas têm sido unânimes quando há requerimentos para a realização de audiências públicas no sentido de que elas são elucidadoras, porque nos trazem aqui elementos técnicos que vão fazer com que a nossa convicção mude ou permaneça – não vamos ter aqui a oportunidade de ouvir esses técnicos –, eu sinceramente não vejo nenhum prejuízo no fato de haver a realização da audiência pública, porque, repito aos colegas, ela estaria pautada para terça, e nossa próxima reunião seria na quarta. Portanto, a votação restaria para quarta.

Salvo engano, Sra. Presidente – esclareça-me, por favor, se eu estiver errada –, após a leitura do relatório complementar aqui, cabe vista?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Cabe vista.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – De qualquer forma, não seria votado hoje, seria votado na quarta-feira.

Por isso, eu reitero aqui o apelo aos colegas para a realização da audiência pública, que não vai fazer mal para ninguém.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Cabe vista. Se a leitura for feita na semana que vem, caberia vista para a outra semana – apenas para deixar claro –, nos termos regimentais.

Com a palavra o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Também fazendo coro à Senadora Selma, eu entendo fundamental o debate. Não se trata de procrastinação, nem de deixar de apreciar a matéria em si.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer sobre essa carta assinada por esses ex-Ministros que vejo neles muita responsabilidade pelo número de mortes, pela criminalidade que nós temos no Brasil. Alguns até aqui... Houve um deles que foi motorista do Marighella nos anos 60, terrorista, que depois virou Ministro mesmo. Então, vamos deixar muito bem claro, com todo o respeito, Girão, que o que essas pessoas aqui fizeram pela segurança pública no País... Nós temos que fazer isso. Eles são muito responsáveis pela tragédia, porque deram vazão para que os criminosos agissem sozinhos na tranquilidade de que não teriam nunca resposta. Com relação à possibilidade da audiência pública, é trazer pessoas que são contra e a favor para instrumentalizar a decisão que, pelo que percebo, já está formada em uma boa parte dos Senadores, mas que possa haver mudança na convicção de alguns. Então, eu encareço que nós façamos na terça-feira. Vai ser votado de qualquer forma na quarta-feira e vai para o Plenário a matéria. Apenas não é para empurrar para a frente coisa nenhuma. É simplesmente para que tenhamos mais argumentação, só isso.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente... Presidente, só uma questão...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Weverton.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Pela ordem.) – Eu queria só manifestar aqui que eu penso que na vida todo mundo tem uma história. Neste momento não vou entrar aqui nesse debate, porque eu sei que é uma estratégia, mais uma estratégia, para a gente perder o foco da votação que trata dessa questão do porte.

Mas são necessárias, e aí a gente pode provocar, sim, audiências públicas com tempo, para a gente discutir de verdade, lá na ponta, qual é o verdadeiro motivo pelo qual hoje nós estamos tentando apontar um dedo na cara do outro e achar os culpados dos índices de violência, de falta de educação, de presídios lotados, porque hoje é muito fácil achar culpados. O grande problema é que nós, que estamos aqui com o protagonismo para ajudar a resolver, pelo visto não vamos ajudar a fazer nada, porque continuamos ainda olhando para o retrovisor.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Uma vez a Mesa provocada, a Mesa responde a V. Exa., Senador Weverton.

Está sobre a mesa e vai ser votado em seguida um requerimento para um debate mais amplo sobre o registro, posse e porte de armas, do Senador Alessandro, sem vínculo ao PDL. Há um compromisso, inclusive, com o Senador, de que, depois de aprovados esses requerimentos ou não, nós estaremos votando o requerimento do Senador Alessandro, temático, para debater a matéria no momento em que o autor da proposição achar pertinente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu encerro, portanto, os encaminhamentos, e coloco em votação conjunta os dois requerimentos já mencionados.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o requerimento solicitando audiência pública permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitados os requerimentos, com os votos em contrário, se quiserem deixar registrados, do Senador Major Olímpio, da Senadora Juíza Selma, do Senador Marcos do Val e do Senador Luiz.

Senador Flávio...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Posso pedir verificação de votação, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se tiver apoiamento, não vejo nenhum problema, nem mesmo a... (*Pausa.*)

Deferido. Vamos abrir o painel.

Foi solicitado à Mesa que abra o painel para a votação.

Repetindo, as Sras. e os Srs. Senadores que quiserem votar pela audiência pública vão votar "sim". Aqueles que não querem audiência pública votarão "não".

Está aberto o painel para a votação.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para orientar a bancada.) – O PT vota "não", seguindo a orientação aqui do Senador Anastasia.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para orientar a bancada.) – O MDB vota "não", Sra. Presidente.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para orientar a bancada.) – O PSL vota "sim".

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - CE. Para encaminhar.) – O PSDB vota "não".

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para orientar a bancada.) – Sra. Presidente, o Bloco Senado Independente sugere e orienta os companheiros a votar "não".

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para orientar a bancada.) – Sra. Presidente, o Podemos vota "não".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estão registrados. (*Pausa.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para orientar a bancada.) – Democratas vota "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Registrado: Democratas vota "não".

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sra. Presidente, só para alertar a todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que, para aqueles que estão votando para não haver mais as audiências públicas e poder, portanto, votar a matéria, é voto "não", porque eu mesmo cometi aqui um equívoco e votei "sim". Tive que refazer o meu voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É. Então, pela terceira vez, vamos repetir: quem é contra a realização de audiência pública vota "não". Eu quero esclarecer que já conversamos com o Senador Marcos do Val. Houve um entendimento dele. Ele, se for derrotado, vai ler ainda hoje o suplemento do seu relatório.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA. Para orientar a bancada.) – O PDT vota "não", Presidente...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para orientar a bancada.) – A Rede vota "não".

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – ... apesar de que eu quase fui induzido aqui a votar "sim", porque o Major Olimpio disse que ia votar "não".

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Rede vota "não", Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – PDT registra voto "não".

Rede registra voto "não".

Continua em votação.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Indago às Sras. e Srs. Senadores se todos já exerceram o seu direito ao voto. (*Pausa.*)

Podemos encerrar a votação? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está encerrada a votação.

Solicito à Mesa que abra o painel.

Votaram SIM 4 Srs. Senadores; NÃO, 16 Srs. Senadores.

Portanto, os requerimentos foram rejeitados.

Eu passo a palavra, neste momento, ao Senador Marcos do Val para que complemente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Antecipo o pedido de vista, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – O Senador Marcos do Val...

Não, Senador. Ele precisa terminar o relatório dele. Não cabe pedido... Ele precisa terminar o voto. E, de qualquer forma, vista agora ou vista após o relatório é uma vista só. Não vai haver, de qualquer forma, nenhum... O pedido de vista antecipado não vai ensejar um novo pedido de vista posteriormente. Isso não cabe. Portanto, ele vai ler o relatório, complementar o relatório dele e, após os relatórios, cabe pedido de vista.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Indago a V. Exa. se ele já apresentou relatório sobre essa matéria.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não. Ele tem que complementar o relatório. Nós estamos...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele já apresentou antes ou não?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não, porque agora é sobre o PDL que entrou posteriormente...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah, o novo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... que é o 233. Ele tem que complementar o relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Está bem, mas eu já estou me manifestando pelo pedido de vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sra. Presidente, pela ordem, para retirar o requerimento para posterior apreciação...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós o apreciaremos na semana que vem, Senador Alessandro.

Com a palavra para complementar o seu relatório e fazer uma análise sobre o PDL 233, de 2019, o Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Como Relator.) – Complementação do voto.

Na 17ª reunião ordinária dessa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ocorrida no dia 29 de maio de 2019, oferecemos nosso relatório aos Projetos de Decretos Legislativos PDLs nºs 233, 235, 238, 239, 286, 287, todos de 2019.

Após a leitura do relatório, a ilustre Senadora Eliziane Gama anunciou apresentação do PDL 332, de 2019, o qual susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, o Decreto nº 9.785, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para dispor sobre aquisição, cadastro, registro, posse, o porte e a comercialização das armas de fogo e de munições sobre o Sistema Nacional de Armas e o Sistema de Gerenciamento Militar de Armas, com a redação dada no Decreto 9.797, de 21 de maio de 2019, e as retificações no Diário Oficial da União, no dia 22 de maio de 2019, Edição 97, seção página 2... (*Pausa.*)

Na justificação do PDL em comento, a ilustre Senadora expõe, cuidadosamente, os motivos pelos quais o decreto presidencial deveria ser sustado, em seu entendimento.

Não obstante, entendemos que prevalece, a respeito do PDL nº 332, de 2019, a análise detalhada que operamos sobre os demais projetos de decreto legislativo e que trago, mais uma vez, de forma resumida.

Sobre o porte de arma de fogo... (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço a gentileza das Sras. e Srs. Senadores... Há um Senador falando. Há Senadores, desculpem, de costas para a Mesa, eu não estou conseguindo sequer visualizar o Senador.

O Senador Marcos do Val está, gentilmente, cumprindo um acordo com a Mesa e terminando a leitura do seu relatório.

Com a palavra S. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Obrigado, Sra. Presidente.

Sobre o porte de arma de fogo.

No relatório apresentado no último dia 29/5/2019, demonstrou-se claramente que, neste ponto, a nova norma regulamentar em nada avança para limites além daqueles estatuídos no art. 84, IV, da Constituição Federal, tendo em vista que, por seus termos, apenas se registra uma aplicação de conceitos já trazidos na própria lei (atividade profissional de risco e ameaça à integridade física), e absolutamente necessários à sua aplicação.

Não é demais ressaltar que, conforme expressamente versado naquele relatório, a definição de tais conceitos tanto era imprescindível à aplicação da lei que, durante todo o período de 2005 e 2018... (*Pausa.*)

... era ela promovida pela Instrução Normativa nº 23/2005, da própria Diretoria-Geral da Polícia Federal. Se o Diretor da Polícia Federal pôde definir tais requisitos por mera instrução normativa, é mais do que correto afirmar que o Presidente da República pode fazê-lo por decreto.

De qualquer modo, por se cuidar de tema já analisado de forma exaustiva no referido relatório, registra-se aqui apenas a total reiteração integral de seus termos. Afinal, repise-se, o novel decreto não faz nada além de conceituar diretrizes que já são previstas na própria lei, explicando disposições imprescindíveis à sua aplicação, o que, no caso, se limita ao porte de arma previsto no art. 10, aplicável a todo cidadão, independentemente das disposições do art. 6º, ambos do Estatuto do Desarmamento, Lei nº 10.826/2003.

Vale ressaltar, mais uma vez, que a autorização de porte, com base no artigo 6º do Estatuto, possui consequências jurídicas distintas daquela fundada no seu art. 10. Portanto, ao regulamentar o art. 10 da Lei nº 10.826/2003, o decreto não está equiparando nenhuma categoria já enumerada no art. 6º.

Em outras palavras, o porte de arma de fogo para essas novas categorias não está sendo concedido com base nas prerrogativas inerentes ao exercício dos cargos de que trata o artigo 6º do Estatuto do Desarmamento. Na verdade, o porte para as pessoas elencadas no §3º do art. 20 do regulamento, e que não se insiram entre os habilitados pelo referido art. 6º, têm apoio unicamente na regulamentação do inciso I do §1º do art. 10 do Estatuto, que traz a expressão "efetiva necessidade", expressão essa de conceito vago e impreciso e que, portanto, está inserida no campo da conformação da norma regulamentar.

Porte de trânsito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há de se registrar que o porte de trânsito e o porte geral de arma de fogo são preceitos legais distintos e inconfundíveis. O que faz a lei, de modo bastante direto, é estabelecer uma garantia a caçadores e colecionadores que, independentemente do porte geral de arma, art. 10, terão assegurado o porte de trânsito, art. 9º, mas sem absolutamente nenhuma relação excludente entre eles.

Em outros termos, mesmo que já estejam agraciados com o porte de trânsito, modalidade limitada de porte de arma, voltada ao exercício da atividade específica, nada impede a colecionadores e caçadores que, na condição de cidadãos civis que também são, possam obter o porte geral de arma de fogo para seu uso defensivo na forma do art. 10, sob o critério de atividade profissional de risco ou ameaça à sua integridade física. Consequentemente, nada impede que, para essa finalidade, sejam as categorias incluídas nas explicações estabelecidas na norma regulamentar.

Por outro lado, é contraditório reconhecer que o art. 10 do Estatuto do Desarmamento é autônomo, aplicável indistintamente ao cidadão comum e, ao mesmo tempo buscar vinculá-lo agora ao artigo 9º, numa interpretação restritiva para limitar direitos gerais e categoria específica, no caso, os colecionadores e caçadores.

O fato objetivo, todavia, é de fácil compreensão: independentemente de qualquer outro direito adicional que se os confira, não há qualquer impedimento aqui no exercício regular do poder regulamentar do Presidente da República, amparado no seu artigo 84, IV, da Constituição Federal, os colecionadores e caçadores sejam objetivamente incluídos na presunção das situações de ameaça à integridade física expressamente prevista no art. 10, §1º, I, do Estatuto do Desarmamento.

O escopo regulamentar, na presente hipótese, se afigura absolutamente natural, tendo em vista que as aludidas categorias possuem acervos bélicos vinculados às suas atividades e, por isso, apresentam maior suscetibilidade à investida de criminosos, necessitando objetivamente de meios de defesa.

Porte de subsistência.

Idêntica confusão conceitual se estabelece em relação ao porte de subsistência, o qual também excluiria a possibilidade de obtenção do porte de arma de fogo para finalidade defensiva.

Novamente, nós nos defrontamos com uma descabida interpretação restritiva, tendo em vista que põe o porte de subsistência como o único acessível aos residentes de áreas rurais, desconsiderando, mais uma vez, o regramento geral trazido no art. 10 do Estatuto do Desarmamento, amplamente abordado no relatório.

Demais disso, não se pode alegar que o novel decreto deixou de prever requisitos etários e de efetiva necessidade para a obtenção dessa modalidade de porte, o que, entretanto, não se confirma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pela análise da norma paradigma. Em verdade, a mera leitura do Decreto 5.123/04 e seu cotejo com o Decreto 9.785/19 revelam que as novas disposições apenas repetem as vigentes anteriormente.

Acerca do tema, tais eram as disposições do Decreto 5.123/04:

> Art. 27. Será concedido pela Polícia Federal, nos termos do §5º do art. 6º da Lei nº 10.826, de 2003, o Porte de Arma de Fogo, na categoria "caçador de subsistência", de uma arma portátil, de uso permitido, de tiro simples, com um ou dois canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16, desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em requerimento ao qual deverão ser anexados os seguintes documentos:
> I - documento comprobatório de residência em área rural ou certidão equivalente expedida por órgão municipal;
> II - cópia autenticada da carteira de identidade; e
> II - original e cópia, ou cópia autenticada, do documento de identificação pessoal; e
> III - atestado de bons antecedentes.
> Parágrafo único. Aplicam-se ao portador do Porte de Arma de Fogo mencionado neste artigo as demais obrigações estabelecidas neste Decreto. (*Pausa.*)

Presidente... (*Pausa.*)

Presidente, como eu estou me sentindo extremamente prejudicado pela leitura do meu relatório, eu vou só pegar as partes finais e finalizar, mas deixar claro aqui que eu me sinto prejudicado, como Relator, em expor a minha complementação de voto.

Desse modo, torna-se imperativo rejeitar todas as considerações trazidas e, por consectário, sob esse prisma analítico, ratificar a vigência do Decreto 9.785/19, de 7 de maio de 2019, que regulamenta a Lei nº 10.826.

Assim, em relação ao PDL 332, de 2019, e complementando o voto proferido na 17ª Reunião Ordinária da CCJ, mantemos nosso posicionamento pela rejeição dos Projetos de Decreto Legislativo nº 233, 235, 238, 239, 286 e 287, todos de 2019, bem como votamos pela rejeição daquele Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2019.

Finalizo, assim, a complementação do meu voto e, mais uma vez, reafirmo que, de forma democrática, aceitei a realização da audiência pública, mas os meus parceiros não fizeram, de forma democrática, a permissão para que eu lesse a minha complementação de voto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa., Senador Marcos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não vou colocar em discussão, porque já há pedido de vista...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Estou colocando em discussão, mas não vou abrir para discussão porque houve pedido de vista do Senador Marcos Rogério...

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva deferida.

Lembro que, na semana que vem, quando dos votos em separado, não cabe vista. Os votos em separado serão lidos, e, em seguida, iremos à votação democrática dessa matéria.

1ª PARTE

ITEM 8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 1, DE 2019

- Não terminativo -

Acrescenta ao art. 57 o §4º-A para dispor sobre o voto aberto na eleição das Mesas no congresso.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES) e outros.

Relatoria: Senadora Juíza Selma.

Relatório: Favorável à proposta com uma emenda de redação que apresenta

Observações:

- Em 08/05/2019, a Presidência concedeu vista aos Senadores Marcos Rogério, Fabiano Contarato e Esperidião Amin, nos termos regimentais;

- Em 21/05/2019, foram recebidas as Emendas nº 1 a 4, de autoria do Senador Marcos Rogério (dependendo de relatório).

Passo a palavra para se pronunciar a respeito das Emendas de nºs 1 a 4 à Relatora da PEC, Senadora Juíza Selma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, eu acho que terei de, hoje, já que os ânimos estão acirrados, já que se está falando muito em democracia aqui, usando os poderes que me foram...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se me permite, Senadora, os ânimos não estão acirrados. O Major Olímpio está saindo...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... atribuídos por V. Exas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... dizer que esta é a última vez que eu vou pedir a gentileza do Plenário e dos assessores para que possamos seguir com a pauta e possamos, pelo menos, ouvir os colegas. Esta é a última vez que eu peço silêncio. Da próxima, hoje, eu pedirei a retirada dos assessores para que possamos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esse poder V. Exas. ainda não me deram... (*Risos.*)

O Regimento não o permite. Mas, para que nós possamos... Nós temos uma pauta extensa, importante, que tem todas as condições de ser exaurida hoje. São temas agora não tão polêmicos, de muitos deles os relatórios já foram lidos, e são projetos não terminativos. Mas, para que nós possamos dar uma demonstração de agilidade, sem prejuízo do debate democrático, para que o Plenário, inclusive, tenha pautas relevantes para votar.

Eu passo, portanto, a palavra para se pronunciar em relação às Emendas de nºs 1 a 4 à Relatora, Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sra. Presidente, eu peço vênia para não fazer esse pronunciamento agora porque eu pedi à assessoria legislativa que se manifestasse com relação às emendas e não obtive resposta ainda.

Assim, peço a retirada da pauta.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós deixaremos, então, para a quarta-feira da semana que vem, Senador Juíza Selma. Continuará constando em pauta.

Na ordem dos Relatores aqui presentes, vamos para o item 11.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 11

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 312, DE 2016

- Terminativo -

Enquadra as entidades de previdência complementar no campo de aplicação da Lei nº 7.492, de 16 de junho de 1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional, permite a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) a verificar a ocorrência de crime e conceitua crime de gestão fraudulenta e temerária.

Autoria: Senador José Aníbal (PSDB/SP).

Relatoria: Senador Antonio Anastasia.

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 08/05/2019, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador José Serra;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação nominal.

O Senador Anastasia já se pronunciou em relação à Emenda de nº 1. Acredito que tenhamos para deliberar. (*Pausa.*)

Temos quórum para deliberar.

Então, vamos ao item 11, terminativo.

Eu vou passar diretamente a palavra para o Senador Anastasia, para as suas considerações rápidas, para que nós possamos, mantido o quórum, abrir o painel de votação.

Com a palavra V. Exa.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A complementação do parecer, que eu já li anteriormente, refere-se a duas emendas, ambas acatadas; uma do Senador Serra, que inclui as obrigações que fizemos aqui em relação à Previ também à Susep (Superintendência de Seguros Privados), e a segunda foi a do eminente Senador Rodrigo Pacheco criar a expressão "habitualidade" colocada dentro do tipo penal que nós colocamos ali. Portanto, a complementação se refere tão somente ao acatamento das duas ideias, do Senador Serra e do Rodrigo Pacheco.

No mais, o voto é, portanto, pela aprovação, nos termos da emenda substitutiva, que já foi lida com essas duas alterações.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu coloco em discussão a matéria.

Para discutir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Com as duas emendas, portanto?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com as duas emendas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu só quero saudar tanto o proponente quanto o Relator, que, mais uma vez, presta um serviço à sociedade brasileira.

O inferno do que aconteceu com esses fundos de previdência foi descrito para mim, Senador Jorginho, pelo nosso amigo João Régis da Garuva. Aposentado da Petrobras, ele paga Imposto de Renda sobre o dinheiro que ele recebe para reparar o roubo que foi feito no seu fundo de previdência. Isso é pior do que a reforma da previdência. O sujeito é aposentado, muitos deles já inválidos quase, e paga Imposto de Renda sobre a parte do salário dele que vai para reparar o roubo do seu fundo de previdência.

Então, ao criminalizar o desvio, ao tipificar, eu creio que isso vai dar possibilidade para essas pessoas que foram duplamente roubadas, ou seja, no seu pecúlio e ainda na reparação ao pagar o Imposto de Renda sobre aquilo que vai para reparar o dano.

Então, eu creio que o projeto é em muito boa medida e o relatório, igualmente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao processo de votação nominal.

Peço à Secretaria que abra o painel para a votação das Sras. e dos Srs. Senadores.

Está aberto o painel.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem exercer o seu direito ao voto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Sra. Presidente, é tão somente para solicitar aos meus pares o voto "sim" ao projeto.

Agradeço muito. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Indago às Sras. e Srs. Senadores se já votaram e se já podemos encerrar a votação. (*Pausa.*)

Está encerrada a votação. Vamos abrir o painel para apurar o resultado.

Votaram SIM 18 Sras. e Srs. Senadores.

Portanto, por unanimidade, está aprovado o substitutivo oferecido pelo Relator. Trata-se de importante matéria terminativa, e, consequentemente, o substitutivo é aprovado e será submetido a turno suplementar, nos termos do art. 282 do Regimento Interno.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, pela ordem, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Pela ordem.) – Muito rapidamente, apenas para fazer um registro de congratulações ao Senador Antonio Anastasia e de agradecimento por ter acolhido a nossa emenda, que aperfeiçoa o tipo penal de gestão fraudulenta na lei dos crimes contra o sistema financeiro, a Lei 7.492, de 1986.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço, Senador.

Apenas lembrando que a matéria, como nós votamos o substitutivo, vai à Mesa, para comunicação e informação a todos os Srs. e Sras. Senadores, para as providências, portanto, cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Sra. Presidente e nobres colegas.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sou eu que agradeço. Na ordem, portanto, item 12, de relatoria do Senador... Não, não está presente.

Desculpem, há mais um terminativo. Eu solicito ao Senador Jorginho, nosso Vice-Presidente, que possa assumir a Presidência, porque se trata de uma relatoria minha a um projeto da Senadora Maria do Carmo. É a última votação, a princípio nominal.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Item 10.

1ª PARTE

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 307, DE 2018

- Terminativo -

Acrescenta § 5º ao art. 9º da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, a fim de facultar a representação do réu por seu advogado nas audiências realizadas em localidades muito distantes de onde resida o réu.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE)

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Pela aprovação do Substitutivo e da Emenda nº 2-S.

Observações:

- Em 20/03/2019, foi aprovado o Substitutivo oferecido ao PLS n° 307, de 2018, ora submetido a Turno Suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal. Ao Substitutivo, poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão, vedada a apresentação de novo Substitutivo integral;

- Em 27/03/2019, foi apresentada a Emenda nº 2-S de autoria da Senadora Juíza Selma;

- Em 24/04/2019, foi lido o relatório e encerrada a discussão, ficando adiada a votação da matéria;

- Votação nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora é a nossa Presidente, Simone Tebet, que tem a palavra.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Para proferir relatório.) – Já foi lido e já foi discutido, e não cabe mais discussão. Apenas para esclarecimento, Sr. Presidente, nós acatamos a sugestão da Senadora Juíza Selma. Houve um levantamento de alguns colegas e, num conjunto, unimos todas as emendas na emenda da Senadora Selma. E fica, portanto, a seguinte mudança: quando o réu residir em comarca distinta daquela onde será realizada a audiência, ele poderá ser representado por qualquer pessoa com poderes especiais para essa finalidade e para proceder à confissão espontânea, negociar e transigir, nos termos que já são do próprio Código de Processo.

A faculdade de o réu ser representado por qualquer pessoa, na forma do §5º, não afasta a exigência de sua assistência por advogado nas causas discriminadas na parte final do *caput* desse artigo, que é a confissão, quando ela não é espontânea.

Portanto, é essa a complementação, que chegou a um acordo, inclusive, com a Ordem dos Advogados. Conversamos, inclusive, com ela.

É a complementação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos fazer a votação de forma conjunta, única, do substitutivo e da emenda, nos termos do parecer.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, apenas para fazer uma consulta a V. Exas. O projeto coloca a possibilidade no caso de residência distante, comarca distante...

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Rapidamente, eu posso ler exatamente toda a alteração.

Quando o réu residir em comarca distinta daquela onde será realizada a audiência, ele poderá ser representado por qualquer pessoa com poderes especiais para essa finalidade, o que já está no Código, e que nós estamos trazendo aqui para o juizado, com procuração especial para essa finalidade, e proceder à confissão espontânea, negociar e transigir, nos termos já do Código de Processo, CPC.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nesse caso, só se aplica ao réu? No caso de representação, no caso de quem ...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Aqui nós estamos tratando apenas do réu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Eu tinha a compreensão de que pudesse ser até um pouco mais além. Se há procuração nos autos, tanto no caso do réu quanto no caso de quem representa criminalmente contra alguém, se ele tem representante nos autos e quer ser representando pelo seu advogado, não haveria nenhum prejuízo, porque é uma prerrogativa dele, especialmente quando se trata de juizado especial.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para esclarecer a autoria da Senadora Maria do Carmo, nós estamos adequando a Lei de Juizados ao CPC. Por isso é que não avançamos.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Mas acho que V. Exa. pode bem apresentar talvez um projeto...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nessa direção.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... inclusive no CPC para que possamos discutir. Acho que nesse momento dar um passo a mais em relação ao que quis a autora ...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai desnaturar o projeto da autora.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Até porque nós estamos falando de juizados especiais, adequando-os ao CPC. Talvez, avançando ainda mais ao que V. Exa. está propondo, fosse o caso de discutir a possibilidade de fazer o avanço, inclusive, no CPI, o que é uma outra discussão a ser feita.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

Agradeço a V. Exa.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sou eu que agradeço a compreensão.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Não havendo nenhum tipo de objeção, em votação. Trata-se de matéria terminativa. A votação é nominal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores podem votar.

Solicito à assessoria que abra o painel de votação.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas para esclarecer, nós estamos tratando de causas que envolvam até 20 salários mínimos, como trata o Juizado de Pequenas Causas.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Consulto o Plenário se todos já votaram.

Senador Randolfe, Senador Luiz Carlos Heinze. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Jorginho, V. Exa. está fazendo uma bela figura aí, não tão boa e bela figura quanto a da Senadora Simone, mas está bem ladeado.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Todos os Senadores já votaram?

Vamos encerrar a votação.

Encerrada a votação, colho o resultado.

SIM, 20 votos; NÃO, nenhum voto.

Aprovado o substitutivo do termo em turno suplementar da Emenda 2.

Será comunicada a decisão da Comissão ao Presidente do Senado Federal para ciência do Plenário e publicação no *Diário do Senado*.

Devolvo a Presidência à nossa Presidente Simone Tebet.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Marcelo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Nós temos sobre a mesa um requerimento extrapauta que eu gostaria de formular neste momento. Posso falar?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 29

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 27, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, retificar e aditar o Requerimento nº 18 de 2019 - realização de reunião de Audiência Pública para instruir o PLC nº 175/2017, que "Regulamenta a profissão de leiloeiro público oficial. " -, já aprovado por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), nos seguintes termos:

Em aditamento, os seguintes convidados:

• um Representante do Ministério da Justiça;

• um Representante do Ministério da Economia.

Em retificação:

• Vicente de Paulo Albuquerque Costa Filho - Presidente da ALEIBRAS - Associação da Leiloaria Oficial Brasileira;

• Fabiana Lopes Pinto Santello - Presidente da Associação Brasileira de Gestoras de Alienações Judiciais e Extrajudiciais – ABRAGES;

• Eronides Santos - Promotor de Justiça de Falências- Ministério Público do Estado de São Paulo;

• Paulo Maria Teles Antunes – Advogado e procurador da Associação Brasileira dos Leiloeiros e Entidades (ASBRALE);

• Larissa Maria de Moraes Leal - Advogada e procuradora da Associação dos Mutuários e Moradores de Minas Gerais (AMMMG);

• Dalton Luiz de Moraes Leal - Leiloeiro Público (matrícula: nº 05/06, Junta Comercial do Estado do Piauí - JUCEPI).

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Esta Presidência esclarece às Sras. e aos Srs. Senadores que, na realidade, é extrapauta, mas esses requerimentos haviam sido apresentados anteriormente pelo Senador. Nós já o havíamos aprovado, já estamos com audiência pública marcada. Ele está apenas fazendo uma retificação em relação aos nomes das autoridades que estão vindo à audiência pública, para deixar claro que não se trata de um requerimento apresentado neste momento. É um requerimento anterior.

Portanto, em votação a alteração referente às autoridades dos requerimentos.

As Srs. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovados os requerimentos.

Portanto, está mantida a data das audiências públicas solicitadas por V. Exa.

ITEM 12

PEC N° 36, DE 2017

- Não terminativo -

Altera o art. 55 da CF, para prever a perda automática de mandato de Deputados e Senadores condenados por crime cujo cometimento resulte em inelegibilidade.

Autoria: Senador Romário.

Relatoria: Senador Randolfe, que é favorável à proposta.

Concedo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues para proferir relatório.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Parto diretamente para a análise.

Cabe a esta Comissão, na forma do art. 356 do Regimento Interno do Senado, proceder à análise das proposições em tela quanto à admissibilidade e mérito.

Do ponto de vista de admissibilidade, verifico que a proposição, na sua origem, foi subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa. Ademais, sua apreciação não viola as limitações circunstanciais à promulgação de emenda à Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que se refere ao mérito, entendemos que a proposição é conveniente, oportuna e zela pela moralidade para o exercício do mandato e pela qualidade da democracia e da representação.

Afinal, se um Parlamentar é condenado, mediante decisão transitado em julgado, por prática de crime de tamanha gravidade que o torne inelegível e o impeça de se candidatar a um pleito futuro, nada mais coerente do que, de pronto, a Mesa da Casa Legislativa, o declare impedido também de dar continuidade ao exercício do mandato em curso. Enfim, a prática de um crime não pode ser grave a ponto de inviabilizar um mandato futuro e permitir o exercício de um mandato presente.

Como sabemos, no direito eleitoral, a inelegibilidade somente pode ser arguida nos prazos céleres estabelecidos nas respectivas normas, inexistindo ação eleitoral com o objetivo de arguir inelegibilidade superveniente ao pleito. Por sua vez, o Estatuto dos Congressistas assegura aos Parlamentares condenados por prática de crime o direito de continuar no exercício do mandato, exceto por decisão em sentido contrário da maioria absoluta da Casa Legislativa. Todavia, essa decisão nem sempre se verifica por razões corporativas, ou seja, por conivência ou solidariedade dos respectivos pares, em flagrante desrespeito aos cidadãos e à instituição que representam.

Por fim, entendemos que a regra confere segurança jurídica ao tema, ao fixar as consequências da condenação nos casos que menciona. Como sabemos, o Supremo Tribunal Federal mantinha o entendimento de que não cabia ao Poder Judiciário decretar a perda de mandato de Parlamentar federal, em razão de condenação criminal. Todavia, recentemente, o STF modificou sua leitura do art. 55 da Constituição Federal para consignar que a condenação à pena privativa de liberdade, em regime inicial fechado, implica perda automática do mandato, sendo a decisão da Mesa da Câmara dos Deputados vinculada e declaratória (Ação Penal nº 863, de Relatoria do Ministro Edson Fachin, Ministro Revisor Marco Aurélio). Dessa forma, a norma proposta na PEC que ora apreciamos evitará que a matéria seja regulada conforme a interpretação constitucional que venha a ser dada pelo Poder Judiciário.

Voto, Sra. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela admissibilidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 36, de 2017, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em discussão a matéria.

Parecer de relatoria do Senador...

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Peço vista, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Concedida a vista.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vista coletiva.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva, portanto.

1ª PARTE

ITEM 13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 48, DE 2018

- Não terminativo -

Institui o Cadastro Nacional de Pedófilos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Vitor Valim (MDB/)

Relatoria: Senador Major Olimpio

Relatório: Favorável ao Projeto

Concedo a palavra ao Senador Major Olimpio para proferir o seu relatório.

Item 13 da pauta.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para proferir relatório.) – Vem à esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania o Projeto de Lei nº 48, de 2018 (na origem, PL nº 629, de 2015), do Deputado Vitor Valim, que institui o Cadastro Nacional de Pedófilos.

Em síntese, a propositura legislativa em exame tem como objetivo instituir cadastro que reunirá informações relativas a condenados pelo crime de pedofilia. Tal cadastro será mantido pelo Poder Executivo e operado em convênios celebrados com as unidades da Federação para acesso e alimentação pelos seus órgãos de segurança pública, pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário.

Não foram apresentadas emendas.

Eu passo, rapidamente, à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o Poder Legislativo tem competência legislativa para estabelecer normas de segurança pública de caráter nacional. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1° do art. 61 da Constituição da República.

Ainda, não encontramos óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, entendemos que o PLC deve ser aprovado, isso porque a nossa Carta Magna determina em seu art. 227 que "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Assim, o presente projeto visa cumprir o que está determinado na Constituição de que o Estado assegure à criança, ao adolescente e ao jovem o direito à vida e saúde, colocando-os a salvo de toda forma de violência.

Dessa forma, ressaltamos a importância deste projeto de lei instituir cadastro que reunirá informações relativas a condenados pelo crime de pedofilia, atende, sim, à expectativa da nossa sociedade em prevenir e combater de forma mais eficaz este horrendo crime.

Ainda, esclarecemos que os crimes considerados como de pedofilia são devidamente tipificados em nosso Código Penal, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente, e são os piores crimes que um ser humano pode praticar, isso porque viola diretamente nossas crianças e adolescentes, os quais muitas vezes não conseguem se recuperar nunca por terem sido vítimas desses horríveis crimes, como bem observado pelo Dr. Antonio Ricardo Teixeira – aspas: "O trauma gera uma fuga da vida, quando se entra num retraimento tão profundo que leva a pessoa a viver numa quase completa reclusão, pois a pessoa, tentando evitar tudo que possa lembrar o trauma acaba por quase não viver."

O pedófilo sempre encontra um meio de atingir a vítima, seja em virtude de um parentesco, por laços de religião, por meio da internet etc, cujo contato chega ao cúmulo da relação forçada pela violência física, a qual muitas vezes resulta na morte da vítima, sendo que as vítimas desses crimes são crianças e adolescentes, os quais não tem capacidade de reagir contra tais abusos. Por isso a necessidade de muita proteção ao menor.

Dessa forma, resta clara a necessidade de o Poder Legislativo contribuir ainda mais na defesa de nossas crianças e adolescentes, e nesse sentido o presente projeto vem ao encontro do que anseia toda a sociedade e previsto em nossa Constituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, parece-nos extremamente necessária e urgente a criação do Cadastro Nacional de Pedófilos, de forma a proteger a nossa sociedade desses criminosos e ajudar os agentes da segurança pública a combaterem esses tipos de crimes.

Inclusive, é importante relembrar que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado acerca da Pedofilia realizada em 2010 sugeriu a criação de um "banco de dados nacional de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes", o que não ocorreu até o presente momento. Assim, é importante a aprovação do presente projeto, como já recomendado pela referida CPI.

Nesse momento, ressaltamos que diversos países já consideram em sua legislação a criação de cadastros nacionais daqueles que cometem determinados tipos de crimes, como por exemplo, os arts. 706-53-1 a 706-53-12 do Código de Processo Penal francês, que tratam do Cadastro Nacional Automatizado dos Autores de Agressões Sexuais ou Violentas. Ou seja, o presente projeto está totalmente em consonância com o que é praticado no mundo. Assim, entendemos que o presente projeto de lei deve ser integralmente aprovado de modo a garantir um modo mais eficaz no combate aos crimes de pedofilia e de proteger nossas crianças de pedófilos que possam vir cometer tais tipos de crimes.

Complemento com o meu voto: ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2018.

É o relatório.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Major Olímpio pelo relatório e coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Agradeço, mais uma vez, ao Senador e passo ao item 14.

1ª PARTE

ITEM 14

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 518, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fornecedor a manter e permitir acesso à gravação das chamadas telefônicas efetuadas para o serviço de atendimento ao consumidor e pelo serviço de telemarketing.

Autoria: Senador Cidinho Santos (PL/MT)

Relatoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo

Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda que apresenta e pela prejudicialidade da emenda nº 1

Observações:

- Em 28/05/2019, foi apresentada a emenda nº 1 de autoria do Senador Rodrigo Cunha;

- A matéria será apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor em decisão terminativa

Concedo a palavra ao Senador Veneziano Vital do Rêgo para proferir o seu relatório.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pela ordem, Sra. Presidente.

Há um pedido do Senador Lasier, e eu gostaria de pedir vista.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Após a leitura do relatório, é possível o pedido de vista.

Com a palavra o Senador Veneziano, para proferir o seu relatório.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - PB. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente, com a sua permissão e a dos demais colegas presentes, passo à análise.

Compete a esta Comissão, nos termos dos arts. 101, I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, emitir parecer sobre o projeto em exame quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, também, quanto ao mérito, cabendo, no entanto à CTFC a decisão terminativa, por força do disposto no art. 91, inciso I, do mesmo Regimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constatamos não haver incompatibilidade do PLS com as normas regimentais, sendo, assim, admissível quanto a esse aspecto.

Com relação à constitucionalidade, não temos reparos a fazer, pois cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre o assunto de que trata o PLS em exame, sendo a iniciativa parlamentar legítima, nos termos dos arts. 48 e 61 da Lei Maior, pois trata de matéria inserida na competência legislativa da União, conforme o disposto no art. 24, incisos V e VIII, da Constituição, segundo os quais compete à União legislar concorrentemente com os Estados e o Distrito Federal sobre produção e consumo e sobre responsabilidade por dano ao consumidor.

Quanto à juridicidade, a matéria constitui assunto de lei ordinária, estando, assim, convenientemente tratado mediante projeto de lei ordinária, inova o ordenamento jurídico ao promover alterações na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – A Lei do Consumidor –, tem o atributo de generalidade e poder coercitivo, estando, ademais, compatível com os princípios diretores do sistema de direito pátrio.

É importante observar que o assunto tratado no projeto está parcialmente atendido mediante o §3º do art. 15 do Decreto nº 6.523, de 31 de julho de 2008, que regulamenta a Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, para fixar normas gerais sobre o Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC), ao prever a obrigatoriedade, a cargo do fornecedor, de gravar as chamadas telefônicas, conforme reconhece o autor em sua justificação.

Entretanto, o referido decreto aplica-se somente ao SAC, prevendo o prazo de manutenção da gravação das chamadas telefônicas por apenas 90 dias, enquanto que o PLS de que estamos a tratar estende essa obrigatoriedade ao serviço de *telemarketing*, dobrando o prazo para ambos os serviços, ou seja, 180 dias.

Ademais, prevê expressamente, em caso de descumprimento da norma legal prevista no projeto, a aplicação ao infrator da pena de multa não inferior a um terço do salário mínimo vigente, diferentemente do que, genericamente, estabelece o mencionado Decreto nº 6.523, de 2008, em seu art. 19, prevendo que a inobservância das condutas descritas neste decreto ensejará aplicação das sanções previstas no art. 56 da Lei no 8.078, de 1990, sem prejuízo das constantes dos regulamentos específicos dos órgãos e entidades reguladoras.

Nesse ponto, ressaltamos que as sanções administrativas previstas no art. 56 do Código do Consumidor estão elencadas em 12 itens que vão desde multa, sem especificação de valor, até a cassação de licença do estabelecimento ou de atividade.

Pensamos que é salutar a alteração do Projeto de Lei nº 518, de 2018, quanto a essa questão, a fim de evitar eventuais alegações de inconstitucionalidade por ofensa ao art. 7º, inciso IV, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Constituição Federal, que veda a vinculação do salário mínimo para qualquer fim, na forma proposta na emenda constante deste parecer.

Quanto ao mérito, Presidente e demais companheiros e companheiras Senadores, da proposição, somos favoráveis à sua aprovação, já que amplia os direitos do consumidor que recebeu destacada proteção do poder constituinte do qual emergiu a Carta de 1988, não obstante ressaltarmos que a CTFC, a quem cabe a decisão terminativa sobre a matéria, possa melhor opinar a respeito, haja vista tratar-se da comissão que tem a competência regimental para opinar sobre assuntos pertinentes à defesa do consumidor.

Sobre a Emenda nº 1 – CCJ, do Senador Rodrigo Cunha, nós nos posicionamos pela sua prejudicialidade em função de o seu conteúdo já estar contemplado na emenda que apresentamos como conclusão do presente relatório.

Constatamos, finalmente, que a proposição está redigida em conformidade com os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da elaboração, redação e alteração das leis.

Eis o voto: ante o exposto, votamos pela prejudicialidade da Emenda nº 1, do eminente Senador Rodrigo Cunha, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS nº 518, de 2018, e, quanto ao mérito, pela sua aprovação, com a seguinte emenda:

> Promova-se a seguinte alteração da redação do parágrafo único do art. 50-A da Lei 8.078, de 1990, acrescido pelo Projeto de Lei nº 518, do ano de 2018.
> Art. 50-A.....
> Parágrafo único: O descumprimento do disposto no *caput* sujeita o infrator às penalidades previstas no art. 56 desta lei.

Eis o voto, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator, Senador Veneziano, e coloco em discussão.

Vista solicitada, vista concedida ao Senador Major Olímpio, a pedido do Senador Lasier.

Item 15 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 19, DE 2014

- Não terminativo -

Altera o caput do art. 5º da Constituição Federal para incluir o direito à acessibilidade e à mobilidade entre os direitos individuais e coletivos.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS) e outros

Relatoria: Senador Randolfe Rodrigues

Relatório: Favorável à Proposta (*Pausa.*)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para proferir relatório.) – Passo, Presidente, imediatamente à análise.

Conforme o art. 101, inciso I, combinado com o art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão manifestar-se a respeito da admissibilidade, especialmente sobre a constitucionalidade e juridicidade, e sobre o mérito das propostas.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2014, de autoria do Senador Paulo Paim e outros, não apresenta vício de iniciativa e seu teor não é tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto e universal, portanto cumpre os pré-requisitos do art. 60 da Constituição.

Com relação ao mérito, acolhemos os argumentos do autor, no sentido de que direitos tão importantes para a vida em sociedade como a acessibilidade e a mobilidade merecem ser expressamente protegidos pela nossa Constituição, ainda que estejam abrangidos pela proteção implícita dada aos direitos decorrentes do regime político e dos princípios constitucionais, ou previstos em tratados internacionais, como é o caso da Convenção internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, assinada em Nova York em 30 de março de 2007, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, e aprovada na forma do art. 5º, §3º, da Constituição de 1988, pelo Decreto Legislativo nº 186, de 9 de julho de 2008, tendo *status* equivalente ao das normas constitucionais. São direitos absolutamente essenciais para as pessoas com deficiência e, uma vez que os principais obstáculos à sua plena inclusão são a ignorância e o preconceito, e o remédio mais eficaz para esses males é a educação, nada mais correto do que consagrar tais direitos no texto constitucional, tanto pelos efeitos pedagógicos, quanto pelo peso jurídico de explicitar essas garantias na nossa Carta Magna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A menção expressa certamente será mais eficaz do que a inferência implícita que se faz desses direitos, pertinentes aos princípios e aos objetivos constitucionais do pluralismo, da eliminação de toda discriminação e da construção de uma sociedade mais livre, justa e solidária.

Não basta, para as pessoas com deficiência, que enfrentam quotidianamente forte preconceito e barreiras bastante palpáveis, que seus direitos estejam assegurados somente nas entrelinhas.

Voto, Sra. Presidente.

Em razão do que foi exposto, concluímos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2014.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradecendo ao Senador Relator, coloco em discussão a matéria.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra, para discutir, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado.

Eu vou solicitar vista, com a compreensão do Senador Randolfe, não quanto ao mérito, com o qual estou de acordo. A questão é só a localização na Constituição. Então, eu pediria vista por uma semana, conversando com o Relator para tratar desse assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vista coletiva concedida.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Eis um pedido de vista que melhorará o relatório apresentado aqui, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Bem, como estou diante de dois excelentes e exímios colegas, tenho que dizer que há controvérsia!

1ª PARTE

ITEM 17

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 115, DE 2018

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Altera o art. 9º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, que instituiu o Programa de Recuperação Fiscal (Refis), para proibir a exclusão de pessoas jurídicas adimplentes e de boa-fé do Refis nas condições que especifica.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos;

- Em 22/05/2019, a Presidência concedeu vista ao Senador Sérgio Petecão nos termos regimentais;

A autoria é do Deputado Federal Jutahy Júnior, que inclusive se faz aqui presente.

Em 22 de maio, a Presidência concedeu vista ao Senador Sérgio Petecão, que até o momento não quis fazer qualquer alteração.

No dia 5 de junho de 2019, foi apresentado o voto em separado do Senador Major Olímpio, contrário ao projeto.

Portanto, neste momento, eu concedo a palavra ao Senador Major Olímpio para proferir o seu voto em separado.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para voto em separado.) – Com todo respeito à manifestação, através do Projeto nº 115 da Câmara dos Deputados, do Deputado Jutahy Júnior, ao contrário do que sustenta o eminente Relator, não há arbitrariedade na exclusão do Refis, efetuado pela Fazenda Nacional. O procedimento foi avalizado pela pacífica jurisprudência do STF, conforme será visto a seguir.

Como se sabe, no primeiro programa de Recuperação Fiscal (Refis 1), a que somente pessoas jurídicas puderam aderir, o valor da parcela mensal a ser paga pela empresa é calculado mediante a aplicação de percentual sobre a receita bruta do mês imediatamente anterior. De acordo com o art. 2º, §4º, II, da Lei nº 9.964, de 2000, o percentual não pode ser inferior a 0,3%, 0,6%, 1,2% ou 1,5%, a depender do regime de tributação da empresa. A lei não fixa prazo máximo para a quitação das dívidas.

O saldo devedor, por seu turno, é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), fixada no período de abril a junho de 2019 em 0,5217% ao mês (6,26% ao ano), inferior à Taxa Selic.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como o valor da prestação mensal depende da receita bruta, o auferimento de receita bruta pequena fez surgir anomalias que vão do arrastamento da dívida pelo contribuinte durante períodos extremamente longos (há casos que excedem três mil anos, chegando a mais de trinta mil anos!), passam pela possibilidade de nunca quitarem os valores devidos e alcançam até mesmo a hipótese de a dívida apenas aumentar com o passar do tempo.

O Parecer PGFN/CDA nº 1.206, de 2013, observa, entre outros argumentos, que a expressão “não inferior a” ao final do citado inciso II do §4º do art. 2º da Lei nº 9.964, de 2000, é regra voltada para estabelecer o menor percentual da receita bruta que a Fazenda Nacional pode receber mensalmente no parcelamento. Não confere direito ao contribuinte de recolher mensalmente apenas o percentual estipulado com base na receita bruta, mesmo quando não se verifica a amortização da dívida.

Conclui que os pagamentos ínfimos, insuficientes para amortizar o saldo dos débitos no âmbito do Refis, não podem ser considerados válidos perante o ordenamento jurídico, considerando o princípio da isonomia tributária e da finalidade do parcelamento, razão pela qual a pessoa jurídica deverá ser excluída do Refis por inadimplência, hipótese prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 2000.

Por força das Leis nºs 12.865, de 2013 (art. 17), e 12.973, de maio de 2014 (art. 93), a Fazenda Nacional, por meio da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 7, de 15 de outubro de 2013 (arts. 5º e seguintes), reabriu até 31 de dezembro de 2013 e posteriormente até 31 de julho de 2014 o prazo para que os saldos remanescentes de débitos consolidados no Refis fossem parcelados nas condições do "Refis da Crise" (Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009), mesmo que tivesse havido exclusão do Refis.

O quadro abaixo apresenta o perfil do estoque de débitos no mês de maio de 2019. Vale observar que, do estoque de R$4,118 bilhões devidos pelos 65 maiores devedores, um quarto (R$1 bilhão) é de responsabilidade de um único devedor, que, desconsiderando os juros, quitaria o parcelamento após decorridos mais de 30 mil anos.

Houve empresas que não quiseram reparcelar seus débitos e fizeram uso do direito inalienável de recorrer ao Poder Judiciário. Pois o STJ, por suas Primeira e Segunda Turmas, as únicas a cuidar de direito público, firmou jurisprudência no sentido de que "o recolhimento de valores ínfimos pode autorizar a exclusão do acordo de parcelamento fiscal".

O entendimento da Segunda Turma foi veiculado no Informativo de Jurisprudência nº 542 do STJ. Refere-se ao Recurso Especial nº 1.447.131-RS, que teve como relator o Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 20/5/2014. O acórdão pontifica que, ao se admitir a existência de parcela que não é capaz de quitar sequer os encargos (juros) da dívida, não se está diante de parcelamento ou de moratória, mas sim de remissão (perdão de dívida), pois o valor do débito jamais será quitado. Afirma o aresto que a remissão deve vir expressa em lei, e não travestida de parcelamento, consoante exigência do art. 150, §6º, da Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O entendimento da Primeira Turma fica patente na ementa do Agravo Interno nº 1.447.716-RS, cujo relator foi o Ministro Benedito Gonçalves, julgado em 17/4/2018, com tais palavras:

> TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO. [...]
> 1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que o recolhimento de valores ínfimos pode autorizar a exclusão do acordo de parcelamento fiscal. [...]
> 2. Agravo Interno não provido.

Portanto, na hipótese em que o valor ínfimo pago nunca venha a quitar o saldo devedor (quando a parcela é igual ou inferior aos juros), o STJ equipara o parcelamento a remissão (perdão de dívida). Como o PLC nº 115 faz garantir a remissão, acaba por provocar renúncia de receita subsumível às regras de direito financeiro previstas no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, no art. 14 da Lei Complementar 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e nos arts. 114 e 116 da Lei 13.707, de 2018 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019 – LDO de 2019).

Essas normas exigem a estimativa da renúncia de receita, inexistente no PLC 115, de 2018. A LDO de 2019, ademais, erige obstáculo intransponível para aprovação do PLC 115 neste ano de 2019. Conforme o §1º do art. 116 da LDO, ficam – grifo meu – vedadas a concessão e a ampliação de incentivos ou benefícios de natureza financeira, tributária, creditícia ou patrimonial.

Em conclusão, o PLC 115, de 2018, visa a perpetuar anomalias no Refis decorrentes de parcela ínfima paga pela empresa, que levaram a Fazenda Nacional a excluí-la do parcelamento em razão de inadimplência. A exclusão foi considerada legal por ambas as turmas de direito público do STJ, que equiparou a hipótese em que a parcela ínfima nunca venha a quitar o saldo devedor a remissão (perdão da dívida).

Nessa linha de entendimento, o PLC 115, de 2018, é inadequado do ponto de vista orçamentário e financeiro porque não apresenta estimativa da renúncia de receita provocada pela remissão. Tampouco poderia ser aprovado neste ano de 2019 por força de vedação prevista no §1º do art. 116 da LDO de 2019.

Ante o exposto, o voto é pela rejeição do PLC 115, de 2018.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Major Olimpio pelo voto em separado.

Agora, para suas considerações finais, o Relator da matéria, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Como Relator.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, o parecer já foi proferido na reunião passada desta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comissão de Constituição e Justiça. Lá são lançados os argumentos que demonstram a absoluta pertinência desse projeto, aprovado na Câmara dos Deputados.

Reconheço como absolutamente legítima a posição do Senador Major Olimpio em seu voto em separado, defendendo a rejeição do projeto consonante com aquilo que todo e qualquer Governo deseja, que é combater qualquer projeto que possa significar, como consequência, renúncia de receita.

E S. Exa. o Senador Major Olimpio é evidentemente um governista, até por figurar no partido do Presidente da República. Mas eu gostaria de invocar e pedir a sensibilidade do Senador Major Olimpio em relação a outro que parece ser o mantra do atual Governo Federal, que é o de se garantir no Brasil algo que falta ao nosso País, que é a segurança jurídica.

Ontem mesmo nós nos deparamos – e discutimos no Colégio de Líderes – com decisão do Supremo Tribunal Federal que desconstitui negócio feito pela Petrobras, gerando aquilo que, a olhos vistos por todos nós e pela comunidade externa, é um mal que o Brasil enfrenta: a insegurança jurídica. Ora se está de um jeito, ora de outro, e isso afeta a previsibilidade do País, a previsibilidade de investimento, de pessoas que queiram empreender, que queiram gerar empregos, porque não há segurança jurídica. E essa insegurança jurídica decorre da produção legislativa, e nós todos façamos o *mea culpa* nisso, decorre de decisões judiciais que desconstituem algo que por vezes está claro na legislação e na Constituição Federal, interpretações das mais diversas que vêm, que vão, que voltam e que infelizmente fazem do Brasil um país inseguro sob o ponto de vista jurídico.

O que é esse projeto para além, muito além dessa discussão de renúncia de receita? Eu também vou defender sempre que possa haver uma higidez no sistema de arrecadação e defenderei o Governo em diversas pautas nesse sentido, para equilibrar contribuinte e Estado. Mas, Senador Flávio Bolsonaro, este projeto diz respeito a um Refis editado por uma lei federal no ano 2000. Essa lei federal criou o programa e definiu os critérios de adesão a esse programa de parcelamento fiscal. E, nos critérios lá estabelecidos se definia, por opção do legislador e por opção do Governo da época, que as pessoas jurídicas que aderissem poderiam pagar aquelas parcelas através de um percentual do seu faturamento. As pessoas jurídicas aderiram. As pessoas, ao longo de 19 anos, vêm pagando as parcelas do financiamento, de acordo com o que a lei determinava, de acordo com o que o programa impunha, com parte do seu faturamento. E a Receita Federal, em algumas situações ou quase sempre, ao identificar que aquela parcela permitida por lei, exigida no programa e aceita por aqueles que estão adimplentes, não era para a Receita interessante, porque não adimpliria em tempo o que a Receita gostaria, a dívida fiscal objeto do parcelamento de 2000.

No final das contas, o que a Receita identifica é que, para ela, a lei estava errada. E ela se arrepende de ter criado o programa. Aí o que faz? Exclui pessoas jurídicas adimplentes e pessoas jurídicas de boa-fé do programa porque entende que a parcela não é suficiente para pagar a dívida. Mas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a pessoa jurídica, por sua vez, fez uma programação, aderiu a um programa instituído por lei federal e quer preservar única e exclusivamente a segurança jurídica que infelizmente falta ao nosso País. Esse exemplo aqui pode ser transmudado para uma série de outros exemplos que, em algum momento, serão contra o interesse do Governo Federal.

Hoje o meu parecer e o projeto talvez não sejam de interesse do Governo Federal, e digo até que isso deve ser muito irrisório para o orçamento, porque são poucas as empresas que estão nessa situação. E, quando se fala: "Ah, mas uma empresa pode reduzir deliberadamente o seu faturamento para diminuir o valor da parcela", aí caberá à Receita identificar se esta pessoa jurídica age ou não de boa-fé, porque na lei está dizendo: "aqueles adimplentes e de boa-fé que estão aderidos ao programa desde o ano de 2000 e que não podem ser sumária e arbitrariamente excluídos do programa porque a Receita se arrependeu de ter feito esse programa de Refis".

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Então, eu gostaria de invocar a compreensão dos Srs. Senadores, a compreensão do Senador Major Olimpio em relação ao seu voto em separado e, em prestígio àquilo que foi disciplinado por lei, fundamentalmente repito e insisto: para preservar a segurança jurídica do nosso País, que se possa acolher este parecer e aprovar este projeto, repito, já aprovado na Câmara dos Deputados, que seguramente significará um passo nessa construção que nós vamos ter que fazer no Senado e na Câmara de tornar as questões no País mais seguras sob o ponto de vista jurídico.

Então, com essa consideração peço apoio ao parecer que foi outrora admitido.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Relator.

Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, na ordem, Senador Marcos Rogério; em seguida, Major Olimpio e Anastasia.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, eu gostaria de fazer aqui um registro da clareza do voto do eminente Senado Rodrigo Pacheco e da maior clareza dos argumentos que apresenta em um arrazoado posterior ao voto em separado apresentado pelo eminente Senador Major Olimpio, que também sustenta suas teses com a eloquência que as preocupações exigem, mas me parece estar diante da CCJ, neste momento, uma escolha que é muito cara para o sistema jurídico brasileiro, para a segurança dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contratos. Negar eficácia à lei e aos contratos, com toda a vênia, parece-me ofender de morte o princípio da confiança. Defender liberalismo econômico atentando contra esse princípio, esse postulado, essa garantia, me parece uma defesa manca, porque liberalismo pressupõe justamente confiança no mercado, nas suas regras, nas suas relações, nos seus contratos. Perdoem-me as preocupações de fundo prático de arrecadação, que podem ter sua razoabilidade, sua razão, mas me parece perigoso e temerário flexibilizarmos com relação ao princípio da confiança e outro postulado sustentado, invocado pelo nobre Senador Rodrigo Pacheco, que é o da segurança jurídica. Penso que não nos cabe esse direito, essa prerrogativa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E concluo, Sra. Presidente, dizendo que, para aderir ao programa de refinanciamento das dívidas, os optantes foram obrigados: 1 – a confessar dívidas; 2 – a abrir mão de demandas judiciais.

Convenhamos, não pode o mesmo Estado que dá com uma mão tirar com a outra, sob pena, repito, de ofensa ao princípio da confiança e da segurança jurídica.

Com todas as vênias, eu acompanho o voto do eminente Relator, Senador Rodrigo Pacheco.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Na ordem de inscrição, o Senador Major Olimpio.

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para discutir.) – De forma muito prática, a segurança jurídica já está garantida na própria execução da lei e das leis que eu pontuei aqui que justificam.

Quero dizer que, muito na prática, nós temos, Senador Jorginho, que um dos inadimplentes aqui deve R$1 bilhão e paga R$4 mil por mês – em 30 mil anos ele quitaria a dívida dele de R$1 bilhão! Isso é, na prática, o que está acontecendo. Então, nós temos 1.538 contribuintes que foram excluídos disso aí que são devedores de R$5,1 bilhões.

Eu só gostaria de falar que não é questão de ser governista ou não governista, mas simplesmente da lógica do que nós estamos fazendo aqui. Não se está ferindo garantia jurídica nenhuma, nós estamos dando um recado sim, porque, no momento em que foi feito o Refis, existe sim a previsão dos valores a serem pagos minimamente dentro da receita bruta – não foram respeitados, por estratégia justamente ferindo contrato.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – Pagam-se valores simbólicos muito menores. Quero repetir: o maior devedor que está sendo defendido aqui deve R$1 bilhão e paga R$4 mil por mês!

Então, essa é uma questão de nós fazermos opção. Quando se está falando em equilíbrio de contas, equilíbrio previdenciário brasileiro, podem verificar: na exposição de motivos da PEC nº 6 que está tramitando na Câmara, o equilíbrio previdenciário brasileiro está previsto – não é questão de ser governista, mas é o que está lá – num tripé: em relação às fraudes previdenciárias que foram objeto até de votação e reconhecimento da necessidade de se coibirem as fraudes previdenciárias, a execução das dívidas e a celeridade pela Procuradoria da Fazenda Nacional, e o contido no próprio bojo da PEC nº 6. Então, não é uma questão de ser governista ou não. Isto aqui, se nós dermos o péssimo exemplo de dizer...

Estão aqui os julgados do STJ embasando que se trata do que quer se fazer: é remissão, é perdão de dívida. Fala-se: "Nós vamos quebrar o galho aqui de 1.531 contribuintes". E aquele que mais deve, deve R$1 bilhão e simbolicamente paga R$4 mil por mês, e está aí dizendo: "Eu estou pagando, vamos fazer de conta que eu estou pagando" – e nós vamos fazer de conta que está recebido.

Então, não está ferindo segurança jurídica, com todo o respeito!

Nós vamos votar aqui essa remissão de dívida a 1.531 contribuintes, R$5,2 bilhões, ou nós vamos dizer que isso é perdoável, isso foi ao longo do tempo, nós vamos embasar na segurança jurídica isso? Nós estamos dando um péssimo exemplo à sociedade.

Então, eu peço aos pares que acolham o voto em separado. Não é por ser governista, não, é porque neste momento nós estamos fazendo um esforço para dizer: "Olha, quando se fizeram os Refis, aqueles que seguiram o Refis, eles continuaram...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... participando dentro desse processo. Quem feriu os limites mínimos que estão estabelecidos na lei tem segurança jurídica". Isso foi confirmado e firmado pelas 1ª e 2ª Turmas do STJ". Então, não se está ferindo segurança jurídica.

E o que nós vamos fazer? Vamos fazer a remissão de débitos e incentivar tantos outros a não pagarem e depois simplesmente recolherem valores simbólicos ínfimos, que não cobrem nem os juros, para dizer que existe remissão da dívida?

É este o momento. Não se trata de governista ou não governista, mas, objetivamente, é se nós vamos perdoar, fazer remissão da dívida...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP) – ... de 1.531 contribuintes. E repito que o maior deles deve R$1 bilhão e recolhe simbolicamente R$4 mil por mês.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só uma dúvida, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na ordem de inscrição, Senador Anastasia, e depois V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Só uma dúvida. É uma dúvida de uma palavra: é remissão com dois "s" ou remição com "ç"?

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. *Fora do microfone*.) – Perdão, com dois "s".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Aí é com dois "s".

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Anastasia.

E indago a V. Exa. se V. Exa. continua inscrito, Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Anastasia, depois a Senadora Kátia e em seguida a Senadora Rose de Freitas.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, esse assunto trata de algo muito mais profundo e mais grave do que parece: trata da manutenção do Estado de direito. Eu acho que esta Casa Legislativa, o Senado da República, deve em primeiro lugar velar pelas leis, pela observância e obediência das normas que nós mesmos aprovamos – quando digo "nós" é o coletivo dos Senadores no passado.

Esse caso, como demonstrou de maneira e clareza meridiana o Senador Rodrigo Pacheco, Relator do tema, é tão somente a manutenção de uma norma que foi proposta pelo Poder Público, pelo Estado, foi aprovada e transformada em lei, e assim vigorou durante muitos anos. Se eventualmente no exercício do seu cumprimento há alguma fraude, algum desvio, não há dúvida alguma de que cabe à Fazenda Pública tomar as medidas necessárias, inclusive sob o aspecto tributário e até penal. Mas, por outro lado, imaginar que a Administração Pública, de moto próprio, de *per se*, sem amparo na norma, por considerar tão somente que o valor é irrisório, contraria a norma e unilateralmente exclui do programa um devedor confesso que é adimplente e de boa-fé, parece-me algo de fato muito forte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por isso mesmo o relatório é claro, cristalino e translúcido, e me parece, com todo respeito às ponderações do Senador Major Olimpio, que também tem suas razões no voto em separado, que o parecer do Relator está muito bem embasado. Se porventura o Poder Executivo tiver uma discordância: um projeto de lei para alterar, resguardados os direitos adquiridos.

E V. Exa. sabe muito bem que a minha bandeira primordial é sob segurança jurídica. Tanto é que, com o seu apoio como Relatora nesta Comissão, aprovamos a Lei 13.655, a chamada Lei da Segurança Jurídica, a qual também o Senador Rodrigo, à época na Câmara, tanto colaborou com todos os outros pares.

Então, fica aqui a minha posição favorável ao relatório do Senador Rodrigo Pacheco.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Anastasia.

Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu gostaria, na mesma linha do relatório do Senador Relator e na do Senador Anastasia, apenas reiterar com uma frase simples: ou nós somos escravos da lei ou nós poderemos ser escravizados por regimes ditatoriais.

Então, a lei sempre protege. Talvez, aos olhos da sociedade, determinadas pessoas foram beneficiadas com aquela lei; mas não existe uma lei que seja justa, às vezes, 100%. Mas eu só quero lembrar que ela beneficiou uma grande maioria.

E chamo a atenção do Senador Major Olimpio para isto: quem promoveu e aceitou que esse cidadão que deve R$1 bilhão e pague R$4 mil por mês foi o Estado brasileiro, não existe Presidente da República nessa hora. Os servidores são de carreira, é o Executivo. Então, na verdade, Receita Federal, Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e INSS. Será que alguém do Executivo ligou lá e falou: "Olhe, esse daí..." Isso não existe! No meio de uma multidão de pessoas, vão aqueles que estão com uma coisa descabida.

Agora, modificar depois de ter aceito é igual você ir a um cartório, passar a procuração de uma fazenda ou de uma casa, escriturá-la ao cidadão, e depois falar: "Esse cidadão não merece essa fazenda; essa fazenda não deve ser dele. Vamos rasgar aqui a escritura". Foi o Estado que deu, foram normas que deram. Então, vamos procurar ficar um pouco mais atento, aprimorar os Refis, melhorar com lupa, olhar todos os acertos e erros, mas modificar lei acertada com gente adimplente e que tem boa-fé, sinceramente, acho que esse é, sim, um péssimo exemplo para o Brasil.

Obrigada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço.

Com a palavra a última oradora inscrita, Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para discutir.) – Eu queria apenas, lógico, com o conhecimento bem embrionário de Direito, dizer que eu considerei irretocável o relatório do Senador Rodrigo. E é por prezar a segurança jurídica de contratos que nós devemos estar a favor desse relatório.

E aplausos, inclusive, à absoluta veracidade e coerência das falas do Senador Anastasia neste momento. Não são aos intempéries da economia e dos momentos que nós podemos dizer que apoiaremos, celebraremos, concordaremos com a vigência de tal ou aquele contrato.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não há mais oradores inscritos, está encerrada a discussão.

Portanto, esclareço que nós estamos votando agora com o voto do Relator. Portanto, aqueles que concordam com o Relator, com o relatório, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, com votos contrários do Senador Major Olimpio, Senadora Juíza Selma, Senador Flávio Bolsonaro e Senador Eduardo Girão.

Não é projeto terminativo, então esta Presidência esclarece que o relatório passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, e que a matéria ainda vai ao Plenário.

Item 20 da pauta.

Nós temos apenas mais dois itens.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Nós estávamos em qual item? Que acabamos de votar agora?

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sra. Presidente, eu podia apenas comunicar, com prazer até, que foi transformado em lei o projeto de lei, o PLC...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Pois não, Senadora Rose, com a palavra.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É apenas porque toda vez que há uma conquista tão importante na vida e na luta das mulheres...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer que se torna obrigatório o registro das vítimas com deficiência. Foi transformado hoje em lei. É uma conquista desta Casa e de todos os nossos pares que votaram favoravelmente. Então, a partir de hoje, está publicado no *Diário Oficial*, a partir desta quarta-feira: o PLC 96, de 2017, aprovado pelo Senado, constitui-se agora em lei.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço a V. Exa. o registro e a lembrança mais do que meritória.

Eu vou terminar aqui a pauta, Senador Oriovisto. Eu estou agora sendo informada que houve uma alteração, e V. Exa. não consta no painel nesse momento como membro da Comissão. Achei na época que V. Exa. fosse autor. V. Exa. é o Relator da matéria, e consequentemente precisa constar da Comissão. Como autor não haveria necessidade, mas se houver uma alteração já na semana que vem, nós poderemos estar colocando, inclusive como um dos primeiros itens da pauta, o relatório de V. Exa., a não ser que *ad hoc* nós possamos, do bloco, estabelecer um Relator *ad hoc*. E aí seria o Senador Esperidião Amin... Peço desculpa: Senador Eduardo Girão. Quando V. Exa... Já foi lido o relatório, mas, então, eu constituo o Senador Eduardo Girão como Relator *ad hoc*, porque pode haver discussão e o Relator precisa estar presente para a discussão da matéria.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Sim. Porque, no entendimento, naquela confusão, achei que V. Exa. fosse autor e não Relator. Aí V. Exa. falou que o Eduardo Girão iria fazer a relatoria *ad hoc*, por isso fiz o esclarecimento.

Nós vamos, então, ao item... Com a relatoria *ad hoc* do Senador Eduardo Girão, portanto, faltam três itens. Na ordem, agora, o próximo item é realmente o item 18.

É o projeto de lei da Câmara nº 79, de 2018, cujo relatório já foi lido, não terminativo, que altera as leis 9.868, de 1999, e 9.882, de 1999, para disciplinar...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É o meu projeto?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É na ordem. Na ordem, o Relator *ad hoc* está presente, então é o item 18 agora; em seguida...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Esse projeto qual é, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Item 18, Senadora Rose.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Item 18 trata de quê?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu estou lendo agora a ementa.

1ª PARTE

ITEM 18

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 79, DE 2018

- Não terminativo -

Altera as Leis nºs 9.868, de 10 de novembro de 1999, e 9.882, de 3 de dezembro de 1999, para disciplinar a concessão de decisões monocráticas de natureza cautelar na ação direta de inconstitucionalidade e na arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- Em 22/05/2019, a Presidência concedeu vista ao Senador Rodrigo Pacheco nos termos regimentais.

Até o momento, o Senador não quis fazer qualquer alteração.

Portanto, neste momento, eu coloco em discussão a matéria e pergunto ao Senador *ad hoc* se quer fazer algum esclarecimento em relação à matéria. (*Pausa.*)

Então, na ordem de inscrição, Senador Marcos Rogério para discutir; em seguida, Senador Esperidião Amin.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. Para discutir.) – Sra. Presidente, serei bastante sucinto: o projeto é meritório. Penso que nós estamos diante de uma seara onde o papel do Parlamento vem sendo diminuído, o papel discricionário do Chefe do Poder Executivo também, justamente por decisões muitas vezes interlocutórias ou decisões monocráticas, com grande impacto, que afastam por vezes a decisão de um dos Poderes da República.

Uma proposta de lei aprovada no Congresso Nacional, Câmara e Senado, sancionada pelo Presidente da República, às vezes, numa ação direta de inconstitucionalidade, um único Magistrado, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

único Ministro coloca tudo abaixo, não tem prazo para devolver à Mesa a matéria, e, às vezes, por anos, fica lá, em razão de uma concessão de medida de urgência, de uma liminar, a decisão do Parlamento, a escolha política do Parlamento, que tem legitimidade para legislar, o ato sancionatório do Chefe do Poder Executivo totalmente colocado abaixo por decisões monocráticas.

Parece-me que esse projeto vem justamente resgatar aqui o protagonismo legítimo de cada um dos Poderes. Não se discute aqui afastar jurisdição, não se discute aqui afastar atuação do Poder Judiciário como um dos Poderes da República, mas afastar o ativismo e as decisões monocráticas que desrespeitam, desafiam os demais Poderes da República.

Só o poder, Sra. Presidente, freia o poder. Na teoria de Montesquieu, isso ficou bem estabelecido. E é preciso que haja esse respeito. O Supremo tem cumprido o seu papel, mas acho que a lei vem no sentido de assegurar um pouco mais essa relação que há de forma respeitosa. É possível a concessão de medida de urgência, tutela antecipada, liminares? É, mas tem que ser referendada por maioria.

Eu cumprimento aqui o eminente Relator originário, Senador Oriovisto, e agora o Senador Eduardo Girão por nos permitir votar essa matéria, que acho fundamental, especialmente no momento que o País está atravessando.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir, Senador Esperidião Amin e, em seguida, Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sra. Presidente, eu queria pedir a atenção especial à Senadora Rose, que ia se deslocar, mas agora, em homenagem à minha servidão aos seus caprichos legislativos, ela vai ter que me ouvir.

Esse projeto é do Deputado Rubens Pereira, nosso companheiro de Comissão de Constituição e Justiça na Câmara.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Rubens Pereira Júnior.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Brilhante.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Brilhante, mestre em Direito Constitucional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que eu não sei é se ele é eficaz, mas o projeto tem o maior mérito.

Por isso, meus cumprimentos ao Senador Oriovisto e ao Senador Eduardo Girão e o meu perdão ao Senador Rodrigo Pacheco, que pediu vista. Mas o meu perdão preventivo...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Espere aí, depois você fala.

Só quero dizer o seguinte: o Governador do Rio de Janeiro, que é Juiz de Direito, quando comentei com ele sobre esse projeto, disse: "Olha, talvez isso não seja eficaz". O Senador Oriovisto ouviu isso e elaborou – e é para isso que eu estou tomando o tempo dos senhores e das senhoras – a PEC nº 82, de 2019, que constitucionaliza essa moralização.

Repito, eu só assinei a CPI da Toga porque faltavam os fatos determinados que eu enxergo. E eu vou dar o exemplo, complementando o que V. Exa. falou, Marcos Rogério, de um fato determinado. A Lei Complementar nº 157 determina o quê? A distribuição do ISS ao Município onde o serviço é prestado, seja ele cartão de crédito, fundo de saúde, fundo de investimento e, no futuro, Uber, Airbnb, *royalties*... Ou seja, onde o serviço é prestado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Oriovisto colocou isso nessa PEC, que eu tenho a honra e agradeço a V. Exa. por ter me designado Relator. Quero trazer o relatório na semana que vem.

O que o Supremo fez com isso? Poderia dar outros exemplos. Em março do ano passado, um Ministro... Preste atenção, lei complementar aprovada pela maioria absoluta da Câmara, pela maioria absoluta do Senado, sancionada pelo Presidente, que envolve dinheiro – e dinheiro grosso –, e uma decisão monocrática de um Ministro do Supremo faz com que essa montanha de dinheiro, por solicitação da Febraban – essa entidade filantrópica que todos nós admiramos, não paramos de agradecer essa bem-aventurança –, que o recurso vá para meia dúzia de Municípios só, onde está a sede do cartão de crédito, onde está a sede do fundo de investimento. E nós ficamos aqui falando em municipalismo. O que é isso? Uma decisão monocrática concentrando dinheiro – eu estou falando de dinheiro, ainda que honestamente – e nós não fazemos nada?

Então, eu não sei, Deputado Marcos Rogério, se o projeto de lei é eficaz, nem sei se a emenda constitucional será eficaz, porque sempre se corre o risco. Mas eu peço desde já que leiam a PEC nº 82, de 2019, vamos acertá-la. Agora, decisão do chamado efeito concentrado constitucional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... não pode ser monocrática. Isso é um abuso, é uma usurpação dentro do próprio Supremo ou de qualquer tribunal colegiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu concluo dizendo o seguinte: o tribunal vale pela sua colegialidade. Isso é que é República, isso é que é poder. Agora poder de uma pessoa faz mal ao próprio tribunal.

Eu só assinei aquela CPI por causa do fato determinado, liminar e pedido de vista, que geram direito, geram obrigação, geram despesa e, geralmente, injustiça.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão.

Para discutir o Senador Rodrigo Pacheco.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Sra. Presidente, apenas para fazer um esclarecimento. O Senador Esperidião Amin não precisará pedir desculpas a mim, porque eu concordo com ele, como concordo com o projeto.

O meu pedido de vista foi tão somente para compatibilizar e conhecer as circunstâncias de uma proposta de emenda à Constituição que tem o mesmo objetivo, que tem o mesmo teor e que eu havia assinado dias antes ou no próprio dia da reunião da Comissão de Constituição e Justiça. Quando me deparei com a alteração de uma lei através desse projeto, então me gerou aquela perplexidade e entendi que não havia prejuízo algum se pedisse vista na reunião passada em relação a esse projeto.

Cito outro exemplo dessas decisões monocráticas que suspendem efeitos: quando a emenda constitucional criava os tribunais regionais federais no Brasil, inclusive no Estado de Minas Gerais, houve uma decisão monocrática de S. Exa. o então Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, que suspendeu a eficácia daquela emenda constitucional.

Então, eu considero o projeto absolutamente meritório; é preciso que se discipline isso.

Vai ao encontro do que tem acontecido já no Supremo Tribunal Federal em determinadas questões, quando o Ministro leva à turma ou leva ao Pleno a decisão colegiada de um determinado tema. E, nesses casos específicos que envolvem esses temas aqui, especialmente quanto à constitucionalidade e arguição dos cumprimentos de preceito constitucional, é mesmo fundamental que a decisão seja colegiada, até para preservar um princípio do Supremo Tribunal Federal, que é o da colegialidade, muito invocado em diversas decisões; por vezes, o ministro tem um entendimento e invoca a colegialidade para poder manifestar o entendimento diverso e preservar um determinado julgamento.

Então, explicando o motivo da vista e com o amadurecimento e com a contribuição dos pares, pretendo ver definitivamente aprovado aqui nesta Comissão de Constituição e Justiça esse projeto de lei, parabenizando – e aí registro ao final – a iniciativa desse excelente Deputado Rubens Pereira Júnior,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi nosso colega na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, na legislatura passada, e a relatoria do Senador Oriovisto Guimarães, que me parece que é um dos autores da proposta de emenda à Constituição que assinei a pedido de S. Exa. com o mesmo teor em relação a esse projeto.

Muito obrigado, Presidente

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Portanto, trata-se de um ato de contrição perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável, lembrando que não é terminativo. Portanto, a matéria vai ao Plenário.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente Simone Tebet...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Como Relator.) – ... eu gostaria de pedir a palavra como Relator *ad hoc.*

Em primeiro lugar, quero parabenizar o Senador Oriovisto pela iniciativa meritória. E eu queria pedir a V. Exa., pela pauta positiva que é essa para o País, que se dê urgência para ir a Plenário.

Por favor!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Em votação a solicitação, o pedido, o requerimento de urgência do Senador Eduardo Girão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discordar, portanto todos concordando, está aprovada a solicitação de urgência.

Penúltimo item da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 20.

1ª PARTE

ITEM 20

PROJETO DE LEI N° 2479, DE 2019

- Não terminativo -

Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Kátia Abreu

Relatório: Favorável ao Projeto

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu para proferir o relatório.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sra. Presidente.

Para mim, é um momento de muita satisfação, alegria, orgulho, sentimento de dever cumprido com relação à criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Nós já temos a Universidade Federal do Tocantins, que tem vários *campi,* e agora está sendo criada – desde a Câmara... O Executivo enviou essa mensagem há três anos, houve alguma demora pela Câmara e, enfim, chegou ao Senado e está andando com muita agilidade graças aos três Senadores do Tocantins, à amizade que têm com os colegas aqui na Casa, e à Sra. Presidente, que, como Presidente da CAE, também colaborou bastante para essa aprovação.

Não é a criação de uma universidade totalmente nova; é apenas o *campus* de Araguaína, que se transformará numa universidade federal do Norte autônoma, da qual farão parte os três *campi* antigos, que já existem desde o início do Tocantins, que são: Tocantinópolis, Xambioá e Guaraí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lá já há também os cursos de Medicina, de Direito e vários outros. Apenas o que vai mudar é a sua autonomia em ações, em gastos, em investimentos e o fato também de poder receber emendas parlamentares de todos da bancada do Tocantins, Deputados Federais e Senadores.

O importante é que Araguaína fica num ponto estratégico de confluência entre o sul do Pará, o sul do Maranhão e também próximo ao sul do Piauí, então, essa universidade não será só para os tocantinenses, mas também dará bastante apoio a jovens em todos esses Estados que têm o desejo e o objetivo de fazerem uma universidade. Essa universidade tem se aprimorado a cada dia, com notas maravilhosas em todos os cursos, com um leque e um rol de pesquisas já produzidas por todos eles em todo o Estado. Dão-nos muito orgulho o empenho e a dedicação que a Universidade Federal do Tocantins tem pelo nosso Estado e pelo Brasil, que se estenderão agora à nova Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Cumprimento todos em nome do nosso Reitor da Universidade Federal, Prof. Bovolato, que ficará lá em Palmas, na Universidade do Tocantins, e que também apoia a criação dessa nova universidade.

Parabéns a todos os professores que estão numa torcida enorme para essa evolução.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu é que agradeço, Senadora Kátia Abreu, Relatora do PL nº 2.479, de 2019, que cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Coloco em discussão a matéria.

Para discutir, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu só quero, na condição de professor há 51 anos – claro que não foram ininterruptos, mas comecei a lecionar em 1968 –, cumprimentar a Senadora Kátia Abreu e dizer que, dos muitos serviços que a sua vida pública já legou ao Estado do Tocantins, e a Goiás antes, certamente esse vai ser o de melhores frutos, porque esses frutos têm alto poder de reprodução e são perenes.

Parabéns!

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Muito obrigada, Senador Esperidião Amin!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Continua em discussão a matéria.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sra. Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para discutir, Senador Eduardo Gomes

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para discutir.) – Sra. Presidente, desejo aqui fazer as referências todas e agradecer à Senadora Kátia Abreu, que tem uma ligação muito forte com esse projeto desde a sua concepção no Governo passado, com as audiências públicas realizadas na Câmara, o debate com um grupo do Executivo, as informações a tempo, e, como Ministra, ela envidou esforços para que seus colegas priorizassem essa matéria, mostrando quão importante era para o nosso Estado do Tocantins, cuja fundação faz agora 30 anos.

O Estado do Tocantins tem a característica de possuir uma das bancadas mais atuantes com relação ao orçamento e parceria com a universidade federal. De todas as universidades brasileiras, eu ressalto aqui a relação das bancadas com as suas universidades, mas em especial a Universidade Federal do Estado do Tocantins, o Magnífico Reitor Bovolato e todos que fazem parceria com a bancada, que é uma bancada que investe muito na universidade. Eu tenho certeza de que, a partir desse passo, nós iremos buscar apoio para a aprovação.

Então, ressalto aqui o trabalho da Senadora Kátia Abreu em toda essa etapa e sei também que é esse o esforço do Senador Irajá e dos oito Deputados Federais.

Muito obrigado, Sra. Presidente!

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu que agradeço.

Continua em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Parabéns aos Senadores do Tocantins e à Câmara dos Deputados, à sua bancada também.

O item 22 da pauta, se for aprovado o requerimento, não vamos poder votar, porque o item 22 tem um requerimento de autoria do Senador Rodrigo Cunha. Já há um acordo, inclusive, com o próprio Relator, para que possamos colocar o requerimento em votação neste momento. Trata-se, na realidade, de um requerimento solicitando audiência pública, com o objetivo de instruir o PL nº 1.829, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Leio a emenda do PL. Na verdade, vamos resumir, não é, Senador?

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 30

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA N° 28, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 1829/2019. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério do Turismo;

2. Representante do Ministério do Economia;

3. Representante da Associação Brasileira de Resorts (ABR)

4. Representante da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis Nacional (ABIH)

5. Representante do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil (FOHB)

6. Representante do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD

7. Silvana Cambiaghi, arquiteta especialista em acessibilidade e desenho universal

8. Paula Mafra Lavigne, atriz, produtora e empresária do setor cultural;

9. Roberto Frejat, cantor, compositor e guitarrista brasileiro;

10. Nando Reis, baixista, cantor, violonista e compositor brasileiro

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL).

Trata do Plano Nacional do Turismo.

São, por enquanto, esses os indicados como convidados. O requerimento, portanto, eu coloco agora em votação.

Para encaminhar, Senadora Kátia Abreu.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para encaminhar.) – Presidente, eu recebi agora há pouco uma demanda com relação ao setor hoteleiro. Eles estão se sentindo excluídos, e é uma cadeia, um setor importante nessa audiência pública, cuja autoria eu quero louvar aqui. O Brasil precisa disso, precisa desse plano, e eu gostaria, então, de deixar incluída uma vaga para os representantes, cujos nomes eu ainda não tenho, mas que ficasse aprovado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Já está, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Está aqui, inclusive sem nome. De repente, V. Exa. pode nos ajudar com o nome.

Vou repetir só...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eles estão achando, Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Que cabe mais um.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... que está desproporcional o número de muitos artistas e poucos do setor econômico.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos lá! Nós temos o Ministério do Turismo, o Ministério da Economia, a Associação Brasileira de Resorts, a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis nacional, mas a Senadora Kátia solicita ao autor do requerimento a inclusão de mais um representante. Consulto também o Relator se poderíamos incluir mais um representante a ser indicado no momento oportuno, dentro do prazo da audiência pública – mais um representante da rede hoteleira.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, veja: está cinco a cinco na formação aqui do requerimento. Veja só: representante do Ministério do Turismo, setor econômico; representante do Ministério da Economia, setor econômico; representante da Associação Brasileira de Resorts, setor econômico; representante da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, setor econômico; representante do Fórum de Operadores Hoteleiros do Brasil, setor econômico – cinco. Representante do Ecad. Silvana Cambiaghi, que é arquiteta especialista em acessibilidade; Paula Lavigne, que é em relação ao direito autoral; Frejat, artista; Nando Reis, artista. Ou seja, a composição está cinco a cinco.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Não, o Ministério não é setor produtivo e econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Na realidade, isso é uma audiência pública em que podemos ouvir...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É, podemos discutir.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – ... dentro de um tempo razoável. Eu indago se haveria condições de acatar uma solicitação da Senadora, e incluiríamos mais um representante do setor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – CNC.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Se houver necessidade depois, ou se V. Exa. já quiser incluir mais alguém do setor artístico também, nós só precisaríamos aqui – porque nós temos que deliberar; senão, tem que se fazer um novo requerimento –, eu gostaria apenas de que me dessem o representante e de que setor.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Da CNC, que representa o turismo.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Da CNC. Portanto, poderíamos incluir, e V. Exa. incluiria talvez algum representante...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – A Senadora Mara Gabrilli teria mais uma indicação. Enfim, pode ser declinado depois.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Apenas gostaria de que dissessem o setor ou pessoa física, como a arquiteta. Apenas para não ter um novo requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – É o representante dos deficientes físicos.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Então, nós incluiremos mais esses dois representantes, para termos o requerimento já deliberado e aprovado, concluído.

Coloco, portanto, em votação, o requerimento.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só um instante, antes da...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Para encaminhar, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Não é nem para encaminhar. É só para entrarmos em um consenso acerca do procedimento sobre essa matéria. A apreciação dessa matéria estaria prevista para a semana passada, atendendo inclusive a apelos daqui, do Plenário, nós aquiescemos para se fazer nesta semana a apreciação deste requerimento.

Atendendo inclusive a apelos, nós estamos discutindo com as Sras. e os Srs. Senadores apresentarmos o relatório, sem prejuízo do pedido de vista, no dia 19. Então, é só para sugerir a realização da audiência pública no dia 18.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Vamos deliberar. Se houver aprovação, não há nenhum empecilho nem impedimento da Mesa dos trabalhos.

Vou colocar, portanto, em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

E já autorizo a Secretaria da Mesa a entrar em contato com a assessoria de V. Exa. para tentar, no dia 18, chegar a um horário em comum, para que todos possam estar presentes.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sra. Presidente, por favor, eu passei despercebido. Eu queria pedir a urgência do nosso projeto da Universidade Federal do Tocantins, o PL nº 5.274. Por favor, peço aos meus colegas a urgência.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não é praxe, mas, uma vez que se trata de um projeto que teve votação simbólica e, consequentemente, não houve nenhum voto contrário, eu vou abrir o único precedente aqui e colocar em votação o requerimento de urgência da Senadora Kátia Abreu, para levarmos o projeto da relatoria em urgência a Plenário.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a solicitação de urgência do PL 2.479, de 2019.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Presidente! Muito obrigada! Tocantis lhe agradece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Ainda falta um último item, mas há o Ofício "S", cujo Relator chegou. Ele só vai na decisão final. É apenas porque é sabatina, que é

1ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 24

OFÍCIO "S" N° 29, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XII, da Constituição Federal, a indicação do Senhor MARCOS VINÍCIUS JARDIM RODRIGUES, para compor o Conselho Nacional de Justiça, na vaga destinada à Ordem dos Advogados do Brasil.

Autoria: Ordem dos Advogados do Brasil e outros

Relatoria: Senador Sérgio Petecão

Relatório: Pronto para deliberação.

Relatoria do Senador Sérgio Petecão, a quem eu peço a simplicidade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sra. Presidente, só para uma informação. Só há esse item agora?

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – E depois o último item, do tabaco. Relatoria: Senadora Leila. É terminativo. Portanto, ainda que não houvesse pedido de vista, não poderia ser deliberado hoje, porque nós não temos quórum. Mas parece-me que vai haver uma solicitação de vista. Ela vai apenas ler o seu relatório.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Não há mais deliberação, compromisso que inclusive faço até pelo adiantado da hora. Não haverá discussão porque vai haver solicitação de vista.

Então, Ofício "S", não terminativo. Com a palavra, Sérgio Petecão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para fazer um aviso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo que eu soube aqui, não houve acordo na votação do PLN. Não houve, não teria tido acordo no PLN, o da suplementação.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Da suplementação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Portanto...

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, temos veto. Não sei se avançaria em relação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A previsão era de que houvesse inversão de pauta.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – É, inversão. Vamos aguardar. Estamos ainda dentro do prazo e vamos aguardar a sirene do Congresso Nacional.

Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC) – Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Com a palavra o Senador Sérgio Petecão.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (PSD - AC. Para proferir relatório.) – Como V. Exa. pediu certa celeridade por conta do adiantado da hora e o currículo do Dr. Marcos Vinícius é extenso, vou ler aqui só: diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que integram a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação do Dr. Marcos Vinícius Jardim Rodrigues para compor o Conselho Nacional de Justiça.

Presidente, aqui no nosso relatório consta o currículo do Dr. Marcos Vinícius. Quem quiser ter acesso a maiores informações, nós estamos à disposição.

Obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Agradeço ao Senador Sérgio Petecão e coloco em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, esta Presidência concede vista coletiva automaticamente, ficando para reunião futura o processo de arguição do candidato e a votação. (*Pausa.*)

Eu quero aqui, em função do adiantado da hora, porque nós temos sessão deliberativa do Congresso Nacional, esclarecer aos Senadores e deixá-los à vontade, inclusive, para seus compromissos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, por acordo, esta Presidência, de ofício, após a leitura do relatório, não vai abrir a discussão e já vai conceder vista coletiva do projeto do Senador Serra, relatado pela Senadora Leila, para que fiquem à vontade todos os colegas.

Último item da pauta.

ITEM 23

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 769, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para vedar a propaganda de cigarros ou qualquer outro produto fumígeno e o uso de aditivos que confiram sabor e aroma a estes produtos, bem como estabelecer padrão gráfico único das embalagens de produtos fumígenos; altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para configurar como infração de trânsito o ato de fumar em veículos quando houver passageiros menores de dezoito anos; e dá outras providências.

Autoria: Senador José Serra (PSDB/SP)

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta; pela aprovação das Emendas nºs 2-CTFC-CAS, 4-CAS, 6-CAS; pela aprovação da Emenda nº 3-CAS, com a Subemenda que apresenta; pela aprovação da Emenda nº 5-CAS, nos termos da Subemenda Substitutiva que apresenta; e pela rejeição da Emenda nº 1-CTFC-CAS.

Observações:

- A matéria já foi apreciada pela Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor e pela Comissão de Assuntos Sociais;

- Em 15/05/2019, foi realizada Audiência Pública destinada a instruir a matéria.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para proferir seu relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sra. Presidente.

Devido ao adiantado da hora, vou passar à análise. Para todos os pares aqui, o relatório é bem extenso, inclusive a análise, mas vou ser o mais objetiva possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem ao exame da CCJ o Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, de autoria do Senador José Serra.

Nesta Comissão, dada a relevância e a complexidade do tema, bem como todos os interesses contrapostos, houvemos por bem, juntamente com o Senador Tasso Jereissati, apresentar requerimento de realização de audiência pública, ocorrida no dia 15 de maio.

Análise.

Antes de analisar este exame, achamos pertinente tecer algumas considerações iniciais que foram fruto dessa audiência.

Que os produtos fumígenos causem malefícios graves à saúde poucas pessoas estão dispostas a negar. Estudo financiado pelo Instituto Nacional de Câncer e pela Organização Panamericana de Saúde, divulgado em 2017, dá conta de que 12,6% das mortes no Brasil são atribuíveis ao tabagismo. São 156.216 óbitos por ano. Os custos anuais do consumo de tabaco para o Brasil, traduzíveis em despesas médicas e perda de produtividade do trabalhador, chegam a R$56,9 bilhões, montante em muito superior aos R$13 bilhões arrecadados pelo Estado na tributação dos produtos fumígenos.

Por outro lado, a indústria do tabaco afirma que a cadeia produtiva é responsável pela geração de 40 mil postos de trabalho em empresas de tabaco e envolve 150 mil produtores rurais, distribuídos em 566 Municípios na Região Sul do País. Ressalta, ainda, a importância dos produtos fumígenos na economia nacional, trazendo US$2 bilhões anualmente em divisas e R$13,9 bilhões em tributos.

A discussão em torno de restrições à propaganda, à comercialização e ao fumo envolve questões da mais alta envergadura, valores e direitos consagrados constitucionalmente, que, na prática, podem entrar em conflito, como o direito à saúde, a proteção ao consumidor, à criança e ao adolescente, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, a liberdade de expressão. É tarefa do legislador buscar um ponto de equilíbrio, de modo a, no dever de resguardar a saúde da população e de proteger os mais vulneráveis, impor restrições que causem o menor impacto possível à economia, às empresas e aos trabalhadores dedicados a uma atividade que a própria Constituição reconheceu como lícita.

Quanto ao consumo de tabaco, as políticas públicas adotadas nas últimas décadas são motivo de orgulho, merecendo reconhecimento internacional. Em 1989, 33,1% da população com 15 anos ou mais de idade era fumante.

A pesquisa Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (Vigitel) tem sido realizada anualmente. A última divulgada, a de 2017, aponta que apenas 10% da população com 18 anos ou mais de idade é fumante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Penso que muitos aqui viram a matéria do Fantástico desse último domingo sobre a produção de cigarros paraguaios em Território brasileiro, que trouxe números atribuídos ao Ministério da Saúde que demonstram que o consumo de cigarro no País segue caindo: de 10,1%, em 2017, caiu para 9,3% em 2018.

Esses números são impressionantes, sobretudo em perspectiva comparada. A meta internacional de redução, entre 2000 e 2025, do consumo de tabaco em pelo menos 30% foi amplamente superada pelo Brasil, e bem antes do prazo estabelecido. O percentual de fumantes do Brasil é menor do que o de quase a totalidade dos países membros da União Europeia.

Os números brasileiros não são fruto do acaso, mas de políticas públicas bem implementadas.

Em 1996, foi aprovada a Lei nº 9.294, que trouxe a limitação horária à propaganda de cigarro no rádio e na televisão, a exigência de veiculação de advertência sobre os malefícios do fumo nas propagandas e nas embalagens dos produtos e a criação de fumódromos. Em 2000, mudanças relevantes foram promovidas para vedar o uso de produtos fumígenos em veículos de transporte coletivo; a comercialização de produtos fumígenos em estabelecimentos de ensino; a propaganda por meio eletrônico e a propaganda comercial no rádio e na televisão. Essa lei é fruto do trabalho incansável do Senador José Serra, autor do projeto em exame.

Muito já foi feito, mas ainda há espaço para avançar. Entretanto, novos desafios se colocam, com a estratégia da indústria na tentativa de conquistar consumidores jovens. Feitas essas considerações, iniciamos o exame jurídico do PLS.

A constitucionalidade material é, certamente, a questão que mais tem levantado discussões. O exame de constitucionalidade envolve, em muitos pontos, também o do próprio mérito das mudanças propostas, já que, por se tratar de medidas restritivas, é necessário avaliar sua adequação aos fins a que se propõem e a eventual existência de alternativas igualmente eficazes e menos constritivas. Para iniciar essa análise, faz-se necessário, antes de tudo, delimitar os pontos em que o PLS realmente inova. Veremos a seguir quais são eles, mas não sem antes tecermos breve consideração sobre alguns princípios, direitos e garantias constitucionais que têm sido invocados genericamente contra o projeto.

Vejamos agora quais as principais mudanças promovidas pelo projeto na legislação atual.

O PLS veda a exposição e a visibilidade dos produtos fumígenos nos locais de venda, bem como o uso de máquinas automáticas na sua comercialização. As preocupações do autor são as mais nobres. Diante das restrições à publicidade de produtos fumígenos, e dada a importância conferida pela respectiva indústria em atrair novos consumidores, uma estratégia adotada na comercialização é a de dispor os cigarros proximamente a outros produtos consumidos por crianças e adolescentes. O próprio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

formato e a apresentação gráfica dos maços de cigarro, quando e onde não existem restrições, são confeccionados de modo a se assemelharem às embalagens de produtos de amplo consumo juvenil.

Entendemos, no entanto, que a proibição completa de exposição do cigarro nos pontos de venda atenta contra o princípio da proporcionalidade, na medida em que os objetivos pretendidos podem ser alcançados por meios menos drásticos. Como se sabe, o princípio da proporcionalidade tem, no Brasil, assento constitucional, na cláusula do devido processo legal material.

Ora, há como disciplinar a exposição de produtos fumígenos de forma a evitar a sua proximidade ou associação a produtos de grande consumo entre crianças e adolescentes. Isso sem que os maços de cigarro tenham de ficar escondidos, dando ares de clandestinidade a um produto cuja comercialização foi permitida pela própria Carta Magna. Uma tal ocultação de produto cujo comércio é lícito não é verificada relativamente a outros cujo consumo também pode resultar em grandes males e mesmo risco à vida, como medicamentos e bebidas alcoólicas. Ademais, pensando em termos práticos, se a comercialização lícita de cigarro tiver de ser feita com ocultação do produto, que diferença haverá para os cigarros clandestinos, que já representam metade daqueles consumidos no Brasil?

Neste contexto, é importante considerar, ainda, a posição favorável do Brasil no que tange ao combate ao tabagismo.

O sucesso das políticas antitabagismo nacionais aponta a necessidade de avaliarmos cuidadosamente as vantagens e desvantagens de se adotar medidas idênticas às de outros países. A completa proibição da exposição dos produtos fumígenos pode ter impacto negativo no emprego e na renda e representar verdadeira vantagem competitiva a produtos mais nocivos e ilegais.

Por tudo isso, propomos emenda que substitui o interdito à exposição por regras restritivas menos intensas, mas que impeçam a proximidade e a associação do cigarro a produtos de consumo típico de crianças e adolescentes, bem como o uso de recursos para dar maior destaque aos expositores e mostruários dos produtos fumígenos.

Já a vedação ao uso de máquinas automáticas na comercialização nos parece adequada.

Outra inovação que suscita questionamento quanto à constitucionalidade é a adoção do padrão gráfico único, mais conhecido como embalagem genérica.

A medida tem por objetivo eliminar mais um espaço de publicidade do produto, num ambiente regulatório já restritivo.

A nosso ver, a previsão da embalagem genérica fere o núcleo essencial do direito fundamental previsto no art. 5º, inciso XXIX, da Constituição. Com tal medida, os produtos do tabaco, apesar de não terem o seu comércio proibido, serão os únicos a ostentar uma proibição dessa natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos ser possível, por outros meios, alcançar em grande parte os objetivos perseguidos. As regras atuais já reduzem bastante o espaço nas embalagens. O espaço destinado a cláusulas e imagens de advertência deve ocupar 100% da face posterior, 100% de uma das laterais e 30% da face frontal. É possível ir além disso, sem ofensa ao direito de marca, como propomos em emenda ao projeto. Uma embalagem de formato padronizado que abra espaço para a divulgação da marca apenas em 35% da face frontal e 35% da face superior, mantidas as restrições de conteúdo hoje existentes, não nos parece que possa dar ao produto ares de sofisticação e atratividade, nem mesmo nas mãos do mais genial dos publicitários.

O projeto também inova ao vedar a importação e a comercialização de produto fumígeno contendo substâncias com propriedades flavorizantes ou aromatizantes que possam conferir, intensificar, modificar ou realçar o aroma do produto.

Reconhecemos que a inovação proposta, de uma proibição total, representa uma alteração na bem-sucedida política atual de combate ao tabagismo, que tem se pautado na educação do fumante e na proteção do não fumante. Todavia, por se tratar de um público predominantemente em formação (jovens), acreditamos ser pertinente o endurecimento da política nesse quesito.

A última inovação consiste na mudança promovida no Código de Trânsito Brasileiro, para qualificar como infração conduzir veículo em que haja alguém fumando, quando algum dos passageiros tiver menos de 18 anos de idade. Aqui também não nos parece haver qualquer vício ou excesso.

No tocante à juridicidade, não há reparos a fazer.

Quanto à regimentalidade e à técnica legislativa, é de se louvar o esforço do autor no sentido de conferir maior coerência e inteligibilidade à Lei nº 9.294, de 1996.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 769, de 2015, pela rejeição da Emenda nº 1 – CTFC, pela aprovação das Emendas nº 2 – CTFC e nºs 3 a 6 – CAS, bem como das seguintes emenda e subemendas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Muito bem, Senadora Leila Barros.

Quero agradecer também a presença do Senador Luis Carlos Heinze e dizer que foi concedida, por um acordo firmado, vista coletiva desse assunto, que é tão importante, mas muito importante para a vida, para a saúde dos brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu estou tendo a honra, nada é por acaso, de encerrar esta reunião da CCJ. É a primeira vez que eu sento nesta cadeira da Comissão mais importante, aqui considerada a mais importante do Senado. E a Senadora Simone, que é a Presidente, teve que dar uma saída, mas eu dou por encerrada esta reunião. E fica já agendado esse assunto dos fumígenos já para a próxima pauta da próxima reunião da CCJ, devido à urgência e à importância.

Muito obrigado.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada, Sr. Presidente. Só ressalto a importância da leitura, porque esse foi um trabalho árduo não só da minha equipe, mas da assessoria aqui do Senado; foi um trabalho muito bem feito. Eu acredito que nós não vamos agradar gregos e troianos, mas é um relatório bem coerente sobre a necessidade que nós vemos com relação à política do antitabagismo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Está encerrada a reunião da CCJ nesta tarde.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e sete minutos do dia seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Elmano Férrer, Lasier Martins, Flávio Bolsonaro e Paulo Rocha. Registram a presença os Senadores Paulo Paim e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho, José Maranhão, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Tasso Jereissati, Eduardo Girão, Rose de Freitas, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Weverton, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Otto Alencar, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao REQ 10/2019 - CCJ, de autoria do Senador Humberto Costa. Finalidade: Instruir o Projeto de Lei nº 1865, de 2019, que "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições". Participantes: Sr. FRANCISCO GUILHERME VOLLSTEDT BASTOS, Diretor da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) (representante de: FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA, Presidente da Associação Nacional dos Procuradores da República - ANPR); Sr. RODOLFO QUEIROZ LATERZA, 1º Vice-Presidente Parlamentar da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (ADEPOL do Brasil) (representante de: CARLOS EDUARDO BENITO JORGE, Presidente da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL do Brasil); Sr. FERNANDO MARCELO MENDES, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil - AJUFE; Sr. SAULO JERÔNIMO LEITE BARBOSA DE ALMEIDA, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão (representante de: VICTOR

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

HUGO PALMEIRO DE AZEVEDO NETO, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público - CONAMP); Sr. ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO, Advogado (representante de: Representante da Ordem dos Advogados do Brasil). Resultado: Realizada a Audiência Pública. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Simone Tebet

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Primeiramente, nossas escusas aqui pelo atraso. Infelizmente, houve uma marcação de uma sessão de última hora, para votação de um projeto que trata do saneamento, e eu tive que passar lá.

Havendo número regimental, eu declaro aberta a 20ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei nº 1.865, de 2019, que "Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para criminalizar o uso de caixa dois em eleições", conforme o Requerimento nº 10, de 2019 – CCJ, de iniciativa nossa.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Para darmos imediatamente início à nossa audiência pública, eu queria convidar os palestrantes de hoje. Primeiramente, o Dr. Francisco Guilherme Vollstedt Bastos, Diretor da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), representante do Sr. Fábio George Cruz da Nóbrega, Presidente da ANPR; Dr. Rodolfo Queiroz Laterza, 1º Vice-Presidente Parlamentar da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil (Adepol do Brasil), representante do Sr. Carlos Eduardo Benito Jorge, Presidente da Adepol do Brasil. Terceiro, Dr. Fernando Marcelo Mendes, Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe); Dr. Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, representante do Sr. Victor Hugo Palmeiro de Azevedo Neto, Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; e o Dr. Ademar Borges de Sousa Filho, Advogado, representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

Queiram sentar-se. (*Pausa.*)

Justificaram a ausência o Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Dr. Edvandir Felix de Paiva, e também o Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), Jayme de Oliveira.

Não se manifestaram sobre o convite o Presidente da Associação Nacional dos Magistrados Estaduais (Anamages), Dr. Magid Nauef Láuar, e o Dr. Rafael de Sá Sampaio, Presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º do Regimento Interno, a Presidência adotará as seguintes normas: os convidados farão suas exposições e em seguida abriremos a fase de interpelação pelas Senadoras e Senadores inscritos. A palavra às Senadoras e aos Senadores será concedida na ordem de inscrição. Os Senadores interpelantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpelado, sendo-lhe vedado interpelar os membros da Comissão.

Então, eu concedo a palavra, inicialmente, ao Sr. Francisco Guilherme Vollstedt Bastos, Diretor da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), para sua exposição. Eu darei, inicialmente, dez minutos. Eu já disse a eles, aqui, que se a campainha tocar, a gente... Não se preocupem não, porque aí eu dou um tempo a mais, o.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Dr. Francisco Guilherme Vollstedt Bastos com a palavra.

O SR. FRANCISCO GUILHERME VOLLSTEDT BASTOS (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar o Exmo. Senador Humberto Costa, que está presidindo a Mesa, e também agradecê-lo pelo requerimento de convocação desta audiência pública e pelo convite feito à Associação Nacional dos Procuradores da República, que se sente muito honrada com o convite para estar aqui nesta Casa para debater um tema de grande relevância para a sociedade brasileira, e que está sempre à disposição desta Casa, do Congresso Nacional, para o debate, para trazer a sua avaliação, a sua impressão prática sobre aqueles temas que são de extrema relevância no aprimoramento da nossa legislação.

Bom, em primeiro lugar, gostaria de dizer que a associação vê com muita alegria a apresentação desse projeto de lei, que trata de um tema tão relevante e que vem sendo objeto de discussão na nossa sociedade, no nosso País, há muito tempo, que é a questão do caixa dois eleitoral e da sua criminalização.

Nós ouvimos falar historicamente dessa situação de utilização de recursos provindos de outros crimes, ou mesmo recursos lícitos que eventualmente são doados de forma não contabilizada, há muito tempo, no nosso País. Podemos citar como exemplo, em primeiro lugar, uma situação que aconteceu em 1992, em que o ex-Presidente Collor, hoje Senador, naquela situação em que aconteceu a discussão relacionada a recebimento de recursos, já se dizia muitas vezes que aqueles recursos utilizados ou recebidos por meio de desvio seriam utilizados como caixa dois. Essa questão também já foi trazida a público durante o mensalão, no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Então, é um assunto extremamente recorrente na nossa sociedade e que realmente demandava um estudo mais aprofundado e uma iniciativa de apresentação de projeto de lei que deve ser obviamente aprimorado, melhorado nas Casas legislativas, porque é de competência do Congresso Nacional a avaliação dessas questões.

Então, obviamente, esse assunto foi trazido... Fazendo um pequeno histórico, esse assunto já estava previsto dentro daquele pacote das 10 Medidas Contra a Corrupção, houve uma iniciativa popular, foi apresentado um projeto na Câmara dos Deputados, e entre as medidas que ali constavam, efetivamente se previa e se sugeria a este Parlamento a avaliação da eventual responsabilização dos partidos políticos e também a criminalização do caixa dois, porque acima de tudo nós entendemos que, diante do contexto muitas vezes prático da vida política, essa utilização, na medida em que se tornou muitas vezes uma prática não só de um determinado partido mas de vários partidos, obviamente que essa prática traz um desequilíbrio ao processo eleitoral.

Com isso, de certa forma, há uma contaminação, obviamente, da própria democracia, porque as pessoas se apresentam como candidatos e na medida em que existem situações e recursos diferenciados nas candidaturas e nas propagandas, obviamente a disputa se torna de certa forma injusta porque o poder econômico, aquele que apresenta candidaturas e propagandas com maior orçamento, de certa forma tem maior exposição e pode também influenciar o eleitorado para sua candidatura. Então, a utilização de caixa dois ampliava esse problema, o que poderia trazer sérios riscos para nossa democracia, na medida em que essa disputa, como já afirmei, era extremamente injusta. E os efeitos deletérios dessa situação foram percebidos pela sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, em boa hora foram adotadas medidas, propostas legislativas no sentido de aprimorar o sistema de justiça criminal, e na minha avaliação pessoal, não como uma visão preconceituosa em relação ao Poder Legislativo, muito pelo contrário. Na verdade, uma ação de respeito e de avaliação do caso concreto, da verificação de que havia melhorias que deveriam ser debatidas, aprimoradas e eventualmente transformadas em legislação, no sentido de aprimorarmos cada vez mais esse processo eleitoral.

É importante dizer que a criminalização do caixa dois também foi apresentada dentro do pacote de combate ao crime, do hoje Ministro Sergio Moro, que foi desmembrada e efetivamente tem tido uma tramitação específica nesta Casa. Então, nós precisamos verificar que isso se encontra dentro desse contexto maior de aprimoramento das normas, das leis, e de melhoria do nosso sistema de justiça criminal, na busca de um processo eleitoral mais justo, mais transparente, em que as propostas e as ideias realmente possam prevalecer e não eventualmente o poder econômico ou a utilização de recursos de forma ilícita, por meio do caixa dois.

Já analisamos aqui o relatório apresentado pelo Senador da República, o Relator. Na nossa avaliação, o relatório está extremamente bem-feito e apresenta ali razões e argumentações extremamente fundamentadas. Houve uma sugestão de aprimoramento que realmente foi muito bem-vinda, o acréscimo aqui do § 4º, que eu verifiquei. E do ponto de vista da Associação Nacional do Ministério Público, nós teríamos apenas uma pequena sugestão para ser avaliada por V. Exas. no sentido de eventualmente se verificar a possibilidade de inclusão de um artigo específico relacionado também à lavagem de dinheiro, como havia na proposta do pacote relativo às 10 Medidas Contra a Corrupção, que na verdade foi avaliado pela Câmara dos Deputados, foi modificado, e se encontra aqui atualmente para avaliação desta Casa do Senado Federal.

Portanto, naquela proposta inicial do pacote das 10 Medidas Contra a Corrupção, havia uma previsão efetivamente de acréscimo de um tipo penal dentro do Código Eleitoral, com relação ao caixa dois eleitoral, mas paralelamente a essa inovação legislativa, também havia uma sugestão de acréscimo de tipo penal relacionada à lavagem de dinheiro utilizando-se esse mecanismo do caixa dois. Então, seria apenas essa sugestão. Ela já consta do projeto inicial das 10 Medidas, que está aqui nesta Casa, no sentido de aprimoramento e discussão dessa questão também; se seria conveniente e oportuno...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO GUILHERME VOLLSTEDT BASTOS – ... eventualmente se analisar a inclusão desse artigo.

Agradeço, imensamente, mais uma vez, o convite e me coloco aqui à disposição de todos para o debate mais pontual e aprofundado em seguida.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Francisco Guilherme, que representa a Associação Nacional dos Procuradores da República, pela sua contribuição.

Imediatamente concedo a palavra ao Dr. Rodolfo Queiroz Laterza, 1º Vice-Presidente Parlamentar da Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, para sua exposição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar o eminente Senador Humberto Costa, que Preside esta Mesa, esta audiência nesta circunstância, neste momento. Cumprimentar os demais Senadores presentes, os demais integrantes componentes desta Mesa para fazer este debate tão qualificado e necessário a respeito da alteração da Lei 4.737, de 1965, que dispõe sobre o Código Eleitoral, com inserção de um novo tipo penal que se refere à criminalização do caixa dois. Coloco, acima de tudo, a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil à disposição, não só para este debate, mas para outras audiências que se fizerem necessárias para o aperfeiçoamento do sistema processual penal e de segurança pública que esta Casa aqui tanto procura discutir de forma cada vez mais urgente e premente.

Inicialmente, gostaria de destacar a importância e relevância do tema, porque há um clamor político e social para que a criminalização do caixa dois realmente se torne uma conduta inserida num tipo penal, numa norma penal incriminadora.

Só que é importante também destacarmos que às vezes o clamor político e social leva a constituições de figuras delitivas que muitas vezes os tipos penais às vezes encerram problemas.

E eu gostaria de já deixar ressaltado que o relatório do Senador Marcio Bittar está muito bem realizado, tecnicamente muito bem fundamentado, em que ele faz devidas adequações, de modo a garantir a segurança da construção do tipo penal.

O novo 350-A trazido pelo PL 1.865, de 2019 – primeiro, é necessário que ele tenha esse cuidado e no relatório do Senador Marcio Bittar é assim feito – prevê somente a modalidade dolosa da conduta. Porque se nós prevemos a possibilidade de uma punibilidade a título culposo, cremos que haverá uma certa desproporcionalidade e uma instrumentalização da criminalização da política.

Sabemos que a política teve inúmeros problemas nos últimos anos, mas também renegar a política significa destruir os alicerces da democracia. E não podemos, portanto, no afã de querer regularizar e moralizar o sistema político-eleitoral, dar ensejo a formas de se criminalizar a política. E cremos que a previsão de qualquer forma interpretativa que seja muito elástica, que denote qualquer punibilidade a título culposo, seria teratológico no âmbito do caixa dois.

Então, a segurança trazida pelo relatório do Senador Marcio Bittar, a meu ver, é irretocável. Gostaríamos só de sugerir humildemente, por uma questão técnico-legislativa, e para evitar conceitos jurídicos indeterminados, que muitas vezes os tipos penais acabam trazendo, principalmente os de elementos normativos de tipo, algumas mudanças principalmente no *caput* do 350-A, quando ele fala que arrecadar, manter e movimentar quaisquer bens, serviços e valor em dinheiro, conversíveis em dinheiro. Que houvesse simplesmente a substituição das palavras "conversíveis em dinheiro" por "monetizáveis". Porque conversíveis em dinheiro cria uma certa restrição de aplicação do tipo penal, e a gente sabe que hoje dinheiro em si, como unidade de valor, é cada vez mais desconsiderado nas transações. Então, aquilo que fosse monetizável – valores mobiliários, títulos de crédito – acabaria sendo abarcado pelo tipo penal com essa expressão. Substituir "conversíveis em dinheiro" por "monetizáveis".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outro cuidado que a gente gostaria humildemente também de sugerir: a substituição do adjunto adverbial "[...] paralelamente à contabilidade [...] [prevista da lei eleitoral]" por uma expressão mais objetiva. Porque paralelamente cria um outro elemento normativo em que, na prática, o operador vai ter que interpretar o que vai ser paralelo à contabilidade prevista na lei eleitoral. Isso vai criar um leque de interpretação muito grande e que consideramos complicado, no caso concreto. O que é o caixa dois, de acordo com o que se define? É qualquer previsão de recursos não escriturados ou falsamente escriturados na contabilidade assim prevista na lei eleitoral. Então, se no tipo penal já estivesse considerado que são bens, serviços ou valores monetizáveis não escriturados ou falsamente escriturados, de acordo com a contabilidade prevista na legislação eleitoral, traria uma segurança jurídica maior, um elemento mais objetivo no tipo penal. Porque, humildemente falando – até muitos doutrinadores assim criticam – essas previsões muitas vezes nos tipos penais de adjuntos adverbiais geram realmente uma necessidade de interpretação ao caso concreto pelo operador, pela autoridade do sistema de persecução penal, que cria um certo casuísmo. E o objetivo aqui é o quê? Trazer sempre uma isonomia na punibilidade que é trazida.

Consideramos excepcional a previsão no relatório do Senador Marcio Bittar de uma causa especial de aumento de pena para aqueles recursos de origem ilícita, ou que aqueles recursos recebidos pelo candidato, pelo partido, gerem uma eventual contrapartida de ato de ofício. Ele vem inserir como causa de aumento de pena, aproveitando a emenda do Senador Jaques Wagner, uma emenda também muito bem construída tecnicamente, mas que, realmente, poderia criar um conflito de normas com os tipos penais já previstos na Lei 9.613. Porque, tal como o relatório prevê – não podemos nos escusar disso – o novo, a criminalização do caixa dois tem que ser um tipo penal subsidiário, porque nós já temos a corrupção passiva, já temos a concussão, já tem a lavagem de dinheiro, a própria falsidade ideológica... Então, ela tem que ser um tipo subsidiário, tanto que ali está: caso não constitua o fato um crime mais grave.

Então, é importante se manter isso, porque senão realmente haverá outros conflitos de normas e isso acaba afetando a eficácia do dispositivo.

Consideramos essencial e providencial também criminalizar. Acho que num parágrafo, se não me engano, do 350-A, logo no §1º, aquele que também oferta, oferece, concede os recursos não escriturados ou falsamente escriturados – que assim define o caixa dois – para o partido ou para o candidato. Porque só punir uma esfera desse sistema político-eleitoral é errôneo. Também é um mecanismo de financiamento de quem financia ter que ser punido. E isso garante, portanto, eu diria, uma certa solidariedade na responsabilização da contaminação do sistema político-eleitoral. Porque só criminalizar o lado que recebe é um erro.

Tende-se, no Brasil, a criminalizar a corrupção político-eleitoral de forma individualizada. Mas e quem corrompe? E quem financia tudo isso? Porque a cooptação é muito forte. Então, é importante criarmos, sim, um mecanismo de responsabilização de entidades privadas, de mecanismos privados e do mercado, que querem cooptar e corromper o sistema político.

Daí a importância, sim, da criminalização do §1º – salvo engano, salvo melhor juízo – para que justamente o sistema político-eleitoral seja preservado na sua idoneidade em todos os seus âmbitos, não apenas no âmbito de quem exerce o mandato eletivo, mas também daquele que detém o poder econômico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual o objetivo da criminalização do caixa dois? Deter o abuso do poder econômico, deter basicamente a influência do poder econômico que gere um prejuízo na igualdade de competição entre os candidatos, maculando o direito ao sufrágio e, consequentemente, à democracia.

É fundamental também buscar que... No caso, o 350-A, ele é uma norma penal em branco, se nós formos analisar, porque é aquela contabilidade prevista na legislação eleitoral. De nada adiantará a previsão desse tipo penal se não houver uma descrição também cristalina e objetiva do que seja essa contabilidade na legislação eleitoral. E vai ser por que essa contabilidade prevista na legislação eleitoral? Por resolução do Tribunal Superior Eleitoral?

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA – Conforme esteja previsto na 4.737/65, é insuficiente o que a legislação eleitoral prevê como contabilidade, contabilidade de forma clara, objetiva.

Portanto, eu queria deixar humildemente a nossa sugestão.

Muito obrigado. Agradecemos a possibilidade na nossa colaboração.

Estamos à disposição e mais uma vez cumprimento Senadores e demais componentes da Mesa e presentes.

Muito obrigado, a Associação dos Delegados de Polícia do Brasil está à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Quero agradecer a contribuição do Dr. Rodolfo Queiroz Laterza.

Gostaria de pedir, se fosse possível, que as sugestões que V. Exa. apresentou aqui nos pudessem ser enviadas por escrito, bem como do Dr. Francisco Guilherme também.

E, de imediato, eu concedo a palavra ao Dr. Fernando Marcelo Mendes, que é Presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe).

O SR. FERNANDO MARCELO MENDES (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador Humberto Costa; bom dia, demais Senadores e membros da Mesa.

A Ajufe, Senador, agradece também a oportunidade de colaborar aqui com o aperfeiçoamento do nosso modelo legislativo. Esse tema da criminalização do caixa dois é um tema que se insere num contexto mais amplo e que vem sendo debatido no Parlamento já há algum tempo. Desde a proposta das 10 Medidas contra a Corrupção que o Ministério Público encabeçou e que a Ajufe acabou apoiando em parte, porque havia ali naquelas propostas pontos que a Associação dos Juízes Federais não subscreveu de maneira integral, como a questão do teste de integridade e limitações do uso de *habeas corpus*, porque ali havia... Dentro do papel da Justiça Federal, Senador, e de juízes federais, nós temos sempre uma agenda positiva de garantir a efetividade da Justiça Criminal, que é o mais importante, mas com a observância do devido processo legal, com a observância da ampla defesa.

Mas, sem dúvida nenhuma, esse tema entrou numa agenda política, principalmente a partir de 2013, com movimentos sociais. Houve, a partir daí, um avanço no nosso modelo de regulação penal, a criminalização das organizações criminosas, a previsão legal da colaboração premiada, a mudança do Supremo Tribunal Federal em relação ao entendimento da prisão a partir da segunda distância, a possibilidade... Na verdade, é a retomada de uma posição que o Supremo já havia consagrado até 2009. Houve uma alteração desse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entendimento em 2009 e, em 2016, ele voltou a acolher por maioria. Esse tema ainda está em debate, nós sabemos, inclusive é objeto de uma discussão tanto no projeto anticrime que o Ministro Moro mandou, também como em propostas de emenda à Constituição, mas, de fato, há ainda hoje uma maioria entendendo pela possibilidade de esse cumprimento de pena a partir da decisão do segundo grau.

Tudo isso, a nosso ver, Senador, contribui muito para que a Justiça Criminal tenha efetividade. Porque esse é um grande problema que nós defendemos, a Justiça, ela precisa ser efetiva, observada sempre a ampla defesa, os direitos e garantias fundamentais. Mas, se não houver uma resposta, se a sociedade passa a desacreditar na sua Justiça Criminal, isso coloca em risco a própria instituição do Poder Judiciário, que é um dos pilares da nossa democracia.

Então, nesse contexto a Ajufe vem apoiando esse debate, vem sugerindo. São temas que, na verdade, nós já discutimos e já apoiávamos antes mesmo de este debate ser iniciado. O Ministro Moro, que foi integrante da Justiça Federal por mais de 20 anos, ele participava de nossas comissões. Então, muitas dessas sugestões que estão hoje no projeto anticrime estão num contexto do que nós já vimos defendemos há muito tempo.

Os colegas aqui, tanto do Ministério Público quanto da Polícia, já trouxeram importantes argumentos, eu não vou aqui ser repetitivo e reforçar o que já foi dito. A Ajufe concorda com o que já foi exposto. Mas nós vamos trazer aqui uma reflexão um pouco mais ampla em relação a esse tema.

É importante, não há dúvida de que a criminalização do caixa dois, a definição legal, ela traz uma segurança jurídica. Nós sabemos que hoje há uma divergência de entretenimento em relação à possibilidade de se aplicar o Código Eleitoral ou de se aplicar algum outro tipo de interpretação em relação à falsidade ideológica, em relação a isso. Então, sempre que o Legislativo aperfeiçoa o modelo legal e traz segurança jurídica, isso é importante, é favorável. E essa participação, essa discussão pública é essencial exatamente para quê? Para que a gente construa um modelo com as sugestões tanto dos operadores do Direito, que são, ao fim e ao cabo, nós, que acabaremos aplicando essa legislação, mas desse debate democrático e legítimo.

A Ajufe apoia essa proposta. As sugestões que foram apresentadas aqui são importantes, embora algumas já estejam contidas em projetos próprios, a gente precisa ver a viabilidade de se fazer essa alteração nesse contexto, a aprovação dos projetos específicos. Mas, essa alteração vem trazer exatamente isto que se espera dentro de um processo democrático: a possibilidade de que a disputa eleitoral seja feita com equilíbrio de forças.

Nós sabemos – e hoje o resultado das eleições passadas trouxe também uma nova reflexão importante – que a própria questão dos mecanismos que eram tradicionais de financiamento campanha, da necessidade de uso de recursos para determinados meios de comunicação, tudo isso passou ou está passando por uma grande reflexão. As mídias sociais trouxeram um grande impacto nesse panorama eleitoral e quanto a muito do que se pensava em relação, mesmo aos custos das campanhas, talvez a gente tenha que fazer uma reflexão também disso, a mudança na rediscussão do nosso sistema eleitoral. As campanhas haviam atingido custos bilionários, nós passamos por um momento, talvez, de reavaliação de tudo isso, mas, dentro desse contexto, desse modelo, a tipificação, a segurança jurídica é sempre bem-vinda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Ajufe, Senador, apresentou, já preparou uma nota técnica mais ampla também – embora não seja exatamente esse o objeto da audiência pública, eu acho que está dentro do contexto da modificação da legislação penal eleitoral como um todo – em relação ao projeto anticrime. E, também nesse aspecto, em relação alguns pontos, nós fomos críticos, trouxemos sugestões, não estamos apoiando de maneira integral as propostas que foram feitas e entendemos que a questão, por exemplo, da efetividade da Justiça Criminal com a preservação da possibilidade de execução da pena a partir do segundo grau é importante; a questão do tratamento diferenciado às organizações criminosas, porque tudo isso – hoje com a macrocriminalidade – se confunde. A gente não pode, ou não é aconselhável fazer essa segmentação e analisar as coisas de maneira separada. Temos que pensar no reflexo que isso traz para o todo.

Mas trouxemos algumas críticas também em relação à questão da legítima defesa, que vimos com algumas preocupações e expusemos isso dentro desse debate de aperfeiçoamento.

Em relação a esse tema mais específico da questão eleitoral, nós também estamos trazendo um debate importante, Senador Humberto Costa, que é a questão da competência. Aqui há uma grande discussão. O projeto anticrime traz uma alteração que provocou um grande debate e tem provocado hoje na questão da Justiça eleitoral: a possibilidade de a Justiça eleitoral julgar ou não os crimes conexos aos crimes eleitorais. Houve, na verdade, uma confirmação de posicionamento do ponto de vista do Plenário do Supremo, mas as cortes do próprio Supremo e do STJ já adotavam posicionamentos distintos, no sentido de que, quando há um crime conexo a um crime eleitoral, não deveria haver a conexão, melhor dizendo, não deveria ser remetido à Justiça eleitoral um crime conexo, quando fosse de competência da Justiça Federal – o que é uma discussão muito ampla que nós estamos fazendo –, uma vez que os crimes de competência da Justiça Federal são crimes que têm assento na Constituição, e, sendo o Código Eleitoral uma lei complementar, não poderia prevalecer em relação à competência constitucional. É claro que essa é uma interpretação do Supremo a partir do art. 35, II, do Código Eleitoral, e o projeto anticrime propõe esta alteração: tirar da Justiça eleitoral os crimes conexos para que a Justiça eleitoral julgue crimes tipicamente eleitorais, e os crimes conexos – que são hoje cometidos num contexto muito mais sério, num contexto de macrocriminalidade, num contexto de organizações criminosas – continuem sendo julgados pela Justiça comum, seja pela Justiça Estadual, quando se trata de crime de competência estadual; seja pela Justiça Federal, quando se trata de crime da nossa competência.

Nós entendemos que isso vai contribuir, sim, para a efetividade, porque a Justiça eleitoral – é um outro contexto, mas é importante porque isso reflete; nós estamos definindo crimes, mas nós também temos que saber como esses crimes serão julgados – é uma justiça, sem dúvida nenhuma, muito eficiente, é um modelo de atuação da Justiça no País, mas num contexto da realidade de o que ela julga: crimes eleitorais. Nos crimes conexos, ela passa a enfrentar um novo desafio. Por isso, esse debate também está na ordem do dia.

Já caminhando para o encerramento, a Ajufe se coloca à disposição.

Essas observações que nós fizemos também serão encaminhadas a V. Exa., contribuindo para que essa discussão caminhe no sentido de que esse modelo seja cada vez mais aperfeiçoado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós concordamos aqui com o relatório do Senador Marcos Bittar, que traz o tratamento adequado. Eventuais sugestões que os colegas já apresentam podem ser acrescentadas, no sentido de se aperfeiçoar isso, mas a Ajufe, de uma maneira geral, dá apoio a essa proposta e se coloca aqui sempre à disposição para poder trazer o nosso olhar, a nossa visão em relação a isso, no sentido de colaborar com o processo democrático, com o processo parlamentar

Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Fernando Marcelo Mendes, que aqui representa a Ajufe. Agradeço também por nos enviar as suas sugestões e passo a palavra ao Dr. Saulo Jerônimo Leite Barbosa de Almeida, que é Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Maranhão, para a sua exposição.

O SR. SAULO JERÔNIMO LEITE BARBOSA DE ALMEIDA (Para exposição de convidado.) – Exmo. Sr. Senador Humberto Costa, em nome da Conamp, quero agradecer o convite para esta audiência pública para tratar de um tema tão caro à sociedade brasileira que é a criminalização do caixa dois.

Quero cumprimentar também a Senadora Eliziane Gama, que não está aqui, porém é a subscritora e autora do projeto, e os demais Senadores que subscreveram esse projeto de tamanha relevância para a sociedade brasileira.

Pois bem, é necessário a gente fazer um esboço histórico a respeito do caixa dois. A soberania popular é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, e essa soberania popular é exercida através do sufrágio universal. O sufrágio universal é a eleição, em que se pega a escolha do povo sobre quem vão ser seus governantes e seus Parlamentares. Preservar essa escolha da população é o ponto nevrálgico dessa nossa discussão, porque o abuso do poder econômico vicia e macula essa livre escolha da população. Não se pode ter como iguais candidatos que têm um nível monetário diferente de outros, tanto é que a legislação eleitoral fez um regramento próprio, estabelecendo limites, estabelecendo vedações para a questão do gasto de campanha.

O caixa dois, que é aquela contabilidade paralela na campanha, surgiu nesse ambiente quando alguns candidatos começaram a sonegar essas informações da Justiça eleitoral, criando um caixa dois. O caixa um é aquele produzido por verbas que, segundo a lei atual, não podem ultrapassar dez vezes o rendimento bruto do doador no ano anterior, ou aquele que, transformado em bens de serviços móveis ou imóveis, no valor de R$40 mil... Dez vezes, não, R$ 10 mil ou então R$ 40 mil.

Essa vedação, essa imposição da Justiça eleitoral, da lei eleitoral gerou a necessidade de alguns candidatos reunirem verbas – digamos assim – paralelas e não declaradas à Justiça eleitoral. Essa conduta já vinha sendo criminalizada de forma subsidiária pelo art. 350 do Código Eleitoral, que trata da falsidade ideológica eleitoral, mas, pela imprecisão do dispositivo que foi criado lá em 1965, ainda antes mesmo da Constituição Federal, premente se faz a criminalização de forma específica do crime de caixa dois, e essa é a intenção do projeto de lei que ora se encerra, trazendo, não por coincidência, o 350-A do Código Eleitoral, uma alteração do Código Eleitoral, estabelecendo logo abaixo do 350 o 350-A.

O projeto traz uma conduta objetiva que é aquela de arrecadar, receber, manter, movimentar ou utilizar – vejam bem, esse é um crime de ação múltipla. Pode ser configurado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por qualquer incursão em um desses verbos – de bens, valores ou serviços paralelamente à contabilidade exigida pela legislação eleitoral.

Nesse ponto, cumpre a nós demonstrar de logo a nossa não aceitação em relação à emenda apresentada pelo Senador Jaques Wagner, quando ele traz para dentro do tipo penal, que é objetivo, algumas condicionantes, quais sejam: desde que a verba seja comprovada de origem ilícita ou cuja origem esteja vinculada a uma contraprestação do recebedor daquele valor. Então, se esse dispositivo prevalecer, aquela figura do candidato que tem recursos próprios que fogem ao estabelecido pela Justiça eleitoral como limite de gastos, ele pode praticar isso sem que seja criminalizado.

Também da mesma forma... É bom que se deixe bem claro aqui que o bem jurídico tutelado por essa norma é a lisura do processo eleitoral, é justeza e a competitividade igual para os candidatos que ali pleiteiam uma vaga no Parlamento, no Executivo, ou numa das três esferas de nossa Nação: municipal, estadual ou federal.

Esse bem jurídico tutelado é a justeza, é a Justiça no processo eleitoral, diferentemente do bem jurídico tutelado na corrupção, que é a Administração pública, ou na lavagem de capitais, que é a ordem econômica. Então, nós já temos, na nossa legislação penal, através do Código Penal, dispositivos próprios para tratar do tema da corrupção, tanto é que essa parte do projeto anticrime do Ministro Sergio Moro foi cindida da parte geral porque alguns Parlamentares demonstraram certo desconforto em tratar essa questão do caixa dois juntamente com a questão da corrupção. Então, analisando essa questão, o Ministro Sergio Moro resolveu cindir essa proposta e apresentá-la independentemente do resto do pacote – muito feliz da parte dele. Então, havendo o crime de corrupção e o de lavagem de capitais, há legislação própria.

O que a gente quer aqui é uma conduta objetiva muito bem delineada pelo relatório do Senador Marcio Bittar, um relatório muito profundo e muito bem fundamentado, que, atendendo às expectativas da população, ainda trouxe um regramento mais severo para aquelas condutas que merecem um desvalor mais acentuado, que são aquelas dos agentes públicos que incorrem nessa conduta.

Tratou-se do §3º e do §4º. O §3º delineou melhor aquelas pessoas que incorrerem nesses crimes: o autor, o coautor, ou partícipes que sejam agentes públicos, sujeitando-os de um terço a dois terços de aumento de pena.

O §4º – muito feliz da parte dele também essa inclusão – aumenta a pena de um terço a dois terços, se os recursos, valores, bens ou serviços a que se refere o *caput* sejam provenientes de crime.

O relatório do Senador Marcio Bittar, conforme dito anteriormente pelo meu colega ANPR, Dr. Francisco, foi muito feliz e muito profícuo ao analisar essas questões e afastar essa emenda do Senador Jaques Wagner, que traz para dentro do tipo penal do caixa dois a questão da corrupção e a questão da lavagem de dinheiro. Eu me refiro ao *caput*.

Uma questão também muito bem levantada pelo colega Dr. Rodolfo é essa proposta da substituição do termo "dinheiro" por "monetarização". Eu achei muito interessante e foi muito feliz da parte dele, porque hoje nós sabemos que, pela evolução da tecnologia, já existem outras unidades de valor. Cito, como exemplo, o bitcoin, que é uma unidade de valor, as criptomoedas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAULO JERÔNIMO LEITE BARBOSA DE ALMEIDA – Então, muito feliz da parte dele a apresentação dessa sugestão, com a qual a Conamp – que representa todos os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal (cerca de 15 mil membros) e também o Ministério Público Militar – concorda integralmente.

Eu agradeço o convite novamente em nome do Dr. Victor Hugo, da Conamp, para participar desse debate tão profícuo e tão necessário para a evolução desse tema a respeito do caixa dois.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Eu quero agradecer ao Dr. Saulo Jerônimo Leite pela sua exposição.

Da mesma maneira com que me dirigi aos demais expositores, se puder nos transmitir as suas sugestões, nós as faremos para o Relator.

Concedo a palavra ao Dr. Ademar Borges de Sousa Filho, que é advogado, para tecer aqui as suas considerações, ele que é representante da Ordem dos Advogados do Brasil.

O SR. ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite feito pelo Senador Humberto Costa e também parabenizar a iniciativa do debate, bem como cumprimentar as falas que me antecederam, tão ilustradas.

Eu sou representante aqui do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Fui convidado na condição de professor de Direito Constitucional e de Direito Penal. Sou mestre e doutor nessa área e eu queria, apenas para não ser repetitivo, observar alguns pontos que acho que podem aperfeiçoar o debate.

Em primeiro lugar, eu não achei, pelo menos eu não encontrei anexado ao projeto, um panorama, um diagnóstico muito preciso sobre o problema que o Congresso está enfrentando nesse tema, porque, ora implícita, ora explicitamente, o relatório me parece fazer referência ao fato de que essa conduta não é crime hoje no Brasil, o que me causou certa estranheza.

Eu fui realizar uma pesquisa, ainda não exauriente, mas acho que a pesquisa deve ser feita e os resultados devem ser apresentados aqui no debate parlamentar, sobre como a justiça brasileira tem enquadrado criminalmente essa conduta, se é que ela é, efetivamente, criminalizada. Pois bem, o que se percebe é que na jurisprudência tanto do Supremo Tribunal Federal quanto do Tribunal Superior Eleitoral – e, ao que me parece, esse entendimento tem sido reproduzido na Justiça estadual e, eventualmente, até na Justiça federal quando a competência foi atraída para a Justiça federal – essa conduta hoje é criminalizada por meio da aplicação do art. 350. Essa é uma realidade, essa é uma realidade. Isso tem acontecido e eu não percebi, a partir da pesquisa que eu pude fazer, um vácuo normativo importante nesse assunto.

Ora, qual a diferença entre a proposta de criminalização que é discutida nesta oportunidade e a criminalização que tem sido feita sob a ótica do art. 350, atualmente vigente? A diferença é que o art. 350 acaba criminalizando a conduta no momento em que a prestação de contas é oferecida, porque o candidato que recebe recursos por meio de caixa dois,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessariamente, no momento de prestar contas à Justiça eleitoral, ele omite essa informação. Então, de fato, a criminalização acaba acontecendo em momento temporalmente diferente daquele em que o recurso é recebido, porque a criminalização atualmente se dá não no momento em que o recurso é recebido, mas no momento em que o candidato oferece a prestação de contas à Justiça eleitoral, embora eu não tenha percebido na prática, a partir ao menos dos precedentes que o TSE e que o Supremo apresentam sobre o tema, uma dificuldade prática na criminalização da conduta. Eu não percebi, porque, de fato, o candidato recebe o valor, a conduta não é criminalizada no momento do recebimento, mas ela, necessariamente, é criminalizada no momento da prestação de contas porque existe uma causalidade que é necessária. Se o candidato está recebendo os recursos por meio de caixa dois, ele, necessariamente, não vai declarar à Justiça eleitoral. E, nesse momento, o crime se consuma ao prestar as contas com essa omissão, que é penalmente relevante.

Então, o primeiro aspecto que me chamou a atenção neste debate é que o diagnóstico do problema não está bem feito. Eu entendi, pelo relatório, que, ora explícita, ora implicitamente, o relatório está assumindo que a conduta não é criminalizada. Mas essa não é a realidade empírica que a gente verifica ao analisar os casos que o Supremo, o TSE e até os Tribunais Regionais têm utilizado. Os tribunais têm, sim, entendido que essa conduta é criminosa e têm aplicado o art. 350 para criminalizar a conduta.

Qual foi o ponto que eu achei de efetiva divergência na jurisprudência que talvez uma solução legislativa pudesse dar maior clareza a essa questão? É que o art. 350, atualmente vigente, pune o crime de falsidade, na Justiça Eleitoral, com pena de um a três anos se o documento falsificado é particular, e com pena de um a cinco anos se o documento é público. Efetivamente, eu verifiquei que existe certa divergência na jurisprudência sobre se a prestação de contas é documento privado ou documento público. Existe uma orientação da jurisprudência do Supremo que, efetivamente, nos conduziria a entender que esse documento é privado, porque ele não é firmado por funcionário público e nem é de competência de funcionário público firmar. Quer dizer, quem firma a prestação de contas é o candidato e o partido. Então, sob essa perspectiva, o documento seria privado, embora eu tenha encontrado uma certa oscilação na jurisprudência sobre a natureza jurídica da prestação de contas. Mas o fato é que essa conduta hoje é criminalizada com a aplicação do art. 350.

Então, sob o ponto de vista do diagnóstico do problema, eu acho que o diagnóstico não está muito preciso. Esse é um aspecto do debate que eu acho que deve ser ressaltado.

O outro aspecto diz respeito à identificação do bem jurídico. Eu ouvi atentamente a fala dos colegas. Eu até comungo com o ponto de vista acho que de todos os colegas aqui que apontaram para o fato de que a melhor identificação do bem jurídico a ser tutelado seria a regularidade e a isonomia do processo eleitoral. Eu até acho que isso deveria também ficar mais claro no debate e no relatório. Existe certa tendência, que a gente observa no processo legislativo brasileiro em matéria penal, a não se precisar de forma muito adequada nas proposições legislativas e nos debates qual é o bem jurídico, e isso tem consequências importantes no momento da aplicação da lei penal. Eu senti falta, no relatório e nos debates, de uma discussão específica sobre qual é o bem jurídico, porque essa conduta é criminalizada no direito comparado sob várias perspectivas diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Alemanha, por exemplo, o bem jurídico tutelado é o patrimônio, porque a conduta é criminalizada sob o ponto de vista da infidelidade patrimonial, porque essa conduta gera a aplicação de multa ao partido, e a aplicação de multa gera prejuízo patrimonial ao partido. Então, o que se tutela na Alemanha é o patrimônio de uma entidade privada, que é o partido político.

Em outros países, a criminalização se dá sob o ponto de vista do bem jurídico fé pública. É o que acontece hoje, porque a conduta é criminalizada sob o ponto de vista da falsidade, por exemplo, na Espanha.

Se a gente vai criminalizar a conduta adotando como bem jurídico a regularidade e a isonomia...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO – ... do processo eleitoral, acho que isso deve ficar claro.

E, apenas para finalizar, eu acho que, além de um problema de diagnóstico, há também uma deficiência em relação ao prognóstico da aprovação desse projeto tal como está. Por quê? Se o projeto for aprovado com a perspectiva de que se está suprindo um vácuo normativo, ou seja, de que se está criando um delito onde delito não existia, naturalmente haverá uma corrida para que se reconheça que a lei não tem aplicação retroativa – como não deve ter mesmo, a lei penal gravosa não deve retroagir – então, haverá uma discussão sobre se a conduta era ou não criminalizada sobre o ponto de vista da legislação anteriormente vigente. Isso também não está claro. A deficiência de diagnósticos leva a problemas também de prognóstico da aprovação da Lei.

Então, eu acho que é necessário, primeiro, melhorar o diagnóstico, que na verdade é quase inexistente nesse projeto. Não se deixa claro se a conduta hoje é criminalizada efetivamente pela Justiça brasileira, e esse é um problema sério de diagnóstico, porque se nós chegarmos à conclusão de que a conduta já é criminalizada, e a pena aplicada é de um a cinco anos, eu até questionaria a própria conveniência de se inserir um novo tipo penal e iniciar uma discussão sobre se a conduta era ou não criminalizada. Eu acho que esse diagnóstico, então, deve ser feito de forma mais precisa.

Outra sugestão é que, se o projeto for levado à frente, acho que deve haver uma discussão sobre qual é o bem jurídico tutelado e esclarecer se a perspectiva que foi aqui defendida pelos colegas é a perspectiva que vai ou não prevalecer no debate parlamentar.

Essas são, digamos, as principais observações que a OAB Federal tem a fazer nesta oportunidade, embora a gente também vá oferecer uma contribuição por meio de uma nota técnica que será apresentada nos mesmos moldes em que os colegas representantes da Justiça Federal, do Ministério Público e dos Delegados de Polícia, acho, também irão proceder. A OAB também vai apresentar uma nota técnica fazendo algumas sugestões, mas sob essa perspectiva que agora está sendo discutida nesta oportunidade.

Eu agradeço a atenção de todos. É de excelente qualidade o debate que aqui está sendo proposto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Bem, eu quero agradecer ao Dr. Ademar Borges de Sousa, que aqui representa a OAB, pelas suas contribuições, suas considerações.

Queria, antes de ler aqui as contribuições encaminhadas pelos internautas e que os senhores poderão responder nas suas colocações finais, tecer algumas considerações.

A primeira questão que eu vejo é que nós transformamos, nos últimos tempos, a atividade política como algo que hoje é visto pela população, por conta de tudo que nós vivenciamos, quase como sinônimo de crime. Houve um processo de criminalização da política pela forma como as abordagens foram feitas, que redundou, inclusive, em nós chegarmos aos resultados da última eleição, em que muitos daqueles que se elegeram o fizeram com um discurso claro de negação da própria política, o que, no nosso ponto de vista, no que diz respeito à cidadania, é algo extremamente danoso. Por isso, nós temos que ter um cuidado muito grande em todo esse debate legislativo que ocorre, para nós não podermos cair em dois problemas. Um é este da criminalização, que alguns consideram que é esse o caminho mesmo, que a política é em si uma atividade negativa. O outro aspecto é que, nesse afã de nós podermos ampliar a capacidade de punição do Estado, nós o fazemos pela metade.

Disse muito bem aqui o Dr. Laterza que de nada adianta simplesmente se punir aquele que é o beneficiário do caixa dois sem que aquele que faz a contribuição via caixa dois o seja. Às vezes até por uma comodidade, alguns o fazem porque não querem que se saiba que ele contribuiu – isso quando havia contribuição empresarial; hoje pode haver a contribuição individual até um determinado limite. Mas, ainda assim, muitos têm receio, porque são pessoas que interagem com o setor público, ou são pessoas que interagem com pessoas que têm uma determinada relevância social, ou que querem estar bem com vários dos candidatos. Então, muitas vezes é próprio doador que sugere essa forma. Para o que quer o recurso para ele, tanto faz, muitas vezes, se vem de quem venha. Esse não é o problema dele, não é o conflito dele; é o conflito do outro. Então, muitas vezes o doador é que faz a sugestão de fazer pelo caixa dois: "Eu não quero o meu nome nisso aí, tal; então, eu o ajudo". Isso é uma questão que a gente precisa ver. Eu acho boa a sua preocupação de que haja também uma punição firme para quem faz, senão a situação pode, de certa forma, continuar a mesma.

A outra questão que eu vejo relevante é o caso que hoje nós temos, em que há um financiamento misto e que, na parte privada, é extremamente restrito, à exceção do absurdo, que a legislação preservou, de que o autofinanciamento se dá sem limite. Isso é muito mais danoso para a equitatividade da disputa do que até mesmo o caixa dois. Isso é um absurdo. Isso foi feito por alguns que imaginavam que iriam se beneficiar dessa condição. E felizmente alguns até perderam a eleição – e gastaram milhões de reais nas suas próprias candidaturas. Então, isso é algo que tem que ser levado em consideração, porque, no caso desse tipo de financiamento que é predominantemente público, o caixa dois é mais grave ainda, na minha avaliação. E eu sou defensor de que nós mantenhamos esse sistema que está posto.

A outra questão é que surgem outras atividades durante os processos eleitorais a que nós precisamos estar atentos no sentido de aplicar a lei naquilo que existe e de imaginar se elas já não criam novas figuras que precisam ser claramente tipificadas. Eu vou dar um exemplo concreto: agora com as redes sociais, apesar de o TSE não ter visto ilegalidades nesses fatos, é fato e a CPI das chamadas *fake news* vai mostrar que, no Brasil, houve um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grupo de empresas que aplicou milhões de reais em bombardeios via rede social para atacar os candidatos X, Y, Z e defender outros. Quer dizer, o candidato foi beneficiado, aquele que teve o apoio para atacar a reputação dos demais e com isso fazer a disputa política. E como a gente vai qualificar isso?

Simplesmente se fugiu ao modelo do financiamento que estava permitido. O apoio ou o financiamento de empresas é, digamos assim, proibido. Então, houve, de um lado, gasto empresarial para a campanha eleitoral; por outro lado, o recurso também não foi contabilizado, até porque nenhum dos candidatos assumiu que isso lhe beneficiava ou que ele fez essa articulação. Isso hoje, por exemplo, é uma coisa muito mais grave do que o cidadão que deu R$2 mil, R$3 mil e não quis que se registrasse. Então, nós temos também que proceder a um aprimoramento nessa questão. E é um caso de caixa dois também, não é?

Agora, eu digo isso porque eu acredito que o Congresso Nacional, que a população brasileira, apesar de alguns comentários que estão aqui e que vou citar, já viram que o financiamento predominantemente público elimina muitas dessas coisas que estão aí. Quer dizer, apesar de que hoje existe uma legislação que deve ser objeto de uma reavaliação, porque já se está falando que haverá um debate sobre reforma política novamente... Inclusive, para identificar o caixa dois é mais fácil se você tem um financiamento predominante público, porque as condições da realização de campanha são muito transparentes.

Hoje, por exemplo, nós tivemos o caso em que se falou supostamente que houve laranjas, não sei o que, não sei o que, não sei o quê... É fácil você saber. "Oxente, essa moça recebeu R$200 mil e ninguém viu um panfleto dela?". Então, eu acho que uma questão que nós precisamos, na hora de discutir, ver que ela facilita essa fiscalização, ela facilita, vamos dizer assim, que isso não venha a acontecer, porque muitos fazem também por desespero. Não são poucos os que eu já ouvi dizer: "Olha, eu estava lá na hora, o cara vai me dar o dinheiro, estou precisando, morrendo estrangulado, vai pegar aquele dinheiro que está ali".

Então, eu acho que essas coisas têm que estar vinculadas. Eu acho que o tema do financiamento das campanhas eleitorais é vital para essa questão.

Eu vou ler aqui algumas perguntas e sugestões que foram feitas aqui às quais cada um, no seu tempo, se achar conveniente, pode tentar responder.

Sr. Claudio Barbosa, do Distrito Federal:

> Além de multas e pena de reclusão ao candidato que utilize caixa dois, não seria apropriada a pena de inelegibilidade para tal candidato?

Adelson Rodrigo, de Santa Catarina:

> Achei a pena proposta de dois a cinco anos muito leve. Como fica quem doou sem saber se sua doação foi contabilizada ou não? [Volta ao tema do doador.]

Marisia de Oliveira, Rio Grande do Norte:

> Por que ainda não é criminalizado o uso de caixa dois em eleições? [...] [É possível] acabar com o fundo partidário? [A temática que o Dr. Ademar levantou no caso da criminalização ou não do caixa dois.]

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assis Marinho, Distrito Federal:

> O que tem que ser feito é acabar com o fundo partidário e eleitoral. Dinheiro público é escasso!

Leandro de Campos, Rio Grande do Sul:

> Caixa dois é crime. Não deve ser [tipificado como] crime eleitoral, [mas sim] tipificado como crime financeiro e de lavagem de dinheiro.

Mauro Rezende, de Tocantins:

> Não é necessário ser contador para se saber que isso é errado, é crime, e a bagunça se forma quando não existe fiscalização e punição.

Então, eu vou, na ordem inversa, conceder cinco minutos para que cada um dos debatedores possa fazer a sua consideração final e responder também. Serei bastante tolerante, como o fui nesse tempo, que sei que é muito pouco para se colocar.

Dr. Ademar com a palavra.

O SR. ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO (Para exposição de convidado.) – São várias as questões, mas eu percebi que uma preocupação é transversal a várias dessas falas dos cidadãos que participaram, é a relativa às perguntas sobre se a conduta hoje é crime ou não é crime. De novo é a preocupação que aparece. As pessoas ficam surpresas com o fato de que, se se está discutindo a criminalização do caixa dois, é porque, aparentemente, a conduta não é considerada criminosa. Quer dizer, por isso o debate estaria sendo feito a esta altura. E, aí, a preocupação, que é legítima, dos cidadãos é: "Ora, a conduta é ou não criminosa, sob a perspectiva da legislação vigente?". Essa é a pergunta a que nós temos que responder aqui, sobre cujo assunto o Congresso também tem que debater, para saber, inclusive, da conveniência ou não de aprovar um novo tipo penal.

Como eu disse, a partir da pesquisa que eu produzi, mas que eu acho que deve ser aprofundada e deve ser verticalizada no debate parlamentar, é que a Justiça brasileira, tanto a Justiça Eleitoral como a jurisprudência do Supremo, como até mesmo a Justiça Federal, quando recebeu casos, por conexão – antes do precedente do Supremo –, vinham entendendo que a conduta é, sim, criminosa e hoje é enquadrada normativamente sob a perspectiva do atual art. 350 do Código Eleitoral.

Uma outra preocupação que vejo que aparece é sobre a questão de como o financiamento se dá e da utilização de dinheiro público nas campanhas.

Essa é uma preocupação lateral ao nosso debate, não é central, embora seja uma tendência mais ou menos natural, uma consequência quase que lógica da decisão do Supremo de declarar a inconstitucionalidade da doação empresarial. A tendência óbvia é de que a participação do fundo partidário cresça, embora se possa debater sobre em que medida o fundo partidário deve integrar o sistema de financiamento das campanhas.

É necessário sempre lembrar que a democracia custa dinheiro. Realizar um processo democrático em qualquer parte civilizada do mundo custa dinheiro. E o fato de nós esclarecermos que o dinheiro público está sendo aplicado com essa finalidade apenas dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transparência ao fato de que a democracia custa e que nós devemos fazer um debate de quanto dinheiro nós queremos aplicar nesse processo eleitoral. É importante salientar que um dos melhores gastos que a gente pode fazer é gastar bem nas eleições, porque é um investimento na lisura e na moralidade administrativa. A gente tem que perceber que, na medida em que a gente decide aplicar recurso público e excluir uma série de recursos privados, a gente também está protegendo o Estado contra interferências indevidas. Então, esse debate deve ser feito.

Uma outra questão que aparece é sobre a aplicação da lei de lavagem de dinheiro ou de corrupção.

Essas questões eu acho que não parecem ser muito relevantes para o debate aqui, porque eu não vejo nenhuma fragilidade na legislação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ADEMAR BORGES DE SOUSA FILHO – ... da lei de lavagem de dinheiro nesse aspecto. A lei tem sido bem interpretada; eventualmente o crime eleitoral se associa ao crime de lavagem de dinheiro, a depender das condições de cada caso concreto.

Mas, enfim, eu queria só fazer essas observações, enfatizando o fato de que a minha preocupação coincide com a de grande parte aí dos cidadãos. Nós ainda não esclarecemos, de forma precisa, o problema que estamos enfrentando e não resolvemos o problema sobre se a conduta, hoje, é ou não efetivamente criminalizada pela Justiça brasileira. Eu acho que responder a essa questão é essencial para qualificar o debate parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Ademar.

Em seguida, concedo a palavra ao Sr. Saulo Jerônimo, Promotor de Justiça do Ministério Público do Maranhão.

O SR. SAULO JERÔNIMO LEITE BARBOSA DE ALMEIDA (Para exposição de convidado.) – Muito bem levantada aqui pelo Dr. Ademar essa questão, na última fala dele, a respeito do bem jurídico tutelado e da necessidade de se constar isso no relatório. Realmente, a Conamp concorda integralmente com a manifestação de V. Exa., e é bom que se trace essa conduta e saiba qual é o bem jurídico que a lei está querendo tutelar naquele caso.

Outro ponto em que eu gostaria de tocar aqui, sobre o qual o Exmo. Sr. Senador Humberto Costa falou, é o movimento que tem acontecido ultimamente a respeito da criminalização da política. Realmente é uma coisa muito perigosa isso, porque não se pode falar em cidadania sem política. O que a gente tem que fazer é criminalizar a conduta daqueles que andam à margem da lei, como, por exemplo, é o caso que ora se encerra, que é a criminalização do caixa dois.

Pois bem, essa outra questão trazida por um internauta a respeito de se é crime ou não é crime, é de bom tom registrar aqui que o Supremo Tribunal Federal já vem entendendo de forma, e há toda jurisprudência obviamente, que já é um crime, já se trata do crime do 350. O que a gente precisa é delinear melhor a conduta para trazer para a discussão do crime eleitoral o caixa dois, porque essa legislação é de 1965, já de muito tempo; então, quando nem se falava nessa prática de caixa dois. As leis surgem após o comportamento humano. Então, a partir do comportamento humano... Claro que esse 350 foi uma forma de criminalizar, à míngua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma legislação vigente, aquela conduta que era reprovável pela sociedade. Então, essa nossa discussão, e esse projeto apresentado pelo Executivo, trata exatamente disto: tratar como crime aquela conduta de arrecadar dinheiro sem declarar à Justiça Eleitoral, causando aquele desequilíbrio na disputa eleitoral. É a trapaça eleitoral, parafraseando o Ministro Sergio Moro.

A respeito de outra questão trazida pelo internauta, se não seria o caso de, além de uma pena de prisão e multa, a questão da inelegibilidade, é bom que se esclareça para ele que isso já existe, a infração administrativa já existe; ela ocasiona, configurado o caixa dois, a cassação do mandato, caso ele seja eleito, e a consequente inelegibilidade por parte do candidato.

E, por fim, a questão de ser tratada como crime de lavagem de dinheiro ou corrupção – como também trazido aqui bem pelo Dr. Ademar Borges, representante da OAB –, é bom registrar que a nossa legislação já abarca essas possibilidades. O crime de lavagem de dinheiro já existe e o crime de corrupção também já existe; são tutelados, são criminalizados pelo próprio Código Penal, art. 317 e o 333, que tratam das modalidades de corrupção, seja ativa, seja passiva; aquele que oferece ou aquele que recebe.

Então, só concluindo, eu acredito que hoje tem o Senado a missão de não deixar que a conduta de alguns poucos políticos macule a imagem do todo, da classe política como um todo. Aqui nesta Casa estão homens e mulheres experimentados na vida pública, muitos deles ex-governadores. Então, a contribuição que esses Parlamentares têm, tornando a voz do Parlamento a caixa de ressonância da voz do Parlamento, servirá ao Senado indubitavelmente como o farol de todo o Parlamento Federal.

Na vida, eu costumo dizer que há duas formas de aprendizado: aquela que a gente adquire através dos livros e aquela que a gente adquire no curso normal da vida. Esta Casa é formada de homens e mulheres de bem, esclarecidos, que também, ao mesmo tempo, são experimentados na vida pública, trazem consigo a marca da experiência e da serenidade, e que tanto têm a contribuir para a nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Saulo, pela sua exposição e pelas suas contribuições.

Concedo a palavra agora ao Dr. Fernando Marcelo Mendes, da Ajufe.

O SR. FERNANDO MARCELO MENDES (Para exposição de convidado.) – Senador Humberto Costa, agradeço novamente. Essas reflexões são realmente muito importantes. Começo aqui falando da ponderação que V. Exa. fez sobre essa preocupação quanto à criminalização da política. A Ajufe rechaça qualquer tentativa nessa linha, porque hoje é um debate que está sendo feito em nível mundial, não só no Brasil, a extrema polarização tanto da esquerda como da direita e a preocupação que isso pode trazer para o sistema democrático. E nós só teremos democracia com instituições fortes e com o diálogo institucional. E o diálogo se faz e só é possível no ambiente político. Então, isso tem que ser tratado com muito cuidado. E a discussão em relação à criminalização do caixa dois é exatamente para quê? Para que nós consigamos ter um ambiente político isento, um ambiente político transparente para que essa discussão seja feita. São valores que não excluem; ao contrário, um vai levar ou vai aperfeiçoar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a outra pauta. Só existe democracia dentro do ambiente de diálogo. Por isso a política é fundamental.

A preocupação que o Dr. Ademar trouxe é uma preocupação que na verdade permeou toda essa discussão em relação, inclusive, ao pacote das 10 Medidas. Quando se começou a sugerir a apresentação desse pacote e a criminalização do caixa dois, essa foi uma das grandes discussões que surgiu, ou seja, por que se vai propor a criminalização do caixa dois se o crime de caixa dois já está sendo punido? Isso quer dizer que as condutas que foram praticadas até o momento são atípicas, não vão ser punidas? Esse debate foi feito, mas dentro de um contexto, de uma valoração da necessidade – e essa é a visão da Ajufe e por isso apoiou – da melhor delimitação, da maior segurança jurídica. Viu-se como importante o tratamento legal a partir de um tipo penal especial, o que não quer dizer que as condutas que tenham sido praticadas até então tenham sido de alguma maneiras as atípicas ou irrelevantes do ponto de vista do Direito Penal. Elas podem e foram enquadradas em crimes já definidos. Há a tentativa, mas a preocupação é importante, e os cidadãos estão perguntando exatamente isto: "Mas por que se está discutindo a criminalização do caixa dois? Não há crime"? A ideia é que nós tenhamos um modelo legal, porque o Direito Penal tem essa particularidade. Ele só deve intervir naquelas questões excepcionais. Ele não pode ser a primeira medida que o Estado apresenta como sancionador.

Então, dentro desse contexto se entendeu... E esse contexto, inclusive, através do novo Governo, com a apresentação do projeto anticrime, vem no sentido de aperfeiçoar o modelo, o que não significa que as condutas anteriores sejam irrelevantes do ponto de vista penal. Elas serão ou estão sendo tratadas de acordo com a legislação vigente. Mas, a partir dessa nova definição, ter-se-á, uma vez aprovada essa proposta, uma tipificação específica, conferindo maior segurança jurídica. Mas essa preocupação é pertinente – até como falei aqui, Senador, paralelamente com o colega Ademar –, porque, na verdade, nós estamos vivendo uma nova realidade e precisamos pensar, como o colega Saulo falou... A legislação tem necessidade de se adequar de acordo com as mudanças e com as transformações sociais. Hoje a questão das mídias sociais traz uma nova preocupação porque ela tem um componente importante na formulação da política. E como é que nós vamos tratar, como isso vai ser, pelo próprio TSE, pelo próprio Parlamento aqui em relação, por exemplo, a movimentações de redes sociais que não estão diretamente ligadas a um financiamento de campanha, mas que, de alguma maneira – nós temos uma discussão, inclusive nos Estados Unidos – de outros países de alguma maneira influir no cenário político de outro país a partir de uma movimentação que você não sabe nem de onde está surgindo uma campanha por meio de um robô.

Então o tema é por demais complexo. E nós entendemos que esse debate é oportuno porque nós temos aqui o caminho para aperfeiçoar o modelo legal conferindo o que é mais importante: a segurança jurídica.

Obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Fernando.

Eu passo a palavra ao Dr. Rodolfo Queiroz.

O SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA (Para exposição de convidado.) – Bom, dando continuidade ao brilhante debate, queria parabenizar a qualificação de todos, a exposição

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

extremamente fundamentada, inclusive do eminente Senador Humberto Costa, sempre muito preparado para debates relativos a matéria penal e processual penal.

As preocupações trazidas pelo Dr. Ademar são de extrema relevância; a argumentação até brilhante por ele trazida. Temos que realmente fazer um problema e diagnóstico preciso em relação à corrupção eleitoral no que se refere à modulação dessas condutas. Todavia, data máxima vênia, eu concordo com o Dr. Fernando. O tipo penal do 350 atual da Lei 4.765 não colide com a construção do 350-A. Não implicaria em revogação ou mesmo numa eventual *abolitio criminis* ou num problema mesmo de antinomia, porque ele tem uma construção diferente. Os elementos objetivos, descritivos e normativos do novo 350-A não colidem com o 350 atual. O 350 atual versa sobre o quê? O problema relacionado a, no momento da prestação de contas, como o Dr. Ademar muito bem disse, no que tange à falsidade daquela prestação em si, seja por documento particular ou por documento público.

Já o 350-A tem novos verbos reitores do tipo que até agora realmente não são devidamente enquadrados: arrecadar, movimentar, utilizar bens, valores, serviços. Aí temos aquelas sugestões, que nós gostaríamos de encaminhar, conversíveis em dinheiro. A gente estava aqui debatendo, eu e o Dr. Saulo, a necessidade de adequação ao termo monetizar foi dada hoje pela constituição de novas unidades reais de valor, como a criptomoeda, etc. E o mais importante que é o que o § 1º do 350-A prevê: a criminalização de quem dá, oferece ou financia esses recursos não contabilizados, porque, repito, isso foi ruim para a democracia porque se construiu uma semântica perigosa de se criminalizar separadamente, de forma segmentada à atividade política.

Muito pior é quem coopta, quem financia, quem propõe, porque Edwin Sutherland, o principal teórico de crime de colarinho branco, da Sociologia norte-americana – infelizmente desconsiderado dos nossos estudos aqui, no Direito Penal do Brasil –, quando cunhou o crime colarinho branco, ele deixou claro que o maior mecanismo de corrupção está em quem financia e em quem abusa do poder econômico, e não necessariamente em quem é o beneficiário, porque dentro das relações de mercado, próprias do capitalismo, até mesmo no socialismo, no comunismo, aqui divagando regimes políticos, a cooptação dos agentes econômicos é muito mais poderosa. E pior, cria uma justificação racional para o beneficiário, porque quem se beneficia simplesmente vai dizer que isso sempre ocorreu, sempre aconteceu, e que é um mecanismo realmente muito poderoso de influenciar as vontades, de contaminar a vontade, e, consequentemente, contaminar todo o sistema.

E quem basicamente propõe e financia se alheia a isso. Se alheia. E basicamente, às vezes até procura se distanciar desse processo de destruição do sistema político-eleitoral. Isso aconteceu em alguns regimes políticos que sofreram transições. Transições, não é?, principalmente na Rússia pós-soviética, nas repúblicas da Ásia Central, em que houve um mecanismo de corrupção de todo o sistema eleitoral e não havia punição de quem corrompia, de quem cooptava.

E os beneficiários acabavam sendo verdadeiramente... Lógico que eles têm autonomia de vontade, desígnio autônomo, livre-arbítrio. Aqui nós não vamos desconsiderar o livre-arbítrio, de que Cesare Beccaria tanto falava. Mas a verdade é que desconsiderar quem corrompe é um erro do nosso sistema político-eleitoral. E a corrupção ativa, tal como ela está definida hoje em dia no 333, é insuficiente para punir isso, é insuficiente para se criminalizar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto a destacar, de extrema relevância, é, mais uma vez aqui, a preocupação também do Dr. Ademar e das demais autoridades, é evitar a construção de tipos penais imprecisos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RODOLFO QUEIROZ LATERZA – Isso volta e meia acontece. Nós precisamos ter muita atenção com isso, porque depois, em vez de criar segurança jurídica, se criam novas inseguranças jurídicas.

Portanto, é fundamental esta audiência pública, este debate, e que nós tenhamos uma profunda extensão de se construir algo bem objetivo, se tivermos que realmente incriminar ou não a figura da corrupção no sistema eleitoral, a previsão de recursos não contabilizados ou falsificados, uma contabilidade paralela, para que justamente se traga a finalidade alcançada. Proteger o bem jurídico tutelado é o que a gente precisa realmente precisar. É o sistema político ou o patrimônio?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Rodolfo, pela sua contribuição.

E de imediato, eu passo a palavra ao Dr. Francisco Guilherme, que representa a Associação Nacional dos Procuradores da República.

O SR. FRANCISCO GUILHERME VOLLSTEDT BASTOS (Para exposição de convidado.) – Bom, a mim restou muito pouco a falar, não é? Então gostaria de agradecer mais uma vez o convite, o requerimento feito pelo Exmo. Senador da República Humberto Costa.

O debate foi muito proveitoso. Ouvimos aqui esclarecimentos muito importantes, que, com certeza, contribuirão de forma bastante significativa para o aprimoramento do projeto.

Com relação à resposta da inelegibilidade, eu até fiz uma pequena pesquisa aqui. Na verdade, como se trata de uma proposta de crime eleitoral, essa inelegibilidade é prevista expressamente na lei complementar, que trata da inelegibilidade no art. 1º, inciso I, alínea "e", item 4. Portanto, se houver condenação pela prática desse crime, o autor ou condenado será inelegível pelo prazo de oito anos. Então já é uma consequência natural, pela própria condenação, eventual condenação, além, evidentemente, da inelegibilidade também em razão das sanções de natureza administrativa, como a cassação do diploma ou do mandato.

Com relação à importância da política, nós sabemos que ela é essencial. Efetivamente, nós vivemos um momento de muita polêmica, como já foi dito aqui, mas é importante que a gente tenha consciência de que as verdadeiras transformações sociais, o verdadeiro crescimento do nosso País no que toca a cidadania só serão feitos através da política.

Então, eu estou no Ministério Público, por exemplo, há 20 anos. Fui ao Ministério Público, fiz o concurso. Na verdade, a minha formação inicial não é na área jurídica. Eu sou engenheiro agrônomo e, depois, eu fiz Direito. E fui ao Ministério Público, onde prestei o concurso público, muitas vezes, com aquela ideologia no sentido de melhorar a nossa sociedade, porque nós vemos que o nosso País é um país ainda muito desigual, ainda muito injusto. Mas uma conclusão que eu tirei ao longo de todos esses anos, Senador, é que, por meio da Justiça, por meio do Ministério Público, a gente não vai conseguir essa transformação. Essa transformação só vai ocorrer verdadeiramente por meio da política, por meio do Congresso Nacional, por meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da discussão, por meio do debate, aceitando as diferenças, pontos e contrapontos, chegando sempre a soluções melhores para o nosso País. É inevitável que a gente precise disso.

Uma questão relevante que foi trazida aqui é a necessidade, efetivamente, de punição dos corruptores. Na minha avaliação, inclusive, a reprovabilidade da conduta deles é até mais alta que a daqueles eventuais agentes políticos que, muitas vezes, se deixam levar por essa situação até, muitas vezes, por uma situação de buscar uma igualdade de competição. E nós vemos, na história recente do País, que esse tipo de contribuição, esse tipo de sedução, esse tipo de ação não se deu direcionado a nenhum grupo político específico, a nenhum partido político específico, mas era disseminado de forma... Todas as correntes políticas diferentes eram alimentadas dessa forma, porque, na verdade, fazia parte do jogo desses agentes economicamente poderosos que, depois, independentemente de quem fosse o eleito, eles seriam, de certa forma, beneficiados.

Então, é com isso que a gente está buscando acabar com esse processo, para sempre ter maior justiça, maior isonomia entre os candidatos, para que realmente aqueles que tenham as melhores propostas, as melhores ideias, as melhores soluções para as mazelas do nosso País possam ser eleitos e realmente contribuir para o desenvolvimento do nosso País.

Com relação à necessidade de criação desse tipo específico, na nossa avaliação...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FRANCISCO GUILHERME VOLLSTEDT BASTOS – ... a conduta, apesar de já haver a tipificação do art. 350, é importante mencionar que a pena mínima prevista era de um ano e, portanto, isso caracterizava, em tese, um crime de menor potencial ofensivo, inclusive, sujeitando aqueles eventuais autores à suspensão condicional do processo. Então, o que se passava para a sociedade, na verdade, era a ideia de impunidade, na medida em que, mesmo você cometendo aquela prática delituosa, você seria, em dois anos, beneficiado pela suspensão do processo. E, após dois anos, aquele processo seria arquivado.

Então, é importante, efetivamente, que o Congresso Nacional, que o Senado passem esse recado para a sociedade, porque o tipo penal tem como finalidade também a questão da prevenção geral. Na medida em que você verifica, de forma bastante específica, que aquela conduta vai ser punida, isso tem um efeito muito salutar em cima da sociedade e daqueles que eventualmente pensam em cometer condutas de natureza ilícita.

Finalmente, para concluir, com relação à questão das *fake news,* realmente é uma preocupação enorme, gigantesca... Mas, na minha avaliação, é importante que se criem instrumentos, inclusive do ponto de vista legislativo e do Estado, para que a gente possa, como uma medida de contrainteligência, rebater essas informações *fake news*. Na medida em que as pessoas eventualmente produzem essas informações, nós temos que ter instrumentos necessários para que a gente possa apresentar contrainformações no sentido de esclarecer as pessoas.

Nós já assistimos, efetivamente, movimentos nesse sentido, mas, acima de tudo, o que nós devemos fazer é tentar educar o nosso cidadão, fazer com que ele tenha a capacidade de avaliar a qualidade e o teor, o conteúdo daquela notícia, e possa verificar que aquela notícia é falsa. E para isso a gente tem que criar instrumentos no sentido de que o próprio Estado tenha a possibilidade de apresentar e divulgar, usando as mesmas estratégias e instrumentos dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

organizações, inclusive países também que se utilizam desse tipo de estratégia e de conduta, para que a informação verdadeira também chegue ao cidadão.

Então, é importantíssimo esse debate, e a Associação Nacional dos Procuradores da República estará sempre à disposição do Congresso Nacional. É importante que haja uma aproximação do Ministério Público, do Judiciário, da advocacia, que nós estejamos sempre aqui dentro no sentido de contribuir, num diálogo de alto nível, acima de tudo, para o aprimoramento das instituições e do progresso do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Dr. Francisco Guilherme.

Eu queria aqui, antes de terminar, fazer um registro da importância que esta audiência pública teve. Quero dizer que foi um debate extremamente qualificado, com pessoas que aqui vieram, que são preparadas e que vieram inclusive preparadas para tratar desse tema. E os senhores podem ter certeza de que a vinda de vocês para cá e as contribuições que foram feitas vão todas serem levadas em consideração. Eu vou transmitir todas elas para o relator da matéria e algumas delas eu vou ter a liberdade de apresentar também como emenda ao relatório dele.

Muito obrigado a todos.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e treze minutos do dia quatorze de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Plínio Valério, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Renilde Bulhões, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes e Telmário Mota. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Lasier Martins, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Leila Barros, Cid Gomes, Paulo Paim, Carlos Viana, Sérgio Petecão e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 11ª reunião, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 14/2019 - CE, de autoria do Senador Confúcio Moura. **Finalidade:** Debater o tema "Segurança nas Escolas", em virtude do atentado ocorrido na Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano-SP. **Participantes:** Dra. Marilene Proença Rebello de Souza, Diretora do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP (representante de: Conselho Federal de Psicologia); Leonardo Lapa Pedreira, Coordenador-Geral de Educação Ambiental e Temas Transversais da Educação Básica (representante de: Ministério da Educação - MEC). João Marcelo Borges, Diretor de Estratégia Política do Todos pela Educação (representante de: Caio Calegari). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/14

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Bom dia a todos e a todas, bom dia a todos que nos acompanham pelo Brasil, pelos meios de comunicação do Senado.

Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião, muito importante, tem por finalidade a realização de audiência pública para debater o tema "Segurança nas Escolas", em virtude do atentado ocorrido na Escola Estadual Professor Raul Brasil, em Suzano-SP, em atendimento ao Requerimento nº 14, de 2019, da Comissão de Educação, de iniciativa do Senador Confúcio Moura, aqui presente, grande amigo, de grande atuação, uma pessoa de referência não só em educação, mas também em saúde e nos ideais públicos.

Quero saudar também a presença do Senador Nelsinho Trad, do Estado do Mato Grosso do Sul, sempre presente.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania – isto estará sempre estampado durante a transmissão –, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

Compõem a Mesa, por enquanto... O Dr. João Marcelo Borges, que é Diretor de Estratégia Política do Todos pela Educação, está a caminho da audiência pública, e a pessoa convidada da Unesco não pôde vir. Então, o Dr. João Marcelo está vindo. Como temos a reunião deliberativa às 11h, nós optamos, Senador Nelsinho Trad, Senador Confúcio Moura, por iniciarmos no horário para que nenhuma das reuniões seja prejudicada. Então, o Dr. João Marcelo estará presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, à minha esquerda, o Leonardo Lapa Pedreira, que é Coordenador-Geral de Educação Ambiental e Temas Transversais da Educação Básica do Ministério da Educação (MEC). E a educação em tempo integral está na área do Leonardo.

E a Dra. Marilene Proença – desculpe-me, deveria tê-la mencionado em primeiro lugar. A Dra. Marilene Proença Rebello de Souza é Diretora do Instituto de Psicologia da USP, representante do Conselho Federal de Psicologia, inclusive atuando nesse momento também na escola em Suzano, em São Paulo.

Quero deixar a fala, os microfones à disposição dos convidados. Cada um terá 15 minutos para a apresentação. No final, bate uma campainha, mas é uma campainha automática; pode continuar e concluir, se for o caso. Ao final das exposições, concederemos a palavra às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores na ordem de inscrição.

Está certo? Creio que está bem.

Então, em primeiro lugar, passo a palavra para a Dra. Marilene Proença Rebello de Souza, representante do Conselho Federal de Psicologia.

A SRA. MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA – Bom dia a todos os presentes. Gostaria de cumprimentar o Senador Flávio Arns, que está aqui hoje conduzindo esta reunião do Senado Federal da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para discutir a questão da segurança nas escolas. Em nome do Conselho Federal de Psicologia, parabenizo essa iniciativa desta Comissão e também agradeço ao Senador Confúcio Moura, do Estado de Rondônia, que foi quem teve a iniciativa de solicitar essa discussão.

A Universidade de São Paulo tem trabalhado muito com a Universidade Federal de Rondônia, com o Estado de Rondônia, então eu sou uma das pessoas que frequenta o Estado, há 20 anos, como pesquisadora. Portanto, também quero parabenizá-lo pelo trabalho realizado no Estado.

E tenho a honra também de estar dividindo esta Mesa com Leonardo Pedreira, do MEC, para realizarmos esses debates.

O Conselho Federal de Psicologia, nessa reunião, vem solicitar, evidentemente, sempre o apoio desta audiência para as discussões que o conselho vem realizando no campo da educação. Há muitos anos nós estamos defendendo... Conversei com o Senador Flávio Arns porque ele foi o autor de um substitutivo que nós realizamos em 2006 nesta Casa para a inserção de psicólogos e assistentes sociais em equipes multiprofissionais na educação. Então, quando nós fomos convidados para esta reunião, foi uma satisfação dupla: nós podemos debater as discussões que nós temos feito no campo da psicologia e, ao mesmo tempo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podemos estar ao lado do Senador Flávio Arns, que é um grande incentivador dessa discussão há muitos anos e que teve também a oportunidade de ser Secretário de Estado da Educação no Estado do Paraná e tem vivido muito fortemente essa questão da segurança nas escolas, da situação de convivência nas escolas.

Nós temos um projeto de lei, que é o substitutivo do Senador Flávio Arns, que está para ser votado no Plenário, passou em todas as Comissões, tanto desta Casa Legislativa quanto da Câmara dos Deputados. Então, nós aproveitamos a oportunidade para solicitar uma audiência com o Senador para podermos dar continuidade a essa ação.

Eu acho que nós, infelizmente, no Brasil, muitas vezes precisamos que tragédias aconteçam para que algumas atitudes sejam tomadas. Como diria Darcy Ribeiro, muitas vezes nós gastamos vidas para tomar decisões políticas no nosso País. Então, eu acho que é o momento, realmente, de nós recuperarmos essas ações em que há anos nós estamos trabalhando – desde 2006, já há 13 anos – em relação à inserção desses profissionais, apoiados, sem dúvida nenhuma, pelo Plano Nacional de Educação, que prevê, entre as suas estratégias:

> [...] estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários(as) de programas de transferência de renda, no ensino médio, quanto à frequência, ao aproveitamento escolar e à interação com o coletivo, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências, práticas irregulares de exploração do trabalho, consumo de drogas, gravidez precoce, em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à adolescência e juventude [...].

Também prevê o Plano Nacional de Educação:

> [...] estimular a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho do(as) professores da educação básica com os(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação [...].

Então, o CFP agradece a oportunidade de nós estarmos aqui retomando esta discussão no âmbito da educação e também pela oportunidade de apresentar o resultado de uma pesquisa que nós fizemos, denominada "Violência e Preconceitos na Escola", que foi executada pela Universidade Federal do Mato Grosso em parceria com o Fórum das Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira, o Conselho Federal de Psicologia, a Associação Brasileira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Ensino de Psicologia, a Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional e a Federação Nacional dos Sindicatos de Psicólogos.

Eu vou apresentar brevemente alguns resultados dessa pesquisa. Acho que eles nos ajudam a pensar a respeito da temática da segurança nas escolas. (*Pausa.*)

Nós vamos apresentar brevemente esse relatório final, já que temos alguns minutos apenas. Ele é um longo relatório que foi feito por todas essas entidades coordenadas pela instituição executora, juntamente com dez universidades federais, duas da Região Norte, duas da Nordeste, duas da Centro-Oeste, duas da Sudeste e duas da Região Sul.

Foi uma pesquisa nacional que teve dois objetivos: contribuir para a proposição de políticas públicas que auxiliem no enfrentamento da violência e do preconceito nas escolas; e construir fundamentos para a elaboração de um programa nacional de enfrentamento da violência e preconceitos na escola.

O delineamento metodológico. Nós tivemos duas fases. A primeira fase foi evidenciar o estado da arte sobre as questões da violência e do preconceito na escola. A segunda fase foi uma pesquisa qualitativa, nós queríamos ouvir as pessoas que estão na escola – os estudantes, os pais, os professores e os gestores – para que pudéssemos realmente ter uma pesquisa a partir das necessidades dessas escolas.

Na primeira fase, nós fizemos um levantamento de toda a produção bibliográfica e documental sobre o tema da violência e do preconceito na escola produzido no Brasil e a elaboração de uma plataforma nacional para a inserção de dados bibliográficos e documentais. Então, todos esses dados estão registrados nessa plataforma.

Na segunda fase da pesquisa, nós pudemos realizar oficinas com estudantes, rodas de conversa com as equipes escolares e familiares, uma atividade que nós chamamos de "baú da violência" – era uma caixa onde os jovens podiam citar situações de violência vividas na escola – e "jogue aqui seu preconceito" – outra estratégia para chegar até os jovens.

Na primeira fase dessa pesquisa bibliográfica e documental, só para nós termos uma ideia, até 2014, nós tivemos 1.358 produções brasileiras discutindo a questão da violência e do preconceito na escola. Então, vejam: uma parcela sobre álcool e droga, sobre deficiência, sobre diversidade sexual e de gênero, sobre raça, etnia e terra e sobre temáticas emergentes e contemporâneas, falando sobre os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas, perspectivas dos professores que sofrem violência. Enfim, nós temos um grande cabedal já de produção científica, uma massa crítica suficiente para nós tomarmos decisões e termos políticas abrangentes no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da segunda fase da pesquisa de campo, participaram 40 escolas públicas representando as 5 regiões geográficas do País, em sua maioria das redes estaduais de ensino fundamental e médio. Tivemos 1.537 participantes no total, sendo 1.029 estudantes, 379 membros da equipe escolar e, de pais e responsáveis, 129 participantes, nas 5 regiões brasileiras.

Nós vamos passar rapidamente alguns dos sentimentos e das perspectivas trazidas por esses profissionais.

Para os professores, nós temos uma sensação ainda de impotência em relação ao que fazer na escola; um despreparo para lidar com os alunos; uma fadiga, uma apatia, quer dizer, o adoecimento do professor; a depressão do professor em relação à situação da sua tarefa como trabalhador; a indignação diante das comunidades e das famílias, da situação de vida de muitas dessas famílias; e o ceticismo em relação à melhoria da educação – vejam, acho que esse é um ponto muito delicado para nós; no momento em que nós temos o ceticismo, nós vamos ter que trabalhar muito para superar esse aspecto.

Depois, em relação ainda aos professores. Eles visualizam já a presença de vários tipos de preconceitos na escola: racial, de gênero, aparência física, *bullying* relacionado à obesidade, origem familiar, classe social, moradia etc.

Com relação às violências, os professores mencionam...

Agora os pais. Os pais mencionam que realmente eles presenciam, ou vivem, ou têm situações de violência doméstica, questões de gênero, violências que eles percebem dirigidas aos professores, na comunidade, brigas entre os alunos, alunos maiores que agridem os menores, mães que tentam bater no aluno que brigou com seu filho, alunos violentos que batem, uso de drogas e a presença do tráfico de drogas.

Com relação aos preconceitos, os pais trazem algumas falas do preconceito racial, aparência física, orientação sexual, religiosa e de classe social.

Os estudantes, que foram os mais ouvidos nessa pesquisa – esse foi o nosso interesse –, trouxeram várias situações em relação à violência. Disseram que eles estão expostos a violência física, verbal, atitudinal, sexual, institucional e social. Mencionam também...

Não estou conseguindo mais andar. (*Pausa.*)

Vou precisar da ajuda de vocês, porque parou a...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Uma ajuda da assessoria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA – Agora foi.

Eles indicam mais frequentemente as expressões físicas da violência, apontam diversas dimensões da violência, identificando os preconceitos, o racismo, a homofobia e a violência sexual de orientação machista, que ainda faz parte da vivência principalmente das meninas.

A escola é percebida como uma produtora e, muitas vezes, uma reprodutora dessa violência. Mencionam a falta de diálogo, a omissão como expressão da violência, a família é apontada também como produtora da violência, o bairro e a sociedade.

E nós também perguntamos para os estudantes sobre os preconceitos que eles vivem. Então: aparência física, racismo, homofobia, preconceitos de classe e, no ensino médio, novos alvos são agregados aos alunos novatos, às meninas grávidas, aos roqueiros, enfim, àqueles que estão fazendo alguma coisa diferente no plano da sociedade.

As relações escolares são marcadas, em certa medida, por agressões de diversas ordens, muitas delas relacionadas às questões de preconceito e de discriminação, e os sentimentos que essas vivências engendram revelam geralmente a tristeza, a apreensão, a vergonha, a revolta e a insegurança.

Quais propostas os estudantes trazem para a melhoria da escola? Para nós foi uma grande surpresa ver que o primeiro item que eles colocam é a estrutura física. Eles dizem que as escolas estão em condições muito precárias e que isso traz uma condição muito ruim de vivência, de convivência e de estudo. Mencionam também o acesso à tecnologia, pedem aulas mais dinâmicas, gestão participativa, respeito nas reações e no diálogo. Também foram mencionados: desenvolver material de transferência, criar programas de formação continuada, trazer temática da violência e dos preconceitos, elaborar políticas educacionais que valorizem a carreira docente, melhorar as condições e estrutura da escola e das equipes de trabalho. Esses são alguns dos pontos levantados como fundamentais.

Para finalizar, algumas propostas de enfrentamento que nós também defendemos são estas: substituir a cultura do medo por práticas que tragam novas relações; trabalhar com toda a comunidade escolar; levar a discussão acerca de gênero, sexualidade e racismo mais a sério nas nossas escolas; restauração da ética da racionalidade da comunicação; substituir o discurso repressivo pelo diálogo; adequar a educação à realidade dos alunos; e fortalecer os laços de cooperação.

No âmbito da psicologia, nós temos construído também várias estratégias e propostas para o enfrentamento da violência e do preconceito na escola. Entre elas estão as referências técnicas para a atuação de psicólogas e psicólogos na educação básica e o outro projeto de lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que eu mencionei no início, que traz a inserção das equipes multiprofissionais na educação básica.

A proposta do substitutivo do Senador Flávio Arns ao Projeto de Lei 3.688 é muito simples e dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas escolas públicas da educação básica.

Ele é um projeto que tem três artigos. No primeiro artigo, ele vai defender a presença das equipes multiprofissionais na educação básica, não na escola, nas redes de educação; a necessidade específica do desenvolvimento por parte do educando a partir dessas equipes multiprofissionais; em caso de uma necessidade de encaminhamento, ter o SUS como grande parceiro para isso; sistemas de ensino e de saúde de assistência social disporem desses profissionais. Então, é uma legislação bastante enxuta, mas que atende às necessidades de aprendizagem e de desenvolvimento a partir do projeto político-pedagógico das escolas das redes públicas de educação.

Para finalizar, nós consideramos que qualquer construção de uma política pública na área da educação nessa perspectiva deve estar centrada em pelo menos três pilares: na rede de proteção social; no acompanhamento de estudantes, professores, equipe gestora e familiares na promoção da aprendizagem; e no trabalho em equipes multiprofissionais. Nós não somos favoráveis ao atendimento em equipes que tragam a questão clínica para dentro da escola. Nós acreditamos que o nosso trabalho tem que ser no campo do acompanhamento, da aprendizagem.

Muito obrigada, Senador. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu até pediria às pessoas presentes que não houvesse aplausos no final porque é uma audiência pública, senão a gente tem mais aplausos para uns, não tanto para outros e, aí, fica uma situação desagradável. Todos merecem os nossos aplausos, mas, depois, na parte das perguntas, a Dra. Marilene tem uma experiência muito interessante no atendimento da escola em São Paulo, em Suzano. Então, a gente já gostaria de antecipar também, Senador Confúcio, para ver como isso tudo se aplica à situação específica da escola em Suzano.

Passo, em seguida, a palavra ao nosso representante, cujo atraso eu já havia justificado, o João Marcelo Borges, que é Diretor de Estratégia Política do Todos pela Educação. Com a palavra.

O SR. JOÃO MARCELO BORGES – Bom dia, Senador; bom dia a todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiramente, agradeço o convite honroso para falar aqui na audiência pública da Comissão de Educação do Senado.

Mais uma vez, quero pedir desculpas pelo atraso, porque realmente... Ainda mais houve um acidente à frente do carro em que eu estava; então, a gente não conseguiu sair.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Pegou fogo...

O SR. JOÃO MARCELO BORGES – Não, não pegou fogo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO MARCELO BORGES – Sobre esse tema da violência nas escolas, recentemente eu falei em uma audiência pública na Comissão de Educação da Câmara, Senador, e chamei a atenção para três pontos – e são os mesmos que eu quero cobrir aqui hoje. Gostaria de iniciar talvez fazendo uma provocação, porque a perspectiva de violência que a gente adota é uma perspectiva do Johan Galtung, que é o pai dos estudos para a paz, que disse que a violência ou a guerra não é apenas o tipo de conflito aberto que a gente está acostumado a equivaler, mas, sim, outras formas de comprometimento das capacidades e potencialidades dos seres humanos.

Então, na prática, muito embora eu vá entrar nos temas da violência mais propriamente dita, como a gente está acostumado a falar, eu acho que a maior violência que ocorre no sistema educacional brasileiro é a baixa aprendizagem. Essa forma de comprometer as competências, as potencialidades do desenvolvimento dos nossos alunos é a maior violência que a gente comete, em níveis alarmantes, País afora.

Um dado para resumir isso: se a gente olha os resultados do Pisa, a prova internacional feita pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, em 2015, na média, os nossos alunos da franja mais rica da população e com melhor desempenho têm desempenho inferior aos dos alunos mais pobres e com pior desempenho do Vietnã. Isso é onde a gente está na comparação internacional.

Dito isso, é importante – até para lidar com o que a Dra. Marilene falava, de uma certa apatia, uma certa sensação de impotência dos professores – entender o extraordinário avanço que a gente fez nos últimos anos. Entre 2007 e 2017, portanto, num período de dez anos, os alunos brasileiros mais do que dobraram o seu desempenho nos anos iniciais do ensino fundamental tanto em português quanto em matemática. Portanto, o percentual de alunos que encerra os anos iniciais com o conhecimento adequado para aquela etapa mais do que dobrou nesse período. Eu desconheço qualquer outra política social que, em dez anos, no Brasil, tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

duplicado o seu principal indicador de resultado. O problema é que a gente começou muito tarde a fazer isso, a fazer esses avanços; então, a gente tem um passivo histórico muito grande.

Dito isso, eu queria chamar a atenção para alguns dados de pesquisa que o Todos pela Educação fez sobre violência nas escolas, mas olhando, em particular, para o ensino médio. A gente fez uma pesquisa no ano de 2016 juntamente ao Instituto Itaú, ao Itaú BBA, no bojo da discussão do novo ensino médio. E a gente buscou uma série de informações junto a uma amostra representativa da população jovem brasileira em idade do ensino médio, 1.551 jovens que representam a população brasileira nesse período.

Violência é um tema tão importante para esses jovens, mesmo que o número de episódios de violência deflagrada no Brasil seja muito inferior àquele registrado nos Estados Unidos, que o atributo mais relevante da escola de ensino médio para esses alunos pesquisados em 2016 é segurança. Então, eu quero dizer que os alunos brasileiros de 15 a 17 anos, os jovens brasileiros de 15 a 17 anos acham que o atributo mais relevante da escola de ensino médio, para eles, é segurança, não qualidade do professor, não assiduidade do professor, não infraestrutura escolar. Ora, eles acham isso porque estão vivenciando a falta de segurança. Segurança sequer deveria ser uma preocupação de um aluno que vai para a escola. Então, ter esse atributo nesse nível de importância é extremamente relevante.

Agora, aí também se reflete a desigualdade brasileira. Quando a gente, para além dessa média geral, olha os decis de renda, a gente vê que esse atributo é mais relevante para os alunos das classes D e E do que para os alunos da classe B e da classe A. Significa dizer que, nas escolas onde os alunos mais pobres estão estudando, violência é um problema maior, portanto, a segurança é um atributo mais importante do que nas escolas onde alunos mais ricos ou menos pobres estão estudando.

Esse nível de relevância da segurança se repete em três das Regiões do País. Segurança só não é o principal tema de preocupação dos alunos nas Regiões Norte e Sudeste. E aí vou chamar a atenção para outro ponto: na Região Sudeste, o principal atributo para esses alunos pesquisados é a atenção às pessoas com deficiência, ou seja, os alunos entendem que isso é um problema. Agora, se isso é importante, quer dizer, quando eu pergunto qual é o atributo mais relevante, eu estou perguntando ao aluno o que ele julga que é mais relevante. A gente perguntou também: e quais são os mais satisfatórios? Se você acha alguns muito importantes, quais são os mais satisfatórios? Bom, segurança é o segundo menos satisfatório.

Eu queria registrar isso aqui, porque, às vezes, a gente tem dúvida de se Suzano é um caso fora da curva – ainda bem, para a nossa experiência do Brasil –, mas a gente tem múltiplas formas de violência que estão entranhadas no dia a dia da escola e que não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

necessariamente a gente enxerga. Agora, os alunos e professores da comunidade escolar como um todo enxergam, reputam como relevante e reputam como insatisfatória a segurança nas escolas.

O tema, portanto, da segurança, além de ser o atributo mais relevante, é o menos satisfatório, depois apenas de aulas de informática ou trabalho com tecnologia de informação e conhecimento. Ou seja, eu estou citando esses resultados aqui por duas razões: primeiro, para confirmar a importância desta audiência pública, Senador. Não é um tema lateral para as escolas brasileiras. Poderia soar – e eu disse isso na Comissão da Câmara, que foi logo depois da tragédia em Suzano – como um pouco oportunista fazer audiência naquele momento. Não é! Esse é um problema diário que os alunos, os professores e a comunidade escolar como um todo vivenciam cotidianamente, com que se preocupam, e estão insatisfeitos com as soluções dadas pelo Estado.

Então, nós não encontramos ainda as políticas públicas necessariamente intersetoriais – não é um problema exclusivo da educação, porque, senão, a gente vai passar mais uma função para os gestores da educação, que não têm como lidar com todos os temas –, não encontramos uma solução intersetorial para lidar com esse tema que, há muitos anos, faz parte da realidade das escolas.

Aí, eu vou lembrar uma pesquisa feita em 1998. Essa eu tenho de cabeça, porque eu estava na equipe que liderou essa pesquisa que foi a primeira pesquisa brasileira de avaliação de satisfação dos usuários de políticas públicas, em que se pesquisaram três grandes serviços: assistência social, saúde e educação. Em 1998, para uma amostra representativa da população brasileira, o tema de maior insatisfação para os usuários já era a segurança dentro das escolas, ou seja, nós estamos falando de um tema que se arrasta há anos sem resolver.

E aí eu queria, dada, marcada essa importância, que é uma importância histórica, chamar a atenção para dois tipos de impactos sobre os quais a gente fala pouco. O primeiro deles tem a ver com saúde mental. Eu consigo enxergar, quando a violência é deflagrada como em Suzano, a vítima imediata, ou porque ela sofreu uma agressão física ou, infelizmente, faleceu. Mas o Brasil ainda não está preparado para gerar soluções de acompanhamento dos agravos de saúde mental derivados da exposição a situações de estresse crônico, violência.

Agora, isso é tão importante que foi feito um estudo, uma metanálise olhando para 1,2 mil avaliações dos agravos de saúde mental em crianças, adolescentes e jovens entre 1980 e 2008 em todo o Planeta. Somente entraram nessa amostra os estudos com metodologia robusta. E o que se descobriu foi o seguinte: depois de episódios traumáticos – episódio traumático pode ser o rompimento de uma barragem, Senador, pode ser o falecimento de um colega –, entre crianças, no mínimo 7% delas vão desenvolver um tipo de agravo mental que é transtorno de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estresse pós-traumático. Na média, se a gente olhar de crianças a jovens, entre 15% e 36% das populações expostas a situações traumáticas viverão um tipo de agravo, que é a síndrome de estresse pós-traumático.

Síndrome de estresse pós-traumático está relacionada a diversos fatores impeditivos, se não tratados, do desenvolvimento de uma vida saudável e produtiva. Síndrome de estresse pós-traumático, eventualmente levado a seu limite, leva a suicídio, leva a assassinatos.

Então, se a gente imaginar que, pelo menos desde 1998, para quando a gente tem dados, até 2016, quando a gente fez essa última pesquisa Todos pela Educação – Itaú BBA, violência é uma preocupação central das comunidades escolares brasileiras, o que significa dizer que entre 7% e 36% das comunidades escolares do Brasil, provavelmente, segundo mais de 1,2 mil pesquisados, que são a melhor tábua que a gente tem internacionalmente em termos de evidência, têm algum tipo de agravo de saúde mental que não está sendo tratado. Isso significa dizer que pode ser que esses agravos repercutam na sua capacidade de dar boas aulas. Adoecimento de professores, todos nós sabemos, é um tema central para as redes, porque isso gera problemas de assiduidade, isso gera custo, para além do padecimento pessoal. Isso tem custos, e tudo mais. Isso quebra a relação aluno-professor. Se a gente está lidando com números dessa magnitude...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MARCELO BORGES – ... e ainda não gerou uma solução intersetorial que envolva assistência social e saúde, nós estamos realmente comprometendo o potencial de jovens alunos brasileiros.

Por fim, e aí terminando aqui, eu queria chamar a atenção para uma pesquisa, Senador, que está sendo feita – eventualmente nos comentários eu posso mostrar dois gráficos que são muito representativos – no Instituto do Cérebro na PUCRS (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul) pelo Prof. Augusto Buchweitz. Essa pesquisa mostra o impacto do estresse crônico, basicamente violência, sobre o desenvolvimento cerebral. Eles estão fazendo *scans* do cérebro de jovens e adolescentes. E o que eles já descobriram na primeira etapa da pesquisa confirma uma hipótese da neurociência há muito tempo que é a seguinte: a exposição recorrente a fatores de estresse, em particular, violência, compromete o desenvolvimento cerebral. Eles conseguiram mostrar isso usando cortes de cabelo para medir cortisol – cortisol é o hormônio que mostra sua exposição a estresse –, e dois elementos eles já conseguiram comprovar nessa amostra pequena, que eles precisam expandir. Primeiro, essa exposição recorrente afeta uma das funções do cérebro, uma das áreas do cérebro que tem a ver com a capacidade de desenvolver a empatia. Se a gente está criando jovens e adolescentes que não têm capacidade de desenvolver a empatia ou que têm essa capacidade reduzida, a gente tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um problema. Mas, segundo – isto é particularmente importante para a aprendizagem, que foi meu primeiro tema –, uma das funções executivas que esse tipo de exposição recorrente gera é a diminuição da capacidade dos alunos de desenvolverem algumas funções executivas que estão diretamente relacionadas ao aprender.

O que eu quero dizer aqui é o seguinte: para além daquilo que a gente vê da violência, há muito o que a gente não vê, e aquilo que a gente não vê está muito provavelmente associado a novos episódios de violência, à incapacidade ou à dificuldade dos professores e alunos brasileiros de gerar um ambiente mais produtivo e de gerar mais altos níveis de aprendizagem.

Com isso, eu termino, Senador.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, nesta fase, a participação do João Marcelo.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Todos vão falar?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não, só falta o Dr. Leonardo.

Enfatizo a presença, que já mencionei, de Senador Nelsinho Trad e também da Senadora Renilde Bulhões – que bom, não é? –; de Confúcio Moura, autor do requerimento desta audiência, que está sendo tão importante e esclarecedora; de Styvenson Valentim, do Rio Grande do Norte; de Izalci Lucas, Senador. Que bom!

Passo a palavra ao Dr. Leonardo.

O SR. LEONARDO LAPA PEDREIRA – Bom dia!

Eu queria começar agradecendo ao Senador Confúcio Moura por ter chamado esta audiência pública e também, é claro, ao Senador Flávio Arns.

Eu queria agradecer a presença da Marilene e do João, por estarem compondo a Mesa – acho que eles têm uma bagagem fantástica para ajudar a gente a desenvolver este debate –, e também a de todos os presentes.

Nesta minha exposição – vou tentar ser breve, porque sei que vocês estão com o horário apertado –, eu queria trazer duas coisas. Uma delas é o que a literatura internacional traz para a gente sobre práticas e linhas de ações efetivas para o combate à violência na escola. Esse é um problema muito forte não só no Brasil. Esse é um problema muito forte em alguns Estados:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em alguns Estados, mais; em outros, menos. Nós já temos algumas experiências de sucesso para nos ajudar nessa empreitada.

Eu queria trazer um pouco de o que já está sendo feito. Muitas vezes, a gente está tão focado em criar novas coisas que a gente se esquece de refletir um pouco sobre o que já está sendo executado, sobre o que já está sendo feito com sucesso e sobre o que pode ser expandido e melhorado. Então, vamos trazer algumas coisas que já estão em curso, em maior ou em menor nível, e também vamos trazer um pouco do que nós estamos estudando para frente, olhando para o que pode ainda ser feito para melhorar essa situação dentro do nosso sistema educacional.

Então, eu queria começar trazendo um estudo da OMS (Organização Mundial da Saúde) que tenta sistematizar o que faz um programa de sucesso num país. Nós não seremos nem os primeiros nem os últimos a tentar fazer um programa de redução de violência. Eles tentaram buscar o que aconteceu no mundo e falar: "Não, quando funciona, esses são os quatro elementos que estão sendo afetados". Eu acho que isso deve pautar muito nosso debate, porque, se não atingirmos pelo menos um desses componentes, vamos abrir a nossa política a um risco de insucesso.

Entre os quatro componentes, está o desenvolvimento de habilidades socioemocionais dos estudantes e conhecimentos sobre comportamentos seguros. É, então, importantíssimo nós termos a participação da Profa. Marilene. E também é importantíssimo a gente ver os dados de como o desenvolvimento do estudante é um fator chave no combate à violência. Muitas vezes, a gente pensa num passo em frente – depois que a violência aconteceu, a gente pensa em como a gente pode punir ou coibir –, mas acho que esse componente traz um passo atrás, que é como a gente pode garantir que nossos jovens estão sendo desenvolvidos de maneira saudável, de maneira a avançar nessas habilidades que vão permitir que eles não cometam esses atos, em primeiro lugar.

Em segundo lugar, há o apoio à família e à comunidade local. Nós sabemos que a violência não existe dentro de uma bolha dentro da escola; talvez, o contrário seja verdade. Então, a escola é muito mais afetada pelo seu contexto do que o centro de que a violência emana. Então, a gente tratar a violência na escola como sendo um problema de violência na região e na comunidade é um aspecto fundamental para que a gente consiga identificar os pontos de melhoria nessa ação.

Também é muito forte a parte de normas sociais e das relações que promovam a igualdade. A gente sabe que muitas violências partem de preconceitos, partem de relações negativas, e, se a gente não afeta isso, a gente não consegue avançar com a pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também destacamos a formação de professores, para que eles sejam capazes de ser os mediadores desse conflito e sejam capazes de promover interações positivas.

Então, eu acho que, sempre que estivermos debatendo o que queremos para frente, precisamos olhar para esses quatro pilares, para desenvolver nossos planos de ação.

Nós acreditamos que uma ação em duas frentes seja mais adequada. Por quê? O problema de violência nas escolas é generalizado, mas existem escolas e alunos em que ele é mais específico, e a gente precisa dar tratamentos diferentes para essas duas ações.

Eu queria começar trazendo o que já está sendo feito de forma geral.

Um dos grandes avanços nesse debate foi a aprovação da Base Nacional Comum Curricular. Por quê? Porque a Base Nacional Comum Curricular traz, no seu cerne, o combate à violência como parte do processo de aprendizagem. Então, quando você olha as competências gerais, você vê que, das dez competências, duas são voltadas ao desenvolvimento das habilidades socioemocionais que permitiriam a redução da violência. Então, há o cuidado com a saúde física e emocional e o reconhecimento da diversidade. Eu acho que isso puxa muito o que o João falou: existem problemas emocionais e cognitivos que são decorrentes da violência, mas que também são causa da violência e também o exercício da empatia e do diálogo na resolução de conflitos. Se a gente forma esse aluno para ser um cidadão que consegue, primeiro, cuidar de si mesmo do ponto de vista emocional e, segundo, exercer com maestria a empatia e o diálogo, a gente já está trabalhando na raiz da violência tanto dentro da escola quanto quando esse aluno estiver formado.

A gente vê uma trilha formativa pedagógica que vai desde a educação infantil até o ensino médio, desenvolvendo essas duas habilidades gerais. Então, quando a gente olha para o ensino infantil, um dos pilares é o pilar de conviver, que tenta começar o estímulo da criança com aquilo que é diferente dela, sejam novas turmas, sejam novos colegas ou adultos. E a gente tem como objetivo de aprendizagem, que começa com os bebês com idade entre 0 ano a 1 ano e 6 meses, perceber como suas ações afetam as crianças e os adultos. Para as crianças com idade entre 1 ano e 7 meses e 3 anos e 11 meses, o objetivo é demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e com adultos. E, quando se chega ao final da educação infantil, buscamos a habilidade de demonstrar empatia pelos outros e de perceber o diferente, os diferentes sentimentos.

Quando a gente vai para o ensino fundamental, a gente vê que, nas linguagens, existe o objetivo de desnaturalizar qualquer tipo de violência nas sociedades contemporâneas e de evitar a agressividade e o fracasso escolar. Então, a gente vê que, desde os seis meses até o ensino fundamental, a violência é tratada como tema chave na base. E, quando se finaliza o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ensino médio, há a promoção do diálogo, do entendimento não violento entre os alunos e do combate aos estereótipos e à discriminação e a valorização da participação política e social, tentando criar um ambiente em que a divergência é resolvida com debate, e não com violência.

Então, a gente acredita que a base que foi integralmente aprovada no ano passado, com a etapa do ensino médio, e que, neste ano, está sendo implementada, a BNCC, vai ser uma das nossas grandes forças para garantir esse desenvolvimento integral pensado numa linha lógica que vai desde a educação infantil até o ensino médio.

Uma segunda linha de ação que já está acontecendo se dá dentro do Programa Saúde na Escola. Eu, às vezes, brinco que, quando um programa tem muito sucesso, a gente se esquece dele, e o Programa Saúde na Escola é um desses exemplos. Esse programa existe há mais de dez anos. Então, a gente já pode declarar que ele é um programa de Estado, não um programa de Governo. Ele nunca foi interrompido na sua execução. Atualmente, ele tem adesão voluntária, mas há mais de cinco mil Municípios inscritos, o que quer dizer que praticamente todo o Brasil está dentro desse programa.

E, das suas 12 frentes de atuação, duas são dedicadas exclusivamente ao combate à violência, que são a diretriz 7 e a diretriz 11: a prevenção de violências e acidentes e a promoção da cultura de paz, cidadania e direitos humanos. Isso, em particular, me remete muito ao projeto de lei que o Senador Flávio e a Profa. Marilene trouxeram aqui no começo das suas exposições. O projeto tenta fornecer essa assistência das equipes multidisciplinares, e eu vejo uma integração muito grande entre esse projeto e o Programa Saúde na Escola, que já vem tentando começar isso, é claro não com a força que tem um projeto de lei, pois é um programa, afinal. Mas eu imagino que uma expansão dessas duas ações dentro do que já existe, talvez, seja uma forma de garantir que isso chegue rápido à escola, porque parte de uma base que já existe e que é extremamente sólida, com um programa que vem acontecendo há bastante tempo.

Então, a atenção ao PSE e a sua efetiva execução são as diretrizes estratégicas para o biênio 2019-2020, que está começando agora. Isso vai ser também um aliado poderoso nessa execução.

Por último, destacamos as habilidades dos professores. Estamos iniciando, neste ano e principalmente no ano que vem, as formações para que os professores sejam capazes de fazer a implementação daquela trilha pedagógica, que eu mostrei, da Base Nacional Curricular Comum. A gente sabe que fazer um belo documento não será suficiente se os professores não estiverem formados e plenamente capacitados a trazer isso como realidade dentro da sala de aula. Então, uma das coisas que vai ser extremamente importante é dar essas habilidades para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o professor. A gente sabe que, nos cursos atuais de Licenciatura em Pedagogia, esse é um tema que, muitas vezes, falta. Como o professor, numa situação de violência, numa situação de comportamentos negativos, consegue interferir de maneira positiva e alterar isso dentro e fora da sala de aula? Então, a gente acredita que o foco nessa implementação pelo professor vai ser chave para a gente conseguir avançar nessa pauta.

Eu trouxe aqui três coisas que já estão iniciando ou que já estão em execução. Eu acho que, só porque está sendo feito, isso não é suficiente. A gente precisa de atenção, a gente precisa garantir uma melhora constante dessas ações. Mas também a gente traz um pouco dos estudos que a gente está realizando no Ministério para a melhoria desse tema.

Eu queria trazer, em particular, uma prática que está chegando com muita força aos nossos olhos, que é o BAM, abreviação de *Becoming a Man*. Esse projeto é particularmente interessante, primeiro porque ele trata exatamente da parte da psicologia e da parte de desenvolvimento das habilidades socioemocionais. Mas ele é particularmente relevante para a gente porque ele teve duas análises independentes feitas, uma em 2016 e em 2017 e outra anterior a esses anos, em que se mostra que houve 50% de redução de crimes violentos, 35% de redução nas detenções, 19% de aumento na quantidade de alunos que se formam na idade certa. O que isso quer dizer? Eles conseguiram pegar esses dados, atrelados com o sistema de saúde e atrelados com os dados da Polícia, para garantir que o que eles estavam fazendo está gerando resultado não só dentro da escola, mas também na comunidade. Falha-me a memória se há outra frente de ação que consiga obter resultados tão expressivos quanto aquele dos 50% de redução de crimes violentos em um curto período de tempo – acho que eles analisaram o projeto em mais ou menos três anos.

Como isso é feito? Como isso pode ser adaptado para o Brasil? Sobre como isso pode ser adaptado para o Brasil, eu vou deixar essa pergunta, porque a gente ainda não tem uma resposta. Mas é importante ver como isso está sendo executado, para a gente verificar quais são as forças e as fraquezas que a gente pode adaptar para a nossa realidade.

O programa acontece em rodas de discussão. Os adolescentes que são identificados como os mais propensos a comportamentos violentos são convidados a se juntar a essas rodas. A ideia do convite é muito interessante. O programa, na tradução para o português, se chamaria "Virando Homem". É um nome que tenta atrair a juventude. Se o nome do programa fosse "Tratamento de Adolescentes Problemáticos", acho que poucos adolescentes se sentiram convidados a participar. Então, uma das forças do programa é que ele não tenta coagir o jovem...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONARDO LAPA PEDREIRA – ... à atuação, mas sim convidá-lo para uma conversa de construção coletiva. Ele é feito com especialistas dessa área que eles chamam de *counseling*, que é área de aconselhamento, e eles conduzem durante um ano um ciclo formativo em que eles tentam, integrando teoria e prática, treinar nos jovens o controle de impulso, a autorregulação emocional, a elevação das aspirações para o futuro. A gente sabe que o projeto de vida é uma das coisas que impactam no propósito do aluno, e aqui a gente não está nem só falando da violência externa, mas da violência interna; então, ele é um programa que tem um impacto nas taxas de suicídio também, que a gente sabe que são muito altas. Esse ciclo tenta trazer esse senso de responsabilidade e de integridade para dentro dos alunos.

O Banco Mundial já está em conversa com três Estados para iniciarem uma implementação desse programa – se não me engano seriam São Paulo, Pernambuco e Ceará, mas não tenho certeza. Ele já ajudou outros países da América Latina a trazerem esse programa, e a gente está em conversa com eles, apesar de serem ainda estudos preliminares. Mas me alegra muito a gente estar trazendo o Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para a roda de debates, porque eu acho que casos como este mostram como essas intervenções de desenvolvimento do adolescente podem ser extremamente hábeis para a redução de violência.

Era isso o que eu queria trazer para vocês, e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Dr. Leonardo Pedreira, representante do MEC.

Só estou fazendo uma observação: *Becoming a Man*, mas poderia ser *Becoming a Woman*, ou *Becoming a Citizen* – "cidadão" – ou alguma coisa assim, porque *Becoming a Man* fica muito machista. (*Risos.*)

O SR. LEONARDO LAPA PEDREIRA – É que, no caso do *Becoming a Man*, o que eles identificaram? Que os homens são 90% dos executores da violência. Então, eles focaram esse programa para o público masculino. E eles têm um outro programa que se chama WOW (*Working on Womanhood*), ou "Trabalhando com as Mulheres", que foca particularmente no público feminino. Só que o objetivo do programa não é necessariamente a redução da violência, e eles tratam de alguns outros temas.

Então, existe uma diferenciação de gênero que eles identificaram como sendo positiva.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu passo, em primeiro lugar, a palavra ao Senador Confúcio Moura, que é o autor do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Nelsinho Trad vai querer falar na sequência.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Eu sou o último por ser mais novo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Por ser mais novo, tem menos direitos, então. (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – O Senador Izalci também...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – O Senador Styvenson sempre vem com essa história de mais novo. Alguma coisa tem aí, porque eu não sei se ele é tão mais novo assim, não... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É, tem que provar, não é?

Então, o Senador Confúcio Moura.

Eu quero só destacar: Nelsinho Trad, Renilde Bulhões, Styvenson, Izalci Lucas.

Aqui é perigoso a gente falar em "com menos direitos ou mais direitos", mas "o mais novo" também é uma coisa questionável.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – O mais moderno... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Então, o Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, senhores palestrantes, é com imensa satisfação que eu ouvi com muita atenção a todos os senhores e as senhoras, palestras realmente fantásticas, práticas, esclarecedoras.

Nós temos agora a grande função de multiplicar esses princípios, da maneira que, sendo possível, os Srs. Senadores e Deputados Federais, nos seus Estados, para que as escolas e os Prefeitos possam ir implementando essas ações simples, práticas, nas escolas. Entre elas, eu observei que a nossa Dra. Marilene apresenta uma proposta de implantação, nas escolas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de assistente social e psicólogo como essencial a essa composição do quadro de servidores na educação.

Hoje, o que nós podemos observar, Sra. Dra. Marilene, são as prefeituras com imensa dificuldade na contratação de gente por causa dos limites de pessoal. Então, nós teríamos que encontrar uma alternativa, até sem a lei aprovada, que pudesse ser de pronto, principalmente naquelas prefeituras que tivessem maior poder econômico, maior capacidade de contratação de serviços de terceiros. Como o Detran faz, os DETRANs fazem: contratam psicólogos ou assistentes sociais para a avaliação de motoristas e outros quadros mais que não pertencem obrigatoriamente ao quadro efetivo da autarquia.

Então, nós temos que criar soluções, neste Brasil hoje descompensado em suas finanças, em seus balanços fiscais, para implementarmos, mesmo na crise, na dificuldade, essas práticas saudáveis que a senhora apresenta aqui na sua pesquisa.

Outro assunto que a senhora destaca é que os alunos apontam que a principal atitude do diretor de escola, do Prefeito deve ser em relação à melhoria do ambiente escolar. Para que houvesse essa melhoria do ambiente escolar, teríamos que fazer uma reserva no Ministério da Educação, para este ano ou para o ano que vem, de um recurso descentralizado, para as escolas tipificadas como as mais necessitadas do País, para a implantação dessas reformas. Há Estados brasileiros que precisam urgentemente desses recursos para fazerem pequenas reformas em banheiros, em refeitórios, em quadras esportivas, para pintarem as escolas, fazerem jardinagem, enfim, recuperações e restaurações muito importantes.

A cultura da paz já vem de longe, longe, longe sendo discutida e proposta pela Unesco. Aqui no Brasil mesmo, eu vejo que há muitos livros sobre cultura da paz, da não violência, com palavras e vocabulário não violentos na escola. Nós devemos, efetivamente, colocar em exercício o que o Dr. João Marcelo Borges falou sobre as mediações de conflito: elas deveriam ser feitas não obrigatoriamente pelos professores, mas às vezes até pela comunidade, formando pequenos conselhos, entre aspas – a palavra não cabe –, "delegacias" internas, núcleos interessados que deixassem de lado a figura do diretor diretamente exposto ao conflito, que seria diluída talvez por alguns pais, mães, vizinhos capacitados para essa mediação de conflito escolar, e dessem àqueles alunos mais conflituosos, *grosso modo*, as orientações necessárias.

Aqui também o Dr. João Paulo colocou um tema fantástico: o estresse, o carregamento pós-traumático depois de qualquer manifestação, uma morte violenta, um espancamento violento, uma tragédia violenta, parece que há uma esparramação de uma onda estressante no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

meio, e grande parte dos alunos ficam com o rendimento escolar diminuído e sujeitos a práticas também de violências, devido ao estresse pós-traumático.

Dessa forma, como autor desta audiência pública, digo que ela me serve muito como embasamento, como conhecimento, para que a gente possa divulgar isso mais vezes. Eu quero – e vou anotar depois quem pode me dar esses materiais –, remeter aos Prefeitos do Estado de Rondônia, remeter ao Governador do Estado, ao Secretário de Educação do Estado, para que, com atitudes bem simples e sem grandes gastos, possam executar essas políticas preventivas desses desastres, dessas tragédias, como aconteceu em Suzano.

Suzano foi o ponto realmente de constrangimento e comoção nacional, que abalou todas as famílias. Todo mundo chorou profundamente por aquele desastre. Aquilo magoou a todos. Quem tem filho, quem tem avó, quem tem parente sentiu as dores daqueles pais. Como é que se mata uma criança, um adolescente sem causa justa, sem mais nem menos? Abalou o sentimento dos brasileiros e nos comoveu a todos.

Então, Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito. Não tenho pergunta específica a fazer a ninguém, porque eles foram muito claros nos aspectos. Apenas recomendamos à educação este item apresentado pela professora: que o ponto da pesquisa dela mais importante e reclamado são pequenas reformas no ambiente escolar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Confúcio Moura – que bom! –, autor do requerimento desta audiência pública tão boa.

Vamos fazer em blocos, para depois...

Senador Nelsinho Trad com a palavra

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para interpelar convidado.) – Queria agradecer a oportunidade de participar deste debate tão interessante.

Realmente eu sinto que o nosso País precisa ter um programa, um mecanismo para que nós possamos prevenir situações dessa natureza. Jamais poderia imaginar que uma tragédia como aquela que aconteceu no interior de São Paulo pudesse ter se repetido, porque já houve uma anteriormente, uns anos atrás. E eu entendo extremamente importante que devam partir aí do ministério incentivos a programas para nós podermos prevenir, coibir esse tipo de violência.

A questão aqui colocada da melhoria do ambiente escolar é fundamental.

Eu quero relatar aqui, meu querido colega, médico como eu, Senador Confúcio, e demais Senadores, uma experiência que a gente teve quando eu fui Prefeito de Campo Grande. Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sempre gosto de relatar as ações que a gente desenvolveu na educação. Nós criamos um programa lá, que até foi criativo porque o meu sobrenome é Trad e botaram Traje (Travessia do Jovem Estudante). Eram aqueles estudantes, alunos que perderam a oportunidade de se alfabetizar por questões diversas, atingiram uma idade de adolescência ou mesmo adulta e precisavam ser inseridos de novo para eles poderem ter essa chance. Aí nós formamos um ambiente só para esse tipo de pessoas já discriminadas, porque dificilmente alguém que já tem 12, 13, 14, 15 anos vai querer voltar para estudar com os menininhos que ele pega no colo – não vai. Então, a gente criou isso. Montamos um ambiente escolar todo adaptado para esse tipo de pessoas, alguns deles marginalizados pela sociedade não só por essa questão de não saber ler nem escrever, mas também pelo caminho que a vida os fez tomar. Organizamos um grupo de docentes, de professores, com capacitação, escolhemos a dedo uma diretora. Eu me lembro quando ela foi pela primeira vez lá. À tarde, eu estava na Prefeitura, e ela falou: "Mas, Prefeito, para onde o senhor foi me mandar?", assustada. Mas demos todo o suporte para que aquele pessoal pudesse prosperar – e prosperou.

Eu lembro muito bem que, quando o projeto foi sendo desenvolvido, a gente agregou a ele, a partir do instante em que eles saíssem dali já com algum conhecimento, com alguma formação, o Sistema S com cursos profissionalizantes, técnicos profissionalizantes, para essa turma, para esses jovens. E aquilo correu na cidade. A gente achou que ia fazer só com uma ou duas turmas, a gente não conseguiu mais parar porque sempre havia demanda, e realmente foi algo que passou pela melhoria do ambiente escolar – lembro que a gente organizou uma quadra poliesportiva para eles poderem fazer as suas atividades –, passou pela capacitação e valorização dos profissionais da educação que trabalhavam naquele local, envolvimento da Associação de Pais e Mestres – eles estavam envolvidos, acompanhando *pari passu* a evolução daqueles profissionais –, perspectiva de futuro, e alimentação de excelente qualidade. A gente fazia questão disso para que eles pudessem se sentir atraídos para poder aquele ambiente escolar ser a perspectiva de uma esperança de um mundo melhor para a vida deles. Uniformes, material escolar, passe do estudante gratuito, tudo isso a gente cedia.

Então, foi um projeto que deu certo, e eu tenho orgulho de falar isso. Até as pessoas que o criaram, os professores... A secretária de educação na época escreveu um trabalho sobre esse projeto, que é conhecido em nível do ministério. E digo a vocês: no final, para você ver como marca – eu que fui Prefeito de uma cidade que tem hoje quase 1 milhão de habitantes, havia mais de cem escolas sob o nosso comando –, eles fizeram uma formatura, uma solenidade parecida com aquele filme Ao Mestre com Carinho. Fizeram Ao Prefeito com Carinho. E isso me marcou profundamente. Eu não poderia deixar de relatar essa experiência que tive na nossa cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Nelsinho Trad o relato muito importante.

Passo a palavra à Senadora Renilde Bulhões.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Nós queremos também agradecer por tão importantes palestras.

E estou realmente assim muito feliz e emocionada, porque eu tenho formação médica, mas iniciei pelo magistério: eu ensinava de 5ª a 8ª série. Eu lembro muito bem que, no ano de 1972, 1973, quando eu ensinava numa escola pública estadual, grande parte dos alunos eram muito estudiosos, interessados. Fazíamos o planejamento juntos e eles estudavam para ir assistir à aula. E nós tínhamos que estudar muito mais, ler vários autores, para que não ficássemos em situação difícil. Tínhamos alunos também pobres, e todos conviviam em harmonia. Nunca a gente teve problema nenhum, em sala de aula, com alunos.

Eu acho que o que falta muito também, fora todos esses fatores citados, de estrutura física, que é muito importante, formação, convivência dos alunos, orientação... Mas hoje eu acompanho de perto a educação, porque também fui Prefeita por dois mandatos na minha cidade do interior e a gente pôde conseguir vários avanços na educação. Atualmente eu faço parte, porque meu esposo é Prefeito também, e ele sempre me entregou a Secretaria de Educação, para orientar, para estar perto, para resolver os problemas.

E o que eu sinto hoje é o despreparo dos professores. Então, eu acho que a gente tinha que pensar em programas, pensar em incentivos para que os professores realmente fossem preparados em todos os aspectos, não só na parte de conhecimento, mas principalmente em relacionamento, em como tratar o aluno.

Eu sempre primei pelo bom convívio. Então, tínhamos colegas professores que tinham sérios problemas com os alunos, os mesmos alunos que eu também ensinava, e eu nunca tive problema. A ponto de a gente chegar, no conselho de classe, para dar o conceito do aluno e uma das vezes eu até ter brigado com o professor de matemática, porque não era possível que aquele aluno fosse daquele jeito. "Não, eu vou dar um quatro". Eu disse: "Mas por quê?". Aí ele foi diminuindo a nota e eu aumentando a nota do aluno. Mas porque realmente eu acho que depende muito do professor, daquele que está diante dos alunos.

A gente tem a grata satisfação de encontrar colegas médicos hoje dizendo: "Professora, a senhora foi quem me orientou na vida. Foi o seu exemplo que eu segui, e hoje eu sou um bom

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

profissional". Então, são os professores que devem ser muito trabalhados. É claro que a sociedade, o entorno, a família, tudo é muito importante!

Escutando sobre a importância da equipe multidisciplinar... Eu até comentei aqui com o nosso Senador Confúcio que nós estamos mudando a Secretária de Educação, e a primeira exigência dela foi contratar um psicólogo ou um assistente social para que formasse a equipe e a orientasse, ficasse no nível central a orientando. Meu Município tem menos de 50 mil habitantes; há 39 escolas municipais. Mas eu acho que a gente deve levar para os prefeitos e para os governadores todo esse contexto da atual educação, o pensamento de vocês, a sua visão. Não é o pensamento, mas a certeza, pois vocês citaram pesquisas. Não é nada de achar ou ver. Nós devemos levar isso também para as nossas universidades, para os cursos de Pedagogia, para que haja, talvez, uma nova matéria ou alguma coisa que realmente prepare melhor os professores.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Parabéns, Senadora Renilde Bulhões!

Quero dizer aos que nos acompanham pelos meios de comunicação que as observações e perguntas que chegaram eu já as distribuí para a Mesa. Eu lembro algumas rapidamente: "É necessário o controle de entrada nas escolas, um segurança em cada escola, uma polícia militar ativa nas escolas. Não seria essa a solução?"; "A patrulha escolar executada pela Brigada Militar no Município de Ivoti-RS tem surtido efeito, inibindo muitas contravenções"; "Segurança na escola é necessário, antes de novos ataques"; "Escolas não estão preparadas para esse tipo de ocorrência, e, principalmente, não há controle de acesso de quem entra e sai da instituição" – essa última afirmação vem de Mato Grosso.

De Minas Gerais: "Famílias e escolas trabalhando por uma cultura de paz!".

De Mato Grosso do Sul: "É viável financeiramente controlar os acessos individuais e coletivos às escolas através de tecnologias de reconhecimento e identificação?".

Do Paraná: "Maior apoio policial e maior rigidez, além de monitoramento nas escolas, ajudarão com certeza".

Eu queria propor aos Senadores e à Senadora Renilde que a gente pudesse continuar as falas. Depois, eu passo a palavra. Está indo tão bem! Cada um está dando um testemunho, uma contribuição. Não existe conflito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu passo, em seguida, a palavra ao mais jovem. Não sei se é o mais jovem. Acho que não é o mais jovem.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – O mais forte ele é!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É o mais forte, com certeza.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas aí eu tenho de explicar para o Marcos do Val que os antigos aqui pediram a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É só para saber por que estou falando desse jeito.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Já que o tema trata de segurança nas escolas e que a gente está falando de uma permissão, isto aqui não é só de militar, não, esta é uma coisa que eu aprendi na minha vida: dar permissão aos mais velhos, dar a cadeira às mulheres grávidas. É essa a educação que está faltando.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O Senador Styvenson tem a palavra, então.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Está bom! Obrigado.

Eu não peguei a palavra toda da Dra. Marilene, a professora, e dos demais. Vi a preocupação com alguns estudos, com algumas hipóteses e com algumas teorias que ainda não têm aplicabilidade nem resultados. Ouvi agora as afirmações. As pessoas, muitas vezes... "Coloque a polícia!"

Eu preciso agradecer ao senhor por esta audiência, Senador Confúcio, tão preocupado com a educação, como todos os Senadores que estão aqui. Ele queria que eu falasse primeiro, porque fiz um trabalho particular no Rio Grande do Norte, numa escola de periferia, que virou uma referência no Estado no combate à violência escolar. Eu estava dizendo a ele que foi o remédio. Já está doente, e a gente controla lá, mas, se o senhor parar para pensar, Senador Confúcio, que o aluno passa ali cinco horas... Vamos dizer que passe quatro horas, no máximo, dentro de uma escola militar, por dentro da regra, obediente. Ele vai retornar para onde? Para a sociedade. Eu penso que, se ele conseguisse absorver todos esses conhecimentos, todos esses aprendizados, toda essa disciplina, essa ordem dentro da escola, isso seria bom, mas, na verdade, o que mais me chamou a atenção foi quando o senhor falou do estudo da violência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como policial, eu vivia a violência, eu respirava a violência, eu combatia a violência e, por muitas vezes, não percebia o quanto estava violento. Eu estava inserido na violência, sem perceber o quanto estava violento. Quando eu falo aqui, muitas vezes, que a gente está procurando um paliativo, sei lá, buscando uma solução para isso que está aqui hoje... A Profa. Noilde, quando diz que as escolas têm que ser boas... Isso é básico. A alimentação? Ótima. Isso deveria haver, mas não há, e começa aí a primeira violência contra o aluno.

Segundo: sempre que vou a uma escola, procuro ver a ficha de matrícula, de inscrição do aluno. Só há os dados de pai e mãe, e acabou. A gente não tem nenhum estudo aprofundado do familiar: se está preso o pai; ou, se foi morto, de que forma foi morto; qual é a profissão da mãe; se ela realmente está trabalhando... Qual é o estudo social daquela criança? Porque aquela criança, quando inserida dentro de um ambiente escolar, traz uma carga de violência do meio em que ela vive, da comunidade. Por que ela é violenta na comunidade? Ela vê mutilações, ela vê tiroteio, ela vê a polícia agredindo... Por que aquelas pessoas têm tanta raiva de polícia, Marcos do Val? Por que eles têm raiva do Estado? Por que eles têm raiva da instituição? Por que eles têm raiva de quem os obriga ou manda neles?

Então, já que o senhor está falando pelo MEC de exemplos bons e que trouxeram a conversa, a autoestima, a previsão de futuro... Desde 2008, se não me engano, foram aplicadas técnicas de meditação em presídios em lugares violentíssimos, como a Índia, que reduziram...

Se o aluno vem acelerado no meio da comunidade, se está havendo problemas na estrutura familiar – e eu não culpo só o professor, Senadora. Na verdade, eu culpo o ambiente todo, iniciando pela família. Por isso que eu disse que não há um estudo sobre a família. Quem é aquela criança?

É interessante que as crianças que havia na escola, Senador Confúcio, os que não se concentravam – que hoje dizem ser os hiperativos, com TDH –, o menino que não parava quieto, elétrico... Fiquei sabendo que a maioria teve mães que fizeram uso de drogas durante a gravidez. A mãe, querendo ou não, teve algum problema durante a gravidez, algum tipo de alteração, e passou para aquela criança. E eu soube por acaso, durante uma conversa com a mãe.

Quando eu fui colocar o exame toxicológico nas crianças na escola não para descobrir quem estaria usando drogas e também para descobrir, para poder tratar deles e coibir que eles usem drogas, porque estão sendo fiscalizados, a mãe perguntou: "Eu usei drogas durante a gravidez. Será que vai acusar no garoto ou na garota?" Aí eu entendi por que o garoto tinha problema de concentração, não queria obedecer... Junta todo um contexto, uma gravidez, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

contexto familiar... Essa mesma mãe disse: "Graças a Deus que o pai dele está preso!" Aí você o coloca dentro de uma escola para a professora educar?

Voltando aos sistemas aplicados em presídios... Quando eu falo em presídio, não estou dizendo que a escola é um presídio, mas, se deu resultado dentro de presídios com um volume três vezes maior do que o do Carandiru, como aconteceu na Índia, como aconteceu na Argentina... E a prática do silêncio, do ficar parado, do meditar trouxe resultados em presídios e diminuiu as rebeliões e a violência. Essa poderia ser uma hipótese.

Eu conheci um sistema indiano, o Senador Girão me levou para conhecer... Ele foi conhecer a Escola Maria Ilka, no Rio Grande do norte, que foi uma escola praticamente compartilhada com policiais e comunidade, e eu vi a prática desse... O resultado foi bom. Não é preciso ir muito longe, Leonardo. Está ali bem pertinho e com resultados bons. Se a gente conseguir trazer todos os resultados bons e colocá-los num ambiente só...

Só não pode ser – para encerrar, porque eu vou a outra Comissão – com expulsão do aluno, porque você transfere o problema para a sociedade. O aluno não deu certo, é danado demais, expulsam-no. Aí ele vai passando de colégio em colégio sempre. Ninguém o corrigiu. Aí ele vai voltar para a sociedade. Como? Incorrigível, sem obedecer ninguém, indisciplinado. E o pior: consumista, querendo ter as coisas. E, sem educação, porque a evasão é grande, como ele vai conseguir? Não consegue. Vai ter que roubar, assaltar, traficar... Aí vem o ciclo da segurança pública desde a gravidez, desde quando passou pela mãe, desde uma escola que não corrigiu. Outra coisa: qual é o aluno que hoje quer ficar numa escola ruim? Agora, se for uma escola realmente boa, com alimentação boa, que o acolha e lhe dê atenção e tenha tudo isso, ele realmente vai fazer questão de ficar na escola. Aí, sim, seria uma pena, uma punição expulsar o aluno.

Mas hoje praticamente a gente aprende desde criança... Diferentemente do que eu aprendi, de respeitar as pessoas com mais idade que eu, as mulheres, eu aprendi isso a minha vida toda. Isso foi educação. E ficava fácil para a professora dar a aula dela de matemática, de português, de história, de o que fosse, porque eu estava lá sentado, respeitando-a. Então, é um problema bem maior.

Eu dei só uma sugestão que foi aplicada em presídios. Depois, eu fui conhecer essas escolas no Ceará e vi o resultado nas crianças, que, em vez de castigo, ficam dez minutos meditando sobre o problema. É aquele cantinho do pensamento que havia antigamente. Mas aí seria outra técnica.

Qualificar os professores, ter escolas boas, tudo isso é natural. Agora, não adianta você ter toda essa estrutura se o aluno não vem de uma sociedade sadia, mas sim de uma como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nossa, uma sociedade violenta... Volto a dizer dos problemas neuropsicológicos que estão ocorrendo, e não é com punição e cadeia que eles serão corrigidos. E esses problemas vão ficando maiores. Sai de 12, 13, 14, 15 até chegar aos 18 anos.

Eu deixo aqui essa técnica que eu coloquei, já que o senhor falou, e que poderia ser também uma hipótese colocar também esse trabalho.

Eu vim de um modelo de escola militar em que colocaram a ordem e a disciplina. Realmente, os garotos com cabelo cortado, farda, em pé, perfilados, cantando o hino. Posto várias vezes os vídeos deles cantando. Não há problema nenhum em cantar o hino nacional. Deveria estar proibido colocá-los dançando *funk*. Nada contra o *funk*, mas colocar de forma pejorativa e lasciva a criança ou o adolescente? Aí eu vejo problema. Nada contra o *funk* para adulto, mas, para criança, eu vejo problema – para não dizer que eu sou preconceituoso contra a cultura de alguém.

Então, se conseguir juntar a questão da ordem e a da disciplina com esse acolhimento, com meditação, eu acho que poderia ser uma pequena solução, porque ainda há a sociedade como um todo. Ele vai voltar para casa, ele vai voltar para a comunidade andando.

O Izalci pediu para perguntar porque foi dito aqui... Pelo menos ele disse para mim que só se fala de escola pública. Há violência em escolas particulares? Então, a violência não é inerente à pobreza. A violência não é inerente só à periferia, à favela. Ele estava comentando comigo, e acho que a pergunta dele era essa.

Obrigado.

Só para lembrar da meditação nas escolas.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Agradeço ao Senador Styvenson e passo a palavra ao Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para interpelar convidado.) – Bom dia a todos.

Obrigado ao Presidente. Quero dar os parabéns pela iniciativa da audiência.

Está se falando muito sobre os alunos, sobre a escola, e eu queria que a gente pudesse agora ir a outro ambiente para lidar com problemas como esse, um ambiente em que eu trabalhei durante 20 anos, que é a área da segurança pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós tivemos, nos Estados Unidos, o primeiro caso de atirador – a gente chama de atirador ativo – em Columbine, 20 anos atrás. Depois desse fato, esses dois alunos, também ao final, se mataram, e, nos Estados Unidos, aumentou-se a frequência de ações como essa.

Convivendo por 20 anos com esse tipo de ação, que chamamos de atirador ativo, chegou-se a algumas conclusões. Inclusive, eu tenho levado alguns policiais aos Estados Unidos para fazer alguns treinamentos para conseguir neutralizar esses atiradores.

Primeiro, em Columbine, a própria unidade de elite americana, que é a SWAT, entendeu que não tinha tempo hábil de chegar até a escola e conseguir neutralizar os atiradores. Então, mesmo com toda a preparação e equipamentos especiais que eles tinham – SWAT significa armas e táticas especiais –, eles verificaram que não conseguiam chegar a tempo de minimizar a tragédia. E eles começaram, então, a repassar os seus conhecimentos para os policias da região.

Houve outros ataques, outros massacres, e eles entenderam que os policiais da região também não conseguiam chegar a tempo para minimizar a tragédia, porque é questão de tempo: quanto mais tempo, mais mortes.

Eles conseguiram identificar e treinar, então, os vigilantes das escolas – treinar na técnica de neutralização, de neutralizar o atirador. Neutralizar, na nossa linguagem, seria matar o atirador.

Também entenderam que eram zonas neutras. Todas as zonas em que esses atiradores entravam para fazer um massacre eram zonas neutras, em que era proibido pessoas armadas estar ali dentro. A grande maioria era de escolas, shoppings, cinemas, e alguns Estados mudaram a legislação por conta disso.

A gente teve o caso de Realengo, no Rio de Janeiro, e de Suzano, em São Paulo. Logo após o caso de Suzano, várias unidades policiais de inteligência do País identificaram que isso iria acontecer em outras cidades também, por conta da onda. Espalha-se a notícia, as pessoas veem que houve notoriedade e querem entrar na mesma fama – vamos dizer assim. São pessoas com distúrbios mentais. Acho que sobre isso a doutora pode falar com mais propriedade, não eu.

Então, quando eles chegaram a essa conclusão, o que eles fizeram? O Parlamento da Flórida, agora em maio, permitiu que os professores que fossem voluntários de um projeto chamado Guardião, e que passassem por um treinamento de 144 horas – se aprovados nesse treinamento e submetidos a uma comissão de psiquiatras –, pudessem estar armados em sala de aula para fazer a primeira intervenção. A gente chama isso de *first respond*, que é a primeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ação. Outros Estados, como o Texas, também permitiram os professores estarem armados e permitiram até alunos estarem armados em sala de aula.

Dentro desse cenário de um país que já vive esse problema há muitos anos, eles entenderam que a instrução também tem de ser específica para que o policial possa entrar naquela instituição escolar com segurança, identificar quem é o atirador – porque está todo mundo em pânico, todos são adolescentes na mesma faixa etária praticamente –, saber quem é, de onde está vindo, se proteger e conseguir efetivar a neutralização, como os policiais de São Paulo fizeram.

A minha pergunta é: qual é o pensamento de vocês a respeito de estarmos num momento de liberação da posse e de facilitação no porte? O que vocês pensam sobre ações como esta de professores ou até mesmo vigilantes estarem armados em sala de aula?

Eu tenho a minha opinião – são 20 anos em que eu trabalho com isso –, mas eu gostaria de ouvir a opinião de vocês.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Passamos à última pessoa inscrita, o Senador Alessandro Vieira, e aí eu passo à Mesa para... Eu acho que estão anotando também. Essa é uma pergunta, de fato, bastante específica, mas, no geral, foram comentários... Eu acho que dá para depois abordá-los de uma maneira... Não é, Dra. Marilene?

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, obrigado pelo espaço. Senhores palestrantes, agradeço pela presença de vocês e pelo conteúdo.

Primeiro, de pronto, deixo assinalada e materializada a minha rejeição ao projeto de armar alunos e professores. Acho que não vamos ter aí solução para nenhum tipo de problemas que nós temos, mas apenas perifericamente.

Gostaria de questionar o Leonardo, representante do Ministério da Educação, sob o ponto de vista de projetos concretos para a redução do fenômeno da violência nas escolas. O que, efetivamente, o Governo pretende fazer nessa seara? O que nós temos desenhado para fazer isso? E, se for possível, a motivação...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje *A Folha de S.Paulo* apresenta matéria de que o Ministério abandonou o chamado pacto pelos direitos humanos das universidades superiores após o investimento superior a R$1 milhão. Era uma plataforma conjunta para a produção de conteúdo de universidades focadas na redução de violência e casos de abuso e discriminação no ambiente escolar. Isso foi descontinuado. O que vai entrar no lugar desse projeto? Essa é a pergunta que apresentamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem! Agradeço.

Eu até quero solicitar à assessoria da Comissão de Educação, já que nós temos também as notas da comissão, que organizasse as perguntas, para que possa haver o desdobramento desta audiência pública. É exatamente o que o Senador Alessandro Vieira está colocando: como transformar tudo isso em políticas públicas, com o apoio de todos os que aí se colocaram também?

O Senador Wellington Fagundes chegou agora. Só faltaria um, mas ele está pedindo a palavra também, com alegria, com prazer. Ele é membro efetivo da Comissão, sempre presente aqui.

Eu ia passar a palavra para a Mesa, mas, antes, eu passo a palavra a V. Exa., para que também se posicione.

Depois, eles fazem um apanhado geral.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Presidente Flávio Arns.

Todos que aqui estão presentes, nossos companheiros Senadores, quero dizer que apresentei um projeto de lei que trata exatamente da segurança escolar. O objetivo é assegurar a integridade física e emocional dos estudantes e profissionais da educação. As medidas básicas sugeridas nesse projeto são, primeiro, o controle de entrada e saída de pessoas nas escolas por meio de recursos tecnológicos que a instituição julgar mais convenientes e adequados à sua realidade; em segundo lugar, o desenvolvimento de instruções de procedimento sobre segurança voltadas para toda a comunidade escolar, incluindo o aluno, dirigentes, docentes e demais funcionários dos estabelecimentos de ensino; e também o planejamento e a implementação de simulações de emergência para a comunidade escolar. Esse é basicamente o projeto. Eu vou deixar a cópia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero aqui fazer algumas perguntas em cima disso: quais são os maiores entraves para a ação intersetorial no combate à violência no meio escolar? Quais sugestões podem ser oferecidas para enfrentar esses entraves?

Problemas de falta de segurança no ambiente escolar têm sido registrados em diversos países, e a imprensa dá ampla cobertura a tragédias nas quais alunos, ex-alunos, funcionários e ex-funcionários praticam atos bárbaros contra membros da comunidade escolar. Assim, quero perguntar: quais as particularidades do fenômeno da violência escolar em nosso País? Como explicar que, em alguns países, esses acontecimentos se repetem com alguma frequência e que, em outros com traços culturais semelhantes, não existem registros de ocorrências dessa natureza? Há algo na legislação desses países que explique tal distinção? Eu não falo aqui, mas eu gostaria que fosse feito algum comentário também em cima do que é colocado nas mídias, na televisão: na visão de vocês, como isso estimula ou até ajuda a esclarecer o assunto?

Mais ainda, a gente percebe que, quando há uma participação efetiva da comunidade, de pais e de alunos na integração da educação, isso melhora muito. O que o País está fazendo? O que está sendo feito, principalmente quanto às exigências por parte do MEC nesse trabalho?

A gente percebe muito que os pais têm entendido que a educação é de responsabilidade das escolas: "Se eu tenho um problema aqui, eu ponho meu filho na escola, e eles vão cuidar da educação do meu filho". E se sabe que o papel da escola é ensinar, e não educar; educar é papel da família.

Por isso, entendo, apesar de não ser especialista na área, que, quanto mais a gente envolve a comunidade, a Associação de Pais e Mestres, para tratar da compra da merenda escolar, da decisão sobre limpeza e conservação da escola, dos mutirões, que, pelo que parece, foram muito abandonados também... O mutirão era uma prática muito presente no passado. Como está isso hoje? Na verdade, eu gostaria de uma avaliação, para saber se isso, realmente, estatisticamente, tem resultado tanto na diminuição da violência como também... Quando a gente vê uma escola depredada, isso é uma violência. Às vezes, uma escola acabou de ser reformada e está bonita, mas, três meses depois, está toda depredada.

Então, eu gostaria de ouvir comentários nessa linha.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Wellington Fagundes.

Quero esclarecer para os Senadores e para as Senadoras que, daqui a pouco, teremos também uma reunião deliberativa, com uma pauta de projetos não terminativos e terminativos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de requerimentos. Então, eu pediria depois a presença, para garantir o quórum, que está muito bom para o debate desse tema.

Vou passar, então, a palavra, em primeiro lugar, para a Dra. Marilene, na sequência.

Podemos sintetizar, porque a ideia também é a de que nós não terminemos esse assunto nesta audiência pública, é a de que tenhamos todos os dados apresentados, que, aliás, são muito interessantes, e possamos organizar todas as perguntas, Senador Confúcio – V. Exa. é o autor do requerimento –, e todos esses dados, para que possamos fazer uma reunião aqui para verificar como transformar isso em propostas, em sugestões, em encaminhamentos, para não ficarmos só neste debate. Há uma pesquisa muito bonita das universidades e da organização Todos pela Educação, e há a disposição do Ministério em atuar, inclusive, com sugestões.

Então, a partir daí, reunimos esses elementos todos e pensamos no que fazer. Pode ser assim? Senão, daremos a impressão de que... Não quero dar essa impressão para o público em geral, que pode dizer: "E, agora, vão fazer o quê, afinal de contas, depois de todo esse debate?" E, na verdade, este debate é muito bom.

Então, concedo a palavra à Dra. Marilene.

A SRA. MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA – Bom...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A Senadora está fazendo aqui uma observação. Eu gostaria até que ela colocasse isso depois.

Eu usei muito a terminologia "escolarizar a educação". Eu gostaria, inclusive, que os técnicos pudessem explicar um pouco, em público, o que entendem por escolarizar a educação, até nesta linha: de quem é a responsabilidade do ensino, de quem é a responsabilidade da educação?

Não sei se a Senadora gostaria de fazer essa observação.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Vamos deixar que ela fale. Depois, então, eu falo. Eu nem estava inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso!

Com a palavra a Dra. Marilene.

Senador Wellington, a gente lhe agradece também novamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA – Eu também gostaria muito de agradecer todas as inserções e falas dos Senadores e da Senadora que estava aqui e também as perguntas que chegaram pelo portal e-Cidadania, porque acho que elas trazem elementos muito importantes para esta reflexão. Creio que esse é o início de um grande processo, do debate e, ao mesmo tempo, de propostas de políticas públicas para essa situação.

Como eu comentei no início, eu estou participando de uma das equipes que estão em Suzano, que é a equipe do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, dando apoio psicológico, junto com a Defensoria Pública, com as universidades estaduais paulistas, com o Conselho Regional de Psicologia, coordenados pela Secretaria Estadual de Educação, também com a participação da Secretaria da Justiça.

O que nós estamos vendo a partir desse momento, que foi um momento de ruptura? O fato de Suzano, embora tenha havido o de Realengo antes, trouxe um ato disruptivo para a sociedade. O nosso Senador Confúcio trouxe essa discussão no início da sua fala. Esse ato disruptivo, diferentemente do que se imaginava antes, de que a questão da segurança é uma questão apenas de quem entra na escola e de quem sai da escola, tem de ser pensado em outra esfera, que é a esfera das redes sociais. O que se apurou até o momento é que esses jovens que lá estavam planejaram por um ano essa ação. Eles planejaram isso dentro de um grupo na internet, de jovens, que organiza ações dessa natureza em vários outros lugares. Eles tinham como objetivo superar Columbine em número de mortos. Era um jovem de 17 anos que nunca tinha pegado uma arma antes e que nem ao Exército foi. Ele foi treinado para fazer isso. Ele foi a uma escola para ser treinado. Ele obteve a arma.

Ou seja, a questão hoje está em outra esfera, não está mais na esfera apenas do espaço de convivência dentro da escola, mas está no espaço de convivência da sociedade. Então, como é que nós vamos pensar em ações nesse espaço de esfera da sociedade que se materializam na escola? A pergunta que a gente sempre faz é: por que na escola? Por que isso não acontece em outros espaços da sociedade? Por que a escola é sempre a mais querida? No ano passado, as notícias que nós tivemos, por conta de Suzano, são as de que em torno de 80 atentados aconteceram nos Estados Unidos em escolas. Eles não são divulgados para não incentivar mais ações desse tipo.

Então, nós estamos num momento em que nós precisamos recuperar os valores da convivência, seja na educação, seja na sociedade. Acho que esse é um projeto para a educação, é um projeto para a sociedade. Nós temos hoje o Estatuto da Juventude, nós temos legislações das mais variadas esferas já presentes. Agora, o que nós podemos fazer do ponto de vista de articular essas ações e essas efetivas conquistas sociais que nós temos para implementar projetos na educação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos de recuperar a escola como esse espaço de convivência, como esse espaço educativo, não um espaço de criminalização. Acho que este é o ponto fundamental: a escola é um espaço educativo. Então, indisciplina precisa continuar sendo trada como indisciplina, e não como ato infracional. Nós estamos mudando o foco: em vez de tratarmos como algo indisciplinar...

Existia, nas nossas gerações, aquele livro de ocorrências da escola: colocava-se o aluno lá, chamava-se o pai para uma conversa etc. Esse diálogo em que os alunos falam, os pais falam... Na pesquisa que nós fizemos, com mais de 1.500 participantes, no Brasil inteiro, todos querem o diálogo. Então, nós temos que criar a construção e as possibilidades de esse diálogo acontecer no interior dos espaços educacionais. Esse diálogo vai existir na medida em que criarmos projetos para isso.

Uma das preocupações que nós temos é de não trazer a clínica para dentro da escola. Por quê? Porque nós não estamos ali tratando de questões clínicas, de questões patológicas. Isso nós vamos tratar no campo da saúde. Nós vamos atender essas pessoas e acompanhá-las, como estamos fazendo com as pessoas de Suzano. Elas foram afetadas intensamente, como o estudante que teve a arma colocada em sua cabeça, mas falhou. E ele está vivo, mas há a culpa de estar vivo e não ter sido também morto, como os colegas. Ou aqueles como a namorada do que matou, ou o melhor amigo. Então, precisamos trabalhar nessa direção.

As várias propostas que foram apresentadas aqui são muito importantes, desde a proposta da Senadora Renilde sobre a formação dos professores nas licenciaturas até as ações em relação às equipes multiprofissionais, melhoria do espaço físico, a questão até da meditação, não é? Das práticas que podemos ter dentro da escola.

Com relação às escolas particulares, nós quase não fazemos pesquisas nas escolas particulares porque temos muita dificuldade de entrar nas escolas particulares, de sermos autorizados a fazer pesquisa nas escolas particulares. Então, esse é um desafio também para a sociedade: que nós possamos realizar pesquisa nessas escolas.

Eu fecho, por conta do nosso tempo, considerando que a escola precisa recuperar esse espaço educativo que tem. Que a indisciplina volte a se chamar indisciplina e não ato infracional. Que os espaços de convivência sejam construídos a cada dia. E nós temos ações e podemos construir mais políticas ainda expressivas e específicas para essas contribuições, no sentido de melhorarmos a convivência na escola e não termos mais essas situações tão dramáticas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARILENE PROENÇA REBELLO DE SOUZA – ... que nós temos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero agradecer de novo a Dra. Marilene e quero dizer que a pesquisa apresentada é muito interessante, muito boa. E vamos continuar, como eu sugeri antes, conversando. E precisamos do apoio.

Passo a palavra ao Dr. João Marcelo Borges, do Todos pela Educação.

O SR. JOÃO MARCELO BORGES – Bom, Senador, Presidente, obrigado, novamente. Acho que já são vários comentários. Eu tentarei pincelar algumas das coisas que a gente ouviu e desde logo me colocar e colocar o Todos pela Educação à disposição da Comissão e de todos os Senadores aqui presentes, para seguir nesse diálogo e – também mais que o diálogo – na construção de soluções.

O Todos pela Educação inclusive é membro do Conselho Consultivo da Frente Parlamentar Mista da Educação. Então, a gente está regularmente aqui dentro do Congresso e fica à disposição para trabalhar nesses pontos.

Eu vou tentar citar alguns temas. Por exemplo, o Senador Nelsinho Trad citou uma experiência típica de política intersetorial, em que a escola tem uma função, mas o setor produtivo tem outra, o Sistema S tem outra, quer dizer... E você começa a construir oportunidades a partir da certeza de que os alunos têm capacidades. Um dos elementos que mais faz falta no nosso sistema educacional é lembrar que todos os alunos têm altas potencialidades.

Eu passei anos trabalhando no Banco Interamericano de Desenvolvimento, na área de educação, e o primeiro ponto na nossa estratégia setorial era que os professores têm que ter altas expectativas sobre os alunos, porque se os professores não tiverem, os pais não tiverem, dificilmente a gente vai conseguir alguma coisa.

Em relação ao preparo dos professores, eu queria chamar atenção para uma das prioridades que o Todos pela Educação elenca, no seu documento *Educação Já*, que é um conjunto de sete temas prioritários para o País; um deles é a valorização da carreira docente desde a formação até a remuneração, e há, em particular... Na semana passada, a gente esteve no MEC conversando com a Secretaria de Educação Básica. Há um tema essencial em que vai ter papel não só o Congresso Nacional, mas o Ministério e o Conselho Nacional de Educação, e, obviamente, toda comunidade educacional, que é um marco nacional de competências docentes. Nós estamos chamando assim pela falta de um melhor nome. É uma base nacional da formação docente. É um documento que o MEC enviou ao Conselho Nacional de Educação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

no final do ano passado. Foi retornado e agora está sendo... Isso será debatido no âmbito do Conselho Nacional.

Isso é essencial, porque hoje no Brasil nós não sabemos que competência queremos dos professores. Se eu não sei que competência eu exijo, País afora, para os professores de educação básica, eu não tenho como responsabilizar o professor por "a", "b", "c", "d" ou "e". Eu quero que um professor seja capaz de identificar alunos com sinais de algum tipo de agravo psicológico? Se eu quiser... E eu não estou aqui defendendo que caiba ao professor, mas se eu quiser, se a gente achar que isso cabe ao professor... Eu tenho dúvida se cabe, eu acho que na linha da Dra. Marilene... Mas nós precisamos dizer isso em algum lugar e regulamentar, porque daí que sairá a formação inicial, daí que sairão os programas de formação continuada e também os mecanismos de incentivo.

Eu acho que o tema do Senador Styvenson, de meditação, já está acontecendo no Brasil, da creche ao ensino médio. A gente tem experiências Brasil afora. Eu acho que esse, como vários outros... Como o BAM, que foi citado aqui, bem como o Leonardo podem ser úteis.

Tenho muitas dúvidas, Senador Marcos do Val, sobre armar professores. Eu confesso aqui e digo isso muito abertamente. A gente não tem... Seria muito fácil eu dizer que somos absolutamente contra, mas eu não tenho nenhuma evidência para dizer "a" ou "b". Eu vou só reiterar o que V. Exa. falou. Em algum momento a Swat descobriu que não tem tempo para neutralizar. Depois, os policiais locais descobriram que eles tampouco têm tempo; os vigilantes tampouco têm tempo. Pode ser que a gente descubra que os professores tampouco têm tempo e a gente queira armar todos os alunos. Causa-me no mínimo preocupação um cenário em que todo mundo, dentro de uma escola, esteja armado.

A gente tem inúmeros espaços, dentro do Brasil – eu vou ficar só no Brasil, para citar –, a gente tem inúmeros espaços com muito policiamento armado e altos índices de violência. Eu vou citar só os estádios brasileiros de futebol. Só para ficar no Brasil. A gente tem policiamento no entorno, dentro, e tem muita violência.

Eu não sei se essa correlação... Aliás, eu sei que a correlação mais armas na rua, mais violência, está estabelecida na ciência. Não há nenhuma dúvida sobre isso em termos de evidências internacionais. Agora, isso não quer dizer que mais armas em alguns lugares, com alguns profissionais capacitados para isso, não gere resultados. E aí eu acho que esse debate precisa acontecer. No mínimo, esse é um tema que precisa ser acompanhado, com a experiência da Flórida e do Texas, para a gente entender os resultados.

Terminando, o Senador Wellington Fagundes apresenta vários temas que eu acho que são centrais. Eu vou tocar em alguns, Senador, porque as perguntas que o senhor faz dão para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

várias audiências públicas e eu não tenho resposta para todas, longe de mim! Mas vou citar três pontos que considero essenciais e voltarei aos comentários do Senador Confúcio Moura.

Primeiro, que entraves a gente tem para políticas intersetoriais? Acho que são múltiplos. Eu trabalhei muito com isso em outros momentos. O primeiro deles é o orçamento, que está distribuído, compartimentalizado. Então, se eu quero trabalhar com a Secretaria de Saúde, num Estado, num Município, para que a Secretaria de Saúde seja responsável pelo acompanhamento dos alunos de uma escola, eu não consigo fazer um contrato junto com a educação; a Secretaria de Saúde tem que fazer o seu e a Secretaria de Educação tem que fazer o seu, porque os orçamentos são separados, as respostas são separadas. Isso é muito difícil!

Segundo – e aí eu acho que essa é uma lição aprendida nos últimos 20, 30 anos de experiências de política intersetorial –: não é de cima para baixo, dos órgãos para o público, que você organiza política setorial, é dos beneficiários para cima. Então, nós não vamos fazer política intersetorial sentando todos os órgãos na mesa. Nós precisamos entender as pessoas, suas demandas, suas necessidades e potencialidades, e aí buscar as respostas dos órgãos. Isso parece muito óbvio e até hoje não se faz assim. Posso dar exemplos atuais, de hoje,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO MARCELO BORGES – ... de que a gente continua fazendo do mesmo jeito.

Terminando, Presidente, dois pontos. Cobertura da imprensa. Já há bastante evidência de que cobertura da imprensa aumenta a propensão a novos casos, porque isso gera um efeito. Esse é o tipo de coisa em que eu acho que o Congresso pode atuar, nem que seja no sentido da conversa. Não é possível que a gente vá ficar cobrindo horas a fio duas ou três pessoas que matam inúmeros alunos. A gente não faz mais isso nem com quem invade campo em futebol, por que a gente faz isso com quem mata alunos?

Por fim, escolarizar a educação. Eu entendo. Eu acho que isso é um pouco uma brincadeira terminológica, mas, assim, o que a Constituição diz é que a educação é direito de todos e dever – a educação, não é a escola – do Estado, da família e da sociedade. Ou seja, a educação não é só o ensino e tampouco à escola cabe somente o ensino.

Enfim, fico à disposição, Presidente. Não quero tomar mais tempo. Mas eu agradeço a todos.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradecemos também ao Dr. Marcelo. Muito bom! Aliás, uma Mesa de muita qualidade e perguntas extraordinárias também.

Dr. Leonardo Pedreira, do MEC.

O SR. LEONARDO LAPA PEDREIRA – Bem, queria começar dizendo que a gente está aqui num espaço muito privilegiado para discutir esse tema. Por quê? Porque a violência é um problema sistêmico. E aqui no âmbito federal, nós temos o privilégio de poder reformar e poder mudar os sistemas. É por isso que eu sou muito resistente a discutir ações muito pontuais.

Ah, mas é tecnologia de reconhecimento facial ou... Eu acho que essa não é a discussão que devemos ter nesse nível, eu acho que precisamos pensar no sistema educacional, no sistema da violência e como a gente pensa uma estratégia maior para conseguir combater e reverter esse ciclo.

Então, acho que a gente teve falas muito interessantes relacionadas a como o papel do professor é um papel central; como a formação inicial não prepara o professor para combater a violência; como a sociedade, os pais, a família, a comunidade precisam assumir também o papel central nessa ação. Mas eu não acho que qualquer ação muito pontual chegará no resultado que a gente está esperando.

Com relação especificamente ao controle de fluxo, eu tomaria um cuidado a mais ao pensar numa solução para um País tão grande e diverso quanto o nosso. Eu leio controle de acesso na escola e fico pensando como isso irá funcionar numa escola de campo, em que o espaço da escola é compartilhado com outras atividades? Aqui, em nível federal, vai dizer que terá detector de metal e segurança. Eu acho que essa é uma discussão que deve ser feita no âmbito local. Cada escola e cada comunidade precisa discutir o quanto querem isolar a escola para protegê-la, ou integrar a escola... São riscos.

Não acho que a gente consiga falar em uma solução para o Brasil, para todos os riscos. Diferentemente da formação do professor, sobre a qual a gente pode concordar, porque todo professor bem formado para lidar com violência será positivo para todo o nosso sistema. Então, se não formos nós que estamos discutindo esse tema da violência, a comunidade local não consegue discutir. Então, a gente realmente deve focar o debate nessas ações maiores.

Respondendo especificamente os questionamentos do Senador Alessandro, eu me coloco à disposição para debatê-los mais a fundo. A gente colocou, no começo dessa conversa, três ações que estão sendo executadas pelo MEC e uma que está sendo estudada, que é o Programa Saúde na Escola, com seus dois eixos de combate à violência; a implementação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Base Nacional Curricular Comum, com sua proposta pedagógica de desenvolvimento de habilidades socioemocionais, empatia e cidadania, desde a educação infantil até o ensino médio; e a formação de professores, que já estão sendo executadas. E é pensando em processos e projetos voltados ao aconselhamento estudantil, muito puxado da psicologia, que nós estamos estudando o modelo BAM como uma das possibilidades. Não necessariamente esse modelo, mas uma das possibilidades de implementação, através do aconselhamento de estudantes que a gente identificar que têm mais risco de violência.

Então, é isso o que eu queria trazer.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero...

Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer, emocionado, a participação dos palestrantes, de V. Exa., a participação dos Senadores e das Senadoras que honraram, que prestigiaram com muitas perguntas esta audiência pública, significando que é um tema muito importante.

Quero agradecer todos os assessores que lotaram aqui o plenário; especialistas de diversas áreas que também estão aqui no plenário, neste momento. Os telespectadores da TV e da Rádio Senado, que fizeram muitas perguntas, que estão ativos, observando e acompanhando esta audiência.

Eu fico muito satisfeito de ter apresentado a iniciativa desta audiência pública, eu creio que ela surtiu e surtirá efeitos muito positivos.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero novamente destacar a importância do requerimento, Senador Confúcio Moura, tema da mais alta importância. Não é por causa de um episódio, como foi dito agora, mas já das últimas décadas, a gente pode dizer. Mas eu quero, no bom sentido, convocar os participantes da Mesa a continuarmos, sentarmos num grupo de trabalho para ver como fazer para que tudo isso – e o MEC é fundamental nisso –, mas, em conjunto, que a gente possa ter medidas e iniciativas que possam ser apresentadas para os Estados, para os Municípios, para as leis e para o MEC, conversarmos nesse sentido. Não é, Dra. Marilene? E com a pesquisa já, com tantos dados, tanta experiência e tanta disposição de acertar também – não é, Leonardo? –, jovens também... Que bom!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tantos Senadores participaram, mas eu quero agradecer aos Senadores: Wellington Fagundes; Marcos do Val; Zenaide Maia, sempre presente e atuante; Confúcio Moura e Nelsinho Trad.

Agora, então, nós vamos encerrar esta audiência pública. Daremos um intervalo de cinco minutos e iniciaremos, então, a nossa reunião deliberativa da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

Quero agradecer de novo às pessoas que participaram desta audiência, todos já mencionados pelo Senador Confúcio Moura.

Declaro, então, encerrada esta audiência pública.

Obrigado.

(*Iniciada às 09 horas e 13 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e sete minutos do dia quatorze de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Flávio Arns e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Renilde Bulhões, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Juíza Selma, Telmário Mota e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Marcio Bittar, Lasier Martins, Roberto Rocha, Cid Gomes, Sérgio Petecão e Jorginho Mello. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 11ª e 12ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1322, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 – Lei da Meia-Entrada para conceder o benefício aos doadores regulares de sangue." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nº 1-CE e nº2-CE. **ITEM 2 - Projeto de Lei da Câmara n° 90, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o Bandeirante do Século XX, no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 409, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Osvaldo Euclides de Sousa Aranha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 4 - Projeto de Lei da** Câmara **n° 3, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Denomina a cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, Capital Nacional do Bumba Meu Boi." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 127, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Confere o título de Capital Nacional do Inhame ao Município de Alfredo Chaves, no Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto. **ITEM 6 - Aviso n° 14, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Encaminha exemplar do Relatório Sistêmico de Fiscalização da Função Cultura (FiscCultura), exercício de 2014,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resultante de levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do processo nº TC-018.752/2014-4, apreciado pelo Plenário do TCU em 22/04/2015, mediante Acórdão nº 921/2015 (TC-018.752/2014-4)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Arolde de Oliveira. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 249, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Museu." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 1153, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé), para dividir em seções o Capítulo V – DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL e para acrescentar dispositivo relativo aos atletas de base." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo. **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 360, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a incumbência do Poder Público na promoção de feiras de ciência e tecnologia na rede pública de ensino médio." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 397, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incluir a isonomia nas premiações concedidas a homens e mulheres nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Bernardo Sayão” a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 1669, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para permitir que os professores da educação básica pública utilizem os veículos de transporte escolar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, nos termos que especifica; e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003." **Autoria:** Senador Carlos Viana. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 13 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 20, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 15/2019 - CE, seja incluído o seguinte convidado: 1. Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS), na pessoa do seu presidente, Dr. Marcelo Marsillac Matias." **Autoria:** Senador Lasier Martins e Senadora Leila Barros **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - Requerimento da Comissão**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Educação, Cultura e Esporte n° 26, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLC 68/2016, que Estabelece a obrigatoriedade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias consideradas doping no esporte. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania; 2. Representante da Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); 3. Representante do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); 4. Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); 5. Representante da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); e 6. Representante da Justiça Desportiva Antidopagem (JAD)." **Autoria:** Senador Marcos do Val e Senadora Leila Barros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 42, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de debater a importância da instituição do Dia Nacional de Segurança de Barragens. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Fundação SOS Mata Atlântica; 2. Representante do Greenpeace Brasil; 3. Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); 4. Representante da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB); 5. Representante da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi)." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 45, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 256/2018, que Institui o Dia Nacional da Educação Cidadã e o mês Setembro Cidadão. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Instituto Brasileiro de Defesa da Cidadania (IBRADEC); 2. Movimento do Ministério Público Democrático; 3. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); 4. Desembargador Jarbas Antônio da Silva Bezerra – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte -TJRN." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 46, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 39/2019, seja adicionada mais uma audiência a ser exclusivamente destinada à apresentação pelo consultor legislativo Paulo Sena Martins do estado da arte acerca dos debates havidos na Câmara dos Deputados no tocante ao FUNDEB, totalizando, então, um ciclo de quatro audiências públicas." **Autoria:** Senador Flávio Arns e Izalci Lucas. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 49, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implantação das novas Universidades, que foram criadas no ano de 2018. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministério da Educação; 2. Representantes das Novas Universidades: Universidade Federal de Rondonópolis; Universidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal de Catalão; Universidade Federal de Jatai; Universidade Federal do Delta do Parnaíba; Universidade Federal do Agreste de Pernambuco." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 47, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, do resultado da V Pesquisa do Perfil do Graduando das Universidades Federais. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Reinaldo Centoducatte – Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); 2. João de Deus Mendes – Coordenador do Fórum Nacional de Próreitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE); 3. Margarida Salomão – Deputada Federal e Coordenadora da Frente Parlamentar Mista pela Valorização das Universidades Federais; 4. Marianna Dias – Presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE)." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 48, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública, com o objetivo de para discutir o lançamento, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, da Semana de Ação Mundial (SAM), coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1.Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; 2. Katia Drager Maia – Diretora Executiva da Oxfam Brasil; 3. Heleno Araújo – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 4. Alessio Costa Lima – Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); 5. Maria Rebeca Otero Gomes – Coordenadora do Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 50, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de, conforme determina a Lei 12.345 de 09 de dezembro de 2010, debater a importância de se instituir o Dia Nacional do Espiritismo, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Luiz Carlos Bassuma - Ex deputado Federal pela Bahia e renomado Palestrante Espirita; 2. Sr. Jorge Godinho Barreto Nery - Presidente da Federação Espírita Brasileira; e 3. Sr. Paulo Maia - Presidente da Federação Espírita do Distrito Federal." **Autoria:** Senador Eduardo Girão. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Flávio Arns

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/14

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 11ª e da 12ª Reuniões.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens nºs 1 a 17 da pauta.

Antes de irmos para a pauta propriamente dita, foi criada aqui, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, por proposição da Senadora Leila Barros, a Subcomissão Permanente de Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base do Esporte Nacional.

Então, eu gostaria de dizer que ficam designados os seguintes Parlamentares, Senadores e Senadoras, para compor a Subcomissão Permanente de Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base do Esporte Nacional, criada pelo Requerimento nº 1, de 2019, de iniciativa da Senadora Leila Barros:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Titular pelo Bloco Unidos pelo Senado, Senador Confúcio Moura; suplente, Senadora Mailza; PSDB, Podemos, PSL, Lasier Martins, titular, e Styvenson Valentim, suplente; Senado Independente, Leila Barros, autora inclusive, e suplente o Senador Wellington Fagundes; Resistência Democrática, titular Zenaide Maia e suplente Humberto Costa; PSD, titular Marcos do Val e suplente Carlos Viana.

A designação da Subcomissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal, Senador Davi Alcolumbre, e a reunião para instalação e eleição de Presidente e Vice-Presidente será posteriormente convocada.

Conversei inclusive com a Senadora Leila Barros que é uma comissão das mais importantes, e, em função disso, queremos dar visibilidade. Vamos pensar juntos. Peço aos demais Senadores e Senadoras que nos auxiliem também com ideias e sugestões.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, em função de eu ter uma comissão para participar, agora às 11:30, de Direitos Humanos, onde a gente fez um debate ontem, solicito a inversão de pauta para que eu possa ler o relatório do item 12, Projeto de Lei 1.669, de autoria do Senador Carlos Viana.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Está em votação a solicitação. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, passamos inicialmente ao item 12 da pauta, terminativo, e depois vamos fazer a votação. Vamos ler e, depois, votaremos quando tivermos o quórum também. Mas é possível fazer a leitura.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Presidente, só para reforçar aqui que quero participar também da Subcomissão do Esporte, da Senadora Leila Barros.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu tenho impressão, Senadora, de que não há problema nenhum. O mais importante é os Senadores e Senadoras dizerem que querem participar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Eu vou ficar muito feliz, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu também quero participar então! (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Se todos puderem participar, conto com a contribuição de todos os Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está bem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está bom.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 1669, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para permitir que os professores da educação básica pública utilizem os veículos de transporte escolar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, nos termos que especifica; e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003.

Autoria: Senador Carlos Viana

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad para apresentação do relatório.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Para proferir relatório.) – Peço permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne ao mérito, o projeto responde a demanda que remonta à assunção do transporte escolar pelos entes federados subnacionais.

Embora os meios de locomoção dos professores devam ser assegurados por meio de remuneração condigna, é de conhecimento público que, em muitos sistemas de ensino, esses profissionais não chegam a receber o piso salarial profissional estabelecido em lei. Também é de notória visibilidade a massificação e, não raro, a subutilização do transporte escolar reservado aos estudantes, em muitas localidades do País. A par disso, considerando que a medida não representa qualquer impacto no custo fixo de manutenção do transporte escolar e que, ainda, prevê implementação de modo a não causar qualquer prejuízo aos usuários primários, não vemos razão para que não seja adotada.

Por fim, a corroborar o mérito da proposição, como bem lembrou o autor, Senador Carlos Viana, essa preocupação já foi objeto de apreciação da Câmara dos Deputados e até desta Casa Legislativa, onde tramitou por intermédio do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 2012, oriundo do Projeto de Lei nº 3.706, de 2008, de autoria do Deputado Renato Molling, arquivado ao final da última legislatura.

Na mesma linha, a autorização para o uso de transporte escolar de estudantes por professores integra também diretriz específica da política nacional de valorização dos profissionais da educação básica que se procura estabelecer por meio do PLC nº 88, de 2018, de autoria da Deputada Professora Dorinha Seabra, que se encontra em tramitação no Senado Federal, aguardando deliberação desde agosto de 2018. De certo modo, o projeto sob exame imprime operacionalidade à diretriz descrita.

Tendo em conta a previsão de que a deliberação tem caráter terminativo, consoante disposição do art. 91, este exame contempla ainda, além do mérito, análise da proposta quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade.

No que respeita à constitucionalidade, o Congresso Nacional, por meio de seus membros ou Comissões, detém competência para dispor sobre matérias sujeitas à competência da União, desde que não reservadas ao Presidente da República ou não afrontem o pacto federativo. Daí não se falar em inconstitucionalidade formal ou material do projeto.

Em relação à juridicidade, o projeto se mostra igualmente adequado. Veiculada por meio de projeto de lei ordinária, a matéria é informada pelo princípio da generalidade com substanciada inovação no ordenamento vigente com o qual se coaduna. Além disso, exibe potencial de eficácia e coerção compatível com os demais dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Da mesma forma, não afronta os princípios da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da correta redação dos atos normativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à regimentalidade, nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem, entre outras, a respeito de diretrizes e bases da educação brasileira. Daí a observância, na presente manifestação, da competência regimentalmente atribuída a esse Colegiado.

Mostrando-se, com efeito, relevante do ponto de vista educacional e não havendo nada a objetar-lhe a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade, a proposição se mostra digna de acolhida por esta Casa legislativa.

Voto.

Em vista do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei 1.669, de 2019, que permite aos professores o uso do transporte escolar.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao Senador Nelsinho Trad.

Em discussão a matéria.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, quero parabenizar o autor, que é o nosso querido Carlos Viana, de Minas Gerais, e também o belo relatório do meu querido Senador Nelsinho Trad, e quero falar da importância desse projeto.

A gente que é do interior – eu que sou do interior de Minas - vê isso mesmo. Muitos Municípios, inclusive em Estados importantes como o Rio Grande do Sul e Minas Gerais, para pagarem o piso, tiveram de sacrificar muito o plano de carreira. Então, os professores ganham muito mal, nós sabemos disso. Qualquer ajuda, qualquer incentivo, é meritório. Nesse caso especial, muitos alunos estudam em outras cidades próximas e, muitas vezes, os professores não podem utilizar esse transporte.

Então, parabenizo a iniciativa e, evidentemente, voto favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Quero associar-me também ao voto, à argumentação do Senador Izalci. Considero muito importante, também, da minha parte.

Não vamos votar agora. Se não houver problemas, depois votaremos em conjunto os projetos, inclusive terminativos, desde que não haja discordância também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem, passamos ao item 1 da pauta, não terminativo.

Agradeço ao Senador Nelsinho Trad.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 1322, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.933, de 26 de dezembro de 2013 – Lei da Meia-Entrada para conceder o benefício aos doadores regulares de sangue.

Autoria: Senador Fabiano Contarato

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para apresentação do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vem à CE o Projeto de Lei nº 1.322, de 2019, do Senador Fabiano Contarato, que altera a Lei da Meia-Entrada para Senador Fabiano Contarato, que altera a Lei da Meia-Entrada, para conceder o benefício aos doadores regulares de sangue.

O projeto acrescenta um parágrafo ao art. 1º da Lei nº 12.933, de 2013, para que os doadores regulares de sangue façam jus ao benefício da meia-entrada.

Na justificação, o autor relembra a dificuldade de manter os bancos de sangue em níveis seguros de abastecimento, mesmo com a realização de diversas campanhas de doação.

A proposição foi distribuída para a CE e para a CAS, cabendo à última a análise terminativa.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os bancos de sangue encontram-se, frequentemente, à beira do desabastecimento. É comum que alguns tipos de sangue, os mais raros, cheguem a faltar. Mesmo com a realização de frequentes campanhas, que geram custos ao Poder Público, o problema permanece.

A concessão do benefício de meia-entrada aos doadores frequentes é, portanto, um incentivo que gerará ganhos para o doador, para o Poder Público e para a população, na figura dos cidadãos que, em algum momento, precisam receber doações de sangue.

Ressalte-se que estamos tratando do doador frequente. Para configurar-se como doador frequente é necessário realizar, no mínimo, três doações em um período de doze meses.

A iniciativa não é algo isolado. Segundo o autor, há leis estaduais que incentivam a doação de sangue tanto por meio da concessão da meia-entrada quanto por meio da isenção da taxa de inscrição de concursos.

Consideramos o projeto é meritório.

O benefício é, em última instância, um mecanismo de proteção e promoção deste bem jurídico que é a vida.

Quanto à redação e à técnica legislativa, entretanto, o projeto merece alguns reparos de pontuação na ementa e no corpo do texto.

Há menção do nome pelo qual a Lei nº 12.933 é conhecida (Lei da Meia-Entrada), o que é desnecessário. Ademais, há um excesso de detalhamento dos procedimentos para comprovação e identificação do doador frequente. Optamos por manter a essência para que os pormenores sejam tratados em regulamento. Para tanto, apresentamos duas emendas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.322, de 2019, com as duas emendas que apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço, Senadora Leila Barros.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 127, DE 2018

- Não terminativo -

Confere o título de Capital Nacional do Inhame ao Município de Alfredo Chaves, no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Deputado Lelo Coimbra

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val, do Cidadania, Espírito Santo, para a leitura do relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2018 (Projeto de Lei nº 6.809, de 2017, na origem), de autoria do Deputado Lelo Coimbra, que propõe seja conferido ao Município de Alfredo Chaves, no Estado do Espírito Santo, o título de "Capital Nacional do Inhame".

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º confere a homenagem, e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria ressalta a alta produtividade da variedade do inhame produzida na região de Alfredo Chaves e a sua importância no cenário nacional.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 6.809, de 2017, foi aprovado pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, o PLC nº 127, de 2018, foi distribuído para a apreciação exclusiva da CE. Após a análise desta Comissão, a matéria segue para a decisão do Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

Segundo o Instituto Capixaba de Pesquisa e Extensão Rural (Incaper), o Município de Alfredo Chaves é o maior produtor de inhame do Brasil. O produto é a principal fonte de renda para grande parte das famílias da região.

O cultivo na região é familiar e se constitui como um forte indicador na economia dessas famílias. De acordo com o Incaper, o fruto tem grande aproveitamento, já que até as sobras são reaproveitadas para alimentação dos animais e replante.

Anualmente, o Município produz cerca de 50 mil toneladas do produto em uma área de 800 hectares.

Além da importância econômica, a região também tem se preocupado com a questão da qualidade e da sustentabilidade da produção. Nesse sentido, no ano passado, o Município de Alfredo Chaves sediou o 4º Encontro Nacional na Organização da Cadeia Produtiva de Inhame. O evento teve como organizador a Associação dos Produtores de Inhame São Bento do Espírito Santo e trouxe um panorama da sustentabilidade e meio ambiente desde o campo até a mesa, sempre abordando a agricultura de forma geral, com representantes de várias áreas que são importantes para toda a cadeia produtiva, desde os produtores até os setores do poder público.

Ademais, a produção de inhame também está inserida na vida cultural da região de Alfredo Chaves. Anualmente, o Município promove a Festa do Inhame. Durante o evento, há atividades como a Missa da Colheita com participação das comunidades vizinhas, abertura da exposição e comercialização de inhame e produtos típicos, almoço típico, *shows* de calouros, sorteios, premiações e demais atividades que enfatizam a identificação da comunidade com a produção do inhame.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de conferir ao Município de Alfredo Chaves o título de "Capital Nacional do Inhame".

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que respeita a constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Carta Magna. Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional. Da mesma forma, no que tange à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, que está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do projeto de Lei da Câmara nº 127, de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem, Senador Marcos do Val.

Está em discussão o relatório apresentado. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

Ele passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

Passamos ao item 10 da pauta.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incluir a isonomia nas premiações concedidas a homens e mulheres nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos.

Autoria: Senadora Rose de Freitas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Leila Barros

Relatório: Pela aprovação.

Jamais pensava que isso pudesse estar acontecendo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Absurdo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Olha, para mim, foi uma surpresa tão grande.

Concedo a palavra à Senadora Leila Barros para a leitura do relatório.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para proferir relatório.) – Inclusive, já recebi premiação individual, assim como o melhor, por exemplo, de um *grand prix*, Sr. Presidente, em que eu ganhei cinquenta e o melhor do masculino ganhou cem. É, mas graças a Deus a justiça está sendo feita. Antes tarde do que nunca.

Vamos ao relatório.

Vem à CE o PLS nº 397, de 2016, de autoria da Senadora Rose de Freitas, o qual propõe alterar a Lei nº 9.615, de 1998, para determinar a isonomia nas premiações concedidas a homens e mulheres nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos.

Em sua justificação, a autora enfatiza – abre aspas: "Entendemos que, se desejamos que o esporte seja um fator de mudança, de construção de um mundo melhor por meio da formação de condutas éticas e respeitosas em relação ao próximo, é preciso começar pelo tratamento igualitário entre homens e mulheres" – fecha aspas.

A matéria foi distribuída para a apreciação exclusiva e terminativa da CE.

Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Compete à CE opinar sobre matérias relativas a normas gerais sobre esportes.

O jogo mais difícil que as mulheres têm disputado no esporte não é contra as adversárias das quadras, dos campos ou das piscinas e sim contra aquele que parece seu eterno adversário, o sexismo.

Podem-se ouvir pessoas alegando que, atualmente, não existe mais diferença no tratamento dado a mulheres e homens no ambiente esportivo. No entanto, a realidade que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vê é um cenário que continua a subjugar as categorias femininas, como se elas fossem menos relevantes do que as masculinas.

No esporte, a mulher ganha não só salários menores como também premiações. Em 30% das principais competições mundiais, as vencedoras de modalidades femininas recebem menos dinheiro do que os vencedores de modalidades masculinas em prêmios. Bons resultados nem sempre são decisivos para definir quem ganha mais. Nas últimas temporadas, as mulheres com desempenho superior ao dos homens ainda faturaram muito menos.

Tome-se como exemplo a Liga Mundial de Voleibol, de 2016; atualmente, se chama Liga das Nações. Quando a seleção masculina do Brasil perdeu para a Sérvia e ficou em segundo lugar, a medalha de prata rendeu à equipe um prêmio de US$500 mil. No entanto, a seleção feminina, depois de ter derrotado os Estados Unidos na grande final do *grand prix*, que hoje também é Liga das Nações, recebeu um prêmio de apenas US$200 mil, 60% a menos. Além disso, em comparação à premiação do primeiro lugar da categoria masculina da competição, o valor é cinco vezes menor. O primeiro colocado recebe US$1 milhão.

Eu queria ressaltar que houve uma alteração. Na última temporada, houve uma equiparação em relação a essa premiação. Hoje, graças a Deus, depois de muitas manifestações das atletas, tanto as mulheres como os homens chegaram a essa premiação de US$1 milhão, graças a Deus.

Especialistas apontam a publicidade como o maior obstáculo para a igualdade de gênero no meio esportivo. Mesmo nas modalidades em que os bônus são iguais, os montantes pagos pelos patrocinadores fazem a balança pender muito mais para os homens. Os contratos particulares com empresas em muitos casos representam a maior fatia da renda dos atletas.

A remuneração desigual passa pelo desinteresse das marcas, do público e das emissoras de TV, que priorizam a transmissão de partidas masculinas. O impacto dos patrocínios no volume dos prêmios é um fator preponderante. Por terem mais espaço na televisão, obviamente, modalidades masculinas atraem mais patrocinadores.

Todavia, a igualdade de gêneros não deve ser um termo utilizado por marcas e organizações apenas para gerar empatia em ações de *marketing* esportivo, mas sim uma causa que deve ser levada a sério e debatida diariamente. É preciso que o esporte seja uma ferramenta de igualdade e que valorize atletas pelo seu desempenho – o que estou pedindo aqui é que sejam valorizadas pelo desempenho, porque a gente sabe que muitas vezes as mulheres têm mais resultado e, mesmo assim, não são valorizadas em termos de premiação –, sem discriminação de sexo.

Como bem afirma a autora da matéria:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Uma das funções do Poder Público é, justamente, atuar no sentido de corrigir as assimetrias que se consolidam e se naturalizam na sociedade ao longo da história. E, atualmente, não obstante as grandes conquistas da luta das mulheres pela igualdade, o esporte ainda é um ambiente marcado pela desigualdade de gênero. E, atualmente, não obstante as grandes conquistas da luta das mulheres pela igualdade, o esporte ainda é um ambiente marcado pela desigualdade de gênero.

Por essas razões, a proposta é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição, cabe à CE apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais e materiais.

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional. O texto da proposição está igualmente de acordo com as normas técnicas legislativas.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2016.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Lido o relatório, em discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu só fiquei com uma dúvida. O meu computador travou e não acompanhei. Isso está relacionado a recurso público, não é? Você falou em patrocínio, que é de iniciativa privada...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não, na verdade, a gente está...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Orçamentário. O que é orçamentário tem que ser igual, não é isso?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É. Na verdade, aqueles eventos que recebem recurso público, agora a gente tem uma equidade, uma paridade na premiação, o que não existe. Muitas competições que têm patrocínio público, do Governo, e muitas vezes o homem ganha até 30% a mais, o vencedor da competição ganha até 30% a mais. É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim, é nesse caso específico.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É nesse caso. Nós não estamos chegando...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu achei que não existia isso. Realmente, não tem sentido, tinha que ser o contrário, até para incentivar as modalidades que não têm muita prática ou que precisam de incentivo maior. Parabenizo.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Para mim foi a maior surpresa do mundo saber que isso acontecia.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Quando eu cheguei à Casa, todos sabem que eu sou atleta, é uma das minhas pautas, eu fui buscar, junto com a minha equipe legislativa, todos os projetos que envolvessem esporte, justamente por essas diferenças que existem, a questão de gênero dentro do esporte, porque, enfim, eu passei 30 anos no esporte sofrendo essas diferenças. Você trabalhando, treinando igual, sete, oito horas em média, abrindo mão até da maternidade, porque a mulher, nós sofremos isso. Eu fui mãe com 40 anos, Presidente, porque eu não pude... Algumas optam em ser mães mais novas, mas, no meu caso, eu optei porque quis exercer a maternidade de forma plena, mas até isto: a mulher atleta não tem licença-maternidade, e eu vou lutar por isso. Acho um absurdo a mulher atleta não ter direito à licença-maternidade.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – E ainda jogou barriguda, não foi? (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – A Isabel, nos anos 80, jogou grávida de sete meses da Maria Clara, na equipe do Flamengo. Então, essa é a realidade da atleta brasileira. Nós temos muito que avançar, mas, graças a Deus, estamos aqui com homens e mulheres dispostos a ajudar também, não só o esporte mas as causas femininas, que envolvem várias áreas, não só o esporte.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

O encerramento da discussão e a votação serão realizados oportunamente.

Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu queria pedir uma inversão de pauta, já que estou tendo uma discussão boa também lá na CDH, não que aqui não seja tão importante, mas creio que já está se exaurindo aqui, e lá a discussão é sobre o conteúdo do apenado poder trabalhar para pagar sua própria estada em presídio, e estão precisando da minha convocação.

Eu queria só que mudasse, se não fosse interferir em nenhum Senador... Se o senhor puder fazer isso...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Inclusive, dos outros projetos não terminativos e terminativos, os Relatores não estão presentes. Então, nós passaríamos para os requerimentos agora, que, na verdade, não têm necessidade de quórum da maioria.

O requerimento de V. Exa. é o item 15 da pauta.

ITEM 15

REQUERIMENTO Nº 42, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da instituição do Dia Nacional de Segurança de Barragens. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante da Fundação SOS Mata Atlântica; 2. Representante do Greenpeace Brasil; 3. Representante do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); 4. Representante da Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB); 5. Representante da Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida (Apremavi).

Autoria: Senador Styvenson Valentim.

Não sei se V. Exa. gostaria de...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para encaminhar.) – Sim, sim.

A quem interessar, acabei de receber uma informação de que – ouviu, Marcos? – já foi aprovado o PLS da Thronicke, que agora vai ter a possibilidade de ser colocado em Plenário para votação. O tema é bacana, o tema é bacana, Flávio, é fora do assunto – eu sei que a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está na CE –, mas cumpre o que já existe dentro da Lei de Execução Penal de colocar o apenado para estudar, trabalhar, produzir, dando essa dignidade a ele, com a possibilidade de retornar para sociedade com emprego e também com a possibilidade de ajudar, recuperar o dano que ele causou à população. Alegar que não tem emprego é uma falácia, é uma mentira, porque, como eu estava dizendo aqui a Leila, do meu lado, quantos alunos precisam de fardamento? Se a gente colocasse os apenados para costurarem fardamento, já que há também apenadas femininas – e eu acho que costura não é só questão de sexo... E há a alimentação também.

Em relação ao requerimento do pedido de audiência para falar sobre o tema, como se passa o tempo, é muito problema, sei que há muita discussão aqui nesta Casa, todo mundo já esqueceu o tema barragens, menos a Senadora Rose, que está com a CPI...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – ... e a Senadora Leila, que está aqui do meu lado, que disse "eu também".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – E o PLS.

Peço aqui, Leila, que tenha essa audiência para a gente colocar um dia em que possa ser lembrado, porque é difícil a gente lembrar no ano que vem com outro rompimento de barragem.

No meu Estado, que todos sabem que é no Sertão, é no Nordeste, onde, quando chove, tem que se capturar água de todo jeito, essa água foi transbordada. Não conseguiram, porque a barragem não estava segura. Foram rompendo barragens após barragens. Além de a água não ficar represada, além de haver esse desperdício, porque água para a gente lá no Nordeste é vida, além de não ter tido nada dessa contenção, dessa manutenção antecipada, ainda houve destruição de ponte, de vias, tudo isso.

Eu queria a cooperação e a contribuição dos Senadores sobre esse tema, para que, no ano que vem ou nos outros anos, a gente não lembre pelo lado ruim. Eu acho que tem que ser lembrada, em todos os momentos, datas como esta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Izalci Lucas. Em discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu só quero pedir algo a V. Exa. também, aproveitando o requerimento. V. Exa. tem o Requerimento nº 46, do item 17, que eu gostaria de subscrever com V. Exa. É a questão do Fundeb.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Perfeitamente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Se V. Exa. colocar para votação, eu também quero subscrever.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim.

Em votação o item 15, requerimento do Senador Styvenson Valentim.

Os Srs. e Sras. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes dele ainda, Senador Izalci Lucas, o item 13.

ITEM 13

REQUERIMENTO Nº 20, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 15/2019 - CE, seja incluído o seguinte convidado: 1. Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS), na pessoa do seu presidente, Dr. Marcelo Marsillac Matias.

Autoria: Senador Lasier Martins.

Ele requer, em aditamento ao Requerimento nº 15, de 2019, da Comissão de Educação, a inclusão do Sindicato Médico do Rio Grande do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A autoria é do Senador Lasier Martins, e a Senadora Leila Barros também está subscrevendo.

Em votação o requerimento... Em discussão, primeiro. (*Pausa.*)

Em votação.

Os Srs. e as Sras. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 14 da pauta.

ITEM 14

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLC 68/2016, que Estabelece a obrigatoriedade de advertência na embalagem e na bula de medicamentos da existência de substâncias consideradas doping no esporte. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. representante da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania; 2. representante da Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); 3. representante do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB); 4. representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA); 5. representante da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD); e 6. representante da Justiça Desportiva Antidopagem (JAD).

Autoria: Senador Marcos do Val.

Com a palavra V. Exa.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para encaminhar.) – Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania; representante da Diretoria Executiva de Esportes do Comitê Olímpico do Brasil (COB); representante do Comitê Paralímpico Brasileiro; representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária; representante

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem; e representante da Justiça Desportiva Antidopagem.

A justificação.

Inicialmente, a matéria foi distribuída para a relatoria do Senador Telmário Mota, que apresentou requerimento para realização de audiência pública. O requerimento, contudo, foi arquivado ao final da Legislatura. Como o colega não mais pertence aos quadros desta Comissão, a proposição foi redistribuída para nossa relatoria. Assim, por concordarmos com a realização de audiência pública sobre um tema tão controverso, reiteramos, na íntegra, o requerimento oferecido pelo Senador.

Com a escalada de uso de substâncias proibidas que prometem melhor desempenho aos atletas, as entidades internacionais que tratam do tema, como o Comitê Olímpico Internacional e a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, amparadas pela Convenção Internacional contra o Doping no Esporte, vêm adotando regras cada vez mais rígidas com o intuito de combatê-lo.

Diante desse quadro e de modo que se preservem os atletas brasileiros, é necessário que os laboratórios farmacêuticos insiram advertências nos medicamentos que contenham substâncias cuja utilização seja considerada *doping* no esporte.

Por se tratar de um tema de natureza complexa, propomos a realização de audiência pública com a participação de entidades competentes, para que se faça um debate qualificado acerca da necessidade da inclusão obrigatória de advertências sobre a existência em medicamentos de substâncias identificadas como agentes de *doping*.

Ciente da importância da matéria, contamos com o apoio dos nobres Senadores para aprovação do presente requerimento.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está em discussão.

Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para discutir.) – Primeiro, eu gostaria de subscrever esse requerimento do Senador Marcos do Val. Quero dar os parabéns pela iniciativa, eu acho que é muito importante. Essa questão da dopagem dos nossos atletas é um tema muito sensível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, este ano, a Secretaria Especial está ainda se reorganizando. Eu acho muito importante a gente chamar todas as entidades responsáveis pela questão de dopagem – a ABCD, principal autoridade *antidoping* do País.

Então, eu gostaria, se o Senador me permitir, de estar com ele nessa empreitada, que eu acho que é muito importante.

Parabéns, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Com certeza estará.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há um requerimento de minha autoria. Eu pediria à Senadora Leila Barros que pudesse me auxiliar aqui no encaminhamento.

Passo a Presidência à Senadora Leila Barros.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) –

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 46, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do RQS 39/2019, seja adicionada mais uma audiência a ser exclusivamente destinada à apresentação pelo consultor legislativo Paulo Sena Martins do estado da arte acerca dos debates havidos na Câmara dos Deputados no tocante ao FUNDEB, totalizando, então, um ciclo de quatro audiências públicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Flávio Arns.

A autoria é do Senador Flávio Arns e do Senador Izalci Lucas.

Com a palavra o Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – O requerimento, como foi lido, já foi aprovado. Havia três audiências públicas, está sendo acrescentada uma quarta audiência, para que o consultor legislativo possa explicar para esta Comissão, fazendo um apanhado da arte, como se coloca em relação aos debates havidos sobre esse assunto na Câmara dos Deputados, onde já houve, pelo que me relatam, umas 20 audiências públicas sobre o assunto.

Então, é um requerimento nesse sentido, e o Senador Izalci Lucas, com muita honra para mim também, está subscrevendo o requerimento.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Sr. Presidente, eu tenho um requerimento que está já à mesa. Eu queria pedir autorização de V. Exa. para colocá-lo também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É que a Senadora Leila, neste momento, está presidindo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Então, é melhor ainda, mulher manda mais forte. (*Risos.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pois não, Senador.

Em votação o requerimento.

Os Senadores e Senadoras, Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento do Senador Flávio Arns e subscrito pelo Senador Izalci Lucas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Passa de volta?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Passo a Presidência ao nobre Senador Flávio Arns.

Obrigada, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

O requerimento é esse aqui, então? É esse aqui.

Então, é requerimento extrapauta.

Pergunto ao Plenário se concorda com a apresentação do requerimento extrapauta. (*Pausa.*)

Não havendo objeção, requerimento do Senador Wellington Fagundes.

EXTRAPAUTA

ITEM 18

REQUERIMENTO Nº 49, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implantação das novas Universidades, que foram criadas no ano de 2018. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Ministério da Educação;

2. Representantes das Novas Universidades: • Universidade Federal de Rondonópolis; • Universidade Federal de Catalão; • Universidade Federal de Jatai; • Universidade Federal do Delta do Parnaíba; • Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Autoria: Senador Wellington Fagundes

Muito bem.

Eu passo a palavra, inclusive, ao Senador para falar sobre os participantes e a justificação.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a atenção e o apoiamento dos companheiros, visto que todas essas universidades novas, criadas por lei, já foram aprovadas pelo Congresso Nacional e já sancionadas pelo Presidente da República em 2018. São cinco universidades: a Universidade Federal de Rondonópolis, a minha cidade natal, na região sul de Mato Grosso – Mato Grosso só tem uma universidade, um Estado com 900 mil quilômetros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quadrados; também a Universidade Federal de Catalão, em Goiás; a Universidade Federal de Jataí, outra cidade também de muito desenvolvimento, todas as duas; a Universidade Federal do Delta do Parnaíba; a Universidade Federal do Agreste de Pernambuco.

Essas universidades, como disse, já foram criadas. Inclusive, no ano passado, aqui nesta Comissão, nós trabalhamos, tivemos aqui uma audiência pública com o Relator do Orçamento e conseguimos colocar no Orçamento deste ano já os recursos necessários para o funcionamento dessas universidades.

É bom dizer que todas elas já têm *campus* implantado, como é o caso de Rondonópolis, um *campus* há mais de 30 anos, com praticamente todos os cursos da área de Engenharia, Medicina, um *campus* extremamente amadurecido, numa região em desenvolvimento.

E, claro, sabe-se que, para criar uma universidade, tem que haver um projeto de iniciativa do Executivo. Então, foi um trabalho que fizemos com muitos Parlamentares para mostrar a viabilidade de todos esses *campi* se transformarem em universidade.

Daí, então, tivemos a remessa para o Congresso, toda a longa passagem pelo Congresso, posteriormente a aprovação pelo Congresso e a sanção presidencial.

O que falta agora? É exatamente a implantação. Para isso, o MEC precisa nomear o reitor *pro tempore*, mas, ao mesmo tempo, também tem que criar alguns cargos. No caso de Rondonópolis, são poucos cargos, o que não vai impactar financeiramente, porque os recursos já estão previstos no Orçamento. Mas o novo Governo já está falando até em contingenciamento, essa polêmica toda que se criou. Nós queremos, inclusive, discutir com o MEC como o MEC pretende, então, implantar essas universidades, por quê? Primeiro, quando se criou, claro, a expectativa da universidade, no caso da universidade mãe, a Universidade de Mato Grosso, os investimentos nesses novos *campi* já foram praticamente retidos. Daí a importância de decidir logo isso, porque, senão, vão ficar essas universidades criadas como *campi* patinhos feios: "Como essa já está criada, já está independente, vamos investir em outros *campi*". Então, não podemos deixar criar esse hábito. Inclusive no caso específico de Rondonópolis, nós temos lá a necessidade de investimentos, laboratórios, cursos de Medicina que estão lá à espera desses investimentos. Mas é importante dizer que esses recursos já estão no Orçamento deste ano.

E nós convidamos também para essa audiência representante do Ministério da Educação e representante do Ministério da Economia – já que era Planejamento, agora englobou tudo e é Economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é esse o requerimento de que a gente pretende ter aqui a aprovação, no sentido de poder discutir a melhor atuação para que o MEC possa, inclusive, nos expor também, como pretende.

Claro que cada uma dessas universidades tem o seu projeto, seu plano diretor. Tudo isso já foi feito durante o trabalho para o convencimento do Executivo.

Por isso, então, eu peço a possibilidade de aprovarmos esse requerimento. E podemos fazê-lo, inclusive, em um horário fora, se for o caso, para não ter nenhum problema, não prejudicar os andamentos daqui, do dia a dia da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu até agradeço a lembrança que V. Exa. faz do horário. A Comissão deve ter observado que nós estamos procurando, na medida do possível, a não ser com o Ministro, como aconteceu na semana passada, fazer as audiências públicas às 9h da manhã, procurando terminar até 11h, 11h15 – de preferência às 11h. Eventualmente, semana que vem, vamos ter uma audiência pública na quarta-feira, depois do almoço, porque é o ciclo de debates sobre o Fundeb. Então, uma na terça de manhã e outra na quarta-feira, depois do almoço.

Então, nesse sentido, podemos dar celeridade às audiências e, ao mesmo tempo, discutirmos e aprovarmos matérias na Comissão, as terminativas e as não terminativas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PR - MT) – Eu quero inclusive parabenizar, porque eu acho que a metodologia está indo muito bem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem!

Então, está em votação o requerimento do Senador Wellington Fagundes.

Não havendo quem queira discutir, em votação.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Parabéns!

Eu vou ao item 16 da pauta, do Senador Jean Paul Prates.

Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte nº 45, de 2019. Requer, na forma do disposto no art. 58, §2º, incisos II e V, da Constituição Federal, e no art. 90, inciso II,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para promover consulta junto a entidades da sociedade civil, a respeito da proposta de instituição, por lei, do Dia Nacional da Educação Cidadã, e do mês Setembro Cidadão.

ITEM 16

REQUERIMENTO Nº 45, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 256/2018, que Institui o Dia Nacional da Educação Cidadã e o mês Setembro Cidadão. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Instituto Brasileiro de Defesa da Cidadania (IBRADEC); 2. Movimento do Ministério Público Democrático; 3. Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); 4. Desembargador Jarbas Antônio da Silva Bezerra – Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte -TJRN.

Autoria: Senador Jean Paul Prates.

Eu gostaria de explicar que existe uma orientação para a Comissão de que a instituição de dias nacionais deve ser decorrente de um debate com a sociedade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O que eu acho bom, só que nós podemos, ao mesmo tempo, achar algum mecanismo, algum caminho que facilite a vida da Comissão, porque, senão, nós teremos muitas audiências públicas. Talvez manifestações da sociedade, documentos que comprovem. Não que não sejam importantes, tanto que nós vamos apresentar, como será apresentado, um projeto de lei para a instituição de um dia nacional. Porém, na dinâmica da Comissão, isso a gente sabe que causa um problema de a gente ficar retardando muito também os debates que têm que acontecer, não é, Senador Eduardo Girão?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Exatamente!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Desculpe até interromper assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Flávio Arns, muito obrigado pela oportunidade. Parabéns pela sua condução aí nos trabalhos de hoje, mais uma vez.

Inclusive, a propósito do que V. Exa. estava falando, nós aproveitamos o trabalho que foi excelente ontem, no Plenário, uma sessão solene em homenagem ao Allan Kardec, o codificador da doutrina espírita, que, através do seu trabalho de pesquisa científica, levou para o mundo todo a importância da caridade, não apenas da caridade material, mas da caridade moral. Então, ontem nos fizemos uma sessão solene para ele, com vários estudiosos da vida dele, e, como nós estamos entrando com o projeto do Dia Nacional do Espiritismo, já aproveitamos algumas palestras feitas ontem, debatendo com o auditório, que estava lotado – inclusive as galerias também. Depois, nós vamos encaminhar já com essas notas taquigráficas para V. Exa., para a instituição desse dia ser votada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Ótimo.

Peço mil desculpas ao Senador Jean Paul Prates por ter feito a observação antes da fala dele, mas, então, audiência pública em função do Dia Nacional da Educação Cidadã, que é fundamental, e o mês Setembro Cidadão.

Com a palavra V. Exa., Senador.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Desculpe-me de novo.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Obrigado!

Não, não há problema nenhum. Inclusive quero dizer que concordo com a sua sugestão também, em relação a essa aceleração e simplificação desse tipo de processo. Talvez a gente pudesse até adotar o sistema que é adotado na Câmara, em que me parece que a própria entidade proponente ou a sociedade organizada pode fazer os seus debates anteriormente à proposta, evitando que aqui a gente seja obrigado a fazê-los. Pode ser uma saída para isso, desde que, obviamente, com legitimidade, uma associação, uma sociedade que seja também legítima, porque eu acho que a razão de forçarem essa realização aqui é justamente comprovar a legitimidade de quem está propondo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesse caso, trata-se de uma iniciativa já bem consolidada, inclusive que partiu da iniciativa de um magistrado, Juiz Jarbas Bezerra, e da advogada Lígia Limeira, lá do Rio Grande do Norte, junto à Assembleia Legislativa, que agora vai se nacionalizar através desse Dia Nacional da Educação Cidadã. É um programa que já está em curso, com muito sucesso, promove a educação para a cidadania.

Basicamente, o requerimento é para cumprir realmente a legislação que exige, então, para a continuidade dessa data, que a gente faça um debate aqui.

Então, submeto à apreciação de vocês. Obrigado também ao Senador Girão aqui pelo comentário, e concordo com a sua proposta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só quero dizer que, além de cumprir o regulamento, o tema é da mais alta importância.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Temos dois itens extrapauta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Parece que V. Exa. tem um requerimento extrapauta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente. Só aproveitando a carona aqui, sem cansá-los por demais, dois requerimentos extrapauta que eu fiz aqui. Onde está a minha cola?

Um se refere...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só vou ler, então...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... o primeiro requerimento extrapauta.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Aí já me ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Depois já passo a palavra para justificação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) –

EXTRAPAUTA

ITEM 19

REQUERIMENTO Nº 47, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, do resultado da V Pesquisa do Perfil do Graduando das Universidades Federais. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Reinaldo Centoducatte – Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES); 2. João de Deus Mendes – Coordenador do Fórum Nacional de Próreitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE); 3. Margarida Salomão – Deputada Federal e Coordenadora da Frente Parlamentar Mista pela Valorização das Universidades Federais; 4. Marianna Dias – Presidenta da União Nacional dos Estudantes (UNE).

Autoria: Senador Jean Paul Prates.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para encaminhar.) – Presidente, de fato, a realização de audiência pública é pertinentíssima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nesse momento em que estamos discutindo cortes nas universidades. Essa pesquisa já é divulgada por quatro anos. Essa seria a quinta edição dessa pesquisa.

Normalmente, ela tem recebido pouca cobertura, uma cobertura até mais discreta do que mereceria. É uma pesquisa competentíssima sobre o perfil do graduando nas universidades federais.

Então, estamos propondo aqui, já que é um assunto da pauta diária de todos nós agora, nestas semanas, uma audiência com a presença do Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Reinaldo Centoducatte; do Coordenador do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (Fonaprace), João de Deus Mendes; da Deputada Margarida Salomão, Coordenadora da Frente Parlamentar Mista – nossa, portanto, também – pela Valorização das Universidades Federais; e da Presidenta da União Nacional dos Estudantes, Marianna Dias.

Então, esse é o requerimento.

Vou ler aqui a justificação.

A Andifes e o Fórum Nacional de Pró-reitores realizaram, nos últimos meses, a coleta de dados para a quinta edição da Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes das Universidades Federais.

De acordo com a coordenadora da pesquisa, Prof. Patrícia Trópia, mais de 420 mil estudantes responderam ao questionário – vejam que a amostragem é colossal –, o que perfaz 35% do total de graduandos das 63 universidades federais.

O Presidente da Andifes, Reitor Emmanuel Tourinho, explica que os resultados da pesquisa são fundamentais por gerarem subsídios para políticas públicas e diagnóstico de como está constituído o corpo discente das universidades públicas, com a finalidade de auxiliar, também, nas demandas de assistência estudantil. Além disso, os dados desmistificam a ideia de que os alunos de universidades públicas pertencem às camadas sociais com rendas mais altas – importante.

Estudos anteriores, também realizados pela Andifes, mostram a evolução do perfil dos graduandos, considerando os processos seletivos massivos, como o Enem, a criação de mais de 300 *campi* no interior do País e a Lei de Cotas. O número de alunos negros, por exemplo, quase triplicou de 2003 a 2014. Juntos, negros e pardos já representavam, há três anos, 47,5% do total de estudantes das universidades federais do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segundo o Coordenador do Fórum Nacional de Pró-Reitores, Prof. João de Deus Mendes, que é um dos convidados a essa audiência, "a quinta pesquisa é resultado do aperfeiçoamento das anteriores e servirá de base para redefinição de políticas de assistência estudantis nas Ifes e, sobretudo, como base de dados relevante para pesquisas". Ele ressalta ainda que os dados instrumentalizam a defesa da universidade pública, gratuita, de qualidade e que preconize a assistência estudantil como política de garantia da permanência e êxito desses estudantes.

Essa é a justificativa do pedido de audiência pública para, no âmbito da Comissão de Educação, se apresentar o resultado da V Pesquisa do Perfil do Graduando das Universidades Federais.

Obrigado, Presidente. Esse é o primeiro ponto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito importante. Também quero me associar ao requerimento.

Está em votação o requerimento.

Os que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Nós vamos ao requerimento seguinte, do Senador Jean Paul Prates também.

EXTRAPAUTA

ITEM 20

REQUERIMENTO Nº 48, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir o lançamento, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, da Semana de Ação Mundial (SAM), coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1.Daniel Cara – Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; 2. Katia Drager Maia – Diretora Executiva da Oxfam Brasil; 3. Heleno Araújo – Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); 4. Alessio Costa Lima – Presidente da União

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); 5. Maria Rebeca Otero Gomes – Coordenadora do Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil.

Autoria: Senador Jean Paul Prates.

Com a palavra V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Presidente.

Neste caso, a Semana de Ação Mundial, que neste ano acontece de 2 a 9 de junho, é uma iniciativa realizada simultaneamente em mais de cem países desde 2003, com o objetivo de informar e engajar a população em prol do direito à educação, de diversas maneiras. De 2003 a 2018, a semana já mobilizou mais de 70 milhões de pessoas em todo o mundo e, apenas no Brasil, já é cerca de 1,5 milhão de pessoas. É a maior atividade, Presidente, de mobilização pela educação no mundo.

A Semana de Ação Mundial é coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação há 16 anos, precede o quinto aniversário da Lei nº 13.005, de 2014, que é o Plano Nacional de Educação (PNE), dia 25 de junho. Assim, a Semana de Ação Mundial brasileira estará dedicada ao monitoramento da implementação do PNE, que é nosso principal caminho para que toda a população brasileira possa ter acesso a uma educação de qualidade da creche à universidade.

Neste ano, a mobilização da semana traz um balanço do que foi feito e do que não foi feito desde 2014, quando pactuamos o Plano Nacional de Educação, que pensou os passos para a educação no Brasil até 2024, de forma a exigir o cumprimento dos compromissos firmados pelo Estado brasileiro com a sociedade. Estamos na metade de seu decurso, e ainda nenhuma meta foi integralmente cumprida.

Por isso, estamos pedindo, então, a realização dessa importantíssima audiência – que tem impacto, inclusive, global – da Semana de Ação Mundial, pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Conversando com nosso secretário, penso que nós deveremos, então, agendá-la para a semana de 2 a 9, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, Presidente. Seria o ideal, seria pertinente, justamente em função da data mundial que encerra esse grande evento global.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – É, nós já vamos discutir esse assunto então.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos fazer isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não havendo mais quem queira discutir, está em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais um requerimento, do Senador Eduardo Girão.

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 50, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de, conforme determina a Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, debater a importância de se instituir o Dia Nacional do Espiritismo, com a presença dos seguintes convidados: Sr. Luiz Carlos Bassuma - ex-deputado Federal pela Bahia e renomado Palestrante Espirita; 2. Sr. Jorge Godinho Barreto Nery - Presidente da Federação Espírita Brasileira; e 3. Sr. Paulo Maia - Presidente da Federação Espírita do Distrito Federal.

Autoria: Senador Eduardo Girão.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para encaminhar.) – Senador Presidente Flávio Arns e demais Senadores aqui presentes, enquanto nós estávamos debatendo aqui esse assunto da importância dessas audiências públicas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mesmo tendo feito a sessão solene ontem, a Consultoria acabou de nos avisar que seria importante uma audiência pública para se instituir o Dia Nacional do Espiritismo, mesmo havendo a sessão solene, com vários palestrantes.

Então nós indicamos alguns nomes e fizemos este requerimento – agradeço a todos se pudermos aprová-lo como extrapauta – com os nomes de alguns palestrantes aqui do DF que se dispuseram a participar dessa audiência pública para falarem sobre a importância do Dia Nacional do Espiritismo.

O espiritismo foi codificado por Allan Kardec, professor, educador, que teve uma passagem pelo Instituto Pestallozzi também, da Suíça. Ele nasceu em Lyon, na França, e teve essa vivência também como educador.

Então, os palestrantes...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E "precursores" só quer dizer dos institutos Pestalozzi que existem no Brasil...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Sim, sim...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... e que atendem a pessoas com deficiência, e é o movimento mais antigo de atendimento à pessoa com deficiência no Brasil. Inclusive, as Pestalozzis contribuíram para a formação da primeira Apae no Brasil – isso há 65 anos.

Parabéns.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – E o instituto Pestallozi foi fundado, se não me engano, na cidade de Yverdon, na Suíça – não sei como é a pronúncia correta. Allan Kardec participou lá, de alguns momentos daquela fundação.

Então, os palestrantes aqui de Brasília, para serem convidados. Nós sugerimos o Sr. Luiz Carlos Bassuma, renomado palestrante espírita; o Sr. Jorge Godinho Barreto Nery, Presidente da Federação Espírita Brasileira; e o Sr. Paulo Maia, que é o Presidente da FEDF, a Federação Espírita do Distrito Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Está em discussão o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Muito bem.

Nós temos quatro projetos de lei terminativos lidos. Faremos um esforço articulado – não é, Senadora Leila? –, para, na próxima reunião, votarmos esses projetos e outros.

Eu quero destacar que o quórum, hoje, chegou a 20 Senadores e Senadoras, e muitos Senadores e Senadoras participaram também da audiência pública, muito boa, realizada nesta Comissão, sobre segurança nas escolas, inclusive com a proposta de continuidade de um debate – foi muito rica realmente a audiência –, como grupo de trabalho, para ver a proposição de políticas públicas para essa área.

Eu quero dizer que também, nesse sentido, a pedido dos Relatores, foram retirados de pauta os itens 2, 3 e 6.

(São os seguintes os itens retirados:

ITEM 2

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, DE 2017

- Não terminativo -

Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o Bandeirante do Século XX, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Deputado Daniel Vilela

Relatoria: Senador Luiz do Carmo

Relatório: Pela aprovação com duas emendas (de redação) que apresenta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 409, DE 2019

- Não terminativo -

Inscreve o nome de Osvaldo Euclides de Sousa Aranha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Pompeo de Mattos

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões de 09/04 e 23/04/2019.

ITEM 6

AVISO Nº 14, DE 2016

- Não terminativo -

Encaminha exemplar do Relatório Sistêmico de Fiscalização da Função Cultura (FiscCultura), exercício de 2014, resultante de levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do processo nº TC-018.752/2014-4, apreciado pelo Plenário do TCU em 22/04/2015, mediante Acórdão nº 921/2015 (TC-018.752/2014-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.)

Agradeço a presença de todos, de todas, de todos que nos acompanham pelo Brasil e aqui, na Comissão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Lasier Martins, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Marcos do Val, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Renilde Bulhões, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Carlos Viana, Arolde de Oliveira, Irajá, Zequinha Marinho, Chico Rodrigues e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Leila Barros, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 9/2019 - CE, de autoria do Senador Marcos do Val, REQ 39/2019 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns, e REQ 46/2019 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns e Senador Izalci Lucas. **Finalidade:** 1ª Audiência Pública para discutir a renovação e a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), cuja vigência expira em 2020. **Participante:** Paulo de Sena Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e quarenta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/21

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e quarenta e oito minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Izalci Lucas, Lasier Martins, Roberto Rocha, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Rose de Freitas, Soraya Thronicke, Leila Barros, Flávio Arns, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Kátia Abreu, Paulo Paim, Renilde Bulhões, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira, Irajá, Wellington Fagundes, Zequinha Marinho, Telmário Mota, Jorge Kajuru, Esperidião Amin, Chico Rodrigues e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Cid Gomes, Angelo Coronel, Sérgio Petecão, Jorginho Mello e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 13ª e 14ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2479, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Matéria aprovada nos termos do relatório. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 798, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Institui o Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)." **Autoria:** Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei da Câmara n° 90, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o Bandeirante do Século XX, no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 409, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Osvaldo Euclides de Sousa Aranha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Matéria aprovada nos termos do relatório. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 3, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Denomina a cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, Capital Nacional do Bumba Meu Boi." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Matéria aprovada nos termos do relatório. **ITEM 6 - Aviso n° 14, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Encaminha exemplar do Relatório Sistêmico de Fiscalização da Função Cultura (FiscCultura), exercício de 2014, resultante de levantamento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

realizado pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do processo nº TC-018.752/2014-4, apreciado pelo Plenário do TCU em 22/04/2015, mediante Acórdão nº 921/2015 (TC-018.752/2014-4)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Arolde de Oliveira. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 397, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incluir a isonomia nas premiações concedidas a homens e mulheres nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 249, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui o Dia Nacional do Museu." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 1669, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para permitir que os professores da educação básica pública utilizem os veículos de transporte escolar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, nos termos que especifica; e revoga a Lei nº 10.709, de 31 de julho de 2003." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG). **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1153, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências (Lei Pelé), para dividir em seções o Capítulo V – DA PRÁTICA DESPORTIVA PROFISSIONAL e para acrescentar dispositivo relativo aos atletas de base." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Romário. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 360, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a incumbência do Poder Público na promoção de feiras de ciência e tecnologia na rede pública de ensino médio." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 641, de 2015 - Terminativo -** que: "Denomina “Rodovia Bernardo Sayão” a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA." **Autoria:** Senador Donizeti Nogueira (PT/TO). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado, nos termos do relatório apresentado. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 520, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 49 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas com aprovação, na educação de nível superior." **Autoria:** Senador Cidinho Santos (PR/MT). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com três emendas que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatora. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 1255, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para assegurar, a estudantes com a renda familiar que especifica, a reserva de cinquenta por cento das vagas ociosas nas universidades federais." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 383, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da Emenda nº1-CCT (Substitutivo), com a subemenda que apresenta. **Resultado:** Concedida vista coletiva. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 51, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PLS 354/2015, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Fenilcetonúria. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Simone Allan Arede - Representante da Associação Mães Metabólicas; 2. Representante do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA) e Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 52, de 2019** que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a substituição do nome do Sr. Luiz Carlos Bassuma, constante do Requerimento 50 / 2019 - CE, que tem como objetivo debater a Instituição do Dia Nacional Do Espiritismo, pelo nome do Sr. Jack Darsa - Palestrante espírita, coordenador de palestras públicas da Comunhão Espírita de Brasília e, coordenador da Produtora da Comunhão Espírita de Brasília." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODE/CE). **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido do autor. **ITEM EXTRAPAUTA 18 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 55, de 2019** que: "Nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal, requer urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 3, de 2018." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e hum minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/21

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 13ª e da 14ª Reunião.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

A Presidência desta Comissão comunica que recebeu carta de repúdio a informações apresentadas pelo Ministro da Educação, Abraham Weintraub, na Comissão de Educação do Senado Federal no dia 7 de maio de 2019.

Também comunica que recebeu o Ofício nº 33, de 2019, da Proifes, que requer a intervenção da Comissão da Educação no sentido de solicitar esclarecimento e averiguar a legalidade do Decreto nº 9.794, de 2019, e, se for o caso, de tomar as providências cabíveis. O mencionado decreto dispõe sobre os atos de nomeação e designação para cargos em comissão e função de confiança de competência originária do Presidente da República.

Os expedientes se encontram à disposição na página da Comissão no sítio do Senado Federal, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores a fim de que as matérias sejam analisadas pelo Colegiado.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 17 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente Senador Dário Berger, Sras. e Srs. Senadores, em primeiro lugar, gostaria de registrar a nossa satisfação de tê-lo no retorno à presidência dos trabalhos da Comissão, restabelecido, com saúde, graças a Deus. Para nós, é motivo de muita alegria...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Obrigado.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – ... contar novamente com participação de V. Exa. nos trabalhos da Casa.

Designado pelo Vice-Presidente Senador Flávio Arns e por V. Exa., por consequência, passo de pronto à leitura do relatório com a satisfação, tanto eu quanto a Senadora Kátia Abreu, de termos aqui o ex-Deputado Federal e Prefeito da cidade de Araguaína Ronaldo Dimas, que muito nos honra com sua presença nesta reunião histórica numa primeira etapa de consolidação da Universidade Federal do Norte do Tocantins.

Passo a fazer a leitura do relatório a V. Exa. e aos Senadores.

Relatório.

Vem a exame da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 2.479, de 2019, de autoria do Poder Executivo, que visa a criar, mediante desmembramento da Universidade Federal de Tocantins, a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), com natureza jurídica de autarquia vinculada ao Ministério da Educação, e com sede e foro no Município de Araguaína, no Estado do Tocantins.

Encaminhada ao Congresso Nacional em maio de 2016, a proposição contém 15 artigos, que dispõem sobre a estrutura organizacional e o funcionamento da instituição federal que se pretende criar. Prevê, assim, que cursos, alunos, e cargos dos *campi* de Araguaína e Tocantinópolis sejam automaticamente transferidos para a UFNT, observadas as formalidades legais. Além disso, cria os *campi* de Xambioá e Guaraí.

Para assegurar o funcionamento da UFNT, a proposição determina a criação de cargos do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação; cargos de direção, funções gratificadas e funções comissionadas de coordenação de curso; além de cargos de Reitor e Vice-Reitor, nos termos de seu anexo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A criação desses cargos fica condicionada à expressa autorização em anexo próprio da Lei Orçamentária Anual, com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do §1º do art. 169 da Constituição Federal (CF).

Na exposição de motivos que acompanha o projeto, o Poder Executivo enfatiza que o desmembramento da UFT, com a criação de uma universidade pública ao norte do Estado, trará inúmeros benefícios para o entorno, por meio da ampliação da oferta de ensino superior e da geração de conhecimentos científicos e tecnológicos necessários ao desenvolvimento, à prosperidade e ao bem-estar da população.

Na Câmara dos Deputados, a proposição foi analisada em regime de tramitação conclusiva, tendo recebido pareceres favoráveis da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público; da Comissão de Educação; da Comissão de Finanças e Tributação; e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

No Senado Federal, a matéria foi distribuída à Comissão de Educação e à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, antes de seguir para votação em Plenário.

Não foram oferecidas emendas.

Análise.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação apreciar matérias que versem sobre educação e ensino, como é o caso da proposição em análise.

O Plano Nacional de Educação estabelece, na Estratégia 12.2, que se deve:

> [...] ampliar a oferta de vagas, por meio da expansão e interiorização da rede federal de educação superior, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e do sistema Universidade Aberta do Brasil, considerando a densidade populacional, a oferta de vagas públicas em relação à população na idade de referência e observadas as características regionais das micro e mesorregiões definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, uniformizando a expansão no território nacional.

O plano expressa, portanto, a adequada percepção de que não basta que se criem novas vagas na educação superior do País. É preciso também democratizar o acesso a esse nível de ensino, por meio de ações que levem em conta as necessidades regionais e a eventual interiorização dessas vagas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A proposição em análise está, assim, em consonância com as diretrizes do PNE para a ampliação e a interiorização da educação superior. Afinal, a UFNT facilitará o desenvolvimento dos 66 Municípios que pertencem às microrregiões de Araguaína e do Bico do Papagaio, Mesorregião Ocidental do Tocantins, onde residem cerca de 1,7 milhão de habitantes.

Uma nova universidade pública, quando bem planejada, desenhada e implementada, pode mudar a história de uma região e a vida de seus moradores. Os impactos são econômicos, sociais e culturais. Além disso, é importante considerar que esses impactos não são momentâneos, mas se intensificam com o decorrer do tempo.

Em 2017, a Câmara dos Deputados promoveu o seminário "Universidade Federal do Norte de Tocantins: desafios atuais e perspectivas futuras", quando se evidenciou a importância e o forte apoio que autoridades, representantes locais, organizações ligadas à educação, estudantes e professores dão à criação dessa instituição. Ficou claro, durante o evento, que há grande engajamento e comprometimento para que a aprovação deste projeto de lei ocorra e para que se concretize o direito, naquela região, à educação pública, gratuita e de qualidade, nos termos do art. 205 da Constituição Federal.

No plano material, destacamos que o respeito ao princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades, inscrito no art. 207, é respeitado no projeto de lei, o qual, por sua vez, insere a matéria de modo adequado no ordenamento jurídico nacional, de acordo com os ditames da boa técnica legislativa.

Quanto ao impacto orçamentário do projeto, ressaltamos o aproveitamento da estrutura já existente da Universidade Federal do Tocantins e a expressa determinação, no art. 13 do projeto, de que o provimento dos novos cargos e funções previstos fica condicionado a expressa autorização na Lei Orçamentária Anual.

O voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 2.479, de 2019.

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Essa relatoria trata do item 1 da pauta.

ITEM 1

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 2479, de 2019

- Não terminativo -

Cria a Universidade Federal do Norte do Tocantins, por desmembramento de campus da Fundação Universidade Federal do Tocantins.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em caso de aprovação, a matéria seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em discussão a matéria.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Com a palavra a Senadora Kátia Abreu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Senadores, quero cumprimentar o Prefeito de Araguaína, da cidade de Araguaína, Ronaldo Dimas, e solicitar, claro, a aprovação desse relatório.

Eu gostaria apenas de fazer uma ressalva: a autoria não é da Câmara dos Deputados; é do Executivo, da ex-Presidente Dilma Rousseff. A criação de universidades apenas acontece por autoria do Executivo.

E eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, aproveitando a oportunidade e complementando o relatório do Senador Eduardo Gomes, que essa possibilidade da criação dessa universidade tem um histórico muito interessante.

Quanto ao *campus* de Araguaína, que é dirigido hoje pelo Prof. José Manoel e, à época, pelo ex-Reitor Márcio da Silveira, nós conseguimos também, no Governo anterior, 30 vagas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para o curso de Medicina – no *campus* de Araguaína. Também uma solicitação do Executivo federal.

E nós temos hoje 30 vagas no semestre, que começou em março de 2019, depois de quase quatro anos de luta, iniciado pelo ex-Reitor Márcio da Silveira e, agora, finalizado também pelo competente Reitor da universidade federal, Prof. Bovolato. Enfim, isso já é uma realidade.

À época, ainda conseguimos, com o Governador Siqueira Campos, Governador pela quarta vez, que fizesse a doação do HDT, que é o Hospital de Doenças Tropicais, para o *campus* da UFT, justamente para embasar o curso de Medicina. Então, depois de quase quatro anos, o curso de Medicina no *campus* de Araguaína já é uma realidade.

Depois, em 2016, em maio de 2016, já próximo do *impeachment...* Eu gostaria aqui de fazer esse registro, independentemente daqueles que gostam ou não da ex-Presidente Dilma, mas eu tenho um dever de gratidão, porque na época vários *campi* tinham a pretensão da criação de universidade. E todos esses *campi* se enquadravam na lei, mas não se enquadravam no orçamento. Não significa que o *campus* de Araguaína sendo transformado em universidade foi apenas uma benevolência por amizade. Absolutamente! Apesar de ela ter tido muita consideração com Tocantins, precisava fazer várias escolhas. O *campus* se enquadrava perfeitamente, mas tinha, naquele ano, apenas a possibilidade da criação de três novas universidades; e a Presidente Dilma escolheu a Universidade do Norte do Tocantins e mais duas universidades em Minas Gerais.

Então, quero registrar a minha gratidão por a Presidente, já poucos dias antes do *impeachment*, ter assinado a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins. Eu tenho a certeza absoluta de que agora essa universidade, que ficará com o *campus* de Tocantinópolis e o *campus* de Xambioá, terá independência. São os mesmos cursos, as mesmas vagas, apenas terá autonomia e, claro, independência econômico-financeira.

Eu tenho a convicção de que essa universidade, não só com a sua independência, poderá olhar para o nosso Tocantins, como receberá alunos jovens, brasileiros, de muitos Estados vizinhos do Tocantins, como o Maranhão, o sul do Pará, o sul do Piauí, que poderão se aproveitar desse benefício enviado ao Congresso pelo Executivo.

Ficou três anos e meio na Câmara dos Deputados para ser aprovado. No momento inicial, que é compreensível, pela mudança de Governo, houve uma certa implicância que existe naquele primeiro momento, mas os Deputados viram a importância da criação dessa universidade, que não tinha nenhum componente político-eleitoral, mas tinha um componente técnico e político no atendimento. E eu agradeço a deferência à minha pessoa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero também aqui registrar o papel do hoje Senador Irajá Abreu, da ex-Deputada Josi Nunes e da ainda Deputada Dorinha Seabra, que deram todo apoio na Câmara dos Deputados, apesar de todas as dificuldades, por terem aprovado esse projeto na Câmara.

Agradecemos a todos os 513 Deputados, em nome de Araguaína e toda a região, a região de Araguaína e do Bico do Papagaio, pela criação dessa universidade. É um dos Estados que hoje tem um índice de pobreza muito elevado em comparação aos outros Estados.

Eu peço a todos os Senadores, especialmente do Sul, do Centro-Oeste e do Sudeste do Brasil, que nos ajudem nessa aprovação, porque a nossa bancada federal vai cuidar muito bem dessa universidade, vai garantir os recursos de que ela precisa para ficar cada vez maior e ser uma universidade do Norte do Tocantins, do Bico do Papagaio e de todos os nossos irmãos vizinhos das Regiões Norte e Nordeste.

Por isso, eu peço o carinho de todos os colegas Parlamentares na aprovação tão sonhada, tão esperada, dessa Universidade Federal do Norte do meu Tocantins.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, eu quero aqui só esclarecer a nossa falha: quando o projeto de lei vem da Câmara dos Deputados, ele vem com autoria da Câmara dos Deputados. Eu faço essa correção.

E quero também aproveitar esta oportunidade para destacar aqui o empenho da Senadora Kátia Abreu com relação à aprovação desse desmembramento do *campus* da Fundação Universidade Federal do Tocantins. Quando da remessa pelo Executivo desse projeto, pela Presidente Dilma, a nossa Senadora Kátia Abreu – todos conhecem a história – era Ministra da Agricultura. Aliás, foi uma grande ministra, foi um destaque naquela época, o agronegócio se destacou de maneira exemplar.

Portanto, eu quero aqui expressar, nesta manifestação minha, pelo conhecimento que tive – somos Senadores já do segundo tempo do mandato e pude testemunhar isso –, o empenho e o desejo de V. Exa. no sentido da aprovação desse projeto. Inclusive, com relação à própria relatoria, acabou ocorrendo um mal-entendido em função do processo no qual eu fui acolhido, e foi relatado, então, pelo Senador Eduardo Gomes – eu faço essa referência no sentido também de colaborar com a aprovação do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, quero parabenizar mais uma vez V. Exa. Uma universidade, realmente, é um polo de irradiação de conhecimento e de desenvolvimento e, por isso, evidentemente, merece todo o nosso apoio a sua aprovação.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Muito obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada pelo seu empenho, pela sua colaboração. Não há nenhum equívoco. O equívoco seria não aprovar a nossa universidade. O importante é que ela seja aprovada em benefício das Regiões Norte e Nordeste do nosso País.

Muito obrigada por tudo, por sua consideração e por seus comentários.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já concedo, pela ordem, a V. Exa.

Cumprimento também o Prefeito Ronaldo Dimas, que se encontra presente, e cumprimento a relatoria do Senador Eduardo Gomes.

Continua em discussão o projeto.

Retorno a palavra ao Relator Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, é apenas para agradecer o reparo com relação à questão de técnica legislativa pura – por ter, na autuação, a consideração de projeto de autoria da Câmara dos Deputados – e compreendendo, evidentemente, a autoria do Executivo de uma batalha antiga.

Eu rememoro agora o ano de 2003, quando o então Deputado Federal Ronaldo Dimas e o ex-Deputado Federal – também aqui, deve ser citado – Lázaro Botelho, junto comigo, apresentamos lá um projeto de indicação e fizemos um grande esforço junto ao Executivo para a criação da Universidade do Bico do Papagaio. Então, foi um conjunto de esforços e, felizmente, por Deus e pelo povo de Tocantins, pude viver este momento nesta eleição vindo como Senador, junto com o Senador Irajá.

Tenho certeza de que essa universidade será adotada por cem por cento da bancada federal do Estado de Tocantins e pela população do nosso Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeitamente. Meus cumprimentos a V. Exa.

Vou conceder a palavra ao Senador Flávio Arns e, em seguida, ao Senador Irajá.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu também quero me associar à alegria e ao entusiasmo e à necessidade da instalação desse novo *campus* no Estado de Tocantins. Isso é muito bom, particularmente neste momento em que se discute a questão do contingenciamento, ou bloqueio, ou corte – conforme a expressão que se queira utilizar –, nas instituições de ensino superior. Nós tivemos uma audiência com o ministro e até dissemos: vamos valorizar as instituições de ensino superior, o diálogo, o chamamento dos reitores para acharem-se os caminhos para a área.

Quero também destacar que sempre é importante a soma de esforços, às vezes em lutas antigas, para se conseguir atingir os objetivos. Então, quero parabenizar a bancada do Tocantins – os Senadores Eduardo Gomes, Irajá, Kátia Abreu, e os Deputados já mencionados e outros da bancada –, a prefeitura, o Governo do Estado, a própria universidade, estudantes, professores, o Governo Federal. A gente vê que coisa boa tem que ser fruto do trabalho articulado de muitas pessoas empenhadas no resultado.

Então, também quero parabenizar o relatório, Senador Eduardo Gomes, Senadora Kátia Abreu e Senador Irajá, que estão aqui presentes, e desejar sucesso. Que isso ajude o Estado do Tocantins, o Brasil, que forme profissionais qualificados, e que através deles possamos ter um Brasil melhor!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Cumprimento o Senador Flávio Arns e ofereço a palavra ao Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, especialmente os milhares de tocantinenses que nos estão acompanhando neste momento pela TV Senado, das 25 cidades que compõem a nossa querida região do Bico do Papagaio, primeiro, é com muita alegria que hoje nós estamos votando este projeto que vai permitir a criação da Universidade Federal do Norte do Tocantins, um trabalho que foi feito a quatro mãos. Tivemos o envolvimento de toda a nossa bancada federal, e eu tive a oportunidade, na Câmara dos Deputados, de participar ativamente desse debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero também aqui registrar a presença do nosso Prefeito de Araguaína, Ronaldo Dimas, que está prestigiando este momento histórico – Araguaína será um dos *campus* da nossa futura Universidade Federal do Norte do Tocantins –; o Deputado Tiago Dimas, também aqui representando a nossa bancada federal; o Senador Donizeti, que também compõe o nosso Estado.

Esse foi um trabalho desenvolvido a quatro mãos, por toda a bancada federal. Ele teve a participação ativa da Deputada Federal Dorinha, do Deputado Gaguim; na época, do Lázaro Botelho; do Deputado Vicentinho, da Deputada Dulce Miranda; teve um papel decisivo e determinante também da Senadora Kátia Abreu, que, com muita habilidade, fez toda uma articulação junto ao Executivo, com todo o apoio do Legislativo, para que esse projeto pudesse ser aprovado pelo Executivo e apresentado pelo Executivo ainda no final do Governo da ex-Presidente Dilma Rousseff; e está sendo agora relatado pelo Senador Eduardo Gomes, que apresentou aqui dados consistentes sobre a importância que a faculdade vai ter para o Estado do Tocantins, e não só para o Tocantins, mas para todos os Estados vizinhos do nosso Estado, como o Pará e como o Maranhão. Ela vai contemplar 66 Municípios, os 25 Municípios do Bico do Papagaio e, além de Araguaína e a região norte como um todo, também as regiões que envolvem o sul do Pará, o sul do Maranhão, que contemplam quase 1,5 milhão de habitantes.

Por isso, Sr. Presidente, é com muito entusiasmo que eu quero me somar ao apoio na aprovação deste projeto, que já vem amadurecido da Câmara dos Deputados. Foi apresentada a emenda para que se pudessem adicionar à nossa faculdade federal da região norte o *campus* de Xambioá e o também o *campus* de Guaraí, além dos *campi* de Araguaína e Tocantinópolis, que vão ser integrados à nova Universidade Federal da Região Norte do Estado do Tocantins. Eu, humildemente, também pude contribuir, ainda como Deputado na CCJ, onde fui indicado como Relator naquela ocasião. Eu me encontrava afastado por um período da Câmara, e esse relatório foi apresentado, então, pelo meu colega, o ex-Deputado Fábio Trad.

Por isso, eu gostaria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, apenas de destacar a importância que este projeto tem para o Estado como um todo, sobretudo para a nossa região norte e também para a região do Bico, porque, além de garantir autonomia orçamentária à futura faculdade federal da região norte do Estado do Tocantins, ela vai poder também adotar cursos que tenham afinidade com as vocações dessa região. Nós temos grandes projetos que estão sendo implementados na região do Bico do Papagaio, a exemplo do projeto do Ecoporto de Praia Norte, um projeto logístico que está em fase de implantação, em que precisamos de mão de obra qualificada para a região, porque futuras empresas se instalarão nesse empreendimento. Há também a Bacia do Leite, que já é uma realidade na região do Bico do Papagaio. Para isso, precisamos também oferecer cursos que estejam ligados a essa atividade importante na região do Bico. E há outras vocações que a nossa região norte possui, como a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pecuária, entre outras atividades da cadeia produtiva. Por isso, este projeto é da maior importância.

Este projeto vai contemplar a todos os estudantes da região do Bico do Papagaio, do sul do Pará, do sul do Maranhão, que estão aguardando ansiosamente por essa aprovação. O projeto, aprovado aqui na Comissão de Educação, segue para a CCJ e concluirá, se Deus permitir, a sua tramitação já no Plenário do Senado. Assim, finalmente, vamos ter realizado esse grande sonho que os tocantinenses aguardam.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu é que cumprimento V. Exa. também pela conquista. A impressão que eu tenho é a de que vai ser aprovado por unanimidade.

Concedo a palavra ao Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Obrigado, Presidente Dário Berger.

A causa é nobilíssima. Para quem tem o orgulho de vir de um Estado onde a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, há vários anos, é apontada como uma das três melhores universidades federais do Brasil, eu me congratulo e tenho certeza de que, brevemente, a universidade do norte do Tocantins também será destacada. Isso significa expandir o ensino superior para aquela região. Evidentemente, com alegria, os Senadores Irajá, Eduardo Gomes e Kátia Abreu terão o meu apoio e o meu voto.

Obrigado.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. *Fora do microfone*.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone*.) – Continua em discussão.

Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para discutir.) – Presidente, é só para cumprimentar a nossa turma de Senadores e o nosso Prefeito Ronaldo Dimas, de Araguaína.

Eu sou tocantinense, nascido no interior do Município de Araguacema. Depois virei paraense...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Com certeza.

Virei paraense, porque meu pai se mudou com a família para colocar a filharada na escola.

Antes mesmo de criar o Estado e depois, com a criação do Estado, a gente viu o progresso acontecendo nessa região. Eu estou aqui festejando este momento, dizendo aos nobres colegas, ao Prefeito e ao Deputado Federal que estamos juntos na aprovação desse projeto, que me alegra muito. Eu sei o que é um Estado de grande dimensão, como o Pará. Tínhamos que criar duas novas universidades: uma para o oeste e outra para o sul e sudeste, para ver se dão conta um pouco da demanda, Ronaldo, de atender a juventude na sua formação.

Aí, ver, neste momento, descentralizar a educação superior, para a gestão ficar mais rápida, urgente e abrir novas oportunidades, com certeza é motivo de festejar.

Parabéns ao Estado do Tocantins pelos seus representantes aqui.

Muito obrigado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Parabéns a V. Exa., já que é tocantinense também, merece todo o nosso aplauso.

Senador Confúcio, V. Exa. tem a palavra.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu também sou tocantinense. Eu nasci em Dianópolis, que era do antigo Estado de Goiás, hoje é do Tocantins. Tenho muito orgulho, fico muito satisfeito com a interiorização da universidade pelo trabalho dos Senadores e Deputados Federais em colocar numa região distante, fronteiriça com o Estado do Maranhão, com o Estado do Piauí e com outros Estados do Nordeste, uma universidade para atender aquelas comunidades mais distantes, de maneira mais barata, mais simples e mais próxima.

Louvo muito as iniciativas. Aqui ouvi o debate dos Senadores, originários e atuais tocantinenses, representando o Estado, com a comunhão do pensamento de todos eles.

Então, eu louvo. Parabenizo o Exmo. Sr. Prefeito da cidade de Araguaína, uma das maiores cidades do Estado, mais pujantes, mais ricas, e fico feliz de o Estado do Tocantins conquistar uma universidade nova.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, não havendo mais quem queira se manifestar, eu vou submeter o relatório apresentado a votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com a aprovação do projeto permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade. (*Palmas.*)

Então, meus parabéns, meus cumprimentos à Senadora Kátia Abreu e, por ordem de bancada, ao Senador Confúcio, que também é tocantinense, ao Senador Zequinha Marinho, que também é do Tocantins, ao Senador, querido amigo, companheiro aqui da legislatura passada enquanto a Senadora Kátia Abreu servia ao País no Ministério da Agricultura, Donizeti, que exerceu as suas prerrogativas parlamentares aqui junto conosco, um querido amigo que nós conquistamos aqui na primeira parte do nosso mandato.

Quero cumprimentar também o Tiago Dimas, Deputado Federal do Solidariedade do Tocantins; o Prefeito e ex-Deputado Federal Ronaldo Dimas, de Araguaína, Tocantins – cumprimentos a V. Exa. pela conquista.

Quero cumprimentar o Senador Eduardo Gomes, que relatou o projeto, o Senador Irajá, jovem, distinto e querido amigo e que brilhantemente fez uma defesa importante e fundamental da implantação de um *campus* universitário e do que ele pode proporcionar. Por isso, evidentemente, estamos todos de parabéns, e mais especificamente V.Exas.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Jean Paul.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Em homenagem aqui ao ex-Senador Donizeti Nogueira...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Zequinha Marinho.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Em homenagem ao Senador Donizeti Nogueira, que está presente aqui: em 2015 ele entrou com o Projeto de Lei nº 641, denominando a Rodovia Belém-Brasília, a 153, e suas complementações, Rodovia Bernardo Sayão. Eu pediria a inversão de pauta para, na presença deles aqui, poder ler o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito, eu só vou concluir. Senador Jean Paul, V.Exa. quer usar a palavra? Eu só vou concluir...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rapidamente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É sobre o projeto?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É só para saudar todos, saudar efusivamente. Sempre a criação de uma universidade, Senadora Kátia, é motivo de festa, de palmas, de júbilo.

Então, parabenizo todos vocês representantes do glorioso do Estado do Tocantins, com alegria, por mais um passo para a criação de mais uma universidade, num tempo, inclusive, em que estamos discutindo tantos cortes e que as pessoas estão vindo às ruas pela educação e pela expansão dela, principalmente pela sua interiorização.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, como foi aprovado por unanimidade, o projeto será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, parabéns ao Estado do Tocantins.

Com relação à solicitação do Senador Zequinha Marinho: o item 12 é terminativo, e nós precisamos de mais dois Senadores para deliberar. Então...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – A gente leria hoje e aprovaria no dia...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Se não houver objeção, podemos atender à solicitação do Senador Zequinha Marinho. Faremos a leitura do projeto e, se porventura ainda conseguirmos o quórum, colocamos em deliberação nesta reunião presente.

Eu consulto o Senador Arolde: V.Exa. me solicitou a palavra?

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – É mais uma homenagem ao Pará e ao Estado do Tocantins.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive o privilégio, Presidente, na minha mocidade, de viver intensamente muito lá para trás. Nos anos 60 ainda, fui superintendente da Embratel, sede Belém, andei muito naquela região e eu tenho um amor muito grande pela região e pela Amazônia. Depois tive o privilégio de, como Constituinte, ainda participar da criação e da regulamentação da questão do Estado do Tocantins. Então, também homenageio, presto a minha homenagem a todos os Senadores.

O Senador Zequinha pode proferir a leitura do seu relatório. Não há problema.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente. Depois, se possível, o item 4, que também é não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O item 4 depois.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Se houver aprovação do Plenário, assim procederemos, Senador Lasier.

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 641, de 2015

- Terminativo -

Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis - GO a Araguaína - TO, a BR-010, no trecho que vai de Araguaína - TO a Santa Maria do Pará - PA e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará – PA a Belém - PA.

Autoria: Senador Donizeti Nogueira.

Relatoria: Senador Zequinha Marinho.

Relatório: Pela aprovação com três emendas que apresenta.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões de 09/04, 23/04 e 14/05/2019.

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para proceder à leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para análise terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 641, de 2015, do Senador Donizeti Nogueira, que denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153 no trecho que vai de Anápolis (GO) a Araguaína (TO), a BR-010, no trecho que vai de Araguaína (TO) a Santa Maria do Pará (PA) e a BR-316 no trecho que vai de Santa Maria do Pará (PA) a Belém (PA).

Eu gostaria de pedir permissão para ler somente os pontos principais.

Análise, Sr. Presidente.

Por sua competência profissional e pelo exemplo de dedicação ao Brasil que representa, Bernardo Sayão foi homenageado pelo Decreto nº 47.763, de 5 de fevereiro de 1960, que deu seu nome à "estrada que liga Belém a Brasília", correspondendo ao trecho norte da prevista "Rodovia Tranbrasiliana Belém-Porto Alegre".

Uma vez que o aludido decreto foi revogado, em 1991, faz-se necessária uma lei para retomar a justa homenagem, recompondo, no plano da denominação supletiva, a famosa Belém-Brasília, inicialmente denominada BR-14.

Constatamos, contudo, que a identificação dos trechos rodoviários que integravam essa rodovia, que já teve o nome de Bernardo Sayão e foi construída sob sua direção, pode recair em certas dificuldades.

A divergência com a proposição examinada aparece em um ponto relevante, que é justamente o local em que a Belém-Brasília passa a coincidir com a atual BR-010. Esta rodovia, BR-010, não passa, na verdade, por Araguaína (TO), como quer a proposição, mas o acesso dessa cidade à BR-010 se faz por cerca de 110km da Rodovia TO-222 até Carolina, no lado maranhense da divisa.

Em lugar desse desvio injustificável pela TO-222, a Belém-Brasília prossegue rumo ao Norte para Wanderlândia, cidade tocantinense surgida às margens da histórica rodovia, onde parte em diagonal pela BR-226 por cerca de 73km até Estreito, entrando, aí sim, na BR-010.

Por outro lado, embora haja, a rigor, uma sobreposição da BR-010 com a BR-316 no trecho que vai do entroncamento das duas rodovias no Município de Santa Maria do Pará até Belém, consideramos que é mais indicada a referência à BR-316, por ser esta a identificação mais usual e, especialmente, porque constatamos divergência quanto ao pertencimento desse trecho final à BR-010 em alguns documentos. Mantivemos, assim, a redação do projeto de lei

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sob exame em relação ao último trecho rodoviário designado, além de ratificar sua exclusão do trecho que liga Anápolis a Brasília.

Pelas razões expostas, e verificado o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a adequação à técnica legislativa, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 641, de 2015, com as seguintes emendas.

EMENDA Nº – CE
Suprima-se o art. 2º do Projeto de Lei do Senado nº 641, de 2015, renumerando-se o atual art. 3º para art. 2º.
EMENDA Nº – CE
Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei do Senado nº 641, de 2015.
Denomina "Rodovia Bernardo Sayão" a BR-153, no trecho que vai de Anápolis – GO a Wanderlândia – TO, a BR-226, no trecho que vai de Wanderlândia – TO a Estreito – MA, a BR-010, no trecho que vai de Estreito – MA ao entroncamento com a BR-316 em Santa Maria do Pará – PA, e a BR-316, no trecho que vai do entrocamento com a BR-010 até Belém – PA.
EMENDA Nº – CE
Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 641, de 2015.
Art. 1º Fica denominada "Rodovia Bernardo Sayão" a BR- 153, no trecho que vai de Anápolis – GO a Wanderlândia – TO, a BR-226, no trecho que vai de Wanderlândia – TO a Estreito – MA, a BR-010, no trecho que vai de Estreito – MA ao entroncamento com a BR-316 em Santa Maria do Pará – PA, e a BR-316, no trecho que vai do entrocamento com a BR-010 até Belém – PA.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório, que é pela aprovação, porém nós não temos quórum. Estamos dependendo de mais dois Senadores, é isso? (*Pausa.*)

Eu vou encarecer ao Senador Roberto que use a sua influência no sentido de imaginar dois companheiros nossos aqui para pedir que eles pudessem comparecer ao plenário desta Comissão para que nós pudéssemos voltar matérias importantes. Isso porque há uma matéria, inclusive solicitada pela Senadora Rose de Freitas. que, se nós não voltarmos hoje, nós vamos ter dificuldades. É com relação à premiação... (*Pausa.*)

Qual é o projeto mesmo? (*Pausa.*)

É o item 7.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 397, de 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências, para incluir a isonomia nas premiações concedidas a homens e mulheres nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos.

Autoria: Senadora Rose de Freitas.

Relatoria: Senadora Leila Barros.

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

Em 14/05/2019 foi lido o relatório.

A autoria é da Senadora Rose de Freitas, a quem concedo a palavra para explicar.

Em seguida passo ao projeto solicitado por V. Exa.

Eu deixo o item 12, então, sobrestado. Se porventura nós conseguirmos quórum, Senador Zequinha Marinho, nós voltamos a deliberar, e a deliberação é no painel, portanto faremos uma reunião bem rápida e...

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – O item 8 também já foi lido, está esperando só aprovação.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Não, já está lido o relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Item 8.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Então 8 e 12.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – É só, Sr. Presidente, para ressaltar que no próximo mês teremos a Copa do Mundo de Futebol Feminino, e será a primeira vez que a televisão aberta vai transmitir. Nós queremos tratar a questão da premiação com isonomia. O relatório é, inclusive, da Senadora Leila, a iniciativa é nossa. É muito importante esse projeto que tramita pela Casa, já foi lido pela Relatora, apenas pedimos a sua aprovação em tempo hábil para que se possa mostrar a consideração que se tem e a importância que se dá ao esporte para que a gente possa ter ética e igualdade de procedimento nessa questão dessa competição internacional.

Muito obrigada.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então vamos dar continuidade, rapidamente, já que estamos no adiantado da hora, atendendo a solicitação do Senador Lasier de inversão de pauta para deliberarmos sobre o Item 4.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Não, não é inversão de ordem. É apenas para seguir aí o roteiro, seguir a ordem. É o item 4.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É o item 4. Esse é não terminativo, Excelência?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então está perfeito.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – É só ler.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Nós já temos quórum? Eu só queria consultar nossa assessoria.

Falta um Senador? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então vamos deliberar o relatório de V. Exa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI Nº 409, de 2019

- Não terminativo -

Inscreve o nome de Osvaldo Euclides de Sousa Aranha no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.

Autoria: Deputado Pompeo de Mattos.

Relatoria: Senador Lasier Martins.

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões de 09/04, 23/04 e 14/05/2019.

Concedo, então, a palavra ao Senador Lasier para a leitura do seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Colegas Senadores e Senadoras, a autoria é do Deputado Pompeo de Mattos, que propõe a inscrição do nome de Osvaldo Aranha no *Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria*.

Da proposição constam dois dispositivos: o art. 1º propõe a referida homenagem e o art. 2º propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificativa, o autor da matéria reafirma que Osvaldo Aranha "se credencia a estar no Livro dos Heróis Nacionais não apenas pela envergadura de seus feitos históricos como quadro político e ser social, inserido nos debates travados pela sociedade brasileira". De acordo com o autor, "a sua presença no Livro, sem dúvidas, é um legado simbólico e uma homenagem que o País prestará, reconhecendo-o como uma das maiores personalidades do Brasil".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Câmara dos Deputados, o PL nº 6.874, de 2017, foi aprovado pelas Comissões de Cultura e de Constituição e Justiça e de Cidadania. No Senado Federal, o PL nº 409, de 2019, foi distribuído para a apreciação exclusiva da CE. Após a análise dessa Comissão, a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei em análise.

Osvaldo Euclides de Sousa Aranha, ou simplesmente Osvaldo Aranha, foi um político e diplomata brasileiro, considerado um dos homens mais importantes do seu tempo. Nasceu em 15 de fevereiro de 1894, na cidade gaúcha de Alegrete.

Reconhecido não apenas nacionalmente, mas também no exterior. Notório por seu histórico de compromisso com as causas nacionais, de diálogo eficiente, os improvisos de Aranha eram famosos. Passou a ter projeção nacional a partir da amizade construída ao lado de Getúlio Vargas. Foi Embaixador em Washington, entre 1933 e 1937, e Ministro das Relações Exteriores a partir de 1938, onde buscou maior aproximação com os Estados Unidos no período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial.

Como chanceler, teve papel fundamental durante a guerra, defendendo a aliança com os Estados Unidos contra os do grupo pró-Alemanha, como o Ministro da Guerra de Vargas, o Marechal Eurico Gaspar Dutra. Em 1947, Osvaldo Aranha chefiou a delegação brasileira na recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), inaugurando a tradição, mantida até hoje, de ser um brasileiro o primeiro orador na reunião anual daquele órgão internacional. Ele foi o Presidente da II Assembleia Geral que votou o Plano da ONU para a partilha da Palestina de 1947, com a futura criação do Estado de Israel.

Em 1957, durante o Governo Juscelino Kubitschek, retorna à ONU, à frente da delegação brasileira, para fechar com êxito sua carreira política. Osvaldo Aranha faleceu em 27 de janeiro de 1960, de ataque cardíaco, e seu funeral reuniu os nomes mais representativos da política brasileira.

É inegável que Osvaldo Aranha foi um notável estadista que defendeu a Pátria com excepcional dedicação e heroísmo. Por essas razões é, sem dúvida, pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de inscrever o nome de Osvaldo de Sousa Aranha no *Livro dos Heróis da Pátria*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à Comissão de Educação, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que tange à constitucionalidade, nada a opor, e também quanto à regimentalidade e legalidade.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 409, de 2019.

Desnecessário lembrar que o nome de Osvaldo Aranha consta em avenidas e ruas de quase todos os Estados brasileiros, com muita ênfase no Rio Grande do Sul, onde praticamente em todas as cidades há o nome de Osvaldo Aranha.

É a proposta.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Cumprimento o Senador Lasier Martins pelo relatório.

E vou encarecer à Senadora Kátia Abreu que permaneça só uns minutinhos, para nós limparmos os terminativos, dois ou três, que são importantíssimos, como o projeto da Copa do Mundo, que vai acontecer agora no mês de junho, no Brasil, a Copa feminina.

Então, não havendo, pelo que eu percebo, quem queira discutir, coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o parecer do Senador Lasier Martins permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Com o relatório aprovado, a matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Agora, por ordem, do Senador Zequinha Marinho, o Projeto de Lei que denomina Rodovia Bernardo Sayão a BR-153, e segue. Nós acabamos de deliberar sobre essa questão. Projeto terminativo.

Vamos abrir o painel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores já podem votar. (*Pausa.*)

Abriu o painel? (*Pausa.*)

É pela aprovação. Quem vota pela aprovação vota "sim".

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senador Paulo Rocha, pelo que...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É mais de um projeto?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É mais de um.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Não dá para colocar em bloco, não?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É uma pergunta interessante essa. Vamos colocar em bloco? Se V.Exa... O próximo colocaremos em bloco, então, os demais, já que iniciamos a votação deste projeto.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Regimento permite, já que houve aprovação e discussão.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeitamente.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pela ordem, Roberto Rocha. Pela ordem, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Pelo que eu estou entendendo, a sugestão do Senador Paulo Rocha é para colocar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em bloco os que já estão lidos, os relatórios. Em seguida, os que ainda não estão lidos, me parece que o número 15.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Presidente, depois desse, vamos votar o item 8, cujo relatório já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Já deu o quórum. Vamos apurar o resultado. Vamos apurar o resultado. (*Pausa.*)

Ah, falta o Izalci.

Senador Izalci, por favor. Veio correndo nos prestigiar.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

Sr. Presidente, o senhor colocou o item 10, do Senador Romário, da relatoria dele?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu ainda não coloquei, mas posso colocar. Já foi lido.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – O do Senador Romário já foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Lasier, o projeto foi aprovado por 14 votos SIM; NÃO, zero.

Aprovado o relatório.

Agora vamos propor...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É só para contextualizar o projeto do qual fui Relatora para quem não esteve presente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos propor, Senador Roberto Rocha, os relatórios já lidos de projetos terminativos, que são os de nºs 7, 8, 9 e 10.

O de nº 7 a relatoria é da Senadora Leila Barros; o de nº 8 é do Senador Zequinha Marinho, o de nº 9 é do Senador Nelsinho Trade; e o de nº 10 é do Senador Romário, que também já foi lido e é pela aprovação.

Todos são pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, submeto à apreciação das Sras. e dos Srs. Senadores a proposta de deliberação em bloco, a votação em bloco desses quatro projetos de lei. (*Pausa.*)

Não havendo manifestação em contrário, vamos proceder à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para contextualizar um pouco para as Sras. e os Srs. Senadores o projeto que eu relatei.

Trata-se de projeto de lei de autoria da Senadora Rose, de 2016, que altera a Lei nº 9.615, que determina a isonomia nas premiações entre homens e mulheres nas competições esportivas...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – ... em que haja emprego de recursos públicos.

Só para que os meus amigos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Não tem problema não. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Fechou.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – Fechou?

Vamos embora então.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou encerrar a votação. Já temos quórum suficiente.

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Foram 14 votos SIM; NÃO, zero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Abstenção: zero.

Quórum de 15 Senadores.

Portanto, aprovado o item 7 (Projeto de Lei do Senado nº 397, de 2016), de autoria da Senadora Rose de Freitas e relatoria da Senadora Leila Barros.

O relatório foi aprovado e se refere a premiações concedidas a homens e mulheres nas competições esportivas em que haja emprego de recursos públicos.

Com a palavra V. Exa., Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nobres Senadores e Senadoras, eu queria só agradecer e dizer que senti muito isso na pele durante mais de 20 anos como atleta, tendo a mesma *performance* que os homens, treinando como os homens e, muitas vezes, tendo premiações individuais como um homem e não tendo o reconhecimento nessa premiação da mesma forma que um homem.

Então, nós estamos dando aqui um reconhecimento e fazendo uma justiça histórica, porque as pessoas acham que, no esporte, existe essa paridade, essa igualdade, e, muitas vezes, o maior adversário das mulheres nas quadras, nas piscinas, nas pistas não são as adversárias, mas o sexismo. Hoje, nós estamos dando um exemplo, aqui dentro desta Comissão, de que ele tem que acabar e que é através do esporte que a gente tem de começar com isso.

Então, sou muito agradecida, a comunidade esportiva, as mulheres do esporte agradecem a esta Comissão, na pessoa do Presidente e de todos os Senadores e Senadoras que aqui votaram, bem como à autora do nosso PLS, a Senadora Rose de Freitas, pela sua sensibilidade e pelo entendimento de que as mulheres no esporte travam diariamente as suas batalhas para serem mães, e não têm direito à licença-maternidade para poderem exercer a sua feminilidade em todos os aspectos. A vida de uma atleta é muito difícil.

Então, eu quero agradecer demais a aprovação deste PL aqui, na manhã de hoje.

Obrigada.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Sr. Presidente, o senhor me permite agradecer ao senhor?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Claro que eu permito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Eu quero fazer isso pela compreensão.

Na verdade, meus queridos colegas, isso que é efetivamente adotar a prática da igualdade. Fora disso, é uma quimera um atleta dizer da sua experiência de vinte anos, competindo igual aos homens e tendo premiações diferenciadas.

Então, essa desigualdade marcou a vida de muitos atletas neste País. Quem vê a Marta jogar... É um espetáculo a Marta jogando, não é?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF) – É a única atleta seis vezes melhor do mundo.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – Pois é. Perguntem se ela tem uma premiação igual à de um homem. Não tem.

Nós vamos ter, pela primeira vez, a Copa do Mundo divulgada pela TV aberta.

Eu quero agradecer a V. Exa. porque, quando eu comentei, V. Exa. falou assim: "Se é para tratar homem e mulher igual, podem contar comigo".

Então, muito obrigado a todos vocês. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem. Cumprimentos à autora e à relatora, duas mulheres expoentes da nossa Comissão e do Senado Federal.

Relato aqui, rapidamente, só para passar os projetos, para ficar registrado nos *Anais* da Comissão, que aprovamos também em bloco o Item 8, que é o Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2018, terminativo, que institui o Dia Nacional do Museu. A autoria é da Senadora Maria do Carmo Alves e a Relatoria é do Senador Zequinha Marinho. O relatório foi pela aprovação.

Aprovado o projeto, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências necessárias e cabíveis.

O próximo é o Item 9, terminativo, de autoria do Senador Carlos Viana e relatoria do Senador Nelsinho Trad. O relatório é pela aprovação.

Portanto, aprovado o projeto, a matéria também será encaminhada à Mesa dos trabalhos para os encaminhamentos cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Item 10, Projeto de Lei nº 1153, de 2019, terminativo, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo e relatoria do Senador Romário. O relatório é pela aprovação, com a emenda que apresenta. A votação também foi feita em bloco. E foi aprovado.

Portanto, será encaminhado o projeto, com a emenda, à Mesa para as providências cabíveis.

Senador Eduardo Gomes, V. Exa. tem a palavra. V. Exa. deseja...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Fazer a leitura do relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Do Item 15? É terminativo. Não vai dar para...

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Só a leitura.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só leitura.

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 383, de 2017

- Terminativo -

Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Eduardo Gomes

Relatório: Pela aprovação nos termos da Emenda nº1-CCT (Substitutivo), com a subemenda que apresenta.

Observações:

A matéria já foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº. 01 – CCT (Substitutivo).

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Gomes para fazer a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado nº 383, de 2017, do Senador Roberto Rocha, que dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica.

A proposição é composta de seis artigos.

O art. 1º descreve o objetivo do projeto e define o esporte eletrônico.

O art. 2º atribui ao praticante de esportes eletrônicos a denominação de atleta.

O art. 3º estabelece a liberdade para a prática da atividade esportiva eletrônica, que deve ser acessível a todos, conforme os objetivos que elenca.

O art. 4º reconhece como fomentadoras da atividade esportiva eletrônica a confederação, a federação, a liga e a entidade associativa que, dentro das suas competências, normatizam e difundem a prática do esporte eletrônico.

O art. 5º pretende instituir o Dia do Esporte Eletrônico, a ser comemorado no dia 27 de junho de cada ano.

Por fim, o art. 6º determina que a lei resultante do projeto entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação da proposta, o autor salienta que "o esporte virtual se revela como mecanismo de socialização, diversão e aprendizagem, seguindo o mesmo caminho dos esportes tradicionais". Defende ainda que, com sua regulamentação, os atletas praticantes dessa modalidade terão uma legislação que normatize sua atividade, como ocorre com as demais modalidades esportivas.

A proposição foi distribuída à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e, para decisão terminativa, à Comissão de Educação.

A CCT aprovou parecer favorável à matéria, nos termos do substitutivo apresentado, adequando os dispositivos do projeto à melhor técnica legislativa.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em proposições que versem acerca de normas gerais sobre desportos, tema afeto ao PLS n° 383, de 2017.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os jogos eletrônicos, ou eSports, como são conhecidos, têm se tornado cada vez mais populares em diversos países, principalmente entre as pessoas mais jovens. Em todo o mundo, o número de entusiastas de eSports subiu de 90 milhões, em 2014, para quase 150 milhões, em 2016.

No Brasil, as competições de jogos virtuais atraem jogadores, espectadores e movimentam grandes somas de dinheiro. Em agosto de 2015, por exemplo, 12 mil pessoas foram ao estádio Allianz Parque, em São Paulo, para acompanhar ao vivo uma partida de um dos jogos mais populares do mundo.

Estudo realizado pela Newzoo, consultoria especializada no mercado de games, aponta que, em 2017, o mercado de esportes eletrônicos movimentou quase US$700 milhões no mundo inteiro. Estima-se que esse valor ultrapasse a marca de US$1 bilhão neste ano de 2019.

É indiscutível, pois, o mérito do projeto.

Ademais, por pronunciar-se em decisão terminativa, compete à Comissão de Educação opinar sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da proposição.

Não vislumbramos óbice constitucional ao projeto. Além disso, entendemos que a técnica legislativa foi aperfeiçoada pela emenda substitutiva apresentada pela CCT.

Entretanto, há vício de injuridicidade em seu art. 5º, que pretende instituir o Dia do Esporte Eletrônico. Ocorre que a instituição de datas comemorativas no Brasil é regulada pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010. De acordo com essa lei, a instituição de datas comemorativas destinadas a vigorar no Território nacional obedecerá ao critério da alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira. Além disso, a definição do critério de alta significação será dada, em cada caso, por meio de consultas e audiências públicas realizadas e devidamente documentadas, com organizações e associações legalmente reconhecidas e vinculadas aos setores interessados.

A Lei nº 12.345, de 2010, exige ainda que a instituição de data comemorativa seja proposta por meio de projeto de lei acompanhado de comprovação da realização das mencionadas consultas ou audiências públicas. Todavia não há registro de audiência realizada com a finalidade de debater a instituição da data proposta no PLS nº 383, de 2017.

Assim, oferecemos subemenda à Emenda nº 1 da CCT para suprimir o art. 5º do projeto. Tal supressão em nada prejudicará o mérito da iniciativa. A instituição da data comemorativa pode ser proposta em projeto de lei autônomo, após cumpridas as exigências legais.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado n° 383, de 2017, na forma da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), com a subemenda que apresentamos.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu vou pedir vista desse projeto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Vista coletiva, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vista coletiva concedida ao Senador Izalci Lucas.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 3, de 2018

- Não terminativo -

Denomina a cidade de São Luís, no Estado do Maranhão, Capital Nacional do Bumba Meu Boi.

Autoria: Deputado Hildo Rocha

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao eminente e prezado amigo Roberto Rocha, Senador da República, para a leitura do seu relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, muito brevemente, este projeto é de autoria do nobre Deputado Hildo Rocha, do meu Estado, Maranhão.

Na justificação, o autor ressalta a relevância da tradição da festa do Bumba Meu Boi, iniciada séculos passados e que vem se mantendo e se desenvolvendo até os dias de hoje.

Manifestações como esta se caracterizam por uma grande tradição em diversos Estados brasileiros. O Bumba Meu Boi ou Boi-Bumbá é uma dança de folclore que gira em torno da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ressurreição de um boi e envolve personagens humanos e animais e fantásticos. Possui ligações com tradições indígenas, africanas e europeias, bem como elementos de celebrações religiosas católicas e está profundamente ligado ao período as festas juninas. Portanto, em bom momento a gente aprecia este projeto, às vésperas das festas juninas.

Embora os primeiros registros do Bumba Meu Boi tenham ocorrido no Estado de Pernambuco, é mais popular e difundido no Estado do Maranhão. No ano de 2012, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) outorgou ao Bumba Meu Boi o título de Patrimônio Cultural do Brasil.

A festa do Bumba Meu Boi anima maranhenses e visitantes de todo o mundo na cidade de São Luís, em celebrações que ocorrem principalmente no meio do ano.

Pelo amplo significado cultural do desenvolvimento dessa importante tradição no interior do Nordeste brasileiro, manifestada em sua plenitude na capital maranhense, somos, no mérito, favoráveis à concessão do título de Capital Nacional do Bumba Meu Boi à cidade de São Luís.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do projeto, cumprimentando o Deputado Hildo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não havendo quem queira discutir e não se tratando de matéria terminativa, submeto à apreciação dos Srs. Parlamentares desta Comissão.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a V. Exa. que coloque para ser apreciado em regime de urgência, para que a gente possa levar imediatamente ao Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Submeto à apreciação dos Srs. Parlamentares a solicitação de urgência formulada pelo Senador Roberto Rocha.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovada a urgência, Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Muito bem!

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – O projeto vai ao Plenário.

Cabe-me ainda externar que foram retirados de pauta, a pedido dos Relatores, os itens de nºs 2 e 13 e retirado também, a pedido do autor, o Projeto de Lei nº 17.

Agora sim, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 1 minuto.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e dezenove minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Dário Berger, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Leila Barros, Flávio Arns, Marcos do Val, Paulo Paim, Renilde Bulhões, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Flávio Bolsonaro, Juíza Selma, Vanderlan Cardoso, Luis Carlos Heinze, Chico Rodrigues e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Alessandro Vieira e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 9/2019 - CE, de autoria do Senador Marcos do Val, REQ 39/2019 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns, e REQ 46/2019 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns e do Senador Izalci Lucas. **Finalidade:** 2ª Audiência Pública para discutir a renovação e a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), cuja vigência expira em 2020. **Participantes:** Sylvia Cristina Toledo Gouveia, Coordenadora-Geral da CGFSE/DIGEF do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (representante do Ministério da Educação (MEC)); Fred Amancio, Secretário de Educação de Pernambuco/ Vice-presidente do Consed (representante de: Consed); Caio Callegari, Coordenador de Projetos (representante de: Movimento Todos pela Educação); Marcelo Ferreira da Costa, Dirigente Municipal de Educação de Goiânia/ GO, Presidente da Undime/ GO e Presidente da Undime Região Centro-Oeste (representante de: Undime). Daniel Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação (representante de: Campanha Nacional pelo Direito à Educação). **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e vinte e um minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Dário Berger e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Leila Barros, Alessandro Vieira, Fabiano Contarato, Paulo Paim, Zenaide Maia, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Acir Gurgacz, Flávio Bolsonaro, Telmário Mota e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Roberto Rocha, Cid Gomes, Marcos do Val, Renilde Bulhões, Angelo Coronel e Sérgio Petecão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 15ª e 16ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei Complementar n° 17, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Exclui os espetáculos circenses da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza." **Autoria:** Senador Alvaro Dias (PODE/PR). **Relatoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 2 - Aviso n° 14, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Encaminha exemplar do Relatório Sistêmico de Fiscalização da Função Cultura (FiscCultura), exercício de 2014, resultante de levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do processo nº TC-018.752/2014-4, apreciado pelo Plenário do TCU em 22/04/2015, mediante Acórdão nº 921/2015 (TC-018.752/2014-4)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Arolde de Oliveira. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 3 - Projeto de Lei do Senado n° 265, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições de ensino." **Autoria:** Senador Magno Malta (PR/ES). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora, para reexame. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 13, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Incentivo ao Atendimento Voluntário para Alunos com Baixo Rendimento Escolar." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator, para exame da emenda apresenta. **Observação:** Em 28.5.2019, foi apresentada emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de autoria da Senadora Daniella Ribeiro. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 90, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o Bandeirante do Século XX, no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 383, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), com a subemenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 360, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a incumbência do Poder Público na promoção de feiras de ciência e tecnologia na rede pública de ensino médio." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 389, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger (PMDB/SC). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 520, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 49 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para dispor sobre aproveitamento de disciplinas cursadas com aprovação, na educação de nível superior." **Autoria:** Senador Cidinho Santos (PR/MT). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação com três emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 1255, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para assegurar, a estudantes com a renda familiar que especifica, a reserva de cinquenta por cento das vagas ociosas nas universidades federais." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 683, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Nano Tecnologia e Novos Materiais." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PR/SC). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 684, de 2019 - Terminativo -** que: "Reconhece o Estado de Santa Catarina como “Polo Náutico do Brasil”." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PR/SC). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório. **ITEM 13 - Projeto de Lei do Senado n° 308, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 278, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 598, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido da relatora. **ITEM 16 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 51, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PLS 354/2015, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Fenilcetonúria. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Simone Allan Arede - Representante da Associação Mães Metabólicas; 2. Representante do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA) e Senador Styvenson Valetim (PODE/RN) **Resultado:** Adiado. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 52, de 2019** que: "Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a substituição do nome do Sr. Luiz Carlos Bassuma, constante do Requerimento 50 / 2019 - CE, que tem como objetivo debater a Instituição do Dia Nacional Do Espiritismo, pelo nome do Sr. Jack Darsa - Palestrante espírita, coordenador de palestras públicas da Comunhão Espírita de Brasília e, coordenador da Produtora da Comunhão Espírita de Brasília." **Autoria:** Senador Eduardo Girão (PODE/CE). **Resultado:** Retirado definitivamente pelo autor. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 53, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir, junto aos diretores nacionais e estaduais dos Institutos Federais de Tecnologia, o corte nas finanças das escolas de ensino técnico." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG) e Senador Eduardo Girão (PODE/CE). **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 54, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 51/2019 - CE, com o objetivo de instruir o PLS 354/2015, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Simone Allan Arede - Presidente da Associação Mães Metabólicas; 2. Dra. Leandra Vilela Silva Paraneto - Vice Presidente da Associação Mães Metabólicas e Defensora Pública do DF; 3. Dra. Terezinha - Coordenadora das Doenças Raras SES-DF; 4. Dra. Bárbara - Nutricionista Especialista em Fenilcetonúria SES-DF; 5. Dra. Monique - Nutricionista Especialista em Fenilcetonúria SESDF; 6. Dra. Maria Teresa - Geneticista Especialista em Fenilcetonúria SESDF; 7. Professor Nathan - Coordenador do Observatório de Doenças Raras da UnB; 8. Representante do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Angelo Coronel (PSD/BA). **Resultado:** Adiado. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 56, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 39/2019 - CE, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Elida Graziane Pinto - Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo; 2. Priscila Cruz - Presidente do Todos pela Educação." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 57, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as ações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no âmbito das políticas de educação superior no Brasil com a presença do Sr. Anderson Ribeiro Correia, Presidente da CAPES." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 58, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de expor aos Senadores da Comissão o seu plano de metas, objetivos e programas ligados à Cultura e Esporte a serem implementados no âmbito do Ministério da Cidadania. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Excelentíssimo Senhor Osmar Terra, Ministro de Estado da Cidadania." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 15ª e 16ª Reuniões.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Informo que a presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 20 da pauta, porém, a pedido dos Srs. Relatores, ficam retirados de pauta os itens 2, 3, 4, 5, 13 e 15.

O Requerimento nº 52, item 17 da pauta, foi definitivamente retirado pelo seu autor, Senador Eduardo Girão, nos termos do art. 256 do Regimento Interno.

(São as seguintes as matérias retiradas:

ITEM 2

AVISO Nº 14, de 2016

- Não terminativo -

Encaminha exemplar do Relatório Sistêmico de Fiscalização da Função Cultura (FiscCultura), exercício de 2014, resultante de levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do processo nº TC-018.752/2014-4, apreciado pelo Plenário do TCU em 22/04/2015, mediante Acórdão nº 921/2015 (TC-018.752/2014-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião de 14/05 e 21/05/2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, de 2018

- Não terminativo -

Altera o art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições de ensino.

Autoria: Senador Magno Malta

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, de 2016

- Não terminativo -

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa Nacional de Incentivo ao Atendimento Voluntário para Alunos com Baixo Rendimento Escolar.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 90, de 2017

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o Bandeirante do Século XX, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Luiz do Carmo

Relatório: Pela aprovação com duas emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião de 14/05 e 21/05/2019.

ITEM 13

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, de 2018

- Terminativo -

Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves

Relatoria: Senador Luiz do Carmo

Relatório: Pela aprovação.

ITEM 15

PROJETO DE LEI Nº 598, de 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

Autoria: Senador Plínio Valério

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Pela aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 17

REQUERIMENTO Nº 52, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, a substituição do nome do Sr. Luiz Carlos Bassuma, constante do Requerimento 50 / 2019 - CE, que tem como objetivo debater a Instituição do Dia Nacional Do Espiritismo, pelo nome do Sr. Jack Darsa - Palestrante espírita, coordenador de palestras públicas da Comunhão Espírita de Brasília e, coordenador da Produtora da Comunhão Espírita de Brasília.

Autoria: Senador Eduardo Girão.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião de 21/05/2019.)

Eu quero aproveitar essa oportunidade, Srs. Senadores. Com intuito de dinamizar e aumentar o fluxo de informações entre os membros da nossa Comissão de Educação, Cultura e Esporte, procuro sempre buscar matérias relacionados aos temas da Comissão para que tenhamos cada vez mais subsídios para nossas respectivas discussões.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pela Presidente da República, foi instituído pela Lei nº 13.005, de 2014, tendo como período de vigência a década de 2014 a 2024. Como é de conhecimento de todos, essa é uma política de Estado, que visa concretizar, por meio de estratégias, 20 metas consideradas fundamentais para o desenvolvimento educacional do Brasil. Sendo assim, trago ao conhecimento de V. Exas. alguns dados coletados pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e divulgados no dia de hoje pelo portal G1.

Segundo levantamento, 16 das 20 metas, ou seja, 80% das metas do Plano Nacional de Educação estão estagnadas, enquanto outras quatro estão parcialmente cumpridas. Dentre as metas atrasadas, destaco algumas.

> Meta 1: educação infantil.
> [Para variar, como sempre, a meta era] ter 100% das crianças de 4 e 5 anos matriculadas na pré-escola até 2016 e 50% das crianças com até 3 anos matriculadas em creches nos próximos dez anos.

A situação atualizada está crítica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Em 2017, apenas 34,1% das crianças até 3 anos tiveram acesso à educação infantil. Para reverter o quadro, seria necessário investir o suficiente para garantir o acesso de mais 20% da população nessa faixa etária [...].
> [...]
> Meta 5: alfabetização.
> Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental.
> [...]
> O prazo vai até 2024, mas o andamento da alfabetização é lento. Em 2014, 77,8% das crianças tinham habilidades de leitura, 65,5% em escrita e 42,9% em matemática. Em 2016, os dados não avançaram muito: eram de 78,3% para leitura, 66,2% para escrita e 45,5% para matemática.
> Meta 6: educação em tempo integral.
> Oferecer educação [este era o objetivo] em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas e atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica até 2024. [Conhecido internacionalmente como um modelo educacional que deu certo.]
> Os dados apontam queda nas matrículas em tempo integral. Em 2017, 28,6% das crianças estavam matriculadas. Em 2018, a porcentagem caiu para 23,2%.

Ao invés de aumentarmos, estamos diminuindo.

> Meta 17: salário do professor.
> Equiparar, até 2020, os salários dos professores das redes públicas de educação básica ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente.
> [...]
> O rendimento médio de um professor em 2013 era menor do que profissionais de mesma formação. O dado apontava a necessidade de aumentar em 30% o pagamento dos professores, o que ainda não aconteceu.

Para agravar ainda mais o não cumprimento dessas e outras metas, o Brasil vive uma grave crise de desinvestimento na educação. Os recursos do Ministério da Educação diminuíram em 56% entre 2014 e 2018. Em 2019, apesar de o Ministério da Economia ter desbloqueado o valor de R$1,570 bilhão do orçamento do Ministério da Educação na última semana, ainda estamos somando um valor de R$6,4 bilhões em contingenciamentos.

É preciso fazer do Plano de Educação o nosso norte, pois, se cumprirmos as metas, aumentando os investimentos, conseguiremos alcançar a educação com que tanto sonhamos e que desejamos.

Vamos ao item 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sr. Presidente, esse documento que foi lido é de quem?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Portal G1. Foi publicado ontem.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Foi publicado, mas é de autoria da Campanha...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – De autoria da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Isso, da Campanha Nacional de Direito à Educação. Inclusive, na semana passada, esse movimento esteve aqui na Comissão de Educação, representado pelo seu Presidente e Coordenador Daniel Cara.

V. Exa. havia, em uma das ocasiões, até falado com a Comissão e comigo também, na condição de Vice-Presidente, para nós nos determos, se V. Exa. se lembra, nos temas essenciais para a educação no Brasil, porque tudo é importante, é claro – a denominação de uma rodovia, uma data festiva –, mas para não perdermos de vista certos referenciais fundamentais para o desenvolvimento, manutenção, consolidação. Um deles é o Fundeb, não há dúvida. Nós estamos discutindo bastante tornar o Fundeb um tema permanente da Constituição, mas eu penso que praticamente cada um desses temas mereceria um debate com o Ministério da Educação e com alguns... Por exemplo, pegar o acesso à creche, e a gente ter só um debate sobre o acesso à creche, que é uma das metas do PNE; ou educação pré-escolar... É essencial, fundamental termos um tema, quer dizer, um ciclo de discussões e de debates sobre cada uma dessas metas. Ou educação em tempo integral: eu diria que é fundamental não só para a educação, mas para a segurança, para haver menos criminalidade, mais gente na escola, não havendo evasão. Ou o financiamento atual, porque o Fundeb, mesmo que se repense e se veja essa complementação da União, é algo que vai para 2021.

Então, nós poderíamos, se V. Exa. concordar – e sei que é sua intenção também –, pensar em um ciclo de abordagem de cada uma das metas e saber exatamente por onde o Ministério da Educação caminha, nessa articulação até com os outros ministérios, e fazermos disso uma perspectiva de termos um debate bem direcionado e avaliando as metas, naquilo que foi lido e está tão bem escrito.

Se V. Exa. concordar, acho que nós poderíamos pensar em organizar e, na semana que vem, propor à Comissão um apanhado, um debate, uma audiência pública sobre cada um dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

itens levantados. Podemos chamar a pessoa do MEC; como é educação infantil, a Undime também, não é tanto o Consed; para a pré-escola, também é a Undime; e depois, para a educação em tempo integral, na verdade, são todos; e termos posicionamentos desta Comissão para mudar a realidade.

Eu queria, se V. Exa. concordar, propor nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Essa é sempre a minha intenção, no início dos trabalhos, ao levantar alguns temas para reflexão e, é evidente, para discussão e desenvolvimento de uma política de acompanhamento e, por que não dizer, de incentivo por nossa parte para que possamos impulsionar os conceitos, os métodos e as práticas para atingir os objetivos tais como foram previstos até 2024.

V. Exa., como sempre, Senador Flávio Arns, demonstra conhecimento de causa como poucos e preocupação também bastante acurada a respeito desse assunto. Eu acho que essa foi realmente a minha intenção. Eu só queria fazer uma sugestão: como nós participamos de muitas outras Comissões e temos, realmente, um tempo exíguo em determinados horários, em determinados momentos, que nós pudéssemos fazer uns ciclos de debate com menos participantes, com um ou dois, de repente, ou três no máximo, porque daí nós poderemos fazer ciclos de debates objetivos, sucintos, rápidos. Buscaríamos as informações do Governo, que mandaria um representante da área específica, junto com talvez mais um debatedor independente, para que nós pudéssemos ampliar um pouco a discussão, e assim proceder aos estudos de ciclos ou de audiência pública, porque são temas extremamente importantes, como V. Exa. relatou. A pré-escola e a educação integral, Senador Jorginho, são temas, na minha opinião, fundamentais, até vitais para o futuro da educação no País. E, na medida em que nós não vamos atingir a meta – já estamos acusando que não vamos atingir a meta –, e inclusive os recursos para a educação têm diminuído significativamente, eu acho que no mínimo nós temos a obrigação, como membros desta Comissão, de levantar essa bola, de discutir esse problema e de alertar as nossas autoridades para o descumprimento das metas, porque isso é muito ruim para o Brasil.

Então, fico à disposição de V. Exa. para sugerir os ciclos de debates. V. Exa. já está, como sempre, autorizado, na condição de Vice-Presidente, a marcar as audiências públicas. E, na hipótese de um de nós não poder estar presente, o outro assume a responsabilidade de dirigir os trabalhos. Com isso, nós vamos ampliando o debate e construindo uma pauta positiva para a Comissão de Educação. Se V. Exa. concordar, eu agradeço.

Vamos dar sequência, então, à nossa reunião, examinando o item nº 1 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 17, de 2019

- Não terminativo -

Exclui os espetáculos circenses da incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza.

Autoria: Senador Alvaro Dias

Relatoria: Senador Izalci Lucas

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Concedo a palavra ao Senador Izalci Lucas para a leitura e defesa do seu relatório.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu só quero, antes de ler o relatório, também manifestar aqui minha preocupação com o relatório apresentado sobre o Plano Nacional de Educação. Eu tive o privilégio de participar de todo o debate durante quase quatro anos aqui, fizemos uma luta muito grande para a aprovação dessas metas e ações, e é muito ruim a gente ver que a maioria delas não tem resultado nenhum, ficou no plano das intenções.

A gente precisa, de fato, eu concordo plenamente, pegar cada meta dessas e acompanhar de uma forma bastante intensa e com uma participação maior dos nossos Parlamentares, tendo em vista que a maioria deles defende a educação, para que a gente possa verificar no MEC qual é a posição do Ministério: saber cada meta dessa como está; qual é a proposta do Governo; se ele pretende ampliar, atender ou já desistiu completamente; se há outro plano em andamento. Porque, de fato, a gente avançou muito pouco. Então, concordo plenamente, acho que isso tinha que ser prioridade.

E eu ainda vou continuar defendendo, espero que a gente consiga... A gente não tem o prestígio que o Jorginho Mello tem, como Presidente da frente parlamentar – e eu, como Vice dele, só faço o que ele manda – da micro e pequena empresa. É muito bom. Agora, a gente precisa fazer um esforço aqui na Casa para uma vez pelo menos, por um mês, duas semanas, só cuidar da educação, porque não adianta também a gente ficar vendo só alguns pontos: "Ah,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está faltando dinheiro na Capes", "está faltando não sei o quê"... A gente tem que pegar qual é o contexto geral, todos os projetos que estão tramitando e fazer como fizemos com as mulheres: durante um mês, o mês de março, foi o mês das mulheres, e votamos praticamente tudo o que havia sobre as mulheres aí.

Educação é fundamental, todo mundo sabe disso. Então, a gente tinha que pegar um mês – vamos botar aí agosto, setembro, sei lá – para trabalhar todos os projetos que estão tramitando aqui, inclusive o Plano Nacional de Educação. No mês de agosto ou setembro – definir um mês – parar isso aqui e só falar em educação. Essa é uma coisa que pode melhorar um pouquinho, não é?

Vou entrar aqui no relatório.

Vem a esta Comissão o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 17, de 2019, de autoria do Senador Alvaro Dias, o qual propõe excluir os espetáculos circenses da incidência do ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza).

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º determina a exclusão do subitem 12.03 da lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, que inclui a prestação de serviços oferecida pelos espetáculos circenses como fato gerador para a incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza; já no art. 2º consta a cláusula de vigência, a qual propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria enfatiza que a incidência do ISS sobre os espetáculos circenses "tornou mais grave a situação dos circos, que vêm lutando para continuar suas atividades e propiciar entretenimento e cultura acessíveis à população brasileira".

A matéria foi distribuída para a apreciação da Comissão de Educação e também da Comissão de Assuntos Econômicos e, caso aprovada, segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

Passo à análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias relativas a normas gerais sobre cultura, caso da proposição em análise.

Quanto ao mérito no âmbito cultural, vale enfatizar o alerta dado pelo autor da matéria de que, em que pese a importância do circo na tradição cultural brasileira, uma vez que este leva entretenimento, cultura e inclusão social, principalmente às populações de periferia das cidades,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a instituição da cobrança do ISS, a partir de 2003, fez com que as trupes circenses passassem a ter sua renda substancialmente diminuída.

Da mesma forma, procede a alegação do Senador Alvaro Dias de precariedade dos recursos para os circos, particularmente os de menor porte – aqueles que se instalam em lonas nas periferias das cidades.

No Brasil, existem mais de 2 mil circos, sendo a maior parte deles de pequeno porte, pois apenas 80 deles poderiam ser classificados como médios ou grandes. O público anual gira em torno de 25 milhões de espectadores, particularmente das periferias, pois o circo continua sendo a grande diversão da população de baixa renda.

No conjunto das políticas culturais, o circo se encontra abrigado entre as artes cênicas, sob os cuidados e supervisão da Fundação Nacional de Artes (Funarte), órgão responsável, no âmbito do Governo Federal, pelo desenvolvimento de políticas públicas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo.

Além de manter uma escola de circo, a Funarte atua em apoio às artes circenses por meio de programas como o Cadastro de Profissionais e Grupos Circenses; de projetos de informação às prefeituras sobre como acolher o circo que chega à cidade; da realização e divulgação de cursos e oficinas; da realização de concursos e prêmios; e do apoio a festivais realizados no Brasil e no exterior.

Do ponto de vista do apoio por parte do Poder Público Federal, o circo está abrigado no conjunto dos projetos possíveis de receber recursos do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), o qual mantém o Fundo Nacional da Cultura (FNC), que financia um grande leque de atividades culturais, conforme a Lei nº 8.313, de 1991 (Lei Rouanet). Entretanto, em uma simples consulta ao volume de recursos captados pela Lei Rouanet, pode-se facilmente constatar que o circo é o "primo pobre" entre os outros setores das artes cênicas.

Nesse contexto, ainda que a Funarte e outras entidades governamentais semelhantes ofereçam prêmios para os circos, sua sobrevivência é muito difícil, especialmente no que diz respeito ao atendimento das exigências municipais – elevadas taxas de incêndio, luz, água –, entre as quais se inclui o pagamento do ISS.

Entre as consequências dos altos custos da atividade circense e do pouco incentivo recebido, está a evasão de artistas para o estrangeiro. Estatísticas mostram que nos últimos anos inúmeros artistas circenses brasileiros transferiram-se para circos de outros países, com grande sucesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante disso, é mais do que bem-vinda a isenção da cobrança do ISS sobre os espetáculos circenses, proposta pelo Senador Alvaro Dias, uma vez que o circo, apesar de sua ancestralidade, originalidade e potencial de promoção cultural, não recebe maior apoio para sua manutenção e mesmo expansão.

Cabe enfatizar, ademais, que, quanto à constitucionalidade, a iniciativa da proposição tem amparo nos arts. 24, inciso I, e 156, inciso III e § 3º, ambos da Constituição Federal. O primeiro fixa a competência da União para legislar sobre direito tributário concorrentemente com Estados e Distrito Federal, especialmente no estabelecimento de normas gerais (§§1º a 4º do art. 24 da Constituição Federal). O segundo, mais específico sobre ISS, reserva à lei complementar a definição dos serviços tributáveis pelo imposto, daí a necessidade de usar esse instrumento legislativo para a exclusão pretendida.

A matéria não é de iniciativa privativa do Presidente da República (art. 61, §1º, da Constituição Federal) e não está no rol das competências exclusivas do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, expresso nos arts. 49, 51 e 52 da Constituição Federal.

Todavia, no que tange à técnica legislativa, faz-se necessária a modificação do texto da ementa da proposição, no sentido de mencionar a alteração da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, conforme determina a Lei Complementar nº 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Já entro no voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2019, nos termos da seguinte emenda:

> EMENDA Nº – CE
> Dê-se à ementa do Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2019, a seguinte redação:
> "Altera a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003, para excluir os espetáculos circenses da incidência do Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza."

Esse é meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão.

Submeto o Projeto de Lei Complementar nº 17, de 2019, a votação.

Os Senadores que concordam com o parecer do Senador Izalci permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Aprovado o relatório, que, então, passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável ao projeto, com a emenda apresentada.

A matéria vai agora à Comissão de Assuntos Econômicos.

Vamos ao item nº 8 da pauta, cujo Relator é o Senador Jorginho Mello.

Aproveito para consultar V. Exas. Nós temos, a partir de agora, só projetos de lei terminativos para deliberar. Como nós não temos quórum suficiente, eu indago a V. Exas. se faremos a leitura e a discussão dos projetos e aguardaremos a hipótese de futuramente de termos quórum para submetê-los a votação.

Havendo a concordância dos colegas, eu agradeço e submeto à discussão o seguinte projeto de lei.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, de 2016

- Terminativo -

Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados.

Autoria: Senador Dário Berger.

Relatoria: Senador Jorginho Mello.

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda, nos termos do relatório apresentado.

Dessa forma, concedo a palavra ao Senador Jorginho Mello, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para proferir relatório.) – É uma pena, Sr. Presidente, que não dê para deliberar. Não é porque esta matéria é da sua lavra, mas eu considero importante disciplinar a questão dos feriados nacionais.

Inicio, Sr. Presidente, a leitura do relatório de minha lavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei do Senado (PLS) 389, de 2016, de autoria do Senador Dário Berger, que dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados.

A proposição estabelece, em seu art. 1º, que os feriados serão comemorados antecipadamente, nas segundas-feiras, caso recaiam nos demais dias da semana. Define, ainda, que se excetuam dessa obrigação os feriados dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), Carnaval, Sexta-Feira Santa, 1º de maio (Dia do Trabalho), Corpus Christi, 7 de setembro (Dia da Independência), 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida) e 25 de dezembro (Natal), bem como os feriados que ocorrerem nos sábados e domingos.

Por sua vez, o art. 2º traz a cláusula de vigência, que se inicia 90 dias após a publicação da lei em que vier a se converter o projeto.

De acordo com a justificação, o autor argumenta que o excessivo número de feriados leva à drástica redução dos dias úteis destinados à produção e à comercialização de bens e serviços e que a proposição busca minimizar os danos causados ao funcionamento das empresas, ao emprego dos trabalhadores e à arrecadação dos governos de todos os níveis da Federação.

A matéria foi encaminhada, unicamente, a esta Comissão, para apreciação em caráter terminativo, não lhe tendo sido apresentadas emendas.

Inicialmente, a matéria foi distribuída para a relatoria do Senador Hélio José, que apresentou parecer favorável. Diante do encerramento do seu mandato parlamentar, a proposição foi redistribuída para a nossa relatoria. Assim, por concordarmos com os termos apresentados, reiteramos na íntegra o relatório oferecido pelo Senador.

Análise.

Nos termos do disposto pelo inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a este Colegiado opinar sobre proposições que versem, entre outros temas, sobre datas comemorativas e homenagens cívicas.

Por outro ângulo, conforme disposto no inciso I dos arts. 49 e 91 dessa norma, foi confiada a esta Comissão a competência para decidir terminativamente sobre a matéria quanto ao mérito. Por não ter sido distribuída à Comissão de Constituição e Justiça, cabe à Comissão de Educação pronunciar-se também em relação à constitucionalidade, à juridicidade, em especial no que diz respeito à técnica legislativa, e à regimentalidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relativamente à constitucionalidade da proposição, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal.

A Carta Magna também determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, *caput*, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar.

Assim sendo, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, inclusive no que concerne à técnica legislativa, tendo em vista que o texto do projeto se encontra igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Passemos, pois, à análise do mérito da proposição.

A atual regulamentação dos feriados se dá:

a) pela Lei nº 662, de 6 de abril de 1949, com a redação concedida pela Lei nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002, que declara feriados nacionais os dias 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 2 e 15 de novembro e 25 de dezembro;

b) pela Lei nº 6.802, de 30 de junho de 1980, que declara feriado nacional o dia 12 de outubro, para culto público e oficial a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil; e

c) pela Lei nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, com a redação conferida pela Lei nº 9.335, de 10 de dezembro de 1996, que define como feriados civis os declarados em lei federal, a data magna do respectivo Estado, fixada em lei estadual, e os dias do início e do término do ano do centenário de fundação do Município, fixados em lei municipal; também prevê a criação de feriados religiosos, de acordo com as tradições locais, declarados em lei municipal, e em número máximo de quatro para cada Município, neste incluída a Sexta-Feira da Paixão.

A possibilidade de antecipação da comemoração de feriados para as segundas-feiras já havia sido tratada com a publicação da Lei nº 7.320, de 11 de junho de 1985, que excepcionava

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas os dias de Confraternização Universal, de Independência, do Natal e Sexta-Feira Santa. Previa, ainda, que [...].

.....

[...] 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil) e 25 de dezembro (Natal).

O objetivo do autor da proposta é evitar a redução do número de dias úteis em razão da quantidade excessiva de feriados, situação essa agravada, quando as efemérides ocorrem entre as terças e sextas-feiras, pelo popularmente conhecido "enforcamento dos dias úteis".

É, de fato, significativa a desvantagem acarretada por tal costume.

Os feriados prolongados não geram apenas prejuízos econômicos para o País, mas também educacionais, com a perda de preciosos dias letivos em razão da extensão do feriado aos dias que o antecedem ou que a ele se seguem.

Além de gerar graves problemas administrativos, essa prática prejudica o ritmo e a continuidade do processo de aprendizagem em todos os níveis e modalidades de ensino.

A opção pela antecipação da comemoração dos feriados para as segundas-feiras decorre do fato de que seu eventual adiamento para as sextas-feiras acabaria por prejudicar o comércio, pois comprovadamente são os sábados o melhor dia de vendas para o comércio em geral.

Com efeito, a possibilidade de se emendarem feriados com os fins de semana fomentará as pequenas viagens e a prática de atividades culturais, desportivas e de lazer. E o estímulo às indústrias do turismo e da cultura – reconhecidas como as mais importantes geradoras de emprego e renda nas economias atuais – também será capaz de garantir relevantes benefícios sociais e econômicos para o Brasil.

Quanto ao aspecto cultural, em que pese o fato de a comemoração dos feriados envolver facetas complexas do âmbito da tradição, da fé e dos interesses populares, a proposta em estudo teve o cuidado de preservar, na data original, as efemérides mais significativas do calendário nacional: 1º de janeiro, 1º de maio, 7 de setembro, 12 de outubro e 25 de dezembro. É importante assinalar que a regulamentação dos feriados religiosos – com exceção do Carnaval, Sexta-Feira Santa e Corpus Christi, considerados feriados nacionais – é feita pelos Municípios, cabendo a eles resguardar o interesse local na escolha das datas.

Assim, a comemoração de parte dos feriados próxima aos finais de semana se mostra medida meritória e oportuna, capaz de garantir maior regularidade ao trabalho pedagógico e de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

permitir que, ao mesmo tempo em que se preservam os feriados e datas comemorativas, mantenha-se aquecida a atividade produtiva, providência especialmente relevante em situações de grave crise econômica.

Voto.

Conforme a argumentação exposta, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado 389, de 2016, com a emenda que a seguir apresentamos:

EMENDA Nº – CE

Dê-se a seguinte redação ao art. 1º do PLS nº 389, de 2016:

"Art. 1º Serão comemorados por antecipação, nas segundas-feiras, os feriados que caírem nos demais dias da semana, com exceção dos que ocorrerem nos sábados e domingos, e dos dias 1º de janeiro (Confraternização Universal), Carnaval, Sexta-Feira Santa, 1º de maio (Dia do Trabalho), Corpus Christi, 7 de setembro (Dia da Independência), 12 de outubro (Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil) e 25 de dezembro (Natal), bem como aqueles reservados ao disciplinamento pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Esse é o parecer e voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Submeto à discussão a matéria.

Eu só queria pedir licença ao nosso querido e estimado Relator, o Senador catarinense Jorginho Mello, para acrescentar que o objetivo central dessa singela proposição é minimizar os danos ao funcionamento das empresas, dos próprios trabalhadores e da arrecadação dos Governos Federal, estaduais e municipais, causado sobretudo pelo excessivo número de feriados, circunstância que leva a uma drástica redução do movimento econômico nos respectivos entes da Federação brasileira. Como os senhores puderam observar, o alcance desse projeto não é extremamente significativo, porque datas consagradas do calendário nacional foram preservadas na íntegra, no respectivo dia em que acontece o feriado, mas os outros feriados que não têm aquela relevância imensa – como Natal, Dia do Trabalhador, Proclamação da República – foram, inclusive, através de emenda...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Há os pontos facultativos – foram bem abordados pela emenda que apresentou o Senador Jorginho Mello...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí outra coisa que eu queria – estudei um pouco essa matéria... O feriado, a proposta é do feriado de terças às sextas-feiras. Ora, muita gente até já me perguntou, por que eu não deixo o de sexta-feira, por que a minha proposta antecipa o de sexta-feira também para segunda-feira. Porque, como bem relatou o Senador Jorginho Mello, o final de semana, as sextas-feiras, os sábados são os melhores dias para o comércio em todo o País, enquanto a segunda-feira é o pior de todos os dias. De maneira que a antecipação para segunda-feira seria importante e salutar.

Esse projeto, inclusive, essa lei, essa situação já vigorou no Brasil em 1985; foi aprovada através da Lei 7.320 e posteriormente foi revogada por outra lei, porque não preenchia, vamos dizer assim, na totalidade os interesses da população brasileira. De maneira que isso também pode trazer mais segurança às famílias que podem planejar, com antecedência, suas respectivas viagens. Isso também poderá influenciar substancialmente nos destinos turísticos para onde as pessoas e as famílias terão oportunidade de viajar, já com a segurança do feriado assegurado.

Portanto, parece-me que, da forma como foi aprovado, o alcance, muito embora não seja amplo e irrestrito, com todos os feriados, é um avanço significativo, é um início de um novo conceito, de uma nova cultura que vem ao encontro não só do sistema produtivo como um todo, mas dos próprios trabalhadores, que vão ampliar, de repente, o seu feriado e vão ter oportunidade de destinar esse período para outras atividades, inclusive de lazer.

De maneira que, evidentemente, eu peço também a aprovação dos prezados colegas, embora seja terminativo. E como nós não temos quórum, vamos deixar para discutir numa próxima oportunidade.

Eu sou Relator de dois projetos e gostaria de pedir ao Senador Flávio Arns que assumisse a Presidência dos trabalhos, para que eu faça a relatoria dos dois projetos, que são terminativos, mas a gente vai agilizando os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Agradeço ao Senador Dário Berger; parabenizo o Senador, assim como o Senador Jorginho Mello e o Senador Esperidião Amin por representarem tão bem o querido Estado de Santa Catarina e o Brasil, onde minha família também tem suas origens, em Forquilhinha, perto de Criciúma, e em Brusque, perto de Itajaí.

Eu passo, então, a ler o item nº 11 da pauta.

ITEM 11

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROJETO DE LEI Nº 683, de 2019

- Terminativo -

Confere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Nanotecnologia e Novos Materiais.

Autoria: Senador Jorginho Mello

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para leitura do relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. e Sras. Senadoras.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei nº 683, de 2019, de autoria do Senador Jorginho Mello, que propõe seja conferido ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de "Capital Nacional da Nanotecnologia e Novos Materiais".

A proposição consta de dois dispositivos: o art. 1º confere a referida homenagem e o art. 2º dispõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificação, o autor da matéria afirma que a homenagem tem por objetivo "fazer justiça aos esforços empreendidos pela população local na conservação e continuidade dessa importante tradição empreendedora".

A matéria foi distribuída para a apreciação exclusiva e terminativa da Comissão de Educação. Não foram apresentadas emendas à proposição.

A análise, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre matérias que versem sobre homenagens cívicas, caso do projeto de lei do Senador Jorginho Mello, ora em análise.

Nanotecnologia é o entendimento e controle da matéria em nanoescala, em escala atômica e molecular. Atua no desenvolvimento de materiais e componentes para diversas áreas de pesquisa, como medicina, eletrônica, ciências, ciência da computação e engenharia dos materiais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nanotecnologia se iniciou com a criação, no ano de 1981, do Microscópio de Varredura por Tunelamento (STM), que tornou possível a observação de átomos e moléculas em nível atômico. O uso do STM, juntamente com outros equipamentos, possibilitou a exploração de materiais em nanoescala.

Os cientistas afirmam que, por meio da nanotecnologia, é possível desenvolver materiais e componentes melhores, pois os materiais trabalhados nas escalas métricas que conhecemos não se comportam da mesma maneira em nanoescala. Gases, líquidos e sólidos trabalhados em nanoescala podem se tornar mais fortes ou ganhar propriedades como condução de calor e eletricidade, ficar mais reativos, mudar de cor e outros fenômenos.

A nanotecnologia desponta como a provável nova onda tecnológica relevante para a competitividade da indústria brasileira. De acordo com os órgãos oficiais, a previsão é que o mercado de nanotecnologia alcance o valor de US$5 trilhões até 2020, com crescimento de 27% ao ano no Brasil. Em Santa Catarina, o segmento fatura R$ 40 milhões ao ano e conta com 28 empresas, sendo que 90% delas estão em Florianópolis.

Pela sua representatividade, o setor de nanotecnologia foi incluído entre os principais eixos do Plano de Desenvolvimento Municipal de Florianópolis. O Município já possui empresas de nanotecnologia que são referências mundiais, além de um conjunto significativo de pesquisas e projetos relacionados ao tema dentro das universidades.

Os 28 empreendimentos instalados em Santa Catarina se beneficiam da articulação com centros de pesquisa como o Laboratório Interdisciplinar para o Desenvolvimento de Nanoestruturas da Universidade Federal, parques tecnológicos, incubadoras e programas de fomento como a Sinapse da Inovação, da Fundação Certi.

Ademais, como bem destaca o autor da matéria, Florianópolis foi precursora na instalação do primeiro Arranjo Promotor de Inovação (API) em Nanotecnologia do País. Este arranjo cresceu e se consolidou no Estado e recentemente passou a ser nacional. Por essas razões, é pertinente, oportuna, justa e meritória a iniciativa de conferir ao Município de Florianópolis o título de “Capital Nacional da Nano Tecnologia e Novos Materiais”.

Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade e também legalidade da proposição.

No que se diz respeito à constitucionalidade, a proposição obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa e não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à juridicidade, a matéria não afronta o ordenamento jurídico nacional.

Da mesma forma, no que tange à técnica legislativa, não há qualquer óbice ao texto do projeto, que está de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 683, de 2019.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria.

Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu só quero alertar o autor do requerimento, meu querido amigo Jorginho Melo, de que, logo, logo, nós teremos de apresentar um outro projeto, porque Brasília logo vai ultrapassar Florianópolis.

Mas tudo bem. Por enquanto, fica como a capital, provisoriamente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Provisoriamente. Muito bem.

Senador Jorginho Melo.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Tudo bem, Senador Izalci.

V. Exa., além de ser um competente Senador, é um homem que todos nós respeitamos. Eu o conheço já como Deputado Federal. Não tenha dúvida. Vamos dividir essa capital de todos os brasileiros.

Eu vou ao encontro das forças produtivas de Santa Catarina, de tecnologia da Universidade Federal. Isso tudo é novo, nanotecnologia, esses nomes todos invocados aí. A gente conhece pouco, mas é a tecnologia fazendo o melhor, com materiais diferentes na área da saúde, na área da tecnologia, de laboratórios, de ensino dentro da universidade, cremes,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

remédios, enfim, e Santa Catarina saiu na frente pelo completo centro de tecnologia lá da capital. Então, 25% de todas as empresas do Brasil, segundo levantamentos, estão implantadas em Santa Catarina.

Por isso, para fazer uma homenagem à capital de todos os catarinenses, eu agradeço a relatoria do Senador Dário Berger e a aprovação de todos os senhores na certeza de que vamos reconhecer não só a nossa Universidade Federal, mas as pessoas, o plano de desenvolvimento do Município, que contempla a nanotecnologia como uma das prioridades para o Município nos próximos dez anos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Quero mencionar, da minha parte, a alegria de ver citada a Universidade Federal de Santa Catarina, uma universidade que é referência no Brasil, assim como a do Paraná, pioneira também, com mais de 100 anos de existência. Ao mesmo tempo, destaco a importância da área da nanotecnologia, como V. Exa. mencionou também, importante para todos os setores. É interessante como isso pode trazer divisas, progresso, desenvolvimento, pesquisa, emprego e tudo fruto, não há dúvida alguma, da educação.

A educação é que vai levar, através da pesquisa, particularmente, que é desenvolvida nas universidades públicas a esse novo patamar de desenvolvimento que a gente almeja.

Não encerro a discussão. E a votação também será feita em ocasião oportuna.

Passamos ao Item 12 da pauta.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 684, de 2019

- Terminativo -

Reconhece o Estado de Santa Catarina como "Polo Náutico do Brasil".

Autoria: Senador Jorginho Mello

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observação: se aprovado o substitutivo, a matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Dário Berger para a leitura do relatório.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte, para decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 684, de autoria do eminente Senador Jorginho Mello, que reconhece o Estado de Santa Catarina como "Polo Náutico do Brasil".

O projeto é composto por dois artigos. O primeiro deles institui o referido reconhecimento e o segundo prevê a entrada em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor apresenta dados acerca da indústria náutica e o papel de destaque do Estado de Santa Catarina.

A proposição não recebeu emendas e foi distribuída para análise terminativa desta Comissão.

Análise, Sr. Presidente.

Nos termos do Regimento Interno e do art. 102, do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre essa matéria.

O Estado de Santa Catarina é o Estado mais relevante da indústria náutica brasileira.

Detentor de 60% do mercado de construção de embarcações náuticas no País, à frente de Estados como Rio de Janeiro e São Paulo, tem sido o destino escolhido para a instalação de importantes plantas de fabricantes internacionais.

A indústria náutica emprega somente em Santa Catarina mais de cinco mil trabalhadores. Essa mão de obra altamente especializada é responsável por todo o processo de fabricação, que vai do desenvolvimento do projeto, laminação, montagem, marcenaria e estofaria até a instalação de componentes elétricos e mecânicos.

O município de Itajaí é, sem dúvida, um dos destaques do Estado. Detentor do maior PIB de Santa Catarina, recebeu em 2018 o estaleiro Sedna Group, vindo de São Paulo. Somente as atividades do grupo serão responsáveis por gerar trezentas vagas de emprego.

Trata-se de uma atividade econômica em forte crescimento, e que pode ser considerada como de tradição no Estado de Santa Catarina. O seu reconhecimento como Polo Náutico reveste-se de justiça. O projeto é, portanto, meritório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, cabe salientar que não há óbices relativos à constitucionalidade, juridicidade e adequação regimental da proposição.

Quanto à técnica legislativa, consideramos que o projeto carece de reparos. No art. 1º há somente a descrição do objetivo da futura lei, mas não há a criação do referido reconhecimento. No art. 2º, é necessária a inicial maiúscula na palavra "lei". Além disso, falta um ponto final no artigo. Oferecemos, portanto, emenda substitutiva para efetuar os reparos necessários.

Voto, Sr. Presidente.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 684, de 2019, na forma do Substitutivo a seguir:

EMENDA CE Nº - (SUBSTITUTIVO)
PROJETO DE LEI Nº 684, DE 2019
Reconhece o Estado de Santa Catarina como "Polo Náutico do Brasil".
O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 1º O título de "Polo Náutico do Brasil" é conferido ao Estado de Santa Catarina.
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Está em discussão a matéria.

Senador Jorginho Mello.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Antes que o Senador Izalci se retire, esse não vai dar para dividir com Brasília, porque, pelo que eu sei, não tem água por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O lago.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só o lago.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Você sabe que Brasília é a segunda unidade com mais lanchas e barcos. É o Distrito Federal. Só para o senhor ter conhecimento. É o segundo do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Eu tenho uma inveja desse pessoal daqui porque não tenho, né?

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Imagina, Senador Izalci, se tivesse cento e tantas praias! Já pensou? Só em Florianópolis.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só por curiosidade, Jorginho.

Eu fui Presidente da Comissão da MP 781, que trata do INSS. Nós temos, em Brasília, 37 mil pescadores que recebem o seguro-defeso.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Barbaridade!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Para você ver como estava a situação do INSS. Trinta e sete mil!

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Trinta e sete mil? Nesse laguinho? (*Risos.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Só no Lago Paranoá.

Eu quero, Sr. Presidente, com...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – ... com a referida vênia, fazer uma homenagem ao Deputado Estadual Luiz Fernando Vampiro, lá de Santa Catarina, que foi o mentor intelectual desse título. Então, eu quero dividir com ele. Foi através dele que eu fiz esse PLP, e agradeço a aprovação do querido Senador Dário Berger, homem que Santa Catarina conhece e respeita, pelo que foi, pelo que é e pelo que vai ser, em favor daquele Estado, que nos enche de orgulho.

Então, agradeço e peço a aprovação de todos os Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu quero também mencionar que no relatório foi mencionado várias vezes o nome do Município de Itajaí. Eu quero destacar para todo o Brasil que é impressionante a beleza de um Município portuário. É um porto, mas com ruas extremamente organizadas, limpas, floreiras, flores, jardinagem, uma beira-mar maravilhosa, com restaurantes bonitos, atraentes, com o povo participando bastante, um mercado municipal altamente frequentado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E também uma Apae no Município de Itajaí, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, das primeiras no Brasil. Mais de 2 mil Municípios com Apaes, e a de Itajaí é uma das primeiras no movimento das Apaes. Então a menção ao Município de Itajaí, ao lado de Camboriú, traz uma... Porque Santa Catarina realmente é bela e santa... Catarina.

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Por natureza.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Por natureza, mas também não só pelas praias; eu diria também pelo interior, pela formação cultural do povo, a serra, enfim, todo o Estado é muito bonito.

Muito bem, não havendo mais quem queira discutir, interrompemos a discussão e a votação para serem realizadas em ocasião posterior.

Devolvo a Presidência, com prazer, ao Senador Dário Berger.

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sr. Presidente, deixe-me só utilizar mais um pouco do serviço de V.Exa. para submeter à apreciação dos colegas Senadores um requerimento que trata do convite que será formulado, e gostaria de obter a aquiescência de todos os Senadores presentes, para convidar o Ministro Osmar Terra para aqui fazer uma exposição dos temas relacionados à cultura e ao esporte.

Com o advento agora da reforma administrativa proposta pelo Sr. Presidente da República, os antigos Ministérios do Esporte e do Turismo, ou melhor, Ministério do Esporte e Ministério da Cultura transformaram-se em secretarias especiais ligadas ao Ministério da Cidadania. Dessa forma, na minha opinião, se faz importante acompanhar o desenvolvimento das atividades desempenhadas pelo atual Ministério, a fim de que esta Comissão possa tomar conhecimento dos planos, dos projetos, das ações voltadas então para a cultura e para o esporte.

E eu queria submeter isto aqui, este requerimento, Sr. Presidente, à apreciação dos Srs. Parlamentares, dos Srs. Senadores, sendo que a data será definida em comum acordo com a disponibilidade da agenda do Ministro e com esta respectiva Comissão.

Era o requerimento que eu gostaria de submeter à apreciação de V.Exas., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) –

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 22

REQUERIMENTO Nº 58, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de expor aos Senadores da Comissão o seu plano de metas, objetivos e programas ligados à Cultura e Esporte a serem implementados no âmbito do Ministério da Cidadania. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Excelentíssimo Senhor Osmar Terra, Ministro de Estado da Cidadania.

Autoria: Senador Dário Berger

Muito bem.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam com o requerimento permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Eu até, se V.Exa. permite, Senador Dário Berger, eu tenho um requerimento extrapauta convidando o Presidente da Capes para vir aqui a esta Comissão para explicar também, vamos dizer, os desafios, as políticas, os encaminhamentos daquele órgão, que é tão importante para o ensino, para a pesquisa, para a extensão; a dificuldade que houve recentemente em relação à concessão de bolsas pela Capes; e principalmente também a articulação que a Capes tem com a educação básica no Brasil, na parte de formação de professores e acompanhamento da educação básica.

Então, se V. Exa. e os Senadores concordarem, colocaríamos como requerimento extrapauta. Mas, de qualquer modo, passo a Presidência a V. Exa. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

O Senador Flávio Arns apresenta requerimento que passo a ler.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 21

REQUERIMENTO Nº 57, de 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as ações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no âmbito das políticas de educação superior no Brasil com a presença do Sr. Anderson Ribeiro Correia, Presidente da Capes.

Autoria: Senador Flávio Arns.

S. Exa. justifica o seu requerimento dizendo que a audiência pública é necessária para debater a atual problemática decorrente do contingenciamento de recursos federais na educação superior, que pode afetar os programas de bolsas de estudo para pós-graduação, mestrado e doutorado etc., etc., etc.

Portanto, eu já quero, de antemão, cumprimentar mais uma vez o Senador Flávio Arns pela iniciativa e dizer que, evidentemente, conta com o meu apoio. Acho importante, oportuno e salutar que a gente faça essa audiência pública para obter a posição oficial do Governo com relação a essa problemática bastante importante e fundamental para o futuro do Brasil.

Eu submeto à deliberação das Sras. e dos Srs. Senadores. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todas as Sras. e Srs. Senadores.

(*Iniciada às 11 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 29 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Izalci Lucas, Lasier Martins, Plínio Valério, Romário, Marcos do Val, Paulo Paim, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Wellington Fagundes, Jorge Kajuru, Major Olimpio, Jayme Campos e Eliziane Gama. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Leila Barros, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Renilde Bulhões, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Jorginho Mello e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 9/2019 - CE, de autoria do Senador Marcos do Val, REQ 39/2019 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns, e REQ 46/2019 - CE, de autoria do Senador Flávio Arns e do Senador Izalci Lucas. **Finalidade:** 3ª Audiência Pública para discutir a renovação e a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), cuja vigência expira em 2020. **Participantes:** Exma. Sra. Fátima Bezerra, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte; Sr. Henrique Carvalho, Analista de Planejamento e Orçamento da Secretaria Especial de Fazenda; Sr. André Alencar, Assessor Parlamentar da Confederação Nacional dos Municípios. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Flávio Arns

Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/30

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a realização de audiência pública para discutir a renovação e a revisão do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), cuja vigência expira em 2020, em atendimento aos seguintes requerimentos: Requerimento nº 9, de 2019, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Marcos do Val; Requerimento nº 18, de 2019, da Comissão de Educação, de autoria do Senador Dário Berger; Requerimento nº 39, de 2019, da Comissão de Educação, de autoria deste Senador Flávio Arns; e Requerimento nº 46, de 2019, da Comissão de Educação, de autoria dos Senadores Flávio Arns e Izalci Lucas.

A audiência pública também, quero destacar, será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo número de telefone 0800-612211.

Informo ainda que as apresentações a serem utilizadas pelos convidados estarão disponíveis na página da Comissão e no portal e-Cidadania, onde poderão ser acessadas.

Estão compondo esta Mesa duas autoridades. Quero cumprimentar, em primeiro lugar, a Exma. Sra. Fátima Bezerra, Governadora do Estado do Rio Grande do Norte. Quando eu a cumprimentei chegando aqui à Comissão de Educação, eu disse: "Quero cumprimentar a Deputada, a Senadora e a Governadora e, além disso, em primeiro lugar, a educadora Fátima Bezerra", porque, toda a vida dela, toda atividade, foi dedicada aos avanços necessários na educação. Na Câmara dos Deputados já foi Presidente da Comissão, aqui Vice-Presidente, relatou lá também o Fundeb na época – não a PEC, mas a regulamentação do Fundeb –, estava aqui bastante envolvida nesse assunto e representa aqui o Fórum de Governadores também, que já levou proposta nesse sentido. Seja muito bem-vinda, Governadora e Senadora!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero cumprimentar, com muita alegria – com quem eu já conversei antes desta audiência –, o Henrique Carvalho, representante do Ministério da Economia; assim como quero cumprimentar os demais membros do Ministério da Economia, que estão aqui presentes. O Henrique é um jovem profissional que pode contribuir muito para o debate em todos os aspectos, principalmente no da educação. Eu dizia para o Henrique que o essencial é que a gente tenha um fundo permanente que valorize a educação básica. O que é a educação básica? Para o público, eu sempre digo que é tudo aquilo que vem antes do curso superior, da faculdade ou universidade; então, é a creche, a pré-escola, o ensino fundamental, o ensino médio, o ensino profissional, jovens e adultos, pessoa com deficiência, indígena, quilombola. É do que o Brasil precisa, não é? É valorizar a educação básica e os profissionais que atuam nessa área. E eu até sugeri ao Henrique, assim como eu sugiro sempre às demais pessoas, que, entre as audiências públicas, depois a gente possa continuar a conversa – não hoje, mas em outro dia –, para detalhar o trabalho. Então, seja muito bem-vindo, Henrique! Sem dúvida, depois teremos que falar com o Paulo Guedes também.

Então, eu pergunto...

Havia sido convidado também o Sr. André Alencar, que é assessor parlamentar da Confederação Nacional dos Municípios – talvez esteja vindo ainda, não é?

Então, eu indago se seria melhor...

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – Eu queria começar, porque tenho....

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – A Governadora eu sei que tem... A gente agradece muito a sua presença. Ter a presença de uma Governadora é uma honra para esta Comissão.

Então, eu passo, em primeiro lugar, a palavra para Governadora Fátima Bezerra.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA (Para exposição de convidado.) – Obrigada, Senador Flávio Arns.

Primeiro, Senador, me permita aqui, não apenas na condição de Governadora, mas na condição de professora que sou, de cidadã, expressar toda a minha solidariedade aos estudantes do meu País, que mais uma vez saem às ruas em defesa da educação. Mais do que nunca, o Brasil está precisando falar de educação; mais do que nunca, o Brasil está precisando defender a educação pública, gratuita, inclusiva, de qualidade social para todos e para todas. Daí, reitero aqui toda a nossa solidariedade a essas manifestações lideradas pelos estudantes, pacíficas, democráticas, cidadãs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eles pedem é a defesa da educação, eles convocam a sociedade para a luta em defesa da educação, e assim deve ser, porque o dever de defender a educação não deve ser apenas dos estudantes e dos professores, mas deve ser da sociedade brasileira, inclusive do Parlamento nacional. Eles fazem um apelo sim: que sejam revistos os cortes brutais impostos à nossas universidades e aos nossos institutos federais. Eu falo pela realidade do meu Rio Grande do Norte: se esse bloqueio não for revisto, simplesmente nós poderemos ter inviabilizado o pleno funcionamento de instituições como a Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a Universidade Federal do Semiárido e os nossos institutos federais de educação profissional e tecnológica, os IFRNs, pelos quais tanto lutamos.

Mas, mais ainda, Senador Flávio Arns, nós não precisamos de polícia nas escolas, nós não precisamos de mordaça na boca dos professores; nós precisamos é de diálogo. É disto que nós estamos precisando: que o MEC dialogue com as nossas universidades, com os nossos institutos federais.

Nós precisamos mais do que nunca é que os princípios sagrados na nossa Constituição, como a garantia, como a garantia da liberdade de ensino e aprendizagem, sejam respeitados; a pluralidade de opiniões, como está exatamente na nossa Constituição; a garantia sagrada para o professor da liberdade de cátedra, da liberdade de pensamento. Nós precisamos, repito, é de mais financiamento para a educação brasileira. Os estudantes, repito, estão nas ruas de forma pacífica, ordeira, democrática, cidadã. Eles estão na verdade defendendo o presente e o futuro deste País, porque nenhuma nação do mundo avançou do ponto de vista de uma nação justa, solidária, inclusiva, sustentável se não foi pelo caminho de investir na educação do seu povo, das suas crianças, dos seus jovens, homens e mulheres. Então, é disso exatamente que o Brasil precisa e não de cortes na educação, seja no ensino superior, seja na educação básica. A gente precisa, repito, de mais financiamento para garantir um dos direitos mais sagrados, inscritos na nossa Constituição Cidadã, que é exatamente o direito à educação. E por que é um dos direitos mais sagrados? Porque é um dos direitos mais importantes, mais essenciais para a conquista da plena cidadania.

Senador Flávio Arns, agora vamos ao Fundeb. Quero agradecer as suas palavras e dizer que realmente é com muita emoção que volto à nossa Comissão de Educação, porque tive a honra, inclusive, de ser Vice-Presidente desta Comissão durante os quatro anos que aqui estive como Senadora, representando o povo do Rio Grande do Norte. Fui membro titular desta Comissão e, como o senhor também mencionou, 12 anos de Deputada Federal na outra Casa, onde tive a honra de presidir a Comissão de Educação da Câmara e ter integrado aquele Colegiado durante os 12 anos que lá fiquei como Deputada Federal. Tenho muito orgulho, Senador Flávio Arns, de guardar na minha biografia de professora, de ter participado intensamente das principais lutas que possibilitaram avanços e conquistas muito importantes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para a educação brasileira nesse último ciclo. Tenho muito orgulho, por exemplo, de ter sido a Relatora do Fundeb, de ter sido uma das idealizadoras da lei do piso salarial nacional para o magistério, de ter sido uma das articuladoras do Plano Nacional de Educação, sancionado à época sem vetos pela então Presidenta Dilma. De forma que é uma alegria hoje estar aqui na condição de Governadora, designada que fui pelo Fórum de Governadores para coordenar no âmbito do Fórum de Governadores um dos debates que considero mais estratégicos, mais importantes para o destino da educação pública no nosso País, que é exatamente o debate do Fundeb.

O Fundeb não é uma política qualquer de maneira nenhuma. É a mais importante política de financiamento adotada para a educação básica no nosso País. E o Senador Flávio Arns sabe muito bem disso porque participou desse momento, à época, como Senador.

Então, em nome do Fórum de Governadores do Brasil, quero agradecer o convite e dizer sobre a importância de o Senado da República em participar intensamente desse debate.

Eu fico muito feliz, repito, de ver a Casa que integrei honrosamente, representando o povo potiguar, debruçada, através da sua Comissão de Educação, sobre esse tema, repito, vital para os destinos da educação básica brasileira, que é exatamente o Fundeb.

Quero aqui agradecer e dizer da minha alegria de ver aqui dois bravos Senadores lá do meu Estado. A Senadora Zenaide, Senadora atuante que cada dia mais orgulha o povo do Rio Grande do Norte e uma alegria mais especial ainda de ver aqui o Senador Jean Paul Prates, que me sucede aqui no Senado, que uma atuação brilhante, talentosa, inclusive incorporando na sua plataforma a agenda em defesa da educação. Sinto-me muito honrada, Senadora Zenaide, com a presença de vocês. É o Rio Grande do Norte aqui juntinho de mim.

Mas, vamos lá, para a nossa apresentação.

Fórum de Governadores do Brasil – por um novo Fundeb com mais participação da União no financiamento da educação básica.

A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação foi um marco fundamental para a ampliação do acesso a todas as etapas e modalidades da educação básica, o fortalecimento do pacto federativo na área da educação e a valorização dos profissionais do magistério.

O Fundeb, como nós já mencionamos aqui, Senador Flávio Arns, foi instituído pela Emenda Constitucional nº 53, no Governo do Presidente Lula, e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 – lei que tive a honra exatamente de ser a Relatora –, por lei e decreto federais, em substituição ao antigo Fundef, que vigorou de 1998 a 2006.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A transição do Fundef para o Fundeb significou uma ampliação significativa da complementação da União aos fundos estaduais, de R$492 milhões, em 2006, para mais de R$14 bilhões, em 2019. Neste ano, estima-se que a soma dos fundos estaduais com a complementação da União vai chegar a um valor de aproximadamente R$150 bilhões, e é a principal fonte voltada para a educação básica no País.

Pode passar, por favor.

Aqui a gente tem uma tabelinha mostrando exatamente a evolução da participação financeira da União junto aos Estados e Municípios.

É lógico que nós não podemos aqui deixar de destacar que houve um crescimento. Aquilo que eu dizia aqui anteriormente, nós saímos de R$492 milhões, em 2006, para R$14 bilhões este ano, que é a projeção colocada, a estimativa.

No entanto, considerando os desafios que nós temos frente às metas inscritas no Plano Nacional de Educação e nos planos estaduais e municipais de educação, essa participação financeira da União tornou-se extremamente insuficiente. Aliás, ela se tornou insustentável. É importante aqui destacar que ela representa apenas 0,2% do PIB.

Mas, prossigamos.

O Fundeb redistribui uma parcela maior dos recursos vinculados à educação e contempla todas as etapas e modalidades da educação básica, da creche ao ensino médio.

Aqui me permitam uma observação sobre a luta, na época, por exemplo, para inclusão da creche. O Fundeb veio na sintonia do então Fundef, que foi criado no Governo anterior, no Governo Fernando Henrique. Nós consideramos que foi um passo acertado, sem dúvida nenhuma, importante, porém insuficiente, porque, como o próprio nome já dizia, era uma política de financiamento fragmentada, na medida em que era voltada apenas para o ensino fundamental. E a creche? E a pré-escola? E o ensino médio? E a educação de jovens e adultos? Então, nós tínhamos etapas e modalidades da educação básica, evidentemente extremamente importantes, que ficaram de fora dessa política de financiamento. Daí a necessidade de avançarmos para uma política de financiamento mais abrangente, que olhasse a educação básica como um todo. Naquela época, foi uma luta muito bonita para que nós incluíssemos a creche, porque a proposta original que chegou aqui não incluía a creche, e houve uma mobilização social. Aqui, eu destaco, inclusive, o papel à época da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, junto com a CNTE e outras entidades, que liderou aquele belíssimo movimento. O fato é que nós incluímos a creche.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A importância é tão grande, Senador, que, antes do advento do Fundeb, nós tínhamos apenas cerca de menos de 10% das nossas crianças com acesso à creche no Brasil. Passados mais de dez anos do Fundeb, a gente hoje tem cerca de 37% das nossas crianças de 0 a 3 com acesso à creche – é claro que ainda é extremamente insuficiente.

É importante também lembrar, por exemplo, a questão da educação de jovens e adultos, que até então também estava fora do alcance da política de financiamento voltada para a educação básica.

Outro avanço igualmente importante foi o piso salarial para os profissionais do magistério público da educação básica, o que resultou na aprovação da Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que instituiu o piso, com impacto inegável na valorização do magistério.

E aqui me permitam também dizer o quanto foi importante essa conquista para que nós pudéssemos dar um passo rumo a uma política de valorização e de dignidade do magistério brasileiro. Eu digo isso, porque pertenço a uma geração em que, por exemplo, no Rio Grande do Norte e no Nordeste, era comum, até certo tempo, professores ganharem abaixo do salário mínimo, Senador Jean Paul. Eu vivi essa realidade. Apesar de a Constituição brasileira, a Constituição de 1988, trazer o artigo que fala na instituição de um piso salarial nacional para o magistério, isso não tinha avançado. E aqui permitam-me, sim, fazer justiça ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, porque foi ele, com a sua sensibilidade, que enviou um projeto de lei a esta Casa, que se somou ao projeto de lei do então Senador Cristovam Buarque e, só assim, foi possível a gente vencer essa barreira. Por quê? Porque como essa era uma iniciativa privativa do Poder Executivo, porque implica recursos, despesa, essa iniciativa só podia partir, exatamente, do Poder Executivo. Daí a atitude magnânima que o Presidente Lula teve de enviar o projeto de lei para esta Casa.

E, no bojo do Fundeb, nasce exatamente a lei do piso salarial nacional do magistério. E digo aqui, com muita honra, a alegria que guardo no meu coração de ter sido a idealizadora desse piso, pelo quanto nós lutamos. A importância do piso se concentra exatamente em a gente ter dado um primeiro passo, repito, rumo a uma política de valorização do magistério brasileiro.

Como o período de vigência do Fundeb se encerra em 2020, estamos diante de dois grandes desafios: garantir a perenidade do fundo, inserindo-o como política de Estado no texto permanente da Constituição, e promover o seu aperfeiçoamento, avançando no regime de colaboração em sintonia com as metas inscritas no Plano Nacional de Educação, ampliando a participação financeira da União na educação básica.

Pode passar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Fundeb é um fundo de natureza contábil, criado no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, em um total de 27 fundos, visando à universalização da educação básica, à melhoria da qualidade do ensino e à valorização dos profissionais da educação.

De acordo com o art. 212 da Constituição Federal, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, como todos nós sabemos, devem aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante dos impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, enquanto a União deve aplicar no mínimo 18%. O Fundeb, portanto, é uma subvinculação, relacionada à vinculação constitucional.

Aqui, quero apenas fazer um parágrafo, Senador Flávio Arns, no sentido de chamar a atenção desta Casa – permita-me – para o quanto é importante a gente defender a vinculação de recursos para a educação.

Eu já disse claramente, inclusive ao próprio Ministro da Economia, que seria um desastre prosperar essa proposta de desvinculação geral das receitas da União; um desastre para a educação, para a saúde, para as políticas sociais. Isso não pode prosperar de maneira nenhuma. Nós sabemos o quanto um país como o nosso, que ainda tem um déficit de escolarização imenso... Nós temos ainda amplas parcelas da população brasileira sem ter assegurado o seu direito à educação. Daí, repito a importância de que nós mantenhamos a vinculação das receitas da União a áreas essenciais, como educação e saúde. E o Fundeb é exatamente isso. O Fundeb é uma das referências, parece-me, mais exitosa, mais eficiente do regime de colaboração do chamado pacto federativo, no âmbito da educação.

Pode passar, por favor.

Aqui apenas chamando a atenção, Senador Flávio Arns, para os impostos que não integram a cesta do Fundeb.

Pode passar, por favor.

Bom, também lembrando que compõem o Fundeb recursos federais, a título de complementação da União. Essa complementação é efetuada sempre que, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, o valor por aluno não alcançar o mínimo definido nacionalmente. A complementação da União é de, no mínimo, 10% do total dos 27 fundos.

Aqui, abro um parêntesis.

Essa complementação da União na época, Senadora Zenaide, foi fruto de muita luta, porque, como sempre, a Fazenda tem as suas posições lá do ajuste, de segurar os recursos. Eu lembro que, na época, nós insistimos muito nisso. Não abrimos e fomos vencedores. Inclusive, foi de minha autoria botar essa palavrinha "no mínimo", viu, Senador Flávio Arns?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Porque a gente está dizendo que pode ser mais, não é? André, representante da CNM, quero cumprimentá-lo também. Mas é muito importante, claro, essa complementação financeira da União.

Esse é um dos principais temas da proposta de emenda à Constituição do novo Fundeb que o Fórum dos Governadores apresenta. Ou seja, não queremos apenas tornar o Fundeb uma política permanente, mas também ampliar essa participação financeira.

Pode passar, por favor.

Veja, aqui é uma reflexão, Senador Flávio Arns, que considero muito importante. Respeitosamente, quero aqui chamar a atenção: caso o Parlamento não aprove uma emenda à Constituição instituindo o novo Fundeb, o impacto nos Municípios será devastador, uma vez, é claro, que os Municípios vão continuar tendo de investir, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme estabelece a própria Constituição e, ao mesmo tempo, eles deixarão de receber as transferências de recursos estaduais para a garantia do valor mínimo do aluno, definido nacionalmente, enquanto os Estados deixarão de receber a complementação financeira da União.

Só para se ter uma ideia, em 2016, por exemplo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – O.k., Senadora Zenaide, eu compreendo. Obrigada pela presença.

Em 2016, por exemplo, os Estados transferiram recursos próprios da ordem de 22 bilhões aos Municípios, no âmbito do Fundeb, enquanto a complementação da União aos Estados que não conseguiram garantir o valor mínimo por aluno, definido nacionalmente, foi de aproximadamente 12,8 bilhões.

Olha só, Senador Flávio Arns, aquilo que é importante a gente levar aqui em consideração. Nós temos, por exemplo, a estimativa do Fundeb para este ano de 2019, que é acima de 150 bilhões. O Governo Federal está entrando com 14 bilhões. Praticamente são os Estados que bancam o Fundeb, porque são exatamente os entes federados que mais transferem recursos aos Municípios. É até por uma razão bem objetiva. É que um dos impostos que tem a maior dimensão na cesta dos FUNDEBs é exatamente o chamado ICMS, que é de responsabilidade exatamente dos Estados.

Então, essa fotografia está muito desequilibrada, Senador Jean Paul Prates. Repito: em um fundo de mais de 150 bilhões, a União entra com 10%, e os Estados e Municípios é que sustentam o Fundeb, porque representam 90% dos recursos do Fundeb.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um lembrete aqui importante, Senador Flávio Arns é que a complementação da União ao Fundeb não está sujeita ao regime fiscal do teto de gastos, que foi a Emenda nº 95, de 2016, emenda contra a qual lutei quando aqui estive porque considero que essa emenda é um desserviço à luta em defesa da cidadania do povo brasileiro, pelo caráter draconiano que ela teve. Não foi só por 20 anos o período de sua implementação.

O maior erro daquela emenda está, primeiro, em suspender, por igual período, a vinculação dos recursos destinados à educação e à saúde. Tanto é verdade que isso só veio aqui sob a forma de emenda à Constituição porque eles queriam suspender a vinculação dos recursos para a educação e para a saúde. O outro é o mecanismo de vincular somente à inflação do ano anterior os gastos destinados às áreas sociais.

Tanto é verdade a crítica que nós estamos fazendo de que isso foi um erro que setores que apoiaram essa emenda à época estão hoje exatamente pedindo uma revisão.

Pode passar, por favor.

Por que os Estados transferem recursos para os Municípios via Fundeb? Aqui já lembrei: porque o ICMS, de responsabilidade dos Estados – não é, André? – e do Distrito Federal, é o tributo que tem mais peso na composição do Fundeb, e as redes municipais concentram a maior parte das matrículas, Senador Flávio Arns, da educação básica.

Mesmo com o papel redistributivo do Fundeb, os Municípios ainda são responsáveis pela maior parcela do gasto público em educação. Sem o Fundeb, que garante a transferência de recursos estaduais aos Municípios e de recursos federais aos fundos estaduais, a situação do Município seria ainda mais delicada.

Aliás, eu acrescentaria aqui que seria desastrosa. Imagine: a rede de educação básica no País, na esfera pública, é ofertada exatamente pelos Municípios e pelos Estados, de acordo com os comandos constitucionais; nos Municípios, o foco é na questão do ensino fundamental e, nos Estados, o foco é exatamente no ensino médio. Então veja, repito: sem o Fundeb seria um colapso nessa rede de educação básica, que envolve quase 50 milhões de pessoas pelo País afora, entre creche, ensino fundamental e ensino médio, com as suas mais variadas modalidades. Simplesmente seria inviabilizada.

Pode passar, por favor.

A importância do Fundeb é reivindicada por partidos dos mais variados espectros políticos, de modo que existe ambiente no Parlamento para a aprovação de uma PEC que aperfeiçoe o Fundeb e que o torne um instrumento permanente de desenvolvimento da educação básica e valorização dos profissionais da educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos mais variados espaços de discussão sobre o futuro do Fundeb, o que nós reivindicamos é exatamente isto: a transferência dele do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para o corpo permanente da Constituição Federal e a ampliação da complementação da União, que seria um passo fundamental, Senador Flávio Arns, para a gente elevar a qualidade do ensino, esse também um grande desafio, e também por avançar no papel redistributivo do Fundeb.

E aqui eu quero destacar esse item do debate plural, suprapartidário aqui, em defesa da educação. Foi assim na Câmara, tem sido assim no Senado, e assim deve ser. A educação não deve ser bandeira de partido A, B ou C; é uma bandeira da sociedade brasileira e, naturalmente, cabe aos partidos terem a devida consciência sobre isso e assumirem o compromisso.

Pode passar, por favor.

A proposta para o novo Fundeb, aprovada pelo Fórum de Governadores, que eu represento aqui, neste exato momento, está em completa sintonia com o Consed e com a União de Dirigentes Municipais de Educação e dialoga com as demais entidades do campo da educação.

É importante colocar exatamente isso aqui, Senador Flávio Arns e demais convidados.

Designada que fui pelo Fórum dos Governadores para coordenar esse debate sobre o Fundeb, tive, como sempre, a cautela e a sensibilidade de dialogar com os diversos segmentos da comunidade educacional. Evidentemente houve o diálogo com o Consed e com a Undime, por uma razão objetiva: o Consed representa os nossos Secretários Estaduais de Educação e a Undime representa os nossos Secretários Municipais da Educação. E houve o diálogo também com a CNM – não é, André? – e com as demais entidades do campo educacional, como com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e com diversas outras entidades e movimentos em defesa da educação.

Então, graças a Deus, consegui apresentar a proposta no Fórum dos Governadores, que foi aprovada por unanimidade. Portanto, essa proposta que estou trazendo aqui para conhecimento do Senado da República tem o respaldo dos 27 Governadores, do Consed e da Undime, e dialoga, assim, com as demais entidades do campo da educação.

A nossa proposta é muito simples, Senador Flávio Arns. Eu entendo que não é necessário inventar a roda, sobretudo diante desse momento conjuntural que o País vive. Parece-me que é mais assertivo, é mais adequado a gente fazer dois acréscimos ao Fundeb.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, a transferência do Fundeb do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para o corpo permanente da Constituição, para que, a partir daí, ele se torne uma política de Estado permanente; portanto, sem prazo de validade. Ao mesmo tempo, repito a necessidade imperiosa de ampliação da participação da União no financiamento da educação básica. Estamos fazendo isso de forma responsável. A nossa proposta sai dos atuais 10% para 20%, no primeiro ano de vigência do novo Fundeb, e de 20% para 40%, em dez anos. É um aumento progressivo de 2% ao ano até atingir 40%.

Então, repito, é uma proposta responsável, até porque nós, Governadores, temos que dialogar também com o cenário nacional de dificuldades orçamentárias, etc. Então, por isso que tivemos esse cuidado, Senador Flávio Arns, repito, de ser em dez anos.

Agora, é evidente que é preciso que, no primeiro ano de vigência do novo Fundeb, a gente dê um salto, porque não tem mais como, repito, o Fundeb se sustentar com apenas 10% de participação financeira da União. Isso inviabiliza, por completo, os nossos planos estaduais e municipais de educação e, consequentemente, o Plano Nacional de Educação.

Então, trazemos aqui esta proposta responsável de aumentar de 10% para 20% no primeiro ano, e o aumento progressivo de 2%, ao ano, até atingir 40% em dez anos.

Pode passar, por favor.

A proposta que apresentamos, como eu já disse, dialoga com o Consed e com a Undime.

Você voltou. Pode passar. Não, tudo bem.

Como falei, propomos a transferência do Fundeb para o corpo permanente da Constituição, só ressaltando que a ampliação progressiva da complementação da União ao Fundeb para 40% do total dos fundos permite que o valor anual mínimo por aluno também seja progressivamente elevado e, dessa forma – atenção CNM, Frente Nacional dos Prefeitos –, mais Estados e Municípios passarão a ser contemplados pela complementação da União, o que significa potencializar o papel redistributivo do Fundeb e avançar na equidade.

Hoje, Senador Flávio Arns, apenas nove Estados são beneficiados com a complementação financeira da União. Naturalmente, aumentando a participação financeira da União, Henrique, nós vamos incluir o maior número de Estados e Municípios, até chegarmos a todos os Estados, no momento em que ele atingir 40% da participação financeira da União.

Pode passar para a gente ir concluindo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De acordo com o Estudo Técnico da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara, o aumento da complementação da União de 10% para 20%, que mencionei agora há pouco, permitirá que a gente já dobre, Senador Flávio Arns, o número de Estados contemplados pela complementação da União.

Olha só, são 10% hoje, apenas nove Estados são contemplados com a complementação financeira da União. Passando de 10% para 20%, nós já dobraremos o número de Estados que serão contemplados – com a participação financeira da União para 20% –, acrescentando que, se nós conseguirmos avançar e a complementação da União chegar a 40% do total dos fundos, aí praticamente todos os Estados, bem como o Distrito Federal, seriam contemplados pela complementação da União.

Essa é a nossa luta, é o nosso belo desafio.

Pode passar, por favor.

Aqui são os Estados hoje que são contemplados com a participação financeira da União: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará. Praticamente são os Estados do Nordeste. Infelizmente, o meu querido Rio Grande do Norte não está aí.

Pode passar.

Aqui foi aquilo que eu já coloquei: são as simulações, por exemplo, que são feitas pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. A campanha fez um estudo que mostra que a proposta do Consed e da Undime, que é a proposta dos Governadores, se aprovada até 2020, 17 fundos receberão a complementação da União ao Fundeb a partir de 2021, e os demais Estados, ao final, chegando a 40%, todos os fundos Estaduais receberiam complemento da União sem exceção. Esse é um estudo feito pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Pode passar.

Por fim, por um novo Fundeb com mais participação da União no financiamento da educação básica. Propostas aqui em tramitação: nós temos a da Câmara, que é a PEC 15, da Deputada Raquel Muniz e outros, relatada pela Professora Dorinha, outra lutadora em defesa da educação; a PEC do Senado, Senador Flávio Arns, de autoria da competente Senadora Lídice da Mata, hoje Deputada Federal, PEC que eu tive a honra de relatar, Senador Flávio Arns; a 3.319, do Senador Kajuru e outros; e aqui a PEC 65, do Senador Randolfe e outros. E aqui eu quero destacar a importante iniciativa do Senador Randolfe e do Senador Davi Alcolumbre, Presidente do Senado, que acolheu a nossa proposta, a proposta do Fórum dos Governadores. Na verdade, a PEC 65, do Senador Randolfe, incorpora exatamente o eixo central da proposta dos Governadores do Brasil na busca da instituição de um novo Fundeb, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

medida em que o torna uma política permanente, e com o aumento progressivo da participação financeira da União.

Eu coloco ali que todas essas propostas defendem o Fundeb como uma política pública permanente e também todas elas defendem uma maior participação financeira da União no financiamento da educação básica, o que varia é que, por exemplo, há propostas que defendem passar de 10% para 30%, de 10% para 50% e a nossa, dos Governadores, de 10% para 40%, mas de forma escalonada e progressiva. Mas é importante destacar os aspectos que têm em comum, Senador Flávio Arns, até porque, como o nosso sistema é um sistema bicameral, é muito importante a gente constatar aqui que o Congresso Nacional, que o Parlamento nacional está em sintonia no tocante a duas questões: primeiro, tornar, sim, o Fundeb uma política permanente, portanto sem prazo de validade, para que a gente tenha um futuro menos incerto no que diz respeito ao financiamento da educação básica, e todas essas propostas dialogam com algo fundamental: não dá mais para a União participar com apenas 10% no financiamento de uma das mais importantes modalidades da educação brasileira que é a educação básica.

Pode passar.

Bom, o Fundeb se revelou uma importante política pública voltada para o financiamento da educação básica, e eu afirmo isso aqui com todas as letras, inclusive na condição de professora. Acho que foi uma das mais importantes conquistas para a educação pública nesses últimos 20 anos, e uma conquista inclusive – eu dizia na época – que vai influir sobre os destinos da educação pública no Brasil durante muitas décadas ainda, e o que nós estamos fazendo aqui hoje é exatamente uma demonstração. O que nós estamos propondo agora é isso, Senador Flávio Arns: torná-lo uma política permanente com aplicação financeira da União junto aos Estados e Municípios, avançando no regime de colaboração e no pacto federativo.

Por fim – pode passar aí –, é isso. Termino aqui com a inspiração de Milton Nascimento: "Se muito vale o que já foi feito, mais vale o que será".

Por um novo Fundeb.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

Agradeço à Governadora e Senadora.

Foi muito importante no sentido de termos toda esta retrospectiva dos esforços que foram feitos desde o Fundef para o Fundeb, os desafios à época, os esforços feitos, a regulamentação, porque chegamos hoje num ponto em que nós temos que olhar isso. Então a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governadora vem representando o Fórum de Governadores, e isso é importante também. Semana passada nós tivemos o Consed, que são os secretários estaduais; a Undime, secretários municipais; o MEC também esteve aqui; além da Campanha pelo Direito à Educação e da Todos pela Educação; e hoje nós temos então os Governadores, os Municípios e o Ministério da Economia.

Eu passo a palavra ao Henrique Carvalho, representando o Ministério da Economia.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, rapidamente, porque já estão nos chamando ao Plenário.

Mas eu queria deixar registrado aqui que, em respeito também aos demais palestrantes, eu vou e volto, e registro também o cumprimento à minha titular desse mandato do povo do Rio Grande do Norte, que eu tenho a honra de suceder e sempre aqui, quando falo, faço referência a isso, pelo grande aprendizado que a gente está tendo aqui, e não só aqui. Em todos os fóruns onde a gente chame Fátima Bezerra para falar sobre políticas públicas de educação, a gente tem uma verdadeira aula e um histórico impressionante de contribuições, desde as autorias de piso salarial, as relatorias do próprio Fundeb, o trabalho acumulado na defesa desse setor, inclusive em Harvard, onde eu tive oportunidade também de acompanhá-la. Harvard ouviu Fátima Bezerra sobre a educação pública no Brasil e a aplaudiu. Não há uma coisa mais expoente, sem absolutamente desprezar nossos fóruns próprios nacionais, do que uma universidade da excelência de Harvard convidá-la para falar sobre educação pública no Brasil. Isso mostra o peso que essa Senadora e Governadora tem nessa construção importante.

E o segundo ponto é a importância desse momento em que a gente apresenta essa emenda e a quantidade de emendas, o que já demonstra de cara a importância desse tema, e agora essa emenda que praticamente consolida todas elas e da qual também tenho a honra de fazer parte como coautor. Mas saliento a quantidade e a diversidade de partidos e representantes que nós temos nessa iniciativa: são dez partidos, e eu nomino aqui, além do meu, o Partido dos Trabalhadores, o PSDB, o Podemos, a Rede, o Cidadania, DEM, PMDB, PSB, PSD e PP.

Então, o seu parecer, Relator Flávio Arns, competentíssimo, já favorável a essa emenda, a essa consolidação será muito importante, principalmente pelo momento que a gente está vivendo. Sabe-se que o Fundeb não necessariamente abarca todos os setores da educação, mas essa emenda é uma espécie de resposta construtiva institucional, não uma resposta só de protesto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Protestos são extremamente importantes. Hoje temos mais um dia de protestos em favor da educação, contra cortes. Estamos vivendo protestos nas ruas, protestos nas universidades e nas escolas, mas estamos vivendo também por parte do ministério certos exageros de linguagem e de cobrança e atitudes às vezes um pouco destemperadas e sem sentido. Isso agrava a situação.

Ao invés de construir a educação, o ministro se coloca no rol de alguns ministros desse Governo, que eu tenho chamado de antiministros. São ministros que – parece – estão colocados ali para destruir o setor de que eles deveriam cuidar, e o ministro da educação me parece que está caminhando para essa linha do antiministério. Os protestos vêm em consequência disso, mas principalmente e o mais grave é a preocupação que os gestores, os reitores, mas também os demais gestores da educação pública, têm passado esse ano, sem saber absolutamente como vai caminhar a gestão da Presidência e a gestão do ministério a esse respeito.

Então, acho que essa emenda, saindo das disposições transitórias e trazendo para o rol de política permanente do Estado brasileiro e assegurando que isso passe a ser uma coisa que não fique ao sabor dos programas de Governo, mas que se coloque como uma política de Estado, é extremamente importante neste momento também.

Nós temos um clima favorável não apenas pelos partidos que estão representados pelos coautores dessa emenda como também pelo momento em função da resposta institucional correta, elegante e proporcional a esses movimentos que nós estamos vendo, tanto na rua quanto nas escolas e também no ministério.

Muito obrigado, Presidente. Muito obrigado aos demais pela vênia de falar.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Quero agradecer a Jean Paul Prates, que está continuando o mandato seu, e enaltecer o trabalho que é desenvolvido por ele. A Senadora Fátima está muito bem representada.

Quero destacar a presença do nosso Senador Confúcio Moura, membro titular da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sempre uma referência nas opiniões e nos debates sobre a área.

Agradeço de novo à Governadora.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Sim, a gente sabe que tem que ir e voltar, voltar e retornar. A Governadora sabe bem como essas coisas acontecem.

Mas eu passo em seguida, então, a palavra ao nosso colega – seja muito bem-vindo –, também representando o Ministério da Economia, assim como outras pessoas, Henrique Carvalho.

O SR. HENRIQUE CARVALHO (Para exposição de convidado.) – Bom, eu agradeço, Presidente Flávio, pelas palavras e pelo carinho com que nos recebeu aqui, eu e os meus colegas da equipe.

Governadora Fátima Bezerra, é um prazer sentar com a senhora na mesma mesa, a senhora que relatou a lei que hoje regulamenta o Fundeb, uma lutadora pela educação, e com o André, da CNM, é um prazer também.

Eu falo aqui em nome do Ministério da Economia, mas eu sou um técnico da carreira dos analistas de planejamento e orçamento do antigo Ministério do Planejamento, hoje Ministério da Economia. Eu poderia dizer que o Ministério da Economia está preocupado com esse assunto. A gente tem discutido internamente bastante o Fundeb, acompanhado as reuniões junto ao MEC, temos um grupo técnico que tem trabalhado junto com o MEC para tentar construir a melhor proposta da renovação do Fundeb.

O Ministério da Economia não tem em si uma proposta fechada ainda para o Fundeb, mas eu poderia dizer que muito provavelmente o Ministro Paulo Guedes é favorável à sua renovação. Apesar da questão da desvinculação, já houve algumas conversas do nosso Secretário Alexandre Manoel com o ministro e ele nos passou essa impressão. Eu não posso falar pelo ministro, mas essa eu acho que é uma notícia interessante para ser passada aqui.

Eu trouxe uma apresentação em que eu vou – por favor, pode passar – fazer uma breve contextualização sobre o Fundeb, os efeitos que a gente verificou que ele teve na educação e, depois, três breves considerações iniciais, que a gente já pode dizer que é um consenso dentro do Ministério da Economia sobre o Fundeb e a sua renovação.

Inicialmente, a gente reconhece a importância do Fundeb, a revolução que foi o Fundeb. O Fundeb tem por trás de si uma ideia republicana de buscar igualdade de oportunidades ao fazer uma espécie de pacto federativo na educação em que o dinheiro vai atrás das matrículas e não fica somente no ente que o arrecada. A gente reconhece que é um instrumento importantíssimo no financiamento da educação básica, tanto pelo mecanismo que opera como pelo volume de recursos que ele instrumentaliza: 63% hoje de todo o gasto vinculado à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

educação básica passa pelo Fundeb. Um volume aí de R$152 bilhões no ano passado passou pelo Fundeb.

O Fundeb gerou vantagens e conquistas para a sociedade brasileira que são inegáveis. Se o Fundeb não existisse, a diferença entre o menor valor municipal por aluno e o maior seria de 120 vezes. Você teria o Município que menos gasta por aluno, dada a sua baixa arrecadação, gastando aí R$500 por aluno, frente ao Município que tem a maior arrecadação e o maior gasto por aluno, que seria de R$60 mil. Com o Fundeb, o mínimo e o máximo de aplicação hoje são corrigidos respectivamente para aproximadamente R$3 mil e R$20 mil. Então, você tem aí um ganho de diminuição das desigualdades – a desigualdade ainda permanece, mas é um ganho inegável –, e o Ministério da Economia reconhece a importância do Fundeb.

Como a Governadora Fátima já tinha colocado, o Fundeb e antes o Fundef foram decisivos para universalizar o ensino fundamental e ampliar a cobertura de creche e do ensino médio. Além disso, ele provocou, com o aumento da complementação da União, um aumento do orçamento global da educação básica e do gasto por aluno.

Então, você tem aqui, no segundo eslaide, os efeitos tanto do Fundeb quanto de outras variáveis no financiamento do gasto por aluno.

Você tem ali, no primeiro gráfico – o Brasil ali é a curva azul escuro –, o gasto por estudante em relação ao PIB *per capita*, quanto do nosso PIB *per capita* a sociedade brasileira hoje gasta por aluno da educação básica. Então, você vê uma evolução considerável desde 2000, 2002, quando nós gastávamos cerca de 12% do PIB *per capita* por aluno, para hoje, quando nós estarmos gastando aí 23%. O Fundeb, a partir de 2007, tem um peso considerável nessa evolução.

O outro gráfico, por uma outra ótica, mostra a mesma evolução, só que o gasto por estudante em dólares PPP, que é uma comparação internacional. Você vê também uma evolução considerável no gasto por aluno. Hoje a gente gasta um pouco mais até do que o resto da América Latina, mas ainda bem distante dos demais países da OCDE, que são bem mais ricos que nós.

E aqui um retrato de como evoluiu a complementação da União ao Fundef e ao Fundeb. Você vê que até 2006 era irrisória a complementação. A linha azul é o percentual da receita líquida da União que é destinado para a complementação; a linha laranja, o percentual do PIB que significa a complementação; e a linha cinza é o valor da complementação em si em bilhões de reais em 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, você percebe que, a partir de 2006, a complementação da União ao Fundeb cresce bastante, cresce bastante também o comprometimento do Orçamento da União com o Fundeb e cresce também a participação da complementação da União em relação ao PIB, como bem colocou a Governadora Fátima, que hoje está por volta de 0,20% do PIB.

Como consequência de todos aqueles efeitos do Fundeb e de outras variáveis, a gente teve um ganho civilizacional nos últimos anos interessantíssimo. Ali você tem nesse gráfico a relação entre o gasto por aluno na educação superior dividido pelo gasto por aluno na educação básica. Então, no ano 2010, o gasto por aluno na educação superior pública era 11 vezes maior do que o gasto por aluno na educação básica. Na medida em que a gente passou a priorizar cada vez mais o gasto por aluno na educação básica, essa relação veio diminuindo e hoje está por volta de três vezes. Ainda se gasta menos em relação ao gasto por aluno na educação básica que ao gasto no ensino superior – no mundo inteiro é assim –, mas a gente está se aproximando da média dos demais países do mundo em relação a essa diferença: gasto no ensino superior, gasto na educação básica. No entanto, e aí a gente precisa lembrar que o Brasil, apesar de toda essa evolução positiva no financiamento, ainda permanece com um desempenho em relação aos exames internacionais, ao PISA, inferior aos demais países, inclusive à América Latina, que gasta menos do que nós por aluno na educação básica. Praticamente no ensino médio a gente quase que triplicou o gasto por aluno e, quando a gente olha os dados do Ideb e as avaliações do Inep, nos últimos anos, a gente até regrediu um pouco no desempenho do aluno do ensino médio. Então, é algo que a reformulação do Fundeb deve considerar para tentar atacar esse problema.

Aqui é um gráfico do Prof. Ricardo Paes de Barros, que mostra também como o Brasil está em relação ao resto do mundo em termos de desempenho nesses testes internacionais frente ao gasto por aluno na educação básica. Então, a gente percebe ali que o Brasil gasta mais ou menos US$4 mil por aluno na educação básica, mas tem um desempenho no PISA pior do que países que gastam até menos, como o México, por exemplo, ou um pouquinho mais, como o Chile. Então, é uma outra forma de mostrar que a gente precisa atacar essa questão do desempenho, da qualidade, da maior eficiência do gasto.

E a gente tem um fator a favor do Brasil. A partir de 2003, a gente passou a ter uma redução do número de matrículas na educação básica por conta da evolução da demografia, a gente tem uma queda na taxa de natalidade. Então, isso vai auxiliar o Brasil a aumentar o gasto por aluno, mesmo que não haja aumento no financiamento da educação de uma forma global.

Feitas essas considerações com relação à contextualização, a gente gostaria de colocar algumas considerações que, dentro do Ministério da Economia, a gente já considera consenso. A primeira delas é a possibilidade de mais equidade na redistribuição de recursos. Já virou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lugar-comum falar que o Fundeb atualmente transfere, por meio da complementação da União, recursos para Municípios ricos de Estados pobres enquanto Municípios pobres de Estados ricos ficam sem a complementação.

Então, se o objetivo do Fundeb é equalizar, diminuir a desigualdade de gasto por aluno entre as diversas redes de ensino do País, a nova formulação do Fundeb não deveria deixar passar essa oportunidade de corrigir esse problema. E a gente acha que esse problema pode ser considerado tanto em relação à complementação da União como também no critério de distribuição intraestadual do Fundeb, ou seja, deveriam ser consideradas as demais despesas vinculadas à educação que cada ente realiza. Cada Município tem sua arrecadação própria e, por determinação constitucional, ela também tem que destinar esses recursos para a educação básica. Então, na hora de distribuir o bolo de cada fundo estadual, é interessante que a nova formulação do Fundeb considere essas outras receitas dos Municípios para dar para quem realmente mais precisa.

Há redes de ensino com complementação da União sem necessidade para equalização. A Fátima mencionou o estudo da Consultoria da Câmara, do Cláudio Tanno, que faz essa análise de qual o volume de recursos da complementação da União que vai para Municípios que não precisariam desses recursos para equalizar os gastos, para atingir o mínimo. Então, hoje em torno de 31% de toda a complementação da União estão indo para esses Municípios e poderiam ir para Municípios que precisam mais.

Uma segunda consideração que a gente gostaria de fazer é que é importante aproveitar essa oportunidade de reformulação do Fundeb, é uma oportunidade única, pois a gente não reforma a Constituição para alterar questões relacionadas à educação todo ano, então, a gente acha que é uma oportunidade para criar incentivos para aumentar a eficiência na educação. E aqui a nossa inspiração é o caso de sucesso do Ceará. Foi essencial para a revolução que aconteceu no Ceará a vinculação de parte dos recursos destinados aos Municípios ao desempenho que cada Município tem na área educacional.

A gente sabe que a melhor maneira de incentivar práticas e cobrar resultados é por meio de recursos. Então, a gente acredita que, tanto na distribuição da complementação da União quanto na distribuição intraestadual do Fundeb, a gente deve aproveitar essa oportunidade para tentar criar, nem que seja numa pequena parcela do Fundeb, um incentivo à eficiência, ao desempenho. Acredito que isso vai dar um ganho muito grande no nosso desempenho, naqueles exames que eu já mencionei.

Por fim, nós do Ministério da Economia, a gente não é contrário ao aumento da complementação da União, desde que a gente diga de onde esses recursos virão. Pela primeira vez na história do País, a gente está no quinto ano de déficit primário; o PLDO para o ano que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vem indica que a tendência é de déficit até 2022. Como disse o Secretário Especial Waldery, a gente está respirando por canudinho, e a complementação da União, apesar de não ser contabilizada para fins de cumprimento do teto, impacta o resultado primário. A gente não tem apenas o teto como regra fiscal; a gente tem a meta de resultado primário que é sim afetada pela complementação da União. Então, qualquer incremento na complementação da União ao Fundeb precisa advir da realocação de recursos orçamentários que já existem, de forma a preservar a sustentabilidade fiscal.

De nada adianta a gente ignorar a sustentabilidade fiscal, entrar numa espiral inflacionária, passar a imprimir dinheiro. Aí a gente sabe que a inflação prejudica os mais pobres, e o objetivo do Fundeb é justamente atacar a questão da desigualdade. Então, a gente precisa aliar essas duas variáveis.

Estamos à disposição para o debate. O Ministério da Economia está preocupado com o assunto. É isso.

Agradecemos ao Senador Flávio o convite.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu agradeço a participação do Henrique Carvalho.

Eu até destaco que havia conversado com o Henrique, entre esta audiência e a outra, sobre nós nos sentarmos também para amadurecermos o assunto do financiamento, as alternativas, não precisa ser só em audiência pública. A Consultoria está aqui presente, a assessoria do Senado, e queremos também entrar muito em contato com a Câmara dos Deputados, com a Relatora Dorinha, com o Presidente também, para que nós possamos afunilar e chegar a um certo consenso, o que fortaleceria, para depois falarmos, imediatamente depois, com o Ministro Paulo Guedes e obviamente com o Ministro da Educação, da Casa Civil, Presidente e assim por diante.

Passo a palavra ao André Alencar...

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – Senador Flávio Arns, permita-me rapidamente, porque, daqui a pouco, vou pedir compreensão a Henrique e a André, porque vou ter que me deslocar ao aeroporto. Desde segunda que estou cumprindo agenda em defesa dos interesses do Rio Grande do Norte.

Quero cumprimentar o Senador Izalci.

Rapidamente, Senador, só quero colocar o seguinte: primeiro cumprimento o Henrique pela apresentação, contribuição importante que traz para o debate, o olhar do Ministério da Economia, e dizer para o Senador Flávio Arns e os demais que a proposta dos Governadores,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

repito, está em total sintonia com o Consed e com a Undime. Ela já foi entregue formalmente ao Ministro da Educação. Na ocasião, nós propusemos ao Ministro da Educação que fosse criada uma comissão para dar andamento ao debate, porque, como o próprio nome está dizendo, é uma proposta, não é, Senador Flávio Arns? E nós propusemos ao Ministro da Educação que fosse utilizada a própria modelagem que o atual Fundeb tem em matéria de participação da sociedade, de interlocução com a sociedade, que é a Comissão Intragovernamental formada pelo conselho tripartite: o MEC, o Consed e a Undime.

E os Governadores fizeram essa proposta porque naturalmente nós Governadores nos sentimos legitimamente representados pelos nossos secretários estaduais de educação, igualmente os Prefeitos se sentem representados também pelos seus secretários municipais de educação. Evidentemente, sem prejuízo, de maneira nenhuma, da participação da CNM, muito importante, André, mais uma vez, da Frente Nacional dos Prefeitos e do próprio Fórum dos Governadores. Mas nós colocamos para ele que é necessário, Senador Flávio Arns, ter uma instância para que a gente possa organizar o debate, a quem a gente possa se dirigir, e essa comissão, MEC, Consed e Undime, para fazer o diálogo permanente com os Governadores e com o Congresso Nacional...

Nós temos que dialogar com a Comissão de Educação daqui do Senado, como estamos fazendo, graças à iniciativa do Senador Flávio Arns e dos demais Senadores. Nós temos que fazer esse diálogo com a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, ou seja, um diálogo permanente com as frentes parlamentares em defesa da educação, até porque a última palavra, a palavra final será do Parlamento nacional.

Então, era só essa observação que eu queria fazer, ao tempo em que deixo aqui o meu WhatsApp para o senhor, porque, em nome do Fórum dos Governadores do Nordeste, eu me coloco à disposição inteiramente, Senador, para que a gente possa estabelecer esse diálogo e que, ao final, tenhamos aquilo que é o desejo da sociedade brasileira, não só dos estudantes da educação básica e dos professores: um Fundeb forte, robusto, permanente e, repito, com mais participação financeira da União no financiamento da educação básica.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço imensamente.

Eu já tinha dito para a Governadora: "Olha, me dê o WhatsApp que eu quero falar com você o tempo todo", até pela história toda também. Mas eu quero destacar a importância de ter essa instância, obviamente, e de termos reuniões de trabalho. O Henrique já se dispôs a fazer isso junto com a equipe.

André Alencar, representante dos Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANDRÉ ALENCAR (Para exposição de convidado.) – Muito bom dia a todos.

Eu queria primeiramente agradecer à Comissão de Educação, em nome do nosso Presidente, Glademir Aroldi, cumprimentar o Senador Flávio Arns, Governadora Fátima, o colega do Ministério da Economia Henrique.

Só quero salientar novamente que o Fundeb é hoje o maior fundo público, como já foi dito aqui, com R$150 bilhões. Atende 43 milhões de matrículas. É impossível hoje – não é, Governadora? – pensar a educação brasileira sem essa redistribuição de um recurso que, muito provavelmente, já era vinculado à educação, mas, como a gente tem uma arrecadação no País muito concentrada, havia localidades que não conseguiam atender a suas demandas de educação, e o Fundeb veio para suprir um pouco essa lacuna e ajudar a chegar recurso aonde não chegava. Essa é a grande realidade e o grande mérito do Fundeb.

O que eu vejo no debate que tem sido construído nos últimos dois anos é que a ideia é manter o mesmo volume de recursos com um aumento progressivo da União, mas tentar dar maior qualidade para o que já é bom. É interessante que a proposta que eu vejo que o Ministério da Economia está tentando ganhar corpo, a academia já tem nos procurado há um tempo justamente com esse raciocínio de que seria interessante incorporar mais potencial redistributivo ao fundo. A gente tem feito simulações nesse sentido e isso parece razoável para tentar aproveitar da melhor forma o recurso que a gente tem. O nosso cenário fiscal é realmente um pouco restrito para todos, para os Governadores, para os Prefeitos, para a União, então, fazer mais com o que a gente tem está mais perto das nossas possibilidades.

Então, pelo que vejo aqui, a ideia do Fundeb permanente está cada vez mais consolidada. É difícil imaginar hoje uma política sem o fundo. Eu tive o prazer de acompanhar no Fórum dos Governadores a discussão, e a gente entende, e os Governadores veem isso também, que a perda que eles têm no fundo é significativa em prol da educação, porque ela é resultante também da municipalização das matrículas. Não é que os Governadores tenham perda, eles deixaram de fazer o financiamento diretamente e passaram a cofinanciar, via Fundeb, as matrículas dos Municípios, o que é mais razoável até pela questão da gestão; pelo perfil da oferta, os Municípios têm condições de fazer isso com maior capacidade de gestão e de controle. Então, acho que esse entendimento é razoável e é muito bem-vindo que os Governadores...

E é razoável também que eles não queiram aumentar as perdas, queiram congelar o que já perdem hoje, mas que esse novo critério que a gente venha a propor, Henrique, não traga novas perdas aos Governadores. Acho isso razoável. E a ideia nossa é de estarmos dispostos até a aplicar esse tal multiplicador fiscal, que seria isso que o Henrique colocou de incluir como critério de ponderação recursos que são hoje dos Municípios e não entram no Fundeb, como o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ISS, o IPTU, e também os 5% dos impostos vinculados adicionais, e criar um critério de ponderação, basicamente garantindo que você dê mais recursos para quem tem menor disponibilidade fora do Fundeb para gastar na educação. A gente está disposto a aplicar isso apenas na cota municipal, justamente para não abrir esse debate com os Governadores de aumento de perda. Alguns a gente já simulou que estariam perdendo mais com esse multiplicador, outros ganhando.

Então, a nossa proposição é que você faça a distribuição dentro dos 27 fundos entre Estados e Municípios aplicando esse multiplicador apenas numa segunda fase, ou seja, no primeiro momento você mantém as ponderações atuais apenas por etapa e as ponderações já consolidadas – depois eu vou falar um pouco das ponderações por etapa, que acho que têm que ser simplificadas, da forma como está não faz muito sentido manter essa quantidade enorme de ponderações que não refletem os diferenciais de custo...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu só peço licença e desculpa, inclusive por estar interrompendo, mas quero só agradecer a presença da Governadora Fátima Bezerra, uma autoridade nesse assunto, como já foi destacado, agradecer sua presença e disponibilidade. Vamos conversar, Fátima, bastante sobre isso também, assim como com o Henrique e o André. Acho que o Fundeb tem que ser a muitas mãos, e todos nós estamos nos debruçando bastante para irmos afunilando, pensando, vendo os prós e os contras, o que seria adequado, o que é possível também. Às vezes a gente pensa num cenário...

Enfim, quero agradecer muito. A Governadora tem que ir ao aeroporto, mas a gente agradece muito a presença.

A SRA. FÁTIMA BEZERRA – Obrigada. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Desculpe ter interrompido, André. Mas faço a mesma observação que eu fiz para o Henrique, não observação, mas um convite para a gente dialogar e aprofundar.

Está aqui a assessoria do Senado, do partido, da Câmara, e vamos fazer essas simulações, como, aliás, semana passada já foi feito também, mas é bom para ver como melhorar a qualidade.

Mas, por favor, continue.

O SR. ANDRÉ ALENCAR – Acho que esse esforço de consenso não está tão distante. A discussão tem caminhado cada vez mais para os pontos consensuais tanto na Câmara quanto no Senado, a discussão que a gente vem acompanhando não está tão longe de atingir... Todo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo quer um Fundeb permanente, todo mundo acha que o volume de recursos atual é bom, que a União tem que entrar com mais alguma coisa, até o Ministério da Economia já acha que é razoável. Então, a questão agora é ir calibrando e tentar incluir esses novos refinamentos. Nós sabemos que essa discussão de uma redistribuição dentro da esfera municipal vai criar alguns conflitos distributivos, como toda mudança traz, mas nós estamos dispostos, porque essa é a natureza do Fundeb, realmente fazer uma redistribuição. Então, se a ideia do Fundeb é redistribuir, nós estamos dispostos a melhorar, inclusive, essa redistribuição e, politicamente, a confederação tem atuado no sentido de enfrentar os desequilíbrios fiscais da nossa Federação.

Passando a alguns pontos... Eu concordo – já com a complementação da União com o Henrique – que é muito ruim hoje estar separando apenas por Estado a complementação. No próprio Rio Grande do Norte, da nossa Governadora, há Municípios muito pobres que não recebem complementação, inclusive Municípios que estão bem fiscalmente, em Estados ruins na média, acabam recebendo essa complementação. Talvez uma ideia para não gerar tanto conflito seja manter 10% no critério atual e, no que houver crescimento, já partir para um critério novo. Acho que seria mais viável que esse critério novo não focasse na média estadual, mas no mínimo do Município. Aí a gente teria Municípios no Rio Grande do Sul, em São Paulo, em Minas, em outros Estados, que são bons na média, mas muitos Municípios ali precisam, sim, de complementação, e avançar nesses 10% ou 5%, para que a União venha a acrescentar na sua complementação já nesse critério novo, sem estar congelado por Estado. Isso seria interessante. Deixo a sugestão para o debate.

Um ponto que eu queria levantar para a consideração da Governadora é a questão de ela estar incluindo o Custo Aluno-Qualidade como o critério mínimo. A gente tem dificuldade até de avaliar o efeito redistributivo disso, a mensuração do Custo Aluno-Qualidade tem se mostrado difícil. Então, você está tirando o valor mínimo por matrícula e está colocando o Custo Aluno-Qualidade como patamar mínimo. A gente não sabe nem qual é a implicação redistributiva disso para a União. Eu queria ouvir um pouco depois, ali na construção do debate, a Governadora e até a Consultoria da Casa.

A questão do piso do magistério. Nós achamos que o ideal seria tratar isso na lei específica. A instituição tem até uma posição consolidada de que o piso tem de ser corrigido pela inflação, porque hoje já tivemos um crescimento grande do mínimo, e esse mínimo atinge todos os Municípios do País, que têm suas desigualdades fiscais, suas capacidades fiscais limitadas.

Então, a ideia de manter isso na lei e não trazer aqui para a legislação do Fundeb é salutar, porque mantém... Por exemplo, todas as propostas estão aumentando o mínimo, e isso vai implicar o aumento do piso, porque nós estamos com o número de matrículas caindo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda teremos mais receitas se a atividade econômica voltar. Além disso, as propostas e as mudanças introduzidas estão elevando o mínimo, o que vai fazer com que a indexação do piso também aumente mais rápido. Então, o ideal é que a gente vá um pouco na linha do que a União hoje já está consolidando, que é fazer essa correção pela inflação. Nós já tivemos um crescimento grande nos últimos anos, acho que isso tem que estar consolidado, tem que ser mantido, mas, daqui para frente, acompanhar a inflação é o que seria mais razoável para a gestão local nesse sentido.

A Governadora também está propondo uma ampliação do gasto mínimo do Fundeb, que hoje é de 60, para 75. Aí ela amplia, coloca profissionais da educação, não só professores, mas profissionais no sentido mais amplo. Em média, os Municípios já gastam 80% com remuneração; dos recursos do Fundeb, já 80% vão com a remuneração, mas a gente sabe também que existem diferenças. Há Municípios que têm pouca população em idade escolar e isso teria um grande impacto para eles, que têm dificuldade de cumprir o mínimo. Nesse caso, engessar tudo em salário, chegando a 75% dos recursos, talvez precise de uma discussão mais forte nesse sentido.

Outra questão que a gente acha positiva é que as três propostas estão mantendo a complementação da União fora da PEC do Teto dos Gastos. Isso é importante, senão a gente não consegue ampliar. A gente sabe da dificuldade hoje do Governo Federal para conseguir se manter nessa regra, então, manter a complementação da União fora do teto é importante para a gente avançar.

Um ponto que nos tem preocupado é o seguinte. Nós fizemos essa discussão com os Estados e com a União, e a ideia é não incluir recurso novo. Os Estados não estão incluindo nenhum recurso novo; os recursos de Município, nós estamos incluindo como ponderação, não é que os recursos vão entrar no fundo, até porque a dificuldade operacional para isso seria enorme: consolidar toda a receita municipal e fazer a retenção dessa receita, operacionalmente, seria muito difícil. Por isso, nós estamos dispostos a deixar isso entrar como ponderação. Mas todas as PECs estão incluindo receitas novas de Município, que é o 1% distribuído em julho e em dezembro. Isso foge um pouco do que tem sido pactuado principalmente com os Governadores, porque a gente sabe que a União, na situação fiscal em que está... O ganho de complementação que teremos com a União pode vir por redução das transferências voluntárias, o que já temos observado nos últimos anos, principalmente nos últimos dois anos. Então, a União, por sua restrição fiscal, tende a aumentar a complementação, mas também a reduzir outras transferências. Nesse sentido, o ganho de complementação pode não resultar em recurso novo, e os Municípios que já investem um volume grande estariam colocando um recurso bem estratégico. O 1% de dezembro: foi muito feliz e acertado ele ser pago de uma vez só, porque ele ajuda a fechar as contas no fim do ano. Então, trabalhar com a ideia de que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o Prefeito, que está acostumado com a distribuição no FPM dos 4 bilhões adicionais no fim do ano, vai passar a receber só 3,2 é complicado politicamente para a gente e foge da ideia de manter o fundo como está.

Eu estive na Câmara dos Deputados há duas semanas, e nós debatemos esse ponto lá com a Relatora Dorinha. Eu queria trazer aqui para o Senado que o 1% já é um recurso vinculado à educação. Não é que vamos tirar o recurso da educação, mas, se você o joga para dentro do bolo do Fundeb, você vai estar redistribuindo, inclusive, com os Governadores, e o FPM já tem um potencial equitativo, uma qualidade distributiva que, inclusive, é maior que a do Fundeb. Se você olha o coeficiente de Gini do FPM, vê que ele é melhor do que o do Fundeb em termos distributivos. Então, nós não estaríamos garantindo melhor distribuição do recurso e estaríamos criando uma dificuldade política de encaminhar a proposta com a inclusão desse 1%. Então, eu acho que é um recurso que já está vinculado à educação e que não faz sentido inclui-lo no debate sem ter recurso novo dos Governadores, e a União com a sua gradação e com essa tendência de redução das transferências voluntárias.

Senador, eu vou deixar minhas contribuições por aqui.

Agradeço, mais uma vez, à Comissão em nome do nosso Presidente Glademir Aroldi.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Agradeço ao André. Você sempre está em Brasília também, não é?

O SR. ANDRÉ ALENCAR (*Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – A proposta é nós nos encontrarmos e nos aprofundarmos naquilo que você, com tanta competência, está trazendo aqui também.

Eu só gostaria de destacar algumas coisas.

Na verdade, a Governadora Fátima Bezerra – e ela destacou bem isto – fala em nome do Fórum de Governadores. E, assim, ela procurou enfatizar uma coisa, até particularmente, mas também na fala dela: sermos extremamente simples, continuarmos com o que vem dando certo. E o simples a que ela se refere é tornar o fundo permanente, ao invés de provisório, e haver, como ela destacou muitas vezes, complementação de recursos da União.

Eu não tenho certeza se o percentual de aumento dos Municípios e dos Estados... Certamente, isso não veio dos Governadores. Se você olhar o nosso relatório da PEC 65, verá que nós já tratamos desse assunto no relatório – deem uma olhada depois, André e Henrique também –, em que foram feitas essas alterações. E também há a questão do Custo Aluno-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qualidade Inicial ou o Custo Aluno-Qualidade justamente com o mesmo argumento que você colocou, André – permita-me chamá-lo de você, com todo o respeito –, no sentido de mensuração. Como é que nós vamos mensurar isso? A gente não tem como medir isso. E se colocou isso na Constituição como uma referência. Quer dizer, toda escola tem que cuidar do Custo Aluno-Qualidade, que deve conter pelo menos os seguintes elementos... Pelo menos caminhamos nesse sentido.

Então, não há no relatório, por enquanto, que é uma proposta também, como foi destacado, o relatório final, a não participação... Há este debate para se discutir – o Henrique colocou bem também – se seria uma coisa estadual ou municipal. A tendência é considerar municipal, para justamente ultrapassar esse problema do Município pobre que esteja em Estado rico que não recebe, ou o contrário também, em que a média não seja alcançada, como acontece com a própria Governadora, no Estado do Rio Grande do Norte. Então, algumas coisas foram alteradas.

Eu pediria que, na sequência, André, Henrique e a equipe do Ministério da Economia que está aqui, se debruçassem sobre isso e até pensassem nas fontes de financiamento.

Devemos sempre colocar de maneira clara, particularmente para as pessoas que nos acompanham, porque... A gente pode pensar que o Município está perdendo recursos ou que o Estado está perdendo recursos. Na verdade, a gente tem que pensar que a natureza do fundo é solidária. Por exemplo, há certos Municípios onde há uma refinaria da Petrobras ou um grande empreendimento econômico. O que a gente está dizendo? Certamente, esse Município pode ser, na área da educação, solidário com outro Município ou Estado com alguma iniciativa.

Agora, essa questão do financiamento é uma questão que a gente tem que ver, fazer os cálculos, as simulações – inclusive, o MEC, semana passada, esteve aqui e se dispôs a ajudar nesse sentido – e chegar a um acordo, a um entendimento, mas a Governadora Fátima foi bem clara: tem que ser permanente e tem que haver complementação de recursos da União.

O Henrique traz a questão que isso tem que ser de todos nós. Está ótimo, concordamos. De onde vêm os recursos? É o que você colocou também. Esperamos que haja sempre mais recursos. É com isto que a gente está preocupado também: colocar esse imposto ou outro, ter uma cesta básica, levar em consideração os impostos arrecadados, que não fazem parte, como não prejudicar aquele Município que se organizou bem financeiramente... Há Municípios que se organizaram bem para cobrar IPTU, ISS, essas coisas...

O SR. ANDRÉ ALENCAR (*Fora do microfone.*) – Não desestimular isso...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não desestimular isso, porque, de repente, fizeram um esforço danado, a parceria com a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Receita Federal, estão cobrando ITR direitinho com a Receita Federal e tal... Então, esse comportamento arrecadatório é até uma coisa boa para a economia, para que cada um tenha pelo menos as ferramentas, os instrumentos para melhorar. Eu quero dizer que isso vai continuar.

Como a nossa audiência é interativa, há aqui algumas observações de São Paulo, do Espírito Santo, da Bahia, de Minas Gerais, de alguns Estados. Eu só vou ler e agradecer a participação.

"Há alguma ideia de criação de um fundo único e não 27, como no formato atual? Desde já, destaco que considero o Fundeb imprescindível". É de São Paulo.

Do Espírito Santo: "Na conjuntura de complexidades e desafios que emergem nos últimos tempos, (re)pensar as questões que perpassam a educação se faz necessário" e "O Fundeb tornou-se um instrumento eficaz para promover a equidade na educação básica. Seu fim suscitaria um grande retrocesso".

Maria de Lourdes, de São Paulo: "Em meu humilde entendimento, o objetivo principal do Fundeb é a equidade".

Interessante, não é? Equidade é justiça no caso concreto: Município é pobre, então, vamos ser justos na construção da equidade.

Leila Pio, da Bahia: "O Fundef e Fundeb mudaram a história da educação brasileira! Pela renovação do Fundeb já! O País não pode regredir".

Luciano Souza, de Minas Gerais: "Sou comerciante, vejo alunos do ensino médio com dificuldade em conferir troco, é um absurdo, a educação básica está precária, precisa mudar". Isso já foi referido.

Celson Gusmão, também de Minas Gerais: "Vamos valorizar a educação básica. Assim, construímos um País melhor". É o nosso desejo também.

Só lembrando: antes foram Mauricio Rodrigues, de São Paulo, e Simonte Smiderle, do Espírito Santo.

Eu penso que o objetivo desta audiência pública foi muito interessante, porque a gente teve os secretários aqui semana passada, como já foi mencionado, e o MEC. Hoje nós temos os Governadores e os Prefeitos, representados. Esteve aqui o Ministério da Educação, e hoje está o Ministério da Economia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convidamos vocês para continuarmos essas conversas e vermos todos os pontos elencados, para vermos como isso pode fazer parte de um debate bom. A conclusão, a decisão, claro, é do Parlamento. Numa PEC, a decisão é do Parlamento, porém, para haver uma decisão boa, factível, ela tem que refletir os consensos da sociedade de uma maneira geral. Então, por isso, queremos fazer este debate para chegar ao final e dizer: "Talvez a gente não concorde em 100% em tudo, mas ninguém vai sair prejudicado ou coisa semelhante".

Eu passo a palavra novamente para o Henrique Carvalho e depois para o André Alencar, para fazerem as observações que desejarem fazer.

O SR. HENRIQUE CARVALHO – Eu agradeço as perguntas e as colocações dos cidadãos.

A ideia do fundo único é um questionamento levantado até pelo Prof. Ricardo Paes de Barros: já que o objetivo é ser solidário e distribuir recursos para que toda criança e todo jovem tenham um mínimo de educação, uma equalização da qualidade, por que não um fundo único, por que fazer 27 fundos estaduais? Teoricamente, o Ricardo Paes de Barros e o cidadão têm razão nessa colocação. A questão aí é a dificuldade política, porque você vai distribuir recursos de um Estado – por exemplo, São Paulo, que é mais rico –, e esses recursos vão financiar Municípios de outros Estados. Em termos de solidariedade, se a sociedade conseguisse fazer esse pacto, eu acho que seria o ideal.

Quanto às outras colocações, eu concordo com todas elas. Acho que o Fundeb precisa ser renovado, ele foi essencial para a universalização do ensino fundamental e para a melhoria que a gente teve nos anos recentes. Então, estou de acordo com as colocações feitas pelos colegas.

O SR. ANDRÉ ALENCAR – Em relação ao fundo único, eu considero que a dificuldade é até operacional para se fazer isso, se centralizar isso e se fazer essa redistribuição. Hoje, com os fundos estaduais, há certa celeuma, com demandas judiciais, discussões, até o ajuste na complementação da União, porque há um processo de prever receita e de, depois, ver a receita realizada. Misturar isso... Eu acho que a equalização pode e deve vir da União. Eu acho que manter os fundos estaduais é o mais acertado, pois há a questão política e a questão operacional também, que é muito importante. Eu acho que o crescimento da complementação da União e uma melhor qualidade na distribuição são capazes de já mitigar muitas das diferenças estaduais que temos hoje.

Quanto à questão de não desestimular, essa foi uma preocupação inicial muito grande que nós tivemos ali quando começamos a tentar calibrar esse multiplicador, que traz as outras receitas fora do Fundeb como critério distributivo. E a gente realmente tem essa preocupação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de colocar uma variação que seja mínima, que seja muito marginal, para não desestimular a arrecadação própria. Nós temos hoje disparidades fiscais muito grandes. Há Municípios, por exemplo, que são sedes de operações de cartão de crédito que recolhem ISS do País inteiro. A gente acha que esses, sim, têm muito recurso, mas há também os casos de Municípios que estão se organizando, cada vez mais estruturados, para estarem fiscalmente alinhados na questão de parceria com a União, parceria com os Estados. E, realmente, a gente não pode, em nenhum momento, pensar em desestimular isso. Eu acho que esse multiplicador tem que ser calibrado para ter uma coisa muito mínima, é só um refinamento mesmo, não pode ser uma coisa que venha a desincentivar a arrecadação própria, de forma alguma.

Quanto à questão da qualidade, eu acho que, como critério para o Fundeb... O Fundeb hoje está bem entendido, já tem critérios que são bem entendidos, são bem consagrados. Não há ninguém aqui com nenhuma questão, nem na Câmara nem no Senado, propondo alguma diferença ou tirando mérito de algum critério distributivo do Fundeb. O que se propõe é uma melhora, um refinamento. Então, ao introduzir critério de qualidade no Fundeb, a gente também pode trazer uma complicação. Eu acho que o critério de qualidade pode vir com outros recursos. Há um caso, por exemplo, do ICM do Ceará, em que eles têm uma distribuição naquele percentual do ICMS do Estado que visa justamente indicadores de qualidade de educação e de saúde também. É uma experiência que tem funcionado muito bem. Então, talvez, devamos pensar nos demais recursos. Nós temos um conjunto grande de recursos aí, não só o Fundeb. Se a ideia do Fundeb é manter a cesta atual, eu acho que os critérios não podem...

A gente não pode trazer tanta novidade em termos de critério distributivo, porque é até difícil calibrar a questão da qualidade. Para o cara que já se esforçou muito para melhorar, você vai dar mais recursos para ele ou vai dar recursos para o cara que ainda tem que melhorar muito? Então, é uma discussão que eu acho melhor que fique fora do Fundeb, até porque a gente precisa fazer essa mudança constitucional neste ano e regulamentar no ano que vem. Se a gente abrir o debate para refinar demais e introduzir muitos critérios, eu acho que operacionalmente isso fica complicado.

Eram esses os pontos.

Agradeço, mais uma vez, Senador. Obrigado à Comissão pelo convite.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem. Somos nós que agradecemos e já deixamos o convite: vamos continuar, Henrique e André, conversando. Parabéns pelas apresentações, muito boas e interessantes. A gente já percebe o aprofundamento em todas as reuniões das quais você participou, Henrique, assim como o André, com Governadores e Municípios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero também comunicar a agenda da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para a próxima semana – por enquanto, porque sempre pode haver acréscimos também. O Thiago é o nosso eficiente Secretário da Comissão, assim como a equipe toda que está aqui, pois ninguém faz um bom trabalho sozinho. Na terça-feira, às 9h, haverá audiência pública para debater implantação das novas universidades aprovadas no ano 2018. Na terça-feira, às 11h, haverá reunião deliberativa ordinária desta Comissão. Na quarta-feira, às 14h30min, haverá audiência pública para debater o tema da Semana da Ação Mundial, coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Nada mais havendo a tratar, agradecemos à assessoria aqui presente, à Consultoria do Senado, ao José Roberto, da Rede, e a todos que estão aqui presentes. Já combinei com os Líderes aqui também para nós, a partir da semana que vem, agendarmos regularmente reuniões de trabalho com a Câmara para afunilarmos no sentido de termos, na medida do possível, uma PEC consensual, junto, obviamente, com todos os atores que estão participando aqui.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado.

(*Iniciada às 9 horas e 27 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta minutos do dia quatro de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Wellington Fagundes, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Plínio Valério, Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val, Paulo Paim, Renilde Bulhões, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira, Jorginho Mello, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Chico Rodrigues, Juíza Selma e Vanderlan Cardoso. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Alessandro Vieira, Carlos Viana, Sérgio Petecão e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 49/2019 - CE, de autoria do Senador Wellington Fagundes. **Finalidade:** Audiência pública para debater a implantação das novas universidades que foram criadas no ano de 2018. **Participantes:** Edward Madureira Brasil, Reitor da Universidade Federal de Goiás - UFG; José Arimatéia Dantas Lopes, Reitor da Universidade Federal do Piauí - UFPI; Maria José de Sena, Reitora da Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE; Myrian Thereza de Moura Serra, Reitora da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT; Alessandro Martins, Diretor da Regional Jataí da Universidade Federal de Goiás - UFG; Weber Gomes de Sousa, Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento das Instituições Federais de Ensino - CGPO/SESU/MEC. Rafael Castro, Chefe de Divisão de Concursos Públicos - Coordenação-Geral de Concursos e Provimento de Pessoal - Ministério da Economia. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Wellington Fagundes

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às onze horas e trinta e seis minutos do dia quatro de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Dário Berger e Flávio Arns, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Eduardo Girão, Plínio Valério, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Cid Gomes, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Renilde Bulhões, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira, Jorginho Mello, Wellington Fagundes, Vanderlan Cardoso, Lucas Barreto, Marcelo Castro, Jorge Kajuru, Luis Carlos Heinze, Eliziane Gama, Chico Rodrigues, Juíza Selma e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Roberto Rocha, Sérgio Petecão e Maria do Carmo Alves. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da 17ª, 18ª e 19ª reuniões, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1945, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a cobrança de taxas diferenciadas por curso nos processos seletivos das instituições de ensino superior." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 1418, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a destinação de recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PODE/ES). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto. **ITEM 3 - Aviso n° 14, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Encaminha exemplar do Relatório Sistêmico de Fiscalização da Função Cultura (FiscCultura), exercício de 2014, resultante de levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do processo nº TC-018.752/2014-4, apreciado pelo Plenário do TCU em 22/04/2015, mediante Acórdão nº 921/2015 (TC-018.752/2014-4)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Arolde de Oliveira. **Relatório:** Pelo conhecimento e arquivamento. **Resultado:** Aprovado o relatório pelo conhecimento e arquivamento da matéria. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 265, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições de ensino." **Autoria:** Senador Magno Malta (PR/ES). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado: Aprovado nos termos do relatório reformulado pela Senadora Zenaide Maia. **ITEM 5 - Projeto de Lei da Câmara n° 90, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o Bandeirante do Século XX, no Livro dos Heróis da Pátria." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas (de redação) que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório favorável ao projeto com as emendas nºs 1 e 2-CE. **ITEM 6 - Projeto de Lei da Câmara n° 100, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Denomina Deputado Paes de Andrade o Açude Público Padre Cícero, conhecido como Açude Castanhão, no Estado do Ceará." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Cid Gomes. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório contrário ao projeto. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 170, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre monitoria no ensino médio." **Autoria:** Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **Relatoria:** Senador Paulo Paim. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 383, de 2017 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a regulamentação da prática esportiva eletrônica." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Relatoria:** Senador Eduardo Gomes. **Relatório:** Pela aprovação nos termos da Emenda nº 1-CCT (Substitutivo), com a subemenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 389, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados." **Autoria:** Senador Dário Berger (PMDB/SC). **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 683, de 2019 - Terminativo -** que: "Confere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Nano Tecnologia e Novos Materiais." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PR/SC). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 684, de 2019 - Terminativo -** que: "Reconhece o Estado de Santa Catarina como “Polo Náutico do Brasil”." **Autoria:** Senador Jorginho Mello (PR/SC). **Relatoria:** Senador Dário Berger. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta. **Resultado:** Aprovado nos termos do relatório. **ITEM 12 - Projeto de Lei do Senado n° 360, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a incumbência do Poder Público na promoção de feiras de ciência e tecnologia na rede pública de ensino médio." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 1255, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para assegurar, a estudantes com a renda familiar que especifica, a reserva de cinquenta por cento das vagas ociosas nas universidades federais." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Relatoria:** Senador Confúcio Moura. **Relatório:** Pela

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aprovação. **Resultado:** Pedido de vista coletiva concedido. **ITEM 14 - Projeto de Lei do Senado n° 308, de 2018 - Terminativo -** que: "Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar." **Autoria:** Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE). **Relatoria:** Senador Luiz do Carmo. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão. **ITEM 15 - Projeto de Lei do Senado n° 278, de 2016 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino." **Autoria:** Senador Romário (PSB/RJ). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 598, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica." **Autoria:** Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Lido o relatório e encerrada a discussão. **ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 51, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PLS 354/2015, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Fenilcetonúria. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Simone Allan Arede - Representante da Associação Mães Metabólicas; 2. Representante do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Ângelo Coronel (PSD/BA) e Senador Styvenson Valentim (PODE/RN). **Resultado:** Aprovado o Requerimento, subscrito pelo Senador Styvenson Valentim. **ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 53, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de discutir, junto aos diretores nacionais e estaduais dos Institutos Federais de Tecnologia, o corte nas finanças das escolas de ensino técnico." **Autoria:** Senador Carlos Viana (PSD/MG) e Senador Eduardo Girão (PODE/RN). **Resultado:** Adiado. **ITEM 19 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 54, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 51/2019 - CE, com o objetivo de instruir o PLS 354/2015, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Simone Allan Arede - Presidente da Associação Mães Metabólicas; 2. Dra. Leandra Vilela Silva Paraneto – Vice-Presidente da Associação Mães Metabólicas e Defensora Pública do DF; 3. Dra. Terezinha - Coordenadora das Doenças Raras SES-DF; 4. Dra. Bárbara - Nutricionista Especialista em Fenilcetonúria SES-DF; 5. Dra. Monique - Nutricionista Especialista em Fenilcetonúria SESDF; 6. Dra. Maria Teresa - Geneticista Especialista em Fenilcetonúria SESDF; 7. Professor Nathan - Coordenador do Observatório de Doenças Raras da UnB; 8. Representante do Ministério da Saúde." **Autoria:** Senador Ângelo Coronel (PSD/BA). **Resultado:** Aprovado o Requerimento, subscrito pelo Senador Styvenson Valentim. **ITEM 20 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esporte n° 56, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 39/2019 - CE, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Elida Graziane Pinto - Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo; 2. Priscila Cruz - Presidente do Todos pela Educação." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 21 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 59, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a institucionalização da educação a distância no contexto das instituições públicas de educação superior, profissional e tecnológica. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1 - Representante da Associação Universidade em Rede (UniRede) - Alexandre M. dos Anjos (UFMT); 2 - Representante do Fórum de Gestores de Instituições Públicas de EaD - Elisa Tuler de Albergaria (UFSJ); 3 - Representante do Ministério da Educação (MEC); 4 - Representante do Fórum Nacional de Coordenadores da Universidade Aberta do Brasil; 5 - Representante do Fórum Nacional de Coordenadores da Rede e-Tec Brasil." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 22 - Requerimento da Comissão de Educação, Cultura e Esporte n° 60, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, com o objetivo de debater o tema "Ciência para Educação"." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB) e Senador Eduardo Girão (PODE/CE). **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Dário Berger

Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/04

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 20ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho dispensa da leitura e aprovação das Atas da 17ª, 18ª e 19ª Reuniões.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A Presidência comunica que foram recebidos os seguintes documentos: Aviso nº 224, de 2019, do TCU, que encaminha relatório de consolidação das auditorias de conformidade realizadas no âmbito da fiscalização de orientação centralizada sobre execução do sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

Aviso nº 307, de 2019, do TCU, que trata de embargos de declaração opostos pela Ancine, em face do Acórdão nº 721/2019, proferido pelo TCU.

Os expedientes encontram-se à disposição na página da Comissão, no sítio do Senado Federal, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores e das Senadoras, a fim de que as matérias sejam analisadas pelo Colegiado.

Informo que a presente reunião se destina à deliberação dos itens nºs 1 a 22 da pauta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos os itens propriamente ditos, eu quero só reforçar o encaminhamento da audiência pública, que se encerrou há poucos minutos, para a constituição de uma Comissão para irmos falar, como Comissão, com o Sr. Ministro da Educação, a respeito desta questão das universidades que foram criadas por lei e não foram implantadas ainda. Porém, antes dessa reunião com o Ministro, virá o representante do MEC que esteve aqui, o Dr. Weber, para tentarmos encontrar uma solução para levar para o Ministro não só uma discussão, mas, se possível, algumas alternativas de solução.

Então, eu peço até que o Secretário...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente...

Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... nos ajude a fazer esse encaminhamento também.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – E talvez alguém da Consultoria ou da Assessoria possa nos ajudar.

A reunião foi presidida pelo Senador Wellington Fagundes, a quem concedo a palavra.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de ver se já poderíamos oficialmente pedir a audiência, oficialmente aqui aprovar, não sei se é o caso, para a gente pedir a audiência ao Ministro. Eu já estive com ele lá. Na verdade, o projeto de lei está pronto. Agora, se a gente não for, isso vai ficar em Procuradoria... Então, haverá toda aquela demora que está acontecendo mesmo.

Se for possível, eu queria que fosse feito – não sei se isso seria através da Secretaria – já o pedido oficial da Comissão de Educação para tratar especificamente deste assunto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O.k. Então, eu já peço para a Secretaria que já solicite ao Ministro a marcação de uma audiência para que possamos ir – quem assim o desejar – em conjunto. Eu estarei junto, assim como o Senador Dário Berger, o Senador Wellington Fagundes, a própria Senadora Leila, que já se prontificou a ir...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Estando marcado, Sr. Presidente, convidamos também os reitores das universidades.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Convidando os reitores, iremos lá juntos. Muito bem. Então, fazemos isso. Não há necessidade de requerimento, de nada, para essa finalidade.

O item 1 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1945, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para vedar a cobrança de taxas diferenciadas por curso nos processos seletivos das instituições de ensino superior.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria será apreciada pela Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

A relatoria é do Senador Confúcio Moura, com muita alegria, como sempre. Concedo a palavra, então, ao Senador, liderança na área de educação, Confúcio Moura, para leitura do relatório.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, eu tenho dois projetos para relatar: o primeiro e o décimo terceiro. Eu consulto V. Exa. se eu poderia fazer a leitura dos dois, votando, depois, em separado. Eu já terminava a minha parte nesta reunião...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O.k. Não havendo objeção do Plenário... (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não há objeção.

Pois não, Senador.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, é o relatório do Projeto de Lei 1.945, de 2019, de autoria do Senador Veneziano Vital do Rêgo, que proíbe a cobrança de taxas diferenciadas por curso nos processos seletivos para acesso à graduação, exceto quando houver necessidade de prova de habilidade específica.

Análise.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar sobre proposições que versem sobre normas gerais da educação. Dessa forma, a apreciação da matéria por esta Comissão possui amparo regimental.

Eu salto alguns parágrafos.

Com efeito, não se justifica que se faça cobrança diferenciada por curso de taxas de inscrição em processos seletivos, salvo nos casos em que haja provas específicas. Quando os mesmos e únicos exames são aplicados a candidatos de diversos cursos, não se deve admitir que as taxas variem. Em outras palavras, traduzindo, o Senador Veneziano quis dizer que, às vezes, para um curso de Medicina, a universidade cobra uma taxa de inscrição alta; no curso, por exemplo, de Pedagogia, uma taxa menor. E ele acha essa discriminação injustificada. Então, teriam que ser padronizadas pelas universidades essas taxas. É isso que resume a lei do Senador Veneziano.

Voto.

Tendo em vista o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.945, de 2019, de autoria do Senador Veneziano.

Esse é o voto do primeiro item da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Se V. Exa. me permitir, então, está em discussão essa matéria. (*Pausa.*)

Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para discutir.) – Para não perder tempo aqui, eu só quero parabenizá-lo, porque eu não tinha conhecimento disso. Essa é uma maneira, mais uma vez, de excluir quem não tem dinheiro. Por exemplo, se você cobra uma taxa de inscrição, para um processo seletivo de Medicina,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Direito, Engenharia, com valores altos, você já começa a fazer a exclusão, segregando. Entendeu? Eu quero parabenizá-lo, porque eu não tinha conhecimento disso. Eu não sabia que havia essa segregação até para a inscrição.

Parabéns ao nosso Senador Veneziano que deu visibilidade à população, porque eu acho que a maioria não sabe. Só aqueles alunos que vão participar desse processo seletivo que tomaram conhecimento. E, com certeza, alguns vão deixar de se inscrever em alguns cursos, porque não têm os valores para se inscrever no mais caro.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório apresentado.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

Passamos ao item 13 da pauta.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Item 13...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Permita-me só ler, Senador?

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) –

1ª PARTE

ITEM 13

PROJETO DE LEI Nº 1255, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, para assegurar, a estudantes com a renda familiar que especifica, a reserva de cinquenta por cento das vagas ociosas nas universidades federais.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)

Relatoria: Senador Confúcio Moura

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião de 21/05 e 28/05/2019.

Concedo a palavra, então, Senador, a V. Exa.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, o senhor já fez a introdução.

A proposição do Senador Styvenson assegura que, em cada instituição federal de educação superior, a reserva para estudantes oriundos de família com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita* de pelo menos 50% das vagas que restarem. Resumindo, Sr. Presidente, o que o Senador Styvenson quer é o seguinte, normalmente, num curso – vamos supor – de Matemática, em uma universidade, entram 40 alunos; daí a pouco, desistem e ficam só 18. E ficam 12 vagas ociosas. O Senador Styvenson deseja que essas 12 vagas sejam preenchidas preferencialmente por pessoas de baixa renda que auferem entre 1 e 1,5 salário mínimo, para não ficarem 12 vagas vazias, havendo gente esperando lá fora e aprovadas, mas que não podem preencher. Pode ser no segundo ano, no terceiro ano, em qualquer tempo, aceitar esse aluno, podendo até vir de escolas particulares. Essa é a essência, o mérito da proposta do Senador Styvenson. Então, eu vou dispensar a leitura, porque eu fiz um resumo do que o Senador deseja.

Aqui, eu faço um encerramento. Com sua aprovação, há benefícios para todos: de um lado, ganha o estudante, que pode entrar em contato com o ambiente universitário e desenvolver competências que o tornarão apto para atuar no mercado; de outro lado, a proposição oferece às universidades espaço para que oxigenem seu fazer e seus saberes, por meio da promoção da diversidade e da interlocução entre diferentes camadas do estrato social.

Torna-se cristalino ainda que, para a sociedade, isso significa não somente o melhor uso do escasso recurso público disponível para a área educacional, mas também a possibilidade de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o acesso ao ensino público se torne mais democrático e de que haja impactos consideráveis para os níveis de produtividade e para o desenvolvimento nacional.

O voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Pois não.

Em discussão a matéria.

Senador Styvenson, o autor.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para discutir.) – Com a sua permissão...

Obrigado, Confúcio, pelo resumo, pela explicação.

Eu preciso só esclarecer para os Srs. Senadores e para as Sras. Senadoras aqui presentes que hoje o problema da educação, além de contingenciamento de dinheiro, é que não dá para suportar mais 100 mil vagas ociosas por ano neste País. Cada vaga desta custa em média R$36 mil.

O que é a vaga ociosa? É a daquele aluno que deixou de frequentar por algum motivo: ou porque faleceu, ou porque não quis, ou porque mudou de curso, ou porque viajou... Hoje, com o Sisu, você faz vestibular no Acre, tem a média, quer ocupar uma vaga no Rio Grande do Norte, porque gosta de praia ou, senão, não passou no curso de Medicina, vai ocupar Enfermagem. Aí você passa duas semanas cursando, não gostou do curso ou não deu para fazer e deixa a vaga aberta. Como é feita essa reposição? Essa reposição é feita como? Com um certo período de seis meses ou mais, o aluno vai lá, paga para fazer outra prova específica para aquele curso para ocupar a vaga de novo. Senador Confúcio, são R$36 mil, na média, a cadeira vazia de universidade neste País! Normalmente, quem faz esse reingresso não são pessoas que têm condições financeiras. É uma forma de cota? É, é uma forma de cota, sim. Para quem ganha até um salário mínimo, são R$250 por mês de custo para sobreviver. Onde são maiores esses números de vagas? Cursos como Pedagogia, Geografia, História, Física, Matemática...

Senador Flávio Arns, num País que está vivendo contenções de gastos na educação, uma cadeira vazia é custo para a sociedade, é dinheiro perdido com aquela cadeira vazia. Paga-se professor, paga-se eletricidade, paga-se o prédio, paga-se a água, paga-se a luz, paga-se toda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma estrutura para não haver o aluno na sala de aula. E ainda cobram do aluno para ele repor essa cadeira, Leila? Aí, é demais! Aí, não!

Eu penso o seguinte: se é cota, é; é mais uma cota, mas eu não estou ligando para a cota, estou ligando para a cadeira vazia, pode ser qualquer pessoa que ocupe. O ideal seria que não se desocupasse a cadeira, que estudasse, que ficasse lá até o final, mas 100 mil vagas não dá para suportar. É um custo altíssimo para o nosso País que vive em contenção na educação! E ainda ter que esperar um período para substituir ou colocar aquele aluno dentro do período?! "Ah, não, porque é segundo período, é terceiro período". Não importa o período que for, é gasto do dinheiro público. Não se vê isso em universidades públicas. É por isso que as mensalidades das universidades privadas são tão altas, é o risco de o aluno abandonar – alguém vai ter que pagar. Por isso, é tão alto o custo. Mas no serviço público, não. Faz-se uma projeção, faz-se um planejamento, como o Senador Confúcio disse, 40 alunos, chega ao final do curso e só há cinco. Mas estão pagando 20 professores caríssimos, uma estrutura caríssima com o dinheiro público, para não se ter o resultado que se quer: uma educação boa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Muito bem.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero ressaltar o mérito do projeto do Senador Styvenson e, de pronto, me colocar perfilado à sua aprovação. Mas é um projeto que pode ser uma iniciativa da evolução da discussão das cotas. Há quem, quando questiona cota, questiona critério, questiona principalmente a origem básica da questão social.

Então, por esse motivo, Sr. Presidente, eu conversei com o Senador Styvenson, até pela Liderança do Governo, numa orientação que será debatida fortemente sobre repercussão, análise, impacto, já que eu concordo com o mérito. Então, nós vamos respeitosamente pedir vista desse PL, mas já ressaltando a sua importância, principalmente, porque toda iniciativa legislativa que muda o ambiente, que abre o debate, mesmo na tramitação, já tem um impacto, já chama para a discussão, para a provocação e até dá oportunidade para que o Executivo se organize e olhe essas lacunas.

Portanto, ressaltando o mérito do projeto, com o qual me comprometo, eu faço esse pedido regimental de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O.k.

Vista concedida ao Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Flávio Arns, vista coletiva, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Arns. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O.k.

Vista coletiva.

Com muita alegria passo a palavra ao nosso Coordenador, Presidente, amigo, Dário Berger. Agora, vêm, de fato, as deliberações.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) –

1ª PARTE

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1418, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a destinação de recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres.

Autoria: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria será apreciada pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa.

Concedo a palavra, então, ao Senador Jorginho Mello para a leitura do seu relatório, para depois iniciarmos a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGINHO MELLO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Senador Dário Berger, Senadoras e Senadores, o projeto da lavra da eminente Senadora Rose de Freitas dispõe sobre a destinação de recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Projeto de Lei (PL) nº 1.418, de 2019, da Senadora Rose de Freitas, que dispõe sobre a destinação de recursos do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT).

O PL altera a redação do parágrafo único do art. 27 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para estabelecer que os 50% do valor total do prêmio recolhido via pagamento do DPVAT, repassados pelas companhias seguradoras para a Seguridade Social, deverão ser assim distribuídos: 33% deverão continuar a ser destinados ao Sistema Único de Saúde (SUS), para custeio da assistência médico-hospitalar dos segurados vitimados em acidente de trânsito; e 10% passarão a ser dirigidos para as entidades gestoras dos regimes próprios de previdência social dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, destinados à composição dos recursos garantidores de benefícios de ricos concedidos e a conceder. Os restantes 7% desses recursos deverão ser repassados ao Ministério da Educação (MEC), para custeio de construção de creches.

A lei em que se transformar a proposição deverá ter vigência imediata.

A autora argumenta que "parece evidente que a destinação dos recursos do DPVAT deva incorporar outros destinatários, com a finalidade de dar suporte financeiro a iniciativas destinadas à reabilitação e à cobertura de benefícios de risco". Além disso, acredita ser oportuno destinar recursos dessa fonte para a construção de creches, área tão carente de verbas.

O PL nº 1.418, de 2019, foi distribuído à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última decidir em caráter terminativo.

Não foram oferecidas emendas à proposição.

Análise.

O PL nº 1.418, de 2019, envolve matéria de natureza educacional e está, portanto, sujeito ao exame da CE, conforme disposto no art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal.

Quanto aos aspectos relacionados especificamente à educação, e considerando que o projeto de lei ainda passará pela análise da CAS e da CAE, a matéria se apresenta conveniente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e oportuna, pois a provisão de novos recursos para a área é sempre bem-vinda, sobretudo em relação ao atendimento educacional da primeira infância, que ainda está longe de ser equacionado.

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, prevê, na Meta 1, a universalização, até 2016, da educação infantil na pré-escola, para crianças de 4 a 5 anos de idade, conforme determina a Constituição Federal, bem como a ampliação da oferta de educação infantil em creches, de forma a atender a, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos até 2024.

A esse respeito, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, coligidos pelo Anuário da Educação Básica (2018), o País não conseguiu atingir a meta de universalização das pré-escolas, que deveria ter sido alcançada em 2016 e cujo índice, em 2017, era de 93% de cobertura. Entretanto, parece-nos que a situação é ainda mais complicada em relação ao atendimento da demanda por vagas em creches, pois apenas três de cada dez crianças de 0 a 3 anos estavam matriculadas em 2016. Resta claro que, embora exista uma trajetória positiva na cobertura (em 2009, apenas 23% das crianças nessa faixa etária eram atendidas), o ritmo dos avanços indica que, sem vontade política e estruturação de políticas públicas de construção, manutenção e qualificação do atendimento nas creches, a meta não será cumprida em 2024.

Nesse sentido, a ampliação e o melhor uso dos recursos se constitui como questão essencial, pois há problemas de infraestrutura que assumem caráter dramático, quando se consideram as necessidades da primeira infância: apenas 41,8% das creches públicas brasileiras contam com parquinho, e 15,3%, com sala de leitura ou biblioteca. Não há banheiro adequado para a faixa etária em 52% dessas instituições, e 56% delas não são atendidas pela rede pública de esgoto sanitário.

Em suma, no que cabe à CE analisar, pensamos que o projeto de lei, caso venha a ser aprovado, poderá ter impacto positivo na educação infantil brasileira.

Voto.

Pelas razões expostas, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 1.418, de 2019.

Estes, o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e coloco em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

Eu consulto se nós já temos quórum. Ainda não temos quórum? (*Pausa.*)

Com o Senador Lasier, já temos quórum?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Falta um?

Os nossos universitários sempre trabalham contra nós. Eu já estou vendo quórum, e ele ainda não está vendo. Está faltando um. Mas, com o Lasier e com o Wellington, deu. Não deu?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Deu! Está perfeito. É a infraestrutura a serviço da educação.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não, mas nós precisamos de 14 Senadores presentes para votar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Sr. Presidente, o meu é terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Zenaide, pois não.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, é só para dizer que o meu é o item 4, não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sim. O.k.

Eu só vou pedir o apoio de V. Exa., porque nós temos quatro projetos que já foram lidos e discutidos e que dependem de quórum qualificado. A minha sugestão é de colocar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deliberação em globo, porque daí nós eliminaríamos, de imediato, essas quatro pendências que temos aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Ah! Bem, são só três, porque, no item nº 8, que é o PLS nº 383, houve uma divergência do Senador Eduardo Gomes e do Senador Roberto Rocha, que pediram vista.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Foi o Senador Eduardo Girão que pediu vista.

Muito bem.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Vou pedir a retirada de pauta do item 8, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Item 8. É deste que eu estava tratando.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu solicito permissão para colocar em discussão, em bloco, os itens 9, 10 e 11. Por coincidência, também o item 9 é da relatoria do Senador Jorginho Mello, e os itens 10 e 11 são de minha relatoria, mas são projetos singelos, simples.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente, o item 16, cuja Relatora é a Daniella e está aqui, já é a segunda vez que ele está na pauta e também ainda não foi lido. Assim, respeitando a presença da Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos proceder em seguida.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – É o 16.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É o 16.

Bem, então, coloco em deliberação – vamos voltar à discussão – os itens 9, 10 e 11.

1ª PARTE

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 389, DE 2016

- Terminativo -

Dispõe sobre a antecipação da comemoração de feriados.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC)

Relatoria: Senador Jorginho Mello

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

Em 28/05/2019, foi lido o relatório.

1ª PARTE

ITEM 10

PROJETO DE LEI Nº 683, DE 2019

- Terminativo -

Confere ao Município de Florianópolis, no Estado de Santa Catarina, o título de Capital Nacional da Nano Tecnologia e Novos Materiais.

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1. Em 28/05/2019, foi lido o relatório;

2. A matéria constou na pauta da reunião de 02/04 e 28/05/2019.

1ª PARTE

ITEM 11

PROJETO DE LEI N° 684, DE 2019

- Terminativo -

Reconhece o Estado de Santa Catarina como "Polo Náutico do Brasil".

Autoria: Senador Jorginho Mello (PL/SC)

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo que apresenta.

Observações:

1. Em 28/05/2019, foi lido o relatório;

2. A matéria constou na pauta da reunião de 02/04 e 28/05/2019.

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão e coloco em votação. (*Pausa.*)

Está aberta a votação.

Os Senadores podem votar, por favor.

Vamos abrir o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em seguida, Dra. Zenaide, nossa Senadora estimada, V. Exa. quer a palavra? (*Pausa.*)

Não? (*Pausa.*)

Falta um.

Senador Styvenson, V. Exa. já votou? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há o Marcio Bittar. Marcio, você vota?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Sempre a favor. (*Risos.*) (*Pausa.*)

Falta um voto. (*Pausa.*)

Excelente, até o número foi sugestivo. Então, podemos encerrar.

Encerro a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Proclamo o resultado. Houve 14 votos SIM; nenhum voto NÃO.

Nenhuma abstenção.

Quórum, 15, com o voto do Presidente.

Os projetos foram aprovados e seguem a sua tramitação.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Peço a V. Exa. que retorne à ordem da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Qual é a preferência de V. Exa?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – O meu é o seis, mas a preferência é a pauta.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vamos voltar à pauta normal, então.

Então, vamos para o item 4, Senadora Zenaide Maia.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 265, DE 2018

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para estabelecer o direito da mulher vítima de violência doméstica e familiar e de seus dependentes à prioridade em matrícula ou rematrícula em instituições de ensino.

Autoria: Senador Magno Malta (PL/ES)

Relatoria: Senadora Zenaide Maia

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em decisão terminativa;

2. A matéria constou na pauta da reunião de 28/05/2019.

Concedo a palavra à Senadora Zenaide Maia para proferir o seu relatório.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, vou direto à análise.

Nos termos do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre normas gerais de educação e ensino. É o caso da proposição em tela, que versa sobre o direito de a mulher vítima de violência doméstica ou familiar e seus dependentes se matricularem com prioridade em instituições de ensino.

Do ponto de vista do mérito, compete a esta Comissão analisar se a matéria atende aos requisitos de necessidade e relevância.

A Lei Maria da Penha determina em seu art. 3º que a todas as mulheres devem ser asseguradas as condições para o exercício efetivo de uma série direitos, entre os quais destacamos o relativo à educação. A proposição em análise, por sua vez, acrescenta dispositivo à lei, de forma a incluir uma garantia, com caráter assecuratório daquele direito, para as mulheres vítimas de violência e também para seus dependentes. Nesse sentido, o projeto é necessário.

A matéria também se mostra bastante relevante, uma vez que a educação é fator de inclusão, de recuperação da estima e de construção de novos projetos de vida para as vítimas de violência. Por isso, é de grande relevância que as instituições de educação estejam permanentemente abertas para a matrícula de mulheres nessa condição, facilitando a retomada dos estudos e evitando que o trauma da violência tenha impacto sobre a sua vida escolar e sobre o futuro profissional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em suma, a proposição aperfeiçoa a Lei Maria da Penha e está de acordo com a agenda de políticas públicas e com a legislação brasileira em matéria de ensino, que define a educação como direito de todos, a ser assegurada ao longo da vida.

Por fim, apresentamos emenda com o objetivo de aperfeiçoar a redação da proposição sem, contudo, alterar seu sentido.

Voto.

Em razão do exposto, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2018, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CE

Dê-se ao art. 9º da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, na forma do art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2018, a seguinte redação:

"Art. 1º .....

'Art. 9º .....

.....

§ 2º .....

.....

III – prioridade de matrícula ou rematrícula em instituições de ensino em favor da vítima e de seus dependentes.

.....' (NR)"

Esse é o voto.

Eu queria comentar algo aqui. Eu fiz parte da Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência na Câmara e fui Relatora dessa educação por toda a vida, porque a neurociência prova hoje, colegas Senadores, que o cérebro pode, sim, aprender por toda a vida. E o que foi que chamou a atenção? Quando as pessoas com deficiência intelectual, Senador Flávio Arns, chegavam a mais de 18 anos, o Município não tinha mais aquela educação inclusiva, porque já havia passado da idade, e o Estado também não. E essa é uma população imensa que volta para casa e deixa de existir.

Então, eu fico feliz. Quero parabenizar aqui o autor, a sensibilidade do Senador Magno Malta. Esse projeto de lei de educação por toda a vida, ao longo da vida, a gente já está vendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui para vítimas de violência e seus familiares, quer dizer, a gente tinha o lado de ver pelas pessoas com deficiência intelectual, que é uma população imensa que, como o Município e o Estado não têm mais lugares para elas, voltam para suas casas e deixam de existir. É uma população que deixa de existir.

Então, muito obrigada. Eu fiquei feliz em fazer esta relatoria e ver que um projeto de lei que tinha outra intenção já vai cobrir outra parcela da sociedade que não deixa de ser vítima também. Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Está em discussão.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Daniella, V. Exa. tem a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Cumprimento todos os colegas Senadores, a Senadora Zenaide, e concordo, claro, com a importância do projeto. A título de contribuição, lembro que recentemente nós aprovamos um projeto bem similar, com um acréscimo, inclusive colocado por mim, em relação a uma emenda, pelo qual também protegeríamos o sigilo da criança e da mãe que sofressem essa violência, para que a comunidade escolar não soubesse disso.

Então nós aprovamos – o projeto que veio da Câmara já voltou –, nós já aprovamos, está bem mais adiantado do que esse, o Projeto de Lei nº 1.619, de 2019. Então, só a título de contribuição: eu acredito que esse projeto esteja prejudicado – ainda que reconheçamos seu mérito, é algo muito importante –, porque nós já estamos bem adiantados por termos aprovado, inclusive com essa emenda, a proteção das crianças e das mães de serem expostas pelo motivo de terem sido transferidas nas escolas.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Claro, se há um que está mais avançado, não somos nós que vamos prejudicar isso aí. Não há problema nenhum. A gente aprova e depois junta.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Isso, vamos continuando a tramitação. Daqui a pouco eles se encontram em alguma comissão, são apensados e, evidentemente, vão para a aprovação, tamanha a relevância que têm.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, só para contribuir, porque sei que o destino será esse mesmo. Eu fui o Relator desse projeto aqui, e a emenda da Senadora Daniella teve uma repercussão grande na mídia – isso foi bem divulgado há cinco, seis semanas atrás –, mas a gente entende que isso reforça, a aprovação reforça, mas com certeza é absolutamente similar.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Bem, não havendo mais...

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu só gostaria de dizer que me parece que essa emenda que foi acatada, inclusive aqui no debate que nós tivemos... Nada impede que essa emenda seja aceita pela Relatora e colocada neste projeto de lei também.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Também.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Por exemplo, nós podemos aprovar o relatório com a emenda apresentada pela Senadora Daniella, no sentido de se preservar o sigilo do caso, para proteger a pessoa, o filho, a filha... Não sei se haveria a concordância da Senadora Daniella nesse sentido... Aí fica a mesma emenda neste projeto e, num determinado momento, os projetos vão ser apensados também.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Consulto a Senadora Zenaide se concorda em incluir em seu relatório essa questão da preservação da identidade das pessoas envolvidas?

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Com certeza, sem nenhum problema.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Se V. Exa. concorda, nós acrescentamos ao relatório de V. Exa., submetemos à aprovação, e o projeto segue o seu rito até encontrar o outro projeto para que possa ter, então, dois autores essa proposta feita aqui no Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Com certeza, Senador. É o melhor para as famílias, para as vítimas e seus familiares, não é Danielle?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então, acatada pela Relatora...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Dário Berger...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não, Senador Girão. Por favor, V. Exa. tem a palavra.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Rapidamente, é só para parabenizar todos os envolvidos, tanto com o projeto anterior como com o atual, a Senadora Daniella, o Senador Eduardo Gomes, também a Senadora Zenaide, pelo relatório, e o ex-Senador Magno Malta, que mostra uma coerência, um compromisso com a vida, um compromisso com a família, um compromisso com as mulheres vítimas da violência doméstica.

Eu tive a oportunidade de conhecer a Maria da Penha, a minha mãe era muito amiga dela – a minha mãe já partiu para o mundo espiritual. É realmente um ícone, e esse trabalho que é desenvolvido aqui pelo Senado vai aperfeiçoando cada vez essa lei tão importante, uma conquista das mulheres contra a violência e pela paz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu é que agradeço a V. Exa.

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O relatório...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... passa a constituir o parecer desta Comissão, favorável, com a respectiva emenda.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Com a palavra V. Exa., Senador Plínio.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Mesmo correndo o risco de ser chato, Presidente... Eu vejo que há quórum para o projeto em que eu tenho interesse, que é terminativo. Eu não queria perder a chance desse quórum...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Há quórum?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – ... e a nossa Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Há quórum?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Eu acho que sim. Não há?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não há quórum?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM) – Pelo menos para ser lido, porque... Eu estou até sendo deselegante com a Senadora Daniella, mas...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Excelência, no momento não temos quórum. Se V. Exa. desejar ler e discutir, na esperança de que nós possamos ter a honra e o privilégio de receber mais dois ou três Senadores...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, a título de sugestão...

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – ... nós poderíamos colocar em votação.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Sr. Presidente, a título de sugestão, eu poderia começar a ler o relatório enquanto nosso pessoal está se mobilizando para convidar os outros Senadores para dar quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Então vou solicitar de forma diferente: vamos dar sequência à nossa pauta; se alcançarmos o quórum, nós deliberaremos imediatamente aquele que precisa de quórum qualificado.

Então vamos para o item seguinte.

1ª PARTE

ITEM 5

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 90, DE 2017

- Não terminativo -

Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o Bandeirante do Século XX, no Livro dos Heróis da Pátria.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Iniciativa: Deputado Daniel Vilela (MDB).

Relatoria: Senador Luiz do Carmo.

Relatório: Pela aprovação com duas emendas (de redação) que apresenta.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião de 14/05, 21/05 e 28/05/2019.

Concedo a palavra a V. Exa., Senador Luiz do Carmo, para a leitura do seu relatório.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu também sou o Relator do item 14, que é terminativo. Eu gostaria de ler os dois juntos, o 5 e depois o 14.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou pedir para V. Exa. ler o 5. É que o Senador Cid também está aguardando o item 6 para fazer a leitura e a defesa do seu relatório. Nós seguiremos a pauta. Assim que for possível haver maioria, nós deliberaremos sobre os projetos terminativos.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO) – Então vamos à análise, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compete à CE, nos termos do que preceitua o inciso II do art. 102 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), a apreciação das matérias que tratem de homenagens cívicas, a exemplo da proposição em debate.

Em razão do caráter exclusivo do exame, incumbe também a este Colegiado analisar a matéria quanto à constitucionalidade, à juridicidade, à regimentalidade e à técnica legislativa.

Relativamente à constitucionalidade do projeto, verifica-se ser concorrente com os Estados e o Distrito Federal a competência da União para legislar sobre cultura, nos termos do art. 24, inciso IX, da Constituição Federal (CF).

A Carta Magna ainda determina que a iniciativa do projeto de lei compete ao Congresso Nacional, nos termos do art. 48, caput, por não se tratar de matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, segundo estabelecido no §1º do art. 61, nem de competência exclusiva do Congresso Nacional ou de qualquer de suas Casas, à luz dos arts. 49, 51 e 52.

A escolha de um projeto de lei ordinária mostra-se apropriada à veiculação do tema, uma vez que a matéria não está reservada pela Constituição à esfera da lei complementar. Assim, em todos os aspectos, verifica-se a constitucionalidade da iniciativa.

O projeto se coaduna com a ordem jurídica, em particular com o que determina a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, a qual estabelece o procedimento para a inscrição de nomes no Livro dos Heróis da Pátria.

O art. 1º da referida lei estabelece que o Livro se destina ao registro perpétuo do nome dos brasileiros e brasileiras ou de grupos de brasileiros que tenham oferecido a vida à Pátria, para sua defesa e construção, com excepcional dedicação e heroísmo.

O art. 2º prevê que a distinção será prestada mediante a edição de lei, decorridos dez anos da morte ou da presunção de morte do homenageado.

Registre-se que, no que concerne à técnica legislativa, o texto deve estar de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Nesse aspecto, importa destacar, contudo, que a Lei nº 13.433, de 12 de abril de 2017, modificou a Lei nº 11.597, de 2007, para dar ao antigo Livro dos Heróis da Pátria o nome de Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Assim, considera-se pertinente a apresentação de emenda de redação a fim de atualizar o nome do Livro que consta na proposição.

No que diz respeito ao mérito, a homenagem é justa e oportuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bernardo Sayão Carvalho Araújo nasceu na cidade do Rio de Janeiro, no dia 18 de junho de 1901. Em 1920 ingressou na Escola de Agronomia, em Piracicaba, no Estado de São Paulo. Casou-se em 1925 com Lygia Mendes Pimentel, filha de tradicional família mineira, com quem teve três filhos. Mudaram-se para Jacarezinho, no interior do Paraná, onde Bernardo Sayão passou a administrar uma fazenda de café, em sociedade com o cunhado.

No início da década de 1930, em decorrência da crise econômica internacional e das geadas que devastaram as lavouras no Paraná, vendeu sua parte na fazenda e mudou-se com a família para o Rio de Janeiro, indo trabalhar no Departamento de Café do Ministério da Agricultura.

Em 1934, em decorrência de complicações na gravidez, a esposa veio a falecer. Voltou a casar-se em 1941 com Hilda Fontenele Cabral.

Data de 1939 a primeira viagem feita por Bernardo Sayão ao Estado de Goiás. Visitou Goiânia, Anápolis e Jaraguá, esta uma antiga cidade remanescente da mineração no Século XVIII, distante cerca de cinquenta quilômetros do local onde, três anos depois, implantaria a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (Cang).

Em 1941 o Presidente Getúlio Vargas iniciava os projetos de criação das Colônias Agrícolas Nacionais. Bernardo Sayão candidatou-se à vaga de administrador de uma das colônias, vindo a ser nomeado administrador da colônia agrícola em Goiás. Era o início de sua vitoriosa participação na marcha para o Oeste.

Naquele mesmo ano, já como administrador da Cang, comandou a construção da rodovia que ligava a Colônia até a cidade de Anápolis. No ano seguinte, promoveu a ligação com a cidade de Barranca com a construção, sobre o rio das Almas, de uma ponte constituída apenas de tambores vazios amarrados por cabos de aço. Nessa empreitada, trocou pneus por combustíveis e tomou outras providências emergenciais, as quais levaram à instauração, em 1943, de um processo administrativo contra si.

Mesmo quando, em 1945, o General Eurico Gaspar Dutra assumiu a Presidência da República, Bernardo Sayão foi mantido no cargo de administrador da Cang. Três anos depois chegou a conduzir um comboio de 72 máquinas agrícolas e viaturas, do Rio de Janeiro a Goiás, em viagem que durou 48 dias. Mas, em 1950, em razão do processo administrativo instaurado sete anos antes, foi exonerado do cargo de administrador da Cang.

Em 1954, foi eleito vice-governador do Estado de Goiás. Já no ano seguinte coordenou a construção de um campo de pouso para aeronaves na região que receberia a visita do Marechal José Pessoa, presidente da Comissão de Localização da Nova Capital.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em 1956, foi nomeado diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), quando passou a coordenar uma série de obras em Brasília.

Em 1958, como uma das atribuições da Novacap, recebeu do Presidente Juscelino Kubitschek a incumbência de construir a rodovia que ligaria a nova capital à cidade de Belém, no Estado do Pará, numa extensão de 2.169 quilômetros.

Morreu como herói, em 15 de janeiro de 1959, em plena floresta, atingido por uma árvore na Rodovia Belém-Brasília, no Município de Açailândia/MA, quando faltavam apenas cinquenta quilômetros para a conclusão desta que foi uma de suas obras mais audaciosas.

À beira do túmulo, em discurso comovente, o Presidente JK destacou o caráter heroico do enfrentamento com a natureza:

> Morre de pé, no meio das últimas resistências da floresta imensa, quando o termo dos seus árduos trabalhos estava à vista. Quem o feriu foi justamente uma dessas numerosas árvores que ele teve que abater para que o Brasil abrisse o seu mais difícil caminho.
> (...)
> Caiu num golpe fatal, vibrado por toda selva, através de um dos seus gigantes vegetais. Foi uma vingança da natureza na pessoa desse bandeirante moderno, desse desbravador incomparável.

Levado para Brasília, foi o primeiro sepultamento na futura capital, naquele que viria a ser o cemitério da cidade, por ele mesmo demarcado havia menos de dois anos.

De construtor de estradas a símbolo de integração, progresso e desenvolvimento nacional, a força simbólica da morte de Bernardo Sayão no canteiro de obras assegurou-lhe o título de Bandeirante do Século XX.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2017, com as seguintes emendas de redação.

> EMENDA Nº –CE (DE REDAÇÃO)
> Dê-se a seguinte redação à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2017:
> Inscreve o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o Bandeirante do Século XX, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria.
> EMENDA Nº –CE (DE REDAÇÃO)
> Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei da Câmara nº 90, de 2017, a seguinte redação:
> Art. 1º Fica inscrito o nome de Bernardo Sayão Carvalho Araújo, o Bandeirante do Século XX, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria, que se encontra no Panteão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, localizado na Praça dos Três Poderes, em Brasília.

É esse o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

Os Senadores e Senadoras que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai ao Plenário.

Item 6 – agora sim, Senador Cid Gomes.

1ª PARTE

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 100, DE 2018

- Não terminativo -

Denomina Deputado Paes de Andrade o Açude Público Padre Cícero, conhecido como Açude Castanhão, no Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Iniciativa: Deputado Domingos Neto (PROS/).

Relatoria: Senador Cid Gomes.

Relatório: Pela rejeição.

Concedo a palavra a V. Exa. para leitura do relatório.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu peço a atenção dos pares, porque eu fui envolvido, na condição de Relator, numa situação muito delicada. Dir-se-ia lá no Ceará, à boca miúda, que fui envolvido, a rigor, numa saia justa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A maior barragem que o Ceará tem – uma barragem pela qual lutou também o ex-Presidente da República interino Paes de Andrade – foi intitulada... Por seu intermédio foi feita uma homenagem, alguns anos atrás, conferindo-lhe o nome de Pe. Cícero, que é considerado o cearense do século – numa promoção feita por um veículo de comunicação de grande popularidade, de grande extensão no Estado do Ceará.

O Deputado Domingos Neto apresentou, na Câmara dos Deputados, um projeto de lei que foi aprovado apenas em comissões lá na Câmara, projeto que chegou aqui ao Senado e recebeu a numeração de Projeto de Lei da Câmara 100 de 2015.

Eu vou evitar ler o parecer. Vou tentar ser mais explicativo com os pares.

É muito desagradável, num projeto de lei que faz uma homenagem, dar um parecer contrário, mas eu quero explicar esse parecer contrário. Não se trata de nenhuma objeção, não se trata de nenhuma restrição. Ao contrário, eu quero aqui, de público, fazer o reconhecimento à história política do ex-Presidente da República na interinidade Paes de Andrade, mas que foi Deputado Federal, ocupou a Presidência da Câmara, foi Deputado Estadual, foi Presidente do MDB no tempo de maior dificuldade daquele partido, portanto, alguém merecedor e digno de toda e qualquer homenagem, menos a que retire de Pe. Cícero, furte de Pe. Cícero, algo que já lhe foi conferido.

Então, comprometendo-me aqui pessoalmente a encontrar uma grande obra pública... Há uma barragem que está para nascer no Ceará; não será possível uma do mesmo porte da barragem em Castanhão, que oficialmente tem o nome de Pe. Cícero, mas, certamente, encontraremos um grande espaço...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - CE) – Açude nenhum terá o porte do Castanhão, que é, de todos, o maior do Ceará.

Mas eu me comprometo pessoalmente a encontrar uma grande obra de infraestrutura, pode ser uma rodovia, uma estrada, enfim, para fazer uma justa homenagem a Paes de Andrade. Eu pondero e peço a compreensão dos meus pares aqui para que... O povo cearense não entenderia, sob hipótese alguma, a retirada de uma homenagem já conferida a Pe. Cícero.

Portanto, Sr. Presidente, o meu parecer é um parecer pela rejeição do projeto de lei da Câmara.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Com a palavra o Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – Eu queria concordar em gênero, número e grau com o Senador Cid Gomes. A gente precisa reconhecer o trabalho, a dedicação e o histórico do ex–Deputado Federal, Presidente interino da República e Embaixador do Brasil em Portugal, o Paes de Andrade, que eu tive a oportunidade de conhecer, mas não é justo com um dos grandes cearenses da história...

Inclusive, Senador Cid, Pe. Cícero – ou Padim Ciço, como é conhecido lá no nosso Estado e no Brasil inteiro – foi eleito um dos mais influentes brasileiros de todos os tempos por uma aferição do SBT, em 2012, numa votação que teve uma participação bem interessante, especialmente dos cearenses. Ele tem uma história de luta, engajado não apenas... Ele é da Igreja Católica, inclusive recebeu o perdão do Papa Francisco recentemente, é um dos candidatíssimos a ser santo brasileiro, o Pe. Cícero. Ele era muito engajado na política também, com muita influência no nosso Estado em todas as esferas.

O Castanhão, essa grande obra do Brasil, teve a participação de Paes de Andrade na sua construção, mas é muito importante que se mantenha no nosso açude, o grande Açude Castanhão, essa grande barragem, o nome de Pe. Cícero Romão Batista. Isso é justo, é meritório.

E, como falou o Senador Cid, para Paes de Andrade pode-se ver outra grande obra, porque merece realmente. Digo isso embora eu seja partidário – já falei aqui na Comissão – da ideia de que nós precisemos sempre utilizar homenagens especialmente para grandes pacifistas da humanidade, dos nossos Estados, para humanistas, para pessoas que exaltem a cultura da paz. Então, é muito importante essa cultura da paz.

Como eu falei aqui nas escolas – o Senador Flávio Arns estava aqui nesse dia –, ressalto que as escolas deveriam ter nomes nas salas. Em vez de salas A, B, C, D ou salas 1, 2, 3, 4, elas deveriam ter nome de pacifistas: Madre Teresa de Calcutá, Chico Xavier, Mahatma Gandhi, Martin Luther King e por aí vai embora.

O Senador Cid Gomes teve oportunidade de conhecer uma escola em Caucaia, como eu tive também agora recentemente, que adota valores humanos. Isto faz a diferença: formar caráter, colocar princípios como paz, amor, verdade, não violência e retidão. Na Índia está acontecendo uma revolução na educação com base nesses princípios. Você pega a disciplina do MEC e adiciona esses valores humanos. Aqui, no Brasil, já há cerca de 80 escolas que adotam este método que se chama Sathya Sai Educare, que eu tive oportunidade de conhecer. Em Eusébio, há uma, assim como em Caucaia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito que, assim, a gente vai realmente construir uma educação que combata a violência e que estimule a cultura da paz, para o bem da nossa sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Encerro a discussão, então, Senador Jorginho. Não havendo mais Senadores inscritos para discutir a matéria, está encerrada a discussão.

Coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o parecer do Senador Cid Gomes permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, pela rejeição do projeto.

Senador Plínio Valério, V. Exa. tem a palavra.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – De minha parte, nenhuma objeção.

Se há concordância, passarei a palavra a V. Exa. para proceder à leitura do relatório do item 16 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 16

PROJETO DE LEI N° 598, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

Autoria: Senador Plínio Valério (PSDB/AM).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião de 28/05/2019.

Concedo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro para proferir o seu relatório e fazer a defesa do seu parecer.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Passo a ler o relatório agora.

Vem para apreciação da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em caráter terminativo, o Projeto de Lei nº 598, de 2019, de iniciativa do Senador Plínio Valério, que busca incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica.

Para tanto, o projeto altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – lei conhecida como LDB.

A proposição determina que a lei sugerida entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor ressalta o contraste entre o princípio constitucional da igualdade e a realidade de discriminação contra a mulher presente na cultura brasileira. Destaca, em seguida, a relevância de alterar essa situação por meio da educação escolar, assegurada abordagem pedagogicamente mais adequada, a fim de que as mulheres sejam respeitadas em sua singularidade e condição humana.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

De acordo com o art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre normas gerais da educação, como é o caso do projeto em análise. Dado o caráter terminativo da matéria, este parecer aprecia a constitucionalidade e a juridicidade da iniciativa.

O projeto trata de diretrizes e bases da educação nacional, matéria de competência legislativa privativa da União, nos termos do art. 22, inciso XXIV, da Constituição Federal (CF), admitindo-se, no caso, a iniciativa de membro do Congresso Nacional. Além disso, não se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

constata presença na proposição de matéria de iniciativa reservada ao Presidente da República, conforme dispõe o art. 61 da CF.

A proposição também não apresenta vícios que comprometam sua constitucionalidade material e sua juridicidade.

De acordo com a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (Convenção de Belém do Pará, 1994), a violência contra a mulher é definida como "qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado" (art. 1°). Essa definição demonstra como a violência contra as mulheres se manifesta de forma diversificada. Ademais, embora ocorram com frequência no círculo doméstico, esses atos de violência são corriqueiros nos mais diferentes espaços, como no trabalho, nas ruas, no transporte público e em outros ambientes sociais.

A pesquisa Visível e Invisível – A Vitimização de Mulheres no Brasil, realizada pelo Datafolha e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apresenta dados assustadores sobre a violência contra a mulher no Brasil em 2018. Segundo as projeções da pesquisa, 536 mulheres foram vítimas de agressão física a cada hora. Nove mulheres foram vítimas de algum tipo de agressão de natureza sexual a cada minuto. Já 12,5 milhões de mulheres foram vítimas de ofensa verbal, como insulto, humilhação ou xingamento, enquanto 1,6 milhão sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento, 3,9 milhões foram assediadas fisicamente em transporte público e 6 milhões sofreram algum tipo de assédio sexual no ambiente de trabalho.

Estarrecedora também foi a apuração de que 76,4% das mulheres que sofreram violência afirmaram que o agressor era alguém conhecido – em 23,8% dos casos o agressor era o cônjuge, o companheiro ou o namorado. Sobre o local da agressão sofrida, 42% das mulheres indicaram a casa em que vivem.

Por sua vez, dados do Ligue 180, canal atualmente vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, revelam que, comparando os períodos entre julho e dezembro de 2017 e os mesmos meses de 2018, as tentativas de feminicídio cresceram de 2.749 para 4.018, alta de 46%. O estarrecimento com essa situação cresce diante da percepção de que os casos sem registro são numerosos, como sugere a pesquisa Visível e Invisível.

Esses dados descrevem uma situação crônica e enraizada na cultura brasileira que, ao longo dos anos, tem desafiado os formuladores de políticas públicas. Houve, sem dúvida, importantes avanços na legislação para combater esse quadro, como a edição da Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Contudo, é preciso avançar nas ações preventivas de caráter estrutural. Nesse sentido,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

atuar na formação das crianças e dos adolescentes nas escolas de educação básica constitui estratégia de grande valor para a promoção de mudanças culturais mais profundas.

Assim, avaliamos bem-vinda a sugestão do PLS em exame. O vigente §9º do art. 26 da LDB prevê a inclusão nos currículos da educação básica, como temas transversais de conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, sob a diretriz do Estatuto da Criança e do Adolescente e com a produção e a distribuição de material didático adequado. O projeto oferece nova redação ao parágrafo para incluir nos currículos, igualmente como tema transversal, conteúdos para a prevenção da violência contra a mulher, também com a observação da legislação pertinente e a produção de material didático próprio a cada nível de ensino.

Além do enriquecimento curricular, o projeto teve o cuidado de manter a linha original do dispositivo legal e conceber a temática como tema transversal, de forma a evitar a sobrecarga que representaria a criação de disciplina específica sobre a matéria. Assim, os temas relativos aos direitos humanos e à prevenção contra a violência podem ser desenvolvidos de forma interdisciplinar e por meio de palestras, debates, jogos e peças teatrais, por exemplo.

Em suma, o projeto oferece contribuição de valor para a legislação educacional e decerto estimulará entre os jovens uma cultura de paz, de respeito à diversidade e de apreço à igualdade de direitos entre os gêneros.

Voto.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 598, de 2019.

Sr. Presidente, só para corroborar o relatório, eu queria parabenizar o colega Senador Plínio Valério pela sensibilidade do tema. É um tema que nos é muito caro e nós o temos tratado ultimamente sempre com a consequência do fato e nunca buscando aquilo que é mais importante, que é você educar a criança, o menino, sobre a necessidade de respeitar o próximo, respeitar as mulheres, como também educar as meninas para saberem sobre seus direitos, sobre a possibilidade de não permitirem que recebam agressões, de acharem que isso é natural ou normal.

Então, Senador, eu quero dizer que me sinto muito orgulhosa e honrada por ter tido a possibilidade de relatar uma matéria como esta, de tamanha sensibilidade, inclusive não ferindo em nenhum aspecto aquilo que rege a LDB (Lei de Diretrizes e Bases). Eu diria que foi realmente muito cuidadoso. Quem sabe na próxima semana nós possamos aprovar um projeto que, podem ter certeza, produzirá frutos que as futuras gerações vão colher, frutos de uma ação como essa sua. As mulheres agradecem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Eu quero também cumprimentar o autor, Senador Plínio, o relatório de V. Exa., Senadora Daniella, e quero me cumprimentar também, porque, afinal de contas, fui eu que designei V. Exa. como Relatora, imaginando que um projeto dessa envergadura seria muito bem relatado por V. Exa.

Então, meus parabéns ao autor e à Relatora. Realmente o projeto tem um alcance importante e fundamental, atinge a base da nossa existência, que são as crianças. E, com esse objetivo, certamente nós queremos alterar essa triste realidade de violência contra a mulher. A cada dia que passa, a gente vê absurdos e mais absurdos.

Concedo a palavra ao autor da proposta, Senador Plínio Valério.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente, eu me sinto contempladíssimo com o relatório da Senadora Daniella, que o aperfeiçoou. Se a gente tivesse alguma dúvida, nenhum Senador a teria mais após o seu relatório – muito bom, muito bom mesmo. Eu tentei fazer isso como Vereador em Manaus, e a gente não conseguiu. E, aqui, foi aperfeiçoado.

Eu vejo que nós homens – eu já estou com 64 anos – fomos educados assim: nossos pais, nossos tios e nossos vizinhos fazendo com que mostrássemos o pinto para a menina, falando quantas namoradas nós tínhamos, com quantos meninas já saímos. Foi assim que foi, e por isso é que a nossa geração é uma geração machista. E nós tentamos nos libertar. Deus concedeu esta benção que eu aceitei e exerço, e tenho que fazer alguma coisa útil. Então, é para as novas gerações, como disse a Senadora Daniella, é para as futuras gerações: o menino, o macho, vai ter que aprender que mulher não é propriedade, que mulher quando diz "não" é "não". Então, eu acho que a gente está colaborando. É o Senado: este projeto deixou de ser meu, Daniella, deixou de ser nosso, meu e seu; ele agora é dos Senadores, saindo da Comissão de Educação.

Portanto, eu me sinto feliz, contempladíssimo com o relatório, e só tenho a agradecer a oportunidade de poder colaborar com alguma coisa para este País.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senadora Daniella.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB) – Só a título de sugestão, gostaria de pedir a V. Exa. que submeta a matéria a nossos pares para que se encerre a discussão hoje e, na próxima sessão, seja feita só a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não havendo mais...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Eu queria só fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Senador Eduardo Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discutir.) – É só para fazer um comentário e dar os parabéns, pela iniciativa, ao Senador Plínio Valério, por quem tenho muita admiração aqui, um irmão que eu tive oportunidade de conhecer aqui no Senado; e à Senadora Daniella também, extremamente sensível nas causas pela vida, pela família, pela paz.

E quero dizer que a gente costuma aqui no Senado sempre... Participo de sete Comissões, e a gente vê sempre a questão da consequência. A gente vai buscar aumentar pena sempre tentando... Mas o trabalho que eles estão fazendo – e eu quero tirar o chapéu para o trabalho de vocês – vai no sentido da prevenção. Então, isso faz toda a diferença na construção de uma nova cultura que tem tudo a ver com a Comissão de Educação.

Então, parabéns! Eu espero que esse projeto tramite rapidamente aqui. Contem comigo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

O projeto fica aguardando deliberação de quórum qualificado, uma vez que é terminativo nesta Comissão.

Mais uma vez, cumprimento o autor, Senador Plínio Valério, e também a Relatora Daniella Ribeiro.

Item 3 da pauta.

1ª PARTE

ITEM 3

AVISO Nº 14, DE 2016

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Encaminha exemplar do Relatório Sistêmico de Fiscalização da Função Cultura (FiscCultura), exercício de 2014, resultante de levantamento realizado pelo Tribunal de Contas da União no âmbito do processo nº TC-018.752/2014-4, apreciado pelo Plenário do TCU em 22/04/2015, mediante Acórdão nº 921/2015 (TC-018.752/2014-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União.

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira.

Relatório: Pelo conhecimento e arquivamento.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião de 14/05, 21/05 e 28/05/2019.

Concedo a palavra ao Senador Arolde de Oliveira para a leitura do seu relatório.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Colegas Parlamentares, vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte o Aviso nº 14, de 2016, do Tribunal de Contas da União, que encaminha exemplar do Relatório Sistêmico de Fiscalização da Função Cultura (FiscCultura).

Em resumo, o FiscCultura 2014 divide-se em quatro capítulos: I) onde estão sendo aplicados os recursos destinados às políticas culturais; II) como as políticas culturais são monitoradas e avaliadas; III) aspectos das políticas culturais acompanhados pelo TCU; e IV) direito à memória.

Sr. Presidente, o relatório é extenso e está disponível, de maneira que eu pediria para ir logo à análise e ao voto se V. Exa. permitir.

Análise.

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Educação opinar em matérias que versem sobre cultura, caso do aviso em análise.

Diante dos fatos observados pelo FiscCultura 2014, o relator da matéria, ainda no tribunal, propôs os encaminhamentos necessários, que foram acatados pelo Acórdão nº 921, de 2015, no Plenário do TCU.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, considerando que o Aviso nº 14, de 2016, refere-se à fiscalização ocorrida no ano de 2014 pelo TCU e que, na ocasião, aquele tribunal emitiu as recomendações que entendeu pertinentes, arquivando o processo em seguida, voto pelo seu conhecimento e posterior arquivamento.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pelo conhecimento e posterior arquivamento do Aviso nº 14, de 2016, do Tribunal de Contas da União.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Muito bem.

Muito obrigado, Senador Arolde de Oliveira.

Está em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com o parecer permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

O relatório foi aprovado e passa a constituir o parecer desta Comissão, pelo conhecimento e pelo respectivo arquivamento da matéria.

Obrigado, Senador Arolde de Oliveira.

Agora vamos ao item 12 da pauta, cuja relatoria é do eminente Senador Alessandro Vieira.

1ª PARTE

ITEM 12

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 360, DE 2017

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a incumbência do Poder Público na promoção de feiras de ciência e tecnologia na rede pública de ensino médio.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE).

Relatoria: Senador Alessandro Vieira.

Relatório: Pela aprovação com duas emendas que apresenta.

Observações:

A matéria constou na pauta das reuniões de 26/03, 02/04, 09/04, 23/04, 14/05, 21/05 e 28/05/2019.

Será realizada uma única votação nominal desse projeto, Senador Alessandro Vieira, e para as emendas também, nos termos do relatório que V. Exa. apresentar.

Concedo, então, a palavra a V. Exa., Senador Alessandro Vieira, para a leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte este projeto de lei, o PLS 360, de 2017, da Senadora Maria do Carmo Alves, colega da bancada sergipana.

A proposição acrescenta o inciso X ao art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB), para incluir, dentre as incumbências da União, a de promover, de forma articulada com os sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal, feiras científicas e tecnológicas anuais, com a participação de escolas das redes públicas de ensino médio.

Passo à análise.

Não há reparos a fazer sobre a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa da proposição.

Segundo a Unesco, as feiras de ciência e tecnologia são exposições públicas de trabalhos científicos realizados por jovens, nas quais estes oferecem explicações, respondem perguntas sobre seus métodos e conclusões, e uma comissão seleciona os trabalhos de acordo com os conhecimentos, originalidade, pensamento científico e habilidade na apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, estimular esse tipo de prática, sob o ponto de vista meritório, traça esse projeto como bastante louvável e está em conexão com as demandas educacionais e tecnológicas do País, sobretudo ao se considerar que o art. 218 da Constituição Federal brasileira prevê a obrigação do Estado na promoção e no incentivo do desenvolvimento científico, da pesquisa, da capacitação científica e tecnológica e da inovação. Atrelar tal compromisso ao ambiente educacional é medida salutar e necessária – e a proposição caminha de forma brilhante nesse sentido.

É preciso dinamizar o ensino de ciências no Brasil e aproveitar os espaços didático-pedagógicos para desenvolver nos estudantes não somente o gosto pelo método científico, mas também competências fundamentais para o trabalho, ligadas à inovação e ao senso crítico. Acrescento: o mercado de trabalho exige, mais do que qualquer coisa, uma vocação para inovação e para a criatividade, e as feiras contribuem muito nesse sentido.

É lamentável que ainda não estejamos mais avançados nesse aspecto, e as feiras, no momento em que se concretizarem, serão um grande mecanismo de avanço e de mudança para essa realidade.

Passo ao voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2017, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CE
Dê-se a ementa do PLS nº 360, de 2017, a seguinte redação:
"Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a incumbência do Poder Público na promoção de feiras de ciência e tecnologia na rede pública de ensino fundamental e médio."

Segunda emenda:

EMENDA Nº – CE
Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2017, a seguinte redação:
"Art. 1º O art. 9º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:
'Art.
9º.....
....."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

X - promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal, feira científica e tecnológica anual com a participação de escolas das redes públicas de ensino fundamental e médio.'" (NR)

São apenas emendas de redação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Eu quero parabenizar o relatório, Senador Alessandro.

Eu só fico pensando se, na emenda... De fato, é muito importante – não é só do ensino médio e do ensino fundamental – pensarmos que temos também a educação profissional, a educação de jovens e adultos, a educação especial, de quilombolas, de indígenas. Qual seria a melhor expressão para incluir todo mundo? Porque "educação profissional", eventualmente, não seria também o ensino médio, seria algo concomitante ou posterior. Se a gente colocasse "de escolas das redes públicas de educação básica" em vez de "fundamental e médio", salvo melhor juízo, a gente estaria incluindo todo mundo, ninguém ficaria de fora. Então, "de educação básica" – educação básica significa tudo que vem antes da faculdade e da universidade. Está todo mundo incluído. Eventualmente, até pode ter alguém no Município que faça com alunos da pré-escola, e já começa lá cedo também a fazer alguma iniciativa mais simples e tudo...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço e acolho imediatamente a sugestão de V. Exa. para alterar a redação, substituindo "ensino fundamental e médio" por "educação básica".

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – O.k. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito.

Senador Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para discutir.) – Eu ouvi com atenção o relatório do Senador Alessandro e fiquei muito impressionado com o foco que é dado nessa alteração, que é justamente aquele ponto que, no meu entendimento, nós ainda não estamos abordando adequadamente, que é o estímulo e a formação na área de ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nesses momentos de transformação das sociedades, de perspectiva de indústria 4.0, de utilização da inteligência artificial em todas as áreas, de exacerbação dos meios de comunicação, que pela convergência passam a integrar todos os entendimentos na sociedade e a modificar radicalmente o convívio na sociedade, das pessoas e da própria sociedade, esse é um assunto extremamente importante.

A ignorância ou o desconhecimento, desde a infância, das crianças, até mesmo à pré-universidade, faz com que as pessoas se tornem vulneráveis aos impactos dessas mudanças não entendidas e comecem, inclusive, por falta de entendimento e por perda de perspectiva, a perder a própria identidade. Os consultórios psiquiátricos são o destino final das nossas crianças, dos nossos adolescentes, dos nossos jovens, com crises de pânico... É impressionante! E muitos nem sequer buscam ajuda e permanecem com essas questões.

Mas esse não é o aspecto mais importante. O mais importante é que a tecnologia tem o fator positivo, mas ela traz junto dela uma tendência também de exclusão de quem não estiver qualificado para ocupar os postos de trabalho. Hoje nós temos 13 milhões de desempregados, e eu diria, sem medo de errar, que, se de repente tivéssemos pleno emprego na indústria, nas empresas de serviço, etc., metade não conseguiria ser alocado por não estar qualificado adequadamente para exercer a função.

Então, por tudo, esse projeto, essa proposta é importante, porque vai atacar na base, quer dizer, em todo o ensino básico, como foi colocado pelo Senador Flávio Arns. Vai atacar na base e nós vamos, então, conscientizar as pessoas, além de dar informações essenciais nesse novo mundo que nós estamos vivendo e que é irreversível: irremediavelmente este mundo vai nos atropelar. Quem não se identificar com ele vai ficar à margem, sofrendo o impacto negativo que possa ocorrer.

Era o que eu queria dizer.

Muito obrigado.

Parabéns pelo relatório mais uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

E, como o projeto é terminativo, vamos aguardar as próximas reuniões para que, com o quórum qualificado, nós possamos deliberar sobre ele.

É assim que se procede, se V. Exa. concordar, Senador Alessandro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Perfeitamente, Presidente.

Agradeço as palavras do Senador Arolde.

Já estou à disposição para a leitura do relatório seguinte se o senhor tiver essa disponibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Só vou pedir licença a V. Exa. porque o Senador Luiz do Carmo está no item 14. Em seguida, eu passo a V. Exa. para nós deliberarmos sobre o projeto.

1ª PARTE

ITEM 14

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 308, DE 2018

- Terminativo -

Institui a Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar.

Autoria: Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE).

Relatoria: Senador Luiz do Carmo.

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

A matéria constou na pauta da reunião de 28/05/2019.

Concedo a palavra a V. Exa. para proferir o seu relatório.

O SR. LUIZ DO CARMO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - GO. Para proferir relatório.) – Então, vamos, Sr. Presidente, à análise.

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar em proposições que versem sobre homenagens cívicas, caso deste projeto em exame.

A alergia alimentar é uma resposta do sistema imunológico a alguma substância ingerida, inalada ou tocada. Os tipos de reações variam em função da gravidade e, nos casos mais extremos, pode levar a óbito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma série de alimentos que podem causar alergias, de forma que a população adulta afetada chega a 3,5%. Nas crianças, o índice é mais elevado, podendo chegar a 6%. Os dados também mostram que as reações alérgicas vêm sendo cada vez mais graves e com efeitos mais persistentes.

A conscientização dessa problemática é imprescindível para que seja enfrentada a contento. A população merece ter acesso a informações que permitam a realização de diagnósticos precoces, a busca por tratamentos mais efetivos e a criação de condições que superem alergias que geram tanto sofrimento físico e psicológico.

Consideramos que a criação da Semana Nacional de Conscientização sobre a Alergia Alimentar vem ao encontro dessa necessidade e que o projeto em análise, portanto, é meritório.

Por ser a única Comissão a se manifestar sobre a proposição, cabe à CE analisar a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade da matéria.

Quanto à juridicidade, a matéria está em consonância com o ordenamento jurídico nacional, em especial com as determinações da Lei 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas.

De acordo com essa lei, a apresentação de proposição legislativa que vise instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Em atendimento a essa determinação, de acordo com a autora do projeto, no dia 15 de maio de 2018, foi realizada audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, oportunidade na qual especialistas apresentaram uma série de dados que justificam a criação desse período comemorativo.

Por fim, a matéria é de competência da União e cabe ao Congresso Nacional manifestar-se em lei. Não há reserva de iniciativa, a sua redação é adequada e atende ao disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Em face do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 308, de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão e coloco em votação.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – É terminativo. Portanto, aguarde-se para ser deliberado oportunamente com o devido quórum.

Agora, sim, Senador Alessandro Vieira.

1ª PARTE

ITEM 15

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 278, DE 2016

- Terminativo -

Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino.

Autoria: Senador Romário (PSB/RJ)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação com uma emenda que apresenta.

Observações:

1. A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com parecer favorável ao projeto.

2. A matéria constou na pauta da reunião de 28/05/2019.

Será realizada uma única votação nominal para o projeto e para a emenda nos termos do relatório que o Senador Alessandro Vieira apresentar.

Concedo, então, a palavra a V. Exa. para a leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Como V. Exa. já indicou, este é o Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2016, do Senador Romário, que altera a LBI, que é a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em síntese, este projeto tenta ajustar, de forma mais clara, a definição da atividade de apoio ao deficiente.

Passo logo à análise.

A LBI representou importante avanço no esforço para assegurar às pessoas com deficiência o exercício de seus direitos fundamentais, com vista à inclusão social e à cidadania. Contudo, o aperfeiçoamento da legislação deve persistir. É o que busca a iniciativa em análise, no que se refere ao apoio aos educandos com deficiência.

Assim, o projeto confere definição mais apurada ao apoio escolar, entendido como "apoio em atividades de alimentação, cuidados pessoais e locomoção, bem como na inclusão pedagógica do estudante com deficiência, sob a forma de acompanhamento individualizado e de promoção, em caráter geral, da inclusão na instituição de ensino e na sua proposta político-pedagógica".

Dessa forma, fica mais precisa a distinção entre o profissional de apoio escolar e as outras duas categorias definidas no art. 3º da LBI, a saber: o atendente pessoal, que é a "pessoa, membro ou não da família, que, com ou sem remuneração, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas"; e também a figura do acompanhante, que "acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal".

Esta proposição, da lavra do Senador Romário, também avança ao explicitar que a acessibilidade nas escolas deve abranger o material pedagógico e os recursos necessários à efetiva inclusão.

Quanto à razão de profissionais de apoio escolar por estudante, entendemos que as escolas devem buscar a proporção adequada às necessidades pessoais e pedagógicas de seu corpo discente. Há situações em que um profissional é capaz de atender a um número maior de estudantes, como no caso, por exemplo, dos intérpretes de Libras. Em outras, é preciso maior contingente de profissionais por educando. A decisão, então, depende da complexidade do atendimento. Portanto, a razão de um profissional para cada grupo de no máximo três alunos, como princípio geral, parece-nos distanciada das necessidades reais, sendo recomendável que se estabeleça uma norma menos rígida sobre a questão.

Da mesma forma, a formação do profissional de apoio escolar depende do nível de complexidade do atendimento. Profissionais de nível médio, como técnico em enfermagem,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

podem oferecer atendimento adequado em diversas situações. Por conseguinte, propomos alteração no texto do projeto de modo a estabelecer nível superior como formação preferencial, mas com a explicitação de que o nível de escolaridade está vinculado à complexidade do atendimento, admitindo a formação mínima em nível médio.

Também merece reservas a proposta de admitir a contratação de profissionais de apoio escolar pelos estudantes ou suas famílias. Com efeito, essa possibilidade traz em significativo risco de que se esmoreça o empenho por parte dos estabelecimentos de ensino, com contratação de profissionais próprios, o que seria bastante prejudicial para estudantes e famílias de renda mais baixa, impossibilitados de assumir os encargos do pagamento de profissionais de sua preferência. A medida, assim, poderia representar um fator de desigualdade no atendimento, com impacto negativo em sua qualidade. Ademais, o dispositivo poderia trazer dificuldades para as escolas, no que concerne à supervisão de profissionais não contratados por elas. Como se evidenciou na audiência pública sobre o projeto, essa medida, ainda que sugerida com nobres propósitos, representa um risco de retrocesso na legislação. Dessa forma, sugerimos a supressão do dispositivo que a contém.

Em suma, exceto pelas reservas anteriormente apresentadas, que são objeto de emendas em nosso voto, acreditamos que o PLS merece o acolhimento desta CE, pois aprimora a LBI.

Deve-se registrar também que não identificamos óbice de inconstitucionalidade ou de antijuridicidade no projeto, cuja redação, ademais, atende à boa técnica legislativa.

E faço questão de registrar o empenho extraordinário do Senador Romário nas causas das pessoas com deficiência, um trabalho que já marca a história brasileira e que merece todo o nosso reconhecimento.

Em suma, o voto é pela aprovação do projeto, com as emendas que a seguir apresento:

Art. 28 [passa a figurar com o inciso]

.....

.....

XVII – apoio escolar, garantida a oferta de profissionais de apoio escolar aos estudantes com deficiência, em número adequado para auxiliar na superação de barreiras e no atendimento das necessidades pessoais e pedagógicas dos estudantes, e de profissionais ou serviços de promoção da inclusão em caráter geral, conforme prevê o art. 3º, inciso XIII;

.....

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 3º Os requisitos de formação do profissional de apoio escolar, preferencialmente em nível superior, levarão em consideração o nível de complexidade do atendimento, admitida a formação mínima em nível médio.

Pela aprovação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão o parecer do Senador Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão. Como é terminativo, igualmente, fica sobrestado para deliberação oportunamente.

Pois não, excelência.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente, se o senhor me permite, apenas para acelerar a dinâmica dos vários compromissos, a leitura rápida do requerimento que está sob o nº 20. É apenas para a inclusão de dois nomes em uma audiência proposta pelo Senador Flávio Arns.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

1ª PARTE

ITEM 20

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 56, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 39/2019 - CE, sejam incluídos os seguintes convidados: 1. Elida Graziane Pinto - Procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo; 2. Priscila Cruz - Presidente do Todos pela Educação.

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Observações: *A matéria constou na pauta da reunião de 28/05/2019.*

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Requeiro a inclusão, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e do art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, na audiência pública objeto do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requerimento 39, de 2019 – CE, sejam incluídos os seguintes convidados: Elida Graziane Pinto, Procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo, e Priscila Cruz, Presidente da Todos Pela Educação.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeito. É o item nº 20?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Isto.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Vou pedir, mesmo posteriormente, a aquiescência dos nossos Senadores Styvenson e Eduardo Girão; V. Exa. já estava com a palavra. Eu coloco em discussão esse requerimento apresentado pelo Senador Alessandro Vieira. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, encerro a discussão.

Os Srs. Senadores e Sras. Senadoras que aprovam e concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado. É o resultado, Senador Flávio Arns.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Agradeço muito pela compreensão dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Bem, vamos agora para os itens 17 e 19.

1ª PARTE

ITEM 17

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 51, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PLS 354/2015, que dispõe sobre a instituição do Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Fenilcetonúria. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Simone Allan Arede - Representante da Associação Mães Metabólicas; 2. Representante do Ministério da Saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Angelo Coronel (PSD/BA) e outros

Observações: *A matéria constou na pauta da reunião de 21/05 e 28/05/2019.*

Complicado, deve ser bom.

O requerimento é de autoria do Senador Styvenson Valentim, subscrito o requerimento... Não, desculpa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Alterei aqui a ordem dos fatores. Autoria do Senador Angelo Coronel, Senador Styvenson, e subscrito... E também do Senador... Não, só Styvenson, que subscreve o requerimento.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – E o Romário.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Romário também. Perfeito.

Então, coloco em discussão o requerimento.

Pois não, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – É uma questão, assim, que nós deveríamos pensar aqui, na Comissão de Educação, em termos de encaminhamento, porque os dias de conscientização, de comemoração, ou semanas, devem necessariamente passar pela Comissão de Educação como projetos, e há uma exigência de que exista uma audiência pública, um consenso das entidades nacionais sobre o dia ou sobre a semana, mas todas as audiências vêm para a Comissão de Educação.

Então, eu acho, assim, que fica um pouco difícil, porque nada impediria que essa audiência, por exemplo, acontecesse na própria Comissão de Assuntos Sociais, que é uma Comissão que atende a saúde, trabalho, previdência, assistência. Temos a Subcomissão de Doenças Raras, a Subcomissão das Pessoas com Deficiência. A Senadora Mara Gabrilli preside a de Doenças Raras; eu presido a questão da pessoa com deficiência. E que depois só viesse para cá, porque, senão, nós vamos chegar a um ponto, eu penso, de dificuldades para agendarmos todas as audiências públicas – não é, Thiago? –, na marcação de dias, de semanas e tudo isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A fenilcetonúria é muito importante. Identifica-se no teste do pezinho, e, identificando-se no teste do pezinho, depois, com o tratamento adequado, essa pessoa não terá deficiência intelectual múltipla. A identificação precoce permite o tratamento e a abordagem. Então, é fundamental, é um tema da mais alta relevância.

Eu só penso em termos práticos de nós, como Comissão, aceitarmos audiência pública feita em outra Comissão, mais pertinente inclusive; depois a decisão do dia ou da semana passaria para esta Comissão. Não sei se é possível, mas em todo caso... Até num outro dia nós discutimos isso aqui numa reunião plenária que eu estava presidindo, e as pessoas também estavam... Porque existe a necessidade de se ter uma audiência, mas essa audiência pode acontecer em outra Comissão e só o resultado vir para a Educação, Cultura e Esporte.

Proponho aí algum estudo nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Oportuna como sempre a manifestação de V. Exa. Vamos buscar um contato com a CAS para que nós possamos, de repente, encontrar um caminho mais objetivo quanto às audiências para que os processos possam ter a sua tramitação o mais rápido possível.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Eu, até da minha parte, Sr. Presidente, concordo que seja aprovado o requerimento, mas, para os futuros, a gente pensaria numa metodologia.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeitamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu concordo com o senhor também.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Em discussão, então.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu não posso nem discordar dos dois. Não tenho nem o direito de discordar.

Eu preciso ler o nome dos participantes, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sra. Simone Allan Arede, Presidente da Associação Mães Metabólicas; Dra. Leandra Vilela Silva Paroneto, Vice-Presidente da Associação Mães Metabólicas e Defensora Pública do Distrito Federal; Dra. Terezinha, Coordenadora das Doenças Raras, também do Distrito Federal; Dra. Bárbara, Nutricionista Especialista em Fenilcetonúria, Distrito Federal; Dra. Monique, Nutricionista Especialista em Fenilcetonúria, também daqui, do Distrito Federal; Dra. Maria Teresa, Geneticista Especialista em Fenilcetonúria, também daqui, do Distrito Federal; Prof. Nathan, Coordenador do Observatório de Doenças Raras da UnB; e um representante do Ministério da Saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Perfeitamente.

Acho que posso encerrar a discussão.

Coloco em votação o requerimento que sintetiza os itens 17 e 19.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

E agora, por fim... É o último, não? Ainda há mais dois? Só mais um?

Item 21.

1ª PARTE

ITEM 21

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE Nº 59, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir a institucionalização da educação a distância no contexto das instituições públicas de educação superior, profissional e tecnológica. Propõe para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1 - Representante da Associação Universidade em Rede (UniRede) - Alexandre M. dos Anjos (UFMT); 2 - Representante do Fórum de Gestores de Instituições Públicas de EaD - Elisa Tuler de Albergaria (UFSJ); 3 - Representante do Ministério da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Educação (MEC); 4 - Representante do Fórum Nacional de Coordenadores da Universidade Aberta do Brasil; 5 - Representante do Fórum Nacional de Coordenadores da Rede e-Tec Brasil.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

Passo a palavra ao eminente, distinto e querido amigo, Vice-Presidente desta Comissão, Flávio Arns, para apresentação do seu requerimento e também para discussão.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para discutir.) – Inclusive está acontecendo nestes dias, hoje, amanhã e depois, um evento importante na UnB (Universidade de Brasília) sobre justamente a UniRede, que é o grande esforço da universidade em rede para apresentação da EaD (educação a distância). Esse evento é um grande debate que acontece hoje em dia, importante e necessário, cujas conclusões nós gostaríamos de trazer para o Senado Federal, particularmente para esta Comissão de Educação, além de toda a experiência da UAB, que é o sistema Universidade Aberta do Brasil, e da Rede e-Tec, como já foi colocado, responsável pela formação de aproximadamente 230 mil alunos matriculados em 700 polos do País.

Então, é uma discussão importante, interessante e necessária, e para isso foi feito o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC) – Continua em discussão.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não havendo mais matéria a tratar, agradeço a presença de todos, especialmente dos Senadores e das Senadoras, e declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado!

(*Iniciada às 11 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 30 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e cinquenta e cinco minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Dário Berger, Confúcio Moura, Mailza Gomes, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Daniella Ribeiro, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Rodrigo Cunha, Leila Barros, Flávio Arns, Paulo Paim, Renilde Bulhões, Zenaide Maia, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Carlos Viana, Arolde de Oliveira, Jorginho Mello, Flávio Bolsonaro, Eliziane Gama, Jayme Campos e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Eduardo Girão, Roberto Rocha, Cid Gomes, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento 48/2019 - CE, de autoria Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Finalidade:** Audiência pública para discutir o lançamento, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal, da Semana de Ação Mundial (SAM), coordenada pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação. **Participantes:** Catarina de Almeida Santos, Coordenadora do Comitê DF da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE. Luiz Miguel Martins Garcia, Presidente da União dos Dirigentes Municipais de Educação do Estado de São Paulo - Undime/SP. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e um minuto. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Jean Paul Prates

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às oito horas e quarenta e sete minutos do dia onze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Eduardo Girão, reúne-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Styvenson Valentim, Rodrigo Cunha, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Paulo Paim, Renilde Bulhões, Jean Paul Prates, Irajá, Jorginho Mello, Jayme Campos, Juíza Selma e Luis Carlos Heinze. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Marcio Bittar, Mailza Gomes, Lasier Martins, Roberto Rocha, Leila Barros, Cid Gomes, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Carlos Viana, Sérgio Petecão, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento 50/2019 - CE, de autoria Senador Eduardo Girão (PODE/CE). **Finalidade:** Debater a importância da instituição do Dia Nacional do Espiritismo. **Participantes:** Jorge Godinho Barreto Nery, Presidente da Federação Espírita Brasileira; Paulo Maia da Costa, Presidente da Federação Espírita do Distrito Federal; Daniela Migliari, Comunhão Espírita de Brasília; Jefferson Rodrigues Bellomo, Comunhão Espírita de Brasília; Nazareno Feitosa, Comunhão Espírita de Brasília. João Pinto Rabelo, Diretor da Federação Espírita Brasileira. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Eduardo Girão

Presidente Eventual da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/11

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bom dia a todos, neste dia tão especial, em que nós vamos discutir um assunto que promove, na verdade, um trabalho de caridade gigantesco pelo Brasil, que é a instituição do Dia Nacional do Espiritismo, sabendo desse imenso trabalho de muita dedicação que é desenvolvido pelos espíritas do Brasil inteiro, que conseguem abrigar, conseguem acolher todas as pessoas, de diferentes religiões, com o objetivo de se unir em prol do bem do próximo.

Neste momento que o Brasil vive, Senador Flávio Arns, eu fico aqui muito feliz com a sua presença. V. Exa. é o Vice-Presidente desta Comissão, a Comissão de Educação, uma Comissão importantíssima desta Casa. Eu tive, desde o primeiro momento que o conheci, uma sintonia muito grande com V. Exa., um homem sensível, extremamente humano, comprometido com o bem. E nós vivemos um momento no Brasil que precisa de muita serenidade, um momento emblemático da história do nosso País; mas eu tenho muita fé – muita fé – de que tudo vai dar certo, porque Jesus é que está no comando. Então, eu não tenho receio nenhum de que o destino desta Nação é o destino de uma construção pacífica, pela ética, pela verdade, pela humanidade. E eu acredito que nós estamos aqui hoje discutindo um assunto que acho que vai fluir naturalmente sobre a doutrina espírita, uma doutrina que tem acalentado o coração de muita gente, que tem levado consolo, esperança, um sentimento de fraternidade muito grande e que procura descortinar essa relação entre o mundo material e o mundo espiritual. Eu sou muito inspirado por essa doutrina, sou grato por ela, porque a minha vida se transformou a partir do conhecimento do espiritismo.

Então, havendo número regimental, eu declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte da 1ª Legislatura Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião, como eu falei aqui, tem por finalidade debater a importância de se instituir o Dia Nacional do Espiritismo, porque seria importante nós termos, no nosso calendário brasileiro, o Dia Nacional do Espiritismo, em atendimento ao Requerimento nº 50, de 2019, desta Comissão de Educação, de autoria minha, obviamente contando com o apoio aqui de todos os colegas desta Comissão.

A audiência pública será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. E eu já tive informações de que muita gente está nos assistindo. Dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania ou pelo número de telefone 0800-6112211.

Nós vamos ter duas rodadas aqui. O nosso horário vai no máximo até 11h, a gente tem que encerrar, porque vai começar a reunião deliberativa da Comissão de Educação. Nós vamos ter duas Mesas aqui, dois momentos. Eu queria, neste exato momento, agradecer também a toda a Mesa, que, com muita dedicação, com muito carinho, cuidado, programou esta audiência para hoje. Agradeço à TV Senado por sempre estar atenta e com muita determinação em informar à população o que está acontecendo aqui.

E eu vou chamar, para a gente iniciar essa conversa, eu vou iniciar aqui chamando o Presidente da Federação Espírita Brasileira, que é uma entidade centenária, Jorge Godinho Nery, Presidente da Federação Espírita Brasileira, que é sediada aqui em Brasília. Seja muito bem-vindo, Godinho.

Eu gostaria de chamar também aqui neste momento a Daniela Migliari, que é da Comunhão Espirita de Brasília, uma entidade também aqui que tem uma folha de serviços prestados sensacional. Muito obrigado, Daniela, pela sua participação conosco neste momento.

E também da Comunhão Espírita eu queria chamar o Jefferson Rodrigues Bellomo, que vai nos presentear aqui com a sua palestra.

Então, ratificando aí para quem quiser nos enviar algumas perguntas, sempre há. Olha, já chegou aqui! Rapaz, já chegou!

Eu vou aqui, ao longo da audiência pública, ler algumas perguntas. Eu acho que nós estamos vivendo muitos assuntos hoje no mundo, não apenas no Brasil, que seria bom a gente ter essa sensibilidade, essa visão espírita; assuntos importantes, como essa questão das drogas, que tem invadido as famílias pelas capitais, pelo interior do Brasil, essa questão também de arma de fogo. Nós agora vamos debater, inclusive amanhã na CCJ, essa decisão aí, um decreto presidencial sobre a liberação do porte de arma de fogo. São assuntos que tocam na questão da vida. O aborto também, porque foi resgatada a PEC da vida no início desta Legislatura, e nós devemos debater na CCJ. São tantos assuntos importantes. Suicídio, que é uma chaga hoje da humanidade. Eu acho que o vazio existencial, o desespero, muitas questões têm levado as pessoas a tirar a vida, achando que é solução, e é importante essa visão para esclarecer quem está nos assistindo e passando por algum momento de dificuldade.

Eu passei por um momento de depressão – eu passei. A síndrome do pânico foi algo que me... Há uma passagem, Senador Flávio Arns, que diz o seguinte: a dor é uma bênção que Deus envia aos seus eleitos. E eu, no auge da minha carreira, com dinheiro, com família, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo, mas eu só queria saber de trabalhar, trabalhar, trabalhar, deixava a família em terceiro lugar, os amigos em quarto lugar, e eu fui acometido – foi um presente que Deus me deu – da síndrome do pânico. Eu achava que ia morrer; tinha certeza de que ia morrer com 29 anos. E o chão se abriu para mim. Entrei numa depressão profunda. E foi ali que eu acordei para a vida; foi a partir daquela sacudida que eu pude acordar um pouco para a vida e me tornar um pouco mais sensível a algumas situações, atento aos valores importantes da vida, aos princípios e não ao material. Eu comecei a me descobrir espiritualmente e me salvou ali, porque a minha vida estava sem sentido. Eu sou muito grato, porque aquilo que aconteceu para mim, através da reencarnação, foi que me trouxe muitas explicações sobre dúvidas que eu tinha desde a infância. E eu sou muito grato ao espiritismo porque me abriu o mundo. Hoje eu sou uma pessoa mais feliz, antes eu era arrogante, prepotente, e eu sou muito feliz hoje, graças a Deus, procurando servir.

Nós vamos começar agora...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Senador.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Por favor.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só se me permite, rapidamente.

Em primeiro lugar, eu quero saudar o Senador e amigo – eu acho que eu posso dizer assim que passei já a ser um admirador do Eduardo Girão.

Então, quero dizer ao povo do Ceará e do Brasil que estão muito bem representados pela determinação, pela firmeza, pelos princípios, pela visão de um Brasil bom, ético, transparente, que valoriza o ser humano, a dignidade, a transparência. Então, em primeiro lugar, dizer da alegria de estarmos juntos nesta caminhada.

Eu gostaria, da minha parte também, inclusive na condição de Vice-Presidente da Comissão, já o fiz antes individualmente, de saudar todas as pessoas que estão participando aqui da audiência pública, especialmente o Jorge Godinho Nery, que é Presidente da Federação Espírita do Brasil, com quem eu me encontrei no mês de março, em Curitiba, na realização do Congresso Espírita do Paraná – aproveito para saudar a Federação Espírita do Paraná, cujos membros eu conheço muito bem, há muitos anos, e aprecio muito o trabalho desenvolvido lá no Paraná –, assim como o Jefferson Rodrigues e a Daniela, da Comunhão Espirita de Brasília, bem como os demais participantes da Mesa posterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero dizer da importância desta audiência pública, até para quem acompanha pelos meios de comunicação do Senado, porque isso embasa a tramitação de um projeto de lei para a instituição do Dia Nacional do Espiritismo no Brasil, porque eu sou católico, sou fã de tantos trabalhos bons do espiritismo e quero dizer que será de grande valia, de grande utilidade. Conclamo todos inclusive para termos essa abertura para tudo aquilo que é bom, necessário, que valoriza o ser humano, as obras sociais, a dignidade, o respeito, o diálogo, é do que não só o Brasil precisa, mas o mundo precisa hoje em dia, e o Brasil de maneira muito particular, porque aqui a gente precisa mesmo. A natureza do povo brasileiro é esta de conversar, de dialogar, de respeitar, de construir soluções, e temos que fazer um esforço nesse sentido.

Então, eu quero dizer da alegria de estarmos aqui discutindo isso em termos da doutrina espírita, o que é muito importante, muito bom e necessário, dentro de um clima do mais completo respeito à diversidade, o que a gente tem que ter em todos os sentidos. Ao mesmo tempo, as obras sociais do espiritismo são extraordinárias. No Paraná, em todos os Municípios praticamente há alguma iniciativa de apoio ao ser humano. Permita-me chamar você, amigo, não preciso dizer senhor, como o nosso Senador Eduardo Girão colocou, com esse desafio na área de saúde mental, depressão, medo, pânico, suicídio, uma área que precisa ser abordada diante dos conflitos de hoje em dia e também de valorização da vida desde a concepção.

Eu atuo muito na área da pessoa com deficiência e digo que o primeiro direito da pessoa com deficiência, caso se identifique durante a gestação, é ter o direito de nascer.

O problema não é a pessoa com deficiência, o problema é a falta de políticas públicas para a pessoa com deficiência, eu falo isso até na condição de pai de um filho querido e amado que também tem deficiência intelectual e física.

Então, nesse sentido, eu quero dar as boas-vindas e dizer: "Que bom que estamos fazendo esta audiência pública", parabéns. E parabéns ao Eduardo Girão pela iniciativa, porque ele é o autor do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Obrigado, muito obrigado, Senador Flávio Arns. Desde o primeiro momento, o senhor, você, me permita chamar assim, como amigo também, você acolheu essa iniciativa.

Eu queria saudar aqui o Deputado Luiz Carlos Hauly, por quem tenho grande admiração. Ele nem sabe disso, mas eu tenho uma admiração de muitos anos acompanhando, mesmo pelas notícias na imprensa, o seu desbravamento na reforma tão importante que é a reforma tributária neste País. Ele é um grande ícone. Eu acho que vai sair este ano, se Deus quiser, vai sair.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por falar em Deus, eu quero pedir para começar esta audiência, Daniela, se você puder fazer uma prece para a gente iniciar esses trabalhos aqui e ouvir essas palestras.

Muito obrigado.

A SRA. DANIELA MIGLIARI (Para exposição de convidado.) – Então, vamos todos fechar os nossos olhos, agradecendo a Deus por esta oportunidade do encontro de tantos brasileiros, de tantas fés. Um País tão aberto, tão magnânimo, que está aqui hoje para ouvir um segmento da população que tanto atua, que tanto faz, que tanto ora, de mãos dadas com todas as outras fés, com todos os outros credos, que nós possamos ser conduzidos, inspirados, iluminados para esta conversa fraterna, em prol de abraçar mais uma fé que traz a bandeira de Jesus consigo para o nosso País. Assim seja.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Então, nós vamos iniciar agora...

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Só para dar um testemunho...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Claro.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – Há um movimento de que participo aqui na Câmara e no Senado, desde 2001, que se chama Movimento Político pela Unidade. É um movimento focolarino, criado pela Chiara Lubich, na Itália. Esse movimento é de ecumenismo e procura fazer o entendimento entre os Parlamentares, juízes, promotores, dos poderes do mundo todo. Então, esse movimento é suprapartidário, evidentemente, e também ecumênico, e busca a unidade, em ser um. É muito importante registrar que esse movimento me ajudou muito a pacificar meu coração com relação aos adversários do Plenário, aquelas brigas que a gente sempre acaba fazendo. É um movimento muito bonito. Ele tem vários ramos. O focolare é uma diaconia católica, mas é um movimento universal que procura a unidade e tem feito um bem muito grande em todos os Parlamentos, principalmente no mundo.

É só esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Esse encontro acontece aqui no Congresso, Deputado?

O SR. LUIZ CARLOS HAULY – O grupo que coordena Brasília é o grupo de focolarinos, que são religiosos e não religiosos que procuram os Deputados, os Senadores, procuram fazer as reuniões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem ficado um pouco difícil com esse tumulto aqui. E principalmente depois do *impeachment,* tivemos um abalo muito grande.

Mas ele está presente. Na Câmara, tem vários Parlamentares, entre eles a Deputada Erundina e outros Deputados importantes. E do Senado, nós tínhamos aqui no Senado, e o Pedro Simon participou muito. Quem mais? Vários Senadores, o Esperidião Amin sempre esteve presente e vários Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bom. Muito obrigado pelas informações. Eu tenho muito interesse, muitos amigos do focolares, lá do Ceará. Inclusive, é muito simbólico o Senador Flávio Arns ter acolhido desde o início, porque ele é sobrinho de uma grande pacifista da humanidade, Zilda Arns.

Então, para mim e para os espíritas do Brasil também, que têm uma admiração muito grande por essa nossa grande humanista brasileira e do mundo. Deus abençoe.

Então, vamos agora, nesse momento, começar aqui pelo nosso presidente da Federação Espírita Brasileira, Jorge Godinho Nery, que vai fazer uma abordagem do espiritismo, da importância de o espiritismo, de a doutrina espírita ter um dia nacional no Brasil.

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY (Para exposição de convidado.) – Exmo. Sr. Senador Eduardo Girão, os componentes da Mesa, companheiros de ideal, aqueles que nos ouvem, inicialmente a nossa gratidão pela iniciativa que retoma um ponto, porque, para nós, espíritas, o dia 18 de abril, especificamente dia 18 de abril de 1857, é um marco que nós consideramos como uma grande efeméride. Quando nós analisamos de uma forma muito sucinta, podemos dizer assim, até no discurso histórico, essa data representa um momento na história da humanidade que ainda não foi reconhecido.

Nós vivíamos o século XIX, um período em que a humanidade, os homens de ciência, aqueles que às lideranças... Chegaram a um ponto tal de que tudo se explicava através simplesmente dos conceitos materiais. Chegou-se a um determinado ponto de se dispensar a existência de Deus para explicar as coisas. Esse é o momento de ápice do século XIX, em que o materialismo chegou a esse ponto.

É nesse mesmo século que surgem, em vários locais da Terra, fenômenos, coisas que levaram as pessoas a observarem, a chamarem de sobrenatural. Mas nós sabemos hoje, pelas próprias revelações, que foi uma invasão organizada, uma invasão organizada do plano espiritual para dizer aos homens que no universo não existe só matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós vamos observar, pelos registros históricos até do próprio Brasil, na época do Império, pessoas interessadas em conhecer os fenômenos, em estudá-los e até em experimentá-los.

Vamos observar o ano de 1840. No ano de 1840, nós tivemos, aqui no Brasil, dois médicos, um francês e um português, Bento Mure e João Vicente Martins. Ambos eram médicos homeopatas. O interessante é que eles, por serem homeopatas, seguiam justamente aquilo que Hahnemann, que foi um estudioso da fluidoterapia... E eles utilizavam o que nós chamamos hoje de passe, que é a transmissão fluidomagnética de um ser para outro, como um complemento às curas que a homeopatia na época proporcionava.

Estiveram aqui no Brasil. Um deles, médium. E inclusive utilizavam-se da mediunidade em reuniões. E um fato interessante é que eles tinham um lema. O lema deles era "Deus, Cristo e Caridade".

Então observem que as coisas vão acontecendo. Isso, nós estamos falando do ano de 1840. Não existia Allan Kardec; existia Hippolyte Léon Denizard Rivail, um professor francês que, nessa época – ele nasceu em 1804 – tinha 36 anos e estava tendo a sua vida em Paris, na França, como professor emérito, e reconhecido no meio acadêmico.

Mas aqui no Brasil, esses fatos aconteciam. E no ano de 1848, houve um fato muito interessante na cidade de Hydesville, nos Estados Unidos, no Estado de Nova York. Foi um fenômeno em que havia uma casa que tinha sido alugada por uma família, e nessa casa, fenômenos estranhos aconteciam. Pancadas, ruídos, pessoas andando sem que houvesse essas pessoas; acontecendo isso. E havia duas irmãs jovens. Tinham a idade aproximada de 15 a 17, ambas. E naquele instante, esses barulhos eram tão intensos, que uma delas tomou a iniciativa de dizer, "olha, se for espírito, que bata palma". Assim que ela terminou de bater palma, o som da palma aconteceu.

A partir de então, estabeleceu-se uma comunicação, em que o espírito, que depois foi reconhecido, se comunicava com aquelas pessoas através de sinais. Fazia-se uma pergunta, uma batida era "sim", duas batidas, "não". Depois evoluiu para cada batida correspondente a uma letra do alfabeto. E em síntese, esse espírito disse que era um mascate ou viajante, morou naquela residência, tinha sido assassinado, o seu corpo se encontrava no fundo da residência. Isso tudo foi registrado, há registros hoje lá em Hydesville. E encontraram os restos mortais do espírito. Então esse é um primeiro fato que traz a evidência da imortalidade, numa comunicação, eu diria assim, muito rudimentar.

Paralelamente a isso, aconteceram fenômenos não semelhantes a esse na Europa, onde a mídia da época, os jornais registraram esses fenômenos, que foram chamados de mesas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

girantes, em que as mesas mexiam, levantavam, e serviu isso até de curiosidade para as pessoas que ali estavam e que, na realidade, observavam aquilo como fenômenos que davam a eles condições de fazerem perguntas e respostas, e essas perguntas eram feitas, as respostas dadas.

Nesse contexto que dois amigos do Prof. Hippolyte Léon Denizard Rivail conversam com ele a respeito.

Ele era um homem muito sério, era um homem que não falava as coisas sem antes utilizar o discernimento, o bom-senso. Tinha uma formação, desde o Instituto de Yverdon, quando ele estudou, quando jovem, com Pestalozzi, o maior pedagogo da época, reconhecido até os dias de hoje.

E naquele instante, disseram a ele que as mesas estavam falando. Ele então falou para o amigo que lhe deu essa informação que, para que uma mesa falasse, havia necessidade de que se demonstrasse que ela tinha inteligência. É um raciocínio lógico.

E assim,...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY – ... ele, naquele primeiro instante...

Eu não sei se eu tenho tempo para isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. *Fora do microfone.*) – Não, você tem mais cinco minutos.

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY – Está bem.

Então, rapidamente. Então, naquele primeiro instante, ele identificou que, para que fizesse isso, seria necessário que provassem que uma mesa tinha inteligência.

E ele foi convidado, pela segunda vez, e numa terça-feira de maio do ano de 1855, ele esteve na casa da Sra. Plainemaison e presenciou o fenômeno das mesas girantes. Verificou tudo, se era possível, para ver se havia fraude, e identificou que não havia.

Saiu da reunião ocupado, porque perguntas inteligentes eram feitas, e assim, respostas inteligentes; ele deduziu logicamente que as respostas não eram das mesas, porque as mesas não eram inteligentes. Havia uma causa inteligente, até então desconhecida, e isso, para ele, deu-lhe ocupação, para que ele estudasse profundamente o fenômeno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Utilizou uma metodologia, e assim, dois anos depois, nós vamos encontrar, em Paris, a primeira edição d'*O Livro dos Espíritos*. É bom ressaltarmos que o nome do livro é *dos Espíritos*. Ele apenas fez, catalogou aquelas informações que chegavam do alto, utilizou uma metodologia da universalidade do ensino, utilizou-se de mais de mil médiuns, em vários países, para que ele pudesse daí extrair as verdades.

E essas verdades foram exaradas nesse livro, que tem quatro partes e que, logo na sua primeira parte, que trata de Deus, essa primeira parte diz assim, a primeira pergunta que ele fez: "Que é Deus?" Porque se eu a fizesse, eu faria "quem é Deus", até pelos atavismos do antropológico Deus que é conhecido por todos nós, através dos séculos. Então, naquele momento, ele pergunta "Que é Deus?", e a resposta, sábia: "Inteligência suprema e causa primária de todas as coisas".

Mais adiante, vieram dizer que no Universo não existe apenas matéria. Existem dois elementos, dois princípios: o material e o espiritual. E acima de tudo, Deus. Como se dissessem assim, naquele contexto materialista, que a humanidade raciocinasse um pouco mais, porque no Universo, não existe só matéria; existe matéria, existe espírito e Deus, o Criador.

E a partir daí, o livro vem tecer todos esses conhecimentos, falando, na sua primeira parte, das causas primárias; falando, na segunda parte, do mundo espiritual, falando dos espíritos; na terceira parte, das leis morais; e na quarta parte, falando justamente das penas e gozos futuros, tanto na Terra quanto no plano espiritual, fechando um arcabouço filosófico que a humanidade ainda não conhece e nem conhecia na época.

Daí o marco, porque veio dizer que nós somos imortais. Como imortais, nós temos várias existências. E que o nosso objetivo é praticar a caridade.

É aquilo que Bento Mure já tinha: Deus, Cristo e caridade. E a gente observa que aí o amor, a Lei Maior, a Lei Divina é transversal a esta bandeira: Deus, o Criador; Jesus, o exemplo maior desta lei, e a caridade, esta lei em ação.

E a partir daí, os espíritas, aqueles que foram adeptos... E assim, logo em seguida, chegou no Brasil. E em chegando ao Brasil, ele já estava praticamente com o terreno preparado, porque nós já tínhamos, no Segundo Império, a aristocracia, pessoas importantes, como o Visconde de Uberaba, e tivemos também outros que já tinham estudado esses assuntos e que, naquele momento, também começaram a estudar a doutrina.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY – E a partir daí, este livro tem o marco que, no Brasil, veio trazer aos brasileiros justamente a condição para que iniciassem um trabalho praticando a caridade, a caridade entendida como Jesus nos trouxe: benevolência para com todos, o que quer dizer boa vontade para com todos, indulgência ou doçura para com os defeitos dos outros, mas severidade para consigo, e o perdão das ofensas.

A partir deste momento, isso foi uma âncora para que aqueles que professaram a doutrina espírita a aplicassem e fizessem um movimento com base na caridade. Daí, nos dias de hoje, nós termos esta observação de que a caridade é praticada pelos espíritas em todos os rincões, porque nós entendemos que, enquanto espíritos imortais, irmãos e a humanidade, devemos usar a fraternidade e a solidariedade para que nós possamos construir um mundo de paz, um mundo melhor no futuro.

Eu paro por aqui, porque eu sei que o tempo já é esgotado, mas ficamos à disposição, naturalmente, para questionamentos que poderemos desdobrar a respeito desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Eu quero agradecer ao Sr. Jorge Godinho Nery, Presidente da Federação Espírita Brasileira.

Nós continuamos abertos aqui, recebendo mensagens pelo telefone 0800.612211 ou pelo *site* aqui do Senado: www.senado.leg.br/ecidadania

Quem tiver alguma dúvida, quem quiser fazer algum comentário ou alguma pergunta, por favor, não deixe de fazê-lo.

Aproveitando este dia – e como nada é por acaso. A gente sabe que não existe coincidência, não é Jefferson? –, porque hoje é um dia muito importante, pois nós vamos ter uma marcha tradicional que acontece há 12 anos aqui em Brasília. Eu tive a oportunidade de, em pelo menos umas dez edições dessas, estar presente, aqui em Brasília. É uma marcha tradicionalíssima. É a Marcha da Cidadania pela Vida contra o Aborto.

Ela acontece ali às duas horas da tarde, às 14 horas, quando ela vai se concentrar ali no museu, na Biblioteca Nacional de Brasília, e depois vem todo mundo caminhando, numa fraternidade. É um evento que reúne espíritas, católicos, evangélicos, pessoas de outras religiões e também pessoas que não têm religião, porque defender a vida desde a concepção, inclusive, é uma questão de direitos humanos de verdade; direitos humanos porque já está todo formadinho.

Eu ando até com... As pessoas às vezes precisam de uma... Eu não sei se dá para a câmera mostrar aqui, mas este é um bebê de 11 semanas de gestação. É o período em que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geralmente é feito o procedimento do aborto. E o bebezinho já está todo formado, tem o fígado, tem os rins todo formado, tem até unha esse bebê. O coração bate bem antes. O coração desse bebê bate com 18 dias da concepção. E, com aborto, não é só a vida dessa criança que é destruída, mas a saúde da mulher fica comprometida por toda a existência: problemas psicológicos, emocionais e até físicos. A mulher que faz aborto tem uma propensão muito maior a desenvolver crises de ansiedade, depressão, envolvimento com álcool e drogas e suicídio.

Então esse assunto a gente precisa discutir para evitar a morte dos bebês e o sofrimento das mulheres. E hoje tem essa marcha, às 14 horas, aqui em Brasília, e eu vou estar lá. Eu estarei junto com o Movimento Brasil Sem Aborto e outros movimentos que participam.

Eu queria agora passar a palavra para a Daniela. A Daniela vai nos brindar aqui com a sua fala sobre esse assunto que a gente está discutindo aqui, a importância do Dia Nacional do Espiritismo para o calendário brasileiro.

Espiritismo que, como bem falou o Sr. Jorge Godinho, iniciou na França, o estudo, a codificação pelo Allan Kardec. Tem até um filme em cartaz espetacular, espetacular o filme sobre Allan Kardec. Está em cartaz no Brasil. Mas nós tivemos aqui no Brasil grandes expoentes do espiritismo, por exemplo o considerado Kardec brasileiro, que é o Doutor Bezerra de Menezes.

Nós tivemos aqui também muitos nomes, Vianna de Carvalho, Eurípedes Barsanulfo, Bittencourt Sampaio, aquele lá de São Paulo que deixava os livrinhos no trem... Tem o Batuíra mas tem também o Cairbar Schutel, um grande divulgador, e o Chico Xavier, que eu acho que é o grande nome, o grande propagador da doutrina espírita, junto com Divaldo Franco, que está encarnado ainda, nos trazendo muita luz, e que vai ter um filme, em setembro vai ser lançado um filme da vida dele.

Daniela, você tem dez minutos, com mais cinco para concluir.

A SRA. DANIELA MIGLIARI – Primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Só, perdão, desculpa Daniela, só para registrar a presença de dois grandes irmãos aqui do Senado, colegas que estão vindo aqui prestigiar esta audiência pública: o Senador, Capitão, Styvenson, que é do Rio Grande do Norte, e o nosso querido irmão, Jayme Campos, Senador Jayme Campos, de Mato Grosso.

Então, muito obrigado pela presença de vocês. Na hora em que quiserem fazer alguma intervenção, por favor fiquem à vontade.

Vamos ouvir agora...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Por favor, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Primeiro quero cumprimentar V. Exa., Senador que preside esta reunião, que é o meu prezado e estimado amigo Eduardo Girão, e demais convidados que neste ato, neste evento, representam o espiritismo no Brasil.

Eu fiz questão absoluta... Eu me dirigia para o meu gabinete, liguei a televisão e vi aqui essa audiência pública promovida por V. Exa. e fiz questão de me deslocar para cá, para dizer da minha admiração, do respeito que eu tenho pelo espiritismo, que, sem sombra de dúvida...

Eu queria fazer aqui, se me permite, um pequeno testemunho. Eu perdi um filho com 27 anos de idade, eu dei para Deus, não perdi, entreguei nos braços de Deus, e onde eu fui achar um conforto, confesso para os senhores, foi no espiritismo. Para mim foi um sofrimento, para mim, para a minha esposa, para os meus filhos, e aquela dor não abrandava, como até hoje não abrandou, ela minimizou, vai abrandando aos poucos, e de onde veio o conforto foi quando a minha esposa, determinada, porque não achava nada a recorrer para melhorar aquele sofrimento do dia a dia... Nós passamos a frequentar o espiritismo por vários meses, e ali com certeza eu achei o conforto para o meu coração, para o meu espírito, para a minha alma e a certeza de que o meu filho estava em bom lugar. Isso eu estou testemunhando porque eu passei... Para mim foi uma tragédia que aconteceu na minha vida, isso faz 15 anos, nunca esqueço, sempre as boas lembranças e, sobretudo, o amor que eu tinha pelo meu filho, como tenho pelos demais filhos e pela minha família.

Por isso eu fiz questão aqui, Senador, Eduardo Girão, de vir manifestar, de corpo presente, o testemunho de que o espiritismo, de fato, aqueles que acreditam, que têm fé e a certeza de que nós temos um outro plano de vida, de fato é a realidade, e retrata o sentimento daquelas pessoas que tiveram o prazer, acho que é um privilégio, de ler alguns livros, sobretudo Allan Kardec, e de outras autoridades, de outras pessoas, devido à importância que representa para o cidadão, que certamente muitas vezes tem que se apegar... Eu acho que é quase uma obrigação de todos nós termos que nos apegar a alguma coisa, principalmente naqueles momentos mais sofridos, de mais dores, por que passamos em nossa vida.

Portanto, para não ser longo, eu quero dizer que o espiritismo tem o meu respeito, a minha admiração e a certeza de que, se todos nós tivéssemos assim, digo até o privilégio de frequentar os centros espíritas, como se fala, que são muito conhecidos esses termos aí, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acho que seria um conforto, eu acho que o mundo seria diferenciado totalmente. Não teríamos violência, nós teríamos as pessoas com mais paz, mais amor no coração e a certeza de que talvez nós poderíamos construir um mundo melhor para todos nós. Portanto, esta é a minha pequena participação, manifestação, ao cumprimentar os senhores, que nos dão o privilégio hoje de vir aqui nesta Casa, que é a Casa do Povo, e promover esta audiência pública que eu acho que é de bom proveito.

E, acima de tudo, eu gostaria, nesta manhã aqui, se alguém me ouve nesses gabinetes aí, de convidar para que venham participar e prestigiar este evento promovido por este grande homem público que é o Senador Eduardo Girão.

Muito obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos, também pelo seu testemunho, pela sua coragem em se colocar... Eu também sou muito grato, eu falei há pouco aqui, muito grato ao espiritismo, num momento difícil da minha vida.

E o senhor corrigiu bem na hora. O senhor não perdeu o seu filho. O amor é que liga vocês para o resto das vidas. Nós espíritas acreditamos que existem muitas vidas, então, é uma separação temporária.

Todo dia, quando a gente dorme, o corpo precisa descansar, para recuperar as energias para o dia seguinte, porque nós estamos aqui para aprender, para perdoar; mas o espírito não necessita dormir. Então, muitas vezes – o senhor pode ter certeza disso –, o senhor já se encontrou com o seu filho no mundo espiritual, no sonho, e não era sonho, era realidade, e é uma questão de tempo o reencontro entre vocês, é uma questão de tempo. E o senhor, desde o primeiro dia que eu o conheci, também eu senti uma afinidade muito grande com o senhor, e o senhor me deixou muito claro que vive todo dia aqui em homenagem ao filho. É um Senador muito dedicado, muito humano, em causas humanitárias está sempre junto com a gente, e muito obrigado pela sua... Eu fico muito honrado, nós ficamos muito honrados com a sua participação.

O Senador que está ao seu lado, o nome dele não é por acaso: o nome dele é Eann Styvenson. Ele não sabe se é em homenagem àquele grande pesquisador, acho que sueco, que catalogou dois mil casos de reencarnação, estudou cientificamente a reencarnação. Mas eu falei para ele, já, que o nome dele é esse, e ele disse que vai perguntar lá aos pais, para confirmar.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RN) – É muita coincidência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador, é uma honra estar aqui hoje pela manhã vendo esse seu empenho e compromisso com essa data especial, que é o Dia Nacional do Espiritismo. Vi no Plenário o evento que o senhor fez, importantíssimo, pessoas que estão assistindo agora, e eu não sei se todos já falaram, mas eu peguei parte da fala do Sr. Jorge. Eu estava ouvindo, e é interessante que algumas crenças, religiões, alguns pensamentos, muitas vezes, por não serem aceitos, são tratados com violência ou com preconceito, e eu percebo que ainda hoje o espiritismo e outras religiões, outras ideias, ciências – pode ser também –, ainda sofrem com esse nível de preconceito, por não quererem conhecer, por não quererem entender.

Eu sempre digo ao Senador Girão, Senador Jayme, que eu vou à Igreja evangélica – nasci num lar evangélico, não é? Minha mãe é evangélica, então sempre fui para a Igreja evangélica –, frequento a Igreja católica, sou palestrante, agradeço demais quando me chamam para falar com jovens nas igrejas católicas, para falar com eles sobre assuntos como droga, álcool e direção, do que eu fazia no Rio Grande do Norte; e frequento o espiritismo, porque a minha mulher frequenta o espiritismo e eu vou, também para conhecer, para saber como é –, e as pessoas ainda tendem a ter esse nível, acho que de afastamento, de querer conhecer, não para seguirem, sinal de que seria uma coisa forte, mas talvez pela alienação de acreditar que Deus é um só, e o Deus é dele. Eu creio que Deus está em todo lugar quando se tem amor. E eu, lembrando da fala que o senhor estava falando, Sr. Jorge, durante o filme, houve essa questão de tentativa de apedrejamento, de criminalizar uma religião, como se fosse coisa satânica – todo aquele movimento.

E as pessoas neste dia – eu espero que os outros palestrantes esclareçam para as pessoas que estão assistindo que não é isso, não é dessa forma. Ainda mais que o ser humano tem a opção de escolher, porque nós somos livres para isso, livres para escolher qual religião ou qual segmento vamos ter. Eu acho que a única liberdade que a gente não deveria ter é para ser bandido, criminoso, o restante estaria valendo qualquer coisa; e o restante é a gente parar de se incomodar com a vida do próximo: quando eu me incomodo muito com a sua vida, Jayme, eu me esqueço da minha. Quando eu fico observando o Senador Jayme, se ele está produzindo ou não, Senador Girão, eu deixo de produzir, eu deixo de fazer para o meu Estado e para o meu País o que eu deveria estar fazendo.

A sociedade vive assim. A sociedade é assim. Eu creio que, se nos unirmos mais, com certeza este País vai para frente. Hoje é essa polarização em religião, polarização em política, polarização em tudo, não é? Sempre há a polarização: quem é sim e quem é não, e nunca se chega a um meio-termo, ou, senão, ao respeito de poder se praticar o que você quer praticar: o espiritismo, o catolicismo, a umbanda, sei lá, o que você quer fazer. O respeito das pessoas acho que é imprescindível para que a gente viva em sociedade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Senador Styvenson.

Vamos ouvir agora Daniela, que é da Comunhão Espírita de Brasília. Por favor, Daniela.

A SRA. DANIELA MIGLIARI (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Eu agradeço o convite ao Senador Eduardo Girão, que realmente teve a coragem de vir aqui atuar tendo uma vida empresarial, tendo uma vida familiar, vindo se devotar ao nosso País. É realmente uma missão de muita coragem, de muita abnegação. Então, eu agradeço pela sua escolha de vida, e conte comigo na sua caminhada.

Bem, eu venho aqui mais como um testemunho, não tanto como palestrante, e é muito interessante o que o senhor falou. Como o próprio Senador Girão começou a fala dele, é sempre uma fala de testemunho muito pessoal. Eu creio que alguns poucos de nós tivemos a sorte de nascer em famílias berços espíritas, chegando pelo amor à doutrina. Existe um jargão que se fala muito comumente no espiritismo, que a gente chega pela dor ou pelo amor, e eu venho aqui também, como muitos aqui já falaram, dar o meu testemunho, porque também devolvi um filhinho a Deus, e cheguei também, por conta dessa dor, ao espiritismo.

A minha formação: eu sou jornalista e fiz uma especialização em jornalismo científico, com a minha mente muito focada na ciência. Eu precisava de um entendimento de Deus que passasse pela fé raciocinada, que passasse pelos argumentos e que resistisse à minha mania impossível de perguntar por que, por que, por que, e eu não digo que essa é a única forma, como bem colocou o nosso amigo. Eu concordo com o senhor que o remédio para a polarização neste momento é a gente reconhecer que a vida é como um lindo quebra-cabeças enorme, e, se eu ficar tentando pegar essa minha pecinha aqui do canto do quebra-cabeças e tentar fazer exatamente o que essa pecinha de cá está fazendo, eu vou perder justamente a beleza e o brilho com que o meu viés, o meu espírito veio contribuir para a vida, para a diversidade.

Então, ao invés de nos sentirmos ameaçados pelas polarizações e pela diversidade de crenças, de países, de culturas, de partidos, enfim, de expressões diversas, que a gente possa se sentir seguro na diversidade. Nós sabemos que, na Biologia e na própria sobrevivência das espécies naturais, quanto mais diversificado for o meio ambiente mais seguro ele está porque, se vem uma praga, pega algumas daquelas espécies, mas outras resistem. Então, ao invés de a gente vir a polarização como algo ameaçador, aquele diferente, eu me sinto ameaçada pelo diferente, eu passe a me perceber segura, que alguém está fazendo alguma outra forma de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensamento e de expressão no mundo que me traz uma diversidade, que me estimula a aprender com o diferente.

Então, eu sinto que o remédio para a polarização é esse, e o próprio espiritismo, que Allan Kardec nos trouxe e que se coloca como filosofia, como ciência e como religião é uma expressão que nos convida a entender que, na diferença do pensamento, a gente tem, sim, essa riqueza, porém, quando a ciência fizer frente a frente com alguma colocação nossa anterior, que a gente ficasse com a ciência. Esse é um convite no nosso próprio codificador e que a gente entenda que nós todos estamos em movimento, nós todos estamos em caminhada, nós não somos seres estáticos, fechados, enclausurados. Nós estamos em contato com o diferente, com o novo, com o tempo, com o movimento das ideias e que isso nos enriquece, desde que toda a atitude na vida seja respeitosa perante o outro, eu vá até onde o meu limite... Seria o mesmo que eu gostaria que fosse respeitado. Isso posto, gente, a diferença realmente nos enriquece.

Então, eu encontrei no espiritismo... E o Brasil é um berço, como eu coloquei na oração inicial, porque nós somos um País de diversidade, que recebeu três raízes principais: a primeira delas os indígenas, a segunda os portugueses, a terceira os negros e, depois, tantas outras raízes que vieram enriquecer o nosso País. Então, é um país muito tolerante em diversos aspectos. A gente sabe que existe muita intolerância e aí eu digo que já não é tanto uma intolerância de um país, é a intolerância do ser humano como um todo; mas é um País que naturalmente tem uma maior abertura ao diferente, dadas as reservas aí desses momentos difíceis que temos atravessado como Nação; mas nós temos, sim, essa abertura muito grande para o diferente.

Então, o espiritismo é um desses muitos matizes. Quando a gente observa a forma, por exemplo, do católico pensar, do evangélico pensar, do ateu pensar, por exemplo, um ateu pode ser uma pessoa plena de valores, pode tomar para si a Convenção dos Direitos Humanos, ser uma pessoa absolutamente enriquecida e ter uma atitude muito mais correta perante o próximo, muitas vezes, do que um crente. Quem sou eu para dizer que ele tem menos valor do que uma pessoa que acredita em Deus? Porém, nessa diversidade, nessa diferença, o espiritismo sem dúvida é uma raiz deste País.

Desde que o espiritismo floresceu, na França, por Allan Kardec, inúmeros pensadores, também brasileiros, foram estudar na França daqueles tempos e foram, enfim, tocados pelos princípios espíritas de Allan Kardec. Quem não assistiu ao filme, que está ainda em cartaz, é um filme maravilhoso, é um filme que fala justamente disto: da importância dessa tolerância, desse Estado laico que vai abrir as portas para todos os tipos de pecinhas no nosso quebra-cabeça porque, quando a gente tem um quebra-cabeça em que está faltando uma peça, a gente não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica em paz enquanto a gente não coloca aquela pecinha que está faltando. Isso nos remete àquela linda passagem da Bíblia em que o bom pastor nos diz: "Das minhas ovelhas, nenhuma se perderá; todas me importam". Todos importam e Allan Kardec, quando perguntou para os espíritos se existiam homens determinantemente bons ou homens determinantemente maus, os espíritos foram veementes em dizer que não, todos são criados simples e ignorantes e, ao longo da sua jornada evolutiva, vão crescendo.

Como mãe – tenho três filhos –, eu lembro quando, no início da maternidade, eu pensava: "Meu Deus, será que essa criança um dia vai acordar e vai estar sem fralda, vai andar, vai se comunicar?" Aquela coisa de mãe de primeira viagem. Sim, todos nós vamos aprender. Então, essa mesma ternura e confiança que uma mãe deposita num filho que um dia vai acordar com a sua fralda seca, que vai falar uma frase perfeitamente pronunciada, como suas mães mesmas pensaram que um dia vocês estariam aqui...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELA MIGLIARI – ... eu também confio e todos nós, como espíritos, na nossa infância espiritual, na nossa manifestação da diferença, na nossa manifestação da intolerância, também é um tipo de expressão da nossa infância espiritual ao longo da nossa jornada evolutiva, ao longo de muitas vidas. Essa foi a abertura que o espiritismo me trouxe, essa compreensão de pensar: "Poxa, o que eu não consegui fazer eu vou ainda ter chance de continuar, eu vou ainda poder me melhorar e isso amplia a nossa vida".

Há uma possibilidade lindíssima que é: todos nós vamos caminhar em direção à perfeição, mesmo aqueles que a gente julga mais inadequados, mesmo aqueles que a gente julga como mais violentos. Não digo que essa é a única forma certa, imagina, mas é uma expressão muito bela que nós chamamos de o consolador prometido. O consolador prometido é quando Jesus nos diz que Ele retornaria nesse formato que a gente interpreta, que é o contato constante com os espíritos, que é o contato com a caridade, que é o contato com a ciência, que é o contato com a filosofia, com a fé raciocinada, mas, principalmente, contato meu comigo mesma.

Eu, na minha reforma íntima; eu, na minha jornada evolutiva; eu, reconhecendo os meus aspectos de infância espiritual; e eu, aos pouquinhos trilhando as minhas melhoras, as minhas progressões no meu tempo e fazendo o melhor pelo meu País, fazendo o melhor principalmente pela minha família e pelos meus próximos mais próximos, sim, mas, quando a gente começa a largar a nossa compreensão para nossa família brasileira, para a nossa família humana, eu paro de ver o outro como uma ameaça, eu simplesmente me embeveço na sua diversidade, eu me sinto segura nesse ambiente, eu posso realmente contribuir com um pouco mais de liberdade e um pouco mais de criatividade para a evolução humana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu encontrei essa minha pecinha do quebra-cabeça no espiritismo e eu me alegro que católicos tenham encontrado a pecinha do quebra-cabeça deles no catolicismo, na umbanda, no candomblé, no ateísmo, nos evangélicos. Enfim, eu me embeveço com as suas formas diferentes de expressão. E eu peço aqui, com muita alegria, com muito pé no chão, assim, mas também com esse sentimento de que o Brasil também possa se embevecer com a beleza dos espíritas.

A gente tem o Chico Xavier, a gente tem o Divaldo Franco, que vem com filme no dia 12 de setembro, e eu tive a alegria de escrever o livro dos bastidores do filme. Nós estamos juntos nesse empreendimento, e são pessoas muito lindas, como tantas outras que existem nas outras religiões.

E eu penso que o Dia Nacional do Espiritismo vai poder enriquecer ainda mais o nosso País e dar ainda mais voz a essa expressão do amor de Jesus por todos nós, com esse nosso viés espírita, que é muito bonito e, certamente, tem muito a contribuir.

É isso, Senador.

Muito grata.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito bem, Daniela. Muito obrigado pela sua fala.

A Daniela tem um trabalho lindíssimo, de que ela não falou, mas é algo sobre o qual, um dia, nós vamos fazer uma audiência pública aqui: a questão da constelação familiar. É algo que a gente... Assim, eu já participei, já dei uma breve estudada, e é impressionante a cura quântica que acontece, a cura sistêmica, com a constelação familiar. Nós que são desatados em presídios, em problemas que vêm de gerações a gerações.

A constelação familiar é algo que a gente precisa legitimar, e eu acho que esta Casa é muito importante, porque vai ajudar as pessoas. Ajuda inclusive a...

Daniela, se você puder falar... Porque há um outro grande Senador, que acabou de chegar aqui, que é o nosso querido irmão Izalci Lucas, que é aqui do Distrito Federal.

A SRA. DANIELA MIGLIARI – Sim, eu o conheço.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Também a Senadora Renilde Bulhões acabou de chegar aqui também. Muito grato pela participação de vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria, Daniela, se você pudesse falar uns dois ou três minutinhos o que é a constelação familiar, em que que ela pode ajudar as pessoas, inclusive no tratamento de pessoas que estão envolvidas com drogas, com essa situação de falta do perdão, essa coisa toda. Se você puder falar uns dois ou três minutos sobre isso, seria muito importante, porque eu acho que, de alguma forma, ela vai tocar no espiritismo.

A SRA. DANIELA MIGLIARI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – É um sentimento meu; é o que caminha... Há uma relação aí que a gente ainda precisa...

É o Bert Hellinger, que é um alemão...

A SRA. DANIELA MIGLIARI – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – ... que desenvolveu essa técnica, mas eu acho que tem alguma coisa com o espiritismo ali, para chegar junto.

A SRA. DANIELA MIGLIARI – Bom, Senador Girão, mais uma vez, eu lhe agradeço a oportunidade, e, para mim, é uma alegria enorme.

Recentemente, eu fiz uma palestra, falando justamente como o espiritismo encontra as constelações familiares, e acho que foi o dia mais feliz, assim, da minha vida, porque eu pude unir duas pecinhas do meu quebra-cabeça interno. Eu estava fazendo essa analogia aqui, agora, com o quebra-cabeça, e, realmente, são duas peças que me trouxeram muito alento e muito material mesmo, para que eu pudesse fazer a minha reforma íntima, porque é para isso que eu estou aqui.

O que eu posso dizer para vocês das constelações familiares é que é uma ciência que foi percebida, estudada, codificada e organizada pelo alemão Bert Hellinger. Ele é casado com a Sophie Hellinger, que também, recentemente, no Brasil, em 2016, abriu a escola alemã Hellinger Schule, da qual eu sou estudante, estou fazendo uma pós-graduação de três anos e meio.

As constelações familiares partem de três leis do amor.

Bert Hellinger foi padre por mais de 30 anos, passou muito tempo nos confessionários, ouvindo as pessoas falando de suas percepções de vida, conviveu com os zulus, na África, tendo um entendimento muito profundo sobre ancestralidade... Ele ficava maravilhado porque os zulus não conheciam o que era ironia. E sempre, ao se referirem aos seus antepassados, se referiam com muita honra, com muito carinho e com muito cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, com esses estudos todos, ele fez também uma formação em Psicanálise, na escola de Viena, e foi unindo – dentro dessas pontinhas da própria manifestação pessoal dele na vida – essas pontas e observando que existem três leis que regem as relações humanas, em quaisquer que sejam os ambientes, especialmente o ambiente familiar, entre casais, nas empresas, na Justiça, enfim, no Direito. Isso tem sido muito utilizado por juízes nas varas de família, inclusive nas varas criminais, e com muito sucesso isso está sendo feito aqui no Brasil, como uma forma muito nova de atuação, por um juiz da Bahia, chamado Sami Storch, e eu também estou escrevendo um livro dele.

E essas três leis são, rapidamente, a lei do pertencimento, que é justamente o que nós estávamos falando da polarização, da pecinha do quebra-cabeça, de que "nenhuma das minhas ovelhas se perderá".

O Bert Hellinger observou que, quando as famílias perdem um dos seus componentes, mesmo que isso tenha acontecido há muito e muito tempo, alguém que foi excluído do sistema familiar, porque teve uma manifestação diferente daquela esperada, foi julgado e afastado da família, não sei, pelas drogas, alcoolismo, cometeu algum crime, enfim, tinha alguma manifestação psiquiátrica mais delicada, isso antigamente acontecia de forma corriqueira, e o próprio sistema familiar não deixava que isso ficasse em branco. Sem saber disso, os descendentes manifestavam essa exclusão em si, às vezes com questões de saúde, às vezes com questões das mais delicadas. Então, o Bert Hellinger foi observando, em diversas constelações familiares, que olhar para aquele que foi excluído é o que traria o equilíbrio e a saúde para o sistema novamente.

A segunda lei que ele observou é a lei de hierarquia.

Quem vem antes tem precedência. Ou seja, se eu sou filha da minha mãe, eu não posso me atrever a julgar que eu sei fazer melhor do que ela. Ela veio antes; ela é a grande; e eu sou a pequena. Meu pai é o grande, e eu sou a pequena.

Ainda que essa mãe e esse pai, por motivos diversos, não tenham podido cuidar de mim, ou tenham me dado em adoção, ou tenham, de alguma forma, se manifestado com rudeza, com violência, de mil e uma maneiras, graças a eles eu estou viva. E, quando eu consigo respeitar essa hierarquia, diante da vida, o sistema familiar, as empresas, a justiça e a sociedade também conseguem alcançar um maior equilíbrio e uma maior saúde.

E a terceira lei, que é a lei do equilíbrio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando estou entre pessoas iguais, por exemplo, num casal, ou com amigos, ou numa sociedade igualitária, numa empresa, existe uma necessidade de equilíbrio, nessa relação, que vai trazer saúde também para o sistema.

Então, assim, são visões...

Pois o que acontece, Girão? Você, intuitivamente, viu o que é óbvio: quem tem o conhecimento dos Evangelhos, quem tem Jesus no seu coração e se depara com essas três leis, tem uma facilidade muito grande de aquiescer, de concordar, de ter esse pé no chão. Humildade vem de *humus*, terra, e *ilde*, pés: tem os pés no chão da realidade. Eu estou viva, eu existo graças a esses pais, graças a... O Chico Xavier dizia que encarnação não tem endereço errado. Então, muitas vezes, eu penso: "Como é que eu vim parar neste país? Como é que eu vim parar neste planeta e nesta família?". Essa é a arrogância, que demonstramos pela nossa infância espiritual. Estamos ainda peregrinando. Leva tempo para pôr os pés no chão da humildade, da realidade em que a gente vive e agradecer por ela.

Então, com certeza, constelações familiares também é um assunto para o qual esta Casa pode abrir seus braços e que anda de mãos dadas com o espiritismo, certamente.

Divaldo Franco, inclusive, tem palestrado bastante sobre isso; já fez três seminários longos sobre isso; escreveu um livro com Joanna de Ângelis, sobre constelações familiares, e é muitíssimo interessado nessa ciência.

Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Daniela.

Eu queria registrar também aqui a presença de outra grande irmã, que é a Senadora Juíza Selma, que é lá de Mato Grosso do Sul...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Mato Grosso! Eu sempre troco. Ainda vou aprender. Mas é outra terra extremamente acolhedora. Há pouco tempo, estava o Senador Jayme Campos, também de Mato Grosso. Ele veio aqui, nesse instante, prestigiar.

Nós vamos agora, neste momento... Se quiserem fazer alguma intervenção, na hora em que quiserem...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos debatendo aqui o Dia Nacional do Espiritismo. Não se trata de criar feriado nenhum! Vamos deixar claro isso. O objetivo não é esse. É um dia de gratidão a essa doutrina que veio da França, que chegou aqui ao Brasil, e milhões de seguidores, aqui no Brasil, adeptos do espiritismo, desenvolvem um trabalho de caridade gigantesco, de assistência social... É uma doutrina que, particularmente, eu estudo há algum tempo e que me conforta muito e me traz muita esperança, muita serenidade, para enfrentar o dia a dia.

A Juíza Selma queria a palavra. Depois, o nosso querido Izalci, Senador.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para interpelar convidado.) – Bom dia, senhores; bom dia, Sr. Presidente, meu querido irmão, de verdade, Senador Eduardo Girão; os colegas que estão aqui presentes da Mesa; bom dia a todos; bom dia aos palestrantes.

Eu queria dizer que, antes de ser um prazer estar aqui, é uma honra estar aqui. Eu tenho formação espírita desde criança. Meus pais foram espíritas. Eu fui criada estando, toda segunda-feira, reunida à volta de uma mesa, lendo *O Evangelho segundo o Espiritismo* e, depois, bebendo aquela água fluidificada. Então, eu tenho o maior respeito pela doutrina.

Mas eu gostaria de fazer uma ponderação e, depois, de fazer uma pergunta, que eu não sei se já foi tratada aqui. Mas já pedindo perdão, Senador, porque eu tenho reunião agora, daqui a pouco. Vou ter que... O senhor sabe como é que é a nossa vida, não é? A gente vive de galho em galho aqui.

Mas eu queria fazer uma ponderação, no seguinte sentido: eu nunca senti a religião espírita tão verdadeira como quando eu perdi o meu pai e, depois, perdi a minha filha. O meu pai, pela presença física que eu senti dele, logo depois... Eu duvidada muito, e ele, depois que faleceu... Eu ficava madrugadas esperando ele aparecer: aparece, aparece, que eu quero ver se é verdade. Eu botava filho para dormir, botava marido para dormir, todo mundo, e ficava acordada, grávida da minha filha.

E, numa certa ocasião, quando foi necessário, realmente eu acordei com ele me chamando, porque uma irmã tinha se perdido. Ela é deficiente auditiva, estava perdida na rodoviária de madrugada, correndo um risco danado. E, quando foi necessário mesmo, ele se manifestou, para que eu pudesse ir lá socorrê-la – umas três horas de diferença do horário em que ela deveria chegar. Foi uma coisa assim, que eu não poderia ter adivinhado nunca. Foi ele que me acordou. Então, realmente, aquela prova que eu queria ele me deu, mas quando foi necessário, e não por capricho meu, de querer ver se aquilo era verdade ou não. E, quando a minha filha faleceu também, porque a gente acaba tendo sempre a esperança de reencontrar. E é isso que faz a gente viver.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, gente, a pergunta que eu queria fazer para vocês é qual a opinião de vocês sobre outra técnica que também é aplicada junto com a questão da constelação.

Lá no meu Estado, Mato Grosso, aplica-se muito também a constelação em varas de violência doméstica, principalmente; em varas criminais, mas, em varas de violência doméstica, o colega tem tido um excelente resultado. E, no Pará, o meu sobrinho é juiz lá e tem aplicado as constelações, com muito, muito êxito. Mas ele tem aplicado também outra técnica, cujo nome me fugiu agora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Apometria.

Eu gostaria de saber se vocês têm alguma indicação com relação a essa, se ela tem alguma relação direta com a ciência espírita e que aplicação ou que recomendação vocês dariam a respeito da apometria.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Quem vai lhe responder, Senadora Juíza Selma, é o Presidente da Federação Espírita Brasileira, que é uma entidade centenária.

E você é brigadeiro, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Brigadeiro.

Inclusive, depois, eu queria que você falasse um pouco da relação das Forças Armadas, da FEB, com a proliferação do espiritismo no Brasil, porque o espiritismo foi codificado na França por Allan Kardec, mas aqui no Brasil ele encontrou um terreno muito fértil, e, hoje, o Brasil é a maior nação espírita do mundo. Eu acho que é a maior nação católica do mundo e a maior nação evangélica do mundo. Olhem que benção é o nosso País!

Godinho, por favor, respondendo à pergunta da Senadora Juíza Selma.

O SR. JORGE GODINHO BARRETO NERY (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senadora.

Eu não sei se a minha resposta vai agradar algumas pessoas ou não, mas nós estamos aqui para expor a verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A apometria é uma técnica que nós, espíritas, não usamos, apesar de alguns utilizarem como sendo uma técnica espírita.

O que nós utilizamos, nas reuniões mediúnicas, é justamente o propósito da caridade; primeiro, para nós, que somos aqueles que fazemos a reunião mediúnica na nossa dimensão, porque o maior aprendizado é nosso.

É a maior rede social que a humanidade ainda desconhece, porque a essas reuniões, de forma anônima, chegam aqueles que nos antecederam, trazendo os seus conflitos, os seus problemas, as suas dificuldades. E nós, que aqui estamos, nesta dimensão, os acolhemos com carinho, com amor, com o desejo de esclarecer e de respeitá-los, não só nas suas crenças, como nas suas dores. Isso se faz através do diálogo, como o próprio codificador nos ensinou, para que nós pudéssemos fazê-lo com a fortaleza da prece e com a ajuda do plano espiritual, que é o que realmente dirige e nos inspira nesse trabalho.

A apometria é uma técnica que muitos usam como sendo uma corrente magnética, mas que nós, espíritas, não utilizamos. Daí eu não poder nem dizer à senhora, talvez, se é bom, se é ruim, porque não a uso e estou satisfeito da forma como nós dialogamos com aqueles que já nos antecederam, porque a doutrina espírita, quando surgiu, o próprio codificador definiu-a.

Há um livro: *O que É o Espiritismo?*. Neste livro, em preâmbulo, ele diz assim, sintetizando: o espiritismo é uma ciência nova que, ao mesmo tempo, é uma ciência de observação e uma doutrina filosófica. Como ciência prática, ensina-nos a relação entre nós e os espíritos.

Nós podemos até dizer que espíritos somos todos nós, nesta dimensão, após a morte, e a morte, para nós, não é como conhecida; é um veículo da vida para outra dimensão – aí a senhora ter a oportunidade do desejo –, mas lembremos que os espíritos não estão à nossa disposição: eles atendem quando a necessidade assim o faz.

Então, como ciência prática, nos ensina essa relação entre nós e os espíritos, mas, como doutrina filosófica, nos traz a responsabilidade de todas as consequências morais dessas relações.

Em síntese, é uma ciência nova, que fala da natureza do espírito, da nossa natureza, da nossa origem, quem somos, o que estamos fazendo aqui, para onde vamos. São perguntas milenares que, naquele dia 18 de abril de 1857, a humanidade teve às suas mãos, e estão aí, até os dias de hoje, as respostas que muitos buscam e que este livro e a doutrina espírita procuram esclarecer, com essa condição da imortalidade do espírito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não sei se seria agora, para que eu possa adentrar outra questão que o Senador Girão...

Permitam-me falar, nas minhas palavras, aquilo que está no livro chamado *Brasil, Coração do Mundo, Pátria do Evangelho*. Conta-nos o espírito Humberto de Campos, pela mediunidade abençoada de Chico Xavier:

> Era o último quartel do século XIV. Naquela época, reuniu-se na Europa, no plano espiritual, o Cristo e muitos espíritos. Raras, segundo as suas informações, foram as vezes em que Jesus se reuniu próximo à Terra. Essa foi uma delas.
> Naquele momento, ele se reuniu para verificar o que a humanidade havia feito da sua boa nova, da sua mensagem, que ele trouxe há 2 mil anos. E ele, ao analisar, no excurso histórico, observa que, somente durante os 313 anos da nossa era, a pulcritude da sua mensagem permaneceu. Em contrapartida, os seus seguidores tiveram o holocausto: foram mortos, esquartejados, crucificados, queimados. Mas, mesmo assim, a sua doutrina manteve essa pureza.
> Somente após o dia 13 de junho do ano 313, quando Constantino, imperador romano, resolveu não mais perseguir os cristãos, a partir daí, colocou a religião cristã como a religião do Estado. E, a partir desse instante, a Idade Média nos conta.
> Em nome dele, criamos as Cruzadas, fizemos guerras santas, para conquistar o local dito santo, com túmulo vazio. E não encontramos, na mensagem do Cristo, em momento algum, um convite à beligerância; encontramos o convite ao exercício do amor, da união, da fraternidade, da caridade.
> Quando ele nasceu, toda a humanidade conheceu uma frase: 'Glória a Deus nas alturas, paz na terra, boa vontade entre os homens'. Aí está traçada a plataforma na terra. A terra é de paz. Necessita apenas de boa vontade entre os homens.
> Naquele momento, quando ele chega até esta época, que é o último quartel, ou seja, os 25 últimos anos do século XIV, ele apenas se relembra de um discípulo amado, que foi Francisco de Assis, que veio relembrar a simplicidade, a pureza do seu Evangelho. Mas, mesmo assim, foi esquecido. E ele diz para aquele que era o responsável pelo desenvolvimento sociológico da Terra, o espírito que chamamos Helil, que a humanidade, infelizmente, escolheu como consequências dores e sofrimentos.
> Nesse momento, esse espírito convida Jesus e aqueles que ali estão, já que aquelas terras ditas civilizadas não encontravam o apoio, tampouco a exemplificação do seu Evangelho, a que se dirigissem para terras novas, onde existiam ainda espíritos muito simples, em desenvolvimento, crianças espirituais. [Diz-nos Humberto de Campos que é como se fosse] um rastro de luz que saísse da Europa em direção às Américas [conhecidas hoje]. Aportam na América do Norte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Naquele instante, ali, com ele, diante da natureza, presenciando esses espíritos, os ventos ficam calmos, as flores soltam o aroma mais natural, a natureza se apazígua diante daquela sublimidade do Cristo.
> Mas Jesus pergunta para Helil: 'Helil, onde se encontram as terras? Onde se observa o símbolo da redenção?'. [Ele estava se referindo ao que nós chamamos hoje de Cruzeiro do Sul. Ele diz assim:] "Mais ao sul, mestre".
> E esse grupo se desloca mais ao sul. [Quando chega às terras que hoje são o Brasil, diz-nos Humberto de Campos:] O Cristo levanta os seus braços ao alto, em rogativa ao Pai, e, naquele instante, diz assim: 'Transplantarei para estas terras a árvore do meu Evangelho'.
> [Nós estamos falando do século XIV, no ano de 1394, porque, logo após isso, ele se dirige para Eliú e diz assim:] 'Nascerás para fazer com que os mares bravios sejam desbravados'.

E assim, no ano de 1394, nasce D. Henrique de Sagres, em Portugal. O navegador. Nunca navegou, mas realizou uma escola onde ele conseguiu convergir todos aqueles que eram responsáveis, engenheiros, para fazer com que Portugal saísse pelos oceanos bravios.

E é assim que Portugal inicia suas viagens, o Brasil vem a ser descoberto, e é com essa promessa, esse programa do Cristo, que, na realidade, o próprio livro vai dissertando, dos anais registrados no plano espiritual, a nossa história, com a visão espiritual e a visão material.

Quando nós observamos que a doutrina espírita surgiu lá, na Europa, e aqui ela é acolhida, no nosso País, onde se expandiu hoje... Se nós olharmos, no ano de 2010, o IBGE falou que o espiritismo foi o que mais cresceu, em torno de 65%. Àquela época, nós tínhamos em torno de 4 milhões de espíritas que se declararam espíritas. No ano que vem, nós teremos um outro censo. Se crescermos no mesmo patamar, provavelmente estaremos chegando a 6 milhões de espíritas. Mas há uma informação de que, no ano em que foi feito o filme *Nosso Lar*, a Fox fez uma pesquisa, e, entre simpatizantes, pessoas que gostam, chega-se a quase 40 milhões de simpatizantes.

O nosso País, em outra pesquisa, é o segundo país mais cristão do mundo. Perdemos para os Estados Unidos, devido apenas à questão da população dos Estados Unidos ser maior do que a nossa, porque, à época, noventa e poucos por cento dos brasileiros são cristãos, enquanto, nos Estados Unidos, apenas oitenta e poucos por cento.

Então, estamos diante de um País que é diferente. Nós somos um povo fraterno, um povo bom.

Se nós olharmos a nossa história e verificarmos como nós temos agido ao longo dela, não há no mundo nenhum país que tenha as características que nós temos. Não devemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esquecer que, à época, Portugal era o nosso colonizador. Nós temos 8 milhões de quilômetros quadrados. Nós temos 8 milhões de quilômetros de costa.

No século XXI, as Forças Armadas, para poderem fazer a manutenção desse território, precisam de muito mais do que o que fazem hoje. Entretanto, não encontramos na história da humanidade um país tão grande ter sido mantido sem divisão. Há uma razão.

Não é à toa que, quando Cabral chegou, deu o nome Vera Cruz, Santa Cruz. Isso tudo tem uma ligação entre ambos os planos da vida. E é por isso que a doutrina espírita, como ciência prática, vem nos informar dessa possibilidade da influência que existe dos espíritos na vida material e vice-versa. E é por isso que hoje o nosso País é cristão, é fraterno, é bom. Perdemos a Copa de 7 a 1, mas a imagem lá fora é de que nós somos um povo bom, um país ensolarado, um povo fraterno.

Eu não conheço os alemães fazendo gesto como fizeram na Copa. Nós poderemos lembrar. Fizeram uma dança típica, segurando uns aos outros, numa roda. Aquilo é a dança típica dos nossos índios no sul da Bahia, onde eles viveram, uma demonstração de gratidão que tiveram pelo acolhimento.

Então, esse é o nosso País, que vem cumprindo uma missão, e, mesmo não tendo consciência dela, ele caminha no destino que o próprio Cristo já traçou, desde o último quartel do século XIV. Daí hoje nós termos no Brasil a maior expressão dessa doutrina em crescimento.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado, Jorge Godinho, Presidente da Federação Espírita Brasileira.

E depois você vai explicar um pouco para a gente da FEB. Não é a FEB que você preside hoje, é a Força Expedicionária Brasileira, que tem uma relação muito tênue com essa expansão do espiritismo.

Senador Izalci Lucas, por favor, fique à vontade.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, Presidente, eu só quero, primeiro, lamentar não ter chegado cedo. Eu tinha outro compromisso antes, acabei me atrasando, e não pude participar das apresentações todas. Mas quero cumprimentar aqui as nossas colegas, a Daniela, que é aqui de Brasília, e o Jefferson também.

Eu tive uma experiência muito boa, porque eu fui Deputado Distrital com o Jorge Cauhy. O Cauhy era um espírita muito bacana. Existe até hoje o Lar dos Velhinhos, onde eles trocam ali muito... Então, a gente conviveu muito com ele, e a gente tem uma admiração muito grande

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pelo trabalho que o espiritismo tem aqui em Brasília, na área social. Eu acho que eles são muito dedicados.

Eu sou católico apostólico romano, mas tive algumas experiências.

Acho que a fé está em todas as religiões, mas eu tive duas experiências interessantes. Primeiro, eu, quando era jovem, vinte e poucos anos, tive uma úlcera muito grande, e não conseguia nem... Qualquer coisa que eu tomava, ficava doente mesmo. E eu participo muito da igreja; tem um poder muito grande também. Eu rezava o terço da libertação e tal... Então, a gente tem muita fé. Mas me falaram sobre Valentim, lá do Gama. Isso, uns 15 anos atrás, sei lá; 20 anos talvez. E fui lá e fiz uma cirurgia espiritual. E ele fez mesmo, fez os pontos e tal, fiquei de repouso e tal... E melhorei. Nunca mais tive nada. Então, é lógico que a fé da gente é muito forte, não é? Não é todo mundo que vai também que consegue. Tem que ter muita fé.

E, depois, na minha segunda campanha, eu fui ao Espirito Santo fazer um curso. Eu nem sabia o que que era, mas me convidaram ao Espírito Santo, para descansar da política... E era um curso sobre família Silva. Não sei se vocês conhecem. Família Silva. Eram três dias. E nesse curso havia regressão a vidas, no ventre, lá atrás... Um negócio muito estranho. Eu tive essa vivência... É evidente que eu não me aprofundei muito, mas é muito interessante.

Então, há muitos questionamentos da Igreja Católica com relação ao espiritismo.

Mas eu vejo assim... Conheci o Chico Xavier, assisti ao filme dele, inclusive, muito bacana... Houve uma novela também que passou, não lembro o nome... *A viagem*. Exatamente. Foi muito legal.

Mas a minha admiração é muito pelo trabalho que eles fazem. Realmente... Lá no Guará mesmo há... Aliás, não é só no Guará. Há para todo lado. E fazem, assim, com muita dedicação, muito carinho. Então, parabéns aí a vocês.

Só lamento por não ter assistido desde o início aqui, mas gostaria muito de participar desses estudos, viu, Girão?

Parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muito obrigado.

Já fica o convite, Senador Izalci Lucas, Senadora Renilde, Senadora Juíza Selma: 8h30 da manhã, às quartas-feiras, lá no nosso gabinete, que fica pertinho do gabinete da Juíza Selma, quase colado. A gente se reúne no gabinete 21, faz 20 minutos de evangelho, troca uma ideia, estuda um pouco... Em 20 minutos a gente termina, e tem sido muito inspirador para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

toda a equipe que participa, que quer participar, porque lá nós temos, na equipe católicos, evangélicos, ateus... Isso aí é algo que a gente deixa aberto. Alguns vão, alguns não vão, mas eu sempre fiz isso no lar. Pelo menos nos últimos 15 anos, eu faço com a minha família o culto no lar, o evangelho no lar.

Segundo Chico Xavier, Izalci, quando você reúne uma vez por semana, durante 20 minutos, a família... Agora, tem que ser num horário marcado, porque aí a espiritualidade, os espíritos estão presentes, fazendo aquela vibração, aquele acompanhamento... E você faz o evangelho, lê um trecho e discute com a família, com os filhos, com a esposa. A proteção na casa, a blindagem no lar, na casa, transcende o bairro, ajuda os vizinhos e tudo – a vibração positiva, sabe?

Então, eu recomendo o evangelho no lar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Tem que fazer mais vezes aqui no Congresso, viu?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – É verdade.

E quem não é espírita faz com a Bíblia, não é? Acho que o importante é esse culto da mensagem cristã em casa.

Senadora Juíza Selma, por favor.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu só gostaria de fazer um questionamento.

Eu gostei muito do que ouvi a respeito do Seu Jorge.

Nós já conversamos até sobre isso, eu acho que é uma conversa que tem sido cada vez mais frequente entre as pessoas, de ser quase visível, perceptível, uma guerra que nós estamos vivendo nestes últimos dias. Para mim, é quase visível uma guerra de bem e mal, que parece que transcende. Às vezes, a gente se sente peça de um jogo que está prestes a ser... Sei lá: está nos seu últimos minutos ali, nós estamos nos 45 quase do segundo tempo. A impressão que a gente tem é essa. E conversamos muito sobre isso. E parece que eu estou vendo. Há ambientes a que você vai que parece que você vê a guerra acontecendo, como se ela fosse física.

Então, eu gostaria de saber o que que o espiritismo tem a dizer sobre isso, se isso realmente está acontecendo, o que que nós podemos esperar deste momento que o mundo, o Brasil, está vivendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – O Jefferson vai iniciar a fala dele e vai incluir essa resposta, porque eu também tenho muita... Eu sinto exatamente isso.

Mas, Juíza Selma, eu disse aqui no começo é o seguinte... E ontem foi um dia. Ontem foi um daqueles dias, com o País chacoalhando, com essa história de vazamento, com tudo... E a gente sabe que a Operação Lava Jato transcende e é um presente para o País, um presente de Deus para o País. Eu chego a colocar isso pela limpeza que está fazendo, pela verdade, pela ética...

Quanto a essa guerra espiritual que a gente está vivendo, eu tenho muita fé de que vai dar tudo certo, porque Jesus é que está no comando. Então, nós estamos fazendo nosso papel, com as nossas imperfeições, com as nossas limitações, mas Ele tem um plano para este Brasil, que, como falou Godinho, é uma nação especial, escolhida por Jesus para ser o coração do mundo, a Pátria do Evangelho. Então, Ele tem um plano, e eu confio nesse plano. Somos humanos e, às vezes, ficamos abatidos em certas situações, mas, rapidamente, dizemos: "Não, a verdade sempre triunfa". E vamos ter muita fé de que vai dar certo.

Vou passar a palavra para o Jefferson Rodrigues Bellomo, que é da Comunhão Espírita de Brasília, uma casa que eu tive a oportunidade de conhecer, em que assisti a umas palestras e que é muito acolhedora.

Por favor, Jefferson.

O SR. JEFFERSON RODRIGUES BELLOMO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador. Bom dia aos demais Parlamentares presentes, aos colegas da Mesa, aos confrades e confreiras espíritas – eu ainda não me adaptei a essa palavra no feminino –, aos presentes aqui nesta sala e àqueles que estão nos assistindo pela TV Senado.

Vamos falar um pouquinho a respeito da proposta de instituição do Dia Nacional do Espiritismo. A pergunta é: por que implementar um dia com essa temática, com esse objetivo? E eu separei em três focos, em três vertentes.

A primeira vertente é porque o espiritismo faz parte da cultura brasileira.

O espiritismo, quando ele surge, aqui no Brasil, ele surge... A gente pode dizer que ele desembarca em terras brasileiras por volta de 1860.

Nós temos um livro em francês, mas que é publicado em terras brasileiras, do Casimir Lieutaud, que era um professor de francês radicado no Rio de Janeiro, *Os tempos são chegados*, que é o primeiro livro escrito, apesar de ser em francês, em terras brasileiras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Depois houve uma tradução de um livro de Allan Kardec, que se chama *O Espiritismo na sua expressão mais simples*, também por um outro professor francês, Alexandre Canu.

Desde 1860, fala-se que o espiritismo no Brasil é um modismo, e é uma maravilha ver um modismo de mais de cem anos, de mais de 150 anos de idade. Então, ele está imbricado na nossa cultura. Ele deu certo de uma forma, no nosso País, que não deu certo em nenhum outro lugar. Não é só por mérito do espiritismo, mas porque essa semente caiu em um solo que permitiu a fertilidade dessa semente.

O Brasil é naturalmente acolhedor dessa proposta de contato, de conversa, de intercâmbio não só com a proposta cristã do evangelho, mas também com a questão da mediunidade.

Quando o espiritismo chegou no Brasil, ele não trouxe a mediunidade. A mediunidade já fazia parte dos cultos indígenas, ela já fazia parte dos cultos africanos... A relação católica do Brasil colonial e, depois, do Brasil imperial com os santos, que nada mais são do que almas de pessoas que já faleceram, também é uma relação íntima, a ponto de as pessoas no Brasil colonial brigarem com os santos, amarrarem os santos quando a promessa não era satisfeita. Coitado do Santo Antônio então. Esse parece que continua sendo martirizado até hoje. Está chegando aí o Dia dos Namorados, quarta-feira...

Então, até hoje, essa relação com os espíritos não é traduzida como espiritismo, mas é uma relação fecunda, que permitiu ao espiritismo, essa "moda de 160 anos", permanecesse no Brasil.

E particularmente para os Parlamentares, com relação às leis, fala-se: "O Brasil é um país laico". Mas a lei não está desgarrada de um povo. Uma lei é constituída da cultura, é a expressão da cultura de um povo. Então, apesar de ser um país laico, os valores religiosos de um povo formam a sua cultura. Tentar cindir o valor religioso da cultura de um povo é uma aberração social.

Então, quando nós falamos do Dia do Espiritismo, nós estamos lembrando que também o espiritismo contribui para a cultura deste País. E é só nós analisarmos a florescente, e não é de hoje, literatura espírita, dos mais variados vieses, que chega às livrarias, tem uma aceitação, tem uma venda, e por isso esses livros são reimpressos, são reeditados. Porque as pessoas entendem, aceitam essa proposta que está nesses livros.

A televisão brasileira, quando faz uma novela de uma temática que fala da transcendência do ser humano, das relações do ser humano após a morte, como essas novelas têm uma grande audiência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os filmes, e eu tenho alguns dados aqui... Por exemplo, o filme *Bezerra de Menezes*, que a gente pode dizer que foi o pioneiro dessa nova leva, foi um filme sem grandes pretensões. E, sem grandes pretensões, atingiu um público de mais de 500 mil espectadores no cinema.

O filme *Nosso Lar* teve quatro milhões de espectadores. O filme sobre a vida do Chico, 3,4 milhões espectadores. *Kardec*, que foi lançado nos cinemas em meados de maio, já está com mais de 600 mil, 650 mil espectadores.

Então, existe uma farta ansiedade do público por esse tipo de temática. Então, essa temática faz parte da cultura do nosso povo.

O Presidente da FEB, o Sr. Jorge Godinho, falou muito bem: "Espíritas, segundo o Pew Research Center, uma instituição que faz pesquisas gerais sobre várias tendências...". Ele diz que, no mundo, são 13 milhões de espiritas. Mas, no Brasil, algo em torno de 3,8 milhões pessoas. E, aí, o Presidente Godinho lembra: "Peraí: mas gente que vai aos centro, assiste a palestras, toma passe, abre *O Evangelho Segundo o Espiritismo*... Chega-se até a 40 milhões de pessoas". E essas pessoas estão em todas as casas, estão em todas as profissões, estão em todos os lugares.

Então, por que o Dia Nacional do Espiritismo? Para lembrar que o espiritismo também participa da cultura nacional e também influencia, uma vez que nós temos Parlamentares que são espíritas.

De outra forma, a segunda vertente que eu separei: o espiritismo dá uma atividade para a assistência social e para o bem-estar do povo brasileiro. Aqui mesmo, eu separei alguns relatos, como o do próprio Senador que preside, o Senador Eduardo Girão, no seu testemunho, o Senador Jayme Campos, a Juíza Selma, que falam de como... O Senador Izalci... Todos falaram de como o espiritismo contribuiu, de alguma forma, para suas vidas. E são milhões de pessoas que são beneficiadas, direta ou indiretamente, com a proposta espírita: "Fora da caridade, não há salvação".

Mas não se trata de salvação só da alma; trata-se da salvação social. Se nós não formos caridosos uns com os outros, fica difícil convivermos. Então a proposta espírita, de "Fora da caridade, não há salvação", é a proposta que incentiva a fundação de creches, de orfanatos, de asilos, de hospitais, de manicômios, de assistência para indigentes, tirando a sobrecarga do Estado e do contribuinte brasileiro.

Também, e aí o último ponto que eu separo, por que o Dia Nacional do Espiritismo? Porque, infelizmente, vivemos no Brasil também casos terríveis de intolerância religiosa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando destacamos um ponto tão relevante, como dizer "vamos pensar nesse dia o que representa o espiritismo e o espírita para esta Nação", nós também estamos dizendo: "Vamos parar com a intolerância religiosa". E essa intolerância acompanha o espiritismo, desde o seu nascedouro na França.

Também desembarca no Brasil, principalmente da parte religiosa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JEFFERSON RODRIGUES BELLOMO – "Ah, o espiritismo é uma heresia. O espiritismo é algo que está vinculado com a possessão demoníaca".

Da parte da Medicina, "o espiritismo é uma fábrica de loucos".

Quanto preconceito! E esse preconceito, com o Dia Nacional do Espiritismo, nós podemos discuti-lo e torná-lo visível.

Em 2016, aqui no Distrito Federal, na cidade de Sobradinho II, o centro espírita Auta de Souza foi vítima de um ataque que eu posso dizer terrorista: incendiaram esse centro espírita. Porque as pessoas que fizeram esse ato, condenadas já em primeira instância, acreditavam que estavam lutando contra o demônio.

Por que o Dia Nacional do Espiritismo? Porque o espiritismo, muito pelo contrário, se aferra à mensagem de Jesus. E essa mensagem, que tem um conteúdo apocalíptico, escatológico, no Evangelho de Mateus, diz: "No dia em que retornar o Filho do Homem, Ele separará as pessoas como um pastor separa os bodes e dirá aos que estão à sua direita: 'Para vocês que Me ajudaram, que Me visitaram, que Me deram de comer, que Me vestiram, vocês vêm para o regaço do Meu Pai; e, para os que estão à esquerda, todos aqueles que repudiaram a prática da caridade".

Então, a régua que mede o valor de uma pessoa, segundo o que está no Evangelho, não segundo o que está nos cânones espíritas, mas nas palavras de Jesus, é o bem que você faz ao seu próximo. Então, como dizer que esse bem, estimulado pelos espíritas, não é cristão? Demônio estranho esse. Demônio estranho esse que fala contra o aborto, que fala contra o suicídio, que fala contra os homicídios, contra a liberação das drogas, contra esse sistema beligerante que nós estamos vendo – quase tribal –, nas redes sociais, dos mais diversos aspectos: desde a discussão vegana e carnívora, passando por corintianos, são-paulinos, flamenguistas, vascaínos, chegando às ideologias de direita, às ideologias de esquerda... Não é este o Brasil que, com certeza, a maioria do povo brasileiro acredita. Fora da caridade, para o nosso País, não há jeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da FEB, Presidente Jorge Godinho, citou muito bem o livro *Brasil, coração do mundo, Pátria do Evangelho,* mas ouso dizer que o Brasil só será a Pátria do Evangelho, se os brasileiros – não os anjos, não Deus ou os deuses, para aqueles que são politeístas, não as energias superiores, mas os brasileiros – pegarem o que está no Evangelho e colocarem em prática. Aí, sim.

Então, o Dia do Espiritismo permite essa reflexão, permite nós trabalharmos contra isso.

Eu tive a oportunidade de ser convidado pela Casa Legislativa, irmã desta, numa reunião de espíritas que se dá na hora do almoço. E a pessoa que organiza essas reuniões – para se falar de assuntos morais, assuntos que trazem uma elevação – disse que todos os cartazes que foram colocados na Casa, convidando para a palestra, foram arrancados, porque se tratava de um convite para uma reunião espírita.

Pessoas perdem o emprego, lares são desfeitos, gente é hostilizada por conta desse tipo de comportamento. O Dia do Espiritismo vai permitir que nós possamos repensar isso.

Existe uma guerra?

Foi uma pena a Juíza Selma ter saído, porque o encerramento era exatamente para responder à pergunta dela.

Existe uma guerra espiritual?

Sim, existe, mas entre espíritos que querem a paz e espíritos belicosos. Não são pessoas, necessariamente, que já morreram; são pessoas que aqui estão: pessoas que estão na fila dos bancos, pessoas que estão nos *shoppings,* pessoas que estão nas redes sociais, pessoas que estão no trânsito.

Quando nós instituirmos o Dia Nacional do Espiritismo, nós teremos um dia para ouvir a proposta espírita para pacificar essas pessoas.

Toda proposta que venha a pacificar as pessoas eu acho que tem que ser ouvida com muito carinho, porque as pessoas que querem guerra gritam, e gritam muito alto. Nós temos que dar oportunidade para aqueles que, em silêncio, trabalham pelo bem-estar da sociedade.

Agradeço a oportunidade, Senador. É uma honra.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Jefferson Rodrigues Bellomo. Parabéns aí também pela sua exposição, muito serena, muito tranquila.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Da mesma forma, parabéns ao Jorge Godinho, Presidente da FEB, e à Daniela, da Comunhão Espírita de Brasília.

E nós vamos agora fazer a segunda Mesa. Vão vir mais duas pessoas aqui fazerem a exposição, foi-me dado um tempo... O Thiago, muito prestativo, muito atencioso, me deu um tempinho, me deu um tempinho a mais aqui, não é isso? Parece que o Presidente só vai chegar às 11h20... Então, a gente termina 11h15, no máximo, para iniciar.

Então, nós vamos agradecer a presença de vocês. Fiquem à vontade aqui, se possível, para a gente concluir juntos.

O Carlos Campetti não pôde vir, porque está com dengue. Só para avisar, porque é um outro palestrante que a gente convidou.

Eu vou chamar aqui, neste momento, Nazareno Feitosa, que também é da Comunhão Espírita de Brasília, e vou chamar o Paulo Maia da Costa, que é Presidente da Federação Espírita do Distrito Federal.

Por favor, Nazareno, fica aqui, do meu lado direito, Paulo Maia, aqui, do lado esquerdo, e nós vamos já iniciar esse segundo momento.

Eu queria agradecer ao Ronaldo Peixoto, que é lá do Estado do Maranhão, que mandou a mensagem aqui para nós, está acompanhando o programa, acompanhando aqui esta audiência pública; à Bruna, do Rio Grande do Sul; à Islane Santos, do Pará; ao Thony Ricardo, de Minas Gerais; ao Samuel Trindade, do Espírito Santo; à Manuela Cotulio, de São Paulo; ao Luiz Fernando, de Pernambuco; ao Leandro Dias, do Espírito Santo; ao Neri Filho, de Santa Catarina; e ao Vagner Modesto, do Distrito Federal.

Eu vou passar a palavra, neste momento aqui, para o Paulo Maia.

Paulo Maia, você vai dar sequência.

Ele, que é Presidente da Fedef, a instituição que eu frequento aqui em Brasília, com a minha família, tem o Evangelho no Lar...

Parabéns pelo trabalho que vocês desenvolvem lá, com muito amor, com muito carinho, e eu me sinto muito bem em, todo sábado, às 3h da tarde, estar indo com a família, para conhecer um pouco, estudar, as crianças aprendem um pouco sobre a vida de Jesus, um ambiente fantástico.

Ali no Sudoeste, não é isso? No Sudoeste.

Por favor, Paulo. Você tem dez minutos e mais cinco de tolerância.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO MAIA DA COSTA (Para exposição de convidado.) – Bom, parabéns, Girão, amigo, companheiro, batalhador aí das causas do bem e hoje, aqui, trabalhando na Casa. Então, a gente torce muito e admira muito o seu trabalho e o espaço que tem criado aqui, para que a gente possa debater sobre a doutrina espírita.

Saúdo o Nazareno, os amigos presentes, confrades, e aqueles que, a distância, podem estar acompanhando.

No Dia Nacional do Espiritismo a gente realmente não quer mais um feriado, não; a gente não quer descansar porque, como diz Jesus, "Meu Pai trabalha, e Eu trabalho também". Mas é interessante a gente ter um espaço aberto de mídias voluntárias, para que as pessoas possam entender um pouco sobre o espiritismo. Ainda existe uma certa confusão. Muitos chamam de kardecismo, por causa de Allan Kardec; mas, na verdade, não existe espiritismo kardecista, nem existe espiritismo de mesa, nem existem essas alegorias que muitas pessoas atribuem aos espíritas.

Então, acho que é o momento, é uma oportunidade importante, para que a gente possa esclarecer para a sociedade, especialmente para aqueles que não conhecem, que jamais irão a um centro espírita, o que que é o espiritismo, porque muitos vivem de informações, às vezes, adulteradas.

E eu gostaria de trazer que doutrina espírita ou espiritismo foi um nome que Allan Kardec criou para definir a doutrina que ele coletou junto aos espíritos. E, aí, o filme *Kardec* – que está agora em cartaz ainda – mostra muito bem como foi esse processo.

Saudamos aqui nosso irmão Rabelo, da FEB.

Então, gente, espírita ou doutrina espírita... O espiritismo é um termo novo. Assim como há vários termos que definem ou que falam do que é espiritual, então, em vez de usar as palavras "espiritual" ou "espiritualismo", Allan Kardec deixa claro aqui, no *Livro dos Espíritos*, quando ele traz para a humanidade essa nova doutrina, que empregamos, para indicar a crença que vimos nos referir numa obra, os termos espírita e espiritismo. E, aí, muita gente atrela isso a outras religiões de origem africana, que, sem demérito nenhum, também trabalham a comunicação com os espíritos, e a outros ritos que não são comuns na casa espírita e não fazem parte da prática espírita.

Então, nessa introdução, Kardec deixa claro: "Diremos, pois, que a doutrina espírita ou o espiritismo tem por princípio as relações do mundo material com os espíritos ou seres do mundo invisível", que, como o Godinho comentou, começou com as pancadas, com os barulhos... Como o Jefferson comentou, aqui, que já nos ritos indígenas, nos comportamentos da humanidade, na própria Bíblia e em diversos livros, mostra-se a comunicabilidade com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mundo espiritual, mas de uma forma talvez não tão estudada ou tão dedicada como Kardec o fez, que está muito clara no livro *O Livro dos Espíritos* e no filme do Kardec.

Então, os adeptos do espiritismo serão os espíritas ou espiritistas, que é como denominamos.

Ocorre que, no Brasil, houve uma época em que houve muita perseguição aos centros espiritualistas, de modo geral. E havia cadeias, pessoas que eram presas porque falavam das práticas espiritualistas.

Eu frequentei, quando criança, casas que foram derrubadas pela sociedade ou pela polícia, porque ali se estava praticando espiritismo e se dizia que era uma coisa ilegal, imoral, do demônio ou coisa assim.

Então, a gente acredita que, ter um dia para falar do espiritismo, exatamente no dia 18 de abril – lembrando 18 de abril de 1857 – pouco mais de 160 anos... Então, é algo novo. É um nome novo, é um termo novo. Assim como mecatrônica e neurociência, foi algo criado, que não pode ser confundido e tem que ser bem aplicado. E o que a gente vê, às vezes por ignorância, às vezes por má vontade até, são algumas definições e colocações que, de certa forma, se distanciam daquilo que é prática espírita.

Então, os princípios básicos do espiritismo – e aí é importante que se torne claro para todos – são, primeiro, a existência de Deus como justiça, amor e bondade, criador de tudo. Então, nós não temos um Deus diferente, separado; é o Deus pai de todos nós, causa primária de todas as coisas; a imortalidade da alma, ou seja, a vida não perece com a morte do corpo. A vida prossegue, a vida permanece. E nós vimos aqui depoimentos emocionados. A todo instante, nós temos contato com pessoas que procuram nossas casas, querendo saber para onde vai a alma, o que acontece com o filho querido, com o irmão, com alguém da nossa relação afetiva após a morte. Não pode Deus, que é muito mais puro e bom que um pai humano, permitir que um filho, que alguém que se perdeu vá viver no inferno, vá sofrer no plano espiritual eternamente. E aí a doutrina traz que a felicidade da vida após a morte física será tão maior quanto as suas boas escolhas nesta vida e será tão infeliz quanto as más escolhas que nós fizemos, mas que ninguém está condenado ao fogo eterno, porque, além da imortalidade da alma, temos também a pluralidade das existências, ou seja, não vivemos e nascemos só uma vida; senão, seria acreditar que Deus brinca conosco, com o azar, porque uns nascem com mais saúde, outros com menos, uns países em guerra, outros países em paz... E aí por que Deus escolheu uns nessa condição e outros não? É um Deus parcial? É um Deus que dá privilégio? A doutrina, então, esclarece isso, que a pluralidade de existências é uma forma de Deus mostrar para nós a oportunidade de resgate, de melhoria, de continuidade, de evolução, evolução contínua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro princípio é a pluralidade dos mundos habitados. Seria muita ingenuidade nossa acreditar que, neste Universo infinito, somente nosso globo terrestre é habitado, que Deus teria criado exclusivamente este ambiente para que a vida continuasse. Então, temos ambientes espirituais... E aí as narrativas dos espíritos mostram diferentes planos no mundo espiritual conosco. Convivemos com ele aqui, ladeados e nos influenciando a todo instante, assim como também existem outras formas de vida e outros planetas que, com certeza, no futuro a ciência vai provar.

A comunicabilidade com os espíritos. A gente viu aqui também alguns depoimentos de pessoas que receberam mensagens ou foram tocadas ou foram vistas, pessoas que já tinham partido desta vida, mas que, na verdade, não se concluiu, a vida continuou. E a comunicabilidade com os espíritos vem durante toda a história da humanidade. É uma lei natural daqueles que já estão no plano invisível vir, porque o amor não termina com o final de uma existência. As relações continuam, e continuam perenes, mais estreitadas, mais fortalecidas pelas novas oportunidades de convívio que nós temos com aqueles seres que amamos. Lembramos que a lei do amor é para todos. Se uma vida não é suficiente para aprender a amar, teremos outras oportunidades. Como diz Jesus, temos que nos reconciliar com nossos adversários enquanto estamos a caminho. Mas, se nós não aproveitarmos, teremos outra oportunidade, porque Jesus também nos disse que de toda ovelha que meu Pai confiou nenhuma será perdida.

E aí voltamos a Jesus também, que muita gente fala: "Ah! Os espíritas têm um Evangelho diferente, têm um próprio Evangelho, não é o Evangelho da Bíblia, não é o Evangelho de Jesus". Não. Está lá uma das menores respostas: quando questionados os espíritos se Deus deu ao homem algum modelo e guia para a humanidade, a resposta é Jesus. Jesus, então, é nosso modelo e guia.

E a missão grande dos tarefeiros do espiritismo é vivenciar ou reviver a doutrina espírita como era na origem, quando Jesus a trouxe, sem liturgias, sem cargos, sem rituais, na simplicidade da relação, na vivência e não na fala da mensagem libertadora do amor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO MAIA DA COSTA – Por isso que ela é, sobretudo, consoladora e, se alguma coisa nós encontrarmos numa casa espiritual ou na prática de um espírita que não seja consoladora e esclarecedora é porque nós estamos errando, porque é, eminentemente, como Jesus prometeu, consoladora e libertadora.

Nessa prática, também não se cobra nada na casa espírita. O Godinho aqui não recebe salário para ser Presidente da FEB; muito pelo contrário, as despesas que nós temos com as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

atividades nós mesmos assumimos. Ninguém paga algo, algum remédio, alguma coisa para buscar a cura ou alguma atividade na casa espírita. Todos os trabalhadores espíritas não devem e não recebem nada a não ser a alegria de servir com Jesus, é esse o nosso salário, é essa a nossa paga, e é com essa alegria que todos nós nos entregamos à prática e à vivência desses princípios que são os princípios básicos da doutrina espírita com Jesus. Como Jesus nos diz: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.".

O que a gente percebe hoje, em relação a essa mensagem que colocamos de o que é o Espiritismo, da sua origem, de o que ele professa, é uma ignorância muito grande.

O Jefferson comentou da casa que a gente teve em Sobradinho que a pessoa achava... A gente esteve lá pessoalmente, demos socorro e apoio à casa que tinha um trabalho social, um ambiente, uma oficina de costura, um trabalho que se fazia, e a gente viu tudo destruído pelo fogo. A própria pessoa que ateou fogo ficou presa e quase também foi a óbito por conta do incêndio. Mas o fundamento, a origem foi realmente tentar expulsar dali aqueles praticantes do culto ao demônio; foi essa a índole. Ele acreditava que estava certo. Assim como Saulo perseguiu os cristãos achando que estava fazendo o bem, essa pessoa também perseguiu ali aquela casa espírita e ficou anos num debate por conta de achar que estava fazendo o bem. Então, ele não sabia da verdade. Assim como Saulo, quando descobriu, se tornou Paulo, talvez essa pessoa, se tivesse tido a oportunidade de conhecer e saber esses princípios básicos da prática do espiritismo, com certeza, não iria.

Nós realizamos muitos eventos. Nós fazemos congressos, atividades fora do local espírita e é muito comum – e, às vezes, até por lei temos que contratar empresa de segurança, médico, brigadista, limpeza e são empresas já cadastradas ou credenciadas nos centros – em todo evento encontrarmos pessoas que são obrigadas a estar ali limpando, acabam ouvindo as palestras e, depois, vêm dar o testemunho: "Nossa, isso é espiritismo? Está errado o que o meu pastor, ou o que o meu orientador, ou o que o meu mentor fala lá em casa; ele fala outra coisa.".

Há pouco tempo, o Divaldo estava em Taguatinga fazendo uma palestra sobre você e a paz. Havia muita gente lá no parque de Taguatinga. Algumas pessoas se aproximaram. E uma senhora, um casal pipoqueiro perguntou, porque estava fraco o movimento onde eles estavam, se podia vender pipoca ali. Eu falei: "Pode, mas depois da palestra.". Ela: "A gente pode assistir?". Eu falei: "Pode.". A gente botou tendas de fora do auditório. Ela sentou lá e ficou assistindo à transmissão. Quando terminou, anunciou-se que, no dia seguinte, estaríamos no ginásio do Gama, fazendo também outra palestra. E ela perguntou para mim se podia ir também no outro dia, porque ela não queria mais vender pipoca. Ela queria assistir de novo àquele homem que falou tão amorosamente, tão brilhantemente de Jesus como ela nunca tinha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ouvido. Falou: "Quem é esse pastor?". Eu falei: "Olha, é, realmente, um pastor evangélico, fala do Evangelho de Jesus." E a gente, então, a chamou. E ela falou que o que ela ouvia... Quando a gente disse que era espiritismo, ela se chocou. Falou: "Nossa, mas eu não posso estar aqui". Eu falei: "Mas você viu algo de errado?." E ela: "Não, mas é bem diferente daquilo que eu aprendi na minha instituição.". Então, aqui é um caso.

Outro caso: todas as federativas espíritas foram obrigadas a se pronunciar sobre como o grande médium, ícone de espiritismo, João de Deus, afetou a doutrina espírita. A todo instante, nós somos questionados quanto a isso, seja em programas, por jornalistas... Ele não era espírita. Tudo o que acontecia ou se praticava naquela casa, sem entrar no mérito da pessoa, não são práticas que se fazem numa prática espírita; não se coadunam com os princípios da doutrina espírita. E, a todo instante, nós somos associados ou relacionados a isso.

Então, eu entendo que, se nós oportunizarmos um dia nacional do espiritismo para que essas informações ganhem mais jornalistas e mais espaços de divulgação, as pessoas vão entender. E, assim como vários aqui deram depoimentos, como a gente encontra, constantemente, esses depoimentos, outros poderão entender, realmente – e talvez melhor –, o que é espiritismo.

Recentemente, eu fui chamado à atenção porque houve uma manchete de que um garoto estava sendo torturado num centro espírita. Aí eu fui saber o que era, fui procurar o jornal. Não tinha nada a ver, mas a notícia que saiu no jornal – vocês vão ver ali – era que a criança estava sendo torturada num centro espírita. Desconhecimento, ignorância, desinformação daqueles, mas saiu num dos portais mais importantes de notícia do nosso País.

Voltando: "Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará". Então, não queremos um dia de ufanismo nem de "conversionismo", porque a doutrina espírita não quer, não tem interesse em converter ninguém. As pessoas podem ser católicas e conhecer o espiritismo, podem ser evangélicas, como acontece. Nós temos muito mais simpatizantes do que adeptos, porque a doutrina é libertadora. Ela se propõe a mostrar aqueles princípios e a relação daquilo com a humanidade. Então, a gente defende a data neste sentido: dar mais espaço para que a luz brilhe.

Muito obrigado a todos. Obrigado, Girão.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Paulo Maia da Costa, Presidente da Federação Espírita do DF, explanação belíssima. Muito obrigado pela sua participação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, imediatamente, nós vamos ouvir o Nazareno Feitosa, que é da Comunhão Espírita de Brasília.

E, se vocês me permitem, Paulo, Nazareno, para encerrar este evento – ele tem uma fala e vai encerrar com uma prece –, eu peço que seja o meu querido irmão João Pinto Rabelo, Diretor da Federação Espírita Brasileira, uma pessoa que eu admiro há muito tempo, que é um trabalhador do bem, da paz, e que ajuda muito também a instituição Mansão do Caminho, de Divaldo Pereira Franco, esse grande humanista, pacifista brasileiro. Daqui a pouco, ele vai dar uma palavrinha para a gente.

Nazareno Feitosa, da Comunhão Espírita de Brasília, por favor, fique à vontade.

O SR. NAZARENO FEITOSA (Para exposição de convidado.) – Meus amigos, muito bom dia a todos. Quero agradecer a oportunidade de poder estar aqui e passar alguns eslaides – o tempo é curtinho. Nossos colegas e companheiros que nos antecederam já deram informações muito importantes, muito interessantes.

Quero também registrar, Senador Girão, a presença e o prestígio dos que estiveram aqui: o Senador Flávio Arns, do Paraná, terra da minha esposa, a família dela é do Paraná; o o Senador Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul; o Capitão Styvenson, do Rio Grande do Norte; o Senador Jayme Campos, do Mato Grosso, onde reside a família da minha esposa; o Senador Izalci Lucas, daqui do Distrito Federal; a Senadora Renilde Bulhões; e a Senadora Juíza Selma, do Mato Grosso também. Agradeço a esses Parlamentares que estiveram aqui conosco.

Agradeço as falas do nosso querido Jorge Godinho, Presidente da Federação Espírita Brasileira; do nosso querido Jefferson Bellomo; Daniela Migliari; do nosso ex-chefe Paulo Maia – eu já fui da Federação Espírita do DF, com muita alegria.

Vamos, então, falar um pouquinho sobre esta audiência pública.

Aqui foi o convite, que foi divulgado...

Agradeço a todos os internautas que estão acompanhando, assistindo, comentando, postando comentários e dúvidas sobre a discussão de ser necessário, importante criar um Dia Nacional do Espiritismo. Já vimos aqui que temos fatos e argumentos para defender que sim.

Mas o que seria o espiritismo? O próprio codificador Allan Kardec, que é quem organiza toda a informação do espiritismo, no livro: *O que é o Espiritismo?,* obra muito importante... Para quem quer conhecer esta obra, ela existe em versões eletrônicas e também em versões impressas. Essa aqui é a tradução do Evandro Noleto Bezerra, da Federação Espírita Brasileira. Ele diz assim: "O espiritismo é uma ciência que trata da origem e do destino dos espíritos, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como de suas relações com o mundo corpóreo.". Ela é uma filosofia espiritualista que vem nos trazer consequências ético-morais e vem, na verdade, não combater as religiões, mas fortalecê-las. Então, a proposta espírita é uma proposta eminentemente ecumênica de grande tolerância, de grande de respeito, de prestígio pelas religiões, bem como o respeito a todos aqueles também que não têm qualquer crença, que não acreditam em Deus, como eu fui. Eu fui ateu durante 12 anos, querido Eduardo.

Mas houve um poeta carioca que ficou cego de um dos olhos aos 14 anos de vida aqui na terra; com 16, ele perdeu completamente a visão, mas, mais tarde, pelas mãos abençoadas de Francisco Cândido Xavier, ele vem nos falar, trazer uma definição belíssima de espiritismo, que é Casimiro Cunha, do livro *Parnaso de Além-Túmulo,* primeira obra publicada de Chico Xavier, da Editora da Federação Espírita Brasileira. E ele vai dizer assim – lembrem que era um cego que agora voltava a enxergar no mundo espiritual, e que vem falar o que é o espiritismo:

Espiritismo é uma luz
Gloriosa, divina e forte,
Que clareia toda a vida
E ilumina além da morte.

É uma fonte generosa
De compreensão compassiva
Derramando em toda parte
O conforto d'Água Viva.

É o templo da Caridade
Em que a Virtude oficia
É onde a benção da Bondade
É flor de eterna alegria [Aí, às vezes, quando a gente enxerga, a gente não valoriza as flores, e ele vai colocando no poema todas as belezas da criação].

É a árvore verde e farta
Nos caminhos da esperança
Toda aberta em flor e fruto
De verdade e de bonança.
É a claridade bendita
Do bem que aniquila o mal,
O chamamento sublime
Da Vida Espiritual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se buscas o Espiritismo,
Norteia-te em sua luz:
Espiritismo é uma escola,
E o Mestre Amado é Jesus.

Então, Casimiro Cunha vem trazer a definição de que eu mais gosto de espiritismo. E lembrando, então, que na *Revista Espírita,* publicada por Allan Kardec, os espíritos superiores vão dizer que Jesus é o Cristo, é o Messias, é a mais elevada hierarquia entre os espíritos puros. Ele já era um espírito puro desde a formação do planeta Terra, como nos ensina o espírito Emmanuel através da obra *A Caminho da Luz*, psicografia de Chico Xavier.

Para conhecer um pouco de espiritismo, meus amigos, precisaríamos ler, pelo menos, essas duas obras. Há muitas obras importantes, são cinco obras básicas, mas as duas principais são: *O Livro dos Espíritos* e *O Evangelho Segundo o Espiritismo.* Vocês podem inclusive fazer *download* pelo *site* da Federação Espírita Brasileira, gratuitamente na versão em PDF, e também podem adquirir e consultar os livros eletrônicos dessas duas obras, ambas organizadas e publicadas pelo Sr. Allan Kardec.

Na Paraíba, nós tivemos a mesma iniciativa, Eduardo Girão, nosso querido Senador. Não sei se ele já teve notícia, mas a Paraíba já se antecedeu, e a Deputada Iraê Lucena propôs a criação de 18 de abril como o Dia Estadual do Espírita; foi sancionada pelo então Governador Cássio Cunha Lima e virou a Lei Estadual nº 8.251, de 2007. Então, temos esse precedente. Às vezes, alguns Estados saem à frente, como aconteceu na libertação dos escravos: o Estado do Ceará, Estado de minha origem e do nosso querido Senador Eduardo Girão, também se antecedeu na libertação dos escravos.

E, quando eu os consultei... "Senador, mas a proposta é criar mais um feriado?". Ele disse: "Não, não é para criar mais um feriado.". Aí eu disse: "Então, nós concordamos.". Então, não visa criar mais um feriado – já temos feriados suficientes, talvez até um pouquinho demais, no nosso Brasil, não é? –, mas é simplesmente para registrar a gratidão do povo brasileiro. O povo brasileiro é extremamente grato a todo bem proporcionado pela doutrina espírita. Então, nós sabemos da grande contribuição do espiritismo em nosso País – e não só aqui, mas em todo lugar. O respeito e a tolerância religiosa que ele promove são um verdadeiro ecumenismo, como eu disse. Não veio combater as religiões, mas fortalecê-las, comprovando, através de estudos científicos, lógicos e racionais, os fenômenos espirituais de maneira muito clara, organizado então pelo Sr. Allan Kardec, e promover a paz neste momento de tanta violência em nosso País, de tantos problemas, e devolver a fé aos que perderam, devolvendo a esperança.

Eu fui ateu durante 12 anos, e quantas vezes, caro Godinho, eu pensei em cometer suicídio. E só não tirei a minha vida porque, um dia, caiu em minhas mãos a obra publicada por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Allan Kardec, *O Livro dos Espíritos*, que respondeu todas às minhas perguntas que eu não compreendia antes. Eu devo a minha vida à doutrina espírita.

Desde a publicação de *O Livro dos Espíritos*, na França, vários testemunhos Kardec recebeu de pessoas que iam se atirar da Ponte Marie e que, quando encontravam o livro que estava lá deixado por alguém, salvavam sua vida. Então, quantas pessoas deixaram de cometer o suicídio, essa grande epidemia nacional e internacional? Então, promover a vida; evitar o suicídio; consolar os que perderam entes queridos – e quantos trabalhos sociais são realizados pelos trabalhadores espíritas, todos voluntários, como foi muito bem dito aqui pelo nosso querido Paulo Maia?; abrigos de crianças; orfanatos; creches; lar de idosos – como registrou muito bem aqui o Senador Izalci, o nosso querido Jorge Cauhy, aqui em Brasília, uma instituição conhecida e respeitada, o Lar dos Velhinhos Maria de Madalena; as escolas; cursos de capacitação, de alfabetização de adultos etc, para capacitar as pessoas que estão desempregadas; atendimento às pessoas em condição de rua; evangelização de crianças, de jovens – é muito importante para todos nós a educação. Kardec sempre foi um grande pedagogo, e a proposta do espiritismo é de ser realmente uma proposta educativa; instituições de tratamento para dependência química, esse grande outro problema que assola a nossa humanidade; tratamento da depressão e outros transtornos; prevenção ao suicídio; apoio às gestantes carentes; e defesa da vida desde a concepção, unindo-se com todos os nossos irmãos nesse grande movimento organizado pelo Movimento Nacional da Cidadania pela Vida, o Brasil sem Aborto.

Então, estamos juntos com os nossos irmãos católicos, evangélicos, budistas, sem religião, patrocinando também a defesa da vida desde a concepção, mostrando a importância de preservarmos a vida, como muito bem o nosso querido Senador falou: não somente a vida da criança, mas a vida das duas, é pela vida das duas vidas, da mãezinha, evitando sofrimento...

(*Soa a campainha.*)

O SR. NAZARENO FEITOSA – ... problemas de saúde graves, tantos outras questões psiquiátricas e até o suicídio, como foi registrado também em várias pesquisas.

"Ah, Nazareno, não há um filme em que eu possa saber mais? O livro é um pouquinho mais difícil..." Vamos ler os livros, mas também temos filmes, inclusive em cartaz. Vamos aproveitar, porque está ainda em cartaz o filme Kardec: A História por Trás do Nome. É uma biografia, do jornalista Marcel Souto Maior, feito pelo diretor Wagner de Assis, que fez o excelente filme Nosso Lar, também uma obra muito importante para a gente conhecer a doutrina espírita. Então, vamos prestigiar e permitir que essa obra maravilhosa fique mais tempo em cartaz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No dia 12 de setembro de 2019, a Estação da Luz, fundada pelo nosso querido Senador Eduardo Girão, que promoveu vários outros filmes espíritas também, filmes de defesa da vida, filmes espiritualistas, filmes ecumênicos, vai trazer o registro de Divaldo - O Mensageiro da Paz, que estreia no dia 12 de setembro, para a gente conhecer a vida desse grande médium, educador, humanista e pacifista Divaldo Pereira Franco, que tem ajudado tantos corações. Aqui é o ator que o fez jovem, e aqui é o Divaldo abraçado com ele. Divaldo ainda está vivo entre nós, encarnado, com 92 anos de idade.

Aqui são os meus contatos. Temos um canal no YouTube com muitas palestras gratuitas sobre diversos temas. Quem tiver alguma dúvida para conhecer um pouquinho mais sobre doutrina espírita, depressão, autoperdão, dependência química, educação dos filhos, enfim, vocês procurem lá no canal Nazareno Feitosa.

E quero deixar um convite para hoje à tarde, 11 de Junho, quando o Brasil todo estará reunido – a partir das 14h, em frente à Biblioteca Nacional, ali no Eixo Monumental, pertinho da rodoviária aqui de Brasília –, amigos e companheiros de todo o Brasil, juntos, pelas duas vidas, na 12ª Marcha Nacional da Cidadania pela Vida contra o Aborto. Então, convidamos a todos vocês para estarem conosco hoje à tarde. Nosso querido Senador já registrou que vai estar presente também, vários Parlamentares, nós precisamos lutar por aqueles que não podem se defender, os bebezinhos, e também as queridas mães, apoiando todas as mãezinhas e gestantes carentes também.

Muito obrigado.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, Nazareno Feitosa, meu amigo, irmão da Comunhão Espírita de Brasília. Nós nos conhecemos no Ceará ainda, e Godinho foi um grande inspirador para que eu conhecesse o espiritismo. O Nazareno me esclareceu muito naquele momento em que eu estava ainda procurando entender o espiritismo, e sou muito grato a ele.

Eu quero registrar a presença do nosso querido Senador, aqui, Luis Carlos Heinze, do Rio Grande do Sul, um grande irmão também que está conosco aqui nessa jornada. Encontramo-nos antes de assumir – não é? –, lá em São Paulo, num evento de que participamos juntos, do MBL.

E quero registrar a presença também da Verônica Maia – muito obrigado, Verônica!; da Valéria Couto; e da Telma, do Instituto Vida. Muito obrigado pela presença.

Nós vamos encerrar agora com a fala do nosso querido João Pinto Rabelo, que é Diretor da Federação Espírita Brasileira, nesta audiência que visa discutir a importância do Dia Nacional do Espiritismo. Não se trata absolutamente de feriado, longe disso, o objetivo é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

celebrar a gratidão por esse trabalho de caridade que já faz parte da cultura brasileira, como foi muito bem colocado aqui, dos espíritas do Brasil inteiro que fazem uma corrente do bem, levando conforto, levando esperança, levando assistência social aos brasileiros. Só lembrando que foram 412 livros psicografados – só o Chico Xavier, viu, Nazareno!

O SR. NAZARENO FEITOSA – O número atual é 507.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Já passou?

O SR. NAZARENO FEITOSA – Já.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Ah, porque há os póstumos... São 507 livros psicografados por vários espíritos, traduzidos para dezenas de línguas. E eu tive a oportunidade, Senador Luis Carlos Heinze, de conhecer em Uberaba, não o Chico – nesta vida, eu não tive essa benção de conhecer o Chico Xavier porque ele já tinha desencarnado quando eu me tornei espírita –, mas eu fui ao museu, onde ele vivia. Na casa dele, foi feito um museu, na Casa da Prece, não é...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – ... no Centro Espírita da Prece. Fiquei impressionado de ver como um homem que tinha condição de ser um dos mais ricos do Brasil, se usasse o dinheiro dos livros, da obra, milhões e milhões de livros vendidos, morava num quartinho... Daqui para a Secretaria era o quartinho dele, sem banheiro; o banheiro era lá fora. Ele ficava atendendo as pessoas até 3h da manhã, abraçando as mães chorando, que perderam filhos, que estavam passando por problemas, os pais, em total abnegação para o bem, para a cultura da paz.

Chico Xavier é o grande ícone do espiritismo no Brasil, grande divulgador. Hoje temos o Divaldo Franco, que mora na Bahia e que faz palestras no mundo inteiro. Mas quem originou, quem codificou o espiritismo foi Allan Kardec, na França, e nós estamos aqui celebrando, inclusive, com o filme dele em cartaz nesse momento.

Eu queria passar a palavra agora para João Pinto Rabelo, da Federação Espírita Brasileira. Fique à vontade para fazer a sua fala e depois encerrar com uma prece esse momento.

Muito obrigado.

O SR. JOÃO PINTO RABELO – Muito obrigado, Senador Girão...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – O Senador Heinze gostaria... Perdão, João Pinto Rabelo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Antes de encerrar, ele gostaria de falar e vai ouvi-lo. Você tem dez minutos. Fique à vontade.

O SR. JOÃO PINTO RABELO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Senador Girão, a quem cumprimentamos.

A história utiliza-se de homens que quebram paradigmas, e eu não tenho dúvida de que o Senador Girão está quebrando paradigmas no Senado da República, onde estão fazendo coisas que dizem respeito ao Espírito.

Nós sabemos que objetivo desta Casa é criar leis que regulam as relações do País nos seus vários ramos de interesse, mas há aqueles que têm a incumbência de vir para criar um paradigma novo, acordar o Legislativo para Jesus de Nazaré, que é o nosso mestre.

Podiam perguntar, como alguns fizeram aqui, por que o Dia do Espiritismo? Porque é um instrumento, uma oportunidade que nós temos para divulgar melhor para a sociedade os benefícios que ela representa para ajudar a entender a volta de Jesus. O Cristo prometeu que viria, voltaria. Algumas interpretações religiosas entendem que o Cristo voltará como veio fisicamente. Nós sabemos, na nossa visão, que é o consolador prometido por Jesus. João capítulo 14, versículos 16, 17 e 26; "Se me amais, guardai os meus mandamentos e eu vos enviarei outro consolador.". A coordenação do consolador foi ele próprio, e as casas espíritas no Brasil que são aproximadamente 30 mil casas espíritas silenciosas... O espiritismo trabalha no silêncio, na bondade, no crescimento do homem. O espiritismo faz muitíssimas, milhares de curas no espírito da pessoa, tornando o homem melhor, mudando as suas raízes para o bem, fazendo-o crescer para as estrelas. Esse é o papel da doutrina espírita.

Então, criar oficialmente é uma chance que nós temos de que a doutrina seja melhor disseminada na sociedade e ajude as pessoas a compreender o seu conteúdo, a sua beleza, a sua contribuição.

Nós estamos dizendo que um homem como Chico Xavier fez milagres imensos através dos seus livros, que eram 412, e hoje são mais de 500. O nosso Divaldo, com 260 livros... E inúmeros outros... Mas, para as milhares de pessoas que foram buscar Chico Xavier, havia uma palavra que curava as feridas da alma. É disso que a sociedade hoje está precisando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa Senadora Selma perguntou aqui o que vem depois. Eu me recordo de que, certa feita, na Federação Espírita Brasileira, um espírito vinha com uma mensagem tão animadora do Brasil, e nós vivendo essas circunstâncias estranhas... Eu perguntei ao espírito: "Como o senhor vê o Brasil do mundo espiritual?" Ele disse: "O Brasil está ótimo". Eu disse: "Meu Deus, será que o senhor não está enganado?" (*Risos.*)

Ele disse: "Não estamos enganados; nós estamos depurando o Brasil. O Brasil que vai renascer é um Brasil iluminado, é um Brasil voltado para a bondade, para o crescimento, para ser efetivamente o coração do mundo e a pátria do evangelho."

Desse modo, nós falamos de cura; nós não falamos de cura do médico que faz cura – e merecem o mérito aqueles que fazem isso –, mas queremos dizer dessa preocupação de reconstruir o homem, na busca dessa fase nova que a humanidade vai viver. Mas também há curas físicas.

Eu me recordo, certa feita – estando, por razões profissionais, trabalhando na Europa, na cidade de Lisboa –, de que estávamos lá, eu o Divaldo Pereira Franco, que visitou mais de 70 países e está vindo agora nos Estados Unidos e da Europa novamente. Nós tínhamos uma preocupação de conseguir difundir mais Divaldo e a mensagem espírita. Ali, por razões várias, na Inquisição, todo o patrimônio da doutrina espírita foi tomado pela religião oficial. Então, nós procuramos os jornais, revistas, fomos abrindo espaço, mas não conseguimos a televisão, porque os dois únicos canais na época eram da igreja católica e não admitiam falar em espiritismo. Então, sem nenhuma crítica, nós, depois de muito esforço, conseguimos, através do amigo do amigo do amigo, um "Fantástico" tipo o que o há no Brasil, e telefonamos para o Divaldo, que estava no Porto: "Divaldo, nós conseguimos a televisão; você vem?" Ele disse: "Eu vou conversar com Joana". Joana é a mentora do Divaldo. E ele veio. Nós estávamos torcendo. Às 9h da noite, chegamos à televisão, e, na hora em que o Divaldo fez a palestra, que era para ser de 50 minutos, foi um pinga-fogo português: foram quatro horas, diante de tantas perguntas que ocorreram lá.

Exigiram que tivessem um professor de Coimbra, que é orgulho da cultura portuguesa, um psiquiatra famoso e um sacerdote, além de um pastor protestante. Divaldo aceitou. A palestra começou, e, na hora em que o Divaldo se apresentou, o professor de Coimbra, que era um psiquiatra muito reconhecido, disse: "Sr. Divaldo, o senhor é de que universidade?" "Eu sou da Universidade de Feira de Santana, eu sou professor da Escola Normal de antigamente, eu sou professor de datilografia.". (*Risos.*)

Brincadeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E ele disse: "Mas como? Como é que se explica essa inteligência?" "É porque eu sou médium: eu sou instrumento do mundo espiritual com o mundo físico; esse é meu trabalho, essa é minha medicação, isso é que me dá prazer e satisfação.". Mas dizia o professor: "Freud diz no livro, na página tal, isso, isso e isso...". E o Divaldo: "Perdoe-me, professor, não foi isso; Freud não disse isso, quem disse foi Mesmer; o senhor está com o livro aí, abra na página 146 e leia, por favor.". Logo depois, o professor ficou desconcertado e disse: "Mas diz Mesmer..." E ele disse: "Não, desculpe; não foi Mesmer, foi Jung, abra o livro na página 89.". E aí ninguém perguntou mais.

Então, de cinquenta minutos, nós ficamos quatro horas e anunciamos que o Divaldo iria fazer uma grande palestra em Lisboa. Conseguimos, com o apoio da embaixada, o Fórum, que é o Centro de Convenções deles, e previmos mil pessoas. Divaldo sempre falava em Lisboa, que é uma cidade cosmopolita, complicada... No norte de Portugal, Divaldo fala para 1,5 mil a 2 mil pessoas, mas, em Lisboa, eram 500, 400; não passava disso. Depois da televisão, desse pinga-fogo, que durou quatro horas, nós anunciamos, o Divaldo foi, e nós conseguimos aumentar para 2 mil pessoas. Mas os telefones do Banco do Brasil e da embaixada não paravam de tocar. Ampliamos para 3 mil pessoas, e os telefones não deixavam as pessoas trabalharem. Ampliamos para 4 mil pessoas, que era o espaço máximo do Centro de Convenções de Lisboa. Às 9h estava marcado, o Divaldo chegou às 8h. E nós estávamos, às 8h, pedindo apoio da polícia para poder organizar o trânsito de pessoas que já não cabiam mais.

Nesse contexto, então, o Divaldo... Nós estamos falando de milagres. Algumas vezes, ocorrem milagres físicos também, além dos milagres espirituais que estão ocorrendo. Eu me recordo e me emociono até hoje porque, na hora em que o Divaldo ia entrando com o apoio da polícia, porque não tinha como passar para entrar, havia uma senhora com uma criança de mais ou menos seis aninhos, numa cadeira de rodas, sentada perto da porta. E, na hora em que o Divaldo ia passando, ela pegou na mão dele. Eu me recordei da mulher hemorroíssa. Ela disse: "Sr. Divaldo, o senhor que ama Jesus, ajude a minha filha.". O Divaldo fechou os olhos e eu também. Fiquei tão preocupado. De repente, aquele odor de éter que acontece quando com o Dr. Bezerra de Menezes quer fazer alguma coisa extraordinária. E, naquele momento, com aquele cheiro, as pessoas tossiam pela intensidade do éter, que depois foi acalmando, acalmando... Depois, um perfume de flores que o Dr. Bezerra diz que retira da Floresta Amazônica. Naquele momento, então, eu vi o Divaldo fechar os olhos e vi o Dr. Bezerra ao lado dele. Ele pegou na mão da criancinha e disse: "Minha filha, em nome de Jesus, vamos levantar?". Eu chorei e até hoje eu choro quando me vejo falando isso.

Esses fenômenos ocorrem não é porque Divaldo é santo, é porque este é o destino do homem: expressar bondade. Todos nós faremos isso um dia, todos nós seremos bons a ponto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

de ser canais da divindade para o bem da humanidade. Eu me recordo de que, procurando em Paris o local para fazer o congresso mundial, acompanhando o então Presidente da FEB, Nestor Masotti, nós fomos ao Cemitério Père-Lachaise, onde está sepultado o codificador Allan Kardec. Lá chegando, coincidentemente era 2 de novembro, e muitíssimas pessoas... Allan Kardec é visto também como alguém que faz milagres no seu túmulo diferente no Cemitério Père-Lachaise. Eu vi uma senhora com a mão ali no túmulo chorando e lhe perguntei: "A senhora é brasileira?". Ela me respondeu em inglês: "Não, não sou brasileira. Estou aqui porque o meu filho tinha um câncer cerebral e não se curava. Então, eu vim pedir ao senhor Allan Kardec, e ele ficou curado.". Os espíritos fazem isso.

Naquela hora, eu vi um espírito acompanhado de várias entidades médicas, e ele disse: "Avise a ele [ao Presidente da FEB] que eu sou Jobard. Eu disse: "Quem é você, Jobard?". "Eu fui Diretor do Museu de História Natural de Paris e estou aqui para me manifestar.".

Está na hora de terminar, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JOÃO PINTO RABELO – "Estou aqui para dizer que, onde existe a dor, faz-se presente também a misericórdia.". Eu disse: "Mas, Jobard, eu não tenho lido sobre você.". "Mas, na hora do sepultamento do codificador, no Cemitério de Montmartre, fui eu que fiz a prece.". Eu falei: "Pelo que eu sei, foi o astrônomo". "O astrônomo fez o discurso, a prece fui eu quem fez." E repetiu: "Oh, mestre, tu que ouves a voz dos anjos, tu que escutas as vozes dos céus, velai por nós, Allan Kardec.".

Eu fiquei tão emocionado que chorei, porque os espíritos se fazem presentes, não são coisas anômalas, não são fantasmas nem sombras. Os espíritos somos nós que um dia, do lado de lá ou do lado de cá, estamos aqui para contribuir nessa compreensão das verdades eternas. É Jesus que volta, sim. Daí por que considerar a data como o Dia do Espiritismo vai ajudar que as pessoas descubram esses passos novos. O mundo, nós todos fomos educados para o dia a dia, para a materialidade, mas é o momento de acordar a sociedade para as coisas transcendentes.

Tivemos nesta Casa alguns grandes mestres, no Senado, na Câmara e poderíamos citar apenas um deles, Dr. Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, que foi também abolicionista e que deixou a marca da sua passagem por aqui. Podemos dizer que o espiritismo, através das mensagens de Chico Xavier, já foi instrumento de apoio jurídico para inocentar pessoas porque os espíritos vieram à própria vítima dizer que não tinha havido o crime. Então, é a doutrina espírita ajudando essa compreensão de beleza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje a Federação Espírita Brasileira, que tem mais de 600 títulos de obras – das quais quase todas podem se transformar em filmes, obras de André Luiz, de Chico, de Emmanuel e outros –, está sendo assediada pelos cinemas, pelos produtores porque a sociedade tem sede dessas verdades novas. Poderíamos citar apenas alguns, se nos permitisse o tempo, mas não importa; o que importa é que nós queremos contribuir, homens e mulheres, independentemente de terem o título de cristãos ou não, ou melhor, de terem o título de espíritas ou não. Quando nós estávamos, como o Pedro fez referência, encerrando o filme Nosso Lar, que passou em 62 países e foi visto por 45 milhões de pessoas no mundo, a Fox internacional perguntou à Fox do Brasil: "Quem são os espíritas? O que eles fazem? Qual o nível cultural? Onde eles atuam?". E a Fox Brasil contratou o Ibope para fazer uma pesquisa nacional e descobriu o quê? "O que você entendeu do filme?". "Eu entendi que o filme é a pessoa chegando no mundo espiritual". "E o que você gostaria de saber?". "Gostaria de saber como é que de lá para cá, como é a preparação para reencarnar". É esse o filme que a FEB contratou, que está nos seus propósitos, fazendo roteiro, itinerário, como vai ser, e vai atrás deles. Já com a Estação Luz, nós estamos com quatro a cinco filmes sendo preparados para contrato, e com Wagner de Assis mais quatro contratos. Estamos negociando com a Globo para mais alguns roteiros diante da grandeza que a mensagem espírita traz e como toca o coração das pessoas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PINTO RABELO – Parabenizo o Senador Girão. Muito obrigado, Girão! Eu vou pedir a Jesus sempre, nas minhas orações muito modestas, que lhe engrandeçam o coração na bondade que você representa. O mundo precisa que os homens gritem como antes: "Eu amo Jesus!". Por que não? "Eu creio em Deus.". Por que não? "Eu quero ser melhor.". Por que não? "Eu quero contribuir para que a sociedade seja plena de grandeza.". Por que não? É isto que nós, cristãos, espíritas, e também meus irmãos católicos, meus irmãos evangélicos, meus irmãos ditos ateus – o que interessa? Mas que sejam homens de bem –, devemos perseguir: fazer deste um País grande na essência da beleza melhor, com pais mais bem formados – é isso que a doutrina oferece –, pais mais bem preparados, mães mais dignas e cidadãos do Parlamento ou fora do Parlamento, com a preocupação social...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PINTO RABELO – ... em busca da beleza e da paz.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado, João Pinto Rabelo, Diretor da Federação Espírita Brasileira, uma entidade centenária, sediada aqui em Brasília.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria registrar a presença da Jane Chantre, do Rio de Janeiro, que veio especialmente para a Marcha pela Vida, que vai acontecer daqui a pouco, ali na Esplanada dos Ministérios.

Queria registrar a presença da minha irmã, querida amiga, uma grande idealista que eu tive a oportunidade de conhecer ou, como os espíritas dizem, reencontrar nesta vida aqui no Senado – não é? –, Soraya Thronicke. Senadora Soraya Thronicke, muito obrigado pela sua presença, é muita honra!

O Senador Luis Carlos Heinze pediu a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Senador Girão, parabéns pela audiência pública, por trazer aqui o Nazareno, o Paulo Maia, o Dr. João Pinto, que conheci agora também.

Eu sou evangélico, mas acompanho a doutrina espírita, várias passagens. Tive o prazer de conhecer o Divaldo, numa das palestras que ele apresentou lá no Rio Grande do Sul. Não conheci Chico Xavier... A gente faz esses acompanhamentos, e eu participo, sempre que posso, entendo a doutrina espírita e acredito nela, com a fé que a gente passa a ter.

Lá em Santa Catarina, há o Nosso Lar, com o Dr. Alvaro e várias pessoas que a gente conheceu lá. Eu estive lá internado numa ocasião, por um problema que aconteceu comigo, e vi a oportunidade das curas e do melhoramento do povo brasileiro que o senhor falou. Essas visões... Temos conversado com espíritas que dali participam e vemos que é um povo diferente, maravilhoso e que essas mudanças no mundo espiritual vão nos ajudar a vencer essas crises por que o Brasil atravessa neste momento.

Então, parabéns pela oportunidade de ouvir agora o João Pinto – não ouvi o Nazareno nem o Paulo Maia –, que, com algum ensinamento, apesar de eu ler pouco, já me fez entender, conhecer e sentir essas mudanças que estão acontecendo e o que o mundo espiritual nos traz através dessas... Só de ouvir o Divaldo por duas vezes, como eu o ouvi, basta para que tenhamos o conhecimento. Quem foi ao Nosso Lar, em Santa Catarina, e a outros centros que eu tenho frequentado também pode acompanhar e ver as bênçãos de Jesus Cristo que vêm para nós através dos médios que nos atendem.

Parabéns por esta audiência pública em que se comemora o Dia Internacional do Espiritismo.

Um abraço!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua gentileza, Senador. Eu quero também render homenagens

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aqui... Eu sempre digo isso, não é porque nós estamos aqui numa audiência pública sobre espiritismo, mas eu tenho a obrigação de dizer que, graças aos evangélicos e aos católicos especialmente, o aborto não foi legalizado no Brasil ainda, as drogas não foram legalizadas no Brasil e, se Deus quiser, não serão. Então, vocês evangélicos demonstram muita coragem, muita ousadia no bem. Eu tenho um grande amigo, que é o Senador Magno Malta, que foi quem também me inspirou a entrar na política, foi um incentivador, e eu vi a luta dele aqui com colegas para evitar aqui esses ataques à família brasileira.

Eu vou passar a palavra agora para a Senadora Soraya Thronicke, só relembrando, Senador Luis, que o Divaldo Franco, que o senhor conheceu, é também Embaixador da Paz pela ONU, inclusive fez palestras na ONU, é um grande brasileiro que tem levado...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – É que o senhor conhece, que o senhor conhece bem.

Vou passar agora para a Senadora Soraya.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Senador Girão, parabéns, mais uma vez marcando um gol, um golaço!

Eu vou falar até pouco, porque eu fiquei emocionada. Entrei aqui e já senti essa... Eu estou emocionada mesmo. O Estado é laico, mas nós temos a nossa religião e sabemos o tanto que esses movimentos religiosos conseguem fazer. É o que foi dito agora. Então, é um prazer.

Eu nasci em berço católico e fui evangelizada no espiritismo. A minha mãe... Quero até tecer uma homenagem à Hilda Vieira Genolde, à minha tia Lila, ao tio Josival, à minha tia Ilma, grandes propagadores da doutrina espírita no Mato Grosso do Sul, e eu tenho muito orgulho disso. Eu tive uma base muito, muito, muito boa na evangelização espírita. Hoje frequento a Seicho-no-ie, que também é espiritualista e tem essa mesma base doutrinária.

Passou um filme na minha cabeça agora e eu lembro quando a minha avó... A minha mãe contou que a minha avó, lá atrás, tinha um livro secreto, porque todo mundo era católico, e ela tinha um livro secreto guardado, a minha avó Almerinda. E minha mãe ficava assim: "Que livro secreto é esse?". Era *O Evangelho segundo o Espiritismo*. Antigamente, você tinha que ler escondido. Graças a Deus, hoje não temos preconceito com nada. Somos todos um.

Parabéns, Senador Girão, Sr. João Pinto Rabelo, Paulo Maia, Nazareno, muito obrigada. Eu fiquei sabendo que estava... Eu tentei chegar, e estava todo mundo chorando aqui, todo mundo chorando, e eu falei que graças a Deus eu consegui chegar, pelo menos no finzinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Muitíssimo obrigado pela sua gentileza, seu carinho, Senadora Soraya.

Nós vamos encerrar, neste momento, com uma prece, que eu peço ao meu querido irmão João Pinto Rabelo para fazer.

Justifico a ausência do Jaime Ferreira Lopes, que é do Instituto Vida, do Movimento Brasil sem Aborto, que não pôde vir, por uma questão de saúde, para esta audiência também.

Por favor, meu querido.

O SR. JOÃO PINTO RABELO – Eu pediria a todos que orássemos. Não importa se nós somos evangélicos, católicos, espíritas ou outra religião qualquer. O que importa é que somos todos filhos de Deus.

Querido amigo, Senhor Jesus, nosso mestre, quantas razões para te agradecer, Senhor, quantos motivos para te sentir guiando os nossos passos na vida. Na hora das nossas dificuldades, Jesus de Nazaré, tu estivestes ao nosso lado; na hora das nossas enfermidades, Senhor, tu fostes os médicos, generoso e bom, junto de nós; na hora das nossas lágrimas, Jesus, tu fostes o lenço amigo que esteve ao seu lado; na hora das nossas alegrias, participando conosco das emoções; e, na hora das nossas dificuldades espirituais, o mestre junto conosco, dizendo-nos: "Eu estou aqui".

Jesus, abençoe o Parlamento brasileiro, Senhor, abençoe o meu irmão e amigo Senador Girão, abençoe o nosso país, o Brasil, precisando tanto de ti. Guia-nos, guia os homens que tomam decisões, inspira, Senhor, as criaturas que têm a responsabilidade de conduzir os destinos da Pátria na direção nobre do porvir futuro que se avizinha, e dá, Jesus, querido amigo, a cada um de nós a certeza do dever de sermos dignos, honestos, cristãos, construindo a paz onde estivermos e no mundo.

Muito obrigado, Senhor Jesus! Permaneça conosco.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE) – Declaro encerrada esta reunião.

Muito obrigado a todos.

(*Iniciada às 8 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 39 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e trinta e três minutos do dia nove de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Juíza Selma, Major Olimpio, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Paulo Paim, Marcos do Val, Chico Rodrigues e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Mara Gabrilli, Eduardo Girão, Jorge Kajuru, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta.Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 19/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha, e REQ 23/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha. **Finalidade:** Terceira Audiência Pública destinada a "discutir acerca das obras não iniciadas, paralisadas e atrasadas de creches e pré-escolas no país, em ciclo de encontros denominado Diálogos de Transparência - Monitoramento de obras de creches e pré-escolas públicas". **Participantes:** Glademir Aroldi, Presidente da Confederação Nacional dos Municípios - CNM; Pauline Pereira, Vice-Presidente da Associação dos Municípios Alagoanos - AMA; Kleyferson Porto de Araújo, Engenheiro Civil da Vice-Presidência de Governo da Caixa Econômica Federal. Carlos Alberto Decotelli da Silva, Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/09

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e vinte e seis minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência da Senadora Eliziane Gama, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Izalci Lucas, Major Olimpio, Telmário Mota, Carlos Viana, Marcelo Castro, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Ciro Nogueira, Rodrigo Cunha, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Angelo Coronel, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta.Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública**, atendendo ao requerimento REQ 11/2019 - CTFC, de autoria da Senadora Eliziane Gama. **Finalidade:** Comparecimento do Secretário Especial de Comunicação Social a fim de prestar informações sobre as prioridades e diretrizes da pasta sob sua responsabilidade. **Participante:** Fabio Wajngarten, Secretário Especial de Comunicação Social. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal..

Senadora Eliziane Gama

Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/28

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às doze horas e cinco minutos do dia quatro de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Eduardo Braga, Juíza Selma, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Nelsinho Trad. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Jorge Kajuru, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa e Telmário Mota. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 28, de 2019** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, IV, da Constituição Federal, combinado com o art. 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Embaixador Mario Vilalva para prestar depoimento sobre a situação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 31, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, informações sobre as operações de crédito e cobrança do país, especialmente do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e as formas utilizadas para prevenção e contenção." **Autoria:** Senador Otto Alencar (PSD/BA) e outros.. **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 33, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o SCD 6/2016, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(REDE/AP), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Requerimento subscrito pelos Senadores Rodrigo Cunha e Eliziane Gama. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 34, de 2019** que: "Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, convocar o Senhor Ministro de Estado de Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles; e, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, convidar o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Senhor Joaquim Levy, para que compareçam à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar esclarecimentos sobre as declarações sobre o Fundo Amazônia, especialmente sobre as inconsistências encontradas nos projetos desenvolvidos por Organizações Não-Governamentais, bem como das necessidades de revisão das práticas adotadas pelo Fundo." **Autoria:** Senador Eduardo Braga (MDB/AM). **Resultado:** Aprovado com aditamento para transformar a "convocação" em "convite" ao Ministro de Estado do Meio Ambiente. **ITEM 5 - Aviso n° 57, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Encaminha cópia do Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3)." **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatoria:** Senador Rodrigo Pacheco. **Relatório:** Pelo encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério da Economia. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, pelo encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério da Economia. **ITEM 6 - Emenda(s) da Câmara dos Deputados n° 6, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008 - Não Terminativo -** que: "“Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala.”" **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável à matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei da Câmara n° 116, de 2017 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar que as empresas prestadoras do serviço de conexão com a internet em banda larga sejam obrigadas a fornecer gratuitamente ao assinante o serviço de provimento de acesso à internet." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jorginho Mello. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Projeto de Lei da Câmara n° 70, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação com uma emenda. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da CTFC, favorável ao projeto com a emenda nº 1-CTFC. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 332, de 2015 -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para vedar a discriminação baseada no gênero nas relações de consumo." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas. **Resultado:** Lido o relatório e adiadas a discussão e a votação do projeto. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 33, de 2017 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para criminalizar o cadastramento do consumidor, sem a sua autorização expressa, em programa promocional realizado por instituição financeira." **Autoria:** Senadora Rose de Freitas (PMDB/ES). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 11 - Projeto de Lei do Senado n° 309, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para reconhecer o direito do consumidor à imediata rescisão do contrato de prestação de serviços de execução continuada e objeto de pagamento antecipado." **Autoria:** Senador Eduardo Lopes (PRB/RJ). **Relatoria:** Senador Otto Alencar. **Relatório:** Pela aprovação na forma da emenda (substitutivo) que apresenta. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bom dia a todas e a todos.

Declaro aberta a 19ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Submeto aos Srs. Senadores a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 17ª e 18ª Reuniões. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Passarei agora à leitura dos ofícios e avisos e dos documentos recebidos também por esta Secretaria da Comissão.

Comunico o recebimento dos seguintes documentos: Mensagem do Senado Federal nº 20, de 2019; Ofício do Diretor Superintendente da Transportadora Associada de Gás S.A. nº 24, de 2018; Aviso 278 do Tribunal de Contas da União; Ofício s/número da Petrobras Transporte S.A. (Transpetro).

Todos esses documentos estão disponíveis na página da Comissão, na seção Documentos Recebidos, e ficam pelo prazo de 15 dias para a análise dos Srs. Senadores, para que possam se manifestar de alguma forma, caso assim desejem. Não havendo manifestação após esse prazo, o referido documento será arquivado nos termos da Instrução Normativa da Secretaria Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Passamos, assim, à pauta preestabelecida.

Devido à presença do Senador Relator Otto Alencar, passamos já ao item 2.

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, Roberto Campos Neto, informações sobre as operações de crédito e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cobrança do país, especialmente do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e as formas utilizadas para prevenção e contenção.

Autoria: Senador Otto Alencar (PSD/BA) e outros

Faculto a palavra ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para encaminhar.) – Pois não, Sr. Presidente. Agradeço a V. Exa.

Esse nosso requerimento é um requerimento de informações ao Sr. Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, sobre as operações de crédito e cobrança do País, especialmente do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, e as formas utilizadas para prevenção e contenção.

Creio que é importante que o Senado Federal possa ter essas informações, e por isso nós encaminhamos. Esses créditos têm uma representatividade muito grande no PIB brasileiro, e na cobrança há o emprego de milhares de pessoas. Reconquistar esse crédito faz diminuir o número de inadimplentes, o que é parte fundamental no plano de retomada do crescimento do Brasil. Por isso, essa análise deve ser sempre profunda, para que se possa entender a forma como se estão realizando todos esses créditos para aqueles consumidores que tomam recursos dos diversos bancos, sobretudo dos bancos oficiais, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal.

Por isso, esse requerimento de informações foi encaminhado para apreciação desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. Passamos ao item 4 da nossa pauta.

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer, nos termos dos arts. 50, caput, e 58, § 2º, III, da Constituição Federal e do art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, convocar o Senhor Ministro de Estado de Meio Ambiente, Ricardo de Aquino Salles; e, nos termos do art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, convidar o Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, Senhor Joaquim Levy, para que compareçam à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, a fim de prestar esclarecimentos sobre as declarações sobre o Fundo Amazônia, especialmente sobre as inconsistências encontradas nos projetos desenvolvidos por Organizações Não-Governamentais, bem como das necessidades de revisão das práticas adotadas pelo Fundo.

Autoria: Senador Eduardo Braga (MDB/AM)

Este requerimento, de autoria do Senador Eduardo Braga, que aqui está, faz ao mesmo tempo uma convocação e um convite.

Eu gostaria de ouvir o Senador sobre este requerimento.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Para encaminhar.) – Bom dia, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sra. Senadora.

Primeiro, Sr. Presidente, quero mais uma vez esclarecer, principalmente para os ouvintes e telespectadores, que na realidade a diferenciação é porque nós não temos competência para convocar presidente de autarquia ou o Presidente do BNDES. Portanto, nós não poderíamos convocá-lo. Se o pudéssemos, nós convocaríamos também o Presidente Levy.

A razão por que apresento este requerimento é que a postura e a conduta que o Ministério de Meio Ambiente e o próprio banco BNDES adotou em relação ao Fundo Amazônia ficou muito pouco explicada. Primeiro, o fundo é composto por doações. Doações de quem? Da Noruega, 92% do fundo; da Alemanha, 6% do fundo; e da Petrobras, 2% do fundo – um fundo administrado pelo BNDES. E de repente o que nós ouvimos foram várias declarações.

O Ministro esteve ontem no meu gabinete, no gabinete da Liderança do MDB, e tivemos uma conversa muito franca. E a mim me pareceu que não só as informações que o Ministro possui não são esclarecedoras; não há uma narrativa clara por parte do Governo do que se pretende. Houve matérias sobre as quais se veiculou, inclusive, que a intenção era pegar o recurso do fundo para pagar desapropriações em unidades de conservação. Ora – o Senador Rodrigo Pacheco está ao meu lado e poderá me socorrer –, essa é uma obrigação de Estado. Não é possível que a oitava economia do mundo, o Brasil, precise se apropriar de dinheiro doado por outro país para que cumpramos o nosso dever constitucional. Se nós fazemos uma desapropriação de uma propriedade privada, o Estado tem que indenizar, tem que pagar. E nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não podemos dar uma declaração de que nós estamos falidos e temos que buscar recurso de doação, invadir a competência de um fundo de doação para cumprir isso. O próprio Ministro me disse que isso não foi o que ele disse, mas acho que nós precisamos fazer um debate aqui.

Por outro lado, esta é uma Casa que tem 200 anos e que tem, portanto, equilíbrio. Ouvindo há pouco a ponderação de V. Exa., não tenho nenhum problema em transformar a convocação em convite, tendo em vista que o Ministro já se manifestou, no caso, no sentido de vir à Comissão, e tenho certeza de que o Presidente do BNDES, o ex-Ministro Levy, não vai também se furtar de vir a esta Casa para que nós possamos ter um debate transparente, claro, e que dê à opinião pública e a todos os envolvidos com essa questão a clareza necessária.

Eu fiz uma pergunta, Senador Otto, ao Ministro, dizendo o seguinte: o senhor tem alguma denúncia, algum crime cometido, alguma questão? Ele não me apresentou nenhum. Eu espero que, talvez, ele possa apresentar alguma coisa a esta Comissão. A conversa que tive como Ministro, ontem, foi muito cordial, foi muito correta, como é a prática neste Senado. No entanto, volto a dizer, as minhas dúvidas permanecem, e permanecem muito grandes. Nós não estamos tratando de um fundo de empréstimo; nós estamos tratando de um fundo de doação espontânea. O Brasil estabeleceu regras de governança dentro de um banco público. Portanto, nós precisamos ter clareza e informação para que possamos tomar uma posição a respeito do tema.

Portanto, eu acato a sugestão de V. Exa. trocando de convocação para convite, a fim de que nós possamos aprovar esse requerimento. Peço o apoio das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores para que nós possamos, portanto, ouvir e debater com o Ministro do Meio Ambiente e com o Presidente do BNDES. Creio que fazer a aplicação desses recursos de forma correta é dever de todos nós. Agora, não deixar dúvidas ao ponto de esse fundo deixar de existir por questões outras, que não razões explicadas e transparentes, eu acho que é a nossa obrigação também.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Eduardo Braga, V. Exa., com essa atitude, demonstra qual é o objetivo desse requerimento, que é justamente esclarecer, ter acesso à informação e, também, passar a informação – tenho certeza absoluta – ao Ministro. Então, não é para rivalizar. O que se busca é um resultado específico. E esta Comissão é o local para isso. É a Comissão da transparência, é a comissão do controle, da governança. Então, aqui a gente está falando em eficiência. E a atitude de V. Exa., transformando o convite em convocação, demonstra que quer um resultado, que quer ter o diálogo. E a oportunidade está sendo dada. Em não comparecendo, V. Exa. vai avaliar a situação e tomar as providências necessárias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Gostaria de ouvir, primeiramente, a Senadora Juíza Selma.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras presentes, ao tempo em que eu corroboro as palavras do colega que requereu e que, depois, concordou com a transformação de convocação em convite, assim também corroboro as suas, Sr. Presidente, porque é evidente que este é, efetivamente, o mote desta Comissão: obtermos mais transparência. E quanto mais transparente, mais claro, tanto para nós, Senadores, legisladores, fiscalizadores também, quanto para a própria população, melhor.

Eu apenas gostaria de requerer a V. Exa. a aplicação do art. 398, inciso V, do Regimento Interno, de modo a se separarem as duas audiências. Esse artigo determina que ministro tem que ser ouvido separadamente. Então, que se ouça um em cada oportunidade, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, Senadora, quanto ao rito, pode ter certeza de que será respeitado o que diz o Regimento. Então, iremos separar os momentos, sem dúvida nenhuma, para que possamos dar oportunidade ao Ministro para falar de acordo com aquilo que é estabelecido, mediante o Regimento. Nada será feito fora dessa situação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Sr. Presidente, apenas para contribuir.

Eu já estou aqui há algum tempo, Senadora, e não foi uma nem duas vezes em que já participei de audiência pública com a presença de Ministro de Estado e com a presença de presidente de banco, secretário nacional, etc. Até porque, ontem, na conversa que tive com o Sr. Ministro, ficou muito claro que é importante a presença do BNDES para que nós possamos esclarecer algumas questões que me foram colocadas. Como ele me colocou numa conversa reservada, eu espero que ele repita isso aqui, em plenário, para que nós possamos questionar, inclusive, o Presidente do banco BNDES, se aquilo que ele nos disse ontem está de acordo.

Não esqueça que essas declarações e essas questões apresentadas sobre o Fundo da Amazônia já provocaram o pedido de demissão da profissional que coordenava o fundo, o pedido de demissão do superintendente que coordenava o fundo, já houve várias manifestações dos países que são doadores para o fundo, e tudo gira em torno da questão da gestão do BNDES.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, eu acho que seria importante para esta Comissão. Eu não vejo nenhum descumprimento de Regimento, porque nós não estamos aqui fazendo nenhuma inquisição, nós estamos fazendo aqui um debate. Nós queremos entender como é que o Governo brasileiro, sem contribuir com nenhum centavo nesse fundo, adota uma postura pública com relação à gestão do fundo a ponto de causar tantos constrangimentos. Nós não queremos aqui fazer nenhuma afirmativa, até porque as informações todas são via imprensa. Nós queremos aqui formular o debate, esclarecer as questões e, a partir daí, poder afirmar determinadas posições.

Eu faço um apelo a V. Exa., porque eu já vi aqui inúmeras vezes no Senado, é uma tradição da Casa fazer um debate de alto nível, respeitando, obviamente o contraditório, a divergência de opinião, etc., sem que isso signifique um *capitis diminutio* para o Ministro de Estado ou para o Presidente do BNDES, até porque o Levy foi Ministro da Fazenda, é um homem com serviços públicos prestados a este País. Não vejo nada, nenhuma diminuição e nenhum desdouro em fazer uma audiência pública com a presença dos dois.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, apenas para contemporizar.

Eu devo primeiro pedir perdão, porque eu cheguei correndo e vou ter que sair correndo – estou em uma outra Comissão lá, e está na minha vez de me manifestar –, mas o que eu gostaria de insistir é só no sentido de facultar ao Ministro que ele faça uso dessa prerrogativa. Se quiser, bem.

Inclusive, conforme o próprio colega explanou, parece-me que há uma boa vontade e uma predisposição de que ele venha e se faça acompanhar por quem bem entender.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Deixe-me só esclarecer...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Eu só requeiro que a prerrogativa seja respeitada.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG) – Sr. Presidente, pela ordem, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Com a palavra.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para discutir.) – Primeiramente, eu gostaria de registrar que sou do Estado de Minas Gerais, Senador da República com muito orgulho, mas a minha origem, o meu registro de nascimento é na Região Amazônica. Eu nasci na cidade de Porto Velho, capital de Rondônia, portanto, essa é também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma causa minha. É uma causa, na verdade, de todos os brasileiros, porque transcende um pouco os aspectos locais, mas feliz do Estado, feliz da região, feliz da causa que tem o Senador Eduardo Braga como seu defensor, como seu interlocutor. Ele o faz de maneira muito consistente, muito contundente naquilo em que ele se especializou, que é defender a Região Amazônica. Então, eu queria fazer este registro inicial elogioso ao Senador Eduardo Braga.

Segundo ponto: eu faria mesmo essa sugestão de transformar de convocação para convite ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, até porque, como registrado pelo Senador Eduardo Braga, ele aqui esteve no gabinete da Liderança do MDB na data de ontem para tratar desse tema inclusive, mas seria bom tratá-lo no ambiente também próprio, que é o desta Comissão de Transparência, como V. Exa. bem enalteceu, para que possa esclarecer, em relação ao Fundo da Amazônia, quais são as diretrizes, qual é o pensamento do Governo Federal e do ministério em relação a esse fundo, que, como já destacado pelo Senador Eduardo Braga, é de fundamental importância, até porque é abastecido com recursos de doações para preservação do meio ambiente e dessa riqueza que o mundo tem, e não só o Brasil, que é a Região Amazônica. Portanto, eu queria aderir a esse requerimento de convite ao Sr. Ministro de Estado.

No tocante ao que foi tratado em relação ao aspecto regimental, o art. 398, invocado pela Senadora Juíza Selma, realmente garante, no inciso IV, essa prerrogativa ao Ministro de Estado de ser assegurado o uso da palavra... Na verdade, é o inciso V: "a sessão em que comparecer o Ministro de Estado será destinada exclusivamente ao cumprimento dessa finalidade". No entanto, nós não podemos deixar de fazer uma interpretação sistemática de que o art. 398 está inserido no Título XI, que fala da convocação e do comparecimento de Ministro de Estado. Então, o art. 398 está dentro de um contexto de convocação de Ministro de Estado, que, se acontecer, deverá se garantir a ele uma audiência, quando convocado, para que sozinho possa fazer a explanação no ambiente da Comissão.

Na hipótese de convite, evidentemente, há um convite a S. Exa. o Ministro de Estado e um convite ao Presidente do BNDES para que possamos fazer um debate. Então, não há... Primeiro, pela razoabilidade, pode-se fazer um convite com outras autoridades também ao Ministro de Estado, e ele poderá, ou não, comparecer, porque é um convite, mas, em relação ao aspecto regimental, o art. 398 insere-se única e tão-somente nas hipóteses de convocação de Ministro de Estado. Então, é uma sugestão a V. Exa.

Quanto ao mais, com este registro de elogio à iniciativa do Senador Eduardo Braga, eu gostaria de fazer minha adesão ao requerimento. E aqui estarei para poder ouvir o Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente a respeito dessa questão, que é de suma importância para os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem.

Eu tenho certeza absoluta de que a solicitação feita pelo colega Senadora Juíza Selma... Como ela bem mencionou, ela chegou aqui e já estava andando o procedimento. Inicialmente, tratava-se de convocação, e a justificativa dela foi em cima de uma convocação, que não existe mais, porque é um convite. E o gesto do nosso Senador Eduardo Braga em, de boa vontade – a opção foi dele, a decisão foi dele –, transformar essa convocação em convite, esse gesto, por si só, já demonstra que se quer o diálogo, e com certeza o Ministro não vai se recusar a estar aqui junto com o BNDES.

Então, aqui não iremos atropelar, de forma alguma, o Regimento, mas a solicitação feita pela Senadora eu acredito que foi motivada por aquilo que estava na pauta, que não é o que estamos votando hoje.

Senador Otto, por gentileza, V. Exa. com a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria me inscrever também para discutir.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para discutir.) – Sr. Presidente, Senador Rodrigo, eu quero concordar com o Senador Eduardo Braga. Isso me preocupa muito, e já de muitos anos nós estamos aqui... Inclusive o Senador Eduardo Braga tem acompanhado a nossa posição em defesa do meio ambiente como um todo. No meu Estado, nós tivemos praticamente dizimada toda a Mata Atlântica; hoje nós temos 15% do que tínhamos. Começou-se a partir do ano de 2002 um replantio das matas que foram dizimadas por um projeto chamado Fábrica de Florestas. Isso até induziu a iniciativa privada na Bahia e até prefeituras que viram esse trabalho da Fábrica de Florestas a começarem a reflorestar, sobretudo nascentes.

Aqui no Senado Federal, nós já tivemos algumas iniciativas que eram nocivas à Floresta Amazônica: em 2017, se não me engano, 2017 ou 2018, houve uma iniciativa de se plantar cana-de-açúcar a partir do Estado do Pará na direção da Floresta Amazônica. Imaginem liberar essa região para plantio de cana-de-açúcar! Eu tive até que lutar contra um dos Senadores, no Senado Federal, e tive até que lembrar uma música chamada Matança, que fala nas matas que foram dizimadas ao longo dos anos no Brasil. Depois, agora, queriam modificar o Código Florestal, que, na minha opinião, não precisa ser modificado absolutamente, tem que ser mantido na letra da lei que está. Foi um movimento muito grande. Felizmente, aquela medida provisória não teve tempo.

E agora esse fundo, que é não reembolsável e que vem de recursos externos, ou seja, a fundo perdido. Isso é para ser aplicado em monitoramento, reflorestamento, contenção do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desmatamento na Floresta Amazônica. E me preocupa muito, sabe por quê, Sr. Presidente? Porque eu não sei se é uma coisa que eu já venho há muitos anos... Essa questão da água me preocupa demais.

A Bacia Amazônica está perdendo, por ano, 350km² de lâmina d'água. Todos os anos se perdem 350km² de lâmina d'água, ou seja, está diminuindo a quantidade anualmente de água da Bacia do Amazonas. Às vezes se olha para aquele mundo de água e se acha que não vai acabar nunca. Acaba. Acaba porque o consumo aumenta em todos os níveis, o consumo humano, o consumo animal, industrial, irrigação, desmatamento; tudo isso leva à diminuição da produção de água, como já aconteceu em várias áreas do Brasil.

Então, esse fundo deveria ser um fundo em que o Governo Federal colocasse recursos próprios para se somarem a esses recursos que vêm de outros países que têm essa preocupação com o futuro da humanidade, o futuro das pessoas que vão ter que ter provimento de água lá na frente, porque isso pode acabar, isso é finito. Se não houver o cuidado de se preservar, isso é finito.

O próprio Senador Rodrigo sabe disso. Minas Gerais é a caixa d'água do Brasil, é um Estado que tem uma produção de água muito grande, mas tem acabado; ao longo dos anos isso vai diminuindo. E a preocupação não é nem comigo, mas com as futuras gerações, que poderão precisar e não encontrar.

Eu até digo, dos estudos que eu faço, que a próxima migração, a maior... Houve uma migração muito grande do Nordeste para São Paulo, para o Paraná, para os Estados do sul. A próxima migração do povo do Nordeste, se não se preservarem os nossos mananciais de superfície e de subsolo, de aquíferos, vai ser para o norte do País. Vão lá procurar o Maranhão, procurar o Pará, procurar Roraima, procurar o Amazonas, porque ou nós tomamos uma providência nesse sentido, sobretudo com o Rio São Francisco – e ontem foi o Dia Nacional de proteção ao Velho Chico –, ou tomamos uma providência ou essa situação vai se agravar muito no Nordeste brasileiro.

Portanto, minha preocupação é muito grande. Qualquer matéria que vier para cá para preservar o meio ambiente conta com o meu apoio em gênero, número e grau. E eu queria dizer que o Senador Eduardo Braga faz isso muito bem agora.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria só complementar, Sr. Presidente, porque eu acho que é uma informação importante e pertinente ao requerimento.

Senador Otto, o G1 publicou, no dia 30 de maio, a seguinte notícia, só para que a gente tenha noção do que está acontecendo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> TCU atende a pedido de procurador e decide investigar política ambiental do governo. [Olha essa notícia!] Subprocurador Lucas Furtado argumentou ser preciso apurar se fiscalização e prevenção do desmatamento ilegal têm sido comprometidas. G1 tenta contato com ministério. [Aí vem:]
> O Tribunal de Contas da União (TCU) informou nesta quinta-feira [...] ter aberto um processo para investigar a política ambiental do governo.
> Ao tomar [conhecimento] [...], o TCU atendeu a um pedido do subprocurador-geral [conforme já dito].
> [...] [Aí vem:]
> Fundo Amazônia.
> Ao enviar o pedido de investigação ao TCU, Lucas Furtado também solicitou a verificação sobre a procedência das afirmações do ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, de que [o fundo] [...] encontrou indícios de irregularidades e de inconsistências em contratos do Fundo Amazônia.

Isso é muito grave...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. *Fora do microfone.*) – É grave.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... porque esse é um fundo de doação. Ora, os Estados e a população da Noruega, que estão doando isso para nós, a Alemanha, que está doando isso para nós, etc., ao verem uma declaração e uma investigação aberta como essa... É grave! E mais: nenhuma prova e nenhum indício sequer foi declarado. E aqui mesmo diz o seguinte: "Segundo o procurador, as afirmações do ministro" – ele desmentiu isso a mim ontem, quero ser honesto e correto com o Ministro – "podem comprometer o aporte dos recursos de doações, 'com possível prejuízo no ingresso de valores destinados à proteção'[...]". E mais, dizendo o seguinte: "o fundo é financiado principalmente pela Noruega e Alemanha. Recentemente, o governo passou a avaliar o uso dos recursos para indenizar desapropriações de terra".

Portanto, acho mais do que pertinente e agradeço as palavras tanto do nosso Senador Rodrigo quanto do Senador Otto, Sr. Presidente.

Obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Com a palavra, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar o Senador Eduardo pela iniciativa de convocar, evoluindo para o convite, naturalmente, o Ministro, que já deve ter mostrado disposição de estar nesta Comissão, e é absolutamente natural que isso aconteça.

A Senadora não está aqui, acabou de sair. Ela fez a observação de se fazerem audiências separadas.

Eu queria até fazer um aditivo, se fosse possível, com a permissão do Senador Eduardo, pedindo também a presença do Comitê Orientador do Fundo da Amazônia. Na verdade, é um conselho. O fundo lá é mantido com recursos principalmente dos dois países. Depois, faz-se essa gestão por parte do BNDES, e ele é monitorado, controlado por esse conselho e por vários outros órgãos fiscalizadores. Solicito isso para a gente ganhar tempo. E, considerando aqui um princípio do direito, o da economia processual, acho que a gente teria um grande resultado com a presença dessas três representações. A gente tiraria as dúvidas de forma mais intensa, mais rápida.

Eu entendo assim: é claro que todo Governo faz as mudanças necessárias no seu Governo para imprimir o seu modelo de gestão; agora não se pode, em detrimento disso, retroagir, deixar de lado conquistas históricas do Brasil. Esse fundo é muito importante para o Brasil, e o objetivo principal dele é o monitoramento, o controle e a proteção ambiental de uma riqueza extraordinária que nós temos, que é a Amazônia.

Preocupa-me muito quando, em todas as suas falas, o Presidente da República, quando se trata da questão ambiental, inclusive diante de conversas e acordos internacionais, coloca a Amazônia como um prato à mesa. A gente viu isso quando do acordo entre Brasil e Estados Unidos em relação à questão de Alcântara. E, na mesma fala, ele já colocou: "Nós temos a Amazônia, e a gente vai fazer acordos. Vamos trabalhar também essa exploração". Enfim, como é essa exploração? É muito temerário isso!

E a política ambiental, que, aliás, alguns ruralistas defendem de forma muito penhorada, a gente precisa entender que tem limite. Nós tivemos, recentemente, restrições por parte da Rússia em relação à importação de produtos brasileiros, exatamente por não levarem em consideração critérios ambientais. Agora mesmo, há um luta de 18 anos do Mercosul com a Comunidade Europeia na tentativa de se fazer parceria. Nós ouvimos o Ministro da França dizer: "Nós vamos considerar, por exemplo, o Acordo de Paris". Assim, não dá para fazer acordos internacionais levando-se em consideração a economia se não se levar em consideração a questão ambiental. E, hoje, a gente está vivendo retrocessos gravíssimos! Por exemplo, Mara, a quantidade de agrotóxicos liberados nesses meses desse Governo é maior do que toda a quantidade de agrotóxicos liberados nos últimos dez anos, levando em conta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

apenas o que aconteceu nesses meses! Assim, nós estamos colocando em instabilidade o produto brasileiro, e o resultado econômico pode ser realmente grave. Então, há um limite para isso.

Acho que a vinda do Ministro aqui é fundamental. São vários projetos. A partir desse fundo, são mais de cem projetos. E eu vejo que esta Comissão tem o papel preponderante de entender melhor essa política e até de fazer um apelo ao Ministro, porque há ações discricionárias dele, mas nem sempre! O Governo não pode fazer o que acha que tem de fazer. Nós temos uma Casa Legislativa para isso, nós temos todo um arcabouço legal que a gente precisa levar em consideração. Se tiver de alterar, vamos alterar; se tiver de flexibilizar, também vamos flexibilizar. Eu acho que aqui o assunto tem de ser, sobretudo, o do uso sustentável ambiental. Nós podemos ter renda, nós podemos explorar de forma sustentável, como há a exploração sustentável da borracha e da castanha na Amazônia. Agora, a exploração tem de acontecer, de fato, de forma sustentável.

Eu queria subscrever o requerimento do Senador Eduardo e dizer que acho muito importante esse debate nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Quero só esclarecer, Senadora, que V. Exa. apresenta aqui um aditivo para convidar também um representante do...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Do conselho.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... do conselho gestor do fundo.

Nós estamos aqui com o autor do requerimento.

Diante dessa situação em que o BNDES já estava gerando algum conflito, eu gostaria de saber se V. Exa. acha que justificaria...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não tenho nada a opor. Apenas quero esclarecer, Senadora Eliziane, que me parece que esse conselho, inclusive, é presidido pelo Ministro do Meio Ambiente.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na verdade, ele está querendo flexibilizar, mudar os assentos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Não, ele alterou a formação!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Isso! Ele quer mudar os assentos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ele alterou a formação.

Portanto, seria preciso apenas identificar quem falaria ou representaria o conselho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Que não seria ele, já que ele está vindo.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... já que ele o preside.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É verdade.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Portanto, seria preciso ver isso, porque acho que, talvez, salvo melhor juízo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Se o assento, neste momento, é dele na Presidência...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Salvo melhor juízo, apenas para contribuir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Claro.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – ... eu acho que a gente poderia ouvir o Ministro e o Presidente do BNDES. E, dependendo do que nós ouvíssemos deles, no ato seguinte nós poderíamos não só chamar outros membros do conselho, mas até mesmo a ex-gestora do fundo, o ex-superintendente do fundo, para que nós pudéssemos aprofundar o que o Ministro e o Presidente do banco viessem a dizer. Eu não tenho nada contra a participação...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sem problema! O que eu acho é que a gente precisa ouvir o conselho, porque, como o senhor está colocando, ele pode ser o Presidente do conselho, mas, como o próprio nome já diz, há várias representações dentro do próprio órgão, e a gente precisaria ter um entendimento melhor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

disso. Se ele está querendo flexibilizar, naturalmente subentende-se que nem todos concordam com essa mudança de aplicação de recursos.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Ele já alterou a formação, Senadora. Ele alterou a formação do conselho.

Portanto, não tenho nada contra, se a Senadora... Agora, não sei quem convocar, não sei quem convidar do conselho.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone.*) – Podemos deixar para uma segunda etapa.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Acho que, numa segunda etapa, Senadora, isso ficaria mais objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Perfeito!

Então, em votação o requerimento.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ressalto aqui que a convocação foi transformada em convite por solicitação do próprio autor.

Passamos ao item 5.

ITEM 5

AVISO Nº 57, DE 2016

- Não terminativo -

Encaminha cópia do Acórdão nº 2.973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de Estados, Municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relatoria: Senador Rodrigo Pacheco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pelo encaminhamento de requerimento de informações ao Ministério da Economia.

A Relatoria é do Senador Rodrigo Pacheco, a quem eu passo a palavra.

O SR. RODRIGO PACHECO (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MG. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Trata-se do Aviso nº 57, de 2016, sobre um acórdão do Tribunal de Contas da União.

Vou pedir licença a V. Exa. para ir direto à análise, dispensando-me da leitura do relatório.

Preliminarmente, conforme a alínea "i" do inciso I do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão "propor ao Plenário do Senado as providências cabíveis em relação aos resultados da avaliação, inclusive quanto ao resultado das diligências realizadas pelo Tribunal de Contas da União". Conforme a alínea "a" do referido inciso, compete a esta Comissão também "avaliar a eficácia, eficiência e economicidade dos projetos e programas de governo no plano nacional, no regional e no setorial de desenvolvimento, emitindo parecer conclusivo".

1. Acórdão nº 2.973, de 2016.

O referido acórdão tratou da auditoria de 54 regimes próprios, correspondendo a 23 Estados, o Distrito Federal e 31 Municípios. Ele pode ser resumido em três conclusões principais: i) baixa qualidade das bases cadastrais dos servidores; ii) inadequabilidade do nível de governança dos investimentos; iii) fragilidade das projeções atuariais, com viés de subestimação do déficit.

A situação é preocupante, visto que o levantamento indicou também que o déficit atuarial dos Estados em 2015 superava 50% do Produto Interno Bruto – mais do que dobrando em relação ao ano de 2011. Nos Municípios, o déficit atuarial já equivaleria a 10% do PIB, o que seria grave pela baixa capacidade de gerar receitas desses entes.

2. O Aviso nº 574, de 2018, em resposta ao Requerimento nº 211, de 2018; e o Aviso nº 204, de 2018, em resposta ao Requerimento nº 212, de 2018.

Conforme relatado, em decorrência do aviso referente ao acórdão do TCU, foram apresentados requerimentos de informações ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República e ao Ministro de Estado da Fazenda quanto ao andamento das providências recomendadas pela Corte de Contas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambos responderam, encaminhando as Notas nºs 12, 15 e 25, de 2017, do Departamento dos Regimes de Previdência no Serviço Público da então Secretaria de Políticas de Previdência Social do Ministério da Fazenda, e a Nota Técnica nº 1, de 2018, da Subsecretaria de Regimes Próprios de Previdência Social da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.

O conjunto de documentos elenca – de forma satisfatória – medidas já tomadas que vão ao encontro do prescrito pelo TCU. Salientava ainda a importância da aprovação de uma reforma previdenciária para a sustentabilidade dos regimes próprios.

3. Novas providências.

Embora as informações prestadas tenham sido pertinentes, elas não são mais tempestivas. Como os próprios avisos destacam, a reforma da previdência seria fundamental para o equilíbrio desses regimes e, nesse momento, é exatamente uma reforma da previdência o principal tema discutido neste Congresso Nacional. Cabe ressaltar que a Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, constitui uma nova proposta, diferente daquela enviada pelo Governo anterior – que respondeu aos requerimentos desta Casa.

Por isso, parece-nos oportuno o pedido de novas informações ao Poder Executivo, dentro da competência desta Comissão, conforme a alínea "c" do inciso I do art. 102-A do Regimento Interno do Senado Federal – transcrevo no relatório o referido dispositivo.

Muito embora o trabalho do Tribunal de Contas da União evidencie um profundo e preocupante desequilíbrio atual nos regimes próprios, o foco no debate público sobre a reforma da previdência tem sido em seu impacto sobre a União.

Fala-se muito da cifra de R$1 trilhão de impacto fiscal. Todavia, sabemos que esta estimativa diz respeito aos efeitos da reforma sobre a União. Não é conhecido o impacto sobre os Estados e Municípios, justamente os entes que sofrem mais com a crise fiscal e que prestam os serviços públicos mais essenciais à população – como saúde, segurança e educação.

Nesse sentido, solicitamos que o Poder Executivo envie a esta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor estimativas do impacto fiscal da PEC 6/2019 nos Estados e Municípios – não somente na União.

Ademais, a proposta apresenta sensíveis alterações para as carreiras de policiais e professores. Ao contrário do que ocorre com o regime geral, em que um amplo conjunto de dados é disponibilizado ao público, não temos insumos básicos para fazer a discussão quanto a essas categorias no Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não sabemos a quantidade de professores ou de militares estaduais que se aposentam anualmente, a idade média das aposentadorias ou o valor médio dos benefícios – tampouco o impacto desses gastos sobre a receita corrente líquida dos entes.

Entendemos que a sistematização em nível nacional deste tipo de informação descentralizada, local, existe no âmbito do Poder Executivo e precisa ser compartilhada com a Casa da Federação.

Diante do exposto, o voto é para que esta Comissão, nos termos da alínea "c" do inciso I do art. 102-A do Regimento Interno, solicite as seguintes informações ao Ministério da Economia: I) estimativa do impacto fiscal da Proposta de Emenda à Constituição nº 6, de 2019, no conjunto dos regimes próprios de Estados e Municípios, nos dez primeiros anos de sua vigência, tanto em valores absolutos quanto em relação à receita corrente líquida; II) quantidade, valor médio e idade média de aposentadorias e pensões concedidas anualmente nos Estados e Municípios, com segregação para professores, policiais civis, policiais militares e bombeiros militares.

Este é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Bem, primeiramente, quero parabenizar V. Exa., como sempre extremamente minucioso e preciso, conciso nos seus relatórios, em um tema extremamente importante no momento em que estamos vivendo. Ter acesso à informação é o básico para que possamos tomar as principais medidas que iremos tomar, com certeza, ao analisar o nosso momento atual econômico e o nosso momento futuro econômico também.

Então, coloco aqui em votação... Em discussão. (*Pausa.*)

Em votação.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado, deixando claro que esse relatório passará a constituir o parecer desta Comissão, pela aprovação dos requerimentos de informações ao Ministério da Economia.

Dando sequência, item 6.

ITEM 6

EMENDA(S) DA CÂMARA DOS DEPUTADOS N° 6, DE 2015, AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 238, DE 2008

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

"Acrescenta parágrafo único ao art. 3º da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações, e inciso XV ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para instituir a obrigatoriedade de as prestadoras de serviços de telecomunicações oferecerem planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala."

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da reunião de 21/05/2019.

- Matéria apreciada pela CDH com parecer favorável à Emenda da Câmara dos Deputados nº 6 de 2015 ao Projeto de Lei do Senado nº 238 de 2008.

- Posteriormente, a matéria será apreciada pela CCT.

Temos como Relatora – eu tenho a maior honra de ouvi-la mais uma vez – a Senadora Mara Gabrilli, que é uma referência nesta Casa também pela postura coerente que sempre teve.

Com a palavra V. Exa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

Compete a esta Comissão pronunciar-se a respeito do mérito de matérias atinentes à defesa do consumidor, consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Risf.

A Lei nº 9.998, de 2000, que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), em seu art. 5º, §3º, determina que, na aplicação dos recursos desse fundo, será privilegiado o atendimento a pessoas com deficiência.

Assim, para que se possam assegurar os recursos necessários à implementação de oferta de planos com tarifas reduzidas, a Emenda nº 2, acertadamente, introduz como novo objetivo a "redução das tarifas em planos alternativos de serviços ofertados a usuários de serviços de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

telecomunicações com deficiência auditiva ou de fala" na aplicação de recursos do mencionado fundo em programas, projetos e atividades em conformidade com o plano geral de metas para a universalização dos serviços de telecomunicações ou suas ampliações.

Com efeito, a Emenda nº 2 imprime maior efetividade a esse relevante instrumento de inclusão, de maneira a viabilizar um amparo real e mais perene para os consumidores com deficiência auditiva ou de fala.

Portanto, são pertinentes e oportunas as duas emendas: a Emenda nº 2, porque aperfeiçoa o teor do projeto ao conferir concretude à pretendida redução de tarifas, ao passo que a Emenda nº 1, ao introduzir a Lei do Fust, aprimora a redação da ementa.

Por fim e para conferir concisão à ementa, conforme previsto no art. 5º da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que trata da redação e alteração das leis, recomendamos, na redação final da proposição, que seja acolhida a redação ora indicada.

> Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997 (Lei Geral de Telecomunicações) e a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000 (Lei do FUST), a fim de tornar obrigatória a oferta de planos de serviços para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou de fala.

Cabe mencionar que, a nosso ver e com o objetivo de atualizar a matéria, seria pertinente a inclusão da expressão "e de pacote de dados" ao final do art. 3º do Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008, nos seguintes termos:

> Art.
> 3º.....
> .....
> .....
> .....
> XIII – a plano alternativo de serviço, com tarifas reduzidas, tanto pós-pago quanto pré-pago, para atendimento específico de pessoas com deficiência auditiva ou da fala, por meio de mensagens de texto e de pacote de dados.

No entanto, a etapa legislativa em que a matéria se encontra não permite o aprimoramento do texto, seja do projeto originalmente aprovado no Senado Federal, seja das emendas da Câmara dos Deputados.

Voto.

Por essas razões, nosso parecer é favorável à aprovação das Emendas da Câmara dos Deputados nº 6, de 2015, ao Projeto de Lei do Senado nº 238, de 2008.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Em discussão. (*Pausa.*)

Parabenizo a Relatora, a Senadora Mara, pela forma ampla como tratou o tema. Com certeza, veio para beneficiar o consumidor, ampliou a nossa legislação para atender aquilo que o código busca proteger, que são não apenas os vulneráveis, mas os hipossuficientes também e os hipervulneráveis também. Acredito que o objetivo da legislação é esse. V. Exa. foi muito feliz no seu relatório, o qual aqui eu coloco em votação.

Aqueles que concordam e aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Esse relatório aprovado irá fazer parte do parecer desta Comissão para a aprovação da Emenda da Câmara dos Deputados nº 6.

A matéria segue para a Comissão de Ciência e Tecnologia.

Passamos ao item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 70, DE 2018

- Não terminativo -

Institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Otto Alencar

Relatório: Pela aprovação com uma emenda

Observações:

- A matéria constou na pauta das reuniões de 07/05/2019 e 21/05/2019.

- Posteriormente , a matéria será apreciada pela CMA.

Aqui eu agradeço gentilmente, por ter sido o primeiro a chegar aqui, as orientações que me passou para conseguir uma produtividade maior...

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Pois é...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... nessas reuniões, que com certeza têm muito a contribuir ainda com este País.

Então, com o Senador a palavra.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Senador Rodrigo, eu fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Depois, por determinação da Mesa Diretora, virou só Comissão de Fiscalização e Controle; agora se separou da do meio ambiente.

Eu marcava as minhas reuniões para as 9h da manhã, porque nós não podemos competir, como eu lhe falei, com a CAE, dia de terça, e com a CCJ, dia de quarta. Então, para nós termos, assim, quórum e condições de votar... É uma sugestão. Eu fazia sempre e consegui aprovar muitos projetos aqui, mas foi só uma sugestão. O Presidente é V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Sim, claro! Foi boa a sugestão.

O SR. OTTO ALENCAR (PSD - BA) – Este projeto aqui, do Deputado Antonio Carlos Mendes, institui a Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício de Água. É bem próprio para este momento em que nós estamos tendo problemas de abastecimento de água em todo o Brasil, em várias cidades. Inclusive aqui, na Capital, já tivemos problema. Lá em São Paulo, houve um momento em que Cantareira quase não supria os paulistas da capital e da região metropolitana. Portanto, é um projeto importante, que assevera que o combate ao desperdício de quantidade de água compreende ações governamentais – com o que eu concordo – voltadas à conscientização da população, o que é superimportante, por meio de campanhas educativas sobre o uso abusivo, métodos de conservação e o uso racional de água, bem como ações de caráter fiscal e tributário.

Os arts. 3º e 6º da proposição em análise detalham as ações de utilização e de fontes alternativas de água, bem como os instrumentos e os objetos da Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água.

Por seu turno, o art. 7º do projeto confere preferência nas celebrações de convênios com entes federativos que possam aderir ao Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água e ao Programa Nacional de Recursos Hídricos, ao passo que o art. 8º contém a cláusula de vigência.

Na Câmara de Deputados, o projeto foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, tendo sido aprovado em caráter conclusivo, nos termos do art. 24, inciso II, do Regimento Interno daquela Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No Senado Federal, a proposição ora em análise foi recebida nesta Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor, no dia 28 de junho de 2018, tendo sido despachada para a nossa relatoria em 22 de março de 2019.

Ressalte-se, por fim, que, após a instrução nesta Comissão, o projeto – não é terminativo aqui – terá que passar pela Comissão de Meio Ambiente.

Na análise, nós analisamos e opinamos sobre essas matérias relativas à prestação eficaz, efetiva e eficiente de serviços públicos e à transparência e prestação de contas e de informações à população, com foco na responsabilidade da gestão fiscal e dos gastos públicos, bem como nas necessidades dos cidadãos, nos termos do art. 102-A, inciso II, alíneas "c" e "d", do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesse sentido, as exposições do projeto ora em análise que se relacionam de forma direta com as competências desta Comissão são as constantes nos arts. 3º e 7º, a saber, ações de caráter fiscal e tributário, visando ao combate do desperdício de água, bem como a preferência na celebração de convênios com entes federados do Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água e do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

O projeto não derroga, tampouco institui um arcabouço normativo específico nessas matérias, que permanecerão regidas pela lei e pelos regulamentos ora em vigor, descabendo, portanto, uma análise detida dos instrumentos supracitados.

Passando a uma análise mais global da proposição, é possível afirmar que seu texto introduz uma salutar inovação de ordenamento jurídico brasileiro, instituindo política pública de notória importância em face do que dispõe o art. 225 da Constituição Federal, que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Entretanto, entende-se que não caberia classificar os convênios e contratos como instrumentos da política, e, sim, garantir a preferência nos convênios e contratos de repasses federais aos entes federativos que aderirem ao Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água e ao Plano Nacional de Recursos Hídricos. Para corrigir esse equívoco, apresentamos uma emenda.

Desse modo, dentro dos limites de alçada desta Comissão, o projeto ora em análise é meritório, ressaltando que a Comissão de Meio Ambiente desta Casa irá se aprofundar em sua análise, tendo em vista a maior pertinência do conteúdo da proposição ao seu espectro de competência.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2018, com a seguinte emenda.

> Dá-se ao arts. 5º e 7º do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2018, a seguinte redação:
> "Art. 5º São instrumentos da Política Nacional de Racionalização e Combate ao Desperdício da Água:
> I - o Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água [...];
> II - o Plano Nacional de Recursos Hídricos;
> III - o Programa de Eficiência Energética em Saneamento Ambiental [...];
> IV - a cobrança pelo uso da água; V - a política federal de saneamento básico;
> V- os Comitês de Bacia Hidrográfica.
> .....
> Art. 7º Os entes federativos que aderirem aos programas referidos nos incisos I e II do caput do art. 5º terão preferência nos convênios e contratos de repasse federais no âmbito desta Lei."

Eu acho que esses convênios e contratos do Governo Federal para entes federativos são uma coisa muito própria. Os Estados, às vezes, não têm as condições e recursos para trabalhar matéria dessa natureza, e eu acho que é uma matéria superimportante. O desperdício de água se verifica no Brasil inteiro, sobretudo pelas empresas estatais de fornecimento de abastecimento de água. Há uma perda, em média, no Brasil, de 25% a 30% da água, depois de tratada, que é oferecida ao consumo das diversas populações nos diversos Estados brasileiros e, nas capitais, da mesma forma.

Então, eu acho esse projeto importante. Que ele seja aprovado, e o Governo Federal possa estabelecer esses contratos, convênios para que essa legislação seja cumprida de acordo com o que pretende o nobre Deputado Antonio Carlos Mendes, que foi o idealizador do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Em discussão.

Quero fazer um registro importante neste momento oportuno, em que estamos na Semana do Meio Ambiente. Quero falar sobre água, quero falar sobre o desperdício de água. Como V. Exa. bem trouxe aqui, os índices nacionais, como média, superam os 30%. No meu Estado de Alagoas, pelo último levantamento, mais de 50% da água tratada são desperdiçados. A gente observa o exemplo do Japão: apenas 5% da água são desperdiçados, e se busca, a todo momento, identificar onde há falhas. Nós sabemos o quanto temos de evoluir, e os dados,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os números demonstram isso, quando quantificam em mais de R$10 bilhões esse desperdício. Realmente, é o dinheiro indo pelo ralo, literalmente. Os investimentos são necessários, e, para isso, é necessário também haver uma mudança nessa política pública. Então, com certeza, o relatório vai nesse sentido, no de colaborar para uma mudança na política pública.

Assim, eu o coloco em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que vai fazer parte do parecer desta Comissão, que segue para a Comissão de Meio Ambiente.

Passamos agora ao item 9: Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2015. É um projeto terminativo. A Senadora Mara Gabrilli, que aqui está presente, é a Relatora e já irá adiantar, fazendo a leitura.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 332, DE 2015

- Terminativo -

Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor, para vedar a discriminação baseada no gênero nas relações de consumo.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: pela aprovação com duas emendas.

Observações:

- Matéria apreciada pela CDH com parecer pela aprovação do Projeto.

Passo a palavra à Relatora, Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Vou direto à análise.

Consoante o disposto no art. 102-A, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão pronunciar-se a respeito do mérito de assuntos atinentes à defesa do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consumidor. Este Colegiado examina, ainda, a constitucionalidade, a juridicidade e a regimentalidade do PLS nº 332, de 2015, considerando que, nesta Casa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) não será ouvida sobre a matéria.

No tocante à constitucionalidade, a proposta em comento cuida de tema da competência normativa da União e está conforme com os preceitos constitucionais relativos às atribuições do Congresso Nacional (art. 48) e à legitimidade da iniciativa legislativa (art. 61). Ademais, a proposição não afronta quaisquer disposições da Lei Maior. Tampouco contém vício de injuridicidade.

A proposição está redigida em conformidade com a boa técnica legislativa, observando os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Sugerimos, contudo, somente duas alterações de ordem redacional. A primeira alteração dá-se na ementa do projeto de lei para melhor adequação à redação da proposição. A segunda alteração diz respeito à renumeração do inciso XIV para o inciso XV na modificação que se pretende dar ao art. 39 do CDC. Após o início da tramitação deste Projeto, houve a inserção de um inciso XIV ao art. 39 do CDC pela Lei nº 13.425, de 2017. E, caso não houvesse o reparo redacional, haveria a revogação do novel dispositivo.

Passemos à avaliação de mérito.

A proposição acrescenta alínea "e" ao inciso II do art. 4º do CDC, para que a ação governamental no sentido de proteger efetivamente o consumidor pela coibição e repressão da discriminação baseada no gênero nas relações de consumo passe a ser considerada como princípio da Política Nacional das Relações de Consumo. Com esse princípio acrescido, assegura-se a observação dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da isonomia. Portanto, entendemos pertinente a disposição proposta.

Recorde-se que a proposição modifica a redação dos arts. 6º, inciso IV, e 37, §2º, do CDC, com o propósito de: (i) incluir, como direito básico do consumidor, a proteção contra a publicidade que reforce a discriminação baseada em gênero; e (ii) qualificar como publicidade abusiva aquela que reforce ou incite a discriminação baseada em gênero. Note-se que o *marketing* está inserido no campo das práticas comerciais e tem influência direta no fomento do consumo, sendo a publicidade um dos elementos de *marketing*. Assim sendo, reputamos essencial reprimir a publicidade que reforce ou incite discriminação baseada em gênero.

O projeto, igualmente, propõe que seja considerada abusiva a prática que se prevalecer da condição de imaturidade de crianças e adolescentes para reforçar estereótipos associados ao gênero, inclusive na exposição de produtos e serviços à venda. A nosso ver, a discriminação baseada em gênero é um grave problema de cunho social. Consideramos ser essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discriminação deletéria para a sociedade. A discriminação baseada em gênero está na consciência coletiva da sociedade brasileira. Mesmo assim, essa situação vem mudando paulatinamente. No entanto, faz-se mister acelerar e avançar no tratamento dessa importante matéria.

Por essas razões, a proposição em referência é relevante e oportuna.

Voto.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 332, de 2015, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CTFC (REDAÇÃO)
Dê-se à ementa do PLS nº 332, de 2015, a seguinte redação:
Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor), para vedar a discriminação baseada no gênero nas relações de consumo.

EMENDA Nº – CTFC (REDAÇÃO)
Renumere-se como inciso XV o dispositivo que se pretende incluir como inciso XIV do art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, na forma do art. 1º do PLS nº 332, de 2015.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Parabenizo a Relatora, Senadora Mara Gabrilli. V. Exa. traz um apontamento muito interessante, que é justamente a isonomia, que a própria Constituição já determina. Mas, quando a gente fala no Código de Defesa do Consumidor, que é um código principiológico, em que a maioria das suas listas é exemplificativa, é necessário deixar claros alguns pontos. Eu posso aqui dar um pequeno exemplo envolvendo as duas emendas, a publicidade e a questão do gênero. Em determinado momento, acho que cinco anos atrás, uma churrascaria fez uma propaganda em um *outdoor* para rodízio: "Rodízio para casal, R$80". Naquele momento, foi até lá um casal formado por dois homens, e não o aceitaram, e foi o maior problema. Por quê? Casal, na concepção que se quis dar na publicidade, era formado por homem e mulher. E isso não pode, pois estavam discriminando. Poder-se-ia até fazer: "Homem mais mulher, R$100". Agora, colocou-se "casal", e a situação é outra. Se colocar "homem mais mulher", um homem pode ir com uma filha, com a mãe, com a tia, e ali teria que pagar aquele valor. Agora, se se coloca "casal", homem/homem ou mulher/mulher, teriam que ser os R$100. Então, foi uma discussão muito importante. O Procon teve que atuar e mudou a publicidade, e eles tiveram que atender o casal. Já que se colocou "casal", está determinado, e você não pode discriminar dessa forma. Se fosse por uma questão de custos, aí seria outra situação identificar "homem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais mulher", e aí não se poderia dizer que eles tinham que ser um casal. Então, isso é muito interessante. Agora, estando de maneira explícita, já se evita até um erro.

Então, parabenizo V. Exa!

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação. (*Pausa.*)

Aprovado.

Mais um relatório da Senadora Mara Gabrilli... Ah, não! Desculpem-me! Este aqui é terminativo. Era a vontade de passar logo aqui. (*Risos.*)

Não havendo o quórum necessário, nós já fizemos a leitura.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu estava adorando.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Nós o colocaremos, com certeza, na próxima reunião para votação.

Agradeço por já ter antecipado o voto.

Passamos ao último item da pauta, o item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO N° 33, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o SCD 6/2016, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras; altera as Leis nºs 10.826, de 22 de dezembro de 2003, 10.446, de 8 de maio de 2002, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; revoga as Leis nºs 7.102, de 20 de junho de 1983, e 8.863, de 28 de março de 1994, e dispositivos das Leis nºs 11.718, de 20 de junho de 2008, e 9.017, de 30 de março de 1995, e da Medida Provisória nº 2.184-23, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse requerimento é de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, o qual subscrevi, como também a Senadora Eliziane Gama da mesma forma.

Coloco-o aqui em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação.

Aqueles que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Nada mais havendo a tratar – adiantamos aqui vários assuntos da pauta –, encerro a presente reunião e agradeço a presença de todos.

(*Iniciada às 12 horas e 05 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 20ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e dezessete minutos do dia seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob a Presidência do Senador Rodrigo Cunha, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Mara Gabrilli, Paulo Rocha, Paulo Paim e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Telmário Mota, Angelo Coronel, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 25/2019 - CTFC, de autoria do Senador Rodrigo Cunha. **Finalidade:** Discutir a situação de vazamento de dados do INSS e as práticas abusivas de instituições financeiras na oferta de empréstimos consignados a aposentados e beneficiários do INSS. **Participantes:** Renato Rodrigues Vieira, Presidente do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS; Fernando Boarato Meneguin, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública; Paula Ester Farias de Leitão, Chefe Adjunta do Departamento de Regulação do Sistema Financeiro do Banco Central - BACEN; Eduardo Chow De Martino Tostes, Subcoordenador do Núcleo de Defesa do Consumidor da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro - NUDECON; Michel Roberto Oliveira de Souza, Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC. Nelson Levy Kneip de Freitas Macêdo, Delegado da Polícia Federal. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Rodrigo Cunha

Presidente da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às dez horas e oito minutos do dia treze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Eliziane Gama e Jorginho Mello, reúne-se a Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor com a presença dos Senadores Izalci Lucas, Major Olimpio, Telmário Mota, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Paulo Paim, Styvenson Valentim, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val e Chico Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Fernando Bezerra Coelho, Dário Berger, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Rodrigo Cunha, Roberto Rocha, Eduardo Girão, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Weverton, Cid Gomes, Humberto Costa, Otto Alencar, Rodrigo Pacheco e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Comparecimento de Ministro**, atendendo ao requerimento REQ 21/2019 - CTFC, de autoria da Senadora Eliziane Gama. **Finalidade:** Comparecimento do Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República a fim de prestar informações a respeito de um vídeo que faz apologia ao golpe militar de 1964, divulgado a partir de 31 de março nas redes sociais. **Participante:** Carlos Alberto dos Santos Cruz, Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República. **Resultado:** Realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jorginho Mello

Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Eliziane Gama

Presidente Eventual da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/13

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

A presente reunião tem por objetivo o comparecimento do Ministro-Chefe da Secretaria de Governo da Presidência da República, Gen. Carlos dos Santos Cruz, em atendimento ao Requerimento 21, de 2019, de nossa autoria, Senadora Eliziane Gama.

O Ministro já está conosco à mesa. O Ministro terá, inicialmente, o tempo de 30 minutos para fazer uma exposição inicial. Em seguida, passaremos à interpelação por parte de Senadores que queiram usar da palavra.

Portanto, eu inicio, Ministro, cumprimentando-o pela sua presença aqui na Comissão e lhe dando esse tempo inicial para que o senhor possa fazer sua exposição.

Muito obrigada. Fique à vontade.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Bom dia a todos!

Exma. Senadora Eliziane Gama, obrigado pela recepção.

Estou aqui atendendo o convite que me foi feito para vir explicar um assunto de Governo e é com satisfação que venho aqui. Esse é o funcionamento normal das instituições, é quando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

as autoridades do Legislativo têm as suas inquirições. É absolutamente normal o relacionamento. E faço isso com um sentimento muito tranquilo, de normalidade no trabalho, no relacionamento Legislativo-Executivo.

A inquirição foi sobre aquele vídeo que foi veiculado nos dias do final de março, em relação ao 31 de março de 1964. Foi um vídeo feito por uma pessoa, um empresário, particular. E esse vídeo foi distribuído na rede do WhatsApp.

O que aconteceu naqueles dias? Eu recebi esse vídeo também por outras fontes, e a pessoa abria o vídeo falando assim: "Eu tenho 65 anos..." Quando eu recebi, falei: "Mais um da previdência!" Era a época em que estavam em foco as primeiras veiculações informativas da previdência. E esse vídeo chegou a um funcionário nosso que repassou, nesse circuito de se repassar pelo WhatsApp que há, nessa dinâmica, para um funcionário nosso da Secom, da Secretaria da Comunicação, que é o funcionário que coloca na rede da Secom. A Secom tem uma rede para veicular as informações que o Governo julga interessantes que sejam veiculadas. E ele disparou ali mais um também, foi como se.., na interpretação de que fosse um vídeo relativo à campanha de divulgação da previdência social. E aí foi aquela divulgação infeliz, não é, uma infelicidade do funcionário sem nenhum viés ideológico, sem nenhuma ideia de polemizar as polêmicas normais que já existem.

Aí depois, quando foi percebido esse equívoco, chamei todo mundo e fiz uma reunião. "O que houve?" Aí trouxeram o funcionário. Um funcionário com 23, 24 anos de serviço, funcionário que trabalhou em outros governos, trabalhou no Governo do ex-Presidente Lula, da ex–Presidente Dilma, do Presidente Temer, etc. Então, não tem nenhum cunho ideológico. É um erro de serviço daqueles que não tem nenhuma conotação de polemizar um assunto que já tem as suas polêmicas normais pelas interpretações históricas, políticas, etc.

Então, foi o acontecido. Então, essas coisas acontecem. Agora, quando acontece um erro desse, um erro de serviço, mesmo que não seja intencional, no nível governamental sempre tem essa consequência natural, que é a minha vinda aqui para explicar aos senhores e às senhoras o acontecido, não é?

Não há nada de má-fé, não há nada de ideologia, não há nada de objetivo político envolvido na questão. Basicamente foi isso aí.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, eu queria inicialmente fazer aqui um destaque que eu acho muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O senhor está, na verdade, à frente de uma pasta que tem um nível muito amplo, digamos assim, tem uma força política inclusive muito forte. Trabalha na questão também estratégica. Eu acho que, inclusive, mais ampla do que a maioria dos ministérios. Eu estava fazendo um levantamento, e talvez perca para o Ministério da Economia, ou seja, o seu raio de atuação dentro do Governo tem um nível realmente importante. Inclusive foi ampliado recentemente, com um apoio muito maior, por decisão do próprio Presidente da República.

Quando nós fizemos... E quero o cumprimentar inicialmente por isso e lhe desejar inclusive muito sucesso na condução, pelo nível de responsabilidade que o senhor tem em relação ao nosso País.

Na verdade, quando nós recebemos esse vídeo, houve naquele momento uma certa comoção nacional, porque, como todos nós sabemos, a ditadura militar trouxe resultados terríveis para a sociedade brasileira no que se refere à questão de atos como tortura, desaparecimento. Algumas das pessoas até hoje ainda estão desaparecidas. E o nosso Exército fez hoje... Na verdade, os nossos militares como um todo tiveram contribuições significativas na história brasileira e continuam tendo, na verdade, uma contribuição significativa na história brasileira. E essa contribuição que eles dão hoje em relação às nossas fronteiras e que deram historicamente, no nosso entendimento, é o que precisa estar sendo lembrado a cada dia para as nossas crianças, para a nossa juventude e para o povo brasileiro.

Esse período da ditadura, no nosso entendimento, precisa ficar no seu tempo. Nós tivemos a anistia, nós tivemos algumas decisões que foram tomadas na tentativa de trazer um reparo e dar uma resposta a essas famílias. E, quando nós tivemos, lá atrás, a exposição e a divulgação desse vídeo, sobretudo por canais do Governo, traz... Eu digo a propagação, a distribuição por canais do Governo nos trouxe, na verdade, uma grandiosa preocupação.

Eu digo a propagação, a distribuição por canais do Governo nos trouxe, na verdade, uma grandiosa preocupação.

O senhor já apresentou essa explicação e o fez também lá atrás, mas o requerimento se sucedeu, e, portanto, o senhor está hoje aqui conosco.

Eu queria ainda sobre essa temática lhe fazer apenas uma pergunta mais específica. O senhor retratou que o funcionário tinha 20 anos, 30 anos de casa e, naturalmente, já tem uma experiência. Foi tomada alguma decisão específica em relação a ele, de aplicação de algum ato disciplinar, de alguma punição para que situações como essas, que são muito elementares, que parecem muito simples e que não podem se repetir, sobretudo por canais oficiais do Governo... Imagine só se fossem outras questões mais como a gente sabe. Às vezes uma informação sai e, quando ela sai de canais do Governo, o impacto é gigante. A bolsa de valores cai, o dólar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobe às vezes por uma questão de comunicação malfeita, de uma informação que é passada e que acaba tendo impacto na economia do País. Foi tomada alguma providência do ponto de vista da aplicação de uma alguma punição em relação a esse funcionário?

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Não. Sem dúvida nenhuma, qualquer erro de serviço nesse nível sempre tem alguma consequência maior. Tanto é o caso que estou aqui fazendo esse esclarecimento. Agora, não é pelo funcionário errar que a gente vai sacrificar também a pessoa e desconsiderar todo o trabalho realizado.

Eu conversei pessoalmente com ele sobre isso para fazer uma avaliação e foi esclarecido o cuidado que tem de ser tomado para que não se cometa esse tipo erro, exatamente porque a consequência, como a senhora falou, é uma consequência nesse nível, sempre ela tem uma expansão maior. Mas o funcionário foi orientado de como proceder. É uma pessoa de bons princípios também. Não era o caso. A decisão de punir ou não, de punir formalmente ou não é do chefe, ela é minha. Eu acho que a conversa que eu tive com ele foi uma conversa de serviço absolutamente normal e que evitou qualquer outro tipo de problema. A pessoa não pode perder o valor dela também porque cometeu um erro ao longo de tanto tempo de serviço.

Passei a minha vida inteira, 48 anos, sempre comandando gente, julgando as pessoas desde o atraso, desde o uniforme, desde o procedimento administrativo, tudo isso. Então, a gente tem o senso de justiça, de saber até aonde vai com as observações ou com as medidas disciplinares. Eu achei que não era o caso de medida disciplinar, mas um caso de correção de rumo de serviço. Isso foi absolutamente entendido. Não há problema nenhum, estou lidando com pessoa de princípios.

Também a orientação geral nossa é uma orientação da comunicação governamental ser uma comunicação informativa. Os meios de comunicação não são utilizados com finalidade ideológica, eles não são utilizados com finalidade de propaganda, de manutenção de poder, coisas assim. Então, existe uma orientação correta, institucional e também, no caso, para a pessoa, para o funcionário. Então, pode ter certeza de que os procedimentos são corretos e que a pessoa com quem estamos conversando...

Até, na oportunidade, eu me lembro de que na saída um jornalista falou assim: "Quem é?" O senhor pode dizer o nome?". Eu falei: "Não, eu não vou expor o nome de uma pessoa, de um funcionário, qualquer um, não faria essa exposição". Então a gente orienta o serviço e ao mesmo tempo protege aqueles que trabalham com a gente, na medida correta. Quando se chega a essa fase da vida tem que se ter senso de justiça. Eu acho que a justiça foi feita de maneira equilibrada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Muito bem.

Eu queria pedir aos Senadores que queiram que se inscrevam para o uso da palavra.

Ministro, mais algumas perguntas chegaram aqui, e alguns Senadores, então eu vou esgotar aqui as minhas perguntas, e o Ministro... Estou chamando-o de Ministro, mas o Senador Amin naturalmente também estará usando a palavra.

Então, vou fazer aqui a minha sequência de perguntas para o senhor responder e, na sequência... Eu pediria só que os Senadores pudessem se inscrever para que a gente possa chamar na ordem de inscrição.

Ministro, existe – e essa atuação está inclusive vinculada à Secretaria de Governo – o Programa de Parcerias de Investimentos, que é o PPI, um programa que, na verdade, é uma política de Estado que veio lá de trás, do Governo Temer, a que o Governo atual resolveu dar continuidade, uma política muito importante, que trabalha muito especificamente na questão da infraestrutura do País.

Nesse sentido, eu vi um dado, Ministro, em que o Brasil aparece, numa análise de 140 países em nível de competitividade global, na posição de número 81, ou seja, uma posição ainda muito ruim. Eu perguntaria ao senhor quais estudos estão sendo feitos na tentativa de mudar essa dura realidade, de nós avançarmos e termos realmente resultados mais expressivos a partir desse programa, um programa muito importante. Eu queria inclusive lhe parabenizar por estar na condução disso e por o Governo ter dado continuidade a esse programa.

Associado a isso, nós temos outras situações. No seu ministério nós temos a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ou seja, uma perspectiva também da questão ambiental. Nós temos acompanhado um debate muito amplo ultimamente acerca dos retrocessos na política ambiental. Uma das grandes preocupações hoje é referente à questão do Fundo da Amazônia. Nós temos uma participação da Noruega e da Alemanha de mais de 90% – 99%, se não me falha a memória – de investimentos nesse fundo, que se propõe, no seu princípio originário, a investimentos na política ambiental de proteção da nossa Amazônia. Agora houve uma disposição de mudança, na verdade, do comitê, e de tentar tirar esse objetivo e partir, por exemplo, para a utilização desses recursos para pagamento de desapropriações, ou seja, mudando totalmente esse viés. E aí nós vamos fazer aqui uma série de levantamentos de dados em relação à política ambiental, e eu nem quero entrar nesse mérito, como a questão dos agrotóxicos. Nós temos hoje uma quantidade exorbitante de agrotóxicos, a quantidade liberada esse ano foi maior do que o somatório de tudo que foi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

liberado nos últimos dez anos. Há uma preocupação inclusive para o agronegócio exportador quando você faz uma liberação em massa como hoje nós estamos fazendo, como o Governo está fazendo – aliás, às vezes se faz até no discurso de que é para o agronegócio, e acaba sendo às vezes um pouco um tiro no pé.

Então se tem uma política avançada, que é o Programa de Parcerias de Investimentos, mas acaba-se retroagindo numa outra área muito importante, que é a questão ambiental. Eu queria que o senhor fizesse essa avaliação.

A terceira pergunta é referente à questão das universidades. Hoje, através do Decreto 9.794, agora, do Presidente, que criou o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas, quando fala da lista tríplice, fala de um critério de vida pregressa, mas não coloca de forma muito clara quais seriam esses critérios. Então, eu queria que o senhor colocasse aqui de uma forma mais pormenorizada quais são esses critérios para se fazer a escolha da lista tríplice, depois de eleita pelo colégio, pelo grupo da universidade, por alunos, por todos que estão lá, participando do processo eleitoral.

Muito obrigada.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Na verdade, no convite que foi feito ao Ministro Carlos Alberto dos Santos Cruz, o tema tratado era especificamente em relação àquele filme que foi divulgado em comemoração ao dia...

(*Interrupção do som.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... 31 de março (*Fora do microfone.*) e que causou toda essa polêmica e, consequentemente, esse convite. V. Exa. está desviando do assunto da audiência, e aí fica complicado, porque daqui a pouco o Ministro vai falar da saúde, da educação, de todos os temas que na verdade não eram motivo e objeto deste convite.

Então, eu gostaria de dizer a V. Exa. que o Ministro poderia ficar à vontade para tratar ou não desses temas, até porque eu entendo que os temas são pontuais. A decisão obviamente é do Ministro, mas, por uma questão de disciplina regimental, nós gostaríamos de deixar levantada aqui essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Só para fechar aqui, Ministro, a colocação do Senador é uma colocação naturalmente pertinente. Nós tivemos aqui um objetivo específico para a convocação do Ministro.

Eu coloquei lá atrás, Senador, o senhor ainda não estava aqui, que esse pedido, esse convite, aliás – e aí eu queria destacar que o Ministro pessoalmente me ligou sobre a disposição de vir e fez a definição inclusive dessa data – já faz um tempo, foi referente à data de 31 de março. Logo em seguida, nós tivemos uma exposição, uma explicação do Ministro e que ele inclusive coloca aqui mais uma vez.

Se o Ministro não quiser responder às perguntas, o senhor tem absoluto direito de não responder, mas acho que estamos num clima tão importante de esclarecimento dos fatos que acho que é uma boa oportunidade para que o Ministro possa ter uma conversa conosco agradável, tranquila, sem ataques, dentro de uma cordialidade da Comissão.

Ministro, o senhor fique bem à vontade com relação às perguntas.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Muito obrigado. Eu me considero privilegiado por ter uma audiência tão seleta. Não é todo dia que eu tenho uma audiência tão seleta, e eu faço questão de esclarecer alguns itens das questões que a senhora colocou, mesmo sabendo que a convocação foi por um assunto específico, mas é uma oportunidade também para a gente mostrar como funcionam alguns setores do Governo.

O caso do programa, dessa parceria de investimentos privados, esse programa, como a senhora falou, começou no Governo do Presidente Temer, acho que faz exatamente 36 meses. Por que começou isso? Porque com a dimensão do Brasil, o País não tem recursos para fazer todas as suas obras de infraestrutura.

Por questões também diversas, o Brasil tem cerca de 14 mil obras paralisadas, que começaram e ficaram paralisadas. Então, essa infinidade de obras paralisadas e a dimensão do Brasil na parte de infraestrutura, de estradas, de ferrovias, portos, aeroportos, etc., isso fez o Governo, na época, criar esse programa, um programa em que foram colocados 193 projetos. Foram escolhidos 193 problemas de infraestrutura e colocados dentro de uma carteira chamada PPI, que é um grupo de primeiríssima qualidade, de gente técnica. Não é mérito meu, já existia, eu só aumentei um pouco esse efetivo, gente da mais alta qualidade – fica aqui a minha admiração pelos nossos servidores públicos, se o Brasil tem coisas erradas, que não deram certo, etc., não é por conta dos seus servidores, que são de altíssimo nível –, e eles pegaram esses 193 projetos e trabalharam isso tudo. Trabalhar isso tudo significa, por exemplo: se é uma rodovia, eu vou fazer toda a parte técnica de engenharia, uma revisão nisso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tudo, quanto custa isso tudo, vou fazer uma revisão técnica dos dados, por exemplo, de fluxo de veículos, de preço de pedágio, tudo isso, e eu pego todo esse conhecimento técnico, faço uma modelagem de licitação e coloco isso no mercado. E aí os empresários, a iniciativa privada se interessa, e isso vai a leilão. Dos 193 iniciais, foram concedidos – vamos usar o termo "vendidos", mas não é bem vendidos, é concedidos – 147. Cento e quarenta e sete, então, na prateleira sobraram 46. Nós fizemos uma reunião – um conselho faz isso –, pegamos, das 14 mil outras que estão dependendo de alguma coisa, selecionamos mais 59, e o pessoal está trabalhando agora nessas 59.

O que acontece? Eu pego uma obra paralisada, eu tenho que ver se essa obra... Além de toda essa parte técnica, nós criamos uma seção que tem que ver se há processo na justiça em relação à empresa que estava trabalhando, tem que ver se não há problema de licença de meio ambiente, tem que ver se não há problema de área indígena, se não há problema do patrimônio histórico, se não há problema de quilombola, para, quando se colocar o projeto na mão do empresário, o empresário realmente sair trabalhando, e não ficar correndo atrás de permissões que às vezes demoram anos para sair.

A senhora comentou que a gente, numa escala de cento e poucos, está em 81. Por exemplo: há um terminal portuário que agora vai ser desenvolvido por um empresário que demorou 11 anos para tirar todas as 96 licenças. Então é complicado. Nesse sistema do PPI, ele já pega com as licenças efetivadas, o processo mais limpo, porque o objetivo final é o brasileiro ter onde trabalhar, a coisa ser mais eficiente. Então é assim que funciona o PPI.

Como fazer para atrair investimento? Para atrair investimento estrangeiro existem três pontos básicos, na minha avaliação. Primeiro, o estudo técnico tem que ser bem feito. Eu não posso achar, dizer que numa estrada passam 10 mil veículos por dia quando só passam 6 mil, porque aí o cálculo de concessão vai ser completamente errado e vai dar problema lá na frente, o concessionário não vai poder cumprir aquilo que ele prometeu ou que achou que podia prometer. Então, a confiabilidade técnica é importante, e o nosso pessoal tem confiabilidade técnica, o pessoal do BNDES, do PPI, da EPL e da Caixa Econômica, que são os quatro polos no Brasil de capacitação técnica para isso. Então, o meu pessoal do PPI é fantástico nessa área, são todas pessoas técnicas. A nossa conversa aqui não tem nenhuma consideração partidária, ideológica, política, nada, é realmente absolutamente técnica.

O segundo item é contrato de longo prazo... Nesse tipo de concessão, de aeroportos, de portos, de estradas, de ferrovias, normalmente os contratos têm que ser longos, algo entre 30 e 40 anos, uma média de 35 talvez, para que se possa ter o retorno do capital investido. O empresário vai colocar lá 2 bilhões, como foi agora... Foi só para a outorga de aeroportos esses 2 bilhões – eu vou explicar o que é isso. Então, o segundo item é contrato de longo prazo e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

confiabilidade na Justiça, segurança jurídica. O sujeito que usa o dinheiro dele e vai assinar um contrato de 35 anos tem que acreditar na Justiça. Se ele tiver uma pendência – e às vezes pendências ocorrem no meio do caminho –, ele vai ter um sistema judiciário que funciona e que vai resolver com certa rapidez.

Terceiro ponto: o empresário tem que saber que vai trabalhar num ambiente absolutamente honesto. Isso é fundamental. Eu passei no Japão, fui à França semana passada... Agora nós vamos fazer a parte de óleo e gás, que é supervaliosa.

O terceiro item é ambiente honesto para os negócios. O Brasil teve sua imagem prejudicada por vários problemas ao longo de 10, 12, 15 anos. As primeiras páginas sempre traziam escândalos envolvendo empresas brasileiras, personalidades de governo etc. etc. Isso é extremamente desgastante no ambiente de negócios, no ambiente internacional. Então, temos que recuperar essa imagem.

E o que acontece? O ambiente que não é honesto atrai o aventureiro. Primeira coisa, não atrai o bom empresário; ele atrai o aventureiro. O aventureiro faz ofertas maravilhosas que ele sabe que não vai cumprir, que não dá para cumprir, porque ele acredita que, no meio do caminho, ele vai fazer uma negociata qualquer e vai compensar aquilo ali, ou então que, no meio do caminho, vai ter que dar 20%, colaborar na campanha não sei do quê, e por aí vai. Então, o ambiente honesto é fundamental. Se houver confiança na parte técnica, se houver segurança jurídica, se o investidor acreditar que o contrato dele vai ser respeitado e que ele está num ambiente honesto, que ele vai fazer um cálculo de investimento e o cálculo será exatamente aquele, não haverá nenhum adicional naquilo ali de maneira ilegal, isso aí também atrai bons investidores.

Então, é com esses três itens que a gente tem trabalhado. Capacidade técnica, o nosso pessoal... A prova é que, dos 193 iniciais, já foram vendidos 147. No início deste ano nós fomos para São Paulo: leilão na Bolsa de Valores de lotes de aeroportos. Os aeroportos, a gente está fazendo por grupos de aeroportos... Quem leva o pacote leva também aeroporto pequeno. Querer o Santos Dumont ou querer o Galeão é fácil, mas ele tem que pegar um conjunto, porque o pequeno também se beneficia do lucro que é dado no aeroporto-mãe daquele lote.

Houve uma que nós tínhamos estimado como outorga. Outorga é... Eu dou um lance – é a joia do clube, aquela entrada em dinheiro que não faz parte do negócio – que é para ganhar o negócio. Nós tínhamos estimado 173 milhões. O primeiro lance de uma empresa espanhola foi de 1,8 bilhão. Acabou! Depois houve ali uma disputa, um outro encostou um pouco, eles aumentaram ainda. Foram quase 2 bilhões, quando o lance começava com 173 milhões. Isso mostra o quê? Mostra confiança, mostra confiança não é só na gente não, mostra confiança no nosso pessoal técnico, confiança no nosso sistema jurídico, na Justiça brasileira, que vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

resolver qualquer pendência, e também confiança no Governo, confiança na honestidade, confiança nos próximos que vêm à frente, porque são contratos de 35 anos. Então, não é só na gente, é confiança no País, não é?

É assim que funciona o PPI.

O Fundo Amazônico, o que é? Pode ser que haja pessoas que não sejam da área. O Fundo Amazônico é um fundo gerenciado no BNDES para... Há uma lista de atividades que podem ser desenvolvidas com esse dinheiro, como, por exemplo, demarcação de terras na Amazônia, combate ao desmatamento, desenvolvimento de comunidades na área amazônica – o fundo é amazônico, não é? Pode ser para capacitação de pessoal, para pequenos empreendimentos na região, para uma série de coisas. Esse fundo, basicamente, é formado assim: em torno de 95% a 96% são recursos da Noruega, que deposita dinheiro no fundo, e mais 4% ou 5% vêm da Alemanha. Esse é o bolo do Fundo Amazônico.

E como isso funciona? Aqueles que querem atuar naquela área fazem os projetos, esses projetos são analisados por uma comissão, e essa comissão seleciona aquilo ali.

Bem, o que acontece? O Ministério do Meio Ambiente... Parte dos recursos é gerenciada no BNDES. O Ministério do Meio Ambiente é fundamental nisso aí, porque tudo isso está ligado ao meio ambiente. Então, está sendo feita uma rodada de negociações com a Noruega e com a Alemanha para explicar para eles... Com o Itamaraty também, porque, sendo um assunto que envolve outros governos, ele tem que estar presente. Participam o Itamaraty, o Ministério do Meio Ambiente e a Coordenação da Segov, mas como um ponto de coordenação – é por isso que sei de todos os detalhes. Isso está em discussão.

Qual é o objetivo? O objetivo é a efetividade dos projetos, o resultado dos projetos. O importante é o resultado. Às vezes eu posso ter alguma coisa contabilmente correta, mas eu não tenho resultado final.

Outra coisa: às vezes eu pego um recurso e gasto 70% a 80% em salário do pessoal que trabalha no projeto e, no fim da linha, na parte prática, chegam 20%, 30%. Essas coisas precisam ser revistas para ver o que... Outra coisa: às vezes se faz uma distribuição de recursos em diversas coisas, não se tem sinergia, não se tem concentração de esforços. Quando vai ver o final do filme, na realidade, não tem um impacto.

Então, há muita coisa para ser discutida. O sistema não é perfeito, também não há nada de calamitoso, mas há muito espaço para melhoria. Por exemplo... E o Amazônico não é só para fazer na Amazônia brasileira, ele pode ser usado na Amazônia em países vizinhos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

também. Há projetos cujos custos de passagens, por exemplo, foram fantásticos, o gasto de passagens, diárias e tal.

Então, é para discutir, mas qual é o objetivo da discussão? O objetivo da discussão toda que está sendo feita é aumentar a efetividade, aumentar a transparência. Isso é fundamental. Tem que ser uma coisa que, na hora em que um Senador, um Deputado, a imprensa, um prefeito ou um cidadão quiser saber qual é o projeto que está acontecendo no seu Município, ele entra na internet e enxerga tudo, ele vê quem é que está fazendo, ele vê quanto é, em que se está gastando. Então, o objetivo é esse.

Claro que há sempre discussão, mas podem ter certeza de que a discussão está no meio do caminho. O objetivo é efetividade na coisa, é transparência, e é resultado para o nosso pessoal lá na área amazônica, para evitar desmatamento etc. Então, é para a melhoria de assuntos do meio ambiente, não é para criar dano nenhum, pelo contrário. É claro que eu entendo perfeitamente as discussões, sempre as coisas são politizadas, é normal também, não há nada de criminoso na politização das discussões, mas estou falando aqui é no objetivo frio da revisão do assunto.

Sobre as universidades, algo que a senhora mencionou, eu posso falar de universidade também, porque eu sou engenheiro civil, eu sou militar, mas também sou engenheiro civil, estudei na universidade, fiz curso de atualização em universidade. Casualmente, esta semana fui à UnB falar para os alunos de Relações Internacionais, porque a minha grande experiência é na área internacional, até a minha parte militar de grande experiência é na área internacional. Esta semana estive lá na UnB... Aliás, foi anteontem, estive lá com uma classe de Relações Internacionais para dar uma aula mais prática para o pessoal.

O corte que houve na área do ensino... Não me aprofundei porque não é a minha área, mas foi um corte de algo em torno de 3,5% no geral, que é uma coisa que pode ser compensada, acredito eu, com gestão. Mas o assunto foi politizado, da maneira que a gente viu, e houve reações normais na sociedade.

A sociedade funciona assim, o dinamismo é esse, às vezes as coisas tomam um volume ou uma direção que não é bem a desejada, e a política, às vezes, também leva para um certo lado, mas nada disso aí está dentro de alguma anormalidade. Tudo dentro da normalidade. É a dinâmica da nossa sociedade, uma dinâmica que mudou completamente. Hoje em dia, o mundo está mudando numa velocidade incrível, e essas reações todas são por conta, hoje, da tecnologia. Com isso aqui, eu faço convocações, eu transmito ideias, corretas ou não. Então, nada disso que aconteceu eu considero absurdo. Está dentro da dinâmica social. Tudo em ordem. As manifestações todas que nós tivemos nos últimos dias, todas em ordem, o que mostra uma maturidade enorme.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil continua com uma expectativa excelente. Tivemos a aprovação, agora, da parte orçamentária. Vem aí a parte de previdência social, com um Congresso absolutamente responsável. Estamos vendo a responsabilidade. Tivemos decisões de Justiça agora também colocando uma decisão importante na área dos negócios de PPI. Então, o Brasil está andando, e a fumaça, um pouquinho de fumaça não pode nos impedir de enxergar as coisas boas que estão acontecendo.

A dinâmica que hoje nós temos no Congresso, no Senado, na Câmara, no Governo, essa dinâmica é assim mesmo. Não me assombra, não me assusta. Estamos dentro da normalidade e caminhando com uma expectativa muito boa.

A SRA. PRESIDENTE (Eliziane Gama. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Ministro, eu queria, mais uma vez, agradecer.

Nós vamos passar agora à lista de oradores.

Eu vou pedir ao meu colega Jorginho Mello para conduzir os trabalhos, em função de eu ter que me ausentar por conta do meu horário de voo. Infelizmente não vou poder ficar até o final. Vou acompanhar ainda um pouco, mas quero passar os trabalhos ao Jorginho Mello, já iniciando aqui, passando a palavra ao Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Para interpelar Ministro.) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Sr. Ministro, eu quero saudá-lo por estar aqui na Comissão. Nós teríamos muitos assuntos para tratar com V. Exa., Ministro da Secretaria de Governo, então, naturalmente seria uma oportunidade, mas eu quero me ater ao que está aqui disposto no art. 397 do Regimento Senado Federal.

Há um assunto determinado para justificar a presença de V. Exa. hoje aqui. Confesso até que me surpreendi com o convite a V. Exa. para tratar do assunto, porque é um vídeo que não foi de responsabilidade do Ministro, do Ministério. Trata-se, como já foi dito, de um vídeo que foi feito por um funcionário, portanto, por uma pessoa física, funcionário esse que, é preciso registrar, está lá há 20 anos, ou seja, serviu a todos os Governos passados. Não foi V. Exa. que o levou... Talvez, inadvertidamente, ele tenha cometido um deslize. Não sei nem se justifica ser punido, penalizado por isso. Eu acho que é um direito individual dele pensar assim ou assado, como é de cada um de nós. Estamos numa democracia.

No mais, apenas para, já que derrapamos um pouco do assunto determinado, em relação à infraestrutura, que V. Exa. colocou muito bem, aproveitar para emitir só uma pequena opinião.

Em todo lugar do mundo que teve prosperidade, como, recentemente, a China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Singapura, Hong Kong, tiveram que eleger duas questões fundamentais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para promover a prosperidade, ou seja, o desenvolvimento: infraestrutura, que conduz à produção; e conhecimento. Produção e conhecimento são o que emancipa as pessoas. Conhecimento não apenas do português e da matemática, aprender a ler e escrever, medido pelo Ideb. Vai além disso. Envolve ciência e tecnologia. Por isso que não é educação apenas, é conhecimento. E produção. E como é que se consegue produzir? Não é a logística que segue a produção; é a produção que segue a logística, a infraestrutura.

Então é óbvio que o Brasil tem um potencial produtivo imenso, mas carece de infraestrutura. Por exemplo, os produtores rurais do Brasil são altamente competitivos até a porteira da fazenda. Passou dali, a competitividade cai.

Para haver produção, tem que haver infraestrutura. E quem é que faz infraestrutura, o que é caríssimo em qualquer lugar do mundo? Via de regra, é o privado. Porque não há mais dinheiro, o Governo não tem mais dinheiro.

Aliás, eu quero dizer que o melhor legado que o PT deixou para os brasileiros foi provar que dinheiro público também acaba, que não é um saco sem fundo, que dinheiro público é público só no nome, que ele, o orçamento, vem das pessoas físicas e jurídicas. Ou seja, se não há produção, o Governo arrecada menos. Isso é óbvio.

Como é que nós vamos conseguir recuperar a capacidade de investimento do Poder Público, Estados, Municípios, União? Como é que vamos poder fazer mais serviço público, oferecer mais entregas à população? Na hora em que crescer economia. Cada vez que o PIB aumenta 1%, cresce 3% a arrecadação tributária. E como é que aumenta o PIB, como é que cresce a economia? Com investimentos, e investimentos, já disse, sobretudo privados. E como é que há investimento? Com segurança jurídica. E como é que se tem segurança jurídica? Com democracia, com liberdade econômica e com marco regulatório. Ninguém tem coragem de pegar seu dinheiro... Nem a China comunista bota na Venezuela um centavo. Agora mesmo, meu Estado, que é o mesmo estado da Senadora Eliziane, perdeu um investimento de US$7 bilhões para a Bahia, uma siderúrgica que foi tão cantada e decantada no Maranhão, o melhor lugar do mundo para ter a siderúrgica, está lá o minério. Ou seja, é preciso ter segurança jurídica, senão o sujeito não bota o seu dinheiro.

Eu cheguei semana passada de uma viagem – desculpa, Chico, eu acho que é importante vocês também tomarem conhecimento disso, o Ministro tomar conhecimento disso –, uma viagem oficial que fiz a Singapura e Tailândia. Tramita aqui no Senado um projeto de lei de nossa autoria que trata dos cassinos em resort, resort integrado. Não tem nada a ver com os projetos outros que estão tramitando no Congresso, que liberam cassino, liberam bingo, liberam caça-níquel, liberam tudo. Nada disso! O nosso é exclusivamente para *resorts*

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

integrados, cassino dentro do *resort*. Eu fui lá. Convidado, eu fui conhecer o modelo, modelo esse que está sendo seguido agora pelo Japão – pelo Japão! Eu voltei impressionado.

Uma das coisas que mais me deixou impressionado nessa viagem foi uma visita que fiz, aliás, de todas as visitas que fiz, uma delas, ao fundo soberano. Três fundos soberanos lá têm juntos US$1 trilhão para investir, RS$1 trilhão. E eles têm muito interesse no Brasil, que, abaixo da linha do Equador, é o melhor mercado que existe, absolutamente, ainda, inexplorado. E eles me perguntaram assim: "Senador, vão aprovar ou não a reforma previdenciária?". Desse jeito, Chico. Ou seja, o grau de consciência lá, a 17 mil quilômetros, muitas vezes é maior do que o de muitos colegas congressistas. Quem não sabe da importância, aliás, da necessidade da reforma? Aliás, hoje será lido o relatório na Câmara. E eles disseram: "Nós temos muito interesse em colocar dinheiro no Brasil; nós temos muito interesse e muito dinheiro, mas a gente só vai se tiver um mínimo de segurança". Óbvio, óbvio!

O que falta no Brasil sobra no mundo, que é dinheiro. Agora, nós temos que fazer o dever de casa.

Então, eu vou encerrar aqui. Depois quero ter a oportunidade de passar para V. Exa. um relato mais pormenorizado dessa viagem que fiz. Eu tratei de dois assuntos: os cassinos e o porto de Singapura. Eles administram 40 portos no mundo – 40 portos. E quando se fala em cassino sempre há um preconceito aqui nesta Casa e fora dela. Nós não estamos falando de cassino por cassino. Nós estamos falando de cassino pela política pública de turismo.

Como é que pode, gente, o Brasil ter 6 milhões de turistas há 20 anos? Há 20 anos? E desses 6 milhões, 2,5 milhões são de argentinos lisos que vão para o Rio Grande do Sul e para a terra do Senador Paulo Bauer passear. Argentino liso. Nós temos que atrair turista que tem dinheiro. E o mundo está cheio deles, gente. Se você for extrair os seis milhões, não tem três, porque uma parte é turista de navio de cruzeiro. Se passa um dia o turista em cada lugar, ele é contado duas vezes. Então, se ele para no Rio, para em São Paulo, para em Salvador, então, não são 6 milhões. O Museu do Louvre tem 9 milhões de turistas. A Torre Eiffel recebe mais que o Brasil. Uma praia no México, Cancún, recebe mais que o Brasil. Isso é uma loucura!

Não há, e digo para concluir, nenhum lugar do mundo com potencial maior e inexplorado para o turismo do que o Brasil. Nenhum lugar do mundo tem um potencial tão grande e tão inexplorado quanto o Brasil.

Então, eu acho que é uma política em que o Governo acerta muito se realmente investir, porque é emprego e dinheiro na veia.

Muito obrigado pela atenção, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Ministro, só um pouquinho, por favor.

Quero fazer o registro da presença do Senador Telmário Mota, a presença do ex-Senador Pedro Chaves, no nosso ex-Senador Paulo Bauer, Secretário executivo do Governo.

Concedo a palavra agora a V. Exa. para responder ao nosso Senador Roberto Rocha.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Olha, a minha impressão também, porque há coisas que são técnicas e há coisas que são de percepção... Na política há muito de percepção. Às vezes não é nem de conhecimento técnico. O conhecimento técnico auxilia aquele que tem percepção. Eu estive no Japão. Fiquei 30 horas só no Japão. Fui lá só para desencalhar o empresariado. Vi que eu tinha preparo físico para ir e voltar, porque a viagem foi mais longa do que a permanência. Outra coisa, estive três dias na França no Fórum de Empresários Brasil-França, e a expectativa é muito grande, o volume de dinheiro que está esperando uma definição... E a gente vê o quê? Que a nossa previdência, que a reforma da previdência ela não só é um mecanismo de equilíbrio de contas públicas, como também de uma marca registrada de mudanças. A gente percebe que o simbolismo também está aumentando nessa mudança de direção, de valorizar o capital privado, de segurança jurídica, de segurança para o empresariado, de abrir um dos maiores países do mundo para essa possibilidade de investimento. Nisso aí o Governo está envolvido desde o início. O Presidente Bolsonaro e o Paulo Guedes estão numa cruzada para isso. Então, fica aí o Congresso abraçando isso com a responsabilidade que tem, tanto que tem tomado várias decisões, tem trabalhado. Câmara e Senado têm trabalhado de maneira extremamente visível com relação às suas responsabilidades. Então, eu tenho muita expectativa de que isso tudo vai dar certo. E o Presidente Bolsonaro vai ter o projeto que ele encaminhou, claro que feito pelo Ministério da Economia, e que agora está recebendo o trato normal aqui na Câmara.

Sobre essa parte que o senhor falou da segurança dos investimentos em infraestrutura, é impossível em qualquer país da dimensão do Brasil fazer tudo de maneira governamental. Não é possível. E há muitas coisas que precisam ser reguladas, muitas coisas. Por exemplo, na área do turismo. Hoje, se você for à França, em tudo que é lugar, é fundamental esse público, esse movimento, é turismo interno, é turismo externo. O turismo interno nosso está caríssimo. As passagens aéreas estão quase inviáveis para se fazer turismo. Então, há muita coisa para mexer para que isso aí também se desenvolva, a parte de infraestrutura... Por exemplo, São Gabriel da Cachoeira, na Amazônia, é um lugar fantástico para turismo ecológico, só que há que se colocar lá internet, porque o turista vai querer se comunicar com a família dele, com o país dele. Então, há a internet, há o custo da passagem aérea, há a parte de hotelaria e tudo isso. Então, na parte de infraestrutura, o Governo está investindo tudo que pode. Na parte de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

turismo, quando o Presidente Bolsonaro assinou alguns acordos para não ser preciso visto para determinados países, o movimento de venda de passagens, já comprovado, para o Brasil aumentou em mais de 200% em alguns locais, porque não há a incomodação do visto. Então tem a parte burocrática que tem que mexer. A parte de jogos de que o senhor falou é uma coisa que tem que ser revista. Não vou aqui polemizar o problema do jogo, mas estão se esquecendo de uma coisa. Não vou discutir aqui problema de cassino, mas hoje existem os jogos na internet que giram 46 bilhões sem pagar imposto. Hoje o sujeito joga na internet. É um mercado de 46 bilhões anuais no Brasil. Na Caixa Econômica todo o sistema de loteria eu acho que são 22. Os jogos eletrônicos não estão pagando imposto. Se a gente fizesse o sistema de cobrar impostos dos jogos eletrônicos, ele não vai ao cassino, mas ele joga no computador, ele joga no telefone celular. Isso aí daria 15 bilhões de impostos. Então é uma coisa que precisa de regulamentação.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Só para informar a V. Exa., há um projeto tramitando aqui no Senado que regulamenta os jogos eletrônicos, matéria inclusive de minha autoria.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Isso aí traz um retorno fantástico de impostos. O cassino ainda tem uma mística nas discussões, mas o jogo eletrônico é duas vezes todo o sistema da Caixa Econômica. Então há muita coisa para discutir. O local de discussão é o Congresso Nacional, Câmara, Senado. A sociedade se expressa através de seus representantes, que são exatamente os senhores.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem!

Senador Chico Rodrigues, V. Exa. tem a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Ministro Santos Cruz, apesar de o assunto ter desvirtuado diferentemente do que estava previsto no convite feito a V. Exa. sobre esse filme que às vezes na esquerda causa tanto *frisson*, mas é a história do Brasil viva que nós temos que vivenciar a cada dia das nossas vidas. O País precisa manter viva a sua história. Obviamente entendemos a manifestação da Senadora, como ficou claro, mas acho que não podemos deixar, em momento algum, de comemorar todos os anos, assim como todos os Governos fizeram, aquela data que marcou uma fase, para mim, importantíssima da nossa história. O tempo é o senhor da razão, e obviamente vai cada dia mais solidificar esse conceito, esse juízo de valor que todos que são patriotas fazem daquela data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aproveito a disponibilidade de V. Exa., inclusive em um gesto muito generoso de responder todas as perguntas. Até porque conhece com precisão cirúrgica o que está acontecendo no Governo, está ajudando o Presidente Jair Bolsonaro a implementar o seu programa, este Brasil com o qual todos nós sonhamos, onde as dificuldades começaram a se postar à frente dos problemas que nós vivemos, mas graças a Deus, a gente vê que cada dia é um novo passo que o Brasil está dando em direção ao futuro.

Tenho absoluta certeza de que a reforma da previdência será tranquilamente aprovada, com todas as dificuldades que nós verificamos. Muitas vezes, se procurou desvirtuar o conteúdo do projeto básico apresentado pelo Governo Federal, mas graças a Deus há uma consciência silenciosa e cívica de todos os Deputados e Senadores. Não tenho absolutamente dúvidas de que serão aprovados os ajustes, num primeiro momento, com a inclusão de itens que foram retirados pelo Relator na Câmara dos Deputados. Mas nós sabemos como funciona, isso é uma questão de arranjo combinatório com Governadores, com Prefeitos, enfim, para voltar o tema ao projeto original.

Aproveitando, como já falei, a sua disponibilidade, nós vimos os programas que foram lançados e as parceiras de investimentos, que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso País. O Senador Roberto Rocha falou aqui, com muita propriedade, de um tema que é recorrente: a questão do turismo. Não se justifica que um País como o nosso, que tem dezenas de alternativas e oportunidades para essa área tão importante para a economia de um País, esteja ainda repetindo, ao longo de quase 20 anos, o mesmo número de turistas. Tenho certeza de que toda essa expectativa que acontece hoje na comunidade internacional vai se tornar realidade de investimentos na medida em que nós resolvamos, quem sabe até ainda neste primeiro semestre, a questão da reforma da previdência e, ato contínuo, da reforma tributária.

Vejo que várias obras estão listadas aqui, como a partilha do pré-sal, a sexta rodada de licitações sobre o regime de partilha do pré-sal, com investimentos da ordem de R$55 bilhões. Nós vemos, para citar alguns, direitos minerais de polimetálicos de Palmeirópolis, no Tocantins, R$255 milhões. A décima sexta rodada do regime de licitações sob o regime de concessão – R$11 bilhões. Vemos investimentos importantes na área do terminal de celulose, em Paranaguá, no terminal de granéis líquidos, no Porto de Santos, leilão de linhas de transmissão. Nós verificamos que, hoje, essa questão da energia, inclusive com fontes alternativas e renováveis, é fundamental neste momento que nós vivemos em que o mundo inteiro adota essa energia de fontes renováveis. Nós vemos a rodovia 364/365, Minas e Goiás, com mais de R$2 bilhões de investimentos. Essas concessões, obviamente, vão chegar. Os prazos, como o senhor já explicou, são prazos longos exatamente para remunerar o capital investido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria, apenas, que V. Exa. explicasse aqui rapidamente quais são os desdobramentos que já estão acontecendo em relação a esses investimentos e a essas concessões em função do prazo, do curto prazo, de dois, três meses, no máximo, em que elas ocorreram, e também com relação ao Fundo Amazônia.

O Presidente do BNDES, Joaquim Levy, disse que o BNDES tem um saldo hoje de mais de R$4,9 bilhões, e os programas na Amazônia, especificamente no nosso Estado, praticamente nenhum foi desenvolvido ainda no sentido de fazer com que esses recursos pudessem ser aplicados e que os resultados viessem, na verdade, beneficiar o meio ambiente e, logicamente, com investimentos paralelos que podem consubstanciar ações de Estado.

Então, eu gostaria de saber de V. Exa. como é que esses recursos, principalmente os do Fundo Amazônia, poderiam ser implementados em uma política de governo para facilitar, inclusive, os Estados amazônicos a acessarem esses recursos.

Basicamente era isso, Sr. Ministro.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Muito obrigado, Senador.

A primeira observação é sobre o Fundo Amazônia.

Uma das discussões que nós estamos tendo – e estamos bem no meio da conversa – com os interessados, com esses atores que eu já citei – a Secretaria de Governo só ajudando na coordenação –, Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia, BNDES e os dois grandes doadores para o fundo... Por que isso? Exatamente para a gente poder fazer, em determinados momentos, um direcionamento mais estratégico da aplicação do fundo.

Há muita gente que faz projetos, mas só que, se eu faço uma dispersão de todos esses projetos, sejam pequenos ou grandes projetos, todos dispersos, eu acabo não tendo impacto em nenhuma frente. Então, nós estamos conversando, exatamente nesse período agora, para criar também um modelo onde se possa concentrar esses esforços, e, às vezes, concentrar junto também com a parte governamental.

O seu Estado, Roraima, é um Estado – e o senhor foi Governador – que tem algumas características. Roraima é um Estado em que, hoje, o Governador, para a atividade produtiva, para a habitação normal, para o urbanismo normal das cidades, do Estado, etc., tem em torno de 14% só das terras do Estado. É um estado em que 22% de todo o orçamento vai para os poderes locais. Então, é um Estado com algumas dificuldades.

Agora, com relação ao problema do Linhão, o Presidente Bolsonaro está querendo iniciar a obra o mais rápido possível. Nós estamos coordenando todos os atores – Ministério do Meio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ambiente, Funai, com a consulta aos indígenas, a própria empresa, Ministério de Minas e Energia, Aneel, etc. – para ver se a gente começa ainda neste ano, porque está saindo por R$1 bilhão ao ano só o gasto com combustível, isso para o Estado que é o único que não está integrado à rede elétrica.

Ontem, um outro problema, aliás, um problema que eu peço até aos Srs. Parlamentares para verificar: Roraima exportou 194 toneladas de ouro este ano... Foi tonelada? (*Pausa.*)

Sim, 194 quilos. Isso oficialmente, ou seja, isso é dado oficial. E o que saiu fora desse dado?

Então, como é esse garimpo? É ilegal? Ele está na área indígena? Ele não está? A gente tem que fazer a regularização para o Estado se beneficiar, fazer a fiscalização e se beneficiar do controle. E não que o mineral valioso seja tirado de área irregular, com falta de técnica, com deterioração de meio ambiente e sem levar benefício nenhum para a comunidade indígena e para o Governo local.

Então, o senhor tocou no seu Estado. Ele tem essa característica. Precisa da regularização também de toda essa área de mineração, particularmente nas terras indígenas, porque Roraima tem uma quantidade muito grande de terras indígenas, reservas, etc.

Então, nessa parte de projetos na área amazônica, eles têm que ser bem direcionados. E projetos precisam ser fiscalizados. Não é por nenhuma desconfiança dos atores que trabalham, mas é para a gente conseguir também influenciar na parte de resultados. Os resultados têm que ser visíveis. A quantidade do dinheiro não pode ser para as atividades administrativas, tem que ser para a finalidade do projeto para ter impacto na ponta da linha. Tem que ser para o fim da linha.

A outra coisa são os investimentos do PPI. Sem dúvida nenhuma, a expectativa é muito grande. Passando a previdência – é aquilo que eu falei –, não só significa equilíbrio de contas, como é um marco importante para esse empresário, realmente, investir no Brasil.

Os fundos que têm dinheiro estão, ao menos nos locais aonde eu fui... Estou indo a São Paulo, segunda-feira também, com cerca de 350 empresários. Existe muito dinheiro no mercado. É uma expectativa normal. E essa expectativa de seis meses é absolutamente normal. Ontem, eu estava conversando com um grupo de investidores, de administradores financeiros que estiveram lá comigo. É normal. Em cinco meses de Governo, a gente vê quanta fumaceira, quanta coisa pequena, quanta coisa que aconteceu que a gente até acha que não é importante, mas foi de acomodação. A gente vê hoje o Congresso trabalhando. O Governo está atingindo seus objetivos. Depois, vêm outros fatos, como reforma tributária e por aí vai. Então, eu acho que esses cinco meses que nós passamos foi de acomodação, acomodação política;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acomodação 50% de Senado, 50% de Câmara; esse sistema de ministros que não estão vinculados diretamente a partidos políticos; essa coisa toda. E o empresariado também está se acomodando. A sociedade está aprendendo a viver com todos os "whatsapps", com todo mundo participando de tudo, não é? Hoje a transparência é fundamental. Hoje não existe mais como não haver transparência nas coisas. Toda essa mudança... Eu acho que nós, todo mundo, todo mundo – área econômica, área política, área governamental –, estamos agora saindo para um novo horizonte com essas decisões, particularmente aqui da área dos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Senador Telmário Mota, V. Exa. tem a palavra.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para interpelar Ministro.) – Sr. Presidente, Senador Jorginho, muito obrigado.

Srs. Senadores, Ministro, na verdade, a sua presença aqui, Ministro... V. Exa. esclareceu muito bem, sem nenhuma dúvida. Foi um fato isolado, como todo mundo sabe, que preocupou na época, mas que foi rapidamente esclarecido. Um servidor com vários anos de Casa, isoladamente, pegou e foi advertido. Mas a presença de V. Exa... A situação está tão complexa, que a presença de V. Exa. nesta Comissão, pela abordagem, inclusive, dos Senadores, faz lembrar, na minha terra, porque eu sou de Roraima, com o Senador Chico... As autoridades às vezes ficam tão carentes de o Executivo acompanhar aqueles lugares – está ausente daqueles lugares mais carentes – que, quando chega um Parlamentar, ele confunde com o Executivo e tome demanda, e tome demanda!

Então, V. Exa. chega aqui, onde há uma demanda imensurável ao Governo, e, como V. Exa. tem se destacado... E eu quero aqui parabenizá-lo porque, nessa implantação de governo, há muito encontro e desencontro. Faz lembrar até uma música que diz que enquanto eu ia, ela voltava, enquanto eu voltava, ela ia. E, nesse desencontro todo, V. Exa. tem mantido um equilíbrio importante para assegurar a confiança no Governo. Quero parabenizá-lo. Quero ter essa oportunidade e quero fazer isso publicamente.

Agora, vamos aproveitar... Como eu falei que V. Exa., neste momento, é muito importante, eu queria aqui citar... V. Exa. citou alguns dados de Roraima. Verdade. Faz anos e anos que há essa exploração clandestina de minérios, principalmente do ouro, diamantes, etc., que agora é tanta, que eles estão tentando legalizar. Estão comprando "notas frias" de algumas empresas e tal e isso está deixando até a própria Polícia Federal perplexa no sentido de buscar essa solução.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, Roraima, como você bem sabe, é o Estado que tem o maior estoque de riqueza natural *per capita* do mundo. Nós temos uma terra produtiva das melhores do Brasil na entressafra brasileira e americana e temos condições de produzir duas safras. Nós temos água em abundância, tanto para a produção como para o caso de se querer ter hidrelétricas de alta potência para abastecer o nosso mercado e realmente até exportar energia. Temos um sol de 11 horas para ter energia renovável, para plantação, e minério de todos os tipos. No entanto, nós temos aí 63% das nossas terras inviabilizadas, com áreas de reservas, ecológicas, indígenas, militares, etc. Inclusive, quando eu cheguei aqui, eu trouxe na mala que havia uma previsão, quando passaram o decreto das terras para Roraima, ainda queriam criar mais o Parque do Lavrado e pegar todo o Lavrado de Roraima, que achavam que era um bioma único e que não poderia ser mexido. Eu consegui, com a Presidente Dilma, reverter isso e tiramos essa exigência do decreto, ficou livre para fazer o devido registro dessas áreas.

Mas, em Roraima, que, quando era Território, foi o que mais exportava carne bovina, nós vivíamos do setor primário, da agricultura, do minério, da madeira, não havia pobreza, não havia miséria, não havia violência, era um Território que era expoente. Dos quatro, achava-se que Roraima era o que realmente iria se destacar. Mas Roraima deu azar. Para lá mandaram muita corrupção, e isso afundou o nosso Estado. Roraima hoje tem 500 mil habitantes e é o Estado mais pobre da Federação brasileira, lamentavelmente, sentado na terra mais rica do País, talvez do mundo.

Nós temos uma situação geográfica privilegiada. A renda *per capita*, somando o PIB da Venezuela com o PIB da Guiana inglesa, de Manaus e de Boa Vista, é maior do que o de São Paulo, que dá sustentação para 36 milhões, não sei se me falha a memória, ou 46 milhões de brasileiros – e nós já somos 500 mil agora, talvez 600 mil com os venezuelanos.

Então, Roraima está estagnado e, a cada hora, afundando mais. No término do Governo Temer, houve uma intervenção federal, e assumiu o Governo que está lá agora. No lugar de ele fazer o saneamento dos custeios básicos, não ficou. Então, Roraima está com greve para tudo que é lado.

Agora, nós estamos com uma intervenção no sistema prisional. Ontem, eu pedi uma intervenção, nessa semana passada, na saúde. Lamentavelmente, tem que se fazer isso. Imaginem só! O Senador Mecias também ratificou, e ontem o Ministério de Contas também ratificou.

Então, de repente, Roraima está voltando a ser Território, porque hoje em dia é comandado pelo Governo Federal, o que é uma lástima, o que é uma tristeza. Então, realmente se precisa dar um outro norte, um outro caminho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exatamente impulsionado por essa situação, em Roraima 53% das exportações são para a Venezuela. Da energia, 80% vinha da Venezuela – V. Exa. sabe disso –, a gasolina que abastecia o Município de Pacaraima todinho vinha da Venezuela; o ferro, da Venezuela, e há uma relação cultural muito profunda com a Venezuela.

Na hora em que se fechou a fronteira com a Venezuela, nós tivemos praticamente uma estagnação muito forte. No comércio, que ainda emprega um pouco – só para o senhor ter uma relação da importância do comércio no nosso Estado –, do recurso que entra no Estado de Roraima, 80% é FPE; só 20% são recursos orgânicos. Desses orgânicos, 49% é o contracheque; 36% é de comércio e serviços abastecidos pelo contracheque; 9% só são da indústria e 6% são da agropecuária. Ou seja, dos recursos orgânicos, só 15% vêm de arrecadação do setor privado. Então, é muito pouco. Roraima depende 100% de recursos públicos.

Ora, e com o fechamento da fronteira da Venezuela, nós realmente vivemos um momento de grande crise – grande crise. E, naquele momento, eu estava até vendo aqui uma matéria em que o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso disse para a *Veja* o seguinte:

> Em debate promovido pela fundação que leva o seu nome, FHC afirmou nesta quarta-feira que o Brasil perdeu o poder de liderança na América Latina e agora precisa ter "paciência histórica" em relação à Venezuela [...]. "Só nos resta levar com jeito e paciência essa história. O Brasil tinha capacidade de atuar e precisa voltar a ter. O nosso guia tem de ser o interesse nacional, sem nos [aqui o pessoal liga e atrapalha, aqui é telefone do povo] precipitarmos em alianças" [...].

Ora, com esse olhar é que nós tentamos um diálogo com o Governo venezuelano. Eu não conhecia nenhuma autoridade, Senador Jorginho, da Venezuela – nenhuma –, mas como assumi uma subcomissão nas relações exteriores para exatamente tratar desse assunto, nós começamos a fazer audiências e, quando fomos conversar com o Governo da Venezuela, com a representação, pedimos uma audiência com as autoridades venezuelanas. E aí, Ministro Alberto, nós pedimos ali – eu, o Senador Chico, que está ao meu lado, aqui, o Jaques Wagner, da Bahia, em três – para irmos à Venezuela buscarmos esse entendimento, e o avião foi-nos negado.

Eu lembro assim: quando a Dilma era Presidente, o PSDB e os partidos de oposição pediram um avião desses para ir lá conversar com a oposição, com denúncia, e ela cedeu, mas a nós foi negado. E eu me taquei de carro, de ônibus, peguei um avião dentro da Venezuela, fui lá, cheguei até o Nicolás Maduro e consegui abertura, consegui uma carta, em que ele pede uma pacificação com o Brasil, entendendo que o Brasil é essa liderança. E a questão energética, que está nas últimas negociações, depende de como realmente vai ser feita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. lembrou bem a questão energética de Roraima: não é só 1 bilhão, não; é 1,3 bilhão/ano. E a energia é a mais cara. Nós pagamos mil, acho que em quase 300MW por hora. É o mais caro do Brasil, quiçá talvez até do mundo. Se voltar a energia da Venezuela, desses 80% a gente paga por ano 264 milhões; sobra 1,137 bilhão que podemos investir em outros setores.

Agora, o que me causa espécie? E aqui eu quero colocar para V. Exa. Ontem, essa semana, uns dois dias atrás, eu acho, o Ministro Osmar Terra foi até Boa Vista no avião da FAB, participar lá de um fórum, o primeiro Fórum Nacional da Primeira Infância entregar quatro micro-ônibus. Agora, pasmem: quem ele levou e trouxe dentro do avião? O maior ladrão deste País, o Romero Jucá. O Chico, que é da base, vive aqui morrendo pelo Governo, o Mecias, que vive de joelho, pedindo para o Governo, os oito Deputados não foram convidados, Ministro. É assim que se tratam os parceiros de vocês? Olha só: leva um ladrão. O Presidente fez vários vídeos dizendo que, quando ele fosse Presidente, o Jucá não entrava nem na sala, na cozinha dele, nem na janela, está andando no avião, indo e voltando. Isso desmoraliza o Governo Jair Bolsonaro. Mais do que desmoralizar o Governo Jair Bolsonaro, ele deixa constrangidos os seus parceiros, parceiros de primeira hora. O Senador Mecias pediu voto para Jair Bolsonaro no primeiro e no segundo turno; Chico; outros; e não foram convidados, Ministro. Isso não pode acontecer. Eu entendo que não pode acontecer. Se eu fosse da base, eu estava pulando fora do navio agora, porque eu iria me sentir desprezado. Trocar-me por um ladrão? Estou fora! Lembra quando Jesus ia para a cruz, não é?

Então, eu estou colocando isso, Ministro, porque eu sinto angústia; Jorginho, eu sinto angústia dessa gente. Roraima rejeitou aquele ladrão, nem o quer mais lá, mas o Jair Bolsonaro insiste em levar essa desgraça para lá, dentro do avião do Governo. Que ele vá com o dinheiro roubado, em voos comerciais, mas não no avião oficial. Ele não é nenhuma autoridade.

Eu estou colocando isso como um desabafo, porque quando o Presidente Jair Bolsonaro dizia que ele não iria entrar nem na cozinha, o povo aplaudia. Agora, está vindo. Eu falo isso em nome dos eleitores de Jair Bolsonaro, em nome da população de Roraima e dos Parlamentares de Roraima.

Então, Ministro, deixe-me lhe dizer: eu não tenho dúvida de que a questão energética passou a ser uma prioridade do Governo, mas a questão fundiária de Roraima é fundamental, Ministro, está dependendo de pouca coisa, da boa vontade! Vamos embora resolver essa questão fundiária!

Sobre a questão da dívida, eu acho que o Governo de Roraima tem que fazer a planilha e mostrá-la. Olhe, o Brasil negociou com o Rio de Janeiro 63 bilhões, deu um prazo de três anos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

prorrogável por mais três anos. O Rio estava inadimplente; Roraima está adimplente, e não negocia 3 bilhões... V. Exa. disse certo: o Governo do Estado passa para os Poderes de lá um duodécimo que não existe. Eu, se fosse Governo, cortava! Vocês deveriam me tirar daquele Palácio – como vão tirá-lo de qualquer jeito, porque está denunciado por compra de votos... Que me tirassem de outra forma, mas eu não passaria por aquilo. É uma vergonha! E, se negociar essa dívida, vai sobrar recurso para o Estado investir.

Roraima está, Ministro... E eu quero só concluir, dizendo o seguinte: o Ministro Osmar Terra, ainda desinformado – coitado, porque eu sei que ele é um homem boa-praça –, chegou lá e elogiou, dizendo que Boa Vista era modelo para o Brasil. Modelo de que, se nós temos hoje a maior violência infantil, a maior violência contra as mulheres, o maior desemprego, a maior falta de saúde, a maior falta de habitação? Modelo de quê? Da desgraça?

Eu queria colocar para V. Exa., que nem merecia receber isto: V. Exa. é a pessoa mais certa para fazer essa correção, porque há um grande erro aí.

Muito obrigado, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem!

Ministro.

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Muito obrigado!

Algumas observações. O problema de regularização de terras é fundamental. A União ainda não passou para o Governo de Roraima todas as terras depois que deixou de ser Território. Faz quanto? Quarenta anos? Cinquenta? Quanto?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Trinta anos. Faz 30 anos, e a União ainda não fez a transferência. O que isso significa? As pessoas não podem ter o título da terra, porque a terra ainda não está regularizada. Não tendo o título da terra, os negócios de terra também ficam prejudicados, o trabalho todo cartorial fica prejudicado, os financiamentos agrícolas ficam prejudicados, porque ele não é proprietário da terra.

O senhor tocou num ponto... Segunda-feira nós estamos discutindo exatamente a regularização de duas glebas. Lá no norte...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Ereu; e a outra é lá no sul. São duas glebas de que nós estamos tratando, e pretendemos levar, no mais curto prazo, a regularização para lá.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Mas, Ministro, quando for lá liberar, leve os Parlamentares!

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Outra coisa...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – E Equador! Isso, Ereu e Equador. Então, nós estamos trabalhando intensamente nisso aí. Casualmente, eu estava tratando de assuntos mais gerais, mas, quando o Senador Chico Rodrigues falou, então o assunto concentrou um pouco em cima de Roraima, que é... O senhor vê que eu estou também com o nosso especialista ali em Roraima, pois é uma diretriz do Presidente dar essa atenção para a gente regularizar. Vamos ver se a gente regulariza, de imediato, essas duas.

Outro assunto. A parte do Linhão. Casualmente eu também estou responsável pela coordenação. Vamos ver se a gente inicia essa obra, no máximo, em setembro. Nós já estamos em junho – julho, agosto, três meses. Vamos ver se dá tudo certo para setembro.

Outra coisa. Estamos tentando dar um maior auxílio no apoio à imigração. Vou fazer uma defesa forte de Roraima, porque realmente o problema venezuelano é uma carga extra muito forte. Então...

E um outro assunto é geral também em termos de Brasil, que é a atenção às comunidades indígenas. Que as comunidades indígenas não continuem dependendo de migalhas. Que elas se transformem...

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Ministro, só um pouquinho de experiência nisso, porque é tão importante a sua presença aqui! O senhor está como aquele médico que chegou... O bom enfermeiro, quando passa no paciente, que diz: "Meu médico faz três dias que não vem, o que eu posso tomar? Me ajuda".

Então, deixe-me lhe dizer aqui, porque eu sei que V. Exa. vai levar isso, e isso vai ajudar o meu Estado. Os outros podem até achar que centralizou em Roraima, mas, gente, é porque Roraima está gritando por socorro – Roraima está gritando por socorro! E V. Exa. tocou em dois assuntos que são fundamentais.

Deixe-me lhe pedir. Vamos esquecer se é Nicolás Maduro, se é Pedro, se é José, mas a energia da Venezuela – até que esses leilões entrem em atividade, em 2021, até que o Linhão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteça, talvez em 2022 – é muito importante. Ministro, a gente todo dia tem apagão! Não há quem aguente! Não suportam, as termelétricas são inferiores à nossa demanda. Então, vamos embora! Está fácil negociar. Os venezuelanos... Eu vou dizer o que eles querem publicamente aqui, porque comigo não há segredo: eles querem receber em real para levar em mercadoria para lá, porque eles recebiam em dólar. É essa a questão. E resolve.

Agora, V. Exa. tocou na questão indígena, e eu ia passando por isso. É verdade. Eu nasci, Ministro, numa comunidade indígena. Vivi até os 11 anos. Minha mãe era indígena, ela me deu para um fazendeiro – eu tinha 9 anos de idade – para eu estudar, e ele não me botou para estudar. Mas, graças a Deus, minha vida brilhou! E eu conheço a realidade. Deixe-me lhe falar uma coisa: já que estão mudando o Presidente da Funai, tem que mudar é a política indigenista da Funai. Tem que mudar! Os indígenas não querem mais a exclusão, o isolamento, viver de comida natural, andar nu, porque isso só enche bolso de ONGs. Os indígenas querem é a inclusão social, a inclusão política e a inclusão econômica – econômica.

E eu queria dar para V. Exa. uma sugestão, uma sugestão importante. Tocantins, ontem, aprovou mais uma universidade, desmembrou uma universidade no interior. O PT se vangloria por ter feito 18 universidades federais. Eu vou dar uma sugestão para o Governo Bolsonaro e já dei. Em Roraima, nós temos três Municípios, Pacaraima, Uiramutã e Normandia, que se encontram ali num lugar chamado Placas ou Contão. Se colocarem uma universidade indígena ali – diz-se indígena, mas é uma universidade rural, onde cabe todo mundo –, olhe só, o Presidente Jair Bolsonaro vai responder para o mundo que ele não é contra minorias, não é contra os indígenas. E vamos ali dentro colocar um outro viés, um outro processo ideológico, saindo dessas coisas mais ideológicas, formando agrônomos, engenheiros, professores, da área de saúde... Nós vamos mudar a mentalidade da juventude indígena. Nós somos 100 mil indígenas em Roraima, mais de 300 comunidades, e V. Exa. é um patriota, um nacionalista e, sobretudo, conhece a região. Ajude-nos!

O SR. CARLOS ALBERTO DOS SANTOS CRUZ – Essas comunidades precisam... Há comunidades no Mato Grosso, por exemplo, que, neste ano, plantou 15 mil hectares, fez a colheita, quase no mesmo nível já de produtividade dos seus vizinhos que não são indígenas. As comunidades indígenas, transformando-se em cooperativas, conseguem também ter vida melhor e colaborar com a produção, com a produtividade.

Agora, também há coisas de legislação, e estamos tratando disso aí. Mas vamos fazer um bom apoio para as comunidades a fim de que elas se organizem realmente para que não vivam mais do Estado assistencialista, dependendo ou de migalhas de uma organização ou de Governo, etc. Então, é a transformação da comunidade indígena.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive um encontro em São Gabriel da Cachoeira com os indígenas, e foi uma das melhores reuniões que eu tive na minha vida em termos de objetividade, com os indígenas se expressando de maneira precisa, pois sabem o que querem – já existe muita gente nas comunidades indígenas com capacidade gerencial. Então, foi uma reunião altamente produtiva.

Isso aí está sendo tratado e, se Deus quiser, nós também vamos seguir nessa direção, auxiliando as comunidades indígenas a se organizarem como elementos produtivos.

O SR. PRESIDENTE (Jorginho Mello. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SC) – Muito bem.

Ministro, eu quero agradecer V. Exa. pela presença, pelos esclarecimentos. O senhor viu que um assunto puxa o outro, não é? E vieram muitos assuntos importantes aí, sobre os quais o senhor teve oportunidade de falar.

Agradeço a presença dos Srs. Senadores e a presença do Ministro.

Está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Acir Gurgacz, Telmário Mota, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Lucas Barreto, Marcelo Castro, Izalci Lucas, Luis Carlos Heinze, Wellington Fagundes, Jayme Campos e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Romário, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das Atas da 7ª e 12ª Reuniões da Comissão, realizadas nos dias 28 de março e 17 de abril de 2019, respectivamente, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 213, de 2015 - Terminativo -** que: "Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar." **Autoria:** Senadora Vanessa Grazziotin. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do projeto, com 2 (duas) emendas que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório e aprovado o Requerimento nº 25, de 2019-CRE, de autoria do Senhor Senador Esperidião Amin, que requer que a matéria seja enviada à Comissão de Assuntos Econômicos para avaliação dos aspectos econômicos e financeiros do Projeto. **ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo n° 48, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo n° 57, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, assinado em Brasília, em 3 de abril de 2014." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 59, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Resolução**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do Senado n° 44, de 2018 - Não Terminativo - que: "Institui a Frente Parlamentar em defesa da República Árabe Saaraui Democrática e dá outras providências." **Autoria:** Senador João Capiberibe. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 19, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a política brasileira de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 22, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie integração Física e Logística na América do Sul, no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 24, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política de Defesa Cibernética, delegada ao Exército Brasileiro pela Estratégia Nacional de Defesa, no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 25, de 2019** que: "Nos termos do art. 99, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, e antes que ocorra a deliberação em decisão terminativa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2015 seja enviado à Comissão de Assuntos Econômicos para avaliação dos aspectos econômicos e financeiros do Projeto." **Autoria:** Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dez minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/24

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia, senhoras e senhores.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Alguns tópicos a serem lidos no início da nossa reunião.

Lamentamos o bárbaro e primitivo atentado que ceifou tantas vidas inocentes em Sri Lanka. Prestamos nossa profunda solidariedade ao povo daquele país.

Queremos parabenizar a aproximação que está ocorrendo entre os Estados Unidos e a China para a conclusão de um acordo na área comercial que certamente permitirá a retomada de maiores fluxos de comércio exterior e de investimentos internacionais. Ao mesmo tempo, o Brasil tem de estar atento a que o acordo alcançado não substitua exportações brasileiras.

Receberemos hoje delegações parlamentares do Vietnã e do Canadá, que visitam Brasília. A delegação do Vietnã é liderada pelo Vice-Presidente da Assembleia Nacional, Sr. Uông Chu Lưu. Mantemos um comércio bilateral da ordem de US$4,2 bilhões com esse país.

Com o Canadá, temos uma elevada interlocução em temas da agenda comum no cenário internacional e uma profunda cooperação nos mais diversos campos. Aquele país abriga 86 mil brasileiros, principalmente estudantes.

Teremos hoje também um encontro à noite com vários integrantes da Câmara de Comércio Americana. É uma consequência da última visita feita pelo Presidente Jair Bolsonaro aos Estados Unidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2015

- Terminativo -

Dá nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 - Lei do Serviço Militar - garantindo às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação do projeto, com 2 (duas) emendas que apresenta.

Observações:

Constou da pauta em 28/3, 04/04 e 17/03/2019.

Passo a palavra ao Senador Marcos do Val para a leitura do seu relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para proferir relatório.) – Bom dia a todos. Obrigado, Presidente.

A matéria foi submetida ao exame desta Comissão nos termos do art. 103, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal.

O tema objeto da proposição em análise encontra-se no âmbito da competência legislativa da União e pode ser tratado em lei de iniciativa parlamentar. Desse modo, inexiste vício de constitucionalidade formal. Tampouco há de se falar em ofensa ao art. 61, §1º, inciso II, alínea "f", da Constituição Federal.

Esse dispositivo estabelece a competência exclusiva do Presidente da República para a iniciativa de leis cuja matéria verse sobre o regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva dos militares das Forças Armadas. Vê-se, pois, que não há afronta ao preceito. O conscrito, como sugere a etimologia da palavra, presta trabalho involuntário requerido por autoridade estabelecida. Nos dias de hoje, a conscrição é associada sobretudo ao serviço militar obrigatório. Esse não acarreta provimento de cargo, estabilidade, promoção, tampouco transferência para reserva.

No tocante ao mérito, a iniciativa é louvável a vários títulos. O projeto em análise concede a perspectiva de opção para as brasileiras que queiram prestar o serviço militar. Esse serviço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pode, entre outras coisas, proporcionar o descobrimento de novas vocações para a carreira castrense.

Como bem lembrou a autora, a proposta pretende "dar às mulheres a oportunidade de participarem da realização desse serviço, que tantas lições de cidadania tem prestado aos brasileiros, com acesso igual para todos os gêneros".

Com efeito, as mulheres têm plenas condições físicas e intelectuais para cumprir esse serviço, na hipótese de desejarem fazê-lo. Vale lembrar, ainda, que inexistem dificuldades materiais intransponíveis, uma vez que as Forças Armadas já admitem oficiais e praças do sexo feminino e a maioria das organizações militares possui alojamentos e banheiros para ambos os gêneros.

Entretanto, este Relator recebeu nota técnica da assessoria parlamentar do Ministério da Defesa que informa sobre a necessidade de adaptações dos órgãos de recrutamento para a admissão de mulheres, tais como a construção de alojamentos, vestiários apropriados e vestimenta específica, entre outros.

Esse quadro implicará, por certo, despesas que deverão ser estimadas para a verificação do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos subsequentes. Haverá, por igual, necessidade de declaração do ordenador de despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

O documento elaborado pela assessoria ministerial propõe também a preservação do poder discricionário da autoridade competente na adoção do serviço militar opcional às mulheres, vinculando-o à oportunidade e conveniência de assim proceder.

Dessa forma, objetivando adequar o projeto com as considerações aduzidas, o PLS em análise deve ser aprovado também nesta Comissão com as emendas que apresento. A primeira adapta a ementa do projeto ao que se pretende; já a segunda, acolhendo em parte manifestação da Assessoria Parlamentar do Exército no Senado Federal, modifica o §2º e acrescenta os §§3º, 4º e 5º ao art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, para o fim que especifica.

Voto.

Pelo exposto, voto pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2015, com as seguintes emendas:

Emenda nº - CRE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dê-se à ementa do PLS nº 213, de 2015, a seguinte redação:

> Altera o art. 2º da Lei 4.375, de 17 de agosto de 1964, para permitir a prestação voluntária por mulheres do serviço militar obrigatório em tempos de paz, nos termos que especifica.

Emenda nº - CRE

Dê-se ao art. 1º do PLS nº 213, de 2015, a seguinte redação:

> Art. 1º O art. 2º da Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964, passa a vigorar com a seguinte redação [...]

Aqui continua.

> §2º As mulheres ficam isentas do serviço militar obrigatório em tempo de paz e, de acordo com suas aptidões, sujeitas aos encargos de interesse da mobilização, levando-se em conta os critérios de conveniência e oportunidade.
> §3º As mulheres voluntárias incorporadas terão os mesmos direitos, deveres e prerrogativas que os instrumentos legais do Serviço Militar facultam.
> §4º As despesas decorrentes do serviço militar feminino voluntário serão custeadas com verbas consignadas no Orçamento da União, nas Organizações Militares encarregadas da incorporação.
> §5º Caberá ao Poder Executivo a regulamentação do serviço militar feminino voluntário, o que inclui a definição do lapso temporal necessário à sua viabilização.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a leitura, aprovando o projeto com as devidas emendas do Senador Marcos do Val, coloco em discussão o projeto que garante às mulheres o direito de opção ao serviço militar.

Algum Senador gostaria de discutir? (*Pausa.*)

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero, primeiro, parabenizar o Senador Marcos pela relatoria deste projeto.

Este projeto estava em discussão no Colegiado de Líderes e veio para a Comissão exatamente para ter esse aprimoramento. Sem nenhuma dúvida, é mais um avanço que nós vamos ter nesse quesito de que as mulheres possam fazer realmente essa opção. As duas emendas foram extremamente salutares para que o projeto possa ir ao Pleno para aprovação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero parabenizar o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Lembro a todos que estão nos assistindo que esta reunião é realizada em caráter interativo. Aquele ou aquela que quiser participar pode enviar a sua pergunta no portal e-Cidadania, no seguinte endereço: www12.senado.leg.br/ecidadania. A participação dos internautas é sempre bem-vinda, de extrema valia para os nossos trabalhos. Convido todos a participarem.

Como este projeto, que garante às mulheres a opção ao serviço militar, é terminativo e exige quórum qualificado, não havendo mais quem queira discuti-lo, eu vou suspender até dar o quórum de votação para, posteriormente, colocar em votação, explicando àqueles que chegarem o relatório e o Projeto 4.375.

Passo ao item 4 da pauta.

ITEM 4

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 59, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra ao nobre Senador para proferir o seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad, Sr. Vice-Presidente, Senador Marcos do Val, eminente Senador Telmário, senhoras e senhores.

Sr. Presidente, se me permite, vou direto à análise...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeito.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – ...como V. Exa. já apregoou de que se trata. Compete à Comissão de Relações Exteriores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante ao Acordo, inexistem imperfeições no que diz respeito à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, inciso I, e 84, inciso VIII, da Constituição Federal. Ainda em relação ao Texto constitucional, o tratado em análise enquadra-se de tal qual modo no comando que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4º, inciso IX).

Considerando esse contexto, o tratado em apreciação visa ampliar a estrutura jurídica atinente ao relacionamento entre o Brasil e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. Como destacado, essas relações não são de agora. Elas vêm sendo forjadas desde o romper dos anos 90. Há assim experiência acumulada em prol de ambas as partes.

O texto negociado representa passo importante para eventual adensamento da nossa participação na OCDE. Nosso envolvimento nos trabalhos dessa entidade é tanto mais importante quanto mais nos damos conta da ampliação do escopo temático, como também da ampliação do espaço geográfico de sua atuação. A expressiva diversidade de matérias sob atenção da organização demonstra sua capacidade de articulação e sua habilidade em abordar temas diversos, bem como de inter-relacioná-los.

É consabido que a OCDE procura promover padrões convergentes de regras políticas em assuntos econômicos, financeiros, comerciais, ambientais e sociais. Esse contexto favorece a atração de investimentos para os países membros, como também a consolidação das respectivas reformas institucionais e econômicas.

Nesse sentido, o Acordo pode auxiliar no processo de acesso do Brasil como membro pleno da OCDE. Essa condição significa, entre outras coisas, a assunção do compromisso de maior envolvimento e participação nos diferentes órgãos da entidade.

Portanto o Acordo de Cooperação sob exame pode se revelar instrumento importante no conhecimento mútuo ampliado. E mais: pode acelerar eventual processo de ingresso do nosso país nos quadros de membros da OCDE.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 59 de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sr. Presidente, só acrescendo: a matéria tornou-se ainda mais oportuna em razão das recentes tratativas de adesão do Brasil à OCDE. Esse é um acordo de 2015, mas só agora vem à apreciação do Senado, já que o Governo só encaminhou em 2017 à Câmara. A Câmara o aprovou e ele veio agora para cá, mas não há dúvida de que é um passo no sentido da adesão e da inserção do Brasil cada vez mais na economia globalizada. A participação na OCDE seria esse reconhecimento.

Portanto, é pela aprovação o parecer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Estamos tratando do Projeto de Decreto Legislativo 59, que é o Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, assinado em Paris, em 3 de junho de 2015.

Relatório favorável, do Senador Antonio Anastasia.

Em discussão o relatório.

Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR. Para discutir.) – Senador Nelsinho, temos a felicidade de nesta Comissão ter o Senador Antonio Anastasia. Eu sempre digo ao Senador Antonio Anastasia que, para ele colocar a digital dele, ele faz estudos profundos. Ele é muito rigoroso nisso e nos passa essa segurança. É o tipo do Parlamentar, com todo o respeito aos demais, que zela muito pelos interesses nacionais, do seu Estado e sobretudo por esta Casa. Ele partiu diretamente para a análise. Eu li aqui o relatório que, sem nenhuma dúvida, é muito oportuno. V. Exa., com mais essa maestria e sabedoria, é pela aprovação, e eu tenho a honra de acompanhar o voto de V. Exa.

Sr. Presidente, antes de concluir – o Senador Esperidião Amin chegou e já está louco para relatar o projeto dele –, eu queria comunicar à Comissão e a V. Exa., como Presidente, que amanhã está vindo uma comissão de autoridades venezuelanas para um encontro entre Pacaraima, que é um município de Roraima, e Santa Elena, que é da Venezuela. Eu estou indo a esse encontro com as autoridades locais da Assembleia, empresários, enfim... E o Presidente Davi está respondendo à carta do Presidente. Nós estamos levando a mensagem dele com a aprovação da Casa. Ontem foi lido o requerimento e aprovado. Então, estou comunicando isso à Comissão e a V. Exa.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 59. Acordo de Cooperação entre o Brasil e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram.

Aprovado o relatório do Senador Antonio Anastasia, com parecer favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 59.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Srs. Senadores, nós acabamos de ler o Projeto de Lei do Senado 213, que garante às mulheres o direito de opção ao serviço militar. O Relator, Senador Marcos do Val, foi favorável, com duas emendas ora apresentadas. Já leu o relatório. Como é um projeto terminativo e exige quórum qualificado, eu vou abrir a votação. Enquanto isso, esperaremos os outros Senadores chegarem e vamos dar sequência à nossa pauta.

Coloco em votação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeitamente.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu tenho o maior interesse nesse projeto, até porque eu acho que é uma barreira que se derruba em matéria de preconceito. Eu espero que a última não seja a da minha igreja, a Igreja Católica, que ainda nega ordenação sacerdotal, infelizmente, por uma carta apostólica de 1994, assinada por São João Paulo II. É até irônico isso... Ele, que foi um liberalizante.

A única dúvida que eu tenho, já que ele é terminativo, é se as Forças Armadas foram ouvidas a respeito do impacto financeiro. O Senador Marcos do Val já fez especialização em matéria de segurança e defesa em mais de um país. Sempre que um colégio passa a aceitar meninos e meninas, ou marmanjos e senhoras ou senhoritas, surge uma série de necessidades físicas que as convenções estabelecem. Minha única dúvida é se as Forças Armadas ouvidas manifestaram anuência, não quanto ao princípio, o princípio é um voto nosso, voto do Legislativo, mas quanto ao impacto financeiro. A minha única dúvida é essa. Se alguém, se o Senador Marcos do Val ...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Claro, Senador. Eles nos apresentaram um relatório, o Ministério da Defesa, e nós incluímos aqui, no §4º: "As despesas decorrentes do serviço militar feminino voluntário serão custeadas com verbas consignadas no orçamento da União, nas organizações militares encarregadas da incorporação."

Então, já foi inserido que as despesas do serviço militar serão custeadas com verbas consignadas do Orçamento da União.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha única dúvida é se, com essa emenda, a matéria ainda continua terminativa, porque ela nos remete a impacto financeiro a ser abordado neste ano na Comissão Mista de Orçamento, ou quando for aprovada a proposição – mas ela gera um impacto financeiro. Então, eu avalio, nos termos do Regimento, que ela não deveria ser considerada terminativa e, sim, ser enviada à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – A gente deixou aberto para...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Assegurando o meu voto favorável quanto ao princípio, até o aspecto filosófico da igualdade; mas que há despesa, há.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Sim. Nós deixamos aberto para que pudesse ser avaliado o impacto, para exatamente ser avaliado esse impacto financeiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, o projeto tem que passar pela Comissão de Assuntos Econômicos, não sei o que diz a assessoria técnica. (*Fora do microfone.*)

Não sei qual é a decisão técnica, mas me parece que ele deixa de ser terminativo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu não vou fazer requerimento à Mesa do Senado. Eu estou dando o meu voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Assiste razão a V. Exa., o projeto indubitavelmente vai gerar despesa. Foi uma preocupação da assessoria militar, que sempre nos acompanha aqui. Inclusive o Senador Marcos do Val ouviu as Forças Armadas, e existe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma preocupação nessa adaptação. Com o mérito, praticamente todos concordam. Nós temos que franquear...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Inclusive, eu, repito.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... esse direito às mulheres. A gente tem, já em outras esferas de serviço militar, como temporárias, as mulheres participando, e de uma forma exemplar.

Então, eu vou remeter essa análise que V. Exa. acabou de fazer à nossa assessoria.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Sr. Presidente, eu poderia fazer uma fala nesse sentido?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O raciocínio do Senador Telmário é interessante.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Telmário.

O SR. TELMÁRIO MOTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RR) – Por exemplo, a mulher pode fazer a opção, mas o ingresso dela depende da disponibilidade de vaga, e essa disponibilidade de vaga é de acordo com o orçamento. Assim já funciona hoje com o sexo masculino. Muita gente quer servir hoje, mas não pode, porque não há orçamento. Então, fica limitado à questão orçamentária, mas ela tem a opção.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Diante da magnitude do mérito desse projeto, até para que ele não sofra nenhum percalço na sua tramitação e que ele realmente passe a ser considerado como de fato e de direito deverá ser, eu submeto esse requerimento, primeiro, à votação dos Senadores que aqui se encontram. A partir do momento em que for aprovado, eu o encaminho à nossa assessoria técnica para as devidas providências e ele retorna na próxima reunião.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 25, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do art. 99, inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, e antes que ocorra a deliberação em decisão terminativa pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, requeiro que o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2015 seja enviado à Comissão de Assuntos Econômicos para avaliação dos aspectos econômicos e financeiros do Projeto.

Autoria: Senador Esperidião Amin

Coloco em votação o requerimento do Senador Esperidião Amin para que esse projeto possa ser remetido à Comissão de Assuntos Econômicos, em face da despesa que, invariavelmente, acarretará.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À secretaria para as providências.

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 44, DE 2018

- Não terminativo -

Institui a Frente Parlamentar em defesa da República Árabe Saaraui Democrática e dá outras providências.

Autoria: Senador João Capiberibe

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela rejeição

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin para proferir o seu relatório. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, como a matéria envolve alguma controvérsia, aliás, razoável controvérsia, vou ler o relatório também.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 44, de 2018,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de autoria do Senador João Capiberibe, que institui a Frente Parlamentar em defesa da República Árabe Saaraui Democrática e dá outras providências.

A proposição foi apresentada em 5 de setembro de 2018 e, em seguida, designada para esta Comissão, sendo distribuída ao Relator em 18 de fevereiro de 2019.

Cuida-se de proposição vazada em seis artigos, estabelecendo que as relações a serem desenvolvidas pela Frente Parlamentar em Defesa da República Árabe Saaraui Democrática incluirão visitas ao Saara Ocidental e a acampamentos de refugiados; realização de seminários e debates sobre a questão do Saara Ocidental com o fito de divulgá-la e de promover a sua análise e compreensão; bem como outras atividades compatíveis com os objetivos da frente parlamentar – é o que preconiza o seu art. 3º. Os demais artigos tratam do funcionamento da frente, no que diz respeito à sua organização interna.

Não ocorrem óbices regimentais à instituição do grupo parlamentar pretendido. Presentemente, a criação de grupos e frentes parlamentares internacionais tem sua sustentação na liberdade de atuação parlamentar e, positivamente, na Resolução nº 14, de 2015. É o que regula a matéria.

No mérito, a pretensão do ilustre Senador João Capiberibe, em que pese revestir-se de nobreza pela solidariedade à luta de independência de um povo africano, não se inscreve no que é verdadeiramente a diplomacia parlamentar, além de poder, na prática, resultar ineficaz e, quem sabe, contraproducente ao que intenciona.

Os saarauis vivem no Saara Ocidental, um território desértico de 266 mil quilômetros quadrados, situado no extremo noroeste do continente africano – essa é a localização dessa população. Com uma população de 513 mil habitantes, a região é rica em fosfatos e recursos pesqueiros e, especula-se, pode também conter reservas de petróleo e gás.

No contexto do processo de descolonização do continente africano, a partir da década de 60, a questão do Saara Ocidental, ex-colônia espanhola, reivindicada pelo Marrocos, e da autodeterminação do povo saarauí, tem se mostrado de difícil solução. Em 1966, a Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, motivada por solicitação marroquina, confirmou o "direito inalienável do povo saarauí à autodeterminação"(Resolução nº2.229), exortando a Espanha a realizar um referendo sobre o *status* do Saara Ocidental.

Consultada, a Corte Internacional de Justiça respondeu que o Saara Ocidental não era "*terra nullius*" (ou seja, terra de ninguém) à época de sua colonização pela Espanha, e que, portanto, seu território pertencia a seus habitantes, os saarauís. Tratou-se da Opinião Consultiva de 16 de outubro de 1975, que foi proferida em atendimento a solicitação da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assembleia Geral da ONU. Contudo, o Saara Ocidental foi invadido pelo exército marroquino em novembro de 1975, campanha que desencadeou hostilidades entre o exército invasor e a chamada Frente Polisário, movimento independentista que luta desde 1973 pela "libertação do povo saarauí". Também em novembro de 1975, a Espanha retirou-se do Saara Ocidental em troca da manutenção de concessões para exploração de pesca e fosfato em sua antiga colônia. Pelo Acordo de Madri, estabeleceu-se o controle repartido do território entre o Marrocos, ao norte, e a Mauritânia, ao sul.

Em fevereiro de 1976, a Frente Polisário proclamou a República Árabe Saarauí Democrática, mais conhecida pela sigla RASD ou, simplesmente, como República Saarauí. Em 1979, a Mauritânia acabou por retirar-se do território saarauí. O Marrocos, então, passou a exercer controle de fato sobre a maior parte do Saara Ocidental, incluindo todas as suas principais cidades, enquanto prosseguia a luta de independência capitaneada pela Frente Polisário. Com vistas a solucionar pacificamente o impasse, em 1991, o Conselho de Segurança da ONU patrocinou um acordo de cessar-fogo e criou a "Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental". Divergências entre o Marrocos e a Frente Polisário quanto à delimitação dos participantes do referendo impediram, contudo, a realização do pleito que definiria o *status* final do território em disputa. O Marrocos defende hoje que o Saara Ocidental deve permanecer sob sua soberania, gozando, entretanto, de autonomia para a condução da administração local. A Frente Polisário, por sua vez, com o apoio da Argélia, continua a exigir referendo popular sobre o *status* político do território,que inclua a opção de independência.

O Ministério das Relações Exteriores, responsável pela política externa brasileira, entende que o assunto deve ser tratado no âmbito do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas; defende uma solução negociada para a questão, com base no direito internacional e nas resoluções pertinentes do Conselho de Segurança, pelas quais as Nações Unidas se comprometem em auxiliar as partes a alcançar uma solução justa, duradoura e mutuamente aceitável, objetivando proporcionar a autodeterminação ao povo saarauí.

O Brasil apoia os trabalhos da Minurso, havendo contribuído com militares brasileiros para integrar a missão. Eu estou usando aqui a sigla da Missão das Nações Unidas para o Referendo no Saara Ocidental.

Ademais, em audiência pública realizada na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados em 30 de abril de 2015, a então Ministra Maria Luisa Escorel de Moraes, à época chefe da Divisão de Paz e Segurança Internacional do Itamaraty, afirmou que o Brasil não reconhece a República Árabe Saarauí Democrática, por entender que a solução sobre o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

status do território deve ser pacífica, alcançada pelo mútuo entendimento entre as partes, com a participação da ONU.

Em suma, a questão do Saara Ocidental reveste-se de aspectos de difícil solução, como atestam as negociações que vêm se arrastando por muitas décadas. Por outro lado, não há como negar o direito à autodeterminação do povo saarauí, que vem, inclusive, sofrendo seguidas violações aos seus direitos fundamentais.

A diplomacia parlamentar tem-se edificado nos últimos tempos como consequência do avanço da globalização, das comunicações e da evolução das relações internacionais. Entretanto, esse tipo de atuação das Casas Legislativas só existe e tem significado quando se soma – e expande – à diplomacia regular e oficial de um país.

A fala de um Estado na arena internacional é unívoca e todos os segmentos que se unem nessa tarefa não podem destoar gravemente, sob pena de qualquer desses lados descredenciar-se e gerar desgaste e perda de prestígio, afinal, para o país. Não que se pleiteie o alinhamento automático entre o Parlamento e a chancelaria. O Poder Legislativo é também o espaço da crítica e da discussão das diretrizes diplomáticas. Porém, o escopo da atuação da política externa, mormente em pontos mais sensíveis ou mais polêmicos, deve estar compartilhado, quando transformado em ação concreta. Nada obsta que se manifeste solidariedade à luta de uma etnia que ocupa historicamente um território. Temos vários casos, talvez o menos discutido, Sr. Presidente, seja o dos curdos, talvez a maior nação do mundo, com mais de 25 milhões curdos sem um centímetro quadrado de território reconhecido. Mas, quando o país soberanamente se alinha a postulado para que o assunto seja objeto de decisão das Nações Unidas, como é o caso, não caberia ao Poder Legislativo, infenso de direito a protagonismo externo, criar organismos ou manifestações políticas internacionais que confrontem esse alinhamento.

Outros povos, de diferentes partes do mundo, também lutam por soberania e território. Eu mencionei um. Alguns podem ter suas pelejas suportadas pela ONU, como é o caso dos palestinos – e eu advogo que o Brasil, alinhado às Nações Unidas, tenha muita cautela em decisões, tais como o deslocamento da sede da sua embaixada, de maneira unilateral, e o que é pior, por mimetismo, para copiar maus exemplos. Repito: pior ainda se for por mimetismo, para copiar maus exemplos.

Outros, entretanto, encerram-se ainda em lutas internas ou regionais, cujas características não permitem a tomada de partido pelas estruturas internacionais, a não ser de tipo humanitário, nem pelos países que não tenham interesse direto naquele território.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejamos exemplos de povos sem territórios que demandam autonomia, mas nem por isso logram auferir, neste momento, ações de reconhecimento político externo, como o patrocínio da ONU ou frentes parlamentares de outros países.

Os curdos – que eu já mencionei, e retifico que são 26 milhões de pessoas identificadas – são a maior nação sem território do mundo. Esses indivíduos habitam Armênia, Azerbaijão, Irã, Iraque, Síria e Turquia. Essa nação, vítima de perseguições e massacres, reivindica a criação do Curdistão, nessa região.

Eu fui leitor do Karl May, e o livro dele *Pelo Curdistão Bravio...* Vejo que somos unanimidade aqui de leitores do Karl May, que escreveu 42 livros sem sair de casa. Nunca saiu de casa, nunca viajou para fora da Alemanha, e descrevia a Polinésia, o Pampa gaúcho, argentino, brasileiro, os países do mundo com uma sutileza, com um detalhamento que nem o Google Earth oferece a você hoje. Eu li os 42 livros do Karl May.

Já os tibetanos ocupam o centro-leste do continente asiático, um território dominado pelo governo chinês, que oprime o movimento de autonomia dessa nação. Os mais de 6 milhões de tibetanos, de tradição budista, não aceitam a ocupação da China e solicitam a criação de um país. Todos sabem da cautela com que o governo americano se houve ao receber o representante religioso e político da região para não ofender a China.

A região da Caxemira é dominada por Índia, Paquistão e China, além de abrigar duas nações: muçulmanos (com 4 milhões) e hindus (com 1 milhão). A maioria dos habitantes deseja que o território seja anexado ao Paquistão, porém há grande oposição por parte dos hinduístas, naturalmente. É um saldo da divisão da grande Índia.

A nação basca, formada por mais de 2,3 milhões de indivíduos, ocupa uma área na porção norte da Espanha e no sul da França. Esse grupo apresenta cultura própria, com destaque para a língua (euskara) e a religião – são católicos romanos. O movimento de criação de um território próprio é liderado pelo ETA (Pátria Basca e Liberdade), que atualmente está enfraquecido e desarticulado politicamente.

Nação formada por aproximadamente 1,2 milhão de pessoas, os chechenos vivem em uma área de domínio russo, nas montanhas do Cáucaso. O movimento separatista ganhou força com a fragmentação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e a declaração de independência e formação do Estado-Nação da Chechênia, em 1991, com os conhecidos eventos que alguns consideram terrorismo; outros podem considerar luta insurrecional. Porém, os russos não aceitaram a formação do território checheno e combatem o movimento com bastante violência. Estima-se que mais de 120 mil chechenos já foram assassinados pelo exército da Rússia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com essas premissas, sem menoscabo da luta do povo saaraui, entendemos não ser o momento de instituição do grupo parlamentar pretendido pelas razões alegadas.

Que isso fique, Sr. Presidente, registrado como sendo uma posição que eu defendo – cabe à Comissão aceitar ou não –, válida na busca do respeito e do acoplamento da nossa posição, sempre que possível, ao Itamaraty.

Fui ao autor – e graças a V. Exa. e aos companheiros e companheiras fui atendido – de requerimento para que ouvíssemos o Ministro das Relações Exteriores a respeito de algumas situações controversas, como é o caso da posição do Brasil em face dos direitos humanos na Venezuela e em face dos direitos humanos na Palestina. E os *Anais* registram a controvérsia.

Esse voto me pesa. Eu acho que uma luta insurrecional sempre desperta a nossa simpatia, mas eu entendo que, em nome da responsabilidade, eu voto pela rejeição do Projeto de Resolução do Senado nº 44, por entender que seria um precedente muito grave que nós abriríamos, porque uma frente parlamentar, admitida nos termos da Resolução 14, é uma expressão de reconhecimento, no caso, do Senado Federal, que eu entendo ser um precedente que não pode ser aberto em função de um caso, sem analisar suas repercussões e situações similares que possam ser suscitadas.

É o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com o voto pela rejeição, coloco em discussão o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para discutir.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, cumprimento o Senador Esperidião Amin pelo seu brilhante e histórico relatório. Aliás, não destoa dos demais que realiza e do brilho que empresta não só a esta Comissão, mas, de modo especial, ao Senado da República.

O Senador Esperidião, inclusive, evocou aqui pelo menos a minha juventude, lembrando os livros de Karl May e o índio Winnetou, que era o grande herói do Velho Oeste nos seus escritos. Trouxe também a lembrança do Curdistão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, no caso específico deste projeto de resolução, eu comungo, aprovo e votarei de acordo com o Relator.

Lembro-me de que, na década de 70, quando houve o fim do regime franquista na Espanha, a então província de Rio de Oro, que era o Saara Ocidental à época, foi ocupada pelo Marrocos, na chamada Marcha Verde, à frente, inclusive, a pessoa da Sua Majestade o Rei Hassan, pessoalmente. Houve aquela ocupação, e iniciou-se ali um processo de insurreição, como lembrou bem o Relator, mas não há o reconhecimento internacional, e a matéria está nos foros cabíveis, inclusive na Assembleia, no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Desse modo, a minha posição é de aplauso ao Relator. Voto integralmente pelo seu relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação o relatório do Senador Esperidião Amin, no que tange à rejeição da instituição da Frente Parlamentar em Defesa da República Árabe Saaraui Democrática e dá outras providências.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À Secretaria, para as providências.

Item 2.

ITEM 2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 48, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Jamaica para o Intercâmbio de Informações sobre Matéria Tributária, assinado em Kingston, em 13 de fevereiro de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Esperidião Amin

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, este é um caso bem mais simples.

Trata-se de um texto de acordo entre o Governo do Brasil e o Governo da Jamaica para o intercâmbio de informações sobre matéria tributária.

O texto do acordo segue os parâmetros normais, usuais. Não há nenhuma controvérsia, nada que se possa considerar como bizarro, contraditório e controverso, de forma que vou direto para a análise e voto, Presidente.

O exame deste Projeto de Decreto Legislativo nº 48 é abrangido pelo disposto no art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal, que trata da competência desta Comissão.

Não se verificam vícios no que diz respeito à sua juridicidade. Também não há óbices de natureza constitucional para a aprovação da matéria, a qual observa o disposto nos arts. 49, I, e 84, VIII, da Constituição Federal. Registre-se, desde logo, que o tratado não destoa de outros instrumentos bilaterais de intercâmbio de informações sobre matéria tributária.

Além disso, não temos dúvida de que constitui importante ferramenta de combate à evasão fiscal, bem como de transparência e troca de informações entre autoridades tributárias dos dois países.

Sua utilidade se mostra acentuada em um ambiente internacional cada vez mais globalizado, em que agentes criminosos, de forma recorrente, se valem da fluidez das fronteiras físicas dos países para a prática de ilícitos.

Assim, os Estados Nacionais devem se manter atentos e buscar meios para fazer face a essa realidade. Nessa linha, a proposição em exame merece nosso apoio.

Por derradeiro, convém deixar claro que o acordo, nos termos de seu art. 8º, preserva o sigilo das informações intercambiadas, ao detalhar quem poderá ter acesso a elas.

Por todo o exposto, observadas a adequação legislativa e a adequação regimental, a conveniência e a oportunidade, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2019.

É o voto, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O voto do Senador Esperidião Amin é pela aprovação do projeto.

Coloco-o em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer favorável da Comissão ao Projeto de Decreto Legislativo 48, de 2019.

À Secretaria, para as providências.

No item 3, a relatoria é do Senador Jaques Wagner, mas ele tem a ausência justificada. Então, ele fica para uma próxima reunião.

(É o seguinte o item adiado:

ITEM 3

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, assinado em Brasília, em 3 de abril de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação)

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação das Atas das 7ª e 12ª Reuniões da Comissão, realizadas no dia 28 de março e 17 de abril de 2019, respectivamente.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Eu gostaria de comunicar aos colegas que, amanhã, estarei integrando uma comitiva, a convite do Alto-Comando da Aeronáutica, para visitar a Base de Alcântara no Maranhão. Tenho realmente uma satisfação muito grande de poder verificar *in loco* as condições em que se encontra a Base de Alcântara e também as tratativas referentes ao acordo assinado com os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estados Unidos. No retorno, darei a V. Exas. a minha impressão a respeito dessa viagem que realizaremos amanhã.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em primeiro lugar, desejo uma viagem, sob todos os aspectos, proveitosa, útil. Ela é muito importante.

Eu gostaria de fazer uma ponderação a V. Exa. para que procurasse obter informações sobre a perspectiva que o Ministério da Ciência e Tecnologia pode ter de vincular ao seu orçamento, especialmente para favorecer inovação, além das destinações de interesse do próprio Estado do Maranhão, conforme o Ministro já relatou... Os cortes no orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia neste ano são pós-cirúrgicos, são... Como é que se diz na Medicina? Amputacionais, amputaram partes...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Amputação radical.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Amputação radical, não tem nada de cirurgia plástica.

E a gente vê o Ministro... Eu tenho uma simpatia muito grande pela forma de ação e de comunicação do Ministro. Ele tem anunciado boas novas por onde anda e defendeu com muita competência esse acordo, que foi aprovado por todos. Há uma unanimidade.

Agora, se os recursos que podem ser disponibilizados por aquele – vamos chamar – aeroporto que não é interplanetário, mas que é um aeroporto para lançamento de foguetes de propulsão de satélites. Pela sua proximidade com o Equador, como já foi demonstrado para todos nós, ele tem vantagens competitivas expressivas e vai auferir, portanto, uma renda que nós queremos que seja boa. Aliás, foi para isso que nós votamos.

Eu queria que V. Exa. auscultasse se nós vamos usar todo esse dinheiro para pagar juro, como acontece com os outros fundos e outras receitas, ou podemos assegurar, além do cumprimento das obrigações regionais assumidas, com quilombolas, com comunidades mais desfavorecidas, também recursos para o Ministério da Ciência e Tecnologia, se o Governo pode nos dar alguma garantia disso, qual é a expectativa na Lei Orçamentária para o próximo ano, se há alguma espécie de vinculação do direito que vai entrar. Anuncia-se que de 2 mil satélites, nós vamos ter 10 mil satélites; cada um vai custar, só para pagar o aeroporto de lançamento, a base de lançamento, entre US$25 e US$125 milhões por operação. Então, isso vai envolver um grande negócio no mundo, se Deus quiser, em Alcântara também, para que o Ministério e outras atividades de ciência, inovação e tecnologia sejam beneficiadas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Assim o farei, Senador Esperidião Amin.

Agradeço as participações de todos os Senadores.

Nada mais havendo a tratar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, e os requerimentos? Nós temos três requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim. Ficaram para a próxima reunião.

(São os seguintes os itens adiados:

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 19, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a política brasileira de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no exercício de 2019.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie integração Física e Logística na América do Sul, no exercício de 2019.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política de Defesa Cibernética, delegada ao Exército Brasileiro pela Estratégia Nacional de Defesa , no exercício de 2019.

Autoria: Senador Esperidião Amin)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu queria fazer um apelo, pelo menos, pelos itens 7 e 8. O item 7 é do Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu sei. É que para o 7 e o 8, que é do Senador Esperidião Amin, nós estamos engenhando um único requerimento para que possa ser otimizada a política pública empreendida pela Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Há mais alguma outra política pública?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Há, mas já conversei com a autora do requerimento para transformar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senadora Soraya, não é?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... em audiência pública. Aí vou conversar com V. Exa. para a gente poder fazer um único requerimento e dotar a nossa Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só não queria perder o prazo, porque o prazo era...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não, porque ele já está registrado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 10 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e trinta minutos do dia dois de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Flávio Bolsonaro, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz, Lucas Barreto e Alvaro Dias. Deixam de comparecer os Senadores Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Romário, Major Olimpio, Kátia Abreu, Marcos do Val, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Chico Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 57, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, assinado em Brasília, em 3 de abril de 2014." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 5, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Israel." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 21, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atual crise na gestão da Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (Apex), que, em menos de três meses, já teve dois Presidentes, bem como seus efeitos para cumprimento de sua relevante missão institucional na promoção das exportações brasileiras e investimentos. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Mário Vilalva, Embaixador de carreira do Ministério das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 23, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Embaixador Mario Vilalva para prestar depoimento sobre a situação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 19, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a política brasileira de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 22, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie integração Física e Logística na América do Sul, no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 24, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política de Defesa Cibernética, delegada ao Exército Brasileiro pela Estratégia Nacional de Defesa , no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Adiado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/02

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Gostaria de agradecer a presença dos Senadores.

Alguns destaques do cenário internacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Venezuela. Manifestamos nossa profunda preocupação com os recentes acontecimentos na Venezuela. Lamentamos a morte de civis e também as dezenas de feridos. Reiteramos a nossa expectativa de uma transição democrática em um processo pacífico e de respeito aos direitos humanos. O nosso País continuará a exercer pressão diplomática nessa direção.

Japão. Transmitimos, por intermédio do Embaixador do Japão no Brasil, Embaixador Akira, os nossos cumprimentos ao Imperador Naruhito por sua ascensão ao trono. Desejamos ao povo japonês muitas felicidades nessa nova era.

Dia do Trabalhador. Queremos expressar os nossos cumprimentos a todos os trabalhadores em razão da celebração do Dia Mundial do Trabalho ontem, por seu empenho e sua contribuição para construir um mundo cada vez mais avançado e cada vez mais justo.

Registro de pesar pelo falecimento da cantora ícone brasileira que levou, através da sua arte, a cultura da música brasileira para todos os recantos do mundo – refiro-me à Beth Carvalho – e também pela passagem de aniversário de falecimento de um dos maiores desportistas que o nosso País teve, que foi o Ayrton Senna.

Abro a palavra para os Senadores que quiserem se pronunciar sobre algum assunto.

Senador Randolfe...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – ... enriquece com seus comentários e com a sua cultura. V. Exa. pode dar o prazer da sua fala à TV Senado, que está cobrindo este debate ao vivo.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente Nelsinho, é a primeira circunstância de palavra quase imposta e forçada (*Risos.*) não da história desta Comissão de Relações Exteriores nem do Plenário, mas da história do Senado, em nosso caso.

Saúdo V. Exa. por, mesmo nesta semana apertada pelo feriado, esta Comissão estar cumprindo com suas atribuições. Lamentavelmente, não temos quórum para deliberação. E quero reiterar o cumprimento a V. Exa. sobre os comunicados aqui feitos.

Eu acho que, em especial, a situação da Venezuela merece uma atenção nossa e merece ser tratada com a cautela que a tradição diplomática brasileira exige. O Brasil tem uma tradição, as nossas Forças Armadas têm uma tradição pacífica ao longo dos últimos dois séculos. A última vez em que nós nos envolvemos em algum tipo de conflito com vizinhos foi na Guerra do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paraguai, e isso aí já tem mais de um século. E a última vez em que nos envolvemos num conflito foi ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial.

Então, eu queria aqui ressaltar, destacar o comunicado da posição da Comissão de Relações Exteriores, externado por V. Exa., sobre a posição desta Comissão em relação ao conflito venezuelano. Eu creio que é melhor termos acordo na perspectiva de que a Venezuela está sob a égide de um regime autoritário. A tradição da diplomacia brasileira é da defesa do multilateralismo e da saída democrática, da saída pacífica para os conflitos existentes. O Brasil – e aqui eu quero reiterar – não pode ser porta-voz de nenhum tipo de aventura militar, principalmente no nosso continente. A ditadura existente na Venezuela deve ser esgotada pelas pressões diplomáticas que o país tem de cumprir, inclusive acionando países que têm relação com a Venezuela, com os quais o Brasil tem ótima relação, como é o caso da China e da Rússia. É só assim, só exercendo o multilateralismo, só na busca incessante pela paz na América Latina – nisso, inclusive, o Brasil tem sido protagonista ao longo das últimas décadas – é que para esse conflito se deve encontrar uma solução.

Repito, há de nossa parte, da Rede, do bloco que representa a oposição aqui no Senado um reconhecimento de que a Venezuela está sob um regime de exceção, de que a Venezuela está sob uma ditadura. Há também uma afirmação de que o Brasil não pode ser porta-voz de nenhuma aventura bélica, de nenhuma aventura militar neste país vizinho e que os princípios que devem reger a solução do impasse dramático que vive o nosso vizinho devem ser o multilateralismo por parte do Brasil e a busca incessante pela paz na América Latina.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Randolfe Rodrigues, que, mais uma vez, com a sua cultura e com a sua forma clara de se expressar, enriqueceu esta reunião.

Aproveito a oportunidade para comunicar a todos os pares que nós aprovamos aquela Subcomissão para tratar dos assuntos da Venezuela e, na segunda-feira próxima, que chega, no Plenário 7, às 14h, vai haver uma reunião de trabalho convocada pela Subcomissão, através da Presidência do Senador Telmário, onde estarão presentes o Prefeito de Pacaraima e o Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima.

Com a palavra o Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero também comentar sobre esse problema com a Venezuela.

O problema da Venezuela é um problema deles, é institucional. É uma guerra de poder que estamos vendo lá, mas quem está mais sofrendo é o nosso Estado brasileiro de Roraima, porque as pessoas estão migrando para lá, entrando no Estado sem que ele tenha as mínimas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições de receber essa multidão de refugiados que está chegando em Roraima. Então, eu penso que é há uma preocupação grande do Governo Federal e de todos os Parlamentares para que se solucione isso e para que esse estado de exceção, como bem falou o nosso Senador Randolfe, seja resolvido na Venezuela.

Também comento que, sob a liderança do nosso Senador Randolfe – isto já é o nosso Estado do Amapá sendo antagônico ao de Roraima; ao invés de estarmos recebendo demandas de problemas da Venezuela – e com o apoio do nosso Presidente da Comissão de Relações Exteriores, anteontem no Amapá nós inauguramos o Consulado – a gente nem pode falar consulado francês; é consulado guianense – da Guiana Francesa no Amapá. Ele vai permitir que os amapaenses possam ter o visto para entrar em Caiena lá mesmo no Amapá. Foi um trabalho duro. Já houve esse consulado lá, e a Embaixada o havia retirado. E, agora, com essa intervenção do Senador Randolfe, do Presidente Davi e do Presidente Nelsinho e com a nossa intervenção, nós conseguimos reverter isso. E também diminuímos o seguro; deverá diminuir o seguro de carro. Só para se ter ideia de como era difícil entrar em Caiena, de lá entraram 16 mil carros e, do Amapá, 20. Então, era essa a relação. Então, nós queremos facilitar também essa relação, para que mais franceses possam vir ao Amapá.

Ainda há pouco, a gente estava solicitando ao Senador Flávio, que tem uma emenda de bancada... Deve reiniciar agora a BR-156 em direção ao Oiapoque, para, assim, integrar o Amapá. Eu até falo que é o Merconorte, porque se integra ali ao Platô das Guianas, ao Suriname, a Georgetown, a Caiena e, é claro, ao Caribe.

No Amapá, essa estrada é muito sonhada, Senador Flávio, pelas pessoas que moram em Oiapoque, que é onde começa a Nação brasileira. Lá mesmo, foi feita pelo Governo Federal uma ponte em que gastaram quase cem milhões de euros. E a ponte serve só para os franceses atravessarem para o Oiapoque, porque, pela BR, não dá para vir para o Amapá. E assim a gente quer integrar mesmo, facilitando até os negócios nessa região. O Amapá é dividido ali e sofre muito, porque está a 300km do Pará. E há o Rio Amazonas, que nos divide, que nos separa do Brasil.

Então, parabéns ao Senador Randolfe também, por capitanear essa missão para os amapaenses, tão bem-sucedida!

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – O Senador Randolfe está forte no Governo, não é, Lucas?

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Oi?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Está forte no Governo.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Não! É a embaixada francesa. Não tem nada a ver com o Governo, não é, Senador Randolfe? (*Risos.*)

Acho que foi por isso que a gente conseguiu. Nem os que estão do lado estão fortes aqui. (*Risos.*)

Está bom.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Bom dia a todos!

Presidente, eu também quero fazer um comentário sobre a questão da Venezuela. É óbvio que isso é motivo de permanente monitoramento do Governo e preocupa muito.

Infelizmente, na segunda-feira, eu gostaria de estar presente nessa audiência, Senador Nelsinho, mas vou estar no Rio de Janeiro. Mas eu tive um retorno já da comissão de Deputados que estiveram, ontem ou anteontem, em Pacaraima. A situação é muito, mas muito dramática em todos os segmentos, seja na esfera da segurança, na esfera da saúde. Os hospitais estão realmente tomados pelos venezuelanos que precisam desse atendimento, em detrimento do povo de Roraima.

Então, há um óbvio norte sobre essa questão para o Governo. Não há uma guerra entre o Brasil e a Venezuela, mas é um problema que só vai se resolver ao se restabelecer a democracia na Venezuela, de maneira a permitir que as pessoas possam lá permanecer e voltar para lá com segurança, com a garantia do seu direito de ir e vir. A partir daí, há uma tentativa de longo prazo de normalização daquele país, que está enfrentando uma inflação de dez milhões por cento ao ano. É algo inimaginável. O país quebrou completamente. É um país riquíssimo em petróleo e, talvez, por isso, também desperte a atenção de tantos atores importantes no mundo.

Do lado brasileiro, a forma como o Governo vem conduzindo essas tratativas é uma forma muito tranquila, com o pé no chão, a todo momento fazendo questão de mostrar que não tem nenhum interesse em qualquer tipo de conflito bélico, armado, militar. A solução não passa por aí. É óbvio que continuamos aqui com toda apreensão, Senador Alvaro Dias,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acompanhando *pari passu* o que vem acontecendo ali na região. E, na medida do possível, vamos dar ajuda humanitária para aqueles que realmente não têm mais a quem recorrer e acabam vindo para cá, para o Brasil, num ato de desespero.

Para concluir, sobre os assuntos que V. Exa. colocou, também marca muito a minha infância a questão do aniversário de morte do Ayrton Senna. Faço aniversário no dia 30 de abril. Ele faleceu em 1º de maio, logo na sequência. Eu costumava, junto com o então apenas Deputado Jair Bolsonaro, acordar nas madrugadas para acompanhar as corridas de Fórmula 1. Sou um superfã. Inclusive, recentemente, ouvi a notícia de que há um grande interesse, a possibilidade concreta de a Fórmula 1 ir para o Rio de Janeiro, inclusive com a construção de um autódromo novo ali na região de Deodoro, com investimento privado, com muitos recursos dos árabes. Então, a gente também se solidariza com a família do Ayrton Senna por seu aniversário de morte.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Senador Flávio Bolsonaro tocou nesse que é um assunto que marca profundamente nós brasileiros, que tínhamos no Ayrton Senna um ícone não só do esporte, mas do patriotismo ao levar o nome do Brasil, uma pessoa simples, solidária. Sempre que a gente vê alguma coisa se emociona. Ontem mesmo, vendo um documentário, no treino de sábado havia falecido um austríaco. E ele tinha pedido a bandeira da Áustria, porque fazia questão de vencer a corrida e, no final, homenagear o colega, levando a bandeira da Áustria. Infelizmente, nessa corrida, ele acabou falecendo.

Com a palavra o Senador Acir.

O SR. ACIR GURGACZ (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - RO) – Muito bem.

Meus cumprimentos a V. Exa., Presidente. Hoje, um dia depois do feriado, V. Exa. conseguiu abrir a Comissão de Relações Exteriores. Isso é sinal do prestígio de V. Exa.

Também me congratulo com os temas, que foram muito bem colocados, com relação ao imperador japonês e a ontem, o Dia do Trabalhador, um dia importante. Embora nós não tenhamos muito a comemorar em função da grande quantidade de pessoas que estão desempregadas, eu acredito que o Governo esteja trabalhando para reverter esse processo. Nós aqui, com certeza, faremos a nossa parte, nós que estamos no bloco de oposição, mas uma oposição moderada, uma oposição que quer o melhor para o Brasil. Nós não estamos fazendo, nós do PDT principalmente, aquilo do quanto pior melhor. Pelo contrário, nós queremos o sucesso do Governo. O Governo hoje não é o Governo do PSL, da direita ou da esquerda, é o Governo de todos os brasileiros. Então, nós queremos e vamos fazer tudo aquilo que depender de nós para colaborar para que possamos sair deste momento difícil que nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos enfrentando. Nós estamos vendo várias empresas diminuindo a quantidade de funcionários, e isso nos preocupa muito.

Agora, com essa possibilidade de diminuição de importação da soja brasileira pela China, isso nos preocupa e muito, porque um dos fatores fortes do saldo positivo da balança comercial brasileira é a exportação de *commodities*. Há um problema a ser resolvido, não só político, porque esse problema com a produção de suínos na China, que é exatamente um dos motivos pelo qual a China importa muita soja brasileira, pode nos trazer algum problema.

Com relação à Venezuela, essa também é de fato uma questão que envolve diretamente o Brasil. O Brasil, eu diria, Presidente, é o líder da América Latina, é o país que tem a maior produção, tem a economia mais forte e tem que estar sempre estendendo a mão aos nossos vizinhos. É evidente que, nesse momento em que a Venezuela vive praticamente uma ditadura, é difícil estender a mão para um país que não tem o mesmo regime que a gente tem e gostaria que ele tivesse.

Hoje pela manhã, eu ouvia em algumas rádios algumas pessoas falando negativamente do apoio que o Governo brasileiro está dando aos venezuelanos que estão precisando de recursos, precisando de comida, auxílio. Se não me falha a memória, são R$224 milhões que estão sendo transferidos para o apoio a essas pessoas. E a discussão era exatamente esta: num momento em que nós estamos diminuindo ou tendo um corte na educação, nós estamos enviando dinheiro para outro país.

Eu entendo que essa é uma posição estratégica do Brasil. O Brasil precisa, o Brasil tem que estender a mão aos países vizinhos, principalmente a Venezuela. A Venezuela é um dos maiores compradores do Brasil de manufaturados. Nós exportamos *commodities* para a China, mas exportamos produtos industrializados para a Venezuela e os países da América Latina. Portanto, é uma obrigação nacional, uma obrigação do Brasil estender a mão a esses países. São políticas diferentes. Nós temos que rever – eu entendo que é necessário rever – esse corte que está acontecendo na educação, mas isso não tem nada a ver com o dinheiro que o Brasil vai dispor para ajudar um país que está em dificuldades. Volto a dizer, eu entendo que o Brasil tem o protagonismo na América Latina, então nós temos a obrigação de ajudar esses países, porque, quanto melhor eles estiverem, mais vão comprar do nosso País e melhor será o resultado da nossa balança comercial.

Quero só me posicionar com relação a isso e dizer que, realmente, não é o caso de o Brasil entrar em uma discussão além do diálogo. Nós podemos dizer até que passamos por um momento de disputa política entre os Estados Unidos e a Rússia, utilizando a Venezuela como causa. Então, temos que ter muita cautela, muito cuidado com relação a isso. A China também, junto com a Rússia, e, do outro lado, os Estados Unidos. Então, é um momento de muita

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cautela, mas o Brasil não pode ficar de fora dessa discussão. Essa discussão é importante, e o Brasil tem que ser o protagonista da América Latina.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Senador Acir. Realmente, esse é o nosso entendimento.

Eu estive ontem com o Ministro Ernesto, e, das vezes em que a gente teve contato, nunca se saiu da questão da pressão diplomática, da ajuda humanitária, que é algo que está na genética da nossa Nação. O Brasil sempre atuou desse jeito. É um país pacífico, um país que sempre estendeu a mão ao seu vizinho, e, apesar... Crítica tem que haver mesmo, porque você está num ambiente democrático – você faz uma coisa, e há gente que não concorda –, mas, se a disponibilidade, através de recursos, para ajuda humanitária, não houvesse, haveria mais crítica. Pode ter certeza. Então, eu penso que o Governo agiu certo, está fazendo a sua parte.

E é importante lembrar que o Brasil não age sozinho nessa questão. A gente está inserido no Grupo de Lima, em que é discutida essa questão. Ninguém toma uma decisão sem discutir antes. Ontem mesmo, na visita que eu fiz ao Ministro Ernesto, após a visita ele teve uma teleconferência, com todos os integrantes, e dali foram tirados encaminhamentos que, posteriormente, numa nota, foram colocados para toda a imprensa e toda a sociedade ver a ação do Brasil.

Com a palavra agora o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Presidente, muito obrigado.

Primeiramente, quero cumprimentá-lo por estar aqui, nesta quinta-feira, convocando todos nós para o debate de um tema muito importante nesse momento crucial das relações diplomáticas do Brasil com a Venezuela.

Ontem à noite, as torres do Congresso Nacional foram iluminadas com a frase "Holocausto nunca mais!". É preciso, realmente, recordar tragédias históricas, para evitarmos a repetição delas no presente e no futuro da humanidade, e esse episódio vivido na Venezuela também deve ser encarado por nós como oportunidade de aprendizado. Há quanto tempo se denuncia o regime autoritário de Hugo Chávez e, depois, de Maduro? Há quanto tempo esse debate é travado, aqui no Congresso Nacional, inclusive, nesta Comissão de Relações Exteriores especialmente, sobretudo quando se discutiu o ingresso da Venezuela no Mercosul? E nós nos opusemos a essa iniciativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu entendo, Presidente Nelsinho Trad, que o respeito à autonomia das nações, à soberania dos povos, é elementar, mas, de outro lado, nações democráticas como a nossa, com constituições democráticas consolidadas, não devem alimentar a sobrevivência dos regimes autoritários. Há quanto tempo debatemos os empréstimos oferecidos pelo Governo do Brasil, por intermédio do BNDES, a países ditatoriais, nações de ditaduras sanguinárias que esmagam os seus povos na pobreza, na miséria, destruindo vidas pela prepotência, pela violência desmedida? E o nosso País aceitando, inclusive em alguns casos com empréstimos sigilosos, alimentar a sobrevivência desses regimes! Se não podemos enfraquecê-los com invasão de competência, certamente podemos evitar sustentá-los com empréstimos generosos, como os que oferecemos. Por exemplo: construção de metrô em Caracas, hidrelétrica no interior da Venezuela, milhões de dólares emprestados. E nós sabíamos: o calote era a crônica anunciada. E hoje o que se verifica é que mais de R$2,3 bilhões estão em atraso com o não pagamento de prestações vencidas, tanto por Cuba quanto pela Venezuela.

Essa discussão se travou aqui no Congresso Nacional em muitas oportunidades. Esses empréstimos, repito, alimentam a sobrevivência desses regimes.

Há um caso específico, o da usina Abreu e Lima em Pernambuco. O Brasil tornou-se sócio da Venezuela para a construção dessa usina. A Venezuela tornou-se sócia com a responsabilidade de participar com os encargos decorrentes da construção da obra. No entanto, nenhum centavo repassou a Venezuela para a construção da usina Abreu e Lima em Pernambuco. Hugo Chávez alegava que não o fazia porque a obra estava superfaturada. Verdade, comprovou-se o superfaturamento da obra, uma das obras investigadas na Operação Lava Jato, um dos grandes escândalos de corrupção no âmbito da Petrobras, mas, seguramente, o Brasil não deveria ter celebrado nenhum contrato societário com a Venezuela na construção de uma obra desse porte, ou mesmo que fosse de porte inferior. O que está em jogo é a relação diplomática de um país democrático com uma nação que tem um regime ditatorial travestido de democracia, iludindo partidos políticos, inclusive no Brasil, que apoiam aquela ditadura.

Definitivamente, nós devemos aprender com esse episódio. Eu tenho absoluta convicção de que o atual Governo do Presidente Jair Bolsonaro se recusará a celebrar contratos de empréstimos ou transações econômicas com nações que alimentam ditaduras sanguinárias, que esmagam seus povos na pobreza, enquanto os déspotas se enriquecem.

Ao final, Presidente, apenas eu gostaria de dizer que alguns problemas ocorrem na fronteira. Obviamente, os nossos colegas que representam a fronteira com a Venezuela têm melhor conhecimento do que nós, mas tenho sido procurado, especialmente por caminhoneiros na fronteira com a Venezuela, para relatar problemas que vivem. Em razão dessa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

complexidade de relação diplomática entre o Brasil e a Venezuela, brasileiros, muitas vezes, sofrem as consequências: caminhoneiros que transportam produtos para a Venezuela e ficam retidos no país, proibidos de retornar; ou passagens clandestinas que são abertas por venezuelanos para o transporte de produtos sem a Receita Federal investigar. Então, apenas exteriorizo aqui esta preocupação com o cuidado que devem ter as autoridades brasileiras com os brasileiros que acabam vitimizados por esta situação de conflito diplomático entre o nosso País e a Venezuela.

De outro lado, não há o que acrescentar, neste momento, em relação ao comportamento do nosso país com Venezuela: não há como estabelecer um comportamento de prepotência, de afronta, de superioridade; não há como se falar em intervenção na Venezuela. O que eu entendo ser necessário é a reunião das nações democráticas do mundo num protesto veemente contra o que ocorre na Venezuela, na solidariedade presente em relação aos venezuelanos que são massacrados há muito tempo por esse regime ditatorial. Certamente isso promoveria o enfraquecimento do regime venezuelano. Nós devemos trabalhar politicamente e diplomaticamente para o enfraquecimento da autoridade presente na Venezuela. A fragilização da autoridade é que proporcionará certamente o seu recuo. Só haverá obviamente recuo do Presidente Maduro se houver o seu enfraquecimento político internacionalmente. É o caminho pacífico que se deve salientar e fortalecer com o objetivo de contribuir para as mudanças necessárias na Venezuela.

Muito obrigado, Presidente, pela oportunidade. Não integro esta Comissão, mas, quando vi a oportunidade de estar aqui solidário aos colegas que compareceram neste dia e a V. Exa. pela iniciativa, aqui vim em nome do meu Partido, o Podemos, para retratar a nossa posição, a posição do nosso Partido em relação ao episódio vivido atualmente, e manifestar a nossa solidariedade à população venezuelana.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Alvaro Dias, sempre muito bem-vindo nas participações, trazendo bastante conteúdo nas suas colocações. É sembre bem-vindo à nossa Comissão.

Lembro a todos os telespectadores que esta reunião é realizada em caráter interativo, com transmissões pelos canais de comunicação do Senado, e a população pode participar pelo endereço www12.senado.leg.br/ecidadania.

Queria também agradecer a presença do Senador Acir, de Rondônia; do Senador Flavio Bolsonaro, do Rio de Janeiro; do Senador Lucas, do Amapá; do Senador Randolfe, do Amapá; do Senador Alvaro Dias, do Paraná; e o último Senador inscrito, cuja presença também quero agradecer, é o Senador Mecias de Jesus, de Roraima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Mecias de Jesus.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Sr. Presidente Nelsinho Trad, primeiro quero dizer que é uma honra estar nesta Comissão presidida por V. Exa., um homem que em todos os cantos, em todos os lugares, em todo os cargos públicos por que passou demonstrou sempre muita seriedade e compromisso com a coisa pública.

Apesar de estar me restabelecendo de uma cirurgia que fiz há poucos dias, convocado por V. Exa. eu não poderia deixar de vir a esta reunião, até porque nela se discutem temas de interesses importantes para o Brasil e, neste caso, neste exato momento, de interesse do meu Estado de Roraima.

Eu quero pedir a atenção dos colegas e do povo brasileiro.

A crise venezuelana atinge frontalmente o Estado de Roraima, frontalmente o povo de Roraima. Roraima é o guardião mais barato que o Brasil teve durante todos os anos; guardião da fronteira com a Venezuela e guardião da fronteira com a Guiana. Por todos os impactos que acontecem ali, Senado Flavio, Roraima é o primeiro a pagar.

Não creio – repito aqui o que disse numa entrevista por telefone à Rádio Senado e a alguns jornais que me procuraram – que haverá condições de a Venezuela sair da situação em que se encontra hoje de ditadura por parte do Presidente Nicolás Maduro, sem um confronto armado entre eles. O autoproclamado Presidente Juan Guaidó jamais assumirá, no meu entendimento, a Presidência da República daquele país se não tiver, de fato, as Forças Armadas.

Eu tenho contato com alguns Parlamentares, alguns amigos que vivem na Venezuela. Quando se iniciou o confronto, eu fiz contato com alguns deles, e eles me disseram que o Guaidó não tinha, de fato, o que ele estava dizendo ter: o Exército, militares de alta patente, alguém que de fato tivesse comando sobre os demais para que pudesse enfrentar com força o Nicolás Maduro.

Ocorre que isso, automaticamente, repercute no meu Estado. Roraima, antes, quando se iniciou essa crise, Senador Alvaro Dias, recebia cerca de mil pessoas/dia vindas da Venezuela. Roraima tem uma população de 500 mil habitantes. Hoje nós já passamos de 600 mil habitantes, levando em consideração que mais de 20% desta população são venezuelanos. Dados oficiais, Senador Lucas, fornecidos pelo Exército ou por alguns órgãos que estão lá, são falsos. Eles dizem ter lá 40 mil venezuelanos, porque eles contam os que estão bonitinhos, dentro das guaritas, das tendas, das guaritas asseguradas pelo Exército. Não é verdade. Não há nenhum Município de Roraima, dos 15 Municípios de Roraima, que tenha menos de 2 mil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

venezuelanos. Muitos trabalhando, muitos cometendo crimes de todas as naturezas e passando necessidade, tirando o emprego do povo de Roraima. Uma diária lá em Roraima custava normalmente R$80 a R$100 para um pai de família roraimense. Com a chegada dos venezuelanos, essa diária foi para R$20, R$30, porque ou o brasileiro faz o serviço pela diária de R$20 ou o venezuelano faz.

Aumentou o desemprego em Roraima. Aumentou a insegurança no nosso Estado. Roraima hoje aumentou em mais de 50% os crimes de roubos e furtos, assaltos, dentro da capital e nos Municípios, com a chegada dos venezuelanos no nosso Estado. O Hospital Geral de Roraima e os postos de saúde de Boa Vista estão lotados, e mais de 50% dessa lotação, dessas filas, são o povo venezuelano, que está saindo de lá da Venezuela doente e transmitindo doenças para o povo de Roraima. A saúde pede socorro em Roraima.

Segurança pública, eu já falei. E a educação não é diferente. Para você ter uma ideia, até hoje não se iniciaram as aulas no Estado de Roraima nos Municípios do interior, só na capital. O Governo do Estado ainda não tem de fato o controle de quantos alunos precisam ser matriculados, quantos estão matriculados, quantos precisam ser transportados pelo transporte escolar com recursos do Fundeb. Então não começaram as aulas no interior ainda, porque o Governo do Estado ainda não tem de fato a dimensão disso, até porque o Governador Antonio Denarium assumiu também há três meses.

Há algumas coisas que nos assustam. Eu quero aproveitar a oportunidade aqui e pedir o apoio dos senhores, do Presidente desta Comissão, pedir o apoio do Senador Alvaro Dias, do Senador Randolfe Rodrigues, do Senador Acir Gurgacz, do Senador Lucas, do Senador Flávio. O povo de Roraima clama por justiça.

A Operação Acolhida, que cuida, em tese, dos venezuelanos que saem do Estado de Roraima, gastou até agora R$260 milhões para cuidar dos venezuelanos. E, num passe de mágica, o Governo Federal abre mais um crédito suplementar de R$223 milhões para o Ministério da Defesa, para a – entre aspas – "Operação Acolhida", também comandada pelo Exército, para cuidar dos venezuelanos. E quem vai cuidar do povo de Roraima? E o povo de Roraima que está nas filas dos hospitais, que está na fila para conseguir uma vaga nas escolas, que quer colocar os seus filhos para estudar? E o povo de Roraima que está clamando por segurança pública nas ruas no dia a dia? E o povo de Roraima que precisa de estrada, de energia?

Quero parabenizar aqui a decisão do Presidente Jair Bolsonaro. Fico feliz, como roraimense e como Senador, que o Presidente tenha determinado que vai iniciar o Linhão de Tucuruí para, de uma vez por todas, acabar com esse problema da energia em Roraima. Agora, não dá para mandar R$223 milhões para cuidar dos venezuelanos e não ajudar o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado de Roraima, que está afundado em dívidas, em mais de R$6 bilhões, que não tem medicamentos nos hospitais, que não equipamentos, não tem condições de colocar merenda escolar nas escolas, e não mandar nenhum centavo para esse Estado. A ajuda humanitária deveria começar pelo próprio Estado de Roraima.

Aliás, ajudar os venezuelanos, porque, na realidade, o que acontece? Há os venezuelanos que estão sob a guarda da Operação Acolhida, mas há aqueles que não entraram legalmente. E por que a maioria deles não entra legalmente? A maioria deles não entra legalmente porque, se entrar legalmente, é obrigada a ficar nos abrigos. E, nos abrigos, há hora para sair, há hora para voltar, há hora para tudo. Os que ficam na rua dormem na rua, cometem crimes. Esses aí não estão cadastrados. Hoje, de uma hora para outra, em um salto de mágica... Antes de iniciar esta crise, havia reduzido a entrada de venezuelanos no Estado de Roraima. Estavam sendo cerca de 200, em função de estar fechada a fronteira. Cerca de 200 entravam pelas varedas – como se diz no nosso interior –, pelas varedas não oficiais. Entrava uma média de 200 por dia. Agora, com a instalação da crise, isso saltou de 200 para 800 por dia novamente, e Roraima não tem condições para isso.

Então, quero conclamar, através desta Comissão, que o Governo Federal urgentemente chame os representantes do Estado de Roraima, os Senadores, os Deputados Federais, o Governador e que também ajude o Estado de Roraima a promover justiça social para o povo de Roraima.

Não creio eu que seja intenção do Presidente Jair Bolsonaro ajudar tão somente os venezuelanos. E nós não somos contra a ajuda aos venezuelanos. Não somos contra, mas nós somos 100% a favor da ajuda ao povo brasileiro, sobretudo ao povo de Roraima, que se encontra passando dificuldades, sem emprego, sem saúde, sem educação, sem segurança pública, sem direito a uma vida digna, sem direito a sequer andar na rua com tranquilidade.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Fico grato. Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Senador Mecias.

Volto a lembrar que, na segunda-feira, às 14h, no Plenário 7, o Prefeito de Pacaraima e o Presidente da Assembleia Legislativa de Roraima estarão presentes na Subcomissão que trata sobre a crise na Venezuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, quero agradecer a presença do Senador Acir, de Rondônia; do Senador Flávio Bolsonaro, do Rio de Janeiro; do Senador Lucas e do Senador Randolfe, do Amapá; do Senador Alvaro Dias, do Paraná; e do Senador Mecias de Jesus, de Roraima.

Não havendo mais deliberações, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, convocando-os para a próxima reunião, na quinta-feira, dia 9.

Obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 09 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e cinquenta e quatro minutos do dia nove de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Romário, Major Olimpio, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Flávio Arns, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Telmário Mota, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Paulo Paim, Eliziane Gama e Juíza Selma. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Angelo Coronel. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 13ª e da 14ª Reuniões, realizadas em 24 e 2 de maio de 2019, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 57, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, assinado em Brasília, em 3 de abril de 2014." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Projeto de Resolução do Senado n° 5, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Grupo Parlamentar Brasil-Israel." **Autoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da relatora. **ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado n° 9, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar." **Autoria:** Senador Izalci Lucas. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Lido o relatório, iniciada a discussão, a apreciação da matéria é adiada. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 19, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a política brasileira de adesão à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), no exercício de 2019." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 22, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie integração Física e Logística na América do Sul, no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 24, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política de Defesa Cibernética, delegada ao Exército Brasileiro pela Estratégia Nacional de Defesa, no exercício de 2019." **Autoria:** Senador Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 21, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atual crise na gestão da Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (Apex), que, em menos de três meses, já teve dois Presidentes, bem como seus efeitos para cumprimento de sua relevante missão institucional na promoção das exportações brasileiras e investimentos. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Mário Vilalva, Embaixador de carreira do Ministério das Relações Exteriores." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Retirado pelo autor. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 23, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Embaixador Mario Vilalva para prestar depoimento sobre a situação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex)." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 26, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atual situação das famílias das vítimas da tragédia do vôo da Chapecoense que deixou 71 mortos e 6 feridos, completará 3 anos em novembro, e ainda permanece com pendências judiciais, especialmente indenizatórias" **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 27, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir esta Comissão sobre o atual estado da Amazônia, do lançamento do Projeto Barão do Rio Branco e do Projeto Calha Norte – importante programa de desenvolvimento em defesa da Região Norte do Brasil a ser realizada no dia 15/05/2019, às 14h30." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 28, de 2019** que: "Requeiro, nos termos dos arts. 218, VI e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento trágico do Embaixador do Brasil no Líbano, Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, ilustre baiano, e de sua esposa, Embaixatriz Vera Lúcia Ribeiro Estrela de Andrade Pinto, bem como a apresentação de condolências a seus filhos, família e amigos." **Autoria:** Senador Jaques Wagner. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/09

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 15ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Concedo a palavra neste instante...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Presidente, é uma questão de ordem, rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não, Senador Flávio Bolsonaro, do Rio de Janeiro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Pela ordem.) – Quero só pedir a V. Exa., se puder, a inversão de pauta, para que possamos apreciar os requerimentos relativos à Apex, porque os Deputados têm compromissos. Todos estão querendo dar continuidade aos compromissos. Digo Senadores, perdão! Estou com Deputado na cabeça ainda; daqui a pouco, vem Senador. Às vezes, estou com espírito de Deputado ainda, Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador, posso...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senador Jaques Wagner...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria cumprimentar o Presidente, o Vice-Presidente, as Senadoras e os Senadores.

É só para despreocupá-lo...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. *Fora do microfone*.) – Não estou preocupado, não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É claro que está preocupado, está pedindo para votar logo!

Eu pedi ao Senador Nelson Trad – já comuniquei ao indicado para a Apex e tive acordo com o Senador Randolfe –, em função da nova nomeação e das primeiras atitudes tomadas assim que chegou ao cargo, que o deixasse na gaveta, porque eu não tenho mais interesse no que eu queria esclarecer. Como as consequências do esclarecimento já foram tomadas pelo Almirante Segovia, eu, até em respeito ao novo Presidente da Apex, não quero ficar...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Remoendo, não é?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... jogando dúvida. Então, suspendi.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Agradeço ao Senador.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria só aproveitar, Flávio – eu estava antes na Subcomissão da Venezuela e tive de sair para a da MP 871 –, e lembrar que a questão das terras indígenas de Roraima foi o Supremo Tribunal Federal que acabou aprovando. Eu ouvi a sua fala. E a própria ligação de Roraima com a Venezuela foi feita ainda no Governo de Fernando Henrique. Nós do PT nunca tivemos Governador lá nem líder que era de lá e que era líder de muita coisa. Era só para esclarecer isso. Eu não quero polemizar.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Obrigado, Senador.

Quero agradecer a sua boa vontade e o seu bom senso também, como sempre, neste momento em que convivemos aqui com todo o respeito. É um Senador que eu admiro.

Acho que estamos de acordo, então, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Senador Randolfe também é o autor de um requerimento de igual natureza. Eu vou retirar de pauta os dois requerimentos. V. Exa. já se manifestou, e vou encaminhar nesse sentido ao Senador Randolfe. Aí, perde o objeto o encaminhamento de V. Exa. neste instante.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 21, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atual crise na gestão da Agência Brasileira de Exportações e Investimentos (Apex), que, em menos de três meses, já teve dois Presidentes, bem como seus efeitos para cumprimento de sua relevante missão institucional na promoção das exportações brasileiras e investimentos. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Mário Vilalva, Embaixador de carreira do Ministério das Relações Exteriores.

Autoria: Senador Jaques Wagner

Observações: *constou da pauta em 02/05/2019.)*

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 23, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do artigo 90, V, do Regimento Interno do Senado Federal, o convite ao Embaixador Mario Vilalva para prestar depoimento sobre a situação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex).

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues

Observações: *constou da pauta em 02/05/2019.*)

Há alguns destaques internacionais para o conhecimento dos Srs. Senadores.

Nota de pesar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lamentamos profundamente os falecimentos do Embaixador do Brasil no Líbano, Paulo Cordeiro de Andrade, e de sua esposa Vera Lúcia Estrela, ambos vitimados num trágico acidente rodoviário ocorrido ontem na Itália.

Cordeiro Andrade registra uma brilhante carreira diplomática. Ele teve um papel fundamental no Haiti no momento mais importante da diplomacia brasileira naquele país, numa atuação crucial na primeira eleição presidencial em 2006, quando as tropas brasileiras lá estiveram na missão de paz da ONU batizada Minustah.

Brasil – Estados Unidos.

O Presidente Donald Trump notificou ontem o Congresso norte-americano que vai designar o Brasil como aliado prioritário extra-Otan, para reconhecer o comprometimento do Brasil em aumentar a cooperação militar com os Estados unidos, e também pelo interesse americano em intensificar a coordenação militar com o Brasil.

Irã suspende parte dos compromissos do acordo internacional nuclear.

Após o anúncio de novas sanções impostas pelos Estados Unidos ao regime persa, o Governo americano ameaçou punir instituições financeiras estrangeiras que façam transações com os setores de mineração e de metais industriais iranianos, incluindo aço, alumínio e cobre, principais fontes de renda de exportação do Irã não relacionadas ao petróleo.

Prisões na Venezuela.

Segundo dados da ONG venezuelana Foro Penal, que atua na defesa dos direitos humanos, já passa de dois mil o número de pessoas detidas na Venezuela só neste ano por motivos políticos em protesto contra o regime de Nicolás Maduro. Ontem mesmo, foi preso um parlamentar, o Deputado e Vice-Presidente da Assembleia Nacional. Para agravar a situação e a escalada do autoritarismo, Maduro agora impõe o controle administrativo total dos aeroportos domésticos.

Eleições para prefeito em Istambul, na Turquia, são anuladas.

Após a vitória do Partido Popular Republicano, o Comitê Eleitoral anulou o pleito e convocou novas eleições. O partido de oposição ao presidente turco tinha vencido com uma margem de 13 mil votos. Houve recontagem, as urnas confirmaram a vitória. O candidato de centro-esquerda chegou a tomar posse, mas a comissão mudou de ideia, apontou irregularidades e manteve a anulação. A União Europeia cobrou explicações e lembrou que um processo eleitoral transparente é essencial em qualquer democracia. As novas eleições em Istambul acontecerão em junho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na sequência, passamos ao item 1.

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 57, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Previdência Social entre a República Federativa do Brasil e a Confederação Suíça, assinado em Brasília, em 3 de abril de 2014.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: pela aprovação.

Observações:

Constou da pauta em 24/04/2019 e 02/05/2019.

Com a palavra o Senador Jaques Wagner para proferir o seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, eu vou me abster da leitura do relatório, que já foi distribuído, e vou direto à análise do tema, até porque é de certa simplicidade, eu diria.

Compete a esta Comissão opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante ao acordo, inexistem defeitos no que diz respeito à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal. Ainda em relação ao Texto Constitucional, o tratado em análise enquadra-se, de tal ou qual maneira, no comando que estabelece que o Brasil rege suas relações internacionais pelo princípio da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade (art. 4°, IX).

O ato internacional em apreciação visa a ampliar a estrutura jurídica atinente aos direitos de seguridade social de nacionais quando em exercício de suas atividades laborais no território da outra parte. Nesse sentido, é válido registrar que os maiores favorecidos pelo acordo serão aqueles que, por tal ou qual motivo, trabalham fora de seu Estado pátrio. Essa circunstância há

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de, por si só, incrementar o relacionamento amistoso entre as partes na medida em que favorece a aquisição de direitos por seus súditos.

Esse contexto é tanto mais salutar quanto mais nos damos conta do crescente movimento internacional de trabalhadores verificado no Planeta nas últimas décadas. Esse quadro alcançou, por igual, o Brasil, que se transformou de tradicional País de imigrantes para Estado de origem de emigrantes. Com isso, são cada vez mais relevantes ações vocacionadas a proteger os trabalhadores brasileiros no exterior, bem como a oferecer semelhante proteção aos estrangeiros radicados no Brasil.

Observamos, por fim, que o acordo em análise guarda semelhança com tratados de idêntica natureza que já nos vinculam a outras soberanias.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2019.

É esse o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco em votação o relatório do nobre Senador Jaques Wagner.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2019.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa.

Determino as providências.

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 9, DE 2019

- Não terminativo -

Cria a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar.

Autoria: Senador Izalci Lucas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: pela aprovação, com uma emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val para proferir seu relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para proferir relatório.) – Se o senhor me permite, Presidente, vou passar direto para a análise.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Perfeitamente.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – A constituição de frentes parlamentares no Senado Federal está fundamentada, essencialmente, na liberdade de organização política no seio do Parlamento e na vontade da atuação parlamentar lateralmente às organizações típicas congressuais que são os partidos políticos.

A falta de menção nos regimentos não significa falta de importância das frentes parlamentares, mas antes é reveladora do princípio da liberdade de organização no seio do Congresso no que concerne a grupos e frentes parlamentares. Seu substrato são as diversas possibilidades de atuação parlamentar no sentido da cooperação, da dedicação a um tema ou enfrentamento de um problema específico.

Registre-se, portanto, a ausência de óbice regimental à proposição, além do advento da norma de aplicação análoga, que é a Resolução nº 14, de 2015.

Cabe, por outro lado, reparo à proposição em exame. Seu art. 2º define que "a Frente Parlamentar de Apoio à Família Militar [...] é uma entidade de direito privado, de natureza não governamental, instituída sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração e integrada por Parlamentares do Senado Federal". Considera-se que fica ao alvitre da frente parlamentar registrar-se nos foros civis competentes, se não houver conflito com a legislação partidária. Entretanto, não compete ao Senado Federal, seja por meio de resolução ou qualquer outro, dar personalidade civil a tais agremiações. Além de incabível, a criação e funcionamento das frentes e grupos parlamentares no âmbito do Congresso Nacional prescindem de registro estatutário, sendo seu trabalho completamente sustentado pelas próprias regras regimentais da Casa Legislativa.

Dessarte, recomendamos a supressão do referido art. 2º, o que, de forma alguma, comprometerá os anseios inscritos na proposição, qual seja a de instituir uma frente de Senadores que trabalhe pela defesa da família militar.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo também objeção quanto ao mérito, e com apoio na juridicidade da proposição, o voto é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 9, de 2019, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº - CRE
(ao PRS nº 9, de 2019)
Suprima-se o art. 2º do Projeto de Resolução nº 9, de 2019, renumerando-se os demais.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório do nobre Senador Marcos do Val.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Os Senadores que querem discutir são o Senador Izalci, autor, e, posteriormente, o Senador Esperidião Amin.

Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, quero pedir o apoio dos pares para que a gente possa aprovar essa matéria. Já houve a aprovação de outras similares aqui nesta Casa. É um tema importante. Quando Deputado, tive a oportunidade de trabalhar essa frente na Câmara dos Deputados. Existe uma série de demandas da família militar que muitas vezes são esquecidas, inclusive a questão dos deficientes. Há muitas questões.

Eu recebi agora uma comissão de mães, a quem a gente precisa dar uma atenção especial, até porque, como V. Exas. sabem, os militares não podem se sindicalizar. Então, eles têm realmente uma dificuldade de apoio. E eu sempre, na medida do possível, tentei ajudá-los com relação não só às questões de reivindicações, que são muitas. Eu tive a oportunidade aqui, na reforma da previdência dos militares... Eu criei uma subcomissão na Câmara dos Deputados para tratar desse assunto, por falta de um sindicato. Para V. Exas. terem ideia, nós temos uma medida provisória desde 2001, nesta Casa, que não foi votada até hoje e que tirou muitas vantagens, naquela época, dos militares. Quase foi uma reforma da previdência naquela época.

Além disso, nós temos aí os planos econômicos, com os quais todos ganharam. Os militares foram impedidos... Pelo menos, houve um comando de eles não entrarem na Justiça. A grande maioria não entrou na Justiça. V. Exa. sabe que, na Polícia Militar e nas Forças Armadas, há um respeito muito grande à hierarquia e ao comando. Mas quem entrou na Justiça ganhou! E, inclusive, a AGU fez uma súmula e nem estava recorrendo mais, tendo em vista

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que todos que entraram ganharam, mas a maioria dos militares não ganhou, e agora isso está prescrito. São 26,6%. Digo isso sem levar em consideração que, naquela época, era muito comum os militares pedirem para mudar para regiões mais distantes e para terem ajuda de transporte e que, desde 1994, não havia reajuste. Então, hoje os militares pagam e são obrigados, de dois em dois anos, a se mudar. O valor não compensa.

Então, há uma série de questões que a gente precisa trabalhar.

Para vocês terem ideia, o salário-família dos militares das Forças Armadas, até pouco tempo, era de R$0,16. Não pagava nem a tinta do contracheque.

Então, há uma série de coisas e, de forma especial, a questão da família. Eu recebi no meu gabinete diversas mães que têm filhos deficientes, de militares. A gente precisa dar uma atenção especial para elas.

Por isso, peço aqui apoio, para que a gente possa trabalhar, através dessa frente, e defender os interesses da família militar.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Espiridião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu quero me dirigir especialmente ao Senador Izalci.

No mérito, Senador Izalci, eu subscrevo tudo que o senhor falou. Não tenho dúvida nenhuma de que tudo isso que o senhor mencionou são fatos, que eu também conheço. O do salário-família era o único que eu não sabia. Mas o restante, especialmente essas questões de ações judiciais que não foram intentadas – por isso, o respeito à autoridade ensejou prejuízos –, eu sabia disso e acho que, evidentemente, é falta de assistência e uma injustiça.

Creio até que, num caso desses, impõe-se, por lei – que, se não for por iniciativa do Executivo, deveria ser por iniciativa do Legislativo, por uma questão de constitucionalidade –, nesse caso aí, a perempção, ou seja, a prescrição. A prescrição deveria ser corrigida pela via constitucional, em uma proposta de emenda à Constituição da qual eu acho que temos que avaliar o impacto financeiro, mas não é justo que alguém, por descuido, por falta de assistência jurídica ou mesmo por uma omissão talvez involuntária, tenha sido tratado de maneira diversa. Isso fere o art. 5º da Constituição Federal.

Então, no mérito, concordo integralmente com V. Exa. O que eu quero suscitar aqui é que há um ato referente à criação de frentes parlamentares. E o Relator não mencionou isso de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maneira muito clara – aí eu me refiro ao Relator. A criação de frentes parlamentares, inclusive em favor de países – eu fui o Relator aqui do caso da frente parlamentar relativa à Saaraui –, significa o engajamento do Senado de um lado. Se eu crio uma frente parlamentar, se eu proponho aqui... Imaginem o que aconteceria ao meu vizinho se eu propusesse aqui uma frente parlamentar em favor da Jihad! Então, a criação de frentes parlamentares pró alguma coisa já mereceu do Senado uma norma disciplinadora.

Repito: quanto ao mérito, eu subscrevo, assino e sou seu acólito, seu sacristão, mas criar uma frente parlamentar para essa assistência acho que não é o caminho adequado. E o Relator roçou assuntos, permita-me dizer; pelo menos não ficou clara para mim a sua posição a respeito.

Então, muito mais do que uma posição, eu faço uma indagação ao Relator e à sua assessoria se é cabível a criação da frente parlamentar.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, na p.3 do relatório, está se discriminando isso, exatamente essa sua questão. Em 2015, foi criada a Frente Parlamentar Brasil-Marrocos, como está aqui na Resolução nº 14. Aí estão todos os artigos. Então, está citado no relatório isso. Como é um caso semelhante, está aqui dentro da...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os projetos da Frente Parlamentar Brasil-Israel estão sendo arquivados por isso. Nesta sessão legislativa, estão sendo arquivados em função dessa normativa de 2015.

Então, acho que seria importante que nós consolidássemos o entendimento. Não sou contra. Agora, temos de criar... E, por isonomia, analogia, nós vamos criar outras.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só faço uma observação aqui, Presidente e Relator. Eu apresentei uma proposta de mudança do Regimento, porque aqui há um tratamento diferenciado do da Câmara. Eu fiz essa proposta exatamente porque, recentemente, foram aprovadas nesta Casa frentes parlamentares dessa forma. Eu tenho duas frentes que estão sendo conduzidas na Câmara com assinaturas, mas, por incrível que pareça, hoje, do jeito que está no Regimento, isso tem que partir da Câmara, não pode partir do Senado. Por isso, estamos mudando o Regimento. Eu apresentei esta aqui porque foram aprovadas, recentemente, duas frentes aqui. Aí eu disse: "Então...".

Eu, por exemplo, fui Presidente, nos últimos oito anos, da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Inovação e Pesquisa. Agora, eu tenho que fazer uma frente mista. Por incrível que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

pareça, uma frente mista tem que partir da Câmara. E aí fiz a proposta de mudar o Regimento. Para a minha surpresa, foram aprovadas agora duas frentes aqui dessa forma que está sendo apresentada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Foram aprovadas?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Foram aprovadas, sim, essas frentes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não foram aprovadas.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Eu a fiz, inclusive, exatamente por isso. Eu falei: "Estou pegando assinaturas na Câmara". É óbvio que vai haver participação igual, as condições vão ser as mesmas, vou botar Deputados e Senadores e tal. Mas é que eu apresentei dessa forma...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas foram aprovadas no Plenário também?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Foram aprovadas no Plenário da Casa.

Agora, de qualquer forma, há uma proposta minha para alterar o Regimento, para melhorar o Regimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só queria dizer o seguinte: criar uma frente parlamentar... Eu estou vindo agora – até disse ao Presidente –, representei o Presidente e a Comissão no lançamento da Frente Parlamentar em defesa do Programa Antártico (Proantar). Eu estava lá ao lado do Arolde, do nosso amigo Arolde de Oliveira, que até pediu: "Você vai me representar". É uma frente de que participo entusiasticamente. Agora, ela foi criada por um abaixo-assinado e funciona; não precisa de uma manifestação oficial, seja do Senado, seja da Câmara, seja dos dois, para dar a ela funcionamento.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A Câmara aprova via Mesa. Aqui, não; tem que ser aprovado no Plenário, como foram aprovadas já coisas mais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Presidente, eu também quero rapidamente me posicionar. Eu acho que a frente parlamentar é uma responsabilidade dos seus integrantes, que não representam o Senado. Então, não vejo problema nenhum de se criar frente parlamentar para um lado ou para o outro, porque nós somos um Parlamento plural. É óbvio, é até saudável que haja frentes parlamentares que não necessariamente vão na mesma direção, e os seus integrantes é que respondem por ela, não o Senado. Talvez, essa adequação seja feita no Regimento, para que não suscite nenhuma dúvida acerca disso, pela Mesa Diretora. Não tem que ir a Plenário isso. Então, estou acompanhando o Senador Izalci.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Em resumo, Presidente, é livre, sem dúvida alguma. Agora, oficializar por quê?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – A pergunta que eu faço... Eu também acho que deveria ser livre.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a chancela do Senado para quê?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não. É que eu não sei se a frente vai ocupar espaço físico, se ela tem algum custo, alguma coisa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não gera custo nenhum.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu tenho uma sugestão aqui para V. Exas.: vamos suspender a discussão até que posteriormente possa haver um entendimento entre o autor, o Relator e aqueles que divergem, e podemos trazer esse assunto a partir do momento em que estiver pacificado; e, se não estiver pacificado, vamos pôr para votar. A democracia sempre vence. Combinado?

Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Perfeito.

E o autor...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim, sem problema. Só lembro que foram aprovadas agora no Plenário, na semana passada, duas. Mas isso tem que ser corrigido, tanto é que apresentei uma emenda para mudar o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Suspendo, então, essa discussão.

Determino à Secretaria que, posteriormente, quando o assunto estiver pacificado, que ele volte aqui, para continuar o seu trâmite.

Srs. Senadores, tenho em mãos cinco requerimentos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional no que tange a política pública a ser implementada pela Comissão. São três requerimentos.

A Senadora Soraya Thronicke, em entendimento com este Senador, vai propor que o tema que ela aqui colocou seja transformado em uma audiência pública.

Determino à Secretaria que faça o encaminhamento junto à Senadora Soraya Thronicke.

Em relação ao item 5 e ao item 6, passo, primeiro, a palavra ao autor do requerimento, Senador Esperidião Amin, para fazer a leitura e a justificativa.

É do seu gabinete? Fique à vontade aí no seu celular. (*Pausa.*)

Posteriormente, vamos para os itens extrapauta.

O Senador Zequinha está ansioso para fazer a sua defesa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Devo ler o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – V. Exa. pode fazê-lo, apenas para os Senadores tomarem ciência e, como está sendo transmitido, para o Brasil poder entender.

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política de Defesa Cibernética, delegada ao Exército Brasileiro pela Estratégia Nacional de Defesa , no exercício de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Esperidião Amin

Observações:

Constou da pauta em 24/04/2019 e 02/05/2019.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Trata-se do Requerimento nº 24, de 2019. Confere? (*Pausa.*)

Eu gostaria realmente de chamar a atenção dos nobres companheiros, porque eu atribuo a esse requerimento uma importância crucial.

O que eu proponho?

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado, portanto com estribo regimental – nós temos o dever de, nas comissões temáticas permanentes, eleger políticas públicas para serem avaliadas, e é isso o que diz o 96-B –, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política de Defesa Cibernética do País, que hoje está delegada ao Exército Brasileiro, pela Estratégia Nacional de Defesa, durante o exercício de 2019.

As referências... Eu não vou ler todo o texto, mas eu queria chamar a atenção para o seguinte.

A Estratégia Nacional de Defesa (END) estabeleceu, em 2011, o Centro de Defesa Cibernética (CDC), cujos objetivos envolvem a capacitação de militares em atuações críticas, o desenvolvimento de sistemas e aplicações duais e a parceria com a indústria nacional para a produção de sistemas inovadores. Assim, importa ressaltar que tais capacitações se destinam a usos industriais, educativos e militares. Portanto, é uma estratégia da maior importância, inclusive econômica – talvez a sua maior importância seja essa.

Esse Centro de Defesa Cibernética, conforme a última versão da Estratégia Nacional de Defesa, pretende evoluir para o Comando de Defesa Cibernética das Forças Armadas.

Igualmente, esse setor estratégico deve aprimorar a Segurança da Informação e Comunicações – a chamada SIC –, fomentar a pesquisa científica no setor, desenvolver sistemas computacionais de defesa e tecnologias que permitam o planejamento e a execução da defesa cibernética, dentre outras atividades.

Enfim, será de grande valia estabelecermos a análise dessa política e apoiá-la – o objetivo de trazer isso para cá é apoiar.

E complemento, vou anexar alguns subsídios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu fiz uma pequena coleção de textos que lastreiam e fundamentam a importância crucial disso no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Páginas do *Livro Branco de Defesa Nacional* sobre a segurança cibernética estão aqui elencadas por mim. Revista de audiências públicas do Senado *Em Discussão!,* a Revista nº 10, de março de 2012, diz: "Inimigos invisíveis", a guerra cibernética. Há outro artigo importante da BBC: "Quais são as sofisticadas armas cibernéticas da guerra do século 21?". Esse é de março de 2017. Outro artigo diz: "Guerra cibernética é capaz de derrubar países e causar estragos econômicos". Essa fonte é de 2013. Há o Relatório de Ameaças à Segurança na Internet, volume 24, fevereiro de 2019, fonte Symantec, uma das líderes mundiais em soluções cibernéticas, que produz o famoso Norton Antivírus, que ainda é usado, apesar de muitas vezes criticado. Outro artigo afirma que "Brasil é o 3º maior alvo de ataques a objetos conectados [...]", *Folha de S.Paulo*, de 27 de fevereiro de 2019. E, finalmente, de abril deste ano, outro artigo diz: "CNJ sofre ataque *hacker* com vazamento de dados". Não é só o ataque para confundir, mas também para sacar dados.

Finalmente, quero dizer aos senhores o seguinte, sou professor – retirado agora – da Universidade Federal de Santa Catarina, onde fiz meu mestrado e meu doutorado, este último em Engenharia e Gestão do Conhecimento, que reciclou meus conhecimentos de computador e de informática. Eu visitei a sala-cofre.

O senhor, que foi Ministro da Casa Civil, sabe onde estão todas as primeiras vias de toda a documentação do Brasil? Na Universidade Federal de Santa Catarina, que eu visitei. É um ambiente de paredes adiabáticas. O cofre tem seis graus de segurança para se acessar e é planta alemã, ou seja, para eu entrar na sala, além de me identificar completamente, a cada porta havia um degrau até chegar ao cerne, onde estão registradas as primeiras ou segundas vias de tudo que nós temos em matéria de certificação digital do Brasil. É uma obra de segurança cibernética exemplar.

Voltando ao meu requerimento, quero dizer que o Comandante de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro se chama Gen. Amin. Ele não é infiltrado. O sobrenome é Naves. O Dr. Flávio Bolsonaro já olhou com preocupação: "Nós nos descuidamos". (*Risos.*)

Eu acho que esse é um assunto que merece ser acompanhado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para prestigiar, para não deixar falhar, para não deixar de haver suprimentos e atenção, especialmente neste momento de transformação tecnológica crucial que nós estamos vivendo.

Não quero cansá-los e, por isso, peço apoio e aprovação do requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Apenas faço um esclarecimento aos Srs. Senadores.

A gente tem a rotina de estabelecer um tema para a política pública, da nossa Comissão. O Senador Esperidião Amin apresentou esse, eu apresentei outro. E, se fosse a nossa Comissão apenas de relações exteriores, deveria haver uma votação para ver qual dos dois iria prevalecer. Ocorre que a nossa Comissão, além de relações exteriores, é de defesa nacional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ela é dual.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Ela é dual. E, para alguns, é trial, porque há também a de inteligência, que é ligada a esta Comissão.

Eu fiz uma consulta à Secretaria, e é perfeitamente possível – nós vamos inaugurar essa prática – que o tema de V. Exa., afeito à defesa nacional, fique ligado à defesa nacional, e o nosso, afeito a relações exteriores, fique ligado a relações exteriores.

Como não quero tomar nenhuma decisão sozinho, pergunto ao Plenário se concordam com esse encaminhamento.

Aqueles que concordarem permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Então, continua em discussão a política pública apresentada pelo Senador Esperidião Amin, relacionada à defesa nacional.

Senador Jaques Wagner...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Eu queria só parabenizar V. Exa. pelo bom senso de encontrar uma saída lógica para duas políticas públicas e parabenizar o Senador Esperidião Amin.

Eu fui Ministro da Defesa, e, efetivamente, nas guerras atuais, a despeito do armamento cada vez mais evoluído, sem dúvida nenhuma essa área cibernética é que comanda o mundo. Do ponto de vista de crimes econômicos, são bilhões que vão embora por qualquer invasão de espaço. E, evidentemente, do ponto de vista da segurança nacional, isso é fundamental.

Então, acho que vem em ótimo momento a propositura do Senador, para que esta Casa possa acompanhar aquilo que for sendo feito nessa área pelo Exército Brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discuti-lo, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A votação é simbólica.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Agradecendo, Sr. Presidente, só quero pedir para acostar ao meu requerimento esses anexos, esses sete anexos a que eu me referi há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Aprovado.

Com a solicitação ora apresentada pelo Senador Esperidião Amin, determino à Secretaria as providências.

Apresento requerimento de nossa autoria.

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 22, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie integração Física e Logística na América do Sul, no exercício de 2019.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

Observações:

Constou da pauta em 24/04/2019 e 02/05/2019.

A integração física e logística da América do Sul é instrumento essencial não somente para a intensificação da parceria econômica entre os países sul-americanos, mas também para o estabelecimento de corredores de comércio mais fluidos, mais rápidos e de menor custo com a Ásia. Cria, ademais, um cenário favorável à mobilização dos países para a conclusão de acordos de cooperação econômica que, dadas as condições mais favoráveis propiciadas pela integração física e logística, terão um efeito multiplicador sobre os fluxos de comércio e de investimentos.

A indicação dessa política pública na Comissão de Relações Exteriores se faz no sentindo de permitir uma análise dos projetos e programas realizados ou em execução para integrar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

região e, também, uma identificação das deficiências e dos gargalos a serem superados. Ressalta-se, nesse contexto, a relevância do projeto do Corredor Bioceânico, que possibilitará a redução de cerca de oito mil quilômetros de trajeto para o transporte e escoamento no comércio e exportação de produtos ligando países banhados pelos Oceanos Atlântico e Pacífico.

Espera-se, com a avaliação integral dos projetos e programas, com uma atenção especial aos seus projetos prioritários, mostrar uma radiografia da situação e contribuir, com dados e análises prospectivas, para impulsionar o Governo a criar a estrutura logística e física adequada aos interesses econômico-comerciais do Brasil e dos países da América do Sul.

Senador Nelsinho Trad.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, apenas aqui faço um adendo a essa justificativa de que o próprio Presidente da República, na data da posse do Presidente da Itaipu, ressaltou a importância prioritária do Governo, da sua gestão, no sentido de estabelecer esse canal de transporte entre a América do Sul, passando pelo nosso País naturalmente, Paraguai, Argentina e Chile, no sentido de otimizar as relações comerciais do nosso País com a Ásia.

Continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-o em votação.

A votação é simbólica.

Os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Serão tomadas as providências.

Há itens extrapauta.

Encontram-se sobre a mesa os Requerimentos 26, 27 e 28, de autoria dos Senadores Zequinha Marinho, Jacques Wagner e Nelsinho Trad.

Consulto as Sras. e Srs. Senadores se podemos incluir para apreciação como itens extrapauta.

Aqueles que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a inclusão dos itens extrapauta.

Vamos botar o meu por último, até por deferência aos colegas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passe o do Senador Zequinha e depois o do Senador Jaques Wagner.

O Senador Zequinha Marinho, logo cedo, despertou-me, dizendo da importância desse requerimento, que é o Requerimento nº 27.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir esta Comissão sobre o atual estado da Amazônia, do lançamento do Projeto Barão do Rio Branco e do Projeto Calha Norte – importante programa de desenvolvimento em defesa da Região Norte do Brasil a ser realizada no dia 15/05/2019, às 14h30.

Autoria: Senador Zequinha Marinho

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para fazer a leitura e a sua justificativa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Obrigado, Presidente.

O programa Calha Norte foi criado em 1985 pelo Governo Federal, diante de uma preocupação dos militares sobre a causa amazônica. Naquela época se propagava a cobiça internacional sobre as reservas naturais estratégicas do País. E, desde 1999, sob a coordenação do Ministério da Defesa, o Calha Norte tem o propósito de promover a ocupação e o desenvolvimento ordenado e sustentável da Região Amazônica.

O programa abrange 379 Municípios distribuídos em oito Estados, como Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul – é a faixa de fronteira, naturalmente –, Pará e Rondônia.

Diante disso, Sr. Presidente, eu venho requerer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno desta Casa, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir esta Comissão sobre o atual estado da Amazônia no que diz respeito ao Programa Calha Norte e, dentro do Programa Calha Norte, o Projeto Barão do Rio Branco, que prevê obras importantes a serem construídas naquela região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estamos solicitando a realização dessa audiência para o dia 15 de maio agora, às 14h30, em função da disponibilidade de um ilustre convidado, que é o Gen. Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, integrante do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Junto com ele, o Gen. Maynard Marques de Santa Rosa, Secretário Especial de Assuntos Estratégicos. Também convidamos o Gen. Anísio David de Oliveira Júnior, Comandante da 8ª Região Militar, e o Cel. Hélio Fernandes, mestre em Ciências Militares e Assessor Especial da Vice-Presidência da República.

O projeto do Governo Federal denominado Barão do Rio Branco prevê obras de infraestrutura para a Amazônia, mais especificamente para a Calha Norte. Por exemplo, a primeira dessas obras é a usina hidrelétrica no Rio Trombetas, na região de Oriximiná; a segunda é o prolongamento da BR-163 de Santarém até a fronteira com o Suriname; e a terceira obra seria uma ponte elevada com 1,5 mil metros de extensão em Óbidos. É nesse ponto que o Rio Amazonas é mais estreito, com uma profundidade de cerca de 90m.

Para a bancada da Região Norte, Sr. Presidente, saber hoje o que o Governo pensa com a retomada, digamos assim, da presença de ilustres figuras militares em cima disso que eles planejaram no passado e que ficou adormecido até hoje, o que é possível a gente resgatar e de que forma eles estão vendo esse processo, diante disso, a gente solicita a aprovação do requerimento, mesmo extrapauta como estamos apresentando, para audiência no dia 15, às 14h30, conforme agenda já acertada com o Gen. Villas Bôas. Entendemos que o programa é abrangente. São 379 Municípios, distribuídos em oito Estados daquela região.

Muito obrigado.

Peço aqui a aquiescência dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo item é extrapauta: Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 28, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO Nº 28, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos dos arts. 218, VI e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento trágico do Embaixador do Brasil no Líbano, Paulo Cordeiro de Andrade Pinto, ilustre baiano, e de sua esposa, Embaixatriz Vera Lúcia Ribeiro Estrela de Andrade Pinto, bem como a apresentação de condolências a seus filhos, família e amigos.

Autoria: Senador Jaques Wagner

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner para fazer a leitura e justificação do requerimento.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, com a licença do orador, Senador Jaques Wagner, e com a permissão do Presidente, eu terei que ir ao Plenário 2 para votação nominal e aí retorno. Com isso, a Presidência fica com V. Exa.

Obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, eu vou dispensar a leitura porque o próprio Presidente da Comissão já fez, ele próprio, o voto de pesar.

Na verdade, como eu conhecia o Embaixador Paulo Cordeiro, um baiano que tem serviços prestados, como já foi lido aqui, eu formalmente pedi, nos termos regimentais, o voto de luto também. Eu me dispenso da leitura, porque o próprio Presidente já fez um voto – não sei se formal também...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu o estou registrando formalmente, para que fique nos Anais, mas vou dispensar a leitura porque já foi esclarecida a importância desse Embaixador brasileiro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu quero que vote. Só estou dispensando a leitura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Em discussão a matéria.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu quero fazer economia processual.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Vou passar aqui o relatório bem resumido da missão oficial que eu realizei, na semana passada – cheguei no domingo –, no Texas e em Washington.

No Texas, eu recebi um tributo pela minha carreira de 20 anos como instrutor da SWAT nos Estados Unidos, encerrando a minha carreira, e também como Senador da República, que é um cargo de muito respeito nos Estados Unidos. No Texas, durante a Conferência da SWAT de 2019, eles me fizeram essa premiação. Contei um pouquinho da trajetória, de como o Brasil enfrenta as questões de segurança e de defesa, e fui muito bem recebido, ao ponto de ter sido aplaudido de pé.

Em Washington, eu e minha equipe tivemos uma reunião com Senadores Marco Rubio, que é da Florida; Joe Manchin, que é da Virgínia; e Ted Cruz, do Texas. A ideia foi apresentar uma comissão mista do Senado americano com o Senado brasileiro, para que nós pudéssemos discutir as questões de defesa, questões de terrorismo, crimes cibernéticos, tudo voltado a essa área. Os Senadores acharam interessante que se montasse esse grupo, e a gente vai avançar com a ideia proposta. Eles acharam isso muito interessante. O Brasil é um parceiro dos Estados Unidos. Eles precisam de informações, e também a gente precisa de muitas informações de lá, para que, conforme for, possam ser criadas leis, tanto lá quanto aqui, no mesmo sentido de proteção do nosso País, o Brasil.

Estive também no gabinete do Governador do Texas. Frisei nessa viagem o Texas, porque foi onde eu trabalhei por 20 anos. No Texas, que é um Estado armamentista – e nós estamos passando por esse processo aqui no Brasil –, eu conversei bastante sobre essa questão do porte, da posse, da facilitação das armas, para que a gente pudesse também trazer novas soluções e não deixar o brasileiro que é contra preocupado com as consequências da liberação e da facilitação da posse e do porte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estive também no Pentágono, que nos abriu as portas, e fomos recebidos pelo chefe da área de inteligência do Pentágono, o que foi uma oportunidade ímpar. Ele me perguntou muito sobre a Venezuela, sobre a questão do Brasil com a Venezuela, se nós estávamos apoiando o Maduro ou o Guaidó. Deixei claro que o Brasil, oficialmente, está apoiando o Guaidó. Ele perguntou sobre a Base de Alcântara, como está isso no Senado. Eu falei que o Ministro de Tecnologia, Marcos Pontes, esteve aqui e esclareceu muitas dúvidas nossas e que isso está avançando. Ele também se propôs a colocar a área de inteligência à disposição do Brasil, da área de inteligência do Brasil, para fazer esse intercâmbio entre o Brasil e os Estados Unidos na área de inteligência, e disse que o Pentágono estava se dedicando, junto com o Presidente dos Estados Unidos, a colocar o Brasil como parceiro da Otan. Até ontem, acho que foi anunciado que o Presidente americano colocou, então, o Brasil como um parceiro não integrante da Otan, mas um parceiro principal dos Estados Unidos na Otan. Nisso há vantagens enormes principalmente no que diz respeito a informações, à tecnologia, à credibilidade também do País.

Estive também na Embaixada brasileira. Estive com o Embaixador Sergio Silva do Amaral, que está deixando a Embaixada dentro de alguns meses. Coloquei para ele a importância da questão da segurança principalmente na área do terrorismo. A gente comenta muito sobre a Tríplice Fronteira, onde há a possibilidade de alguns integrantes de algumas facções terroristas residirem. A gente colocou isso como uma das principais pautas, para a gente ter o apoio também dos Estados Unidos na área de inteligência, com informações, para que a gente possa evitar qualquer ação terrorista no Brasil. A gente tem de pensar que a gente tem de dar um passo para frente, não esperar acontecer para poder, então, tomar as iniciativas.

Também estive no Departamento de Estado. Foi uma reunião muito produtiva. Falamos sobre crimes cibernéticos, como foi colocado aqui pelo Senador Esperidião Amin. O próprio Departamento de Estado também se colocou à disposição para trocar informações, para ajudar o Brasil nesse quesito. Também se colocaram à disposição para, o mais brevemente possível, trazer ao Brasil uma comissão para dar um treinamento voltado ao combate à corrupção. Pediram para que um grupo muito seleto de profissionais que já estejam trabalhando no combate à corrupção tenha acesso a esse treinamento. Então, fiz um contato com o Ministro Sergio Moro, e a gente está caminhando na montagem desse grupo, para que os integrantes do Departamento de Estado que estão lá focados no combate à corrupção possam vir ao Brasil para passar novas ferramentas, ferramentas mais atuais, nesse quesito.

Também fiz um pedido para que o Departamento de Estado pudesse abrir um intercâmbio com a Universidade do Texas. A Universidade do Texas tem um projeto chamado ALERRT, que é um centro de treinamento para as forças militares e para as forças de segurança. Eles estão encabeçando o melhor treinamento. É o que a gente chama de "atirador ativo". Foi o que aconteceu numa escola em São Paulo, foi o que aconteceu numa escola no Rio de Janeiro:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

entra alguém armado, que sai atirando em todos os estudantes ali dentro. Os Estados Unidos têm um histórico desse fato, desde o episódio de Columbine. Eles se prepararam e hoje reduziram drasticamente fatos como esses. E o Departamento de Estado se colocou à disposição para fazer essa ponte com a Universidade do Texas, para que nós pudéssemos levar militares e policiais para essa universidade, para esse centro de treinamento, para eles se capacitarem, para que possamos evitar qualquer tragédia nesse sentido daqui para frente. Então, também está sendo construída essa ponte. Foi uma viagem extremamente proveitosa, ficamos sete dias intensos, com muito trabalho, muitas reuniões, mas deixando clara essa relação de parceria entre o Brasil e os Estados Unidos.

Encerro por aqui. (*Pausa.*)

Alguém tem algum assunto a colocar, alguma pauta?

Enquanto a gente aguarda o Presidente Nelsinho retornar, aproveito para dar os parabéns para o nosso amigo Senador que está ali no canto – ele nem está prestando atenção, porque está sendo abordado por uma senhora. Quando ele terminar, vou dar os parabéns pelo aniversário.

Se alguém quiser colocar algum fato ou alguma posição, temos este tempo. Senão, a gente suspende temporariamente, até o retorno do Nelsinho para tocar o assunto do acidente da Chapecoense.

Então, vamos suspender a reunião por cinco minutos.

(*Suspensa às 11 horas e 49 minutos, a reunião é reaberta às 11 horas e 51 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Vamos reabrir.

O Senador Nelsinho já está no local. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agora o nosso item extrapauta.

Agradeço a colaboração dos Senadores, especialmente do Senador Marcos do Val, que presidiu.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2019

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atual situação das famílias das vítimas da tragédia do voo da Chapecoense que deixou 71 mortos e 6 feridos, completará 3 anos em novembro, e ainda permanece com pendências judiciais, especialmente indenizatórias.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

Esse acidente completará 3 anos em novembro e ainda permanece com pendências judiciais, tanto na esfera brasileira quanto na esfera internacional, especialmente no que tange às questões indenizatórias.

Proponho, para a audiência, a presença dos seguintes convidados: a Presidente da Associação Chapecoense de Futebol e a Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense, Fabianne Belle; Plinio David Filho, Presidente da Associação Chapecoense de Futebol; representante da Secretaria Especial do Esporte do Ministério da Cidadania; representante da Anac; representante da Superintendência de Seguros Privados; representante da Direção Geral da Aeronáutica Civil, da Bolívia; representante da Aeronáutica Civil da Colômbia (Aerocivil); Marcos Rocha, da LaMia Corporation (LaMia Bolívia); representante da Martel Assessoria e Consultoria Aeronáutica (LaMia Ltda.); Ricardo Albacete, responsável pela LaMia na Venezuela; representante da Bisa Seguros e Resseguros S.A., da Bolívia; representante da Autoridade de Fiscalização e Controle de Pensão e Seguros, da Bolívia; representante da Clyde; representante da Beaumont & Son; representante da AON UK Limited; representante da Offside Logística Esportiva Ltda.; representante da Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol).

Assinam: Senador Nelsinho Trad e Senador Espiridião Amin.

Srs. Senadores, fiz esse requerimento em função do clamor que recebi dos familiares das vítimas daquele acidente. Estão totalmente largados à própria sorte. Nada avançou no que tange às questões de indenização, às próprias questões de direitos que eles possuem. As autoridades internacionais não dão nem mais satisfação para esse grupo.

Eu me sensibilizei com a causa, consultei o Senador Espiridião Amin, que é de Santa Catarina e faz parte da nossa Comissão, e, de pronto, ele nos apoiou e subscreveu o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Dessa forma, essa é a justificativa, no que tange ao esclarecimento, para que a gente possa repactuar determinadas situações que estão jogadas ao léu, ao vento, e dar um mínimo de conforto aos familiares das vítimas do voo da Chapecoense.

Coloco em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento, que vai à Secretaria para as providências.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 13ª e da 14ª Reuniões, realizadas em 24 e 2 de maio de 2019.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrar, eu queria convidar os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para participarem da reunião do Grupo Parlamentar Brasil-Cazaquistão, que vai ocorrer agora, após o término da nossa reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e dezesseis minutos do dia dezesseis de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Romário, Marcos do Val, Flávio Arns, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Paulo Paim e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 15, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 16, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 17, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HELIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo n° 41, de 2019 - Não**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Terminativo - que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 98, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova os textos do Protocolo referente ao Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas, adotado em Madri, em 27 de junho de 1989, e do respectivo Regulamento Comum do Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas e do Protocolo referente a esse Acordo, bem como a formulação das declarações e notificações que especifica." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia (*Ad hoc*), substituiu Senador Marcio Bittar. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Designado Relator "ad hoc" o Senhor Senador Antonio Anastasia, é aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 126, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto da Emenda ao Artigo IV, Seção 3, alínea “a”, da Convenção da Corporação Financeira Internacional (CFI) constante da Resolução nº 256, da Junta de Governadores, adotada em 9 de março de 2012." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 29, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar o projeto CODESUL fronteiras, para mapeamento e diagnóstico de todo tipo de violência que acomete as mulheres nas regiões fronteiriças dos estados-membros do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante da Embaixada da Bolívia; Representante da Embaixada do Uruguai; Representante da Embaixada do Paraguai; Representante da Embaixada da Argentina; Reinaldo Azambuja -Governador do Mato Grosso do Sul - MS; Eduardo Leite- Governador do Rio Grande do Sul - RS; Patrícia Maria Zimmermann D’Ávila-Representante da Comissão de Segurança Púlica Permanente da CODESUL-SC; Luciana Azambuja- Representante da Comissão Permanente de Políticas para as mulheres da CODESUL- MS; Vereadora- Representante do Parlamento Feminino da Fronteira - MS; Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; e Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad e outros, Senador Nelsinho Trad e outros. **Resultado:** O requerimento é lido e aprovado com a inclusão dos seguintes convidados: Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves; e Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/16

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, no dia 16 de maio de 2019, quinta-feira, às 9 horas da manhã, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Como é rotina no início dos nossos trabalhos, leio alguns destaques internacionais.

Brasil e Paraguai.

O Presidente Jair Bolsonaro e o Presidente do Paraguai, Mario Abdo, fizeram o lançamento das obras da nova ponte que ligará Foz do Iguaçu a Presidente Franco. De acordo com a Itaipu Binacional, a ponte custará cerca de meio bilhão de reais e deve ser concluída em três anos.

Abro aqui um parêntese para dizer que está na programação a ponte também de Carmelo Peralta, que liga essa cidade do Paraguai com Porto Murtinho, em Mato Grosso do Sul, conforme as últimas notícias que a gente extraiu desse encontro.

Burkina Fasso.

Houve mais uma cruel manifestação de intolerância social e religiosa. Cerca de 20 homens armados atacaram uma igreja católica em Dablo, em Burkina Fasso, matando um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

padre e cinco fiéis. Os atiradores também atearam fogo a um centro de saúde e destruíram locais que servem bebidas alcoólicas. Esse é o segundo ataque à comunidade cristã daquele país em menos de duas semanas.

México.

Em cinco meses, o Presidente López Obrador triplicou as deportações de imigrantes, recuando na política de acolhimento, que já permitiu a entrada de milhares de pessoas que tentavam chegar aos Estados Unidos. López Obrador disse que é preciso ordenar o fenômeno migratório. O número de expulsos do país chega a 45 mil.

Meio ambiente.

O Ministro do Meio Ambiente cancelou o segundo evento da ONU sobre mudanças climáticas no Brasil. A Semana do Clima, que ocorreria em agosto na Bahia, mais precisamente em Salvador, foi cancelada. Recentemente, o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, declarou que, se não forem contidas, as mudanças climáticas serão uma tragédia para o mundo. Em mensagem à Cúpula da ONU, Guterres pede que os países apontem planos concretos para reduzir os gases de efeito estufa em 45% nos próximos dez anos e para eliminá-los completamente até 2050.

Estados Unidos.

O Presidente Jair Bolsonaro está em Dallas, no Estado americano do Texas, onde se encontrou com o ex-Presidente George W. Bush. Participa de reuniões com políticos e empresários locais e recebe o prêmio de Personalidade do Ano dado pela Câmara Brasileira-Americana de Comércio, que reconhece líderes que atuam pelo desenvolvimento da parceria comercial Brasil-Estados Unidos.

Agradecendo a presença da Senadora Mara Gabrilli, de São Paulo; do Senador Antonio Anastasia; do Senador Jarbas Vasconcelos; do Senador Esperidião Amin; do Senador Marcos do Val e do Senador Chico Rodrigues – falta registrar a presença –, eu gostaria de fazer os encaminhamentos da nossa pauta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, se V. Exa. me permite...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... quero fazer uma pequena digressão sobre um tema que me deixou preocupado ontem e que quero compartilhar com os companheiros.

O jornal *Folha de S.Paulo*, especialmente quando trata de temas internacionais de fundo, tem se mostrado muito conhecedor de fatos que não chegam à opinião pública.

Não posso deixar de, primeiro, trazer meu carinhoso abraço de recepção à Senadora Mara Gabrilli e de reiterar que fui eu quem assistiu à sua entrevista. (*Risos*.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu assisti e comentei com ela ontem.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se mais alguém tiver o privilégio...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – E muita gente assistiu, porque ela dá Ibope.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu sou meio pretensioso, não é? Já dei os parabéns e sei que todos os demais que assistiram se comoveram com seus ensinamentos e com a sua garra, determinação, lucidez, inteligência e encanto pessoal.

Mas eu gostaria de voltar ao assunto. Ontem, a *Folha de S.Paulo* trouxe uma matéria de quase uma página sobre uma sigilosa reunião havida no Itamaraty, designando o nome do representante da Embaixada de Israel e apontando não os nomes, mas os órgãos brasileiros, Ministério da Defesa e outros, que participaram da reunião, supostamente sigilosa, em que o representante de Israel solicitou a interferência do Brasil nos atos de hostilidade ao Irã. Israel considera que o Irã está sendo belicoso, razão pela qual até um poderoso porta-aviões americano foi deslocado para o Golfo Pérsico. E há o tratado, no qual eu acho que o Brasil teve uma participação extraordinária, para que o Irã deixasse de participar da escalada nuclear. Isso já foi combatido pelo Presidente Trump. E, agora, está se criando um novo clima de perturbação naquela área.

Esses atos pouco amistosos têm tido repercussão muito séria no preço do petróleo, com reflexos no pão de trigo e até no transporte. Eu fico preocupado: qual é a participação que o Brasil pode ter nisso? Só parar de vender frango, porque nós não somos protagonistas. Nós o fomos uma vez. Acho que o Presidente Lula agiu com muita habilidade, o Brasil conseguiu ser um *outsider* competente. Mas é claro que os Estados Unidos... Por quê? Porque se aliou aos países europeus na busca da paz, e, no final, o Obama participou também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Casualmente, eu estava nos Estados Unidos, no Departamento de Estado, em 2015, quando isso foi anunciado. Eu estava lá, participando de uma missão, quando, em 2015, foi anunciado o acordo até com os Estados Unidos. Lula já não estava mais na Presidência. Lula fez essa investida em 2010, mas, em 2015, Obama assinou o acordo com o Irã, esse acordo que já foi denunciado pelo Trump.

Eu não sei quem é que está certo. Agora, o que eu sei é que nós não ganhamos nada com isso. Já tivemos a história da Embaixada do Brasil em Jerusalém, no que se voltou atrás. Eu acho que é uma política errática.

Então, apesar de ser apenas uma notícia de jornal, vou tomar a liberdade de pedir à assessoria da Casa que consulte o jornal *O Estado de S.Paulo* de ontem. Se não me engano, isso está à p. A13. É o jornal de ontem, dia 15. Eu hesitei entre fazer um requerimento, um pedido de informação, mas eu acho que a Comissão de Relações Exteriores, para não termos de trazer o Ministro, poderia perguntar se a informação tem procedência. Se não tiver procedência, sob fé pública, a resposta do Ministro, eu peço desculpa por ter tomado o tempo dos senhores e da Senadora, mas, se tiver procedência – faça-me o favor! –, nós estaremos sendo usados pura e simplesmente. Não temos nenhuma... É um arrimo inútil, mas que aparece. A bengala aparece. A única coisa que se vai saber é: a bengala foi mostrada; é inútil, mas foi mostrada. Isso quer dizer que nós não entramos nem como porteiros nessa encrenca que está tomando proporções, para concluir, "trumpetistas".

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Assiste razão a sua preocupação, Senador Esperidião Amin.

Passo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, Presidente.

Quero tão somente corroborar com o pronunciamento, como sempre lúcido, do Senador Espiridião Amin. Acho que a posição do Brasil deve ser sempre pela paz, jamais pela guerra. Desse modo, eu queria só concordar integralmente. Certamente, espero que as explicações venham nesta linha da pacificação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Determino à assessoria técnica que proceda a um ofício, para que a gente possa encaminhar ao Ministro do Itamaraty, a fim de nos esclarecer a respeito dessa matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 1.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 15, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: *nessa reunião, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra à nobre Senadora Mara Gabrilli para proferir o seu relatório.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Obrigada, Presidente.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Pedro Fernando Brêtas Bastos, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

Consta no documento que o Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos entrou para o curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Brasil, Rio de Janeiro, em 1970, e para o de Administração Pública da Escola Brasileira de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, também no Rio de Janeiro, três anos depois. Em 1977, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco. Tornou-se Terceiro-Secretário no ano seguinte. No mesmo Instituto, foi aprovado no Curso de Aperfeiçoamento à Carreira Diplomática (1981) e no Curso de Altos Estudos (1994), no qual defendeu a tese "Nigéria: Ilusão de Grandeza e Real Vocação de Liderança. Considerações sobre as Relações com o Brasil".

Dentre as funções assumidas no Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, destacam-se: a coordenadoria-executiva do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (1990); a chefia da Divisão da América Meridional-I (1999); a Assessoria Especial do Gabinete do Ministro dos Transportes (2005) e a Direção da Secretaria de Relações Internacionais da Presidência desta Casa Parlamentar (2005).

No exterior, integrou os quadros diplomáticos permanentes brasileiros em Washington (1981), em Lisboa (1984 e 1992), em Lagos (1987) e em Assunção (1996). Figurou, ainda, como Representante Político Alterno do Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata (1999); Chefe de delegação junto à XXVIIIª à XXXIIIª Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (1999 a 2004); Coordenador de Delegação junto às Reuniões da Comissão Mista Brasileiro-Argentina para a Ponte São Borja-Santo Tomé (Comab) (1999 a 2004); Representante do Governo Brasileiro junto ao Conselho Superior de Preparação do Projeto Aquífero Guarani (CSPP) (2000 a 2003); Chefe da delegação brasileira junto às Reuniões da Comissão do Acordo de Transportes Fluviais pela Hidrovia Paraguai-Paraná (2002 a 2004); Representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE) junto à Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia para o Desenvolvimento da bacia do Rio Quarai (CLQ) (2002 a 2004); Representante do MRE junto às Reuniões do Comitê Executivo da Comissão Mista Binacional Permanente em Matéria Energética entre Brasil e Argentina (2003 e 2004); Representante do MRE junto ao Grupo de Trabalho para a Construção da Hidrelétrica de Garabi, Rio Grande do Sul (2004). Foi Embaixador em Dublin (2006 a 2012) e, desde 2013, é o Embaixador do Brasil no Canadá.

Para além disso, o indicado recebeu dez comendas entre 1990 e 2013.

Em relação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), destacamos o que segue. Ela foi criada em Lisboa em 17 de julho de 1996. Os estatutos da Comunidade fixam três objetivos gerais, que são: a concertação político-diplomática; a cooperação econômica, social, cultural e técnico-científica; e a promoção e difusão da língua portuguesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, é integrada pelos nove países lusófonos: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Guiné Equatorial (desde 2014) e Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (desde 2002).

A gênese da organização está em uma iniciativa do Governo brasileiro materializada na criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP) por ocasião da Reunião de Cúpula de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em 1989. Essa entidade é identificada como o primeiro instrumento institucional da CPLP e tem sede na Cidade de Praia, em Cabo Verde.

Os órgãos decisórios da Comunidade são a Conferência de Chefes de Estado e de Governo (Cúpula CPLP), que ocorre a cada dois anos; a Conferência de Ministros das Relações Exteriores, realizada anualmente; e o Comitê de Concertação Permanente (CCP), integrado pelos representantes dos nove países junto ao Secretariado Executivo da CPLP. O comitê se reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário.

A Presidência da CPLP é rotativa com mandato de dois anos e é ocupada pelo país que tiver hospedado a última Conferência. Cabo Verde assumiu a Presidência por ocasião da XII Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Santa Maria, em 17 e 18 de julho de 2018, sucedendo Brasil (2016-2018), Timor-Leste (2014-2016), Moçambique (2012-2014), Angola (2010-2012).

O Secretariado Executivo, com sede em Lisboa, é o órgão operacional da organização. Ele conta hoje com cerca de 40 funcionários. Desse total, três são funcionários de governos dos Estados-membros, cedidos à CPLP.

A CPLP conta com duas fontes de financiamento previstas em seus estatutos. A primeira é o orçamento de caráter anual, custeado por contribuições obrigatórias dos Estados-membros. A contribuição do Brasil, que é, desde 2013, o maior contribuinte isolado, estabelecida para o orçamento representa cerca de 28% do total. A segunda fonte de financiamento é o Fundo Especial, alimentado por contribuições voluntárias e que visa a custear projetos e ações pontuais de cooperação.

No plano político, o da concertação político-diplomática, os interesses brasileiros estão associados ao empenho do Governo em garantir uma presença qualificada na nova arquitetura internacional, em particular nos foros em que são discutidos os grandes temas globais e de interesse do Brasil. Tal empenho requer o planejamento e a execução de uma diplomacia que se oriente por distintos vetores. Um desses vetores, sem dúvida, são os países de língua portuguesa e a CPLP.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A África de língua portuguesa oferece, ademais, ao Brasil a oportunidade de instalar pontes de contato com várias regiões da África. O diálogo mais estreito propiciado pela CPLP, em seus múltiplos níveis, envolvendo um número francamente crescente de interlocutores, em variados campos, cria ambiente mais acolhedor à presença do Brasil e de brasileiros nesses países.

Se a língua, a convergência de interesses, os elementos históricos e culturais comuns ditaram a criação da Comunidade, a cooperação representa um dos pilares da integração comunitária, com potencial para reforçar e multiplicar os laços que unem os países de língua portuguesa. A cooperação desenvolvida sob a égide da CPLP tende a ampliar-se e consolidar-se cada vez mais em espaço próprio, em relação à cooperação bilateral, o que a torna crescentemente reconhecida e necessária.

No plano da promoção do idioma compartilhado, a CPLP logrou realizar em 2010, em 2013 e em 2016 três Conferências Internacionais sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial. Esses encontros têm se mostrado proveitosos para o debate de políticas com vistas à promoção da nossa língua.

O maior desafio enfrentado hoje pela CPLP consiste na gestão de seu próprio crescimento, já que a agenda da organização abrange atualmente uma imensa diversidade temática. De modo especial na esfera da cooperação, é imperativo estabelecer coordenação mais estreita entre as várias instâncias competentes, de modo a dar maior concretude aos planos estratégicos mais adotados.

Segundo o Ministério das Relações Exteriores, temas como mobilidade de pessoas no espaço da Comunidade, incremento da cooperação comercial e mecanismos de participação da sociedade civil são apontados como desafios que a CPLP precisará equacionar em sua terceira década de existência.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a participação da nobre Senadora Mara Gabrilli.

Mais uma vez, eu gostaria de registrar a satisfação nossa, da Mesa, em contar com a presença dos ilustres Senadores nesta reunião: Senadora Mara, Senador Anastasia, Senador Jarbas, Senador Esperidião Amin, Senador Marcos do Val, Senador Chico Rodrigues.

Em discussão a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos do Val... (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu só queria dizer que eu não gostaria de me incluir no pedido de vista.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Concordo com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É um rito normal aqui.

Fica registrado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Fico satisfeito com o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A matéria vai à assessoria técnica para as providências.

Vamos ao item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 16, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: pronto para deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações: *nesta reunião, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra ao nobre Senador, para proferir seu relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Vice-presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, senhoras e senhores.

Como V. Exa. acaba de apregoar, esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Henrique da Silveira Sardinha Pinto, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo do diplomata.

Henrique da Silveira Sardinha Pinto é filho de Geraldo Sardinha Pinto e Déa Lúcia da Silveira Pinto e nasceu em 19 de abril de 1956, em Belo Horizonte, Minas Gerais.

O diplomata indicado iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário, em 1979, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Ascendeu a Conselheiro em 1994, a Ministro de Segunda Classe em 2000 e a Ministro de Primeira Classe em 2009. Todas essas promoções foram por merecimento. O indicado é também Bacharel em Direito pela Universidade do Distrito Federal, tendo se graduado em 1981.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se as de Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior (1992); Chefe da Divisão de Pagamentos do Pessoal (1993); Chefe da Divisão de Acompanhamento e Coordenação Administrativa dos Postos no Exterior (1999); Chefe de Gabinete da Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior (2006); Diretor do Departamento de Promoção Comercial (2006); e Subsecretário-Geral das Comunidades Brasileiras e de Assuntos Consulares e Jurídicos (2016 a 2019).

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro no Escritório Financeiro em Nova York (1994); Conselheiro na Embaixada em Ottawa (1997); Ministro-Conselheiro no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Escritório Financeiro em Nova Iorque (2002); Embaixador em Argel (2009); e Embaixador em Tel Aviv (2013).

Registre-se também que o diplomata representou o Brasil como Chefe de Delegação em diversas sessões da Organização para Alimentação e Agricultura das Nações Unidas em Roma.

Além do currículo do diplomata indicado, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a Santa Sé e a Ordem Soberana e Militar de Malta e seu relacionamento com o Brasil, do qual extraímos resumo, para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina ao diplomata.

Sr. Presidente, como o resumo consta do relatório e, na realidade, no caso da Santa Sé, remonta quase ao início da Igreja e, no caso da Ordem Militar, às Cruzadas, eu vou me abster da sua leitura, para não ficar muito longo, até porque já consta do relatório à disposição de todas as Sras. e os Srs. Senadores, preparando-nos a todos para a futura sabatina.

Desse modo, faço a conclusão e digo que, com base no Regimento Interno, a apreciação dessa matéria restringe-se ao caráter de relatório, não cabendo, portanto, deixar aqui registrada a expressão do voto do Relator.

Mas me permita, Sr. Presidente, antes de concluir, fazer um registro de cunho pessoal.

Eu conheço o eminente Embaixador Henrique há décadas. Conheci seus pais, conheço a sua família, sou admirador de seu trabalho. Ele encarna bem a qualidade excepcional que temos nos quadros do Itamaraty. Portanto, fico muito honrado com a designação que V. Exa. me fez para relatar. Certamente, ele será um embaixador de grande proficiência junto à Santa Sé, no Vaticano, e à Ordem Militar de Malta. E, quando vier à sabatina, nós todos – e V. Exa. também – teremos a oportunidade de conhecer um dos maiores valores intelectuais de meu Estado, Minas Gerais, e que Minas ofertou para a carreira diplomática.

Portanto, é esse o relatório.

Agradeço a V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É da melhor escola, portanto.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos, pelo relatório e pelas considerações, aos Senadores.

Em discussão.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin, para discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu apenas acrescentaria que Minas Gerais conseguiu, sem faltar com a sinceridade, aperfeiçoar o ensinamento de Talleyrand. Talleyrand ensinou a dizer que as palavras existem, como apregoam alguns que criticam a diplomacia... Talleyrand foi ministro na França – ninguém é obrigado a saber disso – antes e durante a Revolução Francesa, durante o período napoleônico, durante o período pós-napoleônico e evitou que a França perdesse território e recebesse multa pelas guerras que promoveu. Quando ele morreu, as cortes da Europa se perguntavam: o que ele está querendo com isso? Ele tinha morrido. Mas ele dizia que as palavras existem para dissimular o pensamento, só para isso. E a diplomacia mineira, sem chegar a isso, a esse requinte de omitir, de falsear etc., consegue ser suave e produtiva, como nós queremos, pregando a paz.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Se me permite o Presidente, eu fico satisfeito com a comparação mineira a Talleyrand, antes a ele do que a Fouché. Então, cumprimento V. Exa., porque não há dúvida de que, juntamente com Metternich, eles foram os grandes diplomatas do século XIX.

Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Fouché era meio complicado nas contas.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria vai à assessoria para as providências.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 17, de 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HELIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatório: pronto para deliberação.

Observações: *nesta reunião, será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.*

Concedo a palavra ao Senador Jarbas Vasconcelos para proferir seu relatório.

O SR. JARBAS VASCONCELOS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad, primeiro, quero agradecer a designação de meu nome para relatar a Mensagem 17, de 2019.

O Senado da República é chamado a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Sr. Helio Vitor Ramos Filho, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, na República de Malta e na República de San Marino.

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, o indicado nasceu em julho de 1959 na cidade de Salvador, Bahia. Concluiu a Faculdade de Direito em 1979 pela Universidade Estadual do Estado do Rio de Janeiro e entrou para o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1981. Todas as promoções na carreira do indicado foram por merecimento. Sua tese para o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco foi aprovada sob o título "Perspectivas de integração energética do Brasil com países andinos e amazônicos - um mapeamento com vistas a ações diplomáticas futuras".

Entre as funções desempenhadas no exterior por S. Exa., além de ter atuado em início de carreira em Pretória, em Roma e em Lima, observamos que foi Primeiro-Secretário e Conselheiro na Embaixada de Washington, de 1995 a 1999; Ministro-Conselheiro na Embaixada em Lisboa e Representante Alterno Junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), de 2004 a 2006; e Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Miami entre 2011 e 2016.

No Brasil, o indicado foi, no Ministério de Minas de Energia, Chefe de Gabinete do Ministro, Secretário-Executivo e Ministro de Estado interino, entre 1999 e 2001; Chefe da Assessoria de Relações Federativas, de 2001 a 2004; Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação, entre 2006 e 2011; e Assessor Especial do Presidente da Câmara dos Deputados desde 2016.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Ministério das Relações Exteriores anexou à Mensagem Presidencial sumário executivo sobre a República Italiana, a República de San Marino e a República de Malta. Destacaremos alguns aspectos desses três países em sua relação com o Brasil.

No que concerne à República Italiana, cabe registrar que Brasil e Itália "possuem lastro em amplo espectro de afinidades", observa o Relatório do Itamaraty, em especial pelo grande número de brasileiros de origem italiana (cerca de 30 milhões), a presença de comunidades brasileiras nas principais cidades italianas (100 mil) e o fluxo turístico de parte a parte.

Assinalamos, ainda, que, em 2007, o relacionamento bilateral foi elevado à categoria de Parceria Estratégica, fundamentada na disposição de Brasil e Itália em cooperar em matéria de comércio, finanças, defesa, ciência e tecnologia, cultura, turismo e esporte e confere especial ênfase ao diálogo político.

Sobre a República de San Marino, importa colacionar alguns dados trazidos do Relatório do Ministério das Relações Exteriores: trata-se de um enclave localizado na península italiana, com uma área de 61,16km² e uma população de 33 mil habitantes. Fundada em 301 d.C., a República de San Marino é uma das mais antigas do mundo.

A base da economia de San Marino é o turismo, que responde por mais de 50% do PIB local. Nossas relações bilaterais foram estabelecidas pelo Acordo sobre Relações Consulares celebrado em 14 de dezembro de 1984. Mais recentemente, em 2002, os dois Governos estabeleceram relações diplomáticas, por troca de Notas entre as respectivas Missões junto às Nações Unidas, e decidiram criar Embaixadas não residentes. Ademais, San Marino mantém um Consulado-Geral em São Paulo.

O esporte também guarda uma relação entre Brasil e San Marino. Na modalidade do futebol, o nosso tetracampeão Aldair Santos é um grande ídolo no País, ele encerrou sua carreira no maior clube de San Marino, o Murata. O jogador foi um dos grandes influenciadores da modalidade e incentivou o crescimento de patrocinadores no futebol da República de San Marino.

Em outro esporte, a Fórmula 1, a mais popular modalidade automobilística do mundo, Ayrton Senna marcou a relação entre os países. Senna, que é um herói da Pátria, é outro ídolo na República. Ele ganhou três vezes o Grande Prêmio de San Marino. Existe uma homenagem na entrada do estádio olímpico de San Marino. E o país fez um selo em respeito ao piloto e mandou cunhar uma moeda comemorativa. A procura pela moeda e pelo selo foi tão expressiva, que a República estuda fazer nova tiragem dos símbolos, com a figura de Senna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na educação, também há muito o que aprender com San Marino. É uma sociedade que tem zero de analfabetismo. O principal incentivo do governo se dá na educação. Em contrapartida, há índices de criminalidade de quase zero.

Quanto à República da Malta, trata-se de arquipélago mediterrâneo localizado ao sul da Europa, com área de 316km² e população de 414 mil habitantes. Sua posição geográfica fez de Malta, ao longo da história, um importante entreposto estratégico e comercial. Por essa razão, sua soberania esteve, até a independência do Reino Unido, em 1964, confiada a potências estrangeiras. Malta é hoje uma das principais atrações turísticas do sul da Europa. Em função de sua localização, tem sido também importante rota de imigrantes oriundos da África.

Brasil e Malta estabeleceram relações diplomáticas em 1975. Desde junho de 2010, a Embaixada do Brasil junto ao Governo de Malta é cumulativa com a Embaixada em Roma. A Embaixada de Malta em Washington responde pelos assuntos malteses junto ao Governo brasileiro. Malta mantém Consulados Honorários no Rio de Janeiro e em São Paulo, e o Brasil, Consulado Honorário em Valeta.

No início do conflito de 2011 na Líbia, foi fundamental a colaboração do Governo maltês para a retirada de cidadãos brasileiros do país africano. O Governo maltês acolheu todos os cidadãos brasileiros em seu território. Foram muito apreciadas no Brasil a compreensão e a disponibilidade demonstradas pelas autoridades migratórias de Malta, acionadas em caráter de emergência, dada a natureza humanitária da operação.

Em 2016, foi firmado Memorando de Entendimento sobre a Condução de Relações Bilaterais, e, em 2018, foi realizada, em La Valleta, a reunião de Consultas Políticas entre Brasil e Malta, quando se identificou como áreas de interesse o turismo, o esporte e a cultura.

Assim sendo, tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem, da minha parte, outras considerações no âmbito deste relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o relatório do Senador Jarbas Vasconcelos.

Em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Eu quero me congratular, pelo relatório objetivo, muito informativo e esclarecedor, com o Senador Jarbas Vasconcelos e fazer aqui um augúrio, *auguri*, como dizem os italianos – já está implícito que é bom o augúrio –, em meu nome e em nome do Senador Nelsinho Trad.

O Senador Anastasia, recentemente, surpreendeu-se com minha ascendência italiana, a mais legítima, não tão ostensiva quanto a da Gabrilli, que deve ser do sul da Itália, apesar de o nome terminar em "i", o que, geralmente, remonta ao norte.

O Senador Nelsinho Trad e eu temos um privilégio comum: o lado materno é italiano. O meu é do Vêneto. Minha mãe não nasceu no Brasil. Meu avô materno era de Verona e era anticlerical radical. E a minha avó era de Pádova e era papa-hóstias, como se diz na gíria católica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu, graças a essa coexistência em conflito, aprendi a conviver facilmente com os que pensam diferentemente de mim.

O Senador Nelsinho Trad tem o privilégio de ter ascendência materna.

A sua mãe é de Nápoles, não é?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nápoles, como se sabe, tem, na entrada da cidade, no pórtico de entrada...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – A sua família é de Nápoles?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O do Val também é de lá?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não. Ele esteve lá.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Eu estive lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas Nápoles tem, no pórtico da cidade, no dialeto próprio, que é mais espanhol do que italiano, algo parecido com o que o Bolsonaro viu agora no Texas. Não sei se os senhores sabem qual é o *slogan* do Texas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – *Everything is big in Texas*.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Don't mess with Texas!* Isso foi criado para evitar sujeira na estrada e agora virou "não se meta conosco". Na linguagem brasileira, seria isto: não implique conosco, não nos provoque! E, na entrada de Nápoles, está escrito: "*Ca*...". Não é *qui*. E continua: "[...] *nisciuno* [...]". Não é *nessuno*, é o dialeto próprio. Está escrito: "*Ca nisciuno è fesso*". O que quer dizer isso? "Aqui ninguém é otário." Então, é uma cidade privilegiada. "Não venha nos enganar!" (*Risos.*)

Então, eu desejo ao Embaixador – vamos analisar e, se Deus quiser, aprovar a sua indicação, mediante o relatório do nosso Senador Vasconcelos – que honre esse compromisso, que é muito importante para o Brasil.

A maior etnia de Santa Catarina não é a alemã, como muitos pensam, mas é a italiana, e a predominância é do Vêneto. Garibaldi, quando houve a unificação da Itália – não era reunificação, era unificação –, disse "*abbiamo fatto L'Italia*", ou seja, "conseguimos fazer a Itália". Agora, temos que fazer o italiano, porque ninguém é italiano. Um sujeito é de Nápoles, outro é do Vêneto, outro é de Roma ou da Calábria, outro é siciliano, outro é de Cosença. E aí cada um vai dizendo da sua comunidade original. Então, ainda não se conseguiu fazer uma unificação verdadeira, como nós temos no Brasil. Roraima é tão diferente, mas nós todos nos apresentamos como brasileiros, não como catarinenses ou como... Então, nós privilegiamos já a nacionalidade, o que é uma conquista extraordinária do Brasil. Mas a Itália, com sua contribuição étnica, deu a Santa Catarina e ao Brasil, como aqui se fala, 30 milhões de descendentes do Norte e do Sul. Mas eles sempre se apresentam, até a terceira ou quarta geração, ainda falando, digamos, da província, pelo menos, e às vezes da região da sua origem.

Eu queria só fazer esse comentário e cumprimentar o Relator.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Eu gostaria de dizer a V. Exa. que eu me sinto extremamente confortável chegando a esta Casa e sendo ladeado por dois expoentes da política brasileira, com seu conhecimento, com seu discernimento e, acima de tudo, com suas colocações, que intelectualmente nos induzem a absorver todas essas suas experiências, o nobre Senador Antonio Anastasia e o meu guru,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Esperidião Amin. Isso, na verdade, enriquece esta Comissão de Relações Exteriores, em momentos como este em que se submete à apreciação dos companheiros Senadores nomes que representam de forma maiúscula a diplomacia brasileira.

Assim como à dos dois anteriores que foram aqui apresentados, nós também queremos deixar aqui o nosso apoio irrestrito à indicação do Ministro Helio Vitor Ramos Filho, pela sua história, pela sua capacidade diplomática, porque, obviamente, essa nova função que exercerá na Itália, certamente apoiado por esta Comissão, é uma expressão da confiança do Itamaraty, mas também e principalmente da confiança deste Parlamento.

Tenho a certeza de que V. Exa., que sempre conduz estas reuniões de forma harmoniosa, de forma competente e, acima de tudo, republicana, deixando que por aqui deságuem vários assuntos, vários temas de importância relevante para o Brasil... Neste momento de hoje, nós recepcionamos essas três indicações, e tenho a certeza de que é com esse patamar de diplomatas que nós esperamos que o nosso Governo realmente se componha. Em alguns outros casos, nós, por questões pessoais, que não vamos aqui detalhar, achamos que não é o alinhamento correto, não está no *timing* certo, em outras funções, inclusive funções de Estado, mas, nesse caso especificamente, aqui nós queremos dar o nosso irrestrito apoio.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos.

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria vai à assessoria para as providências.

Informo aos Srs. Senadores que as sabatinas ocorrerão na semana que vem. Vamos delinear entre nós uma data em que possa ser conveniente não só a presença de V. Exas. como também o chamamento desses Embaixadores.

Não estando presente o Senador Angelo Coronel, Relator do item 4, passamos para a leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 98.

ITEM 5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 98, de 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprova os textos do Protocolo referente ao Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas, adotado em Madri, em 27 de junho de 1989, e do respectivo Regulamento Comum do Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas e do Protocolo referente a esse Acordo, bem como a formulação das declarações e notificações que especifica.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: pela aprovação.

A Relatoria é do Senador Marcio Bittar.

A autoria é da Câmara dos Deputados.

Na ausência do Senador Marcio Bittar, designo Relator *ad hoc*, em comum acordo com o designado, o Senador Antonio Anastasia, a quem concedo a palavra para proferir o relatório.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad. Agradeço a V. Exa.

Vem para análise desta Comissão o projeto de decreto legislativo cuja ementa V. Exa. acaba de anunciar.

Por meio da Mensagem Presidencial nº 201, de 20 de junho de 2017, submeteram-se ao crivo do Congresso Nacional os textos do Protocolo referente ao Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas, adotado em Madri em 27 de junho de 1989, e do respectivo Regulamento Comum do Acordo de Madri relativo ao Registro Internacional de Marcas e do Protocolo referente a esse Acordo, doravante Protocolo de Madri e Regulamento Comum, bem como a formulação das declarações e notificações que especifica.

Consta da exposição de motivos, subscrita pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores e da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, no essencial, o seguinte:

> [...] O Protocolo de Madri é um tratado de caráter procedimental, que tem por objeto habilitar pessoas físicas e jurídicas de um membro a solicitar, por intermédio da Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI, [sediada] em Genebra, o registro de uma marca, já pedida ou registrada em seu país de origem, na jurisdição de uma ou todas as demais Partes contratantes; no total, são 97 membros (113 territórios), que representam mais de 80% do comércio mundial. Trata-se de instrumento jurídico que oferece via alternativa e centralizada, para a proteção de marcas nacionais nos membros do Protocolo, com simplificação de procedimentos e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> significativa redução de custos, que pode chegar a mais de 90%, em alguns casos. O Brasil já participa de tratado análogo ao Protocolo de Madri na área de patentes – o "Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes- PCT", de 1970 [...].

O Protocolo de Madri é um tratado composto de 16 artigos. Dentre eles, destacam-se o que define os Estados Contratantes, o que cuida da obtenção da proteção mediante inscrição internacional, os que tratam respectivamente do pedido internacional e dos efeitos da inscrição internacional, bem assim aquele que versa sobre recusa e invalidação dos efeitos da inscrição internacional com relação a certas partes contratantes.

O Regulamento Comum, por seu turno, está dividido em nove capítulos, com 41 Regras: Capítulo 1, Disposições gerais; Capítulo 2, Pedido internacional; Capítulo 3, Inscrições internacionais; Capítulo 4, Fatos nas Partes Contratantes que afetam inscrições internacionais; Capítulo 5, Designações posteriores, alterações; Capítulo 6, Prorrogações; Capítulo 7, Gazeta e base de dados; Capítulo 8, Retribuições; e Capítulo 9, Disposições finais.

A seguir no relatório, Sr. Presidente, o Senador Marcio Bittar apresenta os itens que são fundamentais, de que me dispenso da leitura, já que são vários itens detalhados e técnicos sobre esse protocolo.

Permito-me tão somente registrar, ainda, que não foram oferecidas emendas e passar à análise.

Cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno.

No tocante a esse acordo, inexistem imperfeições no que diz respeito à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

O texto negociado representa significativo avanço para o ambiente de negócios do País na medida em que promove maior segurança jurídica para a atividade empresarial em consonância com as melhores práticas internacionais.

Nesse sentido, os atos internacionais em análise, ao simplificar atividades concernentes à proteção de marcas, contribuem sobremaneira para a regulação brasileira sobre o assunto.

Em detalhes, antes do voto, Sr. Presidente, é muito singelo esse acordo, apesar de muito relevante e até muito antigo, já que ele é de 1989. Ele permite que a patente de um país seja registrada nos demais que assinam esse tratado. Portanto, é de sumo interesse para a indústria brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2019, que, evidentemente, já foi aprovado na Câmara dos Deputados.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos o relatório do Relator *ad hoc*, Senador Antonio Anastasia.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À assessoria para as providências.

Item 6, penúltimo item.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 126, de 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto da Emenda ao Artigo IV, Seção 3, alínea "a", da Convenção da Corporação Financeira Internacional (CFI) constante da Resolução nº 256, da Junta de Governadores, adotada em 9 de março de 2012.

Autoria: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pela aprovação

Autoria: Câmara dos Deputados.

Concedo a palavra ao nobre Senador para proferir o seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para proferir relatório.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se me permite V. Exa., vamos à análise, porque é muito singelo igualmente este projeto.

Nos termos do art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado, cabe à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais.

A proposição não apresenta vício de constitucionalidade. Ela está de acordo com o art. 49, I, e o art. 84, VIII, ambos da Constituição Federal.

Além disso, não constatamos vícios quanto a sua juridicidade.

No mérito, este acordo é favorável ao Brasil, ao alterar o modo de votação nessa instituição do Grupo do Banco Mundial, composto pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI), Centro Internacional para Resolução de Controvérsias sobre Investimentos (CIRDI) e, objeto desse acordo, a Corporação Financeira Internacional (SFI ou IFC).

Essa organização possui votos básicos, distribuídos de modo igual entre os membros, e votos acionários, distribuídos proporcionalmente a partir do capital subscrito pelos países.

Pela emenda em análise, os votos básicos, que outrora representavam 1,88% do poder de voto total da IFC na prática (o voto básico era fixo em 250, somando-se ao voto para cada ação detida pelo País), agora passarão a compor a cifra fixa de 5,55%. Desse modo, os países em desenvolvimento e economias em transição, dos antigos 33.4% do poder de voto, passarão a ter 44,1%, similarmente ao que já ocorreu com o BIRD, outra instituição do Grupo do Banco Mundial. Quanto ao Brasil, terá 2,27% de participação total.

Portanto, inegável o benefício que trará ao nosso País essa mudança no cômputo de votos da IFC.

Voto.

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 126, de 2019.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Em discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Só para cumprimentar, não que tenha sido só neste ponto, mas especialmente pela lucidez da colocação do relatório do Senador Anastasia, o que não é uma surpresa, em face da importância, a gente pode até relativizar, do IFC. É o braço privado, digamos assim, do Banco Mundial, sempre muito tutelado pelo nosso poderoso irmão do norte, de quem os mexicanos reclamam. Os mexicanos dizem: "*Muy lejos de Dios e muy cerca de los gringos*". Muito próximo, não é? Mas o Banco Mundial, através desse seu braço privado, que já tem hoje alguma concorrência na América Latina com instituições multilaterais mais próximas, *más cerca de nosotros e no cerca de Dios...* Eu acho que é uma evolução satisfatória e, nesse processo de modernização da economia, especialmente em função da tecnologia, para não falar de outras exigências, eu acho que será muito importante que o IFC seja mais receptivo pelo aumento do peso do seu processo decisório. Acho que é uma evolução que eu não posso dizer que seja satisfatória, mas, pelo menos, é no sentido satisfatório, que foi muito bem realçado pelo nosso eminente Relator, Antonio Anastasia, razão pela qual eu quero não só anunciar o voto a favor, mas aplaudir o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos.

Coloco ainda em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 126, de 2019.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as providências.

Último item, Srs. Senadores.

Requerimento nº 29, de 2019, endereçado a mim mesmo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. mesmo que assina o requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sim. Eu quero submetê-lo a V. Exas. Tenho certeza de que V. Exa., depois de tomar conhecimento, vai querer subscrever.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu já estou curioso e agora fiquei mais ainda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O Senador Marcos do Val quer também.

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 29, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar o projeto CODESUL fronteiras, para mapeamento e diagnóstico de todo tipo de violência que acomete as mulheres nas regiões fronteiriças dos estados-membros do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul - Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Representante da Embaixada da Bolívia; Representante da Embaixada do Uruguai; Representante da Embaixada do Paraguai; Representante da Embaixada da Argentina; Reinaldo Azambuja -Governador do Mato Grosso do Sul - MS; Eduardo Leite- Governador do Rio Grande do Sul - RS; Patrícia Maria Zimmermann D'Ávila-Representante da Comissão de Segurança Pública Permanente da CODESUL-SC; Luciana Azambuja- Representante da Comissão Permanente de Políticas para as mulheres da CODESUL- MS; Vereadora-Representante do Parlamento Feminino da Fronteira - MS.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

Governador de Santa Catarina.
JUSTIFICAÇÃO
A proporção de crimes...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por favor, Presidente. Eu não ouvi Uruguai, não?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Uruguai, sim. Eu devo ter pulado. É verdade, Uruguai, sim: "Representante da Embaixada do Uruguai".

A proporção de crimes e outros atos violentos praticados contra o gênero feminino tem tomado uma dimensão que impõe um alerta para todas as autoridades institucionais e governamentais. Diante disso, especialmente no que tange à região de fronteira representada pelo CODESUL, faz-se necessário trazer esse grave tema à luz do debate público. Tal requerimento de Audiência Pública nessa Comissão se dá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> pela importância da [...] [Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional] como relevante espaço de repercussão social internacional, para corroborar os argumentos será também apresentado o projeto piloto "MS Fronteiras", que traz uma proposta de pactuação binacional do Brasil com [os seguintes países:] Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, para criação de políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres e meninas por meio de qualificação, empregabilidade e empreendedorismo. Sala da Comissão, 16 de maio de 2019.

Assinam os Senadores Marcos do Val e Nelsinho Trad.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um pequeno...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu subscrevo.

Queria apenas fazer um raciocínio. Há alguns casos emblemáticos de casal binacional e às vezes trinacional... Porque há casos de estrangeiros radicados, por exemplo, no Paraguai, casados com uma brasileira – e pode ser o contrário também – com problemas de internacionalização do filho. Tivemos alguns casos emblemáticos, inclusive envolvendo países do Oriente Médio. Uma mulher brasileira casada com um árabe radicado no Paraguai, que levou o filho para Beirute. Esse caso ficou emblemático há três ou quatro anos.

Então, eu indago, dentre as autoridades requisitadas, se a Ministra... Como é o nome do Ministério da Ministra Damares?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... da Família. Eu acho que seria pertinente convidar, porque esse é o caso. E o Ministério da Justiça, que eu acho que já está na lista. Por quê? Porque isso envolve uma questão peculiar de família. Não é uma violência explícita, mas a assistência a esse tipo de problema deveria evoluir também. É um caso em que não há agressão física, nem mesmo... Não há teoricamente nenhuma agressão moral, a não ser um trauma familiar que resulta numa ação internacional de direito privado que poderia ser racionalizada com essas presenças já requisitadas, mas a Ministra da Mulher, da Família... Eu não me lembro do nome do Ministério.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone*.) – Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assiste razão, Excelência. Será incluído...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Subscrevo também.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – ... conforme a lucidez da sua intervenção.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Em relação ao mesmo tema, eu gostaria de, plagiando V. Exa. e pela relevância, dizer também que, no nosso caso, especificamente, lá na Região Norte, o meu Estado, especificamente, o Estado de Roraima, que faz fronteira com a República Cooperativista da Guiana e com a República Bolivariana da Venezuela, sofre dos mesmos problemas. Inclusive, agora, de uma forma mais intensa, em função da imigração acelerada, por conta dos problemas políticos internos da Venezuela. E, naquela cortina que nos separa em 1 mil quilômetros de fronteiras com a República Cooperativista da Guiana, também esse problema em relação às mulheres é gravíssimo: é sequestro, levam para o tráfico, para a prostituição, etc.

Então, como é uma fronteira larga e aberta, são 2 mil quilômetros de fronteiras entre o meu Estado e a Venezuela e a Guiana – repetindo, plagiando V. Exa. –, eu vou preparar também uma audiência pública com essa dimensão, porque entendo que ali é uma espécie de cancela largamente aberta para a ocorrência desse tipo de violência contra as mulheres.

Mas eu também não poderia deixar de dizer que, ontem, o Presidente Jair Bolsonaro, numa visão muito clara do seu respeito às mulheres do Brasil, sancionou mudanças na Lei Maria da Penha, para facilitar a aplicação de medidas protetivas de urgência às mulheres ou a seus dependentes, em caso de violência doméstica ou familiar.

A lei sancionada possibilita maior agilidade na tomada de decisão por autoridades da Justiça e da polícia.

Então, na verdade, esse problema de violência contra as mulheres tem se agravado, é um problema recorrente, e nós precisamos dar maior dimensão realmente a esse tema.

Então, eu gostaria de dizer a V. Exa. que tanto essa propositura de sua autoria quanto a cópia que farei, em função da relevância em relação à Região Norte, especificamente às

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fronteiras do meu Estado, elas, na verdade, se revestem da mais absoluta importância. Então, parabéns pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Continua em discussão.

Senador Amin.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

À assessoria técnica, para as providências.

Deliberação da ata da reunião anterior.

Antes, porém, eu gostaria de registrar a presença do Sr. Maximiliano da Cunha Henriques Arienzo, Primeiro-Secretário Chefe da Divisão de Propriedade Intelectual do Ministério das Relações Exteriores; de Fábio Marimon, Assessor Especial de Relações Institucionais e Governamentais do Ministério da Economia; de Cláudio Vilar Furtado, Presidente do Instituto Nacional de Propriedade Industrial; e de José Graça Aranha, Diretor Internacional da Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Antes de encerrar, gostaria de transmitir aqui, a pedido dele mesmo, um convite do Ministro da Saúde, Henrique Mandetta, que vai lançar o programa Saúde na Hora, ampliação do horário de funcionamento das Unidades Básicas de Saúde do Brasil. Será hoje, no saguão do Ministério, na entrada Emílio Ribas, a partir das 10h30, logo mais. Os Srs. Senadores que puderem comparecer, o Ministro pediu para fazer o convite aqui.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado pela participação de todos.

(*Iniciada às 9 horas e 17 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Angelo Coronel, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Marcio Bittar, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Major Olimpio, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Flávio Arns, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Sérgio Petecão, Juíza Selma, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Daniella Ribeiro, Romário, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 15, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 16, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 17, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HELIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jarbas Vasconcelos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte -**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deliberativa. **ITEM 1 - Projeto de Decreto Legislativo n° 41, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 30, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 12/2019 - CRE, incluir o ministro do Superior Tribunal de Justiça Antonio Herman de Vasconcellos e Benjamin." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Adiado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 31, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas da atual relação Brasil-Reino Unido e o distanciamento entre o povo e seus representantes nas democracias. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1) Anthony W. Pereira, Professor e Diretor do King's Brasil Institute." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quinze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia a todas as senhoras e aos senhores.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, 17ª Reunião.

Invocando a proteção de Deus, declaro a aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Gostaria de agradecer a presença da Senadora Mara Gabrilli, de São Paulo; do Senador Antonio Anastasia, de Minas Gerais; e do Senador Esperidião Amin, de Santa Catarina.

Convido para fazer parte da Mesa o Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos, o Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto, e o Embaixador Helio Vitor Ramos Filho. Podem sentar-se.

Primeira parte: indicação de autoridades.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 15, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 16/05/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos, indicado ao cargo de representante permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 20 minutos. Quando chegar aos 19 minutos, tocará uma campainha para alertar que falta 1 minuto.

Com a palavra o Embaixador Pedro Fernando.

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Bom dia.

Muito obrigado. É uma enorme honra voltar a esta Casa. Eu trabalhei aqui por quatro anos como Diretor de Relações Internacionais da Presidência. Foi uma época em que eu fui extremamente feliz, aprendi muito e fiz grandes amizades aqui no Senado Federal. Saí daqui para ir para a Irlanda; depois, voltei aqui para a sabatina para o Canadá, e agora estou pleiteando ser Embaixador na missão diplomática junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. É uma grande honra estar aqui e espero, com muita fé, ser aprovado.

A Senadora me deu o enorme prazer de ser a minha Relatora. Eu fiquei extremamente orgulhoso com isso – orgulhoso, no bom sentido –, porque tê-la como Relatora foi um enorme privilégio, e eu agradeço muito a ela. Mandaram-me o vídeo da exposição dela, e a minha mulher fez questão de passar para *urbi et orbi,* passou para todo mundo, e o pessoal dizia assim: "Mas o seu marido é isso tudo?" (*Risos.*)

Porque ela leu algumas coisas que eu fiz, e o pessoal ficou muito impressionado com o que ela leu. Questionaram no Hospital das Forças Armadas, onde a minha mulher trabalha; no hospital HRAN, onde ela é médica anestesiologista. O pessoal lá dizia: "Mas ele é isso tudo?". Pois é, palavra da Senadora; pode contestar? Então, estamos aqui.

O Ministro das Relações Exteriores me consultou se eu aceitaria ser nosso representante na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Não precisava nem consultar, porque já estava aceito de véspera. A comunidade eu vi nascer, realmente eu vi nascer, porque eu estava em Lisboa quando lá chegou uma pessoa que – a gente fica até emocionado de falar – costuma cravar uma lança na Lua, que é o mineiro José Aparecido de Oliveira, o Zé de todos os amigos, e ele criou a CPLP. No Governo do Presidente Sarney, ele criou o Instituto Internacional da Língua Portuguesa em 1989, e ele foi para Lisboa em 1993, se não me falha a data, com um projeto, um projeto que estava na cabeça dele desde o tempo em que ele era secretário particular do Presidente Jânio Quadros: unir em torno da língua portuguesa, esse tesouro que nós temos, uma comunidade de povos. Muito pouca gente sabe que, antes de se chamar CPLP, era Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa. Isso não está nos livros escolares. Um dia ele me chama e diz: "Ó, Pedro, vá me representar em Braga [uma cidade do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

norte de Portugal] e vá lá inaugurar a Rua Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa". Depois veio o nome de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

O Embaixador José Aparecido era um obstinado no trabalho dele de criar essa comunidade, porque ele teve que vencer resistências. Portugal, de uma certa maneira, via os países africanos quase que como uma continuidade histórica deles, e chega o Brasil, uma potência emergente, e quer também se juntar a esse grupo e formar uma comunidade. A África tem sede de Brasil, eles gostam do Brasil. A Angola, por exemplo... Quando eu fui visitar o Embaixador de Angola em Ottawa, porque eu costumo visitar todos os embaixadores dos postos onde eu servi, ele disse: "Olhe, Pedro, o Brasil é país irmão. Nós somos irmanados pela língua. É um tesouro que nós temos que nós precisamos preservar e ampliar". O Presidente de Portugal esteve agora na China, esteve em Macau, e ele declarou na imprensa uma coisa que assustou muita gente, surpreendeu muita gente: hoje se fala mais português em Macau do que quando Portugal era o país colonizador da cidade, da região de Macau, do enclave de Macau. Hoje se fala mais, por quê? Porque há um interesse enorme da China na África.

Então, o Brasil tem esse patrimônio que é a língua e o patrimônio da amizade dos países de língua portuguesa. Quase que uma visão do Quinto Império, de que falava o Padre Vieira: o sol não se põe na CPLP, porque ela começa no Brasil e vai lá a Timor Leste. Ela passa por nove países, que se unem em torno de uma língua. E, agora, além dessa vertente cultural, que é da preservação e expansão da língua portuguesa, nós temos a vertente que é a vertente comercial, a vertente econômica e, sobretudo, a da cooperação.

Muita gente pergunta pra mim: "Mas, vem cá, o Brasil coopera com esses países? O Brasil leva coisas para eles? O que eles nos dão de volta?". É muito simples responder: nós estamos criando... Com o Brasil a cooperar, por exemplo, com São Tomé e Príncipe, nós estamos formando técnicos que vão ser amigos do Brasil e amanhã vão constituir uma elite – vamos usar essa palavra, que é uma palavra politicamente não muito correta –, um grupo de gente que vai consumir produtos brasileiros, um grupo de gente que gosta do Brasil e que vai querer estudar no Brasil. E, de certa maneira, saem da pobreza e não criam o problema, que hoje é universal, da migração: o sujeito que está bem na sua terra dificilmente migra; ele está feliz na sua terra. E nós estamos ajudando isso com a cooperação.

Nós temos, na Agência Brasileira de Cooperação, que funciona no Itamaraty, uma série de projetos em todos esses países, coisas até curiosas. Por exemplo, em São Tomé e Príncipe, nós temos um projeto de jogar capoeira, quer dizer, coisas que nós temos nesses países que não têm preço. Então, nós estamos ganhando com isso. Nós estamos investindo no futuro desses países, que vão estar sempre ligados ao Brasil pela língua, pela cultura, porque Portugal foi um colonizador, mas não foi um colonizador odiado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho uma experiência... Eu conheci um Capitão de Abril, daqueles que fizeram a Revolução dos Cravos, que me contou uma vez que eles recebiam uma nota dos guerrilheiros de Guiné-Bissau pedindo uma trégua no domingo para eles poderem ouvir em paz o jogo do Benfica com o Porto. Isso não existe. Eles estavam lutando para se libertar de Portugal, mas estavam presos espiritualmente a Portugal, porque o português não é um colonizador separatista; ele integra, ele se mistura. É só olhar a foto da minha avó que vocês vão ver como os portugueses chegam ao Brasil.

Então, nós temos esse patrimônio. Os detalhes todos a Senadora leu no relatório do Itamaraty. Eu tenho aqui algumas coisas.

O José Aparecido criou a CPLP, ele lutou pela CPLP, e saiu de lá já com tudo, digamos, armado. O sucessor dele foi o Presidente Itamar Franco, que deu todo o apoio a ele na formação da CPLP. E, há 23 anos, foi assinado o tratado que cria formalmente a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Somos nove países, porque, em 2002, Timor Leste se tornou independente, e, em 2014, aconteceu uma coisa um pouco controvertida: Guiné Equatorial, ex-colônia espanhola, de língua oficial espanhola, quis se integrar à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Isso causou uma enorme controvérsia, inclusive em Portugal. Eu servi oito anos em Portugal, conheço bem aquele país. E eles ficaram achando aquela história de: "Um país que fala espanhol quer se integrar a nós?". Mas o Brasil e os outros países africanos apoiaram Guiné Equatorial, e Guiné Equatorial hoje faz parte da comunidade. A língua portuguesa é uma das línguas de Guiné Equatorial, porque eles têm o francês e têm também as línguas locais. Mas o português está lá já como língua oficial.

Sobre a comunidade, há uma coisa importante. A gente olha assim... "Mas o que nós estamos fazendo ali?". Saibam que a comunidade prevê dois tipos de observadores: observadores de países e observadores de entidades. São 18 países – 18! Não é meia dúzia não; são 18 países – que são observadores associados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. E, olhem, por coincidência ou não, está lá a França, que tem a francofonia como bandeira; está lá o Reino Unido – Grã-Bretanha e Irlanda do Norte – de língua inglesa, e eles estão lá.

A língua portuguesa, para vencer, teve de encontrar barreiras. Muito pouca gente aqui nesta sala ouviu falar nisto, mas os franceses davam radinhos de pilha a Guiné-Bissau para eles ouvirem as rádios francesas. Então, a luta pela língua portuguesa é uma luta incessante. No Timor Leste, por exemplo, onde se fala o tétum, eles criaram, eles dão força à língua portuguesa como fator de identidade nacional. As pessoas não sabem disso.

A língua portuguesa é o nosso tesouro, é o nosso meio de comunicação. Um exemplo: a nossa Marinha tem uma base na Namíbia, em Walvis Bay. Pois muito bem, lá há uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidade de oficiais de Marinha que fala português para se comunicar com os nossos, porque é muito importante...

Quantos minutos eu tenho aí?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Sete.

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Sete?

A nossa presença militar na comunidade é muito importante. Nós temos aqui – e há um colega nosso, para quem estou olhando aqui, que é o maior especialista em assuntos de Defesa, do Itamaraty, que me ajudou muito e sabe muito bem – o Atlântico, "um rio chamado Atlântico", expressão que não é minha; é do maior africanista brasileiro, o Embaixador Alberto da Costa e Silva, que se refere ao Atlântico como "um rio chamado Atlântico".

E nós temos um cordão lusófono, que os ingleses têm também, mas nós o temos aqui, porque, olhem: São Tomé e Príncipe e Cabo Verde são porta-aviões naturais que estão ali; a Angola fica em frente à Bahia; Walvis Bay, que não faz parte da nossa comunidade, mas fica em um país observador, a Namíbia, está em frente ao Rio de Janeiro; viramos para o outro lado e temos Moçambique, diante da Índia, que tem enclaves de língua portuguesa – Goa, Damão e Diu – e que está voltando, porque a Índia descobriu que está perdendo para a China – porque a China está lá. A rota da seda da China está começando a penetrar na África, em força, e a Índia também está olhando para isso.

Agora, nós não podemos perder esse patrimônio, porque nós tratamos o africano por "tu", e eles têm que aprender português – e estão fazendo isso! Há 44 mil chineses aprendendo português hoje.

Um colega nosso que está em Los Angeles trabalhou com Portugal para que, na Califórnia, os filhos da diáspora luso-brasileira, se quiserem, possam estudar português nas suas escolas. Isso não tem preço! É a força da língua portuguesa, que está crescendo. O espanhol, por exemplo, fica na Espanha e na América. O português, não; o português está em todos os continentes: está no Brasil; está na África, em vários países; está na Oceania, com o Timor-Leste. Quer dizer, é a vocação do "Quinto Império", onde nunca se punha o sol.

Então, a CPLP tem uma estrutura, que a Senadora apresentou aqui muito bem, que reúne: a Conferência de Chefes de Estado e de Governo; o Conselho de Ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores – em Portugal, Relações Exteriores chama-se Negócios Estrangeiros, como era antigamente no Brasil; o Comitê de Concertação Permanente, de cujas reuniões mensais o Embaixador na missão participa; o Secretário Executivo, que desta vez é um português, Francisco Ribeiro Telles, que já foi Embaixador no Brasil; o Instituto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Internacional da Língua Portuguesa, fundado pelo Brasil, criado pelo Brasil, pelo José Aparecido – sempre ele –, no Governo Sarney; a Reunião dos Pontos Focais de Cooperação, que se reúnem para estudar e apresentar projetos de cooperação entre esses países.

A CPLP cresceu muito. Então, nós temos frequentemente reunião de ministros de turismo, reunião de ministros de saúde, reunião de ministros da Justiça. Eu já soube que o TCU quer fazer uma reunião lá – eu tenho um colega que está aqui e que me falou isso –, então, eu vou ao TCU para conversar com eles, porque eles querem fazer uma reunião de tribunais de contas. Nós temos muito o que ensinar a eles com a nossa experiência.

Nós temos a Assembleia Parlamentar, cuja sede é em Angola, não é em Lisboa. A sede da Assembleia Parlamentar da CPLP é em Luanda, não é em Lisboa.

Então, nós temos uma estrutura que nos dá apoio.

A vaga da Diretoria-Geral da CPLP, ocupada por uma cabo-verdiana, é preenchida por concurso público. Ela vai ficar até 2020. Ela fez o concurso, que é renovável por mais quatro anos.

Então, a CPLP tem uma estrutura; ela não está perdida no ar. Agora, nós precisamos valorizar essa estrutura e temos mandado para lá embaixadores de muito bom gabarito, tais como: Lauro Moreira; José Roberto de Almeida Pinto, que hoje é o nosso Cônsul em Lisboa – que talvez seja o posto mais difícil da carreira de diplomata, porque são milhares e milhares e milhares de...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Senador Jaques Wagner, o senhor foi do Colégio Militar como eu. Sua turma é de 1968. Eu sou muito mais velho que o senhor, sou da turma de 1965.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Nem tanto!

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Pois é... Como a gente diz no Colégio Militar, "foi bicho nosso". Ele era muito novinho quando... Da turma dele...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – Deve ter me dado trote provavelmente!

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Não, eu era bonzinho...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Instrutor de paraquedismo...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Não, fiquei com medo!

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Senador, a última coisa que eu vou falar, já que o senhor está aqui, é sobre a Defesa, que o senhor conhece melhor do que eu. Nós temos a Operação Felino, que integra as Forças Armadas deste País, e nós temos de olhar muito seriamente para o Atlântico. Nós temos novas ameaças no Atlântico, o nosso "rio" aqui. Por quê? Porque o nosso petróleo está no Atlântico. O petróleo da África está no Atlântico – não é? –, ali em Guiné Equatorial; está para se descobrir em São Tomé e Príncipe, onde sabemos que há petróleo. Então, nós temos as novas ameaças: tráfico de drogas; possibilidade de terrorismo... E, em matéria de Defesa, sobretudo com a nossa Marinha, nós, os países de língua portuguesa, estamos em cooperação.

Eu acho que, se deixar, eu continuo a vida inteira falando sobre a comunidade, mas...

Muito obrigado! Se eu for aprovado, será uma grande honra para mim. E eu posso prometer uma coisa: eu não vou desonrar; eu vou honrar o grande criador da CPLP, que é o Embaixador José Aparecido. Eu quero honrar o nome dele permanentemente no meu trabalho na CPLP.

Muito obrigado, e eu espero contar com a aprovação dos senhores.

Obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a fala do Embaixador Pedro Brêtas.

Gostaria de incentivar todos os que desejarem participar, através de perguntas e comentários, por meio do portal e-Cidadania – é uma reunião aberta, e a participação da sociedade é importante –, através do *site* www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

Já chegaram algumas perguntas, mas nós vamos passar agora à exposição do Sr. Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta. Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 20 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 16, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Antonio Anastasia

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 16/05/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Gostaria de agradecer a presença dos familiares dos Embaixadores que aqui se encontram. É uma honra receber a todos.

Informo aos nobres Senadores que, posteriormente à fala do Embaixador Henrique, nós vamos ter a fala do Embaixador Hélio, e aí nós vamos abrir para os questionamentos dos nobres Senadores.

Com a palavra o Embaixador Henrique Sardinha Pinto.

O SR. HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO – Sr. Presidente da Comissão de Relações Exteriores, Srs. Senadores membros da Comissão, caros colegas, senhoras e senhores, a Santa Sé é um Estado *sui generis* na comunidade internacional por cumprir, ao mesmo tempo, uma dimensão temporal e outra espiritual. A dimensão temporal está consubstanciada na soberania que exerce sobre o território do Estado da cidade do Vaticano, na personalidade jurídica de direito internacional dela decorrente e também pelo fato de ser globalmente reconhecida como tal. O Papa, portanto, exerce funções de três naturezas: ele é chefe de Estado, é chefe da Igreja e, em uma dimensão estritamente sacerdotal, é também o Bispo de Roma.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fazendo uma brevíssima digressão histórica sobre a formação do Estado Pontifício, com a dissolução do Império Romano do Ocidente no século V, o Ducado Romano passa por um período de grande turbulência, com ameaças de invasões, saques, e somente no século VIII, com a proteção dos francos de Pepino, o Breve, é constituído o Estado Pontifício, que, *grosso modo*, perdura por quase mil anos.

Evidentemente, passamos por períodos de grande turbulência também nessa fase, sobretudo durante o chamado período dos antipapas de Avignon, no século XIV, mas chegamos até o fim do século XIX, quando, aí, sim, com a unificação italiana, o Estado Pontifício desaparece.

Foi, sem dúvida, uma fase crítica da história da Igreja. Como se recordam, o Rei Vittorio Emanuele I da Itália declara o Papa súdito italiano; também declara inviolável a sua pessoa, concede-lhe o direito de uso dos palácios do Vaticano de Latrão e de Castel Gandolfo e fixa-lhe uma renda, além de lhe garantir o chamado direito de legação, que é a capacidade de nomear e receber embaixadores.

O Papa Pio IX rejeita todas as concessões, proíbe os católicos de participarem de eleições na Itália e se declara prisioneiro do Vaticano. Isso, que se chamou na época de a Questão Romana, perdura até 1929, quando, então, Pio XI assina, com o regime fascista de Benito Mussolini, os chamados acordos de Latrão.

Os acordos, na verdade, constituem-se de três instrumentos: um tratado, uma convenção financeira e uma concordata. O tratado basicamente cedia a soberania sobre o Vaticano à Santa Sé e, em contraparte, o Estado Pontifício renunciava a todos os direitos sobre a Cidade Eterna e também reconhecia Roma como capital do Reino da Itália. A convenção financeira previa o pagamento de uma indenização pela Itália ao Vaticano, como ressarcimento pela perda dos territórios pontifícios. A concordata, por sua vez, regulava as relações Estado-Igreja, na Itália, e fixava, de maneira clara, que o catolicismo passava a ser a religião oficial do Estado italiano. Isso, evidentemente, já não prossegue. Isso perdurou até 1985, quando se fez a definitiva separação entre Igreja e Estado na Itália.

A Santa Sé, portanto, volta a exercer plena soberania sobre um território. Hoje, é membro pleno da comunidade internacional, mantém relações diplomáticas com 184 Estados, dos quais 88 mantém embaixadas residentes em Roma. Dos nove Estados-membros das Nações Unidas que não mantêm relações diplomáticas plenas com a Santa Sé, cinco recebem delegados apostólicos enviados pelo Papa, que, *grosso modo*, funcionam como verdadeiros embaixadores. E o principal Estado que não mantém relações com a Santa Sé é a República Popular da China.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como se sabe, nesse exato momento, nas últimas semanas e meses, a Santa Sé e a China estão envolvidas em negociações para a regularização da atuação da Igreja Romana no território chinês. Caso essas negociações cheguem a bom termo, é bem possível que vejamos o restabelecimento de relações entre os dois Estados.

A Santa Sé tem o *status* de Observador das Nações Unidas e participa do debate da agenda internacional sobre os principais temas. Dedica-se, em particular, tem maior interesse pelos temas de paz e segurança internacionais, também sobre aqueles dedicados às questões de direitos humanos, de família e de população, além dos temas sobre meio ambiente e refugiados.

Eu passaria agora, Sr. Presidente, a fazer uma breve referência às relações com o Brasil.

Como sabemos também, fazendo uma breve digressão histórica, o Brasil manteve, durante todo o período da Colônia, passando pela independência e durante o Império o chamado regime do padroado. Como se sabe, nesse regime, no passado, o soberano era responsável por nomear os bispos, assegurar a subsistência dos eclesiásticos e também dispunha de um direito de veto sobre os documentos exarados pelo Vaticano, ou seja, as encíclicas, as bulas papais, os decretos. E esse regime perdurou durante todo o regime monárquico.

Por sua vez, a Igreja exercia funções de natureza hoje típicas de Estado, como, por exemplo, cuidar dos registros civis de nascimento, óbitos, casamentos, inclusive os registros de propriedade. E, mais do que isso, cuidava da administração dos cemitérios municipais e também da organização das eleições de primeiro grau. Esse regime perdurou, como disse, durante todo o Império. Com a independência, a Constituição imperial declarou o catolicismo como religião oficial do Estado. Em 1826, um enviado do Imperador apresenta credenciais ao Secretário de Estado do Vaticano, o que representou o virtual reconhecimento da independência do Brasil por Leão XII.

As relações Estado x Igreja, durante o período monárquico, não transcorreram sempre em grande harmonia; ao contrário, várias crises aconteceram, sendo que a principal delas, a mais conhecida, a chamada questão religiosa teve início, de fato, quando o Imperador nega beneplácito à Encíclica Syllabus, de Pio IX, que listava o que ele chamava de os principais erros do nosso tempo e ali elencava as sociedades secretas. E, como sabemos, as confrarias e irmandades católicas, no século XIX, mantinham intenso contato com a maçonaria no Brasil. Em função disso, e obedecendo ao disposto na Encíclica, os bispos de Olinda e Belém decidem baixar interditos contra os contatos entre essas confrarias e a maçonaria. O Governo intervém, exige que esses interditos sejam suprimidos, sejam caçados, e, como resultado, os bispos são processados, condenados a quatro anos de trabalhos forçados e encarcerados. A crise perdura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até 1875, quando, finalmente, o Imperador, apesar de grande hesitação, decide por anistiar os dois sacerdotes.

Com o advento da República, curiosamente, e a separação, evidentemente, entre Estado e Igreja, a relação entre os dois passa a ser bastante mais harmônica. Já em 1905, Dom Joaquim Arcoverde, Arcebispo do Rio de Janeiro, é feito o primeiro Cardeal do Brasil e primeiro Cardeal da América Latina. É bom lembrar, o que nos mostra a importância dessa decisão, que o segundo Cardeal latino-americano veio a ser designado apenas 30 anos depois, o então Cardeal Arcebispo de Buenos Aires.

Ainda como registro de momentos importantes nas relações entre o Brasil e a Santa Sé, eu registraria o fato de, em 1919, há exatamente um século, estarmos comemorando neste ano o Brasil ter elevado a categoria de sua representação junto à Santa Sé de legação para embaixada – foi apenas a terceira embaixada do Brasil no exterior; antes, havia nos Estados Unidos e em Portugal.

Outro dado relevante a destacar foi a assinatura, agora já em anos mais recentes, em 2008, do acordo relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, assinado durante o Governo Lula e no qual nós voltamos a reafirmar alguns dos princípios que já constam na Constituição brasileira, como o da liberdade religiosa, o do livre exercício dos cultos, mas também outros importantes aspectos como o direito ao ensino religioso em escolas públicas, desde que facultativo e aberto a todas as crenças, e também a imunidade tributária das pessoas jurídicas eclesiásticas.

Uma última palavra sobre as relações com o Brasil, Sr. Presidente. Notícia que recebemos agora, semana passada, muito auspiciosa para a população brasileira, é o fato de que o Papa Francisco decidiu confirmar o reconhecimento do segundo milagre de Irmã Dulce, religiosa baiana, o que possibilitará a sua canonização no final deste ano, provavelmente em outubro, em cerimônia em Roma. Ela se tornará, assim, a primeira santa da Igreja nascida no Brasil.

Uma última palavra agora, Sr. Presidente, sobre o papado de Francisco. O Cardeal Arcebispo de Buenos Aires Jorge Mario Bergoglio foi eleito papa em março de 2013, constituindo-se, assim, o primeiro papa latino-americano e o primeiro papa oriundo da Companhia de Jesus. A escolha de seu nome foi, evidentemente, inspirada em São Francisco de Assis, e isso redundou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO – ... na definição de prioridades e linhas de ação de imediato no início do seu pontificado. Eu destacaria pelo menos três, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principal delas uma preocupação grande com a questão dos direitos humanos e também com a proteção da vida e da família.

O segundo ponto é uma grande abertura para o diálogo inter-religioso. Lembremos que São Francisco de Assis, no seu tempo, visitou o sultão do Egito. O Papa, no seu chamado, de certa forma e de maneira significativa, foi correspondido pelo fato de ter comparecido à sua missa inaugural o patriarca ortodoxo de Constantinopla, o que representou um gesto inédito na história das igrejas desde o Cisma de 1054. Sobre o tema ainda da liberdade religiosa, Francisco sempre gosta de lembrar o sentido da palavra "pontífice", que nada mais quer dizer do que "aquele que constrói pontes".

Outro ponto também de inspiração de São Francisco que adotou o Papa é a preocupação com o meio ambiente. São Francisco, no seu tempo, exortava os homens de boa vontade a que se tornassem guardiões da criação. Francisco, por sua vez, já toca na questão de meio ambiente na sua primeira homilia, por um lado. Dois anos depois, em 2015, publica a Encíclica Laudato Si, Louvado Seja, sobre o cuidado com a Casa Comum, que é o subtítulo – a Casa Comum, bem entendida, é o nosso Planeta. E, dois anos após, em 2017, em visita à Amazônia peruana, convoca o sínodo dos bispos dedicado especificamente à Amazônia, que deve ter lugar em Roma em outubro próximo.

O Papa Francisco, Sr. Presidente, encontrou a Igreja com grandes desafios e tem atuado de forma corajosa, inovadora e, às vezes, considerada pouco convencional. Isso tem lhe causado, evidentemente, questionamentos e uma reação importante no seio da Igreja e também entre os leigos em função dessas propostas que faz. Eu destacaria também algumas dessas questões que chamaremos de polêmicas no papado de Francisco. A principal delas, sem dúvida nenhuma, é a reforma da Cúria e também a introdução de um conceito de uma Igreja mais colegiada, o que se confirma pela convocação sucessiva de sínodos: o primeiro, um sínodo dedicado à família; o segundo, à juventude; e agora, esse sínodo da Amazônia, que se realizará neste ano.

Outro tema também bastante polêmico sobre o qual o Papa se debruçou foi o combate aos abusos sexuais na Igreja e, ainda, a partir da publicação da exortação apostólica Amoris Laetitia, dedicou-se também sobre outros temas delicados; um deles é o chamamento a uma visão mais digna e acolhedora dos homossexuais e também a possibilidade de ministrar os sacramentos, inclusive a comunhão, aos divorciados.

São esses os pontos que queria destacar, Sr. Presidente.

Estou às ordens para as perguntas de interesse dos senhores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Quero agradecer a oratória do Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 17, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor HELIO VITOR RAMOS FILHO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 16/05/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Helio Vitor Ramos Filho, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta.

Com a palavra o Embaixador Helio Vitor.

O SR. HELIO VITOR RAMOS FILHO – Bom dia, Presidente. Bom dia, Sras. e Srs. Senadores.

Eu gostaria de iniciar esta minha apresentação agradecendo o Presidente da República por ter submetido meu nome para avaliação do Senado Federal para verificar se o meu nome reúne condições para representar o Brasil junto ao Governo da Itália e, cumulativamente, aos governos das Repúblicas de San Marino e de Malta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria também de agradecer pessoalmente ao Presidente Rodrigo Maia. Eu era Cônsul-Geral do Brasil em Miami em 2016, e, retornando ao Brasil, ele me acolheu na Câmara dos Deputados, onde estou desde então como seu assessor especial.

Gostaria também de agradecer ao Presidente Davi Alcolumbre por ter determinado a leitura das nossas mensagens para as três missões cujas nomeações nós estamos aqui defendendo; ao Presidente Nelsinho Trad, que pautou a reunião e possibilitou que nós estivéssemos aqui para defender as posições; ao nobre Relator, meu Relator, que muito me orgulhou, Senador Jarbas Vasconcelos, porque, embora eu tenha esse sotaque carioca, sou baiano de nascimento. Tive que sair da Bahia em 1964 por motivos políticos, mas metade da minha família é pernambucana. E ser relatado pelo Senador Jarbas Vasconcelos é uma honra imensa.

Gostaria também de destacar aqui a presença dos três Senadores *oriundi*: a Senadora Mara Gabrilli; o Senador Anastasia; o Senador Amin, que é *oriundi* também, embora o nome não o indique; e, obviamente, o Presidente Nelsinho Trad, cuja história do povoamento do Mato Grosso nós já tivemos a oportunidade de ouvir; o Senador Chico Rodrigues; a minha amiga Senadora Renilde; a Senadora Soraya; os meus Senadores do meu Estado da Bahia, Jaques Wagner e Angelo Coronel; do Chico Rodrigues, eu já falei; o Senador Bittar; e o Senador Flávio Arns. Agradeço a presença de vocês todos aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HELIO VITOR RAMOS FILHO – De Santa Catarina, claro. Outro, não é?

Bom...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – Só quero fazer uma correção. Sou do Paraná, mas já combinei com o Senador Esperidião Amin que pode me considerar o quarto de Santa Catarina.

O SR. HELIO VITOR RAMOS FILHO – Depois desse agradecimento longo, eu gostaria de fazer uma breve introdução.

É muito difícil falar da Itália, porque todos nós conhecemos um pouco da Itália. Muitos brasileiros têm vinculação com a Itália. Mas Brasil e Itália têm uma longa tradição no seu relacionamento, seja pelo diálogo político e intercâmbio de visões sobre temas internacionais, trocas comerciais e proximidade cultural. Contribui para isso – aproveito até a menção que fez o Senador Jarbas Vasconcelos no relatório – o fato de que cerca de 30 milhões de brasileiros são oriundos da Itália. Seguramente a maior diáspora que nós temos no Brasil é a dos italianos. São 30 milhões de brasileiros descendentes de italianos. São os famosos *oriundi*.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A nossa comunidade na Itália hoje é de cerca de 45 mil brasileiros e, se nós alargarmos para os que têm dupla cidadania, são cerca de cem mil. Os italianos têm muito interesse pelo Brasil, visitam muito o Brasil: a Itália hoje é o quarto principal emissor de turistas ao nosso País dentro da Europa. Cerca de 170 mil italianos visitaram o Brasil no ano passado.

Na esfera legislativa, o relacionamento tem sido impulsionado pelo Grupo Parlamentar Brasil-Itália, que foi criado em 2003, composto por Deputados de ambos os países que exercem muitas atividades para o fortalecimento dos laços econômicos, políticos e culturais entre os dois países.

Sobre o aspecto político ainda, os dois países sempre têm uma relação do mais alto nível. Recentemente, o Presidente Jair Bolsonaro manteve com o Ministro Giuseppe Conte, que é o Presidente do Conselho, uma reunião em janeiro, à margem do Fórum Econômico de Davos, onde se registrou mais uma vez a importância que a Itália e o Brasil credenciam a si.

Em 2007, o nosso relacionamento bilateral foi elevado à categoria de parceria estratégica e, desde então, a partir de 2010, assinou-se um plano de ação para aprofundar a parceria bilateral entre os nossos países.

Na área da Defesa, é importante ressaltar que um dos principais, talvez o principal projeto de cooperação que o Brasil tenha desenvolvido foi com a Itália: é o projeto do jato subsônico AMX, que se iniciou na década de 80, um avião produzido pelas empresas italianas Aeritalia e a Macchi e a nossa Embraer. O plano de ação, inclusive, visa aprofundar mais ainda essa cooperação na área da Defesa. Nós temos no momento a construção, a fabricação, em Sete Lagoas, em Minas, pela Iveco, que é uma subsidiária da Fiat, do veículo blindado de transporte pessoal denominado Guarani. Esse é um grande projeto, audacioso inclusive, que no momento encontra certa dificuldade de natureza orçamentária, porém é importante mencioná-lo, porque o Brasil tem a expectativa de produzir até 2024 cerca de 2 mil blindados do tipo Guarani.

É importante recordar também que neste ano o Brasil completa 75 anos da presença da Força Expedicionária Brasileira na Itália. Em 16 de setembro de 1944 – vale a referência –, o Cabo Adão Rosa da Rocha disparou o primeiro tiro de artilharia da FEB no exterior. A data é comemorada todos os anos pelo 20º Grupo de Artilharia de Campanha no Forte Barão do Rio Branco, em Jurujuba, Niterói. Honrar a memória desses pracinhas, em especial dos 454 heróis brasileiros que tombaram nos campos de batalha italianos, é não somente um dever indeclinável do Estado brasileiro, mas uma tarefa de relevância histórica e simbólica, e, caso aprovado por V. Exas., eu pretendo me dedicar com afinco à preservação da memória da FEB na Itália.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de fazer um parêntese aqui a respeito disso, porque a minha primeira missão no exterior, quando eu era um jovem terceiro-secretário, foi na Embaixada em Roma, junto com a equipe do Chanceler Saraiva Guerreiro. Lá, então, uma das minhas tarefas foi a reforma do Monumento Votivo Militar, em Pistóia – monumento em homenagem aos pracinhas, em que hoje não há mais corpos, apenas o de um soldado desconhecido, além de uma pira funerária. Então, eu tenho grande vinculação com essa história e pretendo trabalhar e contribuir para a comemoração dos 75 anos, que deve ocorrer agora em outubro/novembro, com a presença anunciada do Presidente Jair Bolsonaro, como mais uma demonstração dos laços tão intensos que nós mantemos com a Itália.

O nosso plano de ação estratégica, inclusive, estimula investimentos, cooperação industrial e o comércio bilateral com vistas a incrementar mais ainda o comércio de ambos os países.

No campo do diálogo bilateral, ainda nós temos importante cooperação na área espacial, na área energética, cultural e acadêmica, entre outras.

Nós temos um acordo importante, concluído em 1997, de cooperação nos setores científico e tecnológico, que nós precisamos novamente enfatizar.

É importante também relacionar a dimensão econômica de ambos os países. Os investimentos diretos italianos no Brasil representam o ponto central da pauta econômica bilateral. A Itália é hoje o 12º investidor direto no Brasil, e os investimentos italianos no Brasil cobrem uma ampla gama de setores. Estima-se que existam mais de 1,2 mil empresas italianas no País hoje, gerando mais de 150 mil postos de trabalho em todo o País.

Os investimentos italianos mais relevantes encontram-se nos empreendimentos imobiliários, de telefonia, energia elétrica, comércio atacadista de alimentos, fabricação de máquinas, equipamentos, peças e acessórios para veículos. No sentido inverso, existem cerca de 20 empresas brasileiras de grande porte que operam em território italiano.

Os dados econômicos de 2018 indicam que a Itália foi o 12º parceiro no *ranking* das exportações brasileiras, que alcançaram a cifra de US$3,5 bilhões, ainda distante do pico que nós tivemos, em 2012, que foi de US$4,6 bilhões. Mas isso é um reflexo, obviamente, da crise econômica que atingiu os dois países em passado recente.

Agora tratarei mais especificamente de alguns pontos do nosso relacionamento bilateral.

A Itália é a nona economia do mundo, tem um PIB de US$1,85 trilhão – é o terceiro PIB da zona euro e o quarto PIB da União Europeia. É a décima maior exportadora do mundo e a décima primeira maior importadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As empresas italianas de grande porte, menciono algumas, todas elas estão no Brasil: a Enel, que é a empresa distribuidora de energia, produtora e geradora também; a ENI, de petróleo; a Fiat; a Pirelli; a Finmeccanica; e a TIM, de telefones celulares.

A Itália é hoje a segunda maior produção industrial da Europa; conhecida pela grande competitividade nos mercados internacionais, sobretudo da sua pequena e média empresa. Atravessa uma situação meio delicada sob o aspecto de crescimento econômico desde 2017, e a sua expectativa de crescimento do PIB para 2019 é de apenas 0,9.

A Itália tem uma questão histórica delicada em relação à sua dívida pública. O PIB da Itália, a dívida pública da Itália alcança o extraordinário número de 131% do PIB, o que é algo inédito no mundo todo. Isso reflete, de alguma forma, o baixo crescimento da última década diante de todas as crises que o mundo vem enfrentando na área econômica desde 2008.

Enfim, a Itália tem uma necessidade de crescimento, e esse talvez seja um dos grandes problemas da sua política hoje, porque existem constrangimentos de natureza comunitária, tem que se seguir um pacto de gastos públicos, ela não pode ultrapassar esse nível de gastos e precisa gastar para gerar crescimento. Então, esse é um problema maior, digamos assim, da política italiana hoje, que se reflete na conjuntura política interna.

Hoje a Itália é governada por uma coalizão que se elegeu há um ano, demorou praticamente cem dias para compor o Governo, que é o maior hiato político da história republicana italiana. O Presidente do Conselho é um técnico, um professor de Direito, e há dois Vice-Presidentes do Conselho, que são membros dos dois principais partidos que formaram a coalizão. Nessa coalizão, já há uma dificuldade de convivência porque a Lega, que é o partido do Vice-Presidente Matteo Salvini, que é conhecido de todos pela sua política hoje em toda a Europa... As eleições europeias se realizarão no domingo, e há toda uma atenção voltada para o que a Europa apontará para os rumos políticos da Europa de uma maneira geral, e da Itália, de maneira específica. Há uma possibilidade de que esse Governo, segundo indicam os analistas políticos italianos, não sobreviva à eleição europeia, dependendo da conformação que dela sair.

Nessa conformação interna, o partido mais forte hoje é o partido que tem menos Deputados, que é o Lega. O maior partido é o 5 Stelle, que se elegeu com uma política antissistêmica, propondo novas formas de política, o que é um fenômeno que aconteceu em toda a Europa e que se reflete em todo o mundo democrático hoje.

No relacionamento entre Brasil e Itália, sob o aspecto econômico comercial, o Brasil hoje é o segundo parceiro da Itália na União Europeia. O nosso comércio bilateral em 2018 foi de cerca de US$7 bilhões. Os investimentos diretos no Brasil, como eu já mencionei, são o eixo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

central da pauta econômica bilateral. A Itália é, hoje, o décimo segundo investidor direto no Brasil tanto no conceito de investidor imediato, como controlador fiscal.

A se destacar na área econômica entre Brasil e Itália há a questão da energia. A Enel hoje se transformou, com a aquisição da Eletropaulo. Em 2018, ela adquiriu 73% da Eletropaulo, numa operação que significou cerca de 1,3 bilhão de euros. Ela transformou-se na maior geradora de energia, quer dizer, na maior distribuidora de energia localizada no Brasil.

Sobre a Eletropaulo. Ela se propôs, ao adquirir, a investir cerca de 750 milhões de euros no triênio 2019/2021. Além do mais, é a líder da geração de energia renovável no Brasil, com 2,9 gigawatts em operação e 1 gigawatt em construção e é a principal empresa no Brasil, atuando no Brasil, no segmento da energia fotovoltaica. A maior planta de energia solar hoje em construção, no Brasil, na América Latina, inclusive, fica no Piauí, em São Gonçalo da Gurgueia. São investimentos da ordem de US$1,4 bilhão. Ela também será – porque ainda não entregou à operação o parque eólico Lagoa dos Ventos, no Piauí, que terá 760 megawatts de produção de energia eólica – , em 20121, a maior operadora de energia eólica, também na América Latina.

Então, no setor de energia, a relação do Brasil com a Itália é muito intensa e muito rica, sobretudo pelos investimentos tão importantes que têm sido feitos por essa empresa, especificamente. É hoje, inclusive, além da Eletropaulo, é proprietária da empresa de distribuição em Goiás, da Celg; é proprietária da empresa de distribuição do Rio de Janeiro, da Cerj; e no Ceará.

Bom, sob o aspecto econômico Brasil e Itália, cabe também mencionar a questão do acordo do Mercosul com a União Europeia. A Itália apoia a firma do acordo, que já se delonga há muitos anos, com algumas pequenas restrições, sob os aspectos sanitários, fitossanitários, que basicamente é a questão da proteção dos indicadores, das indicações geográficas de marcas tradicionais. Ela tem uma certa dificuldade com a forma como o *prosciutto di Parma* e o *parmigiano* são utilizados no Brasil. Essa é uma história recorrente que nós, no passado, todos lembramos, quando os franceses lutaram para que o conhaque Dreher virasse aguardente. Agora, os italianos querem que nós tratemos o *prosciutto di Parma* e o *parmigiano* de uma outra forma, porque essa marca pertence a eles.

(*Soa a campainha.*)

O SR. HELIO VITOR RAMOS FILHO – Mas tenho a impressão de que chegaremos a bom termo nisso, como nós chegamos com os franceses em relação ao champanhe, que virou espumante e que é de grande categoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No comércio bilateral, há uma significativa participação das *commodities*. Os dez principais produtos do comércio são *commodities*, 41% são semifaturados, 22% são manufaturados. Desde 2008, a balança é deficitária para o Brasil, mas manteve o ritmo crescente de 2011 a 2014 e caiu um pouco de 2015 a 2018. E 28%, há que se destacar, também, das importações brasileiras, que são de maquinário italiano. O Brasil é, hoje, o 29º lugar de destino das importações italianas. Não, desculpem-me. As importações italianas ocupam o 27º lugar e o Brasil o 29º lugar.

Vou pular aqui, pois o tempo já está correndo.

Para concluir, quer dizer, para falarmos da Itália sempre é muito difícil, porque temos muitos assuntos, mas o que eu posso dizer é que o Brasil e a Itália têm uma relação tão intensa e tão importante que todos os possíveis irritantes que tenham acontecido, sobretudo no aspecto político, recentemente, foram deixados de lado dada a densidade que nós temos entre as nossas sociedades. Nós todos somos ou queremos ser, de alguma forma, um pouco italianos, porque o italiano tem... Eu até costumo dizer que no português a gente tem a língua, mas, do italiano, talvez, a gente tenha recebido mais o caráter e a nossa forma de ser. Então, o trabalho que eu pretendo desenvolver, se aprovado por V. Exas., é reforçar cada vez mais esses laços que nós já mantemos desde que o Brasil, o reino, o Imperador Dom Pedro Segundo reconheceu a Itália como independente em 1861.

Eu acho que, para concluir, eu devo apenas mencionar um aspecto histórico. O pai da República italiana, Alcide De Gasperi, que é a República italiana de 1946, costumava – em todas as vezes em que se mencionava o Brasil – singularizar o Brasil como talvez um dos países mais importantes para a Itália moderna, justamente pelo fato de que o Brasil enviou para a Itália, em 1944, um grupo de jovens bravos brasileiros, de alguma forma despreparados para enfrentar um teatro de guerra tão complicado, um clima desconhecido, despreparados sob o aspecto de armamentos, de roupagem, de tudo, e foram grandes heróis brasileiros reconhecidos pela Itália e que marcam profundamente a nossa relação.

Isso é o que eu gostaria de dizer e quero agradecer a presença do outro *oriundi* aqui, o Deputado Biondini.

É isso o que eu tinha a dizer, espero que eu possa falar um pouco mais durante as perguntas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a exposição do Embaixador Helio Vitor Ramos Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela presença do Deputado Biondini, pelo prestígio de estar em nossa reunião.

Dando prosseguimento à arguição, conforme a lista de inscrições para as perguntas, eu peço aos sabatinados que possam responder de forma mais resumida para que a gente possa dar a todos os Senadores a oportunidade de fazer os questionamentos. Também temos aqui sobre a mesa alguns questionamentos que vieram da população brasileira que está assistindo esta reunião pela televisão.

Passo a palavra à Senadora Mara Gabrilli.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para interpelar convidado.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Primeiro, eu queria cumprimentar o nosso Embaixador Pedro Brêtas pela exposição. Eu o admiro e essa força de querer cada vez mais valorizar a língua portuguesa. E eu queria dizer ao senhor que eu participei, no ano passado, de uma eleição na ONU e eu sou a primeira brasileira a ter assento no Comitê que monitora a Convenção da ONU sobre as pessoas com deficiência. Eu sou, atualmente, uma perita da ONU nesse tema e eu tive todo o apoio da CPLP para minha eleição. E hoje eu vejo um movimento importante por parte até do Secretário-Geral, o nosso Guterres, que é português, para que um dia a gente tenha a língua portuguesa como uma língua oficial da ONU.

Então, eu gostaria de cumprimentá-lo, de dizer ao senhor da minha satisfação de tê-lo na defesa desse grupo e dessa língua. E até sugeri aos Senadores que aprovem o seu nome, porque acho que seremos, a nossa língua vai ser muito valorizada, o nosso País e os nossos companheiros de língua portuguesa.

Muito obrigada.

Presidente, eu tenho perguntas para os outros. Será que eu...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pode fazê-las.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Posso fazê-las?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pode.

Eles já tomam nota, e a gente vai fazer uma rodada de três perguntas dos Senadores, aí eu vou passar a palavra para eles.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Está bom.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeiro, eu vou fazer uma pergunta para o nosso Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto, como o *oriundi*, Embaixador.

O Papa Francisco já se manifestou algumas vezes sobre as pessoas com deficiência. Em setembro de 2018, ele criticou a discriminação de doentes e pessoas com deficiência, pedindo que deixem de ser vistos como um problema para a sociedade. Disse ele: "O medo leva-nos a marginalizar a pessoa com deficiência. Há muitos modos de marginalizar também, como a pseudopiedade ou com a eliminação do problema. Ficamos surdos ou mudos diante das pessoas marcadas pela doença, a angústia e as dificuldades".

Ainda, para registro, em 2016, uma Comitiva do Vaticano esteve em São Paulo para conhecer o trabalho do Instituto Olga Kos, que foi convidado para integrar um projeto mundial de inclusão social. O Instituto Olga Kos oferece oficinas para 2,5 mil crianças e jovens com autismo e síndrome de Down. No dia 13 de novembro de 2008, foi assinado no Vaticano o acordo entre o Brasil e a Santa Sé sobre o Estatuto Jurídico da Igreja Católica no nosso País. Este acordo prevê o tratamento a ser dado às organizações eclesiásticas que além dos seus fins religiosos também têm objetivos de assistência e solidariedade social, além de prever a cooperação da Igreja com o Estado em serviços de saúde e educação.

Nesse quadro, além de o interrogar sobre a implementação desse tratado, suas principais dificuldades, inclusive no relacionamento com as demais denominações religiosas, solicitaria que sua missão incluísse o importante tema das pessoas com deficiência na agenda Brasil-Vaticano.

Posso fazer mais uma?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É lógico. V. Exa. está com a palavra.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – No relatório de gestão do Embaixador Luiz Felipe Mendonça Filho, que ora deixa o posto na Santa Sé, lemos que a doutrina do Papa Francisco para o tema migratório encontra sua mais perfeita expressão no discurso do Dia Mundial do Migrante e do Refugiado, de 14 de janeiro de 2018. O discurso resume a política da Santa Sé para o tema em quatro verbos: acolher, proteger, promover e integrar. Também merece nota o empenho com que a Santa Sé defendeu a adesão ao pacto das Nações Unidas pela migração segura, ordenada e regular em dezembro de 2018. Segundo o discurso de adesão do Secretário para as Relações com os Estados, Paul Richard Gallagher, em dezembro de 2018, o pacto expressa valores universais, cuja maioria encontra respaldo nos evangelhos. Por esse aspecto, qual o peso desse tema na agenda bilateral, uma vez que o Brasil decidiu não assinar esse pacto das Nações Unidas pela migração segura, ordenada e regular?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E última questão.

A Ordem de Malta está presente no Brasil por meio de três associações, em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. E as entidades têm atuado no Brasil por meio do estabelecimento de creches, inclusive para pessoas com deficiência, e de lares para idosos e para crianças abandonadas, do atendimento médico e odontológico, da reabilitação de adolescentes com antecedentes penais e da assistência social a povoados ribeirinhos carentes da Região Norte.

Como o senhor pretende dar continuidade e, quem sabe, ampliar esse trabalho?

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Mais alguma coisa, Senadora?

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu gostaria de fazer as questões ao Embaixador Helio Vitor.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra V. Exa.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Sr. Embaixador, muito obrigada também por sua explanação. Há uma certa dificuldade em saber quem lidera a política externa brasileira. O Vice-Presidente, Hamilton Mourão, pragmático, atualmente na China, sinaliza aderir à chamada nova rota da seda, com potencialidade de interligar infraestruturas e telecomunicações, girando R$1 trilhão de investimentos. Contrariando os Estados Unidos, a Itália está nesse projeto.

Distintamente, o Chanceler Ernesto Araújo vai a Europa, faz visitas a líderes da Itália, da Hungria e da Polônia. Na Itália, alimentaram discussão contra a integração europeia, a imigração e a favor da lei italiana que flexibiliza o porte de arma, chamada Ansa. Já o Presidente da República posiciona-se em alinhamento automático com o Governo de Donald Trump, tomando partido deste contra a China. Em comum com a Itália de Matteo Salvini, a política de xenofobia, mas não só política comercial. Diante de tantas díspares, qual postura diplomática V. Exa. planeja adotar com a Itália em relação ao comércio e aos direitos humanos?

E última questão. Em 2007, o nosso relacionamento bilateral com a Itália foi elevado à categoria de parceria estratégica para a cooperação em matéria de ciência e tecnologia. Como o senhor pretende utilizar dessa cooperação para o fomento da nossa produção tecnológica nacional?

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu vou dar sequência à participação dos nobres Senadores, agradecendo aqui a presença da Senadora Mara Gabrilli, do Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jarbas Vasconcelos, da Senadora Renilde, do Senador Flávio Arns, do Senador Jaques Wagner, do Senador Chico Rodrigues e da Senadora Soraya Thronicke.

Eu gostaria de, para dar alguma agilidade e oportunidade àqueles Senadores que já se sentirem confortáveis na questão da votação, abrir o processo de votação, desde que não haja objeção do Plenário, se a gente pode conduzir dessa forma. É lógico que terão a oportunidade de mais questionamentos aqueles que não se sentirem ainda seguros para aprovar ou não os Embaixadores que aqui estão.

Então, indago ao Plenário se podemos abrir o processo de votação das Mensagens 15, 16 e 17, de 2019?

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à assessoria técnica que faça a abertura do processo de votação.

Explico: na urna eletrônica, que vai estar nessa sala anexa, aparecerá o nome dos três Embaixadores com o "sim" e o "não". E V. Exas., a partir do momento em que já estiverem convencidos, poderão se dirigir até a mesa e proferir, instalar, melhor dizendo, o voto de cada um. A Senadora Mara tem aqui ao nosso lado o processo de votação, que, a partir do instante em que ela se sentir segura, poderá fazê-lo.

Passo a palavra ao Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para interpelar convidado.) – Cumprimentando V. Exa. e os colegas Senadores e Senadoras, cumprimento os três diplomatas, que vêm a esta Casa no sentido da sabatina, por assim dizer, o Embaixador Helio Vitor, o Embaixador Henrique da Silveira e o Embaixador Pedro.

Eu, na verdade, Presidente, não vou fazer nenhuma indagação. Eu entendo que, dentro da democracia, apesar de ter o Senado esse direito, na harmonia dos poderes e pela chancela do voto popular que o Presidente atual obteve, S. Exa. e seu Ministro de Relações Exteriores têm o direito de indicar aqueles que entendem que melhor poderão desempenhar seu papel representando o Brasil nas múltiplas embaixadas de países e nações com que nós temos relações. Então, eu não irei fazer indagação; na verdade, apenas queria registrar uma preocupação geral.

Nós recebemos nesta Casa o atual chanceler brasileiro e confesso que me preocupou um pouco, o bastante, uma visão que não corresponde à tradição do Rio Branco, não corresponde à tradição do Itamaraty que é a tentativa de fazermos uma política externa, vou chamar assim,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ideológica. Eu entendo que o Brasil tem uma tradição muito forte – e por isso é respeitado no mundo – por uma política externa que defende a autodeterminação dos povos, que defende o relacionamento altaneiro entre todos nós, independentemente de quem tenha sido o Presidente da República e os seus chanceleres. E eu entendi que há, vamos dizer, um viés – para mim, um passo atrás – de se fazer uma política externa ideológica. Eu acho que isso é altamente prejudicial ao Brasil. Isso foi manifestado nesta Comissão por diversos Senadores e Senadoras, independentemente de se alinharem como Base do Governo ou como de oposição, até porque ontem, por exemplo, nesta Comissão também, se reinstalou o Grupo Brasil-China, a China é um dos maiores, ou o maior parceiro comercial do Brasil. E eu entendo que nós temos, ao olhar para o interesse do País, que buscar aquilo que pode trazer maiores benefícios. Nesse sentido – quem sou eu para fazer recomendações? – quero apenas externar essa preocupação aos três Embaixadores, já que todos os três terão missões e representações que eu considero importantíssimas para o Brasil.

Quanto à CPLP, eu quero me alinhar com a Senadora Mara Gabrilli e relembrar a formação do Colégio Militar no Rio de Janeiro, que me deu régua e compasso, amor à bandeira, amor ao Hino, amor à Pátria e à soberania. Nós somos, talvez, 3% da população mundial, talvez 3,5%, que falamos a língua portuguesa, mas já somos um contingente bastante significativo. E realmente é um pouco constrangedor: todas as vezes que chegamos lá, há diversas línguas, e o português aparece sempre como se fosse de segunda classe.

Acho que essa briga... Bem, no espaço que V. Exa. vai estar, não haverá essa briga, a não ser que todos se juntem para defender essa hipótese. Mas quero dizer que, como Ministro da Defesa, estive no Atlântico Sul, estive em Cabo Verde, e acho muito importante que trabalhemos muito na cooperação.

Estive em Portugal recentemente, na Faculdade de Lisboa, num debate sobre redes sociais e democracia, e pude ver o momento positivo que Portugal está vivendo. É, realmente, um ambiente interno bastante positivo, e eu espero que, na sua missão, possamos fortalecer esses laços, principalmente os laços de cooperação.

O Brasil... Eu considero... Sou nascido no Rio de Janeiro, mas estou na Bahia desde 1974, e eu entendo que somos devedores ao continente africano por conta dos negros que para cá vieram como escravos – devedores no sentido alto da palavra, de querer construir pontes de solidariedade, de ajuda e de contribuição para um povo que hoje ainda tem mazelas... A despeito de nós as termos também, eles têm mazelas duríssimas, e acho que nós podemos ajudar, como a Embrapa ajudou e outras.

Então, desejo, seguro de que serão confirmados aqui e no Plenário, boa atuação ao Embaixador Henrique da Silveira. Eu espero, e tenho trabalhado por isso... Eu sou judeu como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

religião, mas casado com uma Fátima bastante cristã e já estive com o Pontífice Ratzinger quando ele recebeu a comunidade judaica mundial – evidentemente, fui lá guiado por Fátima. Espero poder ter o prazer de cumprimentar o Papa Francisco, a quem admiro muito pela coragem de enfrentar temas duros e, como V. Exa. colocou, evidentemente despertando talvez até ira seja dentro da Igreja ou entre os leigos. Mas considero que esse é o papel de quem é líder e, como foi dito, é papel do pontífice construir pontes. Não podemos excluir ninguém, e ele faz um pontificado muito da inclusão, do diálogo, e me admira muito a preocupação dele com o social, com os direitos humanos e com a questão do meio ambiente. Então, se o meu sonho e o de Fátima puderem ser concretizados, espero encontrá-lo quando da visita.

Finalmente, ao baiano, ao Embaixador Helio Vítor, quero dizer que tive o prazer de, como Ministro da Defesa, visitar um monumento na comemoração dos 70 anos da vitória. É admirável o carinho do povo italiano, daquela região particularmente, que nos chama de "Os Libertadores". E os brasileiros, como sempre, em sua generosidade... Os nossos soldados dividiam comida com os famintos italianos daquela época. Então, a memória de todos... Eu fui presenteado com um crucifixo feito de restos de balas deixados pelos alemães naquela terra. Então, acho que é realmente uma missão extraordinária. Nossa relação com os italianos é extremamente positiva. Nós, na Bahia, temos a presença também do investimento italiano.

E não posso deixar de citar que tive oportunidade, ainda na época do Embaixador Flexa, de estar numa missão e visitar aquela residência de que V. Exa. vai desfrutar, que é realmente um marco do Brasil preservando... Eu acho só que a gente deveria preservar aqui dentro tão bem quanto preserva lá na Itália os nossos monumentos. Mas quero desejar também boa sorte. Os italianos são um povo extremamente hospitaleiro.

Portanto, desejo aos três sucesso, e que o sucesso represente também o sucesso do Brasil no exterior. E eu insisto: a preocupação que quero deixar registrada – e que deixei quando o Chanceler esteve aqui... Porque eu considero que o pragmatismo das nações faz a diplomacia tradicional e a diplomacia comercial, que trabalha por nossos interesses. Espero que isso esteja na pauta de cada uma dessas representações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Senador Jaques Wagner, sempre brilhante nas suas considerações.

Passo a palavra ao Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Nelsinho Trad, V. Exa., sempre com muita elegância e competência, preside as reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, neste dia especial, recebemos os três Embaixadores indicados pelo nosso Governo para ocuparem posições estratégicas em embaixadas que são importantes para o nosso País. Eu diria que aqui estamos diante de três Embaixadores da mais alta qualidade da diplomacia brasileira. Obviamente, folgamos em vê-los aqui sendo sabatinados. Na verdade, apenas por uma função de registro das suas presenças e cumprimento de uma exigência legal, mas tenho certeza de que, com a unanimidade dos nossos membros, nós haveremos realmente de ratificar essa indicação do Presidente da República, até porque precisamos já, com a máxima brevidade, vê-los ocupando seus cargos, as suas embaixadas.

Eu gostaria de dizer ao Ministro Pedro Fernando Brêtas Bastos que eu também fui aluno de colégio militar, do Colégio Militar do Recife. Então, temos alguma coisa em comum, pelo menos essa referência.

Eu gostaria de fazer três perguntas a V. Exa. Primeiro, considerando que a comunidade tem como elemento aglutinador a língua portuguesa, pergunto: como se encontra a aplicação do Acordo Ortográfico de 1990 nos demais países da CPLP?

A segunda pergunta é: em relação ao Acordo Ortográfico, eu apreciaria uma palavra de V. Exa. sobre a grave acusação formulada por determinados críticos, sobretudo em Portugal, de que esse acordo é uma tentativa de neocolonialismo por parte do Brasil, na medida em que serviria tão somente aos nossos interesses geopolíticos e econômicos.

Faço a terceira pergunta. O relatório da gestão do Embaixador Gonçalo Mourão, dizia ele, traz notícia de que a principal dificuldade identificada no período da missão de que esteve à frente é de natureza orçamentária e financeira. Nesse sentido, o relatório registra atraso no pagamento das nossas contribuições, o que acarreta constrangimento à atuação do País na organização e ao seu próprio financiamento, já que a nossa cota representa 30% do orçamento da CPLP, ou seja, é a maior cota de todos os países que a compõem. Esse é o quadro. A CPLP tem que ser repensada no tocante às suas finalidades, bem como a dimensão física e humana, ou o Brasil tem que repensar a sua atuação mais firme dentro da própria comunidade?

Ao Embaixador faço essas outras três perguntas. Eu me dirigiria ao Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto. É uma pergunta longa, mas necessária. Tenho a certeza de que, com o conhecimento que V. Exa. demonstrou aqui – são de uma precisão cirúrgica os dados que V. Exa. apresentou –, V. Exa. haverá de responder a contento cada uma dessas perguntas.

Realizou-se, nos dias 14 e 15 deste mês, a 2ª Reunião do Conselho Pré-Sinodal da Assembleia Episcopal do Sínodo dos Bispos para a Amazônia. Participaram todos os membros do conselho, entre os quais cardeais, bispos, religiosos e um leigo, representando as igrejas da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia. Estiveram presentes também especialistas, consultores da Secretaria-Geral e convidados especiais.

Essa reunião do Conselho Pré-Sinodal do Sínodo dos Bispos para a Amazônia finalizou o documento de trabalho e aprovou o projeto do *Instrumentum Laboris*, que recolhe em um único texto o material da consulta iniciada com o documento preparatório. O documento de trabalho foi dividido em três partes, que abordam as seguintes temáticas: a voz da Amazônia entendida como escuta daquele território, ecologia integral e igreja com o rosto amazônico. O objetivo do texto é apresentar a situação pastoral daquelas terras e iniciar novos caminhos para uma evangelização mais incisiva na Amazônia. Ao mesmo tempo, o documento de trabalho é uma reflexão sobre o problema ecológico que afeta a região para promover uma ecologia integral, segundo a Encíclica *Laudato si'*.

De início, desenvolveu-se uma polêmica em torno da realização desse Sínodo. Pergunto a V. Exa.: qual tem sido, no momento, a percepção da diplomacia brasileira sobre esse evento? Como ela, eventualmente, irá participar dele?

Ao Ministro Embaixador Helio Vitor Ramos Filho, eu gostaria de fazer as perguntas a seguir. Como é conhecido e declarado, o atual Chanceler brasileiro, desde seu discurso inaugural, demonstra alinhamento ideológico com o membro do Senado italiano e atual Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Interior da Itália, o Sr. Matteo Salvini. Considerado de extrema-direita e chamado de "O Capitão", Salvini tem se oposto ao Papa Francisco, sobretudo em razão de este dar suposto a resgate de imigrantes à deriva no Mediterrâneo. Recentemente, em sua cidade, Milão, provocou grande polêmica, pois, em comício, puxou vaias ao Papa com um rosário nas mãos.

V. Exa. possui a orientação de manter a agenda conservadora com o líder italiano Matteo Salvini, com a política anti-imigratória, com o euroceticismo e com a oposição à gestão do Papa Francisco?

Na recente visita do Chanceler brasileiro à Itália, à parte essa pauta ideológica, também se buscou ampliar o comércio bilateral. Contudo, a maioria dos negócios considerados é feita para empresas italianas atuarem no Brasil ou para otimizar negócios de empresas italianas já instaladas no Brasil. Nesse sentido, para avaliar esse cenário, qual é a real possibilidade de vendermos à Itália aviões KC-390, que hoje são considerados, na verdade, para o transporte de tropas, os melhores aviões do mundo, fabricados e desenvolvidos no nosso País.

Essas perguntas, na verdade, são pontuais, mas têm uma abrangência enorme, porque são problemas de ordem política, de ordem estratégica. Também nós entendemos que é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessária uma visão mais ampla, para que possamos compreender a real posição dessas questões, que, é claro, dizem muito respeito ao Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as perguntas do Senador Chico Rodrigues.

Peço a atenção dos Embaixadores para que possam tomar nota das respectivas perguntas e questionamentos, porque, após a participação dos Senadores, os senhores terão algum tempo para respondê-las.

Com o retorno do Senador Amin, que foi o segundo a ser inscrito, peço licença ao Senador Angelo Coronel para que o Senador Amin possa fazer a intervenção dele. Logo em seguida, falará V. Exa.

Com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para interpelar convidado.) – Quero agradecer a V. Exa. e ao Senador Angelo Coronel.

O Senador Anastasia, que está retornando, e eu estamos participando de uma votação em outra comissão.

Eu queria, então, me valer da bondade de ambos, para, em primeiro lugar, cumprimentar os Srs. Embaixadores. Como já votei, posso desejar-lhes êxito na missão, que foi muito bem descrita por todos; cada qual falou da sua missão.

Quero dizer da importância que esta Comissão tem no cenário atual de tantas controvérsias que ou iluminam ou ofuscam a condução da nossa política de relações internacionais. Nenhuma dessas três missões, com seus desdobramentos, tem a controvérsia tão clara quanto o que nós estamos vendo ocorrer no Oriente Médio, especialmente, e nas relações que nos interessam com os principais parceiros comerciais, mas também aqueles que dizem respeito à nossa cultura, à nossa origem e à familiaridade do brasileiro. Então, eu desejo muito sucesso a todos e a cada um, para que o nosso País possa ser beneficiado pelo talento de cada qual, cumprimentando igualmente a Relatora e o Relator das indicações que aqui, de minha parte, foram acolhidas.

Queria aproveitar a oportunidade, Presidente, para fazer um brevíssimo registro e apresentar, deixar com V.Exa. este relatório e o esboço do plano de trabalho de avaliação. É um assunto estranho a este tema, mas que eu aproveito. Vou fazer chegar às suas mãos,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relembrando o requerimento que nós aprovamos para que a Comissão priorize, no tópico de defesa nacional, a avaliação da política de defesa cibernética do País.

Na semana passada, representante da consultoria legislativa da Casa, que trabalha aqui, e colaboradores do meu gabinete estiveram no Centro de Defesa Cibernética do Exército brasileiro. E, no esboço desse plano de trabalho que eu vou fazer chegar a suas mãos, há a minha primeira sugestão de visita dos Senadores que desejarem a esse Centro de Defesa Cibernética do Exército brasileiro, que é, digamos, o grande agente da política de defesa cibernética do nosso País. Então, é uma matéria estranha às sabatinas que aqui ocorreram, mas que eu, aproveitando esta nossa passagem por aqui, gostaria de fazer chegar a V.Exa., reiterando os meus cumprimentos aos embaixadores aqui presentes.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Recebo o relatório de V.Exa.

Agradeço a sua participação.

Senador Angelo Coronel, para a sua pergunta; posteriormente, Senador Anastasia.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para interpelar convidado.) – Quero cumprimentar V.Exa., Senador Nelsinho Trad, que dirige tão bem esta Comissão, e cumprimentar também os três Embaixadores.

Estava aqui pensando que, quando você vota antecipadamente, você não pode perguntar, porque, se você tiver uma resposta que não o satisfaz, você não pode mudar o voto. Mas eu quero desejar ao Embaixador Pedro, que vai tão bem representar os países da língua portuguesa, que realmente fomente essa língua, uma das mais difíceis deste mundo, mas que precisamos, por meio dela, melhorar os laços comerciais com os oito países que compõem essa comunidade da língua portuguesa.

Ao meu conterrâneo baiano Helio Ramos, quero desejar uma boa estada na Itália. E, como bom baiano, recomendo o cuidado com as iguarias italianas, para não chegar ao Brasil com sobrepeso.

Ao nosso querido Embaixador Henrique, que vai representar o Brasil na Santa Sé, no Vaticano, eu reservei uma pergunta básica. Uma das principais pautas do Brasil com a Santa Sé é a paz mundial, é a segurança internacional, é o desarmamento, é a condenação, o terrorismo. Aí eu pergunto ao Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto: a Santa Sé defende o desarmamento; como V. Exa. vai lidar com isso, já que o Brasil, a partir deste ano, virou um país do armamento? Como V. Exa. vai se dirigir aos seus colegas, aos seus confrades da Santa Sé com esse contraste? Lá se quer o desarmamento, e V. Exa. leva no seu cabedal um Governo que quer o armamento da população brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a apimentada do Senador Angelo Coronel, que sempre, com as suas intervenções inteligentes, dá um tempero às reuniões em que se faz presente.

Gostaria, antes de passar a palavra ao Senador Anastasia; de agradecer a presença do Ministro Marcos Arbizu de Souza Campos, Chefe de Assessoria Parlamentar do Itamaraty, sempre presente em nossas reuniões; bem como do Ministro Parkinson, também prestigiando este evento.

Passo a palavra ao Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Nelsinho Trad; Sras. Senadoras; Srs. Senadores; senhoras e senhores.

Sr. Presidente, lamentavelmente, como todos viram, eu tive que me ausentar, juntamente com o Senador Amin. Nós estamos no meio da votação da CCJ, e eu sou Relator de vários relatórios. Já votei uns dois lá de minha relatoria, nessa minha pequena ausência. Então, eu não vou poder ficar. Por isso, eu não vou fazer perguntas, porque seria indelicado fazer perguntas e não estar aqui para ouvir as respostas.

Mas não poderia deixar de fazer aqui um registro especial da qualidade extraordinária, inexcedível dos nossos diplomatas aqui presentes. Conversei com eles – sendo que o Embaixador Henrique já conheço há muitos anos; tive a honra de ser seu Relator – para cumprimentá-los e desejar muito boa sorte.

Na verdade, nós temos aqui três postos fundamentais. O Embaixador Pedro, representando junto aos países de língua portuguesa, como ele mesmo lembrou aqui, em seu relato, uma iniciativa de um grande mineiro, José Aparecido de Oliveira, que, de fato, contou com o apoio de todos os brasileiros nessa empreitada tão louvável, que pode nos abrir não só questões culturais, mas, sobretudo, questões comerciais em nações muito ricas e ainda necessitadas de infraestrutura, especialmente na África, como no caso da Angola e de Moçambique.

Por outro lado, da mesma forma, o Embaixador Henrique vai para a Santa Sé. Como ele mesmo mostrou na sua exposição, uma das primeiras embaixadas do Brasil, ainda no tempo do Império. Há uma ligação próxima; o Brasil é o maior país católico do mundo. Só isso valeria já a relevância e o prestígio desse posto, ainda mais com a presença sempre do Papa, também presente nas questões hoje midiáticas internacionais e temas sensíveis que V. Exa. bem apontou aqui, durante a sua exposição. Então, cumprimento-o. Tenho certeza de que também

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai representar com muito garbo, especialmente o nosso Estado de Minas Gerais, juntamente com tantas pessoas queridas que o acompanharão.

E ao Embaixador Helio uma palavra de um duplo cidadão, como sou também cidadão italiano, além de cidadão brasileiro, eu queria fazer o registro de que para o nosso Estado, Minas Gerais, Senadora Mara, a Itália é fundamental, não só pela presença de milhões de descendentes, mas por uma presença muito forte, como V. Exa. também falava na sua bela intervenção sobre a questão da Iveco, do grupo Fiat, da presença agora das empresas italianas de energia, com a planta de energia solar em Pirapora, com a aquisição, por parte deles, de usinas que eram da Cemig, ou seja, uma participação econômica muito expressiva.

Então, é um mundo econômico muito vigoroso, além da identidade cultural e política com uma nação que contribuiu e contribui muito para a própria formação da identidade brasileira. Nós somos, felizmente, tenho dito isso aqui ao Senador Nelsinho, um País muito feliz, porque nós somos um povo composto de vários ingredientes que deram certo. Nós somos descendentes daqueles ameríndios que aqui estavam, dos povos da África que vieram, dos povos europeus, asiáticos, todos compondo um povo com identidade linguística, com identidade cultural, com um sentimento de nacionalidade muito grande, quem nem a Itália, inclusive, tem tão forte quanto nós. Queria, portanto, louvá-lo, porque será um posto de muita relevância sob o ponto de vista econômico, em especial, além de político.

Desse modo, eminente Presidente, agradeço e me permito, só por trinta segundos, acrescer, comprovando o que sempre digo aqui, a excelência dos quadros da nossa carreira diplomática. Recebi, hoje pela manhã, o nosso Embaixador na Síria, Embaixador Fabio Pitaluga, que me fez um relato, ainda que breve, extremamente preciso da situação naquele País e do posto que exerce. Faço aqui esse registro, cumprimentando S. Exa. pelo trabalho que faz lá, corajoso, inclusive, para demonstrar que muitas pessoas não conhecem o trabalho do Itamaraty, acham que um embaixador fica ali entre rendas e frufrus, sem conhecer a realidade difícil, a realidade complicada de brasileiros com dificuldades nos serviços consulares, as relações diplomáticas de altíssima responsabilidade, representando o Brasil. Lembro-me disso porque, quando participei da Comissão aqui, anos atrás, sobre a questão remuneratória, defendi e defendo abertamente uma remuneração digna e justa a essa carreira, que é uma carreira de Estado, uma carreira fundamental para o Brasil e, graças a Deus, composta pelos mais preparados quadros que o Brasil pode oferecer. A visita do Embaixador Pitaluga mostrou-me isso: a situação tão grave que enfrenta na República Síria.

Então, é esse o registro que faço. Peço escusas aos Embaixadores, porque, lamentavelmente, vou ter de voltar à CCJ. Mas, a eles, os meus cumprimentos e o meu desejo, naturalmente, de muito sucesso nas respectivas missões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos, mais uma vez, as brilhantes colocações do Senador Antonio Anastasia, nosso professor aqui do Senado.

Eu tenho aqui algumas participações populares e vou mencioná-las. Até por uma questão de educação, deixo as minhas perguntas por último, mesmo tendo a prerrogativa de fazê-las primeiro.

Pergunta ao Embaixador Pedro Brêtas. Já foi feita essa pergunta, mas a participação é do Fred Almeida, do Pará: "Sr. Pedro, além do Brasil, algum outro país está efetivamente obedecendo ao Novo Acordo Ortográfico?". Em seguida, ele faz um outro questionamento. "Existe algum projeto para promover o ensino da língua portuguesa, como segunda língua, em países estrangeiros, como nos nossos vizinhos Chile etc.?".

De João Francisco – penso que essa pergunta é para o Embaixador Henrique Sardinha –: "A população brasileira é eminentemente católica, de modo que o relacionamento diplomático com a Santa Sé importa para a Nação como um todo. É apenas um lembrete ao nobre Embaixador".

Para encerrar, vou fazer as minhas perguntas, e aí passo a palavra, primeiro ao Embaixador Brêtas, depois ao Embaixador Henrique Sardinha e, posteriormente, ao Embaixador Helio.

A minha pergunta vai também ao encontro do Embaixador Pedro Brêtas, em relação às que já foram aqui encaminhadas no mesmo sentido. O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi ratificado por todos os países lusófonos, à exceção de Angola e Moçambique. Angola já propôs, inclusive, que o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa fosse reaberto para novas negociações. Quais dificuldades seriam geradas no caso de uma renegociação? Existe a possibilidade de termos um novo acordo aprovado? Essa é a pergunta.

Agora ao Embaixador Helio Vitor. O número de brasileiros que solicitam a cidadania italiana cresce a cada ano. O Itamaraty tem informações sobre o número de brasileiros que já solicitaram a dupla cidadania? E quantos novos pedidos são feitos, mês a mês? V. Sa. tem essa informação?

Outra pergunta ao Embaixador Helio. A Itália ocupa a 12ª posição como país investidor direto no Brasil. Em contrapartida, a participação de empresas brasileiras na Itália é descrita como limitada. A que o senhor atribuiria essa diferença? Ainda é reflexo da crise que a Itália enfrentou? Falta estabilidade ao país para atrair investimentos estrangeiros?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma pergunta ao Embaixador Helio. A Itália tem uma grande extensão de fronteira marítima, boa parte voltada para o continente africano. Muitos refugiados líbios, na tentativa de escapar dos confrontos, lançam-se ao mar, em direção à costa italiana. Qual foi o impacto da crise migratória na economia italiana? A Itália ainda mantém a política de portos fechados?

Agora ao Embaixador Henrique Sardinha. O Papa anunciou a realização do Sínodo Pan-Amazônico, que terá como tema "Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral. O encontro contará com a participação de 102 bispos, 57 dos quais brasileiros. De acordo com a reportagem do *Estado de S.Paulo,* publicada em fevereiro deste ano, o Ministro do Gabinete de Segurança Institucional teria manifestado preocupação com uma possível transformação do Sínodo em um instrumento político, afirmando que a questão seria objeto de estudo cuidadoso. O Itamaraty está ciente dessa preocupação? O que podemos esperar da participação brasileira no Sínodo?

E a última pergunta ao Embaixador Henrique Sardinha. O Papa tem manifestado constantemente sua preocupação com a crise migratória que afeta a Europa e tem promovido a cultura da misericórdia, pregando a proteção aos imigrantes e refugiados. Existe alguma política de acolhimento da Igreja Católica junto aos refugiados em área de conflito e/ou de extrema pobreza? Há alguma ação com relação aos imigrantes venezuelanos?

E, para justificar também a sua indicação para a Ordem Soberana e Militar de Malta, nós temos uma pergunta aqui, relativa a essa questão. Quais os projetos são desenvolvidos no Brasil em parceria com a Ordem Soberana e Militar de Malta?

Desculpem pelo extenso questionamento, mas é a oportunidade que esta Presidência tem, este Senador, junto com a Casa, de poder esclarecer alguns pontos relativos ao trabalho que, com certeza, com muito brilhantismo, haverão de desenvolver.

E, antes de passar a palavra aos Embaixadores, vou fazer aqui apenas um testemunho. Foi falado muito, pelo Embaixador Henrique Sardinha, de São Francisco de Assis. Eu, como cristão – e toda vez que me vem à memória o meu saudoso pai –, gostaria aqui de dar um testemunho.

Quando eu fui prestar o vestibular para Medicina, no Rio de Janeiro, ele ficava em uma praça, comprava todos os jornais do dia, me esperando para eu terminar a prova e saber como tinha ido. E meu pai sempre foi uma pessoa com uma cultura humanística muito grande. Lia dois, três livros por semana. E o tema da redação foi a paz mundial. Eu tinha recém recebido um relato, para mim muito marcante também, do meu saudoso avô, de que um irmão gêmeo dele tinha sofrido um atentado no Líbano e tinha falecido. Aquilo me marcou muito, porque eu vi o meu avô chorando. E eu sei que eu travei na hora de escrever a redação. E me veio à cabeça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a oração de São Francisco de Assis. Eu escrevi a oração, que eu queria relatar aqui para V. Exas.:

> Senhor, fazei-me instrumento de Vossa paz.
> Onde houver ódio, que eu leve o amor.
> Onde houver ofensa, que eu leve o perdão.
> Onde houver discórdia, que eu leve a união.
> Onde houver dúvida, que eu leve a fé.
> Onde houver erro, que eu leve a verdade.
> Onde houver desespero, que eu leve a esperança.
> Onde houver tristeza, que eu leve a alegria.
> Onde houver trevas, que eu leve a luz.
>
> Ó Mestre, fazei que eu procure mais consolar, que ser consolado;
> Compreender, que ser compreendido;
> Amar, que ser amado.
> Pois é dando que se recebe,
> É perdoando que se é perdoado,
> E é morrendo que se vive para a vida eterna.

Aí eu falei isso para o meu pai, e ele, muito espirituoso, falou: "Meu filho, vai depender de quem corrigir a sua redação. Se for um cristão, você tem grande chance de passar". Moral da história: passei no vestibular de Medicina, em quarto lugar, com 16 anos.

Era isso que eu queria trazer para todos vocês.

Então, passo a palavra ao Embaixador Pedro Brêtas, para responder as perguntas idealizadas pelos nobres Senadores.

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Eu queria começar não respondendo nenhuma pergunta, mas voltando a falar nessa pessoa iluminada, que é a Senadora Mara Gabrilli, que ela ilumina onde passa com a sua simpatia, com a sua luz interior. E ela teve a apoio integral da CPLP. Teve os nove votos na eleição para o Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas. Um dos objetivos da CPLP é a concertação política e toda eleição de que o Brasil participa já começa com nove votos, porque todos votam juntos com o Brasil. E nós votamos também com Portugal. Então, há uma colaboração muito grande que a gente chama, em linguagem diplomática, de concertação política. E a Senadora recebeu os nove votos devidamente necessários para o cargo que queria assumir. Foram nove votos ultramerecidos. Muito obrigada, Senadora, mais uma vez. A senhora me ilumina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outra pergunta. É a história do colonialismo brasileiro por conta do Acordo Ortográfico. Isso é uma coisa que não existe. Eu, quando cheguei a Portugal, em 1984, a primeira coisa, quando assumi – quando o Embaixador Silveira me instruiu para que fosse ser chefe do setor cultural –, o primeiro contato que eu tive com um diplomata português foi o seguinte: "Pedro, quando vamos levar adiante o Acordo Ortográfico?". O interesse era deles; não era nosso.

E mais uma coisa: eu participei das reuniões com uma pessoa que os senhores conhecem de nome ou de leitura, Antônio Houaiss. Nas reuniões sobre o Acordo Ortográfico, eu estava presente. Os radicais eram os portugueses, eles é que queriam um acordo ortográfico, como os espanhóis fizeram no século XVIII, eliminando consoantes duplas etc. Os portugueses eram os radicais nesse assunto.

Quando houve a reunião de 1986, a reação em Lisboa foi terrível. Era eu que fazia os telegramas. Eles criticavam muito que Portugal fez cedências ao Brasil. Nós perdemos o trema e eles diziam que tinham feito cedências. Eles eliminaram as consoantes mudas. Por exemplo, acção eles falam ação e essa consoante desapareceu, mas facto, que eles usam como fato, porque lá, também, fato é terno, continuou.

Muita gente confunde Acordo Ortográfico com vocabulário: "Mas nós vamos falar que nem brasileiros?". Não. O vocabulário português permanece. Ora, eu não vou criticar um gaúcho por chamar tangerina de bergamota; ou mineiro que chama de mexerica. O Acordo Ortográfico modifica a maneira de escrever as palavras. É como se fosse, usando uma imagem que não é minha, mas de um grande Embaixador, Alberto da Costa e Silva, que não paro de citá-lo, que disse que ortografia é notação musical, não muda as palavras; é notação musical!

Então, não há nada de colonialismo nisso. E ainda vou dar um detalhe: o primeiro país a ratificar o Acordo Ortográfico foi Portugal. Nós esperamos que eles interiorizassem, na legislação portuguesa, o Acordo Ortográfico. Depois, viemos nós, em seguida.

A pergunta: países que adotaram o Acordo Ortográfico. Todos, menos Angola e Moçambique, mas Moçambique está em processo legislativo. Em Angola a coisa é mais complicada. Temos que conversar com eles, ainda, mais um pouco, porque Angola é uma futura potência africana, junto com a África do Sul e a Nigéria. Eu morei na Nigéria e sei como eles são orgulhosos da posição deles como potência na África. E Angola também. Angola tem petróleo, em Cabinda, tem diamantes, tem café, eles plantam café lá em Angola. Quer dizer, é um país riquíssimo, de um potencial extraordinário. E muitas resistências que eles têm ao Acordo Ortográfico são por uma confusão entre ortografia e palavra. "Ah, mas nós vamos deixar de falar kwanza?" Não, fala kwanza, com "k", porque o Acordo Ortográfico incorporou, de novo, o "k", o "y" e o "w". Então, é só uma questão de discutir, de sentar à mesa e discutir com os angolanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Acordo Ortográfico ser renegociado seria uma caixa-preta, você não sabe o que vai sair de lá, uma caixa de Pandora, não sabemos o que sairia de lá. Porque não se pode renegociar um tratado que já foi assinado por nove países. Agora, bola de cristal eu não tenho. Eu acho que não. E o prejuízo que isso causaria? As editoras... Em Portugal mesmo! Os livros, em Portugal, já estão com o Acordo Ortográfico. E no Brasil!

A maior agência de notícias de língua portuguesa, a Lusa, utiliza o Acordo Ortográfico. Há um jornal em Portugal que é muito importante – eu tenho a assinatura –, o *Público,* não adota o Acordo Ortográfico. Mas para a gente descobrir que eles estão escrevendo com o português antigo, pré-Acordo Ortográfico, tem que prestar muita atenção, para descobrir lá um c, um Egito com "p", uma ação com "c", um atual com "c". Tem que prestar muita atenção, senão a língua é a mesma. O que a gente acha diferente é o vocabulário. Aí sim, o vocabulário sim. Cada país... O angolano tem o dele. Os portugueses, no início, quando da invasão das novelas brasileiras, quase tiveram de botar legenda, porque foi uma invasão. Depois, os brasileiros foram para Portugal ensinar a escrever roteiro de novela. Hoje, as novelas portuguesas são boas, mas fomos nós. Por exemplo, a Viúva do Enforcado, baseada num livro de Camilo Castelo Branco, é de um brasileiro que foi para lá. Agora, para nós entendermos é complicado.

Peguemos um livro de Guimarães Rosa, um diplomata. É difícil, porque ele pesquisou no interior do Brasil palavras que nós aqui do Rio de Janeiro, que nós de Brasília, não sabemos. Então, a língua é um ser vivo que absorve palavras de todas as partes do mundo, e nós as aportuguesamos, mais até do que os portugueses. Nós, por exemplo, falamos Mobutu, o líder africano, os portugueses falam Mobutu com pronúncia francesa.

Bom, muito grave é o problema da dívida do Brasil com a CPLP e com o Instituto Internacional da Língua Portuguesa. Nós estamos devendo um dinheirinho lá. E isso é uma coisa que nós precisamos... Eu gostaria muito de chegar a Portugal e dizer: "Olha, nós vamos pagar isso". E não é muito; é um milhão de euros. Com isso você não compra um apartamento na Vieira Souto. É o que nós estamos devendo. O que nós estamos devendo ao instituto, que nós criamos, não chega a 300 mil euros. Com isso você compra um apartamento na Tijuca, no Rio de janeiro ou aqui na Asa Sul, se tanto.

Então, nós precisamos pagar essa dívida, porque o Brasil é visto por eles como o grandão, a potência. Agora, a potência dever num lugar onde se tem um Cabo Verde, um São Tomé e Príncipe, é difícil de justificar. Nós temos de pagar a nossa dívida. E o Senador tocou em um ponto importantíssimo: nós não podemos chegar na CPLP com dívidas atrasadas que vão longe. Então, nós temos de pagar a nossa dívida, e não é muito. Nós devemos uma fortuna à ONU, mas isso é diferente. Agora, à CPLP são um milhão de euros. Cá para nós, é muito pouco! Nós temos que pagar essa dívida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que... Senão, eu vou ficar aqui a vida inteira, porque é um assunto que me fascina tanto, o problema do Acordo Ortográfico, que eu vi nascer com Antonio Houaiss. Eu até ajudei o Antonio Houaiss. Eu entreguei ao Prof. Antonio Houaiss um vocabulário da língua portuguesa de Portugal; dei para ele. "Olha, estão aqui as diferenças entre..." Não é? São engraçadíssimas as diferenças entre as palavras que são usadas no Brasil e que têm um sentido completamente em Portugal. Dei para ele. Eu fazia um trabalho de anotar isso tudo e entreguei na mão dele, uma pessoa extraordinária.

Agora, evidentemente, as pessoas são resistentes a mudanças. Então, por exemplo, diziam que o Antonio Houaiss estava querendo vender dicionários, que o Antonio Houaiss era um socialista. A direita portuguesa não gostava do Acordo Ortográfico; hoje, é o Partido Comunista que é contra. Vai dormir com um barulho desses. O Partido Comunista Português, hoje, é contra o Acordo Ortográfico, mas a direita radical não gostava antes do Acordo Ortográfico exatamente dizendo: "Estão a querer colonizar Portugal".

Bom, eu fiz a minha parte. Eu sou casado com uma portuguesa, levei uma de lá. (*Risos.*)

Então, não se pode dizer que o Brasil quer colonizar Portugal. De jeito nenhum! Nós não temos... Nós adoramos aquele país. E a África olha para o Brasil como um grande irmão.

Então, vamos pagar a nossa dívida, vamos usar o nosso Acordo Ortográfico e vamos tentar convencer os angolanos... A Angola é país irmão, como eles dizem. Quando eu fui visitar o embaixador de Angola, ele disse: "Ó, Pedro, Angola é país irmão. O Brasil é um país irmão". Vamos convencer os angolanos, vamos nos sentar à mesa com eles. É um país maravilhoso, com um potencial... Eu tenho primos angolanos.

Então, pronto, a irmã da minha mulher é casada com angolano, que tem uma fazenda de café. A Angola é um país maravilhoso. E nós temos um poder de atração com esses países... A novela Roque Santeiro parava o país; até uma feira em Angola é chamada Roque Santeiro.

Então, nós temos esse capital extraordinário, que é a língua portuguesa, esse tesouro que nós temos. Vamos usar esse tesouro para nos aproximar, não ficar discutindo porque há um "c" a mais em atual. Vamos esquecer isso. Vamos fazer igual. Não vamos ficar como os ingleses e americanos, separados pela mesma língua, como dizia Bernard Shaw. Nós temos que ser unidos pela língua, e não separados por ela.

Eu acho que falei demais.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra agora para o Embaixador Henrique Pinto, para fazer as suas explanações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HENRIQUE DA SILVEIRA SARDINHA PINTO – Presidente, eu vou procurar ser breve em cada um dos comentários; poderia também falar de forma mais extensiva sobre cada uma das perguntas que foram feitas.

Começando pelas indagações da Senadora Mara Gabrilli, de fato o Papa manifesta, no conjunto das suas preocupações com os direitos humanos, um carinho especial pela atenção que dedica às pessoas com deficiência. V. Exa. mencionou alguns dos verbos que o Papa costuma citar em suas alocuções, eu diria que o mais importante deles, o que ele mais repete é exatamente o verbo integrar, ao qual ele dá mais importância dentro do contexto da defesa dos direitos humanos. Esse, portanto, é um aspecto – como V.Exa. bem mencionou – que está contido no acordo sobre o estatuto jurídico da Igreja no Brasil; é uma preocupação da Igreja e certamente também do Governo brasileiro.

V. Exa. também me perguntou sobre o peso do tema da migração na agenda bilateral, uma vez que o Brasil se retirou do pacto de migrações e a Santa Sé é signatária dele. Eu acho que o fato de não fazermos parte do pacto não diminui o interesse que o Estado brasileiro e o Governo em particular possam ter sobre o tema das migrações. Nós continuaremos a participar dos debates sobre esse tema na agenda internacional, e o fato de não participarmos do pacto foi uma decisão pontual do Governo que não prejudica esse diálogo, que nós pretendemos manter e continuar, enfim, mantendo com a Secretaria de Estado vaticana.

Há uma pergunta sobre a Ordem de Malta. V. Exa. menciona as atividades da Ordem de Malta no Brasil, creches, inclusive atividades com pessoas com deficiência e pergunta como ampliar esse trabalho. Bom, evidentemente trata-se de uma atividade privada, a rigor, que a Ordem de Malta exerce por meio dos seus centros médicos e hospitalares. Eu acho que o próprio fato de nós mantermos relações com a Ordem de Malta, facultar a ela que trabalhe, que esteja presente no Brasil e que atue livremente nesse tipo de atividade, como de proteção e de apoio às pessoas com deficiência, já é, de certa forma, a contribuição que nós podemos dar como Estado. Quer dizer, não há uma atividade conjunta específica com a Ordem de Malta e o Governo brasileiro dedicado a esse ponto. Mas, talvez seja uma boa ideia que se apresenta neste momento e um campo de ação que se poderia explorar.

Eu agradeço as referências do Senador Jaques Wagner, os comentários e as recomendações que fez de ordem particular e geral à nossa atividade no exterior.

Com relação às referências feitas pelo Senador Chico Rodrigues, ele se dedicou mais à questão do Sínodo da Amazônia, que vai se realizar em outubro em Roma. Mencionou as fases preparatórias do sínodo, a divulgação que acaba de ser feita do chamado *instrumentum laboris,* que é o documento de trabalho do Sínodo da Amazônia, e pergunta especificamente qual é a percepção do Governo brasileiro do evento e como participar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A percepção é a de que nós consideramos que se trata de um evento importante, que chama a atenção do Governo, sobretudo, na fase preparatória, na fase mais de base da preparação dos documentos havia conceitos e ideias que preocuparam o Governo brasileiro. Isso foi certa forma já expresso por algumas de nossas autoridades.

A verdade é que, na medida em que os documentos vão subindo de nível, eles vão melhorando substancialmente. Já o documento preparatório era um documento bastante mais aceitável. Ainda tinha problemas, ainda tinha dificuldades, do nosso ponto de vista, mas nós acreditamos que, no resultado final do sínodo, como é a tradição da Igreja, não se faz referência a países específicos e a políticas públicas em particular, e nós cremos que teremos um documento que seja bastante satisfatório.

O Itamaraty, sim, tem se interessado pelo assunto, tem feito contatos em alto nível na Santa Sé para manifestar a nossa preocupação, o nosso interesse pelo resultado do trabalho que vai ser levado a efeito em Roma. Aguardamos, portanto, com interesse esse resultado.

É preciso lembrar que, quando falamos em Sínodo da Amazônia, não se trata apenas do Brasil, nós estamos tratando de oito países amazônicos e mais o departamento de ultramar francês da Guiana. Portanto, são realidades diferentes em nove diferentes territórios e culturas e, evidentemente, tudo isso tem que ser condensado num documento único que a Igreja vai divulgar ao final do Sínodo.

Agradeço as referências do Senador Amin.

A pergunta do Senador Angelo Coronel, que nos está presidindo, referente à questão do desarmamento... Perdão, Senador, o Senador está aqui, me enganei. Não creio que isso seja um problema para minha ação no exterior. É fato que a Santa Sé tem uma participação ativa na discussão dos temas internacionais relacionados ao desarmamento, ao desarmamento *lato sensu*, digamos assim, mas também em questões de armas de uso pessoal, enfim, armamentos de maneira geral.

O fato é que, de qualquer maneira, ainda que tenhamos aberto a extensão da liberação do uso de armas no Brasil recentemente, ela está também contida dentro de limites específicos e sobre ela paira uma regulamentação, uma legislação nacional que também fixa limites para o uso de armas de uso pessoal no Brasil.

Portanto, Senador, não creio que isso venha a ser um empecilho a que eu mantenha um bom diálogo com a Secretaria de Estado vaticana.

Agradeço as palavras ao Senador Anastasia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sobre as perguntas que vieram da sociedade em geral, há uma pergunta do João Francisco que menciona a relevância das relações com a Santa Sé, enfim, mencionando a população católica brasileira. Eu queria apenas concordar com ele e dizer que é importante, sim, a manutenção desse diálogo em alto nível, uma vez que a Santa Sé possui a mais antiga e uma das mais respeitadas diplomacias do mundo, tem uma atividade política internacional muito intensa no âmbito das Nações Unidas nos mais variados temas, como mencionei. E também não há que se omitir o fato da autoridade moral que o Papa exerce no momento em que divulga os seus textos, as suas falas e que chama a atenção de cristãos e não cristãos em todo o mundo.

Há uma pergunta de um cidadão cujo nome não consegui captar sobre o Sínodo da Amazônia, eu tenho a impressão de que já está respondida. Ele menciona a preocupação do GSI sobre se tornar um instrumento político o resultado do Sínodo. Não creio que isso ocorra. Não é a tradição da Igreja, não é a tradição do resultado dos trabalhos do Sínodo.

Há, sim, a preocupação, por um lado, com o funcionamento da Igreja na Amazônia, que é uma questão estritamente pastoral da Igreja. E há também evidentemente preocupações de ordem política e econômica sobre o desenvolvimento.

O conceito de ecologia integral que o Papa divulgou é um conceito bastante próximo ao que nós chamamos de desenvolvimento sustentável, que é um conceito internacionalmente reconhecido e também consolidado no Brasil.

Portanto, não vejo choque entre essas duas visões de um mesmo problema.

Há também uma pergunta sobre projetos conjuntos com a Ordem de Malta, que acho que basicamente está respondida na resposta que dei à Senadora Mara Gabrilli.

Há também uma pergunta sobre a crise migratória na Venezuela, qual é a atuação da Igreja. A informação que temos é de que a Cáritas, o braço de atuação caritativa da Igreja está presente, sim, em Roraima e vem dando assistência aos refugiados venezuelanos que chegam ao Brasil.

É isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, passo a palavra ao Embaixador Pedro Brêtas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Eu deixei de responder a uma pergunta de um senhor do Pará sobre o que a CPLP faz para divulgar a língua portuguesa. Primeiro, nós temos de pensar nos países da CPLP onde o português é fator de identidade nacional. Por exemplo, Timor Leste. Eles fazem questão de usar o português como identidade nacional.

Mas, fora isso, há luta do português ao lado de línguas locais. Então, o português se fortalece em Angola, que tem outras línguas, e isso é muito importante.

Uma curiosidade: os escravos saíam do Brasil e iam para a Nigéria, então, na Nigéria, a gente encontra famílias com o nome de Rocha, Martim, Silva... E nós perdemos esse patrimônio, que era uma sociedade de língua portuguesa, de descendentes de língua portuguesa na Nigéria. Se existisse uma CPLP naquela época, nós teríamos preservado essa língua portuguesa ali naqueles países. Agora, fora isso, nós temos 18 países associados à CPLP, e todos eles têm o compromisso de ensinar e de divulgar o português. Se estão cumprindo, eu não sei, porque eu não vou fiscalizar os 18, mas há um compromisso.

Eu sei que nos Estados Unidos, por exemplo, na Califórnia, se há uma lista de pais de descendentes de língua portuguesa, o português é ensinado nas escolas. E há a diáspora cabo-verdiana, que é muito importante, há mais cabo-verdiano fora de Cabo Verde do que em Cabo Verde. Então nós temos esse patrimônio de países observadores.

Agora mesmo já soube que a Romênia e Catar querem ser associados à Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Então nós estamos crescendo, e não é por acaso, isso não é à toa, ninguém quer se associar a uma entidade fracassada. Por que que a francofonia, a França está associada a nós? Por que a Inglaterra, a Grã-Bretanha está associada a nós? Porque eles acham importante. E a China, e a Índia... A Índia está em frente a Moçambique. Então nós temos... A expansão da língua portuguesa é uma verdade. Olha, em 2050 já seremos mais de 300 milhões e, no final do século, pela velocidade que a língua está crescendo, já seremos 487 milhões. Bola de cristal eu não tenho, mas isso são projeções.

Então é uma língua que hoje já é a terceira língua do Ocidente. É o inglês, o espanhol e o português. E, no ritmo que vamos, é possível até que passemos do espanhol. O francês já deixamos para trás. E nós temos como língua oficial já em vários países. Então, como diz o poeta, o escritor Vergílio Ferreira: com o português nós ouvimos o barulho do mar. E todos os nossos países são marítimos. E quem fala em mar fala em expansão.

Então quem fez a pergunta fique tranquilo, que nós estamos nos expandindo.

A Argentina é membro observador da CPLP, o Uruguai, o Chile, que ele mencionou aqui, o Paraguai nem precisa falar, porque nós temos tanto... Eu morei no Paraguai três anos e meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Todo mundo fala português, todo mundo entende o português. A língua portuguesa é hoje uma realidade.

Quando eu estudei no Colégio Militar nós tínhamos uma piada, que português não era língua, era código; mas isso ninguém aqui era nascido ainda. Só o Senador Jaques Wagner, que foi meu colega de Colégio Militar. Ainda bem que ele não falou o meu apelido. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos a resposta do Embaixador Pedro Brêtas.

Antes de passar a palavra ao próximo Embaixador, eu gostaria de registrar e cumprimentar, na pessoa da Sra. Cláudia Sardinha, as demais esposas dos nobres Embaixadores: Milma Ramos, esposa do Embaixador Helio, e Margarida Brêtas Bastos, esposa do Embaixador Pedro.

Senadora Mara, logo que eu a cumprimentei, eu fiz uma pergunta que eu acho que é muito importante para esse contexto, eu perguntei se elas estariam de acordo com todo esse encaminhamento, porque isso é fundamental nesse processo, e a resposta foi positiva. Então, tranquilizo os Srs. Senadores e todos aqui, na reunião.

Passo a palavra, neste momento, ao Sr. Embaixador Helio Vitor.

O SR. HELIO VITOR RAMOS FILHO – Obrigado, Presidente.

Eu tenho que ser breve, mas eu gostaria que o senhor me perdoasse, porque, para responder à pergunta da nobre Senadora Mara Gabrilli, eu queria fazer uma pequena digressão antes de começar.

O jovem, em geral, que busca o Ministério das Relações Exteriores, que busca o Instituto Rio Branco para ser diplomata, é interessado em história e no Brasil, especificamente. Nós todos, de alguma maneira, estamos lá, porque gostamos e amamos o Brasil. E, no Instituto Rio Branco, embora eu seja o mais moderno de todos aqui, pois eu entrei no ministério em 1980, a gente aprende a guardar na memória o lema do Barão do Rio Branco: "Onde estiver, a Pátria sempre". Então, é isto que pauta a nossa atuação como diplomata no exterior: a defesa dos interesses permanentes do Brasil, do Estado brasileiro e da sociedade brasileira. Onde nós estamos, nós estamos para trabalhar pelo bem do País. Em todos esses momentos, nós procuramos sempre ter em mente o interesse maior de todos.

Há, obviamente, momentos na nossa carreira, sobretudo quando chefiamos missões, em que, nos países aos quais estamos designados, há relações mais estreitas ou menos estreitas entre os governos. Então, o nosso papel, conhecendo, estudando e lembrando o nobre Visconde do Rio Branco, o Barão do Rio Branco e o genial Joaquim Nabuco, é aquele de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurar retirar do momento em que você serve o seu País o que de melhor há para o bem das relações bilaterais. É isso que eu gostaria de, primeiramente, dizer à senhora.

Depois, sobre a parceria estratégica, a parceria estratégica de 2007 tem três pilares: o pilar político, o pilar econômico, que eu responderei na resposta ao Senador Chico Rodrigues, e o pilar de ciência, tecnologia e inovação. A última reunião ocorreu em 2015. E, na recente visita do Chanceler à Itália, a parte italiana concordou em marcar a próxima reunião. O fundamento básico dessa próxima reunião, sobretudo para o nosso interesse, é explorar cada vez mais a questão da inovação. O Brasil, efetivamente, é um país que deixa a desejar no aspecto da inovação, nós todos sabemos disso. E a Itália tem muito a nos dar no aspecto da inovação. Então, sendo eu aprovado aqui, um dos meus papeis principais será um relançamento desse pilar da cooperação de ciência, tecnologia e inovação, poder enfatizar cada vez mais a necessidade que nós temos de inovar no Brasil, com apoio da inteligência italiana.

Acho que foi basicamente isso que a senhora me perguntou.

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS (*Fora do microfone.*) – Senador, pela ordem. Cinco segundos.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Embaixador Pedro Brêtas.

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Falarei por cinco segundos.

O SR. HELIO VITOR RAMOS FILHO – Ele parece um Senador.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Ele está treinando, porque a língua portuguesa não é fácil, não.

O SR. PEDRO FERNANDO BRÊTAS BASTOS – Pela ordem, em cinco segundos, eu vou ler só uma frase: "Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha pátria é a língua portuguesa". Fernando Pessoa.

O SR. HELIO VITOR RAMOS FILHO (*Fora do microfone.*) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem...

O SR. HELIO VITOR RAMOS FILHO – Retornando, se me deixarem falar, não é? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Este debate é importante. Eu quero deixar sempre os colegas de vocês que vierem aqui se sentirem à vontade. Que a gente possa realmente extrair não só o conhecimento, mas um pouco da característica e da personalidade de cada um.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fique à vontade.

O SR. HELIO VITOR RAMOS FILHO – Senadora, respondi à sua pergunta também? (*Pausa.*)

Muito obrigado.

Eu gostaria agora de mencionar as observações do Senador Jaques Wagner, que é meu conterrâneo, ou melhor, mais ou menos, porque ele nasceu no Rio e foi para a Bahia, e eu nasci na Bahia e fui para o Rio. Mas a gente tem alguma coisa em comum, algumas coisas. Eu agradeço o apoio dele, as considerações que ele fez. Ele é um homem de Estado, foi Governador, Ministro da Defesa, Deputado Federal e agora é Senador da República e tem sempre muito a acrescentar e a nos ensinar.

O nobre Senador Chico Rodrigues fez uma série de perguntas. O que eu poderia dizer, para resumir, é que a agenda do Embaixador do Brasil em Roma será a de fortalecer cada vez mais as relações bilaterais. Parece um pleonasmo, mas é isso que a gente tem de fazer. As relações já são muito boas, e a gente tem de trabalhar para que sejam melhores ainda.

E, no contexto da parceria estratégica, na área política – ele fez perguntas a respeito de assuntos da defesa –, nós temos o Mecanismo 2+2, que foi uma iniciativa, uma ideia brasileira, cuja primeira reunião, como me recorda aqui uma colaboradora, será realizada no segundo semestre aqui em Brasília, em que os Ministérios da Defesa dos dois países conversarão sobre assuntos de interesse mútuo.

O interesse da Itália em relação ao Brasil é muito grande. Nós já estamos em maio, e a Ministra da Defesa da Itália, Elisabetta Trenta, já esteve aqui duas vezes, em janeiro e em abril, para participar da famosa feira Latin American Defence, que ocorre no Rio de Janeiro e que é objeto do interesse de todo o setor de defesa internacional.

Ainda dentro desse Mecanismo 2+2, a gente pode assinalar, como ele mencionou a questão do KC-390, um avião desenvolvido pela Embraer, que os italianos efetivamente têm interesse em adquiri-lo e que as conversações estão bem adiantadas. É o que eu posso dizer.

No caso da Marinha, eu diria até que, para mim, lamentavelmente, a concorrência para as corvetas Tamandaré, que serão as novas fragatas – elas vão ser transformadas em fragatas –, foi vencida em março último pelos alemães. Eu fiquei meio triste, mas os italianos, de alguma forma, venceram na parte operacional, e alguns elementos de defesa dessas novas corvetas serão de fabricação italiana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No caso do Exército, eu já tinha mencionado a questão do Guarani. Há outras coisas, como eu digo, menores – todas as coisas de defesa envolvem recursos de monta –, mais relacionadas à manutenção de helicópteros

No caso do Exército, eu já tinha mencionado a questão do Guarani. Há outras coisas que eu digo menores, porque todas as coisas de defesa envolvem recursos de monta, mas relacionadas à manutenção de helicópteros e a projetos de toda natureza para desenvolvimento de foguete, para lançamento de satélites de baixa órbita, etc.

É obviamente um campo muito importante, e os italianos têm um profundo interesse em cada vez mais colaborar com o Brasil, cuja colaboração efetiva e exitosa se iniciou com o Projeto AMX que eu mencionei aqui no começo.

Ao Senador Amin eu gostaria muito de agradecer também as observações, outro grande homem da política brasileira, Governador, Prefeito, Deputado e Senador, um italiano *per bene*. Agradeço.

Agradeço também ao meu conterrâneo, Senador Angelo Coronel, que está aqui prestigiando a nossa sabatina, na certeza de que a Bahia tem muita coisa a ver com a Itália, sobretudo na gastronomia, a nossa é tão boa quanto. Não é tão universal como a italiana, mas a nossa é muito particular e característica.

Ao Senador Anastasia, que já não está mais aqui, agradeço profundamente os ensinamentos que tive oportunidade de aprender dele, com a certeza de que Minas é um Estado que é um fulcro na relação bilateral Brasil-Itália.

A propósito, inclusive, amanhã deve estar aqui com o Presidente Bolsonaro e depois com o Presidente da Câmara o Presidente da Fiat Chrysler Automóveis. Ele vem ao Brasil com toda a equipe da Fiat, com toda a direção mundial da Fiat para anunciar investimentos de grande monta na construção de fábricas em Minas e possivelmente em Pernambuco. Os detalhes ainda não são de conhecimento, mas é importante. O que a gente já sabe é que eles vêm para anunciar que eles vão construir no Brasil mais fábricas. O Brasil concorreu com vários outros países a esse novo investimento da Fiat. E a Fiat vai dar uma comprovação amanhã de que confia no futuro do Brasil e confia que a relação Brasil-Itália pode ser cada vez mais sofisticada e enriquecida com a presença da inteligência e da inovação italiana aqui entre nós.

Ao Senador Nelsinho Trad, nosso Presidente, eu queria dizer que a informação que nós temos sobre pedidos de dupla cidadania junto às repartições italianas no Brasil é significativa. No ano de 2018, foram 263 mil pedidos, é um número muito grande. E o Embaixador italiano aqui, o Sr. Antonio Bernardini, sempre que pode, vocaliza a angústia dele de que a chancelaria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

italiana não tem condições materiais e administrativas de dar andamento a tamanho número de pedidos. Então, esses pedidos são grandes, em número significativo, e, segundo o nosso colega Bernardini, as respostas não saem muito rápido porque eles não conseguem dar vazão a esse número de pedidos. Mas isso é efetivamente uma demonstração cada vez mais do interesse dos *oriundi* de resgatar seus laços, até formais, com o país de origem.

Bem, o senhor tinha falado sobre investimento. Efetivamente, a balança pende para a Itália. Quer dizer, os investimentos são de grande monta: em mecânica, a Enel; a ENI, que é petróleo; a Fiat Iveco, que eu mencionei; a TIM. São empresas globais, e as nossas empresas que estão lá não têm essa capacidade de investimento, capacidade de aumentar imediatamente, mas esperamos que, trabalhando cada vez mais na nossa parceria estratégica, possamos intensificar a presença de empresas brasileiras no processo produtivo italiano.

A última questão: o senhor mencionou a imigração italiana. A informação que posso lhe dar é que os portos continuam fechados para navios de ONGs estrangeiras e que a política italiana hoje é de, cada vez mais, intensificar a cooperação com os países do norte da África e do Sahel. De alguma forma, eles consideram isso muito exitoso em termos de números, levando em consideração que, em 2017, foram cerca de 120 mil imigrantes do norte da África e do Levante que chegaram à Itália e, em 2018, esse número baixou cerca de 90%, para 23 mil. Basicamente, é o que eu posso dizer a respeito. É um assunto que a gente segue com interesse em função da questão humanitária que envolve esses imigrantes para o continente europeu.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações do Embaixador.

Gostaria de registrar e enaltecer a presença do nosso Vice-Presidente, Senador Marcos do Val, uma referência na questão de segurança aqui no Senado da República.

Apuração em reunião aberta.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação dos Embaixadores.

Os Srs. e as Sras. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Solicito à Secretaria que proceda à apuração.

(*Procede-se à apuração.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Comunico o resultado da votação da indicação nesta Comissão.

Sr. Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos, indicado ao cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa: 14 votos SIM; nenhum voto contrário; nenhuma abstenção.

Da mesma forma, o Sr. Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à Santa Sé e, cumulativamente, junto à Ordem Soberana e Militar de Malta: 14 votos SIM; nenhum contrário; nenhuma abstenção.

Sr. Embaixador Helio Vitor Ramos Filho, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil na República Italiana e, cumulativamente, junto à República de San Marino e à República de Malta: 14 votos SIM; nenhum contrário; nenhuma abstenção.

Uma salva de palmas pela aprovação dos Embaixadores. (*Palmas*.) (*Palmas*.)

Eu costumo sempre exercer algo muito forte na minha personalidade, que é a gratidão. Gostaria de agradecer a Deus por este momento, primeiro, da sabatina e da aprovação na nossa Comissão do nome do Embaixador Pedro Fernando Brêtas Bastos, para a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – minha mãe, que é professora de Português, está com certeza acompanhando –; da mesma forma, do Embaixador Henrique da Silveira Sardinha Pinto, para Santa Sé e Ordem Soberana e Militar de Malta – nós somos de uma família cristã, praticante, católica, e também estou muito feliz por este momento –; e do Sr. Helio Vitor Ramos Filho, da mesma forma, para a República Italiana, a República de San Marino e a República de Malta. O meu lado materno é italiano, de Napoli, da família Mandetta, que é a família a que eu pertenço, do Ministro da Saúde, o nosso Ministro Henrique Mandetta. Mais essa graça também de poder participar deste momento histórico nesta Comissão.

Levem os nossos cumprimentos ao nosso Ministro do Itamaraty, o nosso querido Ernesto.

Agradeço a presença dos Senadores e encerro esta parte da reunião. Nós vamos ter uma outra parte bem rápida, deliberativa, não terminativa.

Suspendo a reunião para os cumprimentos dos Srs. Senadores aos Embaixadores aprovados na Comissão.

(*Suspensa às 12 horas e 01 minuto, a reunião é reaberta às 12 horas e 07 minutos*.)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Senhoras e senhores, passamos agora à segunda parte da pauta deliberativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 41, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis, assinado em Brasília, em 26 de abril de 2010.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senador Angelo Coronel.

Relatório: Pela aprovação.

Observações:

Constou da pauta em 16/05/2019.

Concedo a palavra ao Senador Angelo Coronel para proferir seu relatório.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, é um projeto de suma importância.

Peço vênia para passar a proferir o relatório a partir da análise, pelo tempo, que está realmente se exaurindo.

Análise.

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não há vícios no que diz respeito a sua juridicidade.

Inexistem, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal.

Em conformidade com a Exposição de Motivos ministerial que o instrui, o Acordo sob análise "é o primeiro instrumento assinado entre os dois países no campo da cooperação educacional, e estabelece como compromisso principal fomentar as relações entre os países,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com vistas a contribuir para o desenvolvimento do ensino em todos os seus níveis e modalidades".

Para alcançar seus objetivos, o compromisso internacional prevê atividades de intercâmbio de estudantes, professores, pesquisadores, técnicos e especialistas, para a realização de cursos de graduação e pós-graduação, missões de ensino e pesquisa, bem como a elaboração e execução conjunta de projetos e pesquisas.

Este Acordo, além de estabelecer as bases necessárias e suficientes para a cooperação em matéria educacional nos campos em que ele especifica, abre a possibilidade para a celebração de instrumentos adicionais, sejam para financiamentos das atividades previstas neste Acordo, sejam aqueles firmados diretamente entre instituições de ensino ou entidades afins de ambos os países.

Cumpre ressaltar que o texto acordado não se aplica ao reconhecimento e à revalidação de diplomas e títulos acadêmicos de nível superior, cujos procedimentos estarão sujeitos à legislação interna correspondente. Registre-se também que o instrumento estipula que "os certificados de conclusão de estudos correspondentes aos níveis fundamental e médio serão legalizados nas Repartições consulares competentes. Serão aceitos o 'histórico escolar', no caso brasileiro, e o '*student transcript*', no caso de São Cristóvão e Névis".

No que se refere aos custos da cooperação, o Artigo IX estabelece que "as Partes definirão, por meio de instrumentos adequados, as modalidades de financiamento das atividades previstas neste Acordo".

Sob o prisma das relações internacionais, julgamos que o compromisso internacional regula de modo satisfatório a cooperação educacional bilateral, constituindo-se em instrumento de intercâmbio e de aproximação entre as Partes, razão pela qual se coaduna com o princípio da cooperação entre os povos, insculpido no inciso IX do art. 4º da Constituição Federal.

Portanto, pela relevância das ações a serem desenvolvidas no campo da educação e por entender que a aprovação deste Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Federação de São Cristóvão e Névis trará benefícios às Partes, aos povos dos dois países, além de fortalecer os laços de amizade que unem essas nações, a consideração é favorável ao PDS nº 41, de 2019.

Voto.

Por todo o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 41, de 2019.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discuti-lo, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do nobre Senador Angelo Coronel, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo 41, de 2019.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa. Determino as devidas providências.

Requerimento extrapauta.

Nós tínhamos colocado esta reunião para hoje na qualidade de extraordinária, justamente para darmos sequência à sabatina dos Embaixadores. Ocorre que, em comum acordo com o Senador Marcos do Val, nós vamos receber amanhã o Sr. Anthony W. Pereira, Professor e Diretor do King's Brazil Institute, que vai proferir duas palestras na reunião de amanhã, a ser presidida pelo nosso Vice-Presidente, Senador Marcos do Val. Isso porque este Senador que lhes fala e o Senador Angelo Coronel estaremos indo, com o Alto Comando do Exército Brasileiro, para as cidades de Dourados e Ponta Porã – vamos descer em Campo Grande, na capital –, com o intuito de verificar o andamento do Projeto Sisfron (Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras). É um projeto de suma importância, e nós fomos convidados pelo Alto Comando do Exército para acompanhar e fazer uma vistoria no andamento dos trabalhos, o que faremos com muita honra, e depois traremos o relatório para esta Casa.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pela ordem, Senador Angelo Coronel.

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA. Pela ordem.) – Presidente, essa viagem de amanhã é de suma importância, principalmente porque o Brasil tem 17 mil quilômetros de fronteiras terrestres com dez países. O Sisfron hoje só fiscaliza, só monitora 5% dessas fronteiras, ou seja, menos de 600 quilômetros. Por aí é que entram tráfico de drogas, armas clandestinas; e é de suma importância que a gente vá verificar isso *in loco*, para ver de que maneira se alocarem mais recursos no orçamento para que o Sisfron possa fazer o monitoramento de todas as nossas fronteiras terrestres. É de grande valia para a questão do tráfico de drogas e do tráfico de armas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Que Deus possa nos acompanhar, porque é muito avião para todo lado: nós vamos descer em Campo Grande, pegar outro voo para Dourados, um helicóptero até Ponta Porã... Mas vamos nessa!

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – E coincidentemente é a terra de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Campo Grande...

O SR. ANGELO CORONEL (PSD - BA) – Tenho certeza de que V. Exa. vai fazer uma recepção para o Exército brasileiro e, quem sabe, aqui para os cabos, coronéis e majores que forem acompanhar essa tropa.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – É verdade! Especialmente para o Sr. Angelo Coronel!

Mas vamos lá!

Requerimento da Comissão de Relações Exteriores.

Primeiramente, eu queria agradecer a colaboração que sempre tive da parte do Senador Marcos do Val e de toda a nossa assessoria, que, mesmo com a nossa ausência, dará sequência aos nossos trabalhos.

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 31, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as perspectivas da atual relação Brasil-Reino Unido e o distanciamento entre o povo e seus representantes nas democracias. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1) Anthony W. Pereira, Professor e Diretor do King's Brasil Institute.

Autoria: Senador Nelsinho Trad.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-lo, em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Vai à assessoria para as providências.

Deliberação da ata de reunião anterior.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 15 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quinze minutos do dia vinte e três de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Jaques Wagner, Arolde de Oliveira, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Dário Berger, Paulo Paim, Paulo Rocha, Wellington Fagundes e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Daniella Ribeiro, Romário, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Renilde Bulhões, Nelsinho Trad, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 31/2019 - CRE, de autoria do Senador Nelsinho Trad. **Finalidade:** Audiência Pública para debater as perspectivas da atual relação Brasil-Reino Unido e o distanciamento entre o povo e seus representantes nas democracias, em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2019-CRE, de autoria do Senhor Senador Nelsinho Trad. **Participante:** Sr. Anthony Wynne Pereira, Professor e Diretor do King's Brazil Institute. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos do Val

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/23

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Bom dia.

Declaro aberta a 18ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado da República.

Vamos passar aqui aos destaques internacionais.

Irã.

A República Islâmica anunciou o aumento da produção de urânio enriquecido e alertou sobre os graves reflexos que podem haver em resposta às medidas americanas contra aquele país. As tensões entre Washington e Teerã aumentaram depois que os Estados Unidos anunciaram o fortalecimento da presença militar no Oriente Médio.

Argentina. Começou ontem o julgamento da ex-Presidente da Argentina, Cristina Kirchner, pela suposta participação em esquema de desvio de dinheiro em contratos de obras públicas no período que governou o país. Cristina anunciou que concorrerá nas eleições deste ano como Vice-Presidente na chapa encabeçada por Alberto Fernández, pleito que o Brasil vai acompanhar com muita atenção.

Venezuela. Em discurso recente, Nicolás Maduro propôs antecipar as eleições para a Assembleia Nacional, dominada pela oposição e presidida por Guaidó. Segundo o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados, a crise na Venezuela já obrigou 3,7 milhões a deixarem o país e, segundo o FMI, a inflação atingirá 10 milhões por cento neste ano e o salário mínimo não passará de 5 dólares. De parte do Brasil, a Operação Acolhida tem sido bem conduzida por nossas Forças Armadas, mas vale reforçar que Roraima e, especialmente, o Município de Pacaraima precisam de aportes emergenciais do Governo Federal em estrutura educacional, de saúde e segurança. Em Mato Grosso do Sul, o Município de Dourados recebeu um grande número de refugiados interiorizados, a maioria homens que estão sendo alocados no mercado alimentício local.

China. A fim de aperfeiçoar as relações do Brasil com a China e atrair investidores, em visita à Bolsa de Valores de Xangai, o Vice-Presidente, Gen. Hamilton Mourão, disse que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"País vive momento de transformações significativas" e defendeu liberalização econômica para recuperar a saúde financeira. Mourão sinalizou que o Brasil pode considerar aderir à Nova Rota da Seda, megaprojeto que promete investimentos em infraestrutura e oportunidades de negócios com empresas chinesas movimentando US$30 bilhões e já conta com a adesão de 125 países.

Genebra. Dúvidas sobre vacinas se espalham nas redes sociais como uma doença. Informações falsas de que vacinas matam pessoas deveriam ser retiradas pelos responsáveis de plataformas digitais. Isso é o que disse Seth Berkley, chefe da aliança global de vacinas Gavi, em evento da assembleia da Organização Mundial da Saúde em Genebra. A OMS diz que a falta de imunização está causando surtos globais de sarampo, cujos números estão atingindo picos em países que estavam livres da doença como o Brasil e os Estados Unidos. Há um consenso científico mundial de que vacinas são seguras, mas as redes sociais espalham conteúdo sensacionalista ao invés de fatos científicos. O alerta colocado em Genebra é uma preocupação nossa também. Imunizar é essencial para prevenir doenças e salvar vidas.

A presente audiência pública tem por finalidade debater as perspectivas da atual relação Brasil-Reino Unido e o distanciamento entre o povo e seus representantes nas democracias, em atendimento ao Requerimento nº 31, de 2019-CRE, de autoria do Senador Nelsinho Trad.

Tenho a honra de cumprimentar e convidar para integrar esta Mesa de trabalho o Sr. Anthony Wynne Pereira, professor e diretor do King's Brazil Institute.

Enquanto isso, vou ler o currículo.

A biografia. Um dos principais brasilienses na Europa, o Prof. Anthony Pereira é graduado em política pela University of Sussex e possui Mestrado e Doutorado em Governo pela Universidade de Harvard. Atualmente, é professor em um dos principais centros acadêmicos do Reino Unido, Kings College London.

O professor também é Diretor do King's Brazil Institute, um dos mais renomados centros acadêmicos de Londres, inaugurado em 2008 com o objetivo de fornecer informações sobre política, economia e cultura brasileira. Além de patrocinar intercâmbios com várias universidades do Brasil, esse centro de estudos organiza diversos eventos culturais. Possui experiência na área de ciência política com ênfase em política comparada e relações internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: Estado de direito, Brasil, segurança pública, regime autoritário, direitos humanos.

O Prof. Anthony Pereira formou-se na Universidade de Sussex em 1982, Bacharelado em Política e, em seguida, em 1986, obteve o Mestrado em Governo pela Universidade de Harvard. Sua dissertação de doutorado em Harvard, defendida em 1991, envolveu pesquisa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sobre organizações trabalhistas rurais no Nordeste do Brasil em dois períodos diferentes, no final da década de 1950 e início da década de 1960, e no final da década de 1970 e 1980.

As organizações trabalhistas rurais desempenhavam um papel importante na política de ambos os períodos, e a dissertação baseou-se em arquivos de jornais, entrevistas qualitativas, documentos governamentais e uma pesquisa com líderes sindicais para analisar a natureza e o impacto dinâmico desse papel.

Depois de concluir o seu doutorado, Pereira licenciou-se na Faculdade de Pós-Graduação da Nova Escola de Pesquisa Social da cidade Nova York. E, em 1995, ele foi professor visitante da Universidade de Harvard. E, de 1997 a 1999, professor visitante na Escola de Fletcher de Direito e Diplomacia da Universidade de Tufts, em Boston. Em 1999, mudou-se para New Orleans, Louisiana, para ocupar um cargo no Departamento de Ciência Política na Universidade de Tulane. Durante esse período, ele concluiu o seu segundo grande projeto de pesquisa: um estudo comparativo do tratamento legal do regime militar brasileiro a oponentes e dissidentes. Esse estudo, com base em registros do tribunal e em entrevistas, comparou o regime militar brasileiro, que foi de 1964 a 1985, aos regimes militares da Argentina, que foi de 1976 a 1983, e do Chile, de 1973 a 1990. Pesquisas: políticas comparativas, democracia e autoritarismo, regimes políticos e mudança de regime, regras militares, movimentos sociais, cidadania e direitos humanos, novas instituições de prestação de conta de segurança pública brasileira, a transformação política, econômica e social do Brasil no século XX e no início do século XXI.

O trabalho atual do Pereira diz respeito à cidadania, direitos humanos, segurança pública e coerção estatal no Brasil. Isso inclui um estudo sobre o desempenho de uma instituição relativamente nova de direitos humanos, a ouvidoria da polícia, em dois Estados diferentes no Brasil, bem como uma análise de alguns esforços recentes para a reforma da polícia.

Pereira foi membro do Comitê Executivo da Associação Brasileira de Estudos e é comentarista ocasional da BBC-Brasil.

Obrigado. Seja bem-vindo.

A SRA. ANTHONY WYNNE PEREIRA (*Fora do microfone.*) – Muito obrigado, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com transmissão pelos canais de comunicação do Senado Federal. A população pode participar enviando observações e perguntas aos palestrantes, por meio da internet, no Portal e-Cidadania, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. A participação dos internautas é sempre de extrema valia para o nosso trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registro a presença da Ilana, Diretora-Geral do Senado Federal.

Para dar início ao debate, concedo a palavra ao Sr. Anthony Pereira. V. Sa. dispõe de 20 minutos para fazer a sua exposição.

Encerradas as exposições iniciais, concederemos a palavra aos Srs. e Sras. Senadores inscritos e também haverá a participação dos internautas.

A SRA. ANTHONY WYNNE PEREIRA – Obrigado, Senador! É uma honra ser convidado aqui para a Comissão. Estive presente à audiência, há alguns anos, observando o trabalho importante desta Comissão. Então, estou feliz por ser participante, hoje em dia, para ajudar no entendimento mútuo entre o Reino Unido e o Brasil.

Hoje é um dia importante no meu país porque temos eleições para o Parlamento Europeu. É uma eleição que não foi planejada. Originalmente, o Parlamento votou para iniciar o processo de saída da União Europeia com o art. 50, dois anos atrás. Por causa das complicações nas negociações, foi adiada essa saída. De repente, nós temos essas eleições. Então, é muito importante para nós hoje – e fui capaz de votar nos Correios – registrar as opiniões, registrar as preferências do povo britânico em termos das representações que vão para Bruxelas, Luxemburgo, para nos representar na União Europeia e tentar ajudar na solução das negociações, para criar um consenso novo sobre o que o país quer. Diria que o processo é, em parte, fruto da distância entre os representantes e o público, que também, de vez em quando, é desafio aqui no Brasil. Mas a grande maioria dos membros do Parlamento na época do *referendum*, em 2016, estava em favor de ficarmos na União Europeia. Foi uma margem apertada: por 52 a 48 passou a decisão de sair. Desde lá, o Parlamento tem esse desafio enorme, essa responsabilidade enorme, de achar uma maneira de cumprir a vontade pública e de solucionar, de achar uma maneira de sair.

Como Mark Prisk, um membro do Parlamento que esteve aqui em fevereiro, no Brasil, para participar de uma conversa que nós organizamos em São Paulo, eu acho, como ele, que, com o tempo, com debate e com o processo democrático, o Reino Unido tem capacidade de solucionar esse quebra-cabeça e achar uma nova relação com a União Europeia. Eu gosto de dizer que nós estamos saindo da União Europeia, mas não estamos saindo da Europa. A ilha não vai migrar dentro do Oceano Atlântico para outro lugar. Vamos ficar lá.

Nesse ponto, essa relação com o resto do continente, talvez eu esteja ultrapassando os limites da razoabilidade, mas eu vejo uma certa afinidade com a relação que o Brasil tem com a América do Sul, a América Latina, e a relação que o Reino Unido tem com a Europa Continental, porque nós somos parte da Europa, mas não necessariamente da Europa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando as pessoas do Reino Unido falam sobre a Europa, normalmente significa outro lugar fora da ilha. Meus estudantes aqui no Brasil às vezes falam sobre a América Latina como outro lugar, alguma coisa que não é Brasil. Então, há essa relação ambígua com a região. Os dois países para mim têm a mesma afinidade, a mesma vontade de serem *global players*, de serem engajados globalmente, e não simplesmente regionalmente.

Por isso, acho que temos muitas convergências em áreas de interesse comum, como meio ambiente, como comércio, como governança de internet, como missões de paz. São várias áreas em que os Governos têm não só uma afinidade abstrata, mas engajamento concreto, conversas vibrantes.

Também na área das políticas públicas domésticas, eu vejo muitas convergências também. Por exemplo, há dois anos, eu recebi um grupo de professores de direito... Desculpe-me, de saúde pública. Eles falaram sobre a perspectiva deles de que o nosso NHS, o serviço público de saúde no Reino Unido, que foi criado logo depois da Segunda Guerra Mundial, era, em parte – vou ser extravagante na comparação –, um modelo para o SUS, que foi criado nos anos 80, no Brasil, com essa ideia de um serviço público universal, de graça no ponto de serviço, e uma garantia de cidadania para as pessoas, para criar uma cidadania em que saúde era direito e não um bem para comprar no mercado.

Outra área.

O Senador Esperidião Amin estava dizendo, antes desta reunião, que ele visitou o Reino Unido em 1994, quando a British Telecom, que era nossa empresa estatal de comunicações, estava sendo privatizada, quando o Primeiro Ministro era o John Major, que agora é associado ao King's, minha universidade.

Essa experiência, de observar a maneira de parcelar as funções da empresa, separar a parte dos clientes, dos consumidores individuais, e a parte que lida com os consumidores corporativos inspirou em parte a bem-sucedida privatização das telecomunicações que aconteceu mais tarde no Brasil, na década dos anos 90.

Mas eu sei que, nos dois países, sei através de conversas, em uma conferência que acontece a cada ano ou no Brasil ou no Reino Unido – espero que alguns membros do Senado possam participar da próxima conferência que vai acontecer em 2020, no Reino Unido –, eu sei que os dois países têm bastantes preocupações domésticas. Aqui temos a reforma da previdência e outras questões urgentes e nós com o Brexit, mas, apesar disso, eu espero que possamos manter o diálogo sobre questões como o intercâmbio acadêmico, que está crescendo, desde o programa Ciência sem Fronteiras, em que 10 mil alunos brasileiros chegaram ao Reino Unido, principalmente nas áreas de STEM: ciência, tecnologia, engenharia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e matemática. Estudaram lá em todos os níveis, graduação, pós-graduação e voltaram para o Brasil tentando ajudá-lo a inovar em várias áreas, mas apesar do fato de que o Ciência sem Fronteiras diminuiu bastante, ainda temos muitos intercâmbios. Nós temos as Bolsas Chevening, que oferecem oportunidade para os brasileiros estudarem conosco. O instituto que o Senador mencionou, com gentileza, o Brazil Institute, nós temos um doutorado junto com a Universidade de São Paulo, em Relações Internacionais, que permite o aluno de lá chegar aqui e vice-versa. E talvez, mais do que isso, mais do que o intercâmbio do aluno, temos pesquisas juntos. Temos muitas pesquisas, por exemplo, parcerias na área de Capes, mas também Fapesp para promover a pesquisa com acadêmicos do Reino Unido e acadêmicos do Brasil.

Gostaria de mencionar também o Prosperity Fund, para desenvolvimento, que o Reino Unido estabeleceu aqui no Brasil desde 2011. Há várias áreas de prioridades no Prosperity Fund: comércio, energia, futuro das cidades, financiamento do meio ambiente, habilidades, capacitação e saúde.

Espero que nessas áreas nós possamos convergir, trocar experiências, porque, com certeza, precisamos enfrentar esses desafios. Por exemplo, a nossa população é um pouco mais velha, com uma idade média mais velha do que a daqui, e temos o desafio de manter as pessoas da terceira idade com saúde, com atividades saudáveis; é importante.

Gostaria de mencionar outra coisa e talvez seja um pouco prematuro falar sobre isso, mas é bem possível que as relações comerciais do Reino Unido mudem um pouco depois da saída do Reino Unido. Só para dar um exemplo, uma porcentagem relativamente alta por enquanto da comida que o país importa vem da Europa Continental. Isso não é necessariamente fixo, pode ser que, com as relações com o Brasil, que é grande produtor dos bens agrícolas, o Reino Unido pode ser aberto às exportações brasileiras nessa área. É uma oportunidade para os produtores de bens agrícolas aqui no Brasil.

O Reino Unido historicamente não era tão apegado às barreiras, às importações agrícolas como alguns outros membros da União Europeia. Sem mencionar nomes específicos, mas tem uma orientação em termos de comércio na agricultura bem mais aberta do que alguns vizinhos deles. Então, isso é importante acompanhar.

Alguns anos atrás, quando ele estava gerenciando a Apex, o ex-Embaixador lá em Londres, Roberto Jaguaribe, falou: está demorando 20 anos para costurar um acordo entre União Europeia e Mercosul, por que não pensar num acordo comercial Reino Unido e Mercosul? Seria muito mais fácil, teríamos muito menos barreiras nas negociações. E, quem sabe, talvez esse da União Europeia nunca vai sair do papel.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, como eu mencionei, talvez seja prematuro porque o país não está permitido negociar até todas as tramitações das negociações agora com a União Europeia, mas eu vejo isso como um exemplo das oportunidades potenciais entre os dois países. E eu sei que, através da minha experiência como orientador dos alunos brasileiros e ingleses que vão para outro país ter experiências ricas, eu vejo os horizontes das pessoas mudando com essas experiências e que nós podemos fazer muito mais juntos.

Historicamente, o Reino Unido tinha muito mais relações com as ex-colônias. Ainda você nota isso em Londres hoje em dia, a presença dos países como Índia, os países da África, que eram colônias do Reino Unido, como Nigéria, Gana, etc. Esses laços são fortes porque houve um fluxo das pessoas indo nos dois países.

O Brasil não tem necessariamente essa relação histórica com o Reino Unido. Mas é importante lembrar que, se nós viajarmos no tempo para o século XIX, o Reino Unido era muito importante no século XIX e no início do século XX. Infelizmente, por várias razões, a proximidade diminuiu um pouco no meio do século XX, mas, historicamente, esses laços estão lá. Só para dar um exemplo, o avô de Alex Ellis, que era Embaixador britânico antes do Embaixador atual, era banqueiro no Rio de Janeiro no início do século XX. Se nós olharmos embaixo da superfície, podemos achar muitos outros exemplos das famílias que têm um pé no Brasil e um pé no Reino Unido. Outro exemplo: Cris Cortes, a CEO da Canning House, que é uma fundação importante em Londres para promover o entendimento entre América Latina, Espanha e Portugal, é neta de um *barrister*, um advogado do Rio de Janeiro, que saiu do Rio de Janeiro na virada do século XX e mudou-se para o Reino Unido, e os descendentes estão lá ainda hoje. Ela quer contratar um historiador, um jovem historiador para fazer uma pesquisa sobre a família dela no arquivo no Rio de Janeiro, porque ela quer saber mais sobre os seus ancestrais.

Eu não vou prolongar a minha fala. Eu estou aqui mais para ouvir comentários, perguntas.

Mais uma vez, Senador, obrigado pela oportunidade de falar aqui. Eu espero que possamos manter o diálogo. Será bem-vindo, se for para Londres visitar o Brazil Institute. O prazer é nosso!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Eu que agradeço as palavras do Anthony Pereira.

Alguém tem alguma pergunta a fazer? (*Pausa.*)

Então, vamos seguir para a deliberação da ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho ainda a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Agradeço, mais uma vez, a participação dos presentes e das autoridades aqui, especialmente a do nosso convidado, o Sr. Anthony W. Pereira.

Espero que você possa vir mais vezes ao Senado para falar um pouquinho dessa experiência e dessa troca entre Brasil e Inglaterra, principalmente nesse período em que está saindo da União Europeia. Muita gente não sabe o que pode vir a acontecer. Espero também que o Brasil seja sua segunda casa, seu segundo país.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 10 horas e 15 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 43 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (19ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (15ª REUNIÃO), EM 28 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e quatorze minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Marcio Bittar, reúnem-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Daniella Ribeiro, Fernando Bezerra Coelho, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Acir Gurgacz, Flávio Arns, Telmário Mota, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Lucas Barreto, Fabiano Contarato, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Alessandro Vieira, Paulo Paim, Jayme Campos, Dário Berger, Lasier Martins, Plínio Valério, Confúcio Moura, Leila Barros e Wellington Fagundes. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Romário, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 12/2019 - CRE, de autoria do Senador Marcio Bittar, REQ 17/2019 - CRE, de autoria da Senadora Soraya Thronicke e do Senador Nelsinho Trad, e REQ 10/2019 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato. **Finalidade:** Audiência pública para debater questões relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global. **Participantes:** Sr. Luiz Carlos Baldicero Molion, Professor das Universidades Federal de Alagoas, de Évora (Portugal) e Western Michigan (Estados Unidos); Sr. Ricardo Augusto Felício, Professor da Universidade de São Paulo. Ministro Leonardo Cleaver de Athayde, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Márcio Bittar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/28

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Invocando a proteção de Deus, declaro abertas a 19ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e a 15ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Gostaria, com muito prazer, de registrar a presença do Senador Fabiano Contarato, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, e do Senador Marcio Bittar, membro da nossa Comissão de Relações Exteriores.

Convido para assentar-se à Mesa o Sr. Luiz Carlos Molion, professor da Universidade Federal de Alagoas, de Évora e de Western Michigan.

Convido também o Sr. Ricardo Augusto, professor da Universidade de São Paulo, e o Ministro Leonardo de Athayde, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

Apenas para esclarecimento, esta é uma audiência pública para discussão relacionada às mudanças climáticas e ao aquecimento global. Em função do número de convidados a participar, nós a dividimos em duas etapas. A primeira será hoje, com os convidados do Senador Marcio Bittar. E a segunda, no dia 30, com os convidados do Senador Fabiano Contarato.

Em função dessa prerrogativa que me compete, eu convido o Senador Marcio Bittar para presidir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Esta audiência pública é realizada em caráter interativo, com a transmissão pelos canais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunicação do Senado Federal, podendo a população participar, enviando observações e perguntas aos palestrantes por meio da internet, no portal e-Cidadania, que é um instrumento do Senado, no endereço www12.senado.leg.br/ecidadania. Acrescento ainda que é possível acompanhar ao vivo nossa reunião pela TV e Rádio Senado e pela internet, na página da CRE (Comissão de Relações Exteriores). A participação dos internautas é sempre de extrema valia para os nossos trabalhos.

Esclareço aos senhores palestrantes que vamos conceder a palavra por 30 minutos para cada um, com possibilidade de prorrogação para a conclusão de suas exposições. Em seguida, abriremos a fase de interpelações pelas Sras. e Srs. Senadores da República inscritos.

Para dar início a esta audiência, concedo a palavra ao Sr. Luiz Carlos Baldicero Molion, não sem antes, Professor, registrar, de início, que eu moro na Amazônia, embora seja paulista de nascimento, e tenho procurado, com uma dose de coragem, que os senhores conhecem, porque a têm, porque a possuem também, conversar sobre esse tema, que talvez hoje – eu não tenho dúvida – seja o tema mais polêmico no mundo. Eu me impressiono cada vez mais que leio, que estudo, que compro os livros. Estou lendo um livro agora, cujo um dos autores é o senhor. São três. E, quanto mais eu leio, Prof. Ricardo, quanto mais eu estudo, quanto mais eu me debruço, mais eu me deparo com coisas que eu não consigo compreender. Como é que pessoas, em torno de uma hipótese, vão soltando regras, que o Brasil acaba seguindo: um dia, a Amazônia era o pulmão do mundo; a camada de ozônio; o efeito estufa? E isso tudo, cientificamente, vai ficando para trás, não se comprova. Mas o movimento, inclusive, de não conversar sobre isso nas universidades, na grande mídia é algo impressionante. E o que mais me impressiona também, de certa maneira, é a vassalagem do Brasil, que, vira e mexe, cede, sob o pretexto de comercializar com o mundo, sob o pretexto de verbas, como o Fundo Amazônia, que ou o Brasil aceita tudo isso como verdade absoluta, quase como uma religião, ou, então, nós ficaríamos fora da economia global, como se a China, que é o país mais populoso do mundo, que é uma ditadura de um partido único... Em nenhum país do mundo se nega, por princípios contrários... Os países democráticos, países que respeitam a lei, a ordem, o Estado de direito, não se negam a negociar com a China simplesmente porque a economia, mais do que qualquer outra coisa, acaba impondo essa relação.

Então eu quero afirmar que, para mim em especial, é um privilégio tê-los aqui. Além das pessoas presentes, como eu acabei de ler, os três serão assistidos também pela TV Senado, com possibilidade de que internautas possam fazer pergunta. E ao Governo brasileiro, aqui representado pelo nosso Embaixador, também é importante, porque nós temos um novo Governo e é importante saber se este novo Governo mantém a linha que foi vitoriosa nas eleições passadas, que a meu juízo – e teve o meu apoio – é uma linha de soberania nacional, de não entregar grande parte do patrimônio nacional sob argumentos que são hipóteses que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se confirmaram. Então é um privilégio tê-los aqui. Passo, sem mais delongas, a palavra ao Dr. Molion.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Muito obrigado, Senador Bittar. Eu quero também dizer que é uma grande satisfação da minha parte estar aqui, porque são 30 anos de luta. Desde que o IPCC foi formado, em 1989, eu venho falando contra isso. E obviamente durante essa trajetória a gente adquire muitos inimigos por não estar de acordo com o que é falado. Aqui está a essência da coisa. Temos 12 anos para evitar que o mundo seja destruído e a ampulheta está contando o tempo, ou seja, cada dia que passa, a situação está piorando. A pergunta é: Será que é verdade? Então minha ideia é mostrar para vocês. Vou gastar um pouquinho mais de tempo, porque eu quero deixar tudo esclarecido, para que não haja dúvida nenhuma depois.

O clima da terra é variável. Esse estudo publicado na Revista Nature, surpreendentemente, porque a revista Nature é aquecimentista, mostra que há cerca de 130 mil anos, 240 mil, 320 mil anos, nos últimos interglaciais, as temperaturas estiveram da ordem de 6 a 10 graus superiores a que estão hoje. E o *homo sapiens* aparece há cerca de 160 mil anos. O *homo sapiens* já passou por um interglacial mais quente do que este que nós estamos passando. Ele já enfrentou uma era glacial com uma queda em média de 10 graus, comparado com o que temos hoje, com menos tecnologia que nós temos. Portanto, a espécie está aqui e continua melhorando.

Nos últimos dez mil anos, o chamado Holoceno, tivemos o máximo, aproximadamente há oito mil anos, quando a agricultura deixou de ser nômade e se estabeleceu na Mesopotâmia. O Minoano Quente, uma civilização que prestava serviços para a civilização egípcia, que se desenvolveu muito; depois, outro período quente, o Romano Quente, que permitiu aos romanos conquistar a Europa toda, desde o Oriente Médio até a Escandinávia e a costa norte da África.

Outro mais recente, período Medieval Quente, que deu origem ao Renascimento, porque havia muita abundância, muita riqueza. Então, todas as grandes catedrais europeias são desse período – Notre-Dame de Paris, que sofreu recentemente um acidente, é de 1100.

Aí passamos pela chamada Pequena Idade do Gelo, que foi um verdadeiro caos: frustrações de safra, a população com fome, pestes, como a peste negra, que mataram mais de 70 milhões na Europa, e grandes distúrbios sociais, dos quais o exemplo mais famoso é a Revolução Francesa, de 1789.

Notem que a tendência da temperatura é diminuir porque, infelizmente, esse período que nós estamos vivendo, esse interglacial, já está no seu fim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas uma escala de tempo menor. Falam muito do Ártico, do degelo do Ártico: como é que nós vamos explicar com CO2 esse tremendo salto que houve na temperatura, entre 1920 e 1940, de mais de quatro graus, se a concentração de CO2 era inferior a trezentas partes por milhão? E o curioso disso tudo é que, após a Segunda Guerra, 1945, em que os países aliados tomaram as indústrias dos países do Eixo, particularmente Alemanha, Itália e Japão, houve uma globalização, a queima de combustíveis fósseis foi intensificada por conta da geração de energia. Olhem o que aconteceu com a temperatura? Caiu; quer dizer, exatamente no período em que se começou a jogar mais CO2 na atmosfera, a emitir mais, a temperatura se reduziu e até hoje ainda não recuperou os mesmos números que tinha na década 30, por exemplo. Ainda hoje, na série americana, o ano campeão, o mais quente foi 1934; e, dos dez anos mais quente, quatro são da década de 30 – período muito quente que ainda não se repetiu.

É muito importante que tenham em mente o seguinte: nós nunca negamos que houve um aquecimento, nem poderíamos negar, porque se saiu de um período chamado de Pequena Era do Gelo ou Pequena Idade do Gelo, a temperatura só teria que subir. A diferença fundamental entre nós e o IPCC é que o IPCC diz que isso é produzido pelo homem, pelas emissões humanas, enquanto nós temos evidências físicas de que a variabilidade é natural, então o homem não tem nada a ver com isso.

Notem que aqui temos 250 anos de atividade solar medida pelo número de manchas solares. Observem que o início do século XX foi o período em que o Sol esteve mais ativo nesta série de 250 anos. E os dados paleoclimáticos mostram que o Sol esteve mais ativo nesse período, em quatro mil anos. Então, o que aconteceu? Sol com mais atividade, o resultado é o aumento da temperatura entre 1916 e 1945. Mas depois, como nós vimos, a temperatura caiu – apesar do CO2, as emissões continuarem crescendo.

Como é que a mídia responde? A mídia responde deste jeito: eu estava fazendo meu doutorado no início da década de 70, em Madison, Wisconsin, e a capa da revista *Time* foi: "The Big Freeze" (o grande congelamento)" – a mídia mostrando como nós poderíamos sobreviver numa nova era glacial. Isso em 1977, "The Big Freeze", e logo depois "Global Warming". Então, o próprio... Aquele período de 1916 a 1945, o IPCC, no primeiro relatório, tentou dizer que aquilo era culpa do homem, mas desistiu.

O que aconteceu nesse período agora de aquecimento global? Nuvens, nuvens. Cobertura de nuvem é um fenômeno essencial no controle da temperatura do Planeta. Se está entrando muito sol por essa janela, eu fecho a cortina. As nuvens fazem isso. Então, notem, que esse gráfico foi feito com dados do projeto internacional de climatologia de nuvens por satélite. Notem, então, que em preto está a cobertura de nuvens variando de aproximadamente 70% em 1987 para 64%; e olhem a temperatura da série do Hadley Centre, que também é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produzida pelo Climatic Research Unit, unidade de pesquisa do clima. Notem que, à medida que a cobertura de nuvens vai diminuindo – são dados de satélite –, a temperatura vai aumentando. E agora, sim, a redução de 5% deu um aumento de 4W por metro quadrado. Vocês vão dizer que 4W por metro quadrado não é nada, mas se está falando em 510 milhões de quilômetros quadrados que é a superfície terrestre, e isso dá dois milhões de gigawatts de potência.

Eu fiz uns cálculos, então, admitindo... Vejam que a temperatura está estável depois que as nuvens se mantiveram estáveis, e eu fiz um cálculo tomando, na média, metade do valor para esse período todo de 17 anos. Se eu usar a mesma formulação do modelo que a NASA usa, que diz que a variação da temperatura é em função de um parâmetro chamado sensibilidade climática vezes a variação da forçante, eu teria chegado a um aumento de temperatura de 1,4 graus – e não é isso que se observa. A própria série do Hadley Centre, da Inglaterra, mostra que a variação foi só 0,36 graus. Portanto, há alguma coisa errada com esses modelos.

Outra coisa importante: temperatura da superfície do oceano como controle do clima. O Pacífico tem um comportamento bastante interessante: durante um certo tempo ele fica frio na região tropical e depois inverte: fica quente, e fora dos trópicos, fica frio.

Então, reconstituindo a temperatura do Pacífico, percebe-se, pela cor vermelha, que o Pacífico se aqueceu entre 1925 e 1946, o que também contribuiu para aquele aquecimento de 1916 a 1945; resfriou-se de 1947 a 1976, o que também coincide com o resfriamento; e voltou a se aquecer de 1977 a 1998, o que coincide, então, com a redução da cobertura de nuvens, medida por satélite.

Aqui está o El Niño, de 2014 a 2016, que provocou grandes desastres no País todo.

Então, aparentemente, o Pacífico está indo para uma nova fase fria. Quando temos fase fria, como, por exemplo, antes de 1976, predominam as Las Niñas, que é o resfriamento da água do Pacífico. No período de 1976 a 1998, predominaram os El Niños, como se vê aqui pela cor vermelha; há uma frequência grande de El Niños fortes. Os El Ninõs chegam a ocupar... O El Niño é o aquecimento das águas do Oceano Pacífico. Nós não sabemos exatamente por que ele acontece, mas é claro que podemos monitorar, diagnosticar. Chegam a ocupar áreas que correspondem a quatro vezes o tamanho do Brasil, da ordem de 30 milhões de quilômetros quadrados, com águas com temperatura acima da média, às vezes três ou quatro graus acima da média. Isso coloca muito calor na atmosfera. Essa coincidência de sequência de El Niños, que pode não ser coincidência, pode ser resultante da redução da cobertura de nuvens, levou ao aquecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, você vê aqui dados de satélite, do sensor de micro-ondas que é processado pela Universidade do Alabama, em Huntsville, que mostram esses últimos 20 anos: o El Niño de 1997/1998, que gerou um pico de 0,74ºC acima da média; o El Niño de 2009/2010, que gerou um pico de 0,5ºC; e esse fantástico El Niño agora de 2014 a 2016, que chegou a 0,86ºC acima da média.

Então, vocês veem que os El Niños injetam muito calor, e, de certa forma, globalmente, o Planeta é aquecido. Mas notem que as temperaturas nesse período subiram apenas 0,13ºC por década, ou seja, em 20 anos, subiram 0,26ºC, apesar de a concentração de CO_2 ter subido mais do que 10%, principalmente devido à emissão dos países desenvolvidos.

Então, pode ser uma coincidência, mas olhem aqui de novo que a série do Centro Haddley, da Inglaterra, e da Unidade de Pesquisa do Clima, da Universidade de East Anglia, mostram essa coincidência... O traço verde representa a temperatura. Então, quando o Pacífico se aqueceu, houve uma tendência de a temperatura aumentar; quando o Pacífico esfriou, a temperatura global diminuiu. Ele voltou a se aquecer de 1977 a 1998, e, agora, parece que está havendo uma inflexão nos últimos 20 anos. E nós vamos ver o porquê disso.

Então, aparentemente, o Pacífico é o grande comandante do clima global, porque ele, sozinho, ocupa 35% da superfície terrestre.

Se eu somar todos os continentes, inclusive as terras geladas, como a Antártica, por exemplo, a Sibéria, o Deserto do Saara etc., isso chega a 29%. O Pacífico, sozinho, é maior do que todos os continentes juntos. Portanto, ele, com a temperatura da sua superfície, é o grande comandante.

Qual é o papel do carbono? Os fluxos naturais, Leonardo, representam – é o que se estima – 200 bilhões de toneladas de carbono por ano, mas a incerteza é de 40 bilhões de toneladas para cima e de 40 bilhões de toneladas para baixo, ou seja, eu não sei se são 160 bilhões ou 240 bilhões de toneladas. Quanto é que o homem coloca? Nove bilhões de toneladas. A barra de erro, 40 bilhões de toneladas para cima e 40 bilhões de toneladas para baixo, representa 80 bilhões de toneladas. Você acha que, se não temos uma medida precisa das fontes naturais, vamos nos preocupar com a emissão humana, de nove bilhões de toneladas? Isso não faz sentido.

E o metano, que é outro chamado gás de efeito estufa, está estável. O crescimento dele é de praticamente zero. No entanto, observa-se que o IPCC, em seu primeiro relatório, estimava que, para 2015, teríamos 2,3 mil partes por bilhão (2.300ppb), quando as observações mostram que estamos aqui embaixo, 1.750ppb. Então, praticamente, o IPCC superestimou a concentração de metano em aproximadamente 30%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O efeito estufa é o galã do aquecimento global, mas ele está incorreto. É algo que começou com Joseph Fourier, o mesmo da matemática, em 1826, e que continua se perpetuando, mas Roberto Wood, em 1909, há mais de cem anos, mostrou que o conceito era falso.

O que acontece? Teoricamente, entra mais radiação, entra a radiação do sol, aquece a superfície, a superfície emite infravermelho, e a radiação infravermelha seria absorvida pelos gases de efeito estufa, CO_2 e metano. Então, teoricamente, se eu emitir mais, se a concentração de CO_2 aumentar, vai segurar mais calor. Então, o Planeta aqueceria, e todas aquelas catástrofes que são faladas aconteceriam. Mas a mecânica quântica mostra que não é bem assim. Aqui está uma molécula de CO_2, com um átomo de carbono e com dois átomos de oxigênio. Quando ele absorve um *quantum* de radiação infravermelha, ele tende a vibrar como uma borboleta ou como uma sanfona. Ele fica excitado, e, para ele voltar ao seu estado básico, a mecânica quântica diz que isso se dá dez mil vezes mais eficientemente com choques elásticos. Uma analogia aproximada do que é um choque elástico é o jogo de bilhar: eu pego a bola branca e, com o taco, impulsiono a bola, que bate na bola preta, transfere energia para a bola preta e, muitas vezes, para. Então, o CO_2, quando está excitado, choca-se com as outras 2,5 mil moléculas. O nitrogênio corresponde a 78% da composição; o oxigênio, 21%; o argônio, 0,9%. Então, esses três gases compõem 99,9% da nossa atmosfera, e o CO_2 entra com 0,04%.

Então, quando o CO_2 se excita e vibra – isto é energia cinética –, ele se choca com essas outras moléculas e transfere energia para o choque de forma muito mais eficiente do que se ele fosse irradiar em direção à superfície. O resultado é que, como ele gastou energia, ele não pode irradiar.

Portanto, essa suposição do IPCC está completamente errada sob o ponto de vista da mecânica quântica, e o efeito estufa tem de ser rediscutido não sob o ponto de vista doutrinal, mas sob o ponto de vista científico mesmo.

O que a atmosfera faz? Há uma proposição de Fleag e Bussinger, já em 1963, que dizia que a atmosfera apenas retarda a perda da radiação. Se não houvesse o sol, o que aconteceria? Por analogia, se eu tirar um cadáver do necrotério e botar um cobertor em cima dele, ele vai aquecer o cobertor? Não vai. À noite, a temperatura não cai? Porque não há a presença do sol. Então, o efeito estufa precisa realmente ser rediscutido.

Então, proposições como a de Kyoto, em 1997, visam ridicularmente a reduzir 5% das emissões humanas, 0,3 bilhões de toneladas de carbono por ano, contra uma incerteza de 80 bilhões de toneladas. Isso é absolutamente ridículo!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E, é claro, há o Acordo de Paris. Por quê? Só querem um fundo de US$100 bilhões por ano. Para quê? Para reduzir as emissões. Reduzir as emissões não vai adiantar nada, porque o CO_2 não controla o clima global. Reduzir as emissões vai fazer com que a geração de energia seja menor. E 80% da matriz elétrica do mundo hoje ainda dependem do petróleo, do carvão mineral e do gás natural, para quem não tem recursos hídricos, para quem não tem outro tipo de recurso. Isso significa que mais de 160 países no mundo continuariam na miséria se fôssemos reduzir as emissões, aumentando a desigualdade social já existente.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Dr. Molion, peço-lhe só um minutinho.

O pessoal da TV Senado está dizendo que está havendo uma interferência na fala do senhor, e eles acham que pode ser um celular no bolso.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Ele está desligado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Está desligado?

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Está.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Ou é o microfone.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Pode ser o microfone também, não sei. Pode ser o microfone.

Então, aí entra a hipocrisia: a Alemanha acabou a construção de 23 termelétricas a carvão mineral. A Alemanha, que investiu muito em renováveis, construiu 23 termelétricas a carvão, com potência firme. Os técnicos chamam de despachável. São 12GW de potência. Só para vocês terem uma ideia do que é isso, Itaipu tem 20 turbinas de 700MW, tem 14GW instalados, mas só roda 60% do tempo. Então, de Itaipu a gente espera 8GW. A Alemanha construiu uma Itaipu e meia, queimando carvão, em particular esses marrozinhos, que são linhitos, que são ricos em enxofre. E sai o dióxido de enxofre, SO_2, que combina com a umidade atmosférica e forma gotículas de H_2SO_4, ácido sulfúrico, esse, sim, poluente.

E o Japão, é claro, depois do acidente de Fukushima, o que fez? Desativou as nucleares e está usando termelétricas. Então, eles podem, nós não podemos.

Aí vem o terrorismo climático: aumento de catástrofes. Sempre ocorreram! A pior seca do Nordeste: 1877-1879. Em 1896, onda de calor no leste dos Estados Unidos matou mais de três mil em Nova York. Pensem na população de Nova York em 1896. Pior furacão que já entrou nos Estados Unidos: 1900. A maior inundação que Paris teve: 1910. Uma das piores secas na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Amazônia: 1925-1926. O Rio Negro, na série de 117 anos, medido pelos ingleses no início, tem o menor valor exatamente nesse período. Qual era o desmatamento que tínhamos na Amazônia em 1925? Megainundação em São Paulo: janeiro de 1929. E, se vocês acham que, em Teresópolis, na região serrana do Rio, houve uma catástrofe em 2011, em janeiro de 1967, na Serra das Araras, morreram mais de 1,8 mil pessoas.

Então, catástrofes sempre existiram, com clima frio ou quente, e vão continuar. O que não se pode confundir é a intensidade do fenômeno com a vulnerabilidade da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Professor...

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Hoje a sociedade...

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Como é importante que as pessoas possam assistir pela TV Senado, agora a informação é a de que pode ser um passador.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Mas, aí, quem vai passar para ele?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Só há esse? (*Pausa.*)

Eu devia ter trazido o meu.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Como é que se vai fazer para passar o eslaide dele? (*Pausa.*)

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Então, você vai ter que se movimentar bastante.

Segue.

Aquecimento provocar aumento do nível do mar?

Vamos lá, minha filha, fique ligada.

A visão apocalíptica do History Channel. Vocês aqui estão vendo Manhattan. Vocês estão vendo aqueles táxis amarelos, característicos de Manhattan? Não é porque a foto esteja ruim; é que eles foram transformados em *yellow submarines* para poder chegar até os edifícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segue.

Al Gore disse, naquele documentário dele, que o nível do mar subiria 6m (20 pés) até o final do século.

O IPCC, no Relatório 4, disse: 59cm.

Aí o IPCC, no próximo relatório, voltou mais veemente: 98cm. E eu fiquei pensando: caramba, com essa incerteza toda que existe, porque não arredondar logo para um metro? Não pode, não. Um metro é chute; 98, um cálculo preciso.

Medir nível de mar neste mundo é missão impossível.

Segue.

Vejam o que está acontecendo: a Escandinávia está subindo – o nível do mar em Estocolmo, que tem mais de 200 anos de medida de nível de mar, está diminuindo –, enquanto Veneza está afundando. Movimento de placa tectônica. Por quê? Durante a Era Glacial, havia muito gelo lá em cima. À medida que o gelo foi derretendo, a superfície se levanta.

Como o instrumento está fixo na superfície, se a ponta da placa levantar, o instrumento sobe junto e mede o nível de mar mais baixo.

Segue.

Esta aqui, vocês podem ver na internet – Montecito, Califórnia –, é uma das fotos da mansão de Al Gore. Ele pagou US$9 milhões durante aquela crise. O que vocês veem ali à direita? Então, pergunta-se: um cara que acredita piamente que o nível do mar vai subir 6m gasta US$9 bilhões para comprar uma casa no nível do mar; não é estranho?

Segue, por favor.

Polos derretendo. Culpa do homem?

Segue.

Não, transporte de calor. Aqui, a corrente do Golfo; aqui, a América do Norte. Essa corrente leva calor.

Segue.

O calor entra para dentro do Ártico.

Segue.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o gelo é flutuante: 10% do *iceberg* está em cima, 90% estão embaixo. Se a água quente derreter parcialmente a parte submersa – 87%, 85%, não, mais 90% –, o sistema todo se desestabiliza. Não vai animar.

Vocês iam ver, então...

Segue mais um.

Vocês veem um *iceberg*.

Mais um.

O *iceberg* está desmoronando, mas o gelo que está em cima, no continente, está intacto, não está degelando.

E aqui está uma prova de que não é uma mudança de clima de agora. Este artigo, publicado em uma revista que ainda existe, da Sociedade Americana de Meteorologia, *Monthly Weather Review*, publicada em novembro de 1922, relata a expedição oceanográfica que a Noruega mandou para o polo.

Segue mais uma.

Fizeram sondagens até a 3,1 mil metros de profundidade e descobriram que as águas estavam mais quentes do que o normal, e isso era a causa do degelo – 1922! Qual era a emissão de CO_2 que o homem colocava na atmosfera em 1922?

De onde saem essas previsões catastróficas? De modelos de clima. O que são modelos de clima? Um código de computador. Esse modelo de quinta geração da Nasa, por exemplo, tem mais de 1,5 milhão de linhas de instrução, precisa de supercomputadores para rodar. Mas eles têm um problema: eles não reproduzem o clima global, você não vê os resultados dos valores absolutos; eles só mostram as diferenças entre o que eles chamam de rodada de controle e o experimento feito.

E, acima de tudo, vejam que interessante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Cobertura de nuvens. Esse é o grande calcanhar de aquiles dos modelos.

Segue.

Por exemplo, se eu pegar as nuvens sobre a América do Sul – a linha preta é a de observações, embaixo estão os modelos –, notem que os modelos tendem a subestimar a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

cobertura de nuvens. Se eles subestimam a cobertura de nuvens, é muito claro, eles deixam entrar mais radiação solar e aquecem o Planeta.

Segue.

Aquecimento de 1916 a 1945. Existe uma técnica...

Segue.

Existe uma técnica que a gente chama de *hindcast*. O que é *hindcast*? Você tem os dados observados no passado e roda o modelo para ver se ele reproduz aquilo que foi observado. Quando fizeram isso com aquele aquecimento de 1916 a 1945, 81 modelos – isso é a intercomparação do IPCC –, olhem a confusão que deu: cada modelo dá um resultado; e a diferença entre o superior e o inferior chega a ser até mais de 3,3º. Então, por que estão falando que, se passar de 2º, vai destruir-se o mundo, se os modelos não conseguem uma resolução dessa natureza?

Segue.

Ajustaram também... Para o Relatório nº 5, eles ajustam o modelo, com os parâmetros, com os dados observados, depois projetam para frente. As projeções de modelo, em vermelho, mostram que em 2015 nós já deveríamos estar com 0,8º, quando na realidade as observações mostram que estamos apenas 0,2º acima da média.

Segue.

Por quê? Os modelos tendem a aquecer os oceanos. Olhem aqui. Olhem lá.

Por favor.

Este é o resultado da intercomparação para o Relatório nº 5, este de agora, de 2013. Vejam como os modelos tendem a superaquecer os oceanos. Ora, nós estamos falando em 71% da superfície terrestre; a atmosfera sendo aquecida por baixo, ar em contato com a superfície. Se o modelo ou os modelos fazem um oceano mais quente, está na cara que o resultado vai ser temperaturas mais quentes, quando a realidade observada é: frio ao longo da costa das Américas, pouco quente lá, e a maior parte do Pacífico praticamente neutra, representada pela cor branca.

Segue.

Agora, a pergunta é: o clima está mudando? Está. E o pior é o seguinte: é para um resfriamento global, e não para um aquecimento. Nós vimos na história da Terra dos últimos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dez anos que, toda vez em que o clima esteve quente, as civilizações progrediram e, toda vez em que o clima esfriou, as civilizações ou desapareceram ou tiveram grandes problemas.

Segue.

Quais são as causas desse resfriamento? O Sol...

Mais uma. Segue mais uma.

O próximo ciclo solar, que deve começar no ano que vem, em 2020, e durar até provavelmente o ano 2031, 2032, segundo os físicos solares, vai ter um mínimo de atividade, até inferior ao mínimo de 200 anos atrás. Então, o Sol vai estar menos ativo nesses próximos 10, 12 anos.

Segue.

Então, o que acontece?

Mais uma.

Quando o Sol está menos ativo, o campo magnético solar se enfraquece e permite a entrada dos erroneamente chamados raios cósmicos galácticos – porque eles não são raios, eles são partículas de alta energia, que, quando entram na nossa atmosfera, colidem com as moléculas de nitrogênio, de oxigênio, ionizam essas moléculas e ajudam a formar núcleos de condensação, que são a sementinha da gota da nuvem. Então, havendo mais núcleos de condensação, a tendência é que se criem mais nuvens. E, caso se criem mais nuvens, isso vai rechaçar, vai refletir de volta para o espaço exterior a radiação que vem do Sol.

O resultado vai ser o resfriamento do Planeta. Obviamente, têm que se resfriar primeiro os oceanos.

Segue.

Os oceanos, particularmente o Pacífico, resfriando-se, vão levar a um resfriamento.

Mais um.

Essa figura eu fiz agora. Eu peguei os dados de 1999, da temperatura da superfície do mar, a 2018 e subtraí aquele período quente de 1976 a 1998. Olhem o que está acontecendo: a maior parte do Pacífico, próximo das Américas, está esfriando. Então, já há indícios de que o Pacífico está esfriando. E o que nós vamos ver é um inverno, por exemplo, semelhante a esse que está acontecendo nos Estados Unidos neste ano, com temperaturas abaixo de 40º, na região central americana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segue.

O Atlântico Norte também está esfriando.

Segue.

Temos um conjunto de boias disponível, chamado Sistema Argo, que mostra que, de 2006 até o presente, o Atlântico Norte já esfriou 1,5º. São dados de boias. São boias inteligentes: elas afundam até 2km de profundidade; deslocam-se durante nove dias; no décimo dia, elas sobem, medindo temperatura e salinidade; chegam lá em cima, transmitem para o satélite e afundam de novo para um novo ciclo.

Segue.

E agora? Você tinha ouvido seu pai falar que a Lua interferia no clima? Falava, não é? Se você disser isso para um climatologista, ele vai dizer que você é um lunático, mas interfere indiretamente. Como?

Segue.

A Lua tem um ciclo, que não é mais ensinado na escola, chamado ciclo nodal lunar, de 18,6 anos. O que é isso? O plano em que a Lua orbita não é fixo com relação ao equador terrestre. Ele varia: de 28,6º...

Segue.

De 28,6º, 9,3 anos depois, ele vai para 18,4º. Quando está no seu extremo, ele cobre metade da superfície terrestre, que é esse retângulo amarelo. O que acontece? A força gravitacional da Lua puxa a superfície do oceano – a atração gravitacional – e cria um inchaço no oceano. Esse inchaço provoca um desnível entre os oceanos tropicais e os polares, acelera as correntes marinhas, e, como nós vimos, as correntes marinhas transportam mais calor e derretem o gelo do polo. Porém, quando, 9,3 anos depois, ele está em uma posição mínima, esse retângulo é menor. Para se ter uma ideia, a Lua em 28 dias tem que viajar 13 mil quilômetros, quando está na inclinação máxima, e só viaja 8 mil quando está na inclinação mínima.

Segue.

Aí eu me deparei... Construí uma tabela, desde 1885 até 2090 – se o IPCC pode, por que eu não posso? –, procurando causas do degelo. Por exemplo, em 1913, houve aquele degelo que foi reportado pelos noruegueses. Começa um pouco antes o degelo. Lembram-se de quando afundou o Titanic? Abril de 1912, próximo daquele degelo. E outro degelo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que mais me impressionou foi essa coluna quando o plano da órbita está no mínimo. Todos os El Niños fortes – 2015, 1987, 1978, 1959, 1941 – acontecem quando a lua está no mínimo.

Força gravitacional. Então, quando está no mínimo, ela não exporta tanto calor dos trópicos em direção aos polos e conserva mais calor na região tropical. O resultado são El Niños fortes e desastrosos para a Amazônia e para o Nordeste, por conta das secas, e para o Rio Grande do Sul, por conta das chuvas excessivas.

Claro, por ser...

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Professor, com todo carinho e respeito, mas o nosso Embaixador também tem um horário de voo ao meio dia e...

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O.k.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Pode ser uma coincidência. Não; são só 135 anos. Pode ser.

O próximo problema que nós vamos ter é aqui, em 2034.

Segue.

Então, para concluir, lembro que clima varia por causas naturais, os eventos extremos sempre aconteceram e vão continuar a acontecer. Então, é preciso de mais planejamento e adaptação, porque a população está aumentando.

Segue.

O CO_2 não controla o clima global. Ele não é um gás vilão; ele é o gás da vida. Quanto mais CO_2 houver neste Planeta... Este Planeta já teve 7.000 ppm de CO_2; hoje, só tem 400 ppm. A maioria das plantas deixa de funcionar com a concentração em torno de 200 ppm. Nós só estamos com 400 ppm. Se baixarem a concentração de CO_2, nós não vamos ter mais plantas. "Sim, mas eu não sou vegetariano. Eu sou vegetariano de segunda ordem, só como picanha, *entrecôte*..." Sim, mas para chegar a esse estágio, tem o boi, intermediário.

Segue.

A tendência é resfriar. Sol. Redução de atividade solar, aumento da cobertura de nuvens e resfriamento dos oceanos. Essa fórmula é que vai fazer com que nesses próximos 10, 12 anos, pelo menos, fique mais frio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segue.

Agora, dizem que eu não sou conservacionista. Eles confundem conservação ambiental, que é altamente necessária para a sobrevivência dos seres humanos, com mudanças climáticas, com o aquecimento global. Confundem! Independentemente, se aquecer, tem que conservar; e, se resfriar, também tem que conservar.

Segue.

Para não dizer que caí de paraquedas – passe mais um –, meu primeiro artigo oficial na *Revista Brasileira de Geografia* em 1991.

Segue.

Era isso.

Nós não podemos comandar o clima, mas, como diz Francis Bacon, apenas obedecer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu vou pedir a compreensão dos nossos palestrantes porque o Senador Contarato, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que concordou com a formulação desta audiência, pediu-me para fazer uma pergunta ao Dr. Molion. Assim, em seguida, eu passo a palavra ao nosso Embaixador e, depois, ao Dr. Ricardo.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. *Fora do microfone.*) – Serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Mas não sem antes, Senador, parabenizá-lo. A sua presença... Eu percebo que a gente, provavelmente, não pensa as mesmas coisas sobre os mesmos temas, o que é natural, mas a sua presença é um sinal de que há uma abertura para o diálogo. É isso que eu não percebo em tantas outras pessoas.

Então, feito esse registro e feito esse louvor à sua presença, passo a palavra ao Senador Fabiano Contarato, que é o Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado da República, com a qual fazemos, em parceria, esta audiência.

Com a palavra o Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES. Para interpelar convidado.) – Inicialmente, eu quero parabenizar os convidados e mais uma vez, como sempre, me colocar à disposição como Presidente da Comissão de Meio Ambiente e também como Senador, no Plenário, naquilo que eu puder contribuir. Isto eu acho que é o que me fascina na democracia: às vezes são pontos de vista diferentes, mas juntos estamos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construindo o mesmo objetivo, que é a preservação do Planeta, a preservação da vida humana na sua essência.

Eu vou ser bem breve aqui, Sr. Presidente, agradeço a sua compreensão.

Como Presidente da Comissão de Meio Ambiente, gostaria de colocar aqui algumas palavras. Primeiro, agradecer ao Senador Marcio Bittar pela oportunidade de trazer este debate como forma de aprimorar o conhecimento dos Senadores sobre o tema e, assim, promover nossa melhor atuação. Fica aqui mais uma vez o meu apelo, porque eu queria muito que esta Comissão estivesse repleta dos 34 Senadores, mas, infelizmente, os interesses são outros.

Segundo, declarar que tratar do tema mudança do clima é fundamental para o desenvolvimento do País. Temos legislação especial sobre a matéria e política pública associada, baseada no conhecimento técnico e científico sobre o tema.

Do fundo do meu coração, Senador Marcio Bittar, eu quero que esta discussão, assim como as outras que terão, sejam saudáveis e construtivas, porque tenho em mim uma pessoa que está imbuída nesse propósito, para que sejam aproveitadas, no processo de avaliação, na política nacional sobre a mudança do clima no âmbito da CNA.

Aproveito para lembrar também – esta é a razão por que eu pedi para falar – que amanhã teremos outra audiência pública com o tema: "Brasil verde para sempre? Balanço de sete anos do Novo Código Florestal". E na quinta-feira nós vamos ter uma nova discussão também sobre a mudança do clima com outros especialistas, porque não deu para vir todos nesta, devido ao tempo.

Este é o ponto que eu acho importante, que eu estou trazendo para a Comissão de Meio Ambiente: durante este mês de junho, nós estamos aqui tentando instituir, e aí é um projeto de decreto legislativo, o junho verde. Haverá uma série de audiências públicas com assuntos que permeiam o tema ambiental. A ideia é que nós não comemoremos apenas um dia, porque o meio ambiente é a vida toda. Por isso, nós vamos aqui fazer isso. Já conversei com o Presidente Davi Alcolumbre sobre o junho verde. As audiências trarão um teor propositivo para contribuir com a tomada de decisão do Poder Legislativo.

Eu quero com isso, agora, sim, só fazer um questionamento, professor. Eu queria saber o seguinte, tudo bem, se no problema da alteração climática o homem não tem essa relação, o que o senhor pensa sobre qual é o papel da conservação dos nossos ambientes naturais, das florestas, das savanas, dos campos naturais, na produção e distribuição de água? O nosso papel no clima global pode ser discutível, mas me são muito claras a relação de conservação dos nossos ambientes naturais e a produção de água e a relação da atividade humana na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produção de chuva na Amazônia; ou eu estou errado? Eu não consigo entender isso. Eu me debruço sobre isto: a absorção e redistribuição de água pelo Cerrado. Eu fico um pouco preocupado, e com toda a humildade eu falo isso para o senhor, quando eu ouço assim: "Nós não temos culpa com relação à mudança no clima".

O que me vem à mente é assim: "Podemos desmatar que a natureza se encarrega de repor tudo".

Nesse sentido, eu queria ouvir a opinião do senhor. Qual é a relação da atividade humana sobre o microclima, o clima local, a produção de chuvas, as consequências da conservação de áreas naturais? No que as ações do homem efetivamente podem causar impacto *in loco*? A gente pode realmente desmatar a Amazônia, Professor?

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Em princípio, sob o ponto de vista climático, sim. Em princípio, sim. O ponto principal nisso tudo é que aqui nós estamos discutindo o clima global, e o homem não tem condições de afetar o clima global. Essa é a tônica que corre o mundo todo. Localmente, é claro que, se eu substituo uma Mata Atlântica por uma megalópole como São Paulo, eu mudei o clima local; nós chamamos isso de efeito de ilha urbana, eu mudei o clima local. No caso da Amazônia, clima não é argumento para conservação da Amazônia, porque a Amazônia é neutra. Vocês veem muita televisão e ouvem a Maju dizer da umidade que vem da Amazônia... Não vem umidade nenhuma da Amazônia, a umidade vem do Oceano Atlântico e passa pela Amazônia; uma parte fica lá, 40%; 20% saem pelo rio, o que não é pouco, são 200 mil metros cúbicos por segundo; e os outros 20% são reciclados por evapotranspiração, que se incorporam ao fluxo que vem para o Centro-Oeste e para o Sudeste. Então, sob o ponto de vista de clima, a Amazônia não faz sentido nenhum, porque ela é neutra. Vou falar por absurdo. Se ela fosse uma fonte de calor, como ela está estável no mínimo nos últimos 10 mil anos... Se ela fosse uma fonte de umidade, como ela está estável, provavelmente, ela já teria virado um deserto, com 10 mil anos fornecendo umidade. Por outro lado, se ela fosse um sumidouro, ou seja, se toda a água do Atlântico caísse nela, ela ia virar um lago.

O ponto principal para conservação da Amazônia chama-se biodiversidade. Esse é o grande argumento que não há como falar contra absolutamente. Das espécies que estão lá, talvez a gente conheça 90% dos mamíferos, mas, quanto aos microrganismos, que podem ser muito importantes para o desenvolvimento da sociedade, nosso conhecimento é praticamente zero. Então, conservação ambiental para conservação da biodiversidade...

E é claro que, se desmatar, expõe-se o solo à intensidade daquela chuva. Nós medimos isso na Amazônia. Aumenta em aproximadamente 10%, ou seja, de 2,5 mil milímetros, 250

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

milímetros por ano chegam ao solo a mais. Isso provocaria erosão, assoreamento dos rios, mudança da qualidade da água, da vida aquática, de tudo que depende da água.

Nós temos que preservar a Amazônia não com o argumento de clima, porque ela é neutra e, sim, principalmente, para biodiversidade e evitar erosão e assoreamento dos rios. Aí é importante. Nesse caso, a mata é importante e é uma maneira muito bonita de se fazer. É claro que o homem interfere no microclima, mas no clima regional não interfere, e no clima global, muito menos.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Vou passar a palavra para o nosso Ministro Leonardo de Athayde, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores. Com a palavra.

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE – Alô, estão me ouvindo bem? Muito bem, então está bem.

Prezado Senador Bittar, Exmos. Senadores, estimados cientistas, querido público, é uma honra comparecer a esta audiência pública no Senado, em nome do Ministério das Relações Exteriores, sobre um tema tão sensível e relevante para a diplomacia brasileira e para as políticas públicas do Governo brasileiro, um tema cuja relevância foi inclusive reconhecida pelos Senadores que aqui já falaram.

Agradeço também a intervenção, a palestra do Prof. Molion. Eu achei extremamente interessantes as informações que o senhor prestou, professor, mas eu vou ter que começar a minha exposição aqui com, talvez, se os senhores me permitirem, uma pequena declaração de incompetência. Na verdade, eu sou um diplomata, e não um cientista. Eu até gostaria, mas me sinto incapaz de me engajar de maneira aprofundada sobre os aspectos técnicos e científicos sobre esse tema e vou, então, com a permissão do Senador Bittar, me ater a falar das negociações internacionais que estão ocorrendo, explicar para os senhores o que é a Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, marco no qual tem se dado boa parte das negociações internacionais que o Governo tem que acompanhar. São negociações que estarão aí, que correrão de qualquer maneira, dado o fato da agenda internacional, de que há essas negociações; e nós, então, o Governo brasileiro, tem que decidir como se posicionar diante dessas negociações.

Então, eu procurarei explicar de forma breve a essência do regime que existe hoje, do marco normativo no âmbito do qual os Estados têm adotado as suas políticas, e vou também explicar, de forma geral, as posições do atual Governo brasileiro, do Presidente Bolsonaro, a respeito dessas negociações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, um aspecto central das negociações, e isso desde os seus primórdios, os primórdios do chamado Regime Internacional de Mudanças do Clima, que remonta ao início dos anos 90, ou mesmo antes disso, está refletido esse aspecto aqui mesmo, nesta audiência, com a presença dos estimados cientistas que estão aqui sentados à mesa, porque este tema de mudança de clima, embora seja tratado como tema político, um tema da diplomacia, um tema diplomático, ele é também talvez eminentemente um tema científico. E não é à toa, portanto, que o engajamento de cientistas no âmbito das discussões sobre o... Cientistas de vários países, inclusive do Brasil, têm estado engajados, envolvidos nas discussões desde os primórdios do regime.

Então, em 1988, vários anos antes, quatro anos antes da Conferência do Rio, a Rio 92, que adotou a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE – ... 1988, então, foi criado o chamado IPCC, que é o Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima; é um órgão que tem sido, que foi constituído de maneira associada à Organização Meteorológica Internacional e ao Pnuma, que é o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Esse órgão é intergovernamental, mas conta com uma participação muito significativa de cientistas de vários países, inclusive cientistas brasileiros, que têm estado presentes, inclusive já presidiram, copresidiram sessões desse painel, do IPCC.

Esse painel faz uma avaliação; ele não produz pesquisa nova, e, sim, procura fazer um resumo, uma avaliação geral do chamado estado da arte da pesquisa científica nessa área de aquecimento global e mudança do clima. As conclusões do painel são reunidas num relatório de avaliação chamado relatório de avaliação, que é posteriormente submetido ao crivo dos governos. Há 195 países fazendo parte do IPCC.

Bom, então, desde seus primórdios, tem havido essa participação de cientistas, e é evidente que, sendo esse um tema eminentemente científico, nenhuma discussão, nenhuma negociação sobre o assunto internacional pode prescindir do aporte de cientistas. E eu acho que todos os países têm isso muito presente, mas certamente acho que o Brasil tem isso presente, e, por isso mesmo, acho muito bom, muito interessante que estejam aqui nesta audiência presentes dois cientistas.

Bom, falando, então, do regime em si, passando do IPCC para o início do regime internacional que se deu em 1992, quando foi adotada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, uma convenção que instaurou o regime, mas que, na verdade, estabeleceu relativamente poucas obrigações para os Estados; quer dizer, o principal

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que a Convenção-Quadro fez foi essencialmente estabelecer as principais instituições, as instâncias negociadoras, que posteriormente seriam utilizadas para negociar as normas do futuro regime.

Bom, depois isso, então, foi há 27 anos.

Nesse período, o regime, essas negociações já passaram por várias fases, em que foram adotados diferentes instrumentos, com obrigações diferentes e até mesmo enfoques e abordagens muito diferentes para o tema.

Bom, em 1997, então, foi adotado o chamado Protocolo de Kyoto. O Protocolo de Kyoto, que seguia uma abordagem que a gente chama de *top-down*, quer dizer, de cima para baixo, estabeleceu metas de redução de emissões de gazes para países desenvolvidos, industrializados apenas. Isso foi em 1997, há 22 anos.

Houve muita discussão e negociação em torno desse instrumento, mas, mais recentemente, foi negociado um outro instrumento jurídico internacional, que é o chamado Acordo de Paris, que, no ano de 2015, foi adotado numa grande conferência que houve em Paris.

Esse Acordo de Paris estabeleceu, então, um novo marco. E é no âmbito desse novo marco normativo que agora os Estados devem decidir de que maneira elaborar e levar adiante as suas políticas públicas.

Bom, aqui só breves comentários sobre a essência do Acordo de Paris.

Só para que os senhores tenham uma noção clara do que seria o Acordo de Paris. Estabelece uma meta muito clara, na verdade, muito simples. Entende-se que, segundo os relatórios de avaliação do IPCC, que, hoje, no ano atual, a temperatura média global estaria aproximadamente um grau acima do que na era pré-industrial, ou seja, final do século XVIII, antes do início da Revolução Industrial na Europa. Em comparação com esse período, hoje a temperatura média global estaria aproximadamente um grau acima disso.

Então, o Acordo do Paris diz o seguinte: os Estados-membros desse acordo devem trabalhar juntos de maneira a assegurar que, no futuro – o futuro, partindo do pressuposto de Kiev, de que deve continuar havendo aumento da temperatura média global –, os Estados devem trabalhar juntos de maneira a assegurar que o futuro aumento fique abaixo, bem abaixo de dois graus. Ou seja, trabalhar para que, no futuro, o aumento da temperatura média global se estabilize num patamar que esteja bem abaixo de dois graus, em comparação com esse período base do final do século XVIII, início da Revolução Industrial. E, na medida do possível, tentar manter esse aumento apenas em um grau e meio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, essa é a meta, enfim, do Acordo de Paris.

Estou explicando isso aqui para fins informativos, para que os senhores saibam.

Além disso, o coração, digamos, talvez a cláusula, a disposição mais importante do Acordo de Paris diga respeito às chamadas NDCs, que são as Contribuições Nacionalmente Determinadas. A adoção dessas contribuições é obrigatória no âmbito do Acordo de Paris, mas o que são essas contribuições?

Na verdade, o nome já indica, Contribuição Nacionalmente Determinada. Isso quer dizer que cabe a cada país decidir, determinar de que maneira contribuirá para essa meta global de manter o aumento da temperatura média abaixo de 2 graus, em comparação com o período pré-industrial.

Então, países têm optado por adotar metas diferentes, mas há, sim, uma expectativa de que os países desenvolvidos, industrializados pelo menos adotem uma meta que se chama de meta absoluta, que adotem metas mais ambiciosas do que os países em desenvolvimento, uma vez que se entende que, na verdade, os países industrializados são e têm sido historicamente os principais responsáveis pelas emissões de gases causadores do chamado efeito estufa.

Agora, uma coisa importante a se ter presente é que a obrigação, o que Acordo de Paris faz é estabelecer o que nós chamamos de obrigações de processo, mas não de resultado. Então, o que é o processo? Um Estado, um membro, uma parte da convenção de Paris tem de adotar uma NDC, ou seja, um documento que o Governo elabora, dizendo o que fará para controlar emissões de gases de efeito estufa ou contribuir para a meta global.

Isso tem que ser apresentado e, posteriormente, no âmbito da convenção do clima, espera-se que os países partes da convenção forneçam informações sobre as políticas, as medidas que vêm sendo adotadas pelo Governo para cumprir com a sua NDC.

Agora, o interessante é que não há uma obrigação de resultado, ou seja, não há nada no acordo que diga: "Adotada a NDC, o país tem que cumprir a NDC". Isso não é dito expressamente na NDC. Na verdade, o Acordo de Paris estabelece obrigações de processo, mas, na verdade, dá bastante latitude para os Estados, os governos decidirem de que maneira irão contribuir ou não para esse processo.

A NDC brasileira já foi apresentada há alguns anos. Ela estabelece acho – não sei se é do conhecimento dos senhores – uma meta global, absoluta de reduzir em 37%, até o ano de 2025, as nossas emissões de gases do chamado efeito estufa em comparação com o ano de 2005. Essa é a meta adotada pelo Brasil, determinada nacionalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, então, esse é o regime, expliquei o que é o regime aqui. Agora, então, chegarei talvez na parte mais interessante que é falar de que maneira, quais são as atuais diretrizes do Governo brasileiro em relação a esse regime, quais são as posições negociadoras do Brasil nesse tema.

Então, a primeira informação é uma diretriz que decorre de uma informação básica. No início do ano houve uma discussão no Governo brasileiro e foi tomada uma decisão, num nível muito elevado, de que o Brasil permaneceria, por enquanto, no Acordo de Paris.

Essa decisão foi tomada num nível que a mim me transcende e muito.

Estou aqui apenas comunicando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE – Perdão...

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Não é o seu tempo não, é silêncio...

O SR. LEONARDO CLEAVER DE ATHAYDE – Ah, perdão. Obrigado, Senador.

Bom, então essa foi a decisão tomada. E há também uma indicação a manifestações do Governo, do atual Governo brasileiro, o Governo do Presidente Bolsonaro, de que o Brasil cumprirá as obrigações assumidas até o momento. Essa é a orientação geral que pauta e pautará a atuação do Itamaraty, e não apenas do Itamaraty, porque o Itamaraty não atua nunca, em negociação nenhuma, de maneira isolada. Nós nos coordenamos com todos os Ministérios, os órgãos do Executivo que têm atribuições de competências técnicas no tema, e nesse caso são muitos. Os órgãos, além do próprio, evidentemente, Ministério do Meio Ambiente importantíssimo, também o Ministério da Agricultura, o Ministério da Ciência e Tecnologia, todos, o Ministério da Economia, todos têm competências, e outros têm competências nesse tema. E as decisões tomadas são colegiadas, para definir de que maneira nós nos pautaremos, nos orientaremos em negociações.

Dizer que a gente fica no regime, por enquanto, significa a vassalagem, e eu quero deixar muito claro que, de maneira alguma. O Governo brasileiro, o que fará? Atuar no âmbito desse regime de mudança do clima, pautado pelo engajamento crítico, por uma ótica que é estritamente nacional, que buscará refletir os anseios da população e as necessidades de desenvolvimento do País. Isso será feito e será feito, Senador, de maneira muito firme, o senhor pode ter certeza disso. O Brasil defenderá a sua soberania com unhas e dentes, e será um grande prazer fazê-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora com relação a outros aspectos do regime que está em negociação, haverá na verdade no final deste ano uma outra grande Conferência das Partes, e a grande tarefa que no momento... Na verdade há duas questões que estão preocupando os países neste momento, no âmbito do regime. Primeiro, na última Conferência das Partes que houve na Polônia, em Katowice, em dezembro passado, foi adotado um manual, digamos assim, um chamado livro de regras do Acordo de Paris. Esse livro de regras estabelece diretrizes, como se fosse a regulamentação do Acordo de Paris. Estabelece diretrizes mais detalhadas para os países, para a implementação do Acordo de Paris. E ficou em aberto um tema apenas dessa negociação, que diz respeito aos chamados mecanismos de mercado de carbono. É um tema que está sendo negociado, o que sobrou, o residual, dessa conferência ocorrida em Katowice no ano passado.

Então, nós estamos atuando. O Brasil, na verdade, nesse tema, tem preocupações, porque havia anteriormente, no âmbito do Protocolo de Kyoto – e, portanto, no âmbito do regime de mudança do clima – um mecanismo chamado mecanismo de desenvolvimento limpo. E através desse mecanismo, o Brasil recebia financiamentos internacionais para projetos ambientais.

Então, agora será negociado um novo mecanismo, que deverá substituir o mecanismo de desenvolvimento limpo. E, então, nós atuaremos para que seja um mecanismo que se adeque aos interesses brasileiros. E estritamente, será essa estritamente a única preocupação que nos moverá.

Além disso, há um outro aspecto do regime, que diz respeito ao que nós chamamos de agenda de implementação do acordo. Infelizmente – infelizmente mesmo –, um aspecto desse regime de mudança do clima que nos causa muita consternação é o fato de que muitos países industrializados adoram cobrar. Embora sejam eles os principais responsáveis pelo aquecimento global, eles adoram cobrar obrigações e metas de mitigação dos países em desenvolvimento. Acontece que muitos países em desenvolvimento não têm condições técnicas, financeiras e tecnológicas de adotar medidas para o cumprimento de metas.

E há uma obrigação do regime, uma obrigação do Acordo de Paris, está prevista no Acordo de Paris, estava prevista em Kyoto, de que os países desenvolvidos deem financiamento para o cumprimento dessas obrigações. E, infelizmente, os países industrializados, muitas vezes, não querem cumprir a sua obrigação. E quando cumprem ou dizem que deram financiamento para país tal e tal, eles dão poucas informações. Então, a gente fica sem saber direito se eles realmente deram um financiamento que tem a ver mesmo com projeto ambiental, se foi uma coisa que não tem nada a ver com isso, mas uma outra área, e eles colocam no relatório como se fosse um financiamento no âmbito da convenção, e a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fica sem saber. Então, há um interesse em pressionar esses países para que cumpram a sua meta, aumentem o financiamento previsto para projetos ambientais e que deem mais informações sobre o que estão fazendo.

Bom, em segundo lugar, o Governo brasileiro, e isso já foi dito de forma muito clara, inclusive, entendo eu, pelo Ministro do Meio Ambiente, dá muita prioridade à chamada agenda ambiental urbana. Então, trazer a discussão ambiental para as cidades e verificar de que maneira políticas adotadas nas cidades em tratamento de lixões, por exemplo, em matéria de saneamento básico, no controle da qualidade do ar, de que maneira essas políticas podem contribuir para a melhoria da qualidade de vida nas cidades.

E nós entendemos que na verdade essa agenda ambiental urbana tem muita relevância para o regime do clima, não apenas no aspecto da mitigação. Mitigação, a gente fala sempre, há dois conceitos do regime, de que a gente fala sempre, que são a mitigação, por um lado, e a adaptação, por outro. Mitigação quer dizer tentar reduzir a emissão de gases de efeito estufa; e a adaptação são os investimentos feitos pelos países já aceitando que houve aumento da temperatura global, o que, por sua vez, tem consequências para países em desenvolvimento, países vulneráveis.

Então, quando a gente fala em adaptação, a gente está falando em adotar medidas com o intuito de diminuir a vulnerabilidade desses países, as consequências do aquecimento global. A gente fala também em resiliência climática.

Então, essa questão da adaptação é importante para o Governo. Entendo que ela está na base dessa agenda ambiental urbana e é um assunto que inclusive está sendo negociado no âmbito da Convenção do Clima. E nós vamos bater muito nisso.

Um outro elemento que muito preocupa o Governo e que também nós levaremos para as negociações é solicitar e exigir que os esforços já empreendidos pelo setor privado brasileiro para a proteção do meio ambiente sejam devidamente reconhecidos e recompensados.

Então, nisso nós entendemos que o setor privado brasileiro já deu uma grande contribuição e continua a dar. E nós vamos lutar nessas negociações para que essas contribuições reais sejam reconhecidas e recompensadas.

Então, esses seriam, Senador, os pontos gerais que nos norteariam nas negociações.

Acho que, à guisa de informação geral, deixo isso.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Agradecendo ao Ministro Leonardo, vou passar a palavra ao Dr. Ricardo Felício.

Nós recebemos aqui, Dr. Ricardo, algumas, que vou citar, porque, de repente, a sua explanação já aborda o tema.

São de vários internautas:

Danilo Mendes, do Distrito Federal, pergunta: "Temos que parar de usar gasolina nos carros e usar só eletricidade?".

Josias Reis, do Distrito Federal também: "O que é mais importante: garantir o emprego e renda ou proteger o ambiente ao custo da empregabilidade?".

Thiago Maia, do Rio de Janeiro: "Como a hipótese do aquecimento global antrópico explica [este está atento] que no [período] Holoceno tivemos temperaturas mais altas com CO_2 mais baixo?"

A terceira indagação, Dr. Ricardo, que fazem aqui alguns internautas é – vou tentar sintetizar: há na fala do Dr. Molion uma contestação ao IPCC e a constatação, tida como científica, de que há um aquecimento ou mudanças climáticas provocadas pelo homem. O Dr. Molion vem e diz que há mudanças climáticas históricas, mas que não são provocadas pelo homem.

Os internautas dizem que, mesmo assim, o IPCC, a ONU, a partir dessa hipótese, estabeleceu uma série de regras e interferências nos países, através de sanções, de verbas que só são realizadas se o país abrir mão da Floresta Amazônica, basicamente, sendo que, na verdade, há uma afirmação muito drástica e grave de pessoas que estudam o tema há décadas que dizem que a partir desse raciocínio do IPCC, da ONU, está errado.

Então, o Brasil deve... Aí, sim, Ministro, os internautas perguntam se isso não é vassalagem. Se o Brasil, ao aceitar hipóteses de organismos internacionais que não se comprovam como ciência, ao contrário, e, mesmo assim, aceita a interferência a ponto de produzirmos ou não... O Ministro Ricardo Salles está agora discutindo o Fundo Amazônia. E a Alemanha, que é uma das maiores patrocinadoras – o Dr. Molion acabou de dizer –, fez uma Itaipu e meia em termelétrica, que é a mais poluente do Planeta, mas, ao mesmo tempo, quer exigir que o Fundo Amazônia só sirva para políticas que não mexam na Floresta Amazônica. Então, alguns internautas tocaram mais ou menos nesse assunto, quer dizer, não era para dar um freio de arrumação? O Brasil não teria que dar um freio de arrumação? Espera aí. Se tudo isso que a ONU, o IPCC, esses organismos internacionais dizem está baseado numa premissa que não se confirma, não é para parar e dar um freio de arrumação?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu faço essas indagações, que são questionamentos de internautas que estão nos assistindo, para, quem sabe, serem abordadas já na fala do Dr. Ricardo.

Com a palavra o Dr. Ricardo Felício.

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Bom dia a todos. Sou Ricardo Felício, sou meteorologista e também gosto da geografia. E a parte da geografia de que mais gosto, além de todas as áreas físicas, é a geopolítica. Aí, praticamente, eu vou, simplesmente, colocar... O Prof. Molion já passou a autoestrada e esqueceu uns buracos. Eu vou tampar só esses buracos, porque, realmente, hoje, 31 anos depois, sem a apresentação da evidência científica, se a gente ainda está comendo desse prato, alguma coisa está muito errada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Vinte e quatro conferências já, não é?

Então, por isso que eu coloquei. Sempre coloco "mudanças climáticas" entre aspas, porque tiraram aspas e virou uma entidade religiosa. É apenas uma questão geopolítica, porque, de tudo o que gente está vendo na área de meteorologia e de climatologia geográfica, duas escolas dizem: "Não, isso está errado".

Por favor.

Então, o objetivo da nossa palestra é apresentar a fragilidade da hipótese. Não é teoria do aquecimento global, sinto muito. Por quê? Porque uma teoria tem que trazer evidências. Esses caras, até hoje, não trouxeram. O que mais a gente viu é falta evidência científica. Então, está no mundo da fantasia, as hipóteses. A gente pode pensar o que a gente quiser do aquecimento global e da discrepância. Então, quando o cara ainda fala em mudança climática, ele está fugindo da realidade completa, porque mudança climática é qualquer coisa, é qualquer coisa.

Quando a ciência já antecipa a sua variabilidade natural... A ciência fala: "O clima vai mudar sempre, para cima, para baixo, para esquerda, para direita". Não interessa. Falar mudança climática é pleonasmo. Demonstrar que não existe uma agenda climática, sinto muito. Não há essa agenda climática. Isso é uma distorção científica que está tendo uma serventia. E é essa serventia mesmo a que a gente tem que estar atento. Qual é? Legitimação de ações geopolíticas, porque é lindo falar sobre clima. Quem aqui entende de clima, por favor, levante a mão.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Eu também não levanto a mão. A gente vai levantar a mão, professor? Porque a gente vai demorar. A gente sabe um pouquinho. Mas será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que a gente sabe tudo, por exemplo, das nuvens? A gente vai ver que não sabe, tanto que alguns modelos do IPCC, quando são rodados, fazem o Planeta virar uma bola de neve, pessoal, porque jogam toda a energia para fora. Outros o fazem virar uma estufa gigantesca, porque o vapor de água segura a energia. Nem eles sabem! Nem eles sabem! Nós vamos mostrar um pouquinho dessas coisas para vocês. Então, servem de legitimações geopolíticas, e, olha só: imposições de agentes internos à nossa Pátria – então, tem gente aqui dentro também que está fazendo isso – e agentes externos, sobre, sim, a nossa soberania; e principalmente pegar o desenvolvimento do Brasil – a parte da população e dos nossos sistemas produtivos.

Eu sempre gosto de começar a minha palestra com essa imagem, porque, senhores, é o helicóptero que está poluindo, não é o vulcão.

Vamos lá: olha, eu resolvi ser bastante didático, porque o tema é muito complexo, como o Prof. Molion já falou, e nós temos pouquíssimo tempo; então eu resolvi fazer a equação lógica da hipótese. O que é que diz a equação lógica da hipótese? Sobe CO_2, ou qualquer outro CO_2 equivalente, que há agora no discurso: implica um aumento de um negócio chamado efeito estufa – é a casinha de vidro que eu desenhei aqui –, que, por sua vez, quando aumenta, aumenta a temperatura do ar global média, que, por sua vez, quando aumenta, vejam só: cria tudo que é tipo de problema no mundo e na sociedade. Aí, a gente pergunta o que é que aconteceu com o tema de mudança climática: ele entra aqui no meio, porque eles perceberam que as temperaturas meio que pararam de subir. Quando o IPCC nasce, nasce num período em que as temperaturas estão mais baixas, e eles já sabiam que até o final do século XX as temperaturas iam subir. É muito fácil fazer a ciência: "Viu como está subindo? Viu como está subindo?". Mas chegou ao final do século XX para o século XXI e começou a dar uma amainada, e aí: "Opa, a hipótese não está mais se confirmando". Hum! E tudo isso é causado sabe por quê? Porque a nossa vida está melhorando, porque o nosso consumo está aumentando, porque nós existimos no Planeta e porque nós estamos sobrevivendo neste Planeta. Esta aqui é a equação da hipótese.

Bom, então vocês estão percebendo que ela é bastante simples, porém, ela possui elementos altamente complexos e, justamente por ter elementos altamente complexos, fazendo uma relação extremamente simplória, está aí a sua fragilidade: cria uma relação inexistente de atribuição entre fatores altamente divergentes. Quem falou que, se eu entrar "a" aqui, sai "b", "c" e "d"? Não sai! Então, eu resolvi desmontar um por um esses aqui, da nossa equação, da lógica deles. Primeiro, do dióxido de carbono.

Por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, primeira pergunta: esta molécula, micro, controla a temperatura do ar global média? Nós estamos falando de um planeta que tem temperaturas gigantescas, numa área de mais de 510 milhões de quilômetros quadrados, o que significa isso? Essa é a primeira pergunta. E aí, quando você olha na história – na história do Planeta –, onde está a relação de CO_2 com temperatura? Sinto muito, não existe. E, olhem só, no Pré-Cambriano – que todo mundo do IPCC gosta de desaparecer com isso daqui, pessoal, deixe-me avisar vocês antes; por quê? Porque nós tínhamos dez vezes a concentração de CO_2, e o Planeta entrou numa era glacial. Então onde está a hipótese se confirmando? Está aqui. É uma concepção artística do que seria a terra nesse período. E foram duas vezes. E o resto do tempo que você pode ficar procurando, procurando, procurando. Não tem relação. "Nossa mas a história do Planeta é muito grande, Professor! Dá para ver de outra maneira?" Dá. Já havia o Holoceno, como fizeram a pergunta. Isto aqui é o trabalho do Sr. James Hansen, aquecimentista de carteirinha, título 001. Ele é o primeiro, é o fundador. Eu sou aquecimentista nº 1 do Planeta. O trabalho científico dele não faz essa relação. Olha só, se a temperatura sobe antes, CO_2 vai atrás; temperaturas descem, CO_2 vai atrás. "Ué, está meio estranho. Você falou que era o CO_2 que fazia a temperatura subir".

Nos últimos 150 mil anos, de novo, o pessoal da Geologia trabalha também com glaciologia, mostra testemunhas de Vostok, de pedaços de gelo, temperatura sobe antes, CO_2 vai atrás; temperatura desce, CO_2 vai atrás. Está aqui o Prof. Ian Clark falando. Não podemos dizer que o CO_2 vai dirigir as mudanças climáticas porque certamente nunca fez isso na história do Planeta.

Esses malucos aqui, que são noruegueses – noruegueses manjam bastante dessas coisas de gelo também –, resolveram mudar a escala. Mas vamos ver no tempo presente. Pegaram temperatura dos oceanos, temperatura dos continentes e CO_2. Adivinha o que vai acontecer. A mesma coisa! A temperatura dos oceanos e dos continentes sobe antes, CO_2 atrás; temperatura dos oceanos baixa, dos continentes baixa, CO_2 vai atrás. Precisava ter ido muito longe na ciência? Não. Tinha que ter ido só pegar o relatório do IPCC – de que ninguém lê as três mil páginas, porque não tem paciência, vai ler aquelas 25 –, ler no relatório deles, senhores. O relatório deles está dizendo que as variações de dióxido de carbono dos últimos 420 mil anos seguiram... Então o CO_2 está seguindo a temperatura tipicamente de vários séculos a um milênio. O que ele está dizendo? Sobe de 800 a 1.000 anos antes a temperatura, o CO_2 vai atrás; a temperatura baixa, o CO_2 vai atrás. E na p. 446 do relatório, o IPCC, que se diz autoridade que está querendo legitimar tudo isso que o senhor estava falando, assume.

Concluindo a explicação para as reações glaciais e interglaciais de CO_2 permanecem como um difícil problema de atribuição. O IPCC está confessando que ele não conseguiu achar a prova. Não é o Prof. Ricardo, nem o Prof. Molion. São os próprios caras do IPCC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Segunda pergunta: esta molécula aqui vai controlar o macroclima do Planeta, tudo o que aqui, inclusive Sol, Lua, raios cósmicos e outras incógnitas que nós, da climatologia, não sabemos ainda que imperam no clima? Estão dizendo que é isso. Será? Tudo o que a gente observa na natureza desses macrossistemas são eles que controlam. Duração do ciclo solar, anomalia de temperatura, oceanos muito bem colocados pelo professor. Ciclo solar, temperatura dos oceanos, regiões sensíveis como o Ártico, o Sol controlando. Se você tomar muita cachaça, CO_2 encaixa nessa curva, porque não tem como, não encaixa, não tem jeito. Vulcões, a grande incógnita. Você nunca sabe quando vai aparecer um vulcão. E aí acabou. Se entrarem três grandes vulcões em erupção, não há mais verão no ano seguinte.

Então eles fazem essa afirmação: o CO_2, inclusive, o humano, que é a forçante do clima do mundo contra o Sol, contra os vulcões, contra os oceanos. Então, pela hipótese deles, o CO_2 é o agente que controla o clima da Terra. A primeira falha terrível dessa hipótese deles, que é um reducionismo violento do que é a natureza climática sem precedentes na história humana. Acho que até Deus... Havia mais Deus do que CO_2, quando os caras batiam tambor lá para controlar o clima.

Segundo ponto – pode apertar, por favor –, o efeito estufa. Conceito completamente equivocado, o resultado de uma estufa é: entra a radiação solar; sai, sim, a radiação infravermelha e, se o vidro for de quartzo, sai 100%, o que não sai lá de dentro é o ar que esquentou. Então, você está bloqueando a dinâmica de fluidos. Isso não acontece no Planeta Terra, você não está bloqueando essa dinâmica. Então, aqui, você tem uma dinâmica confinada; nesse outro daqui – pode apertar, por favor – a atmosfera está livre. Livre para fazer o que ela bem entender: chover, nevar, levar água para as cabeceiras dos rios, fazer o que ela quiser.

Então, quando a gente tem esse saldo positivo, o Dr. Harrison, da Nasa, fala: o pessoal sempre confunde que a atmosfera da Terra faz esse atraso de perda de energia. Imaginem uma bola de bilhar imersa em um fluido, está aquecendo a bola de bilhar que passa para o fluido e depois essa energia vai embora. Então, a entrada de radiação é na velocidade da luz e a saída de infravermelho também é na velocidade da luz. As outras transferências de energia são extremamente lentas, é esse o atraso! Na Lua, não tem atmosfera, de tudo que entra, uma parte vai ser refletida, mas vai ser transformada em infravermelho e vai embora. Quando você tira a radiação de entrada – que é o K, K estrela, que é o Sol – só sobram as perdas. E a perda do processo de infravermelho continua sendo na velocidade da luz. É muito eficiente, é muito eficiente! O que atrasa é a dinâmica da atmosfera, vapor de água, tudo que está lá dentro da dinâmica do processo está atrasando.

Na Lua, isso não acontece. Mas olha só que interessante. O Arrhenius, que é o pai da do aquecimento global da idade moderna, traz lá, em 1896, um cálculo que, se não existisse o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

efeito estufa, a temperatura da Terra seria de -18ºC, enquanto hoje é de 15ºC. Ele simplesmente errou, fez um procedimento matemático totalmente equivocado que foi consertado pelo Gerlich, em 1995, que disse: "Não, a temperatura na Terra seria -129", que é mais ou menos a temperatura da Lua, -130 graus.

A coisa mais absurda de tudo isso é fugir da Física, não é, professor? Fugir da Física. Por quê? Porque a troposfera, que é a primeira camada da atmosfera, é quente embaixo e fria em cima. Então, não é possível um corpo frio esquentar um corpo quente. O próprio Prof. John Christy, que trabalha com radiossondagens há anos, fala assim: "Eu não consigo encontrar nada quente aqui em cima".

Mas o mundo da fantasia, dos modelos do IPCC, eles criam essa fantasia, mostram uma anomalia de temperatura quente aqui para falar que está aquecendo. Quando você pega o perfil real da atmosfera, sondagens, lança balões, eles vão lá perfilando, satélites, mas você não encontra isso, não encontra essa mancha quente porque ela não vai existir mesmo. E o mais interessante de tudo isso é que, quando você observa uma estufa... O climatologista Timothy Oke fala, no Camada Limite Planetária, que o pessoal confunde a ideia de efeito estufa com a casa de vidro. A casa de vidro só está querendo segurar aquela dinâmica interna, mas se, de noite, o agricultor não ligar os ventiladores, vai dar geada dentro da estufa também.

Então, um exemplo aqui. Pareci Novo, em 2012. Deu geada dentro da estufa e não deu fora. Por quê? Porque fora ventou. Então, perdeu-se irradiação dos dois lados, dentro e fora. A dinâmica externa estava ativa, ou seja, tinha energia, e manteve as plantinhas. Dentro, a energia do ar quente ficou confinada na parte superior estufa, inversão térmica, matou as plantas dentro da estufa. Isso aqui, para mim, é um caso crasso de que não tem como provar isso, né? O Prof. Patrick Frank fala que a teoria física atual é extremamente inadequada para justificar esse assunto.

Então, a hipótese de que é o CO_2 que aumenta o efeito estufa, retendo o calor na atmosfera e emitindo para a superfície? Vamos lá! Quantas falhas? Segunda: a atmosfera da Terra não trabalha como uma estufa, como a gente mostrou. Terceira: a troposfera, que é a primeira camada, aquece de baixo para cima por insolação e convecção, processos muito eficientes para transferir a energia da superfície para o alto. E a quarta falha é a impossibilidade física de um fluido frio aquecer uma superfície mais quente.

Então, vamos para a temperatura do ar global média.

Isso daqui... Qualquer filósofo falaria "meu, isso daí você está de brincadeira!" É uma criação humana que serve para a gente fazer comparativos, não para determinar toda a sociedade do mundo. Por quê? Porque nós estamos mostrando aqui para vocês: a temperatura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do ar global média significa alguma coisa dentro de um macroclima, que é uma coisa extremamente complexa? Quer dizer, eu estou dizendo para os senhores que basta eu te dar um valor de temperatura e você vai me dizer quantos ciclones nós teremos no ano, quanto vai nevar, quanto vai chover, quanto os mares vão congelar! Isso é um absurdo! É um absurdo! Qualquer um da ciência climática acha isso ridículo, até pueril e infantil, e não sabemos como isso está há 31 anos atuando ainda. Por quê? Porque nós temos uma divisão extrema dentro da ciência, dessas ciências que trabalham com coisas divergentes, dos sistemas *soft* e os sistemas *hard*. Um motor é um sistema de baixa complexidade. "Nossa! Eu abro o capô do meu carro e é uma confusão total!" Não interessa! Temperatura para aquele motor tem significado. Frio ele não vai trabalhar; um pouco mais quente ele vai fundir. Então, ele tem uma *range* de temperatura para trabalhar. Então, um resultado aqui é esperado e tem sentido. Macroclima do Planeta é um sistema extremamente *hard*. Eu vou ligar um termômetro aqui e vou dizer "olha, a temperatura está significando aquilo..."? Não tem sentido.

Por favor, mais um.

Parâmetro... Problemas crassos que eu falo de usar esse tipo de parâmetro. O primeiro é o tamanho da Terra. Como o professor já falou, de mais de 510 milhões de quilômetros quadrados, com os mais variados tipos de domínios de coberturas, principalmente os oceanos. O Pacífico é um terço do Planeta Terra. Entendam, senhores: um terço! São 120 graus de longitude, o Pacífico. Gelo? Antártida? Terras áridas nós temos muitas, mais de 39% são semiáridas e áridas, dos continentes, ainda por cima. Aliás, foi um russo, há mais de 200 anos, que falou: "O ser humano é o único ser do Planeta que consegue levar água para todos os lugares e criar ambientes". Há 200 anos isso foi falado. Então, a gente, sim, tem de controlar as águas para criar ambientes. Inclusive melhores, porque 39% deles são secos, semiáridos e desertos.

Então, olha só, o IPCC vem com uma coisa pueril, uma mudança de nada de temperatura e está querendo colocar na cabeça dos senhores que aquilo ali significa o Planeta Terra, onde as temperaturas variam de - 89°, na Estação Vostok, a 58°, no deserto do Saara. E, pelas medições modernas de satélites, já se quebrou o recorde de 93,2 para 70º. Achar que se tem uma média global de temperatura significa alguma coisa? Você está achando que está medindo a temperatura do seu umbigo, porque não tem nenhuma relevância nos estudos de climatologia. De novo, você tem infinitas combinações e todos esses sistemas que podem lhe dar uma temperatura média global.

Aí eu pergunto: posso voltar com esse valor e saber exatamente tudo o que aconteceu? Não, vocês podem ter, no máximo, uma estimativa. E quanto mais for regional o seu estudo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

melhor, porque para globo esqueça. Você pode dizer se teve uma glaciação, se não teve e olhe lá.

Então, a operação para a frente agora é válida? Ou seja, eu pego a temperatura e falo que se estiver 2º eu vou estar diminuindo isso daí? Não vai estar porque não tem sentido. Como falei aqui: a temperatura do ar é um estado momentâneo que representa o resultado dinâmico de todo o conjunto. Jamais vai servir para rastrear fenômenos e muito menos para projetar esses fenômenos para a frente. Isso não é possível.

De novo, nós vamos às fontes: o Sr. Hansen; e pegaremos depois os dados também dos cientistas que medem – o Prof. Christian, por exemplo – a troposfera.

Por favor.

Então, notem aqui que de 1979 a 2012 eles colocaram uma variação de – e é a precisão científica de que o professor Molion acabou de falar – 0,161 mais ou menos 0,033. Para nós, da meteorologia, a primeira casa decimal tem alguma significância e olhe lá. O que eles estão fazendo é terra da fantasia. Isso não tem o menor significado nem na escola da meteorologia, – que é a escola norueguesa, a principal, depois vai se desdobrar em Chicago e tudo mais –, e muito menos na escola francesa. Isso não tem significado nenhum. Mas a melhor parte vem agora.

Low troposphere – troposfera baixa, na troposfera toda, a parte baixa. O que os senhores estão vendo aqui? Que a temperatura da troposfera está mais baixa do que a da superfície. Ou seja, como a troposfera vai aquecer a superfície? Não dá para fazer isso. Está aqui, estou provando aos senhores com as informações deles mesmos. Por isso é que a onda de cientistas críticos a eles é muito grande, não é pequena como eles falam, não. Os senhores só veem das vedetas da mídia, mas ela é muito passível de críticas porque qualquer cientista que pegue uma tabela dessas fala: "Espera aí, essa coisa não fecha". Agora, o melhor de tudo, quando você pega essa variação e aplica as barras de erro, você vê lá 0,0. De novo, para nós da meteorologia 0,0 é o quê? Zero é quase nada, né, pessoal? Não, é nada mesmo. Nada. O que variou? Não variou. Isto que estou mostrando a vocês: não variou, é muito pouco.

Então, 5ª falha: inferência completamente fora da realidade quando se relaciona variação micro da temperatura com a combinação do macroclima planetário. Variaçãozinha de nada, isso aqui são as flutuações normais do clima.

Por favor.

De novo, vou voltar a bater nessa tecla, vou voltar muitas vezes como meteorologista da escola de geografia, o Prof. Molion também sabe disto: exatamente pela sua volatilidade, os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estudos de clima não usam temperatura do ar; eles usam temperatura de subsuperfícies, são os geotermômetros, porque as coisas são muito mais estáveis. Para se falar qualquer coisa de clima, eu preciso ter no mínimo duas variáveis. Pode ser a temperatura média do ar mensal, mas obrigatoriamente eu preciso ter os totais pluviométricos do mês. Eu quero saber energia e eu quero saber água. Então, vejam que o IPCC só trabalha com temperaturas. Isso não significa nada para nós. Desculpe, sinto muito, posso colocar 500 cientistas do IPCC aqui, eu vou continuar brigando com eles nesse ponto, principalmente quando a gente pega informações do próprio IPCC e pergunta: "Eu preciso saber então uma avaliação regional das coisas", eles só dão certeza nas temperaturas; na precipitação e pressão do nível médio do mar é um horror.

Vejam só: precipitação. Eu quero saber alguma coisa sobre chuva durante os cem anos de que vocês estão falando, eu preciso saber alguma informação. Ah, não, o nosso nível de confiabilidade é muito baixo. O que significa isso para nós meteorologistas? Se você fizer qualquer tipo de afirmação que não tenha 70% de certeza, volte para a escola. Por quê? Porque está muito fraco. Cinquenta por cento, alguém ainda tem uma moedinha de um centavo de real? É um prognóstico do IPCC, vai errar. A tua moedinha de um centavo vai acertar, os US$10 bilhões que foram gastos com o IPCC não vão. Está aqui, eles não estão falando. A confiabilidade deles é de 35%, não dá certo.

Então, 6ª falha: o parâmetro utilizado não tem significado climático para o que está se propondo.

7ª falha: a avaliação climática deveria usar os parâmetros corretos, mas é fraquíssima no principal, que é a temperatura.

O Prof. Molion também mostrou esse gráfico, eu achei bastante interessante comentar de novo. Aliados, esses modelos fazem uma previsão de temperatura ano a ano, global, mas não conseguem fazer qualquer coisa que seja que nos ajude efetivamente. Eu quero uma avaliação regional de temperatura, ou seja, um "onde", e eu quero saber uma avaliação sazonal de temperatura, o "quando", porque é a coisa em que eles falaram que eles são bons. Então, nisso que eles falaram que são bons, eles não conseguiram fazer absolutamente nenhum prognóstico de secas no Nordeste brasileiro que já aconteceram nos últimos 31 anos; das quedas abruptas de temperaturas sazonais da Europa e da Ásia por anos seguidos – nós estamos com anos seguidos, porque passa o inverno e o pessoal esquece –; e principalmente as temperaturas baixas intersazonais dos Estados Unidos da América nesses últimos anos. O IPCC não acertou nenhuma delas.

Mudança climática então. Aí eles viram que as coisas começaram a esfriar, mudaram, né? Eu preciso mudar esse tema, mas eles já fizeram isso de cabeça pensada, porque é IPCC,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Climate Change. Se até lá, até o final do século XX, a gente não conseguir, já tenho o meu curinga na mão. E é um curinga mesmo, porque é o grande curinga da climatologia moderna. Está lá: não sabemos o que fez isso acontecer, logo, foram as mudanças climáticas. Qualquer coisa que se vê. Choveu no Rio de Janeiro, são as mudanças climáticas; pegou fogo na floresta, são as mudanças climáticas. Então, pior de tudo, isenta todos esses aventureiros, dos quais 90% não são meteorologistas e muito menos da climatologia geográfica ou são meteorologistas que trabalham com isso há muitos anos, de prestarem satisfações das suas certezas científicas, tanto é que já estão jogando 500 anos para frente. Nós já fizemos um levantamento de todas as previsões deles do passado, de 20 até 60 anos atrás, todas elas erraram. Então, realmente é cartomancia. Mudança climática é o grande curinga. Se esquentou é a mudança climática, se esfriou é a mudança climática, derreteu, congelou, secou, choveu, desertificou, explodiu, tudo é mudança climática. Como era o El Niño, né, professor, nos anos 90, tudo era o El Niño.

Agora eu vou pegar uma pessoa que a gente admite como pai da meteorologia moderna, que é o Sr. Lawrence, um cientista de primeiríssima linha já falecido. No *Climate is What you Expect*, um livro que ele escreveu – ele, por exemplo, fez todas as teorias de divergências de fluidos –, ele coloca lá e explica que, a partir da definição mais básica de clima como algo essencialmente dinâmico, seria impossível falar de mudanças climáticas porque a mudança já está implícita na própria ideia de clima, como nós começamos a nossa palestra falando para os senhores.

8ª falha: qualquer fenômeno que observemos na natureza está sendo acusado de "mudança climática", quando na verdade eles fazem parte de sua variabilidade natural.

Então, sobrou o que para nós, pessoal? Problemas de todas as ordens no mundo e na sociedade. É interessante que os temas "Aquecimento global" ou "Mudança climática", eles usam conforme for conveniente, estão sempre associadas a qualquer coisa de aspecto negativo no mundo e na nossa sociedade, simplesmente porque eles pegam a concentração de CO_2 de Mauna Loa, que é um vulcão ativo, uma ilha vulcânica, com qualquer outra variável em que tenham interesse. As principais são: temperatura, derretimento de gelo, congelamento – o gelo congela, também é aquecimento global, interessante isso, aí inventam as explicações mais estapafúrdias possíveis –, subida do mar, desertificação, aumento de chuvas, diminuição de chuvas – se chove mais ou chove menos.

O exemplo que o Prof. Molion deu de 2014, quando atribuíram a corte de Floresta Amazônica; 2015 não só choveu muito, quebrou algumas marcas e encheu todos os reservatórios. Aí eu acreditei no *João e o Pé de Feijão,* ele passou na Amazônia, jogou um monte de feijões e nasceram milhões de árvores de 2014 para 2015, para seguir a hipótese

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deles de que árvore faz chover. Mas tem coisas mais interessantes, porque diversos trabalhos levantados, e o Oliveira fez o levantamento de dinheiro usado no mundo para fazer pesquisa de relação com mudança climática...

Então, o que a gente vê é que aumento de CO_2 causa: aumento de alergia, terrorismo, queda de aviões, risco de colisão com asteroides, morte por câncer, canibalismo em massa, aumento da atmosfera, diminuição e aumento do "clima", embriaguez de peixes, cegueira em caranguejos e lulas – isso foi essa semana –, insônia em crianças, ataques de puma – cuidado, pois quando nós sairmos da sessão teremos pumas aí fora, para nos atacar –, criminalidade, depressão, danos à saúde de cães, mudança no eixo e na velocidade de rotação da Terra, extinção das espécies, da civilização humana, volta de répteis pré-históricos – está na mente humana: "Nossa! Vão voltar os répteis por causa disso!" Não é? –, fome, desastre no mundo da moda, envenenamento de comida, mudanças genéticas... Enfim, um monte. Mas o que eu acho interessante é que essa aqui é fenomenal, não é?

Não podemos esquecer também que dinossauros causaram "aquecimento global", e, assim, hoje, os bois e as vacas também, além dos obesos – "Pega o gordinho, porque o gordinho causa aquecimento global". E o cara recebeu dinheiro para fazer pesquisa em cima disso. Aí, o cara faz uma relação totalmente impossível: "Ah, porque gasta mais gasolina, come mais, não sei o quê...". Olhem só... É o que eu falei para vocês.

Então, a mudança climática é o canivete suíço. Até o 7x1 de Alemanha e Brasil foi pela mudança climática.

Então, a nona falha: aquecimento global e mudanças climáticas servem de bode expiatório para todos os problemas humanos ou ambientais possíveis, somente porque correlacionam o valor de CO_2 do Havaí com qualquer variável que eles tiverem interesse.

Então, vocês estão se perguntando agora: se já dois palestrantes mostraram que tudo isso é fraude, e eu comecei a palestra falando que isso é geopolítica, aqui está o porquê: cercear direitos civis, senhor. É isto. Criação de mais impostos, nacionais e mundiais.

E o terceiro, que mais me assusta, que faz parte da agenda de que o senhor estava falando, que é aplicar métodos de controle total sobre a humanidade e as suas formas de produção.

Sim, o IPCC vai criar o ICC, que vai ser como se fosse uma agência atômica internacional. Eu estou dizendo para os senhores que o CO_2 vai ser urânio: do mesmo modo que se trata o urânio, vai se tratar o CO_2 – está prognosticado nessas conferências.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí você vê que em todas as nossas esferas de desenvolvimento – produção industrial, pesquisa, energia, saneamento básico, tudo – aparece um negócio chamado "mudança climática", que é algo inexistente, e vira uma enorme ameba, não é? Ela vai entrando em todas. O senhor mesmo estava falando que ela vai entrando. Não tem jeito. Nós temos que fazer uma vacina para tirar isso. Uma vacina.

Então, o ambientalismo e o clima – olhem só! – tornam-se um sistema combinado escalonado, para pretender atacar e controlar os seguintes pontos gerais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Eu vou ter que dar uma estendidinha aí, uns cinco minutos.

Geração de energia – que vai encarecer cada vez mais a nossa energia. E, aí, a produção e as condições humanas de vivência com qualidade vão diminuir –; diminuição de produção; desindustrialização e recuo do agronegócio e mineração; recuo da economia, que é voltar ao estado neolítico dos seres humanos – alguns pesquisadores de IPCC falam isso com a voz a plenos pulmões, inclusive em sessões da ONU –; e perda de soberania, que é o discurso internacionalista.

Vou passar muito rápido aqui.

Energia... Olhem só onde nós estamos investindo atualmente.

Por favor, clique.

Eólica, biomassa e solar: as três mais caras. Por isso que a conta de energia só sobe. Quanto ao processo de industrialização do País, esqueça: só vai cair; ninguém vem colocar indústria num país em que a energia está extremamente cara – vejam o que aconteceu com Portugal nos últimos dez anos. Então, quando eu vejo essas reuniões tentando fazer um processo de reindustrialização, não vai dar certo, porque ninguém vai vir para cá.

Soberania, política de Estado e segurança alimentar.

Vejam: nós já estamos com 66,3% do nosso País bloqueados, e eles querem que chegue à meta de 80%.

O Brasil, só com as Unidades de Conservação e terras indígenas, já tem 30,2% – um terço praticamente do País está intocado por causa só dessas duas aqui; a Austrália, em segundo lugar; China, Estados Unidos, Rússia, Canadá, e por aí vai. Aí vocês perguntam: "Nossa, mas há um pessoal que também está protegendo bastante, não é?". Claro. Por exemplo: a Austrália, que é o segundo lugar, protege deserto – "Vamos proteger o deserto!". A China protege muito o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tibete – a neve e o abominável homem da neve. Deve ser a espécie que está lá. Estados Unidos? Também. Vocês vão falar: "Ah, mas existe um parque florestal, o outro...". Alasca? Existe o que lá?

Então, a gente tem que também ver maior. Existe uma área? Mas que área é essa? Vão lá ao Google! Peguem as áreas e vão olhando. "Nossa, há um parquezinho aqui". Mas o resto não é.

Nos países pobres, coincidentemente a Argélia, aí é a floresta – aí é a floresta! Incrível, não é?

Então, quando a gente coloca aqui... É o relatório deles mesmo: o *Protected Planet Report*, 2016, na p. 32, coloca: a cobertura mais ampla alcançada em nível regional é a da América Latina e Caribe – os países pobres, sempre, não é? – onde, de 4,85 milhões de quilômetros, 24% são de terras protegidas. Metade é do Brasil.

Então, só aqui ó: terras nativas e indígenas já dão 15 países da Europa, os nossos sujeitos que ficam falando para a gente. Eles ficam falando: "Não, não sei o quê...". Mas esperem aí: o que eu protejo já são 15 países de vocês! Está aqui, ó: 30,2%. Isso aqui.

Mais um, por favor.

Quando a gente coloca as terras particulares que são protegidas, quer dizer, é patrimônio privado que também está protegendo, nós vamos para 50%. Agora, quando você pega a Unidade de Conservação e terra indígena, esses dois, somados, perdem desse. Então, quem mais preserva o meio ambiente florestal é a iniciativa privada – o que já está meio absurdo.

Então, 50% do Brasil já está intocado. Isso dá o quê? Dá 28 países da Europa – o pessoal que fica arrotando para cima do Brasil!

Por favor, mais um.

E agora você coloca aqueles 16,5% das terras nativas: 66,3% – está quase chegando ao número do capeta, 666, daqui a pouco. Isso aqui dá 48 países da Europa. "Como assim? O Brasil já preserva uma Europa?" É isso.

Agora vamos ver os nossos principais *players* do mundo, Brasil e Estados Unidos? A relação é de 3,3 para 1; 66% a gente protege, e eles protegem 19%; 30% de agricultura, e eles usam 74%; nós usamos 7,8% de lavoura, e eles usam 17,4%. E é interessante que este valor aqui foi a equipe do Dr. Evaristo de Miranda, através do excepcional trabalho da Embrapa, que calculou, porque, por eles, seriam menos: seriam 7,6%. Não. São 7,8. Nós mesmos ainda falamos: "Vocês erraram. Vocês, aí nos Estados Unidos, erraram".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por favor.

Aí você olha isto aqui: agentes internacionais instigando movimentos para cima do nosso País, como este relatório aqui: "*Farms here, forests there*".

Olhem lá: Dinamarca, Ucrânia, Holanda, Reino Unido e não sei o quê... Olhem só o que o Brasil ocupa: 7,6%, pegando e mapeando áreas cultivadas, com resolução de 30m; 7,6% – 7,6 eles que falaram –, 7,8.

Então, nós estamos chegando a um nível meio crítico, mas o mais interessante é que, mesmo assim, isto daqui alimenta 1,5 bilhão de pessoas.

O Brasil, hoje, alimenta 21% da população mundial.

Eu estou falando: se eu dobrar esta área aqui, pessoal... Prestem bem atenção nisto, porque é importante: se eu dobrar esta área aqui, eu não chego à americana... Eu alimento quase metade da população mundial. O Brasil tem a chance de alimentar metade da população mundial.

E, com isso, o que acontece? Dívida pública em grande crescimento, privatizações estratégicas, problemas de Código Florestal, ambientalismo funcional, movimentos sociais com as ONGs, legislação cada vez mais restritiva, Constituição de 1988, que tem partes da Carta de Estocolmo... A gente vai simplesmente parar, ficar sem energia, sem produção, sem dinheiro, sem pagar dívidas e, o pior de tudo, vai se tornar insolvente – coisas que já estão acontecendo em Portugal.

Considerações finais – eu prometo que vou acabar rápido –: pelo que a gente expôs, CO_2 não controla a temperatura do Planeta e muito menos o seu clima, que é uma coisa extremamente complexa. Temperatura não significa clima. Supostamente – olhem: supostamente! –, se a hipótese fosse verdade... Então: "Olhem, realmente, vocês cientistas estão certos", mas eles estão tão certos, que eles precisam do princípio da precaução. Olhem que legal: "Nós estamos tão certos que nós precisamos do princípio da precaução: 31 anos". Mas vamos supor que estivessem certos: a estimativa grosseira nossa é de 1% da emissão mundial. Então, jamais isso daí ajudaria a controlar o que quer que seja. Olhem que loucura! Então, todo esse aparato em cima do Brasil, para supostamente controlar 1%, que não significa nada para o resto do mundo.

Por favor.

Só lembrar, pessoal, que CO_2 faz comida. Sem CO_2, sem comida. E nós estamos, segundo o Freeman Dyson, numa das épocas com taxas mais baixas de CO_2 na atmosfera.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais baixas. Então, ao se retirar mais, isso vai ainda destruir as plantas C3, que são a base alimentar, e vamos morrer de fome. Então, toda vez que alguém combate o CO_2, ele combate a natureza e ele combate a humanidade.

O IPCC existe há 31 anos. Dos 31 anos, em 18 nós tivemos declínio de temperatura. Portanto, sem evidência científica, a hipótese deveria ser descartada. Não é descartada por causa da aplicação da precaução.

Dois grandes estadistas do mundo: "Aquecimento global é uma fraude!".

E aí, na hora em que a gente volta para a nossa equação – estava aqui, bonitinha –, o que que eles estão mandando a gente fazer?

Por favor.

Logo, precisamos salvar o Planeta. E como é que a gente salva o Planeta? Há toda essa relação geopolítica que o senhor estava explicando. "Precisamos mudar tudo!" Aquela mentalidade de destruir tudo e começar do zero: os métodos de produção, o consumo, a forma como a gente existe, com regras de conduta de como devemos proceder e viver. Eu recomendo vocês a lerem a *Teoria da Tríade*, que a gente escreveu, que mostra detalhe por detalhe sobre isso.

Então, gente, quando eles falam isso daqui, eles querem mudar, no final das contas, você, para que você tenha uma vida menor, com menos consumo, que comprometa a sua existência e, por sua vez, comprometa a sua sobrevivência. É isso que está em pauta e é a isso que a agenda do desenvolvimento sustentável vai nos levar.

Mais um, por favor.

Volte um, por favor.

Então, neutralidade do carbono vai ser a nova moeda global. Atentem, senhores, a isso.

Esses novos trabalhos com créditos de carbono estão em cima disso aqui.

E, para quem não sabe, quanto à Bolsa Climática de Chicago, a CCX, um dos donos era o Sr. Al Gore. Foi assim que ele comprou a mansão de 9,5 milhões na beira da praia.

Então, está aqui, ó: quando alegarem que há um consenso científico – porque nossos opositores vão vir aqui falar que eles têm um consenso científico –, sinto muito: isso também é fraude. O John Coleman, meteorologista nos Estados Unidos, mostra isso. Ele fala: "Vocês têm consenso, porque estão recebendo dinheiro para fazer pesquisa sobre isso. Quando vocês leem o resultado das pesquisas, vocês ficam apavorados, porque o Legates, Soon e Briggs

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

levantaram 12 mil artigos. Apenas 0,37% falam: "É o homem que faz a temperatura do Planeta subir e o clima". O resto não põe a mão no fogo, mas todos os trabalhos falam assim: "Precisamos fazer mais pesquisas e, portanto, queremos mais dinheiro".

Esses dois aqui vocês conheceram hoje, e eles parecem dois perdidos no deserto, pregando... Não. Esse aqui tem 30 anos fazendo isso aqui, e esse aqui tem uns 15 já. O que esses dois apanharam para chegar aqui os senhores não têm ideia. É uma coisa, assim, colossal a surra que essas pessoas nos dão. Por que não batem nos nossos argumentos? Têm que bater nas pessoas? Eles estão sozinhos? Não. Aqui eu só pus alguns exemplos de vários colegas nossos do mundo inteiro que também falam a mesma coisa.

Então, muito obrigado, senhores, pela sua paciência.

Estouramos aí um pouco o tempo, mas eu acho que valia a pena, porque chegar aqui – não é, Prof. Molion? – foi difícil. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Quero registrar a honrosa presença do Deputado Alceu Moreira, do MDB, que é Presidente da maior frente parlamentar do Congresso Nacional, que é a Frente Nacional da Agricultura.

Muito obrigado por nos emprestar o seu prestígio.

Muito obrigado ao Ministro Leonardo, que já pediu licença, pois vai se retirar.

Eu vou... Vários Senadores se inscreveram, mas a dinâmica da Casa é esta: cada um vai para várias comissões.

Os dois Senadores permitem que eu passe a palavra ao Alceu, para fazer uma saudação?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Pois não.

Deputado Alceu faz uma saudação e, depois, passarei a palavra para os nossos dois Senadores presentes, para fazerem as suas arguições.

O SR. ALCEU MOREIRA (Bloco/MDB - RS) – Obrigado, Senador Marcio Bittar.

Boa tarde a todos.

Eu queria saudar os palestrantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A opinião do professor eu já conheço há bastante tempo, e agora fico ouvindo o Ricardo e vendo a convicção com que explanam. E, pela base científica para fazer a explanação, percebe-se de novo que o laboratório de construir pecado para ganhar dinheiro continua em alta rotação. Então, vão-se construindo as teses. Não passam de uma narrativa.

Neste momento, por exemplo, alguém que se diz muito interessado nas questões do Brasil financia 14 universidades para produzir narrativas como essas – 14 universidades estão pagas pelo maior capitalista do mundo para produzir exatamente narrativas como essa. Então, ele diz, faz um estudo, cria uma lógica, faz um texto, faz uma narrativa como se verdade fosse, assinam embaixo nomes que parecem grife, não há nenhuma fundamentação científica, mas dizem, por exemplo, e querem provar, que o Cerrado brasileiro, que há pouco tempo era terra devoluta, em 17 anos, aumentou 4% sua área plantada, produz mais alimento que todo o sudoeste, e eles estão dizendo que a soja está liquidando com o Cerrado. É claro que não tem nada a ver com o Cerrado ou com a soja; tem a ver com o nosso volume de produção, que atrapalha o mercado deles.

Então, grande parte dessa narrativa criada tem um controle mercadológico: não deixem fazer aquilo que só eu devo fazer. Estão, na verdade, fazendo reserva de mercado, e nós somos cobaias nesse processo. E, aqui, o doente mental chamado "ambientaloide"... Porque o ambientalista é um cientista, um pesquisador. O que produz essas coisas com o único objetivo de prejudicar quem produz, criminalizar quem produz alimento é o ambientaloide, é um doente mental que serve a esse processo ou, então, vende sua alma por alguns trocos, para brincar de pesquisador.

Então, nós queremos repudiar veementemente essa questão e não queremos colocar em questão de natureza rasa – alto ou baixo, gordo ou magro; nós queremos é o debate, mas que tenha fundamentação científica. Criar moedas falsas, fazer a população não poder produzir em áreas... Por exemplo, a nossa Amazônia Legal é um conceito tributário; nunca foi um conceito geoterritorial. E a isto sobrevoar... "Essa área tem que preservar 80%..." E por que, mano, se o solo é igual ao outro? Qual é a razão? Não, não há razão nenhuma! Alguém inventou que é, cria uma verdade absoluta, plasma e, definitivamente, nós estamos cerceados de produzir naquela terra fantástica, porque alguém disse que não e provou que não, com um conflito fictício.

A Frente Parlamentar da Agricultura se coloca frontalmente contrária a isso. Quero deixar claro o seguinte: quem mais preserva ambiente no mundo são os produtores, porque eles precisam da terra para sua própria sobrevivência. Estamos saturados de ambientaloides se fazendo de vítimas urbanas, pagos pelo maior capitalista do mundo. Viajam pelo mundo todo, têm as melhores bolsas em todas as universidades, com o único objetivo: façam um texto que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

corrobore com esse crime que eu faço contra a humanidade, com ares de paladinos, zeladores da saúde do povo.

Um abraço. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Bom, o Presidente da Comissão chegou.

Eu vou usar o método que a gente sempre tem feito aqui: os três que estão presentes usam a palavra, fazem suas arguições, suas perguntas, e os dois palestrantes dão as respostas.

Por ordem de inscrição, primeiro, o Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão; em seguida, o Senador Confúcio Moura; e, em seguida, o terceiro orador, Senador Alessandro Vieira.

Com a palavra o Senador Nelsinho.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – É apenas um testemunho, uma constatação.

Primeiramente, eu queria parabenizar V. Exa. por essa iniciativa de chamar ilustres personalidades, professores – a gente notou o conteúdo das apresentações –, e também o Senador Contarato, que, na contradita das palestras ora proferidas, na quinta-feira fará também, com seus convidados, a apresentação, para que nós possamos atingir o nosso juízo.

Mas eu entendo que... Parece que, quanto mais a gente se aprofunda nisso – pelo menos na concepção que eu tinha, e agora eu estou com o radar mais ligado a essa questão –, mais confuso fica. É verdade. Porque, na minha ideia... Eu estava conversando aqui com o meu colega Senador e grande amigo Confúcio Moura, que também confidenciou essa questão.

Mas é apenas esta constatação. Eu estou bastante pronto para ouvir os debates, os questionamentos dos Senadores, e não tenho nenhuma pergunta. É apenas para dizer que hoje, apesar de ter me aprofundado no conhecimento, mais perdido fiquei.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Com a palavra o Senador Confúcio.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION (*Fora do microfone.*) – Esse é o objetivo. Então, pare para pensar e comece a avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Começaram a clarear as ideias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Numa hipótese que não se comprova, ao contrário do que está indo na contramão, tem que parar para refletir.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Com a palavra meu querido colega, Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Srs. Conferencistas, Srs. Senadores, público presente e telespectadores.

Primeiro, quero parabenizar os senhores, todos os palestrantes, pela convicção entusiasmada com que apresentaram a defesa do seu pensamento crítico sobre mudanças climáticas no Planeta.

Têm estudado bastante, têm seus pontos de vista, não arredam o pé de maneira nenhuma da maneira que V. Sas. pensam, mas eu achei, assim, um pouco radical a apresentação. Sempre falaram que era assim: "Esses caras, eu e eles, deles, eles..." – como se fossem assim alguém que está do outro lado, numa guerra frontal.

Eu também não sei se as apresentações têm cunho científico. Esses são estudos isolados, movidos por uma convicção humana, natural, em que toda pessoa pode ser a favor ou contra. Pareceu bastante levantado como uma narrativa da fé: "Eu acredito nisso", como um pastor evangélico procura convencer as pessoas que ainda não decidiram. Ele tem a sua persuasão, tem os seus argumentos fortes e entusiasmados, que procuram, nas madrugadas, convencer aos pecadores que estão ligados na televisão.

Então, eu vou continuar pensando como sempre pensei, que a gente tem... Eu acredito nas teses do outro lado, dos "eles", e logicamente vou levar em consideração o contraponto que V. Sas. apresentaram aqui hoje, mas eu não vi, assim, nada. Eu sei que são 30 anos de ciência e, pelo currículo aqui, vi que dá aulas em vários países no mundo e, logicamente, o senhor tem levantado dados de pesquisas, estudos importantíssimos, mas eu vou observar os outros argumentos. Não vou me entusiasmar pelo que V. Exas. falaram aqui, de maneira nenhuma, e vou, dentro do meu raso conhecimento – eu sou da área de saúde, não sou pesquisador, não sou professor –, pelo que eu tenho acumulado dentro de mim, contestar, não com provas, mas com uma convicção natural de que os senhores estão errados.

Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o terceiro inscrito, Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para interpelar convidado.) – Boa tarde, Sr. Presidente, senhores palestrantes.

Eu me somo, de certa forma, às palavras do colega Confúcio Moura.

Primeiro de tudo, quero lamentar a ausência do representante do Governo, porque o importante nesta audiência seria, sem sombra de dúvidas, ouvir a opinião oficial do Governo sobre temas que são discutidos na ciência há muitas décadas.

Eu queria deixar assinalado... Não pude acompanhar a palestra inicial, mas já conheço de vários eventos e aulas da internet. Acompanhei integralmente a palestra do Prof. Ricardo e a fala do colega Parlamentar da Frente do Agronegócio.

Existe uma deliberada intenção em misturar uma série de assuntos, e, quando você mistura vários assuntos, você não está buscando esclarecer, você está buscando confundir. Então, se eu vou discutir geopolítica, aquecimento global, fenômenos da Física, efeito estufa, tudo num saco só, ao mesmo tempo usando adjetivos que não são compatíveis com o debate técnico...

O fato de vocês professarem uma ideia não autoriza absolutamente ninguém a chamar os senhores de idiotas ou de vendidos, em hipótese nenhuma. Seria um absurdo se permitir que alguém que não concorda com os senhores os chamasse dessa forma. Mas é exatamente isso que o Prof. Ricardo fez aqui por diversas vezes. Eu imagino que qualquer um que tenha dedicado tempo para fazer um estudo sério mereça respeito, ainda que não se concorde com o tema, que é naturalmente complexo.

Da minha parte, Senador da República no Brasil, representando o Estado de Sergipe, menor Estado da Federação, interessa saber se este Governo pretende ou não reduzir as emissões de CO_2, se pretende ou não adotar práticas mais saudáveis de produção e consumo, que são questões que os senhores infelizmente não poderão responder, porque estão fora da atribuição dos senhores.

E, no mais, meu colega e amigo, Presidente Marcio, mais oportuno teria sido um debate que juntasse os dois pontos de vista na mesma sala. Se, dentro do Senado da República a gente não consegue reunir os dois pontos de vista, não vai ser debatendo, ao estilo da internet, com palavras de efeito e gráficos suntuosos, que dificilmente podem ser testados e comprovados numa audiência como esta, que a gente vai chegar a algo importante, que é esclarecer o cidadão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acredito, e todos nós devemos nos somar nesse sentido, que o Brasil precisa ter um desenvolvimento garantido. O agronegócio é, sim, sustentável, é importantíssimo, é uma locomotiva para o nosso País, para o Planeta como um todo. Com as regras que existem hoje, o Brasil chegou ao patamar em que se encontra. Sem invadir a Amazônia Legal, o Brasil chegou ao patamar em que se encontra. Então, não há justificativa, sequer sob o ponto de vista, do mais avançado, tresloucado desenvolvimentista, para mudar essas práticas da noite para o dia, de uma hora para a outra. Não há necessidade disso.

Então, agradeço muito pelas palavras – não conhecia a palestra do Prof. Ricardo; já conhecia o Prof. Molion. Acho que é importante, num dado momento, num futuro que espero que seja próximo, juntar os dois pontos de vista na mesma sala, para ouvir o debate entre os cientistas, que a gente espera que seja respeitoso e, todo ele, feito no melhor interesse do Brasil.

Na fala que pude acompanhar do Ministro Leonardo, ele disse que o Brasil continua no Pacto de Paris, que o Brasil continua vinculado à meta de redução de 43%, baseado em indicador de 2005, e isso me contempla. Num futuro momento, eu pergunto a ele como pretende fazer isso.

No mais, obrigado e uma boa tarde aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – O Senador Luis Carlos chegou agora. Vou dar a palavra a ele, porque daí já se encerra o ciclo, e os nossos Dr. Molion e Dr. Ricardo fazem as suas considerações sobre as falas dos Senadores e fazem também as considerações finais.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Pois não.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas uma sugestão.

V. Exa., que é um estudioso desse tema, poderia fazer algumas indagações de algumas dúvidas, para a gente poder enriquecer...

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Então, depois do Senador Luis Carlos, eu faço algumas observações.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Perfeitamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – E gostaria muito que o Senador, meu amigo – fui Deputado Federal com os dois, como o Alessandro também – estivesse aqui, porque eu vou fazer algumas considerações.

É incrível, porque, por exemplo, a constatação de que o Brasil produz 1% do CO_2 do Planeta não é tese; é provado.

Mas, enfim, a palavra ao Senador Luis Carlos; depois eu faço algumas considerações e passo a palavra, para as considerações finais, ao nosso palestrante.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para interpelar convidado.) – Senador Marcio, V. Exa. é da Região Norte, assim como o nosso Deputado, hoje Senador e Governador Confúcio. Já o nosso Senador é parte do norte de Mato Grosso do Sul, não é tanto lá na parte, mas pega a parte da Amazônia.

Prof. Molion, é um prazer, e também o Ricardo...

A gente discute esse tema já há bastante tempo. Acho que, no meu primeiro mandato aqui, já discuti esse assunto, lá em 1999, 2000. Inclusive, professor – não recordo o nome do ex-Reitor aqui da UNB, que era...

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION (*Fora do microfone.*) – José Carlos Azevedo.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – José Carlos Azevedo.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION (*Fora do microfone.*) – Falecido.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Falecido, sim.

Ele era geólogo?

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION (*Fora do microfone.*) – Físico.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Físico, não é?

Então, ele tinha algumas teses que contrariavam as teses atuais desses que...

Então, a gente discutiu, eu o trouxe na Comissão de Agricultura – ele e outras pessoas que comentavam sobre a questão do aquecimento global. Isso é uma preocupação. Isso mostra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito, Senador Marcio, que muito há de interesses, outros interesses, que são até muito comerciais, e hoje o Brasil é enrolado nessa questão.

Eu estou sugerindo a V. Exa. – e estou estudando essa questão. Até se o Ricardo tiver condições de me ajudar, ou o próprio Prof. Molion... – de nós fazermos um estudo... Eu não quero devastar a Floresta Amazônica, jamais. Agora, a nossa ideia – eu quero levar um requerimento para a Comissão de Agricultura e deixo essa sugestão para esta Comissão também – é de nós fazermos um debate com algumas autoridades, de quanto que vale a Floresta Amazônica, porque aqui há um valor, há um preço, e, infelizmente, quando vem o Rei da Noruega, vem o Príncipe da Inglaterra, vem não sei quem dos artistas de Hollywood, esse pessoal vem aqui, no Brasil – não aqui, em qualquer país do mundo –, e, como a mídia está do lado deles, qualquer um fala o que quiser.

Bom... Meus antepassados, meu trisavô veio da Alemanha, em 1853, mas eu sou brasileiro, embora da terceira ou quarta geração. Eu sou do Brasil. Pronto! Seja imigrante italiano, alemão, polonês, seja lá de que raça for... Nós nascemos aqui, nós somos brasileiros. Então, eu me interesso aqui como Brasil. E a tese que eu quero levantar – já estou com alguns estudiosos. Inclusive estou buscando Alfredo Roma, que é da Embrapa de Belém, porque a Embrapa já tem estudos sobre acima das matas, da capitação de CO_2, enfim... E a ideia é a seguinte – eu raciocino como agricultor que sou, agrônomo que sou: se eu pegar, hoje, 200 milhões de hectares... Eu vou plantar soja. Soja, 200 milhões de hectares, dez sacos de soja por hectare... Valor baixo. Há gente lá... Eu falava com o Rogério Duarte, meu colega de faculdade lá do Campo Grande, hoje: "Ah, lá pagam 15, 20 sacos". Vamos falar 10, só para ter um número: 200 milhões, a 10 sacos, valem quanto? Certo? Em soja. Pode ser em boi, pode ser em qualquer produto.

Bom, isso tem um preço, se eu fosse o dono da terra. E quisesse arrendar para o Confúcio plantar na minha terra, enfim... Tem um preço. E esse valor, Prof. Molion, é que eu gostaria de arbitrar, porque eu não vou devastar a Amazônia – nem quero, e não precisamos disso –; agora, nós todos, como brasileiros, temos que exigir do mundo, dos europeus, dos asiáticos, dos americanos, que devastaram todas as florestas e hoje querem que o Brasil preserve. Eu quero preservar, sim, mas eu quero receber o justo valor. É essa a discussão que eu quero fazer. Aquilo tem um preço, tem um valor no mercado internacional. Pronto.

Eu queria saber se a Alemanha, de onde eu vim, a Itália, os Estados Unidos, o Japão, qualquer país, tivesse esse potencial, deixariam intacto. "Eu não te cobro nada!"

Os caras vêm aqui, Senador, é um troco que eles dão para o Brasil: US$1 milhão, US$2 milhões, US$1 bilhão que seja. Isso é um troco! É nada! É ninharia perto do que vale essa fortuna que é do Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Brasil é um país com uma dívida externa tremenda, com uma dívida interna tremenda, pagando mais de US$1 trilhão de juros por ano – mais de US$1 trilhão de juros o Governo brasileiro paga... Esse dinheiro falta para a educação, falta para a saúde, falta para a infraestrutura, falta para tudo! E o cara rico, que sou eu, aqui, vivendo como miserável! Porque o mundo quer nos explorar.

Então, é essa a tese que eu quero debater na Comissão de Meio Ambiente. Façamos uma audiência conjunta com a Comissão de Agricultura desta Casa. Que nós possamos fazer essa discussão com cientistas. Não quero falar com achômetro aí não. Tem um preço, e é esse preço que eu quero que o Brasil receba. Certo?

Assim também o é com as questões indígenas...

Quanto às reservas minerais que nós temos, Confúcio – eu falava contigo já há alguns dias –, como é que criam reserva indígena, parque ecológico, parque não sei o quê, tudo... Para não fazer o quê? Para não explorar aquilo que têm. Certo?

Então, eu, quando fui a Roraima, naquela questão de Raposa Serra do Sol, depois nós estivemos lá em Rondônia, seu Estado, na questão dos cintas-largas... Eu acho que é Espigão d'Oeste. Pode ser? Havia uma prefeita, naquela ocasião em que eu era... Acho que tu eras Deputado, Confúcio. Nós fomos em uma comissão externa lá. Eu acho que o Cassol era o Governador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Como é? Lúcia Tereza. Sim.

Nós fomos lá. Estão roubando do Brasil a maior reserva de diamantes do mundo – roubam! Quer dizer, o Estado de Rondônia ganha o quê? Nada! A prefeitura daquele Município, dos Municípios? Nada! Os índios também são explorados.

Aí, nós éramos os adversários. Hoje eles me procuraram. Estou com o projeto deles aqui. Eles querem fazer um projeto, eu disse para ti outro dia. Nós temos que juntar essas riquezas.

E como o Brasil pode explorar? O Brasil pode explorar isso, para que o Brasil ganhe, para que Rondônia ganhe, e qualquer Estado, seja o Mato Grosso do Sul, que deve ter reservas minerais, Amapá, Roraima... Qualquer Estado. Acre, o seu Estado, enfim... Não é do Acre, não... Sim, do Acre. O.k.?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos que explorar essas riquezas que são do Brasil. A água doce que nós temos, a floresta que nós temos, as reservas minerais que nós temos, toda essa Floresta Amazônia... Então, a ideia é essa.

Deixo este desabafo aqui. Que a gente possa centrar esforços e dizer para o mundo...

Eu falava com o Ministro Ricardo Salles agora, quinta-feira à noite. Bom... Ele está batendo nas canelas dos alemães, de todos esses caras que vêm de fora, e diz assim: "O que que têm que fazer aqui? Não. Cuida do teu quadrado; eu vou cuidar do meu. Aqui nós cuidamos. Eu não preciso de orientação não sei de quem para dizer o que que eu tenho que fazer". Se a Gisele Bündchen, que é nossa artista, que hoje está no mundo... Como é que ela vem aqui dizer o que que tem que fazer com essas reservas, aquelas reservas? Ela que cuide do quadrado dela, com os artistas globais, os artistas de Hollywood e não sei mais quem, para fazer o que eles têm que fazer lá.

Nós, brasileiros... Viu, Marcio? Nós vamos desenhar esse assunto. Eu precisava até que o Prof. Molion me orientasse, o Ricardo também, nessa ideia que eu tenho de fazer um debate nesta Casa.

Daqui a pouco, podemos fazer uma comissão geral, lá no Plenário; trazermos algumas autoridades e fazermos esse debate aqui. Isso é Brasil, tchê! Nós somos brasileiros. Agora, eu me entregar para qualquer cara que venha aqui e diga que é o Rei da Noruega, o príncipe não sei de onde, e diga o que eu tenho que fazer aqui dentro... Ele que cuide lá da Inglaterra, onde ele está, do país dele, da Noruega, da Holanda, não sei do quê, do Greenpeace, do WWF... Cuidem dos países deles.

Quando nós debatemos o Código Florestal, um dia o Esperidião Amin me disse assim: "Luis Carlos, eles queriam que se deixasse 500m de APP, com um rio acima de 100m". Ficou 5m, 8m, 15m, e depois a metade da largura do rio. Isso foi o que nós deixamos na lei. Agora o Esperidião me disse assim: "Luis Carlos, pega o Google agora." Tinha um cara do Greenpeace, do WWF, os caras nos incomodando aqui. "Pega no Google uma imagem, pega o Rio Reno, pega o Rio Sena, pega o Rio...". Peguei rio da Alemanha, da Itália, não sei do quê. E mostrava ele: "Olha aqui, tchê! Lá é a barranca do rio! A barranca não tem nada de APP. Como é que tu queres exigir que eu faça 500m aqui, 100m aqui, 200m aqui, se no teu país tu não fazes isso? Agora, aqui, os trouxas têm que fazer".

Então, assim, esses caras vêm de lá e dizem o que que nós temos que fazer aqui dentro, Ricardo. Não é assim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei quem faz aqui, Senador, somos nós, Senadores, Deputados. Somos nós que temos que cuidar do Brasil, com o nosso Executivo aqui, e não deixar que esses caras venham dizer o que que nós temos que fazer aqui dentro do Brasil.

Portanto, estamos juntos nessa empreitada. Preciso da orientação, Ricardo e Prof. Molion. Orientem-nos, entenderam? Porque, dessas questões globais, a gente viu o caso do CFC. Era mostrada lá atrás a questão do CFC: "Ah, porque vai furar a camada de ozônio, não sei o quê". Depois a gente viu que era interesse de uma empresa com outra empresa, para vender produtos deles! E aí? E os trouxas do mundo estão aí. É essa a questão.

Então, nessa ideia, nessa linha, eu preciso da orientação, para nós fazermos um debate nesta Casa, para debatermos essa questão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Presidente Nelsinho, Confúcio, Luis Carlos, eu quero parabenizar, como eu fiz com o Alessandro, o meu querido colega, nosso colega, ex-Governador, ex-Deputado Federal, o nosso Senador Confúcio Moura. Por que que eu estou parabenizando? Porque, quanto mais eu deparo com esse tema, mais eu fico impressionado com a ditadura do pensamento único.

Eu queria que o Alessandro estivesse aqui, porque, na verdade, se nós transformássemos esta audiência numa audiência aonde viessem todas as pessoas que estão escaladas para vir na quinta-feira, na quarta-feira, nós simplesmente não sugaríamos o tema. Basta um olhar que não seja tendencioso, para observar que é arrasadora a tese de que o homem é quem muda o clima no Planeta. As televisões, os grandes jornais... É todo dia! Todo santo dia! Universidades em todo canto! Nos Parlamentos... Há até uma disputa dentro da política: quem que vai apresentar mais projetos, para aparecer na fotografia que "eu sou o maior defensor do meio ambiente" – leia-se "Floresta Amazônica". É uma coisa insana!

Eu apresentei um projeto concreto, porque, Luis Carlos, eu vou abordar o que você mencionou.

Eu sou do Acre. Eu sou paulista de nascimento, mas acriano por opção. O meu Estado passou por uma experiência de duas décadas liderado por essa turma: Marina Silva, que é o maior expoente do Brasil no mundo... A terra do Chico Mendes, assassinado; a terra do Jorge Viana, outra liderança nesse assunto... E eles tiveram todas as oportunidades de mostrar... Como o Jorge Viana dizia: "A floresta em pé vale muito mais". Vale o quê? Para a produção humana? Como foi que entregaram o Estado? O Estado nunca foi tão pobre nem nunca foi tão violento!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E aí, Luiz Carlos, eu vou entrar nessa questão: se nós não tivermos aqui coragem... Eu disse hoje aqui, no particular: eu já recebi ligação de gente importante do Governo, para me dizer: "Será que não é melhor retirar o projeto?". Eu não vou retirar o projeto que apresentei com o Flávio Bolsonaro, que pediu para ser parceiro do projeto, porque, simplesmente, eu faço uma indagação há anos, e não escutei resposta. A indagação que eu pergunto, professores, é a seguinte: o sujeito tem cem hectares ou mil. No caso da Amazônia. O Estado proibiu que ele trabalhasse em 80%. Isso atende a quê? À chuva? Não. À camada de ozônio? Não. Não atende a nada. Tudo que eu vou estudando cada vez mais do Acre, enfrentando a Marina, enfrentando o Jorge... Se eu não procurasse ler e estudar, trucidavam-me. É pensamento único. E não encontrei, Luiz Carlos, nenhuma resposta.

O Brasil é o único país do Planeta que determina que... Na verdade, eu venho dizendo isto há tempos: a propriedade privada no Brasil, particularmente na área rural, é peça de ficção; na Amazônia inteira, é peça de ficção total, com a maior facilidade do mundo. O que há de regras, e restrições, e burocracia...

Vou dar um exemplo: qualquer empresário pode chegar ao Acre e dizer assim: "Eu vou comprar mil hectares, 2 mil, 10 mil hectares... Eu já sei que eu não posso mexer em 80%, mas eu vou fazer um empreendimento e vou usar 20%. Vai sair uma estrada, se Deus permitir, lá para o Peru, e vamos ter uma empresa de eucalipto para fazer celulose". E um empresário do Paraná, do Sul, enfim... "Então, vamos lá implantar. Vou comprar uma área de 10 mil hectares... Eu sei que em 8 mil eu não mexo, mas em 2 mil é suficiente para plantar a quantidade de eucalipto que dê escala e tal". Aí ele vai, no outro dia, ao órgão ambiental: "Dê-me a licença dos 2 mil". Ele não vai ter nunca! Na prática, ele não vai ter! E, aí, o cara foi desapropriado, não foi indenizado, e o Estado ainda o fez fiscal da sua área.

E, aí, me liga gente importante, dizendo o seguinte: "Não acha melhor tirar?". Olha o nível do medo! E medo de quem? Da opinião pública, que nem sempre está correta? Eu disse aqui em audiências: "Olha, os maiores genocidas do século passado, a seu tempo, foram ovacionados – Stalin, Hitler, Mussolini, Mao Tse-tung – e nem por isso deixaram de entrar para história". A anexação da Áustria por Hitler não foi na marra. A Áustria queria. Então, nem sempre... Medo da opinião pública, a falta de coragem de virar para a opinião pública e dizer: "Olha, não é assim".

E o que mais me deixa estupefato – é vassalagem, sim! – é a Alemanha, que faz o que faz no território dela e diz assim: "Olha, mas eu vou te dar um dinheiro para o Fundo Amazônia". Agora, veja: não fala do Rio Tietê, não fala dos problemas ambientais mais graves que o Brasil tem, que são na área urbana... "Não vou recuperar rio, esgoto... Nada! É para não mexer na Amazônia". É reserva de mercado! É descarada!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Reserva Yanomami... Foi por solidariedade cristã aos índios da reserva? Conversa! Todos nós sabemos. Fizeram o que fizeram com a Reserva Yanomami porque lá embaixo há riqueza! E não podemos mexer.

Aqui, no Plenário do Senado... E por isso eu disse aqui ao Prof. Ricardo, quando mencionou o que vocês dois já passaram: "Eu imagino". Porque eu sei o que eu já passei, enfrentando o que eu enfrentei, no meu Estado, por 20 anos. Lógico, sem o conhecimento que vocês têm.

Então, para mim, está claro: há o movimento de transformar organismos internacionais em governos supranacionais, que que têm um claro interesse de dominar os recursos naturais do Planeta, já que os países ricos não aceitam...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Marcio, como dizia o falecido Leonel Brizola: "São os 'interésses'!". (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – "São os 'interésses'!".

Já que nenhum país da Europa, de parte da Ásia, da América do Norte aceita abaixar o padrão de consumo que eles têm, como contribuição... Não aceitam.

Luis Carlos, lá no meu Estado, criaram fábrica de camisinha. O Estado criando fábrica de camisinha. Imaginem: o que o Estado tem a ver com fábrica de camisinha? Mas como é que ela se mantém? Com dinheiro público; com subsídio. O dinheiro acabou, o Brasil entrou em crise; a fábrica quebrou! Aí, o que é subsídio para uma aventura maluca dessa? Pessoas que chegaram e disseram o seguinte: "Parem o que vocês estão fazendo [ainda bem que Rondônia não seguiu esse exemplo], não tirem uma floresta".

Aliás, eu queria dizer que o único país do mundo em que você substituir mil hectares de floresta por mil hectares de eucalipto, de arroz, de feijão, de milho, significa devastação é o Brasil. Porque, no mundo inteiro e na história da humanidade, a história da evolução do ser humano é a história do ser humano em interação com o meio ambiente, leia-se "em transformação com o meio ambiente". Mas, no Brasil, pegou o carimbo de devastação. Mais vale uma samaúma no meu Estado do que a vida humana. Deixaram de fazer uma pista de pouso numa comunidade que não tem ligação nenhuma via terrestre – as pessoas morrem lá, porque não têm tempo de sair, não têm barco, não têm... Às vezes o rio não dá água e tal –, porque havia uma samaúma no meio, e ela não podia ser feita.

E o que que significa subsídio para uma aventura dessa no Acre? Fábrica de camisinha! Eu falo isso quando eu vou tomar café. Significa dizer que os pedreiros, carpinteiros,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

engenheiros, mestres de obras, os serventes, que nos servem no Brasil inteiro, é que estão pagando essa aventura, porque querem o subsídio do Estado. Não são essas pessoas pagando. É como universidade federal: os alunos e as famílias dos alunos que frequentam universidade federal bancam a universidade? Lógico que não! Quem banca a universidade federal são famílias em que sua esmagadora maioria não têm acesso a ela. Então, as aventuras do meu Estado, pilotado pela Marina e essa turma toda, foram custeadas com dinheiro público. Na hora que cessa, acaba, não existe mais.

Fábrica de peixe! Quando Rondônia era o segundo – parece-me que agora é o primeiro – produtor de peixe de água doce do Brasil. Até que saísse o peixe de Rio Branco para chegar a Porto Velho, já tinha andado 500km. Já não tem preço.

Então, ou a gente aprofunda, de fato, o debate... Na verdade, quando a gente pensa assim... Algum colega diz: "Trouxesse o contraditório!". O contraditório está aqui, porque o massacre midiático é dizer o tempo inteiro. Tanto, que o professor disse o seguinte: "Conteste os dados".

O CO_2 é o vilão. Bom, o Brasil, se fosse o vilão, produz 1%. O que significa a diminuição desse 1% do Brasil?

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO (*Fora do microfone.*) – Um terço...

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Então, eu quero terminar, porque já me delonguei, para passar a palavra aos nossos palestrantes, que vão fazer suas considerações finais, mas quero dizer o seguinte: eu tenho um norte, como todos nós. Eu aprendi com meu pai, que teve o terceiro ano de grupo. Foi produtor rural desde que nasceu até morrer. E ele me dizia algo que ficou encrostado no corpo e na alma: "Faça aquilo que você acha que é correto".

Então, se o projeto que eu apresentei aqui com o Flávio for derrotado, paciência! Eu vou entrar com outro! Porque, enquanto não me convencerem de que o proprietário rural no Brasil e de que o Brasil têm que abrir mão dos seus recursos naturais, deixando milhões na pobreza e milhões de pessoas no desemprego, a troco de nada, eu vou continuar fazendo aquilo que eu acho que devo fazer.

E quero terminar a minha fala, e já me despedir, passando a palavra para os dois, dizendo que eu, particularmente, me considero um privilegiado por ter tido, hoje, a oportunidade de estar, num momento só, escutando duas pessoas de quem eu já nutri e busquei um monte de entrevistas e palestras que ajudaram a embasar mais aquilo que há 30, 40 anos, já tinha como intuição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, passo a palavra ao Prof. Molion e, em seguida, ao Prof. Ricardo, para as considerações finais.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para...

Os dados da Embrapa, Prof. Molion... Deixe-me só fazer um reparo, para ficar registrado aqui.

A Embrapa fez um levantamento das florestas primárias 8 mil anos atrás. A Europa, Senador Márcio...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION (*Fora do microfone.*) – Nós aqui apresentamos apenas dados, só dados. Na quinta-feira o senhor vai ver o resultado de modelos. Modelos de clima não representam o nosso clima.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – (*Ininteligível.*)

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION (*Fora do microfone.*) – O senhor está errado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Esse documento pode estar errado.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION (*Fora do microfone.*) – Jamais. Eu sou um cara muito flexível. Trinta anos...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – (*Ininteligível.*)

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION (*Fora do microfone.*) – Há trinta anos...

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. *Fora do microfone.*) – Eu estou vendo o senhor hoje, eu não posso acreditar...

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION (*Fora do microfone.*) – Pois acredite. Vai esfriar.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – De jeito nenhum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Vamos, vamos ...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para deixar registrado, a Europa, Marcio, há 8 mil anos tinha 469 milhões de hectares de florestas. Depois, tem 1.950 e, no presente, 14 milhões de hectares. Só isso que eles têm hoje, entendeu? Quem são eles para falar de nós aqui, se tinham 469 milhões de hectares e têm 14 milhões hoje? Por que que a imprensa não fala nisso aqui? Eles fizeram o que bem entenderam.

E repito: eu não quero devastar a Floresta Amazônica. Não é esse o meu interesse. Agora, se alguém quiser, que me pague pelo que é meu, pelo que é nosso. Nós somos brasileiros!

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Prof. Molion.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – O que eu queria dizer é o seguinte: da minha parte, o que eu estou apresentando aqui são dados. Dados obtidos pelo sistema que nós temos disponível. Não apresentei nada, absolutamente, de modelos. Apenas mostrei que os modelos de clima ainda são muito rudimentares. E, quando se rodam esses modelos, utilizam-se cenários de gás carbônico que são fictícios, criados pela mente humana.

Então, se os cenários não conseguiram, com três meses de antecedência, prever a seca do Nordeste de 2015/2016, se os modelos não conseguiram, como é que eu vou acreditar no que eles estão prevendo para daqui a cem anos? Para daqui a cem anos é fácil fazer previsão, porque vai estar todo mundo morto e ninguém vai cobrar nada de ninguém. É fácil.

Então, infelizmente, nós gostaríamos que os modelos de clima fossem bons, mas, na realidade, eu mostrei, eles falham em tudo. E no pior, nuvens, que é o que eles não sabem, porque nuvens é um problema de escala pequena: 100m, 1.000m. E a grade do modelo é de 100km. Então, eles não conseguem produzir nuvens. E, consequentemente, se nuvem é um grande controlador da entrada da radiação solar, não há como o modelo acertar. Não existe isso. E tudo o que vocês vão ouvir na quinta-feira são só modelos, modelos, modelos.

Então, eu lamento a posição do Senador Confúcio, e faço isso com as minhas barbas brancas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero dizer que sou extremamente flexível, porque eu fui treinado para ser um cientista. Só que, em 30 anos, não apareceu ninguém para me convencer. O dia em que aparecer alguém, eu dou a mão à palmatória e mudo a minha opinião.

Então, nós apresentamos aqui dados e realidade, e não ficção científica.

Quanto vale a floresta? É impossível de se avaliar, basicamente por conta da biodiversidade. Como eu disse, talvez a gente conheça 90% dos mamíferos, mas, quando eu vou baixando para espécies de árvores, répteis, insetos, e quando eu chego a microrganismos, não há como. Não há como avaliar, porque esses microrganismos...

Por exemplo... Só um exemplo, para a agricultura: nós colocamos uma torre na Floresta Amazônica em 1983 – 1983! Vejam bem: essa torre tem mais de 35 anos lá, nós mesmos a colocamos. Eu saía daquela floresta com as mãos queimadas, devido ao pH, à acidez do solo. Aí, comecei a questionar: o que que é isso? Aí, percebi o seguinte: essa floresta existe porque ela faz reciclagem de nutrientes. As folhas, galhos, macacos, sapos, o que cair ali é rapidamente decomposto pelas bactérias e se reciclam. Por isso é que o sistema radicular é praticamente todo superficial. Perguntei-me: o que que é esse chá preto que sai dessa floresta? Não, isso é ácido fúlvico. E falei: que interessante. Quer dizer que essas bactérias que fazem a degradação dessa matéria orgânica, mantendo a floresta, essa estratégia de sobrevivência da floresta, são essas bactérias que estão ajudando a floresta a ficar em pé."

Por que que não usamos isso na agricultura, ácido fúlvico, para plantar a soja? Porque faria a mesma coisa: abaixa o pH, as bactérias trabalham em simbiose com o sistema radicular e liberam até fósforo, potássio, que está ali e que a planta não consegue tirar. Então, são essas coisas.

Como é que eu vou agora... Para minha surpresa, quatro anos atrás, houve uma firma lançou ácido fúlvico, e eu venho falando isso há mais de 35 anos. Então, como é que eu vou avaliar algo desse tipo?

Quando saiu aquela história do Protocolo de Kioto, eu fiz uns cálculos e disse assim: olha, a tonelada de CO_2 está custando US$40. Então, vocês deveriam pagar para nós – pagar – aproximadamente US$60 bilhões por ano, para a gente manter a floresta em pé. Aí, sabe o que que disseram? "Não, floresta nativa não conta; só a floresta plantada". Nativa não conta. Então, cheguei à conclusão de que a Floresta Amazônica não faz fotossíntese. Basicamente é isso.

É muito difícil, realmente, avaliar na sua plenitude. Eu posso dizer, por exemplo, sob o ponto de vista de clima do Brasil... Claro, não sou a favor do desmatamento, mas posso dizer que, sob o ponto de vista de clima do Brasil – foi publicado, no ano passado –, que a Amazônia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não interfere nas chuvas do Centro-Oeste nem nas chuvas do Sudeste, como foi dito durante aquele período daquela seca, em 2014.

Então, eu acho que a sua ideia é ótima; a resposta a isso é que vai ser difícil. Nós precisávamos realmente, porque só contra números... Suposições não falam; os números falam. Nós precisaríamos de números. Mas fazer esse tipo de levantamento... Eu mesmo, no caso de Roraima, por exemplo... Aliás, eu quase fui secretário de Ciência e Tecnologia no seu Estado. Quando olhei, o Cameli era o Governador. Ele queria que eu fosse para lá.

Roraima. Eu mesmo estive lá e vi, numa expedição do Rio Cauaburis, que é afluente do Rio Negro. O meu pessoal pegou 3,8kg de ouro, que flui descendo do maciço das Guianas.

Ianomâmi não existe. Foi uma antropóloga suíça que veio para cá e inventou essa história. Um general, não me lembro qual é o nome dele, que conhece muito bem aquela região, disse que são 13 tribos de índios que, na realidade, são antropófagos. Quando eles lutam entre si e matam um, o cara é obrigado a comer a carne do outro, para incorporar o espírito do guerreiro. Não há língua comum. Nação ianomâmi não existe. O que existe, sim, é esse interesse por detrás de não deixar explorar.

Um amigo meu que foi Deputado, o Quartiero, não sei se você conheceu, plantava arroz na Serra do Sol.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu fui lá.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – O Quartiero estava lá ainda?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Claro. Eu fui naquela expedição antes de sair o...

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Então...

Quando ele estava lá, ele alimentava os índios. Quando ele foi expulso de lá, os índios saíram e foram se "afavelar" em Boa Vista, morrendo de fome.

Então, você vê que as decisões, da maneira como são tomadas, vêm de fora. Desculpe dizer: nós continuamos sendo colônia. Ponto.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – É.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Essa é a expressão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Existe um movimento de governança global – sempre existiu – de dizer a cada país o que eles têm que fazer. Lamentavelmente, pela nossa subserviência, nós continuamos sendo colônia.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Só para lhe colocar, os índios vieram aqui fazer depoimento na Comissão de Agricultura depois que nós estivemos lá. E o que eles disseram: "Quando os brancos estavam, quartil e outros, nós tínhamos onde trabalhar, nós tínhamos onde roubar – Senador Marcio – e nós não passávamos fome. Hoje nós temos 1,5 mil hectares e estamos morrendo de beribéri", Senador Nelsinho Trad.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – É, eu conheço essa realidade lá do Acre também.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Pelo amor de Deus.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Com a palavra, para as suas considerações finais, o Prof. Ricardo.

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Bom, eu só lamento que alguns Senadores tenham achado que a gente falando eles/nós; eles/nós, ele não entendeu que é uma guerra. (*Risos.*)

Infelizmente, é uma guerra. E está acontecendo. Tanto é uma guerra que o lado de lá, o "eles", chegaram a montar uma comissão para cassar o meu diploma. Pouca gente sabe disso. Olhe a que ponto se chega.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Não, não é na USP, a USP já cortou o meu salário praticamente, hoje eu recebo R$1,7 mil. Eles estão dizendo que eu não trabalho, é assim que funciona a máquina de que o "eles" toma conta. Então, é uma guerra? É uma guerra, sim, porque querem calar a boca das pessoas que estão tentando trazer as coisas. É engraçado, porque poderia ser só na base da argumentação, mas não é. Tanto não é que ninguém chamou "eles" de tolos, como foi sugerido... (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Exatamente, na verdade eles estavam falando que nós é que somos os tolos, foi isso o que eu deixei bem claro aqui. Então, colocaram palavras na minha boca e não foi bem isso, ainda bem que eu gravei e está gravado também aqui. Nós é que somos os tolos, eles são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

bastante espertos. A gente mostrou as informações aqui. Não é achismo, não é bater tambor, não é nada, os dados estão aí. Na verdade, uma palestra minha tem 300 eslaides e dura três horas. Se alguém já assistiu a alguma na internet, ou umas que eu já proferi em alguns lugares, então o "eles" e o "nós" é porque é realmente um embate. E é um embate tão fervoroso que o IPCC não é científico. Então, quando falaram que é tudo colocado num balaio de gato, não! O IPCC é totalmente político; é um órgão político, não é.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION (*Fora do microfone.*) – Intergovernamental.

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Exatamente o que o Prof. Molion está lembrando. Então, os cientistas ali, o Lord Lawson, que trabalhou no Governo Thatcher, fala: "mas esta aqui é a certeza científica que vocês trouxeram?". Ele falou assim: "ficamos impressionados como vocês não sabem absolutamente nada de clima.". O Prof. Molion sabe disso também, porque estava lá nos primórdios, não é, professor? O senhor viu as coisas acontecerem. Então, se "eles" e "nós" existem, é porque realmente é um embate fervoroso no qual eles têm todas as armas e nós estamos encurralados num gueto usando lá estilingues.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – Deixe-me colocar. Só para vocês terem ideia, no ano passado – eu faço muitas palestras para produtores rurais no Brasil todo. No ano passado foram 42 para orientar com relação a clima, solos etc. –, a *Folha de S. Paulo*, na seção de Meio Ambiente, podem procurar, gastou duas páginas inteiras para me criticar. E eu me sinto muito lisonjeado de estar sendo criticado não por um pasquim qualquer, mas pela *Folha de S. Paulo.*

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Sim, nós adoramos.

O SR. LUIZ CARLOS BALDICERO MOLION – E, agora, recentemente, o Marcelo Leite também me comparou a Bolsonaro como um mentiroso.

Então, eu me sinto muito honrado em ver que essas pessoas se preocupam com a gente; ou, por outro, talvez a gente esteja incomodando e eles estão percebendo que estão perdendo terreno.

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Sim, eles têm toda uma máquina – o professor lembrou bem disso –, um aparato onde essas pessoas ficam escondidas e alimentam pessoas da mídia especificamente para fazer isto: para difamar, para denegrir a imagem, falar que você é um vagabundo, que não faz porcaria nenhuma. Está cheio disso, mas nenhum deles leu nenhum artigo. Só porque ontem sabiam que eu viria para cá... Nossa! Foi um escândalo na internet, mas é uma guerra de internet, e, infelizmente, o Senador não está aqui para a gente poder falar para ele.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tanto é que nós mostramos dados, e eles estão errados, que eles sabem que eles precisam usar o princípio da precaução. Senhores, que fique bem claro isso e registrado aqui no Senado: se eu vou adotar as medidas – prestem bem atenção! – sem a certeza científica, para que eu fiz ciência até hoje? Jogue fora a ciência, economize R$10 bilhões, aplique tudo e conserte o clima. Aliás, tem preço o conserto de clima, não é? Cerca de US$16 trilhões. Com US$16 trilhões, eu já fiz as contas, dá casas para toda a população do Planeta, abrem-se não sei quantas fábricas para as pessoas trabalharem.

Então, na verdade, qual é o objetivo aí? É não deixar o desenvolvimento humano no Planeta. Nós nunca tivemos uma situação tão boa para dar tudo para os nossos...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Os US$16 trilhões são o custo...

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Do conserto do clima. Vamos consertar o clima, como se fosse uma máquina.

Agora, eu tenho outra revelação para fazer para os senhores que está passando despercebida inclusive dos órgãos governamentais e das Casas Legislativas. A camada de ozônio, a famigerada camada de ozônio que a gente já mostrou e provou que não existe, fundou em 1987 um painel, que é o ETp; o IPCC é em 88. Em 2010, ninguém percebeu que nasceu mais um painel, que é o IPBES, e esse vai ser perigosíssimo para o Brasil, porque ele está de olho realmente na floresta no sentido da biodiversidade e de como essas coisas vão virar *commodities* para as indústrias químicas, porque, se os senhores pegarem os valores dos últimos 20 anos, não houve crise. Uma das únicas indústrias que não teve crise nenhuma nos últimos 20 anos foi a indústria química, e a química fina.

Eu vi um experimento de um pesquisador gringo na floresta fazendo suco de pernilongo. Suco de pernilongo? Aí ele passou no microscópio eletrônico e achou 30 novos vírus descaracterizados. Ninguém sabia o que era aquilo lá. Isso numa tarde em que ele coletou alguns pernilongos e fez suco de pernilongo.

Então, é como o Prof. Molion falou: "a riqueza que está lá não é e nunca foi a madeira". Nem foi o agronegócio, embora o agronegócio também possa usar. Mas imagine só se o agricultor, dentro desses 80% de área protegida, começa a investir de ciência de ponta, não nessa porcaria que nós fazemos na nossa academia hoje. Então, o senhor não vai mais ser agricultor de soja, o senhor vai ser agricultor de alta tecnologia mundial. Já pensou nisso?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eles já pensaram, sabe por que, pessoal? Porque eles já colocaram quanto vai ser o valor da biodiversidade: 4% só de *royalties* divididos com todos os países que tiverem o suco do pernilongo. Isso está passando batido, ninguém viu.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Na Suíça, um pesquisador que esteve lá mostrou, Marcio, nos laboratórios europeus, as substâncias e os medicamentos que eles tiraram aqui da nossa riqueza aqui, da Floresta Amazônica. E aí eu pergunto ao pessoal da biodiversidade: e o que eles pagaram para o Brasil? Nada! Absolutamente nada! Eu venho aqui, tomo o que eu quero e depois estão fabricando medicamentos que o mundo está usando, não só o Brasil, que saem dos princípios ativos que eles pegaram na Floresta Amazônica. E não valem nada. Quanto vale isso?

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Exatamente, exatamente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu fiz um exemplo grosseiro, porque é o que eu conheço, para plantar soja. Não é soja, porque vocês estão falando de biodiversidade, que não tem preço.

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Não tem preço.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Essa é uma situação que...

O SR. RICARDO AUGUSTO FELÍCIO – Eu só queria terminar rapidinho. A avaliação do nosso discurso não é prova de que os outros estão certos e de que nós estamos errados, como foi feito aqui. O nosso discurso é enfático porque é realmente para dar esse choque nas pessoas. E sempre a gente faz isso não no sentido de pregação – eu não vim aqui pregar para ninguém, e eu sempre começo as minhas palestras falando isso –, mas para dar um choque para chamar a atenção, porque toda essa informação é pública, as pessoas podem ir lá atrás e procurar. Inclusive, quando você lê, é como a Profa. Daniela Onça fala... Ela não se tornou cética a essa história toda lendo pesquisadores céticos. Ela ficou cética lendo o próprio IPCC, como foi a citação do relatório que a gente trouxe aqui. Eles mesmos falam: "nós não sabemos". Mas o sumário para políticos, aquele de 25 páginas, que é extremamente trabalhado com as ONGs e distorcido, as pessoas leem. E, quando não leem, não há problema, há um documentário do Al Gore para você assistir.

Eu também gostaria de louvar muito essa iniciativa do Senado e do Sr. Bittar. Só para o senhor ter uma noção de o quanto isso é importante, naqueles gráficos, eu coloquei o Brasil e, não sei se vocês perceberam, a Austrália em segundo lugar, porque a Austrália também passa por essa mesma desavença por que o Brasil passa. Não sei por que... Nós estamos tentando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ainda descobrir a parte geopolítica de por que batem tanto na Austrália, e Senadores australianos já estão nos procurando – vejam só os senhores – para serem munidos dessas informações também. Então, o Prof. Tiago Maia mesmo mexe com isso, e nós estamos aí recebendo até pessoas pedindo: "pelo amor de Deus, mandem mais informações porque nós estamos discutindo isso no Senado australiano.", porque eles estão passando pelo mesmo processo.

Da decomposição e dos processos de fermentação o Prof. Molion já falou, e eu sempre gosto de falar disso também. Esses processos, às vezes, atingem uns 70º Celsius de temperatura; num período de seca pega fogo. Então, a maior parte dos focos de incêndio na floresta são naturais. Ou um sujeito pulou de paraquedas, riscou um fósforo e saiu... Então, esse cálculo de carbono de 1%, boa parte desse 1% ainda são os incêndios florestais naturais. Aliás, incêndio florestal já é natural por definição da palavra. Os bombeiros norte-americanos já sabem disso.

Outra coisa importantíssima é que, alguns anos atrás, a Venezuela estava em 10º ou 15° lugar em petróleo. Hoje ela é a maior reserva do Planeta, não é? Quem mudou? O Planeta? Ou fomos nós que descobrimos?

Então, eu fecho com esta proposição aqui: muito ainda há a ser descoberto! Ninguém aqui está falando para destruir tudo. Primeiro que, cortando todas as florestas Amazônicas não há onde você por árvores e madeiras – é ridículo esse princípio. E hoje nós temos que fazer o desenvolvimento racional, não o sustentável, que tem toda essa ideologia embaixo, não. O racionalismo está pensando exatamente em início, meio e fim de produção. Portanto, isso é técnica, é engenharia, é ciência e é aquilo que a gente tem de melhor aqui e que podemos fazer no nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcio Bittar. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sou eu que agradeço. Cumprimento não apenas que estiveram presentes, mas passaram por aqui, estiveram por aqui 15 Senadores.

A dinâmica da Casa é essa mesmo, funcionam várias Comissões temporárias, permanentes, terça, quarta e quinta-feira, e acaba que a gente tem que participar. Muitos são relatores de projetos que estão sendo votados, mas, de qualquer forma, 15 Senadores passaram por aqui, o que não é um quórum qualquer nesta Casa.

E, através da mídia, a palavra e a convicção daqueles que defendem fatos comprovados chegaram a milhares de pessoas no Brasil afora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para terminar, a deliberação da ata da reunião anterior.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e da aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Convocação para a próxima reunião.

Convoco os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras para a nossa próxima reunião, que também será audiência pública conjunta com a Comissão de Meio Ambiente, agendada para o dia 30 de maio de 2019, às 10 horas, neste plenário.

Agradeço mais uma vez a participação dos Srs. e das Sras. Senadoras, das autoridades aqui presentes e especialmente dos nossos convidados, Sr. Luiz Carlos Molion, professor da Universidade Federal de Alagoas; Sr. Ricardo Felício, professor da Universidade de São Paulo; e do Ministro Leonardo Ataídes, Diretor do Departamento de Meio Ambiente do Ministério das Relações Exteriores.

Agradecendo a todos pela presença, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 10 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 25 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL (20ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE (17ª REUNIÃO), EM 30 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às dez horas e onze minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúnem-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Major Olimpio, Eduardo Girão, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Jarbas Vasconcelos, Paulo Paim, Esperidião Amin, Romário, Mara Gabrilli, Antonio Anastasia, Flávio Arns e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Styvenson Valentim, Leila Barros, Telmário Mota, Carlos Viana e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 12/2019 - CRE, de autoria do Senador Marcio Bittar, REQ 17/2019 - CRE, de autoria da Senadora Soraya Thronicke e do Senador Nelsinho Trad, e REQ 10/2019 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato. **Finalidade:** Audiência pública para debater questões relacionadas às mudanças climáticas e ao aquecimento global. **Participantes:** Dr. Luiz Gylvan Meira Filho, Pesquisador Visitante do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo; Dr. Carlos Nobre, Pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo; Dr. Paulo Artaxo, Professor da Universidade de São Paulo, Membro do IPCC (Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, na sigla em inglês); Dra. Mercedes Bustamante, Professora Titular da Universidade de Brasília. Sr. Gustavo Luedemann, Pesquisador Técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Com anuência do Plenário são dispensadas de leitura e aprovadas as atas da Reunião Conjunta realizada no dia 28 de maio, 15ª da CMA e 19ª da CRE, e desta Reunião Conjunta, 17ª da CMA e 20ª da CRE. A presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/30

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Bom dia a todos!

Inicialmente, eu quero invocar e agradecer a proteção de Deus por mais este evento. Agradecer também a presença de todos aqui na Comissão de Meio Ambiente.

Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, conjunta com a 20ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Na última terça-feira, as duas Comissões aqui reunidas fizeram a primeira parte desse tão importante debate sobre a mudança do clima, a influência das ações humanas como causa desse fenômeno e especialmente sobre o que pode ser feito por nós, humanos, para lidar com os efeitos decorrentes dessas alterações.

Naquela ocasião, ouvimos a opinião de pesquisadores que negam a influência de nossas ações na dinâmica do clima global.

Hoje nos reunimos para ouvir o contraponto, de modo a estabelecer um diálogo aberto, bem informado e abrangente. As contribuições apresentadas nesses dois encontros serão fundamentais para subsidiar o processo de avaliação da política nacional sobre a mudança do clima, a começar pelo Plano de Agricultura de Baixo Carbono, a qual está sob minha relatoria.

Para as exposições de hoje, convido para compor a Mesa o Sr. Luiz Gylvan Meira Filho, pesquisador visitante do Instituto de Estudos Avançados da USP; o Sr. Carlos Nobre, pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da USP; o Sr. Paulo Artaxo, Professor do Instituto de Física da USP; a Sra. Mercedes Bustamante, Professora Titular da UnB; o Sr. Gustavo Luedemann, pesquisador Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/e-Cidadania, ou pelo telefone 0800 612211.

A Secretaria trará à Mesa algumas perguntas para enriquecer o debate e o relatório completo. E todas as manifestações estarão disponíveis no e-Cidadania.

As apresentações utilizadas pelos expositores ficarão disponíveis na página desta Comissão, no site da Comissão de Meio Ambiente e também no e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 9/2017, SGM, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise em projetos e ações futuras sobre o tema.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderá apresentar suas considerações finais em cinco minutos. A palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem as suas perguntas ou comentários, em cinco minutos, após as exposições iniciais.

Quero agradecer mais uma vez aos convidados e desde já me colocar à disposição aqui. Sintam-se em casa. A Comissão de Meio Ambiente é a casa de vocês, uma casa interativa, participativa, aberta a qualquer tipo de sugestão que seja para a preservação do meio ambiente.

Com a palavra, por vinte minutos, o Sr. Luiz Gylvan Meira Filho.

O SR. LUIZ GYLVAN MEIRA FILHO (Para exposição de convidado.) – Exmo. Senador Comparato, muito obrigado pelo convite. É uma satisfação estar aqui. Fazia tempo que eu não vinha ao Senado. Eu só estive sentado do lado de cá uma vez, quando trabalhava em Brasília e fui encarregado, pelo Executivo, de vir fazer a defesa do Protocolo de Kyoto, da Convenção, e que foi aprovado pelo Congresso na época. Mas é uma satisfação muito grande.

Eu gostaria de abordar o tema sob o ponto de vista do método científico, que é uma coisa complicada, razoavelmente intragável de ler e de aplicar. E desde já eu faço um oferecimento aos colegas que estiveram aqui dois dias atrás e que estiverem interessados em se aprofundarem sobre a aplicação do método científico; eu estou completamente à disposição.

Eu lembro que o Sr. Albert Einstein... Estamos comemorando cem anos daquela expedição a Sobral, no Ceará, para ver se a atração gravitacional do sol curvava os raios de luz, o que comprovou a teoria da relatividade geral, mostrou que o Einstein tinha razão. Mas o Einstein, com toda a sua fama, morreu sem acreditar na mecânica quântica, na Equação de Schrödinger, o que significa que o problema é realmente difícil sob o ponto de vista filosófico ou lógico. Isso acontece. Mas de qualquer modo, eu estou à disposição dos colegas que quiserem conversar sobre isso.

A história da mudança do clima é que a Terra recebe a energia do sol na forma de radiação do espectro visível. Isso porque a fotosfera, ou seja, a superfície do sol está acerca de seis mil graus absolutos, ou seis mil Kelvin, e, dependendo da temperatura, a cor muda. Quem já trabalhou fazendo ferradura de cavalo sabe que quando você esquenta, a cor vai ficando vermelha, cada vez mais clara, puxando para o amarelo. É exatamente isto que acontece: o sol está tão quente que o máximo de radiação está na cor verde, o chamado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

espectro visível. A Terra tem uma temperatura média de 300 Kelvin. Kelvin é grau Celsius mais 273. Então, a radiação está no infravermelho.

Agora, vamos ver o que é uma estufa. Uma estufa pode ser um carro no sol com os vidros fechados. A radiação do sol passa pelo vidro e a radiação de volta não consegue sair porque o vidro bloqueia a radiação infravermelha. E o Planeta Terra é uma estufa natural, porque na atmosfera há gases que bloqueiam parcialmente a radiação infravermelha. Se não fosse esse efeito, a temperatura média da superfície da Terra seria de menos 15 graus Celsius e não de mais 15, como ela é hoje em dia.

A grande maioria dos gases da atmosfera, 99% e uns quebrados, não produz o efeito estufa, que é o nitrogênio molecular ou o oxigênio molecular e os gases nobres, porque esses gases apresentam simetria esférica. Os gases nobres são monoatômicos. Então, há uma simetria esférica e os de simetria cilíndrica são diatômicos, com dois átomos iguais. Então, não há um de polo elétrico na vibração. Então, eles não têm espectro no infravermelho.

Todos os outros gases atmosféricos são gases de efeito estufa. É só inventar um aí que eu garanto que é um gás de efeito estufa. O vapor d'água é o principal, o dióxido de carbono, o metano, o óxido nitroso e os gases industriais, os fluorocarbonos, freon, clorofluorcarbono, os fluorocarbonos de um modo geral, os hidrofluorocarbonos, perfluorocarbonos e o hexasulfeto de enxofre. Toda essa turma é de gases de efeito estufa.

Como o Senador disse, a questão da mudança do clima é que a concentração, na atmosfera, dos gases de efeito estufa, está aumentando por ação do homem, o que provoca o aquecimento global, o aumento da temperatura média da superfície, do nível médio do mar e afeta todos os fenômenos meteorológicos. Isso porque aquela máquina termodinâmica que eu descrevi no início é o que toca a movimentação dos oceanos e da atmosfera.

Levou tempo para se notar isso porque esses gases são claramente uma minoria na atmosfera. E o vapor d'água não conta, porque o Planeta Terra tem uma quantidade essencialmente infinita de água na superfície. Se você puser vapor d'água na superfície ele sai de lá. Aí chove mais, ele sai. Se você tentar secar a atmosfera não adianta porque aumenta a evaporação. Então, o que determina a quantidade de vapor d'água na atmosfera é só a temperatura, não é a ação do homem.

Eu prometi, no início, que ia focar na aplicação do método científico para responder à pergunta que o Senador colocou, ou seja, saber se existe e se é resultado da ação do homem. O método científico está descrito na lógica da descoberta científica, de Karl Popper, escrito na época da Segunda Guerra Mundial. Eu acho que uma parte foi quando ele estava preso em Viena. Há uma versão em português publicada pela Editora da USP. Os antecedentes, como os senhores sabem, são o raciocínio cartesiano, do Renê Descartes, O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Discurso sobre o Método, e A Crítica da Razão Pura, do Immanuel Kant, também os dois disponíveis em português. E o método científico essencialmente diz o seguinte: Você pode propor a hipótese que quiser, mas junto com a proposta você tem que propor um experimento que seja falseável, ou seja, que possa ter um resultado verdadeiro ou falso, e que possa ser submetido à observação da natureza. Isto já vem do Renê Descartes: "O que vale é a observação da natureza". E aí você realiza o experimento e descobre, dependendo do resultado do experimento, se é verdadeiro ou falso.

Uma coisa que confunde muito os leigos é o fato de que, no caso do teste direto da mudança do clima, um físico experimental diria: É muito simples. Pegue dois planetinhas idênticos, leve-os para o laboratório e num deles você – é antrópico, pela ação do homem – vai lá e aumenta o CO2; e no outro, não.

Espere cem anos e depois ponha o termômetro e veja se esse que tem mais CO2 ficou mais quente. Se não houver diferença de temperatura, você aceita a hipótese de que não há mudança do clima. Se houver diferença, você nega a hipótese de que a mudança do clima não existe. E aí, por exclusão, você diz que ela existe. O método científico nos permite rejeitar uma hipótese, mas não permite que você comprove. A mecânica clássica de Newton ia muito bem obrigado, até que fizeram uns experimentos que a mecânica clássica não podia explicar, e aí apareceu a mecânica quântica. Mas você não pode provar que a mecânica quântica é a verdade eterna. Um dia desses, alguém vai fazer um experimento e chegar à conclusão de que a mecânica quântica precisa ser substituída por uma versão 2.0, mais geral ainda, mas que englobe a mecânica quântica. Isso não nos impede de usar a mecânica quântica muito bem. Você vai à lua, vai a Marte, faz bomba atômica, faz um monte de coisas aí. E isso confunde as pessoas.

Eu já vi, nos jornais, pessoas de respeito dizerem: Ah, você não pode provar que a Terra não é plana. Realmente, pelo método científico, você rejeita a hipótese, mas você não pode provar que ela é redonda. Outro dia precisou o meu amigo Marcos Pontes chegar lá e dizer: "Olha, eu sou astronauta, eu fui lá e vi. É redonda". (*Risos.*)

Eu achei genial o comentário dele. Mas no caso de geofísica ou de astrofísica, você tem que aplicar o método científico por partes. E funciona muito bem. Deixa eu dizer como é que vem sendo feito no caso da mudança do clima.

Primeiro, você olha um gráfico com a concentração de gás carbônico na atmosfera, ao longo do tempo, e vê que está aumentando. Isso é um fato. E há vários observatórios no mundo e esse aí é o mais famoso, de Mauna Loa, no Havaí. E há aquele gráfico de cima. O CO2 aumenta. Já passou de 280. Deve estar em 410 micromol por mol ou partes por milhão em volume, o que é a mesma coisa, e há uma variação sazonal dentro do ano por causa do crescimento das florestas boreais no verão do Hemisfério Norte. E aí você diz: "Bom, isso aí é feito pelo homem?" Aí você diz: "Eu tenho uma ideia". Você vai lá e vê o que acontece com o oxigênio, porque se a origem desse CO2 a mais na atmosfera for fóssil, você gasta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

oxigênio. Cada átomo de carbono fóssil que você colocar na atmosfera pega dois átomos de oxigênio para formar CO2. Aí você olha a concentração de oxigênio na atmosfera, que é o gráfico de baixo, colorido, e ele está diminuindo e está diminuindo na proporção correta. Chama-se relação estequiométrica, quer dizer, ele diminui na proporção de uma molécula de oxigênio para uma molécula de CO_2. Portanto, comparando com a observação, você diz: "Bom, esse aumento é de origem fóssil". Você pode também apelar para métodos isotópicos, que estão no gráfico de baixo, para você ver que realmente esse aumento é fóssil, porque o carbono fóssil, longe dos raios cósmicos, fica protegido lá embaixo, e tem uma composição isotópica diferente do carbono que gira na atmosfera e nas plantas. O chamado método de datação de Carbono 14 é feito com isso.

Então a conclusão até aí é que o CO_2 está aumentando e a origem é humana. Quando você faz isso, a sua estufa fica mais eficiente. Agora quanto mais – vamos colocar números – você faz uma conta, isso dá mais ou menos 2 W/m^2 que é pouco. Você pega um aquecedor elétrico, desses de radiação, de 2W, que é fraquinho, por m^2, mas você deixa isso aí ligado por décadas e aí esquenta. O quanto que esquenta? Eu estava tentando desligar. É a primeira Lei da Termodinâmica. Vocês lembram que no ginásio a gente aprendia a definição da caloria, que é a quantidade de calor necessária para elevar de um grau a temperatura de um litro d'água. Isso é a primeira lei da Termodinâmica. Essa conta é fácil de fazer. Você precisa saber o quanto que o gás carbônico a mais absorve de radiação.

Hoje em dia os computadores são bons e baratos. Você pode pegar a equação Schrödinger, da mecânica quântica, e resolver. Você tem lá a solução para as transições eletrônicas, as transições de vibração e as de rotação. O espectro infravermelho cai nas transições de vibração com a modulação rotacional.

Há um experimento famoso do Sr. Tyndall que dá nome a um grande centro de pesquisa sobre clima na Inglaterra. O Sr. Tyndall fez o seguinte: pegou uma fonte de radiação infravermelha, um aquecedor, pôs um frasco de CO_2 no meio do caminho e do outro lado ele pôs um detector de radiação infravermelha. É um calorímetro mais conhecido como um copo d'agua com um termômetro dentro. É simples assim, porque a radiação infravermelha esquenta. E aí você chama de calorímetro esse detector. Varia a quantidade de CO_2 no meio do caminho e vê quanto que varia a temperatura lá. Então dos dois jeitos que você fizer, você calcula direitinho qual é a capacidade de absorção do CO2 para a radiação infravermelha. Eu já ouvi por aí – não em lembro de quem – comentários de que o CO_2 não absorve radiação infravermelha. Isso é uma bobagem, como diria o Senador Arthur Virgílio, que tinha umas frases geniais. Ele dizia que esse tipo de coisa é provavelmente uma bobagem deslavada, uma grande bobagem. Isso faz parte da Mecânica Quântica e é extremamente bem estabelecido. Se não absorvesse, a terra seria 30 graus mais fria do que é hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, até aí você aplicou o método científico, sabe o que acontece e você consegue inclusive calcular o quanto que a temperatura aumenta. Você pega a primeira Lei da Termodinâmica, faz as contas, 4 W/m^2 e vê a superfície dos oceanos, e o quanto a temperatura aumenta depende da capacidade calorífica da água do oceano. Você sabe quanto tem de água, faz as contas e é por essa razão que já em 1972, numa reunião internacional na Academia de Ciências da Suécia, primeiro fizeram um ... na escola do Carlos. Aí os americanos acharam que se só eles falassem, ninguém iria acreditar. Eles fizeram outra, em 1972, na Academia de Ciências da Suécia, fizeram a conta e disseram: "Olha, gente, vai aumentar meio grau até o ano 2000 e mais uns três ou quatro até 2100". Hoje em dia, com um monte de satélites supercomputadores, a conclusão é exatamente a mesma, porque essa conta é muito fácil de fazer. Você quer saber os detalhes, você usa os modelos numéricos do clima. O pessoal enche a boca e diz: "Não, supercomputador é o máximo, é proparoxítono". Mas na verdade, se você olhar bem esses modelos, eles são uma expressão matemática com um número grande de pontos na superfície e em altura, mas eles representam as leis físicas mais fundamentais que existem, que são a conservação de massa, de energia e da quantidade de movimento, que é a Lei de Newton.

A mudança do clima da convenção, de que nós estamos falando aqui, é devido a esse aumento antrópico da concentração de gases de efeito estufa e ela se sobrepõe a uma variabilidade natural. Uma confusão ocorre porque o IPCC chama de mudança do clima qualquer mudança, seja ela natural ou antrópica. Na convenção não, porque a convenção não se mete a legislar sobre a natureza.

De vez em quando há uns desavisados que tentam, mas normalmente não fazem isso porque não dá para você mandar na natureza. Agora como você tem todos esses outros efeitos, a variabilidade solar, os el niño, os vulcões, etc... Aliás os vulcões estão marcados ali, você tem os aerossóis, que são muito difíceis, porque você não tem, no IBGE, uma estatística dos aerossóis. Você em que ir lá e medir com avião, satélite, torres. O Professor Paulo Artaxo andou fazendo isso um bocado de tempo. Mas aí você melhorou tanto essa representação que você conseguiu. Isso aí é o clima ou a temperatura do século passado porque o método científico exige que você compare com a observação.

Em preto está o que foi observado e em laranja são os resultados dos modelos de mudança do clima, ou modelos do clima de vários centros do mundo inteiro. Como o clima é média, você olha para isso aí e diz: "Bom, consegui". Eu tenho uma representação do clima com os meus modelos que está boa. Na média ali está certíssimo. E aí eu vou lá e refaço essa simulação do clima do século passado, desligando a sub-rotina lá do aumento de CO_2 e aí eu obtenho a curva azul. O que ocorre é que você olha para isso e diz: "Bom, agora método científico". Dá para eu acreditar que eu observei a curva preta sem os gases de efeito estufa, ou seja, que por puro acaso a curva que era azul chegou até à preta? A resposta é não. Essa probabilidade é muito baixa. E foram estes dois gráficos aqui que fizeram com que, em 2005, em Paris, quando foi anunciado um relatório do Grupo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalho do IPCC, o Governo francês mandou apagar as luzes da Torre Eiffel, para chamar atenção, e o IPCC, o grupo científico disse: "Nós detectamos a mudança do clima". Essa frase foi por causa destes dois gráficos. E é daí que vem essa conclusão.

Quer dizer, a frase correta diria um purista, é que a hipótese de a mudança antrópica do clima não existir, essa hipótese foi negada. Agora, como o público não entende essa colocação com uma dupla negativa, é que se diz: "Olha, eu detectei a mudança do clima". Ao fazer isso, eu ganho confiança nos modelos e continuo o cálculo para o futuro. Isto aqui...

O SR. LUIZ GYLVAN MEIRA FILHO – ... é do terceiro relatório do IPCC porque o último relatório é igual, mas o gráfico não é tão simples, tão bonito quanto esse. Aí você a partir de agora, de dois mil e pouco, você faz até 2100, mais adiante para o futuro.

A curva vermelha é o caminho que nós estamos seguindo. A amarela debaixo é o que aconteceria se eu zerasse as emissões hoje, o que não vai ocorrer. Mesmo assim, os gases continuam lá na atmosfera por algum tempo e a temperatura continuaria subindo um pouco. A curva azul é do Acordo de Paris e chama-se: "vamos parar em dois graus, em 2100". E a verde é uma intermediária. Eu precisava pôr aí a curva de 1,5 grau, que está um pouco abaixo da azul. Quem me conheceu sabe que eu usava óculos. Aquele da direita sou eu. Isto aqui é um ensaio na revista *Nature,* de 2008, sobre uma reunião do grupo científico do IPCC, em Madri, em 1995. Isso aí é sobre o método científico. Aparece o Bert Bolin, que foi o fundador e era Presidente do IPCC, John Houghton e eu, medindo ou olhando os dados para ver se a mudança do clima existe.

Outra curiosidade é que a temperatura de radiação do planeta Terra não muda e é fácil de calcular. Você sabe qual é a energia que vem do Sol e sabe o quanto que sai por radiação do corpo negro espontaneamente, que é proporcional à quarta potência da temperatura. Essa não pode mudar, porque há um equilíbrio de energia. A mudança do clima na realidade significa que você aumenta a temperatura da superfície da Terra, mas diminui na baixa estratosfera, de tal maneira que quem olha de fora acha que a temperatura não mudou.

É interessante porque uma maneira de você verificar a mudança do clima é que se você diminuir a temperatura na estratosfera, você encolhe, porque a temperatura é menor, a atmosfera exterior. Isso diminui o arrastro para os cacos de satélite que andam por aí. Eles duram mais tempo, aumenta o lixo espacial e é uma maneira de você constatar a mudança do clima. Sugestão do Prof. Giacaglia, que trabalha com esse tipo de coisa. Para estabilizar a concentração, vai ter que reduzir as emissões em cerca de 60% em relação aos níveis de 1990.

Isto aqui mostra o efeito de uma emissão em um ano de gás carbônico (CO_2), de metano e óxido nitroso. A temperatura leva bastante tempo para aumentar e depois para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

decair. O aumento de temperatura de hoje é devido às emissões de 40 anos atrás de CO_2, metano é de 20 anos só.

A equivalência entre as emissões. Usa-se o sistema de GWP ou de GTP do aumento do aquecimento ou do aumento da temperatura. Isto aqui é importante para um país como o Brasil, que tem muito gado e, portanto, muita emissão de metano. A conta feita pelo GWP diz que o metano provoca 23, 27 ou 28 vezes mais mudança do clima do que o CO_2. Quando se olha o efeito na temperatura, não é tudo isso. São só quatro vezes. E isso é extremamente importante por causa da relevância da pecuária aqui no Brasil. Na primeira comunicação nacional, eu tinha acabado de sair do governo e eu ajudei a escrever. Eu não deixei o Brasil colocar lá no seu inventário as emissões equivalentes e escrevi: "Olha, isso vai induzir medidas erradas de mitigação". Depois, nas outras comunicações, eu já estava muito ocupado com outras coisas. Aí o Governo começou a pôr. Disseram-me que na última puseram as duas, com GWP e com GTP.

O Embaixador André Corrêa do Lago, um dos gênios da arquitetura do mundo, num certo momento era o secretário encarregado disso lá no Itamaraty. Ele me pediu para ver qual era o tamanho da responsabilidade do Brasil pela mudança do clima. Essa conta não é muito fácil de fazer, porque a relação entre as emissões e a temperatura é não linear. É bastante chato fazer isso. Mas eu fiz isso para o Governo e achei que eu devia mostrar para os senhores.

No eixo vertical, qual é a porcentagem do aumento de temperatura do mundo que é devido ao Brasil, devido às emissões do Brasil. Há várias formas de olhar isso. Ali não dá para ver muito bem, 2,8 mais ou menos, a proporção da população. O Brasil é um pouco menos de 3% da população do mundo e é mais ou menos 2,5% da riqueza do mundo. Se você fizer as contas... Agora eu vou ver as outras curvas de cima para baixo. A mais de cima é pelas emissões acertadas pelo GWP, a segunda é usando o GTP, a terceira é pela potência de aquecimento e a quarta, a mais de baixo, é pela temperatura. Ou seja, o Brasil era, em 2005, responsável por cerca de 2% do aumento de temperatura.

Outra coisa que eu li outro dia é que palestras aí para o pessoal da agricultura. Disseram: "O importante não é a mudança do clima. São as previsões feitas com nove, dez anos de antecedência sobre o clima, independentemente de haver a mudança do clima ou não". Aí eu achei que eu devia mostrar para os senhores que se eu pegar um exemplo simples com quatro critérios de tomada de decisão, se eu pegar o clima médio eu compro proteção. Eu vou ter uma perda de R$10 mil e eu posso me proteger disso por R$5 mil. Aí, eu tenho que olhar a previsão e decidir se me protejo ou não.

Se usar o método da Folhinha de Mariana, em que há para o ano inteiro a média do clima, eu compro proteção só baseado nisso, eu vou perder 5 mil. Se eu olhar a frequência de ocorrência e for lá no Inmet, não sei o que, e pegar a climatologia, eu perco aquela segunda barra ali, 4 mil e pouco. Se eu comprar a proteção se a precipitação prevista for

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

maior do que o limiar, eu perco um pouco menos. E se eu fizer direito, usar o método de inferência bayesiana, ou seja, eu compro a proteção se a distribuição de probabilidade, levando em conta a previsão, que não é perfeita, é o que eu perco menos.

O problema é que se eu começar a acreditar e usar a previsão no seco... E essa previsão aqui foi feita naquela latitude, naquela longitude, e a correlação entre a observação e a previsão, nesse caso, é de 27% para uma previsão de 24 horas que eu fiz aí. Mas, se eu usar isso aí, essa previsão, no seco, eu perco mais dinheiro. Se eu usar o método de inferência bayesiana, é com o que eu saio ganhando mais.

Agora, se você começar a acreditar em previsões com nove e dez anos sem ter base para isso, você vai perder dinheiro, você vai cair neste caso aqui. E isso preocupa, porque se agricultores começarem a usar previsões indevidas, eles têm um prejuízo grande.

Senhores, muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Prof. Luiz Gylvan Meira Filho. É sempre muito bom ouvir o senhor, com uma explanação de um tema tão importante, com método científico. Porque, infelizmente, no momento por que nós estamos passando, estão jogando no lixo literalmente todo o embasamento teórico, científico comprovado por método, com uma postura extremamente negacionista. Mas muito obrigado.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Nobre para suas considerações. Por gentileza, vamos obedecer ao prazo, está bom?

O SR. CARLOS NOBRE (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos e a todas. Muito obrigado pelo convite.

O Dr. Gylvan já fez uma excelente introdução. Nós combinamos um pouco aqui, para não sermos muito repetitivos nas nossas apresentações. E o meu foco vai ser um pouco nos riscos das mudanças climáticas, especialmente para o Brasil.

Nós, seres humanos, *homo sapiens*, principalmente nos últimos 100 a 200 anos, nós nos tornamos uma força geológica, quer dizer, nós não somos mais uma força biológica. E realmente há muita evidência científica de que nós não vivemos mais a última época geológica, o holoceno; nós vivemos o antropoceno. Nós transformamos o Planeta numa dimensão que nunca foi vista na história do Planeta desde que o *homo sapiens* e desde que os nossos antepassados, do *homo sapiens*, existiram. Eu vou cobrir alguma coisa quase que também nessa linha do que o Dr. Gylvan colocou.

Em primeiro lugar, nós estamos vivendo um momento que eu acho que nenhum de nós cientistas previu, e nem mesmo os cientistas sociais, que no século XXI, nós estaríamos vendo um movimento mundial anticiência, anti-intelectualismo. Então, isso é uma surpresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que isso ainda vai ser muito estudado pela ciência, principalmente pela ciência social, Antropologia, Sociologia, Filosofia, mas realmente esse é um fato concreto.

Mas nós, pelo menos cientistas, acreditamos que a ciência não é dogma, não é doutrina, não é ideologia, não é religião. E ela é neutra, ela deveria ser neutra, e ela aponta os caminhos melhores para a humanidade seguir.

E também, vamos dizer assim, se nós não seguirmos o que a ciência nos diz como a verdade mais explicativa de um fenômeno natural, nós vamos realmente caminhar para um Planeta muito insustentável. E uso essa frase do Presidente americano John Adams, lá de trás: "Fatos são coisas teimosas, e quaisquer que sejam nossos desejos, inclinações ou o que dita nossas paixões, esses não podem afetar o estado dos fatos e evidências". O Dr. Gylvan mostrou muito bem a lógica científica que embasa essa frase. Então não adianta.

O fato de que algumas pessoas querem ignorar a ciência não vai mudar o caminho por que nós estamos conduzindo o Planeta. E também essa área de geociências, em que nós trabalhamos, e todas as ligações das geociências com as ciências da vida, com a Biologia, é muito aberta, independente. Há uma grande comunidade científica. Os dados são abertos, os modelos são abertos. Então há muita discussão, há muito debate, há muita crítica. E isso é essencial para a ciência.

A incerteza é inerente ao método científico, mas ela jamais, e o Dr. Gylvan já mencionou isso muito bem, jamais deveria levar à inação, ainda mais em função da urgência que nós temos de atacar de frente a crise climática global. Deixe-me dar um exemplo muito simples, que todos nós vivemos no dia a dia, em que vivemos e convivemos e sobrevivemos com a incerteza: um estudo da Clínica Mayo, dos Estados Unidos, em 2017, mostrou que 20% de todos os diagnósticos de doenças gravíssimas são totalmente errados. Totalmente errados. E ninguém deixa de ir ao médico. São 10 mil doenças e 200 ou 300 sintomas. É muito difícil chegar ao diagnóstico corretíssimo na primeira vez. E ninguém deixa de ir ao médico. Então, nós temos que aprender a fazer a gestão de riscos.

E, falando em gestão de risco, eu também quero mencionar isto, porque é uma coisa muito recente, e seria bom que todos nós do Brasil também prestássemos atenção ao que acontece em outros países: o Instituto Cato é um *think tank* americano que lidera as articulações para derrubar qualquer medida de redução do risco das mudanças climáticas. Jerry Taylor, nove dias atrás, dia 21 de maio, escreveu este artigo, e eu vou ler algumas frases, porque eu acho isso muito importante, quer dizer, o instituto que é central entre os negacionistas céticos, o ex-vice-presidente escreve:

> Eu mantinha que, ainda que a mudança climática fosse real, se comprovaria que os impactos seriam provavelmente modestos e o custo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa em muito excederia os benefícios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

> Entretanto, eu mudei minha convicção sobre isso porque (entre outras coisas) eu mudei minha ideia sobre gestão de riscos.
> Se pensarmos em riscos climáticos da mesma maneira que pensamos em riscos em outros contextos, devemos com toda certeza nos proteger – e fazê-lo agressivamente – por remoção dos combustíveis fósseis da economia tão rápido quanto possível.

Isso é um ex-vice-presidente de um dos mais regressivos centros, *think tanks* dos Estados Unidos. E ele continua:

> Nunca antes, nós conduzimos um experimento onde os gases de efeito estufa foram injetados na atmosfera nas taxas dos dias de hoje. Nós não temos um planeta de reserva se as coisas forem horrivelmente para a direção errada.

Isso, eu acho muito importante. Nós estamos conduzindo um experimento a que não há paralelos no passado, pelo menos desde que nós existimos, por alguns milhões de anos, *homo sapiens erectus* e antecessores.

> Quando se trata de manejar riscos de enormes dimensões, economia avançada de bom senso sugere que nós devemos considerar mudança climática muito seriamente.

Isso é um ex-vice-presidente de um instituto que sempre batalhou contra as ações de mudanças climáticas.

Ele não é o único. Nós estamos vendo quase que mensalmente ex-céticos, ex-negacionistas, todos chegando a essa conclusão. Então, isso mostra que nós temos realmente que olhar essa questão também sob o ponto de vista de risco. Nós não teremos nunca certeza absoluta do futuro, mas qual é o risco de seguirmos nessa trajetória?

Muito rapidamente, porque depois também o Paulo Artaxo vai cobrir essa parte muito bem, e o Dr. Gylvan já cobriu, não há dúvida de que o Planeta está aquecendo acima de qualquer outra possibilidade, globalmente, principalmente desde a década de 60, com muita clareza. Isto aqui é o dado comparando com 1808 a 1900, século XIX. Vejam, o Nordeste já subiu mais de 2 graus, o resto do Brasil, aquela parte cinza é porque não havia estações meteorológicas para comparar no século XIX, o resto do Brasil, Sul e Sudeste, já subiu mais que um grau. Quando a gente olha também a comparação entre 1950 e 1980, nós vamos ver que praticamente tudo subiu mais que um grau. Então, quer dizer, um aquecimento global muito acelerado.

Estas são quatro diferentes fontes de dados para medir, desde 1900, as temperaturas no Brasil. A última década é a mais quente já registrada. A gente vê que isso acontece. Dois conjuntos de dados, Amazônia, Nordeste e Sudeste da América do Sul. Não há a menor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dúvida, a última década é a mais quente já registrada. Isso tudo são observações de vários centros diferentes, que permitem avaliar até o tipo de erro em cada uma dessas análises.

E também nós já estamos vendo... Esta é a mudança de precipitação em milímetros por dia, e quando a gente olha o gráfico da esquerda, nós vamos ver... Esta aqui é 1961 a 1990 e de 2010 a 2018, menos aquele outro padrão. Nós estamos vendo um padrão, e isso vai aparecer mais de uma vez aqui nesta discussão, um padrão de menos chuva no Nordeste e na Amazônia e mais chuva no Sul e uma parte do Sudeste. Esse é um padrão que a maioria dos modelos climáticos projeta para o Brasil.

As evidências das mudanças são tão avassaladoras, que realmente ninguém podia minimamente duvidar. O aumento da temperatura, como já foi mostrado, nos oceanos, esse aquecimento já chegou até 700m; o encolhimento dos mantos de gelo muito rapidamente na Groenlândia e na Antártica Ocidental; recuo das geleiras; cobertura de neve no Hemisfério Norte diminuindo; o nível do mar já subiu quase 25cm; o gelo no Oceano Ártico... E é sempre bom, esse exemplo do gelo no Oceano Ártico é interessante, porque uns vinte anos atrás, todas as projeções da melhor ciência de vinte anos atrás eram de que esse gelo desapareceria no verão do Hemisfério Norte só lá pelo final do século. Se nós não contivermos o aquecimento global em menos de dois graus, esse gelo vai desaparecer em talvez 30 a 40 anos, no verão.

Eventos extremos, eu vou falar um pouquinho mais, e acidificação dos oceanos. Eu sempre gosto de também lembrar de acidificação dos oceanos, porque mesmo a fala do Jerry Taylor, de que se o custo de mitigar, de reduzir fosse gigantesco, e valesse a pena não fazer nada, porque nós podemos nos adaptar, mas ele não pensa que o oceano iria acabar. Se a gente continuar emitindo gases de efeito estufa, esse CO_2, uma boa parte vai para dentro dos oceanos, acidifica os oceanos, e 40% da vida marinha poderia desaparecer.

Vamos olhar, deixe-me mostrar muito rapidamente o que a gente já está enxergando de aumento na intensidade e frequência dos extremos. Esta é uma análise com 291 estações. Vocês estão vendo à esquerda todas as estações, cobrem o Brasil todo. E o número de dias no ano em que a temperatura máxima passa de 34 graus. Por que 34? Vocês vão ver depois que 34 tem um enorme impacto na agricultura. Somos uma potência agrícola. E vejam que na década, isso começa em 1961, termina em 2010, na década de 60, nós tínhamos aí não mais do que 30 dias; hoje não temos menos de 60 dias. Então é uma prova de que não há como não perceber um grande aquecimento global.

E também os extremos, até mesmo em regiões em que os cenários futuros indicam uma mudança pequena de chuva, mas os extremos acontecem. Nós temos visto, isso é super-recente e teve um enorme impacto econômico no nosso País. Ali estou mostrando as anomalias de chuva no Sudeste, o Sudeste todo, com a megasseca de 2014, depois a continuidade da seca em 2015, em janeiro deste ano, não está nesse mapa, nós tivemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

uma seca muito pronunciada. Então, além de tudo, os extremos, de um lado ou de outro de chuva, estão ficando mais frequentes.

Isso é também um sinal do que virá. É quase que, pegando carona numa frase do Governador da Califórnia Jerry Brown, quando lhe perguntaram o que estava acontecendo, por que tantos incêndios florestais, ele falou: "Esta é a nova normal. A Califórnia tem que se acostumar que esta é a nova normal".

Muito preocupante o Nordeste. Esta é uma série de 1962 até 2018, e nós tivemos, em 2012 e 2018, a mais longa consecutiva seca na história do Nordeste, desde que há registros, começando lá em Quixeramobim, na época do Império. Então, muito preocupante. Essa curva de cima é todo o Nordeste, e a curva de baixo é só o Semiárido. Esse fenômeno aconteceu também na escala do Nordeste. Muito preocupante, uma região que já é semiárida.

E o que é que está acontecendo no Nordeste? Essa cor vermelha são as regiões semiáridas. E cada gráfico desse é uma década, começando na década de 60. E esses dois de baixo são de 2001 a 2010, 2011 a 2016, tanto com um conjunto de dados, e o de baixo com um conjunto de dados do CPTEC-Inpe. O que nos preocupa muito? Nós estamos já vendo um fenômeno de aridização. Isto aqui é observação, isto aqui não é projeção. Isto é observação. Então, nós já estamos vendo, inclusive no norte da Bahia, nesses últimos anos, em função dessa megasseca de 2012 a 2018, nós estamos vendo os primeiros sinais de um clima árido, não é mais semiárido. Então isso é uma observação que tem que realmente levar a muita preocupação.

E também, o que é que nós estamos vendo, uma coisa que nós não víamos na Amazônia, no registro paleoclimático da Amazônia, nós nunca vimos secas e inundações, secas e muita chuva com essa frequência. Seca em 2005, 2010, 2015 e 2016, inundações em 2009 e 2012. E no sudoeste, em Rondônia, 2014 e 2015. Então alguma coisa está mudando, e eu vou, de novo, usar a expressão do Governador Jerry Brown, da Califórnia: vamos nos preparar, porque essa é ou será a nova normal climática.

As causas do aquecimento global, o Dr. Gylvan já cobriu muito bem. O Paulo Artaxo vai também cobrir muito bem. Eu só coloco de novo uma curva que ele já colocou, esta do último relatório do IPCC, que não deixa nenhuma dúvida de que não há como explicar o aumento da temperatura se nós não levarmos em consideração os gases de efeito estufa que nós estamos emitindo, os aerossóis que nós estamos emitindo, que esfriam, os aerossóis esfriam. O Paulo vai falar disso com muita propriedade.

Então, essa é a melhor ciência, a melhor explicação científica. E ciência, como eu falei, não é doutrina, é sempre a melhor explicação do que nós observamos na natureza, no universo, naquele momento. Também a América do Sul aparece ali, um dos gráficos, mostrando que essa é a explicação para a América do Sul.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Limites de adaptação às mudanças climáticas. Deixe-me colocar um pouco essa questão. Todo mundo usa esse exemplo aí, conhecido, do sapo. Você coloca um sapo numa panela de água quente, ele percebe o risco, ele pula imediatamente. Mas se você colocar o sapo numa panela de água fria e aquecer devagarzinho, ele não percebe o risco, ele morre. Então a percepção de risco varia muito geograficamente, temporalmente e também em função de aspectos culturais. E essa é uma questão importantíssima.

Eu pergunto: há limites absolutos para a adaptação? Por que é que eu digo limites absolutos? Porque a gente poderia imaginar, não, nós, usando essa expressão aqui, o nosso principal equipamento evolutivo é o nosso cérebro; então nós podemos nos adaptar a qualquer... Não, aqui há ar condicionado. Nós podemos nos adaptar, não há problema. Não, não é verdade. E eu mostro alguns exemplos, até para nós, para nós. O corpo humano se adaptaria aos valores de temperatura e umidade projetados para o futuro, se nós não conseguirmos manter a temperatura com menos de dois graus? Então essa é uma questão importante. Nós, corpo humano, saindo aqui, num ambiente aqui em Brasília, em 2100, não nós, pelo menos eu não estarei mais vivo, mas eu digo, os nossos netos. Essa é uma pergunta relevante, e essa não é uma pergunta que é muito discutida ainda como uma consequência das mudanças climáticas, infelizmente, porque essa nos atinge diretamente.

Não, nós não resistiríamos. Por quê? Nós temos um limite fisiológico. Qual é esse limite? É 35 graus de temperatura do ar e 100% de umidade relativa. Nessas condições, se a gente for colocado numa câmara com 35 graus e 100% de umidade relativa, quer dizer, o ar está saturado, nós não perdemos mais calor metabólico por transpiração e não conseguimos mais trocar calor do corpo por radiação, perda por emissão de radiação térmica. Um bebê ou um idoso duram meia hora; uma pessoa supersaudável, de três a quatro horas. Conhecidíssimo da Medicina há muito tempo, porque as pessoas que trabalham perto de caldeiras, etc., têm que respeitar esses limites. Isso é conhecidíssimo.

E, aí, há aqui embaixo. Desculpem-me, porque não ficou muito claro, mas não são apenas 35 graus. Se estiver em 41 graus, é de 58% a umidade relativa. E, ali, esse gráfico mostra que, se a temperatura não tiver nenhum controle, no século seguinte, todas aquelas regiões em lilás serão regiões em que será impossível viver.

Esse número de 35 graus, umidade relativa de 100%, uma temperatura de *boom* úmido, no jargão técnico, mas essas são... Quantas vezes nessas cidades aí – Cuiabá, Rio Branco etc. – a temperatura já passou de 31 graus nesses indicadores de 100% de umidade relativa? Em Manaus, em 2015, ela chegou a 32 graus. Quer dizer, a meros três graus de nós atingirmos o limite fisiológico humano, em que as pessoas não poderiam ficar fora.

Essas são projeções, por exemplo, do número de dias que essas condições fatais para o ser humano seriam atingidas. No pior dos cenários, em toda a Amazônia e no Nordeste do Brasil nós teríamos mais de 200 dias em que, em algumas horas do dia, não haveria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

condições de ninguém estar no ambiente externo; só poderíamos estar dentro de ambientes com ar condicionado.

É um outro mundo! Se nós não tivermos sucesso no Acordo de Paris, vamos nos preparar para um outro mundo, com uma população despencando. Nove ou dez bilhões, impossível; talvez, 500 milhões de pessoas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS NOBRE – E um estudo da Fiocruz mostra também essa questão. Toda essa região em vermelho é onde nós teríamos uma condição que não permitiria que os seres humanos ficassem expostos ao ambiente.

Vou trazer mais algumas questões como essas de limites absolutos.

Há limites absolutos para a agricultura? Sim, há. Esse gráfico mostra claramente que, se a temperatura passar... Por exemplo, o milho, o trigo ou o arroz... Folhas não brotam, não saem se passar daqueles limites que vocês estão vendo ali no gráfico. O broto, as raízes e os limites letais. Esses limites, nos cenários em que nós não tenhamos sucesso no Acordo de Paris, serão atingidos no Brasil. O Brasil deixará de ser uma potência agrícola. Não queremos que deixe, porque o Brasil contribui muito para a segurança alimentar.

Mas esses são limites absolutos, e não há engenharia genética que possa fazer, por exemplo, com que uma planta faça fotossíntese acima de 42 graus, 43 graus.

Esse também é um estudo da Embrapa, mostrando todos os limites. Essa região em vermelho, no cenário sem controle de emissões, seria impossível de se viver e também impossível de se ter agricultura. Esses são os limites de todas as culturas. E também esse é um estudo que projeta quantos dias a temperatura estaria acima de 34 graus. E, no final, entre 2071 e 2100, boa parte do Brasil atingiria esse limite e muitas das culturas agrícolas não teriam nenhuma condição de sobrevivência.

Isso também é um estudo do Fórum Econômico Mundial, mostrando a enorme perda do potencial agrícola. Isso é 2050. Tudo que está em vermelho é perda. O Brasil e a América do Sul perderiam muito.

O impacto na Caatinga. Qual seria o impacto?

Esse é um estudo deste ano e ele mostra, em todas essas cores em vermelho, que essas são regiões que teriam seca extrema. No cenário sem controle de emissões, praticamente todo o Nordeste teria uma condição de seca extrema, que não manteria a vegetação na Caatinga. E esse é o mesmo estudo, projetando...

Aquela cor ali é semideserto. Para os vários cenários de mudanças climáticas, do IPCC, nós teríamos um crescimento enorme da Caatinga e também uma boa parte dela se tornaria semideserto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E o que poderá acontecer com a Floresta Amazônia?

Eu tenho trabalhado bastante nessa questão, e, basicamente, aqui a gente combina todos esses efeitos: mudança climática, desmatamento de 20%, efeito do aumento de incêndios florestais, efeito de fertilização do CO_2 – o CO_2 ajuda as plantas, é até um efeito positivo. Mas, combinando tudo, a floresta iria para perto dos Andes. Nós perderíamos cerca de 50% a 60% da Floresta Amazônica. Esses gráficos no meio são estimativas e projeções para 2050, para 20% de desmatamento, que é o que nós já atingimos, aumento dos incêndios florestais e o aquecimento global.

Então, esse é um enorme risco também de desaparecimento da Floresta Amazônica. Se o desmatamento passar de 20% a 25% ou se o aquecimento global passar de 3°C, existe o que a gente chama, em inglês, de *tipping point*, um ponto de ruptura, e boa parte – centro, leste e sul – da Floresta Amazônica, principalmente no Brasil e na Bolívia, desapareceria.

Os desafios para o Brasil – estou terminando – são muitos, e o Brasil manteve, realmente, sempre uma postura muito avançada na busca e nas negociações dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, um deles, dos mais importantes, mudanças climáticas. Mas, logicamente, as transformações que a humanidade e o Planeta têm que enfrentar nas próximas décadas são muitas.

Aqui estou sumarizando as seis grandes transformações: o sistema de energia; o consumo e produção sustentáveis; a revolução digital, que traz muita facilidade, mas traz riscos também; a capacitação humana e a demografia; as cidades; e alimentos, uso da terra e biosfera.

Então, nós temos, realmente, que ter uma visão integrada, para obter os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, prosperidade, inclusão social, sustentabilidade e paz social. É um enorme desafio e é um desafio do qual nenhum país do mundo pode escapar e, certamente, também não o Brasil.

E mudança climática permeia todos esses... E, como o Dr. Gylvan mencionou, a vida do CO_2 na atmosfera faz com que esse seja um problema de longa duração. Não é algo em que a gente possa pensar numa solução de engenharia e o problema é solucionado. É um problema que vai estar com a humanidade por muitos séculos.

E, finalmente... Talvez a conclusão seja a de que, realmente, o Brasil não pode... Seria um enorme prejuízo para as futuras gerações o Brasil abandonar o protagonismo que ele construiu, nos últimos 30 anos, nessas discussões de enfrentamento das mudanças climáticas. O Brasil é um dos países que mais se destacou, o Dr. Gylvan teve um papel muitíssimo importante desde o início, e, portanto, as nossas metas de NDC, que são ambiciosas, têm que ser cumpridas. Nós temos de ter mais ambição, até depois de 2030, e nós temos que, realmente, acelerar as nossas políticas de adaptação. Nessas políticas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

adaptação e práticas, nós estamos mais atrasados, por exemplo, que a maioria dos países desenvolvidos.

E essa, realmente... O Brasil e a busca de sustentabilidade devem caminhar juntos, para sempre, e como principal legado que nós vamos deixar para as futuras gerações.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Professor Carlos Nobre.

Eu queria aqui manifestar a minha satisfação com a presença do Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Jaques Wagner, um ser humano ímpar, singular, que eu sempre faço questão de admirar e falar, porque sempre aprendo com S. Exa.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu sei disso. Um encontro de almas.

Passo a palavra agora ao Professor Paulo Artaxo.

O SR. PAULO ARTAXO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Obrigado pelo convite também, para também essa questão em discussão no Senado nacional, que é uma discussão extremamente estratégica.

Bom, é importante a gente observar que a ciência, nessa particular área de pesquisa, que é uma área de pesquisa muito ativa – toda semana há quatro, cinco *papers* importantes nas principais revistas do globo –, mas vejam que, aqui, você tem, nos últimos seis meses... Eu reuni alguns dos grandes relatórios nessa área. Eles vão desde o IPCC, passando pela Organização Meteorológica Mundial, Organização Mundial da Saúde, Unep Environment etc. Trabalharam nesses oito ou dez relatórios pelo menos de 2 a 3 mil cientistas, e eu acho que só uma questão estatística mostra que é muito difícil que 3 mil cientistas estejam errados e que dois ou três cientistas estejam certos.

Então, é maios ou menos evidente que, em todas as áreas – relatórios da FAO, relatórios da Unesco, relatórios do IPCC, relatórios da WMO –, todos estão apontando para a mesma direção de sustentabilidade do sistema climático terrestre, e a grande questão é como nós vamos chegar a essa sustentabilidade. São alguns desses aspectos que nós vamos discutir.

Mas é importante também que clima é uma das coisas que estão mudando no nosso Planeta, como o último eslaide do Carlos Nobre colocou claramente.

Nós temos tendências socioeconômicas muito importantes: crescimento de população, necessidade de produção de alimentos, aquacultura e assim por diante. E o aumento da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população – somos 7,7 bilhões de pessoas, indo para 10 bilhões em 2050 – está fazendo uma série de pressões sobre o sistema terrestre, em todos os seus aspectos, o que é indicado pelas tendências à direita. E vejam que esse crescimento exponencial, tanto das tendências socioeconômicas, quanto das pressões nos ecossistemas, não pode continuar crescendo indefinidamente num planeta com recursos finitos. Então, essa é uma constatação mais ou menos evidente de que o Governo brasileiro, assim como os governos de todas as nações, terão que, realmente, ter medidas concretas sobre isso.

E um dos aspectos mais importantes que nós estamos alterando no nosso Planeta é o que a gente chama de o ciclo do carbono, que é ilustrado nesse eslaide, com a série temporal das emissões de dióxido de carbono, desde o início da Revolução Industrial até o ano passado, onde nós observamos que 80% das emissões, hoje, estão associados basicamente com a queima de combustíveis fósseis e cerca de 10% a 15% associadas com o desmatamento de florestas tropicais, no que o Brasil, infelizmente, ainda é um dos protagonistas.

Mas nós estamos emitindo cerca de 40 bilhões de toneladas de dióxido de carbono a cada ano para a atmosfera terrestre, e a atmosfera é uma casquinha muito, muito fininha – 80% da massa da atmosfera estão nos primeiros 15km –, e, obviamente, se você injeta essa quantidade brutal de massa nessa atmosfera, as concentrações têm que estar aumentando, e, efetivamente, elas estão aumentando.

E as emissões, apesar do Acordo de Paris, aumentaram, de 2017 para 208, cerca de 2,4%, e nós estamos ainda numa tendência de aumento da taxa de emissão de gases de efeito estufa, que, obviamente, precisa ser revertida rapidamente, como eu acho que vai ficar claro, depois das exposições desta sessão.

E as concentrações de dióxido de carbono estão aumentando. Hoje, a concentração é em torno de 404 partes por milhão, e era de 280 partes por milhão antes da Revolução Industrial.

No caso do metano, que é um gás emitido pela agricultura e pela pecuária em grande quantidade, essa série temporal mostra, ao longo dos últimos 2 mil anos, a concentração de metano na atmosfera.

Então, vocês vejam que é mais ou menos claro o papel da nossa alteração na composição da atmosfera terrestre. É a primeira espécie, nos 4,5 bilhões de anos do nosso Planeta, que tem o poder que outras não tiveram, que é o de alterar a composição da atmosfera. E a grande questão é o que que nós vamos fazer, como humanidade, com essa nova característica que temos agora.

E as concentrações de oxigênio também estão diminuindo, de modo compatível com o crescimento das concentrações de CO_2, como o Professor Gylvan colocou. Isso, a longo prazo, pode vir a se tornar um problema – não é um problema a curto prazo, porque a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concentração de oxigênio na atmosfera é extremamente elevada, quando comparada à de CO_2. Mas, evidentemente, a queda de concentração de oxigênio demonstra que esse CO_2 está vindo, na sua grande maioria, da queima de combustíveis fósseis.

E esses gases na atmosfera... A física do comportamento desses gases é muito, muito bem conhecida. Nos cursos de graduação do Instituto de Física da USP, a gente faz experimentos muito simples, pelos quais você constara a absorção de radiação infravermelha por gases. Isso é tema que nossos alunos de graduação fazem normalmente como parte do aprendizado sobre a interação entre radiação, gases e partículas.

Isso é tão conhecida que, desde 1896, um físico sueco, Svante Arrhenius, publicou um trabalho mostrando que, se nós dobramos a concentração de CO_2 na atmosfera, a temperatura pode aumentar cerca de 5°C. Vejam: isso nem é nada novo, nem é nenhuma novidade controversa. O Arrhenius fez isso há mais de cem anos.

E essa matéria de jornal de 1912 mostra também que isso já estava na grande imprensa desde o início do século passado. Então, nós vemos que é uma matéria que dizia que, se nós continuarmos queimando carvão como estamos queimando, estaremos aumentando o cobertor que protege o calor da Terra e, com isso, haverá implicações importantes na temperatura.

Então, desde a questão científica até a questão de divulgação para o público em geral, esse é um assunto que já está resolvido há mais de cem anos. Não há qualquer questão em relação a esse tópico.

E, na verdade, o que nós estamos alterando de verdade, além da concentração de CO_2 na atmosfera, é o que a gente chama de balanço de energia do sistema terrestre, ou seja, como que o nosso Planeta processa a entrada e a saída de energia das nossas atividades aqui no nosso Planeta. Então, nós estamos alterando esse balanço de energia, e isso vai ter impactos – e já está tendo impactos – no clima terrestre, como nós vamos ver daqui a pouco.

Quais são esses impactos?

Esse eslaide mostra algumas alterações que nós já estamos fazendo no clima do nosso Planeta, desde o derretimento de geleiras, aumentando a evapotranspiração, aumento da temperatura dos oceanos, e assim por diante.

O sistema climático depende muito da quantidade de energia que entra e sai, e, evidentemente, alterando-se esse balanço de energia, você altera uma série de propriedades do sistema climático, e isso também, hoje, é muito, muito bem conhecido pela ciência.

Um dos aspectos de alteração do sistema climático é o aumento da temperatura global. Esse gráfico mostra o aumento da temperatura desde o início da Revolução

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Industrial. E, evidentemente, nós estamos em uma rota de rápido aquecimento, em particular desde a década de 60 do século passado.

Então, quanto a isso, hoje, não há absolutamente qualquer controvérsia, porque isso é baseado em redes de observação de termômetros, como a que o Carlos Nobre mostrou para o Brasil, redes de termômetros mundiais, medidas por satélites, sensoreamento remoto dos oceanos e assim por diante. Então, nós estamos em franco aquecimento no nosso Planeta, que já se aqueceu em torno de 1,2°C em média.

Mas o que é importante nisso? Esse é um gráfico do aumento observado da temperatura, não em média global. Vejam o caso do Brasil. A parte do Nordeste brasileiro já se aqueceu cerca de 1,5°C a 2°C. Então, o nosso Nordeste já chegou ao limite do que a convenção climática considera que seja um limite seguro para alteração de clima, como o Carlos colocou muito bem.

E vejam que outras regiões do Ártico, por exemplo, já se aqueceram 3°C. Então, nós estamos em uma rota que pode, na verdade, alterar em muito a sustentabilidade socioeconômica do nosso Planeta, e isso, hoje, já é muito bem estabelecido.

No caso do Brasil, uma compilação desse grupo, o Berkeley Earth Group, mostra que o aumento da temperatura já foi, em média, no nosso País, de 1,5°C. E compilações independentes também mostram mais ou menos a mesma coisa, com pequenas flutuações que são naturais na investigação científica.

Agora, a distribuição desse aumento de temperatura é bastante heterogêneo, como era de se esperar num sistema climático.

O gráfico da esquerda mostra a anomalia de temperatura. Vejam que a parte leste da Amazônia e o Nordeste brasileiro estão sofrendo um processo de aquecimento mais acelerado do que o restante do País. E o gráfico da direita mostra a anomalia de chuva, ou seja, está chovendo menos no Nordeste brasileiro, cerca de 20% a 25%, e no Centro-Oeste, e aumentando a precipitação aqui, na região da Bacia do Prata, no sul do Brasil.

Então, essas são medidas já realizadas que mostram o que é absolutamente inequívoco, isto é, que estamos em franca alteração climática, não só no Brasil, mas no Planeta como um todo.

Se a atmosfera está se aquecendo, e os oceanos têm contato físico com a atmosfera, e, se a física funciona, os oceanos também têm que estar se aquecendo, e eles efetivamente estão se aquecendo. O aquecimento médio foi de 1°C, mas veja que há uma heterogeneidade muito grande, de acordo com as correntes oceânicas, com o movimento das massas de água nos oceanos.

E esse aumento de temperatura dos oceanos, num País que tem uma extensa área costeira, pode trazer um risco adicional, que é o risco do aumento dos níveis dos oceanos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em média, os oceanos já subiram 23cm, globalmente falando, o que pode parecer pouco, mas, na verdade, para áreas que sofrem erosão ou que estão mais vulneráveis, esse aumento pode ser muito significativo.

Em Recife, por exemplo, já observamos várias estradas costeiras que estão sofrendo forte processo de erosão. E a gente pode imaginar áreas costeiras como o Rio de Janeiro e como Salvador, que são bastante vulneráveis ao aumento médio do nível do mar, e o Brasil vai ter que ter uma política em relação a esse tipo de adaptação.

O INCT de mudanças climáticas fez uma análise muito detalhada de região por região com as cidades em risco, pelo aumento do nível do mar. Isso é uma vulnerabilidade muito importante do Brasil, que eu acho que deve ser endereçada rapidamente.

Quanto à questão do futuro, basicamente, o futuro que nos espera depende da trajetória das emissões, como nós chamamos em ciência. Hoje, nós estamos emitindo cerca de 40 bilhões de toneladas de CO_2 por ano. Continuando na trajetória atual, que é essa trajetória em vermelho, nós podemos chegar, ao final deste século, emitindo 90 a 100 bilhões de toneladas ou podemos reverter essa questão e termos emissões até negativas, depois de 2050. É essa a escolha política... Na verdade, não é mais uma escolha científica, mas é dos tomadores de decisão, que têm que, basicamente, tomar uma decisão sobre se vamos proteger a nossa estrutura socioeconômica no Brasil e no Planeta como um todo ou simplesmente deixar correr e nós chegarmos ao final do século com um aumento de temperatura de 5 ou 6 graus em média e uma emissão de carbono da ordem de 100 gigatoneladas. Então, isso é um risco gigantesco não só para o nosso País, mas para o Planeta como um todo.

E nós temos a possibilidade, por exemplo, no cenário de emissões *business as usual*, como nós chamamos, de um aumento de temperatura no Brasil, de acordo com o IPCC, da ordem de 5º a 6ºC. Então, vocês imaginem – o Carlos deu o exemplo de Cuiabá – como é que vai ficar o Centro-Oeste brasileiro com um aumento de temperatura desta ordem.

Isso são projeções do IPCC. Projeções do INPI, usando esse mesmo cenário, mostram resultados muito similares, que indicam a robustez da ciência nessa área e mostram a possibilidade de, no Brasil central e na parte leste da Floresta Amazônica, termos um aquecimento muito pronunciado e uma intensificação da alteração do ciclo hidrológico. O gráfico da direita mostra uma redução potencial da chuva no Nordeste brasileiro e um aumento dessa chuva na Região Sudeste.

Então, os modelos hoje são razoavelmente robustos, em termos de projeções climáticas para o futuro, tanto os modelos regionais quanto os modelos globais, os modelos feitos pelo INPI, pela Nasa, pelo serviço meteorológico americano e assim por diante.

Então, hoje, essa ciência também já tem uma robustez muito significativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, saindo do campo da ciência, eu acho que é importante a gente olhar para outros campos.

Isso é um relatório do Fórum Econômico Mundial, aquele grupo de milionários que se reúnem em Davos, todo começo de ano, e eles soltam um relatório, que se chama Relatório de Riscos Globais. Esse é o relatório de 2019.

Vejam que, entre os cinco maiores riscos em termos de probabilidade de ocorrência, basicamente, os eventos climáticos extremos, o fracasso das negociações climáticas e os desastres naturais tomam as três maiores importâncias, do ponto de vista socioeconômico. E vejam que isso não são preocupações de ONGs ou de cientistas; são preocupações de economistas que assessoram as grandes fortunas no nosso Planeta.

No lado direito, mostra os cinco maiores riscos globais em termos de impactos. E vocês vão perceber que, dos cinco maiores riscos, três são associados com as mudanças climáticas.

O primeiro é, basicamente, uma guerra nuclear descontrolada, que, obviamente, pode ter um impacto gigantesco sobre o Planeta, e o quarto risco é uma crise global de água, que também está associada com mudanças climáticas globais.

Então, vejam, isso são previsões de economistas; não são nem cientistas, nem pessoal de organizações não governamentais.

A FAO e o World Economic Forum também estão preocupados bastante com a questão da produção agrícola. E vejam que a mudança na porcentagem da produção agrícola no Brasil é estimada de 30 a 50%. Então, isso pode ter um impacto socioeconômico enorme no País. E, basicamente, não é só o World Economic Forum, mas a FAO tem similares projeções. O IPCC também tem projeções similares, e a Unep.

Então, basicamente, há um consenso de que o Brasil tem muito a perder se não lutar contra a questão das mudanças climáticas globais.

Os eventos climáticos extremos estão aumentando de incidência. Isso é fácil de observar. Não são só enchentes no Rio de Janeiro e São Paulo. Isso já está ocorrendo, na verdade, desde a década de 80. Isso é uma série temporal desde a década de 40 até o ano passado. Nós já tivemos um aumento de cerca de 200% na frequência dos eventos climáticos extremos, e isso traz prejuízos socioeconômicos enormes para a nossa sociedade.

Para terminar, há solução para essa questão? Sim, há solução, mas nós precisamos de uma grande transformação política, social e econômica, para que essas soluções sejam implementadas. Elas vão desde mudanças no setor de transporte; mudanças no setor de produção de energia, principalmente nos países desenvolvidos que ainda dependem de carvão, petróleo e gás natural; mudanças na maneira como a gente trata a questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agricultura, porque nós vamos ter que diminuir as emissões de gás de efeito estufa, em particular o metano, do setor agrícola; e, basicamente, mudanças no estilo de vida e mudanças comportamentais. Então, por exemplo, é sustentável uma cidade, como São Paulo, ter 7 milhões de automóveis? Quer dizer, é muito difícil defender uma estrutura socioeconômica desse tipo. Precisamos ter transporte público de qualidade para a população e muito mais eficiente? Não há qualquer dúvida disso. Nós vamos precisar de políticas públicas sólidas, ao longo das próximas décadas, para isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO ARTAXO – E é importante que as Nações Unidas tenham respondido a essa questão, colocando os chamados 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que são adotados pela ONU. E muitos, se não quase todos desses objetivos, têm conexões com as mudanças climáticas, desde você fornecer só água de boa qualidade para a população, erradicação da pobreza e assim por diante. Quase todos esses Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, do qual o Brasil é um signatário, passam pela questão do enfrentamento das mudanças climáticas.

E o único instrumento que nós temos hoje é o Acordo de Paris, que é um compromisso de mais de 190 países da ONU, inclusive o Brasil. Ele é o único instrumento, hoje, para lidar com as questões das mudanças climáticas, mas, infelizmente, é um instrumento ainda ineficiente, porque, se todas as reduções de emissões comprometidas pelos países, inclusive o Brasil, forem 100% cumpridas, nós ainda vamos ter um aquecimento de 2,7°C do nosso Planeta. Então, o Acordo de Paris vai ter que ser, digamos assim, apertado, do ponto de vista de novos compromissos dos países com maiores reduções de emissões, se a gente quiser manter o nosso Planeta de uma maneira sustentável.

E, por último, também é fundamental levantarmos que não são só questões ambientais, só questões econômicas, só questões sociais. Também temos questões éticas muito importantes nessa questão. E o melhor instrumento é a Encíclica Laudato Si', do Papa Francisco, que mostra que precisamos de uma conversa que inclua todo mundo, desde que os desafios ambientais que já estão ocorrendo e as suas raízes humanas nos preocupam e afetam a todos os seres deste Planeta. Então, é um apelo ético da nossa tarefa, inclusive da tarefa do ponto de vista dos formadores de legislação deste País, a que nós vamos ter que atender.

Então, basicamente.... É importante também salientar, para acabar, que, depois da Rio-92, nós tivemos 24 reuniões das comissões, das COPs, mais de 190 países endossaram o Acordo de Paris, milhares de cientistas defendendo redução de emissões em cada um dos seus países, inclusive no Brasil.

Temos também, na questão das mudanças climáticas globais, o endosso do Fórum Econômico Mundial, do Vaticano e das ações científicas de todo o mundo. Quer dizer, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

grande pergunta é: será que todos esses milhares de cientistas, políticos e legisladores estão errados? Então, essa é a pergunta que eu deixo para a gente debater no futuro.

Obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Prof. Paulo Artaxo.

Passo a palavra à Profa. Mercedes Bustamante.

A SRA. MERCEDES BUSTAMANTE (Para exposição de convidado.) – Obrigada, Senador Contarato, pelo convite para participar hoje desta audiência.

Os três palestrantes que me precederam foram muito felizes em colocar as bases científicas da mudança climática, os impactos, sobretudo, na relação saúde humana, agricultura, eventos extremos.

Então, eu gostaria de usar esta oportunidade para discutir um outro tópico que é central para o Brasil, que são as interações entre as mudanças climáticas, a biodiversidade e os desafios e oportunidades que o Brasil tem na associação desses dois fatores. (*Pausa.*)

Bom, então, hoje, dois dos desafios principais da humanidade estão associados a garantir a segurança alimentar para uma população crescente, que deve ir para 9 a 10 bilhões de pessoas até 2050, e, ao mesmo tempo, trabalhar a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. A interface entre esses dois desafios é enfrentá-los, reduzindo o impacto do uso do solo sobre os chamados serviços ecossistêmicos.

Próximo, por favor.

Bom, essa figura já apareceu aqui em diferentes versões. O que ela representa são os diferentes modelos que o IPCC trabalhou, em termos de trajetórias de emissão, e o impacto que eles teriam no aumento da temperatura.

Então, se quisermos ficar na linha do aumento de temperatura de 1,5°C em relação às temperaturas pré-industriais, nós teríamos que seguir a trajetória que está marcada ali, com a linha azul claro. Então, vocês percebam que esse é o cenário chamado RCP2.6, e, se nós formos seguindo as outras trajetórias de aumento das emissões, o que que elas teriam em termos de impacto de aumento da temperatura média global.

O que a gente percebe ali na linha preta é a trajetória atual das emissões. Então, se a tivéssemos que descer a esse cenário que está marcado na linha azul claro, isso significaria já ter uma redução muito rápida das emissões, e, ainda assim, nós teríamos que ter o que chamamos de emissões negativas, ou seja, não só parar de emitir, mas aumentar o sequestro de carbono.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, esse relatório especial do IPCC, mencionado aqui pelo Paulo também, foi encomendado pela convenção das Nações Unidas para o Clima ao IPCC, para que explicássemos o que que nós precisamos para chegar a um mundo que controlasse a temperatura a 1,5°C.

Próximo, por favor.

Uma conclusão muito interessante, que afeta particularmente o Brasil, é o que esse relatório coloca em termos das transições que serão necessárias em termos de uso da terra, o que que vai acontecer com o setor chamado de Afolu, que é agricultura, florestas e outros usos da terra.

Então, basicamente, todos os modelos que trabalham com a limitação da temperatura a 1,5°C indicam que nós precisamos ter fortes transições no uso da terra. O que que significa? Se eu preciso de emissões negativas, eu tenho que aumentar o sequestro de carbono. E é esse setor, basicamente, que hoje tem o maior potencial de sequestro de carbono. Então, a escala em que isso vai se dar vai depender muito de qual vai ser esse portfólio de ações de mitigação, mas, basicamente, as transições de uso consideradas aí implicam transformar terras agrícolas não pastoris para culturas alimentares e forrageiras, aumentar as pastagens convertidas em culturas energéticas para produção de bioenergia, mudanças na cobertura de florestas... Ou seja, todos são temas centrais para o Brasil.

Então, a gente não vai trabalhar aquela trajetória de redução das emissões para chegar a 1,5 se a gente não tiver transformações muito grandes no setor de uso da terra e na cobertura florestal.

Próximo, por favor.

Bom, esse gráfico detalha um pouquinho mais o que que significa esse esforço.

Aqui a gente já trabalha com quatro cenários diferentes. Então, é aquela mesma curva: eu preciso reduzir as emissões e caminhar para emissões negativas, que é quando aquela curva passa ali, abaixo do zero.

No primeiro cenário, se eu tivesse uma descarbonização muito rápida, eu reduzo as emissões. Então, eu comprometo menos para frente. Imaginem isso como o crédito rotativo do cartão de crédito. Então, se eu vou atrasando meu pagamento, vou somando juros e vou pagando mais lá para frente. Estou rolando essa dívida para frente. Se eu tenho foco na sustentabilidade, bom, eu reduzo mais gradualmente, comprometo um pouco mais as emissões negativas para frente.

O que está marcado ali em cinza é o setor de combustíveis fósseis e indústrias, que são as emissões majoritárias, mas a gente vê que, na parte das emissões negativas, dois setores contribuem fundamentalmente, que é agricultura, florestas e uso da terra e trabalhar o que a gente chama aí de bioenergia e captura de carbono, que seria uma tecnologia de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sequestrar carbono, enterrando esse carbono, bombeando esse carbono para camadas mais profundas.

Quando eu entro nos outros dois cenários, que é o cenário do meio do caminho e o cenário do uso intensivo de energia e recursos, a gente percebe o efeito do crédito rotativo do cartão de crédito. Eu aumentei a minha dívida no futuro em termos de emissões negativas, mais transformações no setor de uso da terra. Então, quanto mais tarde os esforços de mitigação forem implementados, maior vai ter que ser o papel dessas emissões negativas. E isso vai colocar um peso muito grande em a gente comprometer os impactos no uso do solo.

Próximo, por favor.

Bom, por que essa questão é importante? Por que ela toca fundamentalmente na questão do desenvolvimento sustentável? Uso e cobertura do solo é a base do desenvolvimento sustentável. Por quê? Porque ele compromete biodiversidade e serviços ecossistêmicos associados, compromete seguranças hídrica e alimentar e compromete meios de vida. Então, quando a gente mexe nesse miolo de transições de uso da terra, ele tem um impacto direto sobre todos aqueles objetivos de desenvolvimento sustentável que o Paulo Artaxo comentou aqui.

Próximo, por favor.

Bom, então, essa é um pouco a ideia. Vocês imaginem o que significa a perda da biodiversidade dos ecossistemas para o bem estar humano. Imaginem a biodiversidade como se fosse uns blocos de construção dos ecossistemas. O funcionamento desses ecossistemas são as fábricas que utilizam esses blocos de construção, e os produtos são os serviços ecossistêmicos, que são as funções ecossistêmicas das quais nós nos apropriamos para o nosso bem-estar. Quando eu vou perder aquele bloco de construção, eu afeto diretamente o benefício que nós retiramos dos ecossistemas.

Próximo, por favor.

O que é biodiversidade? Só lembrando aqui muito rapidamente para a gente entender a complexidade e por que, quando a gente mexe nessa caixinha, as consequências podem ser várias. Quando a gente fala em biodiversidade, há quatro conceitos chaves importantes: variedade, variabilidade, vários níveis biológicos e processos de sustentação. Então, a gente poderia definir como biodiversidade a variedade e a variabilidade da vida na terra, de genes aos ecossistemas, junto com os processos ecológicos e evolutivos que sustentam a vida na terra.

Próximo, por favor.

Então, só para a gente lembrar, a gente está falando de número de espécies.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está falando das interações, das relações ecológicas entre as espécies. Então, quando eu retiro uma espécie, ela está conectada a várias outras. Esse impacto se multiplica. Eu vou gerando um débito que está associado também à perda de uma espécie que se conecta com várias outras.

Próximo, por favor.

A gente está falando das variações dessa riqueza de espécies, dessas relações ecológicas no espaço e no tempo. Então, quando a gente considera o Cerrado, por exemplo, que é o segundo maior bioma do Brasil, a sua biodiversidade se distribui em supercentros de diversidade. O Cerrado do Sudeste é diferente do Cerrado do Nordeste. A gente tem essa variação espacial e temporal.

Próximo, por favor.

E a gente tem a diversidade genética. Estou falando de uma espécie, mas essa espécie tem uma diversidade genética associada a ela também, que foi o que nos permitiu, por exemplo, trabalhar e melhorar as espécies que hoje são de uso agrícola, porque a gente contava com um banco de diversidade genética associado, então, a essas espécies.

Próximo, por favor.

Então, quando a gente perde diversidade, a gente está perdendo esses vários componentes que foram colocados aqui. Isso já era um estudo em 2002 na Nature, que olhava as respostas ecológicas à mudança climática recente. E, basicamente, em 2002, já havia uma ampla evidência dos impactos ecológicos que iam desde ambientes polares terrestre até ambientes marinhos tropicais. Essas respostas abordavam uma variedade de ecossistemas e vários níveis de organização. Então, a gente está falando de fauna e flora em nível de espécie e em nível de comunidade. Isso já estava bem documentado há 17 anos. O relatório recente do IPBE só reforçou essa conclusão que a gente já tinha lá em 2002.

Próximo, por favor.

Qual é essa relação estreita entre clima e biodiversidade? Essa é uma figura básica de qualquer livro de ecologia. A gente mostra, globalmente, dois eixos: precipitação e temperatura. Com essas duas informações climáticas, a gente consegue identificar onde vão estar distribuídas as grandes formações vegetais. O que isso significa? Que clima determina onde as espécies podem viver, crescer e se reproduzir.

Próximo, por favor.

Como as espécies podem lidar com a mudança do clima? Vamos pensar em três eixos.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro, não está bom aqui, eu me desloco e vou para lá. Então, ela tem uma mudança no espaço. Ela pode ter uma mudança no tempo. O que isso significa? A gente ajusta os ciclos de vida – muda a fenologia, muda o período de reprodução – ou a gente tem alterações fisiológicas – o Carlos mencionou aqui algumas delas, no caso da espécie humana e seu limite – para se ajustar a essas novas condições climáticas.

Próximo, por favor.

Todos esses três eixos no caso da biodiversidade – a gente tinha que estar incluído nessa biodiversidade – envolvem ou plasticidade – e a plasticidade tem limites – ou envolvem respostas evolutivas. Aí há uma questão que é crucial quando a gente fala em diversidade biológica, quando a gente olha a mudança climática recente.

Próximo, por favor.

Nesse gráfico – não sei se algum de vocês já mostrou; creio que sim –, a gente tem o CO_2 durante as eras de gelo e períodos quentes nos últimos 800 mil anos. Então, a gente percebe que há essa variação, mas a gente esteve sempre ali abaixo. No máximo, a concentração prévia mais alta nesse período, nos últimos 800 mil anos, em torno de 300 ppm. Vamos colocar isso agora na escala evolutiva. A nossa espécie, *homo sapiens*, surgiu entre 190 mil e 160 mil anos atrás. Então, a gente está falando de uma condição relativamente estável, muito antes até do surgimento da nossa espécie. Se eu fosse colocar isso numa escala temporal mais próxima... Eu gosto de dar este exemplo: nasci em 1963. Em 1963, a gente tinha em torno de 300, 310 ppm. No meu espaço de vida, 55 anos, a gente já está fora da escala do que a gente viveu nos últimos 800 mil anos. O que isso significa? Quando a gente olha aquele eixo plasticidade e resposta evolutiva, as espécies não têm tempo de se adaptar a uma mudança climática tão rápida nem uma variação tão rápida que elas não viveram na sua história evolutiva. Então, esse é um ponto importante que diferencia muito claramente as respostas que a gente viu no passado e as respostas que a gente pode esperar para a biodiversidade no futuro.

Próximo, por favor.

Qual é a situação do Brasil nesse contexto?

Próximo.

Esse aqui são dados da FAO, reportados pelos países, que indicam as mudanças de área de floresta entre 1990 e 2010. Então, a gente percebe que, efetivamente, a nossa região – e o Brasil contribuiu com boa parte dessa perda de florestas – é a região onde a gente perdeu mais cobertura florestal.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, então, está colocado, espremido entre vários desafios. É um país que é detentor de enormes recursos hídricos, tem um substancial estoque de carbono nas suas diferentes formações vegetais, é detentor de uma megadiversidade e também apresenta uma enorme diversidade social. O Paulo mencionou aqui que as questões sociais e éticas também são centrais neste debate. Por outro lado, a gente vem observando mudanças no regime do fogo associadas ao uso da terra, mas também à mudança climática recente. É um país importante na produção de proteína animal, na produção de grãos e também na questão da bioenergia. Então, como a gente concilia esses vários desafios que precisam ser colocados todos dentro do mesmo território que está demarcado ali nesse mapa?

Próximo, por favor.

Vamos pensar um pouquinho agora no Brasil, no seu papel como um detentor de megadiversidade. O que são esses números de biodiversidade no Brasil? Essa biodiversidade está associada à nossa dimensão continental e à heterogeneidade espacial que temos no Brasil. São mais de 42 mil espécies de plantas, 9 mil de vertebrados. Eu botei ali o mínimo de quase 130 mil invertebrados, porque a gente não terminou de conhecer ainda o que a gente tem de invertebrados. A gente tem altas taxas de endemismo. Isso significa que são espécies que só acontecem aqui. Perdidas aqui, elas estão perdidas para o registro da vida na terra. E, no entanto, a gente tem um número considerável de espécies ameaçadas tanto de fauna como de flora, que já vai para a casa dos milhares.

Próximo, por favor.

Qual é o nível de ameaça, hoje, dos biomas brasileiros? Principalmente mudanças do uso da terra. A gente observa ali o grau de conversão dos biomas brasileiros, que vai de manutenção da cobertura nativa só de 20% do original até cerca de 75%. Então, a gente já perdeu aí, em alguns casos, 80% da cobertura nativa, que é o caso da Mata Atlântica. E a gente percebe ali qual é a situação das espécies endêmicas nos diferentes biomas. Particularmente, são importantes o Cerrado e a Mata Atlântica, porque contêm um grande número de espécies endêmicas e têm uma perda de *habitat* também muito expressiva.

Próximo, por favor.

Não vou pedir que vocês leiam esse gráfico. Isso foi uma figura que foi compilada por cientistas dos vários biomas brasileiros tentando elencar para os diferentes biomas terrestres e para os sistemas marinhos e costeiros quais eram os principais vetores de degradação e de perda de biodiversidade.

As duas colunas ali que indicam as setas para cima, que é a tendência crescente, e as cores mais escuras, que significam um impacto maior, são, precisamente, mudanças de uso no solo e mudanças climáticas.

Próximo, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Atualmente, dois fatores pressionam fortemente a biodiversidade e os ecossistemas brasileiros, mudanças do uso da terra e mudanças climáticas, com uma projeção de intensificação, como já foi bem colocado aqui, das mudanças climáticas nas próximas décadas.

Próximo, por favor.

E como isso está documentado? Está bem documentado na literatura brasileira também, porque a gente já tem artigos produzidos no Brasil por grupos de pesquisa brasileiros sobre impactos na Mata Atlântica, impactos na Caatinga, quais vão ser as limitações para a conservação da biodiversidade na Caatinga...

Próximo, por favor.

Impactos sobre a Amazônia, impactos sobre o Cerrado...

Próximo, por favor.

Mas também sobre os serviços ecossistêmicos. Então, o que nós vamos perder de serviços de polinização associados à mudança climática? O que isso vai implicar nas estratégias de conservação? Eu vou precisar renovar ou rever minha estratégia de conservação, considerando que eu tenho hoje um novo impacto que vai jogar meu sistema num novo estado de equilíbrio.

Próximo, por favor.

Basicamente, quando a gente fala de mudanças no uso do solo e mudanças climáticas no Brasil, a gente fala que a gente tem uma via de mão dupla. A conversão da vegetação nativa para a agropecuária mais a intensificação das queimadas têm um impacto direto na emissão de gases de efeito estufa, associada à mudança do clima, como já bem documentado aqui, e, por sua vez, as mudanças de temperatura e disponibilidade de água têm um impacto direto na produção agrícola.

Próximo.

Dando aqui alguns exemplos. Esses aqui são dados do Inventário Nacional de Emissões de Gases de Efeito Estufa e dessas estimativas anuais, que são produzidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que é obrigação do Brasil, e nesse sistema também de registro de dados de emissões, que é tocado pelo MCTIC.

O que a gente percebe ali? A mudança, uma redução, em verde, das emissões associadas ao desmatamento, mas ainda assim é significativo quando a gente soma ali as duas colunas, em verde e amarelo, que são aquelas associadas ao uso da terra: desmatamento e agricultura. Esses dois setores têm um papel importante na produção de gases de efeito estufa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo, por favor.

Mas a gente tem efeitos regionais que também são importantes. Por quê? Porque cobertura vegetal move – e foi uma pergunta muito interessante do Senador na audiência há dois dias – o fluxo de grande quantidade de energia e água para a atmosfera, mantém a temperatura da superfície relativamente baixa apesar da alta radiação que nós recebemos na nossa região, e suporta também uma grande atividade convectiva e de chuvas, principalmente no início e no final da estação chuvosa.

Então, a gente pode ter a água vinda do oceano por evaporação, mas é o aumento da umidade relativa gerada pela evapotranspiração de florestas que dá o início do período chuvoso. Isso mexe particularmente com a agricultura porque a agricultura não precisa só de uma certa quantidade de água de chuva; ela precisa disso chegando no momento correto de forma regular.

Próximo, por favor.

Então, só de pastagens, elas reciclam a mesma quantidade de água na estação chuvosa, mas não durante o período seco, porque a gente não tem quem jogue essa água de novo na forma de vapor de água para a atmosfera.

Próximo, por favor.

Esse são dados que mostram o que acontece para o Cerrado quando eu transformo floresta em cultivo, quando eu transformo floresta em pastagem ou quando eu transformo savana também para cultivo e para pastagem. Basicamente, o que essas figuras todas dizem é que há uma redução da evapotranspiração. É menos água que retorna na forma de vapor de água para a atmosfera. Então, isso tem um impacto regional muito importante.

Próximo, por favor.

E o outro impacto é o que acontece em termos de temperatura. Nessas transições, quando eu transformo floresta e savana para outros usos, a temperatura superficial também aumenta. Não é associado aí à questão global, mas complementa esse efeito o efeito regional da conversão.

Próximo, por favor.

A gente entra aí na questão do Acordo de Paris, já mencionado aqui, na importância do Acordo de Paris, para a gente tentar chegar àquela rota de 1,5 grau centígrado.

O que o Brasil se comprometeu a fazer? Reduzir suas emissões em 37% até 2025, em 43% até 2030... E como isso afeta o setor de mudanças do uso da terra e florestas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nossa missão: restaurar 12 milhões de hectares de florestas até 2030. Eu lembro que nós estamos em 2019. Doze milhões de hectares é uma enorme extensão de floresta para um país que, absolutamente, não está se preparando para fazer isso.

Eliminar o desmatamento ilegal. Parece-me que o compromisso deveria ser de reduzir o desmatamento legal. O ilegal já não deveria existir.

E reforçar os esforços – e aí eu novamente gostaria de reforçar e parabenizar esta Casa também pela questão relativa à medida provisória do Código Florestal – para a implementação do Código Florestal. Então, a gente percebe aí o desvio daqueles compromissos que nós assumimos nos reforços recentes de alterar o Código Florestal.

Próximo, por favor.

Se a gente for olhar nosso compromisso com o Acordo de Paris, são 12 milhões de hectares restaurados até 2030. Olha o que nós temos que fazer só seguindo o Código Florestal, se a gente só seguisse aquilo que já estava preconizado no Código Florestal em 2012. O passivo ali é de 21 milhões de hectares distribuídos aí em oito milhões na Amazônia, sobretudo na transição com o Cerrado, seis milhões...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MERCEDES BUSTAMANTE – ... na Mata Atlântica e cinco milhões de hectares no Cerrado, na parte sul.

Próximo, por favor.

Basicamente, quando a gente trabalha a mitigação de mudanças climáticas e também a adaptação, existe uma enorme sinergia, uma situação de ganho-ganho com um bom manejo dos ecossistemas, porque, quando eu manejo corretamente os ecossistemas, eu aumento a resiliência desses sistemas, diminuo a vulnerabilidade à mudança climática e aumento o sequestro de carbono, que são aquelas emissões negativas que a gente precisa para chegar àquela meta de 1,5.

Próximo, por favor.

E, basicamente, isso nos permite romper esse ciclo vicioso entre pobreza, degradação dos ecossistemas e mudanças climáticas.

E agora a gente traz os aspectos sociais, os aspectos de desigualdade, tão relevantes para o Brasil.

Uma biodiversidade baixa, uma baixa proteção dos ecossistemas também diminui o bem-estar humano e diminui o bem-estar humano sobretudo daquelas populações mais vulneráveis, com menor capacidade adaptativa, porque contam com menos proteção social e contam com menos recursos, e a gente tem a oportunidade de, trabalhando a questão da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

degradação dos ecossistemas e da mitigação, tornar isso nesse círculo virtuoso em que a gente mantém a biodiversidade, protege os ecossistemas e aumenta o bem-estar humano.

Próximo, por favor.

O Paulo Artaxo fechou aqui a sua apresentação com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O Brasil se comprometeu também com essa Agenda 2030. Eu gosto mais, sempre cito essa representação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável porque não aparecem todos em linha, mas ela apresenta uma hierarquia desses Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.

O que é a base dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável? A biosfera. São os ecossistemas íntegros, são os ecossistemas que mantém sua biodiversidade, que sustentam os objetivos sociais e que, por sua vez, sustentam os objetivos econômicos. Isso significa uma mudança de paradigma de desenvolvimento. Em vez da lógica da natureza servindo ao desenvolvimento social e econômico, é o desenvolvimento social e econômico que serve à natureza.

Próximo, por favor.

Para fechar, eu acho que a biosfera é a base dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, os ativos ambientais do Brasil representam a base de sustentação das demandas da sociedade brasileira, porque garantem segurança alimentar, segurança hídrica, climática e energética, bem como a saúde humana.

Próximo, por favor.

Hoje, aqui, são só alguns exemplos. Eu vou pinçar... Hoje nós temos 141 culturas agrícolas brasileiras que dependem de polinizadores. Boa parte da nossa eletricidade é gerada por recursos hídricos. Nós temos mais de 80 famílias botânicas que hoje participam de sistemas agroflorestais e temos 245 espécies da flora brasileira que são base de vários produtos farmacêuticos. Se vocês se recordam, eu citei que a flora brasileira tem uma diversidade de 42 mil espécies. Olhem como nós estamos só começando a arranhar o potencial da bioeconomia no Brasil. A gente utiliza 245 de 42 mil espécies.

Próximo, por favor.

O que a gente pode estar perdendo? Numa comparação muito rápida, segurança alimentar e nutricional. Isso é o teor de vitamina C quando a gente compara laranja e tangerina, que são as mais tradicionais, a cagaita, típica do Cerrado, a mangaba e o camu-camu. Então, olhem o potencial que a gente tem de exploração também para resolver a segurança nutricional.

Próximo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A mesma coisa se olhar a vitamina A. O campeão de vitamina A é o nosso buriti, tão comum aqui nas nossas veredas.

Próximo, por favor.

Então, o que a gente precisa olhar é esse cenário do risco, oportunidade e o privilégio que o Brasil tem de ser um país megadiverso, de poder utilizar esse gigantesco capital natural como oportunidade de desenvolvimento, e não como a gente tem repetidamente ouvido nos últimos tempos, como um empecilho ao desenvolvimento. Na verdade, é um potencial que esse capital natural tem de alavancar o desenvolvimento social e econômico do Brasil.

Próximo, por favor.

No entanto, transformar esse risco em uma oportunidade implica que a gente precisa trabalhar a manutenção dos recursos da biodiversidade e dos ecossistemas, e isso só vai ser possível se a gente tiver ações efetivas de redução das emissões de gases de efeito estufa e trabalhar os impactos da mudança climática.

Qual é o papel da ciência? Também não vou deixar de usar esta oportunidade, Senador, para defender aqui o papel da ciência, por vezes tão atacada, e da educação. Eu venho de uma universidade que foi uma das primeiras a serem identificadas como universidade da balbúrdia. A ciência tem um papel importante no diálogo do conhecimento a serviço da sociedade. A ciência não toma decisão. O que a ciência faz? Eu gosto muito dessa figura do Waze. Todo mundo aqui usa o Waze. O que o Waze dá para você? Ele indica para você as melhores rotas. Quem decide a rota? Você. Então, o papel da ciência é nos auxiliar a ler e a compreender melhor o mundo, suas dinâmicas e também apontar e planejar quais são as trajetórias futuras.

O próximo, que eu acho que é o último.

Essa é uma figura da plataforma brasileira de biodiversidade em ecossistemas. É um pouco da síntese do que eu coloquei aqui. Poderia ter gastado só um eslaide, não é, Senador? Mas a gente tem ali no centro "Biodiversidade e Ecossistemas", quais são os impactos que a gente tem hoje, o que é o risco e como a gente sai dessa situação de risco e passa para uma situação de novas oportunidades. E o que é necessário? A gente repensar nossas políticas de desenvolvimento. É o cumprimento das leis. Então, é o cumprimento do Código Florestal. É o cumprimento dos nossos compromissos globais com a sustentabilidade, é a recuperação das áreas degradadas que nós temos no País, é trabalhar a questão do consumo consciente e continuar na expansão das áreas protegidas no Brasil.

Muito obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Profa. Mercedes Bustamante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, quero reafirmar que esta Comissão está de portas abertas para a academia, para as ONGs... Podem ter certeza de que a voz de vocês vai ecoar. Como dizia Platão, a sabedoria está na repetição. Nós vamos repetir e repetir, nós vamos participar... Essas audiências públicas não vão acontecer só no Junho Verde. Esse é um compromisso tanto com a equipe do meu gabinete como com a equipe da CMA. Nesses dois anos de mandato nós vamos fazer, permanentemente, audiências públicas com temas de extrema relevância para que, quem sabe, a população e esses negacionistas entendam que defender o meio ambiente é sair em defesa da vida humana.

Passo a palavra agora ao...

Antes, quero registrar e agradecer a presença do Senador Marcos do Val e da Senadora Eliziane. É sempre muito bom ver que os Senadores podem estar aqui dentro das limitações e dos compromissos que têm em outras comissões.

Passo a palavra ao Prof. Gustavo Luedemann.

É isso?

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Senador.

Srs. Senadores, é sempre um grande prazer poder falar aqui. Eu sei que é preciso ter muito voto ou então ser convidado pelos senhores para poder falar nesse microfone. Então, é sempre uma honra, como cidadão e como técnico no Governo, poder vir aqui discutir esses assuntos.

Eu acho que foi muita informação já, né? Eu vou fazer uma apresentação, vou tentar ser bastante rápido, e já vou começar com uma pequena provocação. Qual é a ameaça à soberania de se assumir uma postura proativa na questão do clima no sistema multilateral? Porque eu acho que esse foi um pouquinho o cerne de o que foi a discussão com os oradores anteontem.

Eu confesso que me estranha um pouco – mas eu queria justamente me colocar e colocar o Ipea à disposição para a gente continuar esse diálogo por mais tempo – essa posição de se colocar que permanecer no sistema multilateral na negociação de clima ameaça nossa soberania. Vou explicar o porquê.

Esse aqui é o texto da Convenção, firmada lá em 1992, aberta para assinatura em 1992 – o Brasil foi o primeiro signatário –, e a gente vê que, nesse texto, o primeiro princípio foi o que nós chamamos de princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada. Então, esse documento negociado entre tantos países chegou dizendo, já preocupado com tudo isso que foi falado agora pelas pessoas que expuseram antes de mim, que esse problema da mudança do clima teria que ser abordado com base na equidade e com as suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas e respectivas capacidades sendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

respeitadas. O que isso quer dizer? Isso quer dizer que, quando esse documento foi firmado, os chamados países ricos, os países que foram listados também no Anexo I dessa Convenção assumiram a responsabilidade de estar causando essa mudança do clima; quer dizer, foram os países de industrialização antiga que causaram a maior parte do problema. Isso eles assumiram nessa Convenção e falaram que todos precisam colaborar, claro, para que a gente enfrente o problema, mas que eles teriam uma responsabilidade diferenciada sobre esse assunto e que eles teriam uma capacidade de enfrentamento, dado que eles enriqueceram com esse processo recente de industrialização, que eles também poderiam tomar a frente no combate às mudanças de clima. Então, em decorrência, as partes de países desenvolvidos devem tomar a iniciativa no combate à mudança do clima e seus efeitos.

Não estou dizendo que aqui ninguém seja bonzinho e que nada chegue fácil. O que eu vou defender aqui é que o Brasil, inclusive como liderança no grupo dos países em desenvolvimento, mas o conjunto dos países em desenvolvimento de uma maneira bastante combativa garantiu textos que foram, quando a gente olha, muito favoráveis aos países em desenvolvimento nessa Convenção.

Então, o Protocolo de Quioto, que surgiu sob a Convenção alguns anos depois, trouxe obrigações de redução para os países industrializados, para os países ricos, que são também os países membros da OCDE. Na verdade, todas essas questões estão interligadas também. A nossa participação na OCDE implica diversas mudanças na posição em que o Brasil se encontra na negociação com outros países e, inclusive, pode vir a afetar o papel do Brasil na Convenção de Clima.

Países em desenvolvimento, como o Brasil, puderam participar com projetos para reduzir emissões. São projetos, basicamente, da iniciativa privada... Governos locais puderam participar também, junto com empresas, por exemplo, no tratamento de resíduos, entre outros, mas, basicamente, foi a iniciativa privada que falou assim: "eu quero já me adaptar a essa nova tecnologia". Quer dizer, tudo isso que os nobres professores falaram antes de mim já é um indicativo muito forte para a iniciativa privada de que ela vai precisar se adaptar a um futuro de mudança climática.

Então, os *front runners* da iniciativa privada imediatamente viram nisso uma oportunidade de se modernizar, de modernizar seu parque industrial, de trocar suas caldeiras por caldeiras mais eficientes, de aumentar sua eficiência energética, enfim, de trabalhar com menos emissões de gases de efeito estufa, adiantando-se a uma provável futura legislação que fosse restritiva em termos de emissões, e, com isso, ganharam dinheiro externo. O Protocolo de Quioto criou esse mecanismo de desenvolvimento limpo que permitiu que a iniciativa privada ou os governos locais ou o próprio governo federal dos países em desenvolvimento pudessem reduzir emissões e, com isso, vender isso como uma cota, como um... É quase uma permissão de emissão, porque, se o país rico tem uma obrigação de reduzir 5% de suas emissões, se ele compra uma cota que vai equivaler a,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

vamos dizer aqui, 1% do que ele emite, ele vai precisar reduzir domesticamente só mais 4%. Então, essa redução que a gente faz nos países em desenvolvimento, que ainda está em vigor, pode ser vendida também normalmente na iniciativa privada, mas para o cumprimento das metas nacionais dos países ricos.

Então, eu só vejo um benefício, na verdade, durante a vigência do Protocolo de Quioto, que o Brasil pôde ter nesse acordo. Quer dizer, a obrigatoriedade que o Brasil tinha era de produzir na sua comunicação nacional à Convenção o seu relatório de emissões, precisava fazer o inventário, precisava também descrever coisas em relação às prioridades nacionais, por que o Brasil continua sendo um País em desenvolvimento, o que o Brasil está fazendo para se adaptar às mudanças de clima, mas para isso também recebia dinheiro externo.

Então, havia previsão, nesses documentos legais assinados pelos diplomatas brasileiros, de que, para se cumprir essas obrigações criadas por conta das mudanças de clima e do acordo que estava sendo firmado, os países ricos teriam que financiar os custos que isso estaria gerando.

O Brasil gerou, com esse mecanismo de desenvolvimento limpo, que continua vigendo – esses dados são bastante recentes –, já 2 bilhões de toneladas de CO2 de redução certificada na ONU, que é uma importante fonte de recurso externo. Na verdade, o Brasil lucrou bastante com essa governança multilateral. E vamos ver lá que também a gente acabou assumindo compromissos. Isso não é sobre o Protocolo de Quioto, mas isso é sobre a Convenção. Existe esse compromisso de que todos os países devem fazer alguma coisa, e eles relatam o que fazem. Houve um compromisso de caráter voluntário que, no Brasil, se tornou mandatório por força de decreto, e essas reduções que foram planejadas, primeiro, foram muito bem discutidas com os setores. Então, por exemplo, a indústria, que fica bastante alerta sempre que o regulador vai falar alguma coisa em termos de emissão, porque a própria indústria, nos últimos anos, principalmente, não esteve muito forte no Brasil – esse processo chamado de desindustrialização –, teve uma meta que foi estabelecida com base numa estimativa de emissões se a indústria estivesse crescendo a mais do que 4% ao ano. Então, na verdade, somente se a indústria estivesse crescido bastante, ela teria o compromisso de: "Tudo bem, vou crescer, então vou ter novas plantas industriais, vou ter novas caldeiras, novos equipamentos etc."; então, que esse novo equipamento fosse mais eficiente em termos de emissão. Nada que realmente sangrasse nenhum setor no Brasil.

O Brasil já é um País bastante limpo, tem um potencial de expansão de energia eólica e solar formidável; inclusive, graças às mudanças climáticas, que nós vimos... Se não me engano foi o Prof. Carlos Nobre que mostrou aqui, o aumento dos dias secos no Semiárido nordestino; quer dizer, isso é um problema gigantesco para você criar caprinos, mas é uma vantagem enorme para você fazer geração solar, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente está trabalhando dentro de um potencial enorme que a gente tem, com um compromisso que a gente consegue cumprir com certa facilidade. Essa facilidade... Também, claro que a gente poderia dizer assim: o mundo está aquecendo bem mais do que se previa, e a gente não está conseguindo bater as metas que a ciência diz necessárias, mas é o que eu estou dizendo: esse sistema multilateral de negociação permite que os países em conjunto sejam mais ambiciosos. O Brasil não vai ser compelido, ou ele não vai sangrar na sua economia, por conta desse acordo, diferentemente de outros países.

Quer dizer, como mostrei anteriormente, os países desenvolvidos têm que tomar essa frente, então não vai ser sem um esforço, no mínimo, muito maior dos países ricos que o Brasil vai apertar ainda mais as suas metas de redução de emissão.

Aqui também mostrando, dentro do Acordo de Paris – foi falado também pelo Prof. Paulo e pela Profa. Mercedes –, que as ações brasileiras correspondem já ao nosso Plano Decenal de Energia, então, embaixo, eu coloquei uma tabela aqui, não sei se dá para ver, mas as metas do próprio Plano Decenal de Energia às vezes são mais ambiciosas do que o que o Brasil se comprometeu externamente a cumprir. E a outra grande vantagem que existe de você participar desse sistema multilateral, com esse reconhecimento de que o problema existe... Quer dizer, existe muito pouca dúvida mundo afora em relação ao problema; os negacionistas eu acho que chamam muito a atenção, mas o que nós vemos é um comprometimento muito grande dos países, dos próprios setores da economia – os líderes, em cada setor, geralmente são bastante engajados ou têm uma preocupação muito grande –, de que é claro que existe um problema, e se não houver uma regulação condizente, é muito difícil para uma indústria tomar atitudes muito drásticas sozinha, com o risco de perda de competitividade, mas existe um certo consenso de que, desenhado um arcabouço jurídico, um *framer* regulatório seguro, existe aí uma intenção das indústrias. Várias associações setoriais da indústria, inclusive, são muito proativas em dizer que pretendem ser proativas em redução de emissão, ou querem modernizar os seus parques industriais.

Tudo isso para dizer que a gente não está remando contra a maré; a gente está indo em direção ao que, aos olhos da grande maioria, tanto na iniciativa privada quanto nos governos, é um caminho sem volta, e a grande vantagem de participar de um sistema bilateral é que existe a possibilidade de tomar essas medidas com ajuda de financiamento externo. Então, há uma previsão, já um compromisso que foi informalmente assumido em Copenhague na COP 15, de um fluxo dos países ricos aos países em desenvolvimento para se adaptarem às mudanças climáticas e para se tomarem medidas para reduzir suas emissões de, no mínimo – de um patamar mínimo –, R$100 bilhões anuais. Então esse fluxo, mais tarde foi decidido que seria gerido por um fundo, que é o Fundo Verde para o Clima. Então, aqui nesse financiamento, o Brasil já é tomador desses recursos multilaterais. A gente tem projetos no FIP Brasil dos fundos internacionais para o clima – esse projeto, FIP Brasil, por exemplo, é da ordem de US$50 milhões; a gente tem também, recentemente,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um projeto aprovado no Fundo Verde para o Clima, o GCF, para melhorar a eficiência da iluminação pública de diversas capitais brasileiras –, e esse dinheiro que vai ser usado tem formas de alavancar mais dinheiro dentro do Brasil; mas a colaboração externa é da ordem de US$100 milhões.

Temos vários projetos no Global Environment Fund. Temos o projeto Opções de Mitigação, que é um projeto muito interessante também, que estuda como o Brasil pode, de maneira muito eficiente, reduzir suas emissões, quais são os setores mais promissores, quanto isso vai custar aos setores. Esse projeto é muito lincado a algumas iniciativas que estão no Ministério da Economia, que estudam formas de, com instrumentos econômicos, forjar a redução das emissões no Brasil. A gente tem o projeto da própria comunicação nacional, como já mencionei; a gente tem também o levantamento das necessidades tecnológicas do Brasil, que no fundo também é outro instrumento para alavancar mais dinheiro externo: esses projetos todos aí devem estar na ordem de uns US$20 milhões; e a gente tem também o Fundo Amazônia, onde principalmente a Noruega e também, numa parte bastante menor, a Alemanha, colocam bastante recurso – é conhecido, está bastante na mídia agora também. Enfim, apesar de serem acordos bilaterais, esses acordos bilaterais estão sob o guarda-chuva da Convenção de Clima, no sentido de que esses países doadores também colocam essas suas... Isso são ações, que eles colocam, de financiamento, como parte de suas obrigações junto à Convenção.

Enfim, tudo isso é para colocar que me causa estranheza alguém dizer que a gente está pondo em risco a nossa soberania em tratar de mudança de clima no sistema multilateral. Eu consigo entender uma posição, por exemplo, norte-americana, eu acho que o negacionismo geralmente está ligado a forças políticas também. Então, se a gente olha um país que tem um compromisso de doação de recursos dessa monta e ele também tem preocupações com a competitividade de países emergentes que estão expandindo a sua indústria, eu acho que é muito conveniente dizer que não se acredita em mudança de clima. Eu não vou dizer se a pessoa acredita ou não acredita, isso é uma coisa que a gente não consegue avaliar; mas certamente há um assessoramento dessa Presidência que coloca que não é interessante que se trate desse assunto no sistema multilateral.

Os Estados Unidos, então, não tomam nenhuma atitude em relação às mudanças do clima? Não, tomam muitas: a melhor ciência do clima está nos Estados Unidos e também não é de estranhar que, por exemplo, a maior economia dentro da Federação americana, a Califórnia, também seja bastante restritiva em termos de emissão no seu sistema elétrico, por exemplo. Então eles têm bastante atuação, são bastante proativos. Existem vários mercados subnacionais de redução de emissão em andamento nos Estados Unidos, como a gente pode ver nessa figura aqui. Isso aqui é globalmente. Explicando rapidamente essa figura, em verde-claro estão países que estudam formas econômicas... Na verdade, trata de mercados de carbono, que normalmente são uma restrição de emissão, onde os agentes recebem a permissão de emissão numa quantidade limitada; se eles conseguirem emitir

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

menos do que as permissões que eles receberam, eles podem vender essa permissão para outros agentes no mercado que não estejam conseguindo se manter só com aquelas autorizações para emissão que eles receberam.

Mas na verdade, como o Brasil está aqui em verde, o Brasil na verdade faz isso tudo se... É interessante ou não fazer esse tipo de política aqui? O Brasil logrou uma redução de emissão considerável apenas com o PPCDAm, basicamente, então com políticas públicas.

É possível, por exemplo, que, com algumas taxas de emissão aqui ou ali, ou com o principal, uma remodelagem fiscal, a gente... Por exemplo, o Inesc tem um estudo muito interessante sobre o montante de recursos que não são arrecadados por conta de isenções na indústria de petróleo e gás. São bastante consideráveis, na ordem de muitos bilhões anuais; a gente poderia remodelar esses impostos e essas isenções de maneira a ser socialmente justo, não colocar nenhuma taxa que onere demais quem não consiga pagar, mas retirar isenções, eventualmente, de setores que, estudados os impactos de se fazer isso, eventualmente não precisem dessas isenções. Então, sem aumentar impostos no conjunto da obra, fazer uma realocação inteligente de tributos e de isenções de maneira a induzir menores emissões.

O Brasil talvez esteja mais nesse campo, mas os demais países geralmente trabalham aí com uma obrigatoriedade de teto de emissão e uma transação das permissões de emissão. Então, os países em verde-claro são os países que estão estudando isso, e os países em verde-escuro já estudaram e já colocaram uma data em que eles vão iniciar os seus Emissions Trading Schemes, que é o nome que a gente dá para esses mercados de carbono. A gente vê que existem iniciativas subnacionais – na China, por exemplo, algumas regiões já têm mercados estabelecidos, o restante da China já tem data para entrar; na Europa, já há bastante tempo se tem bastante experiência com isso...

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN – Québec; a gente vê a Califórnia, iniciativas estaduais que já estão em vigor, enfim tudo isso para dizer assim: o mundo acredita, sim, que mudança climática esteja acontecendo, está investindo nesse sentido, e eu acredito que a iniciativa privada também.

Essa é uma matéria recente do Bloomberg, em que eles, com uma certa dose de humor, dizem que o mercado não acredita que mudanças climáticas sejam uma besteira, como dizem os republicanos. Mas, mais uma vez, acreditar ou não acreditar, na verdade... Não é uma questão de crença, como disse o Carlos Nobre, é uma questão probabilística. Em ciência a gente não trata com verdades absolutas, mas a gente trata com probabilidades, assim como o mercado. Assim como todo mundo que tem alguma coisa a perder com o risco e toma as suas precauções, também o mercado se previne.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tudo isso era só para dizer que a gente se coloca – isso é para abrir um debate, na verdade, a gente fica à disposição aqui... Ah, desculpa, faltou um último eslaide, que eu depois inseri, que, na verdade, repete um pouco o que a Profa. Mercedes já falou, de uma maneira um pouco diferente. O que eu quis dizer também é que, mesmo se a gente olhasse isso como uma questão de crença e falasse "eu não acredito em ciência", "eu não acredito em mudança do clima", a prioridade meio ambiente urbano, que já foi dita aqui pelo Ricardo Salles, é extremamente convergente com as medidas que a gente tem de redução de emissões nas cidades, que são: a gente tentar ao máximo melhorar o transporte público, para transferir passageiros do transporte individual para o transporte público; a eletromobilidade, enfim, todas essas ações reduzem não apenas gases de efeito estufa, como reduzem monóxido de carbono, reduzem os gases precursores de ozônio, de enxofre, que reconhecidamente causam mal à saúde das pessoas nas cidades.

É um problema muito grande, o Dr. Paulo Saldiva lá na USP tem vários trabalhos sobre isso. Só a mudança do conteúdo de enxofre dentro do diesel já pode ter salvo vidas de muitas pessoas, então isso tem um custo para a população gigantesco, ele pode ser calculado. Eu não tenho isso aqui, eu não conheço nenhum trabalho que tenha feito isso até agora, se a gente transformasse as nossas cidades com eletromobilidade, quanto a gente recuperaria? Mas, com certeza, a gente preveniria muita morte e muito prejuízo monetário também dos agentes que habitam as cidades e dos contribuintes.

Medidas de contenção do desmatamento ilegal ajudam a prover as funções ecossistêmicas necessárias à manutenção da produtividade agrícola – a Profa. Mercedes já falou isso: os polinizadores; o ciclo hidrológico preservado é essencial para a agricultura; e o próprio Plano ABC, que é uma importante ação proposta pelo Brasil, foca na melhoria da produção, em primeiro lugar, então na verdade são boas práticas na agricultura para se aumentar a produção, com o aumento da resiliência do produtor. Então, antes de ser – apesar do nome baixo carbono – uma política de mitigação, é uma medida de adaptação às mudanças climáticas, sejam elas antrópicas ou não, e são uma medida de fortalecer a produção agropecuária. Na verdade, a gente não vê isso, de forma alguma, como uma medida restritiva e, se a gente puder, no âmbito do multilateralismo, ainda receber algum recurso externo para fazer isso, aí é que eu não vejo mesmo qual é a grande ameaça à soberania que a gente sofre em participar da Convenção de Clima.

Então, era isso que eu tinha a dizer. Mais uma vez, muito obrigado pelo convite, e a gente fica à disposição. Não falo apenas por mim, posso falar aqui pelo Ipea. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, professor. Gostaria aqui de registrar que ontem esta Presidência, juntamente com vários Senadores, entre eles alguns que estão aqui – Senador Randolfe Rodrigues, Senadora Eliziane, Senador Jaques Wagner, Senador Eduardo Girão, Senador Amin –, protocolamos um projeto de resolução para instituir no âmbito do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Federal o Junho Verde, para propor que anualmente o mês seja dedicado ao aprofundamento de debates de pauta ambiental, como o que fazemos aqui agora.

Sob a premissa "O Meio Ambiente Une", cunhada pelo saudoso ambientalista Paulo Nogueira Neto, ontem inauguramos na Comissão de Meio Ambiente a série de debates com o tema "Brasil verde para sempre? Balanço de 7 anos do Novo Código Florestal", e registramos vitória importante nessa batalha, aprovada pela Câmara dos Deputados: a Medida Provisória 867, de 2018, deve caducar no início desta semana, conforme compromisso do Presidente desta Casa de não colocar em pauta, após o clamor de diversos Senadores, contrários à forma e ao mérito dessa nova tentativa de descaracterizar o Código Florestal.

É inaceitável que, após uma década de se debruçar em cima de um Código Florestal, nós tivéssemos a possibilidade de retroceder. Nós temos que defender o homem do próprio homem, da ganância do comportamento humano. Eu até dei o exemplo, me apropriando do que alguém disse, de algo que ouvi, que é como se você fizesse uma omelete ou uma canja com a galinha dos ovos de ouro. Então, é inaceitável. Foi uma vitória da população brasileira, foi uma vitória do meio ambiente. (*Palmas.*)

Mas não é só protocolar o Junho Verde, nós também queremos uma ação contundente. Nesse mês, o compromisso é de pautar os temas de relevância para o meio ambiente. Inclusive, a PEC que coloca como direito fundamental, no art. 5º da Constituição Federal, o direito ao meio ambiente ecologicamente sustentável. A cúpula aqui do Senado iluminada com verde... Mas como eu já havia dito, serão dois anos de intensos debates aqui.

Na agenda de mudança de clima – olhem a relevância disso –, na agenda de mudança de clima, quero compartilhar aqui que, na próxima semana, de 2 a 7 de junho, estarei em Berlim, a convite do Ministro do Meio Ambiente de lá, com ônus para Alemanha – sem ônus para o Estado, sem ônus para o Brasil, quero deixar isso bem claro também, porque ele convidou o Presidente da CMA daqui e o Presidente da CMA da Câmara, pela preocupação, infelizmente, com as políticas que o Brasil vem adotando –, em reunião com o Parlamento Alemão.

Eu vou estar lá com o objetivo de trocar informações sobre, abro aspas, "Políticas climáticas como propulsor do crescimento", e aqui nós estamos negando, o homem não contribui em nada para alteração do clima. E essa agenda é tão importante e urgente que foi recentemente declarada pelo Governo britânico como uma emergência nacional.

Abro aspas, "Percebi que ninguém estava fazendo nada para impedir que isso aconteça. Então, eu precisava fazer alguma coisa", fecho aspas. Com esse pensamento, a jovem sueca Greta Thunberg deu início a um movimento internacional de greve de estudantes. Seu clamor lhe rendeu uma indicação, aos 16 anos, para o Prêmio Nobel da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Paz e, ainda mais importante, motivou os jovens, cidadãos e autoridades do mundo inteiro a também fazer já alguma coisa para que tenhamos um futuro melhor.

Ela deu um recado sonoro aos políticos, olha o recado para nós políticos, abro aspas: "Ouçam a ciência, ouçam os cientistas, convidem eles para conversar".

Assim fizemos e continuaremos fazendo aqui na Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal.

Enquanto estiver na Alemanha, importantes atividades do Junho Verde serão realizadas por aqui, pois além da audiência sobre os biomas brasileiros, o Dia Mundial do Meio Ambiente, haverá uma sessão especial do Plenário desta Casa na quinta-feira, 6 de junho, em comemoração à data, com o intuito de ampliar as bases para a formação de opinião em relação às questões ambientais que leve a uma conduta mais responsável por parte de todos.

Por meio de todos esses encontros, o Senado oportunizará o debate dos Parlamentares com especialistas, Governo, setor privado e, em especial, a sociedade civil, objetivando identificar oportunidades de construir soluções aos problemas dos impactos sobre o meio ambiente, as consequências evitáveis ou mitigáveis da intervenção humana e os gargalos que precisamos superar.

E isso precisa ser feito considerando as premissas do Direito Ambiental para que alcancemos uma legislação convergente, moderna, aplicável e garantidora do meio ambiente ecologicamente equilibrado como um compromisso dessa geração presente com as futuras gerações.

Aqui, eu quero fazer uma premissa, em Direito Penal temos uma premissa, uma expressão em latim: *in dubio pro reo,* na dúvida beneficia-se o réu. Aqui, *in dubio pro natura,* na dúvida vamos preservar o meio ambiente, eu não tenho dúvida disso.

Eu quero agora, antes de abrir os debates, só porque eu estou em um momento de desabafo mesmo...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu queria só me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu não tenho procuração do Senhor Presidente da República nem de nenhum dos ministros dele, mas eu quero aqui publicamente pedir perdão às universidades, aos institutos federais, aos estudantes, perdão por ter violado, por ter ocasionado um dano moral a todos vocês, a todos nós.

Eu quero também pedir perdão a toda a população carente, que principalmente é a que mais sofre quando o Estado criminaliza a pobreza, porque o pré-requisito no Brasil para ser criminoso é ser pobre, quando os crimes que maior prejuízo trazem à Nação são crimes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

praticados por políticos, são crimes praticados por funcionários públicos contra o sistema financeiro, contra a ordem tributária, os crimes de colarinho branco.

E eu quero pedir perdão também por este famigerado decreto das armas. Esse é um ato que me envergonha enquanto cidadão e enquanto político.

Quero também pedir perdão a todos os ambientalistas – a todos os ambientalistas –, a toda a academia pelo retrocesso, pela conduta com que o Ministro do Meio Ambiente vem retrocedendo.

Eu não tenho procuração nem dos ministros nem do Senhor Presidente da República, mas eu tenho uma procuração de mais de 1,117 milhão capixabas, e eu ouso me apropriar porque aqui também represento a população brasileira.

Perdão.

Passo a palavra ao debate. (*Palmas.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero me inscrever, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra a Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para interpelar convidado.) – Presidente, eu queria inicialmente lhe cumprimentar e parabenizar pelo debate muito importante, sobretudo neste momento em que nós estamos vivendo a necessidade de uma unificação em torno do meio ambiente no Brasil.

Eu vi uma pesquisa do Ibope que mostrava que o meio ambiente era um dos principais orgulhos do povo brasileiro. Mas, diante dos fatos que nós temos acompanhado, nós acabamos ficando com um nível de preocupação muito grande, porque não apenas agora, mas durante a campanha eleitoral do atual Presidente, ele deixou isso de forma muito clara, de forma até muito deliberada: o não interesse dele de preservar o nosso meio ambiente.

Isso ficou claro nas campanhas eleitorais e ficou muito mais materializado quando, através de um gesto... Eu vou usar o termo "simbólico", mas eu vou usar "simbólico", quando se analisa a política como um todo, da parte do Governo, quando ele decidiu lá atrás excluir, eliminar o Ministério do Meio Ambiente. Então, ali ele já deixou muito claro qual o interesse, qual o olhar que ele teria para a política ambiental brasileira.

E aí, assessorado por um grupo ruralista, ele faz isso de uma forma muito clara. E, aliás, acaba dando um tiro no pé, porque quando você fala dos acordos econômicos, e a gente viu isso recentemente, quando se falava do acordo do Mercosul com a União Europeia, a primeira posição que se coloca é exatamente qual a preocupação que o Brasil

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

tem em relação a essa agenda ambiental, o Acordo de Paris e outros mais, que acabam sendo pré-requisitos para que esses acordos, de fato, possam ser feitos.

Agora mesmo nós vimos a liberação de agrotóxicos nos primeiros meses deste ano. A quantidade de agrotóxico liberada é maior do que toda a que foi liberada nos últimos dez anos, e, diga-se de passagem, quase dez vezes mais.

Então, você vê que é uma coisa que beira a insanidade. Eu vejo dessa forma.

Então, esse é o cenário que está diante de nós e acaba trazendo, inclusive, limitações e preocupações internacionais. Agora mesmo, hoje mesmo a *Folha de S.Paulo* traz algo nesse sentido, eu vi agora. Na verdade, os organismos internacionais que querem liberar crédito para o Brasil, liberam mediante um compromisso brasileiro em relação à agenda ambiental.

Então, aquilo que, às vezes, se coloca no discurso presidencial de que vai apoiar os grandes produtores, e aí se coloca que vai apoiar porque tem que se flexibilizar, tem que se liberar e tem que se eliminar, digamos assim, na visão dele, alguns entraves ambientais, eles acabam criando outros problemas, porque nós temos uma política internacional, e essa política tem que ser levada em consideração.

Mas eu queria fazer duas perguntas. Na verdade, é mais esse levantamento como um todo. Primeiramente, qual a preocupação que os senhores têm em relação a essa política ambiental brasileira, à posição do Presidente Bolsonaro e o que efetivamente a gente precisaria fazer para tentar, de fato, barrar...

Eu sei que nós precisamos nos unir, o Congresso Nacional tem um papel preponderante nisso. Aliás, eu queria falar aqui para os colegas que hoje, com a decisão do Governo de pedir uma nova sessão para segunda-feira – e foi convocada – para se tentar aprovar a Medida Provisória 871... A que o Presidente Davi colocou, a 867, do Código Florestal, que ele já deixou acordado que não colocaria em votação, já há um movimento do Governo para colocar em pauta, Srs. Senadores.

Então, agora há pouco recebi aqui questionamentos de colegas da imprensa. Ou seja, você vê que há, às vezes, várias artimanhas, digamos assim, na tentativa de burlar e tentar cada dia mais se desconstruir a política ambiental.

Mas eu acredito na idoneidade, sobretudo, no caráter e na responsabilidade do Presidente Davi Alcolumbre, que foi eleito, aliás, de uma forma autônoma por esta Casa, e ele não vai voltar atrás em uma palavra que ele deu na tribuna desta Casa, de que realmente essa medida provisória não será colocada na Ordem do Dia, só as demais que estão para a pauta de segunda-feira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas a minha pergunta seria essa, referente ao que nós podemos fazer de forma mais concreta, e vocês, como profundos conhecedores da matéria, poderão nos ajudar muito nisso.

E a segunda pergunta é exatamente referente a esses negacionistas, que negam a existência de mudança climática. Em que se respalda isso, do ponto de vista técnico? E ao mesmo tempo qual é a motivação que se tem para se fazer uma defesa dessa natureza?

Quero finalizar, deixando aqui que chegue ao nosso Presidente a necessidade premente de implantarmos, de instalarmos aqui a nossa Comissão de Mudanças Climáticas, que é uma Comissão Mista desta Casa, que será fundamental e preponderante para temas dessa natureza.

Parabéns, Senador Fabiano Contarato. O nosso orgulho e a nossa torcida sempre para que esta Comissão possa continuar do jeito que ela está, com um ritmo realmente muito importante.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senadora.

Passo a palavra ao Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para interpelar convidado.) – Presidente, primeiro quero fazer dois cumprimentos a V. Exa. O primeiro, pelas iniciativas de ontem alusivas a iniciarmos o mês do meio ambiente.

Acho que, ontem, o maior símbolo e a melhor homenagem que fizemos ao meio ambiente foi barrar a atrocidade que estava vindo da Câmara dos Deputados, que violentaria o Código Florestal.

Tem significado de diagnóstico, ao passo em que V. Exa. aqui conduzia uma sessão sobre os sete anos de Código Florestal, nós termos conseguido, em acordo com o Presidente desta Casa, impedir que esta medida provisória viesse para cá.

Acho que esse é um bom começo para o mês do meio ambiente, que a gente possa ter uma sequência aqui de agendas em defesa do meio ambiente.

E a segunda: eu o cumprimento obviamente por esse importante debate, que põe luzes em época de trevas. E é muito importante, em época de trevas, ouvir luzes. E por isso que eu queria, por falar em trevas... Já foi perguntado aqui pela Senadora Eliziane, queria ouvir da senhora expositora e dos senhores expositores um comentário em relação a essa tese, que deveria soar um pouco ridícula. Alguém, a partir de tantos fundamentos científicos, negar a existência do óbvio, do aquecimento global. Deveria soar ridículo, mas na história a gente está premente de ridículos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deveria ser absurdo levar cristãos para um coliseu e entregá-los às feras, mas na Roma antiga isso aconteceu. Deveriam ser ridículas as concepções presentes na Idade Média, mas o ridículo faz parte da história. Então, existe, é forte a concepção, a ideia de negação do aquecimento global.

Então, eu queria ouvir da senhora expositora e dos demais qual é o perfil que os senhores compreendem dos céticos negacionistas? E queria a opinião da senhora e dos senhores sobre qual o nó principal que impede que eles aceitem essa realidade sustentada pelos membros dessa Mesa.

Complementarmente, pergunto quais seriam as principais falhas desse discurso de negação da existência do aquecimento global. Foi dito... Eu acompanhei o final da exposição do Dr. Gustavo, que tocou em um tema muito perene, e eu queria aprofundar sobre ele, em relação ao Fundo Amazônia, e peço comentários dos demais, da Dra. Mercedes e dos demais conferencistas.

O Fundo Amazônia, uma contribuição da Noruega e da Alemanha para preservação, para a redução da emissão de CO_2 por parte do Brasil, por ter em seu território $^2/_3$ da região em que eu moro, da região Amazônica, totaliza, segundo o orçamento, neste ano, R$1,86 bilhões. São 103 projetos que ainda não foram utilizados, nenhum deles, pelo atual Ministério do Meio Ambiente.

E nesta semana houve um ataque ao Fundo Amazônia, houve uma crítica – eu não sei nem se combinado com o Presidente do BNDES, o Ministro Levy – à coordenação do Fundo Amazônia por parte do BNDES, e mais que isso, mais do que essa crítica, uma orientação do Ministério do Meio Ambiente, que foi veiculada na mídia, para que o fundo fosse utilizado... Esquecendo todos os outros 103 projetos que tem, esquecendo a destinação histórica do fundo, definida por acordos internacionais de que esses países são signatários, e o Governo brasileiro, parece-me, no meu entender, em uma clara violência ao Fundo Amazônia, aos princípios que o redigiram e à contribuição dessas nações, propõe a utilização do Fundo Amazônia para a indenização de proprietários rurais, proprietários que desmataram e que grilaram terras, notadamente na Amazônia.

Peço um comentário da Dra. Mercedes e dos demais colegas sobre essa percepção do Governo brasileiro, sobre nós termos em caixa R$1,86 bilhões e não termos utilizado esses 1,86 bilhões em nenhum dos 103 projetos do fundo e sobre essa última manifestação do Ministro, que eu não sei se está na pasta do meio ambiente, porque me parece que a pasta está atentando contra o meio ambiente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Randolfe.

Passo a palavra ao Senador Jaques Wagner para suas colocações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Bom, eu queria só parabenizar V. Exa.

Imagino que nesta semana V. Exa. voltará a sua residência um pouco mais animado com a Comissão, depois de tantos eventuais reveses aqui, mas veja que a sua obstinação...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Tem resultado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Está tendo resultado, e a semente plantada está... Até porque o terreno é fértil.

Esse tema, evidentemente, é um tema hoje absolutamente mundial. Eu quero só me somar aos elogios e a todos os expositores, a quem eu agradeço.

E peço desculpas. Esse meu vai e vem é porque esta Casa aqui é um pouco maluca, a gente tem 30 coisas acontecendo ao mesmo tempo. Eu vim aqui e daqui a pouco alguém me liga: "Corre, porque a Medida Provisória 871, que trata de aposentadoria de pessoas com deficiência, de trabalhadores rurais, etc., está em votação". Por isso esse meu vai e vem aqui.

Mas quero dizer que aprendi muito. Eu acho que essa aproximação entre a classe política e a ciência e aqueles que são pesquisadores, para mim, é fundamental, porque, na minha opinião, os negacionistas sempre se utilizarão de uma falsa dicotomia entre, por exemplo, emprego e preservação para conseguir adeptos. A forma mais simples sempre de uma má teoria prosperar é criando uma dicotomia, porque aí vira torcida. O gol do aniversário legal eu considero que foi falho e o do meu time, mesmo ilegal, quero dizer que foi verdadeiro.

Então, nós precisamos fugir de nos posicionarmos em qualquer campo de dogmatismo. Isso só ajuda aos que, não lastreados na ciência, querem afirmar uma teoria, porque aí fica o jogo de dogma. Parece até meio absurdo, a gente ouve isso tudo e daqui a pouco há alguém que acha que nada disso acontece ou que uma parte, e é possível – eu não sou estudioso –, do aquecimento também tem, além do problema nosso, dos humanos com o Planeta, motivações do próprio Planeta. Eu desconheço se isso é comprovado ou não, mas acho que é possível que haja uma contribuição do próprio sistema, de ir modificando o seu ecossistema, mas óbvio que a contribuição humana é escancaradamente um elemento preponderante nessa história.

Então, eu queria só lhe parabenizar e agradecer realmente.

Agora, nós temos um problema que eu acabei de dizer. Estamos praticamente entre nós aqui e precisamos estar entre todos para que essa coisa prospere.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu acho que a gente tem, Presidente, nessa preocupação, talvez, que pegar cada uma das intervenções e colocá-las da forma mais simples possível, didática. E nós temos a possibilidade de divulgar, mandar para escolas. O Senado, a Comissão tem essa capacidade. Até para que V. Exa. fique mais satisfeito ainda, para que as escolas recepcionem isso. E que a gente possa fazer uma comissão itinerante, eventualmente, indo aos Estados para fazer debates como este. Eu acho que a gente tem estrutura, porque é uma batalha que nós estamos travando, e uma batalha de longo curso, para preservar e combater ideias que neguem aquilo que está acontecendo. Então, eu acho que a gente tem que trabalhar nesse sistema.

Eu quero dizer que me coloco totalmente à disposição, porque minha alma também... Eu fui Governador, e sempre a dicotomia colocada é: "Ah, mas se não puder criar camarão aqui, eu não dou emprego". A depender da forma, é para acabar com os manguezais, porque não há filtro melhor do que os próprios manguezais, onde eram jogados todos os dejetos da criação. "Ah, mas se eu não cortar esta madeira aqui, eu não...". E por aí vai. E isto realmente é sempre o que eu digo: nós temos que ter sustentabilidade social lado a lado com a ambiental, até porque as duas coisas são partes do mesmo ecossistema.

Então, só parabenizo.

Eu quero me somar à preocupação do colega Randolfe sobre o Fundo Amazônia e sobre o dinheiro recepcionado pelo Brasil dentro dessa lógica, por exemplo, de que os países em desenvolvimento recebem, porque a ideia do Governo é usar esse dinheiro para pagar desapropriações. E é algo que não tem nada a ver. Isso cabe ao Governo pagar; senão, nós vamos acabar perdendo o dinheiro, porque, evidentemente, quem financia vai dizer: "Olha, o dinheiro não está destinado para esse fim".

Eu queria fazer só uma pergunta: a eventual entrada do Brasil na OCDE nos colocaria em uma posição de contribuintes em vez de sermos recebedores? É isso?

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN (*Fora do microfone.*) – Isso.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois é. Não, é porque aqui estão falando tanto. Eu acho um absurdo, mas não um absurdo entrar na OCDE; o absurdo é negar a condição de país em desenvolvimento na própria OMC, com uma condição privilegiada. Eu nem sabia que tinha eventualmente esse prejuízo também de perder isso.

Mas, de resto, Presidente, parabéns e um fim de semana melhor para o seu coração, porque hoje a gente teve um dia alto.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para fechar a conclusão de oradores, passo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom, todas as justificativas (*Fora do microfone.*)

apresentadas pelo Senador Jaques Wagner são subscritas por mim também. Eu cheguei aqui cedo, mas não pude permanecer porque realmente no Plenário tivemos vários incidentes.

Eu desejo apenas subscrever a solicitação já formulada pelo Senador Jaques Wagner como também a reflexão da Senadora Eliziane e do Senador Randolfe, particularizando duas das perguntas feitas.

Primeiro, a questão entre negacionistas e os que defendem as formas de atuar para evitar a aceleração de catástrofes pelo aquecimento global não vai ser encerrada por esta reunião, até porque o conflito ocorre de maneira mais pragmática em outras latitudes.

Mas eu hoje, acompanhando a premiação do físico brasileiro Marcelo Gleiser, que recebeu ontem, se não me engano, o prêmio Templeton, que é uma espécie de óscar da espiritualidade – eu acho que o nosso candidato vai ser o Girão, um dia você vai se habilitar –, eu achei muito curiosa essa tentativa de conciliação da ciência com a religião, com a existência de Deus. Isso me foi ativado quando eu tinha 13 anos de idade e li o livro *Deus, o Homem e o Universo*, na década de 50, que era exatamente sobre essa busca de conciliação. Não chegou ao criacionismo, mas pelo menos a uma teoria da evolução que não descarta a existência de Deus.

Na questão do negacionista, eu creio que, com vistas a popularizar a compreensão desse debate que foi aqui já levantado, os efeitos, não sei se eu estou certo, antrópicos — está certo isso? —, os efeitos produzidos por nós e pelas nossas criações e pelos nossos arranjos econômicos eu não sei se nós podemos efetivamente mensurar. A minha tese de doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento foi sobre indicadores de sustentabilidade. Eu me atualizei naquela época, agora já estou desatualizado de novo, mas nós não temos um balanço — ou temos? — que diga qual é a participação do efeito antrópico e qual é a participação do andamento do sistema, o sistema planeta, o sistema universo, na nossa história e na nossa projeção de futuro. Confesso que eu não consigo visualizar um balanço, quem é que influi mais, quem é que influi menos e o quanto a influência a menos pode representar. Seria um grande serviço, por exemplo, que a USP, já me dirigi aqui à maioria da bancada, a maioria da bancada é USP... Eu sou amigo de infância do Arlindo Philippi, era meu vizinho, e a minha esposa andou fazendo um trabalho lá, em conjunto com ele, nesse campo.

Então eu acho que seria muito útil fazer uma espécie de cartilha, com esse balanço e, se já existe, eu peço desculpas, no sentido de sair daqui de dentro. Como disse, acho que o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaques Wagner, foi muito feliz ao dizer que nós temos que sair daqui de dentro. E uma cartilha com uma credencial como a da USP seria muito bem-vinda. Se já existe, eu repito, peço desculpas.

A segunda questão, eu não quero contestar o Senador Randolfe, é que, pelo que eu sei, o Governo não tomou nenhuma decisão de decreto para transferir para a desapropriação. E nem sei se a desapropriação pode pagar grilagem. Isso é um problema com o Ministério Público. Se pagar com dinheiro público ou com dinheiro internacional, quem grilou vai para cadeia.

O que eu acho é que o Governo tem o direito de negociar com quem emprestou o dinheiro uma mudança de destinação. Eu mesmo defendo que nós indenizemos, porque o Brasil já criou muita área ambiental e não indenizou quem devia, no meu Estado inclusive. Nós temos parques criados pelo Jânio Quadros, em 1961, o parque da Serra catarinense, para que, aliás, eu também dei uma contribuição, com o acréscimo de uma área, como Governador, e nós estamos procurando dinheiro para indenizar pessoas que estão lá e têm que sair. Algumas nem têm que sair, conseguem, com a sua atividade, ter aquela área absolutamente preservada, mantendo a propriedade da área fora do parque. Enfim, há arranjos possíveis, lícitos, para os quais são necessários recursos, sempre escassos, para a desapropriação. Mas eu não acho a desapropriação em si... Uma desapropriação irregular é uma coisa, mas uma desapropriação regular para instalar uma área de preservação permanente é um direito incontestável.

A última estatística que eu tinha era de que, no Estado de São Paulo, os precatórios, só os derivados de obrigações ambientais ultrapassavam R$200 bilhões. Pagar isso envolve um sacrifício muito grande. Eu não sou contra a consulta, mas quero subscrever a preocupação. Temos convicção de que tanto a Alemanha quanto a Noruega vão querer saber para onde vai o dinheiro deles, mas não sou contra a consulta, até porque acho que mudar... Isto foi muito repetido ultimamente aqui no Senado: só não muda de ideia quem não as tem. E há até a frase dos mais radicais: só não muda de ideia quem é doido. Então são as duas... Essa é de outro autor.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone.*) – E se referia especificamente a alguém?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, aquele baiano que o senhor contratou para, com a Bíblia, fazer aquele desafio presidencial é problema seu.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de passar a palavra...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – Senador Fabiano Contarato, só rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - CE. Para interpelar convidado.) – Aproveitando, rapidamente, queria parabenizar V. Exa. por mais uma iniciativa de muita luz, buscando a verdade, o senhor que é um entusiasta da causa e a cada dia se torna uma referência aqui no Senado Federal nessa causa do meio ambiente e em outras também.

Queria pedir desculpas aos palestrantes, porque eu não pude participar, mas vou pedir depois a fita – fita é ainda no tempo antigo –, pedir os vídeos para acompanhar o que foi discutido, mas eu tenho uma dúvida aqui.

A relação – não sei se isso foi falado; se foi, desconsiderem a minha pergunta, é uma dúvida que eu tenho –, essa questão da relação entre a pecuária e o meio ambiente, já vi alguns documentários a respeito, sobre a questão de emissão de metano, eu queria saber o real impacto disso.

Desde a Conferência das Nações Unidas, a Rio 92, em que lugar o Brasil, o nosso País está entre os que mais contribuem para o efeito estufa? O que mudou? Porque tem variado, não é? Eu queria saber qual a posição em que hoje nós estamos e como nós estávamos em 1992?

Era só para fazer esse breve comentário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador Eduardo Girão.

Quero registrar a presença e o agradecimento à Senadora Soraya Thronicke, como sempre, atuante. Estamos imbuídos do mesmo propósito, e ela sabe disso.

Senador Chico Rodrigues, muito obrigado também pelo comparecimento.

Antes de passar a palavra aos palestrantes, por favor, eu peço mais uma vez a paciência de vocês, mas eu tenho que valorizar aqui o *e-Cidadania.*

Carlos Rocha, do Distrito Federal: "Como se caracterizam os principais grupos negacionistas do aquecimento global no Brasil e no mundo? Quais são os interesses deles? Negacionistas disseram no Senado que não há ciência por trás do aquecimento global.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas pessoas têm reputação científica para dizer isso? O Ministro do Meio Ambiente acabou com o setor de clima no Ministério. Que efeitos essa decisão gera para o País?"

Izana Oliveira, da Paraíba: "Gostaria de saber qual a lei que explica o efeito estufa e se já houve concentrações de CO2 mais altas do que hoje em dia? Se sim, por quê?"

E o último, Claudio Angelo do Distrito Federal: "Há centenas de cientistas dizendo que o IPCC está errado. Como saber quem está com razão? As ilhas de calor têm respondido pela maior parte do aumento da temperatura nas cidades. Como separar o efeito do aquecimento global?".

Eu sei que são muitas colocações, algumas delas já foram respondidas, agora, eu deixo livre aos palestrantes. Se puderem responder, para a gente otimizar o tempo, e já fazer as considerações finais, eu agradeço.

Com a palavra o Professor Luiz Gylvan Meira Filho.

O SR. LUIZ GYLVAN MEIRA FILHO – Muito obrigado, Senador.

Vamos lá. Eu aprendi, há vários anos, a nunca perguntar para alguém, em negociações internacionais e em outras situações, o porquê de uma posição ou de uma afirmação, porque eu descobri que eu me arrisco a ouvir a pessoa responder mentindo ou achando que está falando a verdade, e não ser verdade, quer dizer, eu ficaria perdido. Então eu aprendi que é melhor levar em conta as afirmações do jeito que elas vêm, sem me preocupar com o porquê. As pessoas terão as suas razões.

Eu me ofereci hoje e, repito, eu estou à disposição lá na USP, se algum colega negacionista quiser um esclarecimento mais detalhado sobre mecânica quântica, por que o CO2 tem espectro de vibração e rotação e absorve infravermelho, os dados do experimento de Tyndall, que testou isso em laboratório, eu teria o maior prazer em fazer isso, se quiserem. Fora isso, outro tipo de motivação eu não posso julgar.

Eu não acho que o mundo se deva levar só pela cabeça dos cientistas. A última vez que tentaram fazer isso foi durante a Revolução Francesa, que guilhotinou o inventor da guilhotina e aproveitou e guilhotinou Lavoisier e a esposa também, que tinha a regra lá de conservação de massa. Ou seja, foi um razoável desastre colocar cientistas e não políticos para fazer política pública. Então eu faço questão de separar as coisas.

Pergunta, Senadores, extremamente interessante sobre a atribuição de causa. A resposta é que varia. No caso do dióxido de carbono, o carbono que vem de origem fóssil tem uma composição isotópica, quer dizer, a maior parte dos átomos está no nível 12, o carbono 12, e o carbono que anda aqui por cima, entre a biosfera e atmosfera, subiu para 13 e 14. É o método da datação que se usa. Então é muito fácil separar o CO2 pela origem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O metano é um razoável desastre, porque o senhor... O senhor pega na Ásia o arroz irrigado e pergunta quanto emite. Eu vou lá, ponho um copo de cabeça para baixo, coleto o metano e meço. Aí eu meço do lado e dá diferente, quer dizer, varia tanto que é muito difícil saber qual é a componente antrópica. Agora, se conseguir resolver... Bom, os gases industriais são todos feitos pelo homem. Freon foi uma invenção humana. Aí é muito fácil saber.

E o óxido nitroso, que tem a ver com fertilizante, esse também dá para saber porque há registros da quantidade de fertilizante usado, é fácil. Transformar isso em aumento de temperatura dá para fazer. Não é o caso de eu fazer propaganda aqui de uma empresa privada, mas eu trabalhei alguns anos no Instituto Tecnológico Vale, em Belém do Pará, e foi feito um programa de computador que permite, se o senhor disser quais são as emissões, dizer qual é o aumento de temperatura devido à sua ação. Por exemplo, a Vale fez isso para ver qual era a contribuição para a mudança do clima da mineração em Carajás *versus* Serra Norte, que é a nova mina, lá em cima, com tecnologia diferente. É bonitinho e fácil de usar. Essas coisas funcionam num *notebook*. Leva uma ou duas horas processando e calcula para o senhor. Agora, a origem é muito difícil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Isso é uma dosimetria...

O SR. LUIZ GYLVAN MEIRA FILHO – Pois é. Não, não, mas isso é importantíssimo, porque o senhor diz: "Não, há o acordo de Paris, vamos segurar em dois graus". O senhor precisa ver para onde nós estamos indo. Vamos dizer que seja cinco, como foi mencionado aqui, para descer, em 2.100, de 5 graus para 2 graus, tem que baixar 3. E aí a pergunta que é o tema da sua tese doutorado: eu faço alguma coisa aqui, vou lá e faço mais uma linha de metrô em São Paulo, com quanto, desses três graus que precisa baixar, isso contribui, essa linha de metrô? Essa pergunta é respondida por esse programa que a Vale fez.

Há quanto tempo a concentração de CO2 na atmosfera não chegou a esse nível? A resposta está em um eslaide aqui: 800 mil anos; quer dizer, tem uma série de 800 mil anos que o CO2 nunca chegou aos níveis atuais. Se o senhor olhar mais para trás, alguns milhões de anos, é verdade que, na formação do planeta Terra, oscilou. O problema é que isso não é previsível. As leis da Física são universais, se aplicam, mas não há dados para saber disso.

Uma vez eu escutei um colega dizendo: "Não, eu estou fazendo uma previsão de que a temperatura vai baixar". Eu disse: como é que você faz? Ele disse: "Não, não interessa, eu acho". Então eu, pessoalmente, não confio nessa aposta de que não precisa se preocupar porque a temperatura vai baixar, porque esse é outro método de fazer previsão que não é o método científico, é o método dos profetas. O profeta é alguém que vai lá, passa uma semana no mar, na praia, na montanha ou em algum lugar, volta, tem a verdade dele e não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

deve explicações. Isso não é... Acontece, mas eu, por formação, não vou muito para esse lado, não.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Seguindo a ordem, deixem-me fazer, primeiro, alguns comentários que não são de Ciência, porque eu acho importante. Vários de vocês tocaram em alguns assuntos que, de fato, são muito mais políticos e sociais do que científicos. Primeiro deles, o Brasil sempre esteve entre os três países do mundo em que todas as pesquisas de opinião, por 25 anos, mostram a maior preocupação, com o desmatamento da Amazônia e com mudanças climáticas. Então, vamos dizer assim, numa democracia ideal, no ponto de vista meu, essa vontade do povo brasileiro deveria ter um enorme impacto, muito mais do que a do norte-americano, sempre entre os três países do mundo mais preocupados. O desmatamento da Amazônia é a primeira preocupação.

Eu acho que é um momento importante para discutir o que está acontecendo com a democracia no mundo. O que está acontecendo? Vontades de grandes maiorias, e eu não vou dizer nem que esse desejo, essa percepção do brasileiro é totalmente baseada em ciência, são muito baseadas na intuição e num certo amor que o brasileiro sente por assuntos da natureza. E eu acho que isso não é um fenômeno que está acontecendo só no Brasil, mas, como a gente está vendo, no mundo, está aumentando muito uma coisa que eu chamo quase de imperialismo, um Presidente se torna um imperador e não representa mais, de fato, o que o grosso, o que a maioria da população deseja. Então, esse é o primeiro ponto.

A segunda resposta é sobre para quem os negacionistas trabalham. Recomendo a todos o belíssimo livro da Profa. Naomi Oreskes, de Harvard, que fez uma perfeita e científica análise e comparou exatamente as estratégias dos negacionistas – há mais negacionistas nos Estados Unidos –, de uma força política e econômica, mudando, como mostrei na minha palestra. Ela fez uma comparação que bate exatamente. A lógica é exatamente a da indústria do tabaco da década de 1970. O escritório de advocacia de Washington, os mesmos que são contratados pela indústria de combustíveis fósseis – e está tudo mapeado em muitos detalhes no livro dela –, "contratam", entre aspas, pseudocientistas ou cientistas mesmo para gerar dúvida. Lá na década de 1070 – eu me lembro, eu era criança –, havia propaganda de cigarro nas revistas brasileiras *Manchete* e *Cruzeiro*, com um médico, com CRM, dizendo: "Não há prova científica da relação do cigarro com doenças". Então, essa lógica – depois, a Profa. Naomi Oreskes explica muito bem – a indústria de cigarros já sabia lá atrás, desde os anos 60, a relação. Qual foi a lógica? A lógica econômica: vamos manter o consumo o máximo que nós pudermos. Essa lógica significou dezenas de milhões de mortes prematuras. O que a indústria fóssil faz é muito parecido. Com algumas mudanças recentes, mas nenhuma indústria – nem a ExxonMobil,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nem outras – nega a existência dos gases de efeito estufa. Não negam mais. Alguns negacionistas ficam até um pouco defasados.

Aqui no Brasil, a maior parte das emissões vêm, como vocês viram aqui em várias dessas apresentações, da agricultura e do uso da terra, da remoção da vegetação natural. Por exemplo, um dos negacionistas que estava aqui há dois dias, pago pela indústria agrícola, fez mais de trinta palestras para sojicultores – isso foi exposto pela *Folha de S.Paulo* o ano passado – recebendo. Ele foi dizer aos agricultores da soja que não havia problema nenhum. Por quê? Porque os agricultores da soja começaram a ter perdas no Matopiba e no norte do Mato Grosso com os extremos climáticos. Ele foi "tranquilizá-los", entre aspas. Então, ele está fazendo o papel que aqueles médicos faziam na década de 70, de tranquilizar: "Não se preocupem". Esta é a lógica embutida na maior parte desses negacionistas, na maior parte desses que estão ligados a interesses econômicos, que não têm interesse em que haja uma ação rápida e urgente, como é necessário.

Então, esses são os dois comentários que eu queria fazer.

No Brasil há poucos negacionistas, mas existem, e esses não estão ligados a interesses fósseis. A companhia petrolífera brasileira já, há muito tempo, tem uma postura bem diferente das norte-americanas, mas é ligada ao interesse de contínua expansão da fronteira agrícola.

Quero fazer só mais um comentário. A temperatura da cidade de São Paulo já aumentou uns quatro graus. Isso está contaminando as análises que nós estamos fazendo? Não, não está contaminando. O método científico e todas essas análises que nós mostramos aqui, vários de nós, separam esse efeito chamado ilha urbana de calor.

Se você olhar qualquer análise dessas que nós mostramos especificamente para o Sudeste do Brasil, você vê que a temperatura aumentou entre 1,5 e 2 graus. Então, esses efeitos de aquecimento, devido à urbanização, não entram nessas análises quando se olha um país todo, quando se olha o globo. Então, um pouco desse debate que surgiu nos últimos dias é um debate que não tem nenhuma comprovação científica. Esse efeito é muito conhecido. O efeito de ilha urbana de calor é muito grave. Ele aumenta a poluição, em São Paulo, causa uma série de problemas de saúde. É um efeito que se soma ao aquecimento global e também às mudanças climáticas, devido à mudança da vegetação. Mas ele é separado e é sempre bastante considerado.

Muito rapidamente – acho que meus colegas vão comentar também – o Fundo Amazônia. O Fundo Amazônia recebeu... Eu, quando trabalhei no Governo aqui, em 2011 e 2014, fui do Comitê Orientador do Fundo Amazônia. O Fundo Amazônia teve um enorme progresso em 10 anos. O Fundo Amazônia começou com uma visão que era muito a dos doadores: "Estamos colocando esse dinheiro para vocês fazerem uma série de ações e reduzirem as emissões do desmatamento da Amazônia." Em 10 anos, ele evoluiu muito e,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cada vez mais, começou a financiar ações. O Fundo Amazônia não financia ciência, financia ações de empoderamento das populações locais, dos povos da floresta, das populações tradicionais e Estados (60% dos recursos do Fundo Amazônia vão para os Estados). Então, ele teve aquela mudança. Precisávamos atacar o problema na raiz, precisávamos empoderar os Estados amazônicos, as populações amazônicas, inclusive numa busca de um modelo diferente de desenvolvimento. Minha colega Mercedes mostrou várias alternativas na palestra dela. Então, o Fundo Amazônia tem feito um papel fundamental. Ele realmente evoluiu em 10 anos. Seria muito ruim para o futuro sustentável da Amazônia se nós não pudéssemos... Nós que eu quero dizer não somos nem nós da comunidade científica, porque ele não nos apoia, mas que a Amazônia não pudesse mais contar com os recursos que ainda existem. O Fundo Amazônia, mostrando sucesso como vem mostrando, tenho certeza de que muitos mais recursos surgiram num futuro não muito distante. Então, o Fundo Amazônia tem que continuar na linha muito bem-sucedida dessa evolução de que nós temos provas muito claras de que tem sido muito importante para olhar a Amazônia através do seu maior potencial, como a Mercedes destacou.

O maior potencial da Amazônia é a sua biodiversidade. E o Fundo Amazônia pode, cada vez mais, empoderar as populações para gerar uma nova bioeconomia. De fato, o maior potencial que o Brasil tem é a biodiversidade no Cerrado, na Caatinga, na Amazônia. Nós temos, realmente, que sonhar com um País em que a bioeconomia da biodiversidade se torne um vetor econômico de desenvolvimento.

O SR. PAULO ARTAXO – Rapidamente, complementando o que o Carlos colocou sobre a questão da importância do Fundo Amazônia, juntando com o que a Mercedes colocou, nós vamos ter que remover CO_2 da atmosfera, em grandes quantidades, a partir de 2050, eventualmente antes disso. E só há um processo conhecido que faz isso de modo eficiente: chama-se fotossíntese

Essa fotossíntese, em regiões tropicais, é muito mais forte e eficiente do ponto de vista de remover CO_2 do que em áreas temperadas. Então, onde isso vai ter que ser realizado? Nos países tropicais. E a Amazônia vai jogar um papel fundamental para isso.

Então, um pensamento estratégico de médio e longo prazos tem que levar em conta essas questões científicas de que nós vamos precisar reflorestar uma parte da Amazônia. Isso vai fazer um serviço ambiental que vai ter um valor econômico inestimável para o Planeta como um todo, e os países que estão financiando o Fundo Amazônia sabem disso.

Além disso, o Fundo Amazônia tem ajudado muito pequenas populações ribeirinhas a desenvolverem um modelo sustentável para a região que possa dar uma perspectiva econômica que não seja, simplesmente, a derrubada da floresta e fazer grandes plantações. Então, o Fundo Amazônia é estratégico para o País. Eu acho que todos os esforços devem ser feitos para que ele seja mantido.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão da discussão dos negacionistas. Vejam, existem dois tipos de negacionistas, como o Carlos colocou. O primeiro é o interesse econômico, o financiamento da indústria de combustíveis fósseis ou do agronegócio ou de indústrias que têm interesses na destruição do meio ambiente e não na sua preservação. O segundo grupo de negacionistas tem a ver com o grupo que quer manter o *status quo* atual do nosso sistema econômico e que vê que qualquer mudança desse sistema econômico para um sistema econômico mais sustentável pode trazer prejuízo para determinados grupos econômicos. E nisso também se incluem os atuais negacionistas brasileiros.

E uma das questões que a Senadora Eliziane colocou: como é que a gente analisa, por exemplo, a potencial contribuição científica de negacionistas? Ela é muito fácil. O Brasil tem no CNPq um Currículo Lattes, um sistema que avalia os pesquisadores continuamente. Convido todos vocês a irem ao Currículo Lattes dos pesquisadores que estiveram aqui na terça-feira para analisarem. Comparados com a média dos pesquisadores brasileiros, é muito, muito acima a produção científica desses dois pesquisadores que vieram aqui testemunhar no Congresso. Então, o Brasil tem ferramentas para que isso possa ser analisado e diagnosticado de uma maneira muito simples, muito fácil. Isso tudo está *on-line* sem nenhum problema.

Por último, a pergunta do Senador Espiridião Amin sobre os balanços dos efeitos antrópicos x naturais. Quer dizer, o IPCC faz a inclusão de todos os efeitos antrópicos e dos efeitos naturais, que sempre existiram e vão continuar existindo, nos modelos climáticos. Se você não fizer isso, obviamente vai fazer projeções erradas não só do aumento de temperatura, mas de várias outras propriedades ecossistêmicas. Então, isso é feito. Naturalmente, faz parte do processo científico de simulações climáticas levar em conta as componentes antrópicas e também as componentes naturais.

Como o professor Gylvan falou, às vezes é difícil você quantificar, porque nem sempre você consegue identificar um particular processo como sendo natural ou antrópico porque, às vezes, você tem processos onde os dois, onde as duas componentes, interagem entre si. Mas isso é relativamente bem feito pelos modelos climáticos atuais. E hoje a gente pode, sim, quantificar. E a gente identifica que a maior parte das emissões de gases de efeito estufa é através da atividade antrópica que está mudando o clima do nosso Planeta.

A SRA. MERCEDES BUSTAMANTE – Bom, antes de responder aos questionamentos, queria agradecer, Senador Contarato, porque a sua fala, de verdade, tocou-me muito profundamente na defesa das universidades públicas. Eu realmente me emocionei porque fiz minha graduação em universidade pública, o mestrado, o doutorado fora do Brasil, mas em uma universidade pública. Há 25 anos sou docente em uma universidade pública. Vi o perfil dos alunos se modificar nesses 25 anos com as ações afirmativas. Hoje eu tenho vários estudantes, na minha sala, para quem olho todos os dias, e são a primeira geração na família que entra numa universidade pública. Isso é uma transformação para o País que não tem preço. Então, acho que o investimento em educação,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

já há vários dados, dá um retorno: a cada real, dá um retorno de R$ 8,00. Fora a questão econômica, é a transformação que eu observo cotidianamente nos olhos de todos os meus alunos que estão ali podendo usufruir desse acesso à educação pública e de qualidade. Então, realmente me contive aqui até para não chorar, Senador, porque eu acho que me tocou muito profundamente. Nós já passamos por muitas crises, mas acho que o ataque que foi feito toca muito fundo na alma da universidade brasileira e isso é realmente muito triste.

Passando agora ao aquecimento global. Com relação às perguntas da Senadora Eliziane e à preocupação com o quadro atual da política ambiental brasileira, o que nós podemos fazer? Como atuar de forma mais concreta? Eu vejo aí três linhas que me preocupam bastante.

A primeira é a do discurso, do discurso puro e simples. O Brasil, infelizmente, carrega a estatística de ser o País onde a gente tem o maior número de mortes, no campo, de ambientalistas e de defensores de comunidades e povos tradicionais. Então, essa mudança de discurso, ainda sem nenhuma prática, já é o suficiente para agravar esse quadro de violência que a gente tem no campo. Então, acho que esse discurso, efetivamente, precisa começar a ser combatido de forma mais explícita.

A segunda linha que eu vejo é a prática do desmonte. É a gente efetivamente perceber as ações de fiscalização, os órgãos ambientais. Então, essa prática, também, a gente precisa avaliar efetivamente porque os efeitos são bastante críticos. São entidades, são órgãos que foram construídos também ao longo de muito tempo, e, perdendo-se isso muito rapidamente, a gente não vai repor. Essa é uma questão importante.

E a terceira linha que eu vejo é a prática do descrédito. Quando a gente propõe um projeto de lei para acabar com a figura, com o instrumento da reserva legal, com base em dados que não têm consistência, que não têm credibilidade científica, isso é uma política de descrédito da ciência. Quando a gente propõe a revisão do processo de criação de unidades de conservação, das unidades de conservação já instituídas, porque elas não têm base técnica, isso é uma política de descrédito.

No Brasil, hoje – e temos dados também de produção científica brasileira -, uma das áreas que mais avançou, em termos de ciência, é a área de ecologia e meio ambiente. Avançou muito rapidamente visando a resolver problemas que o Brasil tem na gestão do meio ambiente. Então, acho que jogar isso tudo fora é bastante crítico. Acho que há uma convergência muito grande entre resolver a questão...A primeira porta que se abre, no caso do desmatamento, é a porta da corrupção. Quando a gente olha corrupção/violência, elas têm um pé no meio ambiente; quando a gente olha a questão da desigualdade, ela tem um pé no meio ambiente; quando a gente olha a questão da educação e da ciência, elas têm um pé também no meio ambiente. Ele é meio por alguma questão. Então, acho que essas três linhas que vejo aí são importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na questão dos negacionistas muito já foi colocado aqui, quais são os diferentes perfis e as motivações.

Eu queria pegar, talvez esse ponto aqui, numa questão do Senador Randolfe Rodrigues, sobre as falhas nos discursos negacionistas. Acho que uma questão que o PCC coloca muito clara, ao longo desse processo de constituição do conhecimento sobre a mudança climática, é a base em múltiplas linhas de evidência. A gente olha os dados do passado, nós temos dados observacionais e dados de modelagem com bases em leis de física, como estão aqui colocados. Então, acho que esse é um aspecto importante. Quando você olha o discurso negacionista, o que ele faz? Ele pega um dado aqui, um dado acolá, mas ele não tem a consistência desse conjunto de múltiplas linhas de evidência. Então, muitas vezes o consenso não é o consenso de quantas pessoas estão dizendo que o aquecimento está acontecendo e de que poucas estão dizendo que não está acontecendo. Eu digo que não é uma questão numérica, porque um único cientista pode mudar um paradigma. É a questão da consistência das evidências, que vêm de múltiplos campos, de múltiplas linhas de observação. Eu não preciso, hoje, só dos termômetros nas cidades, que são ilhas de calor. A gente consegue descontar isso. A gente tem satélites que estão monitorando o Planeta, a gente tem boias oceanográficas que estão medindo as condições dos oceanos. A gente tem uma rede de monitoramento, hoje, global, que é capaz de alimentar esses dados de forma muito consistente. Acho que a gente tem que olhar, efetivamente, a consistência da informação que alimentam os diferentes tipos de discurso.

O Fundo Amazônia, já foi bastante colocado aqui, é muito preocupante. O Fundo Amazônia era um experimento, era um risco grande para o Brasil. O Brasil, ao longo desses 10 anos, conseguiu estruturá-lo. Conheço muitos dos projetos que têm a diferença de, efetivamente, atuar na ponta e junto às comunidades. Então, isso não é substituído facilmente por qualquer outra política pública. O risco, também, novamente – falamos bastante de gestão de risco –, é muito grande.

Gostaria, talvez, de fechar aqui com a fala do Senador Jaques Wagner quando discutiu a questão da dicotomia emprego e preservação. É uma falsa dicotomia, efetivamente. O desmatamento, até hoje, não está provado que gera riqueza. Ou, se gera, é riqueza para poucos. Então, na verdade, a gente distribui a riqueza de um patrimônio que é comum a todos os brasileiros e o concentra na mão de alguns poucos grupos políticos e econômicos. A gente tem muitos dados para a Amazônia. Há hoje um levantamento muito completo para os Municípios do cerrado para mostrar que, olhando o IDH municipal e olhando o índice de Gini de desigualdade, a conversão do cerrado para plantio, para pecuária, não trouxe riqueza para os Municípios. Aqueles Municípios que já eram ricos continuaram ricos, os que eram pobres continuaram pobres e a desigualdade aumentou. Então, a gente precisa também olhar as informações que o Brasil tem, e produz muitas de muita qualidade, para começar a converter esse discurso. Mas normalmente é uma dicotomia, uma falsa dicotomia. Acho que a gente tem que olhar – olhem! – que boa parte

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dos remanescentes de vegetação nativa do Brasil estão concentrados em poucos Municípios. O que gera pobreza não é a cobertura vegetal preservada, o que gera pobreza é a ausência do Estado e a ausência de políticas públicas nessas regiões.

Gostaria, mais uma vez, Senador, de coração mesmo, de agradecer a oportunidade de estar aqui, de agradecer a defesa das instituições públicas. Nós somos instituições de Estado. Então, como falei, só eu aqui tenho 25 anos, meus colegas têm mais. Nós passamos por vários Governos e as universidades, as instituições de pesquisa, em todos os momentos que foram acionadas, colaboraram com as diferentes linhas de governo para oferecer soluções para o Brasil. E a gente espera continuar podendo colaborar.

Obrigada.

O SR. GUSTAVO LUEDEMANN – Obrigado. Bem rapidamente, com o sobrou para mim.

A professora Mercedes, na verdade, chorou. Eu vi aqui, ela não conteve não. Desculpe-me. (*Risos.*)

Em relação ao meu posicionamento, eu vim de maneira provocativa, mas o meu posicionamento aqui é técnico e talvez não tenha sido bem entendido.

Eu, inclusive, assisti na TV Senado – se não me engano foi em resposta ao Senador Randolfe – que o nosso Ministro do Meio ambiente disse que não havia um alinhamento automático aos Estados Unidos nesse tema, o que eu acho muito sábio da parte dele tendo em vista o que eu justamente quis trazer. É mais em oposição ao que foi dito anteontem, porque eu acho que são pessoas leigas, ou não sei se é uma questão de intenção, mas trouxeram fatos bastante questionáveis sobre a nossa participação nesse sistema multilateral, de que ele trazia um risco à nossa soberania, o que eu não vejo, posso até estar errado, mas gostaria de me colocar à disposição aqui para o debate.

O que acontece é que tratar bilateralmente com a maior economia do mundo, nós, como Brasil, um País em desenvolvimento, com as dificuldades que nós sabemos que nós estamos passando, é lógico que a gente tem que ceder muito mais do que a gente pode se estivéssemos negociando de igual para igual.

No sistema multilateral, especialmente em clima, juntou-se um grupo de países que se autodenominam G77 mais China... Esse nome tem motivos históricos, na verdade é um grupo de mais de 100 países que negociam em bloco. Então, eles fecham posição, têm reuniões próprias, os nossos diplomatas se reúnem com o restante dos países em desenvolvimento. É claro que há tentativas, às vezes, de um país rico com um país em desenvolvimento tentando fechar: "Olha, a gente cede tanto, então, vê se você não quebra o galho e muda a sua posição aqui ou ali...". Mas há uma pressão entre esses mais de 100 países, entre eles, de constranger os países que fogem a esse alinhamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, existe um bloco muito coeso desse G77 mais China, que negocia em bloco. Então, nesse sistema multilateral a maior economia do mundo não consegue dobrá-lo. Acho que daí que vem dizer que é muito confortável para o líder desta Nação dizer que mudança de clima não existe, enquanto, dentro do seu País, ações estão sendo tomadas.

É muito confortável, por quê? Porque o sistema multilateral é inconveniente e ele quer passar a tratar bilateralmente com os outros países, porque bilateralmente o maior sempre vence. Então, é mais nesse sentido que eu quis dizer, não é contra o Governo A, B ou C.

Inclusive acho a posição brasileira... O Itamarati tem uma posição muito consistente desde que a questão climática se tornou um assunto de negociação. Então, foi citado aqui pelo Gylvan Meira Filho o brilhante negociador brasileiro André Aranha Corrêa do Lago, e eu também gostaria de citá-lo. Para quem quer entender um pouquinho mais essas forças, como elas atuam, por que existe essa polaridade entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos, ele escreveu um livro inclusive sobre isso. Não vou me recordar agora exatamente qual o título do livro, mas é algo do Brasil, as convenções internacionais ambientais, algo desse tipo. Enfim, recomendo bastante essa leitura para que se entenda melhor essa questão que eu estou abordando aqui sobre como os nossos negociadores, de uma maneira muito brilhante, sempre defenderam os interesses nacionais.

Então, não vejo esse risco à soberania que foi levantado aqui há dois dias.

Dito isso, a gente volta à questão levantada pelo Senador Jaques Wagner sobre o Fundo Amazônia ou, na verdade, a questão primeira sobre estarmos na OCDE. Muda essa nossa posição?

Não automaticamente, não está escrito em lugar nenhum que, se um país pertence à OCDE, ele tem que ser o Anexo I da Convenção.

Isso, por exemplo, destoa quando a gente vê a Turquia listada no Anexo I, o que se dá pelo fato de ela ser um país que, na época em que a Convenção foi firmada, ser da OCDE.

A gente tem um caso mais recente do México, que agora se encontra um pouquinho no limbo. Eu acho que valeria muito a pena a gente observar mais o que acontece no caso do México, que é um país que tem enormes dificuldades no seu processo de desenvolvimento, muito semelhantes inclusive às do Brasil, e que se encontra hoje na OCDE. Talvez seja um bom laboratório para a gente estudar.

Então, não há essa consequência natural, mas, uma vez participando da OCDE, estamos dentro da pressão do grupo ao qual pertencemos. Acho que é daí que eu vejo o risco de a gente mudar essa posição.

Em relação ao Fundo Amazônia, em princípio são negociações bilaterais. Se os financiadores acordarem que parte do recurso pode ser utilizado para indenização, provavelmente não há grandes problemas com isso. O problema que a gente pode prever é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que, na verdade, antigamente você fazia grandes projetos para a manutenção da biodiversidade brasileira, grandes projetos para reduzir desmatamentos. Havia recursos vultosos sendo investidos, mas que não traziam resultados. Então, eu já tive a oportunidade de estar em uma reunião no Banco Mundial, há mais de uma década, há bastante tempo, em que os financiadores questionavam um pouquinho a posição entre nós, brasileiros, em relação a novas formas de financiamento e a forma que o Brasil encontrou de convencer os financiadores era justamente dizer assim: "Nós não vamos falar *a priori* o que nós vamos fazer com o dinheiro que nós estamos pedindo. O que nós vamos fazer nós vamos fazer, mas nós gostaríamos de um compromisso de, vamos dizer assim, uma forma pós-paga da colaboração de vocês. Então, a gente mostra o serviço e com isso a gente recebe o financiamento de vocês e pode continuar atuando para proteger mais a nossa biodiversidade, para proteger mais as nossas florestas." Então, dessa maneira os doadores foram convencidos. Eu vejo um risco de fragilização dessa lógica que funcionou tão bem. Faço minhas as palavras do Carlos Nobre que, inclusive, falou sobre isso também.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado! E obrigado pela paciência de todos.

Antes de encerrar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação das atas da Reunião Conjunta realizada no dia 28 de maio, 15ª da CMA e 19ª da CRE, e desta Reunião Conjunta de hoje, 17ª da CMA e 20ª da CRE.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal*.

Quero, mais uma vez, agradecer aos convidados e, mais uma vez, colocar a Comissão de Meio Ambiente e o Gabinete à disposição para orientação e sugestão de projetos.

Quero que saibam que estou muito feliz aqui também porque nós fizemos uma audiência pública. A democracia é isso, é olhar para os dois lados porque o objetivo é um só. A coisa mais importante é que nós temos boa-fé. É a boa-fé que vai nortear isso, tenha certeza! A gente pode errar, mas a gente erra na certeza e na convicção de que estamos fazendo algo melhor para o País e para as futuras gerações.

Só finalizando, queria deixar uma frase de que eu gosto muito, de Thiago de Mello, quando ele diz assim: "Nós não temos caminho novo, o que temos de novo é o jeito de caminhar."

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 10 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 44 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 21ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE MAIO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às treze horas e cinquenta e dois minutos do dia trinta de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Marcos do Val e Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Romário, Major Olimpio, Randolfe Rodrigues, Flávio Arns, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Eduardo Girão, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Plínio Valério, Fabiano Contarato e Jean Paul Prates. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Kátia Abreu, Renilde Bulhões, Nelsinho Trad e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 18, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 21, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 22, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, e, cumulativamente, ao Estado da Eritréia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:**

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 215, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 10 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, para prever a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre os lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no exterior." **Autoria:** Senador Jader Barbalho (PMDB/PA). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação, com (01)uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 58, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre um Programa de Férias-Trabalho, assinado em Brasília, em 13 de fevereiro de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Resolução do Senado n° 39, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Mercosul-Aliança do Pacífico." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS). **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão favorável à matéria. **Observação:** A Matéria vai à Comissão Diretora. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 32, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) para segurança nacional. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Chefe do escritório de projetos do exército - General de Divisão - Ivan Ferreira NEIVA Filho; General de Brigada R1- Sérgio Luiz Goulart DUARTE; Representante do Ministério da Defesa." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 33, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 26, de 2019 – CRE, para incluir entre os convidados para a audiência pública, a fim de debater a situação dos familiares das vítimas do acidente com o avião da delegação da chapecoense os nomes dos senhores Jackson Ragnar Follmann e Hélio Hermito Zampier, atletas da Associação Chapecoense de Futebol." **Autoria:** Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e sete

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos do Val

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/30

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Boa tarde a todos!

Vamos dar início à 21ª Reunião, quinta-feira.

Abertura.

Declaro aberta a 21ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Deliberativa.

ITEM 1

MENSAGEM (SF) Nº 18, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe da Carreira do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, o meu relatório é do seguinte teor.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República, o Senhor Jair Messias Bolsonaro, faz do Sr. Santiago Irazabal Mourão, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV). O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

O indicado é filho de Ruben Pedro Irazabal Villar e Laurita Lourdes Linhares Mourão e nasceu em 19 de julho de 1952, na cidade de Flores, Uruguai (brasileiro, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946). É bacharel em Direito pela Universidad de La República, Montevidéu, Uruguai (1978).

O diplomata apontado iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1983, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco (IRBr). Também no Instituto, concluiu o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2003. Na oportunidade, defendeu tese com o seguinte título: "A proliferação de mísseis e o seu impacto no quadro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estratégico global. Os esforços da comunidade internacional para disciplinar a questão. Implicações e desafios para a política externa brasileira". Esse é o tema da tese do Curso de Altos Estudos. Ascendeu a Conselheiro em 1999, a Ministro de Segunda Classe em 2005 e a Ministro de Primeira Classe em 2012. Todas as promoções por merecimento. Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: assessor da Subsecretaria-Geral de Assuntos Políticos (1993); assessor no Departamento de Organismos Internacionais (2004); Chefe da Divisão de Desarmamento e Tecnologias Sensíveis (2004); Diretor do Departamento da Europa (2010/12) e, desde 2016, Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral de Cooperação Internacional, Promoção Comercial e Temas Culturais.

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de conselheiro na Delegação junto à Organização das Nações Unidas (ONU) (2000); e Embaixador na República Islâmica do Irã (2012/16); para além de ter chefiado inúmeras delegações brasileiras em diferentes foros internacionais.

Além do currículo do Diplomata, o Itamaraty fez constar da mensagem informações gerais sobre a Unesco da qual extraímos resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina.

A Unesco é uma organização internacional que está inserida no sistema "onusiano" na condição de agência especializada. Ela colabora com os Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da atuação nas seguintes áreas temáticas: educação, ciências naturais, ciências sociais e humanas, comunicação e informação, bem como cultura. Trata-se do órgão da ONU mais diretamente vinculado à educação e que está incumbido de promover a cooperação no domínio cultural.

Cuida, ainda, de entidade de caráter universal ao serviço da paz, fundamentada na solidariedade intelectual e moral da humanidade. Como proclama o preâmbulo do seu tratado constitutivo, "a ampla difusão da cultura, e da educação da humanidade para a justiça, para a liberdade e para a paz são indispensáveis para a dignidade do homem, constituindo um dever sagrado, que todas as nações devem observar, em espírito de assistência e preocupação mútuas".

A organização foi fundada em 1945 e tem o Brasil entre os seus membros de primeiríssima hora. Nos dias de hoje, a Unesco, que está sediada em Paris, conta com 193 Estados-membros e 11 associados. Os Estados Unidos da América e Israel deixaram a entidade em dezembro de 2018 ao argumento de excessiva politização de suas atividades. Vale lembrar que os EUA já haviam se retirado da Unesco no período de 1985 a 2003.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para realizar seus objetivos, a organização dispõe de um órgão plenário (Conferência Geral), composto por todos os membros; e de um órgão restrito (Conselho Executivo), formado por 58 delegados governamentais eleitos pela conferência. O órgão dinâmico da entidade, no entanto, é o seu secretariado. Ele é constituído pela Diretoria-Geral, bem como pelo quadro de pessoal da organização. No momento presente, a Unesco tem certa de 2 mil servidores de 170 países.

O Brasil tem exercido mandatos consecutivos, com dois anos de intervalo, no Conselho Executivo. O atual compreende o período de 2016 a 2019. A Comissão Nacional do Brasil, que, nos termos do Artigo VII da Constituição da Unesco, está incumbida das funções de consultoria, assessoria, articulação e informação junto à delegação brasileira na Conferência Geral, é desempenhada, desde 2019, pela Divisão de Nações Unidas III, do Ministério das Relações Exteriores.

Importa destacar, também, que o Brasil acolhe, desde 1964, o escritório regional da organização. Em 1972, a sede do escritório foi deslocada para Brasília. Essa unidade possui os menores custos operacionais entre os 55 escritórios regionais da Unesco e tem os melhores desempenhos globais. O escritório tem atuado conjuntamente com órgãos do Governo brasileiro e com entidades não governamentais em numerosos projetos. Trata-se do maior do mundo em matéria de execução de recursos financeiros.

Assim, importante ter junto à Unesco, para exercer o cargo de delegado permanente, alguém com a qualificação, a experiência e as condecorações como as do indicado Santiago Irazabal Mourão, sempre envolvido e dedicado em pautas de extrema preocupação e relevância mundiais, como temas afetos à indústria bélica e ao controle de armamentos.

Essa preocupação nos indica a observância da máxima trazida na Constituição da Unesco, qual seja: "uma vez que as guerras se iniciam nas mentes dos homens, é nas mentes dos homens que devem ser construídas as defesas da paz".

Outro aspecto que merece realce é a inclusão de 21 bens brasileiros (14 culturais e 7 naturais) na prestigiosa lista do Patrimônio Mundial da Unesco. A inscrição nessa lista representa elemento propulsor do desenvolvimento local e regional, além de mecanismo de reforço às medidas de preservação dos bens culturais inscritos, tudo em prol da maior divulgação da cultura e da biodiversidade brasileiras com a expressiva promoção do turismo nas regiões inscritas. Temos ainda cinco elementos reconhecidos pela entidade como Patrimônio Cultural Imaterial (roda de capoeira, em 2014; Círio de Nazaré, em 2013; frevo, em 2012; expressões orais e gráficas dos oiampis, em 2008; e samba de roda do Recôncavo Baiano, em 2008).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem os elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Para concluir, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que o diplomata Santiago Irazabal Mourão tem realmente uma postura de diplomata, diplomata na acepção da palavra, sem radicalismo, sem nada que possa quebrar a sequência da diplomacia brasileira, que é respeitada no mundo inteiro e que não pode retroceder. Este nosso sentimento e aqui esta fala são exatamente no sentido de que nós possamos nos alinhar com toda aquela história e aquele passado do Barão do Rio Branco e de todos aqueles que fizeram do nosso País um país respeitadíssimo no concerto das grandes nações. A diplomacia brasileira e o nosso Instituto Rio Branco, que capacita, que prepara essa leva de jovens, que vão se espalhando pelo mundo levando exemplos e diplomacia, também têm na pessoa do Santiago Irazabal Mourão uma dessas figuras expoentes. Por isso, o nosso relatório nós resolvemos colocar à disposição e à apreciação dos nossos pares, recomendando, obviamente, a sua aprovação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem querer discutir, fica concedida a vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 21, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra à Sra. Senadora Soraya para proferir o seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para proferir relatório.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Ruy Pacheco de Azevedo Amaral, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino Haxemita da Jordânia.

A Constituição Federal, no art. 52, inciso IV, atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente, e deliberar por voto secreto, sobre a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do interessado, do qual extraímos para o presente relatório as seguintes informações.

Nascido na capital do Estado de São Paulo, filho de Rubens Dias Amaral e de Leda Pacheco do Amaral, após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco, em 1986, foi nomeado Terceiro-Secretário, sendo subsequentemente promovido a Segundo-Secretário, em 1992; Primeiro-Secretário, por merecimento, em 1998; Conselheiro, por merecimento, em 2002; Ministro de Segunda Classe, em 2007 e Ministro de Primeira Classe, em 2010.

Dentre os cargos e missões importantes que realizou, cumpre destacar que foi Conselheiro e Ministro de Segunda Classe em Paris, entre 2005 e 2008, Ministro-Conselheiro em Londres, entre 2008 e 2010; assessor da Presidência da República em 2010; e Embaixador do Brasil no Cairo desde 2015. O indicado possui diversas condecorações no Brasil e no exterior.

De acordo com o informe preparado pelo Ministério das Relações Exteriores, anexo à mensagem presidencial, o Reino Haxemita da Jordânia é um país do Oriente Médio limítrofe à Síria, ao Iraque e à Arábia Saudita, com o qual o Brasil possui saldo comercial superavitário. Em 2018, esse saldo foi de US$255,61 milhões. O Brasil exporta majoritariamente produtos básicos, com destaque para carne, cereais e café. Importa daquele país na série histórica sobretudo adubos e roupas. Como cenário para intensificar essa relação tem-se o Acordo de Livre Comércio entre Jordânia e o Mercosul, celebrado em 2008.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A comunidade brasileira naquele País é de cerca de 2 mil pessoas.

Foram muitas as viagens de autoridades brasileiras ao País nos últimos anos, como as feitas em 2018 pelo Ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, em março, e pelo Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Gen. Sérgio Etchegoyen. Nesse sentido, as áreas de defesa e segurança e de agricultura destacam-se para futura cooperação.

Na agenda de cooperação bilateral recente, cita-se o Acordo de Cooperação Técnica entre os dois países, que está em tramitação na Câmara dos Deputados.

No tocante à política externa jordaniana, registre-se que o país, governado pelo Rei Abdullah II, desempenha importante papel no encaminhamento do processo de paz árabe-israelense. Faz parte do chamado "Quarteto Árabe" para a paz, que congrega países árabes de maioria sunita (Egito, Jordânia, Arábia Saudita e Emirados Árabes Unidos), encarregado de promover a Iniciativa Árabe de Paz. O Rei vem afirmando que a solução da questão palestina é o objetivo principal da política externa jordaniana, que apoia a solução de dois Estados com base nas fronteiras de 1967.

Igualmente, tem se destacado no esforço de manter em segurança as suas fronteiras, apesar dos desafios enfrentados com a Guerra na Síria. Por via de consequência, na primeira prateleira de sua agenda está o combate ao terrorismo, conforme ficou demonstrado nos chamados Encontros de Aqaba. Patrocinado pelo rei jordaniano, pretende-se o aprofundamento da cooperação e coordenação dos esforços de contraterrorismo, para além do contexto médio-oriental.

Diante do exposto, julgamos que os integrantes desta Comissão possuem elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial, nada mais podendo ser aduzido no âmbito deste relatório.

Votamos pelo "sim".

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sr. Presidente, eu posso já relatar o próximo? O item 7 é da minha relatoria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Está bem.

Vamos à relatoria do item 7:

ITEM 7

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 39, DE 2019

- Não terminativo -

Cria o Grupo Parlamentar Brasil-Mercosul-Aliança do Pacífico.

Autoria: Senador Nelsinho Trad

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pela aprovação

Concedo a palavra à Sra. Senadora Soraya Thronicke, para proferir o seu relatório.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para proferir relatório.) – Muito obrigada, Sr. Presidente.

O relatório é curto; por isso, eu vou ler, senão dispensaria.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2019, de autoria do Senador Nelsinho Trad, que institui o Grupo Parlamentar Brasil-Mercosul-Aliança do Pacífico.

A proposição foi designada para tramitar na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e na Mesa Diretora. Nesta Comissão fui designada relatora.

Cuida-se de projeto versado em seis artigos, com as cláusulas típicas para esse tipo de resolução, com as finalidades do Grupo Parlamentar e sua forma mínima de organização.

Parto agora para a análise.

Antes fundada essencialmente na liberdade de organização política no seio do Parlamento e na vontade da atuação parlamentar lateralmente às organizações típicas congressuais que são os partidos políticos, os grupos e frentes políticas internacionais ganharam disciplina a partir da Resolução nº 14, de 2015.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Apesar de ela dispor especificamente sobre a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, adicionou um dispositivo sobre a instituição de grupos e frentes parlamentares internacionais em geral, com a seguinte dicção:

> Art. 6º Além das normas específicas de cada resolução que estabeleça grupos interparlamentares, grupos internacionais de amizade e frentes parlamentares internacionais, aplica-se o disposto neste artigo.
> § 1º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, de caráter permanente e sem objetivos político-partidários, destinam-se a exercer a diplomacia parlamentar.
> § 2º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais serão constituídos por parlamentares que a eles aderirem e funcionarão segundo estatutos próprios, sempre submetidos às regras contidas no Regimento Interno do Senado Federal e nas demais normas aplicáveis.
> § 3º Após a criação dos grupos ou frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, será realizada reunião de instalação para eleger a diretoria e elaborar o estatuto, que, juntamente com a ata de instalação e os subsequentes registros de reuniões, será encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para publicação no Diário do Senado Federal.
> § 4º No início de cada legislatura, cada grupo ou frente parlamentar internacional referido no *caput* realizará reunião de reativação para proceder à eleição da diretoria e ratificar ou modificar o estatuto, mediante solicitação de qualquer parlamentar ao próprio grupo ou frente, dispensado requerimento ao Plenário do Senado Federal com essa finalidade.
> § 5º Os grupos e as frentes parlamentares internacionais referidos no *caput* não disporão de verbas orçamentárias do Senado Federal, salvo quando eventuais despesas imprescindíveis ao seu funcionamento forem expressamente autorizadas pela Comissão Diretora ou pelo Presidente da Casa.
> § 6º Compete à Secretaria-Geral da Mesa, na forma de sua estrutura administrativa, secretariar as reuniões e dar apoio administrativo aos grupos e às frentes parlamentares internacionais referidos no *caput*, mantendo seu cadastro e o dos parlamentares que os integram.

Portanto, além de ter seu substrato nas diversas possibilidades de atuação parlamentar no sentido da cooperação, da dedicação a um tema ou enfrentamento de um problema específico, agora tem-se também uma regra geral para orientar a instalação e trabalho dessas agremiações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com base nesses princípios e respeitando esses dispositivos, o Senador Nelsinho Trad propõe a criação do Grupo Parlamentar Brasil-Mercosul-Aliança do Pacífico com a finalidade de incentivar e desenvolver relações bilaterais entre os Poderes Legislativos dos Estados Partes do Mercosul, da Aliança do Pacífico, assim como com o Parlamento do Mercosul e demais Parlamentos de integração da região (art. 1º).

A liberdade de associação é reforçada no art. 2º, que determina que o grupo será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem, e ainda no art. 4º, em que se define que o grupo parlamentar reger-se-á pelo seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Do ponto de vista do mérito, Sr. Presidente, a proposição está perfeitamente adequada aos objetivos da atuação congressual, expressa principalmente nas palavras do Senador Nelsinho Trad, quando diz que:

> Apresenta-se hoje um quadro favorável a uma maior cooperação econômica e comercial na maioria dos países da América Latina. (...)
> Na linha dessa tendência, os blocos Mercosul e Aliança do Pacífico, que reúnem os principais países da região, iniciaram um movimento de aproximação com vistas a aprofundar a sua parceria e eventualmente a sua integração.
> Nesse contexto, faz-se necessária também a inserção da diplomacia parlamentar. Atualmente, o escopo de atuação dos poderes legislativos muito pode auxiliar o aprofundamento da integração e do intercâmbio comercial. Pela via da aproximação da representação política, cria-se um espaço de cooperação econômica avançada na região, que irá potencializar a capacidade desses países de intensificar o comércio intra e extra continente e, assim, integrar as cadeias internacionais de valor.

A pertinência, portanto, de tal Grupo Parlamentar reside justamente na importância que a integração regional tem para o Brasil. Acrescentar mais um mecanismo parlamentar só trará benefícios ao Brasil e ao continente.

Ante o exposto, levando em conta ainda a adequação jurídica e técnica da proposição, o voto, Presidente, é pela aprovação do Projeto de Resolução nº 39, de 2019.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao Projeto de Resolução do Senado nº 39, de 2019.

A matéria vai à Comissão Diretora para prosseguimento da tramitação.

Como eu vou ter que ler a próxima mensagem, eu gostaria de convidar a Senadora Soraya para assumir a Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Mensagem do Senado Federal nº 22/2019.

ITEM 3

MENSAGEM (SF) Nº 22, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, e, cumulativamente, ao Estado da Eritreia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pronto para deliberação

Concedo a palavra ao Sr. Senador Marcos do Val, para proferir o seu relatório.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente. Esta Casa do Congresso é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Antonio de Aguiar Patriota, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial de Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e cumulativamente ao Estado da Eritreia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente e deliberar por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomáticas de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

O indicado é filho de Antonio Patriota e Maria Thereza de Aguiar Patriota e nasceu em 27 de abril de 1954, no Rio de Janeiro. É bacharel em Filosofia pela Universidade de Genebra em 1975.

O diplomata apontado iniciou sua carreira como terceiro secretário em 1979, após a conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Também no Instituto, concluiu o Curso de Altos Estudos em 1997. Na oportunidade, defendeu tese com o seguinte título *O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva*. Ascendeu a Conselheiro em 1993; a Ministro de Segunda Classe em 1998; e a Ministro de Primeira Classe em 2003. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: assessor da Subsecretaria Geral de Política Exterior (de 1990 a 1992); Secretário da Secretaria de Planejamento Diplomático (de 2003 a 2004); Chefe de Gabinete do Gabinete do Ministro de Estado (de 2004 a 2005); Subsecretário-Geral da Subsecretaria-Geral de Política (de 2005 a 2007); Secretário-Geral da Secretaria-Geral das Relações Exteriores (de 2009 a 2011); e Ministro de Estado das Relações Exteriores (2011 a 2013).

No Exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Missão junto às Nações Unidas (de 1994 a 1999); Ministro-Conselheiro na Missão Permanente em Genebra (de 1999 a 2003); Embaixador em Washington (de 2007 a 2009); Embaixador na Missão junto às Nações Unidas (de 2013 a 2016); e, desde 2016, Embaixador em Roma.

Além do currículo do diplomata, o Itamaraty fez constar da Mensagem informações gerais sobre a República Árabe do Egito e o Estado da Eritreia. Em relação a esses países, cabe manifestar a superlativa importância de que se revestem, tanto pelas relações tradicionais com o Egito quanto pelas possibilidades de expansão dos vínculos com a Eritreia.

Nesse sentido, o Itamaraty enviou amplo relatório sobre os dois países, incluindo as relações bilaterais com cada um deles. Desse documento, que está à disposição das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores, extraímos um resumo para subsidiar os membros da Comissão em sua sabatina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Egito, país de grande importância geopolítica e significativa influência política e cultural no mundo árabe, é interlocutor tradicional do Brasil. Cuida-se da terceira maior economia da África e também da terceira maior entre os países árabes. O relacionamento bilateral, que foi estabelecido em 1924, ganhou densidade ao longo do século XX, com os dois países em posições convergentes em diversos foros multilaterais, com destaque para o Movimento dos Países Não Alinhados, no qual a República Árabe sempre atuou com superlativo protagonismo.

As relações econômicas têm, por igual, crescido. O Egito é o principal destino das exportações brasileiras para a África, bem como comprador preponderante de produtos brasileiros no mundo árabe. O país é o terceiro maior consumidor de carne bovina brasileira no mundo. Nossa pauta de exportações, que se concentra em produtos primários (açúcar, carnes, milho e minério de ferro), tem potencial de diversificação com a entrada em vigor do acordo de livre comércio Mercosul-Egito (2017). Importamos dos egípcios fundamentalmente superfosfatos, ureia e produtos hortícolas.

Importante assinalar que, em razão das transformações políticas pelas quais o Egito vem passando nos últimos anos, o Embaixador do Brasil no Cairo terá campo fértil em termos de informações que permitirão ao Estado brasileiro ampliar o conhecimento sobre esse país e sobre o próprio mundo árabe. Nesse sentido, é oportuno recordar que, para além do peso econômico e populacional na região, o Egito tem importante protagonismo nos processos de concertação e integração regionais. Nessa perspectiva, vale lembrar que o país é sede da Liga dos Estados Árabes e exerce, neste ano, a presidência da União Africana.

Sobre a comunidade de brasileiros em solo egípcio, ela é estimada em 615 pessoas. Esse grupo de nacionais está sob a jurisdição consular da Embaixada no Cairo.

No que concerne à Eritreia, as relações com o Brasil "ainda são incipientes", de acordo com o relatório do Itamaraty. O Governo brasileiro, todavia, mostra-se atento à atuação da Eritreia nas desinteligências envolvendo os vizinhos Etiópia e Djibuti. As relações comerciais com o país, que é um dos mais pobres do mundo, são diminutas. Por fim, não há registros de brasileiros residindo em território eritreu.

Diante do exposto, creio que os membros desta Comissão já dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

Encerro assim a relatoria.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Neste momento, devolvo a Presidência ao Senador Marcos do Val. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Requerimento da autoria do Senador Nelsinho Trad, subscrito por mim. Passo a fazer a leitura e justificativa. (*Pausa.*)

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 32, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) para segurança nacional. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Chefe do escritório de projetos do exército - General de Divisão - Ivan Ferreira NEIVA Filho; General de Brigada R1- Sérgio Luiz Goulart DUARTE; Representante do Ministério da Defesa.

Autoria: Senador Nelsinho Trad e outros

Justificação.

O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron) é essencial para a Segurança e Defesa Nacional porque amplia estrategicamente a presença do Estado brasileiro ao longo da faixa de fronteira. Elaborado nos anos de 2010 e 2011, seu projeto piloto está em fase de execução na cidade de Dourados (MS).

O sistema permitirá o atendimento das capacidades de monitoramento, mobilidade e presença, presentes na Estratégia Nacional de Defesa; contribuirá para a redução de crimes na fronteira e também para o aumento da capacitação, sustentabilidade e autonomia da base industrial de defesa do País.

O Sisfron traz um conjunto integrado de recursos tecnológicos – sistemas de vigilância e monitoramento, tecnologia da informação, guerra eletrônica e inteligência que, aliados a obras de infraestrutura, vão reduzir vulnerabilidades na região fronteiriça do Brasil – [que são] 16.886km; e fortalecer a capacidade de ação do Exército Brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consideramos uma audiência pública sobre o Sisfron na Comissão de Relações Exteriores (CRE), com exposições técnicas e debates, um fórum indispensável para um projeto de tamanha grandeza para a segurança nacional.

Sala da Comissão.

Senador Nelsinho Trad.

Em discussão a matéria. (*Pausa*.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa*.)

Aprovado.

Requerimento nº 33, de 2019, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, de autoria do Senador Esperidião Amin, subscrito por mim.

Passo a fazer a leitura e a justificativa.

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 33, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, aditamento ao REQ 26, de 2019 – CRE, para incluir entre os convidados para a audiência pública, a fim de debater a situação dos familiares das vítimas do acidente com o avião da delegação da chapecoense os nomes dos senhores Jackson Ragnar Follmann e Hélio Hermito Zampier, atletas da Associação Chapecoense de Futebol.

Justificação

O objetivo dessa audiência pública é debater a atual situação das famílias das vítimas da tragédia do voo da Chapecoense que deixou 71 mortos e 6 feridos e completará três anos em novembro. Ainda permanecem pendências judiciais, especialmente indenizatórias, inclusive no que tange às questões de pagamentos de coberturas e de seguros internacionais da aviação civil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Convite.

Srs. Parlamentares integrantes da CRE, o Gen. de Divisão Ivan Ferreira Neiva Filho, Chefe do Escritório de Projetos do Exército, convida V. Exas. para o Tiro Real do Sistema Lançador Múltiplo de Foguetes Astros 2020, programa estratégico de elevada importância para o Exército Brasileiro, a ser realizado no dia 6 de junho de 2019, próxima quinta-feira, no Forte Santa Bárbara, Formosa, Goiás. Haverá transporte de ida e regresso para o evento, com saída às 8h30 do Congresso e retorno com chegada prevista para 14h.

Interessados, por favor, contactar a Assessoria Parlamentar do Exército até o dia 4 de junho, próxima terça-feira, nos seguintes telefones: 3303.3848 ou 98156.3366.

Destaques internacionais.

Parlamento Europeu. As eleições europeias, que envolveram 28 países, mostraram que os partidos de centro perderam a maioria absoluta. Os partidos liberais e verdes ganharam espaço, assim como os grupos de extrema direita e os eurocéticos, que triunfaram na Itália e na França. A participação dos eleitores foi de quase 51%, a mais alta dos últimos 20 anos.

Escócia. Após vitória em eleição para o Parlamento Europeu, a Primeira Ministra escocesa, Nicola Sturgeon, apresentou projeto de lei que propõe que seu país se torne independente do Reino Unido. A razão é a incerteza gerada pelo Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, e pela ideia de que a Escócia deve ser uma nação europeia independente e livre de imposições britânicas.

A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) divulgou o *ranking* dos seus países membros mostrando os 35 mais atraentes para estudantes e universitários, empreendedores ou imigrantes altamente qualificados. São eles Austrália, Canadá, Nova Zelândia, Suécia e Suíça, que estão entre as nações mais bem posicionadas pela facilidade de obter vistos, qualidade de vida e perspectivas de carreira.

Alemanha. Estima-se que existem nas profundezas dos mares do Báltico e do Norte, no litoral alemão, aproximadamente 1,5 milhão de tonelada de armamentos, resultado de um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

descarte feito há mais de 70 anos, logo após o final da Segunda Guerra Mundial. Isso transformou aquela região num grande lixão de munições explosivas como granadas, bombas e torpedos, inclusive armas químicas. Pesquisadores apontam que os impactos dessa herança bélica geram uma grave contaminação na fauna e na flora marinha.

ONU. Embaixadores dos Estados Unidos, Brasil e outros países do Grupo de Lima, com exceção do México, que não reconhecem a legitimidade do Governo de Nicolás Maduro boicotaram a Conferência de Desarmamento da ONU, em Genebra, após a Venezuela assumir a Presidência rotativa do órgão. Os representantes retiraram-se da sala quando o Embaixador venezuelano, Jorge Valero, iniciou a sessão inaugural.

Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião de hoje.

Obrigado.

(*Iniciada às 13 horas e 52 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 22ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e três minutos do dia doze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Esperidião Amin e Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos, Fernando Bezerra Coelho, Antonio Anastasia, Oriovisto Guimarães, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Flávio Arns, Renilde Bulhões, Telmário Mota, Angelo Coronel, Arolde de Oliveira, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Paulo Rocha, Jayme Campos, Juíza Selma, Confúcio Moura e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Romário, Major Olimpio, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Nelsinho Trad e Chico Rodrigues. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 21, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senadora Soraya Thronicke. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 22, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, e, cumulativamente, ao Estado da Eritréia." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 34, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 26/2019 - CRE, para incluir entre os convidados para a audiência pública, a fim de debater a situação dos familiares das vítimas do acidente com o avião da delegação da chapecoense os seguintes convidados: Abel Dias- Consultor Especialista em Seguros e Aviação, e Mara Regina D'Emilio Paiva - Vice-presidente da Associação Chapecoense de Futebol e a Associação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Familiares e Amigos das Vítimas do Vôo da Chapecoense (AFAV-C)." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros.. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O Requerimento foi subscrito pelo Senador Esperidião Amin. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 35, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir temas de interesse do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI - na promoção do desenvolvimento econômico e social da América Latina. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Alejandro de la Peña Navarrete - Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração." **Autoria:** Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE) e outros.. **Resultado:** Aprovado. **Observação:** O Requerimento foi subscrito pelo Senador Esperidião Amin. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Plano de Trabalho** que : "Plano de Trabalho para Avaliação do Programa de Defesa Cibernética, apresentado ao Requerimento nº 24/2019 - CRE." **Autoria:** Sen. Esperidião Amin. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e quarenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Soraya Thronicke

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Senador Esperidião Amin

Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/12

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Declaro aberta a 22ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

A primeira parte consiste em tratar de indicações de autoridades.

Item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 21, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senadora Soraya Thronicke

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 31/05/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Item 2.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1ª PARTE

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 22, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito, e, cumulativamente, ao Estado da Eritréia.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1 - Em 31/05/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Renovo o pedido para que sejam convidados os Senadores por telefone.

Convido para que tome assento à Mesa o Sr. Embaixador Ruy Pacheco de Azevedo Amaral, a quem vou cumprimentar, e o Sr. Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, aos quais damos boas-vindas.

Eu gostaria de esclarecer especialmente aos Srs. Embaixadores que esta é uma reunião extraordinária, que foi antecipada para hoje em função de calendário e coincidência de reuniões de Comissões, razão pela qual eu estou fazendo um apelo para que sejam convocados ainda hoje de manhã outros Srs. Senadores e Sras. Senadoras para aqui comparecerem. Não tomem a ausência de Senadores como um desprestígio, e sim como uma confiança nos seus nomes.

Concedo a palavra ao Sr. Embaixador Ruy Pacheco de Azevedo Amaral, indicado para o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino Haxemita da Jordânia. Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de até 20 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Sr. Senador.

Srs. Senadores, Embaixador Patriota, Srs. Embaixadores, senhoras e senhores, de acordo com os entendimentos que tivemos ontem com o Senador Marcos do Val e ciente da agenda particularmente pesada da Casa hoje, eu procurarei ser muito breve ao fazer as minhas considerações sobre a Jordânia e sobre as relações bilaterais.

O Reino Haxemita da Jordânia é um país pequeno por sua área, cerca de 90 mil quilômetros quadrados, por sua população de 10 milhões de habitantes, por seu PIB de cerca de US$40 bilhões, mas é um país que, graças à sua extraordinária estabilidade e à sua geografia, em que está cercado de conflitos de solução muito complexa – o conflito Israel-Palestina, as crises na Síria e no Iraque, guerra no Iêmen, questão do Catar –, é incontornável para o encaminhamento da crise do Oriente Médio, que está a mais complexa e a mais difícil dos nossos dias, e um posto de observação política privilegiado.

A história contemporânea do país tem início em 1921 quando o Emir do Hejaz, parte ocidental da Península Arábica onde estão as cidades de Meca e Medina, foi expulso de seus domínios pela atual família real saudita e recebeu do Reino Unido, que então administrava com mandato a Liga das Nações, a Transjordânia. Em 1946, com a independência do país, ele é coroado Rei Abdullah I, mas morre logo depois. Na segunda metade do século XX, é dominado pela figura do seu filho, o Rei Hussein, que governou o país de 1952 a 1999, quando foi sucedido pelo atual monarca, seu filho, o Rei Abdullah II.

A Primavera Árabe, os protestos da Primavera Árabe na Jordânia foram controlados por um monarca que promoveu a abertura, mas logrou dar o tom e o ritmo das reformas. O país hoje conta com um regime menos autoritário e com mais participação popular do que a maior parte dos países da região; têm um Congresso bicameral: a Câmara Baixa é eleita por sufrágio universal, há cadeiras reservadas para mulheres, há cadeiras reservadas para cristãos, mas a Câmara Alta, o Senado, é inteiramente nomeado – os seus 65 membros são nomeados pelo Rei, que tem ademais a prerrogativa de nomear todos os membros da Corte Constitucional.

Mas acho que é digno de se exortar que a Jordânia é um país que conta com instituições legais, jurídicas e sistematizadas, mais vigilantes ou mais sensíveis ao respeito aos direitos humanos. É um país onde não há castigos corporais, que ocorrem em muitos países da região, onde os detentos cumprem prisão em presídios de condições muito razoáveis, e onde a pena de morte, que esteve em moratória entre 2006 e 2014, é utilizada apenas em raríssimos casos e apenas para terroristas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trata-se de um país, do ponto de vista econômico, carente de recursos estratégicos, como água e fontes de energia – a Jordânia importa 97% da energia que consome. E embora tenha tido, no período de 2000 a 2010, um crescimento bastante expressivo, da ordem de 6% ao ano, foi muito afetada pelas crises que eclodiram na sua fronteira norte, e de 2010 para cá o crescimento médio tem sido da ordem de 2%.

O país, graças à sua estabilidade, teve que arcar com um número imenso de refugiados: é o segundo país do mundo com o maior número de refugiados por habitante. Já vivem há décadas no país 2,2 milhões de refugiados palestinos, situação que se agravou recentemente com a chegada de 1,4 milhão de refugiados sírios e 140 mil refugiados iraquianos. A economia do país não pode suportar isso e depende fundamentalmente de ajuda internacional, que foi levantada em quatro grandes conferências internacionais – a União Europeia tem dado a sua colaboração, os países do Golfo também e o Brasil não esteve ausente dessa colaboração; o Brasil esteve presente e tem ajudado a Jordânia nessa crise dos refugiados.

A política externa do país é muito equilibrada, e a Jordânia é um país que desempenha um papel muito moderador nas crises regionais. É um país-chave para o processo de diálogo entre Israel e Palestina. A Jordânia fez a paz com Israel e tem relações normalizadas desde 1994 pelo Tratado de Wadi Araba, pelo qual Israel reconhece o monarca da Jordânia como guardião dos lugares sagrados cristãos e muçulmanos de Jerusalém. Na verdade, é desse papel quase milenar da casa haxemita como guardiã dos lugares muçulmanos de Jerusalém que deriva parte de sua legitimidade política. As relações com os Estados Unidos são fundamentais para o reino. Embora haja críticas a algumas iniciativas americanas, a Jordânia não pode prescindir da ajuda americana, que, no período de 2018 a 2022, será da ordem de US$8 bilhões.

Com relação às relações bilaterais Brasil-Jordânia, nós celebramos este ano os 60 anos do reconhecimento de relações diplomáticas e os 35 anos da abertura da Embaixada brasileira em Amã e da Embaixada da Jordânia no Brasil. Mas, na verdade, nossas relações só ganharam densidade a partir do ano 2000, quando o Governo brasileiro decidiu fazer um grande esforço diplomático de aproximação. O Chanceler Celso Amorim visitou a Jordânia quatro vezes, o Embaixador Patriota como Ministro das Relações Exteriores visitou uma vez, o Rei da Jordânia Abdullah II e a Rainha Rania visitaram o Brasil em 2008, e o Presidente Lula visitou a Jordânia em 2010, na primeira visita de um Presidente brasileiro à Jordânia.

Esse esforço de aproximação diplomática trouxe resultados notáveis para o comércio bilateral, que saltou de US$17 milhões, em 2000, para US$293 milhões em 2008 – multiplicaram-se por 17 as nossas exportações do Brasil para a Jordânia. Elas caíram levemente depois, mas fecharam 2018 com US$264 milhões. E nos primeiros cinco meses de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2019, tiveram um crescimento de 46%, atingindo US$124 milhões, colocando a Jordânia, como destino de exportações, no mesmo patamar de outros países da região, como Israel, por exemplo, e num patamar duas vezes superior a parceiros tradicionais, como a Grécia ou a Áustria.

Essas nossas exportações estão muito concentradas em um pequeno número de produtos: 90% das nossas exportações são carne bovina, frango, milho e café. Acho que há um grande potencial para se expandir isso. Caso venha ser aprovado por V. Exas., esse é um tema no qual pretendo me dedicar.

A Jordânia é um grande exportador de açúcar, e não importa açúcar do Brasil; é um grande exportador de soja, e não importa soja do Brasil. A Jordânia é um país que importa praticamente tudo quanto consome e o agrobusiness brasileiro está em condições de fornecer esses insumos de que a Jordânia necessita.

Não só na área agrícola do agrobusiness, a Jordânia é um mercado promissor. Outro caso é a Embraer. Há, na Força Aérea jordaniana cinco aviões Embraer, comprados já há vários anos. Ela está renovando a frota, e a Embraer está novamente bem posicionada para fornecer os novos aviões. Além desses aviões comerciais, há negociações para a compra de um avião de transporte para autoridades – o Lineage 1000 – e a Jordânia já demonstrou interesse no novo cargueiro militar da Embraer o KC-390

Empresas de defesa brasileira, a CBC e a Taurus venderam, nos últimos três anos, 13 milhões à Jordânia. Jordânia é um país que, naturalmente, na região em que está, gasta proporcionalmente muito em defesa. E nesse mercado de defesa há um potencial enorme para as empresas brasileiras.

Volto a dizer que, caso eu mereça a confiança de V. Exas., esse é um outro ponto ao qual pretendo me dedicar, e acho que é um mercado potencialmente interessante para o Brasil.

Eu não gostaria deixar de mencionar que, em 2008, o Mercosul e a Jordânia começaram a negociar um acordo de livre comércio. Foram realizadas quatro rodadas negociadoras, mas essas negociações pararam em 2010. Mas em 2018, durante uma visita do Chanceler Aloísio Nunes à Jordânia, o Governo jordaniano deu demonstrações de grande interesse em retomar esse acordo de livre-comércio, insistindo que a Jordânia deve ser vista não só pelo seu mercado, mas como o *hub* bancário e comercial para todo o Oriente Médio.

Eu, que servi como Embaixador no Egito, onde o Acordo do Mercosul- Brasil entrou em vigor em 2017, vi o quanto um acordo desse tipo pode ampliar e diversificar as nossas exportações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria também de mencionar que temos com a Jordânia uma relação no campo multilateral exemplar. A Jordânia, por exemplo, já se comprometeu formalmente a apoiar a candidatura do Brasil a um assento não permanente no Conselho de Segurança, no período 2022/2023.

A comunidade brasileira na Jordânia é muito pequena, cerca de 2 mil pessoas, na maior parte, descendentes de emigrados que retornaram.

Há uma última área que eu acho que merece ser mencionada e na qual eu gostaria de me envolver, caso venha a ser nomeado Embaixador na Jordânia, que é a área de inteligência.

Desde 2012, há um diálogo, cada vez mais avançado, entre a Abin e o Departamento Central de Inteligência da Jordânia, que é um dos mais sofisticados do Oriente Médio e uma referência internacional. Foi por essa razão que a Abin decidiu abrir, em 2017, uma adidância de inteligência em Amã. É a única adidância de inteligência que nós temos em todo o Oriente Médio e que tem propiciado uma troca de informações muito, muito úteis para a Abin contra o terrorismo.

Eu gostaria de mencionar também – acho que é relevante – uma iniciativa do monarca jordaniano de encontros em Aqaba, já em sua sexta edição – eles existem desde 2015. Fundam-se no princípio de que extremismo religioso e terrorismo não devem ser visto como fenômeno circunscrito ao Oriente Médio, mas como fenômeno global e que necessita de combate global para ser extinto. O Brasil participou da quinta edição, e o Governo jordaniano gostaria muito de que o Brasil estivesse mais presente. Eu julgo do maior interesse para o Brasil participar dessas reuniões.

Srs. Senadores, tenho alguma experiência de Oriente Médio, não só durante os anos em que servi como Embaixador no Egito, mas também tive duas experiências no Líbano, ambas durante a guerra, em 1990 e 2006. Gosto muito da região e creio que tenho facilidade para interagir com seu povo e com seus governos. Portanto, gostaria muito de contar com o apoio de V. Exas. para ser o próximo Embaixador do Brasil na Jordânia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Seguindo a tradição, antes de iniciarmos as inquirições, eu concedo a palavra, para fazer a sua exposição, ao Sr. Embaixador Antonio de Aguiar Patriota, indicado ao cargo de Embaixador do Brasil junto à República Árabe do Egito e, cumulativamente, ao Estado da Eritreia.

Informo naturalmente ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à sua exposição é de até 20 minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Senador Esperidião Amin, no exercício da Presidência da Comissão de Relações Exteriores. É um prazer estar aqui de volta.

Queria saudar todos os Senadores e Senadoras e aqueles aqui presentes, colegas, e dizer que é com muita motivação que eu recebi essa proposta de assumir a Embaixada do Brasil no Cairo. Caso confirmado pelo Senado, creio que chegarei ao Cairo num momento muito interessante e de grande potencial para a relação bilateral.

Algumas cifras iniciais já dão a dimensão da importância do Egito no cenário regional e internacional. O Egito é a maior população do mundo árabe, com 100 milhões de habitantes e o dobro do segundo maior país árabe, que seria a Argélia, de modo que está muito à frente de qualquer outro país árabe em termos populacionais.

É a terceira economia da África em PIB, é a terceira economia do mundo árabe. Hoje, é o primeiro parceiro comercial, é o primeiro destino das nossas exportações na África e, a partir do ano passado, também passou a ser no mundo árabe, de modo que só aí já dá para ver o interesse e a importância.

Além disso, é uma potência regional diplomática de primeira grandeza, é sede da Liga Árabe. No ano atual, está exercendo a Presidência da União Africana.

Passado um período turbulento, a economia egipciana retomou o crescimento a taxas bastante elevadas. Os dois últimos anos fiscais foram acima de 5%. A previsão para os próximos anos também é de um crescimento dessa natureza.

Recentes descobertas de gás, no Egito, fazem com que seja muito próximo o momento em que o Egito se tornará autossuficiente, até mesmo exportador, o que terá um impacto grande na sua balança comercial. O turismo retoma a importância que teve historicamente. As cifras são impressionantes. Em 2011, 14 milhões de turistas visitaram o Egito. E hoje em dia, está em torno de 11 milhões.

Esse é um panorama só para dar um pouco a ideia da dimensão da importância do Egito na região e no mundo.

Num olhar muito sucinto, a história do Egito é milenar. Não vou entrar aqui em detalhes sobre os milênios, simplesmente lembrar que muito em breve será inaugurado um museu que tem tudo para ser um dos maiores museus do mundo, em Gizé, perto das pirâmides, onde poderão ser expostos vários dos tesouros relacionados à civilização egípcia, faraônica. E simplesmente lembrar que nos dois últimos séculos o Egito passou por transformações muito

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importantes, de um território sob domínio otomano para um protetorado britânico, adquirindo uma certa medida de autonomia e independência depois da Primeira Guerra Mundial.

Na verdade, este ano são cem anos do Tratado de Versalhes. Muito em breve, em 28 de junho, celebraremos esse aniversário. E com o fim da Primeira Guerra, as aspirações egípcias pela independência se manifestaram de forma muito clara, mas continuaram sob uma certa tutela britânica, até o fim da Segunda Guerra Mundial, adquirindo a plena independência formal, em 1953, já com a ativa participação do Coronel Nasser, tido como pai da nação moderna egípcia.

A relação com o Brasil data da primeira independência, de 1924, mas obviamente se consolidou depois, na independência plena.

O passado recente do Egito, neste século XXI, contém dois momentos de grande sublevação popular e - pode-se dizer – duas crises graves: a primeira com o fim do Governo Mubarak, em fevereiro de 2011, após 30 anos de um governo que foi perdendo sua credibilidade e legitimidade; e das manifestações da Praça Tahrir todo mundo se lembra, a praça da liberdade, no Cairo, que simbolizaram, na época, as aspirações do mundo árabe, da Primavera Árabe, por liberdade de expressão e melhores oportunidades econômicas para toda uma nova geração.

Essa primeira crise deu lugar a um governo de transição sob tutela militar, e a eleições que colocaram à frente do governo egípcio um governo da Irmandade Muçulmana, que gozou, inquestionavelmente, nos primeiros meses, de absoluta legitimidade popular, mas, aos poucos, foi sendo percebido como um Governo extremista, que, menos de um ano após tomar o poder, dissolveu o Congresso e limitou as liberdades. E ficou claro que o Presidente Morsi tinha intenção de estabelecer um Estado islâmico com características fundamentalistas no Egito.

A população se alienou, recolheu assinaturas do mesmo estilo do que tinha sido feito depois da Primeira Guerra Mundial, na sublevação de 1919, e mais de 15 milhões de assinaturas foram recolhidas, que são equivalentes aos votos que o Morsi obteve. E a pá de cal foi quando o estamento militar e policial parou de sustentar o Governo Morsi. Embora ele ainda gozasse de algum apoio internacional, inclusive dos Estados Unidos, a visível deterioração da situação levou a uma segunda queda de dirigente, com violência, infelizmente, com um número elevado de mortes – o número oficial parece que não traduz a extensão da violência que ocorreu naquela época, quando os fiéis ao Governo Morsi da Irmandade Muçulmana ocuparam praças da cidade de Cairo.

É daí que vem o Governo do Abdel Fattah Al-Sissi, que era Ministro da Defesa e que foi eleito Presidente nas eleições subsequentes. Ele pediu à população uma certa tolerância com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Governo mais autoritário, voltado para o combate ao terrorismo, porque havia já, desde o início deste Governo, a previsão de que a Irmandade Muçulmana recorreria a atentados no país para tentar recuperar o poder. Não recuperaram o poder, mas, de fato, o nível de violência no país aumentou muito, e a repressão foi, de fato, violenta.

Ao Governo Al-Sissi pode ser creditada a recuperação de uma certa estabilidade política, econômica e também uma política externa diferenciada que contrasta com a do Governo Mubarak, que era meio sem imaginação, muito alinhamento automático aos Estados Unidos e um certo desinteresse por outras relações – inclusive, foi convidado várias vezes a vir ao Brasil e nunca veio. Eu acho importante estabelecer a prioridade do Governo Al-Sissi que foi definida como combate ao terrorismo. De fato, vários atentados particularmente mortíferos, sobretudo da Mesquita Sufista Al-Rawda, em novembro de 2017, em que morreram 305 pessoas que estavam na mesquita, levaram a essa política de mobilização de mais de 60 mil efetivos militares e 50 mil policiais.

Críticas da comunidade internacional sobre eventuais abusos de violência, de cerceamento de liberdades individuais, de execuções sumárias aparentemente têm algum fundamento, mas a realidade é que a estabilidade permitiu que a economia voltasse a crescer em bases novas, como a restruturação bastante profunda levada a cabo em parceria com o FMI. Um empréstimo grande de US$12 bilhões veio amarrado a algumas exigências que foram adotadas em termos de fim de subsídios que eram dispensados e na contratação do funcionalismo público, meio que garantida e engordando muito as contas do Governo. Enfim pode-se dizer – e isso é citação do FMI – que foram consideradas muito exitosas essas reformas, e isso explica em parte essa retomada do crescimento a taxas bastante elevadas.

Eu mencionaria aqui alguns aspectos da nova política externa egípcia sob Al-Sissi: ele se esforça muito por reposicionar o Egito no cenário regional – aí inclui mundo árabe, africano, mediterrâneo – mas também em termos globais. Na região, a afinidade com a Arábia Saudita, Emirados Árabes e Kwait é grande, e há uma dívida inclusive material em função do apoio grande que foi dispensado por esses países na época da crise que se sucedeu à queda do Governo Morsi, mas com sutilezas que são interessantes de observar. Não há uma adesão plena às agendas, por exemplo, da Arábia Saudita na região; a posição do Egito em relação ao conflito sírio é mais, pode-se dizer, equilibrada; há inclusive uma atitude de não só tolerar como ver benefícios no envolvimento da Rússia na pacificação da Síria e, sobretudo, o temor que venha a ocorrer na Síria a mesma coisa que ocorreu no Iraque com o desmontamento da Guarda Revolucionária e o país mergulhe num caos administrativo ainda maior do que o existente. Então, não é a mesma posição de Arábia Saudita e Emirados Árabes, que são muito mais anti-Assad e anti-Rússia na Síria, por exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A verdade é que, a exemplo do que ocorre com a Jordânia, o Egito está rodeado de conflitos e tensões. A Líbia, o país à esquerda, a ocidente do Egito, é hoje um palco de guerra civil com duas realidades militares que se hostilizam mutuamente: o Gen. Haftar, do ELN, do Exército Líbio Nacional, e o Governo reconhecido pelas Nações Unidas, que está sediado em Trípoli. Nesse caso o Egito se posiciona de uma maneira até certo ponto ambígua, porque dá muito apoio ao Gen. Haftar, do ELN, mas não questiona o reconhecimento internacional dado ao Governo Al-Sarraj. Na realidade, o Egito pode ser considerado hoje um interlocutor essencial, central sobre a Líbia em relação a qualquer conversa que ocorra sobre a Líbia.

Do meu ponto de vista atual, que é o da Embaixada em Roma, quando eu converso com a Farnesina, com a Chancelaria local, sobre Líbia, eles me dizem que têm contato quase mensal com o Cairo, visitas de parte a parte todo mês para coordenar.

Mencionarei rapidamente a relação com os Estados Unidos e com outros atores internacionais.

Com os Estados Unidos, a relação, acho, já foi mais próxima do que é hoje em dia. Inclusive existem pontos em que não há coincidência. Eu mencionei a da Síria, por exemplo, em que também a proximidade entre Egito e Rússia não corresponde exatamente à posição americana em relação à Síria, e, obviamente, uma atitude muito crítica em relação ao estabelecimento da embaixada americana em Jerusalém, porque a questão Israel-Palestina, que é central para todo o Oriente Médio e é no fundo um ponto de união de toda a comunidade árabe – dos 22 países da Liga Árabe, é onde há um consenso entre todos eles; em relação a outros temas pode não haver tanta coincidência de posições –, é um ponto também nevrálgico e muito sensível para a política interna egípcia hoje em dia. Nessa atitude de praticamente guerra civil contra a irmandade muçulmana, o Governo no poder, no Cairo, não pode correr o risco de não ser percebido como solidário em relação à causa palestina porque isso insuflaria ainda mais as dissidências violentas dentro do país.

Eu saliento também a importantíssima relação com a União Europeia, que é o principal parceiro comercial em seu conjunto e cujos membros individualmente hoje em dia investem pesadamente no Egito, beneficiando-se de um ambiente de estabilidade, como eu mencionei, mas também de novas descobertas de *hidrocarburos* e potencial desenvolvimento também de outros setores. Não nos esqueçamos também do Canal de Suez, que é uma via de acesso fundamental para as importações de grande parte, senão de todos os países europeus praticamente.

Para falar da relação Brasil-Egito, já deu para sentir que ela é importante não só do ponto de vista diplomático – aí eu diria –, bilateral, inter-regional como os dois países com a diplomacia mais estabelecida, com a maior rede de embaixadas das suas regiões. Aí eu estou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensando sobretudo África e América do Sul, mas também mundo árabe e América do Sul. A importância do relacionamento nas Nações Unidas, onde o Egito tradicionalmente é um ator de um perfil muito elevado – acabam de passar dois anos no Conselho de Segurança –, mas são também líderes em debates sobre temas econômicos e, hoje em dia, sobre a agenda de desenvolvimento sustentável. Mas eu creio que uma área em que a relação é realmente estratégica é a econômico-comercial. Como mencionei, primeiro parceiro em termos de exportações brasileiras na África e no mundo árabe; segundo comprador de carne brasileira no mundo, se nós considerarmos que China e Hong Kong no fundo são o mesmo comprador – seria o terceiro se considerarmos Hong Kong como um território autônomo, como o é, digamos, na Organização Mundial do Comércio.

Só isso aí já dá um pouco a ideia do significado, mas, como diz o Embaixador Ruy Amaral, a entrada em vigor do Acordo Mercosul-Egito, em 2017, abre perspectivas especialmente promissoras, inclusive para uma diversificação das nossas exportações. É claro que também abre uma via de entrada para importações do Egito e seria desejável que o superávit não continuasse assim tão grande e o desequilíbrio na balança comercial tão gráfico porque isso aí também gera um certo, digamos, desconforto do lado das autoridades egípcias. Mas já se pode dizer que o fato de o Egito se ter transformado no principal destino das exportações brasileiras em 2018 é reflexo da entrada em vigor do Acordo Mercosul-Egito e já se observa uma certa diversificação em termos de produtos, que eram muito concentrados na área alimentícia, para também manufaturados, ferro, fumo, que adquirem uma importância grande.

Queria dar uma palavrinha também sobre defesa, que é uma área em que já há uma cooperação tradicional. O Embaixador Ruy Amaral falava em alguns Tucanos na Jordânia; no Egito foram cem que o Brasil ajudou a montar – 50 ainda em operação. Isso gerou uma certa confiança mútua que pode se traduzir em cooperação mais intensa.

É interessante notar que na Embaixada do Brasil no Cairo há um adido agrícola, plenamente justificado em função dessa relação estreita, e também o adido de defesa, que eu acho que poderá contribuir para uma relação ainda mais estreita.

Uma palavra rápida sobre a Liga dos Estados Árabes. O Brasil tem um *status* que foi renegociado recentemente, como observador. São 22 países, nós temos embaixadas em todos eles, menos cinco. Eles todos têm embaixadas em Brasília, menos quatro, porque Bahrein abriu recentemente.

O comércio bilateral entre o Brasil e os países árabes chegou a 26 bilhões em 2012; em 2017 caiu um pouco, mas é interessante notar aqui é que o perfil desse comércio mudou muito. Durante muitas décadas, quando eu entrei no Itamaraty, era deficitário em função das importações de petróleo do Brasil. Hoje em dia, com o Brasil autossuficiente em energia, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

transformou em um mercado em que nós somos superavitários, sobretudo em função da exportação de grandes quantidades de produtos alimentícios.

Não queria deixar de dar uma palavrinha sobre a Eritreia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – A Eritreia é um país extremamente pobre, com uma população pequena, independente desde 1993. Durante boa parte da sua jovem existência, esteve envolvido em conflitos com países vizinhos, com a Etiópia, com Djibuti, sob sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas por quase dez anos, mas no passado mais recente – bem recente, aliás, em 2018 –, a dinâmica sub-regional no Chifre da África se tornou muito mais positiva, sobretudo desde que assumiu o poder na Etiópia o Primeiro-Ministro Abiy Ahmed Ali, que resolveu encerrar um período de luta com a Eritreia e observar o Acordo de Argel, que delimitava a fronteira e que estabelecia as bases para uma operação pacífica dos dois países.

Em resumo, hoje foram trocados embaixadores, retomadas as relações entre Eritreia e Etiópia. As comunicações, que tinham sido interrompidas – não se podia dar um telefonema de Asmara, a capital eritreia, para Adis Abeba –, foram restabelecidas. Com isso, cria-se um cenário mais positivo para o desenvolvimento de uma relação bilateral, muito tênue, com pouquíssimo comércio – algumas centenas de milhões nos momentos de maior intensidade, com apenas alguns milhares de dólares de importação de produtos eritreus.

Como ex-colônia italiana, Asmara é uma cidade interessante, que é inclusive incluída no patrimônio mundial da Unesco. Há tudo por reconstruir e por fazer nesse país. Para os senhores terem uma ideia, só existem mil alunos matriculados nas universidades eritreias.

Alguns interlocutores meus na Itália já manifestaram interesse em tentar desenvolver com o Brasil alguma cooperação na área de desenvolvimento rural, por exemplo, e eu sei que o Embaixador Ruy Amaral, que também foi acreditado junto à Eritreia, no seu contato com o Presidente Isaias Afewerki, foi encorajado a transmitir ao Brasil o interesse eritreu em obter investimento na área de minérios. A Eritreia tem grande potencial como produtor de cobre, zinco e outros minérios.

Com o restabelecimento da relação com a Etiópia, os dois portos eritreus de Massawa e Assab também podem se tornar novos *hubs*.

Quero concluir, apenas mencionando que há um grande interesse também dos Emirados Árabes Unidos em criar uma base militar no sul da Eritreia, em função da guerra no Iêmen, a Eritreia estando do outro lado do Mar Vermelho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passei um pouquinho do meu tempo, mas é uma realidade milenar, interessante, e agradeço a atenção dos senhores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De minha parte, longe de aceitar desculpas, eu aplaudo ambas as exposições, até por uma questão de bibliografia. A do Egito é mais instigante para todos nós, mas só me resta aqui cumprimentá-los pelas exposições, consultar... Se o nosso professor, o Senador Anastasia, não pedir a palavra, os senhores podem se sentir desprestigiados. (*Risos.*)

Então, é quase que uma intimação para ouvir não as suas indagações, mas as suas sempre sábias reflexões a respeito da política externa, especialmente nessa região.

Com a palavra o nobre Senador Antonio Anastasia, saudando, igualmente, a Senadora Renilde e o Senador Confúcio.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Muito obrigado, eminente Presidente, Senador Espiridião Amin. Agradeço a V. Exa. sempre as palavras carinhosas.

Eu gostaria, todavia, de, antes de fazer a minha palavra, indagar se V. Exa. poderia autorizar a abertura do painel, tendo em vista a realização, neste momento, também da CCJ, concomitantemente, com temas que, V. Exa. sabe bem, são candentes nesse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu interrompo V. Exa., inclusive, para dizer que, não havendo objeção do Plenário, determinarei aberto o processo de votação, que será feito em urna eletrônica, na cabine à minha direita.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado, Presidente Espiridião Amin.

Na verdade, sobre essa região e esses países – e não só sobre eles –, a pessoa mais indicada sempre para perquirir é o Senador Amin, até pela natural ascendência que têm ali os seus antepassados, no Levante.

Mas eu queria cumprimentar a ambos os eminentes Embaixadores, saudá-los, agradecer a visita gentil que me fizeram, e revelar aquilo que tenho dito muito, Sr. Presidente, que é, de fato, a qualidade excepcional do nosso corpo diplomático, haja vista também, hoje, a indicação de ambos, inclusive o ex-Ministro, o Ministro Patriota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Embaixador Ruy Amaral, que estava no Egito já há alguns anos, tem a experiência muito delicada e muito compreensiva e abrangente desse grande parceiro brasileiro. Aliás, talvez tenha sido um dos primeiros países, junto com a antiga Jordânia, Palestina, àquele tempo, visitados por Sua Majestade D. Pedro II, que iniciou ali, talvez, não sob o ponto de vista diplomático, em *stricto sensu*, mas em *lato sensu*, ainda que sob a égide do Império Otomano, a sua viagem cultural, que é retratada em livros, fotografias, que são, de fato esplendorosos e que retratam, à época, o que era o Egito, a Palestina, a Cisjordânia e a Jordânia.

Aliás, um pequeno parêntese, se o Presidente me permite: a nossa Secretaria, não sei por quê, por algum preconceito contra a Jordânia, pôs um mapa da Jordânia sem nenhuma cidade nem a capital, Amã. Um vazio. Então, não sei por que motivo, um mapa que não corresponde à realidade.

Mas, Embaixador...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nem Petra.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Nem Petra. Exatamente.

Mas, Embaixador Ruy Amaral, eu tenho certeza de que V. Exa., na Jordânia, no Reino Haxemita da Jordânia, continuará lá esse trabalho excepcional. Aliás, V. Exa. já serviu aqui também, ao Senado da República, durante muitos anos, com imensa proficiência, grande renome, muita dedicação e trabalho, e agora vai usar a sua experiência no Egito e na região do Oriente Médio, na Jordânia.

Eu não sabia, por exemplo, como V. Exa. acaba de nos informar nessa sua bela exposição, essa questão da adidância de inteligência ser exatamente em Amã, pela qualidade dos serviços de inteligência daquela nação. Então, de fato, só isso já bastaria para justificar a importância e a relevância do posto, não somente pela sua posição geopolítica central em todo aquele burburinho ou antigo caldeirão, como se dizia, do Oriente Médio, mas também até pela posição da Jordânia, que é uma nação que se dá bem com todos os vizinhos e mantém um relacionamento amistoso não só com o próprio Israel, dentro dos limites da possibilidade, mas também com os seus desdobramentos com os países da Liga Árabe.

Então, certamente V. Exa. vai dar continuidade a esse belo trabalho que realiza lá e só receberá aqui nossos encômios, nossos cumprimentos, e certamente dará sequência a esse trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Embaixador, nosso ex-Chanceler, o Embaixador Patriota, de fato, tem uma experiência muito acumulada, Sr. Presidente. Então, é uma pessoa que, na verdade, brinda o Brasil com a sua qualidade e o seu conhecimento. Deixa agora a Embaixada em Roma e segue... Como eu dizia, agora os seus postos são só milenares. Não é? E eu brincava com ele ontem, Presidente Amin, como V. Exa. sempre nos permite, que a única cautela é o próximo ser Síria, já que Damasco é a cidade mais habitada continuamente da humanidade, e hoje não é um local muito, digamos, adequado para exercer as funções.

Mas, na sua exposição, percebe-se que ele já tem um conhecimento pleno, clarividente, que teria como Chanceler, Embaixador em Washington, Embaixador nas Nações Unidas e, agora, na Itália, da situação no Egito. E é, de fato, uma situação interessante, porque o Egito é a maior potência da Liga Árabe, o mais populoso.

E esse comércio bilateral, para nós, é vital, hemorrágico, visceral, fundamental, e é uma porta de entrada para todas as nações. E o Cairo é a grande metrópole árabe. Tanto que, quanto à própria questão cultural – romances, literatura, cinema... –, o Cairo é visto... Como se fosse Paris para os ocidentais, é o Cairo como era no passado, Bagdá, no tempo de Harum Al-Rashid, eminente Senador Amin, que conhece como ninguém a história árabe, de todo o Império não só Sassânida, saudita, e todos eles.

E a questão fundamental, que me parece mais relevante neste momento, Embaixador Patriota e também Embaixador Ruy Amaral, Sr. Presidente, é um tema sobre o qual eu não poderia deixar de indagar, porque, apesar de todos os desdobramentos, é aquilo que hoje preocupa, inclusive, setores econômicos muito importantes do Brasil, além também de alguns setores políticos. É a questão, um pouco delicada, da anunciada transferência, eventual, agora já revertida, a meu juízo felizmente, em escritório econômico, da Embaixada brasileira de Israel, em Tel Aviv, para Jerusalém, o que carrega todo um simbolismo para o mundo árabe. Então, será a única indagação que farei a ambos os Embaixadores, desejando a eles grande sucesso, o que, aliás, é somente o reflexo daquilo que coletaram durante toda a vida, na sua carreira diplomática, nos diversos postos que exerceram.

Permita-me só, Embaixador Patriota, o acréscimo aqui – já ia me esquecendo – porque V. Exa. também, como falou ao final da sua exposição, acumulará representação junto à Eritreia, e eu, como descendente e até como cidadão italiano, tenho muita simpatia pela Eritreia, que fazia parte da Somalilândia Italiana, antes da África Oriental italiana, de triste memória da época da Segunda Guerra, mas, como o senhor descreveu, é um Estado a ser construído. Então imagine as oportunidades para o Brasil em relação à cooperação com as nossas empresas, em fazer isso, naturalmente, utilizando o nosso *soft power* tão simpático que o Brasil tem nesses países, que são países africanos e que estão ali no chifre da África numa situação ainda muito delicada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e complexa. Então, certamente V. Exa. terá também ali uma competência, uma qualidade muito grande para implementar essa nova ponte.

Sr. Presidente, a indagação que faço, portanto, se refere a essa questão da transferência da capital e qual seria o sentimento de ambos os Embaixadores – claro, por ora é só um sentimento –, pela experiência que têm, quanto à reação do mundo árabe e seus eventuais desdobramentos.

Agradeço muito, e sempre, a V. Exa., Senador Amin, pela gentileza.

Muito obrigado aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ao conceder a palavra a ambos os Srs. Embaixadores, peço que o Embaixador Ruy seja o primeiro a responder e faço a minha indagação também. Aliás, só não quero que os senhores comentem o que eu vou dizer aqui. Eu estou me prevalecendo da condição de estar sentado aqui eventualmente, mas eu tenho uma ideia germinando sobre esse assunto.

Não vou terminar este mandato sem propor nesta Comissão que nós discutamos uma recomendação ao Governo brasileiro de instalar, sim, a sua Embaixada junto a Israel em Jerusalém Ocidental, e a Embaixada do Brasil junto à Palestina em Jerusalém Oriental para honrar a palavra do brasileiro Oswaldo Aranha na Assembleia Geral da ONU, que também estabeleceu um Estado especial para Yerushalayim, a cidade da Paz. Mas isso eu não quero que faça parte da pergunta, porque eu não quero criar embaraços. É apenas o anúncio de que eu não sairei daqui, *inshallah*, sem fazer essa proposta e vê-la discutida.

Com a palavra o Embaixador.

O SR. RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL – Senador, só há um tema que une absolutamente mundo árabe, e esse tema é a defesa da causa Palestina.

Eu acompanhei, no mundo árabe, a decisão de abertura do escritório comercial em Jerusalém. E eu acho que o tom da nota divulgada pela Liga Árabe dá muito o sentimento árabe a respeito. Na nota, o Secretário-Geral da Liga Árabe diz, num tom muito baixo, que é um passo na direção errada que não contribuirá para a relação do Brasil com o mundo árabe.

Quando essa nota me foi entregue em mãos, antes de ser divulgada, eu ouvi uma expressão em que eles diziam "recebemos com tristeza", mas tristeza absolutamente não quer dizer indignação. Eu acho que já foi completamente absorvida a abertura do escritório comercial. Acho que foi uma decisão sábia e que não causará danos às nossas relações com o mundo árabe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto a uma eventual transferência da Embaixada, é claro que não cabe a mim julgar se essa decisão deve ou não ser tomada, mas eu não tenho dúvidas de que isso geraria um sentimento negativo no mundo árabe. Trata-se de um assunto de imensa sensibilidade junto ao mundo árabe. E, como o Embaixador Patriota mencionou no caso do Egito, mas eu acho que isso se refresca em muitos outros países árabes, os governos que não tomarem uma decisão forte contrária a isso correm o risco de ver a sua legitimidade contestada.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Embaixador Patriota, por favor.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Eu acho que o ponto essencial aqui é o da extrema sensibilidade do assunto para a relação bilateral com os dois governos junto aos quais nós gostaríamos de ser acreditados, com o apoio de V. Exas., e para o mundo árabe de um modo geral. Quanto a isso, a nota divulgada pela Liga Árabe eu acho que já é uma manifestação.

Eu concordaria com o que disse o Embaixador Ruy de que a ideia de estabelecimento de um escritório comercial em Jerusalém já terá sido absorvida como uma solução que não gerará dificuldades adicionais. Eu posso até ilustrar com a própria concessão do meu *agrément* para servir no Egito, que, segundo eu tenho entendido, foi concedido em tempo recorde e foi anunciado no dia em que foi anunciado também que o Brasil estaria estabelecendo um escritório comercial em Jerusalém. Logo, os egípcios, que são diplomatas muito profissionais e muito atentos a toda a simbologia dessas questões de prazo de concessão de *agrément* e de data em que a notícia é divulgada... Não terão passado desapercebidas das autoridades egípcias essas coincidências. Eu espero que realmente a sensibilidade do tema seja um fator levado em consideração.

Eu recordo também aqui um fato que foi desagradável, que foi o adiamento *sine die* da visita do então Ministro Aloysio Nunes Ferreira, que tinha uma visita oficial planejada ao Egito em novembro do ano passado. Ele acabou vindo a Roma e ficando hospedado comigo alguns dias, o que foi muito agradável, mas sem dúvida...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Uma espécie de exílio.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Sem dúvida terá sido um momento de desconforto na relação bilateral. Na época, foi simplesmente dito que, por questões de agenda, o Chanceler brasileiro não poderia ser recebido pelo seu homólogo egípcio, nem pelo Presidente Al-Sisi, como era a intenção inicial, mas a imprensa local não interpretou dessa maneira; interpretou como uma reação à possibilidade de mudanças da política brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu também, a título pessoal, devo dizer que uma das coisas que me entusiasma de vir a servir no Egito é que eu conheço bem vários ex-Chanceleres egípcios, que são personalidades de muito renome no próprio país, internacional, como Amr Mussa, que foi também Secretário-Geral da Liga Árabe, o atual Chanceler Shoukry foi meu colega em Washington, ele era Embaixador do Egito lá também quando eu fui, e sempre tivemos uma relação de muita cordialidade, eu diria até de amizade. Eu espero que esses relacionamentos sejam postos a serviço de uma agenda o mais construtiva possível tanto na esfera política como na comercial e também na busca de solução para muitas das questões espinhosas da região toda.

Eu até deixei de mencionar, mas a outra fronteira egípcia, que é a do Sudão, hoje em dia também representa uma área conturbada. O Sudão acaba de ser suspenso da União Africana em função do massacre que houve alguns dias atrás, e a União Africana está exigindo que o mais pronto possível seja transferido o poder para o governo de transição civil.

São essas as considerações que eu faço no momento. Eu acho que as condições estão dadas para que continuemos a desenvolver uma relação extremamente produtiva. Mas não desconsideremos as sensibilidades muito acentuadas regionais e nacionais.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu gostaria de agradecer as palavras muito lúcidas a respeito desse assunto nevrálgico e endereçar a ambos perguntas feitas a partir do Portal e-Cidadania, por cidadãos, portanto.

Da nossa Bahia, já que o Senador Angelo Coronel já voltou, a Sra. Nadine Mota pergunta ao Embaixador Patriota: "Espero que possamos contar com o Embaixador para promover uma relação amistosa e fomentar o desenvolvimento artístico, cultural e econômico. Qual o plano do governo para fortalecer a relação comercial entre os dois países?".

De certa forma V. Exa. já respondeu isso.

E o Sr. Luiz Fernando, de Pernambuco, indaga-lhe: "Como pretende desenvolver relações econômicas, culturais e científicas no Egito para que gere crescimento no Brasil?".

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pergunta ao Embaixador Amaral: "Quais são os maiores desafios para estabelecer uma boa relação entre os dois países?", no caso de Jordânia e Brasil.

E Manuela Monteiro, de São Paulo: "Gostaria de parabenizar o senhor, que possa exercer um bom trabalho e representar o Brasil [...]" como nós merecemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero dizer que aquela minha proposta sobre as duas Embaixadas é para cumprir o meu compromisso de fazer o Jair Bolsonaro merecedor do Prêmio Nobel da Paz. (*Fora do microfone.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. *Fora do microfone.*) – ... Estou trabalhando nisso aí.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Jair Bolsonaro vai ganhar o Prêmio Nobel da Paz se implantar a Embaixada do Brasil junto à Palestina em Jerusalém Oriental e a Embaixada do Brasil em Israel em Jerusalém Ocidental. Prêmio Nobel da Paz! (*Pausa.*)

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – De fato eu acho que eu já mencionei a importância da relação econômico-comercial e do grande potencial que se abre agora com a entrada em vigor do Acordo Mercosul-Egito, mas eu não falei de relações artísticas, culturais e científicas.

Essa pergunta me permite recordar que o Cairo é a capital cultural do mundo árabe, é o centro produtor de cinema, de novelas, de literatura – o Prêmio Nobel Naguib Mahfouz é um grande escritor egípcio e traduzido em inúmeras línguas. Enfim, eu acho que há todo um potencial aí. Também é um centro universitário de elevadíssima qualidade. Eu tenho outro amigo no Cairo, que é o ex-Embaixador em Washington Nabil Fahmy, que hoje em dia é o Reitor da Universidade Americana do Cairo, onde há um curso respeitadíssimo de Relações Internacionais, uma publicação...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E onde Obama fez um discurso histórico.

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Fez um discurso histórico, exatamente. Então há um potencial aí realmente de intercâmbio maior acadêmico, de relações culturais, de ensino do Português, lá é ainda uma língua pouco conhecida, mas o Embaixador Ruy Amaral está me dizendo que agora foi criado um curso em Assuã, no sul do Egito.

Também menciono aqui uma curiosidade interessante: um grupo de arqueólogos brasileiros trabalhando pela primeira vez no Egito – são dez arqueólogos, se não me engano –, já há três anos, seguindo um pouco a inspiração de D. Pedro II. O Senador Anastasia estava comentando a viagem de D. Pedro II ao Oriente Médio. Ele foi duas vezes ao Egito, ele tinha uma paixão por arqueologia também, e esse é um campo no qual só temos a aprender com os nossos amigos egípcios, de modo que é na fronteira do cultural e do científico, eu diria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um campo em que há, eu acho, também um grande potencial com o Oriente Médio em geral e com o Egito é a Medicina. Não é à toa que aqui um dos melhores hospitais do Brasil é o Sírio-Libanês. O Oriente Médio, o mundo árabe foi e continua sendo um centro irradiador de progresso na Medicina.

Uma curiosidade, se o senhor me permitir, usando aqui a minha recente experiência italiana: a primeira universidade de Medicina na Itália, a de Salerno, que é apenas um pouco menos antiga que a de Bolonha, do século XII, representou um enorme progresso científico na Medicina em função dos árabes e judeus que havia na região na época e que transmitiram o conhecimento.

Enfim, há uma cooperação já com o Egito nessa área, inclusive com respeito a transplante de fígado, um assunto muito específico, mas em que especialistas brasileiros e egípcios intercambiaram experiências e que eu vejo como promissor.

E recordar também que a área da defesa é sempre uma área em que se combinam interesses comerciais, econômicos, de investimento, mas também de desenvolvimento científico e tecnológico, e eu tenho certeza de que aí também há um potencial grande.

Muito obrigado.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Com a palavra o Embaixador Ruy Pacheco de Azevedo Amaral.

O SR. RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL – Eu acho que há vários.

O primeiro é na área comercial. Eu mencionei aqui que, depois de um grande esforço de aproximação a partir de 2000 a 2010, nós fizemos as nossas exportações para a Jordânia saírem de um patamar de 17 milhões em 2000 para 293 milhões em 2008. Nossas exportações estão concentradas em praticamente quatro produtos agrícolas: carne bovina, frango, milho e café.

A Jordânia é um país que importa praticamente tudo quanto consome. É um país desértico, com pouca água, e o nosso *agrobusiness* tem condições imensas de suprir as necessidades do país. A mim me chamou a atenção que, sendo a Jordânia um grande importador de açúcar, não importe açúcar do Brasil; sendo um grande importador de soja, não importe soja do Brasil.

Então, eu acho que um dos meus grandes desafios é trabalhar nessa área agrícola e ampliar o leque das exportações brasileiras para a Jordânia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado.

Registro com satisfação que a sua madrinha permaneceu aqui fielmente. (*Risos.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. Para interpelar convidado.) – Bom dia, Sr. Presidente, bom dia Embaixador Ruy, Embaixador Antonio, antes eu quero pedir escusas porque eu jamais arrumaria qualquer compromisso para este momento, mas eu fui chamada pelo Presidente da República, e não tenho como falar não... (*Risos.*)

E eu pedi ontem: pelo amor de Deus, enrolem, enrolem, enrolem para eu conseguir chegar. Mas graças a Deus cheguei a tempo. Então, de forma alguma é um desprestígio, eu estava até agoniada lá.

É com muito prazer a indicação do seu nome, maravilhosa, que nós todos avalizamos. A do senhor também, Embaixador. E eu queria ressaltar, o senhor falou em agro: eu estive na Alemanha agora e a imagem do Brasil, a imagem que a mídia coloca na questão ambiental é muito deteriorada. E também existe uma vontade, uma tendência da mídia de dizer que, com o Governo Bolsonaro, o meio ambiente aqui está em risco. Eu fui para lá, só havia um Deputado que entende o que está acontecendo, porque nós preservamos o meio ambiente. O nosso agro cada dia mais tem caminhado para ser sustentável, a maior parte é. A questão de pesticidas e defensivos, eles não compreendem, então são muitas falácias, Embaixador.

Eu queria saber o que pode ser feito, que força-tarefa pode ser feita para a gente mudar a imagem do nosso Brasil lá fora? Eu queria saber do senhor.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A indagação é formulada ao Sr. Embaixador Ruy Amaral.

O SR. RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL – Senadora, eu gostaria de me ater ao mundo árabe, que eu conheço melhor e é onde eu vivo há quatro anos.

O Cairo, embora o terrorismo tenha diminuído muito, é uma cidade onde o terrorismo não está extinto no país. Então há controles de segurança muito grandes, razão pela qual os embaixadores todos andam com umas bandeirinhas no carro, o que facilita o acesso aos lugares. Não há nenhum dia em que meu carro não seja aplaudido. Nós temos um patrimônio de simpatia no mundo árabe absolutamente extraordinário, até comovente. No Líbano, mais forte do que nos demais países. É comovente, e eu acho que nós temos que saber tirar proveito desse patrimônio de simpatia que o Brasil tem no mundo árabe e também no mundo. Enfim, temos que explorar esse patrimônio de simpatia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu o agradeço, saudando a presença agora do Senador Zequinha; agradeço aos Srs. Embaixadores.

Reafirmo que está liberada a votação.

E, cabe-me aqui, dando... (*Pausa.*)

Senadora, a senhora poderia ocupar a Presidência, que também é eventual, para que eu pudesse votar? (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Está encerrada a votação?

Não, eu vou deixar o senhor... (*Pausa.*)

Pela ordem, o Senador Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Eu só queria fazer uma menção. Tenho certeza da competência, da história, do currículo, isso é coisa que não se discute, mas eu queria fazer uma consideração aos senhores. Como os senhores sabem, nós somos um país de maioria cristã, e os cristãos fazem missões, correto? Ou a partir do Brasil, ou a partir de outros pontos do mundo, suas agências missionárias terminam enviando missionários, e vocês sabem que naquela região a questão muçulmana não é fácil. O que eu gostaria de dizer e pedir aos nobres brasileiros, patriotas e cristãos, com certeza, também, é que a gente olhasse com bons olhos essa relação entre o nosso País e, digamos assim, as condições em que se trabalha ali a missão cristã, principalmente na Jordânia.

A Jordânia – eu estava lendo, parece-me que ontem –, alguns anos atrás teve uma série de perseguições aos cristãos, aos missionários, e eles... Muçulmano não fácil de se relacionar nessa questão religiosa. Mas quero dizer que sempre vamos ter alguns problemas relacionados a esse setor e que a gente precisa muito da compreensão, da sensibilidade e dessa mediação dos senhores quando houver conflito nessa área.

Mas, mesmo assim, nessa boa relação que o Brasil tem com todo mundo, ou que procura ter com todo mundo, o Egito, por exemplo, há algum tempo negociou com Israel e deu uma acalmada nessa relação lá. A Síria, vizinha, pelo contrário, abre espaço para que o Irã tenha base militar lá dentro. Não admitem, por exemplo, a existência do Estado de Israel. E todo cristão é amigo de Israel. Então, a base cristã naquela região é com Israel, e Israel tem aquela dificuldade ali em função dos povos, etc., ao longo dos anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu queria pedir exatamente que a gente pudesse começar a conversar com esses nossos amigos, com a Jordânia – eu não sei como é que anda isso com o Egito, com o Egito é um pouco mais tranquilo, eu acho –, mas com relação a essa possibilidade de não se estar perseguindo missionário cristão, porque eles não têm outro objetivo senão pregar a palavra de Deus. Não há objetivo político, não há objetivo partidário, isso ou aquilo. Não, é ministrar uma palavra de fé, ministrar uma palavra de fé, porque a liberdade religiosa no mundo é algo extremamente necessária, democrática, e assim sucessivamente. Eles não conhecem muito bem esse lado da vida, mas acho que seria importante aqui e acolá ir amaciando essa conversa, esse entendimento de que o missionário cristão não é adversário. Pelo contrário, ele vai ali por amor a almas, a pessoas, e não para provocar qualquer outro tipo de discórdia ou de desentendimento.

Então, era isso o que eu queria fazer. Desculpem-me por chegar tão atrasado. Além das Comissões, há o problema das lideranças que chegam do Estado, e aí o gabinete de manhã fica meio tumultuado, não é, meu Senador? Então, nos desvencilhamos de lá agora para poder vir aqui desejar boa sorte, sucesso, e que a gente continue tendo na pessoa de V. Exas. uma ótima representação naquela região um tanto difícil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu vou passar para os Embaixadores, se desejarem comentar.

Tenho a obrigação de dizer ao meu amigo Zequinha que aquilo que a Senadora Soraya comentou aqui sobre *fakes* e estereótipos aplica-se a este caso. Eu visitei, em nome da Câmara dos Deputados, juntamente com os Deputados Chinaglia e Carlos Melles, a Síria no ano passado. Visitei Homs, visitei Malula, onde se fala aramaico na rua, nas ruas da cidade semidestruída. E quero lhe dizer que estive também na igreja cristã em Damasco, tanto na igreja ortodoxa como na católica. Visitei 11 templos cristãos na Síria, e todos respeitados.

No Egito, nós temos 10%, 11% da população cristã, com convivência perfeita, com excessos que decorrem de fanatismos. E, na Jordânia, 6% ou 7%...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Enquanto que, em Israel, temos 2% só. De forma que está havendo uma distorção na visão e na estatística de convivência.

Lembro que o Vice-Presidente do não saudoso Saddam Hussein era católico. Tariq Aziz, o Vice-Presidente da República, era católico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, criou-se um estereótipo de que os países com predominância islâmica são todos religiosos, são países teocráticos. Não são todos teocráticos. Alguns são; não todos. E o Líbano é o caso mais conhecido. O Presidente da República é cristão maronita, o Presidente do Congresso é muçulmano xiita, o Primeiro-Ministro é muçulmano sunita e o chefe das forças armadas é *catholique*.

E, aí, aproveito para anunciar a presença entre nós do General Amin, que é o nosso chefe do Comando de Defesa Cibernética, que, aliás, nos países mais avançados do mundo, já é a quarta Arma do país, como é o caso da Alemanha, da França, que têm Marinha, Exército, Aeronáutica e Defesa Cibernética.

Seja bem-vindo!

Torno os microfones disponíveis para os Srs. Embaixadores e abraço afetuosamente o meu querido irmão e amigo Zequinha.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, permita-me apenas dialogar aqui.

Parece que é hoje que teremos um almoço no Ministério das Relações Exteriores, e a Frente Parlamentar Evangélica aqui da Casa é mista, Câmara e Senado. Nós vamos participar, eu fui convidado a participar, exatamente para a gente tratar desse assunto, porque nós temos alguns casos... E, aí, eu fico muito feliz pela sua relação e pelo seu conhecimento dessas coisas lá, porque, com certeza, eu vou precisar recorrer ao nobre amigo diante dessas dificuldades que a gente tem vivido no Oriente Médio com relação a essas questões. Assim, peço que nos ajude.

E, hoje, o pessoal está levantando algumas situações... E o senhor vai conversar lá com o Ministro, vai bater um papo sobre isso, para ir amaciando essas relações.

Como disse, o Islã não pode ver o cristão como adversário. Correto? Um é Alá; o outro é Jeová. Não é verdade? Então, não tem por que brigar. (*Falha na gravação.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... para essa boa convivência é a estatística, mais uma vez: 653 vezes na Bíblia há a expressão "a mim". Não é à toa.

(*Interrupção do som.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Só quero acrescentar, muito brevemente, que, no Egito, de fato, há uma comunidade cristã muito numerosa, a cristã copta, que é a maior comunidade cristã do mundo árabe, são 10 milhões de pessoas. Essa comunidade se sente especialmente bem protegida pelo atual governo, pelo Governo Al-Sisi.

Para o senhor ter ideia de um exemplo...

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Boutros Boutros-Ghali...

O SR. ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA – Boutros Boutros-Ghali foi Secretário-Geral da ONU, era cristão copta, casado com uma judia da comunidade judaica egípcia. Então, isso já dá um pouco a ideia de um certo pluralismo religioso no Egito.

Mas eu ia comentar que houve um atentado terrorista numa igreja copta de São Jorge, no Cairo, em que morreram dezenas de pessoas. E o Presidente atual Al-Sisi foi o primeiro Presidente, Chefe de Estado do Egito, a comparecer a essa catedral. E parece que ele tem feito isso anualmente. De modo que é uma manifestação significativa de disposição ao diálogo inter-religioso por parte da atual administração.

Lembro que a Eritreia é um país de maioria cristã, tem uma comunidade muçulmana significativa: de 40%.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Hailé Selassié era o sucessor do irmão. Era o João, o grande irmão cristão. A esperança dos cruzados era o rei da Etiópia, digamos, na época.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... a missão que V. Exas. vão cumprir.

Eu posso proclamar o resultado?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A reunião vai continuar aberta. Acho que todos concordam.

Comunico o resultado da votação da indicação nesta Comissão.

Para abreviar: 10 a 0.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Posso pedir ao público uma salva de palmas ao resultado. (*Palmas.*)

É o reconhecimento da biografia, é uma homenagem também ao corpo diplomático brasileiro, que é realmente motivo de orgulho para todos nós.

Os senhores estão liberados para receber os cumprimentos da torcida, não sem antes receberem o meu.

Os dois embaixadores receberam, naturalmente, um pedido particular, cada um, de minha parte. Zequinha, é aquela história do eleitor: "Eu vou votar no senhor, mas quero um particular com o senhor." (*Risos.*)

Ao futuro Embaixador no Egito eu pedi que ele não deixe de visitar o Município de Santa Catarina do Sinai. São 8 mil quilômetros quadrados, um Município que deve ter 10 mil habitantes, aos pés do Monte Sinai. Lá está o Mosteiro de Santa Catarina de Alexandria, a padroeira do meu Estado. Eu visitei. É guardado por cristãos ortodoxos e, dentro do perímetro do mosteiro, coexistem uma igreja cristã ortodoxa e uma mesquita. E há um decreto de Maomé dizendo que aquilo é território sagrado – nunca foi atacado desde o século IV. Possui uma biblioteca espetacular, e é no interior desse perímetro que, diz a tradição, está a sarça ardente, aquela que levou a voz a mandar que Moisés tirasse o calçado; e ao sul Sharm el-Sheikh, que deve ter visibilidade de 40 metros do mar, porque é calcário puro – o mar não é vermelho, é um azul profundo.

E, ao nosso Embaixador na Jordânia, eu fiz um pedido: que ele verifique como é que está evoluindo o Caminho de Ibrahim – que alguns conhecem como Abraão, mas, na versão árabe, se chama Ibrahim – é o pai de todos, não é? O Caminho de Abraão é um projeto turístico cultural muito interessante que passa por Petra. Faço votos que o Embaixador Ruy do Amaral nos dê a graça de alguma notícia sobre o assunto.

Mas agora estão efetivamente liberados.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Mas, como um bom brasileiro...

A Jordânia praticamente desviou o leito do Jordão para fazer irrigação. Eu passei por lá recentemente: o Jordão está aqui e, do outro lado, a agricultura na Jordânia, naquela estrada que vem de Jerusalém descendo para Galileia, para o Lago Cafarnaum. E aí como é que se vai fazer depois? É que o Jordão vem lá de cima e vem para chegar no Mar Morto. Dizem que o Mar Morto vai morrer de verdade porque não está recebendo mais nenhum tipo de alimentação de água a não ser quando chove lá uma vez na vida, o que é pouco, não é? O que vazava lá do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mediterrâneo não vem mais porque as pedras tectônicas, dizem, taparam lá o lugar de passar. O Jordão não chega mais, e então o Mar Morto está morrendo mais do que já é...

Agora, é bom conferir essa história do Jordão, porque é interessante. Eu sei que todo mundo precisa irrigar, fazer alguma coisa... Mas dê uma olhadinha nisso. Lá não existe Ibama, mas, de repente, uma boa conversa...

O SR. RUY PACHECO DE AZEVEDO AMARAL – Senador, na visita do Primeiro-Ministro Netanyahu a Amã, em junho ou julho do ano passado, começaram os entendimentos para um projeto interessantíssimo de transposição e dessalinização de água do Mar Vermelho para o Mar Morto. É um projeto ambicioso, mas que está em fase de estudos e deve trazer grandes benefícios para Israel e para Jordânia – é um projeto conjunto dos dois países.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mais uma vez, estão liberados.

Eu queria, ao registrar a presença do Gen. Amin, dar prosseguimento à nossa leitura, mas os senhores estão liberados – já com pedidos, não é?

Eu vou fazer a leitura de alguns requerimentos.

O primeiro deles...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... primeiro é o requerimento do Senador Nelsinho Trad, subscrito por mim. Passo a fazer a leitura.

2ª PARTE

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 34, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 26/2019 - CRE, para incluir entre os convidados para a audiência pública, a fim de debater a situação dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

familiares das vítimas do acidente com o avião da delegação da chapecoense os seguintes convidados: Abel Dias- Consultor Especialista em Seguros e Aviação, e Mara Regina D'Emilio Paiva - Vice-presidente da Associação Chapecoense de Futebol e a Associação dos Familiares e Amigos das Vítimas do Voo da Chapecoense (AFAV-C).

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros.

São dois adicionais de convocação.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Temos quórum.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo requerimento é de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho, subscrito por mim para que pudesse ser apreciado.

2ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 35, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir temas de interesse do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração - ALADI - na promoção do desenvolvimento econômico e social da América Latina. Proponho para a audiência a presença do seguinte convidado: 1. Alejandro de la Peña Navarrete - Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração.

Autoria: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE) e outros.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam – temos quórum – permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O terceiro é exatamente o Plano de Trabalho de Política Pública.

Submeto ao Plenário a apreciação do plano de trabalho que foi subscrito por mim e pelo Senador Nelsinho Trad.

O Requerimento é de nº 24, que é de minha autoria, trata da política pública a ser debatida e avaliada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que tratará do tema Política de Defesa Cibernética, delegada ao Exército brasileiro pela Estratégia Nacional de Defesa.

Eu vou ler especialmente o cronograma desse plano de trabalho, que abrange...

Convido o Gen. Amin. Faz muito tempo que não existem dois Amins sentados aqui! Vão se habituando... (*Pausa.*)

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – No cronograma, que foi objeto de negociação com o Gen. Amin e sua equipe, nós temos seis tópicos, sendo o primeiro a reunião de instalação dos trabalhos, e o principal convidado é o Comando de Defesa Cibernética; segundo: reuniões técnicas com Senadores e Assessorias; terceiro: análise orçamentária, com Consultoria de Orçamento do Senado; quarto: audiências com membros da Comissão de Relações Exteriores.

Eu vou propor que a realização da audiência, ou das audiências, seja lá no Comando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – As públicas aqui, mas esta especificamente no próprio Comando de Defesa Cibernética.

Haverá duas audiências públicas congregando órgãos públicos e representantes da sociedade civil listados – não exaustivamente, nada impede que alguém proponha a inserção, como aconteceu agora, com a inclusão de novos convidados – e visitas técnicas, por parte dos membros da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com previsão de apresentação e votação do relatório final em novembro deste ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Será a primeira vez que nós teremos um plano de trabalho para avaliar a política pública, e eu não poderia deixar de encerrar esta apresentação pedindo para incluir, como apêndice desse requerimento, o artigo do Embaixador Rubens Barbosa publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* de ontem, que alerta para a pouca valorização da defesa cibernética no Brasil e esclarece, trazendo inclusive um novo livro que eu pretendo ler em francês – não existe no Brasil ainda –, intitulado A Guerra Permanente, alertando para a necessidade de o Brasil estar atento a esse assunto. O Brasil é um grande protagonista no mundo.

Esse relatório, esse requerimento e essa proposta já estavam prontos na semana passada e, nesta semana, o Brasil ainda está atônito diante de um – entre aspas – "vazamento" que está causando, Senador Zequinha, grande celeuma no Brasil. E não será surpresa se nós descobrirmos que isso não foi um vazamento. Isso foi um acompanhamento de comunicações feito sistêmica e sistematicamente entre 2015 e 2018 por uma organização. Não foram telefonemas capturados ao acaso – aí é opinião pessoal minha. Mas eu fico pelo requerimento e pela proposta de plano de trabalho.

Não gostaria de encerrar esta apresentação sem consultar...

Eu posso conceder a palavra para o Gen. Amin? (*Pausa.*)

O conselho que eu recebo aqui do auricular é: normalmente não, mas o senhor pode.

Então eu faço com moderação, para que o senhor faça um comentário, por favor. Faça, mas faça com moderação.

O SR. GUIDO AMIN NAVES – Sr. Senador Esperidião Amin, Presidente da reunião, Srs. Senadores presentes, Senador Zequinha e assessores, senhoras e senhores presentes, eu agradeço esta oportunidade como Comandante Conjunto de Defesa Cibernética.

Vou ser muito breve ao dizer o que disse ao Senador Esperidião Amin, e esta ideia é compartilhada pelo Comandante do Exército, pelo Sr. Ministro da Defesa, que já estão cientes do trabalho que será realizado agora, nesta Legislatura.

Nós temos, antes de tudo, que agradecer à Comissão por essa iniciativa, porque ela vai nos permitir uma discussão política a respeito daquilo que temos, daquilo que já fizemos e daquilo que pretendemos principalmente. Nós vamos elevar essa discussão ao nível do Senado Federal, o que para nós é muito importante, porque, ao fim de tudo, nós vamos expor aqui à Comissão aquilo que já foi feito, aquilo que tem sido feito, mas, principalmente, numa avaliação *ex ante,* aquilo que pretendemos fazer, no nosso planejamento estratégico, para a defesa cibernética brasileira. Certamente, isso vai ser alvo das conjecturas e das análises de todos. Vão nos dar, certamente, os ajustes que esta Casa vai considerar necessários a isso, e isso vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nos dar o respaldo de que necessitamos para prosseguir nesse trabalho, como diz o Senador, de extrema importância e relevância.

A guerra cibernética ocorre neste exato momento. Nós às vezes não estamos inteirados do que está acontecendo. Então eu tenho... Eu digo que, no comando isso é muito... Perguntam-me como está o nosso cenário cibernético. Respondo que não sei. Por enquanto está calmo. Daqui a pouco, vou saber de alguma coisa, porque a coisa evolui, ou involui, com uma rapidez muito grande.

E esse respaldo que esta Casa vai nos dar, Senador, é imprescindível para que possamos ter a autoridade até para tocar essa política à frente, no melhor interesse das nossas Forças Armadas, das nossas instituições, do Estado e, em última análise, da sociedade brasileira.

Com isso eu encerro. Muito obrigado pela oportunidade, Senador, não só de falar agora e explicar isso, a nossa posição com relação a isso: agradeço de novo a iniciativa, que vai nos permitir discutir politicamente, em tão alto nível, as questões atinentes ao nosso trabalho diário, que é a defesa cibernética. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu consulto se alguém deseja fazer algum comentário. (*Pausa.*)

Não havendo nenhuma discussão, coloco em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram – temos quórum. (*Pausa.*)

Aprovado.

Proponho ainda a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Ainda antes de encerrar a reunião, eu gostaria de agradecer aos colaboradores da Comissão por terem me aturado, e agradecer também a compreensão dos Senadores e Senadoras, dos que assistiram, dos que participaram da reunião. E, agradecendo aos funcionários, quero agradecer de público ao Eduardo Siqueira, meu colaborador, que me sugeriu essa proposição que hoje é transformada no plano de trabalho da Comissão de Relações Exteriores, dizendo que a sua recompensa será trabalhar dobrado para que isso funcione!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião agradecendo a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 23ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia treze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Marcos do Val, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Major Olimpio, Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, Flávio Arns, Veneziano Vital do Rêgo, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Antonio Anastasia, Mara Gabrilli, Romário, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Nelsinho Trad, Angelo Coronel e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 23, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com parágrafo único do art. 11 da Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o nome do Senhor ALEXANDRE RAMAGEM RODRIGUES para exercer o cargo de Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Antonio Anastasia. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 24, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Major Olimpio. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 26, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LUÍS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Flávio Bolsonaro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 4 - Mensagem (SF) n° 27, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal. **ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo n° 50, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Protocolo Adicional ao Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, que Cria o Prêmio Monteiro Lobato de Literatura para a Infância e a Juventude, assinado em Salvador, em 5 de maio de 2017." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Randolfe Rodrigues. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Adiado. **ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo n° 58, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre um Programa de Férias-Trabalho, assinado em Brasília, em 13 de fevereiro de 2015." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável à matéria. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 592, de 2015 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre o transporte aéreo de autoridades e seus acompanhantes em aeronave de propriedade, arrendada ou locada pela Administração Pública Federal." **Autoria:** Senador Lasier Martins (PDT/RS). **Relatoria:** Senador Angelo Coronel. **Relatório:** Pela aprovação com duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 36, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o cenário atual dos refugiados recebidos no Brasil. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) 2. Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) 3. Associação Compassiva 4. Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) 5. Itamaraty." **Autoria:** Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Aprovado o Requerimento, com sugestão para que a audiência seja conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos do Val

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/13

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Damos início à 23ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, em 13/6/2019, quinta-feira, às 9 horas.

Abertura.

Declaro aberta a 23ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Comunico às Sras. e aos Srs. Senadores o recebimento dos seguintes documentos na Secretaria da Comissão:

- Ofício nº 3/2019/DIR-P/ANAC, que solicita a ratificação do acordo relativo ao trânsito dos serviços aéreos internacionais e do Protocolo de Montreal à Convenção de Tóquio sobre infrações e outros atos cometidos a bordo de aeronaves.

Pedido de extradição da República da Turquia. Memoriais relativos aos precedentes políticos e ao contexto jurídico dos pedidos de extradição requeridos pela República da Turquia à República Federativa do Brasil.

Nos termos da IN 12/2019, da SGM, os documentos foram encaminhados eletronicamente às Sras. Senadoras e aos Srs. Senadores e estão disponíveis no portal da Comissão.

Não havendo manifestação de membro da CRE, os expedientes serão arquivados em 15 dias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 26, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor LUíS FERNANDO DE ANDRADE SERRA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Flávio Bolsonaro

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Flávio Bolsonaro para proferir seu relatório.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ. Para proferir relatório.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Sr. Presidente. É uma grande honra fazer a leitura do relatório do Embaixador Serra.

Passo à leitura.

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a se manifestar sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Luís Fernando de Andrade Serra, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Francesa e, cumulativamente, ao Principado de Mônaco.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente, prevista no art. 52, inciso IV, da Constituição.

O Ministério das Relações Exteriores, atendendo a preceito regimental, elaborou currículo do interessado, do qual extraímos para este relatório as informações que se seguem.

O indicado é filho de Walter de Almeida Serra e Maria Helena de Andrade Serra e nasceu em 4 de dezembro de 1949, no Rio de Janeiro, é bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Guanabara.

O diplomata apontado iniciou sua carreira como Terceiro-Secretário em 1972, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco. Também no instituto, concluiu o Curso de Altos Estudos em 1991. Na oportunidade, defendeu tese com o seguinte título: "A Perestroika na URSS: algumas percepções". Ascendeu a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe em 1994; e a Ministro de Primeira Classe em 2005. Todas as promoções por merecimento.

Entre as funções desempenhadas na Chancelaria, destacam-se: assessor e Chefe substituto da Divisão da África I (1984/86); assessor e Substituto do Secretário de Controle Interno (1986/88); e Subchefe da Secretaria de Relações com o Congresso (1994/96).

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Embaixada em Paris (1991/94); Ministro-Conselheiro e Encarregado de negócios na Embaixada em Bonn (1996-00); Ministro-Conselheiro e Encarregado de negócios na Embaixada em Berlim (2000/03); Embaixador em Acra (2006/11); Embaixador cumulativo em Uagadugu (2006-08); Embaixador em Singapura (2011/16); e, desde 2016, Embaixador na Coreia do Sul.

Além do currículo do diplomata, nossa Chancelaria fez constar da mensagem informações gerais sobre a República Francesa e o Principado de Mônaco. Nesse sentido, o Itamaraty enviou amplo relatório sobre os dois países, incluindo as relações bilaterais com cada um deles. Recolhemos desse documento, que está à disposição dos Srs. Senadores, algumas informações que visam subsidiar os membros desta Comissão em sua sabatina.

Considerada tradicional polo de disseminação das artes e da cultura ocidental, a França segue sendo o país mais visitado do mundo. Essa circunstância é, por si, bastante eloquente da sua importância no concerto das nações. Some-se a isso o fato de que os franceses contam com modernas indústrias aeroespaciais, de biotecnologia e de telecomunicações. Distinguem-se, ainda, como potência econômica, militar e nuclear. A França é, por igual, um dos pilares da União Europeia ao lado da Alemanha.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O histórico relacionamento com Brasil funda-se em bases sólidas e expressivas. Dado revelador desse convívio prospero convívio é o número de acordos bilaterais a nos vincular. Em 2006, as relações atingiram patamar de parceria estratégica, o que possibilitou o estabelecimento de uma agenda de intercâmbio e cooperação bastante abrangente. Nesse sentido, foi instituído em 2008 um plano de ação da parceria franco-brasileira. Esse instrumento contempla distintas perspectivas que vão do diálogo político às relações econômicas e comerciais; da cooperação nas áreas de defesa, espaço e energia nuclear aos temas migratórios e transfronteiriços.

A França é tradicional parceira do nosso País nos campos da ciência, tecnologia e inovação. Dessa forma, o país se tornou destino habitual para estudantes e pesquisadores brasileiros. Vem daí a consistente cooperação no domínio das tecnologias sensíveis. A expressão mais firme dessa troca materializa-se, nos dias de hoje, no setor da defesa. Nesse campo, os programas de desenvolvimento de submarino e de desenvolvimento e nacionalização de helicópteros associados à colaboração nos setores espacial e de supercomputadores demonstram o grau de sofisticação e maturidade das relações bilaterais.

Disso resulta forte presença de empresas e investimentos franceses na economia brasileira, valorizada tanto por nosso significativo mercado interno quanto por ser ponto de apoio para incursões nos demais países da região em que estamos inseridos. Merece realce, por igual, o fato de Brasil e França compartilharem 730km de fronteira, que justificam o trabalho contínuo da Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça.

Outro aspecto relevante no relacionamento bilateral é a superlativa comunidade brasileira em solo francês estimada, sem contar os binacionais, em mais de 23 mil pessoas na França metropolitana. Some-se a esse número o contingente de brasileiros em situação migratória irregular. Segundo estimativas do nosso Consulado-Geral em Paris, 70 mil pessoas encontram-se nessa condição. Para o atendimento dessa comunidade, o Itamaraty dispõe do referido Consulado-Geral e de 11 consulados honorários (Bastia, Bordeaux, Dijon, Estrasburgo, Le Havre, Lille, Lyon, Nantes, Pau, Toulouse e na Córsega). Há, ainda, Consulado-Geral em Caiena (Guiana Francesa) e Consulado em Saint-Georges de l'Oyapock.

Em relação ao comércio bilateral, ele reflete o denso relacionamento franco-brasileiro. Nesse sentido, as trocas são expressivas e diversificadas. Contudo, o fluxo de transações tem sofrido oscilações nos últimos anos por conta dos desafios enfrentados pela economia brasileira. Ele, entretanto, segue sendo bastante respeitável. Foram US$6,56 bilhões em 2018. O dado desfavorável é o contínuo déficit em desfavor do Brasil. Exportamos resíduos alimentares (farelo de soja e outros), minérios, pastas de madeira e máquinas mecânicas; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

importamos máquinas elétricas e mecânicas, químicos orgânicos e insumos das indústrias químicas.

Sobre Mônaco, vale destacar que se trata do segundo menor país do mundo, atrás do Vaticano. O Principado está encravado na costa mediterrânea da França e é governado desde 1297 pela dinastia dos Grimaldi. Cuida-se, como se sabe, de luxuoso centro de turismo internacional, que tem nas atividades financeiras sua principal fonte de renda. A cooperação entre Brasil e Mônaco teve início com o estabelecimento de relações consulares em 1911. O relacionamento diplomático, no entanto, só foi estabelecido em 2010. No momento atual, a Embaixada brasileira em Paris tem competência para gerir as relações bilaterais.

No plano econômico, o relacionamento tem dinamismo compatível com a economia local. Digno de nota é a circunstância de as atividades de cooperação judiciária bilateral terem adquirido expressão nos últimos anos. Desse modo, foram tramitados pela Embaixada em Paris 12 casos de extradição, solicitados tanto por autoridades brasileiras quanto monegascas. O número de brasileiros residentes no Principado é de 84. Trata-se da terceira maior comunidade do hemisfério americano residente em Mônaco, depois da dos Estados Unidos e da do Canadá.

Diante do exposto, penso que os membros desta Comissão dispõem de elementos suficientes para deliberar sobre a indicação presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedido vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Essas informações o senhor obteve por meio...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Com a assessoria, que elaborou o parecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pensei que fosse alguma informação privilegiada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Não, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que está disponível para nós da planície e o que foi hackeado... (*Risos.*)

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - RJ) – Pode perguntar para o PSOL. O PSOL tem informação privilegiada. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Vamos lá!

Item 2.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 24, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS ALBERTO SIMAS MAGALHÃES, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Major Olimpio

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Major Olimpio para proferir seu relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MAJOR OLIMPIO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - SP. Para proferir relatório.) – Muito bom dia a todos, Exmos. Senadores desta Comissão, equipes de assessoria, pessoas que acompanham pela internet.

Com muita satisfação fui designado Relator para proferir parecer sobre a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Carlos Alberto Simas Magalhães, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

Filho de Fernando Paulo Simas Magalhães e Tercília Fava Simas Magalhães, o Sr. Carlos Alberto Simas Magalhães nasceu em 21 de setembro, em Milão, na Itália.

No Instituto Rio Branco, o indicado frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1974. No Curso de Altos Estudos, em 1993, apresentou a tese "O Tratado de Cooperação Amazônica - um instrumento de ação diplomática".

O indicado tornou-se Terceiro-Secretário em 1975 e Segundo-Secretário em 1978. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 1981; a Conselheiro em 1987; a Ministro de Segunda Classe em 1994; a Ministro de Primeira Classe em 2001, tendo ingressado no quadro especial em 2015.

Como Primeiro-Secretário, serviu nas Embaixadas em Washington (1979-1982); La Paz (1982-1985), Paris (1985-1987). Como Conselheiro, serviu na Missão junto à Organização dos Estados Americanos – OEA (1991-1994). Como Ministro-Conselheiro, na Missão Permanente em Genebra (1997-2001). Foi Cônsul-Geral em Montevidéu (2012-2014); e Embaixador nos seguintes postos: Rabat (2003-2008); Varsóvia (2008-2012) e, desde 2017, Assunção (Paraguai). Em 2000, foi Representante Alterno do Brasil junto à Organização Mundial de Comércio, em Genebra, e Coordenador-Geral das Negociações Mercosul-União Europeia no ano de 2001.

No ano de 2003, o indicado foi agraciado com a Ordem de Rio Branco, no grau de Grande Oficial.

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Exteriores sobre a República Portuguesa. Constam informações acerca das relações bilaterais, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos desse país, e de suas políticas interna e externa, bem como de sua situação econômica.

As relações com Portugal têm experimentado renovado impulso nos últimos anos. Portugal desempenha importante papel, por exemplo, no quadro de nossas relações com a Europa, com a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e com os países de língua portuguesa. Cuida-se de interlocutor privilegiado para o Brasil. Acrescente-se a isso as afinidades de interesses que mantemos com aquele país no plano multilateral, bem como a estimativa do número de 116 mil brasileiros que vivem em Portugal.

Cumpre lembrar que, após anos de baixo crescimento, Portugal, desde 2014, passou a apresentar números positivos. O Banco de Portugal vê o investimento como um dos principais motores para o crescimento do Brasil.

Quero acrescentar ao relatório, Sr. Presidente, que tive o privilégio de – representando este Senado em reuniões no Paraguai com o Ministro da Justiça do Paraguai – testemunhar e acompanhar o trabalho que fez o Embaixador Simas – embaixador brasileiro até então no Paraguai – de fortalecimento e de intercâmbio das atividades de segurança pública, combate ao crime organizado, ao narcotráfico e ao contrabando de cigarros, sendo alvo de elogios e agradecimentos do governo paraguaio. Devo dizer que, através do impulsionamento do Embaixador Simas, a cooperação com a preparação, com o treinamento dos funcionários do sistema prisional, da política e das Forças Armadas paraguaias já fizeram com que, só neste ano de 2019, mais de 30 criminosos brasileiros, chefes de quadrilhas, procurados, fossem entregues pelo Governo paraguaio, por ação direta do Embaixador Simas. Então, acrescento ao meu relatório esse testemunho.

Pelo histórico, pela carreira que o Embaixador Simas tem – o seu pai já era da carreira diplomática, o seu sogro era da carreira diplomática, familiares... –, é alguém com mais de 40 anos de experiência... Pela minha leitura, deu para ver as inúmeras missões, nos mais variados tipos de órgãos e países, o que será fundamental, neste momento, que ele desempenhe a sua atividade como embaixador do Brasil em Portugal.

Nada mais podendo ser aduzido nesse informe, que possui o escopo apenas de relatório para subsidiar a sabatina e os votos dos membros desta Comissão, reitero o grande valor pessoal e profissional do diplomata indicado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Muito obrigado, Major Olimpio.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ITEM 6

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 58, DE 2019

- Não terminativo -

Aprova o texto do Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha sobre um Programa de Férias-Trabalho, assinado em Brasília, em 13 de fevereiro de 2015.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação

Observações:

Constou da pauta em 30/05/2019.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Espiridião Amin, para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é com muita alegria que eu faço este breve relato e dou o meu parecer a respeito do documento em questão.

Em primeiro lugar, como todos sabem, no sul do Brasil se concentra boa parte da migração alemã para o nosso País, sem prejuízo dos imigrantes que estão no Rio de Janeiro ou de seus descendentes que estão em São Paulo ou no Espírito Santo, que têm um perfil migratório muito parecido com o de Santa Catarina. Muito parecido. E as nossas relações de amizade com a Alemanha vêm sendo acentuadas, e este é um dos frutos deste processo de amadurecimento e diversificação no nosso relacionamento. Por isso, como preâmbulo, eu faço apenas essa referência, do meu ponto de vista, de que a parceria com a Alemanha é absolutamente benéfica para o Brasil, porque a política externa da Alemanha, hoje, é uma política externa construtiva, talvez fruto, consequência de equívocos históricos, que geraram conflitos de natureza mundial... "A dor ensina a gemer", não é? Diz um velho provérbio. E o hoje o Brasil, por sua grandiosidade territorial e populacional, por sua expressão internacional, é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

beneficiado por essa diversificação nas relações de países europeus, como foi mencionado há pouco pelo Senador Flávio Bolsonaro.

França e Alemanha são os grandes pilares da União Europeia, agora cada vez mais importantes em função do Brexit, que é o famoso divórcio muito caro. Eu já contei aqui uma história – não sei se...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Contei a história de uma briga. O Samuel e a Sara discutiam. O Samuel queria fazer um agrado para a Sara: "Quer o quê? Um colar de diamantes? Quer uma Mercedes?". Não, não quer nada disso. Sara quer divórcio. "Sara, divórcio é muito caro!".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, é Sara e Samuel. (*Risos.*)

Isso ocorreu no outro lado do Rio Jordão, mas pode ser transportado para qualquer latitude que o senhor desejar, afinal as coisas têm a cor dos cristais pelos quais você as olha.

O fato é que, em função disso, eu vou direto para a análise e o voto, que profiro com muita satisfação.

O exame dessa matéria insere-se no âmbito de competência deste Colegiado, com amparo no art. 103, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

Não se verificam vícios atinentes à constitucionalidade da proposição, a qual observa o disposto no art. 49, inciso I, e no art. 84, inciso VIII, da Constituição Federal.

Tampouco há vícios relativos a sua juridicidade. Aliás, cumpre registrar que o acordo submete a implementação de seus termos à observância das normas internas das partes respectivas. Inexistem, pois, dispositivos potencialmente conflitantes com a legislação doméstica vigente, em especial a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração. Em verdade, o inciso I, alínea "f", combinado com o §6º, todos do art. 14 desta lei, prevê que o visto temporário para férias-trabalho "poderá ser concedido ao imigrante maior de 16 (dezesseis) anos que seja nacional de país que conceda idêntico benefício ao nacional brasileiro, em termos definidos por comunicação diplomática". O Memorando de Entendimento em análise atende a esses requisitos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ademais, no mérito, cuida-se de instrumento de grande relevância na medida em que reconhece a necessidade de se conformar o mundo jurídico a uma realidade. Estamos certos de que ajustes dessa ordem contribuem para trocas de experiências importantes e enriquecedoras no âmbito laboral e social.

Nesse sentido, apesar de se tratar de espécie de visto cujo objetivo primeiro é viabilizar ao jovem turista a possibilidade de obter complementação financeira enquanto viaja a turismo, vê-se que ele pode, por exemplo, vir a ser uma janela para oportunidades futuras para seus beneficiários.

Em face dessas considerações, o estímulo dessa forma – férias-trabalho – de contato entre as duas culturas se mostra muito bem-vindo.

Por todo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2019.

É o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Obrigado, Senador.

Nós vamos dar um intervalo de dez minutos para que possamos ter o quórum para deliberação.

(*Suspensa às 9 horas e 48 minutos, a reunião é reaberta às 9 horas e 49 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Vamos reabrir a 23ª Reunião.

Então, pode ser feita a leitura.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Onde está o requerimento? Ele não está... É o 36? (*Pausa.*)

Está aqui.

ITEM 8

REQUERIMENTO N° 36, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o cenário atual dos refugiados recebidos no Brasil. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) 2. Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) 3. Associação Compassiva 4. Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE) 5. Itamaraty.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, então, com a sua boa vontade, e eu acho que a causa merece boa vontade... E eu falo com isenção porque não sou o primeiro subscritor, apenas me interessei.

Eu sou filho de imigrantes por parte de pai e por parte de mãe, então tenho uma sensibilidade natural por esse tema. Ambos os casos, do meu pai e da minha mãe, decorrem de guerras. A do Líbano, menos intensa, menos imediata. Meu pai migrou em 1926, portanto, oito anos depois do final da guerra – sua mãe já viúva –, ele e os irmãos. E, no caso da minha mãe, mais dramaticamente, primeiro a família fugiu da Itália por causa da Primeira Guerra Mundial. Ela nasceu na Suíça, casualmente, num Cantão alemão da Suíça. Voltaram para a Itália, aquilo tudo destruído, predominantemente Vêneto – como é no Espírito Santo, que mencionei há pouco –, que tem uma migração muito parecida com a nossa. Voltaram para a Itália, não havia condições de vida, migraram para São Paulo, Paraná...

É lógico que hoje o contexto é outro, mas quase todos os refugiados que nós temos no Brasil decorrem de quê? De crises políticas, guerra civil, ataques estrangeiros, guerras engendradas por estrangeiros, guerras plantadas. Todo o norte da África está vivendo isso.

Eu vou ler o requerimento porque ele se explica e é da lavra, repito, do Senador Flávio Arns, que tem um nome também profundamente associado a isso, haja vista que a sua tia, a Dra. Zilda, nascida em Santa Catarina, em Forquilhinha, foi uma candidata brasileira ao Prêmio Nobel da Paz e morreu numa missão no Haiti, como todos nós sabemos. Então, é um requerimento que eu respeito também pela autoria, pela qualificação do autor.

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater o cenário atual dos refugiados recebidos no Brasil.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, que é exatamente uma das entidades que chancela este

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

relatório; Instituto Migrações e Direitos Humanos; Associação Compassiva; Comitê Nacional para os Refugiados (Conare); e o Itamaraty. Portanto, são cinco representações.

A data de 20 do mês de junho foi estabelecida como sendo o dia do refugiado, ou seja, daqui a uma semana. Num país cuja Constituição Federal prestigia o dever da solidariedade entre os povos e o princípio da dignidade da pessoa humana, discutir esse importante tema é fundamental para se entender o cenário atual dos refugiados e alinhavar ideias e soluções tendentes a ajudar as pessoas que, em razão de fundados temores de perseguição devido à sua raça, religião, nacionalidade, associação a determinado grupo social ou opinião política, encontram-se fora de seu país de origem e que, por causa dos ditos temores, não pode ou não quer regressar ao mesmo, sendo obrigadas a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outras nações.

Este é o teor do requerimento, que se autoexplica. E eu me permitiria, como contribuição, apensar ao requerimento, pela sua oportunidade, este Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil, publicado com a participação da Cátedra Sérgio Vieira de Mello, um nome que também é um ícone no assunto que eu mencionei.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Senador, há o Requerimento nº 63, de 2019, na CDH, exatamente com a mesma solicitação. É possível fazer em conjunto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que seria. Eu não posso falar pelo Senador Flávio Arns, mas acho que seria muito bom que fosse em conjunto. São assuntos complementares.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Porque foi proposto por ele mesmo. Foi ele mesmo quem propôs nas duas Comissões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então se faz conjunto, para não dispersar. São os mesmos convidados?

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – São os mesmos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu adiciono ao requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Na mesma data.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... o pedido de que seja conjunto. E cabe a V. Exa. e à Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional articularem-se com a CDH.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Foi um requerimento do próprio Senador Flávio Arns. Ele requereu nas duas Comissões.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que seria muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Então, o.k. Vamos submeter.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não sei se há algum assessor aqui do Senador Flávio Arns...

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Vamos suspender por dez minutos, para a gente conseguir o quórum para deliberação.

(*Suspensa às 9 horas e 57 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 07 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Vamos reabrir a 23ª Reunião.

Vou ler o item 4.

ITEM 4

MENSAGEM (SF) Nº 27, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com os arts. 39 e 41 da Lei nº 11.440, de 2006, a escolha do Senhor FLÁVIO SOARES DAMICO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.

Autoria: Presidência da República

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

Nesta Reunião será lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Roberto Rocha para proferir o relatório.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores... (*Pausa.*)

Sr. Presidente, é submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Sr. Flávio Soares Damico, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República do Paraguai.

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado apreciar previamente e deliberar, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O Sr. Flávio Soares Damico nasceu em 5 de março de 1960, em Porto Alegre.

No ano de 1982, concluiu o curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Obteve o título de Especialista em Economia pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 1984. Já no Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação para a Carreira Diplomática no ano de 1987 e o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1996. No Curso de Altos Estudos, no ano de 2007, apresentou a tese "O G-20 de Cancún a Hong Kong: interações entre as diplomacias pública e comercial". Tem, ainda, algumas publicações de sua autoria.

As relações diplomáticas entre Brasil e Paraguai foram estabelecidas em 1844, sendo que hodiernamente o relacionamento bilateral experimenta momento de particular convergência. Os principais eixos de integração são cooperação energética, infraestrutura comum, cooperação fronteiriça e combate a ilícitos transnacionais. O comércio bilateral se faz sob as normas do Mercosul.

No campo energético, não se pode deixar de mencionar a hidrelétrica de Itaipu. Essa usina responde por aproximadamente 15% da energia consumida no Brasil e por 86,4% do consumo paraguaio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Compartilhamos com o Paraguai 1.339km de fronteira, sendo que 700km correspondem à chamada "fronteira seca", sem barreiras naturais entre os dois países. Tramita na Câmara dos Deputados o Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas, assinado em novembro de 2017.

No campo econômico, de acordo com dados do Banco Mundial, a agricultura de exportação, em especial a soja e a carne, responde por 50% das exportações e aproximadamente 20% do PIB do país.

Por outro lado, tem-se verificado expansão do setor industrial, fomentada por fatores como a disponibilidade de energia e de mão de obra, o fortalecimento da integração com o Brasil e a abertura da economia local. A pauta exportadora paraguaia permanece concentrada em quatro grandes setores: complexo da soja (36%); pecuária (10%); comércio de fronteira destinado a Brasil e Argentina, as chamadas "reexportações" (23%); e energia elétrica (17%). Juntos respondem por cerca de 85% das exportações totais do país.

Tradicionalmente somos o principal parceiro comercial do Paraguai. No ano passado, absorvemos aproximadamente 31% das exportações paraguaias e fornecemos cerca de 22,5% de suas importações. Historicamente, o comércio bilateral é superavitário para o Brasil. E 94% das exportações brasileiras são produtos industrializados. Já as importações concentram-se em produtos básicos (em torno de 68% do total). A corrente de comércio alcançou seu pico em 2014 (US$4,4 bilhões), tendo experimentado expressiva queda em 2015 (US$3,3 bilhões), com recuperação nos anos de 2017 e 2018. Em 2018, as exportações paraguaias de manufaturas de origem industrial – impulsionadas pelas vendas externas de indústrias maquiladoras para o mercado brasileiro, sobretudo nos setores de autopeças, têxteis e plásticos – foram expandidas em aproximadamente 13%.

Por fim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, destacamos que o Paraguai tem a segunda maior comunidade brasileira no exterior, estimada em 330 mil pessoas, que em grande parte se dedicam a atividades agropecuárias em departamentos limítrofes com o Brasil.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, fica concedida vista coletiva nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez vamos dar um intervalo para formarmos o quórum para deliberação. Está faltando apenas um Senador chegar – ele já está vindo – para podermos, então, voltar para a nossa reunião.

Dez minutos de intervalo.

(*Suspensa às 10 horas e 14 minutos, a reunião é reaberta às 10 horas e 18 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos do Val. Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - ES) – Retomamos a 23ª Reunião. Estamos com quórum suficiente.

Em discussão o relatório. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o relatório do item... (*Pausa.*)

A discussão é a do relatório que foi proposto, do item 6, e a votação do relatório também é do item 6.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2019.

A matéria vai à Secretaria-Geral da Mesa para as devidas providências.

Item 8: Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 36, de 2019. Autoria: Senadores Flávio Arns e Esperidião Amin.

Concedo a palavra... Desculpem-me, já foi lido.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação o requerimento.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Deliberação da ata de reunião anterior. Proponho, ainda, a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 25ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 18 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às oito horas e quarenta e oito minutos do dia dezoito de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Nelsinho Trad e Mecias de Jesus, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Esperidião Amin, Antonio Anastasia, Major Olimpio, Flávio Bolsonaro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Renilde Bulhões, Jaques Wagner, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Maria do Carmo Alves, Paulo Rocha, Jayme Campos, Marcelo Castro, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Confúcio Moura e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Mara Gabrilli, Romário, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues, Marcos do Val e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 18, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Chico Rodrigues. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Nelsinho Trad

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/18

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Bom dia.

Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 25ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Item 1.

1ª PARTE

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 18, DE 2019

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o parágrafo único do art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Chico Rodrigues

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1 - Em 30/05/2019, foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

2 - A arguição do indicado a Chefe de Missão Diplomática será realizada nesta Reunião.

Solicito que possam chamar o sabatinado e os outros Senadores que ali se encontram, para a gente poder dar sequência.

Embaixador Santiago, queira sentar-se. É um prazer... (*Pausa.*)

Concedo, neste instante, a palavra ao Sr. Embaixador Santiago Irazabal Mourão, indicado ao cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco). Informo ao Sr. Embaixador que o tempo destinado à exposição é de 30 minutos. Com a palavra o Sr. Embaixador.

O SR. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO – Bom dia!

Senador Nelsinho Trad, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; meu Relator, Senador Chico Rodrigues, que está chegando e na pessoa de quem cumprimento os Senadores presentes; também a representante da Unesco no Brasil, a Sra. Marlova Noleto; senhoras e senhores; Senador, em primeiro lugar, permita-me agradecer ao senhor pela convocação desta sabatina, que é um momento importante, uma etapa fundamental na preparação dos embaixadores que foram indicados para servir o Brasil no exterior, porque é justamente nesta oportunidade que nos é possível explicitar e identificar a importância de cada uma das representações que o Brasil tem no exterior, avaliar um pouco o trabalho que vamos fazer e, principalmente, identificar os desafios para o Brasil nessa ação. É também fundamental, porque esse diálogo com o Senado permite, nessa troca de ideias, também aprimorar o trabalho que os embaixadores farão no exterior.

E uma nota pessoal, Senador. Eu queria agradecer ao senhor e agradecer ao Senador Chico Rodrigues o esforço feito para conciliar agendas para que esteja sendo possível esta audiência no dia de hoje. Muito obrigado.

Eu não posso também deixar de cumprimentar o meu colega Adalnio, que aqui está, e, na pessoa dele, cumprimentar os outros meus colegas presentes.

Sr. Presidente e Sr. Relator, a Unesco compõe, ao lado das Nações Unidas e das organizações econômicas de Bretton Woods, o núcleo da estrutura institucional criada pelos aliados após a Segunda Guerra mundial com o objetivo de superar o conflito que havia sido concluído recentemente. Pretendia-se na ocasião, através dessa estrutura, não apenas reconstruir a paz e a estabilidade internacional, mas principalmente criar os mecanismos, como a própria Carta das Nações Unidas o diz, para preservar as gerações futuras do flagelo da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

guerra, mas a magnitude daquele conflito e a destruição e desolação geradas deixaram claro que a paz e a segurança internacionais não poderiam ser alcançadas apenas pela criação de um espaço onde fosse possível a resolução dos conflitos pela negociação, a ONU e o seu Conselho de Segurança, nem pela estruturação de uma arquitetura de estímulo à prosperidade e ao bem-estar das sociedades por meio da cooperação econômica, pois as raízes daquela conflagração estavam fincadas muito mais profundamente. A hostilidade e a agressividade estavam cimentadas na intolerância e no preconceito, fruto de um profundo desconhecimento mútuo.

Reconhecendo que as guerras nascem na mente dos homens, os aliados idealizaram a Unesco, com o mandato de construir a paz na mente dos homens, basicamente e em princípio, por meio de uma cultura de paz.

Então, desde a sua criação, a Unesco se transformou num espaço de reflexão sobre os grandes desafios da humanidade e dos cinco vetores de ação que compõem o seu mandato: educação, cultura, ciências naturais, humanas e sociais, comunicação e informação. E é por meio desse exercício permanente que a Unesco tem construído e contribuído para promover uma cultura de paz através da cooperação entre as nações, o entendimento entre os povos, a solidariedade intelectual e a difusão de valores humanistas.

Ao longo de sua história, a organização buscou formular propostas inovadoras e prover os Estados-membros com orientações quanto à elaboração e implementação de políticas atinentes ao seu mandato, estabelecendo normas e padrões referentes aos seus campos de atuação, bem como mecanismo para acompanhar e monitorar a sua implementação.

Sr. Presidente, de temas que são hoje referência normativa das legislações nacionais e do direito internacional, resultado de um trabalho pioneiro de construção conceitual empreendido pela Unesco, nossa própria Constituição é o exemplo que consolida muitos dos princípios derivados desses esforços, particularmente dos dispositivos que regem a educação, a cultura, a ciência, a tecnologia, a inovação e a comunicação social.

Parte desse processo é uma história longa da Unesco. Em 1948, por exemplo, a organização recomendou aos Estados a obrigatoriedade e a universalidade do ensino primário, sem distinção de raça, sexo, idioma ou religião. O que hoje é conceito aceito por todos, na ocasião, era absolutamente revolucionário e pouco conhecido. E esses esforços de reflexão da organização avançaram também nas outras áreas que estavam na base daquele conflito que devastou a humanidade durante a Segunda Guerra Mundial.

Mas, em termos de educação, a Unesco desenvolveu conceitos que hoje são fundamentais para o próprio desenvolvimento do Brasil, e falamos aqui de educação básica, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

educação elementar, fundamental, e, mais recentemente, educação continuada, vocacional e técnica. Todos esses conceitos são fundamentais para o desenvolvimento do Brasil e têm se materializado em programas de cooperação de grande qualidade da área de inovação e qualidade da educação.

O Senador Anastasia, aqui presente, coincidirá conosco que um dos programas mais exitosos em termos de educação se desenvolve do Estado de Minas Gerais, onde esse programa da Unesco atende hoje, em quase 500 Municípios do Estado, em torno de 3 milhões de alunos. É um número extraordinário. Programa similar em São Paulo, por exemplo, atende 1,5 milhão de estudantes. São programas de grande envergadura e que precisamos, certamente, aumentar, com a cooperação dos diversos Estados do Brasil.

A Unesco se colocou, igualmente, na vanguarda da luta pela superação das ideologias de raça. A iniciativa, da qual participaram lideranças científicas fundamentais àquela época, no caso, o brasileiro Luiz de Aguiar Costa Pinto, culminou com a adoção da Declaração sobre a Raça e os Preconceitos Raciais, que reconheceu que todos os seres humanos pertencem à mesma espécie e têm a mesma origem, portanto, nascem iguais em dignidade e direitos e todos são uma parte integrante da humanidade. Esse conceito – de novo, um conceito hoje aceito por todos –. na ocasião, no fim da Segunda Guerra Mundial, depois que vimos o que aconteceu nos campos de concentração nazistas ou em outros países, por exemplo, o *apartheid* na África do Sul, não era aceito pela sociedade, por toda a humanidade. Hoje em dia são corriqueiros, estão incluídos em todas as nossas legislações.

A Unesco também foi pioneira – e talvez essa seja a fase mais visível da organização – na proteção do patrimônio histórico e cultural. A defesa desse patrimônio tangível e intangível é, aliás, como já disse, a face mais visível dessa organização e é fundamental, um dos pilares importantes da cultura da paz, na medida em que o conjunto de bens tangíveis e intangíveis que nos singularizam – e isso é importante –, que singulariza cada um dos países e compõe a essência da nossa própria identidade nacional é visto e protegido pelo resto da humanidade como patrimônio de todos. Assim, se fortalece nesse processo a noção de pertencer ao mesmo grupo. Em outras palavras, aquilo que nos singulariza e projeta a nossa cultura e identidade é também o elo que nos vincula à humanidade como um todo.

E essa, e não outra, é a lógica que inspira e inspirou o trabalho de preservação do patrimônio tangível e intangível, desde os sítios arqueológicos do Egito, ameaçados pela construção da Represa de Assuã, da década de 60, até os esforços para a reconstrução hoje da Catedral de Notre-Dame, passando pela cooperação dada pela Unesco ao Governo brasileiro com vistas a reconstruir o Museu Nacional e, mais importante do que isso, recompor o seu acervo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje é bom que se lembre que os mais de mil sítios protegidos pela Unesco em 167 países, protegidos como patrimônio da humanidade, atraem um pouco mais de 1 bilhão de turistas por ano. A importância desses sítios está não somente no aspecto econômico, porque traz para a economia do turismo esse fluxo de turismo, mas também no nosso reencontro e na nossa importância, na importância que atribuímos à nossa própria cultura e ao nosso próprio patrimônio.

O Brasil tem 21 sítios culturais e naturais protegidos ou inscritos na lista de patrimônio da Unesco, dentre os quais estão: a cidade em que estamos, Brasília, os centros históricos de Salvador, São Luís, Diamantina, Goiás Velho e outros, assim como sítios naturais como Fernando de Noronha, Mata Atlântica, Pantanal e outros muitos.

É importante também porque esses sítios são fundamentais para a projeção cultural do País e, nesse sentido, nós temos feito um esforço também para incorporar, nessa lista, manifestações essenciais à cultura brasileira como patrimônio intangível da humanidade. E aqui me refiro a manifestações como a capoeira, o samba de roda, o frevo, o Círio de Nazaré. Todas essas manifestações são fundamentais para a cultura brasileira e elas estão protegidas pela Unesco.

Buscando ampliar a projeção nesse campo, o Brasil inicia um processo para inclusão de novos sítios. Estamos pensando em três, essencialmente, no processo que está aberto, que são Paraty, na sua categoria de sítio cultural e natural; os jardins de Burle Marx, que é um importantíssimo artista brasileiro de projeção internacional – hoje mesmo está sendo homenageado no Jardim Botânico, em Nova York, numa das maiores exposições já feitas por aquela organização; e também estamos apresentando as 19 fortificações edificadas desde a época colonial, do Brasil colonial, também como patrimônio da humanidade.

Essa última iniciativa, dos fortes construídos desde a época colonial, é fundamental pela sua capilaridade. Nós temos fortes em dez Estados brasileiros, nas cinco regiões do País. Então, isso dá uma enorme capilaridade, uma enorme visibilidade ao País e é fundamental para nós.

Ao lado dessas iniciativas, a Unesco mantém uma rede de cidades criativas, e essas cidades criativas se destinam a estimular a cooperação entre as cidades cujos setores criativos são estratégicos para o desenvolvimento urbano. Atualmente são oito, no Brasil: Belém, Brasília, Curitiba, Florianópolis e outras. E elas fazem parte de um esforço também do Governo brasileiro para divulgar não apenas o País como um todo e projetar a sua imagem no exterior, mas também a riqueza imaterial e o potencial econômico dos setores criativos dos diferentes Estados e regiões. Devemos ter presente que as chamadas indústrias criativas representam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje cerca de 3% do PIB, movimentam milhões de reais e hoje em dia formalmente empregam em torno de 800 mil brasileiros.

No campo da educação, ainda, temos um programa que eu reputo muito interessante, de Cátedras, da Unesco, e as Redes Unitwin. Essas foram criadas em 1992 e têm como principal objetivo a capacitação, por meio da troca de conhecimento entre as diversas universidades, treinamento em pesquisa conjunto com várias instituições de países em desenvolvimento. Participam do programa de universidades organizações governamentais e não governamentais, todas elas ligadas à educação superior. Hoje essa rede tem mais de 700 universidades pelo mundo e 21 cátedras estão sediadas no Brasil, todas elas estudando e desenvolvendo áreas de grande interesse para o desenvolvimento do País, como a bioética, manejos de recursos hídricos, sustentabilidade dos oceanos e outros.

Já que estamos falando dessa sustentabilidade dos oceanos e de recursos hídricos, não posso deixar de mencionar o Programa Hidrológico Internacional, lançado na década de 70, em 1975, pela Unesco, e do qual o Brasil participa, que é um programa de fundamental estratégia para o Brasil, porque ele cuida dos recursos hídricos, enfim, faz um estudo e o levantamento de informações sobre a água e os recursos hídricos do Brasil, que são temas estratégicos para o nosso País, que detém, como todos sabemos, 12% da água doce do Planeta. E não somente isso: a quantidade de rios que definem as fronteiras do nosso País. São 83 rios fronteiriços e transfronteiriços.

Também, na área de esporte, a Unesco tem um papel fundamental na área de inclusão: desenvolvimento do esporte e a busca da inclusão, através da educação física.

A Unesco vem trabalhando com a ideia, junto com o Governo brasileiro, em vários programas – inclusive, no Estado do Rio de Janeiro há programas importantes na área de inclusão social –, como um indutor da transformação social. Esses programas são ainda incipientes, pode-se fazer muito mais, mas estão operando de forma muito, muito importante.

Então, eu queria simplesmente fazer um pequeno registro de alguns momentos que são importantes para a humanidade e do esforço da Unesco para trabalhar os diferentes desafios que se apresentaram.

Lembro aqui, por exemplo, todos os debates durante a década de 70, sobre meio ambiente e proteção do meio ambiente – preservação e proteção do meio ambiente –, que culminaram com a Conferência de Estocolmo. Nesse momento, a Unesco lançou o programa "O Homem e a Biosfera", que é um programa de cooperação científica e internacional, para identificar a interação entre o homem e seu meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí, a principal linha de ação são as reservas biológicas – algumas delas do seu Estado, Senador Presidente – como a do Pantanal, Serra do Pantanal, ou da Mata Atlântica, e outras, do Cerrado, da Caatinga, etc.

Também na década de 70, na esteira dos processos de descolonização e de demanda por maior democratização do acesso à informação, a Unesco lançou a Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação, que foi um marco absolutamente extraordinário nesse processo, e todos – a maioria dos que estamos aqui – lembramos da importância que isso teve.

Provavelmente, na década de 90 ainda, no meio das discussões e polêmicas sobre manipulação do genoma humano, a clonagem humana, os transgênicos, a ovelha Dolly, enfim, todo aquele debate, a Unesco promoveu um processo extraordinário de reflexão, que culminou na Declaração Universal sobre o Genoma Humano e os Direitos Humanos, que é, justamente, sempre a mesma visão da forma como a Unesco vê essas questões e como essas questões relevantes para o debate da humanidade, naquele momento, aqueles desafios, como é que eles interagem com os direitos humanos e a ética, principalmente.

O mesmo esforço está sendo feito pela Unesco para implementação da Agenda 2030 das Nações Unidas nas áreas da sua competência. Está reformulando e revendo a sua própria estrutura para poder atender a todos os países e preparar todos os Estados para alcançar os objetivos do milênio.

Mas, assim como no século XX a Unesco se associou a causas da paz pela difusão da educação e da cultura a partir de uma perspectiva humanista, neste século a organização continuará a prestar importante contribuição nessa seara. O ódio que outrora alimentou grandes guerras impõe nos nossos dias desafios potencializados pelas tecnologias de informação e dos fenômenos que nós conhecemos hoje como *deep web*, *fake news* e outros, que no limite podem comprometer o tecido social e fomentar preconceitos e conflitos de toda ordem. A Unesco, uma vez mais, estará – creio eu, tenho certeza disso – na vanguarda das discussões, tendente a estabelecer parâmetros de ação estatal e estimular mecanismos de cooperação internacional e regional.

E numa perspectiva mais propositiva – tenho certeza também –, estamos todos convencidos de que a Unesco estará no centro dos debates sobre questões que marcarão profundamente esta nossa era do conhecimento, calcada na educação e na ciência, de fato os eixos temáticos da organização, que são indissociáveis entre si, e o fio condutor da sociedade atual, porque a educação, a ciência e a informação estão na base da ação política para a promoção do desenvolvimento e das dimensões econômicas e sociais de todos os países.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A organização deverá certamente concentrar esforços em um processo de reflexão sobre o futuro da educação, em função da percepção comum de que o setor deverá passar por amplas transformações, tendo em conta a introdução de novas tecnologias em prol da aprendizagem e as mudanças curriculares e das práticas de ensino necessárias, todas elas para a promoção da cultura da tolerância e da sustentabilidade, bem como a preparação dos indivíduos para um mundo interconectado, com exponencial emprego de tecnologias digitais.

Nessa ótica, parece-me – creio que podemos todos coincidir –, a Unesco dispõe de realizações, mandatos e atributos que a legitimam para postular papel central na composição e execução de uma agenda internacional de conhecimento que balizará instrumentos normativos e políticas públicas, e o Brasil não poderá de forma alguma estar alheio a esse processo.

Tema de particular destaque nesse contexto, sem dúvida nenhuma, é a questão da inteligência artificial e a necessidade de que sua rápida evolução seja acompanhada de marcos políticos, jurídicos e éticos negociados que assegurem sua utilização em sintonia com os nossos valores e interesses. A esse respeito, a Unesco promoveu, em março passado, conferência global sobre inteligência artificial em uma perspectiva humanística, e este é o sinal do esforço da Unesco: é trabalhar a inteligência artificial, a ética e a bioética.

O Brasil sempre reconheceu, Senador Relator Chico, a importância intrínseca da Unesco e a pertinência das suas contribuições para o mundo contemporâneo. Fomos um dos 37 fundadores da organização em Londres, em novembro de 1946, e desde então nosso engajamento diplomático tem sido uma constante.

O mandato e os objetivos da Unesco confluem com a nossa própria agenda de desenvolvimento e a inclusão, por meio da educação, ciência, inovação e cultura. Isso bastaria para justificar uma atuação destacada na organização. Como país firmemente engajado na promoção do desenvolvimento de sua sociedade, o Brasil tem muito a se beneficiar com a cooperação prestada pela Unesco e a sua capacidade de arregimentar recursos e capacidades para a execução de iniciativas e projetos em áreas do seu mandato.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as palavras do Embaixador Santiago.

Pela ordem de inscritos, o primeiro que fará uso da palavra é o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu observei... O senhor pode me confirmar se o Senador Anastasia está inscrito?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS. *Fora do microfone.*) – Está inscrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, como ele é dono do controle acionário dos nossos sítios arqueológicos (*Risos.*) – Minas Gerais tem 25% dos 16 –, eu consulto se V. Exa. pode conceder a palavra primeiro para o controlador da empresa e depois para mim, que sou um sócio minoritário e aspirante.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra o controlador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG. Para interpelar convidado.) – Muito obrigado.

Bom dia, eminente Presidente Senador Nelsinho Trad, eminente Embaixador Santiago Mourão. O Senador Esperidião Amin, além de conhecimento, cultura, ele de fato irradia simpatia, mas muitas vezes também um pouco de ironia, não é verdade? (*Risos.*)

Mas, com muita gentileza, como lhe é característico, ele me cede para ser o primeiro para fazer aqui as indagações ao eminente Embaixador Santiago.

Aproveito para cumprimentar os pares, eminentes Senadores aqui presentes, e também a nossa Delegada da Unesco no Brasil, cara Marlova, amiga de muitos anos, muito competente no trabalho que realiza.

Eminente Embaixador, primeiro, cumprimento V. Exa. pela carreira. O Senador Chico Rodrigues foi muito feliz no seu relatório, mostrando de fato a trajetória de V. Exa. nos diversos cargos exercidos. Fico muito feliz também quando V. Exa. me comunicou há pouco – e eu confesso que não sabia – que V. Exa. tem nas suas veias o sangue diamantinense, um dos patrimônios, um dos percentuais citados aqui pelo Senador Esperidião Amin, porque em Minas Gerais, de fato, Presidente, temos quatro Patrimônios da Humanidade. Até acho pouco, confesso, Embaixador Santiago, pela riqueza histórica de Minas Gerais, que detém mais da metade do patrimônio histórico brasileiro, que está no Estado em razão da colonização no período do ouro.

Eu fiquei muito atento à exposição de V. Exa. e muito feliz ao reiterar aqui cada vez mais a nossa disposição no Brasil de investirmos na questão da cultura, da educação. V. Exa. citou o projeto que a Unesco tem na nossa educação, que é fundamental, em outros Estados também; citou aqui, há pouco, a questão dos fortes, que são algo belíssimo que o Brasil tem. E é importante nós sempre lembrarmos que, no caso da cultura, a cultura não é só o valor cultural em si, que por si só bastaria para a nossa atenção, mas é também o fator econômico. Nós observamos que o turismo é baseado fundamentalmente nas questões do patrimônio histórico

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e também no patrimônio imaterial, como, por exemplo, o gastronômico. E nós temos no Brasil hoje um riqueza gastronômica imensa.

Em meu Estado, Minas Gerais, eu citava semana passada – o Senador Amin, como sempre, solicitando que eu trouxesse a ele os queijos premiados de Minas no Festival Mundial de Tours, na França, cachaça...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MG) – Exatamente, como os outros Estados têm igualmente.

Então, V. Exa. vai exercer uma função em um organismo das Nações Unidas que, em relação ao Brasil, tem na verdade não é nem uma avenida nem um bulevar, é uma autoestrada, é uma *Autobahn* daquelas alemãs, o mais belas e abertas possível, para que V. Exa. desenvolva um trabalho imenso para identificar essas potenciais parcerias, inclusive não só alocando capacitação técnica, o que a Unesco tem de primeira grandeza no mundo, mas mesmo orientação em relação aos objetivos do milênio, às questões de manutenção e desenvolvimento do ensino, da educação, como também da área cultural.

Então, me parece que V. Exa. terá, na sede da Unesco em Paris, de fato, um trabalho extraordinário, e terá condições de, dando continuidade ao trabalho daqueles que o antecederam, realizar em prol do Brasil pontos muito positivos. Quando o Senador Amin, de maneira gentil, cita que Minas Gerais tem um quarto, eu reitero a importância que isso tem não só para a autoestima, que é fundamental, do nosso povo, mas fundamentalmente para agregar valor ao nosso turismo e à capacidade de atrair empregos nessa indústria, que é extremamente florescente.

V. Exa. sabe bem que a Espanha deu um salto econômico extraordinário graças ao turismo. De Portugal – esses dias está nos jornais – se diz a mesma coisa: Portugal investiu no turismo e hoje é o queridinho da Europa em termos de investimentos. Então, o Brasil tem toda condição de fazê-lo, unindo as nossas riquezas naturais, que são indiscutíveis, com a riqueza do nosso patrimônio histórico e cultural e, volto a dizer, da nossa identidade, as danças, a música, o teatro, as expressões vocacionais, o nosso folclore, que é riquíssimo e cujas manifestações...

Cito aqui, por exemplo, o famoso episódio de Parintins, que atrai milhares de pessoas a cada ano, milhões ao longo dos anos. Quer dizer, nós temos uma diversidade única no País, mas que é, muitas vezes, infelizmente, pouco conhecida. Eu cito sempre que, se as Cataratas do Iguaçu, já tão visitadas, estivessem nos Estados Unidos, como Niagara Falls, seria a atração

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

mais visitada do mundo. Da mesma forma, os nossos patrimônios históricos e as nossas festas populares.

Então, acredito que essa questão da divulgação será um nó górdio que V. Exa. saberá, à semelhança de Alexandre Magno, cortar de maneira sábia, extremamente inteligente, com a competência que V. Exa. tem, para colocar o Brasil em posição de destaque na Unesco.

E concluo com as questões relativas à educação, que são fundamentais para o desenvolvimento. Não há nenhum país do mundo que tenha avançado no campo do desenvolvimento e do progresso da ciência e da tecnologia sem que tivesse investido em educação em todos os seus níveis. E a Unesco tem condição de nos ajudar muito, como, aliás, já o faz.

E eu quero aqui, publicamente, Presidente Nelsinho Trad, agradecer muito. Fui Governador de Minas Gerais e, no período de meu governo e no período de nosso partido no governo, durante 12 anos, foi importante o apoio que a Unesco nos deu. Inclusive, a nossa secretária de educação veio da Unesco. A Secretária Ana Lúcia Gazzola era delegada da Unesco na Venezuela em outros tempos, foi reitora da nossa universidade federal e realizou um belíssimo trabalho, exatamente utilizando o conhecimento da Unesco nessa área.

Então, quero cumprimentar V. Exa. e, já concluindo a minha intervenção, que já é muito mais longa do que eu gostaria, desejar-lhe muitas felicidades, com a certeza de que V. Exa. irá representar muito bem o Brasil nesse organismo, que atravessa hoje no mundo...

E me permita só um acréscimo final, Senador Amin, até em homenagem a V. Exa., que me deixou falar primeiro, sobre a posição da Unesco, agora fora do Brasil, na defesa do patrimônio mundial, citando o caso de Palmira, que é uma chaga hoje no coração de todas aquelas pessoas que têm admiração pela história antiga e pela cultura, chaga decorrente da tragédia que se abate sobre a Síria. Palmira é exemplo do papel fundamental da Unesco na preservação daquela riqueza incomensurável da humanidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos as colocações sempre pertinentes do Senador Antonio Anastasia.

Agora o Senador Esperidião Amin e, posteriormente, Chico Rodrigues e Flávio Bolsonaro.

Não havendo objeção do Plenário, indago se podemos abrir o processo de votação da Mensagem 18, de 2019.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado.

Declaro aberto o processo de votação, enquanto os Senadores fazem as suas colocações, que será feito em urna eletrônica, na cabine à direita. Os Senadores que puderem se dirigir até lá, já está pronto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Com a palavra Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, quero me dirigir aos nossos companheiros Senadores, aos assistentes, às pessoas que aqui acompanham esta reunião, e me dirigir especialmente ao Sr. Santiago Irazabal Mourão, que reúne essa riqueza étnica das origens bascas com a sabedoria e a sensatez de Minas Gerais, especialmente de Diamantina, tão bem sintetizada pelo nosso querido Senador Antonio Anastasia.

Eu vou abordar quatro tópicos de maneira muito pontual, muito rápida, tão rápida quanto possível, em homenagem à missão que V. Exa. vai cumprir.

Primeiro, quero apenas anotar que, neste ano, eu já requeri uma sessão solene para ser realizada em novembro, celebrando os 40 anos de restauração das fortalezas da Ilha de Santa Catarina e do litoral catarinense, projeto da nossa Universidade Federal, que é um marco, pelo menos em termos de Sul do Brasil, pela importância estratégica que o Sul do Brasil e a Ilha de Santa Catarina tinham à época daquele sistema de navegação. Basta dizer que, na p. 119 do livro *1808*, do Laurentino Gomes, o terceiro pedido do Lorde Strangford ao Príncipe Regente D. João, que se evadia de Portugal, era a concessão de um porto no litoral brasileiro e esse porto seria a Ilha de Santa Catarina, para a esquadra da nação amiga, a Inglaterra. E nós vamos procurar celebrar esses 40 anos, um esforço nacional de preservação desse nosso patrimônio.

Eu queria destacar que fico assim fascinado com a missão de V. Exa. e queria pedir a sua atenção, inclusive porque está aqui a representante da Unesco, para três peculiaridades da minha região e do Brasil. Primeiro, o conjunto de oficinas líticas que nós temos no Sul do Brasil, provavelmente que remontam à população itararé, que se confunde com o nosso homem do sambaqui. Segundo comentava aqui com o Senador Chico Rodrigues, nós temos algo em paralelo com a Roraima que são os alinhamentos de pedras, alguns produzidos pela mão humana, outros naturais, como é o nosso caso. Alinhamentos que se sobrepõem – até há a superstição ou a crendice – e vão se encontrar lá em Stonehenge, na Inglaterra, o seu paralelo no hemisfério norte. No nosso caso, equinócio de verão, equinócio de inverno, solstício de verão, solstício de inverno. Nós temos levantamentos arqueoastronômicos impressionantes, e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desconheço alguma ação nesse sentido por parte da Unesco – eu desconheço, pode ser exista e eu apenas esteja desinformado. Nós temos, inclusive, estudos científicos sobre esses alinhamentos de pedras, e queria que V. Exa. ajudasse a valorizar isso.

Também faço o mesmo apelo para um dos sítios em que Santa Catarina tem uma modestíssima participação, que é o nosso sítio que homenageia as missões jesuíticas. Como eu sou um pouco da confraria... Um dos livros da minha mocidade era a *República Comunista Cristã dos Guaranis,* do Clovis Lugon, um jesuíta suíço que alinha bem o que elas representaram.

E, abordando os dois últimos tópicos, pergunto, primeiro, o que o senhor pode fazer para valorizar não só o sítio arqueológico, mas o que essa referência histórica pode representar para América do Sul? Se nós comparamos, a Europa tem vários caminhos de Santiago de Compostela, tem o caminho inglês, tem o caminho francês. Os que querem andar menos usam só o espanhol ou o francês e, se quiserem ficar só na Espanha ou em Portugal, também conseguem fazer um roteiro. Para que se tenha uma ideia, a cidade de Santiago de Compostela, que tem 130 mil habitantes, recebe 10 milhões de turistas por ano! Isso é mais do que o Brasil...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mais do que o Brasil, quase o dobro, e em Santiago de Compostela chove 250 dias por ano!

Se houver um entendimento entre os dois lados do Rio Jordão, Senador Nelsinho Trad, e adotarem o Caminho de Abraão, que nós preferimos chamar de Ibrahim – nós do outro lado, do lado de cá... O Caminho de Santiago de Compostela médio tem 3,8 mil quilômetros, o do Abraão também tem 3,8 mil quilômetros, mas nós temos o Caminho do Peabiru, o primeiro caminho bioceânico da América do Sul, ligando Cananeia, em Santa Catarina, ao Oceano Pacífico, com vários traços... Temos 300 nomes tupis-guaranis no Chile, sinal de que eles se comunicavam – toponímicos, não é?

Então, acho que V. Exa. prestaria um grande serviço ao Brasil e à América do Sul se colocasse uma lupa em cima disso. Têm sítios, têm nomes, e têm um grande potencial turístico, tanto o Caminho do Abraão, quando houver mais paz no Oriente Médio, quanto o nosso, onde não temos problemas, não há nenhuma conflagração, apesar de a primeira viagem do Aleixo Garcia atrás da prata de Potosí ter custado a cabeça dele – ele não conseguiu voltar para Florianópolis, para Desterro –, Aleixo Garcia, que é homenageado como, provavelmente, o fundador de Asunción, de Nuestra Señora de Asunción.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Finalmente, eu queria aplaudir a sua ideia de colocar modernidade nisso, não só valores arqueológicos ou históricos. A tecnologia da informação e a inteligência artificial dariam à Unesco a vibração necessária, oportuna – aliás, mais do que oportuna, oportuníssima. Só queria lhe dizer que, sem nos envolvermos na questão da guerra cibernética, nos alfabetizaria essa participação da Unesco, dando à educação essa ferramenta essencial.

Até devo informar alguns membros da Comissão que não estavam aqui na quinta-feira passada de que nós aprovamos... A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional terá duas avaliações de políticas públicas neste ano.

Uma delas, proposta pelo Senador Nelsinho Trad, versa sobre proteger as nossas fronteiras, ou seja, uma coisa física, é por onde passam as armas – não estou nem falando em contrabando de mercadoria, estou falando em contrabando de armas, é de lá que elas vêm. Na medida em que nós fecharmos fronteiras, nós vamos encontrar mais armas nos aeroportos, como já aconteceu no Rio de Janeiro.

De minha parte, eu pedi a avaliação do programa brasileiro de defesa e de guerra cibernética, que está afeto ao Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro. Nós aprovamos um cronograma e pretendemos avaliar isso – aí já é um assunto doméstico, digamos, mas que tem a ver com o emprego de inteligência artificial e com essas várias formas de comunicação, nem sempre construtivas, com que nós temos nos deparado.

De forma que o meu pedido... Se eu tivesse que escolher uma prioridade, eu pediria a sua atenção especialmente para a questão do Caminho do Peabiru, ou seja, o caminho histórico bioceânico que a América do Sul pode resgatar, explorar e associar as nossas reivindicações logísticas, muito importantes para o desenvolvimento da América do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Pediria aos Srs. Senadores que não votaram que possam se dirigir até a cabine à direita para exercer o seu direito de voto.

Com a palavra o Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Meu caro Presidente Nelsinho Trad, amigo Senador Esperidião Amin, Senador Flávio Bolsonaro, que se tirou, Senador Antonio Anastasia, Senador Mecias de Jesus, Senadora Renilde Bulhões, meu carro Diplomata Santiago Irazabal Mourão, é de importância fundamental para o Brasil ter representantes junto à Unesco buscando a cultura humanística e mensagem de paz, tão caros à sociedade moderna.

É uma alegria poder relatar a mensagem de cargo tão honroso e retratar a desafiadora missão de alguém tão virtuoso quanto o Ministro de Primeira Classe Santiago Irazabal Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Santiago é reconhecido pela sua capacidade e experiência na busca de tratativas em prol da disseminação da paz mundial. Tudo isso em consonância com a filosofia da Unesco, do compromisso de promover a paz através de políticas ligadas à cultura, meio ambiente, ciência e, principalmente, educação.

O sabatinado tem muito a contribuir com o nosso País, que carece de políticas públicas em prol da educação, das nossas comunidades indígenas, que necessitam de um olhar mundial voltado para o resgate e manutenção de suas tradições e crenças, permitindo a sua interação ao mundo moderno. Temos a certeza de que a contribuição será relevante, em âmbito internacional, para o diálogo sobre as diversas etnias, trazendo a este cenário a vasta experiência cultural brasileira.

Precisamos também de um garantidor na luta da proteção do patrimônio mundial, das metas de desenvolvimento sustentável e da garantia e busca do acesso à educação aos refugiados, inclusive no Brasil. Venezuelanos em Roraima passam da casa de 50 mil em um Estado de 380 mil habitantes – a sua capital, com 380 mil habitantes.

O Brasil é membro fundador da Unesco, e a sua permanência ativamente é de extrema importância para o País. O nobre candidato ao cargo de delegado entrará com uma grande preocupação: o Brasil deve hoje aproximadamente um total de US$13 milhões, sendo US$4 milhões o saldo de 2018 e US$9 milhões referentes ao ano de 2019, o vencimento se deu em janeiro de 2019. Portanto, é uma imensa tarefa que V. Exa. deverá enfrentar com essa demanda. Está entre os maiores devedores da atualidade, terceiro maior devedor – e eu não poderia aqui deixar de fazer esse registro. Sendo assim, a situação, que hoje não é emergencial, precisa ser resolvida antes das eleições para que o Brasil continue a ter poder de voto e ser um elemento chave nos estudos e decisões promovidos por esse organismo internacional.

Também destaco a importância e necessidade de que precisamos demonstrar, cada vez mais, ao mundo a nossa riqueza cultural, pluralismo da nossa sociedade e a solidez das nossas instituições. É fundamental termos representante da nossa bandeira, da cultura e da história do nosso povo em uma instituição que zela pelos valores mais caros às sociedades, entre os quais se destacam: a justiça social e a igualdade de todos os seres humanos.

Por fim, destaco a necessidade de darmos continuidade à projeção internacional da língua portuguesa para o Brasil. Nas próprias palavras do sabatinado, a promoção da língua portuguesa e, por seu intermédio, da cultura brasileira pode trazer importantes dividendos ao País. É o instrumento facilitador de negociações comerciais, abre um leque de opções para exportação de produtos da indústria cultural brasileira, principalmente dos mercados editorial e musical, e nos torna mais atrativos como destino para estudantes universitários. Todos esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desdobramentos têm um efeito catalisador, por sua vez, sobre o turismo e outros segmentos da indústria, comércio e serviços nacionais.

Por essa razão, por tudo constante no relatório por mim lido a V. Exas., acredito no acerto da escolha do Presidente Jair Bolsonaro ao indicar o Ministro de Primeira Classe Santiago ao cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Unesco.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de deixar aqui esse registro e deixar o nosso elogio expresso pela conduta, pela capacidade e, acima de tudo, pela experiência vivida em outras funções ao Ministro Santiago Mourão, Embaixador de elevado nível, que tão bem representa a diplomacia brasileira.

Então, tenho certeza da aprovação de V. Exa. nessa nova função. E que Deus o abençoe na Unesco, trazendo não só benefícios para o Brasil, mas benefícios para a humanidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – O último Senador inscrito, Mecias de Jesus.

Posteriormente, passaremos a palavra ao Embaixador Santiago, para fazer os comentários a respeito das colocações dos nobres Senadores.

Solicito ao Senador Amin que possa exercer o seu direito de voto.

Antes, porém, de passar a palavra ao Senador Mecias, gostaria, com muito prazer, de registrar a presença da Sra. Marlova Noleto, diretora e representante da Unesco no Brasil – é uma honra tê-la aqui – e da Sra. Débora Seixas, esposa do nosso Embaixador Santiago Mourão, que, com a presença, avaliza e endossa toda essa movimentação. Do contrário, seria muito difícil.

Com a palavra o Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PRB - RR) – Presidente Nelsinho Trad, caros colegas Senadores e Senadoras, eu quero cumprimentar o Embaixador Santiago e dizer que é uma satisfação poder participar deste momento que autoriza, vota e aprova o nome de V. Exa. como Delegado Permanente da Unesco. E quero desejar-lhe sorte, muito sucesso, pois certamente, V. Exa. obtendo sucesso, esse sucesso também será do povo brasileiro.

Mas, Sr. Presidente, eu quero pedir vênia a V. Exa. e aos demais membros da Comissão para mudar um pouco o assunto. Nós estamos na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. E eu quero trazer, mais uma vez, à baila nesta Comissão e pedir o apoio do Senado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da República, sobretudo de V. Exa. e dos demais Senadores – Senador Espiridião Amin, Senador Antonio Anastasia, Senador Chico, demais Senadores, Senadora Renilde, que se encontra aqui.

Sr. Presidente, o Estado de Roraima está atravessando momentos difíceis com essa questão da imigração venezuelana. E eu fiz um compromisso comigo mesmo e com o povo de Roraima de que, a partir de ontem, eu faria, todos os dias, em qualquer comissão em que eu estivesse, um apelo ao Governo Federal para que ajude o povo de Roraima a combater as mazelas em Roraima, que aumentaram significativamente, geometricamente depois da chegada dos venezuelanos no nosso Estado.

O nosso sistema de saúde colapsou. Nós entramos em colapso no sistema de saúde. Existem pessoas que são internadas e vêm a falecer sem ter condições de um tratamento digno porque as filas aumentaram gigantemente com a chegada dos venezuelanos. Triplicaram as filas, não há medicamento nos hospitais, não há leitos para internações, não há equipamentos.

E, na segurança pública, Sr. Presidente, é um desastre para nós. Nós estamos tendo caso de um homicídio, no mínimo, por dia no Estado de Roraima cometido por venezuelanos. Um homicídio, no mínimo, por dia.

Entram cerca de 500 venezuelanos, Embaixador, no Brasil, em Roraima, todos os dias. Desses 500 que entram, no mínimo, 20% são marginais que entram para cometer crimes. A população de Roraima não aguenta mais, está entrando no desespero.

Eu vi, há poucos dias, o Senador Marcio Bittar dizer que, quando os haitianos entraram lá na cidade dele, lá em Brasileia, se não me engano, no Acre – cerca de 2 mil –, eles ficaram malucos. Você imagine, em Roraima, um Estado com 500 mil habitantes, nós termos cerca de 100 mil venezuelanos – 100 mil. Desses 100 mil, nós estamos tendo... Em 2017, para você ter uma ideia, Presidente Nelsinho, Roraima teve cerca de 800 crimes cometidos por venezuelanos. Em 2018, isso aí já pulou para 2 mil. Em 2019, nos primeiros três meses, nós temos mais de mil crimes cometidos por venezuelanos.

Há alguns Senadores, alguns Deputados, algumas pessoas que acham bonito dizer: "Vamos acolher os venezuelanos". Nós estamos acolhendo, só que nós não aguentamos mais. Os bons estão acolhidos, mas os maus estão aterrorizando. É muito bonito dizer: "Ah, os Estados têm que interiorizar, têm que buscar", quando vão lá atrás de 300, 400, mas ficam lá 90 mil, 100 mil.

Roraima não aguenta mais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de pedir a V. Exa., Presidente Nelsinho, que oficializasse ao Presidente do Senado Federal e designasse uma comissão de Senadores para ir a Roraima, junto conosco, o mais rápido possível, com as demais autoridades que V. Exa. achar e julgar necessárias, para ouvirmos não só nos abrigos, mas os venezuelanos que estão nas ruas, ouvir o Governador, ouvir os hospitais, ouvir os pais de família nas ruas, que estão sofrendo violências todos os dias cometidas pelos venezuelanos.

Nós estamos aqui, aproveitando esta oportunidade em que nós estamos aprovando o nome do nosso Embaixador, mas não posso deixar passar a oportunidade de pedir socorro em nome do povo de Roraima.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Acusamos a fala de V. Exa. Existe uma Subcomissão já constituída para tratar desses assuntos, e vou fomentar, incentivar o Presidente dessa Subcomissão, para que se organize um grupo de Senadores para a gente poder constatar *in loco* o desabafo que V. Exa. acaba de proferir.

Passo a palavra ao Embaixador Santiago Mourão para poder tecer alguns comentários a respeito da fala dos Srs. Senadores.

O SR. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO – Obrigado, Sr. Presidente.

Quero agradecer pelos comentários feitos aqui pelos Senadores presentes, porque são todos eles extremamente pertinentes e balizarão o nosso trabalho na Unesco.

Para a nossa sorte, Senador Anastasia, o Centro Histórico de Diamantina já é Patrimônio Histórico da Humanidade. Portanto, eu terei mais tempo livre para fazer as outras tarefas que se apresentam.

O Sr. Senador mencionou dois ou três assuntos que são, me parece, muito importantes e fundamentais. Um deles, obviamente, é o esforço no sentido de buscar a qualidade e a melhoria da nossa educação. E, nessa questão, nesse esforço, a Unesco tem um papel relevantíssimo a realizar junto com os governos estaduais e o Governo Federal.

Em Minas, já temos um programa extremamente exitoso em funcionamento. Quase 500 Municípios do Estado são atendidos por esse programa, e em torno de 3 milhões de alunos estão se beneficiando desse programa de cooperação. Creio que precisamos aumentar e precisamos trabalhar nas outras vertentes da educação, e a Unesco, para isso, estará preparada, e, juntamente com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores, poderemos avançar nessa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obviamente, a identificação de sítios do patrimônio, tão somente eles remetem à identidade do País e à identidade nossa, mas também são uma fonte extraordinária de atração de turismo. Comentamos aqui a importância do turismo. Foram levantados aqui exemplos de Santiago de Compostela, de Portugal e o número de turistas que entram na Espanha, em Portugal.

O Brasil curiosamente é um pouco o inverso. Tem uma massa de turistas enorme, provavelmente uma das cinco maiores do mundo. Nós temos em torno de 70 milhões de turistas internos, brasileiros, que se mobilizam dentro do Brasil, mas recebemos apenas 6 milhões de turistas estrangeiros, dos quais 3 milhões são quase que nossos também porque são argentinos que vêm às costas brasileiras. Então, realmente o Brasil ainda está muito aquém de exercer plenamente o seu potencial turístico, e aqui podemos trabalhar intensamente no caso de promover os bens que estão incluídos no Patrimônio da Humanidade.

O senhor mencionou também a questão de Palmira, que muito nos adoece, realmente, e o esforço da Unesco para preservar o patrimônio que temos naquela cidade. É bom lembrar que a pessoa que veio, a Unesco designou para que viesse ao Brasil para a primeira missão, para ver os resultados e o que fazer no caso do Museu Histórico do Rio de Janeiro, justamente a pessoa que está encarregada da preservação de todo o patrimônio de Palmira.

E é fundamental. Temos visto outros desmandos extraordinários, como a questão dos budas e do Afeganistão. O patrimônio de Timbuktu também, que foi destruído. E a Unesco permanentemente atendendo a essa questão da preservação.

Avançamos muito, na medida em que o Conselho de Segurança das Nações Unidas acaba de aprovar – aprovou ano passado – uma resolução que reconhece que a proteção do Patrimônio da Humanidade é uma peça central e fundamental para paz e estabilidade internacionais. E, com isso, eu acho que se cria uma maior consciência de preservação.

Continuaremos, portanto, avançando nessas questões. Muito obrigado pelos seus comentários.

Senador Amin, obrigado pela sua lembrança do Caminho de Peabiru, que realmente é uma iniciativa que me atrai muitíssimo. Por vários motivos, não somente pela sua relevância histórica, mas o Brasil é membro do Conselho Executivo da Unesco, e os membros do Conselho Executivo são identificados e são propostos pelos seus grupos regionais, e, no nosso caso, somos propostos pelo Grulac, pelo Grupo de Países Latino-Americanos.

A ideia de trazer um projeto que integre vários países da região é muito atraente, porque isso realmente mostra e revela a importância que nós também damos a esta dupla função de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

representante no Conselho Executivo do Brasil, mas também na região que nos identifica. E, no caso nosso, aqui poderemos trazer um projeto que une o Brasil, passa pela Argentina, vai até o Chile. Isso me parece uma grandíssima ideia, e eu quererei discutir com o senhor mais intensamente. Convido também a Marlova para que nos acompanhe nessa discussão, que creio que é fundamental que a gente possa trabalhar nessa área.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se V. Exa. me permite, Presidente, eu estou pedindo ao meu escritório que me encaminhe um pequeno texto que eu escrevi sobre o assunto,...

O SR. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO – Ah, claro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que aborda as quatro linhas de atuação que nós podemos ter para desenvolver esse projeto com uma iniciativa verdadeiramente panamericana e destaco – me ocorrem agora – alguns autores que abordam esse assunto de maneira muito curiosa.

O mais antigo é o Rocha Pitta, *Historia da America Portugueza*, que fala do Pai Sumé.

O SR. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO – Pai Sumé, exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Fala, inclusive, sobre o papa que proibiu falar sobre o Caminho de São Tomé. Proibido, apesar dos vários vestígios que a geografia brasileira registra. Segundo Olavo Raul Quandt, que é um autor catarinense, de Corupá; Rosana Bond, que é paranaense, ela puxa para o lado do Paraná, mas deve ser ouvida, né? E o Eduardo Bueno, que é bastante popular e que fala também sobre O Caminho do Peabiru ou o Caminho do Pai Tomé ou de São Tomé, que teria peregrinando aqui pelas Américas antes de morrer na Índia.

Como é o santo do meu dia de nascimento, que me obriga a sempre conferir antes de acreditar – e não tem sido ruim na minha vida, não –, então, eu queria lhe oferecer esse pequeno texto.

O SR. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO – Muito lhe agradeço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Assim que eu obtiver, como um pequeno insumo básico para exatamente focalizar esse aspecto.

Não é um projeto bairrista ou mesmo nacional, é internacional...

O SR. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... porque ele se escora em um anseio econômico nosso, que é o caminho bioceânico. Ele já existiu e é pré-colombiano.

Então, resgatá-lo e transformá-lo numa trilha com o uso de vários modos de transportes, como vai acontecer com o Caminho de Abraão, que vai usar desde camelo até quadriciclo. Então, eu acho que é uma empreitada que está dormente, adormecida, e que pode ser acordada com uma sacudidela, que eu espero que V. Exa. possa contribuir para acontecer.

Muito obrigado.

O SR. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO – Faremos isso, com certeza, porque a ideia me parece extremamente feliz. Creio que podemos trabalhar, justamente por haver essa dimensão regional.

O senhor mencionou o fato de que há toponímicos dos guaranis no Chile. O senhor certamente tem a informação de que, no começo do século passado, o guarani era a língua franca de toda essa região. Em São Paulo, inclusive, para a minha surpresa, havia dois jornais em guarani – dois jornais em guarani, no início do século passado. Eu achei isso extraordinário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o Padre Anchieta fez a gramática.

O SR. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO – É verdade, é verdade.

Mas eu acho que ali, naquela região, além das missões jesuíticas, que é também um projeto, de alguma forma, regional – agora, com a inclusão das fortalezas da ilha de Santa Catarina nesse projeto de apresentação das fortalezas e fortes da era colonial –, haverá também o esforço e o impulso ao turismo, o que será importante para a região.

Mas eu queria mencionar rapidamente a questão que o senhor mencionou da inteligência artificial. Eu creio que esse será o grande debate dos próximos anos no mundo, mas, principalmente, focalizado na Unesco, porque o foco da Unesco – e nisto o Sr. Senador tem razão – está um pouco além da guerra cibernética e dessa nova guerra fria, que parece estar se construindo em torno desse tema da inteligência artificial. Será um debate essencialmente vinculado à ética do uso dessas tecnologias, o que é fundamental para poder balizar o trabalho futuro e para avaliar como poderemos nós todos nos aproveitar dessas ferramentas que serão absolutamente definidoras do futuro para o próprio desenvolvimento.

Muito obrigado ao senhor pelos seus comentários.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Chico Rodrigues, primeiro, novamente, obrigado ao senhor pelo seu relatório, pelas palavras gentis com que se referiu a mim. Permita-me...

E aproveito, Senador Mecias, para contextualizar um pouco também a sua preocupação com a imigração no Estado. Vou falar de duas ou três coisas que têm a ver com a região em si e do que podemos fazer juntos, a partir da Unesco.

A primeira questão é a questão indígena que o senhor levantou e a educação indígena. Quero apenas lembrar que este é o ano das línguas indígenas – a Unesco assim o definiu. Então, há um extremo, um grande esforço no sentido de trabalhar com as comunidades indígenas. A própria Unesco está realizando, junto com a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica e a Agência Nacional de Águas, um grande seminário em Manaus, agora em agosto, sobre justamente manejo de águas na cultura indígena. O interessante é que aprenderemos um pouco como essas técnicas estão presentes, como podemos também aproveitá-las no manejo de águas. O interessante é que esse seminário será também feito em quatro línguas indígenas. Portanto, é um fator importante a ser reconhecido.

Há projetos realmente muito interessantes na região, mas há muito a fazer – há muito a fazer. O senhor mencionava a questão do ensino, e o ensino é fundamental nas suas duas vertentes, não somente na qualidade do ensino em si. Acho que aqui há programas já estruturados que podem ser, de alguma forma, mimetizados na região; programas que são realizados em São Paulo, Rio de Janeiro ou em outros Estados, como Minas Gerais, conforme mencionamos, mas precisamos também de ideias inovadores de como treinar os nossos professores para o ensino das línguas indígenas, de como aproveitar todas essas questões.

Há uma questão econômica fundamental, que os senhores conhecem muito melhor do que eu, que é o aproveitamento desse platô goianense, que é uma área de riqueza extrema e uma área contínua, agrícola, inexplorada ainda. Creio que o Brasil e os seus vizinhos ao norte têm o papel fundamental nesse desenvolvimento. É um dos projetos que acho mais interessantes e que poderíamos trabalhar nessa área.

É claro que o ensino do português para os imigrantes que vêm da Venezuela é um enorme desafio, Senador, porque ensinar o português para o hispanoparlante é um desafio, porque é uma língua que se parece muito, e só o Brasil tem esse tipo de preocupação. Os alemães ensinam alemão para qualquer de seus vizinhos, porque não se parece com nada; os franceses também, mas para nós ensinar português para os hispanoparlantes é um desafio extraordinário, principalmente para essas crianças que vêm, porque o português se transformará para elas não numa língua funcional, uma língua técnica, uma segunda língua, mas se transformará, pela idade com a qual estão aprendendo e estudando, numa língua de herança, e aí, realmente, ganha uma dimensão totalmente diferente. Nós estamos atendendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

na nossa fronteira, Senador, algo em torno de 30 mil crianças hispanas, que vêm dos nossos vizinhos estudar português nas nossas escolas.

Em relação aos refugiados, a Unesco não é propriamente o órgão principal, eu diria que não é o que está à frente desses esforços; são outras agências das Nações Unidas que estão trabalhando. A Unesco entra com sua expertise na área de levantamento de informações, de estudos sociológicos na região e, principalmente, na área de treinamento desses professores e na área de prevenção de saúde, e em treinamento de professores que entendam um pouco sobre como trabalhar essa realidade nova.

Eu entendo o que o senhor está dizendo, Senador Mecias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO – ... que é justamente a quebra do equilíbrio social e o risco que isso provoca no tecido social. A entrada de um número tão grande de imigrantes – estamos falando aqui, talvez, de 20% de população –, quer dizer, quebra o equilíbrio. É fundamental esse trabalho e realmente, eu estou à sua disposição, evidentemente, para ver o que podemos fazer a partir deste papel da Unesco, que não é um papel, como eu lhe disse, fundamental, não é um papel principal que poderá apoiar outras iniciativas que estão em funcionamento.

Não quero tomar muito o seu tempo, mas eu quero apenas trazer um projeto sensacional que a Unesco desenvolveu na região – já foi concluído, mas acho que podemos pensar em coisas parecidas –, que é o Projeto PeSCA, desenvolvido pela Unesco com a Fundação Vale do Rio Doce para levantamentos sociológicos sobre a pesca na região, levantamentos econômicos sobre toda a cadeia econômica da pesca e treinamento para as comunidades ribeirinhas do Amazonas. O projeto já concluiu as suas principais etapas, mas é uma ideia que ficou e talvez a gente possa pensar em coisas que se pareçam com isso. E ele tem um lado fundamental e que me parece que vale a pena recuperar, que é a ideia de trabalho da Unesco com entidades privadas, no caso a Fundação Vale, que justamente vai ao encontro da necessidade da organização de buscar novos recursos para poder se preparar para o mundo e para os desafios que aqui vêm. E, nesse sentido, quero agradecer ao senhor, Senador, a lembrança da nossa necessidade de estarmos em dia com o orçamento da Unesco, porque ficará a nossa situação, ela se torna mais vulnerável na hora da negociação. E, de fato, nós temos uma dívida para fechar neste ano na casa do US$13 bilhões de dólares, como o senhor mencionou.

Muito obrigado. Não sei se deixei aberta alguma outra questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos então as colocações do Sr. Embaixador Santiago Mourão. Eu vou fazer uma pergunta bem objetiva e gostaria que o senhor da mesma forma a respondesse, para a gente poder concluir a fase da sabatina.

Nós sabemos que o Brasil conta com cinco elementos reconhecidos pela Unesco como patrimônio cultural e imaterial, e, atualmente, está em preparação a candidatura do Complexo Cultural Bumba-Meu-Boi para inscrição na lista. Nós sabemos que o Maranhão é o Estado pioneiro, também temos Pernambuco, está indo até Minas Gerais, e a promoção e proteção desses bens nacionais ajuda inclusive a potencializar o turismo no nosso País. Desse modo, pergunto: quais as ações a serem desenvolvidas pela Unesco em parceria com o Governo Federal para promover as manifestações culturais nacionais?

O SR. SANTIAGO IRAZABAL MOURÃO – Obrigado, Presidente. A inscrição dessas manifestações, desses elementos de cultura imaterial na lista de Patrimônio da Humanidade é, de fato, um passo fundamental para a promoção do País, para a promoção turística do País, mas também para afiançar o nosso próprio entendimento da nossa própria realidade, da nossa própria cultura, da nossa própria identidade.

mas também para afiançar o nosso próprio entendimento da nossa própria realidade, da nossa própria cultura, da nossa própria identidade. Temos, como o senhor mencionou, várias manifestações imateriais registradas na lista das Nações Unidas – já mencionei algumas aqui, o frevo, e outras – e estamos trabalhando e vamos trabalhar pelo Bumba-meu-Boi. Esse é um processo que neste momento está sendo estruturado, vamos ver exatamente em que pé estamos, e o senhor pode ter certeza de que eu farei o meu melhor empenho para que possamos ter este elemento reconhecido como bem do patrimônio mundial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos mais uma vez ao nobre Embaixador Santiago Mourão.

Apuração em reunião aberta.

Consulto os Srs. Senadores se continuaremos em reunião aberta para fazer a apuração da votação do Embaixador.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Determino à Secretaria que proceda à apuração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Resultado.

Comunico o resultado da votação da indicação nesta Comissão: o Sr. Embaixador Santiago Irazabal Mourão, indicado ao cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) obteve 11 votos SIM; nenhum voto NÃO e nenhuma abstenção. (*Palmas.*)

Agradecendo a presença do indicado, manifesto os meus cumprimentos, desejando-lhe êxito na honrosa missão. Está à disposição o Senado da República, a nossa Comissão para engrandecer mais ainda essa nova fase em vossa vida.

Deliberação da ata da reunião anterior.

Proponho ainda a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Nada mais havendo a tratar nesta reunião extraordinária, declaro-a encerrada para as despedidas, as fotos. Posteriormente, daqui a dez minutos, vamos iniciar a outra reunião de audiência pública para tratar do assunto da tragédia do avião da Chapecoense.

(*Iniciada às 08 horas e 49 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 08 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 11ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 21 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e cinco minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Plínio Valério, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Lasier Martins, Juíza Selma, Jorge Kajuru, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Telmário Mota, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Paulo Paim, Chico Rodrigues, Marcos do Val, Arolde de Oliveira e Dário Berger. Justifica a ausência o Senador Jarbas Vasconcelos. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Styvenson Valentim, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Lucas Barreto e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta, que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 6/2019 - CI, de autoria do Senador Elmano Férrer. **Finalidade:** Debater a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), as ações adotadas pelos órgãos fiscalizadores desde o acidente da Barragem do Fundão, em Mariana, até o recente rompimento da Barragem em Brumadinho e a atuação da Mineradora Vale S.A. em relação à prevenção de acidentes de barragens e à reparação dos danos resultantes nos dois casos citados, bem como apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências, em atendimento ao artigo 96-A do Regimento Interno do Senado Federal. **Participante:** André Pepitone da Nóbrega, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Mensagem (SF) n° 12, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, o nome do Senhor DAVI FERREIRA GOMES BARRETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do artigo 383 do RISF. Fazem uso da palavra os Senadores Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Elmano Férrer e Jayme Campos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/21

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Boa tarde a todos.

Declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicado da Presidência.

Gostaria de lembrar a todos que a população poderá participar do debate enviando perguntas e comentários ao nosso convidado. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

A presente audiência pública tem como convidado o Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Dr. André Pepitone da Nóbrega, em atendimento ao art. 96-A do Regimento Interno do Senado Federal, que assim estabelece.

A presente reunião também por objetivo o atendimento ao Requerimento nº 6, de 2019, da Comissão de Infraestrutura, de autoria do Senador Elmano Férrer, que busca debater a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), as ações adotadas pelos órgãos fiscalizadores desde o acidente da Barragem do Fundão, em Mariana, até o recente rompimento da Barragem em Brumadinho e a atuação da Mineradora Vale em relação à prevenção de acidentes de barragens e à reparação dos danos resultantes nos dois casos citados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido, para que tome assento à mesa, o Sr. André Pepitone da Nóbrega, Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). (*Pausa.*)

Temos, na pauta da reunião de hoje, da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado, como já mencionei, audiência destinada à prestação anual de contas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que será feita pelo seu Diretor-Geral, já presente à mesa. Entendo esta audiência como um momento nobre. Uma agência reguladora, órgão de Estado que goza de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, vem a esta Casa todos os anos prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o seu desempenho, além de apresentar uma avaliação das políticas públicas relativas ao setor elétrico. Preserva-se, com isso, a autonomia das agências reguladoras e elas, como órgãos de Estado que são, prestam contas da sua atuação de forma adequada ao Poder Legislativo. Isso é feito de forma mandatória desde 2013, em obediência ao Regimento Interno do Senado, que estabelece, em seu art. 96-A, o seguinte:

> Art. 96-A. Os dirigentes máximos das agências reguladoras comparecerão ao Senado Federal, em periodicidade anual, para prestar contas sobre o exercício de suas atribuições e o desempenho da agência, bem como para apresentar avaliação das políticas públicas no âmbito de suas competências.

Esse artigo do Regimento Interno da Casa foi instituído pela Resolução nº 4, de 2013, do Senado Federal. Mas é interessante notar que no caso da Agência Nacional de Energia Elétrica, que hoje aqui comparece, essa prática começou muito antes, ainda na gestão do seu primeiro Diretor-Geral José Mário Abdo, que espontaneamente tomou a iniciativa de propor ao Senado Federal a realização de uma prestação de contas, ainda no ano de 2004. O entendimento que o levou a essa prática era o de que, não sendo a agência um órgão de Governo, deveria prestar contas de sua atuação diretamente ao Poder Legislativo, mais especificamente ao Senado Federal, e mais especificamente ainda à Comissão de Infraestrutura, que tem a incumbência de sabatinar os indicados pelo Governo Federal para compor sua Diretoria.

A ação da Aneel antecipou-se, portanto, ao espírito da resolução que esta Casa viria a aprovar anos depois, numa demonstração clara de compreensão correta que detinha de seu papel e da sua vinculação não ao Governo, mas ao Poder Legislativo. As agências são autônomas e assim devem permanecer para o bom cumprimento de suas missões específicas.

A Aneel tem sob sua responsabilidade uma vasta gama de atividades que compõem a chamada regulação do setor elétrico. Uma das mais importantes, se não a mais evidente, é a sua atuação na fixação das tarifas de energia elétrica, de grande interesse e de grande impacto em toda sociedade brasileira. É atribuição legal da agência assegurar que as tarifas por ela fixadas sejam suficientes para custear o serviço de fornecimento de energia elétrica e remunerar os seus prestadores, todos concessionários de serviço público, registre-se, sempre ao menor valor possível para o consumidor.

Trata-se de busca permanente da manutenção do equilíbrio entre a qualidade dos serviços de fornecimento de energia elétrica, a remuneração adequada do investidor e a menor tarifa possível para o consumidor final. Isso ocorre mediante os reajustes tarifários anuais, autorizados segundo parâmetros especificados em lei e por revisões tarifárias de periodicidade fixada nos contratos de concessão de cada distribuidora de energia elétrica. Elas acontecem em média a cada quatro anos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nessas revisões, de complexa metodologia, são avaliados todos os custos incorridos pelas concessionárias para que se possa entender se a remuneração proporcionada pelas tarifas em vigor é adequada aos custos de prestação de serviço. Em muitos casos, é determinada redução das tarifas ao consumidor, bem como o seu aumento em caso de eventual insuficiência; trata-se da busca permanente do preço justo.

Sobre esse assunto, gostaria de apresentar desde já, para posterior esclarecimento, dois questionamentos ao Diretor-Geral da agência, André Pepitone. O primeiro é: Têm essas revisões tarifárias sido eficientes na busca do dito preço justo para fornecedores e consumidores? E outra questão importante: Por que as tarifas de energia elétrica são tão caras no Brasil, um País tão rico em fontes de energia?

Outra função da agência, que ganhou destaque em razão de tragédias recentes, é a fiscalização das barragens das usinas hidrelétricas. Segundo a imprensa, a Aneel concluiu, em 30 de abril, a primeira etapa da fiscalização prevista para este ano, com um mês de antecedência, quando teria fiscalizado 142 barragens. Até o final de maio, deverá ter fiscalizado 170 barragens, em 21 Estados, e até o final do ano, terá vistoriado 335 barragens.

Também sobre esse ponto, gostaria de deixar perguntas ao Diretor-Geral da agência sobre o estado geral das barragens, encontrado até aqui pela fiscalização da Aneel; e se foi detectado algum caso de maior perigo para a população.

Além disso, gostaria de saber com que periodicidade essa fiscalização é feita pela agência.

Outra das muitas questões que atualmente afetam o setor elétrico é a intensa judicialização ocorrida por conta da *generation scaling factor*, a partir de 2015. Essa questão acabou por levar a uma corrida ao Judiciário para obtenção de centenas de liminares, impactando ainda hoje, segundo a imprensa, o mercado de curto prazo em cerca de 7 bilhões.

Penso que esse é outro dos assuntos a serem discutidos hoje aqui com o Diretor-Geral da agência para tentarmos buscar o entendimento da causa desse grave problema e a sua eventual solução, uma vez que ele prejudica bastante o bom funcionamento do setor elétrico.

Dito isso, vamos de imediato passar a palavra ao Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, André Pepitone da Nóbrega, que fará a sua apresentação anual de contas e certamente poderá esclarecer muitas de nossas dúvidas sobre esses temas bem como responder a todas outras perguntas que lhe forem dirigidas.

Obviamente, essa reunião tem previsão regimental, mas seguindo a tradição de agência de vir a Comissão e a esta Casa, o Senado Federal, mesmo sem a imposição regimental que hoje tem assento na nossa norma de regência interna, o espaço estará sempre aberto nesta Comissão para receber aqui o seu Diretor-Geral, o seu corpo diretivo para os esclarecimentos que forem necessários à população e daquilo que a agência também julgar necessário trazer ao conhecimento do Senado Federal e, por via de consequência, à sociedade brasileira.

Antecipo aqui registros de agradecimento ao Diretor-Geral da agência e ao Dr. Efrain, também diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, pela acolhida sempre muito respeitosa no âmbito daquela agência. Eu, que, na condição de Senador da República pelo Estado de Rondônia, já demandei a agência também, levando temas do interesse dos consumidores de energia do Estado do Rondônia e lá tive um tratamento respeitoso e, dentro das limitações legais e formais da agência, pleitos que foram parcialmente acolhidos, atendendo à população do meu Estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Faço esse registro para agradecer pela maneira respeitosa, fidalga como foi tratado na agência.

A palavra está assegurada ao Diretor-Geral.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Obrigado, Excelência, Exmo. Sr. Presidente desta egrégia Comissão de Serviços de Infraestrutura, Senador Marcos Rogério.

Saúdo também o nosso Vice-Presidente da Comissão, Senador Wellington Fagundes, as Sras. e Srs. Senadores e a todos os demais presentes. Boa tarde!

Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério, peço licença para saudar, em especial, a presença do nosso Diretor da Aneel, meu colega de colegiado e também conterrâneo de V. Exa., como tão bem pontuou, Diretor Efrain Cruz.

Gostaria, na mesma linha, se me for permitido, com a autorização de V. Exa., Senador Marcos Rogério, de cumprimentar o Presidente do Conselho Nacional de Consumidores de Energia Elétrica (Conacen), Sr. Manoel Neto, que se faz aqui presente, acompanhado dos conselheiros do Conselho de Consumidores do Estado do Maranhão, Francisco Peres e Edcarlos, e também do Estado de Alagoas, Antônio Pinto; os colegas da Aneel presentes, meus companheiros de jornada; saúdo a imprensa e agradeço a presença de cada um dos senhores nesta Comissão.

Cumprimento também aqueles que acompanham esta audiência pública pelo canal da TV Senado no YouTube.

Inicio, Senador Marcos Rogério, registrando a honra que sinto de estar aqui, no Senado da República do meu País, para cumprir um relevante rito do processo legislativo, que é justamente este de ter oportunidade de prestar conta da agência que lidero e também contribuir para o debate.

Permita-me, Sr. Presidente, também registrar a minha deferência a esta Comissão e aqui externar uma breve convicção sobre a importância do fortalecimento do Estado regulador.

Presido a Associação Ibero-Americana de Entidades Reguladoras de Energia (Ariae), entidade que agrupa 26 reguladores de energia de 19 países, incluindo Portugal e Espanha. No discurso de abertura do nosso encontro anual, que aconteceu semana retrasada na República Dominicana, registrei a importância, Senador Marcos Rogério, de as agências reguladoras promoverem um ambiente regulatório transparente, seguro, estável e, sobretudo, previsível.

Em todas as partes do mundo, o setor de infraestrutura demanda investimentos vultosos. Sobretudo aqui no nosso Brasil, somos carentes de infraestrutura. Existe muito investimento a ser feito, e os montantes desses investimentos são superiores àqueles que o Estado é capaz de realizar. Logo, atribuo à soma destes fatores – previsibilidade, transparência, segurança e estabilidade das regras – o insumo necessário para que os investimentos possam ocorrer, gerando o progresso de nossa economia, gerando a prosperidade do nosso Brasil.

E esse deve ser o cerne de atuação das agências reguladoras. Nessa medida, nós, órgão regulador, atuamos como guardiões das regras e dos contratos. Como V. Exa. tão bem pontuou, somos órgão de Estado e não órgão de Governo. Falo isso na condição de cidadão, na condição de brasileiro, na condição de servidor público federal da carreira de regulação e também hoje na condição de ser o primeiro servidor concursado da carreira da Aneel a presidir o Colegiado da Diretoria em 21 anos de existência da nossa instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, temos a convicção de que temos, nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, presidida por V. Exa., um estratégico aliado nessa missão de fortalecer as agências reguladoras no propósito de fortalecer o Estado regulador, garantindo a autonomia dessas agências.

Sr. Presidente, dito isso, vamos passar à apresentação, à prestação de contas.

Vamos abordar aqui o panorama do setor elétrico, a atuação da Aneel; vamos passar pelo tema segurança de barragens; os desafios do setor elétrico; a desoneração da tarifa de energia; e solução para o GSF, ou seja, para o risco hidrológico.

Então, no panorama do setor elétrico, trazendo os grandes números, Senador Marcos Rogério, nós temos 83 milhões de consumidores. A receita líquida do segmento regulado do setor elétrico, que responde por 70% do mercado, é de R$171 bilhões.

Saúdo o autor do requerimento para a reunião de hoje, Senador Elmano Férrer. Saúdo V. Exa. pela presença.

Eu já dizia na abertura que é uma grande honra para a gente estar aqui presente aqui na Comissão, Senador.

Estamos aqui começando – este é o primeiro eslaide – a apresentar os grandes números do setor.

Então, a receita de 70% do mercado, que é o regulado, é de R$171 bilhões; os outros 30% são do mercado livre.

Nós temos no País, 99,8% dos domicílios universalizados. Dos serviços públicos concedidos, o de energia elétrica é o mais universalizado. Temos em grandes números, Senador, em média, 700 mil domicílios ainda não interligados à rede, e cada domicílio desse será interligado ao custo médio de R$17 mil, R$18 mil.

Temos um total de 104 distribuidoras, entre concessionárias e permissionárias. Temos 145 mil, praticamente 146 mil quilômetros de linha de transmissão em tensão de acima de 230kV; mais de 7,4 mil usinas de geração em operação, o que totaliza 164 mil megawatts de potência instalada no País; um mercado regulado que corresponde a 70% do consumo, e o mercado livre é 30%; e mais de 7 mil agentes associados à CCEE, que é a câmara do mercado livre.

Aqui, temos um panorama sobre a nossa capacidade instalada. Chamo a atenção de V. Exa. para o percentual de renováveis da nossa matriz hidrelétrica. Nós temos 83% do parque instalado renováveis, e 17% não renováveis, de combustíveis fósseis. Temos a capacidade instalada de 164 mil megawatts, que é composta em grande medida das hidrelétricas. As hidrelétricas são as grandes geradoras de energia do País, e o Governo Federal, a partir de 2001, iniciou um forte trabalho para se diversificar a nossa matriz e não ficarmos reféns apenas das hidrelétricas, ou seja, reféns das chuvas.

Então, avançamos com as eólicas, que hoje correspondem a praticamente 15 mil megawatts de potência instalada.

Temos as usinas nucleares, 2 mil megawatts; usinas térmicas a biomassa, que praticamente equivalem ao potencial da eólica, 15 mil megawatts. Aqui, chamo atenção de uma característica do parque gerador brasileiro ter térmica com combustível do bagaço da cana de açúcar em grande medida. Isso nos traz um diferencial mundial.

E a grande novidade do setor elétrico, que é a fotovoltaica, explorada em duas vertentes. Ou a geração centralizada, em que já estamos com 2 mil megas de potência instalada, 1,3% da matriz; ou então a geração distribuída, que é aquela em que o consumidor gera a sua própria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

energia, em que temos 822 megawatts de potência instalada, sendo 0,5% da matriz. Praticamente, o grande número de hoje é que 96 mil consumidores brasileiros geram a sua própria energia de um total de 83 milhões de consumidores. Então, temos um universo enorme a ser perseguido.

No setor elétrico brasileiro, entre outros, graças à atuação do seu regulador, reconhecido por dar previsibilidade e estabilidade ao setor, temos investimentos acontecendo. Então, há grandes números entre 2018 e 2023: há uma expectativa de R$60 bilhões a serem investidos no segmento de transmissão de energia. Chamo a atenção para o ano de 2018: no último leilão que realizamos, cujo contrato de concessão assinamos no mês retrasado no Palácio do Planalto, foram R$13,2 bilhões de investimentos, acrescentando mais de 7 mil quilômetros de linhas de transmissão em todo o País.

As regras do processo e a competição que essas regras promoveram levaram a um deságio médio de 46% da tarifa, ou seja, hoje os serviços vão ser prestados e deixados de cobrar na tarifa R$25 bilhões. Isso é economia para o consumidor, fruto da competição. Tivemos diversos *players*. Chamo atenção, Presidente Marcos Rogério, que tivemos oito países disputando a outorga de transmissão nesse leilão da América, da Europa e da Ásia. Isso mostra a atratividade do mercado brasileiro.

Não diferentes são os números do segmento de geração. Nós temos um investimento a ser feito até 2023 de R$100 bilhões em geração de energia. No ano de 2018, realizamos dois leilões, o A-6 e o A-4, que angariaram investimentos de R$30 bilhões. Então, vejam que o setor elétrico está dando sua contribuição para a economia do País. Foram R$30 bilhões em geração em 2018 e R$13 bilhões em transmissão, que, associados ao leilão do meio do ano que foram de mais R$7 bilhões, praticamente deram R$20 bilhões em investimentos em transmissão. Então, estamos falando, só em 2018, de R$50 bilhões de investimentos no setor elétrico brasileiro. E isso só ocorre fruto da crença daqueles que aqui investem na eficiência e na segurança que são passadas pelo órgão regulador do setor elétrico brasileiro, no caso a Agência Nacional de Energia Elétrica.

E também tivemos avanços no nosso processo regulatório no que diz respeito à questão de análise de projetos de pequenas centrais hidrelétricas. Nós vivenciamos um período crítico em que essa Comissão foi bem atuante. Àquela época, viemos participar de diversos debates aqui. Os Srs. Senadores, com razão, cobraram empenho e efetividade da Aneel, pois era inadmissível, em 2015, levarem-se cinco anos para se fazer a análise de um projeto de PCH. Então, aprimoramos os nossos processos. Na forma correta, na minha avaliação, deixamos de ser escritório de engenharia, de discutir o projeto de usinas de pequeno porte quanto às turbinas, onde deveriam estar alocadas as turbinas... Não! Isso é responsabilidade do empreendedor. Cabe ao órgão regulador garantir o uso do potencial; como o empreendedor vai explorar o uso do potencial é uma questão dele. Nós temos de garantir que o potencial seja explorado na potência máxima e com eficiência; o método cabe ao empreendedor. O investimento é privado, é risco do empreendedor. E assim fizemos. Então, nós mudamos o nosso foco de não ser mais analista de projeto e, sim, garantir o potencial hidráulico. Isso fez com que a análise de um processo de PCH, agora em 2018, ocorresse em 34 dias. É um cenário muito distinto do que tivemos em 2015 e no passado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Temos também uma das principais atribuições do órgão regulador, que, na minha convicção, é a fiscalização dos serviços públicos concedidos. Então, cabe à Aneel fiscalizar e garantir a qualidade do serviço prestado. Agora, ao realizar essa atividade de fiscalização, nós atuamos com inteligência, nós atuamos, em grande medida, por monitoramento. Então, nós temos um relatório de desempenho das atividades, temos relatórios analíticos, exigimos plano de melhoria dos agentes até chegar ao resultado, que é a melhoria da qualidade do serviço.

Então, a agência emprega... Fazendo uma análise e um paralelo com a Receita Federal do Brasil, nós atuamos muito por monitoramento. Então, a gente fiscaliza todos os empreendimentos e àqueles que identificamos no monitoramento vamos *in loco.* Mas estamos monitorando todos os empreendimentos até por georreferenciamento, que é uma ferramenta que está nos ajudando muito no caso de linhas de transmissão e que agora estamos aplicando também no caso de usinas hidrelétricas. Então, em 2018, realizamos 1.712 ações de fiscalizações, 366 ações *in loco,* o que resultou em 220 milhões de multas aplicadas aos agentes.

Esse é o número que apresentamos, mas não é o número que nos satisfaz. A agência reguladora atua com a fiscalização, no primeiro momento, pedagógica, corrigir o serviço, buscar entendimento com o agente. Apenas quando todo esse exercício é esgotado e mesmo assim não se conseguindo os resultados efetivos, partimos para o ato extremo, que é a penalidade pecuniária.

Compartilho com V. Exas. como está evoluindo a qualidade dos serviços de distribuição. A gente pode observar que controlamos, em grande medida, o serviço de distribuição. Há diversos indicadores, mas dois se destacam, que são os tradicionais DEC e FEC. O DEC é a duração de interrupção do serviço durante um ano, e o FEC é a frequência de interrupção durante um ano. O gráfico que apresento traz nas colunas o dado real, aquilo que foi apurado pela distribuidora, e, nas linhas, o valor regulatório. Então, a gente pode observar que, em 2018, na questão do DEC, que é a duração de interrupção, a coluna verde-clara, que está na projeção, está praticamente igualada ao valor regulatório: o regulatório de 12,72, e o apurado de 12,63.

Se vocês puderem observar, desde 2009 até 2018, isso não foi alcançado. Só foi alcançado agora em 2018. Isso é fruto de um trabalho, de um empenho enorme da equipe da Aneel, da nossa área de fiscalização e da nossa área de regulação, exigindo qualidade no serviço e fornecendo os estímulos econômicos adequados para que se chegue a tal resultado.

Aqui chamo atenção de que esse é o dado de 2018. Então, pela primeira vez, depois de um longo histórico, a gente conseguiu ter o apurado abaixo do regulatório – praticamente igual: 12,72 e 12,63 –, entretanto houve uma liminar de um grupo de distribuidoras. Elas estão com uma ação na Justiça sob liminar que reconhece que certo número de horas que o serviço não foi prestado deveria ser expurgado. Considerando essa liminar, o número sobe de 12,63 para 12,85. Fica um pouquinho maior que o limite regulatório, mas, na frequência de interrupção, o valor é bem menor: o regulatório é 9,5 vezes ao longo do ano e o praticado, é de 7,10.

Agora é claro que estamos tratando de média Brasil; temos média distribuidora. As distribuidoras têm os seus conjuntos específicos e pode ser que em um ou outro conjunto específico essa quantidade de horas esteja suplantando bastante o número que apresento. Mas, ao mesmo tempo, nós estamos com ações efetivas para corrigir essa distorção. Ou seja, nós estamos com audiência pública aberta, dando um sinal econômico de indenização ao consumidor de acordo com a diferença de transgressão entre o que é permitido e o que está sendo praticado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso vai evoluindo de maneira diferente, escalonada entre o delta, entre o que é permitido, e o que é praticado. Então, acredito que em breve nós também teremos uma equalização nos conjuntos das próprias distribuidoras.

Temos um instrumento que praticamos para ajudar a custear esse período de hidraulicidade adverso que vivemos no País, que é o instrumento das bandeiras tarifárias. E sobre esse instrumento, eu vou pedir licença a V. Exa., nosso Presidente, para passar um videozinho – é coisa rápida – que apresenta como que a bandeira tarifária é praticada e o porquê.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

(*Procede-se à exibição de vídeo.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Quero saudar o Senador Nelsinho Trad, que se junta a nós. Boa tarde.

Bom, Presidente, essa é uma nova maneira que Aneel está buscando para se apresentar à sociedade: mais diálogo e com mais didática. Então, inauguramos hoje – até sob a relatoria do Diretor Efrain, que está aqui apresente – esse vídeo, explicando ou buscando explicar para a população e para o consumidor, numa linguagem fácil, numa linguagem amigável, numa linguagem didática o que é a bandeira tarifária.

E nós avançamos também nessa meta... Eu diria a V. Exa. que é uma obstinação por melhor se comunicar com a sociedade, com o consumidor de energia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Lançamos um aplicativo que se chama Aneel Consumidor. Esse aplicativo está disponível tanto no ambiente Android como no ambiente IOS. E, por meio desse aplicativo, o consumidor, em seu dispositivo móvel, tem acesso a toda a ouvidoria da agência e tem acesso também a uma explicação sobre a tarifa de energia. Então, aos poucos, galgando passo a passo, a gente vai conseguindo ser mais de didático, buscando uma melhor comunicação com a população.

Outro tema de grande relevância para a agência – e não só para a agência, mas, nos dias de hoje, eu diria de grande relevância para o País – é a segurança de barragens. Então, quanto à segurança de barragens, primeiro eu gostaria de frisar a V. Exas. que nós temos diversos tipos de barragens e que é importante que se dê a devida diferenciação a cada tipo de barragem. As do setor elétrico, devido à própria barragem ser o *core business,* não é um excremento do processo produtivo, como acontece na mineração. No setor elétrico, a barragem é o *core business* do negócio. Então, há toda uma segurança agregada a esse processo. Então, a segurança de barragens foi lançada pela Lei 12.334, de 2010. É a lei que estabelece a Política Nacional de Segurança.

Ato decorrente da lei, foi editada a Resolução Normativa da Aneel 696, que estabelece então os critérios de classificação e formulação do Plano de Segurança em Barragens que exigimos dos agentes.

E, observando os desígnios da lei, nós temos, então... Vou me ater aos números aqui por usinas: 672 usinas. Há vezes em que a usina tem mais de uma barragem, o que totaliza 907 barragens.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A lei de segurança traz alguns critérios.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Então, desse universo de 672 usinas, estão enquadradas na lei 409. E, diante do episódio de Brumadinho, o Governo Federal editou a Resolução nº 1, de 2009, com alguns critérios de usinas que deveriam ser fiscalizadas *in loco*. Então, no universo que cabe ao setor elétrico nacional, identificamos 335 usinas, e a Aneel vai se fazer presente em todas essas usinas agora, ainda no ano de 2019.

Nós começamos um trabalho em 2015, fiscalizamos todas elas entre 2016 e 2018, e, em 2019, particularmente, atendendo a esse comando do Governo Federal, nós vamos nos fazer presentes em todas elas. Todas, 100%, serão fiscalizadas *in loco*, 170 usinas até maio e 165 até dezembro. E essas usinas serão fiscalizadas por servidores da Aneel, por servidores das agências conveniadas que temos nos Estados – temos convênio em nove Estados. No caso, aqui, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e São Paulo já estão indo a campo – e também, quando se fizer necessário, usaremos o apoio de empresas credenciadas.

É importante dizer que, na fiscalização das usinas, a agência não é a responsável por fazer, digamos assim, a segurança, o projeto de segurança da barragem. Nós somos um órgão de regulação. Então, nós temos a lei e cobramos da empresa que realize o plano de acordo com os desígnios da lei. E mais: cobramos que um responsável técnico do dono da empresa dona da usina assine esse plano e se responsabilize pelas informações constantes do plano. E aí nós vamos avaliar, então, se o plano aborda todas as exigências da lei e como é que está a articulação desse plano com o órgão de Defesa Civil.

Então, sobre a revisão da Lei 12.334, a gente chama a atenção, no âmbito do grupo de trabalho de que participamos, da necessidade de um comando específico, para que a gente fiscalize as usinas com capacidade reduzida, que são as chamadas CGHs. Hoje, nós fiscalizamos usinas outorgadas. Como essas usinas, de acordo com a Lei 9.064, têm comunicadas as suas existências apenas para fins estatísticos – elas não são outorgadas –, logo, a agência não as fiscaliza nem tem poder punitivo. Então, no âmbito da discussão da reformulação da lei, prevaleceu o entendimento de que deveriam ser fiscalizadas. Então, vamos fiscalizá-las, mas, para tanto, é importante que nos deem as condições para fiscalizá-las.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Ou seja, nos permitam também exercer fiscalização e aplicar processo punitivo.

Para uma melhor clareza do que que seria uma usina com uso preponderante, chamo a atenção aqui para a Barragem do Paranoá. Ela é uma barragem de geração de energia, mas também é uma barragem de acumulação de água para captação. Então, qual que é o uso preponderante dela – ou seja, isso tem que ser melhor definido –: a geração de energia ou captação de água? Se for geração de energia, está sob fiscalização da Aneel; se for captação de água, está sob fiscalização da ANA. Então, é melhor haver uma definição com maior objetividade, para que a gente saia dessa zona cinzenta de impasse.

Sobre as competências, deixar claro que a responsabilidade pela segurança da barragem é do empreendedor. Cabe ao empreendedor executar todas as análises, e a agência vai fazer o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que chamamos de fiscalização regulatória. E também deixar muito bem especificados os segmentos e as exigências que devem ser praticados para cada segmento: se é barragem de recurso hídrico, se é do setor elétrico, se é do setor mineral ou se é do setor nuclear. E chamar a atenção novamente para o fato de que a segurança da barragem é inerente ao setor em que essa usina se enquadra. No caso do setor elétrico, a função principal que gera receita é a barragem. Então, nesse sentido, toda a concepção de construção de barragem guarda uma total divergência com os outros setores. Ou seja, a gente agrega muita segurança.

E o desafio que temos também é de articulação com a Defesa Civil.

Nós tivemos uma reunião com o Secretário Nacional de Defesa Civil, tivemos uma apresentação para os servidores da Aneel e das agências estaduais, com a equipe da Defesa Civil, e tivemos reuniões específicas com Defesa Civil dos Estados. Agora, a gente chama a atenção que, nos Municípios, a Defesa Civil é muito desguarnecida. Então, na grande maioria dos Municípios, a gente identifica uma Defesa Civil sem condições e sem recurso e que merece uma atenção desta Comissão.

Saúdo o Senador Jayme Campos. Obrigado pela presença.

Mas estamos atuando e, onde há barragem, a agência está levando o plano de ação emergencial para a Defesa Civil, para que se possa montar um trabalho, um plano de ação em situação de contingência.

E aqui, Senador, vamos passar agora para um outro tema de nossa apresentação – conforme V. Exa. pontuou bem, na abertura desta reunião –, que diz respeito à tarifa de energia, que, dentre os róis de atividades e incumbências do órgão regulador...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... é uma atividade de grande relevância.

Cabe à Aneel, de acordo com os desígnios da lei e do contrato de concessão, calcular a tarifa de energia, mas não cabe à Aneel estabelecer a política pública da tarifa de energia. Nós cumprimos os comandos da lei e do contrato de concessão.

Apresento para os senhores que a tarifa de energia está alta. Como bem disse o nosso Presidente, tivemos oportunidade de, no início do ano, ter diversos encontros na Aneel e no Ministério, debatendo ali, na ocasião, a tarifa de energia do Estado de Rondônia – no caso, a Ceron. A gente pode fazer uma avaliação, uma mera comparação, porque a tarifa de energia não guarda relação com os indicadores inflacionários. A tarifa de energia é calculada e representa o custo para distribuição de energia naquela área de concessão. Então, a título de comparação com o IGP-M e o IPCA, se a gente fizer uma análise, de 2001 a 2018, a gente vai observar que a tarifa de energia aumentou 239%, a média do consumidor residencial, enquanto o IPCA subiu 189% e o IGP-M, 230%. Então, nós estamos num patamar superior ao IGP-M, num patamar superior ao IPCA.

Aqui a tarifa média de energia no Brasil: R$569. Nós temos que a Região Sul e a Região Sudeste têm uma tarifa abaixo da média, assim como a Região Nordeste. E a Região Centro-Oeste e a Região Norte, com tarifa acima da Média Brasil. E isso, em grande medida, diz respeito ao desafio que é distribuir energia na Região Centro-Oeste e na Região Norte. São Estados de grande porte, em que a rede passa a ser muito extensa e o consumo de energia *per capita* dos consumidores é pequeno. Então, isso contribui para potencializar um aumento tarifário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, se a gente pegar o valor médio da tarifa Brasil, os R$569, como é que ele se decompõe? 36,90% dizem respeito ao custo de geração; 22%, ao ICMS; 5%, ao PIS/Cofins. Então, temos aí 27% com contributos; 10% com subsídio – ou seja, a política pública; 6,8%, à transmissão; e 18,60%, à distribuição de energia – ou seja, o valor que é agregado à concessionária.

E, se a gente quiser realizar um trabalho para desonerar a tarifa, eu identifico três ações a serem tomadas: temos que atuar na geração de energia, nos tributos e no subsídio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Se a gente fizer uma análise de como que vinha a tarifa de energia, ela vinha num patamar estabilizado de 2001 até 2012. Em 2013, nós tivemos uma mudança estrutural, que foram os efeitos da MP 579, que, num primeiro momento, reduziu bastante a tarifa; e, num segundo momento, em 2015, tivemos o efeito rebote. E, desde então, a gente não conseguiu mais equilibrar a tarifa, e o grande desafio agora é este, é buscar de novo essa estabilidade que encontramos no período de 2001 até 2012.

E aqui a gente observa também que, coincidentemente com a MP 579, em 2013, a gente também teve um cenário hidrológico desfavorável. Então, o gráfico da esquerda mostra o nível de armazenamento de nossos reservatórios, que em 2013 cai substancialmente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Até 2012, nós tínhamos um nível mais elevado. Em 2013, ele cai substancialmente. E, associado a isso, nós temos então o aumento do uso das térmicas, que é o gráfico da direita. Então, até 2013, nós usávamos ali, em média, 2 mil, 2,5 mil megawatts de térmica, e, desde então, passou-se a usar mais de 10 mil megawatts de térmica. E, ao usar essa diferença entre 2 mil, 2,5 mil, para 10 mil, 10,5 mil, há um custo associado a isso. Em grande medida, é esse custo que está impactado o percentual de geração ser a 36%. Então, já que estamos usando bastante térmica, precisamos atuar para ter um parque térmico contratado no País a um valor mais baixo, pois temos um parque térmico contratado com valores elevados.

Outro ponto a que chamo a atenção de V. Exas. é o subsídio que há na tarifa.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Em 2019, o subsídio que está na tarifa é de R$20,2 bilhões. Esse é o custo da política pública. Quando a gente vai fazer uma análise individual, cada valor da política pública tem sua justeza, tem sua razão de ser, mas, quando se acumula na tarifa, alcançamos R$20,2 bilhões.

Essa conta de subsídio tem uma receita, que são as multas que a Aneel pratica, o uso do bem público que é pago pelas usinas hidrelétricas... Então, essa receita faz com que o valor que seja custeado na tarifa seja de 16 bilhões. Então, agora, em 2019, nós temos uma política pública de 20,2 bilhões, e, da diferença entre o valor da política pública e o que é angariado na conta, fica um déficit de 16 bi. E esse déficit, então, é rateado na tarifa para todos os consumidores do Brasil.

Nós tínhamos outro cenário em 2013...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... em que o que ia para a tarifa era 1 bilhão, e 8,5 bi vinham do Tesouro Nacional. Em 2014, o que foi para a tarifa foi 1,7 bilhão, 11,8 bilhões provenientes do Tesouro Nacional. E, desde 2015, então, o Tesouro Nacional não aporta mais recurso para fazer frente ao subsídio. Então, ele é recolhido na tarifa de energia. E essa é uma conta que merece atenção, porque ela pesa sobremaneira na tarifa de energia.

E, aqui, quais são os itens discriminados do subsídio que estão pesando na tarifa? O primeiro deles – eu vou me ater aqui a 2019 – é o desconto dado ao consumidor rural, que é de R$3 bilhões. Então, é um segmento sobre o qual não vou me propor a fazer política pública, se merece ou não subsídio. O que pondero é que é um segmento que não é inerente ao setor elétrico.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Então, por que é que o consumidor da conta de luz está pagando esse subsídio?

Então, foi editado um decreto pelo Governo Federal, retirando esse subsídio à ordem de 20% ao ano, iniciando agora, em 2019. Entretanto, na Câmara dos Deputados, está em análise um projeto de decreto legislativo, anulando esse decreto que retira o subsídio.

O que pondero com V. Exas. é que, talvez, a fonte do recurso para fazer frente ao subsídio não deveria ser a tarifa de energia.

Nós temos o outro valor agregado mais elevado, 2,4 bilhões, que é a tarifa baixa renda. É a conhecida nacionalmente como tarifa social. Então, são aqueles consumidores que fazem parte de algum programa social do Governo, que fazem jus a um desconto na tarifa de energia. Essa, sim, é uma política pública inerente ao setor elétrico. O que temos que tomar cuidado é para não deixar esses números crescerem demais...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... porque eles vão em movimento contrário, aumentando a tarifa de energia, que já é alta.

Temos depois o terceiro elemento, que representa 2,3 bi, que é a tarifa do consumidor fonte incentivada. O que é que significa isso? São aqueles consumidores que compram energias de usina renováveis, sobretudo eólica, pequenas centrais hidrelétricas, térmicas com biomassa a bagaço de cana... E, pelo fato de comprar energia dessas fontes, há um desconto no fio de 50%. Como o consumidor está num nível de consumo numa tensão mais baixa, então, a tarifa de fio é mais alta. E esse desconto de 50% representa R$2,3 bilhões.

E aqui é um número que não há como ser retirado, porque respeitamos leis, respeitamos contratos. Então, quando essas usinas foram outorgadas, faziam jus, tinham a prerrogativa desse benefício. Entretanto, o que chama a atenção é que esse número precisa ser estancado, porque, diante da possibilidade do avanço dessas fontes renováveis na matriz, há uma possibilidade de que esse número cresça bastante. E, se a gente fizer uma análise, de 2013 a 2019, esse incentivo está crescendo a uma ordem de 40% ao ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, naquele momento, quando foi estabelecido, poderia ter sua razão de ser. Mas, hoje em dia, vale a pena termos esse debate, se ainda é necessário conter esse subsídio, porque, aí, a gente poderia estancar a conta desse número em novos empreendimentos. Não fariam mais jus ao subsídio.

E toda essa política que tivemos, depois da MP 579, trouxe um custo para a tarifa de energia de 125 bilhões, praticamente R$126 bilhões. Então, custos relacionados à MP 579, que foi a não realização de um leilão de energia, o A-1, em 2012, trouxe um custo de R$14 bilhões – 14,6 –, pelo fato de as distribuidoras terem ficado expostas.

O risco hidrológico, Senador Marcos Rogério, que V. Exa. pontuava na abertura, desde 2013 para cá representa R$44,5 bilhões na tarifa de energia. Isso, sendo o risco hidrológico das cotas de Itaipu, das usinas cotistas e do que foi repactuado.

As usinas cotistas com bonificação de outorga: 7 bilhões.

Quanto à transmissão, em função de ter que indenizar ativos que a lei, num primeiro momento, considerou indenizados, e depois reabriu e viu que não estavam indenizados, essa conta representa R$13,6 bilhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... empréstimos da conta CDE e ACR, de R$45 bilhões, e usinas cotistas de mais R$657 bilhões.

Então, esse total, que vai para a tarifa – e aqui é pago pelo consumidor de energia –, é de R$126 bilhões. E valores que vão para a tarifa e são pagos não pelo consumidor, mas pelo contribuinte, são de mais R$35 bilhões, que é o caso da indenização da transmissão, indenização da geração e da conta CDE.

E, quanto a outras despesas que não têm a ver com a MP 579, a gente vê a escalada do subsídio, representando R$15 bilhões; o aumento do dólar que aconteceu, trazendo impactos à tarifa, devido à parte de energia de Itaipu, de R$17 bilhões; e o empréstimo da RGR, daquelas empresas designadas do grupo Eletrobras, em que a última foi licitada dia 28 de dezembro do ano passado, que foi a Ceal. Entretanto, entre 2016 até final de 2018, isso custou para o consumidor brasileiro R$4,7 bilhões.

Então, tivemos uma despesa adicional de R$198 bilhões, lembrando que a receita do setor é de R$171 bilhões. Então, tivemos que pagar outra receita do setor nesse período de 2013 a 2018.

E como que a gente pode atuar para desonerar a tarifa?

Então, a agência vem trabalhando – e aqui vou entregar a V. Exa., Senador Marcos Rogério, uma agenda que nós chamamos Agenda de Desoneração da Tarifa de Energia. Vou entregar a V. Exa. e à Comissão de Infraestrutura. Nós temos mais exemplares para serem distribuídos –, nós focamos no que temos chamado de "tripé da desoneração tarifária". Temos que focar nossa atuação em reduzir o custo da geração...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... reduzir o subsídio na tarifa, e não há como a gente enfrentar uma discussão de desoneração tarifária se eu também não abordar o tema tributo, que responde, quando o cálculo é feito por dentro, por 35% da tarifa de energia elétrica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, são algumas ações que nós estamos tomando.

Uma, que já trouxe e agregou efeito, valor real, ou seja, já está sendo efetiva, foi a quitação de um empréstimo feito com um *pull* de bancos privados e públicos, em valores históricos de 21 bilhões, mas em valores reais de mais de R$40 bilhões. Esse empréstimo seria amortizado em abril de 2020, e nós conseguimos quitar esse empréstimo agora, em setembro de 2019. Isso fez com que eu retirasse da tarifa a parcela de 900 milhões...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... que entrariam nos seis últimos meses e mais algo em torno de R$700 milhões, que entrariam em outubro. Isso agregou, em valor real, à desoneração de 4,9% na tarifa, o que já está sendo repercutido nos cálculos tarifários deste ano de 2019.

E, aí, o Senador Marcos Rogério lembra bem, porque acompanhou toda a questão da Ceron, e foi uma ação que ajudou a reduzir a tarifa da Ceron em praticamente 2%.

Outra ação que tomamos foi liberar recurso da conta CCC para fazer linhas de transmissão praticamente de localidades da Região Norte do País, o que vai desonerar o pagamento do diesel. Então, por exemplo, Chupinguaia. É uma usina a diesel que custa R$41 milhões/ano.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Uma linha de transmissão a um custo também similar, algo de R$40 milhões, passa a ser feita e, aí, estanca o pagamento anual de R$40 milhões de combustível. A gente paga uma vez a linha, adianta o recurso, a distribuidora local é que paga, só que, como essas distribuidoras eram ainda do grupo Eletrobras, não tinham recurso. Então, antecipamos os recursos, para a realização da obra, e o recurso será devolvido para a conta. Mas, aí, nós estamos desonerando a tarifa em R$766 milhões, ou seja, 0,45%.

Uma outra ação efetiva é a substituição de térmicas com vencimentos em 2023. Foram térmicas contratadas em 2006, 2007, por um período de 15 anos, que possuem um custo elevado, uma CVU de mais de mil reais. E, aí, a gente faz o alerta agora, para que se contrate, substitua-se essa energia custeada, valorada a mais de mil reais, por um valor mais competitivo. Hoje temos térmicas a gás que estão variando entre 300, 350. Ou seja, um valor muito mais baixo e uma térmica, do ponto de vista ambiental, com muito menos emissão de poluição. Isso vai ajudar também na redução da tarifa.

Temos a questão da redução do subsídio tarifário. É o decreto 9.642, que foi editado em 27 de dezembro de 2018, que retira o incentivo do consumidor rural e do serviço público de irrigação, água, esgoto e saneamento à ordem de 20% ao ano.

A gente tem um potencial para tirar 4,2 bilhões daqueles 20 bilhões da política pública. Isso nos proporciona uma redução tarifária anual de 0,5%.

Outro ponto para o qual chamamos a atenção é a questão da tarifa social.

A política, hoje, da tarifa social custa 2,4 bilhões. Entretanto, há um PLS que foi aprovado aqui no Senado, que foi para a Câmara, que aumenta esse valor em 1,1 bilhão, ao aumentar o percentual de desconto das faixas de consumo. Então, quanto à política que hoje custa 2,44 bilhões, têm-se o risco de passar a custa R$3,4 bilhões, aumentando, então, o valor da conta de energia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, aqui, Senadores, o terceiro ponto da nossa agenda é combater o tributo ICMS.

A agência não tem pretensão nenhuma de exercer política tributária. A Carta Magna nos assegura que é tarefa exclusiva do Governador do Estado, do Chefe do Executivo. Entretanto, a gente chama a atenção para quanto é que custa o ICMS, em reais, por megawatt/hora. Lembrando que o ICMS já é devido para o Estado na fatura. A fatura nem precisa ser paga, mas os Estados já são credores desse valor.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – E o Estado que cobra o ICMS mais alto do País é o Estado do Rio de Janeiro. A cada megawatt transacionado no Rio de Janeiro, o Estado já recolhe R$167,82 de ICMS. Depois vem o Estado do Piauí. Na sequência, Goiás, Pará e Tocantins. São os cinco Estados com a maior cobrança de ICMS no Brasil.

Esse é o valor nominal. Se a gente for por valor percentual, em relação à tarifa de energia, o Maranhão cobra 29%. Então, as unidades da Federação que mais cobram percentual de ICMS no País: Maranhão, Pará, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Paraíba e Piauí. São as cinco maiores no Brasil.

Outro ponto que eu gostaria de abordar é a compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos.

Então, os Estados geradores de energia recebem uma compensação, e a lógica da lei é pelo fato de os reservatórios da usina...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... impedirem o desenvolvimento da atividade econômica. Então, o Estado que mais recebe é o Estado do Pará – em 2018, recebeu R$196 milhões –, seguido de Minas Gerais, com R$167 milhões, e de Paraná e Rondônia, com R$141 milhões.

Então, foi distribuído pelo setor elétrico, em 2018, R$1,25 bilhão de arrecadação. Isso, rateado entre 22 Estados e 707 Municípios, tendo 190 usinas hidrelétricas como pagadoras desse tributo.

E aqui seria o resultado, Presidente, da nossa Agenda de Desoneração. São várias ações que contribuem com um percentual significativo de 11% de desoneração na tarifa de energia.

E, para concluir, atendendo a um pedido de V. Exa., a gente vai abordar aqui...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... o que que é o GSF, que está custando R$44 bilhões para o consumidor cativo.

Aqui, só para introduzir a lógica do GSF. É uma matéria muito técnica. Vou tentar ser didático.

Nós temos duas usinas e são dois meses de operação. Então, o plano, ali, é a garantia física da usina. Ou seja, é a sua placa. Então, é aquilo que ela pode comercializar. E a coluna seria o que ela gerou.

Então, no primeiro mês, a usina 1 gerou exatamente a sua placa dela, a usina 2 gerou a sua placa, está tudo equalizado. No segundo mês, a usina 1 gerou mais que sua placa, e a usina

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2 gerou menos que sua placa. Então, na forma como o mecanismo foi concebido, aquele que gerou mais passa para aquele que gerou menos. E uma coisa é a operação física, que seria essa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... e outra coisa é a comercial, que vale o dado da placa. Então, a usina 1 é doadora de energia para a usina 2. E eu chamo a atenção para o fato de que a energia efetivamente gerada depende do despacho do ONS, e a energia comercializada é aquela que está na placa.

Então, é assim que funciona o MRE.

E aqui o GSF. O que que seria o GSF? É justamente o exemplo da esquerda.

Nós temos um planejamento para atender à carga. Então, nós temos um planejamento de despacho de usina renovável, de usina térmica e de usina hidráulica para atender à carga. Ali é o planejado, e vamos para a realidade.

A carga foi menor que a planejada. Isso, fruto dos últimos anos no País, onde o PIB está praticamente zero. Tivemos em 14, 15, PIB negativo. Então, a carga foi menor do que a planejada.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Vivemos num cenário hidrológico adverso. Então, a energia gerada foi inferior àquela planejada. Então, essa diferença entre a placa e o gerado é o que se chama GSF, e a gente vê uma geração térmica maior, justamente para cobrir o déficit da geração hidráulica. Então, aqui que é a origem do problema.

Então, o GSF é uma equação que a gente poderia resumir da seguinte forma: seria a geração total das usinas do MRE – ou seja: do ponto de vista físico, o que que ela gerou – dividida pela placa, que é um valor teórico. E, desde 2013 para cá, a geração é sempre inferior ao valor de placa. Então, estamos sempre com negativo.

E aí nós estamos, então, diante desse cenário, com a judicialização iniciada em março de 2015 relativa a 2013...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Presidente, só uma pergunta aí...

Negativo em relação ao consumo ou em relação à produção geral?

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Em relação à produção geral, Senador.

Nós temos o dado de placa e o que foi gerado. Então, devido ao cenário hidrológico adverso, ela gera menos do que a placa; e o consumo é atendido pelas usinas térmicas, que tinham um programação de geração, e, pelo fato da falta da geração hidráulica, essa geração térmica sobe. E, aí, nós temos que custear o combustível dessa térmica.

Essa conta representa R$7,12 bilhões, mas aqui vale a pena pontuar que, desses R$7,12 bilhões, nós temos agentes devedores e temos agentes credores. Então, há agente que é devedor e credor ao mesmo tempo. Se a gente for pegar o líquido mesmo, essa conta deve estar algo em torno de R$4 bilhões.

E nós temos 61 liminares vigentes, ou seja, ações judiciais...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... que alegam que o GSF menor que 1 não decorre somente da crise hídrica. Ou seja, outros fatores levam ao GSF menor que 1, e esses agentes buscam proteção na Justiça.

Sobre o desafio do GSF, nós temos aqui o passado, o presente e o futuro. O passado é resolver essa questão da geração termoelétrica fora da ordem de mérito, a importação da energia, a contratação de energia de reserva de fontes intermitentes, restrição e atraso de transmissão e antecipação de laços de usinas estruturantes. Os agentes alegam que essas ações potencializam a discrepância entre a placa e a geração das usinas, que não seria somente a questão de água. O presente é a Aneel atuando para alocar os custos, de acordo com a política pública, observando os riscos. E o futuro é o planejamento setorial...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – ... ou seja, precisamos reestruturar...

Esse mecanismo do MRE, hoje, está estruturalmente desequilibrado. Então, precisamos empreender ações para estruturar e reequilibrar o mecanismo do MRE, contratar complementação térmica em harmonia com esse mecanismo e também revisar as garantias físicas em usina, porque hoje já existe uma sinalização de que temos uma garantia física majorada, temos uma energia de papel em que a usina não vai ser capaz de gerar aquela energia.

Mas, Senador Marcos Rogério, em princípio seria essa a apresentação.

Eu encerro minhas palavras, Presidente, agradecendo a V. Exas. a atenção e colocando-me à inteira disposição para os questionamentos que julgarem pertinentes.

E, mais uma vez, em nome da Agência Nacional de Energia Elétrica, agradeço a oportunidade de estar aqui nesta distinta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência cumprimenta V. Sa. pela apresentação que faz, com riqueza de dados e detalhes.

Justifico à Comissão que nós alongamos um pouquinho mais a apresentação do Diretor-Geral da Aneel, porque, nesta assentada, ele cumpre dois propósitos: um, o cumprimento regimental de vir à Comissão para a prestação de contas anual, e também em resposta a um requerimento de iniciativa do nobre Senador Elmano Férrer. Por isso, ele desdobrou o tema em duas partes centrais e o alongou um pouquinho mais.

Eu tenho aqui alguns inscritos.

O primeiro que se inscreveu é o Senador Nelsinho Trad. Eu vou pedir vênia... O autor do requerimento tem prioridade, que é o Senador Elmano Férrer, mas ele, com a gentileza e fidalguia de sempre, está concedendo a preferência ao Senador Nelsinho Trad, que foi o primeiro a se inscrever.

V. Exa. tem a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem, se me permite, com a devida vênia...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu queria fazer uma indagação a V. Exa. Como Relator da indicação do novo Diretor da ANTT para assuntos de ferrovias no Brasil, Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto, eu indago a V. Exa. se é possível ler essa indicação dele hoje para que, na próxima semana, ele possa ser sabatinado, para o bom andamento, e sobretudo na medida em que este é um pleito feito pelo próprio Ministro Tarcísio: que nós – se pudéssemos, é evidente, diante da autoridade de V. Exa. –aprovemos o nome dele nesta Comissão; aprovemos ou reprovemos, claro, o que é um direito desta Comissão. A ANTT precisa urgentemente desse diretor novo para ferrovias, cuja indicação é o Sr. Davi. Indago se é possível fazermos essa leitura – respeitando, naturalmente, primeiro, as inscrições dos nossos Senadores e a fala do Diretor da Aneel –, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Acolho o apelo de V. Exa., Senador Jayme Campos, e o faremos na sequência da audiência pública com a presença do nosso Diretor da Aneel. Como não se trata de matéria a ser deliberada – é apenas a leitura com a concessão de vista coletiva à Comissão –, faremos na sequência da audiência pública a leitura, e V. Exa. terá a palavra para sustentar o voto que apresenta.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado, Senador Nelsinho.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com a palavra o Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Sr. Presidente, antes, gostaria de agradecer ao Senador Elmano, que, com a sua gentileza peculiar, cedeu o espaço para que a gente pudesse se manifestar.

Dr. André, Diretor-Geral da Aneel, eu sou do Mato Grosso do Sul. Eu penso que, na hora em que falei de onde sou, o senhor já deve ter na consciência o índice de reajuste que foi aplicado e autorizado pela agência no nosso Estado, que foi um dos maiores do País, 12,48%; ao passo que o Júlio Campos, lá do Mato Grosso, teve mais sorte do que a gente. Apesar de ser um Estado com quase o mesmo nome – não é, Júlio? –, vocês tiveram um pouquinho menos.

Mas o que eu quero indagar a V. Sa. é o seguinte: no Ceará, houve também um aumento acima de 10%, e lá foi feito um entendimento entre a empresa concessionária e a Câmara de Indústria, que fomenta o trabalho, o emprego, a renda no Estado, e conseguiram baixar para perto de 8%. Pergunto, de uma forma bem objetiva: há alguma coisa para fazer? Porque isso está gerando um problema grave no meu Estado. Há reclamação não só do trabalhador, que teve um índice inflacionário de 4%, e um aumento três vezes maior, mas também os empresários todos estão reclamando. Isso está gerando desemprego, não se fomenta a economia, ou seja, o Estado está sentindo muito essa questão do reajuste aplicado, que já foi palco, inclusive, de uma reunião que fizemos na agência, onde fomos atendidos pelo seu *staff*, com uma explicação de como foi aplicado, dos números extraídos... A situação, como bem disse V. Sa. na sua explicação, é algo que deve incomodar muito vocês, porque vocês estão pactuando na contramão daquilo que todos nós queremos para o Brasil que é o desenvolvimento, que é a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

geração de emprego, a geração de renda... A própria concessionária, quando veio aqui, falou: "Nós também achamos que um índice desse tamanho não fica bom, porque aumenta a inadimplência. Vamos fazer um trabalho na questão da tarifa social..."

A minha pergunta é bem direta, e é apenas este questionamento que eu queria fazer: há alguma esperança no final desse túnel para tentarmos rever essa questão?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com a palavra o Diretor da Aneel.

Como nós estamos com pouco número de Senadores, vamos aproveitar para dar a resposta diretamente aos Senadores. Assim, fica mais proveitoso o esclarecimento.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Perfeito, Senador.

Quando assumimos a Diretoria-Geral da Aneel, no final de agosto do ano passado, com a aprovação desta Comissão, uma de nossas primeiras tarefas, Senador Nelsinho Trad, a quem agradeço a pergunta formulada, foi justamente começar a montar esse trabalho que acabamos de entregar ao Presidente da Comissão, que são ações para desonerar a tarifa de energia, até porque cabe institucionalmente, de acordo com a prerrogativa legal da lei de criação da Aneel, que é a Lei 9.427, à Aneel fazer o cálculo das tarifas de energia. Mas não é a Aneel que cria a política pública da tarifa de energia. A Aneel apenas faz o cálculo. A gente pega a política pública, que é oriunda do Congresso Nacional, do Governo; pega o tributo, que é oriundo do Governo do Estado; e pega o custo de operação. Então, monta-se a tarifa, e cabe à Aneel anunciá-la à população.

O nosso mandato é de quatro anos. O primeiro ato que eu fiz foi reunir a equipe técnica da agência e falar: "Olhem, eu não vou aqui ficar quatro anos dando notícia ruim para a população." Especialmente o ano de 2018 foi desafiador, pois o efeito médio dos aumentos tarifários naquele ano foi de 16%, e isso em função do custo da geração que aconteceu em 2017. Então, as tarifas de energia, no ano de 2017, recolheram R$4,4 bilhões a menor do que o custo praticado para remunerar as usinas geradoras. Essa diferença foi alocada nas tarifas no ano de 2018, sob a perspectiva de componente financeiro, que é justamente o valor arrecadado a menor. Se em 2018 a gente deu um aumento de 16%, não há a menor condição de se conseguir algo nesse patamar em 2019. Então, precisamos de ações concretas.

Esse trabalho de identificar ações tive a oportunidade de passar aqui para V. Exas. A primeira que conseguimos identificar e dela já colher os frutos foi essa quitação antecipada de um empréstimo que foi feito lá em 2014 no valor atualizado de R$40 bilhões. Considerando as regras do empréstimo, agora em setembro, nós já teríamos o fundo pronto para quitá-lo e já trazer resultado real para a tarifa do consumidor, ou seja, uma redução do biênio 2019-2020 de 4,9%.

Foi a atuação desse trabalho, Senador Nelsinho Trad, que permitiu a redução na tarifa do Ceará. Essa redução que o senhor pontuou de 11% para 8% foi fruto desse trabalho, que aconteceu justamente na semana que seria anunciada a tarifa no Ceará. A tarifa do Ceará que abriu a audiência pública com esse valor melhor, com essa redução efetiva, foi conseguida por nós pelo trabalho que a Aneel realizou.

Também voltamos às concessionárias que tiveram o processo tarifário a partir de novembro de 2018, em que fizemos a Revisão Tarifária Extraordinária, que foi o caso que abarcou as tarifas de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, olhando para a frente, o Estado do Mato Grosso do Sul, Senador, que tive a alegria e satisfação de visitar há uns 45 dias... Tivemos uma audiência pública com a presença do Presidente da Assembleia Legislativa e alguns Deputados Estaduais na Federação da Indústria... Fomos ao Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, e debatemos com a classe política, com os consumidores, com os segmentos de classe a tarifa de energia.

E o desafio no Estado é grande. Por quê? Nós temos um baixo número de consumidores por quilômetros de rede. Temos, em média, 10 consumidores por quilômetro de rede. É um dos índices, Senador, mais baixos do País. Em situações mais severas que o Mato Grosso do Sul, a gente encontra o Tocantins, com apenas 6; o Mato Grosso, com 7; e Rondônia, com 9. Os outros Estados têm uma média de 30 a 40 consumidores por quilômetro de rede. Isso faz com que a gente tenha menos pessoas para custear os ativos de distribuição; logo, *per capita*, o valor tende a ser maior. Outro desafio que temos é o número de consumidores por quilowatt. São poucos consumidores e consumidores que consomem pouco, pelo fato de o Estado não ter um atividade industrial mais pujante. Isso potencializa o custo da tarifa. Por fim, há uma participação no mercado de alta tensão de apenas 38%. Se a gente pegar o consumo no Estado, 38% são de alta tensão, que é a indústria, e o remanescente é do consumidor residencial. Então, a ampla maioria é residencial. Esses três índices conseguem explicar o desafio de o que é calcular a tarifa no Estado.

Mesmo assim, por ser um Estado localizado na Região Centro-Oeste... A gente teve a oportunidade de mostrar que, no Centro-Oeste e no Norte, a tarifa de energia é maior do que média nacional, mas, entre os Estados do Centro-Oeste, a empresa Energisa Mato Grosso do Sul é a que apresenta uma das menores tarifas, se comparada com as das outras concessionárias de distribuição do Estado. E aí nós estamos falando aqui da CEB de Brasília, da Celg de Goiás, da Energisa Mato Grosso, e da Chesp, que é a Companhia São Patrício. Então, mesmo com essa característica toda diversa, com esse valor tarifário, a tarifa do Mato Grosso do Sul não é a maior dos Estados da Região Centro-Oeste.

Agora, nós temos que avançar e contamos com o apoio desta Casa, desta Comissão. Nós temos que avançar nesse tripé que apresentamos e que chamamos de agenda de desoneração da tarifa: trabalhar para reduzir o custo de geração. Temos que reduzir o custo das térmicas do País e temos uma janela de oportunidade agora. Neste País, respeitamos contratos. Então, vamos honrar os contratos altos pactuados há 15 anos, que, naquela época, tinham sua razão de ser; entretanto, não precisamos conviver com eles. Caindo esses contratos agora em dezembro de 2022, 2023 e 2024, eles podem ser substituídos por térmicas mais baratas. A gente reduz o custo de geração.

Chamo a atenção de V. Exas. no que diz respeito ao subsídio, que é uma parcela relevante da tarifa. Então, temos que atuar para conter a escalada dos subsídios.

Por fim, peço o apoio, Presidente Marcos Rogério, desta Comissão para a gente também lançar uma agenda de trabalhar com o Confaz. Não estou propondo reduzir o ICMS, mas vamos manter arrecadação de 2018, por exemplo. Ao se manter a arrecadação de 2018 de ICMS na conta de energia, a gente está falando de uma redução de 3% do ICMS agora na alíquota de 2019. Isso, na conta de luz, chega a um valor de 5%. Então, agregando valores em cada ponto da pauta, a gente consegue um resultado efetivo. Naquilo que estava ao alcance da Aneel, a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aneel atuou, e conseguimos um resultado efetivo de 4,9%, que V. Exa. citou e que foi o exemplo dado do Estado do Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Sa., Sr. Diretor.

Eu vou apenas, Senador Nelsinho, aproveitando a fala de V. Exa. e o apelo que faz em nome do Estado de Mato Grosso do Sul, dizer que essa mesma briga, esse mesmo embate eu e meus colegas Parlamentares de Rondônia também fizemos em relação à tarifa lá do Estado de Rondônia. No nosso caso, nós tivemos um acréscimo de 25%. Lá o impacto foi muito superior, foi de 25%. Nós conseguimos, depois de muito embate junto ao Ministério de Minas e Energia, à agência nacional, ouvindo consumidores, alguns avanços. Houve uma antecipação dos empréstimos, o que permitiu fazer um diferimento na tarifa. No final, no resumo da ópera, nós tivemos uma diferença de quase 8%, mas foi ainda bastante pesado o aumento que houve em Rondônia.

Aproveitando a fala de V. Exa., eu queria, a par dessa informação que o Diretor-Geral da Aneel encaminha à Comissão e eu vou fazer chegar depois cópia, se não houver exemplares...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ah! Já entregaram? Perfeito! Agradeço.

A par dessas informações que foram encaminhadas pela agência à Comissão, eu queria elaborar aqui a proposta de um seminário para a gente colocar esse tema em pauta e lançar luz sobre ele. Eu acho que esse debate não pode ser circunscrito a apenas uma audiência de prestação de contas como esta, e fragmentos de uma ideia são repassados na audiência. Eu acho que nós podemos aprofundar o debate e encontrar, nesse complexo emaranhado todo que a gente tem, que é o setor elétrico, caminhos para a redução do preço da energia elétrica, e o impacto dela no aspecto de competitividade do Brasil.

Eu acho que um seminário bem elaborado com a participação – e aqui já fica, antecipadamente, feito o registro de convite ao Diretor-Geral da Aneel para estar aqui também, na condição de um ator importante nesse processo. Vamos convidar outros também, mas eu queria, conjuntamente, depois, pensar a ideia de um seminário para avançarmos na discussão. Acho que isso é fundamental para todos os nossos Estados.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Concordo com V. Exa.

Penso que um índice acima do que foi apurado em relação ao valor da inflação... A gente forma uma bancada do tarifaço – podemos assim dizer –, e vamos criar uma voltagem bem grande a nossa volta para quem chegar perto levar um choque bem feito.

Mas, deixando a metáfora de lado, eu entendo que pelo menos veio aqui uma esperança. O primeiro trabalho do Diretor foi promover uma agenda de desoneração tarifária. Eu acho que nós temos que encampar essa luta. Estamos iniciando o nosso mandato – estamos com cento e poucos dias de mandato –, e eu penso que vai ser um movimento para podermos rodar o giro econômico do nosso País. As empresas clamam por isso, a classe trabalhadora clama por isso, e eu penso que a própria agência se sente desconfortável, senão não estaria apresentando, como primeiro plano de trabalho, uma agenda de desoneração tarifária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço ao Senador Elmano, nosso querido amigo, por ter cedido o seu tempo para que a gente pudesse se manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço V. Exa.

Vamos voltar a falar mais desse assunto e na elaboração dessa ideia de seminário, inclusive, de repente, chamando os Governadores a participar, porque esse é um assunto que interessa aos Governadores também. Acho que é uma grande oportunidade de se fazer um debate profundo sobre essa matéria.

Quero assegurar a palavra ao Senador Elmano Férrer – na sequência, já está escrito o Senador Wellington Fagundes –, para, na condição de autor do requerimento, fazer sua manifestação e questionamentos também. Agradeço, mais uma vez, a gentileza de V. Exa. em ceder a prioridade do tempo ao Senador Nelsinho.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Inclusive, se houver alguém que queira me preceder, eu faculto essa oportunidade.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – A paciência do Senador Elmano está tão grande...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aceitou?

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Claro, abriu aqui, é na hora.

Eu estava na reunião de Líderes agora e estão me chamando lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado, Senador Elmano.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar convidado.) – Eu vou tentar...

Quero agradecer ao Senador Elmano e tenho algumas perguntas que vou deixar por escrito ao Presidente, inclusive umas emendas que fiz à medida provisória, cuja análise posterior do Presidente da Aneel eu gostaria de ter.

Essas perguntas, basicamente, são sobre as barragens hidráulicas, ou seja, as hidrelétricas. Eu estou na CPI de Brumadinho, e a nossa preocupação é exatamente não fazer a mesma mistura das barragens de rejeitos minerais com as barragens hidrelétricas. Nós votamos aqui até meio de afogadilho um projeto de lei, e a nossa preocupação é essa, porque, daqui a pouco, vão impedir até que se faça reservatório para abastecimento de água nas cidades.

Eu gostaria muito mais de um esclarecimento aqui do Presidente sobre o porquê da maior segurança das barragens hidrelétricas. Furnas fez um relatório e afirmou, por exemplo, que, no meu Estado do Mato Grosso, a Barragem de Manso está em plenas condições de operar com segurança.

Com que base Furnas pode garantir a segurança da Barragem de Manso? Existe alguma auditoria externa que comprove essa afirmação? E aí vai em outras também. Ao emitir nota de que todas as barragens por ela administradas estão seguras, Furnas informou que todas as suas estruturas são monitoradas, inclusive, com o acompanhamento da Aneel, com inspeções periódicas e análise de comportamento. Aí a pergunta ao Diretor da Aneel: como são feitas essas inspeções periódicas? Quantas barragens serão alvo de vistoria pela Aneel, principalmente no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

caso de Mato Grosso? Mas aí eu estenderia, claro, a cada Parlamentar do seu Estado. Será tomada alguma providência em relação a outras barragens que não serão vistoriadas pela Aneel?

E aqui há outras perguntas ainda que eu vou deixar com o Presidente, mas eu gostaria, Presidente, Diretor-Geral, que V. Sa. explicasse bem. A nossa discussão lá na CPI de Brumadinho é exatamente no sentido de por que as barragens de rejeitos minerais não são fonte de renda, no caso, como as barragens hidrelétricas? Portanto, quando se constrói uma barragem numa hidrelétrica, aquilo é o principal ativo que ela tem. Se romper, acabou tudo. Diferentemente... Mas eu gostaria de uma explicação talvez mais técnica, porque isso aqui tudo fica para nós depois, inclusive, estudarmos.

Outra pergunta que eu faço também: como V. Sa. vê a possibilidade de que as construções de hidrelétricas passem a ser através de autorizações, e não por concessões, como é hoje. A gente percebe que existe muito, no mercado, concessões a empresas que vão lá, ganham inúmeras concessões, e não constroem, inclusive. Gostaria de saber o tempo, se vocês pensam em modificar alguma coisa da legislação, porque penso que isso é uma reserva de mercado. Alguém vai lá, banca a pesquisa, fica com aquele potencial, ainda não constrói, e isso evita com que outros o façam.

Quando eu falei em autorização, é porque o Ministro Tarcísio veio aqui na nossa Comissão, e ele está com a ideia, já que ele é da infraestrutura, inclusive quanto à possibilidade de construção de ferrovias com autorização, porque isso existe em outros países. Então, há essa diferenciação. Porque hoje até cinco é uma autorização, aí depois há as PCHs, que são até 30. E o que acontece no mercado? Às vezes, numa hidrelétrica que tem um potencial, digamos, de 35, de 40, eles reduzem isso para ficar no limite de 30, para ser uma PCH. E quem perde é a Nação, porque, às vezes, uma barragem poderia gerar mais energia, mas, apenas por essa situação da burocracia que é limitada em 30, que é para PCH, eles abaixam o volume.

Eu ainda gostaria aqui de fazer uma indagação e mais cobrando, pedindo à Aneel que faça uma fiscalização específica na Hidrelétrica José Fernandes, no Município de Juscimeira, Mato Grosso, se essa hidrelétrica cumpriu todas as condicionantes ambientais, inclusive o repovoamento do lago e outras situações que há. Porque são muitas denúncias que sempre chegam, e eu não consigo uma resposta mais contundente, mais específica da Aneel. Sobre um novo momento, eu gostaria de pedir essas fiscalizações e a resposta oficial, e aqui, inclusive, para a Comissão especificamente dessa barragem.

É isso, Sr. Presidente, eu vou deixar aqui por escrito ao Diretor.

Mais uma vez, agradeço a paciência do Senador Elmano.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Fagundes, que vai encaminhar também as perguntas por escrito.

Senador Elmano, vou assegurar a palavra a V. Exa. e, na sequência, o Diretor já responde aos dois questionamentos.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para interpelar convidado.) – Bom, inicialmente, eu queria agradecer ao nosso Diretor-Geral da Aneel, o André da Nóbrega, não só por estar aqui ele mesmo, mas toda a sua equipe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inicio dizendo que hoje nós tivemos uma reunião da Comissão de Assuntos Econômicos que resultou num debate acirrado sobre a ausência dos diretores-gerais, presidentes das agências nacionais de regulação. E vejo hoje, aqui à tarde, logo após o que aconteceu pela manhã – quer dizer, uma grande crítica às agências reguladoras, conforme testemunhamos hoje, em decorrência da falta, eu diria, de atenção dos dirigentes-gerais dessas agências em comparecer ao convite, ou convocação para uma reunião na Comissão de Assuntos Econômicos, que foi o caso específico hoje, que resultou numa discussão acirrada no que se refere a tarifas de energia elétrica de vários Estados –, o nosso... Queria parabenizá-lo, pela atenção, pelo acolhimento ao convite do Presidente, porque V. Sa. comparece, mesmo como representante da agência, acompanhado de diretores, porque isso é o inverso do comentário de hoje pela manhã.

Mas eu queria fazer logo uma colocação sobre o porquê desta audiência pública. Nós fomos autores, inclusive, de um relatório de segurança sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens na Comissão de Desenvolvimento Regional, considerando o que ocorre na Região Nordeste com relação às barragens construídas e sob a responsabilidade da jurisdição da Agência Nacional de Águas. Não resta dúvida de que nós estávamos e ainda estamos sob o impacto do que aconteceu no rompimento do Fundão lá em Mariana e também, logo em seguida, dois anos depois, em Brumadinho. A competência de fiscalização dessas barragens de rejeitos minerais é da Agência Nacional de Mineração – não é isso? –, constituída, formada recentemente, há um pouco mais de seis, sete, oito meses.

Então, naquele momento do nosso requerimento, nós pedimos que fizéssemos uma audiência pública com as três agências, considerando que esta que está aqui representada pelo nosso estimado André é, no meu entendimento – e tenho acompanhado ao longo de meus 53 anos de exercício de atividade pública... São as barragens mais seguras de todas as existentes no Brasil, são seiscentas e tantas barragens, mas sobretudo aquelas sob o domínio da União, através de suas empresas estatais, desde a concepção do projeto e a construção, nós não temos dúvidas, não há nenhum registro no Brasil sobre qualquer – não tenho conhecimento – acidente com relação a essas barragens. Mas, se tratando de uma agência fiscalizadora, como as duas outras agências, o sentido era mais focado na segurança de barragens, dentro da Política Nacional de Segurança de Barragens, conforme dispõe a Lei 10.734.

Mas eu queria esclarecer que, já que o nosso Presidente da Comissão pediu que o Diretor-Geral da Aneel apresentasse os resultados da agência durante o exercício de 2018, eu queria propor, considerando apenas a frequência de quatro Senadores, aliás, cinco Senadores, que ele devesse apresentar essa prestação de contas – porque que se falou nisso, meu estimado André, hoje pela manhã, na CAE –, que se fizesse uma reunião conjunta, pela manhã, conforme nós nos reunimos semanalmente, com as duas Comissões, ou seja, a Comissão de Assuntos Econômicos com a Comissão de Infraestrutura. Talvez houvesse uma repercussão maior, se considerarmos o que aconteceu hoje pela manhã. Eu acho que seria muito produtivo. A Aneel marcaria, digamos, um grande encontro perante, quase, acho que teríamos mais de 30, 35 a 40 Senadores, com essas duas Comissões. Então, é a primeira proposição que eu faço.

E reitero, reafirmo a intenção nossa, no princípio. A respeito da decisão do nosso nobre Presidente em separá-las, quer dizer, dividi-las em três audiências públicas, o número, em se realizando à tarde, não é significativo com relação à presença dos Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, tenho várias perguntas aqui, formuladas, como dizia o nosso Garibaldi Alves, pelos nossos universitários, assistentes, mas, das cinco perguntas que vou entregar depois ao nosso André, eu queria fazer apenas uma.

As usinas hidroelétricas são obrigadas a encaminhar anualmente à Aneel o formulário de segurança de barragens, com informações relativas ao plano de segurança delas, dessas barragens, plano de emergência, ações de emergência e inspeções de segurança, entre outras a que o próprio André fez referência aqui. E a pergunta é a seguinte: qual o percentual de hidroelétricas que entregaram seus formulários e quais as conclusões da Aneel a partir dos dados coletados no tocante à situação dessas barragens? Que desdobramentos decorreram das informações coletadas? Quais são as penalidades impostas ao empreendedor que não enviou esses formulários no prazo estipulado pela agência? Essas são algumas perguntas.

E eu vou me permitir fazer uma segunda pergunta, ainda sobre segurança de barragens, sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens, que enfrenta uma série de gargalos para a sua efetiva implantação. Veja, isto aqui se aplica mais à ANA, esta pergunta que eu vou fazer agora, porque a ANA cadastrou 24 mil barragens no Brasil e fez supervisão, monitoramento em apenas 3,5% dessas barragens, porque realmente não só a ANA como as fiscalizadoras em nível de Estado, do âmbito estadual não têm as condições, digamos, técnicas em termos de número de técnicos para acompanhar as 24 mil barragens, por exemplo, monitorar, fiscalizar as 24 mil barragens, principalmente se considerarmos que, o orçamento, sobretudo, federal e estadual, não se contemplam recursos suficientes nem insuficientes; os recursos são totalmente insuficientes para desempenhar essa atividade.

Mas, mesmo assim, eu queria formular essa pergunta embasada no seguinte: a Política Nacional Segurança de Barragens (PNSB) enfrenta uma série de gargalos para a sua efetiva implantação. São dificuldades na elaboração dos planos de segurança de barragens e dos planos de ação emergencial, tanto com relação à segurança delas, as barragens, como no caso de uma emergência. Na iminência de um rompimento, por exemplo, qual plano emergencial para as barragens de risco alto?

As ações corretivas são insuficientes para atender as recomendações das inspeções? A quantificação e orçamentação dos serviços de manutenção e recuperação das barragens são imprecisas? Há inconsistência nos critérios de classificação das barragens? Os recursos e o material humano para recuperação e manutenção são escassos? Na visão da Aneel, que aprimoramentos podem ser feitos na lei de Política Nacional Segurança de Barragens?

É o que eu disse. Essas perguntas são mais aplicáveis, parece-me, à Agencia Nacional de Águas, mas, se V. Sa. puder fazer alguns esclarecimentos sobre isso, eu gostaria, porque, de qualquer forma... Veja bem, nós temos Sobradinho, no Rio São Francisco, uma barragem que possui 34 bilhões de água armazenada, ou seja, o seu volume máximo; Itaipu, 29 bilhões de água armazenada, ou seja, uma bacia hidráulica com 29 bilhões... Se nós pegarmos, por exemplo, Santo Antônio, lá no Rio Madeira, são 20 bilhões de metros cúbicos de água armazenada. E aí vai, até chegar à nossa hidrelétrica lá que é pequenininha no Piauí, no Rio Parnaíba, que são 5 bilhões de água armazenada.

De qualquer forma, eu considero, repito, quanto à segurança delas, desde a concepção dos projetos, os projetos executivos e o processo de construção delas, me parece a mais seguro que nós temos no Brasil, mas, mesmo assim, nós temos que agir não como bombeiros. Eu tenho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sempre dito isso. Há a catástrofe, há o desastre, enfim, aí é que nós, é que o Estado aparece, ou seja, como bombeiros e não, como planejadores. Nós temos que antecipar os fatos. Então, é nesse sentido, quando eu digo sobre uma barragem de 34 bilhões até a menorzinha, que é lá no Piauí, na Barragem de Boa Esperança, hidroelétrica que gera 237 megawatts. Quer dizer, é coisinha pequena, mas nós temos que ter a previsibilidade, nós temos que nos antecipar.

Este País tem que antecipar as catástrofes, como nós vivemos do ponto de vista político, do ponto de vista administrativo, na sua equação, se considerado o próprio Estado brasileiro, a falência da Federação, ou seja, falta a antecipação dos fatos que poderão acontecer.

Então, eu reforço a minha pergunta nesses termos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Elmano Férrer, e asseguro a palavra ao Diretor André Pepitone.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Bom, Senador, primeiro, faço a minha especial saudação a V. Exa., autor do requerimento que viabilizou a reunião de hoje. Senador Elmano Férrer, obrigado. Agradeço também a polida e oportuno intervenção que ora faz V. Exa.

Primeiro, digo a V. Exa. que nós estamos integralmente à disposição do Senado Federal, à disposição da Comissão de Infraestrutura e outras Comissões da Casa, para, quando demandados ou instados a aqui estarmos participando, no caso, a Agência Nacional de Energia Elétrica terá presente o seu Diretor-Geral e os demais diretores do colegiado. Hoje estamos aqui com a presença do Diretor Efrain; agora também estamos com a presença do Diretor Rodrigo Limp, na Câmara dos Deputados, na Comissão de Minas e Energia, numa audiência específica sobre a qualidade dos serviços prestados no Estado de Goiás. O colegiado está à disposição da Comissão. E temos a ciência da importância de estarmos aqui prestando esclarecimentos à sociedade. Entendemos que é dever do órgão regulador prestar esses esclarecimentos fundados em arraigadas convicções democráticas. Então, Excelência, toda a vez em que o senhor demandar, estaremos aqui para promover esse amplo debate. O senhor pode contar integralmente com a presença do Diretor-Geral acompanhado dos diretores da Agência Nacional de Energia Elétrica.

E oportunamente, pontualmente sobre as perguntas que V. Exa. nos dirige, no que diz respeito à barragem, de fato, eu concordo e me associo às suas ponderações, o Estado tem que agir de maneira preditiva, temos que nos antecipar aos fatos e não atuarmos como bombeiros; é desejável que a gente se antecipe aos fatos.

Agora, a Aneel fez um trabalho grande, a gente vinha fiscalizando essas barragens, as 335 usinas, desde que lançamos a nossa resolução. Então, no período de 2016 a 2018, estivemos em todos. E, agora, única e exclusivamente, em 2019, visitaremos todas as 335 novamente *in loco*, mas nós fiscalizamos todas as 673 usinas que identificamos na lei, isso também por monitoramento. Não significa que, se a gente não está lá *in loco*, a usina não está sendo fiscalizada.

E, quando nós vamos à usina, a postura da agência é exigir, o que fizemos agora em 2019, uma atualização do plano de segurança de barragens e do plano de ação emergencial, deixando claro para a sociedade que a responsabilidade de elaboração desse plano é do empreendedor. O empreendedor, que é o dono da usina, é o outorgado, e ninguém melhor do que ele tem as informações necessárias para fazer esse plano. E não é apenas fazer o plano, fazer o plano

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

assinado por um responsável técnico. Nós temos que identificar quem é o responsável e que assegure aquelas informações.

E vamos avaliar todos os itens que constam no plano, se o plano apresentado está aderente à lei de segurança de barragens. O cumprimento das melhorias identificadas também nas campanhas realizadas, a agência fiscaliza, ou seja, esses planos apontam algumas melhorias, e, ano seguinte, a agência vai fiscalizar se de fato o que estava no plano foi realizado pelo empreendedor.

Nós exigimos total cumprimento das recomendações dos relatórios de inspeção, a ART específica do engenheiro que assegura e que é responsável pelas informações e ações do plano de segurança de barragem, e não só isso, mas também a assinatura do responsável legal pelo plano, ou seja, de quem elaborou o plano, o ART, e da empresa que é dona da usina, a responsável legal pela usina.

Articulamos também o plano de ação emergencial com a defesa civil municipal e estadual, e aqui uma contribuição a fazer para a Comissão: a gente observa uma total desarticulação da defesa civil municipal, muitas sem estrutura, Presidente Marcos Rogério, para conseguir dar vazão à sua missão legal. Isso não acontece nos Estados, mas nos Municípios a gente encontrou uma grande dificuldade.

E estamos exigindo também que tudo que foi apresentado nesse plano agora, em 2018, seja cumprido no ano de 2019. Então, como resultado da vistoria até o momento, nas vistorias que a agência está realizando, a gente exige dos empreendedores a elaboração, a comprovação da elaboração dos planos de segurança de barragem e o respectivo plano de ação emergencial, bem como o protocolo de tais documentos no órgão de defesa civil. Dessa ação *in loco* que tivemos, um resultado concreto foi a exigência do protocolo desse plano nos órgãos de defesa civil. Isso não estava ocorrendo. Então, fruto do episódio do rompimento da barragem da Vale no início do ano, agora, nos Municípios onde existem barragens do setor elétrico, a defesa civil está com os dois planos – estão protocolados na defesa civil –, e estamos com ação com os nossos técnicos, os técnicos dos órgãos estaduais atuando na defesa civil. Ou seja, trouxemos a defesa civil para o processo, que era algo que não estava muito articulado. Isso é um resultado concreto dessa ação que estamos fazendo.

A maioria das usinas que já visitamos está em bom estado de conservação e nível adequado de segurança. Era aquilo que ponderávamos no início da reunião: é importante sopesar a atividade fim da barragem, se é mineração, se é armazenamento de água, se é geração de energia elétrica. Como V. Exa. muito bem ponderou, o *core business* do negócio geração de energia elétrica é a barragem, então, no setor de energia elétrica, a barragem está na vitrine. Por estar na vitrine, nós temos uma condição toda especial de tratamento, de segurança, pois é essa barragem que gera receita para o empreendedor, receita que vai permitir amortização dos empréstimos bancários feitos, tendo em vista que um empreendimento desse é capital intensivo, há um grande volume de recursos despendidos.

E, nesse trabalho que nós fizemos, nós identificamos duas barragens que merecem atenção, mas são duas barragens de pequeno porte, uma de 20MW e outra de 10MW: é a usina PCH Mello, que fica em Rio Preto, em Minas Gerais, e a PCH Jamari, Senador Marcos Rogério, que fica em Ariquemes, em Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas usinas foram vistoriadas e, no caso da PCH Jamari, de Rondônia, a barragem de terra tem um reservatório de 56hm³, onde, na margem esquerda, nossa equipe identificou erosões no talude de jusante, com presença de insurgências ao pé da barragem que ocasionaram alagamento dessa região no pé da barragem. Então a situação da barragem se encontra em nível de alerta, pois as anomalias requerem intervenção de curto prazo. E isso já está acontecendo, essas erosões no pé de talude de jusante requerem intervenção de curto prazo do agente responsável pela usina. E, no caso da usina de Minas Gerais, a PCH Mello, a barragem de concreto se encontra em estado de alerta pois está sendo submetida a uma reforma para reforço de sua ancoragem. Então a PCH Mello passa por uma reforma de reforço de ancoragem.

Então, dessa campanha que fizemos, são essas duas usinas que apresentam risco. São usinas de pequeno porte, e, como V. Exa. bem pontuou, não vamos ser bombeiros nesses dois casos, estamos atuando preventivamente para que não ocorra nenhum rompimento. As ações necessárias já estavam sendo tomadas, e agora se passa a ter o acompanhamento efetivo do órgão regulador. De um modo geral a gente pode dizer e assegurar a V. Exas., à Comissão, que as barragens do setor de energia elétrica gozam de um *status* diferenciado de segurança.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Elmano, satisfeito? (*Pausa.*)

Quero agradecer a V. Exa., agradecer também mais uma vez a presença do nosso Diretor-Geral da Aneel, Dr. André Pepitone da Nóbrega, e agradecer ao Dr. Efrain, também Diretor da casa, que tem cumprido sua função com esmero, não deixando de lado o aspecto de ser rondoniense e conhecedor das grandes demandas que nós temos no Estado de Rondônia. É bom ter um rondoniense na nossa agência nacional, embora ele tenha suas limitações, do ponto de vista formal e daquilo que é o papel da agência, e eu absolutamente as reconheço. A gente menciona aqui toda uma série de agendas que temos que tocar, mas obviamente que sem descuidar dos aspectos da segurança jurídica e da segurança de mercado, que são importantes também.

Acho que é preciso encontrar o ponto de equilíbrio em todas as tratativas que fazemos. Obviamente que o foco central é sempre o consumidor, mas para que tenhamos o consumidor recebendo o fornecimento do principal produto da geração é preciso também ter um mercado ativo, com condições de operar. Agradeço mais uma vez, Dr. Efrain e Dr. André.

V. Sa. tem a palavra para suas considerações finais.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar que V. Exa. não esquecesse do pedido que eu fiz a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não, já está na sequência...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Até para V. Exa. não encerrar, para não reabrir, porque acho que será quase impossível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na sequência à fala dele, introduziremos o tema de V. Exa.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Se me permite antes dizer o seguinte, eu tinha várias perguntas a fazer a V. Sa. aqui, entretanto, diante do adiantado da hora, como teremos daqui a pouco a abertura da Ordem do Dia no Plenário da Casa, vou deixar para depois, uma vez que já está praticamente prometido aqui – não é, Elmano? – que teremos uma nova oportunidade de reunir aqui não só a Aneel como a ANA e outros órgãos de agência reguladora, até porque é um assunto muito interessante o setor elétrico brasileiro, sobretudo a questão tarifária, que hoje, lamentavelmente, está saindo do controle, tendo em vista a falta de condições do povo brasileiro de pagar a conta que chega todo fim de mês.

Acho que é um assunto muito interessante, acho que V. Exa., Sr. Presidente, tem que marcar com a maior rapidez possível essa nova audiência, com a participação de outros agentes responsáveis pelo setor, na medida em que o reclame é muito grande no Brasil todo. Se eu fosse falar do Mato Grosso particularmente, infelizmente há uma reclamação todos os dias, porque as nossas distribuidoras, as nossas concessionárias, melhor dizendo, às vezes algumas não prestam sequer um bom serviço, demorando muito, até porque a própria legislação diz que no máximo em seis horas tem que ser religado quando cai o sistema, e lá chega a se passarem setenta e duas horas. Acho que nesse caso as agências têm que estar mais presentes até para tomar as devidas providências para que o cidadão, o consumidor não seja penalizado, alguns tomando prejuízos enormes, com o desligamento de alguns sistemas, particularmente o sistema de refrigeração de algumas indústrias ou de alguns estabelecimentos comerciais.

De qualquer forma, quero cumprimentar e louvar o ilustre Senador Elmano pela feliz iniciativa de convidar o André para fazer essa bela explanação, que certamente foi muito proveitosa na tarde de hoje. E eu aguardo V. Exa., Sr. Presidente.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jayme.

Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Pela ordem.) – É rapidinho, quanto a essa proposta de fazermos uma reunião conjunta para que o Diretor-Geral da Aneel venha fazer essa prestação de contas tão brilhante que ele fez aqui – uma exposição brilhante – para as duas Comissões conjuntamente, considerando a grande discussão que aconteceu hoje pela manhã.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Nós três aqui poderíamos subscrever esse encontro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ponderando com V. Exa., podemos subscrever de forma não oficial o convite, e teríamos que conversar com o Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Omar Aziz, para estabelecermos essa agenda, mas, desde já, Diretor, nas considerações que V. Exa. fizer, se puder já se colocar à disposição... Nesse caso aqui, há um comando regimental para a prestação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de contas, então há um aspecto formal para fazê-lo, no outro caso nós faríamos o convite, e seria de vital importância a presença de V. Sa. nessa reunião para esclarecer outros temas. E realmente, hoje pela manhã eu participei da reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, e o tema foi bastante intenso. Acho que a presença e os esclarecimentos fazem bem ao Colegiado, além de ser absolutamente respeitoso para com a Comissão de Assuntos Econômicos.

V. Sa. tem a palavra para as considerações.

O SR. ANDRÉ PEPITONE DA NÓBREGA – Senador, só me cabe registrar a alegria e a satisfação e agradecer a oportunidade que nos deu o Senador Elmano Férrer ao fazer o requerimento e V. Exa., Presidente Marcos Rogério, também, na linha de fazer a prestação de contas. Isso nos permitiu vir aqui hoje. Sentimo-nos honrados com o convite e entendemos ser de grande importância compartilhar com V. Exas. o trabalho desempenhado pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Desde já, Senador Elmano, quero me colocar à inteira e integral disposição para atender a essa agenda conjunta da CI com a CAE. É só V. Exas. definirem a data que a gente vai estar aqui, pronto para fazer essa prestação de contas.

Também eu não posso, estando aqui à frente do Senador Jayme Campos, deixar de agradecer pelo grande incentivo que recebi quando de minha indicação à Diretoria de Aneel em 2014. V. Exa. se recorda bem, e tenha a certeza de que vou dar o melhor de mim para a frente da regulação do setor elétrico, para que a gente tenha uma forte representação e atuação no setor. Espero corresponder ao seu desejo, a todo o apoio que nos deu, pelo qual eu sou muito grato. Não me esqueço do grande apoio que V. Exa. nos deu lá em 2014.

E gostaria de registrar a sua elegância na postura política e a sua decência em sua trajetória como homem público, como Senador da República. O Brasil precisa, acima de tudo, de governantes comprometidos em promover o crescimento e o desenvolvimento do País, e V. Exa., acompanhado do Senador Elmano, são dois representantes do que há de melhor na política brasileira. E contamos integralmente com V. Exas., com o Presidente Marcos Rogério e com esta Comissão para apoiar o Estado regulador, para apoiar a autonomia das agências reguladoras e para apoiar esse papel que reputo de grande importância que as agências reguladoras têm de atuar com transparência, com previsibilidade, com segurança e com estabilidade em prol de angariar investimentos para promover o desenvolvimento da infraestrutura em nosso País.

E, no caso da Aneel, nós estamos comprometidos aqui com as agendas dos leilões, em que fomos exitosos tanto na transmissão quanto na geração. São investimentos que estão acontecendo no País, é a segurança energética, segurança de que o abastecimento está sendo garantido – e não é garantido de qualquer forma, é garantido com fontes renováveis, alinhado com essa preocupação de sustentabilidade que temos. E que continuemos assim, a prosseguir no avanço da nossa matriz elétrica.

Associado a isso, temos um tema que não estava, digamos assim, com relevância no setor, apesar de ser muito importante, mas, em função dos acontecimentos recentes, ele se sobressai e passa a ter grande importância no setor, que é a segurança de barragens. A agência está fazendo seu trabalho, com suas campanhas de fiscalização, e estamos também agora empenhados nisso. Eu diria a V. Exa.: desde que assumi a liderança da agência no final de agosto do ano passado, é nossa principal missão, e para isso conto com o apoio dos meus

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colegas, do colegiado – somos um colegiado de cinco diretores. E conto com o apoio dos meus colegas nessa agenda de desoneração de tarifa.

O que eu posso dizer a vocês é que nós estamos empenhando uma verdadeira cruzada para conseguir desonerar a tarifa de energia do País, e esta Casa, esta Comissão tem papel fundamental no sentido de a gente buscar uma política de subsídio adequada, não deixando avançar subsídio, e naqueles setores que já esgotaram a necessidade do subsídio, a gente pode encaminhar a retirada desses subsídios. Temos que buscar a questão do custo, de reduzir o custo de geração do País, e com o apoio desta Comissão, Presidente Marcos Rogério, avançar na conscientização dos Governos dos Estados no que diz respeito ao ICMS, que é um importante fator que contribui para a elevação da tarifa.

Vamos continuar nosso trabalho com o apoio desta Casa, com o apoio de V. Exas. no que estamos chamando de tripé da desoneração da tarifa de energia: reduzir custo de geração, reduzir subsídio e reduzir encargos e tributos. Isso vai levar, em última instância, à desoneração da tarifa, que irá beneficiar milhões de brasileiros, milhões de consumidores de energia, e também fomentar a atividade econômica em diversas partes dos nossos Estados.

Então, quero só agradecer esta oportunidade de fazer essa explanação hoje e destacar, Presidente, a participação aqui dos nossos superintendentes, o Superintendente de Regulação de Geração, Dr. Christiano; o Superintendente de Regulação do Mercado, Dr. Júlio; de Gestão Tarifária, Dr. Davi, e o de mediação do setor, Dr. André Ruelli. Então aqui está a equipe, que está também convicta, estamos todos alinhados nesse propósito maior de empenhar o melhor de nossos esforços, de nossa competência na busca da desoneração da tarifa. Como disse, é uma verdadeira cruzada empenhada não apenas pela diretoria, mas a gente conseguiu encampar e engajar toda a Agência Nacional de Energia Elétrica.

Agradeço imensamente a oportunidade de estar aqui e a oportunidade também de expor para os senhores a importância do Estado regulador de energia, e conto com o apoio desta Comissão em prol de fortalecer o papel das agências reguladoras. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece a V. Sa. pela disposição do tempo em estar aqui, trazendo todos os esclarecimentos necessários à Comissão.

Antes de V. Sa. deixar a Comissão, peço desculpas pelo lapso de não ter colocado aqui a participação dos nossos internautas. Há algumas participações, mas penso que a maioria dos questionamentos é relacionada à área de atuação da Agência Nacional de Mineração, mas faço questão de mencionar em respeito ao nosso internauta que participa.

Jonas Pesca, do Maranhão, questiona: "Como está sendo feito o monitoramento das barragens, quais os equipamentos usados e com que frequência acontecem essas inspeções?".

André Marques, do Distrito Federal: "A cultura de prevenção é essencial, inclusive os treinamentos de evacuação de áreas de risco devem ser feitos constantemente".

João Francisco, do Rio Grande do Sul: "A preservação das barragens é de extrema importância, sobretudo em face do meio ambiente e dos cidadãos que residem em suas proximidades".

E o Valdemagno Silva, de Pernambuco: "Mais duas barragens com risco de desabamento, o Estado nada vai fazer? Quando vão obrigar a Vale a mudar o sistema de rejeitos e, onde ainda existir, obrigá-la a refazer as barragens?".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Boa parte das manifestações são na verdade comentários, e um questionamento que trata, na verdade, de barragens de rejeitos, que não é área específica de atuação da Aneel.

De qualquer forma, estou encaminhando ao Diretor os questionamentos aqui recebidos.

Se me permitem os Senadores, eu mencionei aqui no início a possibilidade de a gente realizar o seminário, e apenas para já dar um encaminhamento do que seria essa agenda, porque na próxima reunião quero trazer o requerimento formal para apresentar, mas já sinalizando e para colher aqui já a disponibilidade do nosso Diretor da Aneel para participar desse debate... E o faço a partir do material que é encaminhado à Comissão, a agenda de desoneração tarifária. Folheando aqui algumas páginas me veio a ideia de fazer esse debate, e o seminário seria para abraçar a agenda de desoneração, justamente o tema que ele traz na contribuição que oferece, a desoneração tarifária com três grandes pontos, que o Senado Federal, por meio da CI, Senador Elmano, discutiria com a sociedade e com todos os agentes envolvidos.

Primeiro, quanto à geração, dialogar com a sociedade quanto ao modelo brasileiro que vem imputando aos consumidores brasileiros um custo que representa cerca de 40% da tarifa de energia. E aí devemos aproveitar o debate para inserir a nossa grande riqueza nessa matriz energética, que é o nosso gás do pré-sal. Já tive inclusive a oportunidade, no âmbito de uma participação que fiz na Aneel, na sustentação da redução de tarifa ou de concessão do diferimento de tarifa para o Estado de Rondônia, de introduzir esse tema no debate, naquele momento, mas acho que temos que aprofundar esse debate.

Esse é um tema que interessa não só a esta Comissão, mas interessa ao Parlamento e interessa ao Brasil. Envolveria aqui a Petrobras, que tem lá suas reservas em relação a essa questão do uso do gás na matriz energética, como insumo. O que mais impacta o preço da energia na geração pelas termoelétricas é justamente o diesel, o óleo, além de aspectos ambientais, quanto ao impacto que causa. Então, vamos trazer esse tema, colocá-lo no debate.

Outro foco que a gente poderia adotar... Eu estou fazendo esse ensaio inicial aqui até para estimular os Senadores a contribuírem, de repente, com outros temas mais, para abordarmos nesse seminário. Quanto à questão dos tributos, acho que é preciso chamar os Governadores para participarem desse debate, porque toda vez que se fala disso aqui, há uma certa incomodação por parte dos gestores estaduais, porque pensam logo em perder arrecadação. Mas temos que discutir. O impacto dos tributos estaduais na conta de energia tem sido extremamente alto; e num momento como esse que nós estamos vivendo, é preciso colocar esse tema em pauta também.

E quanto aos subsídios, esta Casa, juntamente com a Câmara dos Deputados, acho que devemos abrir essa discussão, ouvindo os agentes do setor, podendo dar respostas mais efetivas, dar um tratamento mais justo aos subsídios, que já impactam em mais de 20 bilhões as contas de energia dos brasileiros. Ou seja, faz-se o gesto, mas a conta vai para aquele que está lá na ponta, que às vezes não participou do debate e não concordou com ele.

Precisamos, portanto, modernizar o setor elétrico brasileiro, com vistas a proporcionar aos brasileiros uma tarifa mais justa e que não pese tanto para quem gera emprego e renda. Além do consumidor, é preciso pensar em quem gera emprego e renda no País. Esse é um tema que não pode ser lateral, tem que ser tema central: o consumidor. Mas empreender no Brasil, com os custos que nós temos, é um desafio permanente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fiz essas ponderações já para reforçar aqui o convite para que seja um dos nossos painelistas, nesse seminário que havemos de realizar.

Mais uma vez, minha gratidão pela sua presença aqui na Comissão de Infraestrutura, Dr. Efrain, e todos os Diretores da Agência, muito bem-vindos à Comissão de Infraestrutura.

Muito obrigado.

Senador Jayme, atendendo ao apelo de V. Exa., vamos ao último item da nossa reunião de hoje.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1
MENSAGEM (SF) N° 12, DE 2019
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, a escolha do Senhor DAVI FERREIRA GOMES BARRETO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Autoria: Presidência da República e outros

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: Pronto para deliberação.

O mandato é de quatro anos.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir o seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Senador Marcos Rogério, antes de ler o meu relatório, eu queria cumprimentar o André. Já o conheço do meu primeiro mandato como Senador, quando tive o privilégio de estar aqui, nesta mesma Comissão. E é sinal de que você é bom de serviço, André. De lá para cá, você conseguiu estar até hoje aí. É sinal de que você é competente. Agradeço suas palavras elogiosas e bondosas. Tenha certeza de que você tem um admirador também aqui, no segundo mandato de Senador da República, sempre à sua disposição para construirmos, com certeza, um Brasil com mais oportunidade, mas acima de tudo com mais justiça social. Parabéns a você.

Sr. Presidente, como Relator da indicação do Sr. Davi Ferreira Gomes para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), eu quero ler o meu relatório em rápidas palavras, aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Com base no art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, e em conformidade com os termos do art. 53 e 58 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que criou a Agência Nacional de Transportes Terrestres, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto para ocupar o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), autarquia especial vinculada ao Ministério da Infraestrutura. Para tanto, encaminha a esta Casa a Mensagem nº 12, de 2019 (Mensagem nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

68, de 2019, na origem), à qual se encontram anexados o *curriculum vitae* do indicado e demais documentos pertinentes.

O Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto nasceu em 1979. Obteve o diploma de Bacharel em Engenharia Eletrônica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), no ano de 2003. Em 2011, concluiu curso de Mestrado em Regulação pela Universidade de Brasília.

No currículo encaminhado constam três publicações. A primeira é sua dissertação de Mestrado, que tem como título: "Avaliação de impacto do controle externo do Tribunal de Contas da União". A segunda é um livro de teoria e exercícios de auditoria publicado pela Editora Método. A terceira, publicada pelo Tribunal de Contas da União em 2010, tem como título "Absorção indevida de ganhos de escala não decorrentes de melhorias operacionais das distribuidoras de energia elétrica".

O histórico profissional do indicado registra que iniciou suas atividades profissionais em empresas de consultoria de apoio à gestão empresarial, tendo participado de projetos no Brasil e no exterior, oportunidades em que atuou em diversos segmentos econômicos e em diferentes áreas temáticas.

Entre os anos de 2008 e 2017, foi Auditor Federal de Controle Externo no Tribunal de Contas da União (TCU).

Inicialmente, como auditor, participou de auditorias em temas relacionados a reajustes e revisões tarifárias, a segurança energética e à governança das agências reguladoras.

Em seguida, exerceu as funções de assessor e de diretor de equipe técnica da Secretaria de Macroavaliação Governamental, período em que, além de gerenciar equipe técnica de fiscalização, também coordenou trabalho de parceria entre o TCU e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, com o objetivo de promover uma revisão de pares para aperfeiçoamento da análise desempenhada pelo Tribunal nas Contas do Governo da República.

Posteriormente, na Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária, na função de Secretário, foi responsável pela equipe técnica do Tribunal a cargo da fiscalização de concessões nos setores rodoviário, portuário, ferroviário e de aviação civil.

Por fim, ainda no TCU, foi Secretário da unidade regional do Tribunal no Estado do Ceará, a quem cabe a fiscalização de órgãos federais localizados naquele Estado.

Atualmente é Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE-CE), responsável pelo julgamento de processos de prestação de contas, contas de Governo e demais processos de controle externo de entes estaduais e municipais.

Concluindo, Sr. Presidente, em atendimento ao que determina o art. 383, inciso I, alínea "b", item 1, do Regimento Interno do Senado Federal, o indicado declara que sua esposa, Carolina Martins de Aragão, é servidora pública federal, Analista de Comércio Exterior, desde 2014; que seu pai, Francisco José Pierre Barreto Lima, exerceu, entre 2001 e 2004, o cargo de Secretário de Administração da Prefeitura de Fortaleza; e que seu tio, Francisco César Pierre Barreto Lima, exerce, desde 2007, o cargo de Superintendente Adjunto do Departamento Estadual de Rodovias do Ceará.

Também foram apresentadas pelo indicado todas as demais declarações relacionadas no referido art. 383, inciso I, alínea "b", do Regimento Interno desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consta, ainda, da documentação encaminhada, argumentação escrita destinada a demonstrar experiência profissional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do cargo.

Voto.

Diante do exposto, entendemos que os Srs. Senadores e Senadoras integrantes da Comissão de Serviços de Infraestrutura dispõem de informações suficientes para deliberar sobre a indicação do Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f", combinado com o art. 53 e 58 da Lei nº 10.233, de 2001.

É o voto, Sr. Senador Marcos Rogério.

Muito obrigado. É o voto do Senador Jayme Campos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jayme Campos, pelo voto que traz e apresenta a esta Comissão de Infraestrutura.

Indago se há Senador que queira discutir a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, fica concedida vista coletiva, nos termos do inciso II do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal.

A matéria será incluída em pauta oportunamente, para sabatina e voto do indicado.

Não havendo mais nada a tratar na reunião de hoje, está encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos.

(*Iniciada às 14 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 43 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Rodrigo Pacheco, Dário Berger, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Flávio Bolsonaro, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Telmário Mota, Lucas Barreto, Carlos Viana, Nelsinho Trad, Sérgio Petecão, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Vanderlan Cardoso, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Jaques Wagner e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Lidos os comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Indicação de autoridade**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 12, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53 da Lei nº 10.233, de 2001, a escolha do Senhor DAVI FERREIRA GOMES BARRETO, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Jayme Campos. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Sabatina realizada com indicação aprovada, com dezessete votos favoráveis e nenhum voto contrário. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 466, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos." **Autoria:** Senador Humberto Costa. **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta, em razão da ausência do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 423, de 2014 - Não Terminativo -** que: "Isenta de tributos a importação de embarcações, máquinas para leme de embarcações e hélices de embarcações e suas pás, bem como altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para isentar os adubos (fertilizantes) do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)." **Autoria:** Senadora Kátia Abreu. **Relatoria:** Senador Acir Gurgacz. **Relatório:** Pela aprovação do projeto e rejeição das emendas 1-T, 2-T e 3-T. **Resultado:** Concedida vista coletiva. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1303, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para exigir que o plano de aproveitamento econômico da jazida contenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projeto de gerenciamento de risco de acidentes ambientais." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia. **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 27, de 2019** que: "Requer aditamento aos Requerimentos nºs 20 e 21, de 2019 -CI, que tratam da realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS nº 261/2018, que "Dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências,", visando à inclusão do nome do Senhor Bernardo Figueiredo e um representante da Confederação Nacional da Indústria -CNI." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates. **Resultado:** Aprovado. Fazem uso da palavra a Senadora Kátia Abreu e os Senadores Jayme Campos, Esperidião Amin, Wellington Fagundes e Elmano Férrer. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e dezoito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/28

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos. Declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Alguns comunicados.

Resposta da Polícia Federal às informações solicitadas pela Comissão acerca da Operação Infinita Highway.

Em atenção às informações solicitadas pela Comissão acerca da operação denominada Infinita Highway, que apura suspeitas de desvios em contratos sob a vigilância da ANTT, o Diretor-Geral da Polícia Federal encaminha manifestação de sua Diretoria de Investigação e Combate ao Crime Organizado (Dicor), que observa que a Polícia Federal não fornece informações acerca da existência ou não de investigações, bem como sobre dados de pessoas em torno do fato, em razão principalmente do sigilo do inquérito policial previsto no art. 20 do Código de Processo Penal, que dispõe que: "A autoridade assegurará no inquérito o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade".

A Dicor acrescenta em sua manifestação que cabe ao presidente do inquérito policial a análise quanto ao compartilhamento de eventuais informações, a fim de evitar prejuízos à elucidação dos fatos e à garantia de direitos fundamentais.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes documentos:

1) Ofício nº 1/2019/SEI/GPR-Anatel, que comunicou o prazo de consulta pública para críticas e sugestões à proposta de edição de regulamento de fiscalização regulatória, decorrente da reavaliação dos procedimentos de fiscalização, acompanhamento e controle de obrigações.

2) Ofício nº 3, de 2019, também da Anatel, que comunicou o prazo de consulta pública para críticas e sugestões à proposta de revisão do Plano Geral de Metas para a Universalização do Serviço Telefônico Fixo Comutado Prestado no Regime Público e dos contratos de concessão do STFC (telefonia fixa), nas modalidades local, longa distância nacional e longa distância internacional, para o período de 2021 a 2025.

Nos termos da Instrução Normativa da SGM nº 12, de 2019, esses expedientes, que serão disponibilizados para consulta na página da Comissão, aguardarão eventuais manifestações das Sras. e Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, período após o qual serão arquivados.

Por fim, a Presidência comunica o encerramento do prazo de manifestação e o consequente arquivamento do Ofício nº 44, de 2019, da Câmara Municipal de Picuí, no Estado da Paraíba.

A Presidência comunica o recebimento ainda dos seguintes documentos:

1) Ofício nº 84, de 2019, da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos, da Secretaria de Governo da Presidência da República, que encaminha o relatório de acompanhamento do andamento dos empreendimentos e demais ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos, referente ao ano de 2018, em cumprimento ao disposto no art. 9º, §2º, da Lei 13.334, de 13 de setembro de 2016.

2) Em atendimento ao art. 23, §2º, da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, que determina que os conselhos de administração das empresas públicas, das sociedades de economia mista e de suas subsidiárias encaminhem ao Congresso Nacional, com periodicidade anual, um relatório de análise de atendimento de metas e resultados na execução do plano de negócios e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

da estratégia de longo prazo das companhias, a Comissão recebeu os seguintes expedientes, que encaminham relatórios referentes ao ano de 2018:

- Ofício nº 2/2019, do Conselho de Administração da Empresa de Planejamento e Logística (EPL);
- Ofício CE-CA nº 2/2019, do Conselho de Administração das Indústrias Nucleares do Brasil (INB);
- Ofício PRD nº 4/2019, da Liquigás Distribuidora S.A.;
- Ofício CTA MS2 nº 5/2019, da Eólica Mangue Seco 2 Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A.;
- Ofício nº 30/2019, da Petrobras Gás S.A. (Gaspetro);
- Ofício CE PRES nº 48/2019, da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.;
- Ofício nº 60/2019, da Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa);
- Ofício nº 70/2019, da Presidência da Petrobras (Petróleo Brasileiro S.A.);
- Carta Consad nº 2/2019, da Companhia Docas do Pará.

De acordo com os procedimentos adotados por esta Presidência, esses expedientes serão autuados e encaminhados para análise prévia da Consultoria Legislativa do Senado Federal. Os documentos que levantarem questionamentos de ordem técnica ou legal serão distribuídos para a relatoria de um dos membros da Comissão, que submeterá ao Colegiado sugestões de providências pertinentes, como, por exemplo, a apresentação de requerimentos de informações ou a realização de diligências ou audiências públicas.

É o encaminhamento.

Gostaria de lembrar a todos que a população poderá participar da arguição pública, acompanhando a reunião pelo canal da TV Senado no YouTube e enviando perguntas e comentários ao indicado. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

Item 1 da nossa Ordem do Dia.

ITEM 1
MENSAGEM (SF) Nº 12, de 2019
- Não terminativo -

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 53, da Lei nº 10.233, de 2001, o nome do Senhor DAVI FERREIRA GOMES BARRETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Autoria: Presidência da República
Relatoria: Senador Jayme Campos
Relatório: Pronto para deliberação.
Observações:

1. Em 21/05/2019 foi lido o relatório e concedida vista coletiva, nos termos do art. 383, do RISF.

2. Reunião destinada à arguição pública do indicado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido para que tome assento à mesa, o Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto, indicado ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). (*Pausa.*)

Neste momento, nós teremos a fala do indicado, Dr. Davi Ferreira Gomes Barreto. Informo que o indicado dispõe do tempo de 15 minutos para a sua apresentação, com a tolerância desta Presidência, se necessário, e, na sequência, ao final da exposição, será concedida a palavra às Sras. e Srs. Senadores que desejarem sabatinar o indicado, conforme a lista de inscrição, que se encontra sobre a mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto, indicado para a ANTT.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Só para efeito de comunicação às Sras. e Srs. Senadores, para colaborar, o relatório em relação à indicação do Dr. Davi para diretor da ANTT já foi feito na semana passada, só para efeito de esclarecimento, sobretudo ao nosso mestre, Prof. Esperidião Amin.

A partir de agora, naturalmente, o Sr. Davi vai falar, na sua exposição, da sua alçada para o cargo na ANTT, mas só para refrescar a memória dos membros desta Comissão aqui que já foi feito o relatório – fui indicado pelo nosso ilustre Presidente para relatar essa matéria. De agora para a frente, apenas, naturalmente, a palavra será... E, ademais, os Srs. Senadores terão o direito de fazer a sua indagação, só para esclarecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Jayme Campos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A assembleia toda aqui presente gostaria de ouvir, mais uma vez, a voz do Senador Jayme Campos, mas me resta o conforto de recorrer à nuvem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A voz dele é sempre muito bem-vinda e ponderada, apenas reiterando o que o Senador Jayme Campos mencionou e que, no relatório que apresentei inicialmente, fiz constar: na última reunião desta Comissão, na terça-feira passada, ele apresentou o relatório certificando as credenciais e recomendando a aprovação do nome do indicado para a ANTT.

Então, feitas essas ponderações, o indicado faz a fala agora.

O primeiro a falar, na sequência, para sabatinar, para, ao final, fazer também a sua recomendação é justamente o Relator da matéria.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, na sequência, os demais membros da Comissão.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu vou até abrir mão neste caso, porque eu já conheço o currículo, já tive a oportunidade de conversar com o Davi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria pedir a V. Exa., sempre generoso e bondoso, para, se possível, já abrir o painel de votação pelo fato de que está escasso o número de Senadores. Conforme forem chegando... Já vamos abrir o processo de votação para o bom andamento dos trabalhos da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Acho que estou colaborando no sentido de que estou vendo várias Comissões funcionando e, daqui a pouco, não teremos o quórum qualificado para a votação. Peço a V. Exa. que também me dê a permissão de fazer esse pleito para abrir aqui o processo de votação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeito. Agradeço a V. Exa. Eu apenas, por uma questão de protocolo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Ele já fez até o voto?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Já fez. Já fez e apresentou na reunião passada e, agora, reitera a sua convicção.

Eu consulto os Senadores se há divergência em relação ao encaminhamento proposto pelo Senador Jayme.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – No momento dos presentes só...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... em causa própria. É muito honesto isso.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Então, enquanto há a manifestação do nosso indicado à ANTT e, posteriormente, a sabatina, os Senadores e as Senadoras que queiram antecipar o seu voto, o sistema está aberto para votação.

(*Procede-se à votação.*) **O SR. PRESIDENTE** (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Com a palavra o Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto para sua manifestação.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Bom dia, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, Senador Marcos Rogério; Relator desse processo, Senador Jayme Campos; Senador Esperidião Amin, na pessoa dos quais saúdo todos os presentes a esta audiência. Cumprimento também todos os colegas do Ministério de Infraestrutura, da ANTT que muito me apoiaram ao longo desse processo, todos os servidores do Senado, enfim a todos os que participam e acompanham esta reunião.

Tentarei serei bastante breve, Senador, na minha exposição inicial e me ater ao tempo que foi conferido, com o objetivo talvez de demonstrar um pouco do meu currículo, da minha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

experiência acadêmica e profissional e depois trazer alguns pontos que julgo relevantes da atuação da agência e do setor de infraestrutura como um todo.

Eu sou natural de Fortaleza, Ceará, mas muito jovem fui estudar em São Paulo. Cursei Engenharia Eletrônica no Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Concluí o curso em 2003. Posteriormente, em 2011, concluí o curso de mestrado na área de regulação pela Universidade de Brasília. Minha trajetória profissional foi iniciada no setor privado. Eu trabalhei em consultorias em São Paulo na área de gestão empresarial, em diversos setores da indústria, com várias abordagens.

No setor público iniciei minha carreira no ano de 2008 no Tribunal de Contas da União. Fui aprovado em primeiro lugar no concurso para o cargo de Auditor Federal de Controle Externo naquele período. Logo no início fui lotado na área que trabalhava com concessões de infraestrutura, a então Secretaria de Fiscalização de Desestatização. Nesse período participei de vários trabalhos envolvendo temas como revisões, reajustes tarifários, auditorias em temas como governança das agências reguladoras. Mais tarde tive a honra de ser secretário dessa área. A partir de 2013 pude liderar a equipe que conduzia os trabalhos de fiscalização em concessões de infraestrutura de transporte. Trabalhamos com temas como rodovias, portos, ferrovias, aeroportos. Acompanhamos de perto, à época, a implementação do Programa de Integração e Logística – o Governo Federal tentava alocar –, temas como discussão de modelos de ferrovias, modelo horizontal de ferrovias que foi proposto, o programa de aeroportos regionais, as prorrogações antecipadas de que se começou a falar na época ainda com a Concer, mesmo antes do advento da lei em 2016, discussão de arrendamentos portuários, auditorias em temas como fiscalização de rodovias, o papel da ANTT na fiscalização de rodovias. Enfim, tive o prazer de ter uma experiência muito rica no tribunal em diversos temas, acompanhando o trabalho especialmente da ANTT.

Em 2016, por questões pessoais, acabei retornando ao Ceará depois de quase 20 anos, para assumir o cargo de secretário da regional do tribunal naquele Estado. Em 2017 saí do TCU para assumir uma função no conselho substituto no Tribunal de Contas do Estado do Ceará, também por concurso público.

Esse é um breve resumo da minha formação acadêmica, da minha experiência profissional que eu reputo mais importante para me credenciar a esse posto da Diretoria da ANTT. Eu estou certo de que, caso tenha a honra de ter meu nome aprovado por esta Casa legislativa, possa contribuir de forma muito significativa para o fortalecimento e para o aperfeiçoamento da agência, bem como para a regulação de infraestrutura de transportes no País.

Eu sei que os desafios da agência e do setor são enormes; destravar, tornar realidade os investimentos em infraestrutura é uma pauta constante da agenda do setor público e do setor privado cada dia mais necessária, mais urgente. Em qualquer *ranking* de competitividade internacional que se observa, a nossa infraestrutura de transporte deixa muito a desejar, estamos atrás de países do Brics, de outros emergentes ou de vizinhos da América Latina. Enfim, é um desafio enorme.

No âmbito controlado e regulado pela ANTT, no setor rodoviário temos quase 1,7 milhão de quilômetros de rodovias, sendo que somente 12% são pavimentadas, e dessas, boa parte é uma malha federal, cerca de 76 mil quilômetros de rodovias, e, dessas, cerca de 10 mil quilômetros são administrados pela ANTT. Apesar de os números parecerem grandes, ainda são

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito modestos quando comparados a outros países de dimensões continentais como o nosso País. A nossa densidade da malha rodoviária pavimentada é metade da russa; a chinesa é 13 vezes maior; a americana é 17 vezes maior, ou seja, ainda há muito investimento a ser feito em rodovias no nosso País, e esse investimento, provavelmente, tudo indica que será majoritariamente privado.

As instituições fiscais são de conhecimento amplo e notório de todos. Atualmente, no âmbito federal, com todos os problemas enfrentados pelas concessões de rodovias, os investimentos feitos pelo setor privado, mesmo correspondendo a apenas 12%, 13% da malha federal, são da mesma ordem de grandeza daqueles feitos pelo setor público. E o *pipeline*, a carteira de investimentos prevista é imensa. A última carteira divulgada pelo PPI aponta quase 16 mil novos quilômetros de rodovias, com quase mais de R$130 bilhões em investimentos; ou seja, é uma agenda muito ousada e que vai demandar muito da agência reguladora, seja garantindo a fiel execução dos contratos – hoje existe um problema de inexecução contratual, em que a agência tem que atuar de forma forte, e vem atuando, mas tem que atuar de forma cada vez mais forte –, seja para garantir a execução das obras ou o desempenho dos contratos.

É necessário haver ferramentas mais efetivas de fiscalização e de aplicação de cobrança de penalidade, ou seja, há necessidade de se reinventar, repensar o que está sendo feito no mundo, Senador, ver quais são as melhores práticas, como é que a gente faz de fato a fiscalização do setor de transportes ser efetiva, sem esquecer de aperfeiçoar os aditivos de novos contratados. Então, são vários novos contratos que estão acontecendo. Temos que aprender com o passado, olhar para o futuro, ver o que há de melhor no mundo e colocar novos incentivos, para que, de fato, as obras saiam e aquilo que se espera da concessão de fato aconteça na realidade.

E, para isso, é essencial fortalecer a governança regulatória. O setor privado e o setor público têm que ter confiança de que agência é o local técnico capaz de decidir com autonomia, de acordo com seu mandato e de acordo com o interesse público. Nesse sentido, o PL das agências em discussão nesta Casa é fundamental; traz temas muito importantes, como transparência, motivação de decisões, o uso de análise de pacto regulatório, ou seja, vai trazer uma mudança muito positiva para as agências reguladores, em especial a ANTT.

No setor ferroviário, a realidade também não é diferente. No Brasil – é de conhecimento de todos –, a nossa malha ferroviária é muito modesta. São menos de 30 mil quilômetros de ferrovias e com apenas um terço plenamente operacional. As ferrovias transportam cerca de 15% da carga e quase majoritariamente de minério. A comparação com outros países também deixa muito a desejar, nós olhamos os *rankings*: a Rússia transporta quase 80% da sua carga por ferrovia, Senador, tendo a malha de mais de 80 mil quilômetros de ferrovias; a China, mais de 120 mil quilômetros de ferrovia, também com quase 40% da sua carga; ou seja, há muito caminho a ser feito.

O Plano Nacional de Logística indica que esse é o caminho a ser trilhado. O nosso plano aprovado pelo ministério, a política pública em vigor aponta para migrarmos de 15% para 31% da carga transportada por ferrovias, mas, para isso, mais uma vez, é necessário investimento. Precisa-se de investimentos em novas concessões. A gente fala na Ferrovia Norte-Sul, que acabou de ser licitada, mas temos Fiol, temos FICO, temos Ferrogrão, ou seja, toda a discussão que está havendo agora em torno da renovação antecipada das concessões. E deve-se tomar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma decisão com relação a isto: que concessões podem ser renovadas ou não de acordo com a autorização legal. O PPI também fala em torno de R$60 bilhões em investimentos no médio prazo. Há toda a discussão do novo marco legal das ferrovias no PLS 261, em discussão no Senado, o que também é fundamental, a possibilidade de haver autorização de ferrovias, migrar para o modelo americano, destravar o setor, fazer os investimentos, de fato, acontecerem. É uma pauta muito positiva sendo tocada pelo Senado.

E sem se esquecer também do papel da agência de aumentar a competitividade do setor. De fato, o setor ferroviário cresceu em termos de carga transportada, redução de acidentes. As concessões tiveram, de fato, esse resultado positivo. Mas ainda falta competitividade no setor. Então, há legislação para entrar operadores ferroviários independentes, mas a agência tem que cada vez regular mais e garantir esse papel, removendo barreiras técnicas, removendo barreiras econômicas, trabalhando nos leilões para aumentar a capacidade... Esse é um tema fundamental na agenda da ANTT.

E outros temas também são extremamente importantes: transporte de passageiros, transporte de carga... Linhas internacionais e interestaduais transportam mais de 100 milhões de passageiros/ano. Há uma regulação que leva agora para autorização, e a agência vai ter que trabalhar nisto, na liberalização do setor. Em transporte de carga, há a discussão da tabela de frete que a agência enfrenta hoje em dia. Enfim, são vários temas importantíssimos que a agência toca, a agenda é enorme, há muito trabalho a ser feito.

E, para fazer frente a esse desafio, eu sempre vejo e entendo que a ANTT tem que trabalhar num tripé. Acho que são três pilares importantes que a agência tem que focar. Na segurança jurídica, o respeito aos contratos, seja a estabilidade, seja a racionalidade regulatória. É necessário desburocratizar, ter uma regulação estável, mas racional, efetiva, que, de fato, entregue o que é esperado dela; e garantir a autonomia e a tecnicidade das decisões. Ou seja, segurança regulatória, estabilidade regulatória e autonomia das decisões é o tripé para o qual a agência tem que migrar no curto, médio e longo prazo.

E o meu desejo, Presidente – se o Senado assim me der essa honra –, é fazer parte dessa caminhada, é auxiliar a diretoria da agência, fazer parte da diretoria da agência, e auxiliar nesse processo, nessa agenda tão desafiadora, que é a infraestrutura de transportes, que é a regulação dos transportes terrestres no Brasil.

Termino aqui esta minha exposição inicial, agradecendo desde já a oportunidade que me foi dada. E me coloco à disposição para discutir e para responder às perguntas dos Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência agradece a V. Sa., Dr. Davi Ferreira Gomes Barreto, pela fala e, sobretudo, pelo poder de síntese, sem deixar escapar aspectos importantes e relevantes da função que V. Sa. deve ocupar.

O prazo está aberto para as inscrições.

Eu indago ao nobre Senador Jayme Campos, embora já tivesse declinado – mas eu o estou consultando novamente, para não cometer o pecado do atropelo a V. Exa. –, se quer sabatinar...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, eu sei que tenho prioridade, entretanto, para que nós possamos dar processo à votação e encerrá-la, eu quero pedir a V. Exa., após a votação – tenho certeza de que, nesta Comissão aqui, até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por esse belo currículo do Dr. Davi, ele vai ter, com certeza, a maioria absoluta dos votos –, se possível, que nós encaminhemos, hoje, em regime de urgência, para o Plenário da Casa – e quero solicitar também ao nosso Presidente Davi Alcolumbre que a coloque no processo de votação –, a indicação do Dr. Davi. É um trâmite legal, o próprio Regimento Interno permite. Então, após a nossa votação, V. Exa. tem autoridade para encaminhar, no período da tarde, e colocar, se for o caso extrapauta, em votação a indicação do Davi, cujo nome, com certeza, vamos aprovar também.

Eu vou abrir mão, até para nós darmos sequência ao bom trabalho da Casa aqui.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Relator.2

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É uma coisa muito rara ele abrir mão. É uma das coisas mais raras que eu já vi na vida.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Sr. Presidente, só para que conste o nosso apoio ao requerimento verbal para que se encaminhe hoje a votação do Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto, que não pode dizer que é meu parente, mas...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não há interesse...

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Não é parente, mas ele tem o nome do nosso Presidente e o nosso sobrenome. Então, já está bem encaminhado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Lucas Barreto, Senador Jayme Campos, nobre Relator.

Senador Esperidião Amin, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A minha inquirição ou a minha indagação ou as minhas colocações ao Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto, que reúne o Ceará, porque Ferreira Gomes vocês sabem de onde é, não é? É de Sobral. A origem é Sobral, e todos eles estudaram com o Pe. Zé Linhares, os mais antigos. Os mais antigos foram alunos do Pe. Zé Linhares, no centro do mundo, que é Sobral.

Então, eu acho que sobre o currículo já foi falado. Eu conheci o indicado há poucos dias, quando sua indicação já tinha chegado aqui ao Senado, mas estava retardando um pouquinho.

Nesta audiência, eu quero falar que o seu trabalho na ANTT, Sr. Davi, partindo do princípio de que há uma predisposição evidente no sentido de aprovar o seu nome, porque mérito não lhe falta, não será pequeno. O Brasil não tem recursos próprios do Tesouro para investir em infraestrutura. É alguma novidade isso para alguém? Não. Portanto, ou nós transformamos as concessões e as parcerias público-privadas em algo que mereça a confiança da sociedade, ou nós vamos ampliar a maldade que está acontecendo com a nossa infraestrutura.

Como eu sou um otimista, Senador Carlos Eduardo Torres Gomes... A cada vez que eu penso no Eduardo Gomes, eu sou obrigado a pensar no *slogan* – "É bonito e é solteiro, vote no Brigadeiro!" –, muito embora ele não tenha sido eleitor do Eduardo Gomes. O Jayme foi... (*Risos.*)

Então, ou nós reabilitamos esta forma de obter infraestrutura ou – sou um otimista –, aprovada a reforma da previdência e o Brasil voltando a crescer, Senador Jayme Campos – você que é um desenvolvimentista –, nós vamos passar a ter os bons problemas. É com isso que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sonho. O que são os bons problemas? "Olha, está faltando gente para trabalhar"; "tem que aumentar as prateleiras do meu estoque".

A infraestrutura está uma vergonha – hoje já está. Com qualquer apertozinho de velocidade – energia elétrica, portos, transporte rodoviário, transporte ferroviário –, vão parecer as feridas que estão escondidas pela recessão.

Então, o papel que a ANTT tem a cumprir junto com as outras agências reguladoras é crucial para o País. E o relatório que nós temos, do que tem acontecido, não é bom. Pelo contrário, o próprio Tribunal de Contas da União, que o abriga, como servidor público, tem relatórios terríveis sobre a situação atual da gestão das concessões rodoviárias.

No meu Estado, a Secex foi muito útil para a construção do primeiro termo de ajustamento de conduta elaborado no País entre ministério, ANTT e a concessionária. Só que os resultados não são tão bons quanto os anunciados em 2013, quando nós conseguimos isso. Por quê? Porque faltam instrumentos de avaliação.

Então, o meu voto vai ser para o senhor, mas é condicionado a uma coisa.

Nós temos, em Santa Catarina – e há testemunhos de outros Estados de que isso acontece em várias latitudes, a começar pela Bahia, onde o ex-Senador Walter Pinheiro fez um estudo muito minucioso sobre como reabilitar o trabalho da ANTT –, uma concessão da rodovia mais importante do Estado, no trecho norte, que é a BR-101. O contrato foi assinado em 2008. A principal obra, que é o contorno viário da Grande Florianópolis, deveria estar pronta, pelo contrato, em 2012 – preste atenção! Nesse local, onde deveria estar o contorno, em 2015, Senador Marcos Rogério, houve um incêndio – aquilo deveria nos iluminar. Um bitrem transportando plástico do Polo de Camaçari, na Bahia, para Triunfo, no Rio Grande do Sul, deveria estar transitando pelo contorno, mas o contorno não estava, e não está, pronto. E o incêndio paralisou a região durante sete horas. Imaginem incêndio num caminhão deste tamanho, um bitrem, de carga de plástico. Foi um incêndio inextinguível. Não dava para apagar o incêndio! Então, "curtimos" – entre aspas – sete horas de paralisia por conta da inadimplência da execução da obra. E o que é pior: hoje, em 2019, nós não temos o cronograma da obra. Ela não só não está executada, como não há um cronograma para ser acompanhado.

Quero dizer que a única ação popular que eu assinei na minha vida – única – foi contra o Ministério dos Transportes, a ANTT e a concessionária. Portanto, não preciso lhe dizer que eu tenho fundadas razões para tornar pública essa minha posição, que é à véspera de uma CPI – é o último recurso; não é para fazer a obra, é para, pelo menos, apontar os culpados, possíveis culpados. Mas eu ainda faço um voto de confiança para o Ministro, para as instituições – no caso, para a própria ANTT –, e reforço esse pedido para que V. Sa. ajude a tornar efetivamente crível a possibilidade de nós construirmos uma infraestrutura sem dinheiro público da fonte 00, como se diz, porque não existe, e através de um mecanismo que muitos países usaram com sucesso.

E faço também um pedido direto aqui à assessoria da ANTT – parece-me que está uma diretora aqui. Na próxima sexta-feira nós temos uma reunião do Conselho Metropolitano para o Desenvolvimento. Eu não peço não, eu exijo a presença de um representante da ANTT. Para nos dizer o quê? "Olhem, do cronograma eu posso dizer que isso aqui está garantido." Não precisa levar o cronograma pronto, porque eu sei que não está. Mas o cronograma, V. Sa. sabe, tem que ter as fases de cada etapa. Se eu vou fazer um túnel, eu tenho que saber quando é que eu começo e qual será a ocorrência prevista para esse túnel mês a mês, senão ninguém pode

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscalizar. E é isso que está acontecendo. Com esse atraso, Sr. Davi, adivinhe quantas multas foram aplicadas pela ANTT à concessionária? Seu sorriso é uma boa resposta. Nenhuma! Então, isso desmoraliza não só a ANTT – porque isso é o de menos –, mas desmoraliza um instituto vital para a economia e para a sociedade brasileira, porque ou nós fazemos através de concessão ou nada será feito.

Então, nós estaremos condenando o País a, na minha visão otimista, voltar a crescer e, além das feridas que já estão expostas, expor novas feridas, dos chamados bons problemas, que a volta do crescimento econômico vai ensejar. Isso vale para rodovia e vale para tudo aquilo que é da atribuição da ANTT.

Então, eu declaro aqui que vou votar a favor, meu voto não é secreto. Agora, peço que, já a partir de sexta-feira, a atual diretoria, com a sua colaboração na ANTT... Que resulte numa conversa franca sobre o cronograma, complementando aquilo que já está solicitado no Ministério da Infraestrutura.

Se não está pronto o cronograma, não há problema. Mas marquem uma data para entregar o cronograma. Olhem como eu estou sendo modesto: a obra deveria estar pronta em fevereiro de 2012, nós estamos em maio de 2019, e eu estou pedindo um cronograma com cabeça, tronco, membros e pés, ou seja, que diga que são seis os pontos críticos da obra e que esses pontos críticos têm um cronograma detalhado que poderá ser cobrado não no final do prazo, mas como todo cronograma que se presta para isso.

Então, essa é a minha colocação. Quero pedir desculpas se me exaltei um pouco – tive que usar o extintor, que a Senadora Kátia Abreu e eu não tornamos impositivo ali na outra Comissão, como, aliás, o Senador Férrer também, para atenuar as minhas palavras.

E confio que o senhor possa colaborar com a instituição ANTT, com o Ministério da Infraestrutura, para tornar a parceria público-privada, as concessões, que são uma conquista da legislação brasileira, das alternativas legais brasileiras, uma coisa que se possa respeitar, nas quais se possa acreditar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

E apenas, aproveitando a oportunidade da fala de V. Exa., quero dizer que, na próxima terça-feira, nós já temos ajustada para a Comissão a presença, inclusive, do Ministro Tarcísio, dentro daquela linha que nós estabelecemos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso, isso. Exatamente. Ele está já pactuado, ajustado, na próxima terça-feira ele estará aqui.

Esperidião Amin, nós temos poucos Senadores inscritos para falar. Eu indagaria se V. Exa. prefere que ele responda um a um, ou se a gente ouve os Senadores e ele fala...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bem. A pergunta está feita.

Senadora Kátia Abreu, pela ordem de inscrição V. Exa. tem a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, um minuto só.

Eu indago ao Senador Esperidião Amin aqui: V. Exa. vai votar agora ou só após a resposta do Davi a V. Exa.?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – O senhor já votou?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Já votei, sim, senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor já votou?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Já votei, sim, senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu, como eu nasci no Dia de São Tomé, vou esperar um pouquinho.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Está bem. (*Risos.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para interpelar convidado.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu gostaria de cumprimentar o Dr. Davi Ferreira Gomes Barreto.

Já tive algumas informações do senhor, do Ceará, e gostaria apenas de registrar... Não acho que seja impedimento – senão eu, como psicóloga, não poderia ter sido Ministra da Agricultura nem Presidente da CNA –, mas eu quero registrar que, no seu currículo, apesar de ser um grande currículo, eu não encontrei muita coisa a ver com o cargo, certo? A sua experiência em transporte, quer seja ferroviário, hidroviário ou terrestre. Não significa que o senhor não possa aprender, mas eu confesso que gostaria de votar num técnico que já tivesse experiência. Com a pressa que o Brasil tem, com os atrasos que nós temos em infraestrutura neste País...

Há o exemplo do que veio aqui outro dia, o presidente atual, que sofreu até um aperto da Polícia Federal. Deu para perceber que ele, como presidente da ANTT, não entendia quase nada. Talvez eu entendesse mais do que ele, mesmo não sendo técnica nem diretora da ANTT. Então, isso é péssimo para nós. Ele está sendo acusado de superfaturar pedágio em São Paulo – essa foi a operação da Polícia – e de receber propina pela autorização. Ele ainda não foi condenado – ele tem direito a defesa, tenho certeza disso –, mas vale registrar, porque isso passou em toda a imprensa nacional.

Não estou dizendo que esse seja o caso do senhor, absolutamente, só estou dizendo que ele não conhece nada do assunto. Aqui demonstrou, nesta Casa, não entender absolutamente nada. E o senhor deve ser... Eu soube que é uma pessoa inteligente, preparada, mas não tem experiência neste ramo.

Quando eu fui tomar conta de uma propriedade rural, eu não sabia a diferença entre um boi e uma vaca, mas... Eu perdi muito tempo, eu levei praticamente dois anos para me sentir segura – acho que é o tempo do seu mandato, são quatro – diante de uma complexidade enorme, porque não era só boi e vaca; era produção, solo, chuva, insumos. Então, eu acho que o aprendizado é válido, mas acho que, no cargo, o sofrimento é grande. Certo? Então, eu deixo aqui registrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tenho algumas perguntas a lhe fazer a respeito do assunto, porque, apesar de o senhor não ter experiência na área, eu julgo que o senhor tenha se preparado para vir aqui para provar que pode ser um diretor da ANTT. Então, eu lhe pergunto a respeito de algumas questões e gostaria de saber a sua opinião.

O Brasil não tem um estatuto, uma norma, não existe uma – como é que eu vou chamar isso? – política ferroviária, certo? Não existe. Hidroviária, vou deixar até para depois, porque essa não há mesmo; não há nenhum planejamento hidroviário no Brasil. Mas o ferroviário nós já tivemos, estamos em vias de leilão – já houve, dando prejuízo ao Brasil – e, agora, de renovação de contratos. Então, eu queria lhe perguntar, em primeiro lugar, sobre a formatação da taxa ferroviária.

A ANTT regula apenas uma taxa. Essa taxa é regulada, fixa, a 60% do frete rodoviário. Então, se o frete rodoviário custa R$100, a ferroviária vai custar R$60. O.k. Mas a ANTT permite – o Senador Esperidião Amin estava falando sobre isso e acho que nós podemos trabalhar juntos essa questão – a tarifa de operações acessórias. O que significa ela? Ela é autorizada pela ANTT, mas não é regulada pela ANTT. Então, a ANTT diz: 60% do frete, do frete rodoviário – é o que vocês podem cobrar. Agora, há uma tarifa de operações acessórias, e nós estamos travando quase que uma luta neste Senado para evitar as obrigações acessórias, que são impostas todos os dias ao consumidor. Essa tarifa, embora autorizada e não regulada, faz com que o preço do frete ferroviário, em comparação ao rodoviário, varie de 90% a 105% do preço rodoviário quando somado com os 60. Então, ela varia de 30% a 45%. Ninguém fiscaliza, ninguém regula; ela é só uma autorização. E é a iniciativa privada, Senador Jayme Campos, que toma conta dela.

O que a compõe? Ela compõe... A fixa compõe, de Palmas até Estrela do Oeste, 60% do valor do preço ferroviário. A tarifa operacional acessória é quanto custou para descer, quanto custou para descarregar, carregar, para manobrar. Então, tudo bem, isso é despesa mesmo. Não estou querendo dizer que não exista essa despesa. Só que, pelo valor que eles estão colocando, é melhor não ter ferrovia no País. O que nós vamos ganhar com isso? Nós não vamos ganhar absolutamente nada.

Então, eu pergunto o que o senhor acha de a ANTT, que tem 18 anos de existência, permitir uma aberração dessa natureza?

Quando é o tempo de safra – Senador Wellington Fagundes, que é do Mato Grosso, um dos maiores produtores de soja do País –, a taxa sobre o pouco que é transportado na ferrovia chega a mais de 110% do valor do frete rodoviário. Então, na hora em que os produtores mais precisam, que na safra, a taxa vira um monstro.

Então, eu gostaria que o senhor me respondesse o que o senhor pretende fazer, como diretor que pode até chegar a presidente, com relação a essa imoralidade, para que, de fato, uma taxa ferroviária seja bem mais barata do que a taxa rodoviária, porque é assim no mundo inteiro. Se o senhor encontrar algum lugar no mundo que seja diferente disso, o senhor me avise que eu dou a mão à palmatória.

Segunda questão: eu quero saber o que V. Sa. pensa a respeito de uma empresa concessionada ter 187 multas por infrações de operação – pagou 4 e litigiou, judicializou, 183. É um direito que ela tem de judicializar? Sim. Mas o senhor acha que é justo essa empresa, que está judicializando com o Governo Federal, que deve multas e não pagou, está no meio de uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

judicialização... O senhor acha que é correto, é constitucional e legal essa empresa ganhar mais 30 anos de concessão 10 anos antes de vencer o contrato? É o caso da empresa Rumo.

Por quê? Eu aprendi isso muito cedo, Senador. Se a CNA, uma representação de classe, litigar contra um determinado banco em nome dos produtores rurais, nenhum deles tira financiamento naquele banco enquanto seu órgão de representação legal estiver litigando com o banco. Nenhuma empresa pode entrar em licitação se não tiver as certidões e tiver pendências no governo federal ou no governo estadual ou no governo municipal. Que milagre é esse que a Rumo está conseguindo, com 183 multas judicializadas, que devem dar, aproximadamente, por baixo, R$50 milhões de multas? Essa é a minha segunda pergunta.

A terceira pergunta é a seguinte. Nós temos duas empresas apenas donas das ferrovias do Brasil, a VLI e a Rumo, e nós sabemos – já me disseram que o senhor aqui concordou – que só um terço está em operação. O que o senhor pretende fazer com os dois terços de ferrovia dessas duas empresas que estão paralisadas?

Eu destaco o Rio Grande do Sul, que é um Estado grande produtor de grãos, esparramado de ferrovias paralisadas, suspensas, o que aumenta exorbitantemente o custo de produção do Rio Grande do Sul, que está em condições fiscais terríveis.

O que nós vamos fazer com a ferrovia da VLI, que sai do Espírito Santo, atravessa a Bahia e vai até os Estados do Nordeste, se não me engano Pecém ou outro porto, que está paralisada, sem uso? Por que isso me preocupa? Porque agora a VLI devolveu para o Governo Federal um monte de ferro-velho que sai de BH até Campo dos Goytacazes, que está com ela desde 1996. Nunca foi exigida manutenção deles, nunca foi exigido entregar o trecho, e, agora que venceu, eles estão entregando para o Brasil de volta um monte de ferro-velho. Quem estiver interessado e for dono de ferro-velho fique atento porque só serve para leiloar como ferro-velho, não serve para mais nenhuma outra coisa.

E a quarta e última pergunta é a seguinte. Eu queria que o senhor me dissesse o que acha da ausência do direito de passagem no leilão, no edital da Ferrovia Norte-Sul. Não precisa me dizer que existe a licença de passagem, porque só tem por 5 anos e com uma carga baixíssima, ínfima, chega a ser ridículo esse direito de passagem no trecho da minha ferrovia, do meu Estado de Tocantins, de Palmas a Anápolis. Vocês deram 5 anos apenas de direito de passagem e com uma carga que não chega a 1% de toda a capacidade desse trecho ferroviário. E agora a malha paulista... A Rumo comprou esse trecho do Tocantins, e vocês estão premiando a Rumo, já a autorizando a prorrogar por mais 30 anos. Também vai ser sem o direito de passagem a malha paulista, que vocês estão prorrogando mesmo com essas 183 multas sem pagar, no valor de mais de R$50 milhões?

São essas quatro perguntas. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A Presidência agradece à Senadora Kátia Abreu suas ponderações e questionamentos.

Na sequência, o sabatinado dará as respostas, mas, antes, respeitando a lista de inscrição, passo a palavra ao Vice-Presidente da Comissão, Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, quero cumprimentar também o Davi, em nome dos companheiros que aqui estão, os Senadores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pode ser que esta pergunta preparada pela assessoria já tenha sido feita, mas eu faço questão de lê-la.

Com o objetivo de modernizar os contratos de concessão e obrigar a realização de investimentos na malha, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 752, de 2016, que, convertida na Lei nº 13.446, de 5 de junho de 2017, permite a renovação antecipada dos contratos vigentes. A ideia do Governo é negociar essa antecipação com as atuais concessionárias, exigindo em troca obrigação de investimento, além da introdução de mecanismos que desestimulem inexecuções ou atrasos nas suas obrigações.

Primeiro: qual é a avaliação de V. Sa. sobre a prorrogação antecipada de contratos de concessões ferroviárias, tendo em vista que atualmente a malha ferroviária nacional está sob o controle de apenas três empresas privadas, a Vale, a Cosan e a Companhia Siderúrgica Nacional?

Está em tramitação nesta Comissão o PLS nº 261, de 2018, por meio do qual se pretende facilitar o investimento privado no setor ferroviário. A ideia central é que qualquer interessado em construir uma ferrovia possa explorá-la por meio de outorga ou de autorização expedida pelo órgão ou entidade competente. Cria-se, assim, a possibilidade de implantação de ferrovias privadas em regime de direito privado. No modelo de exploração do transporte ferroviário estabelecido no projeto, a atividade é entregue ao setor privado de maneira plena, com a mínima interferência estatal. Diferentemente do regime de concessão, a empresa ferroviária atuará em regime de liberdade de preços e a agência reguladora competente não exigirá metas de produtividade, de redução de acidentes ou de investimentos. Nas ferrovias privadas, a ANTT deverá atuar na fiscalização econômica com a finalidade de coibir abuso de poder econômico e de direito de um agente privado contra outro agente privado – as práticas de concorrência predatória, por exemplo. Na avaliação de V. Sa., a agência está preparada para essa forma de atuação?

Essa sabatina que estamos fazendo aqui é para um diretor da agência. Vocês trabalharão em colegiado, não é específico o setor que cada um tem que atuar. É isso mesmo?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Portanto, também nos interessa muito a questão das rodovias, os contratos de concessões rodoviárias no Brasil, que estão todos vencidos ou já vencendo, por vários problemas, mas principalmente pelo financiamento do contrato que foi feito – o BNDES financiaria, e acabou que os financiamentos de longo prazo não foram contratados. Portanto, está no Brasil inteiro esse limbo. As empresas não estão fazendo os investimentos, a manutenção é extremamente precária, mas o pior é que continuam cobrando pedágio.

A gente já teve, principalmente na comunidade, no nosso caso, a concessão da BR-163, que vai da divisa do Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop... Ela fez inicialmente 100 quilômetros da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Rondonópolis, deixando um trecho de 2,7 quilômetros para chegar exatamente no maior trecho de confluência da BR-364 e BR-163, ou seja, no trevão, algo inexplicável. Diziam eles que era porque havia um possível contorno viário da cidade, que não tinha projeto, nada, mas que iam estudar. Mas são 2,3 quilômetros abandonados exatamente no ponto de confluência, com um número de acidentes muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso já faz 3 anos. Nós já tivemos na ANTT várias e várias audiências. Inclusive, técnicos da ANTT, depois de muita insistência, estiveram lá ano passado. Aí se chegou a um acordo com o Ministério Público, com a presença em audiência pública da prefeitura, do Ministério Público, dos proprietários daquela região. Ali há muitas empresas transportadoras de cargas, então o volume, em Rondonópolis, é o maior de caminhões, bitrens, treminhões, e as pessoas lá moram. Segundo a Gen. Villas Bôas, quando da greve dos caminhoneiros, a partir dali, poderia ter surgido uma guerra civil, dado o volume de caminhoneiros que moram na cidade. Então, a presença do Exército Brasileiro acabou atenuando, com o sistema de inteligência, enfim...

Ali é um ponto específico, a chegada ao trevão. Logo em seguida, começa a travessia urbana da cidade, que é do trevão até a Polícia Rodoviária Federal, onde se sobrepõem a BR-364 e a BR-163. Essa travessia urbana está lá, e o DNIT diz que não é deles, que é da concessionária, que também diz que não é dela. Futuro diretor – eu posso chamá-lo assim já, porque a gente acredita na sua competência –, lá é a primeira cidade do interior do Mato Grosso, e em economia também, e, com a travessia urbana na cidade, é a única região de Cuiabá a Rondonopólis que não tem uma passarela. As pessoas morrem diariamente. No ano passado, a cidade tinha três Senadores; éramos da mesma cidade eu, o Blairo e o Medeiros. É claro que a população fica indignada: "Não é possível que não se consiga construir uma passarela!" E são apenas duas que são exigência da população. Prometeram que iam fazer, já são dois anos, e não fizeram. Os acidentes continuam acontecendo. E, na travessia urbana nesse ponto totalmente complexo, os acidentes continuam. E não há manutenção adequada.

E tivemos várias e várias reuniões na ANTT. Para minha surpresa, na semana passada, a empresa disse que ia recomeçar os 2,3 quilômetros. Só que a atual diretoria determinou que não era para fazer nada daquilo que foi combinado, que está assinado, pactuado junto ao Ministério Público, que são exatamente os acessos. E falam dessa forma: "A empresa mandou suspender tudo... A ANTT mandou suspender tudo". E eu pedi, inclusive, ao Diretor Vinaud e não tenho resposta até agora.

Eu gostaria de deixar bem claro aqui que estou votando, que votarei, que acho que V. Sa. tem competência, é jovem e preparado, mas a ausência da ANTT em fiscalização, no meu Estado, por exemplo, é total! Nem aquilo que ficou combinado, para que fosse colocado lá um posto de atendimento e de fiscalização da ANTT, aconteceu. Há um funcionário lá, sem condições nenhumas de fazer a fiscalização. Inclusive, é bom dizer, Presidente, que, dentro da concessionária, havia também a fibra ótica, que ela era obrigada a fazer, e parte desse serviço poderia estar disponibilizada à sociedade, mas isso não acontece. Ali há um corredor do narcotráfico, é divisa com a Bolívia. Então, essa parceria a ser feita com a concessionária é extremamente importante. Aquilo ali está sendo construído com dinheiro público também, porque o pedágio está sendo pago.

Então, eu gostaria, de forma bem veemente, de ter uma posição de V. Sa. sobre como será a sua atuação, porque nós vamos aqui sabatinar V. Sa., que vai chegar a ANTT, e não teremos respostas para essas coisas pequenas, mas fundamentais para a nossa região.

Eu pedi, por exemplo, a fiscalização lá do ex-Diretor-Geral, que me prometeu por mais de seis vezes ir lá ver. Ele terminou o mandato e lá não foi.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para que a população saiba, Senador Elmano – quero até aproveitar para fazer o convite a todos –, nós temos exatamente em Rondonópolis – e a Senadora Kátia Abreu esteve lá com a Presidente Dilma, quando fomos inaugurar – o maior terminal ferroviário da América Latina. Está lá uma obra... Só que com a malha paulista temos problemas. A capacidade de carga no lado de Mato Grosso é 100%, mas não há como levar mais carga, porque, enquanto em Mato Grosso andam até a 80km/h, em São Paulo, há locais em que se anda a 12km/h. Então, têm que ser feitos os investimentos do lado de São Paulo para que possamos levar mais carga para São Paulo. E ainda precisamos avançar a ferrovia. O que nós queremos é que essa ferrovia saia de Rondonópolis e vá a Cuiabá, que é o nortão de Mato Grosso, porque, em toda a região, Mato Grosso está aumentando muito a produção. Então, nós precisamos verdadeiramente construir ferrovia, porque é isso que vai dar mais competitividade à nossa produção. Se não fossem os portos do Arco Norte, não haveria como escoar a produção mato-grossense. Lá, na BR-163, como vocês veem todos os dias, há problemas, atoleiros, tudo o mais.

Eu queria perguntar, Davi, especificamente: V. Sa. vê a possibilidade de a ANTT ter maior capacidade de atuação na fiscalização, para fazer com que essas obras pontuais, onde continuam acontecendo acidentes, possam ser resolvidas? Mais do que isso, como V. Sa. pode fazer aqui uma análise em relação às novas concessões necessárias para o País? V. Sa. também é um entusiasta das autorizações? Isso também pode ser uma boa alternativa?

Em Mato Grosso, é claro, a expectativa nossa, já anunciada pelo Ministro, era a de que ele iria, no dia 14, a Água Boa para inaugurar a iluminação da travessia urbana, que é uma região do Araguaia, e também para falar sobre o lançamento, a possibilidade da Fico (Ferrovia de Integração Centro-Oeste), que vai ligar Campinorte, no Araguaia, àquela região e também, no futuro também, até o nortão de Mato Grosso. Para Mato Grosso, é claro, isso é extremamente importante, até porque, como dizia o Blairo aqui, a ferrovia tem que estar na roça, tem que estar onde está a produção. E a Norte-Sul vai se viabilizar exatamente onde há carga, e a carga está em Mato Grosso. Então, eu gostaria de saber também, em relação a isso tudo que está sendo falado, que tempo e qual a atuação da ANTT com um novo diretor, com todo o gás, com toda a vontade de estar lá para fazer as transformações.

Concluindo, Sr. Presidente, eu quero aproveitar para fazer um convite a todos os companheiros e a todos que nos assistem: agora, no dia 29 de maio, quarta-feira, nós vamos ter o relançamento da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura (Frenlogi), que será realizado no auditório da CNT, a partir das 20h, com a presença confirmada do Presidente da Casa, Davi Alcolumbre, também do Tarcísio de Freitas e do nosso Presidente aqui, que é também partícipe da nossa frente. Eu quero convidar a Senadora Kátia Abreu, o Senador Elmano e todos que nos assistem também.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esta Presidência cumprimenta V. Exa., agradece as ponderações. Estaremos lá prestigiando o relançamento da Frenlogi, que é uma frente extremamente importante para o setor da logística nacional.

Eu tenho aqui algumas perguntas que vieram pelo e-Cidadania, mas eu vou abrir a palavra ao nosso indicado para responder primeiramente aos Senadores, e, na sequência, faço os questionamentos que vieram pelo portal e-Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Petecão, V. Exa. tem o desejo de fazer questionamentos?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Com a palavra o Dr. Davi Barreto.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Obrigado, Presidente.

Agradeço todos os questionamentos. Tentarei respondê-los da melhor forma possível.

O Senador Espiridião Amin trouxe, de fato, desafios que já foram tratados, como o da falta de recursos para a infraestrutura de transportes no País. Como ele bem disse, a infraestrutura, de fato, é um fator que limita nosso crescimento econômico, e esse investimento vai ser necessariamente privado, como tudo indica, com as restrições fiscais. A lógica dos investimentos no setor de infraestrutura de transportes é privada, por meio de concessões, PPPs, autorizações.

Um dos pontos que o Senador trouxe de forma muito enfática é a questão da fiscalização dos contratos de rodovias. Existe o desejo de todo o Governo de fazer leilões, de fazer outorgas, de transferir os ativos para o setor privado, mas, algumas vezes, o setor público não consegue fazer cumprir esses contratos. O setor rodoviário é um exemplo disso. Os dados mostram. Há vários relatórios do TCU, por exemplo, onde eu trabalhei, que indicavam que há uma inexecução habitual de vários contratos rodoviários. O contorno de Florianópolis, da Autopista Litoral Sul, é um exemplo emblemático. Há também outros exemplos, Via Bahia, Eco101. Enfim, em toda a terceira de etapa de concessão de rodovias, há problemas de inexecução nesse sentido. Já tive o aval da ANTT para se comprometer, sim, a estar presente na reunião do Conselho Metropolitano para discutir com os diversos participantes uma solução para o problema.

Este é o ponto que eu reputo mais importante: é necessário que a agência migre para ações mais efetivas de fiscalização. É necessário usar ferramentas tecnológicas diferentes para fiscalizar. Quando conversamos com os servidores da agência... Ainda há, por exemplo, especialistas em regulação percorrendo trechos para procurar buracos, para procurar falhas em pavimentos. Isso não é razoável. Há novas ferramentas. Pode-se usar sensoriamento remoto, VANTs. É possível terceirizar boa parte desses serviços, trabalhar com certificadores independentes, obviamente tomando cuidado, com todas as salvaguardas, para que não haja conflitos de interesses, para que haja revisão de pares, para que haja rotação desses certificadores. Agora, é necessário que a agência pense e implemente mecanismos mais efetivos de fiscalização. O *status quo*, como os dados mostram, não está resolvendo o problema. Fiscalizações são feitas, multas são aplicadas, é um processo muito moroso para fazer essa apuração e o julgamento desses processos administrativos, e no final o processo é judicializado, ou seja, o resultado prático é muito aquém do desejado e as obras não saem.

Então, eu acho que o caminho a ser percorrido pela agência é, de fato, repensar os seus procedimentos, os seus processos, as suas metodologias de fiscalização, tirar trabalho braçal dos especialistas, terceirizar o que pode ser terceirizado com responsabilidade, com a segurança de que a informação que vai ser obtida vai ser confiável, e reservar essa mão de obra qualificada e bem paga para trabalhar no mérito dos processos. Então, esse é um ponto que eu reputo extremamente importante nessa fala do Senador Espiridião. A Senadora Kátia Abreu, de forma muito interessante, trouxe aspectos importantíssimos da política ferroviária. De fato, nas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessões atuais, existe uma tarifa teto para o transporte de cargas, mas as despesas acessórias... Existe uma liberdade tarifária para as despesas acessórias. Eu defendo que, sim, é necessária uma regulação mais forte nas despesas acessórias também. Se elas são de fato um ponto importante que gera falta de competitividade no setor, principalmente para o embarcador, é necessário, sim, que haja uma regulação, um acompanhamento da agência, seja coibindo condutas abusivas, seja introduzindo *price caps*, tarifas teto em parte dessas tarifas. Então, eu concordo que é necessária uma regulação mais forte dentro desse quesito.

Outro ponto que a Senadora Kátia Abreu trouxe foi a questão da judicialização das multas na Rumo, *vis-à-vis* a renovação antecipada. A renovação antecipada é uma previsão legal, é uma política pública que foi definida pelo Poder Legislativo. E se traz uma série de requisitos para que essa prorrogação seja aceita, que, no fundo, é o de atender o interesse público. O papel da agência é produzir os relatórios técnicos, produzir as análises de impacto regulatório que demostram que, em cada caso concreto, renovar de forma antecipada é melhor do que esperar o prazo para relicitar, é melhor do que caducar a concessão. Enfim, há de se analisar todas as possibilidades, fazer a conta e mostrar para o tomador de decisão, que no caso é o Ministério, para que decida se renova ou não renova. Então, entendo que esse é o papel da agência.

Na questão das multas...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Com licença, desculpa. O critério foi adotado por que uma lei foi aprovada no ano passado, deixando prorrogar dez anos, ou essa foi uma opção técnica? Eu gostaria de saber como foi o critério que vocês encontraram. Como você acabou de dizer, é um critério que a agência dá se precisa renovar ou não, e há uma lei aprovada no ano passado.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – A lei aprovada abriu...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Foi motivo, inclusive, de ADI no Supremo.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Exato. Ela abriu a possibilidade de se fazerem essas renovações. E o que a agência faz é, dadas as possibilidades que existem – renovar a concessão, não renovar a concessão –, avaliar quais são os pontos positivos e os pontos negativos de cada caso concreto para se tomar a decisão, qual investimento vai ser gerado, qual o volume de carga adicional que vai ser gerado agora, *vis-à-vis* esperar um futuro, cinco, seis, sete, oito, nove ou dez anos, e, a partir daí, indicar qual é a melhor opção regulatória para se tomar a decisão.

No caso específico da Rumo Malha Paulista, a agência fez esse estudo. Esse estudo foi submetido à audiência pública, esse estudo foi avaliado pelo Tribunal de Contas da União – salvo engano, na área técnica, já há um parecer em relação a isso – e depende agora de uma deliberação, da aprovação ou não do Plenário do Tribunal. Uma das condicionantes que a área técnica levantou foi justamente esse ponto que V. Exa. trouxe de forma muito importante, Senadora, o de que as multas e os passivos devem ser quitados antes de uma renovação da concessão. Então, a condição para a renovação de concessão seria a quitação desses passivos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Vão ter que pagar antes, então?

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Sim, com a quitação desses passivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto que V. Exa. trouxe é a questão do duopólio que existe nas nossas ferrovias. As ferrovias estão paralisadas; de fato, isso é uma realidade. Boa parte da malha está subutilizada ou abandonada. A FCA, que V. Exa. trouxe, é um caso emblemático na agência, e a minha opinião, como técnico e possível diretor da agência, é a de que a agência tem que fazer cumprir o contrato. Se é necessário que as malhas sejam preservadas, e não estão sendo preservadas, há de se abrir processo administrativo, há de se apurar responsabilidade e, se for o caso, sugerir a caducidade. Compete, mais uma vez, ao poder concedente, ao Ministério dos Transportes decidir se caduca ou não a concessão, se prorroga ou não. Mas eu entendo que isso deve ser analisado de forma técnica, com uma opinião isenta: o contrato foi cumprido ou não? Os requisitos de caducidade foram adimplidos ou não? Se é um caso de caducidade, caducidade... Essa será a opinião que eu defendo que a agencia leve para o Poder Público.

O último ponto é a questão do direito de passagem na Ferrovia Norte-Sul e na Rumo Malha Paulista, se vai haver direito de passagem. Acho que o direito de passagem é fato essencial para que se amplie a competitividade do setor de transportes. São monopólios naturais. Mesmo em países em que há a desverticalização do setor, ainda há preponderância nos diversos países de que aquele agente incumbente tem a maior parte do *market share*. A Alemanha é um exemplo, porque, apesar de ter aberto o mercado e de ter vários competidores, a Deutsche Bahn ainda tem 70% do mercado no país e vem comprando em outros países também essa participação. É natural que isso aconteça...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – ... mas isso não impede que haja uma competição por serviços dentro de uma malha.

Então, o papel da ANTT é derrubar as amarras técnicas, mitigar as barreiras técnicas, ou seja, garantir que o operador vai conseguir transitar na malha. Não serão impostas condições absurdas ou exageradas para que o trem circule nas malhas diferentes, seja em termos de material rodante, de sinalização, de capacitação da equipe que opera as locomotivas. Então, esse é um ponto relevante.

Na questão da Norte-Sul, mais uma vez, foram submetidas à audiência pública as diversas possibilidades de direito de passagem. Uma das possibilidades era haver um direito de passagem durante todo o período. A argumentação que foi dada à época na audiência pública era a de que, como não havia obrigação de investimentos atuais para isso, não se poderia garantir esse direito de passagem por tanto tempo – não dá para saber qual será a carga necessária daqui a 10, 15, 20 anos para garantir esse direito de passagem –, somente se houvesse uma cláusula *take or pay* no contrato, mas isso seria uma restrição para a participação no certame. Os potenciais participantes do certame também não se interessam em assinar cláusulas *take or pay* para 10, 15 ou 20 anos. A solução que foi encontrada após a audiência pública, na análise da agência, foi garantir isso por cinco anos, em que se conseguia ver a previsibilidade da ociosidade da malha que poderia receber o direito de passagem.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Mas isso não está escrito nem no contrato, nem no edital.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Está escrito nos relatórios da agência que embasaram a tomada de decisão da agência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Mas o que vale é o contrato, não é?

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Isso, mais uma vez, foi submetido ao Tribunal de Contas da União. Esse foi um tema extremamente discutido no âmbito do relatório técnico, foi discutido pelos ministros, e foi aprovada essa possibilidade.

Então, na minha opinião, eu entendo que essa foi a solução mais adequada para o caso em espécie. Então, de qualquer forma, o direito de passagem...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Sr. Presidente, permita-me...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dr. Davi, o senhor acha que algum empresário entraria nessa licitação apenas investindo R$2 bilhões ou mais, tendo apenas cinco anos de direito de passagem? Ou você vê isso como uma restrição na concorrência da compra da outorga?

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – O leilão teve dois participantes, salvo engano. Houve disputa, houve um ágio, e um se sagrou campeão. A ferrovia em discussão é uma ferrovia, de fato, de meio, é uma ferrovia que não tem saída para o porto. Então, a própria estrutura, o próprio desenho daquele projeto não atrai tantos competidores como o de outras ferrovias, como por exemplo o da Fiol, que vai ter uma saída direta para o porto.

Então, dentro daquele ativo, das possibilidades que aquele ativo tinha, eu entendo que a decisão tomada pela agência foi a decisão mais adequada. Tanto isso é verdade que passou por diferentes instâncias, passou pelo Tribunal de Contas, e o Ministério Público Federal também aquiesceu.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, sinto muito! Não! O Tribunal de Contas... O Ministério Público não aquiesceu.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Houve um termo de compromisso, salvo engano, firmado pelo Ministério Público Federal junto à ANTT para que se repensasse o direito de passagem nas renovações antecipadas. Mas, no caso da Norte-Sul, o Ministério Público Federal, salvo engano... Talvez, eu esteja enganado, mas não houve nenhuma ação ou impedimento por parte deles no leilão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO. *Fora do microfone.*) – O senhor tem algo a acrescentar sobre a fala do Senador Wellington?

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Desculpe-me, desculpe-me! O Senador Wellington Fagundes trouxe pontos extremamente importantes.

Já discutimos as renovações antecipadas. Acho que é um instrumento previsto na legislação que pode possibilitar o aumento de investimento nas nossas ferrovias. Há situações em que faz bastante sentido antecipar investimentos para garantir um melhor retorno econômico para a sociedade como um todo, obviamente desde que esses investimentos sejam condicionados a uma rediscussão do contrato, ou seja, não podemos usar o mesmo contrato anterior para o que está acontecendo agora. Então, com obrigação de investimento, com obrigação de direito de passagem, garantindo uma ociosidade mínima da malha... Existe um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gatilho para que, a partir de 90%, sejam necessários novos investimentos, para que possa haver espaços para novos entrantes. É preciso haver outros parâmetros de desempenho para se cobrar das concessionárias, como a velocidade nos trechos. É necessário que a gente cobre das concessionárias que elas tenham um melhor desempenho nos diferentes trechos, com melhores ferramentas para fazê-las executar suas decisões. Enfim, são vários elementos que entendo serem uma oportunidade que os novos contratos têm para rediscutir o assunto e tornar a regulação ferroviária mais coerente com as melhores práticas internacionais.

Então, a minha opinião é a de que, em cada caso concreto, devem ser analisados os benefícios, os pontos positivos e negativos da renovação. A agência dá um parecer técnico sobre isso, e o ministério, como poder concedente, decide politicamente se faz sentido ou não essa tomada decisão.

No caso de autorização de ferrovia, de fato eu acho que é uma oportunidade extremamente positiva para o setor esta discussão no Senado. Isso vai permitir, por exemplo, o aproveitamento de muitas malhas que são economicamente não atrativas para grandes troncos, para grandes *players,* para serem exploradas por pequenos *players* em trechos, em mercados mais segmentados, com transporte de passageiros e de cargas mais especializadas. Então, eu acho que é uma oportunidade muito boa mesmo para grandes trechos. Fala-se na Ferrogrão, na autorização, devido à carga que existe, que é prevista. Então, a própria carga poderia viabilizar uma ferrovia do porte da Ferrogrão.

Então, com autorização, de fato, entendo que é uma boa oportunidade para repensar algo que se aproxima daquilo que é positivo, por exemplo, do modelo americano, ou seja, a agência desregulamenta aquilo que tem menor competitividade e se preocupa mais com aquilo onde há maior competitividade. Eu acho isso muito importante.

No caso de construções de rodovias também, eu trouxe alguns pontos. Eu concordo com o Senador, a execução atende, todos os relatórios apontam isso. Na terceira etapa, os índices são alarmantes. Tirando a BR-050, todas as outras não conseguiram cumprir as metas ou estão muito longe de cumprir as metas. Há concessionárias que fizeram apenas 10%, 15%, 20% daquilo que era programado. Isso muito se deve aos contratos, porque não foram bem planejados, mas são contratos que temos que conviver com eles; temos que pensar uma solução para eles. Este é o ponto: o contrato foi assinado, é a nossa realidade, temos que pensar em uma solução.

Mais uma vez, eu insisto que a ANTT tem que repensar o seu sistema de fiscalização. A ANTT tem um quadro de servidores que pode ser aumentado. É lógico que mais servidores sempre é algo positivo, mas há a restrição fiscal. É improvável que tenhamos muitas vagas para concurso, os servidores vão se aposentar. Então, a agência tem que repensar as suas metodologias e as suas técnicas de fiscalização, tem que trabalhar com terceirização com certificação independente, tem que trabalhar com sensoriamento remoto. A tecnologia permite isso, por imagem de satélite, por veículos aéreos não tripulados. É possível coletar dados de forma confiável e usar a nossa massa cinzenta para trabalhar, de fato, na discussão do mérito dos processos. Então, eu acho que essa é a saída.

Quanto ao passivo que existe, garantindo essa massa cinzenta, esse corpo técnico, vamos fazer um plano de ação crível para que as obras necessárias saiam. Há um estoque imenso de obras a serem feitas. É necessário que a agência sente com as concessionárias, numa conversa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

franca que envolva a concessionária e a sociedade, e veja o que pode ser feito, o que não pode ser feito, para cobrar por aquilo que vai ser compromissado. Eu acho que esse é o principal ponto.

O Mato Grosso, por exemplo, e o Mato Grosso do Sul são Estados com uma malha rodoviária imensa, mas não há uma presença física da agência. Então, os fiscais vão do Rio Grande do Sul até o Centro-Oeste para poder fazer as fiscalizações, o que dificulta esse processo. Então, honestamente, eu não sei se é possível instalar uma coordenação específica em Mato Grosso, apesar de achar que isso é muito importante. Eu não tenho os dados e os números orçamentários, financeiros, mas é algo que pode ser estudado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Mesmo assim, eu ainda insisto que temos que repensar a forma de fiscalização, trabalhar com controle em cima de controle, para sermos mais eficientes e mais efetivos no nosso resultado.

Eu não sei se eu respondi todas as perguntas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero só, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... pedir aqui, já que estamos na sabatina... Com certeza, V. Sa. será aprovado, não com meu voto, porque o Senador Jayme Campos já votou. Então, eu fico impedido de votar. Mas, com certeza, terá o apoio nosso.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Eu acho que representei V. Exa.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Por parte do Mato Grosso, o seu voto já está mais do que garantido lá.

Eu quero aqui fazer uma cobrança bem antecipada. Aqueles de que a gente cobrou aqui antes prometeram e não foram lá.

Como o nosso Estado é um Estado muito grande e como a nossa concessão é uma concessão de 800km, eu quero aqui já, de cara, cobrar o seu compromisso de ir a Mato Grosso, primeiro, para conhecer a realidade. Poderíamos fazer uma visita ao trecho inteiro, para V. Sa. conhecer a realidade, para depois discutirmos, dentro dessa realidade, o que verdadeiramente poderemos fazer para colocar a concessão em pé, para ver os pontos críticos, as necessidades mais prementes, tanto do ponto de vista da via como também do ponto de vista da prestação de serviço ao usuário. Em relação também à questão da fibra ótica, queremos saber: para o quê aquilo pode servir? Isso está à disposição da comunidade?

Enfim, eu gostaria que o senhor fizesse esse compromisso público, para a gente pegar o carro, andar de ponta a ponta, para que V. Sa. pudesse conhecer a realidade, trazer para Brasília, porque lá não há estrutura, o que precisa ser feito e dizer qual a programação virá, se será com uma nova concessionária, com caducidade, dentro do que for decidido.

Mas fica aqui um compromisso. Você está batendo a cabeça como se dissesse "sim". (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Se eu puder responder...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pois não.

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Com certeza, Senador Wellington, é meu compromisso, sim, ir a Mato Grosso, se eu for aprovado no Senado e tomar posse na agência, para percorrer o trecho de Mato Grosso, de Mato Grosso do Sul. Enfim, eu tenho a intenção, de fato, de percorrer todos os principais gargalos das rodovias concedidas. Eu acho que, obviamente, a agenda em Brasília é muito intensa, mas é importantíssimo colocar o pé em campo, sujar o sapato, para ver o que está acontecendo.

Então, esse compromisso está aceito sim. Pode ter a certeza de que irei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – ... pessoalmente, com o senhor ou, se o senhor não puder, com outra pessoa que o senhor indicar, percorrer esse trecho e discutir soluções para os problemas.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nós temos um ponto específico, exatamente chegando a Cuiabá, que é a obra do contorno norte de Cuiabá. O recurso está na conta do Estado há mais de cinco anos, e a obra nem licitada foi. Dentro da concessionária, há a Rodovia dos Imigrantes, e não tem como ser feita a duplicação, porque ela toda já foi invadida pela cidade, mas também há a projeção do contorno sul. Isso é importante também para o Senador Jayme Campos, de Várzea Grande, e para a Dona Lucimar Campos, Prefeita da cidade, esposa do Senador Jayme. É claro que essas obras serão fundamentais pelo momento de desenvolvimento por que as cidades estão passando.

Por isso, Senador Jayme, fica compartilhado o nosso convite.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Wellington Fagundes.

Senador Elmano Férrer, V. Exa. solicita e tem a palavra.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – É rápido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu queria apenas fazer uma observação e um registro. Estou nesta Comissão, parece-me, há quatro anos e eu nunca vi, nesta Casa, um currículo tão rico como esse que nós estamos examinando agora. Vejam que o Dr. Davi é egresso de uma das maiores instituições de ensino, de profissionalização, como consta aqui no currículo, é egresso do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, que é um dos melhores do País e da América Latina. Todos os egressos desse estabelecimento, como também aqueles egressos do IME (Instituto Militar de Engenharia), de onde veio o atual Ministro de Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, cujo desempenho naquele estabelecimento, naquela instituição de ensino superior, ressalto, pois foi a maior nota já registrada no IME...

O nosso Davi, hoje, está sendo um Golias nesta Casa. Vejam que, no currículo dele – eu quero dar dois testemunhos –, consta que ele foi aprovado em primeiro lugar no Tribunal de Contas da União, onde ficou de 2007, parece-me, a 2017, e que, no ano de 2017, ele foi aprovado em primeiro lugar no concurso para o Tribunal de Contas do Estado do Ceará. E, no seu histórico aqui, que diz muitas coisas, ele tem várias passagens, inclusive na área de infraestrutura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No meu entendimento, diferentemente de muitos que passaram por aqui e que eram indicações eminentemente político-partidárias, ele está chegando a esta Casa por mérito. Creio que, mesmo tendo feito um curso de Engenharia na área de eletrônica, ele está preparado, a meu ver, para qualquer atividade em qualquer agência reguladora existente neste País. E fez, inclusive, um curso de mestrado em Regulação.

Então, eu queria cumprimentá-lo pela indicação dele, mas eu não poderia deixar de fazer este registro, comparando-o com muitas outras indicações feitas nesta Comissão de Infraestrutura.

Então, eu queria só cumprimentá-lo e dizer que nós esperamos... Eu tenho convicção disto: como V. Exa. se houve nessas instituições, tenho a certeza de que V. Exa. fará um grande trabalho como diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente, pela ordem...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Pela ordem.) – Indago a V. Exa. se é possível, tendo em vista... Não sei se os demais Srs. Senadores inscritos aqui, se todos eles fizeram indagações ao nosso indicado, Dr. Davi. Indago a V. Exa. se todo mundo que já se inscreveu já obteve uma resposta pelo Davi e se é possível abrirmos o painel, até pelo adiantado da hora. Já são 13h. Se possível, já poderia abrir o painel, até pelo fato de todos nós aqui termos compromisso. E acho que não há mais ninguém para fazer alguma indagação. E aí nós encerramos a reunião.

Eu acho que nenhum Senador ou Senadora quer fazer indagação ao Davi. Se V. Exa. me permitisse, eu queria sugerir que, se possível, abríssemos o painel, para apurarmos, de fato, os votos que foram registrados aqui, nesta manhã de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Faremos isso, Senador Jayme Campos.

Não há mais Senadores inscritos.

Eu queria apenas saudar aqui o Senador Elmano Férrer, pela sua característica, sempre reconhecida nesta Comissão, de pesquisa, observação e fino trato.

V. Exa. acrescenta muito à Comissão com suas observações, com suas ponderações.

Eu farei, antes de proclamar o resultado, apenas em respeito ao internauta que participa, a leitura dos questionamentos, porque são perguntas simples, com respostas sucintas do nosso sabatinado, para proclamarmos o resultado.

Pelo portal e-Cidadania vieram várias perguntas, entre elas, a do Sr. Luiz Cláudio, do Rio de Janeiro. Ele questiona: "A fiscalização se intensifica com a sua chegada. Já há pensamento de alguma mudança sensível na fiscalização por hora?".

O Adelson Rodrigo, de Santa Catarina: "Qual sua opinião sobre a renovação automática de concessões? O que fazer quando uma concessionária não cumpre o contrato?".

E o Assis Marinho, do Distrito Federal, diz: "Ando pela BR-060, entre Brasília e Anápolis, onde existem dois pedágios. As empresas estão tapando os buracos com atraso e pouco rigor técnico".

São questionamentos que vieram. Eu passo ao Sr. Davi para as respostas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DAVI FERREIRA GOMES BARRETO – Obrigado, Presidente. Tentarei dar respostas bastante objetivas.

De fato, já falamos bastante em fiscalização. Entendo que o processo de fiscalização da agência tem que mudar, tem que evoluir. Temos que ter formas de intensificar a fiscalização com menos recursos; fazer mais com menos. Há soluções para isso, soluções conhecidas do mercado, e defendo que elas sejam adotadas pela agência.

Quanto a renovações automáticas, a legislação permite a renovação, não automática, mas desde que seja de acordo com a conveniência e oportunidade do poder concedente. Então, cada renovação tem que ser analisada: vale a pena renovar? Qual é a melhor opção? Renovar de forma antecipada? Renovar o contrato quando der o seu término? Qual é a melhor opção para o Poder Público? Sempre embasados em estudos técnicos, nas melhores práticas regulatórias internacionais.

E, quanto à inexecução, nós já falamos também: eu defendo que o contrato seja cumprido. As inexecuções têm que ser cobradas, as penalidades aplicadas e levadas até o limite. Se a concessionária não desempenha, tem que se exigir a sua... Não se exigir, mas aplicar o contrato e indicar, recomendar a caducidade. Enfim, apesar de a caducidade ser uma atitude extrema – não se quer que se chegue à caducidade –, ela pode ser necessária, a depender da situação.

Acho que é isso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Feitas as ponderações do nosso indicado, nós passaremos à proclamação do resultado, não sem antes apenas registrar nosso agradecimento ao Dr. Davi Barreto, pela maneira cuidadosa com que se apresentou a esta Comissão, demonstrando conhecimento técnico e conhecimento das realidades do Brasil e respeito à Comissão nas respostas que apresentou.

O meu desejo, o nosso desejo é que a atuação de V. Sa. seja em obediência aos princípios que norteiam a função pública, a Administração Pública: obediência à legalidade, à moralidade, à eticidade – um elemento muitas vezes esquecido, mas que é fundamental no trato da coisa pública, o princípio da eticidade –, à economicidade e à funcionalidade. É preciso ter começo, meio e fim. Isso está dentro do escopo da efetividade da gestão.

Obviamente que, seguindo essas premissas, a agência cumpre o seu papel maior de prestação de serviço à sociedade e terá o seu valor público melhorado. O valor público de uma instituição, de uma agência reguladora, é fundamental. A sociedade não pode olhar com desprezo, com menoscabo, em razão da forma de servir. Então, que a indicação de V. Sa. e a confirmação para esse posto levem à agência uma contribuição fundamental para melhorar o seu valor público.

Cumprimento mais uma vez V. Sa.

Feitas essas ponderações, não havendo mais Senadores inscritos para se manifestar, declaro encerrado o processo de votação. Procederemos agora ao anúncio dos resultados.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há 17 votos na urna: 17 votos SIM.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está confirmado o Sr. Davi Ferreira Gomes Barreto para a Agência Nacional de Transportes Terrestres. (*Palmas.*)

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para seguimento da tramitação. E, em acatamento à sugestão do nobre Senador Relator para a matéria, para a mensagem nesta Comissão, Senador Jayme Campos, faremos ainda no dia de hoje o encaminhamento à Mesa do Senado Federal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, primeiro pela confiança que depositou (*Fora do microfone.*) em nossa pessoa para relatar a indicação do Dr. Davi para esse importante cargo da Agência Nacional de Transportes Terrestres, sobretudo na área de ferrovias. Particularmente, eu tenho a certeza absoluta de que o Dr. Davi vai corresponder com a expectativa, a confiança, não só da sua indicação pela Presidência da República, mas particularmente pela sua escolha aqui, sua indicação, porque foram 17 votantes e 17 votos "sim", e quero crer que no Plenário será feito esse mesmo encaminhamento.

V. Sa. terá a responsabilidade de fazer um belo trabalho, Davi, lá na ANTT, na questão da ferrovia, orgulhando o povo brasileiro, que espera muito, sobretudo nós melhorarmos a nossa logística nesse transporte intermodal – rodoviário, ferroviário e aquaviário.

Portanto, Sr. Presidente, tenha certeza absoluta de que a relatoria feita pelo Senador Jayme Campos, com certeza... Até a própria Senadora Kátia Abreu me disse: "Diante do relatório de V. Exa., Senador Jayme Campos, votei "sim". Agradeço à ilustre e eminente Senadora da República por essa confiança no nosso relatório.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jayme Campos, pelo voto que apresentou e pela contribuição com os trabalhos dessa Comissão.

Mais uma vez, registro de homenagens ao nosso indicado, Dr. Davi Ferreira Gomes Barreto, e votos de pleno êxito, pleno sucesso. O sucesso de V. Sa. junto a essa agência é certamente o sucesso da ANTT e do Brasil. Especialmente neste momento, em que se discute muito PPI, concessões rodoviárias, ferroviárias, o papel de V. Sa. se destaca ainda mais.

V. Sa. tem a liberdade de, querendo, deixar o ambiente para os demais compromissos. (*Pausa.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Dando sequência à Ordem do Dia: item 1.

O Relator está ausente e justificou a sua ausência à Comissão. Estou retirando-o de pauta de ofício.

(É a seguinte a matéria retirada:

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 466, de 2011
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos.

Autoria: Senador Humberto Costa
Relatoria: Senador Zequinha Marinho
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1. Após deliberação da CI, matéria segue à CDH, em decisão terminativa
2. Votação simbólica
)

O item 2 é de relatoria do eminente Senador Acir Gurgacz, que está presente na Comissão, mas ausente do plenário neste momento, e indica a Senadora...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está bem. Acato o pedido de V. Exa.

Com acordo com o Relator, indico como Relator *ad hoc* o Senador Jayme Campos para proferir parecer ao item 2.

ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 423, de 2014
- Não terminativo -

Isenta de tributos a importação de embarcações, máquinas para leme de embarcações e hélices de embarcações e suas pás, bem como altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para isentar os adubos (fertilizantes) do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM).

Autoria: Senadora Kátia Abreu
Relatoria: Senador Acir Gurgacz
Relatório: Pela aprovação do projeto e rejeição das emendas 1-T, 2-T e 3-T
Observações:
1. Após deliberação da CI, matéria segue à CAE, em decisão terminativa
2. Votação simbólica

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos, Relator *ad hoc*, para proferir o seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, vem para análise da Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 423, de 2014, de autoria da Senadora Kátia Abreu, que "isenta de tributos a importação de embarcações, máquinas para leme de embarcações e hélices de embarcações e suas pás, bem como altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, para isentar os adubos (fertilizantes) do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)".

O projeto é composto de três artigos. O primeiro deles isenta a importação de embarcações, bem como suas partes de propulsão e leme, do imposto de importação, do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PIS/PASEP-importação e da Cofins-importação. O art. 2º isenta adubos (fertilizantes) da incidência do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). Por fim, o art. 3º contém a cláusula de vigência, que seria imediata.

Na justificativa, a autora argumenta que a navegação de cabotagem em nosso País encontra-se estagnada e que uma das principais causas dessa situação é a enorme dificuldade encontrada pelos armadores brasileiros para adquirir embarcações estrangeiras. As embarcações brasileiras, por sua vez, seriam de 50% a 90% mais caras que suas congêneres importadas, a despeito dos incentivos tributários a que fazem jus. Além disso, a Senadora Kátia Abreu propõe reduzir a carga tributária incidente sobre a produção agrícola brasileira. De fato, segundo ela, apenas a parcela do AFRMM incidente sobre os fertilizantes, que o projeto pretende isentar, corresponde a 1,65% do custo total da agricultura brasileira. Entretanto, salienta a autora, "tamanha transferência de recursos da agricultura para a indústria de construção naval não se justifica, haja vista os elevados preços que continuam a ser praticados por aquela indústria".

Foram apresentadas três emendas ao projeto. A Emenda nº 1-T, do Senador Aloysio Nunes Ferreira, dispõe que a isenção do segundo somente será aplicada quando não houver similar nacional. A Emenda nº 2-T, do Senador Valdir Raupp, objetiva suprimir o art. 1º do PLS. A Emenda nº 3-T, do Senador Davi Alcolumbre, inclui dispositivos ao PLS para estabelecer requisitos de nacionalidade das empresas e das embarcações para a obtenção dos benefícios estabelecidos no projeto.

Originalmente a proposição tramitaria apenas na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Entretanto, por força de requerimento de autoria do Senador Douglas Cintra, foi também solicitada a audiência da CI. Assim, após o trâmite nesta Comissão, o projeto retornará à CAE para colher decisão terminativa.

Análise.

O PLS nº 423, de 2014, vem ao exame da CI em cumprimento ao disposto no art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senador Federal.

O projeto tem duas linhas de atuação. A primeira delas trata de isenções tributárias para a importação de embarcações e algumas de suas partes, e a segunda diz respeito à proposta de não incidência do AFRMM sobre fertilizantes.

É necessário, primeiramente, deixar claro que, por se tratar de tramitação nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, focaremos nossa análise em relação aos aspectos de transporte e dos impactos que os tributos e regras aqui analisadas têm sobre a navegação, deixando para a CAE, que nos sucederá na análise do projeto, a análise de seus impactos financeiros e orçamentários.

Assim, iniciamos nossa análise pelo reconhecimento de que tem razão a Senadora Kátia ao apontar que o tamanho da navegação brasileira, que movimenta apenas 10% da carga do País, é muito menor do que seu potencial, uma vez que o Brasil conta com 7,5 mil quilômetros de costa e quase 30 mil quilômetros de hidrovias.

Muito desse problema decorre justamente das limitações que têm sido impostas, há décadas, à capacidade de as empresas de navegação adquirirem equipamentos, especialmente embarcações. Sem navios, não há navegação, e é justamente esse o problema que o projeto visa atacar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, há todo um conjunto de leis e normas infralegais que existem apenas para dificultar a obtenção de embarcações por parte dos interessados em navegar, sejam eles empresas já estabelecidas ou potenciais novos entrantes.

Nesse sentido, ao reduzir drasticamente a excessiva carga tributária que incide sobre a aquisição de embarcações e de suas partes, o projeto oferece importante contribuição para o fomento da navegação brasileira e, consequentemente, para a redução do infame custo Brasil, que reduz nossa competitividade e impede a geração de emprego e renda a todos os brasileiros.

Portanto, Sr. Presidente, como este projeto já se encontra aqui na Casa, com a devida vênia, concluindo, esta é a análise.

O PLS nº 423, de 2014, vem ao exame da CI em cumprimento ao disposto no art. 104, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal.

O projeto tem duas linhas de atuação. A primeira delas trata de isenções tributárias para a importação de embarcações e algumas de suas partes, e a segunda diz respeito à proposta de não incidência do AFRMM sobre fertilizantes.

É necessário, primeiramente, deixar claro que, por se tratar de tramitação nesta Comissão de Serviços de Infraestrutura, focaremos nossa análise em relação aos aspectos de transporte, e dos impactos que os tributos e regras aqui analisadas têm sobre a navegação, deixando para a CAE, que nos sucederá na análise do projeto, a análise de seus impactos...

Assim, iniciamos nossa análise pelo reconhecimento de que tem razão a Senadora Kátia Abreu ao apontar o tamanho da navegação brasileira.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 423, de 2014, e pela rejeição das Emendas nºs 1-T, 2-T e 3-T.

Sala das Comissões do Senado Federal.

É o voto do Relator *ad hoc*, Senador Jayme Campos. Com certeza, o relatório do Senador Acir Gurgacz foi muito bom e extremamente importante para o Brasil, como bem diz aqui a Senadora Kátia Abreu. Louvável a iniciativa da ilustre Senadora, na certeza de que vai melhorar a questão da navegação no Território nacional.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Jayme Campos...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... que leu o voto do eminente Senador Acir Gurgacz e o subscreve, na forma que apresenta ao Plenário da CI neste momento.

O projeto é de autoria, como já mencionado, da Senador Kátia Abreu.

Asseguro a palavra a V. Exa., como autora, e também na condição de inscrita para a discussão da matéria.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Para discutir.) – Obrigada, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria aqui de fazer um apelo aos colegas. Sei que o Ministro Tarcísio está pedindo que os nossos colegas peçam vista desse projeto, mas gostaria de ter a oportunidade de explicá-lo, com toda a calma.

Como todos aqui já estão cansados de saber, nós temos dois tipos de navegação: uma que navega a longa distância, do Brasil para qualquer outro país do mundo – até para o Uruguai é longa distância –; e a navegação de cabotagem, que navega só na costa brasileira. São dois tipos. Claro que nós usamos muito mais a de longa distância por conta das nossas exportações de carne, das nossas exportações de soja, e não usamos praticamente nada... À de longa distância nós somos obrigados; à de cabotagem não somos obrigados, graças a Deus, porque o custo é elevadíssimo. Então, enquanto na China, nos Estados Unidos, em toda parte do mundo, a cabotagem representa mais ou menos de 30% a 35% de tudo o que é transportado, aqui no Brasil a cabotagem é responsável por apenas 11%.

Então, quem são esses malucos que usam a cabotagem, tão cara assim, no Brasil? Apenas a Petrobras, que é uma companhia governamental. Então, a cabotagem não existe. Que tal um caminhão sair do Rio Grande do Sul, cheio de milho, e andar na BR-101, maravilhosa como é, sem buracos, cheia de duplicações, para chegar até o Ceará levando milho para a avicultura, ou até o Maranhão ou ao Piauí? É claro que seria muito mais tranquilo e favorável se nós pudéssemos usar 8 mil quilômetros de costa, não só pela praticidade como também pelo preço.

Por que isso é tão caro? Não é apenas um motivo, são vários motivos, e eu quero ser bastante sincera. Um dos motivos é que todos os portos do Brasil querem tratar um navio que sai do Rio Grande para o Ceará da mesma forma como se ele fosse alfandegado para ir para a China. Não existe um tratamento diferenciado. Isso não tem nada a ver aqui com o projeto; nós apenas temos que alertar sobre isso e fazer uma grande reforma na navegação de cabotagem deste País, porque é uma das mais atrasadas do mundo. Isso é culpa de décadas.

Agora, esse meu pedido é tão pequeno, tão pequeno, mas tão necessário... Ele significa o quê? O que é a tal da AFRMM, que o Senador Jayme Campos acabou de ler aqui com tanta presteza e veemência? A gente o chama tradicionalmente de "Afram". A "Afram" é uma taxa que nós pagamos, todos os importadores e exportadores, para um tal Fundo da Marinha Mercante, desde 1987. Em 2004, houve uma nova mudança. Será que já não era tempo suficiente, com tanto dinheiro praticamente a fundo perdido da Marinha Mercante Brasileira, de ser uma das melhores ou estar entre as dez melhores do mundo? Ou entre as quinze? Ao contrário, a Marinha Mercante Brasileira é simplesmente, apesar de toda a subvenção, a mais cara do mundo. Chega a ser de 50% a 90% a mais do que se eu pudesse comprar um navio lá fora, uma reserva de mercado. E, se eu me atrever a importar um navio, no peito e na raça, a tributação é tão alta – para proteger a Marinha Mercante e esse fundo – que daria para comprar dois navios se não houvesse a tributação.

Então, é uma proteção velha, arcaica, medieval e que o Brasil não merece. Eu não tenho navio, o meu Estado é o do Tocantins, que importa fertilizante, importa insumos, como o seu Estado do Piauí, como o seu, como Santa Catarina, como o de todo mundo. Eu estou pedindo, modestamente... Porque se deveria acabar com tudo, e os empresários deveriam ir aonde todo mundo vai: ao BNDES. Todas as empresas do Brasil vão ao BNDES. Por que esse *lobby*, esse cartel tem essa preferência, que custa para nós, povo brasileiro? Não existe dinheiro de Governo, não; dinheiro de Governo chama-se dinheiro do povo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que enfrentar, além do custo, um tal de Ogmo, que é um sindicato também, com todo o respeito aos trabalhadores, da Idade da Pedra. Nós somos obrigados a enfrentar os práticos, que trazem o navio até a beirada do cais, e é exclusividade da Marinha Mercante treinar os práticos – passa de pai para filho: o avô, o filho, o neto; vai ficando prático –, que cobram o preço que querem. Se uma escola do Sistema S quiser formar práticos é proibido, é uma exclusividade dos aposentados da Marinha. Então, nós enfrentamos uma burocracia infernal e ainda uma carga tributária exorbitante.

Eu digo o seguinte, apenas o "Afram" de fertilizantes, só do fertilizante... Nós importamos mais de 80% de fertilizante para adubar a terra para produzir arroz e feijão para o povo exportar e dar uma altura na balança comercial. Se não fôssemos nós, não haveria o colchão de reservas cambiais de quase R$1 trilhão, que vem das exportações do agro e, mal e mal, do ferro. Então, isso significa apenas 1,5%, 1,65%, mas vai significar uma economia para o agro de R$1 bilhão.

Então, isso se reflete no preço do adubo lá na agricultura familiar; nos pequenos, nos médios, nos grandes. Isso significa custo Brasil. Nós vamos diminuir desse tamaninho. Não significa praticamente nada. E pedir vista disso para quê? Ninguém nem sabe quem criou isso. Isso foi em 1987, um *lobby* poderoso que nós enfrentamos aqui dentro, há anos. Será possível que nós estamos num Governo que se diz liberal, da livre concorrência, como diz Paulo Guedes a cada cinco segundos, e ainda vamos manter Ogmo, exclusividade de prático, "Afram", Fundo da Marinha Mercante? Ele é cobrado dentro do preço do frete. Então, qualquer navio que sai do Brasil e vai para a China deixa o "Afram" aqui, tem que pagar o fundo. Quem é que paga isso? "Não, é o dono do navio". Ah, tá! Então, só se for "economágica". Quem paga o "Afram" é quem compra o produto, seja fertilizante, seja qualquer outra carga.

Então, Senadores, colegas, eu peço encarecidamente... Essa é uma bandeira de muitos anos – não é uma bandeira pessoal, absolutamente –, mas é um passinho para modernizar o sistema de cabotagem e de longa distância deste País.

Na verdade, a minha proposta ao Davi Alcolumbre é nós apresentarmos uma reformulação ampla e geral de todo o sistema de cabotagem e longa distância, além de outra coisa velha e arcaica que é a aviação regional, que também não existe, acabaram, o *lobby* acabou com tudo. Então, são dois sistemas maravilhosos, que abaixariam o custo de passagens, abaixariam o custo de produção brasileira, e nós não temos nenhuma regulamentação.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então, eu peço aos colegas que, por favor, aprovem este projeto tão pequenininho em comparação à boca deste tamanho desse cartel da Marinha Mercante, que não deu um passo em favor do Brasil. E nós somos obrigados a comprar navio aqui.

E mais um problema: não é permitido, é proibido comprar navio usado. Ouvi aqui dizendo agora há pouco que a União Europeia exporta seus carros usados para os países árabes. Em todo o mundo, o que não serve para um serve para outro. Nós poderíamos, sim, ter navios maravilhosos usados – eles renovam a frota com muita frequência, e podia sobrar para o sistema dos operadores de cabotagem no Brasil –, mas uma titica de cartel, que não representa absolutamente nada... Não estou falando das pessoas; eu respeito as pessoas, mas o cartel... Todo mundo quer um cartelzinho na sua vida, agora, cabe a nós, Poder Público, evitar e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

combater. Esse é o nosso papel. Eu também queria um cartel para mim. Eu vou caçar um cartel e vou tentar fazer um *lobby* aqui para ser privilegiada. Então, nós precisamos correr de encontro a esses carteis para dissolvê-los e atender o dia a dia da população brasileira, a vida real. Não tem cabimento levar milho de caminhão para o Nordeste. Nós temos que levar na cabotagem, nós temos que levar pelo mar, nós temos que ter menos custos para poder comprar fertilizantes lá fora.

Nós temos que buscar isso, porque já não temos ferrovia...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... já não temos hidrovia dentro do País, já não temos rodovia satisfatória – não é culpa desse Governo, é de vários governos –, então que pelo menos a gente possa facilitar o pouco que tem sido utilizado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Indago se há mais Senadores...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Elmano.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, com todo o respeito à nossa estimada Senadora Kátia Abreu, eu pediria vista desse projeto...

O SR. DÁRIO BERGER (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SC. *Fora do microfone.*) – Vista coletiva, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vista coletiva concedida. É regimental. A matéria volta à pauta assim que exaurido o prazo do pedido de vista.

Item 3.

Senador Elmano, indago V. Exa. se está apto a proferir o voto do item 3. Ou V. Exa. vai pedir a retirada de pauta?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu pedi a retirada, porque eu estou saindo para uma reunião, estou atrasado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu havia sido informado de que V. Exa. solicitaria a retirada. Agradeço a V. Exa.

Então, está retirado de pauta o item 3, a pedido do Relator.

(É a seguinte a matéria retirada:

ITEM 3

PROJETO DE LEI Nº 1303, de 2019

- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para exigir que o plano de aproveitamento econômico da jazida contenha projeto de gerenciamento de risco de acidentes ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Zenaide Maia
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1. Após deliberação da CI, matéria segue à CMA, em decisão terminativa
2. Votação simbólica
)
Item 4: Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura nº 27, de 2019.

ITEM 4
REQUERIMENTO Nº 27, de 2019
- Não terminativo -

Requer aditamento aos Requerimentos nºs 20 e 21, de 2019 -CI, que tratam da realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS nº 261/2018, que "Dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências,", visando à inclusão do nome do Senhor Bernardo Figueiredo e um representante da Confederação Nacional da Indústria -CNI.

Autoria: Senador Jean Paul Prates

É um requerimento de aditamento do Senador Jean Paul Prates, e eu o estou submetendo à apreciação do Plenário.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam com a aprovação do requerimento de aditamento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

Não há mais matéria a ser deliberada.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial das Sras. e dos Srs. Senadores, e convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 4 de junho, terça-feira, às 11h, neste plenário.

Obrigado a todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 18 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia quatro de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Marcelo Castro, Luiz do Carmo, Rodrigo Pacheco, Dário Berger, Flávio Bolsonaro, Roberto Rocha, José Serra, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Lasier Martins, Juíza Selma, Eliziane Gama, Kátia Abreu, Alessandro Vieira, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Lucas Barreto, Irajá, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Marcos do Val, Luis Carlos Heinze, Paulo Paim, Chico Rodrigues e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Senadores Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Jean Paul Prates e Carlos Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Lidos os comunicados da Presidência, passa-se à apreciação da pauta, que divide-se em duas partes. Aprovada a inversão das partes da pauta, inicia-se a reunião pela parte deliberativa: **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 3261, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico; a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati. **Relatoria:** Senador Roberto Rocha. **Relatório:** Pela aprovação, com as oito emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 28, de 2019** que: "Requer a realização de ciclo de audiências públicas, com o propósito de estudar temas pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura." **Autoria:** Senador Marcos Rogério. **Resultado:** Aprovado. **1ª Parte - Comparecimento de Ministro de Estado**, atendendo aos requerimentos REQ 3/2019 - CI, de autoria do Senador Wellington Fagundes, REQ 4/2019 - CI,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de autoria do Senador Carlos Viana, REQ 8/2019 - CI, de autoria do Senador Alessandro Vieira, REQ 13/2019 - CI, de autoria do Senador Alessandro Vieira, e REQ 18/2019 - CI, de autoria do Senador Esperidião Amin. **Finalidade:** Expor assuntos de relevância do Ministério da Infraestrutura (art. 50, § 1º da Constituição, e art. 397, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal), bem como discutir a Ferrovia de Integração Centro Oeste - FICO (REQ nº 03/19-CI), debater a renovação antecipada dos contratos de concessão das ferrovias Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória a Minas (REQ nº 04/19-CI), a Modernização e Expansão do Sistema Ferroviário Brasileiro (REQ nº 08/19-CI e REQ nº 13/19-CI)além de debater a execução do contrato de concessão dos trechos BR-116/376/PR e BR-101/SC - Curitiba a Palhoça, controlado pela Arteris S/A - Auto Pista Litoral Sul (REQ 18/2019-CI). **Participante:** Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro de Estado da Infraestrutura. **Resultado:** Com a presença do Ministro de Estado da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, é acordado que seu comparecimento para tratar dos temas definidos na pauta será adiado para uma data futura. Fazem uso da palavra os Senadores Jaques Wagner, Roberto Rocha, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Alessandro Vieira, Chico Rodrigues e Irajá. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e quarenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/04

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Comunicado.

Aviso do Tribunal de Contas da União.

A Presidência comunica o recebimento do Aviso nº 205-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, que encaminha para conhecimento da Comissão cópia do acórdão proferido pela Corte acerca de processo de desestatização que acompanha a concessão de lote rodoviário nos segmentos das rodovias BR-364 e 365, GO-MG, entre as cidades de Jataí, Goiás, e Uberlândia, Minas Gerais.

Nos termos da Instrução Normativa da SGM nº 12, de 2019, o expediente aguardará eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual será arquivado.

Nossa sessão de hoje tem a previsão de dois momentos, uma parte deliberativa e uma de audiência pública interativa, com a presença do Sr. Ministro Dr. Tarcísio, Ministro de Estado da Infraestrutura.

2ª PARTE
ITEM 1
PROJETO DE LEI N° 3261, DE 2019
- Não terminativo -

Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, de 19 de novembro de 2003, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico; a Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição; a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões; e a Lei nº 13.529, de 4 de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

Autoria: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

Relatoria: Senador Roberto Rocha

Relatório: Pela aprovação, com as oito emendas que apresenta

Observações:

1. Em 03/06/2019 foi aprovado pelo Plenário do Senado o RQS 491/2019, de urgência para o PL 3261/2019 com base no artigo 336, inciso II do RISF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2. Votação simbólica.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Tem a palavra o Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós temos assistido, no Plenário do Senado, a reiteradas reclamações dos colegas relativas a medidas provisórias que chegam a 24 horas do prazo de expiração e que, portanto, nos obrigam a votações... Nós já vivemos isso no Coaf. Ontem, de certa forma, o Governo obteve sucesso. Não vejo nenhum problema. Eu coloquei minha posição.

Quanto a essa medida provisória, cujo Relator foi o Senador Tasso Jereissati, que a reverteu em projeto de lei, foi aprovada a sua urgência ontem, provavelmente às 22h30. E cá estamos nós para votarmos de novo uma matéria sem sequer podermos nos debruçar sobre ela. E a matéria é extremamente delicada!

Peço vênia ao colega Tasso, que não está aqui presente.

O Ministro Canuto fez reunião com todos os Governadores do Brasil e conseguiu a adesão de pelo menos 22 Governadores ao texto original que veio de lá. Aqui, o Senador Tasso acelerou, no sentido clássico, a privatização, a que eu, pessoalmente, não me oponho. O meu Governador discute essa possibilidade. Mas, em Estados como a Bahia, a empresa de saneamento fatura em 30 ou 40 cidades com resultado e sustenta o restante por subsídio cruzado; é assim na maioria dos Estados pobres e, talvez, até nos Estados ricos.

Então, essa discussão – e a discussão se dava em torno do prazo que haveria para os contratos a serem licitados –, penso, é muito delicada, com todo o respeito também ao Senador Roberto Rocha, que é o Relator. Mas passamos muito tempo discutindo isso como medida provisória e não obtivemos êxito para transformá-la em projeto de lei de conversão. Na minha opinião, a emenda é pior que o soneto: "Já que não deu para resolver isso, agora, com urgência, em duas sessões, o Presidente pode botar para votar aquilo que não se conseguiu votar por acordo dentro da medida provisória". Não me parece... Primeiro, não entendo a urgência do próprio Governo Federal, porque a maioria das empresas é totalmente estadual; então, essa é uma gestão de cada Estado, não é uma gestão federal. Ninguém o está impedindo de privatizar o que quiser, o que esteja sob a sua gestão. Mas cada Governador tem contratos já assinados. Então, há uma série de quesitos.

Eu insisto: essa foi uma matéria em que 24 Governadores... Depois, dois Governadores retiraram a assinatura. Vinte e dois Governadores assinaram, pedindo exatamente esse prazo maior.

Então, fico eu aqui. Cada um de nós aqui, seja do Governo ou da oposição na área federal, seja do Governo ou da oposição no Estado, devemos representar os nossos Estados com um interesse mais geral.

Então, eu estou pedindo a palavra pela ordem, porque vou requerer pelo menos vista da matéria para V. Exa., nem que V. Exa. conceda vista só por 24 horas. Preciso, pelo menos, me comunicar com o meu Governador, porque a matéria não estava pautada. O item que estava pautado para esta reunião era o item 2. Depois da urgência... Sei que V. Exa. pode até me dizer que não precisava sequer vir para cá. Sei disso! Então, era melhor que não fizéssemos o teatro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

perdoe-me a franqueza, do que mandar para cá algo aprovado na urgência de ontem sem ninguém pegar o relatório. Não sou obrigado a saber que o relatório aqui é o mesmo relatório, *ipsis litteris*, que o Senador Tasso produziu. Então, era melhor fazer o serviço completo. Não vai para comissão nenhuma e eu vou direto para lá. Estou aqui. Mas me pedir para anuir a isso? Não posso concordar. Perdoe-me. E não sou de atrapalhar, V. Exa. sabe disso. Agora, nós estamos lá gritando o tempo todo: "Não queremos ser atropelados pela Câmara", e estamos sendo atropelados por nós mesmos. Até porque a matéria entrou pelo Senado, porque era do Senador Tasso Jereissati. Insisto: foi aprovada ontem a urgência. A matéria não estava inclusa. Foi inclusa. Já sei que não precisava ir para cá, mas, aí, era melhor, então, não vir. Porque, senão, perdoe-me – não é da parte de V. Exa. –, fica parecendo que passou pela Comissão de Infraestrutura. E não passou. Nós aqui homologaremos aquilo que já foi feito e sobre o qual não se conseguiu chegar a um consenso.

Era o que eu queria colocar, Presidente, no sentido de contribuir.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Jaques Wagner, agradeço a V. Exa. as ponderações. Tenho absoluto respeito por V. Exa., que cumpre um papel – não só nesta Comissão, mas no Senado Federal – de exercer uma oposição respeitosa e com um diálogo muito conectado com as demandas do País. V. Exa. tem tido essa cautela, esse zelo, e sou testemunha disso.

V. Exa. já antecipa a argumentação que eu darei quanto ao reconhecimento de que a matéria tramita sob regime de urgência e sequer a teria necessidade de passar pela Comissão. Mas como houve, no Colégio de Líderes, aquele entendimento de que pelo menos uma das comissões fosse ouvida acerca das matérias submetidas a esse regime de tramitação, optou-se por que a matéria viesse à Comissão de Infraestrutura. Por isso nós estamos a deliberar sobre ela. Considerando o requerimento de urgência, preciso enfrentar a matéria sob pena de ela ir ao Plenário sem a nossa manifestação.

Para que V. Exa. tenha o mínimo de tempo para, pelo menos, contatar o Governador... Sei que não é o que atende V. Exa. e, talvez, alguns dos Senadores, mas é o que posso fazer do ponto de vista regimental e dentro do ambiente da política, daquilo que foi pactuado na noite de ontem. Após a leitura do eminente Relator, Senador Roberto Rocha, concedo vista pelo prazo de 1 hora, até o final. Nós vamos ter, na sequência, a presença do Ministro de Estado, Dr. Tarcísio, para uma audiência pública. Ao final da audiência, a gente faria o debate, a discussão e a votação.

Sei que V. Exa. tem as preocupações que esposa inicialmente aqui, e eu não posso discordar de V. Exa. com relação aos pontos que estabelece. Pessoalmente, tenho críticas severas com relação a esse rito de tramitação das MPs e de matérias, como é o caso, em que não foi possível votar dentro do prazo constitucional, essa MP, restando essa via para tentar salvar aquilo que foi construído no âmbito da Comissão Especial e, posteriormente, no Plenário da Câmara dos Deputados. Mas eu estou aqui vinculado a um requerimento de urgência aprovado e a um encaminhamento que foi feito pelo Presidente e não gostaria... Embora, repito, não seja o ideal, felizmente, nós estamos hoje com um acordo, parece-me que é o terceiro ou quarto item da pauta da Câmara para votação nesta semana, hoje ou amanhã, não sei, com a PEC que estabelece o rito das medidas provisórias. E eu tive, inclusive, a oportunidade de ser Relator dessa matéria ainda quando Deputado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa matéria já passou pelo Senado Federal, vai ser votada na Câmara e estabelece prazos: qual é o prazo da Câmara dos Deputados para deliberar sobre a matéria e qual é o prazo reservado ao Senado Federal. O Senado não pode ser uma Casa carimbadora de decisões de outra Casa ou de outro Poder. É preciso haver espaço para o debate, para o diálogo, para o entendimento, para o aperfeiçoamento das normas e, assim, o Senado dar a sua contribuição para a sociedade como Casa revisora que é, conforme o mandamento constitucional.

Então, até que isso aconteça, infelizmente, nós estamos reféns dessa situação, como nós vivemos ontem. Votamos duas MPs porque, se não votássemos, estariam dentro daquilo que todos nós conhecemos, da caducidade. Mas quero dizer que...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, eu agradeço a busca de V. Exa. de vir ao encontro da minha demanda. É evidente que não atenderá. Portanto, eu agradeço a gentileza. Não precisa dar o prazo de uma hora porque não vai resolver. Eu só queria chamar a atenção...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. pela compreensão.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – ... para o fato de como enfraquece o nosso próprio argumento, porque nós estamos dizendo que não podemos receber uma MP para votá-la no dia seguinte. Mas estamos recebendo um projeto para votar no dia seguinte das nossas próprias mãos. Por mais que tenha sido discutido quando da MP, é um projeto novo que está entrando aqui.

Mas eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Copia e cola.

Agradeço a V. Exa, Senador Jaques Wagner, e não posso afastar de V. Exa. as ponderações e críticas que faz nesse momento. V. Exa. tem o nosso respeito.

Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, em respeito ao nobre Senador Jaques Wagner, nosso colega, eu quero aqui fazer uma palavra inicial antes de ir ao nosso relatório.

Em verdade não é pressa, mas a necessidade de se votar essa matéria, primeiro porque há o regime de urgência assinado pelos Líderes – se não votarmos aqui, o Plenário tem que votar –, é que a Câmara também tem um projeto semelhante após a medida provisória caducar. Se a gente quer assumir o protagonismo como Senado, a gente tem que correr na frente para que possa ter a última palavra sobre a matéria, senão a Câmara vota lá, a gente vai ter que receber da Câmara e volta para a Câmara de novo. Esse assunto teve uma discussão exaustiva na Comissão Especial da medida provisória, parece-me que sete audiências públicas. Essa discussão ocorreu durante muitos dias e houve alguns pontos de convergência e alguns pontos de divergência. Se a gente não tiver a oportunidade de debater com o devido, com o necessário tempo aqui nesta Comissão, teremos no Plenário certamente.

Agora, o que eu quero dizer ao Senador Jaques Wagner é que esse relatório é mais ou menos a mesma coisa que estava na medida provisória, a lei de conversão apresentada pelo Senador Tasso Jereissati. Então, ele transforma aquele projeto de lei de conversão em um projeto. É claro que tem que tirar os vícios de iniciativa. E nós estamos fazendo por emenda,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque nós não temos iniciativa, competência para poder mexer, por exemplo, com criação de cargos, com alteração de órgãos, porque é projeto, não é medida provisória, não é iniciativa do Executivo.

A única emenda que, efetivamente, as duas que nós estamos apresentando, emendas de mérito, são: uma que diz – eu já vou até o final – que as concessionárias estaduais nos serviços de saneamento básico que estiverem inadimplentes com as obrigações decorrentes de contratos ou convênios celebrados com Municípios titulares do serviço de saneamento básico, conforme definido no art. 8º da Lei 11.445, terão seus contratos ou convênios imediatamente rescindidos de pleno direito mediante simples notificação do Município interessado, devolvendo-se aos referidos Municípios que assim desejarem a integral possibilidade de relicitar os referidos serviços. A outra emenda apenas prorroga o prazo que têm até o final deste ano todos os Municípios brasileiros de apresentar o plano municipal de saneamento básico, sem o que os Municípios ficarão impedidos de fazer convênio com o Governo Federal. Isso seria uma tragédia para os Municípios brasileiros. E nós apresentamos uma emenda para prorrogar por mais um ano. As demais emendas tratam apenas de corrigir a questão da constitucionalidade, ou seja, tirar o vício de origem.

Dito isso, eu quero também lembrar que, como Parlamentar e como brasileiro, eu acho que a gente precisa definitivamente enfrentar essa questão. O Brasil tem muito interesse, gente do mundo todo, em investir no pré-sal. Mas por quê? Porque tem marco regulatório, tem segurança jurídica, tem previsibilidade, tem uma agência que cuida disso. Agora, no saneamento básico, para que a gente possa ter universalização no Brasil de 80% pelo menos da população, a gente precisa ter R$700 bilhões. Claro que o Poder Público não tem dinheiro para isso. Então tem que abrir isso para o capital privado. O que falta no Brasil hoje sobra no mundo, que é dinheiro. Mas a gente precisa criar um ambiente apropriado de negócios.

Eu acho que, dando esse passo adiante, a gente vai evitar o drama de hoje: 15 mil pessoas morrendo todos os anos por falta de saneamento. A gente tem 340 mil pessoas que são internadas no SUS por conta da falta de saneamento. Por essa razão a gente tem a satisfação de relatar esta matéria.

Eu quero ir direto ao parecer.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem a palavra para apresentar o relatório e o voto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, vêm ao exame desta Comissão, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 3.261, de 2019, do Senador Tasso Jereissati, que atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento; a Lei nº 10.768, para alterar as atribuições do cargo de Especialista em Recursos Hídricos e Saneamento Básico; a Lei nº 11.107, de 2005, para vedar a prestação por contrato de programa dos serviços públicos de que trata o art. 175 da Constituição; a Lei nº 11.445, de janeiro de 2007, para aprimorar as condições estruturais do saneamento básico no País; a Lei nº 12.305, de agosto de 2010, para tratar de prazos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos; a Lei nº 13.089, de janeiro de 2015, para estender seu âmbito de aplicação às microrregiões; e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lei nº 13.529, de dezembro de 2017, para autorizar a União a participar de fundo com a finalidade exclusiva de financiar serviços técnicos especializados.

Na justificação da matéria, o autor, Senador Tasso, informa que a proposição reproduz o Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 8, de 2019, decorrente da apreciação da Medida Provisória nº 868, de 2018. A inovação em relação ao texto do PLV aprovado se refere ao art. 12, que foi resultado de um acordo entre as principais lideranças ligadas ao tema. A matéria pretende modernizar o marco regulatório de saneamento básico, por meio de alterações nas leis citadas neste relatório. Ainda segundo a justificação, essa otimização é urgente, para superar os graves índices hoje observados no Brasil:

> Cerca de 35 milhões de brasileiros não têm acesso a água tratada. Metade da população, em torno de 104 milhões de pessoas, não têm acesso aos serviços de coleta de esgoto [pessoalmente eu acho que esse número é até bem maior, mas esse é o dado oficial do SNIS (Sistema Nacional de Informações de Saneamento)]. Do esgoto coletado, apenas 42% são tratados. São dados graves que dificultam a melhoria dos índices de desenvolvimento humano (IDH) e trazem sérios prejuízos sociais e econômicos a diversos setores produtivos, retardando o desenvolvimento da Nação.

A matéria segue as normas regimentais e a técnica legislativa preconizada pela Lei Complementar nº 95, de fevereiro de 1998. O projeto alinha-se com as disposições legais sobre os serviços públicos de saneamento básico contidas na Lei nº 11.445, de 2007, bem como com os comandos das leis que pretende alterar.

Os requisitos de constitucionalidade estão atendidos em parte, pois a proposição cumpre as diretrizes previstas nos incisos VI e XII do art. 24 da Constituição, que determina a competência concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal, para legislar sobre proteção do meio ambiente e defesa da saúde, temas diretamente afetados pelos serviços públicos de saneamento básico. O art. 21, inciso XX, da Constituição Federal, por sua vez, prevê que compete à União instituir diretrizes para o saneamento básico. Observamos, contudo, ajustes necessários quanto a regras sobre o funcionamento da Administração Pública Federal, considerando a reserva de iniciativa de matérias que tratem desse tema.

No mérito, a proposição aperfeiçoa a legislação vigente.

Concordamos com os termos do parecer aprovado na Comissão Mista da Medida Provisória nº 868, de 2018, apontando que, além da precariedade no atendimento à saúde, é preciso enfrentar problemas estruturais ligados à operação e à manutenção desses serviços, com destaque para os elevados índices de desperdício de água tratada, com uma média nacional em torno de 40%, equivalente a um desperdício anual de aproximadamente R$10 bilhões.

> Para alcançar a universalização até 2033, seriam necessários R$22 bilhões anuais. Contudo, entre 2010 e 2017, o investimento anual médio no setor foi de apenas R$13,6 bilhões. Em 2019, esse valor deve cair para cerca de R$10 bilhões. O Ministério da Economia, com base em estudos de consultorias independentes, estima que a universalização da prestação dos serviços de saneamento até 2033, conforme estipulado no Plano Nacional de Saneamento, exija investimentos da ordem de R$700 bilhões, que poderão gerar aproximadamente 700 mil empregos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> Segundo o Instituto Trata Brasil, a universalização dos serviços públicos de saneamento básico proporcionaria, em 20 anos, benefícios econômicos e sociais da ordem de R$ 537 bilhões, computando diminuição dos custos com internações e afastamentos do trabalho, aumento da produtividade no trabalho (incluindo melhoria na educação), valorização imobiliária e valorização ambiental para a economia do turismo.

Também consideramos adequadas as regras para facultar a conversão dos atuais contratos de programa em contratos de concessão, admitindo sua continuidade até o termo contratual, bem como os aperfeiçoamentos no Estatuto da Metrópole e a formação de blocos para viabilizar um modelo institucional que permita o exercício integrado da titularidade com vistas à obtenção de ganhos de escala. Adequada também a alteração da Política Nacional de Resíduos Sólidos para possibilitar que a disposição adequada dos rejeitos seja implantada segundo prazos compatíveis com a escala de cada Município.

No sentido de aperfeiçoar a matéria, além de ajustes para evitar invasão de competência constitucional por reserva de iniciativa, propomos a inclusão de um artigo com regras sobre efeitos da inadimplência de concessionárias estaduais dos serviços de saneamento básico.

Sr. Presidente, é preciso a gente destacar, dar luz, iluminar esse ponto que é o que mais, me parece, estava trazendo angústia às companhias estaduais, que, na hora em que vai haver a transferência do contrato de programa para contrato de concessão... Contrato de programa é o que há hoje, só se pode fazer entre entes públicos, o Município com o Estado, através da companhia de saneamento. Em contrato de concessão, você abre uma licitação e participa qualquer pessoa, empresa privada ou companhia estadual.

Sucede que as companhias estaduais – o meu Estado é um exemplo –, a companhia estadual teria muita dificuldade de concorrer com empresa privada, porque poderá participar da licitação a empresa privada e a companhia estadual. A gente supõe, óbvio que o mercado é assim, que a empresa privada vai ter interesse só naquilo que se chama filé; naquilo que se define como osso não teria interesse. No entanto, nosso parecer traz a figura da formação de blocos. A gente não chama de consórcio, porque no consórcio há alguém que acha que tem que ser áreas contíguas, e no bloco, não. Ou seja, no meu caso, do Maranhão, você pode licitar o sistema de São Luís ou de Imperatriz, que são, vamos dizer, considerados filés. Na mesma licitação, o Governador define o bloco. Esse bloco pode ser de qualquer tamanho em quantidade de Municípios. Então, um Município pequeno, mais um Município pequeno, mais outros tantos Municípios pequenos e médios geram uma economia de escala e geram interesse econômico, atrativo econômico, e vão estar na mesma licitação, nesse bloco, com o Município maior, que é o de Imperatriz ou o de São Luís, etc. Dessa forma, a empresa estadual pode participar, inclusive, através de uma SPE, com as empresas privadas.

O que se pretende aqui é abrir para o mercado privado, porque, definitivamente, do jeito que está – eu não sei em outros Estados –, no meu Estado, por exemplo, nem mesmo do filé a companhia estadual toma conta, porque em São Luís não existe saneamento; em Imperatriz, pior: não há saneamento. A conta de água, de energia da empresa de saneamento, em torno de 10 milhões por mês, quem paga é o Tesouro. Ou seja, não é o contribuinte, não é o usuário; é o Tesouro, são todos. É um absurdo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, fiz questão de iluminar esse ponto, mostrando o que é definitivamente o conceito de contrato de programa para contrato de concessão, e formação de blocos, para facilitar as licitações.

Por fim, em relação às emendas, são apenas emendas que retiram do relatório inicial da medida provisória aquilo que é competência da União. Nós não temos competência aqui para legislar. Então, para evitar os vícios de origem de iniciativa, nós fizemos aqui algumas emendas, várias emendas. Duas delas são emendas de mérito, que já foram ditas por mim no início da leitura desse relatório.

São esses o relatório e o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa. pelo relatório e pelo voto.

Apenas uma manifestação pessoal – V. Exa. já manifestou o voto –, para uma reflexão futura: eu tenho a compreensão de que matérias que são de iniciativa do Poder Executivo que vêm para o Parlamento na forma de medida provisória, havendo exaurimento de prazo para deliberação, quando o Parlamento faz o acatamento da proposta nos termos encaminhados à Casa, parece-me estar superado o óbice, o vício de iniciativa, porque a matéria é de iniciativa do Poder Executivo. Não me parece razoável a compreensão de que há nesse caso violação à regra constitucional em relação às competências do Parlamento para inovar nesse campo. Mas é apenas uma ponderação, isso é um bom debate para a CCJ em momento oportuno.

Houve um tempo, Senador Jaques Wagner, em que, no ato de convalidação do Chefe do Poder Executivo no caso de um projeto de iniciativa parlamentar eivado de vício formal ou de vício material em razão da iniciativa, quando do ato sancionatório final, você supriria a falha inicialmente identificada. Hoje isso não é mais possível: o entendimento do Supremo Tribunal Federal caminhou em outra direção, porque é por ofensa ao chamado devido processo legislativo. Mas, no caso da medida provisória, a minha compreensão é a de que não seria o caso porque não houve por parte do Executivo a retirada da proposição inicialmente apresentada; portanto, estar-se-ia regular, do ponto de vista da iniciativa, uma vez acatada integralmente a proposta por algum subscritor. Mas isso é para o futuro.

Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente, não quero discutir a matéria propriamente, mas suscitado por V. Exa. esse debate, eu queria até que o Líder, se pudesse acompanhar, ficasse. Mas, se não pode... Eu só queria... É só porque eu vou fazer uma ponderação por conta da discussão. Eu só queria, de novo, chamar a atenção de V. Exa. e de nós todos Senadores.

Ao tempo em que V. Exa. ilumina a possibilidade de o vício de origem ser sanado, repare: uma MP que caduque numa legislatura não pode ser reapresentada nessa mesma legislatura. Concorda? Não é assim a regra? Nós estamos inovando. Não pode se for na forma de MP, mas pode na forma de projeto de lei apresentado por um Parlamentar.

Eu estou chamando a atenção, repare... Eu estou inaugurando aqui no Senado, tenho apenas... É porque nós reclamamos o tempo todo da falta da liturgia das nossas emissões, e nós mesmos – permita-me, não é pessoal nem nada disso, não tem nada a ver com o Governo – inauguramos. O Governo já encontrou uma forma: a MP caducou, no dia seguinte você entra com o relatório do Relator na forma de projeto de lei, aprova urgência sob a maioria do Colégio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e está votado em dois dias. O que nós estamos fazendo conosco? Eu só estou chamando a atenção de como a gente está se atropelando. E amanhã diremos: olhe, não é possível, eu não o respeito. Eu não estou dizendo... Eu tenho o maior apreço pelo Colégio de Líderes, pelo Líder, pelo outro Líder, pelo meu Líder, que devia estar na reunião, pelo Presidente Davi Alcolumbre, por quem tenho profunda... Mas estou só chamando atenção sobre como processualmente a gente vai admitindo coisas que amanhã serão uma avenida aberta. Aqui nós estamos vivendo a MP sendo reeditada na forma de projeto de lei, com urgência aprovada ontem à noite, para ser aprovada aqui na Casa, eventualmente voltar para cá e acabou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Driblando a Constituição.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, só estou chamando a atenção porque esse tema não me parece... Se V. Exa. abrir a discussão, eu concluo logo a minha fala discutindo a matéria. Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem a palavra para discutir.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para discutir.) – Então, reparem, eu quero chamar a atenção porque todos os dois Líderes, seja do MDB seja do Governo, como eu, somos Senadores de Estados carentes. E nós sabemos como é o processo. V. Exa. teve filho Prefeito, foi Prefeito, V. Exa. foi Governador. Não se faz saneamento, nenhuma empresa privada fará saneamento se não tiver aporte público nos locais de pobreza. Quantos Municípios, quantos munícipes conseguem pagar? Eu estou falando com autoridade de Governador. Na história da Bahia, mais água e mais saneamento, o maior volume foi feito no meu Estado, por isso que eu consegui me reeleger e eleger meu sucessor. Eu lancei o Programa Água para Todos e vi gente de 60 anos chorando, tomando um banho com água que não era água salobra, que deixava fazer espuma no cabelo, porque água salobra não faz espuma no cabelo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – No meu também não.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – No seu, só com muito esforço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas também não consigo pintar como o seu. (*Risos.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu não levo nunca a melhor. Eu hoje cheguei com esta roupa aqui que, ao contrário do que se imagina, era a gravata que estava no porta-luvas do carro e, quando eu cheguei aqui, vi que combinou, e ele disse que eu vim fazer um desfile. Mas, se V. Exa. admirou, eu posso me candidatar a ser o seu estilista.

Mas reparem, o que V. Exa. falou é uma tentativa de sanar o problema. Ou se vai fazer consórcio ou nós vamos fazer – Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista e, no resto, senhores, ao contrário do que V. Exa. falou, no lugar de aumentar o acesso à água vai diminuir, porque os Prefeitos não bancam. Quem banca tudo lá é a Embasa, o Prefeito não tem condição. Os que têm SAAE, que é o serviço municipal, eu sou obrigado a dar relógio, porque o munícipe

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

às vezes quebra o relógio para não pagar a conta. Então, reparem, ninguém vai investir 800 milhões se não tiver taxa de retorno. Se for uma PPP em que o Governo...

Uma coisa, gente, é falar da gestão das empresas. Então, nós não somos bons gestores. O.k. Meu metrô é uma PPP, eu estou aportando, mas a gestão é privada. O estádio Fonte Nova é uma PPP, eu aporto contrapartida, mas a gestão é privada. Eu tenho a Embasa. Se amanhã o Governador Rui quiser, ele pode fazer uma cessão de 49% das ações e dizer: "E na gestão, eu só quero o meu voto de minerva, voto para questões essenciais". Mas não existe, quem conhece o Nordeste sabe... Estou falando, e reparem que fui antecedido por governos liberais e a minha empresa não está entre as piores, não, está entre as três melhores empresas estaduais de saneamento. Então, o que estou falando é só para depois a gente não chorar.

Se não for aprovado isso que o Senador falou de o Governador botar um filé – desculpe a linguagem baiana – e o mesmo tanto de chupa molho, como a gente chama lá, ou seja, do osso, nós vamos largar as cidades pequenas ao deus-dará.

Então, eu só estou chamando a atenção...

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Só para dar uma palavra...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Só para encerrar.

Primeiro, na metodologia: para alertar que nós estamos introduzindo a reedição da medida provisória sob outra forma. Eu não vou aqui ficar gritando, eu só estou dizendo isso aqui porque amanhã a gente se senta e diz o quê? "Rapaz, não devíamos ter feito aquilo."

E a outra coisa é a minha preocupação. Senador Fernando, eu chamo a atenção – falei com o Senador Roberto Rocha –, porque o texto que veio do Ministro Canuto era um texto com aderência de 22 Governadores. O Senador Tasso Jereissati, vênia pela sua ausência, fez um acordo no art. 12, mas não entendeu que o prazo que os Governos pediram para migrar de contrato de programa para concessão deveria ser mais elastecido do que estava lá. Eu não estava na reunião, mas estou lhe dizendo que o Ministro da pasta acolheu os Governadores e sabe. E recomendou: "Esse é o texto do possível".

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – V. Exa. comenta que ontem foi aprovado o que é possível para mim e para o Governo.

Então, eu só estou chamando atenção, porque havia um texto para o qual havia acordo. Eu não entendo por que saímos de um acordo... Óbvio que até amanhã não sei se existe emenda de Plenário ou alguma coisa... Eu vou tentar contribuir. Eu até levei o texto para V. Exa., e V. Exa. acolheu uma das emendas.

Então, a minha preocupação é, primeiro, com a metodologia introduzida. Segundo, com essa questão de mérito.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Eu só queria dar uma palavra rápida, Sr. Presidente, em função das colocações do Senador Jaques Wagner, que falou de forma muito apropriada. Na realidade, a questão do distrito foi superada. Está no texto do relatório do Senador Tasso para se permitir o subsídio cruzado, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

você não privatizar só filé e deixar o osso para as empresas estaduais. Então, esse é um ponto que já foi superado.

E o segundo ponto, que está ainda em aberto, é porque os Governadores do Sul e Sudeste apoiaram o texto que foi apresentado pelo Senador Tasso. Numa conversa que tive com os Governadores do Nordeste por ocasião da reunião do Condel com a presença do Presidente da República, foi sugerido isso que V. Exa. acabou de mencionar: o alongamento do prazo para permanência dos contratos de programas. E foi, então, sugerido o prazo de 48 meses – foi uma sugestão, inclusive, do Governador da Bahia, Rui Costa. E o Governo acordou. Então, se houver acordo com os Governadores em cima da proposta que foi feita pelo Governador Camilo, pelo Governador Paulo Câmara, e que foi depois respaldada pelo Governador Rui Costa em relação aos contratos de programas, essa emenda poderá ser acolhida em Plenário pelo Relator.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, eu vou consultar... O Presidente até estava me concedendo uma hora de vista para eu poder consultar. Eu vou consultar e depois trago o retorno.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Está bom.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu queria fazer uma contribuição nessa direção.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eduardo, só um minutinho.

Senador Jaques, V. Exa., então, está reiterando o pedido de vista?

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, não. Não precisa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k. Agradeço.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu só queria...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu estou... A ordem de inscrição...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Eu serei muito breve, Sr. Presidente. Serei muito breve!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ouço V. Exa., Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela ordem.) – Eu serei muito breve.

Eu quero aqui concordar com o Senador Jaques Wagner, até porque, no Estado do Amazonas, Sr. Presidente, nesse caso, já privatizaram a Companhia de Saneamento do Estado do Amazonas desde 2001. E nós já vivemos na carne problemas pelos quais outros Estados poderão passar. Portanto, eu quero concordar com o que disse o Senador Jaques Wagner. Nada contra privatização; ao contrário, temos que fazer privatização. A modelagem da privatização e a regra de transição dos contratos dos programas e a forma como você equilibra uma empresa que é rentável e atraente com as empresas que são do interior do Brasil é fundamental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje, no Estado do Amazonas, Sr. Presidente, quem administra a questão de saneamento na capital é uma empresa privada, e o interior do Estado fica com o Estado do Amazonas, com a Cosama fazendo de conta que faz, ou com a Prefeitura, fazendo de conta que faz. Portanto, a grande maioria do interior do Estado do Amazonas acaba vivendo uma situação de não ter água tratada de acordo com as regras da Organização Mundial de Saúde, etc., em função de que não se teve essa preocupação.

Eu queria dizer ao Relator, que está aqui num debate com a sua assessora, que acho importante, Senador Roberto Rocha, que tenhamos uma solução híbrida. Que nós possamos, sim, alavancar a questão das possibilidades de privatização, mas que nós tenhamos a consciência de que fica um vácuo nos Municípios menores, onde não há atratividade para o capital privado, sem que criemos aqui uma condição de peso e contrapeso sobre o tema. É apenas para fazer essa colocação, até porque, no Estado do Amazonas, já houve a privatização da capital.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço V. Exa., Líder Eduardo Braga.

E asseguro a palavra ao Senador Esperidião Amin, que está inscrito para discutir, e, na sequência, o Relator terá a palavra para fazer as suas ponderações ou ajustes, se achar necessário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Presidente, eu subscrevi este documento que o Senador Jaques Wagner muito bem denominou de um documento legítimo, bem-intencionado, como bem-intencionada é a posição do Senador Tasso Jereissati, mas é lógico que isso tem todo o jeito de um arranjo. Isso é uma reedição da medida provisória, o que o projeto de emenda à Constituição que eu apresentei e que se transformou na Emenda Constitucional 32 proíbe. Por quê? Porque o nosso rito segue o modelo de Santa Catarina: é proibido reeditar medida provisória, assim como é proibido apresentar o mesmo projeto de lei que foi derrotado. Então, nós estamos fazendo um arranjo, Senador Roberto. Não é que nós vamos nos arrepender, qualquer empresa prejudicada ou qualquer governante prejudicado vai questionar no Supremo. É evidente! Se isso não é uma reedição de medida provisória, é a apresentação de um projeto de lei – o outro era projeto de lei de conversão... O que foi rejeitado por decurso de prazo? Foi o projeto de lei de conversão de uma medida provisória. No mínimo, é uma pendência constitucional que nós estamos criando. Eu assinei, porque acho que é justo que se debata o tema.

O Governador do meu Estado é contra. Sabem por quê? Porque os blocos possíveis em Santa Catarina – eu posso até consultá-lo daqui a pouco – quebrarão a empresa estatal. São 295 Municípios, 195 são atendidos pela empresa estadual. Vários dos principais Municípios, não a capital – Blumenau, Joinville, Jaraguá do Sul, para dar exemplo –, Municípios de grande vigor econômico e populacional têm empresas municipais ou serviços municipais que operam muito bem e há um equilíbrio. Se cada Município puder privatizar – e é esse o direito, porque o serviço é municipal –, será que o capitalismo vai ser norteado, Senador Jayme Campos, pela filantropia, pelo espírito social e vai atender os pequenos e os grandes, os lucrativos e os que dão prejuízo? Espere aí, então a questão de blocos ou lotes é crucial, como foi, Senador Jayme Campos, para a telefonia. Vocês já imaginaram se abrissem uma licitação, quem quer explorar o serviço de telefonia no Amapá e quem quer ir para São Paulo? Ou pega o pacote, como disse Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Jaques Wagner, com o filé-mignon e com a carne de pescoço, ou a carne de pescoço não terá comprador, ninguém. Na questão da gestão, o Senador Jaques Wagner foi muito lúcido, a gestão tem que ser melhorada, mas o capitalismo não tem esse truísmo. "Não, vamos atender a todos", isso é projeto político – atender a todos é projeto político!

Eu era do sistema Telebras, eu organizei a Telepisa, trabalhei – consegui contrair uma hepatite numa enchente no Piauí em 1974 –, mas era um projeto nacional...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... que levava o mesmo sinal para Rondônia e para São Paulo, a Embratel, cujo primeiro chefe foi o nosso colega, Senador Arolde de Oliveira, levemente contemporâneo do sistema.

Então, quero dizer o seguinte... O Senador Jaques Wagner pediu vista por uma hora? É isso?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na verdade, eu acho que, mesmo com urgência, se não passar por uma comissão temática permanente, nós vamos criar caso lá na reunião de Líderes.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É o acordo que foi feito no Colégio de Líderes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, eu acho que, no mínimo, nós devemos ter o cuidado de ouvir a Comissão de Constituição e Justiça. V. Exa. entende desse assunto. Eu acho que nós estamos – com a minha assinatura – praticando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... a reedição de uma medida provisória que foi rejeitada – porque o que não é aprovado é rejeitado – e um projeto de lei cujo tema foi objeto de deliberação inconclusa para alguns. Eu acho que o que não é aprovado é rejeitado, não existe meio-termo na legislação. Eu acabo de retirar ali uma emenda, ela não foi aprovada e eu retirei lá daquele assunto, porque consegui meu objetivo.

Neste caso, eu rogo a V. Exa. que leve ao Presidente hoje à tarde, na reunião de Líderes: a Comissão de Justiça deve se manifestar. Se a Comissão de Justiça respaldar esta manobra – não é no sentido pejorativo –, tudo bem. Agora, se não, nós estaremos conduzindo, sem informações – eu não tenho a informação atual do Governador de Santa Catarina –, um projeto que não teve sucesso, para usar a expressão mais suave. Não teve sucesso. Nós estamos dando uma segunda chance para ele, sob a forma de projeto de lei.

Na minha opinião, é uma manobra que pode ser, no mínimo, questionada no Supremo Tribunal Federal, por quê? Porque é uma manobra que terá efeito externo. E efeito de natureza econômica, afetando interesses legítimos de empresas estaduais, de Governos estaduais, etc.

É medida de precaução, sem desmerecer a competência, a idoneidade, sob todos os aspectos, do nosso amigo, Senador Tasso Jereissati.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., nobre Senador Esperidião Amin, que faz ponderações absolutamente sensatas, como de estilo, e mesmo as ponderações feitas também numa direção muito parecida pelo Senador Jaques Wagner.

Obviamente, a Comissão de Infraestrutura está seguindo o despacho do Presidente do Senado e eu fico vinculado a esse despacho. Havendo entendimento da Mesa em revisar o despacho e encaminhar a matéria para outra Comissão, é claro que nós teremos a oportunidade de fazer esse debate.

Eu já esposei aqui o meu entendimento pessoal em relação a isso. Eu penso que matéria que vem na forma de medida provisória ao Parlamento, não havendo a deliberação em uma das Casas por decurso de prazo ou por exaurimento do prazo constitucionalmente estabelecido, o meu entendimento é de que a adoção do texto nos termos encaminhados supera o vício de iniciativa. É o entendimento pessoal. E se o tema for à CCJ, eu terei oportunidade inclusive de esboçar os argumentos que fundamentam o meu entendimento pessoal. Aqui estou apenas, em razão da prorrogação, fazendo essa sinalização, mas não é o campo específico para a gente fazer esse debate mais profundo. Podemos fazê-lo na CCJ ou podemos fazê-lo no Plenário do Senado Federal, que ao fim e ao cabo atua como instância máxima, inclusive substituindo eventualmente a CCJ naquilo que lhe cabe, naquilo que lhe é reservado.

Senador, V. Exa. quer discutir a matéria?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Apenas me somar... Fui contemplado pela sua...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – V. Exa. tem a palavra para discutir, por favor.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado, Presidente.

Quero apenas me somar ao seu entendimento. Efetivamente, entendo que é cabível sim essa tramitação que está sendo apresentada. E mais ainda, fugir desse entendimento seria frustrar o nosso papel, como legisladores, de dar tratamento adequado a uma demanda, a uma necessidade urgente que o País enfrenta. Então me somo à sua opinião jurídica, aliás, como de regra fazemos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado a V. Exa.

Asseguro a palavra ao Relator para, querendo, acrescentar ponderações ou modificações a partir da discussão que nós tivemos sobre a matéria.

Senador Roberto Rocha.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA. Como Relator.) – Sr. Presidente, primeiro, quero dizer que as emendas que foram apresentadas com o objetivo de evitar eventuais vícios de origem tratam apenas de estrutura da ANA (Agência Nacional de Águas), que poderia requerer despesas, gerar despesas, e isso poderia ser discutido adiante. Por isso, no nosso relatório, foram apresentadas essas emendas. Emenda de mérito foram as duas que já foram ditas.

Em relação a questões que foram colocadas aqui, nós teremos a oportunidade de discutir mais tarde, no Plenário, mas eu adianto duas questões. Primeiro, em relação a subsídio cruzado,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que foi colocado aqui. O subsídio cruzado, na verdade, não existe. Se uma companhia estadual tem um resultado positivo em um Município, por exemplo em São Luís do Maranhão, e com aquele resultado positivo de São Luís ela investir em outro Município do interior sem a devida autorização da Câmara, é ilegal. É ilegal. Então, nós não podemos defender a ilegalidade.

Segundo, em relação a essa questão dos Municípios pequenos serem osso e os Municípios grandes serem filé, eu quero dar um dado real: 6% dos Municípios brasileiros já são operados por empresas privadas. Desses 6%, 70% são Municípios com menos de 20 mil habitantes. Eu vou repetir: 6% dos Municípios brasileiros já são operados por empresas privadas, e deles 70% são Municípios com menos de 20 mil habitantes, esses que são chamados – vamos dizer assim – de osso.

Então, a gente precisa conhecer os números, porque eles não mentem. A gente conhece o seu real valor comparando, de tal modo que esse é o nosso relatório e eu peço a V. Exa. que dê o encaminhamento necessário.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço V. Exa.

Indago se há algum Senador a mais que queira discutir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu gostaria de saber...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... se V. Exa. Concordou com a minha sugestão de discutirmos com o Presidente sobre a oitiva à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu até respondi a V. Exa. no momento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estava no...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu percebi. Podemos fazer a ponderação. Eu estou dizendo que eu estou vinculado ao despacho, porque foi despachado a apenas uma comissão. Vou registrar ao Presidente que houve esse apelo por parte de V. Exa. e, havendo o entendimento, eu acho que é uma matéria para o colégio de líderes. A manifestação para encaminhar por esta Comissão foi fruto desse entendimento, mas nada impede que haja a revisão, entendendo pertinente. As discussões que foram levantadas aqui, suscitadas aqui, inclusive ponderações que faço, penso, Senador Espiridião Amin, que na CCJ seria o campo ideal para o debate, mas não indo à CCJ, acho que esses temas devem ser aventados inclusive no Plenário do Senado Federal, a quem, ao fim e ao cabo, também incumbe a análise do aspecto constitucional. É a última instância, ou seja, o Plenário do Senado Federal não está a suprimir um papel que é relevante da Comissão, mas está avocando para si também essa análise, esse cuidado, essa cautela no exame da matéria.

Eu tenho uma visão até mais larga, do ponto de vista jurídico, até divergindo um pouco de V. Exa., porque eu entendo que, quando matéria encaminhada na forma de medida provisória, em razão do exaurimento do prazo, não foi aprovada, tendo sido aprovada em uma comissão, passa a integrar um acervo propositivo do Parlamento. Se um membro, seja do Congresso, da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara ou do Senado, a adotar, eu penso estar superado qualquer vício de iniciativa em relação àquelas matérias que têm vinculação à iniciativa do Presidente da República.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor já imaginou se o Líder do Governo começa a fazer isso?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Esse é um entendimento pessoal. Agora, obviamente são afastadas as consequências jurídicas que são impostas pelas medidas provisórias, que é a executoriedade imediata a partir da sua edição. Obviamente, uma proposição, seja de lei ordinária ou complementar, não tem essa vinculação. Agora, é apenas um exercício antecipado, porque é o campo de debate da CCJ ou do Plenário. Acho que daria um bom debate. Uma matéria que vem na forma de medida provisória de iniciativa do Presidente da República, ele não retirou a proposta, votada numa comissão, votada no Plenário da Câmara, e não votada no Senado em razão do exaurimento de prazo, do ponto de vista da vinculação dos efeitos, perdeu; do ponto de vista da iniciativa, me parece razoável discutir se seria o caso da perda da iniciativa, havendo alguém que queira subscrever.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, a troca da iniciativa, a troca...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Havendo a...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por exemplo, o Líder do Governo, inconformado com o insucesso do Governo, reapresenta como seu projeto de lei. Se essa moda pega...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E não há impedimento em que o Plenário rejeite os termos totais da proposição.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, se essa moda pega...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – As ponderações de V. Exa. merecem realmente o debate e sendo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quanto à medida provisória, ela não deixou de produzir efeitos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Até o momento em que...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A Constituição, a Constituição...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... exauriu, sendo objeto agora, inclusive, de regulamento os efeitos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A Constituição regula que é da nossa competência, através de projeto...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De decreto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... de decreto legislativo regular...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... os efeitos da malsucedida medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E que, a partir de então, deixa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *Ex nunc*, *ex nunc*. Mas o que ela produziu tem que ser regulado por nós.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Até por uma questão de segurança jurídica.

Agradeço V. Exa.

Não havendo mais quem queria discutir, está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal para seguimento de sua tramitação.

Eu faço uma ponderação, Senadores. Nós tínhamos hoje, na reunião, dois momentos: a parte deliberativa e, na sequência, a audiência com o Ministro de Estado da Infraestrutura, Dr. Tarcísio. O Presidente da República, num gesto à Câmara dos Deputados, convidou o Ministro para fazer a entrega hoje de uma proposta legislativa que trata da questão das regras relacionadas à carteira de habilitação, relacionadas ao trânsito. O Ministro está acompanhando o Presidente e se dispôs a vir à Comissão na sequência.

Eu indago aos Senadores se nós podemos suspender até a chegada dele e fazer na sequência ou deixaríamos para um segundo momento. Como eu sei dos compromissos que todos temos...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu preferiria, Presidente, se houvesse um acordo da parte dele, transferir para terça-feira da semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na próxima semana.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas aí como um primeiro item, não é?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Na próxima semana.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na verdade, ele foi caroneado pela...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, poderia marcar para terça-feira que vem. É a minha sugestão, eu sou apenas o autor do requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas V. Exa. também era autor do...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Também.

Eu vou fazer esse diálogo como o Ministro.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Os demais... Já são 12h30.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – O Ministro já está chegando, eu acho que...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está chegando a Casa, mas nós ficaríamos com o tempo um pouco comprometido, porque a sessão começa às 11h.

Eu vou propor ao Ministro que a gente faça numa segunda ocasião, Senador, porque os Senadores já estão aqui desde às 11h da manhã, e eu sei do esforço que o Ministro está fazendo... Já chegou?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O Ministro já chegou. Isso ficaria prejudicado porque os Senadores todos estavam aqui. Eu compreendo absolutamente o convite do Presidente para acompanhar a Câmara dos Deputados. Obviamente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Nenhum dos dois deve estar com a carteira de habilitação em dia.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Só vou propor a ele ao vivo, e é bom que ele faça o compromisso da próxima data.

Há mais um requerimento para ser deliberado, inclusive de minha autoria.

2ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 28, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de ciclo de audiências públicas, com o propósito de estudar temas pertinentes à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Autoria: Senador Marcos Rogério (DEM/RO)

Eu consulto se algum dos Senadores presentes gostaria de se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, coloco em votação o Requerimento nº 28.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Senador Amin, ao chegar aqui o Ministro Tarcísio, já proponho a ele justamente o encaminhamento que os Senadores faziam antes da sua chegada: a gente poderia remarcar a reunião de audiência pública para um próximo momento, porque o Senado tem várias agendas, várias tarefas, e muitos Senadores gostariam de participar do debate e já tiveram, inclusive, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sair. Eu propus a ele, que, de pronto, já se propôs a vir aqui na próxima semana ou na outra. É só a gente ver o melhor momento.

Agradeço. Eu já havia comunicado ao Plenário, Ministro, a ida de V. Exa. à Câmara dos Deputados, na companhia do Presidente da República, para a entrega de um projeto que é importante para o País, que é importante para o Ministério também. A Comissão já estava acompanhando. Então, eu queria agradecer a sua compreensão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, permita-me...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Esperidião Amin, por favor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... como fui um dos autores do requerimento de convite...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Primeiro, o Ministro está absolutamente anistiado, ou melhor, é absolutamente compreensível que ele tenha esse encargo de acompanhar o Presidente, num gesto político da maior relevância. Em vez de editar uma medida provisória, apresenta um projeto de lei para tratar desse assunto. Eu acho que é um gesto politicamente correto, que merece o nosso aplauso como legisladores. É evidente que o Ministro da Infraestrutura tem de acompanhar... Um dos dois deve ter carteira de habilitação em dia...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Alguém tem de conduzir.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... para que não se diga que eles estão legislando em causa própria.

Isso está consumado. Eu apenas acho que cabe ao Ministro e a V. Exa. acertarem um novo dia e naturalmente recebê-lo aqui com todos os Senadores instruídos e a tempo.

Quero, finalmente, agradecer a sua disposição. Espero que, na semana que vem ou quando for possível, nós tenhamos a oportunidade de debater os temas da sua pasta, que são cruciais para o meu Estado e para o Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

Senador Chico Rodrigues, V. Exa. tem a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Senador Marcos Rogério, em função do ocorrido, da inversão de pauta, obviamente os Senadores já não se encontram no plenário. O convite ao Ministro Tarcísio...Sempre os Senadores gostam de ouvir as suas explicações, porque elas são objetivas, são francas, são explicações de Estado, nem de Governo, eu diria, que está indo bem mais longe, Senador.

Nobre Ministro, V. Exa. tem se havido muito bem à frente do Ministério. Por onde andamos, nós sabemos da sua experiência, competência e seriedade. Esse tripé é fundamental neste momento que nós vivemos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria até de sugerir a V. Exa., nobre Senador Marcos Rogério, que pudesse consultar o Ministro sobre a hipótese de, na terça-feira, dia 19, contarmos com a presença do Ministro aqui. Se não houver nenhum choque de agenda, isso seria interessante.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Provocativamente, eu estou sugerindo o dia 19, porque eu estou em missão na Alemanha e no Cazaquistão nesta semana e perderia essa audiência. Obviamente, eu gostaria de deixar também esta sugestão a V. Exa. do dia 19, que é terça-feira, de hoje a 15 dias.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O dia 19 é uma quarta-feira, não é? É quarta-feira.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Terça-feira ou quarta-feira, dependendo da conveniência do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Seria o dia 18 ou o dia 19.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Poderia ser, Ministro?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há vários Senadores... Esperidião Amin, se V. Exa. me permite, lembro que há vários Senadores da Comissão... Aí eu estou fazendo isto aqui porque, inclusive, eu faço parte... Eu poderia até convidar o Vice-Presidente para assumir a condução dos trabalhos aqui. Não haveria problema nenhum. Mas há vários membros da CI que estão numa missão ao Peru, nessa semana do dia 11, que vai tratar da Transoceânica, que liga Rondônia e Acre ao Peru. São Senadores que, inclusive, solicitaram à Comissão que fizessem essa missão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É a Bioceânica.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É a Bioceânica. Não é a Transoceânica, não, mas a Bioceânica. V. Exa. tempestivamente faz essa correção.

Aliás, nós vamos fazer aqui, como o Ministro gosta de desafios, um convite para a gente fazer aquela travessia. Eu já a fiz de carro, saindo de Rondônia, passando pelo Acre e por Ilo, no Peru, depois seguindo até Arica, no Chile, onde há os dois portos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para surfar? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Para surfar na rodovia, justamente para conhecer a realidade daquela rodovia, que é importante para o País, que é estratégica para o País, mas que precisa de alguns cuidados. Especialmente a conexão ferroviária que eles têm lá nos interessa muito.

Eu ouço V. Exa., Senador Alessandro, e, na sequência, vamos tentar chegar ao entendimento de qual seria a melhor data.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE) – Primeiro, quero manifestar o reconhecimento da inviabilidade do horário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro Tarcísio, eu lhe agradeço pela atenção de estar aqui, por sempre receber muito bem as demandas do Estado de Sergipe.

Eu não poderia deixar passar a oportunidade de apresentar dois pontos apenas. Primeiro, quero reforçar a demanda sergipana pela duplicação da BR-101. É uma demanda que a gente espera ver atendida o mais rápido possível. Segundo, como um dos autores do requerimento, trato da questão das ferrovias no Brasil, da reativação e da valorização desse modal de transporte, que a gente entende como importante e estratégico. Então, na próxima reunião, V. Exa. apresenta isso com mais detalhes.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O.k.!

Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sugiro que o Ministro venha aqui na terça-feira, dia 18. (*Fora do microfone.*) Quarta-feira é um dia bruto. Mas faremos isso desde que ele possa.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele tem uma missão no dia 18 – acho que V. Exa. não vai discordar dela – no Estado de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu só acho que não deveria prorrogar porque isso vai me causar grande problema. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – No dia 18, ele estará em Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas, no dia 17, eu sei que ele tem compromisso em Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Nos dias 17 e 18, ele estará em lá. Aí poderíamos fazer a reunião aqui no dia 19...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas que seja numa terça-feira! O único pedido é esse.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... ou, então, na sequência, no dia 25.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quarta-feira é complicado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Há as outras Comissões.

Então, ficaria o dia 25?

Ministro, quer fazer uso da palavra? Por favor, V. Exa. tem a palavra para fazer suas considerações.

Obrigado, Amin.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Boa tarde, Senadores!

Primeiro, quero me desculpar pelo atraso, pelo inconveniente. O Presidente acabou marcando esta agenda de entrega do projeto de lei de trânsito na Câmara dos Deputados, e eu não podia deixar de acompanhá-lo. É um projeto da nossa pasta. E, como bem colocou o Senador Esperidião Amin, é um gesto importante político. Ele não editou uma medida provisória,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ele está promovendo o debate, preferiu mandar um projeto de lei e entregá-lo pessoalmente na Câmara dos Deputados. Então, é um gesto de valorização do Parlamento.

Se a gente observar a exposição de motivos do projeto de lei, a gente vai ver que não é uma construção do Ministério da Infraestrutura. Na verdade, nós pinçamos sugestões de vários Parlamentares, de projetos de lei que estão tramitando nas Casas, e fizemos questão de colocar na exposição esses projetos que serviram de inspiração para o projeto que nós apresentamos hoje. Então, na verdade, ele condensa proposições de vários Parlamentares. Então, aqui, eu já rendo essas homenagens.

Posso fazer isto quando eu estiver aqui da próxima vez, mas eu tenho que louvar o Senado Federal e, particularmente, a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Eu acho que nós tivemos um semestre legislativo muito produtivo, e coisas muito importantes passaram aqui por esta Casa.

Então, eu queria registrar o nosso agradecimento, a nossa deferência, a nossa homenagem pela aprovação do PL que abriu o capital estrangeiro para as companhias de aviação – isso é fundamental para que as companhias de aviação venham aqui –; pela aprovação da nossa indicação para a Agência Nacional de Transportes Terrestres, pois eu acho que é um servidor com muito preparo que vai ajudar muito a missão da agência reguladora – eu também fui prontamente atendido aqui na Comissão –; pelo PL das agências reguladoras, que é fundamental, pois isso dá uma sinalização muito positiva para o mercado de fortalecimento da regulação.

Então, foram temas muito importantes que passaram pelo Senado Federal e pela Comissão de Serviços de Infraestrutura, neste primeiro semestre, de maneira muito célere. Então, a gente só tem a comemorar um semestre legislativo, um início de Sessão Legislativa que foi realmente muito produtivo, e não me cabe outra coisa aqui, por dever de justiça, senão render a minha homenagem ao Senado Federal.

Quero pedir desculpas, obviamente. Quero registar que acho que o PL de trânsito que foi apresentado hoje é muito legal. Ele tem muita coisa que impacta o cidadão diretamente, como a ampliação da quantidade de pontos para a suspensão do direito de dirigir. Alguns podem pensar: "Puxa, esse aumento gera impunidade". Não, negativo! Na verdade, a gente tem um Código de Trânsito que tem mais de 20 anos, que precisa ser revisto, que já está bastante desatualizado. São mais de 20 anos, e ele se tornou não operacional pelos DETRANs. Observem que dois terços das punições previstas no Código de Trânsito ou são graves ou são gravíssimos. Então, a maioria das penas do Código de Trânsito tem essa graduação. E acaba que é muito fácil se atingir a pontuação para a suspensão do direito de dirigir, inclusive por infrações administrativas. E os DETRANs não têm conseguido operacionalizar os processos de suspensão do direito de dirigir. Então, existe uma razão de ordem prática aí.

Há outra coisa: o prazo de renovação da carteira de motorista ou do exame de aptidão física passa a ser a cada dez anos. Isso é importante, porque é uma questão orgânica: a saúde melhorou. Não há razão para um jovem, por exemplo, de 20 anos ou 30 anos, na plenitude da sua saúde, fazer uma carteira e, daqui a cinco anos, ter que fazer o exame novamente, sendo que ele está hígido ainda. Lá na frente é que ele vai começar a sofrer perda de acuidade visual, por razões que possam ser trazidas aí, que sejam importantes para que ele possa ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reexaminado, enfim, ou ter algum tipo de medida para poder dirigir. Então, isso também ajuda o cidadão.

Há uma coisa muito importante: nós estamos tirando do Detran a exclusividade do exame de saúde, que é uma coisa que, sinceramente, não faz o menor sentido. Esta é a pergunta que a gente tem que fazer: por que o cidadão não pode fazer o exame de saúde no seu plano de saúde, que ele já paga? Por que que ele não pode fazer o exame de saúde no SUS? Por que necessariamente ele tem que ir para uma clínica credenciada? Então, a gente está abrindo isso. Um médico, com o CRM, vai poder fazer o exame de saúde, e isso também atinge em cheio o bolso do cidadão, que vai economizar mais R$140, R$150 ou R$300, às vezes.

Nós estamos adotando uma agenda de desburocratização, como a exclusão da necessidade de a pessoa ter o Registro Nacional de Transportes Rodoviários de Cargas, com um plástico colado na porta do caminhão. Se o controle e o registro são eletrônicos, isso não faz o menor sentido. Isso é atraso, isso é anacrônico. E a gente impunha um custo ao motorista de caminhão. Então, a gente, aos poucos, vai eliminando a burocracia, vai fazendo com que as coisas se tornem mais fáceis.

Então, peço desculpas pelo atraso. Eu precisava acompanhar o Presidente naquela missão.

Estou à disposição do Senado. É importante... Eu me sinto bem vindo aqui prestar contas. Isso é fundamental. Eu acho que o Congresso exerce muito bem o seu papel, confiado pela Constituição, de controlador, no exercício do controle externo.

Quando a gente conversa com os Parlamentares, a gente é tocado pelo senso de urgência. Então, a gente vai fazer a duplicação da BR-101, em Sergipe, que foi o nosso compromisso. Nós vamos entregar 25km duplicados neste ano. Nós vamos tocar a obra do Contorno de Florianópolis. Nós vamos fazer o Contorno de Aliança. Nós vamos terminar a ponte do Abunã, vamos fazer a obra.

Se eu não falar da BR-156, o Senador Lucas Barreto vai me puxar a orelha aqui.

Nós vamos tocar essa obra da BR-156, Senador.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP. *Fora do microfone*.) – No dia 15 de julho.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Nós vamos botar... Vai haver máquina lá na pista. Está certo? Nós vamos pelo menos entregar 10km no Norte neste ano.

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – São 17km, não é? São 17km.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor acaba de dispensar quatro da audiência do dia 25. (*Risos.*)

Essa gente é muito interesseira. Eles não virão aqui. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Eu sei que, daqui até lá, outros temas surgirão.

Mas eu lhe queria agradecer, Senador Lucas.

V. Exa. quer acrescentar alguma coisa?

O SR. LUCAS BARRETO (PSD - AP) – Não, só quero agradecer ao Ministro. Eu estive numa audiência com ele, e hoje ele ratifica o compromisso que ele assumiu conosco, de que, até dia 15 de julho, na BR-156, rumo ao Norte, serão retomadas as obras. E, pelo que nós conversamos lá, serão entre 17km e 20km, o que o tempo permitir, o que o verão amazônico permitir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero lhe agradecer pela retomada dessa obra. O povo do Oiapoque vai ficar muito feliz.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Chico Rodrigues...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu ouvi o Ministro contemplar Santa Catarina, Sergipe...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – A lista vai aumentar.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... Tocantins, Amapá, e Roraima ficou...

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Não, não, não, não ficou de fora, não. Roraima também! Roraima também!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – É apenas uma brincadeira. O Ministro... Na verdade, tivemos uma audiência com ele e lhe fizemos uma série de propostas, mas ele foi franco e disse: "Olha, a que eu posso atender é essa e essa". E, na verdade, nós queremos aqui deixar um registro de agradecimento a V. Exa.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – E nós vamos olhar lá a nossa BR-174, a BR-432, a BR-401. O senhor pode ficar tranquilo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Obrigado.

Senador Irajá, V. Exa. vai deixar para a próxima ou já quer antecipar também... (*Risos.*)

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Não posso abusar da boa vontade do Ministro, mas, além do nosso anel viário de Aliança, lembro a duplicação da nossa Belém-Brasília, da BR-153, de Anápolis até Aliança.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Vai colocar no radar.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – Essa obra já tinha sido concessionada e, agora, vai ser retomada novamente. Eu só queria aproveitar aqui o gancho, não perdendo a deixa, e lhe agradecer, Ministro.

O SR. TARCÍSIO GOMES DE FREITAS – Em breve, vamos a Tocantins, para dar ordem de serviço na ponte de Xambioá, que nós liberamos e vamos fazer.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO) – É ótima a notícia que nós recebemos! Fica na divisa com o Estado do Pará. É uma obra superimportante também, que estava lá engessada. Aí o Ministro fez uma gestão, e, graças a Deus, conseguimos desburocratizar, desenrolar o processo.

Mas apenas quero agradecer, Ministro, o seu entusiasmo. Eu não votei no Governo Bolsonaro, todos sabem disso. Mas dá gosto ir ao Ministério da Infraestrutura, porque é um Ministro competente, bom de serviço! Quando você olha para ele, você vê os olhos dele brilhando, quando ele fala dos projetos para o Brasil, e isso nos contagia, isso nos entusiasma. É a República que dá certo... Uma das Repúblicas que dá certo é a do Ministério da Infraestrutura, do Ministro Tarcísio.

Então, eu posso dizer isso com muita isenção e independência. Não votei no Governo de V. Exa., mas o seu trabalho é exemplar para o Brasil e para todos os outros ministérios.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, de verdade, pela sua competência, pela sua coragem, pela sua obstinação em fazer as coisas acontecerem, terem início, meio e fim! Essa é uma marca do Ministro Tarcísio. Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço ao Senador Irajá Abreu, que traz aqui o seu testemunho também. O Senador Irajá foi um Deputado destacado e hoje é um Senador absolutamente respeitado nesta Casa também.

Agradeço a todos os Senadores pelas ponderações e pela construção desse acordo.

Então, fica ajustada, para o próximo dia 25/06, a presença do Ministro Tarcísio.

Nós vamos criar aqui, Ministro... Essa é a segunda... Vai ser a terceira, porque hoje ele já antecipou boa parte das tratativas aqui, neste primeiro semestre de 2019. De repente, vamos criar o hábito aqui de, a cada três meses, o Ministro poder vir à Casa. Como é uma pasta absolutamente importante para o País... O País não avança sem infraestrutura. Infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento do País. V. Exa., periodicamente, vir a esta Comissão, ao Senador Federal, para trazer aqui informações, ouvir os Senadores, debater os temas, eu acho que é fundamental.

Da minha parte, como Presidente, em nome dos Senadores que aqui estiveram, quero lhe agradecer o esforço para estar aqui no dia de hoje, ainda que chegando aqui ao final, o que é absolutamente compreensível, em razão do apelo do Presidente Jair Bolsonaro, que faz um gesto com a Câmara. Seria até desnecessário ir à Câmara para protocolar um projeto, mas fez questão de ir lá fazer esse gesto com a Câmara dos Deputados.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E essa reunião de textos de Parlamentares, propondo assuntos afins, é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Exatamente! É um gesto...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O homem está ficando esperto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Está ficando esperto, não é, Amin?

Mas eu acho que é um gesto de fidalguia e de respeito ao Parlamento. Eu acho que é fundamental. Eu não poderia esperar por parte do Presidente um comportamento diferente, tendo ele passado por aquela Casa por cerca de 28 anos.

Então, transmita nosso reconhecimento também, pelo gesto, ao Presidente, ao convidá-lo para acompanhá-lo. A Comissão recebeu, aqui, com absoluta naturalidade, a notícia da presença de V. Exa. lá.

Agradeço o gesto de poder estar aqui no próximo dia 25. Obrigado mais uma vez.

Quero agradecer ao Saboia também, que fica fazendo o meio de campo aí: "Vai chegar, não vai chegar...".

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ele está sendo um craque.

Obrigado ao Saboia, que é da Casa, que é do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A todos os diretores e servidores do Ministério que aqui vieram também, o nosso registro de gratidão!

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial a do nosso convidado, o Ministro de Estado da Infraestrutura, Dr. Tarcísio Gomes de Freitas, e das Sras. e dos Srs. Senadores.

Por fim, convoco a próxima reunião, a ser realizada no dia 6 de junho, quinta-feira, às 11h, neste plenário, com audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2018.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JUNHO DE 2019, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e dezesseis minutos do dia seis de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Marcos Rogério e Jean Paul Prates, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Flávio Bolsonaro, Lasier Martins, Kátia Abreu, Paulo Rocha, Jayme Campos e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Lucas Barreto, Carlos Viana, Irajá e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, em atendimento aos REQ 20/2019 - CI, REQ 21/2019 - CI e REQ 27/2019 - CI, todos de autoria do Senador Jean Paul Prates. **Finalidade:** Instruir o PLS 261/2018, de autoria do Senador José Serra, que “dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências”. **Participantes:** Luiz Antônio Fayet, Consultor de Infraestrutura e Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Maurício Ferreira Wanderley, Assessor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União - TCU; Wagner Ferreira Cardoso, Gerente Executivo de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria - CNI; Bernardo Figueiredo, Consultor. Matheus Braga de Castro, Especialista em Políticas e Indústria - Confederação Nacional da Indústria. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Faz uso da palavra a Senadora Kátia Abreu. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e trinta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/06

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

Antes de passarmos aos trabalhos da reunião de hoje, agradecendo aqui a compreensão do eminente Senador Jean Paul, Relator para a matéria que dá origem à audiência pública de hoje, queria fazer aqui, Sr. Senador Jean Paul, agradecendo V. Exa. pela compreensão, um registro importante, e é daqueles registros regionalizados.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – E inadiáveis.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De interesse regional e inadiável; comunicação inadiável.

Eu quero registrar, com muita alegria, que o Presidente da República, o Presidente Jair Bolsonaro, assinou, na última terça-feira, no Palácio do Planalto, o decreto que regulamenta dispositivos da Lei Federal nº 13.681, de 2018, que trata da transposição de servidores do ex-Território Federal de Rondônia, permitindo que mais categorias optem pelo quadro em extinção do Governo Federal. Trata-se de servidores que comprovem ter mantido, na data em que o ex-Território de Rondônia foi transformado em Estado, ou entre a data de sua transformação em Estado, em 15 de março de 1987, relação ou vínculo funcional, de caráter efetivo ou não, ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho, com empresa pública ou sociedade de economia mista que haja sido constituída pelo ex-Território Federal de Rondônia, ou pela União para atuar no âmbito do ex-Território Federal, inclusive as extintas, nos termos do disposto no inciso VI do *caput* do art. 2º da Lei nº 13.681, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também contempla os aposentados, os reformados, inclusive militares da reserva remunerada, e os pensionistas civis e militares, de que trata o inciso I do *caput* do art. 35 da Lei nº 13.681, de 2018, vinculados aos respectivos regimes próprios de previdência do Estado de Rondônia.

O decreto – registro importante – concede o prazo de 30 dias para o exercício do direito de opção da transposição ao quadro federal. Na ocasião, dialoguei com o Presidente Bolsonaro e ele já me sinalizou a possibilidade de, se necessário, ser feita uma prorrogação do prazo. Mas é importante que todos os servidores estejam atentos a esse prazo.

Esse decreto representa mais uma etapa do longo processo de luta pela transposição de servidores do ex-Território de Rondônia para o quadro federal, uma luta que não é individual mas coletiva, de toda a Bancada Federal e também dos Governadores do Estado atual e de ex-Governadores, além dos Deputados e Senadores atuais e de ex-Deputados, ex-Senadores, que já não estão nesta Casa.

E aqui faço o registro dos trabalhos importantes desses combativos Senador Raupp e Senador Ivo Cassol, que também tiveram importante atuação nesse processo, assim como os ex-Deputados Federais que desse processo participaram.

Também é digno de destaque o papel dos Governadores, como é o caso do Governador Confúcio, que hoje é Senador da República nesta Casa e quando estava à frente do Executivo Estadual, contribuiu muito, significativamente, fazendo a parte da administração estatual na agilização de procedimentos necessários para efetivar a transposição, incluindo-se naturalmente a equipe administrativa estadual, que atende diretamente os servidores.

Nossa luta obviamente ainda não terminou. O marco temporal para transposição ainda tem sido até março de 1987, mas nós trabalhamos para alcançar também servidores que ingressaram no serviço público do Estado até o ano de 1991. Não é uma batalha fácil, Senador Jean Paul, mas temos discutido isso com a Casa Civil, com os técnicos do Governo, demonstrando a possibilidade jurídica e a importância econômica disso para o Estado de Rondônia. Precisamos levar em conta a missão que os ex-territórios federais e os servidores da época prestaram ao País, em nome do interesse nacional. Aliás, essa luta é de Rondônia, é de Roraima e é do Amapá.

Aqui agradeço a grande colaboração, o grande apoio das bancadas desses Estados e dos demais Parlamentares dos outros Estados, porque para aprovar as PECs, as emendas constitucionais, tivemos de ter a compreensão, a colaboração, o empenho, a decisão dos demais Parlamentares dos outros Estados.

Faço um registro aqui do esforço pessoal, inclusive, do Presidente do Senado, Senador Davi Alcolumbre, apoio fundamental no avanço dessa agenda. Hoje Rondônia precisa dessa transposição de forma plena, para desonerar a sua folha de pagamento de ativos e inativos, o que lhe permitirá discutir melhorias para os servidores atuais, além de suas receitas mais equilibradas para enfrentar grandes desafios que ainda temos no Estado.

Eu citaria aqui, até por pertinência temática com a Comissão, os gargalos que temos na saúde, como é o caso dramático do Hospital João Paulo II, além de setores vitais, como é o caso da estrutura rodoviária estadual. Nós estamos com rodovias com muito problema. Nossas ROs estão em situação crítica. É o caso, por exemplo, da RO-460, que liga o Município de Buritis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De forma que estamos comemorando, e não é para menos, mais esse importante passo, comprometidos com a continuidade desse processo em favor do Estado de Rondônia.

Faço esse registro aqui em homenagem aos servidores do meu Estado, com votos de que essa agenda avance não só para Rondônia, mas, reitero, para os Estados de Roraima e Amapá, que também carecem desse mesmo enquadramento. E não poderia deixar de fazer esse registro, Senador Jean Paul, pela importância e relevância do tema, e pelo interesse do nosso Estado.

Todos nós temos uma agenda nacional, um foco no interesse nacional, mas temos as nossas regionalidades, que nos conduzem aqui, no nosso dia a dia.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente Marcos, para saudá-lo e dizer que é muito bem-vinda essa intervenção inicial, não prejudica em nada nossa audiência e evidentemente faz parte do nosso papel aqui tratar das nossas questões, dos nossos Estados.

E, como sempre, parabenizá-lo pela atuação em favor do Estado de Rondônia, nesse processo longo de absorção dos antigos territórios, que às vezes até me surpreende que ainda esteja ocorrendo, que ainda existam pendências nesse processo. Então, é importantíssimo zerar essa conta, zerar esse passivo, passarmos a incorporar integralmente os três territórios que foram convertidos em Estado. E é com muita satisfação que a gente vê esse trabalho agora sendo concluído por V. Exa. e pelo Presidente da República também. Muitas felicidades. Bem-vindos mais uma vez, porque esse bem-vindo vem de muitos anos, muitas décadas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É verdade.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas é de fato um processo complicado. A República tem essas complexidades e é muito bem-vinda essa sua intervenção e a sua ação à frente dessa transposição de pessoas para o Estado de Rondônia e para as folhas, para o futuro do Estado.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço muito V. Exa. Agradeço a compreensão, a intervenção de V. Exa., que de forma muito conectada com os interesses regionais, inclusive do Estado que V. Exa. representa, sabe da importância de um avanço como esse para os servidores, que são quem tem a expectativa primeira, mas represente talvez até mais para os Estados envolvidos.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone.*) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Porque é um peso aliviado das contas públicas. E hoje, quase todos os nossos Estados estão enfrentando dificuldades, em razão do inchaço de folha, em razão das despesas vinculadas, com pouca discricionariedade para administrar as muitas demandas que nós temos nos Estados.

Talvez a gente precise avançar até um pouco mais na discussão da ideia do menos Brasília e mais Brasil, e o Senado tem um papel fundamental, porque isso passa por reforma, por revisão do pacto federativo. E é um tema oportuno. Nós precisamos discutir isso. As grandes demandas do País estão justamente nos Municípios, nos Estados, e é nosso papel enfrentar isso.

Mas, voltando ao foco da reunião de hoje, nós temos uma reunião de audiência pública inclusive interativa. Antes de iniciarmos a audiência pública, eu gostaria de informar que a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

população poderá participar do debate enviando perguntas e comentários aos nossos convidados. Os cidadãos que queiram participar podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o telefone 0800-612211.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2018, que dispõe sobre a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências".

Em atendimento aos requerimentos da CI nºs 20, 21 e 27, de 2019, de autoria do Senador Jean Paul Prates, Relator da Matéria na Comissão, do PLS nº 261, de 2018, é que essa audiência acontece.

Para a audiência foram convidados especialistas na área, a quem convido para que tomem assento à mesa.

Maurício Ferreira Wanderley, Assessor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União (TCU); Wagner Ferreira Cardoso, Gerente Executivo de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Bernardo Figueiredo, Consultor da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL); Luiz Antônio Fayet, Consultor de Infraestrutura e Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Os convidados são todos bem-vindos, na expectativa de que tenhamos aqui um bom debate, uma boa discussão que faça avançar as compreensões do nosso Relator para a matéria, e de todos nós Senadores que ao fim e ao cabo teremos a missão de discutir e aprovar o relatório do Senador Jean Paul e dar ao País um marco legal moderno, eficiente, consentâneo com as realidades e necessidades do Brasil de hoje.

Eu convido, para assumir a condução dos trabalhos, até para maior aproveitamento com relação aos debates, o eminente Senador Jean Paul, Relator da matéria. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Boa tarde a todos. Já é boa tarde? Bom dia, ainda. São 11h30. Em outras línguas, não tem esse problema de boa tarde e bom dia.

Vamos, então, dar início aqui à nossa audiência, lembrando que a audiência é interativa, nós podemos receber comentários pelo e-Cidadania e pelo telefone – que eu já já vou informar, quando me derem a colinha do telefone aqui da contribuição.

Eu queria iniciar aqui lembrando, Senador Marcos Rogério, Presidente da nossa valorosa Comissão de Infraestrutura, que nós já tivemos uma primeira audiência pública para instruir e teremos uma terceira. Nós dividimos essas audiências em duas de caráter geral de regulação e afeitas a toda a cadeia e a todo o processo da estrutura de transporte ferroviário, e uma terceira especificamente relacionada com trens urbanos. Achamos ultimamente necessário também separar esse assunto, já que ele é bem específico e envolve também a questão de desapropriação de terras, etc., e tem umas novidades incluídas nesse plano que provavelmente provocarão algum tipo de polêmica e a gente precisa esclarecer direito.

No caso, na primeira audiência, só para lembrá-los também, porque alguns já se conhecem inclusive da primeira leva de palestrantes, nós tivemos o Alexandre Porto, Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Carga da ANTT (Agência Nacional de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transportes Terrestres). Portanto, foi ouvida aqui a agência reguladora que deverá ficar a cargo da regulação técnica desse marco regulatório que estamos relatando. O Gabriel Fiuza, que representou o Ministério da Economia, que é Subsecretário de Regulação e Mercado da Secretaria de Desenvolvimento da Infraestrutura do Ministério da Economia.

Tivemos também a Assessora Especial do Ministério de Infraestrutura. O Ministro Tarcísio – queria que todos aqui soubessem – está trabalhando conosco. A equipe do Ministério de Infraestrutura vem trabalhando e se dedicando conosco. Estamos trabalhando em parceria com o Governo. Está aqui um Senador do Partido dos Trabalhadores do Rio Grande do Norte, mas creio que essa é a forma nova de se fazer política. Não é tão nova assim, na verdade. Há muitas exceções, sempre houve esse tipo de cooperação. Esse discurso já está um pouco até cansado. Mas, enfim, para alguns é uma novidade e eu espero que não seja no futuro. Mas estamos trabalhando construtivamente.

Quando fomos discutir sobre essa relatoria, o Presidente Marcos Rogério sabe, o primeiro ponto que nós conversamos foi exatamente sobre isso, de que seria uma relatoria para construir um bom projeto, a partir das experiências que eu tive em relação à área de petróleo, à área de energia; e também aqui participar desse processo construtivo da Nação, que é muito importante.

Então, do Ministério da Infraestrutura, a Sra. Danielle Crema esteve aqui conosco, bem como a equipe. Eu gostaria de homenagear toda a equipe do Ministério da Infraestrutura, e o próprio Ministro Tarcísio, pelo trabalho, pela disponibilidade da equipe de nos ajudar. E eu não quero dizer, assim, que seja influenciar apenas para um lado. Nós temos discutido várias questões, temos argumentado do nosso lado, temos ouvido o mercado, os investidores, os trabalhadores e os movimentos sociais envolvidos nessa situação toda, e temos chegado a consenso.

O Presidente da Federação Interestadual de Trabalhadores Ferroviários da CUT – vejam bem –, Jerônimo Miranda Netto, esteve aqui conosco; da FITF/CNTTL/CUT. Então, representando os trabalhadores de ferrovias.

Fernando Simões Paes, Diretor-Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF), esteve aqui – é uma associação importante – justamente representando os transportadores ferroviários.

Depois tivemos também Luis Henrique Teixeira Baldez, conhecido como Baldez, Presidente Executivo da Associação Nacional dos Usuários do Transporte de Carga (Anut).

Então, Presidente, mais uma associação, mais um gomo dessa cadeia, que é justamente a dos usuários de transporte de carga.

Essa primeira audiência foi muito produtiva. Nós a consideramos tão produtiva que faltou gente. Aí quisemos aqui convidar o Maurício, que tem um estudo dedicado a esse processo, faz parte da equipe do TCU, mas tem um trabalho individual sobre ferrovias muito interessante.

Obviamente, Wagner Ferreira Cardoso... Todos já foram apresentados e só estamos ratificando os cargos e as entidades que representam, para caracterizar essa multiplicidade aqui e esse espaço tão democrático que nós vivemos aqui.

O Gerente Executivo de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria. Portanto, a indústria nacional genericamente representada também.

O Bernardo é Consultor e participou da construção brasileira da logística, não é? E é construtor hoje da Empresa de Planejamento e Logística S.A. (EPL).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E o Luiz Antônio Fayet representa a CNA. É Consultor de Infraestrutura e Logística da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil.

Nós estamos, na verdade, para quem está em casa conhecer o que nós estamos fazendo, relatando um projeto de lei que tem não a pretensão, mas realmente a intenção firme de se transformar num marco regulatório das ferrovias no Brasil. Então, nós temos basicamente três assuntos distintos inter-relacionados que eu queria listar aqui, somente para contextualizar as falas de todos.

A outorga de autorização à iniciativa privada, para construir ou adquirir ferrovias e explorar o transporte sobre trilhos de sua propriedade, em regime de direito privado, é a primeira novidade! Segunda, a autorregulação ferroviária, que cria a possibilidade de que o próprio mercado promova a gestão e a coordenação do trânsito de pessoas e mercadorias por linhas de diferentes empresas, cabendo ao Estado atuar apenas em casos de conflitos não conciliados pelas partes.

Portanto, não estamos aqui com a intenção de retirar atribuições da agência reguladora, ao contrário, queremos fortalecê-la.

Mas queremos, dentro do âmbito da complexidade operacional do sistema ferroviário, dar ao próprio setor a possibilidade se autorregular quanto aos aspectos operacionais exclusivamente.

E, terceiro – tem a ver com isso –, a segurança do trânsito e do transporte ferroviário, assunto atualmente disposto no Regulamento dos Transportes Ferroviários, aprovado pelo Decreto 1.832, de 4 de março de 1996.

Enunciados desse processo. As regras contidas na proposição são de caráter nacional e valem para todos os entes federados. Os capítulos que tratam da segurança do trânsito e do transporte ferroviários, bem como sobre a autorregulação, aplicam-se a todas as administrações ferroviárias que exploram o transporte ferroviário em regime privado – as autorizatárias –, ou em regime público – as cessionárias. Vamos trabalhar também possivelmente no aprimoramento da modernização dessas concessões para que o Estado brasileiro possa, em algum momento futuro, escolher caso a caso o que será o que melhor lhe aprouver em termos regulatórios: concessão ou autorização indistintamente modernizadas. O projeto está calcado também no respeito à livre iniciativa, na liberdade de preços, na possibilidade de diversificação de receitas, na segregação geográfica das administrações ferroviárias. Tais princípios têm por objetivo aumentar a oferta de infraestrutura ferroviária, impedir a concentração no mercado, reduzir custos logísticos e promover a concorrência no mercado do transporte ferroviário.

A integração vertical é um direito do dono da ferrovia, não uma obrigação. Assim, o proprietário da ferrovia poderá permitir que Operadores Ferroviários e Independentes, chamados OFIs, acessem seus trilhos. Isso tudo é o que nós estamos discutindo como tendência, não temos ainda opinião formada sobre tudo, mas estamos aqui levando, contextualizando as tendências para que sejam discutidos os pontos.

A obediência ao princípio da segregação geográfica das administrações ferroviárias impede a outorga da exclusividade do transporte numa determinada região para uma única administração ferroviária. Então, o objetivo é evitar aqui a restrição à competição.

As autorizatárias sujeitam-se ao controle dos órgãos de defesa do consumidor e da concorrência – nesse caso, o Cade – e têm autoridade para coibir a cobrança de preços abusivos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma tendência nas ferrovias também a se formarem monopólios naturais, como em outras atividades em rede como dutos, como linhas de transmissão, como as próprias linhas ferroviárias.

A autorregulação é uma faculdade a ser exercida pelas concessionárias ou autorizatárias. A adesão a uma ou mais entidades é voluntária e sua função é regular aspectos eminentemente operacionais da ferrovia. São mantidas – como eu disse – as prerrogativas da ANTT quanto à regulação técnica e quanto à regulação operacional, quando não houver consenso entre os autorregulados, e o Cade na regulação econômica, como eu já fiz menção.

As autorizações poderão ser extintas em caso de negligência, imperícia ou abandono, transferência irregular de autorização, descumprimento reiterado dos compromissos assumidos ou até mesmo em razão de excepcional relevância pública.

As autorizações no Brasil têm um caráter precário juridicamente, mas os investidores estão acostumados a lidar com essa precariedade jurídica. Elas podem ser, de fato, extintas por ato do Governo, mas, obviamente, o Governo também tem que ser razoável e compreender que aspectos tem que ser eminentemente graves para que se tenha essa solução terminal.

É permitida, por fim, a criação de entidades autorregulatórias regionais ou locais e não apenas uma entidade nacional.

Então, nós não vamos ter apenas uma entidade de autorregulação e, sim, podendo haver aí várias em caráter regional ou até local.

A desapropriação – esse é o aspecto que nós estávamos falando, principalmente na área urbana – dependerá de edição de decreto de utilidade pública e a operacionalização do processo fica a cargo do empreendedor privado. Pode ficar a cargo do empreendedor privado, um processo muito semelhante ao da MPV 700, de 2015, editada no Governo da Presidenta Dilma Rousseff.

Por fim, dois outros pontos. O Poder Público poderá instituir contribuição de melhoria decorrente da implantação de ferrovia. Essa receita será cobrada de moradores dos imóveis lindeiros ao projeto e comporá as fontes de financiamento do empreendimento de forma a reduzir os custos de implantação e, consequentemente, os preços que serão cobrados pelos usuários. Trens urbanos, também um processo polêmico que nós vamos discutir.

O desenho do modelo de autorização contido no PLS também compreende as ferrovias adquiridas pela iniciativa privada, o que inclui tanto aquelas adquiridas de outros autorizatários como as que forem devolvidas ao poder concedente e que, então, pode proceder a sua alienação.

Esse é o sumário dos aspectos principais que nós estamos discutindo. Eu apenas quis contextualizar todos os senhores.

Vou chamar, então, pela ordem aqui as pessoas que vão apresentar, os palestrantes, começando pelo Wagner Ferreira Cardoso, Gerente de Infraestrutura da Confederação Nacional da Indústria (CNI). E, em seguida, os demais. Posso colocar quinze minutos? Vinte minutos?

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Podemos entre 15 e 20 minutos trabalhar, porque fica flexível. Vou colocar o tempo aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não se assustem, eu sempre aviso que essa campanha toca automaticamente a um minuto, faltando um minuto do término.

Obrigado, Wagner. Bem-vindo!

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO (Para exposição de convidado.) – Bom dia! Muito obrigado por terem colocado a CNI, Senadores Marcos Rogério e Jean Paul Prates.

Esse assunto interessa muito a CNI porque ele afeta diretamente a competitividade de nossos produtos. Podem sempre convidar a CNI porque isso nos interessa muito.

Eu tenho uma apresentação de 12 eslaides com que eu treinei lá no escritório e ela dá 14 minutos. Então, eu pretendo não usar o meu tempo todo, dou meu tempo para o Fayet, que é o meu mestre na arte.

Senador, o senhor se incomodaria se eu falasse em pé?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro que não. Sem problema nenhum. Acho que só terá que arrumar o microfone. Fique à vontade. Dê sua aula, que é o que a gente quer.

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Isso aqui é o gráfico de participação da indústria no PIB. O de cima é a indústria total, o de baixo é indústria de transformação. A diferença de uma para outra é que a de cima tem mineração, construção civil e distribuição de energia elétrica, mas os senhores podem ver bem que no tempo em que o investimento na infraestrutura era pesado, em 1974 e 1975, na década de 70, a participação da indústria no PIB crescia. Quando o investimento em infraestrutura caiu, a participação da indústria também caiu. Quer dizer, há uma correlação muito forte entre investimento em infraestrutura e o crescimento da indústria brasileira. Daí a importância desse projeto para a indústria brasileira.

Esse eslaide aqui é muito conhecido. O Brasil investe pouco em infraestrutura, todo mundo sabe disso.

Nós investimos 116 bilhões por ano, os outros países investem muito mais, deveríamos investir 5%. Então, nós temos um déficit anual de 224 bilhões, que, dada a situação das contas públicas, teria que vir a maioria desse montante do setor privado. Está aí mais uma importância desse projeto.

Ao mesmo tempo em que nós temos um déficit muito alto em infraestrutura, nós temos demanda. Porque, se não houvesse demanda, abandonaríamos e iríamos fazer outra coisa, iríamos jogar buraco no sítio do Bernardo. Mas há demanda por infraestrutura. Há lugares em que a demanda é muito elevada: transporte aéreo, transporte rodoviário, volume de carga nos portos... Isso aqui é 6% em cima de 6%, em cima de 6%... Quer dizer, existe demanda. Se existe demanda e as coisas não acontecem é que nós temos problemas regulatórios e institucionais, as engrenagens que as instituições oferecem para segurança jurídica não estão dando certo porque existe demanda.

E o fato interessante aqui é que o Brasil tem 82 milhões de contas de luz por mês. Quer dizer, todo mês são emitidos 82 milhões de contas de luz. Há uma demanda altíssima. Por isso que quando há uma licitação de distribuição de usinas todo mundo quer, porque no mês seguinte são 32 milhões de contas de luz que estão no mercado para pagar esse investimento.

A greve dos caminhoneiros deu foco para um problema que todo mundo já conhecia, que era o problema da nossa dependência rodoviária. A questão da participação de 60% da questão rodoviária no total não é o grande problema, a nosso ver. O grande problema é a longa distância

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o caminhão faz no Brasil. Essa longa distância deveria ser suprida pela cabotagem, pela ferrovia ou pela hidrovia. Pela cabotagem, difícil, porque é uma participação muito pequena. Se tirarem o petróleo e o *feeder*, a cabotagem hoje movimenta 3% da matriz doméstica.

A ferrovia é do que estamos falando. Quanto às hidrovias, nós temos hidrovias sensacionais, mas, infelizmente, onde está a demanda por carga não está a hidrovia. Nossa demanda por carga grande é no Sul/Sudeste, subindo para Norte/Nordeste. Agora, lógico que muito pode ser melhorado com as hidrovias, mas elas não vão resolver o problema do País, a nosso ver.

Esta é matriz de que nós falamos. Não tem importância nenhuma a rodovia ter 61%. O problema é o caminhão fazer longa distância, fazer distâncias acima de 400km, 500km.

Aqui, no próprio sistema, se tirar o minério de ferro da ferrovia e o petróleo e o *feeder*, a rodovia sobe para 86. Por isso que uma greve de caminhoneiros para o Brasil é um horror, para o País todo.

Eles conhecem muito bem isso. Eles bloquearam justamente onde passa carga, que é a carga que sobe do Sudeste para Norte e Nordeste.

Para vocês entenderem o problema do longo trajeto do caminhão, uma carga que sai de Porto Alegre para o Piauí, de Porto Alegre para Teresina, ela se movimenta por 3 mil quilômetros, por mais de 3 mil quilômetros. Isso aí é quase 10% da circunferência da Terra no Equador, que é de 40 mil quilômetros. Quer dizer, nós temos hoje cargas que saem do Rio Grande do Sul para o Nordeste, para o Piauí; como também há muita carga que também sai de São Paulo para Belém, são quase 3 mil quilômetros. Isso que tem que ser combatido. E a gente acredita que esse projeto vai ajudar a combater isso. Isso tem que ser combatido para que a gente aumente a eficiência dos transportes no Brasil.

Vamos entrar no ferroviário, chega de falar dos outros modais. Isso aqui é a evolução do transporte ferroviário no Brasil, que tem crescido bastante, mas tem crescido somente no minério de ferro, as outras cargas estão totalmente estagnadas. Quando a gente soma toda carga sem o minério de ferro, está tudo estagnado, é essa linha amarela que está aqui embaixo. Lógico que houve crescimentos esporádicos: contêiner cresceu 80%... Mas cresceu a partir de uma base muito deprimida. Então, o que movimenta mesmo, o que aponta o crescimento das ferrovias é a linha do meio, que é a linha do minério de ferro, as outras cargas estão estagnadas. Por isso que ela não substitui o caminhão, por isso que quando há a greve de caminhoneiros, é esse horror aí, parou a economia. Repercutiu até num ciclo de crescimento da economia a greve dos caminhoneiros.

Então, nós temos 29 mil quilômetros. Desses 29 mil quilômetros, 31% não são utilizados. Nós temos 8% apenas de tráfego mútuo e direito de passagem. Segundo dados da própria ANTT que nós coletamos. Nós temos um documento que trata disso. Eu vou distribuir para os senhores no final da apresentação.

Então, por que precisa mexer? Por que precisa haver o novo marco legal? Porque nós precisamos retomar investimento, expandir a malha e aumentar conectividade. São esses os três pilares que, no nosso entendimento, vão melhorar o sistema ferroviário.

Então, vamos entrar logo no Projeto nº 261. Primeira coisa, a abertura para outorgas de autorização no sistema ferroviário é um avanço, isso nos portos funciona muito bem. Nós temos 160 TUPs que funcionam muito bem. Então, outorga de autorização é um avanço, vai ser uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alternativa adicional e vai simplificar, é mais fácil. Então, nós somos inteiramente favoráveis à outorga de autorização para o sistema ferroviário.

O ponto dois é que as autorizações para os sistemas ferroviários isolados – isso quer dizer, fora da conexão, fora das concessões que já existem, que não serão conectadas – é perfeito, isso aí é uma ideia excelente. Este País é imenso. Uma coisa que eu gosto de citar muito é que, em plena crise de energia, em 2001, descobriu-se que nós tínhamos duas fábricas de pás eólicas no interior de São Paulo que ninguém sabia que que exportavam para a Holanda. Este País é muito grande, muitas ligações isoladas podem ocorrer. Então, é perfeito quando está isolado do sistema de contenções que a gente tem. Muita gente aposta que isso pode ajudar na Ferrogrão. Então, ótimo, perfeito num sistema isolado, não temos nenhum senão, está tudo perfeito.

Agora, quando chegam ao sistema as questões juntas, nós temos preocupações. A primeira coisa é a preocupação do art. 46, desapropriação de terrenos e imóveis. Quanto a isso aí, a Valec entende muito bem. Nós não julgamos porque se for uma alternativa, tem que estar bastante limitado para não dar margem a abusos. O Brasil está melhorando muito, temos um ótimo trabalho do Ministério Público e do TCU. Mas nós, há poucos anos, tivemos um terminal portuário que estava inadimplente há 20 anos e conseguiu uma prorrogação de 25 por um decreto. Agora, acabou isso, mas ocorreu há quatro anos só. Nós estamos em evolução, mas ainda não somos Suíça ou Suécia, estamos longe disso.

Estou vendo ali o Francisco da Valec, é um especialista nisso, é uma pessoa que deveria ser consultada sobre esse art. 46, entende muito desse assunto.

Agora, na questão do direito de passagem, sinceramente, com toda humildade, nós achamos o art. 17 um pouco ingênuo, que de ambas as partes o concessionário e o autorizatário vão dar as mãos e ter um direito de passagem. Nos últimos 20 anos, isso não ocorreu. Nós não tivemos direito de passagem quando não era de concessionárias que tinham o mesmo acionista nos últimos 20 anos. Porque as concessões foram em 1986, 1987 e 1988... Então, nos últimos 20 anos não houve. Isso é natural, nenhum concessionário quer que o outro entre no seu porque vai competir com você. Quanto a essa defesa de que o concessionário vai ganhar dinheiro com isso, ele prefere perder aquele dinheiro a ter um concorrente. Isso aconteceu na energia elétrica, em qualquer lugar acontece isso.

Então, qual a nossa sugestão de aperfeiçoamento? É incluir esse artigo aqui, pela garantia contratual da capacidade. É o artigo que está na Lei 13.448. Agora, como é que eu vou botar um artigo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Os contratos de concessão estão em andamento, mas só que eles vão acabar daqui a oito anos, se não forem renovados.

Se forem renovados, vão ter que obedecer a este artigo aqui. Se não forem, eles vão ter que... Se isso for colocado, eles vão ter que obedecer. E, antes de oito anos, não se faz ferrovia nenhuma no Brasil. Quer dizer, vai dar certinho o término dos contratos de concessão e a possibilidade do direito de passagem, porque, para fazer desapropriação, licenciamento ambiental, construção, ninguém vislumbra que, antes de sete, oito anos, saia alguma coisa de concreto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós não estamos ferindo ninguém. Seria: quando acabarem os contratos de concessão atuais ou se eles forem reprogramados, colocar esse artigo aqui.

E nós julgamos também que o disposto no Decreto 1.832, que é o artigo que, a nosso ver, impossibilitou o direito de passagem nos últimos 20 anos, deveria ser revogado. Esse mesmo artigo está em todos os contratos de concessão. Entendeu? Foi um artigo que foi feito que impossibilitou o direito de passagem. Então...

Em resumo: para o sistema isolado, nós estamos 100% a favor das autorizações. Para ser conectado, na nossa opinião, precisa ter um artigo desse. Senão, não vamos ter conexão.

Muito obrigado.

Chamem sempre a CNI, viu?

E eu vou dar para os senhores um documento que trata dessas questões.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Maurício. Muito obrigado.

Eu queria assegurar a você que uma das maiores preocupações que eu tenho na relatoria desse processo aqui é a gente não incorrer em alguns erros que estamos agora tendo que discutir no Supremo, por exemplo, quanto a gasoduto, em que há uma alegação falsa de que não há acesso para os carregadores de gás no regime da Lei 9.478, de 1997, porque eu mesmo redigi, pessoalmente, o artigo do livre acesso e garanto que há fulcro legal para que qualquer um carregue gás nas estruturas de gasoduto de hoje no Brasil. Evidentemente que há subtemas em relação a isso, que é o cara alegar que está com a capacidade cheia... Há todo um operacional por trás desse processo.

A tese existe, a lei faculta essa regulação, essa abertura, e cabe aos órgãos reguladores ajudar nesse processo. Então, se alguém está alegando que não tem capacidade para acolher novas cargas, alguém tem que verificar se isso é verdade. Não é uma alegação de próprio punho, digamos assim.

Então, essa preocupação que você, Wagner, está levantando, que a CNI está levantando, através de você, com certeza será levada muito em conta. Aliás, é um dos grandes objetivos de um marco regulatório de um monopólio natural ou de monopólios com tendência de monopólio natural.

E, neste momento, estamos tendo justamente – salientando de novo – que ir ao Supremo, para resolver uma questão meramente regulatória de gás natural, quando poderíamos ter resolvido isso sequer sem lei do gás – não havia necessidade sequer de fazer a lei do gás, porque a lei do petróleo já regulava –, e a Agência Nacional do Petróleo passou, simplesmente, um atestado absolutamente de incompetência para regular esse setor até agora. Não conseguiu quebrar, digamos assim, as resistências ou os subterfúgios alegados – e também tem que ser verificado se está certo o que está sendo alegado –, de que a capacidade não existe.

Mas monopólios naturais têm que ser fortemente regulados, e isso não é papo de esquerda, não é papo de direita, é em qualquer país – nos Estados Unidos, no Canadá, na Austrália... Monopólio natural merece e requer regulação forte, até o extremo de regular taxa de interesse do negócio, para vocês verem como é a condição.

E não por outra razão são objetos de investimentos conservadores: quem investe num monopólio natural é um fundo de pensão; não é um especulador que acredita num aplicativo feito numa garagem, que pode bombar na bolsa. É outro tipo de investidor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, há investidores para todo tipo de negócio e para todo tipo de empreendimento, e esse tipo de empreendimento aqui é empreendimento para investidores conservadores, de médio e longo prazo, e que esperam retorno certo, em vez da oscilação, e etc., da especulação da bolsa, que é natural também no mercado, mas para outro tipo de investidor.

Vou prosseguir aqui com a oitiva do Bernardo.

Bernardo Figueiredo é hoje consultor da Empresa de Planejamento Logístico (EPL).

Por favor, Bernardo.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador.

Eu só queria fazer uma correção: eu não sou consultor da EPL...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ah, perdão. Então, está aqui...

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – ... eu fui presidente da EPL...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu sei que você foi presidente da EPL. Não sei se...

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – ... e hoje sou consultor independente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Independente. Está bem.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Na realidade, eu sou aposentado do INSS hoje... (*Risos.*)

... e, com esta Mesa...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Está garantido então.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Estou garantido. (*Risos.*)

Tem a apresentação?

Eu queria, primeiro, agradecer. É uma honra, para mim, estar participando da reunião da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Já faz sete anos que eu não vivo essa experiência.

E é uma honra ter sido indicado para fazer uma apresentação aqui pela Senadora Kátia Abreu, por quem eu tenho respeito e admiração. É uma guerreira do bem, uma guerreira das boas causas, e faz isso com muita determinação. Então, eu tenho muita honra por ela ter essa confiança de me abrir este espaço para falar.

Eu não vou falar diretamente da lei sem a gente entender o que a gente pretende.

Eu acho que o primeiro passo para definir uma lei é perguntar: aonde é que eu quero chegar? O que que eu quero com essa lei? E eu acho que isso é uma discussão que nós não estamos tendo.

Eu duvido que nesta sala, em que há vários técnicos, cada um saiba aonde é que a gente vai chegar com a ferrovia. Então, a minha preocupação é instrumentalizar este debate que o senhor está conduzindo com algumas informações a respeito da nossa questão logística e de ferrovia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse eslaide é produto de um trabalho da Fundação Dom Cabral, que criou uma plataforma de planejamento de infraestrutura de longo prazo, tem uma cooperação com a EPL... Então, ele trabalha com a mesma base de dados da EPL.

Hoje, no País, nós temos 1,840 bilhão de cargas circulando neste País. Desse volume total, esse quadro, aqui de baixo, mostra os grandes grupos. Nós temos carga geral, químicos e combustíveis, granéis agrícolas e minérios.

Se a gente pegar a crise do caminhoneiro, que o Wagner citou, o grande impacto que a greve do caminhoneiro causou foi exatamente na carga geral e no combustível. Foi o que faltou para a população. Não chegou produto ao supermercado, não chegou combustível à bomba...

Por que é que nós não tivemos uma repercussão tão negativa no granel e no minério, que são grandes cargas, grandes volumes? Porque eles têm mais ou menos a equação ferroviária resolvida.

Então, primeiro: eu quero ferrovia para quê?

Eu acho que nós precisamos de ferrovia para atender ao mercado de carga geral e combustível, porque o mercado de lá está razoavelmente... Não é uma coisa em detrimento da outra, não é?

Eu coloquei esse mosaico de mapas aqui porque acho que ele sintetiza o que é o mercado de carga no Brasil.

Nós temos aqui, à direita, o PIB...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Bom...

Nós temos mapas de lá, que têm a distribuição espacial do PIB, a densidade do PIB...

Esse de cá é a densidade de população.

Do lado de cá nós temos o carregamento, que é produto desse trabalho da plataforma de planejamento de longo prazo da Fundação Dom Cabral, nós temos o carregamento rodoviário, e, no mapa de cima, o carregamento ferroviário, hidroviário e dutoviário.

Esse mapa do centro é um mapa que eu achei na internet...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – ... que eu acho que... Se a gente olhar os dois mapas, principalmente, eles refletem exatamente qual é o movimento que o mercado de transporte promove e quais são as ligações que atendem a essa movimentação.

Quanto à grande questão de logística, hoje, no País, eu acho que está nessa figura aqui.

Essa coluna amarela é o frete praticado pelo carreteiro no mercado hoje. Sem a tabela da ANTT. É o frete que gerou a crise do caminhoneiro.

Essa linha vermelha é o custo do transporte rodoviário, calculado, segundo as planilhas técnicas, qual é o custo do transporte rodoviário.

Existe uma defasagem entre o que hoje é praticado e o que era necessário para a gente ter um sistema rodoviário saudável da ordem de 68%.

Por que que a gente pratica esse nível tão baixo de frete? Porque o mercado é recessivo. Então, nós temos mais caminhões do que demanda. E o caminhoneiro consegue se equilibrar

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque ele coloca excesso de peso no carro. Então, a CNT fez um trabalho recente: há 50%, em média, de excesso de peso nos caminhões.

O motorista dirige 15, 19 horas por dia, em vez de dirigir as dez que a lei prevê, e essas coisas diminuem o custo deles.

E há outra coisa: ele tem uma frota completamente depreciada.

A idade média da frota do caminhoneiro é 20 anos. Então, nos Estados Unidos, é proibido circular caminhão com mais de dez. Então, esse quadro, em que eu tenho uma frota grande da caminhão velho, um setor desregulamentado e um mercado deprimido, faz com que os fretes vão lá para baixo.

Qual é a crise de logística que a gente pode ter daqui a uns tempos? É a de que, na hora em que o mercado virar, o País voltar a crescer, isso gerar uma demanda em cima do rodoviário, o rodoviário vir para a remuneração adequada dele, e a gente ter um aumento de 68% do frete real do rodoviário.

E a gente está vendo isso na tabela de frete. Quer dizer: hoje, tanto a indústria quanto o setor agrícola sabem o que que significa um aumento de frete. Quer dizer, nós estamos aí numa briga para implantar uma tabela de frete que reajusta o frete num nível muito inferior a esse.

Mas nós temos outra preocupação: o Brasil precisa, estrategicamente, depender menos da rodovia. Mas eu preciso também criar, na ferrovia e na navegação, um ambiente competitivo, porque senão, quando o rodoviário subir o seu preço, o ferroviário e o hidroviário vêm junto. É da lógica natural das empresas. Então, a única coisa que vai impedir isso seria uma concorrência efetiva, que coloque os preços mais aderentes aos custos e menos aderentes ao rodoviário. Então, esse é o mapa de luz que mostra a ocupação e que determina a demanda.

Eu, em cima desse mapa, lancei o mapa das ferrovias. Então, o que nós temos hoje como oferta ferroviária se restringe a corredores de exportação voltados para o nicho de mercado de grandes volumes de granéis agrícolas e minérios.

Essas ferrovias que estão lançadas nesse mapa transportam mais de 95% da carga que circula nas ferrovias no País e são as alternativas logísticas que nós temos.

Se a gente olhar os pontos brancos embaixo, que demonstram atividade econômica, nós vamos ver por que nós não conseguimos fazer carga geral: nós não temos ferrovias que fazem as ligações que precisam ser feitas. Então, não adianta a gente fazer um discurso de que... "Ah, precisamos ter ferrovia no País". Precisamos, mas nós não precisamos ter qualquer ferrovia. Nós precisamos ter a ferrovia que nós precisamos ter.

Então, pela limitação da cobertura geográfica que a ferrovia tem, os outros mercados estão fora do transporte ferroviário.

Aí eu lancei agora o que está no *pipeline* no Governo de ações novas.

Então, primeira coisa: a gente...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Bernardo, Bernardo, posso interromper só um pouquinho? Porque a pergunta me ocorreu...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É, não... Desculpe-me. Por causa do tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Na volta, ali, só para esclarecer... Basicamente, você está dizendo o seguinte: nós temos linhas de escoamentos bons, escoam de produção para fora, para exportar, basicamente para escoar. Uma produção, como você disse, de granéis agrícolas e de minérios. Quanto à carga geral, normalmente, pelo que você está dizendo, a necessidade seria de interconectar mercados. Então, esses mercados aí não estão conectados. Seria o litoral aí.

Nós chegamos a ter isso, não foi?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Não... Pois é. Eu chego lá.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Em tempos outros...

O que aconteceu aí? Porque isso é interessante, depois, fazer...

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Eu chego lá.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Então, aqui é o que está no *pipeline* do Governo, que são mais corredores de exportação de minério e soja. A Ferrogrão é exportação de soja, a FICO é para exportação de produtos agrícolas, a Fiol é para a exportação de produtos agrícolas e minério...

E quais as ferrovias que estão no *pipeline* para renovação? Carajás, que é exportação de minério, a Rumo Malha Paulista, que é exportação de soja; a RMS, que é exportação de minério – embora, pelo fato de ligar Rio e São Paulo, tenha uma inserção maior na carga geral –, e a Vitória-Minas, que é transporte de minério.

Qual é o alerta que a gente tem que ter com relação a isso? É o de que essas ferrovias controlam o acesso aos portos, aos principais portos do Brasil. Se você pegar, assim, qual o porto que não está aqui dentro?

Então, assim... Se eu entrego essas ferrovias num contrato em que haja um monopólio operacional, tipo autorização, em que o cara pode ou não pode fazer o direito de passagem, nós estamos jogando todo o mercado na mão dessas empresas. Não é?

Aí eu volto com os nossos trechos abandonados, Senador. Certo?

Se a gente olha esse quadro, o que falta? Falta essa ligação Norte-Sul pelo litoral e falta a conexão com o interior do País. Quando eu volto com os trechos abandonados... E aqui eu fiz... Eu tenho um amigo que falava que os meus mapas são mapas de decorador, não são mapas de engenheiro não. Mas eu não sou engenheiro mesmo.

Quando a gente volta com as ferrovias abandonadas... E eu tomei o cuidado, eu coloquei com linha mais fininha aquelas ferrovias que não são estruturantes. São as que estariam vocacionadas para serem *short lines*. E essas linhas vermelhas, mais grossas, são as ferrovias estruturantes, que cobrem o lapso de cobertura geográfica que nós temos nas nossas ferrovias. Ele pode ser coberto por essas.

Mas, aí, nós estamos tratando das renovações de concessão, mas esse item não faz parte dessa...

Nós estamos fazendo... Eu tive a oportunidade de ver o processo, que é público, lá da Rumo, que é o único que está pronto e acabado... A Rumo tem uma linha, que é o ramal de panorama, que está abandonado há 20 anos e vai continuar mais 40, na concessão dela, abandonado, porque, no plano de negócio não há 1kg de carga passando nesse ramal. Por que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ele está desse jeito? Porque ele concorre com a linha principal da Rumo. Ele é paralelo à linha principal. Então, ela não tem interesse em ter um ramal funcionando para disputar cargo com ela. Certo?

Então, a gente tem que estar atento a isso que o Wagner colocou, de olhar essas renovações, elas já trazerem o arcabouço que nós estamos discutindo, da legislação, e não sair rápido, antes que uma lei venha impondo novas obrigações. Então, eu acho que a gente tem que trabalhar nisso.

Quanto à questão do direito de passagem, e eu queria discordar do meu amigo Wagner, não é aquele artigo do decreto que estabelece que é uma obrigação da concessionária operar em tráfego mútuo e, na impossibilidade de tráfego mútuo, ela é obrigada a deixar o direito de passagem. É essa a leitura correta daquele artigo.

Então, o que é um tráfego mútuo? É um acordo comercial entre partes. Assim: uma ferrovia combina com a outra, vai usar a locomotiva de uma, o vagão de outra, o maquinista da outra... Isso é o tráfego mútuo. É um acordo comercial. O que impede um acordo comercial? É não haver interesse de cada um em fazer o acordo comercial. E é por isso que a regulação fala: se não houver o acordo, a administração é obrigada a deixar o trem do outro passar. Certo? Isso está no contrato, no capítulo das obrigações.

Na renovação da Rumo, sai do capítulo das obrigações e entra no capítulo das possibilidades. E vinculados a ter capacidade ociosa.

Então, nós estamos regredindo em cima do que nós precisamos. Certo?

Eu acho que há uma outra questão importante: a gente precisa ter um padrão de referência de ferrovia, o que nós não temos, para orientar... Assim: eu estou renovando a concessão. A Rumo: "Você tem que colocar essa ferrovia nesse padrão".

Nós estamos fazendo a renovação da Rumo, e o trem está passando de 13km/h para 20km/h; na Norte-Sul, ele anda a 40km/h.

Então, por que nós estamos jogando para o final do século a discussão de que essa linha tem que ter uma performance melhor? Porque, se eu renovar a concessão agora, eu só vou poder discutir isso no final do século XXI e vou ter que conviver com o trem... Há mais: a capacidade se esgota antes de vencer a atual concessão. Eu não estou nem encaminhando a geração de capacidade futura. Acho que a gente precisa de um arcabouço legal para orientar esses processos, inclusive os que estão em andamento.

Há outra coisa que eu vi nesse relatório que preocupa: a ANTT propõe gravar a outorga, tirar da outorga o recurso para investimento em manutenção postergada, manutenção que a ferrovia não fez. Para trecho que está abandonado e em que não houve manutenção, agora estamos renovando para que ela faça a manutenção que era obrigação de ela fazer e ela não fez. E nós estamos prorrogando nessa condição.

A gente está fazendo na Rumo uma... Os grandes investimentos são estes: a recuperação de passivo e arrumar a linha para receber os trens da Malha Norte. Pela regra da ANTT, isso deveria ser resolvido no contrato de direito de passagem. Dizer: "Eu estou passando todos os pátios da linha tronco para trens de 160 vagões." Quem tem trem de 160 vagões e está no relatório? O Trem Tipo da Malha Paulista tem 80 vagões. O Trem Tipo da Norte-Sul tem 80 vagões. Só a Malha Norte tem 160. Então, eu estou tirando da outorga e fazendo um investimento que vai beneficiar unicamente uma empresa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que a importância dessa discussão é a gente levantar os pontos e olhar com atenção o que está sendo feito. Na minha terra falam: "senão, vira leite derramado."

Então, é isso.

Aqui há outra coisa importante relativa ao direito de passagem. O direito de passagem é uma obrigação, é um negócio que deveria ser corriqueiro, e é corriqueiro, como o Wagner falou, quando se trata do mesmo dono. Se o direito de passagem fosse ruim, a Malha Norte estaria morta, porque ela não passaria um trem na Malha Paulista. No entanto, 90% do que a Malha Paulista faz é passar trem da Malha Norte. Como o direito de passagem é um negócio complicado? Não é complicado.

Uma ferrovia, para exercer o direito de passagem em outra, tem poder de barganha; ela pode oferecer reciprocidade. E o Operador Ferroviário Independente? Esse não tem chance. E ele trabalha... Eu não entendo o medo que as ferrovias têm de abrir o espaço para os Operadores Ferroviários Independentes. Isso traria uma carga nova para ela, aumentaria a movimentação de trens e ganharia mais dinheiro. Mas ela não traz porque pode concorrer no negócio no qual ela é monopolista, certo? Nós estamos numa economia com um discurso liberal e tratando de proteger monopólios! Há uma contradição, e eu acho que é importante que a lei discipline essas coisas e trace os limites.

Aí eu completo o mapa com os trechos que estão faltantes. Esse mapa é o mapa oficial do ministério – eu copiei linha por linha – do Plano Nacional de Viação. Então, o que a gente observa?

O Plano Nacional de Viação cria uma rede ferroviária no País que atende a todos os movimentos que o mercado deseja fazer. Qual é a condição para isso? O Wagner falou aqui da carga que sai de Porto Alegre e vai para Teresina. Se eu tiver essa rede, ela vem e passa, mas aí eu tenho que assegurar que os trens têm direito de circular nessa linha. Eu não posso criar aqui um gueto e falar: "A ligação de Belo Horizonte com Salvador é uma autorização; então, ninguém pode passar por lá sem conversar com o dono." Assim não pode. A gente tem a infraestrutura que é de interesse público, que tem de ser preservada, e, concordando com o Wagner, acho que há casos em que a autorização se aplica. Por exemplo... Nessas complementações, a gente tem a ferrovia lá do Pará, a gente tem a ligação com Porto Velho, que hoje já tem uma densidade...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – ... de carga enorme; a complementação da Norte-Sul... Mas nós temos também a ligação da Fiol com a Norte-Sul, da Transnordestina com a Norte-Sul, que são ligações importantes, porque é isso que cria um conceito de rede. O cara fala assim: "Eu tenho uma carga de São Paulo e tenho que levá-la a Belém. Qual é o melhor caminho? Eu tenho vários."

E aí a coisa de ter uma ferrovia que tenha um padrão... Não adianta eu querer sair de Porto Alegre, cuja bitola é estreita, passar na MRS, que é larga, entrar na outra, que é estreita... Se eu estou renovando um contrato e há um trecho que está abandonado, a concessionária pode recapacitar esse trecho para que ele fique no mesmo padrão dos outros e, se ela não tiver interesse, eu vou licitar. Mas há uma coisa que ela tem que fazer imediatamente que é devolver. Se ela não tem interesse, não pode ficar com ela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu queria mostrar... Nós temos aqui – e eu acho que, se houver interesse, é um bom assunto – um especialista que estudou durante anos a regulação de ferrovia no mundo inteiro que é o Fábio Barbosa, que está sentado ali. Ele esteve na Austrália, esteve na Europa, na Inglaterra, nos Estados Unidos, e tem um trabalho até muito completo sobre a regulação nos Estados Unidos.

O que aconteceu nos Estados Unidos? Primeiro, os Estados Unidos têm uma malha que é completamente diferente da nossa. Eles têm várias ferrovias que competem entre elas, que são ligações semelhantes. Qual foi a mudança, o renascimento das ferrovias? Foi exatamente elas virem para a situação... Eu redesenhei as concessões para elas terem lógica econômica. Os grandes operadores estão interessados nos grandes corredores? Está bem, então, você fica com os grandes corredores, devolve o resto, e eu vou conceder para 600 Operadores Independentes, que fizeram a transformação. O que aconteceu no Estados Unidos depois disso? A produtividade aumentou porque aumentou o uso da ferrovia; aumentou o volume; diminuiu a tarifa; e aumentou a lucratividade. É isso que nós temos que buscar como referência. Por que lá existe isso? Porque lá as ferrovias estão mais adequadamente desenhadas e existe um mercado competitivo.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Só para encerrar, Senador, fazendo uma síntese, o interesse público é construir uma logística competitiva para alavancar o desenvolvimento. É isso que a gente tem que buscar.

Para conseguir isso, nós precisamos ter uma infraestrutura multimodal moderna e capacitada. Não adianta eu ter ferrovia e ter rodovia ruim, porque eu vou continuar com problema com o caminhoneiro. E, por mais que façamos ferrovias, vamos continuar por muitas décadas dependendo do caminhão, porque sabemos que precisamos de ferrovias desde os anos 70, quando a crise do petróleo levou o barril de US$1 para US$13 e nós descobrimos que o transporte rodoviário não seria mais competitivo. Nós fizemos muito pouco nesses anos todos. E eu não posso ter também ferrovias... Quais são os entraves que eu tenho? Hoje eu não tenho cobertura geográfica de ferrovia; então, eu tenho que criar essa cobertura. Eu tenho hoje ferrovias com desempenho... Tirando a MRS, a Vale, que são *benchmarks* internacionais de ferrovias, o resto é uma tragédia. É um nível muito baixo de desempenho. E temos um monopólio operacional. Esse são os entraves que temos.

O que a gente tem que fazer para sair disso? Definir os atributos... Alguém tem que ser determinado a definir que tipo de ferrovias a gente vai ter no País. Quem define isso hoje? O cara que fez o projeto para o Dnit, ou para a Valec, ou para a ANTT.

Nós precisamos modernizar e capacitar as ferrovias existentes, as que são estruturantes – isso também é urgente. Nós precisamos construir as ferrovias que faltam – e aí vamos estudar a aplicabilidade de todos os modelos de delegação que tivermos. A gente precisa... E isto eu acho que é uma coisa importante, porque é muito fácil a gente falar que a iniciativa privada vai fazer ferrovia. Onde é que fez? Onde a iniciativa privada construiu uma malha? Em que país isso aconteceu? Por que isso vai acontecer aqui? Nós precisamos de recursos para equilibrar. Toda concessão ferroviária é viável; depende de o quanto se está aportando de recursos. Nós fizemos agora e foi um sucesso a concessão da Norte-Sul. Deu 2 bilhões de ágio, 1,5 bilhão de ágio. O Governo gastou 10 para fazer a ferrovia. Então, há dinheiro público enterrado ali num volume de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

7 bi. É isso que tem de ser feito. A mesma coisa foi feita na que a VLI opera. O Governo gastou 7 e vendeu por 1,5. É essa a participação que a iniciativa privada está disposta a fazer no investimento.

Eu acho que a gente tinha que pegar... Eu entendo a coisa de o Poder Público falar: "Eu tenho uma crise fiscal e não tenho dinheiro para investir em ferrovia." Agora, você tirar dinheiro da ferrovia e colocar no caixa do Tesouro é um sinal de desprezo pelo problema que nós temos. Acho que o mínimo a se fazer é garantir que todos... Aonde foram os 2 bilhões de outorga da Norte-Sul? Foram para o Tesouro. Sumiram... Quer dizer, não vai resolver o déficit do Tesouro e vai impedir a ferrovia de ter um... E aí o modelo é o modelo que é adequado, que encaminha os objetivos...

Só um comentário final sobre o PL. Com relação às autorizações privadas, eu acho que é importante fixar um prazo para a implantação, sob pena de perder... Nós já tivemos a concessão da Rumo Norte até Santarém e até Porto Velho, só que a lei mandava fixar um prazo. Eles não quiseram e preferiram devolver. Então, eu acho que tem de haver um prazo, senão o cara senta em cima daquela infraestrutura e impede o mercado de operar.

Essa coisa que o Wagner já falou de definir os limites da desapropriação... Eu acho que o modelo de ferrovia privada não pode se aplicar nessa rede estruturante que tem de ter mobilidade, interoperabilidade e tal.

Os limites da autorregulação. Eu acho a regulação um movimento positivo, só que ele tem de ter limites definidos na lei com relação aos padrões exigidos para as ferrovias, com relação à garantia de acesso a operadores ferroviários independentes, com relação a permitir o direito de passagem, à garantia de desempenho do trem na circulação, à obrigação de a ANTT ter um sistema que controle as ferrovias.

A última palavra será sobre a questão de se criar uma entidade regulatória. Eu acho isso absolutamente desnecessário e acho que não funciona. Eu tive uma experiência pessoal. Eu fui da Cofer, que, antes da ANTT, era o conselho regulador das ferrovias. Era um conselho tripartite: Governo, usuário e ferrovia. Não funciona, ainda mais para se fazer autorregulação. Então eu acho... Está previsto nos normativos criar conselho de usuário em cada ferrovia. O usuário cuida bem da regulação relativa ao serviço adequado. O serviço adequado é adequado para ele, então ele pode definir as regras que deve ter o serviço adequado e faz isso no conselho de usuários. A parte técnica e operacional da autorregulação acho que a associação das ferrovias pode fazer, como é feito nos Estados Unidos. O nosso modelo de ferrovia é copiado dos Estados Unidos. Nos Estados Unidos há a AR que faz toda a regulação operacional e técnica.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Não. Estou falando dos operadores. Eles fazem, eles definem como tem de ser a locomotiva que vai entrar... Esses detalhes técnicos eles fazem melhor, e colocar o usuário lá só vai atrapalhar, porque o usuário... Se botar a indústria, o cara vai estar interessado em vender equipamento e vai botar um horror... Acho que não gosto dessa figura que está sendo criada. E há a ABNT, onde a indústria participa, que define as normas técnicas. E tem funcionado bem, nós temos boas normas.

Obrigado. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Excelente aula, Bernardo. Muito obrigado.

Queria fazer jus aqui não só à Senadora Kátia Abreu, Bernardo, mas a seu currículo pelas contribuições já dadas a esse setor. O seu nome já estava na nossa lista quando Kátia falou comigo aqui na Comissão e nós conversamos. Parece-me que ela nem sabia que tinha havido a primeira audiência. Ela colocou alguns pontos em uma intervenção, e eu disse: "Vai haver uma segunda audiência. Dê-me alguns nomes". E aí dois nomes dos que ela passou já estavam na nossa lista, e um deles era o seu.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vou prosseguir para a gente ganhar tempo, porque depois a gente terá algum tempo para perguntas e réplicas.

Luiz Antônio, obrigado pela presença.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET (Para exposição de convidado.) – Prezado Senador Jean Paul Prates, queremos agradecer o convite à CNA e elogiar por esse trabalho que é fundamental para a nossa economia, para a nossa sociedade, e desejar que possamos chegar a uma solução que interesse ao nosso País.

Pessoalmente, queria fazer uma observação. Eu fui professor alguns anos da minha vida e dizia para os meus alunos: "Há duas leis que eu recomendo a vocês nunca contrariarem. Uma é a da gravidade; o cara se arrebenta inteiro e tal. Mas há uma que acaba com seu futuro, que é a lei da oferta e da procura. Não contrariem a lei da oferta e da procura!" E o Brasil é vítima exatamente desse processo. Os que me antecederam – aliás, eu gostaria de endossar a posição deles – mostraram claramente que nós não podemos entrar nessa questão.

Nós temos no Brasil um problema sério. Nós ficamos com resquícios das capitanias hereditárias, e as reservas de mercado em tudo que se coloca a mão na economia brasileira é o que está enterrando exatamente as possibilidades do nosso desenvolvimento.

Eu vou mostrar rapidamente do que nós estamos falando, porque eu quero falar de mercado. O Brasil 50 anos atrás era importador de alimentos. Vejam a posição a que nós chegamos em meio século em termos de produção, em termos de exportação, e, o que é mais importante, o percentual que nós dominamos no mercado internacional de exportações. Isso não é brincadeira, é muito!

Outra coisa é a balança comercial. As barras cinzentas são o superávit do agronegócio brasileiro, e as barras vermelhas o restante da economia brasileira; o saldo está naquela linha pontilhada. Então, fica muito claro que nós temos uma grande chance, que é o agronegócio brasileiro para ocupar fatias crescentes do mercado internacional, capturar riqueza e trazer para irradiar dentro da nossa economia, porque nas cadeias produtivas do agronegócio só 40% mais ou menos representam a parte rural propriamente dita; mais ou menos 60% são os outros entes que estão interligados. Então, essa irradiação na economia é invejável, mas há um ponto adicional: do produto brasileiro, 90% como valor de referência são conteúdo nacional, enquanto em outros setores isso não é comum.

Então, aqui estão as razões do desempenho do agronegócio brasileiro. Crescimento populacional e a melhoria de renda no mundo inteiro fazem com que o mercado mundial cresça o equivalente a uns 70% de um Brasil a cada ano. Faltam terras adequadas no resto do mundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

– vemos a Rússia, que tem mais do que o dobro do nosso território e é uma importadora de soja, de milho, de carnes, de tudo isso –, mas fundamentalmente capacidade das cadeias produtivas, porque nós temos condições favoráveis, mas no setor rural em particular cada metro quadrado é diferente um do outro. Há características a que temos de nos adaptar, seja em clima, em solo, em infestações e assim por diante. Então, essa é a nossa base.

Aí está a figura do mercado internacional. Eu quero chamar a atenção de vocês para um aspecto que parece pouco, mas é muito. Antigamente o nosso mercado era ali no Atlântico Norte. Então, navegava-se 15, 20 dias e estava-se lá na porta do meu freguês. Hoje o mercado predominante para o Brasil em todos os ramos chama-se Ásia, e essa distância, em termos de logística, dobrou em tempo. O que se fazia em 15, 20 dias para chegar à porta do cliente, hoje se tem de andar 35, 50 dias de navio para chegar à Ásia.

Eu costumo dizer que aquele cercadinho ali que se chama China e outro chamado Índia, se eu somar a população deles, dão mais ou menos umas 14 ou 15 vezes o tamanho da economia brasileira. Sabem lá o que é isso? E lá está nossa clientela. A China tem uma renda *per capita* semelhante à do Brasil, o que significa que é um país pobre. A Índia muito pior; metade da renda do Brasil. Estou dando valores referenciais. Então, vocês imaginem a taxa de crescimento que nós temos potencialmente naquela região da Ásia. E estou dando só dois exemplos. Se eu somar toda a Ásia, eu tenho quase 20 brasis para alimentar.

Feito isso, eu quero chamar atenção para outro aspecto: concentração mundial de mercado. Por que Estados Unidos, Brasil e Argentina dominam 81% da produção de soja? Por questão da disponibilidade de terras adequadas. E dominam quase 90% do mercado mundial de exportações. Vejam o grau de concentração. Isso, de um lado, é muito ruim para o lado do consumo, mas para o lado nosso é uma vantagem espetacular. Até porque os Estados Unidos e Argentina não têm mais terra para crescer, nós é que seremos os grandes beneficiados desse processo.

Esse mercado da soja equivale ao tamanho de uns três portos de Santos e cresce a 1%, 2% ao ano. Esse mercado que equivale a uns sete ou oito portos de Santos cresce de 2% a 4%, é o mercado do milho. Só que a soja vale US$450,00 na mão do chinês; o milho vale US$200,00. Os países produtores que concentram são os mesmos, e, na exportação, são os mesmos, comprovando a tese de que não existem condições físicas adequadas para se facilitar a produção no resto do mundo. Eles não são bobinhos. Eles, se pudessem, estariam ocupando esse mercado.

Esse mercado cresce de 2% a 4% ao ano. Então, nós observamos que o Brasil tem um potencial fantástico nessas cargas de granel. Eu não tenho aqui e seria muito trabalhoso analisar uma série de uns 10 a 15 itens em que eu destaco, Senador, as frutas da sua terra, mas todo o contexto do agronegócio tem uma linha similar: o mundo não tem onde produzir, e nós somos os grandes beneficiários desse processo. Precisamos aproveitar!

Vejam bem essa tabelinha, que coisa impressionante esse registro que nós fazemos da velocidade de crescimento do agronegócio brasileiro e da ocupação mundial. Observem a curva da soja: em 1988, com 18 milhões, foi praticamente replicando, dobrando a cada ano até chegar a quase 120 milhões no ano passado. Então, essa é a demonstração clara de que nós somos competentes, de que há mercado para os nossos produtos, e mercados crescentes. Agora, o chinês não vai pagar US$1, US$2, US$10 a mais para cobrir as ineficiências do nosso mercado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O agronegócio brasileiro nasceu no Sul do Brasil. Acabaram-se as terras, e ele foi subindo. Aquela mancha escura mostra o quanto dobrou. Eu trabalhei em uma missão da FAO no Nordeste em 1970 e nunca imaginei, nem eu nem os outros companheiros de trabalho, que o Nordeste ia ser um grande produtor de soja, mas hoje é um grande produtor de soja. As transformações que a nossa sociedade conseguiu fazer nesse processo produtivo e a ocupação desse território mostram o potencial fantástico que ainda temos pela frente.

Aqui estão os principais corredores do granel, soja e milho. Então, para se conseguir vender soja a US$450 por tonelada, eu estou hoje pagando uma logística interna da ordem de US$120. Agora, se boto mais uns US$20 ou US$30 de logística externa, um terço do valor da soja que chega à mão do chinês é custo logístico. Agora, o milho, que vale só US$200 na mão dele, não aguenta pagar US$150 por tonelada. E o milho tem uma vantagem: ele dá, por hectare, o dobro do que a soja e usa o mesmo equipamento, a mesma terra. Então, nós temos a possibilidade de, com um custo inferior aos dos nossos concorrentes, chegar lá. Mas agora US$150 de logística total para um produto que vale US$200 é absolutamente impraticável.

Vejam só o potencial explosivo que nós temos se nós conseguirmos arrumar esses corredores, arrumar a logística brasileira. E essa logística do grão é a logística ferroviária e a logística da navegação. Ela é fundamentalmente isso. E entra a navegação interior como um fator decisivo.

Vamos agora para a ferrovia. Nós observamos o que foi dito aqui. No dia em que foi feita lá uma audiência pública da Norte-Sul, a ANTT distribuiu um folheto estatístico, e nós olhamos o excepcional desempenho das ferrovias brasileiras, que passaram de 389 para 503, só que sabe – é aquele ditado da minha avó: "o diabo mora nos detalhes" –, eu tirei o minério de ferro, e vejam lá o que aconteceu: em 10 anos cai de 107 para 106. Não é que estejamos parados; nós estamos regredindo. Todo esse potencial de crescimento regredindo quer dizer que nós estamos estruturalmente equivocados. Então, toda a argumentação que vocês deram mostrando os detalhes eu quero comprovar agora na visão macroestratégica do nosso País. E nós não vamos sair das crises que nós temos se nós não resolvermos esse problema estratégico e continuarmos prestigiando capitanias hereditárias. Não é isso que se tem que fazer. Nós temos que atacar a eficiência logística.

O meu mapinha, claro, tinha de ser muito mais simples do que o do Bernardo, que é um profundo conhecedor disso, mas aqui o uso como exemplo. Nessa última licitação, houve uma manifestação do Ministério da Agricultura de que é a favor da licitação, só que ela não entrou nos detalhes dessa capitania, do direito de passagem... Não era a função. É a favor do direito de passagem e botou lá que 25 milhões de toneladas é o potencial de demandas nesse trecho, que não está considerado adequadamente nos relatórios chamados técnicos sobre esse tema.

Ora, então nós estamos brincando. Essa licitação da Norte-Sul pode significar o suicídio do sistema ferroviário brasileiro, porque nós não vamos conseguir integrar essas rotas. Quando vejo aquele mapa idealístico que o Bernardo colocou, uma meta para a qual temos de marchar, se começarmos a quebrar a coluna vertebral, não vamos chegar a lugar nenhum, mas a lugar nenhum!

Quando foi aprovada essa lei que rege a matéria oriunda da MP 752, nós tivemos a oportunidade de apresentar, Senador Jean Paul, essa emenda aqui para regular a questão do direito de passagem. O clima naquela época estava muito mais hostil, então nós não pudemos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

defender a tese que nós temos e que é exatamente a tese do Bernardo: que nós tínhamos de ter os especialistas nas linhas, na infraestrutura, e outros especialistas no transporte, compondo o conjunto.

Essa é a grande lição que eu aprendi com os especialistas e que confirmo sob o aspecto da estratégia econômica.

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – A nossa proposta no período da discussão da MP 752 previa pelo menos uma reserva obrigatória de 30% da capacidade para o exercício do direito de passagem, prestigiando fundamentalmente OFI. Evidentemente que a minha tese... Essa emenda foi uma emenda da oportunidade, mas a tese nossa continua sendo a que foi aqui defendida.

O que nós pensamos sobre as ferrovias brasileiras? Eu tenho de garantir integração de rede; eu tenho que competir – e não vou entrar em detalhes –; eu tenho de garantir o direito de passagem...

Posso interromper para cumprimentar a minha chefe, a Senadora Kátia Abreu?

Então, os trechos dedicados, como é o caso da Ferrogrão, nós entendemos que têm de começar a funcionar, mas, no momento em que elas tiverem a conexão com o sistema, vão ter de passar automaticamente à regulação geral. Então essa regulação idealística eu tenho também: eu tenho de ter a separação de quem cuida da linha e, no setor rodoviário, do cara que cuida da estrada. Depois cada um vai lá e paga seu pedágio e faz esse trabalho.

De trechos abandonados e subutilizados temos uma infinidade, inclusive no Paraná. Eles estão criminosamente abandonados. Criminosamente abandonados! E não há ação nenhuma para isso. Quer dizer, isso não pode continuar! Daí nós reclamamos... E vocês colocaram muito bem a falta de dinheiro para investir. Se eu não tenho dinheiro para investir e pego o dinheiro que já está investido e jogo no lixo, isso não é aceitável.

Os serviços acessórios nós vamos ter regular, porque assistimos a um subterfúgio no uso dos serviços acessórios para engrossar o custo do frete. E nós temos de procurar a redução de tarifa, mas também é preciso fiscalização. E a posição da CNA é que nós não queremos relicitações, aliás, nós não queremos prorrogações. Nós achamos que a licitação é feita em campo aberto; a prorrogação é feita administrativamente. Eu brinco muito: é um quartinho escuro. Então, nós somos contra esse modelo da prorrogação e observamos – o setor rodoviário é o grande exemplo – que a cada relicitação que aconteceu, os pedágios reduziram-se 20%, 30%, 40%. Isso é uma característica de quem aprecia a livre iniciativa. Vamos para a competição, até porque a relicitação corrige erros... Erros eu não diria, mas características de contratos feitos lá na década dos anos 90. O Brasil teve uma velocidade de crescimento... E eu mostrei para vocês ali o caso do agronegócio, é uma coisa fantástica em termos mundiais! Quer dizer, essas mudanças estruturais da economia brasileira exigem que se mude inclusive o marco regulatório do setor ferroviário.

Nesse ponto, eu acho que é oportuno estarmos discutindo essa lei mais do que se imagina, porque nós precisamos fazer uma nova regulação para esse setor, e a livre iniciativa é o nosso objeto, não pode ser diferente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos aqui uma série de pontos críticos que nós colocamos, coisas que estão omitidas que eu proponho incluir; coisas que eu proponho eliminar, por exemplo, esse negócio de agência reguladora privada: eu digo para vocês, monopólio público é uma coisa ruim, mas eu prefiro do que a capitania hereditária que é o monopólio privado. Prefiro o monopólio público do que o privado. Então nós não podemos deixar, nesse novo marco regulatório, de incluir *open acess*. Acabar com esse negócio... Eu acho que as empresas têm o direito de trocar opiniões entre elas, e o Bernardo colocou muito bem: discutir equipamento, tecnologia de controle, uma série de itens funcionais. Mas quando chega na questão do direito de passagem, isso é imperdoável. Tem que estar muito claro aí.

Inclusive eu chamo muito a atenção para esse problema de que o projeto permite que uma empresa privada faça uma linha particular, mas de repente comete o mesmo equívoco que aconteceu e está escrito na questão portuária: tem que se fazer uma consulta para saber se há outros que querem. Ora, nós estamos no regime privado. Eu, para abrir uma padaria, preciso fazer uma consulta pública para saber se há outros que querem fazer? Eu monto a minha padaria, se eu perder, perdi, se eu ganhar, ganhei. E o outro poderia fazer o mesmo jogo. Por que eu vou ter que fazer anúncio, coligir a posição dos outros para comparar? Cada um que faça sua proposta de negócio. Se o cara faz uma proposta ruim, ele vai perder. Se ele faz uma proposta boa, provavelmente vai ganhar. Então nós entendemos que um anúncio, sim, até para dar a notícia, porque são elementos estruturais da economia, que seja feito o anúncio. Agora, chamada e preocupação com os concorrentes não é uma arbitragem que caiba ao Governo. É uma questão de iniciativa privada.

Os trechos dedicados eu já mostrei a vocês.

Adiante. Nós temos alguns pontos, inclusive há um que eu não sei aqui nesse conjunto onde está, que é a respeito de aquelas contribuições de melhoria poderem ser arrecadadas pelo concessionário, pelo autorizatário. Nós precisamos pelo menos esclarecer isso, para quem vai a contribuição de melhoria, porque se eu deixo assim dá a impressão de que o Estado está sendo substituído, entendeu? Então essas coisas precisam ser vistas.

E eu observei que nós tivemos nesse projeto, além da consulta aos concorrentes para saber se eles querem ou não, um itenzinho que fala sobre o cruzamento de duas vias, e só fala sobre os cruzamentos que já existem, mas não fala sobre futuro, o que poderá ser interpretado de repente por alguém no sentido de que não há o direito de haver um cruzamento no futuro com uma mesma via. Então eu faço essa colocação.

O art. 22 tem uma colocação incrível: se houver uma decadência do projeto, o cara ainda tem 20 anos para ficar naquele lugar lá. Isso é a consagração da ineficiência e a negação do risco privado, em que teoricamente o projeto quer avançar.

Aqui está meu último eslaide, onde eu procuro reforçar a ideia do compartilhamento e mostrar que sem essa visão de iniciativa privada, de competição, nós não temos muito o que imaginar para o futuro.

Finalizando, eu quero reafirmar que os que me antecederam facilitaram muito minha vida, senão eu ia ter que explicar cada um desses itens. Mas eles estão aí, para cada pessoa que queira analisar essa questão. É muito fácil, porque está o artigo de referência e a ideia central. Não me atrevi a fazer uma redação, mas está ali a ideia central.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós temos uma convergência também com uma entidade parceira, que é a Anut, que já numa manifestação anterior apresentou as suas ideias. Então nós vemos que a Anut, o Bernardo, a CNI, a CNA são convergentes no conceito, absolutamente convergentes. Não vamos desafiar a lei da oferta e da procura porque esse desafio está custando muito caro para o Brasil.

Eu renovo meus agradecimentos, Senador, pela oportunidade.

A CNA está à disposição para contribuir.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Luiz.

Em tempos em que há gente defendendo terra plana ultimamente não espanta que haja gente revogando a oferta e a procura, que é muito mais recente. (*Risos.*)

Mas tenha segurança de que nós não vamos revogar essa lei de maneira nenhuma, pelo contrário. Como a gente vem várias vezes repetindo, a regulação do monopólio natural ou das atividades que têm tendência ao monopólio natural requer esse tipo de cuidado, vão ser todas analisadas. Nós estamos aqui com um quadro completo que eu queria até lhe mostrar, em que o trabalho está bem detalhado, artigo a artigo, proposição a proposição. A Senadora Kátia vai receber isso também, eu estou terminando de revisar. Todos que estamos trabalhando nesse esforço comum vamos trabalhar juntos com esse quadro comparativo da evolução dos dispositivos, inclusive com as sugestões de cada um.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Nós vamos fazer uma versão aqui para... Eu estou ainda revisando, para eliminar os ruídos, para não ficar uma coisa muito grande. Coisas que não fazem sentido a gente vai tirar, vai deixar as essenciais, e essas suas também estarão colocadas aqui para nossa análise.

Fiquei muito feliz de ver – e queria aproveitar o ensejo de estar com vocês aqui da CNI e da CNA – e ouvir a sua preocupação com monopólios privados, lembrando, Senadora Kátia, que nós estamos neste momento, à tarde, vivendo uma situação complicada onde – eu já mencionei isso aqui, mas repito com a sua presença – nós estamos agora com o Supremo decidindo sobre um monopólio natural que vai virar um monopólio privado, natural mas privatizado, sem passar por esta Casa, sem passar pelo Senado, sem passar pelo Parlamento, e por filigranas jurídicas e dispositivos de decretos presidenciais que estão fazendo. Não é uma questão bolchevista de defesa apenas do modelo estatal de petróleo, não é mais disso que se está falando, está se falando apenas do planejamento federal com o Parlamento em relação aos gasodutos brasileiros.

E queria aproveitar, então, como eu disse, a presença de vocês, das duas confederações produtivas e que são exportadoras, e da Senadora Kátia também, que tem interesse por esse assunto, para alertar para uma outra coisa que nós vamos ter que discutir em breve aqui, que é a política nacional de combustíveis que está em vigor. Nós estamos falando aqui de ferrovias movidas a diesel, de caminhões movidos a diesel e de todo esse sangue da economia, de todos esse processo que envolve vocês, que está agora sujeito à oscilação internacional em dólar em tempo real. Embora nós todos sejamos amigos da concorrência, etc., nós não podemos conceber

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que um país autossuficiente em petróleo agora esteja submetido a um regime com essa volatilidade.

Então gostaria de propor eventualmente, mais à frente, que nós fizéssemos ou um fórum ou uma audiência pública, em que eu queria ouvir a opinião do setor produtivo, empresarial sobre essa situação que nós estamos vivendo hoje. Não é uma questão só de caminhoneiros, não é uma questão só dos afretadores, é uma questão que envolve justamente este lado produtivo que precisa chegar aos seus mercados internacionais. E há aí mais um complicador criado internamente, uma política que tem fundamentos ruins, e a gente vai poder explicá-los detalhadamente no futuro.

Eu queria então passar ao Maurício para fazer a última apresentação e alertar, enquanto você se prepara, que nós estamos recebendo sugestões de perguntas pelo Portal e-Cidadania – www.senado.leg.br/ecidadania – ou ligando para o telefone 0800-612211.

Maurício, por favor. Obrigado.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador.

Primeiro, bom dia a todos.

Eu gostaria de agradecer ao Senador Jean Paul Prates pelo convite, e também cumprimentar a Senadora Kátia Abreu, e a todos os componentes da Comissão.

Senhoras e senhores, preciso começar dizendo que eu estou aqui hoje... Eu sou Auditor Federal de Controle Externo do TCU, assessor da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária, já há sete anos lidando com o sistema ferroviário em todas as suas partes, mas eu devo deixar claro que eu não estou aqui falando em nome do TCU. Eu não tenho essa autorização. Eu tenho a anuência da Casa para que eu esteja aqui para apresentar um trabalho que foi resultado de uma pós-graduação que eu fiz agora, recentemente, exatamente sobre o assunto de *shortlines*, e que me levou a estudar todo o modelo regulatório nacional, em especial o PLS 261. Apresentando já rapidamente esse trabalho ao Senador, ele me chamou para que eu trouxesse também rapidamente essas ideias aqui para o grupo.

Eu começo com uma constatação que me veio logo no início do trabalho, que está escrita ali, resumindo: a malha ferroviária é um corpo vivo, ela cresce e diminui em função dos interesses econômicos dos proprietários dos seus pedaços. E, logicamente, um modelo regulatório que trate desse corpo vivo deve se ater aos dois movimentos, tanto para trabalhar com o crescimento da malha como para trabalhar com eventuais reduções da malha. E nesse momento eu falo de fusões, aquisições, desativações, erradicações de trechos de empresas, coisas que a nossa regulação atual não permite de uma maneira adequada, numa resposta às necessidades de mercado, alinhando aqui às ideias colocadas pelo Fayet.

Mas eu já digo logo que o PLS 261, na minha opinião, do que eu consegui levantar do estudo que eu fiz, é necessário, é inovador, ele traz ao ambiente regulatório novidades importantes, ele é a chave para destravar a evolução, e o que mais me impressiona ao falar desse projeto, ao estudar esse projeto, é que ele é um projeto com apoio unânime. Claro, há pequenas variações em pontos específicos entre os que dão opinião a respeito do processo, mas no fundo há um consenso, há uma sensação de ser um projeto ganha-ganha. Mas ele tem um problema que eu vejo, não foi... A maioria das coisas que eu vou falar não foram mencionadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

até agora, eu chamo a atenção de vocês para isso. Então, eu vou estar mais complementando o que já existe.

O projeto, para mim, tem um problema basilar em função do que eu escuto falar no mercado, nas minhas pesquisas: existe uma dicotomia entre serviço público e atividade econômica.

O projeto traz para o ambiente de autorização por considerar prestação de serviços ferroviários uma atividade econômica, mas há três interpretações que eu encontro ao falar com os especialistas, nesse contato. Primeiro, há uma interpretação onde lei específica derroga lei geral. É o caso dos arts. 13 e 14 da Lei 10.233/2001. A Lei 10.233/2001 é a lei que diz, de uma maneira simples, quem é concessão, quem é autorização e quem é permissão dentro do universo de transporte. Além de criar a ANTT, a Antaq e o Dnit, ela dá essa tratativa, e nos arts. 13 e 14 ela ressalva, no seu *caput*, a presença de legislação específica, ou seja, para quem trabalha com essa linha de interpretação, bastariam as alterações que são promovidas, bastaria a criação da lei que virá do PLS 261 para que se resolva essa dicotomia.

Mas existe também um grupo de pessoas, ao qual eu me alinho mais, que acha que a 10.233 tem que ser mais modificada do que está sendo proposto para que não haja dúvida sobre a possibilidade de autorização para a prestação de serviços públicos. E há aqueles – que eu acho que é o ponto mais perigoso – que interpretam que é serviço público porque a Constituição assim o determina. Se isso é uma matéria constitucional, a gente corre o risco de judicialização e não efetividade da lei que vem aí.

O que eu quero é chamar a atenção: esse assunto precisa ser tratado de uma maneira mais explícita, no meu modo de ver. Mas, resolvida essa dicotomia, que eu tenho certeza de que esta Comissão, o Relator, o eminente Senador e todos que estão participando desse estudo vão conseguir fazer, vamos começar a tratar dos pontos mais específicos.

Com esses dois pilares de autorização e autorregulação – ou autorização e uma regulação específica mais bem trabalhada, como é a vertente colocada pelo Bernardo, não na mão de um ente privado específico, mas o que está como autorregulação precisa ser tratado –, a minha opinião é que esse PLS pode evoluir de duas maneiras. Primeiro, como caminho para a reativação de tudo que está parado. Todo mundo fala da quantidade de sistemas, da quantidade de ferrovias, e, no fundo, patrimônio público que a gente tem largado neste País e não utilizado. Então, esse PLS já tem esse condão, desde que ligeiramente modificado. E como meio para a criação de novas oportunidades, ou seja, por que não trazer também para o ambiente de autorização o transporte de passageiros; o transporte de turismo, que é outro nicho de certa importância que não é tratado em momento algum; as *shortlines*, que são faladas em todas as reuniões em que se fala desse assunto, principalmente de reutilização do sistema que está abandonado? Fala-se de *shortlines*, e até novidades que existem no mundo, como a *short-haul*, que é uma aplicação específica ligada a levar a carga à parte molhada do porto, partindo de um porto remoto, como está ali naquela figura do lado esquerdo: um terminal remoto, que recebe rodovia e ferrovia, e dali para a frente só ferrovia entra na área molhada do porto, para simplificar e tirar de dentro das cidades toda a interferência desse tráfego rodoviário excessivo.

Ou seja, a diretriz do que eu vou apresentar para os senhores de agora em diante – são sete pontos apenas – é aproveitar do PLS, aproveitar desses dois pilares que ele está trazendo para o universo, dessa unanimidade que existe em função da abrangência do negócio e propor

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pontos que levem essa regulação para uma regulação de negócios ferroviários, que levem em consideração as diferentes características, as diferentes necessidades dos diferentes tipos de negócios que nós temos. Ao falar em transporte ferroviário não se pode colocar tudo no mesmo saco, dentro do mesmo guarda-chuva. Isso vai ficar claro mais para a frente, eu vou mostrar para vocês.

Aí eu chamo a atenção dos senhores para esses sete pontos de que falo. O primeiro deles: propriedade dos bens e ativos. O PLS fala de ferrovias construídas e adquiridas. Sem problemas. As adquiridas para mim merecem um pequeno senão: principalmente num primeiro momento, não haverá ferrovias privadas a serem adquiridas. O foco desse ponto, eu entendo, são as ferrovias públicas que estão hoje sendo subutilizadas. Mas aqui a gente esbarra num ponto que não está sendo tratado: propriedade do patrimônio ferroviário e sua titulação. Eu trago exemplos. A SPU tem 52 mil imóveis da RFFSA sob sua gestão com obrigação explícita em lei para aliená-los e retornar esse dinheiro para o trabalho de extinção e inventariança da RFFSA.

A inventariança da RFFSA está acontecendo toda a custo do Tesouro público, não está vindo dinheiro dessa venda, e ela não consegue vender... Ela colocou isso no relatório que está ali. Ela não consegue fazer essa alienação por quê? Ela tem dois caminhos: onde há a posse, ela precisa comprovar a cadeia sucessória de posse – não consegue –; e, na segunda hipótese onde ela vai regularizar a terra, ela precisa do título aquisitivo em cartório.

Nós temos que lembrar que as transações das ferrovias, desde a época do Império, com as incorporações, divisões, privatizações e estatizações, foram sempre consideradas universalidades de bens e direitos. Para que os senhores e senhoras entendam: equivale ao famoso "porteira fechada" do mercado rural, ou seja, você não obrigatoriamente tem a titulação de cada um dos pedaços. Levando isso para o universo ferroviário: de diversas estações, a União não tem a titulação; de diversos pátios, ela não tem a titulação, não tem nem a definição dos limites.

Quando se fala, então, de linhas que já foram erradicadas ou de linhas que vão ser retiradas, você não tem como provar isso. E, se eu não tenho a titulação, eu não posso vender, eu não posso alienar. Então, você tem uma barreira para que haja a aquisição pelo mercado privado, de acordo com a legislação atual, que não está sendo considerada. Então, é necessário – aí eu não ouso dizer como fazer – fazer algo que preveja, que autorize ou que proponha a criação de um processo simplificado para a titulação do patrimônio público federal, sem ter que ter toda uma briga para comprovar na Justiça a titularidade antes de fazer isso.

Eu ouso, Senador, colocar para os senhores um paradigma: a titulação de terras quilombolas. É um processo simplificado que parte de um trabalho histórico – no caso, antropológico – que prova a existência daquele uso ao longo do tempo e, a partir daí, judicialmente se faz a desapropriação. Não é o caso, mas já dá a ordem judicial de titulação do bem. Isso simplificaria tremendamente, algo nesse sentido. Não é objeto para o PL, mas é um objeto a ser tratado legislativamente, eu acho, para simplificar a vida.

E aqui eu falei: 52 mil imóveis na SPU. Existem 120 mil imóveis no Iphan, também da RFFSA, fora, se a gente for fazer a análise, a tremenda quantidade de imóveis que a SPU tem sob sua gestão que são de outras fontes. Resolvendo os problemas de titulação e vendendo, é uma fonte de recursos, eu diria, quase que trilionária para a União. São coisas que estão paradas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

porque a legislação não simplifica a nossa vida em algo que é... Já é originalmente da União e simplesmente é preciso provar judicialmente que é da União para se poder alienar.

Eu acho que há um terceiro modo em que a gente tem que começar a pensar – tem que ser falado aqui também em função das linhas abandonadas –, que é caso do uso do bem público, como é no caso da concessão hoje: como um *bypass* sobre esse assunto de não poder vender.

O patrimônio ferroviário que está nas mãos das concessionárias hoje é um patrimônio que está arrendado. Está arrendado porque é uma concessão com uso de bem público. A nossa legislação permite autorização com uso de bem público. Então, alguma coisa nesse sentido tem que ser pensada, porque aí a gente já conseguiria, de imediato, começar a utilizar essa rede que está toda parada de uma maneira mais simples, sem ter que passar por titulação ou alienação para uma provável venda.

O segundo ponto crítico é o processo de devolução de trechos. Na devolução de trechos, a gente tem que atentar para dois pontos. Um já foi citado aqui, que é o Regulamento de Transportes Ferroviários, que, lá no seu art. 3º, proíbe a devolução de trechos que são economicamente viáveis, ou seja, exige a comprovação da antieconomicidade do trecho para que ele seja devolvido. E já houve uma tentativa, na ANTT, de autorização para que a Ferrovia Centro-Atlântica (FCA) devolvesse treze trechos, sete economicamente inviáveis, mas seis trechos viáveis, e ela teve que voltar atrás, porque a interpretação é que não se podem devolver trechos que sejam economicamente viáveis.

Qual é a implicação prática disso? Há um caso específico, que eu denomino caso dos barões, porque, por coincidência, as duas pontas são barões: a mina de bauxita em Barão de Camargo, ligada a Barão de Angra, que é um terminal de transbordo entre a linha da FCA e a linha da MRS. É uma linha de 182 quilômetros, bitola métrica, com uma capacidade de produção de 700 mil toneladas/ano de bauxita. Quem é mais especialista não vai gostar do que eu vou falar, porque vai pensar em rampa, capacidade de tração e tudo mais, mas, fazendo uma conta rasa, eu conseguiria dar conta das 700 mil toneladas com uma locomotiva e 22 vagões por dia fazendo uma viagem. Quer dizer, não é algo grande, mas é algo economicamente viável. Eu tenho material para transportar uma vez por dia ao longo desses 182 quilômetros.

Agora, o mais importante: esses 182 quilômetros são o início de uma rota ferroviária de quase mil quilômetros. Essa bauxita não vai para Barão de Angra, essa bauxita vai para a cidade de Alumínio, em São Paulo, passando por três concessionárias: FCA, MRS e Malha Paulista, e a Rumo Malha Paulista lá no final. Ou seja, com a desativação desse ramal pela FCA em 2015, em meados de 2015, ela matou uma rota viável de mil quilômetros. Nós estamos falando aí de 780 milhões de TKUs. A Malha Oeste, que é uma concessão só, está na faixa de 1,5 bilhão de TKUs, é o dobro. Ou seja, não é uma demanda pequena em se considerando o sistema ferroviário como um todo.

Agora, qual é o futuro desses 182 quilômetros se eu não posso devolver? É degradar, invadir, perder, jogar fora, depredar o patrimônio público. É daí que vem, é dessa proibição que vem toda a depredação que existe hoje, toda a perda que existe hoje de patrimônio público dentro da União, patrimônio ferroviário. Então, alguma coisa precisa ser feita para se tratar de uma maneira mais amigável essa devolução. Que se inicie com uma devolução atrelada a uma reutilização obrigatória, que se trate de recuperar até o nível onde o novo negócio vá precisar, que se tratem conflitos urbanos. É que a gente tem que pensar que, atrás do processo atual,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que haja devolução, a concessionária tem que pagar ao Governo. Existe uma regra pela qual se calcula um preço para essa devolução. Esse dinheiro poderia ser usado, parte dele, para preparar o trecho para uma nova utilização, tranquilamente. Seria vantagem também para a concessionária, que vai estar pagando menos. Alguma coisa precisa ser feita nesse sentido.

Semana passada eu tive conhecimento de um trabalho que virá a público dentro de duas ou três semanas, e o que me chamou atenção foi este ponto aí: 90% das *shortlines* americanas, país que todo mundo fala que é o nosso paradigma, das 603 *shortlines,* são projetos *brownfields*, são reutilização de trechos abandonados.

Então, não se enganem, nós não vamos ter um número de trechos construídos no Brasil que justifique todo esse esforço que a gente está fazendo com essa legislação. Por isso é que falo: ela tem que ser um pouco ampliada, um pouco trabalhada, para que esses projetos *brownfields* sejam viáveis agora.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Que eles sejam viáveis de uso no momento.

O terceiro ponto. A gente fala muito da interconexão das malhas. Aqui eu não falo nem de direito de passagem nem de tráfego mútuo, porque eu acho que muita gente defende, todos estão defendendo, o direito de passagem, a não obrigatoriedade do tráfego mútuo, mas, no meu modo de ver, os dois têm o seu valor em igual, e os dois devem ser tratados em igual.

E aqui eu trago um exemplo ligado ao caso dos Barões. Lá eu preciso de uma locomotiva para puxar 22 vagões, uma locomotiva da década de 70 ou da década de 80, uma C30; com 22 vagões de 100 toneladas, eu faço esse serviço, mas eu não consigo, com esse equipamento, entrar na rede da frente, porque a rede da frente usa máquinas de 4.400HP com grande quantidade de vagões, com velocidade maior do que a minha, com um sistema de controle diferente do meu. Quer dizer, para que eu passe – eu, pequeno – dentro de uma concessionária, eu tenho que ter um custo muito grande no meu equipamento para que eu possa passar, para que eu tenha condição de interoperabilidade com a próxima concessionária, e isso mata o pequeno, literalmente mata o pequeno.

Então, o direito de passagem é importante por causa disso, para não trazer para o pequeno... E as *shortlines* normalmente são linhas de baixo custo, porque são linhas de baixa demanda, senão não seriam abandonadas. Como são linhas onde você não tem muita demanda, você tem que minimizar o custo. Muitas vezes não justifica você colocar um material rodante muito caro, um sistema de controle muito caro, para ter capacidade de passar na próxima linha, na próxima concessionária.

E, aí, entra o que existe no mundo, que são os pátios de interconexão, que já existiam na época da Rede Ferroviária Federal entre as suas regionais e entre a Rede Ferroviária e a Vale, onde você trabalha com tráfego mútuo. É como acontece nos Estados Unidos: eu carrego um vagão na costa leste, e esse vagão chega na costa oeste, não interessa por quantas concessionárias passe. Ou seja, através dos pátios de interconexão, você consegue trafegar com a carga. O interesse não é outro que não seja trafegar com a carga. As empresas de transporte ferroviário existem para transportar carga, não interessa de quem. A gente está falando aqui de redes que são cargas privadas, como é o caso da Carajás e Vitória-Minas, cargas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

exclusivas, mas a Malha Paulista leva a carga da Cosan – a Cosan é proprietária da Malha Paulista. E, se você for olhar todas elas... A MRS só leva minério no trecho Belo Horizonte-Rio. Quem é dono da MRS? Mineradoras.

A carga hoje está muito ligada ao dono da carga, e aí há o abandono da carga que não é da minha propriedade para não atrapalhar o meu tráfego. Isso acontece. Existem ferrovias nossas, como a FCA... Aí não, não se aplica isso. Quer dizer, não é uma unanimidade, mas os principais corredores funcionam assim. E isso traria, de alguma maneira, uma obrigação para as concessionárias de carrear esses vagões, ou seja, para os vagões não transitarem pela *shortline* e ficarem parados na interconexão. Alguma coisa tem que ser feita para garantir um *transit time* razoável, a um custo razoável, para que isso vá para frente.

Então, com relação a esses três casos, é regular para tratar tráfego mútuo e direito de passagem com igual importância e deixar que o empreendimento escolha como vai querer se relacionar, que as empresas escolham como elas vão querer se relacionar em função dos seus custos e, com os pátios intermodais, começar a montar uma rede de nós efetivos, nós intermodais, nós onde a gente estaria recebendo rodovias e ferrovias, interligando esses nós, e evoluindo a nossa rede. A malha, que o Bernardo bem mostrou ali, se daria muito bem se a gente tivesse nós nesses intervalos. O mercado americano tem n *hubs* de intermodais, e são de muitas, às vezes até de mais de uma empresa.

Eu falo também da diferenciação técnica das ferrovias, sobre a qual o Bernardo falou. Realmente, a gente precisa saber. Nós não temos nem especificação do que é uma ferrovia para cumprir as regras que a ANTT tem de segurança, o que é necessário tecnicamente não está escrito em lugar nenhum. Para cumprir as normas de segurança colocadas pela ANTT, ou seja, a quantidade de acidentes... Ela não diz como fazer, não existe uma norma técnica que diga como fazer, não existe uma norma técnica que limite parâmetros construtivos, parâmetros de geometria de via, para que você possa cumprir aquilo que você quer. Ou seja, a 60 por hora... Eu tenho que ter um certo parâmetro de comportamento da minha geometria para poder o trem andar com segurança a 60 quilômetros por hora; mas, se eu tenho uma pequena empresa que tem uma composição pequenininha que vai rodar uma vez por semana, eu não preciso rodar a 60, eu posso rodar a 30. Para rodar a 30, a conformação técnica é completamente diferente, é muito mais frouxa, para eu ter exatamente a mesma quantidade de acidentes.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Eu estou com velocidades menores, eu estou com inércias menores. Então, eu posso trabalhar abaixo do que trabalham as outras. Eu não tenho que ter o mesmo tipo de trilho, eu não tenho que ter o mesmo tipo de dormente, eu não tenho que ter o mesmo equipamento de manutenção. Simplifica para quem está trabalhando com velocidades menores.

Então, a estratificação técnica da nossa rede é extremamente necessária, e nós temos redes centenárias, redes remanejadas, e redes recentemente construídas, que não estão nem em operação, como é o caso do tramo central da Norte-Sul.

E o último ponto. Eu acho que a gente pode usar, porque está na legislação, estão colocadas no PLS, as bases para *open access* e operador ferroviário, mas eu usaria isso no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento para resolver conflitos de interesse em acesso de porto, por exemplo. Em um primeiro momento eu faria isso.

Se você olhar hoje o Porto de Santos, por exemplo, verá que são três empresas: verde, MRS; roxo, Malha Paulista; e, preto, uma empresa concessionária da Companhia Docas de São Paulo, a Portofer, cuja propriedade acionária é da Rumo. Ou seja, basta imaginar um trem andando ali: ele sai de uma, passa na outra, vai na outra, até chegar lá no terminal para poder descarregar o seu material. Ele passa, às vezes, até por três ferrovias diferentes. Imaginem a gestão dessa ferradura de Santos com três empresas ali dentro. Quem gere? Quem diz que trem vai fazer? Quem licencia o trem para ele se movimentar? Em que pedaço? Isso pode dar um problema.

Eu estou começando um estudo, que é o próximo estudo que vou fazer – só fiz o levantamento geográfico até agora, devo ir a São Paulo pegar mais informações. Por que não fazer da ferradura de Santos um grande pátio para a operação em regime *open access?* Alguém cuida dessa infraestrutura e quem quiser andar anda *open access*.

Eu ousaria até pegar aquele anelzinho lá em cima, junto ao nome MRS ali, e criar pátios de contêineres, porque ali você está no final da descida rodoviária e você poderia recepcionar todos os contêineres lá e trazê-los aos portos de contêineres por ferrovia. Ou seja, não evita todo o tráfego de caminhões dentro de Santos, mas já é um alívio muito grande. Esse é um estudo que eu estou começando agora, mas eu o coloco, porque ele só vai ser viável se houver, por parte do projeto – aqui eu estou só trazendo um resumo – o que eu estou chamando dessa regulação voltada a tipos negócios ferroviários.

Só para dar um exemplo. Igualdade: tratar os diferentes em função das suas diferenças, tanto tecnicamente quanto fiscalmente, para que cada um diga... E, na minha visão, nós temos hoje no Brasil a possibilidade de sete negócios ferroviários que necessitam de regulação específica, um não se confunde com o outro.

No primeiro caso, que eu chamo de "tronqueira", eu coloco ali, por exemplo, a Carajás. A estrada de ferro Carajás não é uma operadora ferroviária, é uma mineradora que tem um centro de custo da sua esteira que, por acaso, tem roda. Noventa e oito por cento do que passa em Carajás é minério de ferro, e existe para isso. Tira Carajás da equação... Carajás não serve para nada. É tão pouca a carga lá que não serve para nada. A mesma coisa, por incrível que pareça, é Vitória-Minas.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Carajás tem concessão?

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Carajás é uma concessão por obrigação legal, mas Carajás tem uma diferença, Carajás e Vitória-Minas: o patrimônio é privado, o patrimônio não é da União. Ela é uma mista; ela poderia ser uma autorizatária, mas ela é uma concessionária porque a legislação atual obriga.

No segundo caso, são as outras nossas: a Malha Paulista, a FCA, a MRS, fora do anel minerário. São cargas gerais. Aí são empresas transportadoras ferroviárias estrito senso e que precisam levar as suas cargas e as de quem chegar por perto, as cargas que tiverem para eles levarem eles têm que levar.

As *shortlines.* Eu vejo as *shortlines* tratando do que é baixa demanda, mais especificamente para baixa demanda – claro, ela pode ser ampliada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transporte de carga de alta capacidade em regime de *open access:* nos casos específicos. Eu creio que é o que chamam lá fora de *short-haul.*

Terminais e pátios multimodais independentes, para que você possa fazer, por exemplo, aquele caso do Porto de Santos, ou algum outro ponto na nossa rede que tenha um volume suficiente e que mereça que se dê um tratamento independente das empresas que ali chegam.

O transporte interurbano de passageiros, regional e de longa distância, é um outro universo.

E o transporte turístico de passageiros é um outro universo, que se interessa por andar de vapor em rotas cênicas ou rotas históricas.

Quer dizer, o objetivo de cada um desses negócios é completamente diferente um do outro, então eles merecem ser tratados de uma maneira diferente. E, juntando tudo, as concessionárias – nos dois primeiros casos, é o que a gente tem hoje, não precisa mexer por questão de segurança jurídica, a não ser que na renovação se queira fazer alguma coisa – e as autorizatárias. E eu coloco o PL aqui no meio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Maurício Ferreira Wanderley) – Estou acabando.

É aqui que eu coloco a fronteira entre ANTT e o que vai ser gerido pelo PL, simplesmente fazendo uma separação didática.

Era isso, senhores, que eu tinha para falar.

Muito obrigado! Obrigado pela oportunidade, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Muito obrigado, Maurício.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Estamos à disposição para qualquer outra discussão.

O material que vocês estão recebendo, a apresentação, tem, na sequência, mais quarenta e tantas transparências, eslaides, em que está a fundamentação do que eu fiz, do que veio do meu trabalho e as propostas de modificação na 10.233.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ele me disse.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Eu não usei...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Por isso ele estava tenso ali, porque ele disse que tem 68 eslaides e passou 20.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Não. O arquivo tem 68. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Maurício, perfeito. Nós queremos o material, claro. A Senadora Kátia também, todos nós.

Queria dizer que uma das coisas... Pelo que estou vendo hoje aqui, a audiência é extremamente positiva, com sugestões pontuais importantíssimas, conceitos importantíssimos. Acho, cada vez mais estou convencido, Senadora Kátia, que a agência reguladora terá muito trabalho com a nova regulação, e é para ter mesmo, a ideia é esta mesmo: a gente ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agência reguladora que trabalhe, que seja equipada – nós vamos trabalhar para isto, para que ela seja equipada – e possa trabalhar.

Inclusive, Maurício, nessa, provavelmente a gente vai ter interesse até em definir esses chamados sete negócios. É interessante que a lei analise fazer isso, mas a arte da coisa, da regulação, está justamente na capacidade de poder converter uma coisa na outra. Então uma linha, eventualmente, que é de grande porte, mas é exclusivamente da mineração, por exemplo, nada impede, se aparecer outro mercado ou outra coisa na região produtora que não seja só minério de ferro, que agência, com o poder que o Estado tem, independente de ser autorização ou concessão, converta aquele negócio em outro negócio pela necessidade de regular de forma diferente. Então faz parte justamente do arcabouço legal, como nós fizemos no caso do petróleo, onde existem dutos de interesse privativo e dutos de interesse coletivo. Os coletivos são sujeitos a determinadas regras, e os outros, não.

Senadora Kátia, quer fazer alguma colocação? Senadora, por favor. Depois eu faço a revisão dos pontos para a gente se despedir e leio aqui duas perguntas que chegaram.

Senadora Kátia, por favor. E obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Quero e não quero.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quer ou não quer? (*Risos.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Vou começar pela palavra do Fayet. Eu não estava aqui, mas a minha assessoria apontou pontos importantes, e eu tenho pensado muito nisso aqui.

Depois da licitação da Norte-Sul e da prorrogação da Malha Paulista, meu colega Senador Jean Paul Prates, que está com tanta dedicação, o que nós estamos fazendo aqui? Não sei o que nós estamos fazendo aqui. Depois da licitação da Norte-Sul e da prorrogação da Malha Paulista, eu acho que a revelação está pronta, feita pelo Governo de forma ditatorial.

Então eu não sei onde é que nós vamos aplicar essa nova regulação. Eu estou em dúvida, não estou brincando, não. Eu quero perguntar isto a todos: nós estamos falando de quê? O que nós vamos regular? O senhor é o Relator. Nós temos esperança em quê?

Porque nós temos essas duas empresas e um monte de malha abandonada. E o que ele falou, o Sr. Maurício, é corretíssimo: as ferrovias só existem para os seus próprios donos. Eu tenho a minha carga própria e a minha ferrovia própria, e não me interesso pela sua carga. É mais ou menos o porto privado misto, lembra? Eu só podia ter porto se eu tivesse carga própria. Se eu não tivesse, pelo menos, um mínimo de carga, me obrigavam a produzir alguma coisa para poder exportar. Graças a Deus, isso nós mudamos. E eu tive o prazer de participar disso muito de perto, com o Bernardo também, e mudamos essa regulação. Foi através de uma medida provisória e de uma lei que nós abrimos os portos do País que estavam fechados.

Então, o que resta fazer? Vocês estão falando de uma nova regulação para essas malhas abandonadas, para serem de novo licitadas, que vão ser entregues, mas a legislação não deixa ser entregue. Se elas fossem muito boas, por que estão abandonadas? Se esses aviões, os dois, não querem movimentá-las, quem é que vai querer? É dúvida mesmo, de verdade. Se ninguém quer, eu não quero nada em liquidação, fácil, não. Então que atrativo terão, Bernardo? Eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

sei. Eu sei que o Rio Grande do Sul é um grande produtor de grãos, Santa Catarina, Paraná. E as ferrovias estão todas paralisadas. Não é bom? Não é atrativo? Não sei o que é.

A outra questão é, também, continuando: existem novas ferrovias com que a gente possa sonhar para usar essa regulamentação nova? A Ferrovia Oeste-Leste, da China, é viável? A Ferrovia para a Bahia, Ilhéus – o Governador da Bahia é um grande lutador, todos os colegas Senadores, e eu também já fui –, não creio, não sei se tem carga. Estou perguntando.

A única que eu tenho convicção, não sou especialista, mas a única de que eu não tenho dúvida é a de Sinop, de Cuiabá até Miritituba. Essa eu tenho certeza que tem. E por que ninguém quer? Por que essa concessão não sai? O que travou isso? Por que o privado não quer construir isso, não pede, como chamam, autorização, concessão – autorização, não pode – para poder movimentar e construir essa, através de concessão ou permissão? Para concessão tem que haver licitação, e a permissão também tem que ser por licitação.

Aí vem uma lei e diz que a Constituição está errada, que pode autorizar. Essa lei, que foi votada no Governo Michel Temer, se sobrepõe à Constituição e diz que só podem ser estas duas modalidades: concessão ou permissão. Por que essa lei permitiu essa prorrogação, e o Tribunal de Contas assinou, concordando com isso, menos o Procurador do Ministério Público de Contas? O ministro conselheiro... Toda hora eles jogam na cara da gente aqui. A primeira coisa que eles falam: "Não, o Ministério Público bateu palmas, está tudo certo; o Tribunal de Contas também autorizou; a gente só consegue excluir o procurador de contas". Então o tribunal concordou com isso, que essa lei está certa? Eu estou falando da prorrogação da Malha Paulista. Eu ouvi isto aqui do Tarcísio, e vocês concordaram.

Então, nós estamos na mão da Ministra Cármen Lúcia. E eu peço socorro a ela, que é uma mulher equilibrada e que conhece a Constituição e as leis. A Presidente Raquel Dodge, da PGR, a Procuradora, mandou ADIn dizendo o óbvio. Eu não sou advogada, mas eu sei ler. O óbvio: essa lei do Michel Temer não poderia ter sido feita. Ela é inconstitucional. Ela permite a prorrogação antecipada sem licitação.

Sinceramente, eu fiquei muito decepcionada com o Tribunal de Contas da União. Eu jamais imaginei que vocês pudessem permitir isso, principalmente sem direito de passagem.

O que acontece com o direito de passagem, que as pessoas precisam, que estão nos ouvindo... "Ah, mas Kátia, a ferrovia da empresa tal você quer que dê o direito a um concorrente de passar?" Alto lá! Primeiro que não vai passar de graça. Segundo, que essa ferrovia foi construída, cara pálida, com dinheiro seu, com dinheiro público.

Quanto custou a ferrovia, Bernardo? Quantos bilhões essa ferrovia custou para União?

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mais de R$10 bilhões. E foi concessionada por quanto? Por 2,7?

Então, eu não sou contra o Poder Público investir para que a iniciativa privada atue. Não sou contra. Existem lugares em que é inviável mesmo a iniciativa privada fazer a ferrovia. Mas como tem dinheiro público, eu tenho que permitir, no mínimo, a passagem, que mais brasileiros que pagaram essa conta de 10 bilhões desse trecho possam se beneficiar disso. De que forma nós brasileiros vamos nos beneficiar disso? Com a concorrência e o preço mais baixo, não tem outro jeito. Agora, como elas estão sozinhas...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como é que o Tribunal de Contas pôde permitir que tirassem o direito de passagem? Porque era escandaloso que a retirada do direito de passagem deu prejuízo na outorga aos cofres públicos, porque tirou a concorrência. Então, só deixou dois. A gente tinha que adivinhar qual dos dois iria ganhar. Ganhou a Rumo, ganhou a promessa de renovação da Malha Paulista. Quem não sabe disso? Até as crianças sabem. E o Tribunal de Contas estava onde? Porque é o órgão que implica, sim... Eu gosto muito do Tribunal de Contas. É necessário, é importante. Já fui Presidente do Sistema S. Olha, Deus o livre! São 24 horas de fiscalização! Mas ninguém reclama porque a gente não tem o que esconder. Mas o Tribunal de Contas não enxergar que, pela retirada do direito de passagem nós devemos ter perdido, no mínimo, 2 bilhões – no mínimo 2 bilhões –, com a falta de concorrência... Porque esse trecho vale 6,5 bilhões.

E o departamento do senhor? Vocês não deram um parecer sobre isso? Vocês concordaram? Se eu estou errada, eu quero ouvir. Dou a mão à palmatória. Não tenho nenhum problema. Não tenho compromisso – Juscelino Kubitschek ensinou isso –, não tenho compromisso com o erro. Se eu estiver errada, me convença de que vocês não viram isso, que há um departamento estruturado de ferrovia.

E as multas? O que o Tribunal de Contas já fez até hoje com relação a esse tanto de multas que essas empresas têm? Eu pergunto ao ministro, pergunto ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e a quem quiser ouvir: se eu tiver um contrato público de uma obra qualquer e descumprir com essa obra, estou inviabilizada para qualquer nova licitação. Ou não é assim? Então, como é que a Malha Paulista, como é que a Rumo está litigando contra a União, com novecentas e tantas multas, só pagou duas, o resto está na Justiça, e descumpre contrato, abandonando malhas? Então, ela tem penalidade dupla. Ela não paga, está litigando contra a União, e abandonou contrato, descumpriu o contrato, como ela pôde entrar na licitação da Norte-Sul? Como é essa mágica? Eu queria aprender. Podem me ensinar aí, o povo. Como é que burla isso? As outras empresas têm que aprender também. Por que ela tem esse privilégio? Como o Tribunal de Contas permitiu isso?

Agora, para uma obrinha de um prefeito lá do fim mundo, não pode, não pode, não pode, nada pode. Eu sou a favor do rigor da lei, da fiscalização, da obra bem feita, da licitação honesta. Agora, não pode haver dois pesos e duas medidas. Dois pesos e duas medidas é muito triste para o País – muito triste.

Eu não consigo imaginar o que faz essa ANTT, porque esse presidente veio aqui outro dia, antes de sofrer busca e apreensão pela Polícia Federal, e não sabia nada com nada. Se não faz nem as normas de segurança! Então, a ANTT tem que ser chamada aqui, Presidente, para explicar o que ela faz. Porque ela não regula preço, ela permite irregularidade em licitação, ela permite a retirada do direito de passagem. Essa agência serve para quê e para quem? Para brasileiro, não é. Para brasileiro e para o Brasil, não é.

Estas são as minhas questões com relação ao TCU: as multas, malhas abandonadas e se permitiu essa empresa, superempresa, participar de licitação irregularmente, autorizou sem direito de passagem, diminuiu a concorrência, a outorga deu prejuízo ao País e agora nós vamos ter prejuízo com o povo.

Com o povo ninguém está preocupado. Só estão preocupados com a União. Então, vamos ficar aqui na União, porque, daqui para a frente, essa falta do direito passagem vai dar prejuízo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

às pessoas, àqueles que produzem, espalhados por este Brasil afora, que não vão ter concorrência no preço.

A ANTT eu queria saber como ela modula essa tarifa. Essa tarifa modulada é o seguinte, uma maravilha: tem a tarifa fixa, de 30% do frete rodoviário. Parabéns! São 60, não é? São 60 ou 30? Tem a taxa fixa. Acho que é 60 do preço ferroviário, ou do rodoviário. E tem uma taxa móvel, que ela não regula. Essa taxa móvel existe sem regulação da ANTT. Uma ela fiscaliza: "A taxa fixa, olha, não pode ser mais do que isso". E aí inventa. Eu até acho que deve ter custo mesmo, mas sem fiscalização, sem nada?

Então, na época de safra, Presidente, essa taxa variavelzinha, que só interessa aos donos das ferrovias, cresce para 120% do frete rodoviário. Sabe por quê? Porque ele disse que o dono da ferrovia não quer grãos, ele quer transportar o que é dele. E o preço vai lá para cima. Quando não tem, vira 90% do preço do rodoviário. Não sai disso.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. *Fora do microfone*.) – O cliente não tem opção.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, não tem opção. Só se for voando. Não tem opção.

Então, sinceramente, eu gostaria de que todos os meus questionamentos, além de querer a resposta do Maurício, do auditor – eu tenho dois irmãos auditores no Tribunal de Contas, concursados, e não tenho problema nenhum em falar, eu perguntei a eles –, eu gostaria que esta Comissão oficializasse essas perguntas ao Tribunal. Eles têm que nos responder.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – À ANTT, sobre a formatação dessa tarifa e a respeito das normas de segurança.

Eu não li o projeto do Serra todo, mas a minha assessoria disse que ele propõe que tenha autorregulação. É verdade?

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – Sim, privada.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu sei. Autorregulação é privada. Autorregulação com duas empresas? Não, Presidente. Essa aí não tenho condições de votar, não. Não há possibilidade, não há a menor possibilidade. A autorregulação só funciona quando tem concorrência, porque o preço do frete regula. Porque a concorrência faz a regulação...

Quando é monopólio ou oligopólio, a regulação própria faz a tarifa subir, meu Deus do céu! Será que não estão enxergando isso, não?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É quase uma regra, é quase uma combinação de preço.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu que não entendo nada desse assunto, que entendo mais ou menos da roça... Parece que não dá certo, não.

A outra coisa é a seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Lembrando, Senadora Kátia, que a regulação de que estão falando aqui,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

a autorregulação, é operacional, estritamente operacional, não regula preço. Preço é Cade e a ANTT, na minha opinião.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Gente! Cade? O Cade tem que analisar a fusão de empresas. Agora, taxa?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Tarifa também. Tarifa também.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Quem tem que fazer é a agência, é a função de ela existir.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É a agência. Minha opinião converge com a sua. Não só nisso como na Anac também, na ANP e na ANEEL. Mas disso nós vamos ter poder de mudança.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Então eu vou encerrar. As suas perguntas são essas.

Agora, para os outros três, principalmente para o Bernardo, que é especialista na área, eu quero saber isto: nós estamos regulando aqui o quê? Quando nós aprovarmos regulação, ela será aplicada onde, em que lugar, porque os contratos já foram assinados?

Segundo: "Não, há umas ferrovias novas maravilhosas que vão ser construídas e nós vamos ter como aplicar essa regulação". Essa regulação, depois de contrato assinado, lei aprovada, vai valer para os contratos que estão sendo prorrogados e a nova licitação?

Lei não retroage para prejudicar. Aí, na questão de prejudicar, está prejudicando um contrato. Vai ficar contra o povo brasileiro. Não vai retroagir para prejudicar, não vai, porque, se não prejudicasse, tinham colocado direito de passagem. Eles não querem concorrência.

Então eu quero saber isto: se cada um de vocês pudesse ter o dom de fazer essa regulação, quais seriam os cinco pontos ou os três pontos básicos que vocês tratariam na condição em que nós nos encontramos hoje, esperando a Ministra Cármen Lúcia tomar uma decisão em favor do Brasil e colocar essa lei como inconstitucional? Pelo menos nós salvamos essas outras malhas, porque a Norte-Sul já foi. A Norte-Sul acabou. Não tem mais jeito. Está tudo perdido. Então, o leilão da Norte-Sul acabou com o sistema ferroviário brasileiro, na minha opinião. O que está pendente...

Porque essa *open access*... Eu vejo *open access* e dá vontade de rir. *Open access* tinha que ser a Norte-Sul inteira. *Open access* no mundo inteiro é uma coluna vertebral. Aí os pequenos todos vêm, porque é de graça passar aqui. Por que a Valec não fez isso? Ela já era dona da ferrovia. Por que, em vez de fazer falcatrua, como sempre fez, na construção da ferrovia, e foi todo mundo preso, não vai operar a ferrovia *open access*? Por que não fez isso? Aí vocês iriam ver chover pequenos operadores com essas *shortlines*, que são...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Costelas. São as costelas.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... pequenas linhas? As pequenas linhas. As costelas da espinha. Então, falar em *open access*... Sinceramente!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Que não é *free access*; é *open access*, é pago.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não, *open access* você paga taxas...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É remunerado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – ... mas é muito baixo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um pedágio, é um pedágio.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – É um pedágio apenas, como todos os carros pagam pedágios por aí.

Então, eu vou ler mais o projeto. Interessa-me muito o assunto, e o Senador Serra merece o nosso respeito e consideração.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Mas a maioria desse povo é de São Paulo, não é? Essa outra, a segunda é paulista, a empresa é paulista. Então, eu tenho certeza da legitimidade dele, mas nós que estamos nesse interior do Brasil temos que ter um olhar muito acurado a respeito do projeto e dessa regulação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Kátia, eu queria tentar animá-la um pouco...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Nossa, eu estou desanimadíssima!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... da mesma forma que este iniciante no Senado está animado com essa relatoria.

Eu acredito, e vi isso na situação da Lei do Petróleo, que eu sempre menciono aqui, na década de 90, e depois em vários atos regulatórios de que participei como autor técnico, que uma lei não pode tudo, mas pode muita coisa. E, para responder a sua pergunta, já como Relator – modestamente apenas nesta Comissão, depois vamos seguir com outras Comissões e teremos a oportunidade de outros aprimoramentos –, eu estou tentando fazer o máximo possível para ajustar esse processo à realidade do que nós estamos passando. Evidentemente, e concordo com V. Exa. plenamente, nós estamos tendo muitos processos estranhos, atropelados, ao arrepio da lei, sendo feitos, tanto pelo Governo Temer, que passou, quanto por este Governo. E por isso tenho alertado tanto para tanta coisa, não só no setor dos transportes, da logística, como – já mencionei aqui – também no do petróleo. Inclusive, está ocorrendo um agora. Da mesma forma que a senhora falou de a Ministro Cármen Lúcia estar averiguando essa questão das renovações, eu falei também da TAG, que é um processo semelhante, uma venda sem licitação em uma subsidiária integral da Petrobras, que é um monopólio natural. É a espinha do peixe do gás natural de todo o Nordeste brasileiro. Isso está agora, agora à tarde, infelizmente tendo que passar pelo Supremo para decidir-se uma questão eminentemente regulatória.

Quando eu abri aqui, disse isto: é uma vergonha para nós ter agências reguladoras que passam recibo de incompetência todos os dias quando não conseguem regular monopólios

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

naturais e obrigam-nos a fazer leis novas, como foi a Lei do Gás. E esse caso dos trens e do gás também, apesar de uma lei específica, ainda vai ao Supremo para tentar regular-se uma questão regulatória de monopólio natural. Basta força de regulação, não é nem força de lei, porque a lei já dá esse poder às agências. Então, eu me congratulo com V. Exa. sobre essa questão das regulações.

E, para me animar um pouco e nos animar, pelo menos, do poder que esta Casa ainda tem, acredito que a gente possa, de fato, aprimorar muito. V. Exa. pergunta o que nós vamos regular. Eu acho que nós vamos regular, sim, essas concessões que foram renovadas. A lei não retroage, mas o monopólio natural, como tese econômica, obriga a que a gente faça a discussão. Se houver dominação econômica e não houver acesso para quem quiser usar essas linhas tronco fundamentais para o escoamento da produção brasileira, terá que entrar em vigor a ação da agência reguladora. Isso não está proibido por lei, e a isso qualquer concessionário sabe que está sujeito.

Em relação à devolução das linhas, essas linhas que estão congeladas no tempo, que estão deteriorando, também vamos tentar através dessa lei aprimorar esse processo, fazer com que esses processos andem e que quem estiver ocupando ocupe usando ou, se não estiver usando, não tiver interesse, devolva para o Poder concedente ou para alguém que se interesse em pegar a servidão que está preservada. E essa é uma razão que afeta exatamente ao meu Estado: nós temos três linhas lá que estão abandonadas, com as servidões intactas, que a população, inclusive, preserva esperando docemente a volta de alguma ferrovia naqueles setores, naquelas regiões. E temos, então, um ativo importante, porque, pelo que eu me recordo, de algum pouco conhecimento que tenho nessa área, a servidão vale muito em um processo novo de ferrovia. A servidão pode chegar de um terço a metade do valor. Dependendo da extensão que está sendo coberta, o que você vai gastar de indenização, de devolução, de desapropriação, de acesso – fazendas, cidades que são percorridas – é muito dinheiro. Então, ter a servidão preservada é importantíssimo para a revitalização desses trechos. O que falta é o induzimento. A pergunta era: para onde vamos e quem vai fazer ferrovia nova? Vai depender do marco regulatório que nós pusermos de pé aqui.

Então, eu ainda acho que podemos estar de fato regulando não só o que já passou, atuando agora, infelizmente, mas obrigatoriamente atuando com o Supremo também nessa questão da revisão dessas renovações, desses direitos de passagem ou desses acessos. E principalmente, respondendo à pergunta – já abusando aqui de interferir nos palestrantes –, os três pontos básicos para mim são: acessibilidade; regulação, agência forte, segundo ponto; e, terceiro, induzimento à expansão da malha. Esses seriam os três objetivos que de cabeça me veem hoje aqui, como Relator dessa lei.

De fato, atacando desses três pontos, e aí são vários detalhes, eu acho que a gente faria uma missão cumprida belíssima aqui. Acho que a gente tem poder para de fato modificar essa realidade e atuar, ao mesmo tempo, na defesa das coisas que estão ocorrendo agora e que estão erradas.

Vou deixar vocês falarem, porque são os especialistas. Quem quer falar antes? Estamos com liberdade aqui.

Maurício primeiro, com a questão do TCU, depois Bernardo? (*Pausa.*)

Bernardo primeiro?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – O Maurício me delegou aqui...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Maurício foi o primeiro inquirido.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Eu vou deixar o assunto mais espinhoso para o Maurício.

Senadora, na minha opinião, o correto seria paralisar os processos que estão em andamento de renovação, esperar sair uma lei que regule e oriente esses processos e, depois, retomar e ajustar os processos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Mesmo porque faltam dez anos para vencer. Nós temos dez anos para trabalhar.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO (Para exposição de convidado.) – É isso. É isso.

E o fato de não haver uma lei que oriente, dê as diretrizes e defina os limites para esse negócio está fazendo com que a agência piore, caminhe no sentido oposto ao que a gente está propondo e ao que parece ser uma unanimidade aqui da Mesa, que é o caminho em que se tem que andar. Quer dizer, hoje a proposta, pelo menos a que é pública e que a gente conhece, é muito ruim e tem uma involução em vários aspectos regulatórios fundamentais, como, por exemplo, no direito de passagem, que saiu de obrigação e virou possibilidade.

Então, eu acho que, se a gente conseguisse que o TCU sustasse essa análise até que saia a lei para ver o que tem que se ajustar no contrato, seria perfeito. Se não houver isso, nós vamos ter que pensar como é que... Senão, nós só vamos pensar em ferrovia no final do século XXI, e até lá nós vamos ficar com a ferrovia no padrão do século XIX, que é o que nós temos.

Quanto a essa primeira parte da pergunta, eu acho que vale a pena caminhar nessa regulação, e nós temos que criar condições de que ela seja efetiva, ou paralisando os processos que estão em andamento ou colocando na lei que esses processos têm que se adaptar; que, quando sair a lei, todo mundo terá que se adequar à lei. Eu não sei, eu não entendo de lei, acho que é por aí.

Dentre as três coisas que eu acho importantes, há uma que eu acho fundamental, que é criar um ambiente competitivo. Em todo lugar onde ferrovia andou para frente, foi porque já havia competição e ela tinha que se desenvolver para atender, ser competitiva para ter a carga, disputar o mercado. Ter competição em ferrovia, no modelo que a gente tem... No modelo *open access* é competição absoluta; no modelo verticalizado, como é nos Estados Unidos, a competição tem que se dar pela garantia do direito de passagem de outras ferrovias e de operadores independentes. Então, tem que haver uma parte da capacidade da ferrovia que está destinada a uso que não é com carga dela, é com carga de terceiros, é com operadores ferroviários independentes, porque aí você vai criar... Se há uma carga que a ferrovia não tem interesse em transportar, o seu transportador rodoviário pode comprar uns vagões e fazer um trem. Isso é uma coisa positiva: vai aumentar a utilização da ferrovia, vai baixar os custos fixos e todo mundo vai ganhar; o mercado ganha. Então, eu acho que esses dois aspectos do direito de passagem são fundamentais.

Eu acho que há uma coisa que a gente está negligenciando – a gente não sente no dia a dia, não é uma coisa muito forte nas discussões, mas eu acho que é fundamental –, que é definir um padrão de ferrovia que a gente quer. Nós estamos renovando... Eu disse isso aqui antes. Nós estamos renovando a concessão da Rumo no Governo, e a Rumo tem que passar a velocidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do trem de 13 para 25 – sei lá, uma coisa desse tipo. Poxa, a Norte-Sul anda a 40! Por que o trem da Norte-Sul vai andar a 40 na Ferrovia Norte-Sul e, quando entrar na Malha Paulista, vai rodar a 15? Por quê? Qual é a velocidade em que roda o trem da outra companhia do mesmo dono? Então, eu acho que a gente tem que ter padrões mínimos. A ferrovia tem que ter esse padrão de velocidade, como o Maurício... E, para ter esse padrão de velocidade, eu tenho que ter essas características. Então, eu acho que isso também é fundamental.

E a terceira coisa...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Modular as velocidades?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – É definir o que você quer da ferrovia. Eu estou renovando, e a Rumo está arrumando lá a linha dela. Está arrumando para que patamar, para que padrão? Certo? Eu tenho que dizer: eu quero que na Malha Paulista o trem tenha uma velocidade de percurso de 40km/h. Por que 25? "Ah, porque 25 é a média nacional". Você sabe por que 25 é a média nacional? Porque a Rumo puxa a média para baixo, e a VLI. Por que nós não pegamos como paradigma a Vale, por exemplo, que é uma ferrovia eficiente? Ou a MRS? A velocidade... A Rumo tem que ter uma velocidade compatível com outras ferrovias que são boas. Essa é a coisa.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Quarenta?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Na Norte-Sul é 40. Na Vale, os trens andam mais rápido, porque a linha é melhor e é duplicada.

O último ponto que eu acho fundamental também são os trechos abandonados. O mercado nosso interno...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Só um minutinho, Presidente.

Essa velocidade, eles a jogam para baixo justamente para não sobrar capacidade de carga para terceiros?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – E não terem que fazer investimento.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O que faz da ferrovia uma coisa especial de se regular. Por isso eu disse que é muito complexo regular. É diferente de um gasoduto, por exemplo...

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – É diferente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... em que você despacha uma quantidade, e ele viaja a uma velocidade uniforme. Aqui o cara pode fazer esse expediente.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Eu falei aqui...

(*Interrupção do som.*)

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – O grande risco que nós temos é que o frete (*Fora do microfone*.) rodoviário corre o risco de quase dobrar. O rodoviário.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – E, quando isso acontecer e o produtor falar "com esse frete, eu não exporto", ele vai procurar e não vai ter ferrovia para transportar. Então, ele vai ficar refém daquilo: ou ele para de produzir ou ele paga aquele preço.

Agora, quando a gente olha no mapa os trechos abandonados, eles são os trechos que atendem o mercado interno brasileiro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – ... que vão do Rio Grande do Sul até Fortaleza, São Luís. Esse sistema nós temos que resgatar.

E há uma outra norma importante: as empresas não podem conviver nem um dia com trecho abandonado; elas têm que devolver. E não concordo com o Maurício de que a devolução é complicada. Não, ela é muito simples: ela tem que devolver e indenizar os danos que causaram na ferrovia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Contrato é contrato.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Eu tenho uma ferrovia lá no Rio Grande do Norte de que tiraram o trilho, não tem nem mais trilho. Ela vai de João Pessoa a Natal. Tudo bem, quanto é que custa botar essa ferrovia no padrão de operacionalidade dela? Essa é outra coisa que não está definida também: quais são as condições de trafegabilidade que você tem que repor. Assim, já houve... A VLI devolveu a Linha Mineira. Calculou-se a indenização, ela pagou, e resolveu. Então, isso não pode ser uma dificuldade.

E, na hora em que o Governo receber a linha abandonada de volta, vai fazer um novo projeto para aquela ferrovia, seja asfaltar e criar uma estrada, seja criar um nicho de mercado que se identifica ali, de passageiro ou de carga, e fazer o negócio. Foi isso que fez a dinamização da ferrovia nos Estados Unidos, onde há 600 *shortlines*.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Seiscentas!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu pedi ao Wagner... Quero pedir licença ao Maurício – o Wagner tem que sair – para ele dar a contribuição.

Rapidamente, Bernardo, comentando o que você falou, eu aceito as servidões até do jeito em que estão. Eu acho que o razoável seria recompor ao Estado o que ele recebeu. É como um locatário de um imóvel normal: você recebe o apartamento em condições de morar, devolve o apartamento em condições de morar.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Tem que ser razoável.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E não é difícil, realmente, fazer esse cálculo. Acho que é só, realmente, ter vontade de fazer.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – E já há uma experiência. Isso já foi feito. **A SRA. KÁTIA ABREU** (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E é o Tribunal de Contas que tem que (*Fora do microfone.*) obrigar a isso ou é a ANTT?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Não, é a ANTT.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A própria agência. A agência. Tudo é a agência!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Porque, assim, o contrato fala que...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É que a agência não funciona. Esse é que é o problema, Senadora Kátia, a senhora tem razão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Acrescento essa pergunta para entender: por que não se exigiu a devolução das ferrovias abandonadas?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deixe-me só dar um esclarecimento aqui, Bernardo, rapidamente, em relação...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Isso é crime de responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A nossa assessoria informa que nós temos que fazer um requerimento específico, que talvez possamos fazer juntos, e aprová-lo aqui na Comissão com essas perguntas para elas irem para a ANTT e para o TCU.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Só para complementar, é mais grave, porque, na renovação da Rumo que está sendo aprovada no TCU, eu estou deixando lá dentro um trecho que vai ficar abandonado mais 40 anos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Aquele do Mato Grosso do Sul?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Aquele que vai para Panorama; que vai de Itirapina para Panorama.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Está renovando...

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Eu estou renovando a concessão da Rumo, estou deixando esse trecho concedido a ela, e ela...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – A Malha Paulista mais essa?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Mais essa. E essa não tem nenhum plano de restabelecimento de trafegabilidade. Quando se olha o plano de negócios, não há um quilo de carne passando nos 40 anos, daqui até o final do século.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Desculpe, Presidente.

Qual o trecho dela, Bernardo?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Panorama e Itirapina.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Wagner, por favor.

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Bem, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Dois minutos?

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – Dois minutos...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Eu vou começar a botar tempo, porque, senão...

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO (Para exposição de convidado.) – Eu vou falar os nossos três pontos.

Primeira coisa: trecho abandonado. Nós acreditamos que nem sempre... Há trechos abandonados que têm carga. Foi estratégia da operadora abandonar o trecho para juntar tudo no trecho que ela queria desenvolver. Então, resolução imediata de trecho abandonado.

Dois: direito de passagem e operador ferroviário independentemente – incluir isso.

Agora, isso aí tem que ser quando os contratos terminarem. Há contratos que terminam daqui a sete anos, porque foram em 1996, 1997, 1998.

A terceira coisa, na minha opinião, é aumentar a eficiência das agências reguladoras.

Foi aprovado nesta Casa, semana passada, o projeto do Senador Tasso Jereissati...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO – ... que, na nossa opinião, é muito bom e ajuda a aumentar a eficiência da agência reguladora.

Por fim, nós achamos uma boa ideia, que precisa ser discutida, a autorização para ferrovias. É um tipo de outorga válido, que já existe com sucesso no setor portuário.

Nós temos 130 TUPs hoje. Poderíamos ter...

Este País é muito grande, e essa opção não deve ser rejeitada.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – A autorização nos portos já existe.

O SR. WAGNER FERREIRA CARDOSO (*Fora do microfone.*) – Temos 160.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Maurício...

Como é que vocês resolvem aí? Quem vai primeiro? (*Pausa.*)

O Maurício pode ir?

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY (Para exposição de convidado.) – Tudo bem.

Bom, em primeiro lugar, só um esclarecimentozinho: o Bernardo falou que a gente não está combinando bem a respeito da parte de devolução. Eu entendo diferente: eu acho que nós estamos combinando, sim, Bernardo. O problema é que eu coloquei de uma maneira como se eu estivesse propondo um caminho. Não; eu estou propondo é desdar esse nó, porque, do jeito que está hoje na legislação, não se pode devolver trecho viável. O que eu estou propondo é tirar esse nó. Como? Se vai ser devolução simples, se vai ser... Eu só coloquei a ideia de fazer uma devolução um pouco mais... Talvez mais ágil, porque a negociação com essas empresas, para fechar esses valores, é astronomicamente complicada. Você sabe disso. Os valores são altos. Essa devolução dos sete trechos da FCA chegou a quase um bilhão!

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Dá para a gente fazer um monte de ferrovia.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Dá. Dá para fazer um monte de ferrovia. Concordo contigo.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Sugou bastante, não é?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Na verdade, o que acontece, parece-me, é que, por conta dessa previsão de um valor muito grande, todo mundo vai empurrando com a barriga, não é isso?

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – É.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Se a gente pensar com a cabeça do...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se for um pouco mais comedido nessa vontade, talvez a gente consiga...

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Se a gente pensar com a cabeça do empresário que é hoje dono de uma empresa dessa, ele tem um centro de custo, que é um ramal onde ele não tem lucro; para manter aquilo ele tem custo, não tem lucro... Ele diminui o valor da empresa dele... Porque diminui a lucratividade da empresa. Então, ele faz o quê? Abandona, não mantém, não opera, porque, naturalmente, esse trecho não traz lucro para ele no nível em que o trecho principal traz. Então, ele larga para lá.

E a lei não permite que esse "larga para lá" signifique "ANTT, licite esse negócio de novo". É nesse ponto que eu falo.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Desculpe...

É pior, porque, quando ele paga pela concessão, o valor que ele paga prevê que esses trechos sejam mantidos.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Sim.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO – Então, se você devolver, você tem que ser reequilibrado. E o TCU já bateu muito...

Quando a gente fez o contorno de Barra Mansa, o TCU chegou e falou assim: "Vem cá, e qual é o benefício que isso gera para a concessionária e como é que isso impacta o contrato dela?". Eu estou tirando um trecho ruim e botando um contorno novo.

Na Rumo, nós estamos botando vários contornos, e não fizemos essa conta, e o TCU não achou nada.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não falou nada, não achou nada.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Então, com relação a essa devolução, eu acho que um ponto importante que a gente tem é tratar esse processo de devolução e tratar o processo de patrimônio, para que a gente possa realmente reutilizar esses trechos.

E, respondendo à Senadora Kátia – desculpe-me, Senadora –, eu tenho aqui duas posições que eu preciso deixar claras, antes de falar.

A senhora falou que tem dois irmãos dentro do Tribunal de Contas...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Auditores.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – A senhora sabe como é que são os sigilos em processos em andamento.

Esse processo saiu da minha secretaria. Não participei dele. Na época, eu estava dirigindo a diretoria que cuida das obras ferroviárias, não a parte de concessão. Quer dizer, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

acompanhei de perto, para poder lhe falar os detalhes, mas esse processo está hoje ainda em procedimentos internos do Tribunal, está lá com o Procurador, o Júlio Marcelo. E o gabinete...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – A licitação ou a renovação?

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – A renovação. A licitação já aconteceu.

A renovação está lá, no Júlio Marcelo, está em andamento. Então, eu não posso me posicionar a respeito desse assunto com tanta veemência.

E outra: como eu falei no começo da minha apresentação, eu não estou aqui representando o Tribunal. Então, eu não posso ficar tomando muita posição em algo que ainda não é público dentro do Tribunal. A senhora me desculpe. E eu vou parar por aqui.

Com relação ao caso da Norte-Sul, aí, sim, eu tenho duas opiniões, a opinião do Tribunal e a opinião do Tribunal.

Eu posso... Do mesmo jeito que a senhora conversa com os seus irmãos, e eles têm a sua opinião sobre os processos em que eles trabalham, no caso da Norte-Sul, eu devo confessar que, particularmente, eu tenho a mesma opinião de que a Norte-Sul é uma espinha dorsal.

Eu era inimigo da Norte-Sul quando eu entrei no Tribunal. Na primeira vez que eu estudei a Norte-Sul, eu tive que tirar o chapéu: ela é a única que faz a interligação vertical das nossas redes. Ela não deveria ser licitada, na minha opinião. Não deveria ser licitada como é, aos pedaços.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Nunca.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Não deveria deixar de ser algo tipo *open access,* para poder ter...

E o caso da Valec, que eu acompanhei... Aquele projeto não foi para frente não pelo motivo de a Valec operar *open access*. A Valec tinha a capacidade sim. Ela tinha a diretoria de operações treinada, sob a gestão do Bento, e eles estavam preparados para agir como um GIF, um gestor de infraestrutura. Mas, quando veio aquela alteração, trouxeram para dentro da Valec algo inexecutável, que é comprar toda a capacidade ociosa da rede, vender isso e ficar com a diferença na mão, a prejuízo do Tesouro. Foi aí que o mercado bateu de frente, não quis fazer, e o processo morreu. Mas a Valec estava, naquele momento... Hoje ela não está mais, mas, naquele momento, estava preparada, sim, para operar as ferrovias dela, porque a Norte-Sul é concessão dela, a Fiol é concessão dela. Ela não teria que pagar para ninguém pela ociosidade, que foi a parte da equação que não funcionou.

Então, a minha opinião particular é exatamente a mesma: a Norte-Sul é estruturante. Inclusive, se for analisar o EVTEA dela, lá no começo, a análise de viabilidade econômica, ela era inviável! Ela é uma decisão de Governo desbravadora de mercado. Ela chega aonde não há mercado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Belém-Brasília, quando foi feita.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY – Belém-Brasília.

Ela está... Esse trecho da Norte-Sul, que foi licitado agora, tem parte em Jaraguá, tem parte em Santa Bárbara, tem parte em Uruaçu... Não há absolutamente nada em volta desses pátios! Quer dizer, é um mercado que ainda vai ser criado, para poder justificar essa carga, para poder

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ter carga para transportar. Ou seja, ela tem um papel desbravador que faz parte da sua concepção, e, no momento em que ela é licitada, partida, esse papel não é respeitado.

Concordo em gênero, número e grau com a senhora, como cidadão, como engenheiro, como especialista no assunto. Como auditor, a opinião do tribunal é a que vale.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Maurício.

Luiz Fayet.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET (Para exposição de convidado.) – Inicialmente, eu estou muito satisfeito, porque nós estamos aqui em unanimidade.

Eu repito que é lastimável o que aconteceu com a Norte-Sul, e a questão de, hoje, nós termos, inclusive, ociosidade em alguns terminais onde nós tínhamos investimento, é porque eu não tenho fluxo. Se eu tivesse o fluxo, a Norte-Sul estaria explodindo em áreas de desenvolvimento, e isso está sendo tolhido exatamente pela maneira como se conduz a questão do direito de passagem. E considero que a forma adotada na licitação não resolve o problema. Pelo contrário: agrava o problema.

Eu tenho aqui, inclusive, de fazer duas observações diferentes...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – ... de outros pontos que foram abordados por vocês.

Um é o da Ferroeste.

A Ferroeste é uma ferrovia no Paraná, que liga Cascavel, lá no extremo oeste, passando por Guarapuava, num trecho de 250km, e que se conecta com a malha sul, para chegar a Paranaguá ou a São Francisco do Sul, que são os dois portos cujas interlândias se beneficiam disso. Essa ferrovia foi construída pelo Governo do Estado, é uma concessão do Governo do Estado e, evidentemente, precisa do direito de passagem, sem o que ela não tem condições de sobrevivência.

Nós fizemos uma análise, há uns três anos, com as cooperativas do Paraná, e concluímos que nós teríamos entre 7 e 10 milhões de toneladas de volume de cargas para utilizar a Ferroeste – a Ferroeste está operando na faixa de 1 milhão de toneladas. Eu não saberia lhes explicar – não sei nem se a ANTT sabe que existe o trecho – o porquê de as cooperativas não conseguirem ampliar o uso da Ferroeste. Foi um investimento extremamente importante, porque atinge uma área altamente produtiva. E por que que ela está sendo sufocada nesse seu caminho de chegar aos portos?

Então, esse é um exemplo claro em que nós estamos agredindo a sociedade brasileira, agredindo o interesse nacional, agredindo, inclusive, a ética, não deixando que aconteça esse caminho na potencialidade que ele teria.

Outra questão com a qual eu não me conformo é que uma pessoa, para ser candidato a Vereador no Município mais humilde deste País, se for ficha-suja, não pode. Agora, para entrar numa licitação bilionária, pode. Então, nós temos que dar uma olhada nisso, porque o cidadão está sendo inibido, evidentemente, porque é ficha-suja, tudo tem... Mas, espere um pouquinho: e para as outras coisas não vale?

Olha, eu tenho mais de 30 anos de história no setor bancário e eu aprendi que, quando você bate o olho na ficha do cliente, você faz ou não faz negócio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós temos que purificar, evidentemente, os atores que entram nesse processo, porque, se nós estamos lidando com um padrão ineficiente, em termos de atores, o resultado vai ser ruim...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – Isso.

Aliás, uma função que está implícita na sua atividade, não é?

E o que eu lastimo é que nós acompanhamos, inclusive, as audiências públicas, juntamente com Anut... Participamos, fizemos contribuições, chamamos a atenção para deficiências de estudo de mercado, no caso desse trecho da Norte-Sul, e eu não sei se vai ser contemplado no contrato, mas, até agora, os dados técnicos que nós temos... Vai prejudicar violentamente, Senadora, toda aquela faixa ali onde está o seu Estado.

Então, nós procuramos chamar à atenção a agência reguladora, e a agência reguladora deu uma resposta, porque a audiência é uma...

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO (*Fora do microfone.*) – Pró-forma.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET – Uma figura de pró-forma – obrigado, Bernardo. É exatamente isso –, porque as respostas que a gente obtém, quando entra em questões mais complexas como esta, são respostas frugais, e isso não está ajustado.

E eu lastimo... Eu repito o que eu disse no início: eu lastimo esse processo de decisão na Norte-Sul, porque nós estamos tratando da espinha dorsal e nós precisamos mudar a história do transporte ferroviário no Brasil.

E esses procedimentos a que nós estamos assistindo não vão mudar para melhor, vão mudar para pior.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

Obrigado aos quatro palestrantes de hoje.

Acredito que... O meu sumário é o seguinte: de fato, minha primeira impressão permanece: setor mal regulado, mal organizado, abandonado mesmo, do ponto de vista operacional, do ponto de investimento.

Há algumas ilhas de salvação aí, que têm também de se compor, de se colocar dentro da regulação ideal.

Trata-se, mais uma vez – desde o primeiro dia vem sendo dito isso –, de um monopólio natural que precisa de regulação extrema. Então, goste ou não goste, quem estiver nele tem que dançar conforme a música e conforme a sociedade reclama.

Monopólio natural, para quem não sabe, é aquele que é mais eficientemente exercido por um agente apenas do que por vários, em prol da sociedade. Então, são justamente os sistemas de rede, nos quais se encontram também as ferrovias, além dos dutos, linhas de transmissão, de uma linha de metrô numa cidade...

Então, isso exige regulação extrema, a ponto, como eu disse no início, de regular-se até a taxa de retorno do empreendedor. Então, se alguma coisa, mesmo no Canada ou nos Estados Unidos, Senadora Kátia, é regulada ao extremo da taxa de retorno do empreendedor, tudo mais que nos falamos aqui é nada mais do que o óbvio que tem que ser regulado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Devolução de quem não está trabalhando sob a concessão, editais que exijam um mínimo de qualificação financeira, jurídica, ética e técnica... Isso é o básico. Isso é o básico. E eu venho de um setor onde, felizmente, isso deu certo.

Estão tentando desmantelar agora, que é o setor do petróleo, mas nós não vamos deixar não. Agora, desde 97, que o setor do petróleo funciona bem, não houve nenhum escândalo, não houve nenhuma contestação desse tipo, de chegarmos ao TCU ou mesmo, pior ainda, ao Supremo, para reclamar questões de editais de licitação de empreendedores. Tudo está acontecendo...

Inclusive, agora, recentemente, houve um caso em que foi denunciado alguém que comprou, meramente comprou, um pacote de campos de petróleo da Petrobras, não havia chegado à ANP ainda, para avaliação, e a própria empresa recuou, porque percebeu que não tinha qualificação financeira, no caso, para assumir aquelas operações.

Então, você vê que a boa regulação, quando está bem posta, quando está bem colocada, já inibe sequer a intenção de coibir ou de fazer alguma coisa errada.

Então, eu queria agradecer a vocês todos.

Se algum de vocês quiser fazer alguma observação final... Se não, acho que esgotamos bastante o tempo, estamos aqui com o tempo bem adiantado..

Se vocês quiserem cumprir um minuto, rigidamente, eu dou um minuto a cada um. Pode ser?

Um minuto a cada um.

Bernardo.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO (Para exposição de convidado.) – Eu queria só ilustrar a sua fala, porque, o Fábio conhece isso bem... Nos Estados Unidos o preço é regulado. Se a ferrovia cobrar mais do que o custo variável, mais 68% do custo variável, isso entra em auditoria, automaticamente. O cara pode pedir a revisão do frete. Então, assim... A gente às vezes tem vergonha, acha que não pode regular, porque isso é uma interferência... Não é não. Isso é para organizar a atividade.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Para tirar o abuso.

O SR. BERNARDO FIGUEIREDO (*Fora do microfone*.) – Para tirar o abuso.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quem mais?

O SR. MATHEUS BRAGA DE CASTRO (Para exposição de convidado.) – Só agradecer, em nome da CNI, o convite e ressaltar a importância que a indústria vê que as ferrovias têm não só para o transporte de insumos como o minério, que tem que ser transportado por ferrovia, de fato, mas as outras cargas – a carga geral, a carga do agronegócio. Só assim a gente vai conseguir diminuir esse custo logístico, esse custo Brasil que a gente tanto fala, e transportar as cargas pelo País de uma forma mais eficiente, com menor impacto ambiental e econômico para toda a cadeia produtiva.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado Matheus.

Luiz.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadora Kátia...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Não. Pode deixar eles terminarem. Depois eu falo.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não.

Luiz.

O SR. LUIZ ANTÔNIO FAYET (Para exposição de convidado.) – Eu também só quero agradecer, cumprimentar, Senador, pela sua brilhante atuação, e dizer que a CNA está à disposição nesse caminho da defesa da livre iniciativa, porque o agronegócio brasileiro, mais do que outros, talvez, é um símbolo da vitória da livre iniciativa, e nós queremos que isso aconteça em todos os segmentos da economia.

O Brasil tem toda a chance de ser um país onde a população não precise passar fome. Agora, se nós não removemos essas capitanias hereditárias, essas coisas todas, nós não sairemos do lugar em que nós estamos.

Meus parabéns, Senador.

Disponha sempre.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Luiz.

Maurício.

O SR. MAURÍCIO FERREIRA WANDERLEY (Para exposição de convidado.) – Bom, Senador, eu queria só realmente aproveitar para agradecer ao senhor o convite, o destaque de poder estar aqui falando, mostrando um pouco do trabalho que eu fiz, um pouco do meu lado engenheiro, menos auditor; agradecer à Senadora Kátia Abreu também, porque os pontos que ela levantou realmente são importantes. Eu acho que cabe, sim, levar essas perguntas ao Tribunal, já que a decisão foi do Tribunal como um todo. E que isso possa ser esclarecido, para o bem de tudo que está envolvido nisso.

Eu fico muito feliz em estar, de alguma maneira, contribuindo, porque esse processo que vocês estão levando à frente, esse processo que estão fazendo, de pensar numa nova regulação, em destravar o nosso mercado ferroviário, realmente é o que se precisa, para dar mais um salto neste País, porque, como o Fayet muito bem coloca, demanda e produto a gente tem, não é?

E eu concordo também com o que o Bernardo está falando, só para chamar a atenção que nós estamos nos descuidando do nosso mercado interno, quando se fala de ferrovia. Realmente estamos, e isso precisa ser pensado e precisa ser olhado, porque o mercado americano, de que tanto se fala, que tanto é usado como paradigma, embora ele tenha 27 pontos de conexão com a ferrovia canadense e sete pontos com a mexicana, quando você olha a capacidade de carga transitada dentro do país, está quase tudo lá dentro; muito pouco é colocado para fora do país. Então, o foco deles é no mercado interno, e a gente precisava, de alguma maneira, trazer isso, porque eu já ouvi da própria Rumo que transportar contêiner, São Paulo, interior, na contramão da carga dela, é mais lucrativo do que a *commodity*.

Então, eles precisam acordar para esse mercado, mesmo os que já estão aí hoje. Eles têm na mão um mercado que eles não exploram, por "n" razões, mas que, com um pouco mais de capilaridade, trazendo *shortlines* para fazer essa capilaridade, essa última milha, essa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

distribuição final da carga, deixando para o caminhão os 400km, o que é natural do caminhão, eu acho que esse é o caminho.

E acho que a gente tem muito a contribuir.

O senhor está de parabéns, e espero muito sucesso na sua relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Maurício.

Consideração final, Senadora Kátia.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria, Presidente, primeiro, de parabenizá-lo pelo seu esforço, pelo seu empenho nesse tema tão importante para todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agradeço.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E sou sua parceira

Sou uma pessoa otimista por natureza, mas o senso de realidade me persegue. Sempre. Eu durmo e sonho com ele.

Então, eu queria deixar aqui uma sugestão, Sr. Presidente, mas penso que a Comissão poderia estar um pouco mais, no momento, mais presente, em que os colegas estivessem aqui, porque nós poderíamos fazer uma carta, oficialmente, ao Tribunal de Contas, educadamente, com todos os argumentos, com todos os Líderes, aproveitando o Serra, que é o Relator, do PSDB, e o próprio Davi Alcolumbre, nada mais, nada menos, já que o Dr. Maurício disse que essa prorrogação – ainda não está batido o martelo – pode ser suspensa, esperando uma Adin que está em curso e a regulamentação. A regulamentação do Congresso Nacional.

Então, que não invada isso, porque o nosso senso é de que isso está trazendo prejuízo ao País. Quem vai ficar aqui perdendo tempo, até uma hora, desta sem almoçar, gente? Não é brincadeira isso.

Agora, no meu Estado, a bobagem já foi feita. Tocantins já teve um prejuízo. Gritei, gritei, gritei como louca, sozinha, aqui dentro. Não houve jeito.

Então, penso que as confederações precisam também sair do discurso e oficializar uma carta do setor produtivo, para essa suspensão. Largar o temor de Governo... Entidade de classe não pode ter medo de Governo. Quem tem que ter medo de Governo é empresa, empresário, porque vai sofrer perseguição. Entidade de classe só serve para isto: para ter coragem.

E fazer uma carta, não é agredindo, mas clamando pela realidade do País e pela produtividade de que tanto a CNI e a CNA falam. Essa é a hora de lutar pela produtividade; descer do palanque, fazer uma carta e mandar.

Então, eu penso que a CNC, a CNT, todos poderiam assinar uma carta conjunta ao Tribunal de Contas, aos ministros do Supremo, ao Presidente da República, ao Ministro Tarcísio, ao Ministro Paulo Guedes e à ANTT. Se precisar mandar uma para o Papa, a gente manda também. Não há problema nenhum. Eu não tenho o menor orgulho disso. Mas fazer uma carta bem feita e com todos os dados de que nós falamos aqui. Então, a gente não pode se omitir.

Parece que estou precisando fazer uma coisa concreta, porque estou sentindo que estou aqui há quantos anos, esperando essa ferrovia, esperando modular o sonho do País, e levar uma facada no peito, dessas, assim... Não estou mais em condições nem em idade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não se preocupe, Senadora. V. Exa. tem a minha solidariedade e faremos isso. Faremos juntos...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Uma carta igual para todos esses órgãos...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... tanto o requerimento aqui quanto a carta.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – E vamos pegar de todos os Líderes e tudo o mais. E do setor patronal, que clama tanto por produtividade.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Dos consultores, dos operadores independentes, de todas as entidades... Vamos fazer uma carta única e mandar.

Quem quiser fazer a sua um pouco diferente que faça, mas com o teor de suspensão, até que a regulamentação seja feita pelo Congresso, até o final do ano, dizendo que nós temos dez anos. Mas que nós prometemos fazer até o final do ano.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senadora.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Ele foi o primeiro professor da minha vida em logística e em infraestrutura – começamos há 12 anos – e o meu segundo professor foi o Bernardo Figueiredo. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Meus amigos, antes de encerrar eu gostaria só de fazer a nota de que estamos recebendo a ilustre visita, aqui, do indicado para assumir a Embaixada do Brasil em Paris, na França, o Sr. Luís Fernando Serra.

E veio justamente para vê-la, Senadora Kátia. Então, quero lhe apresentar.

Eu já o conheço há algum tempo, é uma pessoa extremamente capacitada e abalizada para estar lá, representando o Brasil.

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É um país no qual tenho nacionalidade. Tenho dupla nacionalidade. Tenho muito orgulho de estar aqui lhe apresentando hoje.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Por inveja, vou votar contra. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Mas aí não vai ninguém, Senadora.

Quero dizer também, meus amigos, que eu... Quero deixar bem claro aqui que eu não vou passar por essa relatoria. Eu vou fazer parte efetiva desse processo. Então, nós estamos trabalhando, Senadora Kátia, em equipes, como eu já lhe disse, e nós vamos fazer isso. A sua

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

equipe e V. Exa. são extremamente bem-vindas neste trabalho, que está sendo diuturno. Não estou aqui tratando desse assunto superficialmente, passando pela relatoria.

Estamos trabalhando com a equipe do Ministério, que está sempre em contato conosco, temos reuniões coletivas com eles... Estamos tendo reuniões, além das audiências públicas, com os agentes, com as pessoas. Muitos de vocês já estiveram conosco, e outros estiveram na primeira audiência também.

O gabinete da Senadora Kátia, como eu disse, é muito bem-vindo. O gabinete do autor, Senador José Serra – estamos trabalhando com eles. Tive reunião esses dias – como ele é meio notívago – 8h, 9h da noite, nós tivemos reuniões aqui no Senado, trabalhando nesse projeto. Então, estamos compondo.

Eu, mais uma vez dizendo: sou do Partido dos Trabalhadores, com muito orgulho, com muita honra, e estou trabalhando aqui, coletivamente, numa obra coletiva, para corrigirmos e aprimorarmos esse marco regulatório tão defeituoso como ele aparenta ser; aliás, como de fato é. Basta ver a situação do setor.

Temos, como eu disse, coisas luminares acontecendo, como investimentos de empreendedores tentando entrar e tentando já fazer alguma coisa nesse segmento. Precisamos apenas dar condição e também dar limites. Tudo que acontece dentro de um monopólio natural tem que ter limites.

Quero registrar que aqui estiveram marcando presença o Senador Marcelo Castro, Senadora Kátia Abreu, que ainda se encontra aqui, Senador Flávio Bolsonaro, Senador Lasier Martins, Senador Paulo Rocha, Senador Jayme Campos, Senador Marcos Rogério e Senador Paulo Paim, que, mesmo não sendo membro da Comissão, marcou presença.

Muito obrigado a todos.

Vamos encerrando por aqui e agradecendo, mais uma vez, a todos os presentes e a paciência de todos, que, mesmo sem almoço, estavam até agora conosco.

Obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 32 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE JUNHO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às onze horas e quatorze minutos do dia onze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Marcos Rogério, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Esperidião Amin, Vanderlan Cardoso, Luiz do Carmo, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Elmano Férrer, Izalci Lucas, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Irajá, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes, Jayme Campos, Zequinha Marinho, Soraya Thronicke e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Flávio Bolsonaro, Roberto Rocha, Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Lucas Barreto e Carlos Viana. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 253, de 2016 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos." **Autoria:** Senador Telmário Mota (PDT/RR). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta, em razão da ausência do relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei do Senado n° 466, de 2011 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1303, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para exigir que o plano de aproveitamento econômico da jazida contenha projeto de gerenciamento de risco de acidentes ambientais." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação com emendas. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 23, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública com a presença do Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e do Diretor Superintendente da ECO 101 Concessionária de Rodovias S/A, para debater os reajustes extraordinários e ordinários das tarifas de pedágio cobradas no trecho capixaba da BR-101 e os atrasos na execução das obras previstas no Programa de Exploração da Rodovia, anexo ao contrato de concessão." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Resultado:** Adiado, em razão da ausência do autor (art. 242 do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

RISF). **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 25, de 2019** que: "Requer audiência pública para que o Presidente da Petrobras Biocombustível esclareça, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, os objetivos de médio e longo prazo da sua atuação no mercado de biocombustíveis." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 30, de 2019** que: "Requer o aditamento do Requerimento nº 10/2019-CI, de realização de audiência pública para debater a definição e importância do Plano Estratégico do Arco Norte para o desenvolvimento do Estado do Pará, para incluir entre os convidados para a audiência pública um representante da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PSC/PA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 31, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, para debater a reestruturação societária entre as subsidiárias Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, a fim de que sejam feitas as exposições da fundamentação técnica, jurídica, econômica, trabalhista e tributária que motiva a decisão da Eletrobrás." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Esperidião Amin e aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 33, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 261/2018, que "dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências"." **Autoria:** Senador Jean Paul Prates (PT/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 34, de 2019** que: "Requer, em aditamento ao Req 31/2019-CI, que seja incluído como tema da audiência pública os "riscos fiscais para o operação de incorporação às avessas da Eletrosul pela CGTEE, sob a luz da Lei 4.502/64"." **Autoria:** Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Esperidião Amin (PP/SC). **Resultado:** Subscrito pelo Senador Esperidião Amin e aprovado. Fazem uso da palavra os Senadores Elmano Férrer, Jean Paul Prates, Esperidião Amin, Zequinha Marinho, Wellington Fagundes e Nelsinho Trad. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcos Rogério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/11

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa de leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Eu faria neste momento uma pequena introdução de alguns atos da semana, mas, considerando que o Senador, o nosso nobre Líder tem a Comissão de Orçamento hoje – não é, Senador? –, eu vou fazer a inversão. Nós vamos direto aos...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Se puder inverter para mim, eu agradeceria muito.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... itens da pauta para liberar V. Exa.

Item 1, terminativo: Projeto de Lei do Senado nº 253, de 2016. O Relator pediu uma nova data para apresentar o relatório. Eu o estou retirando de pauta.

O item 2 – o Senador Zequinha também não se encontra, que é o Relator da matéria – também estou retirando de pauta.

(São as seguintes as matérias retiradas:

1ª PARTE

ITEM 1

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 253, DE 2016

- Terminativo -

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamentos de energia elétrica renovável em novas construções de residências familiares e de órgãos públicos quando utilizarem financiamento com recursos públicos.

Autoria: Senador Telmário Mota (PDT/RR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Eduardo Braga
Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo
Observações:
1. Em 30/06/2016 foi apresentada, pelo Senador José Aníbal, a emenda nº 1-T
2. Se aprovado o substitutivo, a matéria será submetida a turno suplementar, nos termos do artigo 282 do RISF
3. Votação nominal

1ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 466, DE 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos.
Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)
Relatoria: Senador Zequinha Marinho
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1. Em 28/05/2019, o projeto foi retirado de pauta, em razão da ausência do relator
2. Após deliberação da CI, a matéria segue à CDH, em decisão terminativa
3. Votação simbólica
O item 3, de V. Exa., Senador Elmano, eu apregoo para deliberação.

1ª PARTE
ITEM 3
PROJETO DE LEI N° 1303, DE 2019
- Não terminativo -

Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas), para exigir que o plano de aproveitamento econômico da jazida contenha projeto de gerenciamento de risco de acidentes ambientais.
Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)
Relatoria: Senador Elmano Férrer
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1. Após deliberação da CI, a matéria segue à CMA, em decisão terminativa
2. Votação simbólica
Concedo a palavra ao Senador Elmano Férrer para proferir o seu relatório.
O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, cumprimentando V. Exa. e os nobres Senadores aqui presentes, eu começarei a leitura pela análise.
Cabe à CI, na forma do art. 104 do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), opinar sobre matérias pertinentes ao aproveitamento de recursos minerais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A sustentabilidade das atividades de mineração tornou-se tema de grande preocupação, tanto para a população quanto para o Governo, após os terríveis desastres causados pelo rompimento de barragens de rejeitos de mineração em Mariana e Brumadinho.

Nesses tristes eventos, a fragilidade do gerenciamento de riscos ambientais da Vale chamou especialmente a atenção. Se a maior mineradora do Brasil e uma das maiores do mundo não é capaz de se comprometer efetivamente com as consequências ambientais de suas operações, é sinal de que o setor demanda fiscalização mais próxima e atuante do poder concedente. Afinal, a Constituição dispõe que os recursos minerais são patrimônio da União e devem ser aproveitados no interesse nacional.

A recorrência de desastres ambientais se tornou tão grave que chega a ameaçar o desenvolvimento das atividades de mineração no Brasil, o que é extremamente preocupante tendo em vista a importância econômica do setor para o País e, principalmente, para os Municípios onde se localizam as jazidas. Mas isso não significa que a mineração “a qualquer custo” seja aceitável. Pelo contrário, para garantir a sobrevivência do setor, é preciso impor às mineradoras regras mais rígidas em prol do meio ambiente e do bem-estar público.

Nesse sentido, aplaudimos este PL, que torna obrigatória a apresentação de projeto de gerenciamento de riscos ambientais nos empreendimentos minerários. A adoção dessa poderosa ferramenta prevenirá a ocorrência de acidentes ambientais e, na eventualidade dessa ocorrência, mitigará suas consequências.

Com o intuito de aperfeiçoar o PL, propomos três emendas, Sr. Presidente.

A primeira dá nova redação ao inciso III do art. 39 do Decreto-Lei nº 227, de 1967, inserido pelo PL: com o uso da expressão “avaliação, gerenciamento e comunicação de risco ambiental”, que substituirá os incisos, pois as atividades previstas nesses incisos já compõem a prática de avaliar, gerenciar e comunicar risco ambiental. Além do mais, essa é uma área de conhecimento onde rotineiramente ocorrem avanços, sendo, portanto, mais aconselhável que o próprio órgão regulador do setor, isto é, a Agência Nacional de Mineração (ANM), defina os requisitos desses projetos.

A segunda emenda obriga as mineradoras a apresentarem um relatório de gerenciamento de risco ambiental juntamente com o Relatório Anual de Lavra. Dessa forma, a ANM (Agência Nacional de Mineração) poderá acompanhar, ao longo da vida da mina, a atuação das mineradoras na prevenção de acidentes ambientais.

Por fim, a terceira emenda estipula um prazo para que as mineradoras que já possuem plano de aproveitamento econômico apresentado ou aprovado pelo Poder Concedente apresentem também seus projetos de avaliação, gerenciamento e comunicação de risco ambiental. De outra forma, só as mineradoras que requisitassem novas concessões de lavra teriam que apresentar esse projeto.

O voto, Sr. Presidente.

Diante do exposto, nós nos pronunciamos pela aprovação do Projeto de Lei 1.303, de 2019, com as seguintes emendas.

Então, as emendas seguem a este parecer, Sr. Presidente.

Era este o parecer que nós tínhamos a apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O parecer, portanto, é pela aprovação, com as emendas que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação o relatório.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, para seguimento de sua tramitação.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Excelência, eu gostaria de pedir que paute o item 2.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Zequinha, o item de V. Exa. foi anunciado, e no momento estava ausente. Assim que nós esgotarmos um requerimento do Senador Jean Paul, eu retorno com a pauta de V. Exa.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Item extrapauta:

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 33, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública para debater o PLS 261, de 2018, sobre as inovações trazidas por essa proposição a respeito do urbanismo e desapropriação.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

O requerimento:

> Requeiro, nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 261, de 2018, que dispõe sobra a exploração indireta, pela União, do transporte ferroviário em infraestruturas de propriedade privada; autoriza a autorregulação ferroviária; disciplina o trânsito e o transporte ferroviário; altera o Decreto-Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis 9.503, de 23 de setembro de 1997, 10.233, de 5 de junho de 2001, 12.379, de 6 de janeiro de 2011; e dá outras providências.
>
> Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:
>
> 1. Fernando Couto Garcia, Procurador do Município de Belo Horizonte;
> 2. José Antonio Apparecido Junior, Procurador do Município de São Paulo;
> 3. Jean Carlos Pejo, Secretário Nacional de Mobilidade Urbana;
> 4. Fabiana Izaga, Vice-Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, no Rio de Janeiro;
> 5. Raquel Rolnik, Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

O requerimento de audiência pública é de autoria do Senador Jean Paul Prates, Relator da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Consulto se o Relator ou algum dos Senadores presentes gostaria de se manifestar sobre o requerimento.

Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quero só agradecer, Presidente, pela colocação do item fora da agenda e ressaltar que se trata da questão de urbanização e desapropriação, portanto, das linhas urbanas, e essas intervenções requerem aí uma discussão mais específica do que as duas outras audiências públicas que nós já tivemos, que se referem ao transporte ferroviário em geral, principalmente de carga.

Então, nesse caso, são convidados especificamente dedicados e especialistas na questão da mobilidade urbana via ferroviária.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Na última quinta-feira, estive aqui, por ocasião da audiência pública sobre essa matéria, num debate absolutamente proveitoso e muito participativo, com a presença de vários convidados. Cumprimento V. Exa. pelo zelo e o trato na condução da importante matéria para infraestrutura do Brasil.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado pela sua presença também.

E peço o seu apoio também. Amanhã, nós teremos um PLC em Plenário que garante permanência de construções à margem das estradas, e isso também parece afetar as rodovias federais e as ferrovias. É um projeto que vai merecer um pouco mais de cuidado, em função até desse projeto que nós estamos relatando. Provavelmente, vamos pedir um requerimento de tramitação para tirar de pauta esse projeto, PLC 26, de 2018, que justamente dá o direito de permanência de edificações de reserva na faixa de reserva não edificável de 15m de cada lado das rodovias, ferrovias e dutos.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Parece-me que esse projeto passou por uma das comissões, não sei se foi aqui ou se foi em outra, e ele trata daquelas edificações...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... preexistentes...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... que já estão lá.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É; se não me engano, na CCJ.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E, eventualmente, no caso das ferrovias, como eles invadiram servidões, a gente deveria pensar melhor, porque são casos específicos que afetam as cidades e as áreas, até áreas rurais também.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Assiste razão a V. Exa., é necessário que haja essa cautela...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A discussão disso, exato.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... seja levantada. Eu acho que esse projeto não passou pela Comissão de Infraestrutura, foi direto para a CCJ e de lá para o Plenário. Na tramitação na Casa, às vezes, acontecem essas coisas, uma matéria importante...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sem passar na comissão temática.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Que é a Comissão de mérito para a matéria, não é?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E que está justamente trabalhando no marco regulatório das ferrovias que vai ficar...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Talvez seja o caso, Senador Jean Paul – não sei, é apenas uma sugestão – de pedir à Mesa que faça um despacho encaminhando a matéria...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... para a nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – ... para a Comissão de Infraestrutura para fazer a análise mais...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Seria o caso, seria o caso...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É isso, é isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Faz um requerimento, eu acho que é apropriado, não é barrigar; é...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, eu aqui, como sempre, aprendendo com os mestres.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Mas V. Exa. trouxe a bom tempo a preocupação em relação ao projeto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Salvando pelo último dedinho. (*Risos.*)

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Não havendo mais quem queira discutir, em votação o requerimento de audiência pública do Senador Jean Paul.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O item 2 eu havia retirado de pauta, em razão da ausência Relator. O Relator se encontra presente. Chamo para deliberação a matéria.

1ª PARTE
ITEM 2
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 466, DE 2011
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)
Relatoria: Senador Zequinha Marinho
Relatório: Pela aprovação com emendas
Observações:
1. Em 28/05/2019, o projeto foi retirado de pauta, em razão da ausência do relator
2. Após deliberação da CI, a matéria segue à CDH, em decisão terminativa
3. Votação simbólica

Concedo a palavra ao Senador Zequinha Marinho para proferir o seu relatório.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Vem ao exame desta Comissão de Serviços de Infraestrutura o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 466, de 2011, do Senador Humberto Costa, cujo objetivo é garantir atendimento prioritário às pessoas com deficiência no embarque e desembarque nos meios de transporte coletivos.

Na sua justificativa, o autor da proposição pondera que, a despeito de ser cada vez maior a discussão sobre temas relacionados à acessibilidade, aos direitos básicos e à inclusão no mercado de trabalho da pessoa com deficiência, ainda há, no Brasil, desrespeito e desinteresse no que diz respeito às prioridades no atendimento a essas pessoas, e cita, em particular, o descaso e a falta de compromisso das empresas de transporte coletivo.

Em particular, quanto à prioridade de embarque e desembarque das pessoas com deficiência, informa que são inúmeros os casos relatados de pessoas com deficiência que aguardam horas para serem devidamente embarcados em aviões, ônibus ou trens.

Para o autor, essas pessoas, além de enfrentarem a impaciência dos demais passageiros, ainda são confrontados com o descaso por parte das empresas de transporte.

Após análise desta CI, a matéria seguirá para a CDH, à qual caberá decisão terminativa.

Da análise, Sr. Presidente.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão pronunciar-se sobre transportes.

No que tange ao mérito da proposição, considero que a matéria é adequada pois dá concretude à obrigatoriedade do atendimento prioritário a ser dispensado às pessoas com deficiência nos transportes coletivos.

Entretanto, o valor estabelecido para a multa a ser paga pela empresa de transporte coletivo que descumprir a medida, cujos valores propostos variam entre R$2.500,00 e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$5.000,00, deve ser alinhado com os valores já estabelecidos na própria Lei nº 10.048, de 2000, que o projeto pretende modificar.

Dado que a Lei nº 10.048, de 2000, prevê, no art. 6º, II, o pagamento de multa de R$500,00 a R$2.500,00 para cada veículo que não conte com as facilidades de acesso para pessoas portadoras de deficiência, considero razoável que esses valores sejam também parâmetro para a multa pelo descumprimento do atendimento prioritário aos deficientes.

Considero ainda pertinente que a legislação, quanto à obrigatoriedade de dispensar atendimento prioritário, além de fazer referência aos serviços objeto de concessão, também o faça quanto aos serviços objeto de permissão.

Ademais, considero que a mesma a prioridade deva se estender aos idosos, uma vez que estes também sofrem com baixa mobilidade e muitas vezes têm dificuldades de acessar os meios de transporte quando precisam disputar espaço com os demais passageiros.

Do voto, Presidente.

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2011, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº – CI

Dê-se a seguinte redação à Ementa do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2011:

Altera a Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, para dispor sobre a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e idosos no embarque e desembarque nos meios de transportes coletivos.

EMENDA Nº – CI

Dê-se a seguinte redação aos arts. 1º e 2º do Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2011:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º As repartições públicas e empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas a que se refere o art. 1º.

§ 1º .....

§ 2º A pessoa com deficiência e os idosos a que se refere o *caput* terão prioridade no embarque e no desembarque nos veículos de transporte coletivo aéreo, terrestre ou aquaviário."

(NR)

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º.....

.....

II – no caso de empresas concessionárias e permissionárias de serviço público, a multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) a R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), por veículos sem as condições previstas nos arts. 3º e 5º, ou por desobediência ao disposto no § 2º do art. 2º;

....." (NR)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Era esse, Sr. Presidente, nosso relatório e voto, com as emendas aqui propostas.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Zequinha Marinho.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, submeto à votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para seguimento de sua tramitação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Lá é terminativo?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Lá é terminativo.

Próximo item da pauta, item 4, requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura...

Há alguns requerimentos sobre a mesa cujos autores não estão presentes e não registraram presença. Há dois requerimentos nessa situação. Vou retirá-los de pauta porque nós não temos nem o autor... A não ser que alguém queira subscrever. A matéria volta... Um, inclusive, é do Estado de Santa Catarina, Senador. É o item 7, para audiência pública.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Esse aí eu subscrevo.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – O item 7, o autor está ausente, com a subscrição do Senador Esperidião Amin, mantenho na pauta.

São dois requerimentos, porque houve um aditamento. No primeiro requerimento não havia indicação das participações. Então, subscritos os dois requerimentos, que serão trazidos à pauta.

Esse requerimento do Senador Fabiano Contarato fica para a próxima reunião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, eu vou só contextualizar, posso?

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Por favor. Deixe-me chamar a matéria, e V. Exa. então já faz as ponderações sobre o item.

1ª PARTE
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 31, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, para debater a reestruturação societária entre as subsidiárias Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE, a fim de que sejam feitas as exposições da fundamentação técnica, jurídica, econômica, trabalhista e tributária que motiva a decisão da Eletrobrás.

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC).

O requerimento foi subscrito, na data de hoje, pelo Senador Amin, em razão da ausência do autor.

Houve um aditamento a esse requerimento para constar os nomes dos convidados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Proponho para a audiência a inclusão dos seguintes convidados:
1. Secretário Especial da Receita Federal - Sr. Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque
2. Subsecretário de Fiscalização da Secretaria Especial da Receita Federal - Sr. Iágaro Jung Martins
3. Procurador-Geral da Fazenda Nacional - Sr. José Levi Mello do Amaral Júnior
4. Presidente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) - Sra. Adriana Gomes Rêgo
5. Presidente da 1ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) - Viviane Vidal Wagner
6. Procurador Chefe da Procuradoria Especial junto ao CADE - Sr. Walter de Agra Júnior
7. Presidente da Eletrobras - Sr. Wilson Ferreira Júnior
8. Procuradora Geral da República - Sra. Raquel Dodge.

Também é assinado pelo Senador Dário Berger o aditamento fazendo constar os nomes dos convidados.

(É o seguinte o requerimento de aditamento:

1ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 34, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Req 31/2019-CI, que seja incluído como tema da audiência pública os "riscos fiscais para a operação de incorporação às avessas da Eletrosul pela CGTEE, sob a luz da Lei 4.502/64".

Autoria: Senador Dário Berger (MDB/SC).)

Consulto se algum Parlamentar gostaria de se manifestar.

O Senador Esperidião Amin, subscritor, com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, já foram realizadas em Santa Catarina duas grandes audiências públicas sobre esse assunto. O projeto, para ser bem sintético aqui, de fusão da Eletrosul, que tem sede em Florianópolis, Santa Catarina, e a CGTEE, que tem sede em Candiota e tinha sede em Porto Alegre – de qualquer maneira no Rio Grande do Sul –, na verdade, começou a ser discutido em 2014, e o Governo o aprovou em 2015, como diretriz.

Como se trata, em ambos os casos, de subsidiárias, o Governo hoje está razoavelmente liberado pelo Supremo para transacionar.

O nosso protesto em Santa Catarina e que o Senador Dário Berger quer trazer para debate aqui – e é meu também; já mereceu também uma audiência com o Ministro de Minas e Energia e já chegou ao Presidente da República –, em resumo, significa o seguinte: a CGTEE, empresa sediada no Rio Grande, em Candiota, tem um prejuízo acumulado nos últimos anos, sete ou oito anos, de R$4 bilhões. A Eletrosul, que é sediada em Santa Catarina desde 1976, quando o Governo Federal lá a instalou, é a única empresa que atende a mais de um Estado e que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sede em Santa Catarina. Nós não temos nada do Governo Federal lá em termos regionais: havia o 5º Distrito Naval, que foi para o Rio Grande do Sul; o Comando Militar fica ou no Paraná ou no Rio Grande do Sul; Justiça Federal, Ministério Público, todos têm sede ou no Rio Grande do Sul ou no Paraná. A única empresa regional com sede em Santa Catarina é a Eletrosul, e ela dá lucro. E o projeto do Governo, para os senhores terem uma ideia, é o seguinte: incorporar a Eletrosul à CGTEE, ou seja, o prêmio a quem acumulou um prejuízo de 4 bilhões é incorporar a quem tem esse prejuízo uma empresa que está dando lucro. Eles dizem que o nome disso é fusão reversa. Eu acho que é capitalismo inverso.

Nesse cenário, todas as forças vivas de Santa Catarina que têm alguma responsabilidade política temos protestado. Nós até achamos que a ausência do Governo Federal lá não nos tem feito mal. Sob certo aspecto, nós gostaríamos de ter algumas obras do Governo Federal, isso é muito difícil. Agora, retirar a única empresa que tem sede em Santa Catarina, trabalha hoje só com energia limpa e dá lucro e incorporá-la a uma outra empresa que tem um prejuízo acumulado de R$4 bilhões; isso tem que ser explicado – talvez, na bolsa de valores de Nova Iorque – porque é um mecanismo de prêmio a quem não deu certo. E o que é pior: esse prêmio vai ser subsidiado exatamente por quem ou deu menos errado ou deu certo.

Então, para ouvir essas autoridades que o Senador Dário Berger listou, eu subscrevo, porque não vou alterar o requerimento. Acho que tem gente demais. Só queria chamar também aquele gato Garfield para que viesse aqui não para explicar, mas para confundir um pouco mais o nosso pensamento. Eu não vim para esclarecer, eu vim para confundir. Como é que eu vou agir dessa forma? Porque nem o capitalismo faz isto: premiar o prejuízo. Pelo contrário! A não ser que o prejuízo do outro possa me beneficiar.

Então, subscrevi aqui o requerimento e queria que os senhores pelo menos percebessem o contexto da reclamação de Santa Catarina, deixando claro o seguinte: não foi este Governo que inventou essa roda...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... esta Comissão, como se trata de serviço de infraestrutura, eu acho que é pertinente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

Submeto a votação os dois requerimentos: os Requerimentos 31 e 34. O 31 estava pautado. Houve o aditamento com os nomes dos convidados, de sorte que os dois serão votados neste momento.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam os requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

1ª PARTE
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 25, DE 2019
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer audiência pública para que o Presidente da Petrobras Biocombustível esclareça, na Comissão de Serviços de Infraestrutura, os objetivos de médio e longo prazo da sua atuação no mercado de biocombustíveis.

Autoria: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)

Consulto se algum dos Senadores presentes gostaria de se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira se manifestar, submeto a votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

1ª PARTE
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 30, DE 2019
- Não terminativo -

Requer o aditamento do Requerimento nº 10/2019-CI, de realização de audiência pública para debater a definição e importância do Plano Estratégico do Arco Norte para o desenvolvimento do Estado do Pará, para incluir entre os convidados para a audiência pública um representante da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA)

Consulto se o autor ou algum outro Senador gostaria de se manifestar sobre o requerimento. (*Pausa.*)

Senador Zequinha, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA. Para encaminhar.) – É interessante, Presidente, porque a Secretaria de Assuntos Estratégicos, principalmente hoje, com muitos militares que viveram um passado também no Governo, tinha um planejamento muito estratégico para a Região Amazônica, o que não significa que seja apenas no Estado do Pará. E o Arco Norte é a nova estratégia que o Governo Federal precisa abraçar para viabilizar desenvolvimento e construção de logística na área de ferrovias, rodovias, portos, hidrovias que precisam ser trabalhadas etc. Então, achei necessário convidar mais um em função daquilo que pode contribuir para o enriquecimento de informações do Governo no que diz respeito à implantação definitiva do sistema Arco Norte.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa.

As Sras. e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Não há nenhuma outra matéria a ser deliberada na data de hoje.

Faço apenas um registro.

No último dia 31 de maio, o Governo Federal realizou leilão para fornecimento de energia para Boa Vista e localidades conectadas com vistas a conferir maior segurança energética e custos menores na geração de energia em Roraima, Senador Zequinha. Desnecessário dizer que o Estado é a única unidade da Federação que não se encontra integrada ao Sistema Interligado Nacional e, por isso, depende de produção própria, na grande maioria das vezes por meio de caras termelétricas, além da importação de energia da Venezuela.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vejam que, por muitos anos, em governos anteriores, entendeu-se que os baixos custos e a abundância de energia gerada na Venezuela não justificariam o dispêndio de recursos para a integração do Estado à totalidade do Sistema Elétrico Nacional. Contudo, como bem sabemos, tratava-se de um diagnóstico totalmente equivocado. Em razão da crise política, econômica e humanitária por que tem passado a Venezuela, esse país não tem conseguido suprir sequer sua própria demanda, mesmo detendo potencial de produzir eletricidade em excesso para exportação. Ilustram esse fato os frequentes e longos blecautes que têm sido noticiados na própria capital do país, Caracas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Há um pouco de guerra cibernética nesses blecautes, não vamos nos enganar. Não é só falta de insumo...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Além da segurança interna, que não existe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Há um pouco de *hacker.*

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – É.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Funciona.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Aliás, como funciona! A notícia do momento são os *hackers*!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – *No creo en brujas, pero que las hay, las hay!*

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – E, se a Venezuela não tem sido capaz de gerar ou de garantir a segurança na geração que tem e distribuir energia para o consumo interno, é possível imaginar a significativa instabilidade do suprimento por que tem passado Roraima, Estado que chegou a ter aproximadamente metade de seu abastecimento proveniente de nosso país vizinho.

Em razão dessa vulnerabilidade, Sras. e Srs. Senadores, há um crescimento substantivo da dependência de energia gerada por meio de termelétricas a diesel, uma das fontes mais caras e poluidoras disponíveis e que, em tese, deveriam ser acionadas somente em momentos pontuais de carência no fornecimento.

E a situação ficou ainda mais grave a partir de março deste ano, quando a Venezuela suspendeu o fornecimento de energia, deixando Roraima em dependência quase que exclusiva de suas termelétricas.

Nessa conjuntura, o Estado tem contratado a energia mais cara do País e passado por dezenas de apagões. De acordo com o atual Governador do Estado, Antonio Denarium, foram 80 *blackouts* em 2018 e outros 45 apenas no corrente ano.

É importante salientar que o valor da energia no Estado só não é ainda maior em razão da conta consumo de combustíveis, que subsidia os custos de geração na localidade. Esse valor, obviamente, acaba sendo repassado aos demais consumidores do País.

Vejam, Sras. e Srs. Senadores, que é impossível conceber qualquer sistematização séria de desenvolvimento econômico e social na região quando nem sequer um dos elementos mais básicos – a estabilidade no fornecimento de energia elétrica – é obtido. Por isso, entendo que merece elogio a realização do leilão do final do mês passado. Na ocasião, foram contratados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

293,8MW de potência nominal, que serão gerados por nove empreendimentos, com investimentos estimados em R$1,6 bilhão.

Para se ter uma ideia, hoje, Roraima tem pago R$1.280 por megawatt/hora de energia produzida pelas termelétricas a diesel. Com o leilão, o valor médio cairá para R$833, cerca de 35% a menos, além de conferir maior estabilidade ao fornecimento.

Deve-se salientar que, nesse contexto, a partir do momento em que as novas geradoras começarem a funcionar, em junho de 2021, e mantidas as condições atuais, é possível que testemunhemos uma diminuição da necessidade de subsídios oriundos da conta consumo de combustíveis, já que a diferença no custo de produção será menor. Como consequência, quase todos os consumidores do País serão impactados positivamente pelo leilão realizado.

Além disso, Senador Zequinha, é importante destacar que, entre as geradoras a serem estabelecidas, oito delas terão contratos de 15 anos para a produção de eletricidade a partir de fontes renováveis ou gás natural.

A empresa Eneva será responsável pela maior quantidade de energia gerada, com cerca de 126MW a utilizar gás do Campo de Azulão, situado na bacia do Rio Amazonas, para abastecer a futura termelétrica de Jaguatirica 2.

Outras empresas vencedoras, como a BBF, a Uniagro, e a Enerplan, investirão em projetos capazes de produzir energia elétrica a partir de biocombustíveis, biomassa, além de radiação solar, somando-se uma capacidade de cerca de 125MW.

Por fim, a empresa Oliveira Engenharia obteve contrato de sete anos para a viabilização do projeto Monte Cristo, que poderá gerar 42MW de energia a partir do óleo diesel.

Tendo em vista os projetos vitoriosos do processo licitatório, não há como negar que se trata de um resultado positivo para a ampliação e a diversificação da matriz energética que atenderá o Estado de Roraima, sobretudo quando se verifica a existência de um deságio de 22,7% nos preços de referência para o leilão. A meu ver, trata-se de um inequívoco atestado de que dispomos de um grande potencial de investimentos no setor elétrico do País.

Sras. e Srs. Senadores, é inegável que o sucesso do certame traz algum alívio aos consumidores roraimenses, mas, para concluir minha fala, eu não poderia deixar de lembrar a importância da construção do linhão Manaus-Boa Vista, com um traçado de 721km, que integrará definitivamente Roraima ao Sistema Interligado Nacional e que, desde 2011, não saiu do papel. Mais do que ser um projeto de ampliação da capacidade de transmissão de energia elétrica pelo País, tenho a convicção de que o linhão diminuirá substancialmente eventuais vulnerabilidades em nossas fronteiras setentrionais e, por certo, mitigará quaisquer ameaças à nossa soberania naquela região. Faço votos de que tenhamos um rápido desfecho na viabilização do projeto e que possamos dar início a essa obra tão necessária para Roraima e para o Brasil.

Não é demais lembrar que o custo, o impacto da utilização de uma fonte mais cara de energia em uma das unidades da Federação impacta o preço da conta de todos os brasileiros. Então, é realmente um avanço extraordinário.

Neste caso aqui, há uma curiosidade sobre as usinas, as fontes geradoras de energia, que terão como insumo o gás. Não há, nesse caso, gasoduto de conexão; há um novo formato, um novo modelo de transporte rodoviário. É um avanço.

Eu estive na Petrobras na semana passada, inclusive em conversa com o Presidente da Petrobras, ajustando inclusive a vinda dele a esta Comissão de Infraestrutura – nós queremos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajustar para a próxima semana ou, no máximo... Na próxima semana, nós teremos a audiência do Senador Zequinha; na outra, nós teremos o Ministro Tarcísio; na sequência à vinda do Ministro Tarcísio à Comissão, nós queremos ter a presença do Presidente da Petrobras, que já se colocou à disposição. Só estamos ajustando a data para ele vir. E um dos pontos que pretendo dialogar com ele aqui na Comissão é justamente a utilização do gás como insumo para reduzir os custos de produção de energia elétrica no Brasil. Nós já temos vários projetos exitosos nessa área, e esse caso do leilão, da licitação de Roraima é mais um exemplo de que esse é um caminho viável, inclusive na modalidade em que eles ganharam aquele certame.

Senador Wellington Fagundes, nosso Vice-Presidente, solicita e tem a palavra.

Na sequência, Senador Zequinha Marinho.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Meu caro Presidente, todos os companheiros Senadores, eu quero aproveitar aqui, primeiro, para convidar mais uma vez o Presidente e todos da Comissão para estarmos, na sexta-feira, em Mato Grosso. Vamos ter uma audiência pública da Comissão na cidade de Água Boa, onde vamos tratar da implantação da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. Nessa ferrovia, toda a modelagem é para que ela seja construída em uma permuta pela outorga, juntamente com a Vale do Rio Doce, construindo então o trecho de Campinorte até Água Boa, fazendo com isso a viabilização da Ferrovia Norte-Sul.

Como dizia aqui o Blairo Maggi, como Ministro, a ferrovia de carga no Brasil tem que ir aonde está a roça e aonde há a produção. Hoje, a Ferrovia Norte-Sul carece de carga suficiente para torná-la viável. E a carga está exatamente no Mato Grosso. Então, a construção desses 380km, de Campinorte até Água Boa, com certeza vai viabilizar a ferrovia, mas muito mais ainda a produção.

Eu sempre tenho dito que Mato Grosso hoje é o maior produtor de grãos do Brasil e também da proteína animal. Essa região pode produzir tudo que produz Mato Grosso; e o Mato Grosso pode produzir, no futuro, tudo que produz o Brasil. Nós estamos no coração do Brasil, no centro geodésico da América do Sul, então, a infraestrutura é fundamental para que a gente possa ampliar a nossa produção. De produtividade, o Estado já tem altos índices.

Já confirmei com o Ministro Tarcísio hoje pela manhã. Ele estará lá. Sairemos daqui por volta do meio-dia, na sexta-feira, e iremos até Água Boa, onde vamos ter lá toda a palestra, o seminário sobre a infraestrutura, a logística da região e também, claro, em especial, a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste. Ainda vamos inaugurar lá também a travessia urbana toda duplicada com a iluminação na cidade de Água Boa. E queremos crer que também poderemos lançar lá a licitação para iluminação da cidade de Xavantina, onde temos a Hidrovia dos Rios das Mortes, Araguaia e Tocantins, com a possibilidade também de fazermos com que essa hidrovia possa integrar, fazer aquela verdadeira integração intermodal: ferrovia, estrada, hidrovia e, claro, também com a possibilidade da aviação regional. Depois, de lá vamos até Rondonópolis, a minha cidade natal, no sábado, pela manhã, onde vamos visitar o maior terminal ferroviário da América Latina, que é exatamente onde temos a Ferrovia Ferronorte, que hoje é administrada pela Rumo, que tem a maioria das ações.

Nós estamos trabalhando também para que possamos ter a concessão da malha paulista prorrogada para podermos, inclusive, ampliar a Ferrovia Ferronorte, sair de Rondonópolis,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

chegar a Cuiabá – o Senador Jayme Campos, daqui da Comissão, tem lutado muito para isso – e depois avançar.

É importante dizer, Sr. Presidente, que a Ferrovia Ferronorte, no Mato Grosso, tem ali uma capacidade de velocidade de até 80km/h, por ser uma ferrovia moderna. E ela está com 100% da sua capacidade de carga tomada exatamente porque chega na malha paulista e não tem condições praticamente de agilidade na sua trafegabilidade, fluidez. Enquanto que em Mato Grosso ela anda nessa velocidade, chega em São Paulo, a média é na base de 15km. Por quê? Porque tem que passar em muitas passagens urbanas, é uma ferrovia que precisa de modernização. Então, o investimento na malha paulista é a solução para o Brasil, é a solução para Mato Grosso, inclusive, para que ela possa duplicar a sua capacidade de transporte.

Então, eu quero aqui também agradecer à Comissão por ter aprovado este requerimento. Tenho certeza de que a presença do Ministro Tarcísio, até pela sua competência, por ter demonstrado agilidade e capacidade, inclusive com a negociação com todos os setores...

Hoje, pela manhã, na conversa que tivemos lá com o Presidente Davi – claro, o Ministro está pedindo o apoio também daqui da Comissão, porque a gente precisa destravar algumas coisas... As nossas concessões rodoviárias, todas elas estão hoje vencendo, e a gente precisa de uma solução. No nosso caso de Mato Grosso, nós temos a BR-163, que está concessionada da divisa de Mato Grosso do Sul até a cidade de Sinop, e os investimentos não estão sendo feitos, ou seja, está se cobrando o pedágio e está se fazendo apenas a manutenção. E a concessão foi feita para que, em cinco anos, nós tivéssemos toda essa duplicação. E hoje, infelizmente, não aconteceu. Então, quem perde com isso é a sociedade e o Brasil, porque a BR-163 hoje é o grande troncal ali do desenvolvimento da região.

No Mato Grosso do Sul, é da mesma forma. Temos lá a concessão da BR-163 até o Pará e também as obras não estão acontecendo, porque o Governo não honrou aquilo que foi combinado, ou seja, o financiamento de longo prazo por parte do BNDES. Inclusive, eu quero destacar aqui que sou autor de uma PEC, a PEC da segurança jurídica, que é exatamente para fazer com que contratos de longo prazo não possam mudar de acordo com o que muda o Governo. Nós temos que fazer política de Estado, e não política de Governo.

Eu acredito que o Ministro Tarcísio, que tem dialogado muito aqui com a gente, tem tido essa competência... E ele, inclusive, já nos adiantou que deverá sair um decreto para que a gente possa fazer as novas relicitações das concessões rodoviárias no Brasil, amigáveis, inclusive, com entrega amigável, porque quem tem uma concessão que já está hoje vencida, é claro, não tem condições de tocar.

Outro aspecto relativo a essa ferrovia também é o relatório do nosso companheiro Senador Jean Paul, que já está bastante adiantado. Na semana passada, houve aqui a audiência pública para a possibilidade também da construção de ferrovias numa nova modalidade de autorização. Isso pode viabilizar a ferrovia, a Ferrogrão, também no Estado de Mato Grosso, para que a gente possa fazer a exportação para o norte, porque realmente para o sul hoje não há... As estradas e a própria Ferronorte não teria capacidade, mesmo duplicada, porque para o volume de produção da região norte de Mato Grosso o caminho é exatamente pelos portos do Arco Norte.

Tudo isso, Presidente, é um trabalho que a nossa Comissão aqui tem feito, destacado, apoiado. E é extremamente importante a condução de V. Exa. na Presidência desta Comissão, que tem procurado o diálogo, para que a gente encontre exatamente o caminho do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desenvolvimento. E, no Brasil, que é um país com vocação agropecuária, em que o agronegócio tem sido a força, sem dúvida nenhuma a logística é fundamental para que a gente possa levar este País para o desenvolvimento. Era isso que eu gostaria de registrar.

Agradeço, mais uma vez, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Parabéns a V. Exa., Senador Wellington Fagundes, pela iniciativa de aprovarmos aqui, na Comissão, uma diligência ao Mato Grosso, com a realização consequente. O termo técnico é diligência, mas se trata de uma audiência pública, em que os temas da região serão discutidos com a presença, inclusive, do Ministro da Infraestrutura.

Não há como pensar e projetar desenvolvimento econômico pleno sem infraestrutura. O Brasil é dependente de mais infraestrutura e melhora na sua logística. O Brasil é refém quase que de um modal único. Embora nós tenhamos algumas hidrovias, navegação interior, enfim, o Brasil é cortado de norte a sul pelas rodovias, que estão estranguladas. São rodovias antigas, com base e sub-base feitas para uma realidade que hoje é muito diferente daquela de quando foram feitos os projetos.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Sem falar no custo dos transportes.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Sem falar no custo dos transportes, sem falar no custo Brasil, enfim. Então, é preciso avançar nesse novo modal, que é o modal ferroviário, com integração; um projeto que integre o Brasil de ponta a ponta. Os projetos estão avançando nesse sentido, e essa discussão regionalizada, eu a vejo como extremamente produtiva, como extremamente necessária.

Cumprimento V. Exa. por chamar esse tema ao debate no Mato Grosso. Outras regiões estão pautando também aqui. E nós vamos... Naquelas regiões onde conseguirmos estar, vamos estar, mas V. Exa. certamente fala pela Comissão e vai dirigir os trabalhos, com a presença do Ministro, lá nessa audiência.

Senador Zequinha Marinho, V. Exa. tem a palavra.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Obrigado, Presidente.

Quero só fazer algumas reflexões, primeiro, sobre a questão da energia em Roraima. Quero festejar, naturalmente, o leilão, a oportunidade de o setor privado participar, os investimentos que serão feitos e, acima de tudo, o atendimento à população de Roraima, que naturalmente precisa urgentemente resolver essa situação. Porém, a gente também tem que lembrar que, se tivéssemos tido algum tipo de planejamento no passado, não estaríamos vivendo esse momento que nos pegou de surpresa.

O problema político da América do Sul não é de hoje, ainda mais na Venezuela, que vem o tempo todo arruinando, desde antes do Chaves, depois do Chaves, e caiu na mão do Maduro, que está tão maduro, mas não cai. É um negócio interessante isso. E a gente hoje, nesse momento, foi pego...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – ... numa situação complicada, porque o problema é muito mais político do que...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senador Zequinha, eu quero apartear o senhor dessa maneira...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Interrompê-lo para dizer o seguinte: o Maduro está sobrevivendo graças a pílulas Trump.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Pílulas Trump? (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É, porque o apoio do Trump ao Guaidó é fatal, para o Guaidó.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito bem.

Planejamento é fundamental quando se pensa um País. E aí vamos agora sair de uma área para entrar numa outra estratégica também: a questão do transporte. Como se governa um País deste tamanho e não se pensa na sua logística? E tudo fica dependendo de rodovias, a modalidade mais cara em qualquer lugar do mundo, não é verdade?

Até que enfim, parece que a gente está começando a acordar para uma realidade. O Brasil já teve um número de quilômetros de ferrovia significativo. Abandonou isso, caiu lá para baixo e hoje começa a retomar. E, graças à situação da Região Sudeste e do Sul, redescobre-se o Norte como uma região propícia para fazer logística para se exportar, e assim sucessivamente.

Lá no Pará, Presidente, uma das coisas que nos chama atenção nesse momento, e a gente precisa resolver, no que diz respeito à logística, pelo modal ferroviário, é o ramal da Norte-Sul, da cidade de Açailândia, no Maranhão, até a cidade de Barcarena, no Pará.

O Governo Federal planejou, o Governo Federal priorizou, e a bancada federal, anos atrás, trabalhou isso de forma muito contundente – a bancada federal do Pará. Colocamos no PAC esse ramal, a EPL fez o estudo e aprovou, estava no Plano Nacional de Logística, e de repente houve uma sensação de que isso não daria certo.

Logo a Norte-Sul não seria Norte-Sul, seria Nordeste-Sul, porque, quando ela ruma do Centro-Oeste para chegar ao Norte, ela para na cidade de Açailândia e vira à direita, para o Nordeste, para a cidade de São Luís do Maranhão. Então, não podemos chamá-la de Ferrovia Norte-Sul, uma ferrovia que não chega ao seu destino. Isso é uma coisa que só acontece no Brasil.

Nós precisamos trabalhar isso. Estamos articulando, estivemos presentes na Empresa de Planejamento e Logística, uma estatal que faz todo o estudo, solicitamos o retorno à pauta de toda a análise desse trajeto da ferrovia, e se comprometeram conosco a nos atenderem nos próximos dias, para que ela volte ao Plano Nacional de Logística. E temos pela frente alguma facilidade de que a gente não pode abrir mão: o recurso que o Governo Federal vai ter pela renovação da concessão da ferrovia da Vale a Carajás, que liga exatamente a Serra de Carajás à cidade de São Luís do Maranhão, o Governo está antecipando isso para ter algum dinheiro para poder fazer investimento nessa área. Como toda a riqueza que a Vale conseguiu foi extraída do Estado do Pará, lá de Carajás exatamente, nós estamos aqui reivindicando no mínimo aquilo a que temos direito: que esse recurso também possa ser utilizado dentro do território paraense exatamente para a construção do ramal Açailândia-Barcarena.

Naturalmente, possivelmente o dinheiro não dê para fazer isso, mas significa aí atender pelo menos a 70% da demanda de recursos de que nós vamos precisar. Aí sim, nós vamos ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a Ferrovia Norte-Sul ligando aqui o Sul à Região Norte, à região de Belém e ali próximo, na Metropolitana, à cidade de Barcarena e, mais no futuro, à cidade de Curuçá, onde certamente teremos o Porto do Espadarte.

Isso é fundamental, e esta Comissão precisa conosco também caminhar naquela direção, porque entendemos ser fundamental para o Brasil. Não é uma questão apenas do Estado do Pará, mas é uma questão para o Brasil. Hoje a gente precisa resolver esses encaminhamentos, e eu quero convidar aqui todos da Comissão para que dia 18 a gente possa estar aqui nessa grande audiência pública sobre o Arco Norte, que certamente vai colocar na tela as prioridades, as construções, ferrovia, porto, aeroporto, enfim, tudo aquilo que a gente precisa para aquela região, a fim de que a bancada que trabalha naquela região possa abraçar a causa e, dentro dos próximos anos, se Deus quiser, resolver essa parada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Zequinha, e o cumprimento pela iniciativa também dessa importante audiência pública.

Indago se há mais algum Senador que gostaria de fazer uso da palavra. (*Pausa.*)

Não há quem queira fazer uso da palavra.

Antes de encerrarmos, agradeço a presença de todos, em especial das Sras. e dos Srs. Senadores, e convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 18 de junho...

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (PSD - MS. Pela ordem.) – É apenas para informar a V. Exa. que nós protocolamos um requerimento, que vai seguir a ordem da pauta, sobre a questão do barateamento das tarifas do transporte público nas grandes cidades brasileiras. Será tema de uma audiência pública na sua Comissão. É apenas para fazer esse registro.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Perfeitamente. Cumprimento V. Exa. Eu tive a oportunidade inclusive de participar com V. Exa. na CNT de uma reunião...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu não conheço o requerimento do Senador Nelsinho Trad, mas eu acho que deveriam ser apensados a ele todos os requerimentos já apresentados no Senado, porque isso é uma novela interminável.

Nenhum ente público reduziu impostos para beneficiar transportes coletivos. Nenhum! Esse episódio da greve dos caminhoneiros serviu para mostrar – e o Presidente Bolsonaro tem repetido – que há Estados que cobram ICMS de 25% e até mais. Então, os insumos do transporte coletivo no Brasil são a causa da pobreza do nosso transporte.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Você tem ISS, você ICMS, gratuidade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acabo de dizer: nem um dos entes, nem o Município, nem os Estados, nem a União...

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Ninguém abre mão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, todo mundo quer ganhar em cima daquilo que é necessário. O resultado: o transporte coletivo por ônibus está tendo uma decadência do número de usuários, porque ele perde a competitividade para a motocicleta, para o Uber, para a lotação, que não paga imposto.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agora até os patinetes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Ou seja, nós estamos quebrando.

Então, eu queria só dar essa substância para o requerimento, que é muito importante. Agora, para que ele não seja mais um, peça para a assessoria apensar as iniciativas e pelo menos um resumo do que elas conseguiram: nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – Agradeço a V. Exa., Senador Esperidião Amin.

Na próxima reunião, o requerimento estará em pauta. E, havendo outros requerimentos sobre a mesma matéria...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Desta e de outras Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RO) – De repente fazemos até uma audiência conjunta.

Agradeço a V. Exa.

Nada mais havendo a tratar, convoco nossa próxima reunião, a ser realizada no dia 18 de junho, terça-feira, às 11h, neste plenário.

Agradeço a presença de todos.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 6.

Às nove horas e trinta e um minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Zenaide Maia, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Jaques Wagner, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jorginho Mello, Sérgio Petecão, Arolde de Oliveira, Roberto Rocha, Flávio Bolsonaro, José Maranhão, Nelsinho Trad, Paulo Rocha, Wellington Fagundes, Marcos do Val, Luis Carlos Heinze, Major Olimpio e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Omar Aziz e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 18/2019 - CDR, de autoria da Senadora Eliziane Gama, REQ 19/2019 - CDR, de autoria da Senadora Zenaide Maia, e PLS 465/2018, de autoria do Senador Roberto Rocha. **Finalidade:** Instruir o PLS 465/2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. **Participantes:** Benedito Souza Filho, Antropólogo e Professor (representante de: Universidade Federal do Maranhão - UFMA); Ulisses Denache Sousa, Doutorando em Geografia (representante de: Universidade de São Paulo - USP); Nathali Ristau, Bióloga (representante de: Instituto Amares); Aluizer Malab, Secretário Nacional de Competitividade (representante de: Ministério do Turismo); Rosmari Barbosa Malheiros, Secretária de Meio Ambiente (representante de: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG); Luís Antônio Câmara, Assessor Jurídico (representante de: Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão - FETAEMA); Marcos de Castro Simanovic, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio (representante de: Ministério do Meio Ambiente). Fabiana de Melo Oliveira, Coordenadora de Posicionamento de Produtos (representante de: Ministério do Turismo). **Resultado:** Audiência Pública realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e vinte e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/22

(*Texto com revisão.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Ao iniciar o nosso expediente, informo que solicitarei, nos termos da Instrução Normativa nº 9, de 2017, a degravação da presente reunião, para que o que aqui for falado pelos convidados e debatido pelos nobres pares fique registrado nos *Anais* desta Casa.

Conforme pauta previamente distribuída, informo que a presente reunião é destinada a instruir o PLS nº 465, de 2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, atendendo ao Requerimento nº 18, de 2019-CDR, de autoria da Senadora Eliziane Gama, e 19, de 2019-CDR, da Senadora Zenaide Maia.

Esclareço que adotaremos os seguintes procedimentos: cada expositor terá dez minutos para fazer a sua exposição e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Senadores e Sras. Senadoras inscritos dentro dos assuntos tratados, dispondo cada um de cinco minutos, assegurando igual prazo para resposta, após o que poderá ser contraditado pelo prazo máximo de dois minutos, concedendo-se o mesmo tempo para tréplica.

A palavra aos Senadores e às Senadoras será concedida na ordem de inscrição, intercalando-se oradores de cada partido. Antes de conceder a palavra aos convidados, informo que as participações dos cidadãos na audiência pública serão recebidas nos seguintes canais: Portal e-Cidadania, que pode ser acessado a partir do *site* da Comissão, e pelo Alô Senado, 0800-612211.

Comunico que dividiremos a apresentação em duas Mesas. E já convido para compor a primeira Mesa: Fabiana de Melo Oliveira, Coordenadora de Posicionamento de Produtos do Ministério do Turismo; Marcos de Castro Simanovic, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio, representante do Ministério do Meio Ambiente; Luís Antônio Câmara, Assessor Jurídico da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão, Fetaema. E convido também Benedito Souza Filho, Antropólogo e professor da Universidade Federal do Maranhão.

E convido também, já para assumir a Presidência dos trabalhos, uma das autoras do requerimento, a minha Vice-Presidente aqui da Comissão, Senadora Zenaide Maia. Convido V. Exa. para presidir aqui os trabalhos. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Dando continuidade aqui à nossa audiência pública, solicitada por nossa Senadora Eliziane, que não pôde estar aqui, e subscrita por mim, Zenaide, aqui, o primeiro convidado seria o representante do Ministério do Turismo, mas vai atrasar um pouquinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou começar por Marcos de Castro Simanovic, Diretor de Criação e Manejo de Unidades de Conservação do ICMBio, representante do Ministério do Meio Ambiente.

Passo a palavra para você, Marcos.

O SR. MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC – Senadora Zenaide, demais colegas de Mesa, demais pessoas presentes aqui, eu agradeço a oportunidade de poder falar em nome do Ministério e também do ICMBio. E gostaria de deixar registrado que nós participamos deste momento com o objetivo justamente de esclarecer eventuais questionamentos, eventuais dúvidas e também sempre aprender com os demais colegas que vão fazer a exposições e com as perguntas que surgirão. Isso com bastante transparência e bastante humildade até para colocar o nosso posicionamento. O.k.?

Para iniciar essa nossa questão, é preciso entender que o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) possui como missão proteger o meio ambiente, conservar aquilo que precisa ser conservado, mas promover também o desenvolvimento socioambiental. E, justamente nessa linha, nós sempre devemos considerar as questões do meio natural e o ser humano incluído nisso.

Dessa forma, nós entendemos que todas as ações, todas as iniciativas que envolvem ou que afetam unidades de conservação precisam levar em conta as questões naturais, mas precisam levar em conta também a comunidade que vive ali, a comunidade que está no entorno, a influência que isso vai ter na vida das pessoas.

Então, num primeiro momento, quanto à questão dos limites do nosso Parque Nacional – e nosso porque é de todos nós –, é preciso ressaltar que ele é historicamente definido, já desde décadas passadas, por um polígono feito com linhas retas. Linhas retas significa dizer que a gente não consegue enxergar nessa delimitação a observação de acidentes geográficos, de rios, de comunidades existentes. Enfim, no momento de criação desse parque, os polígonos, as linhas que foram definidas demonstram um parque com linhas retas.

A partir dessa lógica e considerando que nós estamos falando de Lençóis Maranhenses e os Lençóis não são fixos, eles se movimentam, eles realmente se movimentam e a gente consegue ver em vídeos. Nossos colegas, que vão complementar a apresentação, provavelmente vão mostrar essa parte ilustrando isso. Nós temos que entender que também a vida lá é dinâmica.

Então, a revisão desses limites iniciais é interessante do ponto de vista de melhoria para todos; do ponto de vista de conservação, das comunidades e de todos os envolvidos? A primeira observação é que sim. Agora, como fazer isso? Essa é a parte mais interessante. Não é fácil e, se fosse fácil, acho que nós não estaríamos aqui. E justamente sobre o como fazer isso, o ICMBio deve ser visto como um colaborador aqui para o Senado, para fornecer as informações necessárias do ponto de vista técnico e do ponto de vista legal, do que pode ser feito, de quais são as possíveis consequências.

E eu observei, no rol de questionamentos que estão sendo feitos, que existe uma referência a um laudo ou um parecer, desculpe, um parecer produzido inicialmente por um técnico nosso lá na região no Maranhão. Inicialmente, eu já digo o seguinte, esse parecer é bastante importante porque ele levanta alguns questionamentos que nós precisamos entender e considerar, porém ele não é a manifestação definitiva sobre o que é oportuno ou não para os Lençóis Maranhenses.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para a gente chegar na questão do que é efetivamente oportuno e necessário, nós precisamos ouvir as comunidades tradicionais, precisamos ouvir os outros parceiros envolvidos e, sim, chegar até um ponto, nem sempre de consenso, mas um ponto de equilíbrio entre o que nós precisamos conservar e como as comunidades tradicionais, o turismo e a vida das pessoas podem ser influenciados por isso.

Então, com essa mensagem inicial, eu gostaria de, junto com todos, assistir às apresentações que vão ser feitas pelos nossos colegas técnicos, de universidade, de turismo e eu prefiro até me posicionar e conversar um pouco mais durante a hora das perguntas, justamente para tentar esclarecer as dúvidas que surgirem. Não que eu tenha resposta para tudo, mas eu vou procurar buscar e entender essa resposta para tudo isso.

Mas a chave é trabalhar com equilíbrio e, dentro do equilíbrio, entender que o posicionamento técnico deve subsidiar as ações que a gente vai ter. E, além do posicionamento técnico, sempre nós teremos a questão da legalidade para seguir, pensando em conservação, pensando no ser humano que está ali e que eventualmente, ou melhor, que sempre estará tanto no interior do parque quanto nas áreas limites do parque. Enquanto perdurarem as iniciativas que devem ser adotadas para regularização e tudo mais, são pessoas que vivem, que precisam continuar vivendo e a opinião delas é muito importante.

O.k.? Então, eu prefiro falar pouco agora no início e justamente acompanhar a exposição dos colegas.

Eu agradeço.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada aqui pelas palavras. Eu convido agora o Sr. Benedito Souza Filho, Antropólogo e professor da Universidade Federal do Maranhão. Está com a palavra, professor.

O SR. BENEDITO SOUZA FILHO – Eu preparei uma apresentação e eu gostaria que fosse exibida agora, por favor.

Enquanto eles realizam a exibição do que eu vou apresentar, gostaria de agradecer enormemente o convite para participar desta audiência pública aqui nesta importante Casa. Agradecer a todos os Senadores e particularmente às Senadoras Eliziane Gama e Zenaide Maia por terem convocado esta audiência pública para tratar de um assunto deveras importante.

E, antes de iniciar a minha apresentação, gostaria só de dizer de onde eu falo. Eu sou professor da Universidade Federal do Maranhão, sou Antropólogo e vinculado também ao programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Lidero, juntamente com a Profa. Maristela Andrade, que também é Antropóloga, o grupo de estudos rurais e urbanos, cadastrado na plataforma de grupos de pesquisa do CNPq desde 1992. Então, é um grupo que já existe há 27 anos e tem um lastro de experiência de pesquisa e estudos no Maranhão. Então, é desse lugar que eu falo.

E um pouquinho para falar propriamente do que me trouxe aqui à audiência pública. Vamos falar aqui do conteúdo da minha apresentação. Pode passar, por favor. Como é que eu faço? Aqui?

Bom, antes de falar, a gente tem que dar uma caracterização geral sobre o que vamos tratar. Então, vamos tratar do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, uma breve caracterização. Ele tem 156 mil hectares, abrange três Municípios: Barreirinhas, Santo Amaro e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeira Cruz. Possui cerca de 60 comunidades tradicionais, com uma população estimada de cinco mil habitantes, com principais atividades realizadas pelas famílias, algumas delas com história de ocupação que remontam ao século XIX. Então, atividades: agricultura, pesca, criação de animais, produção de artesanato, produção e comercialização de castanha de caju e atividades associadas ao turismo. Então, as famílias que historicamente ocupam diferentes regiões do Parque Nacional desenvolvem essas atividades.

Bom, alguns antecedentes. O levantamento de informações a pedido de STTRs e colônias de pescadores. Fomos solicitados, pelo sindicato de Barreirinhas, a realizar estudos que pudessem demonstrar o modo de vida dessas famílias que historicamente ocupam o Parque Nacional.

Então, fizemos esse trabalho de 2014 a 2017, produzimos um relatório substantivo de cerca de 700 páginas, entregue ao sindicato e às colônias de pescadores. Esse mesmo relatório foi repassado ao Ministério Público Federal, que ajuizou uma ação civil pública, na qual aparecem como réus o ICMBio e a União. O desdobramento dessa ação civil pública foi uma sentença proferida, resultado de um acordo celebrado na Justiça Federal, a realização de termo de compromisso, a revisão do plano de manejo e também a regularização fundiária do parque. Estamos nos envolvendo agora com a realização dos temos de compromisso.

Eu integro um grupo de trabalho, a convite das instituições de representação, juntamente com o ICMBio, sindicatos, o Instituto Federal do Maranhão e outras instituições.

Em relação especificamente à informação técnica, ela foi solicitada pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão, ao Gerur, grupo que eu lidero, para realizar uma análise do conteúdo do PLS. Então, essas nossas análises estão centradas em aspectos jurídicos, antropológicos, ambientais e geográficos.

Então, rapidamente, a estrutura do PLS. A ideia aqui não é ensinar ou dizer como um projeto deve ser feito; então, analisando o projeto a gente identifica isso. O projeto tem 13 páginas distribuídas em uma capa, nove páginas com cinco artigos, sendo oito páginas, dessas nove, com 333 coordenadas planas aproximadas – o Prof. Ulisses vai explicar mais detidamente o que são coordenadas planas aproximadas –, duas páginas de justificativas contendo nove parágrafos, e uma página com duas legislações citadas.

Uma apreciação geral. Um dos pontos centrais que a informação técnica – que tem 62 páginas – aprecia é que o projeto apresenta muitas limitações técnicas sobretudo de aspectos jurídicos, geográficos, sociais e ambientais. Sobressai na proposta uma maior valorização das possibilidades de negócio do turismo que é propriamente uma preocupação ambiental e social.

Essa é uma avaliação geral do projeto que nós fazemos, porque o detalhamento dessa apreciação, dessas limitações, é analisado ao longo de 62 páginas.

Como as oito páginas que eu mencionei apresentam coordenadas, o que nós fizemos – o Prof. Ulisses passou três noites queimando pestanas para produzir essa imagem – aí são dois desenhos, dois perímetros: o em azul é o limite atual do parque e o que está em vermelho é o limite proposto no PLS.

O que esse novo perímetro apresenta? Ele apresenta uma ampliação de cinco áreas, um total de 17.351,73 hectares e a exclusão de nove áreas no total de 12.897,80 hectares.

Nós realizamos uma sinalização no mapa das áreas ampliadas e nós chegamos e fizemos também uma medição dessas respectivas áreas ampliadas e identificamos cada uma delas. Uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

peculiaridade dessa ampliação diz respeito à ampliação da área do mar. Observem que o total de área é 17.351 e quase a metade cresce para o mar. Esse é um pequeno detalhe.

A área nº 01 é uma outra área que também merece consideração, mas não vou me ater a ela porque a Nathali, que é bióloga, vai tratar mais detidamente sobre ela.

A gente tem aqui as nove áreas que foram suprimidas. Elas cobrem um total de 12.897 hectares. Então, quando se pensa nessa matemática muito, assim, rapidamente, é como se dizer que 17 é sempre maior do que 12. Quando está dito na proposta que o projeto amplia o parque, a gente deveria entender mais detidamente o que significa, do ponto de vista social e ambiental, esta ampliação.

Então, observando. Quais os principais problemas da exclusão das áreas? A gente observa que a ampliação cresce para o mar, então, a gente percebe que a matemática do crescimento amplia quase 50% do total de área ampliada para o mar. Então, há a criação de uma insegurança ambiental e social.

Por que nós sublinhamos esse problema da insegurança ambiental? Porque a exclusão de área pode colocar em risco importantes corpos hídricos e áreas de Restinga, que são áreas que devem ser protegidas. A preocupação, como o Marcos acabou de falar, com o ambiente é fundamental. Então, um projeto de lei que altera os limites do parque deve ter, como nós discutimos longamente em nossa informação técnica, o duplo sentido de proteção, também sublinhado aqui pelo representante do ICMBio: a Proteção da natureza, mas, também, a proteção do direito de um modo de vida enraizado historicamente no Parque Nacional dos Lençóis.

Quando eu falo de insegurança social é porque uma vez incluídas algumas dessas áreas, elas poderiam ser facilmente liberadas para especulação imobiliária. Aqui eu mostro para vocês um eslaide do que aconteceu logo imediatamente à apresentação pública do projeto: anúncios de venda de terras no parque.

Eu gostaria só que observassem a parte que está sublinhada em azul. Isso a gente pegou nessas redes sociais, as pessoas simplesmente divulgando. As cifras aí, áreas de 700 hectares, que parte dela encontra-se dentro do Parna e o valor é um valor simbólico de R$8 milhões.

Então, mas quais são os principais problemas da exclusão de área? Aqui eu considero o aspecto mais grave. Se a proposta do projeto é compatibilizar essa dupla prevenção que a gente está enfatizando, curiosamente essa informação aqui não é uma informação nossa, nós estamos utilizando uma informação que é oficial, está na nota técnica mencionada pelo representante do ICMBio em relação a isso.

Eu gostaria que vocês prestassem atenção no item Restinga. O Decreto nº 86.060, de 1981, que é o atual limite, apresenta uma área de 29.908 hectares de Restinga. É uma área que deve ser protegida porque tem um importante ambiente para reprodução de fauna no parque nacional.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENEDITO SOUZA FILHO – A proposta do PLS reduz essa área para 22.307, ou seja, a proposta pela exclusão reduz a área em sete mil hectares, quase oito mil hectares de Restinga que ficam fora da proteção.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – O senhor, professor, tem mais cinco minutos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. BENEDITO SOUZA FILHO – O.k.

Então, quais são as principais recomendações? Quando nós observamos e lemos o projeto e identificamos esse sentido de insegurança ambiental e social, nós pensamos também em algumas alternativas e sugerimos algumas recomendações. Diante da leitura, baseado daqueles critérios que eu sublinhei do aspecto jurídico, do aspecto antropológico, do aspecto geográfico e do aspecto ambiental, nós sugerimos também algumas recomendações. A nossa recomendação é rigorosamente orientada por esta perspectiva da dupla proteção da natureza e de comunidades que historicamente estão enraizadas no parque nacional.

Uma primeira recomendação – existem várias recomendações na informação técnica, mas eu destacaria duas que talvez sejam mais relevantes no nosso entender – é que em função do modo de vida tradicional, recomendamos que algumas áreas sugeridas para exclusão não sejam desafetadas e, sim, recategorizadas em resex de uso sustentável.

A nossa recomendação é essa, que aquelas áreas 01, 02, 03, que são indicadas para exclusão, nós sugerimos que elas permaneçam nesse mesmo limite, em função dessa dupla proteção ambiental e social e da sua relevância. Nós teríamos um duplo ganho, resolveríamos um problema histórico dessa chamada intrusão pelas famílias do parque, mas, ao mesmo tempo, garantiríamos a proteção da natureza, porque uma vez recategorizada ela estaria também sob a proteção do próprio Estado. Então, isso possibilitaria, inclusive, a implementação de políticas sociais de acesso à educação, à energia, à saúde, a que todas as resex têm acesso. Então, aqui, a nossa indicação é esse princípio da dupla proteção.

Ali, naquela parte, na área 04, que está meio hachurada no canto superior esquerdo, é uma área ecologicamente muito importante, que sequer foi considerada na apreciação do projeto. Então, essa área, no caso da Resex Baía do Tubarão, a maior resex marinha do Brasil, criada em 2018, fica bem ao lado do parque nacional e no processo de criação da Resex Baía do Tubarão, o Município de Primeira Cruz, que fica na parte oeste do parque, foi pensado para integrar a Baía do Tubarão.

A Carina, integrante do CNPT, que esteve fazendo o levantamento da área, inclusive chegou a conversar com famílias que moram naquela parte oeste do parque, sugeriu que em função das características ambientais daquela região elas estariam muito mais próximas da resex do que propriamente do Parque Nacional dos Lençóis.

Então, o que nós propomos, como recomendação para esse trecho, seria a incorporação dessa parte oeste do parque à Resex Baía do Tubarão, em função das características. A Nathali vai mencionar também uma parte importante nesse pequeno trecho entre a ponta ali do parque e a Resex Baía do Tubarão, que é um corredor ecológico relevante que deveria ser protegido.

Enfim, essas são as considerações que eu apresento, foi bastante rápido porque o tempo é curto. Temos 62 páginas da informação técnica que foi solicitada, mas a recomendação que nós fazemos é justamente esta, Senadora, no sentido de que o parque é importante do ponto de vista do turismo.

Inclusive, uma questão importante, só para finalizar, e que está sublinhada na informação técnica do ICMBio, uma situação de insegurança jurídica. Existe um projeto já pronto de concessão do serviço de visitação do parque, então, nesse momento em que se vislumbra a alteração do limite, isso pode gerar uma situação de insegurança jurídica. Uma empresa que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ganha uma licitação para gerenciar um parque, depois pode ter um outro, em função de um redesenho.

Era isso.

Eu fico à disposição para perguntas.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Prof. Benedito Souza Filho.

Quero registrar aqui a presença dos Senadores Roberto Rocha e Elmano Férrer, já agradecendo a presença.

Já passo a palavra para Luís Antônio Câmara, Assessor Jurídico da Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Maranhão.

O SR. LUÍS ANTÔNIO CÂMARA – Bom dia, meus cumprimentos a todos.

Quero parabenizar pela iniciativa do requerimento para a audiência a Senadora Zenaide e a Senadora Eliziane Gama.

Quero cumprimentar os integrantes da Mesa e os Senadores aqui presentes, em especial o autor do projeto de lei, o maranhense Senador Roberto Rocha, que está aqui presente. Esperamos que a presença renda frutos para um diálogo e um debate interessantes a respeito do Parque Nacional dos Lençóis.

Os primeiros contatos que nós tivemos com a população do Parque dos Lençóis foi em função de vários atritos, de vários conflitos entre as comunidades e a fiscalização do ICMBio. Nós encontramos naquele período trabalhadores rurais e integrantes de comunidades tradicionais respondendo a multas de até R$90 mil, em função do controle rigoroso que o órgão fazia sobre várias atividades de subsistência dessas comunidades no interior do Parque.

A constatação que nós tivemos é que no período de 1981 a opção por uma unidade de proteção integral foi um equívoco, foi uma escolha juridicamente equivocada para a realidade daquela região, muito povoada por comunidades centenárias, com estratégias de sobrevivência consolidadas, com uma contribuição cultural e identitária importante para o Estado, para a região Nordeste e para a localidade em termos de atrações turísticas e possibilidades de desenvolvimento.

Esse tratamento equivocado, e é preciso reconhecer que na época as opções normativas eram também diferenciadas das de hoje, as unidades de uso sustentável ainda não tinham emergido com a mesma força, a experiência do Chico Mendes e das reservas extrativistas também ainda não tinham sido conformadas e formatadas juridicamente. O fato é que a opção por uma unidade de proteção integral criou uma situação de conflito permanente entre essas comunidades e o Estado brasileiro.

Via de regra, o Ibama e depois do ICMBio consideravam... E até recentemente isso era uma realidade, hoje eu diria que há uma postura de diálogo diferente, a partir dos novos responsáveis pela fiscalização local em Barreirinhas, que mudaram, é preciso reconhecer, muito a visão que tinham sobre as comunidades; mas essa relação conflituosa se dava especialmente porque o Estado considerava essas comunidades como invasoras, e havia uma pretensão de deslocamento dessas comunidades para um futuro reassentamento fora dos limites do Parque Estadual.

Ora, isso era uma preocupação e até hoje é uma preocupação dessas comunidades porque elas consideram na verdade o parque não como uma unidade de proteção integral, mas como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

um território onde elas habitam, onde elas vivem e se reproduzem socialmente. E é um território sem o qual elas não vão conseguir sobreviver com a mesma experiência de cultura, a mesma experiência comunitária, a mesma experiência de identidade social numa outra localidade, sem falar que Barreirinhas é um polo de atração turística que nos últimos 20 anos incrementou muito a disputa fundiária e a valorização dos seus imóveis. Então até para que os órgãos fundiários implantem projetos de assentamento na região, o custo benefício desse tipo de atividade também sai muito custoso para o próprio Estado.

Desapropriar um imóvel na região de Barreirinhas hoje é muito diferente de desapropriar um imóvel em qualquer Município do Estado do Maranhão.

Considerar essas comunidades como comunidades tradicionais significa considerá-las a partir de um arcabouço normativo diferenciado.

Nós temos esse arcabouço normativo. O ordenamento jurídico brasileiro, depois da internalização da Convenção nº 169, da OIT, publicizou o Decreto nº 6.040, que trata da conceituação de comunidade tradicional e de território tradicional, e é importante compatibilizar esses dois institutos jurídicos com a realidade que nós estamos tratando aqui. As comunidades tradicionais têm uma visão de desenvolvimento, elas precisam ser consideradas... Em qualquer planejamento para o desenvolvimento regional, elas preservam e pretendem preservar o parque e o ecossistema do parque. Nós podemos dizer que o parque está preservado não só pela fiscalização dos órgãos ambientais mas especialmente pela presença dessas comunidades que, para sobreviver, lutam para que o ecossistema esteja preservado.

Toda a sua atividade cultural e produtiva diz respeito à manutenção desse ecossistema preservado. Portanto é importante não considerar, para qualquer solução legislativa a respeito do assunto, as comunidades como inimigas da preservação ambiental. Muito pelo contrário, elas são parceiras, são aliadas, e foram um fator importante para que o parque pudesse estar preservado e fora das especulações imobiliárias agressivas que se instalaram ali na região de Barreirinhas.

O setor hoteleiro especialmente faz uma pressão muito grande sobre o interior do parque, com a pretensão de instalar seus empreendimentos dentro dos seus limites, e existe uma especulação fundiária associada à grilagem de terras públicas e tentativas de usurpação das áreas de amortecimento do Parque que estão presentes nas lutas das comunidades muito antes da implantação dessa unidade de proteção integral em Barreirinhas.

Portanto, a nossa preocupação, em primeiro lugar, é que o projeto de lei, qualquer projeto de lei, qualquer proposta legislativa a respeito do parque, em primeiro lugar, respeite o ordenamento jurídico vigente, em especial a Convenção 169 da OIT, e pressuponha a consulta livre, prévia e informada dessas comunidades.

No projeto de lei de autoria do Senador Roberto Rocha, nós temos algumas dificuldades que foram criadas, apesar da intenção de libertar as comunidades do jugo da fiscalização dos ICMBio, ele recorta territórios que não poderiam ser recortados, sob pena de trazer prejuízos para a própria subsistência da comunidade.

Essas comunidades que ficaram de fora dos limites propostos pelo projeto atual sobrevivem de um ecossistema que está dentro do parque. Então, é preciso pensar numa estratégia que possa integrar a presença do homem com a natureza.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No nosso entendimento, a melhor proposta normativa seria idealizar áreas, mosaicos de unidades de uso sustentável, com a proteção integral em algumas regiões, e isso precisa de muito estudo, aprofundamento e análise. Essas comunidades foram invisibilizadas desde 1981, época da criação do parque, porque se pressupôs que ali era um vazio demográfico. Na verdade elas são produtoras, elas abastecem o comércio...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS ANTÔNIO CÂMARA – ... de Barreirinhas e da região e passaram a produzir, por exemplo, a castanha do caju, por incentivo do Estado, quando ainda ali era considerada uma região de terras devolutas estaduais. Eles receberam incentivos governamentais para investir na plantação do caju, porque é um tipo de atividade menos impactante para a região; e eles criam animais de pequeno porte, eles praticam o extrativismo e eles vivem sobretudo da pesca e da atividade de roça de subsistência.

Essas atividades envolvem inclusive a produção de um artesanato rico, com uma projeção grande para fora do Estado do Maranhão, e é um fator de atrativo turístico na sede da cidade. Então essas comunidades precisam, em primeiro lugar, deixar de ser invisíveis, elas precisam ser tratadas como sujeito de direitos e por isso eu acho que elas precisam ser consultadas sobre qualquer modificação nos seus territórios.

E aí eu considero a possibilidade de que o fator territorial em relação a elas seja considerado antes de qualquer proposta de criação ou de alteração de limites de unidades de conservação, porque é essa territorialidade que não pode ser separada do ecossistema preservado que está lá.

Então, no nosso entendimento, e a recomendação que eu acho que é importante para efeito de diálogo e consideração dos Senadores e desta Casa, é que nós possamos, em primeiro lugar, aperfeiçoar o projeto de lei. Nós precisamos contar com a sensibilidade não só do autor do projeto de lei, o Senador Roberto Rocha, mas também do próprio Relator e desta Casa no sentido de esse aperfeiçoamento implicar em consultas, em reuniões e em mais audiências públicas, para que não só o ecossistema do parque seja estudado, mas também o modo de vida dessas comunidades precisa ser conhecido, para que nós possamos propor alternativas e alterações no seu modo de sobrevivência na região.

Era isso que eu tinha a dizer.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigado, Luís Antônio da Câmara.

Eu queria chamar a atenção, mais uma vez, de quem está nos assistindo, nós estamos aqui numa audiência pública para falar sobre o Projeto de Lei do Senado nº 465, de 2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Eu quero chamar agora a Doutora Fabiana de Melo Oliveira, Coordenadora de Posicionamento de Produtos do Ministério do Turismo.

Com a palavra, Fabiana.

A SRA. FABIANA DE MELO OLIVEIRA – Obrigada.

Bom dia a todos e a todas. Meus cumprimentos aos Senadores aqui presentes, ao Secretário Nacional de Desenvolvimento e Competitividade do Turismo, o Malab também, que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

eu estou aqui representando enquanto área técnica. Esse PL chegou ao Ministério do Turismo e nossa área técnica fez algumas ponderações em relação ao teor da proposta.

A gente ressalta que o mérito da proposta, que procura de fato aperfeiçoar os limites do parque, que foi criado em 1981 — então, como já bem colocado aqui pelo Sr. Benedito em seu estudo, que inclusive esclareceu aí alguns pontos que a gente ainda estava em dúvidas em relação a proposta —, visa a aperfeiçoar a delimitação do parque na medida que também procura propiciar o acesso das populações locais que lá se encontram a equipamentos básicos: escola, equipamento de saúde, já que como o Sr. Luiz Antônio bem falou, a categoria de unidade de conservação, hoje estipulada pelo Parna, não permite que essas comunidades que lá estão acessem esses tipos de serviços básicos. Então também propicia a questão fundiária, a gente superar essa questão fundiária que não é um problema só do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, mas de diversos parques nacionais que hoje a gente tem criados aqui no Brasil.

Então esse tema certamente merece a atenção do Ministério do Turismo na medida que visa a gerar mais empregos, impactar as comunidades locais e propiciar o desenvolvimento de atividades turísticas no entorno desses parques.

Como bem o Sr. Benedito também falou, pelo teor da proposta, pelo que a gente pôde acessar na proposta, a gente viu muito mais uma valorização da questão dos equipamentos e serviços turísticos do que propriamente das questões ambientais e sociais. Então, isso é um ponto em que de fato a gente está de comum acordo aqui, tanto com o ICMBio quanto com os demais colegas aqui da Mesa, porque de fato a gente precisa de um maior debate deste PL com as comunidades locais, para ouvi-las e também desenvolver oportunidades para elas, além das que estão sendo retiradas delas.

Bom, outra coisa que a gente tem que levar em consideração aqui, que foi dito pelo Sr. Benedito também, é que da forma como a proposta está colocada, a gente também precisa tomar cuidado para que não acarrete uma insegurança jurídica das atuais propostas que hoje estão sendo colocadas para concessão de serviços públicos das atividades turísticas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, porque, da forma como está, poderia acarretar uma insegurança jurídica para o atual projeto de concessão que já está sendo disponibilizado pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Essas questões também devem ser levadas em consideração, antes de se ter uma proposta de projeto de lei.

Então, a gente se coloca à disposição também para que possamos revisar — não é Secretário? —, propor um substitutivo que leve em consideração tanto a consulta pública das comunidades locais quanto também o posicionamento do ICMBio com relação ao atual projeto de lei.

Eu acho que é isso. A gente se coloca à disposição. Ainda não temos um posicionamento claro em relação a esse projeto de lei. Essas questões que foram colocadas aqui hoje devem ser levadas em consideração, para que a gente possa discutir com as comunidades e com os órgãos públicos aqui, para aperfeiçoarmos esse PL e de fato conseguirmos chegar a um acordo entre as comunidades locais e os interessados, as partes interessadas.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Fabiana. Todos da primeira Mesa já falaram, e mais uma vez, para as pessoas que estão nos assistindo: isso é uma audiência pública, para discutir o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Projeto de Lei de nº 465, do Senado Federal, de 2018, que altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Eu fico feliz de ter subscrito essa audiência pública, porque todos têm algo em comum: acham que esse projeto deve ser, sim, mais discutido; ouvir mais as pessoas. Isso aqui não depende de partido nem de cor. Nós estamos discutindo algo aqui que é justamente o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses e a primeira Mesa, todos, mostrou... não que ninguém ficou aqui contra o projeto, mas já se sabe que ele não deve ser apresentado sem mais discussões.

As perguntas vão ser feitas, vou formar a segunda Mesa e eu quero deixar aqui o Sr. Marcos de Castro, que é das unidades do ICMBio – as perguntas vão ser dirigidas mais a ele. Queria que nenhum saísse, porque as perguntas podem ser para todos. Quero já formar a segunda Mesa, convidando Aluizer Malab, que é o Secretário Nacional de Competitividade, do Ministério do Turismo; Ulisses Denache Sousa, Doutorando em Geografia na Universidade de São Paulo (USP); Nathali Ristau, Bióloga do Instituto Amares; Rosmari Barbosa Malheiros, Secretária de Meio Ambiente, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Todos à Mesa.

Eu quero agradecer já a presença de todos aqui e já damos continuidade, convidando o Secretário Nacional, que está representando o Ministério do Turismo, Aluizer Malab – é um nome bem diferente: Aluizer.

O SR. ALUIZER MALAB – Bom, um bom-dia a todos e a todas: Senadora e todos aqui da Mesa. Eu aqui fiquei assistindo à nossa representante técnica sobre o tema e eu acho que isso merece ser aprofundado mesmo nessas questões técnicas. Nós, que temos essa potencialidade enorme na questão natural e no turismo, precisamos sair desse lugar no *ranking* da potencialidade – não é, Senador Elmano? – e precisamos mesmo avançar e apresentar números e situações verdadeiras de avanço da exploração do que temos aqui.

A potencialidade não tem nos deixado em situação confortável, nossas metas são bastante ousadas, e aqui, no caso específico, é muito bom – viu, Senadora? Eu também, assistindo dali, fico satisfeito em ver – que a Mesa esteja favorável, que estamos todos rumando num mesmo sentido, e aprofundar a discussão: nada mais sustentável do que termos o 360 envolvido. A comunidade precisa estar extremamente pertencente a um projeto, nós não podemos abrir mão da exploração desses nossos parques, dos nossos espaços maravilhosos que temos.

Se compararmos aos Estados Unidos, por exemplo, no que existe nessa movimentação financeira acerca disso, nos serviços prestados, então a gente tem muito que avançar, e nada melhor do que, nessa base, a gente estruturar algo bem sólido, que todos possamos acreditar no projeto, e a tendência mundial de turismo mostra que a localidade é algo muito importante. As experiências que a gente busca na escolha de um destino são questões muito importantes, então uma comunidade satisfeita e pertencente só tende a prestar bons serviços, ou acolher melhor os nossos turistas. Então, eu parabenizo aqui a iniciativa.

Nós, do Ministério, também com o ministro Marcelo Álvaro Antônio, estamos à disposição; o nosso corpo técnico, que tem muita qualidade, está também à disposição, para que possamos avançar com todas as pastas, com todos os envolvidos e possamos ter um exemplo; que seja exemplar esse modelo, porque são muitos parques, são muitos espaços pelo Brasil, e a gente precisa criar modelos que a gente possa gerar aí para as outras oportunidades que teremos pela frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, um bom-dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Aluizer Malab.

Passo a palavra agora para Ulisses Denache Sousa, Doutorando em Geografia na Universidade de São Paulo, USP.

O SR. ULISSES DENACHE SOUSA – Bom dia. Bom dia a todos. Quero agradecer o convite da Comissão, esse espaço de diálogo e de debate. Muito importante, Senadora, esse requerimento, porque nos dá a chance de poder conversar mais sobre essa área, que é uma área muito complexa, é uma área que, como foi mostrado pelo Prof. Benedito e por alguns colegas aqui, tem a presença de populações que aí vivem há muitas décadas, com diferentes atividades, e a minha participação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses... Eu sou maranhense e, desde 2005, estudo algumas dessas comunidades, fiz a minha licenciatura em Geografia na Universidade Federal, depois cursei o meu mestrado no Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), especificamente na análise de imagens de satélites costeiras. Atualmente, lá na USP, me dedico ao Laboratório de Aerofotogeografia e Sensoriamento Remoto, estudando o diagnóstico dessas comunidades e dessas áreas costeiras.

De que área nós estamos falando? Nós estamos falando de uma área aqui, no litoral oriental do Maranhão. Esse é um grande mosaico do litoral maranhense, onde você tem os três grandes segmentos, e essa área extremamente dinâmica que nós estamos vendo ali no Setor 2 é uma área de predominância de ventos que sopram do Nordeste. Isso explica o que o colega da Mesa, o Marcos, estava falando, essa hiperdinâmica ambiental das dunas: as dunas se movem e se movimentam, e essas comunidades se movimentam juntamente com as dunas.

Então, estudar algo que é estático é totalmente diferente de estudar algo que é muito dinâmico, e, quando essa dinâmica é hiperdinâmica, social e ambiental, requer maiores discussões. Essa área está dentro de três Municípios: o Município de Barreirinhas, Primeira Cruz e Santo Amaro, e essas comunidades estão distribuídas por esses Municípios – as comunidades que estão dentro e no entorno do parque –, e você tem logo outros três Municípios, dentro da microrregião, que estão no entorno. Então, quando você pensa Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses em termos de limite e de linha, você olha para o parque; mas quando você pensa região dos Lençóis, a dinâmica envolve também o entorno. As pessoas vivem, muitas vezes, da mesma forma em toda essa franja costeira, em toda essa área, e aí você tem a questão das ilhas, ali próximo de Primeira Cruz e Humberto de Campos. Então, esse é um grande mosaico de uma área muito parecida, e toda e qualquer decisão que vocês possam tomar e sugerir para o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é claro que vai afetar também o entorno, porque ele vive dessa dinâmica.

Aqui eu tenho um quadro que eu fiz para vocês terem uma ideia: deserto. Muito comum você escutar "o deserto brasileiro", o deserto na mídia, não é? Mas como, no deserto, chove em níveis de precipitação amazônicos? Então, você tem chuva seis meses ou, por ano, acima de dois mil milímetros. Você tem pessoas que moram no entorno, e estão aí, como foi dito aqui. É muito comum você ver, fora do Brasil, em algumas conferências, em alguns congressos, algumas pessoas se reportarem ao deserto brasileiro como um lugar totalmente inabitado, e isso por muito tempo foi propagado. Em algumas reportagens você vê isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As pessoas estão lá. E quando você percebe? Quando você chega à questão de visitar uma área dessas mas, quando você dispõe, percebe que a sazonalidade é fundamental: a questão da água, que não está contemplada no PLS, mas pode ser discutida aqui conosco. Essas populações vivem diferentemente em dois momentos do ano: você tem ali uma área do povoado totalmente na areia, e depois, durante seis meses ou três ou quatro meses, você tem chuva. Então, se eu vou passar um limite, e aí a ideia, por exemplo, do limite, se nós estamos propondo um limite, alteração desse limite – aliás, o Senador Roberto Rocha está aqui, propôs o limite, e chamo a atenção, que agora você tem a chance de redefinir esse limite –, nós precisamos considerar toda essa dinâmica.

Então, nós plotamos os 330 pontos – e aí são muitos pontos, mas são necessários, foi necessário tornar espacial essa informação –, e você percebe, eu tive um pouco mais de cuidado... Para vocês terem uma ideia da complexidade dessa área, ela envolve, na DSG, que são as cartas que foram formuladas em 1988, três cartas. Então, você junta isso num grande mosaico, para poder ter escala suficiente para poder dar conta de olhar esses diferentes ambientes: as dunas, as lagoas, os lagos, que não são perenes, ou alguns são perenes e são temporários, e aí você lida com a dinâmica da duna: a duna se move.

Onde vocês estão vendo com a linha vermelha, com essa parte vermelha, é um estudo de um colega, o Thiago, da UFRGS, que fez o seu mestrado sobre dinâmica dessas dunas, ao longo dos últimos 35 anos. Então, dependendo do ano e dependendo da quantidade de vento e de como a chuva regula isso, você vai ter duna que vai se mover mais ou menos sobre alguns desses povoados. Então, essas localidades já lidam com essa dinâmica muito peculiar dessa área do mundo. E aí, por exemplo, o PLS é uma chance de nós debatermos alguns desses traçados que estão tratados, propostos no PLS, e algumas partes a gente precisa revisar, sugerir e debater. Por quê? Por exemplo, o Lago de Santo Amaro, que é um lago perene extremamente importante para alguns desses Municípios e para várias dessas populações, não era totalmente coberto pela linha atual, pela linha que está em vigor. O limite proposto pelo PLS já traz a linha um pouco mais para fora do lago. Mas nós temos a chance, talvez, de contornar o lago, por que não?

Então, uma referência que é feita no PLS é de que, em 1981, quando se traçaram essas linhas retas que nós conhecemos do limite atual, não se dispunha de técnicas de geoprocessamento. É caro à minha formação, porque sou egresso do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o termo geoprocessar. Geoprocessar não é só contornar uma determinada área com um número de pontos que seja. Você precisa propor e colocar diferentes camadas de informação, e aqui principalmente os rios, como foi citado pelo colega Marcos; essa dinâmica das dunas precisa ser levada em consideração; a área de uso dessas populações, por quê? Porque, se num período de chuvas elas ficarem isoladas pela chuva, dependendo de onde você vai passar o novo limite, elas estarão entre o limite que não pode ser ultrapassado do novo parque e estarão retidas pela chuva. Você vai isolá-las, do ponto de vista legal e também ambiental. Então, nós precisamos discutir mais isso.

E a escala, a tão famosa escala, não é? A escala aqui, nós temos um projeto de lei, juntamente com uma discussão, que nos mostra a importância da aproximação: quando você olha nesse mapa, você vê as comunidades de Barreirinhas, as 23 comunidades – são mais de 60 dentro do parque –, você olha como um ponto, você diz: "Bom, isso aí deve ser uma vila, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

algumas poucas pessoas". Quando você aproxima, e cada pontinho desses é uma residência, e aí você tem uma escala refinada, que é a nossa consideração para esse debate de hoje: que estudos sejam realizados, estudos sejam feitos, pensados, para poder subsidiar esse novo limite; então, quando você aproxima, você percebe que essas populações estão dispostas ao longo dos rios, então tirar essas populações de dentro do parque não é tão simples e não pode ser uma alternativa muito simplória, por quê? Porque elas estão junto com os rios. Elas são agentes de conservação desses rios também. Então, eu tenho que pensar em ambas as partes, como foi falado aqui.

Se eu coloco uma imagem de satélite de fundo, aí eu tenho uma ideia da proximidade e do cinturão que essas comunidades formam, de proteção, para toda essa beleza cênica exuberante que é propagada pelo mundo. Os Lençóis Maranhenses são conhecidos no mundo pela foto que eu tenho aqui, pela foto que nós temos, e pela imagem da duna com as lagoas, que ocupam esses espaços entre as dunas. Mas eles são muito mais do que isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ULISSES DENACHE SOUSA – Um patrimônio também, aliás um patrimônio valioso dessa área, são as formas de vida e de ocupação por essas comunidades, que lutam diariamente, ao longo de suas vidas, para poderem viver nessa sazonalidade.

É citado, também, no PLS uma comparação com o Parque Nacional de Jericoacoara. Aqui eu trouxe uma figura que mostra os dois, você tem ali os dois extremos. O projeto de lei que altera os limites do Parque Nacional de Jericoacoara foi pensado numa escala cartográfica de 1:2000. O projeto de lei proposto aqui trabalha numa escala cartográfica, até pelo tamanho – nós poderíamos pensar assim – de 1:100000. Mas a proposta que nós estamos trazendo é para que se possa refinar mais essa escala por causa da problemática que eu mostrei. Você tem essas comunidades no limite do parque, dependendo desses ambientes. Então, vamos refinar a nossa escala.

Ali você vê o tamanho do Parque Nacional de lá de Jeri e o tamanho do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Numa comparação simples e visual, você vê a diferença do porte, do tamanho e da complexidade, em termos de limite.

Bom, encerro aqui. Só mostrando algumas dessas áreas, porque dei *zoom* em algumas daquelas áreas que foram colocadas como excluídas pelo professor Benedito. Então, quando você vê o *zoom*, por exemplo, dessas áreas, essa linha que está aqui mais externa é a linha atual, em vigor. Essas linhas vermelhas são as linhas do limite proposto. Então, se você olha, por exemplo, o limite proposto tira, sim, alguns corpos hídricos, alguns rios, que são fundamentais porque vão retroalimentar essas águas que chegam até os Lençóis Maranhenses. Então, a gente precisa discutir todas essas questões.

Aqui, por exemplo, na parte mais oeste do parque você tem as áreas de manguezais e as áreas de pesca. A nossa proposta para as novas recategorizações é essa.

Termino reforçando: elaborar uma base cartográfica mais confiável, numa escala mais refinada; elaborar estudos.

À colega Fabiana, que falou aqui na mesa – muito boa a sua sensibilidade. Para quem está no Ministério do Turismo, com esse olhar mais focado também para o turismo de base

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunitária, é preciso pensar, por exemplo, em estudo de impacto desse turismo, capacidade de suporte. Certo?

As ferramentas de geoprocessamento são, sim, como diz o PL, importantes. Mas são importantes se forem utilizadas em toda a sua possibilidade de análise. Espacializar dados é importante? É, porém, eu preciso analisar com essas subcamadas de que falei: vegetação e tal.

E nós temos que reconsiderar alguns desses contornos.

Muito obrigado. Estamos disponíveis para as perguntas e para as considerações que possam vir.

Essa é uma foto que mostra, hoje, a realidade do entorno do parque: pescadores artesanais lidando com grandes projetos e a dinâmica costeira da duna, que avança sobre os mangues e as áreas.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada ao Ulisses! Parabéns, doutor. Foi bom porque mostrou essas imagens. São imagens belíssimas que enchem os olhos da gente.

Quero passar, imediatamente, a palavra a Nathali Ristau, bióloga do Instituto Amares.

A SRA. NATHALI RISTAU – Bom dia a todos! Em primeiro lugar, queria agradecer o convite, especialmente à Senadora Eliziane Gama, mas principalmente pelo espaço concedido a profissionais de diversas áreas que estão aqui hoje.

A minha avaliação se debruçou essencialmente no aspecto biológico do PLS. Sou bióloga, mestre em Biodiversidade e Conservação. Represento o Instituto Amares, que é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos que tem, como principal objetivo, a pesquisa e a conservação da biodiversidade no Estado do Maranhão. Nós ocupamos três cadeiras em conselhos consultivos dentro do parque, uma delas no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Atuamos há 14 anos do Maranhão. A nossa sede está localizada na comunidade de Atins, que é zona de amortecimento do Parque Nacional. Nós integramos, também, o corpo técnico que trabalhou na elaboração da nota técnica sobre o PL 465. Convido quem não leu a ler o documento para que tenha o máximo de informação sobre esse estudo.

Do ponto de vista biológico, trouxe aqui alguns questionamentos que me fiz quando li o PLS e gostaria que vocês também fizessem esse exercício. Qual foi a base técnica que subsidiou o PLS? O Prof. Bené, aqui, o Benedito, falou de vários aspectos, inclusive da estrutura física do projeto e que a gente não encontrou essa base técnica. Não encontrei referências, do ponto de vista biológico, antropológico, que subsidiassem esse estudo, esse projeto.

Quais os critérios, por exemplo, do ponto de vista biológico também, para a exclusão e a ampliação de áreas? Há exclusão de áreas importantes que possuem corpos hídricos lá naquela região, como o Ulisses bem falou, de que inúmeras famílias dependem e atuam como agentes de conservação daqueles corpos. Há a exclusão de 25% de áreas de vegetação, que são as restingas, que é o espaço ali dentro do Parque Nacional, como vocês puderam ver nas imagens do Ulisses, que é composto, principalmente, pelo campo de dunas livres. Então, a gente excluir 25% de uma área de vegetação que compõe abrigos, áreas de reprodução de espécies, áreas de dormitórios, é bastante preocupante.

Sobre a ampliação de algumas áreas, eu me perguntei, por exemplo: objetivou a proteção de qual ou quais espécies? Quanto a gente fala de lençóis maranhenses, as pessoas, acho,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

imaginam, essencialmente, que lá só há duna e lagoa. Mas não, lá há várias espécies, ambientes e ecossistemas extremamente complexos, com dinâmicas extremamente complexas, assim como a dinâmica da área de movimentação daquelas dunas. E há o total desconhecimento de áreas extremamente sensíveis e prioritárias para a conservação da biodiversidade.

O plano de manejo do parque tem 16 anos. Foi constituído em 2003 e ainda, quando constituído, se apresentou um plano incipiente. Existem várias espécies que ocorrem na região do parque, do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, que não constam nessa lista, por não terem sido realizados os estudos específicos sobre essas espécies. Por exemplo, as espécies de tartarugas marinhas, as cinco espécies que ocorrem no Brasil. A gente tem, pelo menos, já registrada, a reprodução de duas delas, uma delas criticamente ameaçada de extinção, a tartaruga-de-pente, que a gente tem aí estampada na nossa cédula de R$2. Existe uma subespécie de ave migratória, que é o maçarico-de-papo-vermelho, que também não consta. Ela é categorizado pela IUCN – União Internacional para Conservação da Natureza, como em perigo iminente de extinção.

As aves migratórias que ocupam o Parque Nacional migram do Canadá, no período de invernada, no inverno extremo, para se alimentarem no Maranhão e em outras áreas do Norte e do Nordeste brasileiros.

Esse mapa já foi apresentado pelo Prof. Benedito e pelo Ulisses. Aqui vocês conseguem ver, nos números, a área que foi ampliada. Então, no ponto 5 a gente tem um número maior, que chega a 50% quase, de área ampliada para o mar. Então, volto ao questionamento: qual é a justificativa para a ampliação dessa área? Que espécies ou quais espécies, quais ambientes, quais ecossistemas, justificam a ampliação de 50% dentro do ambiente marinho? A gente tem, também, ali na área 1, uma área que é ampliada e que aparenta ser relativamente importante, porém as áreas excluídas na região anterior – aqui são as áreas de restinga, áreas de vegetações – não são justificadas pela ampliação dessa área 1, porque é uma área já amplamente antropizada. Por ela não estar dentro dos limites, é uma área de trânsito, uma área onde carros, quadriciclos, trafegam há anos. Então, não há justificativa, também, para a ampliação dessa área.

Sobre as áreas excluídas. Como a gente já mostrou aqui para vocês, a gente tem algumas áreas, por exemplo, como Atins, no ponto 2, onde está a sede do instituto, que é zona de amortecimento. É uma área que tem, também, importantes ecossistemas: igarapés com águas que descem das dunas, que são berçários para espécies marinhas, para espécies de peixes que entram para se reproduzir. Nós temos, na área 9, ali, a área da Travosa, área em que há comunidades que se relacionam intimamente com o ambiente marinho – mas também com a porção ocidental – e que têm uma relação íntima também com a parte de manguezal.

Aqui estou mostrando para vocês a fonte da nota técnica publicada pelo ICMBio: a área de restinga com uma perda de mais de 25%; uma ampliação de algumas áreas de exclusão. A gente tem uma dinâmica na foz do Rio Preguiças que a gente vê aqui à direita, não tem aqui como apontar, mas que deve ser considerada também. Nessa ponta vermelha que foi retirada ali anteriormente existia em função da dinâmica desse rio. Ela está continuamente, diariamente, exercendo diversas pressões no carreamento de sedimentos, de bancos de areia. Deve ser pensado nesse limite não ser tão extremo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui a gente mostra a proposta realizada pelo grupo, pelo Gerur – que, ao invés de alterar esse limite, de simplesmente desafetar as famílias que estão na borda do parque em áreas importantes tanto para a conservação da natureza quanto para a manutenção dos modos de vida tradicionais das populações que estão ali há anos, há séculos inclusive – recategorizar essas áreas, algumas delas, para a modalidade de unidade de conservação de uso sustentável, que são as resex. A gente tem ali do lado esquerdo uma resex recém-criada que é a Resex da Baía do Tubarão e tem também o corredor que o Prof. Benedito mencionou, que é uma área importantíssima. É uma área tão importante para as comunidades que utilizam aquela região de manguezal como para as espécies.

Nós temos ali boto-cinza, temos peixe-boi-marinho, que é a espécie de mamífero aquático mais ameaçada do Brasil. Nós temos várias espécies de aves, de tartarugas marinhas, temos inúmeras espécies que não são consideradas, mais uma vez, no projeto de lei.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATHALI RISTAU – Mais uma vez mostrando a sugestão.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. *Fora do microfone.*) – Mais cinco minutos.

A SRA. NATHALI RISTAU – O.k., obrigada.

Aqui a gente trouxe para vocês algumas informações sobre o trabalho que o instituto realiza; a tartaruga-de-pente, essa tartaruga amarelada e, abaixo, a tartaruga-oliva. Na foto está aqui o rastro de algumas delas, em 14 de abril de 2017. O filhotinho da tartaruga-de-pente; a desova. O instituto realizou o primeiro levantamento de desova de tartarugas- marinhas dentro do Estado do Maranhão. Até então era desconhecida, principalmente de uma espécie tão ameaçada como essa. Em 2017, nós introduzimos, no mar, 1.753 tartaruguinhas-de-pente, apenas em 5km de monitoramento. A outra espécie, a tartaruga-oliva.

E um pouco do trabalho que a gente realiza de educação ambiental com as comunidades. Essas crianças aqui são do Município de Barreirinhas, do Distrito de Atins; a turma aqui embaixo é do Município de Paulino Neves, vizinho. Na foto do canto, à esquerda, a gente tem estrangeiros visitantes do Distrito de Atins, que é uma área turística bastante visitada. E a mensagem que a gente deixa para vocês: o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses abriga espécies endêmicas, raras, costeiras, migratórias, de importância ecológica e ameaçadas de extinção, a maioria de aspectos ecológicos e biológicos insuficientemente conhecidos ou até desconhecidos, podendo ser considerado um refúgio da vida silvestre de valor imensurável para a conservação da natureza.

Obrigada.

Estou à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Dra. Nathali Ristau.

Passo a palavra agora para Rosmari Barbosa, Secretária do Meio Ambiente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag.

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – Bom dia a todos e todas! Primeiro, queria dizer que me sinto muito feliz de estar hoje aqui já que, em 1992, a ONU decretou o Dia Internacional da Biodiversidade. É muito importante que hoje a gente esteja falando do parque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

com toda a biodiversidade que foi trazida aqui pela Nathali, que falou da biodiversidade dessa região.

Quero dizer que o parque foi criado em 1981, em pleno regime militar. Eu estava em Santo Amaro do Maranhão. Sou de Primeira Cruz, do Município de Primeira Cruz. Na época, Santo Amaro era um povoado de Primeira Cruz, depois foi que se independentizou. Então, o parque era em Primeira Cruz e Barreirinhas.

Em 1981, quando eu tinha acho que uns 14 anos e estava estudando lá, como muitas pessoas de Santo Amaro, não entendi o que estava acontecendo. Primeiro porque o parque foi para dentro da vida das pessoas, não foram as pessoas que foram para dentro do parque. Quando o parque, em 1981, chegou lá, eu já estava em Santo Amaro, que era o povoado vizinho de meu Município.

Eu sou do povoado Caeté, que hoje ficou em Primeira Cruz, mas é ali bem vizinho, eu estudava lá porque em meu povoado, era muito pequeno, não havia ali o ginásio, como a gente chamava, à época, o 5º ano, 6º ano, 7º e por aí e eu fui para lá. Quando a gente fala de insegurança, quando eu ouço aqui falar de insegurança, eu sou agricultura familiar, só para dizer, não tenho doutorado nenhum, sou agricultora familiar e pescadora, então, vivo ali na beira do parque, trabalhando na roça e também pescando.

Quando a gente se deparou com o parque, houve, como a gente fala, uma insegurança jurídica, mas eu queria dizer da insegurança que existe na vida das pessoas no parque. Isso foi o que aconteceu lá! Eu, estudante, e começou o bá, bá, bá porque chegaram lá pessoas fazendo um levantamento das coisas, de quantas pessoas moravam nas casas, de quantas criações tinham, porque as criações de lá sempre foram galinhas, bodes nos morros, carneiros e o boi pé-duro, como a gente chama, um boizinho bem pequenininho que não chega, às vezes, nem a 100kg quando se mata um.

Isso gerou uma insegurança na vida das pessoas porque quem tinha um pouco mais de gado dizia que era para poder pagar para as pessoas que estavam lá, as coisas foram criadas de cima para baixo, como sempre. Ou seja, todos os parques do Brasil vêm de cima para baixo e esse só foi mais um. Uma comunidade calma, tranquila, que vivia em harmonia com a natureza, com tudo o que foi mostrado aqui. Aí começou essa insegurança porque havia pessoas que diziam que se tinham 50 cabeças de gado e 30 ovelhas, 40, 50, diziam que tinham 10, porque ficavam com medo porque diziam que quem tinha mais iria pagar mais e começou uma insegurança total e quem não tinha quase nada dizia que tinha muito e isso foi rolando.

Na época a gente nem sabia que era o Parque Nacional dos Lençóis porque lá não se chamava dos Lençóis ou Dunas, chamava-se Morraria. Era assim que as comunidades de Primeira Cruz, de Santo Amaro, de Boa Vista, de Barreirinhas conheciam o tão desejado Parque Nacional dos Lençóis, de Morraria. A gente não sabia que era Dunas, a gente chamava de Morraria.

E a convivência desses povos foi de grande relevância porque essas mesmas pessoas preservavam. Sempre preservaram, sempre se criou o gado pé-duro, sempre se criou o carneiro, sempre se criou o bode – que são muitos, quando você vai lá come bode –, patos e sempre houve os pescadores.

Quando a gente vê hoje adentrando o crescimento para a praia, como é que ficam essas pessoas? Nós já tivemos muitos embates com o ICMBio, nós tivemos muitos embates! A gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

está discutindo isso há uns 15 anos, mas, agora, quando começou, só para você ver, Barreirinhas não tinha acesso nenhum até 2000, que não fosse de Toyota, Bandeirante e motorista bom que soubesse dirigir até lá, a não ser os que fossem de avião porque isso não é para todo mundo.

Então, essa relação com as comunidades tradicionais e, principalmente, com a vida, com o meio ambiente lá sempre foi preservada, primeiro, porque lá tem que se adequar. A mudança dos morros – eu vou continuar falando na linguagem de antes, de quando eu conheci – era constante, da noite para o dia tinha um morro aqui outro ali. Se você for lá, se vocês forem conhecer realmente os lençóis maranhenses, existem palmeiras que às vezes estão no meio da lagoa. Tenho fotos com palmeiras no meio da lagoa. Por quê? Porque aquela palmeira era no seco, mas o morro se mudou, a lagoa de repente já vira seco e a relação das pessoas sempre foi nessa porque lá nós não temos grandes pescadores, nós não temos grandes criadores, nós temos pessoas que fazem suas roças, que pescam a pesca artesanal. Quando a gente tira as pessoas do seu modo de vida, não leva em consideração isso, a gente vai matando a vivência, o conhecimento.

Eu conheci pessoas lá. Eu mesma nunca me arrisquei ir aos morros sozinha com a turma de colegas porque a primeira vez que eu fui conhecer os morros, atravessamos o lago de canoa a pano, à noite, depois que saímos da aula do ginásio, e aí voltei morta de fome porque não sabíamos e não levamos aviamento para pescar, enquanto os outros iam, pescavam e traziam a comida. As pessoas mais velhas que conhecem aquilo que nem a palma das mãos não se perdiam. Eles conheciam cada morro. Quando o morro se mudava do lugar, eles diziam: "O morro tal se mudou para tal lugar". Isso é modo de vida e relação com a natureza, é respeito com a natureza.

O Ibama no começo foi muito difícil, o ICMBio, então. Quantos embates nós tivemos, não é, professor, Pedrosa? Nós que acompanhamos porque, sendo dali, a gente acompanhou. Eu estava na Federação (Fetaema). Estou na Contag agora como Secretária de Meio Ambiente, mas eu venho de lá, dessa luta de ir para o embate porque, quando falou que ia tirar as pessoas, a maior preocupação, o plano de manejo para tirar as pessoas de dentro do parque era "porque aqui não pode ficar ninguém". Como é isso? Por que a gente não respeita as pessoas que já estavam lá antes do parque? Nós temos pessoas mais do que centenárias ali. Se a gente for na Betânia, se a gente for no Buritizal, se a gente for... Vários nomes. Buritizal é porque lá tem buriti. Ela está aqui na mesa, mas a gente vê os vários artesanatos, que são feitos pelas mulheres daquela região e explorados pelo turismo, caríssimos porque as pessoas ali vendem uma bolsa por R$5, mas quem vende vende por R$50, por R$100, por R$200 bolsas do buriti. Aí quem lucra com isso? O turismo. Quem é que lucra? Porque as mulheres estão lá, os pescadores estão lá, os homens estão lá trabalhando, fazendo para que alguns poucos ganhem.

Quando a gente entrou no embate com o ICMBio foi justamente para discutir isso e a gente chegou a um consenso nas vias legais para que a gente pudesse fazer um acordo para que as pessoas continuassem ali. Mas existem pessoas dentro do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses a que, quando eu estava na Secretaria de Políticas Sociais da Fetaema, era negado um documento, uma declaração para que se aposentassem, nascidas e criadas ali, já completando a idade de se aposentarem, porque o ICMBio não podia dar uma declaração para dizer que elas estavam ali porque elas estavam dentro do parque. As leis vão proibindo as pessoas, sem levar em consideração as vidas que existem ali. É isso que a gente não entende.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – Quando eu falei que eu não tenho doutorado, que eu sou uma agricultora familiar, é porque a gente vivencia isso no dia a dia, as histórias.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A senhora tem mais cinco minutos.

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – Tranquilo.

Aí a gente conseguiu fazer com entrasse em consenso porque de uma forma tão desrespeitosa quanto foi o parque foram as formas que as famílias eram abordadas lá, com armas na cabeça, sendo proibidas, sendo multadas sem poderem pagar.

O Estado brasileiro, que sempre encontrou dificuldade para proteger o parque dos seus predadores externos... Porque para nós quem faz a situação e cria um caos não são os moradores de lá – tanto é que há centenas de anos existem pessoas morando lá, nunca deterioraram e continuam vivendo lá, preservando, vivendo com os seus modos de vida –, quem faz isso são as pessoas que vêm de fora quando se deixa fazerem *kitesurf* dentro de uma lagoa e proíbe a rede de um pescador para tirar o seu sustento dali, quando a gente coloca pessoas para fazerem *rave* dentro do Parque Nacional dos Lençóis, porque o turismo olha isso – e a gente não é contra, mas tem que ter responsabilidade e tem que olhar os modos de vida –, e não deixa um trabalhador fazer uma roça, plantar um pé de caju, criar as suas cabras e os seus carneiros, porque é de lá que ele tira o sustento.

A gente tem que olhar que os limites do parque ficam quando a gente amplia. Quando a gente está tentando se organizar – e aí eu queria já ir para o final. Eu estou falando isso do sistema Contag porque nós somos um sistema que vem do sindicato, das federações até aqui, em nível nacional. A gente está tentando se organizar e lutando junto com a universidade para que as pessoas sejam reconhecidas e sejam respeitadas no seu modo de vida e que possam viver dentro do parque não sendo exploradas.

Quando a gente está tentando se organizar, vem uma nova desorganização. Aí há, como eu posso dizer, uma nova insegurança para as pessoas, não é só uma insegurança jurídica, mexe novamente com a vida das pessoas. E para que isso mexe? Porque, quando se mexe nisso, a gente deixa expostas aquelas comunidades que ficam vulneráveis para os setores imobiliários e para o setor do turismo que não vão olhando aquelas pessoas para que elas possam melhorar de vida. Se você for olhar, quase nenhuma das pessoas que moram, nasceram no parque e estão lá melhoraram de vida depois que o parque se tornou esse *boom* aí para o mundo, levando empreendimentos, sendo reconhecido pelo turismo, levando um monte de gente para lá. Não foram elas que melhoraram de vida. Por que não se trabalha uma forma de as pessoas continuarem ali, que elas sejam os guias turísticos porque elas conhecem cada cantinho daquele parque, elas conhecem cada lagoa, elas conhecem cada área dali? Por que não se trabalha para que elas sejam as pessoas que sejam também as empreendedoras de lá? Isso é respeito e cuidado com o ser humano. Isso é respeito, Senador, com as pessoas que nasceram e se criaram ali, é fazer com que elas continuem ali porque, quando diz que vai tirá-las dali – e esse, como eu dizia, é um grande embate com o ICMBio –, onde vai botá-las?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só para vocês terem ideia, em Barreirinhas, existem 64 assentamentos. Nós estamos com problemas até aqui porque não tem mais onde colocar as pessoas e cada vez chegando mais pessoas pela questão imobiliária que olha, vai lá, compra o terreno de um e consegue fazer isso. Se a gente for olhar essas pessoas que estão aqui isoladas, muitas vezes sem energia elétrica... A gente fica brigando para colocar energia, as pessoas lá morrem de pressão alta porque o peixe que eles pescam lá é salgado com sal... Nós temos vários problemas com pessoas doentes porque não têm acesso à energia para ter uma geladeira para poder conservar sua alimentação fresquinha. Porque é parque, mas as pessoas não foram para dentro do parque, foi o parque que foi para dentro da vida das pessoas, que mudou a vida. E é obrigação do nosso País, é obrigação dos nossos políticos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – ... é obrigação das nossas universidades, que estão fazendo seu trabalho, estudando e mostrando isso e é obrigação nossa, como seres humanos, principalmente, não só preservar o meio ambiente, mas, principalmente, preservar a vida das pessoas que estão lá, respeitando o modo de vida. Não dá mais para a gente ficar copiando os modelos estrangeiros, principalmente desses parques que vêm dos Estados Unidos, colocando dentro do nosso meio. O nosso País é rico, é diverso, existe espaço para todo mundo, principalmente para o turismo, para o desenvolvimento, mas respeitando a vida, principalmente a diversidade e o meio ambiente daqui.

E é isso que sistema Contag defende, a gente prima pelo meio ambiente, mas prima principalmente pela vida humana e é com isso que a gente tem que se sensibilizar. Quando você aumenta aqui... Como é que os pescadores... Nós já tínhamos problemas, o ICMBio sabe disso, nós tínhamos problemas com os pescadores porque a delimitação era até... E esse povo aqui, os pescadores de lá são artesanais, eles pescam com rede, com tarrafa, eles não podem sair mar afora. Os barcos deles são canoas a remo e algumas vezes, quando eles muito têm, a pano. Não é de empresário, daqueles que podem pescar mundo afora. São pescadores que têm o tamanho da malha para poder pegar o peixe, o camarão para sua sobrevivência, vivência da sua família e muitas das vezes para colocar lá na mesa dos turistas que vão para lá, sabe?

Então, é por isso que a gente prima, é por isso que o sistema Contag, as federações, os sindicatos, as colônias de pescadores, a universidade – que tem sido uma parceira grande nessa história, fazendo esses estudos e colocando, abrindo para a população entender e colocar aqui para vocês... E é importante que a gente esteja aqui hoje, em Brasília, neste Plenário, para que a gente faça as pessoas verem. Porque é muito fácil a gente ver só ali as fotos bonitas e tal. Mas hoje a gente vai para lá e é proibido a gente entrar. A gente nasceu, se criou e somos proibidos de passar lá no lago. No lago, quantas vezes eu abri uma garrafa PET no meio, botei farinha dentro... Vocês sabem o que é farinha, não é? Lá no Maranhão a gente produz muita farinha, arruma um punhado de farinha e um punhado de arroz para pegar as piabas lá no lago, nas lagoas para a gente comer, para a gente se alimentar.

Agora, a gente não é contra – a Contag, as federações, os sindicatos, as colônias –, nós não somos contra o turismo, assim como eu sei que a universidade também não é, os parceiros também não são. Agora, a gente tem que saber a quem beneficia esse turismo, a quem essas áreas aumentadas aí beneficiam? Como que fica a exploração dessas famílias dessas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

comunidades que vão ficar fora e vão ficar vulneráveis àqueles e àquelas que têm o poder aquisitivo para poder adquirir suas áreas? Mas, mais importante de tudo isso é porque quando se limita, essas pessoas não vão poder entrar para pescar, elas não vão poder tirar o sustento da terra onde elas viviam.

Era isso.

A gente tem muito mais, porque a vivência é muito melhor. Seria bom que cada um e cada uma conhecessem, mas conhecessem não só o lado bonito: fossem lá, às comunidades, e perguntassem para as pessoas se elas querem sair de lá, como é que elas preservam, como é que elas fazem, como é o modo de vida delas.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Rosmari Barbosa.

Eu quero passar agora a palavra – encerraram-se as falas das duas Mesas – para os nossos Parlamentares. Antes, eu quero agradecer a presença e registrar a presença do nosso Senador Jaques Wagner.

Eu passo... Há inscrições seguidas, mas eu vou passar aqui para o Senador Roberto Rocha, que é o autor do Projeto de Lei 465, de 2018, que altera o limite do Parque dos Lençóis Maranhenses.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, minhas senhoras, meus senhores, muito bom dia a todas, a todos.

Eu quero, inicialmente, que as minhas primeiras palavras sejam de agradecimento por esta oportunidade. Eu ouvi aqui a grande maioria dos que tiveram chance de se pronunciar e, de pronto, percebo que não há nada contra a iniciativa, contra o projeto.

Também devo dizer que essa é uma matéria... E começo, assim, falando, pegando o gancho da última palavra da Rosmari: se eu tivesse ido aos Lençóis Maranhenses, como muitos já foram – e é bom que muitos outros vão. É um presente de Deus –, e tivesse feito apenas o turismo, não estaria havendo este evento aqui, agora. Por que que está havendo isso aqui? Porque eu não fui só como turista; eu sou político. E eu tenho que ter um olhar no econômico e no social. Sempre.

Claro que o desenvolvimento, hoje, inclui mais o sustentável, o ambiental. Óbvio. O nosso País evoluiu, assim, de forma até espetacular, numa velocidade, porque, até a década de 70, nós tínhamos um Estado liberal. Tínhamos, como símbolo do desenvolvimento, um trator.

O Governo dava terra na Amazônia, a pretexto de preservar nossa Amazônia, nossa soberania. Mas, aí, se diz que só dava o título de terra se tivesse 50% de beneficiamento. O que era beneficiamento naquela época? Desmatamento.

O próprio Governo criou um programa chamado ProVárzea. Hoje, produzir em várzea, como em Arari, no Maranhão, é crime, porque é uma APP.

Então, o mundo mudou, de lá para cá, saindo de um Estado liberal para os anos 80, um Estado social. Tivemos uma Constituição com um conteúdo social muito grande, porque havia um represamento muito grande de direitos sociais na época dos militares. Mas foi feito de tal modo, que exageraram na dose na Constituinte, e hoje temos a necessidade de fazer algumas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alterações na Constituição. O Governador Jaques Wagner, nosso colega Senador, está aqui e sabe disso.

E, na década de 90, já por ocasião, inclusive, da ECO 92, nós passamos a ter um Estado ambiental.

Então, aqui todo mundo sabe da necessidade de se proteger o meio ambiente. Só que a discussão sobre o meio ambiente tem que ter, como centro do debate, o homem. Quando eu digo homem, eu falo com h maiúsculo: é o homem e a mulher. De nada adianta falar do ser humano, se você deixa a espécie humana de lado.

Eu ouvi aqui a Rosmari dizer que as pessoas não foram para dentro do parque; o parque que foi para dentro da vida das pessoas.

Eu, nas poucas vezes em que visitei algumas comunidades do interior de Santo Amaro, sobretudo de Barreirinhas – são três Municípios envolvidos: Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas... Ela citou aqui o caso de um povoado chamado Betânia: fica mais ou menos a 13 quilômetros da cidade de Santo Amaro, que está fora do parque – a cidade de Santo Amaro; Betânia está assim, bem no limite. É lindo! Fica bem em frente às dunas, assim, um negócio maravilhoso, Jaques. Eu vou lá, e há uma culinária fantástica: eles criam carneiro, bode, é na areia, há muita areia, então não tem aquele cheiro natural do bode, é um negócio diferente; o pescado – o camarão, o peixe – e a galinha. Então, muita gente vai lá fazer turismo. Quantos se preocuparam em conhecer a escola do povoado? Não sei, mas eu fui conhecer. Eu perguntei: "Onde é que está a escola daqui?" "Aqui não tem escola, Senador". "Como é que não tem escola, rapaz?" Aí eu fui ver lá, havia um galpão, coberto de palha, e as crianças sentadas no chão. "Por que isso aqui?" "Não, é porque o ICMBio não deixa fazer". "Como é que é?" "O ICMBio não deixa fazer".

Aí eu fui à Prefeita: "Prefeita, que negócio é esse?" "Senador, eu não consigo fazer nenhuma escola em nenhum povoado em Santo Amaro". Aí falou de Travosa, que eu não conheço, disse que é um lugar lindo. Não conheço, é longe da sede, fica mais para o mar, Betânia fica mais assim, é rio. E aí eu me incomodei muito com aquilo. Aí, o que que me disseram: que entre Betânia e Santo Amaro, bem no meio, existe um marco feito pelo ICMBio, um poste: "Aqui pode fazer escola".

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – No meio da areia! No meio do tempo! Como é que as crianças vêm para cá, se carro aqui só é traçado?

Bom, eu então tentei muito com o então ministro Sarney Filho. Esse debate não nasceu agora, não. Dizem: "Não, mas é porque não tem conversa, não tem debate". Que conversa é essa? Faz quatro anos que a gente está tratando desse assunto aqui no Senado, quatro. Quatro anos! Aí, tentei resolver no Ministério do Meio Ambiente com o meu conterrâneo, não consegui. Não consegui! E aí, entrou um novo Ministro, um baiano, o que foi Deputado Federal, o Ministro do Meio Ambiente, no lugar do Sarney Filho, esqueci o nome dele agora; ele foi da Comissão de Meio Ambiente comigo – que eu já fui Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara. Aí eu pedi uma reunião. Eu disse: "Olha, não me conformo com isso". Com três ou quatro Presidentes do ICMBio eu tratei nesse processo; um inclusive morreu, lamentavelmente, teve um problema acho que foi de coração, e tal, e estava bem adiantado já o assunto. Aí eu disse:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Olha, eu vim aqui e peço a você que faça essa audiência e traga aí o Diretor do ICMBio" – novembro, outubro, eu não me lembro, do ano passado. E aí, na reunião no gabinete do Ministro: "Eu só quero fazer uma pergunta e eu quero só uma resposta" – eu disse assim. Só uma pergunta: "Por que em Jericoacoara, que também é um parque nacional, pode tudo e no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, no Maranhão, não pode nada?"

Eu peço que ponham a imagem ali, por favor.

Aí eles olharam um para a cara do outro e responderam assim: "Bom, Jericoacoara pode, porque foi retirada do parque, porque, pela lei, quem está dentro do parque não tem direito a nada, nem a morar lá dentro.

Mas quando fizeram o parque, e vai fazer 40 anos, não havia equipamentos modernos de georreferenciamento, monitoramento por satélite etc., e fizeram em linha reta. Assim, um iluminado qualquer daqui pegou e passou a linha e fez assim... E quem está lá dentro que se lasque! Todas as comunidades aqui dentro ficaram como que num curral, um curral imaginário, com uma cerca imaginária em que lá eles não têm direito a nada, porque o gado pelo menos, no curral, tem direito a comida e bebida.

E aí eles me mostraram isso aí: Está vendo, Jaques? Está vendo ali, Elmano? Parque Nacional de Jericoacoara... Jericoacoara tiraram do parque. Então, não está... Não é uma área protegida por lei, não é uma unidade de conservação a Praia de Jericoacoara. Pronto está aí.

Aí eu disse: Vem cá, e aí? Como é que vai fazer com o Maranhão? Bom, vai ter que fazer a mesma coisa, não tem outro jeito. Então, vocês se preparem.

"Não, Senador, é melhor que você apresente, porque se a gente fizer a iniciativa aqui no Executivo todo mundo no Congresso vai querer mudar os parques brasileiros, e não vamos aceitar. Admitimos que o Parque Nacional, que tem duas mil e tantas pessoas morando dentro dele, admitimos que lá precisa realmente fazer essas alterações...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – ... essas alterações do limite.

Olha aqui, Carol, o tanto de gente que mora no parque? Pouco mais de 2,7 mil pessoas, maranhenses que moram lá dentro e foram... Deixe-me ver se eu acho aqui... (*Pausa.*)

Aí o que acontece? "O senhor pode apresentar a proposta".

Eu achava até que isso era competência do Executivo, com sinceridade. Era até uma ignorância minha, eu achava que era competência do Executivo. E eles alegaram que eu que deveria fazer para tratar só... Tanto que está aí na ementa da lei: "altera limite do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses".

Está bom, mas eu não sei fazer isso. Como é que eu vou saber fazer isso? Veja que confusão para fazer um projeto desse. Olhe aqui: começa aqui, art. 1º. Olha aqui, eu quero saber qual é o Senador, o Deputado que tem condição de fazer um negócio desse. Não tem condição. Quem fez? Quem fez isso aqui? Eu assinei.

Quem fez foi o ICMBio. Eu só fiz assinar. Aí o ICMBio disse: "As comunidades que ficaram fora se zangaram, porque que queriam sair, mas não tem jeito". Por exemplo, Queimada dos Britos não tem... Queimada dos Britos ficava dentro do parque, não tinha como tirar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu até perguntei, lá havia um negócio: "Vem cá, o que isso aqui?" "Não isso aqui é a Travosa, que é para sair, é grande demais a comunidade, não tem casa, não tem nada".

Bom, essa é a razão do projeto, o projeto foi feito... Talvez seja o projeto mais técnico que há aqui nesta Casa. Não há nenhum projeto que tenha mais especificidade, que tenha mais números, coordenadas, latitude, longitude. Imagina se algum Senador tem condição de fazer um negócio desse sozinho.

À época, o ICMBio até disse o seguinte... À época, o ICMBio disse até o seguinte... Não sei se eu estou atrapalhando a conversa deles... (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – É que eu podia estar atrapalhando a conversa deles ali.

Então, eu já esclareci qual foi a razão da nossa iniciativa. Há muitas iniciativas no Senado do Senador Roberto Rocha. Aliás, sem querer parecer cabotino, sou o segundo Senador que tem mais projetos de lei aprovados neste mandato. Só não sou o primeiro porque vários estão na Câmara parados. Este aqui é apenas um deles. Eu tive interesse de fazer esse projeto porque... Mostre aquela imagem. Olhe só essa imagem, Elmano, você que é o Relator. Essa imagem tem Betânia, bem no cantinho do parque. Santo Amaro está fora do parque. A senhora ali falou, Nathali, de Atins. Atins... A sede está dentro do parque, do instituto?

A SRA. FABIANA DE MELO OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Não, está na zona de amortecimento.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – E como é que o ICMBio deixa fazer uma sede lá, e não deixa fazer escola?

A SRA. FABIANA DE MELO OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Porque na zona de amortecimento é permitido.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Mas aí não deixa fazer escola para o povo?

A SRA. FABIANA DE MELO OLIVEIRA – Deixa! Atins tem três escolas.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Não, não tem.

A SRA. FABIANA DE MELO OLIVEIRA – Sim!

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Mas vem cá, em Betânia tem escola? Diga-me.

A SRA. FABIANA DE MELO OLIVEIRA (*Fora do microfone.*) – Não sei.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – A senhora não é de lá? Não tem escola, gente. Não tem escola. Tem escola de palha, mas não tem escola.

Deixa eu lhe dizer aqui, espere aí. Eu estou sendo factual. Não estou emitindo aqui nenhuma opinião. Eu vou, ao final, sugerir aqui um encaminhamento.

O Ipea divulgou agora as 30 piores cidades do Brasil, onde falta tudo. Trinta do Brasil, onde falta tudo. Desgraçadamente, 16 do Maranhão. Sabe quantas da Bahia, ou do Piauí, ou do Rio Grande do Norte? Nenhuma! As outras 14 são do Pará e do Amazonas, porque a gente até entende a dificuldade que eles têm de levar cimento, areia, ferro, tijolo, etc. Mas, no Maranhão?! Santo Amaro, que é a cidade mais bonita que no parque, é o lugar mais lindo, está aqui entre as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

16. É a quinta. Sabe por quê? Porque não tem equipamento público. Sabe por quê? Porque o ICMBio não deixa fazer. Se houver uma alternativa a esse fato, não tem problema, a gente está disposto. Agora, isso aqui é fato.

Passa por favor a outra imagem.

Só um minutinho. Esta aqui é a Frente Parlamentar da Rota das Emoções. A Rota das Emoções talvez seja o destino turístico mais lindo do Planeta. Ali só está faltando incluir uma coisa: é o Estado do Rio Grande do Norte, da nossa Presidente e do nosso Senador que estava aqui agora. A gente está tentando esticar ali para pegar a costa do Rio Grande do Norte, aquelas praias bonitas de Genipabu, etc. Mas atualmente, é só o Maranhão, o Piauí e o Ceará. Essa frente parlamentar tem nove Senadores, exatamente desses três Estados. Aí tem os Lençóis Maranhenses, uma área do tamanho da cidade de São Paulo; aí tem o Delta do Parnaíba e tem a região de Jericoacoara. Maravilhoso, riquíssimo, a biodiversidade fantástica, tem tudo ali. Eu sou presidente dessa frente parlamentar. A gente trabalha para divulgar. Inclusive a Infraero agora vai colocar nos aeroportos. E trabalha com obras de infraestrutura, porque o Brasil precisa produzir, gente, mas a produção vem com infraestrutura. A infraestrutura não vem com a produção, não; é o contrário. Aí a gente pergunta: por exemplo, por que não para um navio de cruzeiro ali? Ali em cima o que mais tem é navio de cruzeiro, perto do Caribe, iates, etc. Por que não param? Ora, como vai parar um avião se não tem aeroporto? Não vai parar um navio se não houver um porto. Então, vamos identificar um local para fazer um porto. Aí eu saí de casa uma vez, em São Luís, de manhã cedo eu fui lá: "Bom dia, como é o lugar?"

"Bom, o melhor lugar é onde tem um canal natural, para evitar fazer [como é que chama?] o espigão, o quebra-mar".

Aí me disseram: Tutóia, bem no meio do parque. Está ali – se puder dar um zoom. Bem no meio do parque, Tutóia, tem um canal natural lá em Tutóia. Parece que Deus pegou o dedo e fez assim: um canal com calado perfeito para fazer um porto de cruzeiro. Está ali.

Naquele lugar, que tem até um navio afundado bem em frente, a gente projetou fazer um porto de cruzeiro. Isso não é papel meu, não, isso é papel do Executivo, eu sou do Legislativo.

Mas a gente fez, inclusive, um projeto para o porto de cruzeiro, e eu quero, para poder evitar conclusões precipitadas e maldosas... E por que maldosas? Porque o ICMBio do Maranhão – Senadores, eu peço atenção de vocês –, sabem o que o ICMBio do Maranhão fez? Denunciou-me na PGR, porque eu apresentei um projeto de lei no Senado. Nunca me ouviu. Aliás, nenhum aqui nunca me ouviu. Nunca me ouviram sobre nada e me denunciaram na PGR.

Eu liguei para a Procuradora. O que é isso, rapaz? Quer dizer que um Senador da República não pode apresentar um projeto, eu estou sendo cerceado no meu dever de legislar?

Pois eles fizeram isso. Ontem eu cobrei: Olha, eu quero saber uma resposta até a audiência pública amanhã, porque eu não aceito isso. Primeiro que não é lá. Meu foro é aqui em Brasília. Aí, o ICMBio para mim não é mais um órgão público, é uma ONG. É uma ONG, porque isso é um desrespeito.

Se eu tivesse feito um projeto, Senador Jaques Wagner, Senador Elmano, para vender o parque, para lotear a Lua ou para fechar o Congresso, é um direito parlamentar, o Congresso aprova se quiser.

Como é que um órgão público faz uma coisa dessa? Ou seja, misturando política do Maranhão, diferenças políticas e ideológicas com coisa séria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu peço que se mostre aí o projeto que a gente apresentou para fazer o porto de cruzeiro. Estou viajando nesta madrugada para Singapura e Tailândia para apresentar amanhã.

Mostre aí. (*Pausa.*)

Vai demorar muito aí? É que eu estou preocupado com o horário de todos aqui, não é só com o meu, não.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Sim, mas eu estou aqui aguardando todo mundo para falar, eu só peço um pouquinho de paciência para entenderem as minhas razões, inclusive a senhora, que é a autora do requerimento.

Olha aí. (*Pausa.*)

(*Procede-se à exposição de vídeo.*)

Eu não vou precisar mostrar muito não. É só para mostrar para vocês a iniciativa.

Eu devo alertar que Tutóia não está na área do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Portanto, se Tutóia tiver amanhã em porto de cruzeiro não é para privilegiar o capital privado, o turismo. E, ainda que fosse, seria uma boa iniciativa.

Agora, Tutóia não faz parte, como Santo Amaro também não faz parte, a cidade de Santo Amaro. A cidade de Santo Amaro não faz parte.

Então, pode tirar, porque eu já vou encaminhar para encerrar aqui.

Feitos esses esclarecimentos, eu acho que muitas vezes no debate político, na arena política há muito mais calor do que luz. Eu estou tentando trazer um pouco de luz para cá, para o debate, estou tentando trazer.

Até me surpreendi com a fala aqui da representante do Ministério do Turismo. Confundi, pensei que ela fosse do ICMBio, quando ela estava falando. Depois eu li direito e vi que era do Ministério do Turismo.

O Ministro do Turismo conhece esse projeto, o Ministro do Meio Ambiente conhece.

E sabe o que o Ministro do Meio Ambiente fez agora, recentemente? Eu disse para ele: "Vem cá, como é que eu posso admitir um negócio desse, rapaz? O Ministério do Turismo. O ICMBio denuncia um Senador. Eu vou tomar providência".

Ele pegou o avião e eu não quis ir com ele. Foi lá conhecer lá, foi lá nos Lençóis Maranhenses. Acho que foi na Semana Santa. Chegou lá, ele pegou o helicóptero e foi em todas as essas comunidades que eu estou falando aqui, todas, inclusive, várias que eu não conheço. E quando ele chegou, ele me ligou: "Tudo que você falou eu confirmei. Não tem escola, tem uma parede no meio que pararam, porque é uma igreja que não deixaram fazer..."

Não tem igreja, o povo não tem direito de ir à igreja. Não tem nada.

Ou tira o povo do parque para morar noutro canto ou tira a área do parque. E continua preservado, ninguém vai agredir nada.

Olha, é preciso que se diga que os parques nacionais americanos recebem 300 milhões de turistas por ano. Os do Brasil recebem 5 milhões. Só uma praia no México, Cancun, recebe mais turistas que o Brasil inteiro. Só uma torre, a torre de Paris, recebe mais turistas do que Brasil inteiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essas pessoas que moram lá no parque nacional, elas vão ter oportunidade de emprego. Mas é preciso criar as condições. Aí eu sugeri, eu sugeri ao Ministro da época que terceirizasse, privatizasse serviços do Parque Nacional, por quê? Porque um obeso, uma pessoa com dificuldade de locomoção ou um idoso não conseguem visitar uma lagoa, não andam. Eles não deixam levar nenhuma água, nada. Então o que se faz?

Por que lá no Rio Grande do Norte da senhora há dromedário? Não há dromedário nas dunas, camelo? E por que não pode haver lá no Maranhão? Lá no Ceará não há *buggy*, quadriciclo? "Nessa aqui, aqui pode, aqui não pode, faz-se o manejo.

Mas quem que vai alugar dromedário, camelo, hidroavião, helicóptero, lancha? É o Governo? Não, claro que não. É o privado.

Então, você faz uma licitação. Aí quando você faz uma licitação empresas privadas vão prestar esses serviços e vão contratar as pessoas que estão lá precisando de trabalho, só isso.

Aí estão dizendo que é para privatizar o parque, que é para vender o parque, mas isso é loucura. Isso está suficientemente esclarecido, mas a má-fé está na frente.

Então, eu quero aqui, finalmente, deixar uma sugestão ao Relator e à Comissão. Se aqui eu estivesse convencido de que meu projeto não tem serventia, eu retiraria o projeto. Para mim, não faz nenhuma diferença. Eu não vou deixar de visitar aquela beleza natural, eu só vou tentar evitar conhecer aquelas escolas do jeito que estão, porque dói no coração da gente.

Eu cheguei uma vez num povoado daqueles e estava o povo chorando.

Perguntei: O que aconteceu? Disseram: "O garoto de 16, 18 anos morreu". O que foi que houve? Perguntei.

"Não, ele estava na moto, muita areia, *buggy*. Ele bateu no *buggy* e tal".

Houve um acidente e lá não tem um curativo para fazer, porque não pode fazer posto de saúde. Aí, vai para Santo Amaro... Não tinha raio-X – eu até que fiz uma emenda hospitalar para construir raio-X. Aí, quando ele chegou em Barreirinhas chegou morto.

Eu disse: "Vem cá, por que vocês não levam de lancha, gente, se o rio passa aqui?". Aí, vocês vão entender porque a gente sugeriu ou pediu, se fosse possível, deixar alguns rios e fora.

"Por que vocês não põem no rio, gente, e levam para a pessoa morrer?".

"Senador, os rios estão todos assoreados". E é verdade, o Maranhão tem 12 bacias hidrográficas, todas se acabando. A gente lançou um projeto, SOS Águas do Maranhão, para desassorear vários, estamos fazendo um projeto nesse sentido.

Aí a gente fez até uma emenda e compramos – está lá em São Luís – aqueles aerobarcos, aqueles barcos tipo da Flórida que têm a hélice em cima, para andar por cima. Mas se estiver dentro do ICMBio, o ICMBio não ajuda a fazer nem o projeto, quanto mais as obras de desassoreamento do parque.

A principal obra em Santo Amaro hoje é uma barragem que a população pede, porque mistura a água doce com a salgada e o povo não tem água para beber. Não sei se vocês sabem disso.

Não é isso, não? (*Pausa.*)

A senhora acabou de dizer que não conhece.

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – Inclusive, se você for olhar o lago é doce. Não chega lá a salinização.

Aí eu queria lhe perguntar, aproveitando aqui...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Aproveite e pergunte.

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – Você falou que tem quatro anos que está tramitando este projeto.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Não, não, não, não.

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – Que você apresentou...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Não, não.

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – ... e que estão discutindo.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Não, não, não.

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – O que foi que você falou?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Eu falei que...

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – Que aqui no Senado...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Presidente, deixe-a falar.

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – É só para lhe perguntar o seguinte: você conversou? Quando foi colocar este projeto, você chamou as instituições, as organizações, e a população para discutir se era isso mesmo que eles queriam?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Eu passei quatro anos conhecendo o problema e buscando a solução. Apresentei, aliás, o Governo apresentou a solução. Nós conversamos muito com as comunidades. Acabei de falar aqui que foi até ela que citou, não fui eu.

E o povo de Santo Amaro, através dos Vereadores, da Prefeita, do Vice-Prefeito, a população pede para construir uma barragem, que é a maior obra do Município hoje. Inclusive, é de uma emenda minha que está sendo feito o projeto. Se isso não vale nada, tem que ser dito lá.

Bom, a minha questão, e eu não quero misturar essa discussão com discussão política.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Gente, eu queria evitar esse tipo de discussão.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Não, não tem não.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Na verdade...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Mas foi bom ela ter colocado. Ela entendeu errado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Só os Senadores que têm que perguntar à Mesa e não a Mesa...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Eu acho que foi um momento bom para esclarecer. Eu não falei que havia um projeto tramitando há quatro anos. No projeto está escrito: "[...] /2018". O projeto foi feito pelo ICMBio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Onde é que alguém pode imaginar que o Senador pode fazer... Agora, se tem que tirar essa área e incluir aquela, vou te dizer: "Não deixe diminuir o tamanho da área". Eles, até o contrário, aumentaram. Agora, se aumentaram um pouquinho para o mar, um pouquinho para a terra, um pouquinho para cá, um pouquinho para lá, não sou eu; eu não conheço isso.

Agora, eu acho, Senador Elmano, que poderia, para um bom encaminhamento, que V. Exa. e a Comissão, aproveitando aqui a presença do ICMBio... Eu queria até perguntar quantos ICMBio há no Brasil, porque parece que há um ICMBio em Brasília, que foi o que me apresentou este projeto, e há um ICMBio do Maranhão, eu não conheço quem trabalha lá; eu não conheço.

Lamento, porque poderia ter me perguntado. Isso aqui quem fez foi o ICMBio. Você vai lá e pergunta. Se houver alguma coisa para melhorar, estou no ponto. Falo com o Senador Elmano, que é o Relator. Não está mais comigo. Comigo foi a autoria do projeto, para tramitar. Eu vi que todo mundo aqui está de acordo com o projeto. Não há nada contra o projeto. Agora, se precisar de algum ajuste, ótimo, proponha. Não vi nenhuma proposta concreta aqui; concreta eu não vi.

Agora, se há uma proposta concreta, ela precisa ser analisada. Eu disse a vocês que eu pedi ao Ministro que tomasse uma providência. Ele falou com o ICMBio, foi ao Maranhão e olhou. O Ministério está debruçado sobre isso. Quando eu cheguei, não sei se você, Marcos, já tinha falado. Eu não peguei a sua fala. Mas parece que o ICMBio já tem um juízo de valor sobre isso. O Ministro foi pessoalmente. É muito grave o que acabei de dizer.

Imagine o Senador Weverton, o Senador Elmano ou a senhora apresentarem um projeto de lei... Por mais que eu ache que seja um absurdo, não cabe a ninguém o direito de contestar, em juízo inclusive. O que é isso? Pois foi o que foi feito.

Então, eu gostaria muito que a Senadora Eliziane estivesse aqui, mas ela está em Balsas, no Maranhão, onde está havendo uma feira agropecuária. Seria bom que ela estivesse, para poder... Porque ela poderia ter perguntado para mim. Seria fácil, seria mais fácil.

Eu, por exemplo, iria entender por que, em Atins, há tanto hotel e pousada, e Santo Amaro não tem direito a ter uma escola, um posto de saúde. Eu acho ótimo haver os hotéis e a pousada. Não agridem nada. Está bacana! Quantas pessoas não estão trabalhando ali, fruto daquilo? Esse "xiitismo" político, ideológico, ambiental, é que coloca o Brasil também nesse atoleiro! E eu quero, Senador Elmano, dizer que eu saio daqui mais convicto do que quando eu entrei quanto ao mérito do projeto. Entendeu?

E eu queria propor, se V. Exa. e a Comissão toparem, uma audiência pública lá em Santo Amaro. Vou pedir ao Presidente da Comissão, que é do meu partido, para fazer uma audiência pública, à qual eu gostaria que os Senadores fossem. Lá em Santo Amaro, para botar o povo para falar. Eu falei muito, com muita gente. Acabei de dizer. Eu poderia passar aqui duas horas falando de experiências que eu tive naquelas comunidades, por muito tempo. Agora, para procrastinar apenas não dá.

Então, eu saio daqui convicto do projeto feito pelo ICMBio, assinado por mim, é um projeto que teve a análise da consultoria do Senado. Inclusive, quem me apresentou o consultor do Senado foi o ICMBio: "Olha, lá no Senado há um cara muito bom", que ajudou na forma, na técnica legislativa.

E aí, eu encerro, então, como comecei.

Agradeço a oportunidade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que poderia ser feito de outra maneira, mas, se foi desta, está bom, está ótimo. É a Casa do debate, a Casa do diálogo, e a gente constrói o consenso no dissenso; a convergência na divergência. Não é nada pessoal. Não tenho nada pessoal contra ninguém. Eu só quero ajudar. Ajudar. Aqui não há negócio de partido, aqui não há negócio de cor ideológica.

Então, é só isso. A minha motivação foi exclusivamente esta.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Senador Roberto Rocha.

Mas eu queria dizer que esta audiência pública é uma maneira a mais de discutir um assunto que a gente está vendo aqui que é polêmico.

Por exemplo, a Fabiana...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Onde é que está a polêmica? Aqui todo mundo é a favor.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, estou dizendo a favor, mas vendo o que é que existe e que pode ser adaptado por todos, e o senhor pode até perguntar a cada um.

Quero dizer o seguinte: eu acho que quem veio aqui, a maioria...Quem botou? O autor do projeto. Mas quando eu entrei aqui para a audiência pública, eu não sabia nem quem era o Relator. Audiência pública foi feita para se discutir. Uma maneira de mostrar que, como foi mostrado aqui – como o senhor disse que as situações... –, não consultaram as comunidades.

E, antes de passar a palavra para o nobre Senador, eu queria responder e dizer o que é que o e-Cidadania está dizendo aqui: João dos Santos, do RS: "Qualquer alteração dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses deve considerar as comunidades envolvidas e os impactos ambientais".

Se algum dos palestrantes quiser responder a isso aqui...

Marcelo Almeida, de Minas Gerais: "Alterar limites não adianta nada. O que importa é estrutura, segurança, limpeza, transporte e qualidade no atendimento ao turista".

Assis Marinho, do Distrito Federal: "Vocês já acertaram com o Ministro Ricardo Salles? Será que o Ministério do Meio Ambiente tem interesse em aumentar os limites do Parque?" E aqui temos a representação.

Mais do e-Cidadania...

Alexandre Gustavo, do Maranhão: "As comunidades existentes no interior do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses podem e devem participar da conservação do que tem restado da unidade de conservação".

Outra: "Existem vários conflitos na UC. A falta de atualização do plano de manejo e ineficiência da fiscalização, e surge a especulação imobiliária".

Isso aqui é a participação. Ainda há mais.

É um tema que chama muito a atenção para uma audiência pública desta, Senadores, e todos que estão nos assistindo. É importante as pessoas tomarem conhecimento. Foi importante que o senhor mostrasse esse lado.

Mas eu queria dizer aqui, em relação a todos os palestrantes, que ninguém entrou aqui e disse que era contra. Só mostraram o que poderiam... Houve sugestão do Professor Benedito Souza Filho... A Fabiana Oliveira, que representou o Ministério do Meio Ambiente, disse que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estava à disposição para ver. A bióloga me chamou a atenção, porque a maioria teve um olhar para o ser humano, e a bióloga mostrou a importância da vida marinha lá também.

O SR. LUÍS ANTÔNIO CÂMARA – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Quer dizer, ela mostrou isso para a gente. Audiência não foi feito para isso aí.

O SR. LUÍS ANTÔNIO CÂMARA – Senadora...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Deixe-me só terminar.

O SR. LUÍS ANTÔNIO CÂMARA – Eu poderia falar, pela ordem?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu poderia terminar aqui o pessoal do e-Cidadania?

O SR. LUÍS ANTÔNIO CÂMARA – Sim. Eu aguardo.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Fernanda Cristina de Souza Colla, do Paraná:" Qual é a justificativa para a alteração? Qual é o impacto financeiro, ambiental e social gerado pela alteração?"

Quer dizer, são perguntas normais.

João Francisco Santos, do Rio Grande do Sul: "Qualquer alteração dos limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses deve considerar as comunidades envolvidas e os impactos ambientais".

Marcelo Almeida, de Minas Gerais: "Alterar limites não adianta nada. O que importa é infraestrutura, segurança, limpeza, transporte...." Aliás, essa pergunta já foi mostrada.

Então, esses são os participantes.

E quero dizer que qualquer um da Mesa, da primeira e da segunda Mesa, que achar que a pergunta foi-lhe mais dirigida, pode respondê-la.

O SR. LUÍS ANTÔNIO CÂMARA – Senadora...

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Eu queria só fazer um esclarecimento. V. Exa. me permite, Presidente?

Só que uma das autoras do projeto, Senador Roberto, é a nossa colega do Estado, a Eliziane Gama. E a atividade de Balsas – e eu estive também lá em Carolina – foi no final de semana. Esta semana, ela está de licença médica. Ela não veio para Brasília, porque foi acometida de um problema de saúde e não pôde estar presente. É só para deixar esclarecida a ausência dela.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Muito bem.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Presidente, eu queria pedir a palavra.

Eu gostaria muito de participar, de continuar participando, mas a Câmara, como V. Exa. sabe, votou ontem, na madrugada, a medida provisória que abre para o capital privado as empresas aéreas investirem no Brasil. Eu sou o Relator, e o Senado só tem hoje para votar. E estão me chamando desde uma hora atrás, para tratar do assunto.

V. Exa. conhece a matéria?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Conheço.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – O Senador Elmano e o Senador Weverton também conhecem a matéria. Lamento não poder.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Pois é. Então, a Câmara ontem pegou uma granada e botou no colo do Senado. A gente vai tirar o pino e devolver.

Então, eu peço desculpas ao convidados de não poder ficar até o final, mas acho que o que eu tinha que dizer sobre aquilo que compete a mim, como autor, eu já fiz.

Não há nenhum problema, eu não tenho aborrecimento nenhum. Eu acho que muita coisa já está clara, mas equívoco se comete por duas razões: ou por falta de informação ou por má-fé.

Saibam V. Exas. e V. Sas. que, da minha parte, não há nenhum outro interesse que não o interesse público. E se alguém tiver alguma coisa contrária, a hora de dizer é agora. Inclusive aqueles que demonstraram interesse de me agredir, com uma ação na Procuradoria da República, e vão responder por isso, por denunciação caluniosa.

Então, eu vim aqui de peito aberto, com informações concretas, para buscar meios de promover o desenvolvimento do meu Estado.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Senador Roberto, o senhor me permite lhe fazer uma pergunta?

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Claro, pode fazer.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Como nós temos essa característica sempre de conversar de forma bastante leal e para o bom andamento, porque eu acho que o caso aqui é muito importante e, sem dúvida nenhuma, a gente conseguindo ajustar e precisa ser ajustado esse projeto, até porque a forma como o ICMBio trata o nosso parque e trata conosco ali precisa ser realmente consertada.

E claro que, dentro desse projeto, a gente tem a oportunidade de fazer do limão uma limonada. V. Exa. está correto. Eu tenho falado isso, conversando aqui com o nosso diretor jurídico da Fetaema, que eu quero cumprimentar, e a nossa representante da Contag, que ali a gente precisa, de verdade, definir qual é a área de uso sustentável, para que a gente possa, definitivamente, abrir as portas do desenvolvimento do turismo de lá.

Agora, eu recebi informalmente, mas isso é importante eu perguntar aqui para V. Exa., na audiência pública, para a gente acabar com essa história de uma vez por todas. Eu quero lhe fazer o seguinte pergunta: V. Exa. tem algum tipo de interesse imobiliário, comercial, empresarial, dentro da área que você está pedindo para ser desmarcada?

Eu faço essa pergunta para ajudar, inclusive, a dar luz para o processo e para o seu projeto, porque muitos estão chegando para mim e dizendo assim: "Olha, o Senador Roberto está tentando comprar terreno nessa região para poder fazer um empreendimento". Eu disse: olha, eu nem sabia que ele era desse ramo, mas, se for, é atividade empresarial e não é proibido no Brasil. Agora, se não for, é bom também V. Exa. esclarecer, porque talvez ser aí o que você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

colocou, a maldade de muitos, que tentam, às vezes, inviabilizar um bom debate e, aí, tentam jogar calúnias, tentam jogar inverdades e prejudicam o debate, Senadora Zenaide.

Então, assim, tirando essa pergunta, então, fica claro aqui que, primeiro: se isso não aconteceu e não tem razão de ser, nós precisamos pedir para a PGR a cópia dessa representação do ICMBio, porque isso é muito sério. É um atentado contra a atividade e a atuação parlamentar. Ele tem a prerrogativa constitucional. Ele não pode ser pautado, nem monitorado, nem vigiado para saber qual é o projeto que ele vai dar entrada aqui. Cabe a nós aprovar ou não. Esse é um ponto.

O segundo: como está fácil, e V. Exa. está aqui fazendo esclarecimentos... Por exemplo, eu não sabia de alguns pontos, e isso é importante, porque vai abrindo, e é para isso que serve audiência pública e debate. É importante que o nosso Relator... Fica a sugestão porque, como o Senador Roberto já colocou à disposição, nós fazemos aqui uma Comissão aberta, franca, tirada de qualquer tipo de armadilha, como ele colocou, ideológica ou de bandeira, e vamos, na prática, lá, conversar com a universidade federal, com o Município, com as comunidades locais, porque isso é importante. É norma internacional você conversar com as comunidades internacionais, para que a gente possa, daí, fazer um grande projeto que, eu tenho certeza, não é só para o Maranhão.

Ali, quem não conhece – eu termino, Senador Roberto – precisa conhecer. Eu brinquei, agora há pouco, 7h30 da manhã, com a minha dentista. Eu disse: você tem um pai que é lá de São João dos Patos, nunca pisou no Maranhão, mas já foi em Miami, não é? Ela: "Já". Pois é. Tinha que ser recolhido seu passaporte, porque você tinha que, no mínimo, ir aos Lençóis, que é a terra do seu pai – ali maranhense – e, no mínimo, a mais um lugar de beleza natural do Brasil.

Ou seja, nós, com belezas maravilhosas no Brasil, e, simplesmente, o que a turma daqui, principalmente dessa região, sabe é ir para o exterior, e não conhece o que nós temos de melhor no Brasil, que são as nossas belezas naturais.

Então, era esse meu questionamento. E até para lhe dar essa oportunidade, para a gente encerrar essa história de uma vez por todas.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Não, eu agradeço a oportunidade. Eu deixei aqui uma provocação para que exatamente pudesse surgir essa oportunidade.

Acho que, se houvesse alguma chance de alguém me denunciar, seria por empobrecimento ilícito, porque eu não tenho o direito de fazer com o patrimônio da minha família o que eu tenho feito ao longo de 30 anos de política. Eu não tenho nenhuma área dentro do Parque Nacional. Nenhuma área. Acabei de dizer que o que eu tenho interesse, como político, é de que, na Rota das Emoções, se tenha um porto de cruzeiro com, no futuro, um *resort* cassino. O projeto é meu, aqui no Senado.

Há projeto de criação de cassino aqui, legalização, de todo jeito. Permite bingo, caça-níquel, jogo de azar... Que eu sou contra. A Casa também é contra. Por isso que não aprova. Do que é que eu sou a favor? Do meu projeto. Quem me ajudou a fazer o projeto? O Ministério do Turismo. Só e somente só cassino dentro de *resort*. Só isso. Nem cassino *online* eu botei, que movimenta U$40 bilhões por ano.

O Brasil precisa arrecadar dinheiro para fazer serviço de obras públicas. O resto é conversa fiada. Agora, Tutoia não tem nada a ver com os Lençóis Maranhenses. Está fora! E é onde deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer, para poder receber os navios de cruzeiro. Faz o porto e faz o *resort* cassino, quando for possível fazer. Só isso.

Agora, eu agradeço a Weverton a oportunidade. Quero inclusive dizer que, se tivesse que ser denunciado, seria por empobrecimento ilícito.

Agora, se eu tivesse muitas terras dentro, eu estaria... Mas vem cá: para que que serve? Se não se pode fazer uma escola...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Pois é, ué!

Eu acho uma bobagem tamanha, sabe? Eu acho isso uma bobagem que não tem tamanho.

Eu termino aqui dizendo, colegas Senadores, que, muitas vezes, o bom é melhor do que o ótimo por isso. O projeto do cassino *resort* é bom? É bom. Só Singapura tem U$5 bilhões para investir no Brasil. Só Singapura. Agora... É como esse negócio da passagem, essa confusão aí. A Câmara, na madrugada, mudou o que nós fizemos aqui. A Câmara mudou. Porque a Câmara quer o ótimo, mas o ótimo não passa. Muitas vezes, o bom é melhor que o ótimo.

E é por essa razão que eu vou ter que sair, para poder ver se eu consigo resolver esse problema, porque só tenho hoje para resolver, e eu viajo 18h. Eu só fiquei aqui por isso, por causa desta audiência pública e por causa desse projeto da medida provisória.

Então, se alguém tiver condição de demonstrar, através dessas denúncias informais a meu respeito, pode fazer, porque aqui eu estou dizendo uma coisa, e, se for mentira, manda para o Conselho de Ética do Senado. É só isso. Está bom?

Um abraço.

Obrigado a todos, e vou precisar me retirar.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Mas, Senador, deixa só eu dizer: em nenhuma hora nenhum dos palestrantes tocou, até porque a gente não tinha nem conhecimento, e eu acho, quanto a essa questão, que é louvável o senhor querer gerar emprego e renda, que é o que este País precisa.

O que foi abordado aqui, nenhum... Aliás, quando se criticou mais... As dificuldades maiores que foram mostradas pelos nossos palestrantes dizem respeito à criação do parque, por falta de mostrar às pessoas como era.

Mas, sobre essa situação que tinha essa suspeição, isso não foi tocado aqui. Aliás, todos achavam que tinha que ter agora algumas adaptações, depois de ouvir essa questão de alguém ficar querendo dizer que era interesse privado do senhor...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Eu estou querendo levar a Rota das Emoções até a costa do Rio Grande do Norte, o Estado de V. Exa. Daqui a pouco vão dizer que eu comprei terreno lá na praia de Malibu... Como é que chama lá?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Genipabu.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Genipabu. Vão dizer que estou comprando.

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – É, vão dizer. Mas isso é da política.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu sei, mas eu estou dizendo ao senhor que os oradores aqui, ou seja, os palestrantes tiveram um debate...

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Não, eu não estou falando deles não. Claro, foram todos respeitosos.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Foram umas palestras de alto nível, que só aumentou o conhecimento sobre o projeto, sobre os Lençóis. Aliás, fez uma propaganda linda da terra de vocês, todo mundo aqui. Quero dizer que foi isso.

E, na verdade, a gente não tinha nem conhecimento – eu acho – aqui disso que o senhor contou aqui. De qualquer maneira foi bom, porque isso ficava na "rádio corredor", e agora ficou esclarecido para todo mundo. Quero agradecer a presença. Foi importante isso aí.

O SR. WEVERTON (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - MA) – Presidente Zenaide, eu vou pedir licença a V. Exa. e a todos os convidados: entrou na pauta agora, lá na CCJ, um projeto que amanhã vai ser tratado no STF, de minha autoria, da criminalização da homofobia. E eu vou lá, porque já estão chamando, senão eles vão dar a desculpa e dizer que tiraram porque a gente não estava lá.

E quero lhe dizer que, toda vez, quando perguntam onde é que a gente mora, eu, o Senador Roberto, a Senadora Eliziane, a gente sempre brinca, dizendo que a gente mora onde vocês vão passar as férias. (*Risos.*)

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Eu e o Weverton pedimos licença aqui ao Senador Elmano, que vai falar. Não é descortesia, embora pareça, mas a gente vai... Eu peço a sua compreensão, para nos liberar.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Fica gravado. Depois, você faça questão de ouvi-lo.

O SR. ROBERTO ROCHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - MA) – Um abraço a todos os convidados. Até outra oportunidade.

E que fique desta reunião uma coisa positiva, entre outras, que é levar a Rota das Emoções até o seu Estado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – E dar visibilidade, gente. Conhecimento é poder.

Por exemplo, a lei que criou parque. Ela já deixou claro aqui que teve problema porque não foi divulgada. Então, mostrar. Entendeu?

Segundo o meu sogro dizia, o ignorante é mal-intencionado. Se a gente não mostrar o porquê... E nós tivemos palestrante aqui que me orgulha, e depois eu quero que cada um faça um comentário, porque foram serenos, diretos, mostraram a preocupação com o projeto de lei que amplia a área de proteção ambiental.

Aqui eu quero parabenizar cada um, porque cada um, inclusive o representante do Ministério do Turismo, mostra a preocupação com o meio ambiente. Isso é real. Temos aqui um estudante da USP que mostrou que temos tecnologias avançadas que mostram que o número

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de pessoas que moram é maior. E nossa bióloga, então, hein? Mostrou nossas tartarugas, coisa que ninguém sabia.

Esse é o motivo do pedido da audiência pública pela Senadora Eliziane Lins, que é uma grande defensora do Estado dela e do Brasil, e que eu subscrevi, com o maior orgulho de fazer parte disso aqui. Acho que nos enriqueceu de conhecimento.

Fizemos uma propaganda dos Lençóis Maranhenses e mostramos aqui que, além dos seres humanos, que têm que ser ouvidos, que já estavam lá... Por isso que, quando falam em demarcação de terras indígenas, eu sei que não tem muito a ver, quando vêm dizer que os índios têm tantos por cento das terras, eu digo: quando nós chegamos aqui, eles tinham eram todas. Devagarzinho, daqui a pouco, eles não vão ter nem onde ficar.

Eu agora passo a palavra para o Senador Elmano e, depois, às considerações de cada um de vocês.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu queria cumprimentar a nossa Presidente desta Comissão de Desenvolvimento Regional e, na sua pessoa, eu cumprimento todos os expositores, que fizeram excelentes exposições.

Em segundo lugar, quero externar a minha satisfação, a minha alegria por esta audiência.

O relatório final sobre o projeto já estava pronto. Graças a Deus, nós tivemos a oportunidade de ouvi-los e de ouvi-las. Creio que as exposições feitas, os depoimentos feitos vão contribuir para que nós possamos fazer, digamos, um relatório de acordo com as aspirações coletivas. Creio que podemos – aí, a nossa Presidente, no exercício da Presidência – acolher essa sugestão do próprio autor do projeto, o nosso Roberto Rocha, que também foi secundado pelo Weverton aqui, quando saiu, sugerindo mais discussão.

Creio que, no Parlamento, nós realmente não podemos... É interessante aprovarmos um projeto depois de ouvirmos as pessoas, e nós tivemos expositores com formação antropológica, sociológica, da parte da biologia e, sobretudo, das questões sociais que estão envolvidas na parte antropológica.

Então, creio que é um projeto que eu queria dar um testemunho.

Éramos Secretário do Planejamento, de 1991 a 1994; no Maranhão, Gastão Dias Vieira era o Secretário de Planejamento naquela época; no Ceará, era o colega Maurinho, o Mauro Sampaio Filho... Enfim, havia um projeto do BID, e todos os Governadores, de forma isolada, estavam pleiteando recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento, e o Enrique Iglesias, que era o então Presidente na época e que tinha feito aquele projeto em Cancún, achou que poderíamos repetir, no Nordeste, um projeto daquela natureza, aproveitando as nossas praias. Daí por que nasceu a ideia – e hoje é uma realidade – da Rota das Emoções, que pega os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba e a região de Jericoacoara. Outros foram feitos: no Rio Grande do Norte, sua terra; em Pernambuco e na Paraíba e nos outros três Estados: Alagoas, Sergipe e Bahia. É muito interessante que daí nasceu o Prodetur (Programa de Desenvolvimento do Turismo), sobretudo do Nordeste do Brasil.

Então, eu queria também fazer essa retrospectivazinha histórica da importância do turismo, sobretudo para alavancar o desenvolvimento dessas áreas, até mesmo de proteção ambiental.

A intenção do projeto é não só fazer a infraestrutura necessária, desde o esgotamento sanitário, água, infraestrutura turística, etc., mas, sobretudo, integrar as comunidades, buscar o desenvolvimento, porque o setor turístico, a indústria do turismo, tanto quanto a indústria da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

construção civil, são aquelas áreas do setor da atividade econômica mais geradoras de emprego e renda. Então, isso é uma coisa que nós temos que procurar compatibilizar: as questões ambientais e as questões sociais. Há um processo de desenvolvimento, mas sempre atento ao interesse das comunidades. É o equilíbrio.

Eu queria dar também um testemunho da retidão, do espírito público e do interesse pelas questões não só do Maranhão, mas do Nordeste, do Roberto Rocha. Eu convivo com ele há quatro anos – chegamos juntos aqui, em 2015 – e vejo o interesse dele no desenvolvimento não só do Estado, os projetos que ele tem apresentado... Ele tem aqui o projeto da Zema, que é uma zona de exportação muito interessante, a questão do assoreamento, da degradação de todas as bacias hidrográficas do Estado do Maranhão... Ele tem sido um exemplo de Parlamentar, respeitando as divergências partidárias – isso é natural –, mas sempre ouvindo interesses de todos nós.

Eu estava te vendo aqui falando assim e me lembrando da Fátima Bezerra, nossa Governadora lá do Rio Grande do Norte. São duas pessoas em que há uma afinidade muito grande.

Então, eu queria – e isso vai competir à Presidência desta Comissão de Desenvolvimento Regional – fazer uma outra. Eu acho que é interessante fazer lá, na base, onde ela nasceu, onde ela morou, mas eu sei que você – permita-me –, Rosmari, cresceu, e é isso que nós queremos para toda a comunidade. É a mesma coisa dos povos indígenas, etc., etc.

Então, digamos, com essas palavras, eu quero dizer que vamos, estamos com o relatório... Eu pediria a cada instituição aqui representada que queira dar uma contribuição... É interessante que seja formulada por escrito e encaminhada ao Relator ou à própria Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu queria só dizer que o senhor faça o requerimento sugerindo a audiência pública *in loco*. O senhor pode fazer o requerimento ao Presidente e o entregue aqui à Comissão. O pessoal o orienta.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Pronto. Aqui os meus universitários, como dizia Garibaldi Alves, seu conterrâneo – ele chamava os assessores de universitários –, para prepará-la. E ela é conjunta. A proposição nasceu aqui, do autor do projeto. Ele sugeriu Santo Amaro – a cidade é Santo Amaro? –, que fosse lá, se é que há condições. E o universitário aqui já está fazendo uma boa sugestão: fazer uma audiência pública com a participação da Comissão de Meio Ambiente também. Seria já conjunta.

Bom, mas aí eu posso fazer a sugestão, mas seria interessante o próprio autor da sugestão, que foi tanto um como o outro. E eu subscrevo. Está entendendo?

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pronto.

Então, é conversar com o Senador Roberto, que sugeriu, para que ele faça por escrito.

Quero agradecer ao Senador Elmano. Faz pouco tempo que eu o conheço, mas sei que é um "cara" grande, de espírito público...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Sou pequenininho.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, mas o grande que a gente diz aqui não é o tamanho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a oportunidade das instituições que estão aqui, seus representantes, a quem eu agradeço mais uma vez... Acho que uma audiência desta enriquece a gente de conhecimento, mas quero agradecer a possibilidade de eles apresentarem e a gente se sentar. É isto que eu digo: o Parlamento falar, parlar.

Então, como médica do serviço público, uma das coisas que eu tive dificuldade aqui... Porque eu sempre fui muito objetiva, e aqui eu tive que aprender a ouvir mais. Eu, como médica, era objetiva. A gente tem que ouvir, mas a gente tem que ter soluções, principalmente se trabalhar no pronto-socorro; chegou, você já tem que ter o diagnóstico e tem que ter uma conduta imediata. Aqui é um Parlamento.

Nós estamos no mundo todo com um olhar muito grande para o meio ambiente, porque o que vemos são desastres naturais e, depois, se comprova que são pela agressão ao meio ambiente.

Eu estava vendo no Fantástico, domingo, aquela questão das abelhas que estão morrendo e que isso vai prejudicar a alimentação da população mundial, porque elas é que fazem a polinização, semeiam. Quer dizer, isso são novos assuntos.

E eu quero agradecer a cada um e dar uma oportunidade de fechar. Vocês têm alguns minutos para dizer...

E quero dizer que essa disposição da representação do meio ambiente estar aqui é necessária. A gente tem que ouvir todos os lados.

E à nossa técnica Fabiana parabéns. Você fez exatamente o que tem que fazer. Nós estamos à disposição; nós queremos ouvir, como o senhor ouviu, e tanto Roberto como Elmano, os dois Senadores, estão querendo ouvir opiniões que podem melhorar o relatório.

Obrigada.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Estamos aguardando com uma certa pressa, porque, se a gente deixar para amanhã, o amanhã não...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não, não.

Mande-o fazer o requerimento que, na próxima reunião que a gente tiver, a gente já aprova o requerimento e já dá andamento. Essa história de esperar demais não funciona.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu só queria pedir licença porque está em votação, lá na Comissão de Constituição e Justiça, e eu tenho que ir para lá. Eu peço licença para me ausentar.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Pode ir, Senador.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Desejo um bom-dia a vocês. Que Deus abençoe a cada um, ilumine e guie a todos.

Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Ele quer fazer um apelo ao senhor.

O SR. ALUIZER MALAB – Senador, eu estou atrasado também para um outro encontro da Copa América – Fabiana fica –, mas eu queria agradecer a oportunidade também de estar aqui e dizer, Senador, que o Ministério do Turismo também quer fazer parte dessa audiência lá. Eu acho que é importante que a gente possa, antes, já pensar em um projeto mais sustentável

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para isso e tudo, e o turismo acaba sendo a oportunidade de a gente seguir nessa ocupação e melhorar, tanto do ponto de vista da geração emprego e renda, mas também a condição de vida daqueles que ali moram.

Então, mais uma vez, obrigado.

E nós estamos sempre à disposição. Sempre que convidados, nós estaremos aqui. **O SR. ULISSES DENACHE SOUSA** – Senador, pensando nas audiências públicas, que foi uma ideia que foi pensada aqui, o meu apelo é que não seja só em Santo Amaro, porque, ao contrário, a complexidade que eu mostrei da área e a dificuldade de acesso dessas comunidades seriam prejudicadas. Então, pensem em mais alguns lugares próximos, em dias próximos, talvez nos três Municípios, Barreirinhas, Santo Amaro e Primeira Cruz, para que as pessoas possam ser comunicadas e para que a gente possa escutar também o contraditório, porque foi colocado que as áreas que vão ser excluídas sejam recategorizadas. Isso tem um ônus, do ponto de vista legal, e tem um bônus para essas comunidades e para essas populações, e isso muda bastante aquilo que está no seu relatório, a que a gente teve acesso lá. Então, eu faço um apelo que V. Exa., depois, junto com a sua assessoria, leia a nossa nota técnica, que é a Nota Técnica 465, que está disponível na internet. Se colocar aí "Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, nota técnica, PLS 465", você vai achar.

Muito obrigado. Pense nisto: em não fazer só uma, mas fazer mais nos Municípios envolvidos.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Vamos pensar: se lhe perguntassem – porque tudo é num mesmo Município, numa mesma área –, qual você escolheria? Barreirinha? Eu não conheço os Lençóis. Então, aí fica a critério da Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Eu acho que a Senadora já solicitou uma audiência pública pelo gabinete. Ela está promovendo em Barreirinhas.

Eu acho que três, nessa coisa que a gente está aqui no Senado, de muitas medidas provisórias, de muita frente parlamentar, para a gente promover não é fácil.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Não é fácil.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A gente poderia ver como levar cada... E ser uma coisa grande, um dia todo, sem ter horário limitado. Entendeu? Você pensariam...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Um momentinho para a praia, não é? Está muito agradável. Eu não conheço...

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Não estou pensando nisso. Eu quero ver se todos podem participar, se a gente fizer debates o dia todo, que não é comum nas audiências públicas, mas, como atinge uma área para a qual não é fácil transportar as pessoas, a gente veria isso aí.

Mas faça um requerimento. Peça ao nosso Senador Roberto Rocha que ele esteja mais calmo, porque ele entrou aqui e ficou muito nervoso, e a gente não sabia por que, porque em nenhuma hora ninguém abordou, porque a gente nem sabia desse assunto. Pelo contrário: todos aqui... Nós tivemos um ponto em comum: que existe um projeto de lei e que a gente só precisa melhorar, para ele atender a todos, às comunidades que moram lá, ao meio ambiente e tudo isso. E é isso que eu quero agradecer mais uma vez ao Senador nosso colega, ao autor, que se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispôs a sentar e ouvir o que é que vocês, nossos expositores, podem agregar a esse projeto. (*Fora do microfone.*)

Deixe-me pegar aqui a sequência.

Fabiana de Melo Oliveira, representante do Ministério do Turismo.

A SRA. FABIANA DE MELO OLIVEIRA – Quero agradecer mais uma vez a oportunidade de a gente estar aqui nesta audiência pública, porque eu acho que as apresentações, de fato, permitiram a gente conhecer um pouco mais da realidade local e poder dar nosso posicionamento em relação à melhor forma de proceder com esse PL. A Senadora até achou o Ministério do Turismo um pouco xiita em relação ao nosso posicionamento, mas pelo contrário: nesta gestão, o Ministério do Turismo vem querendo mostrar mais a força econômica do turismo nas comunidades, questão de geração de renda e emprego. Porém, a gente não pode se furtar da questão ambiental, que é a própria razão de ser da atratividade turística do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses como um todo, independentemente de ser um parque nacional ou um mosaico de unidade de conservação, que eu acho que talvez seja a melhor solução para este momento.

A gente sabe que os Lençóis são o atrativo turístico mais visitado, o que tem mais força no Estado do Maranhão. Por isso a gente também precisa tratar essa questão com um pouco de cuidado. Mas, claro, pelas razões aqui expostas pelo Senador, fica claro que, de fato, alguma solução tem que ser dada para esse fato, para que a gente possa beneficiar também as comunidades locais da melhor forma, levando serviços essenciais para a população, como saúde, educação, de uma forma igual para todas as comunidades. Então, por isso a gente tem que pesar muito bem entre as questões sociais, ambientais e procurar a melhor a solução aí.

Então, eu acho que, a partir desta audiência, a gente já abriu muitos caminhos possíveis para que a gente possa levar esse PL à frente.

E como o Luís Antônio.. Eu acho que foi o senhor que colocou a questão da definição das áreas de uso sustentável, que eu acho que é uma das coisas que, de fato, têm que ser feitas, e, aí, o Ministério do Turismo se coloca à disposição, juntamente com o ICMBio, que é um grande parceiro nosso.

Nós temos um acordo de cooperação em vigência com o Ministério do Meio Ambiente, o ICMBio, o Ministério do Turismo e Embratur, para desenvolver o turismo em unidades de conservação federais. Então, o próprio Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses é um desses parques que a gente vem trabalhando, dentro desse acordo. Sendo nosso grande parceiro, nós nos colocamos à disposição para traçar soluções possíveis, para que esse PL, de fato, seja aprovado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Na sequência, aqui...

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – Bom, eu quero aqui agradecer a oportunidade de trazer um pouco da história do nosso Estado e principalmente da nossa região, que é a região oriental do Maranhão.

A gente entende que qualquer iniciativa que impacte na vida das pessoas deve ser previamente discutida com elas, e foi isso que eu coloquei aqui. O Senador, apesar de várias vezes ter ido lá como turismo e ouvir algumas pessoas, não olhou a realidade da região, principalmente do parque, porque eu acredito que a redemarcação não seja a solução. Por que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não se conversa, como nós fizemos várias vezes com o ICMBio? Viemos para a discussão, a gente discutiu e conseguiu rever as situações.

Se a questão é uma escola, isso é um problema no País inteiro e principalmente lá, devido às localizações. Não se vai lá de qualquer jeito; vai-se em carros traçados ou se vai a pé. É muito difícil.

Eu não quero aqui tirar a culpa de quem são os representantes políticos de lá. Agora, é dever de todos os políticos fazer alguma coisa, para que chegue a educação para todo o mundo. Que chegue a saúde. Que possa viabilizar. Tirar essas pessoas de fora vai resolver a situação? Por que a gente não discute com o ICMBio? Por que não se senta com o ICMBio e não diz isso? Há tantas coisas lá que não podiam e que a gente já tentou resolver. O ICMBio dizia que não podia construir, fazer casa de tijolo. A gente conseguiu sentar e rever.

Como eu disse, tem que levar em consideração todas as coisas, principalmente que as pessoas já estavam lá. E, se a gente prima pela qualidade de vida, faz a primazia pela vida, e isso é constitucional, a gente pode levar melhoria sem ter que mudar rotas, porque eu tenho certeza de uma coisa e eu continuo reafirmando aqui: o interesse...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ROSMARI BARBOSA MALHEIROS – ... é imobiliário, o interesse é financeiro. Isso, de fazer os *resorts*, fazer os hotéis, como há tantos outros lá, que estão fora... Isso não vai trazer qualidade de vida para as pessoas. Da forma que está sendo colocado, não vai. É importante que a gente vá.

Agora, nós não estávamos sabendo que vai haver uma audiência já em Barreirinhas para discutir isso, e é por isso que, às vezes, causa esses problemas. Por quê? Porque nós viemos para cá, para a gente ver... Já foi feita uma discussão, foi feito um projeto, sem discutir com as pessoas, sem discutir com as organizações, com a UFMA, que tem todo um estudo.

Então, a gente quer fazer parte. A gente vai para a defesa. Ninguém aqui é contra o desenvolvimento. A gente só quer que o desenvolvimento seja realmente para que não cause danos à questão ambiental e, principalmente, às vidas humanas, às pessoas que estão lá. O respeito.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada.

Eu passo agora a palavra ao Professor Benedito Souza Filho, da Universidade Federal do Maranhão.

O SR. BENEDITO SOUZA FILHO – Obrigado, Senadora Zenaide.

É uma pena que o Senador Roberto Rocha não tenha permanecido, porque eu acho que o que eu vou comentar aqui talvez interessasse a ele, como autor da proposta.

Eu fiquei muito impressionado quando, na fala do Senador, ele fez questão de dizer que o projeto não era dele, que o projeto era do ICMBio. Mas, ao mesmo tempo, ele falava, em outro momento, que o projeto era dele, que ele vai defender o projeto dele. O projeto é do Senador ou o projeto é do ICMBio? Então, se ele assina e apresenta, o projeto é dele. Então, ele tem a responsabilidade sobre o conteúdo do projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, esta audiência serve para esclarecer os problemas, os limites, as alternativas ao projeto, para que ele melhore e para que ele assegure o que nós temos sustentado desde o início, a dupla proteção: proteção da natureza e proteção das comunidades tradicionais que estão historicamente enraizadas naquele lugar. Então, essa é a primeira questão.

Então, a gente tem que ter... Não sei se é a palavra apropriada, mas talvez um pouco de esquizofrenia em relação a esse projeto, a quem ele pertence. Então, se ele sai desta Casa, o autor é o Senador. Então, ele tem que assumir a total responsabilidade pela submissão do projeto e todas as limitações ou implicações sociais e ambientais que ele comporta.

Então, nós apresentamos uma série de razões aqui, do ponto de vista jurídico, ambiental, antropológico, enfim, que foram apresentadas nas nossas considerações. Então, nós aportamos aqui inclusive recomendações, alternativas, para minimizar esses efeitos comprometedores do ambiente e da vida social das famílias que estão realizadas lá.

Uma alternativa seria a recategorização das áreas indicadas para exclusão. E uma outra seria – que já está em andamento – a construção dos termos de compromisso. Eu acho que o principal objetivo das ações que se dirigem ao Parque Nacional é pacificar conflitos que, historicamente, estão se dando desde o seu decreto, em 81.

Então, as famílias passaram a intensificar, viver mais de perto os problemas desse conflito a partir de 2012, quando o ICMBio intensificou a fiscalização, mas o que a gente vê hoje, no cenário do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – e aqui eu tenho que fazer uma ressalva em relação à ação do ICMBio atualmente no parque –, é completamente distinto da visão apresentada pelo Senador Roberto Rocha. O ICMBio no Maranhão não está agindo como uma ONG; está agindo como uma instituição que tem a responsabilidade de responder pela gestão daquela unidade de conservação. E o que que nós estamos fazendo hoje no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses? Estamos concertando um termo de compromisso resultado de uma ação judicial. E o termo de compromisso abre possibilidade de se pensar inclusive a resolução dos problemas apontados pelo Senador Roberto Rocha, no que se refere à educação, à construção de escolas, à construção de postos de saúde, inclusive energia elétrica para comunidades que não possuem energia elétrica... Ou seja, melhorar as condições de vida e trabalho das pessoas que não são assistidas com essas políticas públicas. Então, o termo de compromisso abre essa possibilidade, e a ideia de recategorização dessas áreas indicadas para exclusão resolve o problema em definitivo.

Então, nós oferecemos aqui fartas alternativas para melhoria do projeto, inclusive elas podem ser incorporadas no parecer do Senador Elmano Férrer, desta Comissão. A gente tem elementos.

Uma última consideração, para encerrar.

Eu fiquei um pouco impressionado com a apresentação final. O que abriu o discurso do Senador Roberto Rocha foi o problema da educação. Eu concordo com ele. É um absurdo uma comunidade dentro do parque não ter acesso à educação. Toda e qualquer localidade deste País tem que ter direito à educação, saúde... É obrigação e dever do Estado, independentemente se ela estiver numa unidade de conservação de proteção integral ou não. É obrigação do Estado assegurar o acesso a políticas públicas, à qualidade de vida, energia elétrica, transporte, educação e saúde. Isso é dever do Estado; isso não é um favor que o Estado faz. Então, essa iniciativa deveria ser pensada com muito carinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quando o Senador abre sua exposição falando que o absurdo que o moveu a fazer o projeto foi o drama da escola em Betânia... Mas ao que eu assisti, em seguida, não foi nenhum eslaide, nenhuma proposição em relação a modelo de escola. O que eu vi foi um cenário de turismo de Miami, semelhante a turismo internacional.

E uma pergunta que a gente faz, em relação ao desenvolvimento do turismo... Ninguém é contra o desenvolvimento do turismo no Parque Nacional dos Lençóis, mas a pergunta é: turismo para quem? E com que objetivo?

A gente tem que refletir, Senadora Zenaide, muito seriamente sobre isso, porque o que está em jogo ali são interesses muito importantes.

O Senador Roberto Rocha falou uma coisa também muito interessante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENEDITO SOUZA FILHO – ... essa mudança do Estado social para o Estado liberal e, agora, o Estado ambiental.

Uma questão a que a gente assiste hoje, em relação ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, é transformar a natureza em uma nova *commodity*. A natureza está virando *commodity* e está sendo vendida no mercado internacional como um novo produto a ser comercializado. Então, quando você oferece para o mundo inteiro as belezas naturais do Parque Nacional dos Lençóis, você oferece o quê? Você oferece duna, lagoa, mas você não oferece que ali, naqueles 156 mil hectares, existem histórias de vida extremamente interessantes, que podem oferecer inclusive alternativas ao turismo. Nós estamos desenhando, por exemplo, alternativas – para pensar lá na comunidade – do chamado turismo de um museu etnográfico.

Esse museu etnográfico não é para transformar as pessoas em bichos exóticos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. BENEDITO SOUZA FILHO – É para exibir para o turista como o modo de vida se expressa na relação de conservação com a natureza. Isso é pensar a inclusão dessas comunidades dentro de um projeto de turismo que pode ser até pioneiro no Brasil.

Então, é muito bonito você assistir a um eslaide em que se apresentam navios de grande calado e iates internacionais, e a gente não assiste a nenhuma inclusão, nesse panorama, do lugar e do papel das comunidades tradicionais.

A Rosmari falou uma coisa muito importante: mande um turista conhecer a zona primitiva do parque sozinho. Ele não vai. Ele só vai com guias nativos, porque essas pessoas foram socializadas, foram criadas numa interação com aquele ambiente, conhecem aquilo ali como a palma da mão. Então, qualquer iniciativa, do ponto de vista do turismo, deve levar em consideração essa presença.

Eu acho que as comunidades tradicionais do parque têm enorme contribuição a dar a qualquer projeto de turismo que seja pensado para aquela região.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada, Prof. Benedito.

É esclarecedor isso aqui. A gente sabe que é especulação, eles atropelam tudo. E eu acho interessante, porque tem que haver quem acompanhe, não só para a segurança, porque eles provavelmente não saberiam voltar também, não é? Então, como ela disse, não é simples, e a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente olha – não é à toa – essa questão. Ultimamente, a gente tem visto muito: você não investe na conservação do que a gente tem de melhor para justificar a privatização.

Eu queria dizer aqui que o Senador ficou assim porque esse projeto já estava para votação. Quando eu pedi vista, junto com Eliziane, pedimos esta audiência pública, que eu acho de uma importância fundamental, porque, com isso, a gente está dando a oportunidade de o Relator aceitar as mudanças. E eu acho que vocês têm que procurar aqui e saber como acrescentar isso aí, o que vai melhorar, porque, com certeza, com essas audiências públicas, não vão ser aprovados. É por isso que eu digo: conhecimento é poder. Se não chegam, se não se dá visibilidade a um projeto como esse, a população nem do Maranhão vai tomar conhecimento.

E você vê aqui que no e-Cidadania há pessoas do Brasil inteiro, inclusive sugerindo: não é aumentar a área; invistam na segurança. Quer dizer, tudo que vocês falaram aqui é o que quem está interagindo com a gente está pedindo, e dizendo que não é só demarcar as áreas; é preciso investir em um patrimônio que não é só nosso, é da humanidade. De repente, eu digo que, quando os Estados Unidos terminaram de matar os índios e ainda ganharam um bocado de dinheiro mostrando nas telas de cinema... A gente tem que correr atrás, e a gente tem tentado, aqui – inclusive porque a demarcação estava no Ministério da Agricultura... E a gente tem tentado negociar e tirar, botar pelo menos para o Ministério da Justiça, porque é uma coisa difícil.

Só para mostrar a vocês do orgulho que a gente tem em saber que cidadãos como vocês têm um olhar, porque esse é um olhar diferenciado. Você pode, como ele, ter a profissão dele, ligar-se só àquele dia a dia, fazer a carreira, e não olhar para o seu Estado, olhar com esse olhar coletivo de meio ambiente, de respeito ao social.

Agora, o próximo aqui é Marcos de Castro, do ICMBio.

O SR. MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC – Senadora...

(*Interrupção do som.*)

O SR. MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC – Funcionando? Está o.k.

Acredito que, se eu for responder a todas as perguntas e colocações que foram feitas em relação ao ICMBio, eu precisaria de uma hora e meia aproximadamente, mas eu vou exercitar o poder de síntese aqui, para ser bastante conciso e colocar os principais pontos que foram apresentados, e me coloco à disposição também, lá, na nossa instituição, para continuar as conversas, para ouvi-los, para continuar essa participação, que é muito importante.

O primeiro ponto... Nós temos uma questão que é inquestionável: a sociedade evolui; o conhecimento científico evolui; o que era certo, há alguns anos, hoje continua sendo certo ou, por vezes, não; por vezes, um novo entendimento, comprovado com estudos, surge e demonstra que existe uma outra verdade para aquilo que era considerado verdade antigamente.

Da mesma forma que existe essa evolução do conhecimento científico...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC – ... e da sociedade, a atuação dos órgãos públicos também evolui. E, dentro disso, está incluído o ICMBio. Porém, para que a gente não fique refém de mudanças repentinas ou cause uma insegurança jurídica, essa evolução da atuação dos órgãos públicos precisa estar embasada na legislação, na lei. E, se os novos conhecimentos demonstrarem que a legislação precisa ser modificada, aí, sim, a gente faz a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

modificação e corre para poder fazer a evolução de todos aqueles que devem fazer o cumprimento da lei.

Mas, enfim, pelo que a gente percebeu, a defesa da relação instituição ICMBio foi feita pelos próprios participantes da Mesa. Dona Rosmari deu depoimento emocionado de quem viveu a situação e de quem conhece também; ela mesmo coloca que ela viu atos de agentes apontando a arma para cabeça de pessoas, fazendo autuações, e que hoje já não vê mais. E, assim, a gente pode seguir com uma série de exemplos em que alguma coisa despertou para que a gente compreendesse que fazer proteção ambiental não é reprimir os atos ilegais ou os problemas que aconteceram; fazer proteção ambiental é prevenir que esses atos aconteçam. E, para fazer essa prevenção, a gente precisa monitorar, ouvir e evoluir. Isso é básico. Não há como fugir disso.

No caso específico da proteção das Unidades de Conservação – eu não vou falar agora de Unidade, vou falar do meio ambiente –, não é só o Poder Público federal que está à frente disso: nós temos o Poder Público estadual, nós temos o Município, nós temos os órgãos de fiscalização e proteção de todos esses entes, e temos, como disse ontem inclusive, o Ministério Público assistindo e verificando tudo que é feito por esses órgãos. Mas, acima de tudo, a gente tem a sociedade cobrando uma atuação eficaz e efetiva e coerente em relação à legislação. Essa proteção funciona melhor quando o efetivo fiscal é o morador, é a pessoa que utiliza o local, é a pessoa que vive ali, ou seja, quando o efetivo fiscal é a sociedade. E, para que isso aconteça, quanto menor for o número de conflitos que a gente tiver em um determinado local para proteger, melhor é a participação de todos. Se nós temos conflitos, nós temos que enfrentá-los e buscar a resolução.

Então, dentro desse contexto é que eu comento que, legalmente, não é só com Unidade de Conservação que se protege uma área. Eu tenho áreas de preservação permanente, que estão estipuladas no Código Florestal, eu tenho ordenamento do solo, eu tenho uma série de outras normas que devem e precisam ser observadas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCOS DE CASTRO SIMANOVIC – Nesse sentido, considerando que a base é a lei – estou terminando. Está o.k.? –, nós temos um detalhe que o Sistema Nacional de Unidades de Conservação já traz há um bom tempo. Ele diz que, quando uma Unidade de Conservação é criada, e, dependendo da categoria a população precisa ser retirada de lá – justamente por uma questão de regularização do domínio da terra –, ele diz o seguinte: a população deve ser indenizada e compensada. E, enquanto isso não ocorrer, será compatibilizada a presença das populações tradicionais – estou lendo isso aqui, porque eu fiz uma anotação rápida –, com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, fontes de subsistência e locais de moradia, sendo assegurada a elaboração das referidas normas e ações com a participação dessa comunidade local. O que nós estamos encontrando, e inclusive é o caso do Maranhão e de São Luiz, é uma situação em que a população local, junto com os órgãos ambientais, tem cumprido termos de compromisso, enquanto a situação não se regulariza. É lógico que essa situação precisa ser regularizada um dia. Então, de qualquer forma, a ótica de que, a partir do momento da criação, tudo fica proibido, e a pessoa que está lá não pode mais viver... Se nós agíssemos assim, nós não estaríamos agindo de acordo com a lei. As pessoas precisam, sim, ter seus direitos garantidos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda na sequência, nesse caso específico dos lençóis maranhenses, nós temos um posicionamento e ouvimos posicionamentos referentes às populações tradicionais, de que elas têm interesse em evoluir, mas têm interesse em continuar vivendo e valorizando seus valores. Nós temos o posicionamento do turismo, que é um turismo necessariamente positivo e respeitador das regras, e nós temos um posicionamento dos órgãos ambientais de que tudo isso deve ser compatibilizado, para se conservar a natureza e permitir o desenvolvimento socioambiental. Essa é a questão. Mas isso não é um discurso vazio, não. O que eu quero dizer é que isso precisa ser efetivado.

O projeto apresentado demonstra uma necessidade histórica de revisão dos limites. Os limites, como estão na origem, da forma como os colegas explicaram tecnicamente, não são adequados. A alteração que precisa ser feita precisa considerar tudo aquilo que nós falamos aqui, inclusive que é a proposta original de se considerar tudo isso.

O próximo passo é a gente continuar à disposição para continuar participando, tanto na questão da busca pela solução dos conflitos, como no fornecimento de informações técnicas e legais, para que finalmente o Senado possa se posicionar sobre a criação, sobre a alteração... Enfim, para que o Senado possa se posicionar. Nós estamos à disposição para isso.

O posicionamento do ICMBio especificamente para essa questão, como foi colocado aqui que existe uma nota técnica, é preciso deixar claro que a nota técnica é uma parte desse trabalho; ela levanta uma serie de considerações. Existem algumas instâncias dentro do próprio ICMBio que, enxergando isso, promovem outras ações para melhor subsidiar o Senado.

Então, o nosso posicionamento não se resume à nota técnica. Ele ainda está em construção. E continuamos à disposição para fazer isso.

Acho que eu me estendi, mas, se alguém tiver uma pergunta pontual, eu estou à disposição para responder.

Sobre quantos ICMBios existem no Brasil, como foi falado pelo Senador, é um só. É um só. E nós temos um responsável legal por ele, que é o nosso Presidente. Só que são 334 unidades de conservação e um bom número de centros de pesquisa, e há seres humanos lá que precisam seguir a lei e precisam agir de acordo com a lei.

Se alguém toma um posicionamento que está desviado das normas legais e usa o nome do ICMBio para isso, para essa pessoa existe também a legislação, a apuração disciplinar de o que está acontecendo, a apuração para se entender o que foi que aconteceu. O.k.?

Então, efetivamente, a instituição é uma só. E a postura pontual de um ou de outro agente sempre deve primar pela questão técnica e legal; se desviar disso, a gente precisar conhecer, para poder entender o que aconteceu.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada. Os dois minutos se estenderam. Mas, como ele foi a órgão mais citado, a instituição mais citada, ele tinha o direito de passar mais tempo.

Eu passo a palavra agora a Luís Antônio Câmara, assessor jurídico, para as considerações finais.

O SR. LUÍS ANTÔNIO CÂMARA – Obrigado, Senadora. Queremos, em primeiro lugar, agradecer a iniciativa. Ao mesmo tempo, precisamos insistir na preocupação de aperfeiçoar um projeto como esse. Fazer uma proposta de mosaico, de unidade de conservação demanda tempo. E nós não apresentamos aqui uma solução técnica, pronta e acabada para substituir ou

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para aperfeiçoar o projeto. Nós precisamos de tempo para fazer isso. Nós nos propomos a ajudar a fazer isso. Nós queremos que haja uma solução normativa que possa resolver o problema e não agravar ou deixar pela metade o problema.

Da forma como está, nós vamos ter problema tanto para proteger o meio ambiente como para entender como determinadas comunidades vão ficar de fora e prejudicadas e outras vão ficar dentro e também com limitações para a sua reprodução social, para praticar...

(*Soa a campainha.*)

O SR. LUÍS ANTÔNIO CÂMARA – ... a agricultura familiar, receber incentivos governamentais e créditos agrícolas, por exemplo, assistência técnica, equipamentos públicos. Isso é uma realidade. Mas nós não podemos fazer uma transformação de uma unidade de conservação de forma abrupta e sem fazer estudos técnicos e científicos para se saber a extensão desse impacto sobre essa região.

Nós somos a favor do desenvolvimento, mas voltamos a dizer que essas pessoas precisam ser consideradas também sujeitos de direito. E o que elas querem, na implicação desse discurso de sujeito de direitos, é que o processo de desenvolvimento as leve em consideração, que um projeto de desenvolvimento de turismo as leve em consideração também. Sobre qualquer reconfiguração dos limites do parque, é preciso que elas sejam ouvidas também. Por isso, acho que as audiências públicas devem ser realizadas, inclusive, por segmentos.

Se vocês fizerem uma audiência pública em Barreirinhas e os toioteiros ocuparem todo o espaço dessa audiência, vocês vão ver que o que pensa um toioteiro de Barreirinhas é muito diferente do que pensa uma comunidade tradicional que está lá dentro do parque; o setor hoteleiro também. É muito diferente. Então, é preciso levar em consideração principalmente a voz de quem quer preservar acima de tudo, porque, evidentemente, existem diferenças de interesses lá dentro. Nós não podemos simplificar ou apresentar uma proposta simplista para um problema de toda ordem complexo como esse. Então, eu acho que demanda um pouco de tempo também. Nós não podemos conceber nem concordar que esse projeto esteja tramitando a toque de caixa sem essas devidas observações e esses cuidados no tratamento de um assunto tão complexo como é o assunto do Parque dos Lençóis.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada.

Passo agora...

Eu queria dizer que vocês têm que apresentar, como foi proposto aqui... Conversem com o pessoal da... Porque isso já estava para ser votado, viu, gente? A gente pediu vista e pediu esta audiência.

Então, o que eu quero dizer é que, como abriu aqui, já se viu que não é tão simples. Eu fico feliz de saber que esse pedido de audiência pública foi essencial para que a gente mostrasse para a sociedade e para o próprio Ministério do Turismo que não é tão simples devido à diversidade, e eu o entendo. Com certeza, lá no Rio Grande do Norte se chamam bugueiros. Os hotéis também vão ter uma visão, mas aqui a própria população... Isso aqui o Brasil todo está vendo. Ela mostrou as tartarugas. Com certeza, há muita gente lá do Maranhão que não conhece, mas vai dizer "poxa, as nossas tartarugas..."

Passo aqui ao Ulisses Denache Sousa, doutorando, para as considerações finais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ULISSES DENACHE SOUSA – Eu quero agradecer à Senadora Zenaide, pelo espaço, e à Senadora Eliziane Gama, pela iniciativa a partir do pedido de algumas instituições, e afirmar, pensando na fala do Senador Roberto Rocha, que o que não é ótimo às vezes também não é bom, e não está bom ainda, tem que melhorar. Então, da forma como está posto o PLS, com os oito parágrafos de justificativa dele, ele não se sustenta para essa dupla proteção que nós colocamos aqui. Então, nós precisamos discutir nas entrelinhas cada uma daquelas áreas, porque é muito possível omitir com mapas e com números. Quando você lê o PLS pela primeira vez – e eu convido alguns que não leram e tiverem interesse pela matéria a ler o PLS 465 –, a princípio, você fica tranquilo porque a área aumenta. Os 155 mil vão para 161 mil. Porém, quando você espacializa para onde aumenta, em qual sentido vai, aí você já fica mais preocupado, e, quando você...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ULISSES DENACHE SOUSA – ... dá um *zoom* e refina essa informação para cada uma dessas áreas, você entende que essa discussão precisa ser feita.

Então, esta é a minha fala final, para que a gente possa construir junto com todas as entidades, cercados de todas essas informações... Estudos são fundamentais, nós carecemos de estudos mais técnicos sobre algumas áreas. O Grupo de Estudos Rurais e Urbanos da (UFMA) tem feito esse trabalho, o Gerur, o Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais, Nepa, do qual eu faço parte, na UFMA, também tem estudos levantados. Nós continuamos à disposição para isso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada ao jovem estudante.

Passo agora para a Nathali Ristau, bióloga, que deu uma visão... Porque eu acho que pouca gente conhecia as tartarugas. No meu Estado, há muitas.

A SRA. NATHALI RISTAU – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – A gente participa lá.

A SRA. NATHALI RISTAU – Agradeço, Senadora Zenaide.

Volto à fala do Senador Roberto Rocha e lamento o fato de ele não estar presente. Ele fala da condições da escola da Betânia, dessa comunidade dentro de Lençóis, como se fosse uma realidade local, muito pontual, quando, na verdade, é uma realidade do Estado ou até mesmo do Brasil. A partir de agora, vou passar a cutucá-lo toda vez que eu passar por uma escola naquelas condições e que não seja em uma Unidade de Conservação. Vou perguntar por que os governantes não garantiram esse direito a essas pessoas, claro!

Reforço ainda que o fato de essas comunidades, na Unidade de Conservação, que é regida pelo SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação, que o Senador demonstrou aqui desconhecer, inclusive, as áreas que permeiam uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, como a Zona de Amortecimento –, estarem lá dentro não retira dos governantes a obrigação de garantir a elas o acesso à educação, à saúde básica, a todos os direitos. Se isso fosse verdade, o entorno do Parque Nacional dos Lençóis estaria repleto de escolas, de Unidades Básicas de Saúde de ponta. E não é isso o que acontece.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Soa a campainha.*)

A SRA. NATHALI RISTAU – Fecho a minha fala retomando a fala inicial do Sr. Marcos de Castro em que ele mencionou que o ideal para a gente chegar a um projeto coerente, que assista a todos, é que a gente consulte as comunidades, que a gente consulte os usuários daquela unidade, sendo prestadores de serviço, e todas as comunidades que estão no entorno, mas que a gente também conheça o parque, que a gente faça as pesquisas lá dentro que demonstre o que a gente tem de conhecimento do ponto de vista antropológico, geográfico, biológico e, inclusive, os impactos do turismo, que pode ser um turismo predatório. Até hoje – o Parque Nacional foi constituído em 1981 – não existe uma avaliação do impacto do turismo naquela região. Então, chamo a atenção para isso.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Zenaide Maia. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Obrigada a todos.

Quero só finalizar com o que o Marcos de Castro me chamou à atenção: ciência e tecnologia. Não existe democracia sem ciência, porque, normalmente, o ditador quer ter a verdade absoluta. Quando a ciência chega, prova a ele que não é ali, que o céu não é tão perto. Então, ciência e tecnologia são essenciais na vida de um povo que quer ter democracia. Sem ciência, não se obedece às leis e sem leis a gente volta para a barbárie. Por isso, tenho o maior respeito pelo investimento em ciência e tecnologia. Quantos, antes da gente, não viram que os Lençóis, fora os moradores, mudavam os lugares das dunas e que havia essa riqueza, essa biodiversidade? Esse povo, inteligentemente, mesmo sem entender, criava os animais de acordo com aquilo ali.

Eu sou nordestina. Na Caatinga, a gente descobre o que é sobrevivência. Eu vivi a seca, mas demorei muito tempo para que a ciência me mostrasse que o fenômeno era cíclico, natural, permanente e que a gente tinha que trabalhar para conviver com ele.

Mais uma vez, obrigada. Quero só dizer que aumentei o meu conhecimento sobre os Lençóis Maranhenses. Vamos defender nossa ciência, nossa cultura.

Eu costumo dizer que a cultura é a digital de um povo. Você só sabe de onde veio, onde está e onde quer chegar... Quem mostra isso para a gente é a cultura! Nós passamos, mas a cultura fica ali. A gente vai entender os gestos e o porquê de defendermos determinadas coisas.

Então, mais uma vez, muito obrigada. Estou feliz por ter subscrito o pedido para a realização desta audiência pública. Quero que vocês continuem se movimentando, porque se abriu uma brecha para mais audiência, maiores conhecimentos, maior visibilidade.

Esta Presidência agradece a disposição dos convidados em comparecer à nossa Comissão.

Nada mais havendo a tratar – e há ainda muita coisa a tratar, mas não nesta hora –, declaro encerada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 22 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e trinta e quatro minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Elmano Férrer, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Dário Berger, Eduardo Gomes, Fernando Bezerra Coelho, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Eliziane Gama, Flávio Arns, Jaques Wagner, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Jorginho Mello, Jorge Kajuru, Paulo Paim, Esperidião Amin, Jayme Campos, Arolde de Oliveira, Paulo Rocha e Marcos do Val. Deixam de comparecer os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Omar Aziz. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 24, de 2019** que: "Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os aspectos legais, infralegais, logísticos, fiscais, financeiros e contábeis que justificaram a transferência de controle acionário da Transportadora Associada de Gás – TAG, bem como apresentar os principais desafios regulatórios e socioeconômicos da cadeia produtiva de gás natural, na perspectiva do desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 27, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, para a audiência pública destinada a “debater os aspectos legais, infralegais, logísticos, fiscais, financeiros e contábeis que justificaram a transferência de controle acionário da Transportadora Associada de Gás – TAG, bem como a apresentar os principais desafios regulatórios e socioeconômicos da cadeia produtiva de gás natural, na perspectiva do desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro”, sejam incluídos dois convidados." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 26, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 25/2019 - CDR, sejam incluídos 3 (três) novos convidados." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Lei da Câmara n° 34, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais." **Autoria:** Câmara dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputados. **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda 01-CMA/CDR, na forma da Emenda 02-CDR que apresenta. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 5 - Projeto de Resolução do Senado n° 27, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Cria a Frente Parlamentar Mista para defesa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – (Consórcio Nordeste)" **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Eliziane Gama (PPS/MA), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Jaques Wagner. **Relatório:** Pela aprovação. **Resultado:** Retirado de pauta. **ITEM 6 - Projeto de Lei do Senado n° 530, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Autoriza a instituição do Fundo de Desenvolvimento do Sul – FDS com a finalidade de estimular investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa." **Autoria:** Senador Dalirio Beber (PSDB/SC). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 7 - Projeto de Lei do Senado n° 465, de 2018 - Não Terminativo -** que: "Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses." **Autoria:** Senador Roberto Rocha (PSDB/MA). **Relatoria:** Senador Elmano Férrer. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, em virtude da aprovação do REQ nº 28/2019-CDR, que adia a discussão e a votação da Matéria. **ITEM 8 - Projeto de Lei do Senado n° 667, de 2015 - Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Reguffe (PDT/DF). **Relatoria:** Senador Zequinha Marinho. **Relatório:** Pela aprovação nos termos do substitutivo. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame por parte do relator. **ITEM 9 - Projeto de Lei do Senado n° 75, de 2018 - Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Porto Central (Distrito Industrial Portuário) do Município de Presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo." **Autoria:** Senador Sérgio de Castro (PDT/ES). **Relatoria:** Senadora Juíza Selma. **Relatório:** Pela rejeição. **Resultado:** Rejeitado o Projeto. **ITEM 10 - Projeto de Lei do Senado n° 402, de 2018 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano." **Autoria:** Senador Hélio José (PROS/DF). **Relatoria:** Senadora Mara Gabrilli. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com uma Emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda de Redação nº 01/CDR. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 28, de 2019** que: "Requer adiamento de discussão e votação do PLS 465/2018." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA). **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e três

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/29

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Acontece hoje, às 18h, no auditório do edifício-sede do Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), a posse solene do seu novo Presidente, o Sr. Gilson Machado Guimarães Neto.

Informamos que também acontece hoje, pela manhã, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, o lançamento da Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Básico.

Agradeço o convite recebido do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade para o seminário "Turismo: Cenários em Debate", que ocorrerá no dia 4 de julho, às 9h, na Fecomércio, Rio de Janeiro. O seminário terá como tema central o turismo social e a curadoria sob a responsabilidade do Serviço Social do Comércio (Sesc). A programação traz ao debate o papel desse segmento na sociedade contemporânea, as oportunidades de negócio e os desafios para a criação e a implementação de políticas setoriais de turismo social no Brasil, entre outras questões.

Informamos que, durante audiência pública ocorrida no dia 22 de maio, com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado 465, de 2018, que altera os limites do Parque Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Lençóis Maranhenses, alguns palestrantes fizeram referência a uma nota técnica sobre o projeto elaborado pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Informo que essa nota foi encaminhada à Secretaria da Comissão, razão pela qual eu determino sua divulgação e juntada ao processado, nos termos do art. 263 do Regimento Interno.

Aproveito para comunicar a agenda da Comissão. No dia 12 de junho, realizaremos audiência pública para debater sobre o estado atual do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Pisf). O evento atende ao Requerimento 16, de 2019, da CDR, de autoria do Senador Otto Alencar, e contará com a presença confirmada do Sr. Gustavo Canuto, Ministro do Desenvolvimento Regional, de representante da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), bem como da Governadora do Rio Grande do Norte, Sra. Fátima Bezerra, a qual convido, de ofício, na qualidade de Relatora dessa política pública no âmbito da CDR, em 2017.

No dia 19 de junho, realizaremos audiência pública em continuidade ao debate acerca da venda da Transportadora Associada de Gás (TAG) pela Petrobras, com a presença da Petrobras e de representantes da ANP.

Já no dia 26 de junho, realizaremos audiência pública para debatermos a política de preços dos combustíveis pela Petrobras, suas consequências na atração de investimento em refino e infraestrutura logística, e impacto para os consumidores.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e votação de matérias. Para deliberar, nós precisamos de mais um para dar o quórum. Mas acho que podemos já entrar na leitura e no debate, e depois deixamos a votação com o quórum.

Item 1, de autoria do nosso Senador Jaques Wagner e também subscrito por mim – ou de nossa autoria também.

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 24, DE 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os aspectos legais, infralegais, logísticos, fiscais, financeiros e contábeis que justificaram a transferência de controle acionário da Transportadora Associada de Gás – TAG, bem como apresentar os principais desafios regulatórios e socioeconômicos da cadeia produtiva de gás natural, na perspectiva do desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Jaques Wagner e outros

Concedo a palavra ao Sr. Senador Jaques Wagner, para fazer o seu encaminhamento do requerimento.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Sr. Presidente, na verdade, depois desse requerimento acostado, já houve até manifestação do Supremo Tribunal Federal que vem ao encontro da nossa pretensão de um esclarecimento dessa transferência sem licitação, sem publicização. O Ministro Fachin concedeu uma liminar, e o Presidente da Corte marcou para esta quinta-feira a discussão dessa liminar em plenário. Eu, inclusive, devo estar lá guiado pela Senadora Zenaide, pelo Senador Jean Paul, hoje visitando a Ministra Cármem Lúcia e a Ministra Rosa Weber, e foram feitos outros contatos.

Eu insisto na tese de que nós não queremos aqui obstruir o Governo. Agora, a lei tem que ser cumprida. Eles não podem... Uma coisa é vender ações, outra coisa é vender a empresa ou o controle acionário da empresa. É uma empresa muito significativa para o Nordeste, é o chamado monopólio natural, porque ninguém faz um outro gasoduto paralelo a esse, pois seria totalmente inadequado. Por isso eu agradeço, inclusive, V. Exa. também por ter se esforçado, que eu sei, para finalmente termos a presença de membros da Petrobras e da própria ANP. Eu espero que essa audiência possa acontecer antes da decisão final do Supremo. Mas é esse o objetivo.

Não sei se a Senadora Zenaide quer complementar.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – É justamente isto: sem licitação. É como ele falou: aqui a gente não está para estar sendo contra o Governo, mas chega um ponto de uma coisa importante, a TAG, que é superimportante e superavitária, pois ela dá lucro... A Petrobras gastou, uma subsidiária... Gastou-se muito dinheiro, e, depois do gasoduto todo pronto, aí se vende por um valor e nem se faz licitação.

Eu acho até que o meu requerimento é para acrescentar mais três convidados para essa audiência pública, que foi solicitada por mim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Bem, é o item 2, que é um complemento a essa primeira audiência com relação à TAG, que é exatamente chamando também a Dra. Raquel de Oliveira Sousa, Advogada especialista em petróleo e gás, e também o representante da Abegás (Associação Brasileira de Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado).

Então, os itens 1 e 2 tratam da mesma audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, para a audiência pública destinada a "debater os aspectos legais, infralegais, logísticos, fiscais, financeiros e contábeis que justificaram a transferência de controle acionário da Transportadora Associada de Gás – TAG, bem como a apresentar os principais desafios regulatórios e socioeconômicos da cadeia produtiva de gás natural, na perspectiva do desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro", sejam incluídos dois convidados.

Autoria: Senador Jaques Wagner e outros

Observações:

Em aditamento do REQ Nº24/2019-CDR.

O item 3, a que V. Exa. se refere, já é uma outra audiência pública, que aí é uma discussão mais ampla que nós solicitamos, que é exatamente aquela para discutir a questão dos combustíveis, do preço, da política de preço e também das refinarias e tal. Então, é uma outra audiência, mas que também se refere ao item nº 3. E V. Exa. pede, de acordo com art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno, a inclusão dos convidados: o Sr. Felipe Campos Cauby Coutinho, que é Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras; do Sr. José da Fonseca Lopes, Presidente da Associação Brasileira de Caminhoneiros; e também do Sr. José Maria Rangel, Coordenador-Geral da Frente Única dos Petroleiros.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 26, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 25/2019 - CDR, sejam incluídos 3 (três) novos convidados.

Autoria: Senadora Zenaide Maia

Observações:

Em aditamento do REQ Nº25/2019-CDR.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é o item 3.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Isso foi um pedido para acrescentar. E são representantes que têm uma importância fundamental, já que a gente vai falar sobre política de preço de combustível.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Isso.

Esse item 3 complementa o requerimento que nós já aprovamos, o Requerimento 25, de 2019, que trata da audiência pública com o objetivo de debater a política de preços dos combustíveis da Petrobras, suas consequências na atração de investimento em refino e infraestrutura logística e impacto para os consumidores.

Nós já tínhamos aprovado, com a participação da Abicon, Petrobras, ANP, Cade, Secretaria de Acompanhamento Fiscal, Energia e Loteria, Ministério da Economia, Ministério das Minas e Energia, Movimento Combustível Legal.

O Senador Styvenson complementou essa do Movimento Combustível Legal.

Então, agora o item 3 de V. Exa., incluindo então o Sr. Felipe Campos Cauby Coutinho, o Sr. José de Fonseca Lopes e José Maria Rangel.

Havendo quórum, a gente faz a votação em bloco.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 01-CMA/CDR, na forma da Emenda 02-CDR que apresenta.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria constou na pauta da 10ª (17/04/2019) e da 14ª (15/05/2019) Reuniões da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura;

- Em 07/05/2019, o Senador Jaques Wagner apresentou novo relatório.

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Concedo a palavra ao Senador Jaques Wagner, para fazer a leitura do seu relatório.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, por economia eu vou direto à análise.

Conforme o inciso I do art.104-A do Regimento Interno, cabe à esta Comissão analisar "proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios". Quanto ao mérito, julgamos louvável a iniciativa, pois apresenta tanto medidas de adequação ambiental quanto de incentivo à organização produtiva aos projetos do Programa Minha Casa, Minha Vida.

No entanto, quanto à técnica legislativa e à redação, concordamos com as adequações propostas pelo parecer dado pela Comissão de Meio Ambiente à proposição. No inciso II do art. 5º-A da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, alterado pelo art. 2º do PLC, são necessárias duas correções: i) no lugar do termo "reaproveitamento" de água chuva, há que se substituir por "aproveitamento" de água de chuva, uma vez que seria dada destinação à água pluvial pela primeira vez; e ii) a expressão "utilização de energia solar" deve ser substituída por "geração de energia solar", pois as unidades residenciais serão geradoras, seja para aquecimento da água, seja para geração de energia fotovoltaica. Além disso, acrescentamos a expressão "na forma de regulamento", a fim de que o Poder Público possa estabelecer maiores especificidades na adequação ambiental do projeto de empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana.

No inciso V do art. 5º-A, acrescido pelo art. 2º do PLC, julgamos ser correta a supressão promovida pela Emenda nº 1 da CMA, por também entendermos que a redação proposta está já subentendida na redação original dos incisos III e IV do mesmo artigo.

Com relação ao inciso VI, acrescido ao art. 5º-A, concordamos com a redação proposta também pela Emenda nº 1, da CMA, em que se define que o "incentivo à organização produtiva" deve ser feito na forma do regulamento, de forma a evitar com que haja descaracterização do propósito de moradia dos projetos do Programa.

Uma observação deve ser feita com relação à Emenda nº 1-CMA: como se suprime o inciso V original da proposição, o referido inciso VI da emenda deve ser renumerado.

Por questão de melhor redação e técnica legislativa, apresentamos os incisos II e III, subdivididos em alíneas para melhor compreensão das observantes na implantação desses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

empreendimentos. Por fim, informamos que não observamos óbices com relação à constitucionalidade e à juridicidade do PLC nº 34, de 2018.

O voto, portanto, é pela aprovação do PLC nº 34, de 2018, na forma da seguinte emenda. Então, segue a emenda completa, adequando-se também à emenda da CME.

É esse o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passamos para o outro item, até termos o quórum.

ITEM 5

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 27, DE 2019

- Não terminativo -

Cria a Frente Parlamentar Mista para defesa do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste – (Consórcio Nordeste)

Autoria: Senador Weverton e outros

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação

Observações:

- A matéria constou na pauta da 10ª (17/04/2019), 11ª (24/04/2019) e da 14ª (15/05/2019) Reuniões da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura;

- A matéria segue para apreciação na Comissão Diretora do Senado Federal CDIR.

Fomos informados aqui pelo autor que irá apresentar no Plenário da Casa requerimento para retirar a tramitação dessa matéria, razão pela qual determino sua retirada de pauta.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É esse do consórcio?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O Weverton disse que vai retirar?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O Senador Weverton pediu para retirar. Ele vai apresentar um requerimento pedido para retirar a tramitação do Plenário.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É óbvio que, se ele vai retirar, não há sentido proceder aqui. Eu só chamo a atenção de V. Exa., porque ele foi consequência, na verdade, de uma reunião. Eu até estranho, mas não há óbice nenhum, podemos encaminhar isso, porque ele foi assinado por vários Senadores, inclusive por mim, mas capitaneado realmente pelo Senador Weverton. Mas podemos fazê-lo na próxima reunião. Vou voltar a conversar, porque há uma decisão dos Senadores. Criamos, inclusive, a frente... Ontem foi praticamente o lançamento da Frente Parlamentar Norte-Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – E incluímos o Centro-Oeste.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Como?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Incluímos também o Centro-Oeste.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Incluímos o Centro-Oeste. E por isso era a ideia dos consórcios. Foi formado, pela primeira vez, um consórcio com CNPJ, tudo organizado, o que para mim é uma decisão alvissareira dos Governadores, porque, na crise em que nós estamos, se você trabalha no conceito de consórcios é óbvio que fortalece o seu poder de compra e até de troca de experiências, mas não há nenhum problema. Se o Senador comunicou...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A gente retira da pauta e, na próxima reunião... É porque ele se sentiu contemplado pela criação da frente, mas nada impede que na próxima a gente volte à discussão.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Só digo o seguinte: como o Jaques Wagner falou, o Senador aqui, a gente criou e eu já fui passando para o Secretário de Saúde. É claro que, quando você vai adquirir bens, se você tem nove Estados, com certeza vai ter uma economia grande. Mas, como a gente não sabe o motivo de Weverton... Agora, realmente, a Frente Parlamentar não tem... O consórcio é uma instituição legal...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – É porque, na verdade, o Weverton deve ter raciocinado que a frente e o consórcio podem ser um assunto de comissão dentro da própria frente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Nós não entramos no mérito, eu só pedi para... Acatei a sugestão, mas, na próxima reunião, a gente volta a discutir.

Bem, como nós temos quórum, eu quero, então, retomar o item 4, que já foi, inclusive, lido e encerrada a discussão. E já entraria, então, em votação.

ITEM 4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 34, DE 2018

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), para prever a inclusão de requisitos econômicos, sociais e ambientais em empreendimentos habitacionais.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputada Moema Gramacho (PT/)

Relatoria: Senador Jaques Wagner

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda 01-CMA/CDR, na forma da Emenda 02-CDR que apresenta.

Observações:

- A matéria constou na pauta da 10ª (17/04/2019) e da 14ª (15/05/2019) Reuniões da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura;

- Em 07/05/2019, o Senador Jaques Wagner apresentou novo relatório.

- A matéria segue para apreciação do Plenário do Senado Federal.

Em votação o relatório que conclui pela aprovação da matéria e da Emenda nº 1 da CMA, na forma da emenda que apresenta.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à apreciação do Plenário do Senado Federal.

Os requerimentos aqui elencados, nos itens 1, 2, 3, de audiência pública, já também lidos.

ITEM 1

REQUERIMENTO N° 24, DE 2019

- Não terminativo -

Requeremos, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater os aspectos legais, infralegais, logísticos, fiscais, financeiros e contábeis que justificaram a transferência de controle acionário da Transportadora Associada de Gás – TAG, bem como apresentar os principais desafios regulatórios e socioeconômicos da cadeia produtiva de gás natural, na perspectiva do desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA) e outros

ITEM 2

REQUERIMENTO N° 27, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que, para a audiência pública destinada a "debater os aspectos legais, infralegais, logísticos, fiscais, financeiros e contábeis que justificaram a transferência de controle acionário da Transportadora Associada de Gás – TAG, bem como a apresentar os principais desafios regulatórios e socioeconômicos da cadeia produtiva de gás natural, na perspectiva do desenvolvimento regional do Nordeste brasileiro", sejam incluídos dois convidados.

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA) e outros

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO N° 26, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 25/2019 - CDR, sejam incluídos 3 (três) novos convidados.

Autoria: Senadora Zenaide Maia

Observações:

Em aditamento do REQ Nº25/2019-CDR.

Em votação os requerimentos dos itens 1, 2 e 3.

As Sras. e Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Bem, o item 7.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2018

- Não terminativo -

Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 22/05/2019, durante a 16ª Reunião Extraordinária da CDR, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria;

- A matéria segue para apreciação na Comissão de meio Ambiente - CMA, em decisão terminativa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Pois não, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Nem o Relator está presente, nem o autor da proposta está presente, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É, porque eu sei que parece que V. Exa. iria pedir para retirar de pauta.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – É, na verdade...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Essa questão que eu iria ponderar no sentido de retirar de pauta nesta reunião...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – ... para que V. Exa. e o Senador Roberto Rocha pudessem discutir um pouco. Nós fizemos audiência pública, V. Exa. tomou conhecimento, mas retiro de pauta e, na próxima reunião, a gente discute essa matéria.

O item 8.

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 667, DE 2015

- Terminativo -

Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.

Autoria: Senador Reguffe

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- A matéria constou na pauta da 14ª (15/05/2019) Reunião da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura;

- Em 15/05/2019 é lido relatório, tendo sua deliberação adiada;

- Votação nominal;

- Caso seja aprovado substitutivo integral, será ele submetido a turno suplementar (Art. 282, RISF).

O Relator, Senador Zequinha Marinho, pediu aqui para que a gente pudesse retirar para reexame da matéria. Então, estou retirando a pedido do Relator, Senador Zequinha Marinho.

Bem, nós temos dois projetos de relatoria da Juíza Selma, que acabou de ligar, disse que está chegando em três minutinhos; vamos aguardar três minutinhos. Se ela chegar, a gente vota; senão, a gente adia para a próxima reunião, porque são todas elas terminativas. Então, precisam da presença aqui da Senadora.

O item 9 tem também uma...

O item 6 também é da relatoria da Senador Juíza Selma. Ela está aqui na sala do lado, pediu que aguardássemos um minutinho.

Mas de qualquer forma o item 9 é terminativo, precisa de votação nominal. (*Pausa.*)

ITEM 6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 530, DE 2018

- Não terminativo -

Autoriza a instituição do Fundo de Desenvolvimento do Sul – FDS com a finalidade de estimular investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos com grande capacidade germinativa.

Autoria: Senador Dalirio Beber (PSDB/SC)

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Pela rejeição

Observações:

- A matéria segue para apreciação na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, em decisão terminativa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra à Senadora Juíza Selma para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu peço desculpas por ter entrado aqui em cima do laço, porque como estávamos comentando ali na CAS, agora, ultimamente não temos tempo nem de nos alimentar direito, nem de dormir direito, e a única atividade física que nós fazemos é essa correria no corredor das Comissões. Então, é nessa correria que estou hoje.

Eu gostaria de pedir vênia aos senhores para passa diretamente à leitura da análise, que é nos seguintes termos: o art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal estabelece que compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a "proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional, dos Estados e dos Municípios". Além disso, nos termos do inciso III do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre matérias pertinentes a "programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional".

O PLS nº 530, de 2018, ao autorizar a criação de um fundo com a finalidade de estimular investimentos em infraestrutura, serviços públicos e empreendimentos produtivos com atuação na Região Sul do País, é claramente objeto de análise na CDR.

Em linhas gerais, é difícil discordar de que o País tem sérias carências de infraestrutura e que essas carências são um obstáculo à retomada do crescimento econômico. Essa percepção é válida, inclusive, nos Estados da Região Sul, que figuram entre os mais desenvolvidos do País. A nosso ver, o Governo Federal tem um importante papel a desempenhar nessa matéria. Por essa razão, diversas medidas têm sido buscadas para equilibrar o orçamento e permitir que o Governo Federal possa retomar os investimentos em infraestrutura.

Contudo, a forma escolhida no PLS nº 530, de 2018, para solucionar esse problema, parece-nos inadequada. Ocorre que, prevalecendo o entendimento original do Supremo Tribunal Federal sobre a alínea "e" do inciso II do §1º do art. 61 da Constituição Federal, a criação de fundos é reservada, privativamente, ao Poder Executivo.

Poder-se-ia argumentar que, no caso em tela, não se cria um fundo, mas apenas se autoriza a sua criação. Porém, há um amplo número de posicionamentos que indicam que, mesmo nesse caso, persiste o vício de iniciativa. Os posicionamentos a respeito amparam-se no argumento de que a lei deve necessariamente inovar o ordenamento jurídico. Uma norma legal que apenas autorize o Executivo a tomar determinada providência não cria nova regra de Direito e pode ser considerada inócua e, consequentemente, injurídica.

Nessa direção, já houve manifestações do STF, da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com efeito, o Parecer nº 903, de 2015, da CCJ desta Casa, concluiu que:

> Devem ser declarados inconstitucionais os projetos de lei de iniciativa parlamentar que visem a conceder autorização para que outro Poder pratique atos inseridos no âmbito de sua respectiva competência, quando versem sobre matéria de iniciativa reservada a esse Poder. Ainda segundo esse mesmo parecer, devem, também, ser declarados inconstitucionais os projetos de lei de autoria parlamentar que veiculem autorização para a adoção de medida administrativa da privativa competência de outro Poder.

Dessa forma, não obstante o mérito da iniciativa, entendemos que o PLS nº 530, de 2018, não reúne as condições necessárias para ser aprovado nesta Comissão.

Voto.

Diante do exposto, opinamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 530, de 2018.

E nesse sentido, Sr. Presidente, eu quero apenas acrescentar exatamente que a iniciativa é maravilhosa, seria muito bom se pudéssemos legislar nesse sentido. Porém, ainda que esta Casa votasse favoravelmente, ou que o meu relatório fosse favorável à aprovação do projeto, nós esbarraríamos no entendimento já firmado pela CCJ desta Casa. Então me parece desnecessário esse enfrentamento lá na CCJ. Por esse motivo eu votei contrariamente à aprovação do projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Quero só aproveitar para comunicar que nós fizemos, e o Senador Anastasia já fez o relatório, deve estar colocando na pauta no dia de hoje ou na semana que vem, sobre a figura da indicação. Assim como nós temos, na Câmara, essa figura da indicação, nós fizemos. Havia várias outras sugestões. O Senador Anastasia compilou tudo isso e fez então... Deve colocar em votação hoje ou amanhã, criando essa figura, também no Senado, da indicação.

Então, ideias como essa que são no mérito bastante relevantes e interessantes, que possamos transformar o voto em indicação. Mas ainda não foi aprovado na CCJ. Esse é um caminho que a gente já utiliza na Câmara há muitos anos. Então, quando você tem uma boa ideia e é inconstitucional, você coloca na forma de indicação. E aí o Executivo, se quiser aproveitar a ideia, encaminha para a Casa um projeto de lei.

Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em votação...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Sr. Presidente, eu queria só fazer uma colocação com relação aos fundos constitucionais. Isso nasceu de uma ideia do nosso grande economista, o imortal desenvolvimentista regional que foi Celso Furtado, no passado.

O que havia era um distanciamento muito grande entre as regiões do País. A Região Nordeste em relação ao Centro-Sul do País, a Região da Amazônia... Então, ainda no Governo do Juscelino criaram-se esses organismos de desenvolvimento regional. Eu destacaria aqui o caso da Sudene.

Ocorre que estão acontecendo hoje também coisas, digamos... Você cria um programa com vistas a um objeto que depois se estende, fugindo até áreas naturais, questão de limites, configuração de áreas geográficas, "fisiogeográficas", etc. Então, foi criada a Sudene.

Depois criaram-se a Sudene e a Sudam para exatamente reduzir esse desnível regional e social entre regiões e a população. Então, naquele momento a ideia – não quero discutir o mérito – contradisse os princípios que nortearam a criação de órgãos como a Sudene e a Sudam.

Vejam o que está acontecendo hoje, aprovado aqui nesta Casa e no Congresso. A Codevasf é uma instituição, uma autarquia criada para o Vale do São Francisco. Entretanto, hoje, já estenderam os benefícios e incentivos da Codevasf – quer dizer, a área de atuação – aqui para a região do Tocantins e Goiás. Então, nós estamos cometendo... Ou, aliás, tomando decisões que contrariam determinados princípios e objetos que presidiram a criação dessas instituições.

Tivemos, no passado, além da Sudene e da Sudam, a Sudeco, porque a região aqui não tinha sido ocupada como está hoje. O Centro-Oeste é uma das regiões – digamos – mais dinâmicas da economia deste País, sobretudo do agronegócio.

Então, era só uma observação que eu gostaria de fazer. Inclusive me parece que está em consonância com a conclusão da Relatora dessa matéria. Só essa observação que eu gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em votação o relatório que concluiu pela rejeição da matéria.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à apreciação da Comissão de Assuntos Econômicos em decisão terminativa.

Bem, agora com a presença do Relator Elmano Férrer, quero aqui, Senador, chamar o item 7, de que V. Exa. é o Relator, de autoria do Senador Roberto Rocha.

ITEM 7

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 465, DE 2018

- Não terminativo -

Altera os limites do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Autoria: Senador Roberto Rocha

Relatoria: Senador Elmano Férrer

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma emenda que apresenta.

Observações:

- Em 22/05/2019, durante a 16ª Reunião Extraordinária da CDR, foi realizada Audiência Pública para instruir a matéria;

- A matéria segue para apreciação na Comissão de meio Ambiente - CMA, em decisão terminativa.

Eu tinha, já em função de um requerimento da Senadora Eliziane Gama...

> Requeiro, nos termos dos arts. 279, III, e 315 do Regimento Interno do Senado Federal, adiamento da votação do PLS 465/2018, até manifestação das comunidades de Santo Amaro e Primeira Cruz, que são cidades diretamente afetadas pelas alterações dos limites do Parque Nacional dos Lençóis.

Há esse requerimento solicitando o adiamento da votação. Então, eu indago a V. Exa., consulto a V. Exa. se podemos adiar essa... Retirar da...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Concordo que podemos retirar essa matéria. Inclusive eu adianto que ficou acertado, na última reunião, foi deliberado que nós faríamos uma ou duas audiências públicas lá nos Lençóis Maranhenses. Inclusive, não sei se é na cidade de Santo Amaro, mas é numa localidade em uma comunidade. Faríamos primeiro uma ou duas audiências lá e posteriormente, apesar de nós já estarmos com o relatório pronto, vamos modificá-lo em decorrência do que foi discutido aqui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana passada e do que vamos ouvir nas comunidades lá dessa região dos Lençóis Maranhenses.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – O.k. Eu já tinha comunicado, antes de V. Exa....

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, Relator, eu queria... Só para eu entender aqui sobre a audiência. O senhor propõe que seja uma audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional?

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Exatamente. Seria uma audiência pública da Comissão na área dos Lençóis Maranhenses.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Certo. Eu...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Parece-me que há dois Municípios, duas cidades...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Na verdade três cidades serão atingidas.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Então a ideia seria fazermos uma audiência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Hum-hum!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Só para questão da ordem, V. Exa. depois formaliza então essa audiência pública. Terá que ser formalizada...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Mas, enquanto isso, a gente vota o requerimento de adiamento para que a gente possa adiar, e V. Exa. apresenta o requerimento da audiência pública.

Então, a gente vota o requerimento da Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu queria encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim. Tem a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para encaminhar.) – Eu queria, primeiramente, cumprimentar aqui o Senador Elmano pela disposição e sensibilidade de ouvir a comunidade.

Eu tive uma audiência, que foi feita pelo nosso gabinete, na cidade de Barreirinhas, uma das cidades atingidas... Aliás, é a cidade que terá o maior impacto se esse projeto de fato for aprovado. Nós reunimos... E eu fiquei até surpresa com o nível de participação que nós tivemos na audiência. Houve ali presente a representação da Justiça, houve a presença do ICMBio, o Prefeito da cidade estava presente, Vereadores; uma representação dos Municípios de fato muito grande, e os três Municípios, Primeira Cruz, Santo Amaro e Barreirinhas, estavam participando dessa audiência.

Ali foram colocados alguns pontos que na verdade são preocupantes. Um deles é que nós teríamos um impacto em cinco mil famílias, Senador. Então, o resultado, a partir da implementação dessa lei, se de fato esse projeto for aprovado, a gente não tem ainda de uma forma mais concreta.

Outro ponto colocado, e que foi colocado aqui pelo Senador Roberto Rocha em vários outros momentos, é de que essa região, por ser o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, por ser um parque nacional, não teria possibilidade, por exemplo, de receber equipamento público. Isso não é verdade. Nós temos uma legislação em vigor que já autoriza isso. Há possibilidade de construir, por exemplo, uma escola, um posto de saúde, e de dar um atendimento de fato a essas comunidades.

Outro encaminhamento feito pela comunidade, que eu achei muito interessante, inclusive com a presença da Universidade Federal do Maranhão, foi referente a trabalhar a possibilidade de pegar apenas um trecho da região do parque para ser transformada em reserva extrativista, ou seja, a utilização sustentável gerando renda e emprego para aquela população. Um debate muito rico e importante.

Em suma, a população estava muito assustada, sem saber efetivamente o resultado, porque vai se dar a posterior, porque logo após haver essa área desafetada, a gente não sabe como será a posição da Secretaria de Patrimônio da União e como será trabalhada de fato a garantia dessas terras para esses moradores que hoje, pela legislação, não têm direito à posse. Eles não têm nenhuma titulação de posse. Ou seja, quando essa área for desafetada... Sem falar da especulação imobiliária que será gigantesca, não é? E ao mesmo tempo, qual tipo de proteção será dado para essas comunidades que estão lá? Qual a garantia que será dada para que elas de fato tenham direito a essas terras?

Então, há uma série de situações que não são apenas o projeto. Nós temos um projeto que será aprovado e nós temos o dia seguinte. E a gente precisa debater o dia seguinte com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referência a esse projeto, porque senão teremos apenas uma iniciativa feita em nível de projeto sem saber a repercussão e o dano que isso vai causar em relação a essas famílias.

Nós já tínhamos em nível de nosso gabinete nos prontificado a fazer as duas audiências, mas eu vou aguardar a data que será agendada por esta Comissão, colocando-me à disposição, por ser do Estado do Maranhão, para que nós possamos de fato fazer uma grande audiência ali naquelas cidades.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, eu vou colocar em votação o Requerimento nº 28, de 2019...

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Presidente, eu queria só dar um esclarecimento à nobre Senadora Eliziane de que a proposta não foi minha. Nós acolhemos uma proposta de representantes de várias instituições que se fizeram presentes na reunião da semana próxima passada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Então, V. Exa., Senador Elmano, apresentaria o requerimento oficializando essa audiência, ou algum membro da Comissão, para que a gente possa colocar em votação na próxima reunião, e votaremos hoje o adiamento de votação do PLS.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO N° 28, DE 2019

- Não terminativo -

Requer adiamento de discussão e votação do PLS 465/2018.

Autoria: Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA)

A Senadora Eliziane já se posicionou com relação ao requerimento, de autoria dela.

Eu o coloco então em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam o requerimento mantenham-se como estão. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda há o item 9, na pauta. Esse é terminativo.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, DE 2018

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Porto Central (Distrito Industrial Portuário) do Município de Presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senador Sérgio de Castro (PDT/ES)

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

- Votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Juíza Selma para fazer a leitura do seu relatório.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, novamente peço vênia para iniciar a leitura a partir da análise aqui do meu parecer.

De acordo com o disposto no art. 104-A do Regimento Interno, cabe à CDR opinar sobre incentivos voltados para o desenvolvimento regional. Em se tratando de competência terminativa, também os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa deverão ser analisados.

Inicialmente, é oportuno lembrar que as ZPEs são disciplinadas pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que "dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências".

O art. 2º dessa lei estabelece que a criação de ZPE far-se-á por decreto, que delimitará sua área, à vista de proposta dos Estados ou Municípios, em conjunto ou isoladamente. Dessa forma, não parece ser possível a criação de ZPE em determinada localidade por meio de lei, por se tratar de competência privativa do Poder Executivo. Isso explicaria por que o Projeto de Lei em análise simplesmente autoriza o Poder Executivo a criar uma ZPE no Município de Presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Embora o Parecer nº 527, de 1998, da CCJ, de autoria do Senador Josaphat Marinho, determine que os chamados projetos autorizativos não sofreriam, em princípio, vício de iniciativa, há um número crescente de posicionamentos contrários a essa visão.

Aqui me reporto à leitura do relatório anterior no sentido de que esses posicionamentos amparam-se no argumento de que a lei deve necessariamente inovar o ordenamento jurídico. Então, uma lei meramente autorizativa não constituiria uma nova regra de direito, poderia ser considerada inócua, injurídica, conforme já assinalei na leitura anterior.

Além disso, é importante ressaltar novamente o parecer da CCJ, que concluiu que devem ser declarados inconstitucionais os projetos de iniciativa parlamentar que concedam autorização para que outro Poder pratique atos de sua competência. A aprovação em Plenário desse parecer consolida o entendimento quanto à inconstitucionalidade dos projetos autorizativos.

Outro obstáculo ao PLS é a ausência de estimativa de impacto orçamentário e financeiro. Conforme disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, qualquer proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada de estimativa de seu impacto orçamentário e financeiro.

O art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), estabelece uma obrigação idêntica.

Os dispositivos supracitados parecem deixar claro que a proposição em análise deveria estar acompanhada de avaliação de seu impacto orçamentário e financeiro.

Além das limitações apontadas, não temos ressalvas adicionais quanto à técnica legislativa da proposição.

Feitas essas considerações, ainda que exista o sentimento de solidariedade ao autor do projeto quanto à necessidade de que sejam adotadas medidas de estímulo ao desenvolvimento dessa área, não podemos ignorar as restrições identificadas, o que nos leva a concluir pela rejeição da matéria.

Diante do exposto, o voto é pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2018, agora acalentado com a notícia que V. Exa. nos deu no sentido de em breve ser possível que se transforme em indicação.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Havendo quórum qualificado, eu abro o painel para votação, visto o caráter terminativo do projeto nesta Comissão.

Em votação o projeto.

Quem vota "sim", vota pelo projeto e, votando com a Relatora, vota "não".

(*Procede-se à votação.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Com a Relatora vota "não", não é? (*Pausa.*)

Só para eu entender aqui, Presidente, votando a favor do projeto eu voto o quê? "Sim" ou "não"?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Vota "sim". Se votar com a Relatora, pelos argumentos...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – A Relatora tem o parecer contrário?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – É, pela rejeição, em função de que há uma inconstitucionalidade da iniciativa e não há o impacto. Eu informei aqui, inclusive, que apresentei uma mudança no Regimento, criando a figura da indicação, que não havia nesta Casa, nos moldes da Câmara Federal. Então, está tramitando e deve ser votado nos próximos dias na CCJ. Mas, por enquanto, nós não temos esse instrumento.

Portanto, atendendo à observação da Constituição e da questão do impacto, o relatório é pela rejeição.

Então, quem vota com a Relatora, vota "não". (*Pausa.*)

Os Senadores estão vindo para votar.

Eu convidaria o Senador Elmano Férrer para assumir a Presidência para que eu possa votar nominalmente também, na CCT. (*Pausa.*)

Eu pediria, Senador Elmano Férrer, que assumisse porque nós vamos entrar, enquanto os Senadores comparecem aqui para votar... Nós vamos fazer a leitura do item 10, já com a presença aqui da nossa querida Senadora Mara Gabrilli.

Então, eu vou entrar no item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 402, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano.

Autoria: Senador Hélio José

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma Emenda de redação que apresenta.

Observações:

- A matéria constou na pauta da 14ª (15/05/2019) Reunião da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura;

- Votação nominal

Concedo, então, a palavra à Senadora Mara Gabrilli para fazer a leitura do relatório e passo a Presidência ao Senador Elmano Férrer.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – A palavra com a nobre Senadora.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu vou direto à análise, está bom?

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Está ótimo.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Para proferir relatório.) – Eu não sei se dá para me ouvir. Está longe.

Nos termos do inciso I do art. 104-A do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CDR opinar sobre proposições que tratem de assuntos referentes às desigualdades regionais e às políticas de desenvolvimento regional dos Estados e dos Municípios. Por se tratar de matéria terminativa, cabe a esta Comissão não apenas a análise do mérito, mas também dos requisitos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa do PLS nº 402, de 2018.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal. Em particular, conforme estabelecem os incisos I e XIV do art. 24 da Carta Magna, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito urbanístico e sobre proteção e integração social das pessoas com algum tipo de deficiência. Esse dispositivo, combinado com os arts. 59 e 61 da Constituição Federal, que tratam da iniciativa da União para dispor concorrentemente, por meio de lei ordinária, sobre esse mesmo tema, deixa claro que não há óbices de natureza constitucional à aprovação da proposição em análise.

O PLS nº 402, de 2018, não fere a ordem jurídica vigente, inova o ordenamento jurídico e tem poder coercitivo. Portanto, não apresenta vícios de juridicidade.

A proposição está redigida em conformidade com a técnica legislativa de que trata a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Dessa forma, não há reparos a fazer quanto à técnica legislativa empregada.

Quanto ao mérito, não há como discordar da justificação do PLS nº 402, de 2018, e do parecer favorável aprovado na CDH. Com efeito, é preciso explicitar o vínculo – de resto indissolúvel na prática – entre a legislação urbanística e a legislação de acessibilidade. Ao estabelecer que a concepção e a implantação de projetos que tratem do meio físico, de transporte, de informação e comunicação e de outros serviços, equipamentos e instalações abertos ao público devem atender aos princípios do desenho universal, a proposição nada mais faz do que reafirmar o compromisso da sociedade brasileira com a qualidade de vida de todas as pessoas. Não se trata aqui apenas das pessoas com deficiência, mas de todos os usuários dos equipamentos urbanos.

Há apenas um pequeno reparo a fazer na redação do art. 1º do PLS nº 402, de 2018. Esse dispositivo faz referência à Lei nº 13.146, de 2015, como sendo o “Estatuto da Pessoa com Deficiência”. Entretanto, a ementa dessa lei usa a expressão “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)”. Por essa razão, nós estamos propondo uma emenda de redação para ajustar a referência à Lei nº 13.146, de 2015, o que, no nosso entender, reforça o caráter inclusivo da iniciativa.

Voto.

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2018, com a emenda de redação a seguir.

> EMENDA Nº - CDR
> Substitua-se, no art. 49-A da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, nos termos do art. 1º do PLS nº 402, de 2018, a expressão “Estatuto da Pessoa com Deficiência” por “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo nenhum Senador ou nenhuma Senadora para discutir, submetemos ...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Em decorrência de não termos votado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Sr. Presidente, eu queria discutir.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Ótimo, a palavra está com V. Exa.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar, primeiramente, a Senadora Mara Gabrilli e reafirmar a nossa admiração e o nosso respeito pela sua luta no País. Ela é um ícone na defesa da proteção da vida e na garantia da acessibilidade.

Nós temos o Estatuto da Pessoa com Deficiência, e a acessibilidade é algo que precisa estar presente em todas as instâncias de Poder, tanto do ponto de vista das ações públicas do Executivo quanto aqui no Legislativo. A gente precisa alterar e modernizar ainda mais a legislação, mas também passa muito pela conscientização dos gestores de todo o Brasil. Se a gente for fazer um levantamento em relação à acessibilidade, a gente verá que ainda está muito aquém daquilo onde deveria estar. E, quando a gente fala de acessibilidade, a gente não fala apenas, por exemplo, de uma rampa. A acessibilidade é muito mais ampla do que isso; passa por várias estruturações do ponto de vista físico, mas também passa, no meu entendimento, pelo sentimento de conscientização e respeito por essas pessoas, que infelizmente ainda é muito pouco.

Nós temos avançado nisso aqui no Congresso Nacional. Queria também trazer meus cumprimentos ao Senador Romário, que tem encampado muito essa luta, ao lado da Senadora Gabrilli.

Quero cumprimentar minha querida amiga e dizer que você é um orgulho de todas nós como mulher, como defensora da vida. Conte sempre conosco nas suas pautas, de forma irrestrita.

O Cidadania faz o encaminhamento favorável, Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Ainda está em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está em curso ainda a votação da matéria anterior. Faltam três votos.

ITEM 9

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 75, DE 2018

- Terminativo -

Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Porto Central (Distrito Industrial Portuário) do Município de Presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo.

Autoria: Senador Sérgio de Castro (PDT/ES)

Relatoria: Senadora Juíza Selma

Relatório: Pela rejeição.

Observações:

- *Votação nominal.*

O que está em votação é um projeto originário do Sérgio Castro, cuja matéria dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação no Porto Central (Distrito Industrial Portuário) do Município de Presidente Kennedy, matéria já relatada aqui pela Senadora Juíza Selma. (*Pausa.*)

Eu queria informar aos nobres Senadores que estão chegando que já há quórum para votar.

Trata-se de um projeto de lei do Senador Hélio José criando uma Zona de Processamento de Exportação no Distrito Industrial Portuário do Município de Presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo.

O relatório da Senadora Selma é contra o projeto. O voto da Relatora é contrário ao projeto. Então, quem quiser votar contra o projeto, ou seja, seguindo a Relatora, vota "não". (*Pausa.*)

A iniciativa é do Poder Executivo. (*Pausa.*)

Vamos abrir o painel para ver se atingimos o quórum. (*Pausa.*)

Vamos dar o resultado da votação: votaram "não", ou seja, pelo voto da nossa Presidente, 9, com o Presidente Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Está rejeitado o projeto.

A Presidência do Senado será informada da decisão desta Comissão.

Vamos abrir agora a votação do projeto de lei do Senador Hélio José, que tem como Relatora a Senadora Mara Gabrilli, e cujo relatório é pela sua aprovação.

ITEM 10

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 402, DE 2018

- Terminativo -

Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano.

Autoria: Senador Hélio José (PROS/DF)

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pela aprovação do Projeto com uma Emenda de redação que apresenta.

Observações:

- A matéria constou na pauta da 14ª (15/05/2019) Reunião da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura;

- Votação nominal.

Em discussão a matéria.

A Senadora Eliziane já se manifestou favoravelmente.

Vamos pôr em votação?

Não temos quórum...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Em votação a matéria. (*Pausa.*)

Eu convido o nobre Senador Zequinha para presidir, para que eu possa votar.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – O projeto continua em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos ao voto, agora, do Senador Elmano Férrer.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Presidente, posso falar agora?

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Com a palavra a Senadora Mara.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. Como Relatora.) – Eu queria agradecer as palavras da Senadora Eliziane e dizer que a gente está votando um projeto que já é um estudo feito tanto fora do Brasil quanto aqui, de que, se a gente faz um empreendimento, uma construção, já na planta, com desenho universal, isso não encarece a obra. Se encarecer, vai encarecer no máximo em 1% – a menos que queiram encarecer por outras razões. E existe uma crença de que "nossa, fazer as coisas com acessibilidade, com desenho universal, vai ficar muito caro", mas isso não procede.

Isso é um conceito. O desenho universal é um conceito que é para todo ser humano. Ele une as pessoas. As pessoas, por exemplo, numa casa de espetáculos ou num clube: as pessoas entram pela mesma porta, não importa se ela tenha mobilidade reduzida ou uma deficiência, e isso...

O desenho universal, além de contemplar a diversidade humana, também pode ser visto em serviços que sejam mais acessíveis às pessoas, em produtos... Por exemplo, um produto... Um controle remoto, Senador Styvenson, com desenho universal, é facilmente manuseado por um idoso, por uma pessoa que não enxerga, até por uma criança. Qualquer produto feito com desenho universal é um produto que contempla todas as facilidades e as dificuldades que as pessoas têm.

Por exemplo: uma maçaneta com desenho universal. Essa maçaneta, para você virar, você usa muitos grupos musculares. Agora, uma maçaneta só de bater, você usa pouquíssimos grupos musculares. Então, muitas vezes, o desenho universal é feito para facilitar a vida das pessoas, a dificuldade das pessoas.

Outra coisa, por exemplo, que é muito difícil a gente achar no desenho universal num espaço interno: mesinhas de centro com pontas, que faz as pessoas tropeçarem e se machucarem. Isso, por exemplo, já não é mais concebido em desenho universal, porque é um desenho que traz segurança às pessoas.

E, por exemplo, em outros países, mesmo que a gente não saiba a língua, uma comunicação feita com desenho universal fala para todo mundo.

Então, na verdade, a gente está aprovando um projeto que é muito importante. E lembrando que, daqui a uns anos, prevê-se que 24% da nossa população será de idosos. E, aí, uma hora, mesmo que a gente não tenha deficiência nenhuma, a gente vai ouvir menos, vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enxergar menos, vai ter mobilidade reduzida, vai raciocinar de forma mais lenta, e esse desenho contempla tudo isso.

Então, quero agradecer aos Senadores pela compreensão.

Acho que a gente está colocando nossas cidades num patamar mais avançado, de cidades mais resilientes, que conseguem receber toda a população.

Na verdade, Senador, quando a gente fala da convenção da ONU sobre os direitos das pessoas com deficiência, a gente chegou à conclusão de que quem tem deficiência mesmo são as cidades. As cidades é que não foram preparadas para receber todo tipo de pessoa.

Então, a gente está fazendo uma votação para que nossas cidades sejam mais acolhedoras a toda a nossa população.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Senadora.

Parabéns pelo trabalho e por essa vontade de humanizar mais as cidades e a vida.

Senador Elmano.

Estamos aguardando mais dois Senadores para votar, a fim de que se possa completar a quantidade e encerrar a votação.

Solicito aos secretários que façam contato. De repente estão aqui por perto e podem chegar aqui rapidinho, para dar esse voto.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Eu gostaria que o nobre Senador continuasse presidindo a presente reunião, enquanto o nosso Presidente Izalci retorna.

O SR. PRESIDENTE (Zequinha Marinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Eu tenho um item, Senador, para defender, que é o de nº 8. Aí, daqui a pouco, gostaria de retornar à bancada para solicitar a V. Exa. que apreciássemos esse item, porque nós pretendemos tirá-lo de pauta para fazer a revisão no relatório.

Mas vamos aguardar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Enquanto o nobre Presidente Izalci retorna, eu passaria a palavra para o nobre Senador Zequinha relatar o projeto de lei constante do item 8 da nossa pauta.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PSC - PA) – Muito obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na verdade, eu quero solicitar a V. Exa. a retirada de pauta desse projeto, que altera a redação do art. 40 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que é o Estatuto da Cidade. Nós vamos fazer uma revisão no texto e voltaremos a pedir pauta, para que seja apreciado no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elmano Férrer. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PI) – Aprovo a proposição de V. Exa. Será retirado para aperfeiçoamento.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 8

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 667, DE 2015

- Terminativo -

Altera a redação do art. 40 da Lei n.º 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), definindo-se o Plano Diretor como instrumento de desenvolvimento humano, econômico e social das cidades brasileiras, devendo estabelecer obrigatoriamente parâmetros para as políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, transportes e habitação, e dá outras providências.

Autoria: Senador Reguffe (PDT/DF)

Relatoria: Senador Zequinha Marinho

Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo.

Observações:

- A matéria constou na pauta da 14ª (15/05/2019) Reunião da CDR da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura;

- Em 15/05/2019 é lido relatório, tendo sua deliberação adiada;

- Votação nominal;

- Caso seja aprovado substitutivo integral, será ele submetido a turno suplementar (Art. 282, RISF).)

Enquanto isso, aguardamos... Está chegando aqui o Izalci, e eu transfiro a Presidência para ele, para que ele possa encerrar a reunião. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Item 10.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então vamos encerrar a votação e proclamar o resultado.

Vamos aguardar só o Senador Chico Rodrigues. (*Pausa.*)

Não precisa nem de ir para academia aqui neste Senado. (*Risos.*) (*Fora do microfone.*)

Votos SIM, 9.

Aprovado o projeto.

Indago se podemos repetir a votação para a emenda.

Todos de acordo? (*Pausa.*)

Aprovada a emenda.

A Presidência do Senado Federal será informada da decisão do Colegiado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião e agradeço a presença de todos.

(*Iniciada às 9 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 53 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Izalci Lucas e Jaques Wagner, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Flávio Arns, Zenaide Maia, Jean Paul Prates, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Paulo Paim e Paulo Rocha. Deixam de comparecer os Senadores Dário Berger, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Elmano Férrer, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Omar Aziz e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das três reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei da Câmara n° 42, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta a profissão de Salva-Vidas. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Styvenson Valentim. **Relatório:** Pela aprovação da matéria, bem como pelo acatamento integral da Emenda 2 - CAS e parcial das Emendas 1- CAS e 4 – PLEN, nos termos da emenda substitutiva apresentada. Rejeita a Emenda 3 - PLEN. **Resultado:** Retirado de pauta, para reexame do relator. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 29, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, da Tecnologia, das Inovações e das Comunicações, informações referentes à utilização da dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação como instrumento para o desenvolvimento social e econômico do país, especialmente no que se refere à escala regional." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 30, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, informações referentes à dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação na atuação desta pasta." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 31, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, informações referentes às Universidades Federais e aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, assim como às Instituições de Educação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Superior privadas, reguladas pela pasta." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 32, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente da SUDAM, informações referentes à dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação na atuação desta Superintendência." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 33, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente da SUDECO, informações referentes à dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação na atuação desta Superintendência." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo n° 34, de 2019** que: "Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente da SUDENE, informações referentes à dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação na atuação desta Superintendência." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovada a apresentação para o Plenário do Senado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e cinquenta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Izalci Lucas

Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.097371/2019-96

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Aproveito para comunicar a agenda da Comissão.

No dia 12 de junho, realizaremos audiência pública para debater sobre o estado atual do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional. O evento atende ao Requerimento nº 16, de 2019 – CDR, de autoria do Senador Otto Alencar, e contará com a presença confirmada do Sr. Gustavo Canuto, Ministro do Desenvolvimento Regional; de representantes da Agência Nacional de Águas (ANA) e da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), bem como da Governadora do Rio Grande do Norte, Sra. Fátima Bezerra, a qual convidei de ofício, na qualidade de Relatora dessa política pública no âmbito da CDR, em 2017.

No dia 19 de junho, realizaremos audiência pública em continuidade ao debate acerca da venda da Transportadora Associada de Gás S.A. (TAG) pela Petrobras, com a presença da Petrobras e de representante da ANP.

No dia 26 de junho, realizaremos audiência pública para debatermos a política de preços de combustíveis pela Petrobras, suas consequências na atração de investimento em refino e infraestrutura logística e o impacto para os consumidores.

No dia 3 de julho, teremos audiência pública para tratar da limitação de acesso às praias por parte de barracas e empreendimentos privados, em atendimento ao Requerimento nº 13, de 2019 – CDR, de autoria dos Senadores Styvenson Valentim e Lasier Martins.

Conforme pauta previamente distribuída, a presente reunião é destinada à discussão e à votação de matérias.

ITEM 1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 42, DE 2013

- Não terminativo -

Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Deputado Nelson Pellegrino (PT/)

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: pela aprovação da matéria, bem como pelo acatamento integral da Emenda 2 - CAS e parcial das Emendas 1- CAS e 4 – PLEN, nos termos da emenda substitutiva apresentada. Rejeita a Emenda 3 - PLEN.

Observações:

- A matéria segue para apreciação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ.

Para este projeto foi apresentado um novo relatório ontem à noite. Portanto, nós vamos retirá-lo de pauta, para se fazer a análise desse novo voto. (*Pausa.*)

ITEM 2

REQUERIMENTO N° 29, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Ciência, da Tecnologia, das Inovações e das Comunicações, informações referentes à utilização da dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação como instrumento para o desenvolvimento social e econômico do país, especialmente no que se refere à escala regional.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

O requerimento é de minha, o Requerimento nº 29, de 2019-CDR.

A ciência, a tecnologia e a inovação constituem eixos estruturantes do desenvolvimento da sociedade e da economia no mundo contemporâneo. O País é dotado de um amplo sistema de Instituições de Educação Superior, Profissional e Tecnológica e de Ciência, Tecnologia e Inovação, públicas e privadas, distribuído ao longo de todo o País. O sistema conta com recursos humanos qualificados, com infraestrutura para o desenvolvimento de projetos e com condições de financiamento que o capacitam a atuar em sintonia com a sociedade em cada contexto regional, apurando o seu sentido de cumprimento de missões relacionadas ao território e oferecendo respostas às demandas da sociedade, do Poder Público e das empresas.

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo desta Casa decidiu, no exercício do papel fiscalizador do Poder Legislativo, analisar, neste ano de 2019, o Programa de Centros de Desenvolvimento Regional, estabelecido pelo Ministério da Educação em colaboração com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

diversos parceiros institucionais, de modo a avaliar os seus progressos e a consolidar esta política pública.

Em vista da necessidade de conhecer em detalhe as diretrizes políticas estabelecidas por este Ministério no que diz respeito à ciência, à tecnologia e à inovação como dimensão estruturante do desenvolvimento regional, bem como os correspondentes mecanismos de implementação, por parte dos membros da Comissão, requeremos que seja encaminhado ao Exmo. Sr. Ministro de Estado o presente pedido de informações.

Da mesma forma, lemos o item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO N° 30, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional, informações referentes à dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação na atuação desta pasta.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

Também é de minha autoria o requerimento constante do item 3, que tem o mesmo objetivo do requerimento constante do item 2.

ITEM 4

REQUERIMENTO N° 31, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, informações referentes às Universidades Federais e aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, assim como às Instituições de Educação Superior privadas, reguladas pela pasta.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

A justificativa é a mesma dos requerimentos constantes dos itens 2 e 3.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

REQUERIMENTO N° 32, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente da SUDAM, informações referentes à dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação na atuação desta Superintendência.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

Também esse requerimento tem justificativa semelhante à dos itens 1 a 4, agora relativo à Sudam.

ITEM 6

REQUERIMENTO N° 33, DE 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente da SUDECO, informações referentes à dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação na atuação desta Superintendência.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

O requerimento está solicitando informações da Sudeco, nos moldes que aqui colocamos em relação à Sudam.

Da mesma forma, leio o item 7.

ITEM 7

REQUERIMENTO N° 34, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeiro, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Superintendente da SUDENE, informações referentes à dimensão Ciência, Tecnologia e Inovação na atuação desta Superintendência.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

Esses são requerimentos de informações à Sudam, à Sudene e à Sudeco, bem como aos ministérios aqui relacionados.

Nós vamos aguardar um pouco para obtermos o quórum. São necessários nove Senadores.

Passo a Presidência, então, para o Senador Jaques Wagner. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Passo a palavra, então, ao Senador Izalci para apresentar e defender o item 3: Requerimento da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo nº 30, de 2019.

Com a palavra o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Os requerimentos constantes dos itens 2 a 7 têm o mesmo objetivo: buscar informações relacionadas aos órgãos da Sudene, da Sudam e da Sudeco, bem como ao Ministério da Ciência e Tecnologia e, da mesma forma, ao Ministério da Educação e ao Ministério de Estado do Desenvolvimento Regional. O objetivo é exatamente esse.

Nós aprovamos aqui, como projeto estruturante, o projeto dos Centros de Desenvolvimento Regional. Então, nós estamos buscando informações em todas essas áreas que envolvem o conhecimento científico e tecnológico, para que possamos, de fato, fazer aqui uma proposta, como queremos, de uma política pública nacional.

Nós tivemos a oportunidade de participar de diversas reuniões em todos os ministérios. Estivemos com a equipe do Ministério da Educação, onde estivemos com a CGE, com os representantes também do Ministério da Ciência e Tecnologia. O próprio GSI também tem conhecimento disso. Tivemos a oportunidade de explanar o nosso projeto dos CDRs. Estivemos também com o Ministério de Desenvolvimento Regional. Todos, na prática, têm esse mesmo objetivo. O que nós estamos fazendo é juntar todas essas informações para podermos fazer uma política de Estado que possa realmente ser acatada pelo Governo como uma política pública estruturante. Da mesma forma, nós estamos trabalhando também os Planos de Desenvolvimento Regional. Foi lançada agora, em Recife – até foi feito o decreto –, a Política de Desenvolvimento Regional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós queremos trabalhar tudo isso para oferecer realmente para o País, além do que fazemos aqui todo ano, uma política estruturante, para que possamos realmente convencer sobre a transformação desse projeto num projeto nacional. Estamos buscando, inclusive, apoio de orçamento. Inclusive, daqui a pouco, nós teremos a reunião da Comissão Mista de Orçamento. Queremos aproveitar para, na Comissão Mista, colocar no PPA, na LDO e também na LOA orçamento suficiente para demandar isso, para podermos realmente executar toda essa Política de Desenvolvimento Regional. Eu acho que nós não podemos perder essa oportunidade. Talvez, essa seja no momento a política mais importante porque trata de geração de emprego e renda.

Então, nós precisamos do apoio dos Parlamentares para solicitar essas informações que vão subsidiar, de fato, a elaboração de uma política nacional.

Então, meu querido Senador Presidente Jaques Wagner, esse é o objetivo dos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Izalci, como sempre, suas iniciativas vão no sentido de construção de políticas públicas que venham ao encontro do desenvolvimento nacional e da melhoria da vida da nossa gente.

Nós estamos agora completando o quórum com a chegada do Senador Styvenson, nosso grande Senador em todos os aspectos, grande figura humana – ele é grande, como todos estão vendo.

Eu aproveito a sua chegada, então, para colocar em votação, na medida em que já atingimos o quórum, em bloco, os requerimentos constantes dos itens 2 a 7. Como foi explicado pelo Presidente desta Comissão e proponente dos requerimentos, o Senador Izalci, todos têm o fulcro de lastrear uma política prioritária para essa área de ciência e tecnologia.

Os Senadores e as Senadoras que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados os requerimentos constantes dos itens 2 a 7.

Eu devolvo a Presidência ao Senador Izalci.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Retomamos aqui os trabalhos, aproveitando a presença do nosso querido Senador Styvenson.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse, Senador, no início da sessão, a respeito do item 1, que eu retirei de pauta, mas se V. Exa. quiser fazer a leitura e explicar alguma coisa sobre o projeto...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não, não! Está bem!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Como nós recebemos ontem o voto, eu achei por bem retirá-lo da pauta de hoje.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Isto que eu vim pedir ao senhor: para retirá-lo de pauta, para a gente discutir mais. Uma comissão de bombeiros está querendo falar comigo sobre a formalidade de se criar a função de salva-vidas. Então, eu preciso discutir mais com eles, ouvi-los também, dar essa oportunidade de ouvi-los. Por isso, eu pedi para que o senhor pudesse retirá-lo de pauta. Está bom?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Já foi retirado.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação das Atas da 14ª Reunião, da 16ª Reunião e da 17ª Reunião da Comissão.

As Sras. Senadoras e os Srs. Senadores que concordam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal* juntamente com as notas taquigráficas.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada esta reunião.

Nós temos agora a reunião da Comissão Mista de Orçamento.

(*Iniciada às 9 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 56 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 12ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às onze horas e doze minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Dário Berger, Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Lasier Martins, Juíza Selma, Izalci Lucas, Mara Gabrilli, Kátia Abreu, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Zenaide Maia, Lucas Barreto, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Fernando Bezerra Coelho e Jorge Kajuru. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: 1ª Parte - Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei nº 1283, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 1º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004, para modificar as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre a importação de arroz." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze. Relatoria: Senador Nelsinho Trad. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 2 - Projeto de Lei nº 1908, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera o § 2º do art. 2º da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, para prorrogar, para dez anos da publicação dessa lei, o prazo para o interessado requerer os documentos necessários à ratificação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais de área superior a quinze módulos fiscais." Autoria: Senadora Juíza Selma. Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Lido o Relatório, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais. ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2019 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 384, de 2016, que "Altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: 1. Representante do Ministério de Minas e Energia – (MME); 2. Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica – (ABSOLAR); 3. Representante da Associação Brasileira de Energia Eólica – (ABEEólica); 4. Representante do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia – (Cerne); 5. Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – (INCRA); 6. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – (CONTAG)." Autoria: Senador Jean Paul Prates. Resultado: Aprovado. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 324, de 2018 - Terminativo – que: "Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir os agricultores familiares que sofrerem perdas decorrentes de estiagem ou excesso hídrico na produção de hortaliças no Benefício Garantia-Safra." Autoria: Senador Ciro Nogueira. Relatoria: Senador Esperidião Amin. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Adiado. ITEM 5 - Projeto de Lei n° 661, de 2019 - Terminativo - que: "Acrescenta o § 4° ao art. 25 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002." Autoria: Senador Weverton. Relatoria: Senador Acir Gurgacz. Relatório: Pela aprovação do Projeto e das 2 (duas). Emendas que apresenta. Resultado: Adiado. ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1284, de 2019 - Terminativo - que: "Confere nova redação ao art. 5º do Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências." Autoria: Senador Luis Carlos Heinze. Relatoria: Senador Jayme Campos. Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator para reexame do Relatório. 2ª Parte - Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 10/2019 - CRA, de autoria da Senadora Kátia Abreu. Finalidade: Debater a situação das pequenas propriedades no campo, especialmente os assentamentos rurais, e os mais recentes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

estudos sobre o desenvolvimento de políticas públicas bem sucedidas para a melhoria da renda dos agricultores familiares brasileiros. Participantes: Fernando Sérgio de Toledo Fonseca, Professor da Universidade Federal do Tocantins. Marcelo Reis Garcia, Assistente Social. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra as Senadoras Soraya Thronicke e Kátia Abreu e os Senadores Luis Carlos Heinze, Jean Paul Prates e Jayme Campos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/29

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos no dia de hoje.

Declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Antes de iniciar nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está dividida em duas partes, conforme a pauta que já foi divulgada. A primeira parte será deliberativa. Na segunda parte, teremos uma audiência pública interativa para debater a situação das pequenas propriedades no campo, especialmente os assentamentos rurais, e os mais recentes estudos sobre o desenvolvimento de políticas públicas bem-sucedidas para a melhoria da renda dos agricultores familiares brasileiros, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2019, da CRA, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu.

Iniciamos, então, a primeira parte, deliberativa.

ITEM 2

PROJETO DE LEI Nº 1.908, de 2019

- Não terminativo -

Altera o §2º do art. 2º da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, para prorrogar, para dez anos da publicação dessa lei, o prazo para o interessado requerer os documentos necessários à ratificação dos registros imobiliários referentes a imóveis rurais de área superior a quinze módulos fiscais.

Autoria: Senadora Juíza Selma

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em decisão terminativa.

- Votação simbólica.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para proferir relatório.) – Sra. Presidente Soraya, Sras. e Srs. Senadores, leio meu relatório.

O Projeto de Lei (PL) nº 1.908, de 2019, de autoria da Senadora Juíza Selma, vem à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para análise com apenas dois artigos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O art. 1º contém o núcleo da proposição, dando nova redação ao §2º do art. 2º da Lei nº 13.178, de 22 de outubro de 2015, com o objetivo de prorrogar o prazo para que os interessados adotem as providências necessárias à obtenção da ratificação do seu título de propriedade envolvendo terras devolutas rurais de tamanho superior a 15 módulos rurais.

Na redação atual do §2º do art. 2º da Lei nº 13.178, de 2015, os interessados têm o prazo de quatro anos da publicação da referida lei (23 de outubro de 2015), de modo que o prazo acabará em 23 de outubro de 2019. Com a presente proposição, esse prazo passa a ser de dez anos da publicação da mesma lei, acabando em 23 de outubro de 2025.

O art. 2º anuncia a entrada em vigor da projetada lei na data da publicação.

Na justificação, é dito que, até hoje, inúmeros cidadãos do campo não conseguiram obter os documentos necessários para requerer a ratificação de seus títulos em razão dos transtornos burocráticos a serem enfrentados.

A matéria foi distribuída para a CRA e, com competência terminativa, para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Não foram oferecidas emendas, Sra. Presidente.

Análise.

Nos termos do art. 104-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (Risf), cabe a esta Comissão opinar sobre proposições pertinentes a direito agrário.

Não enxergamos nenhum obstáculo de constitucionalidade, técnica legislativa e juridicidade na proposição, mas essas questões ainda haverão de ser analisadas detalhadamente pela CCJ.

Por ora, realçamos que a proposição merece aplausos por conceder uma justa prorrogação de prazo.

O Brasil sofre, até hoje, com a informalidade na titulação dos imóveis rurais, o que é nocivo não apenas para a economia como também para a dignidade do homem do campo. A Lei nº 13.178, de 2015, nasceu com o objetivo de combater essa informalidade, permitindo a ratificação dos registros imobiliários relativos a imóveis rurais com origem em títulos de alienação ou de concessão de terras devolutas.

O problema é que, para obter essa ratificação, o interessado precisa reunir inúmeros documentos, entre os quais está a certificação do georreferenciamento do imóvel. Além da grande burocracia a ser enfrentada para obter esses documentos, o particular precisa despender valores elevados para contratar agrimensores incumbidos de promover a descrição georreferenciada dos imóveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O prazo dado pelo atual §2º do art. 2º da Lei nº 13.178, de 2015, foi extremamente curto. Até hoje vários interessados não conseguiram vencer essas burocracias e, assim, permanecem em situação de insegurança jurídica.

Por essa razão, o presente projeto acerta ao conceder um prazo adicional para os nossos brasileiros do campo alcançarem a necessária segurança jurídica na titularidade de seus imóveis.

Além de não haver prejuízo algum para o Estado, a dilação de prazo contribui para ampliar o ingresso de terras no mercado formal, o que só prestigiará a economia e a dignidade do cidadão do campo.

Voto.

Diante do exposto, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 1.908, de 2019.

Esse é meu voto, Sra. Presidente, Senadora Soraya.

Quero cumprimentar, pela louvável iniciativa, a Senadora Juíza Selma, porque este projeto, de fato, é um projeto social, é um projeto com o qual podemos restabelecer e resgatar muitas pessoas do campo que, muitas vezes, estão na informalidade pelo fato de que o próprio Governo é o grande entrave. Com isto aqui, vai se estender o prazo, permitindo-se que essas pessoas possam fazer a regularização de sua propriedade. Muitos não têm capacidade financeira, outros têm dificuldade por causa da burocracia, por terem de se deslocar da sua região, do seu sítio. Muitas vezes, ir aos órgãos competentes, que estão distantes, como no caso de Mato Grosso, mil quilômetros ou 1,5 mil quilômetros, é quase humanamente impossível.

Neste caso aqui, eu não poderia perder esta oportunidade e deixar de cumprimentar a eminente Senadora Selma pela louvável iniciativa, sobretudo pelo projeto meritório que hoje tive o privilégio de relatar.

Parabéns à Comissão de Agricultura, liderada pela nossa Senadora Soraya!

Sobre o projeto de lei da Senadora Selma Arruda, era o que eu tinha a dizer, Sra. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O seu relatório diz que a proposição merece aplausos. Eu quero realmente aplaudi-la e aplaudir o relatório do senhor.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – A gente entende a sintonia que o senhor tem com o tema. Então, eu sabia que ia ser muito bom e quero parabenizá-lo. Desburocratizar é importante.

Está em discussão a matéria.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com a palavra o Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para discutir.) – Obrigado.

Quero parabenizar também a Senadora Juíza Selma, o Senador Jayme Campos. Parece-me um projeto extremamente meritório. Eu só gostaria de pedir vênia a ambos para pedir vista por dois dias, até a próxima reunião provavelmente – na prática, será até a próxima reunião –, em função de uma solicitação para discussão com a Contag. A gente queria talvez ouvi-los, mesmo que seja nesta semana, e aí o projeto voltaria, então, à pauta na semana que vem.

Obrigado.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – É direito de V. Exa., mas eu quero acrescentar um pedido de vista coletivo, nesse caso, particularmente, porque é meu voto.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Serão dois dias, sem problema.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Vista coletiva por dois dias é o suficiente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Vista coletiva...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – São suficientes 24 horas para isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Concedo vista coletiva, nos termos do Regimento Interno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

Obrigado, Senador Jayme.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Passamos, então, à discussão do item 3 da pauta: Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária nº 14, de 2019.

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 14, de 2019

- Não terminativo -

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PLS 384, de 2016, que "altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, para permitir ao assentado, mediante autorização do Incra, a exploração do potencial de energia eólica ou solar existente no imóvel. Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados:

1. Representante do Ministério de Minas e Energia - MME;

2. Representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica - ABSOLAR;

3. Representante da Associação Brasileira de Energia Eólica - ABEEólica;

4. Representante do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia - Cerne;

5. Representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

6. Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG.

Autoria: Senador Jean Paul Prates

Observações:

- Lido em 22.05.2019.

- Votação simbólica.

Os convidados foram alterados pelo autor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, vou pedir que o senhor leia a lista de convidados, por favor, Senador Jean Paul Prates.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Pois não, Presidenta, com prazer!

Saliento a importância, de fato, dessa audiência. Nós a solicitamos para ouvir inclusive as associações empresariais que estão lidando com esse problema. Atualmente, nós temos uma grande confusão até microrregulatória, digamos, no âmbito do Incra e no âmbito das relações dos assentamentos com as empresas de energia eólica e de energia solar, e queremos justamente colocar ordem nisso com esse processo. E a audiência pública é importante para termos esse confronto de ideias.

Portanto, estamos propondo aqui a audiência pública com a presença dos seguintes convidados: um representante do Ministério de Minas e Energia, que, neste caso, poderia até ser um representante da agência reguladora, a Aneel, ou da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) ou do próprio ministério; um representante da Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica; um representante da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica); um representante do Centro de Estratégias em Recursos Naturais e Energia (Cerne), que no nosso Estado já vem conduzindo, em estágio bem adiantado, estudos em relação ao zoneamento dessas áreas de assentamento com potencial eólico e solar; e, finalmente, um representante do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Então, seriam cinco pessoas. Aliás, perdão, há uma sexta pessoa: representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, justamente representando os assentados e os assentamentos.

Então, seriam seis pessoas. Teremos tempo à vontade para fazer uma boa audiência e uma discussão conclusiva.

Obrigado, Presidenta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Perfeitamente, Senador! Também acho... Quero parabenizar o senhor pela proposição.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É muito importante mesmo discutirmos isso.

O requerimento foi lido em 22 de maio de 2019.

A votação é simbólica.

Os Srs. Senadores e Senadora que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Aprovado o requerimento.

A tramitação do projeto fica suspensa, nos termos do art. 118, §4º, combinado com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de audiência pública em data oportuna.

Senador Jayme Campos, V. Exa. gostaria de ler seu relatório do item 6?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. *Fora do microfone*.) – Perfeitamente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Então, vamos lá! Está autorizado.

ITEM 6

PROJETO DE LEI Nº 1.284, de 2019

- Terminativo -

Confere nova redação ao art. 5º do Decreto-lei nº 79, de 19 de dezembro de 1966, que institui normas para a fixação de preços mínimos e execução das operações de financiamento e aquisição de produtos agropecuários e adota outras providências.

Autoria: Senador Luis Carlos Heinze

Relatoria: Senador Jayme Campos

Relatório: pela aprovação do Projeto e da Emenda que apresenta.

Observações:

- Votação nominal.

Concedo a palavra ao Senador Jayme Campos para proferir a leitura do seu relatório.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sra. Presidente Senadora Soraya, Sras. e Srs. Senadores, este é um projeto do Senador Luis Carlos Heinze, por sinal muito interessante. Entretanto, eu recebi um apelo de alguns assessores do Palácio do Planalto, agora, pedindo-me para retirar essa matéria da Ordem do Dia, para tentar fazer algum entendimento no bom encaminhamento desse projeto de lei.

Eu solicito a V. Exa. que o retire de pauta para que eu possa sentar com o pessoal do Ministério da Agricultura e com o Palácio do Planalto para ver quais são os pontos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

certamente poderemos ajustar neste projeto de lei. Se V. Exa. me permite, eu gostaria que o retirasse de pauta e o deixasse para outra reunião, na próxima semana.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O.k., perfeitamente!

Está retirado de pauta, então.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Não havendo mais Relatores presentes, daremos início à segunda parte da nossa reunião, que será a audiência pública de iniciativa da Senadora Kátia Abreu.

Informo que esta audiência pública é interativa. Então, as pessoas com interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado, 0800-612211.

Trata-se de audiência pública para debater a situação das pequenas propriedades no campo, especialmente os assentamentos rurais, e os mais recentes estudos sobre o desenvolvimento de políticas públicas bem-sucedidas para a melhoria da renda dos agricultores familiares brasileiros, em atendimento ao Requerimento nº 10, de 2019, de iniciativa da Senadora Kátia Abreu.

Convido para compor a Mesa nossos ilustres oradores: Sr. Fernando Sérgio de Toledo Fonseca, Professor da Universidade Federal do Tocantins (UFT), e Sr. Marcelo Reis Garcia, assistente social. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

Os demais convidados, Senadora Kátia, justificaram a ausência.

Concedo a palavra à Senadora Kátia Abreu para as considerações iniciais.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Quero aqui registrar, Senadora Soraya, Presidente da Comissão de Agricultura, a minha surpresa agradável com V. Exa. no interesse em que nós possamos conhecer a agricultura brasileira, não só a agricultura de sucesso, o agronegócio exportador, que gera tanta riqueza para o País, mas, com este olhar específico, uma grande maioria de pessoas que produzem menos, mas que são pessoas importantes para nós, que são responsáveis pela agricultura familiar, por grande parte da produção interna.

O nosso objetivo é justamente conhecer melhor essas pessoas, o diagnóstico – eu queria pedir silêncio, por favor – da vida dessas pessoas, porque, no meu entendimento, nos últimos cinco ou seis anos especialmente, eu tenho observado que nós estamos caminhando para uma agricultura sem agricultores, para uma concentração do valor bruto da produção. Então, nós temos poucos produtores produzindo quase tudo no Brasil. Nós queremos que eles continuem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

produzindo muito, mas nós queremos uma agricultura com agricultores, para que os pequenos agricultores também possam ter o seu nicho de mercado e uma renda mais elevada. "Isso é possível, Kátia? Há concentração no mundo inteiro." Há, mas é possível, sim. Está aí o Rio Grande do Sul, está aí o Paraná, está aí Santa Catarina, boa parte de São Paulo, parte de Minas, que provaram isso através do cooperativismo, da organização em sistemas de associação e cooperativas, unindo as forças para se tornarem produtivos, unindo as forças para fazer escala, unindo as forças para comprar e vender juntas. Então, na minha opinião, esse é o grande segredo e o grande gargalo dos pequenos agricultores do Brasil.

A Europa e os Estados Unidos resolvem isso com muita facilidade: têm muito dinheiro no caixa, subvencionam tudo – os produtos, a diferença do custo de produção com o preço –, e está resolvido o problema. Como nós não temos esse caixa para subvencionar esse mercado, essa diferença de preços com produtos, nós temos que pôr a mão na massa e trabalhar. Dá trabalho? Dá trabalho. Quem tem pouco dinheiro tem que trabalhar mais mesmo. Então, nós precisamos estender esse sentimento cooperativista do Rio Grande do Sul, do Sul do País para o restante do Brasil.

Os governantes, todos nós políticos entendemos que o fato de nós termos pobreza no campo não é uma fatalidade, um destino. Nós podemos mudar o destino dessas pessoas com tecnologia, com crédito, com confiança, com projetos simples e diretos. Agora, dá trabalho, assim como criança. Os filhos, desde que nascem até a fase da adolescência, dão trabalho demais. Depois da adolescência, é outro tipo de trabalho; na vida adulta, é outro tipo de trabalho. Nós somos pais e temos a maior paciência com os nossos filhos. Por que não termos paciência também com o outro, com as famílias, com aqueles que precisam da nossa paciência, do nosso trabalho, da nossa força política?

Então, espelhando-nos no Sul do País – eu admiro profundamente a transformação que por lá fizeram produtores pequenos, que são mais ricos do que muitos grandes produtores do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste do País –, desde a CNA, nós começamos um trabalho.

Marcelo Reis Garcia, que está aqui nos prestigiando com a sua presença – eu confesso que devo muito a ele pelo conhecimento que tem –, foi Secretário de Ação Social do Rio de Janeiro, no Governo Cesar Maia, por sete anos; foi Secretário Nacional de Assistência Social no Governo Fernando Henrique Cardoso; foi Presidente do Fórum Nacional dos Secretários de Ação Social; e tem uma cabeça brilhante e um sentimento, uma dimensão humana que eu conheço em poucas pessoas. E, na CNA, quando Presidente, ele criou o Instituto CNA comigo, e nós desenvolvemos, então – ele vai falar daqui a pouco –, muitos projetos sociais na área do campo, na área dos mais pobres. Fizemos programas maravilhosos, embora pequenos, porque nós não éramos governo, mas nós queríamos um modelo em cada lugar para provar o que era possível fazer. Eu espero que ele possa reproduzir aqui as ideias maravilhosas que ele teve e que nós colocamos em prática na CNA tanto tempo atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E quero aqui louvar e trazer a minha admiração, o meu orgulho pelo Prof. Dr. Fernando Sérgio de Toledo Fonseca, que é Professor da Universidade Federal do Tocantins e que, para minha surpresa, em uma reunião ocasional, tratando de outros assuntos, entregou-me sua tese de doutorado na USP, justamente tratando da pobreza nos assentamentos. Presto minha homenagem ao meu Tocantins, à Universidade Federal do Tocantins e ao Prof. Fernando, pelo seu empenho, pela sua história de vida, de onde começou, de onde veio. É um vencedor, graças à sua garra, graças à sua mãe, à sua família, que está dedicada aqui na sua tese.

Espero que vocês possam ensinar um pouco para nós Senadores, que estamos querendo compreender esse mundo rural, em que não existe classe média: nós só temos os mais ricos e a grande parte, os mais pobres. O nosso foco é aumentar, ampliar a classe média rural brasileira, a exemplo do que as políticas públicas no Brasil fizeram com a classe média urbana. Hoje nós temos os atingidos pela crise; eu gosto de usar essa expressão. Às vezes, quando há um empreendimento, há os atingidos pela barragem, como os atingidos de Brumadinho, onde houve um acidente horrível. Hoje nós estamos com uma multidão de brasileiros atingidos pela crise econômica, empobrecidos, alguns passando necessidade, sem dinheiro para comprar gás, usando a lenha para cozinhar, sem pagar aluguel, sem pagar energia, sem pagar água. São os atingidos pela crise. E, se nós desta Comissão, que tem essa função, pudermos nos preocupar com esse grupo de pessoas que já estão nessa crise há muitos anos, eu acho que essa será uma contribuição, Presidente Soraya, que nós daremos ao Brasil.

Então, agradeço ao dois, agradeço ao Senado Federal pelo apoio à vinda dos dois convidados, agradeço a sensibilidade da nossa Presidente Soraya e dos colegas por acatar esta audiência pública.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senadora Kátia Abreu.

Com a palavra Fernando de Toledo Fonseca, por mais ou menos 15 minutos. Acho que, como temos dois oradores, dá para a gente conversar bem.

Muito obrigada.

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – Bom dia a todos!

Eu me chamo Fernando Fonseca, sou Professor de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Tocantins, Doutor em Economia pela FEA/USP.

Aproveito para agradecer o convite da Senadora Soraya Thronicke, o convite da Senadora Kátia Abreu e da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Agradeço também à Profa. Ana Lúcia Medeiros, que é Vice-Reitora da UFT, pela oportunidade, e a todos os presentes nesta audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Minha missão nesta reunião é apresentar algumas evidências empíricas sobre a pobreza rural, a partir de uma pesquisa de campo desenvolvida ao longo do meu doutorado, que resultou na tese intitulada "Pobreza e tomada de decisão: evidências de uma pesquisa em assentamentos no Estado do Tocantins", sob a orientação da Profa. Dra. Ana Maria Bianchi, defendida no final de 2018.

De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, do IBGE (2018), estima-se que 54,8 milhões de pessoas viviam abaixo da linha de pobreza em 2017, ou seja, com até R$406 mensais, o que equivale a 25,7% da população brasileira. As Regiões Norte e Nordeste têm 43,1% e 44,8% da sua população, respectivamente...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – ... vivendo com rendimento inferior a R$406 mensais.

No Tocantins, 32,7% da população vivem com rendimento domiciliar *per capita* inferior a R$400 mensais. Cerca de 6,8%, quase 7% das famílias tocantinenses encontram-se em situação de extrema pobreza, com renda de até um quarto do salário mínimo.

De acordo com esse contexto, o que motivou a minha tese? Vejam: em 2015, como parte dos avanços recentes nos estudos de pobreza em âmbito internacional, o Banco Mundial publicou um extenso relatório chamado "Mente, Sociedade e Comportamento". E a minha tese parte justamente da premissa de que a pobreza não está relacionada apenas a um déficit de recursos materiais ou à escassez de renda, mas também ao contexto no qual as decisões são tomadas. A falta de renda é apenas uma das dimensões da pobreza.

O economista Amartya Sen (2010) argumenta há alguns anos que a pobreza consiste na privação de algumas capacitações básicas que se exigem minimamente das pessoas. O que as pessoas realmente são capazes de fazer e ser? Quais oportunidades reais estão disponíveis para elas? Ele entende pobreza como ausência de liberdade para se fazer escolhas. Com base nessas premissas, então, eu desenvolvi o meu trabalho de tese.

Nesse sentido, vários trabalhos internacionais na área de microfinanças mostram uma impressionante diversidade de serviços financeiros utilizados pelas famílias pobres, sobretudo essas famílias que estão, em sua maioria, distantes do sistema bancário formal.

Esses estudos empíricos apontam que as famílias...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – ... pobres encontram inúmeros mecanismos para poupar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A pergunta da minha tese foi a seguinte: se os estudos internacionais dizem que as famílias... Afinal, se os pobres têm vida financeira e querem poupar, como sugere parte da literatura internacional de microfinanças, por que não poupam?

As principais hipóteses para responder a essa pesquisa foram as seguintes: a primeira sugere que o baixo uso do serviço de poupança formal por parte das famílias pobres está relacionado aos custos de transação para realizar depósitos no banco convencional; a segunda hipótese, que é a mais forte na minha pesquisa, está associada ao viés do presente, ao consumo imediato potencializado pela condição de pobreza, ou seja, as famílias pobres tenderiam a priorizar resultados de curto prazo, e isso comprometeria a realização de poupança e, consequentemente, os investimentos no futuro, inclusive políticas públicas voltadas à educação e à saúde.

Como foi feita essa pesquisa? Nós entrevistamos, nós fizemos entrevistas semiestruturadas com responsáveis e corresponsáveis pela unidade familiar com o apoio do Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins, o Ruraltins.

Em 2017, nós fizemos uma pesquisa pré-teste com 30 famílias e, depois, em 2017/2018, com 78 famílias. Na sequência, entrevistamos comerciantes locais, presidentes das associações. Quais foram as principais variáveis com que nós trabalhamos nessa pesquisa? Perfil demográfico, características socioeconômicas, renda, financiamento, mecanismos de enfrentamento de crise, padrões de escolha intertemporal; percepções sobre o futuro. E o norte do Tocantins foi escolhido justamente por apresentar alta vulnerabilidade social, incidência de pobreza e conflitos agrários.

Vamos aos resultados.

Aqui estas são algumas imagens da pesquisa de campo que eu fiz durante esses anos. Aqui apresento justamente as condições precárias das estradas.

Há algumas evidências. Não predomina nesses assentamentos rurais a figura do agricultor tradicional, aquele agricultor ligado à terra. Na verdade, o que eu identifiquei são populações marginalizadas das relações de trabalho urbano e rural ou posseiros que foram violentamente expulsos de suas terras, as terras que ocupavam. Então, a maioria dedicava-se ao trabalho rural, e outra parte se dedicava justamente ao trabalho urbano. Então, eu peguei as narrativas dessas pessoas. Um cidadão diz o seguinte: “Não tinha terra, vivia em terra alheia. Sempre trabalhei em terra alheia. Não me planejei na vida, não soube arrumar minha vida”.

Esse quadro, essa tabela representa justamente a condição de vida, a situação de trabalho desses agricultores: boa parte desses agricultores trabalha na propriedade, mas para produção de subsistência; outra parte trabalha fora da propriedade como assalariado rural, porque não garante a subsistência; outra parte também atua na zona rural, dentro e fora da propriedade. Outra evidência é que a baixa escolaridade dos assentados implica a falta de capacitações para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

participar de programas governamentais (aquisição de alimentos/financiamento para agricultura familiar), limitando suas possibilidades de exploração da atividade econômica.

Na maioria dos assentamentos visitados, não há escolas rurais. As poucas escolas existentes apresentam infraestrutura precária, falta de saneamento básico e carência de materiais pedagógicos, comprometendo as condições mínimas de funcionamento desses estabelecimentos.

Então, eu ouvi relatos de crianças que andam quilômetros pela estrada justamente para chegar a uma rodovia e pegar o ônibus escolar.

Em relação à renda, a renda doméstica varia de acordo com as condições climáticas. O que eu percebi foi o seguinte: justamente o período da fome, ou período da seca, que acontece geralmente de meados de maio até meados de novembro, é o período em que você tem uma redução muito significativa da renda agrícola por parte desses assentados.

Nas famílias mais pobres e numerosas, as políticas de transferência de renda não são suficientes para erradicar o trabalho infantil na região.

A pesquisa também revelou que, em aproximadamente 20% dos domicílios visitados, há algum membro em condição de deficiência física e/ou necessidades especiais. E vejam, quando se tem um deficiente ou doente crônico na família, ainda que eles recebam algum benefício social, as pressões financeiras sobre o orçamento são mais graves. Essas famílias são as mais vulneráveis nos assentamentos.

A maioria das famílias entrevistadas recebe algum tipo de benefício social, e aí eu destaco a presença ou a importância das mulheres para administrar o Bolsa Família.

Então, vejam, esta é a renda mensal *per capita*: 5,1% das famílias recebem até R$85. Aqui nós classificamos essas famílias na condição de extremamente pobres. As que recebem entre R$85 e R$170 são 21,8%, que vivem em condição de pobreza. E há as que recebem de R$170 a R$484 por mês e as que recebem acima de R$484 até um salário mínimo. Em média, essas famílias que vivem em extrema pobreza ganham R$338,71. É só uma estimativa.

As principais fontes de renda são: Bolsa Família, trabalho assalariado de diarista rural, aposentadoria, renda agrícola da propriedade, trabalho assalariado, pensão, profissional liberal. Então, isso confirma a tese de que esses agricultores fazem parte de um grupo de pessoas que foram marginalizadas das relações de trabalho.

Na sequência, nós identificamos também que a privação de liberdade dos assentados vincula-se, entre outras coisas, ao não saneamento, ao não acesso aos serviços públicos essenciais, como água e saneamento básico. Nesse sentido, nós identificamos uma alta incidência de doenças causadas pelas precárias condições sanitárias, que acarretam justamente a perda de renda do trabalhador, a perda de produtividade e de renda do trabalhador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, relatos como "a água está cheia de mosquitos, estou bebendo água do poço" e "a água do açude está cheia de cabeça-de-prego" são comuns nesses assentamentos.

Também nós identificamos as condições rudimentares de armazenamento de água.

Em quase a metade dos domicílios visitados, não há coleta de lixo. Geralmente, o lixo é depositado em terrenos baldios.

Essas são só algumas imagens para que os senhores possam entender a realidade desses assentados em termos das condições de armazenamento de água.

Nós identificamos também que há inadequações nas condições de moradia. Então, há ausência de banheiro e equipamentos em boa parte dessas moradias, material de construção inadequado. E nós observamos que 14%...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – Como?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Qual a porcentagem disso?

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – Ali nós temos... Olhem lá! Banheiro fora da residência, 48,7%. Então, são condições, Senadora, realmente precárias.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – É só para gravar para quem está assistindo.

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – Perfeito.

Então, observa-se também que 15,4% dos domicílios podem ser considerados como excessivamente adensados, com mais de três moradores por dormitório.

Então, vocês observem que 55% das famílias moram em um tipo de habitação de alvenaria. Os outros tipos de material de construção – palha, madeira, adobe, lona – são todos materiais inadequados. Então, a condição de moradia é bem precária.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – São assentamentos?

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – Isso, exatamente, o número de moradores por dormitório. Em média, essas famílias têm de cinco a nove indivíduos na residência.

Nós identificamos também que o processo de conversão de terras públicas em ativos financeiros negociáveis no mercado é uma prática comum entre as famílias. Então, as famílias que vivem em condições de pobreza, embora recebam a terra do Incra, do Governo, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

situações de extrema escassez, acabam vendendo parte dos seus lotes para os vizinhos e também para os demais.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. Pela ordem.) – Pela ordem, Sra. Presidente, apenas para que as pessoas entendam... Às vezes, quando se vê uma imagem como essa, pensam que é uma invasão. Na verdade, esses não são invasores.

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – Não o são.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Esses são assentamentos da reforma agrária já instalados.

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – Já são instalados e estão em processo de regularização por parte do Naturatins.

Nós identificamos também uma fragilidade da política de regulação fundiária nas terras públicas da Amazônia Legal.

Então, há um processo de favelização dos assentamentos no norte do Tocantins, que merece aí uma pesquisa mais aprofundada.

Dessa forma, eu pude evidenciar relatos deste tipo: "Não tenho espaço para investir em gado nem para plantar; só crio galinhas".

Aí eu mostro a dimensão de terras por família: as que têm até um alqueire são 29,5%. Geralmente, essas famílias recebem cinco alqueires, sendo três alqueires para reserva ambiental. Mas você percebe que a maioria das famílias tem de um a cinco alqueires. Depois, há outras que têm de cinco a dez alqueires, 26%. Mas, grosso modo, você percebe que elas têm até cinco alqueires, porque boa parte dessas famílias vendeu os seus lotes.

Nessa pesquisa também, nós identificamos e estudamos as rendas, as fontes de financiamento e as formas de poupança, como as famílias que vivem em condição de pobreza tomam decisões em relação aos empréstimos, em relação à poupança. Então, nós entendemos que boa parte dessas famílias está excluída do sistema financeiro. Estão excluídas por quê? Não só pelo fato de que elas podem receber os seus benefícios sociais, mas porque os serviços financeiros são totalmente inadequados às demandas dessas famílias. Geralmente, elas precisam de pouco para sobreviver, para garantir a alimentação.

A maioria dos atos financeiros das famílias sem acesso ao crédito bancário se processa em mercados imperfeitos com elevados custos de transação. Os agentes são os vendedores de cestas básicas – essas famílias não têm possibilidade de ir até os grandes centros e pagam valores muito mais elevados –, os agiotas e os comerciantes locais. Então, há famílias que, por exemplo, justamente pelo fato de não entenderam como funciona o sistema bancário, depositam boa parte dos seus recursos do Bolsa Família nos comércios locais de Araguaína. É um exemplo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Elas dependem de poupança essencialmente não monetária para atender as necessidades de curto prazo. Poupança não monetária é uma forma de compra de animais de pequeno porte. É uma forma de poupança que eles fazem.

E aí nós identificamos justamente um ciclo vicioso da pobreza, uma armadilha da pobreza, porque, no período da seca ou o chamado período da fome, essas famílias se endividam com os credores informais, descapitalizam-se, passam por um processo de descapitalização desses ativos e de redução dos recursos provenientes da poupança não monetária para atender às necessidades de curto prazo. Então, a cada círculo, a cada período de fome, essas famílias se endividam cada vez mais e compram produtos por um preço muito mais elevado. É um ciclo vicioso da pobreza.

As poucas famílias que têm empréstimos geralmente tomam recursos para investir na propriedade, em situações de emergência, em casos de saúde ou de conflitos agrários, enfim, para reformar a casa e outros. Nós identificamos também empréstimos consignados, empréstimos bancários com finalidade específica, como Pronaf e microcrédito, mas boa parte desses agricultores que captam esses recursos está totalmente endividada porque esses recursos foram destinados justamente para produtos de primeira necessidade, crédito bancários sob linha de crédito e crédito fundiário.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Consignado é o quê?

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – Consignado aqui...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – É o Bolsa Família?

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – Não, não. O que acontece? Essa população rural está passando por um processo de envelhecimento. Então, como eles não têm acesso ao sistema financeiro...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Aposentadoria?

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – Eles têm acesso ao crédito consignado. E, para ajudar a família, esses aposentados fazem empréstimos e acabam se endividando. Por isso, o empréstimo consignado vem forte aqui. É consignado justamente para atender às necessidades da família.

Há exclusão financeira. "Não tenho renda, por isso compro fiado na mercearia. Os preços aqui são caros, o arroz custa R$20, e o feijão, R$12."

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – É de 5kg o arroz; o feijão é de 2kg.

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – Eles encontram também barreiras a poupar: custos de transação, falta de confiança no sistema bancário e desinformação financeira. Então, os custos de transação confirmam essa questão da falta de poupança.

"O que sobra junto para comprar bezerro e leitão [essa é uma forma de poupança]. Melhor do que colocar no banco, que não rende nada." Então, alguns têm essa percepção.

Há necessidades financeiras. Existem algumas necessidades, alguns choques que impactam de forma significativa no orçamento das famílias.

Emergências de saúde somam-se aos eventos decorrentes dos conflitos agrários, muito comuns na região. Então, nós temos crimes de pistolagem, incêndio de casas, exploração ilegal de madeira, venda ilegal de remédios por parte de agentes de saúde, fraudes em benefícios sociais, violência doméstica e exploração sexual infantil.

O relato de uma senhora diz o seguinte: "O SUS empurra remédio para a gente quando está para vencer".

Então, essa alta vulnerabilidade destrói os resultados positivos dos esforços das famílias pobres para acumular ativos. Em suma, nas situações de emergência, animais são vendidos ou sacrificados, a pequena poupança que eles acumulam é exaurida, e as migrações são forçadas.

Aqui, eu tenho um quadro – depois, quem tiver interesse pode acessar essas informações no *site* da USP – com algumas despesas que essas famílias têm e com as formas que essas famílias encontram para financiar essas emergências.

Como minha tese está ligada justamente à economia comportamental, nós também fizemos um simulado, um experimento para identificar o padrão comportamental, o processo de decisão e de escolha desses assentados no longo e no curto prazos.

Então, nós identificamos que a pobreza gera um foco intenso sobre o presente. Os itens que medem preferências intertemporais revelam grandes doses de impaciência em relação às escolhas de curto prazo. O que significa isso? Toda a atenção das famílias está voltada para preocupações da pobreza – alimentos, escassez de renda –, de forma que essas famílias negligenciam outras questões que são importantes, como educação e saúde preventiva. Então, a família está muito voltada para a questão da subsistência e negligencia outros fatores que são importantes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Isso tem uma implicação para a política pública, porque essas famílias não têm o básico. Então, em qualquer tipo de política pública que é feita, geralmente as famílias não conseguem ter um horizonte temporal para entender qual vai ser o efeito disso para a família.

Uma moça diz o seguinte: "Eu queria voltar a trabalhar como raspadeira de mandioca. Eu queria ter as coisas dentro de casa. Sou nervosa, ansiosa. Fico pensando nas coisas o tempo todo. Acordo de madrugada, olho para os meus filhos dormindo. Choro. A coisa está difícil. Discuto com meu esposo. Se tivesse as coisas dentro de casa, eu não era tão estressada".

Então, nós identificamos essas emoções negativas, como estresse, angústia e depressão também, nessa população.

Além disso, nós identificamos as percepções dessas pessoas em relação ao futuro. Existe uma baixa capacidade a aspirar dos entrevistados, o que distorce a qualidade do processo de informações, de modo que eles não conseguem estabelecer metas e visualizar potenciais oportunidades no horizonte de tempo. Então, boa parte das crianças não tem um horizonte, geralmente tem como referência o trabalho dos pais. Isso faz com elas não tenham, nem os pais, um horizonte temporal ou aspirações em relação ao futuro, um horizonte temporal mais amplo.

É o caso desse senhor: "Fico agoniado porque não tenho como arrumar dinheiro. Só Deus é quem sabe. Não penso no futuro, não tenho alegria, não tenho como dizer que sou um cara alegre".

Então, quando você pergunta para as pessoas o que elas esperam, como elas se veem daqui a dois anos, elas não conseguem se visualizar. O horizonte temporal geralmente é de seis meses.

Para finalizar, tenho algumas imagens.

Daí nós concluímos que o mínimo de segurança social seria imprescindível para oportunizar a ampliação do horizonte temporal e as aspirações das famílias que vivem em situação de pobreza.

Então, o viés do presente é muito forte, as necessidades são muito significativas, de forma que essas famílias dependem ainda de condições de sobrevivência, ou seja, de técnicas para produzir para a subsistência.

Da minha parte, é só. Agradeço a audiência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Fernando.

Fantástico! Parabéns.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Vamos fazer os dois – não é, Senadora? Melhor assim. Depois, a gente vai para a discussão.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente, não deu tempo de ele mostrar todas as telas, mas eu já li a tese toda. Só 26% têm filtro com vela para beber água.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Se o senhor tiver em PDF, eu gostaria de ter, porque eu quero ler inteira.

Passamos a palavra, agora, a Marcelo Reis Garcia, assistente social.

O SR. MARCELO REIS GARCIA – Eu queria dar bom dia – bom dia, Presidente Senadora Soraya Thronicke – e agradecer à Senadora Kátia Abreu, que faz esse esforço.

Eu vou contar uma historinha rápida sobre o nosso trabalho, mas, antes, eu queria dizer, Senadora Soraya, Senadora Kátia, todos os Senadores presentes, que a pobreza no Brasil está completamente esquecida. É um assunto que ninguém quer mais tratar. O Governo não trata, a sociedade civil não trata, a classe política não trata. Os pobres estão completamente esquecidos. Isso não é de agora, vem de alguns anos. Eu atuo desde 1990 na área social. Eu nunca passei por um período tão árido em relação a políticas públicas voltadas para as pessoas mais pobres. A gente vive hoje uma aridez. Existe um cansaço absoluto dos trabalhadores que tentam chegar mais próximo do problema, existe um esvaziamento de orçamentos para políticas públicas eficientes, e a gente está, de fato, fazendo a gestão diária da pobreza há muito tempo.

Quando a Senadora Kátia Abreu assumiu a CNA, em 2009, havia acabado a gestão do Prefeito César Maia no Rio. Eu fui Secretário Municipal de Assistência Social por quase seis anos. Antes, tinha tido a experiência de ter sido Secretário Nacional. Durante todo o período em que fui Secretário no Rio de Janeiro, eu presidi o Colegiado de Secretários de Assistência de todo o Brasil, o que me deu mais uma vez a possibilidade de rodar o Brasil todo e verificar que a gente tem uma dispersão de valores cada vez maior em relação ao debate de inclusão social.

Quando a Senadora me convidou para vir para Brasília para trabalhar com ela, eu achei aquilo meio estranho, porque eu era uma pessoa urbana, e ela, da Confederação da Agricultura, mas eu vim conversar com ela. E ela teve algumas perspectivas colocadas em 2008 – final de 2008, início de 2009 – que foram comprovadas depois, inclusive pelo Pnud e pelo MEC.

A primeira perspectiva que a Senadora colocou junto com a gente no Instituto CNA é que a pobreza não é ausência de renda. A gente não pode traduzir pobreza como ausência de renda; a pobreza é um conjunto de privações. A gente não pode medir pobreza pelo valor da renda do cidadão apenas. Você pode ganhar – na época havia uma discussão –, digamos, R$110... Está fora do padrão de renda, mas não tem banheiro em casa, não tem acesso à educação; não é pobre? Ela coloca em 2009, antes inclusive do Programa Nacional das Nações Unidas, o conceito de desproteção social no Brasil lá na CNA. Ela introduz no Brasil – e eu trouxe material

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

para mostrar – um outro discurso, uma outra discussão, que é a da desproteção social, não só de renda, porque havia um consenso equivocado no Brasil de então acerca da distribuição de renda via Bolsa Família – e eu falo aqui com muita tranquilidade porque participei de todo o processo de criação do Bolsa Família, desde antes de o nome ser Bolsa Família, até muito pouco tempo atrás –, de que o Bolsa Família era uma resposta à questão da pobreza. E a gente na CNA dizia que não era. A ausência de renda é uma expressão da pobreza, mas não é a única. Ali a gente perdeu muito tempo no Brasil discutindo que transferência de renda poderia resolver o problema de pobreza; não resolveu.

Ela introduz, então, o Observatório das Desproteções Sociais, em 2009, e começa, a partir de dados secundários, a observar como é a questão da saúde, da educação, da renda, do trabalho, da juventude nas áreas rurais do Brasil. Isso foi bastante significativo.

Nesse mesmo ano de 2009, ela descobre – do jeito que vocês a conhecem, arisca – que as escolas rurais não eram avaliadas pela Prova Brasil e pelo Ideb. Vejam bem, nós estamos falando de 10 anos atrás: as escolas rurais não tinham avaliação. A gente sequer sabia... Não havia nenhuma informação. Ela, então, pressiona o Ministério a fazer a discussão, o que o Ministério não faz no ano de 2009. O que ela faz? Ela convence a CNA a bancar a Prova Brasil e o Ideb em 50 escolas espalhadas por todo o Brasil, escolas rurais.

Quem provoca a avaliação, então – não estou aqui fazendo elogios, mas há que se fazer memória –, quem provoca, dentro do Ministério da Educação, que as escolas rurais estão esquecidas – e daí surge um documento muito importante da CNA, sobre 500 escolas esquecidas no Brasil – é ela, ao tempo em que introduz esse debate sobre desproteção social no campo na área de educação. Daí saiu um documento chamado Escolas Esquecidas, do campo, sobre as 500 escolas mais esquecidas do Brasil – porque aí é terra arrasada.

Só que aí, Senadora Soraya... Permita-me: a senhora é de que Estado?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone.*) – Mato Grosso do Sul.

O SR. MARCELO REIS GARCIA – De lá para cá, nós estamos vivemos um fenômeno muito perigoso, que é o fechamento das escolas rurais. É uma escola rural sendo fechada atrás da outra em nome de economia. Aí a criança tem que se sacudir num ônibus, três horas e meia para a escola, três horas e meia para trás, e fica 3 horas na escola, e não dá tempo de almoçar. É claro que ela não vai aprender! É claro que ela não vai querer continuar na escola.

As escolas rurais que, em 2009 e 2010, a gente definia como escolas esquecidas, Senadora Kátia Abreu, metade delas hoje são escolas fechadas. Elas antes eram esquecidas, mas elas existiam. Hoje elas estão fechadas. E ninguém diz nada. A criança que se dane! Que se sacoleje três horas e meia para baixo e três horas e meia para cima!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, essa é uma questão que eu tenho percebido, porque eu escuto os secretários de educação falando em economia, em potencialização, em não sei o quê, mas eu queria que alguém falasse da criança, de uma criança de 7 anos de idade, de 6 anos de idade, que tem que acordar 3h30 da manhã, entrar num ônibus, ficar das 3h30 às 7h da manhã, para chegar a uma escola e aprender. E o pior de tudo: querem que ela aprenda. Aí ela não aprende. Aí a fracassada é a criança, não somos nós, que não nos preocupamos com uma política pública eficiente para pobreza rural.

Desde 2009, a gente diz o seguinte: a pobreza urbana faz barulho, a pobreza rural vive em silêncio. Essa é a diferença entre as duas pobrezas.

E a gente, naquele momento, queria muito fazer barulho para mostrar o sentido da pobreza rural no Brasil. Daí veio o documento das Escolas Esquecidas. E isso foi importante, Senadora, porque o documento fez a Prova Brasil, mostrou ao MEC... Olhem como são eficientes os instrumentos! A Senadora Kátia Abreu falou: "Ah, a gente às vezes fazia pouco", mas esse pouco significava interferir numa política pública depois. Então, o que acontece: o MEC é obrigado a introduzir, na Prova Brasil de 2011, as escolas rurais. Isso é uma conquista de um exercício com 50 escolas em 2009 e do documento sobre as 500 escolas esquecidas.

Mas a surpresa maior foi que, em 2010, o Pnud (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) publica um documento mundial – não que a gente tenha interferido no Pnud, mas a gente estava na pista certa –, em que ele define pobreza como multidimensional. Toda discussão de pobreza, a partir de 2010, no mundo é definida pelo IPM (Índice de Pobreza Multidimensional), que atua com quatro fatores: o fator de educação, de saúde, de habitação e de renda. É um conjunto de desproteções, que a gente já trabalhava, em 2009, no Instituto CNA, sob a coordenação da Senadora Kátia Abreu. Então, são experiências que a gente provocou ali naquele tempo.

Outra experiência que ela trouxe sobre saúde: no Observatório das Desproteções Sociais, as avaliações mostravam que as mulheres em áreas rurais morriam muito mais de câncer de útero do que mulheres de áreas urbanas. Por quê? Porque elas não tinham acesso ao preventivo. Então, ela fez um programa direcionado, chamado Útero é Vida, em que médicos e enfermeiros iam ao campo fazer os exames das mulheres, o exame para essa avaliação. Volto a dizer: a pobreza na área rural no Brasil é... Eu sou da cidade do Rio de Janeiro. A cidade do Rio de Janeiro tem equipamento social para tudo que é canto: você dobra a esquina, você vai encontrar uma escola, um posto de saúde, uma ONG; você vai encontrar alguma coisa. Não é assim na área rural. Você não encontra nada. Você está lá sozinho.

O professor falou uma coisa que eu anotei: que "a população não precisa de pouco". Eu acho que, na realidade, hoje em dia, ela sobrevive com cada vez menos. Ela não está mais vivendo; ela está tentando sobreviver até o final da semana. E o que chegar, chegou. E, às vezes, ela aposta tudo na vida daquela criança que sacoleja três horas e meia dentro de um ônibus para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

chegar à escola, e chega lá, não há merenda, que era o objetivo final dos pais, "pelo menos meu filho não vai morrer de fome". E essas escolas, hoje em dia, estão esquecidas e fechadas.

Então, eu acho que o desafio dessa... Este ano eu faço 50 anos.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – Nem parece.

O SR. MARCELO REIS GARCIA – É, nem parece, eu me cuido. E eu nunca passei tanta desesperança, eu nunca vivi tanta tristeza como nos últimos anos. Eu não quero tratar aqui de partido político nem de Governo. Isso é uma responsabilidade da sociedade brasileira, que esqueceu os pobres à própria sorte, porque, se fosse um tema importante para a sociedade brasileira, fosse o Governo que fosse, os pobres teriam importância no Brasil. Não têm. Que se virem! Podem morrer sozinhos. Se não aprenderem, não aprenderam; se não tiverem acesso à saúde, não tiveram. Essa é nossa realidade hoje.

Eu queria, Senadora, aproveitar a oportunidade e fazer um pedido a esta Comissão. Todos conhecem quem foi Herbert de Souza, o Betinho, que lutou bravamente contra a fome no Brasil e morreu de aids em 1997. O Betinho fundou o movimento chamado Ação da Cidadania pela Vida e recebeu do Governo Federal, à época, um galpão no Rio de Janeiro para ser a sede desse movimento. A Ação da Cidadania sobrevive enfrentando a fome no Brasil e, neste exato momento, pode perder seu prédio, porque o Governo quer vender o prédio para fazer dinheiro. Eu entendo a vontade do Governo de fazer dinheiro com prédio público, mas ali existe um movimento de luta contra a fome há 25 anos. Eu peço aos Senadores que liguem para o Ministro Paulo Guedes e peçam: não venda o prédio...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS. *Fora do microfone*.) – É da União?

O SR. MARCELO REIS GARCIA – É da União. Eles ocupam desde 2002. Fizeram uma reforma de R$20 milhões. É uma área importante. É lá que as cestas chegam, que as cestas básicas de todos os comitês do Brasil chegam. É um galpão maravilhoso, que eu convido a Presidente desta Comissão a visitar, a Senadora Kátia Abreu a visitar. E podem, a qualquer momento, perder a sede.

E eu falo para ele, eu falo para o filho do Betinho: Daniel, conte isso! As pessoas não se preocupam com esse assunto. Às vezes, a gente fala do Betinho, e as pessoas não lembram quem foi. A gente não trata mais... O Betinho – eu fiz o argumento agora da biografia dele, que vai virar filme – o Betinho contrai o HIV por transfusão de sangue, porque o sangue não era tratado no Brasil, perde dois irmãos, porque os dois irmãos também contraem HIV; ele perde dois irmãos e segue na luta até morrer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

E hoje essa luta contra a fome pode perder seu espaço, porque querem vender o prédio. Eu entendo, claro que eu entendo, mas é um armazém de luta contra a fome. Não está lá vazio, abandonado.

Então, eu aproveito para pegar carona nesta Comissão e pedir para os Senadores, para a Presidente da Comissão, para a Senadora Kátia Abreu: liguem para o Ministro Paulo Guedes. Eu tenho certeza de que ele tem sensibilidade. Que ele possa visitar, que ele possa conhecer e preservar essa luta contra a fome, porque o Brasil saiu do mapa da fome – diga-me quando termina meu tempo –, mas está voltando. E a pobreza brasileira...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO REIS GARCIA – Já vou terminar.

E a pobreza brasileira está aumentando; a pobreza de ausência de renda e a pobreza multidimensional.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. MARCELO REIS GARCIA – Vou encaminhar.

E há uma questão, Senadora Kátia Abreu, que é importante: a desigualdade no Brasil cresce há 17 trimestres. Os mais antigos aqui vão lembrar da frase do Edmar Bacha, dos anos 70, de que o Brasil era Belíndia – uma parte era Bélgica, e o resto, Índia. Nós estamos de volta aos anos 70. Há 17 trimestres, a desigualdade brasileira aumenta. O Índice de Gini brasileiro piora. Não são 17 meses; são 17 trimestres. Todos os dados mostram que nós estamos indo para o colapso social. E vai pegar todo mundo. Quem conseguir comprar passagem para morar em Lisboa vai; quem não conseguir não tem como ficar pedindo segurança pública... Porque nós estamos em colapso. O País está olhando para o abismo, e o abismo está olhando para o País. E a perspectiva que eu tenho é de que a gente vai cair junto nesse abismo social, porque ninguém fala mais nada sobre população de rua; sobre população que está em assentamento, que ganha um terreno, mas não tem assistência técnica, não tem escola, não tem, às vezes, a semente para plantar.

Então, esta Comissão, que é importantíssima no Senado, pode cumprir o papel, Senadora Soraya, Senadora Kátia e demais Senadores, de oferecer ao Brasil uma agenda pública de combate à pobreza rural, porque ninguém mais está discutindo isso – ninguém! O assunto está completamente esquecido. A pobreza é urbana, mas, no mundo urbano, ainda existem alternativas que, no mundo rural, não existem. As pessoas estão solitárias, morrendo afogadas no mar da pobreza.

Eu venho aqui bastante, digo até, cansado, porque está difícil. E está difícil, Senadora Kátia Abreu, motivar a pessoa que vive na pobreza e na miséria a acreditar que a vida dela pode ser

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

melhor. É difícil que ela acredite que a vida dela pode ser melhor, até porque a vida dela não melhora.

Então, eu queria terminar com uma frase que gosto muito de João Cabral de Melo Neto: "É difícil defender a vida como ela é, ainda mais essa vida que a gente vê". Essa vida que a gente está vendo no Brasil não é uma vida que a sociedade brasileira possa aceitar, não é uma vida que a classe política possa aceitar, e não é uma vida que os Senadores da República possam aceitar. Os Senadores da República têm que ter responsabilidade com a vida do povo brasileiro. O povo brasileiro está morrendo – morrendo de fome, morrendo de medo, morrendo de falta de tudo –, e a gente, calada, em silêncio. O nosso silêncio significa a morte da população brasileira. Se este Senado tiver responsabilidade com o povo brasileiro, provoquem uma agenda pública de combate à pobreza rural.

Muito obrigado pelo convite. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Marcelo, muito obrigada. A sua fala emocionada é a realidade do nosso País. E os Senadores que aqui estão... Quem está nos acompanhando sempre está vendo que esta Comissão está preocupada, realmente, com a agricultura familiar. Então, parabéns pela sua luta.

Quero que os senhores e as pessoas que estão ao lado de vocês tenham, aqui nesta Comissão, nestes Senadores pessoas que, independentemente de partido, de ideologia – a gente tem visto isso –, estão preocupadas com o Brasil. E eu já pedi para a assessoria entrar em contato com o Secretário de Coordenação do Patrimônio da União, que é o Fernando Bispo.

Hoje, eu me comprometo, eu vou falar...

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Eu vou falar com ele sobre isso. Quero que o senhor me passe o endereço do local, tudo, porque nós temos muitos – muitos, muitos, muitos – imóveis, e esse pode ser deixado de lado. Há muita coisa aí ao léu...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Abandonada!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Abandonada, sem uso. E aí, esse, que está sendo muito bem utilizado, pode ser poupado.

Então, parabéns! O meu questionamento é um só aqui...

Eu tenho que elaborar tudo isso, tenho que decantar, e a gente tem que fazer algo. O Governo está preocupado, sim, com isso. Essa ajuda dentro do Ministério da Educação... Eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

acredito que eles tenham esse estudo, é óbvio, mas essa atenção especial, essa cutucada a gente vai dar.

Lá no Mato Grosso do Sul – eu até quero registrar a presença do Prefeito de Taquaruçu, o Prefeito Roberto de Almeida – nós temos muitos e muitos e muitos assentamentos rurais, e esse é um problema bem grave, sabe? Inclusive de transporte; gasta-se muito. Nós estamos com ônibus que levam essas crianças, ônibus que não têm condições. É muita luta, é muita coisa para se fazer.

Há um questionamento que eu gostaria de fazer para o Fernando.

Fernando, o seu estudo foi limitado a uma certa área do Estado do Tocantins, perto de Araguaína, não é? Acho que sim. Enfim, esse seu estudo pode ser um retrato do resto do Brasil em percentuais? Ou o senhor acha que no Norte, no Nordeste... Eu gostaria que o senhor só me colocasse como é que ele pode guiar a gente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Soraya, você me dá um tempinho?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sim, Senador.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu só vou fazer uma colocação. Depois, eu tenho já um compromisso, e o pessoal está me esperando já desde o meio-dia.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Perfeito. Está com a palavra.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Eu só vou fazer uma colocação.

Quero cumprimentar acho que a Senadora Kátia – não sei quem é que oportunizou para que o Fernando e o Marcelo também colocassem.

Acho que a Kátia também conhece aquele trabalho do Prof. Eliseu Alves, da Embrapa, com o pessoal da Fundação Getúlio Vargas. Inclusive, eu pedi uma atualização desse trabalho, uns cinco, seis anos atrás, e acho que no segundo semestre eles vão fazer de novo esse trabalho. Não sei se o Fernando também ou o Marcelo o conhecem. Ele fala justamente o termo pobreza rural. E o que ele coloca ali... No Brasil hoje, em 3.775.826 estabelecimentos, a renda média bruta é de 0,43 salário mínimo. A renda bruta média/ano – a R$998, que é o salário – dá R$5.149. Esse trabalho foi feito pelo Prof. Eliseu e uma equipe da Fundação Getúlio. Ele coordenou uma equipe entre Embrapa e Fundação Getúlio Vargas. Depois, há 975 mil propriedades com faturamento de 54 mil/ano, e há 423 mil propriedades com renda média de 958 mil por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O.k., mas vamos ao que nos interessa: pobreza rural. Como é que sobrevivem essas pessoas? Seguramente, têm um pai aposentado, um avô, uma avó, sei lá; e aí a família vive com uma vaca de leite, plantando uma mandioca, criando um suíno ali, uma galinha, uma dúzia de ovos, enfim. Essas pessoas vivem plantando lá um hectare de arroz, de feijão, sei lá; são culturas familiares.

Então, isso ali, Kátia, que já foi ministra... Eu acho que aqui, Soraya, esta Comissão tem que se preocupar com isso, entendeu? É claro que com a agricultura empresarial, sim, mas essa é uma situação.

A Kátia falava, por exemplo, do Sul. Ali há culturas organizadas, Kátia, onde há cadeias organizadas. O fumo é uma cadeia, o leite é uma cadeia, o frango, o suíno. Basicamente, são essas quatro atividades, que são cadeias organizadas, com indústrias ou com cooperativas que organizam essa agricultura familiar. Então, essa agricultura, o.k., tem renda. Pega o fumo – que nós estamos debatendo naquele projeto do Serra: a renda média deles é de R$50 mil reais/ano, numa área de 14 hectares. A propriedade média é de 14 hectares, com 2 a 3 hectares de fumo; e depois ele planta milho, na reveza do fumo, planta feijão; aí ele tem um pouquinho de mato, de eucalipto, porque ele precisa de eucalipto para poder... Então, a área média da propriedade é 14 hectares, onde ele tem um pouco de eucalipto, planta fumo em dois ou três hectares, e é de R$50 mil/ano a renda bruta. Agora, eu pego alguém aqui com R$5 mil/ano. Então, essa é uma situação que a gente tem que ter...

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO. *Fora do microfone*.) – É fumo, frango, suíno e...?

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Leite.

Então, basicamente, são cadeias organizadas. E os Estados que têm... Então, a pequena propriedade não é porque eu sou pequeno produtor e vivo... Não, é porque há uma cadeia do leite, uma indústria de leite ou uma cooperativa de leite, ou frango, ou suíno, ou fumo. Basicamente, são essas quatro atividades que são organizadas, em que a cadeia é organizada, porque tem uma indústria, tem assistência técnica, tem a tecnologia, enfim...

Por isso, essa é uma situação importante, porque é um exemplo, é um modelo para a gente poder fazer isso. Não há no Brasil, mas na Região Sul existe isso. Há o produtor de soja, de milho, de boi ou, sei lá, de laranja; é outra atividade. Agora, na agricultura familiar, o que a gente tem...

E ali, Kátia, também havia o trabalho que a Universidade Federal – eu já lhe disse, Soraya – do Mato Grosso do Sul fez sobre os assentamentos. A Universidade Federal do Mato Grosso do Sul fez um levantamento, no tempo em que a Kátia estava conosco lá e com o Moka, e eles apresentaram, no primeiro mandato nosso. Era a questão dos sem terra, e fizeram ali o levantamento da miserabilidade, também em função do que o Marcelo falou: não adianta eu ter

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

terra, se eu não tenho crédito, se eu não tenho assistência técnica... Não adianta. Eu tenho lá um pedaço de terra e vou morrer de fome em cima das terras. E há situações, ainda naquela época, que eram as terras piores que havia. Alguém ganhava dinheiro vendendo aquelas terras, que eram umas pirambeiras, como se diz lá, não tinham condições de produzir, mas vendiam, porque o doutor aqui tinha 5 mil hectares para vender, 10 mil hectares... Vendia aquela terra, que não se prestava, não tinha aptidão para poder fazer qualquer coisa. Aí o cara tinha que cair em cima de um pedaço daquele ali para sobreviver.

Agora o fundamental. Esse trabalho aqui, Marcelo, também o Fernando, e Senadora Soraya... O que a gente podia fazer? Hoje, com o Ministério da Agricultura, com a Ministra Tereza Cristina, ou com o próprio Ministério do Osmar Terra, procurar políticas que a gente pudesse dirigir para essa gente. Como a gente pode fazer para ajudar esses produtores? Eles não vão ter cadeias organizadas, é difícil, mas pode haver políticas para, quem sabe – imagina –, de 0,43 salário passar para um salário. Poxa, já teria dobrado o salário deles!

Então, seguramente, existe um aposentado na família. Deve ter o pai, a mãe, um avô, sei lá, que recebe uma aposentadoria. Então, eu tenho uma rendinha lá. Grande parte desse pessoal não tem luz, não tem água. As residências... Imaginem como são as residências dessas pessoas aqui. Isso aqui... Podem dizer assim: "Não; isso aqui é só no Norte e Nordeste". Não; eu tenho no Sudeste 572 mil famílias, viu, Kátia? No Sul, 477 mil famílias – no Sul! E eu tenho, no Centro-Oeste, 216; no Nordeste, 2,149 milhões de famílias; e, no Norte, 360 mil famílias. Isso não é só no Norte e Nordeste, não; eu tenho no Sul, no Sudeste e no Centro-Oeste, Senadora Soraya. Isso está no Brasil inteiro. É claro que no Nordeste está o percentual maior, mas eu acho que nós tínhamos que, nesta Comissão, a partir desta audiência aqui, focar nessa questão. Vamos cuidar, sim, da soja, do milho, do boi, de não sei o quê? O.k., vamos focar; agora, tinha que haver alguma coisa desenhada para esses produtores que vivem hoje no campo dessa forma aqui.

Obrigado.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Presidente Soraya, um aparte, por favor.

Eu queria fazer... Heinze, você lembrou muito bem esse trabalho, mas eu gostaria apenas de lembrar que esse trabalho foi contratado pela CNA, em 2011. Nós pagamos, custeamos esse trabalho, que não foi barato, e, através da Dra. Ignez Lopes, do Mauro Lopes e do Eliseu Alves, por encomenda nossa, ele se desenvolveu, porque eu queria conhecer, na CNA, qual era o tamanho do campo brasileiro. Do que nós estávamos falando na CNA quando dizíamos que éramos representantes do setor agropecuário? De quantas pessoas? De qual produção?

Então, esses dados, infelizmente, são de 2006, do Senso Agropecuário. Apesar de que eu contratei, na época, como Presidente, o estudo em 2011. Se não me engano, custou quase R$500 mil na época. E eu até faço aqui uma reclamação, porque talvez a CNA não cobre, mas,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

em todos os *sites* da GV, eles colocam como sendo um trabalho da GV e nem mencionam a CNA nesse ponto, mas foi pago pela CNA, encomendado pela CNA.

São três pesquisadores maravilhosos. O Eliseu é um dos mentores que eu tenho na vida, é como se fosse um pai, na verdade. E o trabalho ficou espetacular.

O que nós precisamos fazer agora? Com o último Senso Agropecuário, que é de 2017, nós temos que atualizar, e não estamos conseguindo, Presidente Soraya, Talvez a Comissão nos ajudasse. Os dados estão fechados, não estão abertos suficientemente.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – A gente precisa fazer abrir isso aí.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Estão numa coisa com esses dados que eu nunca vi nada igual. Então, isso precisa ser aberto rápido, porque esse pessoal aqui, da GV, da Embrapa, como o Eliseu, faz isto aqui em cinco minutos, essa atualização, porque precisam dos microdados para somar todo esse...

Aí, você me pergunta assim: "Kátia, então, deve ter melhorado, não é?". O Eliseu acha que pode ter piorado. O Eliseu Alves acha que pode ter piorado. Ele tem 86 anos de idade, lúcido, aposentado, e trabalha todos os dias na Embrapa.

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Nós podíamos, Kátia, pedir uma audiência, Soraya, para pegar esses dados, fazer uma reunião, chamar o Dr. Eliseu e alguém da GV aqui, para acelerarmos. Eles é que vão fazer.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu acho, Senador Heinze, que a gente poderia, primeiro, pedir delicadamente, para não dizer exigir do IBGE, esta Comissão, que entregue os dados; entregue os dados para a Embrapa, entregue os dados para a GV, para a gente conhecer a realidade de hoje – 2006 está longe demais.

Então, eu acho que, primeiro, a liberação dos dados, e também convidar... Eles foram convidados para hoje, mas nós tínhamos que arcar com a despesa, e o Senado não podia arcar com todos – todos moram fora. Então, acabam-se comprometendo as nossas audiências públicas, porque há a passagem aérea, há toda a diária, a pessoa tem que se hospedar, vem com a maior boa vontade do mundo, mas também precisa ter a sua despesa custeada. Foram convidados o Mauro Lopes, a Ignez Lopes; foram todos convidados para vir debater esse estudo. Então, se a gente conseguir, na Comissão, custear também um horário e a vinda deles, seria importante. Foram os que recusaram, porque nós não conseguimos a liberação total no Senado. Eu sei que são muitos pedidos, muitas audiências públicas, há todo um controle orçamentário, e eu respeito isso, mas a gente pode fazer uma próxima e convidá-los, como já foram convidados agora, para haver essa atualização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS) – Obrigado e desculpem-me, porque eu tenho que sair, Marcelo e Fernando.

Senadora Soraya, obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – A Casa é sua, Senador.

Senadora Kátia, já vai sair um ofício para o IBGE, pela Comissão, dizendo que os Senadores estão pedindo para o IBGE abrir esse Censo Agropecuário de 2017 para que a gente consiga atualizar e trabalhar com a realidade.

Voltando, Fernando. Sei que o seu estudo é limitado, claro, mas pergunto se você consegue nos trazer uma radiografia do Brasil; se acha realmente que isso piorou... É nesse sentido.

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gosto da sua pergunta, Soraya. Na hora em que ele começou a mostrar, eu pensei a mesma coisa. As pessoas lá fora, que estão assistindo, vão pensar que, às vezes, é uma fotografia muito regionalizada e localizada. Então, a pergunta foi muito boa para que ele possa dizer. Depois, ao fim, eu comento sobre isso.

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – Há alguns estudos sobre pobreza rural, em universidades, que apontam para essa mesma direção: a questão da subsistência e da precarização das condições de vida dessa população.

Só que no nosso estudo, especificamente, você tem alguns aspectos que o diferenciam, talvez, de outras regiões. Nós identificamos, além das formas alternativas de financiamento e de realização de poupança, fatores regionais, como o crime de pistolagem, a exploração ilegal de madeira, a violência doméstica, uma alta incidência de fraudes em benefícios sociais, exploração sexual infantil. Enfim, todos esses aspectos – claro que não só relacionados à renda – são peculiares à região, dado que nós estamos numa localização, ali da Amazônia Legal, em que esses crimes de pistolagem e de exploração ilegal de maneira são muito comuns. Isso acaba tendo um forte impacto no orçamento das famílias. Casas são incendiadas, crimes são realizados. As famílias se deslocam de um assentamento para o outro e se destroem todos os ativos que essas famílias construíram durante um tempo. Há essa migração dessas famílias entre os assentamentos da região, mas justamente motivados por essas questões de crimes regionais. Então, é uma peculiaridade da nossa região, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Com relação à pobreza no campo, no Brasil inteiro, nos assentamento todos, assim, no geral... Repita.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. FERNANDO SÉRGIO DE TOLEDO FONSECA – No geral, acredito que os estudos confirmam que a pobreza, nos últimos anos, se intensificou. Então, a incidência é muito elevada.

É claro que há essas peculiaridades, mas o que nós retratamos, nos últimos anos, acho que pode ser generalizado para outras regiões. A incidência é muito alta.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – É por isso que desburocratizar é importante. Tudo o que nós estamos fazendo, todos os projetos de lei, aqui, que desburocratizam... A regularização fundiária é importante. Nos países, quanto mais aberta é a economia, maior é o índice de IDH; caminham juntos. Todos os países liberais têm alto índice de IDH. Então, nós estamos caminhando para uma abertura de mercado. Eu creio que isso vai propiciar, cada vez mais, a abertura de postos de trabalho, e assim a gente vai conseguir. É uma das formas, não é?

O SR. MARCELO REIS GARCIA – No caso do Brasil, Senadora, há um problema grave nessa questão. Pode liberar-se a economia à vontade, se não se resolver a questão da educação... (*Fora do microfone.*)

Pode abrir o mercado, pode abrir tudo; se não se resolver a questão da educação, o IDH vai continuar imóvel.

Ele fica imóvel nas últimas décadas especialmente pela questão da educação. E a educação brasileira está piorando, isso é um fato. E aí não adianta, porque não vai haver trabalhador para o mercado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Um Presidente norte-americano, acho que foi o Reagan, falava que todos os problemas se baseiam na economia. Qual o problema da educação? É a economia. O problema da saúde? É a economia. O problema da segurança pública? É a economia. Então, onde há dinheiro começa a fomentar, e a gente realmente tem mais condições. A gente está vendo a situação de todos os Municípios – como é lá, Prefeito? Não é assim? É difícil, está difícil, está todo mundo numa situação... Nós pegamos o Brasil numa situação catastrófica, e essa verdade tem que ser exposta aqui, os números têm que ser expostos para a gente conseguir trabalhar. Estamos tentando. E é bem isso: melhorou a economia, melhora, pelo menos – pelo menos – as questões básicas. É focar no Estado mínimo: saúde, educação e segurança pública. É isso.

Algo mais a declarar, Senadora?

A SRA. KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PDT - TO) – Eu gostaria de finalizar, Presidente. (*Fora do microfone.*)

Você falou em dois pontos importantíssimos, e o Marcelo falou sobre um ponto, agora no final. E eu acredito nos três piamente. Não existe empoderamento das pessoas sem a regularização fundiária. A regularização fundiária é um instrumento muito forte de saída da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

pobreza. Por quê? Porque é o meu bem, é a minha poupança, é o meu patrimônio, e naquela hora eu fico em condições creditícias – como gostam de falar no mercado –, eu gero crédito. Isso eu estou falando não só para o campo, mas também para o urbano. Uma casinha de R$800, que a pessoa pode vender lá, sem documento; titulou, vale R$5 mil, tranquilo. É uma subida violenta. E no campo não é diferente.

Então, a regularização fundiária se traduz em direito de propriedade. É que se acostumou a dizer que regularização fundiária é coisa de a esquerda falar, e direito de propriedade é coisa de a direita falar. É uma coisa só! Regularização fundiária e direito de propriedade são uma coisa só! Então, nenhum país do mundo se desenvolveu sem o reconhecimento do direito de propriedade. Isso já é pesquisado no mundo inteiro, já é unanimidade no mundo inteiro. Por isso que, na verdade, por todos os estudos de sociólogos, antropólogos, o poder da terra, o poder do patrimônio impulsiona as culturas e os povos. Isso não é coisa de rico; isso é coisa da essência humana. É a posse, que veio do seu suor, do suor dos seus pais, dos seus avós, do seu trabalho. Isso é uma identidade que as pessoas têm. Então, esse para mim é um ponto fundamental.

O que eu gostaria de sugerir para esta Comissão? O Presidente do Incra, o General, esteve aqui. Principalmente na Região Norte, especialmente na Região Norte, há um problema mais grave sobre a titulação de terras – o Tocantins está na Região Norte –, e no Nordeste também. E eu sugeri a ele... Porque o Incra – o órgão Incra, instituição – não quer titular ninguém; eles são contra a titulação de terras. Então, nós precisamos entregar essas terras para os Estados, para que os Governadores, com os seus institutos de terra, possam dar o documento dessas pessoas, porque, para o Incra, titular a terra não dá voto; pode até fechar o órgão caso se titule tudo. E para os Governadores, para os Estados, isso dá voto. Então, num instantinho, vai titular-se tudo. Essa é a boa política, em que você serve à população, e ela fica agradecida ao governante. Não condeno sob hipótese alguma. A política resolve muita coisa ou quase tudo. Então, mandando as terras para lá, Senadora, você vai ver com que rapidez e agilidade isso acontece.

Sobre a segunda coisa que você disse, abertura de mercado, acredito também piamente nisso e questionei o Paulo Guedes sobre isso. A gente tem uma medida, uma fração, uma equação que mede se o país é aberto ou fechado. Como é esse termômetro do "abertômetro"? É simples: você soma tudo o que exportou com tudo o que importou e vê o que isso dá, em proporção, do PIB. No Brasil, dá 23%. Num país moderadamente decente – quando eu digo decente é no sentido de que pode falar com voz grossa "nós somos abertos" –, são 40%. Então, 23% a 25% é abaixo da crítica, e isso faz com que o desenvolvimento não chegue, porque não há mercado. Se hoje nós colocássemos 100% das terras brasileiras com alta produtividade, nós iríamos quebrar todo mundo, porque o preço iria lá para o chão. Nós temos terra para isso e tecnologia, mas não temos mercado para vender!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, outros setores da economia atrapalham a agricultura. Você chega à China, "eu quero vender mais isso e aquilo": "E eu vou vender o que para o Brasil?". Eu chego à Rússia, a mesma coisa. Eu chego aos Estados Unidos, a mesma coisa. Todo mundo quer troca, gente!

Então, abertura de mercado, nós precisamos... Eu perguntei ao Paulo Guedes: qual é o seu plano, Ministro? Qual é o plano do Governo brasileiro para chegar, em quatro anos, a 40% de abertura do PIB? Infelizmente, eu não obtive a resposta que eu gostaria. Ainda estão trabalhando esse plano – ainda bem que disse que estão trabalhando! Mas é preciso ser energético e é preciso ser diligente para dar conta de fazer uma abertura dessas, que não pode ser do dia para a noite, porque não pode quebrar determinados setores; tem que ser com equilíbrio. Agora, que tem que ter obstinação para isso tem que ter, porque, se for perguntar o que cada um quer, ninguém quer. Só é bom o mercado livre quando não toca "no meu produto"; tocou no seu produto, aí todo mundo começa a encontrar as amarguras e as dificuldades. É assim, no mundo inteiro é assim.

Então, a abertura de mercado é superimportante, inclusive ao contrário, porque, quando você importa muito, você está importando capital, você está importando tecnologia de fora. Importação é saúde para um país, não é falta de saúde. Ao contrário: um país só exportador está exportando poupança; um país importador está importando poupança. Então, é muito importante isso que você falou, e é a minha agenda.

E a educação é verdadeiramente um pilar que pode transformar um país num desastre. Imagine, por exemplo, todo mundo com documento na mão, o mercado aberto, e os produtores rurais não sabem ler nem escrever, as mães não sabem ler a bula de um remédio, eles não conhecem a tecnologia, eles não sabem como fazer melhor; os jovens acham que na cidade vão ganhar mais dinheiro, e, ao contrário, a mina de ouro hoje está aqui, no campo, mas eles não veem instrumentos para isso, então fogem para a cidade com a doce ilusão de que lá pode ser melhor – às vezes até é, mas, às vezes, não. Então, há falta de opção educacional, direcionada pela educação.

Hoje – e o Brasil inteiro sabe disso, mas eu não me canso de dizer –, 50% dos alunos do 9º ano até o ensino médio abandonam a escola. Então, quantas gerações perdidas nós já temos? Perdidas intelectualmente, perdidas no sentido de oportunidade, no sentido de desenvolver o País, de criar tecnologia, de criar as *startups*, de inventar coisas? Quantas *startups* foram criadas no campo sem nem se chamarem *startups*? Muita coisa foi criada no campo pela lida, pelo manejo.

Quantas coisas precisam ser criadas? Eu estou precisando de uma máquina que quebra cocos babaçu, porque as mulheres os quebram na paulada. Um coco, um machado; põe o coco aqui: quando a paulada erra, quebra os dedos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, eu desafiei a Universidade Federal do Tocantins, o grupo de engenharia e arquitetura, a desenvolver uma maquininha para quebrar coco. Acharam para descaroçar azeitona e quebrar nozes; não é possível que não vão achar para quebrar coco babaçu.

Então, eu acredito que essa questão que o Marcelo falou, sobre o fechamento das escolas no campo, é super-real, porque é caro. É caro mesmo! Mas, gente, isso é investimento! Isso não é gasto, isso não pode ser encarado como gasto, e, sim, como investimento. Se são cinco, se são oito, se são dez, é o ônus que tem que ser pago para manter essas pessoas estudando, porque, se a gente for apenas raciocinar economicamente, nada vale a pena: vamos fazer uma escola só, num lugar só, que aí é muito mais barato, isso eu garanto. Pega uma escola em um centro de uma cidade de 5 mil habitantes, mesmo com as pessoas morando distante, e faz uma só, que o custo baixa muito. Mas e o tanto de evasão e dificuldade que nós vamos criar para a população?

Então, educação é igual estrada: a gente tem que ir aonde as pessoas estão. A estrada, a ferrovia e o avião têm que chegar aonde o povo está, e a educação tem que ir aonde as pessoas estão. Então, nós precisamos colocar a educação dentro dos trens, dos carros, dos aviões, para ir todo mundo junto, atrás do povo, para poder melhorar essa situação.

E eu encerro dizendo que nós não vamos sair daqui, eu penso, sem nenhuma luz no fundo do túnel. Como foi proposto pelo Heinze, a gente atualizar esses números através do IBGE é uma coisa superinteressante. E nós, com todas essas pesquisas... O Marcelo ficou falando, e eu fui ficando até com vergonha. Ficou parecendo até que... Eu me encontrei com ele aqui, hoje, na sala. Ficou parecendo até que... Eu não sou candidata, não, gente; só daqui a quatro anos. Com ele falando, eu fiquei até um pouco, assim, acanhada, mas nós fizemos muito mesmo. Houve coisas que eu nem lembrava mais, porque foram muitos programas.

Na verdade, nós saímos na CNA, finalmente, com um programa que se chamava O Campo na Classe Média. Fizemos um pequeno grupo para mostrar que funcionava. E quais eram os mecanismos? Eliseu Alves ajudou a construir, junto com a Embrapa, e nós fomos construindo isso em determinados locais para provar que dava certo. Ele se resume em quê? Na criação da Anater – no Governo da Presidente Dilma, eu tive o prazer e a alegria de apresentar o modelo para ela, ela acatar, mandar para o Congresso, e ele ser aprovado. A Anater nasceu dentro do Instituto CNA. O modelo, que foi feito, que é uma agência que não tem funcionário; tem dinheiro. Há editais que se soltam para os órgãos de extensão rural fazerem, para não encher a máquina de pessoas e sobrar mais dinheiro.

Então, em que se resume O Campo na Classe Média, esse projeto? Quando nós o levamos para o ministério, não deu tempo; houve logo o afastamento da Presidente. Esse seria o segundo programa social do seu Governo, que era implementar uma classe média no campo. Simples, sem nenhuma invenção: assistência técnica, extensão rural, crédito, gestão das escolhas, orientar as escolhas dos produtores – às vezes, ele quer produzir uma coisa que o mercado não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

quer, não tem interesse, porque ele gosta, "meu pai produzia, minha mãe produzia", mas o mercado daqui não come isso. Então, nós precisamos ordenar isso.

O associativismo ou o cooperativismo: quando não há costume corporativista, é preciso começar com o associativismo.

E o principal e último, que é o ponto chave: a comercialização. Então, o Prof. Fernando falou aqui em distorções de mercado. Esse é um termo de economista, mas não há outro nome, não: é mercado imperfeito. Então, a agricultura é um mercado perfeito. O que é um mercado perfeito? Todo mundo, no mundo inteiro produz tudo. Então, a nossa imperfeição, que precisa ser corrigida na pequena agricultura, é comprar junto os insumos e vender junto os produtos, porque eles não têm escala. Então, na hora de comprar o adubo, cada um compra o seu e, na hora de vender um cacho de banana, cada um vende o seu; não têm freguês líquido e certo; e não têm preço, porque não sabem negociar, o negócio deles é produzir.

Então, se a gente corrigir essa imperfeição de mercado, acabam-se todos os problemas, como acabaram no Sul. E eu ia, na época, usar a Conab para fazer esse papel e trabalhar para os produtores pequenos do Brasil. Há Conab no Brasil inteiro. Conab não tem que carregar peso mais. Hoje, a agricultura brasileira não tem mais caminhão para carregar de Conab e encher armazém. Isso já era. A Conab precisa ser uma agência de inteligência do agronegócio brasileiro, da agropecuária, como os Estados Unidos têm, o USDA tem. E ela poderia muito bem comprar esses produtos – não é de graça –, fazer a cotação, a compra, a negociação dos insumos e, depois, ajudar na venda dos produtos, até que o sistema associativista e cooperativista pudesse funcionar plenamente no Brasil.

Essas eram as nossas intenções, que saíram do Instituto CNA, depois de um monte de pesquisa, um monte de trabalho: Embrapa, FGV... Esse estudo das Escolas Esquecidas foi tão interessante... E nós íamos contratar o Ibope para fazer, porque tinha uma marca, uma chancela para ter confiança. Senão, iriam falar assim: "Fizeram isso aí de qualquer jeito para acabar com o Governo". Isso foi lá atrás. O Ibope resolveu fazer com o Instituto Montenegro e nos cobrou 20% do preço, porque queria participar da pesquisa com o nome Instituto Montenegro, que eles têm lá no Ibope. Então, saiu bem mais barato para nós, por conta dessa parceria.

Então, há coisas, muitas coisas em que a gente pode arrumar parceiros no Brasil inteiro. Eu acho que a gente desenhar um projeto que não seja esse, que seja outro... Mas é o que o Marcelo falou: não há política pública para fome, não há política pública hoje para os... Como foi que eu falei no começo? Os desabrigados? Não, os... Esses que são vítimas da crise atual. Afetados. Os atingidos pela crise atual. Qual é a política pública? Nós vamos abrir tudo! Vamos abrir tudo! Ótimo, gente! Vamos abrir tudo, liberar geral, todo mundo produzindo, o Brasil crescendo, mas, enquanto isso não acontece, eu faço o que com esse povo que está aqui? Um ano, dois anos, três anos... "Não, fica aí com fome, gente! Espera aí um pouquinho, que daqui a pouco a gente chega aí!". Não se espera, entendeu, Senador? Não se espera! Então, o que o Marcelo traduz ali e fala é: qual é a política pública para este meio do caminho aqui? O que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

faço com essas pessoas? Não há mesmo ninguém pensando nisso. "Ah, mas não há dinheiro!". Só não há jeito é para a morte na vida; para o resto, tudo tem jeito. Então, nós temos que encontrar um caminho do meio para esses que estão não é nem no Bolsa Família mais; há muito mais gente passando fome do que dentro do Bolsa Família.

Então, quero agradecer mais uma vez à Presidente Soraya; agradecer ao Prof. Fernando e parabenizá-lo – quero dizer que você é um orgulho para o Tocantins, um orgulho para mim –; e agradecer ao Marcelo Garcia, mais uma vez, que me ensinou muita coisa na vida. Eu continuo ainda aprendendo com ele e com outras pessoas maravilhosas que se preocupam com as pessoas mais pobres, para que a gente tenha um País mais justo e um País mais igual.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senadora. Muito bom. A Senadora Kátia Abreu sempre traz uma excelente colaboração. E aí essa luz no fim do túnel, Senadora, que a senhora que tão bem aí... Vamos trabalhar. Contando com a sua colaboração, eu tenho certeza de que a gente consegue extrair algo concreto.

Só voltando, a última coisa: o problema dessa questão de abertura de mercado é que ela não acontece realmente de um dia para o outro e, infelizmente, no Brasil nós temos política de governo, não temos política de Estado. Então, a cada quatro anos a gente muda. Tanto é que a China completou, ano passado, 40 anos de abertura de mercado. Ela fez um projeto que teve início há 41 anos. Então, foi feita paulatinamente, e a gente sabe que eles chegaram ao êxito. Foram 40 anos de projeto de abertura de mercado. Olhem o nosso atraso!

Então, o Paulo Guedes, toda a equipe da Economia tem que fazer um projeto de Estado, não de governo, certo? A gente não sabe o dia de amanhã, mas que tudo isso esteja cumprido, fazer um projeto bem feito... E, lógico, as políticas públicas que já existem estão sendo mantidas, até o Bolsa Família aumentou – hoje há um décimo terceiro Bolsa Família. E a intenção é esta: mexer no Brasil, mudar o Brasil e contar com todo mundo.

Quero dizer que foi um prazer enorme. E realmente o orgulho não é do Tocantins, é um orgulho do Brasil tê-los!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Ah, sim, quanto ao programa do Betinho, eu vou telefonar. Fique tranquilo. O ofício está pronto. Bem, a gente vai passar o recado. Se acontecer qualquer coisa, o senhor fica de intermediário e fala para deixar de lado a sede lá do programa do Betinho.

Eu só quero ratificar – porque houve um errinho material nosso – que a aprovação do Requerimento 14, de 2019, da CRA foi nos termos do art. 93, inciso I, do Regimento desta Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Muito obrigada pela presença de todos; Senadora, muito obrigada sempre; Prefeito, muito obrigada; e obrigada também a todos os servidores e ao pessoal que está nos ouvindo – se houver pergunta, nós iremos passar para os senhores, o.k.?

Muito obrigada.

Está encerrada a reunião de hoje.

(*Iniciada às 11 horas e 12 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

ATA DA 13ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA, DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e quatorze minutos do dia doze de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Luis Carlos Heinze, Esperidião Amin, Marcelo Castro, Lasier Martins, Juíza Selma, Izalci Lucas, Acir Gurgacz, Eliziane Gama, Paulo Rocha, Telmário Mota, Zenaide Maia, Angelo Coronel, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Paulo Paim, Marcos do Val, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Jorge Kajuru, Major Olímpio e Fernando Bezerra Coelho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A presidência registra a presença do Prefeito de Bodoquena, do Estado de Mato Grosso do Sul, Sr. Kazuto Horii (PSDB-MS). Passa-se à apreciação da pauta: Audiência Pública Interativa, atendendo ao requerimento REQ 11/2019 - CRA, de autoria do Senador Lasier Martins. Finalidade: Debater a importância de políticas governamentais de Propriedade Industrial a fim de combater impactos negativos no agronegócio. Participantes: Pedro de Abreu e Lima Florêncio, Assessor Especial da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV-PR); Rafael Mafra, Diretor do Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa); Sebastião Pedro da Silva Neto, Secretário de Inovação e Negócios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Antônio Márcio Buainain, Professor do Instituto de Economia da Unicamp e Pesquisador Sênior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED); Saulo da Costa Carvalho, Presidente da Associação dos Funcionários do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Afinpi); Maria Isabel Coelho de Castro Bingemer, Coordenadora da Comissão de Estudo de Cultivares da Associação

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI). Resultado: Reunião realizada. O Senador Lasier Martins e a Senadoras Soraya Thronicke, Presidente da Comissão, fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

SENADORA SORAYA THRONICKE
PRESIDENTE DA CRA

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/12

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos no dia de hoje.

Declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório da última reunião.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para a importância de políticas governamentais de propriedade industrial, a fim de combater impactos negativos no agronegócio, em atendimento ao Requerimento nº 11, de 2019, da CRA, de iniciativa do Senador Lasier Martins.

Informo que esta audiência pública é interativa. As pessoas com interesse em participar, com comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no *site* do Senado, e do Alô Senado: 0800-612211.

Eu quero registrar hoje a presença, que muito me honra, do Prefeito de Bodoquena, o Prefeito Kazuto.

Prefeito, muito obrigada pela sua presença.

O Prefeito Kazuto veio trazer as demandas do nosso Município de Bodoquena, que fica ao lado do Município de Bonito, que o mundo conhece, mas o mundo não conhece tanto Bodoquena, não é, Prefeito? Então, toda região, para nós, para muita gente, é o maior turismo ecológico do mundo. E Bodoquena merece essa atenção especial.

O Prefeito atendeu ao nosso pedido, porque foram abertos os programas do Ministério do Turismo. E, aí, eu reforço aos Municípios de Mato Grosso do Sul para fazerem como o Prefeito Kazuto: entrar na plataforma, se inscrever, porque o Ministério do Turismo vai levar infraestrutura.

Prefeito, muito obrigada. Mande um abraço para o nosso pessoal de Bodoquena. Esteja sempre em casa aqui.

Vou convidar, para compor a Mesa, nossos ilustres oradores:

Antônio Márcio Buainain, professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador sênior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED); Pedro de Abreu e Lima Florêncio, assessor especial da Secretaria de Governo da Presidência da República; Rafael Mafra, Diretor do Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Sebastião Pedro da Silva Neto, Secretário de Inovação e Negócios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); Maria Isabel Coelho de Castro Bingemer, coordenadora da Comissão de Estudo de Cultivares da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI); Saulo da Costa Carvalho, Presidente da Associação dos Funcionários do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Afinpi).

Foi justificada já a ausência do representante do Ministério das Relações Exteriores.

Esta audiência pública está sendo realizada a requerimento do Senador Lasier Martins. Por isso, concedo-lhe a palavra, Senador, para suas considerações iniciais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Obrigado, Senadora Soraya.

Senhores convidados, antes de mais nada, o nosso agradecimento pela disponibilidade para esta audiência pública, que julgamos oportuna, necessária, e onde, preponderantemente, o que nós queremos avaliar são as políticas na relação da propriedade industrial e os impactos negativos do agronegócio.

Aqui no Senado nós temos um drama. Nós, Senadores, participamos de várias Comissões. Eu sou o autor dessa matéria, mas, eventualmente, daqui a pouco, terei de pular ali para a próxima Comissão, que é a Comissão de Constituição e Justiça, onde tenho dois projetos que estarão em discussão, e eu preciso defender esses projetos. Eu estou com um assessor lá e outro aqui.

Então, Senadora Soraya, eu vou ouvir mais ou menos uns 40 minutos os nossos convidados. Não sei qual é o tempo que V. Exa. vai disponibilizar a cada pronunciamento. Eu sugiro em torno de dez minutos, se necessário, prorrogáveis por mais três ou quatro, para se ter uma ideia da posição de cada um.

Agora estão em discussão dois projetos dos quais eu não preciso estar participando, embora gostasse... Um deles é inclusive o das armas, que é um problema altamente polêmico e explosivo. Então, vou acompanhar aqui os pronunciamentos.

Se necessário, no andamento da nossa audiência pública, eu antecipo algumas perguntas e indico qual dos nossos convidados eu gostaria que se pronunciasse.

Então, eu peço a compreensão para esse drama que nós vivemos, mas, pela fala de cada um, nós vamos ter uma ideia, já, da função, do posicionamento, das perspectivas.

Então, eu estou fazendo esse alerta de que não poderei acompanhar até o fim, embora desejasse, porque são muitos os convidados, e marcaram justamente para hoje a reunião da CCJ, que já começou às 9h da manhã. Houve audiência pública que se prolongou demasiadamente, e só agora há pouco é que começamos a entrar nos temas polêmicos previstos para hoje.

Então, eu queria fazer esta manifestação, para que me perdoem os nossos convidados. Eu quero acompanhar até onde for possível.

Eu acho que as manifestações pela internet serão muitas. E, aí, lhe peço a gentileza de valorizar essas perguntas que vierem pelo e-Cidadania.

Então, era isso que eu gostaria de dizer agora.

Está com V. Exa. a orientação para a chamada de manifestação dos nossos convidados.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Senador Lasier.

É difícil essa nossa situação mesmo, e não é um desprestígio. Diferentemente da Câmara, onde há 513, aqui nós temos, e o volume de Comissões é praticamente igual... Lá, eles brigam para entrar em Comissões, e aqui nós temos que abraçar muitas Comissões. E, às terças e quartas, nós temos uma dificuldade muito grande de acompanhar tudo. Hoje eu já entrei e saí de umas cinco Comissões, para conseguir dar conta. Então, é perfeitamente compreensível.

Nós estamos com muitas pautas bombas acontecendo nas Comissões, tudo ao mesmo tempo, por isso esta situação. Mas isso fica gravado na TV Senado, a gente pode assistir quando quiser. E, com certeza, a contribuição que os senhores darão para o tema não será em vão;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estará sendo dada para o Brasil inteiro. E os Senadores que se interessam... Todos aqui da CRA se interessam pelo tema. A gente vai voltar a discutir e eles vão assistir, o.k.?

Então, vamos iniciar.

Obrigada, Senador. São dez minutos mesmo para cada pessoa que vai falar, e, aí, a gente pode dar uma tolerância.

Na verdade, a gente gostaria de escutar cada um. Eu sei que todo mundo tem muito para dizer, mas o problema nosso é tempo.

Então, eu vou conceder a palavra a Antônio Márcio Buainain, professor do Instituto de Economia da Unicamp e pesquisador sênior do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED).

O Antônio é lá do meu Estado do Mato Grosso do Sul, de família bastante tradicional.

É um prazer tê-lo aqui, Antônio.

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN (Para exposição de convidado.) – O prazer é meu, Senadora. Muito obrigado pelo convite. Cumprimento os colegas da Mesa.

O tema é um tema muito importante no momento atual. A agricultura brasileira está atravessando um momento crítico, e esse momento crítico vai definir o futuro da nossa agricultura.

Temos muitos fatores incidindo, neste momento, sobre a dinâmica da agricultura brasileira, vários de natureza conjuntural. Os mercados – depois de dez, 12 anos de bum, de preços extraordinários, que viabilizaram a grande expansão do agronegócio brasileiro – entraram em refluxo: hoje, nós estamos vivendo uma conjuntura de preços baixos que ameaça, inclusive, alguns segmentos da agricultura brasileira. São preços conjunturalmente baixos, mas que podem permanecer por ainda um bom tempo. Então, nós teremos que enfrentar essa situação.

Temos o conflito China-Estados Unidos, que efetivamente tem um impacto negativo sobre a agricultura brasileira. Ao contrário do que muitos disseram, que abriria espaço para as exportações brasileiras, isso não parece o cenário mais provável. O mais provável é que a China terá que aumentar as importações de produtos de origem agropecuária dos Estados Unidos, em detrimento de fornecedores como o Brasil.

Ademais, há uma instabilização do mercado, que volta a ser regido por uma pauta política, depois de 20 anos de um mercado que funcionava sem essas intervenções, sem essa distorção causada pela política, o que era tradicional.

Nós temos aqui, no Brasil mesmo... A nossa estagnação afeta a demanda e as perspectivas. Todas essas conjunturas – e eu poderia usar os dez minutos falando delas – só podem ser enfrentadas com ganhos de eficiência e ganhos de produtividade; não há outra maneira de enfrentar. Ganhos de eficiência e ganhos de produtividade, hoje, significam investimento em infraestrutura e investimento em inovação.

Temos também desafios que são mais estruturais. Desses desafios estruturais, o mais importante deles talvez seja a revolução que já está em curso – não é algo do futuro: é a chamada agricultura 4.0, a economia 4.0. Temos aí uma transformação, cujo alcance só mesmo escritores de ficção científica podem imaginar, Senador. E o mais impressionante é que, a cada fantasia de ficção científica que a gente faz sobre o futuro, imediatamente ela se torna realidade. Quer dizer, as ficções científicas, que antes demoravam a ocorrer, se tornam realidade rapidamente.

Mas o que nós sabemos é que essa é uma revolução profunda, e revoluções profundas de mudança de paradigma têm impactos muito importantes, porque deslocam os produtores das posições dos mercados, sejam países, sejam firmas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Países e firmas que eram dominantes, que eram competitivos no paradigma anterior, podem deixar de ser competitivos no novo paradigma. Da mesma forma, países que não eram competitivos podem passar a ser competitivos. O Brasil é um exemplo disso, ao ter aproveitado a revolução que fizemos na agricultura tropical nos anos 70 e 80 –, em um País que não era competitivo em muitos setores, e passou a ser um grande *player* no mercado internacional.

A nossa área, Senadora... A senhora é mais jovem, mas eu estudei no Colégio Estadual Campograndense, em que o Cerrado era uma área imprópria para agricultura. Isso não faz tanto tempo assim, apesar dos cabelos brancos. Então, foi a revolução tecnológica que transformou isso.

Temos as mudanças climáticas, que também terão impacto significativo: áreas que são apropriadas deixarão de ser; áreas que não são passarão a ser.

Todos esses fatores precisam ser tratados com a inovação, e o desafio da sustentabilidade precisa também de inovação. Sustentabilidade e competitividade, eu resumo esses desafios nesse binômio. A resposta, a única resposta, é inovação.

Dito isso, eu quero fazer a vinculação entre a inovação e a propriedade industrial ou a propriedade intelectual.

Propriedade intelectual e inovação são quase que irmãs siameses. Podem, às vezes, uma puxar a perna para um lado ou para o outro, entrar em conflito, podem brigar, mas são irmãs siameses.

Nós não temos registro, na história recente do desenvolvimento da humanidade, de nenhum caso de país bem-sucedido que tenha prescindido da inovação; e, para que seja um país forte na inovação, ele precisa da propriedade intelectual, que protege os ativos intangíveis, que são aqueles nos quais se baseia, em grande medida, a inovação.

A segurança da propriedade é geral. Nós precisamos dela para o desenvolvimento. E precisamos também da segurança da propriedade intelectual, da propriedade Industrial. É impossível imaginar o enfrentamento desses desafios sem inovação e sem um sistema de propriedade industrial sólido que corresponda à realidade.

Esse sistema de propriedade industrial tem o papel fundamental de atrair incentivos e de incentivar investimentos em inovação, e os dois eixos no principal mecanismo de proteção são a concessão de um monopólio para o inovador e, ao mesmo tempo, a informação tecnológica que essas cartas-patentes contêm.

Essas informações tecnológicas são riquíssimas e permitem, enquanto o eixo monopólio, que se conceda esse monopólio para a exploração daquela inovação que foi resultado dos investimentos feitos. Isso nos garante estar na fronteira, enquanto o uso da informação tecnológica garante o quê? Garante que os nossos mercados sejam mais competitivos, porque permite a entrada de mais empresas.

Aqui no Brasil nós tivemos uma experiência absolutamente bem sucedida, que foi com o mercado de medicamentos. Como a entrada do genéricos mudou radicalmente o mercado de medicamentos: acabou tabelamento de preços, acabou todo aquele problema, e hoje a população ainda paga preços elevados, mas muito, muito mais baratos do que pagava antes. Por quê? Porque as empresas, as instituições têm acesso às informações tecnológicas contidas em cartas de patentes, para produzir aqueles medicamentos que atendem às necessidades da população.

O setor agropecuário não tem se beneficiado desses mecanismos, e não tem se beneficiado porque, até a última revolução, quem se encarregou de produzir, em grande medida,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

as inovações foram as instituições públicas. Mas agora o paradigma é outro; não é um problema da incapacidade da Embrapa de dar conta.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN – Podemos multiplicar o tamanho da Embrapa, podemos fortalecer e devemos fortalecer as universidades, as instituições públicas de pesquisa. A inovação hoje é um desafio de toda sociedade. Nós precisamos mobilizar todas as forças, as empresas privadas, todas as instituições públicas e privadas. E, por isso, nós precisamos fortalecer o nosso sistema de propriedade intelectual.

O Brasil vive um momento difícil, por conta da restrição financeira, e nós precisamos reformar o Estado brasileiro, que é um Estado que eu, alguns anos atrás, em um artigo, caracterizei como um Estado inflado e, ao mesmo tempo, insuficiente; um Estado ineficiente, um Estado injusto. Então, havia uma série de "is". Nós precisamos fazer essa reforma. Muitas estão se encaminhando, como a reforma da previdência, mas nós precisamos fazer essa reforma olhando o futuro. Nós não precisamos fazer reformas que debilitem as instituições para o futuro.

Então, eu quero deixar aqui a minha visão de que, da mesma maneira que nós não podemos prescindir de um sistema educacional forte, que, de fato, qualifique os brasileiros em todos os níveis, para serem atores do desenvolvimento, nós também não podemos prescindir de um sistema de proteção da propriedade intelectual. Nós temos que proteger a propriedade intelectual, porque é a propriedade do futuro, é a que está garantindo o futuro, tal como temos que proteger a propriedade da terra, a propriedade privada em geral, porque, se não tivermos clareza nisso, se não tivermos segurança jurídica, os investimentos não vão chegar e nós não teremos o desenvolvimento de que nós precisamos.

O INPI é a principal instituição do sistema de proteção da propriedade intelectual brasileira, com o nome de propriedade industrial. Tem sido uma instituição relegada, de certa maneira, abandonada pelo Governo Federal. Não se tem dado prioridade a essa instituição. E isso se traduz, então, em tempos demoradíssimos para concessão de cartas-patentes, no mal uso da informação tecnológica riquíssima que está lá, na má utilização de profissionais altamente qualificados para fazer análise de patente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN – Quando o Estado concede uma proteção, ele está concedendo um monopólio. Isso é muito sério. É a concessão de um monopólio. Então, precisa ser feito com muita base, com muito fundamento técnico, para que não provoque distorções no mercado e, sim, seja uma condição de desenvolvimento.

Então, nós temos que pensar, Senadora, como podemos contribuir para, primeiro, melhorar o marco legal que rege a proteção da propriedade industrial no Brasil, que precisa ser atualizado em muitos pontos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ANTÔNIO MÁRCIO BUAINAIN – E, segundo, como fortalecer essa instituição, para que ela possa desempenhar seu papel.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Sr. Antônio. Realmente, a abertura de mercado é importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Em seguida, passo a palavra ao Pedro de Abreu e Lima Florêncio, assessor especial da Secretaria de Governo da Presidência da República.

O SR. PEDRO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado.

Exma. Senadora Soraya, Exmo. Senador Lasier, Exmas. Senadoras e Senadores aqui, prezadas senhoras, prezados senhores, é um grande prazer estar aqui para fazer essa apresentação, representando a Secretaria de Governo da Presidência da República.

Antes de começar aqui a minha apresentação, eu precisaria fazer um pequeno *disclaimer*, que é o seguinte: a Secretaria de Governo da Presidência da República é um dos ministérios que compõem a Presidência da República, e o tema de propriedade industrial não é um dos temas de competência precípua, aí, da Secretaria de Governo. No entanto, como cabe à Secretaria de Governo também o relacionamento e a articulação, a coordenação política com outras entidades, com o Governo Federal como um todo, especificamente com a Casa Civil, que é outro ministério que compõe a Presidência da República, então a gente vai abordar esse tema. E eu tenho uma certa experiência também, por conta de já ter trabalhado na Casa Civil, por ser de uma carreira típica de Estado. Já estou há um bom tempo aí no Governo Federal. Trabalhei também no Ministério da Fazenda.

Bom, a política de inovação é uma das políticas principais do Governo, é uma das políticas prioritárias. Como tal, ela não pode ser nunca desprezada. E vem sendo objeto de preocupação, já há alguns anos, essa política de inovação.

A propriedade industrial é uma parte fundamental da política de inovação. Então, vem sendo objeto de uma atenção mais específica do Governo brasileiro. Especificamente, a propriedade industrial estimula a competitividade, a produtividade, melhora os indicadores econômicos. Pode propiciar uma inserção mais competitiva do Brasil no cenário internacional.

O que o Governo Federal vem fazendo, já há algum tempo, é olhar mais especificamente a questão do INPI. Como o professor bem falou, é um dos órgãos fundamentais, um dos pilares básicos da política de propriedade industrial.

Nesse sentido, o principal problema que acomete o INPI é como dar vazão ao enorme *backlog*, ao enorme estoque acumulado de pleitos, especificamente com relação a patentes. Existe um *backlog* com relação a marcas, mas o problema é menos grave do que com relação a patentes.

Por incrível que pareça, na verdade, o problema com relação ao *backlog*, ao estoque acumulado do INPI, não é o *backlog* em si, mas é como dar vazão ao *backlog*. Ou seja: o problema é o *backlog*, mas o *backlog* por examinador. Por quê? Porque, se formos analisar, o *backlog* do Brasil, o estoque acumulado do Brasil é grande, mas, comparado com outros países, ele não é tão grande. Então, por exemplo, nos dados que eu tenho aqui, do Brasil, havia um *backlog* com relação a patentes de mais ou menos 200 mil, no final do ano passado, ao passo que o *backlog* dos Estados Unidos é três vezes maior, mais ou menos 610 mil. Só que o problema é que, enquanto o Brasil tem por volta de 200 examinadores, os Estados Unidos têm 10 mil. Então, se a gente for colocar o indicador que interessa de fato, é o quê? É *backlog* por examinador. Aí realmente o Brasil está muito mal. Especificamente, então, é esse o problema que temos que atacar.

O problema também é que esse indicador vai redundar em quê? Num tempo de análise muito grande. Esse é o principal responsável pelo tempo de análise enorme do INPI com relação a patentes especificamente. Então, o tempo de análise médio, o prazo médio de análise do INPI

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

se encontra por volta de dez anos, para vocês terem uma ideia. Ou seja, hoje em dia, o INPI está analisando pedidos, pleitos de patentes de dez anos atrás. Logicamente isso daí não faz sentido, num País que quer valorizar uma política de inovação.

Então, quais as principais...

E esse prazo médio de análise de dez anos... Na verdade, se formos analisar os outros escritórios no mundo, os principais escritórios têm um tempo de análise que varia entre um e dois anos. Por exemplo, o prazo médio de análise nos Estados Unidos é de 2,3 anos; na Europa, 1,9 ano; na China, 1,8; no Japão, 1,3; no Brasil, mais ou menos dez anos.

Então, como resolver esse problema? A solução imediata, usual, padrão, seria o quê? Como o problema é um indicador *backlog* grande por examinador, qual seria a resposta padrão? Aumentar o número de examinadores. Mas estamos num cenário de restrição fiscal. O Governo não tem condição de fazer concurso público e aumentar o número de examinadores por essa via. Então, precisamos de formas alternativas para resolver isso. Como resolver isso de forma alternativa? A forma mais imediata, que salta os olhos, é melhorando a produtividade. Seria isso.

Então, para melhorar a produtividade, o INPI, de fato, ao longo dos últimos anos, tem atuado em diversos eixos. Eu cito aqui quatro principais eixos de atuação para melhoria da produtividade do INPI: o eixo de gestão, por meio da simplificação de processos e procedimentos; o eixo de cooperação internacional, buscando assimilar as melhores práticas internacionais, de maneira a agilizar os processos; o eixo normativo infralegal, também melhorando os procedimentos internos do órgão que dependam, às vezes, de algum normativo infralegal; o eixo pessoal também, que não seja a contratação direta, porque essa via está descartada, como eu disse antes, por meio da realização de forças-tarefas para exames e procedimentos mais complicados, priorização de alguns casos mais complexos e instituição do trabalho remoto, que, de fato, tem aumentado a produtividade dos examinadores.

Então, a atuação em todos esses eixos, de fato, foi responsável por uma melhora da produtividade do INPI. Se examinarmos de 2015 a 2017, em 2015 o INPI conseguia analisar 35 processos por ano, por examinador; em dois anos, em 2017, esse indicador foi para 55. Então, o INPI conseguia analisar 55 pedidos por ano, por examinador. Então, é um ganho de produtividade imenso, de fato, que ocorreu no INPI. Qual o problema disso? Esse ganho de produtividade que ocorreu no INPI não é suficiente, *per se*, para eliminar o estoque, para eliminar o *backlog* que existe. Uma hora isso ocorreria. Mantendo as condições usuais, *ceteris paribus*, como a gente fala em economia, uma hora esse estoque iria sumir. Acontece que iria levar muito tempo, e o País não pode esperar. A política de inovação é muito importante para o País.

Então, em função disso, já surgiram algumas propostas para fazer frente a esse problema. Outras iniciativas se fazem necessárias para resolver esse problema. A proposta mais importante que surgiu, para resolver esse problema, é uma proposta, um pleito de procedimento de análise simplificada, uma proposta de MP nesse sentido, tentando eliminar esse enorme *backlog*. Qual é a lógica dessa análise simplificada, dessa proposta de procedimento de análise simplificada?

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO – É fazer com que todos os pedidos que existissem no órgão até 30/12/2016 seriam objeto de uma análise mais rápida e simplificada, que não se debruçaria sobre os aspectos materiais da patente habilidade, mas simplesmente sobre os aspectos formais, concedendo, de fato, a carta-patente a esses pleitos que cumprissem os requisitos formais, mas deixando algumas válvulas de escape.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Quais são essas válvulas de escape? Deixaria a possibilidade de que eventuais peticionários que quisessem uma análise mais robusta, mais pormenorizada, com relação ao mérito, pudessem fazer esse pleito, para que o INPI fizesse uma análise mais robusta a respeito desse pedido específico. Outra válvula de escape seria que houvesse a possibilidade de um subsídio qualificado de terceiras partes. Então, se uma terceira parte sentisse que determinada patente sob análise seria problemática, poderia apresentar um subsídio, uma contestação, pedindo um exame mais robusto e pormenorizado. E também sempre há a possibilidade de recurso administrativo ou recurso ao Judiciário, caso alguém sentisse que aquela concessão da patente pudesse prejudicá-lo. Então, essas são as válvulas de escape que foram concedidas nessa proposta.

Então, o que que seria muito importante nessa proposta? Essa proposta, na verdade, se livra do estoque, mas é muito importante também garantir que o fluxo, a entrada de pedidos de patentes não fizesse com que houvesse um estoque daqui a alguns anos. Então, seria essencial que também o INPI garantisse isto: que o estoque não se repetisse daqui a alguns anos; ou seja, garantisse um fluxo constante de vazão dos pedidos de patentes.

E o que aconteceu com essa proposta? No ano passado, foi objeto de análise do Governo, e a posição do Governo foi que, na verdade, não se mostrou... Na verdade, o custo-benefício não foi detalhado da maneira como deveria, e, o mais importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PEDRO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO – ... a proposta de MP não conseguiu mostrar que o estoque não se repetiria depois de alguns anos, ou seja, que o fluxo... Que o INPI conseguiria dar vazão às entradas de pedidos de patentes.

Então, para resumir: hoje em dia, o que a gente tem é isto, uma melhora significativa. De fato, a gente vê que o *backlog*, pelos últimos indicadores que eu vi do INPI, de fato, com relação a patentes, está diminuindo, que essa diminuição é pequena, que em algum momento vai ser zerado o estoque, mas que talvez demore muito. Então, a gente precisa encontrar algumas outras formas de se livrar desse enorme estoque que existe, com relação ao exame de patentes, que afeta mais especificamente o setor agrícola, principalmente com relação aos defensivos agrícolas. As estimativas mostram que, quando se faz uso de defensivos agrícolas genéricos, há uma possibilidade de diminuição de até 25% dos custos.

Então, para resumir, é necessário que o Governo, que o Estado se debruce sobre o assunto, para tentar ver uma fórmula de se livrar desse enorme estoque acumulado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Pedro, por trazer a visão do Governo, que, pelo menos, a gente sabe que tem consciência e está preocupado em resolver.

Muito obrigada.

Concedo a palavra agora a Rafael Mafra, Diretor do Departamento de Temas Técnicos, Sanitários e Fitossanitários da Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

O SR. RAFAEL MAFRA (Para exposição de convidado.) – Obrigado.

Cumprimento a Exma. Senadora, cumprimento os Exmos. Senadores presentes e os membros da Mesa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Inicialmente, quero agradecer o convite. É um tema de grande importância e que tem um grande impacto sobre a agricultura brasileira, e acredito que existem vários aspectos que merecem ser discutidos. Alguns dos quais já foram trazidos aqui.

Então, eu queria pautar a minha fala em alguns aspectos, trazer aqui aspectos em que a agricultura se relaciona com a propriedade intelectual. Essas questões não acontecem somente na área de patentes, que já foi mencionada, mas em outras áreas.

Então, a gente tem cinco principais áreas em que a propriedade intelectual se relaciona com a agricultura: a primeira é a área de patentes; a segunda é a área de indicações geográficas; a terceira, a proteção de cultivares; a quarta, a área de inovação; e, em quinto lugar, eu destacaria aqui a atuação da Embrapa, e temos um participante da Mesa que é dessa instituição e que vai falar especificamente sobre isso.

Então, sobre esses aspectos, começando pela patente, a patente tem um reflexo na atuação do Ministério da Agricultura, na parte dos defensivos agrícolas, que já foi mencionada aqui.

Existe um impacto, sim, sobre os custos. É importante que se diga que a solução da questão de proteção patentária estendida para defensivos agrícolas precisa ser discutida e precisa ser solucionada, mas ela não vai reduzir tanto assim os custos da agricultura, como o Pedro Florêncio colocou, que representam aproximadamente 25% de alguns defensivos agrícolas. Então, ela traria uma solução, mas a gente sabe que não há uma solução simples para problemas complexos. Ela reduziria o custo, mas existem uma série de outros custos. A gente tem estudos da Conab que demonstram que maquinários agrícolas, mão de obra e outros aspectos influenciam no custo da produção agrícola.

Outra parte que as patentes impactam são os medicamentos veterinários que são utilizados. O Brasil utiliza medicamentos veterinários de ponta, para que tenha uma produção pecuária de ponta, como é característica do Brasil, e existe um impacto sobre isso aí também.

Um segundo aspecto são as indicações geográficas, que são o caso dos produtos que são conhecidos pela região de onde eles vêm. O caso estrangeiro mais conhecido é o champanhe. Aqui no Brasil a gente tem o exemplo da cachaça, dos cafés de Minas... Então, é um aspecto importante que também está relacionado, também está na nossa Lei de Propriedade Industrial e que tem uma expectativa de agregar valor à produção agropecuária e valorizar aquele produto autêntico produzido pelo homem do campo.

É curioso que as indicações geográficas no mundo geralmente são uma atribuição do Ministério da Agricultura. O Brasil tem uma atuação *sui generis*, em que as indicações geográficas não são exclusivamente agrícolas e são concedidas pelo INPI.

Um terceiro aspecto é a produção de cultivares, e a minha colega aqui ao lado deve falar especificamente sobre isso, mas também é uma concessão de propriedade intelectual de variedades de plantas, de variedades vegetais. Então, quando um agricultor, quando um pesquisador desenvolve uma nova semente que gera um novo tipo de planta, ela também pode ser protegida por 15 ou 18 anos, para exercer o monopólio da exploração por um determinado período de tempo. É curioso que esse aspecto seja pouco mencionado; ele tem uma grande importância para o agronegócio brasileiro, mas uma grande importância! Ele é concedido pelo Ministério da Agricultura hoje – e a gente também tem um pequeno número de analistas; a gente tem só quatro analistas dedicados a essa área – e tem um impacto muito importante, porque são as novas variedades de sementes, as novas variedades de plantas que vão aumentar a produtividade e que vão permitir que a gente desenvolva a nossa agricultura.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Um quarto aspecto que vale a pena mencionar é a questão da inovação. Então, a gente está caminhando, como o colega Antônio Márcio mencionou, a gente está avançando para o que a gente chama de agricultura de precisão, com utilização de *drones*, com a utilização de tecnologias, de Internet das Coisas, que é muito precisa, que aumenta também a produtividade, porque a disputa que o colega também mencionou do paradigma da próxima revolução agrícola se dá no aumento da produtividade, e esses aspectos de inovação trazem esse aumento de produtividade para o agricultor e para o pecuarista brasileiro.

Então, a gente chega a essa discussão da agricultura 4.0, que é a fronteira do conhecimento, e a gente precisa se preparar, enquanto Estado, para que a gente incentive a inovação, para que a gente privilegie aqueles que estão inovando e para que, de alguma forma, a gente proteja a inovação, que é o que vai nos levar para o próximo degrau de produtividade.

E um quinto aspecto, como eu mencionei aqui, é que a Embrapa, conhecida pela sua excelência dentro do Brasil, com ótimos aspectos de inovação, tem também um impacto muito grande sobre a agricultura.

Falados esses cinco pontos, eu acho que há algumas discussões que merecem uma discussão mais aprofundada. A primeira, eu diria, é o preço dos defensivos agrícolas, que consta aqui do requerimento para a realização desta reunião.

Considero que é muito importante a discussão sobre a concessão de patentes, que ela seja feita no tempo devido, mas existem outras questões que são importantes também. A concessão do registro concorre com essa questão da concessão de patentes. Então, quando você tem um defensivo agrícola para ser aprovado, ele corre em duas frentes: ele tem a concessão patentária, mas ele também tem a concessão do registro, que é feita pelo Ministério da Agricultura, pela Anvisa e pelo Ibama. Recentemente, essa discussão se acelerou, e a gente tem a presença de genéricos, a gente tem a presença de novas moléculas que podem ser utilizadas na agricultura, trazendo aí uma maior proteção para o consumidor, uma maior proteção para o meio ambiente.

E a gente tem também uma discussão de defensivos agrícolas, que é mais complexa para explicar neste pouco tempo, mas a gente tem uma discussão com a União Europeia. Na União Europeia, muitas vezes, existe uma molécula que já é usada, que já é consagrada, que tem um uso tranquilo, um uso de um defensivo agrícola já testado, e a União Europeia suspende a utilização dessa molécula para colocar os seus defensivos com patentes. Então, isso eleva o custo do nosso produtor aqui, e a gente deixa de utilizar o que já era genérico no Brasil.

Então, é uma discussão em que a gente não pode ser levado a acreditar que a União Europeia tem motivações apenas de saúde pública, mas tem motivações comerciais também, que impactam sobre o agronegócio. E é importante que a gente discuta, que a gente se coloque ao lado de outros países nessa discussão, para que a gente considere que o cancelamento de um registro de defensivo agrícola deve se pautar exclusivamente nas questões de boas práticas agrícolas, saúde da população e preservação ambiental, e não ser contaminado por aspectos comerciais, para privilegiar as indústrias de um ou outro país, em detrimento do interesse dos nossos agricultores.

Uma outra discussão que eu queria trazer aqui é a questão das indicações geográficas, que eu já mencionei. Como eu disse, no mundo inteiro, isso é uma atribuição do Ministério da Agricultura. Aqui, é atribuído ao INPI, que conduz com competência a questão, mas seria necessário, numa revisão legislativa, que já começou a ser discutida aqui...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

O SR. RAFAEL MAFRA – ... que houvesse um papel mais claro do Ministério da Agricultura dentro das indicações geográficas, porque as indicações geográficas funcionam como fomento para o pequeno produtor, como agregação de valor e como manutenção do homem no campo.

E, para isso, é necessário a gente aproveitar as negociações internacionais. A gente tem várias negociações internacionais hoje, em curso, com a União Europeia, com a Suíça e a Finlândia, a gente tem negociações com o México, e, nessas negociações, a gente pode aproveitar para ter o reconhecimento do nosso produto típico, das nossas indicações geográficas da cachaça, dos cafés, do mel, do camarão... A gente pode aproveitar para ter esse reconhecimento também do ponto de vista internacional.

A gente tem que aproveitar esse momento de discussão com que a gente está se deparando, as negociações e os modelos que outros países adotam, principalmente a União Europeia, para a gente aperfeiçoar o nosso sistema e poder avançar nesses aspectos importantes de propriedade intelectual, que, como eu mencionei aqui, são muitos, e a gente precisa ter uma visão mais global e sempre buscando aperfeiçoamento, para a gente avançar nessas questões.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Rafael. Mais um posicionamento do Executivo.

E, realmente, depois eu vou até comentar: a nossa fama lá fora, em relação ao meio ambiente, não é boa, e nós merecemos uma nota muito boa, porque nós estamos fazendo, sim, um trabalho bom. Temos muito a avançar, mas, enfim, aí a gente discute, assim que terminar.

Vou passar a palavra agora para o Sebastião Pedro da Silva Neto, Secretário de Inovação e Negócios da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA NETO (Para exposição de convidado.) – Exma. Sra. Senadora Soraya Thronicke, Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária; Exmo. Sr. Senador Lasier Martins; demais Senadores e Senadoras presentes; senhores representantes do Governo Federal; senhoras e senhores aqui presentes.

É uma honra para a Embrapa poder comparecer a esta Comissão para discorrer sobre o sistema de propriedade intelectual e a importância de políticas governamentais que contribuam positivamente para o agronegócio brasileiro.

O sistema de propriedade intelectual é uma peça central da atual economia globalizada e afeta, de forma distinta, os diferentes setores, incluindo o agronegócio.

Desenvolver um novo produto e levá-lo com sucesso ao mercado é um processo ariscado, demorado e caro. A integração de estratégias de propriedade intelectual e de negócios gera uma vantagem competitiva, ao garantir ao titular o direito exclusivo de exploração do ativo por um determinado período, dentro de um modelo econômico apropriado e vantajoso.

A agropecuária brasileira é diversa e complexa, e a Embrapa atua desde o fornecimento de variedades vegetais, que estão em domínio público, até o desenvolvimento de soluções de elevado conteúdo tecnológico, como é o caso das tecnologias de edição gênica, os CRISPRs, cuja regra de proteção intelectual ainda está em discussão internacionalmente. Mas há um ponto em comum na diversidade que caracteriza o agro e, principalmente, no que tange ao fomento, à pesquisa e ao desenvolvimento do setor: é importante que existam mecanismos que garantam a proteção intelectual.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

De forma geral, um sistema de propriedade intelectual forte e bem estruturado incentiva e promove a inovação, o financiamento em novos desenvolvimentos e a geração de conhecimento.

Dessa forma, a proteção intelectual tem como uma das finalidades remunerar a pesquisa e gerar um círculo virtuoso de avanço do conhecimento. As informações contidas nos documentos de patentes podem, por exemplo, ser livremente utilizadas para embasar novas pesquisas e o desenvolvimento de novos produtos ou processos, promovendo a geração de inovações.

Com a emergência da biotecnologia moderna, houve um impacto muito grande na estrutura do mercado, na indústria de defensivos, fertilizantes, no melhoramento genético e nas sementes. Na indústria brasileira de sementes, especialmente na de soja e de milho, observa-se uma grande interação e intercâmbio científico e tecnológico entre empresas públicas e privadas, buscando o estabelecimento de parcerias para a condução conjunta de pesquisas e desenvolvimento tecnológicos.

No caso da Embrapa, temos estabelecido diversos tipos de parceria, bem como de modalidades de desenvolvimento de novas tecnologias e de transferência de tecnologia. A Embrapa possui parcerias públicas e privadas, e, em cada uma delas, a questão da propriedade intelectual é delineada de acordo com as suas mais diversas particularidades. Nesse ponto, cabe destacar que as limitações e entraves dos atuais mecanismos de proteção intelectual no Brasil são sempre levados em conta no estabelecimento dessas parcerias. Além disso, o tempo gasto para se obter uma patente ou a proteção de uma cultivar, que hoje no Brasil é muito maior do que a média dos outros países, é igualmente considerado nessas relações. Nesse contexto, é necessário buscar continuamente o fortalecimento do sistema por meio de políticas de incentivo, aprimoramento e modernização do marco legal, de forma a precisar e a definir bem como reavaliar conceitos, critérios e procedimentos das tratativas utilizadas, a fim de otimizar os processos de proteção intelectual e assim propiciar um ambiente atrativo e eficiente para a promoção da inovação no Brasil.

Ou seja, há muito a avançar, mas, enquanto o avanço não se concretiza e enquanto não é possível obter um exame mais célere e usufruir de mecanismos mais robustos, a Embrapa faz uso dos sistemas de proteção disponíveis, ponderando sempre sobre as suas limitações. Vejamos, por exemplo, com mais detalhes, a questão a lei de proteção de cultivares. Temos vários projetos de lei em discussão. Há uma questão relevante, referente ao *enforcement* dos direitos – como fazer valer esses direitos, como fiscalizar –, e temos também uma questão importante sobre as sementes salvas. No entanto, se for feita uma análise temporal do aumento da produtividade de várias espécies agrícolas no Brasil frente à existência de mecanismos de proteção intelectual, temos um cenário em que a lei de proteção de cultivares foi fundamental. A partir de 1997, quando do início da vigência da lei, é notório o aumento da produtividade com a manutenção da área plantada. A evolução tecnológica foi um fator fundamental nesse contexto e tenho certeza de que a possibilidade de proteção de novas variedades de planta foi um incentivo fundamental para esse *boom* de produtividade no agronegócio.

Contudo, como mencionei antes, essa mesma lei que contribuiu ao incremento da produtividade por meio do incentivo à inovação no setor contém lacunas. E a Embrapa não detém todas as respostas para superar tais lacunas, mas provê subsídios técnico-científicos para contribuir ao debate. Por isso, claro é que precisamos aprimorar o sistema de proteção, revisitar os projetos de lei em curso para que eles continuem representando um incentivo para a inovação no País. Por mais que existam problemas, o atual cenário é melhor do que a inexistência de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

mecanismos de proteção. E é, para evitar que esses mecanismos sejam sucateados a ponto de se equiparar a condição de inexistentes, que o Legislativo e a sociedade precisam conhecê-los e contribuir continuamente para o seu aprimoramento.

Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Parlamentares, encerrando, eu gostaria de agradecer esse convite e a presença de todos.

Reitero que a Embrapa segue à disposição para contribuições técnicas ao debate, principalmente nos projetos de lei específicos que circulam essa matéria.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Sebastião, pela sua explanação.

Dando sequência, concederei a palavra a Maria Isabel Coelho de Castro Bingemer, Coordenadora da Comissão de Estudo de Cultivares da Associação Brasileira da Propriedade Intelectual (ABPI).

A SRA. MARIA ISABEL COELHO DE CASTRO BINGEMER (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos os presentes.

É um privilégio muito grande poder participar aqui desta discussão, deste debate amplo a respeito da propriedade intelectual e do impacto dessa proteção na agricultura, que tem crescido tanto e trazido tantos benefícios à sociedade como um todo.

A Associação Brasileira da Propriedade Intelectual atua no Brasil desde 1963, é uma associação bastante atuante, que tem uma preocupação muito grande em justamente demonstrar, como até já foi dito aqui pelos palestrantes anteriores, que é impossível você ter um cenário de inovação sem ter a garantia de um sistema legal que efetivamente propicie a proteção desses inventos, enfim, de toda a inovação que surge e, consequentemente, traz tanto benefício.

No caso da propriedade intelectual focada na questão da agricultura, uma questão que a ABPI entende ser muito importante ressaltar é que precisa haver um entendimento hoje de que a semente é uma tecnologia. Então, a semente pode conter não só uma, mas várias tecnologias no mesmo corpo, no mesmo bem material; então, vários bens e materiais dentro de um mesmo bem material. O Brasil hoje já dispõe de leis que asseguram a proteção para o que já está aí. E é importante que, pelo menos, exista essa manutenção, porque restringir a proteção significa desestimular o investimento no desenvolvimento de novas tecnologias. E, considerando que a semente é uma tecnologia, você pode ter, por exemplo, como já foi dito aqui, a proteção da variedade vegetal nova que foi desenvolvida. Ela teve um melhoramento, e esse esforço intelectual do melhorista, pela Lei de Cultivares, merece um retorno através de pagamento de *royalties* a partir do momento que se obtém esse certificado de proteção junto ao SNPC.

A semente também tem, pode ter biotecnologia nela inserida. O que é a biotecnologia? A biotecnologia não é exatamente a planta; é um composto químico. Você faz uma alteração no DNA da planta, introduzindo uma coisa que ela, como planta, nunca teria, para ela justamente ter uma característica, como, por exemplo, ser resistente a um herbicida ou conter nela um inseticida que justamente vai protegê-las das pragas. Na planta, por si, com o melhoramento vegetal, com o processo de seleção que o engenheiro agrônomo faz em viveiro, isso nunca seria alcançado, porque essa característica não pertence à espécie vegetal. Esse trabalho que é desenvolvido em laboratório e que demanda 15 anos de pesquisa recebe a proteção por patente. A nossa Lei de Propriedade Industrial possibilita o patenteamento desse composto químico, desse extrato de DNA que é inserido, então, no DNA de uma planta. E, a partir da patente, você

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

também tem, como bem disse aqui o Prof. Antônio Márcio, um monopólio durante um período, o que te autoriza a cobrança dos *royalties*.

Então, é importante esse entendimento de que existem duas legislações. Pessoas alegam que essas duas leis teriam pontos conflitantes e que, pelo fato de você ter uma biotecnologia introduzida numa planta, a única lei de regência nessa situação seria a Lei de Cultivares. Consequentemente, como bem disse o Dr. Sebastião, o *enforcement* da Lei de Cultivare*s* é mais restrit*o*. E aí você teria menos possibilidades de exercício desse monopólio pela Lei de Cultivares. Na verdade, o que a ABPI defende é justamente a possibilidade de convivência desses dois sistemas, porque você não tem... São objetos distintos. Uma coisa é a variedade vegetal, que foi melhorada, e existe uma proteção nesse sentido. Outra coisa é a biotecnologia, que tem a sua regência pela lei de patentes.

E, com base nessa discussão, a ABPI entendeu ser importante... Em 2004, editou uma resolução, trazendo justamente essa explicação e esse posicionamento de que a Lei de Propriedade Industrial está em harmonia, toda a disciplina está em harmonia com a Lei de Cultivares.

Além da Lei de Cultivares e da Lei de Propriedade Industrial, também é importante nessa área a Lei de Biossegurança e a Lei de Sementes e Mudas, todo um arcabouço legal que garante a possibilidade de você formalizar esse mercado de sementes e garantir aos inventores, aos melhoristas o devido retorno pelo esforço intelectual e para que eles também tenham a possibilidade de continuar desenvolvendo essas pesquisas, seguindo adiante e trazendo mais inovação para a agricultura.

É importante também... Eu esqueci de mencionar que a diferença técnica... Você não poderia patentear uma cultivar, uma nova variedade vegetal, porque, na verdade, ela não tem uma atividade inventiva, você está melhorando alguma coisa que já existe. Por isso que, falando de plantas, você tem uma regra específica e você vai ter uma proteção específica, porque isso não seria patenteável pelo regime da Lei de Patentes.

É importante mencionar também que tanto a Lei de Propriedade Industrial como a Lei de Proteção de Cultivares seguem os tratados internacionais que foram assinados pelo Brasil e estão em linha com os seus principais parceiros comerciais, tanto uma lei quanto a outra.

Acho importante também comentar aqui justamente a vantagem na adoção tanto da biotecnologia como também do estímulo ao melhoramento vegetal... Você conseguir congregar essas tecnologias em uma única semente. Primeiro, você possibilitou o plantio em áreas antes impossíveis de isso acontecer; e, segundo, você tem aí uma redução no uso dos herbicidas, você faz um controle mais efetivo com relação às plantas daninhas, você aumenta a produtividade com menos área de plantio, você usa menos combustível, tem uma maior eficiência na produção, e, obviamente, isso também traz muitos benefícios ao meio ambiente.

Há dados importantes aqui. Atualmente são aproximadamente 18 milhões de produtores, entre grandes médios e pequenos, em 28 países, cultivando sementes com biotecnologia em uma área de 179,7 milhões de hectares. Desde a safra 1998/1999, essa produtividade média das lavouras de soja no Brasil, uma lavoura muito importante, tem crescido 2% ao ano. A participação do Brasil no mercado da soja saltou de 20%, em 1998, para 44%, em 2018, ou seja, um incremento de 63 milhões de toneladas nas exportações.

Os ganhos acumulados com a soja até a safra 2017/2018, de acordo com a pesquisa realizada pela Empresa Céleres...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. • MARIA ISABEL COELHO DE CASTRO BINGEMER – ... chegam a US$20 bilhões. E pelo menos 50% se deve à adoção da biotecnologia, que representou uma redução de custo médio de US$38 para a soja RR, que é a soja resistente ao herbicida. Atualmente, com a soja Intacta, que, além do herbicida, tem a proteção contra as lagartas, a redução de custo médio é de US$26 por hectare.

Aqui a área global do mundo aumentou cem vezes. Quando começou a biotecnologia, a área era de 1,7 milhões de hectares; atualmente, são 179,7 milhões de hectares.

O Brasil, em 2015, ficou em segundo lugar em área plantada com culturas biotecnológicas – 44,2 milhões de hectares de soja, milho e algodão –, ficando atrás apenas dos Estados Unidos.

Aqui, a gente traz umas conclusões. A compra de semente certificada demonstra justamente o quão importante é para a agricultura você investir no melhoramento vegetal, tornando possível o plantio em áreas em que antes isso não seria possível, e você também agregar essa semente à biotecnologia, porque o produtor rural vê nisso uma vantagem. Ele está vivenciando essa vantagem. Por outro lado, replantar sementes que não são certificadas faz com que você perca, perca em vigor, além de haver uma redução na produtividade – já há um entendimento nesse sentido, ou seja, valorizando a tecnologia.

Com relação aos *royalties* praticados, existe esse questionamento em relação aos *royalties* que são praticados aqui e em outros países, quer dizer, são vivências diferentes, é uma situação fática jurídica e legal diferente, inclusive a produção no Brasil tem-se mostrado aí bastante relevante, sendo uma questão, uma discussão paralela a essa de valor.

E é isso.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Maria Isabel, muito obrigada pela sua participação, extremamente relevante.

Vamos passar para o nosso último orador, depois passamos para as considerações, para questionamentos, inclusive do e-Cidadania, cuja participação está muito boa.

O Prof. Antônio vai ter que se ausentar também por conta do voo.

Obrigada ao Antônio pela sua participação aqui.

Na sequência, concedo a palavra a Saulo da Costa Carvalho, Presidente da Associação dos Funcionários do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Afinpi).

O SR. SAULO DA COSTA CARVALHO (Para exposição de convidado.) – Boa tarde.

Sra. Senadora Soraya, Sr. Senador Lasier, eu agradeço aos senhores a oportunidade de estar nesta audiência pública e por terem acolhido o meu pedido de fazer esta audiência pública, claro que observando sempre as dificuldades do homem do campo e as dificuldades que nós vimos enfrentando.

Agradeço também a presença dos senhores aqui na Mesa pelo belo debate, pelas informações trazidas.

Apresento que eu, da Afinpi, INPI, não estou aqui sozinho, estou com a Vice-Presidente da Afinpi, Adriana, que também pode acolher qualquer pergunta, pode acolher qualquer demanda de vocês. Nós estamos aqui para trazer soluções.

Está aqui o meu contato.

O Instituto Nacional da Propriedade Industrial tem um rol de atividades, entre elas a patente, da qual vamos tratar hoje, mas ele trata também da questão da indicação geográfica, que é um elemento importantíssimo e que mereceria um tempo maior para ser discutido.

Esse aqui é o panorama da propriedade industrial no mundo. Mas, antes de entrarmos nesse panorama, eu queria fazer só um *abstract* do que realmente nós queremos trazer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A propriedade industrial se funda num pacto. O inventor, a empresa titular que faz um depósito tem que descrever minuciosamente a sua atividade inventiva e minuciosamente toda a pesquisa que ela fez para a geração daquela novidade. Ao receber essa informação, o Estado faz a análise e concede o monopólio patentário por conta de todo esse esforço, que o Sr. Sebastião Pedro colocou aqui, que demanda... A inovação demanda tempo, investimento e, sobretudo, risco. Então, ela tem que ser compensada por isso, e nós defendemos isso dentro do instituto, defendemos e reconhecemos esse ponto.

O que nos traz aqui é exatamente o fato de a primeira parte da propriedade industrial, do pacto não estar sendo cumprida, o que para nós é muito importante. Quando o depositante entrega o seu pedido minuciosamente detalhado, cabe ao Estado, através de políticas de propriedade industrial, fomentar a iniciativa privada, fomentar o mercado interno a fazer o aproveitamento daquelas informações, a modernizar todo o seu parque, modernizar produtos e serviços e, com isso, gerar emprego e renda. Traduzindo, você pega a inovação, aproveita licitamente todo o processo de desenvolvimento, toda a linha racional para você chegar àquilo dali, absorve isso para o mercado.

O primeiro passo, antes da inovação, dentro do pacto, é você absorver essa tecnologia e, através dela, aquecer o mercado através de competitividade. Então, você pode formular genéricos, você pode formular similares, você pode aproveitar todo aquele rol tecnológico descrito para fazer, no terceiro passo, a própria inovação.

Hoje, nós não temos no País uma cultura de propriedade industrial e nem na verdade políticas de aproveitamento da propriedade industrial. Quando nós tocamos em políticas de aproveitamento da propriedade industrial, nós não estamos falando em sangrar o orçamento público; nós estamos falando em fomento do mercado interno, de trazer aquela informação para dentro e criar com isso opções. Hoje, nós temos muito poucas opções dentro do País de aproveitamento da propriedade intelectual. Nós trouxemos, por exemplo, o exemplo da semente, que nós defendemos – não temos nada contra a semente de soja –, mas à qual você não encontra similar no mercado, você não encontra genérico no mercado. Então, o crédito rural, o financiamento que o agricultor, que o pecuarista pega acaba sendo para pagar um sobrepreço da propriedade industrial face à falta de competitividade e à falta de opções de genéricos e similares, coisa que tem que ser corrigida.

Vivemos em um País – e 20% das áreas aráveis do mundo são brasileiras; 9,5% dos recursos hídricos potáveis são brasileiros – em que há mais de 3,3 mil horas de insolação anual e dentro do qual há, no mínimo, quatro climas definidos. A nossa vocação agrícola é enorme. Nas palavras até do nosso Presidente, "Israel, que não tem condições, faz; por que nós, que temos todas as condições, não fazemos?". Essa pergunta é extremamente pertinente.

Voltando ao foco patentes, nós temos, no ano de 2017, mais de 3 milhões de depósitos de inovação, pedidos de monopólio de inovação no mundo: 60% estão naquela região asiática dos três países. O Brasil recebe em torno de 30 mil depósitos por ano. Significa o seguinte: de 3 milhões de depósitos de inovação no mundo, 30 mil pedem proteção no Brasil. Temos mais de 3 milhões de tecnologia livre, que poderia ser absorvida, que poderia ser tratada, que poderia ser investida na Embrapa, no Instituto Pensar Agropecuária, nos outros institutos, nas universidades, conseguir que a iniciativa privada tenha realmente uma parceria com institutos de desenvolvimento tecnológico e aproveitamento. Volto a falar: cadê os genéricos? Cadê os similares? E que nós pudéssemos fazer com que a propriedade industrial fosse como é feita lá

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

fora: financiada pela iniciativa privada, financiada pelo mercado. E isso vai na linha do nosso Ministro Paulo Guedes. Nós não estamos falando nada contrário a isso.

No próximo eslaide, eu estou entrando diretamente na questão da propriedade industrial ligada ao campo. Apenas 10% dos pedidos de patentes ligados ao agronegócio estão depositados aqui no País, e 80%, no mínimo, estão livres, tecnologia que não foi depositária, que pode ser aproveitada nos nossos centros de pesquisa e, inclusive, na indústria nacional, havendo uma parceria para esse desenvolvimento, e nós não aproveitamos isso.

Essa informação não está atualizada, ela é do ano de 2014. Então, até mesmo nossos centros de pesquisa não atualizam essas informações. A gente precisa saber para onde caminha a tecnologia e como nós podemos aproveitá-la de uma forma melhor.

Aqui a gente está falando do tempo de análise, que passa, normalmente, de dez anos, e que cria para a gente um incômodo enorme, que é o parágrafo único do art. 40 da nossa lei, que fala que nenhuma patente vai ter menos de dez anos de duração, a partir da data do seu deferimento. Então, se você demora 14 anos, você vai ter preços monopolísticos no Brasil por mais quatro anos do que qualquer outro país do mundo. Isso diminui a nossa competitividade de mercado e isso sangra o produtor rural. O produtor rural geralmente já começa a safra endividado pelo financiamento. Então, a gente luta para que esse artigo seja indeferido, para que esse artigo, aliás, seja retirado dessa lei, esse parágrafo único.

E aí eu volto a uma questão trazida pelos colegas daqui da Mesa. Os Estados Unidos têm hoje cerca de 9 mil examinadores de patentes; a China está no mesmo patamar; a Europa tem 6 mil; o Japão, que é do tamanho do Rio de Janeiro, tem 1,8 mil. Por que eles têm esses números todos de examinadores, enquanto no Brasil a gente está na faixa de 400 a 450? Deixo essa pergunta que, lá na frente, eu vou responder.

O exemplo que nós demos foi o da semente. Esse exemplo é fotográfico, é um exemplo emblemático do que acontece hoje no nosso agronegócio.

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAULO DA COSTA CARVALHO – Como não há competitividade, os preços monopolísticos chegam a 150% superiores ao que é feito aqui do lado, na Argentina, o que fere a nossa exportação e fere a nossa competitividade. E isso é pago pelo Estado, através dos financiamentos.

A gente tem que tentar diminuir esse sobrepreço e melhorar a nossa competitividade, melhorar inclusive o investimento no campo, porque o que eles gastam nesse sobrepreço eles deixam de investir onde? Em maquinário, em modernização, em melhorias até do próprio solo. É uma racionalização do investimento, que é o que eu venho trazendo para vocês aqui.

Eu trago mais um exemplo, que são esses três defensivos aí. Só eles movimentam 300 milhões, ou seja, 75 milhões a mais do que realmente se pratica nos países vizinhos. Esse é o sobrepreço que eu estou trazendo, e não estou indo contra as empresas; eu estou pedindo que o Estado tenha políticas de desenvolvimento que fomentem o mercado interno.

Nós julgamos por baixo, para termos segurança, que o prejuízo chega a R$1 bilhão só na questão do agronegócio – jogando por baixo. Isso se deve à ineficiência do Estado em aparelhar o órgão regulador da propriedade industrial, o INPI, e em não fazer políticas eficazes que façam com que o nosso mercado interno se torne mais aquecido, mais competitivo e melhor estruturado, porque falta essa estruturação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Eu acho que nós temos aqui algumas medidas necessárias. Nós defendemos que haja realmente um órgão colegiado, como foi pensado no passado, um GIP, que aproveite a propriedade industrial dentro da linha política e do planejamento estratégico de cada ministério, fazendo com que todos os investimentos e todos os valores gastos sejam feitos em políticas em conjunto, o que poupa também os investimentos estatais.

Que nós tenhamos políticas de fomento e aproveitamento da informação tecnológica. Boa parte dos gastos que nós temos em ciência e tecnologia e em pesquisa científica poderia ser poupada, economizada se a gente aproveitasse as informações que já constam nos documentos de patentes, caminhos que já foram trilhados.

E aí é que entra a parte mais, digamos assim, negra do que nós trazemos. Os Estados Unidos, os outros países têm um número grande de pesquisadores, por quê? Porque o pesquisador lá, ao contrário daquele do Brasil, não fica só sentado, olhando uma tela de computador e vendo a coerência das informações para exarar um deferimento ou um indeferimento de patentes. Eles se articulam com o mercado, eles fazem uma coisa chamada capacitação: eles vão às fábricas, às feiras científicas, aos centros de pesquisa, eles levam a informação que eles leram, eles recebem, na verdade o que eles estão fazendo lá. Você tem uma dinâmica de mercado. Então, o governo faz com que a iniciativa privada e o mercado interno absorva aquilo ali e tenha, na verdade, cada vez preços melhores e uma condição melhor.

Quando se discute INPI, se fala no *backlog.* O *backlog* é o tempo que a gente demora para dar uma resposta a quem está pedindo o monopólio. Mas eu pergunto para vocês: nesta mão aqui, da propriedade industrial, que é a descrição do pedido patentário e a informação tecnológica, cadê o Brasil? Todos os países concedem o monopólio para se aproveitar daquela informação e ter um desenvolvimento interno. A gente não enxerga isso; a gente enxerga a demora na concessão do monopólio como o nosso problema, quando o nosso maior problema é o não aproveitamento pelo Estado de toda essa riqueza tecnológica que está presente, que está livre. O nosso País é enorme, o nosso potencial é enorme, o Mercosul prova isso.

Então, na época em que falaram do deferimento sumário, olhando a questão do Brasil, eu perguntei para várias pessoas: por que não o indeferimento sumário? Porque deferimento sumário vai gerar monopólio até para quem não tem: você não vai examinar; então, você pode ter patentes fracas, pessoas que não tenham direito... Você vai gerar um monopólio e vai embotar o mercado interno.

Volto a lembrar o nosso Ministro da Economia na defesa da livre iniciativa e do mercado interno. Estou andando na mesma linha e pedindo o fortalecimento do INPI.

Então, por que não o indeferimento sumário? E aí as pessoas vão à Justiça discutir isso, ou vão cobrar que haja o que tem que ser feito: o exame.

Eu estou falando esse absurdo porque ambos os lados são absurdos – o deferimento e o indeferimento –, porque a gente defende o exame, a gente defende que haja um maior número de examinadores para o INPI não só para examinar, mas para fazer o que os Estados Unidos fazem: levam informação para o mercado e recebem.

A simplificação de exames no País é algo que beira a irresponsabilidade. Sabe por quê? Porque mais da metade dos pedidos feitos ao INPI não viram patentes, seja por não terem mérito, seja por terem sido abandonados, seja por arquivamento. Esse dado é real e é concreto.

Quais são os resultados esperados disso? A gente espera – ao perguntar "E o Brasil?" – que o Governo cumpra a parte dele e entenda que ele tem que democratizar a tecnologia, ele tem que fazer com que realmente essa dinâmica aconteça, e que o mercado interno, a iniciativa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

privada também cobre isto: o fomento a ela e a melhoria de competitividade, a entrada de novas empresas e o fortalecimento das que existem. A gente não pode aceitar que, no nosso País, a cada dez empresas, seis ou sete sejam fechadas por falta de um direcionamento que o Governo poderia fazer e que não sangra o orçamento.

A gente imagina, com isso, impulsionar a valorização de produtos brasileiros. A gente impulsiona a valorização na medida em que a gente agrega valor a eles com tecnologia – e eu não preciso entrar na indicação geográfica, porque seria uma coisa mais extensa; motivar a entrada de investimentos nos setores estratégicos e, melhor do que isso, internalizar o conhecimento. O conhecimento no Brasil ainda passa a ser um tabu...

(*Soa a campainha.*)

O SR. SAULO DA COSTA CARVALHO – ... para a grande maioria; criar uma proteção melhor para a economia e a competitividade, que é uma coisa que nós estamos lutando para que haja; um crescimento sustentável e o aproveitamento desse potencial brasileiro – o tamanho do nosso País, as terras aráveis que nós temos; e a diminuição dos preços.

Chamamos a atenção para algumas atividades legislativas. E, volto a falar, em especial, do PL 2.334, de 2019, que está quase aprovado na Câmara e que fala da permissão de celebração de convênios ou parcerias com o INPI, que é, minha gente, desculpem usar esse termo de novo, uma gambiarra. Em vez de você capacitar o órgão, e o órgão fazer a parte dele, capacitando o mercado e melhorando o homem do campo, não; você vai fazer com que haja uma parceria com centros de pesquisa; os centros de pesquisa vão atacar somente o *backlog*, a informação tecnológica continua não sendo aproveitada e a articulação com o mercado continua não sendo aproveitada.

É essa a nossa preocupação que, republicanamente, nós viemos trazer aqui.

Senhores, muito obrigado, muito obrigado mesmo, e contem conosco para qualquer dúvida, para qualquer questão que vocês tenham e que não tenha sido abordada aqui, mas nós estamos à inteira disposição.

Senadora, Senador, grato. Desculpem-me ter passado do tempo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Imagine! Quem dera a gente pudesse ficar aqui discutindo, porque há muita coisa para ser discutida. Muito obrigada, Saulo, pela sua participação.

O Senador Lasier, graças a Deus, conseguiu ficar esse tempo todo. Então, concedo-lhe a palavra, para o senhor dar andamento.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Obrigado, Senadora. É que há temas, pela ordem, ali, na outra Comissão, que estão muito lentos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Antes de qualquer coisa, quero parabenizar o senhor pela iniciativa. Foi muito rico!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Também gostei muito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Parabéns!

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS. Para interpelar convidado.) – Gostei muito, achei que valeu a pena pelo que já tivemos até agora, porque o objetivo principal era examinar, avaliar os impactos da indústria química, principalmente, sobre a agricultura, e ouvimos depoimentos muito preciosos, embora com um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

pouco de pessimismo, vamos dizer, pelo momento que nós vivemos. Já começou pela palavra do Prof. Antônio, cuja primeira frase foi do momento crítico que vive o Brasil. Ali ele deu a diretriz que depois se tornou uma certa rotina nos depoimentos, com um pouco de diferença, depois, no depoimento da Profa. Maria Isabel, que pintou um quadro bem mais auspicioso, mas a palavra de ordem que se ouviu até agora é de carências. Nós vivemos a época das inovações, mas temos pouca oportunidade de ingressar no ramo das novas tecnologias por dificuldades que são conhecidas. Em todos os setores do Brasil faltam recursos, não é?

Então, por exemplo, o Dr. Pedro Florêncio enfatizou muito essa questão da carência de meios até para dar vazão aos estoques acumulados de pedidos de patentes, em que a média é de dez anos. Ora, nos Estados Unidos, disse aqui o nosso depoente, é de dois a três anos. Quer dizer, nós levamos três vezes mais. Esse acúmulo extraordinário é o que nos faz retardar, e isso em um país que está se tornando o celeiro de alimentos do mundo, que é, aliás, o nosso futuro, até pela disponibilidade de terras agricultáveis que nós temos. Estamos apenas atrás dos Estados Unidos.

Uma das minhas perguntas – até ia deixar para fazê-la à Maria Isabel – é se não é verdade que nós temos mais terras agricultáveis que os Estados Unidos? Eles têm a melhor exploração, a melhor produção, mas uma dúvida que eu tenho é se nós não temos condições de ocupar o primeiro lugar, alimentar o mundo pela extensão do nosso território, que é o quinto território do Planeta, mas, em disponibilidade de espaço para produzir, é o segundo no momento.

O depoimento do Sr. Pedro Florêncio foi sobre esse acúmulo. Com isso, acontece aquilo que foi um dos motivos principais da nossa proposta de audiência pública: as causas de tamanha morosidade para examinar, para estudar e deferir patentes com esse mundo de gerente querendo colaborar, mas cujas invenções não têm destino.

Depois, no depoimento que foi o quarto que nós tivemos... Deixa eu me achar aqui... Eu fiz muitas anotações, porque, como proponente da audiência pública, eu quero também, depois, tirar proveito para as nossas futuras participações aqui na Comissão de Agricultura, de que tenho muita honra de participar pela primeira vez. Neste ano, eu fiz questão de vir para cá, até porque eu pertenço a um Estado de muita produção – sou do Rio Grande do Sul. Hoje temos muito respeito pelo Mato Grosso da Senadora Soraya, mas nós estamos na competição. Já fomos, muitos anos atrás, o primeiro, o celeiro principal do Brasil, mas temos perdido espaço porque o meu Estado hoje vive em crise em todos os setores, e os senhores estão acompanhando, principalmente em decorrência dos déficits das suas finanças públicas.

Mas eu queria fazer uma ou duas perguntas. Enquanto estive aí ligeiramente no seu lugar, Senadora Soraya, eu verifiquei um magnífico volume de perguntas pelo e-Cidadania, pela internet. Há perguntas maravilhosas, algumas mais complexas, outras mais simples, mas eu encontrei uma das últimas, que aproveito para fazê-la, é sobre a repercussão desses agrotóxicos em nossos alimentos, o que é uma questão permanente, é um temor que nós brasileiros temos de estar comendo produtos envenenados. Inclusive, eu estou preparando um trabalho sobre a mortandade de abelhas que se está vivendo no mundo, particularmente no Brasil e muito especialmente no Rio Grande do Sul. Só nos últimos três meses, houve uma mortandade de 100 milhões de abelhas, da qual o Município de Cruz Alta tem sido a maior vítima. Isso é resultado dos famosos defensivos, os pesticidas? É ou não é? Se é, o que se está fazendo para atacar? Quem sabe buscar defensivos menos nocivos, como, aliás, fez a França há pouco tempo, onde cinco defensivos estão proibidos. E nós aqui não temos praticamente uma fiscalização satisfatória nem mesmo da Anvisa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Na semana passada, tivemos um depoimento aqui de vários representantes da Anvisa, e eles disseram que não têm meios, já fazem muito em examinar medicamentos e produtos que podem afetar a saúde humana, mas, com isso, não têm tido muito tempo para cuidar até mesmo dos corais dos mares do Brasil, onde não há fiscalização. Estão sendo destruídos os corais, principalmente do Nordeste, Alagoas, Pernambuco, porque os cosméticos, os protetores solares estão matando os corais, e a Anvisa não tem condições de ver quais são esses filtros solares que estão causando esse grande prejuízo que está sofrendo a flora marítima.

Mas a minha pergunta eu não sei quem poderia responder. Os senhores e as senhoras saberão dizer melhor quem responde: com relação ao agrotóxico sobre os alimentos, a quantas andamos? Quem pode responder?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – O Rafael do MAPA vai iniciar? Se a Maria Isabel quiser depois e quem quiser complementar, à vontade.

O SR. RAFAEL MAFRA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Exmo. Senador.

Acho que essa é uma questão candente, é uma questão que mexe com o alimento na mesa do brasileiro. Então, é uma questão bastante importante. Mas, muitas vezes, eu tenho a impressão de que a gente está sendo contaminado por um discurso do europeu e do americano, que querem prejudicar a agricultura brasileira e por isso dizem que a agricultura brasileira utiliza muito agrotóxico.

A gente tem um dado da FAO que diz que o Japão é o país que utiliza mais agrotóxicos. Ele usam 11,75kg por hectare; a Holanda usa 4,59kg; a França, 2,4kg; a Alemanha, que tem um discurso ambiental muito disseminado, 1,9kg; e o Brasil usa 1,16kg por hectare. É claro que, se você olhar em valores absolutos, o Brasil usa muito pelo tamanho continental do seu território, mas ele usa muito pouco se comparado a outros países desenvolvidos. E aqui eu estou comparando somente com países que são expoentes tanto na produção agrícola como países que são expoentes na proteção ambiental. Então, a gente utiliza pouco.

Quando a gente olha os dados da Anvisa, que faz o PARA (Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos), a gente teve de não conformidades por volta de 19%, no último estudo que foi feito em 2015. Mas, desses 19%, 16%, ou seja, 16% do total, e não dos 19%, ou quase a totalidade eram de produtos que não eram autorizados para aquelas pequenas culturas. Então, a gente tem sempre o exemplo do pimentão e do morango, mas é porque eles são considerados culturas menores e por isso não têm limites estabelecidos para aquelas culturas. Mas eles utilizam agrotóxicos que são utilizados em outros... Excluindo esses, a gente tem uma não conformidade de 3%. Então, é uma não conformidade muito baixa e dentro do esperado. Acredito que a gente tem que se preocupar, a gente tem que estudar. A relação com as abelhas polinizadoras é fundamental, mas a gente não pode se deixar levar por um discurso que quer ser detrator da agricultura brasileira.

Como o senhor colocou, com muita propriedade, hoje, o Brasil caminha para ser o produtor de alimentos do mundo e a gente sabe que isso gera interesses econômicos nefastos em outros concorrentes que querem prejudicar a agricultura brasileira. Então, aí a gente vê notícia de supermercado na Europa que fala que não vai mais vender produto brasileiro porque usamos muito agrotóxico, que não vai mais vender produto brasileiro porque desmatamos a Amazônia, e não é verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

É fundamental preservar a saúde da população. Isso tem que ser prioridade absoluta de todos os Poderes da República. A gente tem que caminhar nesse sentido, mas sem deixar de olhar os dados que demonstram a realidade.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Não é pergunta. Foi dito aqui que é de apenas 25% a produção de genéricos, de similares. Não sei se foi o senhor que disse ou se...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Não foi dito? Bom, nós sabemos que as multinacionais são poucas, mas têm um domínio muito grande sobre esses produtos do Brasil. E aí eu pergunto: para reduzir custos na produção de alimentos, na agricultura, nós não temos possibilidade de produzir genéricos aqui para facilitar essa redução de custos?

O SR. RAFAEL MAFRA – Perfeitamente. A gente precisa dos genéricos. Ele têm um impacto sobre o custo do agricultor e, para liberar esses genéricos, para poder produzir esses genéricos, a gente precisa de atuar em duas frentes. A primeira é no registro dos agrotóxicos, que é feito pelo MAPA, Anvisa e Ibama; e a segunda é na questão patentária. Então, a gente precisa de um exame célere nas moléculas novas de agrotóxicos que são propostas ao INPI, para que seja mais rápido, para que não haja uma extensão do prazo, como prevê a lei, por exceder os dez anos de exame. E a gente precisa que esse exame seja feito e que não haja um monopólio sobre aquilo indevido durante o tempo do exame. Então, essas duas ações conjuntas, patentária e de agrotóxico, implicariam uma redução importante no custo do defensivo agrícola para o agricultor brasileiro.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODEMOS - RS) – Senadora, eu vou ter que me retirar, porque vai começar agora já a votação do projeto das armas, se vai ser reprovado ou aprovado o decreto do Governo e em que termos, na Comissão de Constituição e Justiça.

Depois vou ler as notas taquigráficas. Eu notei que há perguntas muito boas aí, que acho que vão proporcionar agora o aprofundamento das questões.

Eu peço desculpas por não poder ficar até o final. Eu gostaria muito, mas, como eu disse bem no início, nós aqui somos aquilo que se diz no futebol: a gente cobra o escanteio, cabeceia na área e ainda busca a bola no fundo do campo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Senador Lasier, pela sua participação, pela sua iniciativa.

Antes de passar a palavra para a Maria Isabel terminar de responder essa pergunta, eu quero só lembrar que essa pergunta é do Carlos Aparecido, de São Paulo. Obrigada, Carlos, pela pergunta. Daqui a pouco eu vou ler as demais. A pergunta dele foi exatamente assim: "Como está sendo fiscalizada a quantidade de agrotóxicos nos alimentos dos brasileiros?".

A SRA. MARIA ISABEL COELHO DE CASTRO BINGEMER (Para exposição de convidado.) – Só para complementar a pergunta dele anterior, aquele dado que eu apresentei foi retirado da pesquisa feita pela empresa Céleres. E, tendo em vista que com a melhoria vegetal hoje a gente consegue plantar em áreas antes inimagináveis, eu acredito que a tendência é que o Brasil siga crescendo – e aí desde que realmente o cenário seja de estabilidade e segurança jurídica para os investimentos em inovação continuarem acontecendo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Com relação aos agrotóxicos, eu posso contribuir com isto: justamente a biotecnologia vem auxiliar na diminuição desses usos dos herbicidas e defensivos químicos de uma forma geral. Por exemplo, posso citar a tecnologia Intacta hoje na soja: além de ela ter a resistência para um herbicida só, quer dizer, você usa menos, somente um, ela também contém, na própria folha da soja, o inseticida contra as três principais lagartas da soja e, quando a lagarta, então, morde a folha, ela ingere o inseticida da própria folha e morre. Então, menos químico que se usa na lavoura. É com o que posso contribuir aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Bacana. Obrigada, Maria Isabel.

Eu vou destacar alguns comentários e depois vou às outras perguntas.

O Gabriel Moreira, do Rio Grande do Norte, disse: "Deveria haver uma disciplina de educação ambiental desde o ensino infantil...". Muito bem, muito legal. Boa ideia, Gabriel. De repente, se não estiver em andamento alguma proposta legislativa nesse sentido, a gente pode trabalhar nisso.

Vamos lá. O Claudio Siqueira, do Distrito Federal: "A atualização da Lei [de Proteção] de Cultivares e a dependência que o agronegócio tem da importação de fertilizantes são temas que merecem atenção.".

E aí vamos passar para as perguntas. Vou direcionar algumas, mas depois fiquem à vontade para complementar.

A Vitoria Ribeiro, de São Paulo, disse o seguinte: "O agronegócio tem sido grande causador de desmatamento e desgaste da natureza, é necessário limitar o crescimento econômico para preservar.". Bom, essa aqui eu vou passar primeiro para o Rafael. Vou passar várias, Rafael, e aí você faz um *pot-pourri*.

O Nezio Jose, do Paraná: "Como tornar essas políticas públicas mais acessíveis aos pequenos produtores brasileiros?". O que o MAPA está fazendo? A gente vem com o Plano Safra agora...

A Juliete Santos, do Ceará: "Quais as propostas para minimizar os efeitos negativos do [...] [agrotóxico no] meio ambiente?". Vai nessa mesma linha.

O Antonio dos Santos, da Paraíba: "As políticas públicas teriam força suficiente, ou vontade, para barrar os interesses da grande indústria?".

O Marcelo Freitas, do Distrito Federal, pergunta: "Que tipo de medidas, em relação à propriedade industrial, estão sendo tomadas no combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos?".

A Loren Silva, de Minas Gerais, deu uma sugestão: "Uma maior competição no mercado de agroquímicos, hoje está concentrado nas mãos de poucas empresas.".

Então, Rafael, concedo a palavra para você. E aí fiquem à vontade os demais oradores.

O SR. RAFAEL MAFRA (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Senadora.

Algumas dessas questões foram respondidas quando a gente conversou aqui com o Senador Lasier.

Como eu disse, a utilização de agrotóxicos no Brasil não é tão grande quanto se pensa: é dez vezes inferior à do Japão. E não existe um uso indiscriminado. No último exame que a Anvisa fez, em 2015, houve apenas 3% de uso não autorizado de agrotóxico, de exceder o limite permitido.

Uma coisa importante de se dizer sobre o agrotóxico é que ele é examinado pelo Ministério da Agricultura, pela Anvisa e pelo Ibama antes de ser aprovado, então é um processo bastante sério, bastante cuidadoso. E, quando você estabelece um limite para um agrotóxico, você faz

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

estudos laboratoriais que estabelecem um limite de segurança muito seguro. E, quando você chega a esse limite, você divide ele por cem. Então, a quantidade de agrotóxico presente nos alimentos é segura para o ser humano e para o meio ambiente.

Respondendo à pergunta sobre o agronegócio e o desmatamento: de novo, eu acho que esse é um discurso que a gente tem comprado de europeus e outros concorrentes, que o usam para detratar o Brasil. A gente tem que no Brasil, nos últimos 40 anos, houve um aumento da área plantada de apenas 30% – 30% em 40 anos! –, portanto desde meados dos anos 70. E a produtividade no Brasil aumentou 386%. Então, o Brasil está exportando alimentos para o mundo não porque desmate as florestas brasileiras, mas porque ele teve um aumento na produtividade, com pesquisa da Embrapa, com pesquisa de pesquisadores privados, com pesquisa das universidades. O Brasil aumentou a sua produtividade e não a área desmatada.

Em 1977, portanto há 42 anos, o Brasil era um importador líquido de alimentos, o que significa que o Brasil importava mais alimentos do que exportava. Ele precisava das importações para alimentar a sua população. E hoje o Brasil é um dos poucos países que é um exportador líquido de alimentos, que exporta mais do que importa por conta desse ganho de produtividade. Então, esse discurso de que isso daí está sendo feito com base no desmatamento é também uma falácia.

Há outras perguntas sobre as quais eu infelizmente não tenho domínio, como a que perguntava como tornar essa política mais acessível para os pequenos produtores. É posição no Ministério da Agricultura de que todas as políticas sejam para grandes e pequenos produtores, mas infelizmente não é minha área de atuação. Eu não saberia me aprofundar nessa questão.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Alguém gostaria de complementar algo nesse sentido? (*Pausa.*)

Então, eu vou dirigir algumas para o Pedro aqui. E aí eu acho que o Saulo vai conseguir complementar algumas.

O Cesar Vianna, do Rio de Janeiro: "Para combater impactos negativos, não seria necessário um fortalecimento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial com valorização de suas atividades e do corpo funcional?".

O Cesar Vianna, de novo: "Dado impacto negativo para o agronegócio, por que não incentivar participação do setor em exame prioritário ao invés de simplificar o exame?".

O SR. PEDRO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO (Para exposição de convidado.) – Cesar, muito obrigado pelas perguntas.

Eu acho que você tem toda razão com relação ao fortalecimento do corpo técnico do INPI: com certeza é necessário. Isso é algo que já vem sendo feito. Quando eu mencionei o enorme ganho de produtividade do INPI que foi observado de 2015 a 2017, ele ocorreu muito também em função da atuação com relação a isso. Eu mencionei diversos eixos de atuação com relação ao INPI, o eixo de gestão, o eixo de cooperação internacional, o eixo normativo infralegal... E o quinto foi o eixo pessoal. Então, há diversas iniciativas aí com relação ao eixo pessoal. Algumas que eu menciono: existe a possibilidade hoje em dia do trabalho remoto no INPI. Foi-nos informado que isso foi um dos responsáveis pelos ganhos de produtividade. A desconcentração do exame, propiciando exames mais em sedes regionais, além de investimentos em informática e de perseguir as internacionais, para colher o que vem sendo feito em outros países. Acho que o Saulo pode complementar a respeito desse aspecto.

Com relação à segunda pergunta, é muito importante ressaltar aqui que essa ideia da análise simplificada de procedimentos com base simplesmente em aspectos formais e não a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

respeito do mérito da questão, de patentes, não foi adiante, e não foi adiante, principalmente pelo que eu expliquei, porque a análise, a conclusão a que se chegou foi que, mesmo que por uma iniciativa dessa sorte fosse possível eliminar grande parte do estoque com relação às patentes, não ficou comprovado que esse estoque voltaria depois de algum tempo, porque não ficou comprovado que o INPI seria capaz de dar vazão ao fluxo de entrada dos pedidos de patente. Essa foi uma das razões, dentre inúmeras outras. O que se alegou também é que poderiam existir patentes de duas qualidades: uma patente que seria concedida com base num exame que seria simplesmente formal e outra que seria feita com base numa análise mais robusta. Isso seria problemático para o mercado, por insegurança jurídica e diversas outras razões. Então, foi algo que não foi adiante.

Não sei se o Saulo quer complementar alguma coisa.

O SR. SAULO DA COSTA CARVALHO (Para exposição de convidado.) – Na verdade, o que acontece é o seguinte: o INPI... Nós não temos uma cultura de propriedade industrial no País, o que faz com que o próprio Governo – e isso não é crítica –, por não ter essa cultura, não olhe o INPI com os olhos que deveria olhar e com que a própria iniciativa privada, que também não tem essa cultura, não recorra ao INPI para abraçar a informação tecnológica e tornar melhor, tornar de maior qualidade, de maior modernidade o setor produtivo. Com isso, o INPI tem um número muito insuficiente de pesquisadores de propriedade industrial. Nós somos 450, sendo cerca de trezentos e poucos no exame mesmo, enquanto os Estados Unidos têm cerca de 9 mil e a expoente mundial de inovação, a China, já ultrapassa essa barreira de 9 mil, 6 mil na União Europeia. E não só fazem exame; eles se articulam com a iniciativa privada, eles democratizam essa informação e fazem com que ela seja realmente absorvida, criando competitividade. A inovação tem que ser uma opção. E, junto com ela, você tem que ter outras opções que valham você fazer esse aporte maior, como os genéricos, como os similares – isso preliminarmente. Então, qual é o nosso problema na análise? O número reduzido de pesquisadores, porque ela só pode ser feita por pesquisadores mesmo.

Eu até aproveito esse momento para saudar o chefe da Divisão de Propriedade Industrial do Itamaraty, o Ministro Maximiliano Arienzo, que está aqui; e também saudar dois ex-Presidentes muito caros para a gente: o Roberto Jaguaribe, que deu uma visão diferenciada para o INPI, e o ex-Presidente, hoje atual Secretário-Geral do Itamaraty, Otávio Brandelli, que foi responsável pelo nosso último concurso, por todo o plano de modernização do INPI com aporte de TI, pelo plano também de desconcentração do exame para as regionais, teletrabalho – hoje nós temos servidores que trabalham em casa e que conseguiram aumentar em mais de 30% seu aporte de entrega.

Só que os recursos tecnológicos têm um teto. Se a gente não tiver a pessoa humana lá para fazer esse exame e para orientar quem precisa da informação tecnológica, a gente não consegue promover o crescimento e a propriedade industrial não cumpre seu papel aqui no País.

Então, o fortalecimento do INPI é muito importante para fortalecer a Embrapa, o IPA (Instituto Pensar Agropecuária), para fortalecer outros institutos e instituições que também vão trabalhar com isso. E, com isso, também chegar na verdade às pequenas localidades, o que foi uma pergunta feita. Por exemplo, nós temos um país enorme, quatro climas, cada região do País, como bem colocou o Senador Lasier, tem uma vocação dentro da agricultura, tem na verdade um tipo de cultura diferente, que por si só já tem características que agregam àquele produto um valor, um sabor, algo diferenciado. E o produto brasileiro, principalmente o café, que é muito conhecido, e a soja são produtos importantíssimos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Então, investir na propriedade industrial e capilarizar isso para dentro do campo, do regional para o rural, é investir na pequena prefeitura, é fidelizar o indivíduo com a cultura que ele trabalha, aumentando o valor agregado dele. O INPI, na verdade, é como aquela pedrinha que a gente joga no centro do lago, que pode atingir, através de políticas de propriedade industrial, diversos outros setores, criando economia, criando emprego, melhorando condições do mercado interno de competitividade.

Eu defendo isso porque sou representante dos servidores, mas não há como defender o servidor sem defender a instituição. O indivíduo, para entrar no INPI, fazer o concurso do INPI, tem como pré-requisito básico o mestrado. Para ser pesquisador, ele tem no mínimo mestrado. Se nós não tivermos uma carreira atrativa e não tivermos o concurso, não vamos conseguir resolver a questão do *backlog* nem vamos conseguir fazer a capacitação externa. Isso se torna realmente muito difícil. A gente não está indo contra a maré, mas buscando alguma alternativa para trazer para dentro do mercado essa melhoria, sem, claro, pensar em gambiarras como deferimento automático, sumarização de exame ou convênios para terceirizar o que deveria ser do INPI. E, com essa terceirização, o mercado interno não vai ganhar nada. Tudo bem, o senhor ia entregar mais rápido o exame, beleza, mas você não capacita. Este é o problema: capacitar. Interiorizar e capilarizar essa informação para o desenvolvimento.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Saulo.

Vou passar a palavra para o Sebastião.

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA NETO (Para exposição de convidado.) – Eu gostaria de complementar aqui desde uma das perguntas do Senador Lasier. No Brasil, temos uma vocação para a pecuária e nós ouvimos isso desde sempre, que é o celeiro do mundo no futuro. Na verdade, essa vocação existe. Nós temos território, clima, solo. Nós temos tecnologia tropical. A Embrapa, nos últimos 46 anos, tem desenvolvido isso. Temos, como disse o Rafael, usado bem os defensivos. Na questão do meio ambiente, a Embrapa Territorial tem feito um trabalho por satélite que foi referendado pela Nasa, que os nossos produtores são os que mais preservam o meio ambiente. Então, tudo isso é fato.

Hoje um dos grandes desafios, e é um dos motivos por que nós estamos aqui nesta reunião, é o custo da nossa agricultura. Nós temos um modelo custoso de produção. Nossos insumos, a maioria, são importados, nós pagamos direitos patentários, taxas, *royalties*.

E nós temos, por exemplo, na empresa em que trabalho, na Embrapa, uma série de inovações vindo com um novo modelo de tecnologia voltado para o nosso clima e solo, é um modelo para os trópicos, mas esse modelo também tem que ser patenteado e rápido, quanto mais rápido for mais rápido vai impactar positivamente o nosso setor produtivo. Então, eu queria aqui, em nome da instituição Embrapa, cerrar fileiras no sentido de que nós temos que ter esse setor com mais gente, com mais celeridade, porque nós estamos produzindo tecnologia, e essa tecnologia tem que passar pelo crivo das patentes para a gente ter relevância a nível mundial.

Essa era a minha fala no sentido de colaborar com a nossa reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada.

Nós não temos mais nenhuma pergunta a ser feita. Então, na mesma sequência, vou conceder de um a dois minutos para as considerações finais dos senhores, agradecendo desde já a presença, o brilhantismo das explanações e o tanto que isso acrescentou para todo mundo que está nos assistindo, foi muito explicativo, muito bem explicado e trouxe mais tranquilidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

para as pessoas saberem o que o Governo está fazendo. A presença aqui do Executivo é esta: saber como o Governo encara, que consciência tem e o que pretende.

Então, Rafael, as considerações finais.

O SR. RAFAEL MAFRA (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senadora.

Eu queria, antes de tudo, parabenizar pela realização da reunião, pelos convidados. De fato, foi muito esclarecedor, muito ilustrativo. E, para nós, é uma oportunidade também de poder apresentar o nosso ponto de vista, apresentar as políticas públicas que estão em curso, é bastante importante.

Como recado final, eu queria brevemente dizer que a propriedade intelectual está muito ligada ao agronegócio, como ficou demonstrado aqui. Então, a questão das patentes, a questão dos cultivares, a questão das indicações geográficas, a inovação, a agricultura 4.0, a gente tem muito a crescer ainda e a gente depende das inovações legislativas, a gente depende do aperfeiçoamento legislativo e da correta aplicação da legislação que já existe para poder avançar nesse sentido e ter uma agricultura e uma pecuária cada vez mais pujante, se preocupando em alimentar o mundo preservando a saúde da população e o meio ambiente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Obrigada, Rafael.

Pedro.

O SR. PEDRO DE ABREU E LIMA FLORÊNCIO (Para exposição de convidado.) – Muito obrigado, Senadora. É um grande prazer estar aqui. Acho que o evento foi exitoso, foi uma oportunidade de receber informações, insumos, poder esclarecer alguns aspectos.

Eu queria colocar a Secretaria de Governo à disposição para a gente fazer um debate no futuro a respeito desse tema tão importante, que é tão essencial para o desenvolvimento do País, para uma inserção mais estratégica do Brasil no plano internacional. Lembro que é importante que outros atores sejam também chamados para este debate, especificamente o Ministério da Economia, o MCTIC, a Casa Civil. Então, estamos à disposição. Para os problemas que ressaltei na minha fala, lembro que é importante pensar em soluções para alguns problemas que a gente sabe que existem, a questão dos examinadores no INPI é um problema, o estoque acumulado também, mas infelizmente a gente está num cenário de restrição fiscal muito agudo no País.

Então, é importante a gente pensar soluções que possam ir além daquela tradicional, que é simplesmente de procurarmos mais examinadores, entendeu? Então, é nesse sentido que é importante e fundamental o debate conjunto, eventos que, como este, coloquem todos os atores em conjunto.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Pedro.

Sebastião, da Embrapa.

O SR. SEBASTIÃO PEDRO DA SILVA NETO (Para exposição de convidado.) – Senadora, senhores presentes, em nome da Embrapa, agradeço muito a oportunidade.

Nós estamos hoje vivendo um novo momento, um novo Governo, novos desafios, e a Embrapa cerra fileiras, juntos, para alcançarmos aí os objetivos. Há alguns problemas levantados aqui, que creio não sejam impossíveis, pois nós estamos no caminho, estamos identificando esses pequenos entraves. E, nesse setor, a Embrapa se coloca à disposição do Governo e das entidades que estão aqui para realmente impactarmos positivamente a sociedade. Essa é a minha fala.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada, Sebastião.

Saulo.

O SR. SAULO DA COSTA CARVALHO (Para exposição de convidado.) – Senadora, mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade e, sobretudo, por nós inaugurarmos uma coisa muito importante: o INPI poder conversar com o Governo, poder conversar também com as outras entidades aqui, e nós podermos cerrar fileiras, ser esse o primeiro diálogo de muitos que nós tenhamos para que criemos políticas de propriedade industrial e de melhor aproveitamento desse patrimônio tecnológico que nós temos.

Eu me ponho à inteira disposição de vocês e também das pessoas que estão nos assistindo para que possamos dar continuidade a isso e promover juntos o desenvolvimento.

Gostaria de lembrar as palavras do nosso Presidente, que acho muito interessantes: "Se Israel não tem e faz, por que nós, que temos, não fazemos?". E cabe a nós respondermos a isso – entendeu? –, porque nós somos do Governo e porque nós também somos o mercado interno.

Muito obrigado a todos. Espero que a gente possa discutir algo que seja muito importante para a gente, que são as indicações geográficas que agregam valor, que capilarizam o investimento e que levam principalmente para as pequenas prefeituras, para dentro do interior a importância do turismo e a importância do conhecimento tradicional, porque o nosso conhecimento tradicional é riquíssimo.

Muito obrigado, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MS) – Muito obrigada.

Aqui nós estamos, Executivo e Legislativo. Cada um sabe, na sua área, onde dói, o que falta, onde está o calcanhar de Aquiles. Então, todas as propostas legislativas... Porque o Rafael disse bastante que nós temos que avançar na legislação para oportunizar. Temos muita burocracia, precisamos revogar muita coisa, precisamos acelerar o desenvolvimento, porque tenho certeza de que a vontade do Presidente Jair Bolsonaro – eu estive com ele em Israel –, a vontade deste Governo é realmente de que nós cresçamos no nosso potencial. E nós podemos fazer muito mais. Eu tenho certeza – certeza! – de que o Brasil vai ser o maior celeiro mesmo, mas muito, muito longe dos demais. Nós temos essa condição. Então, para qualquer proposta legislativa, nós estamos abertos aqui para dar vazão, para aprovar com celeridade. Aqui no Senado as coisas andam de uma forma mais rápida.

Por fim, surgiu-me uma ideia, e qualquer ideia também de audiência pública os senhores podem passar para a gente. Eu estive lá fora agora, e percebi que em todas as entrevistas que eu dava estavam com tendência a... As pessoas lá fora, na Europa, os jornalistas estavam temerários, e as perguntas eram assim: "Qual é a perspectiva com o novo Governo Bolsonaro? Estão dizendo isso... Estão dizendo aquilo...". Está um auê em certos lugares, e isso muito me preocupou, da nossa imagem lá fora. O que interessa mesmo? Essa pergunta da Vitória Ribeiro a que vocês responderam também me preocupou. Então, o que está por trás? Nós temos que preservar, mas nós temos que ganhar dinheiro. E nós estamos preservando e produzindo ao mesmo tempo. Isso já é fato. Por que insistem nesse discurso? Será que não querem o nosso crescimento?

Então, eu acho que esse é um debate que fica subjacente. Ninguém tem coragem de tocar nesse assunto, porque parece que é feio, parece teoria da conspiração, mas não é, não! Não é não! E eu acho que a gente tem que debater isso. Eu vou propor uma audiência pública nesse

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

sentido. Gostaria que os senhores ajudassem, contribuíssem para que mostremos para o mundo – eu quero ainda colocar, de repente, trechos; a gente põe tradução – quem somos, e não deixarmos o nosso agricultor, que é aquele que mais quer preservar o meio ambiente, não só pelas questões econômicas, mas porque ama a terra, ama a terra! E ninguém está respeitando esse agricultor lá fora.

Os brasileiros não sabem. Parlamentares... Eu tive embates pesados e dificílimos com os Parlamentares que saíram daqui, do Brasil, para falar mal do nosso Brasil, do nosso agronegócio lá fora. Falaram mal, então, eu voltei, sinceramente, muito chateada, muito preocupada com pessoas que foram para lá e que nem sequer pediram informações do Executivo. Ninguém foi pedir informação no Ministério do Meio Ambiente e ninguém foi pedir informação no MAPA. Aí, viaja, com conceitos ideológicos para demonizar o nosso povo brasileiro, que ama a sua Terra, que respeita a sua Terra e que está dando lição no mundo inteiro do que é possível ser feito. Então, nós vamos, sim, ser os maiores, eu tenho certeza! Que Deus abençoe o nosso Governo e que nós estejamos pautados todos em fatos científicos, e não ideológicos!

Muito obrigada! Muito obrigada a todos que colaboraram, que participaram nas redes sociais, em que cada dia há mais a participação popular. E, em relação a essa questão de cultura, nós estamos melhorando a nossa cultura, nos politizando cada vez mais, e isso é muito bom.

Quero agradecer aos servidores que hoje estiveram aqui, aos visitantes, aos oradores pelo brilhantismo e, mais uma vez. ao Senador Lasier Martins, que teve essa brilhante ideia.

Muito obrigada. Está encerrada a nossa reunião de hoje.

Boa tarde a todos.

(*Iniciada às 11 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 23 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia vinte e dois de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Vanderlan Cardoso, Juíza Selma e Plínio Valério, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Luiz do Carmo, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Marcos do Val, Flávio Arns, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Flávio Bolsonaro, Luis Carlos Heinze e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Rodrigo Cunha e Weverton. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Registra-se a presença de André Sobreiro – Coordenador-Geral de Financiamento Habitacional (SNH/MDR); Pedro Chaves – Primeiro Suplente do Senador Vanderlan Cardoso; Simeyson Silveira – Diretor de Assuntos Institucionais da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego); Guilherme Marques – Diretor da CCB Construtora; João Victor – Diretor da Associação dos Construtores de Goiás (Aceg); Murilo Araujo – Diretor da Associação dos Construtores de Goiás (Aceg); José Humberto Junior – Sindicato da Indústria da Construção – Anápolis (Sinduscon); José Humberto - Sindicato da Indústria da Construção – Anápolis (Sinduscon); Vitor Hugo – Diretoria Financeira da Associação dos Construtores de Goiás (Aceg); Renato Correia – Vice-Presidente Regional da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cbic); Antônio de Pádua – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás (Crea); Denise – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás (Crea); Ex-Deputado Euler Morais; e Deputado Gilberto Nascimento (PSC/SP). A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Ofício nº 1.430/2018, da Câmara dos Deputados, que encaminha a TVR nº 294, de 2018, enviada pela Mensagem nº 590, de 2018, que trata a Portaria nº 6.347/2017, que torna sem efeito a Portaria nº 995/2008; Ofício s/n, de 2018, da Editora e Gráfica Paraná Press S.A., que comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição do controle societário da Empresa Jornalística Editora e Gráfica Paraná Press S.A.; Ofício s/n, de 2018, da Editora de Jornais, Revistas e Agências de Notícias – Ejoran, que comunica em cumprimento ao disposto no art. 4º da Lei 10.610, de 2002, a composição de seu capital social; Ofício s/n, de 2018, da Rede Vale de Comunicação Ltda., que comunica em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social; Ofício s/n, de 2018, da Empresa Jornalística Fatos & Fotos Eireli, que comunica, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu controle societário. Os expedientes lidos serão disponibilizados na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros a fim de que a matéria seja analisada pelo colegiado, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Após

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

a leitura dos expedientes, passa-se à Audiência Pública, aprovada pelo Requerimento nº 5, de 2019-CCT, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso, com a finalidade de discutir os desdobramentos do Programa Minha Casa Minha Vida para os próximos quatro anos, com a participação do Sr. Celso Toshito Matsuda - Secretário Nacional de Habitação do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Os Senadores Vanderlan Cardoso, Presidente da CCT, Paulo Rocha, Angelo Coronel, Juíza Selma, Plínio Valério, Styvenson Valentim e Jean Paul Prates; o Ex-Ministro das Cidades, Alexandre Baldy; e os Srs. João Victor, Diretor da Associação dos Construtores de Goiás (Aceg), Joaquim Antonio Goulart, Presidente da Cooperativa de Produção, Trabalho e Habitação (Coopernova), e Romero Reis, Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Amazonas (Ademi/AM) fazem uso da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às dez horas e oito minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Confúcio Moura, Dário Berger, Luiz do Carmo, Izalci Lucas, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Plínio Valério, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Marcos do Val, Flávio Arns, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Rogério Carvalho, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Eliziane Gama, Esperidião Amin e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Cunha, Weverton e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento do seguinte expediente: FE/BEU/124/2019, da Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul – Fecomércio/RS, manifestando-se favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2016, de autoria do Senador Davi Alcolumbre, que altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, para regular a utilização de obras protegidas por direitos autorais em meios de hospedagem e prever a participação dos usuários e suas entidades representativas no estabelecimento de preços pela utilização de seus repertórios. O expediente lido será juntado ao processado do PLS nº 60/2016, cuja relatoria cabe ao Senador Flávio Arns. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei n° 776, de 2019 - Não Terminativo - que: "Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física." Autoria: Senador Chico Rodrigues. Relatoria: Senador Izalci Lucas (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Wellington Fagundes. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o relatório favorável ao PLS 776/2019. Observação: A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da CAE. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 146, de 2013 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO FELIZCIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 315, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CENASS para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 4 - Projeto de Lei do Senado n° 181, de 2016 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências." Autoria: Senador Lasier Martins. Relatoria: Senador Jean Paul Prates. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. Resultado: Vista concedida ao Senador Izalci Lucas, nos termos do art. 132, § 1º, do RISF. Observação: Os Senadores Lasier Martins, Izalci Lucas, Jean Paul Prates e Arolde de Oliveira fazem uso da palavra. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 130, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA EDUCATIVA DO BAIRRO AVISO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Linhares, Estado do Espírito Santo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jean Paul Prates (*Ad hoc*), em substituição ao Senador Marcos do Val. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 133, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Tereza a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tauá, Estado do Ceará." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 134, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Izalci Lucas. Relatório: Pela aprovação do Projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 20, de 2019 que: "Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para debater a necessidade urgente de recomposição dos quadros das Instituições das Carreiras de Ciência e Tecnologia e seus orçamentos" Autoria: Senador Izalci Lucas. Resultado: Aprovado. ITEM 9 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 21, de 2019 que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 15 de 2019-CCT, a inclusão de Maurício Salvador, Presidente da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), como convidado na Audiência Pública destinada a debater os possíveis impactos da abertura de capital dos Correios." Autoria: Senadores Eduardo Gomes e Chico Rodrigues. Resultado: Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Chico Rodrigues. ITEM 10 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 22, de 2019 que: "Requer, em aditamento ao Requerimento nº 19/2019-CCT, que o convidado representante do Banco Central

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

do Brasil seja substituído por convidado representante do Ministério da Economia." Autoria: Senador Flávio Arns. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Havendo quórum regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Srs. Senadores e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião tem matérias importantes.

Comunico aos Srs. Senadores e Senadoras que a gente tem projetos não terminativos, que a gente pode aprovar imediatamente.

Há expediente sobre a mesa.

Ofício nº 124, de 2019, da Federação do Comércio de Bens e de Serviços, do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio), que solicita o apoio para que seja apreciado o Projeto de Lei do Senado nº 60, de 2016, de iniciativa do Senador Davi Alcolumbre, que regula a utilização de obras protegidas por direitos autorais em meios de hospedagem.

O referido expediente será juntado ao processo do projeto, cuja relatoria cabe ao Senador Flávio Arns.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Presidente, eu tenho dois itens para relatar de radiodifusão: são os itens 3 e 6. Como nós não temos outro Relator aqui, eu gostaria de impedir inversão para que eu pudesse logo fazer a leitura e, quando houver quórum, então, faríamos a votação.

São os itens 3 e 6.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Eu vou lhe dar a palavra logo em seguida.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas vamos aproveitar que há quórum para aprovar matérias não terminativas; na verdade, são projetos de aprovação de audiências públicas.

Item 8, item 9 e item 10.

Item 8...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vamos lá, item 3.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 315, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CENASS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Senador Arolde de Oliveira, que é o Relator da matéria.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – Presidente Paulo Rocha, eu vou fazer uma leitura mais simplificada para facilitar.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

No que se refere a esta legalidade, Sr. Presidente, contudo, o exame da documentação aponta possível ocorrência de vinculação vedada pelo art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.

De acordo com as informações disponíveis, o Diretor Financeiro da entidade, Célio Fulgêncio da Rosa, seria também Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus localizada no Município de Valença, no Estado do Rio de Janeiro.

Contudo, as informações sobre a composição da diretoria da entidade são antigas, anteriores ao ano de 2009, e não há informação acerca da data em que o mencionado Diretor passou a ocupar a presidência da entidade religiosa. Dessa maneira, não se pode atestar se houve exercício simultâneo dos dois cargos, o que caracterizaria a vinculação.

Voto.

Pelo exposto, o voto é pelo encaminhamento ao Ministério de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, a fim de instruir o projeto, e do sobrestamento do PDS 315, de 2015, nos termos do art. 335 do Regimento Interno.

Requerimento.

Nos termos do art. 50, § 2°, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações relativas ao processo de outorga de autorização ao Centro de Assistência Social Regional do Estado do Rio de Janeiro (Cenass) para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Valença, Estado do Rio de Janeiro:

a) composição da diretoria da entidade de 2009 até a presente data;

b) datas de início e de término do exercício do cargo de Presidente da Igreja Evangélica Assembleia de Deus localizada no Município de Valença, Estado do Rio de Janeiro, por Célio Fulgêncio da Rosa, Diretor Financeiro da entidade.

Esse é o relatório, Presidente, o encaminhamento desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passa-se à votação.

Como é matéria terminativa e requer quórum qualificado, a gente aguarda.

Vamos passar, então, diretamente para o item 6 que também tem a relatoria do Senador Arolde de Oliveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 133, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Tereza a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tauá, Estado do Ceará.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Arolde de Oliveira
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou a seu deferimento.

Vou direto ao voto, Presidente.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 133, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Tereza para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tauá, Estado do Ceará, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria passa à votação.

Como é matéria terminativa, fica pronta para votação logo em seguida, quando houver o quórum qualificado presencial.

Item 4.

ITEM 4
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 181, DE 2016
- Terminativo -

Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lasier Martins (PDT/RS)
Relatoria: Senador Jean Paul Prates
Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.
Observações:
1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Sr. Relator.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou, então, passar à leitura do relatório.

Vem à apreciação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 181, de 2016, do Senador Lasier Martins, que determina a destinação exclusiva de 20% do rendimento do Fundo Social, de que trata o capítulo VII da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia.

Para alcançar o objetivo proposto pelo PLS nº 181, de 2016, seu art. 2º, com base no art. 218 da Constituição Federal, que atribui ao Estado o dever de promover e incentivar "o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação", determina que 20% do rendimento anual do Fundo Social serão exclusivamente destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico. O art. 2º, incisos I e II, estabelece que, dos 20% totais, metade será destinada a projetos de pesquisa científica aprovados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); a outra metade será destinada ao financiamento de "projetos de implantação e recuperação de infraestrutura de pesquisa nas instituições públicas de ensino superior e de pesquisa, nos termos da Lei nº 10.197, de fevereiro de 2001".

O art. 3º determina que a lei entre em vigor na data de sua publicação.

O PLS sob análise foi distribuído, como o Presidente já salientou, à Comissão de Assuntos Sociais, onde recebeu parecer favorável com as emendas nºs 1 e 2, da CAS, e a esta CCT, que decidirá de forma terminativa.

Não foram oferecidas emendas nesta Comissão.

Análise.

Com amparo no o art. 104-C do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre proposições que digam respeito à ciência e tecnologia e a temas correlatos. Sendo assim, a CCT atende ao regimento ao opinar sobre o PLS 181, na medida em que este altera a regulação do Fundo Social para destinar parte de seus recursos à atividade de ciência e tecnologia.

Como já observado na CAS, não se observam óbices de constitucionalidade no PLS sob nossa apreciação. Pelo contrário; segundo a CAS, "trata-se – aspas – mesmo de cumprimento de deveres constitucionais: a promoção dos desenvolvimentos social e científico tecnológico (Constituição Federal, arts. 3º e 218)", fecham-se aspas. Ainda no concernente à análise da constitucionalidade da matéria, também corroboro a opinião da Comissão de Assuntos Sociais de que se trata de "exercício de competência legislativa comum à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, prevista no art. 23, inciso V, aspas: 'proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação'", fecham-se aspas.

Em relação à técnica legislativa também não há óbices, pois o PLS nº 181 segue os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998. Tampouco há problemas de juridicidade, conforme entendimento da CAS, com o qual concordo. O PLS não contradiz o ordenamento jurídico, traz uma inovação ao especificar elementos do conteúdo do ordenamento vigente e se coordena com outras normas vigentes. Ressalte-se que o parecer da CAS contém uma emenda

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

que tem justamente o objetivo de tornar essa coordenação entre o PLS nº 181, de 2016, e a legislação existente que trata do tema mais fluido. Segundo o Parecer da CAS, como o PLS nº 181 se refere diretamente à norma existente (Lei nº 12.351, de 2010), fez-se necessária a apresentação de emenda para alterar a forma de sua inscrição na ordem jurídica, para assegurar seu caráter sistêmico e, com isso, sua cogência. Para acompanhar a mudança proposta, outra emenda sugeriu a correção da ementa. Como já observado, ambas as emendas foram aprovadas.

Quanto ao mérito da proposta, por fim, destaque-se que os investimentos em ciência e tecnologia são importantíssimos para o aumento da produtividade, que, por sua vez, é o motor do crescimento econômico. Como a produtividade da economia brasileira está praticamente estagnada desde o início da década de 1980, é fundamental que tenhamos meios para elevar a produtividade e retomar o crescimento econômico. Sem isso, o processo de mobilidade social, que ganhou impulso na primeira década deste século, perderá seu *momentum*.

Nesse sentido, e devido ao ajuste fiscal promovido em fins dos anos 90 e início dos anos 2000, o investimento em ciência e tecnologia no Brasil foi inconstante, resultando no sucateamento das instituições de ciência e tecnologia.

Para mitigar esse problema, foram criados os fundos setoriais de ciência e tecnologia, os quais contam com orçamento próprio. Entretanto, dada a piora da situação fiscal, contingenciamentos sistemáticos, como o estabelecido pela Lei nº 12.734, de 2012, retiraram recursos dos fundos setoriais, ameaçando deter a recuperação dos investimentos iniciada com a criação dos fundos setoriais de ciência e tecnologia.

Como solução para esse problema, o PLS nº 181, de 2016, recorre ao próprio espírito da Lei nº 12.351, de 2010, que criou o Fundo Social, que é associado à produção do pré-sal e do contrato de partilha, lembrando que metade dos recursos do seu rendimento se deve destinar à saúde e à educação. Esses dois itens ficam, portanto, fora do contingenciamento. Ao estender essa medida às atividades de ciência e tecnologia, embora em um percentual um pouco menor (20%), o PLS sob análise tenta isentar parte dos recursos para ciência e tecnologia do contingenciamento, o que é positivo, pois, como já afirmado, investimentos em ciência e tecnologia são fundamentais para o aumento da produtividade e para o crescimento econômico.

Voto.

Em razão dos argumentos apresentados, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2016, nos termos do Parecer da Comissão de Assuntos Sociais.

Este é o parecer. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria está em discussão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois não. Com a palavra V. Exa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS. Para discutir.) – Presidente Paulo Rocha, em primeiro lugar, eu quero agradecer o correto relatório do Senador Jean Paul Prates e reforçar a importância da criação desse Fundo Social, através de lei de 2010, para constituir fonte de recursos para desenvolvimento regional. E aí projetos em várias áreas. E a intenção desse projeto é atender uma das áreas mais desprezadas do Brasil, que diz respeito à ciência e tecnologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive oportunidade, com muita honra, de presidir esta Comissão em 2016, e ficava muito decepcionado porque constatava que da verba dos fundos setoriais nada ia para ciência e tecnologia. Tudo acabava indo para despesas do Governo. E agora, com a proposta, em função dessa lei do Fundo Social, que permite ajuda a vários setores como esporte, cultura, ciência e tecnologia, o intuito é reservar 20% para projetos de pesquisas e projeto de implantação de infraestrutura de pesquisa. Isso, na minha opinião, vem muito oportunamente no instante em que nós estamos assistindo, com muito pesar, ao contingenciamento de verbas para as universidades.

Este Fundo Social, através dessa destinação de 20% para ciência e tecnologia, vai prestar um socorro. Pode não ser grande coisa, mas dará uma ajuda também para pesquisa nas universidades.

Então, por isso, eu queria pedir aqui, pessoalmente, aos pares, aos colegas, que avaliassem bem, para aprovar esse projeto, porque ele tem uma intenção de dar uma destinação àquilo que, repito, é um setor muito desprezado no Brasil, na contramão dos países desenvolvidos, que é a pesquisa, a ciência e a tecnologia.

Com isso se reservam, do Fundo Social, dessa lei de 2010, pelo menos 20% para esta área. É o que eu queria ponderar para enfatizar bem a razão desse projeto, agradecendo a avaliação dos colegas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – V. Exa. é a favor, então, do voto do Relator?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RS) – Sim. Está muito bom o relatório do Senador Jean Paul Prates.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria continua em discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, após a discussão, eu vou pedir vista deste projeto, porque eu tenho total interesse inclusive com relação a outros itens. Eu estive recentemente na Antártida, sou Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação há oito anos, e agora estamos voltando aqui à Comissão Mista, e eu precisava pedir vista para podermos conversar com o Relator, para talvez ampliar, porque uma das coisas que me preocupa muito...

Eu estou assumindo agora a Frente Parlamentar Mista da Amazônia Azul e as pessoas parece que não percebem que quem toma conta de tudo isso... De 90% das nossas exportações quem cuida é a Marinha; e as Forças Armadas também fazem a proteção de todo o País, em termos inclusive do pré-sal. E nós não destinamos praticamente nada para a proteção de tudo isso.

Então, eu vou pedir vista para fazer uma análise melhor e tentar ampliar um pouco mais essa matéria. Mas quero aqui dizer da minha satisfação e falar que é muito importante... Nós precisamos investir muito em ciência, tecnologia e inovação. Automaticamente estaremos investindo também em educação.

Peço vista desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pedido de vista regimental.

Com a palavra o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Como Relator.) – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar para, informalmente, aqui fora do relatório lido, parabenizar o Senador Lasier, da terra do meu pai, Rio Grande do Sul, e compreender a situação também do Senador Izalci, e dizer que estamos à disposição para aprimorar o projeto no que for necessário. Dizer que é importantíssimo esse processo de linkar o Fundo Social à ciência e tecnologia pelo seguinte, Senador Lasier, o senhor já percorreu o lastro correto, aliás, o rastro que o projeto de lei do petróleo já dava e que a destinação dos *royalties* também dava.

Então, desde lá de trás, de 1997 e 1998, o setor de petróleo tem contribuído para a ciência e tecnologia, só que de maneira enviesada, porque acaba sendo contingenciado, os fundos acabaram sendo retidos. Enfim, nós tivemos imensas perdas.

No nosso Estado do Rio Grande do Norte, principalmente, nós tivemos vários laboratórios que foram construídos com o dinheiro dos *royalties* destinados à ciência e tecnologia e que hoje estão quase à míngua.

Então, esse processo do Fundo Social vai ao encontro de uma tendência que já vem desde os anos 90, no sentido dos grandes setores estruturantes, investimento externo e estatal do Brasil, contribuírem de fato para ciência e tecnologia, que por sua vez os ajuda a se desenvolverem ainda mais. Quer dizer, quanto mais tecnologia nós tivermos, quanto mais pesquisa nós tivemos em petróleo, em energia renovável, em infraestrutura, em ciência da informação, mais teremos patentes, mais teremos domínio tecnológico.

Estamos vivendo agora – eu alertei para isso aqui, outro dia – uma guerra fria, uma verdadeira guerra fria, só que não armamentista, mas digital, entre China e Estados Unidos, Google contra Huawei, ou sei lá que nomes têm as empresas, enfim. Mas estamos vivendo no meio desse processo e nós não estamos participando, nós estamos absolutamente periféricos disso aí, ao sabor dessas guerras.

No petróleo, estamos embarcando do mesmo jeito; na energia renovável, sabemos que temos indústria nacional, temos feito equipamentos no Brasil, mas os segredos industriais persistem, os miolos dos equipamentos; com os equipamentos de energia solar é a mesma coisa. Então, nós temos que começar a ter... Até em veículo, que é a coisa mais antiga, desde a década de 50 nós temos manufatura de veículos aqui que basicamente são montadoras. Nós não inventamos quase nada. Quando eu digo quase nada é porque a proporção é ínfima. Claro que há mérito em pessoas que estão trabalhando hoje enquanto nós discutimos aqui, mas é muito pequeno perto do que poderia ser, do que o Brasil é.

Por fim, Senador Izalci, a questão da Marinha, que também tem destinação na lei dos *royalties*, no decreto dos *royalties* tem a parte não só de fiscalização como de estruturação da Marinha. Então, há uma destinação, portanto, também a sua sugestão vai ao encontro da corrente dominante, que é a questão das leis do petróleo, dos fundos associados aos pagamentos da indústria do petróleo, e eventualmente de energia também, contribuírem para essa estrutura.

Portanto, estamos à disposição.

Mais uma vez parabenizo o Senador Lasier. Eu me orgulho muito, tenho muita honra de ter relatado isso, que, de fato, faz parte até da minha estrutura profissional também, fiz parte dessa discussão da lei de 1997. Portanto, com muito prazer fiz esse relatório bem sucinto, bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

curto, para não gerar muito mais discussão, mas obviamente a gente tem espaço para mais trabalho, sem problema.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Arolde de Oliveira.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Na mesma linha de elogiar e entender o relatório que foi feito sobre essa proposta do Senador Lasier. É um assunto importante, foi dito de início que é uma área que fica muito abandonada, a razão não sabemos qual é. Ciência e tecnologia não dá holofote e, não dando holofote, não há interesse político maior. Aqui nós nos preocupamos muito com a mídia, com os holofotes. E é seguramente, reafirmo o que falou o Senador Lasier, o setor mais importante da sociedade hoje é a área de ciência e tecnologia. Nós vivemos uma transição, uma transformação que impacta todas as áreas transversalmente. Quer dizer, a ciência e tecnologia é transversal aqui mesmo na Casa e nesta Comissão, nós temos também outra fonte de recursos importantes para serem investidos na área de ciência e tecnologia, que é a aprovação do PLC 79, que vai destravar o setor de ciência e tecnologia na área de telecomunicações, é verdade, mas que é a base de tudo, porque no fim tudo é comunicação.

Então, eu queria registrar a importância que é buscarmos fontes de recursos. Além desses 20% que foram aqui destinados à ciência e tecnologia, nós precisamos entender que o PLC 79 também representa investimentos de bilhões na área de tecnologia.

Era o registro que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Styvenson, nós estamos precisando da sua volta aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu vou lá votar e vou voltar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está autorizado.

Colegas, companheiros, nós temos matérias importantes que já foram relatadas, que precisam de quórum qualificado. Eu vou passar para uma matéria terminativa que é do Senador Izalci. Depois, o Senador Izalci e o Senador Flávio Arns também têm requerimentos. Essas matérias a gente pode colocar em votação em bloco. E há mais dois também do Senador Arolde de Oliveira. Por isso, pedimos que os nossos pares fiquem mais dez, quinze minutos para que façamos todas essas votações.

Obrigado pela presença, Senador Lasier. Infelizmente, o senhor não é daqui, senão nós precisaríamos que o senhor ficasse.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, além do terminativo, há também um não terminativo que é o Requerimento nº 20, o item 8. Ele é não terminativo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Para cumprir aqui o Regimento, o item 4 está retirado de pauta por causa do pedido de vista do Senador Izalci.

Item 7, em que o Senador Izalci é pela aprovação do projeto. Trata-se também de rádio comunitária do Estado de Santa Catarina. Item 7, Senador Izalci.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 134, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Izalci Lucas
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Tem a palavra o senhor.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Peço a V. Exa. e aos Senadores que eu possa ir direto ao voto.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 134, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, na forma do projeto de decreto legislativo ordinário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria vai para a aprovação.

Essas matérias, tanto a do Senador Arolde quanto a do Senador Izalci e a de outras rádios comunitárias, já estão preparadas para serem colocadas em bloco. A gente vai colocar votação em bloco, porque ela precisa ser nominal e presencial.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente.

Presidente, eu gostaria de solicitar de V. Exa. que o item 1 da pauta, que é um projeto de minha autoria, o Projeto 776, de 2019... Como o Relator é o Senador Wellington Fagundes e ele se encontra em reunião fora da Casa, eu gostaria de solicitar a V. Exa. que fosse dada autorização para que o Senador Izalci fizesse a leitura *ad hoc*.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Chico, esse projeto, o item 1, é não terminativo. O que eu vou fazer? Como os de aprovação de requerimentos também são não terminativos, eu vou dar a palavra para os Relatores e depois a gente vai colocar todas as matérias não terminativas em bloco. O.k.?

ITEM 8
REQUERIMENTO N° 20, DE 2019
- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, para debater a necessidade urgente de recomposição dos quadros das Instituições das Carreiras de Ciência e Tecnologia e seus orçamentos

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senador Izalci, do item 8.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal, e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a necessidade urgente de recomposição dos quadros das instituições das carreiras de ciência e tecnologia e seus orçamentos.

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: Sr. Ministro Paulo Guedes, Ministro de Estado da Economia; Sr. Marcos Cesar Pontes, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; o Sr. Ivanil Elisiário Barbosa, Secretário-Executivo do Fórum Nacional das Entidades Representativas de Carreiras de Ciência e Tecnologia; o Sr. Ronald Shellard, Diretor do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (CBPF); e o Sr. Ildeu Moreira, Presidente da Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC).

O motivo dessa audiência, Sr. Presidente, são exatamente as carreiras da ciência e da tecnologia, que já perderam 75% dos quadros nas últimas três décadas, e grande parte deles já pode se aposentar – mais 12%. Não se forma pesquisador da noite para o dia, então a gente precisa discutir essa matéria. Isso já foi discutido há cinco anos, e nada foi feito até agora. A gente precisa retomar essa discussão. Portanto, eu peço aqui aos colegas que a gente possa discutir essa matéria, que é tão importante para o País. Não adianta também só ter recurso, se não tem pesquisador. Então, solicito o apoio de todos para a aprovação desse requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Preparado para votação, não havendo quem queira discutir.

Para votação.

ITEM 10
REQUERIMENTO N° 22, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 19/2019-CCT, que o convidado representante do Banco Central do Brasil seja substituído por convidado representante do Ministério da Economia.

Autoria: Senador Flávio Arns (REDE/PR).

Senador Flávio Arns, do item 10.

Chegou primeiro, viu, chico, depois eu lhe passo o item 9.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para encaminhar.) – É um requerimento, Sr. Presidente, muito singelo, em que se pede a substituição, por conversas havidas, do representante do Banco Central do Brasil por um convidado representando o Ministério da Economia para a audiência conjunta com a CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) para se debater a criptomoeda, criptoativos, *bitcoins*, e um mercado que na verdade deve ser debatido, discutido, para se ver que tipo de regulamentação que se deseja.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, é só a substituição do nome, mas tendo havido o entendimento entre o Banco Central do Brasil e o Ministério da Economia. E solicitaria de V. Exa. – Senador Styvenson também está aqui – para que essa audiência – não é um projeto, é uma audiência – pudesse acontecer no dia 26 de junho. Já tomamos essa iniciativa de conversar com as assessorias, e a data seria possível para a realização, porque é conjunta, CCT e CAE.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O requerimento está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos para a votação.

Item 9, de autoria do Senador Eduardo Gomes, mas o Senador Chico também subscreve.

ITEM 9
REQUERIMENTO N° 21, DE 2019
- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 15 de 2019-CCT, a inclusão de Maurício Salvador, Presidente da Associação Brasileira de Comércio Eletrônico (ABComm), como convidado na Audiência Pública destinada a debater os possíveis impactos da abertura de capital dos Correios.

Autoria: Senador Eduardo Gomes (MDB/TO).

Tem a palavra o Senador Chico.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, vou apresentar o requerimento.

Requeiro, nos termos regimentais, em aditamento ao Requerimento nº 15, de 2019, da CCT, a inclusão do seguinte convidado na audiência pública destinada a debater os possíveis impactos da abertura de capital dos Correios: o Sr. Maurício Salvador, Presidente da ABComm (Associação Brasileira de Comércio Eletrônico).

Era esse o requerimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vai para a votação em bloco.

Vou colocar os requerimentos logo em votação, porque se trata de requerimentos de marcação de audiência pública. As audiências públicas, Senador Flávio Arns, dependem da organização da Presidência da Comissão, mas a gente já vai registrar que o seu já está em conversação com a outra Comissão para que seja no dia 26, o.k.?

Em votação o item 8, que realiza a audiência pública desta Comissão para discutir a recomposição da carreira das instituições de ciência e tecnologia e seus orçamentos, cuja autoria é do Senador Izalci; o item 9, para inclusão de nome da Presidência da Associação de Comércio Eletrônico, como convidado da audiência pública destinada a debater os possíveis impactos da abertura do capital dos Correios, cuja autoria é do Senador Eduardo Gomes, subscrito pelo Senador Chico Rodrigues; o requerimento de audiência para que o convidado representante do Banco Central seja substituído por um convidado representante do Ministério da Economia, cuja autoria é do Sr. Senador Flávio Arns, que requer que a audiência em negociação com a outra Comissão seja discutida no dia 26. Em votação os requerimentos.

Aqueles que concordam e que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados os requerimentos.

Item 1, que é não terminativo e cuja relatoria é do Senador Wellington Fagundes. Vou nomear o Senador Izalci como Senador *ad hoc*.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 776, DE 2019
- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução das doações a projeto de pesquisa científica e tecnológica executado por Instituição Científica e Tecnológica (ICT), ou por entidades científicas e tecnológicas privadas, sem fins lucrativos, da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.

Autoria: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

Relatoria: Senador Wellington Fagundes

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à apreciação terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos após a deliberação da CCT.

Com a palavra o Relator.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para proferir relatório.) – Sr. Presidente, vou direto para a análise.

O PL nº 776, de 2019, vem ao exame desta Comissão em cumprimento ao disposto no art. 104-C, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, segundo o qual compete à CCT opinar sobre proposições que tratem do desenvolvimento científico, tecnológico e inovação tecnológica.

Como a proposição será analisada posteriormente pela CAE, iremos nos ater apenas aos seus aspectos relacionados à ciência, tecnologia e inovação.

A matéria tem o objetivo de proporcionar uma fonte de receitas adicional para projetos de pesquisa científica e tecnológica e de inovação tecnológica. Para tanto, incentiva pessoas físicas a fazerem doações a projetos de pesquisa desenvolvidos em universidades e institutos de pesquisa públicos e privados sem fins lucrativos.

A dedução no imposto de renda de doação de recursos para universidades é uma política tradicional em diversos países desenvolvidos e representa uma fonte de recursos importante para o setor de ciência e tecnologia.

No Brasil, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) representa o principal instrumento de apoio ao fortalecimento da base científica e tecnológica do País, financiando infraestrutura, recursos humanos e pesquisa, bem como a atividade de inovação nas empresas. Entretanto, os recursos do FNDCT têm sido sistematicamente contingenciados. Somente em 2018, o fundo arrecadou mais de R$ 3 bilhões, mas foram executados apenas R$ 951 milhões.

Também destacamos a redução de 25% das bolsas de pesquisa por parte do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 2014. O número de bolsistas de pós-graduação no exterior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) caiu de 44 mil em 2014 para 9 mil em 2017, uma queda de 80%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Todas as dificuldades orçamentárias mencionadas apontam para a situação crítica que vivencia as universidades brasileiras, responsáveis pela produção científica e pelo conhecimento tecnológico que beneficia toda a sociedade.

Dessa forma, o PL nº 776, de 2019, apresenta uma fonte de recursos alternativa para financiar projetos de pesquisa que aparece em um momento oportuno. Sabemos que não resolverá o problema, mas contribuirá para amenizar os efeitos da crise e aprimorar a legislação de apoio à ciência e à tecnologia.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 776, de 2019.

Esse é o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, em votação.

Como essa matéria não é terminativa – é a última não terminativa –, vou colocá-la em votação; depois ficam todas as matérias terminativas, pois faltam dois Relatores. A gente aprova todas as matérias não terminativas.

Em votação o Projeto de Lei nº 776, de 2019, conforme o voto do Relator.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A matéria faz parte da decisão da Ciência e Tecnologia.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 146, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO FELIZCIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Senador Angelo Coronel me autorizou a nomear o Senador Styvenson como Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Relator, Senador Styvenson Valentim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente Paulo Rocha.

O parecer outorga autorização à Associação Felizcidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia. Bacana, porque é um polo industrial, quase 300 mil habitantes lá. Então, é um benefício para a população essa rádio.

Vou direto ao voto, uma vez que trata da concessão desse benefício.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento, ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 146, de 2013, nos termos do art. 335 do Risf.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações informações referentes à diligência sobre a denúncia formulada pelo Sr. Manoel Alves de Jesus contra o ato que outorga autorização à Associação Felizcidade para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia, pleiteada pelo Requerimento nº 650, de 2014, desta Casa.

Então, existe, Sr. Presidente, um requerimento em que precisa ser investigada uma denúncia de uma pessoa a essa radiodifusão. Se existe essa...

O voto é para que o requerimento seja encaminhado ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações para que seja apurado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, a matéria vai à votação no bloco dos projetos terminativos que tratam de rádio comunitárias; não terminativos. (*Pausa.*)

O item 5 da pauta.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 130, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RADIOFÔNICA EDUCATIVA DO BAIRRO AVISO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Linhares, Estado do Espírito Santo.

Autoria: Câmara dos Deputados
Relatoria: Senador Marcos do Val
Relatório: Pela aprovação do Projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O Relator é o Senador Marcos do Val. Estou autorizado também a nomear o Senador Jean Paul como Relator *ad hoc*.

Com a palavra o Relator. V. Exa. pode ir direto à análise e ao voto...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sim, é isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... porque se trata de matéria já conhecidíssima.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para proferir relatório.) – Exatamente.

Presidente, para resumir, basicamente, em caráter terminativo, trata-se do Projeto de Decreto Legislativo nº 130, de 2017, da Câmara dos Deputados, que aprova o ato que outorga autorização à Associação Radiofônica Educativa do Bairro Aviso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Linhares.

Passo diretamente ao voto; a análise é a de praxe.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 130, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei nº 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 130, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Radiofônica Educativa do Bairro Aviso para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Linhares, Estado do Espírito Santo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório e o voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, a matéria vai para aprovação.

Para os encaminhamentos de votação, há duas matérias que tratam de radiodifusão, mas não são aprovações de concessão, são requerimentos. O item 2, do Senador Styvenson, que substituiu o Senador Angelo Coronel, trata-se também de requerimento, dada a denúncia que precisa ser averiguada. E do Senador Arolde de Oliveira também é um requerimento dirigido ao Ministério de Ciência e Tecnologia para tratar da questão da radiodifusão do Município de Valença. São matérias não terminativas.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 146, DE 2013
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO FELIZCIDADE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camaçari, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações a ser encaminhado ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 315, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL REGIONAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CENASS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Valença, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovados. São os itens 2 e 3.

Itens de 5 a 7. Trata-se de relatoria... Já foram discutidos. É necessário quórum qualificado, por isso o voto importante do Senador Styvenson, que concorda com a aprovação dos itens 5 a 7.

O item 5 outorga autorização à Associação Radiofônica Educativa do Bairro Aviso, no Espírito Santo.

O item 6 aprova o ato que autoriza Associação de Radiodifusão Comunitária de Santa Tereza a executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Tauá, no Ceará. A relatoria é do Senador Arolde de Oliveira.

O item 7 Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Regional Ltda., para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina. O Relator foi o Senador Izalci Lucas.

Em votação os itens 5, 6 e 7, nos termos dos relatórios apresentados.

Vamos abrir o painel para os Senadores votarem nominalmente.

Chegou o Senador Izalci.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – De antemão, obrigado aos Senadores e Senadoras pelo esforço. Quero dizer que a gente produziu fortemente, ganhamos o dia dobrado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Parabéns, Presidente, por limpar a pauta hoje, foi brilhante.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Falta um. É porque a Senadora Renilde... Como eu estou presente, eu estou presidindo... O voto dela não está sendo computado.

A senhora, merecidamente... Foi a primeira que chegou, desde o início, e, no final...

Falta só um, o Eduardo Gomes, que prometeu voltar.

Obrigado, Senador Flávio. Ganhamos dobrado hoje, hein!

(*Procede-se à votação.*)

Obrigado, Senadora. Salvou aqui a produtividade de hoje. Falta só o seu voto. São rádios comunitárias, são três autorizações de outorgas.

São matérias afins e colocamos em bloco.

Encerrada a votação.

Vou anunciar o resultado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Votos SIM, 8.

Quórum: 9.

Aprovados os projetos constantes nos itens 5, 6 e 7. Aprovação, portanto, de outorgas, com as matérias já anunciadas, das rádios comunitárias.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos nossos assessores, dos nossos convidados.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 07 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 5 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Paulo Rocha, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática com a presença dos Senadores Eduardo Gomes, Daniella Ribeiro, Confúcio Moura, Dário Berger, Mailza Gomes, Izalci Lucas, Rodrigo Cunha, Oriovisto Guimarães, Juíza Selma, Mara Gabrilli, Styvenson Valentim, Major Olimpio, Weverton, Flávio Arns, Jean Paul Prates, Renilde Bulhões, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Carlos Viana, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Flávio Bolsonaro e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Vanderlan Cardoso, Marcos do Val e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, declara-se aberta a reunião. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes: Aviso nº 242/2019, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.170/2019, que trata de monitoramento de determinações proferidas no julgamento de representação acerca de possíveis irregularidades na celebração do acordo de parceria entre a Telebras e a Empresa Viasat Inc.; Aviso nº 309/2019, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.061/2019, prolatado nos autos do processo nº TC-020.376/2017-0, que tratam do relatório de auditoria realizada na empresa estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), com o objetivo de avaliar a conformidade da gestão da aludida empresa na busca da autossuficiência nas etapas do denominado “Ciclo do Combustível Nuclear (CCN)”. Os expedientes lidos serão disponibilizados na página da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática na internet, pelo prazo de quinze dias, para manifestação de interesse dos senadores membros a fim de que a matéria seja analisada pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019. Passa-se à apreciação da Pauta Deliberativa: ITEM 1 - Projeto de Lei do Senado n° 181, de 2016 - Terminativo - que: "Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências." Autoria: Senador Lasier Martins (PDT/RS). Relatoria: Senador Jean Paul Prates. Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS. Resultado: Aprovado o PLS 181/2016 e as Emendas nº 1-CAS/CCT e 2-CAS/CCT. Observação: 1- Os Senadores Izalci Lucas e Jean Paul Prates fazem uso da palavra. 2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 2 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 285, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Inhacorá, Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jean Paul Prates (*ad hoc*), em substituição ao Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 3 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 202, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE BURITI BRAVO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buriti Bravo, Estado do Maranhão." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães (*ad hoc*), em substituição ao Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 4 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 132, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga concessão à Universidade Federal do Maranhão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Luís, Estado do Maranhão." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães (*ad hoc*), em substituição ao Senador Weverton. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 5 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 10, de 2014 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE MITUAÇU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conde, Estado da Paraíba." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jean Paul Prates (*ad hoc*), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 6 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 52, de 2016 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jean Paul Prates (*ad hoc*), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 7 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 70, de 2016 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jean Paul Prates (*ad hoc*), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 8 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 80, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO MANGABEIRA DE TODOS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jean Paul Prates (*ad hoc*), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 9 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 238, de 2017 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TV CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jean Paul Prates (*ad hoc*), em substituição à Senadora Daniella Ribeiro. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 10 - Projeto de Decreto Legislativo n° 107, de 2019 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul para explorar serviço de radiodifusão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sonora em onda média no Município de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senadora Mailza Gomes. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 11 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 40, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Aliança FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 12 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 158, de 2018 - Terminativo - que: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Reluz FM de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jacupiranga, Estado de São Paulo." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Jean Paul Prates (*ad hoc*), em substituição à Senadora Mara Gabrilli. Relatório: Pela aprovação do projeto. Resultado: Aprovado o Projeto. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 13 - Projeto de Decreto Legislativo (SF) n° 254, de 2015 - Terminativo - que: "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPRENSA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Arolde de Oliveira. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Aprovado o relatório pela apresentação de requerimento de informações. Observação: A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 14 - Ofício "S" n° 40, de 2014 - Não Terminativo - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Angelo Coronel. ITEM 15 - Ofício "S" n° 43, de 2014 - Não Terminativo - que: "Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia." Autoria: Câmara dos Deputados. Relatoria: Senador Angelo Coronel. Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. Resultado: Retirado de pauta a pedido do Relator, Senador Angelo Coronel. ITEM 16 - Ofício "S" n° 83, de 2015 - Não Terminativo - que: "Submete à aprovação do Senado Federal, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Comunicações, a Portaria nº 795, de 25 de outubro de 2006, que revoga a autorização outorgada à União Caixeiral de Lajes, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2001, para executar serviços de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária, no município de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte." Autoria: Presidência da República. Relatoria: Senador Styvenson Valentim. Relatório: Pelo arquivamento da matéria. Resultado: Aprovado o relatório pelo arquivamento da matéria. Observação: 1- O Senador Jean Paul Prates faz uso da palavra. 2- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa. ITEM 17 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 23, de 2019 que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, com o objetivo de debater o tema "Ciência para Educação"." Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). Resultado: Adiado. ITEM 18 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 24, de 2019 que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar os principais projetos de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas, bem como os impactos e transbordamentos para a sociedade." Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO) e Senador Jean Paul Prates (PT/RN). Resultado: Aprovado o requerimento, subscrito pelo Senador Jean Paul Prates. ITEM EXTRAPAUTA 19 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 25, de 2019 que: "Requer a realização de audiência pública com o objetivo de tratar sobre o PLS 181/2016, que dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências." Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 20 - Requerimento da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática n° 26, de 2019 que: "Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de apresentar o Programa Nacional de Incentivo às AgTechs no âmbito dos programas profissionais da área das Ciências Agrárias da CAPES/MEC." Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR). Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e trinta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Vanderlan Cardoso
Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia,
Inovação, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/05

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Bom dia a todos e a todas.

Havendo quórum regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa e a leitura da aprovação da ata da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovadas.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à aprovação de matérias importantes.

A Presidência comunica o recebimento dos seguintes expedientes:

Aviso nº 242, de 2019, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.170, de 2019, que trata de monitoramento de determinações proferidas no julgamento de representação acerca de possíveis irregularidades na celebração de acordo de parceria entre a Telebras e a empresa ViaSat Inc.

Aviso nº 309, de 2019, do Tribunal de Contas da União, encaminhando, para conhecimento, cópia do Acórdão nº 1.061, de 2019, prolatado nos autos do Processo TC-020.376, de 2017, que trata do relatório de auditoria realizada na empresa estatal Indústrias Nucleares do Brasil (INB), com o objetivo de avaliar a conformidade da gestão da aludida empresa na busca de autossuficiência nas etapas do denominado ciclo do combustível nuclear.

Os referidos expedientes serão publicados na página da Comissão pelo prazo de 15 dias, para manifestação de interesse dos seus membros, a fim de que a matéria seja analisada pela Comissão, conforme Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019.

Caros colegas, companheiros, nós temos, como sempre, matérias não terminativas e matérias terminativas. As terminativas precisam ser lidas, depois, conforme o quórum presencial de no mínimo nove, nós precisamos aprová-las. E há as não terminativas, que são asseguradas pelo quórum de três presentes.

Nós vamos começar a ler os relatórios que exigem votação nominal, enquanto esperamos que os companheiros não só deem presença mas fiquem no Plenário. Vamos iniciar, então.

Item 1. O Relator está presente, o Senador Jean Paul.

ITEM 1
PROJETO DE LEI DO SENADO N° 181, DE 2016
- Terminativo -

Dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Lasier Martins (PDT/RS)

Relatoria: Senador Jean Paul Prates

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.

Observações:

1- A matéria foi apreciada pela Comissão de Assuntos Sociais, com parecer favorável ao Projeto, com as Emendas nº 1-CAS e 2-CAS.

2- Na 14ª Reunião realizada em 29/05/2019, foi concedida vista ao Senador Izalci Lucas, nos termos do art. 132, § 1º, do RISF.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

3- A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

A matéria está em discussão.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Relator tem informes das conversas estabelecidas entre o Relator e o Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, eu só gostaria de, primeiro, parabenizar o nosso querido amigo Jean Paul, que teve essa brilhante proposta, que é fundamental para o País.

Eu, como Presidente da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, tenho todo interesse, evidentemente, de ampliar e melhorar cada vez mais os recursos da ciência e tecnologia.

Eu tinha, como propósito, apenas discutir essa matéria, mas a proposta que faço a V. Exa., aqui com a anuência do nosso Relator, é exatamente essa, que a gente possa votar o projeto, independentemente de qualquer coisa, o que não impede de fazermos as audiências públicas.

Então, apesar de o texto do requerimento mencionar o PLS nº 181, eu pediria a V. Exa. simplesmente para aprovarmos o requerimento de audiência independentemente da questão do projeto. A gente aprova o projeto, mas desvincula a audiência especificamente desse projeto, tratando do tema do fundo social. Eu acho que precisamos debater um pouco mais e quem sabe, lá na frente, até ampliar um pouco. O total proposto é razoável, mas nós vamos descobrir depois, com as audiências, que talvez seja necessário até ampliar um pouco mais. Se o Brasil quiser realmente avançar no desenvolvimento econômico, na modernidade, ele precisa investir em ciência e tecnologia.

Então, eu retiro o requerimento da forma como foi escrito, mas gostaria de transformá-lo simplesmente num requerimento de audiência pública para tratar dessa matéria, mas desvinculando do projeto, para que possamos votar o projeto hoje.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Sr. Presidente.

Seria interessante até que o Senador Izalci lesse os nomes dos representantes que estão sendo chamados para a audiência pública. E nós estamos plenamente de acordo aqui com a proposta.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – A proposta inicial... É evidente que depois faremos outras, mas estamos convidando aqui os representantes do Ministério da Educação, do Ministério da Saúde, do Ministério da Ciência Tecnologia, Inovações e Comunicações; um representante do Ministério da Cidadania, do Meio Ambiente, e o Comandante da Marinha do Brasil.

Esses são os convidados para essa audiência. É o Requerimento nº 25.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pelo que eu estou entendendo, o requerimento da discussão sobre o fundo... Esse novo requerimento seria para discutir a destinação do fundo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Do fundo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O.k.?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Independentemente do PL.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então nós vamos aprovar, ao final, o requerimento...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Vou aprovar o requerimento conforme o seu relato e a sua assessoria, depois, traz por escrito, para ficar na ata, o.k.?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Agradeço a V. Exa.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, eu queria lhe fazer um pedido, que colocasse em votação extrapauta o Requerimento nº 26, que eu apresentei, um requerimento que solicita audiência pública conjunta com a CRA para tratar do AgTech.

Muito obrigado.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Presidente, só para prosseguir na descrição aqui da relação com esse projeto, eu acabo de voltar justamente de uma missão parlamentar acompanhando o Ministro de Ciência e Tecnologia, astronauta Marcos Pontes, onde tivemos várias oportunidades de conversar sobre esse projeto. Ele se mostra muito animado. Nós, nessa parceria que temos feito com os Ministros que de verdade querem construir algum trabalho pelo Brasil, independentemente de nós estarmos na oposição, cremos que algumas atitudes em alguns específicos Ministérios são bastante construtivas e nos levam a colaborar.

Nesse sentido, explico que esse projeto pretende destinar parcela do fundo social. Essa parcela é de 20% do rendimento do fundo social, o qual tem uma lógica em que é recolhido um certo montante, esse montante é aplicado e esse rendimento que é aplicado em projetos destinados precipuamente às gerações futuras.

O racional desse tipo de dispositivo, na lei do petróleo e na partilha, é justamente garantir que as gerações futuras tenham atividades diversas da exploração de um bem não renovável, Senador Izalci. Então, justamente é projetar o futuro. E nada melhor para projetar o futuro do País, das nossas gerações, do que educação; claro, saúde pública, e, nesse caso, agregando também ciência e tecnologia num percentual que nós consideramos adequado.

Nós vamos aproveitar aqui para ler resumidamente um manifesto das entidades científicas em apoio à regulamentação desse fundo social para ciência, tecnologia e inovação. Esse manifesto coloca que, neste momento, o Congresso Nacional analisa dois projetos fundamentais para o financiamento da ciência, tecnologia e inovação no País. Eles têm por objetivo regulamentar a destinação do Fundo Social do Pré-Sal para investimentos nessa área.

A previsão é de que o fundo social fomente a ciência e tecnologia brasileira e existe já desde a promulgação da Lei nº 12.351, de 2010. No entanto, nesses quase nove anos de vigência da lei, a destinação segue sem ser executada por falta de definição do percentual a ser investido em ciência e tecnologia.

Portanto, estamos preenchendo uma lacuna legal que tem impedido, ao longo de quase dez anos, que esse dinheiro seja destinado ao fim a que se pretende. Por isso, as entidades representativas da comunidade científica brasileira abaixo assinadas defendem a urgência na aprovação do PLS nº 181, de 2016, de autoria do Senador Lasier Martins, e do PL nº 5.876, de 2016, dos Deputados Celso Pansera e Bruna Furlan.

Esses dois projetos asseguram destinação definida na Lei nº 12.351, de 2010, regulamentando, enfim, a previsão legal aprovada pelo Congresso Nacional quando da criação do fundo social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O PLS nº 181, de 2016, encontra-se na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática do Senado Federal, com parecer favorável – da minha pessoa, Relator Senador Jean Paulo Prates.

O PL nº 58.576, de 2016, está em debate na Comissão de Finança e Tributação da Câmara dos Deputados, com parecer pela adequação orçamentária e financeira, emitido pelo Deputado Otto Alencar Filho.

A comunidade científica brasileira agradece os esforços dos Parlamentares envolvidos nos debates desse projeto de lei, que são muito importantes para possibilitar um maior desenvolvimento científico e tecnológico do País e conclama as Comissões respectivas do Senado e da Câmara a aprovarem com celeridade tais projetos.

Atenciosamente, assinam a Academia Brasileira de Ciências; a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior; Conselho Nacional das Fundações de Apoio às Instituições de Ensino Superior e Pesquisa Científica e Tecnológica; Conselho Nacional de Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa; Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica; Fórum Nacional de Gestores de Inovação e Transferência de Tecnologia; Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Municipais de Ciência, Tecnologia e Inovação; Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; Associação Brasileira de Antropologia; Associações Brasileiras de Ciências Farmacêuticas, Cristalografia, Biofísica; Sociedades Brasileiras de Educação Matemática, Física, Genética, História da Ciência, Imunologia, Melhoramento de Plantas, Microbiologia, Microondas e Optoeletrônica, Química, Telecomunicações, Toxinologia; Sociedade de Arqueologia Brasileira; e União Latina de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura.

Várias entidades, então, a favor da aprovação célere desse projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O item 1 da pauta vai ficar em aberto para discussão, para quando, ao final, chegar o quórum presencial por ser terminativo.

No entanto, nós vamos colocar em votação o requerimento de autoria do Senador Izalci para discutir a matéria em audiência pública; a destinação do fundo criado pelo projeto agora relatado pelo Senador Jean Paul Prates.

EXTRAPAUTA
ITEM 19
REQUERIMENTO N° 25, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de tratar sobre o PLS 181/2016, que dispõe sobre a destinação de parcela do Fundo Social de que trata o art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, e dá outras providências.

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

Aqueles que concordam com o requerimento do Senador Izalci fiquem como estão. (*Pausa.*)

Aprovado.

A audiência pública ficará conforme o calendário organizado pela Presidência da Comissão.

Senador Oriovisto pede extrapauta para aprovar um requerimento de audiência pública.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)
Aprovado.
Tem a palavra V. Exa., para o relatório.

EXTRAPAUTA
ITEM 20
REQUERIMENTO N° 26, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de apresentar o Programa Nacional de Incentivo às AgTechs no âmbito dos programas profissionais da área das Ciências Agrárias da CAPES/MEC.

Autoria: Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Sr. Presidente, é o Requerimento de nº 26.

Basicamente, o que eu estou requerendo, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93, do Regimento Interno do Senado Federal, é a realização de uma audiência pública, em conjunto com a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com o objetivo de apresentar o Programa Nacional de Incentivo às AgTechs, no âmbito dos programas profissionais da área de Ciências Agrárias da Capes/MEC.

Eu proponho que sejam convidados para essa audiência um representante do Ministério da Educação; o Presidente da Fundação Capes, Anderson Correia; o Secretário de Inovação e Desenvolvimento Rural e Irrigação do MAPA, Fernando Camargo; o Secretário de Empreendedorismo e Inovação do MCTIC, Paulo César Rezende de Carvalho Alvim; o Diretor do Departamento de Apoio à Inovação para Agropecuária do MAPA, Luís França; e o Presidente da Embrapa, Sebastião Barbosa.

Sr. Presidente, o objetivo dessa audiência... É muito importante que a Comissão de Ciência e Tecnologia participe, porque o objetivo final é apoiar o desenvolvimento e a consolidação da competitividade das AgTechs nas *startups* dedicadas ao agronegócio brasileiro.

Na verdade, esse movimento começou, e o grande pai da ideia é o Senador Heinze, do Rio Grande do Sul, que está por detrás de tudo isso. Estou fazendo esse requerimento a pedido dele, e esse assunto está bem avançado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Aqueles que concordam com a audiência pública requerida pelo Senador Oriovisto permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

A data será estabelecida conforme o planejamento da Presidência da Comissão.

ITEM 2
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 285, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SÃO JOSÉ DO INHACORÁ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Inhacorá, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria *ad hoc*: Senador Jean Paul Prates
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Nomeio o Senador Jean Paul como Relator *ad hoc*. Pode ser?

Item 2. (*Pausa.*)

Senador Oriovisto, o senhor pode ser, depois, o Relator *ad hoc* do item 3? (*Fora do microfone.*)

Prepare-se.

Item 2. Relator...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para proferir relatório.) – Trata-se, então, Sr. Presidente, de um projeto relatado pelo Senador Weverton, que, aliás, também esteve conosco lá na Guiana Francesa, agora, com o Ministro de Ciência e Tecnologia. E ele aprova o ato que outorga e autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de São José do Inhacorá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Inhacorá, Estado do Rio Grande do Sul.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional, por meio de mensagem presidencial.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu Relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania daquela Casa, o projeto também foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

Análise.

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O exame da documentação que acompanha o PDS 285, de 2015, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei 9.612, de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 285, de 2015, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Radiodifusão Comunitária de São José do Inhacorá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Inhacorá, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Nesta data, o Relator, Senador Weverton.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não havendo quem queira discutir, vai à aprovação quando houver o quórum, por se tratar de matéria terminativa.

ITEM 3
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 202, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE BURITI BRAVO para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buriti Bravo, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria *ad hoc*: Senador Oriovisto Guimarães
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Relatoria: Senador Weverton.
Com autorização dele, estamos transferindo a Relatoria, *ad hoc*, para o Senador Oriovisto.
Tem a palavra o Relator.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Desculpe-me, Senador Oriovisto.

É o seguinte: como eu tenho também na pauta, estou presente, após a leitura eu peço que V. Exa., então, faça a inversão e traga o item 13 para a minha leitura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Treze?

Mas aí eu iria lhe dar uns *ad hocs* aqui, para o senhor... (*Risos.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – Então vamos lá.

Sr. Presidente, este é o parecer da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo 202, de 2017 (nº 461, de 2016, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buriti Bravo, Estado do Maranhão.

Sr. Presidente, o relatório é exatamente uma réplica de todos os outros 500 mil relatórios que nós já lemos aqui nesta Comissão. Então, se o senhor me permite, eu vou direto ao voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Está permitido.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – O voto diz o seguinte:

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 202, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Buriti Bravo para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Buriti Bravo, Estado do Maranhão, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria fica para aprovação... Nós já temos cinco. Precisamos de nove.

ITEM 4
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 132, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga concessão à Universidade Federal do Maranhão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria *ad hoc*: Senador Oriovisto Guimarães
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Já que o Senador Oriovisto tratou sobre o Maranhão, continua então com a palavra, como Relator *ad hoc*, o Senador Oriovisto.

Item 4. Mesma situação.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para proferir relatório.) – É da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo 132, de 2018 (nº 614, de 2017, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Universidade Federal do Maranhão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Luís, Estado do Maranhão.

Sr. Presidente, o relatório segue como sempre o padrão normal desses relatórios. Na análise também não há nada de especial. Vamos, então, ao voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 132, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga concessão à Universidade Federal do Maranhão para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens, com fins exclusivamente educativos, no Município de São Luís, Estado do Maranhão, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É esse o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Obrigado, Senador Oriovisto.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, preparado para a votação quando houver quórum, por ser terminativo.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sr. Presidente, só uma questão...

É que eu tenho que votar agora na Comissão Mista do Orçamento, e é o PL 4, que é importante para a sessão do Congresso, agora à tarde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu, conversando aqui com o nobre colega sobre o projeto do Lasier Martins e do Jean Paul, que é o nosso Relator... A audiência pública que eu tinha solicitado era exatamente para conversar com todos os ministérios, para ver essa questão do percentual do Fundo Social.

Eu tive o privilégio, Senador, de ser também autor da emenda que colocou na educação os recursos do Fundo Social, esses 50%.

De fato, há uma questão aqui – e eu, conversando com o Relator –, com relação à questão da Marinha, porque eu acho que é preciso dedicar parte desse recurso para a Marinha.

Então, eu pediria a V. Exa. – e vou conversar também com o Presidente – para que a gente faça essa audiência pública no máximo semana que vem. Se puder ser terça, quarta ou quinta não há problema, todos os ministérios estarão aqui presentes, com certeza.

E a ideia é fazer um recurso ao Plenário, para a gente poder votar no Plenário, incluindo... E talvez até, se for o caso, ampliar, mas nós vamos debater audiência... Temos que resguardar os recursos para a Marinha, que eu acho importante, que não está previsto no projeto, e a gente faz o recurso em conjunto – não é? –, e a gente faz o destaque lá no Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Independentemente da aprovação...

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Independentemente da aprovação. A gente aprova, e nós vamos fazer o requerimento, e V. Exa...

Mas eu só pediria a V. Exa. que, se pudesse já – não sei se é preciso ser o Presidente –, para a gente poder marcar para a semana que vem essa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A assessoria vai consultar o Vanderlan, que é o titular, para assegurar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Sim.

Mesmo que seja terça ou quinta. Não tenho nenhuma dificuldade.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O.k.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Plenamente de acordo.

É importante realmente a colocação do Senador Izalci, com a qual eu tenho total concordância, em relação à destinação à Marinha e, eventualmente, até em subir o percentual.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadores, Senadoras, os próximos itens são da Senadora Daniella Ribeiro, que já esteve aqui e pediu para que ela fosse... Nossa assessoria foi buscá-la. Então, eu passo, mesmo tendo o item 11 como prioridade, que é do Senador Styvenson, mas eu vou obedecer aqui, e a experiência me diz que a gente tem que respeitar os mais antigos, ouviu, Styvenson? E já foi pedido aqui, pelo nosso Arolde.

ITEM 13
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) Nº 254, DE 2015
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IMPRENSA S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Autoria: Câmara dos Deputados

Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatoria: Senador Arolde de Oliveira

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Vou passar ao Senador Arolde, para relatar.

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ. Para proferir relatório.) – Obrigado, Presidente.

Eu fico grato e, hoje, a prioridade, por lei, realmente está em todas as áreas, não é? Eu reagi muito na vida para aceitar, mas hoje eu vejo que é muito comum nos aeroportos, em todos os lugares, inclusive aqui. (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. AROLDE DE OLIVEIRA (PSD - RJ) – Na Justiça, em todo canto.

Bom...

Presidente, eu estou aqui com um relatório, com o parecer, que chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em caráter terminativo, sobre o Projeto de Decreto Legislativo 254, de 2015 (nº 457, de 2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova permissão outorgada à Rádio Imprensa S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de mensagem presidencial, nos termos do art.49, inciso XII, combinado com o art. 223, §3º, ambos da Constituição Federal.

Eu vou ler resumidamente, porque se trata de um assunto que já passou aqui nesta Casa.

Ocorre que a referida permissão teve a última renovação encerrada em 1994. A partir dessa data, para que houvesse a continuidade da outorga, deveria haver uma nova renovação.

Apesar disso, não foi possível localizar a portaria ministerial de renovação ou a aprovação dessa renovação pelo Congresso Nacional. Aparentemente, a renovação da outorga a partir de 1994 não ocorreu. Nesse caso, a outorga estaria vencida e sua renovação seria inviável.

Por fim, é importante mencionar que, no ano de 2016, foi votado e aprovado requerimento de informação, o qual não foi processado e, com o fim da legislatura, a proposição retomou tramitação perante a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

Isso aqui, cumprimentando... Houve o requerimento. Então, eu me fundamento inclusive nesse requerimento, para repetir o próprio requerimento para o Ministério das Comunicações.

Voto.

Em vista do exposto, voto pelo encaminhamento ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações do requerimento de informações a seguir, e pelo sobrestamento da tramitação do PDS nº 254, de 2015, nos termos do art. 335 do Risf.

REQUERIMENTO Nº , DE 2019

Nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações as seguintes informações relativas ao processo de renovação da outorga da permissão outorgada à Rádio Imprensa S/A [...] [no Rio de Janeiro]:

a) Houve aprovação da renovação da outorga em questão relativa ao decênio 1994-2004 no âmbito do Poder Executivo? Essa renovação foi submetida à apreciação do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Congresso Nacional?

b) O pedido de renovação da permissão em questão relativo ao decênio 2004-2014 foi apresentado no prazo legal (art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972)?

c) Relação de outras outorgas de serviço de radiodifusão detidas, direta ou indiretamente, por cada pessoa física ou jurídica que, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social da entidade que controla o referido serviço de radiodifusão.

d) Cópia do ato que comunicou ao Congresso Nacional a alteração do quadro societário da entidade autorizada pela Portaria nº 142, de 28 de abril 2005, do Secretário de Serviços de Comunicação Eletrônica do então Ministério das Comunicações.

e) Cópia de demais atos relacionados a eventuais outras alterações do quadro societário.

Este é o relatório. E, como é um requerimento, deixa de ser terminativo. V. Exa., se quiser registrar a votação, seria o caso.

E nós vamos, então, aguardar a resposta do Ministério das Comunicações.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Em discussão.

Aqueles que pretendem discutir... (*Fora do microfone.*) (*Falha na gravação.*)

... matéria perante os órgãos que tratam da questão da concessão. Nesse sentido, podemos aprovar a matéria.

Em votação.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O requerimento vai ser encaminhado ao Ministério devido.

Passamos ao item 11.

ITEM 11
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 40, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Aliança FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senador Styvenson Valentim
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Relator, Senador Styvenson Valentim. Tem a palavra V. Exa.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vou relatar dois, não é? Um positivo, outorga... Deixe-me ver se o 11...

Pronto, Caxias do Sul. Esta está tranquila, porque pede só que se aprove o ato de outorga, autorização à Associação de Rádio Comunitária Aliança FM para executar serviço de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, no Estado do Rio Grande do Sul. Como a matéria tratada aqui já é bem conhecida pelos Senadores, vou para o voto.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 40, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação de Rádio Comunitária Aliança FM para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Caxias do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, a matéria fica preparada para a votação ao final.

Item 16, uma vez que está na sequência.

ITEM 16
OFÍCIO "S" N° 83, DE 2015
- Não terminativo -

Submete à aprovação do Senado Federal, nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição Federal, acompanhada de Exposição de Motivos do Ministro de Estado das Comunicações, a Portaria nº 795, de 25 de outubro de 2006, que revoga a autorização outorgada à União Caixeiral de Lajes, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 235, de 2001, para executar serviços de radiodifusão comunitária, no município de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Styvenson Valentim

Relatório: Pelo arquivamento da matéria.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. Para proferir relatório.) – Esta aqui, Jean Paul, é lá do nosso Estado, lá de Lajes, triste. O voto é para um arquivamento, mas ele pede, aqui no terceiro parágrafo do relatório que, em 20 de novembro de 2004, a entidade – que entidade é essa? – de radiodifusão comunitária no Município de Lajes, União Caixeiral, a rádio difusora comunitária... Ele alega que, no dia 20 de novembro de 2004, a entidade, por falta de condições financeiras para manutenção da rádio comunitária, requereu ao então Ministério das Comunicações o cancelamento da autorização.

Então, esse pedido de cancelamento definitivo veio da própria autorizada, que alega não ter mais condições de continuar a prestar o serviço de acordo com as exigências legais.

Partindo disso, eu vou para o voto.

Em vista do exposto...

É interessante – não é, Jean? – que Lajes tem o quê? Doze mil habitantes. Há o Pico do Cabugi, hoje uma das atrações turísticas e um dos relevos mais antigos do nosso País que fica praticamente entre duas grandes cidades como Natal e Mossoró. Passagem, não é? Está perdendo a radiodifusão por não ter mais condições de manter. Isso é triste.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Se me permite, Senador Styvenson, corroboro a sua preocupação, inclusive, gostaria de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

generalizá-la para todas as rádios comunitárias, a dificuldade que esses empreendimentos de importância tão grande para esses Municípios têm para se sustentar. Não é o primeiro caso que a gente vê, são vários casos; isso vem correndo com bastante regularidade. Nós temos discussões sobre a questão de capacidade e publicidade local nessas rádios, formas outras, de alguma forma, de viabilizar esses verdadeiros heróis que são as pessoas que fazem essas rádios comunitárias hoje, no Brasil.

E, lá em Lages, realmente, certamente essa difusão, a falta dela será sentida, como outras muitas no Brasil têm padecido por falta de recurso devido à quantidade de empecilhos que esse tipo de dispositivo, que são as rádios comunitárias, possuem para ter renda, ter algum tipo de receita para pagar seus equipamentos, seus empregados, algum tipo de estrutura mínima que não seja basicamente uma pessoa só trabalhando heroicamente sozinha.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É quase um *hobby*.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É quase um *hobby*!

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E não deveria ser assim.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Não deveria, porque deveria gerar empregos, informação.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Exatamente, exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É lamentável estar fechando...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – É lamentável.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – ... essa rádio.

Então, vou para o voto, Sr. Presidente.

Em vista do exposto, opinamos pelo arquivamento do Ofício "S" nº 83, de 2015, que remete ao Congresso Nacional a Portaria nº 795, de 25 de outubro de 2006, que revoga, a pedido, autorização outorgada à União Caixeiral de Lajes para executar serviços de radiodifusão comunitária no Município de Lajes, Estado do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Como o relatório vai para o arquivamento, a matéria perde a condição de terminativa e passa a ser não terminativa.

Em votação.

Aqueles que concordam com o arquivamento permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório do Senador Styvenson, que passa a constituir parecer da CCT pelo arquivamento da matéria.

E, quanto aos dois do Rio Grande do Norte, ficam devendo à Comissão um convite para a gente conhecer o litoral do Rio Grande do Norte, não só o pedaço...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – E o Pico do Cabugi, Senador Paulo Rocha, o Pico do Cabugi também. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Mas há outros lugares bonitos, lá no interior, viu? Há a parte serrana, Martins, Portalegre .

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muitas cavernas.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sim, há a parte do...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Campestre.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Campestre, Cerro Corá, há muito lugar bonito, viu, Paulo? Não é só o litoral, não.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Pará também.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – É bom ir para o interior.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – O Pará também. A gente troca convites.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O Senador Paulo está me devendo uma visita a Alter do Chão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Então, vamos trocar, Senador Styvenson, vamos a Alter do Chão também.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Isso.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Praia fluvial maravilhosa, formação da natureza da Amazônia. Trocamos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Item 10.

ITEM 10
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 107, DE 2019
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

Autoria: Câmara dos Deputados
Iniciativa: Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
Relatoria: Senadora Mailza Gomes
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

A Relatora é a Senadora Mailza Gomes, a quem passo a palavra.

A SRA. MAILZA GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - AC. Para proferir relatório.) – Bom dia, Srs. Senadores, Sr. Presidente, Paulo Rocha!

Eu vou direto à análise, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do seu art. 104-C, VII, cumpre à CCT opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Por se tratar de distribuição em caráter exclusivo, incumbe-lhe pronunciar-se também sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 3, de 2009, do Senado Federal.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara dos Deputados, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, inciso XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material. Sob o aspecto de técnica legislativa, observa-se que o projeto está em perfeita consonância com o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 107, de 2019, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão outorgada à Prefeitura Municipal de São Pedro do Sul para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média no Município de São Pedro do Sul, Estado do Rio Grande do Sul, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir, passa-se à aprovação e, por se tratar de terminativo, fica para o final da votação, porque nós vamos aprovar em bloco esses relatórios.

Item 18.

ITEM 18
REQUERIMENTO N° 24, DE 2019
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de apresentar os principais projetos de Ciência e Tecnologia das Forças Armadas, bem como os impactos e transbordamentos para a sociedade.

Autoria: Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO) e outros

De autoria do Senador Vanderlan, titular da Presidência, mas o Senador Jean Paul vai subscrever a realização da audiência pública, a quem passo a palavra.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Mais uma vez, comunicando-se esse assunto com o teor do item 1 da pauta também, investimentos das Forças Armadas em ciência e tecnologia.

O Requerimento é o de nº 24, de 2019, nesta Comissão de Ciência e Tecnologia.

Requer a realização de audiência pública com o objetivo de apresentar os principais projetos em ciência e tecnologia das Forças Armadas, bem como os impactos e transbordamentos para a sociedade.

A proposta é ter os seguintes convidados:

I- Vice-Almirante Valter Citavicius Filho, Diretor do Departamento de Ciência, Tecnologia e Inovação do Ministério da Defesa.

II- Vice-Almirante Marcos Sampaio Olsen, Diretor-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha do Brasil.

III- General de Exército Décio Luís Schons, Chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército Brasileiro.

IV- Tenente-Brigadeiro do Ar Luiz Fernando de Aguiar, Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da Força Aérea Brasileira.

A justificação tem o seguinte teor: o Ministério da Defesa em conjunto com as Forças Armadas têm sido grandes vetores da ciência, tecnologia e inovação no nosso País. Creio ser importante para este Parlamento que possa conhecer melhor os resultados mais atualizados e as ações futuras dos projetos e programas que demandam quantias substanciais de recursos públicos anualmente.

Esse é o requerimento do Senador Vanderlan Cardoso, Presidente desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo ninguém que queria discutir, em votação a realização da audiência pública.

Aqueles que concordam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado.

O calendário da audiência pública é organizado e tratado pela Presidência titular.

A pedido do Relator, Senador Angelo Coronel, quanto ao item 14 e ao item 15, há um requerimento de retirada de pauta.

Concedemos a retirada dos itens 14 e 15, de relatoria do Senador Angelo Coronel, para fazer alguns ajustes nos seus relatórios.

(São os seguintes os itens retirados de pauta:

ITEM 14
OFÍCIO "S" N° 40, DE 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

ITEM 15
OFÍCIO "S" N° 43, DE 2014
- Não terminativo -

Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 25/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO SANTA CRUZ LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, Estado da Bahia.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Angelo Coronel

Relatório: Pela apresentação de requerimento de informações dirigido ao Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.)

Senador Jean, a Senadora Daniella é Relatora de vários itens...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... que tratam de outorga de rádios comunitárias, itens 5, 6, 7, 8 e 9.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Para ganhar tempo – ela está a serviço ali na CCJ –, nós vamos passar a leitura do relatório para V. Exa. para a gente ganhar também aqui itens importantes. Depois, ao final, a gente vai aprovar em pacote, já com a presença da Senadora.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Aceita a tarefa?

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sem problema.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Item 5.

ITEM 5
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 10, DE 2014
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE MITUAÇU para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conde, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Daniella Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

V. Exa. tem a palavra para fazer o relatório *ad hoc.*

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para proferir relatório.) – Procedimento normal. Parecer padrão.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 10 não evidenciou violação das formalidades.

Tendo em vista o exame da documentação que acompanha o PDS nº 10, de 2014, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores de Mituaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conde, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório e o voto para o item 5.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, passaremos à aprovação quando se for tratar de matéria terminativa.

Item 6.

ITEM 6
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 52, DE 2016
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à RÁDIO SANTA MARIA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monteiro, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para proferir relatório.) – Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 52, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova concessão outorgada à Rádio Santa Maria Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias no Município de Monteiro, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria continua em discussão.

Item 7.

ITEM 7
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 70, DE 2016
- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Aprova o ato que outorga permissão ao INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

De relatoria da Senadora Daniella Ribeiro. Nomeio Relator *ad hoc* o Senador Jean Paul.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para proferir relatório.) – Ressalto a importância da outorga dessas permissões aos institutos federais de educação no nosso Nordeste, fazendo um papel muito importante na radiodifusão e no trabalho comunitário nessas regiões.

A análise.

Como de praxe, passo ao parágrafo final, que apenas conclui que, sob os aspectos da técnica legislativa e da constitucionalidade, observa-se que o projeto está em perfeita consonância.

O voto.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 70, de 2016, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga permissão ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com fins exclusivamente educativos no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria continua em discussão.

Item 8.

ITEM 8
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 80, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO MANGABEIRA DE TODOS para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados.

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro.

Relatório: Pela aprovação do projeto.

Observações:

A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

A relatoria é da Senadora Daniella Ribeiro. Passo a relatoria *ad hoc* para o Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para proferir relatório.) – Comentário de praxe na análise, seguido do parágrafo final.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O exame da documentação que acompanha o PDS n° 80, de 2017, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Rádio Mangabeira de Todos para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de João Pessoa, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Este é o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria continua em discussão.

Passamos para o item 9, também de relatoria da Senadora Daniella Ribeiro.

ITEM 9
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 238, DE 2017
- Terminativo -

Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO E TV CORREIO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba.

Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro.
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.
Relatoria *ad hoc* do Senador Jean Paul.

Tem a palavra V. Exa.

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para proferir relatório.) – Mais uma vez, o processo de verificação dos aspectos de técnica legislativa e da constitucionalidade mostrou perfeita consonância com os dispositivos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 238, de 2017, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova permissão outorgada à Rádio e TV Correio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Município de Campina Grande, Estado da Paraíba, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

É o relatório e o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A matéria continua em discussão.

Todas as relatorias são da Senadora Daniella Ribeiro, que foram tratadas *ad hoc* agora pelo Senador Jean Paul, dos itens 5, 6, 7, 8 e 9.

A matéria continua em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, a matéria vai à aprovação.

Senador, para V. Exa. ganhar o dia dobrado, eu lhe passo ainda...

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – O que é isso, Professor? (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – ... a relatoria da Senadora Mara Gabrilli, item 12.

ITEM 12
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO (SF) N° 158, DE 2018
- Terminativo -

Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Reluz FM de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jacupiranga, Estado de São Paulo.

Autoria: Câmara dos Deputados.
Relatoria: Senadora Mara Gabrilli.
Relatório: Pela aprovação do projeto.
Observações:
A matéria será encaminhada à Secretaria-Geral da Mesa após a deliberação da CCT.

Tem a palavra V. Exa. como Relator *ad hoc.*

O SR. JEAN PAUL PRATES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Para proferir relatório.) – Presidente, mais uma vez, o exame da documentação que acompanha o PDS n° 158, de 2018, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Lei n° 9.612, de 1998.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 158, de 2018, não evidenciou violação da legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que outorga autorização à Associação Comunitária Reluz FM de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária no Município de Jacupiranga, Estado de São Paulo, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Esse é o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, vamos para a aprovação.

Como se trata de matérias de consenso, essas de autorização a rádios comunitárias, a gente já deu início à discussão dos relatórios relativos aos itens 1 a 12, que tratam exatamente de concessão de rádios comunitárias nos vários Estados e nos Municípios do interior dos nossos Estados.

O item 1...

Os itens de 2 a 12 tratam de concessões de rádios comunitárias.

No item 1 também já houve consenso pelos dois – não só o que pediu vista, o Senador Izalci, como também o Senador Jean Paul, como Relator. Há consenso também na matéria.

Nós vamos colocar em votação os itens 1 a 12 em bloco.

Por se tratar de votações nominais, nós vamos deixar em aberto a votação para que se consiga o quórum para a aprovação, que é de 9 Senadores. Vamos pedir a articulação dos nossos assessores para buscar os nossos Senadores que já estiveram aqui.

O painel eletrônico será preparado para a votação.

Quem vota com os Relatores vota "sim".

Os Senadores já podem votar – a os assessores também já podem buscar Senadores! (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Mara, Senadora Mara, nós passamos a relatoria *ad hoc* da sua rádio lá de São Paulo, Jacupiranga, e já está em votação. Por se tratar de matéria de consenso aqui, a gente põe em bloco.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Mas V. Exa. tem a palavra para reforçar o voto.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Presidente, eu só queria fazer um agradecimento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pois, não. Fale sobre Jacuripanga.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Jacupiranga.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Jacupiranga. (*Risos.*)

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - SP) – Eu queria agradecer a relatoria *ad hoc* que aconteceu, muito obrigada aos pares pelo apoio, e dizer da importância da Associação Comunitária Reluz FM de Radiodifusão, lá do Município de Jacupiranga, que é muito legítima, é muito importante. E eu, como uma publicitária, como uma comunicadora, sinto-me lisonjeada de poder relatar e levar mais voz, mais informação à população.

Então, só para agradecer aqui, reiterar a importância do projeto e agradecer o Senador Jean Paul pela gentileza.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Como está a votação, está em aberto? Porque precisamos de nove votos. Os Senadores vão e votam, o pessoal está buscando para votar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Renilde, nós estamos votando aquelas rádios comunitárias, concessão de rádios comunitárias, e estamos votando em bloco porque já foram lidas e é consenso a criação de rádios comunitárias.

Então, são dez itens. Já foram relatados e agora estamos votando em bloco, a votação está aberta.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – É que eu sou suplente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Pode votar, pode votar. Ah, não, porque...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É verdade, é verdade. Eu e o Jean estamos como titulares, mas registre sua presença.

A SRA. RENILDE BULHÕES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - AL) – Sim. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Senadora Selma, são aquelas votações de rádios comunitárias. Como é consenso e já foram todas relatadas, a votação está em aberto, como nós temos feito nas últimas reuniões.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir escusas pela minha passagem aqui muito rápida por esta Comissão. Nós estamos numa discussão lá na CCJ sobre a questão do decreto de armas e eu preciso me fazer presente lá.

Então, peço-lhe desculpas, mas tenho que me ausentar em seguida.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É, eu, como fui Deputado, e lá dizem que é melhor ir para o Senado que aqui é uma maravilha...

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Ô!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – É o céu, mas aqui a gente tem fazer o trabalho de 513; o mesmo trabalho feito por 81.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – Também me disseram isso, eu também caí nessa mesma cilada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Então, essa duplicidade de trabalho é constante aqui para nós.

A SRA. JUÍZA SELMA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSL - MT) – É isso. Muito obrigada, Sr. Presidente. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – A votação está encerrada. Vou fazer a contagem.

Votos SIM,8

Quórum, 9

Nenhuma abstenção.

Aprovadas as matérias.

As matérias serão encaminhadas à Secretaria-Geral da Mesa para serem encaminhadas ao Poder Executivo para sancionar as concessões.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião.

Agradecemos a presença de todos e de todas e dos nossos assessores.

(*Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 35 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às quatorze horas e quarenta e oito minutos do dia três de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob a Presidência do Senador Mecias de Jesus, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Styvenson Valentim, Eduardo Girão, Zenaide Maia, Irajá, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Juíza Selma, Izalci Lucas, Telmário Mota, Dário Berger, Paulo Paim, Eliziane Gama, Marcos do Val, Paulo Rocha e Jayme Campos. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Rogério Carvalho e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 2, de 2019** que: "Requer realização de audiência pública para debater mecanismos legislativos que possam desburocratizar o empreendedorismo e incentivar a inovação, bem como avaliar a questão de patentes no País." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 1/2019 - CSF, de autoria do Senador Mecias de Jesus. **Finalidade:** Debater a cobrança do usuário pela operadora para o acesso a conteúdos, aplicações e serviços disponibilizados na internet por órgãos e entidades da administração direta e indireta da União. **Participantes:** Diogo Moyses Rodrigues, Líder do Programa de Telecomunicações e Direitos Digitais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - Idec; Nilo Pasquali, Superintendente de Planejamento e Regulamentação da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. Igor Rodrigues Britto, Membro da Comissão Especial de Defesa do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil. Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senadores Styvenson Valentim e Eduardo Girão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e treze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Mecias de Jesus

Presidente da Comissão Senado do Futuro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/03

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO SENADO DO FUTURO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e quatro de abril de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Zequinha Marinho e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão Senado do Futuro com a presença dos Senadores Marcelo Castro, Eduardo Girão, Zenaide Maia, Arolde de Oliveira, Wellington Fagundes, Flávio Bolsonaro, Lucas Barreto, Juíza Selma, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Telmário Mota, Paulo Paim, Eliziane Gama, Marcos do Val, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Acir Gurgacz e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Mecias de Jesus, Marcio Bittar, Rogério Carvalho e Irajá. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão Senado do Futuro n° 4, de 2019** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater, para aperfeiçoamento da realidade orçamentária do nosso País, a Proposta de Emenda à Constituição nº 22 de 2000, do Senador Antônio Carlos Magalhães, que "altera disposições da Constituição Federal, tornando de execução obrigatória a programação constante da lei orçamentária anual" e, também, a Proposta de Emenda à Constituição nº 34 de 2019, do Deputado Federal Hélio Leite, que "altera os arts. 165 e 166 da Constituição Federal, para tornar obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica"." **Autoria:** Senador Mecias de Jesus e outros. **Resultado:** Aprovado. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 2/2019 - CSF, de autoria do Senador Styvenson Valentim. Audiência Pública com o objetivo de debater mecanismos legislativos que possam desburocratizar o empreendedorismo e incentivar a inovação, bem como avaliar a questão de patentes no País. Comparecem à audiência, na qualidade de expositores, os senhores Igor Manhães Nazareth, Subsecretário de Inovação no Ministério da Economia; Júlio César Castelo Branco Reis Moreira, Diretor de Administração do Instituto Nacional da Propriedade Industrial-INPI; Camilla Junqueira, Diretora-Geral da Endeavor Brasil; Sr. Célio Cabral de Sousa Júnior, Gerente da Unidade de Acesso à Inovação e Tecnologia do Sebrae.Findas as apresentações, o Senhor Presidente franqueia a palavra aos Senhores Senadores. Usam da palavra os Senadores Styvenson Valentim e Eduardo Girão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Zequinha Marinho

Vice-Presidente da Comissão Senado do Futuro

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/04/24

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 29 DE MAIO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e trinta e um minutos do dia vinte e nove de maio de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Lasier Martins, Major Olimpio, Leila Barros, Marcos do Val, Eliziane Gama, Jaques Wagner, Paulo Rocha, Jayme Campos, Wellington Fagundes, Maria do Carmo Alves, Chico Rodrigues, Jorge Kajuru, Izalci Lucas, Fernando Bezerra Coelho, Paulo Paim, Esperidião Amin, Arolde de Oliveira, Flávio Bolsonaro, Juíza Selma, Tasso Jereissati, Dário Berger, Nelsinho Trad e Angelo Coronel. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Styvenson Valentim, Telmário Mota, Carlos Viana e Otto Alencar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões 13ª e 14ª, que foram aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo ao requerimento REQ 17/2019 - CMA, de autoria do Senador Fabiano Contarato, Styvenson Valentim, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Eduardo Girão, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates e Antonio Anastasia. **Finalidade:** Debater o tema "Brasil verde para sempre? Balanço de 7 anos do Novo Código Florestal" como parte das ações do “Junho Verde – o Meio Ambiente une”. **Participantes:** Sra. Roberta del Giudice, Secretária-Executiva do Observatório do Código Florestal; Sr. Tasso Azevedo, Coordenador Técnico do Observatório do Clima e Coordenador-Geral do MapBiomas; Prof. Dr. Raoni Rajão, Professor de Gestão Ambiental e Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia no Departamento de Engenharia de Produção da UFMG. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e onze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fabiano Contarato

Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/05/29

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Boa tarde a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente.

Inicialmente quero pedir desculpas pelo atraso, mas é que estávamos solenidade de entrega de um projeto de resolução diretamente ao Presidente do Senado para instituir no Senado o Junho Verde. É uma iniciativa que nós estamos tendo, porque não basta ser, no dia 5 de junho, comemorado esse dia, mas, sim, nós estaremos aqui estabelecendo um Junho Verde no Senado Federal. Solicitei também que haja iluminação da cúpula do Senado na cor verde e também que entrem, no mês de junho – houve o comprometimento dos Líderes dos partidos para que colocassem em pauta já no mês de junho –, os projetos de interesse ambiental, por exemplo, o que coloca no art. 5º da Constituição Federal o direito ao meio ambiente ecologicamente sustentável como um direito fundamental. Já está no art. 225, mas nós estamos dando uma redundância. E há o comprometimento de estar pautando, nesse mês de junho, temas de extrema relevância.

Também foi dito – e externei a minha preocupação – sobre a MP que está agora em discussão na Câmara dos Deputados, que, na verdade, é um engodo que está sendo praticado para tentar violar aquilo sobre o que se debruçaram por anos, que é o Código Florestal. Mas nós não vamos admitir retrocesso, nós não vamos admitir violações ao direito ao meio ambiente. Isso é um direito humano essencial. Defender o direito ao meio ambiente é sair em defesa da vida humana não só no espaço territorial brasileiro, mas um direito planetário.

E, no que depender da Comissão de Meio Ambiente, esta Comissão vai funcionar com audiências públicas de forma permanente, não só no mês de junho. Como hoje está tendo essa abertura, nós vamos fazer isso durante os dois anos em que eu estiver à frente da Comissão de Meio Ambiente, como seu Presidente.

Eu estou justificando o atraso nesta reunião, mas a motivação era nobre. Havia ali quase que, acho, 15 Senadores, que estavam comigo referendando isso. Há um comprometimento da bancada de se preservar o meio ambiente, porque esse é um direito humano, é um direito humano universal e não só na nossa Constituição, mas em todos os tratados e convenções internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Atas da 13ª Reunião, realizada em 22 de maio, e da 14ª Reunião, realizada em 23 de maio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado*.

Também quero fazer uma ressalva. Na semana passada, eu, presidindo a Comissão de Meio Ambiente, fiz dois requerimentos: um foi para instituir o Junho Verde; outro, para convocar o Ministro de Minas e Energia, que veio no dia seguinte.

Confesso que eu fiquei assustado com o que eu ouvi do Ministro, porque ele me falou que há quase 800 barragens, que não existe barragem segura no Brasil e que há oito funcionários para fiscalizar – agora são 16. Isso só acontece no Brasil, porque no Brasil nós temos a certeza da impunidade. A partir do momento em que as instituições entenderem as suas funções, que nós temos responsabilidade civil, administrativa e criminal por lesão ao meio ambiente, e que nós temos que responsabilizar, inclusive o Poder Público, não só pessoa física, não só a pessoa jurídica, não só empresa, porque eu não acho crível, razoável e aceitável que todas essas barragens estejam funcionado com aval e com autorização do próprio Poder Público... O Código Penal é claro no art. 13, §2º, alínea "a": a omissão é penalmente relevante quando a gente tenha por lei obrigação de proteção, vigilância e cuidado. E quem, de qualquer forma, concorre para o crime incide nas mesmas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.

Aprovamos requerimento para fazer uma diligência diretamente em Barão de Cocais, na barragem que está lá na iminência de acontecer uma tragédia. Estive lá, conversei com a população, com o Procurador-Geral de Justiça, coletei todas as ações, quais são as demandas judiciais que estão sendo feitas, vou apresentar nesta Comissão um relatório, mas de antemão falo que eu vim um pouco mais tranquilizado, porque agora, sim, nós temos uma ação mais preventiva para evitar a violação do principal bem jurídico, que é a vida humana, e a ofensa à integridade física.

Se existe um serviço de monitoramento em tempo real de deslocamento, onde estava esse serviço quando aconteceu a tragédia em Brumadinho? Eu não falo para evitar a tragédia em si, mas para evitar as mortes. Então, alguém está errando e tem que ser responsabilizado por isso.

Na Comissão de Meio Ambiente, realizaremos seis audiências públicas no mês de junho. Hoje vamos discutir o tema Brasil verde para sempre? Balanço de sete anos do novo Código Florestal – muito propício com o que está acontecendo na Câmara dos Deputados agora.

Então, por uma questão de economia de tempo, porque estamos atrasados, eu vou pedir permissão... Agradeço os palestrantes e convidados, para não ficar citando nome e, enfim, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a gente ganhar tempo e ser mais produtivo e proativo. Está claro? E sempre me coloco à disposição.

Eu convido os palestrantes para compor a Mesa: Sra. Roberta del Giudice, Sr. Tasso Azevedo e Sr. Raoni Rajão.

Em 5 de junho, discutiremos o tema Dia Mundial do Meio Ambiente: Balanço da Conservação dos Biomas Brasileiros; no dia 11 de junho, o tema será Lucros Verdes: Como empresas brasileiras se tornaram prósperas e competitivas preservando o meio ambiente; em 18 de junho, falaremos do tema Desertificação: Balanço das políticas para melhor uso do solo brasileiro; no dia 25 de junho, trataremos de proteção e bem-estar dos animais; e, para fechar o mês de junho, vamos, entre aspas, "Semear o futuro para o Brasil florescer: visão das novas gerações sobre o desenvolvimento e o meio ambiente".

Vamos à pauta de hoje.

Esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211. A Secretaria trará à Mesa algumas perguntas para enriquecer o debate, e o relatório completo com todas as manifestações estará disponível no e-Cidadania e será enviado a cada um dos convidados. As apresentações utilizadas pelos expositores ficarão disponíveis na página desta reunião no *site* da Comissão de Meio Ambiente e também no e-Cidadania.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa 9, de 2017, SGM, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata de modo a facilitar a análise em projetos e ações futuras sobre o tema.

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por vinte minutos e, antes de encerrarmos, poderá apresentar suas considerações finais em cinco minutos. A palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários em cinco minutos, após as exposições iniciais.

Com a palavra a Sra. Roberta del Giudice.

A SRA. ROBERTA DEL GIUDICE (Para exposição de convidado.) – Muito obrigada, Senador.

Vou direto, então, para a gente não gastar mais tempo.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROBERTA DEL GIUDICE – O nome da audiência de hoje é Brasil verde para sempre? Balanço dos cinco anos do Código Florestal. Então, eu vou começar falando como é que a gente está hoje na implementação dessa lei, que tem sete anos de aprovação.

O CAR (Cadastro Ambiental Rural) é uma das obrigações previstas no Código Florestal para todo imóvel rural e já foi implementado em todos os Estados há mais de cinco anos. Não há nenhum Estado que não tenha o sistema de cadastro da propriedade, o Cadastro Ambiental Rural.

O PRA (Programa de Regularização Ambiental) já foi publicado por 17 Estados mais o Distrito Federal, quer dizer, são 18 unidades da Federação que já tem PRA, e isso pode ser consultado no portal do código, em que há a informação da legislação. É só clicar no Estado, e você pode conferir qual é a norma que estabelece.

A área cadastrada no CAR que a gente tem hoje é de 514 milhões de hectares, e isso supera a área prevista, área cadastrável, por conta de sobreposições e cadastros dentro de áreas protegidas.

O número de imóveis cadastrados é de 5,6 milhões, quase 5,7 milhões de cadastros, isso em 30 de abril de 2019.

Processo de adequação da lei. A lei foi aprovada em 2012. Às pessoas que não cumpriam a lei é previsto um processo para trazê-las ao cumprimento. Esse processo tem seis passos:

1. inscrição do imóvel no CAR, que é o cadastro eletrônico;

2. adesão ao PRA. O sistema federal prevê uma adesão eletrônica que, ao final, ao preencher o CAR, você clica dizendo se você adere ao CAR ou não;

3. análise pelo Estado. O Estado verifica como está esse PRA e notifica o proprietário. Há alguns Estados que estão prevendo essa etapa como uma etapa automática, automatizada, que gere ali um termo de compromisso. Há algumas discussões relacionadas a isso, mas essa é a terceira etapa atualmente em vigor no código;

4. assinatura do termo de compromisso, na qual o produtor que tem algum passivo se compromete a fazer a recuperação, demonstra como vai ser feita essa recuperação;

5. implementação do Prada (Plano de Recuperação de Áreas Degradadas e Alteradas), que é previsto nesse termo de compromisso; e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

6. adequação ambiental da propriedade, após o cumprimento, a implantação desse Prada, com a extinção da punibilidade dos crimes e conversão das ações feitas em prol do meio ambiente como cumprimento ali da infração ambiental, extinção da infração ambiental.

E aí a gente tem a medida provisória. Isso é o que a gente tem hoje. Eu queria falar que há alguns Estados como, por exemplo, Espírito Santo e Rondônia, que já estão ali no ponto 4, assinatura de termos de compromisso. Nesses Estados, já há um número grande de termos de compromisso assinados, já analisaram muitos CARs e já estão convocando para essa assinatura. Mato Grosso do Sul também já tem termos de compromisso assinados, mas ele os faz por meio de processo automático de análise. Agora há Estados em que os cadastros foram feitos no sistema, o produtor rural pediu adesão, mas ainda não houve essa análise.

E aí eu passo aqui para a medida provisória e o futuro do Código Florestal. Vou falar um pouco sobre a importância das florestas. A meu ver, é um diferencial que o Brasil tem a extensão de florestas. As florestas são... O desmatamento é uma grande fonte de emissão de gases de efeito estufa. Havia ali 46% das emissões, mas, segunda-feira, eu estava em uma Mesa e uma pessoa apresentou esse dado de que já ultrapassou, e hoje são 51% das emissões de gases de efeito estufa. A conservação é essencial, é um insumo essencial para o agronegócio e para a geração de energia elétrica. A Floresta Amazônica lança, diariamente, cerca de 20 bilhões de toneladas de vapor na atmosfera. Então, é indiscutível o valor e o papel estratégico da proteção das florestas para o Brasil.

Aí eu passo especificamente para as alterações que foram feitas nessa medida provisória, e uma delas se refere ao art. 68. Em termos de regularização, esse artigo é o mais impactante do PLV nº 9. Ele fixa datas para início da proteção da reserva legal para Mata, Cerrado, Amazônia e vegetação nativa de modo geral. São datas mais atuais que as reais, que as que existiam na legislação; isso pode gerar uma anistia de até cinco milhões, seis milhões de hectares, que deixarão de ser recuperados. Isso contraria a legislação e a jurisprudência brasileira anterior à aprovação da Lei 12.651/2012.

Isso aqui é o que a gente tinha na legislação, os marcos temporais que existiam: em 1934, 25%; em 1965, 20% da vegetação e 50% na Região Norte, praticamente considerando hoje a Amazônia Legal; de 1989 a 2000, no Cerrado da Amazônia, a proteção era 20%; de 1996 até agora, a Amazônia Legal tem a reserva legal de 80%; de 2000 até agora, o Cerrado dentro da Amazônia passa de 20% para 35%.

Então, aqui vocês podem ver que os marcos são bem diferentes: há vegetação, como um todo, só em 2000; aqui entram Pantanal, Caatinga, campos sulinos, Pampas. Então, o impacto da redução da proteção vai ser bem substancial.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro ponto importante é a alteração do art. 59. A meu ver, ele tira os dentes do PRA para essa engrenagem rodar. Ele dificulta a implementação e o monitoramento das alterações que foram feitas. Eles contrariam o art. 23 da Constituição e a Lei Complementar 140, porque eles fazem uma transferência de competência dos Estados para a União, que não pode ser feito por meio de lei ordinária. Ele transfere a voluntariedade do privado; o privado, que tem o passivo hoje na lei, voluntariamente se declara fora da legislação e pede para se adequar. E ele coloca essa obrigação para o Estado.

Agora, o Estado tem que encontrar onde está a área degradada e notificar o privado para que ele comece o processo de adequação. E ele retira o prazo inicial de cumprimento. Eles colocam que o prazo inicial é um ano da notificação, mas, se o Estado já regulamentou o PRA e já começou a implementar, ele pode demorar 20, 30 anos para fazer essa notificação. Aí, a partir da notificação, começa a correr o prazo de um ano para que ele comece a recuperar essa área. Isso é praticamente jogar por terra o processo de adequação previsto hoje no Código Florestal.

O que acontece se a gente não aprovar a Medida 867, se não for aprovada hoje? Aqueles produtores inscritos no CAR... A lei tem a suspensão da pena, então, entre a publicação da lei e a implantação do PRA no Estado... Ah, os produtores rurais estão esperando os Estados regulamentarem, estão vulneráveis e podem ser multados. Não, enquanto o Estado não implementar o PRA, não há infração, não pode ser autuado por infração administrativa ambiental e nem criminalizado, quer dizer, houve uma suspensão dessa aplicação de penas e de infração. Depois que ele aderiu ao PRA, ele se inscreveu, clicou lá e quer fazer adesão, também ocorre a suspensão até que ele assine e cumpra o termo de compromisso. Quer dizer, ele não tem vulnerabilidade em relação à aplicação de multas se essa medida provisória não for aprovada.

O que acontece com aqueles produtores que não se inscreveram no CAR? Eles tiveram sete anos, são cinco anos em que esse sistema já foi implementado, mas eles não se inscreveram no CAR e eles têm passivo ambiental. Aí sim, esses produtores que não buscaram adequação terão impacto se essa medida provisória não for aprovada, mas esse impacto só começa a partir do momento em que a medida provisória caducar ou não for aprovada. Ele não vai ter acesso ao crédito, mas, se ele fizer a inscrição no CAR no dia seguinte, ele pode ir ao banco e pegar o crédito. Ele não perde acesso ao crédito permanentemente.

A recuperação de APP vai ter que voltar às metragens previstas nos arts. 4º, 5º e 6º, que é o que equivale, para quem desmatou, a quem vai desmatar após 22 de julho de 2007 – ali está escrito antes, mas é depois –, e a impossibilidade de compensação de reserva legal e reposição. Vai ter que fazer a reposição e regeneração dentro do próprio imóvel para a reserva legal, que equivale a quem desmatou depois de 22 de julho de 2008. Quer dizer, não vai haver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os benefícios previstos na lei para quem busca se adequar, aquele que não buscou ainda se adequar, só esse.

A concessão do crédito rural a não inscritos no CAR. Realmente, esse prazo já se finalizou em 31 de dezembro de 2018. Como eu disse, se ele não está inscrito no CAR no dia 4 de junho, ele pode se inscrever no dia 5 e volta a ter acesso ao crédito. Então, essa vedação é só para quem não está no momento em que está pedindo crédito, mas isso já foi implementado, já vem sendo cobrado. Houve um volume grande de inscrição este ano, foi verificado dentro do Comitê Técnico do Observatório, provavelmente por conta dessa restrição das instituições financeiras de concederem crédito sem a inscrição no CAR.

Isso dificilmente vai retroceder. O processo de verificação já foi implementado pelos bancos e já foi regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional. Quer dizer, é uma busca que se está fazendo aí. Nós temos cinco meses de plantio já com a concessão do crédito apenas para quem está inscrito no CAR. Então, isso já vem acontecendo.

A partir disso... Essas são as alterações previstas na medida provisória, e aqui eu passo, então, a uma análise que foi feita dentro do Observatório sobre para quem essa medida provisória interessa, já que a gente sabe que ela tem um impacto muito grande em toda a sociedade, a gente foi buscar.

Vejam que aqui eu coloquei dez notas emitidas por diversas instituições. Há cartas de ex-ministros que citam a medida provisória, da 4ª Câmara do Ministério Público Federal, da Coalizão Ciência e Sociedade, da Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura, da Abrampa (Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público), um estudo do próprio Observatório. Quer dizer, dez notas já foram feitas contra essa medida provisória. Se você buscar hoje no Google você não vai achar nenhuma notícia e nenhuma manifestação favorável; as únicas que a gente encontra são pelos corredores aqui da Câmara, mas, publicada, não há manifestação favorável. Inclusive eu trouxe aqui manifestação do Paulo Hartung, que é ex-Governador do Estado do Espírito Santo e Presidente Executivo da Indústria Brasileira de Árvores, em que ele fala que é um retrocesso, que o Código Florestal promoveu uma mobilização e um pacto inédito da sociedade brasileira, e que não cumpri-lo, o que 4 milhões de produtores já fizeram, vai premiar aqueles que não respeitam a lei e reduzir a capacidade de o País atrair investimento – isso é muito importante. E o Luiz Cornacchioni, Diretor Executivo da Associação Brasileira de Agronegócio, disse que a medida provisória descaracteriza o Código Florestal e, se aprovada, passará imagem ruim para os mercados consumidores interno e externo.

Ontem, a gente viu um vídeo também lançado pela Coalizão no qual o Presidente da Sociedade Rural Brasileira também declarava que essa medida provisória não é favorável ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

agronegócio. Então, é o setor privado dizendo. Se a gente tem todas as instituições da academia, do setor privado, ambientalistas dizendo que essa medida provisória não é favorável, a quem ela beneficia? Aí a gente fez esse levantamento dentro do Comitê Técnico. Esse levantamento foi um cruzamento de dados do Atlas Agropecuário Brasileiro, que envolve dados do CAR e do Sigef, imóveis titulados do Terra Legal e assentamentos de reforma agrária, o mapa de cobertura e uso do solo do MapBiomas e modelagens do Código Florestal que já haviam sido publicadas em estudos anteriores. Notem que são bases de dados reais com imagens de satélites, não são dados declarados no Sicar, não são dados declaratórios.

Os resultados dessa avaliação. Na área analisada, tirando sobreposições de CAR, tirando imóveis registrados dentro de áreas protegidas, chegamos a 3,5 milhões de imóveis e a 364 milhões de hectares. Desses 3,5 milhões de imóveis, apenas 147 mil ou 4% dos imóveis têm algum descumprimento em relação aos requisitos de reserva legal, ou seja, essa medida provisória favorece a 4% dos imóveis dentro de um universo de 3,5 milhões de imóveis. Eles representam 20% da área total analisada, mas, em termos de número de imóveis, é muito pequeno. São grandes áreas, são imóveis médios e grandes. O déficit de vegetação nativa dentro desses imóveis é de 9 milhões de hectares, uma área bastante expressiva, mas, em termos de número de imóveis, é um número muito pequeno.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ROBERTA DEL GIUDICE – Isso. Desses 4%, eles não serão... Nem todos, pois há alguns que não fizeram o CAR, mas, desses 4%, uma grande maioria já está inscrita no CAR e não serão afetados pela não aprovação da medida provisória, porque já começaram a se adequar, já fizeram a inscrição no CAR.

Aqui, eu trago: sete anos do Código Florestal e sete motivos que a gente considera como razões para não alteração.

Primeiro, são esses 4%. Por que alterar uma lei que vai beneficiar apenas 4%, em detrimento de toda a sociedade brasileira, ainda trazendo uma imagem muito ruim para o setor do agronegócio de viciado em desmatamento, em anistia? Isso leva para um mercado internacional um recado muito negativo.

Os riscos ao meio ambiente e o enfraquecimento da legislação estão sendo conduzidos em regime de urgência. Esta Casa, o Senado, vai poder discuti-la por menos de 24 horas, porque ela caduca na segunda-feira. Como na sexta-feira não há sessão deliberativa – nem sexta, nem segunda –, você só tem até amanhã para decidir. Isso...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROBERTA DEL GIUDICE – é em cima da hora!

Vou terminar aqui.

Ponto três. Essa lei é cheia de jabutis, tem inconstitucionalidades, ou seja, ela vai poder ser judicializada, trazendo mais insegurança injurídica.

Trata-se de uma lei que, após sete anos de editada, foi avaliada pelo STF.

A grande maioria dos proprietários acreditou na lei e se inscreveu no CAR.

Ela afeta principalmente esses 6 milhões de hectares que serão dispensados de recuperação e que ficam em áreas muito degradadas, onde já ocorre falta de água por falta de floresta, como é o caso da cidade de São Paulo e da Reserva da Cantareira.

E, por fim, o art. 59 traz essa inconstitucionalidade de contrariar a legislação brasileira.

Concluindo, a medida provisória alterava apenas o prazo de regularização e se tornou o PLV, que pode ir à votação... Vou desligar isso aqui, porque não era bem isso... Acho que essa frase estava meio equivocada.

Muito obrigada.

Desculpem-me. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, professora.

Eu só vou quebrar o protocolo um pouco e dar uma triste notícia – nada é tão ruim que não possa piorar.

O Sr. Ministro Ricardo Salles corta 77% do Conselho Ambiental, retira o ICMBio e fará sorteio de vagas. A composição do Conama (Conselho Nacional do Meio Ambiente) foi alterada pelo Presidente Jair Bolsonaro e pelo Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. O conselho, antes composto por 96 integrantes, entre entidades públicas e ONGs, passa a ter 23 integrantes, e o Governo Federal passa a ter mais força, isso porque o decreto, publicado nesta quarta, aumenta a presença do poder federal no conselho de 29% dos integrantes para 44%. Ao mesmo tempo, a representação da sociedade civil foi diminuída de 22 assentos para apenas 4. As entidades civis serão escolhidas a partir de sorteios (antes havia uma eleição para a escolha dos representantes) e terão mandato de um ano – hoje são dois.

O ICMBio e a ANA deixarão de integrar o Conama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Possíveis mudanças na estrutura do Conama já eram ventiladas há meses dentro da gestão Salles.

O Proam (Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental) afirmou que enviará para Raquel Dodge, Procuradora da República, uma representação assinada por mais de 30 entidades. Aspas: "Essa medida é para destruir a representação da sociedade civil. Essa parece ser a intenção do Governo".

Também foram retirados do conselho representações indígenas, científica, que era indicada pela SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), e sanitária.

A primeira reunião do órgão no Governo Bolsonaro foi marcada por confusão. Na ocasião, o Ministro ignorou o regimento interno do conselho e só permitiu que participassem do encontro conselheiros titulares. Os suplentes só podiam participar caso os titulares estivessem ausentes. Um suplente tentou entrar e foi agredido por seguranças.

O Conama foi implantado em 1984 e passou a definir normas como as de licenciamentos ambientais, controle de poluição e outras atividades. Seu principal articulador foi Paulo Nogueira Neto, criador da política ambiental brasileira, que morreu em fevereiro deste ano. Na cerimônia de inauguração do órgão, o Ministro do Interior, Mário Andreazza, não conseguiu disfarçar sua surpresa quando Nogueira Neto, ao discursar, afirmou, durante seu pronunciamento, que o novo conselho era o único em que o Governo não tinha maioria.

Mais uma vez, é lamentável. Eu já vou acionar também a minha equipe, a equipe legislativa, e, se for o caso, a gente tem que entrar judicializando e entrar com medidas... Nós não vamos nos calar! Isso nós não vamos permitir! (*Palmas.*)

Este Governo está desmontando o Ministério do Meio Ambiente. Nós temos que nos unir. Por isso, professores, colegas, eu clamo à população que nos unamos. Vamos juntar esforços. Se nós deixarmos isso acontecer, coisas piores virão. Nós não podemos nos furtar, minha gente! Nós não podemos nos apequenar! Nós não podemos nos acovardar. Eu não fui eleito para ficar omisso, acovardado! Eu quero honrar todos os mais de 1 milhão de votos que eu tive no meu Estado.

Eu estou triste com o que este Presidente tem feito não só no Ministério do Meio Ambiente. Ele está desmantelando a educação não só nas universidades federais e institutos federais, mas na educação básica. A segurança pública, que está no art. 144 que é direito de todos e dever do Estado... Ele está armando a população com fuzis, permitindo inclusive que crianças e adolescentes façam isso. Nós não podemos admitir, nós não podemos nos calar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desculpem o desabafo. Passo a palavra ao Prof. Raoni Rajão, ou o outro. Vocês democraticamente podem...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Pausa.*)

O SR. TASSO AZEVEDO (Para exposição de convidado.) – Eu vou falando aqui...

Eu vou falar um pouco sobre a ocupação do solo no Brasil e um pouco sobre o que acontece nas áreas que são afetadas pelo Código Florestal, comparando com o que acontece fora. Para fazer isso, a gente cruzou duas bases de dados, as mesmas que a Roberta apresentou para o estudo sobre o Código Florestal: uma é o MapBiomas e a outra é o Atlas da Agropecuária Brasileira.

O MapBiomas é uma iniciativa multi-institucional, que envolve quase duas dezenas de organizações, entre universidades, ONGs e empresas de tecnologia, que tem como objetivo entender as transformações do Território brasileiro ao longo do tempo. Nesse projeto, a gente produz o dado anual da cobertura de uso do solo no Brasil, numa escala de 30 metros. Então, para cada pedacinho de 30 metros por 30 metros no Brasil, a gente conta a história dele ao longo do tempo, cada tipo de uso de solo que houve ao longo dos anos, desde 1985 até 2017. É o maior levantamento dessa natureza feito no mundo, e a gente tem disponível no Brasil hoje para qualquer um usar para esse tipo de análise. Além de permitir ver os dados ano a ano, ele também permite você comparar qualquer par de anos e entender quais foram as transformações que aconteceram naquele par de anos que você está comparando.

O segundo dado que a gente utilizou foi o Atlas da Agropecuária Brasileira, que é um projeto liderado pelo Imaflora e o Geolab, que é o Laboratório de Geoprocessamento da Esalq, em que eles juntaram todas as bases fundiárias do Brasil e construíram uma espécie de mapa consolidado fundiário do Brasil. Por esse mapa, dá para você saber quem é o dono, o proprietário, ou quem está gerindo cada pedacinho do Território brasileiro. Esse mapa também foi gerado depois na escala de 30 metros, de forma que a gente pode pegar o mesmo quadradinho de 30 metros por 30 metros que a gente tem no mapa de uso do solo e a gente pode comparar com quem o ocupa. Com base nisso, a gente consegue apresentar os dados que eu vou mostrar em seguida.

Então, primeiro, a visão geral. O Brasil hoje é ocupado por 63% de floresta, 29% de áreas de agropecuária e cerca de 4% ou 5% do que a gente chama de campos e pastagens naturais, que são outras vegetações não florestais, também nativas, que a gente tem no Brasil. Então, o Brasil tem bastante área de cobertura vegetal no País ainda, o que é bom. Só que, quando você olha com um pouquinho mais de cuidado o dado e você procura a seguinte informação: quanto dessa área de vegetação nativa é vegetação nativa e continua vegetação nativa desde 1985 até

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

hoje, todos os anos? Esse é um número bem menor. Um pouquinho menos de 50% do Brasil tem áreas de vegetação nativa que eram vegetação nativa em 1985. Quer dizer que são originais e estão, digamos, conservadas. Dentro dessas áreas, ainda há áreas que foram exploradas e que já tiveram algum tipo de corte seletivo. Então, a área efetivamente mantida preservada como – digamos assim – vegetação nativa primária é alguma coisa menos de 50% no Brasil hoje.

Entre 1985 e 2015 – a gente já fez a conta também para 2017 –, o Brasil perdeu duas alemanhas de cobertura de vegetação nativa. Então, são 70 milhões de hectares. É uma área absolutamente gigantesca. Então, o Brasil está nesse processo de perda de cobertura de vegetação nativa. Essa distribuição da vegetação nativa no Brasil é bem desproporcional nos diferentes biomas. A maioria está concentrada na Amazônia, onde ainda há cerca de 85% de cobertura, ou um pouquinho menos. Essa cobertura é a que tem tanto forças primárias quanto secundárias, e é menor nos outros biomas, como no caso da Mata Atlântica. Mas é só para ter uma noção de que isso tem uma distribuição bem diferente nos diferentes biomas.

O Brasil tem bastantes áreas que a gente chama de áreas protegidas: as áreas indígenas, as Unidades de Conservação. É a maior área absoluta de Unidades de Conservação e de áreas protegidas no Planeta, em termos absolutos; mas, em termos proporcionais, não. Em termos proporcionais, a gente tem cerca de 30% do País coberto por áreas protegidas. Tanto na América Latina quanto na Europa a gente tem uma proporção de cobertura de áreas protegidas bem maior do que a do Brasil. Mas é importante a gente ter bastantes áreas protegidas no País. Nem todas as áreas protegidas são áreas que não podem ser utilizadas para atividade econômica. Aliás, mais da metade das nossas áreas protegidas são áreas que podem, sim, ser utilizadas para atividade econômica, desde que mantenham a floresta em pé. São atividades que trabalham com a floresta.

Não sei se estou conseguindo passar aqui. Pode ir passando.

Agora voltou. Vou passar aqui mais rápido.

Uma coisa importante é que as áreas protegidas estão muito mal distribuídas no Brasil. Se você tirar a Amazônia do Brasil, o restante dos biomas tem só 5% de áreas protegidas. Isso colocaria o Brasil em 100º... Essa região está em 100º, comparando com os outros países em termos de áreas protegidas. Então, estão bem mal distribuídas as áreas protegidas.

Vou passar um pouquinho mais rápido, porque estamos com o tempo urgindo aqui.

O Brasil também tem bastante áreas que são dedicadas a assentamentos e áreas quilombolas, que são áreas que permitem uso intensivo, mas que são destinadas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

especificamente, em tese, para a pequena produção e para direitos de populações como as populações quilombolas. É uma área também grande: são 50 milhões de hectares que a gente tem no Brasil com isso.

Então, quando a gente soma o que a gente tem de áreas protegidas mais essas áreas quilombolas e outras de comunidades tradicionais, a gente está falando de alguma coisa como 26%, se a gente não considerar as APAs; se a gente considerar as APAs, cerca de 31%, 32% de áreas que estão nessas condições, que têm restrições para o tipo de uso mais intensivo agrícola por exemplo.

Por outro lado, se a gente fizer uma máscara ao contrário, qual é a área que a gente tem no Brasil que não tem essas restrições de proteção? É uma área bastante grande. Nós estamos falando de 73% do território que não têm uma restrição direta ao uso para atividade agropecuária. Obviamente, dentro das propriedades, a gente vai ter regras específicas, mas não há uma restrição por definição.

O Brasil hoje é o País – esse mapa mostra onde estão as áreas atualmente ocupadas por atividades agropecuárias – que possui a terceira maior área de agropecuária do Planeta; só fica atrás da China e dos Estados Unidos, e é o quarto maior produtor de alimentos, atrás da China, dos Estados Unidos e da Índia, que tem uma área de produção bem menor do que a do Brasil.

Então, quer dizer, não temos falta de área para atividade agropecuária; a gente tem bastante área. Inclusive, se a gente pegar a média de hectares por habitantes, o Brasil é o que tem mais hectares por habitante ocupado por atividade agropecuária.

Aqui é só para entender um pouco como a gente usa essas áreas. Este é um mapa feito pelo Lapig, o laboratório de geoprocessamento da Universidade Federal de Goiás, que mostra: o que é verde, digamos aqui, o que está mais verde quer dizer que tem mais animais por hectare, a lotação de animais por hectare em pastagem é maior; o que está mais para o amarelo ali, laranja e tal são as áreas com menos lotação. A lotação média no Brasil é de uma unidade de animal por hectare.

Os estudos da Embrapa mostram que a gente pode, na média do Brasil, triplicar essa lotação e, portanto, triplicar a nossa produção sem contar outros ganhos de produtividade que a gente pode ter na mesma área hoje ocupada. Como a gente não tem demanda para produzir três vezes mais do que a gente produz, não há espaço hoje no mercado para isso, significa que, se você aumentar essa produtividade, você terá muita área que poderá ser destinada para atividade agrícola, para expansão da agricultura. Vale lembrar que 40 milhões de hectares hoje ocupados por pastagem são de alta aptidão agrícola; portanto, poderiam ser convertidos diretamente para agricultura também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, o Cadastro Ambiental Rural... Aqui eu estou com os números um pouquinho diferentes, porque esses dados a gente fez com o estado do cadastro em 8 de junho do ano passado; portanto, um ano atrás, então, há um pouquinho mais atualmente cadastrados. Ele está como essa figura que a gente está olhando aqui. Então, onde está preto são áreas não cadastráveis, que são basicamente áreas protegidas, áreas indígenas e outras em que não dá para ter cadastro. O que a gente tem aí em laranja é área que já está cadastrada, e no azul são os vazios onde está sem cadastro. Eu não vou me alongar muito, porque eu sei que o Raoni vai tratar desse tema. Então, é só para entender que há alguns vazios ainda. Então, os números que eu estou apresentando aqui são só sobre aquilo que já está cadastrado; daqui para a frente a gente ainda não considerou essas áreas que estão com os vazios.

Assim, o que chama a atenção ali: nós estamos falando de 467 milhões de hectares de áreas cadastradas, dos quais 54 milhões estão sobrepostos a outros, entre imóveis; então, você tem que descontar aquilo que está sobreposto. Há 91 milhões de hectares que foram cadastrados, desde unidades de conservação, áreas que não poderiam ter sido cadastradas. Então, quando você tira essas coisas que não poderiam ter sido cadastradas ou estão sobrepostas, sobram 322 milhões de hectares de imóveis cadastrados em terras privadas. Quer dizer, tiram-se essas aberrações, sobram 322 milhões de hectares. Há uma estimativa de que cerca de 181 milhões de hectares ainda poderiam ser cadastrados, já que não são glebas públicas e também não são unidades de conservação ou áreas protegidas.

Bom, quando a gente... Se a gente pegar as áreas de floresta e vegetação nativa que estão nos imóveis rurais que estão no CAR, um terço de toda a vegetação nativa no Brasil está dentro desses imóveis. Então, as áreas que estão cadastradas no CAR contêm uma quantidade importante da vegetação nativa brasileira. Isso faz com que, se você pegar na média, 50% das áreas que são hoje cadastradas são ocupadas por algum tipo de vegetação nativa ou floresta, o que é bastante. A questão fundamental é o ritmo em que essa área está sendo perdida.

Então, no caso, se você pegar áreas protegidas no Brasil, a perda de cobertura florestal está próxima de alguma coisa como 0,5%, desde 85 até 2015, por exemplo. Nas áreas privadas, perdeu-se de 20% a 25%; então, perdeu-se uma grande quantidade dessas áreas nas áreas privadas. É de se esperar, porque nas áreas privadas é onde você vai ter esse tipo de atividade, mas ela é uma coisa que acontece em uma velocidade muito rápida.

Então, aqui é um eslaide para mostrar que a distribuição das áreas de vegetação nativa nas propriedades rurais; também há uma distribuição um pouco desigual. Então, a maior parte da área de vegetação nos imóveis rurais está na Amazônia e na parte norte do Cerrado. A gente vê que, por exemplo, onde está rosa neste mapa são as regiões onde os imóveis privados têm menos do que 10% de cobertura de vegetação nativa. Então, você vê que, se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pegar o interior de São Paulo, Paraná e tal, há uma vasta área que tem muito pouca vegetação nativa. Indo lá mais para a Amazônia, para o norte da Amazônia, a gente tem muitas áreas que são ainda totalmente cobertas por vegetação nativa, 90%, 100% delas.

Eu queria mostrar isto aqui, é um gráfico interessante – viu, Senador? –, que é o seguinte: isto aqui, só mostrando a Amazônia, é a área que foi desmatada entre 1986 e 2017. Quanto mais vermelhinho, mais recente é o desmatamento; quanto mais amarelo, mais antigo. Então, o que a gente vê é que ele está se movendo para dentro da Amazônia.

Noventa por cento do que foi desmatado nesse período se transformou em pasto, e pasto de baixa produtividade; 10% hoje é agricultura, geralmente a agricultura vindo depois, em cima do pasto. Então, o principal motor do desmatamento hoje é pasto de baixa produtividade.

Agora, olha que interessante isto aqui. Isto aqui, então, é o mapa das áreas desmatadas. Aqui é o mapa que a gente gerou, dos corpos d'água na Amazônia. O que está em azul-escuro são os corpos d'água naturais e o que está em azul-claro são os corpos d'água artificiais: pequenas represas, etc.

Até esse trabalho ser feito – o trabalho foi feito pela equipe do Imazon, utilizando os dados do MapBiomas –, o que a gente tinha, a informação que se tinha, oficial, é que a gente tinha, no Brasil inteiro, cerca de 20 mil reservatórios de água privados, artificiais; só nesse estudo, a gente já encontrou 40 mil, só nessa região da Amazônia.

E por que é que é importante essa comparação aqui com o desmatamento? É que onde se desmata se reduz a disponibilidade de água, e, quando se reduz a disponibilidade de água, você faz o seu reservatório. O que está acontecendo na Amazônia é que a superfície de água, embora esteja até crescendo, está crescendo basicamente em áreas artificiais, e a superfície de água da Amazônia em cursos naturais está encolhendo, e encolhendo rapidamente, o que terá enormes consequências sobre o fluxo de água para a Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Então, isso é basicamente para dizer o seguinte: independentemente de se é área privada, se é área pública, etc., a gente tem uma questão nacional. A questão nacional para a gente é que o interesse coletivo no Brasil é de a gente manter os grandes maciços florestais do Brasil, porque eles são fundamentais para o regime hídrico, e eles vão impactar diretamente quem está produzindo, quem está ali naquela área, além dos nossos reservatórios de água para hidrelétricas e outros.

E, por fim, esse aqui é o último quadrinho que eu queria mostrar, é o seguinte: o que a gente está enxergando aí, em cada um desses gráficos, é para cada um dos biomas brasileiros – Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal –, desde 1985 até 2017, o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que aconteceu com a proporção de áreas de vegetação nativa; e o que está em laranja é a proporção de área que não é vegetação nativa, que está em outros usos, principalmente uso agropecuário. Então, o que a gente vê é que em todos os biomas a gente está tendo um decréscimo da cobertura de vegetação nativa, então, é um fenômeno para todos os biomas e que só para quando ele chega... Isso aqui é só para as áreas do CAR; a gente quis mostrar o que acontece com a vegetação nativa dentro dos biomas nas áreas do CAR. O que a gente vê é que o desmatamento só para nos biomas quando chega ao limite da reserva legal.

Então, Mata Atlântica, que é um bom exemplo, tinha 30% de cobertura de vegetação nativa em 1985, e continuou decrescendo, em todos os Estados: no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, e veio decrescendo mais devagar, por quê? Porque já havia a reserva legal de 20%, mais a APP – porque antes a reserva legal e a APP eram separadas, você tinha que somar as duas –, o que dá cerca de 30%. Então, era isso que havia. Veio a lei da Mata Atlântica, mais restrição ainda, e se manteve.

Então, o que acontece? Na região da Mata Atlântica a gente parou onde? Parou onde o limite do Código Florestal colocava. Agora, que interessante: se você pega o Estado de São Paulo, por exemplo – que é um bom exemplo –, a gente, de 2000 para cá, dobrou a área agrícola, especialmente cana-de-açúcar. Ela cresceu onde? Cresceu sobre pasto. Então, olha que interessante: no Estado de São Paulo, a área de agropecuária se reduziu, a área de floresta cresceu, nesses últimos 15, 16 anos – pouquinho, mas cresceu –, e a produção da agropecuária aumentou e muito, o que mostra que essa é a solução para o Brasil. A solução para o Brasil é usar melhor o território, ocupar cada um dos espaços melhor. Então, dá para você manter a produção agropecuária, dá para você aumentar a produção agrícola, dá para recuperar florestas no mesmo espaço.

Esse processo aconteceu na Mata Atlântica. Onde você ainda não chegou próximo da restrição da reserva legal, o processo de perda da cobertura florestal é contínuo nos imóveis rurais.

Então, vamos ver, lá no Pantanal, não há esse limite, vai caindo; no Pampa, a mesma coisa...

(*Soa a campainha.*)

O SR. TASSO AZEVEDO – ... no Cerrado, a mesma coisa; na Caatinga, a mesma coisa.

Olhe lá na Amazônia, o que aconteceu na Amazônia? Na Amazônia, o limite é 80%, certo? Mas na Amazônia há muita área protegida. Então, se você pegar só as áreas privadas, como você tinha, a regra anterior era 50%, até 2000, era 50%. E ainda houve aquele período de confusão, que era, sei lá, pode ser 50. O fato é que a gente foi parando próximo dos 70%, e nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

estamos lá, próximos de 70%. Então, o recado que eu quero dar com isso é o seguinte: as regras de manutenção da reserva legal de recuperação etc. são absolutamente fundamentais para a gente manter a vegetação nativa no Brasil.

Não é assim: "Nós já temos um monte de vegetação, então, não precisa ter a regra, porque já há 50% de vegetação nativa nas áreas rurais". É o contrário, a gente tem, porque tem o limite, porque se não tivesse o limite a gente não teria. A gente teria passado na Mata Atlântica e em outros.

Então, é superimportante essa discussão que a gente está tendo atualmente. O Código Florestal, em que pese para muita gente ele tenha sido uma derrota já lá em 2012; em relação à proteção, já houve muita coisa que passou em 2012, mas esse é o Código que a gente tem, é o Código que a gente tem que implementar agora.

As mudanças que estão sendo propostas elas só fragilizam a expectativa de futuro, e nessa área, a gente vem trabalhando com desmatamento, com controle, com conservação, há muitos anos, e a gente já aprendeu essa lição: a gente vive de expectativa. Isso é igual à bolsa de valores: se você der a expectativa de que vai haver uma anistia ali na frente; de que se você não vai precisar pagar a sua multa; de que, se você fizer um desmatamento irregular, a chance de você pagar uma multa é de 0,1%. Em 0,1% dos casos, você está dizendo claramente: "Pode entrar em uma área protegida, pode fazer um novo desmatamento que mais à frente a gente vai resolver o seu caso". Então, a gente precisa dar um basta nisso; no Brasil, em todas as áreas, a gente quer dar um basta nisso, chega de impunidade. E a impunidade ela só interessa a uma porcentagem muito pequena.

Vou dar só um número e encerro com esse número. Se a gente pegar todas... A gente está fazendo um trabalho grande, agora, com desmatamento. Aliás, na semana que vem, no dia 7 de junho – é a propaganda e já o convite aqui –, no dia 7 de junho a gente vai lançar um novo produto chamado MapBiomas Alerta, em que a gente produz alertas de desmatamento em alta resolução, com imagem de antes e depois do desmatamento, para todo o Território nacional. E, ao fazer esse trabalho, a gente estudou muito sobre como está funcionando o desmatamento no Brasil e a gente percebeu que se você pegar as áreas desmatadas, as propriedades envolvidas com desmatamento em um ano no Brasil, elas representam menos de 0,01% das propriedades.

Então, quem está defendendo haver anistias e mudanças de regras do jogo representa uma parcela muito pequena. Só que essa parcela muito pequena está sendo muito vocal e eficiente em fazer as coisas andarem aqui. A gente precisa dar um basta nisso para que o que vença no Brasil seja o agronegócio mais moderno, a atividade produtiva que está preocupada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com a água, com a biodiversidade e com a saúde financeira e institucional de governança do Brasil.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Prof. Tasso.

Em seguida, passo a palavra para o Sr. Raoni Rajão.

O SR. RAONI RAJÃO (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos!

Antes de tudo muito obrigado pelo convite do Senador Contarato. Inclusive, a gente já teve até um convite, infelizmente, eu não pude estar pessoalmente, mas, pelo que me reportaram, foram conversas muito interessantes. Então, fica agora a possibilidade de estar em contato pessoalmente.

Meu nome é Raoni Rajão, eu sou professor da Universidade Federal de Minas Gerais, da Engenharia de Produção, e o meu trabalho tem um foco muito grande na questão de como produzir de maneira sustentável, pensando em particular na questão do equilíbrio da produção agrícola e da proteção do meio ambiente, proteção e conservação. Porque, inclusive, vale a pena destacar as duas coisas, porque uma coisa é você proteger, que significa você isolar uma área sem poder ter o uso que pode ser explorado, e outra coisa é conservação, porque, inclusive, a função da nossa legislação do Código Florestal é de conservação, ou seja, você mantém o mesmo nível do serviço ecossistêmico, produção de madeira, produção de água, produção de frutos da floresta, etc., no tempo, de modo tal a manter essa área. Então, é uma lógica também ligada à produção que é sustentável no tempo, economicamente e ambientalmente.

E eu vou estar falando aqui hoje sobre o Código Florestal, de certa forma nos perguntando: é utopia ou realidade a implementação dele? Porque boa parte do debate em volta da medida provisória que está sendo discutida na Câmara dos Deputados e que vai ser trazida aqui também é que é necessário ampliar os prazos, é necessário estender e até mesmo estender indefinidamente, porque a lei é impossível de ser implementada. E o que a gente vai estar vendo aqui, com números, com fatos e com elementos, inclusive, trazidos já do próprio segmento e da implementação do Código, é que não é bem assim.

Só lembrando que isto aqui é um trabalho feito pela nossa equipe, que está dentro da Escola de Engenharia e do Instituto de Geociências, é uma equipe bastante ampla, somos quase 30 pessoas. Então, ninguém consegue fazer algo dessa magnitude sozinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, a Roberta já apresentou brevemente os passos da implementação do Cadastro Ambiental Rural. E aqui eu vou estar enfatizando alguns outros elementos dentro disso que é, como a gente viu, primeiro passo, a inscrição do Cadastro Ambiental Rural. Então, a gente precisa entender até que ponto nós estamos nesse processo. O segundo passo é a questão da validação do Cadastro Ambiental, ou seja, o quão difícil é isso, inclusive, é um dos argumentos ligados à prorrogação. O terceiro é a implementação do Programa de Regularização Ambiental. E o quarto é, de fato, a compensação, ou seja, a compra de uma floresta, o aluguel de uma floresta, ou de um outro imóvel que tenha mais floresta do que o exigido por lei, ou a recomposição, ou seja, a recuperação da vegetação nativa dentro do próprio imóvel.

Com relação ao primeiro passo, isto aqui é uma figura que mostra como que foi o processo de implementação do Cadastro Ambiental Rural, em que, inclusive, mostra como que no começo, no projeto ali, vocês podem ver que a gente começa em 2015 já com um volume bastante substancial principalmente no Centro-Oeste e alguma coisa também no Norte, porque o Cadastro Ambiental Rural foi construído em cima das experiências de Mato Grosso e também da experiência do Pará. Começou em 1999 em Mato Grosso. Inclusive, é interessante a gente ter essa perspectiva histórica, porque, se é algo começou em 1999, e até hoje se fala da prorrogação, a gente está falando de quantas décadas, de um processo de regularização de quantas décadas, de um processo de cadastro? Então, não é um ano, não são dois anos; nós estamos falando já de décadas nesse processo.

É claro que esses dados puderam ser absorvidos pela lei federal, em 2012, que institucionalizou isso como parte do novo Código Florestal. A gente percebe, também, quando a gente sobrepõe isso aos diferentes prazos, como foi em cima da exigência da lei que os produtores correram e fizeram o cadastro. Principalmente, aqui, numa primeira data, a gente vê já um aumento substancial, pensando que aquela seria a data. Assim que foi feita a prorrogação, você vê que diminui a pendência da curva, então, todo mundo relaxa e espera. "Vai ser mais à frente". Enfim, depois você tem um outro prazo e assim por diante. É como Imposto de Renda. Todo mundo sabe como funciona, todo mundo sabe que o brasileiro tem mania de fazer as coisas na última hora e, com o Cadastro Ambiental, é a mesma coisa. E o que essa figura mostra é que, se não houver prazo, não há lei. Então, é a importância, inclusive, de manter-se isso.

A segunda questão é: quem são os inscritos e onde estão os vazios do cadastro? Quero enfatizar aqui para vocês – é também um dado um pouco mais antigo, já tem uns seis meses – que há vazios ligados a vazios demográficos, há áreas realmente com poucas presenças agropecuárias, por exemplo, no norte, na Calha Norte. Há vazios que são pequenos, sem apoio do Estado, que deveriam ter, inclusive, esse apoio para poderem cadastrar-se, principalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

em parte do Nordeste, e, inclusive, grandes que, pela nossa análise, estavam fora do cadastro como estratégia.

A gente vê isso muito claramente pegando esses dois exemplos aqui extremos. Por exemplo, no Município de Três Lagoas, em Mato Grosso do Sul, em que, em 2016, não havia praticamente nenhum imóvel. Começam a entrar alguns imóveis em 2018. A gente aproveitou e pegou o último dado de 2019, quando efetivamente entrou em vigor o limite do crédito, e, de repente, todo mundo correu.

A estratégia que a gente está vendo como muito clara é que os agricultores fazem o registro, mas não querem se expor perante os órgãos que implementam a lei, e esperam, até o último minuto para poderem aparecer. É uma situação muito diferente em Macururé, que, ao contrário de Três Lagoas, que está entre os cem Municípios mais ricos do País, ele está entre os 20 mais pobres, o que, entre 2016 e 2019, muda muito pouco. Então, é importante também entender essas diferenças e entender como, a partir do momento em que é estabelecido um prazo, os produtores, de fato, reagem, de fato, entram no cadastro.

Então, a primeira pergunta: é necessário prorrogar o prazo de inscrição no CAR ou retirar a exigência de inscrição para obtenção de crédito? Não. A gente está vendo aqui que não é por causa de R$500, de R$200 ou R$100, para pequenos imóveis, que é o que se paga para fazer um cadastro, que você vai estar impedindo, de fato, o acesso ao instrumento. Ou é o vazio do Poder Público, principalmente no interior, ou é a própria tática dos produtores rurais. Então, a gente precisa ter bastante clareza do que está acontecendo e, de certa forma, desvincular um processo do outro.

Aí entra a segunda questão: como vai se dar o processo de validação do Cadastro Ambiental Rural? A gente tem, na Amazônia, 570 mil imóveis registrados e, a partir disso, pensa: "Poxa, vou ter que fazer um processo, identificar os problemas, entrar em contato com o produtor de todos esses...?". Inclusive, fala-se muito dos problemas de sobreposição etc.

Agora, o que a gente fez foi pegar a regulamentação do Estado de Mato Grosso e do Estado do Pará e as indicações do Serviço Florestal Brasileiro, que dizem que nem toda área em que há algum tipo de sobreposição gera uma pendência, ou seja, gera uma irregularidade perante o Código, no processo de validação. Você precisa ter acima de um certo percentual. Inclusive, nem toda área que está dentro de uma unidade de conservação, por exemplo, quanto a uma Resex, eu posso ter um CAR registrado dentro de uma Resex. Então, existem ali certas possibilidades que fazem com que haja uma certa flexibilidade da lei na aplicação desses critérios de pendência. Tanto é que, no final das contas, desses 570 mil, 190 mil possuem, de fato, alguma pendência, que são 35%, e com uma variabilidade muito grande.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos Estados como, por exemplo, Tocantins ou até mesmo partes do Estado de Mato Grosso que são mais estruturados, que são mais voltados para o agronegócio, você tem um cadastro da mais alta qualidade e um processo de validação que vai ser muito mais fácil e que, inclusive, mostra que esse argumento de que a validação vai ser muito difícil, de que vai gerar um problema de negócio para, de fato, o agronegócio que está produzindo em áreas de produção de soja, a gente mostra que isso não é verdade.

Outra questão também, e até foi dito ontem na Câmara dos Deputados, de que a minoria dos Estados tem o PRA, então, o produtor, hoje, se acabar o prazo, vai ficar de fora, não vai poder se beneficiar. Aí são dois elementos. Em primeiro lugar, a gente vê pelo mapa que a maioria dos Estados já têm a regulamentação do PRA, e não só isso, no momento de inscrição do Cadastro Ambiental Rural – inclusive, eu fiz o cadastro da minha avó, que também é produtora rural – existe uma opção absolutamente clara. O senhor deseja aderir ao Programa de Regularização Ambiental? Sim ou não? Você pode deixar vazio.

Se você olha a base do Sicar, nós tivemos acesso à base de 2017, já com 3,2 milhões de produtores, 50% já responderam que sim. Sendo que 34% responderam que não, provavelmente porque não visualizavam nenhuma pendência, e 16% não responderam. Então, a maioria dos produtores já estão cientes, já responderam sim, já estão no PRA. Toda essa discussão de que precisa prorrogar o prazo de adesão, já foi feita a adesão, já foi feita uma manifestação de milhões de produtores para aderir ao PRA. Agora precisamos seguir os próximos passos.

E aí entra a questão da implementação disso. É uma implementação que se dá em duas vertentes. Você tem a questão da recuperação das Áreas de Proteção Permanente, que, de fato, tem um efeito importante, principalmente para a gestão hídrica local e que não é o problema. Nas matas ripárias, quando você conversa com o produtor no campo, é muito difícil encontrar um produtor que se negue a recuperar uma área de APP, que se negue a recuperar uma área ripária. O grande contencioso são as reservas legais, principalmente no Norte, principalmente na Região Amazônica, porque no Sul, também, ainda mais com o novo Código Florestal, principalmente nas áreas que são muito acidentadas, Minas, Espírito Santo, você já tem uma hidrografia muito densa e as áreas de APPs são praticamente já 20% da propriedade, então, a área adicional só por reserva legal é muito pequena. Então, isso não é o problema, o problema é a Região Norte.

Olhando aqui a Amazônia Legal. A gente tem lá analisados, com relação ao Código Florestal, 500 mil imóveis. Quais são aqueles que têm passivo de reserva legal? São 6%. São 4% no País como um todo, ainda mais porque no resto do País, por causa da conjunção entre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

APP e reserva legal é menos ainda, na Amazônia são 6% dos imóveis que têm passivo de reserva legal, que são essas áreas em amarelo.

A gente fez o seguinte exercício. Se eu for e começar um processo de implementação e priorizar aqueles imóveis com mais passivos, inclusive para poder recuperar mais áreas, proteger mais áreas e pegar a metade dos imóveis, que correspondem à metade do déficit total, que são essas áreas em vermelho. São 0,4% dos imóveis, ou seja, com... A letra está bem pequena ali, alguém pode ler para mim aquele número? É 1.900?

Não, dois mil imóveis, no total embaixo. São 2.083.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RAONI RAJÃO – Não, são 2.283. Ou seja, se você valida e implementa o PRA em 2.200 imóveis, você resolve o problema do déficit de reserva legal em metade do total do passivo da Amazônia. É possível fazer 2 mil imóveis, não é? Inclusive, uma força tarefa do Ministério Público faz 2 mil imóveis.

Então, de certa forma, o que a gente está... Inclusive, nesse sentido, a enorme concentração fundiária que existe no Brasil significa também que implementar uma lei de uso do solo é mais fácil. Então, vamos, de certa forma, tirar proveito da nossa concentração fundiária também para proteção ambiental. Agora, obviamente, é necessário, em prol do interesse público, que essas 2 mil propriedades sejam, de fato, cobradas.

De certa forma, eu acho que um dos problemas que acontece na representação, no Poder Legislativo também, e, às vezes, no Executivo, é que existe uma representação não dos 5 milhões de proprietários rurais, porque eles não têm esse tipo de problema. A maior parte deles, 94%, no caso da Amazônia, não têm nenhum passivo de reserva legal, mas existe uma representação muito forte deles nesta Casa e também no Executivo, de certa forma. Então, é importante que haja uma análise fria perante o que existia pela lei e à vista do bem público, exatamente para poder ver quem está ganhando e quem está perdendo com essas exigências.

Por isso, a questão é: será possível para os Estados validar o CAR e iniciar o PRA até 31/12, pensando já na aprovação da MP como está, talvez com a prorrogação de um ano? Então, vamos ser generosos e vamos pensar que a MP como está, sem as emendas, será aprovada? Absolutamente, sim. Então, toda essa discussão, todos esses jabutis, que são colocados aí, no vernáculo popular, para poder estender esse prazo indefinido, não fazem sentido no ponto de vista técnico.

A segunda questão: compensação e recomposição. Você tem essas duas possibilidades. É interessante ver como existe um interesse muito grande de praticamente metade dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

produtores em estar compensando fora dos imóveis rurais. Isso abre uma oportunidade muito grande, como a gente está vendo. Agora, não vai ser todo mundo que vai buscar isso.

A gente fez um estudo, entrevistando cem produtores rurais nas cinco regiões do País. Apesar do número pequeno, foi um esforço bastante substancial. A gente chegava para cada um deles, depois de estabelecer o perfil, descobrir a existência ou não de um passivo, e perguntava: "Olha, o senhor vai ou não regularizar? O senhor tem um déficit, o senhor está devendo floresta. Você vai pagar esse déficit?". E aí anotava a resposta. "E se o Governo cobrar?". Anotava-se a resposta. "E se o Mercado também cobrar?". De certa forma, entendia-se como esse cenário de implementação do Código funcionava.

O interessante que a gente vê é que, para o Pará e para o Mato Grosso, só 9% do déficit da reserva legal, vai estar sendo cumprido no cenário atual. Por que, se não há cobrança, para que eu vou fazer o esforço? No imóvel da minha família, a gente tem sobreposição com o vizinho. Eu vou caçar uma briga enorme, porque o meu CAR está em cima do CAR desse vizinho, se eu estou não estou recebendo nenhuma notificação, se eu não estou recebendo nenhuma cobrança? Para que eu vou fazer isso? Então, é claro que existe a necessidade de uma proatividade do Poder Público para que isso aconteça. Tanto é que, quando a gente já parte para um cenário onde a gente fala: "Olha, vai ter uma cobrança dos mercados com essa exigência e do Poder Público", isso já salta para 70% do passivo.

Então, o produtor está preparado, sim, para reagir; está preparado e está querendo regularizar. Inclusive, no estudo, a gente viu como que os produtores com menos de 50 anos de idade estão vendo que o futuro é esse, o futuro é a legalização, é a regularização deles. Inclusive, já estão prevendo isso como parte dos planos de negócios. Agora, é preciso haver uma sinalização clara do Poder Público de que isso, de fato, vai acontecer. Caso contrário, eles vão continuar exatamente na mesma situação por mais duas, três, quatro, cinco décadas.

E aí quem é que ganha e quem é que perde com isso? Aí, eu vou contar uma anedota rápida. Quando eu terminei meu doutorado, que foi sobre controle do desmatamento na Amazônia, eu tinha feito logo antes, durante o doutorado, uma consultoria sobre esse assunto. Eu terminei. Voltei para o Brasil, passei num concurso e fui procurar uma agência de fomento internacional, o Pnud, e falei: "Olha, vocês, por acaso, têm interesse, têm algum projeto nessa área?". Era por volta de 2011. Aí, o gerente da parte ambiental falou: "Olha, Prof. Raoni, infelizmente o desmatamento está muito baixo. Não tem emprego para você, não". Então, é uma coisa muito curiosa que é colocada que você quer, de certa forma, diminuir a pressão popular, o público, inclusive a pressão das ONGs com relação ao desmatamento, e reduz o desmatamento. Muito simples.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a regularização quem ganha não é, de certa forma, quem está pressionando para que ela aconteça; quem ganha efetivamente em termos financeiros é o produtor rural que, caso não haja o cumprimento da lei, ele que tem um excedente de floresta, ele que protegeu a mais, ninguém vai querer comprar aquela floresta, ninguém vai querer alugar aquela floresta, tanto é que nós fizemos uma simulação em cima desses cenários de regulamentação. Você parte de um espaço onde um número muito pequeno de produtores estará buscando regularização e essas cotas de reserva ambiental, que são essas florestas adicionais nos imóveis, estarão lá praticamente paradas, sem ninguém pagar por elas, por uma situação – consideramos só Pará e Mato Grosso – em que você estará protegendo adicionalmente 1,8 milhão de hectares e fazendo uma transferência de renda dentro do campo para quem tem menos floresta para quem tem mais floresta de R$2 bilhões.

Então, primeiro, quem deveria, na verdade, estar fazendo pressão lá, no Congresso, são os produtores que têm floresta: "Olha, aprova isso, vamos fazer isso acontecer logo porque eu quero vender minha floresta". Então, é importante ver que, no final das contas, quem ganha é o produtor que tem mais floresta e quem ganha obviamente é a sociedade que precisa dos serviços ecossistêmicos oferecidos por essa floresta.

Ou seja, conclusão: a prorrogação do cadastro ambiental ou não vinculação a crédito acaba premiando os grandes e médios produtores que querem se esconder da lei; isso está absolutamente claro no comportamento já demonstrado e é possível, sim, utilizar a implementação e validação do cadastro. Como a gente viu, é possível começar dos maiores. Aí você chega nos Estados, por exemplo, e pergunta: como está sendo a priorização da validação do cadastro? "Ah! Não, a gente tem o Estatuto do Idoso aqui que a gente segue". Não, poxa, pera aí. Isso não é uma forma estratégica de implementar a lei, isso é uma forma meramente burocrática.

Então, é muito importante ter essa visão em ganho de escala, por exemplo, ter o incentivo aos mercados de cota e também de regularização dos imóveis rurais dentro das unidades de conservação que também fazem parte desse processo. Então, não é desvirtuando um fundo já estabelecido para outros fins que você vai conseguir isso; é pedindo o cumprimento do Código Florestal que você vai transferir recursos para os próprios produtores rurais que estão esperando regularização, ou seja, é um mecanismo, no final das contas, a cobrança do Código de premiar quem preserva e cobrar quem não preservou no passado, é uma forma, de certa forma, de colocá-los na mesma situação onde hoje a situação básica é: quem desrespeitou a lei ganha mais e quem respeitou a lei ganha menos. Você está premiando quem não seguiu a lei que, de certa forma, não é a forma de ter um Estado de direito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E outra questão é: por causa disso, não existem a meu ver – isso é absolutamente claro – argumentos técnicos que justifiquem a aprovação da MP 867, de 2019. Pode haver talvez argumentos políticos, pode haver argumentos de interesse próprio, de interesses de certos grupos específicos, mas que se façam esses argumentos explícitos para a sociedade – sejamos sinceros –, aí a sociedade vai poder se posicionar e ver se aquele argumento, de fato, representa a vontade popular ou não, mas é muito importante ter clareza sobre os atos técnicos, os elementos técnicos que estão por trás disso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. RAONI RAJÃO – E também ter ideia principalmente ao art. 68 e a forma com que ele está sendo desenhado na MP. Aquilo que a gente está falando de redução de reserva legal vai impactar principalmente nas áreas do Sudeste: nós estamos falando da Cantareira, nós estamos falando de outras áreas absolutamente críticas que já têm uma cobertura de vegetação absolutamente insuficiente e estará piorando a questão da crise hídrica nos próximos anos. Obviamente, como colocado, o maior perdedor da não implementação do PRA são os próprios produtores que conservaram.

Muito obrigado.

Coloco aqui, inclusive, à disposição: nesse endereço aqui, estão todas as referências. Os artigos podem ser baixados. Os dados apresentados aqui, na sua imensa maioria, foram publicados cientificamente, com a metodologia absolutamente transparente, com a possibilidade de replicação, então também reafirmando a importância da ciência, da ciência verdadeira, aquela feita através da comunidade científica, aquela submetida aos pares, e não aquela com que simplesmente vêm aqui e às vezes apresentam alguns números, mas sem terem uma base real por detrás.

E a gente está aqui disposto a se apresentar nesse sentido.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado a todos os palestrantes.

Em seguida eu quero fazer uma leitura rapidamente sobre essa medida provisória. Eu estou muito preocupado com ela.

O Código Florestal chega a sete anos de idade sem comemorações. Em vez de celebrar, temos que nos preocupar com a Medida Provisória 867, de 2018, que pretende prorrogar o prazo máximo para os proprietários rurais aderirem ao Programa de Regularização Ambiental

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PRA), mais uma tentativa de desconsiderar quem fez o certo. E, nesse caso, falo de 96% das propriedades rurais do País.

Tenho que lembrar que o novo Código já trouxe, em comparação à lei florestal de 1965, uma tremenda tolerância, resultado democrático de uma década de debates, e é tido como ponto de equilíbrio. No entanto, por meio de uma medida provisória, que mais uma vez pode chegar ao Senado sem qualquer possibilidade de debate ou análise, pretende-se promover o quinto adiamento, segundo seguido, e uma total descaracterização do Código Florestal, em razão de diversos acréscimos ao texto original, alguns, inclusive, sem pertinência temática.

Apoiamos e respeitamos os proprietários ao possibilitar que aqueles que tivessem suprimido vegetação sem a devida autorização até 2008 pudessem ter a chance de regularizar, realizando o cadastro de seus imóveis, aderindo ao programa e acessando os créditos rurais importantes para a nossa produção. Mas devemos valorizar aquele proprietário que fez sua parte, que se esforçou na regularização. E fez isso mesmo sem o acesso imediato aos mercados que valorizam a postura de quem se mostra quite com a lei. O melhor que podemos fazer para preservação do meio ambiente e desenvolvimento do agronegócio brasileiro é implementar e seguir o Código Florestal que nós temos.

Aqui eu faço um apelo a todos os Senadores. Estou sabendo que já está sendo aprovada essa medida provisória ali na Câmara. Vai chegar aqui a toque de caixa de novo. E, mais uma vez, o Senado, que tem que ser um órgão de serenidade, de sobriedade... O Senado Federal, minha gente, o sistema bicameral é para isso. Aqui nós temos que ter o equilíbrio emocional. Não podemos aprovar de afogadilho e atuar como um mero carimbador daquilo que a Câmara dos Deputados está fazendo. O Senado não pode se apequenar. Eu vou sair daqui e vou ao Plenário para falar isso, porque eu tenho certeza de que, assim como fizeram ontem com o Coaf... Engraçado que o próprio Presidente mandou todo mundo ir para as ruas sob o pretexto de que estavam tirando o Coaf do Ministério da Justiça, e ele mesmo manda manter no Ministério da Economia. Que Governo contraditório é esse?

Agora o Senado vai de novo receber essa medida provisória agora, 17h, 18h, para a gente aprovar isso sem discussão? Nós vamos rasgar o Código Florestal? Por favor! Eu faço um apelo aos Senadores: que juntem essa voz agora lá no Plenário e não deixem... Que volte, que caduque, que caia essa medida provisória, mas nós não podemos permitir isso. Eu vou sair envergonhado deste Senado.

Aliás, eu só tenho passado vergonha com o Senado, desde o primeiro dia em que assumi. Nunca fui político. Nós começamos com a eleição para Presidente do Senado, tendo 81 Senadores, mas com 82 votos. É constrangedor! Eu tomei a palavra e falei: cada Senador tinha que pedir perdão à população brasileira, perdão por sua ineficiência, por seu não compromisso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

por sua falta de representatividade no verdadeiro Estado democrático de direito. Perdoem-me o desabafo, minha gente, mas eu não consigo entender isso. Nós temos que nos unir. Eu agradeço ao Senador Confúcio, que está aqui. Senador Confúcio, vamos nos unir e não vamos permitir. Essa medida provisória está chegando, mas nós não podemos deixar que o que aconteceu ontem se repita aqui hoje.

Eu quero agradecer também a participação do e-Cidadania.

Nós temos aqui o Assis Marinho, do Distrito Federal, que diz: "Vocês acham que alguém que desmatou 80% da mata no Amazonas, sendo a data de corte de 22/8/2008 irá recompor a área?". "Qual a segurança jurídica terá o produtor brasileiro com as constantes mudanças no Código Ambiental?".

O Danilo Mendes, do Distrito Federal: "O Código Florestal tem realmente sido respeitado? Essa lei ajudou a diminuir o desmatamento ou não?". "É triste ver que derrubam árvores e mais árvores e os criminosos não são presos".

Eu, inclusive, agora, passo à possibilidade de questionamento.

Com a palavra o Senador Confúcio Moura para as suas considerações.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Srs. palestrantes, com muita satisfação eu assisti a uma certa parte da palestra do Dr. Raoni.

Também estou muito preocupado. Acabei de fazer um discurso ali no Plenário agora justamente fazendo um comentário sobre as palavras ditas por Ministros, as palavras ditas pelo Presidente, que têm causado um impacto muito ruim na Amazônia. Eu sou de Rondônia e, na medida em que falam uma coisinha qualquer, uma palavra qualquer mal dita, isso é muito mal interpretado nos Estados da Amazônia, e o impacto sobre invasões e ocupações de reservas indígenas, unidades de conservação e florestas nacionais é muito grande. Então, os dados já estão mostrando aí. A previsão, inclusive – as revistas já têm publicado –, é de que já há o impacto muito grande nas regiões pelas palavras ditas por autoridades aqui de Brasília. Isso é de uma infelicidade muito grande.

E o Senador Jader Barbalho agora mesmo fez um discurso monumental, maravilhoso sobre tudo isso. Esse desmatamento desenfreado, estimulado, inclusive, pode causar sérios prejuízos, por exemplo, comerciais ao Brasil. Não é só o dano ambiental, mas o comercial, porque, quando nós trabalhamos com certificação, querendo saber a origem da produção de carne, do boi e da soja, se é transgênica, se não é transgênica, isso e aquilo, o comprador final

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exigente, que é o europeu e de outros países, vai observar tudo isso e vai diminuir o comércio e a venda dos nossos produtos, das nossas *commodities* interacionais.

Outro fator que eu acho que posteriormente tem que se analisar com a Consultoria do Senado, Senador Fabiano, é se cabe uma medida provisória sobre o tema CAR (Cadastro Ambiental), sobre Código Florestal, como urgente e relevante. Veja bem, urgente e relevante... O Código Florestal demorou quantos anos? Houve audiência pública e tudo neste País. Em tudo que é canto deste País houve audiências públicas. Aqui na Câmara dos Deputados – eu era Deputado na época –, era um debate terrível. E, por fim, um grande acordo nacional entre produtores grandes, médios e pequenos para aceitar o Código Florestal. Está pacificado isso. Retornar e trazer esse tema ao debate é de uma infelicidade extrema para o País.

Todo mundo está trabalhando. Os Municípios pequenos estão pensando como vão pagar serviços ambientais. Há Municípios se virando e criando situações para ajudar na recuperação de APPs de águas. Então, agora vem essa barafunda toda em cima, e o que foi feito, o que foi dito, o que foi construído vira fumaça de uma hora para outra – isso é de uma irresponsabilidade incrível.

Então, eu me coloco, Senador Fabiano – inclusive, ia falar com o senhor no Plenário – à sua disposição para a gente, dentro do possível e dentro do que a lei prevê... O Ministério Público está muito vigilante, isso vai causar – essas falas, essas medidas provisórias – muitas ações nos Estados e vai, inclusive, aumentar a violência. As ocupações, ocupar reserva indígena, os índios vão aceitar isso tranquilamente? Vai haver retaliação, vai haver morte. Então, não é assim.

Eu louvo os senhores pela sensatez, pelo esclarecimento, pelos argumentos todos. Eu peguei já aqui alguns documentos que vocês produziram para a gente enriquecer as nossas falas. Parabenizo o senhor. A sua indignação é muito justa, é isso mesmo.

Eu só temo que não que não pode ficar – como você falou – pessimista com o Senado, normalmente a gente fica pessimista no último ano. (*Risos.*)

Agora, é entusiasmo, é confiança. Lá no finalzinho, nos últimos seis meses, eu falo: eu estou muito decepcionado, tal e tal. Mas agora, não! A gente tem que dar todo o gás possível.

Era só isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu só quero fazer uma complementação. Quando o senhor falou: "Mas será que isso é urgente, relevante?". Olha, eu só estou aqui há três meses, eu tenho observado sobre o Regimento Interno que existe o formal e existe o informal. Interesse e relevância passam por outros aspectos, passam por um acordo espúrio, promíscuo, uma prostituição. Então, eu não preciso estar aqui há muito tempo.

Não é que eu seja pessimista, não. O que foi feito ontem foi um ato de violência. Existe violência real e existe violência simbólica, que dói tanto quanto, ou mais, uma violência real. Isso é um ato de violência que o Senado está permitindo que se faça com a população brasileira. E eu não posso deixar de me indignar com isso, porque é a realidade.

Eu quero sonhar um dia que eu vou ocupar aquela tribuna daqui do Senado – quem sabe ao término de oito anos – e falar: poxa, eu tenho orgulho de dizer que eu sou Senador da República pelo Estado do Espírito Santo e que nós lutamos por um verdadeiro Estado democrático de direito. Por enquanto, eu não tenho esse orgulho, não. Eu me orgulho de falar que eu sou delegado de polícia há 27 anos, que eu sou professor no curso de Direito há 20 anos, e que faço de tudo para que nós tenhamos uma sociedade melhor.

Mas esta Casa de leis, onde nós devemos representar o povo, onde nós temos aqui o princípio da igualdade, que é uma premissa constitucional... Mas essa igualdade já é violada aqui dos elevadores, quando nós temos elevadores só para Senadores, mas não para a população. Mas eu represento a população! "Mas eles não podem entrar no elevador."

Essa igualdade é violada aqui quando um funcionário efetivo não passa por um detector de metal, quando um comissionado não passa pelo detector de metal, mas um terceirizado passa. "Olha, mas todos são iguais", mas, assim como o Estado criminaliza a pobreza, aqui nesta Casa se criminaliza o menos favorecido, o mais pobre. Por isso, eu quero deixar um recado para os funcionários terceirizados: o que eu puder fazer e lutar, nesses oito anos, em defesa de vocês terceirizados para acabar... Eu já denunciei até ao Ministério Público do Trabalho, porque isso é um absurdo, isso é constrangedor.

São nessas pequenas coisas que a gente vê que esta Casa pode representar muito, mas está longe de representar a população brasileira, pelo menos aquela que clama por uma sociedade que tenha uma saúde pública de qualidade, uma educação pública de qualidade, geração de emprego e renda, redução da desigualdade social. Isso eu aprendi no art. 5º da Constituição, desde 1988, mas que está deitado eternamente em berço esplêndido. Eu não quero aqui me acovardar e me omitir. Pode ter certeza de que, como está no Hino Nacional, verás que um filho teu não foge à luta. (*Palmas.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero só fazer uma colocação aqui, por gentileza. Vejo que um dos gargalos é a necessidade de valorização das áreas conservadas. Hoje a ideia tem sido postergar prazos de cumprimento da legislação, mas poucas vezes é chamada a atenção para a premiação daqueles que cumprem a lei. Nesse sentido, eu gostaria de saber dos senhores e da senhora quais os caminhos e dispositivos para viabilizarmos essa valorização. Já devemos falar em pagamentos por serviços ambientais ou regulamentação do art. 41 do Código Florestal? É suficiente?

Fiquem à vontade para falar.

O SR. RAONI RAJÃO – Antes de tudo, a gente tem que lembrar que uma das bases da legislação ambiental em todo o mundo é o princípio do poluidor pagador. A questão é que quem vai pagar é o poluidor. Esse poluidor pode ser um país que historicamente emitiu mais, esse poluidor pode ser um proprietário rural que desmatou mais. Agora, o ponto é o seguinte: enquanto o Acordo de Paris não for forte globalmente, não vai haver demanda por valoração e por pagamentos de serviços ambientais, por exemplo, ligados ao carbono; enquanto o Código Florestal não for cobrado, não vai haver demanda para pagar o produtor.

Então, respondendo à pergunta, não é: "Ah! Primeiro, eu tenho que pagar para depois gerar demanda". Primeiro, você gera demanda e depois você paga. Você não consegue inverter os dois processos.

E, só fazendo um comentário que eu acho relevante, até para a gente poder ter uma visão mais ampla, a gente tem que tomar muito cuidado, porque momentos de altos e baixos com relação à questão ambiental a gente teve nos últimos 15 anos, nos últimos 40 anos. O ano de 2012 foi um momento de baixa e foi em pleno Governo PT, da mesma forma que o Código Florestal de 1965 foi aprovado pelo Castelo Branco e o Conama foi instituído por Figueiredo.

Então, o que eu estou querendo trazer aqui e também voltando... Grande parte da população brasileira democraticamente elegeu Jair Messias Bolsonaro, principalmente, pautada na vontade popular de acabar com a impunidade. Por isso, eu acho que a gente tem uma chance muito grande ligada ao Código Florestal, mas também outras pautas de fazer, de fato, uma pauta de união nacional. Por que não?

Então, eu acho muito importante a gente estar se estendendo também não só àqueles da esquerda, da direita ou do centro, mas eu acho que essa é uma questão de interesse nacional, uma questão transversal e uma questão em que a gente teve partidos de esquerda no poder que fizeram coisas ruins – o desmatamento aumentou 70% desde 2012 e agora continua na mesma ascendência. Temos quatro meses de Governo e ainda temos alguma chance, mas é importante que haja essa consciência de todos os lados do Parlamento brasileiro. Ainda tenho esperança de que isso possa acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado.

Eu só queria... Eu me esqueci de deixar registrado um ponto de extrema importância. Infelizmente, a Marina Silva, ex-Senadora, ex-Ministra do Meio Ambiente, está se recuperando de uma dengue e não pôde comparecer. Ela estaria aqui com o maior prazer. Ela se tornou mais uma vítima de uma doença que tem tudo a ver com o nosso debate, que cresce enquanto as nossas sociedades mantêm seus lixões e nossas florestas são derrubadas.

Eu queria deixar agora uma questão, porque o tempo está muito escasso: que cada um usasse a palavra para suas considerações finais, por gentileza.

Com a palavra a Sra. Roberta.

A SRA. ROBERTA DEL GIUDICE – Senador Fabiano Contarato, eu gostaria de agradecer a todos, mas eu gostaria de ressaltar que é uma alegria ouvir suas palavras aqui hoje. Quero deixar os parabéns do Observatório ao senhor pela realização desta audiência, pela oportunidade de trazermos essas informações. As outras audiências vão complementá-las.

Eu queria agradecer e parabenizá-lo pela proposta de criação do Junho Verde, que é bem relevante, e dizer que, no cenário atual, é um alento para as entidades ambientalistas ter a sua dedicação, a dedicação do seu mandato às causas ambientais. Muito obrigada.

Às vésperas da Semana do Meio Ambiente, a gente não pode ter notícia da aprovação dessa lei que reduz proteção florestal, traz inconstitucionalidades, uma norma cheia de jabutis, e que vai beneficiar, no máximo, 4% dos imóveis rurais. A única alteração que faz sentido ser mantida nessa medida provisória, que justificaria o regime de urgência, é a prorrogação do prazo. Os demais itens realmente, como colocou o Senador Confúcio, não são próprios desse tipo de regime.

Então, eu gostaria de agradecê-lo mais uma vez e parabenizá-lo pela iniciativa.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Com a palavra o Sr. Tasso Azevedo para suas considerações.

O SR. TASSO AZEVEDO – Eu faço minhas as palavras da Roberta sobre a boa impressão e a felicidade dos posicionamentos que você colocou aqui. E quero dizer que realmente, às vésperas da Semana do Meio Ambiente, a gente ter um projeto como esse aprovado é um contrassenso sem tamanho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, aproveitando que nós tivemos hoje o lançamento do Junho Verde, com a presença do Presidente do Senado, que, aliás, é da Amazônia, de um Estado que é um dos campeões de conservação, o Amapá – então, deve ser motivo de orgulho para ele também –, eu quero trazer um pouco isso à tona e lembrar que este não é o momento de a gente ter nenhum tipo de enfraquecimento da legislação, muito pelo contrário. E eu acho que é importante lembrar no Plenário e nas discussões que essa não é uma questão só ambientalista, etc. O próprio setor do agronegócio, esse setor que é mais moderno, está dizendo com todas as letras que não interessa ao agronegócio esse tipo de retrocesso, porque ele terá impactos no funcionamento e no mercado do próprio setor. Então, realmente esperamos que o bom senso prevaleça e que consigamos evitar que essa medida seja aprovada nesta semana.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Obrigado, Sr. Tasso.

Com a palavra o Sr. Raoni Rajão, por gentileza.

O SR. RAONI RAJÃO – Concluindo, eu acho que um ponto importante de a gente lembrar é que grande parte dessa discussão é feita por causa da necessidade de manter o regime hídrico das cidades, água para as cidades, e a outra parte é por causa do próprio agronegócio.

Qual é o motivo da grande competitividade do agronegócio brasileiro? É a logística? Certamente que não é. São os solos? Os solos brasileiros comparados com os solos argentinos e com os solos europeus são de muito pior qualidade; precisam de muito mais insumos e de investimentos muito maiores. São os custos de produção por causa, inclusive, da possibilidade de se utilizar menos agrotóxico por causa dos regimes frios do inverno que normalmente reduzem a quantidade de pestes? Também não são. É caro para o produtor brasileiro produzir.

É o quê, então? É a chuva. E o que nos garante o regime hídrico? São as florestas. Então, de certa forma... E já há toda uma literatura muito avançada nesse sentido com a qual, inclusive, contribuímos diretamente: nós temos um artigo na *Nature* que mostra o quanto custa, o quanto você reduz da produção nacional ao desmatar um hectare na Amazônia, dependendo da região da Amazônia.

O que a gente está discutindo aqui, que, inclusive, é a lógica do Código Florestal como aprovado em 1965 – está explícito no texto enviado por Castelo Branco a esta Casa –, é que nós estamos protegendo os produtores rurais deles mesmos, porque a ganância local acaba gerando uma tragédia dos comuns em que perdem todos. Então, a gente está, de certa forma, fazendo uma omelete e uma bela canja com a galinha dos ovos de ouro; daí a importância de termos esse pensamento de longo prazo e a importância da consciência. E eu, como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Universidade Federal de Minas Gerais, como professor e doutor, como comunidade científica, estou aqui para poder contribuir com isso, para poder contribuir com esse pensamento de longo prazo para o País, para que nós tenhamos um país que seja justo, um país que seja próspero, porque precisamos de desenvolvimento econômico, precisamos aumentar o PIB, sim, e o agronegócio tem um papel essencial, mas precisamos pensar no longo prazo. E eu acho que essa discussão é exatamente isto: pensar no longo prazo, ao invés do curto prazo.

É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - ES) – Eu agradeço. Agradeço a todos, agradeço a Deus a oportunidade de estar aqui e a todos que participaram direta e indiretamente, a toda equipe da CMA, ao Airton, a toda equipe. Tenho muito orgulho de vocês, podem ter certeza disso. Agradeço aos palestrantes e coloco-me à disposição humildemente, tanto na CMA como no meu gabinete.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 15 horas e 32 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 11 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e vinte e três minutos do dia cinco de junho de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Jaques Wagner e Styvenson Valentim, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Marcelo Castro, Lasier Martins, Major Olimpio, Leila Barros, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Jean Paul Prates, Paulo Rocha, Carlos Viana, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Arolde de Oliveira, Angelo Coronel, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Dário Berger, Izalci Lucas, Paulo Paim e Zenaide Maia. Deixam de comparecer os Senadores Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Soraya Thronicke, Marcos do Val, Fabiano Contarato, Telmário Mota, Otto Alencar e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da 16ª reunião da CMA, que é aprovada. Comunicado que foi apresentado à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente o Aviso nº 313, GP/TCU, que encaminha cópia do Acórdão 3.289, de 2019, proferido em processo que trata de representação oferecida pelo Ministério Público Federal sobre possíveis irregularidades praticadas pelo Ministério do Meio Ambiente ao promover a edição da Portaria MMA 73, de 2018. Passa-se à apreciação da pauta que se divide em duas partes: **1ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 26, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a reciclagem de lixos eletrônicos com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 27, de 2019** que: "Requer nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a gestão do Fundo Amazônia e a recente ingerência política no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)." **Autoria:** Senador Jaques Wagner (PT/BA). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 28, de 2019** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2019 - CMA, seja convidado também o Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Carlos Viana (PSD/MG). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Projeto de Resolução do Senado n° 52, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Dispõe sobre a criação da campanha “Junho Verde” para conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Leila Barros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(PSB/DF), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senador Styvenson Valentim (PODE/RN), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Oriovisto Guimarães (PODE/PR), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Mecias de Jesus (PRB/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Jorginho Mello (PL/SC), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Plínio Valério (PSDB/AM). **Relatoria:** Senador Carlos Viana. **Relatório:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado o relatório. **2ª Parte - Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 19/2019 - CMA, de autoria dos Senadores Fabiano Contarato, Styvenson Valentim, Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner, Eduardo Girão, Alessandro Vieira, Jean Paul Prates e Antonio Anastasia, e REQ 28/2019 - CMA, de autoria dos Senadores Randolfe Rodrigues, Jaques Wagner e Carlos Viana. **Finalidade:** Debater o tema "Dia Mundial do Meio Ambiente: balanço da conservação dos biomas nacionais" como parte das ações o “Junho Verde – o Meio Ambiente une”. **Participantes:** Sra. Mariana Napolitano e Ferreira, Coordenadora do Programa de Ciências da WWF; Sra. Marcia Hirota, Diretora Executiva da Fundação SOS Mata Atlântica. Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, Vice-presidente do Conselho Diretor do Instituto de Desenvolvimento e Sustentabilidade. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Jaques Wagner

Vice-Presidente da Comissão de Meio Ambiente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/06/05

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente, neste 5 de junho de 2019, quando celebramos, por todo o Planeta, o Dia Mundial do Meio Ambiente e, particularmente no Senado da República, é um dia dentro do mês Junho Verde, que foi uma proposição do Presidente desta Comissão, que está em missão na Alemanha, exatamente tratando da questão do meio ambiente. Por isso, ele não está aqui presente. Foram convidados tanto o Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado quanto o da Câmara para um diálogo, na Alemanha, sobre a questão do meio ambiente.

Antes de iniciar os trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 16ª Reunião, realizada em 29 de maio de 2019.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata, então, está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico que foi apresentado à Secretaria da Comissão de Meio Ambiente o seguinte documento.

Aviso nº 313, IGP/TCU, que encaminha cópia do Acórdão 3.289, de 2019, proferido em processo que trata de representação oferecida pelo Ministério Público Federal sobre possíveis irregularidades praticadas pelo Ministério do Meio Ambiente ao promover a edição da Portaria MMA 73, de 2018, para alterar a Portaria MMA 445, de 2014, e assim dispor sobre as espécies ameaçadas de extinção na fauna aquática brasileira.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, o documento estará disponível para consulta no *site* desta Comissão, na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitada pelos membros a corrente autuação até lá.

Passo à pauta.

1ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 1

REQUERIMENTO N° 26, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a reciclagem de lixos eletrônicos com os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Passo a palavra ao Senador Confúcio para proferir a leitura e eventual defesa do requerimento apresentado.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, todos os Parlamentares que se encontram nos gabinetes, Senadores e Senadoras, antes de propriamente fazer a leitura, eu queria fazer uma saudação, uma lembrança, um registro sobre o Dia Internacional do Meio Ambiente, que é hoje, uma data extremamente importante para o mundo.

Nós destacamos alguns pontos que estão em debate aqui no Senado e na Câmara, como a política de saneamento – isso é muito bom –, principalmente o abastecimento de água e o esgoto, que muitos segmentos da população brasileira ainda não têm; a contaminação, há águas contaminadas e esgoto a céu aberto na maioria das cidades brasileiras; o urbanismo das cidades, nas construções de agora em diante os arquitetos e engenheiros devem sempre observar as questões ambientais da habitação popular e dos prédios, principalmente quanto à ventilação natural, à iluminação, à circulação de ar nesses ambientes.

Faço uma homenagem também aos catadores de lixo de todo o Brasil, que fazem um trabalho anônimo. A maioria ganha menos de um salário mínimo por mês. Estão esparramados, fazendo um trabalho fantástico no nosso País. A gente vê, em todos os setores aqui de Brasília, pela madrugada, mulheres e homens com aquelas carriolas, carroças puxadas a burro, à mão, catando nos ambientes, nos guardadores de lixo, separando com a mão, sem luva nenhuma, os materiais interessantes, como papel, metais e outros.

E também faço uma advertência sobre a contaminação das águas dos rios, das nascentes, a preservação das florestas – isso é muito importante –, dos solos, o uso indiscriminado de venenos. Então, são destaques e advertências para os quais o mundo todo hoje chama a atenção.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É uma data extremamente importante. No Brasil, em 1992, houve a Rio 92, a ECO 92, que foi um grande evento ambiental no Brasil.

Por fim, eu entro no requerimento de minha autoria, que eu apresento.

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado, a realização de audiência pública com o objetivo de debater a reciclagem de lixos eletrônicos. Faço a indicação de um representante do Ministério do Meio Ambiente; do Greenpeace; da Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis; do Dr. Romulo Martins Nagib, da Comissão de Direito Ambiental da OAB/DF; e de José Jorge do Nascimento, Presidente da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos.

Sr. Presidente, a coisa é muito séria, porque nós temos aproximadamente 500 milhões de aparelhos eletroeletrônicos em uso no Brasil hoje. De celulares, deve haver uns 300 milhões de aparelhos, mais do que a população brasileira. Há pessoas que têm três, quatro celulares, até meninos têm dois celulares. Essas baterias vão se esgotando e não há onde jogá-las adequadamente; são jogadas no lixo comum as baterias desses aparelhos eletroeletrônicos. E essas baterias, Sr. Presidente, têm chumbo, bromo, cloro, mercúrio, cádmio e outros produtos que, quando jogados em lixões, contaminam o lençol freático. É muito séria essa questão.

Então, a minha proposição é um debate, primeiro, para conscientizar os Senadores, também os Deputados e a população brasileira sobre uma organização disciplinada por lei para dar uma destinação correta a essas baterias e equipamentos eletroeletrônicos, Sr. Presidente, o que, além de tudo, poder gerar, separando esses elementos químicos... Esses materiais são caros, esses elementos químicos são caros. Então, eles podem ser comercializados. Há uma estimativa dos especialistas de que podem gerar até 10 milhões de empregos e uma riqueza grande na reciclagem, que é estimada por eles – não sei em que base foi calculado –, da ordem de R$700 milhões injetados na economia brasileira.

Então, é esta a minha proposição: inicialmente, antes de propor qualquer projeto de lei nesse sentido ou alterar leis existentes, nós debatermos aqui com esses especialistas para termos uma informação mais abalizada do que essa que eu apresento neste momento.

É só isso, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Pela ordem.) – Primeiro, o meu boa-tarde ao Senador Confúcio. Boa tarde, ex-Governador e ilustre Senador Jaques Wagner...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – ... por quem já tinha uma grande admiração, que agora aumentou com a nossa convivência aqui no Senado, dessa nossa Bahia, que é irmã das nossas Minas Gerais.

Quero saudar o Senador Confúcio pelas colocações exatamente num dia em que todo o mundo comemora o Dia do Meio Ambiente – o dia 5 de junho é uma data internacional.

Eu quero aqui, muito rapidamente... Como bom mineiro, sou de uma família que gosta muito de observar. Meu avô, Sr. Sebastião Viana, o Sr. Major, era um homem que observava muito e que criou uma sabedoria, apesar da simplicidade e dos poucos anos de estudo, muito interessante. Era um homem muito respeitado pelos parentes, pelos vizinhos. E eu aprendi com ele esse dom de ouvir e de aprender, e de observar as questões.

Para os senhores terem uma ideia, hoje pela manhã nós tivemos aqui a criação da Grupo Parlamentar Brasil-Marrocos, e a minha fala a seguir é exatamente para explicar isso.

Eu pude visitar o Marrocos e, num dos momentos lá da visita, nós fizemos um acampamento no Deserto do Saara. Você anda, pega os camelos – há os guias, naturalmente, porque, se alguém cair naquilo, ninguém sai dali –, e vamos até um ponto no meio do deserto onde você acampa, você dorme, você tem uma série de festejos com os berberes, com as tribos que vivem lá naquela região.

Mas, durante o trajeto pelo Deserto do Saara, Senador Confúcio, eu passei a observar algo triste: lixo. Nas areias daquele ponto em que nós estávamos, que devia ser a passagem de todos eles, havia garrafas PET, plástico de toda natureza que você pensar, tudo o que era descartável, de lata de alumínio, de cerveja, jogado no meio do caminho. E isso me chamou muito a atenção, porque era um lugar isolado, um lugar distante, mas onde a poluição ambiental estava se tornando uma realidade – estava ali, premente, aos olhos de todos nós.

Nós começamos agora a ter uma série de denúncias das ONGs com relação ao plástico nos mares, nos oceanos, inclusive no Brasil – na Baía da Guanabara, a região dos mangues ali no Rio de Janeiro; em várias partes na Bahia também, há a questão dos esgotos; os plásticos, como responsáveis pela morte de tartarugas marinhas, de baleias, de uma série de animais, porque não conhecem e entendem aquilo muitas vezes como uma água viva, um alimento que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

os acaba matando. É essa corrente de lixo que nós estamos jogando no mar, como o plástico, que nos chama a atenção sobre esse assunto.

E aqui no Brasil, pelo tamanho do nosso País, pela extensão que nós temos, há dois pontos, Senador Confúcio, que estão ainda deixando muito a desejar. Em primeiro lugar, uma política nacional de reciclagem de materiais que não só inclua a renda para as famílias que fazem esse trabalho, mas que privilegie, apoie e incentive esse trabalho de reciclagem, que é fundamental para o nosso País. E que também se exija do setor industrial o que na Europa já é uma realidade: chama-se logística reversa, ou seja, as empresas que produzem, que vendem e que auferem lucro terem a responsabilidade de receberem de volta os materiais que produziram e os reintroduzirem nas linhas de produção.

O Brasil tem leis que já foram criadas, mas que não funcionam. Há a questão, por exemplo – para o cidadão que está nos assistindo –, de uma pessoa que tem uma geladeira velha e que não a quer mais. Diz a lei que, recebendo uma ligação, o fabricante tem que buscá-la. O fabricante não vai fazer isso! Não há essa obrigatoriedade prevista, não há consequência nesse processo, porque a lei diz que pode, mas não é. E o que acontece? Essas geladeiras acabam sendo jogadas nos rios, em áreas abertas. Algo similar acontece com os televisores velhos e – entrando no que o senhor está falando agora – baterias de celulares, de equipamentos eletrônicos. Nós entramos no mundo do consumo, tornamo-nos vorazes nessa questão, mas ainda não conseguimos fazer com que tenhamos esse tipo de reciclagem e de preservação.

Eu tenho o costume – tinha mais, agora até não tenho tido tempo – de andar em trilhas, sempre gostei, quando não de carro, em estradas de terra, e é impressionante: encostas, rios, córregos e nascentes com restos de material eletrônico, de televisores, de sofás.

Certa feita, Senador, eu fiz uma reportagem com as equipes de limpeza dos córregos subterrâneos de Belo Horizonte. Belo Horizonte é uma capital que está em meio a uma grande bacia, com nascentes, centenas delas, em todas as regiões, e lá nós temos rios que hoje estão cobertos – por causa dessa política que nós temos hoje de esconder a nossa sujeira. Na verdade, o certo seria que a água estivesse ali, límpida, bem cuidada, e as pessoas soubessem preservar a água. É algo até fora de senso: a gente gasta cada vez mais para buscar água mais longe, mas a água que está dentro da cidade não se pode beber, nem passarinho consegue beber. E eu entrei nessas galerias com as equipes da Prefeitura de Belo Horizonte para mostrar o que havia ali. Eu vou falar para vocês do que eu me lembro: sofás, fogões, carcaças de fusca, animais mortos, entre eles, cavalo, cachorro. Tudo o que você pensar havia nas galerias daquele córrego em que eu estava, ali na região de Venda Nova, que fica no norte de Belo Horizonte.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso é sinal claro de que nós estamos dando um passo para o futuro, mas sem resolver o nosso passivo e o nosso passado, o que depende de uma educação ambiental. Toda discussão, Senador Confúcio, é muito bem-vinda, muito bem-vinda, especialmente se nós, aqui no Senado, se esta Casa não se furtar a dar uma colaboração para melhorar, para tornar as nossas leis melhores, especialmente em relação à logística reversa. Que as empresas sejam obrigadas a arcar com o custo de receber e, principalmente, reciclar e nos devolver esse material fora do meio ambiente.

Já há uma parte do setor... Preciso fazer justiça: a Confederação Nacional das Indústrias tem um setor que já analisa, que já trabalha nisso. Mas nós sabemos muito bem que o setor privado, enquanto nós não legislarmos e colocarmos prazos, vai postergando, e nós vamos mantendo essa chaga que é a poluição do meio ambiente em nosso País.

Temos muito tempo ainda pela frente, mas precisamos andar rápido, porque, se nós não caminharmos com mais rapidez, nós vamos colaborar muito para que, no futuro, as gerações que virão depois da nossa existência tenham um gasto muito alto para poder despoluir aquilo a que nós hoje não estamos dando muita atenção.

Muito obrigado pelo aparte aqui, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu queria parabenizar o Senador Confúcio Moura pelo seu requerimento, porque eu acho que realmente, em boa hora pode, a partir da escuta... O Senador Carlos Viana dizia que o seu avô era um grande observador e escutava muito. Eu gosto sempre de dizer aos meus pares que Deus nos deu dois ouvidos e uma boca como que para nos recomendar: "Fale pelo menos a metade do que você ouviu". Em geral, as pessoas falam o dobro do que ouvem. Ouvem pouco, falam muito e acabam não tendo consistência.

Mas quero parabenizá-lo. Deus o ouça sobre esse prognóstico de milhões de empregos que podem ser gerados, porque a gente estaria combinando sustentabilidade ambiental com o social. Portanto, eu espero que, dessa escuta dos especialistas, a gente possa traçar alguma linha de atuação, até porque as modas vão e voltam.

Eu conheci minha mãe fazendo feira com carrinho de feira. Depois ficou em desuso, as pessoas só com saco plástico, saco plástico, etc e tal. Agora fui visitar minha filha nos Estados Unidos e vi que está cheio de carrinho de mão de novo voltando; todo mundo vai a supermercado com seu carrinho de mão. Então, é uma consciência que vai tomando lugar, consciência decorrente de algo fundamental: a educação ambiental.

O Senador Carlos Viana falava da questão das geladeiras. Talvez um dos momentos mais emocionantes que eu tive como Governador do Estado foi quando nós fizemos um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programa do Governo do Estado, da Secretaria de Infraestrutura combinado com a distribuidora de energia. O que era isso? Era um programa de substituição de geladeiras. Então, a empresa comprava, a gente bancava mais ou menos a logística, íamos para um ponto, com aquelas pilhas de geladeiras novas que consomem muito menos energia, e era muito bonito ver as famílias vindo com carrinho de mão, com jegue, com o que fosse, trazendo a geladeira velha, que depois seria levada para sucata, e levando para casa uma geladeira nova, que dificilmente teriam a oportunidade de ter.

Então, eu acho que, quando há compromisso político, seja da área pública, seja da área privada, como V. Exa. colocou... Porque, no caso das baterias, não é só a poluição no sentido amplo da palavra, é a contaminação, porque são baterias que têm produtos que vão contaminar o meio ambiente.

Parabéns a V. Exa.!

Coloco em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em tempo hábil, o Presidente da Comissão marcará essa audiência.

O segundo requerimento é um requerimento de minha autoria.

1ª PARTE

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 27, DE 2019

- Não terminativo -

Requer nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a gestão do Fundo Amazônia e a recente ingerência política no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Autoria: Senador Jaques Wagner (PT/BA)

Nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do nosso Regimento Interno, proponho audiência pública, com o objetivo de debater a gestão do Fundo Amazônia e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a recente ingerência política no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), atual gestor do fundo, em face do afastamento da chefe do Departamento de Meio Ambiente, Daniela Baccas, após o Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, anunciar uma análise que teria identificado – aspas – "fragilidades na governança e implementação" dos projetos do fundo. Objetiva-se analisar, ademais, proposta do Ministério do Meio Ambiente de modificação das normas do fundo para permitir que os recursos possam ser usados, por exemplo, para pagar indenizações a donos de propriedades privadas que viviam em áreas de unidades de conservação, bem como o aumento do número de representantes do Governo no fundo.

Eu esclareço, e isso já foi até debatido nesta Comissão, pelo menos foi citado: o fundo foi criado claramente com fulcro em programas de preservação. Evidentemente que, em relação à desapropriação de propriedades que estejam invadindo ou ocupando áreas de preservação ambiental, é obrigação do Estado de remunerá-las. Então, na minha opinião, a despeito de querer ouvir as opiniões dos outros, eu entendo que essa não é a destinação principal nem própria desse fundo.

Por isso estou propondo, antes de proferir sentenças, uma audiência com a presença dos seguintes convidados: representante do Ministério do Meio Ambiente; representante da Secretaria de Governo da Presidência da República; Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social; e representantes da sociedade civil.

É evidente que podemos fazer depois retificações e, eventualmente, ampliações nos números.

Ah, está faltando aqui a folha em que havia os nomes especificamente, que, na verdade, podem ser apostos depois. Mas, de qualquer forma, há a sugestão de três nomes – aos quais, evidentemente, depois podem ser adicionados aos outros. São os seguintes: Sr. Francisco Gaetani, ex-Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente; Sra. Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental; e Sra. Ana Toni, do Instituto Clima e Sociedade. É claro que podemos também convidar outras pessoas, até de instituições públicas, mas isso pode ser complementado até a convocação da audiência.

Então, é esse o motivo do requerimento.

Pergunto aos Senadores se alguém quer discutir.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – O Senador gostaria? Pois não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu acho extremamente oportuno o seu requerimento, uma vez que o Ministro do Meio Ambiente fez declarações muito sérias sobre a destinação e o uso dos recursos do Fundo Amazônia.

São conquistas importantes, gradativas, que têm sido feitas através dos grandes acordos internacionais e que fazem com que, pouco a pouco, os países europeus e outros venham chegando devagar – Noruega, Alemanha, outros já estão sinalizando.

Essa situação de o Ministro do Meio Ambiente fazer essas declarações, que culminaram, inclusive, com a exoneração de uma pessoa extremamente respeitada, de carreira do BNDES, que há muitos anos dirigia com imensa lisura o Fundo Amazônia e cujas contas o próprio Tribunal de Contas da União auditou e não reparou nenhum desvio... Isso tudo causou surpresa geral nas organizações dos Estados e dos Municípios que realmente disputam esse recurso muito importante.

Eu não sei se cabe numa audiência pública, misturado com outros, o convite ao Ministro do Meio Ambiente. É que tudo nasceu dele, e essa conversa fiada de usar o recurso do Fundo Amazônia para a desapropriação de terras, de terrenos, para regulação fundiária, é realmente aberrante e fora da curva.

Então, Sr. Presidente, o requerimento de V. Exa. é extremamente oportuno. É necessário colocar isso às claras, para que não passe como uma omissão nossa, aqui do Senado, vermos essas coisas acontecendo e ficarmos de braços cruzados assistindo à banda passar.

É fundamental o seu posicionamento, eu concordo com ele plenamente. Nós não podemos, Sr. Presidente, deixar de lado todos os esforços que o Brasil tem feito em acordos internacionais, nacionais, de Governadores, compromissos que nós assumimos nos Estados, em organizações internacionais, porque isso, Sr. Presidente, vai atrapalhar, inclusive, o comércio exterior. Toda essa repercussão esquisita, desenhada pelo atual Ministro, pode repercutir, inclusive, com boicote internacional às nossas *commodities*.

É extremamente preocupante isso tudo, porque hoje a gente trabalha com certificação de produtos. O boi é rastreado. Se o boi não for rastreado, ele vier de florestas tropicais ou de outra área de preservação, de unidade de conservação, ele não é vendido, o frigorífico nem compra. Não pode... O carvão... Não pode. Então, há uma rastreamento. Para você vender a ave, vender tudo, você tem que cumprir protocolos internacionais ambientais. Essas cláusulas fitossanitárias e ambientais internacionais são tão importantes quanto as barreiras tributárias. Então, não dá isso aqui!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente não pode engolir essa coisa desse jeito, mal digerida, como está anunciada. Então, vamos resistir, Sr. Presidente. E o senhor, pelo seu requerimento, é um polo de resistência. Então, eu concordo com o seu requerimento e o parabenizo.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu agradeço o comentário, até porque V. Exa. é da Região Amazônica e, então, com muito mais propriedade, sabe o quanto isso nos aflige. É dinheiro internacional vindo a fundo perdido, e se... Eu sou suspeito porque sou de oposição, apesar de fazer uma oposição absolutamente construtiva, como é essa que eu tenho feito até agora. Mas o problema é que se escolheu só o ideológico como método de gestão e, só pelo ideológico, ninguém... O ideológico pode ser bom na hora do palanque, mas, na hora da execução... Ou você faz as entregas ou fica só debatendo se era errado, se a terra é plana, se tem ou não tem... E acaba que, como V. Exa. colocou, podemos nos colocar numa posição de isolamento dentro da comunidade internacional. Isso é um tema do mundo inteiro. Uma coisa é o Presidente dos Estados Unidos, pelo poderio econômico que tem, falar o que ele entende que é correto e eventualmente ser rechaçado por outros; outra coisa somos nós, que não temos ainda esse poderio econômico.

Então, eu agradeço o seu comentário. Só esclareço, em relação ao Ministro do Meio Ambiente, que, para um eventual convite – no caso de ministro, poderia ser por convocação, mas nós temos primado pelo convite como forma mais, eu diria, própria de nos relacionarmos – , ele teria que ser exclusivo, ele não poderia estar com outros convidados. Mas, evidentemente, podemos convidá-lo também para prestar esclarecimentos. Há um representante do ministério, mas ele só em audiência própria para um ministro.

Em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O próximo requerimento, a despeito de o autor não estar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É do Senador, e até eu subscreveria o Requerimento nº 28, de 2019.

1ª PARTE

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO N° 28, DE 2019

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na Audiência Pública objeto do REQ 19/2019 - CMA, seja convidado também o Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros

Requer, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, que na audiência pública objeto do Requerimento 19/2019-CMA, que é essa que vamos inaugurar, seja incluído o seguinte convidado: Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, biólogo, ambientalista e consultor – como dois dos convidados não poderão estar presentes, a presença do Capobianco irá enriquecer essa audiência pública.

Portanto, em votação o requerimento.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Item 4.

1ª PARTE

ITEM 4

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 52, DE 2019

- Não terminativo -

Dispõe sobre a criação da campanha "Junho Verde" para conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES) e outros

Relatoria: Senador Carlos Viana

Relatório: Pela aprovação do projeto

Observações:

A matéria vai ainda à Comissão Diretora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por economia de tempo, não vou ler os nomes dos outros autores deste projeto.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Viana para fazer a leitura do seu relatório sobre este projeto de resolução.

Senador Carlos Viana.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG. Para proferir relatório.) – Obrigado.

Vem ao exame da Comissão de Meio Ambiente o Projeto de Resolução do Senado nº 52, de 2019, de autoria do Senador Fabiano Contarato e de outros 34 Senadores, que dispõe sobre a criação da campanha "Junho Verde" para conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente.

O projeto tem dois artigos. O art. 1º institui a campanha "Junho Verde" no âmbito do Senado Federal, que será divulgada anualmente pela Mesa Diretora, devendo a cúpula da Casa ficar iluminada durante este mês com luzes de cor verde.

O art. 2º estabelece a cláusula de vigência, a partir da publicação da resolução do Senado resultante.

Na justificação da matéria, seus autores argumentam que o Brasil, uma potência mundial em recursos naturais e serviços ecológicos, abriga em torno de 22% da biodiversidade global e 11% da água doce disponível para consumo na Terra. Ao informar sobre a importância da preservação dos biomas brasileiros, a justificação reforça que essa riqueza natural garante a proteção climática e os regimes hidrológicos, previne e minora a ocorrência de desastres naturais e é a base para sustentação de diversos setores econômicos. Em síntese, a proteção desses recursos é fundamental para o próprio desenvolvimento das diversas atividades da socioeconomia, argumentando os autores que:

> Preservar toda essa riqueza natural é essencial para o desenvolvimento do Brasil e para a qualidade de vida de nossa população. Só somos uma potência agrícola mundial porque somos uma potência hídrica. Se não tivermos essa consciência podemos acabar destruindo nossa [abro aspas] "galinha dos ovos de ouro" [fecho aspas].

A matéria foi distribuída ao exame desta Comissão.

Inicio a nossa análise.

Nos termos do art. 102-F do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CMA opinar sobre assuntos pertinentes a proteção do meio ambiente, controle da poluição,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conservação da natureza e defesa do solo, dos recursos naturais e genéticos, das florestas, da caça, da pesca, da fauna, da flora e dos recursos hídricos.

Além disso, o art.52, inciso VIII, da Constituição Federal prevê que compete privativamente ao Senado Federal dispor, por meio de Resolução, sobre sua organização e funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

A proposição é meritória e reforça a missão do Senado Federal como ponto de equilíbrio para a implementação das políticas públicas ambientais, no sentido da preservação dos recursos naturais brasileiros e da harmonização entre o desenvolvimento econômico e a garantia da sadia qualidade de vida resultante de um meio ambiente ecologicamente equilibrado, direito de todos previsto no art. 225 da nossa Carta Magna.

A matéria é de autoria de 35 Senadores, tendo como primeiro signatário o Senador Fabiano Contarato, Presidente desta Comissão, que hoje se encontra, inclusive, em missão oficial na Alemanha.

Conforme sua justificação, pesquisa do Ibope realizada em 2018 aponta que nove em cada dez brasileiros acreditam que a natureza não está sendo protegida de forma adequada, apontando como principais preocupações o desmatamento, a poluição hídrica, a caça e a pesca ilegais e os efeitos adversos da mudança do clima causada pela ação antrópica.

Entendem os autores, e com eles concordamos, que a campanha Junho Verde destina-se a instituir um espaço de engajamento cívico, especialmente das novas gerações, em favor da qualidade ambiental das nossas cidades e da preservação dos nossos recursos naturais.

O projeto, senhoras e senhores, vem em um momento oportuno.

O Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado anualmente no dia 5 de junho, hoje, é a principal data da Organização das Nações Unidas para fomentar medidas globais em prol da proteção ambiental. Em 2019, o tema escolhido foi a poluição do ar, com o objetivo de chamar a atenção para este problema evitável, mas que demanda ações urgentes e imediatas. Segundo a ONU:

> Nove em cada dez pessoas no mundo estão expostas a altos níveis de poluição do ar, o que excede os números considerados seguros pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Este tipo de poluição causa uma série de problemas, afetando não apenas a saúde humana, mas também o crescimento econômico – custa à economia global 5 trilhões de dólares por ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De fato, a maior parte dos problemas ambientais são, tais como a poluição do ar, evitáveis. A construção de uma consciência voltada à resolução desses problemas deveria ser prioridade da agenda nacional, pois dependerá do engajamento de todos os setores públicos e também privados.

Para promover a participação da comunidade nacional na preservação do patrimônio natural do nosso País, o Decreto nº 86.028, de 27 de maio de 1981, instituiu a Semana Nacional do Meio Ambiente, a realizar-se anualmente na primeira semana do mês de junho, quando se comemora o Dia Mundial do Meio Ambiente.

A instituição de datas dedicadas ao engajamento da sociedade para discutir e priorizar agendas ambientais é, portanto, parte de nosso ordenamento jurídico. Ao instituir a campanha Junho Verde, o Senado, como a Casa que representa o Pacto Federativo, contribui para fortalecer esse engajamento, não apenas durante um dia, mas ao longo de todo o mês de junho.

Como resultado da proposição em análise, esta Comissão realiza uma série de iniciativas durante a Semana Nacional do Meio Ambiente e o mês de junho, incluindo a realização de diversos eventos e audiências públicas, no denominado Junho Verde – O Meio Ambiente Une, para conscientização e diálogo no sentido de fortalecer a pauta ambiental. Os temas a serem debatidos incluem: balanço de sete anos do Novo Código Florestal; Dia Mundial do Meio Ambiente: os biomas brasileiros; lucros verdes; Dia mundial de Combate à Desertificação; e proteção e bem-estar dos animais.

A instituição do Junho Verde é, portanto, uma importante contribuição deste Colegiado para que o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental sejam conjugados de forma harmoniosa, pois este é o mandamento da nossa Constituição.

Nosso voto.

Considerando o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 52, de 2019.

É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Carlos Viana, pelo seu relatório. A matéria está em discussão.

Não havendo quem queira discutir...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA) – Eu quero discutir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Pois não.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Presidente, eu gostaria.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Com a palavra o Senador Confúcio.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pode ficar à vontade. Pode passar para a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Então, Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - MA. Para discutir.) – Eu queria cumprimentar V. Exa., Presidente Jaques Wagner, e todos os colegas Senadores.

Queria, inclusive, logo de antemão, fazer um convite aos colegas. Amanhã, nós temos a sessão especial pelo Dia Mundial do Meio Ambiente, e queria convidar a todos aqui para estar nesse momento, que é um momento realmente muito importante.

E queria cumprimentar o Senador Contarato pela iniciativa do Junho Verde. É uma iniciativa extremamente importante, sobretudo, Presidente, pelo que nós estamos vivendo neste momento no Brasil. Nós estamos, na verdade, em uma verdadeira escalada de desconstrução da política ambiental brasileira. Eu acho que, logo em um primeiro momento, quando nós tivemos a apresentação da possibilidade de se excluir o Ministério do Meio Ambiente, já ficou muito claro o que poderia vir à frente.

Se a gente for fazer um levantamento dos números em relação à repercussão do que têm mostrado realmente no Brasil, é muito grave. Desde as comunidades tradicionais, as comunidades indígenas, indo, por exemplo, para a proteção do nosso meio ambiente como um todo, como a Amazônia, enfim, nós vamos ver realmente que os números são gritantes. Nós já tivemos florestas inteiras que foram praticamente dizimadas, eliminadas pela falta, na verdade, dessa proteção. Nós tivemos Atlântica, nós tivemos Cerrado, nós tivemos Caatinga, e hoje nós temos, na verdade, a Amazônia na iminência de um retrocesso em avanços que nós tivemos historicamente. Nós tivemos, por exemplo, uma política muito importante no Brasil, comandada pela Marina Silva, que trouxe resultados importantes e uma redução muito grande de desmatamento da Amazônia, e, de lá para cá, o que houve, infelizmente, foi um avanço em relação a esse desmatamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Alguém coloca: "Olha, a política ambiental brasileira é muito rígida, ela acaba impedindo o desenvolvimento", mas, ao mesmo tempo, deixa-se de considerar, por exemplo, que um dos princípios da sustentabilidade é a utilização do espaço ambiental, ou seja, a exploração sustentável, por exemplo, até da madeira, da borracha, da castanha, e aí vai, mas de forma sustentável, para o equilíbrio, a harmonia entre o homem e a natureza.

Eu acho que a iniciativa do Senador Contarato vem trazer exatamente um momento de reflexão. Eu queria fazer um destaque de que ontem nós tivemos o lançamento de um aplicativo que foi feito pela Paula Lavigne, que é, na verdade, uma referência na defesa ambiental brasileira no Rio de Janeiro. Pelo aplicativo você vai poder receber informações, receber denúncias, pautar essa agenda ambiental brasileira de uma forma muito mais intensa para ser um parâmetro, inclusive, para o Congresso Nacional, para que essas demandas possam chegar aqui e nós possamos fazer um desdobramento a partir de um ajustamento da legislação brasileira e trazer aquilo que é importante para o desenvolvimento sustentável do nosso País. Eu acho que o Senador Contarato teve essa sensibilidade de uma forma muito precisa, quando, em todo o mês de junho... Às vezes a gente diz: "Olha, é mais um dia, só mais uma comemoração ou só mais um momento de reflexão", mas é nesse momento que a gente sai com pautas importantes, com demarcação, com marcos regulatórios importantes para a política brasileira.

Então, eu queria cumprimentar o Senador. Já coloquei isso em outros momentos. Deixo os meus cumprimentos. A minha torcida é, obviamente, pelo nosso encaminhamento favorável, pela aprovação deste projeto.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senadora Eliziane, pelo seu comentário e enriquecimento da discussão.

Passo a palavra ao Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discutir.) – Sr. Presidente, hoje, aqui em Brasília, houve uma passeata na Esplanada, pegando o lado direito da pista que vai para a rodoviária, de alguns indígenas em manifestação de apoio ao Dia do Meio Ambiente e à preservação ambiental no nosso País. Eu achei muito interessante. Fiquei lá, na beira da avenida, assistindo aos índios passarem vestidos a caráter nessa sua manifestação pela preservação do meio ambiente.

Ontem o Senador Carlos Viana fez um discurso, fez um aparte no Plenário falando de uma visita que fez às tribos indígenas do Estado de Minas Gerais. Ele exaltou a necessidade

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de apoio a essas comunidades indígenas tradicionais que vivem nessas suas regiões preservando as características ambientais, o que é extremamente importante.

O Senado, lá embaixo, perto da agência do Banco do Brasil, no andar inferior, tem uma curvinha lá em que há uma área de exposição que mostra o papel do Senado ao longo da história, da Colônia, do Império, até os nossos dias. Nas datas mais importantes, difíceis da história do Brasil, o Senado se impôs, o Senado se levantou. Brilhantes líderes, até em lutas, pegaram em armas para defender interesses nacionais. Está lá, na exposição, aqui embaixo. Eu passei cedinho lá, hoje, e fiquei olhando as datas e observando o papel do Senado.

Esse trabalho do Contarato é um trabalho semelhante. O que ele apresenta nessa sua proposta de criar o Junho Verde tem uma importância gigantesca, tal qual os momentos difíceis da história do Brasil. E aqui eu vejo, subscrita por mais de 30 Senadores, a homologação da sua ideia, do seu plano de criar esse mês de educação ambiental, de trabalho de conscientização em todos os sentidos para a preservação do meio ambiente brasileiro.

Por fim, eu vi também, há tempos, aquele grande artista, aquele fotógrafo brasileiro notório, Sebastião Salgado, lá de Minas Gerais. Depois de correr o mundo todo e ter se tornado notável na arte da fotografia, ele comprou o sítio que foi do pai dele, lá na Mata Atlântica, que estava todo desmatado, o local onde ele foi criado, que tinha rio, que tinha água. Ele voltou para visitar as terras onde cresceu, e não tinha mais nada, tudo desmatado, tudo destruído. Ele comprou o sítio, reflorestou com sementes da Mata Atlântica. Em pouco tempo, a floresta estava refeita.

Então, essa é uma demonstração viva de que há brasileiros, pessoas importantes com esse gene da preservação ambiental, esse amor que temos às nossas origens. Todos nós fomos meninos, grande parte no interior, tomávamos banho de bica, conhecíamos os rios, igarapés, pescávamos, nadávamos, brincávamos. A gente retorna lá, os rios secaram.

O Otto Alencar, aqui, no Senado, faz um trabalho, segundo ele, de quatro anos em defesa do Rio São Francisco. Vários afluentes já secaram. Ele cita, nome a nome, a situação dramática do Rio São Francisco. Inclusive, se não se tomar cuidado, segundo ele, não haverá água para a transposição.

E ali embaixo, no Senado, na exposição, em mil oitocentos e sessenta e poucos, o Senado já tinha preocupação com a transposição do Rio São Francisco, há mais de cem anos. Está lá o D. Pedro II falando isso.

Então, é muito importante, Sr. Presidente, esse requerimento, a aprovação desse decreto legislativo, dessa legislação do Senado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para finalizar a minha exposição, justificando o meu apoio ao parecer, ao relatório do Carlos Viana, eu já citei aqui, na Comissão, a decisão de Costa Rica, na América Central.

Costa Rica, em 1948, decidiu, por conta própria, que o orgulho do seu país seria a paz, seria um Estado pacífico. Ela extinguiu exército, marinha e aeronáutica – não os tem – e colocou a educação e a preservação ambiental como políticas de Estado. Em 1948. Hoje a Costa Rica é um dos países mais visitados do mundo, com uma flora e uma fauna exuberantes, maravilhosos, ecossistemas íntegros, maravilhosos para a contemplação e também a ciência, para pesquisas na área de ciências naturais.

Então, Sr. Presidente, este é um momento importantíssimo para o Senado com essa atitude e o relatório do brilhante Senador Carlos Viana.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Confúcio Moura, pelos seus comentários, enriquecendo sempre o debate sobre o tema.

Eu passo a palavra ao Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Senado Independente/CIDADANIA - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Primeiro, parabenizo o Senador Carlos Viana pelo relatório, muito sensível e adequado à demanda. Relembro, com V. Exa., a iniciativa do Fabiano, já na primeira reunião, com o apoio, se não me engano, de Senadores de cinco ou seis partidos.

A defesa do meio ambiente não é uma pauta de partidos ou de governos; tem que ser uma pauta da Nação brasileira. É preciso fazer todo o esforço possível, e eu gosto muito da linha que o colega Confúcio adota, do Senado como protagonista desse equilíbrio, para se desfazer uma imagem, uma construção fictícia de que preservação ambiental é incompatível com desenvolvimento. Isso, na verdade, é uma manifestação de profunda ignorância. Cabe a nós, como Senadores da República, esclarecer o cidadão que é, sim, possível desenvolver o Brasil, produzir riquezas, gerar empregos e, ao mesmo tempo, preservar o nosso meio ambiente, que a preservação do meio ambiente nada mais é do que a preservação do nosso futuro, inclusive do nosso futuro econômico.

Então, a iniciativa foi capitaneada pelo Presidente da CMA, pelo Senador Fabiano Contarato. É altamente meritória, mais ainda neste momento de profundo ataque ao meio ambiente, mais ainda neste momento em que é tão difícil tratar de preservação no Brasil.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, parabéns a todos os envolvidos. Desde aquele começo, 35 Senadores subscreveram. Todos os partidos, praticamente, da Casa abraçaram essa causa. E é, mais uma vez, mais um ponto: o Senado da República mostrando caminhos para o Brasil.

Então, parabéns a todos, especialmente ao colega Fabiano.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. *Fora do microfone*.) – Pois não.

O SR. CARLOS VIANA (PSD - MG) – Uma complementação aqui, se me permitir também, ao Senador Alessandro. Meu agradecimento ao Senador Alessandro e ao Senador Confúcio pelo relatório que fiz com muito prazer. Aceitei essa missão pela satisfação que tenho e pelo tema, que me é muito caro.

Eu quero aqui dar um exemplo de que, quando um país está decidido a fazer uma política de equilíbrio, de desenvolvimento e meio ambiente, ele encontra saídas. V. Exa. esteve na China recentemente. Xangai, que é uma das cidades mais antigas, inclusive, da civilização oriental, era uma cidade em que 70% da população sofria de hepatite, porque as águas do Rio Huang Ho, que é o Rio Amarelo, eram usadas para cozinhar, para beber, para lavar e para tudo, inclusive para esgoto. O Governo da China, a partir dos anos 60, fez um gigantesco programa de despoluição do Rio Huang Ho. Hoje o rio é um dos de águas mais limpas da China. Eles têm um cuidado tão grande que, em todos os navios que circulam por lá – que é um rio muito grande, como os da Amazônia, que corta boa parte do território chinês até Xangai –, os barcos da polícia... Existe uma polícia especializada e com a função de única e exclusivamente não deixar poluir o rio.

Então, qualquer um que, inadvertidamente, atire ao rio qualquer que seja o material – uma lata, alguma coisa –, as câmeras e o Governo imediatamente... Muito menos sujar o rio de óleo, com vazamento, como, muitas vezes, nós temos, na Baía de Guanabara, na Baía de Todos-os-Santos, porque há uma decisão que o país tomou: "Nós vamos nos desenvolver, mas vamos nos desenvolver com uma política de meio ambiente que será cumprida à risca".

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Senador Carlos Viana.

Só quero, também, complementando, a partir de sua última intervenção, falar sobre a visita que eu fiz à China, que eu sei que tem problemas ambientais sérios. Há uma caminhada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

longa para ser feita, até porque, com uma população de 1,4 bilhão, se você não cuidar, destrói mesmo. Mas, por exemplo, na cidade de Shenzhen, que, há 40 anos, era uma aldeia de pescadores, em frente a Hong Kong, pelo desenvolvimento da tecnologia, todos os ônibus urbanos – todos, em uma cidade que tem 15 milhões de habitantes, a população da Bahia – não são híbridos; são totalmente elétricos, à bateria. Todos os táxis da cidade são elétricos, porque eles chegaram ao ponto de desenvolver uma bateria que tem autonomia de mil quilômetros. Então, por determinação, todos são elétricos.

Então, eu concordo com V. Exa.: é uma determinação não de governo, mas da própria nação, do seu povo. Às vezes a gente fica envergonhado. Eu, por exemplo, moro em Salvador, e o rio que corta a cidade não é mais um rio; é um esgoto. Você vai ao Rio Sena, é um rio. Você vai a Moscou, no rio que corta a cidade, as pessoas vão pescar. Então, é uma decisão que parte da conscientização, realmente e evidentemente, com o apoio e a iniciativa do Poder Público.

Então, eu quero dizer, complementando, antes de colocar em votação, que eu acho admirável. Tenho o maior prazer em ser Vice-Presidente desta Comissão. Não conhecia o querido Senador, talentoso Senador Contarato, que está na Alemanha, em missão oficial. É um ser humano que eu acho que é um ponto fora da curva em termos de sensibilidade para os temas que tocam o ser humano e o meio ambiente. Como ele gosta de dizer: "Não é para nós; é para as vidas que virão. Senão, nós não deixaremos vidas existirem no Planeta".

Então, eu acho muito importante que a gente trave esse debate. A ideia dele é fantástica. A gente se emociona com – eu vou chamar assim, positivamente – a obsessão dele de ir atrás. Às vezes, ele se aborrece aqui, quando não percebe a participação dos colegas, porque também a Casa funciona de um jeito doido. A gente fica saltitando de comissão em comissão, todas importantes, mas é bonito ver, da parte dele, como ele é. E eu disse a ele: com a aprovação do Junho Verde, veja que a sua semente plantada já começa a dar frutos. E, realmente, durante este mês, o Junho Verde é o motivo do uso na lapela disto que eu pedi até para o pessoal do gabinete do Senador Contarato distribuir para vocês que estão na reunião, esse é o símbolo que ele criou, do Junho Verde, e eu o acho fantástico.

Nós temos duas PECs para serem aprovadas, já prontas para irem para o Plenário do Congresso, uma delas de autoria do ex-Senador Jorge Viana, de que me coube ser o Relator, que é a PEC da água. Ela é uma declaratória, mas eu acho que tudo começa com uma declaração de que é um direito fundamental dos seres humanos a água saudável para a vida. Assim como a PEC do meio ambiente, que insere o meio ambiente como um direito também de cidadania, ambas estão prontas. Eu espero que durante o Junho Verde a gente possa colocá-las em votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por fim, de novo naquilo que o Senador Carlos Viana chamou à tona, ali, do seu avô, de o ouvir, eu aprendi o que o Senador Confúcio falou dos indígenas que hoje lutavam. Como a Bahia é, evidente, a terra fundadora da nossa nacionalidade, que tem muitas tribos indígenas, muitos quilombolas, sempre tive uma relação excepcional com eles. Certa feita, quando fui assinar um acordo com as tribos indígenas, a partir de uma longa negociação, eu perguntei: e aí, cacique, está satisfeito? Ele disse: "Eu estou, porque nós aprendemos que a democracia é um bicho de três pernas". Eu achei que era uma brincadeira dele, fiquei meio assim – eram vários em uma mesa de negociação. E falei: cacique, não entendi. Ele disse: "O senhor já viu algum bicho de três pernas andar? Só anda empurrado. Assim é a democracia: ou a gente empurra, ou ela não anda. Então, nós temos que comprar as nossas brigas e ir empurrando". É um aprendizado de novo, com a sabedoria indígena.

Então, coloco em votação o relatório do Senador Carlos Viana sobre o Projeto de Resolução nº 52.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão, favorável ao Projeto de Resolução nº 52.

A matéria vai à Comissão Diretora.

Finalmente, a segunda parte é audiência pública.

Dentro da programação Junho Verde, realizaremos a audiência pública objeto do Requerimento nº 19, de 2019, com o tema: Dia Mundial do Meio Ambiente: balanço da conservação dos biomas nacionais.

Informo que a reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do portal e-Cidadania, na internet, pelo www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-612211.

A Secretaria trará à Mesa algumas perguntas para enriquecer o debate.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no e-Cidadania, assim como as apresentações que forem feitas pelos expositores.

Informo que, nos termos da Instrução Normativa nº 9, a Secretaria solicitará a degravação da presente reunião, para que as notas taquigráficas sejam anexadas à respectiva ata, de modo a facilitar a análise em projetos e ações futuras sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na exposição inicial, cada orador usará a palavra por até 20 minutos e, antes de encerrarmos, poderá apresentar as suas considerações finais em 5 minutos. A palavra será concedida aos Senadores inscritos para fazerem suas perguntas ou comentários também com prazo de 5 minutos após as exposições iniciais.

Convido, então, para compor a Mesa a Sra. Marcia Hirota, Diretora Executiva da Fundação SOS Mata Atlântica. Convido também a Sra. Mariana Napolitano e Ferreira, Coordenadora do Programa de Ciências da WWF. Finalmente, o Sr. João Paulo Ribeiro Capobianco, biólogo, ambientalista e consultor.

Foram convidados, mas não puderam comparecer, os Srs. Antônio Nobre e Ronaldo Fernandes Pereira.

Dando início à nossa audiência pública, eu passo a palavra a Sra. Marcia Hirota. V. Sa. terá vinte minutos à sua disposição.

A SRA. MARCIA HIROTA – Boa tarde!

Quero agradecer, Senador, o convite desta Comissão de Meio Ambiente, numa data tão importante para todos nós. Quero dar-lhe os parabéns pela campanha Junho Verde. É muito bom ver o País atento às questões ambientais e aos nossos patrimônios.

Vou falar sobre a Mata Atlântica.

Sou Diretora da Fundação SOS Mata Atlântica, que é uma ONG que atua, há 33 anos, em defesa da Mata Atlântica.

A história da Mata Atlântica é a história de desenvolvimento do Brasil. Desde a época do descobrimento, os diferentes ciclos fizeram com que a Mata Atlântica fosse reduzida drasticamente. Nós temos hoje 12,4% da área original.

A Mata Atlântica é patrimônio nacional desde a Constituição Federal. Temos uma lei. É o único bioma que tem uma lei específica, aprovada neste Congresso em 2006.

Esse é o mapa da área de aplicação da lei da Mata Atlântica. É um conjunto de fisionomias, de florestas, de ecossistemas em 17 Estados brasileiros, sendo 14 na região costeira. Mais de 72% da população brasileira vivem nessa região. São 145 milhões de pessoas que são beneficiadas pelos recursos naturais da floresta e também pelos serviços ambientais. E nós temos 3.429 Municípios, sendo 2.481 integralmente inseridos nesse bioma.

Hoje nós temos um cenário de 12,4% de áreas de florestas nativas acima de 13 hectares. Esse é um trabalho que vem sendo conduzido pela SOS Mata Atlântica e pelo Inpe desde

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

1991, avaliando as áreas de desflorestamento, inicialmente, de cinco em cinco anos, a partir de 1985, e, mais recentemente, esse levantamento tem sido anual.

Nós temos a execução técnica da ArcPlan e o patrocínio do Bradesco Cartões para realizar esse trabalho. O João Paulo Capobianco, que está na mesa também, liderou esse projeto durante o período em que esteve na SOS Mata Atlântica.

Nós temos um quadro de queda bastante acentuada nos últimos períodos. Inicialmente, uma média de mais de cem mil hectares de desflorestamento e, atualmente, nós tivemos 11.339 hectares verificados nesse último período. Nós lançamos no dia 23 de maio, no mês da Mata Atlântica – porque o dia 27 de maio é o Dia Nacional da Mata Atlântica.

no mês da Mata Atlântica, porque o dia 27 de maio é o Dia Nacional da Mata Atlântica. Então, nós divulgamos os dados do último período, entre 2017 e 2018, e nós tivemos uma queda de 9,3% de desflorestamento comparado com o período anterior, de 2016 e 2017.

É bem interessante falar a respeito disso porque nós temos um cenário. A gestão anterior iniciou com um cenário de sete Estados no nível do desmatamento zero. Ou seja, houve cerca de 100 hectares, o que corresponde a 1km² de desflorestamento no ano, e, ao encerrar a gestão – só voltar um pouquinho –, nós temos um cenário de nove Estados no nível do desmatamento zero.

Por outro lado, nós temos Estados bastante críticos ainda. São cinco Estados onde nós alertamos sobre a situação que nós identificamos nesse último ano. Minas Gerais, principalmente na região do Vale do Jequitinhonha, nos limites do Cerrado, onde ainda ocorrem várias áreas com supressão de vegetação nativa, foi o campeão de desmatamento nesse último período. No Piauí, nós temos encraves de Mata Atlântica no Estado, próximos à capital e no sudoeste do Estado também, nós também observamos uma região onde, já há alguns anos, estamos acompanhando a supressão de florestas naturais. O Paraná é o terceiro alerta, especialmente na região centro-sul do Estado, na região das araucárias, onde ainda encontramos também várias áreas de desmatamento nessa região. Na Bahia, embora parte do Estado nós não tenhamos conseguido avaliar por conta da cobertura de nuvens, nós tivemos também uma alteração, especialmente na região sul do Estado. E em Santa Catarina, que é o último Estado, nós também observamos vários trechos.

Esses dados estão todos disponíveis. Nós temos um servidor de mapas que qualquer pessoa pode acessar, pode ter acesso às áreas onde nós encontramos os desmatamentos, tanto a partir do *site* do SOS Mata Atlântica quanto do Inpe. Nós também disponibilizamos os dados municipais no aplicativo aquitemmata.org.br, em que nós compartilhamos também todas as informações em nível municipal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A boa notícia que nós divulgamos nesse último levantamento foi a presença de nove Estados no nível do desmatamento zero. Estão eles aqui. Estados importantes como São Paulo, Rio de Janeiro, Estados menores no Nordeste, onde nós temos parte do território abrangido pela Mata Atlântica, e temos ainda mais três Estados que estão próximos desse índice. Hoje nós temos 12,4% da área original da Mata Atlântica. É importante reforçar que grande parte está em regiões de relevo acidentado, é um corredor...

O próximo.

No corredor, na Região Sudeste do Brasil, onde nós temos os maiores remanescentes florestais contínuos da Mata Atlântica do País – toda a região da Serra do Mar, região de encosta, de relevo acidentado –, mas, se formos olhar nas regiões mais interioranas e no extremo oeste, nós vamos ver que são pouquíssimas as áreas que ainda se encontram preservadas.

Quero chamar a atenção para o Parque Nacional do Iguaçu, no extremo oeste, na divisa da Argentina com o Paraguai. Chamo a atenção também para o extremo oeste de São Paulo, onde nós temos um parque estadual, mas, à exceção dessas áreas que não estão protegidas, nós temos esse cenário de baixa cobertura florestal nativa, inclusive de Área de Preservação Permanente.

Bom, vou falar um pouquinho da importância. Como eu disse, 72% da população brasileira vive nessa região, onde nós temos a presença de rica biodiversidade: são sete bacias hidrográficas, das nove existentes, protegendo os mananciais e todo o fluxo hídrico, ajudando a regular o clima, protegendo os patrimônios culturais e as comunidades tradicionais presentes em várias regiões da Mata Atlântica, as encostas e garantindo a fertilidade do solo, fontes de alimentos e remédios, e também a nossa qualidade de vida, a nossa saúde e bem-estar.

Nós temos a presença de uma variedade imensa de espécies, mas muitas delas endêmicas e muitas delas ameaçadas de extinção. Nós temos sete das nove bacias hidrográficas. Então, a presença da água está intimamente relacionada com a floresta, com as Áreas de Preservação Permanente, para que garantamos água em quantidade e qualidade para o nosso consumo e também para as atividades e para o desenvolvimento do Brasil. Nós temos uma região com baixa vegetação nativa, especialmente aqui na região do Sistema Cantareira, que abastece 70% da população da região metropolitana de São Paulo. Então, esse é o contexto da preservação da Mata Atlântica quando está associada diretamente aos serviços ambientais e aos benefícios para a sociedade.

Nós atuamos em quatro causas: na restauração da floresta; na valorização de parques e reservas; por água limpa e pela proteção do mar, e, dentro dessas causas, nós lutamos, junto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

com os nossos parceiros, pelo aumento da cobertura florestal nativa e, em cumprimento ao Acordo de Paris, também, na restauração florestal, uma agenda de País; na valorização de parques e reservas, por meio de fundos voltados para as Unidades de Conservação da Mata Atlântica e marinhas, fortalecendo essa agenda dos parques e reservas e incluindo as Reservas Particulares do Patrimônio Natural, as RPPNs. Nós já apoiamos mais de 500 reservas particulares e nós vimos lutando pelo fortalecimento do Snuc e também, ao mesmo tempo, para que o desenvolvimento aconteça aliado à conservação, por meio do turismo, já que o País tem um potencial ambiental e social enormes para receber e se desenvolver, incluindo as comunidades locais.

Nós atuamos também pela proteção da água limpa por meio do monitoramento da qualidade da água dos rios e da Mata Atlântica. São mais de 3,5 mil voluntários, no Brasil e aqui no Distrito Federal, fazendo esse monitoramento sistematicamente, e também pela proteção do mar. Nós lutamos para que o País tenha também um projeto de lei, assim como na Mata Atlântica, para que ele seja um indutor de preservação, de proteção e de definição dos usos dos ambientes marinhos.

Nós atuamos em parceria com políticas públicas. Aqui no Congresso, nós apoiamos a Frente Parlamentar Ambientalista e a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento. Eu quero dizer que para nós é muito importante que aqui no Senado também nós tenhamos essa aliança, essa parceria e essa troca para que o País tenha a cada vez mais uma legislação ambiental robusta. E que possamos, juntos, fazer com que essas leis sejam cada vez mais respeitadas e cumpridas.

Aqui estão os meus contatos. Também deixo os dados do Inpe e da Arquiplan, que são os nossos parceiros no monitoramento da Mata Atlântica.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Sra. Marcia Hirota, pela sua contribuição.

Passo a palavra agora à Sra. Mariana Napolitano e Ferreira, do WWF.

A SRA. MARIANA NAPOLITANO E FERREIRA – Obrigada, Senador.

Eu queria novamente agradecer o convite. Assim como a Marcia, acho que é um debate extremamente importante neste dia. Na verdade, existem algumas reuniões e audiências importantes durante esta semana. É muito importante a gente marcar esta data.

Fiquei responsável por falar um pouco do Cerrado. Na verdade, o WWF-Brasil é uma ONG que atua no Brasil desde 1996. A gente atua na Amazônia, no Cerrado, no Pantanal, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mata Atlântica e na Zona Costeira e Marinha, com a missão de apoiar e promover o desenvolvimento pautado por uma justiça social e ambiental.

Eu vou falar um pouquinho do Cerrado.

Então, o Cerrado é o segundo bioma brasileiro em extensão. Nós estamos no Cerrado, e ele ocupa 25% do território do Brasil, com mais de 200 milhões de hectares, cobrindo cerca de 11 Estados brasileiros. É um bioma que, inicialmente, quando a gente olha, não tem essa sensação, mas é a savana mais rica do mundo em termos de biodiversidade. São milhares de espécies de répteis, mamíferos, insetos, anfíbios que cobrem mais ou menos 1/3 da biodiversidade do País e 5% da biodiversidade de todo o Planeta.

Existe uma série de espécies que só ocorre no Cerrado, não ocorre em lugar nenhum. Essa é uma característica do Cerrado: é um bioma com altos níveis de endemismo, como a gente chama.

E ele tem um mosaico de vegetação, desde matas a veredas, a campos abertos e matas de galeria. Com espécies bastante icônicas, algumas delas estão aí, como o tamanduá-bandeira, a onça-pintada – que não ocorre somente no Cerrado, mas também ocorre no Cerrado –, o lobo-guará, a anta e o tatu-canastra.

Além da sua importância para a biodiversidade, o Cerrado é considerado também como o berço das águas do Brasil.

Ele abriga a nascente de oito das doze bacias hidrográficas brasileiras. Então, o Cerrado, de alguma forma, tem uma ligação profunda com água, tanto na Amazônia quanto no Sudeste. Quarenta por cento da água doce do Brasil é proveniente do Cerrado e a água, inclusive, necessária e importante para a produção agropecuária do Brasil, nasce no Cerrado.

Além disso, apesar de o Cerrado ser um bioma predominantemente aberto, como a gente chama, com muitas formações de campo, o Cerrado é considerado uma floresta invertida. Grande parte da sua biomassa está nos solos, por meio das raízes... Então ele tem um estoque de carbono bastante significante, e a conversão da vegetação nativa do Cerrado é uma fonte importante de emissões brasileiras dos gases do efeito estufa.

Também é um bioma com uma riqueza social alta, com muitas comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas, com um agroextrativismo riquíssimo, com diversas comunidades nos diferentes locais, fazendo geleia, artesanato, produtos da floresta, que convivem e mantém o Cerrado em pé. Mas é um bioma extremamente ameaçado. A gente trabalha aí com taxas anuais de desmatamento que vão entre 700, 600 a 1 milhão de hectares por ano. Metade da vegetação original do Cerrado já foi convertida. O que restou encontra-se dentro das áreas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

protegidas, mas também extremamente fragmentado. Então a gente não tem 50% da vegetação do Cerrado num grau de preservação que a gente possa dormir tranquilo; de forma alguma.

Somente 8% do cerrado encontram-se em unidades de conservação, e muitas dessas unidades de conservação são áreas de proteção ambiental onde a gente tem bastante atividade econômica. A gente está dentro de uma APA aqui em Brasília. Então, onde a gente tem realmente o privilégio da conservação é em 3% do Cerrado quem ficam em UCs (Unidades de Conservação de Proteção Integral). É uma área muito pequena quando a gente olha o tamanho do bioma, por isso uma em cada quatro espécies ameaçadas do Brasil está no Cerrado.

O Cerrado é um bioma extremamente importante para a produção e para a economia do País, com mais da metade da produção de soja e 40% do rebanho brasileiro.

Aqui é um gráfico um pouquinho mais complicado, mas que acho que vale a pena a gente explorar. É um estudo da Agrosatélite de 2014, que mostra como se esse grande quadrado aí fosse toda a área do Cerrado, os 200 milhões de hectares.

A área em branco e a área em amarelo são áreas inadequadas à produção, seja por uma questão de relevo ou inadequação do solo, mas ainda sobram todas essas áreas em verde que são adequadas à produção com diferentes graus de capacidade para a produção agrícola.

O que a gente vê é que a parte produtiva já ocupa – isso em 2014, já aumentou bastante – cerca de 17 milhões de hectares do Cerrado. E a gente tem áreas já degradadas, que já foram ocupadas por pastagens e muitas vezes estão abandonadas em 33 milhões de hectares no Cerrado. Então, quase o dobro da área hoje produtiva já é área degradada, onde a gente pode expandir, sim, a produção no bioma.

E sobram aí 22 milhões de hectares de vegetação nativa. Por que isso é importante? Porque mostra que a gente consegue aumentar muito a proteção do bioma nas áreas nativas e aumentar muito a produção. Então, existe um estudo que inclusive saiu na *Nature*, em 2017, do Strassburger e outros, que diz que você consegue atender toda a demanda de *commodities,* de soja e de carne, até 2050, a demanda global, que é feita a partir do Cerrado, sem derrubar mais um hectare de Cerrado, apenas orientando onde a produção deve ser feita.

Então, o aumento da produtividade das pastagens e o direcionamento da expansão da soja para áreas degradadas pode garantir a produção de produtos agrícolas e carne para atender a demanda global até 2050. Acho que essa é a principal mensagem.

O Cerrado é um bioma que hoje tem conexão com o mundo. A maioria das coisas que são produzidas no Cerrado não ficam no Brasil, elas são exportadas. Aí está mais ou menos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para onde sai a soja do Cerrado, para que tipo de exportação ela vai e onde ela vai parar, não é? China, Brasil, Europa e outros.

Então é muito importante que o Brasil acompanhe o mundo nesse olhar de produção sustentável. E isso dá para fazer. Como? Abrindo espaço para a produção. Então, olhando onde produzir nas áreas degradadas e aumentando um pouco a efetividade das áreas de pastagem, melhorando o planejamento do uso da terra: a gente sabendo onde produzir, onde conservar, onde é que está o potencial de cada região, de cada pedacinho do Cerrado, aumentando, sim, a proteção. É necessária a criação de mais áreas protegidas no Cerrado. E criando incentivos para a restauração, para a proteção em propriedades privadas, para a implementação do Código Florestal. Esse é o caminho, o cenário sustentável para o Cerrado.

E aí eu trago três temas que são bastante caros à conservação da biodiversidade brasileira e que se aplicam não só ao Cerrado, mas também a outros biomas, e que, com certeza, em algum momento devem ser discutidos por esta Casa; a gente precisa olhar com bastante cuidado. Um é o Código Florestal, outro é o conjunto de áreas protegidas brasileiras e outro é a biodiversidade.

Existem retrocessos bastante significativos em relação a áreas protegidas no Brasil. Mais de 10 milhões de hectares de unidades de conservação já foram descriados no País. Em relação às espécies, existem projetos de lei que defendem a liberação da caça no País, sendo que uma pesquisa já mostrou que mais de 90% da sociedade brasileira é contra essa liberação. E existe uma ameaça bastante recente em relação ao Código Florestal.

Esses são avanços extremamente importantes da sociedade brasileira que não podem passar desapercebidos aqui neste debate, nesta discussão.

Por fim, eu termino com um videozinho do Cerrado bem curto, só para a gente lembrar onde a gente está, em cima do que Brasília foi construída.

(*Procede-se à exibição de vídeo.*) (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Mariana. Parabéns!

Mate uma curiosidade: no finalzinho do filme, aquelas montanhas que têm uma porção de luzinhas são...

A SRA. MARIANA NAPOLITANO E FERREIRA – Sãos os cupinzeiros luminosos do Parque Nacional das Emas. São larvas bioluminescentes dentro dos cupins. Elas ocorrem uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

semana só por ano, logo antes da época da chuva. Você tem que estar lá no momento certo para ver os cupinzeiros luminosos. Vale a pena conhecer!

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É mais bonito do que o LED. (*Risos.*)

A SRA. MARIANA NAPOLITANO E FERREIRA – Não é LED. É o LED natural.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu pensei que fosse alguma criação, é óbvio. Mas é fantástico realmente. Muito bonito.

Muito obrigado.

Eu passo agora a palavra ao Capobianco – vou chamá-lo assim, que é como eu o conheço.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Boa tarde a todos!

Senhoras e senhores, é um prazer muito grande estar aqui, nesta Casa, mais uma vez.

Eu lamento que a gente não tenha deixado esse vídeo para o final, porque a gente deveria sair daqui com essas imagens.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mas podemos reproduzir no final, não tem problema.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Eu acho que deveria reproduzir, porque vou falar aqui de uns números tão desagradáveis e a gente deveria sair para cima. Esse vídeo põe a gente para cima. É muito bonito lembrar pelo que a gente está lutando. Isso é muito importante sempre. Acho que o Brasil tem essa coisa espetacular e a gente sempre precisa ver para lembrar do que nós estamos falando.

Bom, basicamente, a minha fala não vai ser sobre um bioma específico. A ideia é fazer uma apresentação rápida sobre a situação dos biomas em geral.

A primeira questão é o que são os biomas brasileiros. Nós temos seis biomas, que nós chamamos de biomas continentais, os biomas que compõem a área terrestre brasileira e, depois, temos uma extensa área costeira e marinha, que chamamos de Amazônia Azul, que tem também uma enorme biodiversidade. Então, nós temos, na verdade, sete conjuntos de espaços territoriais. Só que, quando você olha os biomas brasileiros e toda a história recente envolvendo a conservação no Brasil, poderia dizer uma coisa que pode soar estranho nesse ambiente eu falar isso, mas, de certa forma, a Amazônia polui o debate sobre os biomas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros. Por quê? Porque ela monopoliza a atenção. Ha anos que a Amazônia monopoliza a atenção dos brasileiros e dos estrangeiros.

Então, quando você olha o Brasil, a primeira visão é a de que, na verdade, nós não temos só a Amazônia; nós temos seis biomas. E a grande vantagem, a grande característica disso é a de que o Brasil, por ser um País de dimensão continental, possui latitudes e longitudes muito amplas, altitudes também muito variadas, climas muito diferenciados, solos de formação muito diferenciada. O Brasil é um mosaico de ambientes. O Brasil não é isto daqui. O Brasil é mais para isto aqui: ecorregiões. São mais de 70 ecorregiões. Mas mais do que ecorregiões, o Brasil está mais para isto aqui, que não dá nem para ver direito, mas que é o mapa das chamadas fitofisionomias do Brasil, elaborado pelo IBGE e pelo RadamBrasil na década de 70, e vem sendo aprimorado.

De longe não dá para ver nada, mas quando a gente aproxima um pouco, a gente vai vendo como o Brasil é extremamente diversificado. Então, no mesmo Estado, vou pegar o Estado da Bahia, o glorioso Estado da Bahia aqui, de dimensão continental também, há uma infinidade de ambientes. E foi essa diversidade de ambientes que permitiu que o Brasil se tornasse o País com a maior biodiversidade do mundo, pela sua diversidade de ambientes e pela sua localização numa região tropical.

Nós temos 116.839 espécies de animais descritas. É sempre bom frisar o "descritas" porque nós ainda temos muito inventário para fazer e temos descoberto novas espécies anualmente, praticamente, no Brasil, então esse número vem crescendo anualmente. Nós temos registradas, descritas, 46.355 espécies, mais que qualquer outro país, mesmo aqueles que concorrem conosco de perto, como o Peru, que também tem uma enorme diversidade. Então, o Brasil é o País da maior biodiversidade.

Muito bem. Nós temos um ambiente de um conjunto de diferentes biomas, diferentes fitofisionomias e uma enorme biodiversidade a ela associada. E o que está acontecendo com os biomas brasileiros?

Esse é um gráfico da Amazônia. Esses dados aqui mostram, basicamente, nesse primeiro grupo aqui, até 1997, o desmatamento que ocorreu até o Inpe iniciar o monitoramento, porque até então não havia monitoramento por satélite; aliás, o satélite Landsat nem produzia imagens ainda, não havia monitoramento. Mas a partir da área total do bioma e o que se encontrou de floresta em 1988, quando o Inpe começou o monitoramento, sabe-se que nós desmatamos 360.307km² da Amazônia no intervalo de 20 anos, entre 1967 e 1987. Esse foi o grande impacto no momento da colonização forçada da Amazônia com a abertura de estradas e colonização promovida durante o regime militar. A partir daí, nós tivemos essa variação. Observem que é uma verdadeira montanha-russa. Nós temos queda no início dos anos 90;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

depois tivemos uma grande subida até 1995, com recorde histórico; depois uma queda; assim vai subindo até que atingimos, em 1994 – pena que eu não tenho o *laser* para mostrar aqui –, o segundo pico; e aí tivemos uma queda constante do desmatamento. Foi a primeira vez que na Amazônia nós obtivemos uma queda constante de longo prazo, oito anos de queda, com um ano apenas com aumento, mas depois retornando para queda. A partir de 2012, voltou a haver uma variação, os números estão crescendo e os dados mais recentes mostram que, infeliz e aparentemente, o desmatamento saiu de controle na Amazônia.

Essa é a Amazônia. Porém o problema não é só a Amazônia. Com tudo isso que aconteceu na Amazônia, restam ainda da Amazônia cerca de 80% do bioma. Então, é um desmatamento avassalador, porque a dimensão da Amazônia é enorme, os números são muito grandes, mas ainda restam cerca de 80% do bioma.

Nos outros biomas, a situação é muito mais dramática.

Esses são os dados do IBGE, de 2012/2013, antigos, mas é o dado global mais recente que nós temos. Perdemos 85,5% da Mata Atlântica, segundo o IBGE; 54,2% do Pampa – aliás, saiu agora um número novo que reafirma esse número de 54% –; 49% do Cerrado; 46,6% da Caatinga; e 15,4% do Pantanal. Ou seja, todos os nossos biomas estão severamente degradados. E quando nós falamos, então, que a Amazônia desmata mais, que a Amazônia é o grande desmatamento, não.

Este gráfico procura mostrar, usando outro dado do MapBiomas – o MapBiomas é uma iniciativa de mapeamento dos biomas brasileiros desenvolvido por um *pool* de organizações da sociedade civil, universidades, centros de pesquisa e órgãos de governo, é um grande esforço coletivo, um mapeamento novo que está sendo lançado agora, há dois anos, e vem sendo incrementado... Se você olhar o desmatamento acumulado a cada quinquênio, pegando 1985-1990; 1990-1995; 1995-2000, você vai verificar que o Cerrado atinge um nível de desmatamento extremamente alto e a Caatinga também, em alguns momentos – 1985-1990, por exemplo, atinge valores muito altos.

Na verdade, o volume de desmatamento da Amazônia impressiona, mas o dos demais biomas também é muito impressionante em quilômetros quadrados, e o mais impressionante é em relação à área do bioma. Olha só: a Caatinga, em relação à sua área, foi a mais desmatada no período 1985-1990, disparado, acima de todos. No período seguinte, 1990-1995, o Cerrado explodiu muito mais que a Amazônia. Em 1995-2000, próximo da Amazônia; em 2000-2005, igual à Amazônia. Por isso que eu digo que a Amazônia polui esse debate, porque a gente fica achando que a Amazônia é que desmata e que no resto não acontece nada, mas, na verdade, proporcionalmente, os outros biomas têm desmatamentos tão significativos quanto ou até maiores do que a Amazônia em determinados momentos, quando você compara com a área do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

próprio bioma, e não em relação ao número absoluto, porque realmente a Amazônia dá de dez a zero porque é maior do que todos eles juntos.

Qual é a principal iniciativa, considerada de maior sucesso, adotada no mundo inteiro, referenciada por todos os pesquisadores ao longo da história? Qual é a melhor estratégia para proteção dos biomas e da biodiversidade a eles associada? A criação de unidades de conservação. Não existe outra, não há na literatura científica nenhuma outra estratégia comparável à criação de unidades de conservação. Tanto é verdade que, a partir da década de 60, o mundo inteiro adotou a criação de unidades de conservação como a melhor, a maior e mais importante estratégia de conservação.

Olhem só os números: nós tivemos, da década de 60 até 2014, um crescimento vertiginoso de unidades de conservação no mundo inteiro. Nós saímos de pouco mais de 2 milhões de quilômetros quadrados para 34 milhões de quilômetros quadrados no mundo todo transformados em áreas protegidas. Aumentamos de cerca de 20 mil para quase 235 mil unidades de conservação no mundo todo. Então, a estratégia de criação de unidades de conservação é vital para a proteção dos biomas e da biodiversidade associada a esses biomas.

Muito bem. Como é que nós estamos no Brasil em relação a isso?

Este é o gráfico de como evoluiu a criação de unidade de conservação no Brasil. Observem que ele também acompanha a tendência mundial. Observem que, até a década de 60, eram poucas unidades, a criação anual era relativamente baixa. A partir da década 70, começa a subir. Tivemos um pico entre 1975 e 1980. Depois, tivemos uma queda e um grande pico no Governo Fernando Henrique. Nós tivemos ali a criação de 138 mil quilômetros quadrados... Ah, desculpem-me, pois 138 mil foram somando as épocas de Sarney, Collor e Itamar. Depois, no Governo Fernando Henrique, isso aumentou para 161 mil; no Governo Lula, foi para 247 mil de criação; depois, caiu vertiginosamente. Tivemos agora, no Governo Temer, uma criação muito grande de áreas de proteção ambiental, como vou comentar à frente.

O que eu quero mostrar aqui é o seguinte: o Brasil também adotou a criação de unidades de conservação como estratégia importante. Graças a essa decisão, nós tivemos, com variações, com governos menos atuantes do que outros, um crescimento importante nas unidades de conservação no Brasil. Só que nós estamos muito aquém do necessário. Com todo o esforço feito até agora... Essa é uma situação importante de se ter em conta quando você analisa os biomas separadamente. Repito: esses números que vivem na internet – há até um pesquisador da Embrapa famoso que adora falar na internet, fazer filminho dizendo que nós temos mais de 900 mil quilômetros quadrados de unidades de conservação, que o Brasil é o País que mais conserva... Gente, isso é *fake news*! Eu não estou com o guarda-chuva do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro aqui, mas eu poderia usar o guarda-chuva do Ministro! É *fake news*! Por que é *fake news*? Porque nós temos que olhar do ponto de vista do que se pretende preservar. O Território brasileiro é muito diverso. Se eu não tiver a proteção disseminada pelo Território, eu não vou proteger a diversidade do Território.

Olhem só, a Amazônia, de fato, é de longe a que possui a maior área conservada. Olhando na primeira linha, no final, eu tenho 23,7% do bioma conservado. Eu estou considerando aqui exclusivamente as unidades de conservação de domínio público, ou seja, foram excluídos desse cálculo as áreas de proteção ambiental e as RPPNs (Reservas Particulares do Patrimônio Natural). Por que foram excluídas as APAs? Por que eu excluí as APAs? Porque as APAs poluem o debate. Assim como a Amazônia polui o debate, as APAs também poluem o debate. Por quê? Porque não são áreas de propriedade típica do Governo, são áreas de produção, como foi bem dito aqui. Brasília é uma APA. Desculpem-me, mas dizer que Brasília preserva a biodiversidade... Só se for dos nossos Parlamentares, dos nossos cidadãos. Aliás, preserva bem, porque é um lugar de muito boa qualidade, mas ela não é um local de preservação da diversidade biológica.

Nós temos ali 23,7%. O que é esse número? Esse número é que a área do bioma, que está na primeira coluna, está protegida como unidade de conservação, fora APA e RPPN. Este número, 23,7%, é significativo? É um número significativo. E por que ele é significativo? Porque a CDB (Convenção sobre Diversidade Biológica) definiu que você deveria ter 10% de cada bioma protegido. Então, de 23% contra 10%, tem um saldo de 576 mil quilômetros a mais – digamos assim – do que a própria CDB sugere. Mas quando nós olhamos os outros biomas, a situação é dramática. A Caatinga tem 1,9%. Portanto, nós teríamos que criar, na Caatinga, com projeto de lei do Senado, espero, 66,9 mil quilômetros quadrados para chegar aos 10%, que é o mínimo que a CDB prevê. No caso do Cerrado, nós teríamos que criar 118 mil quilômetros quadrados; Mata Atlântica, mais 80 mil quilômetros quadrados; Pampa, 16 mil; e Pantanal, 10 mil. Ou seja, nós precisamos criar 262 mil quilômetros quadrados de unidades de conservação no Brasil, espalhadas no Território nacional, fora da Amazônia, para que a gente possa atingir as metas da CDB, um compromisso assumido pelo Governo brasileiro.

Quando eu olho, agora, um outro dado... Porque alguém poderia dizer o seguinte: "Não, você pegou a área do bioma inicial, só que o bioma já não tem mais aquela área, já foi desmatado". Vamos comparar com a área que sobrou dos biomas atualmente. Então, este aqui é um dado que mostra isso. Nós temos biomas e a vegetação nativa constatada em 2017 pelo MapBiomas. Observem: mesmo assim, todos os biomas – todos, com exceção da Amazônia – estão abaixo do mínimo necessário de conservação. Pampa é estouradamente o mais desprotegido, e o mais perto de atingir os 10% seria a Mata Atlântica, que tem 8,25% protegido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

do que restou da Mata Atlântica. Então, nós estamos falando aqui de uma necessidade urgente de ampliar as unidades de conservação.

Eu vou já finalizar, por causa do meu tempo.

O que significa isso? O que significa esse avanço da degradação dos biomas, o que significa a destruição que nós estamos verificando, ocorrendo hoje, em tempo real? Continua ocorrendo. São essas listas aqui. Nós temos – atualizado em 2014 – 1.173 espécies ameaçadas de extinção da fauna, e temos 2.113 ameaçadas de extinção da flora brasileira. Ou seja, nós temos um volume enorme, de 3.300 espécies ameaçadas, em um País que deveria ter, pelas suas características e condições, uma estratégia absolutamente decisiva para evitar que isso se concretize e se consolide, que essas espécies de fato se extingam. Olhando novamente os biomas, nós vamos ver o quê? Exatamente o que nós víamos antes. O Cerrado, apesar de ser menos famoso do que a Amazônia, tem mais espécies ameaçadas do que a Amazônia. A Mata Atlântica tem mais do que todos eles, sendo que, em termos de espécies endêmicas da Mata Atlântica, ou seja, aquelas espécies que, se sumirem da Mata Atlântica, sumirão do Planeta, porque só existem na Mata Atlântica, nós temos um volume recorde de espécies endêmicas ameaçadas.

Essa era a questão que eu queria colocar. Nós estamos assistindo aqui, caro Senador Jaques Wagner, a algo que nos apavora, literalmente, que é justamente a questão das iniciativas declaradas – formalmente declaradas, oficialmente declaradas – de revisão de unidades de conservação, de cancelamento de novas unidades, de paralisação de todos os processos de criação de novas unidades de conservação, de intervenção branca no ICMBio, inviabilizando a sua atividade.

Isso está acontecendo. E isso significa um retrocesso inadmissível dentro de um quadro já extremamente preocupante.

Temos visto o ataque ao Fundo Amazônia. O Fundo Amazônia foi algo negociado no nosso Governo, quando estávamos lá trabalhando, algo de que eu participei ativamente, que a Marina liderou. Conseguimos convencer os países a...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – ... premiar o Brasil. Sempre que ele registra o desmatamento... O Brasil foi bem-sucedido. Ele recebeu 3 bilhões. E agora isso corre o risco de se perder. Nós corremos o risco de ter paralisia no Fundo Amazônia.

Eu acho que esta Casa tem um papel fundamental. Eu estou muito feliz de poder vir aqui apresentar esses dados para compartilhá-los com os senhores, na esperança de que se faça

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma frente a esses devaneios, a essas loucuras, que poderão, de fato, comprometer a política de conservação no Brasil, que já é tímida pela dimensão do País e que pode ser muito prejudicada com essas iniciativas que estão ocorrendo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Obrigado, Capobianco, pela sua exposição. Eu acho que ela é muito esclarecedora no sentido dos outros cinco biomas ou seis biomas, se considerarmos o bioma Atlântico. Na minha terra, nós temos quatro: o Atlântico, a Mata Atlântica, a Caatinga e o Cerrado. Somos privilegiados.

Eu acho que é importante o enfoque de que, proporcionalmente, outros biomas têm sido mais agredidos. É claro que, pelo volume e pelo conhecimento internacional da Amazônia, ela sempre ocupa o maior...

Eu queria só me somar à preocupação de vários que falaram aqui, inclusive Senadores que já não estão. E não tomem isso como desatenção, é porque o funcionamento da Casa, desde que eu era Deputado, ao invés de melhorar, piorou, uma vez que se concentra em dois dias a atividade, o que é algo irracional. Eu estou aqui e tenho que ficar sabendo o que está acontecendo no Congresso, no Plenário do Senado, há outra Comissão funcionando. Então, não é que as pessoas não queiram se aprofundar, mas é pela necessidade. Eu lembro que, de qualquer forma, todas as falas serão depois retransmitidas, disponibilizadas do ponto de vista da formação de opinião.

Eu tenho dito, não especificamente para política, mas principalmente também para áreas sensíveis como o meio ambiente, que o território de batalha tem mudado um pouco, assim como as ferramentas com as quais defendemos o nosso ponto de vista. Na última eleição brasileira, foi muito isso, e em outras eleições pelo mundo também, principalmente naquilo em que se resolveu estabelecer a dicotomia ou o pensamento binário, que é a forma mais pobre de debater qualquer tema, que é muito próprio dessa nova forma de comunicação: é sim ou não, é certo ou errado. Eu digo que eu não sei discutir assim. É fácil contrapor uma pessoa: você é a favor ou contra a fraude? Debaixo do a favor ou contra a fraude, há um mundo de porcarias enfiadas. Então, se escolhe: você é contra ou a favor da corrupção? Todo mundo é contra. Só que, debaixo desse guarda-chuva, se colocam barbaridades. E é o que está se fazendo neste momento no Brasil para a tristeza de todos nós. Mas, na verdade, a tristeza não pode ser prostração; eu acho que é uma perplexidade, como foi dito, que tem que ser vontade de batalhar, de ir para a rua.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Casa é amplamente mais conservadora do que... Eu não vou falar de esquerda e de direita, porque isso também está contaminado pela dicotomia e pelo pensamento binário. Eu prefiro falar em quem tem um pensamento socioambiental e quem tem o pensamento meramente negocial. Eu, aliás, quando era Governador, nas discussões sobre a questão de meio ambiente com entidades como as que vocês aqui representam, lá na Bahia, eu dizia muito que enxergo sempre dois grandes inimigos do meio ambiente – o ótimo sempre abraça o péssimo e condena o bom –, que é o fundamentalista da motosserra, que acha que tudo vale a pena, mal parodiando o poeta, se a grana não é pequena; e também o fundamentalista da contemplação, que não consegue admitir o manuseio correto e a combinação da sustentabilidade social com a sustentabilidade ambiental.

Eu nunca vou esquecer a minha primeira campanha como Deputado Federal na Bahia: eu dobrava com o candidato a Deputado Estadual Juca Ferreira – foi Ministro da Cultura, uma pessoa, que hoje está em Belo Horizonte, bastante conhecida – e, numa certa feita, andando pelo interior da Bahia, fazendo campanha, nós encontramos um lenhador cortando uma árvore. Evidentemente nós o abordamos e fomos conversar: nós somos fulano, beltrano; não lhe dói o coração, porque dói o nosso, você cortando essa árvore? Ele disse: "Olhe, doutor" – era bem simples a pessoa – "me dói, mas me dói mais ainda chegar em casa e não poder dar o leite dos guris". Então, a miséria também é predadora, assim como a usura dos que têm demais, porque acabam deixando sobrar muito pouco para os que têm de menos. E esse desequilíbrio no Brasil é acintoso.

Nós estamos vivendo um momento via, o que você falou, *fake news* de uma sandice que é difícil entender, quer dizer, o desconhecimento, a tentativa de negação das questões climáticas, que afligem a todos. Nós tivemos um painel aqui – com respeito – negacionista, que é algo que não fica muito comprovado, ou nada comprovado, por tudo aquilo que a gente ouve. Depois, tivemos um ao contrário, de pessoas apresentando... Mas nós temos que, inclusive, atualizar as nossas ferramentas de batalha, porque esse bichinho aqui é excelente para aproximar quem está longe e muitas vezes afastar quem está perto, porque a gente fica enfiado nele e não conversa com quem está do lado; mas também é uma chuva de coisa ruim que chega.

Então, eu estou chamando a atenção para isso, porque eu hoje – minha vida toda foi dedicada à militância política – tenho muito esta preocupação: como é que a revolução 4.0, a inteligência artificial, vai conviver com a democracia, com a inclusão; ou nós vamos chegar a picos de exclusão? Eu não sei se a democracia aguenta tanta exclusão. Hoje até o emprego do pessoal que era só entregador do iFood, daqui a pouco, nem isso vai ter, porque já estão entregando com *drone* – a depender do local, já estão entregando com *drone*. Então, a gente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gosta, porque é prático, mas, às vezes, não tem a dimensão do quanto o ser humano está sendo colocado de lado.

E qual o problema? Cada tecnologia dessa que chega é mais um bilionário que nasce, muitas vezes precarizando-se o mundo do trabalho, que vai decaindo. Então, quanta gente voltou a cortar lenha pelo empobrecimento, porque não tem mais dinheiro para comprar o gás? Eu estou falando isso porque, para mim, repito, não é prostração. Eu sou apaixonado pelo tema, apesar de que Governador tem que ser clínico geral, tem que saber de tudo um pouco e se cercar de quem sabe uma coisa tudo, para poder servir bem.

Então, eu quero – antes de passar às perguntas, ver se o Senador quer questionar; tenho algumas perguntas – dizer que para mim é estimulante, como têm sido estimulantes as outras palestras aqui. Já perdi um ponto de ignorância, pois aprendi esses LEDs naturais maravilhosos que você passou aqui, que não gasta nem a energia que o LED gasta. Pena que a gente não tem eles dentro de casa, para animar tudo!

Mas eu quero agradecer a contribuição de cada um e quero insistir: a presença, eventualmente, de poucos Senadores não é desinteresse; é a maluquice que é da Casa; e é a angústia do Contarato. Quando ele chega aqui, às vezes, nem pode ir à toalete, não tem alguém aqui para tomar lugar. Dito isso...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não, você eu sei! E você vale por três.

Não, eu tenho aqui... Como membro da Comissão de Relações Exteriores, eu fui designado observador eleitoral no Cazaquistão. Depois de 20 ou 30 anos, vai haver a primeira eleição com vários candidatos – até então era um candidato, que é um líder antigo, que permaneceu por 30 anos, renunciou. E aí me chamaram... Como na Bahia tem algo não muito querido por vocês, que é uma mineração do Cazaquistão, mas que está sendo tocada dentro daquilo que é padrão moderno, eu vou... Então, daqui a pouquinho, eu tenho que sair correndo para não perder o voo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Agora vou, primeiro, para o Rio; do Rio, eu vou para Frankfurt; e de Frankfurt, para o Cazaquistão. Deve dar umas 20 horas de viagem, 9 horas de fuso, para voltar segunda-feira. Eu saio hoje de noite, chego lá sexta de manhã e segunda volto. Não é... Mas são missões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria só registrar também a presença do Washington Rocha, Superintendente de Desenvolvimento Científico do Governo do Estado da Bahia, da Secretaria de Tecnologia do Estado, que está aqui conosco.

E queria perguntar se o nosso querido Senador quer fazer algum questionamento, alguma pergunta, algum comentário...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Senador, primeiro, boa viagem, viu?

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu vou já, já chamar você para sentar aqui.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu espero que o senhor volte o mais rápido possível, porque o senhor sabe que é muito importante aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Não sei se vou conseguir, porque lá dizem que o pessoal – você veja o que é a cultura de cada lugar – toma leite de égua e, não se assustem, come carne de cavalo. Desde que não me avisem que é de cavalo, quem sabe eu possa comer e depois me avisam?

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Acho que é bem daquela cultura, a cultura dos mongóis.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É, exatamente.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Têm que se alimentar de quase tudo.

É boa essa iniciativa, falar do meio ambiente. Eu creio que a gente só vai sentir os danos causados ao meio ambiente quando a gente não tiver mais. O senhor falou do ecossistema lá no nosso Nordeste, a Caatinga. A retirada daquela vegetação para manutenção de fornos para olarias, que é um caso hoje que emprega trabalho escravo ainda. Em torno disso gera-se um problema social, um problema ecológico, vários problemas num ponto só. Hoje a gente pode trazer um equilíbrio, Exmo. Presidente, Senador Jaques, de como evoluir, de como criar um urbanismo, como você expandir a produção agrícola, como você hoje aproveitar o turismo.

Hoje vai haver uma discussão – o senhor precisa estar – na CAS sobre o protetor solar, uma coisa tão inofensiva mas que está destruindo os corais, está destruindo nossas águas, está causando problema à saúde e ao meio ambiente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o senhor falou de desmatamento e disse que a Amazônia despoluísse, e quando o senhor falou a frase, Senador Jaques, que tudo vale a pena quando a grana não é pequena... O senhor me disse que um dos meios é transformar em áreas de proteção, áreas de reserva, áreas controladas. Eu acho que uma das soluções é substituir o valor de uma árvore que é derrubada para, querendo ou não, ser consumida em móveis ou alguma coisa do gênero – lá na nossa Caatinga é para ir ao forno... Hoje há tantos gasodutos que passam por ali, podendo haver menos emissão poluente, menos trabalho escravo, menos tudo isso, como uma só possibilidade. Hoje trocar essa possibilidade de derrubar uma árvore... Eu não sei quanto custa uma árvore na Amazônia, não sei o valor dela. Se a gente pudesse pagar para quem fosse derrubar para deixá-la em pé, cuidasse dela para que ela cuidasse do oxigênio, mantivesse aquele meio ambiente, aquele ecossistema todinho equilibrado... Essa é a visão que a gente poderia trazer. Acho que todos os países, o globo terrestre precisa da Amazônia, de uma forma ou de outra, da vegetação, dos nossos mares, de tudo isso.

Então, lidar com a situação... Não seria bem uma pergunta porque eu não ouvi todas as falas. Peço até desculpa por não ouvido todas as falas. É um assunto que me interessa e que vejo que é preocupante. Vejo pelo menos o meu Estado cada vez ficando mais deserto, a desertificação, a ocupação na área de dunas. Não é só a vegetação; é o lençol freático, é a água, é o resíduo que está indo para debaixo da terra com clorofórmio, com nitrato, o que está causando doenças a longo prazo. Então, é um equilíbrio em que tudo é modificado com uma atitude só: atitude de desenvolvimento, atitude de economia, atitude de emprego.

Se a gente for colocar na balança, Senador Jaques Wagner, o meio ambiente sempre vai perder, porque não é coisa que a gente ver de imediato a perda dele. A gente não sente isso, o impacto rápido. A gente está sentindo o impacto hoje de mudanças climáticas que foram feitas há 30 anos, essas modificações. Então, cada hectare desmatado vai ter um preço lá na frente, que não sou eu que vou pagar; será meu neto, meu bisneto talvez. Isso se não se destruir antes este Planeta com a ganância de querer mais, mais e mais sempre. Então, buscar essa solução, buscar esse equilíbrio de trazer um desenvolvimento, como o senhor mesmo disse.

Sobre a transposição do Rio São Francisco, eu estava conversando com o senhor um dia desses: vão matar o rio, estão destruindo o rio, a troco de quê? Porque nem resolveu o problema da seca, resolveu? Por onde ele passou não sei se resolveu. No meu Estado nem chegou ainda! E o rio já está praticamente assoreado, dá para atravessar a pé, como eu já vi, o rio.

Então, esse desenvolvimento, essa solução, muitas vezes, parece que não há um estudo sobre os impactos. E, quando o senhor diz que a proteção é criar essas zonas, existe um custo para criar essas zonas, para proteger essas zonas, para fazer tudo isso. Poderia ser uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

solução trocar uma árvore derrubada, um terreno desmatado por uma compensação em que todos pudessem se unir para manter aquele ecossistema vivo. Não só buscar uma solução, como hoje eu vi na questão do protetor solar, uma justificativa em detrimento de outra. "Ah, mas o protetor evita câncer de pele". É, mas está degradando o meio ambiente, está causando um erro. Entre o ser humano e o meio ambiente, vai acabar que optamos por nós, vai dar essa opção, e não vai sobrar nada aqui, porque vai acabar com o ecossistema. De uma forma ou de outra a gente vai perder.

Então era isso, pedir desculpas primeiro e dizer que eu estou aqui porque, se o senhor quiser se ausentar, eu fico aí.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu vou lhe pedir, para não perder o meu voo...

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Para não perder a viagem.

O SR. PRESIDENTE (Jaques Wagner. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Eu vou lhe pedir que assuma aqui a Presidência, e peço escusas tanto aos expositores quanto aos amigos que estão aqui.

Por fim, quero só dizer que, realmente, eu sempre me pergunto se a abundância, a riqueza natural do País talvez seja um pouco responsável, como o herdeiro que deita na rede e sai gastando o que parece que é infindável e, de repente, descobre que acabou.

Eu nunca me esqueço de que fiz uma viagem do Rio – porque eu sou filho do Rio, apesar de estar na Bahia desde 1974 – para Teresópolis, e a estrada, a antiga ainda, que era mais estreita, eu acho que ampliaram, ela vai cortando o morro e, portanto, você tem aquelas quedas de águas em que, aliás, o pessoal para beber, etc. Por acaso, eu estava com um israelense no carro, e ele começou a chorar. Eu disse: "Você está chorando por quê?". E ele: "Porque eu não acredito. Lá, mais da metade do território é deserto. Vocês têm essa abundância aqui e não estão valorizando". Então, não sei se é isso, mas vamos trabalhar para despertar essa consciência.

Eu queria lhe pedir para assumir a Presidência e agradecer a todos vocês, em nome do Contarato, por essa contribuição.

Obrigado. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Sr. João Paulo Capobianco – é assim? Toda vez que eu vejo um nome assim estranho eu quero falar em italiano: Capobianco!

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Capobianco! (*Risos.*)

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Ele quer comentar. Ele vai fazer um comentário, aí, logo em seguida, eu farei as perguntas que foram feitas pelo e-Cidadania, que é a forma interativa que a população tem de falar conosco.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Eu só queria comentar, Senador, algo em relação ao que o senhor colocou. Na realidade, eu acho que a melhor forma é um conjunto de estratégias. Se nós estamos falando que temos biomas que têm 1,3% protegido, 3,2% protegidos, devendo chegar a até 10%, eu acho que nós devemos perseguir essa meta. No Brasil, no País, os benefícios que essas áreas protegidas geram do ponto de vista da conservação ambiental, da proteção da biodiversidade, do turismo, da inclusão social das comunidades do entorno são muito grandes. É um potencial que é explorado internacionalmente de forma muito mais inteligente do que a nossa. Os Estados Unidos, a Argentina, o Chile, países da Europa, Itália, eles têm programas de criação dessas áreas protegidas e de promoção do turismo para transformar essas áreas em polos geradores de renda. Então, eu acho que essa é uma questão.

Agora, por outro lado, o senhor também tem razão, quer dizer, essas pessoas que possuem, que estão em áreas de relevância ambiental, não é possível remunerá-las para que elas possam colaborar, proteger essas áreas e ter uma alternativa de renda? Sim! Para isso tramita aqui no Congresso há décadas justamente o programa de pagamentos por serviços ambientais. É exatamente isso. É um projeto de lei que tramita na Casa que busca estabelecer exatamente isso, ou seja, para aquelas comunidades, de baixa renda principalmente, que estão em áreas de alta relevância, e a proteção das áreas que elas ocupam gera benefícios para o conjunto da sociedade, que elas sejam remuneradas por isso, como pagamento por serviços ambientais.

Então, eu acho que esta é uma iniciativa importante. Nós já estamos na semana do meio ambiente, e eu acredito que esse é um projeto que deveria ser olhado com muito mais carinho, porque ele pode, de fato, resolver essa questão que o senhor coloca. Porém, insisto: tem que haver um esforço de todos nós, Poder Legislativo, Poder Executivo e sociedade, para ampliar, com urgência, a proteção dos biomas em áreas especificamente de proteção. E repito: áreas de proteção que são fundamentais para girar a economia local, gerando emprego e renda para as comunidades do entorno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Eu recebi agora a informação de que eu tenho que concluir rapidamente, porque está havendo sessão do Congresso, e eu tenho que votar, mas antes disso eu vou ler as perguntas.

Eu tinha tanta coisa para falar ainda... Tanto sobre a proteção do nosso bioma, do nosso ecossistema, como também sobre a valorização dele, de tantos produtos que a gente tem e nem conhece ainda, não é?

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO (*Fora do microfone.*) – Graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – De tantas substâncias que estão por aí e que podem ser cura para tantas doenças, de que a gente não tem conhecimento ainda, são pouco exploradas.

O Sr. Ayran Gabriel Duque Souza Lima, da Bahia, pergunta: "Como o desenvolvimento sustentável pode se tornar uma realidade no nosso País? Hospitais e escolas com placas solares e coleta seletiva?".

Eu vou dar a cada um no encerramento – as senhoras vão iniciar, é claro – o tempo de dois minutos para comentar essas perguntas, como a da Grasiela Morai, também da Bahia: "É possível vislumbrar um desenvolvimento sustentável como realidade em nosso País? O que falta para que isso ocorra?". E outra pergunta dela: "O que falta para o meio ambiente ser tratado como prioridade no Governo atual?".

Gente, há muitas perguntas, muitas perguntas mesmo. Falam sobre projeto em relação a lixo eletrônico... "Alguém da Mesa acha que temos algo a comemorar esse ano, em relação à proteção do meio ambiente no Brasil?". "Qual o impacto prático da recente ingerência política no Banco Nacional de Desenvolvimento [...]?".

Gente, há muitas perguntas, mas essas três aqui – duas, porque uma é da mesma pessoa... Todas giram em torno daquilo sobre o que a gente estava conversando: como equilibrar, como trazer hoje esse desenvolvimento, como aproveitar os recursos que a gente tem e não valoriza? Escolas que estragam a água, os alimentos... Este é um País que desperdiça toneladas de alimentos. Basta qualquer um ir a um supermercado e lá ver o lixo, o quanto é jogado fora porque o alimento não está em condições ou esteticamente bonito para ser vendido, enquanto pessoas passam fome.

Então, se a gente for analisar como dar soluções hoje práticas, baratas, viáveis para resolver todo um problema que é ambiental... Porque, para haver aquela fruta, para haver aquele legume, uma área foi desocupada. E hoje há esse desperdício.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Escolas poderiam reaproveitar água onde há escassez de água, como no Nordeste brasileiro e em outros lugares, e aproveitar a energia solar em áreas ensolaradas. Essas são soluções – estou adiantando aqui –, em que, pelo menos, eu penso.

A senhora quer começar primeiro?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN. *Fora do microfone.*) – Vamos fazer de uma forma diferente: a senhora pode intervir, comentar também... Só peço que seja rápida porque senão eu perco a votação.

A SRA. MARIANA NAPOLITANO E FERREIRA – Vou ser breve, então.

Eu acho que o desafio do desenvolvimento sustentável que ela coloca está pautado em três pilares: o papel do Governo, do setor público; do privado, das empresas; e da sociedade. Acho que cada um desses grupos tem um papel importantíssimo nesse desenvolvimento. Ele é possível, está batendo na nossa porta, e talvez o Brasil seja um dos países mais bem posicionados para fazer isso, com um grande ganho até de competitividade global, se der esses passos.

No setor público, a gente precisa realmente voltar a olhar o meio ambiente como uma oportunidade, um potencial do Brasil, um diferencial do País, e não um impeditivo ao crescimento econômico; manter as leis que a gente tem, construir novas e implementar as boas leis que a gente já tem.

Em relação ao setor privado, a gente já tem interessantes iniciativas, projetos...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARIANA NAPOLITANO E FERREIRA – ... de empresas que estão olhando isso, que estão à frente de um novo modelo de desenvolvimento econômico. Isso precisa ser valorizado e também seguido pelos demais.

E a sociedade precisa exigir, cada vez mais, que isso seja feito: a questão de agrotóxicos, a produção de orgânicos, uma série de questões que afetam diretamente a sociedade. Acho que a sociedade precisa se posicionar e ser cada vez mais atuante nesse sentido.

Antes de eu passar a palavra para a Márcia, queria mencionar que, nesse desafio, a gente tem um convite a fazer a todos: é uma campanha que a gente está promovendo e que se chama Um Dia no Parque. Ela vai acontecer no dia 21 de julho, e a gente convoca toda a sociedade brasileira, os Senadores, os Deputados, para participarem. Que eles visitem as áreas protegidas, conheçam e mostrem a sua defesa a essas áreas. Um Dia no Parque vai

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

acontecer em várias unidades de conservação deste País. Por que no dia 21 de julho? Porque é próximo ao aniversário do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. A gente vai divulgar essa campanha nos nossos canais e convida todos a que se juntem a essa campanha, mostrando o seu orgulho pelo patrimônio natural brasileiro.

Márcia.

A SRA. MARCIA HIROTA – Eu só queria complementar sobre o desafio do desenvolvimento sustentável, porque a gente sempre tem uma visão mais global das coisas e a gente acaba se esquecendo de olhar no nível local.

Eu acho que a gente tem condições de exercer a cidadania, começando nos Municípios, visitando os Parques Naturais Municipais, participando das decisões da Câmara de Vereadores, verificando se o Poder Público vem atuando de forma correta, se ele está preocupado com o ambiente local, porque eu acho que a gente tem desafios tão grandiosos e a gente acaba se esquecendo de olhar também para aquilo que está mais ao nosso alcance.

Agora, em maio passado, nós promovemos o 5º Encontro dos Secretários de Meio Ambiente dos Estados da Mata Atlântica e tivemos a participação de 15 representantes...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. MARCIA HIROTA – ... que trouxeram agendas extremamente positivas.

Então, eu acho que a gente tem caminhos a perseguir para que a gente tenha um Brasil bom, um Brasil melhor. E a nossa luta é para que a gente, cada vez mais, tenha resistência para que a gente não permita o desmonte da legislação ambiental, para que a gente não permita a destruição de todas as conquistas que nós temos no Brasil.

O Brasil tem uma riqueza e oportunidades imensas de promover o desenvolvimento aliado à natureza, aliado à conservação, e é nessa direção que nós ambientalistas estamos atuando e nós também convocamos a sociedade para que participe dessa luta.

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Já está mais do que comprovado, por experiências internacionais, por experiências no próprio Brasil, que não há incompatibilidade entre desenvolvimento e conservação. Isso é uma balela. Só há incompatibilidade quando se quer desenvolver a qualquer preço, a qualquer custo e no menor prazo possível.

Ora, qualquer ação econômica bem feita, bem planejada é possível, e você tem como viabilizar isso com menores impactos, envolvendo a comunidade, ou seja, você tem soluções para isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que eu vejo é que é necessário haver liderança, porque é uma questão de postura e uma questão cultural. É muito mais cômodo para quem sempre fez de um jeito continuar fazendo do mesmo jeito. Por isso, eu digo que esta Casa aqui, o Congresso, o Parlamento – Senado e Câmara – tem um papel central, porque é necessário colocar a régua para cima, sabe, Senador? Nós temos que sempre colocar e exigir que o movimento feito pela sociedade, pelos empresários, pelos atores econômicos evoluam na sua estratégia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOÃO PAULO RIBEIRO CAPOBIANCO – Então, se esta Casa trabalha nesta perspectiva de provocar inovações, ela puxa consigo as soluções. O que não pode é todos nós ficarmos reféns de um discurso de que é impossível, de que, se você criar unidades de conservação, vai todo mundo morrer de fome e o País não vai para frente. Não! O País vai para frente. Nós já provamos que vai, nós já provamos que é possível melhorar, já provamos que é possível gerar renda, que é possível melhorar a qualidade de vida quando você conserva. Então, é isto, é o papel das lideranças.

Infelizmente, hoje, nós não temos uma liderança no Executivo com essa visão. Nós temos, hoje, um Executivo com uma visão avessa – ao contrário disso –, achando que nada deve ser proibido. Nem a falta de cadeirinha de criança em carro deve gerar mais multa! Ou seja, realmente é o fim do mundo. Até criança agora pode morrer à vontade. Dados estatísticos demonstraram o número de crianças salvas com a cadeirinha! É uma loucura isso!

É fundamental que o Legislativo, que é um Poder importantíssimo no nosso sistema republicano, que é onde você pode ter uma ação de bloquear essas iniciativas e, ao mesmo tempo, mais do que bloquear iniciativas, repito, colocar a régua mais para cima, exigir mais esforço para que a própria sociedade encontre os caminhos... E ela vai encontrar, como sempre encontrou, superando dificuldades no passado que pareciam inviáveis. Quando se decidiu abolir a escravatura, dizia-se que o Brasil ia quebrar, que todos iam quebrar. Isso não foi verdade! Quando a legislação avança, a sociedade avança.

Eu espero que o Congresso Nacional continue fazendo a sua parte, mas, neste momento, seja ainda mais incisivo para que a gente possa evitar o descalabro que se avizinha.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – Obrigado.

Eu estou aqui há quatro meses. Para fazer essa parte que o senhor quer tão bem feita, eu preciso do senhor, preciso da senhora, preciso da senhora, preciso da população, porque justamente não há condições de um ser humano, de um Senador dominar todos os assuntos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu me interesso pelo meio ambiente, mas eu preciso de soluções viáveis para que a gente possa legislar sobre isso.

Por exemplo, em relação à cadeirinha, eu também acho um absurdo. Trabalhei no trânsito por quatro anos e, se hoje nós temos essa quantidade de mortes, de cinco a dez anos, em número altíssimo, é porque ocupa o banco de trás, está só... E, se o próprio pai não tem cuidado com o filho, o Estado tem que ter, aplicando justamente multa em quem não quer obedecer, em quem não quer proteger o que há de mais valioso, que é o próprio filho. Então, eu acho que está na contramão essa ideia, como o senhor mesmo falou.

No dia 11 de junho, antes de encerrar esta audiência pública, que eu acho importantíssima, sobre o meio ambiente, haverá aqui na CMA, nesta mesma Comissão, outra audiência pública com o objetivo de discutir o tema de que eu estava falando – nem sabia: lucros verdes. Como empresas brasileiras se tornaram prósperas e competitivas, preservando o meio ambiente. É muito bacana essa discussão, como parte do ciclo de debates "Junho Verde – o Meio Ambiente Une". As pessoas, os convidados são: Leontino Balbo, CEO da Native, produtora mundial de açúcar orgânico – na realidade, eu nem como açúcar; chocolate eu dei para todo mundo, mas não como, não –; Marize Costa, Fazenda Santa Brígida, Goiás; Tiago Alves, da Sunew; e Guilherme Leal, sócio da Natura.

Se há empresas que estão hoje dentro do mercado trabalhando dessa forma, por que outras não podem fazê-lo, não é?

Antes de encerrar, lembro a todos que amanhã acontecerá no Plenário do Senado uma sessão especial, às 8h – mudou, não é isso? –, para celebrar o Dia Mundial do Meio Ambiente. (*Pausa.*)

Aqui está 8h. Você riscou e botou 8h. (*Pausa.*)

Foi antecipado? Às 8h agora. Acordar cedo, então! Acordar cedo, respirar, fazer alongamento, caminhar no bosque... Não é isso? (*Risos.*)

Aviso ao pessoal de Natal que todos, no dia que a senhora falou... Qual é o dia mesmo?

A SRA. MARCIA HIROTA – Dia 21 de julho.

O SR. PRESIDENTE (Styvenson Valentim. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - RN) – No dia 21 de julho, todos lá no Bosque dos Namorados. É uma reserva que a gente tem lá em que se faz atividade física. Todos lá, respirando... Bem bacana.

Gente, vou ter que encerrar. Eu queria passar a tarde toda conversando com os senhores e com as senhoras. O tema é bacana, o tema é bom: meio ambiente. A gente só vai sentir falta,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como eu disse, quando perder tudo; aí a gente vai sentir falta. Quando não tiver mais oxigênio, e o oxigênio for pago, aí todo mundo vai querer oxigênio para respirar; todo mundo vai querer água para beber e para tomar banho.

Eu vejo isso lá no meu Estado. Como falta, não há uma gota de água, a escassez é grande, então se valoriza muito; valoriza-se demais a água lá.

Então, antes de encerrar, eu sempre encerro pedindo que as pessoas orem, rezem por este País, para que se dê essa sabedoria para todos nós, para que se dê essa paciência, essa serenidade e essa resiliência para permanecer aqui lutando pelo que é bom para todos, e o meio ambiente também está incluído. Está bem?

Obrigado a todos.

Dou por encerrada a reunião. (*Palmas.*)

(Iniciada às 14 horas e 23 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 40 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 96E13B4B002EE84D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.